00100.185911/2025-36

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX SUP. ÚNICO AO Nº 140, TERÇA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2025

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

---

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de Abril de 2025 7

Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de Maio de 2025 41

Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de Maio de 2025 74

Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de Maio de 2025 92

Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de Junho de 2025 122

Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de Junho de 2025 146

Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 1 de Julho de 2025 185

Ata da 14ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de Julho de 2025 (em conjunto com a 23ª Reunião da CAS) 260

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Agosto de 2025 309

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 23ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de Julho de 2025 (em conjunto com a 14ª Reunião da CAE)**(Vide item 1.1)**

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Julho de 2025 322

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Julho de 2025 347

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Julho de 2025 383

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Agosto de 2025 406

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Agosto de 2025 423

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Agosto de 2025 488

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Agosto de 2025 561

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Agosto de 2025 622

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Agosto de 2025 627

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Agosto de 2025 662

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Agosto de 2025 732

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Setembro de 2025 736

1.2.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.

Ata da 1ª Reunião, realizada em 27 de Agosto de 2025 807

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Julho de 2025 819

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Agosto de 2025 926

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Agosto de 2025 991

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Agosto de 2025 1139

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Agosto de 2025 1252

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Agosto de 2025 1255

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Julho de 2025 1320

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Agosto de 2025 1347

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Agosto de 2025 1362

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Agosto de 2025 1385

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Agosto de 2025 1436

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Agosto de 2025 1439

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Agosto de 2025 1482

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Abril de 2025 1511

Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de Maio de 2025 1517

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Maio de 2025 1560

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Junho de 2025 1676

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2025 1714

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Julho de 2025 1724

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Julho de 2025 1746
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Julho de 2025 1772
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Agosto de 2025 1789

1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Abril de 2025 1791

1.7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Julho de 2025 1821
Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de Agosto de 2025 1868
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Agosto de 2025 1871

1.8 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Julho de 2025 1900
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Agosto de 2025 1934
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Agosto de 2025 1980
Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de Agosto de 2025 2029
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Agosto de 2025 2065
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Agosto de 2025 2112
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Agosto de 2025 2140

1.9 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Julho de 2025 2150
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Julho de 2025 2198
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Julho de 2025 2247
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Agosto de 2025 2305
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Agosto de 2025 2359
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Agosto de 2025 2396
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Agosto de 2025 2398
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Agosto de 2025 2411

1.10 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Julho de 2025 2424
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Julho de 2025 2442

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.185911/2025-36

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Julho de 2025 2446

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Agosto de 2025 2460

1.10.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS POR PARTE DO IBAMA

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Junho de 2025 2504

Ata da 2ª Reunião, realizada em 2 de Julho de 2025 2510

1.11 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Julho de 2025 2517

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Agosto de 2025 2529

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Agosto de 2025 2545

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Agosto de 2025 2570

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Agosto de 2025 2611

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Agosto de 2025 2653

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Agosto de 2025 2706

1.12 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Julho de 2025 2708

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Julho de 2025 2763

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Julho de 2025 2781

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Agosto de 2025 2860

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Agosto de 2025 2888

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Agosto de 2025 2941

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Agosto de 2025 2960

1.13 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Julho de 2025 2963

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Julho de 2025 3039

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Agosto de 2025 3076

Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de Agosto de 2025 3117

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Agosto de 2025 3155

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Agosto de 2025 3161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Plínio Valério, Fernando Farias, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Weverton, Ciro Nogueira, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Tereza Cristina, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Zenaide Maia e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 19, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre a gestão atual da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ)." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 29, de 2025** que: "Convida o presidente do BRB e do Banco Master para prestarem esclarecimentos quanto à operação de aquisição do Banco Master pelo BRB, conforme noticiado amplamente pela mídia." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 13, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de USD$ 90,000,000.00 entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 14, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de até ¥ 30,000,000,000.00 (trinta bilhões de ienes), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Japan International Cooperation Agency - JICA, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Apoio Emergencial em Resposta à Crise da COVID-19." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 15, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até US$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa BID-BNDES de Financiamento à Recuperação Sustentável e Produtiva das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs)." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1558, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Esta Lei dispõe sobre o uso do Cadastro Positivo para concessão de descontos e benefícios pecuniários para os cidadãos que são adimplentes em seus financiamentos que usam recursos públicos e já amortizaram mais de 75% da dívida total." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 315, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1726, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para considerar despesa médica, para fins de dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, o pagamento relativo à instrução de pessoa com transtorno do espectro autista." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e rejeição da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 847, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.540, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, para aprimorar a destinação de recursos do Fundo." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-T, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado com emendas. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Projeto de Resolução do Senado n° 12, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Disciplina o tratamento a ser dispensado às operações realizadas de acordo com as Leis Complementares nº 156, de 28 de dezembro de 2016, nº 159, de 19 de maio de 2017, e nº 178, de 13 de janeiro de 2021, no que tange às contratações dessas operações e às concessões de garantia pela União previstas nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, bem como altera a Resolução do Senado Federal nº 15, de 2021, para incluir a autorização da realização de aditamentos contratuais a operações de crédito interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de suas respectivas administrações indiretas, cuja finalidade seja a substituição da taxa de juros aplicável a essas operações, no caso de a taxa vigente ser baseada na London InterBank Offered Rate (Libor) ou na European Interbank Offered Rate (Euribor)." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto de Resolução do Senado¿. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 29 de abril de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Ofício, manifestação de entidade externa, Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento Regional;

– Ofício, manifestação também de entidade externa, Câmara Municipal de Tatuí, em São Paulo.

Os documentos, nos termos da instrução da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para a consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro, a qualquer momento, ter acesso ao documento.

Em função do atraso – mais uma vez peço desculpas por ele –, nós vamos passar direto para a pauta do dia.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, o item 1 da pauta é o requerimento do Senador Marcio Bittar. Ele está solicitando retirada de pauta.

O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O requerimento do item 1 foi retirado da pauta a pedido do seu autor, Senador Marcio Bittar.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 19, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre a gestão atual da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ).

Autoria: Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC))

Item 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 29, DE 2025

- Não terminativo -

Convida o presidente do BRB e do Banco Master para prestarem esclarecimentos quanto à operação de aquisição do Banco Master pelo BRB, conforme noticiado amplamente pela mídia.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros

Com a palavra V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, o requerimento – assina também comigo a Senadora Leila e o Senador Izalci, os três Senadores do DF –, nos temos regimentais, pede uma audiência pública para que compareçam a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o pedido de compra de 58% do capital total do Banco Master pelo Banco de Brasília ao Banco Central do Brasil, amplamente noticiado pela mídia, as pessoas abaixo:

– Sr. Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa, Presidente do BRB;

– Sr. Daniel Vorcaro, CEO do Banco Master.

Está causando muita inquietação na sociedade, e nós entendemos, Presidente, que a vinda deles aqui acalmaria a sociedade, eles trariam as explicações necessárias, e a gente dariam um passo no sentido de esclarecer tudo que está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 13, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de USD$ 90,000,000.00 entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Querido Presidente, Senador Renan, Sra. Senadora Damares, Srs. Senadores, vem à análise do Senado Federal, nos termos constitucionais, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$90 milhões dos Estados Unidos da América, entre o Governo de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Desenvolvimento (Bird), cujos recursos serão destinados ao Projeto de Saneamento Rural de Pernambuco.

A mencionada operação de crédito insere-se no âmbito do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), instituído pela Lei Complementar nº 178, de 2021.

O Projeto de Saneamento Rural de Pernambuco configura-se como uma política pública essencial, voltada à ampliação do acesso a serviços de saneamento básico em comunidades rurais do Estado de Pernambuco, historicamente excluídas das grandes redes de infraestrutura.

A iniciativa visa a implementar soluções estruturantes que contribuam para a universalização do abastecimento de água potável, a implantação de sistemas de esgotamento sanitário, bem como ações de educação sanitária e ambiental adaptadas à realidade local.

O projeto tem um caráter multidimensional, pois, além de contribuir diretamente para a melhoria das condições de saúde pública, também promove impactos positivos na qualidade de vida, na redução das desigualdades regionais, na preservação dos recursos hídricos e na resiliência climática das comunidades atendidas.

Ao inserir-se no contexto rural, o projeto reforça o papel do Estado na promoção da justiça territorial e no fortalecimento da inclusão social.

Mais do que uma política de infraestrutura, trata-se de um projeto de desenvolvimento humano, justiça social e inclusão cidadã, que coloca o saneamento como vetor central para a transformação da realidade de milhares de famílias pernambucanas.

O programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex).

A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visando ao encaminhamento do processo ao Senado Federal, para fins de autorização da operação de crédito em tela.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas do Senado Federal relativas à matéria em análise, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução que ora apresentamos e divulgado previamente para o conhecimento de todos os nossos pares.

Sr. Presidente, era o que tínhamos a relatar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós passaremos à votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Fernando Dueire.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai a Plenário.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pediria sua licença...

Dada a importância desse empréstimo e do benefício direto que trará a essas populações, eu peço a esta Comissão urgência, de modo que essa matéria possa ser apreciada ainda hoje no Plenário da Casa. É o que eu peço a V. Exa. e aos demais Senadores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Será pedida a urgência como pede V. Exa., na forma do Regimento do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 4 da pauta.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 14, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de até ¥ 30,000,000,000.00 (trinta bilhões de ienes), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Japan International Cooperation Agency - JICA, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Apoio Emergencial em Resposta à Crise da COVID-19.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra V. Exa.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Como Relator.) – Presidente Renan, agradeço a V. Exa. por me designar Relator dessa importante matéria.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, antes de iniciar a leitura do meu relatório, agradecer a presença dos representantes que vieram aqui da agência Jica, que está proporcionando esse empréstimo ao BNDES.

Está aqui o Sr. Akihiro Miyazaki – já estive conversando com eles há pouco no meu gabinete; Aoki Issei, que é Representante Sênior da Jica Brasil – também está presente; Eri Taniguchi, Coordenadora-Geral de Projetos da Jica Brasil – agradeço a presença; a Coordenadora de Projetos da Jica Brasil, que é a Sra. Caroline Tomo – obrigado pela presença; a Vivian Machado, Chefe do Departamento de Captação do BNDES; e a Ana Carolina, Chefe do Departamento de Relações com o Governo, aqui do escritório, Sr. Presidente, de Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, uma vez, Sr. Presidente, quero agradecer pela confiança em designar essa mensagem a mim para elaborar o parecer nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Esta operação de crédito de 30 bilhões de ienes corresponde a R$1.165.800, recursos da Jica (Agência de Cooperação Internacional do Japão), que serão destinados a expandir o crédito e as garantias às micro, pequenas e médias empresas.

Os impactos da covid-19 foram desastrosos para muitas empresas, principalmente no setor de serviços e comércio. O sistema de saúde brasileiro foi essencial para combater a pandemia, tendo como consequência um aumento significativo dos custos de materiais hospitalares.

Na primeira onda da doença, 716 mil empresas encerraram suas operações, o que marca uma perda significativa de estoque de capital do setor empresarial do Brasil. Ao mesmo tempo, vemos muitos brasileiros e brasileiras tentando retomar seus negócios, driblando as adversidades econômicas e, aos poucos, consolidando números melhores nas pesquisas sobre a abertura de pequenos e médios negócios.

Na área da saúde, o Governo Federal registra mais de 10 mil micro e pequenas empresas abertas apenas no mês de março deste ano, e a taxa de empreendedorismo obteve um crescimento de 31% para 33% em 2024, o que também reflete esse esforço de empreendedorismo.

Sendo assim, Presidente, considero importante e necessário o conteúdo dessa mensagem, que impulsiona o crescimento de um cenário econômico mais favorável ao empreendedorismo em nosso país.

Aqui é um complemento que é importante, Presidente Renan, Líder Jaques: são 30 bilhões de ienes, que equivalem a R$1,165 bilhão. São as condições do empréstimo. A taxa de juros é de 0,01%, ou seja, é um empréstimo mesmo que vem ajudar o nosso BNDES e as nossas empresas.

Vai ser direcionado às micro, pequenas e médias empresas do Brasil. Grande parte será destinado ao nosso Rio Grande do Sul.

E os beneficiários do projeto são instituições médicas, empresas relacionadas ao setor de saúde que recebam empréstimos do BNDES, bem como as micro, pequenas e médias empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço a autorização de V. Exa., Presidente, para ir direto ao voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, devendo ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte: Projeto de Resolução do Senado nº 14, de 2025.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão.

A votação, novamente, será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir urgência para a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado Federal.

A matéria vai a Plenário.

Na forma do Regimento, o Senador Rogério Carvalho pede urgência para a matéria. (*Pausa.*)

Passamos agora ao item 5 da pauta.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 15, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até US$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa BID-BNDES de Financiamento à Recuperação Sustentável e Produtiva das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs).

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra, V. Exa., Senadora Leila Barros, Relatora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Grata Senador Renan, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero agradecer a possibilidade de ter sido designada para ler um relatório tão importante, que certamente vai ajudar muito as nossas micro, pequenas e médias empresas.

Antes disso, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer ao senhor pela aprovação do item 2, requerimento da Comissão lido pela Senadora Damares, que convida os Presidentes do Banco BRB e Master... Quero agradecer em nome da nossa bancada – em meu nome, no da Senadora Damares e no do Senador Izalci – pela pauta e pelo apoiamento de todos os colegas da CAE.

Bom, vamos para a leitura do relatório.

É submetida à análise desta Comissão a Mensagem do Senado nº 15, de 2025, da Presidência da República, que encaminha proposta relativa à autorização de duas operações de crédito externo, no valor total de US$250 milhões, a serem contratadas pelo BNDES, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As operações abrangem dois contratos. O primeiro, de nº 5.452, refere-se a um empréstimo no montante de até US$240 milhões em recursos do capital ordinário do BID; o segundo, de nº 5.453, compreende até US$10 milhões em recursos reembolsáveis do Fundo de Tecnologia Limpa, também repassados pelo BID. Esses recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa BID-BNDES de Financiamento à Recuperação Sustentável e Produtiva das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs).

O objetivo geral do programa é promover a recuperação econômica sustentável das micro, pequenas e médias empresas no Brasil, e seu objetivo específico é aumentar a disponibilidade de financiamento de médio e longo prazo no contexto da pandemia da covid-19 para os investimentos produtivos das micro, pequenas e médias empresas e dos empreendedores.

A Comissão de Financiamentos Externos, por meio da Recomendação Cofiex nº 22, de 2021, autorizou a preparação do programa pelo equivalente a até US$250 milhões de empréstimo e até US$50 milhões de contrapartida.

As informações financeiras foram registradas no Sistema de Prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Crédito Externo do Banco Central do Brasil, com a devida conferência pela Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Economia, que atestou, no Parecer SEI nº 4.319/2024/MF, estarem as informações financeiras cadastradas em conformidade com a minuta do contrato de financiamento.

Análise.

A matéria sob análise encontra-se normatizada na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, além de sujeitar-se à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, a STN, por intermédio do referido parecer, presta as devidas informações e conclui não ter nada a opor à concessão da garantia da União para as operações de crédito externo em questão.

No tocante ao custo da operação, a STN salienta que a Taxa Interna de Retorno calculada para a operação com recursos do capital do BID foi de 5,17% ao ano, com duração de 10,8 anos; e a TIR relativa à operação com recursos do CTF foi de 4,96% ao ano, com duração de 11,2 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando o custo de captação do Tesouro no mercado internacional, a STN concluiu que esses custos estão em patamares aceitáveis.

Quanto à capacidade de pagamento do mutuário, a Copar informou, por meio do Parecer SEI nº 4.067/2024/MF, que o BNDES apresenta capacidade de pagamento do empréstimo ora sob exame, considerando a sólida situação econômico-financeira no período analisado (2019 a junho de 2024), com Índice de Basileia, em 30/06/2024, de 31,2%, muito acima do requerimento mínimo de 10,5% estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional. Além disso, o valor total da contratação junto ao BID, empréstimo de US$250 milhões, não é significativo se comparado ao passivo total e ao patrimônio líquido do banco, não implicando impacto relevante sobre o nível de endividamento da instituição.

Cumpre destacar que, por se tratar de operação de crédito de entidade cujo capital pertence integralmente à União, não serão exigidas contragarantias do BNDES, conforme a Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e o art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo a STN, a Nota Técnica SEI nº 1.157/2024/MPO, da Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento, concluiu que a celebração de dois contratos de empréstimo entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de US$250 milhões, ambos no âmbito do Programa BID-BNDES de Financiamento à Recuperação Sustentável e Produtiva das Micro, Pequenas e Médias Empresas, encontra-se em harmonia com os atributos estratégicos e táticos do PPA 2024-2027.

Relativamente à adimplência, o Parecer nº 66/2025/MF, da STN, declara que o BNDES apresentou a certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União e os certificados de regularidade junto ao FGTS, todos válidos na data de publicação do mencionado parecer. Todavia, previamente à assinatura do contrato de concessão de garantia, o Ministério da Fazenda deverá verificar a inexistência, em relação ao BNDES, de débitos com a União e suas entidades controladas, de inadimplência junto ao Cadastro da Dívida Pública e de pendências quanto à prestação de contas de recursos recebidos da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao limite de concessão de garantia, a STN salienta que, de acordo com as informações obtidas no Relatório de Gestão Fiscal da União para o segundo quadrimestre de 2024, havia margem para a União conceder a garantia pleiteada.

Por sua vez, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por intermédio do Parecer SEI nº 358/2025/MF, informa que o pleito observa o disposto na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

Desta forma, a PGFN conclui pelo encaminhamento do pleito ao Senado, para deliberação quanto à concessão da garantia da União. Entretanto, a PGFN ressalta que, previamente à assinatura, deve ser verificada a adimplência do banco.

O BNDES tem buscado constantemente ampliar o volume de suas linhas de crédito voltadas às micros, pequenas e médias empresas. É nesse contexto que se enquadram as operações de empréstimo externo junto ao BID.

O objetivo é apoiar a sustentabilidade das micros, pequenas e médias empresas e elevar seus investimentos produtivos, especialmente por meio da aquisição de máquinas e equipamentos. O programa é especialmente relevante devido ao papel que as micros, pequenas e médias empresas desempenham na economia, na manutenção do emprego e no crescimento da produtividade no Brasil.

No caso em análise, os recursos oriundos do capital ordinário do BID serão direcionados, por meio dos agentes financeiros, para o financiamento de investimentos relacionados ao clima, em áreas vulneráveis ou em empresas – essa é a parte interessante – lideradas por mulheres. Então, como Líder da Bancada Feminina, em nome de todas as Senadoras, entendemos a tamanha relevância desse empréstimo.

Já os recursos oriundos do Fundo de Tecnologia Limpa serão utilizados para o financiamento de investimentos em sistemas de armazenamento de energia em bateria. Cada operação de empréstimo a ser concedida às micro, pequenas e médias empresas, no âmbito do programa, não poderá exceder o montante de US$500 mil ou o seu valor equivalente em reais, e os prazos serão de no mínimo 18 meses a serem fixados pelos agentes financeiros, com bases nas características específicas da operação e, claro, na capacidade de pagamento do mutuário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto.

Diante do exposto, conclui-se que a operação de crédito a ser celebrada pelo BNDES encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, e a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, devendo ser concedida a garantia à operação de crédito externo pretendida, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresentamos.

Bom, Sr. Presidente, eu não preciso dizer a importância desse empréstimo feito em parceria BID/BNDES, entendendo que muito do que foi esclarecido aqui em relação ainda à covid-19... Nós sabemos que em muitas das empresas nós tivemos sequelas profundas; as empresas sentiram e estão se recuperando. Nós estamos em 2025 e sabemos que ainda existem empresas que precisam desse suporte através desses financiamentos. E, principalmente, por estar hoje Líder da Bancada Feminina, vejo a importância daquelas empresas que também são chefiadas por mulheres. Então, peço vênia e faço um apelo aos colegas para que possamos aprovar esse crédito, que é muito importante.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Senadora Leila. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação será também simbólica, na forma do Regimento do Senado Federal.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

A matéria vai, portanto, ao Plenário.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Gostaria de pedir urgência na matéria, já que nós acabamos de aprovar um crédito, uma resolução do Senador Vanderlan. E como tem a relevância de ser, como falei também, a questão das empresas que são chefiadas por mulheres, eu gostaria, em nome da bancada, de pedir também urgência para que seja apreciado o mais rápido possível no Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Acatamos o pedido de V. Exa. e da bancada e, na forma do Regimento, será encaminhada a urgência para o Plenário.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos ter mais uma votação simbólica e, em seguida, vamos ter uma votação nominal muito importante.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 315, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Exa., Senador Fernando Farias.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Peço a licença para ir direto à análise.

O PL nº 315, de 2023, vem ao exame da CAE para que esta opine sobre seus aspectos econômicos e financeiros, em cumprimento ao disposto no art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Cumpre destacar, inicialmente, que o projeto de lei ora analisado não apresenta vício formal que venha a impedir o prosseguimento da análise da matéria por esta Comissão. É competência concorrente da União legislar sobre juntas comerciais, conforme a literalidade do art. 24, inciso III, da Constituição Federal. Ademais, não se trata de matéria com reserva de iniciativa ao Presidente da República, tampouco de dispositivo contendo cláusula de reserva de lei complementar. Da mesma forma, obedeceu-se à boa técnica legislativa, e foram cumpridos, durante a tramitação, os ditames regimentais.

Sigamos, portanto, para a análise do mérito, que privilegiará os aspectos e desdobramentos econômicos da proposição, uma vez que os meandros propriamente jurídicos serão aprofundados quando da análise pela CCJ.

As juntas comerciais são parte fundamental do arcabouço institucional que garante a segurança jurídica e o bom funcionamento das relações econômicas no país. Sendo os agentes responsáveis pela abertura, alteração e encerramento de empresas, dentre outras atividades de registro empresarial oficial, elas asseguram a autenticidade, publicidade e eficácia dos atos jurídicos das empresas, protegendo os interesses de sócios e terceiros envolvidos nas atividades empresariais.

Contudo, mesmo com os notáveis avanços que vêm ocorrendo nas juntas comerciais pelo país, ainda existem desafios importantes a serem superados, sobretudo no que concerne à modernização de processos e de gestão. Esses obstáculos precisam ser superados para que essas instituições possam cumprir plenamente seu papel no desenvolvimento econômico do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, é crucial que haja alinhamento e sinergia entre o Governo da Unidade Federativa e a liderança das juntas comerciais que estão sob sua jurisdição. Os estados e o Distrito Federal executam, por meio de suas secretarias, autarquias e empresas, um amplo conjunto de políticas públicas de fomento à inovação e ao empreendedorismo. É desejável, do ponto de vista econômico, que haja um direcionamento comum, tanto quanto possível, entre essas políticas e as diretrizes de serviços utilizadas pelas juntas.

O projeto inova positivamente o ordenamento jurídico ao transformar o cargo de presidente e de vice-presidente de junta comercial em, de fato, de livre nomeação, para que se possa nomear e manter nesse posto um profissional que venha apresentando um bom trabalho, pelo tempo que for necessário para que sejam feitas as entregas devidas, em benefício dos usuários dos serviços prestados pela junta e por toda a coletividade.

Observe-se que o projeto não exclui a possibilidade de que sejam escolhidos membros do quadro de vogais, caso seja do interesse da autoridade.

As atribuições administrativas que a Lei nº 8.934, de 1994, confere ao Presidente e ao Vice-Presidente aproximar das funções de direção, chefia ou assessoramento dos demais órgãos ou entidades da administração.

Em relação ao preenchimento desses cargos, cabe discricionariedade, implicando inclusive um vínculo mais direto de responsabilidade entre os ocupantes desses cargos e os governantes, e maior comprometimento em relação às metas e objetos de gestão em relação aos serviços públicos oferecidos por esses órgãos.

Voto.

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 315, de 2023.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado. Senador Fernando Farias.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação, que também será, como falei anteriormente, simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, portanto, ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passamos ao item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 847, DE 2025

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.540, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para aprimorar a destinação de recursos do Fundo.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-T, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. Foi recebida a Emenda nº 1-T, de autoria da senadora Tereza Cristina.

2. Foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do senador Fernando Farias.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Rogério Carvalho. V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria pedir permissão a V. Exa. para ir direto à análise. (*Pausa.*)

Concedida a autorização, vamos à análise.

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário ou por consulta de Comissão.

Adicionalmente, como se trata de decisão terminativa, cabe apreciar os aspectos formais da matéria.

Quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL 847, de 2025, não vislumbramos vícios que possam inviabilizar a sua aprovação. Ademais, a matéria não está no rol de leis de iniciativa privativa da Presidência da República.

Quanto ao mérito, somos a favor da alteração pretendida.

Atualmente, temos a seguinte situação: por força do art. 12, inciso II, alínea "a", da Lei nº 11.540, de 2007, os valores reembolsáveis destinados ao financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico são limitados a 50%.

Valores reembolsáveis são valores concedidos a título de empréstimo – então, 50% das dotações do fundo, consignadas na lei orçamentária anual ao FNDCT. Portanto, apesar de serem despesas financeiras, ou seja, empréstimos com contrapartida e que serão devolvidos posteriormente ao fundo, os valores destinados a esse fim acabam sendo limitados, indiretamente, pelo novo arcabouço fiscal, que restringe o aumento das despesas primárias, comprometendo, portanto, o incentivo à inovação e ao desenvolvimento de novas tecnologias.

Neste PL, temos a oportunidade de flexibilizar essa questão ao não aplicarmos essa limitação aos créditos adicionais abertos destinados a operações reembolsáveis quando realizados com superávit financeiro de fontes vinculadas ao FNDCT, ou seja, os empréstimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reembolsáveis não serão mais restringidos pela limitação imposta ao aumento das despesas primárias.

Para se ter uma ideia, as demonstrações contábeis relativas ao FNDCT, divulgadas pela Finep, com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), mostram que, em 31 de dezembro de 2024, o superávit financeiro das fontes de arrecadação própria do fundo era de R$22 bilhões. Sem a alteração trazida por este projeto, esses recursos ficarão ociosos, não sendo utilizados para novos investimentos em inovação e desenvolvimento científico e tecnológico. E, caso não mude a regra, ao aplicar-se este recurso, isso vai impactar no déficit primário ou vai ser contabilizado do ponto de vista fiscal.

Concordamos com o autor quando afirma que essa política carrega consigo um efeito multiplicador, em que o retorno para a economia é potencialmente maior que os custos iniciais dos investimentos. Isso ocorre porque o investimento tem o objetivo de aumentar a capacidade produtiva da sociedade. Além do mais, há a expectativa de se resultar em maior geração de emprego através das empresas que captam recursos e criam tecnologias que diminuem custos de produção, além de novos produtos e serviços que beneficiam toda a sociedade, gerando, então, uma série de externalidades positivas para a economia.

Como forma de aprimorar o texto, sugerimos que a alteração aqui pretendida tenha prazo de vigência até 2028. Entendemos que há, sim, recursos possíveis de serem utilizados a partir da abertura de créditos adicionais, mas não perdemos de vista o caráter estrutural estabelecido na Lei 11.540, de 2007, em que as operações reembolsáveis não podem ultrapassar 50% do montante das dotações orçamentárias do fundo a cada exercício. Portanto, autoriza-se a utilização desses recursos de modo extraordinário, por tempo determinado, preservando a regra estrutural dos 50% para depois desse período.

Quanto à Emenda 1-T, declaro que acatamos o texto proposto pela Senadora Tereza Cristina. A emenda vai ao encontro da intenção deste PL. Se a intenção é aumentar os recursos disponíveis para investimento em inovação, nada mais justo que abarcar também as cooperativas para que sejam possíveis beneficiárias dos recursos do FNDCT.

Quanto à Emenda nº 2, declaro que optamos pela rejeição. A emenda prevê linhas específicas e condições favoráveis de juros e prazo para projetos de energia limpa e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biocombustíveis. Contudo, apesar do mérito da emenda, não há como acatá-la. A Lei do FNDTC prevê que os recursos para operações reembolsáveis deverão observar, independentemente do setor, juros remuneratórios equivalentes à taxa referencial. Ademais, o FNDCT conta com fundos setoriais, aos quais estão vinculados comitês gestores responsáveis por estabelecer diretrizes estratégicas e definir a aplicação anual de recursos, entre os quais o Fundo Setorial de Energia. É no âmbito de tais comitês que se deve realizar o planejamento dos fundos, adaptando-os à dinâmica de cada setor.

Por último, gostaríamos de propor outras duas pequenas alterações referentes à técnica legislativa para adequar o texto às práticas usuais. Em primeiro lugar, na ementa deste PL, colocar a data completa da lei a ser alterada, que é de 12 de novembro de 2007.

Além disso, por força do art. 12, inciso III, alínea "c" da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, em que é vedado o aproveitamento do número de dispositivo revogado, a alteração a ser feita na Lei nº 11.540, de 2007, na realidade, será a de acrescentar o §6º.

Nessa linha, a Emenda nº 1-T acrescentará novo §7º ao art. 12 da Lei nº 11.540, de 2007.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL nº 847, de 2025, e, no mérito, por sua aprovação, bem como pela aprovação da Emenda nº 1-T, rejeição da Emenda nº 2 e aprovação das emendas a seguir:

> EMENDA Nº – CAE
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 847, de 2025, a seguinte redação:
> "Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que 'dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (FNDCT)', para aprimorar a destinação de recursos do Fundo."
> EMENDA Nº – CAE
> Acrescente-se o §6º ao art. 12 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 847, de 2025:
> "Art. 12 .....
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§6º Até o final do exercício financeiro de 2028, o disposto na alínea 'a' do inciso II do *caput* deste artigo não se aplica aos créditos adicionais destinados a operações reembolsáveis, quando realizados com superávit financeiro de fontes vinculadas ao FNDCT." (NR)

Presidente, o voto é pela aprovação, e eu queria só chamar atenção de que esse projeto – e eu quero cumprimentar o autor – garante a sustentabilidade de um fundo permanente para as contratações não reembolsáveis, ou seja, na medida em que esse recurso agora complementa mais um período, o dinheiro que já saiu sob a forma de empréstimo para o desenvolvimento de inovação e de tecnologia para as empresas retornará, e nós teremos um fundo que vai estar com um novo recurso, que entra no aumento na proporção de 50%, mas essa possibilidade se torna autossustentável. Por isso que a gente estabelece o limite até 2028.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Senadora Damares Alves, com a palavra V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, primeiro eu quero cumprimentá-lo por ter pautado essa matéria hoje. E eu vou cumprimentar o autor e o Relator, dois petistas... Hoje a direita briga comigo. (*Risos.*)

Não tem jeito.

Mas se tem um fundo a que a gente precisa o tempo todo estar atento é a esse fundo. E a forma como o autor traz e o Relator acolhe, inclusive as emendas, aperfeiçoando, essa sustentabilidade do fundo é mais que necessária. Nós precisamos investir em ciência e tecnologia no Brasil.

Presidente, quando eu recebi a notícia de que nós temos, dentro da Universidade Federal de Minas Gerais, um grupo que criou a vacina contra o crack... O senhor imagine quantas pessoas morreram por causa do crack no país. E nós temos, lá dentro de uma universidade, a solução. Investir em ciência e tecnologia é garantir soberania desta nação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, eu quero cumprimentar o autor pela iniciativa, e o Relator por ter acolhido a emenda da Tereza também, que eu acho que vem aí melhorando o texto.

E parabéns, Presidente, por ter pautado essa matéria de grande importância para a nação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Senador Jaques Wagner, que é o autor da matéria. Com a palavra V. Exa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Presidente, obrigado.

Queria cumprimentar as Senadoras e os Senadores. Agradecer os elogios feitos pela Senadora Damares, que eu quero dizer que não me constrange nem um pouco, ao contrário. Eu acho que essa civilidade de reconhecer que adversário também tem boas ideias, e reconhecer isso, V. Exa. sabe que da minha parte sempre foi esse o movimento. Até me orgulha muito quando V. Exa. me diz que, se fosse Presidente, queria que eu fosse o Líder do Governo. Não sei se ainda vou estar com idade para isso, mas... (*Risos.*)

Eu queria parabenizar também o Senador Rogério pelo relatório, pelo aprimoramento que ele fez estabelecendo em 28 o teto. Agradecer a emenda da Senadora Tereza, que realmente incluiu as cooperativas. E agradecer a compreensão do Senador Fernando Farias, que queria colocar o que eu acho absolutamente nobre: a questão de energia limpa como sendo uma parte obrigatória.

A Finep é que faz essa destinação, e conforme V. Exa. demandou, eu já estou agendando a audiência para semana que vem com o Presidente da Finep, o Sr. Pansera, para que V. Exa.... E se for o caso, até o acompanho, porque por energia limpa eu sou absolutamente apaixonado.

Presidente, enquanto a gente estava aqui acompanhando a reunião, eu recebi uma notícia, entre tantas que entram no nosso celular, de que a China lançou a primeira internet 10G. Então, só confirmando as palavras da Senadora Damares, nós não podemos ficar eternamente falando de educação e ciência e tecnologia se a gente não investe. Isso aqui não rouba nenhum centavo dos não-reembolsáveis, mas havia da ordem de mais de 20 bilhões empoçados, por conta desse equilíbrio que, no fundo, é esse o equilíbrio. Naquilo que sobra como retorno, aí evidentemente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós vamos poder liberar para aqueles reembolsados, ou seja, são empresas ou cooperativas maiores que têm a capacidade de fazer uma pesquisa e remunerar.

Segundo o Banco Mundial, a cada ponto percentual que se investe em ciência e tecnologia, você tem, em cinco anos, em média, um crescimento de 1,6% do PIB. Então, é 60% a mais de retorno em termos de criação de riqueza.

Então, parabéns à Casa. Eu não sei se ele é terminativo aqui, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É terminativo na Comissão.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Então, ótimo. Obrigado.

Ah, tem que ser nominal a votação?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A votação será nominal, e os Senadores que registraram presença podem votar pelo aplicativo.

Senadora Leila, com a palavra V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para discutir.) – O nosso autor já foi muito didático explicando, mas, falando de forma bem pragmática, são 22 bilhões parados – parados! E agora, além de aprimorar essa destinação, nós vamos ampliar as linhas de crédito. Então, só quero parabenizar a iniciativa do nosso Líder Jaques Wagner, e a relatoria, acatando também, concordo com a Damares, acatando a emenda da Senadora Tereza Cristina, que realmente aprimora o parecer.

E parabéns aos dois, queridos petistas maravilhosos, e à Damares também, parabéns a todos aí envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira mais discutir a matéria, nós passamos à votação, que será nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o Projeto de Lei nº 847, de 2025, nos termos do parecer do relatório apresentado pelo Senador Rogério Carvalho.

Os Senadores e as Senadoras que votam pela aprovação do projeto votam "sim", e os que votam contra o projeto votam "não".

A matéria está em votação. Mais uma vez, eu lembro aos Senadores que marcaram presença que as senhoras e os senhores podem votar pelo aplicativo.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Enquanto os Senadores votam, é importante deixar registrado hoje aqui nesta Comissão que nós tratamos de temas importantes de políticas públicas de interesse da sociedade do Brasil, além de requerimentos no campo da atividade de fiscalização e controle do Senado e desta CAE.

Assim, eu gostaria de destacar que deliberamos sobre US$90 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), para projetos de saneamento rural no Estado de Pernambuco. Essa matéria contou com a relatoria do Senador Fernando Dueire.

Igualmente, nós tratamos de duas importantes operações de crédito internacional do BNDES, junto a agências internacionais de cooperação, para projeto emergencial de resposta ainda à crise da covid e para recuperação sustentável e produtiva de micro, pequenas e médias empresas. São operações de 30 bilhões de ienes e de US$250 milhões. Essas matérias tiveram como Relatores os Senadores Vanderlan Cardoso e Leila Barros.

No campo da simplificação do ambiente de negócios, nós deliberamos, a CAE deliberou hoje sobre o modelo de designação de presidentes e de vice-presidentes de juntas comerciais, que poderão, a partir da aprovação dessa proposta, ser nomeados pelos Governadores de estado. Isso verdadeiramente simplifica.

E estamos apreciando esta importante matéria, o PL 847, de 2025, que vai, depois de aprovado, liberar mais de R$20 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que estavam empoçados devido às regras da DRU e do teto de despesas e que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora, poderão ser investidos em projetos na área de ciência, tecnologia e inovação. Isso é muito importante, fundamental, porque se sabe que, para cada um ponto percentual do Produto Interno Bruto investido em ciência, tecnologia e inovação, temos um retorno no crescimento de 1,6% do PIB em cinco anos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero aproveitar e parabenizar aqui o Senador Rogério Carvalho por essa relatoria, e também o autor, Jaques Wagner.

Ele, que foi Governador, sabe a importância que representam esses recursos, principalmente no momento que vivemos hoje, em que a ciência e a tecnologia precisam, realmente, de recursos. É muito bonito a gente falar em ciência e tecnologia, mas a competitividade é muito grande.

Eu, inclusive, agora, estava lá na Comissão de Ciência e Tecnologia, onde nós criamos também a Subcomissão do Pantanal. O Pantanal é a maior área alagada do mundo – nós estamos vivendo agora a COP em Belém –, e a nossa situação lá precisa de muito investimento na ciência e tecnologia para que a gente possa, primeiro, ter o combate aos incêndios e, segundo, também fazer o desenvolvimento sustentável de uma região tão grandiosa como o Pantanal, sendo que 93% do Pantanal está na mão da área privada. Então, se não tiver uma parceria público-privada efetiva, não tem como promover a sustentabilidade. E lá tem os indígenas, quilombolas, ribeirinhos e os proprietários. Então, a discussão no Pantanal de como dar essa sustentabilidade é muito grande. Falou-se muito, quando tivemos, há quatro anos, uma queimada de 4 milhões de hectares, no boi bombeiro... Então, fica-se às vezes muito na discussão e não se tem, ali, a comprovação da ciência para dizer o que pode e o que não pode.

Por isso, eu quero parabenizar, Senador Jaques, esta Comissão por estar aprovando neste momento, porque isso vai representar recursos na ponta, com as universidades e com os institutos. Inclusive, lá também temos agora criado e instalado o INPP, que é o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal. Então, por tudo isso será muito importante esse trabalho.

Parabéns, nosso Senador Renan, por dar prioridade a esse projeto.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Wellington.

Essas matérias de hoje foram apreciadas, e, como todos estão vendo, nós estamos exatamente procurando, no âmbito dos eixos temáticos, do planejamento dos trabalhos desta Comissão de Assuntos Econômicos, mais uma vez demonstrar que nós podemos fazer aqui.... Esse projeto do nobre Líder do Governo é uma demonstração de que nós poderemos avançar muito além de qualquer polarização. Já fizemos isso ao aprovar a lei da reciprocidade, por unanimidade, nesta Comissão e, também por unanimidade, no Plenário do Senado Federal e hoje estamos votando esta importantíssima matéria com a participação de todos. É um meritório projeto do Senador Jaques Wagner, que teve como Relator o Senador Rogério Carvalho, e que acatou uma emenda muito importante da Senadora Tereza Cristina.

Então, nós temos aí um leque, dentro desses eixos estratégicos estabelecidos aqui com os Senadores e com as Senadoras na Comissão. É um largo espaço a ser ocupado, além de qualquer polarização política, mas sobre temas que tratam do interesse nacional, do interesse da coletividade e de alguns assuntos que, do ponto de vista institucional, estão, infelizmente, paralisados no nosso país.

Nós vamos discutir tudo, absolutamente tudo, da mineração. Nós já elegemos o gasto público como a política pública a ser levada em consideração nesta Comissão, designamos o Senador Alessandro para ser o Relator dessa matéria e vamos tentar avançar com relação a esses eixos, que podem significar um consenso nesta Comissão, para que nós aproveitemos este ano, que não é ano eleitoral, e possamos também, nos três primeiros meses do próximo ano, avançar com essa agenda de interesse do Brasil aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Todos já votaram? (*Pausa.*)

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Dezesseis Senadores votaram SIM; nenhum Senador votou NÃO.

Está, portanto, aprovada a matéria em caráter terminativo aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis, na forma do Regimento.

Senadora Ideli Salvatti, é uma honra tê-la aqui nesta Comissão. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Há um pedido para inclusão, na nossa Ordem do Dia, de um projeto de resolução extrapauta, que será analisado em função da urgência da matéria.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 12, DE 2025

Disciplina o tratamento a ser dispensado às operações realizadas de acordo com as Leis Complementares nº 156, de 28 de dezembro de 2016, nº 159, de 19 de maio de 2017, e nº 178, de 13 de janeiro de 2021, no que tange às contratações dessas operações e às concessões de garantia pela União previstas nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, bem como altera a Resolução do Senado Federal nº 15, de 2021, para incluir a autorização da realização de aditamentos contratuais a operações de crédito interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de suas respectivas administrações indiretas, cuja finalidade seja a substituição da taxa de juros aplicável a essas operações, no caso de a taxa vigente ser baseada na London InterBank Offered Rate (Libor) ou na European Interbank Offered Rate (Euribor).

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, vou direto à análise aqui.

A Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, no §3º do art. 29, autorizou a substituição dos indexadores de contratos de refinanciamento de dívidas, inicialmente limitada às operações de crédito externo.

A Resolução do Senado Federal nº 15, de 2021, regulamentou tal autorização, permitindo a substituição das taxas de juros nesses contratos, desde que validadas pelo organismo financeiro credor e pelo Ministério da Economia, especialmente em face da descontinuidade da Libor e da Euribor no mercado internacional.

Posteriormente, a Lei Complementar nº 212, de 13 de janeiro de 2025, ampliou o escopo dessa autorização, ao incluir também as operações de crédito interno, promovendo maior alinhamento entre os instrumentos legais e a realidade financeira dos entes subnacionais.

Contudo, a Resolução do Senado Federal nº 15, de 2021, ainda não contempla expressamente essa ampliação, o que tem impedido a formalização de aditivos em contratos internos, como destacado pelo Ofício SEI Nº 8230/2025/MF da Secretaria do Tesouro Nacional.

Diante disso, torna-se imprescindível a alteração da Resolução do Senado Federal nº 15, de 2021, para incluir as operações de crédito interno no rol de contratos passíveis de substituição de indexadores, conforme autorizado pela Lei Complementar nº 212, de 2025.

A adequação da Resolução do Senado Federal nº 15, de 2021, representa um passo fundamental para garantir a efetividade da política fiscal, evitar a descontinuidade nos pagamentos dos contratos de crédito e assegurar que os entes federativos possam honrar seus compromissos com base em parâmetros financeiros atualizados e realistas.

A medida visa à consolidação da sustentabilidade da dívida pública e ao fortalecimento da gestão fiscal em todas as esferas da Federação.

Portanto, trata-se de um projeto de importância fundamental para os diversos entes da federação, vindo a regularizar uma situação de isonomia.

Voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro desse contexto, e não havendo óbices de natureza regimental, legal ou constitucional, bem como pelo relevante mérito da proposta, voto pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 12, de 2025, nos termos em que foi apresentado.

É o voto, Presidente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, só uma palavra...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu acho que é autoexplicativo o que disse o Senador Fernando Farias e eu agradeço o relatório e dou um exemplo.

Por que pedimos essa urgência? Um dos contratos de refinanciamento, que é, por acaso, o do Rio de Janeiro com o Banco do Brasil, está por vencer. E, se essa resolução não estiver aprovada, eles terão que sentar para rediscutir qual é a nova taxa.

Com essa extensão do PRS de 2021, evidentemente, já fica praticamente automática essa mudança e, portanto, facilita o processo de refinanciamento.

Então, agradeço aqui. Essa era uma demanda da Fazenda, do Banco do Brasil e de outros entes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto de resolução do Senado.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fernando Farias.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Até pela exposição aí do Senador Jaques Wagner, quero pedir urgência nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria terá o tratamento de urgência, na forma do Regimento, como pede V. Exa.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Tem mais alguma matéria, Sr. Presidente, ainda?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não?

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir aqui a V. Exa. a possibilidade de que eu possa relatar o Projeto de Lei Complementar nº 185, de 2024, que é de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Esse projeto regulamenta a aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde e também dos agentes de combate às endemias, estabelecida pelo §10 do art. 198 da Constituição Federal.

E eu faço isso, Sr. Presidente, exatamente porque o movimento comunitário começou de forma muito forte na minha cidade natal, Rondonópolis. Registro, inclusive, que um companheiro do seu partido, o Deputado Carlos Bezerra, foi sempre um precursor dessa matéria. Ele já está bem no avançado da idade, não é mais Parlamentar, mas continua defendendo os agentes comunitários e me pediu, inclusive, a possibilidade de que eu fizesse essa relatoria.

Então, eu quero aqui pedir a V. Exa. a possibilidade de me designar como Relator. Eles, inclusive, estão aí no aguardo dessa decisão de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – V. Exa. está, a partir de agora, designado como Relator dessa importantíssima matéria. E tenho uma satisfação muito grande em fazê-lo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. E vou fazê-lo, com certeza, o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo mais nada a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

Mais uma vez, muito obrigado a todos pelas presenças.

(*Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezenove minutos do dia seis de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Plínio Valério, Fernando Farias, Veneziano Vital do Rêgo, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Omar Aziz, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Jaime Bagattoli, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Chico Rodrigues, Beto Faro e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Irajá, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 224, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 60-A à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que "estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", para definir limite em relação à dívida dos municípios que especifica." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos de uma emenda apresentada. **Resultado:** Vista concedida. **Observação:** Vista coletiva concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 234, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para estimular o uso estratégico das compras públicas para fomentar as atividades de microempresas e de empresas de pequeno porte." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao projeto. **Observação:** Aprovado o relatório, favorável ao projeto. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 79, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera os Decretos-Leis nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, e as Leis nº 5.461, de 25 de junho de 1968, e n° 8.706, de 14 de setembro de 1993, para determinar que as contribuições de todos os trabalhadores em transporte e dos transportadores autônomos sejam recolhidas em favor do Serviços Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT)." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4269, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incentivo ao empreendedorismo jovem nas redes públicas de ensino." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4437, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, para estabelecer o direito ao empreendedorismo do jovem." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** 1. Favorável ao PL 4437/2021, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4269/2021. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1075, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para assegurar aos condutores o direito a ter o exame toxicológico obrigatório custeado pelo empregador." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3470, de 2019 - Terminativo -** que: "Insere o art. 433-A na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir às microempresas e às empresas de pequeno porte que admitirem aprendizes prioridade, condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados." **Autoria:** Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – (*Falha no áudio.*) ...permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, caros telespectadores, ouvintes, internautas que acompanham esta sessão da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, nós submeteremos hoje à deliberação desta Comissão o Projeto de Lei Complementar nº 224, de 2019, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal e que propõe limitar o comprometimento anual dos municípios com o pagamento de amortizações, juros e demais encargos da dívida com a União a 30% de sua receita própria anual.

Incluímos a matéria na pauta, tendo em vista dois aspectos: 1) segundo a análise da própria Consultoria de Orçamentos do Senado Federal, o projeto não causa perdas à União, perdas de recurso à União; 2) é tema que nos remete necessariamente à necessidade de revisarmos e atualizarmos, após 25 anos, a Lei de Responsabilidade Fiscal, preenchendo algumas lacunas ainda existentes, a exemplo da instituição do Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal e até hoje, infelizmente, não implementado.

O segundo projeto trazido à apreciação da CAE será o PLP 234, de 2020, que dispõe sobre a utilização estratégica das compras governamentais no desenvolvimento de microempresas e empresas de pequeno porte. Com isso, pretende-se atualizar o valor do limite legal estipulado em 2014, que era de 80 mil, para 120 mil, no caso de licitações exclusivamente dirigidas às microempresas e da empresa de pequeno porte. Prevê o tratamento diferenciado e simplificado para microempresa em licitações públicas.

Já o item 3 da pauta é o Projeto de Lei 79, de 2020, que determina que as contribuições de todos os trabalhadores em transporte e dos trabalhadores autônomos sejam recolhidas em favor do Serviço Social do Transporte (Sest) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat). Atualmente, apenas os trabalhadores do modal rodoviário contribuem para o sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sest/Senat, de maneira que a matéria busca justamente ampliar esse rol de trabalhadores, incluindo os que atuam no transporte marítimo, fluvial, lacustre e aeroviário.

Fizemos também questão de incluir, no item 4 da pauta da CAE, os Projetos de Lei 4.269 e 4.437, de 2021, que tramitam conjuntamente, para que o poder público tenha o dever de incentivar e promover o empreendedorismo no âmbito do ensino médio, colaborando para estimular, junto ao público jovem, novos negócios, gerar emprego e renda, aumentar a competitividade das empresas e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

No item 5, o penúltimo da pauta, temos o Projeto de Lei 1.075, de 2022, que determina que o exame toxicológico exigido para obtenção e renovação da Carteira Nacional de Habilitação das categorias C, D e E sejam custeados pelo empregador. Atualmente, de acordo com a CLT, são custeados pelo empregador apenas os exames toxicológicos na admissão e no desligamento do motorista profissional. A discussão central desta matéria, a nosso ver, é a redução dos acidentes rodoviários, com impactos positivos na saúde pública e na própria reputação das empresas do setor.

E, por fim, o item 7 da pauta é o Projeto de Lei 3.470, de 2019, que garante, às microempresas e às empresas de pequeno porte que admitirem aprendizes, condições favorecidas e diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras públicas.

Passamos, portanto, ao item primeiro da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 224, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 60-A à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que "estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", para definir limite em relação à dívida dos municípios que especifica.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos de uma emenda apresentada.

Observações:

1. Em 24/10/2023, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do senador Mecias de Jesus.

Eu tenho a honra e a satisfação de conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin, Relator da matéria.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente. Quero agradecer pela oportunidade e registrar que esse projeto é importante.

Acho que também é importante que o Governo acompanhe a sua evolução, porque sempre que nós tratamos da Lei Complementar 101, que completou anteontem 25 anos de existência, a nossa Lei de Responsabilidade Fiscal, sempre é importante, além da nossa responsabilidade, que o Governo acompanhe qualquer alteração.

Esse projeto tem como objetivo limitar o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida dos municípios em relação à União. É composto de dois artigos. O art.1º limita o comprometimento anual a 30% da receita própria do município, que deve incluir transferências constitucionais.

O art. 2º é a cláusula de vigência e estabelece que a lei complementar que resultar deste projeto de lei entrará em vigor na data da sua publicação, mas somente produzirá efeitos no exercício subsequente, respeitando, portanto, o princípio da anualidade.

A justificação é muito clara: o pagamento das dívidas junto ao Governo Federal é um dos maiores desafios enfrentados pelos municípios, uma vez que tais pagamentos comprometem seriamente as finanças locais, o que impede que prefeituras possam ter uma capacidade de investimento maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios, no primeiro trimestre de 2019, 365 municípios tiveram pelo menos um decêndio do valor a ser transferido no âmbito do Fundo de Participação dos Municípios integralmente retido pela União. A situação é particularmente grave para os municípios menores e mais pobres, cujas principais fontes de receitas são, justamente, as transferências intergovernamentais.

A matéria foi lida em Plenário em 26 de setembro de 2019. Entre as Comissões da Casa, será ouvida unicamente a CAE antes da deliberação em Plenário novamente. Em 21 de dezembro de 2022, decidiu-se que o PLP continuaria a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

Em 24 de outubro de 2023, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Mecias de Jesus. A emenda propõe reduzir o limite de comprometimento de 30% para 20% no caso de municípios com população entre 10 mil e 100 mil habitantes e para 10% no caso de municípios com até dez mil habitantes.

Quanto à análise, o PLP está alinhado com os princípios constitucionais e legais, não havendo dúvida, portanto, sobre sua legalidade e constitucionalidade.

O projeto está vazado na boa técnica legislativa.

E, no mérito, pessoalmente, eu concordo com o Senador Zequinha Marinho, autor do projeto. As prefeituras formam o elo mais fraco do nosso pacto federativo, sendo a elas incumbidas inúmeras responsabilidades – com destaque para a atenção primária da saúde e ensino fundamental – e poucas fontes de receitas. Daí a dependência de transferências intergovernamentais, notadamente da União. A União, quando retém valores dessas transferências para o pagamento de dívidas, produz, em verdade, um verdadeiro estado de calamidade em vários municípios, asfixiando completamente sua capacidade financeira.

A proposta tem como objetivo limitar o impacto da cobrança, que é justa, mas, às vezes, desmedida.

Ressalte-se que o limite de 30% estabelecido por este PLP não se confunde com o limite de 11,5% para o comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento do serviço da dívida. Esse último é calculado com base em previsões de arrecadação e de pagamento de juros, previsões essas que podem não se confirmar. Ademais, as dívidas com a União, objeto deste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto, podem decorrer de diversos eventos econômicos distintos das operações de crédito, como o não pagamento de contribuições previdenciárias, que é talvez o maior drama dos municípios.

De acordo com o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em conjunto com a Lei Complementar nº 101, solicitamos a estimativa do impacto orçamentário que foi elaborada pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, por meio de nota técnica. Portanto, o projeto está estribado na busca do conhecimento da realidade.

Para estimar esses impactos, levantaram-se as dívidas de municípios com a União. Os dados dessas dívidas são divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional. Esse conjunto de dados foi combinado aos das receitas orçamentárias municipais, obtidos no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), igualmente mantido e tornado público pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Os três distintos conceitos de receita orçamentária foram utilizados para tornar a análise tão exaustiva quanto possível. Eles também servem ao propósito de evidenciar que a expressão "receitas próprias" pode dar azo, salvo melhor juízo, a alguma subjetividade. Por isso, trabalha-se com o conceito de receitas brutas (sem qualquer dedução), com o de receitas líquidas e, finalmente, com o que se convencionou denominar "receitas próprias" (após o abatimento das receitas provenientes de operações de crédito), esse em estrita atenção aos termos do próprio PLP.

Há o entendimento de que as receitas próprias são todas aquelas que não apenas estejam disponíveis para o pagamento da despesa, mas também que não impliquem a constituição de dívida, para efeito de sua arrecadação. Por isso, as receitas próprias, como aqui calculadas, são líquidas tanto de variados elementos, aos quais se dá o nome de "deduções", na terminologia do próprio Siconfi, quanto das receitas decorrentes de operações de crédito (empréstimos e financiamentos). Ou seja, buscou-se trabalhar com um conceito de receitas próprias que reflita, com rigor e fidedignidade, a capacidade efetiva e a disponibilidade efetiva para pagamento do município.

Feitos esses esclarecimentos preliminares, apurou-se que o PLP não deverá produzir impactos sobre a arrecadação federal, no sentido de reduzi-la, gerando renúncia fiscal. De acordo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com os dados obtidos, o comprometimento de receitas municipais com o pagamento da dívida, junto à União, é, hoje, irrisório. O peso relativo desse comprometimento, segundo nota da Conorf, encontra-se muito distante dos 30% propostos no PLP.

Em maio de 2024, foi solicitado um novo estudo, dessa vez para avaliar também os impactos econômico-financeiros da Emenda nº 1, do Senador Mecias, que reduzia de 30% para 20% ou 10%, conforme o tamanho do município, o percentual de comprometimento das receitas próprias para o pagamento de juros e amortizações. O estudo resultou na Nota Técnica de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 41, de 2024, que concluiu que, apesar de limitações na base de dados, nenhum município apresentou percentual de gastos com juros e amortizações acima dos limites pretendidos por este projeto de lei.

Após essas considerações, proponho, entretanto, quatro alterações.

A primeira é substituir "receitas próprias, incluindo as provenientes de transferências constitucionais", por "receita corrente líquida", que é o conceito de receita já utilizado na Lei de Responsabilidade Fiscal, que o próprio PLP em tela busca alterar. Além disso, as receitas correntes líquidas podem incluir transferências previstas em lei, mas não na Constituição, sendo, portanto, um conceito mais abrangente do que aquele proposto pelo PLP.

A segunda alteração refere-se à mencionada incompatibilidade com o art. 195, §11, da Constituição, que veda renegociação ou parcelamento de dívidas previdenciárias por períodos superiores a 60 meses. Vale ressaltar que esse dispositivo foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, posterior, portanto, à apresentação do PLP.

É possível que o limite de 30% das receitas municipais para o pagamento de dívidas previdenciárias seja insuficiente para quitar a dívida no prazo constitucional de cinco anos. Sendo assim, o regulamento deverá criar formas de impedir que isso aconteça, ou seja, não se pretende contrariar o preceito constitucional do prazo limite de cinco anos, no caso.

A terceira proposta é para incentivar maior controle das finanças públicas. Como regra geral, devemos ser contrários a renegociações da dívida, pois isso aumenta a insegurança jurídica e pode estimular comportamento fiscalmente irresponsável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, independentemente dos motivos que levaram à atual situação, é necessário tomar as devidas providências para que os municípios recuperem seu equilíbrio fiscal. Por esse motivo, proponho que os municípios que se beneficiarem do disposto neste PLP fiquem impedidos de promover uma série de ações que possam desequilibrar suas contas no futuro, como aquelas contidas nos incisos II, III e VI a X do *caput* do art. 167-A da Constituição Federal e no art. 31 da Lei Complementar nº 101, de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, já mencionada.

As vedações contidas no art. 167-A da Constituição são relacionadas à criação de cargos, reajustes salariais para servidores, criação de despesas obrigatórias ou reajustadas acima da inflação e concessão de subsídios ou benefícios fiscais. Já a vedação contida no art. 31 da Lei de Responsabilidade Fiscal refere-se à proibição de contratação de operações de crédito. Trata-se de vedações que, reconheço, são duras, porém necessárias para que o município volte a ter suas finanças reequilibradas. Do contrário, estaremos perpetuamente tendo de criar novas renegociações de dívidas, o que somente posterga – e agrava – a solução do problema fundamental, que é a desorganização financeira de alguns entes da Federação.

A quarta e última alteração envolve acatar parcialmente a Emenda nº 1, já referida, do Senador Mecias de Jesus. A situação financeira dos municípios menores e mais pobres é particularmente grave. Apesar de os municípios com menos de 100 mil habitantes serem a maioria dos municípios brasileiros, sua proporção no endividamento total é baixa. As quarenta maiores dívidas correntes líquidas pertencem exclusivamente a municípios com mais de 100 mil habitantes e perfazem 90% do total do endividamento.

Reduzir, portanto, o limite de comprometimento para municípios pequenos, nos termos propostos pela Emenda nº 1, não deverá prejudicar de forma significativa as receitas da União. Isso se houver qualquer prejuízo, pois, como concluíram as duas notas técnicas elaboradas pela nossa Conorf, apesar de algumas limitações com os dados, as estimativas apontam que este projeto não deve trazer qualquer impacto orçamentário-financeiro para a União. Por outro lado, o potencial benefício que trará para os municípios menores é substancial.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 224, de 2019, acatando parcialmente a Emenda nº 1-CAE, nos termos do seguinte texto:

> "Art.60-A O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida dos municípios com a União, qualquer seja sua modalidade, não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do montante anual de sua receita corrente líquida.
> §1º O percentual de 30% (trinta por cento) de que trata o *caput* poderá ser majorado para atender o disposto no §11 do art. 195 da Constituição Federal [...].
> §2º Para o Município se beneficiar do disposto no *caput,* deverá assinar contrato ou termo de aditivo contratual junto à União, nos termos do regulamento.
> §3º Enquanto durar o benefício de que trata este artigo, é vedado ao Município [...] [seguem-se as proibições que eu mencionei]:
> I - criação de cargo [...];
> II - alteração de estrutura [...];
> III - criação ou majoração de auxílios [...];
> IV - criação de despesa obrigatória;
> V - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação [...];
> VI - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão [...]."

Remissão, no caso, com dois "s", Senador Plínio Valério, que é o perdão, aquele que o senhor pede quando reza o credo; remição com "ç" é coisa que o Senador Jaques Wagner conhece, que é uma remissão onerosa, ou seja, é um perdão com um certo custo. Então, esta remissão aqui é aquela que o senhor deseja sempre.

> "[...] observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV [...];
> VI - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento [...];
> VII - concessão ou ampliação [...].
> VIII - [...]."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, são as medidas cautelares que a Constituição já estabelece para o ente federado que exorbitou nas suas despesas. Ele tem que se autoconter, ou melhor, ser contido pelos limites de ampliação de compromissos.

> "[...]
> §4º Os percentuais de que trata o *caput*, observados o disposto nos §§1º a 3º, ficam reduzidos para [ou seja, é 30% para os municípios, sendo]:
> I - 20% (vinte por cento) para os Municípios com população de 10.001 (dez mil e um) a 100.000 (cem mil) habitantes; e
> II - 10% (dez por cento) para os Municípios com população igual ou inferior a 10.000 (dez mil) habitantes."

Esse é o voto, Presidente. Peço desculpas se me alonguei, mas trata-se de um projeto que focaliza, como eu falei, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que recentemente fez as suas bodas de prata, 25 anos, há dois dias passados, e nós temos que descer a essa questão com a sensibilidade, mas, acima de tudo, com a racionalidade que essa legislação exige.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria.

Senador Zequinha Marinho, com a palavra V. Exa.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Cumprimento a todos, saudando aqui nosso querido Senador Esperidião Amin e o relatório que ele produziu, como também as condicionantes que acrescentou para melhorar significativamente o nosso projeto.

Observando a situação, V. Exa., com certeza, conhece o interior tão bem quanto a gente. Eu sou do Pará, e a arrecadação, aquela institucional, o FPM e tantas outras, porque a arrecadação própria dos nossos municípios é muito pouca, com raras exceções... Então, a gente conhece a situação em que não dá para funcionar a máquina pública, atender a saúde, a educação, a assistência social e outras coisas, e muito menos fazer algum investimento. Quer dizer, você tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um município que é apenas uma figura, porque lamentavelmente o descontrole fiscal, com a dívida com o Governo Federal, principalmente a previdência, o inviabiliza.

Nós temos um município na beira do Rio Tapajós chamado Aveiro. Eu vi Aveiro fechar, porque a receita que entrava em determinado momento do dia a Receita Federal apanhava logo em seguida; e o Prefeito não ficava com nada e tinha lamentavelmente que apenas assistir ao caos acontecendo, porque a gente não conseguia reverter isso em lugar nenhum.

Bom, a partir dessa inspiração também ligada aqui à questão do empréstimo consignado, que é lei, um servidor, por exemplo, não pode tomar emprestado mais de 30% do que aquilo que ganha; e isso estabeleceu culturalmente um limite para poder, então, negociar ali e comprometer sua renda. O município precisa levar também em consideração esses princípios simples e básicos da vida do cidadão para também sobreviver. E aí a gente entende que esse teto pode ser importante para que os municípios paguem suas dívidas, nem que tenham que alongar essas dívidas para a frente.

As dívidas da previdência, no meu ponto de vista, um dia teriam que ser auditadas, porque você não sabe nem por que está devendo tanto. Não tem controle disso, não é? É preciso prestar atenção nisso também. Tem muita coisa aí que é um monte de gorduras que eu tenho certeza de que não se sustentariam de pé diante de uma auditoria bem-feita, profunda e com conhecimento.

Daí aqui, mais uma vez cumprimentando e honrando o Senador Esperidião Amin pelo belo trabalho, solicito aos colegas que a gente aprove na Comissão de Assuntos Econômicos aqui do Senado Federal o nosso projeto para que ele possa avançar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão.

Continua a discussão.

Senador Plínio Valério, com a palavra V. Exa. para discutir a matéria.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Na realidade é para – eu ouvi atentamente o relatório – elogiar o relatório do Senador Esperidião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amin, que como sempre nos redimiu dos nossos pecados, das nossas falhas. Pelo menos procurou nos redimir. É tempo de atualização.

Era só essa observação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria também, em homenagem aos 25 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal, falar de uma entrevista do Prof. José Roberto Afonso ao *Valor Econômico,* nesse último final de semana. Ele assessorou a Assembleia Nacional Constituinte, é Doutor em Economia e em Contabilidade pela Unicamp, atualmente é professor de doutorado do IDP em Lisboa e foi pesquisador da Fundação Getulio Vargas. Ele avalia, nesta entrevista, que a Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido bem-sucedida, mas segue incompleta. Dois de seus comandos, segundo Afonso, jamais saíram do papel: o estabelecimento de um teto para a dívida pública federal e a criação de um conselho de gestão fiscal.

Avalia também o professor que falta uma revisão da Lei Geral das Contas Públicas, de 1964. Essa ausência e o fato de que a parte que trata do Orçamento, na Constituição, ter sido escrita em um regime que se pretendia parlamentarista na Constituinte ajuda a explicar, sem dúvida nenhuma, também a crise das próprias emendas parlamentares.

O *Valor Econômico* pergunta ao professor: "À parte da confusão, acredita que a Lei de Responsabilidade Fiscal atingiu os seus objetivos?". E responde o Prof. Afonso que a Lei de Responsabilidade Fiscal dá instrumentos para exercer a política fiscal. Ela não deve ser confundida com a política ou com a prática em si. Serviu e continua servindo, continua ele, como um arcabouço no qual se exigem metas fiscais que mudam ao longo do tempo. Houve momentos na crise de 2008 ou na crise da covid em que foi necessário, continua o professor, fazer déficit e elevar brutalmente a dívida pública. A Lei de Responsabilidade Fiscal sobreviveu a esses momentos. Acha, o professor, que é uma lei, portanto, muito bem sucedida.

E ele cita um detalhe... Como nós, por lei complementar, regulamentamos a limitação da dívida de estados e municípios, ele cita que a dívida de estados e municípios, que era de 20% do PIB, caiu muito depois da Lei de Responsabilidade Fiscal. A dívida dos municípios, que era de 3% do Produto Interno Bruto, caiu para pouco mais de 1%. E a mesma coisa acontecerá com a dívida pública federal, se houver a limitação, conforme o mandamento constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele reclama também, na própria entrevista, que aqueles que cobram política fiscal, equilíbrio da política fiscal, que reclamam tanto disso deveriam ajudar a limitar a dívida pública federal, como manda a própria Constituição.

Eu recomendo a todos a leitura dessa importante entrevista do Prof. José Roberto Afonso.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Está em discussão ainda a matéria?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está em discussão.

Com a palavra, V. Exa., para discutir a matéria.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Primeiro, cumprimento todos os colegas Senadores e Senadoras.

Cumprimento o Senador Esperidião Amin e o Senador Zequinha e não vou devolver a piada, não, viu?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi a atualização depois do seu encontro papal. (*Risos.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Bom, eu acho nobre a preocupação, é a preocupação de todos nós. Definitivamente o elo mais fraco da Federação são os municípios. Não todos, evidentemente, mas há municípios, como no meu estado, que realmente são muito dependentes de FPM, praticamente, absolutamente; portanto, têm dificuldade de se fazer gestão.

De qualquer forma, nós estamos praticamente prontos para votar a PEC 66, que já está na Câmara. E a informação que eu tenho é que essa PEC está sendo composta lá na Comissão, que é a PEC da renegociação da dívida de INSS das prefeituras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só comentar, Presidente Renan, que realmente, como se limitou, reduziu-se, mas boa parte dessa dívida, que era de municípios, foi absorvida pela União. De uma certa forma, já houve essa negociação. Então, eu vou pedir vênia ao Senador Esperidião, mas, como o relatório foi apresentado – se não me engano – no dia de ontem, eu vou pedir vista, porque eu preciso levar ao Governo para ver qual é a preocupação.

Eu sou franco de lhe dizer, independentemente da análise do Governo, que, como nós estamos limitando a dívida, quer dizer, a ocupação do pagamento da dívida dentro do orçamento de cada município, sempre há a preocupação de acabar sendo um elemento deseducador do cidadão, porque eu sei que V. Exa. colocou que não pode mais tomar dívida quando entrar se beneficiando disso. O.k. Mas, de qualquer forma, eu quero fazer a análise lá pelo Tesouro, pela Fazenda, e aí, imediatamente, eu trago a ponderação do Governo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Senador Zequinha Marinho, autor do projeto.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Quero ajudar a encaminhar alguma coisa aqui junto ao Senador Wagner.

Nós tivemos, conforme dados da Confederação Nacional dos Municípios, um negócio interessante. Tem vários percentuais, mas o que mais me chama a atenção nisso é que 18% dos municípios brasileiros – no momento do levantamento, 18%, quase mil municípios – tiveram o FPM, que é a principal arrecadação, sem ele ninguém vive, entre 70 a 99%, retido para poder pagar dívidas junto ao INSS. Então, é um negócio que não dá para continuar mais, ou então morre, né?

Nosso ponto de vista é de que ou a gente arruma a situação, consegue estabilizar isso, né? Põe ordem na casa ou estaremos apenas com prefeituras, digamos assim, apenas a figura da prefeitura, porque os atendimentos estarão todos, literalmente, comprometidos em função dessa dívida com a previdência. Só para lembrar disso que é muito importante: entre 70% e 99% de comprometimento do FPM, em torno de mil municípios no Brasil todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Só para debater. Alguém ia pedir?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu pedi aqui, Presidente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Só para comentar sobre a fala do Senador Zequinha, eu estou muito tranquilo em relação a esse tema, Senador Zequinha, porque eu, pessoalmente, tenho um projeto de lei, que foi apresentado, propondo exatamente o escalonamento do desconto de previdência dos municípios, porque eu não acho razoável que um município pequeno, de pouca arrecadação, que depende integralmente do FPM, tenha que ser tratado como uma empresa e tenha sua contribuição patronal nos mesmos 20% ou 21% que o empresário, porque, repare: mesmo para quem está no Simples é menos Tem vários segmentos que a gente isenta.

Então, eu defendo que municípios que são absolutamente dependentes do FPM, sejam tratados de uma forma diferente. Eu acho que teria que ter, como no Imposto de Renda, uma escada até chegar aos 20% para aqueles municípios mais robustos financeiramente. Por quê? Porque senão a gente vai... Vamos supor, aprovado seu projeto e a PEC 66, a gente renegocia agora, mas, se o bolo continuar a crescer, daqui a cinco ou dez anos, haverá o mesmo problema da dívida com a previdência, porque ela não cessa – todo ano, todo mês ela é paga. E o que acontece é isto que V. Exa. falou: chega no final do ano, o Prefeito perde, não paga nada disso, e a bola de neve vai crescendo.

Então, eu acho razoável e eu acho que a gente tem que trabalhar nos dois sentidos: resolver o estoque e resolver como é que não se forma um novo estoque. E aí eu acho que tem que se modular o valor da contribuição de municípios pequenos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogério, com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, primeiro, declarar que é meritório este debate, que o projeto tem mérito. Acho que a gente deve evoluir para aprovação, mas, diante do que a gente está vivendo, eu recebi um relatório de 100% dos municípios do Estado de Sergipe. Com exceção de um município, os outros 74 praticamente dobraram as suas dívidas com a previdência social em quatro anos. O que é que acontece? Esses municípios têm renegociação ou aderiram a programas de financiamento, de parcelamento dessas dívidas previdenciárias, mas assumem... logo na sequência, começam a atrasar as despesas correntes com previdência, ou seja, o gasto mensal começa a atrasar novamente. Daí a pouco, um ano, dois anos depois, está tudo paralisado, e aí, obviamente, que a Receita vai lá e bloqueia; não é 30% do fundo, é 100% do fundo, porque o passivo é maior do que o Fundo de Participação dos Municípios que eles recebem, essa contribuição que é fundamental.

Então, eu acho que, enquanto nós não definirmos uma securitização para essas dívidas a partir da própria previdência... Aí não são cinco anos, dez anos, quinze anos para poder pagar, mas um percentual do Fundo de Participação dos Municípios, atrelando à adesão o pagamento da despesa vincenda; ou seja, a despesa do mês. Nós estamos no mês de maio; a despesa do mês de abril pode ser paga em junho, no máximo, ou seja, descontado já do FPM, certo? Para que não se acumulem mais dívidas.

Com isso a gente pode estabelecer num processo, num modelo de securitização, ou seja, em vez de cinco anos, dez anos, vai depender do tamanho da dívida do município, e aí você consegue resolver o problema definitivamente. Porque, para o INSS, o que importa não é o volume que vai entrar de uma vez; é o que vai entrar regularmente, todos os meses, como receita – portanto, o fluxo. E, quanto a esse fluxo, o próprio INSS e a própria Receita poderiam criar um programa de securitização dessas dívidas, atrelando o pagamento da despesa que vai vencer também ao desconto do FPM, porque aí obrigaria os Prefeitos, de uma maneira geral, os gestores, de uma maneira geral, a terem responsabilidade com as despesas com pessoal.

Eu acho que a gente precisa encontrar um caminho que seja...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E com o pagamento da própria dívida.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – E com o pagamento da própria dívida, as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, em primeiro lugar, eu quero agradecer a todas as contribuições, e indo por partes.

Do texto do projeto de lei complementar eu também pediria vista, Senador Jaques Wagner. Eu falei, antes da sua chegada, que eu tinha convicção de que o Governo deveria se interessar pela avaliação das consequências de um projeto de lei que vai passar só pela CAE e vai para o Plenário depois – ele não é terminativo, mas a única Comissão designada para apreciá-lo, por enquanto, é a CAE. Então, é lógico que o Governo cumpre com o seu dever ao pedir vista – sobre isso, não tenho dúvida nenhuma –, mas quero esclarecer que nós tivemos o cuidado de preservar a sanidade da dívida pactuada, que deve ser alterada... Os termos da negociação devem ser alterados, mas por isso escrevemos o §1º: "O percentual de 30% (trinta por cento) de que trata o *caput* poderá ser majorado para atender o disposto no § 11 do art. 195 da Constituição Federal [leia-se: dívida previdenciária], nos termos do regulamento". Ou seja, o projeto não é um facilitário; agora, ele indica que aí tem problema mais grave, como bem lembraram tanto o Senador Jaques Wagner quanto o Senador Rogério.

E eu digo mais: a dívida previdenciária é uma dívida alimentar. Se, depois de tantos anos... Há quantos anos, nós escutamos isso? Se ela perdura ainda com não pagamento, para não usar outra expressão, é porque a responsabilidade do gestor não está suficientemente explicitada. Sendo uma dívida alimentar, é uma dívida prioritária. Por quê? Ou já descontei do servidor e não repassei à previdência, ou eu não paguei a minha parte como patrão. De qualquer maneira, isso é apropriação indébita. É um direito do trabalhador, quando menos, que ele já pagou, já foi descontado disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não tenho nenhuma dúvida de que, depois de tantos anos tentando resolver esse problema, nós precisamos de, seja através de PEC, seja através de um outro instrumento legal, criar a responsabilidade e com isso dar a securitização a que se referiu o Senador Rogério.

Para o INSS, o que interessa é que ele tenha o crédito e o fluxo. Receber em cinco anos, como nós queremos, ou em dez anos é outro problema, desde que haja correção. O instituto de previdência é uma coisa para longo prazo, não é para resolver amanhã, ou depois de amanhã.

Então, eu só queria deixar isso claro, mas louvo o pedido de vista. Eu não peço vista, porque sou o Relator, mas acho que deve ser vista coletiva.

E só queria dizer mais uma coisa, tem razão o Senador Jaques Wagner e tem razão o professor Afonso, aqui referido: a situação mudou muito.

Eu participei da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador, confesso, na década de 90. Na década de 90, as operações de antecipação de receita orçamentária eram um inferno, um inferno para estados e municípios. Foi na década de 90 que houve a CPI dos Precatórios, ou seja, as letras de tesouros estaduais emitidas para pagamento de precatórios nem sempre existentes.

Aliás, V. Exa. e eu somos de estados que foram...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Que foram vítimas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... alvo desta CPI, de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu participei. O senhor imagina que ela foi presidida pela exuberância do Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Requião, exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Gostou da exuberância...

Então, foi uma CPI momentosa, ensejada pela situação fiscal, que era realmente de agonia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, só para concluir, o Governo Federal absorveu isso...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... boa parte.

O maior exemplo disso é a Prefeitura do Município de São Paulo. E eu não estou falando isso porque o Haddad era o Prefeito na época. O Maluf também foi...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... a Marta Suplicy.

A Prefeitura de São Paulo pagava a maior taxa de juros e tinha a maior dívida.

Quando o Presidente Temer concordou, e eu fui o Relator da Lei Complementar 156, o órgão, a entidade federada que mais se libertou da dívida, do quanto da dívida, foi a Prefeitura de São Paulo. Ela se desfez de dois terços da sobrecarga. Baixou a dívida para um terço do valor remanescente.

Então, é lógico que a União absorveu isso. Por quê? Porque tinha um encargo absurdo, taxa de juros de 9% ao ano, mais a correção – uma coisa de doido. Era para não pagar mesmo.

E agora, para concluir, eu espero que o Senador Jaques Wagner seja o nosso grande agente para colocar em votação, no Congresso Nacional, o final da Lei do Propag, que foi liderada por S. Exa., que foi apresentada pelo ex-Presidente da Casa, Rodrigo Pacheco; e relatada no Senado pelo atual Presidente da Casa.

Portanto, temos uma convergência de almas gêmeas, ou pelo menos de almas irmanadas, que pode nos levar a uma boa solução quando da deliberação dos vetos, e é indispensável essa deliberação para que o Governador decida se ele se engaja, adere, ou não adere, ao Propag.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Plínio Valério, com a palavra V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Eles citaram, mas o Relator e o autor não podem pedir. Ele pediu vista, mas eu peço vista coletiva, que não foi citada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está bem.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Só para fazer mais um comentário sobre esse tema, como fui Governador durante oito anos.

Eu não sei nem quantas são as prefeituras... tem prefeitura em que não é previdência complementar, mas própria. Porque quem deve ao INSS é quem seus funcionários estão vinculados, certo? Mas muita prefeitura cria previdência própria da prefeitura. Portanto, deveria recolher, só que recolher...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Ao fundo de previdência. Acho que tem regime estatutário.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Pois é, mas aí, se ele não recolhe, isso vai ser outra bomba que em algum momento vai arrebentar, porque muita gente tem prefeitura nova, abre esse sistema, mas daqui a 30 anos o pessoal começa a se aposentar – 30 eu estou falando... E aí, quando for se aposentar, vai ser outra bomba para cima da questão da União, porque não tem...

Quando eu cheguei ao Governo da Bahia, quanto tinha de reserva para o pagamento de previdência dos funcionários? Zero. Zero. Todo mundo joga na fonte 00. Não é necessariamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por leviandade, é por necessidade. Às vezes faz isso até com o dinheiro do próprio trabalhador que recolheu. Então, são múltiplos problemas. Como mudou muito a extensão da vida, a longevidade nossa, tudo isso complica bastante o quadro da previdência, não só aqui, mas no mundo inteiro.

Então, é só para adicionar um outro problema que está na minha opinião cozinhando, mas que em alguma hora vai arrebentar, porque tem muita previdência própria de município que também não tem um centavo em caixa de reserva.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A Presidência defere o pedido de vista coletiva.

A matéria, portanto, retorna à pauta na próxima reunião desta Comissão.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 234, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para estimular o uso estratégico das compras públicas para fomentar as atividades de microempresas e de empresas de pequeno porte.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 17/10/2023, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do senador Mecias de Jesus.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Plínio Valério para relatar a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Renan.

O senhor já leu a ementa. Eu vou tentar resumir aqui.

Vem ao exame da CAE o Projeto de Lei Complementar nº 234, de 2020, composto de dois artigos.

O art. 1º sugere alterar a redação do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006. Para promover o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, a redação sugerida pelo PLP para o inciso I do *caput* do art. 48 prevê que a administração pública terá o dever de realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$120 mil. Propõe-se, portanto, um aumento de 50% em relação ao atual limite de R$80 mil.

Eu peço permissão para ler todos; são quatro, cinco laudas, não mais que isso.

Já a redação proposta para o inciso II do *caput* do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, prevê que a administração pública deverá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, quando cabível, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte. A redação atual desse dispositivo estabelece que a administração pública poderá exigir a subcontratação.

Ainda, o PLP em análise sugere a alteração da redação ao §2º do art. 48 desta mesma lei. A atual redação estabelece que, nos casos de subcontratação previstos no inciso II do *caput* do art. 48, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas. A alteração sugerida pelo PLP 234, de 2020, prevê que esses empenhos e pagamentos deverão ser diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

O art. 2º do PLP contém a cláusula de vigência.

A matéria foi distribuída à CAE e tem duas emendas que vou ler no final. Uma foi apresentada agora, mas não altera a leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria se enquadra, como disse, na competência da CAE.

Como o Projeto de Lei Complementar nº 234, de 2000, não foi distribuído para a Comissão de Constituição e Justiça, também cabe à CAE analisar aspectos relativos à sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e à boa técnica legislativa. Nesse sentido, é possível concluir que o PL se mostra apto a ser aprovado pelo Senado Federal em razão de estar em harmonia com os preceitos constitucionais, não apresentar vícios de juridicidade, não colidir com o Risf e de ter sido redigido de acordo com a boa técnica legislativa, em conformidade com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com relação ao mérito, de fato, o art. 47 da Lei Complementar nº 123, de 2006, prevê o tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte em licitações públicas. Esse também é o objetivo do art. 5º-A da Lei nº 8.666, de 21 de 1993, bem assim do art. 4º e outros da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos. Todos esses comandos legais são orientados pelo art. 146, III, "d", da Carta de 1988. Há, portanto, uma diretriz de usar o poder de compra do Estado para estimular a atividade de microempresas e empresas de pequeno porte.

Entretanto, como afirma o autor, Senador Chico Rodrigues, o limite de R$80 mil do inciso I da lei complementar para processos licitatórios destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte foi estabelecido em 2014, tendo sido corroído pela inflação acumulada desde então. A inflação no período de agosto de 2014 a maio de 2023 medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo foi de 68,37%. Corrigindo o limite de R$80 mil por esse índice, chega-se a quase R$135 mil. Portanto, o valor de R$120 mil proposto no PLP em tela é razoável e vai ao encontro do espírito do art. 47 do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que prevê o tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte em licitações públicas.

Sobre a alteração proposta para o inciso II do *caput* do art. 48, também o consideramos meritório, pois, com a alteração ali proposta, há exigência de que a subcontratação, caso cabível, passará a ser uma obrigação da administração pública, o que também está de acordo com o espírito do art. 47 do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Note-se que a subcontratação não se tornará obrigatória em função da mudança prevista no projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em análise, pois, de acordo com a redação proposta, ainda caberá à administração pública analisar sua admissibilidade e oportunidade.

Por último, também consideramos positiva a redação sugerida para o §2º do art. 48, pois, sendo cabível a subcontratação, os empenhos e pagamentos deverão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas. Como afirma o autor da matéria, Senador Chico Rodrigues, a partir dessa mudança, os recursos não terão que passar pelo caixa da licitante, o que diminui as incertezas causadas pelo processo de subcontratação, estimulando as micro e pequenas empresas a participar desse arranjo. Desse modo, uma vez mais, a alteração proposta vai ao encontro do objetivo de dar um tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte em licitações públicas, conforme o art. 47 do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Presidente, antes do voto, tem duas emendas que vou acatar, mas preciso ler aqui as duas.

A primeira é do Senador Mecias de Jesus.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Emenda nº 1.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Emenda nº 1:

> O inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 234, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 48. .....
> I – deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de:
> a) Microempreendedor Individual (MEI) nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais); e
> b) microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja superior a R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e até R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais);
> ....." (NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justifica que o microempreendedor é um empreendedor que tem um pequeno negócio e conduz sua empresa sozinho, que é uma modalidade de empresa ideal para quem quer empreender com pouco investimento.

A Emenda nº 2 é de autoria do Senador Rogério Carvalho, Líder do Governo:

> Dê-se ao inciso I do art. 48 [...] [é o mesmo artigo]:
> "Art. 48.....
> I – deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja inferior ao definido no inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, atualizado conforme disposto no art. 182 da referida lei;
> I-A - poderá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de micro empreendedores individuais nos itens de contratação cujo valor seja inferior ao definido no § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, atualizado conforme disposto no art. 182 da referida lei;" (NR)

Ele justifica que a proposta garante que o valor dos itens de contratação abaixo do qual a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte seja atualizado anualmente, de forma a manter no tempo o alcance da política de apoio a elas. Além disso, propõe-se introduzir um valor dos itens de contratação, também atualizado anualmente.

Eu acato as duas emendas, Presidente.

É o relatório...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Só observação, Senador: a emenda apresentada pelo Senador Mecias fala em 140. E, no projeto de V. Exa., seria até 120. Digo, mudou de 80 para 120, então deve ter um ajuste nisso.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim... Pois é, quando eu acato a emenda dele, fica até 140.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois é, mas, então, no projeto, vai de 80 para 140; e não 120, como está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim, isso, porque eu estou acatando a emenda, que não estava no relatório e que foi apresentada agora. Acatada a emenda, vai para 140. É essa a sua dúvida?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, é porque tem um artigo em que você transforma de 80 para 120, e acata essa emenda, em outro artigo, para 140. Então tem que ajustar: ou é 140 ou é 120.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Adequação, para isso. Então já adéqua na redação, né, Presidente? A sugestão do Senador é para ser acatado na redação. Mas deixe-me só declarar o voto... Aliás, eu o ouço primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho, autor de uma das emendas; e em seguida darei a palavra ao autor da proposta, o Senador Chico Rodrigues.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Eu queria primeiro cumprimentar o Senador Chico Rodrigues pela autoria; cumprimentar o Relator e agradecer ao Relator, o Senador Plínio Valério.

A nossa emenda atualiza ou permite a atualização do valor, de acordo com a variação do IPCA, anualmente, o que desengessa e garante que essa contratação de MEIs e de micro e pequenas empresas, ou seja, essa atualização garante que, inclusive, os municípios e os órgãos públicos, de uma maneira geral, tenham a condição de fazer dispensas de licitações sem essa contenção por anos, né? – R$80 mil estão congelados há anos. Então...

Acontece que aqui, Presidente, tem um uma questão que nós estamos falando em atualizar, e eu proponho um valor de R$125 mil. O Relator pode estabelecer aí – a critério do Relator – de que ponto de partida vai começar, ou seja, qual vai ser a atualização atual, o que no caso da minha emenda é garantir que essa atualização ocorra anualmente, baseada no IPCA.

É só para deixar essa questão clara e a importância desse dispositivo.

E quero agradecer ao Relator por acatar essa emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Sr. Presidente Renan Calheiros...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Chico Rodrigues, autor da matéria, com a palavra V. Exa.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu, assisti aqui, acompanhei de uma forma muito curiosa, em função das duas emendas que foram apresentadas, mas, ao mesmo tempo, gostaria de dizer a V. Exa. que foi aperfeiçoado esse projeto que nós apresentamos com a emenda do Senador Mecias de Jesus e a emenda agora explicada pelo Senador Rogério Carvalho. Inclusive, essa atualização pelo IPCA anual é de uma forma clara, o que é importante para que você vá atualizando esses valores e oportunize a esses pequenos empresários para que essa atividade seja fomentada de uma forma muito, muito própria.

E aí a gente, olhando pelo retrovisor, vai ver aqueles pequenos municípios do país que precisam, na verdade, de determinados produtos e que em função dos valores de até 120 mil ou R$140 mil, como foi proposto aqui pelas emendas... O nosso projeto seria de R$120 mil, mas ficou sugerido aqui também pelo Senador Mecias, R$140 mil. Eu também acato as duas sugestões.

E quero dizer que, com isso, nós vamos ajudar muito aquelas atividades das microempresas e empresas de pequeno porte.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Para clarear, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci, eu creio que acatando a emenda do Senador Mecias, e se falar de R$140 mil, a gente pode só substituir o valor aqui no relatório para R$140 mil, sem nenhuma emenda de redação. Eu acredito que seja...

Eu acho que as duas emendas, tanto a do Mecias como a do Rogério, complementam o projeto e, ao serem acatadas, a gente estabelece, então, a subida de R$120 mil para R$140 mil.

Rogério, você fala da necessidade de já determinar aqui o que será no próximo ano?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Não, não. Eu estou falando que a correção com o IPCA já está dita aí, já está na própria emenda...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está certo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – As coisas se complementam.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – As duas coisas se complementam. É no que eu acredito, por isso as duas foram acatadas de pronto.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero, eu não poderia deixar de agradecer a ação do nosso Relator, o Senador Plínio Valério, que sempre é diligente e faz, realmente, essa harmonia entre o que está proposto e as emendas que são apresentadas. De uma forma clara, determinada, nós temos esse projeto hoje já aprovado – deverá ser aprovado, aliás – aqui na Comissão, mas gostaria de pedir ao Senador Plínio Valério que pedisse urgência para o Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu vou ler o voto agora, Presidente, que eu estava...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente... O voto, claro, é favorável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A emenda do Senador Mecias está acatada, nos termos da emenda do Senador Rogério Carvalho, em que acho que a gente já se inclui. O voto é favorável.

E há o pedido de urgência, para que possa ir ao Plenário, já que não vai passar em outra Comissão, em deferimento ao Senador, porque é de 2020 e pela necessidade que a gente tem de atualizar esses financiamentos. Peço regime de urgência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Plínio Valério.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, portanto, ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 – Emenda nº 1, do Senador Mecias de Jesus, e Emenda nº 2, do Senador Rogério Carvalho.

A matéria vai ao Plenário. (*Pausa.*)

Acato o requerimento de urgência da matéria.

A matéria segue ao Plenário. (*Pausa.*)

Os itens 3, 4, 5 e 6 receberam pedidos de retirada da pauta pelos Relatores das respectivas matérias.

Defiro, portanto, os pedidos.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 79, DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera os Decretos-Leis nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, e as Leis nº 5.461, de 25 de junho de 1968, e nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, para determinar que as contribuições de todos os trabalhadores em transporte e dos transportadores autônomos sejam recolhidas em favor do Serviços Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT).

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 4269, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre o incentivo ao empreendedorismo jovem nas redes públicas de ensino.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 4437, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, para estabelecer o direito ao empreendedorismo do jovem.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: 1. Favorável ao PL 4437/2021, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4269/2021.

Observações:

1. As matérias serão apreciadas pela CE, em decisão terminativa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1075, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para assegurar aos condutores o direito a ter o exame toxicológico obrigatório custeado pelo empregador.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3470, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Insere o art. 433-A na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir às microempresas e às empresas de pequeno porte que admitirem aprendizes prioridade, condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados.

Autoria: Senador Jayme Campos (DEM/MT)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Carlos Viana, Plínio Valério, Fernando Farias, Efraim Filho, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Jaques Wagner, Weverton, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Jorge Kajuru, Irajá, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 224, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 60-A à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que "estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", para definir limite em relação à dívida dos municípios que especifica." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos de uma emenda apresentada. **Resultado:** Discussão adiada, nos termos do Requerimento nº 44/2025-CAE. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 167, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Acredita Exportação; e altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 13.043, de 13 de novembro de 2014, 11.945, de 4 de junho de 2009, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a fim de ampliar benefícios para determinados serviços nos regimes aduaneiros especiais de drawback e do Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado (Recof) e incentivar as exportações brasileiras, especialmente as dos pequenos negócios." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5634, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o plantio de espécies nativas para a recuperação ou a restauração de áreas ecologicamente sensíveis na propriedade rural." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1867, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que "dispõe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR" e a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que "dispõe sobre a proteção da vegetação nativa", para aperfeiçoar a legislação ambiental e prever medidas de incentivo ao seu cumprimento." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao PL 5634/2019, nos termos do substitutivo apresentado, e pela prejudicialidade do PL 1867/2022. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 79, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera os Decretos-Leis nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, e as Leis nº 5.461, de 25 de junho de 1968, e n° 8.706, de 14 de setembro de 1993, para determinar que as contribuições de todos os trabalhadores em transporte e dos transportadores autônomos sejam recolhidas em favor do Serviços Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT)." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4783, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui o Código de Defesa do Empreendedor; e altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 44, de 2025** que: "Requer adiamento da discussão do PLP 224/2019, que "acrescenta o art. 60-A à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que 'estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências', para definir limite em relação à dívida dos municípios que especifica", até 02/07/2025." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 35, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1226/2024," **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 42, de 2025** que: "Realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir o PLP 185/2024, que "regulamenta a aposentadoria especial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias"." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/20

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de maio de 2025.

Helder, por favor. (*Pausa.*)

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício nº 2.392, da Prefeitura Municipal de Araguari;

- Aviso nº 246, Tribunal de Contas da União;

- Aviso nº 91, Tribunal de Contas da União;

- Ofício SEI, Ministério da Fazenda;

- Moções das Câmaras Municipais de Jundiaí (SP); Americana (SP); São Bernardo (SP); Gaspar (SC), em apoio ao PL 1.087, de 2025;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Aviso nº 451, do Tribunal de Contas da União, que traz cópia do Acórdão nº 967, de 2025, do Tribunal de Contas da União.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, caros telespectadores, ouvintes e internautas que acompanham esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, submeteremos hoje, novamente, à deliberação desta Comissão o Projeto de Lei Complementar 224, de 2019, do Senador Zequinha Marinho e Relatoria do Senador Esperidião Amin, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal e que propõe limitar o comprometimento anual dos municípios com o pagamento de amortizações, juros e demais encargos da dívida com a União de sua receita própria anual.

Como dissemos, essa matéria, além do debate sobre as relações fiscais interfederativas, nos remete à necessidade de revisarmos e atualizarmos, após 25 anos, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nessa revisão, algumas lacunas ainda merecem atenção, a exemplo do que tem sido posto aqui reiteradamente: a instituição do Conselho de Gestão Fiscal, previsto naquela lei e até hoje não implementado, e a fixação do limite da dívida consolidada da União.

O segundo projeto trazido à apreciação da CAE é o PLP 167, de 2024, sob a relatoria do Senador Eduardo Braga, que propõe a criação do Programa Acredita Exportação, que busca incentivar as exportações brasileiras, especialmente as de microempresas e empresas de pequeno porte. Essa proposta prevê a devolução de tributos na cadeia de produção de bens exportados e a aplicação de alíquotas diferenciadas para os pequenos empreendedores. Em tempos de acirradas disputas tarifárias no comércio internacional, o tema, sem dúvida nenhuma, verdadeiramente merece avaliação por estar nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Como item 3 da pauta – me permitam uma citação –, nós temos o PL 5.634, de 2019, com relatoria da Senadora Teresa Leitão, que dispõe sobre o plantio de espécies nativas para recuperação e restauração de áreas ecologicamente sensíveis na propriedade rural. Essa matéria tramita em conjunto com o PL 187, de 2022, que versa sobre o ITR e a proteção vegetal nativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como podemos verificar, são proposições legislativas relacionadas ao eixo estratégico do meio ambiente, que servem para orientar as prioridades em deliberação desta Comissão.

Incluímos também na pauta, como quarto item para apreciação, o projeto de lei complementar de 2020 de autoria do Senador Wellington Fagundes e relatoria do Senador Laércio Oliveira que determina que as contribuições de todos os trabalhadores em transporte e dos transportadores autônomos sejam recolhidas, evidentemente, em favor do Serviço Social do Transporte (Sest) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat). No atual desenho jurídico, apenas os trabalhadores do transporte rodoviário contribuem para o sistema Sest Senat. Assim, o que a matéria busca é justamente ampliar esse rol de trabalhadores, incluindo os demais que atuam no transporte marítimo, fluvial, lacustre e aeroviário.

Por fim, na linha de discutirmos e deliberarmos sobre melhorias institucionais no ambiente de negócios, trazemos à apreciação desta Comissão, no item quinto da pauta, o PL nº 4.783, de 2020, com relatoria do Senador Alan Rick, que institui o Código de Defesa do Empreendedor e estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício da atividade econômica, além de dispositivos sobre a intervenção subsidiária e excepcional do Estado no exercício de atividade econômica, atuando como agente normativo e regulador, nos termos constitucionais.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre se gostariam de fazer uso eventualmente da palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, só com relação ao item 4 – é 4? Deixe-me ver aqui: o 3, o 4... Item 4.

Conversando aqui com o meu querido amigo Relator Laércio, tem alguns ajustes que nós temos que fazer. Eu queria pedir para retirar de pauta e colocar na pauta da semana seguinte, para a gente fazer esse ajustezinho de redação de alguns...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Qual é o item?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O item 4. Item 4, Projeto de Lei 79, de 2020, já com o compromisso de entrar na próxima terça-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente, com sua permissão, eu queria fazer uma manifestação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Esse projeto, Presidente, é um projeto de 2020. Eu tenho a relatoria desse projeto sob a minha responsabilidade há mais de um ano e eu venho procurando, juntamente com a CNT, buscar um entendimento com todas as partes, para evitar exatamente um momento como este: a gente pautar um projeto e de repente a gente precisar retirar o projeto, atendendo a um pedido de um colega nosso, para fazer os ajustes.

Parece até um negócio esquisito: a gente passou um ano e meio com o projeto, construindo essas pontes, e de repente a gente depara com uma situação como essa. Eu entendo que nós temos a responsabilidade de trazer os projetos à pauta e enfrentá-los, fazendo talvez na própria relatoria os ajustes necessários ou os entendimentos prévios.

Então, o projeto está pronto, a CNT tem me ajudado bastante no entendimento com todas as partes. Surgiu agora uma manifestação da Confederação Nacional da Indústria, e é o motivo pelo qual o Senador Izalci veio conversar comigo sobre a possibilidade de retirada, mas, como ele falou aqui, com o compromisso imediato de, na próxima semana, com a aquiescência de V. Exa., o projeto voltar para a pauta e a gente enfrentar com o nosso Colégio aqui, na nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, da minha parte, não há nenhuma resistência com referência a isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, eu queria, na medida em...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Senador.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Não, por favor, depois do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, mas por favor.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Pela ordem.) – Então, vamos lá.

Eu só queria aproveitar, então, já que vão retirar de pauta, para dizer que eu vim para cá, Senador, disposto a polemizar e a votar contra esse projeto. E, se vão retirar de pauta para fazer ajustes, eu já quero colocar a minha opinião para ver se esses ajustes, quem sabe, possam me fazer mudar de opinião.

Eu entendo que, por mais relevantes que sejam as funções do Sest e do Senat, seja para fazer serviço de aprendizagem para aqueles que atuam no transporte, seja para pensar no aspecto social e da saúde desses mesmos trabalhadores – isso é importante –, quando se retiram 459 milhões – que é o que está aqui no projeto – da Marinha e da Aeronáutica, dinheiro esse que é usado na segurança de voos e da navegação, sem indicar claramente quais recursos irão substituir esses, é temerário, é temerário, porque você veste um santo e desveste o outro. Isso tem implicações sérias em segurança da aviação e da navegação.

Então, nós não podemos simplesmente retirar o recurso da Marinha e da Aeronáutica e dizer para eles: "Não, retiramos o recurso, mas o trabalho continua com vocês". Isso não é uma coisa viável.

Então, eu absolutamente não sou contra o Sest e o Senat. Acho que eles fazem um trabalho belíssimo. Mas, por outro lado, me preocupa muito a questão de segurança, de dizer para a Marinha e para a Aeronáutica: "Não, olha, resolvam todos os problemas de segurança de voo e de navegação sem dinheiro". Eu acho isso temerário.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente, eu posso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Laércio, com a palavra V. Exa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Senador Oriovisto, entendo que... Pela manifestação de V. Exa., acho que cabe realmente uma conversa, para levar à luz do seu conhecimento as informações que eu entendo, pela sua fala, que o senhor precisa receber.

Para se ter uma ideia, esse projeto, antes de ser pautado, foi fruto de entendimento inclusive com a Marinha, conforme o senhor citou. Há um acordo com a Marinha sobre esse assunto, bem como com a Aeronáutica também.

Mas eu vou me colocar à disposição de V. Exa., nesta semana e até a próxima reunião nossa, para que eu consiga convencê-lo sobre essas dúvidas que o senhor tem com referência a essa mudança de recursos, à destinação de recursos para os fins tão nobres que o Sest e o Senat desenvolvem, como V. Exa. já afirmou. Eu tenho certeza absoluta de que as informações que serão repassadas para V. Exa. irão exatamente convencê-lo da necessidade e do propósito desse projeto.

Obrigado.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Se houver uma manifestação formal da Marinha e da Aeronáutica, no sentido de que a ausência desses recursos não vai criar problema para eles, eu votarei a favor.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eu não sei se eu vou conseguir a manifestação formal, mas certamente eu vou levar para V. Exa. a informação verdadeira, real, dos entendimentos que estão sendo construídos. Vou convidar inclusive a CNT, que foi quem articulou esse entendimento, e apresentarei a V. Exa. o mais rápido possível.

Obrigado.

Obrigado, Presidente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Foram apresentados a esta Comissão, pelos respectivos Relatores, os seguintes pedidos de retirada de pauta:

– do item 3, a pedido da Relatora, Teresa Leitão: retirada do PL 5.634, de 2019, projeto que dispõe sobre o plantio de espécies nativas na recuperação, restauração de áreas ecológicas;

– do item 5 da pauta, a pedido do Senador Alan Rick: retirada PL 4.783, que institui o Código de Defesa do Empreendedor.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 5634, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre o plantio de espécies nativas para a recuperação ou a restauração de áreas ecologicamente sensíveis na propriedade rural.

Autoria: Câmara dos Deputados

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 1867, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que "dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR" e a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que "dispõe sobre a proteção da vegetação nativa", para aperfeiçoar a legislação ambiental e prever medidas de incentivo ao seu cumprimento.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao PL 5634/2019, nos termos do substitutivo apresentado, e pela prejudicialidade do PL 1867/2022

Observações:

1. Em 10/09/2024, foram apresentadas ao PL 5634/2019 as emendas nºs 1 e 2, de autoria do senador Mecias de Jesus.

2. Em 11 e 12/9/2024, foram apresentadas ao PL 1867/2022 as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do senador Flávio Azevedo.

3. Em 26/11/2024, foram apresentadas ao PL 1867/2022, as Emendas nºs 3 e 4, de autoria do senador Mecias de Jesus.

4. A matéria será apreciada pela CMA.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4783, DE 2020

- Não terminativo -

Institui o Código de Defesa do Empreendedor; e altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 16/05/2023 foi apresentada a Emenda nº 1, do senador Paulo Paim.

2. A matéria será apreciada pela CCJ.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Presidência defere, portanto, os pedidos de retirada dos Relatores e estabelece com esta Comissão um critério para encaminhamento de matérias de que sistematicamente são pedidas as retiradas da pauta pelos próprios Relatores.

É evidente que isso atrapalha qualquer planejamento estratégico que nós fizemos aqui para a Comissão. Nós estamos procurando posicionar a Comissão em torno de eixos temáticos estabelecidos, apreciando matérias que, evidentemente, do ponto do desenho institucional brasileiro, precisam de ser apreciadas, e a retirada pela retirada, é evidente, desfaz qualquer planejamento. Então, a partir de agora, nós vamos estabelecer um critério.

E também para os pedidos de retirada do Governo. É evidente que nós não somos contrários; queremos, evidentemente, colaborar. Mas o Governo não pode, sistematicamente, pedir a retirada de uma matéria e dizer que vai apresentar um parecer, um estudo, um impacto daqui a seis dias, sete dias; você volta a pautar essa matéria 15 dias depois, e o Governo não apresenta nada e solicita novamente a retirada de pauta. Eu queria dizer, com a máxima boa vontade, que isso não vai mais acontecer. Não vai mais acontecer. Quando houver essa retirada, nós vamos submeter a retirada à apreciação, como manda o Regimento – como manda o Regimento. Mas isso, requer, preliminarmente, o envolvimento de todos na construção da pauta, na administração da apreciação da pauta, evidentemente garantindo a cada um o direito de pedir a retirada de pauta, sem evidentemente exagerar, porque o exagero quebra a lógica e o planejamento da Comissão.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Presidente...

Presidente, com sua permissão, eu quero cumprimentar V. Exa. por essa fala. Eu acho que ela é muito pertinente e aplicável a este momento. Nós estamos diante da Comissão de Assuntos Econômicos, que tem uma responsabilidade, primeiro, com os nossos colegas Senadores que apresentaram os projetos, pela visão que cada um deles tem, com referência à ideia que está posta aqui. A legitimidade do Regimento, com referência a pedido de vista, de retirada, tudo isso é plausível, e a gente entende perfeitamente. Eu comungo com V. Exa. exatamente por isso, mas muitas vezes, infelizmente, a gente percebe que é só para procrastinar uma votação que, em algum momento, a gente vai precisar enfrentar. Então, convivemos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos de 2020, e, quando a gente resolve, quando V. Exa. resolve pautar, aparecem os ajustes que precisam ser feitos. Poxa! E nos quatro anos anteriores não se fez nada sobre o projeto?

Então, quero me somar a V. Exa. nessa sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 224, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 60-A à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que "estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", para definir limite em relação à dívida dos municípios que especifica.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos de uma emenda apresentada.

Observações:

1. Em 6/5/2025, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. Em 24/10/2023, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do senador Mecias de Jesus.

Essa é uma matéria do Senador Zequinha Marinho, que tem como Relator o Senador Esperidião Amin.

Nós fomos avisados de que haveria um pedido de vista do Governo para retirar. Eu queria só lembrar o seguinte: nós não somos, evidentemente, contrários, mas esse pedido de retirada não pode simplesmente ser reiterado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogério...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, a questão é que nós estamos falando de 5.570 municípios, e não foi apresentado pelo Relator, caso tenha impacto, de onde virão os recursos. Aliás, nós não sabemos ao certo quantos municípios estão na condição de que ultrapassam 30% das suas receitas com dívidas. Então, nós precisamos de um prazo.

Inclusive, eu requeiro a V. Exa. que, num prazo de 30 dias, o Ministério da Fazenda, com o objetivo de auxiliar a relatoria e a autoria, diga qual é esse impacto e de quantos municípios nós estamos falando, que ultrapassam esses 30%, porque isso vai ter um impacto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Se se estabelece, qual é o impacto? De onde esse recurso vai sair? Ou seja, a gente precisa fazer esse debate, porque esta é uma Comissão que discute essas questões.

Nesse período – é importante também dizer da incapacidade, porque são mais de 4 mil municípios nessa situação –, o ministério não conseguiu levantar todos os dados. Então, a ideia é que a gente tenha esse prazo de 30 dias para que o ministério possa levantar esses dados e apresentar ao Relator, para que a gente possa fazer um debate em cima de algo absolutamente consistente. Não que, veja, o Governo nesse período... Nós temos a PEC 66, que limita o gasto com precatórios e o refinanciamento das dívidas de INSS para 300 meses. Nós tivemos aqui 27 bilhões que foram agregados ao FPE, ao FPM. Nós tivemos aqui recursos da ordem de 65 bilhões através do PAC, ou seja, tem uma série de iniciativas do Governo no sentido de melhorar a situação financeira dos municípios.

Então, o Governo não é contra essa questão, não é contra o mérito, mas a gente precisa saber qual é o tamanho disso para que a gente possa aprovar e depois não ser objeto de um veto, porque não foi definido de onde sairia o recurso, qual é a fonte, para que a gente possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter um processo legislativo exitoso ao final e impedir que esse projeto, que eu reputo meritório, tenha que ser vetado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu concordo inteiramente.

Vamos fazer a retirada de pauta.

Eu só queria, Senador Rogério, lembrar ao Ministério da Fazenda, especialmente, que é o caso, que seja célere nas respostas, porque se não... Esse projeto já foi retirado pela terceira vez.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – O que nós estamos pedindo são 30 dias, ou seja, não é possível fazer esse cálculo, considerando todas as dívidas de quase 6 mil municípios, para que a gente possa ter um dado objetivo. A gente está pedindo pelo artigo segundo o qual, se não se responder em 30 dias, vai se estar submetido ao crime de responsabilidade. Portanto, tem esse apelo objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

Item 2 da pauta. (*Pausa.*)

Eu vou colocar em votação o requerimento de retirada da matéria da pauta.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 167, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui o Programa Acredita Exportação; e altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 13.043, de 13 de novembro de 2014, 11.945, de 4 de junho de 2009, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a fim de ampliar benefícios para determinados serviços nos regimes aduaneiros especiais de drawback e do Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado (Recof) e incentivar as exportações brasileiras, especialmente as dos pequenos negócios.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao projeto.

Também há um pedido do Senador Eduardo Braga, que é o Relator da matéria, para retirada de pauta. Eu queria aproveitar o fato para dizer o seguinte, a partir de agora, para o projeto que for pautado e o Relator que evidentemente faltar, nós vamos ter que designar um Relator *ad hoc*, porque pedir para não apreciar e pedir para não designar o Relator eu acho que acaba impactando, de uma forma ou de outra, os trabalhos da Comissão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu louvo também V. Exa. por essa observação porque, de fato, nós temos cinco itens e praticamente não vamos votar nenhum, então, compromete realmente o andamento.

Eu queria pedir a V. Exa., a pedido do Senador Wellington Fagundes que eu estou subscrevendo, um requerimento dele, o 42/2025, para uma audiência pública sobre o PLP 185/2024, que regulamenta a questão dos agentes comunitários de saúde e combate a endemias. Tem aqui o rol dos convidados. Se V. Exa. puder colocar como extrapauta este requerimento, subscrito por mim também, do Senador Wellington Fagundes...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É o requerimento...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Número 42/2025.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Eu só... Eu quero fazer um comentário. Eu sei que não está em discussão, foi retirado de pauta, mas esse projeto que V. Exa. colocou na pauta é um projeto extremamente meritório para as pequenas empresas e microempresas. Nós temos poucas empresas pequenas e microempresas exportadoras, ou seja, esse projeto estimula, é uma forma de estímulo, porque tira toda a cadeia de tributação sobre a produção dessas empresas, que estão no Simples, para facilitar e ampliar o potencial exportador a partir das micro e pequenas empresas, que é quem mais emprega no nosso país.

Portanto, é um projeto extremamente importante. Espero que a gente possa votar o mais rapidamente possível, em nome dos micro e pequenos empresários brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O.k., Senador.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente... (*Pausa.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente, com a sua permissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa..

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Eu queria pedir autorização a V. Exa. para a gente também colocar como extrapauta o Requerimento 35. É um requerimento que visa a discutir, através de audiência pública, aqui na nossa Comissão, o PL 1.226, de minha autoria, que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais patronais. Acho que está na hora de a gente, na pirâmide sindical, começar a discutir a importância da central sindical patronal, de igual modo como tem a Central Sindical de Trabalhadores.

É o Requerimento 35, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Requerimento 35.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 35, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1226/2024,

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE).

Do Senador Wellington Fagundes.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 42, DE 2025

- Não terminativo -

Realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir o PLP 185/2024, que "regulamenta a aposentadoria especial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias".

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Requer, nos termos do art. 99 do Regimento Interno, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer, Wellington, que audiência pública em conjunto com outra Comissão pressupõe que já tenhamos aprovado, na Comissão citada, audiência pública, porque nós não poderemos aprovar assim, audiência pública em conjunto com a Comissão A, B, C ou D sem uma prévia manifestação da Comissão anterior.

Então, nós poderemos aprovar o requerimento para audiência pública nesta Comissão. Perfeito?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Já aceitando, se possível, a outra Comissão concordar, né?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É claro, sem dúvida.

Em votação os dois requerimentos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Angelo Coronel, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wellington Fagundes, Rogério Carvalho, Leila Barros, Paulo Paim, Weverton, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda do Senador Fabiano Contarato, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Alessandro Vieira, Jorge Kajuru, Irajá, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 16, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 32,800,000.00 (trinta e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao Projeto de Transformação Digital da Justiça do Estado de Pernambuco." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 801, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos bem como, as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos." **Autoria:** Senador Giordano (MDB/SP). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a emenda nº 1-T, e contrário à emenda 2-T. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 79, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera os Decretos-Leis nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, e as Leis nº 5.461, de 25 de junho de 1968, e n° 8.706, de 14 de setembro de 1993, para determinar que as contribuições de todos os trabalhadores em transporte e dos transportadores autônomos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sejam recolhidas em favor do Serviços Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT)." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1365, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Modifica o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas, previsto na Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, e majora os valores da hora extra e do adicional noturno dos referidos profissionais." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável à matéria, com acolhimento parcial da Emenda nº 1-T, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 865, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024, que estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública, para instituir o Índice Nacional de Valorização Docente." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2360, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para incluir entre as hipóteses de movimentação da conta vinculada o acometimento do trabalhador ou de dependente por esclerose múltipla ou esclerose lateral amiotrófica." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Jorge Seif (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CAS. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº1 CAS-CAE. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 218, de 2025 - Terminativo -** que: "Autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural dos agricultores da região de Estreito, Estado do Maranhão, e Aguiarnópolis, Estado do Tocantins, prejudicados pelo desabamento da Ponte Juscelino Kubitschek." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 45, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre o PLP 224/19." **Autoria:** Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Aprovada a apresentação do requerimento. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 46, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública, no formato de Seminário, com o objetivo de debater, subsidiar e propor políticas para o segmento de minerais críticos e estratégicos no Brasil" **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 47, de 2025** que: "Requer a convocação do Exmo. Sr. Fernando Haddad, Ministro da Fazenda do Brasil, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o significativo aumento do Imposto sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Operações Financeiras (IOF) promovido pelo Decreto nº 12.466, de 22 de maio de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Resultado:** Aprovado o Requerimento na forma de convite. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 32, de 2025** que: "Requer que na audiência pública solicitada através do REQ 06/2025 - CAE seja incluído o nome do Sr. Victor Callil" **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 33, de 2025** que: "Requer a adição de nomes ao REQ 06/2025 - CAE" **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 34, de 2025** que: "Requer aditamento do REQ 6/2025-CAE" **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/27

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de maio de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: ofício da Instituição Fiscal Independente (IFI); ofício do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; ofício do Ministério da Fazenda; ofício da Câmara Municipal de Cândido Godói, no Rio Grande do Sul; ofício da Universidade de Brasília (UnB); ofício da Câmara Municipal de Vila Maria, no Rio Grande do Sul; ofício do Banco Central do Brasil.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Sras. e Srs. Senadores, caros telespectadores, ouvintes e internautas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, pela ordem.

Eu tenho aqui a CPI das Bets...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pela ordem, eu concedo a palavra a V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Eu queria pedir a V. Exa., primeiro, um extrapauta. Eu fiz aqui um requerimento de convocação – mas a gente normalmente transforma em convite –, do Ministro Fernando Haddad, para explicar um pouco sobre a questão do IOF. Então, se V. Exa. puder colocar... O Senador Fernando e o Senador Mourão também vão subscrever e vão fazer a defesa do requerimento.

E eu já queria também pedir a V. Exa. uma vista regimental do item 4, Presidente, que é o Projeto 1.365, de 2022.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para complementar o raciocínio de V. Exa. para emitir o juízo e deliberar, essa vista pode ser concedida, mas que volte na próxima sessão deliberativa, marcada por V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Feito o acordo, Izalci.

(É o seguinte o item do qual foi concedida vista:

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 1365, DE 2022

- Não terminativo -

Modifica o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas, previsto na Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, e majora os valores da hora extra e do adicional noturno dos referidos profissionais.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável à matéria, com acolhimento parcial da Emenda nº 1-T, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. Foram apresentadas as emendas nºs 1-T e nº 2.

2. Foi realizada em 12/3/2024, audiência pública para instrução da matéria.

3. Em 30/1/2025, foi apresentado estudo de impacto orçamentário pelo MDIC.

4. Em 26/05/2025, foi retirada a emenda 2, a pedido do autor.

5. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.)

Nós trazemos hoje à deliberação desta Comissão, como item primeiro da pauta, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$32,8 milhões, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao Projeto de Transformação Digital da Justiça daquele estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está com a relatoria do Senador Fernando Dueire.

O segundo projeto trazido à apreciação é o projeto de autoria do Senador Giordano e relatoria da Senadora Soraya Thronicke, que trata da doação de alimentos por empresas e organizações sem fins lucrativos e de doações financeiras a entidades de proteção de animais que podem ser consideradas como hipóteses de dedução do Imposto de Renda.

Este PL ainda será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais, aí sim, em decisão terminativa.

Novamente, nós submeteremos à deliberação dos Senadores e Senadoras o item 3 da pauta, o PL 79, de 2020, de autoria do Senador Wellington Fagundes, com a relatoria do Senador Laércio Oliveira, que determina o repasse das contribuições dos trabalhadores em transporte de todos os modais para o Sistema Sest e Senat.

Esperamos que tenham sido ajustados e superados os pontos controversos tratados aqui na última reunião da Comissão.

No item 4 da pauta, nós temos o PL 1.365, de 2022, que trata da atualização do piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas.

É importante lembrar que esta matéria vem tramitando faz quase três anos nesta Casa e atende a uma demanda de valorosas carreiras da saúde no Brasil, razão pela qual fizemos questão de submetê-la ao debate político desta Comissão, levando-se em conta as avaliações e sugestões trazidas pelo Senador Nelsinho Trad, ilustre Relator da matéria.

Em seguida, nós apreciaremos a criação de um índice de valorização dos profissionais de educação básica pública, conforme o Projeto de Lei 865, de 2024, do Senador Marcelo Castro, com relatoria da Professora Dorinha. É o item 5 da pauta de hoje da CAE.

A ideia do índice é justamente, de acordo com o projeto, monitorar e promover qualidade de ensino público no Brasil.

No item seguinte, de autoria do Senador Fernando Dueire e relatoria do Senador Esperidião Amin, trazemos à pauta, no item 6, o PL 2.360, de 2024, que permite a movimentação de conta vinculada do FGTS nas hipóteses em que o trabalhador ou seus dependentes sejam acometidos de esclerose múltipla ou esclerose lateral amiotrófica (ELA).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta matéria, lembramos aqui, já foi apreciada, com parecer favorável, na CAS.

Temos ainda que deliberar o item 8 da pauta, Requerimento nº 45, do Senador Rogério Carvalho, que solicita informações ao Ministério da Fazenda quanto aos impactos do PLP 224, de 2019, que tramita nesta Comissão e estabelece limite ao pagamento de juros das dívidas dos municípios brasileiros.

Por fim, no item 9, temos o requerimento de minha autoria para a realização de audiência pública em forma de seminário, com o objetivo de debater, subsidiar e propor políticas públicas concretas para os minerais críticos e estratégicos no Brasil. Esses minerais, Sras. e Srs. Senadores, como o lítio, o nióbio, o urânio e outros, são objetos de cobiça e disputa geopolítica no mundo em razão da sua utilização estratégica em setores de ponta, como baterias, instrumentos de precisão, tecnologias militares e transição energética, apenas para citar alguns.

Tenho dito, inclusive, que as reservas desses minerais críticos e estratégicos no Brasil são verdadeiramente outra camada de pré-sal, motivo pelo qual decidimos propor a esta Comissão esta discussão. A data proposta é 1º de julho próximo, com programação e convidados indicados no anexo do nosso requerimento.

Portanto, a Ordem do Dia. (*Pausa.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Laércio, bom dia.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Bom dia a V. Exa. e a todos que aqui estão, toda a equipe da Comissão e todos que estão visitando a nossa Comissão de Assuntos Econômicos na manhã de hoje.

É bom começar os trabalhos da nossa Comissão com a notícia tão boa que é esse seminário que o senhor propõe fazer.

Quero dizer que eu fiquei entusiasmado com a nomenclatura que o senhor deu a esse movimento que vamos fazer aqui sob a sua direção, que é, de repente, nós termos um outro pré-sal a descobrir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é fato, Presidente. Analisando as riquezas minerais do nosso país, a gente enxerga que tem muita coisa boa para acontecer, mas, infelizmente, a gente não encontrou o mecanismo correto para buscar esses recursos e transformá-los em riqueza para todas as regiões do país.

Portanto, eu quero cumprimentar V. Exa. e me colocar à disposição para ajudá-lo nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Senador Laércio. Estaremos juntos, sempre.

Item 1º da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 16, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 32,800,000.00 (trinta e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao Projeto de Transformação Digital da Justiça do Estado de Pernambuco.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Nos termos do PRS que apresenta

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra a V. Exa., para proferir o seu relatório.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço a confiança de ter me designado Relator dessa matéria que tem tudo a ver com o estado que eu represento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, vem à análise do Senado Federal, nos termos constitucionais do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, solicitação para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$32,8 milhões, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao Projeto de Transformação Digital da Justiça do Estado de Pernambuco.

O Projeto de Transformação Digital do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco representa uma reestruturação profunda da forma como o Judiciário estadual opera, com foco na modernização tecnológica, na virtualização de processos e no aumento da eficiência dos serviços prestados à população. Essa transformação tem como base a adoção intensiva de ferramentas digitais e de inteligência artificial, a virtualização de atividades judiciais e a melhoria da infraestrutura tecnológica, com o objetivo de aproximar a justiça do cidadão e reduzir os gargalos que, historicamente, comprometem a celeridade e a transparência do sistema judiciário.

Uma das principais ações desse projeto foi a implementação do programa Juízo 100% Digital, que permite que todos os atos processuais, como audiências, despachos, sustentações orais e sessões de julgamento, sejam realizados exclusivamente por meio eletrônico. Lançado inicialmente em 13 unidades judiciárias e atualmente em expansão, o programa busca tornar o processo mais célere, econômico e acessível, dispensando a presença física das partes e garantindo a mesma validade jurídica dos procedimentos presenciais. Essa medida foi fundamental para a continuidade da prestação jurisdicional durante e após a pandemia de covid-19, consolidando uma cultura de trabalho remoto no Judiciário estadual.

Esse projeto de transformação digital representa mais do que uma evolução tecnológica: é uma mudança de paradigma na forma como a Justiça é concebida e entregue à população.

O Judiciário de Pernambuco caminha para se tornar uma instituição mais eficiente, acessível, transparente e alinhada com as necessidades de uma sociedade digital, reforçando o papel do Estado como garantidor de direitos em um cenário cada vez mais conectado.

Atendendo aos requisitos constitucionais e legais, o programa também foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito.

Por fim, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação, visando ao encaminhamento do processo a esta Casa, o Senado Federal, para fim de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União.

Portanto, Sr. Presidente, me remeto ao voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas do Senado Federal relativas à matéria em análise, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução apresentado.

Portanto, Sr. Presidente, era o que eu tinha a relatar.

Muito obrigado. Mais uma vez, agradeço a confiança de ter me designado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós é que agradecemos ao Senador Fernando Dueire, valoroso representante do Estado de Pernambuco no Senado Federal.

Seu voto é favorável, portanto, à aprovação da matéria.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerramos a discussão e passamos à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado Federal apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Considerada a importância do projeto, que traz uma transformação digital que faz com que o cidadão que vai à Justiça termine, em breve período, fazendo com que a justiça chegue a ele na palma da mão. Eu peço licença a V. Exa. para o pedido de urgência, de forma que a matéria possa ser apreciada ainda hoje no Plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação à urgência proposta pelo Senador Fernando Dueire.

Os Senadores que concordam e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

O item 2 da pauta– que dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais... – foi retirado pela Senadora Soraya Thronicke.

Passamos, portanto, ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 79, DE 2020

- Não terminativo -

Altera os Decretos-Leis n° 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, n° 9.403, de 25 de junho de 1946, e n° 1.305, de 8 de janeiro de 1974, e as Leis n° 5.461, de 25 de junho de 1968, e n° 8.706, de 14 de setembro de 1993, para determinar que as contribuições de todos os trabalhadores em transporte e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos transportadores autônomos sejam recolhidas em favor do Serviços Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT).

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Laércio Oliveira para proferir o seu parecer.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros. Agradeço a deferência de Exa. no encaminhamento da relatoria para que recaísse sobre a minha pessoa.

Quero dizer e contextualizar que esse assunto foi discutido aqui na semana passada. Nós abrimos mão, naquele momento, com a aquiescência de V. Exa., para que houvesse uma semana para os ajustes necessários e voltamos aqui, nesta semana, cumprindo exatamente aquilo que a gente tinha prometido.

E vamos à relatoria.

Vou direto à análise, com a sua permissão, Sr. Presidente.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão analisar o aspecto econômico e financeiro do PL 79, de 2020, que destina ao Sest e Senat novas fontes de arrecadação, a partir de contribuições vertidas hoje para outros destinos. Essa é a questão principal deste projeto.

O Sest e Senat prestam serviço aos trabalhadores de todo o setor de transportes, mas financiam suas atividades a partir das contribuições sociais realizadas apenas pelas empresas privadas do modal rodoviário. Nesse sentido, o PL pretende transferir as contribuições das empresas privadas dos modais aquaviário e aeroviário, atualmente destinadas à Diretoria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portos e Costas da Marinha e à Anac, para as entidades que efetivamente prestam serviços aos trabalhadores do setor.

Quanto aos aspectos formais, sem embargo de análises mais aprofundadas a cargo da CAS (Comissão de Assuntos Sociais), não vislumbramos vícios de constitucionalidade, regimentalidade ou juridicidade que impeçam a tramitação e a aprovação deste importante projeto.

Em relação à adequação orçamentária e financeira, o aspecto relevante é justamente a mudança na destinação das contribuições sociais das empresas particulares de navegação e das empresas privadas de transporte aéreo regular, não regular e de táxi aéreo.

Essas contribuições hoje integram o Orçamento da União e serão transferidas para o Sest e para o Senat, a fim de que sejam verdadeiramente aplicadas no ensino profissional e na promoção social do trabalhador em transportes e de seus dependentes.

De acordo com a Confederação Nacional do Transporte, o impacto atualizado do PL, já considerando a emenda apresentada neste relatório, será de R$249 milhões, sendo R$154 milhões do setor aéreo e R$95 milhões do setor portuário.

Registra-se que a redução nas receitas poderá ser considerada na lei orçamentária, nos termos do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, se o PL for aprovado em prazo compatível com a elaboração das projeções de receita pelo Executivo e o início da vigência da lei for postergado para o ano seguinte ao de sua publicação. Portanto, inexistem óbices sob o ponto de vista orçamentário e financeiro.

No tocante ao mérito, reputamos como adequada a alteração legislativa proposta.

Uma vez que o Sest e o Senat prestam serviços aos trabalhadores de todo o setor de transportes, é razoável que as contribuições sociais das empresas de todos os modais financiem suas atividades. Porém, as contribuições arrecadadas das empresas dos modais aquaviário e aeroviário hoje inflam os superávits do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo e do Fundo Aeroviário, sem que cumpram sua finalidade precípua. Assim, recursos reservados para a qualificação profissional em transportes estão sendo desperdiçados.

Apesar disso, o Sest e o Senat realizaram um total de 14,67 milhões de atendimentos apenas em 2023, sendo 6,55 milhões em desenvolvimento profissional e 8,11 milhões em saúde e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade de vida. A rede de unidades conta com 165 instalações em funcionamento no país, gerando impacto em cerca de 5 mil municípios. Não temos dúvidas de que, de posse de mais recursos, essas entidades poderão contribuir ainda mais para o desenvolvimento profissional dos trabalhadores em transporte e para o bem-estar de seus dependentes.

O investimento em capital humano, por meio da qualificação profissional, é imprescindível para o crescimento da produtividade no setor de transportes e para o desenvolvimento da economia brasileira como um todo. O setor representa 5% do PIB e, indiretamente, está associado a todos os demais. Portanto, toda a economia é prejudicada pela restrição ao investimento em capital humano do sistema de transportes ocasionada pela má alocação das contribuições sociais.

Contudo, o projeto requer ajustes. Após prolongado diálogo com as entidades e os órgãos do Poder Executivo afetados, promovemos alguns aprimoramentos no projeto, que resumimos no substitutivo que ora anexamos a este relatório, Sr. Presidente.

No tocante ao conteúdo, propomos uma versão mais equilibrada do PL, que contém essencialmente duas mudanças. A primeira se refere às atribuições e contribuições que serão transferidas para o Sest e para o Senat. Resumidamente, Marinha e Anac continuarão responsáveis pelo ensino profissional de algumas atividades. A título de exemplo, concordamos que o ensino de navegação deve permanecer na alçada da Marinha, encarregada da proteção das águas jurisdicionais brasileiras, pois trata-se de atividade com potencial impacto na segurança nacional.

A segunda alteração diz respeito à necessidade de recomposição das receitas do Fundo Aeroviário, que solucionamos por meio da transferência de uma pequena parcela da arrecadação do Fundo Nacional de Aviação Civil.

Neste ponto, realizamos um novo ajuste, pois, ao considerarmos os cálculos da agência reguladora, conseguimos um percentual que se ajustasse tanto para o Sest e Senat, bem como para a Anac. Assim, aumentamos de 3%, o previsto no relatório anterior, para 5%.

Os demais ajustes são formais. As alterações nos Decretos-Leis nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, e nº 9.403, de 25 de junho de 1946, para excluir as empresas de transportes da relação de contribuintes do Sesi e do Senai foram suprimidas, pois a mudança na destinação das contribuições é efetivada nos outros diplomas legais atualizados pelo PL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro exemplo é a inclusão de um artigo autônomo para esclarecer que as cooperativas de transporte deverão recolher suas contribuições ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Trata-se de medida que objetiva reforçar a segurança jurídica.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 79, de 2020, na forma do substitutivo que consta do nosso relatório.

É o relatório, Sr. Presidente, com os meus agradecimentos a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O relatório do Senador Laércio Oliveira é, portanto, favorável à aprovação da matéria...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo vista ao Senador Rogério Carvalho. Vista coletiva regimental.

Passamos ao item 4 da pauta, Projeto de Lei 1.365, de 2022.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu concedo a palavra ao Senador Hiran.

Com a palavra V. Exa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Renan, Sras. e Srs. Senadores, a todos que nos assistem.

Presidente, esse projeto de lei, que tem a relatoria do nosso querido Senador Nelsinho Trad, alvinegro que nem nós e médico, tem o condão de atualizar o piso salarial, originalmente, de médicos e dentistas, mas, com a sensibilidade do Relator, ele incluiu, no relatório, auxiliares de laboratório e auxiliares de radiologia, fruto de uma audiência pública, uma discussão nesta Casa.

O que acontece é que o Governo deveria ter avaliado já o impacto dessa matéria, e aí não foi consolidado esse impacto – não é isso, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Dessas duas categorias.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Das duas categorias. Então...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Das outras, originais, sim.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Então, eu queria... Eu já sendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, eu queria só terminar de falar, porque eu tenho que ir a outra reunião.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, pessoal.

Como já houve um pedido de vista prévio, que foi consignado aqui pelo Senador Izalci, eu queria pedir aqui ao nosso Líder do Governo, Jaques Wagner, que nós pudéssemos fazer um acordo para votar o mais breve possível essa matéria, porque essas categorias são e foram fundamentais para nós no enfrentamento da maior tragédia humana que já se abateu sobre o mundo todo, que foi a covid-19. A equipe multiprofissional de saúde foi fundamental no combate a essa endemia, a essa epidemia, digo melhor, e nós aqui temos sofrido com essa questão de postergação desses direitos, que são direitos que estão consignados em projeto de lei aqui, como foi o caso do PL 1.466, que está aqui no Senado, que pode ser votado hoje e amanhã, de onde ficaram fora os médicos e os médicos veterinários. Havia um acordo com o Governo para que fosse conferido um aumento de 9% para essas categorias, e elas não foram contempladas nesse projeto de lei. E nós ficamos prejudicados com toda essa equipe multiprofissional de médicos, médicos veterinários, auxiliares de laboratório, radiologistas em relação a essas matérias que tramitam na Casa.

Então, eu queria fazer aqui uma solicitação ao Líder do Governo, Senador Jaques Wagner, que é uma pessoa em que nós acreditamos muito, que tem uma credibilidade muito grande e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que representa o Governo aqui, para que nós possamos votar essas matérias e restaurar justiça na remuneração dessas categorias.

Muito obrigado, Presidente.

Querido Jaques, conto com o seu apoio, para que nós possamos contemplar essas categorias que precisam do nosso reconhecimento.

Muito obrigado.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Quanto ao item 4 da pauta, eu consigno que já há um pedido de vista que foi endereçado à Mesa pelo Senador Izalci.

A vista será concedida na forma regimental.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu só acrescentaria, acatando a decisão de V. Exa., que ele pudesse retornar à pauta na nossa próxima sessão deliberativa, por obséquio.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Certo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Certo.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeito. Então, fica para a próxima sessão deliberativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos passar ao item oitavo, porque a Senadora Professora Dorinha está a caminho desta Comissão.

É requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, encareço a todos silêncio. Encareço o silêncio a todos.

Na forma regimental, a matéria voltará à apreciação desta Comissão na próxima reunião. (*Palmas.*)

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 45, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre o PLP 224/19.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 9: Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos...

Pessoal, por favor, encareço silêncio a todos. Vocês foram muito bem recebidos... (*Pausa.*)

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 46, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, no formato de Seminário, com o objetivo de debater, subsidiar e propor políticas para o segmento de minerais críticos e estratégicos no Brasil

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Este requerimento é de autoria do Presidente desta Comissão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu queria subscrever, com o senhor, esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com muita honra, Senadora Damares.

A votação, portanto...

Senador Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Gostaria, Presidente, de subscrever com V. Exa. também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com muita satisfação.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, quero subscrever seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com muita honra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Eu também, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogério, Senador Mourão, Senador Laércio. Somos todos, na forma do Regimento, subscritores da audiência pública que está sendo proposta.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A audiência pública, portanto, ocorrerá no dia 1º de julho.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone.*) – No formato de seminário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Seminário.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2360, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para incluir entre as hipóteses de movimentação da conta vinculada o acometimento do trabalhador ou de dependente por esclerose múltipla ou esclerose lateral amiotrófica.

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CAS.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS.

O Relator é o Senador Esperidião Amin, que pediu para que nós designássemos – e fazemos isso com muita satisfação – o Senador Jorge Seif como Relator *ad hoc*.

Com a palavra V. Exa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, bom dia a todos.

Se o senhor me permitir, vou direto para a análise. (*Pausa.*)

Ao examinar o PL nº 2.360, de 2024, a CAE observa as determinações do art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal, devendo analisar os aspectos econômicos e financeiros da matéria, além da análise de admissibilidade por ser esta Comissão terminativa.

Com relação à regimentalidade, não vislumbramos óbices à proposição. O projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, tendo em vista observar a competência da União, preconizada no inciso I do art. 22 da Constituição Federal, quando se refere ao direito do trabalho. Cumpre mencionar que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, conforme o art. 48 da Constituição, e, adicionalmente, registra-se que não se observa no projeto nenhuma violação às disposições do art. 61 da Lei Maior.

Quanto à juridicidade, Sr. Presidente, a iniciativa adota acertadamente a normatização via lei ordinária para a consecução dos fins almejados pelo autor. Ademais, o conteúdo abordado inova o ordenamento jurídico, adotando a generalidade e a coercitividade sem olvidar dos demais princípios do direito.

No que diz respeito à técnica legislativa, constatamos que o projeto está, no geral, vazado na boa técnica de que trata a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, sendo dotado de concisão, clareza e objetividade. No entanto, concordamos com a emenda apresentada na CAS para ajuste de redação do art. 1º do PL, devendo aparecer por extenso "Fundo de Garantia do Tempo de Serviço" antes do acrônimo FGTS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, somos favoráveis à proposta de permitir o saque dos recursos da conta vinculada do trabalhador no FGTS quando ele, ou seu dependente, for acometido por esclerose múltipla ou esclerose lateral amiotrófica.

O FGTS é uma poupança compulsória do trabalhador. Além da finalidade de garantir recursos em caso de demissão sem justa causa, o art. 20 da Lei 8.036, de 1990, relaciona diversas hipóteses em que o trabalhador pode sacar os recursos de sua conta, como nos casos de aquisição da casa própria, despesas com doenças graves ou aposentadoria. Fica evidente a finalidade social dos recursos do fundo. A proposição em apreço atua nesse sentido, oferecendo meios ao trabalhador de enfrentar problemas de saúde.

Em termos econômicos, o trabalhador poderá acessar mais rapidamente seus recursos, destinando-os ao custeio de seu tratamento. Como bem destacou o autor da proposição, ambas as doenças demandam acompanhamento médico permanente, requerem diagnóstico especializado e tratamento de alto custo, com medicamentos nem sempre disponibilizados pelo poder público. Sabemos que o SUS infelizmente é falho e deixa milhões de trabalhadores à espera de atendimento. Não permitir que o trabalhador utilize seus recursos do FGTS para custear seu tratamento equivale a penalizá-lo. Por isso, estamos de acordo com a matéria.

Gostaríamos de destacar, Sr. Presidente, que a esclerose múltipla figura entre as doenças que isenta de carência a concessão do auxílio por incapacidade temporária, conhecido como auxílio-doença, e a aposentadoria por incapacidade permanente, conforme dispõe o art. 151 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. Esse tratamento diferenciado na esfera previdenciária evidencia justamente a situação gravosa que os acometidos por essas doenças se encontram, muitas vezes alcançando a incapacidade para o trabalho. Defendemos que esse tratamento especial, que busca mais justiça social, deve ser estendido ao FGTS.

É oportuno destacar, outrossim, o potencial da proposição em atuar em prol das mulheres, gênero historicamente mais vulnerável no mercado de trabalho. Isso porque a esclerose múltipla registra a maior incidência entre as mulheres, grupo que já possui inserção laboral mais precária que os homens. Sendo assim, o uso dos recursos do FGTS pelas trabalhadoras evitará que sejam ainda mais negativamente impactadas no mercado de trabalho em decorrência de sua doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à análise financeira da medida, em 2023, o patrimônio líquido do FGTS estava em R$125,8 bilhões. Espera-se que a aprovação da matéria tenha um impacto financeiro bastante reduzido, que poderá ser absorvido pelo fundo.

O projeto, portanto, deve prosperar.

O voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.360, de 2024, com a Emenda nº 1-CAS.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O parecer é favorável.

Concedo a palavra à Senadora Damares, para discutir a matéria.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, primeiro eu quero cumprimentar o senhor pela sensibilidade de pautar essa matéria. Muitas famílias estão assistindo a esta sessão hoje por conta dessa matéria. E eu quero cumprimentar o nosso autor.

Senador, a gente é tão criticado, a gente tem ouvido tantas críticas para este Senado Federal lá fora, mas a gente tem feito tantas entregas para o Brasil, essa é uma entrega preciosa.

Essa matéria passou na CAS com louvor. Todos nós, na CAS, vibramos com essa matéria.

Eu quero cumprimentá-lo. O seu estado precisa saber da grandiosidade do senhor apresentando matérias como esta.

E, claro, o nosso Senador Amin traz um voto sucinto, direto, um voto necessário, assertivo, lido pelo nosso Senador Seif, o que mostra que esta Comissão tem feito entregas espetaculares, Senador. O Brasil precisa entender que é nas Comissões que as respostas estão sendo dadas para o Brasil.

Parabéns à CAE. Parabéns ao autor, ao Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As famílias atípicas estão assistindo neste exato momento. Eu fui acionada muito por conta dessa matéria, e eu estou muito feliz pela forma como ela foi apresentada, passou na CAS e, agora, com certeza, vai passar por unanimidade e com louvor nesta Comissão.

Parabéns, Presidente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jorge Seif, com a palavra V. Exa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu queria dar um depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... para o Senador Fernando Dueire, para o Senador Amin e para a Senadora Damares.

Senador Dueire, eu tenho uma prima no Rio de Janeiro que, antes dos 30 anos de idade, foi, infelizmente, acometida por essa doença. E é exatamente o que traz o voto do Senador Esperidião Amin: as dificuldades, a burocracia, o tempo. A mãe dela teve que, inclusive, pegar empréstimos na Caixa Econômica Federal para conseguir custear o tratamento da filha. Ela está viva, está em um estado muito delicado, com pouco êxito no tratamento; porque essa doença é degenerativa, você só tenta adiar esse fim inevitável.

Então, as pessoas já sofrem de forma tão agressiva com essa doença que não escolhe data, não escolhe cor, não escolhe religião. E, muitas vezes, como é esse caso nosso no Rio de Janeiro, da minha prima, ainda tem dificuldade de acessar o que é seu. Ela sempre trabalhou de carteira assinada, tinha direito, e não conseguia acesso ao recurso que levou ao endividamento da mãe dela.

Então, eu quero parabenizar o senhor, parabenizar o Senador Esperidião Amin. E toda a nossa solidariedade às famílias acometidas, alguns de seus membros, por essa doença tão terrível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é uma forma com que o Senado Federal, Sr. Presidente, dá uma resposta para amenizar um pouco essa grande dor e sofrimento que são causados por essa enfermidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer o voto do Senador Amin; o depoimento da Senadora Damares, sempre tão sensível à questão das doenças raras; ao Senador Seif, com o testemunho que aqui deu, e eu gostaria também de oferecer um testemunho. Há 37 anos, minha esposa foi acometida de esclerose múltipla, e essa é uma doença devastadora, incapacitante, humilhante. Nesse período e no início dessa doença, eu precisei bater na porta do FGTS, e a encontrei fechada. E eu entrei nesse mundo conhecendo pessoas que sofrem de problemas dessa natureza, sobretudo o preconceito.

Essa é uma doença difícil, porque quem observa, quem olha não estima o que a pessoa está passando. Minha esposa passou 11 anos batendo na porta de consultórios médicos e ambulatórios para, no 11º ano, ter o diagnóstico da doença. Hoje, nós, graças a Deus, não vamos mais precisar bater na porta do FGTS. Mas, quando concebi – e graças a Deus tenho a sensibilidade e o apoio de meus colegas aqui do Senado –, eu fiz no intuito de que outras pessoas que passam por isso não sofram a humilhação por que nós passamos.

Portanto, eu agradeço profundamente a sensibilidade dos senhores, a sensibilidade do Presidente Renan, que não deixa nada na gaveta, ele pauta tudo, ele traz à discussão, e do Senador Amin, que fez um relatório sólido e que só fez enriquecer a matéria que hoje nós estamos discutindo.

Aqueles que estão nos ouvindo, que estão nos vendo, Senadora Damares, sabem que o testemunho que V. Exa. deu aqui é verdadeiro. As Comissões do Senado estão entregando muita coisa; não é fácil, mas nós estamos entregando muita coisa. E isso acontece, porque nós temos um conjunto, um conjunto que, diferentemente de algumas visões de mundo, converge. É natural que pessoas tenham diferentes visões de mundo, por origem, doutrina, credos, mas tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento em que essas pessoas de diferentes credos políticos precisam se dar as mãos para atender àquilo que está acontecendo na ponta.

Portanto, muito obrigado a todos que aqui estão e, sobretudo, Senador Renan, por sua decisão determinada, definitiva, derradeira de não deixar nada na gaveta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Senador Fernando Dueire.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Perdão, a votação terá que ser nominal, porque a matéria é terminativa nesta Comissão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Melhor ainda.

Peço para abrir o painel. Passamos à votação nominal. O painel já está aberto.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação o Projeto de Lei 2.360, de 2024, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin e lido pelo Senador Jorge Seif.

Os Senadores e Senadoras que votam com o Relator votam "sim". (*Pausa.*)

Os presentes aqui nesta Comissão podem votar. (*Pausa.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Mourão, com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Aquele requerimento do Senador Izalci está computado por V. Exa.? (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, se o Senador Mourão me permite, eu estava aguardando a resposta às minhas perguntas da Ministra Marina, por isso que eu faltei, mas fico muito feliz, porque já soube da intervenção do meu querido amigo Jorge Seif, tanto do Jorge Seif, meu amigo...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Da Senadora Damares, do Fernando Dueire.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – e o Fernando Dueire, que é o meu mais recente amigo de infância. (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está, portanto, aprovada a matéria. (*Palmas.*)

O Senador Hamilton Mourão, que se retirou exatamente agora, pediu para que nós apreciássemos o requerimento com o qual eu me comprometi no início da reunião desta Comissão.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 47, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a convocação do Exmo. Sr. Fernando Haddad, Ministro da Fazenda do Brasil, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o significativo aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) promovido pelo Decreto nº 12.466, de 22 de maio de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas (PL/DF)

Portanto, em votação o requerimento do Senador Izalci.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de pedir três extrapautas para o senhor. Na verdade, eu quero subscrever os Requerimentos 32, 33 e 34, da CAE, pedindo a adição de alguns debatedores. É o 32... O senhor quer que eu leia o requerimento inteiro? Quer que eu leia?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode ler, Seif.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 32, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que na audiência pública solicitada através do REQ 06/2025 - CAE seja incluído o nome do Sr. Victor Callil

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 33, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer a adição de nomes ao REQ 06/2025 - CAE

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 34, DE 2025

- Não terminativo -

Requer aditamento do REQ 6/2025-CAE

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar.) – Requerimento 32, da CAE.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 6, de 2025, da CAE, com o objetivo de instruir o PL 1.565, de 2023, que "altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana), para determinar que as empresas que ofereçam o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros instalem equipamentos de monitoramento nos veículos de seus colaboradores", o PL 974, de 2021, que "altera a Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir direitos trabalhistas aos motoristas de aplicativos", e o PL 1.598, de 2023, que "altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para impor responsabilidade solidária às empresas de transporte remunerado privado individual de passageiros em caso de danos causados por pessoas físicas e jurídicas durante a execução do serviço de transporte a título de parceria com essas empresas" seja incluído o seguinte convidado: o Sr. Victor Callil, Diretor Administrativo, Pesquisador e Coordenador no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo requerimento, além de subscrevê-lo, Requerimento 33, é também sobre o PL 1.565, para que sejam incluídos o Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado; o Dr. Paulo Doron Rehder de Araujo, sócio do escritório SABZ; o Dr. Estêvão Mallet, Sócio do Mallet Advogados Associados.

Por último, o Requerimento 34, também para instruir o PL 1.565, para que sejam incluídos os convidados: o representante da Uber e o representante da 99.

Eram esses os pedidos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação os requerimentos.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 8ª e da 9ª Reuniões, realizadas em 6 e 20 de maio de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e treze minutos do dia dez de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Augusta Brito, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Jayme Campos, Zenaide Maia, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Alan Rick, Jorge Kajuru, Irajá, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 52, de 2025** que: "Convite para comparecimento na CAE" **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 79, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera os Decretos-Leis nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, e as Leis nº 5.461, de 25 de junho de 1968, e n° 8.706, de 14 de setembro de 1993, para determinar que as contribuições de todos os trabalhadores em transporte e dos transportadores autônomos sejam recolhidas em favor do Serviços Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT)." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1365, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Modifica o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas, previsto na Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, e majora os valores da hora extra e do adicional noturno dos referidos profissionais." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável à matéria, com acolhimento parcial da Emenda nº 1-T, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3172, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para destinar 10% das verbas de propagandas institucionais do Governo Federal para o financiamento de campanhas de prevenção ao uso de drogas." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Plínio Valério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto e à emenda nº 1-T, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-T-CAE e 2-CAE. . **Observação:** A matéria vai à Comissão de Comunicação e Direito Digital. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1558, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Esta Lei dispõe sobre o uso do Cadastro Positivo para concessão de descontos e benefícios pecuniários para os cidadãos que são adimplentes em seus financiamentos que usam recursos públicos e já amortizaram mais de 75% da dívida total." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2356, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Educação Empreendedora e Financeira (PNEEF)." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4720, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e nº 14.620, de 13 de julho de 2023, para incluir nas linhas de atendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida a reconstrução de unidades habitacionais danificadas total ou parcialmente por desastre natural." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3155, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera o art. 5º da Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol), para destinar as taxas cobradas para emissão de passaporte exclusivamente para a prestação desse serviço." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/10

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Trazemos à deliberação hoje desta Comissão, como item primeiro da pauta, requerimento para que seja convidada a Exma. Sra. Simone Tebet, Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a avaliação daquele ministério quanto à eficiência dos subsídios tributários concedidos pela União.

Nosso requerimento também visa a que se discuta e se examine aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, o cumprimento do disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 2021, que determina ao Governo a apresentação de plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária até o nível de 2% do Produto Interno Bruto.

De acordo com o documento Orçamento de Subsídios da União, 8ª edição, de 2024, do Ministério do Planejamento e Orçamento, os subsídios concedidos pelo Governo Federal em 2023 foram da ordem de R$650 bilhões, equivalentes a cerca de 6% do Produto Interno Bruto. Estima-se que hoje ultrapasse o montante de R$800 bilhões. É importante destacar que, numa visão histórica, o volume desses subsídios era da ordem de 3% do Produto Interno Bruto em 2023.

Esses subsídios, como todos sabem, são classificados em três categorias: subsídios tributários – ou gastos tributários, como comumente é chamado –, subsídios creditícios e subsídios financeiros. Os chamados gastos tributários, que somam R$519 bilhões em 2023, representam renúncias de receita. Já os subsídios creditícios, que em 2023 totalizaram R$83 bilhões, são despesas governamentais para baratear o custo de operações de crédito. Por fim, os subsídios financeiros, com volume de R$44 bilhões em 2023, são despesas com subvenções ou assunção de dívidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse quadro de desafios fiscais no Brasil, temos de buscar todas as alternativas para a estabilidade das finanças públicas, exceto as que impliquem a elevação de tributos e da carga tributária, com prejuízos ao setor produtivo e principalmente aos cidadãos. Uma das alternativas, portanto, é justamente a redução gradual dos subsídios, conforme determinação constitucional.

É nessa perspectiva, portanto, que estamos requerendo – a Comissão de Assuntos Econômicos – o convite à Exma. Sra. Ministra do Planejamento, Simone Tebet, titular da pasta que coordena os trabalhos de monitoramento e avaliação dos subsídios da União, para que compareça a esta Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debatermos caminhos e soluções para a redução gradual dos subsídios, bem como para a melhoria da sua eficiência.

Novamente, nós submeteremos à deliberação das Sras. e dos Srs. Senadores o item 2 da pauta, o PL 79, de 2020, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que tem como Relator...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu conversei há pouco aqui agora com a Senadora Augusta Brito, e ela quer apresentar uma emenda ao PL que eu estou relatando, que é o nº 7. Eu vou pedir a V. Exa. para retirar de pauta e voltar na semana que vem...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... para receber a emenda dela e fazer a correção que ela julga necessária, e eu acho também pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Portanto, será retirado de pauta, como pede V. Exa.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 4720, DE 2024

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e nº 14.620, de 13 de julho de 2023, para incluir nas linhas de atendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida a reconstrução de unidades habitacionais danificadas total ou parcialmente por desastre natural.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

Enfim, passamos à Ordem do Dia.

Antes, porém, eu gostaria de... (*Pausa.*)

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 52, DE 2025

- Não terminativo -

Convite para comparecimento na CAE

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Convite para a Exma. Sra. Ministra Simone Tebet, Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, para comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre: 1) avaliação da pasta quanto à eficiência dos subsídios concedidos pela União; 2) o cumprimento do disposto no art. 4º da Emenda Constitucional 109, de 2021, que determina ao Governo a apresentação de plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais.

Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submetemos à apreciação, Senador Fernando Farias.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A votação foi, portanto, simbólica.

Está aprovado o requerimento e o consequente convite à Ministra Simone Tebet.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 3172, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para destinar 10% das verbas de propagandas institucionais do Governo Federal para o financiamento de campanhas de prevenção ao uso de drogas.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto e à emenda nº 1-T, com uma emenda apresentada.

Observações:

1. Em 19/3/2025, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. Em 1/4/2025, foi aprovado requerimento de adiamento de discussão da matéria para o dia 19/5/2025.

3. Foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do senador Mecias de Jesus.

4. A matéria será apreciada pela CCDD, em decisão terminativa.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Renan.

Nós vamos tratar aqui... O projeto trata de destinar 10% das verbas de propagandas institucionais do Governo Federal ao financiamento de campanha de prevenção ao uso de drogas.

Para tal, o art. 1º do projeto insere o art. 20-C na Lei nº 12.232 com o comando supracitado e parágrafo único definindo como "propagandas institucionais" do Governo Federal todas as veiculações e divulgações em rádio, televisão, revistas, mídias sociais, informativos e similares. O art. 2º é a cláusula de vigência, determinando a entrada em vigor na data da publicação da lei.

Na justificativa, o Senador Astronauta Marcos Pontes destaca que o uso de drogas é um problema de saúde pública e a prevenção é fundamental para combatê-lo. O Governo Federal possui recursos para realizar campanhas institucionais, que geralmente visam promover sua imagem e políticas, e destinar parte desses recursos para a prevenção às drogas seria uma forma de cumprir seu papel de promover o bem-estar social.

O autor destaca também que essa iniciativa não comprometeria as demais campanhas, pois o valor destinado seria relativamente pequeno – valor de 10%.

A matéria foi encaminhada em 3 de junho de 2023 a esta Comissão, cabendo a mim relatá-la. Em seguida, irá à decisão da Comissão de Comunicação e Direito Digital em caráter terminativo.

Nesse ínterim, no dia 11 de julho de 2023, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Mecias de Jesus, alterando o art. 93 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, conhecida como Lei das Estatais, para destinar a campanhas de prevenção ao uso de drogas também parte das verbas das estatais destinadas a publicidade.

O art. 93 da referida lei estipula limite, em cada exercício, de 0,5% da receita operacional bruta do exercício anterior para aplicação em despesas com publicidade e patrocínio. O §1º permite que esse limite seja ampliado para até 2% da receita bruta do exercício anterior por proposta da diretoria, justificada com base em parâmetros de mercado do setor específico de atuação da empresa ou da sociedade e aprovada pelo respectivo Conselho de Administração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A regra proposta pela emenda guarda semelhança com a regra constante do projeto original, porém aplicada ao contexto das empresas estatais. Destina 0,05% da receita operacional bruta do exercício anterior para o financiamento de campanhas de prevenção ao uso de drogas, ou seja 10% do limite original constante no *caput* do art. 93, e 0,2% da receita bruta do exercício anterior na hipótese do §1º supracitado, o que é, também, 10% do limite original.

Nos termos do Regimento Interno, é competência da CAE, e a matéria se insere no campo de competência nossa aqui desta Comissão.

A proposta não traz impacto econômico-financeiro para a União, tendo em vista que não há aumento de despesas, trata-se de regra para utilização de recursos já previamente alocados pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Não se torna, portanto, necessário verificar o atendimento do disposto na legislação sobre finanças públicas, em especial, às restrições impostas pela LRF para políticas que impliquem renúncia de receitas ou aumento de despesas.

O uso de drogas é um problema grave para a saúde pública – todos nós reconhecemos isso –, daí importância deste projeto.

Além da componente citada, temos como aliada a prevenção ao uso, mediante campanhas de conscientização dos malefícios que podem ser provocados pelo uso de drogas. Infelizmente, a saúde pública hoje não tem os recursos suficientes para lidar com todas as demandas.

No mesmo sentido, entendo que é pertinente a Emenda nº 1-T, do Senador Mecias de Jesus. Destinar um pequeno percentual das despesas que seriam direcionadas a propaganda para auxiliar no combate às drogas.

Insiro, no entanto, mera alteração redacional no parágrafo único do referido dispositivo. Depreende-se do texto que o autor tem a intenção de definir como “propagandas institucionais” serviços de publicidade institucional em qualquer mídia, seja física ou digital. Nesse sentido, como há novas tecnologias surgindo diariamente, para evitar a obsolescência do dispositivo com o tempo ou provocar dúvidas de interpretação, proponho a substituição do termo “mídias sociais” por “aplicações de internet”, em consonância com o art. 5º, VII, da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, conhecida como marco civil da internet.

E o voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, manifesto voto favorável ao Projeto de Lei nº 3.172, de 2023, bem como pela aprovação da Emenda nº 1-T e da seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CAE
> (ao PL nº 3.172, de 2023)
> Dê-se ao parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei nº 3172, de 2023, a seguinte redação:
> Art. 1º .....
> Parágrafo único. Entende-se por propagandas institucionais do Governo federal serviços de publicidade, nos termos do art. 2º, *caput*, veiculados em rádio, televisão, revistas, aplicações de internet, informativos e similares.

Esse é o voto pela aprovação, elogiando o Senador Astronauta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria. Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner.

Com a palavra V. Exa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Não, só para registrar, Senador Plínio Valério, que, na minha opinião, Senador Renan, há um vício de iniciativa aí. Minha opinião. Acho nobre a propositura de fazer propaganda antidroga, porque virou um mal no país, assim como a droga das *bets*, que virou outro mal para o país, mas só que lá é o contrário. Lá o pessoal está gastando fábulas de dinheiro para fazer propaganda em tudo que é jogo de futebol e levando muita gente ao desespero do gasto com aposta, todo mundo achando que vai ficar rico.

Eu só acho que é nobre, mas tem um vício de iniciativa, porque eu entendo que quem originalmente tem que fazer esse tipo de propaganda é exatamente o Ministério da Saúde ou o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Eu não vou contestar, porque nós já pedimos vista, já chegamos ao final, então não temos mais recurso. Eu só queria registrar isso, porque eu entendo que é um engessamento. Isso deveria estar na LDO, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, orientando nesse sentido. Eu não acho que há nenhuma aberração, porque acho que é 0,05. Então, não é... Apesar de que V. Exa., no relatório, coloca da receita total da companhia, e não da receita dedicada à propaganda. Eu estou falando que eu não sei exatamente quanto é que cada uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas empresas gasta com propaganda. Então, acho que seria mais pertinente falar da verba de propaganda, tirar um tanto para fazer a propaganda...

Mas eu não vou contestar porque não há mais instrumento, ainda temos uma outra Comissão para ir, e nós podemos aprofundar lá. Mas era só para dizer que eu acho que tem esse vício de iniciativa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O senhor está falando em relação às empresas?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Às empresas...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Às vezes, eu posso aceitar a sua sugestão e colocar aqui para a gente evitar qualquer empecilho lá na frente. Se o senhor sugerir isso que sugeriu, não falar do bruto, mas colocar... eu aceito o que o senhor falou como emenda, Presidente, se é que é possível. Aceitaria, para evitar empecilho lá na frente, né?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, na verdade, a assessoria está me dizendo que V. Exa. acolheu uma...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Emenda...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – ... emenda. O original, do ponto de vista nosso, estava mais próximo do que eu acho, vou chamar de razoável. Mas repare, como vai para outra... Eu não quero criar nenhum tipo de constrangimento, não. Como vai para outra Comissão, eventualmente a gente pode consertar lá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, a matéria será apreciada ainda em caráter... em decisão terminativa na Comissão de Comunicação e Direito Digital.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Mas se tirar a emenda fica melhor para mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, então deixar para lá, eu só peço que seja essa a sugestão lá, que a gente siga em frente com esse projeto.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, eu não.. Repito, eu acho nobre a iniciativa. Eu acho até que deveria ter para todas as empresas, porque é óbvio que a gente não pode incidir sobre a empresa privada, mas a droga hoje perturba as famílias, a juventude. E nós precisamos fazer um trabalho de fôlego nas escolas, inclusive no sentido de evitar isso. Então eu não tenho nada contra. Eu estou só falando de onde é que deveria tirar.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, até porque em termos de Governo não altera nada em valor, em termos institucionais.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, não altera valor. Eu nem sei se elas já fazem alguma ou não, mas eu acho nobre gastar uma parte com um trabalho educativo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, Presidente...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu acho que isso promove a própria empresa...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso... Isso.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – ... se ela faz uma campanha contra as drogas, acaba que ela tem retorno de imagem também.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Essas empresas fazem tanto para os artistas, né? Fazem tanto pelos artistas...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Tem tanto *influencer* falando de bets aí, devia ter *influencer* falando contra as drogas.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Exatamente.

Então, Presidente, como é que fica? Vai à outra Comissão e lá a gente faz essa emenda, sugestão, não sei...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu só estou preocupado era...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, por isso eu fiz questão de registrar perante V. Exa., mas...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Senador Oriovisto...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Se quiser colocar em votação, para mim, sem problema, porque aí na outra Comissão tem como emendar.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não coloca em votação, não.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, Jaques e Plínio, só para me somar a vocês, dizer que eu vejo como muito nobre a iniciativa e para lembrar aqui... Eu acho que todos nós lembramos das campanhas que tivemos nas nossas televisões, muito tempo atrás, contra o cigarro. Não é? Até o aviso no maço de cigarro e tal. Eu era fumante. E eu me lembro claramente do efeito que essas propagandas tiveram na minha cabeça. Deixei de fumar já – há coisa de 30 anos que não fumo –, mas é, realmente, efetivo. Quando você tem o tempo todo publicidades mostrando a burrice, a imbecilidade que é o uso de uma determinada droga, isso vai ficando tão claro que se torna ridículo, não é? Aquilo que era símbolo de *status*, ter um cigarro na mão, tornou-se hoje uma coisa que quem faz tem vergonha, fuma escondido. E isso é muito importante.

Eu espero que o projeto prospere e que essas dificuldades legais sejam superadas, porque o objetivo, como disse o Senador Jaques Wagner, realmente é muito importante.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Só para comentar, a título de curiosidade, eu parei há 20 de fumar, em 2006. Vou fazer 20.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Encerrada a discussão, passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Item 3 da pauta.

Projeto de Lei nº 1.365, de 2022.

Modifica...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 1365, DE 2022

- Não terminativo -

Modifica o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas, previsto na Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, e majora os valores da hora extra e do adicional noturno dos referidos profissionais.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável à matéria, com acolhimento parcial da Emenda nº 1-T, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. Em 27/5/2025, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. Foi realizada em 12/3/2024, audiência pública para instrução da matéria.

3. Em 30/1/2025, foi apresentado estudo de impacto orçamentário pelo MDIC.

4. Foram apresentadas as Emendas nºs 1-T e nº 2.

5. Em 26/05/2025, foi retirada a Emenda 2, a pedido do autor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

A matéria será apreciada pela CAS, depois de tramitar aqui, em decisão terminativa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, eu fui informado de que há um novo relatório que o Relator colocou à disposição no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Há um novo relatório do Senador Nelsinho Trad, apresentado agora pela manhã.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Como há um novo relatório, é regimental, eu serei obrigado então a pedir vista. Nós ainda não chegamos a uma apuração final, até porque, nesse segundo relatório, o Senador retira algumas categorias que estavam incluídas, portanto, afeta aquilo que vai ser o impacto orçamentário.

Eu quero só me dirigir também aos médicos e dentistas aqui presentes, com todo o respeito, eu fui Governador: é que a gente vive sempre o drama do cobertor curto. É meritório? É. E como é que está no Orçamento? É o drama que a gente vive o tempo todo. Então, se colocam projetos que são meritórios, repito, que representam despesa, até porque a conta de estados e municípios está remetida para o Fundo Nacional de Saúde, e eu não sei exatamente de quanto é o impacto, porque foi pedido ao Ministério da Saúde.

Então, eu vou registrar o meu pedido de vista.

Eu não sei por que o Senador Nelsinho não está aqui. Não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Senador Nelsinho esteve viajando. Inclusive, solicitou que nós realizássemos esta reunião amanhã, na quarta-feira, mas, em função de uma convocação que já havia sido anunciada, nós, infelizmente, tivemos que realizar a reunião hoje mesmo, que é o dia em que, ordinariamente, a reunião é marcada.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Pois é, eu não sei se V. Exa. vai retirar de pauta pela ausência de Relator, porque aí não caberia vista.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Senador Nelsinho Trad tinha sugerido que nós...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Senador Izalci...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... pudéssemos designar, e nós faríamos isso com satisfação, mas o Senador Izalci também não está presente à reunião.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos conceder o pedido de vista ao Senador Jaques Wagner em função do novo parecer apresentado pelo Senador Nelsinho Trad, que está sobre a mesa. (*Pausa.*)

Está, portanto, concedida vista ao Senador Jaques Wagner.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pessoal, é com satisfação que nós recebemos todos aqui, mas não é permitido, regimentalmente, manifestação, infelizmente. O art. 184, infelizmente, não a permite. (*Pausa.*)

Comunicados da Presidência:

– Mensagem 597/2025, da Presidência da República, que encaminha Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referentes ao segundo bimestre de 2025;

– Ofício 11.982, que encaminha Relatório de Política Monetária e Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central;

– Ofício 59, da União de Câmaras e Vereadores do Alto do Vale do Itajaí;

– Ofício CM 0099, da Câmara de Vereadores de Canoa.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar vista do material.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1558, DE 2022

- Não terminativo -

Esta Lei dispõe sobre o uso do Cadastro Positivo para concessão de descontos e benefícios pecuniários para os cidadãos que são adimplentes em seus financiamentos que usam recursos públicos e já amortizaram mais de 75% da dívida total.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CCT, em decisão terminativa.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, vou direto à análise do projeto.

O art. 99 dá a esta Comissão a competência de análise de todas as questões que tratam de questões econômicas e financeiras, incluindo descontos e benefícios pecuniários aos cidadãos adimplentes.

Não vislumbramos vícios de iniciativa legislativa ou de técnica legislativa, tampouco óbices à constitucionalidade da matéria. Deixamos uma análise mais pormenorizada desses aspectos para a Comissão de Ciência e Tecnologia, em que a matéria deve tramitar de forma terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, entendemos que o PL deve prosperar. O autor da proposta justifica muito bem a importância do Cadastro Positivo, que constitui um marco no mercado de crédito, ao estimular a expansão do crédito, que é escasso no país. Ao permitir a consulta a bancos de dados que informam que os potenciais tomadores de crédito são adimplentes, o Cadastro Positivo possibilita que as taxas de juros caiam para os bons pagadores. Isso é importante, porque as taxas de juros já são excessivamente altas no país e os bons pagadores devem poder usufruir de melhores condições de juros em seus empréstimos.

Contudo, os efeitos do Cadastro Positivo parecem ser muito limitados. O PL sob análise busca corrigir essas distorções criando incentivos claros aos bons pagadores que poderão usufruir de descontos e benefícios pecuniários.

O autor da matéria lembra bem que esta Casa já beneficiou cidadãos que não conseguem pagar seus financiamentos, citando o caso dos estudantes com financiamentos do Fies, que se encontravam em dificuldades enormes devido aos problemas que advieram da pandemia da covid-19. Temos ainda os casos de projetos de refinanciamento de dívidas, os Refis, que buscam aliviar os juros e multas de dívidas de cidadãos e empresas que estão inadimplentes.

Esses programas de perdão de juros e multas são importantes, uma vez que permitem que empresas e cidadãos possam pagar suas dívidas e reestruturarem suas finanças. Entretanto, tais programas geram uma assimetria no tratamento dado aos bons pagadores que muitas vezes não recebem qualquer incentivo por pagarem todos os seus débitos em dia.

O PL em tela busca criar um sistema de premiação aos bons pagadores que estão com os financiamentos com origem em recursos públicos em dia. Cria como condição o caso de que os financiamentos já devem ter sido amortizados em pelo menos 75%.

Entendemos que a proposição cria um equilíbrio, contribuindo para que os bons pagadores possam ser recompensados, o que é bom para estimular ainda mais a adimplência em financiamentos que utilizam recursos públicos. Como boa parte dos recursos já foram amortizados, entendemos que esta medida não deva trazer maiores dificuldades do ponto de vista fiscal. Ainda mais que os benefícios e os descontos podem ser dado de forma que não comprometam o equilíbrio fiscal, e o Conselho Monetário Nacional irá definir os maiores detalhes desses benefícios e descontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, somos pela aprovação do PL 1.588, de 2022, e pela rejeição... (*Pausa.*)

Foi apresentada, Sr. Presidente, agora, uma emenda da nobre Senadora Augusta Brito, em que ela tira o verbo "deverão" para "poderão". Eu não vou acatar essa emenda, sugiro que seja apresentada na próxima Comissão de mérito, em virtude de que o texto é esse. O objetivo do projeto é justamente ter a determinação. Obviamente, o Conselho Monetário, como já está dito aqui, vai definir os critérios, tendo o cuidado com o equilíbrio fiscal, mas, ao mesmo tempo, reconhecendo que 75% já tenha sido pago, e o percentual, o formato vai ser definido posteriormente com todo o cuidado fiscal.

Esse é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

Senadora Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro eu quero aqui falar desse projeto que eu acho muito justo, cujo mérito também é muito significativo.

Quero parabenizar a Relatora, Senadora Dorinha, o Senador Eduardo Braga, exatamente por estarem trazendo justiça, buscando benefícios aos adimplentes, às pessoas que realmente conseguem pagar, porque, como foi dito aqui pela nossa Relatora, nós cansamos de ver aqui perdão de dívidas e pessoas que não conseguiram. Então, é mais do que justo.

A preocupação da emenda apresentada é exatamente com o equilíbrio financeiro, de estar-se criando uma obrigação; e para avaliar essa obrigação, porque não tive o detalhamento, a certeza de que esse "deverão" vai obedecer aos critérios não só de 75% de adimplência, mas também aos critérios que têm que ser observados – não só o da adimplência daquele recurso do momento.

Nesse sentido, como eu ainda não me sinto muito segura e eu entendo que realmente muda... não muda não, mas tira a obrigatoriedade para a possibilidade de acontecer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerando justo, eu queria pedir vista para que eu possa apresentar ou não reapresentar a emenda na próxima Comissão, entendendo que os argumentos da Relatora ainda não me convencem de que não seja necessário.

Então, como eu ainda não tenho esse convencimento, eu gostaria de fazer o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Oriovisto, com a palavra V. Exa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, com todo o respeito à nobre Relatora e ao autor do projeto, Senador Eduardo Braga, eu tenho que discordar desse projeto, porque ele cria um desconto para um contrato que já foi firmado. Então, o primeiro ponto, ele quebra a segurança jurídica desses contratos.

Bom, mas, se ele não vale para os contratos já firmados e vai valer só para os contratos a serem firmados – e a Senadora Augusta pediu vista; eu pediria que prestasse atenção nisso... Porque, se deixar claro que ele só vale para os novos contratos, respeitando aquilo que já foi firmado nos contratos já em vigor – não é? –, é um princípio da anterioridade, que eu acho que tem que ser observado. Se nós fizermos isso – que eu acho que é importante, sob pena de criarmos mais insegurança jurídica ainda para os entes que contrataram entre si –, se fizermos isso, o que vai acontecer é que quem cede o dinheiro, já prevendo o desconto no final, vai aumentar a taxa de juro, porque há uma equação clara que tem que ser equilibrada entre aquele que dá o dinheiro para o empréstimo e entre aquele que recebe o empréstimo.

Normalmente, financiamentos tomados com recursos públicos já são com juros abaixo dos juros de mercado. Então, além disso, teriam mais um desconto: "Ora, que desconto é esse?". "Ah, não! É 0,00001%, não vai afetar o Governo em nada". "Bom, então, não adianta fazer também, porque, se não vai afetar em nada, não vai afetar em nenhuma das partes". "Não, o desconto é bom, o desconto é de 2%, 3%". Se é de 2%, 3%, implica gasto para a União, porque, se vai dar o desconto, o dinheiro não retorna. Se implica gasto para a União, é preciso prever claramente qual é o impacto. Nós estamos vivendo uma crise fiscal sem precedentes, porque temos essa mania de achar que quem cumpre a obrigação, que é pagar o empréstimo, é uma pessoa excepcionalmente boa, que veio do céu e que, portanto, merece um prêmio. Não merece, quem faz obrigação faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigação, todos nós temos que fazer obrigação. Todos nós pagamos Imposto de Renda, nem por isso temos desconto. Pagamos o que tem que ser pago.

Então, eu sou contra esse projeto, acho que ele não faz nenhum sentido e, no mínimo, Senadora Augusta, eu fiquei muito aliviado com o seu pedido de vista, senão eu teria que pedir, mas foi muito bom que a senhora pediu. Acho que o "poderão" já ajuda muito, eu acho que a senhora está certa na sua emenda; acho que o "poderão" seria muito melhor do que o "deverão". Além disso, acho que o projeto como um todo precisa deixar claro que não se aplica ao já contratado, mas só aos novos contratos. É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom, Sr. Presidente, é regimental, eu me coloco à disposição. Acho que tem muitos equívocos aqui colocados, né? Obviamente o projeto diz claramente que serão definidas as regras.

Discordo plenamente do Senador Oriovisto. Já fizemos, como o projeto já diz, muitas concessões em situações de quem não paga, ou seja, que não são adimplentes. Aqui, no caso, é um incentivo, inclusive, para o pagamento. Obviamente é uma obrigação, mas não é o que nós vemos, é com o que a gente aqui tem uma preocupação.

Eu sei que a Senadora traz uma preocupação do próprio Governo, do "deverão" e do "poderão". Obviamente o texto, e a definição, e os critérios, se serão para novos contratos ou não, isso tudo deve ser definido como aqui se está colocado. Na verdade, a gente traz a determinação no texto do autor, mas o formato, o percentual e a organização serão colocados pelo Conselho Monetário Nacional, além do que o próprio texto já reforça a questão fiscal. E talvez o que a gente precise enxergar no nosso país é o nosso formato de gestão pública, a necessária mudança de outros aspectos, porque a questão fiscal está longe de ser um problema de quem paga em dia.

Muito obrigada.

Estou à disposição para qualquer diálogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço à Professora Dorinha e concedo, na forma do Regimento, vista à Senadora Augusta Brito.

Passamos ao próximo item da pauta, que tem como Relatora também a Professora Dorinha.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2356, DE 2024

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Educação Empreendedora e Financeira (PNEEF).

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria vai à CE, em decisão terminativa.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Passo direto à análise.

Quanto ao mérito, vejo que a política pretendida nos leva a uma importante reflexão sobre novas habilidades necessárias nos dias atuais, de modo que a estrutura curricular do nosso sistema de ensino precisa se manter vigilante e atualizada quanto a essas demandas.

Ao fomentar as habilidades de empreendedorismo e inovação no ambiente escolar, assim como o desenvolvimento de competências financeiras, o nosso sistema de ensino, na realidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criará competências e oportunidades para os estudantes brasileiros. Cada jovem será exposto a novos modos de pensar e prosperar. As habilidades aqui discutidas não são apenas inatas. Na realidade, podem e devem ser estimuladas no jovem estudante. Por isso, a ideia de se criar uma Política Nacional de Educação Empreendedora e Financeira se faz tão necessária.

A nova política tem, inclusive, o poder de estimular a criatividade, o pensamento crítico no enfrentamento de problemas e a busca de soluções para dificuldades cotidianas. O ensino de competências financeiras significa, em última instância, dar mais controle nas mãos de cada indivíduo. Cada estudante exposto a esses novos conhecimentos terá mais autonomia em suas próprias escolhas e maior liberdade de decisão. Não à toa, a falta de educação financeira na estrutura curricular é, rotineiramente, alvo de comentários e reclamações na mídia e nas redes sociais.

No longo prazo, esta nova política tem o potencial de criar uma sociedade mais inclinada ao empreendedorismo e inovação, com todos os potenciais benefícios dessa maneira de pensar. Afinal, estamos falando de novos negócios, identificação de oportunidades, geração de empregos, solução de problemas, aumento de produtividade e impacto social.

Em resumo, o empreendedorismo e a inovação são essenciais para o progresso da sociedade. Eles geram oportunidades, criam soluções, impulsionam a economia e melhoram a qualidade de vida de todos.

Diante do exposto, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.356, de 2024, de autoria do Senador Jayme Campos.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

Concedo a palavra à Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez quero parabenizar tanto o autor como a Relatora, mas eu senti falta – ainda estou aqui analisando e eu queria apresentar uma emenda sobre isto – de também a gente incluir a questão da economia solidária, do cooperativismo dentro dessas mesmas instruções que foram ditas aqui. Isso é meritoso. Eu acho que a gente tem que fazer e trazer a questão financeira também para a grade curricular.

Então, queria fazer o pedido de vista só para construir, tanto com o autor ou com a Relatora, a possibilidade só de implementar ainda mais e aperfeiçoar esse projeto que para mim já é muito meritoso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo, portanto, com a aquiescência do autor, o Senador Jayme Campos, e da Relatora, vista regimental à Senadora Augusta Brito.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Só um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – O projeto aqui não trata de disciplina, porque hoje a criação de novas disciplinas está restrita ao Conselho Nacional de Educação. A proposta aqui apresentada pelo nobre Senador é uma política ampla, de maneira transversal. Eu não vejo nenhum problema, a princípio, da inclusão dos aspectos mencionados pela Senadora, obviamente, com uma emenda, mas não com inclusão de disciplina. A proposta é muito ampla no sentido de criar políticas públicas dentro desse programa, inclusive a questão nossa de que falamos há pouco sobre a educação financeira, da questão das dívidas e tudo mais. Então, não vejo nenhum problema.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está concedida a vista regimental.

Próximo item da... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos aprovar as atas da última reunião.

As Senadoras e os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Alguns itens foram retirados de pauta, tanto pelos autores quanto pelos Relatores.

Consideramos, portanto, encerrada a reunião. Obrigado a todos pelas presenças honrosas.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e treze minutos do dia dezessete de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Fernando Farias, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Lucas Barreto, Omar Aziz, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Jaques Wagner, Ciro Nogueira, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Dueire, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 20, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 43,200,000.00 (quarenta e três milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São José, Estado de Santa Catarina, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos destinam-se para o financiamento do Programa de Implantação da Avenida Beira Mar de São José/SC." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 167, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Acredita Exportação; e altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 13.043, de 13 de novembro de 2014, 11.945, de 4 de junho de 2009, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a fim de ampliar benefícios para determinados serviços nos regimes aduaneiros especiais de drawback e do Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado (Recof) e incentivar as exportações brasileiras, especialmente as dos pequenos negócios." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1558, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Esta Lei dispõe sobre o uso do Cadastro Positivo para concessão de descontos e benefícios pecuniários para os cidadãos que são adimplentes em seus financiamentos que usam recursos públicos e já amortizaram mais de 75% da dívida total." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2356, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Educação Empreendedora e Financeira (PNEEF)." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1855, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade (PNDEB)." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Favorável ao projeto com oito emendas apresentadas. **Resultado:** Sobrestada a tramitação da matéria. **Observação:** 1. Foi aprovado o Requerimento 58/2025, de audiência pública para instrução da matéria. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 865, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024, que estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública, para instituir o Índice Nacional de Valorização Docente." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4720, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e nº 14.620, de 13 de julho de 2023, para incluir nas linhas de atendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida a reconstrução de unidades habitacionais danificadas total ou parcialmente por desastre natural." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a emenda nº 1-CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 6139, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.712 de 30 de agosto de 2012, para estabelecer o sistema brasileiro de crédito oficial à exportação." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CRE (substitutivo), com sete subemendas de sua autoria. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1-CRE-CAE (Substitutivo) (com subemendas nºs 1 a 7-CAE) ao Projeto de Lei n° 6139, de 2023. Ficam prejudicados o Projeto e as emendas a ele apresentadas. **Observação:** O Substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2041, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024, que institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial – Programa Eco Invest Brasil; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas – Procred 360;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas –Desenrola Pequenos Negócios; cria linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.735, de 11 de setembro de 2003, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018, 14.042, de 19 de agosto de 2020, 14.165, de 10 de junho de 2021, e 14.166, de 10 de junho de 2021; e dá outras providências; para possibilitar a utilização de linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços por mototaxistas." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o projeto, com as Emendas nºs 1-CAE e 2-CAE. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2213, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para autorizar a utilização de recursos não comprometidos do FGO para a cobertura de operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Relatório pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 58, de 2025** que: "Requerimento Audiência Pública - PL 1855/2022" **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/17

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de junho de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião, realizada em 10 de junho de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Item primeiro da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 20, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 43,200,000.00 (quarenta e três milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São José, Estado de Santa Catarina, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

FONPLATA, cujos recursos destinam-se para o financiamento do Programa de Implantação da Avenida Beira Mar de São José/SC.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Em primeiro lugar, Presidente, eu gostaria de agradecer pessoalmente a V. Exa. por me ter confiado esta matéria, que diz respeito a um município que praticamente é o município onde eu moro hoje, porque o bairro do Bom Abrigo fica na parte continental de Florianópolis que fazia parte do Município de São José da Terra Firme, como reza a história. Então eu sou hoje morador de um território que já foi de São José e hoje pertence a Florianópolis. E tenho, em relação a este município, portanto, uma intimidade de longa data.

Senador Mourão, eu, quando garoto, tinha um cavalo, e foi a cavalo que eu conheci toda aquela parte continental da região da Grande Florianópolis, numa visão muito especial para uma criança, para um garoto, né? Fica mais alto, enxerga mais.

A verdade, Presidente, é que eu tenho que cumprimentar também o Prefeito Orvino de Ávila, que é o vice-campeão brasileiro de mandato de Vereador, só suplantado pelo Nirdo Artur Luz, o Pitanta, de Palhoça. Ele cumpriu 11 mandatos consecutivos de Vereador; o Pitanta está no 12º. Ele disputava com Pitanta, mas ele foi promovido a Prefeito e conseguiu essa condecoração. A gestão financeira o habilitou, conforme relata a própria Secretaria do Tesouro, a merecer este aval, que nós vamos, se tudo correr bem, confirmar. É o aval da União para este empréstimo. E não é só uma avenida, é a saída para o norte, pelo litoral de Santa Catarina, do trânsito da Grande Florianópolis. Digamos que é a terceira etapa dessa ligação continental.

A primeira etapa, no Município de Florianópolis, também foi financiada pelo Fonplata. E, para orgulho meu, foi um financiamento e projeto desenvolvido pela Prefeita Angela Amin, que obteve o primeiro financiamento do Fonplata para um município brasileiro, em 2003. Hoje, o Fonplata (Fondo para el Desarrollo de la Cuenca del Plata), é presidido por uma brasileira, Luciana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Botafogo Gonçalves, filha do ex-Embaixador Ministro Botafogo Gonçalves. Portanto, temos essa impressão brasileira neste Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata.

Após a primeira obra, que é a Beira-Mar Continental de Florianópolis, cujo financiamento e início da obra foi da Prefeita Angela Amin – contou com a contribuição, como seu sucessor, do ex-Senador e nosso amigo Dário Berger, depois, do Prefeito Gean Loureiro –, agora o Município de Florianópolis, sob a administração do Prefeito Topazio Neto, está tomando as providências para cumprir a segunda etapa, que é a etapa subsequente a essa da Beira-Mar Continental e antecede o objeto deste financiamento, que já é no Município de São José.

O que eu destaco é o seguinte: o total do programa compreende US$47 milhões para os estudos, projetos e obras; US$2,2 milhões para desapropriações e realocações; o gerenciamento total do programa compreende US$4,2 milhões; e a administração pelo próprio Fonplata corresponde a US$0,3 milhão, ou seja, US$300 mil.

O processo está muito bem instruído, eu repito, pela Secretaria do Tesouro Nacional. O programa foi autorizado pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex). A contratação tem como objetivos esses quatro tópicos que eu mencionei, que compõem o total do projeto. E todas as obrigações em termos de satisfação dos requisitos regidos pela resolução deste Senado e pelas regras da República Federativa, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento se encontram satisfeitas.

Eu resumo o projeto dizendo o seguinte:

> Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de São José, Estado de Santa Catarina, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.
> Parágrafo único. A autorização prevista no caput fica condicionada:
> I – ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;
> II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos, nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007; e [finalmente]
> III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de São José, Estado de Santa Catarina, e a União, sob a forma de vinculação das cotas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação do Município na arrecadação da União, segundo o estabelecido nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, bem como das receitas próprias do Município a que se refere o art. 156, também da Constituição Federal, e outras em direito admitidas;

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução [uma vez aprovada] entra [imediatamente] em vigor [...].

Este é o relatório, Presidente, mais uma vez agradecendo a V. Exa. e cumprimentando toda a Grande Florianópolis, mas especialmente o Município de São José, por ter conquistado esse direito a esse patamar de boa gestão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Continua a discussão.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Senador Omar Aziz, com a palavra V. Exa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – É só para parabenizar o Senador Amin, que faz uma retrospectiva da importância desse fundo. É lógico que nós vamos votar a favor, é uma praxe a gente ajudar os municípios. É só para parabenizar o Senador Amin pelo relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – As Senadoras e Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos do PRS que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, tomo a liberdade, mais uma vez agradecendo a todos os Senadores, Senadoras e a V. Exa. em particular, de pedir urgência, para deliberarmos sob urgência, para que a matéria possa ir para o Plenário ainda hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a urgência solicitada por V. Exa., na forma do Regimento.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 167, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Programa Acredita Exportação; e altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 13.043, de 13 de novembro de 2014, 11.945, de 4 de junho de 2009, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a fim de ampliar benefícios para determinados serviços nos regimes aduaneiros especiais de drawback e do Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado (Recof) e incentivar as exportações brasileiras, especialmente as dos pequenos negócios.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra a V. Exa. para a leitura do seu relatório, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente, primeiro agradeço a V. Exa. pela honraria de poder relatar esse importante projeto, especialmente para os pequenos negócios brasileiros, no momento, Presidente, em que a economia brasileira precisa de novos espaços para os pequenos e médios empreendedores neste país. Portanto, V. Exa. já leu o *caput* do Projeto de Lei Complementar nº 167, eu não vou aqui repetir, é o Programa Acredita Exportação, que trata dos regimes aduaneiros especiais de *drawback* e do Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado (Recof) e incentiva as exportações, especialmente as dos pequenos negócios.

Antes de iniciar aqui a análise, Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Esperidião Amin pelo projeto anterior, porque creio que a mobilidade urbana é, sem nenhuma dúvida, um dos maiores problemas das grandes cidades no Brasil. E Florianópolis, com esse projeto, passará a ter um ganho importante. E nós, na cidade de Manaus, estamos à espera de aprovação de projetos importantes que possam também viabilizar a mobilidade urbana na nossa cidade. Portanto, eu queria cumprimentar o Senador Esperidião Amin por essa importante conquista.

Vamos à análise do projeto de lei complementar.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, analisar as proposições pertinentes à temática econômica e de tributos.

Cumpre destacar que o projeto de lei complementar ora analisado atende integralmente aos pressupostos de constitucionalidade formal. É competência concorrente da União legislar sobre direito tributário e econômico. Igualmente, quanto às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa privativa do Presidente da República, são obedecidos os artigos pertinentes da Constituição Federal.

Conforme dita a Constituição, normas acerca do tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte cabem à lei complementar, de modo que a espécie legislativa aqui adotada é a correta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne à constitucionalidade material, não se verifica incompatibilidade alguma entre a proposição e a Constituição, de modo que as inovações normativas encontram guarida no arcabouço constitucional vigente.

A boa técnica legislativa foi obedecida, e foram cumpridos, durante a tramitação, os ditames regimentais.

Sigamos para a análise do mérito.

O principal problema que o projeto busca enfrentar é a permanência de resíduo tributário nos produtos brasileiros exportados, sobretudo pelas pequenas e médias empresas. Tendo por ponto de partida que deve ser papel do Estado aumentar a competitividade de nossos exportadores, buscando atender ao máximo o princípio de “exportar produtos, não tributos”, a proposição apresenta uma solução para essa questão.

O sistema tributário brasileiro prevê mecanismos de recuperação de créditos para a cadeia produtiva voltada à exportação. Porém, essa sistemática de creditação não alcança as microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.

A proposição relatada estabelece exceção de caráter temporário, válida apenas para os exercícios de 2025 e 2026 – e eu explico, Presidente, por que apenas de 2025 e 2026: porque, a partir de 2027, entrará em vigor a reforma tributária, cuja última lei complementar já está em fase final de aprovação, já faz a desoneração de toda a cadeia produtiva para as exportações, inclusive dos pequenos e médios empresários brasileiros – com vistas a permitir que as empresas optantes pelo Simples apurem créditos e tenham devolução total ou parcial de resíduo tributário remanescente na cadeia de produção de bens exportados no âmbito do programa Reintegra. Entendemos que a legislação vigente busca garantir a integridade do Simples e impedir a sobreposição de vantagens tributárias, propósitos adequados para a política fiscal do país.

Contudo, no que concerne às exportações, pode-se compreender que a manutenção dessa restrição não se coaduna com os objetivos fundamentais de impulsionar, e não restringir, a projeção internacional dessas empresas e os benefícios econômicos mais amplos decorrentes da expansão de mercados para as empresas brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A opção pelo horizonte temporal curto de validade da norma explica-se pelo fato de que, por conta da reforma tributária aprovada por este Congresso Nacional, a partir de 2027 serão extintas a contribuição para o PIS-Pasep e a Cofins, tributos que são o objeto do programa Reintegra. No futuro próximo, as empresas exportadoras poderão optar por recolher a CBS e o IBS por fora do Simples, o que lhes assegurará a restituição integral desses tributos. Tem-se, assim, que o projeto que estamos deliberando lida com um tema cuja temporalidade é bem definida, o que o torna, também, urgente.

As alterações no programa Reintegra são fundamentais para o sucesso da iniciativa de incremento à competitividade do setor exportador brasileiro. Se aprovado este PLP, o porte da empresa também será um critério de diferenciação para a definição do percentual de crédito que poderá ser apurado para o creditamento, em benefício dos pequenos empreendimentos.

Mediante as inovações propostas e as condições estabelecidas na lei, suspende-se, no âmbito da cadeia associada à exportação, o pagamento de tributos que já estão próximos da extinção. São ações meritórias em face da necessidade de o país buscar uma inserção competitiva em um momento de turbulência sem precedentes na ordem comercial internacional, como o que se vive no presente.

Sr. Presidente, antes de manifestar aqui o voto, quero aqui também expressar os entendimentos e as negociações com o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços do Estado brasileiro, na figura do Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que está apoiando integralmente o Reintegra.

Portanto, vamos ao voto.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do presente Projeto de Lei Complementar nº 167, de 2024, como apresentado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Senador Jaques Wagner, com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Parabéns ao Senador Eduardo pelo relatório. Acho que a matéria é absolutamente pertinente e já adianto que a posição do Governo é favorável ao relatório do Senador Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo mais quem... (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin, com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu gostaria também de cumprimentar o proponente, o Governo por concordar e o Relator, Senador Eduardo Braga.

E quero expressar aqui um esforço que o Brasil faz, quero expressá-lo de uma maneira muito singela para um esforço do qual eu participei. No ano de 2001, uma delegação de empresários catarinenses – brasileiros, portanto – se dirigiu à Arábia Saudita na missão de vender os nossos produtos. Nada de novo pelo fato de a avicultura catarinense brasileira ser um sucesso, e eu ter visto, tanto na Arábia Saudita quanto no Kuwait, a consumidora na gôndola escolher o produto brasileiro. Isso não é novidade!

O que é novidade é que uma pequena empresa conseguiu vender o primeiro *container* de suco de goiaba. Isso que é novidade: ultrapassar a barreira da sanidade e uma pequena empresa se firmar. E quero registrar que essa empresa hoje já diversificou sua produção. Por quê? Porque houve uma janela para que ela se inserisse no mercado internacional, que, todos nós sabemos, é muito competitivo e exigente.

Então, acho que este projeto é um passo a mais para propiciar que pequenas e médias empresas façam parte dessa competição maravilhosa, apesar de muitas vezes viciada ou prejudicada por interesses que formam barreiras, criam dificuldades, preconceitos ou conceitos póstumos, posteriores, mas de qualquer maneira é um passo importante. E eu aplaudo o Governo também por perfilar ao lado dessa iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Continua a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, é só para complementar o que disse o Senador Esperidião Amin. Veja, neste momento em que nós estamos vivendo uma verdadeira guerra tarifária promovida pelo Governo americano em relação aos exportadores para os Estados Unidos, que criou uma modificação no tabuleiro de espaços nos mercados internacionais, sem dúvida nenhuma o Reintegra é uma janela de oportunidade para os pequenos e médios produtores brasileiros ocuparem espaços, como esse a que se referiu o Senador Esperidião Amin, que são extremamente importantes.

E, Sr. Presidente, já me adiantando, havendo aprovação do referido projeto, eu aproveito para apresentar a V. Exa. o pedido de urgência para que possamos deliberar sobre a urgência deste projeto para que ele possa ir a Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Continua a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu queria pedir a V. Exa. para submeter o pedido de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação o pedido de urgência.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, portanto, a urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu estou pedindo pela ordem, porque, pelo que eu sei, os itens 3 e 4 teriam saído da agenda. (*Pausa.*)

Está certo? Estou com a informação correta?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não foi retirado. É que a Senadora Relatora ainda não chegou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, então, eu só queria, pela ordem, lhe pedir para subscrever o item 5... Aliás, assinalo também que o Senador Ciro Nogueira, que é um homem atirado... Ele também assina.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Qual é o item 5?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O item 5 é um requerimento da Senadora Tereza Cristina, subscrito também por mim e pelo Senador Ciro Nogueira... Certo? (*Risos.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, caso os itens 3 e 4 não sejam apreciados agora, eu gostaria de subscrever para defender o requerimento que...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Presidente Renan, posso dar um esclarecimento ao Senador?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode. Com a palavra V. Exa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Não, é só para esclarecer, o que não coloca nenhuma contrariedade a uma eventual audiência pública. É só para explicar.

Esse projeto faz parte de um conjunto de 23 projetos que foram produzidos... À época, eu era Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e nós criamos o Fórum da Geração Ecológica, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós convidamos 45 pessoas da sociedade civil de várias áreas vinculadas a essa questão do meio ambiente e da produção – tinha gente do agronegócio, tinha ambientalista –, e ali a gente ficou durante um ano trabalhando um conjunto de projetos. Vários deles – evidentemente, porque o fórum não tinha capacidade de aprovar – estão sendo submetidos ao Senado.

Esse, de que eu serei o Relator hoje, é uma proclamação de princípios. Ele não tem nenhuma imposição, nem nada. Como o título está dizendo, é a política nacional sobre desenvolvimento da economia e da biodiversidade. Eu só quero insistir que não há nenhum artigo no projeto que determine, que imponha. Ele é uma proclamação de princípios de matérias que estão sendo trabalhadas pelo Governo. Então, é só para esclarecer.

E aproveito a chegada da Senadora Tereza Cristina, que foi a primeira autora do pedido de audiência... É óbvio que eu não posso me opor a um pedido de audiência pública, só estou dizendo que ele foi fruto de muitas audiências públicas, trabalhado por esse coletivo do chamado Fórum da Geração Ecológica, que durou um ano e visitou várias áreas da questão ambiental, eu acredito, sempre com muito equilíbrio, repito, porque ali estavam representações de diversos setores.

Era só para esclarecer o tema.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu fico absolutamente satisfeito pela intervenção do Senador Jaques Wagner e mais satisfeito ainda, porque chegou a patroa, a nossa Senadora Tereza Cristina, que, certamente, já está avaliando também as palavras do Senador Jaques Wagner, como sempre, palavras construtivas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Tereza, com a palavra V. Exa.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente Renan Calheiros, colegas.

Quero dizer, Senador, que eu tenho certeza de que o projeto é interessante, abrangente, mas, apesar de muitas audiências terem sido feitas, eu gostaria de pedir mais uma audiência, para que todos que estão agora, neste ano aqui, pudessem participar dessa audiência, e a gente pudesse vir para cá defender o projeto de uma maneira segura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele é um projeto que é muito abrangente, né? Tenho certeza de que foi discutido com equilíbrio, o que faz parte do seu ser, como do meu, mas vamos... Eu gostaria de pedir esta audiência, uma audiência, que a gente marcaria o mais rápido possível, e depois voltaria aqui para o plenário desta Comissão, para que ele fosse votado.

Muito obrigada.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Presidente, o item 9.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos fazer a inversão para o item 9 da pauta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Nós vamos deliberar sobre a... Está concedida a audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, ainda não, porque nós estamos aguardando o requerimento, e os dois próximos itens têm como Relatora a Senadora Professora Dorinha, que ainda não está no plenário, e o Senador Omar está sugerindo a inversão para nós apreciarmos o item 9 da pauta.

Item 9 da pauta, projeto terminativo nesta Comissão.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 2041, DE 2025

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024, que institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial – Programa Eco Invest Brasil; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas – Procred 360; institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas –Desenrola Pequenos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Negócios; cria linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.735, de 11 de setembro de 2003, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018, 14.042, de 19 de agosto de 2020, 14.165, de 10 de junho de 2021, e 14.166, de 10 de junho de 2021; e dá outras providências; para possibilitar a utilização de linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços por mototaxistas.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Não apresentado

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, vem à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 2.041, de 2025, do Senador Eduardo Braga, que altera a Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024, que institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial (Programa Eco Invest Brasil); altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas (Procred 360); institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas (Desenrola Pequenos Negócios); cria linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.735, de 11 de setembro de 2003, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018, 14.042, de 19 de agosto de 2020, 14.165, de 10 de junho de 2021, e 14.166, de 10 de junho de 2021; e dá outras providências; para possibilitar a utilização de linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços por mototaxistas.

O relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL apresenta dois artigos.

O art. 1º modifica o Capítulo VII da Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024, para que os mototaxistas, além dos taxistas, também tenham acesso à linha de crédito especial para financiamento da aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi, criada pela referida lei. Nesse sentido, as pessoas físicas, proprietárias de motocicletas ou motonetas utilizadas na prestação de serviços de mototáxi, autorizados pelo poder público concedente, poderão ter acesso à referida linha de crédito.

O art. 2º estabelece que a lei entra em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificativa, o autor do PL argumenta que os mototaxistas desempenham um papel crucial no transporte urbano, oferecendo uma alternativa de mobilidade ágil e acessível, especialmente em áreas de difícil acesso; mas que, no entanto, os mototaxistas enfrentam custos elevados de manutenção e a necessidade constante de renovação de seus veículos para garantir a qualidade e a segurança dos serviços prestados à população.

Além disso, o autor sustenta que a renovação da frota de táxis e mototáxis deve ser encarada de forma integrada, uma vez que ambos os serviços se complementam na oferta de soluções de transporte urbano, especialmente em áreas periféricas ou com alta demanda por serviços rápidos e flexíveis. Também argumenta que a inclusão da categoria de mototáxi na linha de crédito permitirá um acesso mais democrático ao financiamento, assim como promoverá a adoção de veículos mais eficientes e menos poluentes, alinhando-se aos objetivos de sustentabilidade urbana e de redução das emissões de gases. Assim, conclui que é imprescindível que a linha de crédito destinada à renovação da frota de táxis também inclua os mototáxis.

A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Compete à CAE, nos termos do art. 99, incisos I e III, do Risf, opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida, assim como sobre problemas econômicos do país e política de crédito.

Conforme o inciso VII do art. 22 da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre "política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores". Além disso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conforme o art. 48, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre "matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações" – inciso XIII. Ademais, a matéria em discussão não é de competência privativa do Presidente da República e, em termos materiais, a proposição não desrespeita dispositivos da Constituição.

O projeto é dotado de juridicidade, uma vez que possui os atributos de novidade, abstratividade e generalidade. Ademais, consideramos adequada a apresentação deste projeto em termos de lei ordinária, uma vez que não modifica aspectos estruturais do Sistema Financeiro Nacional.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que são necessários alguns pequenos ajustes de redação, sem modificar o conteúdo, que efetuamos por meio de duas emendas.

No que diz respeito ao mérito, acreditamos que o projeto de lei beneficiará os mototaxistas e a sociedade brasileira. Com o crescente trânsito nas cidades, os serviços de mototáxi se tornaram ainda mais importantes, provendo comodidade, agilidade e preços acessíveis. O acesso à linha de crédito viabilizará a aquisição de veículos novos, o que atuará no sentido de renovar a frota, de aprimorar a eficiência dos serviços e de reduzir os riscos de acidentes, tendo em vista que, à medida que as motocicletas se tornam mais antigas, aumentam os riscos associados ao desgaste natural de seus componentes, à falta de manutenção adequada e à obsolescência de tecnologias de segurança. Ademais, o PL cumpre um papel social, na medida em que muitos mototaxistas dependem dessa atividade para o seu sustento e de suas famílias.

Voto.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.041, de 2025, com as seguintes emendas:

> EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)
> Renumere-se o § 3º para § 2º, do art. 42-A da Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024, na forma proposta pelo art. 1º do Projeto, dando a seguinte redação:
> "§ 2º Poderão ser financiados com a linha de crédito de que trata o *caput* do art. 42 os veículos de passageiros ou de uso misto, de fabricação nacional, novos, movidos a combustível de origem fóssil ou renovável, inclusive os veículos híbridos e elétricos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinados à comprovada utilização na prestação de serviços inerentes à atividade de mototaxista, que se enquadrem nas condições estabelecidas na legislação vigente, podendo também ser financiados o seguro inicial dos bens e os itens para carregamento da bateria dos veículos movidos por energia elétrica."

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Renumere-se o § 4º para § 3º, do art. 42-A da Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024, na forma proposta pelo art. 1º do Projeto.

É o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos ao Senador Omar Aziz.

A matéria está em discussão.

Senadora Tereza Cristina, com a palavra V. Exa.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Só pela ordem, Senador Renan, sobre o requerimento de audiência pública do outro projeto, do Senador Jaques Wagner, eu gostaria só de colocar que o Senador Ciro e o Senador Esperidião Amin também o subscreveram. E, depois da discussão desse item, do item 9, se pudesse colocar em votação o requerimento... Só era essa a minha questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exa. e cumprimentar o Senador Omar Aziz pelo parecer favorável a esse projeto com relação aos mototaxistas, que nada mais, nada menos faz justiça para uma categoria que hoje está regulamentada pelo Congresso Nacional e que tem concessões conferidas pelos Poderes municipais em todo o território nacional. Principalmente nos menores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municípios, hoje o mototaxista é, muitas vezes, a única opção de deslocamento para a população local. E esses trabalhadores não têm acesso a um programa de financiamento, a exemplo dos taxistas, que ajuda e facilita, obviamente, a renovação da frota, o que garante segurança para o trabalhador e para o transportado.

Portanto, eu quero aqui agradecer ao Senador Omar pelo parecer favorável, pela defesa inteligente deste projeto, que fará justiça a milhares de trabalhadores que hoje dependem dessa atividade para o sustento da sua família.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Continua a discussão.

Não havendo quem queira mais discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 2.041, de 2025, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Omar Aziz.

Os Senadores e as Senadoras que votam com o Relator votam "sim". (*Pausa.*)

Está aberto o painel. Já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Os Senadores que registraram suas presenças podem votar pelo aplicativo. (*Pausa.*)

A Secretaria da Comissão está ligando para os Senadores que registraram seus votos. (*Pausa.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Presidente Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jaques Wagner.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – É só uma solicitação: o item 10, de relatoria do Senador Fernando Farias, é de minha autoria e quero saber se V. Exa., já que votou o item 9... Porque teria que aprovar a audiência pública pedida, é isso? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tem que votar o requerimento preliminarmente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Se puder votar o item 10... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e declarar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – SIM, 16; nenhum voto NÃO.

Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei 2.041, de 2025, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Omar Aziz. Projeto de lei do Senador Eduardo Braga.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Requerimento da Senadora Tereza Cristina.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 58, DE 2025

- Não terminativo -

Requerimento Audiência Pública - PL 1855/2022

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1.855, de 2022, que institui a Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade.

Nós vamos apreciar o requerimento preliminarmente à apreciação do item 5.

Requerimento da Senadora Tereza Cristina que propõe a realização de audiência pública.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o requerimento, nós o colocamos em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Portanto, fica sobrestada a tramitação da matéria até a realização de audiência pública. (*Pausa.*)

Por sugestão do Senador Jaques Wagner, inversão da pauta para o item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 2213, DE 2025

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para autorizar a utilização de recursos não comprometidos do FGO para a cobertura de operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Relatório pela aprovação do projeto.

Também terminativo nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Fernando Farias para leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Peço licença aí para ir direto à análise.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre proposições atinentes a assuntos econômicos em geral, inclusive fundos públicos. Assim, é de sua competência a análise da matéria em tela, que versa sobre a aplicação de recursos do Fundo Garantidor de Operações (FGO) no apoio à agricultura familiar.

Inicialmente, no que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a competência legislativa da União para legislar sobre política de crédito encontra amparo no inciso VII do art. 22 da Constituição Federal. Além disso, a proposição respeita a reserva de iniciativa parlamentar, não estando entre os temas de iniciativa privativa do Presidente da República, conforme dispõe o art. 61, §1º, da Constituição Federal. A iniciativa legislativa, sob a forma de lei ordinária, mostra-se compatível com os preceitos constitucionais e o conteúdo normativo pretendido, inexistindo vícios de inconstitucionalidade.

A proposição não merece reparos no que tange à juridicidade e à regimentalidade, pois a matéria inova a legislação vigente, mediante proposição parlamentar que imprime generalidade e coercitividade aos comandos que define, com obediência aos princípios gerais do direito. No que se refere à técnica legislativa, a proposição observa os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, apresentando estrutura clara, concisão e adequada sistematização.

Antes da avaliação de mérito, é importante um esclarecimento inicial sobre esta proposição. Na verdade, a razão pela qual se fez necessária a apresentação deste projeto de lei que agora analisamos é um equívoco na tramitação de um outro projeto de lei. Trata-se de um erro legislativo que acabou retirando, sem intenção, o acesso dos beneficiários do Pronaf ao Fundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Garantidor de Operações (FGO), que já estava garantido anteriormente por lei aprovada nesta Casa.

Explico: a Lei nº 15.034, de 27 de novembro de 2024, havia incluído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no FGO, mas, por um descuido na tramitação da Lei nº 15.076, de 26 de dezembro 2024, o artigo que garantia esse direito (o art. 6º-G) foi revogado e substituído por uma regra sobre outro programa – o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). O erro ocorreu porque a numeração dos artigos não foi ajustada corretamente durante o processo de tramitação legislativa, apagando, sem intenção, um benefício já aprovado.

Esse equívoco burocrático prejudicou a regulamentação do FGO para o Pronaf, afetando agricultores familiares que dependiam desses recursos. Podemos avaliar que, enquanto não havia se tornado lei, tal equívoco poderia ter sido corrigido por uma mera retificação de texto, o que não parece ser o caso agora, de forma que esta proposição se fez necessária, e agora estamos buscando corrigir este erro.

Dito isso, entendemos que a proposição se revela conveniente e oportuna, pois contribui para a ampliação do acesso ao crédito rural pelos agricultores familiares, que frequentemente encontram obstáculos no oferecimento de garantias exigidas pelas instituições financeiras. A autorização para uso de recursos não comprometidos do FGO reduz o risco das operações e viabiliza a concessão de crédito a um setor fundamental à segurança alimentar e ao desenvolvimento regional.

Ademais, o projeto apresenta uma solução que respeita o equilíbrio fiscal ao utilizar recursos já existentes, limitados a R$500 milhões, sem implicar aumento de despesa pública ou ampliação da dívida da União. Essa abordagem contribui para a eficiência do gasto público e o fortalecimento da política de desenvolvimento rural.

É preciso mencionar que, no balanço de dezembro de 2024, o Fundo contava com ativos totais na casa dos R$43 bilhões. Isso nos demonstra que tal alocação de R$500 milhões para garantias ao agricultor familiar não prejudicou e nem prejudicará as garantias de crédito para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a medida guarda estreita consonância com os objetivos do Plano Safra e com a estratégia de inclusão produtiva de pequenos produtores rurais, reforçando o papel do Estado na mitigação de riscos e na indução do crédito agrícola como política pública estruturante. Assim, a aprovação do projeto de lei em comento se impõe como medida coerente com os objetivos da política econômica, financeira e social do país.

Dessa forma, entendemos que esta proposição representa avanço na promoção do desenvolvimento sustentável, melhora o acesso ao crédito para a agricultura familiar e fortalece a capacidade do Estado de fomentar políticas públicas com responsabilidade fiscal.

O voto, Presidente.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.213, de 2025.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação será, portanto, nominal.

Em votação o Projeto de Lei 2.213, de 2025, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Fernando Farias.

As Senadoras e Senadores que votam com o Relator, pela aprovação do projeto, votam "sim".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Não abriu aqui, não. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Os Senadores que registraram suas presenças podem votar pelo aplicativo.

A votação está aberta, já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Já temos quórum. Nós vamos encerrar a votação e declarar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – SIM, 13 votos; nenhum voto NÃO.

Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei 2.213, nos termos do relatório apresentado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, é só para agradecer o relatório do Senador Fernando Farias e agradecer aos colegas que votaram a favor do projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 4720, DE 2024

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e nº 14.620, de 13 de julho de 2023, para incluir nas linhas de atendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida a reconstrução de unidades habitacionais danificadas total ou parcialmente por desastre natural.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 11/6/2025, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria da senadora Augusta Brito.

2. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

Não terminativo nesta Comissão.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, esse projeto do Senador Alan Rick é extremamente meritório, porque ele coloca de forma explícita a utilização do Programa Minha Casa, Minha Vida no apoio a essas populações que são atingidas por desastres naturais, algo que seria perfeitamente compreensível e normal, mas é interessante que esteja tudo por escrito neste nosso país.

O autor justifica a sua proposta, destacando que, embora o programa contemple o atendimento a famílias desabrigadas, não prevê de forma específica a reconstrução de moradias danificadas por desastres.

Na semana passada, no dia 11 de junho, a Senadora Augusta Brito apresentou a Emenda nº1, para alterar o §11 do art. 4º da Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, com o objetivo de garantir que a reconstrução habitacional seja realizada de forma a aumentar a resiliência urbana diante de eventos climáticos futuros, independentemente de ocorrer em áreas de risco, promovendo segurança e sustentabilidade para as populações afetadas.

Não resta dúvida, com essa questão de mudança climática que nós estamos vivendo, que os desastres naturais têm se tornado mais frequentes e intensos no Brasil, a exemplo do meu Estado do Rio Grande do Sul no ano passado e agora estamos vivendo cheia lá na nossa Amazônia, com vários municípios – aliás, eu acho que o Senador Eduardo Braga pode me corrigir –, eu acho que tem 37 municípios do Amazonas em estado de emergência pela questão das cheias. E, nessa hora, sempre quem é prejudicada é a população mais pobre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre os principais méritos da proposição destaca-se a exigência de que a reconstrução habitacional ocorra em condições que aumentem a resiliência urbana, ou seja, não reconstruir no mesmo lugar que foi afetado, tirar a pessoa daquela área.

A proposta reconhece que, em muitos casos, não será possível reconstruir no mesmo terreno – como eu acabei de dizer – onde a moradia estava localizada, justamente porque esse local se tornou perigoso ou inadequado.

A proposta tem potencial para impulsionar a economia local das regiões atingidas, ao estimular a atividade da construção civil e gerar empregos por meio da reconstrução da área que foi afetada.

A emenda apresentada pela Senadora Augusta Brito também é meritória, pois reforça a necessidade de se adotar uma abordagem preventiva e resiliente nas ações de reconstrução. Ao enfatizar a resiliência urbana e a sustentabilidade como diretrizes fundamentais, a alteração proposta assegura que as soluções habitacionais não sejam apenas respostas imediatas a desastres, mas também promovam segurança a longo prazo e adaptação às mudanças climáticas.

Assim, o nosso voto é pela aprovação do PL nº 4.720, de 2024, e da Emenda nº 1.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

É a proposta meritória do Senador Alan Rick, relatada pelo Senador Hamilton Mourão, com emenda da Senadora Augusta Brito. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Hamilton Mourão.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Item 9 da pauta. Perdão, oitavo.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 6139, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.712 de 30 de agosto de 2012, para estabelecer o sistema brasileiro de crédito oficial à exportação.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CRE (substitutivo), com sete subemendas de sua autoria.

Observações:

1. Foram apresentados ofícios do Ministério da Fazenda e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, relativos ao impacto orçamentário da matéria.

2. A matéria foi apreciada pela CRE, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CRE (substitutivo).

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Fernando Farias.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Irei diretamente à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, analisar os aspectos econômico-financeiros das matérias que lhe são submetidas.

Na Justificação do PL nº 6.139, de 2023, o Senador Mecias de Jesus destaca o seguinte:

> Apesar de essencial à eficácia da política industrial, comercial e de política externa, a política de crédito oficial à exportação padece há mais de 8 anos de letargia decorrente de dois fatores essenciais: i) insegurança jurídica dos gestores públicos para a continuidade da aplicação das regras vigentes dado o volume de questionamentos no âmbito da Corte de Contas; e ii) desatualização das ferramentas do crédito oficial à exportação à atual prática mundial.
>
> Nesse sentido, busca a proposta (...) atualizar a disciplina relacionada ao Seguro de Crédito à Exportação, conferindo eficácia ao já previsto na Lei nº 12.712. de 2012 – que criou o FGCE, mas sem capitalização suficiente do fundo para conferir agilidade e segurança jurídica aos financiadores das exportações brasileiras.
>
> Pretende-se, portanto, corrigir tal problema, estimulando novas fontes de custeio a esses mecanismos de modo a reforçar o lastro do seguro de crédito à exportação e conferindo aval incondicional da União às operações com essas ferramentas, a fim de assegurar que sejam classificados como garantia soberana do Brasil pelos financiadores privados à exportação.

Como assinalado pelo Senador Esperidião Amin no relatório submetido à CRE, o projeto em comento pretende assegurar que o FGCE: (i) permita a cobertura de operações que atualmente estão desabastecidas pela iniciativa privada; (ii) assegure que o seguro de crédito brasileiro seja bem aceito por instituições estrangeiras; (iii) alinhe nossas operações com regras internacionais específicas; (iv) esclareça que a alteração de natureza jurídica do fundo não faz incidir a legislação sobre seguros privados; e (v) contemple novas fontes de financiamento.

Especialmente relevante para esta Comissão é a promoção da aceitação do seguro de crédito brasileiro, associada à permissão do aval pela União, ora proibido pela Lei nº 12.712, de 2012. A derrubada dessa vedação permitirá que os seguros sejam recebidos por operadores internacionais como garantia soberana, lastreada pelo Brasil, tal como já ocorre com o FGE. Essa modalidade conta com melhor classificação de risco e consequentemente condições e encargos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favorecidos, reduzindo o custo de crédito de exportadores brasileiros e promovendo a entrada de seus produtos em diferentes mercados.

Atualmente, apenas o FGE está em operação, uma vez que a União ainda não editou o decreto autorizando a integralização de recursos ao FGCE. Dessa forma, as alterações na Lei nº 12.712, de 2012, surtirão efeito somente quando o fundo for estabelecido. Assim, não se aplicam as disposições do art. 167, §7º, da Lei Maior, do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), e da Lei nº 15.080, de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO para 2025).

Não obstante o inegável mérito da proposta apresentada e do substitutivo aprovado, entendo ser oportuno que se insira mais uma alteração à Lei nº 9.818, de 1999. Trata-se de permitir que as operações de seguro de crédito para projetos de investimentos produtivos em território nacional que visem à produção de bens e à prestação de serviços, destinados à exportação brasileira, de alta intensidade tecnológica ou relacionados à economia verde também estejam contempladas pelo seguro de crédito à exportação. Assim, cria-se a possibilidade para que a cadeia de exportação seja contemplada desde o seu início, contribuindo para fortalecer o potencial dos exportadores brasileiros.

Adicionalmente, julgo que o projeto também deveria alterar a Lei nº 10.184, de 2001, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais, no intuito de normatizar o financiamento às exportações de serviços e permitir a retomada, nos moldes das melhores práticas internacionais, do apoio público a essa modalidade de comércio realizada pelas empresas brasileiras.

Cabe recordar que os programas públicos de apoio à exportação existem há mais de cem anos nos países desenvolvidos e, nas últimas décadas, têm se difundido também nos países em desenvolvimento com ambições industriais. As instituições denominadas agências de crédito à exportação desfrutam de mandatos de governo para concessão de apoio oficial por meio de financiamentos (empréstimos) ou seguros e garantias aos financiadores privados, valendo-se, sobretudo, de recursos públicos, com o objetivo de gerar emprego e renda em seus países de origem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A relevância do apoio à exportação reside em uma característica única da atividade: ela simultaneamente gera empregos, por meio de uma fonte de demanda alternativa à doméstica, e gera divisas em moeda estrangeira, que ajuda a fortalecer o balanço de pagamentos dos países. Existem hoje mais de 90 agências de crédito à exportação no mundo e quase todos os países industrializados contam com tais instituições ou estruturas correlatas que desempenham essa função.

Em segundo, no que se refere ao apoio às exportações de serviços, cabe reforçar que seus benefícios são percebidos ao longo de toda a cadeia de fornecedores e subfornecedores de bens/materiais/equipamentos e serviços brasileiros que atendem à empresa brasileira exportadora que realiza o projeto no exterior. Os financiamentos às exportações de serviços de engenharia realizados pelo BNDES entre 2007 e 2015 movimentaram uma rede de 4.044 fornecedores diretos no Brasil, sendo 2.785 microempresas e empresas de pequeno porte (MPME). Apenas essa parte imediata da cadeia de fornecimento incluiu, em cada um dos anos considerados, pelo menos 800 empresas e 400 mil trabalhadores empregados no Brasil. Esses números chegaram a mais de mil empresas (em diversos anos) e a mais de 750 mil empregos (em 2014), registrando ao final uma média de 1.001 empresas e 590 mil pessoas empregadas por ano.

O apoio se mostrou um importante impulsionador do uso de fornecedores nacionais nas obras internacionais das construtoras brasileiras. De 2003 a 2012, as empresas brasileiras de engenharia e construção apoiadas exportaram 19 vezes mais bens brasileiros para os mercados em que atuavam com apoio do BNDES do que para outros países onde atuavam sem financiamento do BNDES, o que é uma evidência do efeito positivo do apoio à exportação de serviços. Vale mencionar também o impacto financeiro das operações de crédito. Foram desembolsados pelo BNDES R$22,2 bilhões, que retornaram aos cofres públicos, incluindo o Fundo de Amparo ao Trabalhador, na forma de pagamentos de US$13,3 bilhões de principal e juros (equivalentes a R$41,7 bilhões, considerando o câmbio das datas dos repagamentos).

Outro desafio que, em determinadas circunstâncias, requer atuação complementar do setor público no mercado de crédito é a obtenção de grandes volumes de recursos em moedas conversíveis e com longo prazo de pagamento. Essa necessidade é percebida de forma heterogênea, de acordo com a maturidade dos mercados de capitais acessíveis aos exportadores nacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta de alteração da Lei nº 10.184, de 2001, relaciona as formas de apoio do BNDES às operações de financiamento ao comércio exterior que podem ser realizadas nas fases denominadas pré-embarque e pós-embarque. Também esclarece que o financiamento do BNDES às exportações estará submetido às diretrizes e orientações estabelecidas em regulamento do Poder Executivo.

O §1º do novo art. 3º-A também buscou esclarecer que o financiamento do BNDES deve aderir às definições internacionais de exportação de serviços decorrentes do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (Gats, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC), em vigor desde janeiro de 1995.

O §2º do novo art. 3º-A objetiva pacificar o entendimento de que as condições de operacionalização do crédito estabelecidas pelo BNDES em seu financiamento às exportações de serviços seguem práticas internacionais, as quais, por sua vez, já vêm sendo seguidas pelos demais mecanismos brasileiros de apoio oficial ao crédito à exportação, pelas instituições financeiras, pelas agências de crédito à exportação e pelos organismos multilaterais. Destaque-se que tais práticas podem variar conforme os mercados concorrentes, com destaque à expressiva participação do crédito público da China. Além disso, utiliza-se a mesma terminologia empregada na legislação aplicável vigente.

No que diz respeito ao valor máximo do financiamento que o BNDES pode oferecer em uma operação de crédito às exportações de serviços, o §3º do novo art. 3º-A determina que esse limite seja estabelecido em consonância com as melhores práticas internacionais, como, por exemplo, o Acordo sobre Normas de Conduta para Apoio Oficial em Créditos à Exportação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

De forma a conferir maior transparência e previsibilidade à política, estabelece-se que a participação máxima será um percentual do valor total a ser pago pelo importador pelos bens e serviços exportados, incluindo exportações realizadas a partir de terceiros países e excluindo o custo direto incorrido pelo exportador com bens e serviços adquiridos no país do importador – gastos locais. O valor previsto no §3º considerará benefícios e despesas indiretas em sua integralidade, ou seja, aplicados sobre todos os custos incorridos pelo exportador com bens e serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É sabido, por meio de diferentes estudos sobre práticas internacionais, que apoiar uma determinada parcela de gastos locais em projetos envolvendo exportações nacionais é uma estratégia bastante difundida entre agências de crédito à exportação. Ao não apoiar determinados gastos locais previstos como necessários para a realização de projetos que geram demanda para as exportações brasileiras, diminui-se a competitividade nacional, em benefício de exportações a partir de outros países cujas agências permitem tal apoio combinado.

Ainda que o BNDES não financie tradicionalmente o custo incorrido pelo exportador com bens e serviços adquiridos no país do importador ou em terceiros países, foi incluída essa possibilidade com o objetivo de equiparar o apoio brasileiro às práticas de elegibilidade de concorrentes ou cofinanciadores públicos estrangeiros, haja vista que o financiamento a parte dos gastos locais necessários à viabilidade dos projetos é prática usual de agências de crédito à exportação estrangeiras. Com vistas à maior transparência, o limite da participação dos gastos locais ficará definido em regulamentação do Poder Executivo.

Foi prevista no §4º medida que tem por objetivo assegurar que pessoas jurídicas de direito externo que estejam inadimplentes com o Brasil sejam impedidas de acessar novos financiamentos enquanto perdurar a referida inadimplência. Caso haja negociação de dívida, devidamente formalizada nos termos da Lei 9.665, de 1998, a análise de novas operações de crédito poderá ser retomada.

Conforme o §5º, a proposta também busca consolidar na legislação o compromisso do BNDES em apresentar à sociedade os resultados de suas atividades de apoio à exportação, especialmente em termos de objetivos, recursos utilizados e alcance dos resultados de política pública. Tal inclusão reforça a posição de transparência do BNDES e consubstancia o compromisso firmado pelo banco junto aos órgãos de controle no sentido de evidenciar e dar publicidade à efetividade do apoio à exportação. O BNDES deverá manter seu *site* atualizado, contendo informações sobre as suas operações de financiamento às exportações de serviços contratadas com entes soberanos, nos termos do art. 62 da Lei 12.527, de 2011.

Em respeito à competência de fiscalizar do Poder Legislativo, propõe-se consignar em lei, conforme o §6º, a obrigação de submissão anual à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado de informações acerca da carteira de financiamentos, a exemplo do que ocorre em outras agências de crédito à exportação. A apresentação dos resultados permitirá ao Congresso Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhar periodicamente o apoio operacionalizado pelo BNDES, avaliando os benefícios diretos e indiretos auferidos pela sociedade brasileira com a atividade. A inclusão também de aspectos socioambientais das atividades reforça o compromisso do banco com a transparência e responsabilidade social e ambiental.

Um ponto que merece atenção é o uso da expressão "melhores condições" no art. 2º do substitutivo, ao tratar da atuação de financiadores e seguradores privados. A redação vigente pode ser interpretada como uma referência direta a condições de preço ou encargos, o que poderia gerar insegurança jurídica ao induzir comparações com instrumentos de natureza pública, sujeitos a regimes normativos distintos. Para evitar interpretações ambíguas e preservar a clareza normativa do dispositivo, recomenda-se a supressão do adjetivo "melhores", sem prejuízo dos objetivos do projeto, que permanece orientado à ampliação do envolvimento do mercado privado nas operações de apoio oficial ao crédito à exportação.

Em consequência dessas observações, proporei um conjunto de subemendas à Emenda nº 1-CRE, que promove as seguintes alterações no texto: i) tornar facultativa a consulta pública que precede a elaboração e a atualização do regulamento de que trata o *caput* do art. 3º do projeto; ii) acrescentar menção explícita ao Ministério da Fazenda no dispositivo que trata da integralização de cotas pela União ao FGCE; iii) estabelecer que a cobertura do seguro de crédito à exportação para projetos de investimentos produtivos em território nacional visará à produção de bens e à prestação de serviços, destinados à exportação brasileira, de alta intensidade tecnológica ou relacionados à economia verde; iv) vincular o financiamento à exportação de bens ou serviços nacionais; v) ajustar a redação do art. 2º; e vi) introduzir ajustes na ementa e de técnica legislativa.

Presidente, o voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.139, de 2023, na forma da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), acrescida das subemendas a seguir.

É isso aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação será também nominal.

Nós vamos colocar em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei 6.139, de 2023, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Fernando Farias.

Os Senadores e as Senadoras que votam com o Relator votam "sim".

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Os Senadores que registraram suas presenças podem votar pelo aplicativo. (*Pausa.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Damares, com a palavra V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Enquanto os colegas votam, eu queria parabenizar o Senador Fernando por este voto.

Pela autoria ser do meu Líder, eu acompanhei esse projeto de lei lendo, e o senhor traz hoje um voto que a gente percebe que foi feito com muita dedicação. O senhor fez aperfeiçoamentos extremamente importantes, e a gente entrega hoje, Presidente Renan, uma matéria tão importante para o Brasil... Sabe aquela matéria sobre a qual a gente fica se perguntando, assim, "por que não fizemos isso antes?"? É exatamente essa matéria.

Então, eu quero parabenizar o Líder Mecias de Jesus e o Relator, pela forma como apresentou o voto. Eu entendo que um voto desses é construído a várias mãos: a consultoria, a assessoria...

Então, parabéns, Senador, pelo aperfeiçoamento, e Senador Renan, pela ousadia de o senhor colocar esse projeto em pauta hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil estava precisando dessa matéria. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Senadora Damares.

Senador Fernando.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Obrigado, Senadora. Realmente é um belo projeto, porque contempla muito. E hoje a pauta aqui foi muito em cima de pequenas empresas também. Esse, além de contemplar pequenas empresas, contempla também grandes empresas. É uma coisa que estava faltando aqui, para incentivar mais ainda nossas exportações, né?

Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Os Senadores podem votar.

Todos os que registraram suas presenças podem votar pelo aplicativo. (*Pausa.*)

Essa é uma importantíssima matéria, como foi colocado aqui pela Senadora Damares. (*Pausa.*)

Nós vamos encerrar a votação e declarar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – SIM, 13; nenhum voto NÃO.

Está, portanto, aprovado o projeto de lei de autoria do Senador Mecias de Jesus, que contou com a relatoria do Senador Fernando Bezerra.

Agradecemos a presença de todos...

Fernando Farias.

É saudade do Senador Fernando Bezerra. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecemos a presença de todos.

Está, portanto, encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e oito minutos do dia hum de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Fernando Farias, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Oriovisto Guimarães, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wilder Morais, Jaime Bagattoli, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Paulo Paim, Jaques Wagner, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Alessandro Vieira, Carlos Viana, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 46/2025 - CAE, de autoria Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Finalidade:** Audiência Pública com o objetivo de debater, subsidiar e propor políticas para o segmento de minerais críticos e estratégicos no Brasil. Parte 1 - Desenvolvimento econômico e transição energética. **Participantes:** Sr. Raul Jungmann, Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram; Sr. Rodrigo Toledo Cabral Cota, Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral da Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (representante de: Sr. Alexandre Silveira, Ministro de Minas e Energia); Sra. Ana Cabral-Gardner, CEO e Co-presidente da Sigma Lithium; Sra. Isabel Veloso, Coordenadora Acadêmica do Núcleo de Estudos Avançados em Transição Energética - NEATE/FGV; e Sra. Kátia Abreu, Ex-Ministra da Agricultura e ex-Senadora da República. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 46/2025 - CAE, de autoria Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Finalidade:** Audiência Pública com o objetivo de debater, subsidiar e propor políticas para o segmento de minerais críticos e estratégicos no Brasil. Parte 2 - Desafios legislativos e regulatórios. **Participantes:** Sr. Mauro Henrique Moreira Sousa, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração - ANM; e Sr. Marco de Lara, Advogado especialista em Direito Minerário. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/01

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de julho de 2025.

A presente audiência pública, como todos sabem, tem por objetivo debater, subsidiar, propor políticas públicas para o segmento de minerais críticos e estratégicos no Brasil, em atenção a um requerimento aprovado aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

A reunião está dividida em duas partes. A parte primeira tratará de desenvolvimento econômico e transição energética, e a segunda parte focará desafios legislativos e regulatórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações e debates, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem feitas pelos expositores.

Os minerais críticos, como todos sabem – como lítio, cobalto, terras-raras, gálio, grafite natural –, são minerais que apresentam riscos significativos quanto à oferta, geralmente por escassez geológica, concentração geográfica de produção, desafios tecnológicos e ambientais na extração ou no beneficiamento. Já os minerais estratégicos – a exemplo de urânio, nióbio, tântalo, cobre, titânio – são considerados essenciais para a economia, desenvolvimento tecnológico, segurança e defesa, configurando-se, portanto, em ativos relevantes no tabuleiro da geopolítica.

Na prática, os minerais críticos e estratégicos são utilizados na produção de cabos de fibra, equipamentos médicos, equipamentos de defesa, usinas nucleares, *smartphones*, computadores e tecnologias necessárias à transição energética.

Elementos de terras-raras – como lantânio, cério, samário e outros – são essenciais para a produção de lentes de câmeras e telescópios, baterias, vidros especiais, ligas metálicas, agentes oxidantes, sistemas de comunicação, turbinas aeroespaciais.

Ressalte-se, por oportuno, que, conforme o Banco Mundial, a produção de minerais como grafite, lítio, cobalto, pode aumentar em quase 500% até 2050, para atender à crescente demanda por tecnologia de energia limpa.

Face ao exposto, faz-se necessária a formulação de políticas públicas eficientes voltadas ao desenvolvimento do setor de minerais críticos e estratégicos no Brasil, ensejando legislações e regulações específicas.

Em consequência disso, ganham destaque as Casas do Congresso Nacional, sobretudo na elaboração de normas que assegurem a segurança jurídica às atividades econômicas e investimentos na área.

De fato, esse desenho normativo e regulatório deve ser objeto de aprofundamento e análises, tendo em vista que produzirá impactos no setor de mineração, que respondeu por 4,3%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Produto Interno Bruto e por quase 20% das exportações brasileiras em 2023, segundo dados do Ibram.

É justamente nessa perspectiva de subsidiar a elaboração de marcos legislativos e regulatórios eficientes na área de minerais críticos e estratégicos que esta Comissão realiza esta audiência pública, com convidados, representantes do setor e especialistas na matéria.

Eu convido, para compor a mesa, o Sr. Rodrigo Toledo Cabral Cota, Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral da Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, que representa também, nesta audiência pública, o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Convido Raul Jungmann, Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). (*Pausa.*)

A Ana Cabral está a caminho, está chegando...

Isabel Veloso, que é a Coordenadora Acadêmica do Núcleo de Estudos Avançados em Transição Energética. (*Pausa.*)

Katia Abreu, nossa querida Senadora, ex-Ministra da Agricultura. (*Pausa.*)

Para a segunda parte, nós contaremos ainda com as presenças de Mauro Henrique Moreira Sousa, que é Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração, e com a presença do Marco Lara, advogado, Especialista em Direito Minerário.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas, comentários, respostas, réplicas, tréplicas, o que for necessário, na forma do Regimento do Senado Federal.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Raul Jungmann, que é Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Se precisar de alguns minutos a mais, por favor...

O SR. RAUL JUNGMANN (Para expor.) – Eu gostaria de saudar esta Casa, na figura do eminente Senador que preside esta sessão, o Senador Renan Calheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, Senador, uma longa história de lutas aqui neste Congresso Nacional, mas também além deste próprio Congresso, e quero dizer da satisfação, da honra, da alegria de receber este convite para falar de um assunto que – espero aqui demonstrar – é absolutamente fundamental para os destinos do país e que precisa, sem a menor sombra de dúvida, contar com a força, com a expressão, com a experiência do senhor e desta Casa, para que se transforme, de fato, num rumo para esta questão dos minerais críticos estratégicos.

Gostaria de saudar a presença dos Senadores aqui presentes.

Fernando Farias tenho o prazer de reencontrar aqui. E quero saudar também, e eu posso assim dizer, o colega relacionado a... Colega é um pouco demais – não é, Senador Hamilton Mourão? –, porque, afinal, o senhor dedicou-se praticamente meio século às nossas Forças Armadas, especificamente ao Exército Brasileiro, e por isso eu o saúdo também aqui e agradeço a sua presença, juntamente com o Senador.

Gostaria de saudar os meus colegas de mesa: o Rodrigo Cota; o Mauro Sousa, da ANM – o Maurinho, que está por aqui; a Isabel Veloso; a Ana Cabral, que já chegou aqui – numa corrida, não é, Ana? –, sempre de um lado para o outro; e o Marco Lara, velho conhecido e advogado.

Eu queria, antes de iniciar uma exposição que tem por suporte um PowerPoint sobre o tema, Senador Renan Calheiros, que preside esta cerimônia, dizer algumas palavras, digamos assim, da síntese da nossa percepção. Depois a gente vai desenvolvendo como chegamos a essa síntese, mas o que eu acho fundamental é começar por ela.

E eu vou, Senador Hamilton Mourão, começar pelo dia 17 desse mês de junho.

No Canadá se reuniu o G7, que são as principais nações e mais poderosas economicamente, e nações, inclusive, nucleares em termos, portanto, de *hard power*. E elas são, de fato, assim, o principal grupo em termos de poder hoje em termos globais.

E, aí, o que é que acontece? Ao final dessa reunião – e para nossa surpresa, devo dizê-lo –, o G7 emitiu um comunicado, um *statement,* como se diz, a respeito de minerais críticos estratégicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, veja bem, Senador, o grupo de nações mais poderoso do mundo se reúne e, ao final, sai com um comunicado voltado para os minerais críticos estratégicos. O que é que isso está a dizer?

Isso está a dizer, se nós usássemos um conceito... E eu uso com restrições, pois eu tenho dificuldades de lidar com os conceitos de Norte Global e Sul Global, mas vou utilizá-los aqui, para que a gente possa talvez se comunicar melhor.

O que é que acontece? Acontece que aqueles países que nós podemos definir como o chamado Norte Global, estão se organizando, estão se estruturando para, efetivamente, assegurar o suprimento dos minerais críticos estratégicos. E nós, nessa equação, como é que ficamos? Acho que talvez valha perquirir por que eles estão fazendo isso.

Eu diria que nós temos que voltar um pouco, no tempo, até a chamada pandemia.

Quando a pandemia se deu, um dos assuntos que foi objeto de inúmeras discussões foi o fato que determinadas cadeias de valor estarem para além de nações, e esse estar além representava uma fragilidade, no que diz respeito à própria soberania nacional.

Os senhores devem se recordar de que as vacinas estavam, em boa parte, concentradas, por exemplo, na China, assim como também estavam as máscaras e, em outros países, respiradores, e isso levou a um alerta de que a globalização e o chamado *outsourcing*, que visa a sobretudo produzir em qualquer lugar do globo, desde que você tenha custos menores e qualidades requeridas, sofreram um choque e sofreram uma parada. Há quem diga, inclusive, que passamos a viver com um processo de *slow globalization*; ou seja, você começa a ter uma globalização um pouco mais lenta.

Os países começaram, então, a se perquirir: "Bom, mas que cadeias nós precisamos, estrategicamente, ter no espaço nacional e que outras, sim, nós vamos seguir dentro do *out*sourcing?".

Isso levou a uma reconsideração de uma série de cadeias, que passaram a ser estratégicas, consideradas sob o ponto de vista nacional dos países. E, dentre elas, está justamente a questão dos minerais críticos estratégicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que isso se dá? Vamos lá: porque, em primeiro lugar, quando nós falamos de minerais críticos estratégicos, nós estamos falando de segurança alimentar global. Nós estamos falando, por exemplo, de potássio; nós estamos falando, por exemplo, de fosfato, que nós sabemos, no caso do potássio, que nós importamos mais de 90%, mas não somos só nós. E importamos algo como 78% do fosfato, mas não somos só nós. Isso é fundamental para a segurança alimentar, para o combate à fome dos países.

Ademais, os minerais críticos estratégicos são também decisivos e fundamentais para a transição para a economia de baixo carbono, talvez o principal desafio com que hoje se defronta a humanidade, que é sair de uma economia baseada em combustíveis fósseis para combustíveis renováveis.

Muito bem. Por quê? Porque a transição de uma economia de baixo carbono para uma economia sustentável ou renovável, como se diz, está a exigir muito mais minerais críticos e estratégicos. Ou seja, não há nenhuma possibilidade – gostaria de firmar esse raciocínio aqui para este egrégio conjunto de próceres que aqui se reúnem – de superar a transição para uma economia de baixo carbono e, portanto, superar os eventos extremos e, portanto, superar a emergência climática, se nós não contarmos com os minerais críticos e estratégicos. Por quê? Porque eles vão ser – e nós vamos ver isso – cada vez, crescentemente, mais importantes para que isso se dê.

Não bastasse isso, ou seja, segurança alimentar e transição para uma economia de baixo carbono, nós também temos os minerais críticos e estratégicos sendo decisivos para as questões de inovação e tecnologia.

Nesse ponto, eu costumo sempre sacar o meu celular aqui – afinal, acredito que todos aqui têm um – e dizer que um celular como este tem 14 minerais – 14 minerais estão aqui. Ou seja: é fundamental para o desenvolvimento da tecnologia, para o desenvolvimento dos mais diversos campos da robótica, passando à nanotecnologia, à questão da inteligência artificial e assim por diante, e os minerais críticos e estratégicos também são decisivos.

E, por fim, um assunto muito conhecido aqui pelo eminente Senador Hamilton Mourão: defesa. Ou seja: minerais críticos e estratégicos são fundamentais para radares, são fundamentais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para *drones*, são fundamentais para satélites e, claro, para a inteligência artificial, que não é uma tecnologia.

A inteligência artificial, Senador Renan Calheiros, é uma metatecnologia, que influencia todas as áreas de tecnologia hoje existentes no mundo.

Então, veja, os minerais críticos e estratégicos estão na encruzilhada, estão no centro de todas essas preocupações e são absolutamente estratégicos para todos nós.

No caso do G7, como aqui nós colocamos, são para eles fundamentais. É uma questão de segurança nacional que eles venham a se estabelecer.

Então, é esse, eu diria, o contexto, é esse o quadro sobre o qual nós vamos nos debruçar, para dizer algumas palavras aqui a respeito dos minerais críticos e estratégicos.

Deixe-me iniciar com... Será que eu apertei o botão certo aqui? (*Pausa.*)

Ah, aqui está.

Isto aqui é um *overview* muito rápido a respeito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Bom... O que é a mineração no Brasil?

A mineração do Brasil produz 93 tipologias, ou seja, 93 tipos de minério são produzidos pelo Brasil. Nós temos uma produção de 1,24 bilhão de toneladas. Nós somos às vezes o quinto, às vezes o sexto maior produtor mineral do mundo. Então, nós estamos condenados, por assim dizer, a ter preocupações, ter responsabilidades e ter um papel, no mundo, a partir da mineração e do que ela nos traz.

Ela significa 221 mil empregos diretos e 2,4 milhões, aproximadamente, diretos, indiretos e induzidos. Ou seja: o *cluster* da mineração envolve tudo aquilo ali.

Só de exportações nós tivemos, no ano de 2024, R$43 bilhões, no caso específico do minério de ferro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os três principais itens de exportação brasileira são, pela ordem, variando, a soja, o petróleo, o óleo e, por assim dizer, também o minério de ferro, lembrando que aproximadamente 70% desse minério de ferro segue na exportação para a China e lembrando também que a Ásia é responsável por 80% da demanda e das exportações minerais brasileiras. E, por último, lembrando que, hoje, dos aproximadamente 200 países que nós contamos no globo, 150 deles têm relações econômicas, estando, em primeiro lugar, a própria China, que é um demonstrativo do processo de avanço chinês.

Faturamento, R$270 bilhões, que já chegou a R$339 bilhões.

Em 2022, nós faturamos, Senador, R$339 bilhões. Por que essa queda? Porque, de fato, é uma *commodity*, por assim dizer, global, os preços variam, e isso impacta exatamente no nosso faturamento.

Arrecadamos de *royalties* R$7,45 bilhões e, em termos de...

Este aqui é um dado extremamente interessante: 47% do saldo da balança comercial do Brasil, 47% do nosso saldo – ou seja, praticamente metade do saldo da nossa balança – são frutos, exatamente, da mineração.

Indo adiante, rapidamente, apresento um conceito sobre minerais críticos e estratégicos.

A primeira coisa a se dizer é que cada país tem o seu *ranking*. Nós não vamos encontrar, por assim dizer, críticos de um *ranking* estratégico. Não. Cada país produz. Mas, no nosso entender, o conceito que os diferencia é o seguinte: os minerais críticos são essenciais para economia e tecnologia, mas com risco de escassez. Por isso, eles são chamados de críticos – mas são fundamentais para economia e tecnologia.

E os minerais estratégicos?

Dos minerais estratégicos nós dispomos, mas eles são relevantes para a nossa segurança nacional, desenvolvimento e exportação.

Está clara essa diferenciação?

A criticidade envolve o risco de suprimento, que é o que está no centro da preocupação do G7 ou do Norte Global, como se queira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indo adiante, aqui os senhores têm uma síntese de como é que se distribui a nossa relação, em termos de ter disponibilidade, em termos de importação e de exportação de minerais.

Nós somos um *player* global. No caso de nióbio, nós somos o primeiro *player* global. Nós detemos aproximadamente, praticamente, quase, vamos dizer assim, um monopólio em termos de nióbio; mais do que isso: a CBMM (Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração) praticamente criou o mercado de nióbio e, hoje, detém uma posição absolutamente fundamental.

E há mais uma questão também aqui: a CBMM produziu e, no próximo ano, estará em processo de venda e de produção de uma bateria de ônibus, Senador Renan Calheiros, que tem capacidade de ser recarregada em oito minutos. Então, o Brasil conseguiu produzir, evidentemente em uma *joint venture*, juntamente com a Toshiba e com a Volkswagen, que fez os chassis, mas nós andamos nesse ônibus, e eu gostaria de convidar os Srs. Senadores aqui presentes para que conheçam isso.

Ou seja, nós temos a capacidade – e já estamos em fase experimental e de aprovação – de uma bateria para ônibus que recarrega em oito minutos.

Sabem o que quer dizer isso? Quer dizer que, quando um motorista terminar, por exemplo, uma linha – vamos supor que ele acabou, ele fez o trânsito que ele tinha que fazer –, ele toma um café, bebe um copo d'água, e a bateria dele está carregada, enquanto que, mundo afora, leva-se de sete a oito horas para se poder fazer isso.

É um imenso diferencial que nós temos e que foi produzido por brasileiros.

Em minério de ferro nós somos o segundo; vermiculita, terceiro; grafita; e assim por diante. Isso tudo vai ficar com os senhores, e não quero me alongar sobre eles.

Mas temos dependência externa em termos de carvão metalúrgico, essencial para nossas aciarias, da questão do potássio – e aí é gravíssimo, porque, se nós alimentamos 1,2 bilhão de pessoas, nós somos um gigante, de certa forma, de pés de barro, porque importamos mais de 90% do nosso potássio e mais de 78% do nosso fosfato – e, evidentemente, das terras-raras, que estão no centro da disputa geopolítica hoje no mundo.

O que são terras-raras? São 17 minerais, e eles são decisivos para os ímãs permanentes. Eles são fundamentais para a inovação, eles são decisivos para a questão do avanço tecnológico –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembrando que os minerais críticos estratégicos são também decisivos, por exemplo, para baterias, para acumuladores, para placas voltaicas e para aerogeradores.

Então, isso é para dar uma noção da importância e da estratégia.

E ali, enquanto exportador autossuficiente, produtor, os senhores têm também vários minerais. E, como eu disse, isso aqui fica tudo à disposição dos senhores.

Como é que se dá essa distribuição do potencial mineral? Não dá para a gente ver ali como se dá, mas todos esses minerais que estão ali reproduzidos têm uma distribuição espacial.

E aqui eu queria chamar a atenção, muita atenção, Senador Jaques Wagner, para esta questão: os senhores sabem quanto o território nacional foi mapeado? Senador Fernando Farias, sabe quanto? Até hoje, 27%.

Enquanto Canadá e Estados Unidos têm mais de 90% do seu território mapeado, nós temos apenas 27% do território nacional.

O Brasil não sabe o que o Brasil tem. E, na verdade, minerais críticos e estratégicos, como minerais, são um passaporte para o futuro para o Brasil. É um momento crítico, e nós precisamos de ter políticas definindo exatamente para onde é que nós vamos e o que nós queremos fazer.

Indo adiante, a importância para o Brasil: riqueza mineral, diversidade abundante, como nós vamos ver, e potencial de liderança na transição energética global.

Nós estamos aí dentro da COP 30 e nós estamos nos preparando, como foi solicitado pelo Presidente da COP, o Embaixador André Corrêa do Lago, para o setor mineral apresentar soluções, assumir compromissos em termos da descarbonização, em termos da circularidade de minerais, em termos do reúso de materiais, por assim dizer, e nós temos que nos colocar como um país que tem soluções para a crise ambiental.

O Brasil tem um lugar ímpar, em termos das nações mundo afora, de se apresentar como solução para o problema crítico que nós vivemos hoje em termos de clima e de segurança.

Aqui os senhores têm uma noção mais ou menos da demanda desses minerais críticos. Por exemplo, nós temos as terras-raras: vão chegar a 1,8 bilhão de toneladas. O B2DS...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Renata, por favor, me ajude, porque, pela idade, eu já não faço mais a distinção.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Ah, perdão.

Por favor.

Aqui é a questão da temperatura.

Na medida em que vocês têm uma subida de temperatura, vocês veem a necessidade que nós temos da demanda de minerais. Isso fica com os senhores aí.

Eu não estou conseguindo adivinhar exatamente quais são aquelas siglas ali, mas, de fato, na medida em que a temperatura sobe, sobe a demanda desses minerais críticos e estratégicos.

Bom, aqui chegamos ao quadro central daquilo que eu gostaria de dizer para os senhores.

Vejam bem: nós temos, ali em cima, 18 minerais que são considerados fundamentais para todas aquelas formas de fonte de energia: eólica, fotovoltaica, usina solar, hidrelétrica, geotérmica, armazenamento nuclear, carvão, gás e captura de carbono e armazenamento. Dos 18 minerais que estão ali em cima, apenas em três o Brasil não está presente – apenas em três. Ou seja: em 15 outros minerais, nós temos potenciais, Senador. Nós temos potenciais e nós precisamos efetivamente explorá-los.

Aqui está a nossa posição em termos de minerais críticos e estratégicos. Eles estão colocados ali.

Esses são os principais voltados para uma transição para uma economia de baixo carbono.

E ali a nossa posição no *ranking* de produção mundial.

Agora, prestem atenção: à exceção de apenas dois deles, no caso o lítio e, mais embaixo ali, o vanádio, em todos os outros nós temos mais reservas do que nós temos uma posição em termos de *ranking* produtivo, o que quer dizer que nós temos um imenso potencial a ser explorado.

Nós podemos abastecer o mundo todo no que diz respeito a isso, e o mundo todo está demandando exatamente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil precisa de ter rumo, e nós vamos falar rapidamente sobre isso.

Aqui é a expectativa de investimento do setor.

No quadriênio 2025-2029, na nossa expectativa – e isso com base em balanços das empresas que foram consolidados pelo Ibram –, nós temos US$68.381 bilhões, ou seja, a expectativa de investimento do setor para os próximos quatro anos é esta: US$68.381. E ali os senhores têm a distribuição no que diz respeito aos minérios, com destaque, é evidente, para o minério de ferro, com praticamente US$19 bilhões, que ali está; em seguida, nós temos o cobre, que também é essencial para o processo de transição energética; temos fertilizantes, nós estamos crescendo, embora tenhamos algumas dificuldades e algumas restrições em termos de regulamentação; e nós temos também em termos do níquel. São os principais que nós temos ali. Total de investimentos minerais críticos e estratégicos: US$43 bilhões no quadriênio 2025-2029.

Aqui vocês têm a distribuição por estado. Nós temos dois estados que são os principais em termos de produção, Senador Renan Calheiros, de minerais no Brasil. Claro, Minas Gerais é o nosso centro institucional histórico, inclusive em termos de produção e de diversidade; porém o Pará já se iguala, podendo superar, às vezes, a depender das condições externas, embora o Pará tenha uma grande concentração em termos de minério de ferro, tem cobre também, tem níquel também, mas sobretudo minério de ferro. É uma província extraordinária. Seu estado, Senador Jaques Wagner, é o futuro, em grande medida, em crescimento, é o terceiro estado em termos de produção, mas tem uma enorme diversidade, um enorme potencial. Podíamos listar aí também Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e assim por diante, que também têm uma boa expectativa. E há, Senador Renan Calheiros, uma expectativa de crescimento também importante em termos de Nordeste, que ali não pontua muito bem por razões históricas, mas tem tudo para crescer bastante.

Oportunidades e desafios. Eu aqui já os listei, não vou repetir, não vou tomar esse tempo, porque outros oradores aqui vão inclusive falar sobre isso.

O que nós temos hoje no Brasil? Nós temos um Plano Nacional de Mineração 2050. Ele está, a esta altura, bastante ultrapassado. Nós precisamos dele, como precisamos essencialmente ter uma política nacional de minerais críticos e estratégicos. E temos uma promessa, que eu acredito que se transformará em realidade nesse semestre: o Ministro das Minas e Energia se compromete

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a apresentar uma proposta para uma política nacional para minerais críticos e estratégicos, lembrando que nós fizemos um estudo – isto aqui é o sumário de um estudo que nós fizemos –, que é o melhor estudo que você tem hoje sobre minerais críticos e estratégicos, que foi feito pelo Ibram e pelo Cetem (Centro de Tecnologia da Mineração), em que nós pesquisamos 16 países, Senador Renan Calheiros. Dezesseis países têm política de Estado voltada para minerais críticos e estratégicos.

Enfim, isto aqui dá uma ideia da participação que nós temos de minerais críticos e estratégicos nas políticas estratégicas do Brasil. Então, no novo PAC, ali está: transição e segurança energética, nós listamos; Plano de Transformação Ecológica (PTE), do Ministério da Fazenda: transição energética, ali nós listamos; Nova Indústria Brasil, a NIB, nós listamos: transição e segurança energética; Plano Nacional de Transição Energética, o próprio, está ali: descarbonização; e o Plano Clima, que, evidentemente, é voltado para nós, mas também para outros setores. Então, é crucial para toda a transição, para todos os projetos estratégicos que o Brasil tem hoje, evidentemente, o papel dos minerais críticos e estratégicos.

Temos dois projetos que estão tramitando: na Câmara dos Deputados, exatamente pelo Presidente da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável, que é o Zé Silva, mas também o Keniston Braga e o Duda Ramos estão participando, e, como Relator, temos o Arnaldo Jardim; e, aqui no Senado Federal, nós temos, de 2021, um PL que institui a política de ciência, tecnologia e inovação de minerais estratégicos, autor: Senador Chico Rodrigues, Relator: Senador Mecias de Jesus.

Indo para o fim da nossa exposição, aqui, oito eixos para MCE. Deixo com os senhores, não vou fazer essa exposição, porque já estourei bastantemente o tempo, mas ali os senhores têm, inclusive, os principais eixos para o desenvolvimento de minerais críticos e estratégicos. Acho que eu passei um pouco demais.

E, para concluir – esse é o último ponto –, aqui são os pontos da declaração do G7 sobre minerais críticos. Então, vejam, reconhecimento da importância estratégica, está claro, não preciso aqui repisar esse tema. É absolutamente essencial para a segurança nacional, para a produção, para a ciência, para a tecnologia, para a defesa, para a segurança alimentar. Evidentemente, eles fazem esse reconhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles propõem um plano de ação de minerais críticos – o.k., Senador Jaques? Novamente, nós temos o quê? Exatamente o chamado, apesar das restrições conceituais que eu tenho, exatamente o Norte Global se organizando. Qual é o risco disso? O risco disso é o seguinte: será que nós vamos alcançar uma transição justa, como se pretende no Brasil? Será que nós vamos, de fato, conseguir, ou nós vamos ter um desvio que pode levar ao neocolonialismo? Essa é a questão central. Nós vamos, e o Brasil tem um papel absolutamente estratégico no chamado Sul Global, liderar esse processo, mas para isso nós precisamos de rumo, nós precisamos ter política para poder fazer isso, que é uma promessa do Ministério de Minas e Energia, por isso é tão aguardada. Há uma chance real de que nós venhamos a ter, no século XXI, não uma transição justa, mas um retorno ao colonialismo, que seria um neocolonialismo. É essa a questão que está colocada para este Senado, para esta Comissão aqui presente.

Vou tentar responder. A Senadora me faz uma pergunta: qual o custo para mapear todo o território nacional? Não é uma questão fácil, mas digna da capacidade da Senadora.

O Plano de Ação para Minerais Críticos. O G7 lançou um plano para fortalecer as cadeias de suprimento, que é a grande preocupação dele, preocupação com segurança e abastecimento.

Gente, nós vimos – evidentemente, aqui não cabe fazer nenhuma observação adicional – que o Presidente Trump se propôs a anexar a Groenlândia, se propôs a pagar a Ucrânia, em termos dos armamentos que eles colocaram à disposição dos ucranianos, em minerais críticos e também pensa no Canadá como o 51º país a integrar a união dos Estados Unidos, mas tudo tendo por base o quê? Minerais. Então, o mineral hoje está no topo da geopolítica – desculpe por repetir isso – do mundo.

Concluindo: compromisso com a sustentabilidade, claro, a preocupação de que as práticas para a produção sejam em *standards* elevados, em termos de sustentabilidade; investimentos em países em desenvolvimento, mas sobretudo visando assegurar as cadeias de suprimento; cooperação em pesquisa e desenvolvimento. Então, está claro aí, Senador Renan Calheiros, a visão que eles têm.

Aqui são alguns produtos que nós fizemos em termos de Ibram que estão à disposição dos senhores. Com isso, eu encerro essa minha exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro, por fim, que, nesse encontro do G7, o Presidente Lula fez questão de dizer que o Brasil não seria um território para uma competição predatória em termos de minerais críticos e estratégicos e que, sim, temos parcerias, sim, temos participação, mas desde que houvesse o respeito pelo que representam os territórios, pelos seus interesses, enfim, para que houvesse uma cooperação realmente benéfica e não, eu diria, negativa entre os países. É isso que está em jogo. Ou nós vamos... Isso me lembra o que um político italiano dizia ainda há pouco, Giorgio Napolitano, que era o seguinte: "Ou nós nos globalizamos ou seremos globalizados". Então, é a mesma coisa que se coloca como dilema para nós aqui: ou nós vamos ter um papel de solução, um papel de liderança, e temos condições, porque temos potenciais para isso, em termos da transição e de tudo mais que cerca os minerais críticos e estratégicos, ou então nós vamos ser objeto, infelizmente, Senador – e, com isso, concluo –, de um neocolonialismo que já vai longe e que nós não queremos que volte.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a intervenção inicial do Presidente do Ibram, Raul Jungmann.

Concedo a palavra ao Rodrigo Toledo Cabral Cota, que é Diretor de Transformação e Tecnologia Mineral da Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA (Para expor.) – Muito bom dia a todos.

Passando a palavra de um pernambucano para um alagoano. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Estamos em casa todos.

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – Em nome do Ministro Alexandre Silveira e da Secretária Ana Paula, gostaria de agradecer enormemente ao Senador Renan Calheiros por esse convite para a gente compartilhar aqui as visões do Ministério de Minas e Energia acerca desse importante tema.

Saudando o Senador Renan Calheiros, de quem tenho a honra de ser conterrâneo, gostaria de saudar aqui todos os Senadores presentes e toda a audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, vamos direto ao ponto.

O Dr. Raul Jungmann explorou bem a aplicação dos minerais críticos e estratégicos. Eu vou aprofundar um pouco aqui e inclusive expor o cenário de demanda e oferta global para esses minerais e as oportunidades que o Brasil tem de agregar valor a eles e ocupar um espaço relevante como *player* global nessa cadeia de valor.

Toda essa discussão aqui advém essencialmente da transição energética. Para se fazer transição energética, há duas importantes estratégias: uma estratégia é trocar paulatinamente as frotas de veículos movidos a combustão interna por veículos elétricos; outra estratégia é produzir energia elétrica a partir de fontes limpas e renováveis, como a eólica e a solar, em substituição à produção baseada em carvão e petróleo, como acontece nos países do norte. Há uma coisa em comum entre essas duas estratégias: elas precisam essencialmente de baterias.

Então, de acordo com a Agência Internacional de Energia, em um dos seus relatórios de 2024, as baterias serão cruciais para que se cumpram as metas de transição energética, de descarbonização do planeta e de desaquecimento do planeta, de contenção do aquecimento global.

A demanda por baterias para veículos elétricos tende a aumentar em até sete vezes, chegando a 6TW/h em 2030, e a necessidade de sistemas de armazenamento de energia estacionária deve aumentar em seis vezes.

O que são esses sistemas? A geração eólica e solar não é perene. A geração solar acontece pelo dia, quando está fazendo sol, e a eólica, quando está ventando. Então, há um descasamento entre oferta e demanda, e esse descasamento tem que ser equalizado através de sistemas de armazenamento de baterias.

De acordo com a Agência Internacional de Energia, no cenário de emissão líquida de carbono zero em 2050, a demanda por manganês, lítio, grafite ou grafita e níquel pode aumentar em pelo menos seis vezes e, por cobalto, mais que triplicar. Pode ser que não aconteça dessa maneira, porque a tecnologia dominante do polo positivo das baterias até 2023 era níquel, manganês, cobalto e lítio. Essa tecnologia está mudando para LFP (lítio-ferro-fosfato), mas ainda assim, como os senhores vão ver daqui a pouco, a Agência Internacional de Energia continua apontando para a alta demanda de todos esses minerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, não é só a bateria, a gente também precisa dos minerais para a produção dos painéis solares, para a produção dos aerogeradores, para a produção de todo o sistema elétrico de apoio a essa geração de energia, apoio, transmissão, distribuição; isso vai demandar muito alumínio e cobre também. E a extração e o processamento desses minerais estão muito concentradas hoje, em poucos países, especialmente na China. Eu costumo dizer que isso para o Brasil não é problema nenhum. Eu acho que o Brasil nunca vai ter dificuldade de acessar qualquer tipo de produto e produção na China, mas a gente vai ver que essa concentração aí na China abre também oportunidades para o Brasil.

Bem, nos próximos seis eslaides – e eu vou tentar passá-los da maneira mais objetiva possível –, que são eslaides da Agência Internacional de Energia, a gente tem aí uma síntese do cenário global de oferta e demanda desses minerais. Então, eu chamo atenção dos senhores para o gráfico ali do canto superior direito, que mostra o desequilíbrio, o profundo desequilíbrio entre o que está projetado de produção do mineral, que está nas barras coloridas, e a demanda, que são aqueles tracinhos lá em cima, em dois cenários utilizados pela Agência Internacional de Energia.

Eu costumo dizer também que o cobre é o grande gargalo da transição energética. Para se fazer a eletrificação da economia mundial, da vida das pessoas como desejável pela transição energética, vamos precisar minerar, até 2040, muito mais cobre do que já foi minerado em toda a história humana. E aumentar a oferta de cobre não é trivial; encontrar depósitos economicamente viáveis, ambientalmente viáveis, em áreas viáveis, não é trivial. E se a gente não resolve o problema do cobre, todo o resto da transição energética fica em risco.

No canto inferior esquerdo, há ali a concentração projetada nos países tanto da produção mineral quanto do processamento. O cobre, pelo menos, tem essa vantagem. A produção não é tão concentrada. Então, você vê o Chile, o Peru, a República Democrática do Congo com parcelas importantes, mas não uma grande concentração, e a China ainda não tem o domínio total do processamento do cobre.

Vou passar mais rápido nos demais, até porque a Ana provavelmente vai explorar bem o mercado do lítio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí os senhores veem que também há um *gap* enorme entre a projeção de produção de lítio e a demanda, principalmente a partir de 2030. Nesse quadrinho do meio, que eu não explorei no caso do cobre, aquela área azul-clara mostra a demanda que vem das baterias de veículos elétricos.

Então, vocês veem que basicamente a demanda por lítio vai vir dessa expansão do uso dos veículos elétricos. E, na questão da concentração, a Agência Internacional de Energia já projeta para 2030 a China como o maior produtor de lítio do mundo e com 62% do refino do lítio no mundo. Também o processamento do lítio ainda não está tão concentrado na China como os senhores vão ver nos outros minerais, né? Só, lembro que o lítio é utilizado essencialmente para o polo positivo das baterias.

O níquel também vai no polo positivo de baterias, e os senhores também veem que a partir de 2035 há um *gap* enorme entre a produção e a oferta. E aí, no quadro de concentração geográfica, vocês veem que o maior produtor hoje de níquel e o maior refinador é a Indonésia. A China vem logo em seguida, só que a produção de níquel na Indonésia é essencialmente controlada pelos chineses. Então aí também você tem uma concentração muito grande do níquel na China.

Cobalto também vai no polo positivo das baterias. Também se pode ver, a partir de 2030, um desequilíbrio entre oferta e demanda. E a grande preocupação sobre o cobalto é que a produção está muito concentrada na República Democrática do Congo, e há uma expectativa de depleção dessas minas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – E o refino do cobalto, 77% na China.

Grafite também é uma coisa interessante, porque o grafite é utilizado no polo negativo da bateria. Enquanto você tem diversas tecnologias para o polo positivo da bateria, no polo negativo basicamente é grafite, e a demanda para produzir baterias, a demanda de grafite para produzir baterias, em termos de quantidade, é muito maior do que a demanda pelo próprio lítio. E a produção mineral do grafite e o refino estão essencialmente lá na China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, terras-raras. Os senhores veem que não há uma projeção de *gap* entre oferta e demanda. O grande problema das terras-raras é a concentração da produção e do refino, na China – o que é um problema para o mundo, não exatamente para o Brasil, né?

E para que se precisa de terras-raras? – como bem colocado aqui já hoje pelo Dr. Raul Jungmann. É preciso para fazer os ímãs permanentes, que são essenciais para os motores elétricos e para os aerogeradores, mas há uma demanda muito grande por terras-raras para outros setores, inclusive para o setor de defesa. E a China vem adotando medidas de restrição à exportação tanto do grafite quanto das terras-raras.

Bem, este quadro aqui eu acho que já foi explorado pelo Dr. Jungmann: são as nossas reservas e a nossa posição de produção. Eu gostaria de destacar que o Brasil tem a segunda maior reserva de grafite, cuja produção é dominada pela China; a segunda maior reserva de terras-raras, cuja produção também é dominada pela China; além de termos a terceira maior reserva de níquel.

Já temos vários projetos de mineração em andamento no Brasil. E aí eu gostaria de destacar aqui – o Senador Jaques Wagner parece que já se ausentou – a importância hoje da Bahia para a produção e para os projetos de terras-raras, para os projetos de níquel, para os projetos de grafite, não é? Senador Renan Calheiros, em Alagoas, tem produção de cobre. Esse que é o gargalo das terras-raras. Senador Jorge Seif, aí não está aparecendo Santa Catarina, mas há umas duas semanas, eu tomei conhecimento de que tem um belo depósito de terras-raras em Santa Catarina, mas, como já colocado pelo Dr. Jungmann, a produção, os principais projetos estão em Minas Gerais, em Goiás, na Bahia e no Pará, mas com grande potencial aí para o Nordeste, para o Mato Grosso e para o Tocantins também.

Bem, quanto ao nióbio, como já explorado, somos líderes mundiais, e o nióbio tende a ter uma participação relevante também na transição energética, em função dessa tecnologia que apressa o carregamento das baterias.

E aqui chegamos à principal mensagem que o Ministério de Minas e Energia está dizendo ao Brasil e ao mundo: o Brasil vai ser um *player* importante para a transição energética mundial. A gente quer e vai ajudar o mundo a fazer a transição energética, fornecendo os minerais, mas a gente também quer agregar valor a esses minerais aqui, no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é voluntarismo; há uma oportunidade, mas isso não é simples, e eu vou aprofundar um pouquinho mais nisso daí. Por que a gente tem uma oportunidade? Eu já mostrei ali. A concentração da produção está na China. Para a gente, Brasil, a concentração do refino desses minerais é da China; para o Brasil, problema zero, mas outros países no mundo estão preocupados com essa concentração e estão buscando diversificar geograficamente essa produção. E o Brasil pode ser, sim, o local para essa diversificação, porque o Brasil tem as reservas minerais e tem energia limpa, abundante, renovável e competitiva. Recentemente, nos foi apresentado um estudo da Deloitte, apontando isso, a competitividade da energia aqui, no Brasil.

Esse é um setor que demanda muita energia, mas temos grandes desafios para desenvolver isso daí, porque essa indústria, para se desenvolver, em qualquer lugar do mundo, inclusive no Brasil, vai deparar com a concorrência da China, não é? A China tem escala, a China tem tecnologia, a China tem apoio público às empresas chinesas, não é? E competir com eles não é uma coisa tão simples assim.

Muito bem, essa é a cadeia de valor das baterias. A gente quer chegar ali, pelo menos o Ministério de Minas e Energia, no desenvolvimento dos insumos das baterias: o carbonato de lítio, o hidróxido de lítio, o sulfato de níquel, o sulfato de cobalto, os óxidos de terras-raras, não é? E nós firmemente acreditamos que somos a melhor escolha do mundo para fazer essas transformações, a transformação desses minerais para a transição energética, em função desse potencial que eu já coloquei aqui.

Mas esse quadro dá o tamanho do desafio. Na linha de cima, a gente tem a cadeia de valor das baterias: níquel, manganês, cobalto. Na linha de baixo, a cadeia de valor das baterias: lítio, ferro, fosfato, que está tendendo a ser o padrão dominante. Cada barrinha vermelha ali é a participação da China, ou na produção mineral, que é esse primeiro conjunto daqui, da esquerda, é a produção dos minerais, e do centro para a frente é a participação da China no processamento desses minerais e depois na produção de baterias. Bem, é intuitivo; a China é isso aí.

Então, o Brasil desenvolver essa indústria... Essa é uma mensagem que inclusive tenho compartilhado com os colegas do Ministério da Fazenda. Se a gente quer desenvolver essa indústria, temos que dar um apoio público decidido! Esse setor precisa ser desonerado, esse setor precisa ter apoio de financiamento, esse setor precisa de apoio para o desenvolvimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia, e a gente precisa também de parcerias com esses países que estão buscando construir alternativas à China.

E tem mais um tremendo desafio, que está sendo muito pouco falado aí na mídia, que é o seguinte, Senador. Se tem tanta demanda por esses minerais, era para o preço estar subindo, não é? É, mas o preço está caindo, o preço está caindo! Por quê? Tem dois grupos de justificativas. Tem gente que diz que é porque a China domina tão bem o setor que está empurrando os preços para baixo, mas também tem outro grupo que diz que é que a transição energética não está avançando tão rápido quanto o previsto. A produção mineral – e a gente tem um caso aqui, o caso da Sigma – avançou mais rápido do que a demanda, só que isso coloca um tremendo desafio para o financiamento dos projetos da própria mineração, que são, em geral, conduzidos por empresas juniores, que vinham levantando capital no mundo através do mercado da Austrália, do Canadá, da Europa, e hoje, com os preços dos minerais caindo, também derreteram os preços das ações dessas empresas. Então, elas não conseguem mais vir a mercado e captar novas *tranches* para dar continuidade aos seus projetos. Então, os projetos podem ser descontinuados, e a gente pode não conseguir entregar no tempo que deveria a produção mineral de que o mundo precisa. Então, é preciso dar financiamento para esses projetos.

E aí você entra num outro problema: cadê as garantias de crédito para esses projetos? É outro desafio de política pública que não só o Brasil, o mundo inteiro está tendo que endereçar.

Bem, nesse sentido... Alagoanos e pernambucanos falam um bocado, mas eu vou tentar concluir... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Não, fique à vontade.

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – Nosso objetivo no Ministério de Minas e Energia é ampliar a produção desses minerais. Para isso, a gente tem que impulsionar o mapeamento geológico do Brasil, descobrir novos depósitos e apoiar as empresas que fazem a pesquisa mineral, que conseguem identificar onde estão os depósitos economicamente viáveis. E o segundo grande objetivo é desenvolver essa indústria de transformação mineral, de processamento, de refino mineral aqui no Brasil, aproveitando essa janela de oportunidade que está aberta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos algumas diretrizes de trabalho nesse sentido. Uma é a priorização na ANM, no MME e também nos órgãos ambientais dos projetos de minerais estratégicos. Isso já está acontecendo. Outra é a priorização das áreas com maior potencial nos levantamentos do Serviço Geológico do Brasil. Isso também está acontecendo. Outra é a oferta de apoio financeiro tanto para pesquisa mineral quanto para mineração e para transformação mineral. E o BNDES já tem colocado os instrumentos para isso daí. O que está faltando são os instrumentos de garantia. Temos que atrair investimentos. Temos que aproveitar os países que estão interessados nos minerais brasileiros para buscar parcerias com eles para apoiar as nossas iniciativas aqui no Brasil. Temos que desenvolver a infraestrutura. Acho que Ana Cabral vai explorar isso daí. A infraestrutura hoje ali no Vale do Jequitinhonha é muito crítica, precisa ser desenvolvida. E já temos conversado, de maneira produtiva, com o Ministério dos Transportes para que isso seja endereçado. Temos que fomentar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, principalmente para as tecnologias de refino dos minerais – e o Senai e o Cetem têm sido grandes parceiros nossos –, temos que formar mão de obra especializada, temos que assegurar um ambiente tributário adequado para o investimento e temos que fazer tudo isso assegurando sustentabilidade, respeito ao meio ambiente, inclusão social e respeito às comunidades impactadas.

Com isso, Senador, concluo por aqui.

Muito obrigado por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a intervenção inicial do Rodrigo Toledo.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra a Ana Cabral. (*Pausa.*)

O Presidente Jungmann está se retirando, porque tem um outro compromisso, e pede desculpas. Nós é que agradecemos muito por sua intervenção oportuna, competente.

Concedo a palavra a Ana Cabral, que é CEO e Co-presidente da Sigma Lithium.

Com a palavra, Ana.

A SRA. ANA CABRAL-GARDNER (Para expor.) – Bom, é uma honra enorme, como brasileira, eu estar aqui com a oportunidade de apresentar para esta Casa o nosso diagnóstico sobre o setor de minerais críticos do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz algumas dessas apresentações pelo mundo em várias Casas Legislativas e é a primeira vez que nós estamos aqui com a Casa cheia, e me enche de orgulho poder ter sido convidada pelo Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

A SRA. ANA CABRAL-GARDNER – A primeira vez que eu vim aqui era 2021, ainda durante a pandemia, e, nesse momento, eu apresentei evidências fáticas sobre os benefícios que traria para o país a liberalização da exportação do lítio. Isso era 2021. Hoje, em 2025, o Vale do Jequitinhonha, até então conhecido, em 2021, por ser o vale da miséria, virou modelo global das Nações Unidas de desenvolvimento sustentável de minerais críticos, e isso me levou a Casas Legislativas mundo afora, a vários lugares que hoje não se entendem, mas, como somos brasileiros, nós navegamos em lugares que não se entendem.

Qual é o grande desafio? Acionistas, investidores, os meus chefes, eles ainda não receberam nenhum centavo do investimento realizado há dez anos, ou seja, zero dividendo. Então, fazer desenvolvimento sustentável significa que o dinheiro entra, gera lucro operacional, mas não gera lucro líquido, não sai, porque você reinveste e reinveste. Isso é muito fácil de falar e é muito difícil de fazer. Por várias vezes eu quase não fiquei mais nessa posição, porque é um trabalho de convencimento contínuo – e é aí que entra o papel dos senhores. Os senhores podem prover a segurança jurídica que faz com que outros investidores venham, fiquem e não se preocupem por dez anos.

Então, antes de começar, eu queria também agradecer ao Ministro Renan Calheiros Filho, porque ele foi a Nova York, no evento da Bolsa, mandou o George Santoro, Secretário-Executivo, prometeu e entregou a primeira obra de infraestrutura, que fez toda a diferença na região. Ele entregou uma estrada, a BR-362, que hoje a gente chama de tapete mágico. Por ela sai uma boa parte do lítio sustentável do mundo.

Com isso, eu vou começar a apresentação falando como *expert* global. O que é *expert* global? É como o médico, eu vou dar notícias que às vezes você gosta e às vezes você não gosta.

Então, primeiro ponto: cada mineral na tabela periódica à qual se referiu o meu ídolo Raul tem uma dinâmica diferente de oferta e de demanda. Começando pelo lítio, como o minério de ferro, ele tem uma falácia muito grande associada a ele: ele não é raro. Do mesmo jeito que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minério de ferro na crosta terrestre, tem lítio na água do mar, e é por isso que o preço está muito abaixo do custo de produção da maior parte dos países. Isso é uma questão grave, porque muitos países estão hoje pedindo ajuda ao Governo para continuar a sobreviver. O cobre é mais difícil do que o lítio, então, é mais difícil encontrar reservas boas, mas, ao mesmo tempo, todo mundo conhece o cobre, há muitos anos se procura cobre. Terras raras são raras, algumas não são, mas está no nome. E, com isso, eu começo a minha exposição.

O que acontece com o lítio? (*Pausa.*)

O crescimento dessa indústria de carros elétricos na Europa é uma oportunidade para a economia verde do Brasil. Por quê? Porque existem partes do mundo que se preocupam com a origem dos ingredientes do que vai dentro da bateria do carro – e eu digo aqui partes do mundo, não são todas. O crescimento é inquestionável. Como disse o ilustre Secretário Cota e como disse o meu ídolo Raul aqui, não existem dúvidas quanto ao crescimento. Você pega aqui a série de 2019 a 2025 no que seria hoje o maior mercado do mundo para carros elétricos, que é a China, os números são obscenamente enormes. No primeiro gráfico, você tem o crescimento de vendas de carros elétricos na China. O maior mercado do mundo cresce a 43%. É inacreditável você ter um mercado daquele tamanho crescendo a 43%. É como se no Brasil hoje crescessem as vendas de carros a 43%. Idem, baterias.

E aí entra um ingrediente importante da bateria, que é o lítio. Como eu disse, ele é crítico? É crítico. Por quê? Porque ele é difícil de substituir. É como o minério de ferro, e isso faz com que seja crítico. Porém, ele é abundante e barato. É estratégico? Não, porque tem em tudo quanto é lugar. A localização não é limitada e ele não é caro por causa disso. Então, a gente dá como exemplo terras raras e outras coisas, tungstênio, titânio.

Vai faltar lítio para o Brasil se a gente exportar? Claro que não, de jeito nenhum. A exportação é vital para a estabilidade e viabilidade econômica das pesquisas minerais, como disse o ilustre Secretário Cota. Sem você permitir que se exporte, você vai fazer o quê com tanto lítio? Não vai levantar de balão.

O Brasil é líder mundial de biocombustíveis, a gente já tem uma base de transição energética estabelecida, o etanol é um sucesso global de descarbonização. E aí, mais uma vez, é igual ao médico: eu estou, como *expert*, com números. Números, eu amo matemática; número não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

opinião: está ali. Olhem como a nossa matriz já é verde. Olhem os Estados Unidos e a Europa. Então, na descarbonização da matriz de transportes, a gente está o.k. O resto do mundo não está.

E aí começa a questão: o resto do mundo, o Norte, precisa de um aumento significativo da capacidade de processamento de materiais para baterias. Dando um exemplo, para encontrar a demanda de 2035, você tem que ter 74 novas minas de lítio do tamanho da Sigma; cobalto, 62; níquel, 72; grafite e grafite sintético, que é o anodo, que é o polo negativo, os números são enormes.

Bom, e aí eu vou falar do Brasil. Você tem dois brasis. O Brasil que eu vim aqui apresentar – e estava vazio aqui, e o que me enche de orgulho é que está cheio hoje – que era pré-liberalização da exportação do lítio e o Brasil pós. A segurança jurídica mudou a cara do Vale do Jequitinhonha economicamente. E, mais, todo o Semiárido do Brasil, todo o nosso Nordeste podem ter o mesmo sucesso. Por quê? Porque lítio existe em lugares onde chove pouco. O Semiárido do Rio Grande do Norte, do Cariri cearense, hoje, cidades das quais a gente nunca tinha ouvido falar... Agora Araçuaí está na moda, né? Ninguém conhecia Araçuaí. Mas você tem, no Ceará e no Rio Grande do Norte, cidades das quais não se fala, e agora vocês vão ouvir muito falar sobre elas.

Então, atualizar o decreto e trazer esse decreto para o século XXI... O decreto dizia que o lítio era nuclear, imaginem, né? Foi vital para o Brasil.

E olhem só esta foto do que é o Jequitinhonha e do que pode ser o Nordeste. Eu tirei a foto de baixo, daquela casa ali. Essas são fotos minhas. Aquela casa ali tinha barbeiro de doença de Chagas, que a gente aprende na escola. A pessoa teve que tirar a parede.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA CABRAL-GARDNER – Ela morava numa casa sem parede. Olhem o que aconteceu com o IDH do Jequitinhonha: ele já está igual ao do Brasil e vai chegar ao de Belo Horizonte. Aquela região cresce a 20%.

Os números estão aí, eles são números de tigre asiático, quando o tigre asiático crescia deste jeito: 85% das pessoas; a gente emprega 1.700 diretos, e 18 mil indiretos são de lá. Além disso – e aí entra o dinheiro não ter voltado – foram 21 mil postos de trabalho abertos por programas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentabilidade, que começaram em 2021, quando eu vim a esta Casa, quando a gente estava servindo 3 milhões de refeições ao ano, o que continua, por conta da pandemia.

Aqui, então, vou passar rapidamente sobre para onde foi o dinheiro dos meus chefes, que não foi para o bolso deles, e isso, vou lhes dizer, volta e meia me custa: "Ela fica ou ela sai?".

Está aqui, Fome Zero: a gente alimenta pessoas que vivem com menos de US$15 por mês. São 3 milhões de refeições por ano até hoje, a gente nunca desligou o programa.

O retorno à terra natal. Trouxeram de volta para o Jequitinhonha e reconstruíram o tecido social: 1,7 mil pessoas. Esses homens não estavam lá, eles voltaram para lá. E quem é que eles passaram a ajudar a alimentar? Aquelas mulheres que chamavam de viúvas da Vale, que eram viúvas de marido vivo.

O número daqui não mente. A arrecadação de impostos já está em 150% em Itinga e com 50% de aumento em Araçuaí. É uma boçalidade o que aquilo cresce. As viúvas da Vale hoje são microempreendedoras, viraram cidadãs. A gente fundou um programa com 10 mil, treinamos, já tem 2 mil. Cada uma tem família de cinco, seis, são 11 mil pessoas. Então, fazendo uma conta aqui rápida, de um lugar em que você tinha 56 mil pessoas – de novo, matemática –, a gente tem aqui 18 mil de indiretos e 21 postos de trabalho, ou seja, mais da metade da população economicamente ativa está conectada ao lítio, à Sigma. Isso é desenvolvimento na veia.

Mas uma outra coisa: e os homens? Como a gente os segura no campo para não irem cortar cana no sul e rasgar o tecido social? São as estruturas de irrigação para agricultores de subsistência. São mais 8,4 mil oportunidades, porque cada estrutura dessa, que se chama barraginha, é trabalhada por quatro pessoas.

Fizemos quatro escolas. As crianças que estão na escola hoje eram chamadas de mula de água. No museu, tem uma foto de mula de água. Mula de água era uma criança que passava o dia indo e voltando, trazendo água da cisterna geral para casa. Nós pusemos uma cisterna em cada casa. Plantamos árvores.

Muito bem. Como a gente leva isso para o resto do Brasil? Como transformar o Nordeste? Porque tem muito lítio no Nordeste. Mostramos o quê? Com uma pequena mudança regulatória,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não custou nada para nenhum pagador de imposto brasileiro, da qual eu sou uma, mudou-se o Jequitinhonha.

Aqui o Brasil tem tudo para ser um líder de lítio e de muitos outros materiais. A gente tem escala, um ambiente de custo operacional baixo e temos padrões trabalhistas e de rastreabilidade que são os maiores do mundo. E nisso, você tem a Sigma, que virou o resultado desse investimento, é o quinto maior complexo industrial mineral do mundo. Ou seja, está aí, gente. Mostra o quê? Não custou um centavo para nós pagadores de impostos. É só ter a segurança jurídica da qual os senhores são os guardiões. E me enche de orgulho poder vir aqui e mostrar isso para vocês.

A escala é supercompetitiva. Tem a Sigma, tem a CBL, tem a MG. Nós conseguiríamos fazer aqui líderes desse lítio sustentável para um lugar como a Europa, que se importa com de onde vem o lítio. Dá para fazer 1,4 milhão de carros por ano – não vai ter carro elétrico aqui nessa quantidade, mas fora daqui tem –, ou 86GW de bateria para armazenar energia. E também não precisa, aqui venta o dia inteiro, mas tem outros lugares em que não.

A gente já se beneficia do crescimento global do setor de baterias. Cada fábrica de bateria global em escala são US$5 bilhões, são R$24 bilhões. Você monta uma fábrica dessas para fazer muita bateria. Por quê? Elas não têm margem boa. É como pilha, gente. Por que tem duas marcas de pilha? Porque a margem é ruim. O Brasil já recebe um pouco desse troco aqui, de a gente poder entregar o ingrediente, o sal para isso. E ali está a oportunidade, ou seja, o que a gente vê? Como bateria, ela não transporta direito, ela explode no transporte.

Você tem aqui o meio da cadeia, que é a questão toda que o Secretário Cota e meu ilustre mentor, ídolo Raul mencionam: é ali que nós temos uma oportunidade de aumentar a nossa participação. O meio da cadeia é onde o Brasil tem essa oportunidade de ampliar a sua participação. E por quê? Porque nós damos transparência ao impacto ambiental. O Brasil consegue fazer acontecer de forma sustentável. Nossa rede elétrica viabiliza fazer isso de forma sustentável, como todos já sabem. Fazemos isso com emissões pequenas, e aqui você consegue viabilizar esse meio de cadeia com as menores emissões de carbono do mundo, ou seja, dá para fazer limpo, dá para fazer sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que aí tem um ponto: a gente tem concorrência, porque lítio não é raro. Quem são os líderes absolutos, absolutos – e olha que tristeza, gente –, de 2021 para cá? Você não está falando de nenhum país de que a gente não consegue ganhar no futebol. E dá para ganhar no lítio, gente. O que eles têm? Segurança jurídica e previsibilidade. Quando alguém coloca um dinheiro num país desses, sabe que não vai ter nenhuma surpresa desagradável, tipo, não pode exportar, vão ficar com o seu investimento. Você tem algo que seria um risco binário.

O Secretário falou da Indonésia. A Indonésia corneou o mercado do níquel fazendo isso. E está todo mundo lá. Começou com a China, agora está até a Alemanha, a Indonésia, Marrocos – porque tinha cobalto, que saiu do Congo –, Argentina, os nossos vizinhos. Quando eu vim aqui, me dava nervoso, porque os meus chefes queriam que eu investisse na Argentina, e eu tinha que fazer isso, porque quem tem chefe aqui sabe como é a vida, né? Então, o que a gente mostra? Que nós conseguimos avançar, nós conseguimos evoluir, mas ainda tem vizinhos – vamos falar só de América do Sul – que estão na frente. Mais uma vez, está lá a Argentina.

A Argentina, com dois governos distintos, um de centro-direita, um de centro-esquerda, não interessa a ideologia, liberou, reorganizou, com previsibilidade, rapidez. Olha a Argentina! Gente, a Argentina, com aquele macro, todo mundo fala do fiscal, olha o fiscal da Argentina, olha o macro – e tem hiperinflação lá, o que a gente não vê aqui desde o Plano Real –, com 115 bi, de 2020 a 2025, desde que eu vim aqui. E a gente tem aqui 5 bi, que é basicamente Sigma, e a Marisa, que está ali, que anunciou o investimento da Pilbara.

O Chile, zero. Por que zero? E aí eu preciso falar do Chile. O Chile teve uma ideia, como a gente diz no Brasil, de jerico de nacionalizar o lítio porque achava que o lítio era raro. Resultado: o Chile, que no meu tempo esnobava o Brasil, dizendo para a gente que eles eram a Suíça da América Latina, recebeu zero, zero de investimentos, o que demonstra o quê? Se tem insegurança jurídica e ideias de jerico, não acontece. Olha a matemática! Isso aqui não é uma opinião, isso é um número.

E, aí, o que eu digo? É possível liderar globalmente. Por quê? Segurança jurídica, sem mudança de política, sem nacionalismo, sem ideias de jerico, previsibilidade regulatória. E nós temos algo de que a gente reclama, mas é muito bacana: nós temos padrões elevados, aqui no Brasil, de previsibilidade ambiental. Terra indígena é demarcada. Você tem, para quem faz barra alta... Nós não temos barragem na Sigma. É previsível, é relativamente rápido. Isso é incrível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Globalmente, tem muitos desafios. E isso para nós é uma vantagem. Eu hoje ando com segurança, porque eu virei voz global contra o garimpo ilegal.

Olhe isso aqui. É uma Serra Pelada. A África inteira é isso aqui para o lítio, para cobalto, é uma desgraça. Ou seja, o que aconteceu? Na corrida de baixar o custo da bateria para o carro elétrico custar igual ao carro a combustão, você tem também uma corrida para o buraco, para o buraco da Serra Pelada, ou seja, é o fundo do poço.

E eu disse numa conferência, num congresso de um país desenvolvido, o seguinte: "Se for para ser isso aqui, é melhor ficar com petróleo e gás, porque que pelo menos a nossa Petrobras e outras mandam as pessoas para plataforma com capacete e equipamento de segurança". Isso aqui não pode ser o futuro. E nós viramos uma voz contra isso. Por quê? Porque nós, no Brasil – Sigma, Vale –, somos todos impecáveis.

Você está vendo ali? É uma criança. Olha a mãe na bateia. Isso é Nigéria. Isso é minério de sangue. Resultado, o que começou a acontecer? Tem muita gente que não gosta disso. De repente, começa a barulheira de que "ah, no Brasil também é assim" – e começa a barulheira. Nós aqui, no Brasil, sabemos que, se alguém fizer isso aqui, vai preso, não é? Lógico que não é assim. Mas quando começa a barulheira, é porque a gente está mostrando o quê? Que – ó, está vendo ali? – para fazer barato e sustentável tem que ser numa jurisdição como o Brasil.

E aqui está a Marisa também, de uma empresa australiana que se juntou a nós – é muito orgulho ver um australiano vindo para o Brasil –, dizendo a mesma coisa: para fazer nesse custo que a gente tem em verde aqui – o marrom é a Austrália e o rosinha ali é a África –, é só no Brasil ou na Argentina, e era no Chile. Tem que ser em jurisdição onde você tem o quê? Direitos humanos, padrões legislativos, barra alta, não dá para se ter uma Serra Pelada nem mineral crítico.

Olhe só uma um exemplo da Sigma: nós estamos há dois anos sem ter um acidente de trabalho. A gente vai ser o número um no *ranking* global de todos os IBRAMs, chama ICMM. Olhe o padrão, olhe o equipamento de segurança do nosso funcionário, que era um plantador. Ele trabalhava num bananal e ele hoje é operador de planta. Tem vários desses, tem 1,7 mil pessoas lá que são assim.

Muito bem. Então, para mostrar a concorrência – a concorrência, como a gente disse, não é uma concorrência tão complexa –, porém, o que a gente tem que focar? Tem que se ter segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jurídica, porque tem lugares bacanas, mas que, por causa da insegurança jurídica, espantaram os investimentos – Zimbábue e o Congo, como disse o Secretário Cota aqui.

Garimpo ilegal, já mostrei.

Serra Pelada, um grande garimpo ilegal. O que acontece... Por exemplo, por que o Norte não ganha? Porque o licenciamento ficou judicializado com a questão indígena, que estão tentando jogar para cá, dizendo "ah, no Brasil também...". Não é. O Brasil é arrumado, a casa aqui é arrumada, é tudo arrumado. É só a gente não mexer no que está arrumado. E a gente tem esse ambiente operacional, que é relativamente custo baixo, apesar de você poder mandar uma pessoa do Jequitinhonha para uma fábrica toda equipada, uma mulher sem ter uma criança. Lá no Jequitinhonha, aquelas crianças estão na creche que a gente fez; as mulheres estão na mina, como eu, mas de capacete e de EPI.

A concorrência global vem, Kátia, como no agro, e gera desinformação, diminui a competitividade do Brasil e assusta os investidores. Então, hoje, parte dessa barulheira que vocês veem, quem viveu isso no agro está vendo agora em minerais estratégicos críticos. Por quê? Este Brasil verde, bacana, sustentável, que me enche de orgulho e acho que enche os senhores de orgulho, ninguém gosta dele, porque a gente ganha o jogo. O único lítio zero do mundo é produzido aqui, numa indústria – zero barragem, zero químico, zero água potável, zero rejeito, zero carbono. E é um lítio 100% prosperidade para o Jequitinhonha, ali, ó. A gente não entrega matéria-prima, explora, extrai. Como é que falaram outro dia? Explorar... Gente, é uma fábrica de lítio, é uma fábrica. A fábrica é digitalizada, ela tem um algoritmo que todo mundo quer copiar. Por quê? Porque a gente tinha medo de o sujeito ir lá, às 3h da manhã, fazer alguma besteira, né? Porque a gente está treinando o pessoal do Bananal. Então, nós digitalizamos a fábrica.

Olha ali. Quando você vai ao Jequitinhonha, parece ficção científica, porque isso aqui é no meio do Sertão. Dá para ter dez sigmas no sertão nordestino. E, com isso, eu encerro a minha apresentação. Não é um sonho, gente, isso aqui é a realidade brasileira hoje. Vai que dá, gente, né?

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Omar Aziz, com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para interpelar.) – Pedindo desculpa aos companheiros Senadores, cumprimento a mesa e V. Exa., Sr. Presidente.

Ouvindo a Srta. Ana, eu não tive a oportunidade de ouvir os outros, mas eu tenho uma opinião formada sobre isso há muito tempo, até porque eu sou do Amazonas, onde a gente preserva 97% das nossas florestas e faz um esforço enorme a serviço do mundo, mas, em compensação, a gente tem uma pobreza muito grande também. Todos esses minérios que vocês estão fazendo aí, nós temos lá para dar, e de sobra.

A SRA. KÁTIA ABREU (*Fora do microfone*.) – Verdade.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Está certo?

Só que nós cometemos erros aqui ao longo do tempo, Senadora Kátia e Senador Renan, bem antes de eu chegar aqui, mas eu também, chegando aqui – Código Florestal, não sei o quê, pá-pá-pá. Nós entramos numa onda anti-Brasil, que serve para nego ir tirar foto na França – você está me entendendo? –, receber não sei o quê, pá-pá-pá, pá-pá-pá. E o povo brasileiro que se lasque, tá?

Então, veja bem, nós somos omissos e fomos omissos. O Congresso Nacional foi omisso quando não pensou no futuro. Naquele momento da onda... Porque aqui no Brasil tudo é uma onda, né? Cria-se uma lei da palmadinha por causa da Xuxa; cria-se não sei o quê por causa não sei de quem; cria-se não sei o quê, e assim por diante. Nós fomos criando leis contra nós – contra nós –, ao longo do tempo.

No Rio Negro – o Rio Negro é um rio, tá? –, se você pegar de Manaus a São Gabriel da Cachoeira, lá na fronteira com Roraima, nós temos até urânio. Terras-raras, lá no Município de Presidente Figueiredo, no Pitinga, de onde se extraía a cassiterita, está cheio de terras-raras lá, que foram compradas pelos chineses agora por causa do semicondutor, que é importantíssimo. O lítio, como ela está dizendo, realmente a gente não entende por que a gente não pode exportar. Mas o que mais nos chama a atenção, Senador Renan Calheiros, é a passividade do Governo em relação a isso. A gente tem um crescimento de 3%, 4% do PIB, mas poderíamos estar crescendo muito mais. E não vamos crescer, porque, utilizando ONGs, utilizando terras indígenas, APPs e não sei o que mais, foram castrando e segurando esse minério para, mais tarde, aqueles que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisarem virem aqui e tomarem da gente na marra, porque a gente não aguenta uma briga com ninguém, tá? No dia em que os Estados Unidos se desinteressarem pela Amazônia, ela vai lá, entra e eu quero saber quem é que vai tirar, como já fez em outros países por causa de petróleo e outros minérios.

Então, vamos lá. A gente vive – e não sou eu que digo isso, não –, o caboclo amazonense, o indígena amazonense... E quem diz que indígena não quer ganhar dinheiro, não quer ter uma melhor qualidade de vida é um mentiroso, porque ele vive na semipobreza, ele vive em cima de minério, que é uma riqueza muito grande, passa uma vida toda e é enterrado no minério, mas não usufrui desse minério. Então, essa é uma realidade que o Congresso... Há pouco o Seif falava comigo: "Omar, como é que a gente pode fazer?". Veja bem, nós temos lá, Senadora Kátia, há quantos anos, na Câmara dos Deputados Federais, a regulamentação para exploração mineral? Há quantos anos está lá?

A SRA. KÁTIA ABREU (*Fora do microfone*.) – Muitos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Muitos anos.

Quando a gente fala sobre exploração irregular, aí eu vejo a Polícia Federal fazendo uma... e sai no Jornal Nacional, sai não sei o quê, a Polícia Federal... Um juiz de primeira instância federal, ou um cara, um procurador qualquer que não tem a menor responsabilidade em relação ao Brasil e às pessoas que moram no Brasil dão uma decisão, vão lá e queimam dez balsas. Uma balsa daquelas tira 30kg de ouro. Lá no Madeira, no Alto Solimões, no Purus, no Juruá, no Japurá, 30kg por lá. Hoje o grama deve estar seiscentos e poucos reais, um negócio assim, eu não sei mais. Era trezentos e pouco, mas aumentou bastante. Uma balsa daquelas não custa R$500 mil para ser construída. Sabe quantas balsas ele constrói? Pode queimar, não é queimar... E esse ouro todo está indo para a Venezuela, para a Colômbia, para outros países, não fica no Brasil. Isso que é a indecência que a gente vê diariamente, porque aquelas pessoas poderiam estar explorando sustentavelmente, com uma fiscalização rigorosa, mas não! Uai, o que aconteceu em Roraima? É simples. O indígena amazonense é mais inteligente que o de Roraima, tá? Lá no Alto Rio Negro, os ianomâmis exploram e têm uma qualidade de vida melhor, mas eles mesmos vendem, não deixam branco entrar. Já os ianomâmis de Roraima deixaram os brancos entrarem. Então, isso ocorre diariamente. Toda hora está acontecendo. O meu estado tem 77 etnias diferentes de indígenas, e eu conheço todas. Tem a maior população do mundo indígena. Não é do Brasil não,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é do mundo indígena. Eu converso com eles. Pode ser do Alto Solimões ao Alto Rio Negro, ao Purus, ao Juruá, ao Madeira, onde tiver um indígena, a gente conversa. Vocês acham mesmo que eles não querem viver bem? Vocês acham? O maior índice de suicídio deles é por falta de opção de vida; o maior índice de alcoolismo é por falta de perspectiva de vida, porque nós, brasileiros, através de uma política ambiental contra a nação brasileira, não é a favor da nação brasileira... Essa política ambiental do Governo do Presidente Lula, as pessoas que estão aí não estão a favor do país, não estão a favor do Brasil, estão aqui a serviço de conglomerados internacionais, porque, quanto menos se oferece para o mercado qualquer tipo de minério, o preço cai; se se oferecer mais... É oferta e procura.

A Senadora Kátia vem do agro. Nós temos a maior mina de potássio, uma das maiores do mundo, a 70km de Manaus. Lá nós temos a ureia do gás e nós temos o fósforo. É com isso que se faz o fertilizante. Aí tem uma guerra da Ucrânia com a Rússia e prejudica aqui. Aí o Canadá não sei o quê, prejudica... Nós temos isso, que chegaria com facilidade a todo Centro-Oeste.

Eu quero concluir para dizer a todos vocês, independentemente do pensamento – o meu pensamento é esse –, que o Brasil não cresce mais porque você não vê a equipe ambiental sentar com o agronegócio, sentar com a mineração, sentar com aqueles que podem produzir riqueza para o Brasil e dizer: "O que é que nós precisamos fazer para controlar qualquer tipo de problema? Mas queremos explorar". Não senta, Presidente Renan! – não senta! São xiitas a serviço de outros países, querem ser homenageados em outros países. Como é que você é homenageado na França ou na Europa quando eles têm um volume muito maior de emissão de CO_2 do que o Brasil? Como é que você vai lá ser homenageado pela França, que emite CO_2 mais do que o Brasil? Como você vai ser homenageado pelo Príncipe William se eles emitem mais CO_2 do que o Brasil? Quer dizer, nós temos que fazer esse esforço e sacrifício.

Eu não sou contra a preservação. Eu sou contra a hipocrisia. Aqueles que estão a serviço contra o Brasil eu sou contra. E bato de frente e debato – debato.

Outro dia teve uma senhora aqui que disse que 60%, 70% do PIB dos países eram biodiversidade. Eu perguntei só isto: me dê um país. Até agora eu estou esperando a resposta – só um em que 70%, ou 60%, ou 40%, sejam do PIB. Só se for a Costa Rica, que não tem nada, que é turismo. Porque o Brasil não é, e nós temos a maior floresta tropical úmida do mundo – não é!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador Renan, primeiro quero parabenizá-lo por esta audiência. Ótimo.

A gente quer ver também a outra parte, porque nós precisamos... E nós somos culpados, viu, Senadores? Porque nós que aprovamos Código Florestal, aprovamos lei de mineração. Por exemplo, a Agência Nacional de Mineração, para que ela existe? Não serve para nada, não serve para absolutamente nada. Por quê? Porque não tem recurso humano, não tem dinheiro para fazer nada. Ela depende de terceiros para aprovar um projeto, porque ela não tem pessoas... não tem recurso humano dentro da Agência Nacional de Mineração que tenha condições de analisar um projeto, como o que aconteceu no seu estado, lá em Maceió, com o sal-gema. Aquilo não foi à toa, aquilo foi uma sequência de erros cometidos. Eu estive lá e vi os erros cometidos. Lá é uma cidade-fantasma dentro de Maceió.

Então, Presidente Renan, eu vim aqui só para dar esse meu depoimento e parabenizá-lo pela sua iniciativa. Eu sei o quanto V. Exa. tem responsabilidade.

A senhora falou do Renan Filho, do Ministro Renan Filho. Ele também é responsável por nós darmos um salto muito grande na utilização de gás natural em veículos, principalmente em grandes carretas, que hoje são a diesel e ele está transformando. Ele é responsável por isso também. Ele se empenhou muito. Isso vai deixar um legado para o país muito grande. Então, o Ministro Renan Filho – não é porque eu estou aqui na frente do pai dele, não – está fazendo um serviço para o país. Tem dificuldade, muitas obras paradas por causa da questão ambiental. Uma delas é a BR-319.

A senhora falou na 362; eu tenho inveja. Foi a 362 que a senhora disse?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Hã?

A SRA. ANA CABRAL-GARDNER (*Fora do microfone.*) – A 367.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A 319 tem muita inveja da 367, mas é o país que vivemos.

Muito obrigado, e desculpe qualquer coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Senador Omar Aziz.

Obrigado Ana, por sua...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem?

Presidente, eu o cumprimento também por esta audiência e por todas as apresentações que já tivemos.

Concordo 95% com o que o Senador Omar Aziz disse. Mas, meu amigo Omar, só vou discordar de uma coisa, o americano não toma a nossa Amazônia, em hipótese alguma, porque não adianta jogar bomba, ele vai ter que botar gente no terreno. E lá, dentro da selva, nós somos os melhores. Nós entendemos de tempestade, chavascais, charcos e espinhos. E vamos ganhar isso aí. (*Risos.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Presidente, primeiramente, parabéns pela audiência maravilhosa. Acho que é um tema que deveríamos até discutir mais aqui – e cumprimento toda a mesa.

Tenho duas perguntas – tenho agora a Comissão de Segurança Pública, inclusive com algumas votações de projetos de que sou coautor. Queria deixar aqui duas perguntas, mas já subscrevendo cada uma das palavras do Senador Omar Aziz, porque, antes da sua intervenção, nós conversávamos aqui.

Enquanto tivermos Ministro do Meio Ambiente que é homenageado por ONG, nós temos que ter a pulga atrás da orelha, porque as ONGs são as maiores inimigas do Brasil, da mineração e do agronegócio.

Então, tenho umas perguntas aqui para Neate, que são: O que é necessário, em termos legislativos, regulatórios e de infraestrutura para produzirmos aço de forma mais competitiva e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentável no Brasil? E como aproveitar essa oportunidade para a reindustrialização nacional e para a transição energética?

Faço a mesma pergunta para a Sra. Ana Cabral. Eu desconhecia esse trabalho da Sigma, e digo que já sou fã da Sigma por todo o trabalho no Vale do Jequitinhonha, porque desde garoto eu ouço falar que o Vale do Jequitinhonha é uma área miserável, num estado que se chama Minas Gerais, e que tem só miséria. E nós vemos que, através de empresas, de desenvolvimento sustentável, de legislações específicas e de licenças ambientais, que são as maiores sabotadoras da mineração do Brasil, ou seja, é o Ministério do Meio Ambiente sabotando o Brasil....

Então, quero parabenizar a senhora pela maravilhosa empresa, que está dando exemplo para o mundo.

E tenho uma pergunta para o Cota. Agradeço a presença do senhor aqui. Muito obrigado. E que bons os números que o senhor apresentou. Nos últimos anos, países como a Austrália expandiram significativamente a produção de minerais críticos, aproveitando a demanda global por transição energética e tecnologias de baixo carbono, enquanto o Brasil permaneceu praticamente estagnado, com algumas poucas iniciativas, como vimos aqui, da Sigma, nesse setor, apesar do enorme potencial. O senhor trouxe essa preocupação, não é?

Quais as principais estratégias do Governo Federal e como este Parlamento pode ajudar a avançar na produção mineral e reduzir os principais entraves que têm impedido o Brasil de avançar na produção de minerais estratégicos como lítio, níquel e terras raras?

E quero, mais uma vez, agradecer ao Presidente Renan Filho, e pedir perdão porque eu preciso me ausentar – está maravilhoso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Renan pai.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Renan pai. (*Risos.*)

Foi um elogio, viu? Foi um elogio.

Mas quero pedir perdão ao senhor pela minha ausência e desejar a todos aqui um final de audiência proveitoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, eu vou assistir à resposta dos senhores, se me derem a honra de responder.

Eu também quero agradecer à Ministra e Senadora Kátia Abreu pela presença da senhora aqui, que, com certeza, vai abrilhantar ainda mais esta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Seif.

E, Jaime, com a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero cumprimentar aqui o Presidente da CAE, o Senador Renan Calheiros, e parabenizá-lo por esta audiência.

Quero cumprimentar a Kátia Abreu e a Ana Cabral – eu ouvi somente ela falando aqui.

Quero dizer para todos que estão nos acompanhando que a situação do Brasil é uma situação muito crítica, nós temos problemas seríssimos, como aqui falou o Senador Omar Aziz.

Falo um pouquinho, Kátia Abreu, sobre a jazida de Autazes. Nós sabemos que, no Brasil, hoje, no nosso consumo de insumos, de fertilizantes, 38% são potássio, 33% são fósforo, em torno de 28% ou 29% seriam de nitrogênio. E nós temos jazidas que não podemos explorar. É muito difícil para nós – muito difícil! De que adianta nós falarmos que o Brasil... Ficarmos aí na rede social, na mídia, dizendo que somos o maior produtor de soja do mundo... Nós somos produtor de soja, mas temos que pagar um preço altíssimo, porque nós não podemos explorar onde temos fertilizantes, onde temos minério.

E não é só a questão da jazida de Autazes. Olhem aquele negócio da situação lá da reserva dos cintas-largas, de diamante. Nós temos que dar dignidade a esses nossos indígenas. Por que não?! Eu não consegui entender até hoje: por que não?! Por que fazer esses indígenas ficarem na miséria? Se lá no Canadá pode-se explorar potássio, pode-se explorar fertilizante em reservas indígenas, por que no Brasil não? Por que no Brasil trabalhar contra a gente?

Digo mais, ex-Senadora Kátia Abreu. Você tem um conhecimento grande do agronegócio, como eu. Você sabe que nós temos o melhor Código Florestal, o mais rígido do planeta. Olhe ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se chegou agora nos últimos dias: chegar ao Cade. Tivemos que recorrer ao Cade, Presidente Renan Calheiros, para que seja obedecido o Código Florestal. Fez-se acordo com ONGs no Brasil, sem consultar o produtor rural, não obedecendo ao Código Florestal.

Sobre isso que você apresentou desses minerais, como o lítio, eu quero dizer para você o seguinte: se nós não regulamentarmos o Brasil, vai acontecer aquilo que você mostrou ali agora, vai acontecer igual a Serra Pelada, vai acontecer e vai continuar acontecendo. Nós, o Senado, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal... Não se quer que realmente o Brasil ande. Agora, nós sabemos da nossa preservação, nós sabemos do nosso Código Florestal. Nenhum país do mundo tem o que nós temos.

E, agora, eu quero deixar uma pergunta para a senhora responder para nós. Se nós não resolvermos o problema da Amazônia, o problema das nossas reservas indígenas, o problema da exploração de mineral no Brasil, como é que nós vamos andar? Como é que nós vamos progredir? Aqui é o país em que nada pode.

No mundo, você pode fazer o desassoreamento dos rios para navegação, e aqui nós não podemos destruir uma pedreira que tem lá no Rio Madeira. Como nós vamos desenvolver o nosso país? E nós temos uma questão de um Governo hoje que eu enxergo... Eu não olho para governo de direita, de centro e de esquerda, eu não quero saber quem é de direita e de centro; eu quero saber por que não querem o bem do Brasil.

Olhem o que está acontecendo agora, com a questão até do controle das empresas. Olhem o que aconteceu agora. Saímos agora de uma discussão sobre a questão das agências reguladoras. A ANP não tem mais funcionário, Presidente Renan, não tem mais gente, e o Governo conteve os gastos. E aí se coloca para aumentar, de 27% para 30%, a mistura de etanol na gasolina, e, de 14% para 15%, o biodiesel, sem estudo e sem fiscalização. Tem empresas hoje, distribuidoras, nadando de braçada, sem fazer a mistura do biodiesel, e a gente sabe que só está ocorrendo no papel. Eu conheço o ramo e conheço esse segmento também. O que nos deixa tristes no Brasil é isso.

Então, eu deixo essa pergunta para a senhora. Responda-me isto: sem nós resolvermos essas situações, você acredita que o Brasil... Nós temos, realmente, as maiores jazidas do mundo, mas, da forma como está o nosso código ambiental, da forma como estão as nossas liberações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exploração, da forma como Ibama age no Brasil e sabendo que nós preservamos 65% do território nacional intacto e mais de 80% na Amazônia, nós não podemos progredir.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos as intervenções do Jorge Seif, do Omar e do Jaime, agradecemos a intervenção inicial da Ana, e vou conceder a palavra... Ela responderá...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só queria dizer que ontem saiu que o Brasil vai ter R$11 trilhões no PIB; o Estado de São Paulo, R$3,5 trilhões. Às vezes o Nordeste reclama muito do Sul e Sudeste. Nós do Norte reclamamos muito do Sul e Sudeste. Sabem o que é? É a produção do Estado de São Paulo. No Estado de São Paulo, o PIB é maior que o Rio Grande, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais juntos, por quê? Porque explora as suas propriedades ao máximo. É por isso que o PIB deles é o maior do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Jaime, mais uma vez.

Vamos conceder a palavra à ex-Ministra da Agricultura, Senadora de sempre, Kátia Abreu. É uma honra muito grande tê-la aqui, de volta ao Senado Federal.

A SRA. KÁTIA ABREU (Para expor.) – Obrigada, Senador Renan.

Cumprimento todos os especialistas aqui convidados, como o Presidente Mauro, da Agência Nacional; o Dr. Marco Lara, advogado; o Sr. Rodrigo; a Ana Cabral – essa é a CEO do Brasil, assim como os CEOs que são homens, mas as mulheres, de forma especial, eu cumprimento –, essa batalhadora, essa guerreira, essa menina de pouco mais de 50 anos e que é a maior produtora de lítio do Brasil e uma das maiores produtoras de lítio do mundo; sozinha, guerreira. Os patrões que ela chama toda hora são os investidores que ela buscou no mundo inteiro para fazer do Brasil e do Vale do Jequitinhonha esse exemplo de sustentabilidade e de produção de lítio que dá orgulho a todas nós, mulheres – você me representa.

Os colegas, ex-colegas, mas amigos Senadores Fernando Farias, Omar Aziz, Jorge Seif, Oriovisto, querido amigo; Jaime Bagattoli, grande produtor rural; Senador Hamilton Mourão, das nossas Forças Armadas; Jaques Wagner, Fernando Dueire, Cid Gomes, Rogério Carvalho, enfim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimento a todos os Senadores. É uma alegria revê-los e estar aqui com todos vocês. Parabéns, Renan, por esta audiência pública tão importante para o nosso país.

Eu sempre gosto de repetir que Deus nos deu de presente três atividades preciosas para que o Brasil pudesse se enriquecer, entre tantas que nós temos no país, atividades importantíssimas, mas eu destaco três atividades para enriquecer para valer: uma foi o agronegócio; a outra, a mineração; e a terceira atividade, o turismo. No agronegócio, nós deslanchamos bastante; na mineração, nós estamos num crescente importante, precisamos de um empurrão muito forte. E esta Comissão, com esta audiência pública, acho que vai ajudar bastante, Senador Renan, neste empurrão que a mineração está precisando. O BNDES, desde o ano passado, enxergou esse filão e essa *vibe* mundial, internacional, e colocou à disposição recursos para desenvolvimento da mineração. O turismo precisa ainda de uma visão um pouco mais especial para que nós possamos chegar próximos de Portugal, próximos da Espanha, próximos da França e receber mais turistas do que a Torre Eiffel recebe, em Paris, e mais turistas do que o país Uruguai recebe todos os anos, turistas internacionais.

Mas a minha função hoje é falar sobre a indústria da mineração e o agronegócio. Pretendo ser bastante reduzida no tempo para aproveitar e deixar os outros colegas falarem por um tempo suficiente, abrangente – como o Ministro Raul Jungmann, esse brilhante brasileiro, uma das melhores cabeças que este país tem, como é um dos maiores entendidos hoje da área da mineração, assim como a Ana.

Apenas para abrir ali uma primeira tela – acho que sou eu que tenho que fazer aqui –, duas telas apenas, Senador Renan, mostrando que mineração e agro juntos, Senador Renan, representam 27% do PIB. Essas duas atividades: o agronegócio 23%, e a mineração 4%; os dois juntos, 27%. São os dois destaques. Somei os dois para mostrar o destaque deste PIB tão destacado em termos de produção e de atividade agrícola e industrial. Claro que o comércio tem um PIB muito significativo, o transporte também tem um PIB significativo, mas, em termos de produção, de industrialização, são as duas atividades principais. Comparando a indústria de um modo geral, ainda tem uma diferença expressiva, que é apenas 10,8% do PIB nacional. Então, isso mostra o quanto de atenção merecem essas duas atividades pelo nosso país.

A ascensão econômica da China tem sido muito importante para reconfigurar essas duas atividades. O agronegócio, que desponta há muito mais tempo, com um olhar muito forte de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governo, desde o Governo militar da década de 70, com a criação da Embrapa e de políticas públicas muito fortes para que nós fôssemos autossustentáveis na produção de alimentos e parássemos de ser grandes importadores de alimentos no mundo, fez com que nós adiantássemos o passo.

Isso demonstra o quanto foi importante uma política pública eficaz para que nós nos tornássemos o que somos hoje, os gigantes na exportação de alimentos.

Na mineração, é um pouco mais difícil de fazer o que o agro fez, porque, na mineração, nós precisamos de um tempo mais longo para que a atividade se desenvolva. Enquanto no agronegócio, se houver uma encomenda hoje de algum alimento, nós conseguimos, Senador Fernando, reverter em quatro, seis meses. Nós conseguimos fazer a encomenda funcionar e entregar a encomenda em seis, quatro meses, mas, na mineração, não, nós precisamos de 10, 15, 20 anos para entregar uma encomenda. Então, a situação é muito mais grave do que se imagina, porque a prospecção é cara, a prospecção é demorada, a industrialização mais ainda, a formação de mão de obra pior ainda, em termos de demora para qualificar essa mão de obra, por ser tão especializada, e o campo tem a sorte de ser um pouco mais simplificada a sua formação.

Na mineração, se nós, em 20 anos, investirmos pesado, nós vamos ter uma ampliação de 4% do PIB em 50%: "Nossa, mas isso é muito?". É muito, mas isso nós vamos passar para 6%, enquanto no agronegócio, em 20 anos, nós podemos aumentar em muito mais de 50%, muito mais de 100% a nossa produção de alimentos, e vou dizer por quê. Mas a mineração dentro da indústria representa 10%, e nos próximos 20 pode representar em torno de 15%.

Existe uma informação, um dado da Agência Internacional de Energia, de que a demanda por produtos minerais nos próximos... até 2030, no mundo inteiro, será de US$1,1 trilhão. Apenas na América Latina, nós teremos uma demanda de US$120 bilhões – só para a gente ter mais ou menos uma dimensão do quanto a mineração ainda tem, as possibilidades que ela tem para crescer. Mas nós estamos em 2025; 2030 está ali, daqui a cinco anos, então é muito pouco tempo para nós alcançarmos essas oportunidades, se não começarmos correndo a investir nessa atividade tão demorada, tão morosa para ver resultados, como disse a Ana agora há pouco. Em 12 anos, os clientes, os patrões dela ainda não viram a cor do lucro líquido da empresa, mas quem investe em mineração está sabendo disso, investe sabedor de que, na hora em que bate também o sino, como se fosse o sino da bolsa, aí bamburra também de faturamento, mas é demorado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por isso que, quanto ao investimento na mineração, são poucos e a concentração é grande, porque são poucos aqueles que têm o cacife para esperar tanto tempo neste investimento.

O agro, por exemplo...

O próximo aqui, é a minha última... Cláudia, me ajude aí, por favor. É só mais uma... É só mais uma.

Bom, a mineração – já foi dito aqui, mas eu vou mostrar para que gravem na mente de vocês e não se esqueçam jamais desses números –, se nós somarmos ali, Senador Jaime, nós importamos, todo bendito ano, todo bendito ano, desde os últimos 20 anos para cá – já é muito mais do que isso, mas nos últimos 15, 20 –, US$28 bilhões por ano de potássio, fósforo e nitrogenados.

Como todos já repetiram, foram US$9 bilhões de potássio, US$10 bilhões de fósforo e US$8 bilhões de nitrogenados. Aí alguém podia falar: "Mas nós não temos no Brasil; por isso que nós importamos". Temos, sim; nós temos tudo.

Então, quando nós falamos do nosso gigantismo brasileiro na exportação, na balança comercial e também nas nossas exportações, pois significamos 50% na balança comercial brasileira e significamos muito no PIB, somos 23% do PIB, nós esquecemos que nós vivemos numa insegurança alimentar. Ao mesmo tempo em que nós oferecemos uma liderança na segurança alimentar, por outro lado, nós vivemos numa insegurança, porque, sem a base da agricultura brasileira, que é o fertilizante – não existe agricultura sem fertilizante –, que são esses três macronutrientes, nós não temos agricultura.

Então, se algum país do mundo entrar em guerra, como o Canadá entrar em guerra com o Brasil, ou a Rússia, ou Bielorrússia, ou Israel – só de país manso de que nós importamos o potássio, é todo mundo calmo demais –, nós teremos problemas gravíssimos. Então, quando começou a guerra da Ucrânia com a Rússia, a tonelada de potássio saiu de US$350 para mil dólares, por um período. Com isso os produtores puseram a mão na cabeça. Quando o Trump ameaçou tributar as exportações do Canadá, qual a primeira coisa que o Canadá fez? "Vamos tributar o potássio para os Estados Unidos", que é 90% do potássio. Os produtores americanos quase ateiam fogo no corpo, porque ia ter uma questão terrível também de insegurança alimentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então o que acontece? Esse é um problema grave na segurança alimentar brasileira. Nós temos 97 milhões de hectares de produção de grãos e 156 milhões de hectares de produção de pecuária. Já foi muito maior. Nós já tivemos duzentos e tantos milhões de hectares de pecuária. E hoje nós estamos com 156. O que foi feito desse pedaço? Voou, foi embora? Não, foi transformado em grãos. Então, está havendo uma substituição de área. E a pecuária diminuiu? Não, a pecuária aumentou. Nós demos mais produtividade ao solo de pecuária e aumentamos mais, no menor espaço de chão, a nossa produtividade na produção, na cria, recria e engorda.

Segundo os especialistas, desses 156 milhões de hectares de pecuária, ainda temos mais ou menos – estou falando bem rápido para melhorar o tempo – uns 30 milhões de hectares que podem sair da pecuária para grãos, que são terras planas e viáveis para a agricultura. Juntando tudo isto – esses 95 mais 30, e esses 150 menos os 30 –, nós vamos alimentar, gente, 1,5 bilhão de gente no mundo. Tirando os 200, que somos nós brasileiros, o restante é 1,5 bilhão de pessoas no mundo é o que o Brasilzinho nosso vai alimentar.

Então, essa é a segurança alimentar que nós podemos oferecer, diminuindo os fertilizantes que não temos. Vocês acham que o mundo lá fora não sabe disso? Que nós não temos fertilizante nenhum e que não estão de olho nisso?

Esse povo doido, esse gigante da produção de alimentos, não sabe que eles estão aqui na nossa mão? Sabem de tudo, sabem mais do que nós. O USDA americano é como se fosse um tarólogo daqueles ótimos, que têm bola de cristal, eles conhecem o Brasil mais do que nós, para o governo de vocês.

Então, um Brasil em que, nos últimos 59 anos, exatos 59 anos, nós ampliamos a produtividade nossa, aumentamos a produção em 321% e aumentamos a terra apenas em 118%, você acha que eles acreditam nisso? Eles ficam malucos quando veem essa conta. Esse povo é doido, porque nenhum país do mundo tem uma lavoura dobrada igual nós temos, dupla lavoura – não existe, não existe. Não existe nenhuma lavoura no mundo que tem na lavoura plantio direto, em que você planta em cima da palha. Americano morre de inveja disso. Europeu nem pensar, porque lá neva, faz frio, não tem jeito, a terra endurece, eles têm que passar subsolador profundo para revolver a terra. E nós, não; nós plantamos é por cima. Então, esse é o Brasil que nós temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou responder – não pela Ana, porque ela é muito mais competente do que eu – à sua pergunta, Senador, sobre o que precisamos fazer. O meu sonho... Eu sou lá do Tocantins, nasci em Goiás e depois transformamos a metade de Goiás em Tocantins e, com muito orgulho, fui Senadora da República, Deputada Federal, 26 anos de mandato, e líder classista, modestamente. Uma das coisas que eu pouco entendo na vida é isso. E o meu estado é a porta de entrada da Amazônia, é o primeiro estado da Amazônia. O nosso cerrado é 35% de reserva legal. Nós temos um pedaço muito pequeno de floresta. Então, nós convivemos com essas dificuldades. Nós temos dois problemas que só o Congresso Nacional pode resolver.

Nós resolvemos muita coisa? Resolvemos, sim. Este Congresso Nacional é competente para resolver as coisas. Eu fico muito triste e em muito tempo, às vezes, brava, quando eu vejo os ataques que o Congresso Nacional sofre pela sociedade, às vezes, por várias injustiças. A imprensa não tem obrigação de ser assessora de imprensa nossa, certo? A imprensa não tem obrigação de falar bem de nós. Normalmente, a imprensa tem obrigação de denunciar as coisas negativas, e nós temos que nos acostumar com isso. Nós que temos que contratar assessor de imprensa para colocar as coisas boas nossas na rua. Então, normalmente, as coisas negativas são expostas. Mas nós fizemos, eu podia listar uma infinidade – precisava de dez audiências públicas aqui só para listar – das coisas boas que o Congresso Nacional fez. Nós tivemos regulações extraordinárias para este país.

O Código Florestal, com todos os defeitos que teve, era muito pior sem ele, porque, sem o Código Florestal, nós tínhamos 99% das propriedades rurais do país condenadas ao crime, à imoralidade, a multas vultosas. E o Código Florestal limpou a área e deu ao produtor rural uma nova chance de limpar todas aquelas legislações terríveis que criminalizaram o agronegócio brasileiro. Se nós tivéssemos fiscais suficientes para entrar em 100% das propriedades rurais, nós teríamos todas elas condenadas com multas. Se nós tivéssemos fiscais federais trabalhistas suficientes para entrar nas propriedades rurais, nós teríamos quase que 100% das propriedades rurais condenadas a trabalho escravo. E nós conseguimos fazer com que o campo fosse tratado com mais justiça. Nós tínhamos uma legislação trabalhista, Senadores, vocês se lembram disso, que era imprescritível: se um funcionário de 30 anos voltasse com a reclamação trabalhista, não tinha prescritibilidade, diferente do funcionário urbano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas coisas foram feitas, mas nós temos dois pecados que nós não conseguimos superar. Nós temos a ausência de uma regulamentação do art. 236 da Constituição Federal, em que não regulamentamos a exploração, inclusive, de minerais em terras indígenas. Façam as contas de quantos anos – e eu me incluo, com os meus 26 anos de Congresso Nacional – nesta incompetência de não termos conseguido tramitar essa regulamentação, regularizar a exploração mineral em terra indígena. Nós fomos fracos diante, inclusive, da injustiça com os indígenas, da pobreza, da miséria em que eles vivem. Nós fomos fracos diante de meia dúzia de ONGs que se dizem representantes desses índios que vivem miseravelmente, frente aos índios canadenses, aos índios americanos, aos índios de toda parte da Terra que ganham *royalties*, que são empresários, que exploram os minerais e que não têm essa vida de miséria, pobreza e morte como têm no Brasil, com índice de natalidade baixíssimo, com mulheres que morrem na maternidade ao nascer, sentados em cima de jazidas poderosas.

A Amazônia não pode ser desmatada, e eu concordo, porque ela garante as chuvas do Brasil. Ela é poderosa em biodiversidade, é uma riqueza e um patrimônio nacional, mas poderia ser a grande mãe fornecedora de minerais para o nosso país e para o mundo. Assim como o centro-sul do país fornece alimentos para o mundo, nós poderíamos, com pequenos espaços, com espaços localizados, explorar os minerais de forma sustentável. Não se pode concorrer com os garimpos ilegais que, na hora em que a polícia vira as costas, na hora em que o Exército brasileiro vira as costas, na hora em que a Polícia Federal vira as costas, pagam R$4 mil por semana para um indígena para ele transportar ouro. Não há quem consiga combater um garimpo desse! Garimpo é o que eu chamo de ilegalidade.

O que nós precisamos é de empresas legalizadas, auditadas, empresas que estão na bolsa de valores, ou que estão na B3, que estão em Nova York e que são auditáveis e fiscalizadas, como uma Sigma da vida, como tantas outras mineradoras que nós temos e que vão ter, com responsabilidade, que remunerar os nossos indígenas e trazer a riqueza para o nosso país. É disto que nós precisamos: regulamentar terra indígena.

O Supremo Tribunal Federal trouxe para o Supremo, Gilmar Mendes acumulou todas as questões indígenas para si e já devolveu ao Congresso Nacional, há uma semana, Senadores, e agora está na mão de vocês. Ele trouxe todas as contribuições arrecadadas de uma comissão mista, de uma comissão de conciliação, em que os índios se levantaram e foram embora, porque não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quiseram aceitar o diálogo – diálogo para esses "índios", entre aspas, que estão em Brasília, que têm acesso a Brasília e que são remunerados, que ganham salários, diferentemente daqueles que não têm o que comer, às vezes, um, dois, três dias sem ter a sua alimentação. É em nome desses que eu quero fazer a defesa, em nome desses que precisam ser remunerados e ter a esperança de serem ricos, como tantos outros brancos, negros, que têm também vontade de ser.

A segunda coisa, Senador, respondendo à sua pergunta: nós temos que regulamentar a Convenção 169 da OIT. É uma das convenções que teve menor adesão no mundo. Apenas 24 países aderiram à Convenção 169 da OIT – 24 países! Nós temos convenções que tiveram adesão de 87 países, de 168 países, de 70 países, de 90 países, de 188 países, certo? Nós temos convenções que tiveram adesão de 50, de 44. A Convenção nº 169 da OIT teve uma das menores adesões do mundo em 30 anos, 24 países, porque fere de morte a soberania dos países. Por isso não aderiram. Os Estados Unidos não aderiram, o Canadá não aderiu, a China não aderiu, a Austrália não aderiu, a Rússia não aderiu, a Índia não aderiu, não ratificaram. Ou nós regulamentamos, ou nós denunciamos essa Convenção e saímos dela, porque não somos mais bonitos e mais importantes do que o rei. Se não conseguimos regulamentar ainda, foi porque ela é nociva.

Vá procurar o Ministro Renan Filho e pergunte o que está acontecendo com as obras do PAC. Vá perguntar ao Jungmann, na mineração, o que está acontecendo com as mineradoras. Agora, um dia desses, no Tocantins, a Aura, uma empresa que extrai ouro na cidade de Almas, em Tocantins, foi surpreendida com um pedido da Defensoria Pública para que paralisasse a exploração, porque começou uma demarcação quilombola. E nós não temos nada. Os quilombolas trabalham na mineradora. Começou o processo agora, nem o primeiro RTID tem, e queriam paralisar a mina, que fatura, Senador Rogério, R$1 milhão por dia. Faça as contas do imposto que essa prefeitura recebe, que a comarca recebe por dia. São 800 funcionários. Graças a Deus, nós conseguimos, com o juiz da comarca local, da cidade de Natividade, e com o desembargador do TJ de Tocantins, não aderir a esse pedido da Defensoria Pública. Não pedimos para não demarcar, absolutamente. Pode demarcar. Excelente! Demarquem. Agora, não podemos conviver com essa insegurança jurídica. Lá no Vale do Jequitinhonha, está lotado de demarcação quilombola. Não tem problema. Demarquem, mas vamos estabelecer um marco para essa demarcação. Não existe prazo e não existe critério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou ao lado de uma mineradora de lítio, por exemplo, no Vale do Jequitinhonha. Qual é o impacto que o lítio pode trazer? É explosão? É poeira? Qual é o impacto? Isso não pode influenciar em questões que não têm nada a ver com esse impacto. De repente, eu peço coisas e exijo coisas que não têm nada a ver com o impacto direto. Outro dia, uma mineradora ofereceu 56 milhões para um grupo quilombola, e eles recusaram. Eles acharam que é pouco? É pouco; mas vamos estabelecer parâmetros. Enquanto isso, as mineradoras não podem trabalhar e as outras que estão trabalhando são ameaçadas de paralisação.

Então, chamo a atenção para essas duas questões: a exploração em terra indígena, Senador Renan, que só o Congresso Nacional pode fazer, e a regulamentação da Convenção nº 169 da OIT ou a denúncia a respeito dela, para que possamos sair dessa convenção. Se o Congresso Nacional, que é legítimo e soberano, disser que não tem como regulamentar, que possa colocar prazos e os pontos nos "is".

Nada contra os quilombolas. Aliás, nós temos uma outra alternativa para a questão quilombola, porque os países que não aderiram à 169 preferiram aderir à declaração das Nações Unidas sobre os povos indígenas e os remanescentes quilombolas. Poderemos aderir, como todos os países fizeram. Por que nós temos que aderir à 169, que fere as questões dos interesses e da soberania nacional? As obras de eletrificação, de energia, de estradas, de ferrovia, de usinas, de represas... Por que vamos ficar presos a isso? Desde 2003, Senador – desde 2003 –, nós não conseguimos regulamentar essa OIT 169.

Muito obrigada e desculpe se eu... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Parabéns, Kátia. Obrigado pela intervenção inicial.

Concedo, com satisfação, a palavra à Isabel Veloso, que é Coordenadora Acadêmica do Núcleo de Estudos Avançados em Transição Energética.

Com a palavra, Isabel.

A SRA. ISABEL VELOSO (Para expor.) – Boa tarde.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a esta Casa Legislativa e parabenizá-la por ter pautado um tema tão relevante para o desenvolvimento do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também gostaria de cumprimentar todos os membros da mesa.

Nós tivemos aqui falas diversificadas: começamos com o Presidente do Ibram; depois, tivemos um Diretor do MME; depois, tivemos a CEO da Sigma; e, por fim, nós tivemos a Kátia Abreu, eterna Senadora e ex-Ministra do Meio Ambiente. Agora, eu trago aqui uma visão bastante diferente, porque sou uma representante da academia. Então, mais especificamente, eu venho aqui falar em nome do Neate (Núcleo de Estudos Avançados em Transição Energética), que é vinculado à FGV Direito Rio. Nós somos um núcleo de pesquisa quantitativa e qualitativa multidisciplinar. Adicionalmente, nós também fazemos reuniões com diversos *stakeholders* sobre temas relacionados à transição energética. Na nossa última reunião, há poucos meses, nós tivemos integrantes do MME, da ANM, da própria Sigma Lithium – diversos atores –, e o nosso objetivo é fazer um ambiente neutro para debater transição energética.

O objetivo da minha fala hoje é tratar de algo que ainda é extremamente contraintuitivo para a população em geral e, inclusive, talvez seja um dos combustíveis de algo que o Senador Jaime trouxe aqui sobre diversos atores que reagem contra qualquer proposta, qualquer projeto que envolva mineração, porque, no senso comum, mineração é geralmente associada à destruição da natureza e à destruição do meio ambiente em si. O objetivo desta fala é mostrar como o fornecimento de insumos minerais é, na verdade, uma prerrogativa para a transição energética, é fundamental para a transição energética, que, por sua vez, é fundamental para a redução de CO_2, para as metas de descarbonização e também para limitar o aquecimento global.

A pergunta norteadora aqui é: por que alguns minerais são essenciais para a transição energética? Eu destaquei em vermelho dois termos – estratégicos e críticos –, porque eles vão permear o debate normativo a que os senhores estão dando tanta visibilidade nesse momento atual.

Já foi falado mais cedo pelo Dr. Raul Jungmann, que expôs muito bem as diferenças desses dois termos, mas, basicamente, a gente tem que pensar em minerais estratégicos como algo mais amplo, geralmente associado à segurança nacional, a desenvolvimento industrial; e minerais críticos àqueles que também têm uma questão relacionada à escassez, a risco de fornecimento. E por que eu destaco isso logo no começo da fala? Porque a atenção que os senhores vão dar daqui para frente para a definição de quais minerais são críticos, em particular, vai ser essencial para que sejam definidas políticas públicas, para que sejam definidas questões relacionadas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento e também para que o Brasil esteja em sintonia com movimentos globais que também estão debatendo atualmente o que é, o que seria um mineral crítico. Por isso que eu destaco aqui essa questão. Por exemplo, o nióbio é classificado pela União Europeia e também pelos Estados Unidos como mineral estratégico e crítico. No caso do Brasil, ele é só um mineral crítico, porque o Brasil, como os senhores sabem, é um dos países que tem maior reserva de nióbio.

E, agora, falando principalmente para a população que está em casa, vamos dizer assim, num termo popular, com a pulga atrás da orelha, pensando: "Ué, mas como assim mineração e transição energética?". Todos, em geral, são a favor e compreendem a importância da eletrificação da frota. Todos entendem isto como algo essencial: que haja menos queima de combustíveis fósseis e mais eletrificação da frota para que a transição energética avance. Então, eu trouxe aqui uma provocação para a gente pensar em composição. Todos são a favor do carro elétrico, mas poucos param para pensar do que é feito o carro elétrico. Então, temos ali destacados quatro elementos da tabela periódica. A gente tem o lítio, que foi muito bem apresentado já pela Ana Cabral, o cobalto e o níquel, que são essenciais para a formulação de uma bateria de um carro elétrico, e temos também o elemento cobre, que é essencial para a condução de eletricidade nas baterias, no sistema de abastecimento, no sistema de transição – além de, claro, outros minerais.

Ainda, um outro exemplo são os ímãs permanentes. Todo mundo acha muito bonito ver uma usina eólica, seja *onshore* ou *offshore*, todos acham muito interessante que o Brasil esteja implementando esse tipo de tecnologia, mas poucos param para pensar do que é feita, afinal, uma turbina eólica. Uma turbina eólica se movimenta por conta de ímãs permanentes, que são formados por minerais raros, como o neodímio e o disprósio. Então, ela só funciona por conta disso, além, é claro, de ela ser composta por outros minerais: alumínio, chumbo, cobre, cromo, ferro, manganês, níquel e zinco.

E, além disso, mais um exemplo, é a base invisível para a energia solar. Acredito que muitos dos senhores e muitos dos que estão ouvindo de casa já instalaram, em suas residências, um painel solar, mas é claro que poucos param para pensar sobre como esse painel solar funciona, o que faz com que esse painel seja capaz de captar a luz solar e transformar essa luz solar em energia. Mais uma vez, nós passamos aqui por minerais como silício, telúrio e temos uma importância também fundamental para o cobre, alumínio, chumbo etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais do que simplesmente mostrar que esses minerais são essenciais para todos esses tipos de geração de energia que já ganharam tanta adesão no Brasil, eu gostaria de destacar esse gráfico que foi feito pela IEA, que mostra, na primeira barra, a diferença do volume de minerais estratégicos e críticos necessários para desenvolver um carro elétrico vis-à-vis um carro convencional.

Então, o ponto que eu venho trazer aqui é que, além de esses minerais serem essenciais para a transição energética, eles têm, como característica, o fato de que são ainda mais essenciais quando a gente compara com o carro tradicional. Então, para a população que está ouvindo em casa, toda essa tecnologia que o Brasil vem desenvolvendo – energia eólica, energia solar, eletrificação das frotas, etc. –, tudo isso passa por mineração. Esse é o ponto.

Aí, agora, vou adentrar em um assunto que não foi tratado ainda pelos demais expositores: a questão do aço verde. Ao falar de aço verde, a gente fala de mais um elemento da tabela periódica, que é o ferro; mais especificamente, a gente fala do ferro de alta pureza. Então, o Brasil... Aqui eu destaco o aço verde, porque o Brasil tem um potencial muito significativo para desenvolver essa indústria. E aqui a gente tem uma oportunidade de não ficar somente em algo mais basilar e avançar para uma industrialização. Assim como a Ana Cabral mostrou na indústria de processamento do lítio, a gente tem aqui uma oportunidade gigantesca de desenvolver uma indústria de aço verde no Brasil.

Por que o Brasil tem esse potencial tão significativo? Porque o aço verde começa com acesso à energia limpa. Então, para produzir aço verde, primeiro eu tenho que ter energia hidrelétrica, solar ou eólica para fazer eletrólise e gerar o hidrogênio verde, ou seja, um hidrogênio com baixa emissão de carbono. Depois disso, esse hidrogênio verde é responsável por transformar o minério de ferro, fazer o processo de redução do minério de ferro sem a emissão de CO_2. Então, em vez de emitir CO_2, eu estou emitindo vapor de água na atmosfera. E aí, depois ele passa por um novo processo, por um forno elétrico também movido à energia solar e eólica, principalmente, para, então, produzir o aço verde em seu formato líquido.

Por que eu estou destacando esse ponto aqui? Porque o Brasil simplesmente tem tudo para isso. O Brasil tem já o seu *grid* majoritariamente verde, por conta do desenvolvimento das hidrelétricas, que já se deu há décadas aqui no Brasil, e ele também está avançando muito no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento da energia eólica e no desenvolvimento da energia solar. E nós temos tudo para desenvolver essa cadeia.

Quando a gente fala em aço verde, a gente fala em oportunidade de industrialização para o Brasil. Com o aço verde, naturalmente se produz vários... O aço é um elemento extremamente versátil; está na construção civil, está na construção de diversos produtos. Então, essa é uma oportunidade para o Brasil.

Sem me aprofundar muito na diferença entre o ferro comum e o ferro de alta pureza, só queria destacar que aqui a gente está falando não daquele ferro que é encontrado de forma abundante no Brasil, mas, sim, do ferro de alta pureza. O ferro de alta pureza é essencial na produção do aço verde, porque, se ele não tiver uma pureza significativa, ele precisa passar por mais processos para que ele se torne apto a produzir esse aço verde. E, naturalmente, nesses processos para separar o ferro do minério bruto e tirar esses contaminantes, como fósforo, alumínio, silício, etc., eu preciso gerar mais CO_2. Então, quando eu tenho um aço verde, o aço de alta pureza, que é o caso do Brasil, que tem atualmente a maior reserva de aço de alta pureza do mundo, eu consigo ter tudo neste país aqui para desenvolver essa cadeia produtiva do aço verde.

Por isso que eu trago esse ponto para chamar a atenção dos senhores, que estão em um momento crucial de desenvolvimento de normas relacionadas a minerais críticos, para que os senhores tenham atenção a essa oportunidade de desenvolver aço verde no Brasil, valorizando, claro, o ferro de alta pureza, que o Canadá, por exemplo, recentemente, em 2024, achou por bem incluir em sua lista de minerais críticos. O Brasil também tem que pensar se seria o caso de incluir esse mineral na lista de metais críticos.

Eu trago aqui algumas questões que, em nossa visão da academia... Lembro que, no Neate, além de nossos pesquisadores, a gente busca reunir membros do Governo, membros do poder público, do poder privado, etc., para chegar a esses nossos entendimentos. Então, eu gostaria de deixar aqui algumas mensagens pontuadas para os senhores.

A primeira mensagem diz respeito a três questões que são essenciais no debate normativo.

A primeira questão, sobre que acredito que os senhores devam se debruçar, é sobre essa definição do que seriam minerais críticos. Então, essa definição tem que ser feita com muito cuidado e de forma objetiva, com a criação de critérios objetivos, para que seja feita essa lista e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a partir dessa lista, o Brasil possa desenvolver uma política pública voltada para o fomento a esses minerais, que inclua financiamento e, principalmente, segurança jurídica para a atração de investimentos, porque sabemos que isso é algo fundamental.

O segundo ponto é relacionado à mineração sustentável. É claro que não é coerente nós falarmos em transição energética, da importância dos minerais na transição energética, sem a gente mencionar que, naturalmente, a mineração tem que ser sustentável. Esse é um movimento que já se iniciou no Brasil. Existem diversas empresas sérias no Brasil que, mesmo sem ter obrigações demarcadas nas normas e na regulação, já implementam políticas voltadas para a mineração sustentável. Mas é claro que seria adequado o Poder Legislativo também pensar nisto: como regular essa questão e como dar amplitude para uma indústria de mineração que seja verde e que seja sustentável. E, ao fazer isso, novamente o Brasil ganha oportunidade, porque, se os senhores forem observar, a demanda internacional não é simplesmente mais por minérios, não é simplesmente mais por lítio ou por aço, é por verde, aço verde, lítio verde, tudo produzido de forma verde. Então, quando o Poder Legislativo se preocupa em consolidar normas, em pensar em normas para garantir a rastreabilidade dos produtos que são de fato produzidos de forma sustentável, quando ele se preocupa em desenvolver mecanismos para monitorar também, ele está tornando o Brasil mais competitivo.

Antes de falar do último ponto, eu queria falar também sobre a questão da política integrada de industrialização. Então, não se esqueçam de que aqui é o momento de industrializar o Brasil. Se os senhores observarem, desde a escola a gente observa que os países mais ricos são aqueles que investiram em industrialização. Então, não vamos nos conformar em ficar com pouco, em ir devagarzinho desenvolvendo; vamos pensar em industrialização neste momento.

Por fim, eu finalizo com algumas diretrizes que nós do Neate, da FGV Direito Rio, entendemos como aspectos fundamentais para analisar a transição energética e os minerais no Brasil. Só para fixar essa mensagem, são seis pontos.

Primeiro ponto: questão da descarbonização da mineração. Então, análise de boas práticas e difusão de boas práticas para descarbonização da mineração. Isso é feito de forma concreta com o uso de energia limpa nas operações, com a eletrificação das frotas, com o desenvolvimento da regulação de créditos de carbono, com a promoção da siderurgia de baixo carbono – do aço verde, que eu mencionei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto é o uso eficiente e sustentável de recursos naturais. Aqui a gente fala em reaproveitamento de rejeitos e resíduos, economia circular e eficiência energética, que são também diretrizes fundamentais que têm que estar presentes quando a gente pensa em transição energética.

Agregação de valor e conteúdo local. Já falei bastante disso e repito, porque realmente o Brasil não pode perder essa oportunidade de se industrializar por meio da transição energética, já que nós temos um território amplamente rico em minerais e em energia limpa sendo produzida, o que faz um *match* perfeito para que se utilize essa energia limpa que já está no nosso território, esse mineral que já está no nosso território para desenvolver produtos industriais.

Por fim, também integração com políticas de transição energética e digital. Que o Brasil tente assumir uma posição de protagonismo, de articulação, para ter, na verdade, uma soberania tecnológica. E isso perpassa, claro, por um investimento em pesquisa e desenvolvimento, que são alavancas para reduzir incertezas.

Também gostaria de relembrar a importância de fortalecer as nossas instituições, como, por exemplo, a ANM, que esteve conosco no Neate, debateu e falou sobre essa fragilidade institucional por conta da escassez de recursos, etc., e o Serviço Geológico nacional, que também é importantíssimo.

Logo no começo foi feita uma pergunta pela Senadora Kátia Abreu sobre quanto custaria mapear todo o potencial de mineração no Brasil. No Brasil, a gente tem o Serviço Geológico nacional, que, atualmente, tem poucos recursos e também tem que ser fortalecido. Então, o que eu quero dizer é que é necessário fortalecer nossas instituições também para esse processo.

Eu finalizo, claro, agradecendo a todos os senhores, agradecendo muito pelo convite, por trazer uma representante, uma Professora aqui para falar sobre isso e juntamente com os senhores que estão mais imersos no mercado.

E quero finalizar, também, falando que não devemos perder esta oportunidade de protagonismo tão forte que o Brasil tem.

Muito obrigada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós é que agradecemos, Isabel. Muito obrigado aí por sua presença. (*Palmas.*)

Eu queria registrar com satisfação a presença entre nós do ex-Senador Donizeti Nogueira, que esteve aqui prestigiando este evento.

Quero lembrar aos cidadãos que eles podem enviar perguntas e comentários pelo telefone da Ouvidoria do Senado ou pelo Portal e-Cidadania, os quais podem ser lidos e respondidos pelos debatedores ao vivo.

Eu queria antecipar a segunda parte: já contamos aqui com as honrosas presenças, na mesa, do Mauro Henrique Moreira Sousa, que é Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração (ANM); e do Marco Lara, que é um advogado especialista em direito minerário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Eu queria a palavra nesse intervalo. Há jeito?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode, pode sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria...

Desculpe-me...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode falar V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apresentei um projeto de lei, que é o 2.197, de 2025, para alterar o Decreto-Lei 227, de 28 de fevereiro de 1967, para estabelecer regras para a exploração de minerais portadores de elementos terras-raras não beneficiados ou não transformados. Na linha do que vem sendo discutido, acho que aqui ficou claro que o Brasil é um grande produtor de minério, tem minério, e, em praticamente toda a lista de minérios, a gente tem reserva, tem capacidade de produção, mas eu acho que, neste momento em que alguns minérios ganham relevância na indústria moderna e na indústria do futuro e na economia do futuro, nós deveríamos mudar um pouco e focar em como produzir esse minério e em como transformar esse minério numa fonte de riqueza e de industrialização.

Então, a ideia desse projeto, Presidente, é que a gente possa discutir de que maneira... O Rodrigo Toledo, que falou aqui, mostrou o quão é competitivo esse mercado, mas também o quanto de oportunidades esse mercado abre, ou seja, ninguém quer ficar dependendo de um único produtor industrial ou de beneficiador desses minérios no mundo: quer diversificar. Nós temos o minério, mas nós precisamos criar algumas condições, com financiamento, com desoneração, mas também com regras que obriguem, a nós mesmos, a fazer o beneficiamento desses minérios aqui, para, com a obrigação de fazer – quem sabe? –, a gente buscar essas parcerias, incorporar tecnologia, fazer o investimento necessário, para que a gente produza esses minérios e seja beneficiado aqui. Pelo menos, de uma grande parte deles ou de uma parte deles, que a gente possa fazer isso aqui e que a gente domine essa tecnologia, para não acontecer... Veja, na área de petróleo, a gente conseguiu fazer isso. A gente passou a...

A gente prospecta, a gente explora, a gente produz, a gente beneficia, a gente distribui, ou seja, o Brasil virou uma potência porque desenvolveu uma indústria petroquímica – perdeu força, mas a gente já teve uma indústria petroquímica das mais importantes do mundo. Há 20 anos, a gente tinha uma indústria petroquímica que era referência para o mundo também, ou seja, disputava de igual para igual com outros *players* globais. Então, nós temos essa condição. Eu acho que, nessa nova fronteira que se abre, esse deve ser um foco para que a gente garanta que essa riqueza gere riqueza, autonomia e capacidade de incorporação e de transferência de tecnologia mais para frente.

A outra questão que a Senadora Kátia Abreu trouxe, hoje como debatedora, e que é um problema de que todo mundo fala, é que nós somos um dos maiores produtores de alimento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo, a gente tem toda essa capacidade, mas a gente não tem um insumo fundamental que é o potássio, por exemplo, que são os fertilizantes de uma maneira geral.

Sobre os fertilizantes nitrogenados, a gente tem uma dificuldade com relação ao gás. Todo mundo diz que a gente é rico em gás etc., etc., mas a história não é bem assim. A gente tem um gás distante que poderia... Para a gente produzir fertilizante nitrogenado, a gente precisa da matéria-prima, que é o gás natural. Então, a gente precisa ter abundância de oferta de gás natural.

Em Sergipe, nós temos agora uma fronteira – em Sergipe e Alagoas –, o Sergipe Águas Profundas. Nós vamos ter uma produção que equivale a 20% da produção de gás atual do país, são 18 milhões de metros cúbicos de gás/dia. Nós consumimos, por exemplo, em torno de 7 milhões de toneladas de fertilizantes nitrogenados por ano no Brasil. Para cada 1 milhão de toneladas de fertilizantes que você produz, você precisa de 3 milhões de metros cúbicos/dia. Nós temos... Precisamos de água para produzir e precisamos do gás. Nós vamos ter o gás em Sergipe.

Nós já temos planta de produção de fertilizantes nitrogenados. Do ponto de vista econômico, talvez não seja... Mas aumentar a produção e diminuir a dependência para pelo menos 50% é uma questão estratégica de segurança nacional, para dar segurança a uma área que é fundamental. Porém, é preciso que o setor produtivo se importe com isso.

Eu tive várias conversas, nesse período, com o ex-Presidente da Petrobras, com setores que já estiveram no mercado de produção de fertilizantes nitrogenados e que buscaram parceria com o setor do agronegócio, mas o setor do agronegócio é pouco responsabilizado com essa questão estratégica de sobrevivência do seu próprio negócio. No momento em que tiver uma guerra ou que tiver alguma dificuldade, a gente reduz essa nossa produtividade à metade, a 30% do que a gente tem hoje. Veja o risco que a gente corre e veja o risco para a segurança alimentar do mundo.

Portanto, eu acho que essa equação só sai... A Petrobras vai voltar para a produção de fertilizantes nitrogenados, vai reabrir Sergipe, vai abrir todas as fábricas que tem hoje e vai reassumir, mas a gente precisa de novos parceiros, a gente precisa de um novo modelo para que a gente amplie de 5% para, pelo menos, 30%, 40% a produção de fertilizantes nitrogenados no Brasil.

Potássio, eu quero dizer que nós temos há 20 anos uma mina, quer dizer, nós temos uma reserva de carnalita, em Sergipe, já com licenciamento ambiental, já pronta para ser explorada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que era pela Vale, está lá parada. E a gente tem capacidade de produzir 20% do potássio que o Brasil usa para produção de fertilizantes – 20% do potássio. E está a sabe quantos quilômetros da BR-101? Está a 15km da BR-101, ou margeia toda a BR-101. Além disso, essas minas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Essa mina está sabe a quantos quilômetros do porto? A 20km, 25km, 30km do porto do estado, ou seja, essa é uma questão que nós precisamos observar, nós precisamos acompanhar isso. Não é possível a gente deixar. Agora, fica uma disputa sobre, por exemplo, Amazonas. Amazonas é outra possibilidade, mas a gente já tem lá tudo resolvido.

Então, eu queria só lembrar que... Queria também, Presidente, reforçar aqui esse sentimento que a Senadora Kátia Abreu trouxe também que é essa questão, nós precisamos ter uma definição sobre a questão do marco temporal. Nós não podemos não ter uma decisão, seja qual for, mas a gente precisa ter uma decisão, porque isso dá garantias a quem quer investir, dá garantias, resolve, tira dúvida e a gente vai trabalhar com o que de fato existe, com o que de fato é.

Então, queria agradecer a V. Exa. por essa oportunidade, cumprimentar todos e cumprimentar V. Exa. por trazer este debate.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Este debate é fundamental. Essa é uma atividade que a gente precisa modernizar, que a gente precisa industrializar, que a gente precisa trazer para o centro. Essa é uma atividade de extrema relevância estratégica e que está associada à nossa soberania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos ao Senador Rogério Carvalho.

Concedo a palavra ao Mauro Henrique Moreira Souza, que é Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Mauro.

A SRA. ANA CABRAL-GARDNER (*Fora do microfone.*) – Vou só fazer um comentário: é um herói nacional – um herói nacional. (*Risos.*)

O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA (Para expor.) – Obrigado.

Boa tarde. Obrigado, Presidente, pela concessão da palavra, pela gentileza do convite. E agradeço também a participação de todos aqui. Boa tarde a todas e todos. Saúdo aqui os colegas de bancada do momento, Senadores, demais autoridades, todos que nos ouvem aqui e remotamente, e parabenizo pela iniciativa, é sempre bom a gente manter o debate aceso. As reflexões são necessárias, especialmente numa Casa que é voltada para produzir os regramentos necessários para as várias atividades e o desenvolvimento econômico do país, além de outras questões que são fundamentais.

Não vou fazer apresentação aqui, apenas vou falar, e não vou também retomar muitos pontos que já foram abordados aqui, conceituação de minerais críticos ou estratégicos, acho que isso já está bem sedimentado hoje. Eu queria só trazer alguns apontamentos relativos à quadra em que nós vivemos hoje nessa questão que é muito candente não só no país, mas no mundo como um todo.

Primeiro, quero apresentar a Agência Nacional de Mineração.

Para quem não sabe ainda – e vou fazer um parênteses longo de início –, há dois anos, eu estive no Tribunal Regional Federal da 6ª Região, que é baseado lá em Minas Gerais, em um debate, um seminário sobre mineração que não era voltado só para minerais críticos. Em dado momento, quando foi aberta, depois de dois painéis, a possibilidade de questionamentos, uma juíza federal que não estava presencialmente, mas virtualmente, se reportou à fala anterior do Deputado Zé Silva – se eu não me engano, foi referência a ele –, disse que tinha ouvido falar de uma Agência Nacional de Mineração e perguntou: "Ela já foi criada?". A agência já tem seis anos. Então, há um desconhecimento das estruturas orgânicas que nós temos aqui.

A Agência Nacional de Mineração sucedeu o DNPM, que existiu por 80 anos e foi o precursor da ANM. A ANM completa agora seis anos de existência, é uma agência reguladora, a 11ª do nosso quadro de agências, que ainda está num processo de estruturação. Nos últimos dois anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivemos alguns avanços, fizemos um concurso público e estamos agora por promover a nomeação de 220 servidores. Ontem mesmo, o MGI autorizou mais 80 no concurso unificado para nível médio. Tivemos a aprovação de um decreto que ampliou o número de cargos para que a gente dê uma estrutura mínima, mas que não atende ainda, de fato.

Hoje, a agência tem incumbências muito ingentes, como zelar pelo bem mineral brasileiro, fazer a regulação, fazer a fiscalização... Ela tem as suas dificuldades próprias de estrutura de pessoal, mas especialmente orçamentárias.

Nós temos discutido bastante com o Ministério de Minas e Energia, com o MGI, com o Ministério do Planejamento, mas, ainda assim, sofremos esse corte recente de 25%, em média – todas as agências sofreram –, que importou, aliado a um corte anterior que já tinha acontecido, em R$45 milhões do nosso orçamento, o que vai inibir uma série de atividades, especialmente de fiscalização de operações minerárias.

Então, esse é um quadro básico, só para delinear a situação em que nós nos encontramos hoje, o que não quer dizer que nós abdicamos do exercício pleno das nossas atribuições institucionais.

No que respeita à questão aqui, nós, hoje, como executores de política pública, estamos concluindo uma discussão com o Ministério de Minas e Energia, e, como o Dr. Jungmann mencionou na primeira fala, houve um compromisso público recente do Ministro de Minas e Energia de fazer chegar à sociedade, ao país um desenho de uma política para minerais críticos e estratégicos. O Dr. Cota está conduzindo isso com a equipe lá no ministério, e nós começamos a interagir recentemente. Esperamos que, em breve, tenhamos a edição de um decreto que deve trazer esse desenho, e realmente é um reclamo, uma expectativa que já está posta há algum tempo, porque, como foi muito bem delineado aqui, há todo um movimento global sobre como cada país se movimenta com relação a isso.

A própria União Europeia não dispõe de minerais como essa riqueza que nós temos aqui no Brasil, essa pauta de minerais críticos ou estratégicos, quaisquer que sejam as nomenclaturas que possam ser usadas. Nós temos uma pauta bem importante e podemos fornecê-los, mas, como foi dito aqui, nós precisamos também agregar valor, melhorar a verticalização e ter um ambiente de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negócios mais propício para que a gente desenvolva uma indústria mais robusta. E esse aspecto é justamente aquilo que eu quero abordar.

Nós temos alguns apontamentos que eu gostaria de fazer, que dizem respeito, por exemplo, à questão de infraestrutura. Não basta a gente ter uma política minerária específica; a nossa política tributária e fiscal também deve estar condizente com isso. Nós temos o programa da Nova Indústria Brasil, que também precisa caminhar e dialogar com qualquer outra política. Nós precisamos fazer isso.

Nós temos uma necessidade urgente de melhorar o nosso ambiente de atração de investimentos, de modo que nós tenhamos também instrumentos de financiamento, instrumentos de garantia para as várias atividades, incluindo fechamento de mina – nós temos essa incumbência na agência de regulamentar essa questão de fechamento de mina e das garantias que devem ser incorporadas –, como também a própria garantia da execução da atividade minerária. Nós temos hoje um acervo muito grande, por exemplo, de minas abandonadas, minas órfãs; e, eventualmente, uma ação civil pública condena a União a fazer a reparação ambiental e indenizatória também de determinados passivos ambientais que vão ficando. E muitos deles – aqui foi mencionada a questão que aconteceu lá em Alagoas de... Eu não gosto de mencionar o nome da empresa, porque não acho adequado, mas nós sabemos que houve as subsidências e há um concurso de inações, digamos assim, de omissões que permitiu que aquilo acontecesse. Mas, quando nós olhamos para a estrutura que foi oferecida para o poder público ao longo do tempo, ela sempre foi sofrível.

A colega da FGV acabou de mencionar o que eu tenho chamado de tripé do setor público que deve ser olhado com um pouco mais de atenção, que se traduz na CPRM – e por isso foi mencionada também aqui a nossa falta de conhecimento geológico, a precariedade dele, o nível de conhecimento geológico que nós temos, que é atributo da CPRM, ou Serviço Geológico Brasileiro –, na própria ANM e no nosso voluntarioso e valoroso Cetem (Centro de Tecnologia Mineral), vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que também não tem recursos orçamentários adequados para desenvolver suas atividades. Então, se o poder público central não tiver um olhar criterioso e fundamental para que a gente consiga desenvolver as nossas atribuições institucionais, a gente não consegue desenvolver essa mineração de forma adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí nós temos que trabalhar a questão da inovação, da tecnologia e do processamento. E o Cota foi muito feliz quando trouxe alguns números, e o próprio Ministro Jungmann, sobre como... Se nós pegarmos o que está no histórico, por exemplo, de elementos de terras-raras, faz mais de 30 anos que a China se voltou para esse tópico e ela foi se desenvolvendo. Hoje, segundo dizem, a China tem entre 200 e 300 patentes de processamento de elementos de terras-raras, nas suas três vertentes, pesadas, leves e médias. E nós devemos, no ano que vem, empatar com a China ou talvez até superar em termos de reservas, mas nós vamos continuar por muito tempo na dependência. Então, nós temos que avançar para melhorar essa questão. Então, incentivos fiscais e de outra ordem, porque nós precisamos ter um ambiente realmente que atraia negócios e garanta a segurança jurídica.

Do ponto de vista da agência, nós temos trabalhado uma série de resoluções quanto a isso, a garantia, a previsibilidade; nós aplicamos todos os ritos da regulação que dizem respeito também à participação e controle social, avaliação de impacto regulatório, avaliação de resultado regulatório também; e nós trabalhamos nesse espaço, que é próprio da agência, como executores da política pública. Por isso que eu mencionei que nós estamos nesse aguardo de que haja uma política pública específica, e é bom que tem tido uma ou outra iniciativa do Congresso Nacional, aqui no Senado, também na Câmara dos Deputados, essa iniciativa desenhando uma política pública. O Senador Rogério Carvalho acabou de mencionar também uma iniciativa dele. Isto é muito importante, que as Casas Legislativas também se ponham nesse trabalho, que é um trabalho que exige realmente a conjunção de esforços dos vários atores que possam melhorar isso.

Entro num outro aspecto que vai dialogar também com muito do que foi falado aqui, tanto pelo Senador Omar Aziz, quanto pela queridíssima Kátia Abreu, sobre o que eu tenho chamado de disfunções que o país carrega. O Brasil tem algumas disfunções que são muito pesadas para que a gente garanta aquilo que está posto na Constituição sobre o desenvolvimento econômico e social do país, o que a gente tem no art. 3º sobre desenvolvimento regional, minoração das desigualdades regionais e também o respeito ao meio ambiente, e nós não temos conseguido esse equilíbrio. E o que eu chamo de disfunções? São talvez até fantasmas ou tabus que nós não conseguimos enfrentar não só enquanto poder público, mas enquanto sociedade, para saber que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país nós queremos e como nós queremos desenvolvê-lo, e qual a nossa posição no mundo com relação a isso.

Então, quando eu falo da CPRM, que é responsável pela pesquisa básica e promover o conhecimento geológico, o bem mineral, como está posto no art. 20 da Constituição – não é, Doutor? –, é propriedade da União, está na dominialidade da União o bem mineral do solo e do subsolo, mas eu costumo dizer que, para além desse bem mineral em si, o conhecimento geológico é um ativo do país, e nós precisamos ter o conhecimento geológico adequado para nos posicionarmos do ponto de vista de segurança e soberania, e também da nossa posição geopolítica e geoeconômica no mundo. A cada momento, tanto a agência quanto o ministério, e outros, até o Itamaraty, têm recebido delegações de várias partes do mundo, todas interessadas – e o mundo vive de interesses, isso é o normal, desde sempre; a sociedade, todas as sociedades crescerem em torno disso – em garantir o suprimento e procuram quem tem a possibilidade de fornecer. Nós precisamos ter conhecimento geológico para que a gente possa também exercitar essa soberania e o nosso poder de barganha da nossa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA – Exatamente.

Então, essa é uma questão muito sensível que nós precisamos atacar, mas nós não conseguimos, porque nós não fazemos essa pesquisa, nós não temos esse conhecimento para saber o que nós temos e nós começamos a criar uma série de situações em que nos enredamos ao longo do tempo, ainda que, por exemplo, a nossa Constituição traga a própria solução de uma série de questões. A gente não conseguiu até hoje, com 37 anos que a Constituição vai completar agora, regulamentar os arts. 231 e 176 da Constituição, que dizem sobre mineração em terra indígena – e vou além: em faixa de fronteira também.

E aí eu vou pegar um gancho aqui rapidamente. Estados como Roraima e Rondônia têm em média 20% a 25% de território utilizável, porque eles estão justamente submetidos a inúmeras unidades de conservação, tanto federais quanto estaduais e eventualmente municipais, têm terras indígenas demarcadas ou reivindicadas em várias fases e estão em faixa de fronteira que tem determinado tipo de restrição. E nós não conseguimos enfrentar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu próprio já trabalhei – só para dizer, eu sou de carreira da Advocacia-Geral da União, trabalhei por 17 anos no Ministério de Minas e Energia nas três vertentes do ministério, mineração, energia e petróleo e gás, fui responsável, por exemplo, pela coordenação do marco regulatório do pré-sal em 2009, fui consultor jurídico do ministério – em três projetos de vários governos para regulamentação da mineração e também da produção de energia hídrica em terras indígenas, e nunca isso foi... Eu sei que o Congresso também tem várias iniciativas nesse sentido.

Mais recentemente, eu trabalhei num novo – já era o terceiro também – projeto de decreto para regulamentar a questão de cavidades naturais. Nós temos uma série de situações em que projetos de mineração não vão em frente, porque esbarram nas várias cavidades naturais. E tivemos uma enxurrada de reclamações. Isso foi parar no Supremo, e o Supremo declarou o decreto inconstitucional, e nós voltamos para o mesmo limbo.

Assim como a Ministra Kátia Abreu mencionou, a Convenção OIT 169... Nós temos ainda... Eu mesmo participei de pelo menos quatro grupos de trabalho pelo Governo para regulamentar a Convenção OIT 169. E, de fato, a concentração maior de países signatários dela se encontra aqui na América Latina. Nós temos uma discussão sobre quem é sujeito de direito. Se você falar com alguns membros do Ministério Público Federal, eles vão dizer que tem mais ou menos umas 40 tipologias. Eu sou maranhense, e até as quebradeiras de coco do Maranhão estão inseridas em sujeito de direito para esse... Eu não estou condenando nem reclamando que qualquer um deles tenha o direito, mas nós temos que ter um nível mínimo de critério de identificação. Pela AGU, por exemplo, hoje o que está assentado é que são os povos originários, os indígenas, e os quilombolas, mas, quando você amplia esse espectro, nós começamos a dificultar, por exemplo, até a duplicação de uma rodovia ou a revitalização de uma rodovia, o que nós não conseguimos levar a cabo, porque se tem que ouvir 200 mil pessoas a cada ato.

São exacerbações de interpretações que vão dificultando os projetos e trazem o que eu chamo de risco Brasil, que às vezes não é percebido. E ele normalmente vai redundar num excesso de judicialização. Aliás, a judicialização no Brasil é uma tônica e é cultural. O Senador, que é da área jurídica e que já foi Ministro da Justiça, conhece muito bem isso. E nós que já nos formamos há mais tempo sabemos que, nas academias, temos muito mais cadeiras de direito processual do que de direito material. Portanto, somos ensinados, somos voltados à judicialização. E aí temos, por excelência, o Ministério Público e, eventualmente, a Defensoria Pública, que às vezes tem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

talvez, uma esquizofrenia, porque ela acha que é Ministério Público em determinados momentos e em outros não. E vamos multiplicando a judicialização, como é o caso, citado aqui, de Altazes, que tem três ações civis públicas e que não consegue desenvolver um empreendimento que vai fornecer entre 35% e 45% do potássio de que a gente precisa. Essa é uma das mazelas que nós temos.

E temos a necessidade de uniformização do licenciamento ambiental. Cada estado tem um. Felizmente, esta Casa procurou corrigir uma falha que houve naquele projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados em 2021, que, por último, retirou do corpo daquela norma o capítulo específico relativo ao licenciamento ambiental de atividades minerárias. Felizmente, já foi corrigido, mas ainda assim já está sendo bombardeado, e nós temos que identificar isso.

Então, nós temos aqui a questão de terras indígenas, como eu falei, que não regulamentamos ainda. Aliás, além de não ter regulamentado o 176 e o 231, o art. 68 do ADCT, da Constituição, diz claramente que o Estado brasileiro teria cinco anos para identificar e demarcar as terras indígenas. Passados 37 anos, nós temos ainda um déficit disso. Então, temos que fazer essa demarcação e dizer, claramente, para a sociedade, para quem quer empreender, onde temos espaço para fazê-lo e que não vai haver esse tipo de situação, de incerteza, que afasta o investimento.

Essas são as várias questões que temos que enfrentar. Algumas delas eu chamo de tabus, e vou acrescentar mais um, para poder finalizar. Nós não conseguimos concluir Angra 3 até o momento. Quando falamos de minerais críticos aqui no Brasil, nós não temos inserido o urânio, por exemplo.

A Ministra Kátia Abreu foi muito feliz quando comentou sobre o lítio, e a nossa querida Ana Cabral também. E eu trabalhei no decreto que desincompatibilizou, digamos assim, o lítio, porque havia uma ideia preconcebida na década de 60, naquele ufanismo, de que tínhamos que dar uma proteção e uma segurança adicional ao país, porque o lítio pode ocorrer associado a algum mineral nuclear. Então, tinha uma restrição significativa, tanto de produção, quanto de comercialização do lítio, de importação e de exportação. Nós tiramos essa amarra e hoje temos um resultado importante para o país, que está desenvolvendo a nossa capacidade de empreender no lítio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí não conseguimos avançar. A gente sabe que é uma área muito sensível a questão nuclear no mundo, e estamos assistindo a isso agora, mas temos muito claro na nossa Constituição que é para fins pacíficos que nós utilizamos. Mas quando você abre qualquer debate, especificamente, sobre urânio, parece que o mundo vai cair, não é?

Recentemente, em janeiro, conversei com o Ministro, porque estava em vias de ser submetida ao Conselho Nacional de Política Energética a discussão e a deliberação sobre a retomada de Angra 3. Isso foi no início deste ano. Eu disse: "Ministro..." – eu era consultor jurídico do Ministério e estava à frente da Consultoria Jurídica, quando essa mesma situação aconteceu, e iria ser submetido, esse mesmo assunto, à deliberação do Conselho Nacional de Política Energética. Então, nós estamos falando de 17 anos antes, que foi em 2008, e estamos de novo vivendo a mesma novela.

Então, assim, eu conclamo não só a sociedade, mas o próprio Congresso aqui, para que ampliem esse debate, provoquem essas reflexões permanentemente e que nós possamos encontrar os caminhos conjuntamente, seja pela via normativa, seja pela via persuasiva de demonstrar que aquilo que está ali proposto é o fundamental para que a gente garanta os comandos e as diretrizes da Constituição, que é promover o desenvolvimento econômico-social do país pela via do desenvolvimento fundamental que a gente tem das nossas várias vocações, tanto na energia, na energia limpa, quanto na mineração, quanto no agronegócio e em todas as atividades econômicas que pressupõem os fatores de desenvolvimento de que o país precisa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos ao Mauro. (*Palmas.*)

Para concluir as intervenções da segunda parte da audiência pública, que focou nos desafios legislativos e regulatórios, eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Marco de Lara, que é um especialista em Direito Minerário.

Com a palavra, Marco.

O SR. MARCO DE LARA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Renan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de primeiramente aderir àqueles que já lhe parabenizaram pela iniciativa e estender esses parabéns para toda a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, inclusive os servidores. Eu faço uma saudação especial aqui ao meu amigo Helder Rebouças, como servidor antigo desta Casa. É uma satisfação estar aqui nesta mesa e na presença de todos vocês debatendo esse assunto que é a ordem do dia e a ordem do dia mundial.

Feitos esses esclarecimentos, eu teria uma apresentação a fazer. Eu tenho uma notícia boa e uma notícia ruim. A notícia ruim é que são 43 eslaides, mas a boa é que eu vou usar muito menos do que um terço, porque o assunto já foi bastante explorado, esgotado. Eu fiquei muito feliz com tudo o que nós debatemos aqui. Eu acho que a gente sai daqui, Ana Cabral, com a missão de aprofundar esses estudos, porque uma audiência só é pouco. E o tema é muito instigante, como demonstra a presença de todos vocês até essa hora. Então, assim, quero primeiro deixar remarcado isso.

Eu tenho um grande adversário, Mauro, que é a fome (*Risos.*), é a nossa segurança alimentar, a segurança alimentar dos membros desta audiência. Então, assim, procurarei ser bastante breve.

Vou passar aqui pelos assuntos que já foram tratados. Eu tinha aqui dados do Ipea e dados da Comunidade Europeia a respeito da importância das terras-raras. Eu queria só fazer um pequeno esclarecimento em relação aos elementos minerais de terras-raras. Foi referido que seriam 17, mas, na verdade, eles são 3, e os 15 restantes derivam do lantânio. Então são os chamados lantanídeos na Tabela Periódica. Rememorando aqui um pouco, fui aluno do antigo segundo grau – do ensino médio hoje –, e a Tabela Periódica era algo que me causava arrepios. E hoje em dia nós estamos deparando com esses assuntos, que são de elevada relevância.

Para se ter uma referência, nesta primeira coluna aqui que está em não sei se rosa, enfim, está mais para o vermelho, nós temos ali, dentro dessa coluna, esses elementos que são os elementos de terras-raras. E, aqui embaixo, essa primeira coluna superior em azul são os derivativos do lantânio. Então, na verdade, são três elementos e um elemento que se subdivide em 15 outros; e, somando-se, são os 17 elementos das terras-raras: o escândio, o ítrio e os 15 outros, como eu me referi.

Vou passar aqui esses elementos. Tudo aqui já foi tratado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria chamar a atenção para um dado, que é um dado econômico, que eu acho que é de grande relevância.

Aquilo é a América Latina.

Acho que é esse dado aqui. Está aqui.

Esse aqui é um dado relevante, para a gente poder avaliar qual é a relevância dos minerais estratégicos e críticos no cenário global. Então, a gente está falando de um mercado combinado de US$770 bilhões, em um cenário de zero emissões (NZE *Scenario*), que é aquela coluna ali até 2040. Então, é essa projeção que a gente tem ali. O lítio já foi muito bem tratado aqui pela Ana Cabral e pela Isabel, como um elemento essencial dentro desse processo.

Mas, saindo um pouco do cenário mundial, que foi muito bem tratado, e dos riscos envolvidos nas guerras e nas produções, esse gráfico extraído aqui do Banco Mundial retrata bem a situação crítica, nesse quadro que está no canto inferior esquerdo, de países que têm uma certa instabilidade e colocam esses minerais em maior evidência, por conta do fornecimento global. Então, esse é um ponto de atenção.

E, dentro desse cenário global e dessa demanda crescente, o que o Brasil tem a ver com isso? Tem aqui uma reportagem do meu querido amigo Raul Jungmann, que já saiu; eu vou me abster de ler, porque ele próprio já fez todas as referências. Então, a gente já está bastante situado.

Esse gráfico da ANM demonstra a posição do nióbio em relação aos outros minerais, fruto da produção brasileira, ao lado ali do minério de ferro. Eu falo com um certo lugar de fala, porque tenho contribuído na advocacia, com 25 anos advogando nessa área de mineração, e por ser paraense de nascimento, mas maranhense, Mauro, de titulação, com muito orgulho. Então, conheço bastante essa realidade dentro do cenário da mineração, sobretudo na mineração do Norte e Nordeste no país.

E os desafios que nós temos pela frente, Senador Renan? Porque eu acho que essa parte é a que particularmente interessa, como uma proposição deste Colegiado, bastante qualificado, para que nós possamos pensar em soluções para agasalhar esses interesses globais com os interesses nacionais de desenvolvimento e sustentabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o primeiro é a ignorância. Assim, eu acho que esta audiência está sendo transmitida, mas poderia ser bastante repetida, para que as pessoas pudessem compreender a importância desse cenário da produção mineral para a geopolítica mundial. Então, a discussão não é apenas no sentido microrregional, ela é no sentido global.

E aquilo que o Ministro Raul falou mais cedo, Senador Fernando, é muito apropriado, porque não adianta jogar pedra na locomotiva, como fizeram durante a Revolução Francesa. Isso vai acontecer. A questão é saber se nós seremos espectadores ou se nós seremos protagonistas dentro desse processo, porque elementos para o protagonismo nós temos.

Então, o primeiro desafio é este: ignorância/educação. Eu acho que a gente precisa levar essas informações para toda a população. O segundo é a burocracia envolvida nos nossos processos. A gente não tem como conviver com um licenciamento ambiental que dura, em média, de três a seis anos, em alguns casos podendo chegar a oito. É uma licença ambiental para a área de mineração especificamente. E não podemos, por outro lado, ficar à mercê, meu querido Mauro, do julgo do Ministério Público/Judiciário, porque as ações civis públicas demoram, em média, dez anos para chegar ao fim, e esse empreendimento que já pode ter cinco anos aí de licenciamento pode ter 15 anos pela frente de insegurança jurídica, o que afugenta o investimento. Então, a morosidade é um problema.

Outro problema é o discurso ideológico. Nós temos que nos despir de toda e qualquer paixão para enfrentarmos a realidade – e a realidade é essa, posta, seja o Governo A, seja o Governo B, seja a opção A, seja a opção B, do ponto de vista político. Então, precisamos nos despir disso e fazer uma avaliação que seja eminentemente técnica de reposicionamento do Brasil frente ao cenário mundial.

Sobre a insegurança jurídica, que está intimamente ligada à questão da burocracia/morosidade, precisamos de um ambiente de negócios sério e confiável, para que nós possamos aportar esses investimentos e trazer benefícios para a nossa população.

Nós temos um desafio ainda maior, que é o desafio de termos uma dimensão continental no nosso país, com diversos biomas. E aqui eu chamo a atenção para o bioma amazônico, de onde eu particularmente me origino, que ocupa 49,3% do território brasileiro. Então, quando a gente fala em mineração – e falamos em mineração com dois destacados estados na produção mineral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no plano atual –, nós estamos falando que um deles, o segundo maior nessa produção, está totalmente inserido dentro do bioma amazônico. Isso exige uma preocupação ainda maior por conta da sensibilidade e da necessidade, como a própria Ministra Kátia Abreu – vou chamá-la de Ministra, porque eu tenho essa referência de V. Exa. e essa admiração – se referiu, sobre a questão da necessidade da estabilidade do clima para a produção também de alimentos, para a produção agropecuária.

Eu advogo há muitos anos também no agro, e é preciso se desfazer dessa ideia pejorativa de que o agro faz mal. Existe o agro com equilíbrio e sustentabilidade, sim; e isso é possível de se fazer. O que não se pode fazer é, com todos esses problemas que eu elenquei acima, deixar um campo de insegurança jurídica que privilegie quem está na ilegalidade. Porque uma exploração, Ministra Kátia, de garimpo ilegal, consequentemente, vai estar em posição de vantagem em relação àqueles que se submetem às regras do jogo. É até uma forma de resgatar a questão da concorrência pública e privada.

A ausência de regras claras e seguras – esse é um ambiente que nós precisamos combater –; a falta de participação e engajamento, e a repartição pública de responsabilidades. Então, nós precisamos debater esses assuntos também com a camada dos compromissos que o Brasil assume num cenário de redução de emissões, porque são compromissos que o Brasil também assumiu desde a Rio 92 e que se intensificaram no Acordo de Paris. Nós estamos num ambiente, como bem lembrou aqui o Senador Renan, num ano de COP, de COP 30, e esse assunto é um assunto, sim, muito caro, porque são questões intergeracionais e extraterritoriais, pois o que você faz no vizinho acaba acarretando na sua produção. Nós temos uma produção de alimentos que é significativa e relevante para o mundo e nós precisamos nos preocupar, sim, com o que cada país vizinho está fazendo, por isso a importância da preocupação com a exploração nas áreas fronteiriças, porque temos também essa questão da responsabilidade.

A participação de todos os atores é fundamental para trazermos todos esses conceitos e equilibrar uma solução mais adequada, bem como o equilíbrio com o meio ambiente, que passa ou perpassa pelo licenciamento ambiental. Então, não devemos nos esquecer de que a nossa base legal hoje de legislar, de legislação vigente, é a Constituição Federal, art. 225, e a Lei 6.938, de 1981, que é a nossa Política Nacional de Meio Ambiente, e diversas outras que surgiram depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como referido pela Ministra Kátia, há a questão da relevância do nosso Código Florestal, por conta da política do ganho futuro, do ganha-ganha.

Eu não vou me deter a esses dispositivos, ao que tratam, mas o que eu vou dizer é que, como o Mauro referiu, há 20, acho que, se eu não me engano, há mais de 20 anos ou, possivelmente, próximo de 30 anos, a China se preocupou com isso, e nós temos um primeiro ato normativo em relação à atenção para os projetos de minerais estratégicos, de 2021. Nós temos projetos tramitando nesta Casa também relativos ao tema, mas estamos muito atrasados em relação ao resto do mundo, até pelas projeções, que são projeções... Num daqueles gráficos que eu passei rapidamente, mas já foi aqui explorado, as projeções são relevantíssimas ou são projeções geométricas num período curtíssimo de dez anos, então, a gente não pode mais esperar, nós temos que agir, e agir logo para reposicionar o Brasil dentro desse cenário.

Aqui alguns aspectos da mineração que estão dentro desse decreto. Eu não vou me ater a eles, vou apenas trazer um pouquinho a questão do novo marco legal, a importância do marco legal para debater essas questões, a necessidade de celeridade e fiscalização dentro desse processo. Precisamos, então, conciliar, dentro de todo esse arcabouço, celeridade, meio ambiente, segurança jurídica, demanda global crescente, potencialidades econômicas e a participação das comunidades indígenas e tribais, conforme a Convenção 169.

Eu havia comentado há pouco que esse assunto veio aqui à tona, e eu participei recentemente – só não posso referir, obviamente, qual foi o trabalho –, de um trabalho que visava a combater uma iniciativa do Ministério Público que pretendia estender essa interpretação da Convenção 169 da OIT, que trata especificamente de povos originários, ou seja, indígenas e comunidades tribais, como a questão dos quilombolas, para todas as outras comunidades tradicionais.

Então, isso causa, meu caro Mauro, essa insegurança jurídica para todo e qualquer processo de licenciamento que nós vamos fazer. É preciso que a gente faça uma opção política, e está dentro do meu âmbito de pesquisa, junto ao IDP, essa questão das comunidades tradicionais e o papel dessas comunidades tradicionais dentro do licenciamento ambiental. É algo bastante relevante, que eu acho que a gente precisa debater em profundidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu não digo talvez nem sair da convenção, Ministra Kátia, mas trazer uma regulamentação que seja clara, específica para evitar essas interpretações extensivas, porque isso, esse caso que eu analisei, consequentemente, vai desaguar no Poder Judiciário. É um licenciamento ambiental que já está com um período de três anos, e, com uma judicialização, vão ser, pelo menos, mais dez anos de insegurança jurídica. É tudo o que a gente não quer, porque mais dez anos de insegurança jurídica são o desenvolvimento de outras economias e a vanguarda dessas economias na captação de vantagens estratégicas, enquanto nós ficamos aqui, debatendo e discutindo o sexo dos anjos.

Então, precisamos acordar para isso.

Essa solução passa por premissas. Por exemplo, o licenciamento ambiental é essencial para a garantia da sustentabilidade. Então, a decisão que vier a ser tomada precisa passar por um tratamento específico do licenciamento ambiental para a mineração desses minerais estratégicos e críticos; não tem como deixar isso de fora. O novo marco pode agilizar os processos, mas ele não trata... Como bem referiu aqui o Mauro, ele teve um capítulo de mineração excluído, depois voltou.

Então, essa insegurança precisa ser superada, e precisa ser superada com o debate, um debate transparente, tendo atenção para os melhores modelos de regulação estaduais. E aqui eu não digo apenas estaduais; eu estendo para o mundo, não é? Eu acho que a China, o Chile, são exemplos que o Brasil pode seguir dentro de encontrar essas soluções.

No caso da eventual aprovação dos projetos, é monitorar a aplicação da LAE (Licença Ambiental Especial) e os impactos, sobretudo para essas comunidades, porque, volto a dizer, 49,3% do nosso bioma é amazônico.

Então, para concluir, chegando aqui na quadra final, eu me detive sobre o assunto e fiz algumas ponderações sem prejuízo de outras que estão aqui registradas, já que já foram feitas, muito bem-vindas. Inclusive, adiro a elas, mas deixei aqui algumas singelas sugestões.

Eu acho que a gente precisa criar um grupo de trabalho multidisciplinar. Esses atores que estão aqui, os que estão aqui agora presentes têm contribuições fundamentais para fazer dentro desse processo. No campo propositivo, quero sugerir aqui a criação de um estudo, de um grupo de estudo e trabalho para soluções, inclusive legislativas, visando, primeiro, a dominar a cadeia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

refino e processamento. Isso aqui foi tratado, nós temos condições de sair de um mero fornecedor de *commodities* e *commodities* minerais para otimizar esses investimentos para o nosso refino, agregar valor, gerar renda e gerar emprego e desenvolvimento para nossa nação.

Segundo ponto: diminuir a dependência do restante do mundo, aumentando a importância do Brasil em relação a países industrializados que precisam desses minerais, porque, se os minerais são críticos para alguns, eles vão ser relevantes para outros e vice-versa. Então, nós precisamos explorar as nossas potencialidades dentro daquilo que temos de melhor.

Terceiro: diversificar as fontes e investir em mineração e refino, inclusive com parceiros comerciais confiáveis, para superar desafios técnicos e reduzir custos e impactos ambientais. Veja que nós precisamos enfrentar uma questão que é urgente, Senador Renan, que diz respeito à aquisição de empresas ou direitos minerários brasileiros por estrangeiros, principalmente pela China, como nós temos vivenciado no último ano. Eu, particularmente...

Há uma reportagem curiosa, que não faz parte do eslaide, porque ela é bastante recente, está no *site* da revista *Veja*, sobre a questão dessa participação e da voracidade do capital estrangeiro em relação às nossas riquezas. Eu trago aqui só um trecho da reportagem, que eu peço para ler, que diz respeito a essa aquisição de capital chinês em relação às nossas empresas de mineração. Diz a reportagem:

> Em 2023, por exemplo, a BYD, montadora de carros elétricos, adquiriu direitos de exploração de lítio — um metal leve essencial para a fabricação de baterias — no Vale do Jequitinhonha [...] [, Ana]. No ano seguinte, a estatal [chinesa] China Nonferrous Trade (CNT) comprou a operação da Mina de Pitinga, que explora estanho na Amazônia, por cerca de 2 bilhões de reais. Não demorou muito para o conglomerado inglês Anglo American acertar a venda de sua exploração de níquel no Brasil para a chinesa MMG por quase 3 bilhões de reais. [...] Se o setor empresarial e as autoridades conseguirem enxergar além dessa dicotomia e souberem construir uma regulação forte, o interesse dos chineses pode ser uma oportunidade para o Brasil.

Então, já é uma realidade. Enquanto nós estamos na dicotomia, na questão ideológica, a China, que é um país confucionista – e não vou entrar nesse mérito –, pautada no pragmatismo e no desenvolvimento do seu próprio povo, está 30 anos à nossa frente, e não é à toa que é hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detentora de mais de 90% das reservas e de mais de 90% da capacidade de refino. Então, nós precisamos acordar para isso e avançar, independentemente das nossas posições ideológicas e de futuro da nação.

Ainda dentro dessa questão das proposições, precisamos aprimorar a legislação a fim de melhorar a posição estratégica do Brasil no contexto da transição energética, que já é uma realidade; conferir tratamento especial para o licenciamento ambiental de minerais críticos e estratégicos – então a gente precisa ainda avançar, talvez até com um outro projeto de lei para acrescentar essa questão dentro do novo marco do licenciamento, que está na Câmara, agora na reta final, para aprovação; então, pelo pouco que me recordo de Regimento, não há condições de se acrescentarem outras proposições lá, nós precisaríamos de um outro projeto de lei para incluir isso; e esse tratamento é urgente, precisamos ter um tratamento de licenciamento ambiental específico para isso –; aprimorar a comunicação e fomentar a participação popular durante e após o processo de licenciamento; criar meios de repartição de receitas decorrentes da comercialização de minerais estratégicos, investindo no refino para incremento do valor agregado da produção desses minerais.

Com essas considerações, eu agradeço a atenção de todos, peço desculpa por cansá-los e parabenizo por estarem aqui até essa elevada hora, colocando-me à disposição, inclusive para esse grupo de trabalho, para nós debatermos esses assuntos mais adiante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Marco.

Eu concedo a palavra ao Senador Fernando Farias.

Obrigado, Fernando, pela presença firme.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Firme aqui, não é?

Mas, Renan, quero parabenizá-lo por trazer esse tema para a CAE, o que foi muito bom. A gente tinha conhecimento de que o Brasil tinha minérios, essas coisas, mas, pelo que o Ministro Jungmann falou aí, a gente só prospectou 27%; então, nós somos uma coisa muito grande.

E, Ana, parabéns pelo seu projeto! E tomara que o Brasil... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou aqui, Ana.

Tomara que o Brasil adote o seu estilo de projeto, com essa sustentabilidade, e a gente vê que tem muito futuro isso aí. Então vamos torcer para que o Brasil o adote.

E eu estou muito entusiasmado com esta audiência, Renan, porque 20 anos atrás a nossa Senadora Kátia abraçou o agro, né? Abraçou o agro e divulgou ao mundo todo e entusiasmou os brasileiros aqui. Eu acompanhei isso, e agora ela está abraçando essa causa aí. Eu sinto que ela está com força abraçando essa causa; então, acredito que vai dar certo.

E eu faço parte daquele fórum "Volta, Kátia!", né? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida é um...

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, o.k...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos ao Senador Fernando Farias.

Agradecemos a participação de todos. Este debate é fundamental para que nós possamos, de uma forma ou de outra, tentar superar esses desafios legislativos. O Brasil precisa muito avançar.

E nós vamos, talvez até antes do final dos nossos trabalhos neste semestre, fazer uma audiência pública com a participação de atores que pensam diferentemente com relação ao ajuste fiscal. Esse é um tema que não tem, de certa forma, conseguido avançar. Os resultados da economia são empanados exatamente por essa discussão, e é fundamental que esta Comissão do Senado Federal se debruce em torno desse debate, de modo que nós vamos ainda tentar fazê-lo nesse semestre.

Muito obrigado aí pela participação de todos, viu? Muito obrigado mesmo! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (14ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (23ª REUNIÃO), EM 08 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e doze minutos do dia oito de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Omar Aziz, Izalci Lucas, Augusta Brito, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Damares Alves, e ainda dos Senadores Marcelo Castro, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Astronauta Marcos Pontes, Humberto Costa, Jayme Campos, Mara Gabrilli e Jussara Lima, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Pedro Chaves, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 42/2025 - CAE, de autoria Senador Wellington Fagundes (PL/MT), e REQ 42/2025 - CAS, de autoria Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Instruir o PLP 185/2024, que "regulamenta a aposentadoria especial dos Agentes comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, estabelecida pelo § 10 do artigo 198 da Constituição Federal". **Participantes:** Sra. Ilda Angelica dos Santos Correia, Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde - CONACS; Sra. Cláudia Iten, Coordenadora-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal, do Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (representante de: Representante do Ministério da Previdência Social); Sr. Domingos Antunes, Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias da Região Sul de Mato Grosso - SINDACS; Sra. Evellin Bezerra da Silva, Diretora do Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde (representante de: Representante do Ministério da Saúde); Sra. Márcia Valéria Morosini, Vice-diretora de Ensino da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV da Fiocruz; Sra. Marina Lara, Presidente do Sindicato de Agentes de Saúde e Agentes de Combate a Endemias da Região sul do estado do Mato Grosso do Sul - SIRACS; Sr. Deputado Zé Neto (PT-Bahia) (representante de: Presidente Frente Parlamentar dos Agentes de Saúde); Sra. Mariana Carvalho, Vereadora de Primavera do Leste; Sr. Vinicius Amoroso, Vereador de Rondonópolis; e Sra. Janaina Riva. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/08

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Minhas senhoras e meus senhores, os meus cumprimentos. Bom dia a todos os presentes. Nossos cumprimentos também a todos os senhores e senhoras que nos acompanharão nesta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço, penhoradamente, as atenções que nos foram deferidas pelo Presidente desta Comissão, o Senador Renan Calheiros, e igualmente pelo Presidente da CAS, o Senador Marcelo Castro, que nos permitem presidi-la.

Nós estamos aguardando a chegada do nosso Senador Wellington Fagundes, que foi designado para conduzir a relatoria desta proposta legislativa, mas eu penso que nem estarei sendo deselegante, nem também haverá prejuízos ao debate e à sua instrução se nós começarmos, tendo em vista, inclusive, que temos um bom número de senhoras e senhores que exporão as fundamentações do projeto de lei complementar, que tem como autor o Senador que vos fala e outros tantos subscritores.

Havendo número regimental, declaramos abertas a 14ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, que ocorrem de forma conjunta, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de julho de 2025.

Os objetivos.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei Complementar 185, do ano de 2024, que regulamenta a aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, estabelecida pelo §10 do art. 198 da nossa Constituição, em atenção ao Requerimento 42, da CAE, que teve como seu autor o Senador Wellington Fagundes, e ao Requerimento 42, também, da CAS, de autoria do Senador Wellington Fagundes e da Sra. Senadora Damares Alves.

Convidamos para que tomem lugar à mesa os seguintes convidados: a Sra. Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (Conacs), querida e estimada amiga, Sra. Ilda Angelica dos Santos Correia. Por gentileza, Ilda.

Convido o Sr. Domingos Antunes, e a mim parece que ainda não presente está, mas que confirmou presença e fará a sua exposição entre nós. Domingos Antunes é Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias da Região Sul de Mato Grosso... (*Pausa.*)

Já chegou o Domingos? É o senhor? Seja bem-vindo! Eu ainda não tinha tido a oportunidade de conhecê-lo. Seja bem-vindo! Fique à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os demais outros convidados, que farão as suas exposições de forma remota – correto? –: a Sra. Evellin Bezerra da Silva, Diretora do Departamento de Estratégias e Políticas de Saúde Comunitária, do Ministério da Saúde; a Sra. Cláudia Iten, Coordenadora-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal do Departamento dos Regimes Próprios; e a Sra. Márcia Valéria Morosini, Vice-Diretora de Ensino da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fiocruz.

Informamos também que foi convidada a Sra. Ana Valéria Machado Mendonça, Professora da Universidade de Brasília, que não pôde comparecer a esta audiência, a que foi convidada; e que foi convidado o representante do Ministério do Planejamento e Orçamento, mas não foi indicado o representante.

Antes de passarmos a palavra aos nossos convidados, comunicamos que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta às participações dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, endereço que fica à disposição das senhoras e dos senhores. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelas senhoras e senhores expositores.

Na exposição inicial, Sr. Domingos, Sra. Ilda, Presidente, e demais outros convidados, nós estaremos a reservar um período de dez minutos para as suas exposições. Ao fim das exposições, a palavra será concedida a Parlamentares que, porventura, desejarem fazer os seus respectivos questionamentos, inscritos para fazerem as suas perguntas ou comentários.

Vamos passar a palavra, até por força da sua condição, à minha querida Presidente Ilda Angelica.

Ilda, mais uma vez, seja muito bem-vinda! Para nós é muito gratificante, e honra-nos poder recepcioná-los neste ambiente, que é tão afeito a vocês ao longo desses últimos anos, anos de conquistas, não sem antes de muitas lutas, de muitas ansiedades, sofreguidões, mas que, ao cabo, permitiram-nos ser vitoriosos. E foram várias as oportunidades em que vocês puderam comemorar conjuntamente com aqueles que participaram e acolheram através das sugestões parlamentares debatidas nas duas Casas do nosso Congresso. Então, para a gente é motivo de alegria e satisfação poder recepcioná-los e recepcioná-las, a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaríamos, inclusive, de ter podido realizar esta sessão num ambiente maior, em que pudesse recepcionar os praticamente 200 agentes comunitários e agentes de combate às endemias que se encontram no Senado Federal, mas não houve condições.

Amanhã, já foi acertado, teremos um evento com a presença do Ministro da República da Saúde, Alexandre Padilha, às 11h30, no Auditório Petrônio Portela, mas hoje, lamentavelmente, nós tínhamos que fazer na nossa sala de reuniões – sem perdas, porque os demais companheiros e companheiras dos senhores e das senhoras estão a acompanhar, a mim me parece, lá no próprio auditório, se eu não estiver enganado.

Ilda, você tem a palavra pelo tempo de dez minutos. Seja bem-vinda. Bom dia.

A SRA. ILDA ANGELICA DOS SANTOS CORREIA (Para expor.) – Bom dia, Senador Veneziano. Bom dia aos companheiros aqui presentes.

Eu queria, inicialmente, agradecer esta oportunidade, porque para nós é por demais importante discutir aqui a realidade da nossa atividade no Brasil. Saúdo aqui, especialmente, o Presidente desta Comissão, o Senador Renan Calheiros, ao qual a gente agradece pelo esforço que fez de pautar esta audiência pública, nos dias em que a gente está aqui em Brasília, todo o Brasil aqui representado. Saúdo aqui o Senador Veneziano Vital do Rêgo, esse grande líder que tem nos acompanhado durante muitos anos – não é, Senador? Muitas lutas, muitas batalhas, mas, graças a Deus, também muitas vitórias.

Inicio dizendo que a Conacs representa os 400 mil profissionais em todo o Brasil. Nós estamos presentes em todos os municípios, nos cinco mil quinhentos e setenta e alguma coisa municípios deste país. Em cada lugar do nosso imenso Brasil, lugares onde, muitas vezes, até o poder público não chega, lá tem a presença de um agente comunitário de saúde e de um agente de combate às endemias.

Quero dizer que, em 2022, nós tivemos a felicidade de votar aqui, no Congresso Nacional, aqui nesta Casa, a Emenda Constitucional 120. O Senador Veneziano foi quem conduziu o momento da aprovação aqui no Senado Federal, presidiu aquele histórico momento para a nossa categoria. E essa emenda constitucional, em 2022, foi fruto de muitas mobilizações da nossa categoria aqui no Congresso Nacional, em que a gente conseguiu dialogar com todos os Deputados e também Senadores da República sobre o que seria importante, que seria trazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dignidade para a nossa categoria votar a Emenda Constitucional 120, que nos garante três direitos primordiais.

Um é o piso salarial nacional, Senador Veneziano, que nós colocamos aqui no Congresso Nacional que seria de aplicabilidade imediata, e de fato é. O Governo Federal recambia esse recurso. São dois salários mínimos por cada agente comunitário de saúde, recurso da União que garante o piso nacional dos agentes de saúde e endemias. Mas nós temos outros dois direitos, que são: a insalubridade, que a gente está aí por também regulamentar, porque aí carece de regulamentação; e a aposentadoria especial. Então, nós entendemos que é urgente a matéria da aposentadoria, haja vista que nós somos profissionais cuja maioria hoje, do quantitativo dos 400 mil, boa parte já tem mais de 25 anos de trabalho dedicado exclusivamente à população brasileira, promovendo a saúde, evitando adoecimento, evitando que as doenças se tornem crônicas e que pacientes tenham de ir para os grandes hospitais para atenção secundária e atenção terciária, o que é um problema sério no nosso país. Muitas vezes, um paciente necessita de um exame mais complexo, passam-se seis meses, um ano, dois anos, e, às vezes, ele até morre sem ter esse atendimento.

Então, diante da realidade de que a nossa categoria já tem esse tempo de serviço dedicado exclusivamente à população brasileira – são cobradas de nós 40 horas semanais de trabalho, mas, de fato, nós estamos disponíveis 24 horas por dia, todos os dias da semana para dar atendimento à nossa população –, é que muitos de nós já se encontram em condições de se aposentar.

Porém, mesmo tendo conquistado um piso salarial nacional, se nós buscarmos a nossa aposentadoria hoje, cairemos para o valor de um salário mínimo, e isso, para nós, não é justiça. O que nós queremos aqui é a justiça para esse trabalhador que se dedica tanto à saúde pública do nosso país.

O Senador Veneziano é o autor deste PLP 185. Nós buscamos o Senador Veneziano, porque entendemos que é um Senador sensível, comprometido com as causas e, principalmente, com os trabalhadores. Então te agradeço por ter aceitado esse desafio junto com a Conacs de apresentar esse projeto para tramitar aqui no Senado Federal.

Eu trouxe algumas apresentações, às quais não vou me ater, mas é importante que a gente registre aqui aos Senadores e à Comissão a nossa realidade. Essas fotos, esses registros são atuais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito atuais. Nós os apresentamos numa atividade do Ministério da Saúde, em que a gente estava tratando das mudanças climáticas, Senador. E aí a gente expõe para vocês como é o nosso trabalho. Vocês podem ver em fotos e observar.

Nós trabalhamos expostos, totalmente expostos a tudo: às intempéries da natureza, à insegurança do nosso país... A gente anda a pé, de bicicleta, de barco – depende da região em que o nosso agente esteja atuando.

Vocês podem ver aí a Região Norte, bastante alagada, e o nosso povo, no dia a dia, na labuta, trabalhando para levar a educação em saúde, a promoção em saúde, como eu disse no início, a todos os lugares do nosso país, dos lugares mais urbanos aos lugares mais rurais também. Então já dá para observar a dificuldade, observar que nós estamos totalmente desprovidos de equipamentos de proteção individual, de equipamentos coletivos. A gente trouxe isso para demonstrar o enfrentamento das barreiras, a falta de pontos de apoio para o nosso povo poder sequer tomar uma água, sequer se planejar para fazer as suas atividades.

Mas, mesmo com essas dificuldades – garanto aos senhores –, nenhum agente de saúde, nenhum agente de endemia se furta ao trabalho de levar essa promoção em saúde.

Eu vou passando, tem uns videozinhos, e vocês podem observar os nossos companheiros fazendo a vacinação antirrábica, sem proteção nenhuma, com os agentes de saúde enfrentando as áreas alagadas, sem botas, sem nenhuma proteção mesmo, com a roupa que tem, com calçado inadequado... E, ali, até pegando uma cobra, como vocês estão observando. Esse é o nosso trabalho. Esse é o nosso trabalho todos os dias que Deus nos dá. E aí apresento colegas ainda utilizando, Senador Veneziano, cavalos para se deslocarem, porque a região é tão difícil que não dá para ir de bicicleta, não dá para ir a pé, então, se utiliza o que se tem, mas não se deixa de fazer o trabalho. É a nossa realidade.

Com as mudanças climáticas que nós estamos vivendo no mundo todo, e o Brasil é parte disso, há mais dificuldades ainda. Vocês podem observar que nós estamos hoje enfrentando temperaturas elevadíssimas no nosso Nordeste, Senador, com o sol causticante, e a gente lá, sem um protetor solar, sem uma blusa de proteção. É desse jeito que aí está. Repito, essas fotografias, esses registros são atuais, totalmente atuais, tá? É para vocês observarem o que a gente enfrenta, o que a gente tem enfrentado há mais de 25 anos. Na Região Sul hoje, temperaturas abaixo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

zero, e o nosso povo está lá. Lá no Amazonas, no Pará – tem um companheiro aqui do Pará, o Edson... Estava vendo ali os barquinhos. Nesses barcos, os nossos agentes de saúde entram nesses barcos numa segunda-feira – não é, Edson? –, percorrem toda a região ribeirinha, visitando todas essas famílias que moram na região ribeirinha, e só retornam, Senador, na sexta ou no sábado, para casa, tamanhas são as distâncias que percorrem.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ILDA ANGELICA DOS SANTOS CORREIA – Eita, já está terminando o meu tempo, né?, mas eu queria dizer que nós passamos por esses perigos ocupacionais.

Depois da covid-19, nós sofremos por demais, Senador. Nós fomos linha de frente da covid-19 sem nenhum preparo, sem nenhuma proteção. Nós estávamos lá. Nós nos reinventamos na covid-19 para falar com o povo, porque a ordem era ficar em casa, ninguém podia sair, mas o agente de saúde tinha que sair, porque ele tinha que dar acalento às famílias, que estavam sofrendo horrores. E aí a gente faz a pergunta: quem cuida do cuidador? Como é que está o profissional hoje, depois de tudo que passou?

O.k. Vou passando. Já estou correndo aqui, porque dez minutos é pouco demais para a gente apresentar a realidade de 400 mil profissionais em todo o país que enfrentam toda sorte de dificuldade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ILDA ANGELICA DOS SANTOS CORREIA – Diante dessa realidade que nós estamos apresentando, olha só, a gente queria dizer que, para nós, aprovar o PLP 185 não é nenhum favor, é exatamente trazer dignidade para esse povo e garantir um direito que já está na Constituição. De todos os projetos que hoje versam sobre aposentadoria e aposentadoria especial, Senador, o nosso é o único que já tem previsão constitucional, através da Emenda Constitucional 120, que foi uma grande conquista da nossa categoria.

Estourou o meu tempo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ILDA ANGELICA DOS SANTOS CORREIA – Mais um minuto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para encerrar, quero dizer que aqui nós temos agentes de saúde e endemias, representantes de todo país estão aqui acompanhando, com a esperança, Senador, de que a gente avance, aqui no Senado, de forma muito célere, para que nós possamos, se Deus quiser, até o final do ano, ter votado essa matéria no Senado e levá-la para a casa vizinha, que é a Câmara Federal, onde nós iremos também desenvolver o que sabemos fazer de melhor...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ILDA ANGELICA DOS SANTOS CORREIA – ... que é a nossa mobilização e a nossa organização.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, minha Presidente. Eu até peço a sua compreensão, por força do número de expositores. Gostaríamos muito que cada uma das explanações pudesse ter o tempo à vontade, mas a gente precisa fazer esse regramento para que todos tenham, como convidados que foram, as suas oportunidades.

A gente faz um chamamento a uma presente entre nós – e também pela atenção devida, até porque já estão lincados conosco desde a hora aprazada, 10h –, convida a Sra. Cláudia Iten, Coordenadora-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal do Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Seja bem-vinda, Sra. Cláudia, seja bem-vinda! Bom dia! A senhora disporá dos dez minutos para a sua explanação. Gratíssimo por ter aceitado o convite.

A SRA. CLÁUDIA ITEN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia! Bom dia, Sr. Senador! Obrigada também pelo convite direcionado aqui para o Ministério da Previdência Social. Bom dia a todos os presentes na audiência pública e a todos também que nos acompanham!

Sou Cláudia Fernanda Iten. Eu estou na Coordenação-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal do Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Ainda não fomos instados a nos manifestarmos formalmente sobre o projeto e vamos contribuir aqui com o debate no tempo que nos foi dado. Reforço que a nossa manifestação aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é com base estritamente legal nas normas vigentes, em especial a Constituição Federal, destacando o reconhecimento e a valorização por essa categoria que se dedica à saúde pública do país.

Alguns comentários, então, acerca do projeto em si, dos dispositivos: no art. 1º, por exemplo, o que nos chama atenção é que o projeto não menciona diretamente os regimes previdenciários a que se aplica, mas ele visa assegurar aposentadoria especial a ocupantes de cargos, cita cargos, além de prever que assegura integralidade e paridade, que são institutos aplicáveis aos regimes próprios. Então, entende-se que a aplicação do projeto restringe-se à aposentadoria de servidores titulares a cargo efetivo.

Por outro lado, a Emenda Constitucional 103, de novembro de 2019, alterou a redação do art. 40 e deu autonomia para os entes federativos estabelecerem o seu plano de benefícios, suas próprias regras e benefícios. Então, entendemos que, dada essa competência que foi concedida pela Emenda 103 aos entes para disporem em lei sobre requisitos e critérios de concessão de aposentadoria dos segurados, entende-se que um projeto de lei em âmbito da União poderia usurpar a competência dos demais entes federativos.

Em relação ao art. 2º do projeto, ele traz a previsão de idades mínimas – 52 anos, 50 anos de idade – e tempo mínimo de exercício na função também – 20 anos e 15 anos –, que são números reduzidos em relação às regras exigidas para os trabalhadores com exposição a agentes químicos, físicos e biológicos. Então, tanto a idade quanto o tempo mínimo são inferiores nas aposentadorias dos trabalhadores que têm exposição a esses agentes físicos, químicos e biológicos. Então, não há, pelo menos nos documentos que nos vieram, a justificativa desse tratamento diferenciado numa redução maior.

Ainda em relação ao §2º também, os parágrafos... Desculpe, no art. 2º, §§1º e 2º, um ponto também que nos chama a atenção é em relação a uma outra previsão constitucional do §10 do art. 198, que presume a exposição a agentes ocupacionais, que é referente aos riscos inerentes às atividades, configurando exceção à regra do próprio §4º-C da Constituição Federal. Mas a lei deve tratar ou exigir um regulamento para disciplinar as atividades do agente nas quais haverá o risco inerente à saúde do trabalhador. Então, entendemos que o projeto está omisso quanto à definição das funções efetivamente desempenhadas em que há o efetivo risco inerente à saúde do trabalhador e ainda prevê também uma regra especial de que os trabalhadores afastados do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exercício das atividades do cargo continuam com uma contagem diferenciada. Então, está prevendo o mesmo tratamento (*Falha no áudio.*) ... afastados. Entendemos que isso quebra a isonomia dos demais servidores que efetivamente possuem o direito, dando essa amplitude para todos, inclusive para os afastados.

Em relação ao §5º também, que assegura aposentadoria especial mesmo ao trabalhador em readaptação, também há uma previsão, uma nova redação trazida pela Emenda Constitucional 103, em que a readaptação pode ocorrer, inclusive, em outro cargo. Pelo projeto, mantêm-se todas as regras e todos os benefícios, mesmo em caso de readaptação, mas a readaptação é esse instituto legal previsto na Constituição que autoriza, inclusive, a alteração do cargo. Então, na garantia de contagem de tempo para aposentadoria especial a agentes em readaptação, o nosso entendimento contraria a previsão que ele pretende disciplinar. E o §10 do art. 198... Porque a readaptação pode se dar em outras atividades e, como dito, inclusive em até um outro cargo.

Em relação ao §7º, que trata da conversão do tempo especial em comum, que também foi vedada como regra depois da Emenda Constitucional 103, a sua concessão depende da edição de uma lei complementar em cada ente federativo. Esse tema já é um tema que foi apreciado e julgado pelo STF, é o Tema 942. Então, entendemos o risco ali de uma invasão de competência dos demais entes federativos na garantia estabelecida no projeto.

E lembro que todos os estados, todas as capitais e aproximadamente 40% dos municípios do país têm regimes próprios de previdência social. Há aproximadamente 2.140 entes federativos que têm regime próprio. Então, esses entes federativos receberam, após a promulgação da Emenda Constitucional 103, essa competência legislativa para disciplinar sobre os benefícios previdenciários dos seus servidores, que estão vinculados ao regime próprio local.

Quanto ao art. 5º, que prevê também, dando um prazo para os entes federativos editarem legislação própria para se adequarem a este projeto, nós entendemos que a Constituição Federal não dá esse suporte para que uma lei federal fixe um prazo, para que os estados, o Distrito Federal e os municípios exerçam essa competência legislativa, dada a competência legislativa que a emenda constitucional assegurou a eles, quando da promulgação, em novembro de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a aprovação da proposta – e reforço aqui o que foi dito no início da explanação – é estritamente legal, com a observância do caráter normativo, especialmente da Constituição Federal, reconhecendo todo o trabalho da categoria.

Então, entendemos que o projeto, da forma como está, contraria a Constituição Federal em diversos aspectos, além de afetar o alcance e a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes previdenciários.

E o ponto de destaque é a questão da competência também dos entes federativos, com o alcance desse projeto – alcance limitado – e essas colocações que nós apresentamos, que, no nosso entendimento, afrontam essa competência dos entes federativos.

Agradeço a atenção e permanecemos também à disposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Nós é que agradecemos, em nome da Presidência desta sessão conjunta – CAE e CAS –, a sua participação, Dra. Cláudia Iten, com as suas devidas observações, que é a razão exata da proposta: para que nós instruamos, recolhendo, de forma ampla, os pontos de vista – e, no caso, de um integrante da Previdência, que coloca, de forma muito equilibrada, algumas interrogações apostas à presente proposta legislativa.

E o que nós desejamos é isto: que nós consigamos superar, dirimir algumas dessas dúvidas, algumas destas com o devido respeito, consideração e compreensão do alcance da formação intelectual – e, notadamente da área de Previdência, eu tenho algumas observações contrárias –, mas, a partir do momento em que nós produzimos instantes deste debate, a gente vai fazer com que o projeto possa ir ganhando uma conformidade, porque, se toda e qualquer iniciativa já viesse de forma acabada, de maneira ideal, sem que se permitissem algumas sugestões, alguns questionamentos, algumas interrogações ou mesmo contestações, não precisaríamos ter absolutamente quaisquer debates, não precisaríamos ter audiências públicas.

Mas, enfim, o desejo nosso, do requerente, Senador Wellington Fagundes, é de que nós aprimoremos a iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gratíssimo à Sra. Cláudia Iten pela participação, e, quaisquer dúvidas que houver da parte dos integrantes que aqui presentes estão, a senhora, de forma tão gentil e tão solícita, se coloca ainda à disposição.

Ato contínuo, o Sr. Domingos Antunes está presente ao nosso lado, Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde de Combate às Endemias da Região do Sul do Mato Grosso. Seja bem-vindo, o Sr. Domingos. V. Sa. disporá dos dez minutos que, regimentalmente, nós oportunizamos aos nossos explanadores.

O SR. DOMINGOS ANTUNES (Para expor.) – Neste momento, recebendo uma convocatória de todos os agentes de saúde em nível de Brasil, de todos os estados que estão aqui hoje, cumprimento o Senador Veneziano Vital pelo PLP 185/2024.

Cumprimento a nossa liderança, a Presidente da Conacs, Ilda Angelica, todos os agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias do Brasil, sindicatos, associações e todos que formam a representação aqui, no Senado Federal.

Nas pessoas de todos os Senadores e Senadoras daqui, do Senado, na pessoa do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, cumprimento a todos os Senadores e Senadoras, e o Senador Renan Calheiros.

Também hoje, aqui, fazendo parte desta discussão, desta tramitação deste importante PLP, representante do Ministério da Saúde, que está aqui presente, representante do Ministério da Previdência Social, representante do Ministério de Planejamento e Orçamento, e também convocado aí pela Confederação Nacional, conduzida pela nossa Presidente Ilda Angelica.

Senhoras e senhores, estamos aqui, nesta egrégia Casa de Leis, onde acontecem as leis. Eu vim pedir, encarecidamente, aos Senadores, ao Presidente da Câmara, ao Presidente do Senado, ao Presidente Renan Calheiros, que aqui faz parte da Comissão de Assuntos Econômicos, porque é por aqui que se aprova .

Eu vim pedir, encarecidamente, ao Presidente, ao nosso Senador Veneziano Vital, que é autor do PLP 185/2025, porque lá na ponta, lá na ponta estão os agentes de saúde, os agentes de combate às endemias, que vêm aqui, através das suas representações classistas, através da Conacs, sindicatos, associações, pedir, encarecidamente que o senhor possa, que os senhores possam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer essa tramitação da aposentadoria especial, porque nós passamos por uma trajetória aí de pandemias, as quais deixaram sequelas. Muitos deles estão acamados lá; muitos deles, senhores, estão acamados, não conseguem andar; muitos deles, que vinham aqui em busca dessa aposentadoria, não estão podendo mais vir; estão sendo aposentados por um salário mínimo. Eu venho aqui pedir aos nossos Senadores, Senadoras, que apreciem e nos conduzam nessa situação, que é a do PLC 185/2024, que trata da aposentadoria especial.

Em documento eu quero também colocar, com a questão do meu tempo, que, quando se fala da aposentadoria, também se fala da insalubridade. E, quanto à insalubridade, a maioria dos agentes de saúde estão com hanseníase, tuberculose, e é preciso ter um olhar aqui do Senado Federal, onde está tramitando essa aposentadoria. Que se faça valer esse adicional de insalubridade de 40%.

Aproveitando também para a valorização da categoria, tramita aqui, através de documentos, a PEC 18. Que o agente de saúde técnico – o agente de saúde técnico – possa ganhar... É uma questão de valorização, Senadores. É uma questão de valorização a essa categoria que eles possam ganhar a partir de três salários mínimos, saindo daqui do Senado.

Neste momento, também coloco aqui ao nosso Relator, que vai estar conduzindo essa aposentadoria especial, o Senador Wellington Fagundes, que é também do nosso estado, do Mato Grosso, que a gente vem pedir, encarecidamente, Senador, que o senhor possa fazer a tramitação, o impulsionamento, para que nós possamos ter essa aposentadoria especial, o adicional de insalubridade e a PEC 18, pela qual o agente de saúde técnico não poderá ganhar um valor inferior a três salários mínimos. Eu faço aqui valer que a gente enviou um documento, informando sobre a aposentadoria especial para os agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, o adicional de insalubridade em 40% para os ACS e ACE, e a PEC 18, pela qual o agente de saúde técnico não poderá ganhar um valor inferior a três salários mínimos.

Em suma, venho pedir encarecidamente ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Senador Renan Calheiros, que o senhor possa, através do Relator aqui, Wellington Fagundes, através do Senador Veneziano Vital, construir a aposentadoria especial, o adicional de insalubridade em grau máximo e a PEC 18, pela qual o agente de saúde técnico e o agente de combate às endemias técnico não poderá ganhar valor inferior a três salários mínimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixo aqui... Eu passarei um protocolo aqui no Senado para que seja apreciado nesta Casa de lei, porque é aqui que se faz lei e aqui nós precisamos... Eu venho agradecer a nossa Presidente, que incansavelmente está aqui lutando juntamente com a nossa representante do Estado do Mato Grosso, Marina, que está aqui diretamente. Eu fui convidado hoje, recebi o convite para a gente estar aqui. Então, hoje eu estou colocando... Graças a Deus, eu tenho que pedir muito a Deus para que nós possamos unir forças: associação, sindicato, frente parlamentar, Câmara dos Deputados e Senado.

Eu quero aqui entregar esse documento ao Presidente Renan Calheiros para que possa apreciar. É um documento que já foi enviado para ser avaliado lá pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Neste momento, eu entrego aqui ao Relator, o Senador Wellington Fagundes, esse documento para poder apreciar e encaminhar a tramitação da aposentadoria especial, a insalubridade e a PEC 18.

Um forte abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom dia a todos.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom dia!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com a força de quem está com fé, acreditando que vai dar tudo certo.

Eu quero aqui saudar a Ilda, em nome de todos vocês, homens e mulheres trabalhadores que compõem essa profissão tão importante, que são os agentes de saúde e combate às endemias.

Eu sei que agora está tendo um outro plenário lá, muita gente está nos assistindo agora. Então, eu cumprimento agora o plenário que está lá longe, mas que está presente aqui com a gente. Longe, para quem está na televisão assistindo, mas são uns 200 metros. Eles estão no auditório porque não cabia aqui nesta sala, tem que reservar alguns espaços aqui para os Parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, vamos agora chamar a Sra. Evellin Bezerra da Silva, que é Diretora do Departamento de Estratégias e Políticas de Saúde Comunitária do Ministério da Saúde.

Com a palavra, Evellin.

A SRA. EVELLIN BEZERRA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia. Eu quero fazer uma saudação especial a todos os presentes, a todas as trabalhadoras e trabalhadores. Foi bom que a câmera virou, e aí eu pude ver como está a organização do plenário.

Quero fazer uma saudação ao Senador Wellington Fagundes; ao Senador Veneziano, que estava conosco até pouco tempo; à Ilda, uma querida, uma parceira, com quem eu tive o privilégio de encontrar algumas vezes nessa minha estada no Ministério da Saúde e com quem eu tenho aprendido muito em todas as oportunidades; saudar também o Domingos, que falou aí representando o SIRACS, com uma fala bem importante e sensível.

Eu queria só fazer um adendo. Eu estive ocupando esse cargo que o Senador acabou de descrever, que é do Departamento de Estratégias e Políticas de Saúde Comunitária até há muito pouco tempo, mas, neste momento, efetivamente, no Ministério da Saúde eu ocupo o lugar de direção do Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde.

E é desse lugar que eu gostaria de inicialmente começar a falar, para que todos compreendam um pouco, dentro dessa grande agenda, qual é a importância da nossa participação nesta matéria especificamente, gostaria de fazer a descrição do que é a grande discussão da gestão do trabalho dentro do Sistema Único de Saúde.

Tudo o que diz respeito a proposições de políticas de gestão e de planejamento do trabalho é feito por nós, de incentivo, de acompanhamento, de elaboração de tudo que trata das relações de trabalho, da discussão dos processos de trabalho, das condições e dos vínculos de trabalho. Então, toda a discussão e incentivo dos planos de cargos e carreiras e vencimentos, tanto por parte do Ministério da Saúde quanto na relação interfederativa com estados e municípios, é matéria nossa; toda parte da discussão especificamente da desprecarização dos vínculos de trabalho e dos espaços de implantação das mesas de negociação permanente – que é uma ferramenta tão importante dentro do Sistema Único de Saúde –; toda a discussão da regulamentação de novas profissões na área de saúde é o nosso grande espaço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gostaria de dizer da nossa satisfação de estar presente, mesmo que virtualmente, com vocês hoje, nesse assunto, nessa tratativa, porque todas as agendas que fazem parte da discussão da valorização do trabalhador dentro do Sistema Único de Saúde é importante, é relevante para nós. Assim, gostaria de dizer da nossa relação com essa pauta e como a gente enxerga que essa discussão faz parte do bojo de discussão da valorização das nossas profissões, dos nossos trabalhadores no Sistema Único de Saúde. (*Falha no áudio.*)

... no papel dos agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias, eu não quero me deter muito nesse ponto porque penso que isso é algo que é compreensível por parte de todos que estão aqui neste momento, mas gostaria de dizer da importância de a gente ter feito o movimento que vai ser matéria de amanhã e da satisfação de poder estar junto com vocês para celebrar este momento, que é o da discussão das diretrizes nacionais... (*Falha no áudio.*)

... comunitários de saúde dos agentes de endemias. Quero dizer da importância dessa agenda porque ela materializa uma discussão que... (*Falha no áudio.*)

... o quanto que esses dois trabalhadores, que exercem papéis muito importantes dentro do Sistema Único de Saúde, têm uma atuação que é integrada. Eles desempenham um papel que é estratégico e fundamental na identificação de riscos no momento das condições de saúde e implementação de ações preventivas nas comunidades, garantindo uma abordagem territorializada que fortalece o vínculo com a população e que promove um cuidado integral. Então, é indiscutível a necessidade de pensar em estratégias de potencializar a ação em conjunto desses dois trabalhadores na ideia de que eles possuem uma atribuição que é ligada à vigilância e identificação de riscos à saúde no monitoramento de condições e de agravos de saúde ambiental e comunitária. A Ilda também aqui apresentou para nós muito desta situação atual da importância desses trabalhadores nessas condições de agravos à saúde ambiental inclusive.

A discussão da promoção da saúde e da educação comunitária de mobilização social é uma grande agenda, e a da mitigação de riscos de ações preventivas, então, essas são atribuições que a gente gostaria de valorar, o que vai ser celebrado neste momento do lançamento das diretrizes amanhã com o Ministro Padilha. Mas gostaria de dizer que, da nossa parte – porque foi produção em conjunto de várias secretarias dentro do Ministério da Saúde –, a defesa do trabalho seguro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos agentes é uma matéria nossa, é uma matéria de defesa cotidiana nossa dentro do espaço que ocupamos dentro do Ministério da Saúde.

É imprescindível que a atenção integral à saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores, tanto dos agentes de combate às endemias quanto dos agentes comunitários, nos âmbitos estadual e municipal, seja garantida por esses entes, que essa atenção abranja ações de vigilância, promoção, proteção, assistência e reabilitação, tanto no âmbito coletivo quanto no individual, e que a gente consiga assegurar as condições adequadas de saúde e de segurança do exercício de suas atividades, para que a gente não veja mais registro como tantos que Ilda nos apresentou nesta manhã.

Isso é uma agenda importantíssima para nós. A gente conta, inclusive, com a Conacs, com outros parceiros, tanto dos agentes comunitários de saúde quanto dos de combate às endemias, para que a gente, de fato, consiga fazer essa discussão dentro dos nossos territórios com os entes federativos, que é onde, de fato, o trabalho acontece, principalmente no espaço dos municípios.

Especificamente em relação ao PLP 185, eu queria dizer aqui qual tem sido a condução do Ministério da Saúde a partir dessa discussão específica: foi criado um grupo de trabalho, que é composto, hoje, pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde, pela Secretaria Executiva, pela Conjur do nosso ministério, pela nossa Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde e pela Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Todas essas secretarias compõem esse grupo de trabalho, que é liderado e organizado pela nossa assessoria parlamentar, hoje.

Pela importância que a gente vê dessa matéria e de toda a discussão que faz parte especificamente de todas essas secretarias dentro do Ministério da Saúde, foi criado esse grupo para discutir essa matéria, para discutir todos os demais assuntos que dizem respeito às várias outras solicitações por outros PLs e por outros PLPs que também estão aqui ainda circulando no âmbito do Ministério da Saúde.

Isso sinaliza para vocês o nosso compromisso e o nosso interesse de que a gente consiga aprofundar, dentro do Ministério da Saúde, a partir da interlocução com todas essas secretarias, as experiências que dizem respeito a cada uma dessas secretarias, para que a gente consiga fazer uma sinalização a contento e que, de fato, sinalize o nosso compromisso com o trabalho dos agentes comunitários de saúde e dos de combate às endemias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permaneço à disposição neste momento aqui, no plenário, com a proposição de que a gente vai continuar debatendo sobre isso internamente no Ministério da Saúde e emitir posicionamento do Ministério da Saúde, o quão breve for possível, em relação a essa matéria específica do PLP 185.

Obrigada. Permaneço à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós temos, como última apresentadora, a Márcia Valéria Morosini, que é Vice-Diretora de Ensino da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fiocruz.

Ah, ela não estava aparecendo no vídeo; agora, está aqui presente.

Eu queria a sua tolerância, Márcia, só por mais um pouquinho. Eu quero ler aqui algumas perguntas que vieram pelo e-Cidadania: "O PLP 185/2024 assegura critérios justos de aposentadoria aos agentes diante dos riscos e da realidade do trabalho? [...]".

Joaquim, do Distrito Federal: "Quais mecanismos asseguram a fiscalização eficiente para que apenas agentes em atividades de risco tenham direito à aposentadoria especial?".

Acássio, da Bahia: "Agentes com décadas em risco terão o tempo reconhecido de forma retroativa? O PLP prevê compensação ou conversão desse tempo?".

Rosana, do Rio de Janeiro. "É possível que o sistema previdenciário verifique a veracidade da atuação dos ACS e [também] ACEs em campo, exercendo, de fato, a função?".

Jalves, da Bahia: "Com a aprovação [...] [do projeto], teremos direito a receber a aposentadoria no valor real do último salário com as gratificações inclusas?".

Yuri, de Santa Catarina: "Por que este direito já garantido demora tanto para ser regulamentado?".

Ronaldo, de São Paulo – isso como comentário, viu? –: "Ambientes são insalubres, inclusive[...] vias públicas, onde se atendem pessoas [...] [em situação de rua], com tuberculose, doenças e infecções".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda Jorge, do Piauí: "Com certeza, essa é uma forma de reconhecimento e valorização das práticas de trabalho dos guerreiros ACS e ACEs de todo Brasil". (*Pausa.*)

Mas eu quero registrar, sim, a presença – e já está aqui conosco – do Deputado Zé Neto, que terá a palavra. Ele é Presidente da frente parlamentar na causa que aqui estamos discutindo. A frente é só da Câmara dos Deputados?

O SR. DEPUTADO ZÉ NETO (PT-BAHIA) (*Fora do microfone.*) – É mista.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É mista?

O SR. DEPUTADO ZÉ NETO (PT-BAHIA) (*Fora do microfone.*) – Câmara e Senado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está bom. Ótimo!

Eu quero registrar também aqui conosco a presença da Mariana Carvalho, que é Vereadora na cidade de Primavera do Leste, uma das cidades mais ricas do Mato Grosso, e também é a mais jovem Vereadora. Levante-se aí para todos a verem. Ela é do meu partido, o PL. Depois você vai ter direito à palavra também.

Também aqui está o Vinícius Amoroso. Esse é da minha cidade natal, Rondonópolis, Vereador também lá.

Eu quero convidar para estar aqui comigo, do meu lado, Marina Lara, Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes do Combate a Endemias da Região Sul do Estado de Mato Grosso. (*Palmas.*)

E eu faço esse convite até porque a Marina também foi uma precursora nessa luta de vocês todos. Eu quero que você fique do meu lado aqui, Marina. (*Risos.*)

Eu quero estar protegido pelas mulheres.

Rondonópolis, no Mato Grosso, foi uma das cidades precursoras também no trabalho de agentes de saúde, e eu quero fazer aqui até uma homenagem ao ex-Prefeito, ex-Governador e ex-Deputado Federal Carlos Bezerra, porque ele foi uma das pessoas que apoiou muito esse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria que a Marina depois falasse um pouco, inclusive como começou e como se deu esse trabalho em nível de Mato Grosso, se realmente foi a primeira cidade como a gente tem na história e também o papel do Carlos Bezerra no trabalho de apoio à consolidação da categoria.

Então, agora eu passo a palavra para a Márcia Morosini, da Fiocruz. Você até parece com a nossa ex-Ministra e ex-Presidente. (*Risos.*)

Eu tive um trabalho muito forte na Fiocruz, principalmente quando da pandemia. Eu fiz um projeto de lei para que também os laboratórios e as fábricas veterinárias pudessem fabricar a vacina. Foi aprovado, inclusive por unanimidade, mas a Fiocruz e o Butantan acabaram dando conta do trabalho, né?

Então, com a palavra a Márcia. (*Pausa.*)

Pode abrir o microfone, Márcia. Você tem que abrir o seu microfone.

A SRA. MÁRCIA VALÉRIA MOROSINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estou tentando...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Aí, agora abriu.

A SRA. MÁRCIA VALÉRIA MOROSINI (*Por videoconferência*.) – Sim, é porque eu dependia do anfitrião.

Bom dia.

Em primeiro lugar, queria saudar a todas e a todos os presentes; agradecer ao convite, que veio pelo Senador Renan Calheiros; agradecer também ao Wellington Fagundes, que está até então aqui presidindo neste momento, e ao Senador Veneziano, que até pouco tempo estava aqui como (*Falha no áudio.*)... e que é autor do projeto.

Vocês estão me ouvindo bem? (*Pausa.*)

Queria saudar muito a categoria dos ACS e dos ACEs, companheiros de longa estrada, de que eu venho acompanhando a luta histórica desde a praticamente a primeira lei, a Lei 10.507, de 2002, que criou a profissão. Foi uma longa trajetória em busca da regulamentação profissional, da conquista de melhores condições de trabalho, de se superarem os processos de precarização, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ainda é uma luta, ainda é uma situação que precisa ser vencida, assim como a luta pela formação adequada para a realização de um trabalho tão estratégico no Sistema Único de Saúde, no âmbito da atenção primária, que é realizado pelos ACS, assim como é realizado pelos ACEs, nas suas particularidades e nos seus pontos em comum, conforme a gente vem vendo o desenvolvimento desse trabalho.

Queria dizer que a Fiocruz vai estar sempre disposta a apoiar, a colaborar, a desenvolver o que for necessário, dentro da nossa *expertise*, para ajudar a qualificar a política pública no sentido do trabalho digno, né? E aqui fico contente de ver a Evellin presente, companheira e representante da Degerts, que é um lugar extremamente estratégico e que tem garantido uma série, por exemplo, de dados de que eu vou falar aqui e que eu tirei do Cenits (Centro Nacional de Informações do Trabalho em Saúde), que é algo que vem organizado e desenvolvido pelo Degerts e pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, que é uma grande aliada dos trabalhadores e das trabalhadoras do SUS.

Nós estamos falando de trezentos e dois mil, duzentos e (*Falha no áudio.*)... e 103.449 ACEs, trabalhadores e trabalhadores capilarizados no território nacional, desenvolvendo atividades extremamente estratégicas para lograr o sucesso na atenção primária à saúde. Não são só eles: as equipes que compõem o trabalho na estratégia da família são fundamentais para que a gente tenha bem desenvolvido aquilo que precisa ser: a promoção da saúde, a educação em saúde, os cuidados primários nesse âmbito de atenção tão próximo da população. Mas é impossível não reconhecer quão estratégicos são esses trabalhadores no campo da vigilância e no campo da atenção, particularmente, e eu, que acompanho há muitos anos, como pesquisadora e professora, o trabalho – e aí eu vou usar o feminino, porque são a maioria – das agentes comunitárias de saúde – posso falar mais a respeito delas, né? –, que são a maioria mulheres, e a maioria, mulheres negras. E nós sabemos o que isso significa no Brasil, não é? Que as mulheres negras... essa soma de elementos, de condições, pensando até na perspectiva da interseccionalidade, atinge essa fração da classe trabalhadora, que está mais exposta a trabalho precário, a menor remuneração, a condições menos adequadas de trabalho. Então, a gente tem que, primeiramente, pensar sobre isso.

Segundo, sinalizo que nas pesquisas que nós temos feito, e particularmente na última pesquisa que está em curso agora no município (*Falha no áudio.*)... agente foi acionado pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sindicato dos agentes comunitários de saúde do município com a seguinte questão: o sindicato percebe, tem percebido (*Falha no áudio.*)... de notícias de morte dos agentes comunitários de saúde no município e tem percebido também o aumento da morbidade com doenças que podem ser preveníveis e que podem ser tratadas, ser cuidadas rapidamente no âmbito da atenção primária. Então, a gente realizou uma espécie de inquérito *online*, respondido de modo muito significativo pela categoria no município do Rio de Janeiro, e que, por isso, ele representa o universo de agentes desse município. E nós confirmamos, então, que a gente tem uma categoria em processo de adoecimento importante com questões relacionadas a doenças crônico-degenerativas, a doenças preveníveis e a doenças que a gente associa ao campo da saúde mental.

Isso é um dado relevante, é um dado importante. E a gente está prevendo um seminário a se realizar em agosto, em que a gente vai apresentar esses dados à categoria. Foi uma pesquisa compartilhada, o que significa que tanto pesquisadores e pesquisadoras da escola politécnica trabalharam com pesquisadores e pesquisadoras do próprio sindicato. Eles se uniram à equipe e potencializaram a nossa capacidade de produzir conhecimento e de compreender essa realidade. Vai ser publicado daqui a pouco um boletim com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade, que também, de forma quantitativa, nessa perspectiva mais quantitativa, vai poder apresentar para a sociedade como estão esses dados no Município do Rio de Janeiro.

Então, isto fala de uma situação específica dessa categoria. Obviamente, não é exclusiva dela, a gente sabe que existe um processo de adoecimento em curso dos trabalhadores e das trabalhadoras da saúde, mas a gente olha para essa categoria em particular, e isso nos preocupa.

Quando a gente, então, é chamado para estar aqui nesta audiência falando da possibilidade de uma aposentadoria especial, eu preciso ser clara, é nisso que se deterá a minha fala, porque entendo que sobre os outros aspectos a nossa *expertise* não abrange, por exemplo, discutir qual é o melhor dispositivo legal, se é um projeto de lei, se é uma emenda à Constituição. A gente não está aqui para se posicionar sobre coisas que muito bem se posiciona Cláudia Fernanda, que está olhando todo o aspecto jurídico-legislativo do ponto de vista da previdência – e foi de forma muito compreensível para a gente o que ela colocou. Esses aspectos não são os aspectos que eu entendo que o convite à Fiocruz nos convoca a falar. Ele nos convoca a falar justamente sobre isso que é o nosso conhecimento da realidade do trabalho dos agentes e das agentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu reforço a fala da Ilda no sentido de que esses trabalhadores e essas trabalhadoras, seja em meio rural ou em meio de maior complexidade urbana, estão expostos a uma série de situações: à questão climática, ao tempo, ao sol, à chuva; às dificuldades de locomoção em territórios remotos; à caminhada em longos trajetos; ao tempo de deslocamento; a espaços de conflito urbano e de violência; à exposição a situações de risco; à atuação dentro de domicílios em situações insalubres; à lidar com – no seu papel de educador em saúde, daquele que chega mais perto no trabalho intersubjetivo de ouvir e acolher o sofrimento da população brasileira nos territórios – a questão também da mobilização dos afetos e da saúde mental dessas trabalhadoras e desses trabalhadores. É isso que a gente tem ouvido nos relatos em pesquisas nacionais anteriores e é isso que a gente está verificando numa metodologia muito específica nesse questionário *online* preenchido, aplicado junto à categoria de agentes comunitários de saúde no Rio de Janeiro.

Eu peço desculpas por falar menos sobre os ACEs, é porque eles não são os sujeitos que eu acompanho como pesquisadora, mas, na própria escola politécnica, há outros grupos de trabalho mais próximos dessa categoria que sinalizam também os riscos e os problemas inclusive de acesso a EPIs para esses trabalhadores, de treinamento, de lugar para descanso... Isso tudo é narrado, é falado a respeito dos ACEs.

Agora, eu também queria sinalizar que de forma alguma nós entendemos que esse dispositivo da aposentadoria especial diminui a responsabilidade daqueles que precisam prover a essas trabalhadoras e esses trabalhadores as condições de segurança. Acesso a EPI é uma questão fundamental. Isso significa, no caso dos ACEs, principalmente, um calçado adequado; no caso dos ACEs e dos ACS, a vestimenta que os identifica como trabalhadores da saúde, que é quase uma questão de segurança, não só contra o clima, mas também pelos territórios que estão ali conflitados, pela questão de violência, eles precisam ser bem identificados como trabalhadores dos SUS.

Então, quero salientar isto, essa necessidade de que esses trabalhadores tenham acesso a esses equipamentos, e dizer que, do ponto de vista da Fiocruz, a aposentadoria especial está justificada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também queria agradecer a menção que o Wellington fez da minha semelhança com a nossa querida ex-Ministra Nísia, o que só me dá orgulho. Quisera eu ser, de fato, parecida com ela.

Obrigada por estar aqui com vocês, e tomara que a gente possa contribuir para essa questão tão importante no histórico de luta pela regulamentação e pelo trabalho digno dos ACS e dos ACEs. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigado à Márcia e à Fiocruz, de modo geral. Agradeço aqui e sei da importância do papel da Fiocruz.

Eu me lembro de que, ao fazer uma visita aí, Dra. Márcia, eu falei com a Presidente, quando ela me mostrou o castelinho: "Então, a senhora é a rainha". E ela falou: "É, vivo aqui como rainha, mas trabalho como uma escrava". (*Risos.*)

Ficam aqui as nossas saudações a todos os trabalhadores da Fiocruz.

Eu quero passar à Marina Lara, que, como eu já disse, é Presidente do Sindicato dos Agentes de Saúde da Região Sul de Mato Grosso. Eu pedi para que ela falasse aqui um pouco, contextualizasse como começou o trabalho dos agentes de saúde. Até, depois, foi acoplado o de endemias, não é isso? Porque nós tínhamos lá... Seria bom você explicar esse detalhe porque a população, às vezes, não sabe, né? E é muito bom também, porque vocês podem imaginar que os Parlamentares aqui, todos, conhecem a vida e o dia a dia de vocês, e não é verdade. Cada profissão tem a sua especificidade, luta, e é muito importante esta audiência pública, porque isto aqui também, claro, as assessorias de todos os gabinetes pegam, tudo isso, aqui está tudo registrado nos anais – por isso não se pode falar nenhuma besteira, porque fica tudo registrado –, é muito importante, porque cada gabinete depois vai instruir o seu Parlamentar sobre isto que aqui estamos vivendo.

Então, Marina, com a palavra.

A SRA. MARINA LARA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Quero aqui cumprimentar muito honrosamente o nosso Relator, o Senador Wellington Fagundes; cumprimentar também, em nome da minha cidade, o Vereador Vinicius Amoroso, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje é o Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes de Saúde e Endemias da nossa cidade – obrigada pela sua presença –; e também cumprimentar todos os agentes de saúde do nosso país – na pessoa da nossa Presidente Ilda Angelica, eu cumprimento a todos. E um abraço muito especial, eu não poderia deixar de registrar, ao meu Mato Grosso. Sou apaixonada por aquele estado, não poderia deixar...

E quero fazer aqui apenas uma correção: nós somos hoje a fundadora, Presidente do Siracs, sindicato da região sul de Mato Grosso, o que muito nos honra, Senador.

Eu tive o prazer de, talvez o senhor não se lembre, na minha primeira eleição, ter o senhor presente, lá na Uramb. Foi um registro que nós temos até hoje. Por que estou citando isso? Pela importância desse Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu me lembro. Tanto que a Uramb tem uma sede, uma área de 10 mil metros quadrados – inclusive lá construímos a sede da Uramb, com recurso que aloquei –, e também um centro de capacitação que leva o nome do meu pai, João Antônio Fagundes, João Baiano. Aqui o Deputado Zé Neto é da Bahia – não é, Deputado Zé Neto? –, que vai falar depois. Meu pai saiu da Bahia para Mato Grosso a pé, lá de perto de Bom Jesus da Lapa, que é mais conhecido, e chegou a Poxoréu. Saíram 40 homens, e chegaram dois.

Portanto, esse é mais um registro do meu vínculo com a categoria de vocês, porque eu sei como é para o brasileiro enfrentar intempéries.

E na Bahia nós temos ainda, ali, Santa Maria e uma outra cidade em que eu estive com o Vice-Governador, uma cidade onde era muito forte ainda a questão da doença de Chagas, o combate ao barbeiro. É Maria, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Continue falando. Eu me lembro sim. Eu não esqueço nenhum detalhe dos meus eleitores, viu? (*Risos.*)

A SRA. MARINA LARA – Olha só!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero falar sobre o agente de saúde. Vamos agora à questão de onde realmente começou. Em Mato Grosso, sim, foi em Rondonópolis. Rondonópolis foi a primeira cidade onde foi implantado o agente de saúde, que nós chamávamos de agente do postinho, porque eles tinham uma unidade.

Inclusive, na época, o Prefeito Carlos Bezerra mandou alguns agentes, Ilda, para o Ceará, onde já existia a figura do agente comunitário. Ele esteve no Ceará, viu esse trabalho e colocou uma equipe para estar no Ceará, durante 30 dias, conhecendo como era o trabalho. Ele falou: "Não, eu quero isso aqui na minha cidade". Em seguida, ele construiu as unidades dos postinhos nos bairros, e, ali, iniciou-se o agente comunitário de saúde. Então, assim, foi um trabalho, e nós tínhamos ali uma média, acredito, de 26 agentes de saúde nessa época, e hoje estamos com mais de 8 mil agentes no estado. Isso prova a valorização desse profissional, como se deu o início de todo esse trabalho dessa categoria e onde estamos hoje, com quase 400 mil agentes de saúde em endemias em todo o país.

Quero dizer também um pouco mais – o Senador estava me perguntando um pouquinho mais do nosso trabalho hoje. Ele se ampliou muito mais, Senador, porque hoje nós fazemos todo esse trabalho de orientação, mas nós vamos além disso, tanto é que muitos moradores nos chamam de assistente social, nós somos chamados muitas vezes de assistente social, porque nós olhamos a necessidade de cada um dos nossos moradores; nós encaminhamos para o Cras, se for necessário; nós cuidamos de várias mulheres hoje que sofrem violências domésticas; e nós temos uma parceria muito grande com o conselho na cidade, em que nós temos as pessoas para as quais nós vamos encaminhar essas pessoas. E, como não é novidade para nós agentes de saúde, quando chegam a esses departamentos e dizem "Foi o agente de saúde tal que me encaminhou", elas são atendidas imediatamente, já se entra em contato com esse agente e nós vemos o resultado.

Eu quero pegar aqui, roubar um pouquinho da apresentação da Ilda, quando ela mostra os nossos colegas ali de barco, dentro de água, levando. Nós tivemos na pandemia colegas – não só em Mato Grosso, isso aconteceu em todo o Brasil, mas eu preciso falar do meu estado – onde a família não podia, na época do covid, receber, estavam todos contaminados ali, naquele momento. O agente de saúde fazia um caldo, porque a família não tinha condições nenhuma, nem para se alimentar, não tinha forças para poder fazer o seu alimento, mas ele ia lá, deixava na porteira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamava, e alguém, depois que ele saía, ia lá e pegava aquele alimento. Essa é a figura do agente comunitário de saúde.

Hoje, muitas vezes, Deputado Zé Neto, me entristece quando eu vejo muitos dos nossos colegas doentes, e muitos já se foram – contaminados com tuberculose, com hanseníase... E ainda assim há dúvida se realmente é necessária uma aposentadoria especial? Não há dúvida. Eu acho que quem fala que não tem por que o agente de saúde ter aposentadoria especial é quem não conhece o trabalho do agente comunitário de saúde, que é gigantesco. (*Palmas.*)

Então, quero aqui agradecer mais uma vez ao Senador ter aceitado a relatoria, o que muito nos honra.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigado. Parabéns!

Bate palma bem alto, viu, gente?

Eu quero cumprimentar o Deputado Zé Neto e chamá-lo para estar aqui do nosso lado, para que ele também possa falar. Ele é do PT, da Bahia.

Pode se sentar ali, Zé Neto. Fique à vontade. Fique ali, ó.

Zé Neto, você vai ficar à minha direita, viu? (*Risos.*)

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Para expor.) – Primeiro, bom dia. É um prazer imenso estar com vocês aqui, é uma satisfação grande.

Essa categoria eu acompanho desde quando ela começou, há mais de 32 anos.

Eu queria saudar a todos os homens e mulheres que aqui estão presentes, na pessoa do Senador Wellington Fagundes e na pessoa da querida Ilda Angelica, e queria dizer, Senador, que às vezes a gente não se dá conta do tamanho que é essa tarefa dos agentes comunitários de saúde e de endemias.

Na minha cidade, Feira de Santana... Eu falo aqui não só como político e Presidente da Frente Parlamentar Mista dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias do Brasil, mas falo como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadão, como alguém que vive, no dia a dia, as agruras todas de um processo que a gente vai enxergando. Todos os dias eu vou aprimorando isso.

Inclusive, quero saudar aqui as falas que foram feitas pela Dra. Márcia, da Fiocruz, uma pesquisadora. Eu conheço o trabalho de Márcia, que é muito importante, porque a gente tem que entender, gente...

Na minha cidade, Feira de Santana, como eu ia dizendo, tem um hospital chamado Hospital Clériston Andrade, que é o maior hospital do interior da Bahia. Nós estamos com quase 130% de sobrecarga lá, mais de 30% de carga a mais do que o hospital suporta. A UPA da minha cidade está também na mesma toada. E a gente vai perguntando por que é que nós não estamos conseguindo... E olhem que, na Bahia, nós temos os maiores investimentos de saúde do Brasil hoje. Um dos estados que tem os maiores investimentos é o Estado da Bahia. Nos últimos anos, nós inauguramos 34 hospitais. Na nossa cidade, recentemente, nós fizemos um trabalho consistente com um hospital que nós conhecemos lá também, o Hospital Dom Pedro de Alcântara.

Mas sabe por que está tudo lotado? Porque nós estamos com uma deficiência ainda grande em função da atenção básica de saúde. Os agentes comunitários são uma porta de entrada da atenção básica de saúde. Entender isso, entender que os municípios têm um papel fundamental... O Estado da Bahia tem investido muito na alta complexidade e avançado também em busca das parceiras na situação que a gente vive com relação aos agentes comunitários de saúde e atenção básica. Mas, Senador, nós temos uma defasagem hoje... Eu estava conversando com Ilda outro dia, fazendo pesquisa de números para o estado, de UTIs sendo fechadas, mas seguramente... Inclusive, eu peço à Fiocruz que avance nisso se for possível, porque uma pesquisa tem que ser feita para mostrar o seguinte: há uma defasagem de mais de 20% em termos de necessidade, defasagem por falta de agentes na ponta.

Em tese, cada agente deveria cuidar de 750 famílias. Está acontecendo isso? Quantos agentes de endemias faltam no Brasil? Nós tivemos um *delay* grande de quase seis anos sem contratação – e foi difícil.

E a gente hoje precisa reestruturar o quadro, porque nós não podemos mais suportar, os agentes não têm mais como suportar a sobrecarga que existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A atenção básica é preventiva, ela que facilita a vida da atenção de média complexidade e da atenção de alta complexidade. Sem a atenção básica, que é a atenção preventiva, o que está acontecendo? A porta de entrada da saúde, porque eu sou um dos agentes comunitários de saúde e de endemias, tem dificuldades.

Então, a gente tem que repensar o Brasil e o SUS, que é essa grande maravilha, essa grande conquista que o mundo respeita, porque nós temos, aqui no Brasil, um SUS que é uma grande vitória do povo brasileiro, uma vitória da sociedade. Não há no mundo nada igual ao SUS. De longe, é um sistema que tem dificuldade – a gente enfrenta dificuldade, não é dizer que está um céu de brigadeiro –, mas não há no mundo nada com essa dimensão de ter o atendimento de câncer, atendimento cardiológico, atendimento de alta complexidade, atendimento de transplante, e por aí vai. Nenhum lugar do mundo faz o que a gente faz, mas a gente precisa avançar na atenção básica. As pessoas precisam entender – o Senado e a Câmara – que nós não podemos mais vacilar nisso. É ali que moram as grandes dificuldades do Brasil – as maiores, eu diria.

E por que o agente comunitário precisa se aposentar de forma especial? Porque, primeiro, já há, Senador Wellington – e eu lhe digo, porque eu acompanhei como advogado e eu acompanhei como Deputado Estadual e depois como Deputado Federal –, um precedente que nós temos na Constituição deste país, que foi criado inclusive pelos próprios agentes comunitários de saúde e de endemias lá no passado. Inclusive os agentes comunitários de saúde foram os grandes – eu diria a vocês – benfeitores dos agentes de endemias, porque estavam mais organizados naquele período em que foi regulamentada a Emenda 51, e a gente conseguiu trazer. O Sr. Roque foi um baluarte, inclusive ele era o Presidente da Conacs naquele período em que foi fundada e o Sr. Roque é Presidente honorário, em Valença, na Bahia; eu era advogado, inclusive, nessa época também, da Conacs, da federação da Bahia que estava sendo criada e de alguns sindicatos; e a gente conseguiu botar os agentes de endemias nesse patamar. Os agentes de endemias e de saúde, juntos, compõem esse movimento importante da atenção básica.

Sabe o que não pode, Senador? É agentes comunitários de endemias serem aposentados com praticamente um salário mínimo, quando já há um precedente aberto na Constituição de que, quando nós conseguimos a regulamentação dos agentes comunitários, uma luta árdua da categoria e também daqueles Parlamentares que estiveram juntos... Nós conseguimos ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segmentar, Senador, um precedente. Aquela estabilidade que foi criada tinha critérios. Quais eram os critérios? Tinha que ter feito seleção pública, tinha que ter feito seleção especial, e isso garantiu só os agentes comunitários de endemias, não houve essa abertura de precedentes. Mas por que foi possível? Porque, ali na Constituição, constava a estabilização. Então, se, na Constituição, agora, com a emenda que nós já conseguimos com relação ao piso salarial... Na mesma emenda que tem o piso salarial, que era a Emenda 22 – não é, Ilda? –, a gente trouxe aqui para o Senado, mudou de... Não era mais 22, mas é a emenda constitucional que tanto garante o salário, o piso salarial de dois salários mínimos, o piso básico, como também, no mesmo texto, consta a aposentadoria especial.

Portanto, não há que se falar mais de outra coisa, a não ser em regulamentação segmentada para agentes comunitários de saúde e agentes de endemias. (*Palmas.*)

Não tenho dúvida nenhuma sobre isso. Não há nenhuma dúvida, porque já há um precedente e não vai afetar nenhuma outra categoria – não vai afetar nenhuma outra categoria. O PLP 185, de 2024, é claro.

Então, defender esse movimento... É um movimento que está já tranquilamente dentro da própria legislação brasileira, eu diria pacificado, porque se, lá, na Emenda 22, a gente conseguiu a estabilidade de agentes comunitários de endemias, Senador, por que é que agora nós não vamos conseguir a esses mesmos agentes o que nós conseguimos? Ali não afetou ninguém, porque era apenas regulamentação do que já estava na Emenda 22, como agora é apenas regulamentação da Emenda 51, como agora é apenas regulamentação dessa terceira medida constitucional, que foi essa estabilização, essa garantia do piso salarial, que vem junto com a aposentadoria especial.

Portanto, eu queria agradecer muito, Senador, esta audiência pública, como Presidente da Frente Parlamentar Mista, do Senado e da Câmara, que defende essa categoria; saudar aqui o trabalho que é realizado pela Conacs, trabalho consistente de conteúdo. O trabalho que você comanda é um trabalho feito com pé no chão, com clareza do que temos que fazer.

Então, Senador, agora é essa toada de fazer com que a gente possa aprovar o que já está cristalino, o que já tem precedente e o que apenas faz com que o que já está no texto constitucional seja regulamentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria encerrar, inclusive, chamando a atenção dos que, neste momento, nos assistem. Nós precisamos também colocar na pauta, permanentemente, a questão relacionada com a contratação de agentes comunitários de endemias para que nós possamos recompor nosso quadro de agentes comunitários de endemias em todo o Brasil.

Os desafios que nós estamos enfrentando, principalmente depois da pandemia, quando vocês tiveram um papel extraordinário... E, nesse desafio, que é o desafio da vigilância sanitária, o desafio da atenção primária, é o desafio da atenção, diria, preventiva de saúde em nosso país, na atenção básica, é preciso que a gente tenha clareza de o quanto é importante os agentes comunitários terem seus direitos e os agentes comunitários também terem os seus quadros ampliados.

Viva a luta dos agentes comunitários de saúde e de endemias! Viva o trabalho realizado pela Conacs! E parabéns ao Senado por este momento ímpar de consolidação do entendimento e da necessidade de regulamentação do que já está posto na Constituição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigado ao Deputado Zé Neto, representando aqui, então, a frente parlamentar. O nome da frente que defende? Em defesa dos agentes .

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. *Fora do microfone.*) – A frente parlamentar de saúde...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Faz a propaganda da frente aí.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA) – A frente, inclusive, tem um papel extraordinário na vida dos agentes comunitários. Foi criada a pedido da Conacs; depois, claro, tem outras entidades que compõem o quadro de agentes em todo o Brasil, mas a frente foi responsável por, diria, dinamizar aqui nesta Casa toda essa organização que levou às vitórias recentes que nós tivemos, principalmente com relação ao piso e, lá atrás, com relação a outras normas que melhoraram a vida dos agentes comunitários e agentes de combate às endemias. A gente tem, inclusive, agora... Fizemos uma magnífica movimentação no Plenário da Câmara, fazendo uma Comissão geral funcionar, ouvindo os Deputados – foram mais de 40 Deputados que foram ouvidos –, participaram lá, nesse dia, mais de 80 Deputados, passaram lá Senadores, Senadoras, Deputadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também passaram, e a gente tem certeza de que nós estamos no caminho certo, no caminho de fazer com que a conciliação nesta Casa...

Inclusive, V. Exa. vê: aqui estamos nós, o PL e o PT, sentados à mesa, combinando uma ação, combinando uma estratégia. Foi assim que a gente conseguiu convencer, e esta Casa votou, por unanimidade, a última alteração que foi feita na Constituição, tanto garantindo para a categoria o piso de salários, como garantindo também a aposentadoria especial, para a qual nós estamos aqui agora lutando por regulamentação.

Então, é uma ferramenta importante, é uma ferramenta da categoria, é uma ferramenta desta Casa, é uma ferramenta da Casa Legislativa dos Deputados Federais e uma ferramenta que, com certeza, Senador Wellington Fagundes, agora Presidente desta importante reunião, vem contribuindo para a evolução da classe trabalhadora, da saúde no nosso país, muito especialmente a saúde básica, que tem, na porta, na entrada, essas queridas e esses queridos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigado, Deputado Zé Neto.

Eu quero passar, então, agora a palavra... Só tem mais dois inscritos, que são os Vereadores, e aí, depois, os palestrantes poderão fazer as considerações finais. Eu até agradeço, inclusive, o tempo em que vocês estão ainda aguardando.

Passo, então, agora a palavra à nossa Vereadora Mariana, de Primavera do Leste, Mariana Carvalho.

Olha, o Deputado Zé Neto falou que é tanto, que o PL e o PT, aqui, juntos, ele aceitou ficar até à minha direita. (*Risos.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mariana.

A SRA. MARIANA CARVALHO (Para expor.) – Posso falar daqui mesmo? (*Pausa.*)

Posso falar daqui? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bom-dia.

Vou ficar aqui, que eu gosto de ver o povo. (*Risos.*)

Quero cumprimentar aqui o Senador, a Marina – minha conterrânea lá do Mato Grosso –, o Sr. Domingos também e a todos vocês, que são guerreiros e guerreiras deste país, que estão diariamente na ponta, e falar sobre esse projeto tão importante que hoje nós estamos pautando aqui.

É com muito respeito que hoje eu quero dar minha contribuição aqui, debatendo esse Projeto de Lei Complementar nº 185, de 2024, que fala sobre a regulamentação da aposentadoria especial desses profissionais que são tão essenciais ao Sistema Único de Saúde.

Desde a promulgação da Emenda Constitucional 120, de 2022, esta Casa reconheceu, com justiça, que a União tem a responsabilidade financeira e moral com esses trabalhadores, com vocês, e agora, o que nos cabe, Senador, é dar a efetividade a esse direito. Então, não estamos mais discutindo aqui mérito, mas sim viabilizando o que a Constituição já consagrou.

Nós estamos falando de homens e mulheres aqui que, diariamente, enfrentam o Sol, chuva, situações precárias, e que estão lá na ponta, na saúde da ponta, e alcançando lugares que, muitas vezes, Senador, nem o Estado alcança; que, muitas vezes, nem eu, enquanto Vereadora, enquanto...

Peço perdão por não ter me apresentado. Eu sou de Primavera do Leste, do Mato Grosso, uma cidade do interior, mas uma cidade muito promissora, muito rica, uma cidade que cresceu muito nos últimos anos. E, sem a ajuda dos ACS, nós hoje estaríamos vivendo um caso muito triste lá em Primavera, porque, quando nós descobrimos que investir em prevenção era a melhor saída, o nosso sistema de saúde de Primavera mudou quando nós começamos a valorizar a prevenção.

Então, essa aposentadoria especial que está sendo regulamentada não é um privilégio, é um reconhecimento legal de uma exposição contínua a riscos que esses profissionais enfrentam. Não é um favor, é uma obrigação, é um reconhecimento legal dessa exposição de riscos físicos, biológicos, psicológicos que muitas vezes esses profissionais enfrentam por estarem lá na ponta, por estarem lá onde o nosso braço às vezes não alcança.

E eu quero destacar três pontos essenciais que devem nortear a gente aqui, Senador: a paridade e a integração dos benefícios, conforme propõe o projeto, que são pilares justos. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhador que arrisca sua vida em nome da saúde do coletivo precisa ser assegurado com um benefício digno, não apenas financeiramente, mas também em respeito ao que representa para a nossa sociedade; o reconhecimento do tempo de serviço em atividades insalubres, devem ser consideradas as condições reais do trabalho dos agentes, inclusive nos casos em que a insalubridade é atenuada por equipamentos de proteção individual, que são os EPIs, que muitas vezes são precários ou inexistentes, dependendo dos locais onde atuam; e, por fim, o diálogo com os sindicatos e com as entidades representantes da categoria, como é o caso da Marina e do Domingos, que estão representando as categorias aqui. A Conacs e os sindicatos estaduais são fundamentais, porque são eles que trazem essa realidade da vida dos profissionais.

Quando a gente estuda sobre política, a gente fala muito sobre a sociedade civil organizada e que nada é feito sem a movimentação da sociedade civil organizada. E o que a gente está vendo aqui hoje, nesta sala de Comissão aqui dentro do Senado, é justamente isto: é ver a sociedade civil, é ver os trabalhadores, os agentes, que se organizaram e vieram aqui cobrar nada mais do que um direito, que é o direito dessa aposentadoria.

Eu quero agradecer a oportunidade de dar a minha contribuição. Eu, como falei, sou de uma cidade do interior do Mato Grosso, mas posso assegurar para vocês que a saúde da minha cidade, ainda estamos equilibrando os pratinhos lá, porque na saúde nós sempre estamos no gargalo, mas nós ainda estamos equilibrando os pratinhos lá na minha cidade por causa dos agentes comunitários, por causa das pessoas que trabalham na prevenção, onde muitas vezes a gente não consegue estar. O morador às vezes não consegue ira ao hospital, ir à UPA, e eles atuam, como foi falado aqui, às vezes até como agentes comunitários de assistência social dentro desses lugares.

Muito obrigada pelo serviço de vocês, de coração, muito obrigada! Vocês são heróis, heróis! O que vocês fazem são poucas pessoas que têm a determinação e a coragem de fazer.

Meus parabéns e muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigado à nossa Vereadora Mariana Carvalho, de Primavera do Leste, Mato Grosso.

Eu passo agora, então, ao Vinicius Amoroso, Vereador do PSB da minha cidade, mas está convidado para vir para o PL, viu? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS AMOROSO (Para expor.) – Gostaria de agradecer o convite do meu amigo Senador da República por Mato Grosso, que muito nos honra, muito nos orgulha, Wellington Fagundes.

Gostaria de cumprimentar, de forma muito especial, a minha amiga Marina Lara, a Ilda Angélica e a Vereadora Mariana Carvalho, pelas palavras e pelas considerações com essa classe.

De fato, Senador, nós estamos discutindo, não só um direito daqui em diante, como se diz no direito. Eu sou advogado, e a gente fala no direito que não é um efeito *ex tunc* ou *ex nunc*, a gente está aqui discutindo um direito daqueles e daquelas que também já vêm trabalhando há muito tempo, principalmente. Nós estamos diante, Senador, de profissionais que já lutam e trabalham nessa classe, sol a sol, dia a dia, há 30 anos, há 35 anos, e sequer têm, por muitas das vezes, o seu vínculo reconhecido e, quando têm, não conseguem se aposentar pelo trabalho que fazem.

Nós precisamos limpar as nossas mãos. Muitos, Vereadora Mariana, desses profissionais estão morrendo, e estão morrendo com chagas, estão morrendo com hanseníase, estão morrendo com leishmaniose e também estão morrendo de depressão, porque não suportam a carga exaustiva, porque não suportam a ausência de EPI, porque não suportam mais não serem respeitados e respeitadas.

Nós queremos aqui, Senador Wellington – a V. Exa., como Relator desse PL –, fazer justiça, fazer justiça social e dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus, dar a esses profissionais aquilo que eles merecem, que é respeito e dignidade.

Para além disso, foi dito ainda muito aqui sobre o papel desses profissionais, porque muitos exercem atividades de assistência social, de psicologia, de enfermagem, tantas profissões bonitas, reconhecidas, estáveis, mas esses que exercem essas atividades sequer conseguem se aposentar. Nós precisamos resistir, precisamos ser luta e, com certeza, sairemos daqui com esse PL aprovado e seremos orgulho para o Brasil. Mais uma vez, esta Casa vai fazer história e reconhecerá o trabalho de V. Sas., o trabalho de cada um, dando a vocês a oportunidade de ter os seus vínculos reconhecidos e, principalmente, ter a oportunidade de ter a sua aposentadoria especial.

Muito obrigado ao Senador Wellington e a cada um dos senhores pela oportunidade. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigado ao Vereador Vinicius Amoroso, de Rondonópolis, Mato Grosso.

Eu passo, então, agora já para as considerações finais. A primeira inscrita... Eu vou deixar a Ilda para o final, certo? Ela foi a primeira e agora os últimos serão os primeiros. (*Risos.*)

A Evellin Bezerra da Silva, Diretora do Departamento... Agora disse que é para corrigir, não é mais Diretora do Departamento de Estratégias e Políticas de Saúde. Você pode reconfirmar aí a sua diretoria, agora; é até melhor, porque ela está numa diretoria mais própria para o caso aqui de que estamos falando.

A SRA. EVELLIN BEZERRA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador. É isso mesmo.

Eu estava numa diretoria, na atenção primária à saúde, que dialogava muito com o papel do trabalho dos agentes comunitários. E eu trago essa experiência para um lugar que, além da discussão do papel, também trata das questões da gestão do trabalho desses trabalhadores. Então, eu me sinto muito confortável, digamos assim, no lugar em que estou agora.

Eu queria mais uma vez dizer da importância para nós, enquanto departamento, de toda a discussão, que faz parte da nossa essência, da defesa do trabalho seguro para os nossos trabalhadores, da defesa do trabalho digno, decente. Essa é uma grande pauta para nós.

Queria fazer esse compromisso público – gosto muito, inclusive, dessa forma de fazer compromissos públicos, porque temos muitas testemunhas aqui – de dizer daqui, do nosso lugar aqui na Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, que tudo que possível for para fortalecer a discussão, para que a gente consiga, de fato, garantir esse trabalho seguro, digno, decente para os nossos agentes, tanto agentes comunitários de saúde quanto de combate às endemias, que tudo que estiver ao nosso alcance nós faremos, enquanto promotores, enquanto área que tem esse papel de fazer essa discussão com os entes federativos.

Então, quero dizer mais uma vez da importância do entendimento nosso de que, em tudo que for relativo à discussão da atenção integral à saúde dos trabalhadores e desses trabalhadores, por nós, nós estaremos, e temos a certeza de poder contar com vocês, inclusive, nessa parceria, como já vem acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, quero dizer para vocês, enquanto Ministério da Saúde, do nosso compromisso nesse grande grupo de trabalho que está tratando dessa matéria em específico. Falo isso aqui com o compromisso de fazer essa fala das outras secretarias do Ministério da Saúde, porque temos feito essa reunião, essa conversa de conseguir fazer essa resposta em relação a essa matéria específica tanto quanto for possível de nossa parte. Isso é um compromisso que eu gostaria de assumir neste momento.

Mais uma vez, quero agradecer a oportunidade de estar com vocês aqui; agradecer à Profa. Márcia, que foi tão gentil de sinalizar, inclusive, o nosso lugar neste momento, nesta discussão e em tantas outras. Quero depois, Profa. Márcia, entrar em contato para olhar melhor essas produções que vocês têm feito, que eu acho que muito podem nos auxiliar nesta discussão e em tantas outras.

Então, mais uma vez, quero agradecer a oportunidade e desejar sucesso para todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mais uma vez, obrigado à Evellin Bezerra da Silva.

Eu convido agora a Sra. Cláudia Iten, que é Coordenadora-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal do Departamento de Regimes Próprios da Previdência Social.

A SRA. CLÁUDIA ITEN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, gostaríamos de agradecer o convite, de agradecer ao Sr. Senador, a todos os presentes, aos que se manifestaram, aos que estão acompanhando esta audiência pública para debater esse PL, que trata da regulamentação da aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

Nós reconhecemos a importância da valorização dessa categoria, que tanto se dedica à saúde pública do país.

A nossa manifestação foi realizada com base nas normas legais vigentes, em especial na Constituição Federal. A aprovação da proposta, na forma como consta no projeto, no nosso entendimento, contraria a Constituição Federal em diversos aspectos, além de afetar sobremaneira o equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes previdenciários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós permanecemos à disposição, Senador e demais presentes, para colaborar com o debate deste e de outros projetos relacionados à previdência social.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Somos nós que agradecemos, mais uma vez, a participação da Dra. Cláudia e convidamos agora, para finalizar, a Dra. Márcia Valéria Morosini, Vice-Diretora de Ensino da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, que acho que é subsidiária da Fiocruz.

A SRA. MÁRCIA VALÉRIA MOROSINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, reitero o nosso agradecimento em nome da Fiocruz.

Na Fiocruz, nós somos uma unidade técnico-científica. Nós somos uma escola voltada para os trabalhadores técnicos do SUS. Nós fazemos pesquisa e colaboração, formamos trabalhadores técnicos e estamos sempre pensando de que forma podemos colaborar para que as políticas públicas façam justiça às necessidades desses trabalhadores para que o SUS tenha uma força de trabalho sempre mais qualificada, com trabalho digno, condições adequadas de trabalho e relações desprecarizadas também.

Nós nos colocamos à disposição para colaborar no que for necessário.

É sempre uma alegria conversar com pessoas que estão interessadas em melhorar as condições de vida da classe trabalhadora brasileira, em especial de uma força de trabalho tão importante para o SUS.

Eu queria saudar a todos que estão aí e dizer à Evellin que é um prazer – nós somos ministério. E ouvir a Cláudia foi muito informativo e retirou muitas dúvidas também.

Quero dar um abraço e desejar força aí para a categoria dos agentes de combate às endemias e dos agentes comunitários de saúde nessa luta que precisa, obviamente, ao mesmo tempo, pensar nas necessidades e particularidades da categoria e pensar também no coletivo e na possibilidade de que a justiça precisa acolher e abranger todas e todos os trabalhadores da saúde. Então, é falar sobre isto: essa luta é coletiva e deve abranger a todas e todos que estão em situação irregular ou vivendo alguma situação precária e inadequada e que precisam lutar por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhores condições de trabalho e de vida e que seus direitos, os direitos devidos, sejam garantidos.

Desejo muita força aí.

Estamos juntos.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero aqui só registrar que o Deputado Gilberto Cattani, lá do meu Estado do Mato Grosso, me ligou agora há pouco também querendo participar da nossa audiência, mas, também por compromisso, não dava para colocá-lo naquele momento.

A Deputada Janaina também está querendo falar; estou vendo aqui no vídeo. Então, eu vou passar à Deputada Janaina Riva, que representa todos os Deputados Estaduais do Mato Grosso.

Pode falar, Deputada.

A SRA. JANAINA RIVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador Wellington.

Não sei se vocês me ouvem aí, mas, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ouço muito bem, e estamos até vendo também. (*Risos.*)

A SRA. JANAINA RIVA (*Por videoconferência.*) – Que bom, que bom!

Eu, como única mulher aqui da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, fiz questão de entrar em contato com o senhor para falar dessa importante pauta para o Brasil e para o nosso estado, uma pauta que vai fazer justiça aos agentes de saúde, aos agentes de endemia do Estado de Mato Grosso e do Brasil, porque são as pessoas que estão lá na ponta, estão dentro da casa do cidadão, são quem faz a saúde dentro das comunidades de maior vulnerabilidade e que merecem, sem dúvida, ter o seu direito à aposentadoria respaldado pelo Congresso Nacional. E, enquanto Deputados Estaduais de Mato Grosso, nós não só aprovamos, como incentivamos e estamos aqui na torcida para que seja aprovada o quanto antes a aposentadoria, garantindo um futuro de mais dignidade para esses tão importantes servidores do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, parabéns por relatar essa pauta de grande repercussão nacional!

E, em nome da Assembleia Legislativa também – eu sei que daqui a pouco vai falar o meu colega Cattani – e do Presidente Max, quero registrar aqui o nosso apoio incondicional aos agentes de saúde e de endemia de Mato Grosso e do Brasil.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k., Deputada.

Uma salva de palmas aí também, né? (*Palmas.*)

Muito obrigado – obrigado!

Bom, gente, acho que agora já vamos partindo para o final, e eu também gostaria de fazer aqui algum registro, na qualidade de Relator.

Temos um uma longa jornada ainda pela frente, né? Eu acho que é importante que todos vocês tenham conhecimento. Eu sempre falo que o bom projeto é aquele que a gente consegue aprovar. Eu tenho certeza de que esse projeto tem um apoio, como já foi falado aqui pelo Deputado, de todos, independentemente de corrente partidária. Então, não vejo tanta dificuldade, a não ser algumas posições da área econômica, que pode fazer algum questionamento. Eu estou aqui procurando, na minha fala, algum questionamento sobre o impacto, mas eu acho que a justificativa mais impactante é o que o preventivo pode fazer.

E aí eu sempre tenho dito – agora há pouco eu dava uma entrevista ali na TV Senado – que, quando uma pessoa vai para o hospital, vai para uma UTI, não só há o risco de vida, mas como há o impacto no custo da saúde, que é muito grande. Então, quando está lá o agente acompanhando a família no dia a dia, orientando desde a área de higiene, as vacinações que devem ser tomadas, enfim, toda a explicação e o cuidado, e, como eu conversava aqui com as minhas duas parceiras, às vezes até na questão social da família, até na questão de segurança... Hoje nós temos problemas muito sérios, principalmente de feminicídio, e eu tenho certeza de que o agente de saúde está ali no dia a dia, exatamente, às vezes fazendo um trabalho... Não é o trabalho da polícia, mas é mediando para encaminhar para os setores governamentais que melhor forma aquela família pode ter uma assistência – ou os idosos ou, enfim, as crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero dizer que aqui hoje nós estamos para defender uma causa que vai além de partidos: é a dignidade de quem cuida da saúde do povo brasileiro lá na ponta, lá na base.

E, como Relator do PL 185, de 2024, eu quero dizer aqui, com toda a firmeza, que esse projeto é um ato de justiça. Muitos aqui... (*Palmas.*)

E falamos, claro, de homens, de mulheres, de pais, de mães, que estão na linha de frente, enfrentando sol, chuva, riscos e distâncias, muitas vezes também até a indiferença dos setores que não conhecem a realidade da profissão.

São profissionais que levam prevenção, orientação e cuidado até os lugares mais vulneráveis do nosso país. Imagina fazer esse trabalho em regiões tão longínquas, eu diria, por exemplo, no nosso Pantanal Mato-Grossense, na Amazônia, em outras tantas regiões do Brasil, no nosso Nordeste também, que tem todas as suas dificuldades? Foi bom que foi falado aqui, começou lá no Ceará, e nós de Mato Grosso fomos aprender com vocês. Olha que bom.

E eu quero aqui mais uma vez reconhecer o papel do Deputado Carlos Bezerra, quando do início da profissão dos agentes de saúde lá no meu estado.

Só em Mato Grosso, são aproximadamente 8 mil agentes. Parece-me que é mais, não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É por aí, 8 mil agentes trabalhando em todas as regiões do estado, inclusive, como eu disse, nas mais remotas. E, no Brasil, são aproximadamente 370 mil profissionais. É gente que faz a diferença na vida das famílias brasileiras. E o que eles recebem em troca, infelizmente, ainda é a invisibilidade de muitos que não reconhecem a importância desse trabalho. Mas isso, claro, eu espero que a gente mude com o nosso relatório e, principalmente, com a aprovação desse projeto tão importante que é a regulamentação. E muitos perguntaram aqui, até teve uma pergunta: "Por que regulamentar?". Essa é a legislação, é a regra. A partir da regulamentação, então, a gente tem aí a firmeza daquele projeto e a definição corroborada também por todos nós Congressistas.

Eu quero aqui, então, mais uma vez também parabenizar o projeto do Senador Veneziano, que agora há pouco esteve aqui conosco presidindo. Ele é uma das pessoas de mais prestígio aqui na Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só vou pedir licença aqui um pouquinho. (*Pausa.*)

Aqui a gente tem que fazer de tudo. Como é que dizem? É chutar para o gol e depois ainda ir lá defender. (*Risos.*)

Então, eu quero aqui mais uma vez registrar o papel do Senador Veneziano, que é um Senador de muito prestígio e que, com certeza, vai ser extremamente importante para que a gente possa aprovar esse projeto.

E eu quero dizer que todos nós reconhecemos, então, as condições especiais desse trabalho.

Garantir, então, a aposentadoria – que é o cerne do projeto – aos trabalhadores desta área, com 52 anos para homens, 50 anos para as mulheres, com 20 anos de exercício na função ou mais de 15 anos como agente mais 10 anos em outro cargo, ou seja, pode acumular. Também a integralidade, o valor integral da última remuneração; e, ainda, a paridade, o mesmo reajuste dos ativos para os aposentados. Não é porque aposentou agora... Quem aposentou é porque teve todo o seu trabalho e, claro, precisa ter todas as condições para cumprir a sua vida.

Esta audiência eu propus – quero registrar – junto com a Senadora Damares Alves. Ela, portanto, é para a gente ouvir, para debater, exatamente para esclarecer a todos.

Eu quero, então, concluindo, agradecer a todos os presentes – não vou repetir aqui –: aos Ministérios da Saúde, Previdência, Planejamento; à Fiocruz; ao Conacs; aos sindicatos; e também aos especialistas. Todos nós estamos unidos nesse objetivo.

Deixo aqui, então, minha Presidente Ilda, o meu compromisso de que vou continuar fazendo todos os nossos esforços para que a gente possa aprovar o projeto o quanto antes possível, mas dificilmente será antes do recesso, né? Eu espero... Não vou falar agosto, porque senão podem perguntar se é "a gosto" de Deus, né? (*Risos.*)

Vamos ver se a gente o aprova no segundo semestre.

Contem comigo para que a gente possa fazer esse trabalho.

Quero registrar que já conquistamos, vocês já conquistaram o piso salarial e, por isso, um reconhecimento constitucional. Agora, é a hora de avançar no direito à aposentadoria justa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero falar a todos os agentes de saúde do Brasil – pedi até que fosse franqueado para que aqueles que estivessem lá pudessem vir.... Já foi liberado aí, João? Estão chegando? Estão chegando? Hã? (*Pausa.*)

Já estão chegando, né?

Eu quero dizer que vocês podem contar com a nossa força, o nosso trabalho. Agora, ninguém faz nada sozinho, né, gente?

Eu gostaria aqui também de agradecer – pediria a nossa Secretaria para me dar o nome dos nossos assessores e também os do meu gabinete – à Deputada Marinha Raupp, que tem acompanhado, à Adriana... Eu quero depois nominá-los aqui.

No Senado, eu sempre faço questão de demonstrar isso, porque, às vezes, lá fora, as pessoas falam: "O que aquele mundo de gente faz lá no Congresso Nacional?". São milhares de pessoas que passam por aqui, no dia a dia, com as mais diversas discussões possíveis.

Nesses 33 anos em que estou aqui como Parlamentar – tive a oportunidade de ter seis mandatos como Deputado Federal e fui reeleito agora como Senador da República –, sempre falei que o voto é uma confiança que o eleitor deposita no político, e a melhor forma que nós temos de retribuir essa confiança é a do trabalho, que é o que nós estamos fazendo aqui. Portanto, aqui, nesta Casa, nós trabalhamos muito, mas também os servidores desta Casa trabalham muito – muito. Às vezes, vão até de madrugada, enfim... (*Palmas.*)

Então, é importante que tenhamos também, que a sociedade brasileira tenha esse conhecimento e reconhecimento do papel que a Casa Legislativa faz.

Eu quero passar aqui para a Ilda Angelica dos Santos Correia, para que ela possa fazer as palavras finais.

E eu também, ao final... Antes de passar para você, Ilda, quero aqui registrar também que nós estamos prestes a votar para uma outra categoria, que são os peritos. Esta semana também, o Senado Federal vai iniciar a votação de uma proposta que pode transformar a forma como o Brasil trata as investigações criminais. Estamos falando aqui da PEC 76, de 2019. Essa PEC é de autoria do ex-Senador Antonio Anastasia, que também foi um dos Senadores mais competentes que eu conheci, que passou aqui por esta Casa, foi Governador de Minas Gerais e hoje está no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal de Contas. Todo trabalho dele era feito com muito esmero, com muita competência. A proposta, à época, do Senador Antonio Anastasia, nessa emenda, incluía a polícia científica, ou seja, a perícia oficial entre os órgãos de segurança pública do país. A ideia é garantir mais autonomia e estrutura à atuação dos peritos criminais.

A PEC já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e, agora, com a relatoria da Senadora Dorinha, deve seguir, então, para votação aqui no Plenário. A votação deve acontecer amanhã. Serão necessárias cinco sessões de discussão para o primeiro turno. Se aprovada, a PEC, então, segue para a Câmara dos Deputados. Portanto, tem ainda uma longa jornada, mas também é um reconhecimento a uma categoria muito importante. A inclusão da perícia como órgão autônomo visa reforçar a imparcialidade e a credibilidade dos laudos técnicos, elementos fundamentais para investigações sérias e decisões judiciais justas.

Embora essa PEC não trate diretamente da violência contra a mulher, o fortalecimento da perícia criminal tem impacto direto na elucidação de feminicídios. Um sistema técnico mais ágil e independente pode acelerar a responsabilização dos agressores e reduzir a impunidade. Só em 2024, o Brasil registrou 1.459 casos de feminicídio. São quatro mulheres mortas por dia. Em muitos desses casos, o trabalho pericial é decisivo. Portanto, a PEC representa um passo importante para tornar o Sistema de Segurança Pública mais técnico, independente e também eficaz. O seu avanço pode salvar vidas, principalmente de mulheres vítimas da violência.

Então, eu quero aqui também convidá-los a acompanhar, porque tudo, Ilda, é na busca de mais justiça social no país. Quero aqui... Eu vejo muitas mulheres aqui também e, como eu sou apaixonado pela minha esposa... Agora, no mês de abril, fizemos oito anos de namoro e mais 42 de casados, 50 anos. Fruto disso, tenho dois netos – dois filhos e dois netos – e duas netinhas, gêmeas idênticas, que neste mês de agosto completarão um ano – uma maravilha, dádiva de Deus! E vocês representam muito desse trabalho.

Eu quero dizer que, inclusive, aqui também apresentei um projeto para que, nas próximas eleições – espero que assim seja aprovado –, pelo menos 30% das vagas no Parlamento brasileiro, Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa... Vocês ouviram a Deputada falando? Só uma mulher em três mandatos, só uma mulher na Assembleia Legislativa de Mato Grosso! E também aqui no Congresso Nacional, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mais votada, mas podia ter mais mulheres, não é? Então, a minha proposta é que pelo menos 30% das vagas, não de candidaturas, porque 52% dos eleitores brasileiros são mulheres... É justo que mais mulheres tenham mais representação. (*Palmas.*)

Então, eu vou encerrar, mas, antes de passar a palavra, eu quero agradecer, aqui, aos servidores do meu gabinete, colaboradores: Adriana Garcia, que é da área de comunicação e tem conversado muito com vocês; João Lopes, que é da área legislativa, está por aqui; Glaucio Duarte, aquele jovem que está registrando ali, que leva a comunicação; Larissa de Mello, que está lá, aquela moça lá – estão os dois lá, o João e a... levantem a mão aí para os conhecerem –; Isabela Holanda, que vai perder o cargo, porque foi embora (*Risos.*); Eurípedes Alencar, que é aquele lá no final, Chefe de Gabinete; e também Fernando Damasceno, que é Chefe do bloco. Eu sou Líder do Bloco Vanguarda, que é o PL e o Partido Novo.

Aqui da CAE: João Pedro Caetano, competente Secretário – vocês viram que ele dificilmente dá uma risada, não é, gente? O homem é concentrado, não é? (*Risos.*); Daniel Andrade, adjunto, que está lá; também Thalita Medeiros, que está ali; Luís Lavôr, que está ali; Vanessa Mamedes, que está ali; Erika Barbacena; e Juliana Amorim. Então, na pessoa deles, eu agradeço às assessorias das duas Comissões que estão aqui presentes nesta audiência pública. (*Palmas.*)

Agora, finalmente, a Ilda, cearense.

A SRA. ILDA ANGELICA DOS SANTOS CORREIA (Para expor.) – Bom, pessoal...

Está sem som? (*Fora do microfone.*). Ah, o.k.

Bom, primeiramente, eu queria agradecer muito a Deus por ter nos oportunizado este momento tão rico em que a gente aqui começa a debater o PL 185 e começa a debater com a certeza plena de que Deus está no comando e que, já, já, nós estaremos aqui o votando e aprovando na sua totalidade, se Deus quiser.

Agradeço aqui a participação da Dra. Márcia, que é uma parceira nossa, na Escola Politécnica Joaquim Venâncio, representando a Fiocruz, que tanto pesquisa a nossa categoria e sabe inteiramente qual é o nosso dia a dia e do que, de fato, a gente necessita para ter um pouco de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade de vida no nosso trabalho. Agradeço à Evellin, também parceira no Ministério da Saúde, que, em várias secretarias por onde passou, sempre esteve debatendo e construindo junto conosco; à Dra. Cláudia, que a gente conhece, aqui representando o Ministério da Previdência, também agradeço aqui a participação dela.

Apesar de estar colocando as observações em relação à Constituição, quero deixar claro aqui ao Ministério da Previdência que, quanto a essa questão de querer invadir a competência do município, a gente faz um paralelo com a 120, colocando, dentro da 120, o valor do piso nacional dos agentes comunitários de saúde e endemias, sendo que nós somos funcionários das prefeituras. Nem por isso ninguém levou em consideração que a União estava invadindo a competência do município. Nesse momento, a gente esqueceu, já que a União está bancando o salário dos agentes de saúde e agentes de combate às endemias. Então, a gente não vê por esse ângulo, mas nós não somos do jurídico. Com certeza, esse debate vai se aprofundar e nós vamos tirar todas as dúvidas em relação a essa questão. Mas quero agradecer aqui à Dra. Cláudia, enquanto Ministério da Previdência.

Quero fazer um agradecimento muito especial, Senador Wellington, ao Senador Renan Calheiros, Presidente desta Comissão, parceiro dessa categoria ao longo dos anos, desde quando Deputado lá no Estado de Alagoas. Em todos os espaços que ocupou politicamente, ele sempre teve um carinho muito especial pela nossa categoria. Eu quero fazer este registro aqui na Comissão da qual ele está Presidente: é um parceiro da categoria. A nossa vida tem muitos avanços e muitos deles ao lado do Senador Renan Calheiros. Então, quero deixar o nosso registro de agradecimento ao nosso Senador. Quero agradecer também ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, também muito parceiro dessa categoria, que constrói conosco os nossos avanços durante muitos anos. Quero agradecer aos companheiros que estiveram...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ILDA ANGELICA DOS SANTOS CORREIA – ... aqui comigo na mesa, a Marina e o Domingos, e a todos os nossos companheiros do Brasil inteiro que estão hoje aqui presencialmente e virtualmente. (*Palmas.*)

Quero dizer que é só um começo, mas nós vamos avançar em longos passos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, claro, quero dar um abraço no nosso Relator, o Senador Wellington Fagundes, e agradecer-lhe muito por ter assumido essa responsabilidade e esse compromisso, por estar se dedicando integralmente a realmente entregar um relatório que vai ao encontro da justiça a essa categoria que, ao longo dos anos, tem se dedicado integralmente à vida, à saúde do povo brasileiro. (*Palmas.*)

Fazendo esses agradecimentos, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Antes de encerrar, eu quero aqui, até por justiça também, lembrar a todos que o Deputado Valtenir Pereira, que é do meu estado, o Mato Grosso, foi o autor da PEC 22, do ano de 2022. Pena que ele não é do PL, que é o 22, né? (*Risos.*)

Os números deveriam fazê-lo estar no PL.

Eu quero fazer esse registro aqui também, porque ele foi Deputado comigo, é da minha região de Juscimeira e eu sei que ele lutou muito por essa PEC. Então...

A SRA. ILDA ANGELICA DOS SANTOS CORREIA (*Fora do microfone.*) – Senador Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Marcelo Castro agora, né? Agora.

Queremos agradecer muito também ao Marcelo Castro. Eu até achei que ele poderia estar aqui hoje, mas foi impedido. Então, fica aqui também o nosso agradecimento ao Senador Marcelo Castro, que é uma das pessoas hoje mais influentes aqui no Senado da República. Ele é médico, mas é uma pessoa que tem a capacidade de transitar em todas as áreas e é um experiente Senador da República. Então, fica aqui também o nosso agradecimento ao Senador Marcelo Castro. Quero uma salva de palmas para ele também. (*Palmas.*)

A SRA. ILDA ANGELICA DOS SANTOS CORREIA – E é isto, queridos: Deus está no comando! Avançaremos sempre, porque Ele está no comando e a união faz a...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. ILDA ANGELICA DOS SANTOS CORREIA – Valeu, Conacs! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mais uma dessa aí para a gente registrar.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. ILDA ANGELICA DOS SANTOS CORREIA – Calma! Segura aí, Nelson! Segura aí, Nelson! Segura aí, Nelson! O Senador está pedindo para a gente repetir o grito de guerra, né?

Então, Senador, eu não sei se a gente poderia ir para lá, para fazer o registro da foto, bem bonita.

Como a gente sempre termina os nossos eventos em qualquer lugar – e aqui para agradecer esta oportunidade ao Senador –, a gente vai ficar de pé agora, para a gente encerrar.

Dizendo o quê? Dizendo o quê? Deus está no comando e a união faz a...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. ILDA ANGELICA DOS SANTOS CORREIA – Força! Valeu, Conacs! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E com isso, com a força de Deus, dou por encerrada a nossa sessão da nossa audiência pública.

Que Deus nos abençoe e proteja.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e um minuto do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Damares Alves, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Irajá, Lucas Barreto, Pedro Chaves, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Randolfe Rodrigues, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade: Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Assuntos Econômicos ao PLDO 2026 (PLN 2/2025) que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências". Relator na CAE: Senador Eduardo Braga. Resultado: APROVADAS as Emendas de Meta: **Emenda 60050001:** na forma da proposta de Emenda nº 4, no objetivo específico "fortalecer o setor artesanal, o cooperativismo, o associativismo e a economia criativa", programa "2802 – Empreendedorismo e Inclusão Socioprodutiva", meta fisica 314.000, atendendo, conjuntamente, as indicações das propostas da CAE de número 4, 5, 11, 12, 37 e 84, dos Senadores Paulo Paim, Teresa Leitão e Irajá; **Emenda 60050002:** na forma da proposta de Emenda nº 34, no objetivo específico "Promover a educação popular, a qualificação técnica e a formação cidadã em Economia Popular e Solidária", "programa 4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis", meta fisica 100.000 , atendendo, conjuntamente, as indicações das propostas da CAE de número 22, 34 e 82, dos Senadores Fernando Faias, Teresa Leitão e Augusta Brito; **Emenda 60050003:** na forma da proposta de Emenda nº 40, no objetivo específico "Ampliar a produção nacional da indústria e de serviços, em bases sustentáveis, com maior valor agregado, intensidade tecnológica e inovação", programa "2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional", meta 5, atendendo, conjuntamente, as indicações das propostas da CAE de número 27, 29, 40, 83 e 103, dos Senadores Nelsinho Trad,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Omar Aziz, Irajá e Hamilton Mourão; APROVADAS as emendas de texto: **Emenda n° 60050004**, na forma da Emenda nº 1, tipo modificativa, referência "Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção IV, Art 87, § 1, Inciso I"; indicação do senador Jaime Bagattoli. **Emenda n° 60050005**, na forma da Emenda nº 6, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção II, Art 100"; indicação do senador Jaime Bagattoli; **Emenda n° 60050006**, na forma da Emenda nº 7, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção II, Art 100"; indicação do senador Jaime Bagattoli; **Emenda n° 60050007**, na forma da Emenda nº 8, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap IV Seção X, Subseção IV, Art 87, § 5"; indicação do senador Jaime Bagattoli; **Emenda n° 60050008**, na forma da Emenda nº 13, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap III, Art 12"; indicação do senador Paulo Paim; **Emenda n° 60050009**, na forma da Emenda nº 14, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap VII, Art 129"; indicação do senador Paulo Paim; **Emenda n° 60050010**, na forma da Emenda nº 15, tipo modificativa, referência "Corpo da Lei, Cap VII, Art 120, § 2"; indicação do senador Paulo Paim; **Emenda n° 60050011**, na forma da Emenda nº 16, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap VII, Art 121"; indicação do senador Paulo Paim; **Emenda n° 60050012**, na forma da Emenda nº 17, tipo modificativa, referência "Corpo da Lei, Cap VII, Art 121, Inciso III"; indicação do senador Paulo Paim; **Emenda n° 60050013**, na forma da Emenda nº 18, tipo supressiva, referência "Corpo da Lei, Cap VII, Art 120, § 2"; indicação do senador Paulo Paim; **Emenda n° 60050014**, na forma da Emenda nº 23, tipo modificativa, referência "Corpo da Lei, Cap VII, Art 121, Inciso III"; indicação da senadora Teresa Leitão; **Emenda n° 60050015**, na forma da Emenda nº 43, tipo aditiva, referência "Anexo II, Inciso XXI"; indicação da senadora Damares Alves; **Emenda n° 60050016**, na forma da Emenda nº 47, tipo supressiva, referência "Corpo da Lei, Cap VII, Art 121, Inciso VI"; indicação da senadora Damares Alves; **Emenda n° 60050017**, na forma da Emenda nº 52, tipo modificativa, referência "Corpo da Lei, Cap VII, Art 120, § 1, I e II"; indicação da senadora Damares Alves; **Emenda n° 60050018**, na forma da Emenda nº 55, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 54"; indicação da senadora Damares Alves; **Emenda n° 60050019**, na forma da Emenda nº 65, tipo modificativa, referência "Corpo da Lei, Cap IV, Seção V, Art 48, § 8"; indicação do senador Jaime Bagattoli; **Emenda n° 60050020**, na forma da Emenda nº 66, tipo supressiva, referência "Corpo da Lei, Cap V, Seção III, Art 105, § 7"; indicação do senador Jaime Bagattoli; **Emenda n° 60050021**, na forma da Emenda nº 67, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção II, Art 100"; indicação do senador Jaime Bagattoli; **Emenda n° 60050022**, na forma da Emenda nº 68, tipo modificativa, referência "Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção IV, Art 87, § 1, Inciso I"; indicação do senador Jaime Bagattoli; **Emenda n° 60050023**, na forma da Emenda nº 69, tipo modificativa, referência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção III, Art 84, § 5"; indicação do senador Jaime Bagattoli **Emenda n° 60050024**, na forma da Emenda nº 70, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção III, Art 83"; indicação do senador Jaime Bagattoli; **Emenda n° 60050025**, na forma da Emenda nº 71, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção II, Art 100"; indicação do senador Jaime Bagattoli; **Emenda n° 60050026**, na forma da Emenda nº 72, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção IV, Art 87, § 5"; indicação do senador Jaime Bagattoli; **Emenda n° 60050027**, na forma da Emenda nº 73, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção II, Art 100"; indicação do senador Jaime Bagattoli; **Emenda n° 60050028**, na forma da Emenda nº 74, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção II, Art 100"; indicação do senador Jaime Bagattoli; **Emenda n° 60050029**, na forma da Emenda nº 92, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap VI, Art 114"; indicação do senador Wellington Fagundes; **Emenda n° 60050030**, na forma da Emenda nº 94 tipo Modificativa, referência "Corpo da Lei, Cap IV, Seção IX, Art 74, Inciso XIII"; indicação do senador Wellington Fagundes; **Emenda n° 60050031**, na forma da Emenda nº 95 tipo Modificativa, referência "Corpo da Lei, Cap VII, Art 115, § 4"; indicação do senador Wellington Fagundes; **Emenda n° 60050032**, na forma da Emenda nº 97, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 17"; indicação do senador Wellington Fagundes; **Emenda n° 60050033**, na forma da Emenda nº 104, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap XII, Art 183"; indicação da senadora Tereza Cristina; **Emenda n° 60050034**, na forma da Emenda nº 105, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 28"; indicação da senadora Tereza Cristina; **Emenda n° 60050035**, na forma da Emenda nº 106, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap V, Seção III, Art 104"; indicação da senadora Tereza Cristina; **Emenda n° 60050036**, na forma da Emenda nº 107, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 96, § 2"; indicação do senador Eduardo Braga; **Emenda n° 60050037**, na forma da Emenda nº 108, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 96, § 2"; indicação do senador Marcio Bittar; **Emenda n° 60050038**, na forma da Emenda nº 109, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 96, § 2"; indicação do senador Alessandro Vieira; **Emenda n° 60050039**, na forma da Emenda nº 110, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 96, § 2"; indicação do senador Fernando Farias; **Emenda n° 60050040**, na forma da Emenda nº 111, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 96, § 2"; indicação do senador Omar Aziz. Estão aprovadas e serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Foram rejeitas as propostas de emendas ao texto de nº 24, 25, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 93, 96, 98, 99 e 100. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 1 - Projeto de Lei Complementar n° 185, de 2024 - Não Terminativo - que: "Regulamenta a aposentadoria especial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, estabelecida pelo § 10 do artigo 198 da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai à CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/26

Anexo I – Emendas de texto

Nº da Proposta	Modalidade	Autor(a)	Referência (Art.)	Ementa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1	Modificativa	Jaime Bagattoli	Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção IV, Art 87, § 1, Inciso I	(cópia) Indicar beneficiários de emendas de bancada por meio do SIOP - Versão I
6	Aditiva	Jaime Bagattoli	Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção II, Art 100	(cópia) Acrescenta dispositivo para obrigar a vinculação do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES nas indicações de emendas de custeio em saúde.
7	Aditiva	Jaime Bagattoli	Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção II, Art 100	(cópia) Acrescenta dispositivo para estabelecer prazo e obrigatoriedade de repasse de recursos a unidades hospitalares vinculadas ao CNES.
8	Aditiva	Jaime Bagattoli	Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção IV, Art 87, § 5	(cópia) Indicar beneficiários de emendas de bancada por meio do SIOP - Versão II
13	Aditiva	Paulo Paim	Corpo da Lei, Cap III, Art 12	(cópia) CAE - Corpo da Lei, Cap III, Art 12
14	Aditiva	Paulo Paim	Corpo da Lei, Cap VII, Art 129	(cópia) CAE - Corpo da Lei, Cap VII, Art 129
15	Modificativa	Paulo Paim	Corpo da Lei, Cap VII, Art 120, § 2	(cópia) CAE - Corpo da Lei, Cap VII, Art 120, § 2
16	Aditiva	Paulo Paim	Corpo da Lei, Cap VII, Art 121	(cópia) CAE - Corpo da Lei, Cap VII, Art 121
17	Modificativa	Paulo Paim	Corpo da Lei, Cap VII, Art 121, Inciso III	(cópia) CAE - Corpo da Lei, Cap VII, Art 121, Inciso III
18	Supressiva	Paulo Paim	Corpo da Lei, Cap VII, Art 120, § 2	(cópia) CAE - Corpo da Lei, Cap VII, Art 120, § 2
23	Modificativa	Teresa Leitão	Corpo da Lei, Cap VII, Art 121, Inciso III	(cópia) 6 - CAE - Corpo da Lei, Cap VII, Art 121, Inciso III
24	Aditiva	Teresa Leitão	Corpo da Lei, Cap VII, Art 121	(cópia) 3 - CAE - Corpo da Lei, Cap VII, Art 121
25	Aditiva	Plínio Valério	Corpo da Lei, Cap VIII, Art 131, § 1	(cópia) BNDES - Realização de Obras em Países Estrangeiros
43	Aditiva	Damares Alves	Anexo II, Inciso XXI	(cópia) SENADORA DAMARES ALVES - Anexo II, inciso novo - Informações complementares, demonstrativo dívida pública
44	Aditiva	Damares Alves	Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 73, § 19	(cópia) SENADORA DAMARES ALVES - Art. 073, § 20 - Ressalva de limitação empenho
45	Modificativa	Damares Alves	Corpo da Lei, Cap IX, Art 133	(cópia) SENADORA DAMARES ALVES - Art. 133 - Correção de ambiguidade sobre o escopo do dispositivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

46	Supressiva	Damares Alves	Corpo da Lei, Cap VII, Art 121, § 4	(cópia) SENADORA DAMARES ALVES - Art. 121, § 4º - Suprimir autorização genérica ao MPO para alterar Anexo V LOA
47	Supressiva	Damares Alves	Corpo da Lei, Cap VII, Art 121, Inciso VI	(cópia) SENADORA DAMARES ALVES - Art. 121, inciso VI - Autorização para provimento de cargos
48	Modificativa	Damares Alves	Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 73	(cópia) SENADORA DAMARES ALVES - Art. 073 - Contigenciamento considerando o centro da meta e prazo para informar outros poderes
49	Supressiva	Damares Alves	Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 28	(cópia) SENADORA DAMARES ALVES - Art. 028 - Suprimir dispositivo que evita art. 6-A da LC 200/2023 na execução do orçamento de 2026
50	Aditiva	Damares Alves	Anexo III	(cópia) SENADORA DAMARES ALVES - CNA2 Seção III - Das demais despesas ressalvadas: II - Defesa Agropecuária
51	Aditiva	Esperidião Amin	Corpo da Lei, Cap V, Seção III, Art 109	(cópia) CAE - SENADOR ESPERIDIÃO AMIN - Ressarcimento
52	Modificativa	Damares Alves	Corpo da Lei, Cap VII, Art 120, § 1	(cópia) SENADORA DAMARES ALVES - Art. 120, § 1º, I e II – Autorização criação ou aumento gastos com pessoal – Cláusula Suspensiva
53	Aditiva	Damares Alves	Anexo III	(cópia) SENADORA DAMARES ALVES - CNA1 Seção III - Das demais despesas ressalvadas: I - Subvenção econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº10.823, de 2003)
54	Modificativa	Damares Alves	Corpo da Lei, Cap II, Art 4	(cópia) SENADORA DAMARES ALVES - Art. 4º - Exclusão novo PAC prioridades e metas
55	Aditiva	Damares Alves	Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 54	(cópia) SENADORA DAMARES ALVES - Art. 054 - Incluir parágrafo com Informações atualizadas sobre o superávit financeiro
56	Aditiva	Damares Alves	Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 72, § 4	(cópia) SENADORA DAMARES ALVES - Art. 072 - Contingenciamento considerando o centro da meta
57	Aditiva	Damares Alves	Anexo III, Seção II, Inciso IV	(cópia) SENADORA DAMARES ALVES - Embrapa - Ressalva de Contingenciamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

58	Aditiva	Veneziano Vital do Rêgo	Anexo III, Seção II, Inciso IV	(cópia) (cópia) Embrapa - Ressalva de Contingenciamento
59	Aditiva	Veneziano Vital do Rêgo	Corpo da Lei, Cap VII, Art 120	(cópia) (cópia) Restruturação da Fiscalização do Trabalho - §3 do artigo 120.
60	Aditiva	Veneziano Vital do Rêgo	Anexo III	(cópia) (cópia) CNA1 Seção III - Das demais despesas ressalvadas: I - Subvenção econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº10.823, de 2003)
61	Aditiva	Veneziano Vital do Rêgo	Corpo da Lei, Cap VII, Art 121	(cópia) (cópia) Reestruturação da Fiscalização do Trabalho - Transformação
62	Aditiva	Veneziano Vital do Rêgo	Anexo III	(cópia) (cópia) CNA2 Seção III - Das demais despesas ressalvadas: II - Defesa Agropecuária
63	Aditiva	Veneziano Vital do Rêgo	Corpo da Lei, Cap VII, Art 121	(cópia) (cópia) Reestruturação da Fiscalização do Trabalho e remanejamento de cargos.
64	Aditiva	Veneziano Vital do Rêgo	Corpo da Lei, Cap VII, Art 121	(cópia) (cópia) Reestruturação da Fiscalização - Criação
65	Modificativa	Jaime Bagattoli	Corpo da Lei, Cap IV, Seção V, Art 48, § 8	(cópia) LDO - PRAZO PARA REPASSE AS UNIDADES DE ATENDIMENTO NO SUS
66	Supressiva	Jaime Bagattoli	Corpo da Lei, Cap V, Seção III, Art 105, § 7	(cópia) Emenda retirar os 4,5% das especiais
67	Aditiva	Jaime Bagattoli	Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção II, Art 100	(cópia) Acrescenta dispositivo para estabelecer prazo e obrigatoriedade de repasse de recursos a unidades hospitalares vinculadas ao CNES.
68	Modificativa	Jaime Bagattoli	Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção IV, Art 87, § 1, Inciso I	(cópia) Indicar beneficiários de emendas de bancada por meio do SIOP - Ajuste 1
69	Modificativa	Jaime Bagattoli	Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção III, Art 84, § 5	(cópia) Transferências especiais - PROGRAMAÇÃO FINALÍSTICA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

70	Aditiva	Jaime Bagattoli	Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção III, Art 83	(cópia) INDICAÇÃO DE OBJETO - TRANSFEREGOV
71	Aditiva	Jaime Bagattoli	Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção II, Art 100	(cópia) Vedação do aumento de parcela única do SUS por portaria
72	Aditiva	Jaime Bagattoli	Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção IV, Art 87, § 5	(cópia) Indicar beneficiários de emendas de bancada por meio do SIOP - Ajuste 2
73	Aditiva	Jaime Bagattoli	Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção II, Art 100	(cópia) Acrescenta dispositivo para obrigar a vinculação do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES nas indicações de emendas de custeio em saúde.
74	Aditiva	Jaime Bagattoli	Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção II, Art 100	(cópia) Vedação de resoluções CIB “ad referendum” para repasses federais
92	Aditiva	Wellington Fagundes	Corpo da Lei, Cap VI, Art 114	(cópia) CAE - AERONÁUTICA - EMENDA DE TEXTO - PROJETOS ESTRATÉGICOS DA FAB - CONTRATOS DE FINANCIAMENTO - FONTE 1449
93	Aditiva	Wellington Fagundes	Anexo III, Seção II, Inciso IV	(cópia) CAE - AERONÁUTICA - EMENDA DE TEXTO - PROJETOS ESTRATÉGICOS DA FAB - PROJETO FX-2 e PROJETO KC-390 - DESPESAS RESSALVADAS
94	Modificativa	Wellington Fagundes	Corpo da Lei, Cap IV, Seção IX, Art 74, Inciso XIII	(cópia) CAE - Exército Brasileiro - Emenda de TEXTO - Modifique-se na a Seção IX do texto do PLN 2, de 2025, o inciso XIII do Art. 74.
95	Modificativa	Wellington Fagundes	Corpo da Lei, Cap VII, Art 115, § 4	(cópia) CAE - MARINHA DO BRASIL - T17 - Inclusão de benefícios obrigatórios
96	Aditiva	Wellington Fagundes	Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 28	(cópia) CAE - FUNDOS
97	Aditiva	Wellington Fagundes	Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 17	(cópia) CAE - RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA LICITAÇÕES
98	Aditiva	Wellington Fagundes	Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 28	(cópia) CAE - FNSP

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

99	Aditiva	Wellington Fagundes	Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 28	(cópia) CAE - FNSP
100	Aditiva	Wellington Fagundes	Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 28	(cópia) CAE - FUNDOS
104	Aditiva	Tereza Cristina	Corpo da Lei, Cap XII, Art 183	(cópia) [CAE] FUNDO SEGURO RURAL
105	Aditiva	Tereza Cristina	Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 28	(cópia) [CAE] CONTRAPARTIDA EMPREENDIMENTOS ESTRUTURANTES DE GRANDE PORTE
106	Aditiva	Tereza Cristina	Corpo da Lei, Cap V, Seção III, Art 104	(cópia) [CAE] RESSARCIMENTO OPP
107	Aditiva	Eduardo Braga	Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 96, § 2	(cópia) EB - Adimplência 65 mil habitantes
108	Aditiva	Marcio Bittar	Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 96, § 2	(cópia) SMB - 015 - Adimplencia 65 mil habitantes
109	Aditiva	Alessandro Vieira	Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 96, § 2	(cópia) Adimplência 65 mil habitantes
110	Aditiva	Fernando Farias	Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 96, § 2	(cópia) CAE - Adimplência 65 mil habitantes
111	Aditiva	Omar Aziz	Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 96, § 2	(cópia) CAE / Adimplência 65 mil habitantes

Anexo II – Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades

Nº da Proposta	Autor(a)	Programa (Código e Nome)	Objetivo Específico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2	Paulo Paim	2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	Gerar e disseminar informações estratégicas sobre trabalho, emprego, renda e relações do trabalho
3	Paulo Paim	2802 - Empreendedorismo e Inclusão Socioprodutiva	Ampliar o desenvolvimento, a competitividade e a longevidade de MEs, EPPs e MEIs, bem como a inclusão socioprodutiva por meio do empreendedorismo.
4	Paulo Paim	2802 - Empreendedorismo e Inclusão Socioprodutiva	Fortalecer o setor artesanal, o cooperativismo, o associativismo e a economia criativa.
5	Paulo Paim	2802 - Empreendedorismo e Inclusão Socioprodutiva	Fortalecer o setor artesanal, o cooperativismo, o associativismo e a economia criativa.
9	Paulo Paim	2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	Gerar e disseminar informações estratégicas sobre trabalho, emprego, renda e relações do trabalho
10	Paulo Paim	2802 - Empreendedorismo e Inclusão Socioprodutiva	Ampliar o desenvolvimento, a competitividade e a longevidade de MEs, EPPs e MEIs, bem como a inclusão socioprodutiva por meio do empreendedorismo.
11	Paulo Paim	2802 - Empreendedorismo e Inclusão Socioprodutiva	Fortalecer o setor artesanal, o cooperativismo, o associativismo e a economia criativa.
12	Paulo Paim	2802 - Empreendedorismo e Inclusão Socioprodutiva	Fortalecer o setor artesanal, o cooperativismo, o associativismo e a economia criativa.
19	Fernando Farias	4103 - Sistema Financeiro do Futuro	Promover a transformação digital e a competição para ampliar o acesso a transações e serviços financeiros e de pagamentos.
20	Fernando Farias	4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis	Promover a institucionalidade, a visibilidade e a capilaridade da Economia Popular e Solidária
21	Fernando Farias	4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis	Implementar as iniciativas de Economia Popular e Solidária, valorizando as dinâmicas territoriais
22	Fernando Farias	4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis	Promover a educação popular, a qualificação técnica e a formação cidadã em Economia Popular e Solidária
26	Nelsinho Trad	2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	Promover o desenvolvimento da economia verde ampliando a sua participação na indústria brasileira.
27	Nelsinho Trad	2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	Ampliar a produção nacional da indústria e de serviços, em bases sustentáveis, com maior valor agregado, intensidade tecnológica e inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

28	Nelsinho Trad	2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	Promover o uso da infraestrutura da qualidade como ferramenta estratégica transversal para o aumento da produtividade, competitividade e desenvolvimento econômico¿ sustentável
29	Nelsinho Trad	2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	Ampliar a produção nacional da indústria e de serviços, em bases sustentáveis, com maior valor agregado, intensidade tecnológica e inovação.
30	Teresa Leitão	2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	Fomentar a transformação digital, a capacitação digital, a estruturação e a expansão da utilização de TICs nos complexos industriais estratégicos para o desenvolvimento nacional
31	Teresa Leitão	2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação	Promover o desenvolvimento das habilidades digitais da sociedade.
32	Teresa Leitão	2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	Promover o aumento e a melhoria da inserção comercial do país.
33	Teresa Leitão	4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis	Promover a institucionalidade, a visibilidade e a capilaridade da Economia Popular e Solidária
34	Teresa Leitão	4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis	Promover a educação popular, a qualificação técnica e a formação cidadã em Economia Popular e Solidária
35	Teresa Leitão	2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	Otimizar o desempenho do Sistema de Propriedade Intelectual e estimular o uso da Propriedade Intelectual como ferramenta estratégica para o alcance das políticas industrial, de inovação, de economia verde, de micro e pequenas empresas e de comércio exterior.
36	Teresa Leitão	2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	Promover o desenvolvimento da economia verde ampliando a sua participação na indústria brasileira.
37	Teresa Leitão	2802 - Empreendedorismo e Inclusão Socioprodutiva	Fortalecer o setor artesanal, o cooperativismo, o associativismo e a economia criativa.
38	Teresa Leitão	4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis	Implementar as iniciativas de Economia Popular e Solidária, valorizando as dinâmicas territoriais
39	Teresa Leitão	4103 - Sistema Financeiro do Futuro	Promover a transformação digital e a competição para ampliar o acesso a transações e serviços financeiros e de pagamentos.
40	Omar Aziz	2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	Ampliar a produção nacional da indústria e de serviços, em bases sustentáveis, com maior valor agregado, intensidade tecnológica e inovação.
41	Omar Aziz	2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	Fomentar às atividades empreendedoras e o microcrédito produtivo orientado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

42	Omar Aziz	2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	Ampliação dos investimentos em P&D.
75	Augusta Brito	4103 - Sistema Financeiro do Futuro	Promover a transformação digital e a competição para ampliar o acesso a transações e serviços financeiros e de pagamentos.
76	Augusta Brito	4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis	Promover a institucionalidade, a visibilidade e a capilaridade da Economia Popular e Solidária
77	Augusta Brito	2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	Incentivar a colaboração entre ICTs e empresas para o desenvolvimento tecnológico e o aumento do conteúdo de inovação nacional
78	Augusta Brito	2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	Incentivar o desenvolvimento de ambientes inovadores e o empreendedorismo inovador
79	Augusta Brito	4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis	Implementar as iniciativas de Economia Popular e Solidária, valorizando as dinâmicas territoriais
80	Augusta Brito	2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	Fomentar a transformação digital, a capacitação digital, a estruturação e a expansão da utilização de TICs nos complexos industriais estratégicos para o desenvolvimento nacional
81	Augusta Brito	2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação	Promover o desenvolvimento das habilidades digitais da sociedade.
82	Augusta Brito	4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis	Promover a educação popular, a qualificação técnica e a formação cidadã em Economia Popular e Solidária
83	Irajá	2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	Ampliar a produção nacional da indústria e de serviços, em bases sustentáveis, com maior valor agregado, intensidade tecnológica e inovação.
84	Irajá	2802 - Empreendedorismo e Inclusão Socioprodutiva	Fortalecer o setor artesanal, o cooperativismo, o associativismo e a economia criativa.
85	Irajá	2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	Promover a qualificação social e profissional
86	Augusta Brito	1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia	Fortalecer a autonomia econômica e produtiva de mulheres rurais
87	Augusta Brito	5801 - Pesca e Aquicultura Sustentáveis	Promover a valorização do pescado nacional e aumento de produção da aquicultura.
88	Augusta Brito	2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento nos ambientes de trabalho das organizações por meio da exigência do cumprimento de medidas legais de prevenção da discriminação, assédio e violência no trabalho
89	Augusta Brito	5663 - Autonomia Econômica das Mulheres	Ampliar as oportunidades de acesso e proteção das mulheres aos direitos do trabalho.
90	Augusta Brito	1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia	Ampliar o acesso dos agricultores e agricultoras familiares a máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e agroindustriais
	Augusta Brito	2801 - Neoindustrialização,	Promover o desenvolvimento da economia verde ampliando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

91		Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	sua participação na indústria brasileira.
101	Hamilton Mourão	2802 - Empreendedorismo e Inclusão Socioprodutiva	Ampliar o desenvolvimento, a competitividade e a longevidade de MEs, EPPs e MEIs, bem como a inclusão socioprodutiva por meio do empreendedorismo.
102	Hamilton Mourão	6112 - Defesa Nacional	Fortalecer as capacidades militares do Exército Brasileiro para a defesa do território.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia oito de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Jussara Lima, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Beto Faro, Wellington Fagundes e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 60/2025 - CAS, de autoria Senadora Jussara Lima (PSD/PI) e Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei n° 853, de 2019, que "Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre os Cuidados com as Gestantes e as Mães". **Participantes:** Aguida Almeida Carvalho, Gerente de Enfermagem Neonatologia do Hospital Sofia Feldman; Ramon Almeida Duarte, Diretor Administrativo do Conselho Curador do Hospital Sofia Feldman; Sibele de Lima Lemos, Conselheira do Conselho Nacional de Saúde - CNS; Camila Carloni Gasparro, Coordenadora de Enfrentamento à Mortalidade Materna do Ministério da Saúde; Luiz Ayrton Santos Junior, Presidente eleito da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas pela Saúde da Mama - FEMAMA; Lia Cruz Vaz da Costa Damasio, Diretora de Defesa e Valorização Profissional da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia - FEBRASGO; e Suzanne Serruya, Diretora da Unidade Saúde da Mulher, Materna, Reprodutiva e Neonatal da Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Jussara Lima
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/08

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento 60, de 2025, da CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 853, de 2019, que institui a Semana Nacional de Conscientização sobre os Cuidados com as Gestantes e as Mães.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, na Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Então, quero cumprimentar os convidados: a Sra. Lia Cruz Vaz da Costa Damasio, Diretora de Defesa e Valorização Profissional da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia; a Diretora da Unidade de Saúde da Mulher, Materna, Neonatal e Reprodutiva, da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), Dra. Suzanne Serruya; a Camila Carloni Gasparro, Coordenadora de Enfrentamento à Mortalidade Materna, do Ministério da Saúde; a Aguida Almeida Carvalho, Gerente de Enfermagem e Neonatologia do Hospital Sofia Feldman; o Ramon Almeida Duarte, Diretor Administrativo do Conselho Curador do Hospital Sofia Feldman; a Sibele de Lima Lemos, Conselheira do Conselho Nacional de Saúde; e o Dr. Luiz Ayrton Santos Júnior, Presidente eleito da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), meu conterrâneo, um querido amigo e um dos grandes nomes da medicina do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero agradecer aqui a todos. Sejam bem-vindos! É um prazer grande, aqui, conversar com todos vocês e, claro, recebermos e compreendermos melhor tudo o que vocês têm para nos oferecer.

Sras. e Srs. Parlamentares, representantes de órgãos e de entidades representativas dos cuidados com gestantes e mães, prezados membros da sociedade civil, queridas futuras mamães e mães, e ilustres convidados, muito boa tarde.

Gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar a Deputada Sâmia Bomfim pela iniciativa de apresentar este projeto de lei para instituir a Semana Nacional de Conscientização sobre os cuidados com as gestantes e as mães.

Em segundo lugar, é grande a minha satisfação em presidir esta audiência pública, dada a importância de se debaterem temas correlatos aos cuidados com as gestantes e com as mães.

Em terceiro, é sabido que a gravidez e a maternidade são fases transformadoras na vida de uma mulher, tanto física quanto emocionalmente. É um período que exige atenção integral à saúde física e mental, além de um suporte familiar, social e institucional. No entanto, muitas vezes, as necessidades específicas das gestantes e das mães não são devidamente consideradas, o que acaba por gerar situações problemáticas que, se houvesse o devido cuidado, seriam inteiramente evitáveis.

A instituição desta semana de conscientização tem em mira, exatamente, ampliar e aprimorar esses cuidados vitais, principalmente de forma preventiva.

Em quarto, cumpre destacar que a aprovação da proposição vai promover uma série de cuidados, com o propósito de assegurar que cada gestante tenha acesso a um pré-natal de qualidade e às informações precisas sobre parto e pós-parto, especialmente as mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, essa proposição tem também o valoroso objetivo de garantir que cada mãe encontre o apoio necessário para atravessar o puerpério sem sobressaltos e para cuidar de seus filhos como merece, com saúde e com bem-estar.

Em quinto, é interessante registrar que a Semana Nacional de Conscientização será celebrada na semana do dia 15 de agosto de cada ano. O dia 15 de agosto é uma data especial para todos nós, porque é a data da comemoração de Nossa Senhora da Assunção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em sexto, hoje teremos a grata oportunidade de ouvir especialistas e de compartilhar experiências com muitas de nós que somos mães.

Esta audiência está imbuída do nobre e republicano propósito de fortalecer as políticas públicas, de tal modo que a gestação e a maternidade sejam sempre vivenciadas com mais segurança, com informação e com o apoio de toda ordem.

Espero, por fim, amigos e amigas presentes, e telespectadores, que esta audiência represente um marco concreto para a promoção do aprimoramento efetivo da prestação de todos os serviços relativos à saúde materno-infantil em nosso país. Afinal, o cuidado com as mulheres é, antes de tudo, um cuidado com o presente e o futuro do nosso país.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

Já temos aqui perguntas do e-Cidadania, e eu gostaria de colocá-las já para vocês, os convidados.

Bruno, da Paraíba: "Como a semana de conscientização pode contribuir para reduzir a mortalidade materna e melhorar o pré-natal no Brasil?".

Anne, do Maranhão: "Existe alguma parceria com escolas e centros de saúde para que adolescentes grávidas também sejam alcançadas pelas ações dessa proposta?".

Carla, do Rio de Janeiro: "Todos os cuidados a mães e gestantes terão divulgação ampliada para todas as camadas da sociedade [...]?".

Wendyo, de Pernambuco: "Há previsão de mobilizar recursos federais para apoiar ações municipais?".

Lara, do Rio de Janeiro: "Quais ações concretas da semana nacional de conscientização podem incentivar para garantir cuidados integrais à saúde física e mental de gestantes?".

São essas as perguntas do e-Cidadania, de pessoas do nosso país. (*Pausa.*)

Então, eu vou passar a palavra, agora, para a convidada Lia Cruz Vaz da Costa Damasio, Diretora de Defesa e Valorização Profissional da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra. (*Pausa.*)

O tempo de fala são dez minutos.

A SRA. LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMASIO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senadora. Boa tarde a todos.

É uma alegria a Febrasgo participar.

Eu sou a Profa. Lia, Diretora de Defesa e Valorização Profissional da Febrasgo. Tenho a honra de ser sua conterrânea, Senadora, e do nosso Dr. Luiz Ayrton, aqui do Piauí, e de também representar o Piauí nessas entidades nacionais, o que nos deixa muito felizes com essa colaboração.

A Febrasgo (Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia) vem a ser a federação que congrega as sociedades científicas de ginecologia e obstetrícia de todo o país. Em todos os estados, nós temos uma sociedade de especialistas, de ginecologistas e obstetras, que são congregados nacionalmente via Febrasgo, de cuja diretoria executiva eu faço parte.

Representamos, atualmente, mais de 17 mil médicos associados, especialistas em ginecologia e obstetrícia; e, precipuamente, nós temos esta função, enquanto instituição, de representá-los e de produzir muito material científico, Senadora e demais convidados. Então, nós temos materiais da Febrasgo que são amplamente utilizados em protocolos e *guidelines*. São, de longe, nas jurisprudências, a fonte mais citada.

Recentemente, nós participamos em congressos da língua portuguesa e nós temos o respeito dessas publicações científicas brasileiras e da sua utilização de forma acadêmica, científica e social.

Esse projeto (*Falha no áudio.*) ... pela iniciativa louvável e necessária do projeto, que compreende não só a gravidez e o primeiro ano de vida, mas a questão dos mil dias, que é tão prolatada pela Organização Mundial de Saúde, pelas organizações internacionais e ONGs, compreendendo toda a gestação até o final dos dois primeiros anos de vida do bebê, uma ampliação que é necessária e que temos que enfrentar no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nos seus artigos pontuais e muito certeiros, trata-se de abordar os direitos e cuidados relacionados à saúde das gestantes, das mães de bebês e dos bebês. Nós tivemos um projeto aqui no Piauí, um projeto social de extensão pela Universidade Federal do Piauí, que inclusive, Senadora e convidados, foi premiado naquele Prêmio Innovare, organizado por algumas instituições, que justamente falava dos meus primeiros direitos. Então, ampliando de só falar de amamentação, o que já é feito no Agosto Dourado, é levar também essa informação de direitos: direitos trabalhistas, direito ao aleitamento materno, como é colocado também no projeto, e essa importante divulgação da participação paterna, da prevenção de acidentes e de todos esses objetivos. Então, nós entendemos, enquanto Febrasgo, ser uma ampliação do Agosto Dourado, que já é essa campanha nacional de incentivar a amamentação, com as prerrogativas necessárias para a excelência dessa questão, que é abordar não só a amamentação, mas também direitos e possibilidades de melhorar essa assistência.

Ficamos pesquisando, para nos prepararmos para a reunião, a motivação do 15 de agosto, e ficamos muito felizes com essa benção de se relacionar ao dia de Nossa Senhora da Assunção. Então, além de ampliar o Agosto Dourado, tem essa questão que mostra a sensibilidade, a origem de um projeto como esse e a importância dessa presença feminina – e por que não dizer nordestina? – a uma causa tão sensível como a questão da prevenção da mortalidade materna e da melhoria da assistência materna no Brasil.

Temos um enfrentamento, a meta da Organização Mundial de Saúde é reduzir o índice de mortalidade materna para 30 mortes a cada 100 mil nascidos vivos até 2030 – é a meta da OMS 2030 esses 30 de casos de mortalidade materna –, e, infelizmente, no Brasil, nós vivenciamos ainda dados de 107, 110, dependendo dos estados, ainda muito distantes dessa meta, com muito a fazer. E as causas, Senadora, de mortalidade materna são absolutamente evitáveis em mais de 90% dos casos. Nós estamos falando, ainda em 2025, de mulheres morrerem de hemorragia, de infecção e de hipertensão, que são adequadamente preveníveis com o adequado pré-natal, com cálcio e AAS, com dieta e atividade.

Nós queremos também destacar os aspectos da perinatologia, daquele período do puerpério; da influência da gestação, falando aqui em nome dos ginecologistas e obstetras, na saúde do recém-nascido e daquela criança, inclusive em níveis de inteligência, em possibilidades futuras, em empregabilidade. Os estudos e a literatura são fartos nesse aspecto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer, Senadora, que nossa federação, a Febrasgo, tem diversas comissões nacionais especializadas. Relacionadas a esse tema, eu gostaria de pontuar que nós temos comissões nacionais especializadas, formadas por médicos especialistas, professores e doutores de todo o país que produzem uma gama de material científico e que estão à disposição do Senado e do poder público para participar.

Nós já temos participado junto ao Ministério da Saúde, à Fiocruz, ao Ministério da Educação, de produção desses materiais, e temos, relacionados a esse tema, comissões de assistência ao abortamento, parto e puerpério, hiperglicemia e gestação, perinatologia, urgências obstétricas, assistência pré-natal, aleitamento materno, gestação de alto risco e mortalidade materna, entre outros.

Nós entendemos também que, dentro dessa discussão, insere-se a questão majoritária da contracepção, o planejamento reprodutivo com equidade e com acessibilidade em todo o país. Queremos ressaltar o movimento do Ministério da Saúde recente, louvável, de introduzir o implante contraceptivo no SUS. Isso tem a ver com este momento, sim, porque aquele momento em que aquela criança, muitas vezes violentada, sai da maternidade, é um momento de ouro para se prevenir uma gravidez recorrente indesejada na adolescência que prejudica ali aquela questão do planejamento familiar dessa família. Então, essa aquisição para o Sistema Único de Saúde do implante é válida e se correlaciona com essas questões da Semana da Conscientização porque, sem dúvida, a gestação é um bom momento para essa orientação e o puerpério é um momento valiosíssimo para se fazer todo esse planejamento.

Quero ressaltar que nós temos essa questão das federadas, a representatividade em todos os estados. Podemos contribuir para a capilaridade de toda essa campanha nacional, tanto em nível educativo quanto em nível assistencial e em nível de treinamento de profissionais.

Coloco, então, à disposição a Febrasgo e ressalto o nosso apoio a iniciativas como essa. Parabenizo-os pela sensibilidade colocada nesse projeto e digo que o apoiamos em sua integralidade. Estamos à disposição para todo o suporte científico que se faça possível e necessário, com toda a disponibilidade e vontade de colaborar com essa causa, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Muito obrigada, Dra. Camila, por tão relevantes esclarecimentos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpe-me, Dra. Lia, por tão relevantes esclarecimentos a respeito da maternidade, do aleitamento materno e tudo o que diz respeito à ginecologia e obstetrícia. Também quero levar o meu abraço à minha conterrânea. Eu fiquei muito feliz de ter uma médica tão jovem e tão capacitada! Parabéns!

Quero convidar agora a Dra. Suzanne Serruya – não é isso? –, Diretora da Unidade de Saúde da Mulher, Materna, Reprodutiva e Neonatal da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

Dra. Suzanne, com a palavra.

A SRA. SUZANNE SERRUYA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora Jussara Lima, na pessoa de quem eu cumprimento todos os presentes. Eu quero começar, em nome do Dr. Jarbas Barbosa, um brasileiro, também nordestino, parabenizando a Casa e a brilhante iniciativa da Deputada Sâmia Bomfim.

O meu papel aqui é um pouco discutir como a Organização Pan-Americana de Saúde pode mostrar os dados e como essa iniciativa pode ajudar a gente a mudar isso em um mundo de rapidíssimas transições.

E eu trago aqui... Quero fazer um recordatório muito rápido daquilo que a gente vem discutindo muito, sobre a transição climática. A COP este ano é na minha cidade natal, em Belém do Pará, mas nós temos transições rápidas demográficas. O Brasil chegou ao seu ponto mais baixo de fertilidade, 1,6 por mulher; transição, em que a gente convive com as doenças passadas e as doenças novas; e um momento de desenvolvimento muito importante para o país no qual o que a gente discutiu hoje está entrelaçado em todos os seus aspectos, da informação, dos direitos e da possibilidade, como acaba de dizer a colega – eu também sou ginecologista –, de, neste momento fundamental de um nascimento, proporcionar às mulheres uma vivência plena dos seus direitos, que faça com que ela possa dar a esse bebê um crescimento importante, e o projeto se chama Mil Dias por isso.

Já sabemos, com muitas evidências, que esse é um momento fundamental para o desenvolvimento do recém-nascido e do futuro adulto. Infelizmente hoje, quando a gente olha esse mapa, a gente vê que o Hemisfério Norte tem um desenvolvimento com menos morte materna, e no nosso hemisfério, o Hemisfério Sul, quanto mais escura a cor, mais morte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrando que, nos últimos anos, existe uma diminuição da redução da mortalidade materna em quase todas as regiões.

Quando a gente olha na totalidade, as mortes na região das Américas são de quase 3% do total da mortalidade no mundo todo. A grande mortalidade, infelizmente, ainda está na África e em algumas áreas da Ásia, mas o que a gente vê aqui é que esse número de mortes maternas, quase 8 mil na nossa região, significa: a cada uma hora, nós perdemos uma mulher. E por que isso não combina com a nossa região? Porque a nossa região é uma região avançada e, se a gente olha o conjunto dos países, a gente vê claramente que o Brasil está no grupo, ainda, de mortes com número elevado, uma taxa que este ano deve estar entre 58 – a gente vai ter uma apresentação do ministério – por 100 mil nascidos vivos. Esse é um número muito alto; o Brasil pode estar junto dos países que têm menor mortalidade, e aqui destacamos Cuba, os países pequenos do Caribe, mais os Estados Unidos, o Canadá, o Uruguai, o Chile, que são sempre os países que disputam as menores mortalidades.

E a gente olha para a razão nos últimos 20 anos no Brasil e vê que existe um platô no qual, apenas durante uma década, o decréscimo foi muito pequeno: a gente tem essa curva ascendente importante, é uma curva que sobe durante a pandemia; infelizmente, durante a pandemia, a gente chegou a ter, nos anos de 2020 e de 2021, mais de 3 mil mortes maternas registradas e, felizmente, nos últimos dois anos, esse número voltou a cair de maneira importante.

Assim mesmo, quando a gente olha para os recém-nascidos, que também fazem parte desta discussão hoje, a gente vê que a nossa região, apesar de ter uma taxa global – ou seja, de todos os países, o que esconde um pouco as diferenças entre os países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos –, que é de nove, a gente precisaria olhar para os países ou para as regiões que têm dois, que têm três, porque esse é o nosso foco. E principalmente entender que esse número esconde as diferenças entre os países, as desigualdades entre os países.

Quando a gente olha números que a gente tem na região, a gente vê que existem mais de 100 mil óbitos neonatais. E isso significa que existem dez óbitos por hora. A gente não tem (*Falha no áudio.*) ... muito fidedigna, mas é muito alto o número de mortes fetais. A gente estima que as três principais causas, a prematuridade, a septicemia, as infecções e as anomalias são responsáveis por esses 100 mil óbitos que a gente vê na região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é que a gente pode fazer? Porque aqui, mais que nunca, nós estamos falando de cuidado centrado nas pessoas e capital humano, na possibilidade de fortalecer esse desenvolvimento. Nós temos que trabalhar sobre esses milhões de nascidos vivos, que, na região da América Latina e Caribe, são quase 10 milhões, e evitar esses recém-nascidos com complicações, evitando a prematuridade. São mais de 1 milhão de prematuros na nossa região. (*Falha no áudio.*) ... e os mais de 50 mil nascidos vivos com defeitos congênitos, outra das principais causas. E tudo do lado aqui, onde eu mostro, toda essa carga de enfermidade faz com que a sociedade gaste muito mais. Aqui a gente está fazendo um trabalho de prevenção, e é por isso que essa semana é tão bem-vinda.

Quando a gente olha a experiência dos outros países, ela já existe. No Chile, no Uruguai, na Argentina, em vários outros países foram estabelecidos programas relacionados a esse programa aqui. Muitas das iniciativas já estão em curso no Brasil, e essa semana pode divulgar, levar ao conhecimento da população, fazer com que seja uma semana tão popular como é a semana da vacina no nosso país, quando, durante uma semana, a gente tem altos índices de cobertura vacinal.

Aqui é a mesma coisa. Esses países criaram campanhas durante essa semana, e isso possibilitou um crescimento das ações às vezes já disponível e que a população pode usar.

O que a gente vê nesse projeto de lei é que ele pode permitir avançar naquilo que nós chamamos de equidade social e na saúde. Primeiro, por quê? Os sistemas de saúde podem mitigar as diferenças sociais, das mulheres mais pobres, das mulheres mais vulneráveis, das populações afrodescendentes, indígenas, das mulheres migrantes. Nós precisamos trabalhar na exclusão e nas desvantagens sistemáticas.

Essa é a necessidade de um diálogo entre os atores jurídicos e os formuladores de políticas, que são vocês, e a importância de disseminar essas práticas para que realmente as nossas prioridades, que são legítimas, respondam a um sistema que está baseado em direitos, como é o nosso Sistema Único de Saúde.

Por fim, eu queria oferecer para vocês um documento nosso, um documento que ainda tem o nome do Clap, mas que hoje é da nova unidade de saúde das mulheres, em que a gente traz uma discussão sobre a cobertura universal e todos os princípios que vocês veem aqui dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cuidados com a saúde reprodutiva, durante a gravidez, aos recém-nascidos, ao aleitamento materno; sobre as estruturas, tão importantes, parentais e comunitárias; sobre o diálogo – já foi perguntado – com as outras estruturas sociais, como são as escolas, os centros comunitários, os espaços das comunidades. Enfim, é toda a sociedade trabalhando para que a gente possa, de fato, nessa mandala de ações já recomendada pela OMS há alguns anos, ter a experiência da maternidade – que é cada vez menos comum, não chega a duas vezes por mulheres, hoje, no nosso país – e dos recém-nascidos como uma experiência positiva.

Nós esperamos, desde a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), oferecer um conjunto enorme de publicações, evidências, lições aprendidas, exemplos de outros países, e que a implementação desse projeto de lei, uma vez aprovado, possa servir como uma grande alavanca para diminuir a mortalidade materna, neonatal e a morbidade dos recém-nascidos, as doenças do recém-nascido nos primeiros dois anos.

Eu agradeço a atenção de vocês e fico à disposição para as perguntas.

Muito obrigada em nome da Organização Pan-Americana da Saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Muito obrigada, Dra. Suzanne, pelos esclarecimentos acerca do que nós estamos aqui debatendo.

Passo a palavra agora para a Aguida Almeida Carvalho, Gerente de Enfermagem de Neonatologia do Hospital Sofia Feldman, e ao Ramon Almeida Duarte, Diretor Administrativo do Conselho Curador do Hospital Sofia Feldman.

Com a palavra os dois.

A SRA. AGUIDA ALMEIDA CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Como já fui apresentada, meu nome é Aguida, sou Enfermeira Neonatóloga do Hospital Sofia Feldman.

Atualmente sou responsável técnica e Gerente da UTI Neonatal.

Passo para o meu amigo Ramon.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAMON ALMEIDA DUARTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Sou Diretor Administrativo do Hospital Sofia Feldman – faço já essa correção –, e agradeço pelo convite para participar desta audiência.

A Aguida vai falar, fazer a apresentação aqui da parte do Hospital Sofia Feldman.

A SRA. AGUIDA ALMEIDA CARVALHO (*Por videoconferência*.) – Bom, primeiramente, eu gostaria de agradecer à Comissão de Assuntos Sociais, na pessoa da Senadora Jussara Lima, pelo convite. Nós estamos muito felizes e muito honrados por estar participando e por falar um pouco da nossa instituição.

O Hospital Sofia Feldman, para quem ainda não conhece, é uma instituição filantrópica, 100% SUS. Nós estamos na cidade de Belo Horizonte, no bairro Tupi, na periferia de Belo Horizonte. Nós atendemos uma população grande, somos a segunda maior maternidade do país, segundo o Ministério da Saúde, e a maior UTI neonatal em número de leitos do país. Nós temos 50 leitos de terapia intensiva e 60 leitos intermediários. Nós também temos em torno de 295 leitos. Nós atendemos 66 municípios de Minas Gerais, mas já atendemos em torno de 660 cidades do estado.

Como nós sabemos, o direito à saúde da gestante envolve um conjunto de garantias e proteção assegurado às mulheres durante a gravidez, o parto, o puerpério, visando assegurar o bem-estar da mãe e do bebê. Esses direitos incluem o acesso a pré-natal, parto seguro, licença-maternidade e atendimento prioritário em serviços de saúde, entre outros.

Eu vou falar um pouco dos direitos das mulheres gestantes e mães e falar um pouco do que a gente já faz aqui no Hospital Sofia Feldman. Então, durante o pré-natal, a gestante tem direito ao acompanhamento médico especializado e durante toda a gravidez, incluindo consultas, exames e orientação para uma gestação saudável.

No Hospital Sofia Feldman, atendemos pré-natal de risco habitual e de alto risco. Esse atendimento nosso é realizado numa unidade ambulatorial que é situada no bairro Carlos Prates. Durante a pandemia, para assegurar o direito e a segurança dessas gestantes, nós abrimos essa segunda unidade, que fica um pouco mais distante da unidade Tupi, para assegurar mesmo a saúde das gestantes e dos bebês que lá são atendidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O parto seguro. A mulher tem direito a dar à luz em um ambiente seguro e com acompanhamento adequado, podendo escolher o local do parto e ter um acompanhante durante todo o trabalho de parto e de pós-parto.

Aqui no hospital, nós temos, na maternidade, cinco quartos para partos, bloco cirúrgico e o centro de parto normal, além de uma estrutura e acompanhamento para o parto seguro.

O acompanhante é um direito da mulher e uma escolha dela. Então, se ela quiser que seja o companheiro, a mãe, a vizinha, ela tem o direito de escolha. Nós não (*Falha no áudio.*) ... todo o acompanhamento, toda a internação.

Se a mulher for ter um parto normal, sem intercorrências, no centro de parto normal, ela será também acompanhada por uma enfermeira obstétrica que também poderá liberar mais pessoas, desde que tudo esteja ocorrendo bem, para acompanhar o parto dela.

Violência obstétrica. A gestante tem direito a ser tratada com dignidade durante todo o atendimento do pré-natal, durante o parto e durante o pós-parto, sendo vedada qualquer prática de violência obstétrica. Para isso, ela tem que ter acesso também às informações. No Sofia, temos pontos de informações, como a TV Sofia, o Instagram, o *site* e a visita à maternidade. Essa visita à maternidade normalmente é guiada por uma pessoa do hospital, momento em que ela conhece toda a instituição, e também são falados os direitos que ela terá durante todo o período em que aqui ela estiver.

Nós temos também o Encontro do Casal Grávido. Esse encontro é gratuito e acontece, normalmente, uma vez ao mês, com a participação da gestante e do seu esposo, acompanhante. E, durante esse encontro, as mulheres são acompanhadas e têm a oportunidade de aprender e treinar práticas referentes ao trabalho de parto e à amamentação, que são compartilhadas de forma interativa através de experiências e vivências dos profissionais que conduzem o evento. A dinâmica estimula e fortalece a participação dos pais no processo de gestação, parto, amamentação, e amplia os vínculos afetivos e o reconhecimento da paternidade responsável.

Falando um pouco sobre a amamentação – como a colega já falou –, é um direito da mulher, da mãe. Ela tem o direito de amamentar o seu bebê com o apoio e a orientação dos profissionais de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Hospital Sofia Feldman, nós temos o Banco de Leite Humano, que fica próximo aqui à unidade Tupi, e nós temos também dois consultórios. Durante o pré-natal, essa mulher também é encaminhada ao consultório de amamentação, onde ela já vai recebendo as informações para o estímulo ao aleitamento materno; e temos também, aqui no bairro Tupi, onde ela é acompanhada antes e durante. E também pode retornar se ela tiver qualquer problema relacionado à amamentação após... (*Falha no áudio.*)

Essa consulta de amamentação acompanha o binômio mãe e filho. Entre as diversas atividades oferecidas, está a educação continuada, presente na promoção do aleitamento materno e nas políticas públicas de proteção à saúde da criança e da mulher, com a realização de orientações, treinamentos e grupos (*Falha no áudio.*) ... nos diversos espaços do hospital. E a gente também convida, durante essas palestras, esses treinamentos, o acompanhante dela para que ele também depois seja uma rede de apoio após a alta.

Nós temos também a Casa da Gestante, do Bebê e da Puérpera. Como eu disse, nós somos responsáveis por 66 municípios do Estado de Minas Gerais, além de outros municípios até mais distantes. Então, se essa gestante comparece ao Sofia por algum motivo, e não pode retornar para o seu município nem tem algum lugar em que possa ser acolhida em Belo Horizonte, ela é acompanhada nessa Casa da Gestante se o trabalho de parto for ocorrer dentro de uma ou duas semanas, ou nos casos de alguma outra patologia que dê para acompanhá-la numa casa e que não precise do ambiente hospitalar.

Da mesma forma, essa casa acolhe as puérperas, as mães de bebês internados na UTI neonatal. A gente garante também que essa mãe permaneça 24 horas do lado do seu bebê que, por algum motivo, está na UTI neonatal. Então, a gente oferece todas essas garantias.

Nas pessoas de Aguida, Ramon e Daniele, também, que nos acompanha aqui, a gente gostaria de parabenizá-los pelo projeto. A gente sabe que nem todos têm a garantia de informações tão valiosas e necessárias para as mães deste país, e a gente acredita que, com essa semana, vai ser um tema amplamente divulgado, para que essas pessoas possam cobrar o que é de direito seu.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Muito obrigada, Dra. Aguida, Dr. Ramon, pelos relevantes... Pela importância de tudo aquilo que vocês falaram para nós mulheres e mães.

Gostaria de passar a palavra para a Dra. Sibele de Lima Lemos, Conselheira do Conselho Nacional de Saúde.

A SRA. SIBELE DE LIMA LEMOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Senadora Jussara, em nome do Conselho Nacional de Saúde queria agradecer o convite.

Eu vou começar me autodescrevendo: eu sou uma mulher de pele branca; cabelos castanhos, pela altura da orelha; uso óculos; estou com um casaco preto.

Eu vou fazer a minha apresentação sobre o nosso trabalho.

Eu faço parte do Conselho Nacional de Saúde, sou Conselheira do Segmento Usuárias, de usuárias do SUS, e faço parte do Subsegmento Mulheres, pelo Coletivo de Proteção à Infância Voz Materna.

O trabalho do conselho acontece em âmbito nacional, com representantes de várias organizações e movimentos sociais. Participa também e debate esses temas relacionados a (*Falha no áudio.*) ... a implementação da Conferência Nacional de Saúde.

Vou passar aqui rapidinho um pouco do que é o trabalho do Conselho Nacional de Saúde, um pouco da sua atuação.

Há a questão superimportante que é o controle social, que é a participação dos cidadãos e das cidadãs; o trabalho do Conselho Nacional de Saúde através das conferências de saúde, que são feitas em todo o país: são conferências municipais, estaduais, depois concentra na conferência nacional, e a gente teve a 17ª, em 2023. Atuamos também no monitoramento da implementação e no quanto isso é importante para a participação social, para a participação de todas e todos nós que somos usuárias e usuários do SUS e que vamos ser impactados lá na ponta, no atendimento.

Então, tivemos, em 2023, a Conferência Nacional de Saúde; em 2023, também, a Conferência Nacional de Saúde Mental, de que nós participamos como movimento social de mulheres,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porquanto a saúde mental das mulheres é impactada; e agora, este ano, nós teremos a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, no mês de agosto, aí em Brasília, compilando todas as conferências municipais e estaduais.

Um pouco dos conselhos de saúde: eles têm uma participação majoritária por segmento de usuários. Isso nos ajuda bastante a acompanhar como é feito o investimento na saúde e quais são as dificuldades – a dificuldade de acesso, a precarização dos municípios... Nós temos movimentos do país inteiro participando do Conselho Nacional de Saúde; então são realidades bem diversas, com uma interseccionalidade de gênero, raça, bem importante.

Como subsegmento de movimentos organizados por mulheres, a gente traz um pouquinho do que a gente vai debater. O Conselho Nacional de Saúde também tem as comissões intersetoriais, em que nós vamos ter a Comissão da Mulher, que vai dialogar, em especial, sobre as questões de saúde da mulher. Eu queria destacar a (*Falha no áudio.*) ... na questão da redução da mortalidade feminina, mas eu queria trazer um aspecto que é a humanização e atenção integral à saúde da mulher.

Também há a questão que já foi apontada, pelas falas anteriores, da mortalidade materna, como evitável, mas também a interseção de raça, o quanto as mulheres negras são mais impactadas. Eu queria abrir um parêntese (*Falha no áudio.*) ... com deficiências que não aparecem nesses índices, que também não podem ser invisibilizadas, porque as mulheres com deficiências também passam por gestações, partos, e por todas as suas dificuldades de acesso aos espaços de saúde.

A questão de também compartilhar com vocês que, enquanto Conselho Nacional de Saúde, o segmento, o Subsegmento Mulheres vai integrar esse Comitê Nacional de Prevenção à Mortalidade Materna, para construir, para poder monitorar e avaliar o Plano Nacional do Enfrentamento à Mortalidade Materna.

Acredito que a representante do Ministério da Saúde vá trazer depois alguma coisa relacionada à Rede Alyne, mas também quis fazer esse apontamento, porque, nas reuniões ordinárias, nós também debatemos, no mês de março, o mês da mulher, a questão da mortalidade materna. É um debate que é permanente no nosso conselho e na Comissão da Mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao projeto de lei, enquanto movimento social nós somos um movimento social formado por mulheres mães que compomos o Conselho Nacional de Saúde, que é o Coletivo Voz Materna. E também quero parabenizar a Deputada Sâmia pela proposta apresentada; e agora, esta Casa, pelo Senado estar fazendo este importante debate, já que nós temos uma população predominantemente feminina, com mulheres negras, e nós temos, também, as dificuldades e os altos índices de mortalidade materna.

Então, o quanto é importante nós debatermos a questão dos direitos trabalhistas da gestante, queria destacar alguns aspectos dessa proposta legislativa, que é, enquanto as mulheres trabalham e têm que (*Falha no áudio.*) ... da sua gestação, acesso às consultas, as próprias condições de dignidade da gestante, para estar trabalhando e contribuindo (*Falha no áudio.*)

Fiz o destaque da (*Falha no áudio.*) ... sejam tanto na esfera pública (*Falha no áudio.*) ... na questão, para que elas também tenham acesso (*Falha no áudio.*)

Em relação aos direitos, dentro do art. 2º, eu queria destacar ali o §3º, que é relacionado ao aleitamento materno, à questão da formação de vínculo. Achei isso muito importante, muito relevante, porque uma das nossas lutas é que as mães não sejam afastadas do direito de amamentar os seus filhos quando há processos de separação, de dissolução de união, enfim, porque existe a proposta, uma proposta que se atravessa, acho que são temas que precisam ser trazidos, que é a questão da guarda compartilhada, e muitas mães são privadas e muitos bebês são privados de ser amamentados porque é obrigatória a convivência paterna – e não é respeitado nem o direito da mãe de amamentar, nem o da criança de ser amamentada.

A questão, quando eu trouxe, do acompanhamento pediátrico, pensando também na questão do acesso das mulheres com deficiência que vão parir crianças com deficiência que, para além do acesso ao acompanhamento pediátrico, nós vamos ter a questão do acesso aos atendimentos especializados de que muitas dessas crianças precisam nos primeiros meses de vida já. E outro ponto é a acessibilidade, pensando nas mães com deficiência, o acesso ao SUS, ao serviço público de saúde, aos atendimentos, às informações.

Um outro ponto que nós queríamos destacar é a questão para a saúde da mulher, do apoio paterno no cuidado. Nós somos muito favoráveis ao apoio paterno com certeza, mas nós não podemos deixar invisível o contexto violento que as mulheres vivem, dado o índice de feminicídio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós temos de muitas mulheres gestantes, mulheres mães, que são violentadas por seus companheiros ou ex-companheiros. Então, em relação à questão da realidade violenta, nós gostaríamos de trazer esse destaque. O apoio é importante desde que seja um apoio saudável para essa mulher que está neste momento peculiar da sua gestação ou do puerpério.

Outros aspectos também são, de novo, a questão da valorização do cuidado paterno, com o incentivo da inclusão desse pai no pré-natal, no acompanhamento do parto, enfim, no acompanhamento com a criança nos primeiros anos de vida, mas com esse olhar muito especial da atenção (*Falha no áudio.*) ... de violência, que acho que são informações que precisam estar conversando: de que mulher nós estamos falando, que realidade é essa.

E o outro ponto, então, para encerrar: o §2º também do art. 2º é a questão de que sejam incluídas as mães indígenas, quando se vai falar da atenção prioritária, da conscientização social dos direitos das gestantes, das mães das crianças com deficiências, mas também das mães com deficiência, das mães que têm doenças raras também – complementando há uma companheira do CNS que atua nessa pauta das doenças raras –; a questão da acessibilidade; e, no caso, nunca deixando passar o contexto da violência doméstica e familiar, e que essa proteção seja sempre extensiva aos bebês, tanto a proteção à vida quanto a proteção ao direito ao aleitamento materno e ao vínculo com a mãe.

Seriam essas as nossas contribuições.

Muito obrigada. Estamos à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Muito obrigada, Dra. Sibele.

Gostaria de passar agora a palavra para o meu conterrâneo e amigo, Dr. Luiz Ayrton Santos Junior.

Com a palavra o Dr. Luiz Ayrton.

O SR. LUIZ AYRTON SANTOS JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá. Muito boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de reafirmar a alegria de estar com vocês, compartilhando deste momento importantíssimo para o nosso país, na medida em que uma semana de conscientização vem fortalecer a educação e a saúde junto ao público, principalmente dos usuários do SUS.

Quero parabenizar a Senadora Jussara Lima, sempre muito sensível nas atitudes e nas palavras com as pessoas. Quero agradecer a existência também da Deputada Sâmia Bomfim, por ter iniciado a ideia da conscientização, dessa semana de conscientização.

Nós somos a Federação Brasileira (*Falha no áudio.*) ... que reúne 84 ONGs no Brasil inteiro, na luta principalmente do câncer de mama e todas as enfermidades que estão ligadas à saúde da mama da mulher, principalmente.

Essa semana fortalece uma já inicial semana da amamentação, que acontece nos primeiros dias do (*Falha no áudio.*) ... o Agosto Dourado, e, com certeza, virá fortalecer mais ainda a possibilidade de levar informações, de levar uma consciência adequada de assistência à mulher nesse período do ciclo gravídico-puerperal.

Creio que é salutar lembrar que essa preocupação é pertinente à própria vida da existência humana. Desde o início, há 146 mil anos, o parto tem sido um desafio constante na assistência e na preservação da saúde. Ao longo desse período todo, várias coisas foram instituídas, como instrumentos novos, como atitudes novas, como conhecimento novo, até técnicas de abordar o parto, e mesmo assim ele continua sendo um desafio para a nossa saúde materna.

Via de fato é que o IDH, o seu ponto inicial é exatamente a mortalidade materna. Uma população é melhor vista quando ela tem uma assistência melhor nesse período crítico da vida da mulher. E coincidentemente, aqui nessa banca, nós temos piauiense, alguns maranhenses e um paraense, que são dos estados que mais têm colaborado para o índice negativo na mortalidade materna no nosso país. É preciso realçar isso como uma forma de tomar consciência de onde é que nós estamos errando e que caminho nós podemos ter para melhorar essa assistência. O aprendizado deve ser fortalecido mais ainda numa semana instituída com esse objetivo. Graças a atitudes como essa é que encontramos ferramentas para fortalecer avanço e preservação da saúde no ciclo gravídico-puerperal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realço aqui a importância da assistência à mulher nessa fase, do ponto de vista mamário, com a discussão sobre um pré-natal mastológico, em que nós podemos observar uma assistência voltada à amamentação e aos cuidados necessários à mama feminina nesse período, como a identificação de malformações, a identificação de cuidados e orientações pertinentes a essa situação, a orientação de amamentação adequada. Percebe-se que, ao longo do tempo, temos perdido essas informações que herdávamos das mães e das avós. Atualmente as informações estão muito incongruentes, baseadas em informações midiáticas que necessariamente não falam a verdade. E isso é importante realçar, estimulando atitudes que possam melhorar a relação mãe e filho nesse período do ciclo gravídico-puerperal.

Outra questão importante é a nutrição materna. Então nós temos, neste momento, a oportunidade de levar uma consciência sobre essa nutrição, sobre o uso de drogas no período da lactação e da amamentação, sobre condutas na própria mama, como o ingurgitamento mamário, tão presente nas mulheres; a hipogalactia, que seria a pouca produção láctea. Essa assistência tem que ser dada a mulheres especiais, por exemplo, mulheres após plásticas mamárias, mulheres trans, mulheres com câncer de mama prévio, mulheres adotivas, mães adotivas, mães com deficiência, com parâmetros que cada um guarda em atitudes e segredos especialíssimos. E uma semana desse porte pode levar a uma assistência, a uma conscientização que tanto desejamos.

É justo dizer sobre as medidas protetoras contra a mastite puerperal. A mastite puerperal é uma intercorrência mamária que representa má assistência médica nesse período, más assistências de saúde de um modo geral. Uma mulher nunca deve possuir ou evoluir para uma mastite, haja vista que condições importantes podem ser feitas nesse período da gravidez e da amamentação.

Então, a promoção de filmes educativos e de cartilhas que possam falar a mesma linguagem têm a oportunidade, numa semana como essa, de serem divulgadas e assim atingir o público que nós desejamos.

Os cuidados com o leite materno, com o banco de leite, com o armazenamento e a distribuição são momentos que devem ser compartilhados com todos, criando em nós uma consciência mais fidedigna de como devemos abordar essas mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É justo lembrar também as intercorrências, sejam benignas, os conhecidos tumores benignos; as galactoceles, por exemplo, infectocontagiosas; e, principalmente, o câncer de mama. O câncer de mama nesse período é muito negligenciado, em razão de que o foco está levado à assistência e ao parto, não se valorizando os sintomas que, por sua vez, já bem caracterizados nesse período da gravidez, são dificultados no diagnóstico.

A maioria das mulheres com câncer de mama nesse período têm o diagnóstico tardio. Isso representa um importante passo de despertar essa consciência junto aos profissionais que vão lidar com as mulheres nesse período das suas vidas. Uma em cada 3 mil, até 10 mil gestações, apresentam câncer de mama. E esse fenômeno tem sido observado em razão de o parto atualmente estar num período mais tardio da vida da mulher e o câncer de mama estar ocorrendo em mulheres cada vez mais jovens, podendo, facilmente, fazer coincidir a existência dos tumores nesse período.

Tecnologias reprodutivas também são importantes serem discutidas, observando que, dessa forma, a gestação não deve mascarar o diagnóstico pela negligência, nem pelas condições clínicas desse período da mulher.

Portanto, acho que esta semana tem, com certeza, uma possibilidade de fortalecermos essas discussões, de levarmos a oportunidade de aprendizado e intensificarmos as informações verdadeiras junto à comunidade, principalmente a usuária do SUS, que é o nosso foco principal.

Desejo sucesso para essa semana. E saibam todos que a Femama (Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama) é uma parceira dessa luta. E, com certeza, iremos criar um momento muito bom para o país. Mais uma vez, renovo com vocês a satisfação de estar aqui, parabenizando, mais uma vez, por essa feliz iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Muito obrigada, Dr. Luiz Ayrton, por nos passar informações tão importantes.

Passo a palavra, agora, para a Dra. Camila Carloni Gasparro, Coordenadora de Enfrentamento à Mortalidade Materna do Ministério da Saúde.

Gostaria só de registrar a presença da minha companheira de partido, a Dra. Paula Freitas, que é Presidente do PSD Mulher do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vinda.

Com a palavra a Dra. Camila.

A SRA. CAMILA CARLONI GASPARRO (Para expor.) – Muito obrigada. Boa tarde a todas as pessoas.

O meu nome é Camila Carloni Gasparro, sou enfermeira e, atualmente, sou Coordenadora de Enfrentamento à Mortalidade Materna no Ministério da Saúde.

Gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar a Senadora Jussara Lima e, dessa forma, cumprimento todos os participantes desta audiência nesta tarde.

Agradeço a oportunidade de estar aqui, de escutar tantos colegas com as suas contribuições tão importantes e de poder também participar e discutir essa temática.

Em primeiro lugar, a gente gostaria de dizer que de todas as iniciativas desta Casa e da Casa ao lado, das duas Casas – Câmara e Senado –, que tenham como objetivo mostrar e conscientizar a população sobre direitos, principalmente direitos das mulheres, a gente é totalmente a favor e as apoia inteiramente. A gente entende que uma das coisas mais importantes que a gente precisa fazer hoje, enquanto servidores públicos e pessoas que trabalham pelas mulheres neste país, é exatamente a conscientização sobre os direitos que as meninas e as mulheres têm, como alcançá-los e usufruir deles.

O direito de mulheres mães e o cuidado com essas pessoas é um tema fundamental para a gente enfrentar desafios que vêm há muitos anos, como, por exemplo, a redução da mortalidade materna, que não fica restrita a discussões só da área da saúde, a gente sabe que envolve outras questões como educação sexual de meninas e mulheres, acesso à saúde sexual e à saúde reprodutiva, então acesso a contraceptivos.

A nossa colega Lia, da Febrasgo, falou sobre a incorporação que a gente teve, na semana passada, do implante subdérmico contraceptivo. Então, é um avanço muito grande, mais uma forma, mais um contraceptivo que o SUS vai oferecer para meninas e mulheres, a partir dos 14 anos até os 49 anos. Então, esse acesso a contraceptivos e o acesso aos direitos à saúde sexual e à saúde reprodutiva são fundamentais. Ter uma semana que vai trazer essas discussões e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conscientizar a população sobre esses direitos é muito importante para a gente poder avançar e para que cada dia mais as mulheres do nosso país possam realmente acessar os seus direitos.

O Ministério da Saúde tem duas grandes iniciativas, relacionadas com essa temática. A publicação da Rede Alyne, em setembro de 2024, atualizou a Rede Cegonha como uma tentativa de melhorar a organização da Rede de Atenção à Saúde no nosso país e de enfrentar desafios que a gente não conseguiu resolver com a Rede Cegonha, olhando para o racismo estrutural no nosso país, nos nossos serviços e nas nossas organizações, tentando olhar para essa mortalidade, para as mulheres negras e para as indígenas, que são as que mais morrem na gravidez e no puerpério no nosso país. Então, as ações precisam ser voltadas para as mulheres, mas esse recorte racial e o social, de classe social, precisa acontecer para que a gente possa realmente atingir quem mais precisa e, de verdade, acelerar a redução da mortalidade materna no nosso país.

O ano de 2023 a gente encerrou com 55 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos. Essa é a razão de mortalidade materna no Brasil, no ano de 2023. Trata-se de um número ainda muito alto, quando a gente tem uma meta, para 2030, de chegar a 30 óbitos para 100 mil nascidos vivos. Então, a gente precisa acelerar a redução da mortalidade materna no nosso país, e esse desafio é muito grande, porque 2030 está logo aqui do lado, já estamos chegando. Então, a gente precisa achar caminhos para acelerar a redução de mortalidade materna no nosso país.

Outra iniciativa, que também já foi citada, mas eu reforço, é a publicação do Comitê Nacional de Prevenção da Mortalidade Materna, Fetal e Infantil, que aconteceu em maio, no Dia Nacional da Redução da Mortalidade Materna. A gente já tem institucionalizado, no dia 28 de maio, o Dia Nacional da Redução da Mortalidade Materna, e a gente teve a publicação desse comitê. Estamos com uma expectativa de que ele possa trazer discussões importantes.

E esta semana, que acontece em agosto, que já é um mês em que a gente olha para essas questões, é o Agosto Dourado, mês de incentivo à amamentação... Quando ele vem com mais uma semana que olha para mães, mulheres e bebês, é mais um reforço. Eu acho que o mês de agosto, o Agosto Dourado, vai ser sucesso. A gente vai aproveitá-lo muito, porque a gente vai poder falar de amamentação, mas não só de amamentação. A gente vai poder falar dos direitos das mulheres e das meninas, dos cuidados, para que a gente consiga que a mulher brasileira, as nossas meninas e as nossas mulheres, possam decidir quando, como e de que forma elas querem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser mães e ter, nesse momento, todo o cuidado necessário, tanto no pré-natal, como no seu parto e no puerpério.

Eu gostaria só de dizer que a gente teve recentemente também a publicação de outra lei relacionada, a Lei da Humanização do Luto Materno e Parental, que também, de alguma forma, se relaciona a esta temática. É uma lei que foi publicada este ano, e a gente está agora nas discussões para regulamentá-la. Então, estamos trabalhando muito, temos muitas coisas em comum.

Estamos à disposição, o Ministério da Saúde se coloca à disposição para discussões nesse sentido. E a gente os parabeniza e fica muito feliz de saber que tem sempre pessoas nesta Casa olhando para os direitos das mulheres e das meninas, e é assim que a gente vai conseguir reduzir mortalidade e garantir que as mulheres e meninas acessem os direitos que elas têm no nosso país.

Muito obrigada.

Agradeço mais uma vez a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Eu que agradeço tantos esclarecimentos relevantes aqui nesta audiência pública.

Para encerrar, eu gostaria de agradecer, mais uma vez, à Deputada Sâmia Bomfim e aos participantes, com os quais muito aprendi a respeito dos cuidados com as gestantes, com as mães, com as mulheres. Quero agradecer aos servidores da Secretaria de apoio da CAS, pelo suporte sempre diligente e zeloso.

Que a Semana Nacional de Conscientização sobre os Cuidados com as Gestantes e as Mães contribua, efetivamente, com o aprimoramento constante da prestação dos serviços de saúde em todo o país.

Eu fico muito feliz de estar ao lado da Dra. Camila, que passou tantas informações aqui. Eu sei que eu vou ficar telefonando para ela, pedindo mais informações, porque ela faz parte do Ministério da Saúde, que tem o nosso Ministro Padilha, que está fazendo um excelente trabalho.

E gostaria, aqui, de encerrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigada a todos e a todas.

(*Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia nove de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Dra. Eudócia e Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Romário, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Augusta Brito, Weverton e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Flávio Arns, Eduardo Girão, Wilder Morais e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1764, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre ações relacionadas ao enfrentamento do parto prematuro e institui o Novembro Roxo, o Dia Nacional da Prematuridade e a Semana da Prematuridade." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 67, de 2025-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3021, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para garantir às mulheres com histórico familiar de câncer de mama o rastreamento mamográfico a partir dos trinta anos." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **Observação:** 1- Após o fechamento do painel de votação, o Senador Humberto Costa manifestou voto pela aprovação da matéria. 2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 499, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para assegurar às mulheres a partir dos quarenta anos de idade o direito à realização anual de mamografia para o rastreamento do câncer de mama." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Após o fechamento do painel de votação, o Senador Humberto Costa manifestou voto pela aprovação da matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4047, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui a campanha Agosto Branco, destinada a conscientizar a população sobre o câncer de pulmão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4974, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CDH e 2-CDH, e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2439, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o registro de cadastro de devedor de pensão alimentícia no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 570, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta inciso ao art. 97 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ao art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para determinar a concessão, ao servidor ou ao empregado, de abono do dia em que comprovar a vacinação de filho ou dependente menor." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS, 2-CAS e 3-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2992, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para tornar dedutíveis da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas as despesas com vacinas." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 66, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir os Projetos de Decreto Legislativo nº 404, de 2023, 409, de 2023 e 410, de 2023." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 67, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senado Federal, urgência para o PL 1764/2024, que "dispõe sobre ações relacionadas ao enfrentamento do parto prematuro e institui o Novembro Roxo, o Dia Nacional da Prematuridade e a Semana da Prematuridade"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/09

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras o recebimento do seguinte expediente: cópia do Aviso nº 742, de 2024, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha o Acórdão nº 1.930, de 2024, que trata sobre consulta formulada pelo Tribunal Superior do Trabalho, indagando se o tempo militar federal, estadual e distrital deve ser incluído nas remunerações de contribuição e/ou no fator de conversão do benefício especial para fins dos arts. 3º e 22 da Lei nº 12.618, de 2012.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que seja analisado pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo do Senado Digital tanto nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Informo que o item 8, o Projeto de Lei nº 2.992, de 2022, foi retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Ana Paula Lobato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2992, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para tornar dedutíveis da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas as despesas com vacinas.

Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

Primeiro item.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1764, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre ações relacionadas ao enfrentamento do parto prematuro e institui o Novembro Roxo, o Dia Nacional da Prematuridade e a Semana da Prematuridade.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Presidente, que teve que ir lá, e eu estou aqui em exercício, para que ela possa relatar o projeto.

Dra. Eudócia para leitura do relatório.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Plínio Valério.

Peço a permissão para ir direto à análise.

Compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto em análise, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Por ser a CAS a única Comissão Temática incumbida de se pronunciar sobre o PL nº 1.764, de 2024, também é necessária a análise da matéria sob o prisma da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposta.

A proposição trata de matéria – proteção e defesa da saúde –, que está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal. Também está de acordo com os comandos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48 da Constituição Federal) e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares (art. 61 da Constituição Federal). Portanto, não vislumbramos óbices quanto à constitucionalidade da proposta.

Os requisitos de juridicidade foram observados, no que diz respeito aos direitos das gestantes durante a gravidez, parto e puerpério, bem como os direitos que protegem os bebês prematuros previstos no Marco Legal da Primeira Infância. Também foram observadas as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas.

De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem a alta significação. Em atendimento a essa determinação, foi realizada no dia 27 de novembro de 2024, às 17h, no Plenário 7, audiência pública no âmbito da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, a pedido do Deputado Federal Dr. Zacharias Calil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à técnica legislativa, a proposição observou os ditames da LC 95/1998.

Quanto ao mérito, acreditamos que o projeto materializa uma ação legítima do Estado, voltada a proteger as gestantes, as crianças e as famílias em caso de prematuridade, que se caracteriza pelo nascimento com menos de 37 semanas de gestação.

O problema da prematuridade atinge 15 milhões de crianças todos os anos ao redor do mundo: um a cada dez bebês nasce prematuro. E esse número continua aumentando, apesar do número total de nascimentos estar diminuindo gradativamente. Isso significa que há um aumento significativo de recém-nascidos vulneráveis a cada ano.

No Brasil, cerca de 340 mil bebês nascem prematuros anualmente, o que representa aproximadamente 12% do total de nascimentos. A taxa de mortalidade entre crianças prematuras é significativa, com complicações relacionadas ao parto prematuro sendo a principal causa de óbitos em menores de cinco anos, com quase 900 mil mortes anuais em 2019.

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a prematuridade é a principal causa de mortalidade infantil no mundo todo. Quanto mais prematuro for o bebê, mais imaturos serão os seus órgãos e maior será o risco de complicações, especialmente aqueles nascidos antes de 34 semanas de gestação.

Bebês prematuros estão em risco aumentado para deficiências neurológicas, auditivas e visuais, além de distúrbios respiratórios crônicos e dificuldades alimentares. O baixo peso, considerado abaixo de 1,5 mil gramas, também é um fator que preocupa muito, pois é um grande desafio conseguir fazer uma recuperação nutricional ao longo das primeiras semanas de vida desse bebê.

O parto prematuro, dependendo do momento em que ocorre, pode ser uma situação de risco tanto para o bebê quanto para a gestante. As causas são diversas e podem incluir fatores como idade materna avançada, hipertensão, diabetes gestacional, infecções, mioma, tabagismo, uso de álcool e drogas, além de condições socioeconômicas desfavoráveis.

É importante ressaltar que, à medida que essas crianças crescem, têm maior risco para problemas de aprendizagem e de comportamento, deficiências motoras, infecções respiratórias crônicas e doenças cardiovasculares ou diabetes, em comparação com bebês nascidos a termo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar do elevado número de nascimentos prematuros e dos riscos decorrentes, a maioria da população não está ciente de que muitas vezes é possível prevenir o parto prematuro e suas consequências para a saúde do bebê. Daí a importância do projeto de lei ora em análise, que propõe ações de conscientização e enfrentamento da prematuridade.

Nesse contexto, destacamos que, em vários países no mundo, novembro é o mês de sensibilização para a prematuridade e, no dia 17 deste mesmo mês, é celebrado o Dia Mundial da Prematuridade. Em 2018, a data foi incorporada aos calendários oficiais da maioria dos países da União Europeia e também dos Estados Unidos e Canadá por uma iniciativa da Fundação Europeia para o Cuidado do Recém-Nascido e com o apoio de instituição americana.

Vale ressaltar que durante a 78ª Assembleia Mundial da Saúde, realizada em maio de 2025, os Estados-membros da Organização Mundial da Saúde aprovaram oficialmente a inclusão do Dia Mundial da Prematuridade, 17 de novembro, no calendário global de campanhas de saúde pública da entidade. A medida passa a valer a partir deste ano e representa um marco histórico na luta global pela causa da prematuridade e pela melhoria dos cuidados maternos e neonatais.

É preciso chamar a atenção da população, dos governantes e dos gestores públicos para a importância do tema, refletir sobre a qualidade do atendimento oferecido aos prematuros e às suas famílias e clamar por políticas públicas de prevenção, humanização do cuidado e por tratamentos adequados e de alcance igualitário.

Podemos concluir que o projeto de lei em análise é oportuno, meritório, está em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor e contribuirá para a implementação de políticas de enfrentamento e atenção à prematuridade.

Por fim, entendemos adequado apresentar uma emenda de redação para corrigir o prazo de vigência com o objetivo de garantir a realização do Novembro Roxo, ainda este ano, em sintonia com o calendário global de campanhas de saúde pública da OMS, cuja primeira edição voltada à prematuridade será realizada este ano. Assim, achamos por bem adotar o prazo de 45 dias após a publicação para entrada em vigor, nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, por ser um tempo razoável e suficiente para que as pessoas tomem conhecimento da nova legislação e para que as instituições se preparem para sua aplicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, por ser de relevância social, peço o apoio dos ilustres membros desta Comissão para a aprovação do Projeto de lei nº 1.764, de 2024.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.764, de 2024, com a emenda de redação que ora propomos.

Sala da Comissão, 02 de julho de 2025.

Sr. Presidente, eu queria só ler aqui a emenda para complementar a minha relatoria.

EMENDA Nº - CAS
(ao PL nº 1.764/2024)
Dê-se ao art. 10 do Projeto de Lei a seguinte redação:
"Art. 10. Esta Lei entra em vigor após decorridos 45 (quarenta e cinco) dias de sua publicação".

A justificativa.

A emenda de redação que ora propomos tem por objetivo alterar o prazo da entrada em vigor da lei de 120 dias para 45 dias, para avançarmos na pauta de sensibilização da sociedade e do poder público para a prematuridade e garantirmos, ainda este ano, a realização do Novembro Roxo, que ocorrerá em diversos outros países e no âmbito da OMS.

Essa é a minha relatoria, Sr. Presidente, e, posteriormente, queria só fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senadora Dra. Eudócia, me permita um comentário. Desde que a senhora chegou aqui, primeiro como suplente, uma vez – passou um período aqui, me parece –, e, agora, como titular, a senhora, em pouco tempo, conseguiu se destacar, trazendo exatamente essa experiência toda que carrega. Que bom que eu pude chegar cedo hoje e participar do primeiro item, que a senhora relatou! Muito boa essa antecipação, essa preocupação para que a senhora chama, com dados científicos, com dados de comprovação. Sem nenhuma dúvida, será unanimidade isso aqui. Parabéns por mais um projeto da senhora!

A matéria está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Eu queria só ressaltar...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra a Senadora Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... a importância de nós aprovarmos e darmos celeridade...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pedido de urgência.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O pedido de urgência, reforçado por todos nós.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Coloco em discussão o pedido de urgência.

Aqueles que concordam... (*Pausa.*)

Está em discussão ainda o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o pedido de urgência, com o qual eu concordo como membro – e a Senadora Damares, como sempre, participativa. (*Pausa.*)

Em votação o relatório.

Os Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E o pedido de urgência, da mesma forma, também aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

Devolvo a Presidência à sua legítima Vice-Presidente, a Dra. Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Antes de o senhor devolver, Sr. Presidente, eu quero lhe agradecer suas palavras de incentivo. Tenho muito a aprender com V. Exa. e sou muito grata por suas palavras. Estou muito feliz em poder estar aqui junto com vocês, ajudando o nosso país e os nossos estados respectivamente.

E quero aproveitar a minha fala só para ressaltar que estamos aqui com o instituto ONG Prematuridade.com, essa ONG que é tão importante e que vem fazendo um trabalho belíssimo. Estou aqui com a Suellen, que faz parte da Diretoria.

E quero só ressaltar para as mães que estão acompanhando este momento que é muito importante fazer as consultas de pré-natal para também poderem entender que é possível, sim, evitar esses partos prematuros, fazendo essas consultas e tendo esse acompanhamento devido, para que cada vez menos a gente possa ter esses bebês nascendo antes do tempo.

E ressalto a quantidade de bebês que nascem prematuros no nosso país: são 340 mil bebês que nascem todos os anos no nosso país, que significam 12%. E desses 12% uma grande taxa vai a óbito. Então, que a gente possa se conscientizar, que as mães possam se conscientizar, para que cada vez mais a gente diminua, no nosso país, esse índice tão alarmante de prematuridade aqui no nosso país.

Muito grata, Senador Plínio Valério.

Muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senadora, na semana passada, eu visitei, em Manaus, o Hospital da Zona Oeste e fui à UTI visitar bebês prematuros. Realmente a quantidade é enorme e nos surpreende.

Suellen, que bom eu poder – eu poder! – parabenizar uma ONG de verdade, que trabalha com coisas sérias, que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Que bom! Que bom, Suellen! Parabéns pela ONG que você preside. É muito bom a gente lidar com... São milhares de ONGs sérias. Pena que algumas dezenas compliquem.

Mas eu estou aqui feliz da vida por dois motivos: Dra. Eudócia, que relatório! E, Suellen, que ONG! Parabéns!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso, que mais nasce. E é a minha região. Parabéns, viu? Fico feliz. Eu estou feliz hoje. Eu estou feliz!

Devolvo a Presidência à Senadora Dra. Eudócia.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Enquanto vocês vão trocando de lugar, deixe-me aproveitar e cumprimentar as mães dos prematuros.

Eu costumo falar que eles não são, Senador Plínio, prematuros, são anjos com pressa, anjos que tiveram pressa de descer. É isso. Que Deus abençoe.

E a importância do projeto... Enquanto ela vai sentando, tá? Está tudo certo, está tudo aprovado já, tá? É porque a gente já tem o Novembro Roxo, mas instituir por lei nos garante a continuidade. A gente já tem programas governamentais para o Novembro Roxo, várias campanhas, mas o bom de ter a lei é que obriga as instituições, os órgãos públicos e a sociedade a não pararem de falar no Novembro Roxo. Agora, a gente vai ter o dia nacional, a semana, as campanhas de prevenção e também de louvor a Deus, porque eles chegaram um pouquinho antes, deram um pouquinho de trabalho para as mamães, mas estão bem, estão saudáveis, são milagres.

Que Deus abençoe. Parabéns pelo trabalho de vocês, tá? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quero cumprimentar aqui minha amiga e nobre Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a votação em bloco dos itens 2 e 3, que são os Projetos de Lei nºs 3.021, de 2024, e 499, de 2025. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo à leitura dos itens.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 499, DE 2025

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para assegurar às mulheres a partir dos quarenta anos de idade o direito à realização anual de mamografia para o rastreamento do câncer de mama.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

A autoria é do Senador Plínio Valério, a quem eu quero aqui parabenizar – excelente projeto de lei, parabéns, Senador! –, e a relatoria é da nossa querida Senadora Damares Alves.

E agora eu concedo a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou fazer a leitura apenas da análise, com a sua permissão e também de uma forma resumida. O relatório já está publicado, e as matérias são parecidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL 499, de 2025, de autoria do meu querido Senador Plínio Valério, busca assegurar a realização anual da mamografia para todas as mulheres a partir dos 40 anos de idade, ampliando a faixa etária atualmente contemplada pela diretriz nacional de rastreamento do câncer de mama, que recomenda o exame bianual para mulheres entre 50 e 69 anos.

Quanto à constitucionalidade, a matéria é da competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, nos termos do inciso XII do art. 24 da Constituição Federal. Ademais, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar.

Em relação à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

Relativamente à técnica legislativa, a proposição observa as regras da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, Presidente, destacamos que a proposição em análise aborda um dos temas mais sensíveis e urgentes da saúde pública: a detecção precoce do câncer de mama. Trata-se de doença que ainda representa ameaça real à vida de milhares de mulheres brasileiras, e cuja detecção antecipada pode fazer diferença entre a cura e o agravamento irreversível dessa condição.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer, mais de 70 mil mulheres são diagnosticadas com câncer de mama todos os anos no Brasil, e esse número segue crescendo, em todas as regiões do país. Trata-se do segundo tipo mais comum de neoplasia maligna entre as brasileiras, atrás apenas dos tumores de pele não melanoma. E mais do que isso: é o câncer que mais mata mulheres. Somente em 2022, foram cerca de 20 mil vidas perdidas em decorrência da doença no Brasil, o que equivale, em média, a uma morte a cada 30 minutos.

Nesse contexto, é importante reconhecer que as intervenções de prevenção primária – aquelas voltadas a evitar o surgimento do câncer de mama – ainda são limitadas, pois a maioria dos fatores de risco associados à doença, como idade e predisposição genética, não são modificáveis. Diante disso, a detecção precoce, por meio do rastreamento e do diagnóstico oportuno, constitui uma das estratégias mais eficazes para reduzir os casos graves e as mortes decorrentes desse agravo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A literatura científica é clara ao indicar que o risco de desenvolver câncer de mama aumenta de forma importante a partir dos 40 anos de idade. No Brasil, esse dado adquire relevância ainda maior – preste atenção, Presidente –: cerca de 40% das mulheres diagnosticadas com a doença têm menos de 50 anos, proporção superior à observada em países de alta renda, de acordo com dado extraído do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para câncer de mama publicado em 2024 pelo Ministério da Saúde.

Além disso, o câncer de mama em mulheres mais jovens costuma apresentar comportamento biológico mais agressivo e, muitas vezes, só é descoberto já em estágio avançado. Dados do Atlas On-Line de Mortalidade, do Ministério da Saúde, indicam que, entre os anos de 2000 e 2023 – dados recentes –, mais de 54 mil mulheres entre 40 e 49 anos perderam a vida por causa da doença, o que representa cerca de 17% de todas as mortes por câncer de mama nesse período.

Embora a Lei nº 11.664, de 2008, já assegure o direito ao exame mamográfico no SUS, a diretriz infralegal vigente – que recomenda o rastreamento de rotina para mulheres entre 50 e 69 anos – acaba por não contemplar, de forma sistemática, uma parcela significativa das mulheres que desenvolvem câncer de mama antes dos 50 anos, justamente aquelas com maior risco de apresentar formas mais agressivas e pior prognóstico da doença.

Registre-se que a diretriz vigente assegura a realização da mamografia antes dos 50 anos em situações específicas, como no rastreamento de síndromes de câncer hereditário ou no diagnóstico de alterações já perceptíveis nas mamas. No entanto, essas exceções, embora importantes, não substituem uma política de rastreamento populacional regular voltada à realidade epidemiológica nacional.

O Projeto de Lei nº 499, de 2025, tem, portanto, o mérito de enfrentar essa lacuna da política pública, ao conferir maior clareza normativa à inclusão das mulheres a partir dos 40 anos na estratégia nacional de rastreamento do câncer de mama. Trata-se de medida que fortalece a efetividade das ações de prevenção, contribuindo para a redução da mortalidade prematura por esse tipo de tumor.

Essa proposta também dialoga com diretrizes clínicas já adotadas por parte da comunidade médica. Há um apelo crescente entre sociedades médicas internacionais e nacionais sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de iniciar o rastreamento anual aos 40 anos, especialmente em populações com maior incidência da doença.

No plano nacional, a proposta reforça os objetivos da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer, instituída pela Lei nº 14.758, de 19 de dezembro de 2023, que reconhece o rastreamento como instrumento essencial no enfrentamento da doença.

No âmbito internacional, destaca-se que a Organização Mundial da Saúde, em 2021, fixou como meta a redução da mortalidade global por câncer de mama em 2,5% ao ano entre 2020 e 2040. No Brasil, contudo, a tendência histórica revela aumento das taxas de mortalidade nas últimas décadas, evidenciando a urgência de ações voltadas à ampliação do acesso à detecção precoce e ao tratamento oportuno. Veja a importância da matéria.

E aí, Senadora Presidente, a próxima matéria que eu vou ler trata do mesmo assunto, de autoria do Senador Laércio. Por que eu quero chamar a atenção? São dois Senadores homens que apresentam uma proposta preocupados com a saúde da mulher, um do Norte e um do Nordeste, os dois Senadores amados – o Laércio quer que eu fale que ele é o mais bonito, e eu vou falar, eu vou falar. Quero chamar a atenção para esse fato, por quê? Eles estão lá na ponta. As eleitoras deles conversam com eles. Eles estão tendo acesso a número. Então, é muito interessante fazer esse destaque, porque tem pessoas que acham que, aqui no Senado, com violência contra a mulher, saúde da mulher, somos só nós que lidamos. Dois Senadores amados, queridos, preocupados com a saúde da mulher. As eleitoras de vocês nos estados precisam saber disso, tá, senhores? Farei questão de gritar bem alto nos seus estados isso.

O câncer de mama não adoece só o corpo: também atinge a autoestima, abala a vida emocional, interfere no trabalho, portanto, na economia, nos sonhos e na família, e mais ainda quando o diagnóstico chega tarde. Reconhecemos, pois, o mérito do projeto, razão pela qual manifestamos nosso apoio à matéria.

A seguir, apresentamos o resultado do impacto orçamentário e financeiro proveniente da aprovação do PL 499, de 2025, consolidado na Nota Técnica de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 23, de 2025, que apresenta aqui os valores do impacto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Governo, que está aqui presente, por favor, isso não vai falir a nação, isso vai salvar vidas, vai evitar leitos ocupados, vai deixar mulheres saudáveis para produzir mais, para voltar para o mercado de trabalho. Então, a nota técnica do impacto orçamentário que eu trago, Senadora, feita aqui pelo Conofor, é muito clara e mostra que há viabilidade, sim, de a gente aprovar a matéria pensando no impacto financeiro.

De tudo, é forçoso concluir que urge a necessidade de aprovação desta matéria o quanto antes.

O voto, Sra. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 499, de 2025.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quero parabenizar a sua relatoria, Senadora Damares Alves, e cumprimentar o nosso nobre Senador Laércio Oliveira. Eu também quero parabenizá-lo pela autoria do Projeto de Lei nº 2, que a Senadora Damares vai ler neste momento.

Eu quero só fazer uma consideração, Senadora Damares Alves. A sua colocação foi perfeita em saber que foram dois homens que tiveram essa iniciativa. Parabéns, Senador Plínio e Senador Laércio! Quero dizer o quanto, só reforçando as suas palavras, Senadora Damares, será importante essa aprovação desse projeto e do próximo, que você vai relatar também, porque, nesse caso, nós teremos os diagnósticos precoces de câncer de mama. O tratamento é totalmente diferente, porque está no início, e nós não teremos as complicações que são as metástases. Essas, sim, matam. Essas levam as pacientes para as UTIs. E aí onera infinitamente mais o Orçamento da União. Então, foi muito bem colocado.

E eu acho que você também colocou a questão do câncer de colo de útero, que também mata muitas mulheres e, com o papanicolau, a gente pode evitar. Então, são de suma importância esses dois projetos.

Agora eu vou colocar em discussão, primeiro, esse projeto que você acabou de relatar.

Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Presidente, a sensatez me recomenda que eu não diga nada após esse relatório, absolutamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nada sobre o relatório da Senadora Damares, que, para mim, não é surpresa, já relatou outros também. Ela acrescenta e se não chega à perfeição, beira a perfeição. Nada a comentar a não ser agradecer, Damares, pelo seu relatório belíssimo, que complementou de forma fantástica.

Então, vou me limitar apenas a dizer o que nos leva a fazer isso. Eu sou de beira de rio, sou do interior do estado, estou aqui por benção de Deus. E a gente não perde o contato. Essas mulheres que chegam a Manaus já com câncer, tanto de mama, de útero, já em estado terminal, pedem ajuda da gente. A gente ajuda sabendo que elas vão morrer. Então, a gente está sempre sendo chamado à realidade, sempre chamado. E eu consigo, através de emendas parlamentares, ajudar muito a rede hospitalar do Amazonas, em particular o Hospital de Câncer. E o Dr. Gerson Mourão, que é um especialista na área, me trouxe esse pedido, me trouxe os números que me assustaram, daí nasceu esse projeto. E a gente se alegra porque a gente está colaborando, mas se entristece porque a gente está lidando com a realidade.

Eu, que vivo cercado por mulheres – esposa, três filhas, uma enteada, seis netas, três irmãs, 80% do meu gabinete são mulheres, aqui e em Manaus –, tenho que estar atento a essas coisas, sim.

Estou muito feliz, hoje foi um dia muito feliz para mim – viu, Damares? Muito obrigado.

Eu, que já tenho uma lei que coloca, na grade transversal do ensino brasileiro, o tema violência contra a mulher e que é de 2021, me sinto feliz por poder estar fazendo essas coisas, sim.

E vou me conter aqui para não falar sobre o relatório, senão eu vou pecar.

Obrigado, Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pelas suas palavras, Senador Plínio! Não sabia que você tinha tantas mulheres na sua vida. Maravilha! Então, você é um felizardo.

Não tendo mais ninguém para discutir, eu vou passar agora... (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Agora eu vou passar para o item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3021, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para garantir às mulheres com histórico familiar de câncer de mama o rastreamento mamográfico a partir dos trinta anos.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

A autoria é do Senador Laércio Oliveira, e a relatoria *ad hoc* é da Senadora Damares Alves.

Eu quero já cumprimentá-lo, mais uma vez, pela autoria desse projeto, Senador Laércio. Meus parabéns!

Agora, eu passo a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, a Senadora Relatora, nossa querida Daniella, fez um voto também belíssimo, e eu vou pedir permissão para ir direto ao mérito, mas já destacando ao autor, Senador Laércio, que, regimentalmente, juridicamente, constitucionalmente, o projeto de lei dele está perfeito, não cabe nenhum acréscimo, observando os três aspectos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, a questão sobre a qual versa o PL 3.021, de 2024, é de grande relevância em termos de saúde pública, especialmente para a população feminina, o que ressalta o cuidado e a preocupação de seu autor, querido Senador Laércio, com as políticas públicas voltadas para as mulheres. Com efeito, a neoplasia maligna mamária é o câncer de maior incidência nas pessoas do sexo feminino, excetuado o câncer de pele, de acordo com dados do Instituto Nacional de Câncer.

No que se refere à mortalidade por câncer em mulheres no Brasil, o carcinoma mamário detém a primeira colocação. No cenário mundial, essa taxa posiciona o país na segunda faixa mais baixa de mortalidade por câncer de mama, ao lado de países desenvolvidos, como Estados Unidos da América, Canadá e Austrália, e até melhor do que alguns deles, como a França e o Reino Unido. Estamos avançando em nível internacional, mas ainda é gravíssimo o que acontece no Brasil. Não obstante, dada sua elevada incidência, pode-se inferir a importante carga que a doença acarreta para os nossos sistemas de saúde.

Em relação ao exame radiológico de que trata a proposição, a mamografia, não há necessidade de exaltar seu papel crucial na detecção do carcinoma mamário em seus estágios iniciais, período em que o tratamento tem probabilidade muito maior de êxito, se comparado à terapêutica instituída nas fases mais avançadas da doença. A grande mobilização em torno do Outubro Rosa tem contribuído para conscientizar a população a respeito da importância do rastreamento mamográfico.

Ocorre que a estratégia de rastreamento voltada para a população feminina em geral, ou seja, realização de mamografia a partir dos 40 anos de idade, não é adequada para atender as necessidades de um subgrupo específico, o das mulheres com alto risco para o desenvolvimento da neoplasia mamária. Estudo norte-americano comparou os resultados das mamografias em mulheres com idades entre 30 e 39 anos que apresentavam fatores de risco elevado com aqueles de mulheres entre 40 e 49 anos sem os mencionados fatores de risco. As mais jovens apresentaram taxa de detecção de câncer maior do que as mulheres de idade mais avançada.

De fato, a redução da idade de início do rastreamento em mulheres com predisposição genética ou histórico familiar é justificável, visto que muitos dos cânceres de mama ocorrem em idades mais jovens, o que evidencia a necessidade de um acompanhamento mais precoce. Além

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do impacto positivo sobre a saúde das mulheres, a implementação desse rastreamento precoce pode resultar em economia de recursos públicos despendidos em saúde – foi o que eu disse no voto anterior. O diagnóstico tempestivo reduz a necessidade de tratamentos mais agressivos, como quimioterapia – que é cara para o sistema de saúde – e radioterapia, além de evitar internações hospitalares prolongadas e intervenções cirúrgicas complexas – espero que o Governo esteja ouvindo o que eu estou falando. O tratamento de um câncer diagnosticado em estágios avançados é consideravelmente mais oneroso para o sistema de saúde, além de ter pior prognóstico para as pacientes.

Com efeito, o PL nº 3.021, de 2024, visa a atender às recomendações de diversas entidades médicas e científicas nacionais e internacionais.

Por conseguinte, Senadora Presidente, como as matérias são correlatas, mas se completam, precisamos aprovar as duas – porque elas se completam – sugerimos algumas alterações no projeto de lei, que foram consolidadas na forma de um substitutivo, e a Senadora Relatora inicial, a Daniella, fez um substitutivo perfeito, e eu quero informar que as assessorias trabalharam juntas: a minha assessoria, no meu voto, a assessoria da Daniella, junto com a assessoria do Laércio e do Plínio. Então, foram quatro gabinetes envolvidos para a construção desses dois votos.

O próprio Ministério da Saúde definiu os grupos de alto risco e determinou a avaliação do grau de risco já na primeira consulta clínica. Nesse sentido, a proposição, nos termos do texto apresentado, não obriga, mas garante, desde que atendidos os requisitos previamente estipulados pelo gestor do sistema, o rastreamento precoce do câncer.

Ademais, é importante destacar que fatores como a idade ao diagnóstico e a densidade mamária impactam diretamente o risco de câncer, o qual pode ser estimado por ferramentas de cálculo de risco baseado em modelos matemáticos. Tais metodologias já se encontram consolidadas e amplamente adotadas, como, por exemplo, no caso das mulheres com forte história familiar de câncer de mama, porém sem mutação conhecida. De fato, definiu-se como de alto risco aquelas com estimativa maior ou igual a 20% de risco, ao longo da vida, calculado por tais modelos.

O voto da Daniella trouxe dados científicos para levar à construção do substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, Sra. Presidente, por todo o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.021, de 2024, nos termos do substitutivo apresentado pela Relatora, com a concordância do autor, que aprimora, e as duas matérias acabam uma completando a outra.

Eu peço a aprovação, o apoio dos pares, já parabenizando de novo o autor da matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora Damares, quero parabenizar a Senadora Daniella Ribeiro pela relatoria e você, por ter participado também, como você colocou, dessa relatoria, foram quatro gabinetes. Então, isso mostra que vocês estão unidos, todos nós, mas especificamente vocês, que foram autores e Relatores, nesses dois projetos tão importantes.

Cada vez mais, Senador Laércio – quero parabenizá-lo, como autor desse projeto, diminuindo a idade do rastreamento para 30 anos –, o que a gente vê é que os diagnósticos de câncer de mama estão acontecendo em faixas etárias menores. Então, o rastreamento a partir de 30 anos é de suma importância. Como a Senadora Damares falou, os dois projetos se complementam e eu quero parabenizá-lo, Senador Laércio, pela sua autoria.

Eu quero colocar a matéria agora em discussão. Quem quiser discutir a matéria...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Como as pessoas estão nos acompanhando, tem muita gente acompanhando, mulheres do Brasil inteiro, deixe-me só destacar: o Senador Laércio traz para 30 anos, de forma extraordinária, e dá prioridade às consideradas de alto risco para o desenvolvimento do câncer, como aquelas que já têm uma mutação genética, forte histórico familiar da doença ou com risco estimado igual ou superior a 20% ao longo da vida. Então, aqui, a gente está trazendo um grupo bem específico também. E isso não vai falir o Governo, com certeza, não vai falir a União, vai evitar que essa mulher tenha um sofrimento ao longo da vida. E foi o que eu disse sobre o impacto financeiro da outra: vamos aproveitar o impacto financeiro daquela para aprovar esta matéria e trazer esse grupo.

Imagina uma jovem de 30 anos cuja mãe teve câncer de mama, a avó teve câncer de mama, tem outros históricos de tias, primas, essa menina precisa fazer esse rastreamento o mais cedo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível. E foi pensando exatamente nesse grupo que o Senador Laércio traz para 30 anos. Então, perceba como as matérias se completam e a necessidade de a gente aprovar as duas matérias.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, perfeitamente, Senadora Damares.

A matéria ainda está em discussão.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discutir.) – Quero cumprimentar V. Exa., Senadora Eudócia.

É muito bom ficar ouvindo não só a relatoria da minha querida amiga Senadora Damares, porque a nossa história se encontra em vários momentos e a admiração e o carinho só crescem, principalmente pelo compromisso dela com as bandeiras que ela defende muito bem, e também sob a sua Presidência.

A senhora também é uma conhecedora profunda do assunto, a sua pauta é a saúde, principalmente a saúde feminina. Eu sou apenas um, digamos assim, estranho no ninho. Vocês conhecem profundamente o assunto, sabem das dificuldades, mas o que me levou a escrever esse projeto foi a angústia de uma mulher que me procurou, lá em Aracaju, num gabinete. Eu faço atendimentos lá todo sábado e ela me procurou pedindo: "Pelo amor de Deus, socorro, porque eu estou sentindo, sei que deve ser alguma coisa muito complicada, mas eu já fui a uma unidade de saúde e a minha idade não me permite fazer o exame, mas eu sei o que eu estou sentindo. Eu tenho alguma coisa, eu tenho medo de morrer e eu quero fazer o exame". Aquilo ali, Senadora Eudócia, me angustiou tanto – me angustiou tanto – e eu disse: "Meu Deus do céu, será que a população, a sociedade brasileira como um todo, principalmente as pessoas de baixa renda, para ter acesso à saúde, precisa ter um conhecimento político? Não pode chegar, como uma pessoa comum, a uma unidade de saúde e pedir para ser atendida?". Não existe industrialização para essas coisas, não; não existem os famosos esquemas montados para encher o SUS de exames sob outros interesses.

A coisa mais importante que a gente tem na vida é a saúde. E como é que o nosso país não permite já que nós criamos o Sistema Único de Saúde? Eu não quero a chave dessa porta, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa porta tem que ser aberta para todas as mulheres que precisem disso, independentemente de idade.

A senhora, pela sua experiência, trouxe a informação de que não são só as de 40, 45 que precisam fazer esses exames. O exame precisa ser... Isso precisa retroagir. De repente – e Deus permita que isso não aconteça –, daqui a pouco, será que a gente vai precisar de novo retroagir para 20 anos? A gente não sabe, mas já existem milhares e milhares de mulheres com 30 anos que precisam fazer o exame porque têm algum indicativo de alguma coisa. E a senhora, pela sua experiência, e a Senadora Damares também já trouxeram essa questão.

Portanto, a motivação que me fez apresentar esse projeto foi aquele fatídico encontro com aquela mulher. Eu espero muito, torço muito e trabalho muito. Se Deus quiser, a gente vai ter esse projeto aprovado para que aquela mulher não fique no meio do caminho, para que ela encontre a cura através de um exame e dos procedimentos seguintes, que são tão necessários para a vida de um ser humano, não é? Estamos tratando de ser humano. Portanto, minha participação não é bem uma discussão, é só que eu estou rendido a esse tema porque o abraço com todo o carinho e espero que a gente tenha um porto seguro para ancorar esse projeto.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito pertinentes as suas palavras, Senador.

Espero que essa senhora, que essa jovem que lhe procurou tenha tido acesso. Esse foi um caso que você relatou. Só que existem tantos e tantos outros casos em que, às vezes, infelizmente, em uma população muito jovem, diagnosticam o câncer de mama já avançado. E, como relatou a Senadora Damares, infelizmente, os cânceres de mama em pessoas mais jovens são extremamente agressivos; normalmente – não são todos os casos –, são extremamente agressivos, especialmente se já tiver histórico familiar, como a Senadora colocou, como você colocou no seu projeto. Se tiver histórico familiar, isso aumenta em cinco, seis, sete, oito vezes essa possibilidade.

Meus parabéns, Senador Laércio Oliveira.

E, agora, não havendo mais ninguém que queira discutir, eu encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação os Projetos de Lei nºs 3.021, de 2024, e 499, de 2025, nos termos dos relatórios apresentados.

A votação é nominal. Então, espero que os colegas possam... (*Pausa.*)

O painel já está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Espero que os colegas comecem suas votações e que os assessores e assessoras aqui presentes possam comunicar aos colegas Senadores e Senadoras para votarem e participarem deste momento tão ímpar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, enquanto nossos colegas estão votando, eu queria registrar que está presente conosco aqui, no plenário, o Secretário de Estado da Casa Civil de Santa Catarina, o ex-Deputado Estadual Kennedy Nunes. Ele está aqui. É uma alegria.

E deixe-me contar um segredo, Presidente. Quando eu era adolescente, eu era amiga de Laércio, em Sergipe. Nós temos uma história. Ele ainda hoje me chama de tia Damares. Então, nós temos essa história. E a gente tem essa relação com Sergipe de muito carinho. Nós sabemos a necessidade das mulheres de Sergipe. Este projeto de lei vai alcançar aquelas mulheres.

E, quando eu era adolescente, eu saía pelo Brasil para ver o Deputado Kennedy tocar e cantar. Então, eu tenho aqui hoje duas pessoas muito queridas. O Deputado Kennedy toca harpa e canta, é um dos maiores cantores da área gospel. Ele hoje está aqui com a gente, Secretário de Estado, Deputado. E você combina muito bem com a cadeira de Senador – está dado o recado, você sabe qual é o meu sonho, não é?

Deus o abençoe, Secretário. É uma alegria recebê-lo aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora Damares, que maravilha saber que você é amiga de longas datas do Senador Laércio Oliveira, mas eu não entendi por que ele a chama de tia, você é muito jovem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É porque eu dava aula para ele e para as crianças... Ele cuidava de crianças, e eu cuidava das crianças dele. Então, a relação está com as crianças de que a gente cuidava juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Ah, assim, está explicado.

Eu quero aqui...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Senadora Eudócia...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senador.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Vou complementar a sua curiosidade ou vou alimentá-la ainda mais.

O que é mais incrível é que, quando eu me elegi Deputado Federal... A gente não tem histórico político, vida política, nada; nossa vida era dedicada aos projetos, à igreja. E, quando eu me elegi, eu reencontrei Damares. Nós éramos da mesma igreja, fazíamos os mesmos trabalhos. Damares sempre foi assim: determinada, objetiva, amorosa com todo mundo. E, quando eu encontrei com Damares, ela era chefe de gabinete de um Deputado também e coordenava a Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados. E foi, assim, um encontro muito especial poder revê-la outra vez, poder me encontrar com ela. Toda semana eu me encontrava com ela várias vezes.

Mas o que é mais importante é o esquadrinhar de Deus na vida da gente. A gente nunca pensou que um dia estaríamos aqui, debaixo de um mesmo teto, trabalhando pelo Brasil, fazendo aquilo que a gente sabe fazer e que vamos fazer, porque a formação da nossa vida foi uma formação muito próxima das pessoas que têm necessidades. Damares é uma mulher que hoje o Brasil todo conhece e admira, mas, quando o Brasil não conhecia Damares, ela já doava a vida por pessoas que não tinham nenhuma chance de sobrevivência se não fosse através das ações de Damares, não da Senadora Damares. Então, veja a profundidade da vida da minha tia e do que ela é capaz de fazer ocupando a cadeira de Senadora. Portanto, é essa relação que nos torna assim tão íntimos e tão próximos, diferentemente do que é a liturgia aqui do Senado, do S. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem muita dificuldade com o S. Exa. por essa história de vida. Era só para complementar.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Que maravilha saber dessa amizade tão linda! Agora está explicado, Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora Damares, essas palavras do Senador Laércio Oliveira explicam tudo, porque você é tão maravilhosa, tão gentil, tão humana, tão trabalhadora, sempre defendendo a causa pública, as políticas públicas. Meus parabéns, Senadora. Eu sabia que tinha algo diferente em você, e agora foi explicado pelo Senador Laércio. E que bom que vocês se encontraram nesse trabalho lindo na Igreja. Glórias a Deus!

Eu quero aqui cumprimentar a nossa nobre Senadora Ana Paula, que acabou de chegar, e também o Senador Humberto Costa. Quero cumprimentar também o Senador Esperidião Amin.

E eu quero, antes de dar continuidade à votação, só registrar neste momento o lançamento oficial do *Estudo Especial nº 20 – Cenários de longo prazo para a necessidade de financiamento da saúde*, da Instituição Fiscal Independente, com a presença do seu Diretor-Executivo, o Deputado Marcus Vinícius Pestana – Deputado Marcus Pestana, parabéns pela sua iniciativa. O autor é o Sr. Alessandro Casalecchi. Vocês estão de parabéns. Deputado, seja muito bem-vindo a esta Casa e parabéns pela iniciativa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Senadora, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Está aqui o seu livro.

Pois não, Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Por gentileza, eu estava aqui, como sempre, encantado com a Senadora Damares, e o Deputado Pestana chegou perto de mim para trazer essa obra com que nos presenteia aqui neste momento. Eu, exatamente, tinha um desejo muito grande de fazer o registro da presença dele aqui. Nós fomos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juntos. Ele sempre foi uma referência política na minha vida, da forma como conduzia os projetos, as relatorias, os discursos, os debates, com muito conteúdo e sempre disponível a oferecer o seu conhecimento para todos que usufruem do privilégio de ter a amizade dele. Ele é um mineiro de muito valor e eu fico muito feliz em poder encontrá-lo aqui, Deputado. Sempre será o meu professor. E muito obrigado pela sua presença aqui com a gente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito bem, Senador Laércio, que bom!

Seja muito bem-vindo, Deputado!

Eu vou encerrar a votação, porque nós já atingimos o quórum.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – O resultado foi: 12 votos favoráveis, 1 voto contra.

Abstenção: 0.

Um quórum de 14 votos.

Então, foram aprovados os Projetos de Lei nºs 3.021, de 2024, e 499, de 2025, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Então, estamos todos de parabéns pela aprovação desses dois projetos.

Agora, passo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Senador Eudócia!

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Eu queria apenas retificar o meu voto para torná-lo favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Ah, pois não. Então, está retificado, Senador Humberto.

Agora passamos para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2439, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o registro de cadastro de devedor de pensão alimentícia no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Agora, eu concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Obrigado, Senadora Eudócia. Agradeço pela oportunidade.

O projeto, como disse V. Exa., é o Projeto de Lei 2.439, de 2023, de iniciativa da Deputada Denise Pessôa, que institui o registro de cadastro de devedor de pensão alimentícia no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas.

Com a autorização de V. Exa., eu sigo aqui para a análise.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, autorizado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a este Colegiado opinar sobre proposições que dispõem sobre relações de trabalho e seguridade social.

Portanto, no que se refere aos aspectos regimentais, não verificamos quaisquer óbices que impeçam a aprovação da matéria. Os aspectos de juridicidade e constitucionalidade deverão ser analisados pelo Colegiado que a este sucederá.

No mérito, esta proposição deve prosperar.

O PL 2.439, de 2023, estabelece que os empregadores deverão cadastrar informações sobre o pagamento de pensão alimentícia de seus empregados no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), como forma de garantir a manutenção dos alimentos mesmo em casos de mudança de vínculo empregatício.

Essa medida visa assegurar o cumprimento da obrigação alimentar e reduzir as dificuldades enfrentadas pelos beneficiários na busca por meios para garantir o sustento dos filhos.

Em 1990, com o advento do ECA, crianças e adolescentes passaram a ser sujeitos de direitos, vistos como prioridade absoluta, demandando mais responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. Romperam-se, pois, quaisquer tabus e obstáculos que antes dividiam os filhos entre legítimos e ilegítimos e, com isso o reconhecimento da paternidade passou a ser direito assegurado, e as pensões alimentícias estenderam-se para outros núcleos familiares, como no caso de pais solteiros.

Destaca-se, ainda, o papel fundamental deste Parlamento na construção de instrumentos legais que garantam a proteção dos direitos da criança e do adolescente, especialmente no que se refere ao dever de sustento por parte dos pais. A Lei nº 8.560, de 1992, que trata da investigação de paternidade, e a Lei nº 11.804, de 2008, que instituiu os alimentos gravídicos, são exemplos de que o Legislativo tem contribuído fortemente para assegurar que a responsabilidade paterna seja reconhecida e efetivada desde os primeiros momentos da vida de seus filhos, combatendo a negligência parental e promovendo maior justiça social e proteção à família.

A iniciativa da Deputada Denise Pêssoa não só garante a ininterrupção do pagamento de pensão alimentícia, como também aprimora a fiscalização e a cobrança deste direito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promovendo, assim, maior transparência e eficiência na gestão dessa obrigação. A inclusão no eSocial permite uma abordagem mais integrada, ao utilizar esta ferramenta para monitoramento e execução das obrigações alimentícias, contribuindo para a redução da inadimplência e assegurando que os recursos destinados para o sustento dos filhos sejam efetivamente disponibilizados.

Este projeto demonstra a importância de se continuar buscando mecanismos que protejam os direitos dos filhos e das mães, muitas vezes sobrecarregadas com a responsabilidade exclusiva pela criação dos filhos. O PL 2.493 não só estabelece um dever legal, mas também reforça o compromisso do Estado com a dignidade do menor e com o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. Por meio dessas medidas, o Parlamento contribui para uma sociedade mais justa e igualitária, em que a parentalidade é compreendida como um dever compartilhado e inalienável.

O dever de prestar alimentos está fundamentado na solidariedade familiar. A aprovação dessa matéria representa um avanço significativo na proteção dos direitos dos alimentandos e na modernização dos mecanismos de fiscalização e cobrança de pensões alimentícias.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.439, de 2023.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pela relatoria, Senador Humberto Costa!

Coloco a matéria em discussão neste momento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à CCJ.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senador Humberto.

Vamos agora para o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 570, DE 2024

- Não terminativo -

Acrescenta inciso ao art. 97 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ao art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para determinar a concessão, ao servidor ou ao empregado, de abono do dia em que comprovar a vacinação de filho ou dependente menor.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Agora, eu concedo a palavra à Senadora Ana Paula Lobato para a leitura do relatório.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relatora.) – Sra. Presidente, peço licença para ir diretamente à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – O Regimento Interno do Senado Federal confere a esta Comissão competência para apreciar as matérias referentes às relações de trabalho e outros assuntos correlatos.

Em se considerando a posterior análise da matéria pela CCJ, a presente análise se concentrará nos aspectos de mérito e de técnica legislativa do PL.

Nesse sentido, a proposição ora sob exame é digna de aplausos, ao conferir aos pais de crianças e adolescentes condições para efetivar o direito de vacinarem seus filhos sem prejuízo do pleno exercício de sua profissão.

A vacinação é uma das medidas mais eficazes e seguras para a prevenção de doenças graves e seus impactos na saúde individual e coletiva.

Nessa quadra, a imunização em massa pode até mesmo erradicar doenças, como ocorreu com a varíola e a poliomielite em muitos países.

No caso específico de crianças e adolescentes, a vacinação permite seu desenvolvimento saudável, sem o risco de danos permanentes causados por doenças infecciosas.

A despeito desses benefícios, alguns dados são preocupantes. De acordo com dados do Ministério da Saúde, a cobertura vacinal da população vem despencando, chegando em 2021 com menos de 59% dos cidadãos imunizados. Em 2020, o índice era de 67% e, em 2019, de 73%. O patamar preconizado pelo Ministério da Saúde é de 95%. Por exemplo, enquanto, no ano de 2015, a cobertura vacinal da BCG chegou a 100%, ela caiu para 86,7% em 2019 e 73,3% em 2020. A da pólio, por sua vez, caiu de 88,3% para 75,9% no mesmo quinquênio.

Por se tratar, assim, de proposição que protege o trabalhador e seus dependentes, orientamo-nos pela sua aprovação com três emendas. A primeira é necessária para adequar a ementa da proposição. Outras duas ajustam o texto para conter referência à possibilidade de ausência por meio dia de trabalho, observado o calendário do Programa Nacional de Imunizações, condicionando a concessão do benefício à declaração do trabalhador de que o outro genitor ou responsável por seu filho não recebeu benefício semelhante, além de explicitar o direito ao filho ou dependente menor de dezoito anos, afastando a utilização solitária do termo “menor”, que remete a uma ideia de inferioridade da criança ou adolescente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei 570, de 2024, com as três emendas já descritas.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu quero parabenizar a nobre Senadora Ana Paula Lobato pela excelente relatoria e também eu quero parabenizar o Senador Weverton pela autoria desse projeto de lei tão importante. Realmente a nossa realidade é esta: cada vez mais, estamos diminuindo o número de crianças sendo imunizadas, o que, para as doenças imunopreveníveis, como nós chamamos, é de grande importância. E às vezes o gestor ou a gestora não querem sair do seu trabalho para não perderem meio período de trabalho, o que não vai impactar praticamente em nada o local onde eles trabalham.

Então, esse projeto de lei é magnífico, e sua relatoria, Senadora Ana Paula, foi muito pertinente, você está de parabéns.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Espero que nós aprovemos esse projeto de lei, porque realmente vai mudar a história da imunização no nosso país.

E eu quero cumprimentar aqui a minha querida amiga, Senadora Jussara Lima, que sempre se faz presente aqui na CAS. Parabéns pelo seu trabalho maravilhoso, Senadora!

Eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos das Emendas nºs 1, 2 e 3, da CAS.

A matéria vai à CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu passo a palavra ao nobre Deputado Marcus Vinícius Pestana, que faz parte da autoria deste estudo da Instituição Fiscal Independente: "Cenários de longo prazo para a necessidade de financiamento da saúde", de autoria do Alessandro Casalecchi. Parabéns pelo seu livro! Está aqui, viu, Deputado? E você tem a palavra.

O SR. MARCUS VINÍCIUS CAETANO PESTANA DA SILVA (Para expor.) – Eu queria, inicialmente, agradecer muitíssimo a acolhida da Senadora Eudócia, que preside a presente sessão; a todas as Senadoras aqui presentes; as palavras carinhosas e generosas do Senador Laércio, que foi meu colega na Câmara dos Deputados.

Como Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente, vinculada ao Senado Federal, eu trago hoje – lanço oficialmente hoje, aqui – esse estudo especial que creio ser um importante subsídio para a CAS e para a atuação dos Senadores e Senadoras na questão orçamentária. Não é novidade para ninguém: o Brasil, há muitos anos, vive uma grave restrição fiscal. Mais do que nunca, é preciso a noção de prioridade, de escolhas de políticas públicas prioritárias.

Esse exercício que o Alessandro, nosso analista econômico, fez está muito consistente. Ele projeta, com os dados do IBGE, até 2070, as necessidades de financiamento do sistema de saúde brasileiro, levando em consideração o envelhecimento da população, a transição demográfica, a incorporação de novas tecnologias, que encarece os custos do sistema, e a necessidade de aprofundar a universalização prevista na Constituição. Então, é um estudo muito importante, porque ele prevê, para os próximos dez anos, uma necessidade de expansão do orçamento da saúde para manter a qualidade atual de 3,9%, sendo que o arcabouço fiscal prevê uma expansão máxima e real de 2,5%. Nem sequer a vinculação constitucional garante os recursos necessários para responder ao envelhecimento da população e à incorporação de novas tecnologias.

Então, esse estudo pretende ser um subsídio a quem tem poder de tomada de decisão, o Executivo e o Congresso Nacional, na alocação de recursos orçamentários no momento de discussão dos planos plurianuais, dos orçamentos anuais, dos projetos de lei de diretrizes orçamentárias. Não é tarefa fácil achar recursos, mas não creio que ninguém abra divergências sobre a essencialidade do Sistema Único de Saúde e da política pública de saúde pública.

Então, muito obrigado mais uma vez. Consideramos, então... Oficialmente, fizemos questão de fazer o lançamento. Está havendo também uma sessão na Comissão de Saúde da Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados, com o Alessandro, e eu fiz questão de vir aqui, como Diretor-Executivo da IFI, para trazer esse elemento, esse subsídio à Casa.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Parabéns pelas palavras, Deputado!

Vamos, com certeza, estudar esse livro. Foi muito pertinente. Essa elaboração vai nos ajudar muito – não é, colegas? –, a todos nós aqui da Casa, enfim, a todos os Senadores, mas especialmente aos daqui da CAS.

Quero parabenizá-lo, Deputado Marcus, e parabenizar também o seu colega Alessandro Casalecchi. Sejam muito bem-vindos sempre! Parabéns pelo lançamento desse livro!

E lembro que hoje, às 14 horas, teremos reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei nº 2.158, de 2023, que altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados que disponham de farmacêutico.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 45 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quinze horas e vinte e três minutos do dia nove de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Lucas Barreto, Dra. Eudócia, Romário, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Izalci Lucas, Augusta Brito, Weverton e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Zenaide Maia, Flávio Arns, Eduardo Girão, Wilder Morais e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 111/2024 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), REQ 47/2025 - CAS, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), e REQ 49/2025 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2158, de 2023, que "altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que 'dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências', para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados, que disponham de farmacêutico". **Participantes:** Belmiro Gomes, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira dos Atacarejos – ABAAS; Antônio Anax Falcão de Oliveira, Diretor da Sociedade Brasileira de Toxicologia – SBTox; Flávia Neri Meira, Diretora da Sociedade Brasileira de Toxicologia – SBTox; Fabio Basílio, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos – FENAFAR; Walter da Silva Jorge João, Presidente do Conselho Federal de Farmácia; e Rafael Poloni, Coordenador-Geral de Assistência Farmacêutica Básica do Ministério da Saúde. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/09

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 111, de 2024, da CAS, e 47 e 49, de 2025, da CAS, de minha autoria e de autoria do Senador Laércio Oliveira, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 2.158, de 2023, que "altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que 'dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências', para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados que disponham de farmacêutico".

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, na Ouvidoria, pelo telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Eu quero, antes de começar aqui, me desculpar com todas as entidades e as pessoas que estavam definidas na participação na semana passada, e, de última hora, eu tive a necessidade de sair, e não havia ninguém para me substituir. Então, peço a compreensão de todos e espero que esta audiência de hoje possa compensar essa falha.

Bom, eu queria convidar o Dr. Belmiro Gomes, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira dos Atacarejos (Abaas); o Antônio Anax Falcão de Oliveira, Diretor da Sociedade Brasileira de Toxicologia, que vai participar remotamente; a Sra. Flávia Neri Meira, Diretora da Sociedade Brasileira de Toxicologia; o Sr. Fabio Basílio, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos; o Sr. Walter da Silva Jorge João, Presidente do Conselho Federal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Farmácia; e o Sr. Rafael Poloni, Coordenador-Geral de Assistência Farmacêutica Básica, do Ministério da Saúde. (*Pausa.*)

Já falei.

Bom, pessoal, eu queria só informar que pretendo, se nós chegarmos a um entendimento ao longo desta semana, se possível, votar, na semana que vem, esse projeto, que é terminativo aqui, na Comissão, não é, Saulo?

O projeto é terminativo na Comissão, né?

E nós votaremos, se eu conseguir o entendimento com todo mundo. Pelo que eu pude conversar com várias partes, esse entendimento é possível. Se for possível, nós aprovamos, conforme eu tinha me comprometido com o Senador Efraim de Morais, e, portanto, já começaríamos o próximo semestre com o projeto na Câmara, para ser discutido.

Eu quero pedir a compreensão de todos e todas para que a gente possa fazer uma audiência rápida, porque o Presidente do Senado está com muitas atividades fora do Senado e me pediu para presidir a sessão deliberativa que começa às 4h. Então, se nós pudermos concluir o debate aqui, às 4h, sem prejuízo de eu conversar com quem quer que seja ao longo desta semana, será melhor. Está bem?

Então, eu vou começar dando a palavra ao Dr. Belmiro Gomes, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira dos Atacarejos.

Vamos conceder a V. Sa. o tempo de dez minutos. Se puder ser menos, diante desse problema, eu agradeço penhoradamente.

O SR. BELMIRO GOMES (Para expor.) – Perfeito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, prezados colegas que estão aqui comigo e plateia, objetivo, vou acelerar o tempo a pedido do Presidente, para falar rapidamente. Eu sou o Belmiro Gomes, estou aqui hoje como representante da Associação Brasileira dos Atacarejos. Acho que atacarejo todo mundo conhece bem no Brasil, não é? Vou passar um pouco sobre a associação. Trabalho há 38 anos no setor alimentar, já trabalhei com supermercados, hipermercados, mas a maior parte da minha carreira foi no atacarejo ou atacado de autosserviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Abaas, a qual represento hoje, para dar grandes números, tem hoje 2,4 mil lojas espalhadas em todo o Brasil, mais de 405 mil empregos gerados em todos os estados do Brasil, com vários perfis de municípios. Hoje, 50% de tudo do mercado alimentar, limpeza, perfumaria é vendido no atacarejo, e 75% das famílias frequentam uma das lojas de atacarejo em qualquer ponto do Brasil.

Por que o atacarejo cresceu, Presidente, num país de dimensões continentais e desigualdades sociais como o Brasil? Porque o atacarejo vende barato, por preço baixo. Eu sou um ex-boia-fria, trabalho desde os nove anos de idade, então a gente acompanhou de perto as dificuldades. Ele foi o que permitiu principalmente as classes sociais mais baixas economizarem. Na vida, a gente sempre fala que o dinheiro que se tem não é o que se ganha, é o que se guarda. E o atacarejo acabou ajudando a reduzir o preço dos produtos com que trabalhou em torno de 15%, o que é muito relevante, porque isso empodera, aumenta o poder de compra do cidadão, aumenta o poder de compra do brasileiro, ao mesmo tempo em que ajuda a combater a inflação alimentar, que é um fenômeno que vem ocorrendo no Brasil inteiro.

E nós da Abaas apoiamos muito forte a proposta feita pelo Senador Efraim, da qual a Emenda nº 2, especificamente – não a primeira – ao projeto, na nossa visão traz algo que é uma evolução, principalmente pensando no trabalhador, principalmente pensando no cidadão. Nessa nova emenda, o que se está pleiteando? Farmácia completa. E o que é uma farmácia completa? Farmácia não é completa se não tiver um farmacêutico. Ela não é completa se não estiver empregando um farmacêutico, se não estiver seguindo todas as regras que a Anvisa, a vigilância sanitária, coloca.

O setor de supermercado – vou falar um pouco mais à frente, de forma rápida – já trabalha com uma logística, com uma cadeia de abastecimento difícil no Brasil. Aqui, eu só dei os números da Abaas, mas, quando se olha para o setor de supermercado, é muito maior em termos de loja e de geração de emprego.

A ideia é que nós tragamos para o consumidor um pouco mais de comodidade, com um espaço exclusivo dentro da loja, para que, no momento da compra, se ele julgar conveniente na compra alimentar, ele também possa comprar um produto farmacêutico. Ou seja, de que maneira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós queremos o que a emenda prevê? Da mesma maneira como as farmácias trabalham hoje. É a mesma regra, é a mesma vigilância, é a mesma lei, é a mesma forma de um para o outro.

Quando a gente olha para o setor de supermercados, será que ele tem condição de seguir as mesmas regras da farmácia? E aí, vale lembrar, é um setor que já trabalha com talvez uma das logísticas mais difíceis do mundo: carne moída, apresuntado... A bem da verdade, as regras a que nós já estamos sujeitos hoje são iguais ou até mais rigorosas em alguns casos, Sr. Presidente, do que as farmácias. A gente trabalha com controle de temperatura, produtos com validade curta... E quando eu digo curta, é muito curta, tem produto que é menos de uma semana, tem produto que é um dia, tem produto que é dois dias. Dificilmente um medicamento é dois dias, né? Todo mundo aqui, provavelmente, tem um medicamento aí nas suas bolsas, ninguém vai ter carne moída, com toda a certeza. Ou seja, um controle sanitário rigoroso e, principalmente, profissionais especializados. Não é qualquer pessoa que vai fatiar uma carne, não é qualquer pessoa que fatia um presunto, não é qualquer pessoa, por incrível que pareça, que escolhe o perecível. Então, o setor alimentício no Brasil já trabalha com uma das logísticas de abastecimento mais complexas.

Fora isso, acho que mais do que o papel da Comissão não é ver o que o atacarejo quer, o que a Abras quer, ou o que os próprios setores de farmácia querem, mas é o que a população quer. Quando a gente foi ouvir, até para ver se o nosso pleito estaria correto, ouvir o Data Popular, a gente contratou o Data Popular na pesquisa: 64% acreditam que o Governo deve liberar – o Datafolha, desculpe –, e 73% acreditam que a venda em supermercados facilitará a sua vida. Talvez aí seja o ponto mais importante, porque, a bem da verdade, a farmácia, às vezes, vende também outros itens, porque aquilo é mais fácil para o consumidor. Nós estamos vivendo um tempo de mudança. Nesse tempo de mudança, criou-se o *e-commerce*, criaram-se novos hábitos de consumo, é só qualquer um de nós olhar para dez anos atrás, 20 anos atrás, o que você comprava e o que a gente compra hoje. Os próprios hipermercados, que vendiam uma furadeira, um micro-ondas, um aparelho celular, hoje não mais, hoje você recebe na porta de casa, também recebe medicamento na porta de casa.

Então, acima de tudo, o recurso mais escasso nosso é o tempo. Isso traz mais praticidade, mais acesso para esse consumidor, mais saúde, porque o farmacêutico vai estar presente. É a mesma regra que é aplicada para as farmácias. Isso, na nossa visão, vai possibilitar, para a população, ter um menor nível de estoque em casa, ter mais segurança no momento de compra,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerar mais emprego e, acima de tudo, preço baixo. É óbvio que a emenda aumenta a competitividade.

Eu sei que o tempo está bem curto, mas eu gostaria de destacar só dois últimos pontos, eu dou uma acelerada, Presidente. A própria Associação dos Atacarejos, um tempo atrás, a gente teve um embate grande com a própria Associação de Supermercados no início, porque se imaginava que o atacarejo iria quebrar os supermercados no Brasil. Não fechou nenhum supermercado. Na realidade, o que aconteceu com isso? O setor buscou se inovar, ele buscou ser mais eficiente. Em qualquer lugar do mundo, a livre concorrência e a disputa geram eficiência e, acima de tudo, geram preço mais baixo, geram custo menor. No momento em que a população está com a renda pressionada, em que nós estamos com um ciclo de juros altos, uma série de dificuldades econômicas, ter possibilidade de poder trabalhar numa livre concorrência, ela também não ter que se deslocar para a farmácia, se naquele momento ela julgar conveniente comprar, na nossa visão, o que esse projeto faz não é destruir um setor, é fortalecer, porque a emenda também prevê que pequenas redes de farmácia possam se instalar dentro de um supermercado.

Em muitas cidades, essa parceria, na nossa visão, vai ser muito importante, porque você acaba diluindo o custo de aluguel, o custo de segurança, o custo do IPTU, o custo da energia elétrica, os dois trabalhando em conjunto. Então, isso abre, na nossa visão, para as pequenas farmácias, uma oportunidade muito grande de trabalhar em parceria com os setores de supermercado. Acima de tudo, aquilo em que a gente acredita de fato, até pela própria origem, Presidente, é que quem vai ser beneficiado, como sempre aconteceu, com maior concorrência, seja com a questão do *e-commerce*, seja com a questão das próprias farmácias vendendo alimento, seja com outro, é o cidadão, é o trabalhador no papel de consumidor. Então, enquanto consumidor, se ele está mais prático, ele vai julgar, ele sabe mais e vai ser o senhor da sua decisão. Obviamente que o papel dos legisladores é sempre garantir que isso seja feito com segurança, com norma, é o que a emenda do Senador prevê. Então, da minha parte é isso, busquei acelerar.

Muito obrigado pelo espaço que me foi concedido. Agradeço imensamente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Belmiro. Obrigado também pela utilização boa do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só informar aqui ao Senador Efraim Morais, que foi o autor não só do projeto, mas o autor dessa proposta de emenda, que nós vamos fazer essa audiência pública hoje e a minha pretensão é que na próxima quarta-feira a gente possa votar a proposta, na próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais. Quero dizer a V. Exa. que, pelas conversas que eu tive até o presente momento, além da minha simpatia e concordância com a proposta de emenda que V. Exa. aprovou, eu senti que todos os setores se sentiram bem contemplados, mas vamos ver o que é que cada um vai dizer aqui para ver como é que vai ser, não é?

Então, eu quero passar a palavra...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não. Desculpe-me.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Só quero, já que se levantou o tema, aproveitar este momento para agradecê-lo por toda a disponibilidade que sempre teve. Eu acho que chegaremos a essa votação semana que vem, se Deus quiser, porque todos nós estivemos envolvidos num processo de convencer e ser convencido, com convicções, com ideias, com visões que foram se complementando na base da construção desse diálogo entre autoria, relatoria, claro, e nas audiências com a participação dos demais Senadores e Senadoras aqui presentes e das entidades.

Eu acredito que a sua fala traz algo que resume bem onde a gente chegou. Chegamos a um processo de ganha-ganha; chegamos a um processo em que ficou bom para as farmácias, farmacêuticos, supermercados e melhor ainda para o consumidor, porque, se tem algo que não se nega, é que mais concorrência leva a menor preço – isso é da ordem mundial da economia –, e a gente vai conseguir conceber isso com esse projeto. O cidadão vai ter – o Belmiro fez uma excelente apresentação; peguei a metade final, mas já conhecia essa argumentação que ele trouxe em que ele coloca ali – mais acesso, menor tempo e, claro, renda para todos os setores e emprego para uma classe que precisa ser cada vez mais valorizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Relator, eu agradeço a sua tolerância, a sua abertura ao diálogo, a possibilidade de construção do consenso. Sei que ainda tem uma reta final aí para ser trabalhada, mas vou torcer e vou trabalhar para que a gente a alcance. Agradeço também a palavra dada e o compromisso lá no início desses debates, quando vieram as audiências públicas. Eu solicitei: "Relator, vamos só ver se a gente consegue encerrar esse semestre com o projeto votado". O Relator disse que ia procurar construir essa condição de tempo, e hoje ele entrega aí esse compromisso. Agradeço-lhe, ex-Presidente da Comissão, presidiu a Comissão no primeiro biênio, agora, o Presidente Marcelo Castro.

Acredito que o consumidor sai ganhando. Agradeço ao Conselho Deliberativo da Abaas, ao Belmiro, à Fenafar e ao Rafael, que também está com a gente, e todos aqueles que passaram por essas audiências. Tivemos momentos de embates com maior tensão, com menor tensão – isso é natural do processo legislativo –, e chegamos aqui com esse consenso praticamente estabelecido.

Obrigado e parabéns ao Relator Humberto Costa!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Efraim Morais. Sem dúvida, a contribuição de V. Exa. deve nos conduzir a um processo de entendimento. Está certo?

Eu tenho aqui agora dois representantes da Sociedade Brasileira de Toxicologia, o Dr. Antônio Anax e a Dra. Flávia Neri. Nós dispomos dos dez minutos; eu pergunto se podemos dividir esse tempo entre os dois para a gente ter maior celeridade. (*Pausa.*)

Então, eu convido a Dra. Flávia para, em cinco minutos, apresentar a sua manifestação sobre o projeto.

A SRA. FLÁVIA NERI MEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

Eu preciso compartilhar aqui a apresentação. (*Pausa.*)

O.k. Só vou colocar em modo de apresentação, já inicio rapidamente.

Eu gostaria de iniciar cumprimentando, respeitosamente, todos os Senadores presentes, bem como todas as autoridades profissionais e cidadãos que acompanham essa audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma honra estar aqui representando a Sociedade Brasileira de Toxicologia, que é uma entidade que há 40 anos atua no fomento ao conhecimento, na formação técnica e na defesa de boas práticas na área de toxicologia no Brasil.

O meu nome é Flávia Neri, eu sou farmacêutica e atuo compondo a diretoria atualmente. Coordeno também um grupo especializado em toxicologia clínica de que eu vou falar mais à frente.

Hoje venho apresentar o nosso posicionamento institucional da SBTox em relação ao Projeto de Lei 2.158, de 2023, e às suas emendas, trazendo à luz nossas principais preocupações técnicas e éticas diante de um tema tão sensível para a saúde pública, o meio ambiente e a segurança da população brasileira. A nossa fala se apoia em evidências científicas, nos princípios da preocupação e no compromisso com a (*Falha no áudio.*) dos processos regulatórios. Então, esperamos aqui contribuir para o debate com responsabilidade, buscando sempre o equilíbrio entre a inovação, o desenvolvimento e a proteção à vida.

A nossa preocupação, nesse novo formato, de acordo com a proposta original – quero deixar bem claro –, é com o aumento das intoxicações. A SBTox acredita que a aprovação do PL 2.158 aumentará o número dos casos de intoxicações no Brasil. Essa venda de medicamentos isentos de prescrição em supermercados pode transmitir uma sensação de segurança aos consumidores, e nós sabemos que são substâncias químicas que têm efeitos adversos, efeitos colaterais, e elas precisam de um controle mais de perto. Então, o nosso primeiro passo aqui, no nosso posicionamento a respeito da proposta original, é banir o projeto, que vai aumentar ainda mais o número de intoxicações, e isso quem fala é o Presidente da SBTox, o Rafael Lanaro.

As intoxicações por medicamentos isentos de prescrição são, sabidamente, um problema de saúde pública. De acordo com o Sinan, as intoxicações por medicamentos isentos de prescrição são grandes responsáveis por intoxicações em crianças e idosos, e, apesar de menos frequentes e graves que as causadas por medicamentos sujeitos a prescrição, apresentam riscos, devido ao amplo acesso e a sua facilidade. A automedicação e a percepção equivocada de uma segurança desses produtos são fatores importantes. Então, a gente pensa no risco do acesso amplo e da automedicação e essa percepção. A gente tem essa ciência, e isso já é cientificamente provado, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os riscos da automedicação, de se automedicar sem ter nenhum profissional com a mínima instrução dada, como um farmacêutico ou um médico, a prática comum e perigosa da automedicação é muito comum no Brasil, mas pode resultar em casos graves de intoxicação. Vou apresentar alguns casos, bem rapidamente. O uso inadequado de medicamentos leva a efeitos adversos graves, prejudicando a saúde do paciente. A orientação profissional é necessária. Então, pelo projeto original, não consta essa orientação. Esse primeiro contato da população em geral com o medicamento tem que passar por um profissional da área. Então, é essencial para garantir o uso seguro de medicamentos isentos de prescrição. E a conscientização dos riscos. Estamos aqui, então, para apresentar-lhes os riscos dessa falta de cuidado, que é um risco grave à saúde pública.

Pelos dados epidemiológicos, 7,7 bilhões de doses de medicamentos isentos de prescrição vendidos entre 2014 e 2018, no Brasil, é um número que nós temos atualmente que é bastante alto. E a gente apresenta intoxicações principalmente em crianças, e a automedicação chega a... Cerca de 90% da população brasileira se automedica, aumentando os riscos de intoxicação por medicamentos.

Eu vou, então, correr um pouquinho, já que nós temos quase nada de tempo.

Sabemos que é um problema de saúde pública. A gente tem um aumento significativo dos atendimentos nos Centros de Informação e Assistência Toxicológica, que são os CIATOXs, pelo uso dos medicamentos isentos de prescrição. Então, esses medicamentos são a segunda substância mais frequente envolvida nesses casos, principalmente paracetamol, nafazolina, que eu vou apresentar, e essa cultura de automedicação.

Então, já disse sobre o aumento significativo, vou passar mais para frente. É só para relatar sobre os grandes riscos toxicológicos. Nós temos um grande risco de hepatotoxicidade pelo paracetamol, nefrotoxicidade pelo ibuprofeno – o ibuprofeno também pode causar gastrite, hemorragias graves, reações alérgicas ao dipirona, taquicardia por nafazolina. Um dos grandes medicamentos que tem grande impacto em crianças recém-nascidas é o uso, por exemplo, do Sorine adulto em uma criança, de uma forma errônea, comprado sem a devida instrução, em que a criança recebe esse medicamento e pode ter taquicardias importantes, podendo ir a óbito, por conta de um Sorine, não é? Então, aqui é um caso, um paciente, criancinha de sete meses, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peso de 7,2kg somente, que fez uso e teve sintomas graves, como palidez intensa, sonolência, hiporresponsividade. Em alguns casos, chega-se a intubar o paciente, e eles podem vir a óbito.

Outro exemplo é o paracetamol, que, aqui no Brasil, está entre os três primeiros, mas, nos Estados Unidos, chega a ser o primeiro, e ele pode causar uma hepatotoxicidade alta. Aqui são exemplos, há um dado que a gente obteve em que o paracetamol, nos Estados Unidos, é o primeiro, o maior causador de intoxicações, além das ocultações de sintomas. Quando a gente vende sem a devida orientação, nós temos sintomas que a gente pode estar ocultando, ou seja, se o paciente tem...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Só um minuto... Só um minuto, só restam dois minutos para completar os dez. Não sei se a outra pessoa da sua sociedade concorda. Aí, V. Sa. pode terminar a sua...

A SRA. FLÁVIA NERI MEIRA (*Por videoconferência*.) – A apresentação será só minha. O Anax irá fazer só um complemento depois, tá?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, pode concluir. Desculpe-me. Se eu soubesse, não teria nem mandado cortar sua fala.

A SRA. FLÁVIA NERI MEIRA (*Por videoconferência*.) – Não. (*Falha no áudio.*) Está explicado.

Está bom.

Temos interações perigosas. A redução da eficácia de tratamentos: interações medicamentosas podem diminuir a eficácia de tratamentos prescritos. Isso corrobora... Isso também se alinha ao eslaide anterior, em que a gente mascara sintomas ao utilizar medicamentos que estão tirando, tapando os nossos olhos sobre os sintomas importantes para diagnosticar determinadas doenças. Então, é necessário que os profissionais tenham acesso a esses pacientes, a essas pessoas que buscam esses medicamentos e que passam, talvez, primeiramente, pelo farmacêutico e depois por uma consulta médica. O uso de antiácidos e antibióticos são exemplos. Pela dor epigástrica, dor no estômago, ao tomar o medicamento antiácido, pode-se mascarar um problema maior. Então, isso é um alerta que nós fazemos. Doenças renais e anti-inflamatórios: a pessoa está apresentando uma doença renal importante, está com dor, toma um anti-inflamatório e deixa de procurar um médico. Então, a gente quer frisar o rigor no controle dos medicamentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isentos de prescrição. É preciso ter um controle rigoroso e há a importância da orientação farmacêutica.

Há alguns outros aspectos, como a cadeia de transporte e armazenamento de medicamentos, ou seja, esses medicamentos estão... Uma vez vendidos em supermercado, como a gente vai garantir o armazenamento, a temperatura adequada, tudo certo, como na drogaria é feito? Isso tem que ficar bem claro, tem que estar bem estabelecido.

Os riscos de falsificação e os problemas de *marketing* que a gente já tinha combatido. A gente não pode fazer marketing de medicamentos. Como vai ser isso dentro do supermercado?

O aumento de custos e demanda de atendimento pelo SUS.

Então, a nossa proposta é, na forma original, banir o PL 2.158, de 2023, e também, em conjunto (*Falha no áudio.*)... a valorização do profissional farmacêutico e as campanhas de conscientização.

Então, eu apresento aqui o corpo diretivo da SBTox: o Presidente Rafael Lanaro; o Vice-Presidente Prof. José Roberto Santin; a Secretária Sarah Eller; o Primeiro-Secretário Antônio Anax, que está aqui comigo; a Profa. Lilian, Segunda-Secretária; o Rony Anderson e eu.

Eu fico muito feliz pela oportunidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado pela participação, Dra. Flávia Neri Meira.

Temos aqui algumas perguntas. Os próximos expositores poderão responder.

Idelson, da Paraíba: "Se o objetivo é facilitar o acesso aos medicamentos [...] [que não precisam de receita], isso não [...] [aumento o risco] da automedicação?".

Brenda, da Bahia: "Como o farmacêutico poderá exercer sua autonomia ética em um ambiente que prioriza metas [comerciais] e a conveniência do consumidor?".

"Qual o impacto da venda em supermercados na sobrevivência de farmácias de bairro?". Foi o Wendyo, de Pernambuco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fabrício, de Goiás: "Essa proposta possui alguma fundamentação científica ou se baseia meramente em abrir um novo nicho de mercado?".

Bruno, de São Paulo: "Como garantir acesso à orientação farmacêutica para idosos ou pessoas com baixa instrução em ambientes de autoatendimento?".

Fabiana, do Maranhão: "Com essa lei, [...] [o acesso] a medicamentos será mais fácil e prático [...] em cidades de pequeno [porte]".

Priscila, de Minas: "Lugar de medicamento é em farmácia, sob orientação do farmacêutico. A diferença entre o medicamento e o veneno é apenas a dose [...]".

Walace, do Rio de Janeiro: "O acesso facilitado favorece a automedicação, ocasionando intoxicações, interações medicamentosas graves e o mascaramento de doenças".

Com a palavra agora, o Dr. Fabio Basílio, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, que tem dez minutos. Eu peço, encarecidamente, que use menos do que esse tempo para que eu possa começar a reunião lá no Plenário, em breve.

O SR. FABIO BASÍLIO (Para expor.) – Está certo, Presidente. Obrigado.

Quero saudar todos aqui na pessoa do Senador Humberto Costa, a quem a gente agradece a disponibilidade sempre de estar nos ouvindo, de estar fazendo esses momentos de discussão, muito importantes aí. E digo que o senhor vai se atrasar para a sua reunião, porque, até as 16h, dificilmente... Mas serei breve.

Quero dizer da importância de um projeto como este, de a gente o estar discutindo, Presidente, porque, desde a apresentação do projeto aqui... E ele já veio melhorado da proposta inicial que existe na Câmara dos Deputados, quando trouxe a presença do farmacêutico e tirou os similares do projeto. Mas ele avançou muito, não é? A Emenda nº 2 avança muito. Eu acredito que ainda temos alguns pontos importantes para estar discutindo. De fato, as pequenas farmácias vão sofrer; de fato, vai ocorrer o fechamento de farmácias pequenas, de periferia principalmente. As grandes redes não terão problemas com isso. Disso eu tenho ciência.

Eu tenho uma preocupação não só com a venda em si na farmácia lá dentro do supermercado, mas com toda a logística – sabe, Senador? –, com a logística desse medicamento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da indústria até chegar na farmácia desse supermercado, porque quem vai vender o medicamento para esse supermercado? É a distribuidora de secos e molhados? Ou seja, vai ter que ter ajustamento da vigilância sanitária nesse estabelecimento que vai intermediar a venda da indústria para esse comércio.

Uma outra preocupação que eu tenho, Senador, é sobre o que na lei define o que é um supermercado, porque farmácia tem na Lei 5.991, tem na 13.021, falando o que é uma farmácia, o que é uma farmácia com manipulação, o que é uma farmácia sem manipulação. Mas e supermercado? O que é? Eu tenho uma mercearia. O que me impede de mudar o Cnae dela para ela virar um supermercado, uma quitanda e o Cnae dela ser o de um supermercado? Então, esse ponto é um ponto que me preocupa bastante também. E, fundamentalmente, Senador, a questão dos farmacêuticos mesmo, a questão trabalhista de fato, porque nossos sindicatos... A Fenafar hoje representa 90% dos farmacêuticos brasileiros, com 22 sindicatos em sua base. Nossos sindicatos não negociam com os supermercados. A gente negocia com o comércio varejista de medicamentos, o sindicato das redes de farmácia, com o sindicato das farmácias independentes – que é o mesmo sindicato, de fato. Então, a gente precisa de fato resguardar, porque hoje, do jeito que está e aprovado sendo, não existiria um valor, um determinante que vá garantir que o farmacêutico receba um salário digno e condizente com a sua prática, com o seu fazer. Essas são as preocupações principais que a gente tem.

Infelizmente, é a banalização da automedicação, sim. A gente vai ter as farmácias daqui a pouco transformando-se em mercados. Isso tudo que a gente combate há tantos anos vai por terra abaixo, porque, se o supermercado vai poder ter a farmácia dentro, o que impede a farmácia de ter o supermercado fora? Então, a gente vai ter uma grande dificuldade quanto a isso, mas – todavia, entretanto, contudo – eu concordo que o projeto avançou muito, viu, Belmiro? Acho que a gente pode, nas discussões, avançar mais nesse projeto, delimitar mais as coisas, delimitar as ações, o que pode ser feito dentro desse estabelecimento, porque vai ter ali uma farmácia dentro do supermercado. Como é que serão esses produtos à venda dentro desse supermercado? Porque, como o Belmiro disse, o atacarejo vende barato porque você compra lá um galão de 5 litros de amaciante, em vez de um galão pequeno. O que impede de ter medicamentos também dessa mesma forma? Então, tem questões que a gente precisa, de fato, amadurecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto, de fato, avançou bastante, inclusive no ponto da assistência farmacêutica em tempo integral. Acho que isso é fundamental para garantir... Porque se fala muito: "Ah, se vende...". "O iFood vende medicamentos", só que esse medicamento que é vendido pelo iFood, Senador, sai de uma farmácia que tem um farmacêutico. Então, esse ponto é fundamental para a gente. O farmacêutico está na venda, pelo aplicativo, ou na venda... Quem faz a dispensação ali – orientada ou presencialmente, seja a própria pessoa ou orientando um técnico – é o farmacêutico. Então, a gente precisa, de fato, garantir a saúde da população e criar meios para que essa população seja assistida e não seja submetida a propagandas ou a questões que levem ao aumento da automedicação, porque, como foi trazido aí, a automedicação é algo que traz intoxicação, que traz problema, que encarece o nosso SUS, tão vilipendiado, tão subfinanciado. Então, a gente precisa, de fato, garantir a assistência farmacêutica a todas as pessoas do Brasil.

A Fenafar está à disposição para continuar o diálogo, continuar a discussão sempre. Nunca, nunca nos furtamos a isso, e continuaremos avançando para tentar que o projeto seja, de fato, aquele que atenda todas as expectativas da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O.k., muito obrigado, Dr. Fabio Basílio, que é o Presidente da Fenafar.

Passo a palavra ao Dr. Walter da Silva Jorge João. Peço a ele que fale cinco minutos, até porque ele já participou aqui de uma audiência anterior. Com muita alegria, eu o escuto novamente.

O SR. WALTER DA SILVA JORGE JOÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não, Presidente, estimado Senador, com certeza eu vou me esforçar mesmo para fazer a minha apresentação da forma mais rápida possível para atender ao seu pedido.

Veja bem, primeiro, nós queremos parabenizar também a Emenda nº 2, do Senador Efraim Filho. A gente vê o art. 1º da Lei 5.991, que dá uma nova redação ao art. 6º, acrescido do art. 8º-A, e a gente concorda e, portanto, mantém essa emenda, o primeiro artigo dessa lei... dessa emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo, que seria o art. 6º, é mantido, portanto; tem o artigo... O §1º, que a gente mantém, juntamente, e tem o §2º, que estabelece, então, essa inclusão dentro da Lei 5.991, que coloca que a farmácia poderá ser instalada dentro da área de vendas de supermercado.

A gente mantém isso, Senador, mas com uma ressalva – que eu quero apresentar na sequência –, primeiro, porque, Senador, a gente tem visto tudo o que tem sido divulgado pela Abras, deixando bem claro que as farmácias de supermercado seguirão rigorosamente tudo o que é estabelecido para as demais farmácias que hoje já existem no nosso país – rigorosamente –, inclusive contando com a presença do farmacêutico durante todo o tempo de funcionamento da farmácia, que seguirá todos os regramentos estabelecidos dentro da nossa legislação sanitária e também da própria legislação do Conselho Federal de Farmácia. Então, a gente mantém, mas eu quero fazer algumas considerações sobre isso.

Eslaide seguinte.

Tem aí, no inciso I, que também "poderá ser operada pelo supermercado diretamente, sob a mesma identidade fiscal, ou indiretamente, por meio de convênio ou contrato de parceria entre o supermercado e farmácia ou drogaria regularmente licenciada e registrada pelos órgãos competentes".

A gente também mantém essa proposta da Emenda nº 2.

No inciso II, em que a emenda prevê que "deverá observar cumulativamente o regramento aplicável à infraestrutura de supermercados e de farmácias e drogarias [...]", etc., nós queremos fazer apenas uma correção – uma inclusão, na realidade –: que deverão observar integralmente os regulamentos aplicáveis às farmácias e drogarias, inclusive quanto ao dimensionamento. E isso se justifica, não é? Justifica-se essa mudança de que as farmácias instaladas dentro das áreas de vendas de supermercado deverão cumprir exatamente as mesmas condições, as mesmas regras aplicadas às farmácias.

No caso do §3º, em que eles colocam que "é obrigatória a presença de farmacêutico legalmente habilitado durante todo o horário de funcionamento da farmácia instalada dentro da área de vendas de supermercados, nos termos do art. 15", a gente quer fazer uma pequena

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

correção aí. Ela diria o seguinte: aplicam-se às farmácias instaladas dentro da área de vendas de supermercados todas as disposições constantes da lei (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Congelou.

O SR. WALTER DA SILVA JORGE JOÃO (*Por videoconferência.*) – ... porque a legislação que garante e rege a assistência farmacêutica em farmácias, atualmente, é a 13.021, de 2014.

É muito importante se observar isso; portanto, nós gostaríamos que fosse feito um *link* para isso, porque o art. 15, teoricamente, foi, digamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALTER DA SILVA JORGE JOÃO (*Por videoconferência.*) – ... considerado inconsistente e resultou no advento da Lei 13.021, de 2014.

Bom, aqui, neste caso, a gente já propõe algumas inclusões, sim, à Emenda nº 2, de autoria do Senador Efraim. Seria o §4º, que diria assim: as farmácias instaladas dentro da área de vendas de supermercados devem ser localizadas, devem ser projetadas, dimensionadas, construídas ou adaptadas com infraestrutura compatível com as atividades a serem desenvolvidas, possuindo, no mínimo, ambientes para atividades administrativas, recebimento e armazenamento dos produtos e dispensação de medicamentos.

Então, o que é que nós pretendemos com isso? É trazer, para dentro do diploma legal, todos os requisitos que estão já estabelecidos na RDC 44 da Anvisa, visando à devida segurança sanitária nos estabelecimentos e na segurança dos pacientes.

No §5º, que também é uma inclusão, podemos colocar que "as farmácias instaladas dentro da área de venda de seu mercado, ainda que contendo – ainda que contendo – porta de acesso que permita a comunicação com as demais áreas do estabelecimento, deverão possuir estrutura física própria e isolada, de forma a garantir as condições de temperatura, de umidade, de ventilação e iluminação compatíveis com as atividades desenvolvidas". E a nossa justificativa para essa mudança é que nós pretendemos deixar explícito que as farmácias devem estar instaladas em ambiente próprio, não se confundindo com as demais áreas de venda de medicamentos em supermercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma inclusão, que seria o §6º: "É vedada a instalação de farmácia dentro da área de venda de supermercado, quando a área necessária para o devido funcionamento da farmácia ultrapassar 20% da área total do estabelecimento", ou seja, esta alteração a gente entende como importantíssima, pois visa a garantir que não serão instaladas farmácias em pequenos estabelecimentos, tais como empórios, armazéns e lojas de conveniência, uma vez que a legislação não é clara ao definir o que é um supermercado ou o que é um estabelecimento de menor porte.

E, aí, o §7º também é uma inclusão, em que a gente deixa claro que "é vedada a venda de medicamentos fora dos limites dos estabelecimentos farmacêuticos".

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALTER DA SILVA JORGE JOÃO (*Por videoconferência.*) – Essa alteração visa a garantir exatamente que não haverá a venda de medicamentos em gôndolas de supermercados.

E aqui, uma inclusão também, quanto ao art. 8º-A, emenda de Senador: "É vedado aos estabelecimentos de que tratam os artigos 6º e 7º o desenvolvimento de marcas próprias de medicamentos e a realização de teleconsultas". Pois bem. Nesse art. 8º – e aí a nossa proposta –, queremos colocar que é vedado às farmácias, às drogarias e aos supermercados o desenvolvimento de marcas próprias de medicamentos.

Qual é a nossa justificativa para isso, Senador? É que o desenvolvimento de marcas próprias é justo, mas ele deve ser aplicado a todos os estabelecimentos em questão.

Já quanto à vedação da teleconsulta, o que nós entendemos é que ela pode acabar comprometendo a assistência farmacêutica a pacientes que não dispõem de condições físicas para se deslocar até uma farmácia.

E é bom lembrar também que o estabelecimento de consultórios médicos em farmácias já é vedado pela própria Lei 5.991, de 1973, o que significa dizer que, pela regulamentação que nós temos da telefarmácia, esse atendimento, através de uma teleconsulta, será feito sempre de dentro da farmácia para fora.

Então, essas seriam...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Conclua.

O SR. WALTER DA SILVA JORGE JOÃO (*Por videoconferência*.) – Senhor, estou concluindo agora mesmo, no momento em que o senhor está me pedindo.

Então, eu só queria considerar uma coisa: aquele formato de farmácia que foi apresentado pela Abras, aquilo não é farmácia. Aquilo é um cercadinho, porque veja bem: o que tem sido dito publicamente, nacionalmente, pela Abras é que as farmácias poderão vender todo tipo de medicamentos. Muito bem. Mas, por exemplo, tem que ter armários para comercialização de medicamentos controlados, para o controle de receitas, etc., livros de estruturação... Entende? Então, aquilo ali não é um modelo de farmácia. Se trouxeram dos Estados Unidos, isso não se aplica.

Os Estados Unidos podem ter uma legislação deles, podem ter a soberania deles, mas a nossa legislação é uma, e a nossa soberania é outra, inclusive do ponto de vista político, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Conclua.

O SR. WALTER DA SILVA JORGE JOÃO (*Por videoconferência*.) – É isso. Muito obrigado, Senador. É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Por nada.

Agora, com a palavra o Coordenador-Geral de Assistência Farmacêutica Básica do Ministério da Saúde.

Se puder fazer sua manifestação em cinco minutos, eu agradeço penhoradamente.

O SR. RAFAEL POLONI (Para expor.) – Boa tarde.

É uma honra estar aqui representando o Ministério da Saúde. Cumprimento a todos, em especial o Senador Humberto Costa.

A apresentação vocês conseguem colocar? (*Pausa.*)

Bom, eu vou falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao posicionamento do Ministério da Saúde, primeiramente a gente precisa colocar o que prega a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, de 2004, que é um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial e visando ao acesso e seu uso racional.

É importante também destacar e reforçar o que o Walter colocou: o que é farmácia? O Fábio colocou isso também, da definição, que a gente tem a definição do que é farmácia, que é uma unidade de prestação de serviços destinada a prestar assistência farmacêutica, assistência à saúde e orientação sanitária individual e coletiva, na qual se processa a manipulação, dispensação de medicamentos magistrais, oficinais, farmacopeicos ou industrializados, cosméticos, insumos farmacêuticos, produtos farmacêuticos e correlatos.

E frisar: a farmácia é um estabelecimento de saúde. Então, ela não dispensa apenas medicamentos; ela fornece saúde à população. É um estabelecimento sob exigências sanitárias, que garantem a integridade e qualidade na dispensação dos medicamentos.

Essa lei garante a presença do profissional de saúde farmacêutico de forma integral e orientação segura do uso de medicamento e promoção do autocuidado, e, em caso de alergias, reações adversas ou dúvidas do uso de medicamentos, é o farmacêutico que realiza o acolhimento, esclarecimento e encaminhamento adequado.

Já foi colocado bem claramente pela SBTox, então não vou me ater muito a esses dados, mas a automedicação precisa ser orientada. É importante? Sim, porém, precisa ser muito bem orientada pelos profissionais de saúde, principalmente o farmacêutico.

Então, cerca de 80 milhões de pessoas praticam a automedicação. Aproximadamente, 20 mil brasileiros morrem por ano em consequência da automedicação, e a OMS já estima que 50% desses medicamentos são usados de forma inadequada, tá?

No Brasil, teve um estudo que apontou que 18% das internações são causadas pelo uso incorreto de medicamentos, e também o Sinitox, da Fiocruz, já apontou que a principal causa de intoxicação do país, desde 2009, é a proveniente do uso de medicamentos.

Além disso, do total de intoxicações envolvendo produtos sujeitos à vigilância sanitária, 79% foram relacionados a medicamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Percebam que são dados da Anvisa, dados de notificação dos sistemas da Anvisa, do VigiMed. Então, os farmacêuticos estão completamente aptos a fazerem.

Os medicamentos isentos de prescrição causam milhares de intoxicações por ano. É o equivalente aí a seis intoxicações por dia e a aproximadamente 9 mil pessoas intoxicadas por ano.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL POLONI – Além disso, já foi colocado pela SBTox também do paracetamol, do AAS e do ibuprofeno, que são os principais medicamentos isentos de prescrição utilizados aqui no país; porém, eles não são isentos de efeitos adversos, que podem causar até a morte.

Aqui coloquei, só reforçando o que foi trazido pela SBTox, que a dose tóxica de paracetamol diária é de 4 mil miligramas por dia. Isso é muito pouco. Em crianças, a dose máxima recomendada é de 75mg/kg/dia. Acima disso, causa lesões irreversíveis no fígado e até a morte.

Então, é só para ilustrar mesmo, um paciente adulto, com essa proposta de lei, vai ao supermercado comprar medicamentos isentos de prescrição para gripe, e a maioria deles possui paracetamol na dose de 750mg. Ele segue a bula, que vai estar lá quatro vezes ao dia; logo, já dá aí 3 mil miligramas de paracetamol. Só que ele resolve complementar com os famosos chazinhos para gripe, que possuem, em cada sachê, 500mg de paracetamol, e decide consumir três vezes ao dia, atingindo uma dose aí, em 24 horas, de 4, 5 mil miligramas, ou 4,5g de paracetamol, podendo ser tóxico.

Repito: os efeitos do paracetamol no fígado são irreversíveis e podem causar até morte.

Então, o impacto desse projeto de lei é o comprometimento do uso racional. O projeto de lei compromete várias políticas, principalmente a Política Nacional de Assistência Farmacêutica.

Ele também possui riscos à saúde pública. Inclusive, houve um estudo que demonstrou aumento no caso de intoxicações, entre 1993 e 1995.

O controle sanitário deve ser muito rigoroso, e é muito difícil chegar até todos os supermercados.

A preocupação do Ministério da Saúde é a garantia de todas essas condições, para garantir a qualidade e principalmente a eficácia dos medicamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reforço que farmácias são estabelecimentos de saúde. Então, o farmacêutico não apenas dispensa os medicamentos, mas ele promove vários serviços farmacêuticos.

As farmácias são responsáveis por oferecer condições seguras tanto para a comercialização quanto para dispensação e podem também aumentar a pressão na saúde pública.

É importante trazer aqui dados de locais que são citados no texto original do PL. Esses locais, que possuem a retirada de medicamentos em supermercados, não estão isentos dos riscos que podem causar os medicamentos isentos de prescrição. Então, aqui: "Jovem morre após *overdose* acidental de paracetamol". Isso aconteceu. Foi uma reportagem falando de uma adolescente do Reino Unido e do paracetamol.

Lá na Irlanda, Rebecca tomou paracetamol durante um final de semana da Páscoa e foi hospitalizada. Ela foi descrita pela família como uma filha maravilhosa.

Lá no Reino Unido, os casos de intoxicação por paracetamol aumentaram 44% em dez anos, e relatam já, em um dos principais jornais britânicos, que é preciso mudar a forma como ele é vendido.

E também, na Austrália, o envenenamento por paracetamol aumentou na última década – e aqui também corrobora com o que eu falei.

No Brasil, a gente já tem muitos casos de internações e de problemas relacionados a esses medicamentos: "Casos de intoxicação por medicamento aumentam quase 30% no país"; "Brasil tem aumento de internações por intoxicação medicamentosa"; "Uso indevido de medicamento foi responsável por 33,62% dos casos de intoxicação"; "Santos faz alerta após intoxicações por medicamentos mais que dobrarem em 2022"; "Medicamento é a principal causa de intoxicação de crianças [...]"; e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL POLONI – ... "Saúde de Sergipe atendeu a mais de 1,3 mil pessoas por intoxicação [...]".

Então, o Ministério da Saúde reforça a necessidade de assegurar o uso racional de medicamentos sob orientação profissional, alinhada às diretrizes da Política Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assistência Farmacêutica, e também de acordo com todas as normas sanitárias vigentes – como trouxe o Walter, pode ferir algumas normas sanitárias vigentes –, garantindo, então, a saúde e a segurança da população brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Desculpem-me.

Muito obrigado, Dr. Rafael.

Agradeço a todos e todas a presença e as contribuições com as exposições e reafirmo que, até a próxima semana, nós vamos apresentar esse relatório.

Aos que apresentaram ideias, sugestões e apresentações também eu peço encaminhá-las à Secretaria da Comissão, para que nós possamos ter acesso às sugestões e aos posicionamentos que foram feitos.

Obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 15 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e doze minutos do dia seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Otto Alencar, Dra. Eudócia, Romário, Paulo Paim, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Pedro Chaves e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Eduardo Girão, Wilder Morais, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 87, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor WADIH NEMER DAMOUS FILHO, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho em 21 de dezembro de 2024." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 90, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome da Senhora DANIELA MARRECO CERQUEIRA, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato de Meiruze Sousa Freitas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 91, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 e o art. 11 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome do Senhor LEANDRO PINHEIRO SAFATLE, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato de Antônio Barra Torres em 21 de dezembro de 2024." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 35, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome do Senhor THIAGO LOPES CARDOSO CAMPOS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato de Alex Machado Campos, que renunciou." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/06

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – (*Fora do microfone.*) da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à leitura de relatórios das Mensagens nºs 87, 90, 91, de 2024, e 35, de 2025.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 35, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome do Senhor Thiago Lopes Cardoso Campos, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato de Alex Machado Campos, que renunciou.

Autoria: Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da comissão, nos termos do art. 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra à nobre Senadora Eudócia para a leitura do seu relatório.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente, Senador Marcelo Castro. Bom dia a todos os colegas Senadores e Senadoras.

Vem à análise da Comissão de Assuntos Sociais a Mensagem nº 35, de 2025, do Presidente da República, que indica o nome do Sr. Thiago Lopes Cardoso Campos para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na vaga decorrente do término do mandato de Alex Machado Campos, com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, lei de criação da Anvisa.

Anexados à mensagem, foram encaminhados também o *curriculum vitae* do indicado, declarações e certidões expedidas por órgãos públicos, além de argumentação escrita, em que defende sua adequação ao cargo e o preenchimento dos requisitos legais para nomeação.

O Regimento Interno do Senado Federal elenca, em seu art. 383, a documentação a ser encaminhada ao Senado quando da indicação de diretores das agências reguladoras, entre outras autoridades.

Sinteticamente, cabe à Presidência da República encaminhar:

• currículo que detalhe tanto a experiência profissional (inciso I, alínea "a") como a produção escrita do indicado (inciso I, alínea "b");

• declaração acerca da existência ou não de parentes do indicado com atuação em seu campo profissional (inciso II, alínea "b", item 1); de sua participação ou não como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou ONGs (inciso II, alínea "b", item 2); de regularidade fiscal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas três esferas de governo (inciso II, alínea "b", item 3); acerca das ações judiciais nas quais seja autor ou réu (inciso II, alínea "b", item 4); e quanto à sua atuação ou não, nos últimos cinco anos, em juízos, tribunais, conselhos de administração de estatais, ou na direção de agências reguladoras (inciso II, alínea "b", item 5);

• argumentação escrita em que o indicado demonstre ter a formação pessoal, moral e profissional que o recomende para o cargo indicado (inciso II, alínea "c").

De acordo com o currículo apresentado, o Sr. Thiago graduou-se em Direito, pela Universidade Católica de Salvador.

Além de sua graduação, o indicado informa ter concluído as seguintes especializações: especialização em Direito Tributário, pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários; MBA em Gestão Empresarial, pela Fundação Getúlio Vargas; especialização em Gestão de Políticas de Saúde Informadas por Evidências, pelo Hospital Sírio-Libanês; especialização em Direito Sanitário, pelo Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio-Libanês.

No âmbito profissional, na documentação fornecida sobre o indicado, consta que é advogado com mais de 15 anos de atuação na área de gestão pública e direito sanitário.

Atualmente, exerce a função de Coordenador da Consultoria Jurídica da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), empresa pública vinculada ao Ministério da Educação.

Ao longo de sua trajetória profissional, atuou como Advogado-Chefe da Fundação Estatal de Saúde da Família, na direção do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, como Subsecretário de Programas, além de ter sido Diretor de Programa da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde do Ministério da Saúde e Gerente de Projetos da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde.

Conforme o currículo do indicado, o Sr. Thiago é Coordenador de curso de especialização em Direito Sanitário do Instituto de Direito Sanitário Aplicado; Professor visitante na Faculdade de Campinas, na Faculdade Baiana de Direito e na Escola Estadual de Saúde Pública Professor Francisco Peixoto de Magalhães Netto, e está cursando mestrado profissional em Saúde Coletiva, Políticas e Gestão da Saúde, da Universidade Estadual de Campinas, e mestrado em Constituição e Sociedade, no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, a documentação descrita apresenta as atividades profissionais exercidas pelo indicado, visando a atender ao disposto no item 1 da alínea “a” do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto ao item 2 da alínea do inciso I do referido artigo, que trata das publicações de sua autoria, além da experiência acadêmica já noticiada, foram fornecidas informações de que o indicado é autor de artigos, capítulos de livros e trabalhos técnicos, com destaque para os seguintes:

- Direito Sanitário: desafios jurídicos, teóricos e normativos evidenciados pela pandemia da covid-19 (Livro: *Judicialização da Saúde nos Municípios*, 2022);

- Alocação de recursos e o direito à saúde (Cartilha do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, 2021);

- Direito à saúde, judicialização e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (Cartilha do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, 2021);

- Judicialização da saúde: como responder (Manual do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, 2021);

- A vedação ao retrocesso social: o debate judicial acerca dos impactos da Emenda Constitucional nº 86/2015 (Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário, 2019);

- A diretriz constitucional de participação social no SUS (Livro: *Coletânea Direito à Saúde*, 2018);

- A aplicação do novo marco regulatório das organizações da sociedade civil no âmbito do Sistema Único de Saúde (*Revista Brasileira de Direito Municipal*, 2017).

Além das publicações, consta no currículo do indicado sua atuação como palestrante em diversos congressos, seminários e conferências, nas temáticas do Sistema Único de Saúde, judicialização da saúde, revalidação de diplomas médicos, regulação do trabalho em saúde, enfrentamento da pandemia, atenção primária à saúde, licitações e contratos de empresas estatais, cooperação internacional em saúde, fundações estatais de saúde e gestão de sistemas de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em complementação ao *curriculum vitae*, as autoridades indicadas a cargos públicos e sujeitas à aprovação do Senado Federal, na forma do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, devem apresentar declaração sobre elementos a serem avaliados pelos Senadores e pelas Senadoras elencados nos cinco itens da alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Assim, a documentação enviada pelo indicado para atender a esses requisitos contém declarações, certidões e outros documentos.

E, além das publicações, consta no currículo do indicado sua atuação como palestrante em diversos congressos, seminários e conferências, nas temáticas de sistema único de saúde, judicialização da saúde, revalidação de diplomas médicos, regulação do trabalho em saúde, enfrentamento da pandemia, atenção primária à saúde, licitações e contratos de empresas estatais, cooperação internacional em saúde, fundações estatais de saúde e gestão de sistemas de saúde. Em complementação ao curriculum vitae, as autoridades indicadas a cargos públicos e sujeitas à aprovação do Senado Federal, na forma do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, devem apresentar declaração sobre elementos a serem avaliados pelos Senadores e pelas Senadoras, elencados nos cinco itens da alínea "b" do inciso I do art. 383 do Risf. Assim, a documentação enviada pelo indicado para atender a esses requisitos contém declarações, certidões e outros documentos.

Para atender ao item 1, enviou declaração de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional.

Quanto ao item 2, em outra declaração de sua autoria, informou que participa do quadro societário de três empresas e que é membro das entidades não governamentais a seguir relacionadas: sociedade de advogados Thiago Campos Advogados Associados, desde 14/07/2017; empresa de consultoria e apoio a atividades educacionais Direito e Gestão Pública, desde 15/10/2020; empresa de gestão de patrimônio familiar Jequitibá Incorporações e Construções Imobiliárias Ltda., desde 26/09/2025; associação civil sem fins lucrativos Instituto de Direito Sanitário Aplicado, desde 10/11/2013, e atual Vice-Presidente do instituto.

Acerca da regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal (item 3 do mencionado dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal), o indicado declara que não possui débitos nas três esferas e apresenta, como comprovação, cópias das seguintes certidões:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Receita Federal do Brasil); certidão positiva de débitos com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal; certidão negativa de débitos tributários, emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia; certidão negativa de débitos tributários e não tributários, emitida pela Secretaria da Receita Municipal de Salvador - BA.

Em relação ao item 4 da alínea “b” do inciso I do art. 383 do Risf, o indicado apresenta diversas certidões, emitidas pelas três instâncias do Poder Judiciário, que comprovam não figurar no polo passivo de ações judiciais.

Ademais, o indicado declara que figura como parte autora em ação judicial de rescisão contratual que tramita no Juizado Especial Cível de Brasília e em processo de cobrança de honorários advocatícios, em curso, na Vara de Relações do Consumo de Salvador.

Por fim, em atendimento ao disposto no item 5 da já mencionada alínea “b”, o indicado apresenta certidões que comprovam sua atuação judicial no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal de Justiça da Bahia, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e dos Tribunais Regionais do Trabalho da 4ª, 5ª, 6ª, 10ª e 13ª Regiões.

Por fim, para demonstrar que possui experiência profissional, formação técnica adequada e afinidades intelectual e moral para o exercício do cargo de Diretor da Anvisa, em obediência ao disposto no art. 383, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno, o indicado encaminhou argumentação escrita na qual relata sua ampla experiência de atuação como gestor e advogado no setor de saúde e, inclusive, na área fim da agência reguladora para a qual foi indicado, com destaque para sua experiência profissional, formação técnica e afinidades intelectual e moral para o exercício do cargo.

Diante do exposto, a Mensagem nº 35, de 2025, cumpre com as exigências formais determinadas pela legislação pertinente e pelo Regimento Interno e, uma vez lido o relatório apresentado, entendemos que os membros desta Comissão dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Thiago Lopes Cardoso Campos para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso, Sr. Presidente, muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero parabenizar V. Exa. pelo relatório e, como manda o Regimento no art. 383, concedo vista coletiva, para, na próxima quarta-feira, a gente fazer a sabatina.

Vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 87, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor WADIH NEMER DAMOUS FILHO, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho em 21 de dezembro de 2024.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da comissão, nos termos do art. 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal.*

Concedo, assim, a palavra ao nobre Senador Sérgio Petecão para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sobre a Mensagem do Senado Federal nº 87, de 2024, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, do Senado Federal, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º, da Lei 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Sr. Wadih Nemer Damous Filho, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na vaga decorrente do término do mandato de Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, em 21 de dezembro de 2024.

Com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e em consonância com o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e dá outras providências, o Presidente da República submete, por meio da Mensagem (SF) nº 87, de 2024 (Mensagem nº 1.613, de 2024, na origem), à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Wadih Nemer Damous Filho para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Junto à Mensagem, foram encaminhados o *curriculum vitae* (CV) do indicado e declarações e certidões expedidas por órgãos públicos.

O CV recebido aponta que o Sr. Wadih Nemer Damous Filho é formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e tem mestrado em Direito Constitucional e do Estado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Sua carreira profissional se deu principalmente na advocacia, tendo atuado como advogado do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Borracha do Rio de Janeiro e da Associação dos Funcionários do BNDES.

O indicado cita também suas experiências como Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Secção Rio de Janeiro, de 2007 a 2012; Presidente da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, de 2013 a 2015; Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB, de 2014 a 2015; Deputado Federal, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), de 2015 a 2018; e de Assessor Técnico na Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de 2019 a 2022. Atualmente, exerce o cargo de Secretário Nacional do Consumidor, no Ministério da Justiça e Segurança Pública, desde o início de janeiro de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Damous Filho encaminhou argumentação escrita na qual destaca sua longa atuação na advocacia e também experiências relacionadas diretamente com o ramo da saúde suplementar, como quando trabalhou com questões técnico-operacionais da gestão do plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Advogados do Rio de Janeiro, vinculada à OAB, e também na Secretaria Nacional do Consumidor, em que essa temática se impôs como item prioritário em sua pauta de atuação.

Pontuou, ainda, ter participado de intensos debates acerca de projetos de lei sobre a regulação do setor enquanto Deputado Federal. A partir dos elementos apresentados, entendemos que esta Comissão tem condições de deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Wadih Nemer Damous Filho para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, na vaga decorrente do término do mandato de Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero parabenizar o Senador Petecão pelo relatório e, conforme o Regimento, conceder vista coletiva, nos termos do art. 383, para que na próxima quarta-feira a gente possa fazer a sabatina.

Vamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 90, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome da Senhora DANIELA MARRECO CERQUEIRA, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato de Meiruze Sousa Freitas.

Autoria: Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da comissão, nos termos do art. 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Dueire para a leitura do seu relatório. Com a palavra V. Exa.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a V. Exa. a designação para a matéria.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, com base no Regimento do Senado Federal e na Constituição Federal, o Presidente da República, mediante a Mensagem nº 90, de 2024, submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome da Sra. Daniela Marreco Cerqueira para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na vaga decorrente do término do mandato da Sra. Meiruze Sousa Freitas.

Anexados à mensagem, encontram-se o currículo e as declarações da indicada, além de cópias de documentos legais e fiscais, para que, dessa forma, possa assegurar que preenche os requisitos legais exigidos.

A indicada é graduada em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (UnB), com pós-graduação em Saúde Coletiva pela Fundação Oswaldo Cruz, além de mestre e doutora em Biologia Molecular, também pela UnB.

É servidora de carreira da Anvisa, onde exerce o cargo de especialista em regulação e vigilância sanitária desde o ano de 2006. Já atuou em diversas áreas da agência, como a Gerência-Geral de Medicamentos, onde ocupou o cargo de Gerente-Geral. Foi, ainda, assessora da área de autorização e registros sanitários e gerente da área de produtos biológicos.

Atualmente, está à frente da Secretaria-Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, órgão responsável pela regulação econômica do mercado de medicamentos no Brasil, no qual a Anvisa exerce o papel de secretaria-executiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O currículo da indicada apresenta inúmeros trabalhos de sua autoria, publicados em revistas científicas nacionais e internacionais, e elenca sua participação, como palestrante, em seminários, congressos e encontros.

Dessa forma, a documentação enviada cumpre o propósito de apresentar as atividades profissionais da indicada e atender ao disposto no Regimento Interno do Senado Federal. Há também menção a publicações técnicas de sua autoria.

Por fim, Sr. Presidente, em atendimento ao art. 383, do Regimento do Senado Federal, a indicada apresenta argumentação escrita na qual destaca seus 18 anos de dedicação à Anvisa, com atuação em todas as diretorias, evidenciando experiência profissional, formação técnica adequada e afinidades intelectual e moral necessárias ao honroso exercício do cargo de Diretora da Agência.

Tendo em vista a documentação enviada e considerando o histórico pessoal e profissional aqui resumido, entendemos que esta Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação da Dra. Daniela Marreco Cerqueira para exercer o cargo de Diretora da Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato da Sra. Meiruze Sousa Freitas.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, era o que eu tinha a relatar, agradecendo, Sr. Presidente, a oportunidade de tratar a matéria por designação de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo ao Senador Fernando Dueire pelo seu relatório, concedo vista coletiva, nos termos do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal, para, na próxima quarta-feira, a gente submetê-lo à sabatina.

Vamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 91, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 e o art. 11 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome do Senhor LEANDRO PINHEIRO SAFATLE, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato de Antônio Barra Torres em 21 de dezembro de 2024.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da comissão, nos termos do art. 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal.*

Concedo a palavra à nobre Senadora Mara Gabrilli para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra, Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Presidente Senador Marcelo Castro, já estava ansiosa aqui para falar.

Bom dia, colegas, bom dia a todos os Senadores, é muito gratificante estarmos hoje aqui deliberando após longos seis meses de espera (*Falha no áudio.*) ... a nossa Agência Nacional de Vigilância Sanitária, um órgão tão essencial para a garantia de segurança, saúde e qualidade de vida de toda a população e por ser responsável pelo controle de qualidade de alimentos e de medicamentos vendidos em nosso país.

Só temos a agradecer à Anvisa, essa agência da qual temos tanto orgulho por sua competência, respeitada por países de todo o mundo, o que reflete em um compromisso de todos os seus diretores com os padrões de qualidade e com a proteção da saúde dos brasileiros.

Eu queria cumprimentar todos os indicados, cumprimentar Daniela Marreco Cerqueira, o Thiago Lopes Cardoso Campos; e cumprimentar o Leandro Pinheiro Safatle, cuja relatoria da sua indicação para o cargo de Diretor-Presidente da Anvisa farei agora, com toda honra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com base no art. 52, inciso III, "f", da Constituição Federal, combinado com os arts. 10 e 11, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o Presidente da República, mediante a mensagem nº 91, de 2024, submete à apreciação dos membros do Senado Federal, o nome do Sr. Leandro Pinheiro Safatle, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na vaga decorrente do término do mandato de Antônio Barra Torres, ocorrido em 21 de dezembro de 2024.

Anexados à Mensagem, encontra-se o *curriculum vitae e declarações* do indicado, além de cópias de documentos legais e fiscais.

De acordo com o *curriculum vitae*, o Sr. Leandro Pinheiro Safatle é graduado em Ciências Econômicas e atualmente cursa o mestrado em Saúde Coletiva, ambos na Universidade de Brasília (UnB).

Especialista em Gestão de Políticas Públicas e Gestão Governamental, é servidor público Federal efetivo desde 2011. De 2011 a 2014, ele atuou como especialista, coordenador e assessor na Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos, no Ministério da Saúde. E, entre 2014 e 2009, ele exerceu o cargo de Secretário-Executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMed). No período de janeiro de 23 a junho de 2024, ele ocupou a função de Diretor do Departamento do Complexo Econômico Industrial da Saúde e de Inovação para o SUS. Em 2024 e 2025, ele atuou como Secretário Adjunto da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico Industrial da Saúde. Exerceu ainda a Presidência do Conselho Fiscal da Empresa de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), e coordenou o Comitê Deliberativo do Programa de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo.

Dessa forma, a documentação enviada, ela cumpre o propósito de apresentar as atividades... (*Falha no áudio.*)

... art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal. Há também menção a várias publicações de sua autoria, conforme especifica o item II do mesmo dispositivo do Risf.

Em complementação ao *curriculum vitae*, as autoridades indicadas a cargos públicos e sujeitas à aprovação do Senado Federal devem apresentar declaração sobre elementos a serem avaliados pelos Senadores, elencados nos itens da alínea "b" do inciso I do art. 383 do Risf. Para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atender a essa exigência, o indicado encaminhou documentação que reúne declarações, certidões e outros documentos comprobatórios.

A esse respeito, o indicado declara que: não tem parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas à sua atividade profissional; não possui participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais; tem situação de regularidade fiscal com a Fazenda Pública das três esferas de Governo; não possui ações judiciais em curso na Justiça Federal ou estadual em que figure no polo passivo ou ativo da lide; exerce, desde agosto de 2023, a função de Conselheiro do Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), tendo assumido a presidência do colegiado em setembro do mesmo ano, e compromete-se, contudo, a providenciar o afastamento imediato do cargo tão logo se torne iminente sua nomeação, em observância ao disposto no art. 8º-B da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000; não atuou, nos últimos cinco anos, em juízos ou tribunais ou na direção de agências reguladoras.

Ademais, em atendimento ao disposto na alínea "c" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado apresenta argumentação escrita em que relata sua trajetória profissional na administração pública federal, na área da saúde, ao longo de mais de 20 anos.

Nesse contexto, destaca sua atuação na análise do funcionamento do setor, abrangendo aspectos regulatórios, concorrenciais e políticas de desenvolvimento, pesquisa e inovação, com atenção às experiências nacionais e às práticas internacionais.

Essa experiência lhe proporcionou uma visão ampla da gestão da saúde no País, com foco nas cadeias estruturais — políticas, regulatórias e de mercado — que influenciam a oferta de serviços e tecnologias à população brasileira, sempre com base em evidências que garantam qualidade, eficácia e segurança dos produtos e serviços.

Sua atuação contínua na área da saúde e na formulação de políticas públicas evidencia experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral compatíveis com o exercício do cargo de Diretor-Presidente da agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, tendo em vista a documentação apresentada e considerando o histórico pessoal e profissional aqui resumido, entende-se que esta Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Leandro Pinheiro Safatle para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Anvisa, em decorrência do término do mandato do Sr. Antônio Barra Torres, ocorrido em 21 de dezembro de 2024.

Eu gostaria de agradecer a honra de ter sido escolhida para ser Relatora da sua indicação. Eu desejo muito sucesso em sua trajetória à frente da Anvisa e nas de todos os diretores indicados. E quero reforçar aqui meu compromisso com a saúde dos brasileiros, sobretudo das pessoas mais vulneráveis, como as pessoas com deficiência, as pessoas com doenças raras. Eu dedico todos os meus esforços para promover a qualidade de vida e a saúde para nossa população. E, nesse sentido, sempre estarei à disposição, Presidente Safatle, para contribuir para que tenhamos uma agência de vigilância sanitária forte, com corpo técnico qualificado, transparente, agindo de forma técnica, transparente em suas ações, sempre baseado na ciência, na inovação e que promova a participação da sociedade em suas decisões.

Muito obrigado e parabéns, com muita honra!

Eu agradeço a oportunidade à Comissão e ao Sr. Leandro Pinheiro Safatle.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, agradeço o relatório da nobre Senadora Mara Gabrilli.

Concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, para que na próxima quarta-feira a gente possa submeter à sabatina o Sr. Leandro Pinheiro Safatle.

E, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os presentes.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta minutos do dia onze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 40/2025 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 48/2025 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater e esclarecer questões relacionadas aos temas: "Esclerose Múltipla, Neuromielite Optica, Miastenia Gravis e Esclerose Lateral Amiotrófica, considerando a sua relevância e o seu impacto para a vida das pessoas que recebem os diagnósticos das doenças raras citadas na vida adulta, bem como a falta de políticas públicas para esse público específico, de modo que não fiquem desamparados e sem esperanças de um futuro digno e com qualidade". **Participantes:** Fernanda Ferraz, Médica Neurologista, Diretora científica da Associação de Pessoas com Esclerose Múltipla do Distrito Federal - APEMIGOS e Fundadora do Instituto Neuro Ferraz - Centro Clínico Especializado em Neuroimunologia.; Eloara Campos, Médica - Professora da Disciplina de Pneumologia, Universidade Federal de São Paulo - USP; Hamilton Cirne, Médico Neurologista do Centro de Referência em Doenças Raras da Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SES/DF; Elisabeth Ribeiro, Presidente do Instituto Mara Gabrilli - IMG; Maria Aparecida P. Valença, Gestora do Instituto Mara Gabrilli - IMG; Élica Fernandes, Assistente Social Responsável na Associação Pró-Cura da Esclerose Lateral Amiotrófica - ELA; Ana Paula Morais da Silva, Presidente da Associação de Pessoas com Esclerose Múltipla e Doenças Raras - Apemigos; Gustavo Almeida Aires, Presidente de Honra do Instituto Odilon Aires de Doenças Raras; e Marcela Borges Mustefaga, Psicóloga clínica. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/11

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 40 e 48, da CAS, de minha autoria e de autoria da querida Senadora Mara Gabrilli, para realização de audiência pública destinada a debater e esclarecer questões relacionadas aos temas esclerose múltipla, neuromielite óptica, miastenia *gravis* e esclerose lateral amiotrófica, considerando a sua relevância e o seu impacto para a vida das pessoas que recebem os diagnósticos das doenças raras citadas na vida adulta, bem como a falta de políticas públicas para esse público específico, de modo que não fiquem desamparados e sem esperanças de um futuro digno e com qualidade.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e pelo e-Cidadania, por meio de www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Destaco que a participação do público já começou bem antes. Desde o anúncio da realização desta audiência, nós temos recebido perguntas, comentários e sugestões via internet.

Neste exato momento, nós estamos com uma audiência muito grande, o que mostra que a sociedade estava com uma expectativa muito grande para este debate.

Nesse sentido, eu quero convidar para compor a mesa... Nós temos convidados que farão a participação na audiência pública de forma presencial e nós temos convidados que farão a participação por meio *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero convidar para compor a mesa neste momento, e a gente recebe com muita alegria, a Dra. Fernanda Ferraz, Médica Neurologista, Diretora Científica da Associação de Pessoas com Esclerose Múltipla do Distrito Federal (Apemigos) e fundadora do Instituto Neuroferraz, centro clínico especializado em neuroimunologia. Doutora, que alegria! (*Pausa.*)

Ainda para compor a mesa, de forma presencial, convido o Dr. Hamilton Cirne, Médico Neurologista do Centro de Referência em Doenças Raras da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Doutor, que alegria recebê-lo aqui. Bem-vindo, Doutor. Gente, é o meu médico! (*Risos.*)

Gente, é o meu médico! Eu o conheço de algum lugar: é o meu médico! Que alegria, Dr. Hamilton! Ó faz tempo que eu não o vejo, sinal de que ele cuidou bem de mim.

Eu tenho a alegria de receber a Psicóloga Clínica – eu acredito que ela vá entrar de forma *online* – Dra. Marcela.

Aqui na mesa, ainda de forma presencial, convido, para compor a mesa, Élica Fernandes, Assistente Social Responsável na Associação Pró-Cura da Esclerose Lateral Amiotrófica. Que alegria recebê-la aqui.

E ainda convido para compor a mesa essa pessoinha que procura o gabinete todo dia, que não quer que a Senadora esqueça e que hoje veio e trouxe seu filhinho... É o Bento? Não...

A SRA. ANA PAULA MORAIS DA SILVA (*Fora do microfone.*) – É o Max.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É o Max.

Seja bem-vindo, Max.

É a Ana Paula Morais da Silva, Presidente da Associação de Pessoas com Esclerose Múltipla e Doenças Raras. Seja bem-vinda. Bom vê-la aqui, amiga!

E nós temos também, de forma *online*, a Eloara Campos, Médica, Professora da disciplina de Pneumologia da Universidade Federal de São Paulo.

E, à medida que os demais convidados forem chegando, a gente vai anunciando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero agradecer a presença de todos que estão aqui no Plenário conosco. Que alegria estar com vocês, pessoas queridas, que já nos acompanham nos debates, nas discussões dentro do Senado Federal.

E, Doutores, há uma expectativa muito grande neste debate hoje. Esta Comissão tem uma Subcomissão Permanente, e nós entendemos, Doutores, que é uma conquista – uma conquista –, mas uma conquista que foi fruto do trabalho da sociedade civil organizada. Nós precisamos reconhecer, o tempo todo, que as instituições se organizaram, se uniram, mas é uma conquista também da comunidade científica, da comunidade médica a gente ter, dentro do Congresso Nacional, especialmente na Casa Alta, que é o Senado, uma Comissão Permanente. Quando eu falo "permanente", gente, é porque, aconteça o que acontecer, o Senador que estiver aqui ou não, essa Subcomissão continuará existindo no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, pela importância de o Parlamento não deixar o assunto de lado, não deixar os debates na gaveta.

Sempre que eu abro uma audiência pública sobre doenças raras, eu informo que sou família rara. Há uns 30 anos, quando cheguei a esta Casa – e cheguei muito motivada a ser uma voz, a ser mais uma formiguinha em toda essa luta –, eu me incomodava às vezes com o silêncio, me incomodava com algumas pessoas, porque a gente batia na porta de alguns Parlamentares e a gente sempre ouvia a famosa e trágica frase: "São muito caros, muito caros". Lembro-me de Parlamentares chegarem e a gente tentar explicar uma ou outra doença: "Não, isso não me interessa". E 30 anos depois a gente tem legislação sólida, nós temos políticas públicas implementadas, nós temos órgãos federais executando políticas públicas, nós temos hoje uma Subcomissão permanente, nós temos frente parlamentar, nós temos muitos Parlamentares envolvidos com o tema. E tudo isso eu acredito que é fruto mesmo do trabalho da sociedade civil organizada, da comunidade científica, da comunidade médica, porque muitas respostas estão nesta Casa, muitas respostas estão no Parlamento.

Portanto, encontros como este aqui não são apenas para dar visibilidade, não. Se fosse mais um encontro para a gente dar visibilidade, discutir, sair daqui todo mundo chorando, angustiado, não haveria mais essa necessidade, porque a gente tem outros fóruns hoje. Nós estamos chegando a todos os lugares por meio das redes sociais. Nós estamos chegando a todos os lugares por meio de ações judiciais. O Judiciário tem sido mais sensível aos nossos apelos. Mas encontro como este é também para encaminhamentos. E a gente quer terminar esta audiência pública também com encaminhamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, nós vamos começar o nosso debate da seguinte forma: vamos ouvir primeiro a Dra. Fernanda Ferraz; depois a gente vai ouvir, de forma *online*, a Eloara Campos; na sequência, o Dr. Hamilton, meu médico – que orgulho! –; a Élica Fernandes; e a Ana Paula.

Se algum dos expositores precisar falar e se retirar da audiência pública, nós vamos entender, especialmente os médicos, porque entendemos que têm uma agenda lotadíssima e tiraram um tempo precioso para estar conosco, mas, se puderem ficar até o final do debate, seria extremamente interessante, porque chegam perguntas, às vezes há uma interação entre uma fala e outra. Então, interessante seria se pudessem ficar até o final, mas nós vamos entender. Tanto aos presenciais como aos que estão *online*, se precisarem fazer a participação e sair, fiquem à vontade. E, se chegar algum comentário, alguma pergunta direcionada ao tema ou ao expositor, nós vamos encaminhar por *e-mail*. O.k.?

Senhores, nós temos dez minutos para cada um na sua exposição. Aos que estão na mesa, nós temos um cronômetro ali. Ele toca, certo? Mas eu sou conhecida como uma Senadora generosa, eu consigo estender. Nós sabemos que é difícil, quando a gente vai falar de doença, de paciente, de tratamento, de angústia, de expectativa, de dor, colocar numa caixinha de tempo. Então, se houver necessidade de expandir esse tempo, a gente vai expandir sem nenhum problema. E as pessoas que estão *online* vão ouvir uma voz informando que o tempo já está acabando; se for necessário, eu faço uma interrupção aqui também, está bom?

Sejam todos bem-vindos! Que tenhamos um bom debate!

Informo que a gente também está com a audiência de forma inclusiva, com a presença das nossas intérpretes de Libras, a quem eu saúdo e quero muito bem. Muito carinho a essas meninas, que Deus abençoe vocês!

Vamos ouvir primeiro a Dra. Fernanda Ferraz, Médica Neurologista, Diretora Científica da Associação de Pessoas com Esclerose Múltipla do Distrito Federal (Apemigos). Eu gostei do nome: Apemigos.

Bem-vinda, Doutora.

A SRA. FERNANDA FERRAZ (Para expor.) – Muito obrigada pela oportunidade, Senadora. É um prazer imenso para mim ter a oportunidade de falar dessas condições hoje. Agradeço imensamente a presença de todos vocês, das pessoas que estão nos acompanhando *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que é tão importante falarmos sobre esclerose múltipla e neuromielite óptica? Porque são condições para as quais há tratamento para prevenção das sequelas neurológicas graves que essas condições podem proporcionar. Então isso nos motiva bastante. A ciência está evoluindo muito na área dessas duas doenças, e a gente tem muito o que fazer para as pessoas aqui no Brasil.

Então, eu começo abordando a esclerose múltipla, que atualmente é considerada a principal causa neurológica não traumática de deficiência em adultos jovens. Isso varia em alguns países, mas, no hemisfério ocidental, ainda é considerada uma causa extremamente importante de deficiência, e essas deficiências podem ser prevenidas.

O que é que acontece na esclerose múltipla, de modo bem resumido? É uma doença autoimune. O sistema imunológico do paciente com esclerose múltipla, por motivos que nós não conseguimos definir exatamente em cada pessoa, esse sistema imunológico ataca os nervos do sistema nervoso central – que são nervo óptico, cérebro e medula espinhal – e desencapa esse nervo. O nervo é como se fosse um fio de eletricidade. Ele começa a ser degenerado por fora, até se atingir a parte da camada interna, e a condução neuronal fica lentificada.

É uma doença que acomete principalmente pessoas de 20 a 40 anos, principalmente mulheres, e, aqui no Brasil, estima-se que cerca de 40 mil pessoas tenham esclerose múltipla. Com essas lesões inflamatórias, o paciente pode ter múltiplos sintomas, a depender da localização dessas lesões. Então ele pode ter fraqueza muscular, perda de sensibilidade, descontrole da bexiga e do intestino, vertigem, alterações visuais, pode ter fadiga e comprometimento cognitivo. Esses sintomas acontecem de forma aguda e depois, ao longo dos anos, vão progredindo.

O diagnóstico requer exames mais dispendiosos, como a ressonância. Aqui a gente vê uma ressonância normal e, abaixo, uma ressonância de um paciente com esclerose múltipla, com várias lesões. Além disso, a gente precisa do exame do líquor, que é o líquido que envolve todo o sistema nervoso central e precisa ser analisado em detalhe com exames complementares laboratoriais, além dos outros exames, que descartam outras condições que se assemelham à esclerose múltipla.

O objetivo principal dos tratamentos de esclerose múltipla é o controle da atividade inflamatória da doença, prevenindo os surtos inflamatórios, o dano neuronal e, finalmente, a atrofia e a neurodegeneração do sistema nervoso central. Se nós prevenirmos esses três fatores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós preservamos a funcionalidade do paciente, que está concentrada principalmente na função motora e na cognição.

Existe claramente hoje, plenamente definido na ciência, a janela de oportunidade de tratamento. A primeira janela são o diagnóstico precoce e o início precoce de terapias de alta eficácia. A segunda janela é a troca de uma terapia rapidamente quando uma terapia inicial falha. Se a gente faz isso de forma precoce, a gente previne as incapacidades, e o paciente permanece funcional.

A ciência já percebeu que não é racional fazer um tratamento em escalonamento. Então, antes, a lógica do tratamento era essa pirâmide, essa primeira pirâmide, em que se iniciava uma terapia chamada de Plataforma. Quando o paciente tinha uma falha, ia escalando esse tratamento. Mas hoje, nos países desenvolvidos, essa pirâmide está invertida: os pacientes iniciam, já, desde o diagnóstico, com terapias de alta eficácia. Por quê? Porque isso faz atingirmos o este objetivo que é chamado de Neda – do inglês *no evidence of disease activity*, que quer dizer nenhuma evidência de atividade de doença: sem surto, sem lesão nova, sem progressão e sem evidência de neurodegeneração.

A gente faz isso aqui no Brasil hoje? Ainda não, infelizmente, mas isso é o que precisa mudar, e isso é o principal assunto que eu quero falar.

Várias evidências já mostram que entrar com terapia de alta eficácia previne progressão e surto. Então, na linha azul, pacientes que entraram com terapia de alta eficácia desde o início; na linha vermelha, pacientes que tiveram esse acesso tardio. Esse estudo é extremamente interessante: compara a abordagem de escalonamento, da Dinamarca, com a abordagem de terapia de alta eficácia desde o início, da Suécia. A gente vê que na linha laranja, Suécia, os pacientes preservam suas funções neurológicas.

Este último aqui é um dado muito robusto que tem relatos de diversos bancos de dados de pacientes mostrando que entrar com terapia de alta eficácia desde o início – que é o pontinho azul – previne progressão de doença.

Aqui no Brasil, o que é que acontece? Isso aí é o que temos no PCDT. A gente ainda tem pacientes iniciando com terapias de Plataforma que previnem a incidência de surtos em 30% a 50% – isso é muito baixo, isso não é suficiente. Há ainda a disponibilidade de tratamentos que previnem incidência de surtos em 50% a 55% e também há algumas terapias de alta eficácia, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não temos todas as terapias de alta eficácia disponíveis no SUS, apesar de já aprovadas no Brasil. Inclusive, no PCDT tem uma terapia que não é utilizada por nenhum especialista atualizado em esclerose múltipla e está lá disponível para os pacientes.

No mundo desenvolvido, nenhum país utiliza mais essas quatro terapias que a gente tem aqui no Brasil. Então, a gente precisa refletir muito sobre a modernização do protocolo para o tratamento de esclerose múltipla.

Por que isso acontece aqui no Brasil? Por vários motivos, mas, como especialistas, a gente vê que o motivo principal é que, quando novas terapias são avaliadas para implementação no PCDT, o único custo que é avaliado é o impacto orçamentário da inserção desse medicamento no SUS. Não são considerados todos os outros custos de incapacidade progressiva desse paciente. Então, só se avalia se vai ser caro colocar uma terapia nova, uma terapia moderna, e isso prejudica a longo prazo o paciente, o Estado e as famílias como um todo.

Aqui, nesse gráfico, são dados do Brasil. Esse gráfico mostra claramente o que eu estou afirmando. Ao longo do tempo, a progressão de incapacidade, que é aferida por essa escala chamada de EDSS, faz com que todos os custos diretos e indiretos vão aumentando e o custo proporcional com o tratamento, que é a barra em azul claro, vá diminuindo.

Então, se a gente investisse nos tratamentos de alta eficácia para que o paciente não evoluísse com uma incapacidade, a gente economizaria para o Estado como um todo e para as famílias desses pacientes.

Obviamente, o aumento de incapacidade faz as pessoas não terem mais a possibilidade de trabalhar. Então, a gente vê aqui a queda da empregabilidade nos pacientes com progressão da doença.

Agora, entrando na neuromielite óptica. A neuromielite óptica é uma doença devastadora. Ela pode ser muito mais grave do que a esclerose múltipla em cada surto que o paciente tem. Também é uma doença autoimune. Ela é mediada por um anticorpo chamado anti-aquaporina. Esse anticorpo se liga diretamente a uma célula chamada astrócito. Essa célula tem alta expressão do canal de aquaporina e essa inflamação, absolutamente, destrói os astrócitos e todos os neurônios ao redor. E aí o paciente tem lesões extensas e graves. Também é mais prevalente em mulheres, principalmente na população negra e na asiática e, no Brasil, existem cerca de 7 a 10 mil pessoas com essa doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela é uma doença tão grave que esses surtos também são conhecidos como *neuroimunological strokes*. O que isso quer dizer? É como se fosse um AVC inflamatório. Então, o paciente pode ficar com sequelas de cegueira, de tetraplegia, de paraplegia.

Existem outras síndromes complexas da neuromielite óptica. Por isso que ela hoje é conhecida como doença do espectro da neuromielite óptica. Para ilustrar o que acontece no nervo, na verdade, ele não só desencapa. Ele é totalmente destruído. Por isso que eu coloquei essa ilustração aqui de um fio pegando fogo. E as pacientes ficam com sequelas graves quando não tratadas.

No Brasil, já existem três terapias, de altíssima eficácia, aprovadas com indicação em bula para o tratamento da NMO...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA FERRAZ – ... e nenhuma delas está aprovada no SUS para acesso desses pacientes.

E, por incrível que pareça, recentemente duas dessas terapias, Senadora, foram avaliadas pela Conitec e foi negado o acesso dos pacientes a essas terapias.

Agora, nos últimos eslaides, eu vou destacar de forma resumida quais são as lacunas na jornada do paciente com esclerose múltipla e com neuromielite óptica no Brasil. Recentemente, nós tivemos um evento científico e eu fiz questão de conversar com médicos especialistas de todas as regiões do Brasil. Eu perguntei para eles: Quais são as lacunas que vocês observam no seu estado, na sua realidade, na sua região?

Em resumo, o que nós temos? Para a esclerose múltipla, primeiro. Terapias essenciais como os anti-CD20, que, para a esclerose múltipla, são o ocrelizumab e ofatumumab, não foram incorporados, a Conitec negou, mas existem pelo menos 889 pacientes usando essas medicações de forma judicializada. A Ana Paula é uma prova disso. Ela ficou dois anos sem ter acesso a essa medicação, mesmo já tendo judicializado.

A esclerose múltipla primariamente progressiva não é coberta, porque o único tratamento que serve para ela é o ocrelizumab. O tratamento no PCDT não é individualizado. Então, o paciente tem que passar por escalas e, ainda, acumulando a incapacidade.

A indicação ultrapassada de terapias de plataforma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A indicação inadequada de uma terapia de moderada eficácia que foi recentemente incorporada, que é a cladribina, como alternativa a uma terapia de alta eficácia. Isso é totalmente irracional.

Quando a gente fala sobre isso nos congressos internacionais, Damares, os especialistas ficam chocados. Como o Brasil está colocando cladribina como opção ao natalizumabe? Cientificamente isso não tem sentido. A obrigatoriedade também de exames que são desnecessários para o natalizumabe: pedem raio-X de tórax e teste tuberculínico, gastando dinheiro sem necessidade.

Há atraso da cladribina. Ela foi... deveria ter sido incorporada desde 2024. Até hoje diversas regiões do Brasil não recebem cladribina ou têm atraso.

Há falha na distribuição contínua dos medicamentos. Toda vez que vira Governo tem atraso, e os pacientes têm surto.

Não há opção de descalonamento para pacientes mais velhos. Cladribina seria uma opção para descalonar um paciente idoso, mas não está no protocolo com essa indicação.

Há carência de acesso e fluxo específicos para exames de imagem e líquor. Nas diversas regiões, é muito heterogêneo. Por exemplo, no DF, há até pouco tempo não tinha ressonância no SUS. O paciente leva um, dois, três anos para ter uma ressonância. O líquor não tem os exames complementares; e quando há o líquor, né?

Há ausência de serviços multidisciplinares porque, obviamente, o paciente precisa de suporte multidisciplinar.

E finalmente, na NMO, não há ainda um protocolo no SUS e no sistema privado, apesar de que nós sabemos que está tendo um movimento nesse sentido, e nós precisamos acelerar isso porque, enquanto isso, os pacientes estão tendo os AVCs imunológicos. O exame para detecção de anticorpo antiaquaporina ainda não está disponível. A Conitec aprovou; esperamos que ela cumpra o prazo, que é até dezembro deste ano.

Duas terapias com indicação em bula foram negadas pela Conitec. Existe uma terapia com evidência para NMO, que é o rituximabe, que está disponível para várias condições no SUS – condições reumatológicas e oncológicas – há vários anos, mas não está disponível para NMO. Isso não tem sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há ausência de protocolo para uso de plasmaférese nos surtos. Então, num surto gravíssimo como esse, o paciente tem que ser internado, precisa de corticoide em alta dosagem, precisa de plasmaférese e, quando chega ao hospital, não pode fazer. Às vezes tem a plasmaférese, mas não tem para NMO; não pode ser feito.

Não há prioridade para realização dos exames de imagem. Então o paciente com uma cefaleia crônica ou uma lombalgia, dor na lombar, entra na mesma fila que um paciente com NMO e esclerose múltipla. Isso não tem sentido.

Não há serviços estruturados também para reabilitação desses pacientes.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA FERRAZ – Então, eu deixo uma pergunta para reflexão: há universalidade, integralidade e equidade, que são os princípios do SUS, na assistência às pessoas com esclerose múltipla e NMO?

Então, eu deixo essa reflexão e agradeço, mais uma vez, a oportunidade por lutar por essa causa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Fernanda, a gente não sabe nem o que falar depois de uma fala tão provocadora como a sua, e vou confessar para todos que estão no plenário e os que estão nos acompanhando: a sensação de impotência é muito grande, às vezes, doutora, sabe? Às vezes vocês olham para nós, autoridades, e vocês falam: "Vocês não estão fazendo nada?". A gente faz e tem a mesma sensação de impotência que vocês, por incrível que pareça.

Eu quero fazer um registro bem absurdo agora. Cadê os representantes do Ministério da Saúde nesta audiência? Cadê, gente? De novo! Há quantas audiências nós estamos aqui e eu tenho que fazer essa fala? A gente já teve audiência sobre doenças raras em que o coordenador ou o diretor entrou *online*. Eu cheguei a pedir para a secretaria: liga para ele, eu pago o Uber para ele vir aqui; eu peço para o meu carro buscar. Ele está a menos de cem metros daqui, desta Casa.

Eu tenho pessoas que vêm doentes de outros estados, com problema seriíssimo de mobilidade, seriíssimo, para chegar aqui a uma audiência pública.

Aí o coordenador da área do Ministério da Saúde decide que vai falar *online* de trás de uma mesa, estando a cem metros da gente – isso quando entram numa audiência pública!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já conversei com a antiga Ministra, já conversei com o atual Ministro – com ele, pessoalmente, não; mas com todos os assessores. O fato de eles estarem presencialmente aqui é no mínimo um respeito; é, no mínimo, um respeito a vocês que vieram de longe. Nós sabemos que eles não têm todas as respostas, Doutora, não têm, mas, para ouvir o que a senhora disse aqui, seria interessante o Ministério da Saúde estar aqui presente; seria, no mínimo, um respeito à causa. Mas não vieram a esta audiência, e sabem da importância.

Eu sei que quem está na área de gestão recebe muitas críticas, mas, se não quer receber críticas, não aceite o cargo. Eu fui Ministra e eu sei como é pesado, eu sei como é pesada a crítica, mas são ônus do cargo. Aceitem os ônus – ou só querem os bônus?

Eu novamente lamento; inclusive, vou pedir à Secretaria e à minha assessoria: eu quero uma audiência com o Ministro Alexandre Padilha. Eu quero conversar com ele, no mínimo para passar para ele isto: "Ministro, estar presente num debate desses, mesmo que vocês não tenham ou não queiram dar resposta, sentado, ali, olhando no olho do paciente, do médico, do cientista que já está no limite, é no mínimo uma questão de direitos humanos, de respeito à dignidade humana". Então, eu quero, eu peço à Secretaria que peça uma audiência com o Ministro da Saúde.

A Mara conduziu esta Subcomissão, gente, com tanta maestria... Foram dois anos que ela a conduziu como Presidente. Agora nós temos uma outra Senadora Presidente, mas esta Subcomissão não é apenas para fazer bonito ou para a gente ter um relatório no final do ano, não! É porque a gente quer mesmo discutir e fazer encaminhamentos. Agora, que encaminhamento eu faço, Doutora, depois de uma fala tão provocadora como a sua, tão desafiadora? O que eu vou falar? "Obrigada, Doutora, por ter vindo"? A televisão viu, todo mundo viu, o Brasil viu. E aí? Cadê o Ministério da Saúde?

Mas, Dra. Fernanda, eu quero que a senhora sinta que esta minha fala de indignação não é só minha. Nós temos muitos Parlamentares nesta Casa comprometidos – acreditem, gente! –, nós temos Parlamentares nesta Casa que são médicos, foram Governadores; nós temos Parlamentares nesta Comissão que foram Ministros da Saúde... Essa indignação é de todos nós.

Então, muito obrigada por sua fala, muito obrigada.

Eu quero informar às pessoas que estão nos acompanhando que a apresentação de Dra. Fernanda vai ficar disponível. Essas apresentações trazem uma colaboração muito grande para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudante, para quem está na ponta pesquisando, para a imprensa... Então, todas as apresentações ficarão disponíveis para o público.

Doutora, muito obrigada por sua participação. Nós temos algumas perguntas que estão chegando; se puder ficar mais um pouco... Está bom?

Na sequência, nós vamos ouvir, de forma *online*, Eloara Campos, médica, Professora da disciplina de Pneumologia da Universidade Federal de São Paulo.

Bem-vinda, Dra. Eloara, é um prazer. Desculpe-me se eu estiver muito brava, Doutora, mas é que tem hora que a gente chega no limite; a gente chega no limite aqui nesta Casa.

Obrigada por sua participação, obrigada por ter aceitado o convite.

A SRA. ELOARA CAMPOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Exma. Senadora Damares. Gostaria também de agradecer à Senadora Mara Gabrilli, pelo convite.

Nos próximos minutos, eu vou falar sobre a encefalomielite miálgica, síndrome da fadiga crônica.

Vocês estão vendo os meus eslaides, por favor?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Doutora.

A SRA. ELOARA CAMPOS (*Por videoconferência*.) – O.k., obrigada.

Eu sou pneumologista; não sou neurologista como os meus colegas. É um prazer estar dividindo essa mesa com vocês. Eu sou fisiologista do exercício e sou responsável pela parte de avaliação de doenças que cursam com dispneia, fadiga e intolerância aos esforços. Hoje sou responsável também pelo ambulatório de covid longa, e sou diretora científica da Abemdis (Associação Brasileira de Encefalomielite Miálgica e Disautonomia) também.

Então, eu não tenho conflito de interesse para essa apresentação. Eu queria trazer para vocês uma provocação. Quando a gente olha essa imagem, a gente está vendo um cérebro, toda a parte neural, DNA, e uma pessoa, que aqui é uma adolescente, acamada, sem contato nenhum, tanto auditivo quanto visual. Aí esses pacientes podem chegar nesse nível de gravidade, e, muitas vezes, isso não é reconhecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a encefalomielite miálgica, síndrome da fadiga crônica, é uma doença multissistêmica grave, que causa disfunções neurológicas, imunológicas, autonômicas e metabólicas. O diagnóstico é clínico. Infelizmente, até o momento, por mais que toda a comunidade científica esteja atrás, não existe um biomarcador para o diagnóstico dessa doença, o que dificulta e retarda o diagnóstico, além de o tratamento ser direcionado ao controle dos sintomas, e não à cura. Mas a sociedade americana, nos últimos dez anos, tem um protocolo bem estabelecido para o diagnóstico, em que são necessários três critérios maiores e um critério menor.

A doença é conhecida por fadiga debilitante, pelo menos há seis meses, mas também podemos reconhecer a doença com, no mínimo, três meses de sintomas em adultos, em crianças e adolescentes. É agravada pela atividade, mas não causada por ela, e não é aliviada pelo repouso, diferente da fadiga que nós temos por um dia exaustivo de trabalho ou uma noite de sono mal dormida, mas o que é fundamental para o diagnóstico dessa doença é o sintoma chamado de mal-estar pós-esforço, que é o PEM, que pode ser desencadeado tanto por atividade física, cognitiva ou emocional, e é desproporcional a essa atividade, ou seja, uma atividade pequena pode causar uma exaustão e uma incapacidade enorme no paciente. Geralmente, o início desse sintoma é um início retardado, que pode acontecer de 12 horas a 48 horas após o insulto, e pode ter uma recuperação prolongada, durando horas, dias, semanas ou até meses. Por fim, o sono não reparador ou perturbação do tom do sono compõe esses critérios maiores. E é preciso ter pelo menos um critério menor, que é ou dificuldade cognitiva, muitas vezes chamada de neblina cerebral, ou a intolerância ortostática, a dificuldade de ficar de pé ou sentado.

A Organização Mundial da Saúde já reconhece essa doença desde 1969; o CDC passou a reconhecer como doença desde 1986, mas, apesar disso, muitos colegas ainda confundem como se fosse um problema psicológico ou de origem psicossomática. Isso leva à falta de compreensão da doença e é um diagnóstico errôneo, muitas vezes considerado como histeria coletiva. A OMS classifica como uma doença neurológica, e tem uma prevalência estimada, no mundo, de até 50 milhões de pessoas.

Antes da pandemia, no Brasil, estimava-se que a encefalomielite miálgica acometia 1,5 milhão de pessoas.

É interessante observar que, apesar de parecer ser uma doença rara, porque ela é subdiagnosticada e subnotificada, esses pacientes estão aí em todos os hospitais e ambulatórios, não sendo adequadamente diagnosticados. E a pandemia trouxe essa visão diferente para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encefalomielite miálgica, uma vez que se estima que mais ou menos 10% dos pacientes que tiveram covid, mesmo aqueles com covid leve, possam evoluir com a síndrome de fadiga crônica pós-viral, tendo em torno de 2 milhões a 4 milhões de habitantes no Brasil podendo ser acometidos por essa condição.

E quais são os fatores de risco? Já se sabe que principalmente nas mulheres; nos adolescentes, infecção por Epstein-Barr; com a pandemia, vimos como a covid também causou encefalomielite miálgica, mas existem outros diagnósticos infecciosos, como sintomas pós-dengue, chikungunya e mesmo influenza. Fatores menos relevantes, mas que podem estar associados: história familiar, fatores genéticos, doenças autoimunes e mesmo fatores psicológicos.

Oitenta por cento dos casos são pós-infecciosos, principalmente após quadros virais. A cada epidemia, ou talvez nos próximos anos, a cada pandemia, nós teremos mais casos que façam o paciente evoluir com a síndrome da fadiga crônica.

Vale uma ressalva de que pode acometer tanto adultos, quanto crianças e adolescentes, precisando também ser reconhecido pela pediatria.

E em relação à gravidade? Aqui eu faço uma analogia muito utilizada pelos centros de referência em encefalomielite miálgica que é o conceito da bateria. Um indivíduo saudável tem uma bateria cheia que (*Falha no áudio.*) ... a cada vez que a gente descansa, mas os indivíduos com encefalomielite miálgica não têm mais a condição de ter uma bateria repleta; é como se essa bateria tivesse viciada ou quebrada. No estágio 1, são pacientes que às vezes estão trabalhando ou estudando, mas estão cronicamente cansados, precisando fazer um ajuste de energia para conseguirem ser produtivos, e eles ficam num *gap*, num intervalo entre ter alguma doença que não é diagnosticada, sintomas às vezes não muito bem compreendidos. Do estágio 2 para o estágio 5, esses pacientes vão ficando cada vez mais debilitados, começam a não conseguir sair de casa para trabalhar, passam a ficar mais tempo na cama e alguns pacientes ficam realmente hospitalizados dentro das suas próprias casas, não sendo reconhecidos, e isso vai se agravando e fazendo com que esses pacientes possam não retornar à sua condição anterior, lembrando que até 25% das pessoas com encefalomielite miálgica estão confinadas em suas casas ou acamadas.

Os pacientes com extremo de gravidade passam a ter dores extremas, dificuldade ou incapacidade de falar, de fazer avaliação do ponto de vista cognitivo, dificuldade para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autocuidado, não toleram ambientes médicos inadequados e às vezes precisam até de alimentação por sonda, mas, apesar dessa perda de funcionalidade, muitas vezes não são reconhecidos como pacientes com uma doença orgânica.

Existe já na literatura o diagnóstico, o consenso baseado em *experts*. Não existe... Como não existe um tratamento específico, nós não temos protocolos bem estabelecidos de tratamento, mas a Mayo Clinic, em 2023, produziu um documento que ajuda todos os colegas a fazerem o diagnóstico e o manejo desses pacientes com encefalomielite miálgica baseados na queixa de sintomas, ou seja, o tratamento é baseado no contorno de sintomas e gerenciamento de energia.

Além disso, para pacientes com encefalomielite miálgica leve à moderada que tenham condição de realizar algum exercício, o teste cardiopulmonar invasivo chamado de iCPET, que é ilustrado aqui no nosso laboratório da Universidade Federal de São Paulo, consegue fazer uma avaliação detalhada do caminho do oxigênio, que é a nossa molécula de energia, até chegar à mitocôndria. Isso ocorre para se entender como esse oxigênio é utilizado nas vias energéticas desse paciente, ajudando, então, num diagnóstico, uma vez que pacientes com doenças psicossomáticas não teriam esse exame alterado.

E a comunidade internacional, principalmente o Reino Unido, reconhece e tem um *guideline* bem estruturado para avaliação desses pacientes e também uma avaliação do impacto econômico. Uma vez que esses pacientes não têm diagnóstico adequado e procuram, muitas vezes, diversas especialidades e um consumo enorme tanto de exames que não dão resultado, assim como tratamentos inadequados, existe um custo muito alto para o sistema tanto público quanto privado. E, principalmente, pacientes que não têm diagnóstico adequado acabam perdendo a sua capacidade laboral e saindo no mercado de trabalho, não sendo amparados por políticas públicas.

Quais são os principais problemas? Falta de capacitação dos profissionais de saúde com treinamento inadequado para lidar com esse perfil de pacientes; muitos preconceitos inconscientes ou preexistentes – nós não estudamos essa doença e, muitas vezes, a consideramos como da área da psiquiatria; e, principalmente, porque acomete mulheres – e sabemos que as mulheres ganham um rótulo de histeria ou de ansiedade e depressão, atrapalhando esse diagnóstico. Por fim, faltam protocolos nacionais para o diagnóstico e tratamento da encefalomielite miálgica – nós estamos muito atrás do que a nossa colega Fernanda terminou de explicar sobre a esclerose múltipla, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em resumo, quais são as necessidades dos pacientes? A encefalomielite miálgica precisa ser reconhecida como uma condição frequente que causa intolerância aos esforços, apesar de ainda ser de origem indeterminada, com uma hipótese de que tem um comprometimento das mitocôndrias, mas com alto impacto laboral e na qualidade de vida dos pacientes; precisa ser reconhecida como doença pelos médicos, com diagnóstico precoce e tratamento individualizado, para que essa perda, ao longo da doença sem diagnóstico, não cause mais impacto e piore a progressão dos pacientes; e é preciso planejamento do trabalho com flexibilização da rotina, ambiente adaptado, tanto no trabalho quanto em casa, assim como nos atendimentos médicos e das equipes multiprofissionais.

Esses pacientes precisam de uma equipe multidisciplinar, com médicos que entendam a doença, como clínicos, neurologistas, infectologistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psiquiatras e psicólogos, grupo de enfermagem, nutricionistas e assistente social.

E precisamos de política pública para integração, atenção integral e acesso ao SUS, com educação continuada para o atendimento nas UBSs e AMEs e centros de referência especializados, principalmente institutos dentro das universidades.

E lógico que é muito importante, uma vez que ainda temos um grande desafio em relação ao diagnóstico e onde essa doença começa, o apoio à pesquisa científica, para a descoberta de biomarcadores, e novas técnicas de ensaios clínicos para avaliação de tratamento.

Aqui eu faço uma ressalva no sentido de que, dentro da Universidade do Rio de Janeiro, nós recebemos um financiamento do CNPq para trabalhar com síndrome de fadiga crônica na covid longa, desde o diagnóstico até o ensaio clínico para o tratamento, e estamos aguardando uma aprovação da Cepi para um levantamento epidemiológico, custos de saúde pública e investigação diagnóstica dentro do serviço terciário.

Gostaria de agradecer e dizer para vocês que nem toda deficiência é visível, e nós precisamos dar voz a esses pacientes.

Muito obrigada! Agradeço à Casa pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Eloara, muito obrigada! E obrigada por, no final, ter apresentado as necessidades de forma bem didática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhando de forma muito rápida o seu eslaide, eu já comecei a ver tudo o que a gente pode fazer enquanto Senado – tudo o que a gente pode fazer enquanto Senado. É a importância de uma audiência como esta.

Quando a gente faz o mapeamento, Dra. Eloara, dos centros de referência em todo o país, a gente morre de vergonha. Esses dias, eu recebi um diagnóstico da necessidade de centros de referência aqui no meu Distrito Federal e de centros de reabilitação, Doutor, aqui no meu DF. Quando eu vi o déficit, eu quis chorar. Aí, eu fiquei pensando: se o meu DF, que é tão rico, se o meu DF, que está ao lado do poder, que abriga o poder, se o meu DF, que tem um fundo constitucional bilionário e que tem uma arrecadação local bilionária... Vou dizer uma coisa, o meu DF é muito rico. Talvez o que esteja faltando no meu DF seja gestão. Depois a gente conversa sobre isso. E olha que eu sou base do atual Governo, mas eu preciso fazer reconhecimentos de que nós temos muito a avançar na área da saúde.

Mas eu, quando vejo a necessidade do centro de referência no meu DF, fico imaginando nas regiões remotas. Dr. Hamilton, eu fico imaginando as regiões ribeirinhas, eu fico imaginando o meu Marajó. É de dar angústia. É de dar angústia.

Mas a Dra. Eloara trouxe aí algumas boas indicações – Doutora, obrigada. E nós vamos transformar as suas indicações em encaminhamentos, encaminhamentos muito práticos.

Eu estava conversando com a Dra. Fernanda aqui, enquanto a Dra. Eloara estava expondo, e ela trouxe uma informação que eu queria que ela compartilhasse com vocês.

Deixem-me explicar uma coisa: o tamanho deste país e como é difícil, Dra. Eloara, Ana Paula, Élica, construir uma legislação para uma nação tão diversa como esta, tão complexa, com uma dimensão territorial absurda, com uma diversidade cultural imensa...

O Marajó... Deixe-me citar o Marajó.

Eu gosto muito de usar o exemplo do Marajó, porque, quando as pessoas pensam no Marajó, imaginam uma ilha. Não! É um arquipélago, e dentro do arquipélago tem 2,5 mil ilhas. Dentro desse arquipélago, nós temos 16 cidades. O arquipélago é tão grande, que, dentro do arquipélago do Marajó, cabem duas Suíças e meia. Olhem o tamanho! E isso tudo é uma região de um estado – o Marajó é uma região do Estado do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Moram ali 580 mil pessoas. De uma cidade para outra, nós temos uma distância de três dias de barco, mas nós temos cidades do Marajó, das quais, para o centro, Belém, são sete dias de barco.

Aí, a gente estava falando aqui sobre a prescrição, sobre o remédio.

Explique, Doutora, e sintam o que ela falou para mim aqui no cantinho, e a gente vai tentar, quem sabe nesta audiência, fazer um encaminhamento.

A SRA. FERNANDA FERRAZ (Para expor.) – O que eu comentei é que, na Região Norte...

Eu conversei com a colega Dra. Nice, que é responsável pelo Centro de Referência do Manaus, que atende a vários pacientes ali da região do Amazonas, e ela disse que tem pacientes que levam de dois a três dias de barco, todo mês, para receber o medicamento natalizumabe, que eu citei e que é um medicamento de alta eficácia, mas é mensal.

Se a gente tivesse, por exemplo, o ocrelizumabe, que já foi submetido para avaliação, que é semestral, o paciente precisaria ir uma vez a cada seis meses, mas não está lá. Por quê? Porque se avalia apenas o custo do medicamento para aquele governo, naquele período. Não se avalia que esse paciente vai economizar para toda a sociedade, para toda a gestão pública, em anos, porque ele não vai evoluir com incapacidade.

Se esse paciente atrasar essa infusão em mais de seis semanas, ele pode ter um surto, por exemplo, inflamação na medula, e parar de andar. E quanto ele vai custar para a sociedade? E o prejuízo pessoal?

Então, Senadora, o que eu vejo é que... Eu acho que não falta dinheiro; eu acho que falta é uma organização nessa forma de estruturar o investimento.

Nessas avaliações, pelo menos na nossa área, que passam pela Conitec, a gente participa, a gente responde, os especialistas do Brasil inteiro se empenham em fazer notas técnicas, mas parece que entra por aqui e sai por aqui. Só conta lá que "isso aqui vai gastar no orçamento, eu não vou deixar incluir". Isso é totalmente irracional.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Eloara e Dra. Fernanda, vocês são modestas quando falam em dois dias. São quatro dias, às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes, para ir e quatro dias para voltar. Então, vamos colocar aí: a cada trinta dias, um paciente perde oito, dentro de um barco, para ir buscar um remédio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, só que ele não vai sozinho. Alguém vai ter que ir com ele. Aí, essa mãe deixa os outros filhos em casa, de forma vulnerável, e na grande maioria são mães solo, porque no Brasil, hoje, mais de 30% dos lares são liderados por mães solo – eu sou uma mãe solo. Sei bem o que é isso. Eu quero que vocês imaginem a dificuldade. E quero que vocês imaginem que uma ação prática poderia resolver esse problema, que poderia ser feita nesta audiência, hoje, se o Ministério da Saúde estivesse aqui.

Mas quero lembrá-los também de que a Conitec foi convidada para esta audiência pública. Tem alguém da Conitec aqui? (*Pausa.*) Nem para a mesa, nem para assistir? (*Pausa.*) Lamentável.

Dra. Eloara, obrigada por sua participação, Dra. Fernanda também, mas eu acho que a gente vai sair com ações bem práticas desta audiência.

Desculpem-me a indignação, gente, mas eu acho que vocês têm pressa. A família rara tem pressa. Quem está doente tem pressa.

Deixe-me dizer: talvez eu esteja extremamente irritada hoje. Hoje faz oito dias que eu fiz uma cirurgia, nem falei para o meu médico... Eu estou aqui ainda com muitas dores, eu estou passando por um processo de dor. Eu acho que essa minha identificação hoje, essa minha indignação hoje é...

Ministro, considere aí que também tem um pouco de dor aqui na minha fala, mas é dor física. Eu fico imaginando quem tem a dor física crônica, constante, eu fico imaginando o sofrimento.

Na sequência, vamos ouvir o Dr. Hamilton Cirne, Médico Neurologista do Centro de Referência em Doenças Raras da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Dr. Hamilton, uma alegria recebê-lo nesta Comissão.

O SR. HAMILTON CIRNE (Para expor.) – Muito grato, Senadora. Obrigado à Apemigos, obrigado à Senadora, a quem tive a honra de conhecer ainda Ministra, de me aproximar, ouvir as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ideias e admirar as ideias, o cuidado com a família, o cuidado das crianças. Foi muito gratificante ouvi-la nos nossos bate-papos. Sinto falta.

Coube-me falar sobre essas duas patologias. São duas patologias com as quais eu tenho muita familiaridade. Minha esposa ainda me perguntou: "Você vai falar do quê?". Eu disse: "São essas duas". Ela disse: "Ah, então, você faz isso no dia a dia, né?". Eu disse: "É". Eu gosto muito de lidar com essas duas patologias, não tenho conflitos de interesse para essa apresentação.

A esclerose lateral amiotrófica é uma doença do sistema nervoso que vai comprometer a parte motora do corpo. Então, esses pacientes progressivamente perderão a capacidade motora do seu corpo.

E ela tende a se desenvolver de forma rápida, em meses a anos, levando à incapacidade irreversível.

Então, ela pode se manifestar com fraqueza, câimbras, fasciculações, movimentação involuntária do corpo, atrofia, perda do músculo, alteração dos reflexos... Ela pode acometer braços, pernas, de forma heterogênea.

Ela não só vai causar fraqueza muscular, mas vai trazer dor pela perda dos músculos, vai trazer fadiga, vai trazer dificuldade no funcionamento do coração, do sistema geniturinário, intestinal, insônias, depressão, desnutrição, em alguns casos até demências.

Em 30% dos pacientes, e conforme a doença evolui, isso vai ser maior. Nós vamos ter a babação, a perda da fala e os engasgos, que vão trazer uma alta morbimortalidade e perda de qualidade de vida. E importante: tudo isso, todas essas perdas motoras, todas essas perdas de capacidade, mantendo-se um cognitivo, mantendo-se a mente preservada.

Quando a gente pensa no diagnóstico, é uma doença que não tem um diagnóstico de exame, não tem um exame que vai fechá-la. Então, depende muito da experiência do médico. É um diagnóstico de exclusão.

Nós precisamos do exame de eletroneuromiografia, de exames de imagem, exames de laboratório por vezes complexos, que não estão disponíveis na rede pública, e hoje nós temos cada vez mais testes moleculares, testes genéticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando a gente vê aquele painel ali com um monte de letrinha, o que aquilo quer dizer? Quer dizer que a ciência ainda não conhece a fundo aquela doença, nós não sabemos exatamente sua causa, o que a torna ainda mais desafiadora, porque a gente só consegue tratar algo quando a gente conhece a causa.

Nós temos remédios disponíveis hoje no mundo. O Riluzol e a Edaravona estão no mercado brasileiro. O Riluzol no SUS. O Tofersen é uma medicação que está para chegar.

Mas mesmo essas medicações, mesmo no SUS, elas fazem pouca diferença. Elas trazem efeitos muito pequenininhos. A gente vai ver efeito da medicação quando as curvas se afastam, e vocês veem que as curvas se afastam muito pouco.

Agora, quando a gente olha para o tratamento de doença, a gente vê que esses pacientes que não têm nenhuma intervenção de fisioterapia vivem 13 meses. Quando a gente começa uma intervenção de fisioterapia de qualidade, eles começam a viver 15 meses. Quando a gente faz uma intervenção de mais qualidade ainda, isso aumenta para 26 meses. E, quando a gente faz com qualidade, com equipamento e precoce, a sobrevida aumenta para 30 meses, enquanto que, com aqueles remédios, ela aumentou de quatro a seis meses.

Então, nós precisamos ter uma fisioterapia de qualidade e que saia muito mais barata do que muitas intervenções medicamentosas que nós temos aí. Intervenções simples, treinamento de equipe, são o que vão fazer mais diferença no tratamento dessa doença.

Então, a gente vê, nesse primeiro gráfico, como as curvas se abrem.

Lembram lá dos remédios, como as curvas abriram um pouquinho, e como a curva abre grande aqui? Aqui é a diferença de um paciente acompanhado só por um neurologista e um paciente acompanhado por uma equipe multidisciplinar. Então, vamos ver o que é que faz realmente diferença na vida desses pacientes.

Então, a Esclerose Lateral Amiotrófica vai trazer a perda progressiva de autonomia. O paciente vai precisar de auxílio para todas as atividades, mesmo as mais básicas. Ela vai ter a perda de renda, vai ter um alto custo de tratamento, tanto no tratamento clínico quanto no suporte. Esse gasto, ali, de 78 mil, é €78 mil na Alemanha, anual.

Então, essa é uma doença que traz comprometimento de todo o núcleo familiar e não apenas do paciente, com uma perda grande de qualidade de vida, um impacto psicológico grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para pacientes e familiares, e não temos serviços capazes de acolher o grupo familiar como um todo. Nós precisamos de serviços que acolham toda a família, todos os cuidadores.

Precisamos fortalecer e valorizar as equipes multidisciplinares; dar acesso aos equipamentos de fisioterapia; integrar esses serviços de referência aos serviços de cuidado paliativo, porque os serviços de referência funcionam muito bem nas fases inicial e média de doença, mas, quando esses pacientes entram em fase final de doença, em que eles não conseguem mais ir ao centro de referência, nós perdemos o contato com eles. É a fase em que a família mais sofre. Então, as equipes de cuidado paliativo e os hospitais precisam estar preparados para essas pessoas.

Precisamos melhorar o acesso aos exames diagnósticos e aos especialistas, a comunicação entre os níveis de atenção, principalmente nessa fase final de vida. Precisamos usar tecnologia, usar telemedicina.

Precisamos educar a população em saúde e acolher todo o núcleo familiar.

Quando a gente vai para miastenia, é outra doença, outro mundo. A miastenia *gravis* é uma doença da comunicação entre o nervo e o músculo. Ela também é heterogênea. E aqui nós estamos falando de uma doença tratável; aqui é outro mundo, se comparado com a esclerose lateral amiotrófica. Nós vamos ter aqui fraqueza e fadiga dos músculos.

E o que caracteriza essa doença? Os sintomas variam. Então, na mesma pessoa, ela vai variar entre meses, semanas e mesmo horas do dia – vai ter horas do dia em que você está muito bem, horas do dia em que você não vai estar bem. E é uma doença com pico de incidência em mulheres jovens e homens idosos. Então, nós vamos ter aquela boa e velha questão de que as mulheres jovens não são ouvidas como devem. E o diagnóstico nem sempre é feito no primeiro ano, é um diagnóstico difícil no seu início. A maioria dos pacientes vai ter comprometimento da visão, com a ptose, que é a pálpebra caída, e a diplopia, que é a visão dupla, mas podem ter fraqueza no pescoço, fraqueza na musculatura da fala, da deglutição, fraqueza nos braços e pernas e falta de ar. Então, a principal coisa que a gente precisa procurar na miastenia *gravis* é a fatigabilidade, é o olhinho que não abre, é o olhinho que não se move como deve. O diagnóstico também é clínico, depende da eletroneuromiografia, da dosagem de anticorpos e de exames genéticos. É muito desafiador.

A Doutora falou da heterogeneidade do Brasil. Eu estive em Santarém no primeiro semestre e vi como os colegas lá sofrem: eles são múltiplos especialistas, ninguém consegue fazer uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialidade só. E, aqui em Brasília, a eletroneuromiografia demora dois anos, mas, em São Luís – eu estive lá para dar uma aula –, não tem eletroneuromiografia no SUS. Não é no interior do Maranhão, é em São Luís!

Os anticorpos... Nós temos acetilcolina no PCDT, mas não está disponível para nós; precisa ser incorporada. O anti-MuSK precisa ser incorporado, além dos exames genéticos.

E qual a dificuldade disso? Eu recebi um estagiário, um pós-graduando, que tinha dado um parecer... Ele ficou todo feliz, porque ele deu um parecer autorizando, deu um parecer positivo para uma incorporação de tecnologia de tratamento para miastenia *gravis*. E eu perguntei para ele: "Qual tecnologia?". E isso era para o Ministério da Saúde. "Essa tecnologia é para qual miastenia *gravis*?". Ele disse: "Não, para miastenia *gravis*". Eu disse: "Não, mas nós não temos uma miastenia gravis; nós temos a miastenia *gravis* acetilcolina, anti-MuSK, soronegativa, congênita...". Para a congênita não funciona; para MuSK funciona; para acetilcolina funciona em 30% dos casos. Você vai obrigar esses pacientes para os quais sabidamente não funciona ou para os quais funciona apenas em 30% dos casos a passarem um ano, um ano e meio, usando esse remédio que não funciona? Então, precisamos ver isso.

Fadiga e depressão são uma queixa muito comum, e uma queixa não visível. Nem os médicos conseguem lidar bem com queixa de fadiga. É um diagnóstico diferencial muito desafiador. Os pacientes vão desenvolver depressão, não vão conseguir aderir bem ao tratamento. E é uma queixa que traz muita incapacidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAMILTON CIRNE – Só quem tem fadiga e não consegue levantar da cama sabe a dificuldade que é sentir isso. É um alto impacto na qualidade de vida, na capacidade de se relacionar, tanto social quanto na parte laborativa.

Estes são os tratamentos que a gente tem disponíveis em PCDT para miastenia. O Mestinon (piridostigmina) é um remédio que a gente usa no SOS, mas os principais tratamentos são estes do meio: corticoide, azatioprina, ciclofosfamida e ciclosporina. Então, olhem o que eles têm em comum: milhões de efeitos colaterais. Todo mundo aqui eu acredito que já tenha usado corticoide para dor de garganta por uma semana e sabe como foi ruim usar corticoide por uma semana. Agora, imaginem você ter 25 anos, e eu dizer que você vai usar corticoide em alta dose por 20 anos da sua vida!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos esses remédios – olhem lá – são de 1950, nós estamos em 2025. Então, nós temos um perfil de efeito colateral muito ruim dessas medicações. E nós estamos falando em pacientes jovens, com remédios que vão trazer risco de malignidade, que vão diminuir a fertilidade, que vão trazer risco de malformações, de complicações para os seus bebês. Nós queremos que essas mulheres tenham uma vida saudável e normal. E nós temos novas medicações, nós temos novas tecnologias de tratamento.

E, no mundo, hoje, a gente vê que o tratamento da miastenia é diferente, porque antigamente, e mesmo hoje, quando você vai nas mesas de especialistas, que são todos homens de meia-idade, eles falam: "Não, essa paciente tem só uma ptose, é só um olho caído, é só uma fadiga". E não, não é só uma fadiga. Hoje, no mundo, nós temos que buscar no tratamento da miastenia *gravis* ausência de sintoma, vida normal, usar o mínimo de corticoide pelo menor tempo possível, minimizar os impactos de doença, não trazer mais doença, não usar um remédio por longo prazo em que eu vou causar uma doença tão ruim ou até pior até do que a doença de base do paciente, e preservar a qualidade de vida e as atividades de vida diária. Essa pessoa precisa estar integrada na sociedade. Então, com o paciente com miastenia *gravis*, a gente precisa ter uma escuta ativa e empática, nós precisamos dar suporte e diagnóstico, tanto genético quanto anticorpos, flexibilizar e adotar novas tecnologias hoje.

Eu fui da gestão do GDF por alguns anos. A gente não pode continuar esperando a judicialização. A judicialização é que faz a gestão se mover hoje. E nós não podemos fazer isso, a gente precisa se adiantar à judicialização. Nós temos uma nova tecnologia, nós sabemos que a judicialização virá. Então, vamos nos adiantar? Vamos chamar essas pessoas para negociar.

Nós precisamos treinar e integrar todos os níveis de atenção, porque eu estou num serviço de referência em que o atendimento é impessoal, ele é para produção científica, é para estar próximo às autoridades, mas eu preciso também ouvir aquele colega que está na saúde primária, que está perto de onde a pessoa mora, que vai ouvi-la de forma integral. Esses *players* precisam conversar.

Nós podemos usar preceptorias, nós podemos usar mentorias, nós podemos usar isso de forma presencial, nós podemos fazer isso de forma *online*.

E nós precisamos acolher todo o núcleo familiar. Nós não temos só um doente, nós temos um núcleo familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu trago a minha palavra para as doenças neuromusculares, doenças raras em geral. Então, nós precisamos exercitar, nós precisamos socializar, nós precisamos de acompanhamento interdisciplinar, nós precisamos de equipes. E nós precisamos identificar nesses lugares onde as pessoas moram os profissionais interessados e dar suporte, incentivar essas pessoas, sempre com o objetivo de funcionalidade e qualidade de vida, de integração dessas pessoas na vida social. As pessoas não querem só um remédio, elas querem participar da vida social, elas querem participar do mundo. Nós precisamos incluir todos.

Eu foquei muito em empatia, porque empatia não é... Eu nunca vou saber o que aquela mulher sente. Eu fui procurado na rede social, semana passada, por uma moça de Macapá, com 18 anos. Ela tem miastenia *gravis*, ela cortou o cabelo do tamanho do meu, ela toma banho sentada e, para lavar a cabeça, ela apoia o cotovelo na parede para alcançar o cabelo. E essa moça está sozinha, sem um especialista. O médico disse que ela está deprimida. Ela está deprimida, claro, mas ela precisa tratar a doença de base dela. Nós temos uma paciente incomum que sofre nos hospitais privados aqui em Brasília, porque os colegas acham que ela está viciada em analgésico, mas é porque ela tem um pescoço caído, pois a miastenia dela é tão grave que ela não consegue segurar o pescoço e isso traz muita dor. E os neurologistas não identificam que ela tem dor. Ela vai ao hospital, pedem parecer para um neurologista, que diz que ela está deprimida e viciada em analgésico. Ela precisa tratar a dor dela. Quando a gente trata a doença de base dela, a dor dela melhora. Então, a gente precisa ouvir esses pacientes.

E nós do serviço de referência precisamos estar disponíveis aos colegas. Esse colega que deu esse parecer fez isso na melhor das boas intenções, mas ele precisava de um suporte de alguém que tivesse mais conhecimento prático. E não adianta ouvir só ele, por conta de ser "isento" – entre aspas –, nem ouvir o doutor do supercentro de referência universitário que publica 30 artigos no ano, mas que não vê um paciente, não põe a mão num paciente. Nós precisamos trazer múltiplas pessoas de múltiplas áreas de conhecimento, trazer a equipe multidisciplinar, trazer o fisioterapeuta que está perto do paciente para o debate.

O principal profissional que eu gosto de ter ao meu lado no meu atendimento interdisciplinar no Hospital de Apoio é o assistente social. Ele me poupa muito trabalho, poupa muita sola de sapato do meu paciente, porque ele vai saber qual é o laudo que eu preciso dar para ele, para que eu preciso dar, que tipo de CID que eu preciso usar. Esses pacientes não têm direito a passe livre. O paciente com ELA não tem direito à aposentadoria. A gente só vai conseguir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um benefício para ele depois que ele tiver uma incapacidade. Tem muitas doenças que não têm um nível de incapacidade tão intenso, mas têm... E nós precisamos respeitar esses profissionais. Então, nós precisamos...

E aí eu faço um mea-culpa: nós médicos não somos tão acessíveis assim. Nós precisamos ser acessíveis, nós precisamos ouvir melhor.

Esta é a principal mensagem que eu trago.

É otimizar recursos para gestão, tanto diagnósticos quanto terapêuticos.

É integrar estados, municípios e União... Então, a gente faz cartinha, e no Hospital de Apoio nós temos um telefone de WhatsApp que a gente põe nos nossos relatórios, e os colegas não entram em contato. Às vezes, até entram e ficam com... Já teve colega que entrou em contato e disse: "Poxa, eu estou mandando mensagem só para ver se é de verdade isso aqui".

É melhorar plataformas de dados, desburocratizar... Então, nós temos hoje vários sistemas de farmácia de alto custo, de Apac, que não conversam entre si. Eu já tive paciente de miastenia *gravis* para quem eu prescrevi novas tecnologias pelo convênio, e o convênio liberou baseado em estudo de custo, porque o paciente usava muito imunoglobulina e internava demais. Será que a gente não...? Imunoglobulina está no PCDT, a gente tem isso no SUS. Será que não vale a pena? Vamos estudar isso.

Nós precisamos de bancos de dados nacionais e públicos. Esses bancos de dados – de Apac, de LME, de dados de pacientes – precisam ser públicos, não só de acesso a tal universidade. Todos os centros de saúde, todo cidadão deveria poder acessar esses dados – claro, respeitando a Lei de Proteção de Dados –, para que a pesquisa pudesse ser descentralizada. Nos centros menores, às vezes, o médico quer fazer pesquisa, o fisioterapeuta, o nutricionista, o fono quer fazer pesquisa, mas ele não tem tempo. Então, se você tem um banco de dados nacional, essa pessoa consegue ter acesso a isso mais fácil.

É necessário integração social; ouvir as associações de pacientes. As associações de pacientes hoje, na minha visão, são os principais agentes modificadores do serviço de saúde aqui no nosso país.

É buscar os direitos sociais e também garantir os direitos sociais já existentes, com redução de burocracia. Então, hoje, para eu dar um passe livre para o meu paciente, eu preciso entrar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAMILTON CIRNE – ... no *site* do Gov.br com a minha senha pessoal, que eu esqueço toda vez, e bloqueio. E aí eu tenho que anotar os pacientes que eu preciso, para eu levar para casa para fazer depois. Então, quantos sistemas diferentes que não se conversam a gente tem! Nós precisamos desburocratizar isso!

E precisamos ouvir, ouvir a quem precisa, porque o objetivo de a gente estar aqui não é sair bonito na foto, é o paciente, é a pessoa que precisa. É eu poder dizer para o senhor de 70 anos que ele vai poder carregar o neto dele, que ele vai andar, porque ele não vai ter fratura patológica por causa de corticoide; é dizer para a moça de 25 anos que ela pode se maquiar, que ela vai conseguir ela mesma se maquiar, que ela vai poder usar um salto alto. Isso não é pouco, isso é muito! Você poder ir trabalhar, você poder fazer sua própria maquiagem é muita coisa! Não é só uma ptose, é a vida de alguém que está ali, e a gente precisa ouvir o que cada sintoma traz de impacto e valorizar o que cada sintoma traz de impacto para a vida da pessoa.

É isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Hamilton. Vocês entenderam agora por que ele é meu médico? (*Risos.*)

Obrigada, Dr. Hamilton.

O senhor falou a palavra que a gente queria muito ouvir: empatia. Ouvir com empatia, isso faz toda a diferença. O senhor me ouviu com muita empatia.

E o senhor traz também aí ouvir as associações dos pacientes. Você viu isso lá no eslaide dele, Ana Paula? Ouvir as associações dos pacientes, ouvir as famílias, ouvir quem está envolvido no dia a dia com a doença, com a dor, com o sofrimento.

E eu digo uma coisa para vocês: quando os olhos não veem, o coração não sente. É por isso que o Ministério da Saúde tinha que estar sentado aqui: para ver. Eu estou cansada de, no Brasil... Lá vou eu de novo, mas é meu papel. Eu estou cansada de, no Brasil, ver técnicos, burocratas atrás de um computador decidindo pela vida de vocês, sem interagir, sem saber de fato o que vocês estão precisando. Chega! O Brasil é feito de técnicos que não têm nenhuma empatia com o paciente, com a família, com a real necessidade. Às vezes, eu tenho vontade de pegar todos eles,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar num barco e navegar lá no Marajó, para eles começarem a despachar lá do Marajó, para sentirem de perto.

Desculpe, mas eu posso falar, eu sou Senadora, eu tenho imunidade parlamentar. Vocês não podem, mas eu posso. (*Risos.*) E estou aproveitando que eu estou com muita dor física hoje!

Dr. Hamilton, obrigada, obrigada por sua colaboração.

Gente, nós temos a honra de ter conosco hoje a Presidente do Instituto Mara Gabrilli, e eu já conversei com a Élica e com a Ana Paula sobre a gente já ouvir a Elisabeth.

Todos vocês que estão no auditório perceberam toda a preparação que existe antes da fala da Elisabeth.

A Elisabeth vem com uma equipe, a Elisabeth tem um apoio de uma equipe. E eu quero cumprimentar todos vocês dessa equipe de apoio, esse trabalho apoiado, e a gente vai conseguir aprovar a nossa lei do trabalho apoiado – vocês sabem do que eu estou falando. A Elisabeth só vai ter condições de falar porque uma equipe de apoio está com ela, e a gente precisa falar sobre isso.

Elisabeth, é uma honra recebê-la nesta audiência, uma honra enorme! Todo mundo que acompanha o seu trabalho, que acompanha o trabalho da Mara tem grande amor e paixão por você. E obrigada por ter feito todo o sacrifício para estar aqui com a gente hoje. Não é fácil, gente, ela chegar aqui na audiência hoje. Viu, técnicos do Ministério da Saúde que estão a 100m da gente? Olhem o trabalho que a Beth teve para estar aqui com a gente hoje. E veio com muito amor, muita disposição e muita vontade de a gente mudar a história das doenças raras no país.

Com muita alegria, com muita honra, a gente vai ouvir agora Elisabeth Ribeiro, Presidente do Instituto Mara Gabrilli.

Seja bem-vinda, Elisabeth!

A SRA. MARIA APARECIDA P. VALENÇA (*Fora do microfone.*) – Senadora, bom dia.

Eu sou Cida, do Instituto Mara Gabrilli, e aqui estão as nossas cartilhas que a gente distribui gratuitamente e os atendimentos, que a Elisabeth pediu para eu te entregar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois vão ficar disponíveis todas as cartilhas, que são distribuídas gratuitamente pelo Instituto Mara Gabrilli. Todo mundo sabe o trabalho que esse instituto faz. Está aqui todo o material sobre diversas doenças, que vai ficar à disposição para quem tiver interesse.

Elisabeth, você tem... A princípio a gente fala dez minutos, mas você tem o tempo que você precisar.

Seja bem-vinda!

A SRA. ELISABETH RIBEIRO (*Fora do microfone*.) – Senhoras e senhores, bom dia.

Sou Beth Ribeiro, publicitária, empresária, Presidente do Instituto Mara Gabrilli e pessoa que vive os desafios da esclerose lateral amiotrófica.

Antes de começar, gostaria de fazer minha autodescrição. Sou uma mulher branca, tenho cabelos longos castanho-claros, olhos castanhos. Estou em uma cadeira de rodas equipada com um computador que utilizo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem como a gente...? (*Pausa.*)

A SRA. ELISABETH RIBEIRO (Para expor.) – Senhoras e senhores, bom dia.

Sou Beth Ribeiro, publicitária, empresária, Presidente do Instituto Mara Gabrilli e pessoa que vive os desafios da esclerose lateral amiotrófica.

Antes de começar, gostaria de fazer minha autodescrição.

Sou uma mulher branca, tenho cabelos longos, castanho-claros, olhos castanhos. Estou em uma cadeira de rodas equipada com um computador que utilizo para me comunicar.

Minha voz atual é gerada por um sistema de rastreamento ocular, uma das maravilhas da tecnologia assistiva, que hoje me devolve a possibilidade de me expressar.

Agradeço imensamente por este convite. É uma honra estar aqui neste Plenário do Senado Federal para tratar de temas que tocam não apenas a minha história, mas a história de milhares de pessoas que vivem com doenças neurológicas raras, como a esclerose múltipla, a neuromielite óptica, a miastenia gravis e a esclerose lateral amiotrófica (ELA), que é o meu diagnóstico.

É com muita emoção que eu falo aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou filha da comunicação. A palavra sempre foi minha ferramenta de trabalho, minha linguagem com o mundo. Fundei minha produtora. Vivi intensamente a publicidade, produzi comerciais, campanhas.

Viajei, fui inquieta, fui apaixonada por tudo o que fazia. E fui apaixonada, especialmente, pelo Carnaval. Meu ano começava na avenida, no compasso da bateria, no brilho das fantasias e na vibração que só quem ama o samba entende. O Carnaval sempre foi minha forma de extravasar alegria, de celebrar a vida. A vida era cheia de movimento.

Eu também era. Caminhava de salto alto, com pressa, com fome de tudo. Até que, um dia, o salto tropeçou, o pé não respondeu e nunca mais foi o mesmo. Começou ali o que, até então, era apenas uma dúvida.

Perdi o andar firme. Depois, perdi o equilíbrio. Vieram as quedas, a insegurança, o medo de não dar conta. Em poucos meses, perdi o controle da perna; depois, da outra.

Vieram as cadeiras de rodas, os exames intermináveis, as noites sem dormir.

Por muito tempo, não sabíamos o nome do que eu tinha. Era como viver dentro de um filme em câmera lenta. Tudo caía ao meu redor, e eu não conseguia reagir.

Ouvir "você tem ELA" é como escutar uma sentença sem defesa. É ouvir que você perderá progressivamente o movimento dos braços, das mãos, da fala, da respiração. É saber que tudo vai embora, enquanto a mente permanece lúcida, ativa, viva.

A ELA é cruel. Ela tira sua autonomia. Ela te obriga a depender de outras pessoas para comer, tomar banho, para respirar. Ela silencia sua voz aos poucos. Junto com o corpo, ela tenta calar também a autoestima, os projetos, o futuro.

Lembro das vezes em que acordei e não consegui mais virar na cama sozinha. Lembro da dor de não conseguir abraçar minha filha como antes; da frustração de tentar escrever e não ter mais força para segurar uma caneta; da sensação de aprisionamento, de luto, de revolta, de desespero.

Mas é exatamente nesses momentos, nos mais sombrios, que descobrimos uma força que não sabíamos que existia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa força veio de minha família e da minha filha Liz. Ela me acolheu. Ouviu-me, empurrou-me com doçura para continuar.

Veio também do meu médico, Dr. Acary Bulle, um gigante em humanidade. Foi ele quem confirmou o diagnóstico com empatia, firmeza e, acima de tudo, com esperança.

Começava ali minha virada. Fomos, eu e meu companheiro, à Coreia do Sul em busca de um tratamento experimental com células tronco. Logo após essa travessia, recebi um presente.

O convite para presidir o Instituto Mara Gabrilli. Mara, por quem tenho profunda admiração, que é um exemplo de coragem e transformação. Uma mulher que, assim como eu, conheceu os limites do corpo, mas não permitiu que eles se tornassem os limites da vida. Ao lado da querida Cida Valença, que hoje é meus braços e pernas no dia a dia, aceitei esse desafio. No Instituto encontrei propósito.

Hoje coordeno projetos como o Cadê Você?, que busca pessoas com deficiência nas periferias e comunidades do Brasil; o Próximo Passo, que impulsiona atletas com deficiência, verdadeiros heróis do cotidiano. E também criamos a cartilha LBI de mãe para mãe, que traduz de forma acessível e afetuosa os direitos da Lei Brasileira de Inclusão. Esses projetos não apenas me salvaram, eles me fizeram ressuscitar. Ter ELA é depender de um respirador para dormir, é viver com medo de uma gripe, de um engasgo, é ver sua rotina ser engolida pela doença, mas também é descobrir que a vida pulsa, mesmo nas menores frestas. É por isso que a comunicação, hoje, é minha libertação. Mesmo com o corpo imóvel, sigo me comunicando, sigo me movendo por dentro. Como disse Mara Gabrilli certa vez, minha ideia de felicidade está intimamente ligada à vontade de produzir e realizar. E é isso que eu tenho feito: realizado. Com outros tempos, com outros meios, mas com a mesma paixão.

Hoje, minha missão é fazer com que nenhuma pessoa diagnosticada com uma doença neurológica rara seja deixada para trás. Queremos políticas públicas reais, estruturadas, duradouras. Queremos dignidade, acesso, cuidado. Não queremos mais ser invisíveis. E se o corpo, hoje, não dança mais na avenida, é o espírito que samba. É o coração que desfila no compasso da luta, porque a paixão pelo Carnaval me ensinou que é possível resistir com alegria, reinventar com brilho e enfrentar a dor com criatividade. E eu termino com o lema que carrego com alegria, resistência e poesia: "Segue o baile, mesmo com todas as limitações, com todas as perdas, com todas as dores. Segue o baile, com música, com coragem, com amor, e com samba

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no coração, porque o carnaval continua vivo em mim, porque viver é urgente e viver com dignidade é um direito".

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Elisabeth, você não tem ideia de como meu celular explodiu agora, de como as redes sociais explodiram a nossa audiência de amor e respeito a você, e por não desistir dos outros, de não deixar ninguém para trás. É isso que a Senadora Mara faz, gente. Quem não conhece a Mara, precisa conhecer a Mara. É isso que o Instituto Mara Gabrilli faz. É isso que a Elisabeth faz. Que alegria tê-la aqui nesta audiência! E quantos desafios, Elisabeth! Você está aí, presa a um corpo, mas com uma mente extraordinária, mudando a vida de milhões de pessoas no país.

Obrigada por sua entrega, obrigada por ter vindo a esta audiência. Obrigada por mostrar para as pessoas que estão do outro lado da rua, que não tiveram a coragem de vir a esta audiência, de encarar você, de olhar nos seus olhos, de reconhecer que elas precisam fazer muito mais e que esta Casa também precisa fazer muito mais... Obrigada, Elisabeth. Obrigada.

E ninguém vai ficar para trás. Se depender desta Comissão, desta Subcomissão, de alguns membros desta Comissão, do Instituto Mara Gabrilli, da Mara, eu sei que ninguém ficará para trás, mas muitos estão ficando.

E me permita ainda, na fala da Elisabeth, fazer uma pergunta para o auditório: quantas crianças indígenas com ELA vocês conhecem?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não conhecem? Vocês acham que nenhuma criança indígena ou nenhum indígena foi diagnosticado com ELA no Brasil? Vocês acham que a doença escolhe raça, cor, etnia ou lugar de nascimento?

Meu primeiro contato com ELA foi com uma criança indígena, o povo dela disse que era feitiço, e ela ia ser sacrificada. Vocês não conhecem, porque nós temos povos no Brasil – e algumas pessoas que me acompanham aqui sabem – que sacrificam as crianças quando são diagnosticadas, porque elas estão "amaldiçoadas". Essa menina a gente salvou – está com a gente, está com 27 anos –, mas e aquelas a que eu não consegui chegar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma chácara no Gama que acolhe crianças diagnosticadas. O pajé diz que é maldição e que elas não podem viver. Vocês estão num país em que crianças são enterradas vivas – não é lenda, não é mito, não é história do passado, é ainda hoje –, porque são diagnosticadas com ELA. Esta é a nação que eu ainda tenho, gente. Mas esta é a nação que a gente vai mudar juntos, com Mara, com Elisabeth, com todos que estão nesta mesa.

E aí vocês me perguntam: "Os órgãos de política indigenista não fazem nada?". Sim, eles dizem que isso é cultura e que a gente não pode salvar essas crianças, porque é interferência cultural. É pura hipocrisia, Dr. Hamilton! É porque, se tiverem que salvar, é mais uma com quem gastar dinheiro. É tão somente isso.

Desculpa, mas eu precisava falar sobre isso. Essa é a causa de minha vida, sou mãe de uma menina indígena. Cuido delas, vou à aldeia buscá-las e, por conta disso, fui acusada, há muito tempo, Doutora, de sequestradora de criança indígena. Na verdade, eu sou uma sequestradora de famílias, porque, para salvar uma criança com ELA, nós temos que tirar a família inteira da aldeia. Então, eu faço uma espécie de sequestro.

Meus eleitores que estão no auditório, fiquem tranquilos, eu nunca sequestrei uma criança indígena – ainda! (*Risos.*)

Elisabeth, obrigada.

Nós tínhamos, como oradora também, a Maria Aparecida Valença, do instituto, mas parece que ela se dá por satisfeita.

Quer só dizer uma palavra?

A SRA. MARIA APARECIDA P. VALENÇA (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todos.

Senadora, muito obrigada pela oportunidade.

Eu sou a Cida Valença, trabalho com a Elisabeth e sou a gestora do Instituto Mara Gabrilli. Eu achei muito oportuno deixar somente a Beth falar do dia a dia, mas a sua fala... eu não podia deixar de também me pronunciar. O instituto tem um importante projeto que se chama Cadê Você? "Cadê você" porque vamos ao encontro das pessoas com deficiência nos territórios onde elas residem. E a gente não precisa nem ir para outro estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É engraçado, Ministra, pensar, né? Às vezes a pessoa não atravessa a rua para ter o cuidado, e a gente não precisa nem ir para outro estado para conhecer uma realidade.

Nesse projeto, a gente tem feito atendimento no extremo da zona Sul, lá em São Paulo. É o bairro do Marsilac, e lá a gente atende três aldeias indígenas, e a gente tem encontrado crianças com doenças raras.

Agora, não é encontrar o tratamento, buscar o diagnóstico, é nem mesmo chegar à UBS de referência. É realmente urgente que a gente faça alguma coisa. Eu só queria trazer isso porque é muito importante, muito importante a sua fala, pensar nisso. Muito obrigada pela oportunidade.

Eu peço que vocês... depois a gente vai ter um tempinho aqui fora, e a Elizabeth gosta muito de se comunicar, como ela já disse. Ela está aqui com a tecnologia e ela consegue conversar com vocês.

Muito obrigada, viu? Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, obrigada, e que viva a tecnologia! Conseguimos nos comunicar com a Beth por causa da tecnologia, que viva...

Está nos acompanhando também, de forma *online*, o General Villas Bôas e a Adriana Villas Bôas, do Instituto General Villas Bôas. Também está nos acompanhando nesta audiência.

Vamos agora ouvir a Élica Fernandes, assistente social responsável na Associação Pró-Cura da Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA).

Bem-vinda, Élica.

A SRA. ÉLICA FERNANDES (Para expor.) – Obrigada.

Deixe-me tentar me acertar aqui. (*Pausa.*)

Então, bom dia a todos. Bom dia, queridíssima Senadora. Obrigada por ter acolhido o nosso pedido e dado essa abertura para que pudéssemos estar aqui.

Quero parabenizar todas as associações que estão aqui, que lutam pelos direitos das pessoas que estão cadastradas com vocês. Essa é uma nobre missão que a gente sabe que têm.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Élica, sou filha de Nelson e Isabel, que me esculpiram ao longo da vida para hoje poder estar aqui. Eu agradeço a eles e a Deus por esta razão.

Então, como é mais fácil falar depois de tantas falas – porque nós vemos problemas em comum entre todas as doenças e associações, e também porque muita coisa já foi dita aqui –, então, vocês vão ver uma pequena repetição, né?

E nós viemos aqui... graças a Deus, a Senadora já nos adiantou, que não vamos sair daqui apenas dando visibilidade à causa, mas também com soluções ou com respostas. Então, isso para nós é muito importante porque é o que nós viemos buscar: respostas, solução para as nossas necessidades.

A Associação Pró-Cura da ELA nasceu em 2013 com este propósito: de atender as pessoas com a esclerose lateral amiotrófica, ajudá-las e também os seus familiares. Então, começamos com o Jorge, Cris, a Alexandra Szafir, e também José Léda, Sandra Mota – que eu não vi aqui, mas eles também fizeram parte do início dessa associação. Aqui, o Jorge Abdala, fundador, a Lina Pádua, que foi esposa de um paciente com ELA, que já faleceu, e, então, se envolveu com a causa e hoje é nossa Presidente já há algum tempo. O Rogério Salgado, cuja mãe também já faleceu com ELA e, por isso, seu envolvimento com a causa. Silvania, nossa Diretora Administrativa – que está aqui atrás –, também tem a esclerose lateral amiotrófica. A cuidadora dela está aí para poder mostrá-la? (*Pausa.*)

Ali! A Silvania está ali atrás delas. A Chris Abdalla, esposa do Jorge. A Dra. Alessandra Dorça, nossa Diretora Técnica, também está aqui presente e nos ajuda nesse trabalho que fazemos. O Fabio Carvalho foi o esposo da Lina e faleceu em 2023. O Guilherme Gouvêa, que é filho da Lina, também se envolveu na nossa diretoria. O Sr. Arthur, cuja esposa também teve ELA, é pai do Rogério Salgado.

Por que a Associação foi fundada? Em razão, assim como outras associações, da carência de recursos de atendimento e assistência aos pacientes e seus familiares após a confirmação do diagnóstico, que ocorre pela escassez de políticas públicas relacionadas à causa; e porque também as necessidades básicas dessas pessoas não eram e continuam não sendo atendidas suficientemente. Por exemplo, o direito de receber atendimento especializado, equipamentos necessários à sobrevida e materiais que proporcionem uma melhor qualidade de vida.

Algo aconteceu aqui. O que eu faço? Eu apertei algum botão errado. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada!

Como o Dr. Hamilton já falou, eu vou pular essa parte, mas ressalto que, na ELA, a média de sobrevida é de três a cinco anos, podendo ser aumentada se a pessoa com ELA receber os cuidados corretos e necessários, principalmente o suporte ventilatório e cuidados corretos de equipe multidisciplinar especializada.

O papel essencial da Associação é sensibilizar e educar profissionais de saúde e a sociedade sobre a doença, o tratamento, direitos específicos da pessoa com ELA e a cidadania do paciente e família; fortalecer e empoderar o paciente e a família para que realizem mudanças na sua realidade social com o suporte de uma rede social.

A Associação jamais tem a pretensão de ocupar o lugar do Governo, mas ela atua onde existem as valas que o Governo, por enquanto, ainda deixa em aberto. Então, as famílias precisam ser protagonistas também. Nós não queremos criar dependência nas pessoas, mas, sim, auxiliá-las a mudar a sua própria realidade. Por isso, também queremos viabilizar recursos para melhorar as condições de atendimento dos pacientes e familiares e, principalmente, permitir a troca de conhecimento entre seus participantes, cooperação mútua, compartilhamento de informações e o sentimento de pertencimento a um grupo social, porque, muitas vezes, a pessoa tem aquela doença que é rara e fala: "Eu estou sozinha. Quem agora vai estar comigo?". Não! Existe o grupo que a ajuda a ter esse sentimento de que está com outras pessoas com problema em comum.

Nossos principais objetivos e objetivos estatutários são promover cuidado e acolhimento; atendimento social através da orientação e auxílio aos pacientes e famílias; capacitação para familiares, cuidadores e profissionais de saúde; informação de qualidade. Então, nós precisamos levar informação de qualidade; não é qualquer informação, mas a informação correta, com relação à esclerose lateral amiotrófica e demais doenças raras, por meio de publicações em livros, *sites*, redes sociais, palestras e simpósios. Eu distribuí aí e pedi para levarem para vocês alguns livretos nossos.

Promover a defesa de bens e direitos sociais, estimular e defender o aperfeiçoamento da legislação pertinente ao tratamento e ao cuidado da esclerose lateral amiotrófica e a formação de políticas públicas, que é o que efetiva o direito das pessoas com ELA. Sem a política pública escrita, não existe política pública e não existe o direito efetivado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Participação em fóruns. Nós fazemos parte de vários fóruns, inclusive um virtual, que é a unificação de várias associações com ELA no Brasil. Por exemplo, a ABrELA, de São Paulo, as Arelas regionais, que fazem parte da ABrELA, o Instituto Rosely Casula, o Instituto Paulo Gontijo, a Movela, a Apela, o Instituto Mara Gabrilli, o Instituto Hemerson Casado e também o Instituto General Villas Bôas, que eu acabei não colocando aqui – e outras na América Latina e no mundo.

Nossos projetos: Acolher para Incluir, que é um atendimento presencial e à distância realizado por todo o Brasil, em todo o território nacional, por WhatsApp e telefone, para todas as pessoas que têm a esclerose lateral amiotrófica e suas famílias. O objetivo é o fortalecimento da cidadania do paciente e da sua família, promovendo caminhos para o alcance dos seus direitos e informações corretas sobre os cuidados com a esclerose lateral amiotrófica; Projeto Famílias em Ação, que é um grupo social do Facebook e que congrega pacientes, familiares, profissionais de saúde, amigos da causa e voluntários. O objetivo é promover o sentimento de pertencimento aos pacientes e familiares e a troca de conhecimento entre esses indivíduos; Projeto Comunicação Inclusiva. Como vocês viram, a Beth conseguiu e pode viver, pode trabalhar, pode fazer tudo o que ela precisa, porque ela consegue utilizar uma comunicação através do Tobii, um rastreador ocular. Então, a associação tem esses aparelhos e empresta a quem necessite. Isso significa a sobrevivência social da pessoa, a sobrevivência moral e emocional, porque sem a comunicação a pessoa se torna invisível e não consegue transmitir suas necessidades e suas ideias. O objetivo, então, desse projeto é incluir a pessoa com ELA na vida, através do empréstimo desse rastreador ocular, para que o paciente possa se comunicar e não se tornar invisível para a família e a sociedade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ÉLICA FERNANDES – Projeto Porta a Porta: a associação empresta e envia, por correio e DHL, materiais e insumos hospitalares necessários aos cuidados do paciente, Tobii, BiPAP, ventilador de suporte à vida e assistentes de tosse, até que a pessoa obtenha esses itens através do SUS ou dos planos de saúde. Então, a associação tem todos esses aparelhos e manda emprestado para os pacientes através de contratos de empréstimo. O objetivo é promover maior tempo e qualidade de vida, fazendo chegar o mais rápido possível tudo o que eles necessitam, porque tempo é vida e significa, literalmente, vida para as pessoas com esclerose lateral amiotrófica; Projeto Ela nas Ruas: visa levar informação para fora das paredes institucionais, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que outras pessoas conheçam também a problemática da ELA, quais são os direitos e conheçam um pouco também do tratamento que existe para as pessoas.

O Projeto Café com a Família promove uma aproximação da associação às necessidades do paciente e das famílias mais vulneráveis. Através de visita domiciliar, nós vamos realizar um diagnóstico socioterritorial, identificar as maiores necessidades da família, intervir na redução de riscos e vulnerabilidade social, identificando recursos da rede de suporte social na saúde, na comunidade local, como Creas, Cras, UBSs, Crer/CER, hospitais, enfim, fortalecer vínculos e laços tanto com a família como com a comunidade, obtendo um melhor atendimento e acolhimento para as pessoas.

Esse projeto também é importante porque... As meninas já me trouxeram, inclusive, o caso, aqui em Brasília, de um rapaz que está residindo num carro. É uma família a ser trabalhada. Então, vamos ver se a gente consegue ajudá-los em alguma coisa também.

Como nós trabalhamos? Nossa diretoria é toda voluntária. Temos profissionais de saúde voluntários que ajudam na orientação de pacientes e familiares em todo o território nacional, através do meio virtual. Eles não fazem atendimentos especificamente, mas orientam nos casos daquelas pessoas que estão sem acompanhamento momentaneamente e que precisam de uma orientação urgente. Temos assistentes sociais contratadas – eu, inclusive – que atendem em todo o território nacional também; temos 37 representantes da procura, que são membros da sociedade, pacientes ou familiares, em 26 estados do país, que são nossos braços, nossos olhos e nossos corações nesses locais. Eles nos auxiliam e aproximam a realidade da família para nós; temos voluntários nos eventos. Nós sobrevivemos com doações, campanhas e eventos.

Os nossos atendimentos. Casos novos, até julho: a doença é rara, mas nós já fizemos 776 cadastros de pessoas novas que foram diagnosticadas recentemente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ÉLICA FERNANDES – Também, ao todo, foram 4.780 atendimentos até junho, de janeiro a junho.

Principais necessidades da pessoa com ELA. Além do que vocês já viram, o que nós identificamos na associação? O medicamento riluzol é fornecido pelo SUS desde 2002, porém está com o fornecimento interrompido no Estado de São Paulo. Não sabemos o porquê, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentamos identificar de todo o modo, mas não sabemos por que está faltando, ninguém dá resposta. Então, é assim: liga aqui, liga ali, liga ali, mas, até agora... Nós temos uma lista de espera enorme de pessoas aguardando o recebimento da medicação. Por quê? Não sei. Parece-me que existe verba para isso. Ele já é aprovado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – É caro esse remédio?

A SRA. ÉLICA FERNANDES – Ele é R$1,2 mil, R$1,3 mil, mas é fornecido pelo SUS, não deveria faltar. E tem interrupção do seu fornecimento várias vezes.

Bom, ventilador mecânico binível (BiPAP). Agora ele é também regulamentado em todo o território nacional, mas, às vezes, acontece de a pessoa ter que judicializar. Então, não deveria acontecer – é o que o Dr. Hamilton falou –, mas ainda ocorre.

Ventilador de suporte à vida e assistente de tosse. Nós precisamos que sejam incluídos na portaria da ventilação não invasiva ou que haja a criação de uma portaria específica. Não sabemos qual é a melhor solução, mas sabemos que é necessária uma regulamentação para que haja, sim, a efetivação do direito do fornecimento para quem necessite.

E o Tobii, que é esse rastreador ocular, para o qual também precisamos de regulamentação. Ele já está previsto na LBI, mas não tem o nome lá, não está escrito "aparelho tal". Isso facilita muito para que a pessoa, quando necessitar e for pedir na Secretaria de Saúde, no seu plano, onde for, também possa receber.

Cadeiras de rodas: nós precisamos de agilidade no fornecimento. Por quê? O médico prescreve uma adaptação para a cadeira daquele paciente, e ele vai receber a cadeira daqui a seis meses, um ano. Aí já era, ele tem outras deficiências ou ele já faleceu. Então, a cadeira já não serve para mais nada.

Equipe multidisciplinar especializada: todos nós estamos de acordo de que isso é necessário.

Priorização no agendamento da realização de gastrostomia no tempo bom para o paciente. Por quê? É de um a dois meses após a prescrição do médico, no máximo. Se isso ocorrer depois, o paciente vai ter um risco muito grande de vida para realizar esse procedimento. E aí, lá em São Paulo, pelo menos na nossa realidade, e em outros locais que nós sabemos no Brasil, a demora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o agendamento é muito grande, porque é via regulação. Então, passa-se muito disso, e muitos pacientes têm o seu tempo de vida encurtado por conta dessas questões.

Dieta enteral fornecida na quantidade suficiente, e não inferior: se o médico prescreveu 30 litros no mês, não é possível que ele receba 15 litros no mês – isso acontece com muita frequência – e, nos outros 15 dias, ele ficar sem se alimentar.

Ampliação do Programa Melhor em Casa para que a pessoa tenha acesso à equipe multidisciplinar e ao tratamento e cuidado necessários...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ÉLICA FERNANDES – ... na sua casa.

Agilidade para a concessão da aposentadoria ou do Loas, evidentemente para que ele tenha tempo de receber ainda em vida esse benefício.

E, principalmente, estão chegando medicações aqui no Brasil que vão buscar a aprovação da Conitec, e nós precisamos que esses novos tratamentos sejam aprovados. Por quê? Nós temos o Riluzol, que é o único que existe, lançado em 1998. Foi relatado o primeiro caso da doença aqui no Brasil em 1909, pelo Dr. Cypriano de Freitas, e, até o momento, o que se tem é o Riluzol, não temos mais nada.

E é isso. Precisamos de caminhos.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Élica. Obrigada e sucesso ao trabalho da associação. Parabéns!

Eu quero registrar também que está no auditório a Associação Brasileira de Miastenia (Abrami), está conosco também a Associação Mineira de Miastenia (Ammi), e o Instituto de Fisioterapia Avançada (IFA). Obrigada por estarem de forma presencial, e há muitas instituições participando de forma *online*.

Antes de a gente ouvir a nossa última expositora – e aí a gente vai devolver a palavra para vocês fazerem considerações finais e agradecimentos –, o Bruno, do Ceará, pergunta: "Como o Governo vai garantir acesso contínuo e sem interrupções a medicamentos de alto custo para pacientes com doenças raras no SUS?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei, Bruno, porque o Governo não veio para a audiência.

Stephanie, de São Paulo, pergunta – eu vou mandar a pergunta para eles, tá, Bruno? –: "Há planos para criar centros de referência regionais que evitem deslocamentos longos e desgastantes para tratamento?".

Klauber, de Minas Gerais, pergunta: "Os profissionais da atenção primária estão aptos a lidar com essas doenças?" – foi o que o senhor falou de especialistas, não é?;

Leonardo, de São Paulo: "[...] [Há planos] para treinar a atenção primária [de novo] a reconhecer cedo os sinais dessas doenças e evitar atraso no diagnóstico?";

Laura, de Goiás: "Como integrar apoio psicológico e profissional [ao] [...] tratamento [...], garantindo que pacientes vivam com propósito e dignidade?".

Observem que são de vários estados.

Esses aqui já são comentários

Brenda, de Rondônia: "Precisamos de políticas públicas efetivas que garantam tratamento, suporte e dignidade [...] [a] quem vive com essas condições."

Lauro, do Rio Grande do Sul: "A ELA é terrível para os envolvidos e para as finanças. [É] importante desenvolver pesquisas, pois [a] ciência sabe pouco."

Francyanne, do Acre "É urgente reconhecer o sofrimento invisível [...] [de] adultos com doenças raras. O impacto emocional, físico e financeiro é devastador."

Edson, do Rio de Janeiro: "Deveria haver [...] política pública de desburocratização e facilitação ao acesso[...] [ao] tratamento dessas doenças pelo SUS."

Emanuele, de Pernambuco: "Como o governo está organizando a rastreabilidade precoce dessas doenças e como estão sendo feitas as campanhas de conscientização?".

Caio, de Sergipe: "De que forma o SUS pode contribuir para reduzir os impactos vivenciados por adultos diagnosticados com ELA, EM, NO e [...] [com miastenia gravis]?"

André, do Amazonas: "Como posso identificar os primeiros indícios e sintomas dessas doenças nas primeiras fases da vida de [um] ser humano?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço que, na volta à palavra, os senhores doutores digam os primeiros sinais.

Pedro, Bahia: "O Ministério da Saúde pretende incluir campanhas educativas nas mídias públicas para alertar sobre os sintomas iniciais?"

Não sei, Pedro. O Ministério da Saúde não veio na audiência.

Cecília, da Bahia: "É preciso garantir acesso ao serviço de fonoaudiologia para estes pacientes. Qualidade de vida, autonomia, [...] e segurança!"

Isaque, do DF: "O impacto de doenças raras vai além do corpo. A luta pela dignidade, saúde mental e inclusão social é diária e precisa de nosso apoio."

São os comentários que chegam. Gente, muitas perguntas chegaram antes da audiência e estão chegando agora ao longo da audiência. Eu só fiz o registro de algumas, citando os estados para os senhores verem o tamanho da audiência desta nossa audiência pública. Nós estamos na TV Senado, nós estamos pelo YouTube, por vários canais, e algumas instituições estão transmitindo para seus associados. Então, o sucesso da audiência mostra o interesse da sociedade, o que requer de nós, autoridades, mais cuidado e atendimento das expectativas da sociedade.

Nós vamos ouvir, por último, Ana Paula Morais da Silva, que nos procurou e provocou muito para que esta audiência acontecesse.

Ana Paula, dez minutos, e a gente vai para o final, ouvindo as considerações finais. (*Pausa.*)

Temos mais dois convidados presentes, Marcela e Gustavo. Desculpem-me, pois não trouxeram seus nomes para a mesa.

Ana Paula, com a palavra.

A SRA. ANA PAULA MORAIS DA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos!

Eu quero começar agradecendo à Senadora, porque realmente eu peguei muito no pé dela e da sua equipe. Então, agradeço à Senadora e à sua equipe por nos ter dado este espaço de fala.

Quando eu fiz a provocação, eu a fiz no sentido de precisamos falar dos raros adultos, precisamos falar do paciente que teve uma vida dita normal até um ponto e depois teve a sua vida devastada por um diagnóstico, por falta de apoio, por medo, por angústia, pelo luto que o diagnóstico traz. E falo isso por experiência própria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui diagnosticada com esclerose múltipla aos 33 anos, no auge da minha vida, terminando a minha faculdade, morando sozinha, fazendo tudo aquilo que eu sonhava em fazer até aquele ponto e com tantos outros sonhos pela frente.

Quando a gente solicitou essa audiência, a gente solicitou para o mês de maio, porque eu queria muito participar antes de o neném nascer – eu estava gestante no momento. Acabou que não conseguimos realizar, ia ficar para junho, e eu falo que tudo tem um tempo debaixo do céu, porque a gente aprende isso. E aconteceu agora neste mês de agosto e, por coincidência, no dia 11 de agosto, que é uma data superimportante para mim: estou completando hoje 41 anos. (*Palmas.*)

Falo isso com muito orgulho porque o meu diagnóstico levou 25 anos para sair. Eu tive os primeiros sintomas da esclerose aos oito anos de idade. Eu tive uma vida inteira de diagnósticos errados. E, por isso, quando eu recebi o diagnóstico certo, eu chorava e as pessoas falavam: "Parece que você chora de alívio". "Sim, eu choro de alívio porque agora eu sei o nome daquele ser com quem eu tenho que lutar."

A partir dali, poucos meses depois do meu diagnóstico, nasceu a Apemigos (Associação de Pessoas com Esclerose Múltipla); agora, nós alteramos e virou Associação de Pessoas com Esclerose Múltipla e Doenças Raras, porque nós passamos a ser procurados por outros grupos e, como paciente, eu não podia deixar de atender a essas pessoas porque eu sei na pele o que é lutar pela vida todos os dias.

A Senadora falou que está com dor hoje, e eu super te entendo, Senadora, porque, desde os meus oito anos de idade, eu sinto dor todos os dias, 24 horas por dia, e eu aprendi a viver com ela. E, nos dias em que as dores estão mais intensas, eu já chego para as pessoas falando: "Desculpe, hoje eu estou de mau humor. Se eu fosse você, eu não falaria comigo", porque é esse o nível da dor que a gente chega a sentir.

Mas a dor maior que a gente sente... E eu falo em nome dos pacientes. Eu poderia falar do trabalho da associação, mas isso eu deixei já para o pessoal da ELA, porque o trabalho é muito parecido, as associações lutam todas pela mesma coisa: a dignidade para o paciente, porque isso é tirado da gente a partir do momento em que a gente recebe o diagnóstico. Você deixa de ser visto como um ser humano e passa a ser visto como um número. A sua vida deixa de ter valor e passa a ter números: quanto custa a vida da Ana Paula hoje? Hoje a vida da Ana Paula custa uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

média de R$80 mil a cada seis meses, que é o preço do meu medicamento. Ela custa o preço da minha fisioterapia, ela custa o preço da psiquiatra, da psicóloga que vai me acompanhar. Porque, a partir do momento em que a gente recebe o diagnóstico de uma doença grave, que não tem cura, ainda mais se ela for rara, a gente deixa de ser uma pessoa e passa a ser um custo para o Estado.

Nós somos jovens. A maioria das doenças que aqui foram apresentadas surgem na melhor fase da nossa vida, na época em que a gente está produzindo mais. E a gente quer continuar produzindo, a gente quer continuar sendo um ser humano que agrega valor à sociedade, mas, infelizmente, muitos deixam de agregar esse valor dito porque não conseguem mais produzir e não conseguem produzir porque não têm acesso ao tratamento, não têm acesso ao medicamento.

Como a Dra. Fernanda comentou, eu fiquei dois anos sem tratamento. Foi judicializado, eu ganhei na Justiça: eu fiz dois anos de tratamento e fiquei dois anos sem. Nos dois anos em que eu fiz tratamento, foi a primeira vez, desde o meu diagnóstico, que a doença se estabilizou; nos dois anos em que eu fiquei sem tratamento, a doença voltou a evoluir, porque eu estou hoje na forma que nós chamamos de forma progressiva: não preciso de surtos para ter uma piora.

Agora, eu voltei novamente ao tratamento. Nessa volta, inesperadamente o Max resolveu vir a este planeta, que é o meu bebezinho, que completou dois meses agora esta semana. Era um sonho ser mãe, do qual por muito tempo eu abri mão, porque eu achava que não ia dar conta, porque a doença estava evoluindo, porque a doença estava tirando de mim os meus sonhos, e é isso o que a gente busca.

A gente não tem que abrir mão de nada porque foi diagnosticado. Desde que a gente tenha acesso ao tratamento, tenha acesso aos exames, tenha acesso a uma equipe digna, uma equipe multidisciplinar, que, como o Dr. Hamilton mesmo disse, nos ouça, olhe para a gente como seres humanos, como você olharia para o seu filho, como você olharia para o seu esposo, para a sua esposa, como você olharia para o seu pai, para a sua mãe; que olhe para a gente na hora da consulta e escute até mesmo aquilo que a gente não consegue falar, porque muitas vezes, a gente chega ali a uma consulta tão rápida, principalmente... Eu faço tratamento no SUS, eu sou uma defensora do SUS. O meu médico é maravilhoso, mas, às vezes, ele tem 60 pessoas para atender num dia. Você acha que ele vai conseguir me ouvir direito? Ele até tenta. Ele se esforça. O Dr. Hamilton é do SUS, ele sabe do que eu estou falando. Então é muito difícil, muitas vezes, até para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o profissional fazer esse acolhimento. Mas a gente pede: olhem para o ser humano, não para a doença.

Por isso que, quando a gente fundou a associação, a gente fez questão que fosse o nome "pessoas" e não "portadores". Porque portar, eu porto um livro e eu o largo a hora que eu quiser. A doença infelizmente vai me acompanhar até o meu último dia de vida.

E como vai ser esse último dia de vida depende de decisões que não são minhas. Depende de decisões de pessoas que estão aqui em cima. Eu sempre brinco, Senadora, que o poder público tem a caneta, e nós temos o papel. E a gente precisa juntar os dois.

Então hoje eu falo sempre com uma fala muito dura, às vezes, para quem não entende ou para quem não vive com a doença. Mas você ter, todos os dias, que programar o seu dia de acordo com como você acordou é muito difícil. Muitas vezes, a gente sai do mercado de trabalho exatamente porque o patrão não vai entender se eu ligar para ele hoje e falar, "olha, eu não acordei bem e eu não consigo atendimento na UBS, eu não consigo atendimento na UPA". Ou como já aconteceu comigo, chegar à UPA, e o médico olhar para mim e falar, "Ana Paula, eu não sei o que fazer. Eu tenho que te encaminhar para o Base, mas o Base disse que está lotado, não pode te receber." O Hospital de Base de Brasília. A gente não está falando de uma cidadezinha lá no interior do Nordeste, ou lá... Enfim, a gente está falando da capital nacional.

E aí, como é que eu explico isso para o meu patrão? "Não, eu não consigo ir trabalhar, porque eu não consegui o atendimento para tomar um medicamento para controlar a minha dor hoje". Como sequela da esclerose, eu tenho neuralgia do trigêmeo. Fizemos uma reunião sobre a neuralgia, que é chamada de dor do suicídio. Como explicar isso para quem não tem essa dor? Como explicar as dores de um diagnóstico que limita, sim, mas que não me incapacita totalmente? Eu ainda quero continuar no mercado de trabalho; eu ainda quero ter o sonho de ser mãe, poder realizá-lo – não no susto, igual foi no meu caso – e poder ser uma boa mãe. Por que não? Eu quero o direito de continuar sendo humana, de continuar tendo medos, de continuar tendo sonhos e, principalmente, de ter a condição de superar tudo isso e ter uma vida melhor e digna a cada dia.

Então, Senadora, mais uma vez, muito obrigada por nos ouvir. Hoje eu falo não em nome de uma associação, mas em nome dos pacientes, que, muitas vezes, não são ouvidos, são negligenciados, que muitas vezes, são tidos como dramáticos, como vitimistas. Muito pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrário, a gente luta todos os dias contra o incapacitismo. A gente não quer ser visto como coitadinho. A gente quer que entendam que a gente tem dores e limitações. Respeitem isso e nos tratem como humanos. É só isso que a gente pede.

A gente pede ao Ministério da Saúde que entenda que, quando o medicamento falta, a nossa vida está em jogo. A gente não está brincando de estar doente. Eu não estou falando de uma unha encravada, que eu vou na podóloga e resolvo. A gente está falando de doenças graves, de doenças limitantes, de doenças que podem ceifar as nossas vidas ainda jovens se não tratadas da maneira correta.

Então é isto que a gente pede, mais uma vez...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA PAULA MORAIS DA SILVA – Eu vou repetir quantas vezes forem necessárias: nós somos humanos e queremos ser tratados como tal.

Obrigada pela participação de todos que estão aqui. Eu fiquei muito feliz de ver esta sala cheia, muito feliz de ver tantos pacientes. A minha galera está ali, de laranjinha, porque é o mês de conscientização da esclerose múltipla, é o nosso Agosto Laranja. Então, muito obrigada a vocês que saíram da casa de vocês numa segunda-feira, pegaram esse trânsito terrível de Brasília e estão aqui. É por nós, porque, como as pessoas com deficiência sempre falam: "Nada para nós sem nós". O paciente precisa ocupar o lugar que é dele.

Quando eu chego a alguma audiência, a alguma sessão em que eu vejo que não tem um paciente na mesa, eu vou embora, porque eu não estou sendo representada ali. E, quando eu falo de ter o paciente na mesa, não é para ficar fazendo drama, não; é para falar, é para mostrar que nós existimos e que nós temos voz.

Então, muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

A gente queria tanto esta audiência antes, mas eu vou contar um segredo para vocês: a gente esperou o Max nascer. (*Risos.*)

Depois o Max vem para a mesa, a gente vai terminar a audiência com o Max na mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar também a presença de Beatriz Rios Ferreira, Diretora de pessoas com doenças raras e autismo da Rede Internacional de Excelência Jurídica. Bem-vinda, Doutora.

Vamos ouvir agora... Quando a gente começou a primeira mesa, não tinham me trazido o nome dos dois que chegaram logo em seguida.

Vamos ouvir agora, com muita alegria, o Gustavo Almeida Aires. O Gustavo é Presidente de Honra do Instituto Odilon Aires de Doenças Raras.

Na sequência, a Dra. Marcela Borges Mustefaga. Falei certo? Ela é psicóloga clínica. Dra. Marcela, eu vou passar a sua palavra, depois, com uma pergunta: a paciente com ELA tem o direito de ser mãe, de realizar o sonho de ser mãe? Eu acho que a nossa querida Ana Paula trouxe aqui os preconceitos: "Você é doente. Ter filho para quê? Quem vai cuidar e por que ter esse filho?". Então, eu acho que ela trouxe um outro aspecto da área da humanização do paciente.

Vamos ouvir o Gustavo Almeida. Seja bem-vindo, obrigado por ter aceitado o convite.

O SR. GUSTAVO ALMEIDA AIRES (Para expor.) – Bom dia, Senadora. Bom dia a todos os membros. Parabéns pela iniciativa. Fico feliz.

Eu até falei com a Ana Paula, que é uma grande amiga. Eu falei: "Ana, mas eu vou lá falar o quê? Eu não sei, sou apenas um filho de paciente", e confesso que fiquei muito emocionado.

Chegou a paciente Elisabeth e aí veio um filme todinho na minha cabeça sobre a questão do meu pai. Meu pai foi o Odilon Aires. Ele teve ELA, e, quando a doença chegou... O Dr. Hamilton colocou uma coisa que é muito importante: o cuidado também da família. Às vezes, foca-se muito no paciente, mas a família também, se não se cuidar, adoece junto e prejudica o paciente.

No início da doença do meu pai foi tudo muito novo. A gente não sabia nem o que era doença rara, e muito menos a ELA. E aí, como qualquer pessoa, nós já fomos para o Google pesquisar sobre tudo, e foi a pior coisa que nós fizemos. Foi um luto em que a gente pensou que era o fim de tudo, mas nosso pai nos ensinou o contrário: ele lutou, lutou muito bem e mostrou que aquilo ali era uma limitação e não uma sentença de morte.

Meu pai era servidor público federal, nós temos um bom plano de saúde, mas passamos pela dificuldade de se ter um diagnóstico, Senadora. No início dos sintomas do meu pai, chegou-se a cogitar que era um problema de coluna. Ele passou por vários médicos, foi indicado a fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pilates, um monte de situações, e aquilo ali progrediu a sua doença, ao ponto de se chegar e falar que tinha necessidade de se operar a coluna.

Aí foi quando a gente falou: "Não, tem alguma coisa errada". Fomos a um médico amigo que falou: "Olha, procura outra cidade, vai para Goiânia", e aí começou a nossa peregrinação. Nós fomos para Goiânia, lá colocaram um anjo na nossa vida, que foi o Dr. Acary, e foi com o Dr. Acary que a gente começou a entender o que seria a ELA. Foi assim por sete anos, esperando uma melhora, ou uma situação de uma luz.

Meu pai, nesse período todo, Senadora, nos ensinou justamente a não perder a fé e justamente a sempre esperar o melhor. Passamos por um problema em que a família toda, como eu disse, começou a adoecer. Foi quando nós também fomos buscar um cuidado psicológico, porque aquilo ali estava afetando a doença do meu pai.

Então, essa foi uma luta em que meu pai, mesmo com as suas limitações, igual a paciente Elisabeth, veio por diversas vezes aqui no Congresso. Como ele era político, e tinha, sim, amigos aqui no Congresso, nós fomos bater de porta em porta para buscar, porque ele falava muito isto: "Se para mim que tenho um plano de saúde está difícil, imagine para aquele paciente que depende do serviço público de saúde".

Infelizmente, citando a palavra da senhora, alguns aqui entenderam que era muito caro ou que eram poucos. Assim, é muito triste ver que o sistema público, o Governo não enxerga os pacientes e as famílias da forma que seja. Eu acho que não são números, são vidas ali. A Ana fala muito sobre essa questão, a gente debate muito sobre isto: ainda que fosse apenas uma vida, é uma vida que precisa ser cuidada.

Então, foi assim que a família se reuniu e criou, justamente para que a gente possa aprender com as associações, com os pacientes, para que a gente possa buscar, de fato, políticas públicas. E ações como essa da senhora enaltecem muito e entusiasmam a todos nós a mostrar que estamos no caminho certo e que nós vamos conseguir. Eu tenho fé que a gente vai conseguir, sim, dar uma dignidade a esses pacientes.

Então, assim, obrigado mesmo, Ana, pelo convite à Senadora. Ao ver a paciente, o relato da paciente Elisabeth, com aquilo ali, passou um filme na cabeça. E aquilo ali nos mostra e deixa mais esperançosos, porque, às vezes, a gente para e reclama demais da vida, reclama, às vezes, se pega

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

engarrafamento, se tem algum problema, a gente reclama; mas a gente reclama à toa, porque tem coisas muito maiores para a gente lutar e vencer no dia a dia.

Então, obrigado a todos.

Parabéns, Senadora, e obrigado pela palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Gustavo, por compartilhar conosco o trabalho e as angústias de vocês também.

Deixe-me só lhe dizer uma coisa, Gustavo: ainda vejo regiões se sentindo muito distantes do Parlamento. E deixe-me lhe dizer outra: as instituições estão aqui. Quem manda aqui são vocês e vocês não precisam ter dedos nem receios de cobrar o que tem que ser cobrado. E se possível – eu vou falar um termo bem ruinzinho, eu ia falar "mete o pé", mas fica muito agressivo – façam-se presente nos gabinetes.

Dr. Hamilton, depois da Marcela, eu vou devolver a palavra para os oradores, por dois, três minutos, para agradecimentos finais. Mas muito do que vocês falaram passa por orçamento público. Beth, é dinheiro. Sem dinheiro não tem tecnologia, não tem tratamento, não tem remédio, não tem pesquisa. E quem faz o orçamento público? Esta Comissão. Quem elabora o orçamento? Eu. Mas se eu não sou provocada, eu não faço.

Então, eu queria muito que as instituições subissem um pouco o nível de atuação. Vocês deram *show* nos últimos anos em políticas públicas, em gritar por dignidade e projetos de lei. Mas eu queria que vocês subissem um pouco o nível de luta para Orçamento da União. Só. Está sendo escrita a LDO, que, por vergonha nossa, nós não aprovamos antes de julho. Até teve recesso nesta Casa sem aprovar a LDO, Elisabeth. Vergonha! Mas ela vai ser aprovada agora. Quais são as emendas da Lei de Diretrizes Orçamentárias que vocês trouxeram para a gente apresentar lá?

Depois da LDO, vem a LOA (Lei Orçamentária Anual). É aí que a gente vai falar de valores. Quais as emendas que vocês estão pedindo para esta Comissão? Vocês podem pedir emendas a esta Comissão, à Comissão de Direitos Humanos, à Comissão de Educação, a várias Comissões, porque o tema não é só saúde. O tema é pesquisa e a gente pode apresentar uma emenda para pesquisa, por exemplo, na Comissão de Ciência e Tecnologia aqui desta Casa, para esta Casa apresentar uma emenda só para pesquisa, para uma dessas, o.k.? Todas as doenças precisam ser contempladas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero falar com as instituições que estão aqui diretamente ligadas às doenças que nós estamos discutindo. Que emendas de valor e de texto ao Orçamento da União vocês vão me trazer para esta Comissão, a CAS?

Deixe-me dizer-lhes uma coisa: quem fala mais alto leva. Eu vou falar uma coisa aqui de forma genérica. Não entendam que é uma crítica a um ou a outro colega. Mas a gente viu aí os jornais falando de emendas de R$70 milhões para joguinho *online*. Vocês ouviram ou não falar sobre isso? Ouviram. Tá, eu não estou criticando os colegas. Mas imaginem vocês com R$70 milhões para uma pesquisa, Doutor, para remédio, Doutora, para cadeira de roda, e você falou aqui que demora muito tempo para chegar uma cadeira de roda? Então eu quero falar para vocês: não se sintam distantes do Parlamento. Esta é a Casa de vocês e especificamente esta é a Comissão de vocês.

Eu quero fazer essa provocação às instituições, para a gente trabalhar de uma forma mais técnica daqui para a frente, influenciando na construção do Orçamento da União. Na legislação vocês estão influenciando bacana. Tem muita coisa ainda para avançar. Por exemplo: só se consegue aposentadoria quem tem ELA depois que tem uma sequela? Só se consegue o BPC, Elisabeth, quem apresenta uma primeira sequela? O diagnóstico já não daria? Então a gente tem algumas coisas para mudar na legislação também. Mas eu quero desafiá-los a ir para um patamar um pouquinho maior: a construção do Orçamento da União.

Vamos ouvir agora a Dra. Marcela Borges, a nossa última expositora, e, depois, os presentes vão ter três minutos para agradecimentos e considerações finais.

A SRA. MARCELA BORGES MUSTEFAGA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu estou um pouquinho rouca e peço desculpas, mas vou falar de uma forma até muito rápida, porque tanto eu quanto a Ana Paula temos quem espera por nós. Então, eu sei que seu bebezinho está lá e o meu está na casa da minha mãe.

Vou fazer minha audiodescrição muito rapidamente para as pessoas que estão nos assistindo e não enxergam. Eu sou uma mulher branca, tenho cabelos cacheados e castanhos, estou usando uma blusa branca e tenho aqui comigo um símbolo de um lacinho verde, porque eu também sou uma pessoa com uma doença rara: eu tenho neuromielite óptica, além de psicóloga clínica, de mãe, de filha, de irmã; os nossos papéis se misturam aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu confesso que eu fiquei muito feliz, porque todas as falas trouxeram sentimentos e percepções. Enquanto psicóloga clínica, isso é muito bom de ouvir, porque a gente não está falando mais só do lado técnico, que, durante anos, foi só o que foi batido, a gente agora fala de pessoas.

E aí eu queria trazer aqui uma frase que fala um pouquinho disso tudo: "Arranca metade do meu corpo, do meu coração, dos meus sonhos. Tira um pedaço de mim, qualquer coisa que me desfaça. Me recria, porque eu não suporto mais pertencer a tudo, mas não caber em lugar algum". Essa é uma frase de José Saramago, e eu acho que ela define muito bem como as pessoas com doenças raras se sentem.

A gente está falando aqui principalmente do adulto com doença rara. Como a Ana Paula disse, a gente tinha uma história. A gente perde o nosso eu saudável quando a gente recebe o diagnóstico porque, enquanto vêm os primeiros sintomas, a gente está ali tentando entender esse mundo e não consegue. Essa ruptura, essa perda desse eu existencial, que antes era bom, era saudável, tinha uma história, tinha uma vida: como eu faço agora? O que vem para mim agora? A gente está falando de sentimentos como medo, como raiva, como dores não só físicas, mas dores emocionais. O impacto emocional é profundo, gente.

Eu vou falar aqui para vocês de pequenos dados. Eu não sei se vocês têm noção, mas as pessoas com doenças raras, crônicas, degenerativas têm uma probabilidade muito maior à depressão e à ansiedade. E aí eu vou trazer pequenos dados: enquanto na população geral que, provavelmente, venha a ter um quadro depressivo é 20% mais ou menos, para pessoas com doença rara é 31,2% a mais de probabilidade; em questão de transtornos de ansiedade, enquanto na população normal, na população geral tem 30%, na população com doença rara tem 42% a mais de probabilidade de desenvolver um transtorno de ansiedade. A gente está falando também de distúrbios de sono, a gente está falando de alterações de humor, a gente está falando de história de pessoas, e isso é muito sério, é muito triste.

A gente vê que o sofrimento psíquico é gradual porque, quando a pessoa recebe o diagnóstico, é aquela primeira bomba, e aí eu vou tentar entender o que está acontecendo comigo, eu vou tentar entender de que medicação eu preciso, eu vou tentar entender como vou correr atrás de tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o contexto não é favorável. A gente sabe de judicializações, a gente sabe da falta do acesso especializado, daquelas medicações, daquele sistema que não está preparado para receber a gente. E aí a gente está falando, por trás de tudo, de sentimentos de solidão, de incapacidade, de inabilidades, de limites que foram colocados para a gente e que a gente tem que se recriar a todo instante.

Diante desse sofrimento psíquico intenso, a gente está falando de recomeços. E eu olhei aqui a sala hoje cheia de pessoas que eu fico muito feliz de conhecer, de ter proximidade, de ter amizade, de saber que a gente recomeça junto, mas, para uma psicóloga estar falando isso, eu passei por vários processos meus também, por depressão, por ansiedade, até entender que, de todos esses questionamentos que toda pessoa com doença rara faz: "Por que comigo? Por que não comigo?", nada me torna diferente de ninguém aqui, mas eu carrego uma condição que me faz diferente, sim. A gente escuta a torto e a direito: "Ah, um diagnóstico não me define". Define. Define porque eu sei o que me molda, eu sei o que eu carrego e eu sei a luta que eu tenho. Então, em parte, sim, ele não é o meu primeiro nome, mas eu não tenho como falar de Marcela sem falar de neuromielite óptica, eu não tenho como sem falar de eu ser uma deficiente visual depois da NMO; eu não tenho como falar da luta que foi ter o meu filho com o diagnóstico de uma doença rara. Eu brinco com a Ana Paula: como é difícil ser uma mãe rara, porque tem dias que a fadiga aperta e a gente não tem como falar assim: "Não, eu vou me deitar um pouquinho", porque eu tenho uma outra vida esperando por mim. A gente não tem mais isso, né, Ana? A gente não faz mais uso disso.

Aqui fica o meu pedido ao poder público como um todo de olhar para saúde mental das pessoas com doenças raras. A gente precisa, sim, de atendimento especializado, e eu falo a gente porque eu estou nessa. Conseguir uma consulta psicológica pelo SUS é extremamente difícil. Eu não sei nem o número da fila, gente, eu desisti de saber.

Eu gostaria só de falar, para terminar mesmo, não quero me alongar justamente por isso, nós temos os nossos bebês: investir na causa das doenças raras é investir em humanidade, é principalmente garantir a dignidade para quem já enfrenta o impossível todos os dias.

Eu agradeço a oportunidade, Senadora.

Muito obrigada por estar com a gente nessa causa. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Marcela. Só faltou a senhora dizer: casamentos destruídos pela falta da compreensão do outro ou da outra. Só faltou a senhora falar das mães abandonadas, sozinhas com suas crianças após o diagnóstico. É muito além de um diagnóstico, é muito além da dor, é muito além da doença. Muito, muito interessante e necessária a sua participação nesta audiência. Que Deus a abençoe.

Nós estamos indo para o encerramento. Nós vamos ouvir agora por dois, três minutos, para agradecimentos finais e alguma consideração, a Dra. Eloara Campos, que está ainda *online*.

Obrigada por ter ficado conectada, doutora. Para agradecimentos finais, suas palavras finais... E quero dizer o seguinte, Dra. Eloara, se tiver alguma coisa, que a senhora entenda o seguinte, é isso que o Senado tem que fazer hoje: mande para nós, nos procure, telefone, pegue o meu telefone celular ou o da Mara. Às vezes vocês têm uma percepção que nós não temos. Porque, nesta mesa aqui, a gente se perde com tantos temas e assuntos, e todos são importantes e urgentes, todos; mas não nos deixe, Dra. Eloara, não nos deixe sair do prumo, nos mantenha no trilho com relação a esses temas.

Então, observou uma falta na legislação aqui – para todos vocês –, fale conosco, somos nós que consertamos a legislação. Então, a partir de agora, mantenha este canal aberto com a Comissão e com toda a nossa equipe.

Dois a três minutos para a senhora, para gente encerrar.

A SRA. ELOARA CAMPOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Exma. Senadora Damares.

De novo, gostaria de agradecer ao convite muito gentil da Senadora Mara Gabrilli, por poder trazer aqui a voz dos pacientes com encefalomielite miálgica.

Se vocês observaram a fala dos outros colegas e das pessoas portadoras das doenças que foram ditas aqui nesta plenária, todos têm um sintoma em comum, que é a fadiga crônica, em situações totalmente diferentes. Muitos pacientes vão passar por esse diagnóstico, vão ter que excluir esses diagnósticos raros até a gente também poder falar sobre o diagnóstico de encefalomielite miálgica. Então, é um conjunto muito grande de avaliações para que cada um desses pacientes tenha um diagnóstico correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de agradecer, Senadora, que nós, no ano passado, já tivemos uma reunião inicial com o Ministério da Saúde, propondo um centro de referência especializado na Universidade Federal de São Paulo, por mim e pelo Prof. Rudolf, e esse ofício ainda não caminhou, nós ainda precisamos que o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Continue, doutora.

A SRA. ELOARA CAMPOS (*Por videoconferência.*) – Desculpa, achei que a senhora tinha pedido que eu parasse.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não.

A SRA. ELOARA CAMPOS (*Por videoconferência.*) – Ano passado, nós tivemos uma reunião com o Ministério da Saúde, enviamos uma proposta para iniciar um centro especializado, um centro de referência que pudesse, então, preparar demais centros, tanto nas AMEs quanto nas UBSs, para reconhecimento dessa doença, e nós ainda não tivemos uma devolutiva do Ministério da Saúde, para que a gente possa continuar essa implementação desse centro especializado com equipe multiprofissional dentro da universidade.

Então, eu gostaria de agradecer por esta oportunidade e dizer que esses pacientes com síndromes pós-virais estão aí, não estão sendo valorizados, não estão sendo ouvidos, e nós, como comunidade médica, precisamos ter empatia, escuta ativa, conseguir fazer um diagnóstico adequado e não encaminhar somente para a psiquiatria. Como os demais colegas e portadores que estavam aqui, é muito difícil os pacientes não terem um problema emocional, ansiedade ou depressão, por um diagnóstico não feito, por passar tantas vezes em médicos e não ter um diagnóstico, estarem sofrendo, sem conseguir trabalhar ou sem ter oportunidade de estarem com as suas famílias. Então nós, como comunidade médica, junto com o Senado, com os demais políticos, temos que lutar por políticas públicas e um tratamento adequado, universal para todos esses pacientes.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, professora, obrigada, doutora.

Eu só vou lhe dizer uma coisa: sem dinheiro não tem pesquisa, venham atrás do dinheiro, esta é a Casa do dinheiro. Obrigada, doutora, a senhora foi fundamental para a gente terminar esta audiência, inclusive com encaminhamentos, inclusive com propostas.

Eu convido para compor a mesa o Max. Vem, Max, vem para mesa, Max, com direito a prisma e tudo, Max. Eu só não vou passar a palavra para ele presidir porque ele não vai conseguir falar ainda, né? Mas é uma alegria ter o Max com a gente. Lindo, né, gente, lindo!

Na sequência, vamos ouvir o Dr. Hamilton, meu médico, por coincidência, eu não tinha ligado o nome à pessoa. Dr. Hamilton, obrigado por ter ficado até o final com a gente.

O SR. HAMILTON CIRNE (Para expor.) – É uma alegria estar aqui.

Minha mensagem final é educação. Então, se o Ministério da Saúde, se o Congresso podem realmente fazer mais é educar.

Eu participei de alguns congressos internacionais, e os congressos a que eu mais gostei de ir na vida foram congressos em que profissionais de saúde e pacientes estavam juntos na mesma sala, ouvindo os mesmos especialistas e as mesmas aulas. Isso sim é cidadania, isso sim é saúde. Saúde é muito além da ausência de doença. Esse é um conceito de 1970 que até hoje a gente não consegue incorporar. A gente tem tecnologia, nós estamos numa campanha do ministério de formação de novos especialistas, mas pacientes com essas doenças sobre as quais conversamos hoje passam, em média, por três, quatro especialistas antes de conseguir um diagnóstico. Então, nós vamos formar especialistas com títulos de mentirinha, que não são bem formados e que não vão resolver, porque eles vão ser encaminhadores. Nós precisamos tirar os doutores dos centros de referência e levá-los para a população. Nós precisamos integrar os níveis de atenção de saúde, eles precisam conversar. A atenção primária está mais próxima das pessoas, que vão tirar essas dúvidas, e nós precisamos estar juntos e coordenados trabalhando. Eu acredito que na educação e na valorização de quem realmente importa, que são os pacientes, é que está o caminho, e na formação não só de médicos, mas de profissionais de saúde voltados para o atendimento empático e humano, porque o médico é importante, sim, mas o médico sozinho não resolve. É preciso uma boa fisioterapia, é preciso fonoaudiologia, é preciso terapia ocupacional, é preciso serviço social, psicologia; eu não dou conta de fazer tudo isso sozinho. Então, eu preciso de apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preciso de apoio do Legislativo, preciso de apoio do Executivo, o Judiciário é muito importante para garantir nossos direitos, mas, quando ele se mete, bagunça um pouco a forma como a gente trabalha e intimida o gestor. Eu fui convocado algumas vezes pelo Ministério Público, só para prestar esclarecimento como consultor técnico, achei que eu fosse sair preso, então eles nos intimidam às vezes, né? Eles nos ajudam muito, mas nos intimidam. A gente precisa se adiantar a eles, a gente tem que não depender tanto deles, a gente tem que fazer o nosso dever de casa e sempre com foco em quem precisa e foco na saúde, que não é simplesmente doença, saúde é muito mais.

Muito obrigado à Abrame, que está sempre comigo, são pessoas que eu amo; à Ame, Carla, são pessoas que eu amo; ao pessoal da Pró-Cura, de quem eu ouço sempre falar e para quem sempre encaminho meus pacientes.

Nas minhas postagens, eu sempre coloco: "Vão para as associações. As associações vão mostrar para você que você não está sozinho e, principalmente, vão dar-lhe informação de qualidade", porque, às vezes, você vai ao médico e você acha que ele não está falando a verdade, você acha que ele está enganando-o, que ele está escondendo coisa, que ele está vendido. Mas vai à associação, a associação vai dar-lhe informação de qualidade, vai orientá-lo como deve. E essa parceria entre nós é fundamental.

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Hamilton. Obrigada.

Vamos ouvir a Dra. Fernanda Ferraz.

A SRA. FERNANDA FERRAZ (Para expor.) – Então, eu vou iniciar respondendo a algumas perguntas e, a seguir, concluir. Em relação à esclerose múltipla e à neuromielite óptica, só para deixar um alerta para as pessoas jovens: qualquer sintoma neurológico novo, que dure mais que 24 horas, deve ser avaliado por um neurologista. O que é um sintoma neurológico novo? Paralisia de um lado do corpo, formigamento das mãos dos dois lados dos membros superiores contínuo, embaçamento na visão contínuo, por mais de 24 horas, deve fazer o paciente buscar uma avaliação neurológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à outra pergunta sobre como nós podemos levar essa informação para a saúde, a atenção primária. A gente tem feito essa ação junto com a associação já há alguns anos. Nós estruturamos um curso *online*, que está no *site* do Iges, para profissionais de saúde não especialistas em esclerose múltipla. É um curso multidisciplinar com aulas curtas. Então, tem falas de neurologista, fisioterapeuta, nutricionista, todos direcionados para profissionais que não são especialistas e estão lá na ponta.

A gente também conseguiu verba agora para um curso de capacitação, que a gente vai dar nas unidades básicas de saúde aqui do Distrito Federal, capacitando as equipes de assistentes de saúde para eles conhecerem a doença e conhecerem a assistência que eles precisam prestar para esses pacientes. São ações simples e nem sempre caras, que a gente pode pensar, enquanto associação, para expandir para as outras doenças também.

E uma coisa que eu sempre falo – agora, para concluir – é que eu, pelo menos, me vejo como advogada da saúde do paciente, eu não sou advogada do plano de saúde, eu não sou advogada da gestão da saúde pública, eu sou advogada da saúde daquele indivíduo que está ali na minha frente, e eu tenho que olhar para o melhor interesse dele, colocando-me no lugar dele. Então, esta fala... nós, especialistas que atuamos nessa área, levamos para os outros médicos que também têm contato com esses pacientes.

Teve uma situação num congresso, em que eu dei uma aula sobre um medicamento, até de miastenia, e, ao final, um médico se levantou e falou assim: "Mas esse medicamento é muito caro", foi a primeira fala. E aí eu falei com ele assim: "Doutor, se fosse você com visão dupla no fim do dia, com a sua pálpebra caída, você conseguiria continuar fazendo a sua atividade? Você acharia esse medicamento caro para você?". E não teve resposta. É um déficit que muitos médicos consideram leve, que não é grave.

Então, eu vejo, dentro dos profissionais que atuam nessa área, um amor pela causa. Eu conversei com vários especialistas que estão em centros de referência em todo o Brasil, está todo mundo disposto a agregar, mas a gente precisa fazer isto: conversar junto.

Muito obrigada, Senadora, por essas ideias que você trouxe aqui. Eu me comprometo, junto com a associação, a trazer propostas, sim, para que a gente possa escalar, subir um degrau nessa jornada para ajudar os pacientes. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, doutora. Obrigada.

Mas traz correndo, vamos aproveitar que a gente tem uma bancada. Esta legislatura está muito boa aqui no Senado.

A SRA. FERNANDA FERRAZ (*Fora do microfone*.) – Qual é o prazo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O mais rápido possível.

Aproveite que tem um time muito unido de Senadores, muito comprometido. E, com relação a mim, corre, antes que o Alexandre de Moraes me prenda. Então, corre e traz a proposta. (*Risos.*)

Vamos ouvir a Élica... Não é brincadeira não, gente.

Vamos ouvir a Élica Fernandes para o agradecimento e as considerações finais.

A SRA. ÉLICA FERNANDES (Para expor.) – Quero, mais uma vez, agradecer à Senadora Damares por esta oportunidade, pelas ideias também. Achei fantástico tudo que vocês estão trazendo para nós, e vamos procurar também os caminhos depois, mantendo um relacionamento mais próximo para conseguir resolver essas questões. Quero agradecer também ao Dr. Acary – todo mundo falou dele –, porque foi ele que me iniciou na caminhada das pessoas com esclerose lateral amiotrófica, em 2000 – eu fui trabalhar com ele na associação de ELA também.

Eu queria deixar duas demandas que para nós são muito significativas – existem várias, como nós trouxemos todos, mas as mais importantes. O assistente de tosse, que é um aparelho que salva a vida dos pacientes, literalmente... Nós já demos entrada na Conitec, a Conitec aprovou, porém não houve o fornecimento, não há o fornecimento, por restrição de verbas.

Então, o que nós devemos fazer agora? Voltamos de novo para a Conitec? Insistimos? O que nós fazemos? Porque nós precisamos desse aparelho para as pessoas que estão com ELA, porque nem sempre o ambu vai resolver, uma massagem vai resolver, para retirar essa aspiração.

A outra coisa é a incorporação, que seria deles; a melhora do Programa Melhor em Casa, isso precisaria ser urgente também; e queremos entender melhor como seria o recebimento das emendas parlamentares para nós, no caso, que somos associações. Nós estamos nos preparando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentalmente junto ao Governo, mas ainda não temos claramente... e precisamos desse auxílio.

Então, quero agradecer muito a sua ajuda...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ÉLICA FERNANDES – ... nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, obrigada. (*Fora do microfone.*) (*Palmas.*)

Obrigada, doutora.

Vamos ouvir agora a mãe do Max, a Ana Paula Morais da Silva. O Max não ficou na mesa. Eu estou achando que ele é da posição. (*Risos.*) Eu sou oposição, o problema sou eu, não é, Max?

A SRA. ANA PAULA MORAIS DA SILVA (Para expor.) – É não, é a vacina dos dois meses. (*Risos.*)

Então, pessoal, mais uma vez quero agradecer a oportunidade de poder falar em nome das pessoas com doenças raras, adultas. A gente foca nessa questão do adulto exatamente por isto, porque somos 30% dos raros – e 30% é muita coisa – e é como a gente sempre comenta: uma vida importa, e é uma vida.

Eu escutei uma frase que eu levo para a minha vida, foi em um evento da Associação Brasileira de Esclerose Múltipla (Abem) – a gente faz parte da rede Abem, que faz um trabalho incrível – e eu falo o seguinte: os sintomas são do paciente, só a gente que sente é que entende o que a gente passa. Eu posso até falar e você se compadecer da minha dor, mas você nunca vai entender aquilo que eu vivo porque você não vive, mas a doença é da família.

Então, quando a gente fala que existem 13 milhões... E esse número já está muito mais do que errado porque já são 13 milhões de doenças raras, de pacientes raros, há mais de dez anos. Quando a gente fala de 13 milhões de pessoas com doenças raras, a gente fala de 13 milhões de famílias raras. São famílias que são impactadas.

Eu sempre brinco que ser raro é ser caro: o meu tratamento é caro, o meu medicamento é caro, manter a minha vida de uma forma digna é caro, mas é muito mais caro quando a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tem acesso ao tratamento, quando a gente não tem acesso às tecnologias, aí se torna caro e impossível.

Que, mais uma vez, a gente possa olhar com um olhar humano, trazendo dignidade a essas pessoas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Ana Paula.

Vamos ouvir a Cida Valença, do Instituto Mara Gabrilli.

A SRA. MARIA APARECIDA P. VALENÇA (Para expor.) – Eu vou falar aqui próxima à Beth. Falo em nome da Elizabeth Ribeiro, agradecendo pela oportunidade de estar aqui.

Nós chegamos ontem no final da tarde, ficamos até próximo da madrugada visitando o General Villas Bôas, imagine o que é isso. Nós vamos retornar assim que terminar, imediatamente – não é, Beth? –, para São Paulo.

A Beth está muito grata por essa oportunidade. Eu sei também que ela quer agradecer a você, Belbel, como cuidadora dela, por todo o seu esforço em acompanhá-la; agradecer a você, Ronaldo, por estar aqui e possibilitar que ela traga a experiência de vida dela; agradecer a quem possibilitou, à Deusilene; agradecer à senhora, Senadora, muito obrigada.

E eu quero aproveitar e dizer o que a Senadora disse, que as associações procurem os Parlamentares.

Isso é imprescindível.

O instituto recebe o nome da hoje Senadora Mara Gabrilli, porque foi fundado por ela. E nos nossos trabalhos, nós, no dia a dia, levamos principalmente o acesso e o conhecimento das políticas públicas. E é através da Senadora Mara Gabrilli que a gente vai lá, sempre batendo à porta, para que essas políticas, de fato, aconteçam. Que a gente faça isso, sim.

E além de as associações procurarem os Parlamentares, as associações, os institutos, eu quero dizer que a gente precisa trabalhar cada vez mais em conexão. Dizem por aí, e isso é fato, que juntos somos mais fortes. Então, que a gente faça isso também, que a gente se conecte, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente traga, porque a necessidade geralmente se repete, não é? Que gente possa fazer essa conexão, que a gente possa fazer essa parceria – não é, Élica? – como a gente propõe...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA APARECIDA P. VALENÇA – ... e que a gente possa seguir adiante.

Mais uma vez, muito obrigada, viu?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, ela é a gestora.

Cida, Deus te abençoe, parabéns.

Inclusive, gente, acessem o *site* do instituto. O material deles é incrível, incrível. E aí, gente, às vezes, um folhetinho deste aqui, olha, salva uma vida. Mas isto aqui custa dinheiro, não é? Isto aqui, tem que ter dinheiro para se fazer um folheto deste. Imagina uma cartilha daquela, então. Esta é a Casa que pode, sim, ajudar as instituições com suas boas ações, suas boas práticas.

Nós vamos ouvir Gustavo Almeida, para agradecimentos. Fique à vontade, Gustavo.

O SR. GUSTAVO ALMEIDA AIRES (Para expor.) – Senadora, mais uma vez, parabéns. Obrigado pelo convite.

E que daqui possa sair... E também vou me juntar aí com a Ana, com todo mundo, e vamos trazer propostas, sim, para o orçamento, está bom?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Marcela Borges, psicóloga.

A SRA. MARCELA BORGES MUSTEFAGA (Para expor.) – Quero só agradecer mesmo e dizer que é uma alegria que estamos sendo respeitados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada, Marcela, Deus a abençoe.

Gente, eu não posso dar a palavra para o Plenário. Nós estamos no horário. Mas ela, o olhinho dela pedindo, dando o sinal. Ela faz isso sempre, tá? Eu vou conceder a ela, em nome de todas as instituições que estão presentes, que não estão à mesa. Três minutos, pode ser? Apresente-se e fale a sua instituição. Ajude-a com o microfone.

A SRA. LÍDIA COSTA – Eu vou passar a palavra para a Presidente, o.k.?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ANDRÉA MARIA AMARANTE DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom, nessas coisas, eu até deixo, porque a gente tem muito orgulho de...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Seu nome, apresente-se.

A SRA. ANDRÉA MARIA AMARANTE DE OLIVEIRA – Meu nome é Andréa Maria Amarante de Oliveira. Eu estou aqui representando a Abrami, que é a Associação Brasileira de Miastenia, que, assim como a miastenia, também é uma associação conhecida, mas existe há 40 anos, e quem criou foi a Lídia. Ela tem miastenia congênita, e eu tenho autoimune.

E nesse tempo todo, desde que eu tive meu diagnóstico, a nossa associação é feita, formada por pacientes. O único que não tem miastenia é o diretor científico, que é o nosso médico.

Assim como os diagnósticos tardios, o meu levou 15 anos. Por quê? Miastenia é uma doença caracterizada pela flutuação de sintoma. Então, além de tudo que foi citado aqui, a gente nunca sabe quando vai acontecer e quando vai "desacontecer". E não sabe que profissional procurar.

Então a nossa associação, além de dar o apoio para o paciente, também costuma realizar eventos para capacitação dos médicos, porque sem diagnóstico, a gente não tem remédio, não tem tratamento.

E independentemente disso, Senadora, a oportunidade de estar aqui, para a gente, é muito importante, porque, às vezes, a gente batalha por política pública, está ali, consegue, e depois o durante, o dia a dia do paciente é muito difícil. Por exemplo, o exame de acetilcolina está no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

protocolo clínico, mas quem consegue? Onde ele é feito? Esse caminho não vai a lugar nenhum. Então o paciente fica sem acesso ao medicamento, às vezes, ao exame.

O Cross, a gente não consegue influenciar de maneira nenhuma. Sabendo onde tem um centro de tratamento, onde tem um médico, a gente pode orientar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANDRÉA MARIA AMARANTE DE OLIVEIRA – ... mas o paciente não chega lá.

Então, essa oportunidade, para a gente, de estar aqui e somar forças é muito importante. E muito obrigado por esses nossos três minutos. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, nós teremos outras e outras oportunidades.

Eu quero agradecer a todos vocês. Nós estamos chegando ao final.

Eu quero, de novo, registrar meu carinho e amor ao General Villas Bôas, que está nos acompanhando. A gente não o traz porque ele é de casa, está aqui pertinho... E como a gente consegue trazer pessoas de fora, quando as pessoas de fora não podem vir, vem a Adriana, vem o General. Mas ele deu visibilidade também à doença. Ele, a Mara, a Beth, todos os outros. Os que estão doentes, são doentes, têm uma doença, quando se expõem publicamente, a conscientização aumenta. As pessoas: "O que ele tem? Como começou?" Então, é importante eles, também com suas próprias histórias, darem visibilidade à doença, ao tratamento, aos pacientes.

Eu vou fazer alguns encaminhamentos.

Secretaria, por favor.

Primeiro encaminhamento: gostaríamos que mandassem um ofício para o Ministro da Saúde, pedindo uma audiência dele com os membros da Subcomissão de Doenças Raras, no dia e horário que ele puder.

O segundo ofício é também direcionado a ele, com o *link* desta audiência, mas eu quero que coloquem no ofício: "Encaminhamos...", "Lamentavelmente", ou "Estamos tristes..." – se quiserem ser mais delicados –, "Sentimos falta do Ministério da Saúde na audiência, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhamos o *link* da audiência". E, junto com o ofício, as apresentações de todos, que foram mostradas, para o Ministro da Saúde.

No mesmo sentido, para a Conitec: "Lamentamos a ausência dos senhores na audiência, mas encaminhamos o *link* para assistirem à audiência e também as apresentações".

Um ofício para a Secretaria Nacional de Saúde Indígena, para que nos informe quantos diagnósticos há de adultos e crianças indígenas com as doenças que foram debatidas aqui hoje.

No mesmo sentido, um ofício para o Ministério da Assistência Social e o dos Direitos Humanos, perguntando quantos membros de comunidades e povos tradicionais... Não mais indígenas, porque só indígenas têm uma secretaria especial, mas quilombolas não têm, ciganos não têm. Imagine quantos ciganos com ELA – e ciganos são uma população nômade – há em acampamentos, levados para cima e para baixo, sem o atendimento, porque não têm um endereço fixo. Quantos de comunidades e povos tradicionais foram diagnosticados com essas doenças? Sem dados não tem política pública, sem dados não tem como a gente fazer cobranças, inclusive.

Então: para povos tradicionais no geral, para a saúde indígena apenas as questões indígenas, e os ofícios de lamento e "sentimos falta e segue o *link*".

Nós temos outros encaminhamentos. Depois nós vamos nos reunir com a Subcomissão e a gente faz outros encaminhamentos.

A gente agora encerra esta reunião, agradecendo a presença de todos, repetindo, Doutor: não tem pesquisa, não tem remédio, não tem tratamento, não tem ventilador sem verba pública. E é esta a Casa que formula o Orçamento da União. Provoque-nos, provoque-nos sempre.

Agradecemos a presença de todos, às pessoas que estão acompanhando *online*, pela televisão, aos que estão presentes. Em uma segunda-feira, manter um auditório lotado como este mostra o interesse e a necessidade de a gente discutir o tema.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quinze minutos do dia treze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Romário, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Ciro Nogueira, Weverton, Wellington Fagundes, Izalci Lucas e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 87, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor WADIH NEMER DAMOUS FILHO, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho em 21 de dezembro de 2024." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. 16 votos sim, 5 votos não e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 90, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome da Senhora DANIELA MARRECO CERQUEIRA, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato de Meiruze Sousa Freitas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. 20 votos sim, nenhum voto não e 1 abstenção. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 91, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 e o art. 11 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome do Senhor LEANDRO PINHEIRO SAFATLE, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato de Antônio Barra Torres em 21 de dezembro de 2024." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. 19 votos sim, 1 voto não e 1 abstenção. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 35, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome do Senhor THIAGO LOPES CARDOSO CAMPOS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato de Alex Machado Campos, que renunciou." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. 19 votos sim, 1 voto não e 1 abstenção. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 52, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome da Senhora LENISE BARCELLOS DE MELLO SECCHIN, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Alexandre Fioranelli." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/13

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propomos a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à apreciação das Mensagens nºs 87, 90 e 91, de 2024, e 35, de 2025.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 87, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor WADIH NEMER DAMOUS FILHO, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho em 21 de dezembro de 2024.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Em 6/8/2025, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva.

Após a arguição do indicado, a votação do Relatório realizar-se-á por escrutínio secreto, nos termos do Art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 90, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome da Senhora DANIELA MARRECO CERQUEIRA, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato de Meiruze Sousa Freitas.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 6/8/2025, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva.

Após a arguição da indicada, a votação do Relatório realizar-se-á por escrutínio secreto, nos termos do Art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 91, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 e o art. 11 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome do Senhor LEANDRO PINHEIRO SAFATLE, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato de Antônio Barra Torres em 21 de dezembro de 2024.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 6/8/2025, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva.

Após a arguição do indicado, a votação do Relatório realizar-se-á por escrutínio secreto, nos termos do Art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 35, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome do Senhor THIAGO LOPES CARDOSO CAMPOS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato de Alex Machado Campos, que renunciou.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 6/8/2025, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva.

Após a arguição do indicado, a votação do Relatório realizar-se-á por escrutínio secreto, nos termos do Art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em reunião do dia 6/8/2025, foram lidos os relatórios e concedidas vistas coletivas.

Informo que a reunião tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do Portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos indicados, via internet.

Para melhor organização desta reunião, será concedida a palavra aos indicados para suas exposições iniciais, por um prazo de até 15, com tolerância de até 20 minutos. Em seguida, será aberta a fase de arguição.

Os Senadores inscritos poderão usar a palavra por até dez minutos cada, assegurado aos interpelados igual prazo para as respostas e facultadas a réplica e a tréplica por cinco minutos.

A votação será secreta em urnas eletrônicas disponibilizadas para esse fim, localizadas dentro desta sala e à frente do Plenário 7.

Antes de passar a palavra aos indicados, consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras se já podemos dar início ao processo de votação, enquanto procedemos à arguição dos indicados. Eu acho que isso agilizaria os nossos trabalhos.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Daniella com a palavra.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente Marcelo Castro, primeiro quero cumprimentar a V. Exa. e a todos que aqui se encontram, Senadores e Senadoras, meus colegas.

Sr. Presidente, com sua deferência e sempre com sua ponderação... Eu tenho uma admiração enorme, assim como esta Casa, em respeito por V. Exa., pela forma sempre de se conduzir. Isso é incontestável.

Eu conversava com V. Exa. que há um acordo com o Governo de que, no mesmo dia em que fosse votada essa indicação do Sr. Wadih, houvesse também a votação da Diretora da ANS, Lenira, cuja mensagem já chegou para esta Casa, e, consultando o Regimento, e como o senhor, assim como eu e como todos os Senadores e Senadoras, queremos convergir, cumpri-lo, não haveria dificuldade também em, até o final das sabatinas primeiras, poder fazer também...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A leitura...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – ... a leitura e a sabatina também, por força do Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A sabatina não dá para fazer. O que a gente pode fazer hoje é a leitura, abrir vistas coletivas e, na próxima quarta-feira, a gente fazer a sabatina.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Então, Sr. Presidente, eu pergunto, até porque, pelo Regimento, eu perguntei, e não há problema de fazer a sabatina no mesmo dia.

Então, eu gostaria que fosse deixado, por cumprimento do Governo – eu quero fazer este pedido –, por cumprimento de acordo, que a sabatina do indicado do Wadih também fosse no mesmo dia, já que foi um acordo para que houvesse as duas no mesmo instante.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, eu não participei desse acordo. Isso não está dentro do Regimento, Daniella.

Está marcado hoje para se fazer a sabatina do Wadih Damous. Ele não chegou ainda, mas, ao chegar, a sabatina será feita, porque foi lido na semana passada o relatório, foi dada vista para todos os Senadores, e hoje é o dia de fazer a sabatina dos que estão aqui e do Wadih Damous.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Sim, eu sei disso. E, por força desta ausência do Governo em ter enviado, da mesma forma, no mesmo dia, é porque ele está aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, vamos entender bem aqui: quem está descumprindo o acordo, se houve, é o Governo; não somos nós.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Não, não é.

Eu estou apelando... É o Governo, no sentido de ter enviado no mesmo instante. E aí eu estou apelando para V. Exa., nesse sentido, e sei que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O que nós acertamos? Que eu designo V. Exa. hoje para fazer o relatório; e, se V. Exa. apresentar o relatório até o final desta sessão, a gente fará a leitura, abrirá vista coletiva para todos os Senadores e, na próxima quarta-feira, a gente fará a sabatina dessa indicada.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Eu vou... V. Exa. tem toda a razão. Não é acordo com V. Exa., é acordo com o Governo, assim como tantos e tantos Senadores têm.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu vou apelar para que o Governo cumpra o acordo que foi feito nesse sentido, está bom, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas, aqui, só vai ser cumprido se o sabatinado não vier; se ele vier, ele vai ser sabatinado.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Não, aí o problema não sou eu ou o sabatinado; é problema do Governo. Não é nosso, nesse sentido...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, tranquilo.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – ... porque eu cumpro meus acordos como V. Exa.

É questão de o Governo cumprir o dele.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, tranquilo, Senadora. Compreendo as razões de V. Exa.

Então, é o seguinte: nós vamos esperar que o Wadih Damous chegue, para a gente iniciar a votação. Por enquanto, não vou iniciar a votação, só depois que ele chegar.

Antes de passar a palavra aos indicados, consulto os Senadores sobre se já podemos... Ah, sim, já falei.

Não havendo óbice, coloco as indicações... (*Pausa.*)

Então, concedo a palavra à Sra. Daniela Marreco Cerqueira.

V. Sa. tem a palavra, por 15 minutos – 15 ou 20 minutos –, mas fique à vontade.

A SRA. DANIELA MARRECO CERQUEIRA (Para expor.) – Muito obrigada, Presidente.

Bom dia a todas e bom dia a todos.

Cumprimento o eminente Senador Marcelo Castro, Presidente desta Comissão; cumprimento o Relator da minha indicação, o Senador Fernando Dueire, na pessoa de quem cumprimento todos os eminentes Senadores e Senadoras aqui presentes; cumprimento também os meus colegas Leandro Safatle e Thiago Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sinto-me muito honrada em estar no Senado Federal para ser sabatinada por V. Exas. para o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Antes de minha breve apresentação, gostaria de expressar o meu mais sincero agradecimento ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pela confiança e indicação, ao Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre, ao nosso Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, e à ex-Ministra Nísia Trindade, aos Diretores da Anvisa, Rômison Mota e Daniel Meirelles, e aos ex-Diretores Alex Campos e Alessandra Soares, aos meus colegas e amigos servidores da Anvisa e à minha família.

Cumprimento também todos que acompanham esta audiência pela TV Senado.

Exmos. Senadores e Exmas. Senadoras, eu gostaria, hoje, de começar a minha fala da mesma forma como irei finalizá-la, expressando o meu compromisso de trabalhar, até o último dia do meu mandato, para que a Anvisa possa ser um vetor para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, protegendo e promovendo a saúde das pessoas e contribuindo para o fortalecimento do nosso Sistema Único de Saúde. Mais do que nunca, nosso país precisa de instituições fortes, que atuem de forma ética, transparente e previsível, impulsionando a inovação, a industrialização e o acesso a produtos e serviços com qualidade.

Como já tivemos a leitura de nossos relatórios na última semana, resumirei de forma muito sucinta o que me trouxe até este dia tão importante e o que me fez ser indicada para uma das cinco cadeiras da Diretoria Colegiada da Anvisa.

Eu me graduei em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília, onde também fiz mestrado e doutorado em Biologia Molecular. Em 2006, tomei posse na Anvisa e iniciei minha trajetória no serviço público. Logo depois, em 2008, cursei uma especialização em Vigilância Sanitária pela Fundação Oswaldo Cruz. Na Anvisa, comecei minha jornada como Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária, dedicando-me à análise de processos de registro de medicamentos.

Eminentes Senadores e eminentes Senadoras, eu posso dizer que eu atuei no chão de fábrica da agência e conheço muito bem a realidade dos nossos processos de trabalho. Tive a grande oportunidade de atuar como gerente de produtos biológicos, quando trabalhei em estratégias de otimização de análise e desenvolvi a capacidade de diálogo, de liderança e de gestão de pessoas. Foi durante a minha gestão que a regulação para registro de produtos biossimilares se consolidou e que realizamos os primeiros registros dessa categoria de produtos tão importantes para o acesso da população.

Inquieta em relação aos nossos prazos de análise, em 2018 elaborei a primeira regra da Anvisa sobre confiança regulatória, permitindo a adoção dessa estratégia para celeridade no processo de registro de produtos biológicos, mantendo, claro, o rigor técnico necessário à garantia da qualidade, segurança e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eficácia. Nessa época, participei como membro da Comissão Técnica de Avaliação para a análise das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo, as PDPs, uma estratégia central no complexo econômico industrial da saúde, que busca autonomia nacional na produção de insumos em saúde, fortalecendo a industrialização e o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Em 2019, tive a honra e o privilégio de ocupar o cargo de Diretora Adjunta na Segunda Diretoria da Anvisa, responsável pelas áreas de registro de medicamentos e de alimentos. Nessa posição, participei na formulação de diretrizes, na definição de estratégias para o registro e para a anuência de estudos clínicos; conduzi reuniões e eventos com o setor regulado; e avaliei resoluções submetidas à apreciação da Diretoria Colegiada da Anvisa. Conduzimos o processo para edição de resolução que trata do registro de medicamentos com inovação incremental e harmonizamos as regras para enquadramento dos lubrificantes oculares, de modo alinhado aos critérios adotados internacionalmente. Mas é impossível não nos lembrarmos da pandemia de covid-19, que se iniciou naquele momento. Como Diretora Adjunta, atuei na elaboração de iniciativas que permitiram a disponibilização de insumos essenciais à saúde da população.

Aproveito aqui para parabenizar todo o corpo técnico, meus colegas servidores e o corpo diretivo da Anvisa. Com certeza, enfrentar a pandemia foi o nosso maior desafio. Nós nos reinventamos e nos superamos para entregar à sociedade aquilo que ela espera de nós e cumprir a nossa missão institucional, entregando uma saúde de qualidade. Expresso o meu reconhecimento e o meu grande orgulho por todos os servidores e colaboradores que atuam na Anvisa e que são o coração de nossa agência. A Anvisa possui um corpo técnico não só extremamente qualificado, mas comprometido, responsável e aguerrido.

Em 2021, ocupei o cargo de Diretora Adjunta na Quinta Diretoria da agência. Naquele momento, estávamos no auge da crise sanitária, e eu participei na elaboração das regras de fronteiras, ajudando a definir os critérios para a entrada de viajantes no Brasil. Atuei também na gestão dos riscos sanitários para a retomada das viagens em navios de cruzeiros. Em todos esses casos, precisávamos garantir a segurança sanitária, mas também permitir a retomada das atividades econômicas, tão importante naquele momento.

Destaco aqui o meu reconhecimento ao ex-Diretor Alex Machado Campos pela capacidade brilhante de construir soluções regulatórias, que nos ajudaram a enfrentar a maior crise dos nossos 26 anos.

Na verdade, eminentes Senadores e Senadoras, esse é o nosso dia a dia. A Anvisa precisa, a todo momento, sopesar os riscos e os benefícios e tomar suas decisões com base na ciência, na saúde e na melhor evidência, tudo isso sem ser trava à inovação e ao desenvolvimento.

Na Terceira Diretoria da Anvisa, também atuei como adjunta do diretor, supervisionando as áreas de cosméticos, saneantes, dispositivos médicos, tabaco, agrotóxicos e serviços de saúde. Novamente, tive a oportunidade de trabalhar com estratégias de otimização de análise e de redução de filas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, atuo como Secretária Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, a Cmed, um órgão colegiado interministerial no qual desenvolvi a capacidade de negociação e conciliação, buscando pactuar e harmonizar soluções para a regulação econômica do mercado farmacêutico nacional. Pela Cmed, participei na comissão especial do Supremo Tribunal Federal que discutiu demandas judiciais na área da saúde.

Em dois anos à frente da Secretaria Executiva da Cmed, liderei importantes projetos para o seu fortalecimento e transparência. Atuei na elaboração do planejamento estratégico, buscando modernizar o arcabouço normativo do órgão, incorporando a inovação do setor farmacêutico com o olhar na melhoria da assistência farmacêutica à população. Mais de 20 anos após a sua edição, atualizamos o Regimento Interno da Cmed e publicamos consulta pública para revisão dos critérios de precificação de medicamentos.

Então, Exmos. Senadores e Exmas. Senadoras, até hoje foram mais de 18 anos de dedicação à Anvisa. Posso dizer que alcancei a maioridade na agência. Atuei, como apresentei aqui, em todas as suas diretorias, e conheço muito bem a sua realidade. Assim, posso afirmar, humildemente, que tenho condições plenas, experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral, mas não apenas isso, tenho absoluta vontade de exercer as atividades desempenhadas pela diretoria colegiada da Anvisa, de forma alinhada à Constituição da República e a todo o restante do ordenamento jurídico brasileiro.

O espectro de atuação da Anvisa alcança quase 25% do nosso PIB. Nossas atividades têm interface na saúde, mas também têm uma repercussão econômica importante. Assim, precisamos que a agência, mantendo a sua vocação para a saúde, também seja propulsora do desenvolvimento do país.

Temos, sim, desafios muito importantes. Precisamos enfrentar as filas para registro e autorização dos produtos que regulamos, trabalhar para a recomposição da nossa força de trabalho, lidar com a restrição orçamentária, aprimorar a transparência e a previsibilidade dos nossos processos de trabalho. Como uma agência que conquistou, ao longo dos seus 26 anos, credibilidade e confiança da população, precisamos continuar atuando com excelência científica na regulação dos produtos, serviços e ambientes sujeitos à vigilância sanitária, fomentando o acesso, reduzindo os riscos e apoiando o desenvolvimento do país em ação integrada com o nosso Sistema Único de Saúde.

E é nesse sentido que a agência deve estar próxima de todos os envolvidos nesse setor, dialogando e construindo as melhores alternativas regulatórias e produzindo informações que sejam acessíveis à população. Precisamos com urgência reduzir a burocracia para o acesso dos produtos que regulamos, o que é uma tarefa de grande responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, em um setor caracterizado pela inovação, nossas regras precisam ser flexíveis o suficiente para permitir o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, garantir a segurança sanitária.

Diante disso, reitero que entendo a realidade da agência, a sua interação com o complexo sistema de saúde brasileiro, a importância da sua relação com o Ministério da Saúde e com o Executivo, a relevância do diálogo com o setor regulado, com a sociedade civil e com todo o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, assim como a importância da colaboração com o Congresso Nacional, aqui representado pelo Senado Federal, essencial em qualquer estratégia de desenvolvimento nacional.

Para encerrar, registro meu sincero orgulho por estar sendo sabatinada nesta Comissão do Senado Federal, com vista à possível nomeação para tão importante função. Espero poder merecer o voto de confiança para compor a Diretoria Colegiada da Anvisa.

Assim como disse no início da minha fala, Exmos. Senadores, Exmas. Senadoras, meu compromisso é de dedicação à função para que eu possa fazer jus à confiança em mim depositada.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem. Vamos ao próximo sabatinado, o Sr. Wadih Nemer Damous Filho.

Eu peço à Secretaria que abra o painel para iniciar as votações.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – V. Sa. tem de 15 a 20 minutos para fazer sua apresentação.

Com a palavra V. Sa., Sr. Wadih Damous.

O SR. WADIH NEMER DAMOUS FILHO (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Senador Marcelo Castro, excelentíssimos senhores e senhoras sabatinados nesta sessão, Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, eu quero desde já agradecer a presença de todos nesse dia hoje aqui agitado, são muitas sabatinas acontecendo nesta Casa. Quero agradecer a presença aqui de diversos amigos, diversas amigas, meus colegas do Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional do Consumidor. Quero agradecer a presença do meu querido amigo, Deputado Chico D'Angelo. Quero anotar a presença de amigos que vieram do Rio de Janeiro, como o Desembargador André Marques; o ex-Presidente da OAB, um dos meus sucessores na Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro, Luciano Bandeira. Quero agradecer também não só a presença, mas a gentileza dos funcionários da ANS, na pessoa da sua atual Presidência, Carla Figueiredo, que me ajudou com subsídios, me ajudaram com subsídios para essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabatina. Quero agradecer a presença do ex-Presidente, Dr. Paulo Rebelo, que aqui está presente também. Enfim, provavelmente devo ter omitido algum nome, mas quero agradecer a presença de todos.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu sou advogado de profissão, exerci a advocacia durante quase 40 anos na cidade do Rio de Janeiro. E, a partir do exercício da minha profissão, nas diversas funções que me foram atribuídas ao longo do tempo, a advocacia me deu a característica necessária para aprender a ouvir, para dialogar, para negociar, para construir cenários favoráveis em relação àquilo por que lutávamos. Fui advogado de diversas entidades sindicais.

Posteriormente, por indicação dos meus pares, dos milhares de advogados do Estado do Rio de Janeiro, me elegi Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro, por conta dessa outorga honrada e honrosa da advocacia do meu estado.

Essas experiências serviram não só para o meu crescimento pessoal, mas também para me ajudar no exercício das minhas funções.

Posteriormente, o eleitorado do Estado do Rio de Janeiro me alçou à Câmara dos Deputados. E aqui também, na Câmara dos Deputados, tive a oportunidade de debater, como é de praxe, uma série de projetos, uma série de proposições, e muitas delas dizendo respeito a planos de saúde, muitas delas dizendo respeito ao setor regulado.

Atualmente, exerço as funções de Secretário Nacional do Consumidor na Secretaria Nacional do Consumidor, vinculada ao Ministério da Justiça. Essa experiência à frente da secretaria me traz também uma bagagem importante para um futuro desempenho na Agência Nacional de Saúde, caso essa seja a vontade das Sras. e Srs. Senadores, porque eu entendo que na Agência Nacional de Saúde nós temos que atentar para um dos lados fundamentais que a regulação atinge, que são os consumidores, são os beneficiários, são os inscritos no plano de saúde. Ali nós estamos tratando... E essa experiência à frente de um órgão de defesa do consumidor me trouxe a experiência vivida de que nós temos que entender que, numa relação de consumo, há a parte vulnerável, que é a parte dos consumidores, Senador Romário. Nós vivenciamos, no que diz respeito aos planos de saúde, como essa vulnerabilidade, que é inerente a uma relação de consumo – são duas partes: quem fornece o produto, quem fornece o serviço e os consumidores; os consumidores são a parte vulnerável. No que diz respeito a planos de saúde, no que diz respeito às pessoas estarem ali para buscar saúde, ter atendimento, ser compreendidas, são pessoas muitas vezes hipervulneráveis, e nós temos que levar isso, Sr. Presidente, em consideração.

E é com essa bagagem da minha experiência pessoal que eu estou aqui pedindo aos senhores a compreensão para o debate dessas questões, que são tão importantes, Senadora Damares, são tão importantes em todo o mundo, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O setor de saúde hoje, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, se caracteriza – e repito, isso é uma questão mundial, mas que, aqui no Brasil, às vezes, assume contornos dramáticos – por gastos públicos e privados com saúde terem aumentado nos últimos tempos substancialmente, sobretudo em países de baixa renda. Se nós fizermos uma análise comparativa internacional, e esse foi um estudo do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps), o Brasil é um dos países com maior aumento nos preços dos planos de saúde, superando inclusive a inflação geral, em maior grau do que em países como, por exemplo, Alemanha, França, Estados Unidos. É claro, nós sabemos que, em relação a planos de saúde, não dá para trabalhar só com a métrica da inflação geral, mas isso nos impõe, impõe à ANS, impõe aos reguladores, a tarefa de entender melhor esses números. Porque para o cidadão comum, quando ele recebe, Senadora Damares, Senador Romário, o seu boleto do plano de saúde e ele percebe que aquele reajuste foi bastante superior à inflação geral no país, isso causa perplexidade, isso causa desassossego, e nós temos que estar atentos para isso. E exatamente nas últimas décadas de vida das pessoas é que se reflete essa procura maior pelos planos de saúde, porque a saúde pessoal vai começando a enfrentar problemas, a velhice vai chegando, precisa-se de uma atenção mais acurada, mais específica, e nós não podemos virar as costas para esse cenário.

Então, trata-se efetivamente de uma questão que diz respeito à dignidade da pessoa humana. Repito, nós não podemos – e essa compreensão todo o setor tem que ter – tratar a saúde como mera mercadoria. A saúde é um aspecto fundamental de construção da cidadania, em que as pessoas estão ali para buscar o melhor atendimento, para buscar atenção, para buscar compreensão e muitas vezes na luta pela própria preservação da vida.

E entrando diretamente na questão que nos traz aqui, que é a Agência Nacional de Saúde, Senadora Zenaide, a saúde suplementar brasileira exibe grandes dimensões – mas grandes dimensões mesmo, né? Eu estou com dados aqui fornecidos gentilmente pela própria ANS: os planos de saúde cobrem cerca de um quatro da população brasileira; ou seja, Senador Marcelo Castro, 25% dos brasileiros e brasileiras são inscritos nos mais diversos planos de saúde aqui no Brasil. São 900 operadoras, 670 médico-hospitalares e 319 odontológicas. Há um faturamento anual que ultrapassa R$350 bilhões.

O Brasil é o segundo maior mercado de planos de saúde do mundo. E cabe, do ponto de vista das abordagens que sempre marcaram a trajetória da ANS – são abordagens que muitas vezes estão ali no entrechoque –, as que pressupõem aqui, as que propugnam uma abordagem mais liberal, em prol da extensão do setor privado e outra a favor de uma regulação mais firme e abrangente. Cabe à ANS moderar essas abordagens. Com vistas a quê? Com vistas a garantir o atendimento de qualidade, com regras claras e segurança para os usuários, mas preservando a saúde econômica do setor.

Nós não podemos... Eu estou absolutamente convencido e imbuído desta questão. Nós sabemos que, quanto a esses contrastes em que, de um lado, está a capacidade dos consumidores em poder pagar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plano de saúde e, de outro lado, o equilíbrio econômico-financeiro do setor, a solvabilidade das empresas, a ANS tem que levar em consideração esses dois fatores. Nós não podemos ingressar em aventuras regulatórias que ponham em risco o equilíbrio econômico e financeiro do setor, mas, repito: isso não pode servir de justificativa para que viremos as costas ao drama dos consumidores, que, muitas vezes, têm cerca de 30% a 40% do seu orçamento familiar sendo gastos com plano de saúde e, muitas vezes, isso acaba gerando até a impossibilidade de essas pessoas continuarem a pagar o plano de saúde.

Então, nesse sentido, tem que ser reconhecido – e eu reconheço – que a Lei 9.656, que regulou os planos de saúde, foi um grande avanço na sociedade brasileira, foi um monumento legislativo que o Congresso Nacional construiu aqui, depois de amplos debates, depois de uma luta intensa em que diversos setores se entrechocaram, diversos setores – o setor médico, o setor sanitarista, o setor regulado, os consumidores, as entidades de defesa dos consumidores –, e construíram um monumento legislativo que é a Lei 9.656, que regula os planos de saúde. E por que eu digo que foi um avanço? Porque, antes da lei, o que nós tínhamos, Senadora Zenaide, era um verdadeiro ambiente de selvageria em que praticamente os planos de saúde podiam tudo e os beneficiários não podiam nada.

E este Congresso marcou um gol de placa ao editar a Lei 9.656, de 1998, o que posteriormente foi complementado quando se chegou à conclusão de que não bastava essa ampla regulação, de que tinha que ter uma agência para cuidar da regulação, de que tinha que ter uma agência para mediar esses conflitos. É um setor altamente conflituoso, é verdade. E daí foi editada a Lei 9.961, de 2000, que criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar. Então, são duas leis que se imbricam.

E é muito importante também, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, que nós levemos em conta as principais questões que hoje atormentam a vida das pessoas e que são questões que desafiam a acurácia, que desafiam a dedicação, que desafiam a capacidade de regular da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Aliás, eu quero destacar aqui que... E isto é sabido e consabido, eu não preciso estar na ANS para saber disto, porque todo mundo fala: o corpo funcional da ANS é da maior qualidade, Senador Romário. Há diversos testemunhos nesse sentido. Aliás, as agências reguladoras em geral contam com corpo técnico altamente qualificado, carreiras de concurso público, dedicação ao objeto da regulação. Então, caso lá chegue, eu quero estar em contato, em diálogo permanente, num trabalho de parceria, com o corpo funcional da ANS, porque não se trata meramente de uma conduta que denote pendores democráticos, mas que é absolutamente necessária, porque, sem isso, nós não vamos muito longe.

E há as questões hoje, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, que muito atormentam os consumidores e consumidoras brasileiras que estão inscritos em plano de saúde e que dizem respeito a questões que ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desafiam a capacidade regulatória da ANS: cancelamentos unilaterais, cancelamentos e reajustes acima da inflação, reajustes muitas vezes considerados na percepção dos consumidores como abusivos, e cancelamentos unilaterais de planos de saúde coletivos. Todos nós sabemos que a Lei 9.656 se ateve a regular os contratos individuais dos planos de saúde. Então, os reajustes de plano de saúde são fixados pela ANS, e os cancelamentos unilaterais de planos individuais não são permitidos, a não ser em caso de fraude, a não ser em caso de inadimplência, mas em relação aos planos coletivos aí já não houve... O legislador, o Congresso Nacional preferiu se conter e não estabeleceu a mesma vedação. Isso tem sido um desafio constante para a ANS. Essa questão tem sido um alvo de cobrança permanente das entidades de defesa dos consumidores. E isso é algo que nós temos que enfrentar.

Questões relativas à cobertura, muitas vezes com negativas injustificadas. Este Congresso tem enfrentado isso.

O Senador Romário, inclusive, foi autor de uma lei, foi Relator de uma lei, a 14.454, se não me engano, que estabeleceu, definitivamente, a taxatividade, o caráter exemplificativo do rol de procedimentos da ANS.

Havia uma controvérsia muito grande, e nem o Judiciário chegava a uma conclusão. Havia uma turma, no Superior Tribunal de Justiça, que dizia que o rol era taxativo; havia outra turma, na mesma corte de justiça, que dizia que o rol era exemplificativo; e este Congresso Nacional dirimiu a questão: definiu que o rol é exemplificativo, desde que atendidos os critérios de evidência científica.

Então, a ANS se esmera nesse cuidado. Não é qualquer medicamento, não é qualquer procedimento que entra no rol de procedimentos da ANS. Tem que haver a comprovação, tem que haver a comprovação da evidência científica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WADIH NEMER DAMOUS FILHO – ... daquele novo procedimento, daquele novo medicamento.

E, nesse sentido, Senadores, o que nós buscamos é exatamente o que a lei estabelece como objetivo da ANS, atender ao interesse público, e atender ao interesse público, repito, é garantir os direitos dos consumidores, é atentar para o fato de que nós não estamos lidando com uma mercadoria qualquer. Nós estamos lidando com a vida e a saúde das pessoas, mas, ao mesmo tempo, temos que prestar atenção à solvabilidade das empresas, temos que atentar para o equilíbrio econômico-financeiro do sistema, ou seja, a sua sustentabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero, caso V. Exas. assim entendam e permitam que eu chegue à Direção da Agência Nacional de Saúde Suplementar, eu quero ajudar, quero contribuir com os meus pares.

O regime, nas agências, não é presidencialista; é um regime colegiado. As decisões são colegiadas, as decisões são exaustivamente debatidas na agência, e eu quero dar a minha cota de contribuição, no sentido de aprimoramento dos mecanismos regulatórios, racionalizar o processo, tratando, inclusive, de uma das questões também mais dramáticas que cercam a nossa regulação de planos de saúde aqui no Brasil, que é a extrema judicialização.

A judicialização, de uma certa maneira, acaba sendo até uma derrota para a ANS, porque há uma percepção tanto do setor regulado quanto dos consumidores de que a ANS não está dando conta da regulação, e, daí, a população ou o próprio setor regulado bate as portas do Judiciário para dirimir as questões que lhe são afetas.

Nesse sentido, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu quero aqui, encerrando, dizer que me sinto apto e capaz para chegar à Direção da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Acho que a minha trajetória aponta para isso, né? Quero muito contribuir para o aprimoramento dessa Agência de Saúde Suplementar, que é tão importante na vida, na sociabilidade brasileira, na vida da sociedade brasileira. Quero atuar no sentido de reduzir, de mitigar essa conflituosidade do setor. Quero manter um diálogo permanente com todo o setor regulado, com todas as operadoras de plano de saúde, com todas as entidades de defesa dos direitos dos consumidores. Quero estabelecer, juntamente com meus futuros pares, uma relação permanente com o Ministério da Saúde. Nós sabemos que a interface entre o setor regulado e o Sistema Único de Saúde é muito importante. Não é a ANS que traça a política pública de saúde, isso compete ao Ministério da Saúde, mas a ANS tem que desdobrar essas políticas públicas para bem atender aos consumidores do setor regulado.

E quero refrisar aqui, quero ter um diálogo permanente com este Congresso Nacional. De muitas questões que ainda afetam a regulação, algumas delas vão ter que ser definidas aqui no Congresso Nacional, e manter esse diálogo com o Congresso, um diálogo produtivo, diálogo permanente, aberto e democrático, vai ser muito importante para a eficiência da nossa regulação.

E quero mais uma vez aqui reiterar os agradecimentos às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores. Estou à disposição para os questionamentos que V. Exas. entendam ser necessário fazer aqui para o nosso debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Parabenizando o Sr. Wadih Damous pela sua exposição, passo a palavra agora ao próximo indicado, o Sr. Leandro Pinheiro Safatle.

Com a palavra V. Sa.

O SR. LEANDRO PINHEIRO SAFATLE (Para expor.) – Eu gostaria de iniciar este pronunciamento expressando minha mais sincera e profunda gratidão por estar neste momento aqui diante das senhoras e dos senhores realizando esta sabatina.

Saúdo V. Exa., Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Marcelo Castro, ex-Ministro da Saúde, com quem tive a honra de trabalhar durante sua gestão, quando atuei como Secretário-Executivo na Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, a Cmed. Gostaria de dar destaque também à Exma. Relatora do meu processo de sabatina, a Senadora Mara Gabrilli, incansável lutadora a favor das pessoas com deficiência e da saúde do país. Aproveito também para saudar Senadoras e Senadores desta Comissão, como também saúdo a imprensa, os demais aqui presentes e os que nos acompanham pela audiência da TV Senado, além, claro, de saudar também a indicada Daniela Marreco, o indicado Thiago Campos e o indicado Wadih Damous. Agradeço à minha esposa Mariana, à minha filha, aos meus pais e irmãos, à minha família e amigos, cujo apoio constante tem sido essencial ao longo dessa jornada. Agradeço, de maneira especial, ao Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, pela confiança dedicada a mim com a honra dessa indicação, ao Vice-Presidente da República, Ministro Geraldo Alckmin, ao Ministro Rui Costa, à Ministra Gleisi Hoffmann, ao Ministro Fernando Haddad e à Ministra Esther Dweck.

Ainda, gostaria de dedicar meus mais sinceros agradecimentos à ex-Ministra da Saúde Nísia Trindade e ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, pela confiança e constante apoio na estruturação de todo este processo dedicado à Anvisa.

Destaco também aqui o meu reconhecimento ao ex-Secretário Swedenberger Barbosa, ao Secretário Adriano Massuda e um destaque especial a quem devo boa parte da minha formação, ao ex-Secretário Carlos Gadelha.

Por fim, quero agradecer também a todos os amigos de trabalho que têm estado comigo neste percurso, aos trabalhadores do Ministério da Saúde e da Anvisa e a todos que dedicam sua vida a construir o sistema de saúde do Brasil.

A Anvisa tem um papel fundamental no processo de reestruturação e fortalecimento das políticas de saúde e da economia do país. É muito importante registrar o desafio da atual atribuição da Anvisa neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novo contexto de inovação tecnológica constante e acelerada que estamos vivendo, no qual os agentes reguladores precisam estar prontos para acompanhar e se adequar; inovações estas que oportunizam tratamentos de saúde a quem antes não os tinha e que, ao mesmo tempo, começam a ser desenvolvidas com ineditismo no país.

Os impactos dessas tecnologias podem ser disruptivos e demandar novos desenhos regulatórios. O Brasil está pronto para enfrentar esse desafio.

Frente a esse cenário, reitero que a Anvisa é uma agência com corpo profissional tecnicamente preparado para ajudar neste percurso de transição tecnológica, com capacidade para oferecer essa resposta para a população brasileira.

Estar à frente da gestão de tão renomada agência neste momento é uma oportunidade que exige, permanentemente, compromisso, ética, responsabilidade e dedicação, requisitos estes que julgo estar preparado para atender.

Atuo na administração pública federal com o tema da saúde há mais de 25 anos. Desde o começo de minha carreira, tenho trabalhado na avaliação do comportamento, atuação e funcionamento do setor de saúde.

Iniciei minhas atividades profissionais me dedicando a temas relacionados ao mercado de medicamentos e avaliando os impactos na estrutura de concorrência desse setor. Coordenei equipes e projetos em instituições e organismos internacionais, auxiliando na área de direito econômico e de defesa à concorrência no país.

Como servidor público federal, compondo a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 2011, atuei no Ministério da Saúde, coordenando áreas de regulação de mercado e de articulação interministerial e intersetorial na política industrial e para o desenvolvimento de projetos estratégicos.

Como Secretário-Executivo da Cmed, fui da Anvisa por quase cinco anos e pude contribuir, efetivamente, com a regulação do mercado de medicamentos no país. Nesse período, trabalhei na reestruturação da Câmara, visando o fortalecimento de suas atribuições, otimizando os processos, de forma a dar maior celeridade às análises, e também viabilizando a formação e a composição de equipe técnica qualificada e a ampliação do diálogo com o setor regulado brasileiro.

Na sequência, fui para a Fiocruz, onde realizei pesquisas e assessoramento no campo de políticas de desenvolvimento, ciência, tecnologia e inovação. Depois, voltei ao Ministério da Saúde, na condição de Diretor do Departamento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e de Inovação para o SUS e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretário Substituto; e me dediquei diretamente ao fortalecimento da saúde como vetor de desenvolvimento, conciliando economia e direito à vida. Isso me permitiu estruturar um conjunto de políticas públicas de forma sistêmica e integrada, voltadas para o aperfeiçoamento do aparato regulatório, para a promoção de investimentos e para a ampliação da produção e da inovação de tecnologias críticas para o SUS.

Ao assumir a função de Secretário Adjunto da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, passei a ser responsável também pela implementação e avaliação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde, pela Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, pela política de incorporação de tecnologias em saúde no âmbito do SUS, pela Política Nacional de Assistência Farmacêutica e pela formulação de políticas e diretrizes na área de economia da saúde.

Na esfera acadêmica, colaborei com a publicação de uma série de artigos de livros. Todas as publicações foram voltadas para o tema da saúde, com análise acerca da regulação, desenvolvimento e organização do cenário econômico do mercado farmacêutico, e estudos que contemplam as principais características da atuação da indústria da saúde brasileira. Como explicitado nesse percurso, tenho atuação consistente e comprovada na temática da saúde e na melhoria das políticas de desenvolvimento regulatório em toda a minha trajetória profissional.

Com esses anos de experiência, pude contribuir com uma visão ampla da gestão da saúde do Brasil, principalmente sobre as cadeias estruturais, políticas, regulatórias e de mercado que impactam a oferta de serviços e de tecnologia à população brasileira, sempre pautado, é claro, em melhores evidências que garantam à população produtos e serviços com qualidade, eficácia e segurança.

Para além de acompanhar os novos desafios que surgem na assistência à saúde e no acesso a novos produtos, é importante que a Anvisa trilhe de forma bem fundamentada na sua visão integrada de regulação, promoção à saúde, cidadania e desenvolvimento.

Há 26 anos, a Anvisa vem desempenhando um papel essencial na proteção da saúde pública, garantindo a segurança devida na defesa do interesse e do bem-estar da população brasileira.

Na minha experiência na Anvisa, pude ver de perto o quanto os servidores e as servidoras da agência são o coração dessa atuação, protegendo a saúde da população brasileira com profissionalismo, empenho e compromisso com o interesse público. São servidores que realizam um trabalho de competência única e que orgulham o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescento a esse corpo de servidores a história dos seus diretores, que desempenharam um papel do mais alto nível na estruturação, consolidação e avanço da vigilância sanitária do país, representados aqui pelos ex-Diretores Agenor Álvares e Ivo Bucaresky; pelos ex-Presidentes da agência Gonzalo Vecina, Claudio Maierovitch, Dirceu Raposo, Dirceu Barbano, Jarbas Barbosa, William Dib e Barra Torres. E aqui presentes estou vendo o Diretor Daniel e o Diretor Rômison, a quem eu saúdo também.

Cada gestão teve o seu desafio e, caso tenha a honra de ter meu nome aprovado por esta douta Comissão e pelo Senado da República, buscarei, com especial empenho, junto aos meus colegas diretores, lidar com as questões prementes pelas quais a Anvisa passa e das quais o país necessita.

Em destaque, é preciso enfrentar imediatamente o desafio da redução das filas da Anvisa. O reconhecido déficit de servidores e a necessidade de adequação da força de trabalho têm impactado os prazos de análise da agência e gerado constantes filas para registro de produtos no país. Isso tem aumentado ao longo dos últimos anos, afetando sobremaneira os mercados regulados pela Anvisa e, consequentemente, o acesso a novas tecnologias para a população. É preciso promover um verdadeiro ambiente de força de trabalho que reduza as filas e que, em conjunto com outras frentes de ações mais estruturantes, torne perene a agilidade das análises, de forma a não retornar essa situação de passivo novamente. Para isso, pretendo trabalhar na reorganização dos processos, na reestruturação da gestão, na adequação da recomposição da força de trabalho e na modernização dos sistemas e ferramentas para suporte às atividades da agência, como sistemas de informação atualizados e soluções com uso de ferramentas de inteligência artificial, entre outras.

É preciso também adotar medidas que fomentem a pesquisa e a inovação feitas no Brasil, assim como o apoio à ampliação de produção nacional de produtos que atendam a população brasileira. Para isso, pretendo aliar as ações da Anvisa com os órgãos de Governo envolvidos no desenvolvimento nacional e com as políticas públicas do setor de saúde.

O Brasil tem um importante histórico de desenvolvimento a partir de parcerias respeitosas entre diversos atores e pretendemos apoiar que cada vez mais parcerias virtuosas sejam realizadas. Pretendemos reinstalar os comitês participativos para auxiliar na tomada de decisões, no acompanhamento de projetos prioritários e em proposições de políticas nas áreas de atuação da agência. Também queremos uma Anvisa mais participativa da sociedade, que ajude no processo de formação e qualificação dos servidores e do setor regulado, uma agência que mantenha um diálogo aberto e construtivo com todos os setores e que esteja atenta às demandas da sociedade, seja por meio da participação direta dos cidadãos, seja por intermédio dos seus representantes eleitos. Buscarei trabalhar com articulação, pactuação e integração com todos os entes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, especialmente em questões municipais e estaduais, reconhecendo e legitimando o papel das VISAs locais no processo regulatório. A devida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integração com os órgãos locais de vigilância sanitária também possibilitará o fortalecimento do apoio ao empreendedor local no exercício de suas atividades reguladas, promovendo maior orientação, eficiência e segurança no cumprimento das exigências sanitárias.

Queremos que a Anvisa seja cada vez mais reconhecida como uma agência de excelência em boas práticas regulatórias em todos os setores, atuando para assegurar que os produtos e serviços do Brasil que são responsáveis pela saúde da população funcionem e sejam seguros. Trabalharei buscando atingir as melhores práticas regulatórias, consequentemente fortalecendo a indústria brasileira, abrindo portas para que nossos produtos cheguem a outros países e gerem mais emprego, inovação e desenvolvimento aqui no Brasil.

Portanto, caso tenha a honra de ter meu nome aprovado por esta Casa, trabalharei para consolidar ainda mais a Anvisa como uma agência de referência nacional e internacional, de forma a aperfeiçoar o modelo regulatório brasileiro para dar celeridade aos processos, estimular a inovação, dar confiança e estabilidade ao setor regulado e promover a soberania nacional, oferecendo acesso a produtos e serviços de qualidade, em consonância com a missão da Anvisa de proteger a saúde da população brasileira.

Perante o apresentado, respeitosamente, me submeto à avaliação de competência para ocupar o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, almejando a oportunidade de contribuir com o processo de fortalecimento e qualificação dessa agência, tão essencial para a proteção e a promoção da saúde da população brasileira.

Permaneço aqui à disposição dos Senadores.

Obrigado, agradeço a oportunidade e a atenção de todos. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Parabenizando o Sr. Leandro Pinheiro Safatle, indicado para Diretor-Presidente da Anvisa, vamos ao último sabatinado do dia.

Concedo a palavra ao Sr. Thiago Lopes Cardoso Campos, indicado para Diretor da Anvisa. V. Sa. tem a palavra.

O SR. THIAGO LOPES CARDOSO CAMPOS (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Senador e ex-Ministro da Saúde, Marcelo Castro, com quem, assim como o Sr. Leandro, tive a honra e a alegria de compor sua equipe durante a sua gestão; Exma. Sra. Vice-Presidente e Relatora da minha indicação, Senadora Dra. Eudócia, por quem tenho profunda admiração e carinho, pelo compromisso com os interesses nacionais e a defesa incansável do povo alagoano e nordestino, agradeço muito à senhora, Senadora, pelo relatório preciso e fundamentado, que expôs de forma justa e criteriosa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha trajetória, permitindo dedicar estas palavras não à repetição do meu currículo, já devidamente apresentado, mas aos princípios e compromissos que orientarão minha atuação na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, caso minha indicação seja aprovada por esta Casa.

Cumprimento também meus colegas de mesa, os sabatinados, Dr. Wadih Damous, Dra. Daniela Cerqueira e Dr. Leandro Safatle. Ao saudar V. Exas., estendo meus cumprimentos a todas as Senadoras e os Senadores desta Comissão e a todas as pessoas aqui presentes e também aos que nos acompanham pela TV Senado.

Inicio agradecendo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pela confiança em meu nome; ao Vice-Presidente e Ministro Geraldo Alckmin; e aos Ministros Rui Costa, Gleisi Hoffmann, Jorge Messias e Camilo Santana; e aos demais membros deste Governo. Agradeço ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, pela condução desse processo. De forma especial, agradeço ainda ao Ministro da Saúde, Dr. Alexandre Padilha, com quem partilho a convicção de que a construção do SUS exige empenho incansável, dedicação integral e compromisso diário com a vida e com a saúde da nossa gente.

Trago comigo as minhas raízes. Agradeço à minha família, base de minha trajetória e orgulho de minha vida. Saúdo os Senadores que honram a minha Bahia, Senador Angelo Coronel, Senador Otto Alencar e, em especial, o Líder do Governo, Senador Jaques Wagner, pelo incentivo constante e inspiradora trajetória, referência de como a política deve ser feita, com diálogo e respeito com todos.

Aprendi, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, durante a minha jornada, que o serviço público exige valores inegociáveis. Trabalhar pela saúde pública significa decidir com firmeza técnica, agir com base na ciência e enfrentar dilemas com coragem. Mas a tudo isso é preciso somar escuta qualificada. Na Anvisa, essa escuta se concretiza em processos de análise de impacto regulatório, que nos permitem avaliar, de forma ampla, não apenas o impacto sanitário, que é central para a agência, mas também os efeitos sociais e econômicos das decisões regulatórias que viermos a tomar.

Somente ao dialogar com trabalhadores, pesquisadores, pacientes, setores regulados e gestores do SUS conseguiremos construir normas técnicas legítimas e sustentáveis que protejam vidas e fortaleçam o SUS. Na Anvisa, essa escuta é imprescindível. Minha experiência profissional de mais de 15 anos no SUS mostrou na prática a importância do diálogo e da participação social como instrumento essencial para a construção de políticas públicas legítimas. Decisões eficazes no SUS e, por extensão, na Anvisa dependem de escuta qualificada, legitimidade social e sensibilidade para incorporar múltiplas perspectivas.

Criada no Governo Fernando Henrique Cardoso, no contexto da reforma do aparato estatal, a Anvisa completa 26 anos como uma das instituições públicas de maior credibilidade e confiabilidade no país, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agência imprescindível para a proteção da saúde da população e estratégica para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Ao lembrar essa trajetória, faço questão de resgatar o trabalho do Prof. Gonzalo Vecina, primeiro Diretor-Presidente da agência, com quem tenho a alegria de compartilhar a atuação no Instituto de Direito Sanitário Aplicado (Idisa), sob a liderança da Profa. Lenir Santos, referência e inspiração na defesa do SUS.

Ao mencionar o Prof. Vecina e a Profa. Lenir, faço um breve resgate da minha trajetória no Sistema Único de Saúde. Iniciei meu caminho no SUS na Bahia, no exato agosto de 2009, na Fundação Estatal Saúde da Família (Fesf-SUS), uma inovadora experiência interfederativa e municipalista de carreira, voltada a profissionais de nível superior da atenção primária à saúde. Foi ali, ao lado de grandes profissionais e hoje grandes amigos, que aprendi na prática o valor de um sistema público de acesso universal e que assegure, com qualidade e no tempo oportuno, cuidado integral às necessidades de saúde da população.

A experiência da Fesf me levou ao Ministério da Saúde, onde atuei na Secretaria de Atenção à Saúde como gerente de projetos, contribuindo para a construção de balizas de atuação do SUS, diante da, naquele momento ainda, judicialização excessiva ao direito à saúde, e também para a formulação e monitoramento de programas estratégicos.

Mais tarde, atuei também na Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, onde exerci o cargo de Diretor de Programas, com foco na valorização e qualificação dos profissionais de saúde e na regulação das profissões da área.

Ao longo desse percurso, exerci funções públicas relevantes em todos os níveis governamentais e participei ativamente da formulação, da implantação e da avaliação de políticas, programas e projetos, sempre voltados para o fortalecimento e a defesa do sistema de saúde público, eficiente e comprometido com a qualidade.

Essa vivência, somada à articulação entre saúde pública e direito, levou-me à especialização em Direito Sanitário e ao mestrado em Saúde Coletiva na Unicamp, campo que une ciência, técnica e compromisso social e consolidou minha atuação em defesa do SUS como um projeto de Estado.

Tornei-me sanitarista, um advogado sanitarista. Essa trajetória despertou em mim não apenas o desejo de atuar na gestão e formulação de políticas, mas também a responsabilidade de formar novos profissionais capazes de qualificar a defesa do direito fundamental à saúde. Assim, tornei-me professor e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assumi como tarefa contribuir para a formação de juristas e profissionais da saúde no campo do direito sanitário, inclusive coordenando o curso de especialização promovido pelo Idisa.

Atualmente, coordeno a Consultoria Jurídica da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), sob a liderança do Prof. Arthur Chioro, ex-Ministro da Saúde e uma das vozes mais qualificadas em defesa do SUS.

Com o Prof. Chioro, aprendi que é preciso reafirmar uma Anvisa do SUS, para o SUS e voltada para a saúde da população brasileira; uma agência que, sem abrir mão do rigor técnico e da autonomia regulatória, esteja sempre em sintonia com as necessidades da nação. O momento atual demanda uma Anvisa conectada ao desenvolvimento econômico do país e compromissada com o bem-estar da coletividade, capaz de atuar para fortalecer a indústria e defender a capacidade produtiva nacional; uma agência atenta às inovações e aos avanços tecnológicos, capaz de reconhecer e incorporar as evoluções do mercado, sem perder de vista a sua missão maior de proteger a saúde do povo brasileiro.

A experiência que tive no SUS, em suas diversas instâncias e instituições e no diálogo constante com gestores e servidores, reforça a minha convicção de que a força do nosso sistema de saúde e da Anvisa está nas pessoas. O patrimônio mais valioso da Anvisa são seus servidores e servidoras, pessoas altamente qualificadas e comprometidas.

Se tiver a honra de ter a minha indicação aprovada por esta Casa, pretendo somar meus esforços aos demais diretores atuais, Daniel, Rômison, e também a esses que aqui estão submetidos a essa sabatina, e também ao corpo técnico da agência, guiado por três diretrizes centrais: primeira, tomar decisões sempre pautadas pelo rigor técnico-científico, de forma responsável e previsível; segunda, assegurar transparência e promover diálogo permanente, valorizando a participação social e garantindo segurança regulatória aos setores regulados; terceira, fortalecer a integração e a cooperação interinstitucional, articulando o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária com estados, municípios, organismos internacionais e este Parlamento. Essas diretrizes refletem meu propósito de uma atuação técnica, ética e comprometida com o interesse público, para que o Brasil siga protegido e respeitado em matéria de segurança sanitária, observando rigorosamente as competências conferidas por este Congresso Nacional à Anvisa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, encerro expressando a minha profunda gratidão pela oportunidade desta sabatina, colocando-me à inteira disposição para responder às questões que vierem a ser suscitadas. Se esta Casa me conceder a honra da aprovação, assumirei essa missão com dedicação absoluta, respeitando as competências do Congresso Nacional e honrando a confiança do povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Finalizando aqui as falas de cada um dos indicados, vamos passar agora à fase da sabatina.

Então, as Sras. e os Srs. Senadores terão dez minutos para fazer os seus questionamentos e depois haverá réplica e tréplica, cinco minutos para cada uma.

Temos uma relação de inscritos até o momento de sete Senadores: pela ordem, Senador Romário, Senador Carlos Portinho, Senador Humberto Costa, Senador Fernando Dueire, Senadora Zenaide Maia, Senador Fabiano Contarato e Senadora Eudócia.

Então, concedo a palavra ao Senador Romário para fazer os seus questionamentos.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Sras. e Srs. Senadores presentes. Bom dia a todos os convidados aqui que serão sabatinados.

Primeiramente, parabéns pela fala dos senhores. Realmente, deu para entender que são todos bastante capacitados e prontos para essa nova função na vida de vocês. Desejo sorte e tenho certeza de que esta Casa vai entender a importância de profissionais como vocês aqui hoje.

Apesar de o voto ser secreto, antecipadamente, já estou dizendo que votei "sim". (*Risos.*)

Eu vou começar aqui a minha pergunta ao querido amigo Wadih Damous, grande advogado do meu Estado do Rio de Janeiro, Presidente da OAB. É um prazer poder receber e sabatinar aqui uma pessoa bem qualificada.

Considerando o aumento das decisões unilaterais de contratos coletivos de planos de saúde, que têm deixado sem assistência justamente os beneficiários em situação de maior vulnerabilidade, quais medidas concretas o senhor pretende adotar caso aprovado para a Diretoria da ANS para coibir essas práticas e garantir a continuidade do atendimento?

O SR. WADIH NEMER DAMOUS FILHO (Para expor.) – Senador Romário, essa é a pergunta que não quer calar. Essa é a questão que é, senão a mais tormentosa, uma das mais tormentosas que o setor regulado produz.

Eu tive a oportunidade, na minha fala inicial, de abordar isso rapidamente quando relacionei as principais questões que hoje estão em debate no que diz respeito à regulação dos planos de saúde. E essa questão da rescisão unilateral de contratos coletivos ocupa no *ranking* talvez o primeiro lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como foi dito, o legislador desta Casa resolveu, como o fez para os planos individuais, não vedar a possibilidade de rescisão unilateral. Ele só fez isso com os planos individuais.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. WADIH NEMER DAMOUS FILHO – E isso desde sempre. Então, essa não é uma questão de hoje. Hoje, está mais dramático, mas sempre foi uma questão reclamada pelos consumidores, porque, nos últimos tempos, as rescisões unilaterais têm acontecido de forma massiva, com características de seleção de risco, ou seja, "esta carteira aqui não está dando mais lucro, só tem idoso, a minha sinistralidade aumenta muito, então eu vou cancelar".

E isso joga, Senador, na rua da amargura milhares de brasileiros e brasileiras que são inscritos em plano de saúde. Então essa é uma questão que tem que ser enfrentada.

Agora, vamos aqui imaginar que a ANS resolva estabelecer, baixar uma resolução normativa proibindo a rescisão unilateral. Isto, provavelmente, Senador, geraria um manancial inesgotável de judicialização, ou seja, as operadoras iriam para o Judiciário dizer que essa regulação não compete à ANS, porque o legislador não quis. E essa enxurrada de judicialização pode acarretar instabilidade e mais insegurança ainda do que já existe.

Senador, eu tive a oportunidade de examinar, de pesquisar aqui no Congresso Nacional, inclusive aqui nesta Casa, e há diversos projetos de lei nesse sentido de estabelecer... O que a ANS fez? A ANS, meritoriamente, começou a regular no que se chama regulação pelas beiradas. No começo, era muito pior, porque a rescisão podia acontecer a qualquer tempo, a qualquer época, de qualquer maneira. Agora, a ANS está procurando mitigar esses efeitos: então, aumentar o número de integrantes do chamado *pool* de risco, que é o agrupamento de contratos coletivos, para, no que diz respeito a reajuste, por exemplo, baixar um pouquinho ou baixar substancialmente esse percentual de reajuste.

Mas em relação à rescisão, eu acho, Senador, que alguns desses projetos vão ter que ser debatidos aqui no Congresso Nacional, e talvez caiba ao Congresso Nacional decidir essa questão, né? Há diversos projetos nesse sentido, e eu tenho a impressão de que, para atender a esses reclamos legítimos dos consumidores brasileiros – são legítimos, eu quero deixar bem claro que eu os considero legítimos –, uma ação da ANS tão incisiva neste momento pode gerar um efeito contrário.

Então, eu acho que nós temos que abrir um amplo debate aqui no Congresso Nacional e, se for o caso, o Congresso Nacional terá que decidir essa questão; se for o caso, equiparar os contratos coletivos aos contratos individuais e não permitir reajuste motivado... cancelamento imotivado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Perfeito. Obrigado pela resposta.

Agora a minha pergunta é para a Sra. Daniela Marreco Cerqueira.

Dra. Daniela, existe uma polêmica muito grande quando se fala de medicamentos caros para doenças como a esclerose lateral amiotrófica (ELA) ou a atrofia muscular espinhal (AME). Muito se fala sobre custo-efetividade, mas a gente sabe que uma vida humana não tem preço. Qual a sua visão sobre essa questão e como ela impacta nas análises feitas hoje pela Anvisa?

A SRA. DANIELA MARRECO CERQUEIRA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Romário, pelo seu questionamento. É uma questão extremamente relevante e, até aqui na mesa, com a representação do indicado da ANS, é um tema que a gente precisa, com urgência, discutir. Estando esses últimos dois anos à frente da Secretaria Executiva da Cmed, nosso grande desafio é exatamente garantir a sustentabilidade dos nossos sistemas de saúde – aqui eu menciono o Sistema Único de Saúde, nossa saúde pública, mas também a saúde suplementar – diante dessas novas terapias que têm sido desenvolvidas e que têm surgido. Como o senhor muito bem colocou, muitas vezes são produtos que vêm para tratar necessidades médicas não atendidas, para tratar doenças raras.

Eu aproveito para parabenizá-lo por todo o trabalho em relação a esse tema tão relevante...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

A SRA. DANIELA MARRECO CERQUEIRA – ... para pessoas que muitas vezes estão desassistidas em relação a esses tratamentos.

Como nós vamos conseguir conciliar esses dois aspectos, a sustentabilidade dos sistemas de saúde, o acesso das pessoas a esses produtos, que muitas vezes são produtos que vêm para salvar as vidas, que curam aquelas patologias e, ao mesmo tempo, permitir que esses produtos venham ao país, porque, se eles não tiverem um custo ou um preço adequado, pode ser que eles não consigam entrar no nosso país? Então, tem sido muito discutido internacionalmente qual é a melhor forma de custear o valor desses tratamentos para os pacientes. O Ministério da Saúde, muito recentemente, editou um acordo de compartilhamento de riscos para fornecimento de um produto de alto custo – e é a estratégia que tem sido adotada em outros países também –, porque, nesse modelo, à medida que você vai avaliando os resultados do uso daquela tecnologia, você vai fazendo um pagamento parcelado ou escalonado para você acompanhar os resultados da tecnologia à medida que você vai fazendo o pagamento. Isso dilui um pouco o valor tão elevado dessas terapias e permite que os pacientes tenham acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que essa é uma metodologia bastante adequada que vem sendo utilizada internacionalmente. A gente precisa ver o melhor modelo para utilizar essa ferramenta no Brasil também, porque é um tipo de ferramenta ou de pagamento que requer o acompanhamento muito próximo dos pacientes, porque precisamos saber o resultado daquela terapia no paciente para que o pagamento possa ser realizado e avaliar qual é a melhor forma de se viabilizar o fornecimento dessas tecnologias para os nossos pacientes. Aí nós temos toda essa cadeia envolvida.

Falando um pouquinho de registro e o papel da Anvisa nesse processo, a agência já tem uma resolução de diretoria colegiada desde 2017 que trata do registro de medicamentos para doenças raras. Temos também resolução que trata da priorização de análise e que traz a priorização em caso de necessidades médicas não atendidas. Mais recentemente, temos resolução que trata do registro de produtos de terapias avançadas. Então, eu acho que em relação ao arcabouço regulatório para registro desses produtos, nós estamos bem.

Como colocamos aqui na nossa fala, acho que nós três indicados para Anvisa precisamos tratar a questão das filas, porque muitas vezes acaba prejudicando o acesso. Neste momento, como Cmed, como Câmara de Regulação do Mercado, estamos discutindo a melhor forma de precificar essas tecnologias. É um desafio que o mundo inteiro está discutindo: como é que você precifica uma tecnologia que vem para salvar vidas. Como o senhor mencionou, a vida não tem preço. Então, nós precisamos avaliar como precificar essas tecnologias para poder viabilizar o acesso a delas.

Finalmente, o papel da Conitec na avaliação da incorporação e na avaliação do custo-efetividade dessa tecnologia para que ela possa ser disponível para os pacientes, mas eu acredito que essa cadeia esteja sendo bem discutida para que a gente possa, no final das contas, permitir que as pessoas tenham acesso aos produtos que possam vir a melhorar a sua qualidade de vida e a melhorar a sua condição de saúde.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Daniela.

Vou perguntar agora ao Sr. Thiago Lopes Cardoso Campos.

Os medicamentos para doenças raras representam um desafio enorme para os órgãos reguladores por custarem, em alguns casos, milhões de reais e também por incorporarem novas tecnologias. Existe uma percepção de que o processo de análise é demorado, com impacto sério na vida de pacientes. O que o senhor acha que poderia ser feito para acelerar a análise de novos medicamentos para doenças raras por parte da Anvisa, no caso?

O SR. THIAGO LOPES CARDOSO CAMPOS (Para expor.) – Senador, primeiro, obrigado pela pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, primeiro, queria parabenizar o esforço que o senhor faz aqui nesta Casa, assim como a Senadora Damares e a Senadora Mara Gabrilli, para trazer esse tema em específico sobre o cuidado com os pacientes de doenças raras e também as pessoas com deficiência.

Há um dado que é bastante complexo... A gente fala em doenças raras e imagina que elas têm – e no geral, elas têm, individualmente – um grupo populacional afetado pequeno. Fala-se num n pequeno, e, para fazer essa conta do custo-efetividade, no geral, ele sempre dá um custo maior pelo número de pessoas que seriam ali alcançadas com aquela tecnologia. Esse debate a gente tem aperfeiçoado na medida em que a gente reconhece que quem tem doenças raras... No Brasil, por exemplo, a estimativa chega a 13 milhões de pessoas. Então, não... E toda vida, como o senhor bem pontuou, tem um valor inestimável, e nós temos que olhar para cada um dos cidadãos com cuidado e garantir esse acesso. Sobre a discussão da sustentabilidade a Dra. Daniela já pontuou.

Sobre a fila em específico a gente tem discutido aqui já – os três aqui, mas, com certeza, a Anvisa ao longo do tempo tem discutido – alguns mecanismos que nós podemos implementar. Um deles, Senador, é o *reliance*, é a possibilidade de aproveitar parte do processo regulatório de outras agências internacionais para que a gente possa fazer essa análise mais acelerada. As filas da Anvisa hoje, de fato, são um problema extremamente grave e talvez sejam o primeiro tema a ser tratado, se aprovados, lá na agência, quando chegarmos, mas é preciso estabelecer outros mecanismos, mecanismos, inclusive, de repactuação com o conjunto dos servidores, de estabelecermos novas metas e de diálogo com eles para que a gente possa avaliar esse processo. Esses processos em específico de tecnologias avançadas tomam um tempo dadas a complexidade e a inovação desses processos. Então, nós precisamos avançar tanto com formação dos servidores para lidar com essas análises tanto com esse diálogo com o setor para que a gente possa ter processos e petições de registro mais adequadas, que a gente possa acompanhar.

Outra solução que a gente tem pensado é uma que a gente já adotou durante a pandemia que é fazer uma submissão continuada. O que é isso? É receber os processos em cada momento e não aguardar a completude do processo de desenvolvimento e registro para que a gente possa fazer essa análise. Esse acompanhamento paulatino coloca a agência lado a lado com o submissor para que a gente possa ir fazendo os ajustes necessários durante esse processo, de modo que essa análise seja mais acelerada. Então, a gente está com uma série de ações pensadas para, se aprovados, claro, chegarmos à Anvisa, mas esse é um problema que nós vamos lidar.

E as filas também... A pergunta de V. Exa. é sobre doenças raras, mas nós temos enfrentado filas no registro geral de medicamento, nos registros de agrotóxicos, que são temas com que nós precisamos lidar, cuidando com muito carinho, se lá chegarmos, na agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – A vida não espera, Dr. Thiago.

O SR. THIAGO LOPES CARDOSO CAMPOS (*Fora do microfone*.) – Não mesmo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Leandro Safatle, recentemente, o Senado se debruçou sobre a questão do rol taxativo. Fui Relator de um projeto de lei para que o rol fosse considerado exemplificativo.

O que o senhor acha dessa questão, sob o ponto de vista da Anvisa?

Na sua avaliação, a regulação de coberturas de planos de saúde deve considerar critério exclusivamente técnico ou também incorporar aspectos sociais e jurídicos, como decisões judiciais e o princípio da dignidade humana?

O SR. LEANDRO PINHEIRO SAFATLE (Para expor.) – Obrigado, Senador, pela questão.

Esse tema é mais direcionado para a ANS, não para a Anvisa, sobre o rol taxativo, mas vamos lá.

Eu vou pegar um pouco das questões que foram trazidas aqui, que eu acho que são importantes, sobre o processo de trabalho da Anvisa. O senhor trouxe temas muito importantes aqui nas perguntas sobre a questão das doenças raras. Eu acho que isso tem um papel essencial na transformação tecnológica por que esse setor vem passando. O setor vem se transformando, nos últimos anos, nas últimas décadas, de forma bem substancial. As inovações vêm acontecendo de forma muito rápida. Eu até trouxe aqui na minha fala inicial como a gente está vivendo um período de transformação muito grande, por mudança de perfil até, do processo tecnológico que está acontecendo. Drogas cada vez mais específicas e cada vez mais caras têm entrado e substituído terapias tradicionais. Então, é um processo de transformação que está acontecendo, recente, muito grande, dentro desse setor.

Essas drogas estão cada vez mais aparecendo, drogas caras, drogas novas, entrando de forma a trazer um impacto muito grande dentro do sistema de saúde. O Brasil é um dos maiores mercados de medicamentos do mundo. O Brasil também é o país, dos países em desenvolvimento, onde entram mais inovações no mercado, é o que absorve mais inovações. Essas tecnologias novas entram, e você tem todo um sistema regulatório desenhado para poder absorver essas tecnologias no país: a Anvisa faz um papel fundamental em avaliar a questão de segurança e eficácia dessas novas tecnologias; logo na sequência, vem a Cmed, fazendo um trabalho de avaliação de preço dessas novas tecnologias; depois vem a Conitec, fazendo análise de incorporação. Para essas novas tecnologias, então, tem esse desenvolvimento, que está acontecendo de forma bem acentuada, tem métricas específicas que são feitas, que estão sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvidas e implementadas para poder fazer o processo de incorporação dessas novas tecnologias dentro do sistema de saúde.

A Daniela trouxe a argumentação da... Foi uma metodologia nova muito importante, que é a questão da análise de compartilhamento de risco. Então, você consegue avaliar... No processo de aquisição dessa terapia você vai avaliando os riscos e compartilhando os riscos no processo de análise, você vai avaliando como é que esse paciente está sendo acompanhado e como é que a terapia está sendo absorvida, por meio desse paciente. Por meio desse sistema complexo, você consegue enfrentar de uma forma muito mais bem estruturada todo o processo de incorporação dessas novas tecnologias, que é um desafio grande que acontece para a ANS também, que é a questão do seu rol, que está sendo definido, de incorporação, de acesso a essas novas tecnologias, e fornecendo essas novas tecnologias tanto para o público, no caso da Conitec, da população do Sistema Único de Saúde, quanto, no caso da ANS, para a população dos planos de saúde.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, vamos ao próximo Parlamentar inscrito, Senador Carlos Portinho.

Não está presente.

Senador Humberto Costa.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Eu gostaria que V. Exa. avaliasse, com a anuência do Plenário, se a gente pode, de três em três, fazer as perguntas, e os questionados anotariam, para dar uma dinâmica mais célere.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Acatando a sugestão de V. Exa., vamos então ao próximo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto Costa está ausente.

Senador Fernando Dueire, V. Exa. tem a palavra para os seus questionamentos.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu vou pedir aos sabatinados que anotem, para depois, no final, darem as respostas em conjunto.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, convidados aqui presentes, senhores indicados que estão à mesa...

Primeiro, eu gostaria de registrar que perguntas e dúvidas que eu poderia apresentar, o Senador Romário, com muita propriedade, já, de alguma forma, o fez. Então, Sr. Presidente, basicamente, eu gostaria de colocar que a indicação do Presidente Lula faz uma homenagem, hoje, no caso da Anvisa e da ANS, ao Estado brasileiro, àqueles que são dedicados a uma carreira de excelência, àqueles que, de fato, têm uma entrega muito grande a esse imenso desafio que a Anvisa e a ANS têm pela frente, de forma que eu gostaria... Como as perguntas já foram colocadas e já respondidas, eu gostaria aqui, em vez de indagar, de fazer um registro para homenagear os quatro indicados que aqui estão na sabatina e, em especial, a Dra. Daniela Marreco Cerqueira, que eu tive a honra de relatar, por designação de V. Exa.

É uma servidora pública de excelência, uma pessoa extremamente aplicada, e todos nós, cidadãos brasileiros, vamos ter um grande ganho com as indicações postas, que, se Deus quiser, serão aprovadas.

Fugindo até um pouco do protocolo, a votação foi secreta, mas acompanho também o Senador Romário, e colocar que eu tive muita honra em apresentar o voto "sim" a todos. De forma que apenas faço uma sugestão, que fica para frente, de que, no próximo ano, V. Exa. possa chamar aqui, convidá-los, para que a gente possa conversar um pouco mais aqui sobre o que foi dito, o que foi perguntado e o que foi respondido.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos à próxima inscrita, Senadora Zenaide Maia.

V. Exa. tem a palavra para os seus questionamentos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, nossos sabatinados: Wadih, da ANS; Daniela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– eu fico muito feliz, viu, Daniela, apesar de ainda serem três homens por mulher, mas a gente já está vendo mulheres por aqui em quase todos os lugares –; Leandro Pinheiro, Thiago Lopes Cardoso Campos.

O que eu vou falar não é bem perguntar. Existe algo... a Anvisa fez uma explanação aqui maravilhosa. Eu queria dizer que essa é a hora de a gente ampliar o diálogo com a sociedade e com o setor regulado. Pouco a sociedade sabe, as pessoas não sabem que esta sabatina não é para ficar restrita, Presidente Marcelo Castro, só a esta Casa. As pessoas conhecerem a importância da Anvisa para o SUS, que estrutura saudável, porque ouve falar que demorou a liberar medicamento ou incluir no SUS. Deve-se mostrar à população a importância da Anvisa para o SUS. Se o SUS é uma pérola, a Anvisa é, no mínimo, ouro ou prata. Aí vem a Agência Nacional de Saúde, que é algo que a gente vê. Quando a gente pergunta à Anvisa sobre doenças raras, medicação. O trabalho da Anvisa, na verdade, é ter uma comprovação terapêutica, eficácia terapêutica comprovada cientificamente, e saber os efeitos colaterais, porque já tem outro órgão, que é a Conitec, que é quem incorpora ao SUS.

E a Agência Nacional, o que eu sempre digo quando os planos de saúde não estão querendo incorporar novas tecnologias, novos medicamentos para as pessoas com doenças raras, lembrando que essas pessoas já têm uma luta para ser considerada uma doença – né, Marcelo? –, para ter um CID? Que os planos de saúde não podem estar escolhendo, me desculpe, que doenças eles vão tratar ou não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Até porque a gente sabe que, quando se fala de SUS, gente, todos nós dependemos. Muitas vezes as pessoas dizem: "Não tenho nada a ver com o SUS, pago o meu plano de saúde". Gente, quem paga o plano de saúde, Brasil – eu estou mostrando isso aqui –, quem paga o plano de saúde de primeiro mundo para praticamente todos nós aqui é a população. Nós temos uma saúde com tudo que a ciência oferece para nossas famílias, para todos. Quem doa? Aqueles 85% que não têm acesso a essas tecnologias. Por quê? Quem paga são eles, porque tudo que eu pago aos planos de saúde para a minha família ter uma saúde de primeiro mundo é deduzido do meu Imposto de Renda, sim. E esse Imposto de Renda iria para o SUS. Por isso que a população tem que entender os papéis e a importância de cada uma dessas instituições que estão aqui.

Não tenho dúvidas de que Daniela, Leandro, Thiago e ele, só pelas propostas e por mostrarem a que eles se propõem, a gente já sabe que os senhores têm um conhecimento profundo, como ele mostrou aí, das dificuldades.

Aqui a gente não está contra a saúde complementar, porque a gente sabe que a gente depende... O Brasil hoje, mesmo que quisesse fazer, não tem como dar conta de toda, principalmente, média e alta complexidades, que ficam em instituições privadas sem fins lucrativos e em instituições privadas como um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo. Então, é por isso que eu digo: eu estou ajudando aos senhores, sem perguntar como, a se aproximar da sociedade. A sociedade tem que saber dessa transversalidade, que uma não sobrevive... O SUS precisa da Anvisa, o SUS precisa da Conitec, o SUS precisa da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Por isso eu estou querendo explicar, não para os nossos colegas Parlamentares, mas já pegando esse gancho aqui, que as pessoas têm que tomar conhecimento...

A gente ouve muitas vezes: "O que é isso, Dra. Zenaide? Eu sou médica de formação. Eu não tenho nada a ver com o SUS". Eu digo: "Senhora, onde a senhora está vivendo? Até porque, mesmo que quem estivesse pagando não fosse a população para a gente ter uma saúde de primeiro mundo, mesmo que não tivesse isso, a senhora não faz um transplante de órgãos, a senhora não tem um Samu". Urgência e emergência, em sua grande maioria, são nos hospitais da Ebserh, se for uma altíssima complexidade.

Então, aqui, não sabatinando, mas achando que eu estou tendo a oportunidade de aproximar – já pegando esse gancho da Anvisa, que botou aqui a ampliação do diálogo com a sociedade –, informação é poder. Estão aqui os órgãos, TV, rádio, todos estão aqui e estão passando para as pessoas, dizendo: "Não, esse medicamento não foi liberado para o SUS, e a culpa não é da Anvisa. Vamos saber com a Conitec". E a gente sabe que precisa da Anvisa. Como nós vamos ter produtos saudáveis, gente, para salvar a vida da gente? Esse papel é da Anvisa, agência que foi criada, como ela falou aqui, há tantos anos... Lembro, eu acho que foi no Governo Fernando Henrique Cardoso. É um órgão que tem o respeito da população. E a gente tinha... Teve uma época, eu não lembro até quando, em que algo de que era aprovada a eficácia terapêutica pela Anvisa era considerado por outras vigilâncias sanitárias do mundo.

Isso é uma proposta. E para isso, mais uma vez, está aqui a Senadora Zenaide em defesa do serviço público. É responsabilidade do Estado brasileiro oferecer alimentos e medicamentos com segurança.

Quero aqui parabenizar os senhores pela apresentação e quero dizer parabéns. E podem contar com esta Senadora aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Passamos agora ao próximo.

O Senador Fabiano Contarato não está presente.

Senadora Eudócia, com a palavra V. Exa.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro. Bom dia a todos que compõem a mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui iniciar minha fala agradecendo as suas palavras, Dr. Thiago, uma pessoa que eu estimo muito. Muito grata pela sua colocação.

Quero, inicialmente, enfatizar a importância da Anvisa para o nosso país – essa entidade tão respeitada – e parabenizar todos que já fizeram parte da Anvisa e, agora, vocês, que irão iniciar esta nova trajetória.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, demais autoridades presentes, senhoras e senhores indicados à Diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e todos que acompanham esta sessão, quero iniciar cumprimentando cada um dos indicados para a diretoria de agências reguladoras essenciais para a saúde do povo brasileiro.

Trata-se de funções de enorme responsabilidade estratégica para a saúde pública, para o desenvolvimento científico e para a competitividade da indústria farmacêutica e de insumos no Brasil. A presença das senhoras e dos senhores aqui demonstra o reconhecimento à sua experiência e competência.

Gostaria de dirigir a palavra ao Sr. Thiago Campos, indicado para a Diretoria Colegiada da Anvisa, profissional cuja trajetória acadêmica e experiência técnica já tive a oportunidade de destacar na leitura do meu relatório. Sua sólida formação e atuação destacada no campo da regulação sanitária demonstram preparo para enfrentar os desafios complexos da agência.

Como médica, reconheço que uma liderança comprometida e tecnicamente qualificada, como a que o senhor representa, pode ser determinante para que a Anvisa reduza prazos, amplie a eficiência e assegure que tratamentos inovadores cheguem ao paciente no menor tempo possível, com segurança e rigor científico.

A redução da fila de pedidos de aprovação e registro de medicamentos pendentes é um desafio urgente para a Anvisa. E tenho plena convicção de que a sólida experiência, o conhecimento técnico aprofundado e a dedicação do Dr. Leandro Safatle, da Dra. Daniela Marreco e, de forma especial, do Dr. Thiago Campos, cuja competência e compromisso com a saúde pública são amplamente reconhecidos, serão decisivos para eliminar esse passivo histórico e estabelecer um padrão de análise ágil, eficiente e à altura das demandas da população brasileira.

Reitero meus cumprimentos pelas indicações e tenho a convicção de que ajudarão a fortalecer as agências reguladoras, para garantir ao povo brasileiro acesso rápido e seguro a medicamentos e tecnologias inovadoras de saúde.

Gostaria, agora, de formular um questionamento aos indicados à Anvisa, para compreender como a Anvisa pode evoluir no registro e aprovação de inovações, especialmente aquelas de fronteira tecnológica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como terapias gênicas, vacinas personalizadas, produtos de terapia avançada e dispositivos médicos de última geração.

Quais mudanças ou aprimoramentos a senhora, Dra. Daniela, e os senhores, Dr. Leandro e Dr. Thiago, defendem para tornar o processo mais ágil, seguro e favorável à inovação, sem abrir mão do rigor científico?

E aqui até antecipo, Dr. Leandro, que eu havia conversado com o senhor em outro momento, em outra ocasião, sobre terapia gênica, vacinas personalizadas. Aqui eu cito a vacina de RNA mensageiro que ainda está em estudo – ainda está em estudo –, mas, para medicina, cinco anos é rápido. Passam muito rápido três anos, cinco anos, e queira Deus que, em dois anos, nós já estejamos com essa vacina personalizada de RNA mensageiro pronta para ser usada nos tratamentos oncológicos, não só aqui no nosso Brasil, mas em todo o mundo.

Então, por gentileza, eu queria que vocês respondessem a essa pergunta, porque, como a minha colega Senadora Zenaide falou, nós que somos médicos, como também o Presidente Senador Marcelo Castro, entendemos a importância da Anvisa, da celeridade de vocês aprovarem – lógico, com rigor científico, como eu aqui coloquei, mas focado na celeridade – essa autorização dessas inovações tecnológicas em nível de medicamentos, de terapias gênicas e de vacinas que, com certeza, irão chegar rapidamente aqui no nosso país.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Faltam dois Senadores inscritos. Eu acho que a gente podia concluir, e aí os sabatinados responderiam a todos.

É o Dr. Hiran e, em seguida, o Nelsinho Trad.

Com a palavra V. Exa., Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Querido Presidente Marcelo Castro, Dr. Wadih Damous, Dra. Daniela Marreco, Dr. Leandro Safatle e Dr. Thiago Lopes, quero desde já desejar a vocês, aprovados que certamente serão, que tenham uma gestão muito profícua nessas duas agências, porque, para mim, como médico, como médico ativo atuando nesse sistema de saúde gigantesco no Brasil, que compreende o SUS e a saúde suplementar, vocês têm uma responsabilidade do tamanho deste país, principalmente no acesso das pessoas que mais precisam de inovação e que precisam também da saúde suplementar – e aqui especificamente para o meu amigo Damous –, que precisam de um sistema mais simétrico e mais equilibrado na saúde suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desejo a vocês muito sucesso e vou diretamente a algumas perguntas que acho que são muito pertinentes nesta ocasião, para a gente saber um pouco daquilo que vocês pensam em relação ao ambiente que vocês vão encontrar no futuro, nessas atribuições, em agências tão importantes, como já foi falado aqui pelos que me antecederam.

Queria fazer algumas perguntas ao Dr. Damous, primeiramente a respeito da forma de remuneração na saúde suplementar.

Nós temos dois modelos. Um modelo que se chama *fee-for-service*, que é o pagamento por serviço, que é muito utilizado e que nós defendemos – nós, médicos, defendemos –, porque é um método de remuneração mais justa. O que acontece é que esse método de remuneração, ao longo do tempo, começou a ser questionado por conta de alguns desequilíbrios, porque, ao valorizar muito pouco o ato médico, a consulta médica, houve uma tentativa de complementar o valor da consulta médica, do nosso ato médico, a coisa mais genuína da nossa profissão, com exames complementares, e aí deu-se um desequilíbrio.

E aí surgiu o *capitation*, que é essa contratualização de um determinado número de vidas para que quem presta o serviço receba fixo pela atenção a essas pessoas. A capitação, a meu ver, é um modelo que é muito bom para as operadoras de plano de saúde, mas é muito ruim para o médico e para os usuários, porque ele é uma tentativa clara de diminuir sinistralidade, que é um negócio muito bom para quem presta o serviço, para as operadoras, mas é muito ruim para o paciente, é muito ruim para discricionariedade do paciente, para ele ter acesso, inclusive, a alguns tratamentos, algumas terapêuticas mais custosas para quem contratualizou.

Eu queria saber do senhor qual o seu pensamento em relação a esses dois modelos e se o senhor teria uma ideia do que seria melhor para a remuneração de quem presta serviço na saúde suplementar.

Algumas operadoras de plano de saúde têm dado preferência a estabelecer também um atendimento próprio aos seus usuários, o que nós chamamos de verticalização. O senhor não acha que isso desequilibra e também restringe o acesso às pessoas que têm plano de saúde neste país?

Quero também dizer a V. Exa. que o senhor é um homem muito preparado, muito experiente, político que foi, fomos colegas Deputados juntos, mas nós temos um grande desafio também: nós precisamos aperfeiçoar a Lei 9.656, porque ela é de 1998, nós já conversamos sobre isso. Nós tivemos duas Comissões Especiais nesta Casa com o intuito de aperfeiçoá-la, porque ela virou uma colcha de retalho, que vai sendo aperfeiçoada através de medidas provisórias, de muitos mecanismos infralegais. Nós precisamos realmente modernizá-la. Esse é um desafio que tem que ser feito por nós todos, com a agência participando efetivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa lei... A gente tentou, através de uma Comissão Especial de que eu fui Presidente e o Senador Rogerio Marinho foi o Relator, fizemos um grande trabalho, ouvimos todos os *players* desse ecossistema e nós não conseguimos evoluir com o relatório final. No outro mandato, eu já fui o Relator da matéria, da Comissão Especial. Peguei como exemplo o trabalho que tinha sido muito bem-feito pelo Relator Rogerio Marinho e tentei aperfeiçoá-lo, sempre ouvindo todos os entes envolvidos – operadoras, prestadores, usuários –, e, depois de muito trabalho, também nós não conseguimos avançar.

Isso é um exemplo da dificuldade que nós encontramos quando nós tentamos parametrizar de uma maneira mais equitativa, mais igual, essa relação entre planos de saúde, prestadoras e usuários. E nós médicos, pessoas físicas e jurídicas, eu acho que somos, inclusive, o lado mais fraco e mais mal remunerado nessa relação. É um desafio para V. Exa.

E eu queria, finalmente, saber se V. Exa. tem a ideia de regulamentar e impor limites a essa verticalização no âmbito da saúde suplementar, que, como eu volto a dizer, eu acho que é um modelo que, assim como o *capitation*, é muito ruim para o usuário, quer dizer, é um grande negócio para as operadoras de planos de saúde, mas ela pune muito os usuários, nós usuários que usamos tanto o SUS quanto a saúde suplementar, mais aqui especificamente na saúde suplementar, porque as estruturas, ao utilizarem esses modelos, tendem a postergar procedimentos mais caros, e isso é muito nefasto para quem procura uma saúde de melhor qualidade.

Esses seriam os questionamentos que eu gostaria de fazer para V. Exa. Aí, depois, vocês podem avaliar quem quer responder. Eu acho que todos aí são profundos conhecedores da matéria.

E, agora, para a Diretoria da Anvisa, eu queria perguntar a respeito do Sistema Único de Saúde: como o maior comprador de fármacos e imunizantes do país, como o SUS, incluindo a estrutura e regulação da Anvisa, pode ser usado para direcionar as prioridades nacionais do mercado farmacêutico brasileiro e permitir o fortalecimento da indústria farmacêutica nacional?

Segundo: recentemente, por conta de tarifas impostas pelos Estados Unidos ao Brasil, aventou-se a possibilidade de se realizar a suspensão de patentes de medicamentos americanos como forma de retaliação econômica contra aquele país. Quais seriam as repercussões dessa eventual medida para o mercado brasileiro farmacêutico, no que se refere à chegada de produtos inovadores e também qual a repercussão para os pacientes que necessitam dessas terapias?

Terceiro: o Congresso Nacional aprovou o novo marco legal da pesquisa clínica com seres humanos, a Lei 14.874, de 28 de maio de 2024, que foi sancionada, com vetos, pelo Presidente da República, mas que foram derrubados posteriormente pelo Parlamento. O primeiro dispositivo, antes vetado, determina que o Ministério Público seja comunicado sobre a participação de membros de grupo indígena em pesquisas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clínicas. O outro estabelece que a oferta de medicamento experimental administrado na pesquisa clínica só poderá ser interrompida depois de cinco anos em que ele estiver disponível na comercialização pela iniciativa privada. Qual a opinião de vocês sobre a nova lei de pesquisa clínica com seres humanos aprovada no nosso país?

Quarto: qual o posicionamento, no mérito, sobre a aposição desses vetos e sobre sua posterior derrubada?

E, finalmente, eu queria fazer uma colocação em relação ao tempo de análise e à fila de processos na Anvisa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Hoje, um dos grandes problemas apontados pelo setor farmacêutico é em relação ao tempo – três anos, em média – em que os registros de medicamentos ficam na fila esperando a análise da agência. Segundo o relatório de gestão de 2024 da Anvisa, em 2023 foram publicados 343 registros de medicamentos e, já em 2024, foram 278, uma redução de quase 20%. O mesmo relatório fala que a entrada de processos é recente, o que indica o crescimento da fila. E levantamentos apresentados pelo setor indicavam que, em 2023, havia cerca de 18 bilhões em novos medicamentos, que estão nessa fila da Anvisa.

Qual a opinião de vocês sobre essa questão? Na sua gestão, o que se pretende fazer para solucionar ou mitigar esse problema? E como as novas tecnologias, como a inteligência artificial, podem ajudar na gestão dos processos de trabalho da Anvisa para diminuir o tempo de análise?

Muito obrigado a todos e muito sucesso na gestão de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos ao próximo Senador inscrito, Senador Nelsinho Trad; depois, para encerrar, o Senador Alan Rick.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para interpelar.) – Senador Marcelo Castro, para mim é um privilégio participar desta sabatina, muito bem comandada por V. Exa. e pelos colegas que aqui se fazem presentes.

Antes de fazer a minha pergunta, que vai ser direta e reta, eu gostaria de parabenizar a todos que receberam a honrosa indicação de poderem se habilitar a serem instituídos ao cargo que lhes foi designado. A gente observa uma ansiedade, uma vontade muito grande de poder entrar dentro daquilo a que foi predestinado e poder produzir para a sociedade brasileira. É muito importante ouvir aqueles que lá já estão, porque muitas vezes a gente entra com vontade de resolver o mundo, e não é bem por aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha pergunta vai para o Dr. Wadih. Na opinião de V. Sa., a prática de rescisão unilateral imotivada deve ser vedada para os planos coletivos? E em que condições?

Eu faço esse questionamento porque lideramos aqui, na Comissão de Defesa do Consumidor, uma provocação que tivemos a respeito de rescisões unilaterais de planos de saúde coletivos, e aí, ao olhar com lupa aqueles que estavam sendo rescindidos, observamos que ali tinha pessoas, pacientes com autismo e com doenças raras, fazendo uma seleção de se colocarem nesses planos que estavam procedendo dessa forma aquelas pessoas que potencialmente poderiam não precisar do plano. Houve 36.179 reclamações, dado esse apresentado pelo Subprocurador-Geral da República, de pessoas com autismo e doenças raras ou seus responsáveis, sendo 5,4 mil só de rescisão.

Além desse questionamento, Dr. Wadih, também veio uma denúncia do chamado plano de saúde água com açúcar, que é aquele que só daria direito à consulta, e nem direito a exame o paciente poderia vir a ter.

Eu sou médico. É praticamente impossível, nos tempos em que nós estamos vivendo hoje, você atender uma pessoa e, apenas com exame clínico, fazer um diagnóstico. Isso coloca até em risco a atitude do médico de não ter pesquisado a doença a fundo e não ter ido atrás dos exames complementares que são essenciais para a elucidação do diagnóstico.

Aí veio, na audiência pública que a gente fez, a resposta: "Não, isso aí é para desafogar o SUS". Pelo amor de Deus! Ele vai ser atendido pelo plano de saúde, nós vamos atender, vai precisar fazer o exame. Onde é que vocês acham que ele vai fazer o exame? Se não vai conseguir fazer pelo plano dele, ele vai para o SUS, vai tentar fazer com que algum médico transcreva, e por aí vai. Eu gostaria que V. Sa. se debruçasse sobre esse assunto. É um assunto muito sensível, e chegou até a ser aventada a possibilidade de uma CPI aqui no Senado, ou seja, o horizonte, se isso continuar, são nuvens negras que tem pela frente.

E eu queria fazer também agora uma pergunta para a Dra. Daniela Marreco, a respeito... É um comentário, não é bem uma pergunta; também para o Dr. Leandro e para o Thiago Campos.

Saiu o Alex Campos, entrou o Thiago Campos. Vocês estão... Cadê o Alex? Está lá. Mas não são parentes, né?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Os Campos não saem. (*Risos.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Não saem. Mas, olha, esse sobrenome produziu muito para a Anvisa. Mire-se no seu contraparente, que você vai bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos vivendo uma época da crise metabólica da sociedade brasileira. Pode observar que tem muita gente com sobrepeso. Aqui mesmo no Senado, os vários que tinham e emagreceram lançaram mão das canetas emagrecedoras. Em sendo isso comprovado com uma eficiência – que foi pelo menos nos colegas que a gente viu –, eu gostaria de um comentário a respeito da provocação que nós fizemos à Conitec de disponibilizar as canetas emagrecedoras para o SUS. "Ah, mas é caro, é muito dispendioso." Senador e médico colega Marcelo Castro, você vai resolver a questão da diabete, da hipertensão arterial, do AVC, doenças essas que, quando acometem o paciente, demandam um longo período de tratamento, de sequelas em algumas vezes, e isso, sim, encarece o Sistema Único de Saúde. Então eu gostaria de levar esse assunto mais para a frente, porque é muito interessante essa medicação que saiu. Eu sou urologista, eu faço uma comparação com quando saíram os comprimidos da disfunção erétil. Você ficava duas horas, três horas conversando com o paciente, achando que era uma impotência psicogênica, ao passo que, ao saírem esses medicamentos, você pode ter certeza de que isso foi uma revolução na área da urologia e da andrologia. Então eu gostaria de comentários de V. Exa.

E, por fim, quero me somar ao colega Dr. Hiran e fazer aqui, não deixando de mencionar a capacidade do Dr. Barra Torres, que foi inegável perante a Anvisa... Mas eu acho que quem conseguir resolver esse tempo de análise dos processos vai ganhar um busto lá na frente. Era esse o comentário.

Muito obrigado, Dr. Marcelo Castro, nosso Senador Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E vamos ao último Senador inscrito, o Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Marcelo Castro, e os indicados para a Anvisa e também para a ANS, o Dr. Wadih Damous, o Secretário Leandro Safatle e os Diretores Thiago Lopes Campos e Daniela Marreco.

Minha primeira pergunta, sendo bastante objetivo e apenas corroborando o que já foi dito pelo Senador Nelsinho a respeito dos planos de saúde com cobertura reduzida, é sobre a opinião do Dr. Wadih acerca desse tema que possibilita o aumento do acesso às pessoas a planos de saúde, que é a saúde suplementar.

Para a Anvisa, o que nós ouvimos muito da sociedade de profissionais de saúde e também do setor regulado é – obviamente, os senhores são sabedores deste problema, desta dificuldade que nós temos – a demora da Anvisa para avançar nas áreas de processo de regulação, regulamentação e autorização de medicamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta fica aberta para toda a Anvisa: como a Anvisa pode avançar para atender melhor à sociedade e ao setor regulado, com mais rapidez, com mais eficiência em relação à área de medicamentos, de pesquisa e de acesso a esses produtos? E que experiências internacionais podem ser adaptadas à nossa Anvisa para que a sua atuação seja mais eficiente com relação a esse tema?

Por último, um tema que é bastante discutido aqui no Congresso Nacional e tem sido, inclusive, alvo de vários posicionamentos da população é o acesso de pessoas com doenças raras aos chamados medicamentos órfãos, que são objeto da RDC nº 205, de 2017, da Anvisa. Na opinião dos senhores, quais avanços esse regulamento trouxe para os pacientes e que mecanismos regulatórios ainda precisam ser aperfeiçoados em relação a esses produtos?

Muito obrigado.

São essas as perguntas.

Boa sorte e bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou agora passar a palavra aos sabatinados para que eles possam responder às Sras. e aos Srs. Senadores que fizeram questionamentos.

Vamos pela ordem, da direita para a esquerda.

Com a palavra, o Dr. Wadih Damous para responder aos questionamentos.

O SR. WADIH NEMER DAMOUS FILHO (Para expor.) – Sr. Presidente, em relação às indagações do Senador Dr. Hiran. Senador, parece-me que essas formas de remuneração *capitation, fee-for-service* dizem respeito à contratualização, à celebração de contratos dos prestadores com as operadoras. Nós sabemos que a regulação não abrange os prestadores. A Lei 9.656 regula as operadoras de plano de saúde. Essas questões contratuais e a própria prestação, a própria atividade dos prestadores de serviços, ficou de fora da regulação.

Agora, nós temos que reconhecer que isso pode afetar uma boa prestação de serviços. Isso pode afetar a relação dos consumidores com os planos de saúde, e dos planos de saúdes com os consumidores, não é? A agência tem que estar atenta a isso.

E acho que essas questões que o senhor levantou, se elas não estiverem especificamente pautadas na agência, cabe pautar. Não no sentido de a agência interferir diretamente, porque, repito, é uma questão contratual dos prestadores em que a agência não se imiscui diretamente. Mas, a partir do momento que isso possa afetar uma boa qualidade da prestação de serviços, isso pode atrair a atenção e a atuação da agência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para saber: "Bom, vamos aperfeiçoar isso. Vamos sugerir, induzir, não é?". Mas nós não podemos dizer que tem que ser assim ou tem que ser assado, porque nós – eu não estou nem lá ainda –, ou melhor, a ANS não pode dizer, porque ela não regula essa parte. E não regula não é porque não quer; não regula porque a lei não lhe atribuiu essa prerrogativa, essa competência.

Enfim, é o meu entendimento a esse respeito.

Mas, repito, é uma questão sensível, e, a partir do momento em que isso possa afetar uma boa prestação de serviços por parte das operadoras, a ANS pode interferir, no sentido de induzir, de propor, de sugerir, de ver qual é o melhor método, qual é o melhor sistema, enfim. Mas regular de uma forma impositiva não me parece, salvo melhor juízo, pelo menos no estado da arte da regulação, não me parece que seja uma atribuição da ANS.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, se me permite apenas uma consideração em relação ao...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Hiran. V. Exa. está com a palavra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, eu entendo que a atuação da agência nesse sentido também é fundamental, viu, Dr. Wadih? Por quê? Vou lhe explicar por quê.

Tem muita gente que não entende o que é *capitation*, *fee-for-service*. Vou ser mais didático. Eu tenho uma clínica que atende, vamos supor, e um plano de saúde chega em mim e diz assim: "Você vai atender oftalmologia para 10 mil vidas e você vai fazer um *capitation*". O que é isso? Você vai ganhar R$200 mil, hipoteticamente, para atender 10 mil vidas, num determinado espaço de tempo. Ora, se ele já sabe quanto vai ganhar num determinado espaço de tempo, o que o gestor vai pensar? Ele vai dizer: "Olha, eu vou jogar a sinistralidade bem baixo, quer dizer, eu vou indicar pouca cirurgia, poucos exames que são custosos. O que eu puder fazer para jogar para a frente, para minimizar os custos da minha estrutura, para sobrar mais dinheiro para mim, eu vou fazer". Aí o que vai acontecer? O paciente vai ser cerceado de uma prestação de serviço médico de maior qualidade e mais adequada.

É por isso a minha preocupação com esse modelo. Esse modelo é extremamente negativo, é muito ruim para os usuários. E ele está se tornando um modelo que está se espalhando por este país de uma maneira endêmica.

Então, é por isso que eu acho que a agência – que tem como finalidade principal dar um equilíbrio a esse sistema e facilitar o acesso das pessoas a uma saúde de qualidade que é cara na saúde suplementar –, eu acho que nós precisamos, sim, ter um olhar muito cuidadoso para essas relações, porque eu volto a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfatizar aqui a importância de a gente coibir esse modelo, porque esse modelo realmente tira o acesso e tira inclusive a discricionariedade de um paciente. O paciente fica amarrado àquele modelo. Ele não pode dizer: "Olha, já que eu contratualizei... Quando eu contratualizei, eu não sabia que tinha esse tal desse *capitation*. Eu pensei que eu podia procurar um médico credenciado ali, uma clínica credenciada acolá, mas não". Ele fica amarrado nesse ecossistema em que a operadora fechou esse contrato para cuidar daquelas 10 mil pessoas.

Então, eu acho que isso é uma coisa para que nós devemos olhar com muito cuidado e carinho. E conte comigo para ser aí um colaborador para discutir e para tentar aperfeiçoar esse modelo!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – V. Exa. tem a palavra, Senador...

O SR. WADIH NEMER DAMOUS FILHO – Senador, não.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador, não.

Deputado, Deputado Wadih Damous!

O SR. WADIH NEMER DAMOUS FILHO (Para expor.) – É uma honra estar aqui, mas ainda não é o caso. (*Risos.*)

Senador Hiran, eu acho absolutamente pertinente a sua preocupação. É bom, porque eu acho que sabatinas como esta devem servir também para nós aproveitarmos questões que surjam no seio do debate. Então, é uma questão que eu desconheço, que eu desconhecia, V. Exa. está me trazendo à colação agora. Eu me comprometo com o senhor a debater esse assunto internamente, caso esta Casa me honre com a indicação, sem dúvida.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado.

O SR. WADIH NEMER DAMOUS FILHO – Essa questão... Senador, é outra questão, quer dizer, não é essa questão específica, mas o fato de a ANS não poder regular, porque a lei assim não lhe atribuiu, o setor de prestação de serviços – hospitais, clínicas, etc. – é um problema, é um problema! Enfim, assim foi desenhada a lei, mas essa questão específica, eu acho, pode de fato influir na boa ou na má prestação de serviço, no bom ou no mau atendimento médico. Então, eu me comprometo aqui, com o senhor.

Sobre a questão da verticalização, disso, de fato, até pela imprensa, nós acabamos tomando conhecimento. As grandes operadoras, cada vez mais enxugando o mercado, adquirem redes hospitalares,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

etc. Isso pode configurar um aspecto. Bom, já que o hospital pertence ao plano, pode significar ali um melhor controle da qualidade da prestação de serviços, talvez possa – isso em prol da operadora, esse outro aspecto – baratear custos; seria bom que baratear custos também influenciasse no valor da mensalidade, essa é uma questão. Enfim, pode ter as suas vantagens.

Ao mesmo tempo, a verticalização, que parece ser uma tendência hoje no setor, que tem se configurado aí diuturnamente, Senador Marcelo Castro, pode afetar a concorrência, pode afetar a liberdade de escolha do consumidor. Ele fica com pouca liberdade de escolha para planos mais acessíveis ao seu bolso. Então, também é algo... Repito, a não ser que – e não seria nem atribuição exatamente direta da ANS – essa verticalização se configurasse ali em prática de cartel... E não estou dizendo que acontece isso, estou dizendo em tese, quando aí seria a atribuição do Cade, mas, do ponto de vista de que isso possa também afetar uma boa prestação de serviço, a ANS tem que estar atenta, tem que participar de um cenário de debate aí nesse sentido. Então, foi muito oportuno também V. Exa. ter trazido isso aqui ao debate.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

O SR. WADIH NEMER DAMOUS FILHO – E tem mais a questão que me parece ser... Ah, não, o Senador Nelsinho Trad... Ah, sim, o aperfeiçoamento da Lei 9.656. Há diversos projetos em curso aqui, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, nesse sentido, tratando dos mais diversos temas que a regulação oferece. E acho que a ANS tem que estar presente aqui com os senhores, em audiências públicas, em debates que os mandatos organizem, para tratar disso. Eu acho que a ANS pode e deve qualificar esse debate. Eu só espero que... É de fato uma miríade, uma quantidade muito grande de projetos de lei nesse sentido, só não pode desnaturar os princípios básicos da lei, não é? Eu acho que os princípios básicos da lei são princípios até hoje aceitáveis, que acabaram com o estado de selvageria da pré-regulação, em que valia tudo. E quem sofria com isso, muito mais do que sofrem hoje, eram os consumidores. Eu acho que a ANS tem que estar à disposição desta Casa para aprofundar de fato essas questões. Nenhuma lei é perfeita para o resto da vida. Com o tempo, ela tem que ser aperfeiçoada mesmo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É, até porque nós estamos tendo aí o advento de inteligência artificial, com telemedicina, teleconsulta... Isso é uma coisa que também impacta muito na nossa prática médica e na remuneração do médico.

E outra coisa: muitas grifes da medicina, Presidente Marcelo Castro, usam inteligência artificial, essas plataformas digitais e terminam, com o nome de grife, induzindo o usuário lá na ponta, lá no interior dos nossos estados, a achar que aquilo é uma avaliação de qualidade, quando, na realidade, o senhor sabe que, na semiologia médica, é fundamental que você tenha alguém na ponta para fazer uma avaliação clínica. É utilizar inteligência artificial, mas com alguém intermediando à distância, porque, senão, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termina considerando a inteligência artificial o modelo mais importante, quando a inteligência artificial na medicina e na telemedicina é um modelo complementar à prática médica. Senão, nós estaremos mortos no futuro.

O SR. WADIH NEMER DAMOUS FILHO – É uma ideia capciosa a de que o médico pode ser substituído. Ela é muito perigosa, de fato, é muito perigosa, não é? Então, nós temos que estar atentos a isso.

A inteligência artificial deve ser utilizada exatamente no sentido que o senhor pontuou aqui: ela deve ser complementar, ela deve aperfeiçoar, tornar mais seguros os procedimentos, mas não substituir o médico, né? Eu acho que ninguém quer isso, o paciente precisa do médico.

O Senador Nelsinho Trad trouxe aqui ao debate duas questões, uma diz respeito à rescisão unilateral de contratos coletivos e a outra, ao chamado plano popular, esse plano mais enxuto.

Bom, em relação à rescisão unilateral de contrato coletivo, eu acho que já tive a oportunidade aqui de... Essa é uma questão que até hoje, repito – e vi de perto, à frente da Secretaria Nacional do Consumidor, o verdadeiro contorno de drama que isso significa –, tem que ser enfrentada, porque ela não foi superada. Só para que todo mundo tenha claro, quem não é muito afeto ao setor: a Lei 9.656 regulou, no sentido de proibir, de vedar, a rescisão dos contratos individuais, ou seja, tanto rescisão quanto reajuste que não seja o reajuste da ANS são vedados, as operadoras não podem rescindir unilateralmente. Em relação aos contratos coletivos, o legislador se absteve. O legislador... É um velho princípio, se o legislador não quis... E essa é a questão que a ANS enfrenta.

Eu tenho fundadas dúvidas sobre a ANS resolver impor uma regulação e proibir a rescisão unilateral de contrato coletivo – e repito, mais uma vez: os reclamos dos consumidores nesse sentido são absolutamente legítimos. Tem gente que gasta quase 50% do seu orçamento pagando plano de saúde, então isso não pode ser simplesmente algo... Essa questão está na agenda regulatória desde sempre, desde antes da criação da ANS, inclusive. Agora, se a ANS fizer isso, eu não tenho a menor dúvida de que haverá uma enxurrada de judicializações, o que também traz para o setor instabilidade e traz insegurança jurídica.

Nesse sentido, pelo menos no estágio do meu entendimento nesse momento, acho que o Congresso Nacional deve dar a palavra final. Há projetos de lei, tanto na Câmara quanto no Senado, tratando dessa temática. Acho que talvez, tendo o Congresso Nacional estabelecido como lei, isso resolva a questão. Se for a ANS, essa questão vai continuar sendo enfrentada via judicialização e trazendo mais insegurança jurídica, enfim... E trazendo instabilidade ao setor. Essa é minha opinião a respeito desse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao plano chamado Plano Popular, que é esse plano mais enxuto, em que se oferecem consulta e exame, a ANS havia, recentemente, elaborado o chamado Sandbox Regulatório, ou seja, um projeto de teste, para testar a eficácia desse produto. Agora, parece-me que... Se eu estiver equivocado, depois eu me corrijo, mas talvez tenha havido uma certa precipitação da agência, porque essa proposta recebeu críticas de tudo quanto é lado, de todos os setores – consumidores, da imprensa, dos especialistas... –, porque, primeiro, tem uma questão de legalidade aí, não é? A Lei 9.656 parece ser taxativa na subsegmentação dos planos. Os planos já estão previstos ali, taxativamente, na Lei 9.656. Então, por via de regulação, num patamar infralegal, isso provavelmente também receberia ou seria alvo de questionamento no Poder Judiciário.

E, por outro lado, na questão de mérito do projeto, Senador, o que me parece, assim, de longe, ou seja, não estou ainda na agência, mas... O diagnóstico que se fez para propor esse tipo de produto pode ser um diagnóstico correto. O SUS está assoberbado? Está certo. As empresas não oferecem mais planos individuais, não comercializam mais planos individuais? É correto. Mas o remédio, eu não sei se é o remédio correto. O remédio talvez não seja o remédio correto.

Tá, o SUS está muito onerado na atenção primária. Aí vai onerar a atenção de alta complexidade? Vai onerar essa outra dimensão do SUS? Esvazia de um lado, e onera do outro? Isso tem que ser examinado, e acho que isso dá um bom debate, e é um debate necessário, que a ANS deve travar.

E, segundo os fatores também para ter se proposto esse chamado Plano Popular, o fato de os planos individuais não estarem sendo comercializados... Não estão sendo comercializados porque as empresas não querem. Não há, no mercado, plano individual porque os planos de saúde não comercializam mais planos individuais, o que é uma outra questão também tormentosa no setor. Há muitos reclames em relação a isso, que acabam induzindo as pessoas – quem pode – a criar pessoas jurídicas de cinco, dez pessoas, são planos familiares, e que são chamadas de planos coletivos. Então, essa é uma questão também que a ANS deve enfrentar.

E a pergunta do Senador Alan Rick também foi nesse sentido, do plano popular. Espero ter respondido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós vamos passar a palavra à Dra. Daniela Marreco Cerqueira para responder aos questionamentos que foram feitos pelos outros Senadores, mas antes vou conceder a palavra ao nobre Senador Rodrigo Pacheco, nosso eterno Presidente, que nos honra aqui, hoje, com a sua presença na nossa Comissão de Assuntos Sociais. E também somos honrados por receber aqui, hoje, o Ministro Antonio Saldanha Palheiro, que nos está aqui na plateia nos honrando com a sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. tem a palavra, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente, Senador Marcelo Castro. Gostaria de dizer da minha honra de me sentar na cadeira desta Comissão presidida por V. Exa., que é dos mais qualificados e preparados quadros da República. Todos nós sabemos, somos sabedores dessa sua capacidade de conduzir, de dialogar e de construir muitas pontes. Então, é uma alegria revê-lo e ser presidido neste instante por V. Exa.

Eu gostaria de fazer um registro cumprimentando todos os meus pares, Senadores, Senadoras, as pessoas aqui presentes, em especial o Ministro Antonio Saldanha Palheiro.

Faço uma saudação especial àqueles que são indicados e ora sabatinados, a começar pelos indicados à diretoria da Anvisa, Leandro Safatle, Daniela Marreco e Thiago Campos, desejando a todos muito boa sorte na sabatina, uma boa condução no seu *mister* de compor a Anvisa e faço um registro, sem nenhuma pergunta, até porque não faço parte desta Comissão, é apenas mesmo um registro àqueles que estão aqui sendo sabatinados, do quão importante foi a Anvisa para o Brasil num momento muito crítico da história nacional, quando enfrentamos a pandemia da covid-19.

A Anvisa foi uma expressão muito pura do quão relevante é a autonomia e a independência das agências reguladoras, por obra do Congresso Nacional, quando estabeleceu para elas a autonomia, mandatos para os seus membros. E essa agência foi capaz de fazer todos os enfrentamentos ao negacionismo que se implantava no Brasil naquele instante, garantindo ao povo brasileiro a lógica do enfrentamento daquela pandemia, sobretudo defendendo as vacinas para o povo brasileiro.

Eu rendo minhas homenagens ao ex-Presidente da Anvisa, o Almirante Barra Torres, que foi um homem de muita coragem naquele instante para poder fazer o que precisava ser feito, para fazer o certo na condução de uma agência reguladora que, repito, foi muito importante para o povo brasileiro. E todos os senhores – Leandro Safatle, Daniela Marreco e Thiago Campos – assumem suas missões, respectivas missões, com esse dever de manter a Anvisa altiva, independente, servindo efetivamente ao povo brasileiro.

Mas eu pedi a palavra, Presidente, para fazer um registro também muito especial, até de cunho pessoal, em relação a um dos sabatinados, meu querido amigo Wadih Damous. O Wadih foi uma grande referência da Ordem dos Advogados do Brasil, Presidente da OAB no Rio de Janeiro. Eu militei muitos anos na Ordem dos Advogados do Brasil antes de ingressar na vida pública como Deputado Federal. Compartilhamos muitos momentos juntos, inclusive no Conselho Federal da Ordem dos Advogados, eu representando Minas Gerais, e o Dr. Wadih Damous representando o seu Estado do Rio de Janeiro. Depois dessa missão conjunta na OAB, ele do Rio, eu de Minas, e depois na OAB Nacional juntos, nos reencontramos na Câmara dos Deputados – eu, Deputado Federal por Minas, ele Deputado Federal pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rio de Janeiro – e igualmente tivemos a satisfação de conviver juntos. Eu posso aqui fazer um testemunho de uma das pessoas mais sérias que eu conheci, um homem probo, ético, sério na condução das suas obrigações.

Por isso, quando me deparei com a notícia de que seria ele indicado para uma agência reguladora do país, a ANS, eu fiquei muito contente, como cidadão brasileiro, de saber que uma pessoa da envergadura dele, hoje com uma missão também muito importante no Ministério da Justiça, na Secretaria Nacional do Consumidor, se dispunha a fazer esse serviço ao povo brasileiro em uma agência reguladora.

Então, apenas, sem nenhuma pergunta e nenhum questionamento, até para que os membros da Comissão possam fazê-los aos seus indicados, eu gostaria apenas de deixar esse registro, Dr. Wadih Damous, do meu apreço por V. Exa., do meu reconhecimento pelo que V. Exa. representou para a classe dos advogados, para a Câmara dos Deputados no seu mandato de Deputado Federal e hoje também no Ministério da Justiça. Certamente V. Exa. levará esses predicados agora para a ANS, e todos nós saberemos reconhecer isso.

Então, apenas quero dizer aos colegas desse conhecimento que tenho a respeito do Dr. Wadih Damous e pedir, naturalmente, que todos nós possamos apoiá-lo para que ele possa assumir essa posição e servir bem, uma vez mais, o povo brasileiro.

Agradeço, meu querido Presidente Marcelo Castro por essa intervenção, talvez inapropriada por quem não seja membro da Comissão, mas gostaria de fazer esse registro de enaltecimento à Anvisa, pelo seu papel nacional no momento da pandemia, desejando boa sorte aos indicados, e de enaltecimento à figura do Dr. Wadih Damous.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero parabenizar o nobre colega Rodrigo Pacheco pelas oportunas palavras ditas agora, aqui, nesta sessão.

No tocante ao nosso Wadih Damous, que está sendo sabatinado, nós fomos colegas juntos também. Eu sou testemunha da sua correção, da sua dedicação como Parlamentar.

E também quero assinar embaixo de tudo que V. Exa. disse sobre o Almirante Barra Torres. Eu, aliás, já tinha conversado aqui com a Daniela e já tinha anotado o nome dele aqui, que eu iria fazer uma referência à sua postura na época da pandemia, que foi, de certa forma, uma surpresa, porque a gente ficou preocupado com aquelas questões ideológicas, com aquele negacionismo, e a Anvisa se portou incólume, não deixou ser invadida por esse negacionismo e exerceu a sua função com independência, com altivez, tudo dentro da ciência, como ela deve proceder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, vamos continuar a sabatina.

Passo a palavra ao Senador Humberto Costa para fazer os seus questionamentos, e a gente continuar a sabatina.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para interpelar.) – Primeiramente, quero me desculpar aqui com os candidatos, porque eu tive que sair. Realmente é um inferno a quarta-feira aqui. Então, eu tive que sair para votar. Eu estava inclusive inscrito no começo. Das perguntas que eu for fazer, as que já tiverem sido respondidas não precisam responder. Depois, eu procuro pegar uma opinião com vocês. Na verdade, estas questões que eu vou levantar também podem ser colocadas como preocupações.

Primeiro, quero prestar as minhas homenagens aos quatro candidatos. São todos pessoas extremamente qualificadas, com experiência no serviço público; alguns, como o Deputado Wadih, com história política também. Enfim, há vários com os quais eu tive a oportunidade de trabalhar junto, como o Thiago e o Leandro. Então, eu acho que nós tivemos uma seleção muito boa de candidatos para essas duas agências, que são tão importantes.

Com relação ao Deputado Wadih Damous, a pergunta que eu faço é: nós sabemos que não existem limites muito claros para o estabelecimento da cobrança de coparticipação em relação aos procedimentos nos planos de saúde. Existe alguma coisa pensada por V. Sa. para que isso não venha se transformar em um mecanismo que termine virando uma barreira de acesso à assistência? Existe alguma ideia com relação a isso?

A outra pergunta é sobre o tema de décadas. Eu participei da elaboração da Lei Geral dos Planos de Saúde na década de 90, e, desde o dia em que o plano foi aprovado até hoje, existe um movimento forte, por parte das operadoras, no sentido de quebrar – digamos assim – a integralidade ou essa ideia de que os planos de saúde não podem ser fragmentados e de que só se deve oferecer plano de saúde que tenha capacidade de atendimento ambulatorial e de atendimento hospitalar. Inclusive, acho que, há um ano ou dois – não estou bem lembrado –, houve até uma consulta pública na ANS admitindo essa possibilidade. E este é um tema que todos nós que temos compromisso com a saúde defendemos, no sentido de que isso não possa acontecer. Eu quero saber a posição de V. Exa. sobre isso.

Uma outra questão que sempre preocupa as pessoas é o fato da existência do descredenciamento súbito e, ao mesmo tempo, não comunicado às pessoas em relação a certos serviços. A gente sabe que o paciente, muitas vezes, se vincula a um médico de um serviço, a um hospital ou a uma unidade de saúde, e, de repente, chega a operadora e diz que esse plano não vai mais utilizar os serviços de uma determinada instituição de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o outro ponto que também me parece muito grave é o tema das clínicas populares. Essas chamadas clínicas populares não são consultórios para atendimento; algumas agregam alguns serviços muito elementares. Eu espero que, com os avanços que nós estamos tendo no SUS ao longo destes dois anos e meio do Governo do Presidente Lula, o SUS consiga melhorar a qualidade do atendimento, melhorar o acesso, e essas clínicas se tornem – digamos – desnecessárias; mas hoje elas fazem um tipo de atendimento em que a grande parte da conta, a maior conta, é do Sistema Único de Saúde, que vai fazer o exame mais complexo, que vai atender o paciente na especialidade, enfim... Então, acho que deveria haver uma regulamentação.

Os planos de saúde anteriores à lei de 1998 também não tinham regras, e as regras foram definidas com a legislação posteriormente regulamentadas pela própria ANS. Então, acho que um compromisso importante da nova direção deve ser, de alguma maneira, estabelecer algum regramento para o funcionamento dessas clínicas populares. Talvez, o Agora tem Especialistas possa também ser um caminho de agregar alguns desses serviços às necessidades do SUS.

Com relação ao pessoal da Anvisa, vou perguntar só ao Leandro, para não tomar muito tempo, porque ele pode, eu acredito, responder por todos. Primeiro, sobre o tema do cigarro eletrônico, nós temos aqui uma luta difícil, travada dentro de uma trincheira, de impedir qualquer tipo de regulamentação ou legalização por qualquer que seja o argumento – para arrecadar imposto, porque é bonito e tal, o que quer que seja. A Anvisa tem que ter uma posição firme, reiterada; tem que agir e cobrar do Ministério da Saúde que faça esclarecimentos, especialmente aos mais jovens, quanto ao dano que o chamado cigarro eletrônico produz. Então, queremos da Anvisa uma posição muito firme nisso.

Outro ponto sobre o qual nós queremos uma posição firme da Anvisa... E tivemos neste debate, que foi difícil, o debate da comercialização de plasma no Brasil. Eu acho que essa coisa vai ficar obsoleta, porque a Hemobrás está avançando fortemente para fazer o fracionamento do plasma no Brasil. Está terminando o contrato que manda para a Suíça, para fazer o processo de fragmentação, de formação dos hemoderivados, mas ainda é um problema.

É possível que, no ano que vem, não haja mais nenhum tipo de perda de plasma. Está se trabalhando junto aos bancos de sangue privados para que se consiga isso, mas é fundamental a posição da Anvisa no sentido de mostrar que o plasma não é algo comercializável, é parte do sangue, e o sangue no Brasil é claramente um bem público, que não pode ser objeto de nenhuma comercialização.

Outra questão diz respeito ao tema do registro de medicamentos. Eu acho que isso já deve ter sido abordado aqui. Acho que tem que haver um esforço da agência juntamente ao Governo Federal. O Parlamento está inteiramente disposto a fazer esse esforço em comum, para que nós possamos eliminar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gargalos, principalmente do ponto de vista de recursos humanos da agência, para que ela possa rapidamente analisar, avaliar e registrar medicamentos, até porque isso termina representando um problema para o SUS.

A gente sabe, por exemplo, que, nessa área de hemoderivados, existe hoje no Brasil uma empresa que tem um monopólio – não é? – , e que, se você quiser comprar, tem que comprar dela. Quando existe uma concorrência, não existem outros medicamentos registrados para participarem da concorrência e fazer o preço baixar. O que acontece é que hoje o SUS está pagando uma fortuna imensa, não é? Também é uma outra coisa que, se Deus quiser, a Hemobrás vai ajudar a resolver; mas, por exemplo, se tivesse, no caso das imunoglobulinas, uma maior agilidade na avaliação de imunoglobulinas de outros países, quem sabe esse monopólio já poderia ter sido desmontado.

Então, basicamente é isso. Eu sei que são muitas perguntas, mas aquilo que tiver sido respondido, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem.

Com os questionamentos do Senador Humberto Costa, nós vamos voltar à origem das respostas.

Vamos seguir da direita para a esquerda.

Com a palavra novamente o Wadih, depois a nossa indicada aqui a Daniela. Vamos seguir a sequência.

O SR. WADIH NEMER DAMOUS FILHO (Para expor.) – Senador Humberto Costa, esse aspecto que V. Exa. levantou, da coparticipação, também é muito oportuno. Pelos levantamentos da ANS, 60% dos contratos de plano de saúde hoje são com coparticipação. Ou seja, além da mensalidade, a pessoa paga por procedimentos que faz. São planos que são mais baratos num primeiro momento e são indicados para aqueles que utilizam pouco. Só que isso, muitas vezes...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WADIH NEMER DAMOUS FILHO – Exatamente.

Então, o que acaba acontecendo é que, com o consumo... Porque às vezes a pessoa contrata: "Não, de fato, eu uso pouco", mas, na semana seguinte – ninguém sabe ou pode prever –, um evento de saúde na família, que vai implicar que o plano seja mais utilizado do que era no momento da contratação, e isso onera, que ele acaba quase que pagando uma outra mensalidade, uma mensalidade dupla, gerando superendividamento, gerando a saída do usuário do plano, porque não pode mais pagar, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ANS... Aliás, eu queria até ressaltar isso. Eu examinei a agenda regulatória da ANS, há projetos extremamente interessantes, alguns aos quais eu de pronto vou aderir se for para lá, e essa questão da coparticipação é uma dessas questões. O que a ANS pode vir a regulamentar é estabelecer uma limitação de preço, se não me engano até 30% do valor do procedimento. Então, haveria uma limitação mensal, anual. Tratamentos contínuos estariam fora da coparticipação, não tem cabimento porque não tem risco moral: quimioterapia, hemodiálise, não têm por que ter coparticipação, né? Isso está incluído na contratação do plano, na mensalidade que o consumidor paga.

Então, é muito oportuno e eu quero aqui, desde já, dizer que, em relação a essa questão, eu vou apoiar, e vou envidar todos os esforços para que isso seja logo aprovado na ANS, porque acho que é uma medida absolutamente necessária e que mitiga, ainda que modestamente, o esforço orçamentário que um consumidor faz hoje em dia para pagar plano de saúde. Eu não sei se respondi à pergunta, né?

Em relação ao plano popular – vou chamar de plano popular –, de fato, já houve questionamentos aqui; eu já havia respondido, mas eu repito: eu acho que a ANS agiu bem em ter retirado isso e ter colocado em uma câmara técnica para debater mais, porque a ideia foi rechaçada, foi muito hostilizada quando a ANS anunciou esse projeto, ou por falta de compreensão, ou por compreensão, enfim, mas o projeto foi muito atacado; ele tem que ser mais debatido, porque... Está certo, o SUS é assoberbado. "Ah, esse plano que só oferece exame e consulta vai desonerar o SUS". Será? Aí a pessoa vai fazer o exame, perfeito. Teve rapidinho, não entrou em fila, pagou barato – a mensalidade barata –, e vem um diagnóstico ruim. Para onde ele vai correr, já que o plano não oferece? Vai para o SUS.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WADIH NEMER DAMOUS FILHO – Então, talvez desonere a fila da atenção primária e onere a fila da alta complexidade.

Portanto, essas coisas têm que ser bem debatidas, sem sombra de dúvida. A preocupação de ter planos mais baratos é absolutamente legítima, quem é que não quer? Mas você enxugar o plano de tal maneira... E também é uma tendência do setor de criar segmentos sociais: uns podem mais porque podem pagar mais, outros podem menos porque só podem pagar menos. Essa assimetria a ANS tem que ajudar a reduzir, porque há uma assimetria hoje no setor de planos de saúde muito grande, e nós estamos falando de pessoas vulneráveis. Qualquer um de nós com problema de saúde – com problema de saúde sério – é uma pessoa hipervulnerável, alguém que já está chegando à fase mais idosa, que vai precisar mesmo do plano de saúde, mas que muitas vezes lhe falta porque não tem dinheiro para pagar. Então, são questões que têm que ser de fato enfrentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, acho que a ANS agiu corretamente, suspendeu lá o *sandbox*, colocou na câmara técnica. Vamos debater isso exaustivamente, né? Essas questões têm que ser de fato enfrentadas com seriedade, com energia, enfim.

Essa questão de descredenciamento é outro problema, sobretudo em relação, por exemplo, a pessoas com transtorno de desenvolvimento: os autistas. Por exemplo, esses tratamentos geram uma relação médico-paciente muito intensa, né? Muitas vezes – o Senador Marcelo sabe disso; vocês sabem disso, vocês são médicos –, quando uma relação dessa se quebra, ou seja, o menino, a pessoa está com aquele médico, sendo acompanhado há tempos, já começa a se forjar uma relação afetiva do paciente com o médico, e isso é quebrado, porque o médico foi descredenciado, é de fato algo dramático que nós temos que enfrentar.

A princípio, Senador Humberto, V. Exa. sabe eu estou me referindo aqui ao tratamento autista, mas pode ser generalizado para qualquer outro tratamento, como quimioterapia. Aí você está fazendo... Já foi a dez sessões de quimioterapia numa determinada clínica, e esse tratamento é descontinuado. Isso é um drama, né? Do ponto de vista da estrita legalidade, não há muito o que se possa fazer.

Outra questão que foi aventada aqui ainda há pouco: a ANS não regula os prestadores, mas ela pode e deve chamar: "Olha só, pessoal, vamos tratar disso aqui. Poxa, são casos de humanidade. Vamos mitigar o tratamento férreo". "Não, se a lei permite, eu faço. Se a regulação permite, eu faço." "Não, vamos conversar, vamos dialogar, vamos ver se dá para mitigar isso, vamos ver se dá para evitar." Porque é uma questão de fato do drama cotidiano de quem precisa de plano de saúde. Então também é outra questão que foi muito oportuna aqui.

Eu disse também ao Senador Dr. Hiran, Senador Humberto, ainda há pouco, que muitas das questões foram levantadas aqui na sabatina, que às vezes fogem dos debates mais visíveis, eu me comprometo a levar para a ANS para a gente debater, sem sombra de dúvida. E essa é uma dessas questões.

Por último, nessa questão dessas clínicas populares, dos cartões pré-pagos e tal, V. Exa. tem toda razão: é um serviço até agora não regulado; as pessoas têm facilidade de acesso, mas pode chegar àquele momento em que ela vai lá e tem um diagnóstico ruim, e ela vai correr para o SUS, né?

Agora, uma das questões, embora não tenha sido levantada aqui, que eu considero muito importante para tratar na relação ANS e setor público – a ANS e o SUS, a ANS e o Ministério da Saúde – é essa parceria agora da ANS com o SUS em relação ao Agora tem Especialistas – eu vejo com muito bons olhos esse programa, muito bons olhos – e à criação do Meu SUS Digital. Então, a pessoa vai poder... Ela fez um exame no SUS. Se, naquele meio tempo, ela contratou um plano de saúde, ela vai ter que fazer um novo exame no plano de saúde? A rigor, aquele exame que ela fez no SUS há pouco tempo tem que valer; e vice-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

versa: ela fez um exame no plano de saúde e, por uma questão qualquer, não pôde mais pagar o plano, foi ao SUS. Isso tudo vai estar armazenado no Meu SUS Digital. Isso vai integrar dados, com a criação do Serviço Nacional de Dados em Saúde (SNDS), vai permitir uma integração melhor, numa parceria público-privada, que é tão necessária e é tão demandada historicamente aí no setor, não é?

E eu repito aqui, aproveitando o ensejo da pergunta de V. Exa.: eu assumi o compromisso aqui de estreitar laços com o Ministério da Saúde, estreitar laços com o SUS. Não é porque eu gosto ou porque eu sou democrata, não; é porque é necessário, porque é bom para a população brasileira. O SUS é um patrimônio do povo brasileiro. E não pode haver essa dissociação absoluta entre o setor privado e o setor público, subsetor público, né? Tem que haver uma integração maior em prol de quem mais precisa.

Eu não sei se eu respondi às perguntas de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos então continuar com as respostas.

A palavra agora é da Dra. Daniela Marreco Cerqueira.

A SRA. DANIELA MARRECO CERQUEIRA (Para expor.) – Muito obrigada, Presidente.

Aproveito para agradecer também a manifestação dos Exmos. Senadores e Senadoras.

Eu vou passar por todos os questionamentos e já me coloco aqui totalmente à disposição, caso deixe de responder a qualquer questão que foi aqui apontada.

Começando pela fala da Senadora Zenaide, eu acredito que ela trouxe um aspecto extremamente importante, apesar de não ter direcionado uma pergunta, mas ela comentou a questão da participação da sociedade na Anvisa. E eu acho que esse é um tema que precisa ser debatido. Durante esses últimos meses, acredito que eu falo aqui em uníssono com os meus colegas Thiago e Leandro, nós conversamos muito em relação a isso e sobre a importância de que a Anvisa volte a estabelecer o conselho consultivo, volte a ter instâncias legítimas de participação da sociedade no nosso processo de trabalho, com a participação de representantes da esfera federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, representantes da sociedade civil também, representantes da iniciativa privada, para que a gente possa discutir conjuntamente com a sociedade temas relacionados às políticas executadas pela Anvisa e as regulamentações editadas pela agência também. Então, é um aspecto extremamente importante.

E eu queria deixar aqui registrado também o nosso compromisso, caso sejamos aprovados pelo Senado Federal, de ampliar o diálogo com a sociedade, seja por meio do conselho consultivo, seja por meio das próprias boas práticas regulatórias que trazem todas as etapas necessárias para que a sociedade possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetivamente participar e estar mais presente no dia a dia da agência. Então, eu gostaria de fazer esse registro.

Senadora Dra. Eudócia, muito obrigada pela sua fala. São duas questões extremamente importantes que a senhora levantou aqui, de como é que a Anvisa vai dar mais celeridade ao registro de inovações, ao registro de produtos que representem a fronteira da ciência, e já mencionando as vacinas de RNA que a senhora mencionou também, que é um tema extremamente relevante.

Nós falamos aqui, nas nossas falas iniciais, em relação às filas da Anvisa, a situação que nós temos hoje, e aí eu amplio essa fala não só em relação ao registro de medicamentos, mas em relação ao registro de outras categorias de produtos também. A senhora também mencionou os dispositivos médicos, temos os agrotóxicos, cosméticos, saneantes. A Anvisa precisa trabalhar em todas essas filas. Os tempos que nós temos hoje para a análise desses processos são tempos inadmissíveis. A sociedade – e nós trabalhamos para a sociedade – não pode esperar tanto tempo para ter um processo de registro avaliado pela agência, com todo o rigor técnico necessário para a garantia da qualidade, segurança e eficácia desses produtos. Então, esse é um grande projeto: que possamos trabalhar nas filas.

E aí cito, foi objeto de mais de uma pergunta, a questão de como é que a Anvisa pretende dar celeridade aos seus processos de avaliação. Existem diversas iniciativas, nenhuma iniciativa isolada vai conseguir resolver as filas da Anvisa, porque é um passivo acumulado e aí decorrente de diversos fatores. Nós enfrentamos uma pandemia.

E aproveito para fazer um parêntese também em relação ao nosso Presidente Barra Torres, com todo o mérito de ter conduzido a agência naquele momento e nos ajudado a enfrentar, com todo o rigor necessário da ciência, a pandemia. Nós enfrentamos aquele momento da melhor forma possível, entregando à sociedade o que era necessário para a proteção e promoção da saúde das pessoas. E agora nós precisamos trabalhar no que resultou desse processo. O passivo ficou acumulado. Nós temos, ao longo dos anos, também um déficit da nossa capacidade operacional – vimos perdendo servidores ao longo do tempo. Então, são iniciativas tanto estruturantes quanto iniciativas específicas para serem trabalhadas nas áreas técnicas, para que consigamos avaliar com maior celeridade e entregar esses processos de registro em prazos mais adequados para a sociedade.

E aí eu cito estratégias tanto externas quanto internas. Nós precisamos qualificar melhor os dossiês que recebemos para avaliação. O Diretor Daniel Meirelles costuma citar, em eventos, que 98% dos nossos processos hoje são objetos de exigência; ou seja, os processos não chegam redondos para avaliação da agência. Se nós pudéssemos reduzir essa etapa de emissão de uma exigência técnica e tudo que isso acarreta – ter que esperar o cumprimento pela empresa, ter que retomar essa análise alguns meses depois –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

, poderíamos ter um processo mais ágil. Então, até dialogando com a fala inicial de uma maior participação da sociedade, uma maior participação do setor produtivo também, para que a gente possa capacitar esses dossiês e receber processos que venham a ser melhor instruídos para isso também auxiliar na celeridade das nossas avaliações.

Temos uma questão importante também relacionada à necessidade de recomposição das taxas de fiscalização de vigilância sanitária, que é algo que precisamos discutir junto com o Congresso Nacional e que também teria como objetivo qualificar melhor os dossiês que nós recebemos para avaliação. As taxas da Anvisa estão defasadas por muitos anos e seria extremamente relevante... Outras agências internacionais trabalharam no sentido de reformular suas taxas para qualificar melhor a entrada desses processos.

Falando no que nós precisamos fazer internamente, o Senador Dr. Hiran mencionou essa questão da tecnologia da informação, da inteligência artificial, e de como essas ferramentas podem nos auxiliar nesses processos de análise. Já existem algumas iniciativas importantes hoje em condução pela Anvisa. Nos processos que possuem produtos de degradação, impurezas, nós já estamos utilizando ferramenta de inteligência artificial para nos ajudar nessas análises e podemos ampliar esse tipo de ferramenta para outros tipos de processos. No caso do registro de agrotóxicos, por exemplo, a Anvisa implementou uma ferramenta denominada Flora, que permite uma otimização da análise desses produtos, e, com isso, nós conseguimos economizar tempo e focar nossas atividades em outro tipo de iniciativa e mesmo no tratamento de outras filas que precisam dessa celeridade.

Precisamos também, junto com os servidores e junto com a Diretoria colegiada da agência, discutir o teletrabalho. Os órgãos da administração estão discutindo qual é o melhor formato do teletrabalho para cada um dos órgãos para que a gente possa utilizar da melhor forma possível essa ferramenta, que é tão importante para conseguir uma otimização e melhores prazos de análise.

Acredito que precisamos falar de revisão das metas também em relação aos processos de análise de registro e de pós-registro de medicamentos.

Existem outras ferramentas de otimização. Eu mencionei na minha fala inicial e o Dr. Thiago mencionou aqui também a ferramenta do *reliance*, que é a confiança regulatória. Precisamos ampliar e tornar mais efetiva esse tipo de iniciativa. Se outras agências que estão no mesmo patamar que a Anvisa já avaliaram aquele processo, por que eu preciso reavaliá-lo na completude e não posso, de alguma forma, qualificar minha análise a partir de outra agência que já realizou aquela avaliação e, dessa forma, focar meus esforços talvez em outros processos que estão ali acumulados no nosso passivo? Então são exemplos de iniciativas que precisam ser discutidas e aprimoradas, para que possamos, conjuntamente e com todas elas implementadas, reduzir o nosso passivo e ter prazos mais adequados de análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora mencionou a questão dos medicamentos oncológicos também, extremamente importantes. Nós temos hoje uma iniciativa de muito orgulho da agência, que é a ferramenta Orbis. É um projeto conduzido com outras agências internacionais, é coordenado pela agência norte-americana, a FDA, em que nós avaliamos produtos promissores contra o câncer, produtos que estejam ali na etapa de registro e que trazem resultados promissores para a oncologia, e esses produtos são analisados conjuntamente. Com isso a agência ganha em celeridade, porque são processos analisados mais rapidamente, e ganhamos também em qualificação da nossa equipe, porque temos a oportunidade de, junto com diversas outras agências internacionais de referência, analisar aquele dossiê, o que contribui fortemente para a capacitação da equipe também.

Então espero que possamos, se aprovados formos pelo Senado Federal, trabalhar nessas iniciativas para conseguir trazer melhores resultados; e também, como foi mencionado pelo Senador Dueire, que possamos em breve voltar aqui ao Senado para mostrar os resultados e mostrar o andamento do trabalho que vier sendo realizado.

E, aproveitando uma fala do Senador Dr. Hiran também, nós precisamos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELA MARRECO CERQUEIRA – ... aproveitar tudo o que já existe lá, né? A agência conta com um corpo de servidores extremamente qualificado, com o Diretor Rômison, o Diretor Daniel, o Diretor Fred, substituto, também. Que a gente possa aproveitar tudo o que já foi construído e tudo o que está em andamento, e, se for possível, aprimorar, para que possamos entregar esses resultados que sabemos que a sociedade espera de nós.

Respondo aos questionamentos do Senador Dr. Hiran, uma fala extremamente importante em relação ao papel do SUS e a como nós podemos utilizar o nosso Sistema Único de Saúde para promover a indústria nacional, para que os produtos da indústria nacional tenham algum tipo de tratamento que venha a favorecer a industrialização e que venha a favorecer essa geração de emprego e renda que a indústria nacional pode gerar no país.

E aí eu cito um projeto de lei extremamente relevante, que se encontra em apreciação aqui no Senado Federal, que traz a estratégia nacional de saúde e que pode trazer um tratamento diferenciado para os produtos fabricados nacionalmente, com vistas a atender à nossa política de saúde hoje, que tem a Nova Indústria Brasil na sua Missão 2, trazendo a importância da resiliência do Sistema Único de Saúde e da resiliência do complexo econômico industrial da saúde, para que a gente possa também, como Anvisa, estar alinhado com essas iniciativas, que são iniciativas do Governo Federal, e para que possamos priorizar os processos que forem necessários para contribuir com essas iniciativas maiores, visando no final das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contas a que nós consigamos trabalhar em todas essas frentes. Há a frente da inovação radical, que visa trazer produtos novos e produtos que vão atender necessidades médicas não atendidas, vão atender pacientes com doenças raras, como eu coloquei anteriormente; mas precisamos falar da nossa indústria também, da produção de medicamentos no país, para que eles possam trazer toda essa autonomia e sustentabilidade que a gente precisa na produção de insumos em saúde.

Em relação à lei da pesquisa clínica, também mencionada pelo Senador Dr. Hiran, eu aproveito inclusive aqui para agradecer ao Senado Federal, ao Congresso Nacional. Tivemos a oportunidade de participar diretamente na construção dessa lei, e acho que foi um grande exemplo de como a Anvisa precisa trabalhar em colaboração com o Congresso Nacional para que tenhamos no final resultados tão importantes quanto a publicação dessa lei. A lei de pesquisa clínica traz aspectos éticos relacionados à condução das pesquisas clínicas com seres humanos no Brasil, ela traz a proteção dos participantes da pesquisa, ela traz a obrigação dos pesquisadores e dos patrocinadores, ela traz os prazos de análise. Então, com a regulamentação dessa lei, que hoje está em andamento, a gente espera que tenhamos prazos melhores de análise dos processos de pesquisa clínica para que possamos trazer o Brasil para uma posição ainda melhor em relação à condução de pesquisas clínicas no nosso país.

Hoje, o Brasil, se não me engano, ocupa ali a nona ou décima posição na realização de pesquisas clínicas, mas com certeza um país que tem a nossa diversidade étnica, os nossos centros de pesquisa, os nossos profissionais de saúde é um país que tem condição de ocupar a quinta posição mundialmente na realização de pesquisas clínicas, lembrando que a pesquisa clínica representa acesso da nossa população a tratamentos promissores, ela representa investimentos no país. Então, ela faz essa roda girar e trazer benefícios significativos se tivermos essa lei implementada e regulamentada, e possamos avançar na realização de pesquisas clínicas no nosso país. Então, foi uma grande conquista a edição dessa lei, e muito importante a agência ter participado ativamente no processo da sua elaboração.

O Senador Dr. Hiran também mencionou a questão das filas, mas eu acredito que já tive a oportunidade, ficando à disposição, caso seja necessário qualquer tipo de complementação.

O Senador Nelsinho Trad levantou a questão da crise metabólica, a importância dos medicamentos com indicação para obesidade, com indicação no tratamento do diabetes e como é que podemos contribuir para a incorporação desses medicamentos no Sistema Único de Saúde. Acredito que uma... Quando a Conitec realiza as suas avaliações, a base da avaliação da Conitec sempre é o custo-efetividade, ou seja, quanto àquele medicamento, além de comprovar a eficácia, que é o aspecto analisado pela Anvisa, quando registra esses produtos, precisa comprovar também que o custo vai ser adequado para uso na população e vai trazer os resultados que o Senador mencionou aqui também, de redução não só de diabetes, mas hipertensão, AVC...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje os dados mostram que a gente possui quase 60% de pessoas com obesidade no nosso país. Então, não tenho dúvida de que seria uma iniciativa de saúde pública relevante e, talvez com a produção nacional desses produtos, e sabemos que existem alguns dos produtos dessa categoria aguardando análise pela Anvisa, e aí a gente volta a falar um pouco das nossas filas e da importância de que essas filas sejam tratadas para que possamos entregar esses produtos com mais celeridade, porque, na medida em que você tem mais produtos disponíveis no mercado, aumentando a concorrência, a gente pode ter uma redução de preço, o que acaba também influenciando a avaliação de custo-efetividade da Conitec e favorecendo uma possível incorporação desses produtos na nossa política pública de saúde.

O Senador Alan Rick mencionou a questão da demora da Anvisa na análise dos seus processos, o tratamento das filas e a questão das doenças raras – extremamente relevante. Nós temos a Resolução 205, de 2017, que já trouxe avanços importantes e maior celeridade na avaliação dos medicamentos com indicação para doenças raras.

Com relação ao questionamento de possíveis melhorias nesse processo, precisamos discutir, à luz do avanço da indústria farmacêutica, desde a edição dessa resolução, quais melhorias poderiam ainda ser implementadas nesse processo para que possamos dar ainda mais celeridade à disponibilização desses produtos, sendo importante destacar aqui uma iniciativa relevante da agência nesse sentido que é o registro de medicamentos com o termo de compromisso, que muitas vezes é aplicável ao caso dos produtos para as doenças raras, de que, quando a gente recebe esse dossiê, ainda existem estudos em andamento e que são produtos que nós precisamos acompanhar após o seu registro em relação aos seus resultados de eficácia, em relação aos seus resultados de segurança. Então, a implementação da ferramenta do termo de compromisso pode nos ajudar também a dar mais celeridade a esses processos de registro.

Eu acho que eu passei por todos os pontos, Presidente, mas fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tudo bem.

Vamos, então, ao Sr. Leandro Pinheiro Safatle.

O SR. LEANDRO PINHEIRO SAFATLE (Para expor.) – Muito obrigado, Senador, por esta oportunidade. Muito obrigado.

As perguntas que foram feitas aqui, Senadoras e Senadores que fizeram as perguntas, foram bastante abrangentes e, em vários aspectos, importantes de serem respondidas. Eu vou começar respondendo, falando um pouco sobre o que trouxeram a Senadora Dra. Eudócia e o Senador Hiran, sobre a questão dos desafios tecnológicos de atendimento no SUS e como é que o SUS tenta responder um pouco esses desafios tecnológicos que estão surgindo. Lembro que o mercado de medicamentos aqui no Brasil é um dos maiores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do mundo, o Brasil é um dos países que mais absorve inovações tecnológicas do mundo. E você tem um desafio muito grande, pois boa parte dessas inovações tecnológicas vem a um custo muito alto, porque a indústria desenvolveu muito nesse tipo de segmento, ela tem desenvolvido muito em nichar mercado, em atender população desassistida, e faz investimento em inovações em uma magnitude bem grande.

E como é que o Brasil ou o SUS tenta responder um pouco dessas demandas? Muito dessa pressão de custo vem para dentro do SUS. Então, como é que ele tenta responder, como é que ele desenha...? Nos últimos anos, ele vem tentando resolver questões desse tipo, trazendo esses desafios de fornecer as melhores tecnologias para a população brasileira e para o SUS.

Esse desafio vem sendo atendido de forma muito articulada. O Ministério da Saúde tem um papel muito indutor desse processo, porque o SUS, como um dos maiores adquiridores de tecnologias do mundo, ainda mais as tecnologias mais caras, que são em grande parte fornecidas pelo SUS, tem uma capacidade de orientar as políticas de desenvolvimento para esse setor e de tentar fazer políticas para reduzir a dependência e desenvolver nacionalmente esses produtos. Então, o Ministério da Saúde consegue fazer... Ele faz um trabalho de forma articulada, porque você precisa de ações de vários órgãos juntos para poder dar respostas de fato eficientes e eficazes sobre essa questão.

Então, o Ministério da Saúde organiza – ultimamente ele tem organizado – todo esse processo por meio, por exemplo, do Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde em que você consegue juntar todos os atores... Por exemplo, são 20 organismos governamentais juntos para poder dar respostas tecnológicas de que o Brasil precisa para atender essas demandas. E essa discussão é feita muito junto entre o setor público e o setor privado.

Então, o Brasil tem instrumentos de articulação e de governança criados para dar esse tipo de resposta ao desafio tecnológico que o Brasil tem hoje. Quanto aos instrumentos, recriou-se uma série de instrumentos importantes para poder dar esse tipo de resposta, tanto para trazer tecnologias de fora como para tentar fazer inovação, estimular processo de inovação local.

Acho que um ponto muito importante é que esse tipo de procedimento vem por meio de parcerias. Eu até coloquei na minha fala inicial, enaltecendo o processo de parcerias que são feitas no país, que são parcerias que articulam o setor privado, multinacionais, empresas nacionais, laboratórios públicos, para tentar atender a esse desafio tecnológico que a gente tem no país hoje. Essas parcerias, esse modelo de parcerias reconfigurou o mercado que a gente tem hoje.

Sobre um ponto importante que o Senador Hiran trouxe na questão do tarifaço, a questão americana, o que a gente pode falar, inclusive, é que o Brasil tem os instrumentos; na área da saúde, se têm os instrumentos para poder atender a esse tipo de questão. São instrumentos que juntam as empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detentoras de tecnologias, fazendo parcerias e transferência de tecnologias para as empresas produtoras no país, ajudando a absorver essa tecnologia no país, para assistir o SUS de forma mais segura, com menos vulnerabilidade e sempre com mais redução de custos e com um impacto muito mais bem calculado. Então, o Brasil tem esses instrumentos que vêm sendo trabalhados nos últimos anos, são instrumentos muito importantes e que têm essa capacidade de mobilizar setor privado e setor público para atender às demandas do SUS.

Esse assunto está, inclusive, em discussão também no Congresso, boa parte desses instrumentos está sendo discutida em projeto de lei no Congresso, para dar mais robustez e mais perenidade a esse tipo de política. Eu acho que é muito importante essa discussão que está sendo feita aqui no Congresso para resolver, para dar essa perenidade, dar essa segurança jurídica para que esses parceiros consigam fazer processos cada vez mais virtuosos de desenvolvimento nacional. Acho que é muito importante isso.

E a Anvisa, onde a Anvisa entra nisso? A Anvisa entra dentro desse arcabouço de forma... Ela precisa estar junto, porque ela é uma peça fundamental para esse arcabouço funcionar, para toda essa governança funcionar. A recriação de uma série de comitês... O Comitê Técnico Regulatório é muito importante também, dentro da própria Anvisa, para poder atuar, dar essas prioridades, dar esse acompanhamento devido a essas tecnologias que são essenciais – e aí vão as tecnologias de vacina, as terapias avançadas. Eu acho que é muito importante esse ponto. O Brasil, absorve muito, tem uma demanda muito grande por essas tecnologias avançadas que estão vindo, que são disruptivas.

Está sendo feito processo no Brasil também de tecnologias. A gente teve registro agora, recente, de duas tecnologias, no ano passado, nesse sentido, importadas, mas o Brasil está se desenvolvendo. A Anvisa tem um papel importante nesse processo de desenvolvimento, de ajudar nesse processo de desenvolvimento dessas tecnologias que estão avançando e com resultados bastante promissores dentro das instituições brasileiras. Eu acho que é muito importante seguir nesse sentido, e a Anvisa tem que ser parte, ela tem que estar sendo parte desse processo como um todo, tem que estar cada vez mais integrada, dentro desse processo pelos comitês que ela tem, dando essas prioridades que é preciso serem dadas, e é preciso ter agilidade no processo.

Como foi trazido aqui, as questões das filas de registro é importante serem tratadas, porque é produto que está na fila, é produto que poderia estar no mercado, são medicamentos que poderiam estar sendo produzidos e ofertados à população brasileira, atendendo a necessidades não atendidas, ou mesmo os genéricos, biossimilares que poderiam estar ampliando o comércio... Quer dizer, é a economia que está parada e que pode avançar. Foi trazida aqui até a questão do impacto no PIB que você tem com essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As filas têm um papel essencial para dar celeridade ao processo de incorporação de novas tecnologias, com a entrada de novas tecnologias e fornecimento para a população brasileira.

Para atender a essa questão das filas, a gente trouxe aqui essa questão, dando essa prioridade para essa questão das filas na Anvisa. Eu trago aqui algumas frentes de ação e acho que é importante a gente pensar, para atender a isso.

A primeira questão, acho que das mais importantes, é entender que a fila é um problema, de fato. A fila é um problema. E é um problema que não... Hoje, as filas de registro não são um problema só da Anvisa. As principais agências do mundo estão com problemas de fila também. Vem muito da pandemia esse processo. A pandemia trouxe isso, mostrou isso. Tinha uma pendência muito grande, teve uma entrada muito grande, e ela gerou filas em vários países. Várias agências estão lidando com a questão da fila.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO PINHEIRO SAFATLE – A questão é: o que se fazer... Essas agências entenderam a fila como um problema e fizeram políticas específicas para reduzir as filas.

Então, é preciso entender que a gente está numa situação atípica com filas, e é preciso fazer políticas específicas para atender à questão da fila, como está sendo feito em uma série de outros países.

Essa é uma questão... É preciso, primeiro, de fato entender: tem um problema aqui, é um problema atípico e tem que se atuar de forma rápida.

Mas não é só nesse sentido. É importante trabalhar na questão da gestão – e a Daniela trouxe questões importantes aqui –, é preciso melhorar a questão de processos, é preciso repensar, entrar mais com as questões das ferramentas... Então, está se discutindo a entrada de novas ferramentas tecnológicas, para poder avançar o processo de fila, de segurança da Anvisa, a questão da IA é uma questão importante... A Anvisa tem uma série de ações muito importantes que estão sendo trabalhadas ali dentro já hoje sobre a questão de IA. Eu acho que tem que avançar no processo de qualificação, trazer a agência muito para usar, cada vez mais, esse tipo de ferramenta, ampliar as parcerias que são feitas em cima dessa questão, existem mecanismos de melhoria de procedimento regulatório...

E, como foi trazido aqui, a questão da recomposição da força de trabalho – essa é uma questão muito importante para a Anvisa: a recomposição.

De fato, se pegar a curva de servidores da Anvisa, ela vem caindo ano a ano, porque você tinha uma parte dos servidores que era de quadro específico que veio de antes da agência, principalmente foi absorvido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela agência – esse é um pessoal que está aposentando –, e os concursos foram retomados agora. Acho que isso é muito importante.

Tem um concurso que criou 50 vagas, tem um novo concurso agora do CNU para Técnico de Regulação, que é muito importante também para poder ajudar no processo de retomada desse corpo funcional da Anvisa.

Tem uma medida provisória sendo discutida aqui no Congresso que acho que é muito importante, porque essa medida provisória tem 129 cargos para a Anvisa. Esses 129 cargos são para aproveitar um concurso que já foi feito, para tentar recompor parte dessa mão de obra que da Anvisa, lembrando que a Anvisa atua – é muito importante mostrar a capacidade de resposta do servidor da Anvisa – diante de condições que são adversas. Hoje, a Anvisa tem, para atender dispositivos médicos e medicamentos, um terço do que tem de servidores a agência japonesa, por exemplo. Ela tem uma quantidade bastante, tanto como qualquer outra grande agência. E o papel da Anvisa é o papel de uma grande agência. Então, tem um corpo limitado. É preciso fazer essa recomposição da força de trabalho. É preciso trabalhar constantemente nesse sentido. E o Senado pode ajudar muito a Anvisa nesse processo de recomposição. Tem agora esses 129 cargos. O Ministro da Saúde está pegando os cargos – olha, isso é um trabalho bem importante que está sendo feito lá pelo Padilha – vagos do Ministério da Saúde e transformando esses cargos vagos para poder ajudar a criar os cargos para a Anvisa. Ele tem feito isso na Anvisa, está fazendo isso para ajudar a ANS. Esses 129 cargos são fruto dessa recomposição que é feita lá no Ministério da Saúde. O Ministro Padilha já anunciou também da possibilidade de entrada de mais 250 cargos para a Anvisa. Somando esses dois volumes, ajuda muito o processo de trabalho ali internamente.

Então, para atender a essa questão da fila, tem uma série de ações que podem ser feitas, e a ideia é colocar essa como uma prioridade zero. Acho que a principal ação que pode ser feita para poder avançar em uma série de outras agendas da Anvisa é resolver, é tentar trabalhar para mitigar e para minorar o problema que hoje a gente está tendo nas filas em vários setores da Anvisa. Tem um empenho feito pelos servidores, mas é preciso avançar agora nesse processo para tentar trazer o resultado que a população precisa de processos mais céleres.

O Senador Humberto Costa trouxe a questão do plasma. Acho que a Hemobrás é um bom exemplo disso, de muito desse processo de parcerias que têm sido trabalhadas. A Hemobrás vem de um processo de parceria, uma PDP com uma empresa multinacional, e um outro processo de parceria para produção de plasma no Brasil. E o fato novo é que a Hemobrás está começando já o seu processo fabril para atender à demanda para a qual ela foi criada. Então, seguindo nesse caminho de processo de industrialização, de nacionalização por meio das parcerias, há resultados e pode haver resultados muito importantes. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hemobrás é um caso muito importante, é um resultado, é um exemplo muito importante que eu acho que se pode dar para a sociedade brasileira.

Na questão do registro de medicamentos, questão das filas e de recursos humanos, eu já trabalhei um pouco aqui.

Na questão que o Senador também trouxe sobre o cigarro eletrônico, acho que o cigarro eletrônico mostra um pouco do trabalho que a Anvisa faz em cima de temas que são temas complexos.

Sobre o tema do cigarro eletrônico, a Anvisa já vem discutindo desde 2009. Em vários momentos, a Anvisa reanalisou essa questão: em 2011, em 2016, e, depois, agora em 2011; seguiu um processo regulatório longo, de cinco anos, discutindo esse tema e utilizou todo o seu arcabouço metodológico para poder fazer essa discussão, envolvendo análise de impacto regulatório, envolvendo consultas públicas, consultas dirigidas; trouxe a academia para fazer essas discussões, a Fiocruz, a USP. Então, depois desse processo longo de discussão, ela soltou uma normativa agora em 2024, continuando com a restrição em cima dessa questão, mas, em um momento específico – acho que isso é muito importante colocar –, ela traz na sua resolução que essa medida pode ser repensada, reanalisada, se aparecerem novas evidências. Então, a Anvisa fez essa discussão complexa, difícil, e ainda colocou, no fim da sua normativa, a possibilidade de se fazer essa revisão a partir dessas novas evidências.

Eu acho que é muito importante essas decisões estarem baseadas em evidências, sabendo que essa discussão também está ocorrendo no Senado, e a Anvisa vai trabalhar a partir do papel que o Senado, o Congresso determinar para ela.

Nesse sentido, acho que o último ponto que eu queria trazer é a questão do Nelsinho Trad sobre a questão da crise metabólica. Eu acho que é muito importante pegar esse papel que se faz de todo o sistema. A Anvisa tem um papel muito importante de avaliar a segurança e eficácia de produtos. A Cmed avalia a questão do custo dessa terapia; acho um papel muito importante o que a Cmed faz para trazer um pouco de racionalidade de custos para as tecnologias. E a Conitec faz um processo de análise, avaliando o custo-efetividade dessa terapia. A Conitec tem um processo de trabalho também, um desenho institucional bastante complexo, tem um processo de trabalho e faz uma tomada de decisão muito bem fundamentada.

Essa discussão está sendo feita na Conitec agora; tem mais um produto sendo discutido na Conitec agora. E eu tenho crença em que o processo de trabalho... A equipe que participa desse processo é uma equipe muito qualificada, com um grande grau de escuta. Acredito que eles podem atingir bons resultados.

É isso.

Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dando continuidade à sabatina, quero parabenizar as respostas do Dr. Wadih Damous, as respostas da Dra. Daniela Marreco e as respostas do Dr. Leandro Pinheiro.

Agora. eu passo a palavra para o Dr. Thiago Lopes para responder às perguntas feitas pelos nobres Senadores e Senadoras.

Com a palavra, o Dr. Thiago Lopes.

O SR. THIAGO LOPES CARDOSO CAMPOS (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Eudócia.

Eu queria começar, primeiro, agradecendo. Acho que a gente que chega aqui para este momento da sabatina espera poder trazer ao debate com os Senadores, com esta Casa, mas com esse público extremamente qualificado que aqui está, temas que são relevantes e importantes.

Eu queria agradecer, nominalmente, as falas do Senador Romário e do Senador Fernando Dueire, pelos agradecimentos feitos; da Senadora Zenaide e da própria Senadora Dra. Eudócia; agradeço a presença ilustre do ex-Presidente da Casa e do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco; a presença do Senador Humberto Costa e a sua fala; do Senador Nelsinho Trad; do Senador Alan Rick; do Senador Dr. Hiran. Todos eles trouxeram elementos muito importantes, para os quais tanto a Daniela quanto o Leandro, em relação à Anvisa, já trouxeram muitas das respostas.

Eu queria focar, então, em dois pontos que eu acho muito importantes. Primeiro, eu acho que a fala da Senadora Zenaide traz um elemento que nos chama a um pacto coletivo. Em grande medida, a gente disputa um ideário de um Sistema Único de Saúde que seja eficiente e que seja, como foi na pandemia, orgulho nacional. E aí quero lembrar que a Constituição de 1988 colocou de pé um sistema, eminentemente, de vigilância em saúde, um sistema voltado a evitar os riscos de adoecimento da população.

Embora a gente diga que alguém que tem plano de saúde não usa o SUS, todo mundo usa o SUS, porque a vigilância em saúde, a vigilância epidemiológica e a vigilância da saúde do trabalhador compõem um tripé que cuida para que as pessoas não adoeçam. E esse sistema deve garantir o cuidado para aqueles que, adoecidos, precisem da recuperação e da assistência à saúde, mas o foco dele – não há dúvidas, pela leitura do próprio texto constitucional – está em evitar os riscos de adoecimento.

Se a gente olhar o art. 200, Senadora Eudócia, das oito competências estabelecidas para o Sistema Único de Saúde, seis são de vigilância em saúde. A Anvisa tem um papel central. E a sociedade precisa ter esse reconhecimento de que, antes de achar que construir mais hospitais e produzir mais assistência não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixa de ser importante – embora seja importante –, melhor ainda é que a gente possa produzir uma capacidade de cuidar dos riscos que podem colocar doença no corpo humano.

Então, esse é um papel central, e eu acho que é um debate que deve envolver tanto esta Casa, a Casa da democracia brasileira, o Congresso Nacional, o Senado da República, a Câmara dos Deputados, a sociedade civil organizada e a Anvisa, nesse papel que tem, atribuído por lei, de coordenar esse sistema nacional de vigilância sanitária.

Há um detalhe importante: a Anvisa precisa estar presente e ampliar o diálogo com a sociedade civil, mas também o diálogo tripartite. A presença da Anvisa nos debates das comissões intergestores tripartites, com municípios e estados, é essencial para que a gente possa cumprir essa tarefa de agir sobre esses agentes que podem causar adoecimento. Esse talvez seja um papel central que a gente precise retomar.

É claro que aquilo que mais aparece – tanto é que você vê pelas perguntas – ainda está naquilo que é um problema muito bem discorrido aqui, com um diagnóstico muito claro, inclusive não só com um diagnóstico, mas com um plano de ação muito claro e uníssono entre esses três diretores, que é compartilhado por aqueles diretores que lá estão e que têm, ao longo desse tempo, lutado também para enfrentar esse problema.

Eu queria fazer esse *link* para dizer que a Anvisa tem como patrimônio principal, como eu disse na minha fala de abertura, as pessoas. Ela tem um corpo técnico profissional de servidores e servidoras extremamente qualificados, mas que precisam também se sentir parte desse processo de voltar a conquistar o sentido e o significado das ações, tendo um pouco do valor que a sociedade passou a atribuir à agência também compartilhada com os seus servidores, para que eles possam estar de novo motivados e dispostos ao diálogo, para que a gente possa tomar as decisões que viermos a tomar, seja em relação ao teletrabalho, a pactuações médicas, mas sempre dialogando com os servidores.

Não deve ser uma Anvisa que despreze tudo que foi feito e que chegue lá essa composição de três, mais os dois que lá estão, e despreze o que foi feito, mas que reconheça aquilo que tem sido feito e chame os seus servidores e os diretores que lá estão, para que nós possamos aumentar o diálogo, ampliar a participação e construir esse ambiente que possa produzir aquilo que a sociedade brasileira espera dessa entidade com grande credibilidade e confiabilidade.

Eu queria voltar nisso para dizer o seguinte, outro elemento central dos debates que travamos aqui: a agência toma decisões sempre pautada pela ciência, pelas melhores evidências técnicas produzidas por esse corpo técnico funcional de alta qualidade e de forma colegiada. A composição colegiada dessa instituição nos permite ampliar o olhar sobre perspectivas e avaliar esses elementos a partir disso, avaliando, como eu disse, não só os riscos sanitários, mas também aquelas consequências sociais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômicas que podem advir das decisões regulatórias que viermos a tomar, se aprovados por este Senado formos.

Então, eu acho que esses elementos são centrais para a gente dizer assim: nós precisamos ampliar o diálogo, estar mais presentes aqui no Congresso. A gente tem conversado, inclusive, para que estejamos presentes, em nível de diretores, nas audiências públicas que forem convocadas; para que estejamos presentes, em níveis de diretores, nos diálogos no Ministério da Saúde, nos espaços de pactuação, para que a gente possa construir esse ambiente. Esse espírito – eu compartilho, eu tenho certeza de que posso falar em nome dos três – é o que nos move a ir para aquela instituição e deixar lá a nossa contribuição nesse processo.

Eu queria encerrar... Eu sei que a gente está há bastante tempo, as respostas estão dadas aqui pelo Leandro e pela Daniela, em grande medida, individualmente a cada um dos Senadores, mas eu queria trazer essa fala para que a gente, Senadora Eudócia, pudesse ter, juntos, essa clareza, esse compromisso desses três indicados que aqui estão para essa tarefa na Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Era isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pelas respostas, Dr. Thiago Lopes.

Como não tem mais perguntas dos nobres Senadores e Senadoras, eu vou passar a palavra para a nobre Senadora Daniella para ler... (*Pausa.*)

Senadora Daniella, eu vou encerrar a votação e, logo em seguida, você lê, está bom?

Então, não havendo mais quem queira arguir os candidatos, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Solicito à Secretaria, por gentileza, que proceda à apuração da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Resultado da votação.

Dr. Wadih Damous: SIM foram 16 Senadores; NÃO, 5. O total de 21 Senadores votaram a favor do Dr. Wadih Damous.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Daniela Marreco Cerqueira: 20 Senadores votaram SIM. Apenas uma abstenção. Nenhum votou contra, no total de 21 Senadores.

Dr. Leandro Pinheiro Safatle: 19 Senadores votaram SIM; apenas 1 votou NÃO. Teve uma abstenção, no total de 21 Senadores que votaram.

Dr. Thiago Lopes Campos: 16 Senadores votaram SIM; apenas 1 votou NÃO. Houve apenas uma abstenção, no total de 21 Senadores que votaram.

Então, os pareceres foram aprovados e vão para o Plenário.

Eu quero, dessa forma, complementando aqui o trâmite, o rito:

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 52, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome da Senhora LENISE BARCELLOS DE MELLO SECCHIN, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Alexandre Fioranelli.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Dessa forma, concedo a palavra à Senadora Daniella Ribeiro, mas, anteriormente, eu quero cumprimentar todos os colegas que foram aqui sabatinados e desejar a vocês uma gestão maravilhosa, que vocês sejam realmente conduzidos aos cargos a que vocês se colocaram à disposição, o nome de vocês. Quero parabenizá-los e, dessa forma, desejá-los, mais uma vez, todo o sucesso para cada um dos senhores e para a senhora, Dra. Daniela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Senadora Daniella. (*Palmas.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB. Como Relatora.) – Sra. Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade para também cumprimentar todos os indicados e, de forma especial, minha xará, Daniela, campeã inclusive na unanimidade dos votos, Dra. Daniela, quero cumprimentá-la e, na sua pessoa, a todos os outros indicados que aqui passaram nesta manhã, desejando êxito lá no Plenário ainda na votação. Quero cumprimentá-la, de forma muito especial.

Quero também cumprimentar nossa Conselheira aqui que participa neste momento, Dra. Daiane Nogueira. É uma alegria muito grande tê-la aqui, muito diligente e, eu diria, um exemplo para todas nós mulheres, que nos orgulha ali no CNJ, no Conselho Nacional de Justiça. É uma alegria tê-la aqui ao nosso lado.

De forma rápida, Sra. Presidente, gostaria de fazer a leitura do parecer de relatoria.

Com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o Presidente da República, mediante a Mensagem nº 52, de 2025 (Mensagem nº 1.100, de 8 de agosto de 2025, na origem), submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome da Sra. Lenise Barcellos de Mello Secchin para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na vaga decorrente do término do mandato de Alexandre Fioranelli, ocorrido em 25 de maio de 2025. O *curriculum vitae* e declarações da indicada, além de cópias de documentos legais e fiscais, encontram-se anexados à mensagem.

A Sra. Lenise Barcellos de Mello Secchin é bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade Moraes Junior (RJ, 1990), com mestrado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (RJ, 2016). Além de pós-graduações, cursou diversas especializações, abrangendo temas como Liderança Executiva; Economia; Planejamento de Cenários Futuros; Design Thinking para Inovação em Governo; Economia Comportamental Aplicada às Políticas Públicas e Gestão e Controladoria Governamental.

É servidora pública da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 2000. Atuou no Ministério do Planejamento e Orçamento, no Ministério da Fazenda e na Controladoria Geral da União. Desde novembro de 2009, trabalha na ANS, atualmente como Secretária-Executiva, tendo sido Diretora Adjunta em quatro das cinco diretorias da Agência. Atua, também, como professora convidada da FGV em cursos de MBA Executivo de Saúde, ministrando aulas em disciplina relacionada à Governança Corporativa e Regulação Setorial.

Entendemos que, dessa forma, a documentação enviada cumpre o propósito de apresentar as atividades profissionais da indicada e atender ao disposto no item 1 da alínea "a" do inciso I do art. 383 do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regimento Interno do Senado Federal (Risf). Há, também, em seu currículo, referência a diversas publicações e trabalhos de sua autoria, nos termos do item 2 do mesmo dispositivo do Risf.

Em complementação ao *curriculum vitae*, as autoridades indicadas a cargos públicos e sujeitas à aprovação do Senado Federal devem apresentar declaração sobre elementos a serem avaliados pelos Senadores, elencados nos itens da alínea "b" do inciso I do art. 383 do Risf. Para atender a essa exigência, a indicada encaminhou documentação que reúne declarações, certidões e outros documentos comprobatórios. A esse respeito, a indicada declara que:

1. não tem parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas à sua atividade profissional;

2. não possui participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais;

3. tem situação de regularidade fiscal com a Fazenda Pública das três esferas de Governo;

4. não possui ações judiciais em curso na Justiça Federal ou estadual em que figure no polo passivo ou ativo da lide;

5. não atuou, nos últimos cinco anos, em cargos de direção de agências reguladoras ou perante juízos e tribunais.

Em atendimento ao disposto na alínea "c" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a indicada apresenta argumentação escrita em que relata sua trajetória profissional na administração pública federal. Nesse contexto, destaca seu desempenho na ANS, onde é responsável pelo fomento à transparência e acesso à informação, governança organizacional, proteção de dados pessoais (LGPD) e política de ESG, atuando com foco em resultados, melhoria de processos e estratégias, governança, gestão e liderança.

Enfatiza, também, sua participação no assessoramento ao Diretor-Presidente e à Diretoria Colegiada da ANS, na regulação do setor de saúde suplementar, por meio de análises técnicas, elaboração e revisão de documentos e prospecção de cenários.

Sua atividade contínua na área de saúde suplementar e larga experiência na administração pública, além de intensa vivência em articulação estratégica e relacionamento institucional, evidenciam experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral compatíveis com o exercício do cargo de Diretora da Agência.

Por fim, tendo em vista a documentação apresentada e considerando o histórico pessoal e profissional aqui resumido, entende-se que esta Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a indicação da Sra. Lenise Barcellos de Mello Secchin para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar, na vaga decorrente do término do mandato de Alexandre Fioranelli.

Por fim, Sala da Comissão, concluo a leitura do relatório, Sra. Presidente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Parabéns pelo seu relatório, Senadora Daniella Ribeiro.

E é concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Agora, convoco para o dia 20 de agosto, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Dra. Eudócia, Flávio Arns e Daniella Ribeiro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Romário, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Jorge Seif, Wellington Fagundes, Pedro Chaves e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 52, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome da Senhora LENISE BARCELLOS DE MELLO SECCHIN, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Alexandre Fioranelli." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. 17 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 3021, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para garantir às mulheres com histórico familiar de câncer de mama o rastreamento mamográfico a partir dos trinta anos." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2371, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a imunoterapia nos protocolos clínicos e nas diretrizes terapêuticas do câncer." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4047, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui a campanha Agosto Branco, destinada a conscientizar a população sobre o câncer de pulmão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5015, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui a campanha Setembro Amarelo, o Dia Nacional de Prevenção da Automutilação e o Dia Nacional de Prevenção do Suicídio." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2336, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e da iniciativa privada; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4967, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de cerimonialista." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 66, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir os Projetos de Decreto Legislativo nº 404, de 2023, 409, de 2023 e 410, de 2023." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 68, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2783/2022, que "institui a Semana Nacional da Previdência Social"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 70, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a Portaria nº 37, de 24 de junho de 2019, do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de incorporar o cateter hidrofílico para cateterismo vesical intermitente em indivíduos com lesão medular e bexiga neurogênica, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 71, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater os impactos na vida do cidadão brasileiro com neuromielite óptica: negligências e sofrimentos." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 73, de 2025** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Requer, nos termos do art. 93 § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja designada data para a realização de audiência pública, objeto do REQ 18/2025 - CAS (e seus requerimentos de aditamento correlatos já aprovados por essa comissão), com o objetivo de instruir o PL 2294/2024, que "altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina"." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/20

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos aqui presentes. Bom dia, colegas Senadoras, colegas Senadores e Presidente Flávio Arns.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras o recebimento dos seguintes expedientes: cópias de ofícios e moções de câmaras municipais e cidadãos contendo considerações sobre as denúncias de descontos indevidos em benefícios de aposentados do INSS, considerações sobre a situação do atendimento prestado nas agências do INSS e considerações sobre questões trabalhistas.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão. Fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião divide-se em duas partes: a primeira parte destina-se à apreciação da Mensagem nº 52, de 2025, com a indicação da Sra. Lenise Barcellos de Mello Secchin para exercer o cargo de Diretora da ANS; a segunda parte destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui cumprimentar o Senador Paulo Paim, seja muito bem-vindo, nosso Senador.

Eu quero agradecer, Senador Flávio Arns, por você poder presidir, durante no máximo dez minutos, enquanto eu leio o relatório do meu projeto de lei e, dessa forma, nós iremos passar para a segunda parte da reunião.

Muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Por favor, Senadora Eudócia, pode ficar aqui.

Retornarei, tão logo, em seguida, a palavra a V. Exa., Presidente desta Comissão.

Agradeço a deferência também.

Então, nesse sentido, é o item nº 2 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2371, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a imunoterapia nos protocolos clínicos e nas diretrizes terapêuticas do câncer.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo, então, a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Presidente, solicito iniciar pela análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Esteja à vontade.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada.

Louvamos a iniciativa do ilustre autor, Deputado Bibo Nunes, que visa, acertadamente, a incorporar a imunoterapia no Sistema Único de Saúde, contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos pacientes oncológicos e resgatando a esperança pela cura.

A imunoterapia é uma abordagem médica que estimula o sistema imunológico do paciente a combater doenças, especialmente o câncer. Esse tratamento foi desenvolvido a partir da descoberta de que as células cancerígenas empregam moléculas reguladoras, chamadas correceptores, para inibir as células de defesa do corpo e evitar sua destruição.

Os medicamentos imunoterápicos atuam bloqueando a atividade desses correceptores, facilitando a ação efetiva do sistema imunológico. Os tipos mais comuns de imunoterapia aprovados são: inibidores de *checkpoint* imunológico, terapia Carter, para leucemias e linfomas, vacinas terapêuticas (em estágios de pesquisa), citocinas, anticorpos monoclonais, vacinas contra o câncer e CAR-T Cells (células que passaram por modificação genética e foram reprogramadas em laboratório, derivadas de linfócitos T – células de defesa).

As imunoterapias são utilizadas, principalmente, para melanoma, câncer de pulmão de não pequenas células, carcinoma urotelial (bexiga), linfomas (em especial linfoma de Hodgkin), câncer de cabeça e pescoço, câncer renal e câncer de mama triplo negativo.

Esse tratamento oncológico é amplamente adotado em diversos países, especialmente aqueles com sistemas de saúde mais avançados.

Os Estados Unidos foram os pioneiros no desenvolvimento e aprovação de imunoterapias. O FDA (que é a agência reguladora dos Estados Unidos) já aprovou diversos tratamentos, como os inibidores de *checkpoint*, uso em câncer de pulmão, melanoma, linfoma, entre outros.

A Agência Europeia de Medicamentos já aprovou imunoterapias semelhantes às dos EUA. Alemanha, França, Itália e Espanha têm centros especializados e acesso pelo sistema de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Reino Unido fez grandes investimentos em pesquisa, em parceria com farmacêuticas, para oferecer imunoterapia para vários tipos de câncer.

No Japão, a imunoterapia é adotada especialmente para câncer de pulmão e gástrico, e o desenvolvimento de terapias próprias também está em andamento.

A China investiu fortemente em pesquisa e aprovação de imunoterapias, bem como no desenvolvimento de terapias locais (como CAR-T Cells) e aprovação de terapias internacionais.

O Canadá aprovou a imunoterapia para diversos tipos de câncer, tornando-a disponível em centros oncológicos pelo sistema público de saúde.

O Brasil também utiliza imunoterapias no tratamento do câncer, especialmente nos grandes centros oncológicos públicos e privados. O Sistema Único de Saúde (o nosso SUS) incorporou a imunoterapia como tratamento para o melanoma cutâneo avançado não-cirúrgico e metastático, especificamente com os medicamentos nivolumabe.

Na iniciativa privada, os planos de saúde cobrem diversas imunoterapias, especialmente após inclusão no rol da ANS; o mesmo acontece com os hospitais oncológicos. Cito, como exemplo, o A.C. Camargo Cancer Center (que fica em São Paulo), o Hospital Sírio-Libanês, o Hospital Israelita Albert Einstein, o Hospital de Amor (Barretos), Instituto do Câncer do Estado de São Paulo.

E, para tornar as imunoterapias mais acessíveis e reduzir custos, um novo centro de pesquisas foi inaugurado no ano passado, em Eusébio, na Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará. Situado no *campus* da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Centro Pasteur-Fiocruz de Imunologia e Imunoterapia reúne pesquisadores brasileiros e estrangeiros – do Instituto Pasteur de Paris (França) e da Fiocruz –, voltados para pesquisa e desenvolvimento de imunoterapias em doenças infecciosas e não transmissíveis.

A adoção tem crescido nos últimos anos, embora ainda existam desafios no acesso amplo pelo Sistema Único de Saúde, em especial, devido à omissão normativa para a concretização das políticas públicas de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabemos que um único dia pode fazer a diferença na vida do paciente oncológico, que luta contra o tempo para ter acesso ao tratamento indicado e aumentar suas chances de cura. Não é razoável imaginar que o paciente com indicação de imunoterapia para tratamento oncológico tenha que aguardar 180 dias ou mais para conclusão do processo administrativo de incorporação de medicamento, produto ou procedimento no SUS, sem contar a realização de audiência pública, consulta pública, avaliação da comissão intergestores tripartite, e demais burocracias exigidas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia no Sistema Único de Saúde (Conitec), que é um órgão colegiado de caráter permanente do Ministério da Saúde e tem como função essencial assessorar na definição das tecnologias do SUS. É responsável pela avaliação de evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, produto ou procedimento.

Entendo que os procedimentos burocráticos não podem estar acima da ciência e do direito à saúde. São inúmeros os estudos científicos publicados no Brasil e no mundo que evidenciam a eficácia, a efetividade e a segurança das imunoterapias.

Ademais, devido à interpretação constitucional ampla do direito à saúde, a avaliação econômica dos benefícios da imunoterapia deve considerar que a falta de incorporação no SUS gera um gasto ainda maior com a judicialização e o acesso compulsório.

Nesse contexto, o projeto de lei ora em análise contribuirá para o acesso equitativo às imunoterapias, quando for a opção de tratamento comprovadamente mais eficaz.

Reconhecemos, portanto, o mérito do PL nº 2.371, de 2021, motivo pelo qual manifestamos nosso apoio à aprovação.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.371, de 2021, nos termos colocados.

Sala das sessões, 26 de maio de 2025.

E quero só colocar, Sr. Presidente, a importância da imunoterapia no tratamento oncológico aos Srs. Senadores que estão aqui presentes e a todos que estão nos acompanhando também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remotamente. A imunoterapia veio como divisor de águas no tratamento oncológico. A gente está falando da diferença entre a vida e a morte. Então, tem tratamentos tradicionais que, por si só, não são suficientes para tratar o paciente oncológico.

Estou com a presença de vários médicos aqui na sala, que podem acompanhar esse raciocínio que eu estou fazendo.

Então, nós temos no SUS poucos casos que são atendidos pela imunoterapia. E esse projeto de lei vem assegurar esse tratamento ao paciente oncológico que passou pelo especialista, pelo oncologista, e para o qual foi indicada a imunoterapia como tratamento para coibir o crescimento do tumor e possíveis metástases – porque são as metástases, Presidente, que matam o paciente, que dão uma evolução insatisfatória. E detalhe: quando esses pacientes evoluem para metástases, eles passam, meses, dias, em hospitalização, em UTIs, o que leva a muito gasto para o nosso Governo, sem dúvida nenhuma.

E, também, outra questão que eu queria aqui pontuar é que o excesso de judicialização onera muito o nosso Governo, de modo que, se nós incorporarmos a imunoterapia no nosso SUS, indicado pelos especialistas, porque depende de cada paciente, depende de cada tipo de tumor, isso vai fazer com que diminua a judicialização e o Governo possa trabalhar de uma forma mais eficaz e salvando vidas, que é o que nós queremos. Todos nós queremos que os nossos brasileiros e brasileiras possam também ter a oportunidade de serem tratados de forma correta e com as imunoterapias que vieram revolucionar o tratamento oncológico.

E aqui eu mostrei que, em outros países, isso já acontece há alguns anos e a gente não pode ficar atrasado nesse contexto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Dra. Eudócia.

Quero esclarecer a quem nos acompanha pelo Brasil que a Dra. Eudócia, além de Senadora atuante, vibrante, é também médica, então tem toda a propriedade, todo o conhecimento para defender bem a ideia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero, da minha parte, parabenizá-la pelo relatório apresentado...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... pelo conteúdo e pela ênfase – conteúdo e ênfase no argumento –, que é muito importante. Basta dizer que, se nós estivéssemos fazendo o tratamento, nós estaríamos fazendo imunoterapia. Então, a população tem que ter acesso à imunoterapia. Por que só nós?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, a população tem que ter acesso. E economicamente, sai mais caro, colocando na ponta do lápis, sai mais caro fazer o tradicional do que algo que dá mais resultado, a pessoa vai trabalhar e vai ter uma vida independente, né?

Eu quero saudar aqui e já passar a palavra ao Senador Paulo Paim, Senadora Jussara Lima, que está chegando, Senador Veneziano Vital do Rêgo, mas quero cumprimentar também o Sr. Wadih Damous, que teve o nome referendado pelo Plenário ontem, para a Presidência da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar). Desejamos bom trabalho, sucesso e certamente o trabalho conjunto, sempre necessário, está também à disposição.

Muito bom. Eu passo a palavra a V. Exa. Está em discussão a matéria. Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Presidente em exercício, Senador Flávio Arns, Dra. Presidenta e Relatora, Dra. Eudócia, primeiro cumprimento o seu relatório. Sem sombra de dúvida, argumentos sólidos, consistentes, que trazem para nós todos uma orientação da importância desse projeto.

A única questão que eu levanto para V. Exa. é que o Ministro Padilha e o Ministério da Saúde fizeram uma solicitação à nossa bancada, porque eles querem contribuir. Acho que o projeto é bom, uma das sugestões que tem aqui é tão boa que poderia ser acoplada, encaminhada junto ao Estatuto da Pessoa com Câncer, como uma sugestão, naturalmente. Mas eu entendo que o pedido de vista, como é regimental, cabe a mim também cumprir esse papel. Você sabe o carinho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu tenho por V. Exa., V. Exa. inclusive me botou naquela Comissão Especial e eu de pronto aceitei e inclusive já me convidou para uma visita às áreas que assim têm essas preocupações. Então, com carinho, com respeito e batendo palmas para o seu relatório, eu cumpro essa questão regimental de pedir vista. Eu acredito que na semana que vem a gente já vote, porque se o Governo pediu porque quer dar uma olhada mais profunda, tudo bem, vai dar uma olhada, agora, eu sei que a vista vai ser coletiva e, na semana que vem, ele vem para votação. O meu carinho a V. Exa. é indiscutível. Relatório excelente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, o que V. Exa. está colocando, todos nós sabemos, é algo regimental e, se o Ministério quer contribuir, acho que é importante também, não é, Dra. Eudócia, assim com algum aspecto, como o Senador Paulo Paim colocou, batendo palmas para o projeto, mas sempre há alguma coisa, porém, sempre lembrando, Senador Paulo Paim, que a gente não pode esperar, a urgência na questão da vida de um bom tratamento exige que a gente vote o mais rapidamente possível.

Então, a gente concede vista coletiva e voltará à pauta, para a Secretaria, na próxima semana. Está bem assim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E eu estarei aqui para votar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O Senador Paulo Paim é parceiro, mas, para o público em geral entender, o Regimento permite que haja pedido de vista, ainda mais do Ministério, e sempre algum ajuste pode ser feito, mas sempre lembrando a urgência, a necessidade e importância do que está sendo votado.

Retorno a Presidência, com muito prazer. Eu inclusive sou Relator de um outro projeto na área da oncologia, que a gente, assim, pretende, de acordo com a secretaria e a Vice-Presidência também, de autoria da Senadora Dra. Eudócia, na área do câncer, que virá à pauta na próxima semana.

Dra. Eudócia, com alegria, retorno a Presidência a V. Exa., está bem? Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quero agradecer a oportunidade de você ter presidido esta mesa, meu amigo, nobre Senador Flávio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Arns. E o seu trabalho na CCT é incrível. Parabéns, viu? Que pena que você não pode continuar mais conosco, porque vai ter que presidir a CCT. Mas um grande abraço.

E vamos seguir aqui a pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Com o respeito e a orientação de sempre de V. Exa., eu presido aqui o programa Jovem Senador já faz 16 anos, um projeto de minha iniciativa, que se tornou uma bela realidade para a formação da nossa juventude.

Eu tenho somente dois requerimentos na mesa, o 68 e o 66. Se V. Exa. pudesse votar simbolicamente, porque é requerimento de audiência pública só.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Concedido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Se não houver nenhum obstáculo, me ajudaria, e eu fico um pouco aqui ainda colaborando com V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Tá, concedido.

2ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 66, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir os Projetos de Decreto Legislativo nº 404, de 2023, 409, de 2023 e 410, de 2023.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E passo, desta forma, a palavra ao Senador Paulo Paim. E eu só queria, Senador, antes de o senhor ler o seu requerimento, queria cumprimentar a Senadora Jussara, que sempre está aqui presente, a nossa amiga e nobre Senadora Damares, o Senador Veneziano.

E queria também parabenizá-lo, Deputado Wadih Damous, que está nos honrando com sua presença aqui no dia de hoje. E quero já adiantar para V. Exa. que nós precisaremos muito de você lá na ANS, tá? Que a gente possa trabalhar em parceria em prol dos brasileiros e das brasileiras, especialmente nessa questão do câncer, que tanto mata os nossos munícipes.

Então agora eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, na verdade, audiência pública, como de praxe nesta Comissão e em todas elas, uma institui a Semana Nacional da Previdência Social, e outra faz um debate sobre o trabalho daqueles funcionários que às vezes têm que trabalhar sábado e domingo, mas a portaria vai até julho do ano que vem ainda. Então, fazendo a audiência pública dentro de um período que V. Exa. entender. Se entender que tem que ser bem rápido, faremos em seguida. Fico à disposição de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador, então os seus requerimentos foram o nº 66 e o nº 68.

E os Senadores que os aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Obrigado. A senhora foi muito gentil, como sempre. (*Fora do microfone.*)

Fico lhe devendo estar aqui para dar quórum para votar o projeto, viu? E os meus amigos médicos que estão aqui acompanhando.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Ah, que maravilha. Sejam muito bem-vindos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Pede vista e te elogia, está vendo? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Já pensou, Senadora? Mas olha, ele colocou aqui, Senadora, que ele pediu vista, mas que vai votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Vou votar.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Ele já antecipou o voto. Isso é muito importante. Isso é de suma importância.

Muito grata.

Agora, nós iremos para o item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 3021, DE 2024

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para garantir às mulheres com histórico familiar de câncer de mama o rastreamento mamográfico a partir dos trinta anos.*

Autoria do Projeto: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Observações:

1- Em 9/7/2025, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3021, de 2024, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

A autoria é do Senador Laércio Oliveira, e a relatoria é da Senadora Daniella Ribeiro.

A Senadora Daniella Ribeiro não se encontra presente, então nós colocamos para um segundo momento... (*Pausa.*)

Eu vou dar prosseguimento, porque nós estamos no turno suplementar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Eu fui *ad hoc*, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Você foi *ad hoc*.

Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Até o momento não foram apresentadas emendas em turno suplementar e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

E o resultado é: não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Risf.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Agora, vamos para o item 4.

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5015, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui a campanha Setembro Amarelo, o Dia Nacional de Prevenção da Automutilação e o Dia Nacional de Prevenção do Suicídio.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

O relatório é pela aprovação do projeto, e a votação será nominal.

Dessa forma, concedo à S Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir à análise, inclusive de forma resumida, porque a matéria é consenso.

O PL 5.015, de 2023, busca conscientizar a população sobre os riscos da automutilação e do suicídio informando sobre os serviços de apoio e tratamento. Não há vício constitucional, nem jurídico nem regimental.

Relativamente à técnica legislativa, a proposição observa as regras da Lei Complementar 95, de 1998.

A matéria cumpre os preceitos da Lei 12.345, de 2010, vez que o tema tratado no PL passou por diversas audiências públicas, dentre as quais podemos citar a audiência na Assembleia Legislativa de Minas, em 2024, na Câmara Municipal, em 2022, e na Câmara Legislativa de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, em 29 de novembro de 2021.

O PL cria a campanha Setembro Amarelo – que já é consagrada; ela só vai ser oficializada agora –, que será realizado todo ano, em setembro, para ações de prevenção da automutilação e do suicídio.

A proposta também cria o Dia Nacional de Prevenção à Automutilação, em 17 de setembro, e o Dia Nacional de Prevenção ao Suicídio, no dia 10 de setembro.

Quanto ao mérito, avaliamos como muito importante a aprovação da matéria, considerando os benefícios de ela trazer à luz a conscientização da população sobre os riscos da automutilação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e do suicídio, informando sobre os serviços de apoio e tratamento, bem como a redução do preconceito em relação à saúde mental, além de incentivar a empatia e o apoio às pessoas que sofrem com a automutilação e pensamentos de suicídio, e estimular a procura por ajuda profissional. Setembro Amarelo é a campanha que tradicionalmente marca as ações voltadas para a atenção e prevenção da automutilação, depressão e o suicídio.

Conforme a OMS, cerca de 800 mil pessoas morrem por suicídio todos os anos. Para cada suicídio, há muito mais pessoas que atentam contra a própria vida a cada ano. O suicídio é a segunda principal causa de morte entre jovens com idade de 15 a 29 anos. Ao todo, 79% dos suicídios no mundo ocorrem em países de baixa e média renda.

Outro ponto que não pode ser esquecido é o uso excessivo de telas celulares pelos jovens, que decorre de uma dificuldade em lidar com o real da vida. Essa atração pelas mídias sociais acende um alerta na medida em que o ambiente virtual é propício a atos de assédio e violência psicológica, tornando-se um catalisador do adoecimento mental de jovens e adolescentes, sem contar que nesse mundo há desafios para a automutilação e para o suicídio. Inclusive, Presidente, nós já encontramos pessoas marcando suicídio coletivo no Brasil, por meio das redes. Então, a campanha, sendo oficializada, vai fazer o enfrentamento a todas essas mazelas.

Por outro lado, o controle e monitoramento das atividades das crianças e adolescentes por pais e responsáveis pode ser um aliado importante na prevenção e identificação de abusos. É sabido que as redes sociais podem ser aceleradoras do comportamento suicida, mas pode ser um caminho de identificação da pessoa tentando o autoextermínio.

De tudo, é forçoso concluir que a necessidade de aprovação dessa matéria é urgente.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.015, de 2023, que institui a campanha Setembro Amarelo, o Dia Nacional de Prevenção da Automutilação, que é o dia 17, e o Dia Nacional da Prevenção do Suicídio, que é o dia 10.

Esse é o voto, e eu peço apoio aos pares.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quero parabenizá-la, Senadora Damares, pela sua brilhante relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que cada vez mais os nossos jovens estão, infelizmente, cometendo suicídios e, como você bem colocou, infelizmente também, às vezes, em cascata, em bloco. Então, isso é um motivo de muita preocupação, e, por isso, você está de parabéns, Senadora Damares Alves.

Agora, coloco a matéria em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Só quero cumprimentar a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Damares Alves, cujo relatório não poderia ser diferente, porque eu a conheço e sei da batalha que ela trava em defesa da nossa gente, da juventude. E, nesse caso específico, nós estamos vendo um incentivo, inclusive, nas redes sociais – opinião que ela comunga comigo – a se matar. Onde é que se viu isso? Nós chegamos a esse ponto! Alguns picaretas, bandidos, que tinham que estar na cadeia, ficam incentivando as crianças e os jovens a, inclusive, cometerem crimes de suicídio.

Por isso, parabéns pelo relatório, Presidenta da nossa Comissão, e parabéns a V. Exa. por ter votado a matéria!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Senador Paim, sabe qual é a nova modalidade de automutilação? Não é mais cortar. Eles estão amarrando objetos em linha e cordão, engolindo e puxando para rasgar o estômago, para a gente não ver a marca. Então, os adolescentes estão fazendo isso. E, quando a gente pergunta: por quê? De Norte a Sul do país, eles respondem: dor na alma. Nós vamos ter que enfrentar essa dor na alma.

Essa campanha acho que vem no momento certo. As redes sociais têm sido um campo de morte, infelizmente, de suicídio, automutilação e depressão. Com a campanha oficializada, a gente vai fazer o enfrentamento, Senador.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senadora Daniella.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB. Para discutir.) – Primeiro, gostaria de cumprimentar a colega Senadora Damares pelo relatório e também pela autoria, no caso da Câmara dos Deputados, que instituiu essa campanha tão importante.

Queria também ressaltar que campanhas como essa, cumprimentando a todos e a todas presentes, são fundamentais, mas, no ano inteiro, nós precisamos lidar com situações que, hoje, não são mais individuais, mas, sim, de saúde. É uma pandemia, no que diz respeito à questão da saúde.

E aí eu levo essa questão não só para as redes sociais. Eu gostaria de levar também, não diminuindo nem minimizando as redes sociais, para o que nossa sociedade hoje está vivendo e voltamos para a questão da violência contra a mulher, porque, muitas vezes, essas crianças vivem em ambientes insalubres. E insalubres por quê? Porque elas assistem...

Senadora Damares e minha querida conselheira Dayane, nós sabemos o quanto o ambiente de violência causa de dores também às crianças que nós estamos entregando como cidadãos para a sociedade, como o futuro para o nosso país.

Volto a dizer e quero ressaltar a importância do trabalho que estamos fazendo aqui, de nossa parte, do Congresso Nacional, sobre a questão da violência contra a mulher, que já deixou de ser um Agosto Lilás, já deixou de ser um Março Internacional da Mulher, para, na realidade, virar um programa. E um programa, antes que aconteça...

Eu quero ressaltar que o Congresso Nacional, através do Senado e da Câmara, em parceria com o CNJ, com o CNMP e com o Ministério da Justiça, está com um programa que tem recursos e que, pela primeira vez, por termos uma mulher na Comissão Mista de Orçamento, em parceria com a Câmara dos Deputados, através da Deputada e Procuradora Soraya Santos, conseguimos expandir e criar um programa nacional, o Programa Antes que Aconteça – o nome eu acho que não podia ser mais feliz –, com a Conselheira Renata Gil, de quem eu quero também aqui ressaltar o nome e a importância dentro desse contexto para que a gente tivesse recursos, porque política pública sem dinheiro é uma falácia, não existe, para realmente trabalharmos a questão da violência contra a mulher em todos os âmbitos, desde a educação, nas escolas, e aí, sim, com as crianças, com meninos e meninas, até passando por empreendedorismo feminino, passando pela proteção e pelo cuidado na chegada da mulher ao denunciar o agressor, através das Salas Lilás,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já implantamos. Na Paraíba, sendo o estado pioneiro, implantamos já duas Salas Lilás e uma casa de acolhimento, uma casa de passagem, onde essas mulheres têm a capacitação para entrar no mercado de trabalho e, pela parceria que estamos fazendo com várias empresas, que já saia com a garantia do emprego, ou seja, da independência financeira para sair desse ciclo.

Mas o que eu quero dizer é que, voltando e fazendo esse *link*, como a gente diz, com uma ação como essa, em que crianças e, lamentavelmente, situações em que a gente nunca via adolescentes – nunca vivemos esse tempo como estamos vivendo hoje –, certamente tem uma contribuição muito forte no que diz respeito a lares em que, lamentavelmente, inclusive as mulheres permanecem, muitas vezes, achando que estão fazendo bem aos filhos ou mesmo não porque estão fazendo bem aos filhos, mas, pela dependência financeira, terem que aceitar aquela situação. Então, essas crianças, com a saída para assistir a um pai que agride uma mãe todos os dias e que ameaça de morte, inclusive, muitas vezes, os filhos.

Então, nesse sentido, eu faço, eu diria, o congraçamento desses dois temas que são difíceis, mas devem ser tratados, Senador Paim, assim como a violência contra a mulher agora é tema de um ano inteiro e de todo o tempo, já que nós somos, inclusive, mais de 50% da população brasileira e somos no Brasil, pioneiras como mulheres e tem também hoje quem cuida do lar, quem tem a responsabilidade pelo lar.

Eu também gostaria de dizer que fizemos uma parceria com a Caixa Econômica Federal para que as casas que são trazidas de volta, ou seja, quando há leilão devido ao não pagamento daquele cumprimento, vão ser entregues para mães, para mulheres vítimas de violência para que elas saiam do ambiente do agressor.

Tudo isso, eu falo, Senadora Eudócia, porque eu não tenho dúvida de que tudo isso vai contribuir e ajudar para que crianças e adolescentes saiam também desse ciclo de automutilação e de suicídio a que, lamentavelmente, nós assistimos no dia a dia. Então, é responsabilidade nossa, como representantes do nosso povo, e de toda a sociedade brasileira, não só dos políticos, não, de toda a sociedade brasileira na hora em que denuncia ali do lado, na hora em que sabe e hoje se mete, porque, em briga de marido e mulher, a gente tem que meter a colher mesmo, está bom?

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, parabéns, Senadora Damares, por seu trabalho junto a essa campanha.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Também lhe parabenizo, Senadora Daniella Ribeiro, pelo seu posicionamento.

Realmente, a gente tem que ver essa questão sempre da violência contra a mulher e, por tabela, contra as crianças, porque, como você colocou, as nossas crianças ficam no lar que não é um lar saudável para elas crescerem.

E parabéns pela Sala Lilás que você colocou no seu projeto.

Eu quero cumprimentar o Senador Mecias de Jesus – a quem vou passar a palavra –, o Senador Contarato – que acabou de sair, mas que esteve aqui presente –, o Senador Petecão.

Agora eu vou passar a palavra para... Senador Mecias de Jesus, eu vou fazer o seguinte: eu vou só terminar a discussão, porque a Senadora Damares já leu o Projeto de Lei nº 5.015, de sua relatoria. E eu queria, Senadora Damares, saber se a gente pode fazer em bloco com o seu item 3.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – As duas são terminativas, né?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – As duas são terminativas.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Na verdade, eu sou Relatora *ad hoc* do item 3, né?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – É.

Pode ser, Senador Mecias de Jesus? (*Pausa.*)

E aí eu encerro a discussão.

Senadora Damares, você pode ler o item 3, que é o Projeto de Lei 4.047, que é terminativo também, que institui a campanha Agosto Branco, destinada a conscientizar a população sobre o câncer de pulmão. A autoria é da Câmara dos Deputados, e a relatoria é do Senador Dr. Hiran. O relatório é pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação também será nominal. Por isso, iremos fazer em bloco os itens 4 e 3.

Dessa forma, concedo a palavra à Senadora Damares, que é a Senadora *ad hoc*, pelo Senador Dr. Hiran para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise.

Verificado, Presidente, o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental. Também não há vício de juridicidade.

Em atendimento às determinações legais, foi realizada, Presidente, audiência pública, em 26 de agosto de 2021, com a participação de representantes do Ministério da Saúde, do Instituto Nacional do Câncer, do Instituto de Oncoguia, da Sociedade Brasileira de Oncologia e da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. A audiência se deu no âmbito de comissão especial criada pela Câmara dos Deputados para acompanhar as ações de combate ao câncer no Brasil.

Registre-se, ademais, que, no que se refere à técnica legislativa, o texto da proposição está em estrita consonância com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que versa sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

No que respeita ao mérito, cumpre ressaltar a indiscutível relevância da conscientização sobre o câncer de pulmão, uma das principais causas de mortalidade no Brasil e no mundo. De acordo com os dados do Inca, estima-se que cerca de 30 mil novos casos de câncer de pulmão sejam diagnosticados anualmente no país, representando uma realidade alarmante, que demanda atenção e ação imediata.

Durante os últimos anos, especialmente em tempos de pandemia, a saúde respiratória tornou-se um foco crítico. O aumento da exposição à poluição, ao tabagismo e a outros fatores de risco tem exacerbado a incidência da doença, enquanto muitos ainda permanecem desinformados sobre os sinais e sintomas precoces que podem indicar a presença desse câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O medo e a desinformação podem levar a um diagnóstico tardio, comprometendo significativamente as chances de tratamento e recuperação.

A grande maioria dos casos de câncer de pulmão é diagnosticada em estágios avançados, resultando em altas taxas de mortalidade e uma qualidade de vida debilitada para os pacientes.

Ademais, é imperioso salientar que a educação sobre o câncer de pulmão não se restringe apenas aos indivíduos em risco, mas deve se estender a toda a população. Em diversos estudos, observou-se que a informação e a conscientização podem reduzir significativamente a incidência da doença através da promoção de hábitos saudáveis e da cessação do tabagismo. Portanto, é pertinente observar que ações educativas podem transformar a percepção da sociedade sobre a gravidade e a prevenção do câncer de pulmão.

Diante deste quadro, torna-se evidente que a luta pela conscientização sobre o câncer de pulmão transcende a saúde curativa, configurando-se como uma necessidade urgente que demanda ações efetivas e políticas públicas abrangentes. A promoção de campanhas de conscientização e a melhoria do acesso aos cuidados de saúde são imperativos para se garantir que a população esteja devidamente informada e possa tomar decisões que assegurem sua saúde e bem-estar coletivo.

O voto, Presidente.

Pela argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.047, de 2023.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora Damares, mais uma vez parabéns pela sua relatoria, que foi do Dr. Hiran – não é isso? –, do nosso nobre Senador Dr. Hiran. Mas, como sempre, você está aí lutando junto contra o câncer.

É disto que a gente precisa: cada vez mais Parlamentares entendendo que o câncer é uma matéria realmente ímpar na área da saúde, para que a gente possa minimizar as dores e as mortes dos nossos brasileiros e brasileiras.

E agora eu coloco a matéria em discussão e passo a palavra ao Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sra. Presidente, querida Senadora Eudócia, colegas Senadores e Senadoras...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente, eu vim a esta Comissão, mesmo na qualidade de suplente, para prestigiar a Dra. Lenise, que vai ser sabatinada aqui, e eu creio que ela reúne toda a experiência e capacidade para o cargo ao qual ela foi indicada. E, ao chegar aqui, vejo a Senadora Damares relatando dois projetos de suma importância para a sociedade brasileira, temas que, certamente, esta Comissão discute, e eu quero parabenizar a Senadora Damares e cumprimentar a Senadora Daniella pelas palavras conhecedoras aqui.

Mas o Governo gasta, Sra. Presidente, colegas Senadores, cerca de R$3 bilhões por ano com propaganda, incluindo as autarquias e as indiretas – R$3 bilhões por ano! Eu creio que 50% disso, no mínimo, tinha que ser gasto para orientar a população sobre todo e qualquer tipo de câncer e sobre qualquer doença que traga risco de vida. Isso, certamente, ajudaria muito a população e reduziria as filas nos hospitais.

Eu creio que o Governo gasta muito com propaganda para mostrar obras e outras questões que não trazem grande ganho, principalmente para a vida, e, nesse projeto, sem dúvida nenhuma, que fala sobre o câncer de pulmão e que fala sobre o suicídio, toda a propaganda que for feita com relação a isso, toda a orientação que for feita é, sem dúvida nenhuma, extremamente necessária.

Eu tenho problemas com isso. Eu perdi a minha mãe com câncer, ela tinha 67 anos de idade quando eu a perdi. Descobrimos um câncer bobo, de útero, mas descobrimos tarde demais, e a minha mãe faleceu, 25 anos atrás, com um câncer de útero, por falta de informação. E ainda há muita gente neste país que não tem essas informações. Da mesma forma, e com uma dor tremenda no coração, eu passei por problema de suicídio na minha família. Duas pessoas da minha família cometeram suicídio.

Portanto, eu quero novamente parabenizar a Senadora Damares Alves pelo grande trabalho que ela faz pelo Brasil na conscientização da família, em todos os sentidos, e parabenizar esta Comissão por estar enfrentando isso e votando matérias dessa natureza.

Eu vi que a Senadora Daniella falou aqui do assunto de violência contra as mulheres. Eu fui Presidente da Assembleia Legislativa em Roraima por oito anos e eu tive a oportunidade de criar, lá em Roraima, como Presidente da Assembleia Legislativa, o Chame (Centro Humanitário de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apoio à Mulher, à Criança e à Família). Ele existe há mais de dez anos, atende as mulheres vítimas de violência doméstica.

O Chame, na Assembleia Legislativa de Roraima, tem um convênio com a Polícia Civil. Lá tem um delegado; lá tem um defensor público; lá tem um juiz, em convênio com o Poder Judiciário. Eu fico muito orgulhoso de o tema que está sendo discutido aqui hoje nós termos conseguido realizar mais de dez anos atrás, lá na Assembleia Legislativa de Roraima, quando eu fui Presidente.

Então, são temas importantes que a gente não deve jamais deixar de debater a qualquer momento, e devemos orientar e, principalmente, punir aqueles que ultrapassam os limites legais da humanidade.

É isso, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pelas suas palavras pertinentes, Senador Mecias de Jesus.

Falando sobre o câncer de útero, 99% das causas de câncer de colo de útero são pelo HPV, e nós já temos uma vacina contra o HPV. Inclusive, eu fui Relatora, aqui nesta Comissão, sobre a questão da vacina nonavalente, que pega nove sorotipos do HPV que causa o câncer. Dessa forma, se a gente massificar as mulheres para serem imunizadas, iremos acabar com o câncer de colo de útero. Por isso, a importância de realmente investirmos na informação. Conhecimento é poder, não é?

Então, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Está em votação.

Vou começar agora a votação dos dois projetos que a Senadora Damares acabou de relatar.

A votação será nominal.

O painel já está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quem estiver remotamente, nobres colegas Senadores e Senadoras, por gentileza, votem para a gente dar continuidade à nossa sessão deliberativa.

Enquanto os nobres Senadores e Senadoras estão votando, nós iremos para o item 6.

2ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4967, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de cerimonialista.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável ao Projeto.*

Dessa forma, concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, para a leitura do relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, as minhas saudações a V. Exa. e aos nossos demais integrantes, Sras. e Srs. Senadores.

Quero saudar, de forma muito efusiva, o nosso querido companheiro que foi na Câmara dos Deputados e hoje haverá consumado o processo de escolha para assumir a Agência Nacional de Saúde, o meu querido amigo, Deputado Wadih Damous. As minhas saudações, Wadih. Eu tive a oportunidade, e só por essa razão, da convivência, que nos permite testemunhar em favor daquele ou daquela com a qual nós tivemos a oportunidade de vivenciar um ambiente. Durante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro anos eu pude observar exatamente, além da capacidade, da competência, da vibração e da firmeza com a qual sempre desempenhou o seu mandato, Wadih sempre mostrou essa disposição indômita de abraçar causas importantes e não haverá de ser diferente nessas futuras atribuições, que são importantíssimas, tão sensíveis e que dizem respeito ao universo da Agência Nacional de Saúde.

Então, Wadih, as minhas saudações. Sinceramente, e você sabe do carinho e da confiança, desejo-lhe pleno êxito, contando com a nossa Casa.

Presidente, se me permite, é projeto singelo e eu gostaria, pedindo a sua anuência, de fazer uma rápida leitura a partir da análise.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Concedido, Senador.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Há um atendimento formal aos requisitos exigíveis a apresentações de projetos dessa natureza. Então, nesse sentido, já passo à frente.

Esse projeto é de autoria de uma companheira, também digna amiga, Deputada Laura Carneiro, que dispõe sobre o exercício da profissão de cerimonialista.

Nesse sentido, para o bom andamento desses eventos, que podem ser, por exemplo, sociais, empresariais, públicos, esportivos e culturais, é necessária a atuação de alguém que conheça os respectivos protocolos e etiquetas e esteja qualificado para coordenar os diferentes tipos de cerimoniais, de acordo com as suas especificidades.

Com efeito, a fim de demonstrar a relevância das atividades por ele exercida e, consequentemente, fundamentar a regulamentação da profissão, nos moldes pretendidos na proposta em questão, citam-se alguns eventos de natureza pública que exigem conhecimentos relacionados a cerimonial: posse dos Srs. e Sras. senadores, posse do Presidente e do Vice-Presidente da República, posse de Ministros do STF, enfim.

Observa-se que todos esses eventos utilizados como exemplos, além de serem e demandarem recursos públicos, dada a sua natureza, também fazem parte dos registros históricos do país, razão pela qual merecem ser realizados por profissionais capacitados que possuam os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimentos necessários para que evitemos erros que, muitas vezes, são grosseiros e danosos das mais diversas ordens.

A mesma preocupação acerca da ocorrência de prejuízos decorrentes da atuação de pessoas não qualificadas para a prestação de serviços nessa área também é verificada quanto aos eventos realizados no âmbito privado, entre os quais podem ser mencionados os casamentos, as formaturas universitárias, entre outros, sobretudo diante do direito fundamental de defesa do consumidor.

Uma vez justificada a intenção de dispor sobre o exercício da profissão, registra-se que o projeto de lei em análise acerta ao delimitar, em seu art. 2º, as atividades e atribuições atinentes ao cerimonialista, uma vez que estabelece um marco para a profissão e evita conflitos com profissionais de outras áreas.

Por fim, insta-nos salientar que o estabelecimento de jornada de trabalho não excedente a 40 (quarenta) horas semanais, facultadas a compensação de horários e a redução de jornada mediante convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, constante do art. 4º da proposição, está de acordo com o art. 7º da nossa Constituição Federal, não havendo prejuízo para o trabalhador.

Diante do que nos expusemos, Presidente Eudócia, o nosso voto é pela aprovação do Projeto nº 4.967, que tive a alegria de poder relatar, principalmente por força de ser, a sua autora, uma digna e querida amiga, Deputada Laura Carneiro, e o objeto da proposta ser também plenamente defensável.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pela relatoria, Senador Veneziano.

Eu coloco agora a matéria em discussão.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB. Para discutir.) – Sra. Presidente, primeiro eu gostaria de parabenizar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. *Fora do microfone*.) – Pois não.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – ... tanto a autoria do projeto como também a relatoria do Senador Veneziano, haja vista que realmente, eu diria, é uma missão que deve ter, sim, reconhecimento.

E, ao mesmo tempo, aproveito essa oportunidade para pedir a deferência da Presidência da Mesa para que a gente possa passar imediatamente para a sabatina da indicada em respeito a ela. Eu gostaria, cumprimentando também o Sr. Wadih que ontem teve a aprovação no Plenário da Casa, de pedir essa deferência como mulher, para mulher e por outra mulher.

Então, esse é um pedido para que a gente possa, aproveitando também que aqui está a nossa Conselheira, que atua na área de saúde, Daiane Santos, que é uma mulher que muito nos orgulha, que muito nos orgulha ali no CNJ, então, acho que seria de bom-tom se V. Exa. acatasse esse pedido para que a gente, logo após a votação do projeto que o Senador Veneziano está relatando, pudesse colocar já a sabatina.

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora Daniella, é exatamente isso que vai acontecer, tá?

O nosso Senador Veneziano acabou de relatar o último projeto de lei, irá para a votação, depois a votação nominal e já iremos começar a sabatina.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação está o relatório.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Rapidamente, se V. Exa. me permitir, sem jamais querer passar, até porque não sou, V. Exa. bem sabe, deselegante, mas temos sabatinas que estão ocorrendo na Comissão de Infraestrutura com votação aberta. Eu peço licença a V. Exa., como integrante titular, para me despedir, mesmo que temporariamente, retornando logo em seguida à sabatina da nossa indicada, se a senhora me permite.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senador Veneziano.

Já temos quórum de votação. Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – O resultado: 13 colegas Senadores votaram SIM; NÃO, zero.

Também não teve abstenção.

Parabéns, Senadora Damares! Foram aprovados os Projetos de Lei nºs 4.047, de 2023, e 5.015, de 2023, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Agora, dando início à sabatina, informo que inicialmente será concedida a palavra à indicada para as suas exposições iniciais por até 15 minutos. Em seguida, será aberta a fase de arguição. Os Senadores inscritos poderão usar da palavra por até dez minutos.

Pode-se fazer presente, Dra. Lenise Barcellos. Seja muito bem-vinda mais uma vez.

A SRA. LENISE BARCELLOS DE MELLO SECCHIN – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Seja muito bem-vinda. Pode se sentar.

Em seguida, será aberta a fase de arguição. Os Senadores inscritos poderão usar da palavra por até dez minutos cada, assegurado à interpelada igual prazo para resposta e facultadas réplica e tréplica por cinco minutos.

A votação será secreta em urna eletrônica disponibilizada para este fim.

Informo ainda que a reunião tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão através da Ouvidoria, no telefone 0800 0612211, e por meio do Portal eCidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários à indicada via internet.

Consulto os Senadores se já podemos dar início ao processo de votação enquanto procedemos à arguição da indicada.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senador Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Na verdade, era isso que eu ia sugerir, que a senhora já abrisse a votação, porque tem outras Comissões, aí as pessoas que tiverem interesse em votar logo, já votam e se dirigem a outras Comissões.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não. Já faremos isso.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado pelo encaminhamento.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo óbice, coloco a indicação em votação e passo a palavra à Sra. Lenise Barcellos de Mello Secchin, para as suas exposições iniciais por até 15 minutos.

Com a palavra, a Sra. Lenise Barcellos. Seja muito bem-vinda!

A SRA. LENISE BARCELLOS DE MELLO SECCHIN (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Exmas. Senadoras, Exmos. Senadores, as autoridades aqui presentes e todos que acompanham esta sessão de sabatina.

Exma. Senadora Dra. Eudócia, Presidente desta CAS, me sinto lisonjeada de estar presente nesta sessão de sabatina conduzida por V. Sa. – uma mulher de fibra e muito lutadora.

Inicio minha fala pedindo licença para apresentar meus agradecimentos. Agradeço a Deus por mais esta oportunidade em minha vida, para pessoa de origem humilde, cujo escudo e escada sempre foram o estudo, o trabalho, a fé, o empenho em tudo que faço.

Agradeço a minha família pelo apoio incondicional que sempre me deram, seja diante dos meus estudos, do meu trabalho, bem como dos desafios que surgem na caminhada da existência. Agradeço ao eu pai amado, Paulo, que partiu recentemente para junto ao Pai; à minha mãe querida, Alzira; aos meus pais, de quem tenho orgulho de ser filha, e de ter recebido tantos ensinamentos que constituíram o amálgama do meu ser; à minha irmã, Lu, parceira de todas as horas; à minha filha, Lorena, luz da minha vida. Agradeço aos meus queridos familiares e amigos pelo apoio e carinho ofertados.

Agradeço ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, por minha indicação ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Esse voto de confiança e reconhecimento do meu trabalho é uma consideração que me deixa extremamente feliz.

Agradeço à minha Relatora, a Exma. Sra. Daniella Ribeiro, que faz um trabalho de grande relevância nesta Casa, em que destaco a proteção da mulher, sendo ainda a primeira mulher a ocupar a posição de Primeira-Secretária do Senado Federal do Brasil. Obrigada, Relatora, pelo acolhimento com que me recebeu diante dessa honrosa indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E estendo meus agradecimentos a todas as Exmas. Senadoras e Exmos. Senadores; aos servidores desta Casa, que organizaram esta sabatina com tanta gentileza e profissionalismo. Agradeço ao Exmo. Sr. Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Senado, por sua liderança pelo recebimento da minha indicação e por todo o processo em andamento.

Agradeço aos diretores da ANS, com os quais convivi ao longo dos quase 16 anos em que estou lotada na Agência Reguladora, pela parceria, pela oportunidade de desempenhar minhas funções como servidora pública. Em especial, agradeço aos diretores e servidores aqui presentes, à Diretora-Presidente interina, Dra. Carla; aos Diretores Eliane, Jorge, Maurício; aos servidores Luiz, Ana Carolina, Luiz Gustavo, Jailson, Lara; ao ex-Diretor-Presidente Paulo; ao ex-Diretor Bruno; ao nosso novo Diretor-Presidente Wadhi; à nossa querida Conselheira do CNJ, Daiane, que é uma pessoa muito querida. É muito bom estar com todos vocês aqui.

E agradeço com muito orgulho e carinho aos servidores e colaboradores da ANS, que, desde novembro de 2009, quando lá cheguei, me receberam com tanto profissionalismo, parceria e respeito.

Agradeço também a presença do nosso Procurador-Chefe da Procuradoria da ANS, Dr. Tostes.

Destaco que os servidores das agências reguladoras compõem um quadro funcional de grande relevância para o nosso país. Para mim, a troca de experiência, aprendizado, evolução da regulação tem sido uma oportunidade ímpar de servir e contribuir para o bem da nossa sociedade.

Sou servidora pública da carreira de especialista em políticas públicas e gestão governamental do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos há 25 anos. Ao longo desse período, tive a oportunidade de exercer minhas funções no Ministério do Planejamento, no Ministério da Fazenda, na Controladoria-Geral da União, tendo, em cada órgão, aprendido, me desenvolvido e contribuído para o serviço público na sua entrega à população brasileira.

Estou lotada na ANS há 16 anos, a se completar em novembro próximo, onde ingressei como gerente, passando a Gerente Geral, depois a Diretora-Adjunta de quatro das cinco diretorias, a chefe de gabinete e, atualmente, como Secretária Executiva da ANS, desempenhando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre minhas funções e minhas atividades profissionais com afinco, integridade, dedicação e acreditando que sempre podemos fazer mais e melhor.

Possuo mestrado em Administração Pública pela Fundação Getulio Vargas; especialização em Economia Internacional pelo Minerva Program da The George Washington University; Liderança Executiva pela Indiana University; especialização em Planejamento e Pensamento de Cenários Futuros para Executivos Sênior pela National University of Singapore, em parceria com a Enap; Gestão e Controladoria Governamental pela Uneb; Economia Comportamental Aplicada às Políticas Públicas pela Enap; e Design Thinking para Inovação em Governo pela Enap; além da graduação em Administração de Empresas pela Faculdade Moraes Júnior. Além disso, realizei outras capacitações, cujos conhecimentos sempre fiz questão de compartilhar com as equipes com as quais trabalhei.

Ao longo da minha trajetória profissional, sempre atuei com foco em resultados, na melhoria dos processos da regulação, da governança, da gestão, da liderança de equipes, objetivando a entrega de melhores resultados para a sociedade.

Na ANS, tenho exercido minhas funções seguindo essas bases, buscando contribuir para a transparência institucional, disseminação da informação, multiplicação do conhecimento, tanto interna quanto externamente. Pois acredito, Senadora, firmemente, que a informação clara, orientadora, possibilita melhor conhecimento do setor de saúde, fortalecendo, assim, o beneficiário de saúde suplementar e a tomada de decisão mais adequada e consciente, de forma a obter o melhor atendimento possível – assim como esses projetos da Dra. Damares, que são exatamente alinhados a esse desejo.

Iniciei na ANS em um trabalho de equipe que foi um marco importante na história da agência. Foi possível retomar o ressarcimento ao SUS, que à época estava suspenso. Foram necessários muito trabalho e muita dedicação de todos para que fosse possível rever todo o processo de trabalho e começar uma escalada positiva, que vem trazendo, ano a ano, recorde de recolhimento decorrente do ressarcimento ao SUS.

Ainda há muito o que se aprimorar, não apenas no ressarcimento financeiro ao Erário, mas também em relação ao processo burocrático em si, bem como aos estudos epidemiológicos e à compreensão das razões efetivas que levam o beneficiário de plano de saúde a esse atendimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no SUS. Para tanto, necessitamos de uma equipe de servidores dedicada aos dados, que são fundamentais para que possamos gerar informações reais e, assim, melhor orientar as políticas regulatórias.

Como Diretora-Adjunta, chefe de gabinete e Secretária Executiva da ANS, tive a oportunidade de participar, direta ou indiretamente, de vários processos regulatórios do setor de saúde suplementar, sempre alicerçada em premissas técnicas, seguindo os princípios da governança, coadunados com as melhores práticas de regulação, buscando trabalhar na elaboração e implementação de políticas regulatórias, seguindo as melhores doutrinas sobre o tema.

No que se refere aos processos sancionadores, a agência, ao longo dos anos, vem promovendo gradativamente o aperfeiçoamento tanto no que se refere aos normativos quanto às análises dos fluxos do processo de trabalho, trazendo mais eficiência e adequação de comportamento do regulado.

A fiscalização responsiva é uma abordagem regulatória que visa otimizar a fiscalização, priorizando a prevenção e a conformidade regulatória, com foco na prevenção de falhas e na promoção de boas práticas.

No aspecto de assistência à saúde, outro instrumento deveras importante se refere ao rol de procedimentos e eventos em saúde, o qual vem sendo continuamente aprimorado, e as operadoras de planos privados de assistência à saúde são obrigadas a oferecer todos os procedimentos previstos no rol de procedimentos da ANS vigente, que lista os tratamentos de todas as doenças do CID-10 que têm cobertura para atendimento integral, de acordo com os artigos da Lei 9.656, de acordo também com a segmentação, óbvio, dos planos, da área de atuação, da abrangência geográfica, da rede de prestadores de serviços contratados, credenciados, referenciados das operadoras, dos prazos de carência e coberturas, respeitando os prazos máximos de atendimento previstos nos normativos de garantia de atendimento.

Quanto ao processo de reajuste, a agência deu um grande salto no que se refere à transparência de dados e simplificação da metodologia de cálculo, o que permite que se possa chegar a cálculos realizados a partir de dados publicados no *site* da ANS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Claro que há espaço para evolução da política de preço e reajuste, e esforços nesse sentido vêm sendo desenvolvidos, baseando-se nos princípios econômicos, atuariais, sempre observando o impacto no setor, de forma a não gerar ou pelo menos mitigar resultados indesejados para nossa sociedade.

É ainda importante zelar pela saúde financeira das operadoras, para assegurar a assistência adequada, de qualidade e pontual aos beneficiários, bem como a remuneração correta dos prestadores, para que tanto as regras prudenciais são extremamente importantes.

Outro ponto importante que vem paulatinamente fortalecendo é a inclusão de empresas contratantes nos fóruns de diálogo sobre o setor. O trabalho de interação com os empregadores do Brasil, órgãos de defesa do consumidor, sociedade civil organizada é importantíssimo para dialogar sobre planos de saúde, suas experiências vividas, os principais entraves e desejos, de forma a buscar uma harmonia nessa relação e, quando necessário, a atuação regulatória requerida.

Além disso, o programa Promoprev (Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças) é mais uma ferramenta de grande relevância para que de fato se busque promover a saúde, conscientização, Senadora Damares, na atenção da assistência adequada, que resulte numa vida com mais qualidade para as pessoas, além de contribuir positivamente para o fortalecimento da economia e da produtividade do país, Senadora Jussara.

A ANS também promove a indução de boas práticas em modelos de qualidade de saúde suplementar, como, por exemplo, o Programa de Qualificação de Operadoras, de qualificação de prestadores, aperfeiçoamento da relação entre operadoras e prestadores, a discussão sobre o modelo de remuneração, além de disseminar informações confiáveis e de qualidade, empoderando todos os atores do setor, especialmente os beneficiários, Senador Wilder.

No que se refere à transparência, a ANS vem desenvolvendo uma série de ações que resultam não só na transparência pela disponibilização dos dados, como de também informações de linguagem clara. Nesse sentido, já recebemos inclusive o padrão ouro de acesso à informação do jornalismo investigativo, que muito nos honra. Esse resultado é mais um trabalho conjunto de toda a agência, sempre buscando fornecer o maior volume de dados e informações possíveis para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a sociedade. Nessa mesma linha, estamos alinhados com a legislação de proteção de dados pessoais (LGPD).

Outro ponto em que também merecemos referência foi que a ANS foi pioneira ao lançar a Política Integrada de Governança e Responsabilidade Socioambiental, mais conhecida como ESG, Senadora, seguido pelo lançamento, em 2003, do Guia ANS de Diversidade e Inclusão, tema de tamanha importância para a nossa sociedade. Em 2024, lançamos ainda o guia do ESG da ANS. Ainda há diversas ações socioambientais conjugadas com medidas de integridade, *compliance* e transparência, com olhar atento para as regras mais eficientes, socialmente justas e ambientalmente responsáveis que têm sido implementadas.

Vale destacar, ainda, que não existe uma solução única e simples para tratar todos os problemas sistêmicos desse setor, nem regra de gestão que sirva para toda e qualquer situação ou grupo de beneficiários de planos de saúde. Em razão disso, é importante a participação de todos os atores na discussão sobre o futuro da saúde suplementar. A agência incentiva permanentemente a participação social, Dra. Daiane.

Assim sendo, transparência e diálogo constantes são indispensáveis. Afinal, o que se pretende entregar é assistência à saúde na medida...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LENISE BARCELLOS DE MELLO SECCHIN – ... que o beneficiário precisa, no custo necessário para esse atendimento.

Exma. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, diante dos trabalhos desenvolvidos na ANS, bem como das atividades anteriores no serviço público, somados aos conhecimentos desenvolvidos por minha experiência e estudos acadêmicos, cumpro os requisitos necessários, conforme disposto na lei, para que possa assumir, se assim V. Exas. decidirem, pela minha aprovação ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Certo é o meu compromisso para continuar prestando o meu melhor serviço em favor da sociedade brasileira, Senadora, com retidão, sensibilidade, técnica e responsabilidade. E decidindo as Sras. e os Srs. Senadores por minha aprovação, o meu compromisso só se fortalece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerro aqui a minha fala e fico à disposição para os questionamentos que V. Exas. entenderem pertinentes, agradecendo mais uma vez a oportunidade de estar aqui com vocês.

Estou a postos para continuar trabalhando ativamente em prol da saúde. E tomo emprestado de Aristóteles a assertiva: "A felicidade e a saúde são incompatíveis com a ociosidade". Meu respeitoso muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns, Dra. Lenise Barcellos, pelo seu posicionamento, pela sua exposição. O seu currículo é muito rico. Parabéns!

Não tenho dúvidas de que, se assim você for indicada pelos nobres Senadores e Senadoras, irá fazer toda a diferença...

A SRA. LENISE BARCELLOS DE MELLO SECCHIN – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... à frente da ANS, na Diretoria da ANS.

E, concluída a exposição da Dra. Lenise Barcellos de Mello Secchin, eu passo a palavra à Senadora Daniella Ribeiro, por até dez minutos – Senadora Daniella –, para arguição da indicada.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB. Como Relatora.) – Sra. Presidente, mais uma vez, cumprimentando V. Exa., cumprimentando a nossa indicada, Dra. Lenise Barcellos, quero cumprimentar, Sra. Presidente, o ex-Presidente da ANS, Paulo Rabello, que aqui está, cumprimentar o atual, eleito ontem, votado, no Plenário desta Casa, Dr. Wadih Damous, cumprimentá-lo e desejar sucesso e discernimento. A gente sabe que são muitos os desafios, mas todos têm capacidade, desenvoltura e comprometimento para estarem onde estão.

Sra. Presidente, na realidade, ao mesmo tempo em que a cumprimento, eu diria que tive oportunidade de tirar algumas dúvidas acerca do tema relacionado à ANS, que, sim, são temas que têm suas complexidades, mas, por ser Relatora da Dra. Lenise, tive uma oportunidade maior de com ela conversar e já estou satisfeita no que diz respeito àquilo que perguntava e que... Não é nem que argui, porque para arguir é aqui, mas que com o que conversávamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria, na realidade, inclusive, com o testemunho... Eu sei que ela não tem a palavra aqui para dar, mas quero dizer do testemunho das pessoas que lhe conhecem de perto, conhecem seu trabalho, bem como quem está aqui lhe prestigiando, a nossa querida Conselheira Daiane Santos, que é uma grande mulher, que tem um compromisso enorme na área de saúde do CNJ, trabalha junto à saúde, dando o testemunho também do seu trabalho.

Então, eu quero só, na realidade... Fiz a leitura do relatório na semana passada. Quero só aqui, Sra. Presidente, conclamar os colegas Senadores e Senadoras para que venham votar numa mulher que é extremamente capacitada, comprometida e tem conhecimento amplo da Casa, porque é da Casa.

Então, eu gostaria de desejar sorte, sucesso e, acima de tudo, compromisso, sempre, com o bem público e com o que é o nosso maior bem público, que é o povo brasileiro.

Por isso, cumprimento o Presidente Lula por encaminhar essa indicação, cumprimento os Senadores e Senadoras e espero que, mais tarde... Espero não, certamente, mais tarde, em Plenário, através da condução do Presidente Davi Alcolumbre, possamos reafirmar esse apoio na condução da Dra. Lenise para o cargo de Diretora na Agência Nacional de Saúde.

Só isso, Sra. Presidente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Presidente, eu queria registrar aqui a presença da Jovem Senadora Yasmin Vittória, que ganhou o concurso agora no nosso Estado de Goiás. Ela é aluna de um colégio estadual lá de uma cidade nossa, de São Miguel do Araguaia, que é o Colégio Dom Bosco, e está acompanhada também da Profa. Luciana Silva.

Fiz questão de que ela tirasse foto aqui com as talentosas Senadoras, uma jovem, com toda certeza... Ela me disse que ia fazer medicina, mas, agora, passeando aqui... Ela é médica, mas, passeando aqui agora, ela gostou mais e disse que vai fazer direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui é a Casa Legislativa... Eu falei: "Está muito bem, então, já como Jovem Senadora".

Queria que ficasse registrada a presença dela aqui, que tanto nos orgulha, ao vir conhecer aqui o Senado e o Congresso Nacional.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Que maravilha ter a Jovem Senadora aqui conosco!

Seja muito bem-vinda!

E parabéns, Senador Wilder, por você estar abraçando aí essa causa desses jovens Senadores e que é tão importante!

Mas espero que você faça medicina. (*Risos.*)

Parabéns aí!

Eu quero passar a palavra agora para o nosso nobre Senador Fabiano Contarato.

Contarato, perdoe-me.

Senador Contarato. (*Risos.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Querida Senadora Eudócia, parabéns pela simpatia, pela generosidade. Saiba que a senhora dignifica e muito o Senado Federal. Tenho muito orgulho de estar ao lado de V. Exa., ao passo que quero aqui só cumprimentar a Senadora Daniella, todas as mulheres aqui presentes, e, na pessoa da indicada, a Lenise Barcellos, quero cumprimentar, de forma muito afetuosa, todas as mulheres.

Para mim é muito significativo quando uma mulher assume um posto dessa natureza.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador, você me dá permissão um segundo?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu peço à Senadora Daniella – às vezes, eu quero falar Soraya – para me representar aqui na Presidência, enquanto eu vou votar na nossa Dra. Lenise.

É possível? (*Pausa.*)

E também vou lá na CI.

Muito obrigada.

Desculpe, Senador. Sou-lhe grata.

Pode continuar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Como eu estava falando, para mim, isso é muito importante. Quando eu vejo uma mulher que é indicada a qualquer agência, a qualquer direção, eu olho para ela e falo assim: "Nossa, você realmente é muito competente". É porque no Brasil, infelizmente, para as mulheres não basta a competência. Falar que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações é uma determinação constitucional. Mas será que efetivamente nós vivemos em um Brasil em que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações? Eu tenho certeza que não. Basta você ver que, dos três Poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário –, o único que nunca foi presidido por uma mulher foi justamente o Legislativo.

Eu tive a oportunidade de ir a uma Assembleia Legislativa – 23 Deputados ali existiam, e nenhuma mulher. Isso tinha que me dizer alguma coisa e tem que me dizer alguma coisa, porque mais de 52% da população é de mulheres. Eu lembro que, quando as mulheres tiveram o direito à licença-maternidade, o que as empresas começaram a fazer? A não contratar mulher ou a exigir atestado de esterilidade. E como o processo legislativo é muito lento, precisou, só em 1996, vir uma lei federal falando que é crime exigir atestado de esterilidade ou negativo de estado gestacional. Quer dizer que a mulher já sofria com a dificuldade de ter acesso a emprego e agora, diante de um direito conquistado, que foi a licença-maternidade, ela passou a ser, mais uma vez, vilipendiada com esse tipo de solicitação. Então eu lembro que minha mãe usava o CPF do meu pai. Por quê? Porque até a reforma do Código Civil, a mulher era semi-incapaz. Homens e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres são iguais em direitos e obrigações. Então, eu faço essa fala na certeza de que a gente tem que enaltecer.

Volto a falar que eu sou de concurso público: sou delegado de polícia de carreira e sou professor de direito penal e processo penal. Você entra no concurso público em igualdade. É bem verdade que sim, mas, para a promoção na carreira ou para os cargos de chefia ou direção, as mulheres são mais uma vez silenciadas. Essa é uma realidade que esta Casa tem que, a todo momento, dizer.

Mas eu quero fazer alguns questionamentos à indicada, porque eu me sinto à vontade de fazê-los.

O que me move estar na política é não perder a capacidade de me indignar. E o artigo 6º, da Constituição Federal, fala, no art. 6º, que são direitos sociais [aí ele começa] a educação, a saúde, o lazer [vestuário, higiene], o trabalho, a previdência.

E nós temos, infelizmente, um quadro em que a saúde pública no Brasil, por vezes, não é efetivada para aquela população que mais precisa.

Eu tenho orgulho de falar que eu sempre utilizei o Sistema Único de Saúde (SUS), desde quando era o antigo Inamps, para depois passar a INSS. Eu tenho a minha carteirinha até hoje, com a foto 3x4, do antigo Inamps. Mas eu fico me colocando na dor daquelas pessoas que precisam fazer uma ressonância magnética, uma cintilografia, uma tomografia, uma mamografia e, infelizmente, não têm acesso e, às vezes, não têm acesso sequer a uma consulta oncológica.

Porém, mais grave do que isso – eu tenho verificado, querida Dra. Lenise – é que, nos últimos cinco anos, tivemos mais de 69 mil reclamações relacionadas a cancelamento de plano de saúde coletivo unilateral. Quer dizer, o trabalhador quando tem a oportunidade de pagar um plano de saúde, ele paga a vida toda e, quando está lá no momento em que ele mais precisa, vem uma decisão unilateral e cancela o plano de saúde, atingindo aquelas pessoas que estão em tratamento crônico permanente, prolongado, atingindo aposentados que, com muito sacrifício – que, às vezes, deixam de se alimentar direito –, pagam um plano de saúde. Vem numa decisão unilateral e fala: "Eu vou cancelar o plano de saúde agora". No momento em que aquele trabalhador, aquela aposentada, aquele senhorzinho, aquela senhorinha que mais precisa de ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um acolhimento e uma garantia... Olhem que a saúde pública é direito de todos, mas é dever do Estado. Não sou eu que estou falando isto, mas o art. 196 da Constituição Federal, *ipsis litteris*: saúde pública é direito de todos e dever do Estado. Eu não estou nem falando só da saúde pública, eu estou falando dos planos de saúde.

Então, eu queria saber como V. Exa. vai efetivamente encarar esse assunto relacionado à rescisão contratual unilateral de plano de saúde no momento em que essas pessoas mais precisam. Esse é um ponto que eu queria ouvir da senhora, porque é um ponto que, para mim, é muito grave.

Até mesmo para corrigir isso, Senadora Daniella, eu apresentei o PL 2.036, que proíbe a rescisão unilateral da pessoa idosa ou com deficiência. Mas, infelizmente, até hoje – apresentei em 2024 –, não foi distribuído para nenhuma comissão.

Aqui, no Senado, a gente também tem que fazer uma movimentação para que esses projetos andem. E vamos para o voto. O projeto, pura e simplesmente, veda rescisão de idoso ou pessoa com deficiência por uma decisão unilateral no momento em que a pessoa mais precisa. Não é no momento – obviamente, você pode ter qualquer comorbidade – em que você tem 18, 17, 20, 22, 30 anos, mas é no momento da vida em que você está lá, depois de ter contribuído e pago o plano de saúde a vida toda, e vem uma decisão unilateral e fala: "Não vou mais te atender". Não, isso não é razoável.

Eu acho que a Agência Nacional de Saúde Suplementar pode, sim, dar uma contribuição. Não sei se isso seria uma forma de se ter uma participação que pudesse evitar esse tipo de comportamento sem esperar o processo legislativo aqui.

O segundo questionamento – e o último que eu prometo fazer – é com relação à judicialização da saúde. É muito comum a gente verificar que decisões judiciais estão sendo proferidas, determinando o custeio e o que eu estou chamando aqui de judicialização, que é a determinação, no campo do Poder Judiciário, para cumprimento e aporte para garantir esse direito constitucional. Só que nós sabemos que nós temos um equilíbrio fiscal.

Então, às vezes, o Poder Judiciário determina, com uma decisão, que a União cubra um tratamento de um valor alto, claro que objetivando preservar a vida humana, que é um direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional, passa pela dignidade da pessoa humana. Mas, em contrapartida, isso sai de algum lugar, e outras pessoas acabam sendo também afetadas com isso, porque, se você faz um aporte ali, você vai tirar algo de algum lugar. Então, como lidar com essa judicialização da saúde? Eu acho que isso é um desafio, inclusive para nós Parlamentares.

Eu defendo que tinha que ser criado um fundo, um fundo específico, só para cumprimento dessas decisões, para que essa pessoa não deixe de ser atendida e também para que não comprometa aquelas pessoas que estão lá na fila, precisando de medicações, tratamentos ou cirurgias. Eu acho que esse é o caminho mais adequado. Não sei como seria, nem de onde viria esse fundo, mas eu acho que são dois pontos que me incomodam, no sentido de ser um desafio essa judicialização da saúde e também essa rescisão unilateral dos planos de saúde, para pessoas idosas, aposentados, deficientes, quando as pessoas que mais precisam estão lá.

Finalizo aqui, mais uma vez parabenizando V. Exa. pela indicação. Acredito na aprovação e, ao que depender de mim, estarei aqui me mobilizando para que isso aconteça. E, mais uma vez, eu quero falar que, quando eu vejo uma mulher aí nessa posição, para mim ela já passou por muitas dificuldades, por muitas sobreposições de violência. Não é por vitimismo – longe disso –, mas eu acho que a gente tem que ter uma visão muito mais clara de que, infelizmente, ainda vivemos num Brasil que é preconceituoso.

Aliás, isso está como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Está no art. 4º que são fundamentos da República Federativa do Brasil promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação, mas ainda somos um país racista, sexista, misógino, xenofóbico, homofóbico. E compete a todos nós lutar para que essa discriminação, esse preconceito, seja mitigado e, quem sabe um dia, seja aniquilado de uma vez por todas. Então, eu acho que... Mas isso compete a todos nós. Eu sempre falo que ser cidadão, para mim, não é apenas viver em sociedade, mas transformar a sociedade.

Não basta o texto da lei ter letra morta, porque, eu volto a falar, não é uma coisa que eu tirei da minha cabeça, está no art. 6º da Constituição Federal. São direitos sociais a educação, a saúde, a moradia, o lazer, o vestuário, o trabalho, a previdência, mas, infelizmente, todos esses direitos estão deitados eternamente em berço esplêndido. Compete a todos nós lutar para que um dia esse dispositivo ganhe vida, vez e voz e entre no Estado democrático de direito para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atender a população que mais precisa, porque, volto a falar, eu não falo isso por vitimismo, por favor... Já estou concluindo. Eu não falo isso por vitimismo, mas eu sempre estudei em escola pública.

Senadora Eudócia, teve um ano do meu ensino fundamental em que eu estudei dentro da cozinha da escola. Era dentro da cozinha da escola, que era dividida por uma linha: de um lado era um grau da turma, do outro lado um outro grau, com a mesma professora.

Quando eu passei na antiga escola técnica, só tinha uma, minha mãe falou assim: "Meu filho, se for necessário, a gente vende nossa casa para você estudar". Meu pai era motorista de ônibus, foi por 40 anos; minha mãe semialfabetizada, seis filhos – e eu, o mais novo.

Eu ia andando para pegar o ônibus, não tinha políticas de incentivo a estudante, não tinha passe escolar. Eu dava o sinal e falava: "Eu sou filho do motorista Alvino, deixa eu entrar pela frente?". Quantas portas se fecharam na minha cara, para que eu chegasse às 7h da manhã naquela escola técnica federal do Espírito Santo, que hoje é um instituto federal?

Eu não falo isso por vitimismo, eu falo que, quando você vem numa base dessa, de usar o SUS, de acreditar na ciência, na educação pública de qualidade, a sua empatia talvez tenha um olhar muito mais humanizador.

Deus foi generoso comigo e me deu meus filhos, que são Gabriel e Mariana, que são a razão da minha vida. E eu também volto a falar que tenho dois desafios na minha vida: explicar para os meus filhos que eles são fruto de uma relação homoafetiva, no país que mais mata a população LGBTQIA+; e explicar que eles têm dois pais brancos e eles são negros. Eles são negros num país que é racista, num país que criminaliza a cor da pele, num país que julga pelo gênero, num país que julga efetivamente pelo poder aquisitivo, apesar de a premissa ser constitucional: todos somos iguais perante a lei, independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, pessoa com deficiência.

Eu tenho este sonho, do dia em que eu terei orgulho de subir a qualquer tribuna, se me derem o microfone, e falar: "Eu tenho orgulho de dizer que, no Brasil, todos somos iguais perante a lei". Luto incessantemente para que isso ocorra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalizo aqui com uma frase de que eu gosto, de Tiago de Melo, que diz: "[...] [Nós não temos] caminho novo, o que [...] [temos] de novo é [...] [o] jeito de caminhar."

Parabéns pela indicação e que Deus nos abençoe.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pelas palavras, Senador Fabiano Contarato, muito pertinentes.

E agora eu passo a palavra à Dra. Lenise Barcellos, para responder ao nobre Senador Contarato.

A SRA. LENISE BARCELLOS DE MELLO SECCHIN (Para expor.) – Obrigada. Obrigada, Senadora.

Exmo. Sr. Senador Contarato, as suas palavras são um bálsamo. Primeiro, pelo reconhecimento do acesso às mulheres, porque de fato só quem é mulher é que sabe dos desafios, não é, Dra. Eliane? Será nossa única diretora atualmente mulher na Mesa da diretoria colegiada.

Passando diretamente para o seu questionamento, sim, a gente precisa se indignar com qualquer coisa que não seja um melhor atendimento para a nossa sociedade. A agência já vem trabalhando nesse sentido, no que se refere ao cancelamento de plano de saúde de forma abrupta.

A gente fez uma tentativa, algum tempo atrás, num normativo da agência, mas infelizmente esse normativo sofreu uma ação judicial que pediu para retirar o artigo. Hipoteticamente, essa ação seria para proteger as pessoas, mas, na verdade, não foi, e isso acabou dificultando o trabalho que a agência já estava fazendo nesse sentido.

A agência vem trabalhando para... Bom, os planos individuais e familiares não podem ser cancelados por uma das partes apenas, somente por desejo do beneficiário, ou em caso de fraude ou inadimplência.

Nos casos de planos coletivos, o que a agência vem colocando, e que vai estar agora sendo avaliado, é a possibilidade de que esse cancelamento se dê apenas no aniversário do plano, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma antecedência de comunicação de pelo menos 60 dias para os planos coletivos, ou seja, das empresas ou dos grupamentos de profissionais.

É um fato que a gente precisa sempre estar olhando qual é a melhor forma de fazer a proteção da sociedade e trazer o equilíbrio para esse setor. Não é admissível que as pessoas sejam retiradas porque estão doentes. Por isso é que a gente tem que ter um olhar macro, por isso é que a gente tem que ter esse olhar maior e aí, nesse caso, focando na data de aniversário, você evita esse oportunismo, essa ação que não é a mais adequada.

A agência já está trabalhando nesse sentido, é o que se pretende fazer. Tem uma legislação maior que está ainda em estudo. A gente tem mais de 700 projetos de lei sobre a saúde suplementar em andamento e, em muitos deles, a agência já deu o seu parecer de favorável no sentido de que tem muita pertinência técnica.

Assim, a gente precisa realmente se dedicar trazendo uma proteção para a sociedade sem trazer o desequilíbrio e, principalmente, fazendo com que a gente possa, de fato, trazer a proteção para o contratante dos planos, tanto para os individuais – que já o têm –, como também para os planos coletivos.

No que se refere à judicialização, Senador, a Dra. Daiane, Conselheira do CNJ, está aqui, e a gente tem um trabalho muito grande de parceria com o CNJ, porque a judicialização é legítima, mas precisa ser cuidada. Tem alguma coisa que está desequilibrada com essa escalada. A gente não vai tirar nunca o direito de judicialização do cidadão, mas da boa judicialização, não daquelas coisas que muitas vezes a gente fala que fogem ao razoável. Nesse sentido, a gente tem trabalhado junto aos tribunais. Aqui eu estou com a Diretora de Fiscalização, que faz um trabalho muito bom com os Parceiros da Cidadania justamente para empoderar o beneficiário e dar o esclarecimento da metodologia, da operação de saúde suplementar aos tribunais, aos juízes, para que, nesse melhor discernimento, se possa ter uma ação da judicialização mais adequada.

Além disso, Senador, aqui desde o início, a gente falou muito sobre informação, sobre divulgação, e é isto: o empoderamento do cidadão é o que traz a capacidade dele de lutar pelos seus direitos, de exigir fazer cumprir os seus direitos. Nessa questão da judicialização, muitas vezes, há uma desinformação por parte do beneficiário que muitas vezes é colhido de surpresa. Então, ele tem condições de resolver muitas dessas questões judiciais diante da própria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operadora, diante da própria ANS. A agência, por exemplo, fez um trabalho e faz um trabalho de ouvidoria, tanto da ANS como da ouvidoria das operadoras, que é mais uma forma de você fazer essa aproximação e tentar harmonizar essa relação. Isso também repercute na diminuição da judicialização.

Agora, a judicialização tem que ser estudada, tem que ser entendida e tem que ser analisada. Por isso, a parceria com o CNJ e com os tribunais é tão importante para que a gente possa desanuviar e possa ver, de fato, o que está acontecendo, por que tem esse crescente. Em primeiro lugar, a agência sempre vai defender que aquilo que é pactuado em contrato tem que ser cumprido, deve ser cumprido. Por isso, a ouvidoria tem um papel também muito importante, porque quem tem problema de saúde tem pressa, tem urgência, e muitas vezes a judicialização não vai fazer a entrega no tempo necessário para aquela pessoa.

Então, o Executivo, no caso, a Agência Nacional de Saúde Suplementar vem fazendo ações para que você consiga antecipar esse processo e fazer a entrega daquilo que o cidadão precisa, daquilo que aquele beneficiário de saúde suplementar deseja e em que tem o direito de ser atendido.

É claro que, muitas vezes, a judicialização vai acontecer, faz parte do processo, e ela sempre será muito orientada e muito respeitada pela agência. Decisão judicial cumpre-se, mas é claro que esse diálogo permanente com o Judiciário, a demonstração sobre as normas da agência, o entendimento para que a sociedade civil organizada possa compreender e fazer melhor a exigência dos seus direitos talvez sejam uma ponte que a gente possa trazer para diminuir a judicialização – não a boa judicialização, volto a repetir –, para que a gente traga mais efetividade. Quem tem doença tem pressa e é nesse sentido que a agência vem lutando sempre para que se faça a entrega daquilo que é necessário para o cidadão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pela ordem, Sra. Presidente. Posso fazer uma...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pode sim, Senador.

Com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Primeiro, eu, com todo o respeito, não fico muito confortável quando me citam a rescisão unilateral de um plano de saúde coletivo com 60 dias. Ora, não tem como. Coloque-se no lugar daquela pessoa que trabalha, que está tirando de casa, para manter seu plano de saúde, por 20, 30, 40 anos, e, quando está no término de sua expectativa de vida, tem uma rescisão unilateral. Aí a ANS – com todo o respeito – vai trabalhar em 60 dias? Sessenta dias não é nada.

Então, eu acho que isso tem... Eu não sei como funciona; é por isso que eu acho que tem que aprovar. Tem que ser terminantemente proibida a rescisão unilateral de plano de saúde coletivo, porque vai afetar pensionista, idoso, pessoa com deficiência e pessoa com tratamento contínuo. Isso está ferindo o princípio da dignidade da pessoa humana, que está na Constituição. Isso está ferindo o princípio do direito constitucional à saúde. Não tem como.

Então, eu não me sinto confortável e contemplado com a possibilidade de se regulamentar ou de falar em trabalhar num prazo de 60 dias. Esse é um ponto meu, eu tenho a minha convicção nisso e vou lutar para aprovar isso na lei aqui. Acho que deveria ter uma decisão muito mais contundente, firme, propositiva do Ministério da Saúde.

E, com relação à judicialização, eu acho que a gente tem que enfrentar... Não é questão de tirar, não. É direito; é porque a saúde é um direito de todos, então a pessoa busca a tutela jurisdicional do Estado. Isso é legítimo, é pertinente. Só que aqui você tem o famoso dilema do bonde. Eu devo direcionar o bonde para onde vai atingir uma pessoa ou para onde vai atingir cinco pessoas? Isso é o utilitarismo de Stuart Mill: o bom é aquilo que você faz para o maior número de pessoas.

Então, o que acontece com a judicialização e que eu acho que passou da hora de o Executivo e do Ministério da Saúde fazerem: eu volto a falar na criação de um fundo, um fundo específico para cumprimento de ordem judicial, que não vá comprometer para tirar daqueles que estão lá nas filas para transplante, para medicações, etc. Se já foi dada uma tutela jurisdicional determinando que tem que se cumprir a aquisição de determinada medicação cujo valor é exorbitante, mas que você sabe que aquilo, se você não tiver um fundo, vai impactar em outras pessoas que não vão ter acesso à saúde, eu acho que esse é o tema que nós temos que enfrentar, seja no Executivo, seja através do Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às decisões judiciais, eu volto a falar: se a pessoa se julga lesada num direito, ela tem que buscar. Isso é o princípio da inafastabilidade jurisdicional, previsto no art. 5º, XXXV: "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

Por isso que se busca a tutela jurisdicional do Estado, mas eu acho que passou da hora. A gente não pode só fazer esse trabalho de interlocução com o CNJ, isso é tudo positivo, isso é perfeito, mas isso é paliativo. Eu acho que nós temos que enfrentar o tema para falar de saúde pública. O principal bem jurídico é a vida humana, a saúde pública, a integridade física. Como nós vamos fazer para cumprir decisão judicial sem comprometer, sem afetar outras pessoas que estão nas filas precisando de medicação também? Eu acho que esse é o debate a que a gente se impõe.

Eu volto a falar aqui da minha indignação com rescisão de plano de saúde coletivo, de forma unilateral, para essas pessoas idosas, pessoas deficientes, pessoas hipossuficientes, que, às vezes, volto a falar, tiram dinheiro da família, da alimentação, deixam de comprar uma roupa para pagar seu plano de saúde, e pagam a vida toda. Aí, no final da vida, vêm lá e falam assim: "Eu vou rescindir o contrato". Não, esperem aí. Não tem como. Isso é inadmissível. Isso é um ato de crueldade. Ouso falar que isso é uma tortura para o ser humano.

Então, nós não podemos aquiescer a isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Volto a falar sobre direito constitucional.

Desculpem ter me alongado.

Parabéns pela manifestação. Parabéns, Senadora Eudócia. Desculpe-me, mais uma vez, por ter me alongado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dra. Lenise Barcelos, você tem a tréplica de cinco minutos.

A SRA. LENISE BARCELLOS DE MELLO SECCHIN (Para expor.) – Perfeito.

Senador, realmente é uma questão que precisa ser debatida. Eu acho que, quando eu falo que a agência está estudando, é justamente para fazer esse diálogo com a sociedade. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem limitações e, dentro daquilo que a agência pode regulamentar, a gente não pode determinar a impossibilidade de registro que seria só por lei. Aí acho que o projeto do senhor vem exatamente ao encontro desse desejo, dessa manifestação, mas, de fato, a discussão, a conversa com a sociedade é a que vai delimitar qual é, de que forma e qual é o prazo que a agência pode colocar. Essa participação social é importantíssima para que a gente possa, de fato, fazer uma regulação que atenda aos preceitos da sociedade, à necessidade do cidadão na ponta.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dra. Lenise Barcellos de Mello Secchin, parabéns pelas suas colocações.

Não havendo mais... (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira arguir à indicada, vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Só um minuto.

Senadora Daniella tem a palavra.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – O Senador Fernando Dueire está vindo para votar, é isso? (*Pausa.*)

E o Dr. Hiran? (*Pausa.*)

Bom.

Enquanto isso, enquanto o Senador chega, eu gostaria, neste momento, de aproveitar a oportunidade, também, de fazer aqui menção à nossa jovem Senadora, que está aqui ao nosso lado, a querida Isabelly Fernandes, assim como... Tem 16 anos, Isabelly? (*Pausa.*)

E o Prof. Guilherme, que são da Escola Cidadã Integral e Técnica Severino Cabral, lá em Capina Grande, na minha terra. Eu fico muito feliz de tê-los aqui.

Eu fiquei pensando... Quando ela disse que tinha 16 anos, e está aqui como jovem Senadora... Aos 16 anos, eu me casei. Eu me casei e fui mãe, enfim. A gente fica olhando... Eu nunca imaginei, apesar de sempre estar na política, de sempre viver, de vivenciar a família na política, mas nunca imaginei, nos meus maiores sonhos, que chegaria a ser Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, durante os mandatos como Vereadora – e aí, sim, foi grande aprendizado como Vereadora –, e Deputada Estadual, por dois mandatos, a gente começa a sonhar, porque a gente começa a ver as possibilidades e a perceber o quanto é importante aqui, como mulher, dizer isso para vocês, Isabelly, que está conhecendo este ambiente, que é o Senado Federal, vendo um pouco o que significa, o que é que um Senador e uma Senadora fazem, como trabalham. E a gente fica muito feliz de ver o professor de Português – não é, professor? – aqui também presente, presenciando.

Na realidade, o Senado Federal... Assim que eu vim para cá eu me incomodava muito com a distância do povo da nossa terra. Eu fui Vereadora e era muito junto; como Deputada Estadual também, porque você está na Assembleia e volta para Campina Grande – no meu caso, a Assembleia era em João Pessoa e eu voltava para Campina Grande –, estava ali junto ao povo, ia sempre. E, no Senado, você tem essa distância. Então, é muito bom quando temos programas como esse, que o Senado Federal oferece, para que a gente possa dar oportunidade para que jovens, professores, cidadãos e cidadãs possam vivenciar o que é ser Senadora, ser Senador, o que é estar num mandato, trabalhando, fazendo e vendo o dia a dia, com vocês conhecendo melhor para levar para lá e multiplicar essa experiência.

Então, quero parabenizar essa iniciativa do Senado Federal, dando as boas-vindas para a Isabelly e para o Prof. Guilherme. Que seja muito proveitosa – eu não tenho dúvida alguma de que será – essa experiência de estar aqui no Senado Federal conhecendo os trâmites da Casa, os servidores, todos os que fazem o dia a dia do Senado.

Eu queria fazer esse cumprimento, aproveitando aí essa vinda do Dr. Hiran, que não chegou, mas não tem problema nenhum. Chegou aqui o nosso querido Plínio Valério.

Enfim, é sobre isso.

Aproveitando as palavras do Senador Contarato, sim, ele tem razão quando se indigna com tudo o que é relativo, principalmente, à população mais vulnerável, com quem a gente tem uma preocupação maior. Eu não tenho dúvida alguma de que, não só por ser mulher, mas principalmente por vivenciar e saber das nossas lutas e vicissitudes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava dizendo ontem... Ontem, alguém me perguntava, um senhor que conversava comigo, o quanto a gente, além de entrar num ambiente... E não é só entrar, mas é a gente permanecer. Em ambiente político é assim, não é Senadora Eudócia, meu querido Senador Laércio? A mulher, além de entrar, tem que fazer força para permanecer, para ocupar o espaço dela, para sentar. Não estou falando só ocupar espaço de fala não, é até para você sentar, para você falar.

Esta semana eu tive uma experiência interessante – e tenho muitas. Eu digo que eu preciso escrever um livro para motivar e para dizer às mulheres que... Inclusive, uma delas, que estava lá, era a Presidente da Abrasel da Paraíba. Quando eu cheguei – eu fui Relatora do Perse, só para vocês entenderem um pouquinho do que é a vivência, o dia a dia das mulheres, em todo sentido, não é só na política –, eu vim num voo da Paraíba direto para o evento, um evento enorme da Abrasel, e, quando eu cheguei, já estava falando o último orador. Aí a minha Presidente, da Paraíba, disse: "Senadora, infelizmente já é o último orador". E eu disse: "Não, mas eu vou falar. Eu vou falar. Não tem jeito não, vou ter que falar, porque o quanto a gente ajudou a hotelaria, o setor de hotelaria, de restaurantes, de bares... E o Perse foi fundamental para a recuperação deles." Aí ela disse: "Mas não tem mais como". E eu disse: "Espere aí". Eu olhei para um lado, olhei para o outro e vi o Presidente da Abrasel do Distrito Federal, que é casado com uma grande amiga minha. Fui lá direto. "Nati, eu vou ter que falar. Você vai dar um jeito de me colocar". E ela disse: "É que já está terminando, o último orador já falou". Aí, nisso, olhei para ele e disse: "Beto, dê um jeito. Eu vou ter que falar. Se não eu vou lá na frente e vou dizer que eu vou falar".

Aí ele foi lá e o cerimonialista... A gente estava falando aqui, antes do projeto, sobre cerimonialista, e o cerimonialista disse: "Eu estou aqui ganhando tempo enquanto está chegando a Governadora Celina Leão". Aí eu disse: "Não precisa ganhar tempo, eu estou aqui para falar". Fui lá, subi e dei o meu recado.

Mas o que eu quero dizer é que isso é exaustivo, porque isso leva – exaustivo no sentido mental, no sentido de que a gente realmente... Isso é um pequeno exemplo do quanto nós, mulheres, seja aqui no Congresso, seja na ANS, seja onde quer que seja, para ser ouvida, precisamos, para ocupar esses espaços, nos sentar, precisamos, realmente, ser muito mais corajosas e ousadas no sentido de, realmente, não ter vergonha nenhuma de ir para a frente, porque senão a gente vai passar... É muito mais fácil calar uma mulher do que calar um homem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, por isso, a importância de a gente estar junto. E eu nunca jogo homens contra mulheres, não, não é sobre isso; muito pelo contrário: é sobre alertar os homens para que possam apoiar as mulheres, e as mulheres possam puxar as mulheres no sentido de dizer: "Vem para cá e vem falar", entendeu? Então, é sobre isso.

Muito obrigada, Presidente.

Eu estou satisfeita. Abrindo a votação, acredito que a gente encerra esta nossa missão de hoje pela manhã, enquanto ainda tem várias sabatinas também e, mais tarde, ainda hoje, uma agenda extensa e as votações.

Obrigada, Sra. Presidente. Parabéns pela condução dos trabalhos mais uma vez e muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns por todas as palavras, Senadora Daniella Ribeiro, que foram importantes, porque agora eu pude ouvir de você a sua trajetória política e de vida. Isso só nos traz alegria, porque estou vendo em você uma mulher realmente batalhadora, que conquistou um espaço muito importante na política do nosso país e do seu estado, o nosso querido Estado da Paraíba.

E quero aqui parabenizar você, Jovem Senadora Isabelly Fernandes. Seja muito bem-vinda aqui ao Senado e que, num futuro próximo, você possa ingressar na vida pública para ajudar o nosso país e o seu querido Estado da Paraíba, sendo Senadora ou sendo o que você desejar ser.

Quero cumprimentar e parabenizar o Prof. Guilherme. Seja muito bem-vindo, Prof. Guilherme, e parabéns pelo seu trabalho lá na Paraíba, especificamente em Campina Grande. Meus parabéns.

Dr. Hiran, seja muito bem-vindo. (*Risos.*)

Estávamos aqui no seu aguardo, e a Dra. Lenise estava aqui esperando o seu voto e seu abraço, não é, Dra. Lenise?

A SRA. LENISE BARCELLOS DE MELLO SECCHIN (*Fora do microfone.*) – Com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Vamos aguardar o Senador Dr. Hiran expressar o seu voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer a você, Dra. Lenise Barcellos, da importância de termos mais uma mulher em uma instituição federal, no caso, especificamente na ANS.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado a você.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. *Fora do microfone*.) – Nós que agradecemos, Dr. Hiran.

A SRA. LENISE BARCELLOS DE MELLO SECCHIN (*Fora do microfone*.) – Muito obrigada, Dr. Hiran.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Seja muito bem-vindo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Seja muito bem-vindo, Dr. Hiran.

E, Dra. Lenise, não havendo mais quem queira argui-la, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que proceda à apuração da votação.

Vamos aguardar aqui o resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Nós já temos quórum suficiente, 17 Senadores e Senadoras.

Resultado: votaram SIM 17 Senadores e Senadoras; ninguém votou NÃO.

Ninguém se absteve.

Total de 17 votos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Dra. Lenise...

A SRA. LENISE BARCELLOS DE MELLO SECCHIN (*Fora do microfone*.) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... Barcellos.

A escolha do seu nome recebeu, como eu já falei, 17 votos, e não teve nenhum voto contrário, parabéns, e nenhuma abstenção.

A Mensagem nº 52, de 2025, recebe parecer favorável da Comissão e a matéria vai ao Plenário.

Mais uma vez, meus parabéns.

Dessa forma...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, a senhora tem sido muito tolerante comigo, estou abusando da senhora hoje. Muito obrigado. Muito obrigado por me esperar para dar esse voto para a Dra. Lenise, que é uma grande amiga, uma pessoa extremamente preparada e competente. Como já se disse aqui, eu acho que é "chover no molhado" dizer da competência dela.

Quero dizer da esperança que temos de que a senhora faça uma gestão muito profícua na Anvisa, porque ela é fundamental para que a gente consiga colocar cada vez mais produtos à disposição do povo brasileiro, das inovações, porque nós estamos aqui para cuidar das pessoas, todos nós. Parabéns à senhora.

E eu queria, Presidente, que a senhora, muito rapidamente, já aprovasse esse requerimento que está sobre a mesa da audiência pública, que nós já aprovamos aqui, da proficiência, que é o Requerimento 18, de 2025. Nós já sugerimos aqui a data da próxima semana para que nós possamos fazer esta audiência pública. E o item 10 da pauta, que é o requerimento que também trata da realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater impactos na vida do cidadão sobre neuromielite óptica, negligências e sofrimentos. São esses dois temas que estão aí. Este já está pautado, é o item 10, e o outro, da...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... proficiência, é extrapauta que, conforme conversamos...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... é um compromisso da senhora como médica, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Está acatado.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu queria só, antes de V. Exa. ler o seu requerimento, parabenizá-la, Dra. Lenise Barcellos...

A SRA. LENISE BARCELLOS DE MELLO SECCHIN (*Fora do microfone*.) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... pela votação que foi unânime. Meus parabéns.

Eu tenho certeza absoluta de que você irá fazer toda a diferença lá na ANS pela sua competência, pelo seu currículo. Que bom ter mais uma mulher – repito, reitero minhas palavras – em uma instituição federal com essa magnitude, com essa alta relevância, que é a ANS.

Nós iremos, com certeza, eu e os nobres Senadores e Senadoras, trabalhar junto com V. Exa. lá na ANS, para que a gente possa melhorar a saúde do nosso país.

A SRA. LENISE BARCELLOS DE MELLO SECCHIN (*Fora do microfone*.) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Seja muito bem-vinda e meus parabéns mais uma vez.

A SRA. LENISE BARCELLOS DE MELLO SECCHIN (*Fora do microfone*.) – Muito obrigada, Senadora. Muito obrigada, viu?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Continuando a nossa reunião deliberativa, voltando à nossa reunião deliberativa, eu passo a palavra ao Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Hiran, que irá ler o Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 71, que é não terminativo.

E, dessa forma, eu passo a palavra também para a Senadora Damares Alves.

Passo a palavra ao Senador Dr. Hiran, para a leitura do requerimento. O outro Requerimento é extrapauta, e nós iremos votar em conjunto, Senador.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vamos votar em bloco, não é? (*Pausa.*)

Então, posso ler o Requerimento 71, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater os impactos na vida do cidadão brasileiro com neuromielite óptica: negligências e sofrimentos.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Dr. Douglas Sato, Médico Neurologista; Dra. Maria Lúcia Brito, Médica Neurologista; Dra. Wilma Lelis Barboza, Médica, minha querida amiga, Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia; representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; representante Ministério da Saúde; representante Associação Brasileira de Pacientes de Neuromielite Óptica – NMO Brasil; representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras.

Justificação.

A neuromielite óptica é uma doença autoimune rara e grave que atinge o sistema nervoso, principalmente o nervo óptico e a medula espinhal.

Eu acho que ler a justificação não é preciso, não é? Não há necessidade de justificação, não é?

Posso ler logo o extrapauta, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, por favor, Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para agilizar, não é?

Sra. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93 § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja designado o dia 27/08/2025 para a realização de audiência pública, objeto do Requerimento 18, de 2025, da CAS, e seus requerimentos de aditamento correlatos já aprovados por essa Comissão, com o objetivo de instruir o PL 2294, de 2024, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

20 de agosto de 2025.

Muito obrigado, Presidente.

Senador Dr. Hiran, eu quero saber se V. Exa. poderia ler, *ad hoc*, o um pedido de requerimento da Senadora Damares Alves, que é o item 9.

Você poderia, por gentileza?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Posso ler até dez, se a senhora pedir.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito grata, muito grata.

Então, o item 9, Senador Dr. Hiran, é o Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 70, de 2025. Ele é não terminativo.

A autoria é da Senadora Damares Alves.

Agora passo a palavra ao Senador Dr. Hiran, *ad hoc*, para a leitura do requerimento.

Com a palavra, Senador.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a Portaria nº 37, de 24 de junho de 2019, do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de incorporar o cateter hidrofílico para cateterismo vesical intermitente em indivíduos com lesão medular e bexiga neurogênica, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Arthur Medeiros, Coordenador-Geral da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde; a Sra. Maria de Fátima Rodrigues Carvalho, Presidente da Associação dos Deficientes Físicos do Estado de Goiás; o Sr. José Carlos Truzzi, Médico Urologista da Sociedade Brasileira de Urologia, Doutor em Urologia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Urologista da Escola Paulista de Medicina (EPM). Também o Sr. Hisham Hamida, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, a Sra. Tânia Mara Coelho, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, o Sr. Gilberto Koehler, Gerente de Relações Institucionais Governamentais da Coloplast do Brasil, empresa demandante da incorporação do cateter hidrofílico ao Ministério da Saúde, e a Sr. Daiane Nogueira de Lira, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça.

Eu gostaria de subscrever esse requerimento, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Autorizado, Senador.

Então, Senador Dr. Hiran, os itens 9, 10, de 2025, e o 73,de 2025, que foi o extrapauta, nós iremos votar em bloco.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, nosso nobre Senador Dr. Hiran.

Lembro que hoje, às 14h, teremos reunião desta Comissão em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, destinada a receber o Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Sr. Wellington Dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Dr. Hiran, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Jorge Seif e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Plínio Valério, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Dra. Eudócia, Romário, Wilder Morais, Humberto Costa e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas ao PLN 2/2025 - LDO 2026**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 2/2025-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências". Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** A Comissão aprovou a apresentação ao PLN 2/2025 (LDO/2026), perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de 3 Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades e de 11 Emendas de Texto. Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: Emenda nº 1 – "5118 - Atenção Especializada à Saúde". Meta: 5.200.000. Senadores solicitantes: Veneziano Vital do Rêgo, Jussara Lima, Nelsinho Trad e Plínio Valério; Emenda nº 2 – "5119 - Atenção Primária à Saúde". Meta: 27.772. Senadores solicitantes: Veneziano Vital do Rêgo, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli e Plínio Valério; Emenda nº 3 – "5131 - Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)". Meta: 100. Senadores solicitantes: Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Jussara Lima e Nelsinho Trad. Emendas de Texto: Emenda nº 4 – Modificativa – Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção IV, Art 87, § 1, Inciso I. Senador Solicitante: Jaime Bagattoli; Emenda nº 5 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção II, Art 100. Senador solicitante: Jaime Bagattoli. Emenda nº 6 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção II, Art 100. Senador solicitante: Jaime Bagattoli; Emenda nº 7 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção IV, Art 87, § 5. Senador solicitante: Jaime Bagattoli; Emenda nº 8 – Modificativa – Corpo da Lei, Cap II, Art 4. Senador solicitante: Paulo Paim; Emenda nº 9 – Modificativa – Anexo III. Senador solicitante: Paulo Paim; Emenda nº 10 – Modificativa – Anexo III. Senadora solicitante: Teresa Leitão; Emenda nº 11 – Aditiva – Anexo III. Senadora Solicitante: Damares Alves; Emenda nº 12 – Aditiva – Anexo III. Senadora solicitante: Damares Alves; Emenda nº 13 – Aditiva – Anexo III. Senador solicitante: Marcelo Castro; Emenda nº 14 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 28. Senador solicitante: Marcelo Castro. Em seguida, o presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e seis minutos. A presente Ata assinada pelo Senhor Presidente será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3129772563

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/26

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 2, de 2025, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências.

Passo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para proferir o relatório das emendas à LDO.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, os meus cumprimentos a V. Exa., ao Senador Sérgio Petecão, aos demais companheiros e companheiras integrantes da nossa Comissão, agradecendo de já a sua – mais uma – deferência para conosco, no momento em que designou-nos a fazer o relatório a respeito das propostas que foram encaminhadas pelos nossos integrantes à LDO.

Pergunto a V. Exa., Sr. Presidente, até por força do que já é de praxe e conhecido de todos nós, afinal de contas, já estamos no sétimo ano de exercício parlamentar e tendo as mesmas experiências no tocante a esse procedimento nas apresentações das emendas, pois as primeiras observações do relatório dizem respeito às regras – aquelas que atendem, aquelas que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendem – e ao final há o nosso posicionamento... Então, passarei direto à análise, até em razão de ser o dia de hoje um dia tomado e assoberbado de atribuições para cada um dos mesmos.

A análise.

No que diz respeito às sugestões que foram apresentadas pelos companheiros de emendas para a elaboração do Anexo de Prioridades e Metas, foram contemplados 21 objetivos específicos distintos. Em que pese os inegáveis méritos de todas as sugestões que nós apreciamos, considerando que a Comissão pode apresentar apenas e única e exclusivamente três emendas, optamos por propor como objeto das emendas a serem apresentadas pela nossa Comissão os objetivos específicos mais frequentes nas sugestões das Sras. e dos Srs. Parlamentares. Assim, propusemos que esta Comissão apresente as seguintes emendas, Senador Presidente Marcelo Castro:

- A Emenda nº 1, na forma da Sugestão nº 51, com o objetivo específico de ampliar a oferta de serviços para o tratamento de câncer de alta complexidade;

- A Emenda nº 2, na forma da Sugestão nº 32, que traz como seu objetivo específico a ampliação da infraestrutura das nossas Unidades Básicas de Saúde, com investimentos em obras, equipamentos e materiais permanentes, visando prover condições adequadas para o trabalho em saúde na atenção primária;

- A Emenda nº 3, na forma da Sugestão nº 27, com ajuste da meta, que apresenta como objetivo específico, manutenção, qualificação e ampliação dos serviços e programas de proteção social básica ofertados às famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade social.

Quanto às sugestões de emendas ao texto, inexistindo limitação quantitativa, propomos que todas as sugestões que nos chegaram sejam apresentadas como emendas de Comissão, com exceção da Sugestão nº 20, pois esta replica o conteúdo da Sugestão nº 15. Assim, prestigiamos a participação de cada Senador e de cada Senadora neste processo e permitimos que as indicações cheguem ao Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2026, que analisará o mérito das mesmas.

Observamos, por fim, que as sugestões de emendas apresentadas estão de acordo com as normas aplicáveis. Vale enfatizar que o mérito de cada emenda no contexto geral do PLDO será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nosso posicionamento em voto, Presidente.

Em face do que nós expusemos, somos pela apresentação, por esta Comissão, de emendas ao texto do PLDO 2026, conforme propostas elencadas no Anexo I, com exceção da Sugestão nº 20 – repetindo –, pois o seu conteúdo já está devidamente contemplado na Sugestão nº 15, bem como de emendas para elaboração do Anexo de Prioridades e Metas, na forma das Sugestões de nºs 51, 32 e 27, com a ressalva de que, no caso da Sugestão nº 27, a meta deve ser ajustada para 100%.

Finalizo propondo que a Secretaria da nossa Comissão adote as devidas providências cabíveis que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), inclusive quanto aos ajustes técnicos que porventura se fizerem necessários.

Esse é o nosso modesto trabalho, Presidente Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Veneziano, Senador Petecão, quero agradecer a V. Exas., a V. Exa., em especial, Senador Veneziano, pelo trabalho sempre pronto e preciso sobre as emendas da nossa LDO.

Coloco em discussão o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação as emendas do relatório apresentado pelo Senador Veneziano.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

As emendas estão aprovadas.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata será aprovada e publicada no *Diário Oficial do Senado*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as presidências dos Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Jussara Lima, Zenaide Maia, Flávio Arns, Otto Alencar, Lucas Barreto, Wellington Fagundes, Romário, Paulo Paim, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Dr. Hiran, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Augusta Brito, Jorge Seif e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Ana Paula Lobato e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 2371, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a imunoterapia nos protocolos clínicos e nas diretrizes terapêuticas do câncer." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 5497, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, nº 11.975, de 7 de julho de 2009, e nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, para tornar obrigatória a divulgação de mensagens sobre a tromboembolismo venoso em terminais do transporte rodoviário, ferroviário, aéreo e aquaviário, bem como nos aviões, embarcações e vagões de passageiros, e nos bilhetes aéreos." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CI e 2-CI. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 853, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre os Cuidados com as Gestantes e as Mães." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 2992, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para tornar dedutíveis da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas as despesas com vacinas." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora. **ITEM 5 - Projeto de Lei nº 1018, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Nacional de Prevenção à Insegurança Alimentar na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação Infantil e no Ensino Fundamental." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2336, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e da iniciativa privada; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2880, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista à Senadora Jussara Lima, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2708, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a cobertura de internação domiciliar pós-hospitalar, no plano-referência e no plano que inclua internação hospitalar." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CAS a 4-CAS. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1011, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Prevenção da Exposição ao Mercúrio no país e dá outras providências." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 2-T e 3-CMA e pela rejeição da Emenda nº 1-T, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora para reexame. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 72, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a PEC 1/2025, que "Altera a Constituição Federal para garantir que os recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) sejam corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida (RCL) da União"." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/27

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras o recebimento dos seguintes expedientes: cópia do Ofício nº 133/2024 da Câmara Municipal de Jundiaí, o qual encaminha moção relativa ao Projeto de Lei nº 1.933, de 2024, que dispõe sobre a rescisão unilateral de contratos de planos de saúde coletivos, por iniciativa das operadoras, em tramitação na Câmara dos Deputados.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Srs. Senadores, a fim de que seja analisado pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, tanto nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Informo que os itens 4 e 5 – Projetos de Lei nºs 2.992, de 2022, e 1.018, de 2024 – foram retirados de pauta a pedido da Relatora, Senadora Ana Paula Lobato.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2992, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para tornar dedutíveis da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas as despesas com vacinas.

Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1018, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Programa Nacional de Prevenção à Insegurança Alimentar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.).

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Só uma solicitação: para que, se for possível, em função das reuniões aí de outras Comissões, depois da Dra. Eudócia, pudesse haver a apreciação do item 8 da pauta – uma inversão de pauta, se for possível. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente. Não, tranquilo.

Então, vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2371, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a imunoterapia nos protocolos clínicos e nas diretrizes terapêuticas do câncer.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Em 21/08/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Coloco a matéria em discussão...

Com a palavra a Senadora Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Quero dar um bom-dia a todos os colegas Senadores e Senadoras – aos que estão remotamente também – e dizer a V. Exa. que esse projeto já esteve em discussão; foi amplamente discutido, inclusive.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Submeto à votação o relatório da Senadora Eudócia.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

Vamos ao item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2708, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a cobertura de internação domiciliar pós-hospitalar, no plano-referência e no plano que inclua internação hospitalar.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de quatro emendas que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se V. Exa. permitir, passo diretamente à análise.

Com relação à saúde suplementar, não existe obrigatoriedade de oferecimento da atenção domiciliar por parte das operadoras de planos ou seguros privados de saúde. A Resolução Normativa nº 428 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde – que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999, fixa as diretrizes de atenção à saúde e revoga as Resoluções Normativas – RN nº 387 e RN nº 407 –, apenas prevê as condições a serem seguidas no caso de a operadora oferecer esse tipo de serviço, mas não obriga a que o serviço seja ofertado.

Com efeito, no Parecer Técnico nº 5, de 2019, a agência afirma que "as operadoras não estão obrigadas a oferecer qualquer tipo de atenção domiciliar como parte da cobertura mínima obrigatória a ser garantida pelos planos novos e pelos planos antigos adaptados".

Apesar de não haver obrigatoriedade, muitas operadoras de planos de saúde privados já oferecem a internação domiciliar a seus beneficiários. Entre aquelas que não oferecem o serviço, muitas tiveram de prover esse tipo de cuidado em decorrência de decisões favoráveis a beneficiários que demandaram esse tipo de atenção judicialmente.

Em relação ao funcionamento e à fiscalização da atenção domiciliar, a Anvisa editou, em 2006, a Resolução nº 11, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Funcionamento de Serviços que prestam atenção domiciliar.

A RDC, no caso da Anvisa referida, também estabelece critérios a serem observados quando da inclusão de pacientes para internação domiciliar, como as condições mínimas exigidas do domicílio para que seja viabilizada a instalação do leito, dos equipamentos, bem como acesso fácil de veículos e a existência de meios de comunicação.

Ainda há que mencionar normas infralegais sobre a matéria, emanadas dos conselhos fiscalizadores do exercício de algumas profissões de saúde que tratam a atenção domiciliar no âmbito de atuação dos respectivos profissionais.

No caso da atividade médica, o Conselho Federal de Medicina editou, em 2003, a Resolução 1.668, que dispõe sobre normas técnicas necessárias à assistência domiciliar de paciente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

definindo as responsabilidades do médico, hospital, empresas públicas e privadas; e a interface multiprofissional neste tipo de assistência.

No âmbito da enfermagem, a atividade é regulada pela Resolução 270, de 2002, do Cofen.

Vê-se, portanto, que, apesar de a matéria já estar amplamente regulada no ordenamento jurídico brasileiro, não existe obrigatoriedade legal da cobertura da internação domiciliar pós-hospitalar por parte das operadoras de planos de saúde. Por isso a importância do PL 2.078, do Senador Romário.

Ressalte-se que, ao instituir a obrigatoriedade de cobertura dessa modalidade assistencial, o projeto busca promover a integralidade da atenção à saúde no âmbito da saúde suplementar, equiparando-a ao que já é oferecido pelo SUS.

Os pacientes que podem se beneficiar da internação domiciliar são aqueles com doenças ou agravos incuráveis ou de longa evolução, em estado clínico estabilizado, mas que ainda demandam cuidados prestados por equipe multiprofissional de saúde.

Não por acaso, é modalidade de assistência já oferecida por muitas operadoras e em franca ascensão em todo o mundo. Trata-se da continuação, no espaço doméstico, do tratamento até então ministrado em ambiente nosocomial.

Cumpre ressaltar o cuidado despendido pelo autor, Romário, com a técnica legislativa, na elaboração da proposição, promovendo alterações em diversos dispositivos da Lei dos Planos de Saúde, a fim de harmonizar as novas disposições com o conteúdo normativo vigente. Como resultado, a vinculação entre a assistência domiciliar e a internação hospitalar prévia ficou bastante clara no diploma legal, com algumas ressalvas de que trataremos adiante.

Importante apontar, contudo, que seria recomendável o estabelecimento de limites de abrangência geográfica específicos para essa cobertura adicional, a fim de não a tornar economicamente inviável. Afinal, se o beneficiário reside em local afastado, de difícil acesso, é praticamente impossível prover assistência domiciliar permanente de qualidade.

Outra medida a ser considerada é a redação conferida ao inciso VI do art. 10 da lei. Esse dispositivo exclui da cobertura obrigatória dos planos de saúde o fornecimento de medicamentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para tratamento domiciliar. No entanto, a Lei 12.880, de 2013, acrescentou uma ressalva quanto ao tratamento oncológico nos planos ambulatoriais e nos hospitalares.

O PL 2.708 retira essa ressalva do dispositivo, provavelmente por lapso do autor, determinando que é devida apenas a cobertura dos medicamentos para tratamento domiciliar inseridos na modalidade de assistência domiciliar pós-hospitalar. Dessa forma, é fundamental a recomposição da ressalva, a fim de evitar interpretações legais desfavoráveis e preservar o direito dos beneficiários de planos de saúde submetidos a tratamento oncológico.

Também merece correção a numeração do §5º a ser acrescido ao art. 10 da Lei dos Planos de Saúde. Ocorre que, desde a apresentação do PL 2.708, houve a superveniência da Lei 14.307, de 2022, que altera a Lei 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre o processo de atualização das coberturas no âmbito da saúde suplementar. Esse diploma legal acrescentou alguns parágrafos no referido art. 10, de modo que o parágrafo a ser inserido pelo PL deve ser renumerado como §12, para evitar a revogação inadvertida do atual §5º.

Em relação ao inciso II do art. 12, consideramos prejudicial acrescentar a expressão “ou internação domiciliar pós-hospitalar”, conforme faz o PL. Esse acréscimo deixa margem à interpretação de que o oferecimento da cobertura para a internação pós-hospitalar é opcional para as operadoras (em função da conjunção “ou”), enquanto a ideia subjacente à proposição é tornar sua oferta obrigatória sempre que o plano incluir internação hospitalar. Julgamos apropriado, portanto, manter a redação atual do *caput* do inciso, de modo que a internação domiciliar pós-hospitalar seja necessariamente incluída em todos os planos que oferecerem internação hospitalar.

Por fim, em relação à redação dada à alínea “e” do inciso II do art. 12 da Lei dos Planos de Saúde, opinamos pela reformulação do texto, de modo a deixar explícito que o transporte do paciente do hospital para seu domicílio e vice-versa somente deve ser obrigatoriamente coberto pela operadora nos casos de internação domiciliar pós-hospitalar, que é o objeto do PL nº 2.708, de 2019.

Sr. Presidente, em vista do exposto – quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Romário pela apresentação do projeto de lei –, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2.708, de 2019, com as emendas já colocadas e descritas aí na leitura da análise e já nas mãos dos membros desta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nobre Senador Flávio Arns...

Em discussão o relatório do Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação.

Peço à secretaria que abra o painel, porque a votação é nominal.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Pela ordem.) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Eudócia. Com a palavra V. Exa.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu queria a palavra só para elogiar, para fazer um elogio aqui ao nosso querido Presidente, Senador Flávio Arns, pela sua relatoria e também pela autoria desse projeto de lei, que altera a Lei nº 9.656, que é do Senador Romário.

Quero parabenizá-lo, Presidente Flávio Arns, pela brilhante relatoria. Nós sabemos como é importante o acompanhamento do paciente que acabou de receber alta hospitalar, ter esse acompanhamento devido em domicílio, e também o transporte desses pacientes. Então, quero parabenizá-lo pela relatoria, que é de grande relevância.

E faço um apelo aos colegas, aos nobres colegas Senadores e Senadoras, para aprovar esse projeto, que é de grande relevância.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, então vamos esperar a votação aí. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a gente dar continuidade aos trabalhos, eu gostaria de que a gente fosse ao item 2, que também é terminativo, mas enquanto procedemos à votação, para a gente poder ganhar tempo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5497, DE 2023

- Terminativo -

Altera as Leis nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, nº 11.975, de 7 de julho de 2009, e nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, para tornar obrigatória a divulgação de mensagens sobre o tromboembolismo venoso em terminais do transporte rodoviário, ferroviário, aéreo e aquaviário, bem como nos aviões, embarcações e vagões de passageiros, e nos bilhetes aéreos.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CI e 2-CI.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao Projeto.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

O Senador Otto Alencar pediu ao Senador Dr. Hiran que fosse o seu Relator *ad hoc* aqui, uma vez que ele não pôde comparecer. Então, passo a palavra ao nobre Senador Dr. Hiran para fazer a leitura do relatório *ad hoc*.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise do projeto.

Compete à CAS, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias que dizem respeito à proteção e à defesa da saúde. Esse é o caso do projeto de lei sob análise, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgar informações sobre os riscos e as medidas de prevenção de tromboembolismo venoso em pontos de contato essenciais para o viajante, tanto antes quanto durante as viagens.

O tromboembolismo venoso é condição potencialmente fatal, que abrange principalmente a trombose venosa profunda, caracterizada pela formação de coágulos no interior de vasos sanguíneos, e a embolia pulmonar, que ocorre quando esses coágulos migram até os pulmões.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular, a trombose venosa afeta cerca de 300 mil brasileiros todos os anos. Essa condição, frequentemente prevenível, é responsável por mais de 165 internações hospitalares por dia, no país, o que representa significativo problema de saúde pública.

A situação se torna ainda mais grave quando se considera que a trombose venosa pode evoluir para embolia pulmonar, complicação em que uma em cada quatro pessoas acometidas sofre morte súbita, ou seja, morre antes do diagnóstico ou tratamento serem possíveis.

Embora o tromboembolismo venoso seja muito mais frequente em ambientes hospitalares, especialmente após cirurgias ortopédicas, oncológicas e ginecológicas, a associação com viagens aéreas é conhecida desde os primeiros relatos de Homans, médico americano, em 1954. Cabe aqui registrar que a imobilidade prologada – costumeira em viagens de longa distância, seja por ar, seja por terra –, favorece a estase venosa, o que eleva o risco de tromboembolismo venoso.

Queria pedir um pouco de silêncio, Presidente, porque está atrapalhando um pouco a minha leitura.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado.

No entanto, embora não entendamos completamente como o tromboembolismo se desenvolve durante voos, sabemos que viajar de avião introduz riscos adicionais. A título de exemplo, a hipóxia prolongada e a baixa umidade do ar, típicas nas cabines de voos comerciais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podem contribuir, respectivamente, para ativar a coagulação e para aumentar a viscosidade sanguínea, elevando assim o risco dessa condição.

Esses fatores, quando associados a voos longos – especialmente aqueles com mais de oito horas de duração –, elevam o risco de tromboembolismo, segundo estimativas, em 26% a cada duas horas adicionais de voo. Viagens com mais de quatro horas já apresentam risco duas a três vezes maior quando comparadas a voos mais breves. Além disso, passageiros que realizam múltiplos voos em curto espaço de tempo, independente da duração de cada um, também têm risco aumentado para o desenvolvimento da condição.

É importante notar também que a chance de tromboembolismo em viagens aéreas pode ser significativamente maior entre viajantes com fatores de risco adicionais, tais como obesidade, gravidez, cirurgias recentes e uso de contraceptivos orais. Essas condições, entre outras bastante comuns na população geral, podem intensificar a propensão de desenvolver tromboembolismo em até 20 vezes.

Sendo assim, dado o grande número de passageiros que transita pelos aeroportos brasileiros, conforme registrado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) – cerca de 115 milhões de pessoas transportadas em voos nacionais e internacionais em 2023 –, o risco de tromboembolismo venoso entre viajantes emerge como significativa questão de saúde pública, o que justifica, portanto, a intervenção do poder público em defesa da saúde e segurança dessa parcela da população.

Pesquisa acadêmica realizada em 2015, abrangendo países de todos os continentes, aponta que apenas 45% dos entrevistados estavam cientes de que é possível prevenir coágulos sanguíneos; e o entendimento sobre fatores de risco importantes, como câncer, hospitalizações e cirurgias, era ainda menor.

Embora não tenhamos dados nacionais sobre o nível de conhecimento da população viajante sobre a temática, evidências apontam que as companhias aéreas têm falhado em disseminar essas informações essenciais até mesmo aos seus funcionários.

Esse registro inicial é fundamental para destacar o mérito do PL nº 5.497, de 2023, que propõe alteração relevante na legislação de transportes para garantir que os riscos e as medidas preventivas do tromboembolismo sejam adequadamente informados aos viajantes. Do ponto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vista do direito à saúde, não há dúvida de que tal medida pode contribuir para a conscientização sobre o tromboembolismo venoso e, assim, promover avanços na proteção e defesa da saúde.

Concluímos, portanto, que a proposta é meritória e está em harmonia com os princípios constitucionais do direito à vida, à saúde e à segurança, além de reforçar o dever do Estado de garantir essas proteções aos cidadãos.

Confirmamos, também, que não há óbice de regimentalidade, de juridicidade ou de constitucionalidade na proposição.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.497, de 2023, com acolhimento das Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Lido, Presidente.

Eu queria também relatar a V. Sa. que há já acordado um pedido de vista, através de uma solicitação da Confederação Nacional do Transporte. É um pedido de vista já previamente acordado, por isso estou dando ciência a V. Exa. para que o projeto vá à votação...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito.

Concedida vista coletiva.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... na nossa próxima reunião.

Muito obrigado, Presidente.

Eu gostaria de subscrever também o item 10, viu, Presidente? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Encerro a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Resultado: dez votos favoráveis.

O projeto foi aprovado com as Emendas nºs 1 e 4 da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao item 3.

Está em discussão o relatório do Senador Dr. Hiran.

Não havendo quem queira... (*Pausa.*)

Perdão. Já foi concedida vista coletiva.

Vamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 853, DE 2019

- Terminativo -

Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre os Cuidados com as Gestantes e as Mães.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 8/7/2025, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

Votação nominal.

Concedo a palavra à nobre Senadora Jussara Lima para a leitura do seu relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente desta Comissão, Senador Marcelo Castro, a quem eu peço permissão para ir direto ao mérito.

Análise do mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe apontar que dados sanitários e demográficos mostram a importância de se intensificarem as ações de proteção da gestação, da maternidade e da primeira infância, tal como pretende o PL nº 853, de 2019.

De fato, ainda persistem no Brasil desafios para a melhoria dos indicadores relacionados à mortalidade materna e infantil, embora os dados sanitários demonstrem avanços obtidos nas últimas décadas pelo SUS. De fato, nesse período, o Estado...

Senador Marcelo Castro, eu gostaria de que pedisse silêncio, porque eu não estou me concentrando.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fazendo soar a campainha*.) – Vou pedir silêncio aqui, por favor. Há oradora na tribuna.

Obrigado.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Obrigada.

De fato, nesse período, o Estado brasileiro tem conduzido programas governamentais estruturais como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fazendo soar a campainha*.) – Por favor.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – ... a instituição da Rede Cegonha, a Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no SUS e o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento.

A Razão de Mortalidade Materna (RMM) – que estima a frequência de óbitos femininos, ocorridos até 42 dias após o término da gravidez, atribuídos a causas ligadas à gravidez, ao parto e ao puerpério, em relação ao total de nascidos vivos – passou por um período de piora durante o período da disseminação generalizada da covid-19, mas agora voltou aos níveis pré-pandêmicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com efeito, em 2020, a RMM, que é o dado fundamental para avaliar a qualidade da atenção à saúde reprodutiva da mulher, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, subiu a 74,7 e saltou a 117,4 em 2021. Em 2022, ano em que a vacinação contra a covid-19 estava mais avançada, o indicador recuou a 57,7 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos.

Taxas elevadas de mortalidade materna estão associadas à insatisfatória prestação de serviços de saúde às gestantes, desde o planejamento familiar e a assistência pré-natal até a assistência ao parto e ao puerpério. Assim, o que se nota pelos números recentes da RMM é que eventos que causam restrições na oferta dos serviços de atenção à saúde da mulher, conforme ocorreu na pandemia da covid-19, podem aumentar a quantidade de óbitos ligados ao ato de dar à luz.

Nesse contexto, cabe anotar que um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas é reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100 mil nascidos vivos até o ano de 2030.

Com vistas a tornar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mais pertinentes aos desafios locais, o Governo Federal, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, adaptou as metas à realidade nacional, redefinindo os ODS da seguinte maneira: até 2030, reduzir a razão de mortalidade materna para no máximo 30 mortes por 100 mil nascidos vivos. Estabelecido esse novo limite, infere-se que é preciso aprofundar as ações de atenção à saúde das gestantes.

O país tem evoluído na assistência ao parto, considerando-se que o percentual de nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado atingiu 98,7% em 2022, segundo o Ipea, mas há algumas diferenças regionais, pois essa mesma proporção calculada para a Região Norte alcança 97,1% no mesmo ano.

Dessa forma, diante das diferenças regionais na atenção ao parto e dos atuais números da RMM, com destaque para a oscilação desse índice durante a pandemia, deve-se considerar que o sistema de saúde precisa se manter alerta e devidamente estruturado para prestar adequada atenção à saúde das gestantes. Se assim proceder, a meta estipulada poderá ser cumprida de forma satisfatória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à mortalidade de crianças, outro ODS visa a, até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para, no máximo, 12 por mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de cinco anos para, no máximo, 25 por mil nascidos vivos.

A taxa de mortalidade neonatal (TMN) – calculada com base no número de óbitos de 0 a 27 dias de vida completos, por mil nascidos vivos, na população residente – apresenta padrão de queda desde 1991. Em 2022, a TMN atingiu o valor mais baixo da série histórica, com 8,7 óbitos a cada mil nascidos vivos.

Comportamento muito semelhante é observado na série histórica da taxa de mortalidade em menores de cinco anos, que considera o número de óbitos de menores de cinco anos de idade por mil nascidos vivos na população residente. Para 2022, esse indicador atingiu 15,5 mortes a cada mil nascidos vivos.

Esses dois índices, calculados pelo IBGE, mostram que o Brasil tem evoluído também na atenção à saúde das crianças. No entanto, é preciso intensificar as ações, para que os resultados melhorem ainda mais, já que essas taxas indicam que quase 40 mil brasileiros menores de cinco anos morreram em 2022: 15,5 mortes a cada mil dos 2.561.922 nascidos vivos no ano de 2022, conforme os dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos do SUS.

Quanto aos dados relativos ao mercado de trabalho e da seguridade social, podemos atestar também o grande impacto contributivo que as mães trabalhadoras têm no mercado. Com efeito, em 2022, segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social, foram concedidos 1.346.127 benefícios de salário-maternidade, um dos principais e mais importantes direitos destinados à proteção das mães e da primeira infância.

Assim, é fundamental apoiar quaisquer iniciativas destinadas à garantia dos direitos de parturientes, mães e bebês, porque essa fase é caracterizada pela vulnerabilidade das mulheres e dos recém-nascidos e também porque é crucial para o bom desenvolvimento das crianças.

Por essa razão, somos favoráveis ao aproveitamento do PL em comento, que busca instituir a Semana Nacional de Conscientização sobre os Cuidados com as Gestantes e as Mães, para dar publicidade e disseminar informações sobre os direitos e cuidados voltados para essas pessoas.

Por esta razão, o meu voto é favorável, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, Senadora Jussara.

Coloco em discussão o relatório da Senadora Jussara.

Com a palavra, Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu queria chamar a atenção à produção desse voto. V. Exa. viu que voto extraordinário?

Jussara, esse seu voto... Eu quero muito fazer isso, porque é uma questão de justiça aos nossos consultores, aos nossos assessores – eu, que estive sentadinha lá atrás...

Não é fácil construir um texto desse, um texto com dados científicos.

Isso aqui, Jussara, é uma tese de conclusão de curso. Então, eu fico tão impressionada, e, às vezes, ouço pessoas dizerem que a gente não está trabalhando, Senador, que esta Casa é muito cara. Olhe esse voto da Jussara! Olhe os dados científicos desse voto! Isso aqui é um material de pesquisa, inclusive.

Parabéns, Jussara, pelo relatório, parabéns, a matéria é extraordinária.

A gente precisa realmente, Jussara, estar cada vez mais falando de saúde das nossas mães gestantes.

Daqui a pouco, eu vou relatar um projeto de lei – inclusive, quero que você peça vista. Houve uma dúvida agora, do Governo; pode pedir vista – com relação às mulheres alcoolistas, à mulher que ingere álcool durante a gravidez. A gente precisa ter um cuidado muito grande com isso.

Qual é o limite aceitável para a mulher grávida ingerir álcool? O limite é zero! É nenhuma gota! E a gente precisa conversar sobre isso no Brasil.

Então, a matéria é incrível, Jussara. Seu voto ficou lindo, extraordinário. É um voto que tem que ser amplamente divulgado e publicado. Parabéns!

E é mais uma entrega, Presidente. Olhe esta Comissão: quantas coisas lindas esta Comissão está entregando, e eu fico muito contente de fazer parte desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui a gente está com dois médicos na mesa: aqui na bancada, e um presidindo.

Então, eu me sinto, assim, muito feliz de fazer parte desta Comissão e entregar para o Brasil uma matéria tão extraordinária como essa.

Parabéns, Jussara.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Eu, no caminho, na direção da nossa rábula da medicina, Damares, porque também ela defende a saúde, as populações vulneráveis, as mulheres, as crianças, as minorias, quero também parabenizar a Deputada Sâmia Bomfim, pela autoria do projeto, e nossa Senadora Jussara, pelo belíssimo relatório.

Nós acabamos aqui de... eu recebi uma ligação importante, não pude nem comentar o projeto anterior, que fala de tromboembolismo, que também é muito importante quando as pessoas não têm nenhum tipo de orientação quando viajam, viagens longas, tanto de avião quanto de carro, quanto de trem. Elas não têm ideia de que, quando elas ficam muito tempo sentadas numa determinada posição...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Era bom usar meia.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... elas correm o risco de ter um tromboembolismo, de ter uma morte súbita, por conta de não terem tomado medidas preventivas como se exercitarem durante o voo, enfim. E agora, esse projeto que trata do cuidado da mulher e do bebê, quer dizer, a gente conscientizar as mulheres de fazer um pré-natal. Aliás, no pré-natal adequado, um pré-natal bem-feito também envolve essa informação importante sobre a restrição absoluta ao álcool durante a gravidez, porque isso gera danos irreversíveis não só ao bebê, mas à mulher.

Então, eu quero aqui parabenizar a Senadora Jussara, as nossas Senadoras; nós estamos com uma turma de médicos aqui. Quero agradecer, Jussara, pelo seu relatório, pelo seu cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esperamos aprovar esse projeto o mais rápido possível para que a gente passe a trabalhar nessa conscientização, fazer educação em saúde, que é muito importante para a saúde da mulher e do bebê. Parabéns aí pelo seu relatório. Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, submeto-a à votação nominal.

Vamos iniciar aí a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Está aberta a votação. As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

Enquanto transcorre a votação nominal, nós vamos seguir com a pauta. Eu vou ao item 7 da pauta, cuja Relatora é a Senadora Damares Alves.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2880, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves, para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Presidente, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Antes, passo a palavra ao Senador Humberto Costa, que a pede pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Só para fazer aqui uma comunicação aos integrantes da Comissão. Eu estou, como todos sabem, como Relator daquele projeto que regulamenta a venda de medicamentos em supermercados, enfim. É só para comunicar que, na próxima quarta-feira, nós vamos apresentar o relatório para discussão e votação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem. Então, na quarta-feira próxima, nós iremos votar o relatório do Senador Humberto Costa.

Então, com a palavra a Senadora Damares, para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, me permite ir direto à análise? (*Pausa.*)

Não há nenhum vício constitucional, jurídico ou regimental na matéria.

Sobre o prisma do mérito, a proposta é oportuna e socialmente relevante. O consumo abusivo de álcool constitui um grave problema de saúde pública, cujos impactos são amplificados quando se observam os recortes de gênero, raça e classe social. De acordo com o Relatório Global sobre Álcool e Saúde da OMS, publicado em 2024, com base em dados consolidados até 2019, o uso nocivo de álcool causou 2,6 milhões de mortes no mundo em um único ano, Presidente. No Brasil, foram 91,9 mil mortes, sendo que, embora a maioria tenha ocorrido entre homens, os efeitos do álcool entre as mulheres têm crescido de forma alarmante.

No que tange ao mérito, destacamos que o Ministério da Saúde vem alertando acerca do aumento expressivo do consumo abusivo de álcool no Brasil, com ênfase especial no público feminino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o órgão, entre 2006 e 2018, houve um crescimento de 42,9% entre as mulheres, enquanto os índices de consumo abusivo permaneceram relativamente estáveis entre os homens. Informa ainda que 17,9% da população adulta brasileira faz uso abusivo de bebidas alcoólicas, e que o consumo de álcool foi responsável por 1,45% dos óbitos no país entre 2000 e 2017.

Esses dados evidenciam uma tendência preocupante, especialmente entre as mulheres, e reforçam a necessidade de políticas públicas direcionadas à prevenção e ao tratamento do uso nocivo de álcool.

Senador e Senadores, meninas adolescentes, a partir de 14 anos, estão consumindo álcool no Brasil, e de uma forma absurda. E, se ela começa muito cedo, com certeza ela não vai parar tão cedo, inclusive quando chega à fase gestacional, que é aqui a preocupação desse projeto.

Igualmente, o relatório do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, referente ao período de 2006 a 2023, apresenta dados consolidados que revelam tendência crescente de consumo abusivo de bebidas alcoólicas entre mulheres nas capitais dos 26 estados e no Distrito Federal.

Além disso, cumpre ressaltar que o impacto da dependência de álcool entre as mulheres brasileiras revela um cenário preocupante, marcado por desigualdades sociais e raciais que não podem ser ignoradas: mulheres negras sofrem de forma mais intensa os efeitos nocivos do consumo abusivo de álcool, tanto em termos de maior mortalidade quanto em relação às barreiras de acesso ao cuidado de saúde.

Estudo do Centro de Informações sobre Saúde e Álcool, intitulado “Álcool e a Saúde dos Brasileiros – Panorama 2024” – tudo dados bem recentes, Presidente –, mostra que esse fenômeno está diretamente relacionado a fatores como estresse, sobrecarga doméstica, insegurança alimentar, violência de gênero e baixa oferta de serviços especializados. O mesmo estudo evidencia que o impacto do álcool é desproporcionalmente maior entre mulheres negras.

Em 2022, a taxa de óbitos totalmente atribuíveis ao álcool foi de 1,4 por 100 mil habitantes entre mulheres brancas, enquanto chegou a 2,2 entre mulheres negras e 3,2 entre mulheres pardas. Essas disparidades...

E aqui eu quero também trazer um dado que não está oficial, mas o número de mulheres indígenas consumindo álcool tem crescido muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas disparidades revelam uma inaceitável desigualdade estrutural no acesso a políticas de saúde e tratamento especializado.

É importante destacar ainda que as mulheres enfrentam barreiras adicionais ao buscar ajuda: além do estigma social e da culpa culturalmente atribuída à mulher que consome álcool, muitas são responsáveis pelo cuidado de filhos e familiares, o que dificulta ou inviabiliza sua permanência em programas convencionais de tratamento. A criação de programas específicos, com abordagem multiprofissional e sensível às particularidades de gênero, é, portanto, fundamental para garantir acesso efetivo ao cuidado integral.

A proposta do PL nº 2.880/2023, ao determinar que a política nacional sobre drogas inclua um programa específico, um recorte voltado às mulheres usuárias e dependentes de álcool, contribui para corrigir essa lacuna histórica e para alinhar o Brasil às melhores práticas internacionais de saúde pública sensível ao gênero, como já ocorre em países da União Europeia, Austrália e Canadá.

Adicionalmente, é importante frisar que a Política Nacional sobre Drogas, instituída pelo Decreto nº 11.343/2006 e em colaboração as Resoluções do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, que têm como um dos seus pilares a promoção de estratégias específicas para grupos em situação de maior vulnerabilidade. Nesse sentido, o direcionamento de ações para mulheres alcoolistas encontra respaldo nas diretrizes da própria política, que reconhece a importância de considerar os marcadores sociais de gênero, raça, etnia e classe na formulação de respostas estatais.

Presidente, por que eu fiz tanta questão de ler ainda no mês de agosto esse relatório? Muitas mulheres vítimas de violência estão buscando no álcool o conforto e a solução. E nós que trabalhamos com mulheres vítimas de violência sabemos que o álcool não é a resposta.

Então, a aprovação desse projeto, Presidente, da forma como a gente traz, da forma como o relatório se apresenta, é também um enfrentamento da violência contra a mulher.

Portanto, Presidente, esse é o meu voto e peço aos pares a aprovação do Projeto de Lei 2.880, de 2023.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Jussara.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Eu peço vista desse projeto para um melhor entendimento, uma melhor compreensão...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – ... e para um ajuste de redação, que inclusive já foi até conversado, acordado aqui com a Senadora Damares.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente. Concedido.

Com a palavra a Senadora Dra. Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero elogiar aqui a minha querida amiga Senadora Damares pela brilhante relatoria desse projeto e pelo grau de importância que ele tem. Porque nós estamos falando de droga também, o álcool é uma droga e muito maléfica, tanto quanto as outras drogas. E como pediatra que sou, eu quero enfatizar a síndrome alcoólica fetal, que vem aumentando cada vez mais. Então, as mulheres que usam o álcool durante a gestação têm crianças com doenças hepáticas, crianças que nascem muito pequenas para a idade, prematuras, e isso, além de ter um transtorno familiar, tem muitos custos para a União.

Então eu quero parabenizá-la, Senadora. Está tão claro!

Eu quero cumprimentar a minha querida amiga Senadora Jussara. Eu acho oportuno – não é? – porque você pediu, então, não deixa de ser oportuno. Já foi tão esclarecido pela Senadora Damares na relatoria, eu acho que está tão claro, não é, Senadora Jussara? Mas vamos debater mais.

Só que realmente a gente tem essa consciência e a gente tem que se debruçar nesse caso tão grave que está acontecendo no nosso país e aumentando, como você colocou, Senadora: são 42% de mulheres que agora estão usando álcool. Então, isso é muito grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Senadora Eudócia, eu até concordo. O voto está muito bom, a matéria é pertinente, o mês é o mais adequado para a gente aprovar, hoje, mas é o Governo que vai executar o programa. O Governo quer fazer um ajuste de redação, e eu concordei. E por que fiz questão de ler? Porque, mesmo que eu não esteja na próxima semana aqui, já o tendo lido, a gente pode colocar em votação sem a minha presença. E é um ajuste pequeno, porque quem vai executar precisa desse ajuste.

Então eu concordo, mas a senhora tem razão. O relatório ficou muito bom, e urge a necessidade... E, quando eu trago aqui a questão social... As mulheres ricas conseguem um tratamento para dependência de álcool, porque têm quem cuide dos filhos dela, mas a mulher pobre que é arrimo, que cuida da família, na hora em que ela procura um tratamento... Não tem tratamento de um dia; às vezes, ela tem que ficar internada. E como é que ela vai se internar para se livrar da dependência do álcool, se ela tem que trabalhar para sustentar os filhos cujos pais já não estão presentes?

Então, assim, tem um recorte muito especial para buscar aquela mulher que quer se livrar do álcool, mas que não tem condições, não tem... Então, o programa vai abranger, inclusive esse recorte que eu fiz da mulher negra, da mulher indígena, de povos tradicionais.

O Governo quer só um ajuste. E eu concordo.

Na próxima semana, Presidente, coloque na pauta novamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente.

Com a palavra a Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, na verdade, a minha defesa, Senadora Damares, é porque eu fui Relatora na Comissão de Direitos Humanos. Entendo que o texto está bastante... Avançou muito. Não é preciso nós nos repetirmos com as razões e toda a fundamentação. Nós estamos no Agosto Lilás, e gostaria muito de ver esse texto votado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, com o pedido de vista da Senadora Jussara, talvez a gente não vá conseguir votar dentro desse escopo. Mas a própria responsabilidade e o desenho de execução é do Governo Federal. Então, os ajustes, entendo que seriam feitos.

Mas quero parabenizar e entendendo... Lógico, que a minha área não é a área da saúde, mas eu, como cidadã, aqui acompanho a urgência desse programa, e, ao mesmo tempo, da abordagem, até para racionalizar o uso dos recursos no âmbito da saúde recortados para a questão da mulher.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão. (*Pausa.*)

Foi concedida vista. Perdão.

Vou encerrar a votação do item 3.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Foram 13 votos SIM; nenhum NÃO.

A matéria foi aprovada e será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Vou pedir à Senadora Eudócia, nossa Vice-Presidente, para presidir a sessão, porque eu tenho um compromisso partidário inadiável.

Peço licença a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dando continuidade à nossa sessão, iremos para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2336, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e da iniciativa privada; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto.

Dessa forma, concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sra. Presidente.

Eu vou passar direto à análise.

Esse projeto já foi aprovado na Câmara e aqui já passou pela Comissão de Assuntos Econômicos, com a relatoria do Senador Mecias.

Vou fazer a leitura e quero agradecer às associações que lideram essa área e esse debate tão importante: a Associação Brasileira de Condutores de Ambulância (Abramca), na pessoa do seu Presidente Alex Douglas, e os Sindconams, no âmbito dos nossos estados.

O projeto deveria ser analisado como propriedade e campo desta Comissão.

Quanto à constitucionalidade, é competência privativa da União legislar sobre direito do trabalho. A proposição não está contida no rol de matérias de iniciativa privativa do Presidente da República e atende aos critérios de constitucionalidade, juridicidade.

No mérito, destaca-se que o reconhecimento do condutor de ambulância como integrante da área da saúde é socialmente relevante. Trata-se de um profissional cuja atuação é indissociável da lógica de funcionamento dos serviços de urgência e emergência médica. Em seu cotidiano, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condutor lida com situações extremas que exigem não apenas a habilidade de condução do veículo, mas também a sensibilidade, o preparo emocional e o domínio de rotinas básicas de apoio à equipe de saúde.

Nesse sentido, enfatiza-se que o exercício dessa profissão, além da mencionada relevância social, tem um alto potencial lesivo, uma vez que, em situações de atendimento a ocorrências, estão sujeitos a exceções nas normas de trânsito, como também ultrapassar limites de velocidade para garantir atendimento rápido. Portanto, é importante um treinamento rigoroso para que o profissional esteja plenamente capacitado para enfrentar as situações de forma adequada.

Ressaltamos ainda que é positivo que o projeto preveja explicitamente que o condutor esteja sempre acompanhado de outros profissionais da saúde durante o atendimento médico, o que permite que o seu reconhecimento como profissional da área não implique a atribuição de responsabilidades que excedam a sua capacitação. Essa previsão protege tanto os pacientes quanto os próprios condutores.

Por fim, defende-se que a inclusão da emenda aprovada pela CAE, que detalha de forma minuciosa as atribuições específicas do condutor de ambulância, representa um avanço normativo essencial para a valorização e a profissionalização dessa função no âmbito da saúde. Ao explicitar os deveres técnicos e operacionais, a emenda confere clareza jurídica e segurança institucional quanto ao escopo da atividade a ser desempenhada, evitando sobreposição indevida de responsabilidades e assegurando um padrão nacional mínimo de conduta, o que contribui diretamente para a integridade física e emocional da equipe técnica, dos pacientes e de seus acompanhantes.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.336, de 2023, nos termos do Parecer do Senado Federal nº 26, que foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, pela CAE.

Este é o nosso voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Bom, primeiro, eu considero esse projeto muito importante, por definir uma regulamentação para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exercício da atividade de condutor de ambulância. Acho que é uma coisa muito importante. E exatamente pelo fato de ser importante, temos que ter um projeto que seja o melhor possível.

O Ministério da Saúde tem insistido junto a vários de nós no sentido de que nós pudéssemos fazer um pedido de vista para que o Ministério, juntamente com a Relatora e também com os próprios representantes da categoria, pudessem tentar chegar a um texto que fosse mais equilibrado. Até porque muitas vezes a gente aprova aqui um projeto, aí, mais à frente, o Ministério sugere ao Presidente da República vetar.

Então, se a gente conseguir fazer uma coisa mais organizada, mais arrumada, mais discutida, com a possibilidade de a gente aprovar rápido e sem maiores problemas, eu gostaria de pedir perdão à Senadora Dorinha, que fez o seu relatório com toda a atenção, com muita competência, e pedir vista. V. Exa. podia dar a vista coletiva para que não passasse da próxima semana. Aí, o Ministério da Saúde vai se preocupar com argumentar junto à Professora Dorinha alguns pontos que eles elencaram aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu vou dar a palavra à Professora Dorinha para a gente continuar a discussão. Pode falar, Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – É lógico que é regimental. Eu me coloco à disposição, não deixando de lamentar, porque é um projeto que já tramita há tempos, já passou por todo o trâmite da Câmara, é um projeto de 2023, aqui na Casa ele já passou, é a segunda e última Comissão, daqui ele vai para o Plenário, e, infelizmente, eu, em particular, não fui procurada para nenhum diálogo e até estou mantendo o relatório já aprovado na CAE, de relatoria do Senador Mecias. Mas me coloco à disposição. Entendo que o projeto está bem construído, uma vez que a emenda da CAE, inclusive, regulamenta, para não ter essa superposição, qual é a diferença desse profissional que dirige um veículo ligado à área do atendimento à saúde, que tipo de atribuição, a garantia de formações... Logicamente, entendo que ele está bem desenhado, mas estou à disposição e gostaria de fazer esse apelo para que volte à pauta na próxima semana, por isso o pedido de vista coletivo para que a gente... E me coloco à disposição. Nunca fui procurada, mas estou à disposição para esse diálogo.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Então, concedo vista coletiva, nos termos regimentais.

Senadora Professora Dorinha, vamos tentar já colocar na agenda da próxima semana, está bem?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pela ordem, Senadora Eudócia.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Primeiro, cumprimento a senhora e os Senadores aqui presentes, Senadora Dorinha, Senadora Damares, Senador Humberto Costa.

Primeiro, meu item, o item 9, o Governo me procurou... Quanto ao item 9, que é o PL 1.011, de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção da Exposição ao Mercúrio no país, e dá outras providências, o Governo me procurou, e eu estou retirando de pauta para que a equipe do Governo possa conversar com a minha equipe e a gente veja as colocações, enfim, que eles estão querendo apresentar para a gente. Parece que é o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Saúde – Ministério do Meio Ambiente e da Saúde. Então, estou retirando de pauta.

Outra, Senadora Dorinha. Eu vi o debate, rapidamente, do PL 2.880, de 2023, cuja relatoria foi da Senadora Damares, que trata da criação de um programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas. Eu estou aqui com o meu requerimento. Tem um requerimento que foi apresentado, acho que no início deste ano, que é justamente para a gente tratar do aumento abusivo do alcoolismo, do consumo de álcool entre as mulheres. E aí eu queria ver, aproveitar – já consultei a Senadora Damares, ela vai subscrever comigo – para a gente fazer uma audiência pública. Inclusive, no meu requerimento... Posso passar aqui para a Senadora Damares, ela pode complementar, mas eu achei muito interessante, porque eu fui provocada no meu gabinete a respeito disso pela Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas; ACT, que é o programa de saúde, coordenador do projeto de alcoolismo; assessora internacional da Geledés – Instituto da Mulher Negra; gerente da vitral, Islatlev, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça. E a Senadora Damares pode dar a contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas independente disso, eu acho que nós podemos fazer um profícuo trabalho no sentido de tratar essa temática de uma forma mais ampla. E eu tenho certeza de que a Senadora Damares entende, que é uma colega de bancada com quem é muito fácil o diálogo. E nós poderíamos fazer um complemento com cada Senador que estiver interessado, para que a gente possa ouvir pessoas, autoridades que estão dominando esse tema, que está realmente muito em voga. A gente precisa realmente tratá-lo com muita responsabilidade.

Eu, já aproveitando, parabenizo tanto a senhora como o Marcelo Castro por ter pautado esse tema tão importante para nós. Em especial, nossa Bancada Feminina.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu acho que essa audiência é mais que necessária. Como nós somos daqui, às vezes, a gente tem problema de calendário, de agenda, porque tem que se resumir à terça e quarta. Pode fazer numa quinta à tarde. A gente está aqui, a gente mora aqui. A gente faz um debate amplo, produz encaminhamentos. Inclusive, eu falei para a Leila: Leila, a Senadora Eudócia acabou de falar da síndrome alcoólica fetal. A gente pode trazer uma pessoa especialista nisso nessa audiência, entendeu?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Então, o trabalho da Senadora Damares, que já está excelente, pode ficar primoroso com a contribuição de todos nós. E a gente pode fazer um debate na Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito importante.

E nós iremos tentar, como vocês abriram esse leque para ser na quinta, então, entrar em contato com o nosso querido Presidente Marcelo Castro para já colocar numa quinta, porque aí facilita – não é? – para dar celeridade. E aí eu faço questão de estar presente, Senadoras.

O item 9 já foi retirado de pauta, já foi concedida a retirada e está tudo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1011, DE 2023

- Terminativo -

Institui a Política Nacional de Prevenção da Exposição ao Mercúrio no país e dá outras providências.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 2-T e 3-CMA e pela rejeição da Emenda nº 1-T, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, com parecer favorável ao Projeto.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Já agradecendo, eu vou comandar a Comissão de Esporte agora. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns, Senadora Leila.

Vamos agora para o item 10.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 72, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a PEC 1/2025, que "Altera a Constituição Federal para garantir que os recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) sejam corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida (RCL) da União".

Autoria: Senador Izalci Lucas (PL/DF) e outros

A autoria é da Senadora Damares Alves, do Senador Hamilton Mourão e do Senador Izalci Lucas.

Dessa forma, passo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, nos termos regimentais, nós requeremos a realização de uma audiência pública com o objetivo de debater a PEC 1, de 2025 – é mais um dos inúmeros debates –, que "altera a Constituição Federal para garantir que os recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) sejam corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida (RCL) da União".

Para esta audiência, nós estamos sugerindo nomes de muitas autoridades locais e nacionais também para este debate.

Esse é o requerimento, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Senadora Damares.

Quero informar que, logo após esta reunião, haverá reunião de instalação, eleição da Presidência e deliberação do plano de trabalho da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento do câncer. E, às 14h, teremos reunião da Comissão de Assuntos Sociais, em forma de audiência pública, destinada a instituir o Projeto de Lei nº 2.294, de 2024, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui só abrir um parêntese: essa segunda parte da nossa sessão será sobre a instalação da Subcomissão, Senadora Damares e Senadora Professora Dorinha. É a que se chama CASCANCER. Você, Senadora Damares, que é tão voltada aos assuntos ligados ao câncer, se puder continuar, e você também, Senadora Dorinha, será de extrema importância, já que nós estamos tendo cada vez mais diagnósticos de câncer no nosso país e no mundo. Então, será de suma importância, gente, todas nós nos envolvermos com essa Subcomissão.

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Jussara Lima, Zenaide Maia, Flávio Arns, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Romário, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Carlos Portinho, Izalci Lucas, Augusta Brito, Weverton e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 18/2025 - CAS, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), REQ 19/2025 - CAS, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), e REQ 20/2025 - CAS, de autoria Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2294, de 2024, que "altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina". **Participantes:** José Hiran da Silva Gallo, Presidente do Conselho Federal de Medicina - CFM; Giovanna Lins Lima, Coordenadora-Geral da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina - DENEM; Marta Wendel Abramo, Secretária de Regulação e Supervisão da Educação do Ministério da Educação - MEC; Eliete Bouskela, Presidente da Academia Nacional de Medicina - ANM; Ludhmila Abrahão Hajjar, Conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação - MEC; Lucas Henrique Rinaldi Faidiga, Presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes - ANMR; Felipe Proenço de Oliveira, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde - MS; e César Eduardo Fernandes, Presidente da Associação Médica Brasileira - AMB. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/27

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos 18, 19 e 20, de 2025 da CAE, de minha autoria e da autoria dos Senadores Teresa Leitão, Zenaide Maia e Astronauta Marcos Pontes, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei 2.294, de 2024, que altera a Lei 3.268, de 30 de setembro de 1957 – lei da minha idade –, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

Informo que teremos uma segunda audiência sobre o mesmo tema, a ser realizada na próxima quarta-feira, no dia 3 de setembro.

Informo ainda que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão através da Ouvidoria, pelo telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários pela internet.

Hoje nós vamos ter oito convidados e eu vou fazer dois grupos de quatro, alternando candidatos que vão defender posições eventualmente diferentes.

Quero chamar para compor a mesa aqui o nosso Presidente do Conselho Federal de Medicina, meu xará, Hiran Gallo. (*Palmas.*)

Também chamo para compor a nossa mesa a Secretária de Regulação e Supervisão da Educação do Ministério da Educação (MEC), Dra. Marta Wendel Abramo. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Eliete Bouskela, Presidente da Academia Nacional de Medicina. A Dra. Eliete está nos acompanhando remotamente.

Seja muito bem-vinda.

E o quarto convidado a compor a nossa mesa é o Dr. Lucas Henrique Rinaldi Faidiga, Presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes. Esse está presente. (*Palmas.*)

Eu vou passar a palavra, por dez minutos, para cada convidado, e depois vamos passar para as perguntas.

Eu passo, em seguida, a palavra ao nosso Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. José Hiran da Silva Gallo. Por favor, por dez minutos.

O SR. JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Exmo. Sr. Senador da República, nosso estimado amigo Hiran Gonçalves. Cumprimento toda a mesa, Senadores aqui presentes, Deputados Federais, estudantes e médicos aqui presentes.

Antes de tudo, quero declarar minha absoluta ausência de conflito de interesse neste tema, tanto em nível pessoal, quanto institucional. Apesar de portador de doutorado e pós-doutorado em bioética, não atuo na área do ensino médico e nem na gestão de serviço de saúde. Falo, portanto, a partir de uma posição isenta, sem qualquer vínculo que possa comprometer a independência do meu pensamento.

Institucionalmente, ocupo a Presidência do Conselho Federal de Medicina, a maior instituição reguladora da profissão médica do mundo. Criado por força de lei, o CFM é financiado exclusivamente pelas contribuições dos médicos brasileiros, sem qualquer ingerência governamental, nem de empresas públicas ou privadas.

Ao reafirmar essa isenção, saúdo esta Comissão de Assuntos Sociais, por intermédio do Senador Hiran Gonçalves, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Medicina e Relator do Projeto de Lei 2.294, de 2024, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, a quem agradeço.

Agradeço aos senhores, de forma sincera, o convite para a participação nesta audiência. Assim, é com humildade que eu venho compartilhar reflexões, dados e percepções que, espero,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possam subsidiar as decisões desta Casa em um tema de máxima relevância, a criação do Exame Nacional de Proficiência em Medicina, como mecanismo de proteção da saúde e do nosso povo brasileiro.

Senhoras e senhores, nesta tarde, convido cada um dos senhores a refletir sobre o papel do Parlamento como guardião da integridade, da saúde e da vida de mais de 212 milhões de brasileiros. Uma das formas de proteger a integridade, a saúde e a vida é assegurar que o brasileiro de qualquer região, idade, nível de renda ou grau de instrução possa ter acesso a um médico bem formado, capacitado e qualificado para atender as suas necessidades de forma plena.

Esta é a essência do projeto de lei em análise: estabelecer que apenas médicos que comprovem, por meio de aprovação em exame nacional de proficiência em Medicina, a posse de conhecimentos, habilidades e atitudes específicos ao exercício da profissão, tenham o direito de assumir a missão de cuidar da população brasileira.

Infelizmente, em consequência da abertura indiscriminada de escolas médicas no Brasil, principalmente a partir de 2013, a fragilização do processo de ensino e de aprendizagem em Medicina chegou a tal ponto que pressupostos de segurança e eficácia, historicamente atrelados à prática médica, foram afetados negativamente.

A Medicina não se aprende apenas em sala de aula. É uma profissão que exige vivência, experiência, contato direto com o paciente. É à beira do leito que a teoria e a prática se entrelaçam para forçar o médico a ser capaz de diagnosticar, tratar e aliviar o sofrimento humano.

No Brasil, uma boa formação é fundamental na atualidade, pois muitas vezes o jovem médico recém-formado se encontrará sozinho, sem retaguarda, num posto de saúde distante, enfrentando casos de alta complexidade, o que não o livrará de buscar diagnóstico e prescrever tratamentos. A questão que se impõe é: esse jovem médico terá condições de oferecer o cuidado que o seu paciente espera e precisa receber? Essa é a pergunta. Evidências indicam que, muitas vezes, não.

Em 2005, o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo criou um exame muito parecido com o que está sendo proposto pelo PL 2.194, de 2024. Desde então, milhares de formandos se submeteram às provas. Em 2005 e 2011, de 4.821 inscritos que participaram do exame do Cremesp, 2.250 não foram aprovados. É lamentável. Essa taxa de reprovação alarmante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é de 46,7%, ou seja, entre todos os formandos que estavam prestes a entrar no mercado e que fizeram as provas, quase a metade foi considerada despreparada para o exercício da Medicina. O teste aplicado pela Fundação Carlos Chagas, uma instituição reconhecida por sua excelência, era formado por 120 questões, Sr. Senador Hiran Gonçalves, distribuídas por nove áreas básicas do conhecimento médico. Era aprovado quem acertava o mínimo de 72 questões, ou seja, 60% da prova. Os resultados mostraram um desempenho insatisfatório dos participantes em áreas básicas como clínica médica, obstetrícia, ginecologia e pediatria.

Nas provas aplicadas, questões com baixa proporção de acerto revelaram a falta de conhecimento dos formandos. Muitos desconheciam o diagnóstico ou o tratamento adequado de problemas de saúde como infecção de garganta, meningite, sífilis, atendimento em saúde mental, atendimento à gestante, entre outros. E 60% ou mais dos participantes não sabiam a resposta para perguntas básicas sobre casos corriqueiros em urgências e emergências, como crises de asma, diferentes tipos de traumas, hipertensão e condutas em partos de risco.

Mais de 60% dos avaliados nos vários anos erraram perguntas sobre preenchimento de atestados de óbito. É importante frisar: esses números se referem a um período em que o Brasil tinha 183 escolas médicas. Hoje são 449. Inclusive, na semana passada, uma nova faculdade foi autorizada, enquanto dezenas de pedidos ainda aguardam análise. Se já tínhamos índices preocupantes em 2011, 14 anos depois, pergunto às senhoras e aos senhores: Será que o grau de preparo dos formandos melhorou ou piorou com o surgimento de outras 266 faculdades de medicina nesse período?

A realidade, Sra. Senadora, das escolas médicas brasileiras é dramática. Dos cerca de 250 municípios que abrigam escolas de medicina, 78%, Deputado Fernando Máximo, não possuem o número de leitos de internação por aluno recomendado. No nosso estado mesmo, temos 12 faculdades de medicina com uma população de 1,6 mil pessoas, nenhuma com condições de hospital para atender à clientela; 45% não têm equipes de estratégia de saúde de família em quantidade bastante para funcionarem como campo de estágio; 72%, Senador e Deputado Astronauta, não contam com hospital de ensino. Além disso, falta corpo docente com titulação e preparo pedagógico para assumir a missão de preparar as futuras gerações de médicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse cenário aponta uma situação preocupante que, se não for enfrentada rapidamente, implicará na falência do sistema formador em Medicina do Brasil. Isso nós não queremos. O CFM já denunciou reiteradas vezes essa situação ao Congresso, à imprensa, ao Judiciário, aos Ministérios Públicos competentes. Em 2022, pouco após assumir meu primeiro mandato como Presidente do Conselho Federal de Medicina, eu e minha diretoria levamos em mãos ao Ministro da Educação pedidos de definição de critérios mais rígidos para autorização de abertura de cursos e fechamento dos de baixos desempenhos das escolas médicas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO – Sras. e Srs. Senadores, Srs. Deputados, saímos animados da reunião com promessas de formação de um grupo de trabalho para propor alternativas que, segundo o nosso interlocutor, seriam tomadas mesmo que isso lhe custasse o cargo. Estas foram as palavras do nosso Exmo. Sr. Ministro da Educação. Apesar de termos indicado os dois nomes do CFM, esse grupo de trabalho nunca saiu do papel e o que de concreto o Ministério da Educação fez com respeito a esse tema foi autorizar o funcionamento de outros 59 cursos de medicina que se somaram aos 390 já existentes em 2022.

Diante de tudo isso, é evidente que o Conselho Federal de Medicina apoia a criação do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) pelo Ministério da Educação. Foram necessárias quase duas décadas de críticas, denúncias e queixas para que fossem divulgadas medidas com foco nos cursos de medicina com baixo desempenho. Realmente, cabe ao Ministério da Educação assumir esse papel normatizador e fiscalizador no âmbito do ensino médico. A faculdade e o estudante em qualquer etapa de sua formação merecem ser alvos dessas avaliações e consequentes penalidades em performances abaixo do desejado.

Trata-se de um avanço, mas faço aqui um alerta: o Enamed, embora meritório, não substitui o Exame Nacional de Proficiência em Medicina, ora em tramitação. Ambas as alternativas não são concorrentes e muito menos excludentes. Considero o Enamed e o Exame Nacional de Proficiência em Medicina complementares. Os dois são de relevância e importância para a fase e os públicos a que se destinam. O primeiro avalia escolas e estudantes em formação; o segundo avalia o egresso, o médico que deseja iniciar sua prática profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De um lado, o país precisa de instrumentos que permitam acompanhar, em detalhes, a preparação dos alunos em medicina e fiscalizar o grau de comprometimento das escolas com a excelência do ensino. Da mesma forma, o país deve avaliar aquele que já passou pelo sistema formador em medicina e almeja entrar no mercado de trabalho, tendo como primeiro passo sua inscrição nos 27 CRMs. Falamos de um exame que vai bem além do que o Enade se propõe a fazer, impedindo que um profissional que não comprove o preparo para o exercício da medicina coloque, inadvertidamente, pacientes em situação de risco.

Não se trata de punir, mas de proteger: proteger o paciente contra riscos desnecessários, proteger o jovem médico contra exposições precoces à responsabilidade para a qual não está preparado, proteger a sociedade brasileira contra a erosão da confiança na medicina.

Essa não é uma ideia isolada. Países como os Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Alemanha e Austrália já adotam exames semelhantes. Lá, como aqui, o objetivo é o mesmo: garantir que apenas profissionais capacitados possam exercer a medicina.

Nos Estados Unidos, o exame de licenciamento médico é uma referência mundial quando se trata de avaliação de proficiência médica. Quem reprova fica impedido de exercer a medicina até a aprovação. No Canadá, o exame de qualificação do conselho médico segue modelo similar, com uma parte teórica e outra prática, avaliando habilidades fundamentais para a prática médica. No Reino Unido, a avaliação de licenciamento médico estabelece um padrão para garantir que todos os médicos possuam as competências necessárias para o exercício da profissão; a reprovação impede que o médico obtenha o registro necessário para exercer a profissão. Na Alemanha, os médicos enfrentam uma série de exames antes de receberem a licença para exercer; aqueles que falham devem realizar estágios adicionais e refazer as provas.

Esses precedentes internacionais mostram que a prova de proficiência é o mecanismo eficaz para padronizar e garantir a qualidade dos profissionais de saúde, ao mesmo tempo que criam um sistema rigoroso de avaliação contínua. Ressalta-se que, nesses países, os responsáveis pela aplicação desses exames são entidades reguladoras da profissão médica, com perfil semelhante ao do Conselho Federal de Medicina, que tem plenas condições de realizar o mesmo no Brasil com isenção, segurança e responsabilidade. Dessa forma, o CFM cumpre sua missão legal de assegurar o exercício ético da medicina com qualidade e eficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto que merece destaque, ao falarmos sobre o Exame Nacional de Proficiência em Medicina, é sua ampla aceitação em diferentes segmentos. O CFM realizou levantamento junto aos médicos, aos profissionais e à população. Em todos os cenários, a proposta conta com aprovação superior a 90%.

Coincidentemente, nesta quarta-feira, a imprensa nacional divulga o resultado de um inquérito conduzido pelo Datafolha, que indica que 96% dos brasileiros são a favor dessa prova obrigatória para medir a competência dos médicos recém-formados.

No Brasil, a aprovação do exame terá benefícios a todos. Escolas médicas terão de investir em qualidade, sob pena de perder a credibilidade. Jovens médicos ganharão confiança e legitimidade perante a sociedade. Pacientes terão garantido o direito de serem atendidos por médicos aptos e bem-formados. Gestores de saúde, públicos e privados, contarão com equipes mais preparadas, reduzindo desperdícios e custos assistenciais.

Nesse aspecto, Senador Hiran Gonçalves, vale chamar atenção para o alto número de pedidos de exames, um recurso solicitado sem escala, pelo médico ainda inseguro, ou interessado em se proteger de queixa. Somente em 2022, no terreno dos planos de saúde, registros da ANS indicam um volume de exames realizados que supera 1,1 bilhão, com uma média de 22,2% de procedimento por benefício.

Será que todos esses exames eram mesmo necessários? Fica a pergunta. Diferentes estudos apontam para a realidade dos pedidos de exames em excesso, o que aparece em planilhas e na convivência no trabalho.

No início da nossa participação, falamos da importância da reflexão dos Srs. Senadores sobre seu papel na proteção da saúde e da vida.

Não é isto que desejamos, um sistema de saúde mais eficiente, humano e seguro? Senhoras e senhores, a responsabilidade desta Casa é imensa. Aprovar o PL 2.294, de 2024, é dar um passo decisivo para resgatar a confiança da população no atendimento médico e assegurar que cada cidadão, em cada canto do Brasil, seja assistido por profissionais preparados, competentes e comprometidos com a vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que este seja o legado desta Comissão e deste Parlamento: garantir às próximas gerações, aos nossos filhos, netos, o direito de receber um cuidado médico digno, ético e seguro. Não é isso que todo brasileiro espera? Não é isso que cada um de nós deseja? Como cidadão, pai, avô, é isso que desejo a todos.

O meu muito obrigado pela oportunidade de participação que me deram, o Conselho Federal de Medicina e o Senador Hiran Gonçalves.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado. Obrigado, Presidente, querido amigo Hiran Gallo.

Quero registrar aqui a presença de nobres, ilustres Deputados e Senadores, que vou passar a nominar.

Nosso Senador Marcos Pontes, que é autor de um dos projetos, do Projeto 2.294, que tramita aqui na CAS, e do qual sou Relator. Minha querida Senadora Zenaide Maia, médica, nossa colega. Nosso colega Zacharias Calil, meu querido colega, amigo, e motociclista que nem eu. Prof. Luiz Ovando; Deputado Paulo Folletto, querido amigo; querido colega médico, Dr. Fernando Máximo. O nosso Senador Rogério Carvalho, Líder do PT, esteve aqui, mas saiu para relatar uma matéria em outra Comissão, deve voltar em seguida. Temos aqui a presença também do nosso Dr. Frederico, Deputado Federal e colega de Minas Gerais.

Eu vou passar a palavra a cada um de vocês para fazerem considerações sobre a fala. Vou estabelecer aqui o máximo de...

Temos aqui minha querida Ludhmila Hajjar, que vai fazer parte da outra mesa – Ludhmila, um grande abraço –, que nos acompanha remotamente; a Dra. Eliete, da Academia Nacional de Medicina, que também nos acompanha remotamente. Saudações a vocês, sejam muito bem-vindas.

E vou passar inicialmente a palavra, Zenaide, com a devida vênia, para o Relator da matéria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Eu queria dizer que não seria bom a gente ouvir os palestrantes, pelo menos três, para poder...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vocês acham melhor assim? Vocês que mandam. Eu estou aqui para fazer o que for melhor.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Eu não vou poder esperar porque...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Como ele não vai poder ficar até o final – então, pronto –, ele se manifesta, a gente espera os outros falarem e vocês se manifestam. Pode ser assim?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas eu estou aqui para otimizar e acatar as sugestões que forem melhores para dar mais eficiência à nossa audiência pública.

Zenaide, obrigado pela sugestão, minha querida amiga.

Passo, então, a palavra em seguida para o nosso Senador Marcos Pontes, que é o Relator de um dos projetos que tramitam aqui no Congresso Nacional – um tramita aqui, na CAS, e o outro tramita, já com urgência constitucional, para ser votado no Plenário, que é o 785, de autoria do nosso Líder e colega, médico também, Deputado Luizinho.

Com a palavra, por favor, meu querido amigo, Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Dr. Hiran, quero cumprimentar a todos na mesa – o Dr. Hiran também – e a todos aqueles que nos acompanham.

Para ser rápido, eu vim aqui para fazer um convite: hoje, às 5h, vai sair um voo, um Airbus 350, para Cancún. Eu vim aqui convidar quem quiser ir nesse voo, ou mandar seus filhos também no voo. Fiquem à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só tem um ponto com relação a isso: o piloto escalado para esse voo foi formado numa escola de aviação, num aeroclube, mas ele ainda não foi checado pela Anac. Ele nunca voou esse avião e nunca foi checado pela Anac.

Esse voo, para quem quiser se arriscar, vai sair daqui, vai ter um pouco de turbulência e tempo ruim no meio do caminho, mas a gente acredita que talvez o voo consiga chegar lá com todos sãos e salvos – quem for, os seus filhos e netos e assim por diante.

Lógico que isso não é verdade, esse voo não é verdade. Mas eu coloquei esse ponto para deixar bem claro... Para fazer uma comparação entre a minha área de atuação como piloto, como astronauta, porque nós, quando pilotamos um avião como esse, com 200, 300 pessoas a bordo, temos a responsabilidade sobre a vida dessas pessoas durante aquele voo; é nossa responsabilidade decolar e entregar essas pessoas sãs e salvas no local de destino.

Ou seja, essas pessoas estão colocando as suas vidas nas mãos de um piloto, basicamente é isso que acontece. Depois que você se sentou ali, amarrou o cinto e decolou, a sua vida está na mão, na capacidade, na competência daquele piloto, e você acredita que ele foi bem formado, você acredita que ele foi checado.

Para quem não conhece o sistema de aviação, um piloto desse, para que ele possa pilotar uma aeronave como essa, tem que ser checado naquele avião, tem que ser autorizado, certificado pela Agência Nacional de Aviação Civil e ele tem que fazer exames periódicos para ver se continua operacional naquela aviação.

Quando a gente vai... eu imagino que muita gente aqui já foi paciente numa cirurgia. Naquele momento ali em que o anestesista diz: "conta aí de trás para frente de cem para um", a gente começa a contar: "cem, 99, 98..." e acabou. A sua vida está na mão daquele profissional. A sua vida, ou a do seu filho, ou a da sua filha, está na mão daquele profissional. A carreira de médico é extremamente bonita e extremamente importante e tem uma responsabilidade muito grande.

Aqui neste Congresso, nesta Casa ou nessas Casas, nós viemos para cá com a responsabilidade de defender a nossa população, ajudá-la e dar-lhe qualidade de vida. Portanto, todas as decisões que nós tomamos aqui têm que ser voltadas para o bem da população, e o exame de proficiência médica tem exatamente essa responsabilidade de trazer segurança à saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da população, de forma que, quando uma pessoa se entrega literalmente ou entrega a sua vida na mão de um médico, ela possa ter certeza de que esse profissional sabe, foi treinado e testado.

Existem duas caixinhas aqui: a caixinha de formação e a caixinha de operação. Da mesma forma como você tem as escolas nos aeroclubes que formam um piloto, você tem também a Anac e outras instituições que testam aquele piloto para a sua proficiência, para exercer aquela profissão, e é do que a gente está falando aqui.

Eu acho muito importante que pelo MEC as escolas sejam fiscalizadas, que sejam excelentes e que tenham todo o equipamento, e demora um tempo para a gente chegar lá. Enquanto isso, nós precisamos salvar a vida das pessoas, que podem estar sujeitas a erros médicos, através de um exame como esse. Então, eu acho muito importante a gente ter a parte de formação muito boa, mas também todos os cheques necessários para a operação desse profissional ser a mais segura possível. É o que a gente pode fazer por enquanto. Depois, em paralelo, nós vamos trabalhando também para melhorar as escolas, os equipamentos, os professores e assim por diante, mas não dá para esperar, porque, enquanto isso, pessoas vão sofrendo o efeito de maus profissionais. Então, a gente não pode deixar isso acontecer.

Eu fico muito feliz de a gente ter uma audiência como esta para tratar desse tema.

A viagem de que eu falei para Cancún com um avião fictício não é verdade, mas o piloto ruim poderia ser verdade, se ele não fosse checado pela Anac da forma como precisa ser.

Então, parabéns, Dr. Hiran. Parabéns a todos que estão aqui lutando pela saúde da população.

Eu não consigo ver nenhuma outra razão que possa levar a não se ter um exame como esse, a não ser, talvez, para proteger interesses que não são os da população. Então, nós estamos aqui para proteger a saúde da população.

Eu tenho certeza de que um projeto como esse merece e vai ser aprovado, e muita gente vai ser salva com isso aqui.

Essa pesquisa feita pelo Datafolha apresentou o resultado hoje – e eu também a acompanhei –: 96% da população aprovam a necessidade de um teste de proficiência médica;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3%, contra; 1%, não sabe sobre o assunto. Então, dá para notar aí claramente pelos números a importância desse projeto de lei.

Muito obrigado. Obrigado, Presidente, por esta participação.

Eu tenho certeza de que vai ser aprovado pelo bom senso e pelo cuidado com a população.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Parabéns, Senador Marcos Pontes, autor desse Projeto 2.294, que tramita aqui no Senado.

Digo a V. Exa. que lhe agradeço muito o convite, mas o seu voo, mesmo que fosse verdadeiro, iria só com a tripulação, acho que ninguém iria no seu voo. Muito obrigado pela gentileza de oferecer esse presente de grego para nós, mas ninguém vai no seu voo.

Quero registrar, aqui, a presença também da nossa querida colega Senadora Eudócia Caldas, que chegou há pouco e vai participar desta audiência. Seja muito bem-vinda!

E passo, em seguida, a palavra à segunda convidada, aqui, da nossa audiência, que é a Dra. Marta Wendel Abramo, Secretária de Regulação e Supervisão do Ministério da Educação (MEC).

Por favor.

A SRA. MARTA WENDEL ABRAMO (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Vou iniciar agradecendo o convite de participar desta audiência.

Quero cumprimentar aqui, na pessoa do Senador Dr. Hiran, toda a mesa, todos os convidados e todos os que estão nos escutando.

A minha intenção aqui, representando o Ministério da Educação – eu sou Secretária da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação –, é trazer, além dos assuntos que estão afetos à minha própria secretaria, um conjunto de medidas que o Ministério da Educação, em outras secretarias, em outros órgãos e em colaboração com o Ministério da Saúde, vem implementando, exatamente relacionadas a essa nossa preocupação com a formação médica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu inicio aqui com alguns dados, só para a gente ter um contexto sobre a evolução dos cursos de Medicina. Eles, de fato, vêm crescendo no nosso país – isso é um dado que todos já conhecem.

Eu queria fazer um destaque, porque, em 2018, teve uma decisão do Governo à época de congelar a abertura e a ampliação das vagas de Medicina, mas, apesar dessa decisão – aí pelo gráfico é possível ver –, a gente teve uma evolução e um crescimento, mesmo durante a chamada moratória. Então, a moratória foi em 2018, e, de lá até 2023, a gente teve cerca de 70 novos cursos de Medicina aprovados no país. E, quando a gente olha para o número total de vagas – esses são dados do Censo da Educação Superior –, a gente vê que a ampliação das vagas também ocorreu nesse período da chamada moratória. E eu sei que os dados estão pequenos aí, mas as colunas azuis são as vagas públicas e as colunas laranja são as vagas privadas. Enfim, a gente teve uma expansão bastante forte nesse período que vai de 2017 a 2023, chegando a quase 20 mil vagas nesse período.

E aí, quando este Governo assume, o fato de existir uma moratória... E, como o Dr. Hiran Gallo colocou aqui, a proposta da moratória era de haver um grupo de trabalho para a discussão das políticas de expansão da formação médica, porque a lei dos Mais Médicos estava em vigor desde 2014, propondo uma metodologia de expansão e critérios para essa expansão, e havia uma discussão se isso deveria ser revisto pelo Governo da época, mas esse grupo de trabalho nunca se constituiu e não avançou. E aí, com a falta de respostas, a gente assistiu a um processo de judicialização intenso, um processo de questionamento da ausência de regras do Ministério da Educação para a expansão dos cursos de Medicina.

E, quando nós assumimos o Governo em 2023, a gente tinha mapeados, no Ministério da Educação, mais de 369 pedidos de aberturas ou aumento de vagas de cursos de Medicina. Esses pedidos todos somavam mais de 60 mil vagas pela demanda desses processos. Só para se ter uma comparação – em 2023, a gente só tinha os dados de 2021, porque o Censo da Educação colhe os dados já fechados dos anos anteriores –, em 2021, a gente tinha cerca de 366 cursos de Medicina. Se a gente acatasse todos os pedidos que estavam em curso, a gente ia mais do que dobrar o sistema e, em número de vagas, também a gente ia ter uma expansão ainda mais intensa do que a que vinha se observando até então. Isso ia levar para um cenário potencialmente desestabilizador em termos de qualidade, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí o que aconteceu? A gente teve, ao longo de 2023 – todo mundo também deve ter acompanhado –, uma discussão sobre a constitucionalidade da lei do Mais Médicos, que foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal. Nesse processo de confirmação da lei, que propõe uma metodologia de expansão com critérios definidos na própria lei sobre quais seriam esses critérios, o Supremo Tribunal Federal também tratou sobre o que nós deveríamos fazer a respeito desses 369 pedidos.

É importante ressaltar que, naquele momento, a AGU deste Governo entrou de fato nessas ações para apresentar a posição do Governo, e a posição do Governo seria a de não acatar esses 369 pedidos. No entanto, o Supremo fez uma modulação, fez uma regra, colocou um filtro para análise desses processos, e determinou que o MEC tramitasse, analisasse todos aqueles processos que já haviam passado de uma fase inicial, da fase documental, e que já tinham iniciado a sua fase de avaliação. Então, naquele momento, foi o Supremo que deu as regras, as orientações de como o Ministério da Educação deveria tratar esses casos.

O que eu gostaria de apresentar aqui é: a gente tinha 369 pedidos que somavam 60 mil vagas. Com esse filtro imposto pelo Supremo Tribunal Federal e com a análise do Ministério da Educação, com critérios muito bem definidos e transparentes, daquelas 60 mil vagas, a gente analisou já cerca de 97% desses pedidos e a gente autorizou 4.354 vagas – daquelas 60 mil, ou seja, apenas pouco mais de 7% daquelas vagas foram efetivamente autorizadas nessa gestão do Ministério da Educação.

Isso significa que, sim, temos uma expansão – e foi colocado que, na semana passada, saiu uma nova autorização. Sim, nós estamos acatando as recomendações do Supremo com muito rigor, com os critérios definidos na lei e analisando os pedidos, mas eu posso dizer que a grande maioria daquelas vagas foi recusada e uma pequena parte foi aprovada.

Isso é para dar só um cenário para dizer como é que a gente está tratando, com cuidado e com compromisso, essa questão da expansão das vagas de Medicina.

Uma nova medida que foi anunciada neste ano, em conjunto com o Ministério da Saúde, foi a revisão do nosso exame de avaliação dos estudantes de Medicina. A gente tem o Enade – todos também devem conhecê-lo –, que é um exame aplicado a todos os concluintes dos diversos cursos de graduação que nós temos, mas nós fizemos um exame diferenciado para o caso da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Medicina. O Enade acontece num ciclo: a cada três anos são avaliados os cursos de graduação. No caso da Medicina, a gente inovou e houve o lançamento, em abril deste ano, do Enamed. O Enamed, então, inova, primeiro porque ele passa a ser anual. Os outros cursos de graduação são avaliados a cada três anos, Medicina será avaliada todo ano. Ele também tem outras características que o diferenciam. Ele vai ter uma matriz de referência renovada. O Enade tinha um número menor de questões...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARTA WENDEL ABRAMO – ... o Enamed vai ter um número maior. Ele vai contar como uma etapa de acesso ao Enare. Isso garante o comprometimento dos estudantes, o interesse, o empenho dos estudantes na realização dessa prova, então traz uma avaliação mais apurada do desempenho desses estudantes. E a participação é obrigatória. E, com essas novas características, nós poderemos usar os resultados desse exame para fins de supervisão desses cursos, observando com cuidado quais são aqueles cursos em que os estudantes não alcançam um desempenho desejado. E, com essa escala interpretativa que vai ser fornecida pelo Inep – o aplicador do exame –, dizendo qual é o nível esperado de desempenho dos estudantes, nós vamos poder ter um raio-X muito mais preciso do desempenho dos estudantes nesses cursos.

Esses resultados serão divulgados já em dezembro de 2025 – a primeira edição vai ser agora em outubro e, em 2025, nós já teremos os resultados. A partir dos resultados, nós já poderemos, então, aplicar ações de regulação e supervisão.

Esses aqui são os números mostrando como o interesse pelo Enamed foi muito grande. O número de inscritos ultrapassa 96 mil inscritos, porque ele permite que sejam inscritos não só os concluintes como aqueles que já se formaram e têm interesse em disputar uma vaga de residência médica; mas, se vocês forem olhar só pelos inscritos no Enade, que são os concluintes, também houve um crescimento nessa participação. E um anúncio que o Ministro fez, há poucos dias, é que nós vamos aplicar essa prova também para os estudantes no quarto ano. Vai haver uma... O Inep ainda está estudando se vai ser a mesma prova, se vai ser uma prova diferente, mas o fato é que os estudantes do quarto ano também serão avaliados. E ao avaliarmos os estudantes do quarto ano, já a partir do ano que vem, em 2026, já teremos isso, já podemos começar a ter esse diagnóstico de como os cursos estão em relação ao esperado, e podermos tomar medidas corretivas ao longo do curso, não aguardando apenas para um resultado final lá após o sexto ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o anúncio é de que, para engajar os estudantes, a nota do Enamed do quarto ano pode valer até 20% da nota do Enare. Isso daí vai estimular o estudante também a participar, né? E os resultados insatisfatórios também poderão ensejar medidas de supervisão no curso.

Essas medidas foram anunciadas, eu já adiantei um pouco aqui, mas, enfim, o Inep vai, ao divulgar os relatórios, colocar esse relatório de desempenho em uma escala de um a cinco, sendo que a nota três é o mínimo satisfatório. Então, todos aqueles cursos que ficarem com a nota abaixo de três, que tiverem conceitos um ou dois, entrarão em processo de supervisão já no início, já valendo para 2026. Com isso, todos os cursos terão impedimento de ampliação de vagas, suspensão de novos contratos do Fies e do Prouni. Aqueles casos menos graves terão já redução de vagas para ingresso, é uma redução cautelar. Ela depois pode vir a ser definitiva ao longo do processo, mas cautelarmente já vai ser aplicada ou uma medida de redução de vagas para o próximo ingresso, ou, naqueles casos mais graves, haverá inclusive a possibilidade de suspensão de vestibulares já para o início de 2026. E aí, o processo corre. E aí, a instituição tem direito de defesa, etc. e tal, mas, ao final, pode vir a ter uma penalidade definitiva de redução de vagas ou até mesmo de extinção daquele curso, de desativação daquele curso. O MEC pode sempre fazer visitas de verificação *in loco.* E o resultado do próximo Enamed de 2026 pode agravar a situação dessa instituição, ou, ao contrário, ser uma medida de flexibilização dessas medidas cautelares.

Eu já estou caminhando aqui para o fim.

No ano que vem, o Inep também fará uma visita de avaliação. Aí não é uma visita de supervisão, uma visita de avaliação em todos os cursos de Medicina, e isso vai permitir um diagnóstico bastante amplo, para a gente também tomar medidas adicionais eventualmente. E também o resultado dessas visitas, que olham principalmente a questão de infraestrutura, a questão dos convênios com hospitais, a questão dos cenários de prática, isso também pode levar a processos de supervisão.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dra. Marta, me permita, desculpa, é só uma questão de esclarecimento. A senhora acha que o Inep tem condição de visitar mais de 400 escolas durante um ano?

A SRA. MARTA WENDEL ABRAMO – Sim, sim!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARTA WENDEL ABRAMO – Sim, o Inep realiza cerca de 6 mil visitas-ano. O que o Inep está fazendo é reorganizar essas visitas para que consiga fazer por cursos e por áreas, então, ele está se reorganizando para toda a área de saúde ser visitada no ano de 2026. Todos os cursos de Medicina serão avaliados, com bons desempenhos, com maus desempenhos, todos, sem exceção.

Por fim, eu sei que a Conselheira Ludhmila está nos acompanhando aqui, mas eu vou falar só brevemente, porque isso é uma iniciativa também do Conselho Nacional de Educação, ligado ao Ministério da Educação, mas foi um processo amplo de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais de Medicina. Isso também tem um aspecto importante de aprimoramento da formação médica, tem várias novidades. Acho que a Conselheira Ludhmila pode até falar melhor sobre esse tema, mas isso também vai ensejar novas formas de avaliação e um rigor maior na formação médica. Então, acho que é um tema que também vem contribuir para esse conjunto de medidas.

O que eu queria deixar aqui claro com essa minha apresentação é que o Ministério da Educação, em parceria sempre com o Ministério da Saúde, está sempre preocupado com a questão da formação médica e tomando medidas para aprimorar a formação, a avaliação, a regulação e a supervisão desses cursos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Marta.

Passo em seguida, muito rapidamente, a palavra ao doutor...

Não, antes permita-me corrigir, Dra. Eliete Bouskela, Presidente da Academia Nacional de Medicina, que vai participar desta audiência pública remotamente.

Dra. Eliete, seja muito bem-vinda! A senhora tem dez minutos.

A SRA. ELIETE BOUSKELA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador Hiran Gonçalves, pela oportunidade de falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou muito satisfeita de participar, porque, inclusive, quando eu tomei posse na Academia Nacional de Medicina como Presidente, isso foi um dos dois pontos fundamentais que eu gostaria de atacar durante a minha gestão.

Eu gostaria de dizer que eu concordo com o que foi colocado pelo Presidente do CFM, o Dr. Hiran Gallo, mas, além disso, eu gostaria de colocar algumas coisas a respeito do que eu penso do curso de Medicina. Acho que, no Brasil, e eu sou formada em Medicina há mais de 50 anos, nesse período todo faltou planejamento. Então, como é que nós tentamos corrigir a falta de médicos? Inicialmente, quando eu entrei na faculdade da Universidade Federal do Rio de Janeiro, imediatamente a Primeira-Dama do Brasil à época resolveu admitir os chamados excedentes. O que isso significa? Significa que nós não tínhamos nenhuma possibilidade de ter 200 ou mais, até 230 alunos de Medicina numa sala que comportava, em princípio, 100, e foi mais do que dobrado para 230. Qual era o racional atrás disso? O racional atrás disso é que o Rio de Janeiro estaria completamente lotado de médicos, os grandes centros de uma maneira geral, e isso forçaria os médicos formados a irem para o interior. É claro que isso não aconteceu, porque no interior os médicos não teriam as mesmas condições que eles têm no Rio, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, etc. Então, isso não funcionou e causou um grande problema no curso de Medicina em que nós estávamos, porque, simplesmente, mais do que dobrou o número de estudantes.

Muito tempo se passou e nós resolvemos ter o programa Mais Médicos. Isso foi feito, de novo, sem uma discussão com a sociedade, com os fóruns de discussão específicos para Medicina. Então, veio o Mais Médicos. Claro que cada uma dessas coisas tem alguns pontos positivos, mas a maioria das coisas são negativas, porque não são planejadas.

Depois disso, chegou-se à conclusão de que o Brasil tinha necessidade de mais médicos. Então, o que é que nós vamos fazer? Nós vamos... Acabou-se, mais ou menos, o programa Mais Médicos e chegou-se ao ponto de termos faculdades de Medicina em cidades pequenas, com a ilusão de que nós teríamos médicos, formados naquela região ou naquela cidade, ficando naquela cidade. É claro que isso não acontece quando nós não temos escolas para as crianças, para os filhos desses profissionais, e empregos para o cônjuge. Então, também não acontece.

Eu acho que o problema também está no planejamento dos cursos de Medicina. E hoje, com esse descalabro que nós temos no número de escolas médicas, nós temos claramente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência no que diz respeito às instalações dos cursos de Medicina, não temos professores capacitados – disso eu tenho certeza absoluta – e não há hospitais-escola. Então, o que é que está acontecendo? O que está acontecendo é que nós estamos formando esses médicos muito mal. Como consequência disso, o que é que os novos formandos fazem? Eles pedem exames de uma maneira absolutamente indiscriminada e com isso nós temos uma outra coisa: além da formação profissional ruim, nós temos médicos que não olham o paciente, que diagnosticam o paciente através de laudos de exames.

Quando eu me formei em Medicina, nós aprendemos lá no curso que a clínica é soberana e os exames são ditos complementares. Só que hoje, esses exames complementares viraram o *modus vivendi* dos novos médicos, porque diagnosticam através do laudo. Em um número grande de vezes, nem olham para o paciente. Então, além de sermos examinados por maus médicos, ou por médicos malformados, nós estamos também perdendo a humanidade e a relação médico-paciente, tão importante para o paciente e para o médico. Isso está se perdendo aqui no Brasil, o que é um absurdo, uma coisa que não tem o menor sentido, porque vejam, nós estamos, hoje, convivendo com doenças que são crônicas. Eu trabalho basicamente com obesidade. Evidentemente, um obeso sabe o que é que ele tem que fazer para diminuir o peso. Está aí o doutor Google para ensinar todos, o que é que o hipertenso tem que fazer e o que é que o diabético tem que fazer.

O que é que o paciente quer quando ele vem procurar o médico? Ele quer uma parceria, porque sabe o que tem que fazer, o problema é que não está conseguindo. E, mais ainda: a adesão ao tratamento, no Brasil, de hipertensão e de diabetes é muito baixa. Então, nós temos vários problemas aí. E eu acho que a desumanização do médico com a consequência de quase desaparecimento da relação médico-paciente vai fazer com que os nossos pacientes sejam cada vez mais maltratados. E isso não é o que a gente quer aumentando o número de médicos, porque o aumento do número de médicos não vai resolver isso.

Então, nós temos que pensar muito e planejar o que nós queremos. A gente quer boas faculdades? É claro que queremos. Agora, o que nós estamos vendo hoje é que, em qualquer cidade – eu sou de Minas Gerais; a cidade onde eu nasci, uma cidade pequena, chama-se Biboca –, em qualquer biboca hoje, no Brasil, tem uma faculdade de Medicina. Isso é uma coisa muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ruim de a gente gerir e até de a gente conseguir fazer um diagnóstico que sirva para todos os casos, porque nós temos muitas possibilidades.

Então, eu acho que nós precisamos de planejamento e, a todo custo, continuar tendo uma relação médico-paciente.

Para terminar, eu gostaria de dizer que eu assisti a uma sessão do (*Falha no áudio.*) ... da Saúde (*Falha no áudio.*) ... entre outras (*Falha no áudio.*) ... Dr. Armínio Fraga, mostrando que o Brasil é o país do mundo, incluindo todos os países da OCDE, que pede maior número de ressonâncias magnéticas *per capita*. Qual é a consequência disso? É um aumento no custo tanto do SUS como no da Medicina suplementar.

Então, nós estamos realmente aumentando o custo da Medicina completamente sem planejamento nenhum, desgovernadamente, e, com isso, nós estamos submetendo o paciente, muitas vezes, à radiação e a outras coisas pelo fato de o médico não saber o que fazer e pedir exames. Nós temos um número enorme de exames que são exames pedidos de uma maneira totalmente sem necessidade. Eu tenho certeza de que a Dra. Ludhmila Hajjar, que é uma excelente clínica – eu não a conheço pessoalmente, mas conheço a respeito dela e leio o que ela escreve – , concordará comigo nisso, que o Brasil pede exames totalmente... desnecessariamente. Quando a gente vai para países como Inglaterra, Austrália, nós estamos vendo, por exemplo, que a paciente grávida faz três ultrassons durante o período de gestação. Aqui no Brasil, faz-se ultrassom todos os meses.

Então, a gente tem que discutir isso, a gente tem que discutir o custo de saúde. E a gente tem que discutir sobre como melhorar isso, porque senão a conta será impagável. Não adianta a gente ter mais dinheiro se nós não temos critérios, e critérios começam com bons profissionais, que não é o que nós estamos formando com este número absolutamente absurdo de abertura de escolas médicas sem condições estruturais, de professores, de hospitais e até da seleção de alunos.

Muito obrigada. Eu agradeço muito a oportunidade de participar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Eliete. A senhora nos dá, assim, uma sensação leve de que nós ainda temos médicos que nos inspiram neste país. Parabéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui registrar a presença do meu querido amigo Allan Garcês, Deputado Federal pelo Maranhão, meu colega médico. Sou oftalmologista, mas também médico-legista, viu? Fomos médicos... professores da Universidade Federal de Roraima. Seja muito bem-vindo.

Eu passo a palavra ao próximo participante desta audiência pública, o Dr. Lucas Henrique Rinaldi, Presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes, e eu espero que você seja tão rigoroso no tempo quanto foi a Profa. Eliete, para o bem de todos aqui. (*Risos.*)

O SR. LUCAS HENRIQUE RINALDI FAIDIGA (Para expor.) – Uma boa tarde a todos, a todos os Parlamentares aqui presentes, aos meus colegas médicos e médicas, aos estudantes e residentes aqui presentes.

Bem, a aprovação do PL 2.294 não é uma urgência; na verdade, é uma emergência. É necessário fazer isso muito rápido, porque a nova formação de médicos já está acontecendo agora, não é o futuro.

O Exame Nacional de Proficiência é uma medida de uma coalizão de medidas necessárias para a melhoria da saúde do Brasil, para a melhoria da formação médica e, assim, proteger os nossos habitantes. É uma medida muito importante, mas, sim, de uma coalizão, como o Enamed, entre outras que a própria doutora do Ministério da Educação citou aqui.

Bem, igualar padrões internacionais, como foi dito ao CFM, é uma necessidade, porque devemos não inventar a roda, mas, sim, usar padrões que já estão sendo utilizados lá fora, como no Canadá, Estados Unidos e Reino Unido. Acredito que essa prova, sendo aplicada pelo CFM, uma autarquia federal, tem total capacidade e estrutura para realizá-la, sendo muito competente nesse caso.

O exame nacional não é um exame punitivo ao estudante, mas, sim, uma garantia de redução de custos do sistema de saúde, de redução de danos ao paciente e, sim, de uma sobrevida maior dos nossos pacientes. Com isso, representando agora os residentes, uma melhor formação de médicos com certeza impactará em uma melhor formação de médicos residentes e, assim, em melhores especialistas no nosso futuro.

Uma coisa que eu sempre penso é: por qual médico eu vou querer ser assistido? Qual médico para atender minha mãe, meus avós, meu pai? Então, nós temos que pensar muito nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de deixar aqui bem aberto que a Associação dos Residentes está à disposição para a discussão, para qualquer trabalho em conjunto, para a melhoria da saúde do Brasil.

Então, quero deixar aqui o mais célere possível a minha fala e, mais uma vez, o exame de proficiência é uma emergência, doutor. Precisamos muito acelerar isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Lucas.

Agora, antes de passar para os próximos expositores, antes de desfazer a mesa, eu vou pedir para que quem quiser fazer suas manifestações a respeito do que foi falado aqui...

Então, eu vou passar primeiramente para a nossa querida Senadora Zenaide Maia.

Eu vou controlar o tempo, até porque, senão, nós vamos entrar pela madrugada aqui.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Mas me dê um tempinho, que eu ouvi todos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para interpelar.) – Eu queria, primeiramente, dizer que esse projeto de lei... Já quero parabenizar por essa ideia de ver esse número de universidades privadas sendo feitas na época em que se fechou, mas se conseguiu ordem judicial. E esse assunto precisava vir à pauta, sim, Dr. José Hiran, Lucas "residente", Marta.

Mas eu queria parabenizar a Dra. Eliete, porque ela mostrou isto: o cuidado. Porque esse projeto de lei fez com que a sociedade como um todo fosse olhar para isso, porque vocês sabem que eu acho... Eu fiz Medicina e eu nunca estudei em escola privada, foi em escola pública, e a gente tinha essas avaliações. Dificilmente em uma turma terminava todo mundo, porque alguém ficava em alguma matéria – tinha essas avaliações. Isso fez com que o MEC e o Ministério da Saúde acordassem para um problema que está aí jogado na mão da sociedade.

Mas, gente, o que a gente falou aqui? Primeiro, o que é que está faltando? Colocar a educação no orçamento deste país. A gente pode discutir o que quiser aqui, da primeira pergunta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi feita à Marta Wendel – "vai ter técnicos no Inep para fazer a supervisão?" –, que Hiran fez corretamente... Nós não podemos passar por cima, porque, se não tem técnico, nós vamos para cima do Estado brasileiro, porque isso é obrigação dele.

Mas, Dra. Eliete, eu queria dizer à senhora: esqueceram-se do exame clínico! Ninguém ausculta paciente. Eu sou médica da universidade e fui Secretária de Saúde duas vezes. Em 95% das tomografias que a gente recebia se dizia "sinusopatia", você submeter um paciente a uma radiação em cortes para dar um diagnóstico de sinusite. E, segundo, gente, nada substitui o exame clínico do doente. Eu fiz universidade dizendo assim: não se trata exame, se trata paciente.

E queria discordar aqui de Lucas ao dizer que é uma emergência, que é mais do que uma urgência... Emergência é quando dizem "corra que é uma emergência", e eu digo "é uma parada cardíaca".

Isso aqui é um projeto de lei, meu amigo, que vai ser debatido, e eu quero parabenizar, porque isso não vinha à tona, e nós precisamos cobrar desta Casa, Hiran, orçamento, Dr. José Hiran – um é Hiran e o outro é Dr. José Hiran. Precisamos de orçamento. Aqui se discute tudo – saúde também – com orçamento: profissionais bem pagos, porque eu costumo dizer que, muitas vezes, os médicos e toda a equipe... O Estado faz de conta que paga e o profissional faz de conta que trabalha. Profissionais que tenham condições também de trabalhar.

Mas olhe: eu desafio qualquer colega que esteja aqui, médico como eu: com um tensiômetro, um estetoscópio, um termômetro e uma... vamos botar uma maquininha, uma maquineta de fazer uma glicemia de periferia. Se eu ouvir o doente... porque os senhores sabem que na maioria das vezes no SUS quem dá o diagnóstico é o agente de endemia. A gente tem uma suspeita de calazar e, quando chega, diz: "Doutora, tem cachorro lá com calazar". A gente vê aquele abdômen distendido, e ele dá, porque a gente... O SUS é uma equipe que nenhum plano de saúde tem. A gente dá quantos por cento, Dr. Hiran, os dois Hiran, Hiran ao quadrado? Se eu olhar o doente, se eu auscultar o doente, se eu botar a mão no abdômen dele, é mais de 90%. Mas é aquilo que falou a Dra. Eliete aqui. Você olha para a cara do paciente e já pede 20, 30 exames, quando a gente aprende que o exame é dirigido para aquilo que você está suspeitando.

Então saúde primária tem que ser, falamos aqui em Estados Unidos, em Canadá, a saúde primária funciona, Hiran. A saúde primária é que faz a medicina preventiva. Se a gente não fizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, meus amigos... É necessário especialistas? Sim. Mas a saúde primária é que faz a prevenção do diabético, do hipertenso, o pré-natal, a vacinação.

Então é isso que eu digo: colocar... É muito importante o projeto de lei, porque, senão, não teria alertado todo mundo para isso. É assustador o número de faculdades particulares e de universidades, mas a gente sabe que, quando travou, entraram no Judiciário, e eles... Por isso que a gente precisa legislar.

Agora, quero dizer o seguinte: a obrigação de formar médicos com condições de atender a população, quem tem essa obrigação... Nós não podemos tirar essa responsabilidade do MEC e do Ministério da Saúde. Claro que o Conselho Federal de Medicina tem isso.

Mas nós não podemos nos basear no Canadá e nos Estados Unidos, que não têm medicina pública, não existe... como a gente diz, que não prestou socorro, omissão de socorro. Você morre na porta do hospital. Eu tenho familiar que mora lá. Se você não tiver um plano de saúde, você não recebe. É um país em que quase todo mundo é classe média, e não é nossa realidade, nossa realidade é diferente.

Precisamos investir em educação pública de qualidade, e isso exige orçamento. Saúde – Hiran sabe disso, da nossa luta aqui – exige orçamento. Aqui nós aprovamos 30 dias para tratar pessoa com câncer depois do diagnóstico, mas cadê os recursos? Não é assim que funciona, gente.

Queria dar um exemplo aqui, que eu sei que pode não ter muito a ver. Sabe como é que é o orçamento deste país, que pouco se divulga, e é uma caixinha de Pandora? Mais de 45% ficam para bancos e serviços do sistema financeiro. A gente fica aqui o ano todinho, numa Comissão de Orçamento, aonde o Hiran já foi e sabe como é, lutando para ficar 4% para saúde, 4% para educação.

Não tem exame de proficiência que chegue a isso, porque nós vamos patinar, porque nós não estamos formando. Mas não quer dizer que sou contra esse assunto.

Queria parabenizar Hiran, o Astronauta, que não é médico, mas o Astronauta deu um exemplo ali de Cancún. Só que o cara era voluntário, e o doente não é voluntário, não; ele está no hospital, ele está lá porque precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Minha querida amiga Zenaide...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Mas só encerrando...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... queria...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... eu queria dizer, primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Até porque o Luiz Ovando já está ali...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É, mas eu também.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... dizendo que ele está sendo preterido.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Porque você mandou falar sobre os três, e eu falei, elogiando o projeto, porque acordou e teve essa formação.

Temos que cobrar do MEC que não apresente isso aqui, mas que a gente veja a realização do que está fazendo e dando opinião. O debate é importantíssimo, mas vamos colocar a saúde e a educação no orçamento deste país, viu, Professor Dr. José Hiran e Hiran.

Muito obrigada.

Todo mundo tem que sair, porque já está cheio de...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – De confusão no Senado, lá no Plenário.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... de confusão lá, com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que é válido o projeto de lei. Dele precisávamos e, com isso, a gente já avançou. É como se estivéssemos acordado, nos acordando.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sem dúvida.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É faculdade de medicina em toda esquina, sem condições, sem hospitais. Não é o caso das universidades públicas, que têm os hospitais da Ebserh. Muito importante, tá?

Muito obrigada.

Desculpe se falei demais. Eu sou Zenaide Maia Calado, mas tinha que falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Zenaide, muito obrigado. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Eu quero, antes de passar a palavra para o Luiz Ovando, registrar a presença do Dr. Geraldo Ferreira, da Fenam; do Fernando Mendonça, da FMB; da Rosylane Rocha, do Conselho Federal de Medicina; do meu querido amigo Antonio Meira, da Abramet e da Comissão de Assuntos Políticos do CFM; do Dr. Felipe Vasconcelos, Vice-Presidente do Simers, querido amigo; e do Gutemberg Fialho, do SindMédico.

Passo a palavra ao meu querido Luiz Ovando e, em seguida, ao nobre colega Zacharias Calil, o homem da cirurgia de separação de siameses, nossa referência mundial.

O SR. LUIZ OVANDO (Para expor.) – Senador Hiran, eu quero, inicialmente, agradecer a oportunidade e, na sua pessoa, saudar a Dra. Marta, representante do Ministério da Educação...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Hiran, posso votar por você lá? (*Risos.*)

Só rir, para descontrair.

O SR. LUIZ OVANDO – ... o Dr. José Hiran, Presidente do Conselho Federal de Medicina; o Dr. Lucas Henrique, Presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes; o meu colega Zacharias, na pessoa de quem, cumprimento os demais colegas Senadores, médicos e Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou ser repetitivo naquilo que já foi falado. Eu queria apenas destacar alguns aspectos, principalmente dizendo do meu posicionamento inicial, Dr. Hiran, porque eu sempre fui contra esse exame.

Em outras oportunidades eu já disse isso, e vou continuar falando, até porque, com o passar do tempo, a gente vai vendo que se fazem necessárias mudanças de posicionamento. E ultimamente eu tenho, praticamente, me colocado na trincheira dos favoráveis ao exame nacional do curso de medicina. E eu quero dizer o porquê disso. Porque nós vemos, com relativa frequência, em todos os lugares a que a gente vai... Outro dia, participando, inclusive, de um fórum, de um simpósio, na verdade, da cardiologia, um representante do Ministério da Saúde colocou de uma forma... dizendo que era preciso fiscalizar, porque não tinha ninguém fiscalizando. E a gente sabe que essa responsabilidade de fiscalização é do MEC. Ninguém questiona isso. Mas parece que ele não sabia e colocou dessa forma.

E o que acontece? A gente vem falando, e eu quero aqui apenas dizer isso... Eu sou professor do curso de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Depois, da Uniderp, depois, coordenador do programa de residência da Santa Casa de Campo Grande, a terceira maior santa casa do Brasil. Saí para vir para cá. Agora estou no segundo mandato. Saí no início de 2019. E o que a gente viu nesse tempo todo? Eu tenho, este ano, 50 anos de graduado, felizmente – esse é um grande privilégio –, sempre atuando na linha de frente, não atrás, na linha de frente, não administrando, não mandando, enfim, fazendo. E a gente vê que a coisa vem piorando.

E o que é que piorou nesse tempo todo? A abertura excessiva de escolas médicas. Então, nós entramos num processo que é exatamente aquele processo que é fantástico quando você tem professores experientes, que já estiveram na linha de frente, na enfermaria, no centro cirúrgico, no pronto-socorro, na unidade de terapia intensiva, mas hoje não é assim.

Há um chamado sistema ou método PBL, que virou uma febre no Brasil. Isso aí nasceu lá... Originalmente, é da Holanda, o Canadá é que destacou isso daí, e é um excelente método, mas método, por si só, não se completa. É preciso que haja outros complementos. Eu dei aula num curso de Medicina em que era proibido o professor dar aula. Falei: "Mas isso é um absurdo!". E aí chegaram à conclusão de que, na hora da semiologia, era preciso dar aula, a aula clássica. E aí começou a desmoronar, mas por quê? Porque, na verdade, esse PBL facilitou uma abertura exagerada de escolas em que muitos que davam aula, ou pelo menos acompanhavam, entravam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudos e saíam calados. E quem eram? Psicólogos, fisioterapeutas, até engenheiros davam aula acompanhando o curso de Medicina. Então, começou a deterioração, começou o processo de piora da qualidade da formação.

Aí, na hora em que você vai para a enfermaria, você põe o pessoal em volta, dando aula, mostrando como é que faz, mostra a história, mostra, repete... Daqui a pouco, começa a desmaiar aluno – cai um para cá, cai outro para lá –, não aguentam. É claro, são jovens, que têm uma atividade vagal intensa, e, às vezes, estão sem se alimentar ainda e tal... E os professores, de uma maneira geral, que não têm muita afinidade com a beira do leito, acabam ficando na sala de aula, com ar-condicionado, discutindo, dialogando e fazendo política – política no sentido assim: apenas defendendo aquilo que, na verdade, está defensável ali à luz da literatura e tal, mas sem a prática. E, ao mesmo tempo, o pessoal vai deixando a enfermaria e vai ficando perto dos bonecos. Então, hoje, nós temos verdadeiros cursos de complementação com boneco que fala, com boneco que grita, com boneco em que bate o coração, com boneco isso e aquilo... Na hora em que vai ver, não sabe.

E aí ele termina o curso e vai para a linha de frente. E, na linha de frente, o que é que acontece, como já foi falado pela Dra. Eliete? Pedidos de exame de uma quantidade gigantesca. Os americanos, há mais de dez anos, detectaram que eles gastavam mais de US$760 bilhões por ano com exames desnecessários. Ou então faziam uma clínica em que precisavam pagar o exame, pedir o exame. Assim, sucessivamente.

E, em relação a isso, nós fizemos um levantamento aqui, na Câmara dos Deputados, através do Cedes (Centro de Estudos e Debates Estratégicos), sobre a atenção primária em saúde. E nós detectamos que, no Brasil – aquilo que foi falado –, se pedem em torno de 160 ressonâncias nucleares magnéticas por mil habitantes. Na Unimed hoje – eu fiz um levantamento recente –, isso está a 80. Aí você cai para 42 exames para os países da OCDE, 40 para o Reino Unido e 13 para o Chile, mostrando que não é preciso fazer isso.

E, agora, tomografia lá no meu estado é uma quantidade absurda! E qualquer cidade pequena, como ela falou ali, qualquer biboca, isso e aquilo, tem uma ressonância...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o pessoal não avalia o problema da tomografia em termos de radiação ionizante, que acaba dando problema. Isso está medido, está comprovado. Cada ressonância de tórax que você faz equivale a 100 raios-X de tórax em PA e perfil.

E, se você examinar o paciente, você pode perfeitamente resolver isso.

Aqui é apenas para argumentar que nós estamos numa situação muito ruim, é preciso fazer alguma coisa. Esses projetos de lei mostram isso, nós vamos precisar... Agora, nós não podemos nos iludir. Se o MEC não fiscalizar...

E agora criou-se mais um exame, o Enamed, era Enade. Existia um determinado grupo de alunos – eu vi isso na faculdade – que tinham uma certa habilidade e que, então, eram escolhidos para fazer o Enade lá no fim para elevar a qualificação daquela determinada faculdade. E, hoje, nós estamos com o Enamed.

Nós nos esquecemos de que é preciso treinar, sentir, tocar, cheirar, conviver com o sofrimento do paciente, coisa que de uma maneira geral está sendo abolida, e se transfere tudo para os exames. O SUS não consegue fazer frente a isso, o SUS paga 60% do real gasto daquilo ali. E a exigência é cada vez maior, porque tem esse pessoal pedindo exames e fazendo solicitação desnecessária de procedimentos. Nós precisamos voltar.

E uma coisa eu disse: nós não podemos nos iludir. Nisso aqui eu vou fazer uma afirmação que não é inconsequente e nem irresponsável: nós vivemos num sistema socialista, e o socialismo faz dependência do cidadão em relação ao Estado. O que está acontecendo com os médicos... Você já não vê mais médico abrindo consultório, você já não vê mais médico se identificando, você já não vê mais médico batendo no peito e falando assim: "Eu sou médico". Ele se esconde atrás de uma instituição. E é exatamente esse o objetivo do socialismo.

Nós temos que tomar cuidado como entidade e alertar os médicos de que é preciso se qualificar cada vez melhor. E é preciso o MEC fiscalizar e fechar escolas, porque isso já não acontece no Brasil há muitos anos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Luiz Ovando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra ao nosso querido colega Zacharias Calil.

O SR. ZACHARIAS CALIL (Para expor.) – Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

A gente tem estudado, ouvido e assistido a muita coisa que nós temos debatido ao longo do tempo. Desde quando eu entrei aqui na Câmara, nós temos debatido na Comissão de Saúde, na Frente Parlamentar da Medicina, na Frente Parlamentar da Saúde também... Então, são temas que no dia a dia tem nos preocupado.

Nós temos uma formação mais antiga. Na minha época, por exemplo, quando eu entrei na faculdade em 1975, só tinha a Universidade Federal de Goiás, e era uma dificuldade enorme você passar no vestibular. E, hoje, nós sabemos que... Por exemplo, aqui: curso de Medicina por decisão judicial, em que, em apenas dois meses, o MEC autorizou a abertura de 1,8 mil vagas em cursos de Medicina por meio de decisões judiciais – a fonte é UOL, Agência Estado, 2024 –; a chamada máfia das liminares, descrevendo faculdades que obtinham autorizações judiciais sem cumprir critérios técnicos, resultando em cursos com infraestrutura precária – a fonte é Extra Classe 2025.

Nós sabemos que o Brasil possui hoje mais de 400 cursos de Medicina e aproximadamente 265 mil estudantes matriculados, sendo o segundo país do mundo com o maior número de escolas de Medicina, e só perde para a Índia, que tem 1 bilhão de habitantes ou mais. Mais de 80% das escolas médicas são privadas – vejam bem –, movimentando aproximadamente R$26,4 bilhões por ano; inclusive, elas estão na Bolsa de Valores. Então, a medicina hoje virou capitalismo: ninguém está preocupado com a formação do médico.

Eu sou cirurgião pediatra de formação, eu tenho 44 anos de medicina, sou atuante, inclusive, no serviço público.

Falou-se muito aqui em exames. Semana passada, lá no meu hospital, onde eu trabalho, no serviço público, fizeram uma reunião, porque a quantidade de exames que estão pedindo é uma coisa absurda.

E vou dizer mais. Eu, por exemplo, vou atender a uma criança no meu consultório, eu peço uma cirurgia de hérnia inguinal bilateral, Dr. Luiz Ovando, e o convênio não autoriza. Por quê? Se não tiver ultrassom, está errado. Para a hérnia inguinal em criança o diagnóstico é visível. É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exame físico – não é, não, Fernando? Agora, eu vou pedir um exame desnecessário?! Apendicite. Na semana passada, eu operei o filho de um colega, e ele já chegou com a tomografia computadorizada. Eu falei: "Por que você não me ligou antes? Para apendicite o diagnóstico é clínico, amigo; é botar a mão no abdômen da criança, no máximo um hemograma e um raio-X". Não, já chegou com a tomografia.

O hospital em que eu trabalho tem tomografia, e é uma atrás da outra. Ressonância magnética não tem, mas vai chegar – também é uma atrás da outra.

Separamos duas siamesas no mês passado. E, de repente, eu encontro a mãe dentro do elevador numa cadeira de rodas com a criança no colo. Eu falei: "Aonde você vai?". Ela: "Eu vou ali fazer um ecocardiograma". Eu falei: "Como assim? Já fez ecocardiograma semana passada". Ela: "Não, mas o médico lá da clínica pediu". Eu chamei o médico: "Por que você está repetindo o exame?". Ele: "Não, eu nem olhei o prontuário e tal". Pois é, estava lá. A facilidade que nós temos hoje é muito intensa.

Estava comentando aqui com o Dr. Luiz Ovando que, se você vai fazer um diagnóstico sem exames, é difícil também, porque amanhã o paciente vai lá e o processa: "Como que você operou sem exame?". Ele falou: "Eu não peço". Aí ele muda de médico, porque, se você não faz o exame e faz o diagnóstico clínico – está ali explícito –, às vezes, ele não acredita, tem que fazer... Realmente... A Dra. Eliete foi muito feliz na apresentação dela, mas essa evolução também é difícil. Por exemplo, eu não tenho como operar um paciente hoje sem um exame laboratorial ou de imagens – é o caso da criança com hérnia inguinal. Antigamente, a gente operava, sim, mas ninguém vai botar uma criança na sala sem você ter um exame complementar. É difícil, as pessoas ficam em dúvida. E, muitas vezes, o paciente pergunta... Eu falo: "Essa criança está com isso aqui". E, às vezes, ele olha para você e fala: "Será, doutor?". Eu falo: "Será não, eu tenho certeza". Então, a gente realmente fica naquela situação, não sabe definir. O paciente tem que confiar no médico.

Outra coisa que eu achei interessante. No antigo exame aplicado pelo Cremesp, quase 50% dos recém-formados foram reprovados. Apenas esses alunos...

Erros médicos por falhas na prescrição e condução clínica estão entre as principais causas de eventos adversos evitáveis no SUS, quer dizer, então, a gente vê exames e exames, mas sem colocar a mão no paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A maioria desses hospitais das cidades que foram descritas... Tem cidade com 20 mil habitantes e faculdade de Medicina que não tem hospital. Se você não tem o hospital, onde é que esses alunos... E quem são os professores que estão dando aula nesses hospitais? Não é possível que você tenha 450 faculdades de Medicina, tenha essa quantidade de alunos... Na minha opinião, acho que nós não temos a quantidade de professores suficientes para tocar um curso desse. O que você acha? Desde a fisiologia, a anatomia, todo mundo... Não tem! Eu trabalho no serviço público, a formação está muito falha. São alunos jovens. Você olha assim: "Poxa, essa menina tem idade para ser minha filha". Isso não interessa, mas vejam bem: qual é a experiência, qual é o conhecimento que se tem hoje? Toda família hoje tem médico, qualquer família hoje que você procura tem um médico: "Meu filho faz medicina, faz isso, faz aquilo".

Essa formação está muito aquém do que a gente precisa, e essas faculdades têm, sim, que ser punidas e fechadas. Se você não tem um aluno que tem uma boa formação, amanhã é você que vai ser atendido por ele lá no pronto-socorro e você vai correr risco, porque...

Outra coisa. Aí vem a residência médica. Tudo bem. Agora querem instituir cotas para a residência médica! Se você já teve a oportunidade de entrar com cotas na faculdade de Medicina, agora você quer cotas para a residência médica... Eu conheço colegas que são chefes de serviço e falam: "É impressionante como o nível da residência aqui no meu serviço caiu". Eles entraram com cotas, sem exame de proficiência e sem conhecimento. Tudo isso leva a população ao sofrimento.

Nós podemos errar nesse sentido de decidir não aprovar esta lei, e esses colegas aí serem mal formados.

É uma situação em que o Brasil poderá formar 40 mil médicos por ano até 2030. Ainda tem mais cerca de 292 pedidos no MEC para novos cursos de Medicina. Então, a medicina virou realmente esse capitalismo. Nós precisamos aprovar este exame – passando aqui no Senado, vai para a Câmara – e trabalhar em cima disso, para que a formação do médico melhore bastante, porque quem vai ter vantagem em tudo isso aí vai ser a própria população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Querido Zacharias, eu queria só lhe informar que eu concordo em relação à questão de cota para residência médica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o curso de Medicina já é um curso que equilibra os conhecimentos dos nossos egressos. Então, já apresentei o Projeto 452, de 2025, que está com o Senador Marcio Bittar, na CDH, que veda, proíbe a questão de cota em residência médica. Nós não podemos admitir isso. (*Palmas.*)

É um absurdo.

Passo, em seguida, a palavra ao meu querido amigo, Deputado Federal por um estado campeão de cursos de Medicina – tem 12 cursos de Medicina no Estado dele, Rondônia –, Fernando Máximo.

O SR. DR. FERNANDO MÁXIMO (Bloco/UNIÃO - RO. Para expor.) – Boa tarde, nosso querido Senador Dr. Hiran Gonçalves.

Triste, né? Doze cursos de Medicina, com uma população de 1,6 milhão de habitantes, como falou o nosso querido Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Hiran Gallo. Doze cursos de Medicina, com 1,6 milhão de habitantes, é um absurdo. E a formação vem ficando cada vez pior, nosso povo sofrendo cada vez mais, nossa gente passando por dificuldades nos prontos-socorros, em tudo o que é lugar de atendimento.

Eu costumo dizer, e eu quero ressaltar aqui, na presença do nosso Presidente do Conselho Federal de Medicina, que eu tenho muito orgulho de ele também ser rondoniense, como eu, de nós morarmos no mesmo estado, de sermos médicos naquele estado. Então, nos orgulha muito. E parabéns pelo trabalho que o Conselho Federal de Medicina, o senhor com toda a diretoria, tem feito! É um trabalho que realmente foi revolucionário nos últimos anos – né, Senador? –, a gente sabe disso, e que vai ficar para a história da medicina do Brasil, não só na estrutura física, em que realmente houve uma transformação, mas no legado que tem deixado nessas pautas, no acompanhamento das pautas aqui na Câmara e no Senado, que são fundamentais. Então, parabéns, Dr. Hiran Gallo, e a todos do Conselho Federal de Medicina! A Dra. Giselle está ali atrás também e tem várias outras pessoas do Conselho Federal de Medicina.

Eu costumo dizer que a gente não precisa inventar a roda. Nós temos que copiar aquilo que deu certo em outros lugares. Quando se olha para os Estados Unidos, se olha para o Canadá, Inglaterra, Austrália, deu certo lá, por que não pode dar certo aqui? Formou-se lá, vai fazer uma prova. E quem aplica a prova? O Conselho Federal de Medicina. Não é outra instituição, é o Conselho Federal de Medicina que aplica. Eles estão mil anos luz à nossa frente. Formam-se muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos pessoas e, mesmo assim, têm que fazer a prova. Chegou ao fim do curso, fez a prova, não passou, infelizmente, não vai poder atender.

Advogado pode atender? Aliás, é advogado se não passar na prova da OAB? Não é. Contador? Até contador. Contador, se não fizer a prova, não vai poder ser contador quando termina a faculdade. E médico, que lida com vida? Lida – como o nosso colega Lucas falou – com emergência. Imaginem: são segundos, minutos e segundos ali em que, se você não tiver uma sensibilidade, um exame físico, Dr. Luiz Ovando, perfeito, um diagnóstico, um tratamento, aquela pessoa vai morrer. É diferente do contador, que pode errar um cálculo e depois corrige; do advogado, que pode errar uma situação e depois pode corrigir, recorrer para a segunda instância. O médico não tem segunda instância. Nós temos que ter o exame de proficiência. E isso não é inventar a roda, isso não é inovar. É copiar de onde deu certo.

Os Estados Unidos têm o dobro da nossa população e metade dos nossos cursos de Medicina. O dobro da população, metade das faculdades de Medicina, e, mesmo assim, têm exame de proficiência. E é importante. "Ah, mas se o cidadão terminou o curso e não passar na prova?". Irmão, se ele não passou na prova, ele não pode atender ser humano. Ele não pode matar pessoas nos prontos-socorros, nas urgências, no Samu, nas UPAs, em qualquer lugar. Ele tem que estudar mais um pouco.

E, aí, isso vai obrigar as faculdades a melhorar a qualidade do ensino. Por quê? Porque, imaginem uma faculdade que tem cem alunos e ninguém passa na prova. No segundo ano, terceiro ano, isso vai sair no jornal. As famílias não vão querer colocar seus filhos para estudarem lá e eles vão ter que se adequar. A faculdade vai ter que se adequar: melhor estrutura, melhor professor, pagar melhor os professores, cobrar mais dos alunos, para poder formar melhor os alunos. Então, o exame de proficiência é a solução para que nós tenhamos médicos melhor formados, para que nós possamos cobrar mais das universidades.

O mercado vai cobrar delas. As faculdades, principalmente privadas, vão ser cobradas. E aquelas que não conseguirem aprovar os alunos, com certeza, serão fechadas. Serão fechadas porque o MEC vai dar uma canetada e fechar? Nem precisa. Os pais não vão colocar, ninguém vai querer estudar na faculdade que não aprova ninguém no exame de proficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós queremos é uma formação melhor e colocar médicos no mercado de trabalho que possam atender, com dignidade, a nossa população.

Eu me orgulho de estar aqui do lado do Dr. Zacharias Calil. Desde que entrei na faculdade – sou cirurgião –, acompanho o Dr. Zacharias, é um mestre para a gente. Ele me convidou, esses dias, para estar na cirurgia de separação de gêmeas siamesas, em Goiânia. Foram dezenove horas de cirurgia, Dr. Luiz Ovando. Esse homem é incansável. Esse homem ficou dezenove horas, a cirurgia inteira. Chegou na hora do almoço: "Dr. Zacharias, vamos revezar para o senhor almoçar?". Ele falou assim: "Não, não posso almoçar, porque se eu almoçar eu perco a concentração, dá sono. E aqui na cirurgia eu não posso perder a concentração". Quando deu umas 4h, 5h horas da tarde, comeu uma banana e um pouquinho de água de coco. (*Palmas.*)

Às 10h da noite, nós tivemos que obrigá-lo a sair da cirurgia para ir comer, porque a cirurgia foi acabar já eram quase 4h da manhã.

O sucesso da carreira dele, o sucesso dessas gêmeas siamesas, ele ser referência mundial na separação de gêmeas siamesas é isso aí, é dedicação. Um médico bem formado, dedicado, que se preocupa com pessoas, que se preocupa com vidas. Infelizmente, hoje em dia, as faculdades e boa parte dos alunos – não é a maioria, não são todos, mas boa parte deles – estão preocupados com o comercial, com o recurso financeiro, com o que vão ganhar.

Nós precisamos tentar mudar isso um pouquinho e formar médicos melhores para atender melhor nossa população, especialmente aquelas pessoas que não têm condição de pagar no privado. Porque quem paga no privado escolhe um bom profissional – quem paga um plano de saúde, quem tem condição de pagar particular. Agora, os médicos mal formados, geralmente atendem as pessoas que dependem exclusivamente do SUS. Médico mal formado é penalizar as pessoas mais pobres no atendimento. O rico procura o Sírio Libanês, o Einstein, os hospitais privados de Brasília, de São Paulo, de qualquer lugar. O pobre, infelizmente, cai no SUS e, às vezes, é atendido por médicos de má qualidade porque não tem condição de escolher. Então, nós precisamos realmente formar melhor os nossos médicos.

Parabéns pelo projeto! Apoio incondicional nosso! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Fernando Máximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou encerrar essa lista de inscritos passando a palavra ao querido colega Allan Garcês, porque nós temos mais quatro convidados que estão aí aguardando para fazer as suas explanações. A primeira – eu já informei a ela virtualmente – será a Dra. Ludhmila Hajjar.

Profa. Eliete, a senhora levantou a mão, mas eu vou lhe passar no final, porque senão a gente termina demorando um pouco mais e eu acho que esta audiência pública é tão importante que vai se estender e muitos aqui precisam sair para votar, para discussões. Temos matérias importantes no Senado e na Câmara. Então, estou querendo dar uma celeridade maior, sem perder a qualidade da discussão.

Meu querido amigo Allan Garcês, por favor. Fale pouco e agradarás, como já se diz na Bíblia.

Estou brincando, Allan, fica à vontade, querido. (*Risos.*)

O SR. ALLAN GARCÊS (Bloco/PP - MA. Para expor.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ponha isso em conta pela nossa amizade.

O SR. ALLAN GARCÊS (Bloco/PP - MA) – O.k.

Muito obrigado, Senador Hiran. Primeiramente, quero parabenizar V. Exa. pela proposição da audiência. É muito importante debater. Quero parabenizar o Presidente do Conselho Federal de Medicina, sempre na luta, se fazendo presente.

Muito já se falou aqui. Eu vou tentar fazer uma abordagem diferente.

Antes, gostaria de me apresentar para quem não me conhece. Eu sou Deputado Federal... Eu estou Deputado Federal pelo Estado do Maranhão, mas eu sou médico, sou médico há 32 anos. Também sou Professor da Universidade Federal do Maranhão. Fui Professor concursado também, antes da Universidade Federal do Maranhão, da nossa Universidade Federal de Roraima, junto com o Senador Hiran.

A gente tem uma trajetória nessa vida acadêmica, Senador. Eu tenho dois filhos que são estudantes de Medicina – ainda não se formaram –, e uma das coisas que eu recebi foi os parabéns deles. Eles estudam lá na Universidade Federal de Roraima, e recebi os parabéns quando a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propôs: para quem não sabe, eu sou o autor desse projeto de lei na Câmara Federal, juntamente com o Doutor Luizinho; então, eu falo aqui com propriedade.

E aí eu digo aqui, na minha abordagem diferente, que o MEC não tem interesse na qualidade, Dra. Marta; não tem interesse na qualidade da formação dos futuros médicos deste país, nem o MEC, nem o Ministério da Saúde, porque, se tivessem, não abririam tantos cursos de Medicina sem condições de funcionamento, sem escolas médicas, sem equipamentos adequados. Da mesma forma, o Ministério da Saúde não permitiria, porque é um absurdo a gente ver o número de escolas médicas abertas no Brasil. São 436 escolas médicas. Destas, mais da metade – 64%, ou 278 – pertence à rede privada. Então, a gente vê aí que existe alguma coisa por trás para o favorecimento das escolas privadas dos cursos de Medicina. Da mesma forma, o Ministério da Saúde, quando permite que escolas sem condições de dar uma boa qualidade na formação do médico sejam abertas.

Vocês têm o Sinaes, Marta – vocês têm o Sinaes. O Sinaes é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Aí, quando você agora chega aqui contando que o MEC vai querer fechar a escola... Depois de aberta? Quando se passa por um processo de abertura de uma escola médica sem observar os critérios importantes e vocês permitem a abertura mesmo assim, agora vocês vêm com essa de dizer que o MEC vai fechar a escola, vai limitar o número de vagas, vai colocar moratória? Eu lhe digo uma coisa: o exame de proficiência já existe – a senhora sabe – em outros países. A gente não está inventando a roda aqui. Inclusive, o exame de proficiência existe no curso de Direito e é muito bem aplicado, porque, exatamente na época em que eles criaram o exame de proficiência deles, eles se preocuparam com a qualidade dos advogados.

E por que nesta Casa hoje, Dr. Luiz Ovando, tem Deputados e tem Senadores que se posicionam contra isso? Será que esses Deputados e Senadores têm alguma relação de mercado com as instituições de ensino privado? Porque eu lhe digo uma coisa: aqui, Doutora, a gente não está preocupado, porque não é prerrogativa do Conselho Federal de Medicina fechar curso depois de aberto. Isso é prerrogativa de vocês do MEC, que estão negligenciando esse papel. O nosso papel é oferecer à sociedade uma boa formação do médico, é entregar à sociedade um médico bem formado, com qualidade. Essa é a nossa preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quando vocês do MEC negligenciam a formação, a qualificação, abrindo escolas sem condições, de forma indiscriminada, o Conselho Federal de Medicina tem que tomar uma posição, e ele toma uma posição em defesa da sociedade, como um colega ainda agora falou. É o SUS, é o paciente pobre que vai procurar um médico, e o médico, na maioria das vezes – o mal formado –, vai para o interior, porque nos grandes mercados ele não vai conseguir encontrar o seu espaço na competição que existe.

Existe o Enare, que é da residência médica; existe o Enade, que é exatamente para avaliar, Luiz Ovando, as escolas médicas, e agora veio o Enamed. O Enamed é praticamente a mesma coisa, Senador Hiran. Eles criaram esse Enamed para querer dar uma resposta ou substituir, fazer um contraponto ao exame de proficiência, que não é... É totalmente diferente, Luiz Ovando. O Enamed vai em cima do curso, vai avaliar o curso. A proficiência, Doutora, avalia a formação, a qualidade. A gente não pode deixar este debate se confundir na cabeça de quem está assistindo a gente agora – os meus filhos devem estar lá em Roraima assistindo, Senador Hiran, este debate aqui.

A verdade tem que ser dita, a gente tem que meter o dedo, sim, na ferida. A irresponsabilidade e a negligência do Governo Federal em abrir escolas médicas sem as mínimas condições forçou o órgão máximo de representatividade da classe médica, que é o Conselho Federal de Medicina, a ter que qualificar para ver quem pode entrar no mercado de trabalho com qualidade de formação para cuidar do povo brasileiro. A negligência de vocês, Doutora, forçou a que o Conselho Federal de Medicina pudesse regular esse ponto.

Eu sou o autor dessa proposição. Essa proposição será aplicada para os alunos em curso. Depois de formado, quem já se formou, já alcançou o direito de exercer a medicina... Infelizmente, muitos mal formados estão aí hoje. O médico, Doutora, quando chega mal formado na frente do paciente e não examina, não executa a anamnese, não pega no paciente, não toca no paciente, sabe o que ele faz? Ele enche o paciente de exames, como já falaram aqui. Nesse momento, ele não está levando em consideração o paciente. Ele está querendo um diagnóstico através de um laudo, de um exame, e isso é inadmissível. A gente não trata exame, a gente não trata laudo; a gente trata vida, a pessoa que está na frente. E esse profissional, sentado de um lado e o paciente do outro, se ele não tiver uma boa formação, pode matar esse paciente, além de onerar o SUS. Porque um médico bem formado examina o paciente e escolhe o exame correto para fechar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diagnóstico dele, mas já tem uma hipótese diagnóstica. O mal formado solicita muitos exames e aí onera o sistema de saúde.

Eu espero que todos aqui presentes, Senadores e Deputados Federais deste Congresso Nacional, aprovem com responsabilidade – aprovem com responsabilidade – a prova de proficiência em medicina.

Muito obrigado, Senador Hiran. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Deputado Allan Garcês.

Eu vou desfazer essa mesa, pedir para que os nossos painelistas continuem participando, porque eles terão... será dado a vocês um espaço para que façam suas considerações depois das falas dos nossos convidados que vão agora compor a próxima mesa. Muito obrigado pela presença de vocês, continuem conosco. Dra. Marta, obrigado. Continue aqui, pois a senhora vai fazer suas considerações ao final.

E já chamo aqui: Dr. Felipe Proenço, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde; Giovanna Lins Lima, Coordenadora-Geral da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem); (*Palmas.*) César Eduardo Fernandes, nosso querido amigo, Presidente da Associação Médica Brasileira, que já me pediu para falar por último; e tenho aqui, por fim, Ludhmila Hajjar, minha querida colega, Conselheira da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação (MEC), minha médica, médica da minha família, e essa referência da medicina do nosso país. E passo logo a palavra para você, que havia lhe prometido que você falaria primeiro, porque aqui é igual futebol, quem pede tem preferência, e você pediu primeiro. Você tem dez minutos para suas considerações. Um abraço, querida.

A SRA. LUDHMILA ABRAHÃO HAJJAR (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senador Hiran, pelo carinho, pela condução dessa mesa. Também gostaria de externar a minha felicidade em poder participar deste momento tão importante da história deste país. Para mim, é uma honra – a todos e a todas que estão nos assistindo – poder falar nessa Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo como médica, intensivista, cardiologista, emergencista. Atualmente, sou professora titular de emergências da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e também falo como uma cidadã que, há 25 anos, atua na formação de médicos e no cuidado da saúde dos brasileiros.

Esse tema, que traz luz aqui nesta Casa, é de extrema importância e relevância. E eu fico bastante entusiasmada vendo o papel do Congresso brasileiro nessa discussão, assim como o envolvimento inteiro e à nossa disposição de entidades como a AMB e o Conselho Federal de Medicina. Como professora e como médica, eu vejo que nós estamos num momento de colocar luz a essa discussão que já deveria ter sido colocada nos últimos anos.

Como já foi falado aqui por muitos, nós tivemos um apagão na educação médica no Brasil entre 2013 e 2018, quando nós tivemos a moratória dos cursos de Medicina, e esse apagão continuou entre 2018 e 2022. Então, o problema que nós estamos enfrentando hoje é um problema que tem em torno de 12 anos. Porém, eu tenho certeza de que, neste momento, se nós estivermos todos juntos – o Ministério da Educação, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, as entidades médicas, a Academia Nacional de Medicina –, nós conseguiremos enfrentar esses extremos desafios que nós estamos vivendo hoje.

Eu entendo muito a preocupação de todos, a boa intenção. O PL 2.294, de 2024, está propondo um exame nacional de proficiência visando à segurança do paciente brasileiro, visando ao oferecimento de uma medicina mais adequada. Entretanto, eu tenho algumas preocupações em relação ao momento dessa prova. Na minha visão, como médica, como professora, que cuida de formação de jovens há tantos anos; na minha avaliação, no momento em que esse PL aprova ou tenta aprovar uma prova de proficiência quando o médico já está formado, nós estamos falando de um momento tardio, porque punir esse estudante sem corrigir a raiz do problema não resolve.

E, ao mesmo tempo, da maneira como ele está estruturado, nós estamos deixando para trás políticas que o Brasil já está construindo para resolver os problemas de base (*Falha no áudio.*) ... aqui por todos que me antecederam, pelos Senadores, pelos Deputados e Deputadas. Todos nós sabemos que nós temos hoje 570 mil médicos e formamos a cada ano 40 mil novos médicos. E nós temos um problema estrutural: nós temos menos vagas de residência do que nós deveríamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter; nós temos escolas que estão sendo abertas sem supervisão, com uma judicialização extrema que ocorre nesses últimos 12 anos; e nós temos dados demonstrando que esses médicos, quando avaliados, não têm a formação adequada. As escolas não têm hospitais, não têm supervisão médica, não têm corpo docente, não têm campos práticos. Todos os que me antecederam chamaram atenção para isso.

Portanto, diante desse quadro, a pergunta que nós devemos nos fazer é: qual é o modelo de avaliação para servir melhor ao país, para resolver o problema na estrutura, na raiz?

Na minha opinião, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Medicina, recentemente aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, propõem o Enamed assim como outras iniciativas que o Ministério da Educação está nos colocando. Uma prova nacional durante o curso de graduação vai poder avaliar o médico, corrigir defeitos e, eventualmente, punir aqueles que realmente não têm condições de terminar o curso. Uma prova no quarto ano obrigatória, antes de o aluno entrar no internato; uma prova no sexto ano de seguimento, com a supervisão das instituições de ensino superior, corrigirá os defeitos que nós temos, que estão na estrutura dos cursos. Depois de o médico estar formado, ele já gastou seis anos de sua vida, ele já investiu financeiramente – a maioria sai endividado –, e nós não temos o que fazer para corrigir. O que vai acontecer provavelmente? Aqueles que não passam vão fazer cursinhos e, depois, ao final de um ano, estarão no mercado. Se nós fizermos uma prova durante a graduação, nós teremos chance de aplicar as políticas públicas estruturantes que nós precisamos. Nós precisamos de uma barreira de entrada, não de saída.

O debate é: temos que avaliar? Sim, mas temos que avaliar para transformar.

A prova ao final do curso, a meu ver, é tardia e punitiva, recai exclusivamente sobre o estudante, que muitas vezes é vítima de uma escola de má qualidade e isso não corrige a falha.

É importante lembrar que quando nós falamos da prova do quarto ano, da prova do sexto ano, ela faz parte de um sistema integrado de avaliação, que vai levar esse jovem médico, que passa nessa prova, com maior chance de fazer a residência, que é essencial para que a gente tenha um médico de formação adequada para atender o Brasil.

Na minha visão, nós não devemos confundir rigor com punição. O verdadeiro rigor é o que melhora o sistema, não é o que exclui sem corrigir. Nos Estados Unidos e na Austrália, que já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram mencionados aqui, eles, sim, têm provas, mas as provas são ao longo do curso. Os Estados Unidos têm e é isso que nós queremos defender.

Por que o Governo Federal não fez antes? O Ministério da Educação, desde 2023, tem lutado para, de uma maneira integrada, via Inep, via Conselho Nacional de Educação e câmaras de ensino, implementar isso no Brasil. Nós temos hoje esse projeto para que a gente, juntos, junto do Congresso e junto com as instituições, faça realmente as mudanças que nós devemos fazer.

Se a gente quer mesmo mudar a realidade da medicina do Brasil, na minha opinião como médica e professora, nós devemos apoiar um modelo de uma prova que se inicia no quarto ano, como previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, ou seja, nós propomos uma modificação nessa estrutura que nós temos hoje descrita no PL 2.294.

Na minha opinião, essa é a escolha que garante qualidade, justiça e segurança. Essa é a escolha que coloca a vida dos brasileiros em primeiro lugar e que permite corrigir a formação, corrigir as escolas e supervisionar essa judicialização inaceitável que tomou conta do país nos últimos 12 anos e que nós hoje estamos tentando corrigir.

Eu não sou Governo, eu não sou de ministério, eu sou uma médica e professora universitária, mas, na minha visão, as mudanças nossas têm que ser de uma maneira uníssona, estruturantes e formativas, não punitivas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, minha querida colega Ludhmila.

Só me permita esclarecer que nós temos aqui dois projetos: um projeto tramita aqui no Senado, aqui na CAS, que estabelece um exame ao final do curso; e nós temos um projeto que tramita lá na Câmara dos Deputados, que é o 785, que faz uma avaliação seriada ao longo do curso.

A proposta é: nós precisamos aprovar ou o projeto de lá ou o daqui, eles serão apensados e nós vamos continuar com essa discussão para aprimorá-lo, quer dizer, vai virar um projeto só para que nós possamos dar uma resposta à sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o importante é frisar que, a meu ver, podem participar e devem participar o MEC, o Ministério da Saúde, mas a prerrogativa de fiscalizar o exercício da profissão, e para tal foi fundada e criada, é da nossa autarquia federal especial, que é o Conselho Federal de Medicina, que, a exemplo da OAB, é quem deve realmente elaborar e ser o protagonista dessa avaliação do egresso, porque nada impede o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde de avaliarem os alunos e de a gente fazer uma avaliação, ao final, dos bacharéis em Medicina, que vêm de faculdades, muitas delas – eu sou de um lugar que também já tem quatro faculdades de Medicina, que é Roraima, e nós temos muitas faculdades no Brasil –, que estão formando médicos que deixam nossa população em absoluta vulnerabilidade.

O debate aqui está muito interessante.

Eu agradeço à Dra. Ludhmila, minha querida amiga, e passo a palavra em seguida ao Felipe Proenço de Oliveira, que será o nosso próximo painelista aqui.

Seja muito bem-vindo, Felipe.

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigado. Muito boa tarde a todas e a todos.

Queria cumprimentar o Senador Dr. Hiran e parabenizá-lo por esta iniciativa, por promover este debate, assim como a Senadora Teresa Leitão e a Senadora Zenaide Maia, que fizeram os requerimentos para esta audiência; cumprimentar todos os colegas da mesa, todos os Parlamentares presentes e todos que estão aqui acompanhando esta discussão presencialmente ou virtualmente.

Queria projetar a apresentação, por favor.

A ideia é exatamente que a gente possa dialogar com as propostas que foram apresentadas e, principalmente, que a gente consiga pensar este momento de avaliação proposto, mas dentro de toda a lógica de planejamento da formação e do provimento médico no Brasil, o que é uma preocupação constante do Governo Federal e que é objeto de diversas políticas públicas do Ministério da Saúde. É por isso que a Organização Mundial de Saúde dispõe que só é possível que os sistemas de saúde funcionem com profissionais de saúde, para ampliar a cobertura dos serviços e concretizar o direito à saúde. Quero concordar com a Dra. Eliete, para isso se exige

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planejamento, e acho que é exatamente dentro dessa perspectiva de planejamento que nós estamos falando.

Olhando os dados, por exemplo, de médicos por habitantes, eu acho que os próprios dados que foram apresentados de números de escolas médicas sempre precisam ser dimensionados do ponto de vista de proporção à nossa população. Então, esta, por exemplo, é uma comparação com os países da OCDE da evolução, entre 2013 e 2023, do número de médicos. Isso é só para dizer que o aumento do número de profissionais na proporção com a população não é uma característica exclusiva do Brasil – que está ao final dessas colunas.

Quero dizer que há uma grande preocupação com a desigualdade da distribuição de médicos dentro do país. A gente sabe que boa parte das unidades federativas estão abaixo da média nacional de médicos e que isso impacta, principalmente, alguns estados da Região Norte, da Região Nordeste do país. Então, tem que ser compromisso, quando a gente discute a avaliação, enfrentar essas desigualdades para garantir também o direito à saúde.

Quero destacar esse gráfico, já apresentado pela Secretária Marta, para localizar o momento em que houve a expansão de cursos de Medicina e, depois, refletir sobre qual foi o papel da Lei 12.871, que é a lei do Mais Médicos, que foi aprovada por esta Casa e, depois, foi reafirmada por esta Casa em 2023. No entanto, a gente vê que, em 2017, eram 36 mil estudantes; em 2022, aumentou para 59 mil as vagas nos cursos de Medicina. Então, em cinco anos, aumentaram 22 mil vagas, e esses anos coincidem com os anos da moratória, também já apresentados, já que a ausência de um critério regulatório, a ausência de política pública leva a esse tipo de situação, e é esse tipo de situação que nos preocupa muito também, que é a qualidade da formação e a repercussão desses cursos.

Porém, notem que, antes do Programa Mais Médicos, antes da lei aprovada aqui no Congresso, não havia um planejamento regulatório, a expansão era desordenada, e isso levava a maior concentração de vagas em capitais do que no interior do país.

No período de 2013 a 2016, o Programa Mais Médicos estabeleceu uma meta de vagas que não foi cumprida, então somente 70% das vagas que foram propostas de forma planejada pelo Programa Mais Médicos foram abertas. Mesmo assim, pela primeira vez passou a ter mais vagas de Medicina no interior do que nas capitais do país. E isso também teve um efeito importante de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento regional nas localidades onde, de forma criteriosa, uma comissão foi acompanhando essa possibilidade de abertura de vagas que foi desenvolvida com o Mais Médicos.

Então, entendemos que a Lei 12.871 é o primeiro esforço regulatório da formação médica que estabeleceu uma lógica de planejamento. Entretanto, essa lógica não foi cumprida. Mesmo assim, o Programa Mais Médicos, na sua dimensão de provimento, apresenta resultados muito efetivos, como a diminuição de internações, a diminuição da mortalidade infantil. E os estudos são bem vastos para demonstrar o efeito de uma política pública. É por isso que eu acho importante falarmos de políticas públicas.

Nesse sentido, é interessante também realizar outras comparações internacionais. O Brasil hoje tem 0,5 vaga de residência de acesso direto para cada egresso do curso de Medicina, enquanto a OCDE, com a qual foram feitas várias comparações aqui – e a gente agrega essas comparações –, tem 1,2 vaga para cada egresso, ou seja, o planejamento do sistema de saúde com o sistema educacional permite isso. Porém, no Brasil isso teve uma série de dificuldades, o que eu vou apontar em eslaides posteriores.

Mesmo nas comparações, eu acho que é salutar realizarmos comparações com outros países aqui. Quando olharmos as experiências de exames de proficiência em outros países, nós veremos, por exemplo, a realização de avaliações ao longo da graduação nos Estados Unidos. O Reino Unido tem um exame de proficiência recente, que é desenvolvido pelas escolas médicas. E eu acho importante agregar essa informação de quem executa o exame de proficiência nas localidades. Para os médicos graduados no Reino Unido, são as escolas médicas quem executam o exame de proficiência no país, e é o Conselho Médico para os médicos graduados no exterior. No Canadá, tem um exame nacional de licenciamento, mas, como a gente vai ver, isso é diretamente vinculado às vagas de residência, sendo que, inclusive, conforme o planejamento de vagas de residência, metade delas é para a atenção primária. A Espanha também tem uma prova anual do Ministério da Saúde, só que é vinculada ao ingresso nos programas de residência. E a França também tem diferentes exames nacionais teóricos e práticos.

Portanto, estamos falando aqui da necessidade de avaliação, mas precisamos ver essas diferentes experiências e como isso tem que ser pensado dentro de um sistema todo de avaliação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e de fortalecimento da qualidade da formação médica. No Reino Unido, então, a prova é para habilitar para a residência, e ela é necessária para o exercício profissional. Isso é importante de analisar também. A mesma coisa na Holanda, em que a prova apresenta características para pensar a residência, seja sobre quem vai trabalhar na atenção primária, seja sobre quem vai trabalhar numa especialidade focal, mas tem esse olhar também da vinculação com a residência. No Canadá, é obrigatória. Na Austrália também, apesar de que tem algumas localidades na Austrália em que é possível atuar com uma limitação de exercício profissional e de forma supervisionada. Eu acho que isso é um modelo para a gente estudar também aqui no Brasil. E a mesma coisa nos Estados Unidos, onde geralmente quem não tem residência vai ter uma atuação muito limitada, por mais que exista autonomia por parte dos estados para desenvolverem os seus exames.

Precisamos também discutir até que ponto o exame de proficiência garante qualidade de forma isolada. E é por isso que o que propomos para essa discussão é pensar todo o sistema, é pensar toda a sequência que é necessária, inclusive, de provimento para o Sistema Único de Saúde. Então, no caso britânico, os exames coexistem, mas com uma forte regulação das entidades médicas. E entendemos que no Brasil o Ministério da Educação retomou isso em 2023 – começa com a lei do Mais Médicos, é interrompido com a moratória, e é retomado em 2023 –, mesmo com a preocupação de desigualdade de ofertas de médicos. No caso do exemplo norte-americano, vemos a existência exames amplos, padronizados, e mesmo assim há preocupação com lacunas de acesso e de desigualdade, ou seja, com áreas que têm grande dificuldade de provimento de profissionais. Por isso, entendemos que a avaliação é fundamental, mas não é uma solução isolada, devendo ser articulada a: regulação da abertura de cursos; expansão planejada da residência médica e políticas de provimento; e fixação de especialistas.

Eu pediria para a gente tentar se recordar em que momento houve um anúncio, como o que foi feito semana passada, pelos Ministros Camilo e Padilha, de que, vinculada ao sistema de avaliação, vai haver suspensão de vestibular e diminuição de vagas daqueles cursos que tiverem desempenho 1 e 2, inclusive com data – eu acho que isso é muito importante também –; dia 19 de outubro é realizado o exame; em dezembro tem o resultado desse exame; e, no primeiro semestre de 2026, já tem as medidas regulatórias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que até esse seria um ponto interessante para esclarecer nos debates da audiência pública aqui, mas um dos entendimentos que a gente tem é que os projetos de lei defendem a aplicação de exame de proficiência somente para quem começar a ingressar no curso de Medicina a partir de uma eventual aprovação de lei sobre o tema, o que nos parece que ensejaria seis ou sete anos para começar a aplicar as repercussões dessa proposta. Nesse caso, estamos falando de aplicação de repercussões em cerca de três meses. Eu acho que isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA – ... demonstra claramente a preocupação com a qualidade da formação médica.

E preocupar-se com a qualidade da formação médica é falar também sobre residência médica. Acho que, quanto a isso, a gente tende a ser repetitivo. Várias falas já disseram aqui o quanto o padrão-ouro é importante para a formação médica e a residência, mas que passou por uma dificuldade nos últimos anos. Vejam como foi no período – e isso é dado da demografia médica – entre 2018 e 2022: 2022 foi o primeiro ano desde 2009 que não teve edital do Pró-Residência, não teve nenhuma ampliação de financiamento do Ministério da Saúde a fim de fortalecer a residência médica. Vejam que, nesse período, em alguns anos, somente três instituições passaram a ofertar mais programas de residência. E hoje estamos falando de que no Ministério da Educação tem quase 1,5 mil pedidos de instituições que serão avaliadas quanto a essa necessidade de programas. E isso gerou esta situação; uma situação em que tem 32 mil egressos fruto dessa situação judicial.

E, vejam, estavam perguntando do papel do Ministério da Saúde e da Educação nesse período: foi o de negar quase 53 mil vagas novas nos cursos de Medicina, mas de fortalecer e investir na política pública de residência, para modificar esse cenário em que, em 2023, teve 32 mil egressos dos cursos de Medicina, e em 2024 somente 16 mil vagas de acesso direto à residência médica. Por isso, nos últimos dois anos já houve uma ampliação de investimento, novos editais do Pró-Residência, e já anunciamos a oferta de financiamento para mais 3 mil bolsas, no próximo ano, entre 2025 e 2026. E é por isso que esse gráfico tem um aumento nos anos entre 2013 e 2015 de bolsas financiadas pelo Ministério da Saúde; depois, um platô em alguns anos com queda, como entre 2020 e 2021; e, em 2023 e 2024, retomamos esse fortalecimento da residência e a expansão desse financiamento de bolsas de residentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, temos que cuidar com esses efeitos da desregulação. A desregulação levou ao crescimento desordenado de escolas privadas, e é nossa preocupação também haver escolas sem infraestrutura, escolas que não têm corpo docente também composto para dar o suporte necessário para os estudantes, e também buscar, com iniciativas que discutam a formação médica, corrigir desequilíbrios como, por exemplo, a necessidade de especialistas em algumas áreas. A Medicina de Família e Comunidade foi a especialidade que mais cresceu no Brasil – entre 2012 e 2025, cresceu 547% o número de especialistas –, mas mesmo assim só tem hoje 15 mil especialistas na área, enquanto temos 56 mil equipes de saúde da família. Então, é importante buscar enfrentar esses desequilíbrios para melhorar o sistema de saúde e reconhecer também que tem áreas em que há um número insuficiente de especialistas.

Então, a proposta é vincular a retomada da regulação e a necessidade de especialistas, fortalecendo a avaliação institucional. Então, vejam: uma prova no quarto ano, uma prova no sexto ano, medidas regulatórias imediatas com relação ao resultado das provas. Acho que essas são medidas muito importantes, assim como investir na formação de especialistas para o país e investir também numa melhor distribuição de especialistas. E o Ministério da Saúde tem feito isso...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Perfeito. Para concluir, por favor.

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA – ... em conjunto com o Ministério da Educação, com medidas, inclusive, para profissionais que já são especialistas e que têm oferta de aprimoramento.

Quero destacar, para concluir – esses dados são muito significativos –, que já temos uma avaliação de grande alcance: uma avaliação com 39 mil estudantes que foram inscritos, porque eles têm esse papel de realizar a prova do Enamed, e de mais 56 mil médicos já formados que procuraram o Enamed exatamente por causa das vagas de residência. Então, temos uma avaliação aprimorada, que passa a ser anual e que passa a ser vinculada ao exame de residência.

Para finalizar, então, em que a gente gostaria de contribuir com este debate? Sempre o olhar de fortalecer o direito à saúde, de qualificar a formação médica e de garantir um bom atendimento para a população, que é integrar a avaliação a propostas de planejamento da necessidade de médicos para o Sistema Único de Saúde. E a Organização Mundial de Saúde já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preconiza que precisamos de estratégias diversificadas para isso. Vamos debater o Mais Médicos, que já foi aprovado duas vezes nesta Casa, com a lei de 2013 e com a lei de 2023; vamos discutir os resultados da avaliação vinculada à formação de especialistas. Vários dos países que citamos falam em residência obrigatória. Acho que isso é muito difícil de discutir num país que só tem 0,5 vaga para cada egresso do curso de Medicina, mas a gente pode discutir iniciativas como o Enare na relação com o Enamed, fortalecendo a residência, de modo a ampliar essas iniciativas a um planejamento nacional de programas de residência médica, e, portanto, apoiar essas iniciativas do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, sabendo do efeito imediato e, com isso, buscando também políticas de provimento e alocação de médicos nas áreas prioritárias. Acho que é olhar de forma integral; é olhar do ponto de vista educacional também, ou seja, apoiar um estudante que venha a ter um desempenho que seja considerado abaixo de satisfatório e, com isso, responder às necessidades da população brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Felipe.

Antes de passar a palavra à nossa próxima painelista, que é a Giovanna, que está aqui do meu lado... Eu ouvi a explanação do Felipe, e eu às vezes fico com mais dúvida ainda nesses debates, porque eu acabo de receber aqui... O meu filho – eu tenho dois filhos que estão no internato – me mandou agora uma mensagem de que o Sírio-Libanês acaba de publicar ontem um edital de residência de 2025 e 2026. Cotas: 55% das vagas destinadas a pretos, pardos, indígenas, quilombolas, pessoas trans e pessoas com deficiência – vagas reservadas em conformidade com a Portaria do Ministério da Saúde 5.801, de 2024, que institui o Programa de Ações Alternativas do Ministério da Saúde. Esse processo seletivo reserva vagas conforme se segue: 30% de vagas destinadas a pessoas pretas e pardas; 5% de vagas destinadas a pessoas indígenas; 5% de vagas destinadas a quilombolas; 10% serão destinadas a pessoas com deficiência; e 5% de vagas destinadas para pessoas trans.

Quer dizer, você faz um Enamed, avalia os estudantes e, no final, você parte para a cota. Eu não sei para que serviu a avaliação se a metade não vai ser avaliada pelas suas habilidades, pelas suas competências e pelas suas atitudes. É difícil de entender, com todo o respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra aqui à minha querida futura colega, Giovanna Lins, que é Coordenadora-Geral da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem).

A SRA. GIOVANNA LINS LIMA (Para expor.) – Boa tarde a todos. Eu começo agradecendo o convite da Senadora Teresa Leitão para a presença da Denem aqui hoje nesta audiência pública.

Gostaria de começar ressaltando que eu não estou aqui sozinha hoje, tenho comigo os meus colegas Vítor, Beatriz, Otacílio e Augusto e também todos os colegas da Denem que estão assistindo pela TV Senado.

A Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina é uma entidade que nasceu em 1986 ao lado do nosso Sistema Único de Saúde e que, há 40 anos, constrói o movimento estudantil com independência, autonomia e o compromisso com o SUS como sua principal bandeira.

Desde a 8ª Conferência Nacional de Saúde, da qual o nosso fundador foi relator, representamos os estudantes de Medicina de todo o país de maneira democrática e sem necessidade de associação.

Não é de hoje que a Denem se faz presente neste debate. Em setembro de 2022, o Ministro Gilmar Mendes convocou uma audiência pública no Supremo Tribunal Federal para discutir a abertura de novos cursos de Medicina e, na ocasião, comparecemos e fizemos apontamentos sobre a necessidade de mudança na trajetória frente àquele cenário.

Em junho deste ano, a Denem também esteve presente na audiência pública, dessa vez na Câmara, para debater o exame de proficiência em Medicina e, agora em agosto, estamos aqui novamente para a mesma pauta. Mais uma vez, o tema central que permeia a todos é a infame abertura descontrolada de cursos de Medicina e a preocupação com a qualidade do egresso desses cursos.

A Denem, enquanto defensora de uma educação pública gratuita, de qualidade e de acesso universal, vem aqui novamente apontar para todos que a crise do número de escolas médicas no país não é por conta do número absoluto delas, nem da distribuição regional, mas sim por conta da mercantilização da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O gigantesco Milton Santos nos alertou que: "A educação feita mercadoria reproduz e amplia as desigualdades [...]. Educação apenas para a produção setorial, educação apenas profissional, educação apenas consumista, cria, afinal, gente deseducada para a vida". Citamos esta mesma frase em 2022 e ela se mantém extremamente contemporânea.

A proposta do exame de proficiência é falaciosa porque não ataca o problema na raiz. Enquanto a educação for uma mercadoria, nós continuaremos discutindo a qualidade dos profissionais que estão sendo formados, seja na Medicina, seja em qualquer outro curso, porque isso é projeto.

Além de um processo de mercantilização, ainda existe um de financeirização da educação. A mais nova epidemia na medicina são os conglomerados com ações na Bolsa de Valores. Na Bovespa temos o Grupo Kroton, o Grupo Yduqs, o Grupo Ser Educacional e o Grupo Ânima e, na Bolsa de Nova York, o Grupo Afya.

A nossa educação é só mais um produto nas mãos de bilionários. E sabemos que ninguém aqui tem coragem de atacar o capital. Por isso, é mais fácil mirar no elo mais frágil de maneira sensacionalista e individualista para fingir que alguma coisa está sendo feita sobre o problema. O estudante é punido, enquanto os donos da sua faculdade continuam lucrando milhões.

O atendimento no SUS não melhora, porque os médicos continuam concentrados nos grandes centros. E uma prova teórica não garante que eles entendam a determinação social do processo saúde-doença no dia a dia da realidade no SUS.

É importante repetir o óbvio, que pontuamos desde 2022 com as mesmas palavras: se precisamos, para garantir a saúde em todo o território nacional, de médicos, atuando em equipes multiprofissionais nos interiores do país, nas aldeias indígenas, nas comunidades quilombolas, nas periferias e nas favelas brasileiras, então, precisamos de estudantes de Medicina que pertençam a essas comunidades interioranas, de estudantes de Medicina indígenas, de estudantes de Medicina quilombolas, de estudantes de Medicina favelados e periféricos.

Precisamos, portanto, reorganizar a lógica de quem consegue acessar a graduação em Medicina no nosso país. Se a saúde é para o povo, ela precisa ser feita pelo povo. É urgente a deselitização da categoria médica, a qual, pelo seu perfil hoje, se recusa a trabalhar nesses postos de trabalho e auxiliar no cuidado em saúde dessas populações. Sem isso, as escolas médicas vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuar abrindo, e, daqui a alguns anos, teremos um exame de proficiência que não surtiu efeito nenhum e ninguém aqui se lembrará daqueles que o venderam como solução. Bom, a Denem lembrará.

Outro aspecto da mercantilização é o mercado de cursinhos para residências que se multiplica a cada dia e que, convenientemente, se adaptará facilmente para atender mais uma prova. Esses cursinhos não são fiscalizados por ninguém, mas serão o que nos garantirá a qualidade dos médicos no futuro. E adivinhem só: muitos deles pertencem aos mesmos conglomerados que estão abrindo novas faculdades de Medicina pelo país. Duas vezes o dinheiro indo para a mesma conta bancária.

O estudante ou médico se depara com o mercado voraz em todos os espaços de sua formação. É cursinho preparatório para residência, curso de prescrição, cursos de especializações de alto nível, curso de qualquer coisa que se possa vender a altos valores, além das pós-graduações caríssimas e as consultorias de currículo. A formação virou negócio. Essa lógica de mercado estagnou também o padrão ouro da especialização, as residências médicas.

A demografia médica de 2025 aponta que, em 2024, a Região Sudeste apresentava a maior proporção de programas de residência médica, com 49,5%, seguida do Sul, com 19,4%, estando quase um quarto dos programas somente no Estado de São Paulo. Das 27 unidades da Federação, 11 delas possuem, cada uma, menos de 1% do total de residentes do Brasil. Realidade extremamente preocupante.

Se queremos garantir a qualidade da formação, o caminho não é excluir e, sim, capacitar. A residência médica pode ser a ponte, se melhor distribuída em território nacional. Atualmente, milhares de médicos recém-formados ficam sem vagas, já que se formam mais de 25 mil médicos anualmente e existem apenas 16 mil vagas de residência de acesso direto no país. Reflexo da falta de investimento, do valor irrisório das bolsas em detrimento do trabalho prestado e da carga horária, falta de planejamento para a abertura de novos programas, principalmente em regiões deficitárias, ou seja, o problema não é excesso de médicos, é a falta de investimento das instituições que lucram milhões na formação médica, nos campos de prática e não garantem a qualidade de ensino dos profissionais que entregam ao país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queremos médicos melhores, então devemos exigir acompanhamento do MEC às instituições de ensino, mais programas de residência, reajuste e aumento no número de bolsa, mais campos de prática para médicos, atenção primária até a terciária. E é preciso também observar o exemplo do curso de Direito.

O exame da OAB começou nos anos 70 com a mesma prerrogativa de barrar o aumento do número de vagas para graduação e a má qualidade dos profissionais formados. Desde 2009, o exame é aplicado de maneira unificada pela OAB. Em meados dos anos 90, o Brasil tinha cerca de 230 cursos de Direito; nos últimos 20 anos, foram criados 800 novos. Ou seja, a criação do exame não surtiu efeito nenhum na abertura desenfreada e nem na qualidade da formação profissional, visto que ele isenta a instituição da responsabilidade de garantir uma boa educação, tornando-se apenas uma ferramenta de controle de mão de obra e de criação de reserva de mercado.

Na realidade da medicina, o cenário internacional mostra diversos sistemas de avaliação da formação médica. O modelo dos Estados Unidos, por exemplo, é focado em uma validação progressiva e integrada ao longo do curso, contudo, é crucial entender o contexto em que esse sistema opera. Segundo a Associação de Faculdades Médicas Americanas, apenas 5% dos estudantes são de baixa renda. Ou seja, a formação médica nos Estados Unidos é um caminho extremamente caro, o que filtra o acesso para um perfil de estudante de alta renda. O exame de ordem deles, com suas altíssimas taxas de aprovação, funciona menos como um filtro de competência e mais como um passaporte obrigatório para o verdadeiro objetivo: garantir uma vaga na residência médica.

O modelo de saúde brasileiro, em contrapartida, parte de uma filosofia radicalmente diferente, refletida em suas diretrizes curriculares nacionais. O nosso objetivo principal é a formação de um médico com perfil generalista pronto para atuar de forma imediata e resolutiva no Sistema Único de Saúde, sendo impossível traçar comparações entre os sistemas.

A partir disso, novos modelos pedagógicos têm sido estruturados ao longo das duas últimas décadas, a fim de reformular o processo de ensino-aprendizagem em oposição às experiências pedagógicas conteudistas ultrapassadas, centrada no docente e na comunicação unilateral, a qual valoriza o aprendizado por meio da memorização. Nos processos de reforma curricular,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evidenciou-se a necessidade de deslocar o eixo da formação, centrada no modelo médico-paciente, para a integralidade da atenção à saúde, especialmente para a atenção primária.

Diante disso, as diretrizes curriculares nacionais de 2014 propuseram que a formação médica deveria pautar-se no uso de metodologias que privilegiassem a participação ativa do discente na construção do conhecimento, com promoção de uma formação médica geral, humanista e crítica, com capacidade de atuar em diferentes níveis de atenção. A partir disso, as metodologias de ensino-aprendizagem iniciaram um processo revolucionário...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GIOVANNA LINS LIMA – ... dentro do contexto pedagógico, em que os estudantes passam a ser compreendidos como sujeitos históricos por meio de palavras, ações e reflexões como ponto de partida para a construção do conhecimento.

Portanto, eu afirmo: o exame de ordem falha ao distorcer o processo de formação médica e favorece os interesses privados. A ideia de que uma prova única seja capaz de garantir a competência do profissional médico não se sustenta em uma metodologia de ensino progressista com protagonismo discente, contradizendo os princípios fundamentais da pedagogia médica atual, que prioriza a avaliação formativa, contínua e contextualizada. Também, a instituição de um exame de proficiência pode interferir no propósito do internato médico, a etapa mais nobre da formação prática. Em vez de ser um período de imersão total no cuidado ao paciente e no desenvolvimento de raciocínio clínico, o internato se transformaria em um extenso curso preparatório de...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para concluir, Giovanna.

A SRA. GIOVANNA LINS LIMA – Nenhum dos outros palestrantes foi atrapalhado, eu gostaria de não ser...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para concluir, por favor.

Eu fui muito tolerante com todos e estou sendo tolerante com você. Você já extrapolou o tempo, e eu estou aguardando você concluir. Por favor.

A SRA. GIOVANNA LINS LIMA – Eu vou concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em vez de ser um período de imersão total no cuidado ao paciente e no desenvolvimento de raciocínio clínico, o internato se transformaria em um extenso curso preparatório de dois anos. O prejuízo seria análogo ao que ocorreu com o ensino médio brasileiro, que foi amplamente esvaziado de seu potencial formativo para se tornar um mero treinamento para o Enem e os vestibulares, e apenas agravaria mais o desvio de foco que já existe devido às provas de residências.

Nesse cenário, os estudantes, pressionados por um resultado único e decisivo, passariam a priorizar os estudos voltados ao desempenho no exame de ordem em detrimento da aquisição de habilidades práticas e humanísticas essenciais, como a comunicação e a empatia. As discussões de casos clínicos nos hospitais e postos de saúde deixariam de ser focadas no melhor cuidado ao paciente para se tornarem sessões de resoluções de questões, e o período que deveria formar médicos completos e seguros acabaria por formar apenas candidatos ansiosos e treinados para um único teste. Assim, a etapa final da formação, que deveria ser a mais rica em experiência humana e prática, seria sacrificada no altar de uma avaliação pontual, comprometendo a qualidade e a essência da nova geração de médicos.

Concluo que não é possível garantir que o exame de proficiência médica melhore a saúde da população. Ele não resolve a falta de médicos nas periferias e regiões afastadas, não equipa os hospitais, não fortalece a atenção primária, não garante medicação, não valoriza o trabalho dos outros profissionais da saúde, as condições de trabalho, nem melhora o atendimento; serve apenas para criar mais barreiras, excluir profissionais e desviar o foco das verdadeiras pautas: a necessidade de fortalecer o SUS, o combate ao abandono de determinadas regiões e o desmonte da educação e da saúde no nosso país.

Portanto, se queremos melhorar o atendimento que o povo brasileiro recebe, não é punindo, não é excluindo, mas oferecendo caminhos reais de boa formação, campos de prática adequados, estruturas curriculares socialmente referenciadas e oportunidades de atuação, especialização e plano de carreira na medicina, porque, na realidade, quem abandona o médico recém-formado está, na prática, abandonando o povo brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Giovanna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só corrigi-la, porque eu pedi inclusive ao meu querido Felipe também que respeitasse o tempo. Você não foi discriminada de nenhuma... Aliás, porque eu respeito muito as pessoas, eu sou muito paciente com as pessoas, parcimonioso e respeitoso.

Também queria dar ciência a vocês de que, até, para enriquecer o debate, para haver contraponto, já está aprovada aqui a presença da representação da Associação dos Estudantes de Medicina do Brasil (Aemed), que vai participar da próxima audiência, na próxima quarta-feira.

Já passo a palavra, em seguida, ao nosso querido Presidente César Eduardo Fernandes, que vai ser o último expositor desta rodada.

Meu querido César, seja muito bem-vindo!

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Hiran Gonçalves. Parabenizo-o pelo trabalho, pelo comprometimento com essa questão fundamental, que é o ensino médico no momento difícil que nós estamos vivendo.

Na figura do Senador Hiran Gonçalves, eu cumprimento todos os demais Senadores e demais Parlamentares aqui presentes, como também os colegas médicos, os quais parabenizo, aqueles que puderam expressar as suas opiniões sobre o tema que nos traz aqui.

É importante que nós não percamos o foco. Nós estamos falando do Projeto 2.294 e, claro, também do Projeto 785, o primeiro do Senado e o segundo da Câmara Federal. Então, acho que nós não podemos perder o foco, porque o que nós estamos falando aqui é de proficiência, mas claro que a proficiência médica está dentro de um contexto maior: o egresso da Medicina, a avaliação do egresso da Medicina está dentro de um contexto maior, que é o contexto do ensino médico. O contexto do ensino médico vai muito além da avaliação do egresso de Medicina.

Eu queria pedir licença para o Senador para compartilhar alguns poucos eslaides aqui, se me permitirem compartilhar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Está tudo pronto aqui.

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES (*Por videoconferência*.) – Está o.k. Então, vamos lá.

Acho... Não é esse. Permita-me, Senador; não é esse. Vamos voltar aqui. Compartilhar. É isso aqui, eu suponho. Perfeito. Eu vou colocar no modo apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que estão me vendo, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sim, sim.

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES (*Por videoconferência*.) – Então, o que eu vou tratar aqui, basicamente, é da visão da Associação Médica Brasileira sobre o exame de proficiência. Quero, para tanto, ver o cenário que nós estamos vivendo, como estamos nós, médicos, no Brasil.

Dados que aqui eu vou considerar já foram também considerados pelas apresentações anteriores. Eu vou procurar ser o mais rápido possível, tendo em vista o avançar da hora e a extensão de cada uma das falas que aqui se fizeram.

Então, a demografia médica do Brasil, lançada agora pela Faculdade de Medicina da USP, pela AMB, pelo Ministério da Saúde, pela Opas, um trabalho conjunto feito por essas instituições, traz dados bem atuais com o fechamento do ano de 2024. Alguns dados são relevantes. Nós temos hoje 448 escolas autorizadas, funcionando, isso no final de 2024 – é possível que esse número hoje já esteja maior –, e temos mais 300 escolas, para arredondar os números, ou por autorização judicial ou por chamamento público, já aprovadas e com editais de convocação já publicados. Então, certamente, nós vamos para mais de 700 escolas dentro em breve, um número totalmente incompatível com a realidade do Brasil, um número exagerado de escolas médicas, e, claro, como aqui todos já disseram, nós não temos a menor condição de ter tantas escolas médicas, e elas certamente serão precárias na formação dos seus egressos, isso eu não preciso repetir, acho que todos já disseram aqui, não é? Vejam que, de 2004 a 2013, antes da publicação da lei dos Mais Médicos, nós tivemos, nesse período de dez anos, aproximadamente 92 cursos e, depois, na década seguinte, nós pulamos de 223 para 448, dobramos, multiplicamos por 100%, em dez anos, o nosso número de escolas médicas. Saímos de 143, em 2004, em duas décadas, praticamente, e quase triplicamos esse número de escolas médicas. Não há a menor possibilidade de ter esse número de escolas médicas no Brasil. E uma escola médica, dizia o nosso saudoso Prof. Adib Jatene, uma vez aberta, jamais será fechada.

Não bastasse a abertura de escolas médicas, nós temos aumento de vagas naqueles cursos já existentes. Se vocês observarem aqui, nós temos aumento no número de vagas progressivamente maior, sendo que, no ano de 2024, aumentaram, nas escolas existentes, praticamente 12 mil novas vagas – nas escolas existentes. A mesma comparação, por década, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2004 a 2013, 697 vagas – desculpe, aqui, esse número é uma somatória – e, de 2014 a 2024, nós tivemos 11.110 escolas médicas feitas.

Quando nós vamos ver o número, é muito importante saber quantos médicos nós temos por habitante. Então, o coeficiente normalmente é de 1 mil habitantes, número de médicos por 1 mil habitantes. Nós saímos de menos de um médico em 1980 e hoje chegamos a, praticamente, três médicos – três médicos, arredondando os números aqui – por mil habitantes. Esse número, como aqui já foi mostrado, está muito próximo do da OCDE, é maior do que o dos Estados Unidos e é maior do que o do Japão, o que significa que nós temos um número de médicos suficiente, médicos, no entanto, que não têm a mesma formação do médico americano e não têm a mesma formação do médico japonês. Nós temos um número suficiente de médicos, falando-se de número apenas, mas a nossa qualidade não é boa. Portanto, se a nossa qualidade fosse boa, esse número de médicos seria suficiente, o que teria que se trabalhar seria a distribuição melhor no Brasil, que é uma distribuição muito distinta, comparando-se grandes centros com regiões mais distantes e de acesso mais difícil.

Na residência médica – esse eslaide foi compartilhado aqui pelo Felipe Proenço –, vejam que nós não temos um número de vagas suficientes. A barra em azul aqui são os concluintes de graduação médica, vamos pegar apenas de 2023 para 2024. Nós tivemos 32.611 egressos de Medicina para a metade do número de vagas, o que dá meia vaga para cada egresso de Medicina, portanto, um número insuficiente de vagas de residentes.

Qual é o impacto dessa abertura indiscriminada de escolas médicas? Nós temos hoje mais de 640 mil médicos, três profissionais por mil habitantes. Esse índice, como eu mencionei, praticamente dobrou desde 2013 e supera países como o Japão e os Estados Unidos. Há atualmente, mais de 400 escolas de Medicina em funcionamento, que, juntas, formam esse número de 35 mil, 36 mil médicos por ano. Até 2035, as projeções mostram que teremos mais de 1 milhão de médicos em atividade, a continuar da forma como está; se aumentar o número de escolas médicas, esse número vai extrapolar esse 1 milhão que, *per si*, já é exagerado.

A abertura indiscriminada de escolas médicas no país não segue roteiro que respeita a qualificação da formação profissional, carece de formação técnica, de fundamentação técnica, conhecimento sobre a realidade do ensino médico e da assistência. Foi dito aqui, com toda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propriedade, que nós não temos *campi* de ensino suficientes e não temos docentes. As escolas estão plantadas, algumas, em municípios com 50 mil habitantes. Como que eu posso ter uma escola num município de 50 mil habitantes?

Mais do que isso, esse número indiscriminado de escolas médicas, o que é mais preocupante, é que passa à população a ideia equivocada e perigosa de que, aumentando-se de forma absurda o número de egressos dos cursos de Medicina, se traz boa e segura assistência médica aos cidadãos brasileiros.

Agora, o grande prejudicado é o paciente, já foi dito isso aqui também. Qual é o impacto da má-formação médica à segurança do paciente? No contexto atual, não existem recursos nem estruturas suficientes para a avaliação adequada dessas escolas de Medicina instaladas no Brasil, muito menos para a expansão de novas escolas de Medicina. Claro que o Enamed se propõe a fazer isso, espero que ele seja exitoso e cumpra com os seus propósitos para que as escolas que são insuficientes possam receber restrições, para que impeçam a abertura de novas turmas e tenham restrição ao seu número de vagas, mas não existe uma avaliação que garanta o controle de qualidade desses 35 mil médicos formados a cada ano no Brasil.

Como deve ser o exame de proficiência em Medicina em nosso entendimento? Se nós vamos fazer esse exame de forma seriada, como aqui foi proposto, com uma boa racionalidade para sustentar essa proposição, ou se vai ser apenas um exame terminal para o concluinte isso é motivo de discussão, mas isso não deve impedir, a nosso juízo, que todos os concluintes dos cursos de graduação em Medicina façam a prova na conclusão do curso. Vai se fazer uma prova no quarto ano, vai se fazer uma prova no segundo ano, vamos discutir isso, há boa racionalidade para isso, precisa ver se nós temos recursos. Será que o Ministério da Educação, que é quem deveria fazer essas provas, tem recursos suficientes para isso? Vai alocar recursos para isso? Isso é uma questão que tem que ser discutida. Mas todos os formandos do curso de Medicina, tanto no Brasil quanto no exterior, os do exterior que pretendam exercer a medicina nacional, farão a mesma prova. Não terá uma prova para o Revalida e outra diferente para o médico que se formou no Brasil. É a mesma prova, não é?

Hoje saiu uma pesquisa, não sei se isso já foi mencionado, feita pelo Datafolha, eu li na publicação de *O Globo*, trago aqui para compartilhar com vocês: a população quer isso. Foi feita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma pesquisa Datafolha com número suficiente de médicos, com margem de erro de 1% para mais ou para menos, não é, em que 96% dos brasileiros apoiam essa prova obrigatória para recém-formados em Medicina, segundo o Datafolha. Então, 10.524 pessoas, 254 municípios brasileiros, margem de erro de 1% percentual, como eu falei. E de acordo com o instituto, o estado em que a população mais defende a OAB é o estado do Deputado Calil, Goiás, com 98%, e a menos adepta é a do Acre, com 92%. Mas veja que as diferenças são pequenas. No Estado do Acre também, 92% da população acha que deve defender esse exame de proficiência médica.

O Datafolha também questionou por que os entrevistados apoiam a medida. Para 92% dos entrevistados, a aplicação do exame de proficiência aumenta a confiança no atendimento. Neste caso, 4% afirmaram que o teste diminuiria a confiança e 3% não viram a diferença. Mas vejam vocês que para 92%, eles se sentiriam mais confiantes se o médico fosse avaliado em suas competências, habilidades e atitudes, após concluírem a graduação. 98% dos entrevistados defenderam que todos os recém-formados sejam submetidos à prova, independentemente da instituição em que se formaram. Não se pode partir do pressuposto de que quem forma nas escolas tradicionais, não apenas nas novas escolas, tenham bem completado a sua formação, não é? A formação médica tem sido debatida por causa da explosão de oferta de cursos, que passou de 181, em 2010, para 401, em 2023, e nós acabamos de ver que para aproximadamente 450, em 2024, né? Um aumento considerável nos últimos anos.

Eu gostaria de aproveitar para chamar a atenção para um assunto. Não se pode esgotar essa discussão apenas com o exame de proficiência. Nós temos uma questão básica, fundamental, e que nós da AMB defendemos com muita convicção, de que não basta o indivíduo, num dado momento, num recorte apenas, mostrar que ele tem as competências. Isso muito mais em... Não é a questão da nossa discussão aqui, mas nós temos que considerar em relação aos especialistas. Os especialistas recebem hoje o seu título de especialista e nunca mais são solicitados a mostrar que estão competentes.

Foi perguntado para a população, no Datafolha também, numa escala de 1 a 10, que nota você dá para a importância de cada profissional comprovar que está atualizado em sua área. Veja que o médico, comparado com o piloto de avião, com jornalistas, com engenheiros, advogados e arquitetos, são os que a população mais quer que estejam atualizados, né? A nota média... O percentual de pessoas entrevistadas que considera que o médico deve estar atualizado é de 95%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da população. Existem forças contrárias a isso, não é? Então, nós precisamos deixar claro que o exame de proficiência é importante, nós vamos lutar pela sua aprovação e discutir como ele vai fazer, quem vai fazer, como será feito – isso merece, sim, ser discutido –, mas não é só isso. Existem outras questões.

Então, qualidade e competência jamais podem ser presumidas, mas precisam ser comprovadas; e é isso que é o propósito do exame de proficiência, testar competência, habilidades e atitudes. E nós defendemos que seja feito de forma responsável, para não punir a população, para todos os egressos de Medicina.

Agradeço muito o convite para a AMB estar presente nesta audiência, que considero da maior importância, e espero que aqueles que estão aqui presentes saiam absolutamente convencidos da importância do (*Falha no áudio.*).

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Presidente.

Eu quero aqui, rapidamente, antes de encerrar, passar a palavra.

Eu vou passar a palavra, por dois minutos, para que todos os que se manifestaram façam suas rápidas considerações finais, começando pelo Presidente Hiran Gallo, do Conselho Federal de Medicina.

O SR. JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO (Para expor.) – Primeiro, quero agradecer a oportunidade que me deram e a todos os expositores, os quais eu ouvi atentamente.

Mas só deixo uma frase aqui: "Você quer destruir uma nação? Destrua a educação".

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Presidente Hiran.

Dra. Marta, para as suas considerações, por dois minutos.

A SRA. MARTA WENDEL ABRAMO (Para expor.) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente ouviu falas muito diversas e percebeu que é um problema complexo e multifacetado. A gente tentou mostrar, aqui, que o tema da expansão desordenada teve uma localização no tempo. Havia uma expansão planejada e com objetivos e critérios claros, mas ela foi atropelada por uma judicialização e por uma ausência temporária de regulação.

Então, esse é um problema para o qual é preciso... Tanto que a minha fala e a fala do Secretário Felipe começaram com essa contextualização de que ela é importante, mas isso nos traz até os dias de hoje com essa questão. E, como esse problema é complexo e multifacetado, eu acho que a fala do Secretário Felipe é muito importante...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARTA WENDEL ABRAMO – ... de mostrar que as soluções também precisam ser integradas e devem ser olhadas de uma forma mais completa, para que a gente olhe para a estrutura do problema, e eu acho que este debate é importante para isso.

Eu só queria, aqui, fazer uma observação, porque o Ministério da Educação, na fala do Deputado Allan Garcês, foi acusado de não estar preocupado com a qualidade, de não observar os critérios, de negligência e de irresponsabilidade. Eu espero que essa observação tenha sido para o Ministério da Educação anterior, porque este Ministério da Educação demonstrou que está absolutamente preocupado com a qualidade e está pronto para assumir as suas responsabilidades de regulação, supervisão e aprimoramento da qualidade e da avaliação dos cursos de Medicina no país.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Marta.

Agora, a Dra. Eliete Bouskela, Presidente da Academia Nacional de Medicina, por dois minutos.

Eu vou ser absolutamente rigoroso, porque eu vou ter que votar no Plenário, senão levo falta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIETE BOUSKELA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria primeiro, em nome da Academia Nacional de Medicina, agradecer muito a oportunidade e o que o Senado e a Câmara dos Deputados estão fazendo – o Congresso brasileiro –, porque nós precisamos efetivamente decidir e regulamentar esse assunto.

Eu concordo que, se nós estivéssemos num mundo ideal, seria ótimo que a gente avaliasse o ciclo básico, ou seja, após o segundo ano, após o quarto ano e ao final. Eu não sei se a gente começar por isso é bom, porque nós temos o grande risco de não fazermos coisa nenhuma, pois coisas muito grandes podem não sair do papel. Eu tenho muito medo disso, porque o assunto é extremamente urgente. Eu acho que nós temos que começar avaliando o médico e, a partir daí, ver quais são as outras possibilidades. Obviamente, uma avaliação seriada é melhor, mas eu não sei se nós temos pernas para isso num primeiro momento.

Eu estou pronta para apoiar a avaliação do egresso da Medicina imediatamente após (*Falha no áudio.*) ... o curso, embora, de novo, eu concorde com a Dra. Ludhmila Hajjar no sentido de que uma avaliação seriada seria melhor, mas essa história de nós sonharmos com o palácio antes de consertarmos uma casa relativamente pequena dificilmente vai funcionar, inclusive porque no Brasil nós temos muita dificuldade de avaliação, haja vista o que acontece nas universidades públicas. Eu vivo dizendo – eu sou egressa, quer dizer, no momento eu estou aposentada – que o grande problema da universidade pública, no Brasil, é a falta de avaliação dos seus professores. A gente tem muita dificuldade para avaliar um amigo ou um colega e somos extremamente corporativos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Profa. Eliete, pela sua participação.

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Lucas Henrique Rinaldi, Presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes, por dois minutos.

O SR. LUCAS HENRIQUE RINALDI FAIDIGA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer a oportunidade de estar aqui defendendo... Mais uma vez, coloco a associação nacional à disposição do MEC, do Ministério da Saúde, do CFM, em prol do Exame Nacional de Proficiência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reiterando, mais uma vez, que o CFM tem condição de realizar esse exame e que é sim uma necessidade emergente para avaliar os nossos estudantes.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Lucas.

Passo em seguida, para manifestação final, à minha querida amiga, Dra. Ludhmila Hajjar, Conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação (MEC).

A Dra. Ludhmila ainda está presente? (*Pausa.*)

Passo, em seguida, ao querido amigo Felipe Proenço de Oliveira, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, por dois minutos.

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador Dr. Hiran.

Queria, primeiro, parabenizá-lo. Acho que foi um debate muito importante. Essa preocupação comum, de todos aqui, com a qualidade da formação médica certamente vai ajudar num novo momento, junto com todas essas medidas que estão sendo tomadas pelo Ministério da Educação, junto com o Ministério da Saúde. Eu acho que este é um ponto importante desse debate também: os dois ministérios estão trabalhando conjuntamente; e, quando a gente está falando de educação na saúde, acho que esse é um ponto fundamental. Quero dizer que este debate, primeiro, ajudou a ver essa importância de se discutir dentro de todo um sistema, dentro de todas as etapas da formação médica e, ao mesmo tempo, demonstrou como há dúvidas de como seria a aplicabilidade de uma avaliação como a apresentada.

Há, inclusive, diferenças, por exemplo, entre a proposta que está em tramitação aqui no Senado e a proposta que está em tramitação na Câmara, que aborda a avaliação para os estudantes do terceiro, quarto, quinto e sexto anos de Medicina.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA – Apareceram diferenças também com relação a quem deve aplicar a prova e como ela deve ser desenvolvida. Então, perante essas diferenças, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já temos medidas imediatas: Enamed sendo aplicado no dia 19 de outubro para todos os estudantes de Medicina, mas 56 mil médicos vão realizar essa prova; posteriormente, quando da divulgação do resultado, as medidas regulatórias. E eu acho que nós precisamos, primeiro, avaliar a repercussão dessas medidas regulatórias, avaliar a repercussão importante que vai ter na qualidade da formação médica, enquanto se aprofunda o debate sobre a avaliação. Eu acho que, inclusive em termos de tempos para que a gente possa aprofundar essa discussão, isto que seria o mais cabível: avaliar as repercussões do Enamed e das medidas regulatórias que vão ser aplicadas para, depois, ter uma retomada da discussão sobre avaliação e exames de suficiência ou de proficiência.

Quero dizer que a gente tem uma nova audiência na próxima semana. Certamente esses temas serão mais discutidos. Acho que ouvir as escolas médicas quanto a isso também é fundamental para entender, inclusive, essas experiências internacionais e como cada uma tem se posicionado.

Então, parabenizo pelo debate e agradeço pela oportunidade de a gente estar neste momento aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dr. Felipe.

Passo, em seguida, à Giovanna Lins, Coordenadora-Geral da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem).

A SRA. GIOVANNA LINS LIMA (Para expor.) – Foi muito falado aqui, de maneira sensacionalista, sobre como maus médicos matam pessoas. Eu retruco e digo políticas públicas que salvam vidas e também maus políticos que matam pessoas.

Foram citados parentes hipotéticos, e eu trago um parente muito real: o meu avô, Sr. Lourival da Silva Lima, que morreu de covid-19 no dia 11 de julho de 2020 – e foi apenas uma entre 900 mil mortes. Seu Lourival trabalhou a maior parte da vida dele em lavoura de café, como pintor, como porteiro, e morreu antes de conseguir ver a neta dele passar no curso de Medicina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São famílias como a minha que estão conseguindo agora ver seus filhos entrarem no curso de Medicina. E só a gente sabe como é difícil estar aqui todos os dias nesse curso. Por isso eu digo "sim" às cotas na residência médica. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Giovanna Lins.

Eu, infelizmente, digo "não". E tenho dois filhos que vão ter que fazer prova e, se não estiverem preparados, vão ter que ficar esperando na fila. Vão ter que se preparar para serem competentes. (*Palmas.*)

Tem que ser competente. Não é porque é preto, porque é índio, porque é não sei o quê, que tem prioridade. Aqui só existe uma raça nesse mundo: a raça humana – só a raça humana.

Passo, em seguida, ao nosso querido Presidente da AMB, César Fernandes.

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Hiran, por dar a oportunidade de que a AMB esteja aqui presente também.

Eu acho que nós temos que fazer coro, nos entrincheirarmos naquilo que nos une. O que parece nos unir é a necessidade de avaliar o egresso do curso de Medicina. Eu acho que nós temos que construir uma legislação em que isso fique patentemente demonstrado. Essa é a finalidade dos projetos de lei que estão em curso nas duas Casas, e ambos buscam o exame de proficiência.

Eu não entendo bem dos projetos de lei, mas algumas coisas podem ficar – não sei se é o caso, os Senadores e Deputados podem ver a pertinência do que eu estou aqui colocando – para lei complementar, ou seja, talvez a gente não consiga unanimidade quanto à forma de fazer o exame, quando será feito, quem fará. Talvez não se consiga unanimidade nisso, mas eu acho que o que nos une, a todos, é a necessidade de fazer o exame.

Em relação ao Secretário Felipe Proenço, que tem tido a delicadeza e a educação de nos procurar para colher a opinião da AMB – como suponho que faça com as demais entidades médicas –, eu quero dizer que eu não vejo o Enamed como uma coisa ruim, mas ele tem propósitos diferentes do exame de proficiência. Acho até que eles podem ser complementares, eles não são excludentes, porque o Enamed, da forma como ele está sendo proposto, vai fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma avaliação, espero, muito competente das escolas médicas. Nós estamos preocupados com o egresso de Medicina, porque é esse, na sua individualidade... Não é a escola médica que vai atender o paciente. Quem vai atender o paciente é o egresso da Medicina. E o paciente é o único que não pode pagar essa conta. Foi dito aqui, com muita correção, que um médico mal formado pode trazer prejuízos ao paciente – não há dúvida sobre isso –, prejuízos, às vezes, irreparáveis.

Portanto, eu acho que o exame de proficiência pode correr ao lado do Enamed. São coisas que não se excluem, e não precisa esperar resultado de um para depois implantar o outro. Eu acho que essas coisas podem ser feitas conjuntamente. Não vejo por que aguardar o Enamed para depois, sim, pensar da conveniência ou não do exame de proficiência. Falo isso com o maior respeito por uma pessoa que tem sido correta no trato com as entidades médicas, em particular conosco, que é o Felipe Proenço.

Muito obrigado pela oportunidade!

Espero que a gente consiga levar adiante esse projeto de proficiência médica. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Professor César.

Eu quero, antes de encerrar, agradecer a presença e a participação de todos e dizer que vou encaminhar eventuais perguntas do e-Cidadania para os destinatários, para que eles possam lhes responder.

Queria dizer também, Giovanna, a você – impulsionada pela forte emoção do falecimento de um familiar seu – que eu também perdi familiares. Todos aqui, eu acho, tiveram perdas na covid-19. Os médicos também. Morreram mais de 600 médicos na covid-19.

Aqui, nesta sala, hoje, tivemos Deputados e Senadores médicos, e todos eles, indistintamente, são extremamente respeitados. Nós tivemos aqui o médico Luiz Ovando, Professor emérito, homem extremamente competente. O nosso querido Zacharias Calil é um homem indicado para ser Prêmio Nobel de Medicina pelo trabalho que ele faz na separação de siameses e ele é Deputado Federal. Tivemos aqui Allan Garcês, que é um Professor universitário também, com quem eu trabalhei junto, fui médico legista junto no IML, fui Professor da universidade federal, concursado, junto com ele e sei da competência dele e do compromisso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dele com as boas práticas da medicina. O nosso querido Fernando, lá de Rondônia, também ex-Secretário de Saúde, um médico muito competente, cirurgião consagrado lá. Aqui, a nossa querida Senadora lá do Rio Grande do Norte, Zenaide Maia, que também é uma pessoa que nós respeitamos muito e que tem uma vida muito dedicada à saúde pública, é uma mulher muito bem formada; nós temos pensamentos distintos aqui, mas somos extremamente respeitosos uns com os outros. E o debate é muito salutar, quer dizer, você, inclusive, manifestou sua opinião – aliás, defendeu com muita veemência – e você vai ver que, na próxima audiência, nós vamos ter estudantes de Medicina aqui que têm opiniões diferentes, mas também serão absolutamente respeitadas aqui.

Quero também parabenizar o Conselho Federal de Medicina, que financiou com os próprios recursos essa pesquisa, que não é a primeira pesquisa; já foi feita pesquisa com médicos, com alunos e agora com o povo brasileiro, e a opinião sempre – sempre –, absolutamente majoritária, é que, realmente, todos, absolutamente todos, aprovam um exame de proficiência para dar mais segurança à sociedade brasileira. Ao final, este é o nosso objetivo, é que nós possamos oferecer ao povo brasileiro do Sistema Único de Saúde, da saúde suplementar um profissional preparado adequadamente para enfrentar os desafios que se interpõem à nossa atividade: verticalização, modelo de remuneração na saúde suplementar do tipo *capitation*, que é extremamente nefasto para nós, a nossa remuneração no SUS – muitas pessoas aqui, a maioria não sabe, mas uma consulta por especialista no SUS vale R$10, isso é uma afronta; as pessoas não acreditam quando eu conto, eu tenho que mostrar na internet que é verdade.

Então, são grandes debates que nós estamos fazendo aqui. Eu acho que esta audiência foi extremamente positiva para mostrar que nós estamos no caminho certo, vamos aperfeiçoar o modelo. Nós estamos aqui para isso, temos discutido e, certamente, vamos chegar à aprovação desse projeto com a participação de todos, porque, ao final, todos têm esse objetivo, e eu espero que tenham. Foi muito bom estar aqui e na quarta-feira estaremos, se Deus quiser, juntos de novo, para tentar aperfeiçoar cada vez mais o tema, porque todas essas considerações serão levadas em conta no meu relatório, que espero seja aprovado, porque é terminativo. Aprovado na CAS, ele vai para a Câmara dos Deputados e vai ser apensado ao projeto que está lá. E aí vamos trabalhar mais para aperfeiçoá-lo, e é assim que acontece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na pesquisa clínica, o nosso país não tinha uma lei de pesquisa clínica, tudo era feito com resolução, não tinha os prazos na Anvisa, e nós passamos dez anos para aprovar um projeto de pesquisa clínica que foi vetado pelo Governo um ano atrás, e nós tivemos que passar um ano trabalhando para derrubar o veto, para colocar a lei em vigor, que dá segurança jurídica a esse tema, que dá acesso às pessoas que precisam de inovação, dá segurança para quem quer investir em pesquisa no nosso país e fomenta uma simbiose entre a indústria, que financia pesquisa, a academia, enfim, para que nós possamos realmente fazer centros de excelência em inovações no nosso país. Passamos dez anos para conseguir isso; ainda vamos demorar um tempo para fazer com que todo esse nosso projeto se torne uma realidade.

Quero agradecer a presença de todos.

Não havendo mais nada a tratar, nos encontraremos aqui, na próxima quarta-feira, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado e uma boa tarde. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e treze minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Jussara Lima, Lucas Barreto, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Leila Barros, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Jorge Seif e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Romário, Wilder Morais, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Indicações das Emendas RP8**. **Finalidade:** Deliberação das indicações às programações decorrentes de emendas RP-8 da CAS à LOA 2025, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do inciso II do art. 45-A da Resolução nº 01/2006-CN. Relatoria/Coordenação das sugestões de indicações na CAS: Senador Marcelo Castro. **Resultado:** A Comissão deliberou e aprovou, por unanimidade, as 2.124 indicações, conforme planilha anexa. Em seguida, o presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e dezoito minutos. A presente Ata, assinada pelo Senhor Presidente, será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5819098416

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/28

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas, serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação das indicações às programações decorrentes de emendas da Comissão de Assuntos Sociais, RP-8, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210, de 2024, e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Dados das emendas:

- Emenda nº 60060003. Ação: 2E89 – incremento temporário ao custeio do serviço de atenção primária à saúde para cumprimento de metas. Unidade orçamentária: Fundo Nacional de Saúde.

- Emenda nº 60060004. Ação: 2E90 – incremento temporário ao custeio de serviços de assistência hospitalar e ambulatorial para o cumprimento de metas. Unidade orçamentária: Fundo Nacional de Saúde.

A coordenação e relatoria das indicações da CAS ficaram a cargo desta Presidência. A votação será simbólica. Informo que o sistema Sinec será reaberto para novas indicações logo após esta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo à leitura do relatório.

Nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, com redação dada pela Resolução nº 1, de 2025, do Congresso Nacional, compete a esta Comissão apresentar indicações para a execução de programações decorrentes de emendas de Comissão à Lei Orçamentária Anual (LOA), de 2025, Lei nº 15.121, de 2025.

Na LOA 2025, esta Comissão apresentou emendas RP-8 nas programações 2E89 – incremento temporário do custeio dos serviços de atenção primária à saúde para cumprimento de metas (Emenda 60060003) e 2E90 – incremento temporário ao custeio do serviço de assistência hospitalar e ambulatorial para o cumprimento de metas (Emenda 60060004).

No prazo recebido por esta Comissão, foram apresentadas 2.276 indicações. Posteriormente foram retiradas, pelos próprios autores, 49 indicações. Dessa forma, restaram 2.227 indicações listadas no Anexo 1.

É o relatório.

Análise.

Quanto ao mérito, após análise, foram selecionadas 2.124 indicações que constam do Anexo 2.

Voto.

Tendo em vista o exposto, somos pela aprovação das indicações elencadas no Anexo 2.

Lido o relatório, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação, a planilha constante do Anexo 2, conforme as indicações feitas pelos Parlamentares no sistema Sinec, nos termos do relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As indicações estão aprovadas, e a decisão desta Comissão será comunicada à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização e ao Ministério da Saúde.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e três minutos do dia hum de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença do Senador Nelsinho Trad, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Wellington Fagundes, Romário, Wilder Morais, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 68/2025 - CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei n° 2783, de 2022, que "institui a Semana Nacional da Previdência Social". **Participantes:** Eduardo da Silva Pereira, Diretor do Departamento de Regime Geral da Previdência Social do Ministério da Previdência Social - MPS; Wanderson Dias Ferreira, Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP; Leonardo Gomes Fonseca, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo - SINSSP-BR; Elizângela Costa da Silva, Vice-Presidente da Comissão de Direito Previdenciário e Seguridade Social da OAB/DF; Floriano Martins de Sá Neto, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - Sindifisco Nacional; Luciano Wolffenbuttel Véras, Diretor da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social - FENASPS; Pedro Armengol, Secretário-Adjunto de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores - CUT; e Patrícia Bettin Chaves, Defensora Pública Federal da Defensoria Pública da União - DPU. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/01

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 68, de 2025, da CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei 2.783, de 2022, que institui a Semana Nacional da Previdência Social.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão através da nossa Ouvidoria, pelo telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Como é praxe, eu vou fazer o pronunciamento sobre a previdência, enquanto nossos convidados estão chegando a este plenário. O pronunciamento que faço demonstra toda a minha preocupação com a previdência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) – Audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL 2.783, de 2022, que institui a Semana Nacional da Previdência.

Autor: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Esta audiência pública tem por objetivo debater o PL 2.783, de 2022, que institui a Semana Nacional da Previdência Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 24 de janeiro de 2023, completaram-se cem anos do Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, conhecido como Lei Eloy Chaves, que assim cria as caixas de aposentadorias e pensões para os empregados das empresas de estradas de ferro. Essa lei é considerada o marco histórico da nossa previdência social no Brasil.

A previdência social brasileira compõe, junto com a saúde e a assistência social, o tripé da seguridade social, tendo, como seus objetivos, a universalidade da cobertura e do atendimento do povo brasileiro.

Segundo dados do Governo, em 2016, 73,1% da população ocupada tinha cobertura da previdência. Já em 2019, esse índice caiu para 70,2%, representando uma queda de cerca de 3%. Certamente, esse percentual sofreu nova redução em razão da pandemia e das alterações promovidas nas legislações trabalhista e previdenciária, que enfraqueceram os vínculos empregatícios e dificultaram o acesso e a permanência no sistema.

É nesse contexto que especialistas voltam a falar em uma nova reforma da previdência. Os argumentos são sempre os mesmos: é preciso adaptar o sistema, enfrentar desafios, combater o déficit. É sempre a mesma coisa, e quem paga a conta é o povo trabalhador.

O mercado pressiona, os bancos arregalam os olhos, as garras do sistema financeiro se estendem – tudo para abocanhar um sistema que, na verdade, é superavitário. As narrativas se repetem, dizem que a previdência está quebrada, que só gera prejuízos e que, em breve, estará inviabilizada. Assim eles dizem, né?

E a solução apresentada qual é? Reformá-la, tirar direito do povo trabalhador, privatizá-la, implantar aquilo que já tentaram na reforma e conseguimos derrubar na Câmara e no Senado, um sistema de capitalização. Inclusive, chegam ao absurdo, alguns especialistas, de apontar o salário mínimo como o problema central. Falam até que o salário mínimo devia ser congelado por seis meses – parece piada, mas é verdade, e eu não vi só uma vez nos meios de comunicação, vi dezenas de vezes já.

Enquanto trabalhadores e trabalhadoras, que dedicam suas vidas à construção de um Brasil melhor para todos, acabam sempre pagando a conta, grandes empresas acumulam dívidas bilionárias com a Previdência e ainda assim continuam sendo beneficiadas por isenções fiscais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não seria mais justo enfrentar esses problemas do que impor novas reformas e até congelar o salário mínimo? Por que não discutir, por exemplo, o fim das emendas parlamentares em vez de atacar os direitos sociais? Eu penso que é hora de mudar a forma, inclusive de contribuição dos empregadores. Sei que não é uma proposta fácil, que vem sendo já lançada não só por mim, como por inúmeros Parlamentares, alguns que já, inclusive, não são mais Deputados e Senadores.

Que se aprofunde um debate para que o cálculo não seja sobre a folha, mas que seja sobre o faturamento – que o desconto seja calculado sobre o faturamento. E aqueles que defendem essa tese – e eu aqui não estou dizendo que eu tenho que impor do dia para a noite –, aqueles que defendem a tese a que eu me somo, alegam o seguinte: os bancos, por exemplo, são os que mais faturam hoje em dia, que mais lucram, mais faturam e que menos empregam; e os que mais empregam acabam sendo aqueles empregadores que mais pagam à Previdência, já que eles pagam em torno de 20% sobre a folha, né? Pequenas empresas que faturam pouco vão pagar pouco, não vão pagar sobre a folha delas, vão pagar sobre aquilo que faturaram, um percentual que naturalmente, claro... Como eu sou Relator do estatuto do mundo do trabalho, que eu chamaria de a CLT do século XXI se quiserem também, eu ali tenho um capítulo em que quero discutir as contribuições para a Previdência também, estamos trabalhando com isso, como uma forma de que a gente possa garantir uma previdência... Primeiro, pegar os grandes devedores, o devedor contumaz, os que não pagam, que estão sempre entrando com processo – inclusive aqui no Congresso – para que recebam anistia.

Entendo eu que um debate aprofundado sobre esse tema poderá buscar caminhos para melhorar ainda mais a previdência e não deixar que ela seja alvo de ataques que, no meu entendimento, são irracionais. Esse é um caminho justo, solidário e sustentável. Queremos é fortalecer a previdência pública.

Isso que eu falei aqui rapidamente vem com alguns dados. Vejam os bancos: lucros fabulosos, empregam muito pouco. A previdência social não é problema, é solução, é um dos pilares do Estado do bem-estar social.

Diante da importância do sistema previdenciário para o país, como mecanismo de distribuição de renda, de estímulo à economia e de proteção contra os riscos sociais, propomos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a instituição da Semana Nacional da Previdência, para discutir – todo ano, uma semana inteira – a previdência social.

Olha, eu estou muito de olho, meus convidados que estão aqui – a Sra. Elizângela já está aqui, e o Sr. Wanderson –, na inteligência artificial, viu? Digo isso aqui para vocês, porque eu tenho acompanhado este debate, e a inteligência artificial veio para ficar. Como é que fica a previdência na inteligência artificial? Como fica?

Floriano, muito bem, te vejo aqui presente já.

Como fica? Por exemplo, eu vi um debate ontem com grandes especialistas, um debate sério, onde alguém disse que uma empresa em que ele dá assessoria tinha 200 empregados e, depois que implantaram a inteligência artificial, ficaram 20. E claro que ele justificou que aqueles que saíram eles tentaram colocar em outras áreas de atuação. Mas, para mim, o quadro real que ficou ali foi de 200 para 20.

A inteligência artificial, pessoal – não adianta chorar –, veio para ficar. É como se fosse uma nova revolução no campo do mundo do trabalho. E, se isso é real, nós vamos ter que discutir a inteligência artificial.

Por exemplo, eles falam que a CLT está – como é que chama? – desatualizada, que já está atrasada, que envelheceu. Todos sabem que eu sou um defensor da CLT e continuo defendendo. Que venha! Porque terá que vir a inteligência artificial, como quando vieram – eu me lembro – os celulares, e o pessoal dizia: "Não, isso aí não vai pegar". Não vai pegar? Pegou em 99%, eu diria, da população, e é difícil ter... Eu não tenho mais telefone fixo em casa. São raras as exceções, né? E a inteligência artificial, se preparem... Eu fiz uma gravação há mais ou menos uns dois meses, em que eu falo mais ou menos isto: se preparem, porque vem chumbo grosso aí com a inteligência artificial. E não dá para ser contra, como não podemos ser contra a automação. Veio para ficar, vai ficar, e nós temos que enfrentar, apontar caminhos para garantir trabalho, emprego, renda para o trabalhador e garantir a nossa previdência social, que nem falaram no sistema do Chile, né?

Mas vamos avançando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos que estimular a economia e a proteção contra os riscos sociais, propomos a instituição da Semana Nacional da Previdência Social.

O objetivo da Semana da Previdência Social é promover ações de educação, conscientização, discutindo inclusive recursos, receita da previdência social, que beneficia a maior parte do povo brasileiro.

Ainda de acordo com o projeto, as ações desenvolvidas devem fomentar formalização do trabalho, estimular a filiação ao sistema, conscientizar a população sobre os riscos de acidente de trabalho – enfim, todos defendendo a previdência, contribuindo e tendo direito aos benefícios –, destacar os prejuízos causados pela evasão tributária, dar as contribuições para a previdência.

Definimos também como objetivo da lei o incentivo à filiação, adesão, contribuição e valorização do sistema previdenciário, prevendo a garantia de produção e vinculação, conteúdo regionalizado para atender a diversidade das gerações e, em especial, das pessoas em situação de vulnerabilidade. Além disso, prevê o uso de mecanismos e tecnologias assistivas para assegurar o pleno atendimento às pessoas com deficiência.

Por fim, propomos regras para conferir maior transparência ao sistema previdenciário, como a divulgação de informações que permitam maior controle social, como fluxo orçamentário, receita, despesas, dívidas e créditos, número de segurados, beneficiários, dependentes, além do valor, claro, das prestações e, naturalmente, que não se repitam fatos como esse que virou agora uma CPI, a segunda CPI da Previdência. De uma que eu presidi no passado, foi aprovado, por unanimidade, o relatório final, e nós previámos tudo isso que está acontecendo, inclusive a roubalheira dos aposentados e pensionistas, e outra CPI está instalada nesse sentido.

Eu assinei a CPI, mas assinei com um único objetivo: que se vá a fundo – culpado, culpado; inocente, inocente. Quem desviou o dinheiro dos aposentados que responda devolvendo o dinheiro. O Governo Lula já conseguiu arrecadar em torno de 2,5 bi, mais ou menos, dos 5,5 bi que foram desviados para o cofre de larápios, de ladrões, do dinheiro do aposentado, e já começou a fazer os pagamentos.

Enfim, o Senado Federal, a partir do nosso Requerimento 161, de 2017, investigou as contas do sistema. O relatório final, aprovado por unanimidade nessa CPI que eu presidi – foi aprovado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por unanimidade – concluiu que, entre os fatores, estava a falha na gestão, trouxe os principais responsáveis pelo desequilíbrio da conta, o desvio do dinheiro da Previdência para outros fins e aqueles que sonegam, que não pagam, apropriação indébita, que devem bilhões para a Previdência. Assim, nada mais oportuno que sejam adotadas medidas para ampliar a transparência no sistema previdenciário e assegurar maior controle por parte da sociedade.

Esse é um resumão que eu apresentei de tantos projetos que nós vimos e acompanhamos e de outros de que nós fizemos a análise via audiências públicas e pronunciamentos na tribuna do Senado.

Então, quero só que vocês vejam que a semana da previdência não é só para dizer assim: "Olha, viva a previdência", está bem? Não! É para um acompanhamento permanente de fiscalização, de combate à sonegação e do desvio do dinheiro da Previdência para outros fins. Assim, teríamos, então, uma semana todo ano para ajudar nesse campo de controle dos bens dos trabalhadores.

Já falei demais, mas li tudo que eu queria ler. E, para quem chegou agora, falei muito de inteligência artificial, viu? É uma coisa em que nós vamos ter que aprofundar o debate aqui e muito.

Vamos aos nossos convidados. Todo mundo sabe que eu iniciei às 9h. Que bom que eu fiz a minha fala e todos já estão aqui!

Todos os convidados estão presentes. Vamos lá. Confirmados os presentes: Sr. Eduardo da Silva Pereira, Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social – é uma satisfação vê-lo aqui para tratar de um tema que nos é tão caro –; Wanderson Dias Ferreira, Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip); Leonardo Gomes Fonseca (que estará em videoconferência), Diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo; Elizangela Costa da Silva (presencial), Vice-Presidente da Comissão de Direito Previdenciário e Seguridade Social da OAB/DF; Floriano Martins de Sá Neto (presencial), Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional); Luciano Wolffenbuttel Véras (por videoconferência), Diretor da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps); Pedro Armengol (por videoconferência), Secretário Adjunto de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores; Patrícia Bettin Chaves (por videoconferência), Defensora Pública Federal da Defensoria Pública da União (DPU).

Esses são os nossos convidados.

Citei todos e vamos em frente.

Vamos abrir com o Sr. Eduardo.

Pode ser, Eduardo? (*Pausa.*)

Então, com muita satisfação, temos aqui o Sr. Eduardo da Silva Pereira, Diretor do Departamento de Regime Geral da Previdência Social do Ministério da Previdência Social.

O assunto do debate, claro... Aqui nós vamos falar sobre um projeto de minha autoria, que requer uma semana inteira de debates sobre a previdência no Brasil e, naturalmente, por dentro das instâncias de Governo e no Congresso, tudo dentro da boa vontade dos Poderes constituídos. Quem sabe até o Supremo também faça uma semana de debates sobre a previdência.

Os senhores aqui poderão falar qualquer coisa sobre a previdência e da conjuntura também, porque nós estamos aqui para isso.

Fiquem todos bem à vontade.

Dr. Eduardo, por favor.

O SR. EDUARDO DA SILVA PEREIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador, obrigado a todos, obrigado pelo convite para participar desta audiência pública.

Eu queria começar deixando claro... Acho que a gente poderia começar um pouco pelos conceitos porque, quando a gente for discutir depois a questão da semana da previdência, é bom a gente saber exatamente do que a gente está falando.

Então, previdência social...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Quero falar para os convidados, a assessoria me lembrou (*Fora do microfone.*), se 15 minutos para cada um estaria bom? (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO DA SILVA PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Está.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Está bom.

Sem prejuízo de termos o debate depois da exposição de vocês.

Por favor.

O SR. EDUARDO DA SILVA PEREIRA – A previdência social é construída sob a forma de um seguro social então, é um seguro e, como todo seguro, fornece uma proteção contra riscos, que são os riscos sociais do trabalho, que são as situações em que a pessoa não pode mais trabalhar: uma invalidez; uma doença; no caso da mulher, uma maternidade; quando a pessoa fica idosa e não consegue mais trabalhar, ela tem direito a uma aposentadoria. Então, esses são os riscos que são cobertos pela previdência.

Essa cobertura que a previdência fornece é financiada com as contribuições dos segurados, dos empregadores e do Governo, então é um sistema tripartite montado para fornecer proteção social a todos os trabalhadores do país.

A previdência se baseia em contribuições e são contribuições de três fontes: do Governo; dos trabalhadores, com os seus descontos e com as suas contribuições individuais, para os trabalhadores que não têm um vínculo de emprego; e dos empregadores.

O que a gente tem observado ultimamente, nos últimos anos e com mais ênfase recentemente, é um discurso muito forte no sentido de que o emprego, o trabalho como emprego em que você é empregado de uma empresa ou de uma outra pessoa, com carteira assinada, é desvalorizado. Então, existem muitas críticas ao fato de a pessoa trabalhar como empregada, ter um vínculo celetista... Inclusive, hoje, entre os jovens, falar que a pessoa é CLT é pejorativo, a pessoa se ofende, você desqualifica a pessoa dizendo que ela é uma CLT. E isso tem crescido nos últimos anos....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito interessante a análise que V. Exa. faz. Inclusive, a pejoratização mais que triplicou, se olharmos em relação há um ano.

O SR. EDUARDO DA SILVA PEREIRA – Exato. Então, essa visão de que o trabalho como emprego e como empregado é uma coisa que desqualifica a pessoa está sendo muito acentuada nos últimos anos.

Isso vem no bojo de umas transformações no mercado de trabalho, em que você tem uma... Especialmente quando a gente tem o exemplo do trabalho de aplicativos, das novas tecnologias... Elas vão fazendo com que as empresas vão fragmentando as suas operações, vão fragmentando o trabalho, e você vai usando os trabalhadores sem um vínculo contínuo, de forma fragmentada, em vínculos parciais.

E, no nosso modelo de proteção social, quando um trabalhador não é empregado, ele deve contribuir para a Previdência como um autônomo, como um contribuinte individual. E as empresas, ao estimular esse processo de fragmentação, esse processo de individualização do trabalho, fazem com que os trabalhadores – aí muito relacionado com a questão da pejotização – tenham que se vincular à Previdência de uma forma individual. O empregado contribui com o desconto na folha, e o empregador faz uma contribuição também sobre o salário do empregado, a contribuição dele. Essa contribuição é retida pela empresa, e o trabalhador que tem a carteira assinada não precisa se preocupar, pois, uma vez que há o registro do vínculo de emprego, a contribuição é presumida, quer dizer, se a empresa recolheu ou não para a Previdência, isso não afeta o direito do empregado. No caso do contribuinte individual, não é assim. O contribuinte individual tem que ir todo mês lá no banco pagar a sua guia, GPS ou DAS-MEI, que é o seu comprovante de pagamento. Então, ele é o responsável pela sua previdência. Se ele não pagar, ele não vai ter o direito ao benefício. Então, sob a ótica de previdência, existe esse processo de fragmentação do trabalho, causado pelas novas tecnologias e por essa ênfase no discurso do empreendedorismo, em que você disfarça o trabalho autônomo chamando a pessoa de empreendedor, quando, na realidade, ela é só um trabalhador autônomo, e muitas vezes um trabalhador precarizado, porque ele poderia ter um vínculo de emprego, mas o trabalho dele foi desqualificado e transformado num trabalho autônomo. Você o chama de empreendedor para ele se sentir melhor, se sentir como uma pessoa em outra categoria social – ele é um empresário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele não é um trabalhador, não é? Então, nesse contexto, ele é responsável pela sua previdência, ele é o responsável pelas suas contribuições.

A gente sabe que, nessas condições, é muito mais difícil de a pessoa contribuir, porque, quando você é empregado, o trabalhador todo mês faz o seu recolhimento, faz a retenção, faz os recolhimentos, está tudo certo, mas, quando você é o trabalhador autônomo, você tem que pagar todo dia 15 ou dia 20, você tem que ir ao banco e pagar a sua conta e você fala: "Será que eu não posso usar esse dinheiro para outra coisa? Será que esse dinheiro é mais importante agora, neste mês, para mim, para outro assunto?". Então, a frequência de contribuições do trabalhador individual é menor do que a do trabalhador empregado. O risco de ele não conseguir completar as carências para ter direito ao benefício é maior – e ele não ter o direito ao benefício quando ele precisar.

Nesse contexto em que a gente está vivendo, com essa fragmentação, essa individualização do trabalho e uma desresponsabilização das empresas, as empresas deixam de ser responsáveis pela contribuição, e joga-se tudo nas costas do trabalhador, e ele que vá pagar a sua contribuição e ele que se vire, se precisar. Se ocorrer um dos eventos, um dos riscos sociais, se ele ficar doente, se a mulher tiver um filho, se tiver uma incapacidade, se ocorrer um acidente, isso não é problema de quem o está contratando; isso é um problema dele. E eu substituo esse trabalhador por um outro, autônomo, que vai continuar me prestando serviço, e aí ele que se vire. Se ele tiver pagado a previdência, ele vai ter direito a algum benefício, se ele não tiver pagado, ele vai ter que viver ou de outros benefícios assistenciais, ou de ajuda da família.

Então, esse é um contexto muito ruim para a previdência social.

A gente tem observado, nos últimos anos, especialmente entre 2014 e 2022, um período grande – sete, oito anos – em que nós tivemos uma redução no número de contribuintes da previdência. Esse número caiu, depois subiu de novo, mas nós chegamos a 2022 com o mesmo número de contribuintes que nós tínhamos em 2014 e a gente trabalha num sistema de repartição, em que os trabalhadores ativos fazem suas contribuições, e esse recurso é usado para pagar o benefício dos trabalhadores que estão inativos. E a gente não pode viver num sistema com esse desenho, que a gente chama de "repartição simples", durante sete, oito anos sem entrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais gente no sistema, sem ter novos empregos sendo criados, sem ter novos contribuintes para a previdência social.

Essa tendência foi revertida, a partir de 2022, 2023, um pouco depois da saída da pandemia, mas nós vemos, realmente, uma pressão de mercado de trabalho que, no futuro, pode comprometer significativamente a base de financiamento da previdência.

E aí, nesse contexto, a gente chega, então, à discussão do projeto de lei que trata, então, da criação da Semana da Previdência Social. É um projeto de lei que, nesse contexto que eu falei, é importante, é um projeto relevante, porque você assegura um espaço, vamos dizer assim, um espaço institucional, um espaço na agenda institucional, para que a gente faça a disseminação de informações sobre a previdência social, que melhore a conscientização do trabalhador sobre a importância de participar da previdência social, de fazer suas contribuições, de garantir os seus direitos, que a gente faça a discussão das bases em que esse modelo, em que o nosso regime de previdência está construído, e que a gente possa, então, construir mais conhecimento sobre previdência e que a gente possa encaminhar os ajustes e as soluções, enfim, sobre a previdência social, tanto na sua dimensão de contribuição quanto na dimensão de benefício.

A gente, geralmente, quando vai discutir previdência, foca muito na questão de benefício, e a gente tem que olhar sempre também a questão da contribuição, do que eu falei aqui antes: não impacta em nada nos benefícios, mas impacta na contribuição. A gente precisa aumentar a participação dos trabalhadores no financiamento da previdência, por meio dos vínculos de emprego, por meio do aumento do número de meses em que a pessoa contribui, das necessidades contributivas, para que a gente consiga ter um sistema mais sustentável.

Em relação especificamente ao projeto, eu tenho só alguns comentários.

Acho que... Para mim, o projeto é dividido basicamente em dois grandes temas. O primeiro, que é a dimensão da semana da previdência, que fala da questão dos conceitos da educação, e a segunda parte, que trata da questão de dados, da disseminação de informações.

Então, sobre a primeira parte, eu acho que nós temos algumas observações para apresentar, mas isso poderia ser feito posteriormente, especialmente em relação a questões de redação, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnica legislativa, enfim, eu acho que a gente poderia, talvez, melhorar o texto... Eu acho que a Casa tem excelentes consultores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu tenho certeza de que o convite a V. Exa. é com esse objetivo. Fico feliz que você já fez um estudo prévio e já tem propostas que poderá encaminhar para...

O SR. EDUARDO DA SILVA PEREIRA – Exato.

E eu acho que o Senado tem também, no corpo de consultores, pessoas bastante qualificadas na área de previdência que poderiam contribuir também.

No segundo conjunto, na segunda parte do projeto, em que se fala sobre a obrigatoriedade de disseminação de informações, eu acho que a gente tem que considerar o seguinte: o Ministério da Previdência tem uma área de... Ele é um dos poucos ministérios da Esplanada que têm uma área específica para a disseminação de informações, que trabalha especificamente com disseminação. Nós temos o Anuário da Previdência, que é uma publicação que há mais de 30 anos é editada anualmente, né? São poucos os ministérios que conseguem produzir séries históricas de dados com 30 anos, que alcancem 30 anos com uma consistência de dados em que você possa fazer comparações ao longo do tempo.

Nós temos também um boletim mensal que é publicado com inúmeras informações sobre o funcionamento da Previdência. E aí a minha observação é que eu não sei se seria adequado colocar na lei especificarem-se aqueles itens que estão ali destacados, porque muitas daquelas coisas já são divulgadas hoje no boletim, de forma mensal, ou no anuário, de forma anual. Então, por exemplo, a quantidade de contribuintes é uma informação que a gente só tem uma vez por ano, porque tem uma série de questões técnicas de que a pessoa pode contribuir mais de uma vez, num mês ela contribui como empregado, no outro... Enfim, a gente só consegue produzir essa informação com uma confiabilidade em bases anuais, né? Outras informações a gente trabalha com bases mensais.

Então, como está no projeto de lei que se exige a informação ou a divulgação em tempo real, isso não está adequado à forma como a Previdência trabalha e a forma como a gente consolida as informações e apresenta os dados, né? Na nossa avaliação, para o público externo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para as pessoas, para a sociedade como um todo, o acompanhamento diário ou regular não é tão relevante, porque a gente está falando de uma política que é permanente e que, enfim, é por décadas. E aí um acompanhamento no nível mensal ou um acompanhamento às vezes até mesmo anual é suficiente para que a gente tenha uma leitura do sistema e uma análise da informação, para que a gente possa discutir a política. Eu não preciso ter um acompanhamento *online* ali para poder fazer a discussão da política.

Então, acho que esse é o ponto.

A maior parte das informações que estão destacadas ali nós já produzimos, né? Algumas coisas especificamente relacionadas ao Conselho de Recursos, a gente tem... Do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), nós temos um pouco menos de informações, é uma área em que a gente precisa aprimorar a disseminação de informações do conselho. E acho que foi até interessante eu fazer... Lendo o projeto, isto me veio à mente, e eu falei: "Nós precisamos reforçar essa divulgação de dados do Conselho de Recursos da Previdência Social".

Mas, enfim, esses são os comentários, mas eu queria reforçar: acho que é um projeto bastante interessante. E a proposta de a gente ter um espaço para a gente poder fazer discussão de previdência de uma forma mais organizada é bastante relevante.

E tanto é assim essa questão de conscientização relevante que no próprio o ministério e no INSS, que é o nosso braço, a nossa agência de execução da política previdenciária, nós temos o Programa de Educação Previdenciária, que atua há mais de 20 anos desenvolvendo ações para levar a educação e a conscientização de temas previdenciários para toda a população. Em 2024, nós fizemos mais de 2,3 mil ações, alcançando em torno de 700 mil pessoas nesta dimensão de educação e disseminação de informações de previdência. Eu acho que é importante, então, destacar que a gente já tem um acúmulo de ações nessa área e que a gente poderia reforçar com a criação de uma semana da Previdência.

Mas é isso, Senador. Obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos, Dr. Eduardo da Silva Pereira, Diretor do Departamento do Regime Geral da Previdência Social, que faz uma análise da previdência e, ao mesmo tempo, já traz algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sugestões. Naturalmente, a redação final, depois da audiência pública, como você falou muito bem, será feita pelos consultores do Senado.

Vamos em frente.

Passo a palavra, também presencialmente, ao Wanderson Dias Ferreira, Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, ele, que, na semana que passou, a meu convite, lançou, na Comissão de Direitos Humanos, em uma audiência pública, um livro com um balanço atual, que ele tem ali.

Pode mostrar aí?

O SR. WANDERSON DIAS FERREIRA (*Fora do microfone*.) – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Leia!

O SR. WANDERSON DIAS FERREIRA – Análise da Seguridade Social 2024.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso! Muito interessante. E eu o levei e li. Aprendi mais lendo esse livro também. E eu fiz questão que ele estivesse também hoje aqui para falar do livro e, claro, da visão da Anfip sobre esse tema que interessa, eu diria, a todo o povo brasileiro.

Para mim, a previdência, a seguridade social no seu todo, é o melhor instrumento de combate à pobreza. O cara trabalhou e vai receber todos os auxílios devidos.

Mas a palavra é sua, não minha.

O SR. WANDERSON DIAS FERREIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Paim.

Primeiramente, bom dia. Na sua pessoa, cumprimento os demais componentes da mesa.

Bom dia àqueles que nos assistem pela TV Senado também.

Agradeço também o convite para, mais uma vez, a gente poder discutir previdência, que é um tema tão caro à nossa sociedade.

A minha exposição eu vou tentar conduzir trazendo, primeiro, o contexto da seguridade social, que, não à toa, está colocada no capítulo "Da Ordem Social".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falei na semana passada, e o Senador Paim até chamou a atenção, que ele, como um dos Constituintes originários e todos aqueles que foram, sabiamente colocaram, deram à seguridade social a importância que ela merece por ser um item importante para manter a coesão da sociedade, de uma sociedade em especial, a nossa sociedade aqui no Brasil.

Bom, só para nivelar o conceito, eu vou citar ali rapidamente o marco constitucional para o financiamento da previdência, que, no caso, obviamente vem da seguridade: "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade", ou seja, está ancorada no tripé da previdência, da assistência e da saúde.

Também há uma coisa que é bastante interessante nós relembrarmos a todos. Quando se faz um debate de previdência, se fala na questão do financiamento, que o financiamento atual não é capaz de cobrir as necessidades, que não consegue ser suficiente frente às despesas.

Mas é importante dizer que a própria Constituição Federal coloca, no seu art. 195, que o financiamento da seguridade como um todo – e a previdência faz parte da seguridade – se faz com os orçamentos, recursos provenientes dos orçamentos da União, dos estados, Distrito Federal, municípios e das seguintes contribuições sociais; ou seja, o financiamento da seguridade e também da previdência não se dá exclusivamente pelas contribuições que são realizadas, como meu antecessor aqui pôde falar – não vou entrar novamente no caso –, basicamente da folha de pagamentos.

Outro ponto que eu acho bastante importante de relembrar é que muito se fala em direitos, e obviamente a nossa sociedade... Por conta do que foi colocado na Constituição e leis subsequentes, garantiram-se direitos aos trabalhadores e à sociedade como um todo. Mas o Constituinte também foi sábio em colocar no seu art. 201, já falando em previdência social, que um dos critérios que tem que ser observado é o do equilíbrio financeiro e atuarial. Então, esse debate tem que observar essa premissa constitucional

O Senador, na sua fala inicial, soube chamar a atenção para o fato de que a mudança no mercado de trabalho e tudo isso que a gente está vivendo agora – talvez estejamos em um ponto de inflexão de todas as formas da prestação do trabalho – pode ameaçar esse financiamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou trazer um pouco do que a gente trouxe na publicação – o porquê disso. Essa publicação que a gente faz, uma análise da seguridade social, também tem um caráter de anuário, que está na sua 25ª edição; ou seja, tem um quarto de século que a Anfip publica esse livro. E qual é a nossa intenção nessa publicação? Afinal de contas, somos uma associação que representa os auditores fiscais da Receita. A nossa intenção é trazer para a sociedade uma ferramenta que – aliada às ferramentas institucionais que o Ministério da Previdência Social oferece, que a própria Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil também oferece, no que tange à parte de financiamento – nos possibilite discutir o tema seguridade social e, em especial, previdência social com elementos fáticos, com números, e não com sentimentos, paixões ou ideologia, porque o debate vai se orientar de forma construtiva. É nisso que a gente acredita e é por isso que a gente mantém esse tipo de publicação e procura fazer essa compilação com as mais diversas bases.

O que a gente pôde observar que teve de mudança em 2024? A gente começou a sentir os efeitos da mudança do marco fiscal com a queda do teto de gastos e o novo redirecionamento governamental de investimentos nas áreas sociais. O que a gente também pôde constatar – e faz parte do conteúdo da nossa publicação – é que se observam novos cenários na economia e no mercado de trabalho; ou seja, percebeu-se o aumento da arrecadação, o aumento do número de empregos, o aumento da formalização e o aumento da renda do trabalho.

Mas é importante ressaltar que, apesar de cada um desses pontos que, obviamente, têm um aspecto positivo, talvez eles não sejam tão positivos quanto o necessário.

Um outro ponto é que o redirecionamento, pensando dentro da ótica da Seguridade, dentro da área de assistência, o aumento dos benefícios assistenciais, sobremaneira do Bolsa Família – me esqueci do nome do antigo programa social, que era do Governo anterior –, mas, no Bolsa Família, com o aumento, houve uma mudança do Brasil e o Brasil conseguiu ter um desempenho melhor, saindo do mapa da pobreza.

Bom, esse gráfico demonstra, ao longo dos anos, como se tem um crescimento da arrecadação previdenciária e securitária, no caso. E a gente vê que, quando a gente observa os vales, são momentos de desempenho econômico não tão bons e, obviamente, a questão da pandemia, mas, se nós observarmos os últimos anos, entre 2020, 2021, a princípio, até 2024,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confirma o que o meu antecessor disse sobre o crescimento das contribuições sociais. Isso se dá também, em especial, na Previdência.

Vou passar aqui.

Um ponto que se discute bastante quando se fala, no caso, da Seguridade Social, é a questão do seu suposto ou mal falado déficit. Podemos observar que um dos pontos que prejudica o financiamento são os gastos tributários em âmbito geral e, em especial, as renúncias fiscais. Podemos observar ali que, em especial, para a Previdência Social, no ano de 2024, com base no demonstrativo de gastos tributários da Receita Federal do Brasil, nós temos R$94 bilhões em renúncias fiscais. Ou seja, quando se discute financiamento, déficit da Previdência Social, não podemos afastar do debate também a questão da renúncia fiscal. Obviamente, todos nós sabemos que o Governo atual e esta Casa, as duas Casas, já demonstraram ser sensíveis ao fato e já atuaram na questão da desoneração da folha de pagamentos, que tem data para ser finalizada: 2027, mas, ainda assim, existem outras contribuições que ainda participam significativamente do aspecto da renúncia fiscal.

Bom, aqui, os números gerais das contribuições sociais. Dado o tempo, vou chamar a atenção só para os grandes números. Nós temos, em 2024, cerca de R$1,3 trilhão em receitas das contribuições sociais. A gente pode olhar que, se nós olharmos a penúltima linha, nós temos, no total de renúncias de receitas da Seguridade, 290 bilhões. Ou seja, se nós somarmos, fizermos uma conta aproximada, teremos cerca de R$1,6 trilhão do que efetivamente nós arrecadamos e aquilo que poderia ser arrecadado, certo?

Gostaria de que os senhores gravassem esses dois números aqui, de início, ou seja, R$1,6 trilhão. Lembrando, que dentro dos R$290 bilhões, nós temos aqueles R$94 bilhões que são especificamente da Previdência Social.

Bom, passando rapidamente, com a questão da economia crescendo, nós percebemos que tivemos ganhos. Praticamente em todas as faixas etárias, o rendimento médio do trabalhador aumentou de 2023 para 2024. Apenas na faixa etária dos 60 anos ou mais, a gente teve uma pequena queda, que é muito pequena mesmo. Ou seja, o que a gente pode perceber? Quando temos um crescimento econômico, nós conseguimos ver um reflexo praticamente imediato no rendimento do trabalhador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, um outro ponto também que nós tivemos aqui é o aumento substantivo dos valores distribuídos em benefícios. Isso daí foi basicamente em virtude do aumento real do salário mínimo, da aceleração do ritmo de concessão das concessões de benefícios, porque muitas delas ficaram represados por conta dos eventos de 2020 e 2021 e também por uma gestão do governo anterior, que dificultou um pouco essa concessão de benefícios, tá?

Esses números aí estão ilustrados e chamam a atenção; eles se encontram na publicação também. Abrindo um parêntese na apresentação, essa publicação se encontra disponível, de forma gratuita, no *site* da Anfip, e pode ser consultada em formato PDF por qualquer cidadão.

Aqui vem falando, de forma geral, de maneira pormenorizada, sobre todos os investimentos que tivemos. No tripé da seguridade, a saúde foi bem beneficiada, porque voltamos a ter os 15% de investimento mínimo obrigatório da receita corrente líquida – isso é bastante importante. A gente pode confirmar, mas como não é o assunto aqui, vou me permitir passar, avançar.

Mais uma vez a gente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Pode aprofundar e relatar, porque é importante ter uma noção global aí.

O SR. WANDERSON DIAS FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A gente dá um pouquinho a mais se for necessário.

O SR. WANDERSON DIAS FERREIRA – O.k., então, temos permissão, com a concessão do Senador Paim.

A gente pôde observar que, com o retorno do piso de gastos, a gente teve um aumento de cerca de 42% em cima dos investimentos na área da saúde. A gente conseguiu observar também – a publicação consegue ver – que, em vários dos segmentos, nós tivemos aumentos expressivos. Não consta ali no eslaide, mas, por exemplo, na questão do saneamento básico rural – que pode não parecer, mas é uma ação de saúde e tem reflexo na saúde –, o aumento foi de 170%; ou seja, essa mudança na política governamental representa efetivamente ganhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos temos críticas, de repente... Sempre nós objetivamos a perfeição, mas tivemos prova suficiente da importância do SUS para a sociedade brasileira.

Aqui é um quadro tentando, mais uma vez, falar do que mudou, falando dos avanços, né?

Um dos efeitos importantes para permitir o aumento na política de assistência social foi o fato de o Governo voltar a usar o CadÚnico. Na previdência social, já foi falado sobre a questão do enfrentamento da fila de concessão de benefícios, que voltou a ter um ritmo interessante. E, na questão da saúde, em outras áreas, melhor dizendo, a gente teve a questão da alimentação do educando, dos hospitais universitários e da residência, porque eles não são considerados *a priori* dentro do orçamento da saúde, mas a gente considera que são efetivamente ações vinculadas à saúde.

Agora, falando na questão dos benefícios.

Na questão dos benefícios, a gente pode ver que, em 2024, nós tivemos um total de cerca de R$1 trilhão – foi o que totalizaram as despesas com benefícios previdenciários. E temos mais, diversas linhas ali, relativas à seguridade como um todo.

Podemos observar que as despesas totais da seguridade social perfazem cerca de R$1,6 trilhão. Então, se nós olharmos, pensarmos, lembrarmos daquele número que eu falei antes, do R$1,6 da receita, mais o que a gente abre mão da renúncia, a gente vai ter ali na última linha desse quadro, em 2024, um pequeno superávit de R$30,5 bilhões. Para a gente ver a importância disso. A gente tem um certo equilíbrio atualmente. Isso não quer dizer que não tenhamos de ter cuidado com o financiamento, mas ainda temos um tênue equilíbrio.

Bom, o que é que nós vemos como desafios? Dentro daquilo que foi falado pelo próprio Senador, nós observamos, ao fazer os estudos, agora extrapolando o conteúdo que tem a nossa publicação, que, como a nossa análise é uma análise diacrônica, a gente não fica apenas voltado ao momento... A gente, basicamente, considera um horizonte de 15 anos. A gente começa a perceber o comportamento da receita previdenciária e também, obviamente, da despesa. E isso causa preocupação.

Quando a gente une tudo, percebendo, toda a mudança na estrutura da pirâmide etária brasileira... O povo brasileiro está envelhecendo. Felizmente, ele está envelhecendo, não é? Senão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se nós tivéssemos uma vida curta, é que não seria muito bom. Felizmente! Mas temos que nos preocupar com isso sim. Talvez, agora seja o momento, enquanto temos o equilíbrio, de começarmos uma discussão na sociedade, nas Casas Legislativas sobre um mecanismo alternativo de financiamento da previdência social, porque a dinâmica do mercado de trabalho está mudando. As formas de... O capital precisa suportar a sociedade. Esse é um mandamento constitucional.

Então, como a sociedade vai suportar tudo isso? A estrutura e a legislação, pela folha de trabalho – já me encaminhando para finalizar... A nossa legislação vem de 1991, ou seja, da Lei 8.212, que basicamente lança todas as bases de cálculo. Ela já tem bastante tempo e, ao longo do tempo, todos os interesses começaram a capturar e buscar brechas para não se enquadrarem nessa fórmula, e cada vez pagando menos.

Nós sabemos também da força dos *lobbies* políticos que a gente tem – é legítimo cada um brigar pelos seus interesses – e da dificuldade que se tem para se reverter essas concessões que foram feitas. Talvez seja a hora de nós pensarmos nessa nova forma de financiamento – eu comento uma metáfora que a gente utiliza –, na hora de novamente a gente embaralhar o dominó, distribuirmos as pedras de forma equilibrada para que cada um possa suportar o seu quinhão de responsabilidade com a seguridade e, em especial, com a previdência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WANDERSON DIAS FERREIRA – Muito obrigado pelo tempo e espero que a lei consiga lograr êxito na sua aprovação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Wanderson Dias Ferreira, Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal.

Meus cumprimentos pela análise. Mostra que é superavitária, fortalece uma visão que nós outros temos defendido há muito tempo – há muito tempo –, mas, ao mesmo tempo, V. Exa., de forma muito competente, aponta a preocupação com o futuro, porque devido, sem sombra de dúvida, à inteligência artificial, o trabalho hoje, porque a máquina parece que vale mais que o homem – não é? –, com que nós discordamos, mas valorizamos também a máquina...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre dou um exemplo, quando eu fui à França, como Vice-Presidente da CUT, o pessoal me mostrou um museu na beira do rio. Eu disse: "Mas por que esse museu é aqui na beira do rio?". A central de lá – não é? –, disse: "Porque nós mesmos, à medida que a automação vinha, íamos quebrando as máquinas e jogando nesse rio, achando que com isso íamos resolver. E depois, com o tempo, vimos que não adiantava nada. Então, virou um museu para mostrar que assim não deve ser feito". (*Risos.*) Eles mesmos mostraram e partiram – eles, no caso – para a redução de jornada sem redução de salário. E hoje a França tem a menor jornada do mundo, 71,5, se não me engano, a jornada. Nós estamos trabalhando aqui com as 40 e sonhando um dia chegar a 36. Por isso que eu disse na abertura – eu espero que vocês entendam –, não é que eu estou vendo bola de cristal, eu estou olhando simplesmente para o que está acontecendo, a tal de inteligência artificial, no mínimo, com que nós temos que nos preocupar.

Mas eu quero também registrar – você falou muito aí no crescimento da renda – que o salário mínimo, a partir do dia 1º de janeiro – podem ajustar, se eu estiver errado –, passa a R$1.518. Eu sei que é pouco – quem está nos ouvindo e vendo neste momento –, mas felizmente voltou a política anterior, que nós ajudamos a construir, da inflação mais PIB – não é? –, tendo um corte nos 3% de aumento real. Então, com esse reajuste, a partir de 1º de janeiro, vai a R$1.518.

É bom lembrar que, quando o salário mínimo não tinha a política de inflação mais PIB, que foi uma construção coletiva das centrais e do Governo do Presidente Lula, nós fizemos debate em todos os estados, o salário mínimo tinha chegado – o que era um sonho meu lá atrás, um sonho, um pequeno sonho, não é? – a US$100; foi no Governo Fernando Henrique. Eu me lembro de que um dia, numa reunião, o Fernando Henrique: "Está feliz da vida, não é, Paim?". Eu disse: "Por que, Presidente?". "Porque agora tu chegaste aos 100 'pains'"; eram US$100. (*Risos.*)

Mas, felizmente, com essa política de inflação mais PIB, que está crescendo, nós chegamos a mais de US$300, chegamos até a US$350.

O Governo anterior, infelizmente, revogou a política, e no Governo Lula nós voltamos à política de inflação mais PIB, que você retratou muito bem, importantíssima para a previdência.

Vamos em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos a palavra ao Sr. Leonardo Gomes Fonseca, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência no Estado de São Paulo.

O SR. LEONARDO GOMES FONSECA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Senador pela iniciativa, cumprimentar todos os participantes, todos os ouvintes, agradecer o convite e parabenizar a iniciativa do Senador, que sempre tem sido tão enfático, tão determinado nas questões da previdência social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Você me permite?

O SR. LEONARDO GOMES FONSECA (*Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É que há informações que me chegam à mesa, que me trouxeram sobre o salário mínimo; e a correção veio do plenário, da assessoria, corretamente: R$1.518 é agora. Ele passa a R$1.631. A mesa aqui me ajudou, porque me assopraram rapidamente, e a assessoria me passou. O que eu li foi o valor atual. A partir de 1º de janeiro, graças à inflação mais 2,5% de aumento real, o salário mínimo passa a R$1.631.

A própria Simone Tebet, numa reunião aqui que tivemos, anunciou, e o Presidente Lula depois confirmou.

Volta o seu tempo, meu querido amigo. Eu tinha que complementar, porque senão eu ia ser apedrejado na saída aqui.

O SR. LEONARDO GOMES FONSECA (*Por videoconferência*.) – Não, com certeza. Eu tinha até consultado aqui, já verificado essa questão para informar o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vou repor o seu tempo, viu?

O SR. LEONARDO GOMES FONSECA (*Por videoconferência*.) – O INSS tem passado por um momento delicado, principalmente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu olhar aqui para cima, é porque eu fiz algumas anotações só para eu não me perder aqui nas considerações.

O INSS tem passado por um momento bem delicado, principalmente recentemente. Como a gente bem sabe, o INSS é o maior distribuidor de renda hoje no país; então, com certeza, é alvo principal dos esquemas não internos, mas de empresas, de pessoas que tentam fraudar a previdência. Isso nunca vai acabar. O que precisa é fortalecer a previdência, para que ela fique, de certa forma, protegida de todo esse ataque que recebe constantemente.

Eu queria até parabenizar aqui os nossos antecessores. Eu ia falar sobre isso também: a previdência já tem o Programa de Educação Previdenciária há mais de 20 anos, e essa iniciativa do Senador eu acho que tem que utilizar e ampliar com relação a esse Programa de Educação Previdenciária.

E, como a gente bem sabe, o INSS é o maior distribuidor de renda hoje no país. Como eu até mencionei numa audiência anterior de que eu participei ano passado, se não me engano, a previdência precisa ser considerada, tanto para a população quanto para classe política, um patrimônio nacional. Eu até tenho uma visão assim de que, quem sabe, no futuro, a previdência se torne uma autarquia especial devido à importância para a população brasileira.

O senhor também colocou a questão da inteligência artificial. A gente teve a oportunidade de participar de uma audiência na Câmara, esse mês, e a gente vem fazendo alguns estudos. Realmente, é uma questão bem preocupante, porque existem estudos informando que, até 2044, 50% dos empregos serão substituídos, e isso é bem preocupante, porque a gente precisa, como sociedade, trabalhar no sentido de utilizar a inteligência artificial... Toda tecnologia vem para nos ajudar, nos reforçar, mas é no intuito de ajudar ou de utilizar a inteligência artificial como apoio e não como substituição ao trabalho.

Bom, com relação às questões mais específicas da Previdência, a gente vê que, quanto à arrecadação, conforme o próprio Senador informou, estudos mostram levantamentos em que, em 2016, 73,1% da população tinham cobertura da Previdência; em 2019, caiu para 70,2%; e, pesquisei, em 2022, segundo dados do Ipea e do IBGE, 69,8%. E o que a gente percebe disso, né? As pessoas estão tendo menos trabalho? De forma alguma, a gente vê que, principalmente diante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa nova política adotada recentemente, a questão do trabalho vem aumentando significativamente – acredito que os valores de contribuição têm aumentado significativamente.

Mas e esses 30,2% que não arrecadam para a Previdência? A gente vê que muito se tem através da questão da... A forma de trabalho tem mudado um pouco, né? Conforme já foi falado anteriormente, as pessoas têm saído da CLT, do emprego formal, de carteira assinada, e têm buscado o trabalho autônomo – como se diz, empreendedorismo. No entanto é necessária uma política para que essas pessoas que... E aqui há um detalhe: 57,8% dos negócios não têm CNPJ. Então, essas pessoas, grande parte, não contribuem para a Previdência Social. Então é preciso fazer um trabalho, principalmente de conscientização, e é isso exatamente que esse projeto traz para a gente.

Até abro umas aspas aqui: eu acho que isso deveria ser implantado até nas escolas como ensino complementar. Isso tem que ser fomentado como uma cultura que venha desde as crianças, para que isso continue e prospere, não acabe nunca.

Só que eu vejo o seguinte, hoje... Eu até ia compartilhar uma imagem aqui, mas eu não vou me ater a isso, era até uma imagem criada com a inteligência artificial. Mas hoje eu tenho uma visão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mas fique bem à vontade: se quiser projetar... (*Risos.*)

A inteligência artificial está aí, queiramos ou não queiramos nós, né? Se quiser projetar, pode projetar.

O SR. LEONARDO GOMES FONSECA (*Por videoconferência.*) – Está. Eu vou colocar aqui, só um segundinho. (*Pausa.*)

Deixe-me ver se eu consigo compartilhar aqui.

Vejam se vocês conseguem visualizar a imagem. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Já está na tela, pelo menos tem um leão ali.

O SR. LEONARDO GOMES FONSECA (*Por videoconferência.*) – Na tela, é um leão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu vejo?

A Previdência Social, hoje, eu vejo como esse leão. Se vocês observarem, ele está num ambiente meio conturbado, eu vejo isso como os ataques externos que nós temos hoje à previdência.

Com essa própria questão do último escândalo, a gente vê que a sociedade como um todo – eu tenho aqui vizinhos e amigos que comentam e eu sempre tento explicar a situação – vê como... Não que seja menos importante, mas eles veem esse problema que aconteceu como se fosse um desvio de dinheiro público, e não é o que aconteceu. Há muita *fake news*, há muita desinformação. A gente tem muito claro que são empresas que utilizaram brechas dentro da sistemática da previdência para poder tirar dinheiro dos aposentados e pensionistas, não menos grave ou menos importante; mas não foi um desvio de dinheiro público.

Então, a gente tem esse ataque e muitas vezes esse ataque é também direcionado aos servidores, e isso é muito preocupante. Hoje os servidores, e eu falo aqui como representante dos servidores... A gente tem, se vocês observarem aqui nas partes internas do leão... Existe um ditado oriental, uma frase oriental que fala que o leão é o rei dos animais, nenhum outro animal pode com o leão, mas um verme dentro do leão destrói o leão.

Então, hoje, eu vejo que é necessário – e aí eu vou parar um pouquinho o compartilhamento –, mas hoje eu vejo como muito necessária a questão da valorização também dos servidores, porque como é que a gente vai conseguir colocar tudo isso, essa importância, essa preocupação com a população em geral, se dentro... Agora, talvez, com novas gestões, isso venha a se modificar, mas se dentro do INSS os servidores são... A gente teve casos aí recentes de servidores morrendo, servidores se suicidando porque não aguentavam mais a pressão do trabalho. A gente precisa também criar essa política de valorização da parte do Governo para mostrar para a sociedade a importância do servidor também.

E hoje a gente tem isso, a gente tem um programa de gestão que troca jornada de trabalho por metas extremamente altas e eu sou um dos participantes. Hoje eu atuo no teletrabalho porque inclusive é um reflexo disso que foi falado. Hoje eu cuido da minha mãe idosa, com 83 anos, sou filho único, e não tenho com quem deixá-la, então, eu tenho que fazer o trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive que trabalhar, recentemente, até quase 1h da manhã numa semana, sábado e domingo, para conseguir cumprir a meta que está estipulada para quem está no teletrabalho, com 30% a mais de produtividade; ou seja, é uma desvalorização do servidor, porque a gente hoje economiza água, economiza luz, economiza equipamento, tudo para a previdência e, como benefício, a gente tem um aumento de 30%.

Essa questão da semana eu acredito que seja muito importante para a gente poder também trabalhar a questão da fiscalização e a questão de disseminar o conhecimento da importância da contribuição das pessoas que atuam na área como autônomos, vulgo empreendedorismo. Acredito que seja um conjunto... A gente precisa colocar isso para fora, ampliar isso talvez com políticas de parceria com o próprio programa PEP e também trabalhar dentro da casa no sentido de valorizar o servidor, porque, com certeza, o servidor mais valorizado, o servidor que tenha condições de trabalho...

A gente tem uma estrutura dentro do INSS hoje que, por muitos períodos... Se a gente pegar um levantamento, é um período absurdo em que a gente tem problemas, em que os sistemas não funcionam, e a produtividade é cobrada da mesma forma. A gente tem um exemplo específico: nesse mês de passado – já viramos o mês –, a gente teve um dia inteiro – eu acompanhei aqui de manhã até 10h da noite –, e o sistema não funcionava. Quando veio um pseudo abatimento da meta diária do servidor, essa meta não deu nem metade da produtividade de um dia. Então, é extremamente necessário a gente ter um órgão forte interno, para que a gente possa transbordar isso de forma externa.

Hoje, com essa política de produtividade implantada, deu-se mais importância a números do que a efetivamente qualidade de trabalho. Por exemplo, você tem trabalhos que antigamente... Eu ainda busco tentar fazer isto: apesar da alta meta, eu ligo para o segurado, eu tento conversar, esclarecer, buscar ajudá-lo, para que ele consiga entender melhor o funcionamento e como ele pode adquirir o benefício, etc. Mas, com essa implementação de produtividade que foi criada, a gente perdeu muito essa qualidade do trabalho.

E outra questão hiper importante é que precisa ter políticas, leis... A gente está trabalhando hoje na tentativa de aprovação de um decreto que regulamente as atribuições do técnico do seguro social. Isso é uma forma de valorização do servidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para encerrar a minha fala – não vou me estender mais –, é importante toda essa estrutura em conjunto, tanto de políticas de valorização do servidor para atuar... Está muito claro que a atuação da inteligência artificial é bem-vinda, mas tem que ser utilizada dentro da estrutura pública como apoio, porque, inclusive, como é que você vai direcionar, num possível futuro, 100% da distribuição de mais de R$1 trilhão a uma máquina? É um risco muito grande. Qualquer falha... A gente sabe que não existe hoje – eu sou da área de TI –, não existe nenhum sistema 100% seguro. Desde que esteja na internet, tenha alguma conexão... Qualquer sistema é passível de falha, inclusive sistemas bancários também. Então, é importante que a gente tenha esta questão muito em mente: que a inteligência artificial é bem-vinda, mas que ela atue como apoio, atue para efetuar trabalhos que ainda não são feitos dentro da administração pública e que a gente una essas questões.

A valorização do servidor como uma política de disseminação, para que traga mais pessoas, um serviço de maior qualidade, é o ponto primordial que vai fazer com que mais pessoas, além da educação e de toda essa estrutura, com que mais pessoas possam ter interesse. Hoje a gente vê, quando a gente conversa com pessoas que atuam por conta própria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO GOMES FONSECA – ... eles falam: "Ah, eu não tenho interesse em pagar a Previdência porque eu não sei se vou conseguir algum benefício quando eu precisar ou se eu vou conseguir aposentar no futuro". Então, é isso que a gente precisa mudar através do fortalecimento interno da Previdência, na questão da evitar novas reformas – o aumento do salário mínimo aumenta a arrecadação da previdência – e trabalhar neste sentido de que mais pessoas... A qualidade do serviço vai fazer com que mais pessoas venham a querer contribuir para poder receber os benefícios distribuídos pela Previdência Social.

Quero agradecer novamente o convite. Sempre que precisar, estaremos à disposição, Senador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Leonardo Gomes Fonseca, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores de Seguro Social e Previdência Social do Estado de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele fez uma análise global, falou até dos novos tempos, da revolução no mundo do trabalho. O símbolo maior ficou, hoje, na inteligência artificial, mas poderíamos falar de tudo: de automação, robotização, enfim, da força da internet. E, por outro lado, apontou que há caminhos, sim, para melhorar a qualidade do atendimento, desde que se entenda que o olhar humanitário, como eu ouvi alguém já falar, vai ter que existir sempre. Não há 100% de automação que consiga fazer com que a máquina substitua o homem – e eu assim espero –, o homem e as mulheres, naturalmente.

Agora, de imediato, passo a palavra para a Dra. Elizângela Costa da Silva, Vice-Presidente da Comissão de Direito Previdenciário e Seguridade Social da OAB/DF.

A SRA. ELIZÂNGELA COSTA DA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos e bom dia a todas.

Quero agradecer ao Senador Paim esta oportunidade de estar aqui representando o outro lado, que é atender os segurados, porque é de grande relevância a gente tentar ouvir a importância do que eles trazem para a gente.

Quero agradecer ao Senador Paim esta oportunidade de estar aqui, representando o outro lado, que é estar atendendo aos segurados, porque é de grande importância a gente tentar ouvir a importância do que eles trazem para a gente.

Então, o que é para a gente a importância disso? A Seguridade Social fortalece a segurança e é a proteção financeira da família, do trabalhador e da família em si e de seus dependentes. Não só o trabalhador, mas também dos seus dependentes, porque, na necessidade de um auxílio-doença ou de uma pensão por morte, esse segurado está amparado pela previdência social. Então, tem essa importância.

E esse projeto que o senhor traz é de suma importância. Lendo-o, percebo que, nas demais palavras que foram ditas aqui, do Dr. Eduardo, quando ele menciona a importância da previdência e das contribuições, e do outro colega, sucessor, quando ele fala das escolas, o que eu percebo é que, na grande maioria, os segurados que não contribuem para a previdência agem assim por falta de informação. Quando se fala celetista, está assegurado: pagou as contribuições, a empresa pagou, houve a contribuição, e o segurado está ali, protegido, mas a grande maioria não tem essa oportunidade de ter a carteira registrada. A informalidade é muito grande em nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando você se depara com um segurado que sofreu um acidente, e chega para você e fala: "Olha, eu nunca contribuí para o INSS"... "Mas por que você não contribuiu?". "Porque eu não tinha informação. Não tinha ciência de que eu poderia contribuir de forma autônoma". E sobre isso falta informação onde? Nas escolas, nas próprias faculdades... Na faculdade, a gente teve direito previdenciário? Na minha época, eu não tive. Hoje, acho que tem aí a partir do... No último semestre.

Então, eu acho importante estar inserida nas instituições essa matéria, da importância do que é, que se fale da previdência social, do que ela protege. E protege quem? Os segurados, o trabalhador e seus dependentes.

Então, essa falta de informação traz um prejuízo muito grande à família, e esse projeto que o senhor traz, uma semana, trazendo essa semana, para que tenha essas informações, não só nas redes... O senhor fala de... Falaram muito de... Nas repartições. Mas vamos levar isso para a população?

Como é que a gente pode levar isso para a população? Teríamos que fazer um projeto: como levo esta semana? Poderia ser numa associação, sindicato, reunir os trabalhadores um dia... Dia do Trabalhador: vamos nos reunir, para falar um pouco do que é a seguridade, qual a importância da sua contribuição.

Então, eu acho que falta essa informação, e esse é um excelente trabalho que o senhor traz. Gostei muito, quando eu li, e falei: "Nossa, vai ser um privilégio muito grande estar defendendo o segurado do outro lado, porque, realmente, eles não têm nenhum tipo de informação. E, aí, quando chega para você, tem a questão: "Ah, você não tem contribuição". Aí vem a questão do lado social, que é o BPC-Loas, o benefício assistencial.

Se ele tivesse contribuído ali, dado as contribuições necessárias para a sua manutenção, ali, naquele momento, certamente você não daria um benefício assistencial.

O benefício assistencial é, sim, interessante, mas, quando tem uma família que precisa desse trabalhador, que tem filhos que precisam do pai, a questão da contribuição é de importância. Então, precisa sim estar contribuindo, mesmo que seja de forma autônoma, PJ... A gente precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar com essas políticas, demonstrando a importância da contribuição social. Além de elevar o financeiro, além de trazer segurança jurídica, a contribuição social é muito importante.

Tem alguns pontos que a gente... Até mesmo a economia a contribuição eleva também. Então, quando...

Eu não sei, doutor, se a gente consegue fazer um projeto mais claro para levar isso para as escolas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Respondendo já, mas te dando o tempo devido depois, eu acho que o projeto e esta audiência têm esse objetivo. Eu já anotei isto – não foi só a senhora, outros também falaram –: levar para as escolas. O projeto pode colocar "levar este debate para as escolas, para as entidades", como você falou muito bem: sindicatos, federação, confederação, para que as próprias centrais tirem. Eu sei que já existe um programa na previdência há mais de 20 anos, mas nós temos que, agora, a partir de uma lei aprovada no Congresso, alavancar ainda mais, para que lá na escola eles... lá na associação de aposentados e pensionistas, eles parem para discutir não só o interesse deles, mas também o dos seus dependentes. E os sindicatos cumprem um papel fundamental.

Tudo o que está sendo dito aqui nós pretendemos, de uma forma ou de outra, dentro do possível, colocar no projeto.

A SRA. ELIZÂNGELA COSTA DA SILVA – Sim.

E contem com a gente lá da OAB. Nós estamos à disposição para ajudar a levar esse projeto do senhor para frente, porque já pensou uma criança que sai da sala de aula, tem a sua faculdade e sabe da necessidade, da importância da contribuição? Isso não é só para ela, pois ela leva para os pais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. ELIZÂNGELA COSTA DA SILVA – ... porque muitas das vezes os pais também não têm esse conhecimento de que precisam contribuir. Então, se na sala de aula ele escuta que tem que fazer a contribuição, ele: "Ó, papai, escutei da professora que a gente precisa contribuir, porque é para a nossa proteção, segurança jurídica". E aí o que o pai vai falar? "Olha, vou me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informar, vou procurar a associação, vou procurar o sindicato, vou procurar um advogado para poder me informar sobre o que é isso." Então, isso é muito importante.

Além disso, tem as questões também, como a gente fala, da proteção do trabalhador, proteger o trabalhador. Até mesmo a empresa estar contribuindo também, porque muitas empresas não fazem as contribuições, e isso traz um déficit muito grande aí para a nossa previdência. Então, também teria essas políticas de incentivo para as empresas, para que as empresas tenham essa ciência de que precisa realmente dessas contribuições.

E, falando da inteligência artificial, ela é excelente, a gente usa bastante – como advogada, a gente acaba usando ali para tirar umas dúvidas –, mas realmente a gente fica com medo mesmo, porque ela está vindo aí para dominar o mercado. A gente fala assim: "Olha, você pode usar a inteligência artificial para poder fazer um atendimento rebote ali no celular". Então, eu vou deixar de contratar uma secretária porque a inteligência artificial vai poder fazer esse atendimento. Até mesmo busca de pesquisa ela te... Mas, assim, com cuidado, lógico, a gente tem que usar com moderação e com bastante cuidado, porque informação errada traz um prejuízo muito grande para o segurado e até mesmo para a gente. Então, a inteligência artificial é excelente, um instrumento muito bom, mas ao mesmo tempo perigoso. Então, temos que ter bastante cuidado em contratar essa inteligência artificial, justamente pelo prejuízo que a gente pode causar ao trabalhador e até mesmo para a gente.

Por fim, eu agradeço muito ao Presidente esta oportunidade de estar aqui representando os segurados, né? Porque eu falo que a OAB está aqui para representar os segurados. E estamos aqui à disposição a qualquer momento, se o senhor quiser se sentar para conversar a respeito desse projeto, que é muito lindo. Como vai ser feita essa semana de incentivo, de conhecimento, caso precise fazer algum ajuste, estamos à disposição.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Elizângela Costa da Silva, Vice-Presidente da Comissão de Direito Previdenciário e Seguridade Social da OAB, que deixou aqui essas contribuições de ampliar o debate e que o projeto contemple também, além das instituições, Executivo, Legislativo, Judiciário, que a gente leve para as escolas, quem sabe, oxalá, aos primeiros anos escolares até à universidade, né? Porque, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu discuti, um tempo atrás, a questão da luta permanente do combate ao preconceito, ao racismo – eu sou também militante dessa área, sou autor de diversas leis que vão nesse sentido –, eu disse: "É importante que a gente vá até os marmanjos na universidade", no bom sentido, porque eles também não receberam uma educação contra o racismo estrutural que existe na sociedade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Claro, eu apenas estou aproveitando o seu momento para... Você tem ainda cinco minutos.

A SRA. ELIZÂNGELA COSTA DA SILVA (Para expor.) – Como eu falei, quando eu comecei a fazer a faculdade e quando eu terminei minha faculdade, não tinha Direito Previdenciário, e agora eu fiquei sabendo que tem ali um semestre, dois semestres de Direito Previdenciário. Então, por que não ter, na faculdade mesmo, no ensino superior, mais matérias? Porque acho que é um semestre só, e é muito pouco, porque, quando o advogado sai da faculdade, ele não tem noção do que é o direito previdenciário. Até mesmo chega ao balcão do servidor, e ele não sabe nem o que vai perguntar para o servidor. Então, essa importância da faculdade ajuda também o próprio advogado quando sai a proteger o seu cliente, porque, quando o cliente chega: "Eu quero... Qual é o meu direito?". "Ah, eu vou pesquisar na inteligência artificial". Então, se ele já tem esse conhecimento na faculdade, ele não vai usar a inteligência artificial para poder fazer uma pesquisa, se ele já tem um conhecimento ali daquele projeto. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Elizângela.

Vamos em frente, agora, com o Dr. Floriano Martins de Sá Neto, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. O Floriano, agora, com cabelos brancos, e eu também. (*Risos.*) Nós nos encontramos dentro do Congresso, em congressos fora daqui, inúmeras vezes. E uma época você foi Presidente da Anfip, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E sempre fui convidado a esse debate. É uma alegria vê-lo com saúde e jovem ainda, viu?

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Amém!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É com você.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO (Para expor.) – Senador Paulo Paim, nosso ícone, guerreiro dos trabalhadores e da previdência social, das nossas causas. Eu o cumprimento pela importante iniciativa do Projeto de Lei nº 2.783, que institui a Semana Nacional de Previdência Social, e nós estamos aqui cumprindo as formalidades para que esse projeto de lei seja na sequência distribuído a um Relator.

Espero e tenho certeza de que o Senador Paulo Paim vai propiciar que esse Relator faça audiências públicas para que a gente possa dar oportunidade para que mais pessoas ainda falem e possam interagir com esse projeto.

Do ponto de vista, do Sindifisco Nacional, a gente assim... O bom de falar por último é que a gente tem tempo, né? Porque começar... O tico e o teco... Mas, antes de começar a falar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É o último aqui na mesa, mas tem mais três ainda que estão esperando lá...

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Então, eu estou antes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... por videoconferência.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Quero cumprimentar, na sua pessoa, o Eduardo, o Wanderson, meu companheiro de Anfip – a Anfip sempre é a mãe que estuda a previdência social e a seguridade social –, pela brilhante palestra, não é, Wanderson? O Eduardo representando a Previdência, o INSS. A Elizângela... Ouvi também, com muita atenção, a fala do Leonardo, que fala sobre os trabalhadores do INSS, e a gente precisa ter um olhar especial sobre os trabalhadores do INSS, sem dúvida nenhuma.

Quero dizer, Senador, que, do ponto de vista de um primeiro olhar, a gente poderia sugerir até que, se fosse o ideal, em vez da semana, fosse o mês. Assim como nós temos o mês das mulheres, temos um calendário – se não me falha a memória, eu sei que o da mulher é setembro –, o Setembro Rosa, que a gente pudesse ter um mês...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – É Outubro Rosa, né? Que a gente pudesse ter talvez um mês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É uma proposta que a Comissão vai debater. Já fica tomada nota para este debate.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – São tantas as nuances, que talvez a semana não seja suficiente.

Eu quero dizer que eu me sinto honrado sempre de falar de previdência, porque eu sou um trabalhador previdenciário. Apesar de aposentado em 2023, em dezembro, eu entrei na Previdência Social, militei na Previdência Social até 2007... Entrei em 1987; até 2007 foram 20 anos com a Previdência Social e depois com a Super-Receita, através da mudança legislativa que foi bastante debatida.

A previdência social é a política pública, sem dúvida nenhuma, sem desmerecer nenhuma outra, que atende do nascimento até o falecimento, em todos os momentos, ou seja, é uma política pública em que é necessário que haja o contribuinte. Então, a função do auditor-fiscal é importante, porque ela lembra que, sem a contribuição, infelizmente não poderão mais ser – e não podem já há bastante tempo – concedidos os benefícios. Tem que haver, e esses novos arranjos do mercado de trabalho, sem dúvida nenhuma, são preocupantes e, cada vez mais, vão aumentando a problematização.

Eu acho que talvez a gente tenha que – desculpe aqui a irreverência – já pensar em cobrar imposto sobre inteligência artificial, sobre robôs, porque a gente tem lido que as inteligências artificiais consomem não só energia elétrica, mas água – eu fiquei surpreso. Então, que paguem também. E a gente poderia já começar a pensar em fazer essa discussão, porque a Previdência Social e a Seguridade Social não podem ficar descobertas, porque esse é um contrato feito no nascimento e passa pelo falecimento, porque vai a viúva, e a gente não pode deixar ninguém na mão, e a Previdência não deixa ninguém na mão, né? Nesses anos todos, a gente não conhece nenhum previdenciário que possa dizer que foi abandonado. Não. O difícil, o problemático é ele ter acesso, por n razões, ao seu direito, mas, depois disso, a previdência paga em dia, rigorosamente em dia, nunca atrasou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa a gente tem que falar que é uma política pública que, sem dúvida nenhuma, é fundamental para a tranquilidade, para o desenvolvimento das pequenas comunidades e das grandes comunidades também que vivem a quantidade de recursos que a Previdência paga.

Aí eu fiz aqui algumas anotações.

Nós temos aqui, traduzindo muito sinteticamente, bem sinteticamente, a questão sobre a importância da Previdência Social. Então, no ano 2024, a Previdência pagou diretamente mais ou menos R$1,1 trilhão a 39,5 milhões de beneficiários, isso mais ou menos no final do ano, somando a quantidade que são os que entram e os que saem. Não é brincadeira, né? É muita gente, é muita importância.

E a discussão que nós estamos tendo agora lá na outra Casa, na Câmara dos Deputados, tem toda a vinculação, que é nós estarmos querendo cobrar impostos para poder elevar a isenção do Imposto de Renda para R$5 mil. E estamos tendo muita dificuldade, porque temos que fazer a compensação e cobrar talvez um pouco mais – um pouco mais –, e ainda não é de longe aquilo que se paga, que nós trabalhadores pagamos, que é a alíquota nominal de 27,5%, como pessoa física. E, muitos desses bilionários, nós estamos falando no total de cerca de 200 mil pessoas que vão pagar um pouco a mais e que vão propiciar para que milhões de brasileiros tenham isenção e possam melhorar a sua qualidade de vida.

Então, é importante lembrar e também dizer, Senador Paulo Paim, que a previdência sempre... O nosso principal problema foi este: é a cobiça por esses recursos. A privatização que nós enfrentamos praticamente desde em que a Constituição ficou de pé, desde as Leis 8.212 e 8.213, em 1991... É uma quantidade imensa de reformas e já se vem falar de novo em reforma da previdência!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – De novo.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Então, Senador Paulo Paim, é necessário colocar luz sobre a política pública. A Semana da Previdência, sem dúvida nenhuma, contribui. O Programa de Educação Previdenciária, que fico satisfeito de saber agora... Eu até procurei algumas notícias e não vi: está faltando divulgar o Programa de Educação Previdenciária, porque eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

achei – dei um Google – notícias mais recentes sobre essa importante política pública desempenhada. O INSS tem que ter mesmo servidores a fazerem esse trabalho.

Eu fui educador previdenciário durante alguns anos, lá na Gerência-Executiva do INSS de Guarulhos, e a gente vê a importância que é isso. Foi muito trabalho em conjunto com a OAB, fizemos muitas palestras, com as igrejas, com as comunidades de bairro, com as escolas. É fundamental que, desde criança, aquele pequeno futuro contribuinte previdenciário – ainda mais longe, mas futuro beneficiário da Previdência Social – saiba dos seus direitos e deveres. Então, fico satisfeito de saber.

Toda força ao Programa de Educação Previdenciária!

Senador, a gente fala muito das leis, né? Nós temos leis e temos um problema nas leis: às vezes, a gente vai se esquecendo delas; assim, elas se perdem: ou elas não são efetivas, ou elas começam, ou elas param. Aí eu voltei aqui, de novo, a lembrar da 8.213, que é de 1991, e até hoje nós temos o nosso Conselho Nacional de Previdência Social. O Conselho Nacional de Previdência Social é um órgão de deliberação, ele cuida das diretrizes, ele acompanha, ele faz uma avaliação das políticas previdenciárias do ministério e do INSS, que é o principal órgão de execução das políticas previdenciárias do regime geral.

Pois bem, o conselho previdenciário... Eu não sei na época em que o Constituinte e depois o legislador que veio na sequência colocarem de pé a Constituição Federal, mas eu fico imaginando que o CNPS seria talvez mais efetivo se ele tivesse um pouquinho mais de parentesco com algo que existe na legislação das empresas de sociedade anônima que é o conselho de administração, que tem mais poder. Então, me parece que faltou ali a gente dar um pouquinho mais... Por quê? E – aí voltando agora à nova CPI, que está aqui acontecendo, a CPI Mista – as informações são as de que o CNPS detectou, que chegaram ao CNPS esses problemas. E a gente tem aí uma área: me parece que falta ao CNPS ter um pouquinho mais de poder coercitivo, já que está lá a sociedade organizada, os verdadeiros patrões da Previdência Social, tanto os contribuintes quanto os beneficiários. Eles tiveram conhecimento, chegou ao conhecimento, mas não se conseguiu dar consequência a isso. Então, me parece que a gente poderia verificar a melhor forma de dar ao CNPS um poder a mais nesse aspecto de cobrar com mais efetividade as políticas previdenciárias. É uma sugestão que me apareceu aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão importante. E a gente sempre quando olha as contas, os números da previdência social... A Lei 11.457, de 2007, no seu art. 2º, §2º, trata das responsabilidades da Receita Federal do Brasil, que foi quem assumiu naquele momento a continuidade da cobrança da previdência social, do regime geral, e também, obviamente, a fiscalização da previdência complementar e da previdência dos servidores públicos, dos regimes próprios. Pois bem, o seu art. 2º é bem claro: nos termos do art. 58 da Lei Complementar 101, a Receita Federal do Brasil prestará contas anualmente ao CNPS dos resultados da arrecadação das contribuições sociais ao financiamento do RGPS. Também aqui é um caso em que a gente não tem muito conhecimento de como é feita essa prestação de contas e também do que é feito com esse relatório, com essas consequências.

E do lado da Receita Federal nós temos os mesmos problemas que têm os demais servidores públicos. Nós temos um quadro muito inferior à lotação ideal: nós estamos com aproximadamente 7 mil ativos – vou falar só dos auditores-fiscais – num quadro de 20 mil. O último concurso realizado foi agora em 2024, depois de dez anos, com apenas 200 vagas, e conseguimos chamar o cadastro reserva com mais 200. E não tem previsão de novo concurso, nem para auditor nem para analista. Além disso, há as questões também financeiras de cortes orçamentários, com que eu tenho certeza de que o INSS sofre e de que a previdência social sofre. E aí a gente tem uma política pública desse tamanho tendo que mendigar recursos. Eu já dei uma olhada na nossa parte da LOA, e, de novo, temos cortes no nosso caso da previdência social, e acredito que nas demais organizações do serviço público federal.

Então, a gente precisaria também ver, dar concretude a essas questões, que são postas anualmente pela Receita Federal, lá no CNPS.

Lembro, Senador Paulo Paim, quando a gente vê uma apresentação da Anfip falando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – ... com muita – em um minuto eu termino – riqueza de detalhes sobre a seguridade social, a gente tem... Eu sempre falo da 8.212, de 1991, porque nós tivemos ali a supressão do Conselho Nacional de Seguridade Social, com uma medida provisória no Governo Fernando Henrique Cardoso, e até hoje nós perdemos esse espaço que seria de a gente discutir a seguridade social, porque as políticas são todas integradas, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamento é integrado. A gente perdeu esse espaço lá no Governo Fernando Henrique e, até hoje, não tivemos força ou iniciativa.

Então, essas são as nossas contribuições, à luz de tantos anos como auditor-fiscal, hoje da Receita Federal do Brasil, de origem na Previdência Social.

Aproveito para pedir, Senador Paulo Paim, que a gente volte aqui, nesta Comissão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – ... a ter aquelas audiências públicas sobre vários assuntos, que tanto engrandeciam o papel do Senado Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Floriano Martins de Sá Neto, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato dos Auditores Fiscais, da Receita Federal. Pode crer que voltaremos, tanto aqui como lá na Comissão de Direitos Humanos. Estamos trabalhando nesse sentido. Não posso me queixar, porque tanto o Presidente atual desta Comissão como a Presidenta da Comissão de Direitos Humanos têm dado todos os espaços para que eu possa, embora não mais Presidente... Porque tem rodízio, né? De dois em dois anos, você tem que sair da Presidência.

Parabéns, Floriano! Ficam aqui todas as suas considerações de contribuição, mas quero te dizer que marcou bem essa história do mês da previdência. E aí a gente pode discutir tudo que pega o mundo da seguridade social, né? Parabéns pela fala!

Vou passar a palavra agora, por videoconferência, ao Luciano Wolffenbuttel, Diretor da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps).

O SR. LUCIANO WOLFFENBUTTEL VÉRAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO WOLFFENBUTTEL VÉRAS (*Por videoconferência.*) – Quero aqui cumprimentar, em nome da Fenasps, todos os presentes, os convidados, aqueles que nos acompanham de forma remota e, especialmente, o nosso companheiro de luta, sempre de primeira ordem, em defesa da política de previdência social, o nosso Senador Paulo Paim.

Vou pedir uma licença poética aqui, talvez. Não desmerecendo números, estatísticas e dados – aliás, eles trazem a pujança e a importância dessa política para todo o trabalhador brasileiro, para o cidadão brasileiro, o segurado da previdência, assim como para os pequenos e médios municípios que, inclusive, têm injeção na economia a partir dos benefícios da previdência social, muitas vezes maiores do que o próprio fundo de participação –, eu queria, Senador e demais companheiros aí da mesa, pedir licença para falar um pouco mais sobre sentimento.

Como representante dos trabalhadores do INSS, aqueles que são o braço do Estado na execução dessa política pública, eu acho que é importante passar um pouco do sentimento desses que acompanham o povo brasileiro nas suas demandas e que veem essa estrutura sendo dilapidada ano após ano, década após década. Parece que estamos piorando no nosso objetivo e nossa missão principal, e isso com todos os alertas e com todos os dados relevantes que foram trazidos aqui e a importância que tem essa política. Então, eu peço essa licença para falar um pouco do sentimento do servidor que executa essa política diariamente pelo INSS.

Vou até mudar um pouco o meu roteiro mental, a partir das falas dos nossos colegas, principalmente da sua fala inicial, Senador – e muito nos alegra ver esse tipo de preocupação vindo dos Parlamentares.

A questão da inteligência artificial, sem dúvida, é uma volta, mas quero dizer a todos os presentes que hoje, no INSS, nós já temos uma espécie de inteligência artificial, que tem muito de artificial, mas quase zero de inteligência. É uma espécie de robô, que trabalha com parâmetros, enfim... Cumpridos os parâmetros, ele faz tal coisa; não cumpridos os parâmetros, ele faz tal coisa, enfim... Isso tem dado um retrabalho, recursos, aumentado o estoque de benefícios do INSS, que já é muito grande, e já existe, realmente... Quero dizer aqui para todos os presentes: já existe, realmente, o estudo feito, já está em fase de conclusão, para a implementação da inteligência artificial no INSS, que vai, sim, melhorar a burocracia estatal das questões da previdência, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quero dizer aqui, com muita precisão, a todos e todas que não vai alterar, na verdade, o método e o modelo que foi instituído pelo INSS atualmente.

O nosso segurado, o nosso público, cidadão brasileiro trabalhador, usuário da política de previdência social, tem hoje um atendimento completamente desumanizado. Ele está jogado na vala da importância que o Estado brasileiro deveria estar dando a ele e à política de previdência. Digo isso com muita sinceridade, mas com muita tristeza também, Senador.

A inteligência artificial, sim, vai facilitar os processos internos do INSS, mas, ao mesmo tempo, não vai atingir, na ponta, aquele cidadão que hoje precisa de uma resposta. Quero dizer aqui que muitos dos nossos segurados, que são a camada mais vulnerável da população, inclusive fazem parte da estatística dos analfabetos digitais. Tantos outros rincões deste país não têm acesso à internet e hoje procuram, no mercado, auxílio para poder ter acesso a um benefício, a um direito que é dele, que deveria ser ofertado gratuitamente e com qualidade pelo Estado brasileiro. Então, isso a inteligência artificial não vai mudar, porque a nossa política é diferenciada. Ela exige que nós tenhamos contato, que nós tenhamos...

E digo mais: antigamente... Eu sou de 2003. Sou considerado até um novo servidor do INSS. Depois de dez anos... Nós tivemos um grande concurso, em 2013, depois praticamente não tivemos mais concurso, muito poucas pessoas, como disse o Floriano, entrando no serviço público. Mas, lá no meu tempo, um segurado da previdência saía da nossa frente, no balcão, às vezes até meio indignado, talvez por não ter o direito reconhecido naquele momento, mas ele sabia por quê, ele sabia o que aconteceu, quando deveria voltar, que documento deveria nos trazer. Hoje o segurado da previdência não sabe se sim, ele não sabe se não, ele não sabe onde está o seu processo, o que foi feito dele e para onde vai... Não sabe nada! Ele tem que acessar o Meu INSS, ele tem que procurar alguém que o ajude a entender a ferramenta que lhe dá acesso a um direito que deveria ser dele.

É uma vergonha da maneira como está sendo feito, me desculpem aqui. E eu falo aqui pelo sentimento, como eu disse, para trazer um pouco de coração do nosso servidor, que é ponta de lança, que é a primeira fileira, que é a primeira trincheira de defesa dessa política de previdência social. Então, é preciso que a gente... Não há como falar de previdência social sem falar um pouco desse que executa essa política. Então, nós já fomos 40 mil servidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E digo aqui para o Floriano, nosso colega, dirigente sindicalista: quanto ao PEP, o senhor não encontra nada do PEP, que é o Programa de Educação Previdenciária, porque não há mais praticamente o PEP. Vejam, todos os servidores, os poucos que existem – nós éramos 40 mil, hoje somos pouco mais de 18 mil servidores – estão sendo uma linha de produção pressionada por reconhecimentos iniciais de direito, para analisar processo, para diminuir estoque, enfim, quantidade para além da qualidade. Então, o PEP, grande parte das políticas de educação previdenciária feitas pelos servidores, muitas delas, inclusive, feitas pelos profissionais do serviço previdenciário, assistentes sociais, enfim, reabilitação profissional, que iam aos municípios, isso acabou. Eles aumentaram a demanda para esses profissionais. Hoje eles praticamente não podem mais fazer nada além de atender e fazer laudo técnico do serviço social para a Loas. Eles não fazem mais essa política de conversar com os municípios, conversar com a população, ir atrás dos problemas e elucidar na ponta antes que chegue ao estado e aos municípios. Um dos reflexos disso é que os municípios estão sobrecarregados, praticamente nós terceirizamos o atendimento do povo mais vulnerável para os municípios, porque as agências não dão conta, estão desestruturadas, sem servidores, e esse modelo de atendimento perverso que foi instituído tem adoentado a todos nós.

Então, não existe realmente o PEP, porque realmente não vai, assim como grande parte dos trabalhos. Isso se reflete... Senador e todos nós, 40 mil passam para 18 mil. Ora, como é que nós vamos ter um sistema de fiscalização e controle decente com tão poucos servidores, com a capilaridade e o tamanho que tem o Brasil, com uma política tão essencial e importante quanto essa – a segunda maior distribuidora de renda acho que do mundo? Enfim, pelas nossas mãos, Sr. Senador, passam milhares, para não dizer milhões de reais, todo mês – todo mês. Nós não temos condições dignas nem de trabalho. Eu quero fazer aqui uma analogia – e peço permissão de falar – com o boia-fria, não tentando de maneira pejorativa, mas como a figura daquele trabalhador que é o exemplo da superexploração do homem sobre o homem, sem direitos. O servidor do INSS – é esse o sentimento – está se sentindo hoje um boia-fria: tem que dar conta de 1ha de cana e, na maioria das vezes, nem um instrumento afiado lhe é dado. Então, se ele vai ter que cortar com os dentes, o problema é dele, mas, no final do mês, ele tem que entregar aquele hectare – no final do dia, no final da semana. Tudo é pontuado, é metrificado. A lógica do mercado entrou no serviço público de uma maneira muito perversa, principalmente numa política que é humana, como a política de previdência social. E eu trago esse alerta aqui e todas as luzes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vermelhas que puderem ser acesas nesse sentido, porque isso se reflete no cidadão e está se refletindo.

Ontem, por exemplo, um trabalhador do INSS que já trabalha de madrugada, já trabalha final de semana, faz mutirão... Ontem, por exemplo, vocês devem ter visto as notícias, na Bahia, durante um mutirão, um segurado ameaçou botar fogo na agência. Olha o nível de indignação com que esse povo está com a política. Nós queremos trazer gente para essa política, nós queremos mostrar a importância dessa política. Como é que o INSS vira as costas para o segurado dessa maneira? Como é que ele deixa o povo nesse nível de indignação, a ponto de procurar outros profissionais para ter acesso ao seu direito?

Eu não faço críticas aqui ao advogado, quero falar para nossa colega da OAB aqui, faço muita palestra aqui na OAB local, temos muito contato aqui para tentar mostrar também o lado de dentro do INSS para o advogado, as dificuldades que nós passamos também. Não é uma crítica ao advogado, porque, no vácuo do Estado, seja o profissional do direito, seja outra pessoa, vai se utilizar desse vácuo e vai ter que prestar o serviço que o Estado não está prestando, que nós deveríamos estar prestando e que nós queremos fazer. Somos concursados para isso, Senador, todos nós.

Eu visito agências de todo o país, visito principalmente em meu estado, Santa Catarina, e é difícil entrar numa agência em que um servidor não esteja medicado, já não esteja com uma tarja preta, tal o nível de ansiedade em que ele trabalha, como eu disse, sem instrumentos adequados e tendo que cumprir metas cada vez maiores, sob uma pressão gigantesca, a valorização do servidor que executa essa política é praticamente zero, temos infinitos acordos de greve não cumpridos. Acreditem ou não, o vencimento básico do servidor do INSS não atinge um salário mínimo e grande parte da remuneração está atrelada, quase 77% da remuneração, a uma gratificação de desempenho e produtividade, que é uma espada constante na cabeça do servidor, causando ansiedade, causando depressão, causando mortes no local de trabalho, como eu disse.

Eu não estou dizendo isso por clientelismo, por ser um servidor, muito menos por ser um sindicalista, Senador e demais convidados, estou dizendo aqui porque existem estudos da UnB, em nível de doutorado e da Universidade Federal aqui de Santa Catarina, em parceria com o nosso sindicato aqui de Santa Catarina, que fizeram pesquisa junto com os segurados para ver o nível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de satisfação, o que está errado, e com os servidores, gente interna dentro do INSS, demonstrando que nós estamos com um grau de adoecimento e não é mais LER/Dort, Senador, não é mais esforço repetitivo, é doença mental, 90% é síndrome de doença mental, mostrando o nível de adoecimento do nosso servidor, de insatisfação no trabalho do nosso servidor e o grau de insatisfação do segurado, que perdeu a sua casa, perdeu a agência do INSS como referência àquele que vai procurar o seu direito.

Hoje, para chegar à agência do INSS, o senhor deve ter tido exemplos dos mais variados sobre isso, mas peço que o senhor e os colegas se informem sobre isso, vejam qual é a dificuldade para poder entrar numa agência do INSS hoje. Muitas vezes, o próprio vigia já lhe barra na porta: "Você tem agendamento? Tem senha? Tem isso, tem aquilo, tem aquele outro?".

Então, é muito complicado nós querermos falar de previdência, fortalecer – e é necessário que seja fortalecida – mostrar a pujança, a necessidade e a importância dessa política, quando internamente as engrenagens que movem esse mecanismo dessa política toda estão sendo corroídas, desvalorizadas, não está azeitado, o negócio não está indo. O modelo de atendimento utilizado hoje é completamente inverso àquilo que se propõe como missão de uma política de previdência da importância que é a política da previdência social.

Então, deixo aqui esse alerta, que é preocupante, Senador!

Veja você que, em 2017, nós éramos cerca de 19% de servidores. Lá nós ainda tínhamos uns 20 e poucos mil servidores, mas eram mais ou menos 19% de servidores que em algum momento durante o ano se afastavam, seja para fazer varizes, seja para fazer um procedimento qualquer ou se restabelecer de uma doença, enfim, alguma coisa nesse sentido. Isso são dados de 2017.

Dados agora de 2022, que são do próprio INSS, mostram que nós estamos chegando à casa dos 70% de servidores, dos poucos 18 mil que nós temos, que por algum motivo se afastam durante um ano, ou seja... E, se você for ver isso que nós buscamos sempre, o CID, que é relativo... Muitas vezes tu não consegues acesso a esses dados, porque são confidenciais, pessoais, enfim, mas, pela amostragem e trabalho feito pelas universidades, são CIDs de problemas relacionados à saúde mental. Isso é gravíssimo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos que retomar – eu acho que sim – investimentos massivos. O Governo tem que direcionar para essa política de investimentos massivos, valorização da carreira desse servidor. Nós precisamos de alguma maneira mudar essa estrutura remuneratória, incorporar essas gratificações, mostrar que alguém lá em cima olha por nós, porque hoje o servidor do INSS olha para cima e não vê resposta. Ele está sozinho. Ele está tendo que dar conta de segurar um mundo de coisas, numa política que tem uma legislação extremamente mutável, variável, com um grau de dificuldade muito grande, e está dando conta, porque é isso que nós fazemos, foi para isso que nós fomos contratados. Mas está, ao longo do tempo, ficando doente. Isso tem reflexos, como eu disse, na sociedade brasileira, no atendimento ao cidadão.

Então, me despeço aqui, cumprimentando o Senador pela iniciativa. Acho que uma semana é pouco também. Faço aqui coro com o Floriano. Acho que são problemas estruturais gravíssimos, e muito dessa educação, dessa reflexão, desse debate tão necessário – por isso apoiamos muito sua iniciativa com esse PL, Senador – será trazido à tona se tivermos tempo para fazer isso, se tivermos tempo para debater.

Deixo aqui o cumprimento novamente a todos. Deixo aqui o meu agradecimento pelo convite, em nome da Fenasps, sempre atuante, sempre na luta em defesa da previdência social em todos os fóruns, em todos os ataques, seja no sistema financeiro, seja de propostas, emendas e mudanças na legislação, sempre presente nessa luta.

E queremos contar sempre com o senhor, Senador, nessa luta, nessa defesa da previdência, seja no aspecto macro, seja no aspecto interno de valorização desses que querem, pretendem e devem fazer esse trabalho para a sociedade brasileira, mas que muitas vezes se veem impedidos de fazer isso.

Está bom? Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos, Luciano Wolffenbuttel Véras, Diretor da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps). Meus parabéns, Luciano. Você deu um relato. Se é para discutir previdência, temos que discutir também os profissionais que atuam nessa área. E você demonstrou, como outros aqui demonstraram, uma enorme preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse dado que você deu agora no final, que era de 18% e agora é de 70%, de servidores que, por algum motivo de doença psicológica, mental, enfim, e outros – né? –, tiveram um período de afastamento, 70%, merece de nós todos, claro, um carinho especial.

E que esta semana, ou um mês – sei lá como é que vai ser a votação final do projeto, não tem como eu prever –, sirva também neste aspecto: olhar os dependentes do sistema, mas também os servidores que abastecem, que atendem, que conversam com os nossos aposentados, pensionistas e outros que desfrutam dos justos benefícios da Previdência.

Parabéns, Luciano.

Agora, eu passo a palavra para o Secretário-Adjunto de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que eu conheço de inúmeras vezes que já esteve nas audiências públicas que promovi, o líder sindical Pedro Armengol. (*Pausa.*)

O tempo é seu, Pedro. (*Pausa.*)

Ele está na tela. (*Pausa.*)

O SR. PEDRO ARMENGOL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Agora, estamos. Muito bem, me avisaram que não estava chegando.

É com você, Pedro.

O SR. PEDRO ARMENGOL (*Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bom dia.

O SR. PEDRO ARMENGOL (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas que participam desta importante audiência.

Aqui, em nome da Central Única dos Trabalhadores, em primeiro lugar, quero agradecer pelo convite para participar deste importante debate aqui com representações do Governo, com representações da sociedade civil, como a OAB, com representantes de entidades sindicais, como os companheiros que já se pronunciaram aqui nesta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre este importante Projeto 2.783, de sua autoria, como sempre preocupado com este debate tão complexo sobre a previdência no Brasil... Até lendo aqui o objetivo principal, que é o período de uma semana ou de um mês talvez – também já advogo aqui que eu acho que deveria ser um mês para a gente tratar sobre previdência no Brasil, pois daí é pouco –, em todo o território nacional, para ações de promoção da educação e conscientização com vistas à inclusão... E eu destaco bem a palavra "inclusão", porque, infelizmente – e eu queria aqui contribuir aqui neste debate com uma visão mais ideológica –, infelizmente, no Brasil, como, acho, em todo o mundo, principalmente a partir do final da década de 80, início da década de 90, com o viés da doutrina neoliberal, se aprofunda no Brasil e no mundo, mas falando aqui de Brasil, o viés de que o Estado não tem responsabilidade de dar proteção social aos seus cidadãos e cidadãs. E aí começaram os ataques... Inclusive, um dos focos e um dos alvos é justamente a previdência. Desde o início da década de 90 (*Falha no áudio.*) ... três reformas no Brasil: uma reforma no Governo Fernando Henrique, uma reforma no (*Falha no áudio.*) ... uma reforma no Governo Bolsonaro. E parece que não é suficiente (*Falha no áudio.*) ... elas têm na essência um elemento que está fora desse objetivo aqui, que é o da exclusão das pessoas dos sistemas de previdência, diminuindo, inclusive, a inclusão. Ao invés de incluir, é para excluir. Todas elas têm este viés de aumentar, inclusive, as desigualdades sociais no momento em que dificulta o acesso à aposentadoria, especialmente daqueles mais pobres e das mulheres, que num debate, que, inclusive, sempre... Não é por acaso – isso foi muito colocado aqui pelo companheiro da Anfip – que se desvincula o debate de previdência do debate do sistema de seguridade social, né? Inclusive, quando joga para a população, parece que o sistema de previdência, a previdência social é responsabilidade só do empregador e do trabalhador. Tiram, inclusive, de forma proposital... passam o debate de que o Estado não tem nenhuma responsabilidade. O Estado é só para arrecadar a contribuição do empregador e a contribuição do trabalhador. Quando, não, isso não é real. O que está garantido na Constituição é que é um tripé. É o sistema de seguridade que envolve previdência, assistência e saúde. E eu não vou aqui entrar em debate com a Anfip, porque é especialista, né? Mas a Anfip já demonstrou aqui os dados de que o sistema de seguridade social, inclusive, desmistifica este debate do déficit da previdência, tanto da previdência privada, do INSS, como da previdência pública, do Regime Próprio de Previdência.

Inclusive, eu particularmente também sou servidor público aposentado, estou muito preocupado hoje com o Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos, principalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando esse regime próprio também está sendo atacado, há muito tempo, chegando à possibilidade de inviabilização. Inclusive, nós estamos agora com uma agenda na Câmara de uma reforma da previdência que tem tudo a ver com este debate aqui. No momento em que se aponta claramente para se flexibilizar a forma de ingresso no serviço público, os vínculos empregatícios, o que vai ter reflexo diretamente no regime próprio, no momento em que você diminui a quantidade de trabalhadores que vão contribuir com o sistema de regime próprio, e é essa perspectiva que está colocada quando se estimulam os contratos temporários de trabalho, quer dizer, para ir jogando a maioria para o INSS.

Inclusive, já aconteceu no passado jogar o pessoal para previdência complementar, está se colocando uma perspectiva clara de inviabilização dos regimes próprios de previdência em nível de União, de estados e municípios, que envolvem aí 12 milhões de trabalhadores aproximadamente no Brasil, né? E inclusive, no momento também se debate se a contribuição é tripartite. No caso dos regimes próprios, na maioria dos casos, realmente não é nem tripartite, é só a contribuição do servidor público, porque na contribuição dos entes públicos, estados, municípios, normalmente há uma sonegação muito alta também.

Então, é isso que está colocado, da dificuldade do acesso, o aumento da idade mínima. Inclusive, essa elevação desconsidera as diferentes expectativas de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, porque uma coisa é o trabalhador que trabalha principalmente na área urbana, outra coisa é o trabalhador que está lá na zona rural, trabalhando puxando enxada – e a minha origem é lá –, sem considerar a expectativa de vida de um e de outro. Isso é injusto, no mínimo injusto, você não considerar as diferentes expectativas de vida de acordo com a questão laboral e, inclusive, a questão regional, né? Desvincular, como já coloquei aqui, a questão da previdência do sistema de seguridade social, isso é proposital também, e com o foco única e exclusivamente na visão fiscalista, de ajuste fiscal.

Inclusive, nos últimos 30 anos já teve três reformas e, de vez em quando... Ouvi recentemente de vários setores que é urgente uma nova reforma, porque já há um desequilíbrio que vai estourar o sistema, né? E não é colocado no debate de forma correta, porque é um debate manipulado ideologicamente. Primeiro nesse elemento de que o sistema é responsabilidade só do trabalhador e do empregador, excluindo inclusive a responsabilidade opcional que o Estado tem com o sistema de previdência, inclusive desvinculando o sistema de previdência da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguridade social. Então, uma semana ou um mês desses é importante para a gente solidificar um outro nível de debate, em que há alternativas para as questões que envolvem a previdência que não é só essa de viés fiscal, de fazer essa continha de matemática, contribuição vezes benefício. É muito mais amplo do que isso, mas é isto que é colocado para a população: a contribuição do trabalhador vezes o gasto com o benefício que o trabalhador recebe. Mas, por exemplo, de acabar... Já foi colocado aqui muito bem pela Anfip, né? Eu ratifico, inclusive, as posições na questão das políticas de desonerações fiscais. De forma macro, alguns estudiosos da área já disseram: se você diminuir as desonerações, você reduz aí os déficits em aproximadamente 40%, só com as desonerações fiscais.

Tem um outro elemento que também não é muito colocado no debate, também de forma proposital, que é a questão das dívidas previdenciárias das grandes empresas destinadas a programas sociais e previdenciários. Inclusive, a Fundação Getulio Vargas – eu estava vendo um dado – calcula que, no Brasil, se perde cerca de R$480 bilhões por ano em decorrência da sonegação fiscal.

Bem, eu acho que essas são pautas que normalmente não são colocadas nas narrativas; inclusive, é colocado para a população sobre a necessidade de reformas. E é por isso que, a cada governo, essa agenda volta como uma conta meramente matemática de contribuição e benefício.

Nós acreditamos que destinar uma semana ou um mês para aprofundar esse debate, não só no viés fiscalista, não só no viés neoliberal de que se diminua a proteção social do Estado, inclusive agredindo os próprios princípios que estão na Constituição de 1988... E esse é o objetivo dessa visão mais neoliberal, é diminuir a proteção social do trabalho, né? E é um processo de disputa! Então, é importantíssimo ter uma semana ou ter um mês para a gente, inclusive, qualificar essa disputa, qualificar essa disputa para sair dessa visão meramente meritocrática de conta de matemática, porque não é só isso – há as políticas que envolvem a previdência e a política de seguridade social, que é muito mais ampla. E é nessa perspectiva que nós acreditamos ser importante uma semana para a gente fazer esse debate.

Então, queria aqui mais uma vez parabenizar o senhor, Senador Paim, por essa iniciativa e colocar aqui a Central Única dos Trabalhadores também à disposição para estarmos juntos nessa luta, nessa defesa da criação dessa semana, desse mês, para estar se trabalhando um debate

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre previdência que vá além dos olhares meramente capitalistas de redução de proteção social do trabalho no Brasil.

Então, muito obrigado e boa sorte para todos nós no encaminhamento dessa matéria, na perspectiva da aprovação mais imediata dela. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Pedro Armengol. (*Palmas.*) Ele é Secretário-Adjunto de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Meus cumprimentos a você, Pedro, pela liderança e pelo trabalho que tem feito.

Como afirmou aqui, nós temos que aprofundar este debate; oxalá, como foi proposto aqui, na mesa, em uma semana ou pelo menos um mês, porque o direito dos trabalhadores é sagrado. Por isso que nós temos o que eu chamo do novo estatuto do mundo do trabalho, sendo debatido já há cinco anos, e vamos nos aprofundar, para ver se conseguimos aprovar dentro dessa visão de proteção ao nosso povo, à nossa gente, aos idosos, aos aposentados, aos pensionistas de todo o país, aos trabalhadores do campo e da cidade, de todas as áreas. E aí, claro, estão incluídos também os servidores.

Conte conosco. Eu já me propus a fazer o debate em todos os estados, não só desse projeto, mas discutindo o mundo do trabalho, que é o eixo do estatuto. O mundo do trabalho e, naturalmente, no mundo do trabalho tem a previdência, né? Vamos avançar.

Patrícia Bettin Chaves, Defensora Pública Federal da Defensoria Pública da União (DPU).

Eu queria, Defensora – porque o pessoal me lembrou, e eu faço questão –, cumprimentá-la pelo belo trabalho que vem fazendo como Defensora Pública, defendendo sempre os mais vulneráveis. O seu trabalho, Sra. Patrícia Bettin Chaves, é exemplar. V. Sa., como Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão Previdenciária da DPU, quando foi convidada para estar na CPMI do INSS, fez lá uma exposição brilhante, demonstrando toda a sua competência. Parabéns pela postura firme, profissional, não se intimidando, mas falando aquilo que V. Exa. entendeu. Eu assisti, porque, naquela oportunidade, eu estava lá representando a Senadora Eliziane Gama, e votei, inclusive, na visão do Governo sobre o tema. Depois, embora à distância, eu pude acompanhar a sua fala. Foi uma das melhores falas que eu vi naquela CPMI. Meus cumprimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a V. Exa. É um orgulho tê-la aqui, neste momento, para discutir este tema, que, na verdade, é discutido aqui: a previdência.

A palavra é sua, Patrícia Bettin Chaves, Defensora Pública.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas. É uma honra estar participando desta audiência pública após uma CPMI com o depoimento de sete horas, que ocorreu na quinta-feira. Gostaria aqui de contribuir, cumprimentar o Senador Paulo Paim pelo convite e todos que estão fazendo sua exposição. Quero demonstrar aqui um pouco da visão da Defensoria Pública da União em relação ao sistema da seguridade social, previdência e assistência.

Esse Projeto de Lei 2.783 é muito importante, e a Defensoria Pública apoia esse projeto, porque tem muito a ver com essa questão, e a nossa atuação é uma atuação muito expressiva no direito previdenciário.

Entre os anos de 2018 e 2025, a Defensoria Pública da União realizou em torno de 4 milhões de atendimentos em matéria previdenciária, abrangendo aí diversos benefícios previdenciários e assistenciais, entre eles, benefícios por incapacidade temporária, o BPC (benefício de prestação continuada), a aposentadoria por incapacidade permanente, pensões por morte, salário-maternidade e auxílio-reclusão.

A atuação da Defensoria Pública da União é na defesa, prestando assistência jurídica, integral e gratuita àquelas pessoas que não possuem condições de custear um advogado, ou seja, as pessoas mais vulneráveis deste Brasil.

A Defensoria Pública da União não está em todos os lugares como deveria estar. A Defensoria Pública da União está, hoje, em apenas 60% das subseções judiciárias federais, ou seja, nós não conseguimos ainda atingir toda a população que precisa da Defensoria Pública da União.

Apesar disso, nós somos apenas 683 defensores públicos federais, que fazem um excelente trabalho, inclusive na área previdenciária.

Dentro desse trabalho, eu gostaria de ressaltar que, para além das ações judiciais, a Defensoria Pública da União também tem uma atuação importante na esfera extrajudicial,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destacando aqui que nós participamos de grupos de trabalho interinstitucionais e entre instituições, Ministério Público Federal, INSS, AGU...

Nós participamos também de um comitê executivo que acompanha os prazos da análise dos benefícios do INSS. Esse comitê executivo é decorrente de um acordo que foi firmado no STF. Nós participamos das reuniões bimestrais que são feitas presencialmente em Brasília, onde são apresentados os relatórios sobre os prazos.

Participamos também... É a nossa atribuição fazer programas e projetos de educação em direitos.

Então, a Defensoria Pública da União já faz muitas atuações itinerantes, em comunidades que não têm acesso à Defensoria Pública da União – comunidades quilombolas, indígenas, comunidades ribeirinhas... É feita uma atuação itinerante da Defensoria Pública da União.

Participamos também de alguns projetos de educação em direitos, até Defensoria Pública da União nas escolas, inclusive. Esses são projetos já da Defensoria Pública da União há longos anos.

E acreditamos que, além das ações judiciais, a atuação da Defensoria Pública é muito importante na esfera extrajudicial, em que as decisões são construídas entre as entidades, entre os órgãos, principalmente na questão dos prazos para análise de benefícios, na questão da demora da fila da Perícia Médica Federal... Todas essas questões são acompanhadas pela Defensoria Pública da União.

E gostaria de destacar aqui algumas conquistas que nós conseguimos, de forma extrajudicial, diretamente com o INSS, diretamente com a AGU. Foram em relação à gratuidade das ligações para o 135 – elas não eram gratuitas –, de celular, e nós conseguimos e avançamos na negociação em relação a isso – a gratuidade da ligação para o 135.

A nossa atuação também foi muito forte em relação aos descontos associativos – e hoje a gente sabe que está uma CPMI em andamento... Nós também atuamos fortemente (*Falha no áudio.*)... a exigência de registro biométrico para os estrangeiros residentes aqui no Brasil. Nós ajuizamos uma ação civil pública e, dessa ação civil pública, oficializamos, agora recentemente, um acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e o INSS também para que a União e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

INSS aceitem o Registro Nacional Migratório ou um documento provisório como comprovante de biometria dos estrangeiros, porque hoje a lei exige que cada pessoa que vai fazer um requerimento de benefício de prestação continuada tenha e comprove o registro biométrico. E o registro biométrico só pode ser comprovado de três formas: ou com a Carteira de Identidade Nacional, ou com o título eleitoral, ou com a Carteira Nacional de Habilitação. Então, além dos estrangeiros, muitas pessoas mais vulneráveis têm dificuldade de ter esse tipo de documento. Então, a Defensoria Pública da União foi atuando e conseguiu fechar, agora recentemente, um acordo que é muito importante para a nossa atuação.

Além disso, a Defensoria Pública da União faz algumas cartilhas de orientação jurídica para a população. Essas cartilhas estão disponíveis nas redes sociais. Nós temos uma cartilha especificamente só de direito previdenciário. E, dentro dessa cartilha e nos processos que a gente atende, nos atendimentos da Defensoria Pública da União, há sempre uma orientação e se ressalta sempre a importância de se contribuir para o sistema da previdência social. Sempre temos essa preocupação de divulgar e orientar todas as pessoas assistidas a fazer a sua contribuição ao INSS, que ela é importante para garantir a proteção dos direitos previdenciários, principalmente em relação ao segurado facultativo de baixa renda, que é aquele que contribui com uma contribuição menor de 5%. Então, nós orientamos essa população em relação a essa contribuição e também fazemos as orientações quando esse tipo de contribuição não é reconhecido pelo INSS para fins de algum benefício, porque isso acontece muito. Como esse tipo de contribuição é uma contribuição reduzida e tem certos requisitos legais, em alguns casos, no momento em que o segurado vai pedir o benefício, essas contribuições não são reconhecidas. Então, a Defensoria Pública da União também faz uma atuação aí, orientando o segurado de qual a forma que ele deve fazer, qual o código necessário que ele tem que contribuir, qual o procedimento que ele tem que fazer para validar essas contribuições, e também quando ele faz contribuições que são inferiores ao salário mínimo. Então, toda essa atuação transcende a questão judicial e tem uma atuação extrajudicial do segurado e da pessoa que é assistida pela Defensoria Pública da União.

E eu acredito que esse projeto e a criação da Semana Nacional da Previdência Social – até concordo com os demais expositores que talvez tivesse que ser um mês realmente de discussões sobre previdência social –, isso é muito importante. A gente tem que trabalhar, a gente tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

priorizar os grupos de trabalho entre as instituições, para evitar essa massividade de ações judiciais que a gente tem hoje dentro da previdência social.

O INSS é um dos maiores réus da Justiça Federal, há milhões de ações ajuizadas em relação ao INSS, contra o INSS. Então, a gente acredita que o trabalho é muito além da judicialização, mas, sim, construir pontes, construir acordos e uma atuação extrajudicial, para a gente melhorar o sistema da previdência social.

Aí, fazendo até um apelo, é que nós somos 683 defensores públicos federais para atender toda a população que não possui condições de custear um advogado. Fazendo um paralelo com o que se falou – acredito que foi o Luciano, representante do sindicato dos servidores –: nós temos conhecimento das condições estruturais do INSS, do número de servidores, que foi reduzido, assim como o número de peritos médicos federais foi reduzido ao longo do tempo, e nós também, na Defensoria Pública da União, temos essa dificuldade de atuar com poucos defensores e não conseguir atingir toda a população que faz jus à nossa assistência jurídica. Então, compartilho do que foi falado em relação aos servidores do INSS. Isso – a falta de servidores do INSS, a falta de médicos peritos do INSS – reflete na fila de espera, na concessão desses benefícios. Hoje nós temos uma fila de espera bem expressiva, e a falta de estrutura do INSS é que reflete isso. Então, acho que nós temos que passar também pelo fortalecimento dos órgãos públicos, pelo fortalecimento do INSS como instituição, pela capacitação desses servidores, pela valorização dos servidores públicos do INSS. Dessa forma a gente vai poder atingir melhorias e garantir um sistema mais acessível e mais justo aos cidadãos.

Então, a Defensoria Pública da União está aqui falando pelas pessoas mais vulneráveis, aquelas que não têm acesso à previdência, aquelas que precisam de uma agência presencial do INSS para poderem ser atendidas, porque elas não têm a capacidade de fazer um requerimento por meio do Meu INSS ou pelo 135. Isso dificulta também muito o acesso à população carente. Então, o atendimento presencial deve retornar nas agências do INSS, ele deve ser priorizado para essas pessoas de baixa renda, essas pessoas que não têm conhecimento para fazer esse tipo de requerimento. Isso foi originado com a digitalização dos requerimentos do INSS, o que já foi falado aqui. Isso causa muitas vezes a desproteção dessas pessoas que são mais vulneráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a atuação da Defensoria Pública é preocupada com essas questões, com os mais vulneráveis, para que o acesso aos seus direitos seja garantido.

Então, me coloco aqui à disposição, a Defensoria Pública da União se coloca à disposição a participar dessa Semana Nacional da Previdência Social e a também contribuir com cartilhas, palestras, educação e direitos.

É essa a minha contribuição.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nós que agradecemos, Dra. Patrícia Bettin Chaves, Defensora Pública Federal da Defensoria Pública da União.

Parabéns pela fala, como foi também lá na CPI, que enfatizou, como outros aqui já destacaram, a falta de funcionários, inclusive de defensores, e de melhor estrutura para atender o povo, principalmente, aqui, no caso da previdência, da nossa seguridade social, sendo mais amplo, e, ao mesmo tempo, o papel dos defensores, que, de fato, eu acompanho há muitos e muitos anos, e são eles que defendem os mais vulneráveis no nosso país.

Agora nós vamos para as considerações finais.

Eu vou pedir a cada um que use no máximo de três a cinco minutos, para que a gente consiga terminar no máximo, no máximo, até meio-dia e dez, considerando que os funcionários também têm que almoçar e à tarde tem outra atividade.

Mas antes ainda – porque é de ofício, mas para informação de todos –, eu vou ler aqui as perguntas do e-Cidadania. Como tem pouco tempo, se cada um quiser escolher uma ou duas perguntas, fique bem à vontade para responder. Eu peço para à assessoria que possa imprimir para dar para os que estão presentes, pelo menos.

Edfran, do Amazonas: "Como o PL 2.783/2022 pode incentivar a formalização do trabalho e a inclusão previdenciária?".

Luís, de São Paulo: "Como funcionará o acesso à Semana Nacional da Previdência Social? Os povos indígenas, quilombolas e moradores da zona rural serão incluídos?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sérgio, do Rio de Janeiro: "Uma semana é um [...] [bom] começo, mas como podemos transformá-la no início de um diálogo permanente sobre o futuro do nosso pacto previdenciário?".

Bernardo, do Rio Grande do Sul: "Por que a má gestão da Previdência recai sobre o trabalhador, enquanto o Estado segue gastando mal recursos arrecadados?".

Carlos, do Rio Grande do Sul: "Não seria correto existir uma certa obrigatoriedade para que todos participassem da Previdência Social?".

Taynara, do DF: "Como o Governo medirá o sucesso da Semana da Previdência? Que indicadores avaliarão a conscientização e o aumento de filiações?".

William, de São Paulo: "Se [...] todo [...] informal se formalizar, [...] o déficit será resolvido? Há estudos sobre [isso]?".

Paulo, do DF: "Vivemos uma grande instabilidade nas aposentadorias. [...] Como apostar no sistema diante desta realidade [de um possível colapso]?".

Aguinaldo, de São Paulo: "Porque não é possível ao beneficiário fazer contribuições voluntárias, como na previdência privada, a fim de aumentar [o valor] da aposentadoria?".

Francisco, de São Paulo: "[...] o Brasil está envelhecendo rapidamente. Como [...] [o país] irá garantir a sustentabilidade dos sistemas previdenciários?".

Ainda, Josenildo, de Pernambuco: "[...] [É preciso] separar a Previdência para quem paga [...]. [Para os] não pagantes, [...] [deve-se] criar uma assistência social".

Márcio, de Minas Gerais: "Deveriam retomar a ideia de criar um sistema previdenciário opcional de capitalização. O atual sistema é insustentável". Essa pergunta seria importante que alguém da mesa respondesse, porque, como eu digo sempre, capitalização... Eu vou falar porque eu já fiquei contra, não é?

Capitalização cada um pode fazer; fica na previdência, vai lá e faz uma poupançazinha e pronto. Ninguém proíbe de você ter a sua poupança como é a capitalização, você tem dinheiro depositado, seja num fundo de pensão, seja numa poupança particular. E, aí, o atual sistema se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manterá com aqueles que preferirem continuar no sistema, independentemente de você poder fazer a sua capitalização.

Lauro, do Rio Grande do Sul: "É difícil acreditar na Previdência Social. No meio da jornada mudam as regras e você perde os seus direitos. Vide o fator previdenciário".

Lucienne, do Rio de Janeiro: "Que possamos pensar em outras políticas públicas para diminuir a enorme distância de contribuição entre os trabalhadores formais e informais".

Cláudia, de Santa Catarina: "Reformular o sistema previdenciário é mais que urgente, seu colapso vai fazer ruir o sistema inteiro e impactar toda a sociedade".

Pelo nível das perguntas, vocês vão percebendo que está criando um temor na população em relação ao nosso sistema, uns aqui chegam a falar até em capitalização.

O que eu quis dizer e repito, faça a sua poupança como você puder e quiser, mas não prejudique a previdência pública. Oxalá todos estivessem na previdência pública e pudessem fazer a sua poupança, ninguém proíbe uma poupança particular de cada um de nós.

Mas, vamos lá.

Vamos, agora, num período de, no máximo, três a cinco minutos.

Comecemos de novo pelo Eduardo da Silva Pereira, a quem eu agradeço muito, que veio representando o Ministério da Previdência Social e é Diretor do Departamento de Regime Geral da Previdência Social.

Por favor, Dr. Eduardo.

O SR. EDUARDO DA SILVA PEREIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Enfim, todas as falas aqui trataram de diversos aspectos da previdência: a questão da representação; a atuação do Conselho Nacional de Previdência; a questão do déficit de recursos humanos do INSS; questões estruturais; questões relacionadas à informatização; enfim, são muitos temas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria só de, nesta minha fala final, destacar dois aspectos aqui que vieram das perguntas que têm a ver com a questão da capitalização e têm a ver com a questão de, se todas as pessoas passarem a contribuir, o déficit da previdência será resolvido.

Então, na primeira questão, a da capitalização. Eu gostaria de destacar o seguinte, o sistema de proteção social que a gente... Capitalização é uma solução individual, cada um resolve o seu e nisso você não constrói uma sociedade em que cada um fala assim: "eu cuido do meu e o resto que se exploda". Não é essa a lógica de um país, não é a lógica de uma sociedade que quer ser inclusiva e que quer melhorar a condição de todas as pessoas.

As pessoas que têm muitos recursos podem se proteger sozinhas, contratam seus planos de capitalização individual, fazem sua poupança e conseguem se proteger sozinhas, mas quando você pensa nas pessoas com menor renda, nas pessoas que estão trabalhando no campo ou que são trabalhadores com baixas remunerações no meio urbano, essas pessoas não conseguem fazer as suas poupanças sozinhas, elas precisam dividir o risco da vida com outras pessoas na sociedade e para isso que existe a previdência social. Todas as pessoas contribuem, todas as pessoas participam, e, quando houver um problema, quando houver uma situação em que a pessoa não possa trabalhar, todos ajudam a contribuir, todos contribuem para que aquela pessoa que não pode trabalhar tenha um recurso e consiga sustentar-se e à sua família durante o período em que não possa trabalhar. Essa é a lógica, é a lógica coletiva, que a gente chama de mutualismo, em que você distribui o risco para todo mundo. Quem tem recursos consegue se salvar, mas quem não tem faz como? As pessoas precisam se agrupar, se ajuntar e, de forma coletiva, resolver seus problemas. Então, essa é a lógica do nosso sistema de proteção social, e é por isso que a capitalização não é uma solução para esse tipo de proteção que se quer criar.

E o outro ponto, a outra pergunta interessante era assim: se todos passarem a contribuir, o déficit será resolvido? Bem, a gente aí tem que ver a seguinte situação: se todos passarem a contribuir como, né? Se todos passarem a contribuir como microempreendedores individuais ou como facultativos de baixa renda, que são as pessoas que pagam as menores alíquotas, não vai resolver o problema de financiamento, porque as contribuições vão ser muito baixas e eu não vou conseguir ter recurso suficiente para sustentar o sistema. Então, é preciso que as pessoas contribuam, que o maior número possível de pessoas contribuam com maiores valores para a previdência. E como é que você faz isso? Através dos vínculos de emprego; porque, quando eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho vínculo de emprego, não só eu contribuo, o meu empregador contribui também. Então, são dois entes que estão contribuindo, e não só o trabalhador, né? E eu consigo, então, financiar melhor o sistema. Se todos os trabalhadores contribuíssem na forma de empregados, com relações de vínculos de emprego, a gente teria realmente uma diminuição da necessidade de financiamento – eu não gosto de falar "déficit", a gente sempre fala "uma necessidade de financiamento", que é o que se precisa colocar ali no sistema para que ele funcione –, a gente conseguiria ter uma redução significativa dessa necessidade de financiamento.

Isso não significa também que, no longo prazo, não serão precisos novos ajustes, né? Como foi colocado aqui, a população envelhece, a gente tem mudanças estruturais no mercado de trabalho, a gente tem envelhecimento populacional, daqui a algum tempo menos pessoas estarão... menos jovens estarão entrando no mercado de trabalho, e a gente vai precisar, naturalmente, fazer essa revisão do modelo. E acho que a gente tem que encarar isso de uma forma meio natural. A sociedade é dinâmica, a gente trabalha numa política que vai durar 30, 40, 50 anos, e eu não posso achar que eu vou ficar 30, 40, 50 anos com a mesma política sem mudar nada. As coisas vão evoluindo, a sociedade evolui e o sistema de proteção social precisa evoluir conjuntamente, para que a gente consiga ter um sistema que seja sustentável, e – eu sempre falo – sustentável com a participação de trabalhadores, empregadores e governo. O governo é um participante da previdência social, ele deve contribuir e tem contribuído, assegurando o financiamento desse sistema quando as contribuições não são suficientes.

Mas é isso, eu queria agradecer, então, mais uma vez, Senador, e dizer que esse projeto acho que é muito importante, ele vai ajudar bastante que a gente dissemine essa consciência e essa preocupação com a previdência social, se a gente tiver esse espaço na agenda institucional para trazer esses temas e, anualmente, fazer essa discussão de uma forma mais ampla e com maior participação dos diversos segmentos da sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*) Muito bem, Dr. Eduardo da Silva Pereira, Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As duas perguntas que respondeu, permita que eu diga, o fez de forma redondinha. Eu diria que, se eu as respondesse, copiaria o que o senhor respondeu. É isto mesmo, a capitalização... V. Sa. respondeu com muita competência e apontou caminhos.

Vamos em frente. Ele falou por cinco minutos. Como eu percebi e o tema é muito amplo, eu vou de imediato dar cinco minutos. Quando der quatro minutos, toca o sinal, daí tem que concluir. O.k.? Que todos fiquem no máximo em cinco minutos.

Agora, passo a palavra ao Sr. Wanderson Dias Ferreira, Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E isso é porque eu uso óculos. (*Risos.*)

Se eu não focar bem... A letrinha está pequena.

É o Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). Cinco minutos – em quatro, toca.

O SR. WANDERSON DIAS FERREIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Como fala final, eu gostaria de ressaltar a importância do PL 2.783, citando quatro números aqui para poder ilustrar a importância do tema: a Previdência Social movimentou, no ano 2024, cerca de 10% do PIB brasileiro; 69% dos benefícios previdenciários são iguais a um salário mínimo ou menores que ele, ou seja, aí conseguimos perceber qual é o perfil dos beneficiários; em 73,7% dos municípios brasileiros, o valor dos benefícios previdenciários que são injetados na sua economia é maior do que o valor repassado a título do Fundo de Participação dos Municípios; e, por último, o percentual que o Governo aporta para complementar a necessidade de financiamento é algo em torno de 33%.

Por esses números, a gente consegue perceber a importância de que nós tenhamos, no mínimo, uma semana para debater o tema da Previdência Social no nosso país, ou seja, debater o financiamento adequado, a infraestrutura de atendimento, a questão de educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdenciária, seja na educação básica, seja na academia mesmo, nas universidades, e também a defesa dos direitos já conquistados.

E, agora, partindo para as perguntas, nessa esteira, teve duas perguntas bem interessantes. Uma foi da Taynara, do Distrito Federal, a outra foi do Edfran, do Amazonas, sempre colocando que a criação da Semana Nacional da Previdência Social... Como o Governo vai medir a eficácia, a eficiência desses atos? E também como é que pode formalizar...

Um aspecto que eu gostaria de deixar como sugestão é que se pensasse efetivamente... Nós temos a necessidade, que eu procurei enfatizar através dos números... E eu gosto muito dos números – por ser auditor-fiscal, é uma questão que quase não consigo separar da minha pessoa. Que tenhamos, no bojo deste projeto, mecanismos... Que nós tenhamos o incentivo, tenhamos o debate, mas tenhamos mecanismos reais para poder acompanhar e ver se todo o esforço que a gente vai envidar nesses debates... Que eles ganhem objetividade, objetividade na discussão, mas que também nós possamos medir e ver se a gente está conseguindo obter ganhos reais, e a gente precisa ter ganhos.

No mais, eu gostaria de, para finalizar, agradecer mais uma vez o convite do Senador Paim e dizer que a Anfip, como parte da sociedade civil organizada, se coloca à disposição para o debate e para ajudar na construção de uma previdência social pública mais forte e, além, na defesa da seguridade social brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos, Wanderson Dias Ferreira, Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. Ele deixou uma série de contribuições, a minha assessoria disse que anotou. Se não anotou, se faltar alguma, é só fazer contato com ele. Mas parabéns pelas contribuições, todas elas muito importantes. Tem umas anotações que ele fez, pode pegar com ele também. (*Risos.*)

Vamos em frente.

Leonardo Gomes Fonseca, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social do Estado de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO GOMES FONSECA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, queria colocar aqui um aspecto muito importante. A previdência social brasileira é um exemplo no mundo inteiro, e o brasileiro, às vezes, tem o hábito de não valorizar as coisas nacionais. A gente que já viajou alguma vez para fora do Brasil vê que muitas coisas são valorizadas fora, e aqui dentro alguns brasileiros não as valorizam. E uma coisa de que nós temos que ter orgulho, como brasileiro, é ter uma previdência social da forma que nós temos aqui no Brasil. Então, esse é o ponto principal. Todo mundo que estiver vendo esse vídeo, vamos divulgar isso também, passar isso para outras pessoas.

Eu também apoio que não seja apenas uma semana, mas o ideal seria um mês, realmente.

E, sobre essa proposição, uma das perguntas que foram feitas – como trazer mais pessoas para contribuir de forma generalizada, a pergunta foi mais ou menos isso –, eu acredito que esse objetivo que a gente está debatendo hoje, a implementação disso é uma forma e também a questão que eu coloquei inicialmente, de implementação como matéria complementar dentro das escolas, e que isso percorra todo o percurso dos estudantes, desde o ensino básico até a faculdade. Isso vai ajudar bastante na disseminação desses benefícios da importância da previdência.

Outra questão que eu não poderia deixar de reforçar é a valorização dos servidores para que eles tenham mais qualidade, estrutura de trabalho, para que consigam, com o apoio, não como suplementação do trabalho do servidor, mas com o apoio da inteligência artificial, da automatização, das novas tecnologias, que essas tecnologias venham, ao longo do percurso, a ajudar no atendimento e diminuição da fila. É importante, acima de tudo, também atender as pessoas. Conforme foi falado, a gente percebe que, desde a pandemia, direcionou-se tudo para o digital, e nós temos ainda no Brasil muitas pessoas, entre aspas, "analfabetas" digitalmente. Então é preciso atingir essa camada da população. Talvez, uma sugestão, de repente, seria implementar nas próprias agências do INSS, na entrada das agências, que houvesse um direcionamento para instrução à população de como usar a tecnologia. Porque, assim, embora as pessoas tenham essa dificuldade, a pessoa prefere fazer o pedido no celular, se ela tiver condição, a se deslocar a uma agência. Às vezes, principalmente as pessoas idosas têm essa dificuldade de locomoção, né? Então, que essas pessoas que não consigam isso também consigam ser atendidas, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a questão da valorização do servidor, da estrutura de trabalho, que ele seja valorizado, que ele tenha estrutura para trabalhar de forma a conseguir entregar um trabalho. Tendo em vista a estrutura que a gente tem hoje, eu acredito que o trabalho é de excelente qualidade, mas ele não chega assim para a população, devido às nossas estruturas um pouco ainda arcaicas, né? A gente tem sistemas que caem a todo momento, e isso impacta bastante.

A tecnologia, como eu falei, acredito que vai ajudar também a diminuir a fila, essa implementação também. Eu achei muito importante essa elucidação do nosso colega anterior, em que ele fala da questão da seguridade e não da previdência, do INSS especificamente. Então, no projeto de lei, eu vi aí a questão da transparência com relação à arrecadação, a pagamentos, e eu sugeriria que isso fosse feito em nível de seguridade social, porque, conforme foi muito bem mencionado, o INSS não distribui a renda só do que ele arrecada, patrão e empregado, né?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO GOMES FONSECA (*Por videoconferência.*) – E para fechar, gostaria de deixar aqui à disposição o Sinssp, o sindicato exclusivo dos servidores do INSS. Ele está à disposição para esses debates.

E quero agradecer mais uma vez ao Senador pela iniciativa tão importante para a sociedade brasileira, como sempre tem feito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Leonardo Gomes Fonseca, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social do Estado de São Paulo, que enfatizou, inclusive, este debate que naturalmente vai ser feito nas Comissões, de não ser só a previdência, mas ser a seguridade social. Esse é o destaque que ele dá.

Elizângela Costa da Silva, Dra. Elizângela, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Previdenciários e Seguridade da OAB.

A SRA. ELIZÂNGELA COSTA DA SILVA (Para expor.) – Senador, foi colocada uma ponderação, a questão do Meu INSS que foi colocada – não sei se foi o Luciano – é uma fragilidade do sistema, porque o Meu INSS é um aplicativo do celular, e muitos idosos, pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

analfabetas não têm esse acesso, não sabem mexer. E acabam procurando um parente, um vizinho. E esse acesso ao sistema do Meu INSS é pelo Gov. Então, quando você cria esse aplicativo e baixa, ele dá acesso a todas as informações do Gov.

Então, nessa cartilha, nesse projeto que vier a ser colocado, vamos pensar um pouco também em como proteger esse idoso que não tem acesso a essas informações; se ele, indo diretamente à agência, vai ser bem atendido, se ele vai ter acesso a essas informações. A minha preocupação nesse aplicativo Meu INSS é justamente isso, porque o idoso e o analfabeto não têm acesso a isso e acabam procurando vizinhos, amigos, e eu tenho muito medo desse acesso, né? Então vamos pensar um pouquinho, nesse aplicativo, sobre o que a gente pode fazer para proteger essas pessoas que não têm essa informação.

A Defensoria disse que tem cartilhas informativas. Como ter conhecimento delas? Como a população pode ter conhecimento dessas cartilhas? Porque, como advogada, eu mesma não tinha conhecimento de que a Defensoria tem esse projeto dessas cartilhas que são dadas à população. No entanto, a minha ponderação: como se faz para essas cartilhas chegarem para as pessoas analfabetas, aos idosos que não sabem ler? Tem algum respaldo, tem alguém lá na Defensoria que possa também orientar esse segurado em relação a essas informações? Lá na OAB, chegam os segurados perguntando por algum direito, e a gente tem ali os advogados que conseguem responder lá na OAB. E na Defensoria?

Eu também queria saber se essa cartilha pode ser divulgada juntamente com a OAB, em um trabalho conjunto com a OAB para compartilhar as informações dessa cartilha; se a Doutora poderia nos ajudar a divulgar, que eu achei excelente esse modelo que vocês usam lá.

No mais, eu queria agradecer também ao Senador por essa oportunidade de estar aqui, em que a OAB está representada pela Comissão de Direito Previdenciário. E agradeço demais poder estar ajudando nesse projeto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Elizângela, que falou pela OAB.

Eu espero que a Dra. Patrícia, que deve estar na tela, depois possa responder à pergunta feita pela Dra. Elizângela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para o Dr. Floriano Martins de Sá Neto, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO (Para expor.) – Obrigado.

Eu tinha me esquecido, na fala inicial, do pessoal que está nos assistindo, né? Então é muito bom, e, pela quantidade de perguntas, a gente poderia ficar outra sessão só respondendo e debatendo. Veja a importância que tem esse assunto.

O Sérgio, do Rio de Janeiro, está preocupado com o futuro do pacto previdenciário. Também o Francisco, de São Paulo, nesse sentido. Essa é a preocupação permanente. A gente quer a previdência sustentada, sustentável.

Quero dizer que está na hora – eu não sei se vai dar tempo este ano – de a gente pensar em reeditar aquilo que já funcionou, recentemente inclusive. No dia 12 de fevereiro de 2007, o Presidente Lula – e vamos lembrar que tinha acontecido em 2007 a crise econômica, toda aquela questão – tocou uma iniciativa, que foi o Fórum Nacional de Previdência Social, cujo objetivo era promover o debate entre o Governo, os representantes dos trabalhadores, dos aposentados, dos pensionistas e dos empregadores. Esse fórum durou basicamente seis meses e tinha uma regra, além da discussão e tudo: só ia para o papel aquilo que fosse consenso entre todo mundo. O que não foi consenso, ele consultou à parte. Os resultados foram excepcionais.

Eu participei desse fórum – outras pessoas participaram, a gente vai lembrar aqui –, bem organizado, três etapas, né? E, ao final, várias e várias sugestões foram transformadas em políticas públicas, através de lei ou através de implementação pelo Governo Federal. E uma das questões mais interessantes foi a questão da metodologia do cálculo, da necessidade de financiamento. Vamos usar o termo correto, e abolir de vez, já abolimos a questão do déficit. Mas, naquela época, o déficit – estou falando de 2006 –, na concepção do mercado, era de R$42 bilhões. Com o que foi acordado, pactuado, caiu para R$3,8 bilhões, informações à época do então Ministro da Previdência, Luiz Marinho, hoje Ministro do Trabalho.

Então, às vezes, eu acho que a preocupação vem, ela é legítima, ela é necessária. Ela vem, e o caminho para mim é este: é luz, colocar luz, trazer os atores, os proprietários da política pública, os usuários da política pública para o debate, sejam eles aqueles que aportam recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como empresários ou como pessoa física, sejam os beneficiários, os aposentados e principalmente o trabalhador. Hoje nós temos essa situação surreal em que nós temos aí uma questão posta pelo Supremo, uma questão muito importante, que é a pejotização, e isso pode piorar ainda mais o não financiamento da previdência social por parte do trabalhador. Então, eu acho que está chegando a hora de novo. Gostaria muito, se tiver alguém lá da Presidência da República que esteja nos ouvindo, que levasse ao Presidente da República e aos Ministros Marinho e ao Ministro da Previdência Social, o Ministro Wolney...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – ... que está na hora de a gente colocar de novo essa luz e trazer todo mundo que quer uma previdência social digna, justa, solidária, sustentável e que não imponha reformas que venham a retirar mais e mais direitos ainda, como nós temos visto nos últimos anos.

Obrigado, mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Floriano Martins de Sá Neto, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato de Auditores Fiscais da Receita Federal, que lembrou a iniciativa do Presidente Lula do Fórum Nacional de Previdência, que discutiu durante seis meses, e seria importante que retornasse.

Muito bem. Passo agora a palavra para o Sr. Luciano Wolffenbuttel Véras, Diretor da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Luciano, na próxima vez eu vou dizer Luciano Véras. A palavra é sua, Luciano Véras.

O SR. LUCIANO WOLFFENBUTTEL VÉRAS (*Por videoconferência.*) – Eu ia sugerir isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ajudou, ajudou...

O SR. LUCIANO WOLFFENBUTTEL VÉRAS (*Por videoconferência.*) – É Wolffenbuttel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então tá, é Luciano Véras, pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO WOLFFENBUTTEL VÉRAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Véras, isso.

Cumprimentando a todos novamente, eu acho que eu poderia resumir grande parte dessas perguntas; pelo que a gente acompanhou aqui, grande parte dessas perguntas vêm carregadas de algo, na verdade, muito simples, são questionamentos muito simples, né? Ou elas estão questionando a credibilidade, ou estão questionando o sistema, ou estão preocupadas com o colapso dele, ou já chegaram ao total descrédito no sistema, que é a questão da capitalização, mas isso já foi mais ou menos estruturado a partir das falas dos nossos colegas.

Mas vejam que – eu quero trazer essa reflexão –, de certo modo, são questionamentos simples, que para o trabalhador brasileiro deveriam estar no dia a dia, e a simplicidade desses questionamentos, o desconhecimento dessas matérias nos mostra o grau de afastamento do trabalhador, do segurado das políticas de seguridade social, de saúde, previdência, assistência, o afastamento dessas políticas, que, na verdade, fazem parte do dia a dia.

E eu acho que esse projeto de lei vai ter essa tarefa, eu acho que tem esse condão não só de jogar luz, como disse o Floriano; pelo grau dos questionamentos, eu acho que nós temos que botar um holofote mesmo, seja uma semana, seja um mês. O grande objetivo desse projeto de lei, Senador, é trazer realmente para o dia a dia do cidadão brasileiro, do trabalhador brasileiro isso que é de suma importância e que já deveria fazer parte do dia a dia, mas, como a gente vê, tem um grau de afastamento gigantesco, um abismo, né?

É abissal o desconhecimento do trabalhador brasileiro sobre essas políticas – inclusive, de todas as seguridades. O SUS, com todas as dificuldades orçamentárias que a gente vê cada vez sendo mais represadas, é elogiado mundialmente também, como disse o Leonardo. Enfim, e tantas outras políticas. Então, eu acho que essa semana vai ter esse condão. E eu acho que... Principalmente quero dizer que o Estado, a resposta talvez para todas elas seja o Estado brasileiro voltar a ser o agente, o ator principal de fomento e estruturação, educação, debate, reflexão sobre essas políticas.

O INSS está sendo exemplo hoje do que acontece quando o Estado se retira da política, quando o Estado deixa essa política no vácuo. Eu sempre digo que, quando o Estado sai pela porta, Senador, o mercado entra pela janela. E, com ele, vem a corrupção, vem a fraude, vem tudo isso que a gente tem visto hoje e que aconteceu recentemente aqui no INSS, por carência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

servidores, por toda essa engrenagem estar corroída, dilapidada. Ao longo dos anos, uns mais, outros menos, não têm dado a importância devida para os servidores e para a própria estrutura da autarquia, falando da política previdenciária agora, mais especialmente. Então, quero dizer que ou o Estado volta a se inserir nisso ou nós vamos ter que fazer, talvez, o semestre do seguro social, da seguridade social, né? Vamos ter que fazer um trabalho que vai ser hercúleo para se conseguir, numa sociedade hoje gestada pelo neoliberalismo, mostrar a importância de uma política coletiva como essa na vida do brasileiro.

A Fenasps agradece o convite. Deixo aqui, inclusive, registrado que quer participar ativamente, é parceira nessa iniciativa, para também ajudar com os instrumentos e as armas que tem, já que vivencia isso no seu dia a dia com os servidores do INSS, ajudar a elucidar esses problemas com o nosso cidadão, com a população brasileira, estando atuante neste mês-holofote, jogando luz nessas discussões e nessas reflexões tão importantes para todos nós, mas principalmente para o trabalhador brasileiro e para essa política gigantesca que é a política de previdência social.

Muito obrigado em nome da Fenasps, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Luciano Véras, Diretor da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, que, além de falar da previdência e da assistência social, falou também dos servidores, principalmente desta área. Meus parabéns pela defesa que fez.

Passo a palavra agora ao Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho da Central dos Trabalhadores (CUT), Pedro Armengol. (*Pausa.*)

Ele está na tela? Se não estiver... (*Pausa.*) Ele não está.

Então, passamos, de imediato, para a nossa última convidada, Dra. Patrícia Bettin Chaves, Defensora Pública Federal da Defensoria Pública da União (DPU).

Por favor, Dra. Patrícia.

A SRA. PATRÍCIA BETTIN CHAVES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Inicialmente, respondendo à pergunta da Dra. Elizângela, essa cartilha de direitos previdenciários está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponível no *site* da Defensoria Pública da União, na parte da imprensa, em Publicações. Eu coloquei o linkzinho no *chat* desta audiência pública, e ela está disponível e acessível ali no próprio *site* da DPU – está disponível e acessível a todos, a todas as pessoas.

Em relação às perguntas que foram feitas, de uma forma geral, eu gostaria de ressaltar aqui, mais uma vez, que a previdência social é um direito social fundamental do cidadão. Então, a gente sempre tem que se lembrar dessa premissa.

Em relação à reforma da previdência, às reformas que vêm sendo feitas, verificou-se que o sistema de capitalização não é adequado para a nossa realidade, a exemplo do Chile. O Chile implantou o regime de capitalização, o que não foi adequado, não deu certo, pois se apurou um empobrecimento da população idosa. Então, agora eles retornaram para o regime de solidariedade.

Hoje, nós temos um princípio na previdência social, na seguridade social, que é o princípio da solidariedade: todos devem contribuir para a previdência – todos devem contribuir de forma direta ou indireta. Então, a gente não pode perder de vista esse princípio, porque são muito necessárias as contribuições de base para o financiamento da seguridade social. Então, são importantes as contribuições previdenciárias.

E as reformas que vêm sendo feitas nunca podem deixar de abordar os direitos adquiridos nem podem representar um retrocesso social, porque aqui a gente fala de direitos fundamentais do cidadão – nós não podemos sofrer um retrocesso social –, e elas devem sempre trazer uma regra de transição para as pessoas que já estavam no sistema ou que estavam atingindo ali o direito.

Essas premissas são básicas de qualquer reforma da previdência; e, nesse sentido, a Defensoria Pública da União, na reforma da Emenda 103, fez uma nota técnica apontando ali alguns pontos a respeito da reforma que eram de preocupação da Defensoria Pública da União. Mas toda reforma que ocorre tem que respeitar certas premissas, sempre tem que respeitar o direito adquirido do cidadão, evitar o retrocesso social e sempre ser baseada em dados estatísticos e fiscais, enfim.

Essa é a minha contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos, Dra. Patrícia Bettin Chaves, Defensora Pública Federal da Defensoria Pública da União, que respondeu à questão da cartilha e, ao mesmo tempo, fez um resumo do seu apoio a este projeto.

O objetivo desta audiência pública era este: debater o projeto com todos.

O projeto é de minha autoria e o Relator é o Senador Flávio Arns. Nós vamos passar para ele todas as contribuições que aqui surgiram.

O importante é dizer que, como é um projeto que fortalece o debate da nossa previdência, vamos tentar alavancar para que fique na seguridade e, uma vez aprovado aqui, ele vai direto para a Câmara dos Deputados – é terminativo. Então, não passa por nenhuma Comissão. Lá teremos outro Relator e vamos torcer para que ele seja aprovado. Como é um projeto que trata de políticas públicas, mas não engessa nada – então, não tem gasto, não tem nada –, ele apenas aponta caminhos para que a gente aprove o conceito maior, que é um debate permanente, que seja um mês ou uma semana sobre a seguridade social.

Todos sabem que eu sou um apaixonado pela seguridade social, é a razão da minha vida. São as políticas humanitárias, são as questões sociais, foi por isso que eu elaborei e participei tanto de estatutos: do idoso, da deficiência, da igualdade racial, da juventude. Todos os quatro são leis hoje e são sancionadas na época de Lula e Dilma – sou obrigado a dizer isso –, porque foi importante o apoio que eu recebi para que esses estatutos fossem aprovados. Tenho certeza de que essa lei também será aprovada para o bem do povo brasileiro.

Dou por concluído este trabalho.

Agradeço a todos os que ficaram na expectativa assistindo pela TV, pela Rádio Senado e mesmo colaborando com a Agência Senado. Tenho certeza de que foram milhões de pessoas que assistiram ao nosso debate de hoje, porque esse tema interessa, eu diria, praticamente a toda a população brasileira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER. DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as presidências do Senador Dr. Hiran e da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer. com a presença dos Senadores Dr. Hiran, Dra. Eudócia e Paulo Paim, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Wilder Morais, Fabiano Contarato, Romário, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Wellington Fagundes, Weverton e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição**, atendendo ao requerimento REQ 54/2025 - CAS, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Finalidade:** Instalação da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer, e eleição da presidência e vice-presidência. **Resultado:** Subcomissão instalada e eleitos a Senadora Dra. Eudócia, presidente, e o Senador Dr. Hiran, vice-presidente. **2ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Deliberar o Plano de Trabalho da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer - CASCancer. **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Presidente da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/27

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária com o Objetivo de Debater Propostas Relacionadas à Prevenção e ao Tratamento de Câncer da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A primeira parte da presente reunião tem por finalidade a instalação da Subcomissão e a eleição da Presidência. A segunda parte tem por finalidade a deliberação do plano de trabalho da Subcomissão.

Dando início à primeira parte da reunião, tendo em vista a indicação da nossa querida Senadora Dra. Eudócia para a Presidência, consulto o Plenário sobre a aprovação da indicada.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A indicação está aprovada.

Declaro eleita a Senadora Dra. Eudócia como Presidente da Subcomissão Temporária com o Objetivo de Debater Propostas Relacionadas à Prevenção e ao Tratamento de Câncer. (*Palmas.*)

Convido a Senadora recém-eleita a ocupar o seu lugar à mesa e, em seguida, fazer uso da palavra.

Minha querida Senadora, por favor. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Antes de dar continuidade, eu quero agradecer à minha querida e amada Senadora Damares, ao meu querido e nobre Senador Dr. Hiran e ao Senador Paulo Paim, que vai participar da nossa Subcomissão remotamente. Quero agradecer a V. Exas. por terem aceitado o meu nome como Presidente desta Subcomissão, que terá uma grande relevância aqui na CAS, uma vez que, como eu acabei de relatar e de comentar, os casos de câncer estão aumentando substancialmente no nosso país e em todo o mundo.

Nós temos que ter os nossos olhares totalmente voltados para esse tema que é tão atual e encontrar formas para que a gente possa minimizar esses diagnósticos, conscientizando e orientando os nossos munícipes. E, uma vez diagnosticados, devemos ter tratamentos de ponta para poder coibir a evolução tão drástica dessa doença: coibir as metástases e, obviamente, o número de óbitos.

Então, eu quero agradecer a todos os Srs. Senadores e a todas as Sras. Senadoras.

Com a palavra, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, antes que a senhora continue, eu quero dizer que meu partido está me indicando para ser membro oficial, mas eu sou o membro mais legítimo desta Comissão.

Vou falar publicamente pela primeira vez no Senado: há um mês eu fui diagnosticada com câncer. Então eu vou fazer parte desse grupo de forma muito legítima. Eu fui diagnosticada com câncer dia 18 de julho. Eu fiz, Senador Hiran, todos os exames. Em 18 dias eu consegui fazer biópsias, ressonâncias, todos os exames... Em 18 dias eu consegui fazer a cirurgia e com cinco dias eu estava trabalhando, com cinco dias eu estava aqui no Senado trabalhando, depois da cirurgia, com dor, com um pouquinho de dor, com todos os meus cuidados. Só foi difícil não abraçar os colegas nesse período. Mas o diagnóstico precoce foi o fundamental para eu estar como estou.

Segunda-feira eu começo a radioterapia, mas eu já estou declarando vitória, já estou declarando que estou curada. E quero, Senadora, trazer essa minha experiência para essa discussão. A gente vai... Foi um mês inteiro de discussão sobre câncer nesta Comissão. Eu ficava: "Por que eu relatei matérias de câncer um dia antes de ser diagnosticada?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu quero trazer o susto que eu passei, a angústia, a dor... Mas, quanto aos exames que eu fiz, à equipe médica que cuidou de mim, eu quero que todas as mulheres no Brasil tenham acesso à saúde como eu tive, tenham um bom plano de saúde, tenham... Nós temos aqui no Senado, mas eu quero que todas as mulheres... E esta Comissão aqui, esta Subcomissão, com a senhora, com o Dr. Hiran, pode fazer grandes encaminhamentos.

Então, serei o seu membro mais legítimo, neste momento, desta Subcomissão. Não é fácil para mim fazer esse reconhecimento público, assumir publicamente como eu estou, ainda dói muito falar sobre isso, mas eu quero fazer parte ativamente, sob a sua liderança e a liderança do Senador Hiran.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora Damares, muito me comoveu o seu relato e me assustou. Assim, não é que me assustou, me causou surpresa. E, amiga, você tem que ter cuidado porque eu sou hipertensa. (*Risos.*) Então, tem que ter... Como é que você faz isso comigo? Meu Deus!

Estou sem palavras aqui, mas quero te elogiar pelo seu posicionamento, por você ter tornado público, por você ter essa garra que você sempre teve – e cada vez mais você demonstra isso – e por você ter-se cuidado. Tanto se cuidou que o seu diagnóstico foi precoce.

E, como você colocou, Senadora Damares, isso é o que nós queremos com esta Subcomissão, que foi denominada CASCANCER, não poderia ser outro nome. E, dessa forma, Senadora, eu acompanho o gancho da sua fala para dizer o seguinte: da mesma forma, Senadora Damares, que você teve a oportunidade de em 18 dias ter o diagnóstico e já iniciar o tratamento, que todas as nossas mulheres, como você bem colocou, tenham a mesma oportunidade através do sistema SUS. Então, é isso que a gente quer trazer. E nós sabemos que, quanto mais precoce o diagnóstico, melhores são os resultados e menos custos para o nosso país, para a União, para os estados e para os municípios.

Então, eu quero agradecer o seu depoimento. O seu depoimento vai ajudar muitas mulheres, Senadora Damares. E, como você é uma pessoa maravilhosa, uma mulher temente ao nosso Deus, eu tenho certeza de que o nosso Deus já te curou. Isso que aconteceu com você vai ser para curar também outras mulheres. Pode ter certeza disso, viu? E você já é um membro, assim, especial na nossa Subcomissão. E, mais uma vez, parabéns, Senadora Damares!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero cumprimentar aqui o nosso querido Senador Esperidião Amin – desculpa a emoção, porque a Senadora Damares quase... Acho que minha pressão está 160 por 100 –, que acabou de chegar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ela é realmente uma ameaça. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Esperidião Amin, muito grata pela sua presença aqui também na nossa reunião.

Com a palavra o nosso querido Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Bom, minha querida Presidente Eudócia, querida Damares, minha fonte inspiradora, meu querido amigo Esperidião Amin, eu fico muito honrado de fazer parte desta Comissão como seu Vice-Presidente, porque a minha luta em relação à abordagem adequada no câncer, principalmente no Sistema Único de Saúde, tem sido desde o meu primeiro mandato.

Fui Presidente da Comissão de Seguridade Social lá da Câmara e, naquela época, eu tinha, Esperidião Amin, um sonho de levar para o meu Estado de Roraima uma unidade do Hospital de Amor de Barretos, porque eu conhecia o trabalho que a Fundação Pio XII faz já em 19 estados do Brasil – inclusive, em Arapiraca, lá no seu estado, já existe uma unidade de prevenção, assim como eu levei uma para Roraima.

E, naquela época, para a senhora ter uma ideia, Senadora Damares, nós fizemos um levantamento epidemiológico lá no nosso estado. O câncer que mais acomete vocês é o câncer de mama, infelizmente um câncer que dá metástase precocemente, e o diagnóstico precoce é fundamental. O diagnóstico precoce cura 90% dos casos de câncer de mama, desde que sejam diagnosticados bem no início. Bom, no caso de Roraima, quase 80% das mulheres que recebiam o diagnóstico estavam com câncer já com comprometimento à distância, ou nos gânglios axilares ou metástases ósseas, hepáticas, enfim.

Depois desse trabalho que nós fizemos de levar uma unidade de diagnóstico precoce do câncer lá de Barretos para Roraima, hoje, cerca de 70% das mulheres têm seu diagnóstico precoce

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantido naquela unidade, o que melhora sobremaneira as possibilidades de cura e minimiza o tipo de tratamento.

Muitas mulheres, quando feito o diagnóstico precoce, curam o câncer com uma biópsia estereotáxica guiada por mamografia. O que significa isso? Se detecta um câncer de milímetros, uma lesão fibrosa de milímetros, você faz uma punção daquela lesão e às vezes... Quer dizer, a mulher não faz uma quadrantectomia, não perde uma parte da sua mama, não faz uma mastectomia e muitas vezes nem precisa fazer um tratamento adjuvante, porque aquele procedimento é curativo, dependendo de alguns exames de rastreamento depois, que é uma coisa mais técnica. Mas o impacto do diagnóstico precoce é fundamental.

E, lá na Câmara, nós criamos uma Comissão, que foi capitaneada pela Silvia Cristina, nossa Deputada, com o Deputado Weliton Prado, da qual eu fiz parte, quando nós aprovamos o Projeto de Lei 2.952, que se transformou na Lei 14.758, de 2023, que trata de toda a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer.

E o desafio é nós colocarmos tudo isso que nós estabelecemos em lei, para que essa lei seja uma lei efetivamente respeitada no país, porque nós ainda temos uma assimetria muito grande em relação à abordagem do câncer e o acesso de diagnóstico e apoiamento inclusive nas questões do tratamento paliativo, que hoje é uma coisa que está sendo aperfeiçoada com muita eficiência em alguns locais. Mas nós temos assim...

Olhe, no nosso estado, Senadora Damares, nós estamos inaugurando agora, em final de outubro, nossa primeira unidade de rádio e braquiterapia. Olhe só, quando uma mulher... Estou dando o exemplo da mulher porque a incidência de câncer de mama é muito grande, assim como a incidência de câncer de próstata também é muito grande. Eu já fiz duas biópsias de próstata. Estou na lista. Todo ano eu tenho que fazer uma biópsia para ver como é que está minha próstata. E tem que ser feito, porque a gente tem que descobrir cedo.

Então, no nosso estado, quando uma mulher precisa fazer uma cirurgia, ela tem cirurgia. Quando ela precisa fazer quimioterapia, ela tem quimioterapia. Agora, quando ela precisa fazer uma radioterapia, uma braquiterapia, ela tem que entrar numa fila interminável de TFD (Tratamento Fora do Domicílio), e aí começa o périplo, começa a dificuldade, as pessoas começam a nos solicitar ajuda. E ainda bem que eu tenho esse *link* com Barretos e o nosso querido Henrique

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prata nos ajuda muito, porque ele conhece Roraima, sabe das nossas necessidades, e nós temos tido assim um apoio muito grande de Barretos.

Aliás, eu coloco, inclusive, emendas minhas na Fundação Pio XII para tentar ajudar a fundação, para que os nossos pacientes que vão de Roraima para lá sejam tratados como todos são tratados lá, mas é um reconhecimento do trabalho. A gente ajuda, porque grande parte do recurso que é utilizado no Hospital de Amor, inclusive, é feito por doações de artistas, cantores... Enfim, a metade é SUS, e a outra metade são doações. E a gente faz parte disso.

Eu quero dizer aqui que eu estou muito, muito honrado em fazer parte desta Comissão, que tem tantas pessoas ilustres, tantas pessoas comprometidas com essa causa.

E quero aqui particularizar nesse seu diagnóstico, quer dizer, a senhora é uma mulher de muita coragem, disso a gente não tem dúvida, a maioria das pessoas, quando tem um diagnóstico de câncer, procura esconder. É uma coisa tão marcante na nossa vida que às vezes a gente não tem coragem de dividir essa nossa angústia nem com a nossa própria família, mas, quando a senhora fala sobre o seu diagnóstico, que foi um diagnóstico precoce, que vai fazer um tratamento adequado, que tem chances de praticamente 100% de ficar completamente curada – e é o que nós esperamos e rogamos a Deus –, quando a senhora está fazendo isso aqui, a senhora está fazendo educação em saúde, a senhora está conscientizando pessoas.

A senhora tem milhares de seguidores, mulheres neste país todo e homens neste país todo que a ouvem. E a senhora está mostrando para essas pessoas que elas têm que fazer exames preventivos a partir dos 40 anos – sua mamografia, sua ultrassonografia, seu Papanicolau são fundamentais para salvar a vida de vocês. E nós precisamos fazer também nosso toque, nossa ressonância parametrizada de próstata, precisamos fazer os exames que são indicados pelos nossos urologistas, porque, assim como o câncer de mama mata muito vocês, o câncer de próstata também é uma causa muito importante de mortalidade do homem. Então, nós precisamos aqui fazer com que esta lei que nós aprovamos que é a Política Nacional de Prevenção e Controle de Câncer no SUS realmente seja respeitada. É uma lei muito abrangente, de que você participou, que você ajudou, e nós vamos, se Deus quiser, colocá-la para ser respeitada no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns à senhora! Deus a abençoe! E que Deus a proteja, porque o nosso país precisa muito de você, da sua competência, da sua coragem e da sua tenacidade. Parabéns. Deus a abençoe, Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pelas suas palavras, Senador Dr. Hiran, nosso Vice-Presidente aqui da CAS.

E eu vou passar a palavra ao nosso querido Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu serei muito conciso.

Faço minhas as palavras da nossa entidade, Senador Hiran Gonçalves. Ele é muito mais do que uma pessoa apenas, ele abrange várias dimensões, e o seu conhecimento nos ilumina. E a alguns faz enxergar o que não enxergavam antes, ou seja, ilumina até as coisas que nós não gostaríamos de ver. É o que dizem alguns dos seus bem-sucedidos clientes.

Eu quero cumprimentar a minha querida amiga Senadora Damares, porque os depoimentos pessoais, quando são feitos fora do confessionário – os cristãos sabem o que é o confessionário, principalmente os católicos –, têm o condão de cumprir uma grande lacuna psicológica – no caso, psicossocial, porque comum a muitas pessoas.

E queria dizer que, mesmo sem ser médico, tenho sempre me empenhado em contribuir para este momento que a humanidade vive. Nós estamos ficando mais velhos – ainda bem, pois o contrário de ficar mais velho é morrer cedo, é muito ruim – e nós estamos vendo a complexidade das nossas doenças se avolumando, até crescendo qualitativamente também, e a terapêutica, o tratamento, tanto preventivo quanto curativo, também.

Eu fiz uma pergunta e quase que interrompi o Senador Hiran: o congelamento não funciona? Já está sendo experimentado fora do Brasil. A terapêutica de casos de câncer no mundo está à frente da nossa, isso é o que se sabe pela leitura minimamente especializada. Então, acho que esta Subcomissão – à qual eu me integro a partir de agora, contem comigo – deve contribuir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para isto: antecipar o conhecimento. A validação é uma questão muito especializada, mas o conhecimento de técnicas novas...

E concluo dizendo o seguinte: na covid, eu fiquei fã da Katalin Karikó – aquela húngara ou búlgara, não sei –, que, estudando o câncer, de que ela própria tinha sido acometida, quando profissional da Universidade da Pensilvânia, fez o desenvolvimento da tecnologia do mensageiro. Isso, em síntese, é o quê? É o menor dano: em vez de tocar fogo na colmeia, matando as abelhas e aniquilando o mel, que é a técnica mais rudimentar, inventa o mensageiro e cura a abelha, cura, digamos, o problema intestinal da abelha sem queimar a colmeia e sem matar todas as abelhas e a produção de mel, ou seja, a redução de danos. Isso que o Senador falou sobre tratamento específico, no caso do câncer de mama, precoce, quer dizer, no começo, é o preventivo. E sobre o terapêutico curativo nós temos que aprender muito, o mundo está evoluindo muito. Eu citei esse caso da Katalin, porque ela era a minha candidata ao Prêmio Nobel da Paz – eu tenho o direito de querer isso. Ela consertava o problema com o menor dano possível, mais restrito, mais focal.

Eu queria só renovar aqui minha admiração, minha amizade, meu respeito ao depoimento, que é pedagógico, da Senadora Damares, e me colocar à disposição. Posso não entender da ciência, mas sei o que isso representa do ponto de vista humano e quero ajudar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Esperidião Amim, você não é médico, mas, se assim o fosse, acho que já teria ganhado vários Prêmios Nobel, porque você falou com uma clareza sobre a vacina do RNA mensageiro que é incrível. Você me ensinou, na verdade, agora. Vou até replicar essa colocação em relação à colmeia, porque é exatamente isso.

Inclusive, Senador Esperidião, Senadora Damares, Senador Dr. Hiran, eu sou autora do marco regulatório da vacina contra o câncer, especificamente a vacina RNA mensageiro, que estimula o sistema imunológico a despertar contra as células cancerígenas. O que acontece com o câncer? O nosso sistema imunológico não tem a capacidade de reconhecer aquela célula como uma célula anômala. Então, ela começa a crescer, porque não tem nada impedindo-a. E o RNA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mensageiro faz exatamente isto: vai lá ao exército das células imunológicas, especificamente os linfócitos T, e os estimula para identificar as células oncológicas e poder aniquilá-las.

Parabéns pela sua colocação, Senador Esperidião Amin.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu queria só, antes de a senhora encerrar, Presidente, falar para o meu querido Amin, para a senhora e para quem nos assiste que, no final do ano passado – não sei se o Amin lembra –, eu fiz uma audiência temática aqui no Senado que se chamava "O futuro da medicina e a medicina do futuro", para falar sobre as inovações na medicina e falar sobre a diferença que existe, às vezes, entre o Sistema Único de Saúde, a saúde suplementar e a medicina privada.

E o exemplo mais marcante daquele evento foi que eu coloquei um Da Vinci, um robô, aqui no nosso *foyer* do Senado e trouxe aqui luminares da medicina na cirurgia minimamente invasiva para falarem sobre a diferença de uma cirurgia aberta e uma cirurgia robótica feita no abdômen de um paciente. Ficou muito claro que o pós-operatório é melhor, que os efeitos negativos da cirurgia são menores, no que tange, por exemplo, à próstata, com a questão de disfunção erétil, a questão de incontinência urinária. E só 2% das cirurgias acontecem na cirurgia robótica.

E aí nós chamamos a atenção de uma coisa que acontece: há 20 anos, nós fazemos cirurgia robótica na saúde suplementar, e ela não estava inserida no SUS, quer dizer, um paciente que vai para o SUS tem que abrir a barriga, tem que fazer uma cirurgia extremamente agressiva, com efeitos colaterais muito mais frequentes e maiores, enquanto um paciente que tem plano de saúde faz uma cirurgia robótica, que é muito mais confortável, eficiente, com efeitos colaterais menores. E aquilo ali é um exemplo do que nós podemos fazer. Eu acho que foi muito emblemático, muito marcante, porque, há três, quatro semanas, a Conitec aprovou a inserção da cirurgia robótica para as cirurgias de câncer de próstata no SUS. Depois de 20 anos de a gente utilizando isso na saúde suplementar, nós conseguimos introduzir no SUS. E era uma sensação de uma verdadeira injustiça com a maioria das pessoas que precisam desse tipo de procedimento no Sistema Único de Saúde.

E nós vamos fazer muito isto aqui: lutar para incorporar inovações para fazer o enfrentamento dessa doença com eficiência, com modernidade, como nesse exemplo que a senhora deu aqui e que o Esperidião também falou. Conte sempre conosco para que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possamos enfrentar essa doença que, a partir de 2030 – não sou eu quem digo, é a Organização Mundial de Saúde que comenta –, vai matar mais do que as doenças cardiovasculares. Nós temos que estar preparados para esse desafio.

Presidente, parabéns. Deus a abençoe! Muito sucesso. Conte comigo.

E o Senador Paim ligou ali no telefone convencional para dizer a você que ele não pôde vir aqui, mas que está à sua disposição para ajudar, que conte com ele. Ele tinha vários despachos para fazer, não pôde estar aqui para prestigiá-la, mas ele mandou um abraço, parabenizou a senhora pela sua posse nesta Subcomissão Temporária importante e colocou o trabalho dele, a competência reconhecida dele aqui nesta Casa à sua disposição, à disposição desta Subcomissão.

Deus a abençoe.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito grata pelas palavras, nosso querido Senador Dr. Hiran.

Quero cumprimentar também o Senador Paulo Paim, que se colocou à disposição e, de pronto, aceitou fazer parte desta Subcomissão tão importante aqui da CAS.

E, Senador Dr. Hiran, apesar de o senhor ter sido aclamado para Vice-Presidente desta Subcomissão, eu vou só seguir aqui o nosso rito, dando prosseguimento à primeira parte da reunião.

Tendo em vista a indicação do Senador Dr. Hiran para a Vice-Presidência, consulto o Plenário sobre a aprovação do indicado.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro eleito o Senador Dr. Hiran como Vice-Presidente da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E queria colocar também para o senhor, Senador Dr. Hiran, e para os demais colegas, Senadores e Senadoras, que o Plano de Trabalho da Subcomissão está à disposição na página da Subcomissão CASCANCER.

E, dessa forma, dou por encerrada...

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia nove de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Fernando Farias, Efraim Filho, Omar Aziz, Rodrigo Pacheco, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Humberto Costa, Jaques Wagner, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Styvenson Valentim, Damares Alves e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Cid Gomes e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 112, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, com o acolhimento das Emendas nºs 221, 339, 346, 356, 358, 360, 365 e 372; pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 139, 142, 177, 312, 341, 349, 355, 363 e 364, e contrário às demais emendas apresentadas, inclusive as Emendas nºs 220, 223 e 224, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** O relator, Senador Marcelo Castro, faz a leitura do relatório. Após a manifestação das Senhoras e dos Senhores Senadores, a Presidência encerra a discussão da matéria. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 119, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal o inciso III do art. 4º da Portaria Interministerial MPA/MMA nº 26, de 28 de fevereiro de 2025, que estabelece o limite de captura, as cotas de captura por modalidade e área de pesca, e as medidas de registro, monitoramento e controle associadas, da espécie tainha (“Mugil liza”), para o ano de 2025, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Reestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cargos da magistratura no quadro permanente da Justiça Federal da 1ª Região; e cria a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com voto contrário do Senador Eduardo Girão. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência para a matéria, de autoria do Senador Marcelo Castro. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2810, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para agravar a pena dos crimes contra dignidade sexual de pessoa vulnerável; o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para prever medidas protetivas de urgência para vítimas de crimes contra a dignidade sexual e em situação de especial vulnerabilidade; a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever a monitoração eletrônica dos condenados por crime contra dignidade sexual; a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer mecanismos de proteção a crianças e adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar assistência psicológica e social especializada às vítimas de crimes contra a dignidade sexual com deficiência e suas famílias." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta, e pela aprovação das Emendas 1-CDH a 3-CDH. **Resultado:** Aprovado o Projeto, as Emendas nºs 1-CDH-CCJ a 3-CDH-CCJ e as Emendas nºs 4-CCJ a 7-CCJ. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 17, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2/2025, que "reestrutura cargos da magistratura no quadro permanente da Justiça Federal da 1ª Região; e cria a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 18, de 2025** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 55/2023, que "altera a Constituição Federal, para estabelecer programação orçamentária mínima para o Ministério da Defesa e dispor sobre projetos estratégicos para a Defesa Nacional, e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer regra de transição"." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 19, de 2025** que: "Requer que na audiência objeto do Requerimento registrado no sedol n° SF/25356.54336-89, com o objetivo de instruir a PEC 55/2023, seja incluído como convidado o Representante do Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa - SIMDE." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/09

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 20ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de quatro itens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 112, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, com o acolhimento das Emendas nºs 221, 339, 346, 356, 358, 360, 365 e 372; pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 139, 142, 177, 312, 341, 349, 355, 363 e 364, e contrário às demais emendas apresentadas, inclusive as Emendas nºs 220, 223 e 224, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 08/04/2025, 24/04/2025 e 29/04/2025 foram realizadas audiências públicas para instrução da matéria;

- Na 16ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/05/2025, a Presidência concedeu vista coletiva do relatório aos Senadores nos termos regimentais;

- Foram apresentadas 373 emendas ao Projeto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Por favor, eu pediria silêncio aos assessores, por obséquio, que pudessem guardar silêncio para que nós pudéssemos seguir a nossa sessão sem o costumeiro barulho que acontece sempre.

Eu passo, então, a palavra ao Relator desse projeto, que é o Senador Marcelo Castro. (*Pausa.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós estamos chegando hoje aqui ao dia D do Código Eleitoral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro, que consolida sete leis que tratam da legislação eleitoral e partidária. Sendo aprovado, daqui em diante, nós teremos um código único, uma lei única tratando de toda a legislação eleitoral e partidária, pois será uma consolidação de toda a legislação, o que entendemos ser um grande avanço.

Acredito que, dadas as discussões aqui na CCJ e as audiências que tive com diversos colegas, nós chegamos ao entendimento em bem mais de 90% do código. Alguns pontos ainda trazem divergências, discordâncias em que nós não chegamos a um entendimento ou a um consenso, apesar da boa vontade de todas as partes. Nesse caso, a única maneira de solucionar os conflitos na democracia é através do voto. Então, a nossa ideia é que a gente possa votar o código com os destaques apresentados por aqueles que não concordam com a nossa já... Eu acho que é a sexta versão do nosso... (*Pausa.*)

É a nona – me corrige aqui a minha secretária – versão do código que a gente apresenta.

Procuramos evoluir em todos os sentidos, ouvindo as ponderações dos colegas, as audiências públicas.

Um caso que é notório é o caso da quarentena para magistrados, para o Ministério Público, para policiais civis e delegados, para militares. Veio da Câmara uma proibição de quatro anos, que nós reduzimos para dois anos em função de audiência pública, de argumentos de colegas, pois achamos que esse fosse o tempo mais razoável, mas nos mantivemos firmes no posicionamento de que essas carreiras de Estado são incompatíveis com a atividade política. Isso cria insegurança, cria instabilidade. Há um desvirtuamento da função dessas pessoas, usada de maneira a fazer espetáculos, para promoção pessoal, para promoção política. A pessoa se candidata e depois volta à corporação... A gente entende que essas pessoas que assumem uma posição partidária irão contaminar atividades que exigem, em primeiro lugar, isenção e imparcialidade. A pessoa que foi investigada por um policial que disputou uma eleição e que voltou vai sempre achar que aquela investigação é viciada, que a pessoa está fazendo de propósito para prejudicá-la, ou, se for um correligionário, vai esperar que o trabalho seja feito de maneira que o favoreça, que não o incrimine.

Então, eu acho que está na hora de a sociedade brasileira fazer uma distinção bem nítida do que são carreiras de Estado que são incompatíveis com atividade política. Não que qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um desses não possa ser candidato e exercer seus direitos políticos, guarnecidos pela Constituição Federal, mas, para isso, o ideal é que ele tivesse um prazo em que ele pudesse se afastar em definitivo, e nós julgamos que esse prazo ideal fossem dois anos.

Outro aspecto na discussão que nós tivemos aqui. Alguns colegas, inclusive o Senador Rogerio Marinho, levantaram a questão de discurso de ódio, de uma falta de definição precisa, o que poderia dar margem a interpretações. Então, nós nos valemos de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, da relatoria do Celso de Mello, e nos valemos também da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de que o Brasil é signatário, estabelecendo, de uma maneira bem clara, o que seria discurso de ódio: só preconceitos de raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, origem. Então, deixamos bem restrito para a legislação eleitoral o que seria discurso de ódio, que são pontos de divergência.

Então, evoluímos no que foi possível, mas, evidentemente, naquilo em que nós não conseguimos entrar no consenso, a gente terá que ir para o voto.

Foram apresentadas algumas emendas.

Aqui nós votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, pelo acolhimento das Emendas nºs 221, 339, 346, 356, 358, 360, 365 e 372 e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 139, 142, 177, 312, 341, 349, 355, 363 e 364, e rejeitamos as demais, inclusive as Emendas nºs 220, 223 e 224, nos termos do substitutivo.

Como já foi divulgado, e é um catatau aqui de quase 900 artigos, e já foi distribuído, então eu peço aos colegas aqui, respeitando a opinião de cada um, que a gente aprove o texto, ressalvados os destaques. E aí a gente vai para a votação individual de cada destaque, quando serão feitos argumentos pró e contra.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para discutir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Só uma questão de ordem rapidamente, Presidente, antes de começar a discussão.

Eu também quero me inscrever para discutir.

É só para entender como é que vai ser a dinâmica dos trabalhos aqui, para que nós possamos nos organizar com relação ao tempo, em que momento que se fala alguma coisa.

Haverá discussão agora sobre a proposta de reforma do Código Eleitoral como um todo. A votação vai ser nominal ou vai ser simbólica?

E, no segundo momento, quando formos discutir os destaques, haverá alguma limitação com relação a quantas pessoas podem discutir um destaque? A votação também será nominal ou simbólica? Porque se trata de um projeto de lei complementar.

Então, queria entender só como vai ser a dinâmica aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu acho que o Senador Marcelo Castro propôs a votação do relatório dele para depois haver a votação dos destaques, mas eu acho que uma matéria tão complexa como essa, com várias discordâncias, deve ser votada por votação nominal. Cada um vai expor aqui, de forma muito clara, o que pensa a respeito do Código Eleitoral – voto nominal.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Na forma também dos destaques, eu acho que tem que se votar nominal. É a melhor maneira de se esclarecer corretamente o que cada um pensa a respeito do tema e também dos destaques, que serão aqui abordados, discutidos e votados, deliberados.

Senador Carlos Portinho, V. Exa. pediu a palavra?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Só a inscrição.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, quero me inscrever para discutir. Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Para discutir também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Carlos Portinho... Eu vou anotar todos. (*Pausa.*)

Quem mais pediu? Girão. Quem mais?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Dá para entender sua letra aí, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hã?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Dá para entender sua letra de médico?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Minha letra não é de médico, não. Dá para entender bem. Quem é cirurgião tem uma letra boa, porque não pode errar na anatomia de jeito nenhum.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aviando uma receita fica insuportável, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não.

Pois bem. Então... (*Pausa.*)

O Senador Marcelo pediu para fazer uma observação; eu passo a palavra ao Senador Marcelo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, é porque eu queria fazer uma retificação aqui. É uma errata aqui, incluindo duas manifestações, porque está discordante aqui do parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro se refere à redação do *caput* do art. 73 do substitutivo, correspondente ao art. 75 da proposição original, cujo texto deve ser mantido, conforme consta da análise da matéria presente no relatório apresentado no dia 26 de maio de 25, que no relatório veio errado.

E a segunda errata, o segundo erro trata da Emenda nº 143, classificada como rejeitada, que, no entanto, deve ser considerada como acolhida na forma do substitutivo, pelas mesmas razões do acolhimento da Emenda 179.

Só para levar para a Secretaria.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Qual é o tema dessa emenda, Marcelo? Desculpa. (*Pausa.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É sobre as fundações partidárias poderem dar curso gratuito.

E a outra... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Feita a observação?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sim, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, vamos à discussão da matéria.

Está inscrito o Senador Carlos Portinho. O Senador Moro também.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, meus colegas, é inegável a necessidade de atualização do nosso Código Eleitoral, sim, mas ele objetiva, na verdade, a solução de controvérsias recorrentes nas eleições, que a gente possa evitar que voltem à celeuma.

Antes de entrar nas questões polêmicas – essa eu vou deixar para os meus colegas e vou me manifestar, apropriadamente, no momento da discussão –, sobre o texto-base eu quero trazer duas questões de nenhuma polêmica e, acredito, de maior convergência. Não há emendas sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elas, apenas uma digressão, para que possa refletir o nosso Relator. São duas questões nada polêmicas.

A primeira delas é o registro prévio das candidaturas.

A gente já viu que a Justiça Eleitoral não tem capacidade de julgar, nem até o final do segundo turno das eleições, todas as inscrições das candidaturas, a sua regularidade, e acontece, muitas vezes, de algumas candidaturas serem julgadas após o pleito eleitoral, após o exercício do voto pelo eleitor, que é o mais sagrado, e o eleitor escolhe o seu candidato e, depois, ele é surpreendido com o indeferimento do registro da candidatura.

Eu faço a pergunta: por que não aceitar o registro prévio da candidatura? Que seja impugnado, naturalmente, no momento seguinte, mas que a gente possa mover a máquina do Tribunal Eleitoral, no ano da eleição, a partir do dia 2 de abril, para que um candidato a Deputado, a Presidente, a Governador tenha pelo menos uma análise mínima dos requisitos da sua inscrição, evitando inclusive manobras à frente, que, muitas vezes, colocam sob suspeita o próprio Juízo Eleitoral, quando ele indefere, após a votação, após o eleitor ter manifestado o seu voto, uma outra candidatura.

O texto é muito simples. Ele autoriza que sejam feitos os registros, os pré-registros de candidatura, a partir do dia 2 de abril, e, assim, a Justiça Eleitoral terá oito meses, pelo menos, para se manifestar, sem prejuízo, naturalmente, dos prazos regulares de impugnação após as convenções.

Essa é uma primeira questão, com a qual eu acho que daríamos um passo muito adiante.

A segunda questão diz respeito ao voto, e eu quero aqui já registrar o meu apoiamento à emenda e ao destaque do Senador Esperidião Amin – eu me refiro ao voto impresso. É uma celeuma à qual precisamos pôr fim, porque, se não, não terá fim essa discussão, e eu acho que custa muito pouco, e o benefício é muito maior. Mas isso eu vou deixar com o Senador Esperidião Amin e falarei no momento do destaque.

Mas a atualização, de acordo com a evolução tecnológica, a previsão da atualização da urna eletrônica... Eu, inclusive, na emenda, sugeri o uso da tecnologia *blockchain*, que hoje domina esses ambientes de tecnologia e que permite que você não tenha essa concentração,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rastreamento e outras questões que no voto são importantes, como o voto não ser rastreável, né? Por que não dar também esse passo adiante à lei e prever atualizações da urna eletrônica com uso de novas tecnologias e inclusive, a título de ilustração, a própria tecnologia *blockchain*? Eu não vejo nenhuma polêmica nisso, eu acho que os dois temas colocariam o seu código, Senador Marcelo – nosso, mas de sua relatoria –, já um passo à frente. Porque isso vai acontecer, e a gente vai ser exigido nessas duas questões muito em breve, mais uma vez estaremos aqui discutindo.

É uma colocação, não tem destaque sobre isso, são questões pouco polêmicas e sobre as quais eu gostaria de ouvir o Relator, pedindo a sua reflexão sobre esses dois temas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. terminou? V. Exa. fez uma abordagem ao Senador Marcelo Castro?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, sim. Essas duas emendas não foram aceitas. Como eu disse, não há polêmica. Eu não sei nem se há discordância aqui, ou se é só discordância do Relator, mas o registro prévio da candidatura seria muito positivo; e a previsão do uso de novas tecnologias no voto digital, inclusive tecnologias de segurança, como a *blockchain*, que eu cito.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu acho que seria mais vantajoso se a gente ouvisse...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Todos os...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ou todos, ou um grupo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Porque se for responder de um por um, às vezes as perguntas se repetem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. V. Exa. tem toda razão.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de renovar os parabéns para o Relator, o Marcelo é um craque, a gente sabe disso. Mas, de fato, o texto original é muito ruim. Esse não é um código que resolve problemas da confiabilidade, da segurança, da democracia brasileira. Esse é um código que reduz transparência, é um código que reduz a possibilidade de fiscalização e atuação da Justiça Eleitoral. E num ponto específico que antecipo, na minha visão, prejudica a participação das mulheres no pleito eleitoral, e da mesma forma inviabiliza a participação democrática de determinadas carreiras, a exemplo de policiais, promotores, juízes e militares.

E nesse ponto específico, eu renovo o apelo ao Relator, Senador Marcelo Castro, para uma compreensão efetiva do que nós estamos falando. Quando eu imponho um afastamento por dois anos antes da eleição, para qualquer profissional que seja, eu estou inviabilizando o sustento dessa pessoa. Na regra atual, ao se afastar, você se afasta com vencimentos, porque a participação no pleito é um direito fundamental da pessoa na democracia brasileira. E, pela regra sugerida no texto original aprovado pela Câmara dos Deputados, e mesmo com os ajustes do Senador Marcelo, eu estou impedindo que dezenas de milhares de brasileiros e brasileiras, honestos, corretos, possam participar do pleito.

O fundamento dessa proibição, desse preconceito, dessa perseguição a carreiras seria o suposto abuso de determinadas figuras. Veja, em vez de combater o abuso, eu estou repelindo do sistema democrático homens e mulheres que têm muita contribuição a dar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Está tirando o sofá da sala.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Aqui, neste Senado, nós temos no mínimo quatro figuras que estariam nessa situação: eu, Senador Contarato,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Mourão, que foi para a reserva me parece um pouco antes de ingressar, e o Styvenson Valentim, que era militar também. E nenhum dos quatro cometeu abusos para chegar aqui.

Da mesma forma, temos acho que mais de uma dezena, talvez duas dezenas de Deputados Federais, e que não seriam atingidos pela regra, porque, como o afastamento é de dois, ou mesmo que seja de quatro anos, nós, que fomos integrantes dessas carreiras – o Senador Moro está aqui –, poderíamos participar mesmo agora na condição de políticos, e aí, sim, você tem um poder de interferência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É. Você não pode voltar para o cargo. Você está obrigando esse cidadão a abrir mão do seu ganha-pão para poder dar uma contribuição para a democracia brasileira. Isso não faz o menor sentido.

Eu concordo que qualquer caso de abuso, em qualquer seara, deve ser duramente punido, seja do policial que abusa, do juiz, do promotor, do político que abusa. Agora, basta ver a amostra. Nós temos dezenas de milhares de policiais. Quantos cometem abuso? Nós temos talvez alguns milhares de políticos. Quantos cometem abuso numa eleição? Então, não faz o menor sentido. Repito: é uma definição legislativa preconceituosa, que persegue carreiras, que fere de morte a Constituição Federal brasileira, que não permite esse tipo de discriminação, porque ela não tem base. E isso leva, ao final de tudo, à inviabilidade do projeto como um todo.

E a manifestação já antecipada é do voto contrário no projeto e do voto favorável aos dois destaques que nós teremos, destaque do União, a emenda de autoria do Senador Moro, e destaque individual do Senador Fabiano Contarato, as duas emendas no sentido de suprimir essa quarentena odiosa, persecutória contra carreiras.

Repito: não há como cada um de nós descer do aeroporto, chegando à sua cidade, olhar para o guarda de trânsito e dizer para ele: "Você não pode ser político porque você está aí fardado tomando conta do trânsito. Eu, que sou Senador, que levo a cada ano 100 milhões para a minha base, que tenho equipe, que tenho cargo, eu posso, mas você não pode". Não há como aceitar isso numa democracia, Sr. Presidente, Sr. Relator e colegas Senadores e Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcelo Castro... Senador Marcelo, parece-me que veio com quatro anos da Câmara, não é? E foi reduzido para dois anos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O argumento do Senador...

Eu vou me pronunciar agora como Senador, não como Presidente. O argumento do Senador Alessandro Vieira é correto. Dois anos sem salário, quem vai suportar? Não há como se obrigar... Então, na minha opinião, na democracia o direito é de todos, do policial, de quem quiser sair para ser candidato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Discriminação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Isso é uma concorrência como é no vestibular. O cara vai se eleger ou vai perder e volta para a função dele. Eu não vejo nenhuma dificuldade. Estou falando aqui da minha interpretação como Senador, não como Presidente. Mas eu observei que realmente dois anos, primeiro você sai e fica sem salário... Como é que ele vai sobreviver dois anos sem salário para ser candidato numa campanha que precisa de recurso? Então, é uma coisa que precisa ser analisada com mais cuidado.

Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vai ter que criar um fundo partidário para isso. (*Risos.*)

Vai ter que criar um fundo partidário para isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin, depois Senador Flávio Bolsonaro. Estão inscritos: Senador Laércio, Senador Girão, Senador Bittar...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... Senador Bagattoli, Senador Sergio Moro e Senador Magno Malta.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, o senhor se esqueceu de mim. Presidente... Presidente... Presidente Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou inscrever todos e vou esperar pacientemente todos falarem aqui, não tem nenhum problema.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, o senhor se esqueceu de mim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, você está inscrito também. É porque eu pulei aqui. Desculpe. (*Risos.*)

Senadora Dorinha, Marcos Rogério, Senador Izalci.

Senador Izalci, V. Exa. é o número 13 aqui da lista.

Senador Esperidião Amin, é V. Exa. agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu serei o mais conciso possível, porque já estou satisfeito com a sua solução salomônica, no melhor sentido da palavra, que preserva o direito de eu apresentar um destaque, na condição de Vice-Líder, autorizado pela Líder Tereza Cristina, sobre o assunto já mencionado pelo Senador Carlos Portinho. Portanto, não vou falar agora sobre voto auditável, não vou cansá-los. Falarei, e agradeço a V. Exa., no momento desse destaque, que foi preservado pela sua sabedoria e pelo seu espírito democrático.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É verdadeiro. Verdadeiro, sincero, e para ficar registrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além das nossas discordâncias, eu tenho que reconhecer a sua preocupação em dar oportunidade para que se discuta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só vou fazer aqui dois comentários.

Meu amigo Marcelo Castro, se um dia eu precisar de um advogado numa causa difícil, eu vou ter uma opção. Antes, para ajudar quem não tem total razão, Silvio Costa era a solução, vinda lá de Pernambuco. Agora, se eu tiver dificuldades, eu vou contratar o Marcelo Castro. Vou ter que achar uma inscrição na OAB para ele, mas isso a psiquiatria resolve, porque S. Exa. não é cirurgião, mas não precisa de anestesia. As palavras dele anestesiam a vítima. (*Risos.*)

O sujeito vai devagarzinho e tal, e o sujeito já foi – já foi, e não sabia.

Mas faço dois comentários. Um, mais uma vez, homenageando uma frase que V. Exa. proferiu, na antepenúltima reunião, sobre este assunto. Neste código, há uma série de dispositivos que deveriam estar em outro código – frase sua. Código Penal. Prender por sete anos? Prisão por sete anos porque o sujeito falou mal do sistema eleitoral? O que é que há? O que é falar mal do sistema eleitoral?

Faço minhas as palavras do Senador Carlos Portinho. A urna eletrônica é uma ferramenta movida por ferramentas tecnológicas, digitais, cujo aperfeiçoamento é infinito enquanto dure, como dizia Vinicius de Moraes. É infinito enquanto dure, porque qual é o limite da tecnologia? A tecnologia, por exemplo, de auditabilidade na Índia é uma, numa eleição sucessiva que dura de quatro a seis semanas, com 1 bilhão de eleitores, em urna eletrônica, mas em constante aperfeiçoamento; a do Paraguai é outra; a da Venezuela é outra. Então, seja *blockchain*, seja registro digital, a urna eletrônica nasceu para evoluir. A primeira urna eletrônica, em 1989, em Brusque, era um trambolho. Foi a primeira vez que foi usada, em Brusque. Quatro urnas foram processadas eletronicamente. Depois, em 1990, em 1992... Hoje, oficialmente, o TSE reconhece apenas 1996 como o ano inaugural, mas foi sete anos antes que se utilizaram as primeiras urnas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eletrônicas modelo trambolho. E é lógico que, nessas que nós usamos, já tem versões mais atuais e menos atuais, que são substituídas.

A contagem do voto... A computação do voto era feita pelos tribunais e agora é centralizada sem base legal – sem base legal –, mas isso faz parte da evolução. A cada vez que se transmite o dado, a possibilidade de invasão ou evasão é maior, mas tudo isso está contemplado pela forma como eu digo. Eu posso falar mal do sistema e posso dizer que ele tem que ser aperfeiçoado.

Quando o senhor aprendeu cirurgia, nem sabia o que era um robô. Hoje, boa parte da traumatologia da sua especialidade se baseia em cirurgia robótica, em videoendoscopia. Ou seja, nós não podemos confundir desejo de aperfeiçoar com falar mal.

Eu nunca falei em fraude. Eu falo em aperfeiçoamento. E V. Exa. foi muito feliz ao dizer: "Neste Código Eleitoral, nós temos dispositivos que não deveriam estar nele". Estamos permitindo a criminalização da política via TSE. Preste atenção: Código Penal é para a Justiça comum. Quem pode prender é a Justiça comum, seja a primeira instância, seja a segunda, e, como está hoje, na prática, pelo STF, que é a maior delegacia de polícia do Brasil, sem entrar no mérito da questão. Então, acho que nós temos que extirpar e, para melhorar o português, expungir do Código Eleitoral a parte penal. A parte penal é outro código.

Quantos países no mundo têm tribunal eleitoral? Tem serviço eleitoral, em alguns, transitório, noutros, montado de maneira imperfeita, mas é um serviço eleitoral, é o processamento da vontade popular. O serviço eleitoral é a maneira de eu conseguir a expressão do seu voto, Marcio Bittar, não para influenciá-lo, não para amedrontá-lo. Como eu escrutino o seu sufrágio, na linguagem grega? Como eu apuro o que você quer, Senadora Augusta? Essa é a função do serviço eleitoral, não é erigir um supertribunal que vai ter poder de prender. O que é isso? Quem prende é a Justiça. E nós já temos vários segmentos de Justiça que nenhum outro país tem.

Então, quero dizer que essa cautela eu vou levar a cabo. Conto com que as Lideranças do bloco tenham destaques, Senador Flávio, Senador Rogerio Marinho, para nos alertar quanto a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, quero, mais uma vez, render minha homenagem ao Senador Marcelo Castro, que fez um grande trabalho. Acho que essa atualização é necessária e, por isso, vou me reservar o direito de apresentar o destaque que já anunciei.

Agradeço pela oportunidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Flávio; em seguida, Senador Contarato.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Bom dia a todos.

Presidente, acho que a única unanimidade que temos aqui hoje é reconhecer o trabalho do Senador Marcelo Castro como Relator, e de toda sua equipe, o esforço em realizar audiências públicas e tentar buscar o máximo de consenso possível. Ocorre que, exatamente nas discordâncias, que não são poucas, em alguns pontos do relatório, mora o perigo, mora o risco, Senador Marcelo Castro, de nós termos eleições muito menos transparentes e com a possibilidade de muitas perseguições, conforme algum alvo pré-determinado pelas autoridades da Justiça Eleitoral.

Vou falar rapidamente alguns pontos e focar dois aqui, depois, no final.

Com relação à quarentena, eu quero só complementar o que disse aqui o Senador Alessandro Vieira, porque é muito mais grave até do que ele colocou. Um militar que, pelo texto agora, dois anos antes... Não é que ele tenha que ficar suspenso do serviço; ele tem que abrir mão do cargo dele e não por dois anos, mas para sempre. Ele vai abrir mão da profissão dele, do concurso público que ele fez, para se candidatar e, não se reelegendo, vai ter que fazer alguma outra coisa da vida dele. Obviamente, isso é uma injustiça que está sendo cometida no texto.

Outro ponto específico é com relação à inelegibilidade.

Queria só pedir... Se o pessoal puder fazer silêncio, só para não cortar o raciocínio aqui, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Os Senadores que estão falando estão expressando aquilo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensam a respeito de uma matéria muito complexa. Então, eu pediria ao Plenário que ficasse em silêncio para que cada um pudesse analisar de forma clara o que os Senadores estão discutindo agora.

Senador Flávio Bolsonaro, com a palavra.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Presidente.

Com relação à inelegibilidade, no meu ponto de vista, ela tem que começar a contar, Senador Marcelo, a partir do momento em que, na prática, a pessoa começa a cumprir uma pena, ainda que não seja transitada em julgado. Então, se uma pessoa foi condenada em primeira instância à inelegibilidade, a partir daquele momento, ela já não pode mais se candidatar a nada. O processo se arrasta por cinco anos, seis anos, dez anos, até transitar em julgado. Se começar a contar a partir de 1º de janeiro do ano seguinte, vai ter situações em que a pessoa vai ficar por 12, 15, 20 anos inelegível, e eu acho que esse não é o espírito da lei. Então, é importante que o texto contemple que, na prática, a inelegibilidade comece a contar a partir do momento em que a pessoa começou a cumprir essa pena, ainda que não seja transitada em julgado.

Outro ponto que é muito sensível, e do qual há destaque para ser votado, mas que fere de morte esse projeto, Presidente Otto Alencar, é com relação ao título aqui "crimes na campanha eleitoral", na parte "divulgação de fatos inverídicos", mais conhecidos como *fake news*. Se a gente pegar o art. 838, e alguém incorrer em todos os aumentos de pena aqui previstos – e eu vou citar um exemplo em que isso é possível –, a pena pode chegar a 16 anos e oito meses de prisão! Olha a atrocidade que a gente está discutindo aqui nesse projeto de lei.

Eu vou dar um exemplo: se eu gravo um vídeo, se eu faço um vídeo do Senador Jaques Wagner com inteligência artificial, como o Governo acabou de fazer, denunciando que, no Governo Lula, durante a votação numa aldeia indígena, houve obrigatoriedade do cacique, com relação aos indígenas daquela tribo, de votar em determinado candidato, portanto, cometendo um crime eleitoral, e impulsiono esse vídeo no YouTube, eu estou incorrendo em todas os aumentos de pena aqui desse art. 838, podendo chegar a essa pena de 16 anos e oito meses de prisão. Eu, fazendo uma coisa que eu acho que é verdade, e, lá na frente, um magistrado, ou o próprio TSE, no final da linha, entendendo que isso foi *fake news*, 16 anos e oito meses. É o que está escrito aqui que estou colocando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, quero aqui aproveitar o meu tempo final para, neste momento, falar sobre a questão do voto impresso. Eu quero pedir muita atenção de todo mundo, inclusive a do Relator. Vou tentar ser bastante objetivo para falar o seguinte: o problema não é a urna, é o homem – o problema não é a urna, é o homem. E essa teimosia, essa resistência surreal de fazer algo que hoje, com a nossa tecnologia, é muito simples, só aumenta a desconfiança. Então, quem diz que defende a democracia, quem sustenta que 8 de janeiro foi uma tentativa de golpe, por exemplo, se as eleições de 2022 tivessem ocorrido já com voto impresso, como este Congresso aprovou, nada disso teria acontecido. Para que continuar alimentando essa desconfiança? Isso não vai acabar pela força: "Olha, quem falar mal da urna, cadeia". Não pode ser pelo medo. Tem uma parcela considerável da população que desconfia, mais uma vez, não da urna, mas de quem programa a urna, Senador Marcelo Castro. E hoje tem tecnologias que são muito mais baratas, tem leitor digital do dedo, da íris, até de veia tem hoje, para você garantir que aquela pessoa que está votando é aquela mesma que está votando, que ninguém está votando no lugar dela. Só que o problema é a programação.

Vou dar um exemplo simples aqui: eu sou advogado, mas fiz escola técnica de eletrônica, então eu sou um técnico em eletrônica. E eu lembro... Quando eu estudava na Escola Técnica Rezende Rammel, lá em Lins de Vasconcelos, no Rio de Janeiro, a gente ainda aprendia como se consertava televisão. Naquela televisão grandona, naquela caixa de tubo, você buscava onde estava o defeito. Hoje em dia, você troca a televisão. Mas tem uma coisa chamada circuito integrado, que é uma pecinha preta assim, com perninhas, parece uma aranha, que é basicamente o seguinte: tem entrada e tem saída nesse circuito integrado. Então, aqui, Senador Amin, entra zero e entra um, ou entra zero e entra zero, é binário; entra zero e entra zero, sai zero; entra um e entra um, sai um; entra zero e entra um, sai o que eu quiser, o que eu escolher. Por exemplo, aqui, o microfone que estou usando é uma espécie de programação. Eu apertei o botão aqui, é o um, ligou o microfone. Vou apertar de novo, saiu um de novo neste sistema aqui.

E o que é o código-fonte? Nada mais do que uma sequência de números, ou de letras, ou de códigos, mas em milhões de linhas, que programam essa urna eletrônica. E quem me garante que quem faz essa programação não pode pegar três letrinhas, três números, ou uma dessas milhões de linhas e programar para, quando encerrar o processo eleitoral, quando o mesário apertar um botãozinho na máquina e encerrar o processo eleitoral, quem me garante que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode pegar 10% dos votos do Esperidião Amin e passar para o Jorge Seif, para o Senado, lá em Santa Catarina? Eu acho que aconteceu? Não acho, não acho, sinceramente, não acho, mas pode acontecer?

Então, eu faço até uma pergunta aqui para todo mundo: é impossível acontecer isso? É impossível acontecer isso? Se você pensou aí no silêncio da sua consciência: "Olha, é muito difícil que aconteça, eu não acredito que aconteça, mas é possível..."

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas, se V. Exa. perguntar a quem ganhou, ninguém vai dizer que aconteceu. Quem perdeu sempre diz que aconteceu alguma coisa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou chegar lá... Eu vou chegar lá...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aí depende do interlocutor....

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Otto, o que V. Exa. está falando está errado, sabe por quê? Quando o Bolsonaro ganhou, houve investigação. Eu vou chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas em toda regra tem exceção, não é?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quando o Bolsonaro ganhou, houve investigação, e eu vou chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Toda regra tem exceção.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, é óbvio que é possível que isso aconteça.

Sinto informar que quem pensou desse jeito, igual a mim – e eu acho que todo mundo aqui pensou que não é impossível –, para Alexandre de Moraes, é um golpista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Dezesseis anos.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E pode pegar 17 anos de cadeia.

E se houver essa manipulação pelo ser humano que inseriu essa programação na urna, Senador Otto? "Está bom, Flávio, então prove o que você está dizendo". Olha, eu não sei como provar, mas eu sei como evitar que alguém que faça isso não consiga atingir o seu objetivo no final, porque, pelo que está sendo proposto aqui, essa coisa simples que está sendo proposta aqui, quando o eleitor vota, tem uma caixinha de acrílico pequenininha do lado assim... Ele não tem acesso ao voto, mas ele confere se o papel está igual ao que ele digitou, aperta "confirma" de novo, cai numa urna lacrada, e acabou. Você pode fazer uma auditagem disso. Foi o que aconteceu na Venezuela. Hoje, o mundo todo sabe que houve fraude naquela eleição por causa desse sistema, meu Deus do céu! Por que a resistência de fazer isso?

Aí falam: "Ah, mas nunca houve fraude no sistema eleitoral". Eu vou falar assim: "Olha, é verdade, nunca houve fraude comprovada, até porque nunca se investigou". Nunca se investigou, ou melhor, já se investigou quando o Presidente Bolsonaro venceu as eleições de 2018. Quando o Bolsonaro vence as eleições de 2018, a Ministra-Presidente do TSE, Rosa Weber, instaura, de ofício, um inquérito para investigar uma possível invasão *hacker* ao sistema do TSE. E esse processo está aberto até hoje.

Quando o Presidente Bolsonaro peticiona ao TSE, em 2022, apresentando alguns indícios e pedindo para que houvesse investigação, simplesmente não há investigação, Senador Marcelo Castro, e o Alexandre de Moraes multa o partido em R$22 milhões. Ele é tão sádico que ainda bota o número 22 em alusão ao número do Partido PL, 22.

E, com uma coisa simples como essa aqui, você pode evitar esse tipo de fraude, se é que ela acontece, mas você pode evitar.

Então, Presidente, para concluir, eu queria pedir, mais uma vez aqui, a aprovação desta emenda para aumentar essa segurança na urna eletrônica, porque, enquanto a gente não evoluir nessa pauta, continuaremos tendo eleições sempre sob o manto da desconfiança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quem defende a democracia de verdade deveria votar a favor de uma simples emenda como esta, Presidente.

Eu agradeço a V. Exa. e discuto os demais temas daqui para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço ao Senador Flávio Bolsonaro e passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar a condução de V. Exa., ao passo que também quero cumprimentar o Senador Marcelo Castro pelo brilhante relatório, mas eu queria fazer aqui uma reflexão com os colegas.

Primeiro ponto, Senador Otto: foi dito aqui nesta Comissão, agora há pouco, que *fake news* vão ser penalizadas de qualquer forma. Não, não é verdade isso. O art. 838 do Código Eleitoral está cumprindo uma premissa prevista no art. 18, parágrafo único, do Código Penal, que diz: "Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente". O próprio texto diz que são fatos sabidamente inverídicos. Isso é dolo, isso é elemento subjetivo da conduta pela qual ele vai ser responsabilizado.

Olha, nós sabemos que hoje, com o sistema de tecnologia, *fake news*, a mentira, mata, machuca, destrói a vida de uma pessoa. Então, o que o código está fazendo é simplesmente cumprir uma premissa prevista no art. 18, parágrafo único, do Código Penal desde 1940: "[...] ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente". E dolo é intenção, é a vontade deliberada de praticar aquele crime. Isso não sou eu que estou dizendo, é o próprio Código Penal.

Outro aspecto a que eu quero aqui fazer uma ressalva – e aí eu faço um apelo ao Relator – é com relação à quarentena de policiais. Senador Jaques, com todo o respeito, os colegas sabem quanto ganha um guarda municipal? Ganha um salário mínimo.

Olha, é uma premissa constitucional que todo ser humano pode votar e ser votado, claro, obedecendo àqueles critérios que ali estão. Agora, se um guarda municipal que está lá no meu Estado do Espírito Santo, ganhando um salário mínimo, sonha ser Vereador, sonha ser Deputado, sonha ser Senador, sonha o que ele quiser sonhar, ele vai ter que renunciar àquele cargo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

definitivamente? Ele vai ficar dois anos sem receber salário? Ele vai ficar à míngua? Olha, não há razoabilidade nisso. E partir da premissa de que você volta contaminado? Com todo o respeito, nós vivemos num Estado democrático de direito, em que a presunção é de legitimidade. Nós não podemos inverter essa ordem, porque, senão, nós estamos invocando aquilo que Thomas Hobbes já falava na obra *Leviatã*, que o homem é mau por natureza, que é o lobo do próprio homem. E não é essa a regra. Eu ainda acredito no ser humano. Eu fui delegado de polícia por 27 anos e tenho muito orgulho disso.

Agora, eu falo para vocês: às vezes, nós aqui de qualquer partido político falamos muito em inclusão, falamos muito em apoio às mulheres, falamos muito em apoio à população negra para entrar na política, mas nós não damos condições para essas pessoas participarem no pleito eleitoral. Na hora, efetivamente, os partidos elegem aqueles que serão os ungidos para pleitear e para se perpetuar no poder.

Então, você pegar um policial civil, ou um policial militar, ou um guarda municipal e falar: "Olha, você não vai poder. Se você quiser, você vai renunciar definitivamente ao seu cargo e não vai voltar". Então, não é razoável.

Olhe aqui, deixe a população escolher, e, quem tenha desvio de conduta, que seja responsabilizado. A responsabilidade se impõe, seja a título penal, administrativo ou civil. Agora, eu não posso falar que... Olhe, isso está aqui:

> § 6º Ficam inelegíveis, nas eleições federais, estaduais e municipais, os servidores integrantes das guardas municipais, das Polícias Federal, Rodoviária [...] e Ferroviária [...], bem como os das Polícias Civis que não tenham se afastado definitivamente de seus cargos [...]

Não é razoável isso, não é razoável você partir da premissa de que aquele policial que está ali, empenhando sua vida... Eu queria que os colegas fossem policiais por um dia para saber qual é a carga emocional que você recebe. Eu queria efetivamente que vocês saíssem, que nós saíssemos daqui, tirássemos o paletó e a gravata e fôssemos lá para as zonas de conflito. Vá lá para o bairro que tem alto índice de vulnerabilidade, vá lá ver como é que você está sendo subjugado, vá lá ver que você não pode andar com o celular na mão, atravessar uma rua. Aí,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora, na hora que você sonha em ser Vereador, Deputado, você vai falar: "Não, você quer? Então, tá, você sai definitivamente". É claro que ele não vai sair! É óbvio que ele não vai sair.

Ainda: "Ah, nossa, todos somos iguais perante a lei, independentemente da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual". Isso é uma grande falácia! Uns são mais iguais que outros. Aí a gente vai falar: "Não, aqui você vai ter que... Cumpram uma quarentena de dois anos e ainda vai ter que sair definitivamente". Não é razoável isso.

Outro dia, eu estava em São Paulo numa agenda e um guarda, Senador Portinho, me abordou. Eu, conversando com ele, falei: "Eu tenho muito orgulho de ser policial". Ele: "O senhor foi policial?". Eu falei: "Fui delegado, com muito orgulho". Ele falou assim: "Ah, Senador, o senhor podia lutar pela gente. Sabe quanto é que eu ganho aqui? R$1.518".

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quem vai lutar pelas causas?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não tem como – não tem como.

Nós sabemos que esta Casa aqui... Quando falam assim: "O Congresso representa o povo", isso está longe de ser uma realidade, porque aqui cada um tem seus interesses, tem *lobbies*, tem castas. Aqui, você tem – e com todo o respeito, não estou julgando ninguém – representantes da comunidade religiosa ou evangélica, aqui você tem dos policiais, aqui você tem dos médicos, aqui você tem do agronegócio, que é legítimo, agora você coibir, tirar a possibilidade de um integrante de uma guarda municipal, de um policial civil que está lá na ponta, está lá dando garantia constitucional... Isso não sou eu que estou falando, isso está no art. 144 da Constituição Federal: segurança pública é direito de todos e dever do Estado.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Senador, fala do policial, mas não fala do apresentador de TV. Quem pode ser candidato a política, então?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É, não, eu estou aqui fazendo um apelo aos colegas pela emenda que eu fiz, supressiva, do §6º, para que a gente deixe efetivamente essas forças de segurança participarem no pleito eleitoral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu volto a falar: aqui, as mulheres estão sendo atacadas. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Um dos primeiros projetos que eu fiz aqui foi de determinar a paridade – 50%, 50% –, porque é muito fácil a gente falar que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, quando a gente tem ainda um comportamento sexista. E aí você vem e está vilipendiando a pauta feminina, com todo o respeito, com todo o respeito às mulheres. Teria que se garantir, sim, aqui, tanto a proporcionalidade lá dos 30%... E olhe como nós somos machistas, que não são nem 30% para as mulheres, a lei fala 30% para um gênero e 30% para o outro, para um gênero e para o outro.

Então, você pode ter uma chapa de 70% de mulheres e 30% de homens, mas nós não vamos vir para cá e falar: "Vamos acabar com a chapa agora e vamos reservar 20%...". É óbvio, você tem que manter os 30% ou os 70%, dependendo do gênero, e você tem que garantir, no mínimo, 20% de cadeira. Aí, sim, porque não é razoável Senador Otto, com todo o respeito, dos três Poderes – e aqui eu não quero fazer um apelo sentimental, não, longe disso! –, dos três Poderes, o único que nunca foi presidido por uma mulher foi justamente o Legislativo.

Eu estive, numa Assembleia Legislativa, num estado que não o meu: 24 Deputados, todos homens – 52% da população é de mulheres. Nós temos que estimular. Agora, é fácil, em qualquer partido que estejamos aqui representando, a gente fala em incluir, atrair mulheres, atrair a população preta, a população LGBT e assim sucessivamente, mas nós não damos condições. E agora, na reforma do Código, a gente vai impedir que essas pessoas realizem o sonho de se candidatar, de ser eleito e ser escolhido pela função que está ali.

Eu não posso partir – volto a falar para o senhor, para concluir – da premissa da má-fé. O policial não pode ser visto como um violador de direitos; ele tem que ser visto como garantidor de direitos. E eu tenho muito orgulho de ter exercido 27 anos como delegado de polícia lá na ponta, tendo reflexo na minha família, porque você afeta seu aspecto emocional, afeta seu aspecto psicológico, você fica marcado naquela comunidade, você não é benquisto em vários aspectos e agora, ainda no Código Eleitoral...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... nós vamos falar: "Olha, se você quiser, você sai definitivamente da sua instituição, na qual você com muito orgulho entrou".

Então, eu faço um apelo ao Relator para que acolha – acolha –, faça esse carinho e acolha, meu querido Senador Marcelo Castro, a nossa emenda para suprimir o §6º para determinar que esses agentes, guardas... Eu estou falando aqui de guarda municipal, eu estou falando de um soldado da polícia militar, minha gente. Você sabe o que é ser soldado da polícia militar? Coloque um uniforme, coloque uma farda, uma arma e fique nos morros! Coloque, sai às ruas! Aí, sim, nós vamos ver, efetivamente, qual é o valor desses integrantes das forças de segurança pública de que tenho muito orgulho. Volto a falar: e aí que a população escolha, efetivamente, quem melhor a representa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. São essas as minhas considerações. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e devo dizer que, na Bahia, pela primeira vez, depois de mais de 80 anos, uma mulher é Presidente da Assembleia da Bahia, a Deputada Ivana Bastos, mas, por duas vezes seguidas, foi a mais votada, a Deputada mais votada da Bahia – por duas vezes –, mais votada do que todos os Deputados. Então, a vocação natural das pessoas leva a isso, como qualquer outro profissional que tenha aptidão para advocacia, para medicina, para qualquer outra atividade.

Com a palavra o Senador Laércio. (*Pausa.*)

O Senador Laércio não está.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente. Parabéns, Senador Otto, pela condução aqui desta sessão!

Eu quero cumprimentar o Senador Marcelo Castro, meu vizinho de estado, pelo esforço. Pensem no esforço que o senhor está fazendo, viu? Eu sou testemunha. Podem criticá-lo muito por algumas pautas do senhor, mas para o esforço que o senhor está fazendo hoje, aqui... aliás, há meses, para melhorar esse projeto, a gente tem que tirar o chapéu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, é difícil melhorar o que é muito ruim, o que nasceu morto. Esse projeto da Câmara, esse, sim, é um atentado contra a democracia, Sr. Presidente.

Não tem como a gente aprovar este projeto aqui hoje, vamos combinar. Não tem como a gente colocar digitais, até porque, Senador Marcio Bittar, gato escaldado tem medo de água fria. Quantas vezes a gente pegou projetos ruins e melhorou aqui, mas, como iniciaram na Câmara, voltam para lá, em que eles podem tirar tudo que foi melhorado aqui?!

Temos que fazer o nosso trabalho? Temos e vamos fazer, mas tem pontos aqui que eu não sei como é que podemos resolver.

Olhem como é gritante um assunto em que ninguém tocou aqui e que é sobre essa questão da venda de votos. Olhe só, Senador Sergio Moro! Corrupção passiva. O art. 845, parágrafo único, fala do perdão para quem vendeu o seu voto e é considerado miserável. Meu amigo, pelo amor de Deus, isso aqui...! Aí quem é que vai dizer quem é miserável e quem não é, Senador Jaime Bagattoli? É quem ganha Bolsa Família? Isso aqui é um cheque em branco para se institucionalizar, legitimar a compra de voto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu não consigo ver lógica nisso. Como melhorar um troço desse? "Ah, não, vamos tirar tudo isso aqui." É o art. 838 do Código Penal, como colocou o Senador Esperidião Amin. Tem muita coisa de outros códigos aqui que estão colocando no Código Eleitoral. Está fazendo uma salada de fruta que não faz o menor sentido. Como é que você vai melhorar isso? Tira daqui, é colocado lá de novo na Câmara. Não tem como votar, eu vou votar contra. A gente tem que derrotar isso aqui!

Há outro problema grave que é essa questão que foi abordada por alguns Senadores aqui. O art. 838, *caput*, afirma que serão penalizados fatos sabidamente inverídicos – olhem só, vou repetir: sabidamente inverídicos – para causar atentado grave à igualdade de condições entre candidatos no pleito, ou embaraço, desestímulo ao exercício do voto e deslegitimação do processo eleitoral. Nesse caso, é prevista uma pena de um ano a quatro anos de reclusão. Agora, olhem só, olhem a pegadinha aqui. O *caput* do artigo pode ser utilizado separadamente através da interpretação do juiz, ou seja, no §5º, fala que a mera crítica ou opinião sobre o serviço eleitoral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e o processo de votação não configura crime – o Senador Marcio Bittar me alertou aqui no começo –, mas olhem quem é que vai decidir se é mera crítica ou opinião ou se é um atentado ou um ataque? Hoje em dia, se você criticar alguém, você já percebeu, se você é de direita ou de esquerda, é ataque à democracia; se você criticar os poderosos, está atacando a instituição. Que democracia fuleiragem em que a gente vive! Vamos combinar, gente. Senador Magno Malta, quem é que vai decidir isso? Vai ficar a critério do julgador. Acha que essa espada vai ficar na cabeça de quem? A preço de hoje, é na dos conservadores, da direita; a preço de amanhã, pode ser na da turma da esquerda. A história mostra isso.

Olha, isso não é correto, isso não é correto, Sr. Presidente.

Tem outros casos aqui preocupantes com relação, por exemplo, aqui, ao que foi colocado por alguns Senadores – e eu concordo – de você rebaixar à segunda classe cidadãos porque eles são policiais, porque eles são bombeiros, porque eles são guardas de trânsito. Isso não é democracia; isso é preconceito, é perseguição mesmo, clássica. Não temos como colocar a digital num troço desse.

E aí eu vou dizer uma coisa, vou dizer uma coisa preocupante, aqui, com relação a essa questão: você, fazendo isso com essas pessoas, está cegando para médicos. Por que o médico é diferente? E o médico que faz laqueadura? Vocês não ouviram falar de médico que conseguiu votos nos estados, nos municípios, porque é médico? Vai proibir médico de participar da eleição? Isso não é isonomia, isso não tem sentido.

Aí nós temos o empoderamento do tribunal eleitoral no Brasil, que é uma jabuticaba, Senadora Margareth Buzetti. É uma jabuticaba que existe só no Brasil. E uma vez – eu quero contar aqui para vocês, não sei se vocês já foram – eu tive que ir lá ao TSE para uma reunião. Já foram ao TSE? Rapaz, é um prédio que eu digo... Rapaz, parece que eu não estou nem no Brasil, suntuoso! Eu me perdi lá dentro. E olha que recebi as instruções, fui ao lugar certo. O custo, até pouco tempo atrás, era de R$2 bilhões para rodar aquilo, um elefante branco. Não tem cabimento esse tipo de coisa, essa casta que a gente está aqui empoderando hoje, enquanto nós temos no Brasil muita gente na pobreza.

E aí, Senador Esperidião Amin, nós tivemos um ataque *hacker* à instituição financeira nessa semana. Eu gosto muito de observar os sinais, sabe? Roubaram R$800 milhões em Pix, pegaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a senha e tal. E o sistema financeiro é aquilo que existe com a mais alta tecnologia de segurança, e acontece o que aconteceu. Por que não pode acontecer também no sistema eleitoral? Por que não pode, Senador Zequinha Marinho? Por que a gente não pode dar mais segurança, se tem um número crescente, cada vez mais, de brasileiros? E a gente percebe... Eu converso com gente de esquerda, gente de direita, gente que é contra Governo, que é a favor de Governo, vou às praças, vou aos mercados e gosto de conversar para sair da bolha. E é impressionante como as pessoas cada vez mais cobram isso, rapaz. Esse negócio... Por que não faz a contagem pública, o voto auditável? Poxa, se nós estamos vendo isso, por que a gente não faz, não toma uma decisão para pacificar isso? Qual é o medo que se tem de fazer isso? Por que tem que se baixar a cabeça para poderoso que quer interferir nos Poderes para os seus caprichos? Não tem sentido isso.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a oportunidade e de dizer que apoio o destaque do Senador Esperidião Amin. Vai ter um destaque individual também do Senador Sergio Moro, que ele vai explicar daqui a pouco, que é outro ataque à Lei da Ficha Limpa; praticamente é o desmanche da Lei da Ficha Limpa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que está dentro desse relatório e que nós precisamos aqui respeitar.

Foi 1,6 milhão de brasileiros...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que assinaram a Lei da Ficha Limpa, quase 1,7 milhão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... de brasileiros que tiveram essa iniciativa, e é um projeto que fez agora dez anos. É esse o presente que a gente vai dar para a sociedade? O desmanche da Lei da Ficha Limpa?

Então, eu acredito que o voto tem que ser contrário. Eu voto contrariamente a esse projeto, porque eu não quero ser responsável por problemas que advenham aqui de mudanças que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

façamos e devemos fazer, mas, lá na Câmara dos Deputados, sejam tiradas, como inúmeras vezes eu vi isso acontecer aqui, e é um desrespeito contra os Parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Bittar, V. Exa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Esperidião Amin, vou pegar emprestada a sua introdução. Como é que é? O Senador Marcelo Castro tem a capacidade de ir falando, e vai falando...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Anestesiar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Anestesiar o paciente, e a gente acaba achando que ele está certo.

Mas, Presidente, vou ser breve.

Eu voto contra o projeto. A linha de argumentação do querido Esperidião Amin está correta. Nós estamos criminalizando e criando instrumento para um órgão que deveria ser momentâneo e que, no Brasil, é permanente, que é uma estrutura monumental de criminalizar a ação política eleitoral. Penalidade de um ano a quatro anos e sempre com coisas que são pueris: a mera crítica ou opinião. Quem é que vai diferenciar o que é uma mera crítica ou opinião do que é um ataque? Quem que vai dizer isso? Quem é que vai dizer que a notícia é mentirosa, Sr. Presidente?

Eu sempre dou um exemplo. Para mim, Líder Jaques Wagner, os Ministros do Supremo Tribunal Federal que afirmam que, no dia 8 de janeiro, houve uma tentativa de golpe no Brasil estão cometendo a maior *fake news* de todas que eu já ouvi falar. E quem é que vai julgar? É o Supremo Tribunal Federal, ou parte dele, que insiste que, no dia 8, um bando de gente sem arma, sem organização, sem liderança, mesmo assim, fez uma tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito. Essa turma é que vai julgar depois, porque o Supremo Tribunal Federal praticamente comanda o TSE. Eu tenho um projeto de emenda constitucional que altera a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

composição do TSE, mas, por enquanto, basicamente é o Supremo Tribunal Federal que comanda o TSE.

Portanto, eu não vou dar a quem promove – claro que não todos – a maior *fake news* da história, achando que estão falando a verdade, o meu voto para eles decidirem o que é verdade, o que é mentira, o que é *fake news* ou o que não é.

Com relação ao afastamento de policial, Sr. Presidente, não tem o menor sentido. Não faz menor sentido. Eu acho que isso é quase unanimidade aqui entre nós. É um preconceito você exigir que um policial – seja ele qualquer um, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, da Guarda Municipal – renuncie sem direito... Ele vai perder o emprego dele para se jogar em uma campanha eleitoral em que ele nunca sabe qual é o resultado? Isso não tem o menor cabimento, não tem a menor lógica.

Com relação à inelegibilidade, Sr. Presidente, eu apresentei um PLP, em 2023, que poderia ser incorporado, que prevê o seguinte: a pena começa a partir do fato exposto. Então, se o sujeito... Na primeira instância, pode demorar um mês, ou seis, ou sete, mas o fato que tornará ou que torna esse cidadão inelegível foi no dia "x" do mês tal. Então, que a inelegibilidade comece a contar – essa é a proposta que eu apresentei no PLP, em 2023 – a partir do fato exposto.

Se o fato que o tornou inelegível foi em junho de 2023, passa a contar a partir de junho de 2023. E aí, sim, a inelegibilidade, que vem da Ficha Limpa, com a qual eu concordo, passa a fazer mais sentido. Se o sujeito foi condenado por uma atitude de junho de 2023, passa a contar a partir dessa data.

Então, Sr. Presidente, eu... E, aí, eu comecei dizendo que me inspirei na fala do Amin, vou terminar me inspirando nas falas do Senador Flávio Bolsonaro: eu também não entendo por que é que algumas pessoas transformaram o sistema eleitoral brasileiro em uma coisa sacrossanta. Quer dizer...

O Magno Malta, na reunião passada, discutindo essa matéria, disse o seguinte: "No Brasil, eu tenho o direito de criticar até minha mãe. Até minha mãe eu tenho o direito de criticar". Não foi isso, Magno?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Foi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – "Mas o sistema eleitoral, não. Isso é um pecado...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Mortal.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... mortal".

E, quanto mais essas pessoas insistem que nós não podemos aperfeiçoar – não é mudar, é aperfeiçoar – o sistema eleitoral brasileiro, mais aumenta a desconfiança de quem já acha que o sistema é imperfeito, porque perfeição, no terreno, aqui, não há.

Então, eu voto contra o projeto, com todo respeito ao nosso colega, que tem essa capacidade, como disse o Amin, de ir falando e de convencer o próprio paciente, mas eu voto contra. E, na votação dos destaques, vou votar com o destaque que acaba com esse afastamento obrigatório do policial, que não tem nem direito de voltar, e também vou votar com o destaque do querido Esperidião Amin, que eu acho que coloca por... Aprovando esse destaque do Esperidião Amin, a gente acaba... Como disse o Flávio: se nós tivéssemos isso em 2022, nada dessa crise toda estaria existindo. Simples assim!

Então, na hora do destaque, pode contar com o meu voto, Esperidião Amin.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Por essa razão, não.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Bittar e passo a palavra ao Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente, Senador Otto Alencar, quero cumprimentar o Relator dessa reforma política...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... Marcelo Castro, e quero começar minhas palavras dizendo o seguinte: como é que isso pode dar certo, uma reforma política dessa, se você deixar que pessoas precisem se afastar por dois anos do seu cargo – um policial, um promotor – para poderem ser candidatas? Com isso, fica muito claro que essa reforma é para se perpetuarem todos que estão na política, se perpetuarem para ficar na política, pois já tem Senador que tem aí, só de emenda parlamentar, R$100 milhões e tem mais três e poucos milhões de reais de fundo partidário. Como é que essas pessoas... Quem é que vai conseguir tirar essas pessoas do poder?

Senador Marcelo Castro, Relator, eu fiz a você três pedidos de emenda.

Uma era que o candidato pudesse colocar 100%, na sua campanha própria, do mesmo valor que um cidadão... que um político pega do fundo partidário. Sabe quanto que é o valor que eu posso colocar só? Vinte por cento. De R$3 milhões, eu só posso colocar R$600 mil – se fosse de R$3 milhões. E olha o que veio agora, que impediu mais ainda que as pessoas de bem se candidatem: o doador, que pode doar para políticos 10% do seu rendimento, do faturamento da pessoa física, da última declaração, agora ele só pode colocar 10% também do teto máximo naquele candidato. Sr. Marcelo Castro, Senador, eu não estaria hoje aqui como Senador. O meu irmão, Presidente, doou R$2,9 milhões na minha campanha, está lá. E os outros eu coloquei, só pude colocar trezentos e poucos mil reais; e eu coloquei o mesmo tanto que coloca um cidadão que pega o dinheiro do fundo partidário.

É justo isso? Agora eu colocar... Como é que eu vou me reeleger com 20% contra quem pega 100% do fundo partidário? Que justiça que é essa? Que política que é essa que nós vivemos? Eu falo aos senhores, se isso não for mudado... Porque a única coisa que eu encontro de bom nisso aqui é a unificação das eleições. A unificação das eleições está correta.

Eu não voto aqui nesta Comissão, Presidente, mas eu quero dizer para vocês...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... que essa é uma indignação tão grande que não tem como... Como é que as pessoas de bem, como é que nós vamos ter renovação de novas pessoas na política da forma como vai ficar o Código Eleitoral?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, você tira uma pessoa que precisa perder o emprego por dois anos – tem que se afastar –, vai chegar muitas vezes sem nenhum centavo do fundo partidário e depois nem tem mais o seu emprego.

Outra coisa que eu pedi: para que 50%... Eu não sou a favor do fundo partidário, mas quem sou eu para ir contra? Agora, eu pedi que 50% fossem para as pessoas que não têm mandato. Isso tudo é administrado pelos presidentes de partido. Isso é a maior injustiça que é feita com o cidadão que vai para a política, que quer ajudar o Brasil muitas vezes, que quer contribuir com o nosso país.

Então, eu digo para vocês, sobre o voto impresso – o voto impresso –: como que o voto impresso é anticonstitucional? Quem é o Supremo Tribunal Federal para dizer que a urna é 100% segura? Quem são eles? Deuses? Eles são deuses para saberem que é 100% segura?

Senador Amin, parabéns. Eu quero dizer, sobre o destaque que o senhor vai fazer sobre o voto impresso, que o senhor tem todo o meu apoio, apesar de eu não votar aqui nesta Comissão. (*Palmas.*)

Mas o senhor tem todo o meu apoio lá, na hora em que isso for para o Plenário – o senhor tem todo o meu apoio. O voto impresso não é nada mais do que a segurança que nós vamos ter.

Srs. Ministros do Supremo, não tenham medo disso, não. Não precisam ter medo. Só vai ser mais uma ferramenta para nós darmos segurança e dizer para o povo brasileiro que a urna eletrônica é correta.

O pai, quem começou... No Japão, onde se tem o maior conhecimento de informática do mundo, onde começou a informática no mundo, que tem o aperfeiçoamento, lá não tem urna eletrônica. Estados Unidos não têm urna eletrônica. E eu acho muito bom nós termos a urna eletrônica, é muito bom nós termos, mas vamos colocar mais segurança na urna eletrônica. E ninguém precisa ter medo disso, não precisa ter medo disso.

Quero dizer para vocês que esse Código Eleitoral – mais uma vez, eu repito para vocês – vai beneficiar só quem está realmente no poder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa, é negócio de balela dizer que o Senador vai ser eleito por cinco anos. Isso eles vão mudar. Esta Casa vai mudar lá na frente e vai continuar, Girão, pelos dez anos, lá na frente. Tenha certeza disso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Mas vai ter que colocar digital.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas o que eu queria... Podia ser até agora. Pode mudar, não tem, para mim, problema nenhum. O Senador pode ter só cinco anos de mandato, não tem problema nenhum. Se quisesse ter até os quatro anos agora, também não tem problema nenhum. Agora, o que nós temos que dar para o nosso povo brasileiro, nós temos que mostrar... O povo brasileiro está cansado, o povo brasileiro está cansado de ver aquilo que o Congresso...

Ontem saiu mais uma avaliação sobre o Congresso Nacional. Vocês viram a avaliação que saiu do Congresso Nacional? É vergonhoso para nós, como é vergonhosa para o Supremo Tribunal Federal também a avaliação deles que faz o povo brasileiro. Então, nós precisamos mostrar para a sociedade a que nós viemos e o que nós estamos fazendo aqui.

Gente, o povo está de joelho para o lado de fora. Nós vamos aumentar o IOF agora. Não tem mais como, tem que aumentar mais imposto, porque o Governo não contém os gastos dele. Então vai ter que aumentar mais, realmente, os impostos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu quero ver como é que os senhores, os senhores políticos, nós, políticos, vamos explicar para a sociedade brasileira, ano que vem, com um país desse indo à falência, como é que nós vamos explicar que vamos pegar 5,5 bilhões para fazer campanha política? Como é que nós vamos explicar para a sociedade brasileira, quando o povo está de joelho no chão? Como é que nós vamos explicar isso para a sociedade?

Sr. Presidente, essa é a minha indignação.

A única coisa com que eu concordo dentro desse novo Código Eleitoral é com a unificação das eleições em 2034. E uma coisa que ficou correta é que o maior sistema de corrupção que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu neste país foi a reeleição. Parabéns por acabar com a reeleição! O sistema de reeleição, sem medo de errar, roubou mais de 300, 400 bilhões deste país, dos cofres públicos. A gente sabe o que aconteceu pelo Brasil afora em reeleição de Prefeitos, de Governadores e de Presidente.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Só para esclarecer ao Senador Jaime, o fim das reeleições não está nesse código. Já foi aprovada aqui uma PEC com o fim da reeleição e o fim também das eleições de dois em dois anos. Está no Plenário do Senado Federal. Eu acho, inclusive, que nós deveríamos fazer uma gestão frente ao Presidente Davi para colocar em votação. Concordo plenamente. Não teve coisa pior para o Brasil do que a reeleição e, sobretudo, a eleição de dois em dois anos.

Nós estamos discutindo já a eleição do ano que vem, do Presidente da República e dos Governadores, e terminamos a eleição municipal agora, recentemente. Então, não se fala em outra coisa neste país a não ser em reeleição, no momento em que se deveria cuidar de outras ações importantes para o povo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E não tem, não; não tem. É uma angústia, é uma agonia, é sempre o mesmo tom, a mesma substância nervosa, discutindo eleição todos os anos sem discutir a questão do povo brasileiro.

Eu me lembro sempre do seguinte: Juscelino Kubitschek foi um dos maiores Presidentes da República, governou por cinco anos e fez cinquenta anos em cinco. Até hoje se lembra de Juscelino, inclusive no meu Nordeste. Foi o primeiro Presidente da República a pensar no Nordeste. Sudene, os maiores açudes do Nordeste foram construídos na época de Juscelino Kubitschek, estradas, em cinco anos. Portanto, dá perfeitamente para governar.

Está no Plenário. Seria importante que o Presidente Davi Alcolumbre colocasse em votação, porque isso vai acabar, inclusive, minimizando essas questões das emendas na direção política e não na direção das obras importantes para o povo brasileiro.

Com a palavra o Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, primeiro, quero aqui elogiar a condução dos trabalhos feita por V. Exa., porque esse tema é muito polêmico, mas V. Exa. tem razão: vamos votar, vamos colocar, decidir de uma vez, seja para aprovar, seja para rejeitar. Mas é importante também, como V. Exa. está permitindo, que haja um amplo debate sobre essas questões, inclusive sobre, depois, os destaques que serão feitos, porque cada um deles envolve uma controvérsia e uma polêmica razoável. E aqui a gente vê argumentos de vários lados. Eu não sou daqueles que vivifica argumentos contrários, mas temos que reconhecer que são temas aqui que precisam, sim, de uma deliberação qualificada. Precisamos ter essa deliberação. Então, fica, primeiro, o registro desse elogio a V. Exa.

Também quero elogiar o trabalho aqui do Senador Marcelo Castro. Eu sei que é difícil uma consolidação das leis eleitorais num novo código. Veio um texto da Câmara em relação ao qual todos aqui têm severas críticas, embora também tenha suas virtudes, e o Senador recebeu aí, sei lá, centenas de pessoas, centenas de grupos, centenas de categorias e consolidou o trabalho dele. Claro que é natural que haja aí divergências importantes.

O que eu tenho dito, no entanto, em relação ao código, é que eu não vejo com clareza os ganhos que nós temos com a aprovação desse novo código. Nós saímos de onde e estamos chegando exatamente a que ponto?

Nós temos aqui, talvez provocados até pela polarização política, grandes preocupações em relação a *fake news* nas eleições, mas temos também preocupações sensatas a respeito da censura, temos também uma percepção de que está havendo um exagero da intervenção da Justiça Eleitoral nos pleitos. Fazendo um comparativo com o jogo de futebol, imagine se houvesse expulsão de jogador ou utilização do mecanismo do VAR numa partida de futebol, com interferência a todo momento ali, dentro desse certame.

Essas questões, apesar do esforço que a gente reconhece aqui do Relator, não foram resolvidas nesse novo Código Eleitoral de maneira a satisfazer todos os argumentos aqui envolvidos. As indagações que eu faço são: será que este é o momento de fato para a gente aprovar essas novas regras? Será que esse novo Código Eleitoral está resolvendo de maneira satisfatória todos esses problemas? E, se ele não estiver, que é a minha conclusão, creio que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deveríamos deixar uma reforma eleitoral para um momento menos turbulento aqui da nossa política.

Então, eu, com a devida vênia aqui ao Relator, devo me pronunciar contrariamente e rejeitar esse Código Eleitoral. Mas, a título também de contribuição, eu apontaria aqui pontos centrais com os quais, se aprovados, creio eu, teríamos grande retrocesso na nossa legislação eleitoral. E um deles que aqui já foi abordado extensivamente é a restrição de direitos políticos de categorias profissionais.

A história das eleições é uma história de expansão do sufrágio, dos direitos políticos tanto de quem pode votar, como de quem pode ser eleito. As mulheres tiveram as suas conquistas do sufrágio feminino, depois de acabarem com o voto censitário. Depois ainda os analfabetos adquiriram o direito de votar. E aqui, de repente, o código está trazendo uma inovação, que a meu ver é inconstitucional, de restringir direitos políticos de categorias específicas sem que haja uma justa causa. Porque eles cometeram alguma infração? Não, porque eles são agentes da lei. Então, policiais, militares, juízes e promotores, essas categorias perigosas para a sociedade – e aqui, evidentemente, estou sendo irônico – têm os seus direitos políticos restringidos. Porque abusaram dos seus cargos? Não, porque há uma possibilidade de que venham a abusar. Onde está, na Constituição Federal, a possibilidade constitucional de restringir direitos políticos sob o argumento de que uma categoria abstratamente pode abusar do seu poder?

E aqui eu faço essa observação, fazendo a ressalva de que essa mudança não me afeta. Eu já estou, já sou Senador e não seria afetado por isso. E, aliás, eu só me candidatei quatro anos depois de deixar o cargo, também não seria afetado. Mas, ao restringir os direitos políticos de uma categoria por uma suspeita de abuso, sem que haja uma infração específica, a meu ver, nós estaremos incorrendo numa violação da Constituição e ainda cometeríamos uma grave injustiça contra uma categoria que está na linha de frente contra a criminalidade.

E a participação dessa categoria... Aqui a gente tem pessoas tão diversas, como o Senador Alessandro e o Senador Contarato, com visões distintas, às vezes, sobre diversos temas, mas que inegavelmente dão uma grande contribuição ao debate parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui, faço um último apelo ao Relator para suprimir essa parte, porque padece de inconstitucionalidade e porque é uma grave injustiça, apesar de reconhecer as boas intenções aqui do Relator.

O União Brasil apresentou um destaque de bancada nesse tema e, se não for acolhido pelo Relator – porque imagino que ainda possa ser acolhido –, peço aí o apoiamento dos pares para que nós aprovemos essa medida.

O outro tema em que eu também tenho que ingressar... Olha, eu acho que seria um grave impacto à imagem do Senado Federal se nós acabássemos aqui, na prática, com a Lei da Ficha Limpa. Ela foi aprovada por iniciativa popular, é uma lei que tem um amplo apoio popular. E, se nós aprovarmos o código da forma como está, os destaques vão ser: restringir os direitos políticos dos agentes da lei e retirar a inelegibilidade de quem é condenado criminalmente.

Eu até concordo com o Senador Flávio quando diz que há distorções e que nós precisamos de um regime mais objetivo, de oito anos a partir de uma condenação; mas aí eu faria a ressalva: condenação no âmbito de uma infração eleitoral. Que se conte, então, oito anos a partir de uma condenação da infração eleitoral. Agora, condenação criminal? O indivíduo foi condenado por tráfico de drogas, por ser chefe de uma organização criminosa, por crime de corrupção; e, de repente, nós vamos reduzir o prazo de inelegibilidade, acabar com a Lei da Ficha Limpa? O sistema atual para essas condenações, de cumprir a pena e daí contar os oito anos, tem que ser assim.

Eu faço aqui um paralelo de quem ficou famoso cometendo um assassinato, virou quase uma celebridade, já falecido, aquele Guilherme de Pádua, que assassinou a atriz da Globo: eu não duvido de que, se ele se candidatasse, ele seria eleito. Aquele goleiro homicida, o Bruno, virou uma subcelebridade. E, infelizmente, as distorções do processo eleitoral muitas vezes permitem que pessoas como essas se candidatem e sejam eleitas. O que nós temos que fazer em relação a esses indivíduos? Flexibilizar a Lei da Ficha Limpa? Vamos correr o risco de tê-los como colegas aqui? Não dá, não é possível.

Então, eu apresentei duas emendas sobre esse tema, uma mantendo integralmente a regra da Ficha Limpa, mas a outra emenda, que é a 146 – e aqui eu rogaria que o Relator refletisse e que os colegas também apoiassem – faz uma distinção entre cumprimento de pena e oito anos para crimes mais graves, como organização criminosa, tráfico de drogas, crimes de corrupção...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... e cumprimento de oito anos, a partir da condenação, para infrações menores.

Aliás, quando nós discutimos no Plenário o Projeto de Lei Complementar PLP 192, de 2023, essa proposta foi acolhida e aqui nós estamos retrocedendo na discussão. Então, pelo menos para minorar os impactos gerados da ficha limpa e para que não seja dito aqui que nós estamos liberando bandidos – bandidos –, líderes de organização criminosa, traficantes de drogas, condenados por corrupção a concorrerem à eleição – e aqui é diferente dos policiais, agentes da lei, porque aqui nós temos infrações específicas, nós temos culpa comprovada e não queremos essas pessoas no processo eleitoral –, que seja acolhida essa Emenda 146 ou o apoiamento do destaque individual que farei nesse tema.

Para finalizar, também registro o meu apoio à emenda do Senador Esperidião Amin. Você aumentar a transparência do processo eleitoral, você ter garantias de segurança não significa dizer que as eleições foram fraudadas ou que as eleições foram manipuladas, mas – vamos ser sinceros – o risco de manipulações sempre existe. Então, você incrementar a segurança... Qual é a dificuldade em se acolher uma proposta como essa? E sepulta essa discussão, porque a gente precisa virar a página e olhar para frente neste país. A gente não pode, a cada eleição, ficar com uma eventual sombra de suspeita. Não estou nem falando nada... Eu fui eleito em 2022 e não estou dizendo que nada foi fraudado ou manipulado, mas a gente ter a possibilidade de discutir o aprimoramento da segurança e das garantias eu acho que é algo positivo.

Por fim, e realmente, Senador Otto, agradecendo a paciência, a Emenda 246, que é o destaque feito aqui pelo PL, vai naquela linha: nós não queremos censura no processo eleitoral. Dizer que alguém pode ser banido das redes sociais, que alguém pode se tornar inelegível, porque, na interpretação das autoridades, divulgou um fato inverídico, para mim, é um caminho muito perigoso e favorece o abuso.

Por isso, entre as várias propostas que foram formuladas para evitar essa censura, essa minha Emenda 246 proíbe o banimento de conta de candidato a cargo eletivo no âmbito eleitoral. Se tem um *post* que seja mentiroso, que se suprima o *post*, mas, suprimir a conta, a meu ver, dada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a importância que temos hoje das redes sociais, seria um grave impacto à liberdade de expressão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... e à liberdade de debate eleitoral para aquele candidato específico.

Então, eu pediria o apoiamento a esses destaques, mas, infelizmente, eu até registro aqui, Senador Marcelo Castro, que devo votar contra o projeto. É claro que, se, eventualmente, todos esses destaques forem acolhidos e outros colocados – quem sabe? –, nós poderemos também rever essa posição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Sergio Moro.

Passo a palavra ao Senador Magno Malta; em seguida, à Senadora Dorinha e ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu cumprimento V. Exa.

Depois de tudo o que já foi dito aqui, parece que, daqui para a frente, seria chover no molhado, mas, veja bem, não é. Dada a complexidade desse assunto, nós precisávamos ter pelo menos três ou quatro anos discutindo isso, porque é tão complexo que a mim parece uma anomalia, um bicho de sete cabeças, e a gente tem pouca possibilidade de ter um entendimento.

Nós estamos vivendo num país em que o Judiciário é ideológico e não podemos permitir que nada saia dessa discussão dando possibilidade ao juiz de interpretar. Tem que sair daqui tão zerado, tão bem-feito, com as portas tão fechadas que eles não tenham a possibilidade de dar uma interpretação.

Por exemplo, eu conheço um médico na Bahia que já fez milhares de cirurgias de joelho, milhares de joelhos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tasso Jereissati já dizia isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Magno Malta, minha especialidade é a cirurgia da bacia, do quadril.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Agora você vê...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E digo a V. Exa. para que, se V. Exa. tiver um problema, não me procure, porque eu estou na quarta fase da medicina: nem eu quero doente, nem o doente confia mais em mim. Então, é melhor V. Exa. procurar outro médico. (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Agora, para V. Exa. ver a complexidade desse assunto, eu nem toquei no nome dele, e ele já assinou o recibo. É tão complexo que a Bahia inteira que tem problema de quadril passou por esse médico.

Agora, se esse texto for aprovado, ele vai ter que ficar numa quarentena, se ele perder a eleição, para voltar.

É de uma complexidade tão grande isso, que você pega um policial... Um cara que vira polícia passou numa prova, estudou, pagou para fazer a inscrição... Ele vai para um centro de treinamento, fica seis meses e vira polícia. No país em que nós estamos vivendo, ele é um sacerdote da segurança pública. Ele corre um risco porque, no país em que nós estamos vivendo, o crime organizado é glamourizado. E, se o cara mata polícia, Senador Moro, ele chega respeitado como um general, Marcio Bittar, no presídio. Se o sujeito o pegar uniformizado e com a carteira, ele vai ser morto, claro que ele vai ser morto – mal pago e desrespeitado. E a mídia trata o policial como o criminoso.

Então, eu quero dizer que não tem o menor sentido...

Deixem-me esperar acabar esta reunião aqui, para eu continuar.

Acabou a reunião?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Acabou a reunião? Acabou? Então tá, vou continuar. (*Risos.*)

Marcio Bittar estava numa reunião importante aqui agora.

Sr. Presidente, aí chega para mim um terceiro sargento que havia perdido a eleição de Vereador em Vila Velha, e eu falei: "Rapaz, Deus tem seus caminhos. Volte para a sua unidade e depois você se candidata de novo", mas, naquela época, eu não sabia. Ele falou: "Não, eu tive que renunciar, eu fui para a aposentadoria, eu não tenho como votar mais não". Nós não podemos fazer uma covardia dessa.

O sujeito representou a classe dele – é cabo, é soldado, é guarda municipal, é tenente, é coronel –, perdeu a eleição, não pode voltar mais. É uma insanidade isso! E o que se aplica a quem está defendendo, a quem faz parte da segurança pública se aplica a qualquer cidadão – a qualquer cidadão! O advogado tem que renunciar à OAB dele, porque ele passou aqui pelo Senado, está cheio de relacionamento e vai cometer crimes de tráfico de influência, porque ele conheceu todo mundo. Então, ele tem que cumprir uma quarentena.

Eu lembro que, por conta da corrupção do mensalão – não foi o petrolão –, para mostrar rapidamente que iam combater a corrupção, sabe o que fizeram? Deram uma quarentena de quatro anos. Mas só foi assumir o Governo que a quarentena foi quebrada, para que Aloizio Mercadante assumisse o BNDES. Então, tudo é conveniência, é ideológica a interpretação do juiz.

Vejam bem, a ex-Primeira-Dama do Brasil foi chamada de garota de programa por uma jornalista. No direito dela, ela foi à Justiça, mas ela é ex-Primeira-Dama com sobrenome Bolsonaro, e o juiz disse que foi liberdade de expressão.

O Lupi foi tirado agora do ministério, mandado embora pelo Lula, acusado de corrupção, no lance – faz 60 dias, Marcio Bittar – da fraude do INSS, e ele era o Ministro. Todo mundo falou do assunto, porque ele deu entrevista, e, na entrevista, ele disse que sabia uma coisa aqui, uma coisa ali – uma coisa aqui, outra ali. Pronto. Ele não processou ninguém, ele só processou a mim, porque sou de direita. Ora, nós vamos correr esses riscos todos com a complexidade desse texto?

O Senador Marcelo Castro – eu sei, e o Amin falou certo –, quando fala, está anestesiando – ele está anestesiando –, eu estou ficando esperto na hora em que ele fala. Estou ficando esperto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– estou ficando esperto –, não vou ficar anestesiado, porque ele tem essa capacidade. Ele atendeu duas a emendas minhas muito simples: uma emenda de que, sobre aquilo que é cláusula pétrea, não se pode fazer um plebiscito. Eu entrei com essa proposta, e ele acabou aceitando que nós pudéssemos fazer o plebiscito; e aceitou também uma emenda minha muito simples – o sujeito está criminalizando tudo – no sentido de que quem falar mal da urna não será criminalizado, de que não será crime.

Agora, cara, é um negócio desse tamanho aqui, olhe, feito de lata, com um troço, com uns esquemas por dentro, em que você digita lá... É um troço de lata, mas eu não posso falar mal dela. No entanto, eu posso falar mal do Otto, eu posso falar mal da minha mãe, eu posso falar mal da minha tia. O Judiciário, o STF decidiu que eu não posso falar mal da urna, mas eu falo mal da urna e vou continuar falando mal da urna, mas, se eu falar, serei punido dentro de um processo eleitoral. É claro, há uma complexidade...

Tem uma emenda minha rejeitada pelo Senador Marcelo Castro que fere frontalmente a Constituição. Ele botou "gênero"... Quase tudo desse texto aí tem "gênero", mas a Constituição fala em sexo, homem e mulher, a palavra "sexo". Não, ele incluiu "gênero"...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... e é uma emenda do Senador Contarato, mas o Brasil, o povo brasileiro, do qual mais de 90% é conservador, é cristão – é cristão –, não comunga – não comunga – com a palavra "gênero". E gênero... Você vai fazer cota para tudo, para gênero, e é uma opção sexual da pessoa, mas a palavra "gênero" está em tudo nesse texto.

Então, nós estamos com uma anomalia para decidir, com uma mula de sete cabeças para decidir. Eu não vou botar minha digital em nada disso, não vou colocar.

Já dizia o nosso ortopedista, que não poderá voltar se perder a eleição, porque já operou a Bahia toda... Alguém vai entrar contra ele dizendo que ele não pode, porque ele tem voto demais. De cirurgia de quadril só, acho que, em Salvador, todas foram feitas com ele. Então, não pode voltar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos diante de uma anomalia tão grande que nós não podemos, Senador Girão, botar a digital nesse texto, que é ideológico, abrindo a porta para que juízes ideológicos decidam – decidam, decidam. (*Pausa.*) Nós estamos diante de fatos absolutamente ideológicos, fatos ideológicos, juízes ideológicos que decidem como querem – que decidem como querem.

Nós temos, hoje, Parlamentares que não são do espectro político desse Governo que aí está e não são do espectro político dos juízes que estão decidindo hoje. Por exemplo, esta minha fala aqui, para Alexandre de Moraes, é antidemocrática. Eu sou antidemocrático, eu estou ferindo a democracia com tudo o que eu falei aqui. Então, eles criaram uma história de democrático e antidemocrático, e quem não é democrático está usando a palavra em seu favor. Eles viraram democráticos, nós somos antidemocráticos.

Então, uma proposta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... que nós estamos discutindo de lei eleitoral... Eu acho, Sr. Presidente, que *fake news* não é um tipo penal, não existe, foi criado, é uma narrativa.

Se o cara vai para o processo eleitoral, é verdade e ataca a sua honra, Senador Otto – ataca a sua honra –, ataca a sua família. Claro, já está no Código Penal. Vá lá e abra um processo contra esse cara se ele atacou a sua honra!

Realmente o processo eleitoral não é para atacar a honra de ninguém. Você tem o processo eleitoral, você tem a rede social, você tem o horário eleitoral para dizer quem é você, a sua proposta, no que você acredita, pelo que você já está lutando. Quer chegar a uma eleição e passar pelas urnas para poder defender o que você acredita, mas não atacar a honra de ninguém nem ser atacado.

Eu sei disso. Eu sou um homem que tem um corte, como o Apóstolo Paulo, no meu corpo. Ele disse: "Olha, desde agora, ninguém mais me moleste, porque eu trago no meu corpo as marcas do Senhor Jesus" – era um cara atacado, atacado, atacado até pelas normas criadas por Pedro, que dizia que ele não era apóstolo! Eu tenho na vida pública as minhas marcas e V. Exa. também; a gente é atacado por adversários de forma vil, no processo eleitoral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses juízes que são sabatinados aqui e hoje se sentem professores de Deus – foram sabatinados aqui –, de forma humildezinha, com a capa de cordeiro, batiam nas nossas portas e batem nas nossas portas, quando são sabatinados aqui, mas, ideologicamente, mandam no Brasil e interpretam do jeito que querem. Nós temos quase 40 Parlamentares, Deputados Federais, Senadores também – já estou encerrando – que estão respondendo no Supremo Tribunal Federal. Dizia aqui o Marcio Bittar – e eu volto a repetir antes de encerrar –: criaram uma narrativa de golpe no dia 8 em que todas essas pessoas foram punidas por juízes ideológicos que criaram uma narrativa e fizeram dela uma verdade, e quem vai contra é punido.

Então, eu penso que esse processo que nós estamos discutindo aqui, em que alguns são beneficiados e a maioria absoluta... Dizia Jaime Bagattoli aqui, que financia a própria campanha dele, há uma desigualdade...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador Magno. O seu tempo já se esgotou.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Vou concluir, vou concluir, vou concluir, Bahia.

Há uma desigualdade...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Todos fizeram em dez minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... entre um sujeito que vai disputar a sua primeira eleição do fundo eleitoral com um cara que já tem um mandato. O partido olha para o que tem mandato, este é beneficiado, e aquele que está se candidatando pela primeira vez, dentro de um partido... Aí a gente tinha que fazer um olhar diferenciado para poder todo mundo disputar igualitariamente. Então, é complexo demais.

A emenda do Amin, a emenda do Moro, quer dizer, certamente minimizam o todo. As minhas emendas foram todas rejeitadas. Esses dois pontos que eu coloquei aqui que foram aceitos pelo Relator, o nosso Castro, minimizam alguma coisa – sim, são coisas muito simples que ele acabou aceitando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, como um todo, Senador Girão, a minha disposição, Senador Presidente, é não botar a minha digital numa coisa tão complexa e, em alguns momentos, tão arrumada, porque, quando trata da questão de *fake news*, sobre o que já existe uma legislação criada pelo Supremo... E botar na lei eleitoral, botar na lei eleitoral...? Eu acho que o bom senso é que tem que prevalecer. E esse texto que trata da questão de *fake news* no processo eleitoral precisa ser muito bem colocado para que não haja interpretação dúbia do juiz ideológico, porque são eles que estão decidindo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... para que nós não paguemos o preço do processo eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Senadora Dorinha precisa expor as ideias dela...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo.

E V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. passou cinco minutos do tempo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – V. Exa. foi minha maior referência para dar fortalecimento ao meu discurso e à minha colocação, porque V. Exa. já operou a Bahia toda e, se perder a eleição, não vai voltar, porque sua influência é muito grande. Então, agradeço a V. Exa. por me dar a oportunidade de dar fortalecimento à minha fala até a partir do bem que V. Exa. tem feito ao povo da Bahia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço.

Senadora Dorinha, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador Malta.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu acho que, se eu estivesse numa sala de aula, era a hora de a gente pedir todo mundo para levantar e fazer um movimento para poder retomar a atenção, porque nós estamos discutindo um tema tão importante...

Eu quero começar dizendo que eu voto e voto com responsabilidade. Nós estamos no Congresso e temos a tarefa de deliberar, discutir, rejeitar. É parte do processo. Reconheço o esforço enorme que o Senador Marcelo Castro fez ao trabalhar este texto. Eu acho que tem situações que provavelmente ele ouve hoje pela primeira vez, tem muita gente que não acompanhou o debate. Ele com a Bancada Feminina se dispôs várias vezes a tratar do tema. É um Código Eleitoral que foi votado na Câmara, que lá foi debatido, que veio para o Senado, que já está aqui há muito tempo. Então, ele não caiu de paraquedas.

Com isso, eu não estou querendo dizer que o texto está bom, completo e como eu gostaria. De igual forma, apresentei vários destaques e vou falar de alguns, de alguns dos temas.

Eu gostaria de começar dizendo que acho que o texto fez avanços ao organizar... Não é fácil. Ele é um Código Eleitoral e, então, trata de matérias diversas...

Eu, como professora, não dou conta de falar com muita gente falando. Eu realmente não...

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É porque a gente não consegue falar.

Eu também acho que... É porque, senão... Eu estou falando para mim e para o Marcelo, o nosso Relator, e, senão, a gente não consegue...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É, primeiro é o próprio Relator para me ouvir, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcelo... Senador Marcelo, a Senadora Dorinha pede a sua atenção.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu estou falando para alguém, eu imagino.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone.*) – A minha?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, a sua atenção.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone.*) – Estou focado...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Que bom.

Bom, eu quero começar... Eu queria falar sobre essa questão que está em debate, sendo repetida por vários aqui, que é sobre a questão do tratamento e da chamada quarentena. Eu acho que, como em todas as áreas... A gente tem que se esforçar para tratar igual. E aí o tratar igual para mim significa... Nós todos temos um prazo de filiação...

Ao Girão eu queria pedir, por favor...

O prazo de filiação de todos nós... Nós temos um, eu sendo professora, o advogado, o jornalista... Eu acho que os policiais e juízes deveriam ter o mesmo tratamento. Hoje eles têm um privilégio, porque eles podem se filiar às vésperas do processo eleitoral.

Então, eu defendo que não precisa ter quarentena, que é dada, no exercício da profissão, a diferentes áreas que usam a sua profissão, sim, para ter maior ou menor proximidade do eleitor.

Então, eu vejo aqui que essa preocupação já veio da Câmara. Ao contrário do que estão dizendo, o senhor está reduzindo os prazos, então vejo que enxerga essa complexidade. Ao mesmo tempo, eu acho que a gente pode lidar e fazer esse exercício – nós podemos rever

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislação quantas vezes forem necessárias – de dar as mesmas condições dos prazos das outras categorias, mas também não dar o privilégio de poder se filiar na última hora, porque legalmente um policial militar pode, às vésperas da eleição, mudar de partido ou nem ter se filiado. Então, vamos tratar igualmente? Vamos tratar igualmente todo mundo, com as mesmas regras e monitoramento. Eu acho que essa é uma forma de a gente lidar com a questão.

E eles vão responder também do uso... E tem que ser, na minha opinião, de igual forma. Se um jornalista também faz uso – e muitos fazem – da matéria do sensacionalismo para se privilegiar de uma... eles podem e devem sofrer também questionamentos futuros, a partir do ato. Eu acho que o exercício profissional não pode ser argumento para ser tratado diferentemente: nem para beneficiar, nem para excluir.

Eu não vou votar no seu destaque – viu, Moro? Você está conversando demais, eu não vou votar no seu destaque. Estou defendendo a ação, mas não vou votar nele.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Não, não, espere aí. Perdão.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Estou defendendo...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Peço perdão aqui, peço mil escusas, mas eu vou pedir o voto no destaque, Senadora Dorinha. (*Risos.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu estou colocando que eu acho que o exercício da profissão não pode ser usado para tratar diferentemente, mas também acho que tem que ser tratado igualmente: filiação no tempo correto de todo mundo e não em cima da eleição, como é permitido pela legislação, né? Então, essa é a minha defesa.

Eu ouço muito sobre a questão de "não tem *fake news*, *fake news* não existe". Ela está conceituada, e eu queria fazer uma pergunta, mesmo que a gente não esgote agora: como é que nós vamos conseguir e precisamos exercitar para lidar com os *posts* que agridem, que mentem e que ficam por isso mesmo, porque: "Ah, depois que caiu em uma rede, a gente não consegue alcançar". É semelhante a pegar um saco de plumas, e chegar a uma montanha, e soprar, e jogar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu digo assim: "Não, guarda o saco, recolhe o que ficou", só que aquilo que foi espalhado compromete histórias de vida de muitas pessoas. Então, não dá para colocar como se fosse uma coisa que é só ideologismo, só de direita ou de esquerda, eu sou de um lado, eu torço para o outro. Não, tem problemas reais, tem pessoas que têm reputações atacadas, tem pessoas que se suicidam por uma mentira que chegou à rede. Então, não dá para fazer de conta que isso é só discurso de direita e de esquerda. Tem problemas, e tem problemas graves, e muitos afetam muito as mulheres, porque a violência política – inclusive, ela já está caracterizada – existe.

Eu quero ainda falar sobre um ponto que não está aqui colocado e que está sendo repetido também por vários colegas.

Eu acho que muitos... Talvez a gente... Eu já tinha falado isto com o nosso Relator: o TSE define, e, muitas vezes, a gente não acompanha as resoluções que o TSE publica às vésperas de um período eleitoral, e essas resoluções, muitas vezes, não seguem o que está na lei. É o que nós estamos tendo hoje com sete Deputados que vão ser trocados, que não têm culpa. Nós votamos uma lei, eles foram votados e escolhidos naquele critério. O TSE publicou resoluções, não abordou esse tema, mas mexeu em outros aspectos, ferindo a legislação que nós votamos, e agora o Supremo muda o entendimento no meio do mandato e os sete Deputados – acho que esse é o número, me desculpe se estiver... – estão tendo a sua vida mudada por um entendimento que vai além da lei, além do que nós fizemos.

Então, assim, acho que tem muitas medidas, e a Casa precisa acompanhar as resoluções do TSE e essas ações, porque ela simplesmente ignora. É como se a gente estivesse recebendo um pito de uma coisa que nós fizemos, foi votada e foi consolidada. E os sete Deputados e Deputadas estão tendo a mudança na sua vida.

E aí eu não estou contra para quem está ganhando, porque foi legítimo, entrou, mas, não era o que estava dito. Então, mudou a regra no meio do caminho. Eu estou dizendo para você: "Pule, que o seu paraquedas vai abrir". Mas no meio do caminho eu digo assim: "Ah, não, você não pode puxar a cordinha, porque não está autorizado". É o que nós estamos fazendo, não é? Aliás, o Supremo fez.

E quero, já para finalizar... Também não tenho nenhuma paixão, também não entro nessa conversa de direita e de esquerda, na questão das urnas. Não é algo imexível nem santificado. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma tecnologia que foi criada, avançada para o Brasil. Acho que é uma tecnologia com que a gente ganha muito tempo em muitas situações. Todo mundo aqui, que estuda história, sabe da questão dos votos de cabresto, do voto de cédula. Eu, quando me mudei para o Tocantins, em uma cidade em que eu fui morar, tinha muitas histórias de que um líder político, um coronel...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... levava o povo de ônibus, punha para tomar pinga e não sei o quê, para não ir votar ou para ir votar. A gente tem mil histórias no Brasil inteiro.

Então, a cédula não é a última garantia. Agora, o que eu acho é que tudo que... Como eu digo que não tenho nenhum tipo de endeusamento, eu acho que é um processo que requer e que tem vários sistemas, sistemas que envolvem produção tecnológica, inovação, produção. Também não tenho nenhuma dificuldade de dizer assim: "Podemos fazer um teste e fazer o voto impresso em uma ou duas eleições e, a partir daí, com uma auditagem sorteada, a gente quebrar de vez esse discurso?". Também não vejo nenhuma dificuldade, porque isso, para mim, não é mito e não é algo não que eu não possa discutir, não é? Eu acho que a gente tem que botar o pé no chão e sentir quais são as situações em que nós podemos... Inclusive, para quebrar vários discursos. Como eu quero enfrentar a *fake news*, porque não é verdade que a gente está tirando toda a liberdade, e nós estamos tirando todo o direito de expressão, porque a expressão do outro que mente sobre o meu caráter e a minha história, ele não tem direito de fazer. E depois que cai na rede, é incontrolável, como as plumas que foram jogadas.

Para finalizar, o ponto mais importante: eu assumi, fui escolhida ontem, pelas minhas colegas, como Líder da Bancada Feminina. Tenho uma responsabilidade de um discurso e de uma fala que eu já fiz em várias posições.

Nós vivemos no Brasil, e a maior defesa eu ouvi do nosso querido Esperidião Amin, quando ele disse sobre cota. Cota é uma realidade e, enquanto uma realidade, ainda está desigual e desequilibrada. Muitos países avançaram para a paridade, e é o lugar de onde eu gostaria de estar discutindo, mas nós estamos falando aqui de uma população, de parte da população, de mais de 50% das mulheres, que também tem predisposição, capacidade, condição técnica para ocupar posições na política. E também, de igual forma, nós conhecemos a história, sabemos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a mulher foi votar muito tarde, pôde ser candidata muito tarde, tardiamente, então nós temos todo um histórico político que tirou a mulher do espaço político. Eu não posso dizer que uma mulher tem a mesma condição de um homem, quando eu entrego para um uma Ferrari e para o outro, um fusca. As condições eleitorais são diferentes. Não é por acaso que nós temos hoje quase mil municípios que não têm nenhuma Vereadora. Hoje, na Câmara Federal, tem acho que três estados, inclusive o meu, que não têm nenhuma Deputada Federal.

Então, o exercício das cotas vem com esse objetivo. Por muito tempo, a legislação da cota não estabeleceu punição para fraude nem estabeleceu vinculação com o financeiro. Produziu pouca efetividade. Algumas mulheres eram candidatas para poder ajudar a cumprir a cota... Em muitos casos, a mulher, a mãe de um determinado candidato estava ali só para... Por isso surgiu o fictício, a candidatura laranja. Mas nós temos candidatos homens laranjas também, que entram só para entrar na quantidade de concorrência, e estão ali para contar, e não têm voto. Muitos para poder tirar os três meses de licença, muitos para receber algum dinheiro... Esse é o mundo em que nós vivemos. Então, não pode ligar a fraude só à questão da mulher.

Então, esse é um exercício.

Acho também que o Senador Marcelo Castro faz uma proposta que tenta avançar num aspecto que, na minha opinião, pode ajudar e muito a presença das mulheres, quando ele estabelece as cadeiras, quando reconhece o voto contado em dobro, porque a gente já tem isso votado – isso, para estimular os partidos...

Ao colocar só a quantidade de candidaturas e quantidade de vagas, também reduz essa possibilidade de lançar candidatura só fictícia ou de deixar a vaga da mulher, que é o que está proposto aqui no texto.

Eu só não concordo que, nesse processo de aprendizagem e de fortalecimento da cota, enquanto ainda temos uma desigualdade tão grande, em que o Brasil tem uma representação de mulheres... Aliás, uma sub-representação, porque nós perdemos até para países em que as mulheres usam burca, eu não entendo que a gente possa abrir mão dos 30% de candidaturas.

Elas, aliadas – as candidaturas – a vários dos avanços que esse Código Eleitoral traz ao recurso financeiro, ele pode contribuir. Tanto é que os números mostram que, mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuando as atuais regras, a partir de 2032 a gente já teria alcançado os 20% das cadeiras. Isso não sou eu que estou falando. Tem pesquisas e dados estatísticos que mostram isso.

Então, esse é um ponto que nós vamos defender, como posição da Bancada Feminina e como uma posição para a qual, lógico, nós precisamos que os homens nos ajudem. Até aqui, aonde nós chegamos, nós contamos com o apoio de homens e de mulheres.

E quero finalizar, Senador, dizendo que... Acho que foi o Senador Girão que disse: "E a gente que pensava num ano de paz!". Eleição não é inferno, né? Não é... Embora seja tratado em outro texto...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... nós precisamos avançar neste caso aqui; e avançar também no outro, que reduz a reeleição e que coloca a coincidência de mandato, mas só que não é nesse texto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à nobre Senadora Dorinha e passo a palavra ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse é um tema que, já foi dito aqui, é complexo e é um tema que mexe com o Brasil inteiro. É um tema que veio, Senador Laércio, de uma votação atípica na Câmara dos Deputados, sem debate, sem audiências públicas realizadas para debater profundamente os temas aqui tratados; um texto feito sob encomenda e votado numa circunstância não muito convencional; e veio para o Senado essa jabuticaba. E agora cabe ao Senado Federal fazer uma escolha: manter a legislação como está, com várias situações em que todos nós compreendemos a necessidade de avançar na legislação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... ou avançarmos para um texto que vai muito além daquilo que nós conseguimos enxergar como convergente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu penso que aqui, Sr. Presidente – e eu ouvi a fala de V. Exa. dias atrás e para mim foi muito coerente –, talvez o Senado Federal pudesse fazer neste momento, e seria o melhor caminho, a separação entre aquilo que é o ponto ideal, aquilo que são pontos convergentes, daquilo que não tem convergência e daquilo que é absolutamente divergente. E aí partirmos para uma votação, para termos a possibilidade de votar alguma coisa substancial, que reformule o modelo, que melhore o modelo e que nos tire da dependência de decisões terceirizadas por resoluções do Tribunal Superior Eleitoral. A omissão do Parlamento ou a falta de um ambiente de convergência nos pontos centrais tem dado a um outro Poder o papel de legislar, aniquilando o papel do Legislativo e fazendo remendos que mais atrapalham do que ajudam o processo eleitoral.

Feitas essas observações, Sr. Presidente, que, repito, nem tudo aqui... Mesmo tendo divergência pontual numa situação ou noutra, é possível encontrar pontos de convergência. Agora, existem pontos que são absolutamente controversos, divergentes, de difícil superação.

E eu vou começar com um ponto que, para mim, talvez seja um ponto em que a gente precise refletir sobre a índole dessa emenda: o ponto que trata da questão dos policiais. Policial fica proibido de ser político no Brasil com essa reforma eleitoral, fica inelegível por quatro anos. Isso é tão contraditório quanto bizarro. A quarentena do policial é meio aqui de desestímulo, de impedimento.

Agora, veja, o crime organizado está elegendo os seus: escalam nomes, definem estratégias, financiam campanhas, fazem até reunião em espaços privilegiados de governos – o crime organizado. Mas aquele que combate o crime, que prende o criminoso, que é a face visível da lei, agora, fica inelegível por quatro anos. É sério que o Parlamento vai votar isso? É sério que o Parlamento vai votar um texto que passe essa mensagem para a sociedade?

Sr. Presidente, não é aquilo que o texto diz ou a intenção de quem o faz, é aquilo que isso significa para a sociedade. Eu vejo aqui a frase que foi eternizada, que é eternizada de Ruy Barbosa, Esperidião Amin: "De tanto ver triunfar as nulidades [de tanto ver as mazelas se perpetuarem], de tanto ver prosperar a desonra [...]".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – "[...] o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A frase é conhecida de todos, e o tempo da vergonha me parece ser o tempo do agora.

O honesto vira exceção e tem vergonha de ser honesto. O policial que combate o crime, agora, para entrar na vida pública, vai ter que abandonar a farda. É isso? É isso mesmo? E me perdoe a veemência da fala, mas às vezes é preciso subir o tom de uma maneira respeitosa para que se entenda a gravidade do que estamos a discutir, nem a votar. Isso não era um tema nem para ser discutido, porque a mensagem que passa no momento em que serviços públicos essenciais no Brasil já são controlados pelo crime organizado... Vai para o Rio de Janeiro, vai para São Paulo, mas não é mais apenas nas grandes metrópoles brasileiras, meu caro Presidente Otto, também chegou a estados como o meu Estado de Rondônia, onde o crime organizado, caro Senador Sergio Moro, é quem domina determinados serviços públicos. E o Estado brasileiro não consegue fazer frente a essa situação, porque o crime se organizou, inclusive colocando os seus tentáculos na representação política, por via direta ou por via indireta. Ou eu estou faltando com a verdade?

Mas o policial não pode participar do processo eleitoral. O policial tem que tirar a farda. O policial ou abandona a farda ou não pode ser um Deputado Federal, um Senador da República, um Vereador da cidade, um Prefeito, um Governador, um Presidente da República. Eu poderia continuar falando aqui para poder desnudar aquilo que, para nós, deveria ser motivo de constrangimento, e para mim o é: só o fato de discutir essa possibilidade.

Eu não vou dizer, Sr. Presidente, que todo policial age com probidade, não. Assim como na política tem muitos que agem de forma ímproba, com improbidade, também na polícia os tem, também entre os fardados existem. Agora, eu não posso criminalizar toda uma categoria em razão daqueles mal intencionados, que, às vezes... E eu não vou dizer que um agente da lei ou outro não queira fazer, promover uma operação policial, meu caro Senador Girão, com objetivos eleitorais. Não vou dizer que isso não acontece, porque pode acontecer. Agora, os representantes do povo brasileiro, eleitos e que, por delegação, exercem esse poder, legislarem para impedir que o homem da lei não seja candidato, mas o homem do crime, camuflado... "Ah, esses não tem como identificar, logo, não tem como proibir." É contraditório, é irrazoável, é inexplicável!

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu não quero, Sr. Presidente, fazer aqui, repito, considerações em relação... Eu poderia entrar aqui no mérito, como disse Magno Malta agora há pouco. O médico que tem o bisturi na mão, com o poder de influência que tem, agora, eu vou proibi-lo, vou criar uma quarentena de quatro anos para o médico porque ele é um bom médico, é um bom profissional, a população gosta dele e vai votar nele, então, pelo risco de aquele médico ser eleito pelo fato de prestar um serviço, eu vou criar um impedimento? O pastor da igreja, que é uma liderança e tem público cativo? O padre, a liderança da igreja, que tem público cativo? "Não, olha, pela liderança que ele exerce, nós vamos criar então aqui um impedimento, uma quarentena de quatro anos. Só depois que deixar a batina ou deixar o altar por quatro anos é que ele pode ser candidato". Ah, não, não vou falar de um apresentador de televisão. Não vou falar de um *influencer,* que tem alguns milhões de seguidores. Aqui neste Senado Federal, de repente, não teria algumas figuras exercendo mandato de Senador da República, porque, se é *influencer*, não poderia, porque teria que ter quatro anos de quarentena para vir disputar um mandato eletivo. Um presidente de sindicato também não pode, porque tem público cativo. "Ah, mas esses aí não cometem crimes, não cometem exceções à lei". Não? Não mesmo? É só olhar para os fatos.

Então, não podemos tratar a exceção como regra para estabelecer uma proibição, uma vedação que é uma vedação, com todo o respeito, vergonhosa, que vai fazer a frase de Ruy Barbosa ser gritada aos quatro cantos do Brasil e, na parte final, ser dita e repetida: "É verdade para mim". Não, para mim, não é verdade, não pode ser verdade.

Eu prefiro ficar com os policiais fardados a proibi-los de estar na vida pública. Eu prefiro esta Casa com a composição de policiais militares, de policiais civis.

E aqui tem policiais civis que compõem este Senado Federal com quem eu tenho profundas divergências em relação a alguns pontos, mas a pluralidade política, a visão múltipla é o que enriquece a democracia. Eu posso divergir de forma absoluta, mas eu vou defender, até a morte, o direito de quem pensa diferente estar sentando ao lado para defender suas ideias, porque, no dia em que eu deixar de defender o direito de ele exercer o seu papel e o seu direito, eu mesmo não terei mais a possibilidade de defender nada.

Democracia não é aquilo que é bom para mim; democracia é aquilo que serve a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perdoe-me, Sr. Presidente, a veemência.

Eu poderia falar aqui sobre liberdade de expressão, que o projeto ofende. Eu poderia falar aqui sobre inelegibilidade, que vai ser gerada daqui a pouco por escolhas, por concepções políticas. O projeto entra nisso, e eu acho que são erros.

E aí eu vou finalizar fazendo um apelo a todos nós, o apelo do bom senso: façamos um esforço para encontrar o núcleo fundamental dessa proposta, aquilo que é convergente, aquilo que é minimamente coerente, para que nós possamos ter uma proposta aprovada já para as próximas eleições, sob pena, Sr. Presidente, de ficar nesse discurso, nesse debate às vezes acalorado em pontos e, daqui a pouco, chegar ao Plenário e nada passar porque vai estar comprometido com temas que são menores e que empobrecem o debate político.

Não vou entrar nos demais pontos, vou ficar apenas nesse para dizer que, na proposta como ela está, eu não tenho condições de votar a favor. Votarei pela rejeição. Sou a favor da reforma eleitoral, mas não posso votar um texto que não representa minimamente a coerência que este momento exige de todos nós pelo Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. Concordo com muitas posições tomadas.

Passo a palavra ao Senador Izalci e, em seguida, ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, o art. 14 exige sufrágio universal, direto e secreto. (*Pausa.*)

O voto direto não se limita ao que é digitado pelo eleitor no teclado da urna eletrônica, devendo ter materialidade, de maneira que possa ser verificado diretamente, e não apenas em uma tela.

Presidente, eu preciso que alguém... E quero que reponha meu tempo, por favor.

Eu vou repetir novamente o que eu disse aqui.

Eu agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Um minutinho, Senador Izalci.

Eu queria pedir a todos os presentes: conforme o nosso Presidente Otto Alencar sempre destaca aqui, a gente precisa fazer o silêncio necessário para que seja compreendida a fala dos nossos colegas Senadores e Senadoras, por favor.

Está reiniciado o seu tempo, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu gostaria muito também que o Relator se atentasse bem a minha fala, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – O Relator está permanentemente atento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo.

Bem, vou repetir aqui.

O art. 14 da Constituição Federal exige o sufrágio universal, direto e secreto. O voto direto não se limita ao que é digitado pelo eleitor no teclado da urna eletrônica, devendo ter materialidade, de maneira que possa ser verificado diretamente, e não apenas em uma tela. Sem verificação pública, o voto torna-se indireto. O modelo atual impede o eleitor de conferir se o seu voto foi devidamente registrado, transformando o ato de votar em um ato de fé tecnológica. Você tem que acreditar que a urna é inviolável.

Nós vimos agora, essa semana passada, o que aconteceu com o Sistema Financeiro Nacional, que é um dos mais seguros do mundo: um *hacker*, um simples *hacker*, desviou quase R$1 bilhão. O Sistema Financeiro é violável, mas a urna eletrônica não? Isso não tem cabimento realmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem acompanhou a CPI, onde esteve lá o *hacker*... Ele disse que o código-fonte é como se fosse uma receita de bolo, mas que alguém pode colocar um veneno nessa receita.

Então, é inadmissível essa posição do TSE, dos ministros. Nós votamos essa matéria, ela foi vetada, e derrubamos o veto. E aí simplesmente porque disseram que custaria muito a colocação de impressora nas urnas eletrônicas...

Essa é a atenção, Presidente, que o Relator está dando a essa matéria?

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu vou aguardar um pouco, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço a condição de silêncio para ouvir o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Acho que eu vou ter que aguardar o Relator voltar do banheiro, porque eu estou falando para o Relator. Eu quero sensibilizar o Relator da importância de ele acatar essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem problema. Eu aguardo o tempo que ele precisar no banheiro, não tem problema nenhum.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tranquilo.

V. Exa. não pode é exigir pressa a ele. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – De forma alguma.

Eu só gostaria de que V. Exa. paralisasse meu tempo ali ou repusesse depois. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Marcelo Castro está presente, Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu peço desculpa aos colegas. É porque esse copo d'água fica na minha frente aqui, e eu não resisto, fico bebendo. Isso tem uma consequência. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Agradeço...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas ele não tem o mesmo sabor da sua consciência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador Marcelo Castro, eu estava falando aqui da questão do art. 14 da Constituição Federal, que garante realmente que o voto tenha que ser direto, e não indireto, como está hoje. E muitas vezes o eleitor tem que confiar, tem que ter uma fé tecnológica de que o voto dele vai ser realmente aquilo que aparece no resultado.

Eu apresentei uma emenda, a Emenda 371, que garante a produção do corpo físico do voto, prova material da escolha do eleitor e, por consequência, garante também a integridade da cadeia de custódia do voto, o direito inalienável à ampla fiscalização, tanto pelo eleitor, no ato da votação, quanto pelos fiscais, na etapa de apuração, viabilizando a ocorrência de escrutínio público, sem comprometer o sigilo do eleitor e permitindo ainda a recontagem voto a voto e a auditagem. Eu sempre digo, aquilo que não é auditável não é confiável. Então, tenho aqui a disposição e vamos lutar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Até o contador sabe disso, até o contador sabe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, até os contadores sabem disso.

Então, evidentemente que vou votar aqui, nessa matéria, vou votar contrário ao projeto, mas, havendo destaque, tem o destaque do Senador Esperidião Amin, votarei favoravelmente.

Com relação, eu disse também aqui sobre o *hacker*, não sei se V. Exa. ouviu, mas, na CPI, o *hacker* esteve aqui no Senado Federal e disse que o código-fonte é mais ou menos como uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receita de bolo, só que qualquer um pode ingerir ali, colocar ali algum veneno e pode desviar realmente o que aconteceu nas eleições.

Bem, com relação à quarentena, e aí concordo plenamente com todos os colegas que falaram sobre isso, é inadmissível uma quarentena, colocar os policiais militares como cidadãos de segunda classe, os delegados também e todos aqueles que estão nessa emenda. O militar, quando vai à urna, vai sem a farda, a não ser que esteja de serviço, então, ele tem os mesmos problemas de qualquer cidadão, tem filho, tem problema de saúde, de educação, então a gente não pode desconsiderar isso. Agora, há uma verdade, a esquerda tem certeza hoje de que a segurança pública vota na direita. Então, isso é uma perseguição clara, é uma forma de retirar realmente esses eleitores que são os membros da segurança pública. Então, eu faço um apelo, como os demais colegas, para que o Relator realmente coloque que todo cidadão tenha as mesmas condições e que possa participar do pleito.

Bem, com relação ao artigo que era o 869, agora o 838, há um destaque para a retirada do texto, porque realmente nós não podemos admitir essa censura que está acontecendo. Acho inadmissível o que aconteceu com a votação do Supremo do art. 19, porque, de fato, eu participei, como Deputado, da elaboração do código da internet, o marco civil da internet, e agora, depois de dez anos, vem o Supremo dizendo que a matéria é inconstitucional e terceiriza a censura. Então, da mesma forma, esse artigo não pode estar aqui nesse projeto, hoje o art. 838.

E também apresentamos o destaque, que foi colocado aqui pelo Senador Sergio Moro, também retirando o art. 499, que trata do banimento da conta do candidato, que também é uma forma de tirar dos candidatos essa possibilidade de eleição.

Então, Presidente, eu faço aqui o apelo para o Relator para que haja realmente a retirada dessa quarentena e deixe do jeito que está hoje. Com relação também à questão do art. 14, do voto impresso, no caso aqui há o destaque do Senador Esperidião Amin, mas votarei contra essa matéria.

Era só isso.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concluiu, Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Senador Rogério Carvalho.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Rogério Carvalho, depois Rogerio Marinho.

V. Exa. pediu depois dele.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, inicialmente, quero cumprimentar V. Exa. pela paciência, pela condução. Também quero cumprimentar o Exmo. Senador Marcelo Castro.

Eu queria chamar a atenção, eu fiquei muito contemplado com a fala da Professora Dorinha, pela maturidade, pela compreensão da profundidade do que está sendo tratado aqui. Nós não estamos tratando de uma lei de três artigos. É uma lei de centenas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Novecentos...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... centenas de artigos.

Na verdade, o Senador... E eu aqui quero dizer que é até um certo desmerecimento com um trabalho de fôlego, de tentar apresentar um relatório e uma posição para esta Comissão, um trabalho de fôlego, que trata do acumulado de experiências eleitorais anteriores, porque aqui, na verdade, nós estamos trazendo para a lei um regulamento que vai sendo construído ao longo de vários processos eleitorais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso não surgiu da cabeça de ninguém isoladamente. É fruto de uma reflexão e fruto da aplicação de normas no período eleitoral, em várias eleições. Portanto, a gente precisa ter esse olhar para o que está sendo discutido.

E eu sinto, aqui pela apresentação... Sinto, não; eu vejo, consigo entender que aqui tem grandes princípios. Primeiro, a defesa da democracia. Não dá para a gente pensar em organização, em ter um regulamento eleitoral se não tivermos, como base principal, garantir que esse instrumento, que este momento da vida numa democracia, que é o momento decisivo onde a sociedade e os pleiteantes vão a voto, tenha regras equilibradas. E isso está expresso aqui.

O que quer dizer regras equilibradas? Eu não estou entrando no mérito aqui se uma determinada forma de exercer atividade lhe dá mais poder, mais poder de visibilidade, ou via imprensa, ou via o exercício jurisdicional, ou via o exercício acusatório, ou via o exercício de ação policial. Não estou entrando no mérito sobre qual é o tempo, mas é inegável que esse segmento tem uma visibilidade muito maior e concentrada pela força que tem, decisiva, por conta da função pública.

Então, nós não podemos negar isso e que isso pode gerar desequilíbrio. Sim, gera desequilíbrio, sim, mas nós estamos aqui discutindo. Eu não estou entrando no mérito se são dois anos, um ano, se seis meses, mas eu acho que isso é uma questão que precisa ser debatida de uma forma mais profunda, e não superficial, nem particularizando.

Quando a gente pega um policial, um guarda de trânsito, e tenta colocá-lo como exemplo de quem vai ser punido, a gente está deixando passar aqueles que estão na cúpula, que estão em cima. E eu acho que essa modulação de exposição talvez a gente precise aprimorar, para que haja equilíbrio e paridade de força no período da disputa eleitoral. Então, não é uma questão de ser contra este ou contra aquele, contra esta ou aquela profissão, é quem tem mais poder e força que desbalanceia a paridade de armas no momento da disputa eleitoral. Acho que essa é uma questão central.

Também não dá para a gente aqui infantilizar ou superficializar o debate sobre a questão política – a Professora Dorinha foi muito precisa. Olha, nós todos no Brasil... Vejam, eu saí de Sergipe e fui para Campinas fazer residência, depois mestrado e, nesse período, eu virei Presidente do Sindicato dos Médicos de Campinas e Região. Todo mundo dizia que o Nordeste é lugar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coronel, mas eu nunca vi tanto coronelismo na política como eu vi no entorno de Campinas, no interior de São Paulo. Eu nunca vi tanta proximidade com o malfeito como eu vi nessa região. Eu vi compra de voto – eu vi de tudo nessa região também – e vi como se usa o poder econômico, e várias outras formas de poder, porque não é só o poder econômico, para cobrar do cidadão – que, diante de uma necessidade, acaba se comprometendo a votar –, para que aquele voto venha no cabresto.

Então, quando a gente fala em preservar a identidade de quem vota, nós não estamos falando de algo menor, nós estamos falando de um princípio basilar da democracia. O voto é secreto! Qualquer maneira ou qualquer forma que possa gerar intimidação, ainda que não revele a identidade do voto, mas que demonstre ou passe a compor um mecanismo de controle sobre o eleitor deve ser banido de um regulamento eleitoral. Pelo amor de Deus, isso é basilar! Ou a gente acredita ou não acredita na democracia, porque fazer discurso em defesa da democracia muitos fazem.

Quando eu era estudante, nós organizamos um encontro científico de estudantes de medicina em Aracaju – eu era Presidente dessa entidade –, e todo mundo falava em defesa da vida, Senador Otto, mas a defesa da vida era usada para ganhar muito dinheiro. Algumas pessoas trabalhavam para tirar proveito da necessidade das pessoas, da fragilidade das pessoas e usavam a defesa da vida, mas tinha gente que, de fato, se dedicava à defesa da vida. E a gente construiu uma imagem – que eu acho brilhante – com uma agência de publicidade: um ovo. Para o pinto nascer, ele tem que quebrar a casca, não é isso? Mas, se o ovo quebrar antes de o pinto estar pronto para nascer, aquele pinto não tem viabilidade. Então, a defesa da vida...

Às vezes, as pessoas falam da democracia com esta ambiguidade: defendem a democracia, mas, na verdade, estão escondendo o seu desejo de exercer a força sem a vontade popular, sem respeitar os cânones que sustentam a democracia. Então, eu acho que a gente precisa ter mais honestidade no debate que a gente faz.

Outra questão com relação a essas urnas, sobre a questão das urnas e do voto: tudo que vier para, de alguma forma, exercer controle sobre o eleitor deve ser banido, e, nesse ponto, o Relator está correto, a construção está correta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão é sobre essa... Olhe, não dá para a gente infantilizar. Eu vi o Alessandro aqui se contorcendo na cadeira quando se fala de ataque *hacker*. Todo mundo, a Nasa está submetida ao risco de um ataque *hacker*, as Forças Armadas americanas estão submetidas a um ataque *hacker*, a China está correndo o risco de um ataque *hacker*, quem tiver trânsito de dados está em risco de ataque *hacker*. Então, esse é um problema que não é da eleição, esse é um problema da humanidade. Porém, existem mecanismos de controle e de identificação, porque, quando ocorre um ataque *hacker*, imediatamente se sabe...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... e é possível ir atrás para corrigir o dano, mas nós não podemos, por esse risco baixo, quase que insignificante – mas que existe em todos os sistemas –, negar a coisa óbvia que fez deste país uma potência democrática e eleitoral, que foi o nosso sistema de votação e de urna eletrônica. Pelo amor de Deus! Onde estamos?

Para concluir, Sr. Presidente – eu não quero tomar muito tempo –, eu queria chamar a atenção... Dos diversos pontos que foram falados aqui, eu acho que esses são os que mais... Veja, são três ou quatro pontos... E não acho que a gente deva abrir mão de fazer este debate, de continuar este debate para a aprovação.

Mas eu queria trazer também o que não está aqui, mas é uma coisa que nós achamos que é fundamental: numa democracia representativa – ninguém tocou neste assunto – e, aqui, nestas Casas, o partido tem uma forte importância, ou não tem? Na Câmara dos Deputados, quem fala pelas bancadas? O Líder. Quem dialoga? Quem se senta à mesa para definir a pauta da Câmara e do Senado? Os Líderes, com a delegação dos seus pares, do partido, mas, na hora de votar, a gente fica alimentando uma ilusão para o povo: "Você vota na pessoa". Não, você está votando numa pessoa que compõe uma chapa, você está definindo a posição daquela pessoa na chapa, mas a briga é entre eles, dentro do mesmo partido, e ninguém apresenta uma plataforma política que vai defender no Parlamento. Nós não fazemos um discurso e um debate sobre o papel de cada partido e o que cada partido vai exercer no Parlamento. Isso está empobrecendo e fazendo da política brasileira e do Parlamento uma Casa de indivíduos desprovidos de projeto coletivo, de sociedade, de Estado, de valores, de costumes, que têm que ser blocados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim, e como é hoje? Como se define? "Ah, mas vamos botar uma pessoa..." Se botar uma pessoa que não tem qualidade para fazer a disputa, sabe o que vai acontecer? Perde a eleição. Só ganha a eleição quem bota os primeiros, os melhores quadros para disputar essa eleição, geralmente é assim. Isso é regra. Vai ter exceção? Vai, mas a gente precisa dar ao povo brasileiro, de fato, a possibilidade de fazer um debate sobre o papel do Parlamento brasileiro, que ganhou muito mais importância e força nos últimos tempos, mas a gente não discute que papel cada partido vai exercer quando estiver no Parlamento. Por isso que a gente defende aqui uma emenda do voto em lista fechada para fortalecer os partidos e também a questão das mulheres, obviamente, que já foi dita aqui pela Professora Dorinha.

Por fim, também a gente acha que, com essa federalização de partidos, ou federação de partidos, é importante a gente ampliar pelo menos uma vaga, ou duas, ou 10%, quando novos partidos se fundem para formar uma federação principalmente dos cargos proporcionais, porque passa a ser um partido do ponto de vista do funcionamento e da experimentação, ou seja, da apresentação para a sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Rogério.

Passo a palavra, pela inscrição aqui, à Senadora Zenaide; em seguida, ao Senador Rogerio Marinho.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente Otto Alencar, Sr. Relator, colega Marcelo Castro, já o parabenizo, porque eu estou vendo aqui que são 900 artigos esse Código Eleitoral; realmente, é algo que não é fácil. Eu queria dizer também que – como o Rogério Carvalho e a Professora Dorinha mostraram – aqui todos nós sabemos que precisamos aperfeiçoar, mas eu confesso que ouvi tudo aqui e, primeiro, eu queria só dizer assim: não existe democracia sem voto secreto; se você vai imprimir para mostrar ao patrão, isso é líquido e certo. Mas eu quero falar aqui sobre quando se fala no mínimo 30% de candidaturas femininas e no mínimo 30% de recursos para custear essas candidaturas. O projeto aqui quer substituir, porque, quando diz que são 30%, mas não vai ser punido quem não cumprir isso... Gente, eu queria aqui fazer um apelo. Não foi fácil para mim, Presidente e todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão nos assistindo, conseguir que no mínimo 30% das candidaturas... Tem que ter 30% das candidaturas femininas e no mínimo esse financiamento. Isso é a base de tudo.

A proposta aqui prevê dar 20% de vagas, de cadeiras, mas isso não é garantido. Se se fizer uma pesquisa aqui, uma grande maioria dos Parlamentares não vão querer esses 20% e não vai existir essa garantia. Esses argumentos não existem, até porque, se tiver esses 20% de cadeiras – não vai ter, mesmo que fosse votado, porque eu não acredito que a gente consiga aprovar isso – , nós não temos nenhuma garantia. Isso é a retirada daquilo que a gente conquistou, o que não foi nesse Congresso; quem nos deu isso foi o Poder Judiciário e fez chegar aqui.

Eu quero aqui fazer um apelo: por que se vai tirar um direito adquirido para oferecer 20% de cadeiras durante oito anos, se eu não me engano, ou dez anos, se a gente não tem a garantia disso? E vai ter algo que vai chamar a atenção aqui: vão dizer que não puderam completar, porque não teve as candidaturas.

Os 30% de candidaturas no mínimo para as mulheres brasileiras e os 30% no mínimo de financiamento para as candidaturas femininas não são negociáveis, gente, porque estão tirando algo que a gente conseguiu e que, não tenham dúvida, fez uma parte da gente chegar aqui e ter quase 19% do Senado Federal. Isso é pouco, mas é algo que a gente conseguiu – chegar aqui. Então, isso não é negociável, porque tínhamos um direito para nos dar um avanço, mas temos que perder o direito principal... Eu digo que esta é a base: as candidaturas. Eu ouvi aqui muita gente dizer que tem dificuldade de encontrar mulheres, de fazer uma nominata. Fazer nominata em política – eu sou Presidente do PSD no meu estado – não é simples, não existe garantia, porque, num dia, sua nominata está pronta e, no outro dia, não está. Então, para as mulheres brasileiras...

Gente, por favor, isso é um apelo! Nós sabemos – eu vou levar para este lado aqui – que a gente só reduz a violência contra as mulheres se a gente empoderá-las. A gente sabe que existe violência contra as mulheres, feminicídio, em todas as classes sociais, mas, quando a gente vai olhar de verdade, mais de 90% dos feminicídios são contra mulheres negras e pobres, que não têm o empoderamento. Então, gostaríamos muito de fazer um apelo aos colegas que para nos dar uma oportunidade sem garantia ter que tirar um direito que a gente conquistou, o que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi simples... As cadeiras e o financiamento desses 30% no mínimo não são negociáveis, Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Senadora Zenaide Maia.

Passo a palavra ao Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que V. Exa. é uma das pessoas que têm mais paciência aqui nesta Casa, que nos ouve atentamente, mostrando realmente que está recepcionando aqui as palavras que são proferidas por cada um dos Senadores, e certamente vai fazer a mediação necessária para que o ilustre Relator aceite as nossas emendas, para que possamos votar unanimemente o projeto, retirando aquilo que nos separa e convergindo no que nos une, que é justamente o trabalho extraordinário feito pelo Senador Marcelo Castro há mais de um ano nesta Casa. Ele conseguiu compilar quase 900 artigos que tratam de diversos temas relacionados às eleições.

Quero também agradecer ao Senador por ter nos recebido – ele e a sua assessoria. Inclusive, ele aceitou algumas das nossas ponderações – é importante que se diga isso – e fez algumas concessões. É evidente que isso mostra a vontade que o eminente Senador tem, a disposição que ele tem de conseguir aprovar o texto em que ele trabalhou tão arduamente nesse período todo.

Sr. Presidente, o que nos causa espécie nesse processo? Eu trouxe aqui – me rememorando a eleição anterior, porque quem bate, diz o ditado, esquece, mas quem apanha se lembra – que, na última eleição, nós tivemos um Tribunal Superior Eleitoral que claramente foi parcial. E vou traduzir, para que não reste dúvida: tomou lado, fez uma série de ações que prejudicaram um lado em detrimento do outro. E essa discricionariedade que o tribunal teve para influir no processo eleitoral gerou, como via de consequência, um processo de descrédito nessa instituição, que vem sendo, inclusive, tornado mais agudo pela maneira como o Supremo Tribunal Federal tem se comportado agora nesse processo do Presidente Bolsonaro e de mais de 1,5 mil pessoas que foram presas e processadas em escala industrial. Eu estava vendo aqui uma pesquisa hoje, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atlas, que dizia quem faz mais mal à democracia: Judiciário, em primeiro lugar, com 46% – Judiciário, 46% –, como a percepção da população de que faz mal à democracia brasileira.

Então, o que nós queremos aqui é a imparcialidade. O que nós queremos aqui é resgatar essa credibilidade que o Judiciário necessariamente precisa ter, até para que a democracia possa ser exercida na sua plenitude.

Nunca é demais lembrar, por exemplo, aquilo a que nós assistimos, de forma até constrangida: um voto de uma então Ministra do Tribunal Superior Eleitoral – que hoje, inclusive, o preside –, dizendo que praticaria a censura prévia só daquela vez. "E é uma excepcionalidade, vou fazer só dessa vezinha". Essa exceção, eminente Presidente, tornou-se regra. Tornou-se regra da forma mais execrável que se pode imaginar, porque, se a censura é detestável, a censura prévia é triplamente detestável, porque é a ignorância do totalitarismo exercida na sua plenitude, alguém que nem sequer conhece o conteúdo que está retirando do convívio da sociedade, quer dizer, se impediu a divulgação de um documentário do então Brasil Paralelo que falaria sobre a facada, que é um fato, um atentado criminoso contra o então candidato à Presidência da República. E a Ministra dá a declaração de que realmente não existe isso na Constituição, mas fará só daquela vez.

O nosso Presidente Bolsonaro foi impedido, por exemplo, de dizer que havia um laço de amizade e de relacionamento entre Lula e os ditadores da América Latina – o da Nicarágua, o da Venezuela, o de Cuba –, como se isso fosse *fake news*. Quem definiu que era *fake news*? A discricionariedade de um ministro. E essa discricionariedade foi desmentida, foi posta por terra pelos fatos que sucederam logo depois. Nós assistimos, na posse do Presidente Lula, ao abraço entre ambos, os ditadores se encontram.

E o cidadão que perpetrou esse crime contra a democracia, ou esses crimes contra a democracia, com a alegação de que poderia turvar, contaminar o processo eleitoral uma informação que era distorcida da visão dele, sequer pediu desculpas, se retratou, porque o mal estava feito.

Nós vimos o Presidente Lula descendo, na época da eleição, à favela do Alemão, à comunidade do Alemão, colocando um boné do CPX. Os senhores que moram no Rio de Janeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabem o que é CPX. E quando se disse, na propaganda, o que era CPX, mandou-se remover o *post*, a informação, como se isso fosse *fake news*.

Quem definiu que era *fake news*? Olha o perigo que a gente está correndo na hora em que a gente dá essa discricionariedade a um juiz que deveria ser imparcial, mas parece que nós temos hoje um viés ideológico muito forte na Alta Corte, na alta magistratura brasileira, e o exemplo vem de cima, infelizmente. Não estou dizendo que todo o Judiciário está contaminado, mas se alguém de um posto superior toma uma atitude, é evidente que isso é uma ação que termina sendo seguida pelos demais.

Sr. Presidente, esse meu preâmbulo foi para dizer a V. Exas. que o que nós solicitamos ao Senador Marcelo Castro, e ele, de uma maneira bastante solícita, tentou nos atender, foi que todo o art. 838 – que, aliás, vai ser objeto do nosso destaque – fosse retirado. Por quê? Porque se criminaliza, se joga para uma ação penal o que antes era uma ação eleitoral da opinião das pessoas.

Então, divulgar no âmbito da propaganda eleitoral, a partir do início do prazo de paralisação das convenções partidárias, fatos sabidamente inverídicos, o.k., isso já está, inclusive, no Código Eleitoral, mas você agrega penas de reclusão de um a quatro anos e multa. Se você tiver cometido o crime com determinadas gradações, isso é acrescido de um terço. Com uma outra gradação é acrescida de mais um pedaço, e aí você pode chegar, sei lá, sete, oito, dez anos – eu nem sei qual foi o cálculo. Imagine você receber dez anos de prisão porque foi entendido por um juiz que uma crítica ou uma discussão mais áspera no processo eleitoral foi interpretada como um crime – dez anos de prisão, Sr. Presidente.

Então, nós, evidentemente, não podemos concordar com isso, dada inclusive a forma como o Judiciário tem se comportado ultimamente, não é? Por isso, nós pedimos ao eminente Relator... E ele tentou amenizar – eu quero, inclusive, fazer justiça a esse processo –, mas manteve o art. 838, e nós estamos fazendo um destaque para retirá-lo.

E o que eu falei anteriormente, que é justamente a questão da censura prévia, que é o art. 493, que é, inclusive, um destaque feito pelo Senador Moro, que fala que a suspensão de contas de candidatos a cargos eletivos em aplicação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... da internet é medida excepcional, somente admitida em por imposição de sanções menos gravosas, no caso de publicação, retirada de conteúdo específico anteriormente julgado ilícito.

O que é que o Relator coloca aqui? Antes você suspendia o conteúdo por inteiro. O Relator amenizou; essas suspensões são de 12 horas, se eu não estou enganado.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone.*) – Veio da Câmara, e era "bania"...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Tudo bem.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone.*) – ... por 12 horas.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu estou fazendo justiça ao fato de que V. Exa. tem sido realmente uma pessoa que tem se aberto à negociação.

Mas nós acreditamos, eminente Relator, que, na hora em que se faz a concessão, é parecido com o que aconteceu com a eminente Ministra, na época das eleições: a gente está criando um precedente perigoso. Se é por 12 horas que você está banindo o cidadão da internet, você não está banindo só o conteúdo que foi ofensivo; você está banindo toda a produção e toda a opinião que esse cidadão poderá ter naquele espaço de tempo.

É claro que nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – É o art. 493.

É claro que, nesse processo, nós temos a possibilidade de dialogarmos a respeito, por exemplo, de gradação de penas.

Eu escutei Senadores que me antecederam preocupados com o fato de que a Justiça precisa ser célere – a Justiça Eleitoral – para retirar acusações ou *deep fakes* ou situações que constrangem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e geram prejuízos, às vezes, irreparáveis no processo eleitoral, mas, ora... Primeiro, a Justiça emite, via de regra, normativas que permitem que haja essa agilidade na Justiça Eleitoral.

A Justiça Eleitoral, normalmente, quem já disputou eleição sabe, você oficia uma ação num dia, ou é despachada no mesmo dia ou logo no dia subsequente. Tinha um plantão para isso. Então, há uma celeridade bem acima da Justiça comum.

E nós temos, nos nossos tipos penais, a injúria, a difamação, a calúnia...

Então, eu quero fazer aqui uma analogia também, que eu escutei várias: nós estamos, literalmente, jogando a criança fora com a água suja. O que o STF definiu como crime... Como é que eles chamam? Crime de opinião? Não. É...

Tem um termozinho que é utilizado lá, para dizer que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Crime de ódio! Obrigado.

A sua assessora, depois eu vou pedi-la emprestada. (*Risos.*)

O crime de ódio passou a ter uma conotação enorme, mas qual foi o biombo sobre o qual o Supremo Tribunal Federal se escorou? Pedofilia; crimes raciais; crimes... Enfim, questões que todos nós concordamos que devem ser retiradas da rede incontinente.

Aí, em cima desse biombo, desse escudo, se joga o quê? "Atentado ao regime democrático de direito".

Na visão de quem, cara-pálida? De um ministro que claramente é parcial, que mostra que tem lado, ou de um juiz que tem um viés ideológico? Isso é um perigo para a sociedade!

A gente tem que ter essa preocupação aqui, porque o que está acontecendo aqui vai reverberar nas eleições de forma subsequente. Tem um ditado que diz que "pau que dá em Chico dá em Francisco", e o chicote muda de mão.

Então, eu acho que a lei, eminente Presidente – e peço a V. Exa. a mediação com o nosso Relator –, tem que ser boa para mim e para o meu inimigo. Ela não pode ser uma lei que só me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favoreça. Não pode ser uma lei que permita que apenas o meu lado seja resguardado e protegido. A lei precisa ter princípios que nos permitam conforto, acolhimento.

Então, é uma preocupação, e eu não tenho dúvida de que o Relator se debruçou sobre o tema, reconheço, tentou amenizar, mas manteve o precedente, e o precedente é um perigo.

Então, por isso – eu não vou falar mais do que falei aqui, tentei me deter nos dois artigos que o nosso partido vai destacar –, quero dizer a V. Exas. que o debate foi rico. Eu não vejo ninguém aqui que tenha proferido uma opinião que não seja respeitável, porque cada um de nós tem um mandato e tem a representatividade. Então, a visão de mundo, necessariamente, é plural. Todos nós falamos na perspectiva de convencer os colegas para tentar atingir maiorias, né? Eu tenho uma série de divergências com vários colegas aqui sobre assuntos específicos, mas respeito a todos, porque isso é a essência da democracia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – E gostaria muito, muito que nós tivéssemos a oportunidade de, extirpados esses problemas, retirados esses artigos, votarmos de maneira unânime um projeto que tem quase 900 artigos. A gente está se detendo aqui, o senhor deve ter notado, em cinco ou seis artigos – de quase 900. São cinco ou seis artigos, o que significa que o trabalho do eminente Relator é muito bom, mas ele passa a ser contaminado com o que tem de mais sagrado no cidadão, no ser humano, que é a liberdade de expressão, que é o livre-arbítrio.

O Senador Esperidião Amin – e são dois temas de que eu vou falar mais brevemente – apresenta uma emenda, e eu me somo a ela, porque o melhor e mais importante detergente, eminente Presidente, é a luz do sol...

V. Exa. vai ter, claro, compreensão de dar dois minutos para que eu termine.

... e a luz do sol é um desinfetante; retira dúvidas. Eu vou me amparar também, a exemplo do meu amigo Rogério Carvalho, no que falou a eminente Senadora Dorinha. Não tem viés ideológico, há racionalidade. Por que não se retirar o discurso da desconfiança da votação brasileira do processo das urnas? Por que não? Nós tínhamos três países, se eu não estou enganado, eram Bangladesh, Butão e Brasil. Só tem Butão e Brasil agora. Esses países todos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo estão errados e nós estamos certos? E alguém falou aí que Nasa, bancos, etc., todos têm ataques cibernéticos vultosos. Ora, na hora que transfere dados, tem. Então vamos acabar com essa dúvida! E vamos votar aqui na emenda do eminente Senador.

E a outra questão é você pegar um segmento específico da sociedade, que são os militares, e dizer que a eles cabe um tratamento diferenciado por serem militares. Bom, então vamos tratar, por exemplo, os artistas de televisão ou os apresentadores de forma diferente, porque esses têm uma arma muito mais poderosa, que é a comunicação, que desequilibra o pleito eleitoral. Vamos pedir para que os Governadores que são candidatos à reeleição não o façam no exercício do cargo de Governador, porque isso desequilibra o processo eleitoral.

Então, se você tem um conceito prévio – para não falar preconceito –, sobre as pessoas que fazem a segurança pública, de que elas desequilibram o processo eleitoral pelo fato de serem da segurança pública, a analogia, claramente, não é verdadeira quando se trata de outros segmentos da sociedade que têm muito maior poder de influência de desequilibrar o processo eleitoral.

Então, termino agradecendo a benevolência de V. Exa. e torcendo para que tenhamos aqui um desfecho positivo.

Infelizmente, Relator, se V. Exa. não puder atender – e entendo –, eu terei que votar contrariamente, mas muito pesaroso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogerio Marinho, agradeço a V. Exa.

V. Exa. falou uma palavra que eu não conhecia, um termo que eu não conhecia: CPX. Aí mandei pegar ao pé da letra o que significa: "Abreviação informal da palavra 'complexo', usada especialmente nas comunidades ou favelas para se referir a um conjunto de favelas ou áreas urbanas periféricas. Exemplo do uso: 'Sou do CPX do Alemão' significa 'Sou do Complexo do Alemão'". No Complexo do Alemão tem pessoas que estão na facção e outras pessoas que são decentes, que moram, que trabalham. Portanto, o termo é um tanto quanto pejorativo para definir favela.

Eu tenho ali na Bahia amigos de favela que andam comigo, são trabalhadores, pessoas decentes e muito corretas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu mandei ver o termo ao pé da letra, e significa isso. Portanto, as favelas também merecem o nosso respeito e consideração. Lá estão muitos trabalhadores, pessoas decentes e também tem, sem dúvida nenhuma, a infiltração de facções, que hoje levam muita insegurança a essas áreas pobres e periféricas das grandes cidades do Brasil.

Com a palavra o Senador Laércio...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Rapidamente, Sr. Presidente. É só para agradecer o esclarecimento de V. Exa., que faz de forma muito respeitosa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É porque eu não conhecia o termo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não, mas é para agradecer o esclarecimento de V. Exa. e dizer a V. Exa. que na comunidade, e eu tive o cuidado também de conversar com policiais a respeito, não é essa a definição que é dada. Mas claro que quem define... E, olha, veja um exemplo claro aqui: quem define o que é *fake* e o que não é. Então, há a subjetividade nessa expressão. V. Exa. me dá a oportunidade de colocar na prática o que aconteceu na pele.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom, tranquilo.

Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Uma coisa é curiosa, só por exemplo, a suástica...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – O senhor me interrompeu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É só para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A suástica, que hoje é conhecida no mundo inteiro como símbolo do nazismo, é o símbolo religioso hindu.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado pelo momento cultural.

Muito bom dia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – De novo me interrompeu?

Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, Sr. Presidente Otto Alencar, Senadoras e Senadores.

A gente está vivendo aqui um momento de muita recordação do que nós vivemos nas nossas eleições. Eu queria contextualizar um pouco para entender aonde nós queremos chegar com esse projeto que estamos a analisar aqui na Comissão de Constituição e Justiça. Quando um cidadão ou uma cidadã brasileira se lança a um processo eleitoral, e muito antes da eleição propriamente dita começar, a gente enfrenta alguns olhares fiscalizatórios ao nosso comportamento, ao nosso cotidiano, ao nosso relacionamento, ao nosso entrar e sair, seja de que lugar for. Polícia, promotor, juiz, jornalista, instituto de pesquisa e os concorrentes, todos esses olhares se voltam para a figura do candidato, que busca diuturnamente uma figura única e muito especial para aquele enfrentamento que é o eleitor. Esse é o nosso objetivo.

Esses olhares que a gente enfrenta em uma eleição, esses olhares, como eu já falei aqui, acompanham a nossa rotina dia após dia até o resultado final das urnas. Só sabe o que é uma eleição quem a enfrenta. E as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores certamente vivem esse drama. E nós somos fiscalizados de toda ordem.

Como nós estamos tratando de um projeto de reforma eleitoral, eu apresentei duas emendas que certamente atingem em cheio a todos: as Senadoras e os Senadores que aqui estão exercendo o seu mandato no Senado Federal, na Câmara e nas Casas Legislativas do Brasil todo.

Eu apresentei uma emenda, a de nº 369, que é uma emenda em que proponho a extinção de pesquisas eleitorais. Quem aqui presente não viveu um problema com referência a pesquisas eleitorais? Virou um comércio insano, cujos números não expressam, na sua grande maioria, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realidade daquele momento durante a campanha que a gente enfrenta. E eu apresentei também uma segunda emenda, a de nº 370, com referência ao financiamento privado, que existiu outrora e, de repente, sem ter por que, foi retirado do processo eleitoral e não pode mais ter financiamento privado. Qual a razão? Por que é que o financiamento privado não pode ser incorporado ao processo eleitoral?

Para a minha surpresa, eu recebi a informação da rejeição das minhas duas emendas. E, veja, com referência às pesquisas eleitorais, qual foi o argumento que o ilustre Relator Marcelo Castro apresentou para mim. Ele começa a rejeição dizendo assim: vigora hoje entendimento do Supremo Tribunal Federal – mais uma vez, o Supremo Tribunal Federal interferindo numa ação legislativa – de que considera inconstitucional a restrição da divulgação de pesquisas eleitorais. Sim. E aí? Nós estamos a escrever uma nova peça, que se tornará, possivelmente, lei. Essa é a regra que vai valer a partir daí. Então, esse argumento não me convenceu, nobre Relator.

A segunda resposta que eu recebi foi quando eu tratei de uma emenda sobre o financiamento privado. No argumento que foi usado para rejeitar a minha emenda, foi dito que se trata de tema de maior complexidade. Sim, de maior complexidade. E daí? Vamos discutir, vamos construir uma solução. Ou seja, a impressão que eu tenho...

E tem outras coisas, como com referência à área de publicidade. Por exemplo, por que é que os *outdoors* são proibidos? Alguém precisa explicar. Foi proibido algum dia, e precisa continuar sendo proibido a vida toda? Eu queria entender por que o texto não contempla a volta da publicidade em *outdoor* ou qualquer outro meio.

Então, qual é a conclusão a que eu chego na análise que nós estamos fazendo aqui? Eu acho que o relatório, infelizmente, na minha opinião, está longe da nossa realidade. Não é essa a realidade que candidatos enfrentam no dia a dia. O texto desse projeto precisa se aproximar do nosso enfrentamento, do que a gente faz, por isso eu tive o desejo de contextualizar.

Então, Sr. Presidente, nobres colegas, Relator, com todo o respeito, meu voto será contrário a esse projeto.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Laércio e passo a palavra à Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu já agradeço aí a atenção.

Eu quero aqui também, rapidamente, visto o adiantado da hora, fazer algumas contribuições e observações.

Primeiro, quero parabenizar aqui o Relator, dizer que realmente fez um trabalho e está fazendo um trabalho muito respeitoso com todas as emendas que foram apresentadas, todas as sugestões e discussões. Eu quero aqui referendar o trabalho do Senador Marcelo Castro. Quero agradecer-lhe também pelas emendas que eu apresentei e que foram acatadas. Algumas foram rejeitadas; outras, acatadas parcialmente.

Eu quero dizer que a gente conseguiu botar a violência política também de uma forma muito clara dentro dessa reforma eleitoral. Eu acho que, além de já ter uma lei específica, é fundamental que a gente também tenha dentro do Código Eleitoral.

E quero aqui fazer uma menção à emenda que não foi aprovada, de nossa autoria, mas eu acredito que a Bancada Feminina, através da nossa Líder Dorinha, vai fazer um destaque da Emenda 312. Eu tinha apresentado uma emenda para contribuir também com o mesmo sentido, só que ela conseguiu aperfeiçoá-la ainda mais nessa emenda que vai ser destacada, que é em relação à gente garantir o que já foi colocado, que é a reserva de 20% das cadeiras, mas sem que isso retire o que a gente já tem conquistado, que são os 30% de candidaturas e também a punição se assim os partidos não cumprirem – de candidaturas de gênero, não diria que são femininas. Hoje são, porque nós somos a minoria, mas, no dia em que não formos, poderá ser também de homens, não é? Então, gênero quer dizer isto: significa que pode ser homem ou mulher. Está caminhando para isso, espero. Está demorando, mas vamos esperar que aconteça. Brincadeiras à parte, a gente defende realmente a paridade. Foram apresentadas emendas também buscando essa paridade, que também foram rejeitadas, mas eu quero aqui só dizer que nós não podemos, na Bancada Feminina – eu, como uma Senadora –, aceitar que a gente tenha um retrocesso num direito que já foi garantido, que são os 30% de candidaturas e também a punição se os partidos assim não cumprirem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem uma inovação de que a nossa Senadora vai falar, com certeza, no destaque que ela apresentou, que eu acho que tira qualquer dúvida sobre a possibilidade de fraudes ou não em relação a essa cota de gênero. Volto a dizer: não é uma cota feminina especificamente, mas a gente precisa também garantir que o direito que já foi garantido não seja retirado com a questão da reserva de cotas.

Nessa minha fala bem rápida, quero dizer que eu faço, de toda a fala da Dorinha, que foi muito centrada, e também da do Rogério Carvalho, que falou aqui sobre as emendas que foram destacadas, a minha fala.

Mais uma vez, parabenizo o nobre Relator e espero que ele escute os nossos argumentos e reveja essa questão de a gente continuar garantindo as candidaturas em 30%, que vai ser o destaque aqui da Bancada Feminina, feito pela nossa Líder Dorinha.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Senadora Augusta Brito.

Eu ouvi alguns Senadores que vieram aqui ao meu lado, inclusive o próprio Relator, o Senador Marcelo Castro, e vou encerrar a discussão, mas vamos optar para dar um tempo ao Relator, aos Senadores e às Senadoras que divergiram do relatório dele para encontrarem uma letra de lei que seja mais uniformizada e que dê também ao novo Código Eleitoral uma condição de mais clareza, não deixando dúvida na interpretação de quem vai nos julgar nas próximas eleições – a hermenêutica de que se fala tanto a respeito.

Portanto, acho que esse tempo cabe perfeitamente para uma análise mais apurada, até porque essa matéria vai voltar para a Câmara dos Deputados. Seria até conveniente, pela importância dela, que o próprio Relator conversasse com o Relator da Câmara dos Deputados, o próprio Presidente Davi conversasse com o Presidente Hugo Motta, para não ter uma divergência muito grande, para não se fazer um esforço desse no Senado Federal, como fez o Relator, os Senadores e Senadoras, e, chegando lá, modificarem completamente tudo que foi melhorado aqui. Portanto, é importante que se dê um tempo para, em bom juízo, se resolver o que há de melhor nessa questão do Código Eleitoral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se os Senadores e Senadoras concordarem e o Plenário concordar – o Plenário é soberano –, essa decisão será tomada por mim; senão, nós vamos fazer a votação.

Os Senadores concordam? (*Pausa.*)

Está bom.

Então, já que concordam, não vamos votar hoje; vamos deixar para outra oportunidade.

Senadora Dorinha... V. Exa. discorda, Senadora Dorinha?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Porque a maioria concordou...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, eu não discordo, não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, nós vamos deixar para outra oportunidade. E o Relator ficará à disposição para conversar, discutir, debater esse tema com maior profundidade, pela complexidade do tema.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero só pedir um esclarecimento: já existe alguma previsão, existe uma prioridade dessa Presidência de se votar a situação dos supersalários aqui nesta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Ciro Nogueira, na última vez em que eu fui provocado na Comissão de Constituição e Justiça, eu disse exatamente assim: "Quando o relatório vier, eu coloco em votação". Agora, eu não posso estabelecer prazo ao Relator, que é o Senador Eduardo Gomes.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não tenho nenhuma dificuldade em colocar isso para ser votado, absolutamente. Agora, eu também não posso, como V. Exa. também não pode, presidindo uma Comissão, estabelecer prazo para o Relator. Então, eu não posso chegar para o Relator e dizer: "Eu quero que você apresente hoje ou amanhã". Seria uma descortesia da minha parte. Agora, o relatório sendo encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça, eu vou colocá-lo para votação, para se debater e discutir profundamente esse tema.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Eu sei, Presidente, mas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora, adianto a V. Exa. que a letra de lei que veio da Câmara não cabe, absolutamente. Não resolve absolutamente a questão do supersalário.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Ou a letra da Câmara ou a letra do Senado... Nós temos é que dar uma solução para isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, mas não sou eu que dou. V. Exa., então, tem que abordar o Relator, o Senador Eduardo Gomes, porque, na hora que em ele encaminhar, eu coloco em votação.

Agora, eu fiz apenas uma opinião, porque eu li a matéria que veio da Câmara e, como veio da Câmara, não resolve absolutamente nada. Continua a mesma coisa, do mesmo jeito. É uma série de penduricalhos que mantêm todos os benefícios que estão sendo dados hoje de forma incorreta e ilegal.

Portanto, eu não tenho nenhuma dificuldade. Quando chegar aqui, pode ter certeza absoluta de que eu ponho para votar. Agora, não é da minha índole, da minha formação, inclusive política – eu sou médico, fiz uma transição difícil para a política –, impor a nenhum Relator que ele venha a apresentar o relatório hoje ou amanhã, porque seria uma falta de respeito e descortesia a um colega meu ou a uma colega minha.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Sr. Presidente, eu não estou pedindo para o senhor – jamais lhe pediria isto, sei que não é do seu temperamento – marcar para hoje ou amanhã. Mas é uma matéria, me perdoe dizer, muito sensível. Existe muita pressão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra ela, muito trabalho. Este país é um país completamente sequestrado pelas corporações. Nós podemos dar um prazo de um mês ou dois meses, mas nós temos que definir uma data para essa matéria, Presidente. Eu lhe faço um apelo. Eu sei que o senhor é um dos homens mais habilidosos desta Casa, com jeito.

Eu acho que você dar um prazo de dois meses para o Relator apresentar seu relatório é uma coisa mais do que razoável porque, se não, esse Relator vai estar sentado em cima de uma matéria que não quer votar, me perdoe dizer. Isso não pode acontecer, porque essa é uma matéria em que existe um clamor da sociedade, Presidente, um clamor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E há prazos regimentais.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – E tem os prazos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olha, eu vou discordar e não vou dar prazo. Agora, devo dizer a V. Exa. que, ao longo da minha vida, nunca aceitei pressão, sobretudo do Poder Judiciário, porque, com 38 anos de política, eu nunca fui denunciado pelo Ministério Público e não respondo a nenhum processo, e tomei conta de todos os recursos do meu estado, bilhões e bilhões de reais passaram por minhas mãos e não tive o desprazer de ser, nenhuma vez na minha vida, denunciado pelo Ministério Público, nem estadual, nem federal, com todas as contas aprovadas. Fui Secretário de Saúde, de Indústria e Comércio, de Infraestrutura, Vice-Governador, Governador, Conselheiro, Senador dez anos e não sei o que é o Ministério Público bater na minha porta nem responder a nenhum processo, então, eu não estou sob pressão. Na hora que mandar para aqui o relatório, eu ponho para votar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, outro tema, se me permite, Sr. Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu tenho um requerimento para que seja deliberada uma audiência pública para tratar da PEC 55, que é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que quer trazer previsibilidade ao orçamento das Forças Armadas. Se nós pudéssemos votá-lo como extrapauta, aí marcamos para depois do recesso a data, eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. O requerimento, eu peço à Mesa...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Relator é o Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... que me passe.

O relatório é favorável? O Relator da matéria não entregou o relatório ainda.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O requerimento é para audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Um requerimento para audiência pública. Então, vou colocar em votação o que pede o nobre Senador Carlos Portinho.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada audiência pública para debate da PEC 55.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 18, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 55/2023, que "altera a Constituição Federal, para estabelecer programação orçamentária mínima para o Ministério da Defesa e dispor sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos estratégicos para a Defesa Nacional, e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer regra de transição".

Autoria: Senador Carlos Portinho – PL/RJ.)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Marcelo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, ouvi atentamente todos os colegas e anotei o que cada um disse, evidentemente, para poder argumentar com cada um aquilo que foi falado. Então, pude observar que houve muita confusão de alguns pronunciamentos, muita mistura de informações, muitas coisas que, no texto que eu coloquei, estão de um jeito, e as pessoas então interpretando de outra maneira, mas inclusive eu iria pedir exatamente a V. Exa. o que V. Exa. já fez, que é deixar para a próxima semana para a gente votar essa matéria, porque essa matéria se constitui de quase 900 artigos e a discordância que nós temos é em poucos. Quer dizer, todas as críticas que houve aqui nessa manhã foram quanto à questão da quarentena, a questão da divulgação de fatos sabidamente inverídicos e a questão do voto impresso. Na verdade, o que nós temos de discordância profunda é só nesses temas.

Agora, o que é que me causa espécie é as pessoas serem contra um de 877 artigos e, porque são contra um, votarem contra todo o projeto. Isso não faz sentido. Se a pessoa é contra aquele artigo, faz o destaque e vota em separado.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Relatores, a proposta do Senador Rogerio Marinho eu vou procurar encaminhar e acho que, sobre essa questão da divulgação de fatos sabidamente inverídicos, essa questão da quarentena, nós podemos evoluir para chegar a um entendimento até a próxima semana.

Vai restar a questão do voto impresso, e eu acho que aí nós vamos ter que ir para o voto; mas, também, se fôssemos votar tudo aqui consensualmente, seria um fato verdadeiramente excepcional. Nas outras questões, eu acho que dá para a gente chegar a um entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão de *fake news*, hoje, é um debate mundial. Todos, ou praticamente todos os países estão discutindo isso daí. A comunidade europeia saiu à frente, já votou o regramento todo da questão para conciliar o direito de expressão com a proibição de a pessoa levantar calúnia, difamação, dizer inverdades, mentiras, e isso ter repercussão no resultado eleitoral.

Senador Girão, a lei que foi votada na comunidade europeia chega a multar os partidos e os candidatos em até 35 milhões de euros, aproximadamente R$200 milhões, de tão rigorosa que é a lei.

Nos Estados Unidos, tramita hoje no Congresso Nacional uma lei que é de iniciativa dos dois partidos, republicanos e democratas, que são partidos antagônicos. Todos, praticamente todos os países do mundo estão tratando desse tema, é um tema mais do que atual.

Nós vimos agora, Senador Alessandro, na Argentina, *fake news* com *deep fake* de alta repercussão, colocando o ex-Presidente Macri, que é partidário do Milei, anunciando, na véspera da eleição, que estava saindo da vida pública e estaria apoiando o Massa, que é o adversário do Milei.

Nós vimos, na Argentina também, *fake news,* montada por uma inteligência artificial, dizendo que o Milei estava se propondo a vender os órgãos humanos, tráfico de órgãos humanos. Quer dizer, coisas gravíssimas que com certeza vão poder acontecer em qualquer país do mundo se não tiver a legislação adequada para isso daí.

Então, o "liberou geral", a liberdade total de expressão, isso não existe, não pode existir em nenhuma sociedade civilizada. É claro que tudo tem limite, tudo tem regra, tudo tem termo. E é isso que nós estamos fazendo aqui no Brasil.

Aliás, nós já temos na lei, no nosso Código Eleitoral, a proibição de divulgação de fatos sabidamente inverídicos, votada nesta Casa por 73 Senadores. Não dá para ficar todo mundo aqui estranhando isso, não, porque nós já votamos e aprovamos. Eu acho que os Senadores presentes aqui dificilmente não votaram todos a favor.

Então, nós não votarmos isso seria um retrocesso. Agora, a que nós estamos dispostos? A negociar, a chegar a um termo. Vamos manter a legislação atual? Ela dá conta de tudo? Não dá? Vamos aperfeiçoá-la? Eu estou aberto à negociação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou negociar com o Senador Alessandro sobre essa questão dos policiais. Por que os militares? Está clara a posição dos militares. Que militares são? Do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e das forças policiais militares dos estados. O regramento é um só. Então, se um policial militar de qualquer estado se dispõe a ser candidato e ele tem menos de dez anos, ele está afastado em definitivo e não tem nenhum direito. Se ele tem mais de dez anos, ele vai ser agregado. Se ele perder a eleição, ele volta para a tropa. Se ele for eleito e passar dois anos, quatro anos, oito anos ou dez anos, depois ele pode voltar para a atividade.

Aí é que eu sou contra, minha divergência de fundo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só me permita esse ponto, Senador Marcelo... Certamente, vamos trabalhar no texto, mas hoje a regra dos militares é de que, uma vez eleitos, eles vão compulsoriamente para a reserva, com vencimentos proporcionais.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – No meu estado também é assim.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não. Os militares.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Isso.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas os policiais, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Os civis, não.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Os civis, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Isso.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A que entendimento nós podemos chegar? De que a mesma regra que vale para os militares valesse também para os civis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É possível.

Olha, já estamos chegando aqui a uma concordância. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O tempo certamente vai ajudar bastante para se encontrar a solução.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas aí eu quero fazer uma...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Hoje, já tem um regramento para juízes e para promotores. Esses têm que se afastar em definitivo das suas carreiras, seis meses antes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcelo, o senhor vai ser Relator de um projeto de seu interesse, lá do Piauí, e também do interesse do Senador Ciro Nogueira, que fez um apelo para que nós pudéssemos votar hoje esse projeto, na defesa dos interesses do Piauí, do Ciro Nogueira e do Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente e Senadores presentes, são três assuntos que trazem divergência aqui no meu código, no código cujo Relator sou eu. Eu acho que dá para a gente encaminhar bem dois: a questão de *fake news* e a questão dos policiais civis. E o outro vai a voto, que é a questão do voto impresso, que é uma discordância de fundo, não tem nada...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas aí eu faço uma observação, Senador, porque é de policiais, juízes e promotores que a gente está... Se for para atender só aos policiais e deixar os outros lá com quarentena de dois anos, aí não resolve. E aí até pediria a compreensão também do Senador Alessandro, que fez a emenda em relação aos policiais, mas eu acho que a gente não pode ter cidadão de segunda categoria em nenhuma situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que, sobre os juízes e os promotores, eles têm que se exonerar definitivamente. O.k., já é assim, já é um ônus, mas impor mais dois anos ainda? A meu ver, é a gente incorrer no mesmo erro, então é preciso todo mundo ser tratado de maneira igual.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Daqui para quarta-feira, nós temos prazo para a gente chegar a um entendimento. Eu sugeriria que fosse de hoje a amanhã para a gente discutir isso, para já fechar essa questão.

Bom, Sr. Presidente, era essa observação que eu gostaria de fazer. Aliás, eu gostaria mesmo era de responder um por um aos Senadores que fizeram observações aqui, para mostrar a cada um deles como tudo que está aqui no código tem uma justificativa, tem um motivo, tem uma lógica. Nada foi feito atabalhoadamente ou intuitivamente, tudo tem um fundamento, mas, como a maioria – quase a totalidade – já saiu da Comissão, fica, então, para a próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, vamos ao item 4, que é terminativo.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2810, DE 2025

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para agravar a pena dos crimes contra dignidade sexual de pessoa vulnerável; o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para prever medidas protetivas de urgência para vítimas de crimes contra a dignidade sexual e em situação de especial vulnerabilidade; a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever a monitoração eletrônica dos condenados por crime contra dignidade sexual; a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer mecanismos de proteção a crianças e adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar assistência psicológica e social especializada às vítimas de crimes contra a dignidade sexual com deficiência e suas famílias.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta, e pela aprovação das Emendas 1-CDH a 3-CDH.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação nominal.

Com a palavra o Relator, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela presteza em incluir na pauta esse projeto, que é tão importante.

Já antecipo os parabéns para a Senadora Margareth, porque, sem ser da área da Justiça, sem ser da área jurídica, a Senadora Margareth vem se notabilizando pelos bons projetos de defesa de mulheres, e agora, especificamente, de vulneráveis. É muito importante sua atuação, Senadora. Parabéns!

Vem a esta a Comissão para análise, nos termos do art. 101, inciso II, alínea "d", do Regimento Interno do Senado, o Projeto de Lei nº 2.810, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, para agravar a pena dos crimes contra dignidade sexual de pessoa vulnerável; altera também o Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, para prever medidas protetivas de urgência para vítimas de crimes contra a dignidade sexual e em situação de especial vulnerabilidade; a Lei nº 7.210, de 1984, para prever a monitoração eletrônica dos condenados por crime contra dignidade sexual; a Lei nº 8.069, o ECA, para estabelecer mecanismos de proteção a crianças e adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual; e, por último, a Lei nº 13.146, para assegurar assistência psicológica e social especializada às vítimas de crimes contra a dignidade sexual com deficiência e suas famílias.

São três os grandes temas tratados nesse projeto de lei, a saber: primeiro, o agravamento de penas previstas para os crimes de estupro de vulnerável (que é o art. 217-A do Código Penal), estupro de vulnerável com lesão corporal grave, estupro de vulnerável com resultado morte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corrupção de menores, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente – artigo do Código Penal também –, favorecimento da prostituição de criança ou adolescente – exploração sexual infantojuvenil –, e divulgação de cena de estupro, sexo ou pornografia envolvendo criança ou adolescente, esse é um dos pontos; o segundo ponto é a previsão da possibilidade da decretação de medidas protetivas de urgência em favor das vítimas de crimes contra a dignidade sexual se forem crianças ou adolescentes ou, de qualquer modo, vulneráveis, alterando, neste ponto, o Código de Processo Penal; e, por fim, uma alteração na Lei de Execução Penal, também endurecendo o regime para criminosos desses tipos penais descritos.

A justificação da ilustre autora argumenta que a proposição tem por intuito combater a violência contra grupos vulneráveis, como crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e incapazes, ainda que relativamente. Nesse sentido, a autora argumenta que a majoração de penas é necessária para refletir a gravidade dos crimes. Pontua também que as demais medidas são destinadas ao robustecimento da proteção da população.

A proposta já passou pela CDH – foi aprovada com três emendas, salvo engano – e agora, na CCJ, teremos a decisão terminativa.

Passo à análise, colegas, Sr. Presidente.

O projeto não tem nenhum tipo de obstáculo de natureza constitucional. Ele é legítimo, é necessário, é meritório. E essa proposta representa uma medida legítima e necessária diante da gravidade e da extensão do dano causado por essas práticas.

A proteção integral de crianças e adolescentes é um dever constitucional do Estado, da família e da sociedade. Quando se trata de crimes contra a dignidade sexual desse grupo, os danos ultrapassam o plano físico, afetando profundamente o desenvolvimento psicológico, emocional e social das vítimas. Por isso, o aumento das penas previsto no projeto é medida que se justifica pelas razões que passo a expor.

Em primeiro lugar, é preciso destacar a especial vulnerabilidade das vítimas. Crimes como o estupro de vulnerável (previstos no art. 217-A do Código Penal) atentam diretamente contra indivíduos que não possuem maturidade física, emocional ou cognitiva para consentir ou se defender. O simples fato de se tratar de um menor de 14 anos já caracteriza a presunção legal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

violência, dada a sua incapacidade de compreender plenamente os atos. A proposta de aumentar a pena de reclusão de 8 a 15 anos para 10 a 18 anos, e ainda mais nas suas formas qualificadas (lesão grave ou resultado morte), alinha-se com a gravidade da conduta e o elevado grau de repulsa social que ela desperta.

A elevação de pena nos casos de estupro com lesão grave (que hoje é de 10 a 20 anos e passaria para 12 a 24 anos) e com resultado morte (que hoje é de 12 a 30 anos para 20 a 40 anos) também é coerente com o princípio da proporcionalidade. Esses crimes não apenas violam a integridade sexual da vítima, mas, nos casos mais extremos, destroem completamente seu direito à vida. O aumento proposto reflete a necessidade de sanções mais severas para delitos que ferem os bens jurídicos mais essenciais.

Além disso, delitos como corrupção de menores e favorecimento da prostituição infantojuvenil envolvem aliciamento, exploração e indução de crianças e adolescentes à vida criminosa ou a posição de vítima de exploração sexual. Essas práticas, muitas vezes cometidas por redes organizadas ou por adultos em posição de poder, representam uma grave forma de opressão e exploração da infância. A proposta de penas mais rigorosas – como o salto do que hoje é de 2 a 5 anos para 6 a 14 anos no caso da corrupção de menores – busca dificultar a impunidade e garantir que tais crimes não sejam tratados com leniência.

Por outro lado, crimes que poderiam ser considerados de "baixo contato", como satisfação de lascívia na presença de menor e divulgação de conteúdo pornográfico envolvendo menores, não são menos nocivos. Tais condutas violam profundamente a intimidade e a saúde mental das vítimas. A internet, por exemplo, hoje tem potencializado a perpetuação desses crimes, tornando o abuso contínuo e globalizado, e, insiro, um mercado financeiro economicamente relevante; infelizmente, o mercado paralelo de pornografia infantojuvenil é global e gira bilhões de dólares. O aumento das penas, nesses casos, é uma resposta à crescente sofisticação desses delitos e à necessidade de um ordenamento jurídico que acompanhe tais mudanças.

Por fim, o aumento das penas também tem função preventiva e simbólica. Embora – tecnicamente é importante registrar – a pena não seja, por si, garantia de diminuição da criminalidade, o rigor da pena transmite uma mensagem clara de intolerância frente a práticas de abuso e exploração sexual de menores. O direito penal, nesse contexto, cumpre o papel de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteger os vulneráveis e reafirmar os valores fundamentais da sociedade: a dignidade da pessoa humana, a proteção da infância e a intransigência contra qualquer forma de violência.

Dessa forma, o aumento de penas proposto é um avanço legislativo importante e coerente com os princípios constitucionais e com os anseios legítimos da sociedade brasileira por maior justiça e maior proteção à infância.

Em seu art. 2º, o PL 2.810, de 2025, altera o Código de Processo Penal para tratar de medidas protetivas para casos de crimes contra a dignidade sexual ou cuja vítima esteja em situação de vulnerabilidade. Para tanto, altera o texto do Título IX do CPP, que hoje trata “Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória”, e insere dispositivos nessa parte da lei. As medidas protetivas de urgência não são novidade no ordenamento jurídico e já estão previstas na Lei Maria da Penha e na Lei Henry Borel, a Lei 14.344, aprovada por este Parlamento em 2022.

No projeto em análise, o art. 282-A especifica que, constatada a prática de crime contra a dignidade sexual ou cuja vítima esteja em situação de vulnerabilidade, como é o caso de crianças, adolescentes, pessoas com deficiência ou incapazes, ainda que relativamente incapazes, o juiz poderá aplicar medidas protetivas de imediato ao autor, em conjunto ou separadamente. Observa-se que, independentemente da tipificação penal ou do próprio ajuizamento da ação, a proposição vincula a aplicação das medidas protetivas à constatação de "crime". No seu sentido mais literal, a configuração de um crime só acontece depois do trânsito em julgado, em razão do princípio constitucional de presunção de inocência, de modo que fazemos a adequação trocando a expressão "crime" por "indícios de crime".

Ainda, em uma perspectiva teórica, a medida protetiva de urgência tem a função primordial de proteger a vítima, enquanto a medida cautelar busca tutelar a efetividade do processo. Nesse sentido, a concessão de medida protetiva de urgência está atrelada à preservação da integridade física, psicológica, sexual, patrimonial e moral da vítima e vigora enquanto o risco persistir, da mesma forma como já temos na Lei Maria da Penha, em seu art. 19.

De outro lado, em atenção ao art. 282 do Código de Processo Penal, as medidas cautelares se relacionam à necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de novas infrações penais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, devem ser proporcionais à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado ou acusado.

Todas essas considerações são devidamente saneadas pelas emendas que proponho a seguir, de modo a criar um título no Código de Processo Penal apenas para medidas protetivas, dissociando seu regramento do regramento posto para as medidas cautelares; dar uma nova redação ao *caput* do art. 282-A para manter apenas a hipótese da prática de crime contra a dignidade sexual e, num parágrafo, especificar que as medidas ali previstas se aplicam também a casos em que constam como vítimas crianças, adolescentes, pessoas com deficiência ou incapazes independentemente do crime; e, como já disse, alterar a expressão "constatada a prática de crimes" por "indícios de crime".

Em síntese, Presidente, colegas, é um projeto robusto que, ao mesmo tempo, tem endurecimento penal, medidas de proteção e garantia para a vítima e suas famílias e um contexto que se alinha com o que este Congresso vem fazendo. Nós, muito recentemente, aprovamos, de minha autoria, um projeto que hoje está na Câmara dos Deputados, em andamento, de proteção das crianças em ambiente digital, proteção fundamental, mas, de outra parte, o projeto que a nossa colega Margareth apresenta traz a proteção contra esses crimes que estão enraizados na sociedade.

E acho que é um momento oportuno para esta Comissão, este Senado, este Congresso dar mais uma dura resposta que, em conjunto com medidas da seara social e econômica, tende a proteger mais essas vítimas.

É o relatório.

Voto pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria está em discussão.

Não há nenhum...

O Senador Moro vai discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Primeiro, quero elogiar aqui o projeto da Senadora Margareth Buzetti e também o relatório do Senador Alessandro. Eu até tenho uma observação aqui.

Não consegui ver antes o projeto – e peço desculpas aqui –, mas eu teria, se me permitem, algumas sugestões de aprimoramento que eu gostaria de apresentar. Se não fosse um grande problema...

Eu quero deixar claro aqui, Senadora Margareth e Senador Alessandro, que eu voto a favor, mas tem dois pontos que eu gostaria de sugerir, até adiantando aqui.

A gente tem o Banco Nacional de Perfis Genéticos, que é subutilizado no país e é especialmente relevante para elucidação de crimes sexuais. Então, a minha sugestão seria inserir um dispositivo aqui para tornar obrigatória a extração do perfil genético em casos de crimes que são tratados nesse projeto, para não ficar na discricionariedade do juiz nem da autoridade policial.

A outra observação que eu faço – aí seria uma sugestão também de alteração – é que eu vi que, no art. 119-A, muito apropriadamente: "O condenado por crimes contra a dignidade sexual somente terá o regime mais benéfico de cumprimento de pena [...] se os resultados do exame criminológico afirmarem a ausência de indícios de que voltará a cometer crimes da mesma natureza". É importante ter o exame criminológico, nós colocamos na lei das saidinhas, que inclusive já foi aprovada de maneira geral, só que eu faria um ajuste de redação aqui, que seria a minha sugestão, porque aqui, na verdade, o exame tem que revelar que ele tem indicativos de que não vai cometer mais o crime. É uma inversão aqui dessa construção: não é o exame, ele progride, se não forem detectados indícios. Não, ele tem que revelar que ele está propenso à ressocialização e nunca mais cometer esse tipo de crime. É um pouco uma inversão dessa construção redacional. O intuito é o mesmo, mas aqui, ele sendo condenado por um crime grave sexual e cumprindo pena, o exame tem que revelar que ele quer se tornar um cidadão de bem e que há indícios de que ele não voltará a delinquir, e não que não há indícios de que ele voltará a delinquir. Então, é uma sutileza, mas, a meu ver, uma sutileza importante.

São essas duas emendas que eu apresentaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço escusas a ambos, porque eu deveria ter visto isso antes – inclusive, a Senadora Margareth Buzetti falou comigo, ontem, sobre esse projeto –, mas, nessa correria que é a nossa vida aqui cotidiana, os pares bem sabem que muitas vezes a gente acaba tendo contato com o projeto praticamente de imediato. E me surgiram essas duas sugestões que eu gostaria de fazer, mas, sendo elas acatadas ou não, votarei integralmente a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, acato as duas sugestões: faremos o ajuste redacional no 119 e também a inclusão, onde couber, da previsão da coleta compulsória de material genético para o caso daquele cidadão processado, enfim, condenado por crime contra a dignidade sexual.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa., então, acata...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Acato as sugestões...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... integralmente as duas observações que foram feitas pelo Senador Moro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... integralmente, na forma de ajuste redacional que faremos agora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Secretário da Mesa vai tomar as providências para adequar no relatório de V. Exa.

Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Para discutir.) – Rapidamente, Sr. Presidente, só quero parabenizar aqui o relatório do Senador Alessandro. Agradeço por o senhor ter incluído essa sugestão do Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui o autor da lei que criou o banco de dados – tenho muito orgulho disso – aqui no nosso país, e ela tem ajudado muito. Agora, ela tem que ser muito mais aprimorada, e acho que a sugestão do Senador Moro é mais do que pertinente.

Parabenizo aqui a Senadora Margareth pela autoria e quero dizer, Senadora, que eu propus, Senador Moro, tanto ao Presidente Davi quanto ao Presidente Hugo Motta, que a gente, no mês de agosto, faça uma semana dedicada a esses temas nas duas Casas. Não nos temas que nos dividem, mas tem diversos outros temas que nos unem. Não quero tratar aqui de maioridade penal, que eu defendo, mas é um tema que divide a sociedade, divide esta Casa. Naquela situação, o Senador Moro mesmo tem um projeto lá que ele me falou, que nós pedimos lá, que trata da questão das audiências de custódias, que é um projeto que foi apresentado, se não me engano, pelo Senador Dino, na época, mas é um projeto que vai facilitar e acabar muito com essa loucura que tem nas audiências de custódia, que está colocando cada dia as forças policiais enxugando o gelo no nosso país.

Então, eu acho que aqui nós temos, sem demérito a nenhum dos Senadores, talvez as duas melhores cabeças nessa área, que são o Senador Alessandro e o Senador Moro, que poderiam buscar, nesta Casa, diversos projetos em que a gente possa fazer esse esforço concentrado. O Presidente Hugo Motta me garantiu que vai fazer; até o Senador ontem falou para gente colocar já esse projeto para ser votado – já que ele é terminativo – já no início de agosto, para que a gente possa dar uma resposta a esse que é o maior problema que a sociedade hoje tem – quem diz não sou eu; são as pesquisas –, que é o problema da segurança pública, e o Congresso Nacional daria uma demonstração muito grande, priorizando as matérias que podem ajudar a população a sair dessa situação em que ela se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Ciro Nogueira.

Encerro a discussão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma observação. Perdão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Também quero aqui elogiar o Senador Ciro Nogueira, porque, de fato, ele foi o autor daquele projeto importante. No mundo inteiro, é um meio exitoso não só para investigação, mas para prevenir crimes, porque a pessoa que tem coletado o perfil genético sabe que pode ser facilmente identificada, e é um método indolor.

Nosso banco de dados ainda, no entanto, é muito limitado, porque, Senador Ciro, os juízes não aplicam a lei, as autoridades executivas não aplicam a lei. Por isso que é importante colocar que tem que fazer nesses casos, obrigatoriamente, até porque identifica um culpado num crime sexual, e, se colocar no banco de dados, pode dar correspondência com o material que foi coletado em anteriores, e a gente descobrir ali que tem um criminoso serial nessa área.

Mas eu faço aqui o elogio ao trabalho que foi feito pelo Senador Ciro Nogueira nesse caso específico do projeto. De fato, também tem um projeto na Câmara para ampliar o rol de pessoas sujeitas, mas a lógica é a mesma.

E aqui a gente pode fazer um comparativo, não é? O banco de dados brasileiro, embora tenha crescido nos últimos quatro anos, desde 2019, tem 280 mil perfis genéticos aproximadamente. Nos Estados Unidos, são 20 milhões; no Reino Unido, são 8 milhões; na França, em que eu estive agora, numa visita a órgãos de segurança, são 4 milhões – o nosso tem 280 mil.

Então, temos que fazer a lei ser cumprida, e uma maneira é colocar que seja mandatório em crimes sexuais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Sergio Moro.

Eu observo duas contribuições: uma de um policial civil, um delegado, que fez a transição para o Senado, e de um magistrado, que fez a transição para o Senado também. Talvez isso sensibilize o Marcelo Castro a diminuir essa quarentena absurda de dois anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu vou colocar a matéria em votação pelo voto nominal.

Peço que abra o... Aliás, consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para as emendas redacionais que foram propostas pelo Senador Sergio Moro, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores concordam. Então, faremos assim.

Em votação matéria terminativa, com votação nominal.

Abriu-se o painel para a votação.

Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que estão nos seus gabinetes que possam comparecer para a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Votação nominal do projeto apresentado pela Senadora Margareth Buzetti e relatado pelo Senador Alessandro Vieira, que é terminativo e precisa do voto dos Srs...

Já está aberto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Abriu não? (*Pausa.*)

É o PL 2.810, de 2025, que altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para agravar a pena dos crimes contra a dignidade sexual da pessoa vulnerável.

Os Senadores e Senadoras podem votar pelos aplicativos.

A matéria precisa da votação nominal da maioria, de mais de 14 votos dos Senadores e Senadoras.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Eu vou ser o Relator da matéria em seguida. A minha sugestão a V. Exa. é que, enquanto a gente está votando, eu possa já fazer a leitura...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Acato perfeitamente.

V. Exa. tem a palavra para dar o parecer do Projeto de Lei nº 2, de 2025.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2, DE 2025

- Não terminativo -

Reestrutura cargos da magistratura no quadro permanente da Justiça Federal da 1ª Região; e cria a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável ao Projeto.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Com a anuência de V. Exa., eu vou direto à análise.

O art. 96, inciso II, da Constituição Federal, confere aos tribunais superiores competência privativa para iniciar o processo legislativo dos projetos que alterem o número de membros dos tribunais inferiores, modifiquem a organização e divisão judiciárias ou ainda que disponham sobre a criação de cargos dos juízos que lhes forem vinculados.

O Projeto de Lei nº 2, de 2025, atende plenamente a essa regra de limitação de competência legislativa, tendo em vista que o seu autor é o Superior Tribunal de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos registrar, dessarte, que a proposição em exame se amolda às normas e princípios constitucionais pertinentes.

No mérito, somos favoráveis ao projeto.

O Estado do Piauí experimenta demanda extraordinária em litígios de cunho previdenciário e assistencial, circunstância diretamente ligada a uma economia majoritariamente amparada no setor primário.

Essas causas, propostas em sua maior parte por jurisdicionados hipossuficientes, concentram-se nos oito juizados especiais federais da seção judiciária local, concebidos justamente para assegurar direitos sociais fundamentais à população mais vulnerável. A robustez desse fluxo processual tem pressionado toda a cadeia de julgamento, especialmente a fase recursal.

A proposição em exame fornece resposta equilibrada e fiscalmente responsável ao transformar quatro cargos vagos de Juiz Federal Substituto em três cargos de Juiz Federal, valendo-se das sobras orçamentárias daí decorrentes para instituir funções comissionadas sem criação de despesa adicional. Paralelamente, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região poderá realocar magistrados de varas com baixa movimentação para a instância recursal de maior volume processual, otimizando recursos humanos já existentes.

Em síntese, o projeto alinha-se ao dever constitucional de garantir prestação jurisdicional tempestiva, racionaliza a distribuição dos recursos humanos na Justiça Federal do Piauí e observa as exigências de responsabilidade fiscal, tudo sem acréscimo de despesa. Por essas razões, entendemos que a proposição é meritória.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2, de 2025.

É esse o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nós já temos os votos suficientes para encerrar a votação. Eu vou encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aprovado o projeto da nobre Senadora Margareth Buzetti.

Aprovado com as Emendas 1 a 3-CDH, na CCJ, e as Emendas nºs 4-CCJ e 7-CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O projeto está aprovado e eu parabenizo a Senadora Margareth Buzetti.

Em discussão o item 3, relatado pelo Senador Marcelo Castro.

Eu passo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu gostaria de discutir.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Algum Senador quer discutir a matéria? Senador Ciro?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu gostaria.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Girão pede a palavra para discutir o item 3, Projeto de Lei 2, de 2025.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pouco tempo atrás nós falamos a respeito e eu apoio que a gente possa discutir o quanto antes – é um clamor nacional – sobre a questão do fim dos supersalários. Se o projeto não é bom da Câmara, aí é uma decisão nossa aqui de fazer substitutivo, de fazer as modificações necessárias, na CCJ, e eu tenho certeza de que o senhor é sensível a isso e não sofre pressão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem quer que seja, e que vai colocar isso em pauta no início do segundo semestre. Esse é o pleito que eu gostaria de fazer também, me juntando a outros Senadores.

E a propósito, Sr. Presidente, eu sei que no primeiro momento isso não vai elevar custo, não tem impacto financeiro, mas eu sou o defensor de um Estado justo, um Estado equilibrado, um Estado em que se possa ter uma gestão menos burocrática.

E o que a gente vê é um Estado confuso, controlador, lento. E aqui nós temos mais um exemplo e tentativa de resolver sintomas com mais estrutura estatal, sem atacar o verdadeiro problema que a gente vê no país, que é a raiz da judicialização, o excesso de burocracia.

Então, eu acredito que transformar cargos e criar novas turmas pode parecer uma otimização, pode parecer – o.k., e entendo até a motivação dos colegas aqui e respeito –, mas na prática significa reforçar o vício de que todo problema social se resolve com mais Estado, mais juízes, mais despesas.

Então, o Novo teve esse posicionamento na Câmara dos Deputados que eu considero coerente, votou contra. Não vou criar problemas aqui, vou apenas registrar o meu voto contrário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Eduardo Girão.

Coloco a matéria em votação.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Eduardo Girão.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai...

Senador Marcelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para encaminhar.) – Eu gostaria de pedir urgência para essa matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Em votação o requerimento de urgência.

Os Senadores que aprovam o requerimento de urgência permaneçam como se encontram, com o voto contrário do Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 17, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2/2025, que "reestrutura cargos da magistratura no quadro permanente da Justiça Federal da 1ª Região; e cria a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí".

Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Nada havendo mais a tratar...

Senadora Margareth Buzetti, com a palavra.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Por favor. Eu sei que o senhor está com fome, eu também estou, mas eu queria muito agradecer ao Senador Alessandro Vieira, porque todo mundo é contra a pedofilia, mas a gente ignora o fato de não ter uma lei que proíba um pedófilo trabalhar em lugares que tenham crianças. Todo mundo fala da pedofilia, mas ninguém faz nada.

Eu aprovei o Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais justamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – ... para que a gente tivesse acesso a esses pedófilos e esses estupradores para saber, para que isso impedisse que ele trabalhasse em lugares públicos onde tenham crianças.

Quando uma criança é estuprada e ela não tem medida protetiva, não tem tornozeleira eletrônica, do que adianta nós votarmos leis? Então, todo mundo sabe que a pedofilia é um crime com taxa gigante no país e a reincidência da pedofilia quase sempre acontece, não adianta. Mas a gente ignora que um pedófilo tem o mesmo direito de progredir de pena do cara que roubou um carro, por exemplo. O futuro de uma criança tem o mesmo valor do roubo de um carro?

Quero chamar a atenção para o que nós aprovamos aqui hoje. É um projeto robusto, um projeto que ataca não somente aumento de pena, ataca outras questões. E foi o que fizemos no pacote antifeminicídio, exatamente relatado pelo Senador Alessandro Vieira. Fomos muito além de aumentar as penas. As manchetes normalmente ficam com o aumento de pena, mas a pena nossa é a preocupação com as nossas crianças e adolescentes.

No Mato Grosso, nós tivemos 21% de aumento nos números de pedofilia que chegaram até as forças de segurança.

Vocês imaginem o quanto é maior esse crime, e é no Brasil inteiro.

Então, eu fico muito feliz de ser autora dessa lei e vou correr, na Câmara, para que ela seja aprovada o mais rápido possível.

Obrigada, Presidente, por ter colocado em pauta isso hoje, porque é uma aflição minha. Eu sou avó, eu falo como avó.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero parabenizar a Senadora Margareth Buzetti pela iniciativa, pela capacidade de apresentar um projeto de uma relevância tão grande para as crianças, para pessoas vulneráveis, aumentando a pena para inibir essa questão não só no Mato Grosso, no seu Mato Grosso, mas na minha Bahia, no Brasil como um todo. Parabéns à senhora, que tem dado uma contribuição muito grande ao Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo nenhuma outra matéria a tratar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – A Santa Catarina, dela também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Santa Catarina, dela também, diz aqui o Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Santa Catarina é dela também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é.

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Plínio Valério, Fernando Farias, Omar Aziz, Eliziane Gama, Cid Gomes, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Weverton, Randolfe Rodrigues, Paulo Paim, Jaques Wagner, Ana Paula Lobato, Mecias de Jesus, e Dr. Hiran, e ainda o Senador Pedro Chaves, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Sergio Moro, Alan Rick, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Pacheco, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Augusta Brito, Ciro Nogueira e Esperidião Amin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às onze horas e vinte e seis minutos e reaberta às dezoito horas e cinquenta e quatro minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 30, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome da Senhora VERÔNICA ABDALLA STERMAN, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal Militar, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro José Coêlho Ferreira, a partir de 10 de abril de 2025." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 31, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO, Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Assusete Dumont Reis Magalhães." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 34, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome da Senhora LORENA GIUBERTI COUTINHO, para exercer o cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, com mandato de quatro anos, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vaga decorrente do término do mandato de Joacil Basílio Rael." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Mensagem (SF) nº 39, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, o nome da Senhora MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a membro do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, decorrente da aposentadoria da Ministra Laurita Hilário Vaz." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Ofício "S" nº 4, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, a indicação da Senhora GREICE FONSECA STOCKER, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada à OAB." **Autoria:** ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 6 - Ofício "S" nº 1, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação da Senhora FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada à representação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 7 - Ofício "S" nº 2, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público Estadual." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Ofício "S" nº 3, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição Federal, a indicação do Senhor SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público da União." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 9 - Ofício "S" nº 4, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a indicação da Senhora IVANA LÚCIA FRANCO CEI, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados." **Autoria:** Conselho Nacional de Procuradores-Gerais. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos regimentais. **ITEM 10 - Ofício "S" n° 5, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor FERNANDO DA SILVA COMIN, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados." **Autoria:** Conselho Nacional de Procuradores-Gerais. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 11 - Ofício "S" n° 6, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados." **Autoria:** Conselho Nacional de Procuradores-Gerais. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 12 - Ofício "S" n° 7, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor CLEMENTINO AUGUSTO RUFFEIL RODRIGUES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Militar." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 13 - Ofício "S" n° 8, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Ofício "S" n° 9, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação da Senhora KAREN LUISE VILANOVA BATISTA DE SOUZA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Supremo Tribunal Federal." **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/06

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declara aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 21ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovado e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 13.

Primeiro item, por ordem, inclusive, de apresentação e chegada.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 30, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome da Senhora VERÔNICA ABDALLA STERMAN, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal Militar, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro José Coêlho Ferreira, a partir de 10 de abril de 2025.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

LEITURA DO RELATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 383, II, A, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

O Senador Jaques Wagner não está presente e encaminhou o relatório. Pediu-me que indicasse um Senador *ad hoc* para que fizesse a leitura desse relatório, nos termos do art. 383, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Para relatar *ad hoc,* concedo a palavra ao Senador Omar Aziz, do Estado do Amazonas, para fazer a leitura do relatório da Dra. Verônica Abdalla.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 30, de 2025, do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome da Sra. Verônica Abdalla Sterman, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal Militar, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro José Coêlho Ferreira, a partir de 10 de abril de 2025.

Já faz tempo, hein? Desde abril. Faz tempo!

O relatório é do Senador Jaques Wagner, e eu o leirei *ad hoc*.

O Senhor Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 30, de 2025 (nº 261, de 2025, na origem), submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome da Sra. Verônica Abdalla Sterman, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal Militar.

O referido art. 123 da CF dispõe sobre a composição do STM e o processo de indicação de seus membros. O Tribunal é composto por 15 ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação da indicação pelo Senado Federal, sendo dez provenientes das Forças Armadas e cinco civis.

Os ministros civis devem ser escolhidos dentre brasileiros maiores de 35 anos, sendo dois, alternadamente, dentre juízes auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar; e três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional. A vaga a ser preenchida, decorrente da aposentadoria do Ministro José Coêlho Ferreira, compõe a representação da advocacia no tribunal.

Por sua vez, o art. 52, III, da Carta Política firma a competência privativa do Senado Federal para aprovar, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de magistrados, nos casos previstos no texto constitucional.

Para tanto, foi encaminhado, junto à mensagem presidencial, o currículo da indicada, que demonstra sua atuação no campo da advocacia.

As normas regimentais aplicáveis à apreciação por esta Casa das indicações de magistrados pelo Presidente da República encontram-se disciplinadas no art. 383 do Regimento Interno, com redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 29 de agosto de 2013.

Conforme a norma regimental mencionada, a mensagem presidencial deve vir acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de seu *curriculum*, no qual devem ser registradas a formação acadêmica, as atividades profissionais exercidas pelo indicado e os respectivos períodos, além de relação de eventuais publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas.

A Sra. Verônica Abdalla Sterman graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 2006.

Destacam-se em sua formação:

a) Mestrado em Direito Processual Penal pela Universidade de São Paulo (USP): projeto de qualificação aprovado em 2018; sem apresentação de dissertação de conclusão;

b) Curso de lavagem de dinheiro – repressão, processo e controle oferecido pelo DOK (*drops of knowledge*)/Ensino à Distância (EAD), em 2022;

c) Curso de Direito Penal Econômico, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal, realizado pelos Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e Instituto de Direito Penal Econômico e Europeu, em 2014;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

d) Curso "FCPA Expert Boot Camp – Brazil", estudos sobre a lei anticorrupção norte-americana (*Foreign Corrupt Practices Act*) e sua observância para a estrutura de *compliance* no âmbito empresarial, 2013; e

e) Especialização em Direito Penal Econômico na Fundação Getúlio Vargas, 2009.

Além disso, exerce a advocacia privada desde 2004, sendo, a partir de 2013, no escritório Abdalla Sterman Sociedade de Advogados, fundado pela indicada, especializado em direito penal e penal econômico.

No período de 2015 a 2023, a indicada atuou como assessora e relatora do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Entre as suas premiações, destaca-se a Láurea de Reconhecimento outorgada pela OAB/SP, pelos relevantes serviços prestados na 6ª Turma da OAB/SP ao longo da gestão 2019-2021.

Publicou artigos de sua autoria ou coautoria na imprensa e em revistas especializadas.

Em atendimento ao art. 383 do Regimento Interno desta Casa, a indicada declara:

a) a inexistência de cônjuge ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, que exerçam atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional;

b) não haver participado, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas em atividade ou entidades não governamentais;

c) que se encontra em plena regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões apresentadas;

d) que não constam processo e cumprimento de sentença de que seja parte no âmbito da Justiça Federal; e

e) que não atuou, nos últimos cinco anos, em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

A Sra. Verônica Abdalla Sterman também apresentou argumentação escrita, exigida pelo Regimento Interno desta Casa, informando os seus estudos, honrarias e atividades profissionais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

observando, ademais, que suas áreas de pesquisa na vida acadêmica sempre foram relacionadas à administração pública, notadamente em direito penal e processo penal.

Por fim, cumpre louvar a indicação de uma mulher para integrar a composição do Superior Tribunal Militar. A Sra. Verônica será a segunda mulher a integrar a Corte, ao lado de Maria Elizabeth Rocha, também indicada pelo Presidente Lula em 2007 e atual Presidenta do referido tribunal. Esse fato reafirma o compromisso do Governo Federal – e do Senado Federal também, porque se não passar por aqui também não vai; então não é só do Governo Federal: do Senado Federal também – em valorizar o trabalho das mulheres no país, bem como a importância que damos à ampliação da participação da mulher brasileira na cúpula do nosso Poder Judiciário.

Ante o exposto, entendemos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Superior Tribunal Militar.

Sala da Comissão.

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Omar Aziz.

O relatório do Senador está em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora para discutir o relatório.

Eu concedo vista coletiva, para, na próxima quarta-feira, fazermos a sabatina da Dra. Verônica.

E passo a palavra ao Senador Marcelo Castro para a relatoria do item 2; em seguida, Senador Fernando Farias, para a relatoria do item 4, já que ele está presente nesta sessão do Senado Federal.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 31, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO, Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Assusete Dumont Reis Magalhães.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

LEITURA DO RELATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 383, II, A, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vou ler aqui o relatório.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem (SF) nº 31, de 2025, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Sr. Carlos Augusto Pires Brandão, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Assusete Dumont Reis Magalhães.

Vem ao exame desta Comissão a indicação, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, do Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) Carlos Augusto Pires Brandão para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em vaga destinada a Juiz de Tribunal Regional Federal, decorrente da aposentadoria da Exma. Sra. Ministra Assusete Dumont Reis Magalhães.

De acordo com o art. 104 da Constituição Federal, os Ministros do STJ são nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de 35 anos e menos de 70 anos, de notável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, na forma do art. 52, inciso III, alínea "a", da Carta Magna.

As normas regimentais aplicáveis à apreciação por esta Casa das indicações de magistrados pelo Presidente da República encontram-se disciplinadas no art. 383 do Regimento Interno, com redação dada pela Resolução nº 41, de 29 de agosto de 2013, do Senado Federal, sendo esta Comissão competente para emitir parecer de mérito sobre tais indicações, nos termos do art. 101, inciso II, alínea "i", do mesmo Regimento.

Conforme a norma regimental mencionada, a mensagem presidencial deve vir acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de seu *curriculum vitae*, no qual devem ser registradas a formação acadêmica, as atividades profissionais exercidas pelo indicado e os respectivos períodos, além de relação de eventuais publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas.

O Desembargador Carlos Augusto Pires Brandão nasceu em Teresina, Piauí, em 28 de julho de 1964.

A formação de pós-graduação e de ensino superior do indicado compreende o Doutorado em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba, em 2018; o Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, em 2001; a Especialização em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Piauí, em 1999; o Bacharelado em Ciências Jurídicas na Universidade Federal do Piauí, em 1993; e de Engenheiro Eletricista na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1986.

Foi aprovado em concurso público para Advogado da Advocacia-Geral da União, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí, Procurador da República do Ministério Público Federal, Professor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Piauí e Juiz Federal, tendo exercido esses cargos, exceto o primeiro, e, ainda, o de Promotor Eleitoral no Estado do Piauí e de Juiz membro do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, sendo, atualmente, Professor da Universidade Federal do Piauí, e compõe, desde 2015, o TRF-1, como Desembargador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em sua formação complementar para o exercício dos cargos públicos e aperfeiçoamento profissional, destacam-se o curso de Preparação à Magistratura, Níveis I e II, com 720 horas, da Escola Superior da Magistratura, do Piauí; de Direito Penal Contemporâneo da Università degli Studi di Roma La Sapienza, Itália; de Direito Constitucional e Direito Internacional da Universidade de Lisboa, Portugal; de Introdução à Carreira de Procurador da República da Escola Superior do Ministério Público da União; de preparação de magistrados federais da Justiça Federal; e Preparatório à Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí.

Destacam-se, entre as atividades de magistério, profissionais e acadêmicas informadas pelo indicado, a de Membro da Comissão de Reforma do Código de Processo Civil, Juiz Instalador e Primeiro Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-PI, Juiz Diretor da Revista da Seção Judiciária do Piauí, Professor da Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí, da Escola Superior de Magistratura do Piauí e da Escola do Judiciário Eleitoral (TRE/PI), Membro da Academia de Letras Jurídicas do Estado do Piauí e coordenador e palestrante de congressos e seminários jurídicos nacionais e internacionais.

Na sua trajetória de magistrado, o indicado informa os diversos cargos e atribuições que exerceu, dentre os quais destacam-se o de Juiz Federal Titular da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí; Juiz Diretor do Foro da Seção Judiciária Federal no Piauí; Juiz Instalador e Coordenador dos Juizados Especiais Federais no Piauí; Juiz Convocado em auxílio ao TRF-1, de 2005/2010 (ininterrupto), e em auxílio à Presidência desse Tribunal, de 2012/2014; participação em diversos mutirões itinerantes dos Juizados Especiais Federais do TRF-1; Juiz Cooperador do Núcleo de Atenção Permanente ao Preso CNJ/TJPI; Presidente da 5ª Turma do TRF-1; Membro da Corte Especial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Membro da Comissão de Estudos da Participação Feminina da Justiça Federal da 1ª Região; Desembargador Coordenador dos Juizados Especiais Federais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Cojef), na gestão 2022-2024; e Desembargador Presidente da Comissão Regional de Soluções Fundiárias do TRF-1.

Recebeu várias honrarias, destacando-se a Ordem da Renascença do Estado do Piauí, no Grau Comendador; Medalha Sobral Pinto, da Associação Brasileira de Advogados; Medalha da Ordem do Mérito Militar, pelo Exército Brasileiro; Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria (TRF-1); Ordem do Mérito do Ministério da Justiça, no grau Grande Oficial; e Medalha do Mérito Legislativo "Ministro Evandro Lins e Silva", da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em atendimento ao art. 5º da mencionada Resolução nº 7, de 2005, e ao art. 383 do Regimento Interno desta Casa, o indicado declara:

a) a inexistência de cônjuge ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, que tenham exercido atividade profissional junto ao TRF-1 durante o exercício do cargo de Desembargador Federal do referido tribunal, compreendido o período entre 3 de dezembro de 2015 ao momento atual, informando, no entanto, ter um filho, uma irmã e 15 (quinze) sobrinhos que exercem atividade de advocacia privada ou são bacharéis em Direito;

b) não haver participado, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas em atividade ou entidades não governamentais;

c) que se encontra em plena regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e distrital, conforme certidões apresentadas;

d) que está quite com a Justiça Eleitoral, conforme atesta certidão emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE);

e) que não constam processo e cumprimento de sentença de que seja parte no âmbito da Justiça Federal, conforme declarações emitidas pelo TRF-1, TRF-2, TRF-4 e TRF-5;

f) que não constam, no TRF-1, processos com potencial de gerar inelegibilidade contra si;

g) que, no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, não constam contra si registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa;

h) que, nos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, disponíveis até 29 de maio de 2025, nada consta contra si;

i) que não consta como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, conforme Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida pela Justiça do Trabalho;

j) que não consta a seu respeito, no Tribunal de Contas do Distrito Federal, registro de Tomada de Contas, Tomada de Contas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... Especial ou Prestação de Contas julgada irregular nos últimos 8 (oito) anos;

k) que não consta da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão do Tribunal de Contas da União (TCU);

l) que não constam, em seu desfavor, ações cíveis, execuções cíveis, criminais e auditoria militar com condenação transitada em julgado ou execuções penais, inclusive nos juizados especiais cíveis e criminais, em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí; e

m) que não atuou, nos últimos cinco anos, em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras, exceto o exercício do cargo de Desembargador Federal do TRF-1 e de Professor da Universidade Federal do Piauí.

O Desembargador Carlos Augusto Pires Brandão também apresentou argumentação escrita, exigida pelo Regimento Interno desta Casa, da qual se destaca o seguinte:

> Meu trabalho [aqui falando ele] envolve ações significativas voltadas para a promoção da justiça social e a defesa dos direitos fundamentais, com atuações destacadas em áreas como a proteção ambiental, em campanhas que visaram à criação de parques nacionais, e em programas de cidadania e inclusão, como o Projeto Poprua Jud...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) –

> ... que presta atendimento a pessoas em situação de rua.
> Como magistrado, busquei sempre uma abordagem humanista, comprometida com a preservação dos direitos e a promoção do bem-estar social, privilegiando o diálogo institucional e iniciativas e projetos de grande relevância social e ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conclui o indicado que: "Essa trajetória reforça meu compromisso com a ética, a cidadania e o aperfeiçoamento do Judiciário, atributos que considero essenciais para o exercício de funções de alta responsabilidade no Estado".

Ante o exposto, entendemos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Superior Tribunal de Justiça.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Marcelo Castro.

Coloco o relatório do Senador Marcelo Castro em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir o relatório, encerrada a discussão.

Concedo vista coletiva para a sabatina na próxima quarta-feira.

Passo a palavra ao Senador Fernando Farias para o item 4.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 39, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, o nome da Senhora MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a membro do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, decorrente da aposentadoria da Ministra Laurita Hilário Vaz.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Farias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

LEITURA DO RELATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 383, II, A, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

O Senador Fernando Farias tem a palavra.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Por intermédio da Mensagem do Senado Federal nº 39, de 2025 (Mensagem nº 901, de 10 de julho de 2025, na origem), e nos termos dos arts. 52, inciso III, alínea "a", e 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome da Dra. Maria Marluce Caldas Bezerra para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça na vaga destinada a membro do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, decorrente da aposentadoria da Ministra Laurita Hilário Vaz.

De conformidade como o art. 104, parágrafo único, inciso I, da Carta,

> Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:
>
> .....
>
> II - um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, alternadamente, indicados na forma do art. 94.

Já o art. 52, inciso III, alínea "e", da Lei Maior, atribui a esta Casa competência privativa para aprovar, por voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha dos Ministros do STJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 101, inciso II, alínea "i", do Regimento Interno do Senado Federal, de sua parte confere a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no seu art. 383.

Resumir, em palavras, a história e o legado da Procuradora de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra, ao longo de quase quatro décadas no Ministério Público do Estado de Alagoas, não é tarefa fácil. De notório saber jurídico e com relevante contribuição ao serviço público, a indicada para assumir uma cadeira no Superior Tribunal de Justiça tem uma trajetória que engrandece e enobrece o Estado de Alagoas e a instituição que representa.

Conforme o *curriculum vitae* que acompanha a mensagem, a indicada Maria Marluce Caldas Bezerra graduou-se em Direito na Universidade Federal de Alagoas, no ano de 1982.

Na sua formação acadêmica, S. Exa. tem três especializações, sendo duas em Direito Constitucional e uma em Direito Processual, pela Fundação Educacional Jayme de Altavila, concluídas, respectivamente, em 1991, em 2001 e em 2003.

A Procuradora de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra iniciou sua carreira jurídica como advogada, entre 1983 e 1986, quando foi nomeada Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, após aprovação em concurso público, sendo a 11ª Promotora de Justiça da instituição. Atualmente, ela exerce suas funções como titular da 2ª Procuradoria Criminal do Ministério Público do Estado de Alagoas, é Presidente da Comissão Permanente da Infância e Juventude e membra da Comissão Permanente de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental, ambas do Colégio de Procuradores de Justiça.

Ao longo de 39 anos de carreira, a Procuradora de Justiça Maria Marluce consolidou uma trajetória marcada por vasta e sólida experiência funcional.

Vivenciou todas as etapas da instituição, atuando nas áreas criminal, civil, eleitoral, infância e juventude, direitos humanos, defesa do patrimônio público e da probidade administrativa, com destaque nas Promotorias especializadas do Tribunal do Júri, Execução Penal, crimes de imprensa e de trânsito, crimes contra a mulher, criança e adolescente e idoso, além de outras em defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto Promotora de Justiça, especialista na área de crimes de trânsito e reconhecida pelo seu desempenho profissional em âmbito local, regional e nacional, foi a primeira representante do Ministério Público a participar da Câmara Temática de Esforço Legal, do Conselho Nacional de Trânsito, por dois mandatos (quatro anos) em Brasília, com participação efetiva nos estudos e nas discussões de especialistas para a aplicação e aperfeiçoamento do Código de Trânsito Brasileiro, especialmente quando da edição da Lei Seca, um marco legal de grande impacto social que salva milhares de vidas. Atuou, também, como membro titular do Comitê Nacional de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito da década 2010-2020.

Durante mais de uma década, respondeu por substituições na segunda instância, com atuação em Procuradorias civis e criminais, experiência sedimentada e que antecedeu sua promoção ao cargo de Procuradora de Justiça, em 2021, integrando o Conselho Superior do Ministério Público por dois mandatos.

Sua dedicação à instituição possibilitou que se tornasse pioneira em diversas frentes: primeira Promotora de Justiça a oficiar no Tribunal do Júri da capital, primeira Procuradora de Justiça a atuar em uma câmara criminal no Tribunal de Justiça de Alagoas e a terceira Procuradora de Justiça da história da instituição.

Incrementando suas funções institucionais, a indicada também exerceu cargos na Associação do Ministério Público de Alagoas, participou de inúmeros congressos, seminários, cursos de capacitação de longa e curta duração, sempre com foco no aperfeiçoamento contínuo e melhoria dos serviços conforme as suas atribuições, além de proferir palestras em diversas áreas.

Paralelamente às funções institucionais, e valendo-se de sua maturidade jurídica e sensibilidade social, assumiu também funções no Executivo estadual. Em 2002, foi nomeada Secretária de Estado de Emprego e Renda, cargo no qual desenvolveu políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais, por meio da qualificação profissional, do incentivo ao empreendedorismo e da promoção do trabalho digno. Posteriormente, em 2010, exerceu o cargo de Secretária de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos, reforçando sua atuação em defesa dos direitos fundamentais e da inclusão social.

Na área acadêmica, a Procuradora de Justiça Marluce Caldas lecionou na área de Metodologia da Pesquisa Jurídica a disciplina de Prática de Trabalho de Conclusão de Curso e foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coordenadora do Núcleo de Gerenciamento Acadêmico (Pesquisa), do Núcleo de Avaliação do Ensino Jurídico e de curso de especialização em Direito Processual, orientadora de monografias, além de ensinar em diversos cursos de extensão universitária de capacitação em educação para o trânsito. Atualmente, é palestrante convidada em temas voltados para direito penal, cidadania, segurança no trânsito, em direitos humanos e das mulheres.

A trajetória da Procuradora de Justiça Marluce Caldas evidencia domínio técnico e integridade profissional, o que inspira confiança entre seus pares, instituições e sociedade civil, o que levou a ser agraciada por diversas honrarias que constam elencadas abaixo: Prêmio Mulheres Guerreiras, no ano de 2023; recebimento do Troféu Selma Bandeira, no ano de 2022; recebimento de Medalha de Mérito do Ministério Público do Estado de alagoas, em 2021; recebimento de Diploma de Honra ao Mérito Promotor de Justiça Itamar Gama e Silva; recebimento de Diploma de Honra ao Mérito Promotora de Justiça Ana Maria Quintela Lopes; recebimento de Medalha de Mérito do Bombeiro Militar; recebimento do Troféu Casa da Palavra; recebimento do Prêmio Profissionais do Trânsito; recebimento do Troféu Promotora de Justiça Clerivalda Lisboa M. R. da Câmara/Maria Amélia Rebelo B. dos Santos";

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... recebimento da Comenda Antero Medeiros; recebimento do título Personalidade Destaque em 2002; Profissional do Direito com Presença Destacada na Administração Pública Estadual; Mérito Advocatício, pelos relevantes serviços prestados à Ampal e à causa da mulher no Estado de Alagoas.

A Procuradora Marluce Caldas tem sua trajetória profissional ilibada enriquecida por um trabalho ético, transparente e de excelência em defesa dos direitos da cidadania e do cumprimento da Constituição Brasileira.

Marluce Caldas estudou em escolas e universidade públicas e, além do concurso para o Ministério Público Estadual, também foi aprovada em concurso público federal para fiscal do Ministério do Trabalho.

Tomo, por fim, para melhor ilustrar este relatório, o reconhecimento público e notório da Associação do Ministério Público de Alagoas à Procuradora de Justiça Marluce Caldas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

“Qualificada, combativa, responsável e conciliadora na defesa do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis e dos direitos humanos, a Procuradora de Justiça Marluce Caldas reúne características fundamentais para exercer a missão de Ministra do STJ, a Casa da Cidadania".

Registre-se, finalmente que a mensagem veio instruída pelos documentos e declarações previstas no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, informando a situação regular da indicada junto ao fisco federal, estadual e municipal, bem como a inexistência de processos judiciais cíveis ou criminais contra ela.

A indicada declara, ainda, não ter participação, em qualquer tempo, como sócia, proprietária ou gerente de empresas ou entidades não governamentais ou em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras, bem como a inexistência de cônjuge ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, envolvidos na atividade por ela exercida no Ministério Público.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

Era isso, Presidente.

Presidente, me permita aqui...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Fernando Farias.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu recebi há pouco um ofício da Ordem dos Advogados do Brasil, com o apoio e a aprovação da indicação da Dra. Marluce Caldas para o cargo do Superior Tribunal de Justiça.

> A Ordem dos Advogados do Brasil está convicta de que a nomeação da Dra. Marluce [...] será uma valiosa adição ao Superior Tribunal de Justiça. Sua experiência, sensibilidade social e firmeza jurídica fortalecerão o papel do [...] [Superior Tribunal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça] como Corte da cidadania. Na certeza de que sua sabatina refletirá os méritos e o elevado preparo da indicada, apresentamos nossas [...] saudações.
Felipe Sarmento [...]
Presidente do Conselho [...] [da Ordem]
José Alberto Simonetti
Presidente do Conselho [...] [também da Ordem]
Roseline Morais
Vice-Presidente [...]
Christina Cordeiro dos Santos
Secretária-Geral Adjunta [...]
Délio Lins e Silva Júnior
Diretor-Tesoureiro [...]

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e recebo também aqui, no meu celular, uma mensagem do Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia, Procurador Pedro Maia, que vem na mesma direção de V. Exa., pela indicação da Dra. Marluce. E, pelo visto, pela capacidade que V. Exa. tem, não só como empresário, como Senador, eu acho que devo designá-lo para ser o juiz de paz das Alagoas, para que a serenidade possa conviver nas eleições de 2026. (*Risos.*)

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerrada a discussão.

Concedo vista coletiva para a sabatina, na próxima quarta-feira, da Dra. Marluce.

No item 3, *ad hoc*, passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para ler o seu relatório. Peço uns minutos para que o Senador Jayme Campos possa ocupar e eu possa atender a um baiano que está ali fora.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem (SF) nº 34, de 2025, da Presidência da República.

Submete-se ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a indicação, encaminhada pela Presidência da República, da Sra. Lorena Giuberti Coutinho para compor o Conselho Diretor da ANPD, para um mandato de quatro anos, em substituição ao término do mandato de Joacil Basílio Rael.

Para o processo de sabatina, a indicada apresentou a documentação requerida e seu currículo, cujos dados são descritos a seguir, em conformidade com as exigências do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

A Sra. Lorena Giuberti Coutinho possui uma trajetória profissional e acadêmica que inclui atuação em órgãos públicos brasileiros e organismos internacionais.

No âmbito profissional, as seguintes atividades são apresentadas.

É economista do Comitê de Política Digital da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – Paris, França (2022-atual). Nesta função, contribuiu para iniciativas relacionadas à transformação digital, incluindo a publicação *Digital Economy Outlook* de 2024. Participou do processo de revisão do Going Digital Integrated Policy Framework, da OCDE, e colaborou no desenvolvimento de um relatório de avaliação do desempenho digital da Noruega, com recomendações para formulação de estratégias digitais. Desenvolveu novos indicadores para o Going Digital Toolkit, da OCDE, e contribuiu para a visibilidade do trabalho da organização em transformação digital.

Foi Chefe da Assessoria Técnica, Secretaria de Comércio Exterior, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Brasília (2015-2018). Na função, coordenou e supervisionou projetos em política comercial, com colaboração de representantes governamentais, setor privado e organismos internacionais. Prestou assessoria ao Secretário de Comércio Exterior em eventos e conferências.

É servidora pública federal da carreira de Analista de Comércio Exterior, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Brasília. No desempenho das funções entre 2013 e 2015, conduziu investigações de *dumping*, com cálculo de margens e auditorias, e realizou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

análises técnicas para apoio à formulação de políticas comerciais. Ofereceu suporte técnico para posicionamentos brasileiros na Organização Mundial do Comércio.

No campo acadêmico, a indicada apresenta as seguintes qualificações.

Doutorado em Economia, Universidade de Maastricht, Países Baixos – no doutoramento, conduziu estudos sobre os efeitos das tecnologias digitais na sociedade, com foco no desenvolvimento de políticas públicas e na identificação de impactos de ferramentas algorítmicas no mercado de trabalho e apresentou artigos em conferências acadêmicas; mestrado em Economia pela Universidade de Brasília; MBA, Ibmec, Brasília; Curso de Formação de Servidor Público Federal - Carreira de Analista de Comércio Exterior, Escola de Administração Fazendária; graduação em Economia pela Universidade de Brasília.

Adicionalmente, exerceu a função de docente de Políticas Públicas no programa de Mestrado de Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano na Universidade de Maastricht entre 2018 e 2022.

Sua produção inclui publicações em economia digital e o uso de dados, como sua tese de doutorado *Essays on Technology and Society: The Impacts of Algorithms and Online Media on Labor Market Outcomes and Political Dynamics*, e artigos em periódicos. Foi indicada para o Concurrence Antitrust Writing Awards – eu não consigo pronunciar em inglês, eu tenho uma dificuldade enorme. Então, eu peço desculpas a todos, para mim, isso é uma tragédia. Podia estar tudo em português, traduzido, para facilitar, e todo o povo brasileiro entender o que está sendo escrito. Eu peço à assessoria legislativa que faça esse trabalho, para que o povo brasileiro consiga entender o que está sendo lido na Comissão. Deixo isso aqui para o Presidente como recomendação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Não, não vou. Não vou falar isso aqui, está certo?

Em sua argumentação escrita, a Sra. Lorena Giuberti Coutinho declara ser servidora pública federal desde 2013, com formação em Economia pela Universidade de Brasília. Desde seu mestrado em 2017, concentrou seus estudos na economia digital e no uso de dados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprofundando-se no tema durante o doutorado na Universidade de Maastricht. Mencionou ter recebido bolsa da United Nations University para conduzir estudos sobre o impacto de tecnologias na sociedade. Destacou sua atuação acadêmica como docente em mestrado e sua autoria em publicações sobre economia digital, incluindo um capítulo no *OECD Digital Economy Outlook*.

Paralelamente, mencionou sua atuação na administração pública federal e em organismos internacionais, incluindo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, do qual se encontra atualmente licenciada para atuar na OCDE. Na OCDE, atua no Comitê de Políticas Digitais, que aborda governança digital e de dados, e tem trabalhado em discussões sobre proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais e aprimoramento de políticas digitais.

A indicada apresentou as seguintes declarações e certidões, conforme previsto no inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal:

a) Declarou não ter participado, como sócia, proprietária ou gerente de empresas ou entidades não governamentais;

b) Declarou estar em plena regularidade fiscal, com apresentação de certidões negativas nos âmbitos federal, estadual (incluindo o Distrito Federal) e municipal;

c) Declarou não ter atuado em juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

d) Declarou a inexistência de cônjuge ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, envolvidos em sua atividade profissional no período de 2015 ao momento atual;

e) Declarou que não consta processo e cumprimento de sentença no âmbito da Justiça Federal.

Diante das informações apresentadas e da análise da documentação, verifica-se o atendimento das exigências de toda a capacidade técnica exigida para o exercício da função que ora está sendo submetida à sabatina nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considera-se, portanto, que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes da CCJ dispõem de elementos para deliberar sobre a presente indicação.

Portanto, o voto é pela recomendação à indicação da Sra. Lorena Giuberti Coutinho para compor o Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço, Senador Rogério Carvalho.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Encerrada a discussão.

Concedo vista coletiva para a sabatina na próxima quarta-feira e passo a palavra à Senadora Soraya para ler o relatório.

ITEM 6

OFÍCIO "S" Nº 1, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação da Senhora FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada à representação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

LEITURA DO RELATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 383, II, A, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

Com a palavra a Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, colegas. Bom dia, servidores. Bom dia a todos os indicados de hoje, principalmente a dois indicados: a Dra. Fabiana Costa Oliveira Barreto, que eu tenho o prazer de relatar, e também o meu amigo Alexandre Magno, ex-Procurador de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul – é um orgulho um sul-mato-grossense aqui. E a Ivana também – não é, Ivana? –, mais uma mulher aqui entre nós. Então, cumprimento todos nas pessoas dos três.

Submete-se ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a indicação, apresentada pela Procuradoria-Geral da República, da Sra. Fabiana Costa Oliveira Barreto para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Esta proposição, formalizada por meio do Ofício "S" nº 1, de 2025, tem como objetivo a composição bienal do referido conselho, ocupando a vaga designada à representação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), em estrita observância ao que preceitua o art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e o art. 19 da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006.

A indicada, em resposta às exigências formais para o processo de sabatina, encaminhou a documentação pertinente, acompanhada de seu currículo detalhado, cujos aspectos fundamentais são apresentados a seguir.

Fabiana Costa Oliveira Barreto demonstrou uma consistente trajetória acadêmica e profissional. Sua formação superior iniciou-se no Centro Universitário de Brasília, local em que obteve o grau de bacharel em Direito no período compreendido entre 1992 e 1996. Posteriormente, aprofundou seus conhecimentos jurídicos com um mestrado em Direito, cursado na Universidade de Brasília (UnB) de 2004 a 2006, ocasião em que defendeu a dissertação intitulada "Flagrante e Prisão Provisória em casos de Furto". Antes de sua pós-graduação, em 1997, participou de um curso de aperfeiçoamento em Ordem Jurídica e Ministério Público promovido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No campo profissional, a Sra. Fabiana Barreto ingressou no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em 18 de abril de 2000, onde atua há mais de 25 anos como Promotora de Justiça. Sua experiência no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é ampla e diversificada, tendo exercido suas funções em uma vasta gama de ofícios – nas áreas cível, criminal e de direitos difusos – e em diversas coordenadorias administrativas espalhadas pelas regiões do Distrito Federal.

Além de suas atribuições de Promotora, a indicada assumiu importantes cargos gerenciais e de assessoramento técnico, incluindo as posições de assessora de políticas criminais, assessora de políticas institucionais, chefe de gabinete do Procurador-Geral de Justiça e chefe de gabinete para assuntos parlamentares. Nesta última função, que exerceu por mais de dois anos, teve a oportunidade de acompanhar de perto as atividades e funcionamento das Casas Legislativas que compõem o Congresso Nacional.

Também deve ser destacada a sua participação em órgãos de relevo na formulação de políticas públicas. Integrou o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e a Comissão Nacional de Penas e Medidas Alternativas, ambos vinculados ao Ministério da Justiça, e colaborou com a Subcomissão de Crimes e Penas da Câmara dos Deputados. Exerceu, durante dois biênios, o cargo de Procuradora-Geral de Justiça. No âmbito do Colégio de Procuradores-Gerais de Justiça, atuou como Vice-Presidente, coordenando, ademais, iniciativas de alcance nacional em temáticas como direito do consumidor e direito criminal. Atualmente, desempenha a função de Coordenadora de Recursos Constitucionais do MPDFT.

No que concerne à produção intelectual, a Dra. Fabiana Barreto é autora de livros e de uma série de artigos científicos publicados em periódicos especializados, refletindo seu compromisso com a pesquisa e a disseminação do conhecimento jurídico. Sua *expertise* também se estende ao campo editorial, onde atua como membro do corpo editorial da *Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios*, presidindo o Conselho Editorial da publicação desde 2022.

A indicada apresentou lista de documentos e declarações exigidos pelo inciso I do citado art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a saber:

a) vínculos de parentesco: declarou expressamente que não possui parentes que exerçam ou tenham exercido atividades, tanto no setor público quanto no privado, que guardem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinculação com sua área de atuação profissional, confirmando o atendimento às diretrizes de vedação ao nepotismo, atendendo, assim, a vedação ao nepotismo, nos termos do art. 383, inciso I, alínea "b", item 1, e §2º, do Regimento Interno do Senado Federal;

b) participação societária: afirmou que não detém, nem nunca deteve, participação como sócia, proprietária ou gerente em quaisquer empresas ou entidades não governamentais, conforme exige o disposto no art. 383, inciso I, alínea "b", item 2, e §2º, do Regimento Interno do Senado Federal;

c) regularidade fiscal: a Dra. Fabiana comprovou sua regularidade fiscal nas esferas federal e distrital, mediante apresentação de certidões negativas de débitos emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, atestando sua situação regular junto ao Fisco, atendendo ao disposto no art. 383, inciso I, alínea "b", item 3, e §3º, do Risf;

d) sanções e processos: declarou categoricamente que nunca foi alvo de sanções criminais ou administrativo-disciplinares e que não existem, atualmente, procedimentos dessa natureza instaurados contra sua pessoa, observando o disposto no art. 5º, inciso III, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal;

e) vínculo com o Poder Legislativo: asseverou que não é membro do Congresso Nacional, de Poderes Legislativos estaduais, do Distrito Federal ou municipais, tampouco possui cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, que seja membro de tais Poderes, conforme exigência do art. 5º, inciso IV, da Resolução nº 7, de 2005;

f) ações judiciais: atestou a inexistência de ações judiciais em que figure como autora ou ré, em observância ao disposto no art. 383, inciso I, alínea "b", item 4 e §2º, do Risf; e, por fim,

g) atuação recente em órgãos específicos: informou que, nos últimos cinco anos, contados regressivamente a partir de 2025, não atuou em juízos ou tribunais nem integrou conselhos de administração de empresas estatais ou cargos de direção em agências reguladoras, atendendo ao disposto no art. 383, inciso I, alínea "b", item 5 e §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em sua argumentação formal dirigida a esta Casa Legislativa, a Dra. Fabiana Barreto reafirma sua vasta experiência profissional e sua absoluta e adequada formação técnica, além de sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intrínseca afinidade intelectual e moral, qualificações que a tornam plenamente apta ao exercício do cargo de Conselheira do CNMP.

Como cidadã brasiliense, portadora de Mestrado em Direito Público, ela expressa um comprometimento inequívoco com os princípios do diálogo e da escuta ativa, caso sua indicação seja aprovada.

Sua visão estratégica para a atuação no CNMP abrange a formulação e o aprimoramento de políticas e planos estratégicos para o Ministério Público, o estímulo à interação colaborativa com outras instituições do sistema de justiça, a elaboração de normativas, a análise criteriosa de reclamações e representações, bem como a efetiva supervisão e o controle, sempre pautados pela rigorosa observância das leis e pelo profundo conhecimento das diversas realidades que compõem o panorama nacional brasileiro.

Diante do exposto, Sr. Presidente, e da análise da documentação apresentada, constatamos que todas as exigências normativas pertinentes à instrução do processo de indicação foram devidamente cumpridas.

Consideramos, portanto, que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que integram esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de elementos suficientes e robustos para deliberarem positivamente acerca da presente indicação da Dra. Fabiana Costa Oliveira Barreto.

É esse o voto, Sr. Presidente, com muita alegria e muita honra.

Agradeço a designação dessa relatoria e agradeço ainda as indicações dos órgãos, que conseguiram equilibrar – não é, Zenaide? – aqui, pois parece que está bem equilibrado na paridade de gênero. Então, eu louvo.

Precisamos ter equilíbrio, e a paridade é saudável para o nosso país. Não queremos o lugar dos homens; só queremos o nosso lugar.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à nobre Senadora Soraya e concordo plenamente com V. Exa.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como não há nenhum Senador ou Senadora para discutir o relatório, está encerrada a discussão.

Concedo vista coletiva, para a sabatina na próxima quarta-feira.

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, para, *ad hoc*, relatar a indicação, submetida a esta Comissão de Constituição e Justiça, do Dr. Carlos Vinícius Alves Ribeiro, para compor o Conselho Nacional de Justiça na vaga destinada ao Ministério Público estadual.

ITEM 7

OFÍCIO "S" Nº 2, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público Estadual.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

LEITURA DO RELATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 383, II, A, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

V. Exa. tem a palavra.

Em seguida, o item 9, que eu vou ler assim que V. Exa. terminar e eu colocar em discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Eu pergunto a V. Exa.: eu faço a leitura *ad hoc* desse e posso, depois, fazer a da minha relatada, a Dra. Ivana?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, vou fazer isto: eu vou ler aqui, então, a mensagem, e V. Exa. já faz imediatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Também o item 9.

ITEM 9

OFÍCIO "S" Nº 4, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a indicação da Senhora IVANA LÚCIA FRANCO CEI, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Autoria: Conselho Nacional de Procuradores-Gerais

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

LEITURA DO RELATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 383, II, A, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

O Senador Randolfe Rodrigues vai fazer essa relatoria. A Dra. Ivana é do seu estado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com grande alegria, V. Exa. vai fazer isso.

Do nosso lado está o Lucas Barreto, que é também do seu estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E lembrando que o Senador Mecias de Jesus só abriu mão pela idade do Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Há questionamentos, Presidente. (*Risos.*)

Há controvérsias sobre tal tema. Há controvérsias sobre tal tema. É preciso um tira-teima para certificação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, V. Exa., meu nobre Líder...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Se bem que ter um pouco mais de idade não é uma má opção, porque a outra alternativa é muito pior. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Meu nobre Líder, por quem tenho uma grande admiração, pelo trabalho, pela história, pela maneira de proceder dentro do Senado Federal, pelo conhecimento também jurídico e o domínio do nosso Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento também das duas Casas, passo a palavra a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Como Relator.) – Muito honrado fico, Presidente. Suas considerações são mais do que mereço. Fico muito honrado pelas duas designações.

Primeiramente, a indicação *ad hoc* ao Senador Wilder Morais para trazer aqui o relatório.

Vem ao exame desta Comissão a indicação do Sr. Carlos Vinicius Alves Ribeiro, Promotor de Justiça, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga constitucionalmente destinada ao Ministério Público dos estados.

A iniciativa é veiculada mediante ofício do Sr. Procurador-Geral da República, Paulo Gonet Branco, o qual, "considerando a consulta realizada aos Procuradores-Gerais de Justiça no âmbito do Procedimento de Gestão Administrativa [...], e em atenção ao art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, submete ao Senado Federal o nome do Promotor de Justiça Carlos Vinicius Alves Ribeiro para a composição bienal do Conselho Nacional de Justiça".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os membros do CNJ são nomeados pelo Presidente da República, nos termos constitucionais, depois de aprovada a sua escolha pela maioria do Senado Federal, para mandato de dois anos. No caso, cuida-se da indicação de "um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual", conforme reza o art. 103-B da Constituição, em seu inciso XI.

Senador Cid Gomes, meus cumprimentos.

Carlos Vinicius Alves Ribeiro é Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás, desde 2001; cursou mestrado em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (SUP) em 2013, e concluiu o doutorado, também em Direito Administrativo, pela mesma universidade em 2015. Fez cursos de pós-doutorado em Direito do Estado também na USP, em 2018, e, no ano seguinte, em Democracia, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em Portugal.

Sua experiência no magistério jurídico contempla a participação como Professor de Direito Administrativo na Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás; Professor da Universidade Estadual de Goiás; Professor Substituto de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás; Professor Adjunto I da Pontifícia Universidade Católica de Goiás; e Professor Titular de Direito Administrativo nos cursos de graduação e pós-graduação em Direito no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

Aprovado em concurso público, tornou-se membro do Ministério Público do Estado de Goiás em 2004. Nesse mister, integrou o Núcleo de Apoio Técnico do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, integrou o Núcleo de Apoio de Controle Externo da Atividade Policial e o Conselho da Escola Superior do Ministério Público.

Foi membro auxiliar da Ouvidoria Nacional do Ministério Público, membro auxiliar da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência do Conselho Nacional do Ministério Público e membro do Grupo de Trabalho destinado à apresentação de proposta voltada ao aprimoramento da atuação do Ministério Público brasileiro na tutela dos direitos coletivos e do Grupo de Trabalho de Racionalização das Resoluções e Recomendações do CNMP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No CNMP, participa do Conselho Editorial da revista do órgão, do seu Comitê Gestor Permanente do Portal de Transparência, e é, desde 2022, o seu Secretário-Geral e membro do Comitê de Governança Corporativa.

Como acadêmico, é autor de mais de 15 obras jurídicas, dentre elas artigo sobre o Ministério Público e sobre questões de Direto Público, designadamente Direito Administrativo e outras questões jurídicas de relevo.

É também autor de quase uma centena de artigos publicados em revistas científicas, periódicos, jornais e revistas, que são mencionados no *curriculum vitae* encaminhado ao Senado Federal.

O indicado encaminhou ao Senado Federal, em atendimento ao art. 383 do Regimento Interno desta Casa, documentação mediante a qual declara:

a) que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, nem tem cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, inclusive, como membros desses Poderes, salvo, no caso de servidor, se for ocupante de cargo de provimento efetivo e, observada essa condição, não servir junto à autoridade a que esteja vinculado pelo parentesco mencionado (a declaração consta das fls. 92 e 96);

b) no tocante a parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas à sua atividade profissional, pública ou privada, que é casado com advogada, Ludmila Rocha Cunha Ribeiro, que é Desembargadora do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás;

c) que é sócio cotista, não administrador, de sociedade limitada;

d) em comprovação anexa, sua regularidade fiscal no âmbito federal, estadual e municipal;

e) que não há ações judiciais nas quais figure como autor ou réu;

f) a inexistência de sanções criminais, administrativo-disciplinares ou mesmo quaisquer procedimentos dessa natureza instaurados contra sua pessoa;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

g) que não atuou, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, nem em conselhos de administração de empresas estatais, muito menos em cargos de direção de agências reguladoras; e

h) que, em argumentação escrita, reitera sua experiência administrativa e jurídica e declara acreditar que esses fatos e circunstâncias o conduzem à segurança de que possui a experiência profissional, a formação técnica adequada e a afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, plenamente ciente da relevância constitucional e institucional do órgão.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Feita, então, a leitura, Sr. Presidente, quanto à indicação do Sr. Carlos Vinícius Alves Ribeiro, pergunto se V. Exa. já concederá vista ou se já posso passar à leitura do relatório da indicação da Dra. Ivana Lúcia Franco Cei.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Agradeço ao Senador Randolfe.

Em discussão o relatório apresentado.

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato à votação, nos termos do art. 383, inciso II, "b". (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Posso seguir? Prosseguir?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – À vontade, fique à vontade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É o item 9 que V. Exa. vai relatar, conforme a Presidência já tinha designado a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Como Relator.) – Muitíssimo obrigado, Presidente Jayme.

Eu queria, em primeiro lugar, Presidente Jayme, destacar a enorme honra e o agradecimento, do fundo do coração, ao Senador Otto Alencar pela indicação para que eu pudesse relatar a indicação à vaga do Conselho Nacional do Ministério Público da Dra. Ivana Lúcia Franco Cei. Trata-se de uma das mais competentes membros do Ministério Público do nosso estado, e eu faço – tenho certeza de que faço – também com a subscrição do meu colega de bancada, Senador Lucas Barreto.

Trata-se de uma das mais competentes membros do Ministério Público do nosso estado, orgulho da magistratura amapaense – da magistratura, dos membros do Ministério Público e dos membros do Poder Judiciário –, a qual já ocupa funções de relevante destaque no cenário nacional do Ministério Público, inclusive à frente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

Então, eu quero agradecer, do fundo do coração, à Mesa Diretora da CCJ pela designação para essa relatoria e o faço, tenho certeza, em nome dos colegas Senador Lucas Barreto e também do Presidente desta Casa, Senador Davi Alcolumbre, e em nome da bancada do Amapá.

Pois bem, Sr. Presidente, trata-se de indicação para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada a membros do Ministério Público dos Estados. Essa indicação consta do Ofício "S" nº 4, de 2025, encaminhado ao Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, pelo Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG), Sr. George Carlos Fredderico Moreira Seigneur.

A indicada é a Procuradora de Justiça do Estado do Amapá Ivana Lúcia Franco Cei, cujo nome consta da lista dos candidatos eleitos e indicados pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, ao lado de dois outros colegas, nos termos da legislação de regência da matéria e na forma do disposto na Constituição Federal, em seu art. 130-A, inciso II.

Nos termos constitucionais, os membros do CNMP, instituição incumbida do controle externo do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Conforme a Resolução nº 7, de 2005, compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinar a indicação e proceder à sabatina dos indicados. E, nos termos desse mesmo ato normativo, cabe à pessoa indicada fornecer os documentos que especifica, entre os quais o seu currículo, que passamos aqui a sumarizar.

Ivana Lúcia Franco Cei é Procuradora de Justiça do Estado do Amapá, cargo a que chegou, promovida por merecimento, após longa carreira no Ministério Público do Amapá, iniciada após aprovação em concurso público para o cargo de Promotora de Justiça, no ano de 1991.

Destaco, Sr. Presidente, que foi esse o primeiro concurso público do Estado do Amapá, no ano, inclusive, da instalação do estado.

A indicada é bacharel em direito, graduada pelo Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará, em 1984; detém especializações em diversos ramos do direito por entes de ensino superior brasileiros e estrangeiros, entre eles, direito civil e processual civil pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra (ESG). É mestre em Direito Ambiental pela Universidade Federal do Amapá (Ufap).

Sua dissertação de mestrado perante a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amapá tratou da avaliação dos resultados e dos obstáculos à implementação do Termo de Ajuste de Conduta firmado entre o Ministério Público Estadual e o Município de Macapá para gerenciamento de resíduos sólidos.

É doutoranda em Direito pela Universidade John F. Kennedy, em convênio com o Instituto de Educação Superior Latino-Americano (Iesla), curso no qual concluiu as etapas de aulas e teve o projeto aprovado, restando a defesa da tese.

Ivana Lúcia Franco Cei é, há anos, professora de Direito no Centro de Ensino Superior do Amapá (Ceap), instituição onde leciona a disciplina Direito Ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante sua carreira no Ministério Público ocupou os mais diversos cargos e funções, seja no plano jurídico, seja na área administrativa, culminando com a eleição para o cargo de Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Amapá.

A indicada, Sr. Presidente, relata, igualmente, os dados sobre a sua formação complementar, como os inúmeros cursos de que participou, seja como palestrante ou como convidada, e, sobretudo, as etapas de sua carreira no Ministério Público do Estado do Amapá, seja em varas criminais ou cíveis, seja em funções de direção ou de coordenação de tarefas institucionais do MP do Estado do Amapá.

Da mesma forma, o currículo informa diversos artigos de sua autoria, tanto a respeito de temas importantes do direito, em periódicos especializados, assim como a autoria de dois livros jurídicos, ambos sobre direito ambiental e questões relacionadas ao Estado do Amapá, e capítulos de livros publicados, o que revela parte de sua vida acadêmica.

Como professora, foi orientadora de acadêmicos do 9º semestre de Direito, na disciplina Monografia, do Centro de Ensino Superior do Amapá, e membro da Comissão do I Curso de Preparação ao Concurso para a Magistratura e o Ministério Público ministrado pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção Amapá.

Por fim, cabe relatar a participação da indicada em simpósios, seminários e outros eventos jurídicos nacionais e internacionais, seja na condição de convidada ou de palestrante.

Acrescento aqui, Sr. Presidente, que a indicada é a primeira amapaense a compor o Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público, razão, para todos nós amapaenses, de orgulho e o que só reafirma toda a competência acadêmica e atividade profissional da Dra. Ivana Lúcia Franco Cei.

Em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, que trata do processo de indicações nesta Casa, e do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, Ivana Lúcia Franco Cei encaminhou ao Senado Federal as informações pertinentes, como a de que não é cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Ministério Público Federal.

Sua Senhoria encaminha igualmente os documentos pelos quais demonstra que não sofreu qualquer sanção criminal ou administrativo-disciplinar e que não responde a qualquer processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa natureza. Informa, ademais, não ser membro do Congresso Nacional ou de casa legislativa de qualquer unidade federativa, nem cônjuge, companheira ou parente, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Para registrar o cumprimento dos requisitos legais e regimentais, declara igualmente não atuar ou ter atuado como sócia, proprietária ou gerente de empresa ou entidade não governamental e não ter atuado em conselho de administração de empresa estatal ou em cargo de direção de agência reguladora.

Cumpre-nos o registro de que a Procuradora indicada ao cargo de conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público fez chegar essa relatoria, assim como a cada um dos Senadores e Senadoras integrantes desta Casa, uma cópia do seu currículo e das informações mencionadas nesse relatório, as quais se acham regimentalmente registradas junto à Secretaria desta Comissão.

Da mesma forma, nos termos regimentais, encaminhou breve argumentação pessoal, na qual revela e demonstra sua história e qualificação para ocupar a função de conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público. Destaca-se o fato de ter atuado na administração do Ministério Público do Amapá por 16 anos, dos quais oito anos como Procuradora-Geral.

Mais uma vez, Sr. Presidente Otto Alencar, agradeço a V. Exa. a minha designação para o honroso posto de relatar tão nobre indicada ao cargo do CNMP, proveniente do meu estado, reitero, razão de orgulho para todos nós amapaenses.

Diante do exposto, entendemos que as Sras. Senadoras e Srs. Senadores integrantes da CCJ dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

Feita a leitura do relatório, mais uma vez, registro meus agradecimentos, Sr. Presidente Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero parabenizar V. Exa. A república do Amapá está bem representada na CCJ com o Lucas e o Senador Randolfe.

Não sei se a Dra. Ivana está presente. V. Exa. poderia ficar de pé, isso fortalece mais ainda a república do Amapá na CCJ, uma mulher lá pela primeira vez. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu parabenizo o Senador Randolfe.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Nenhum Senador ou Senadora vai discutir a matéria.

Encerrada a discussão.

Concedo vista ao item 9 para a próxima quarta-feira, quando a Dra. Ivana Lúcia será sabatinada pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

O item 8 é do Senador Mecias de Jesus.

ITEM 8

OFÍCIO "S" Nº 3, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição Federal, a indicação do Senhor SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público da União.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

LEITURA DO RELATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 383, II, A, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, caros Senadores e Senadoras... Quero inicialmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Otto Alencar, agradecer a V. Exa. pela honra que me dá escolhendo o meu nome para ser Relator da indicação do Dr. Silvio, homem íntegro que merece todo o nosso apoio e respeito pela sua atuação firme como Procurador do Ministério Público Federal.

Também quero cumprimentar todos os indicados aqui, Sr. Presidente, na pessoa do Dr. Carlos Vinícius, também indicado ao CNJ, e da Dra. Verônica, indicada para o cargo de Ministra do Tribunal Superior Militar.

Relatório.

Submete-se a esta Casa a indicação, pelo Sr. Procurador-Geral da República, do Sr. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, Procurador Regional da República, para compor como membro do Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada ao Ministério Público da União, nos termos do inciso X do art. 103-B da Constituição Federal, do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005.

Na forma do *caput* do §4º do citado art. 103-B da Constituição Federal, os membros do CNJ, a quem cabe o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida a recondução.

Compete a esta Comissão, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e a citada Resolução 07, de 2005, proceder à sabatina dos indicados.

O Sr. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Rondônia em 1998, é Especialista em Direito Constitucional pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, título obtido em 2011, e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Sergipe, cujo curso foi concluído em 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Membro do Ministério Público Federal desde 2002, S. Exa. é Procurador Regional da República, promovido por merecimento em 2014 e lotado no 35º Ofício da Procuradoria Regional da República da 1ª Região.

Como Procurador da República, atuou nos Estados de Rondônia, de 2002 a 2007, Alagoas, de 2007 a 2008, e de Sergipe, de 2008 a 2013, tendo oficiado em todas as áreas de atuação do Ministério Público Federal.

Integrou, como membro, o Conselho Nacional do Ministério Público nos biênios 2017-2019 e 2019-2021.

O indicado foi Procurador do Estado de Rondônia, de 2001 a 2002, e servidor do Ministério Público Federal e do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Registre-se ainda que o ilustre membro do *parquet* é autor do livro *Improbidade Administrativa: Procedimento, sanção e aplicação racional* e coautor de diversos outros trabalhos científicos sobre teoria do direito, direito constitucional, filosofia do direito e improbidade administrativa.

O indicado apresentou as declarações exigidas pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005.

S. Exa. anexou também certidões que demonstram regularidade fiscal no âmbito federal, estadual e municipal.

Na mesma direção, apresentou argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que demonstrou ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Encontram-se assim atendidas todas as exigências regimentais para a instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o nosso relatório, Sr. Presidente, sobre o Dr. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao nobre Senador Mecias de Jesus.

Coloco a matéria em discussão.

Nenhum Senador ou Senadora vai discutir.

Encerrada a discussão.

Concedo vista coletiva para a sabatina na próxima quarta-feira.

E passo ao item 10, *ad hoc*, por solicitação do Senador Esperidião Amin, que pediu que o Senador Jayme Campos pudesse fazer esse relatório *ad hoc*.

ITEM 10

OFÍCIO "S" Nº 5, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor FERNANDO DA SILVA COMIN, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Autoria: Conselho Nacional de Procuradores-Gerais

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

LEITURA DO RELATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 383, II, A, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

Senador Jayme Campos com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, ilustre amigo, Senador Otto Alencar, demais Senadores e Senadoras, o relatório.

Vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Ofício "S" nº 5, de 2025, do Conselho Nacional de Procuradores Gerais, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Fernando da Silva Comin, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados, nos termos do inciso III do art. 130-A, da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004.

Segundo o art. 130-A da Lei Maior, os membros do CNMP serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

O processo de apreciação de indicações de autoridades é regulado pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), o qual determina que esta CCJ se reúna para sabatinar o indicado, antes que a matéria seja encaminhada ao Plenário da Casa para deliberação final.

A disciplina específica a respeito da deliberação sobre os nomes indicados para compor o CNMP também é objeto da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, assim como do Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, desta Comissão.

O indicado encaminhou a documentação exigida pelos citados atos normativos, bem como seu currículo (art. 383, I, "a", do Risf), que passamos a descrever.

Fernando da Silva Comin obteve a graduação em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali/SC), em 2000. É especialista em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo obtido o título em 2010. Também obteve o título de Mestre em Ciências Jurídico-Políticas, novamente pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2012, com dissertação intitulada "Reserva do possível e ponderação: por uma metodologia adequada no controle dos deveres fundamentais sociais".

Relativamente à sua atuação profissional, ingressou no cargo de Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC), em 10 de agosto de 2001,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tendo posteriormente atuado como titular nas Comarcas de São José do Cedro, São Miguel do Oeste, Mafra, Chapecó, Joinville, Itajaí e Balneário Camboriú. Também desempenhou, no MPSC, importantes funções, das quais destacamos as seguintes:

a) Promotor de Justiça Assessor da Coordenadoria de Recursos (outubro de 2005 a julho de 2007);

b) Secretário-Geral do Ministério Público (maio de 2015 a abril de 2019);

c) Procurador-Geral de Justiça, nos biênios 2019-2021 e 2021-2023;

d) Coordenador do Escritório de Representação do MPSC em Brasília/DF;

O indicado também exerceu a função de professor titular das disciplinas “Ações Constitucionais” e “Direito Processual Civil IV”, no Curso de Preparação para o Concurso de Ingresso à Carreira do Ministério Público, com opção para Especialização em Direito Penal e Processual Penal, realizado pela Escola do MPSC. Foi, ainda, professor titular no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito na Escola da Magistratura da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), com área de concentração em Ciências Jurídicas para a Magistratura, na disciplina Tópicos Selecionados de Direito Penal, e também na disciplina Direito Penal – Parte Especial, no Curso de Preparação para a Magistratura, oferecido pela Universidade do Oeste Catarinense (Unoesc), Campus de São Miguel do Oeste, em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina.

Ainda no campo acadêmico, o indicado é autor de capítulo no livro *Aspectos Controvertidos da Lei de Improbidade Administrativa - Uma Análise Crítica a partir dos Julgados dos Tribunais Superiores* (1ª ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2018, v. 2, p.125-166) e do artigo "Os crimes hediondos e a individualização da pena à luz de uma nova proposta de atuação" (Ministério Público Catarinense, 2006, v. 4, p. 227-246).

Atualmente, é Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (biênio 2024-2026) e está sendo indicado à recondução para este Conselho, a fim de cumprir um novo biênio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feitas essas considerações, registre-se que o indicado também encaminhou as informações necessárias ao atendimento das exigências que constam do art. 383, inciso I, alínea "b", do Risf, conforme evidenciado a seguir.

Nos termos do art. 383, inciso I, alínea "b", item 1, e §2º, o indicado apresentou declaração por escrito de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional.

Quanto ao exercício de cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais, nos termos do art. 383, inciso I, alínea "b", item 2 e §2º, o indicado informa que não as exerce e nem as exerceu, a qualquer tempo.

O indicado também declarou, nos termos do art. 383, inciso I, alínea "b", item 3, e §3º, que se encontra em situação de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, conforme certidões negativas anexas, emitidas pelos órgãos competentes.

No que se refere à declaração sobre a existência de ações judiciais em que figure como parte, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como em procedimento administrativo disciplinar, nos termos do art. 383, inciso I, alínea "b", item 4, e §2º, o indicado informou a sua inexistência, ou seja, que foi comprovado pelas certidões e documentos anexos.

Declarou, ainda, com base no art. 383, inciso I, alínea "b", item 5, e §2º, que não exerceu, nos últimos cinco anos, cargos públicos ou privados, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Por fim, o indicado apresentou, com fundamento no art. 383, inciso I, alínea "c", argumentação escrita com o objetivo de demonstrar, em síntese, sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidades intelectual e moral para o exercício da atividade para a qual está sendo indicado.

Em face do exposto, acreditamos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que compõem esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania têm à sua disposição as informações necessárias para deliberar sobre a indicação do Sr. Fernando da Silva Comin para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao nobre Senador Jayme Campos.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora para discutir a matéria, a discussão está encerrada.

Eu concedo vista coletiva para a sabatina do Dr. Fernando da Silva Comin, na próxima quarta-feira, na sessão da Comissão de Constituição e Justiça.

A Senadora Zenaide Maia foi a primeira a chegar hoje à Comissão e está aguardando até agora. Eu vou pedir paciência à Senadora Soraya, que vai relatar o item 5 e o item 11, *ad hoc*, e vou passar a palavra à Senadora Zenaide Maia. Depois virá o item 12. O Relator é o Senador Hiran, e eu vou designar um outro Senador para relatar *ad hoc.* Portanto, nós vamos completar todos os 13 itens da pauta prevista para hoje.

A Senadora Zenaide Maia irá relatar o item 13, que é a indicação do Sr. José de Lima Ramos Pereira para compor o Conselho Nacional do Ministério Público na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho.

ITEM 13

OFÍCIO "S" Nº 8, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A , inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

LEITURA DO RELATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 383, II, A, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Quero dizer aqui obrigada por me designar como Relatora...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu lhe peço desculpas. Você chegou muito cedo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... do meu conterrâneo.

Quero dizer do orgulho... Dei uma olhada no currículo, e é um currículo maravilhoso: compromisso com a ética, conhecimento técnico e defesa da cidadania.

Vem ao exame desta Comissão a indicação do Sr. José de Lima Ramos Pereira, Subprocurador-Geral do Trabalho, para compor, no biênio de 2025 a 2027, o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a representante do Ministério Público do Trabalho, em conformidade com o disposto no art. 130-A, II, da Constituição Federal.

Conforme esse mesmo artigo da Constituição Federal, o CNMP é o órgão incumbido do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, sendo seus integrantes nomeados pelo Presidente da República, depois da aprovação da escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

A apreciação, pelo Senado Federal, das indicações de membros do CNMP se dá na forma do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e da Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005, que dispõem sobre as informações e documentos a serem encaminhados como subsídio para a tomada de decisão dos membros desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 383, I, "a", do Risf (Regimento Interno do Senado Federal), e do art. 5º, I, da Resolução nº 7, de 2005, o indicado encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 1991, o Sr. José de Lima Ramos Pereira possui especialização em Direito Processual Civil, também pela UFRN, concluída em 2004. Obteve o título de Mestre em Direito em 2017, pela Universidade Católica de Brasília, e o título de Doutor em Direito em 2024, pela Universidade Nove de Julho.

Exerce funções docentes, notadamente na área de Processo Civil, desde 1997, tendo lecionado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na Universidade Nove de Julho, na Escola da Magistratura do Trabalho da 21ª Região, na Escola Superior do Ministério Público da União, entre outras instituições.

Ainda no âmbito acadêmico, possui extensa produção científica nos ramos do Direito do Trabalho e do Direito Processual, consistente em artigos em revistas especializadas e contribuições em obras coletivas.

Integra o Ministério Público do Trabalho desde 1993, tendo desempenhado, nas últimas três décadas, diversas funções nesse ramo. Foi Procurador-Chefe das Procuradorias Regionais do Trabalho: da 14ª Região (Rondônia e Acre), de 1996 a 1997; da 24ª Região (Mato Grosso), em 1998; da 7ª Região (Ceará), de 1998 a 1999; e da 21ª Região (Rio Grande do Norte), de 2001 a 2005. É membro do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho desde 2018 e exerce o cargo de Procurador-Geral do Trabalho desde 2021.

Em observância ao art. 383, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal e ao art. 5º, II a IV, da Resolução nº 7, de 2005, o indicado apresentou declarações de que: (i) não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à estrutura do Ministério Público da União ou do Poder Judiciário da União; (ii) não atua e jamais atuou como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais; (iii) não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo de Estado, do Distrito Federal ou de Município, tampouco é cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, de membro do Poder Legislativo; (iv) sua situação é regular perante os fiscos federal e distrital; (v) não existem ações judiciais em que figure como autor ou réu; (vi) não atuou ou atua em juízos e tribunais, conselhos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras, ressalvada a sua atuação como membro do Ministério Público do Trabalho junto ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho; (vii) jamais sofreu sanção de natureza criminal ou administrativo-disciplinar, inexistindo procedimentos dessa natureza instaurados contra sua pessoa.

As declarações de que tratam os itens iv e v se fazem acompanhar de certidões negativas expedidas pela Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e do Distrito Federal e Territórios, bem como pelas seis regiões da Justiça Federal e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Já em cumprimento ao art. 383, I, "c", do Risf, indicado apresentou argumentação escrita sucinta que expõe sua experiência profissional, sua formação acadêmica e afirma sua afinidade intelectual para o exercício do cargo de Conselheiro do CNMP.

Fornecidas tais informações, entendemos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Senadora Zenaide Maia pela relatoria do Sr. José de Lima Ramos Pereira.

Abro a discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerrada a discussão.

Concedo vista coletiva para apreciação na sabatina da próxima quarta-feira e passo à Senadora Soraya o item 5 e o item 11.

ITEM 5

OFÍCIO "S" Nº 4, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, a indicação da Senhora GREICE FONSECA STOCKER, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada à OAB.

Autoria: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

LEITURA DO RELATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 383, II, A, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

ITEM 11

OFÍCIO "S" Nº 6, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Autoria: Conselho Nacional de Procuradores-Gerais

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

LEITURA DO RELATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 383, II, A, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

V. Exa. tem a palavra para a relatoria do item 5 e do item 11.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, o Senador Hiran, que já está presente, vai relatar o item 12.

Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – O.k. Muito obrigada.

Passo à relatoria da Dra. Greice Fonseca Stocker.

A Ordem dos Advogados do Brasil, com base no inciso V do art. 130-A da Constituição Federal e no art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, submete a esta Casa, mediante o Ofício "S" nº 4, de 2022, o currículo da Sra. Greice Fonseca Stocker para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2024-2025.

Nos termos do *caput* do art. 130-A da Constituição Federal, compõe-se o Conselho Nacional do Ministério Público de 14 membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, dentre os quais dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Destarte, vem a esta Comissão a análise das informações a respeito da indicada, cujo *curriculum* passamos a resumir.

Natural de Porto Alegre/RS, é Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com duas décadas de atuação nas áreas de Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Empresarial e Direito do Consumidor.

Integrou o Conselho Seccional da OAB/RS entre 2013 e 2018, a Comissão Especial de Arbitragem entre 2016 e 2018 e a Assessoria da Presidência nesse mesmo período, além de ter assumido a função de Conselheira Federal Suplente entre os anos de 2019 e 2021. Desde 2022 é Conselheira Federal Titular da OAB/RS, desde 2023 é Secretária-Executiva do Conselho de Colégios e Ordens de Advogados do Mercosul e desde 2024 é membro do Comitê Executivo para a Implementação do Legal G20 e do Conselho Federal da OAB.

Cumpre, neste passo, citar a vasta experiência da indicada na seara jurídica, que pode ser resumida em suas palavras:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Diante desse histórico, por toda a experiência e conhecimento que adquiri nestes anos de dedicação à OAB e à advocacia, apresento-me ao Senado com a proposta de ser a voz e a extensão das pautas do Conselho Federal da OAB e de toda a Advocacia, no Conselho Nacional do Ministério Público.

Por fim, instruem a presente indicação todos os documentos e declarações requeridos pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, também pelo art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, e pelo art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de elementos suficientes para deliberarem em favor da presente indicação da Dra. Greice Fonseca Stocker para o Conselho Nacional do Ministério Público.

É uma honra também poder relatar, mesmo *ad hoc*, uma advogada – é a minha profissão. Então, agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa.

Está em discussão o relatório da nobre Senadora Soraya. (*Pausa.*)

Nenhum Senador deseja discutir. Encerrada a discussão.

Eu concedo vista coletiva para, na próxima quarta-feira, a Dra. Greice ser submetida à sabatina nesta Comissão.

E passo o item 11 para a Senadora Soraya.

ITEM 11

OFÍCIO "S" Nº 6, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Autoria: Conselho Nacional de Procuradores-Gerais

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

LEITURA DO RELATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 383, II, A, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Não foi combinado, viu, Dr. Alexandre? Mas parece que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Dra. Greice está presente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Dra. Greice? Cadê a Dra. Greice?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É ela que está aí? (*Pausa.*)

Não está, não. A Dra. Greice não está.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Não está presente no momento, mas o Dr. Alexandre está. É uma honra poder relatar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Dr. Alexandre está presente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Sim, o Alexandre Magno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Dr. Alexandre Magno, do Conselho...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É, como o dia está um tanto quanto conturbado, nós estamos passando por este momento assim...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... Conselho do Ministério Público, uma das instituições mais valorosas do Brasil.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Exatamente. E é meu amigo. Então, fico muito honrada e muito feliz em poder fazer isso e substituir o meu amigo Senador Eduardo Gomes neste momento.

Trata-se do Ofício "S" nº 6, de 2025, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Sr. Alexandre Magno Benites de Lacerda para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Conforme o art. 130-A, *caput*, da Constituição Federal, os membros do CNMP são nomeados pelo Presidente da República, depois da aprovação da escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução. Na composição do Conselho, três conselheiros devem ser membros do Ministério Público dos Estados, isso de acordo com o art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal.

Nos termos do art. 101, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania proceder à sabatina dos indicados.

Em atendimento ao disposto no art. 383, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, e no art. 5º, inciso I, da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, o indicado encaminhou o seu currículo, que está assim resumido.

O indicado é membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul desde 2004. Foi Procurador-Geral de Justiça do MPMS de 2020 a 2024 e atualmente é Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico da instituição. É também hoje Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União e Coordenador-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Geral da Câmara de Autocomposição de Conflitos de Alta Complexidade no Ministério Público do Mato Grosso do Sul.

Entre outras relevantes funções ao longo de sua carreira, atuou, em 2023-2024, como Presidente do Grupo Nacional de Defesa do Patrimônio Público e como Presidente do Grupo Nacional de Coordenadores Eleitorais. No período 2021-2022, foi Vice-Presidente do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, e Vice-Presidente do CNPG na Região Centro-Oeste.

Em 2019-2020, atuou como Secretário-Executivo do CNPG. No período 2015-2020, foi Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Mato Grosso do Sul.

Possui mestrado em Processo Penal e Garantismo, pela Universidade de Girona, na Espanha; especialização em Direito Penal e Processo Penal, pela Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande (MS); e graduação em Direito pela mesma instituição.

No magistério, atuou como Professor de Direito Processual Penal e Direito Eleitoral, na Universidade Católica Dom Bosco; e de Processo Penal, na Universidade Católica para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal. Também lecionou a disciplina Direitos Difusos, na Escola Superior de Direito de Mato Grosso do Sul.

Possui diversas publicações jurídicas como autor ou coautor, dentre elas: "Investigação Criminal pelo Ministério Público na Visão do Supremo Tribunal Federal – Garantismo e Processo Penal"; "Análise Histórica do Processo Penal Brasileiro – A necessidade da efetiva constitucionalização"; e "O Processo Penal de Resultado e a Independência Funcional – A busca pela segurança jurídica".

Ao longo de sua carreira, foi agraciado com diversos prêmios, homenagens e títulos, dentre os quais destacam-se: Prêmio Tenente-Coronel PM Ana Neize Baltha, concedido pela polícia militar, em reconhecimento público da instituição pela dedicação e pelo trabalho em prol de uma segurança pública mais humana, democrática e comunitária; Medalhão do Centenário do Ministério Público Militar, concedido em reconhecimento à cooperação com a instituição e aos relevantes serviços prestados; Medalha Tiradentes, concedida pelo Governador do Estado de Mato Grosso do Sul pelos relevantes serviços prestados à polícia militar; Ordem do Mérito do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público Militar, relativo à condecoração no grau de Grã-Cruz; e Medalha Imperador Dom Pedro II, concedida pelo Governador do Estado de Mato Grosso do Sul e pelo Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, pelos relevantes serviços prestados ao referido corpo de bombeiros local.

Em atendimento ao art. 5º da mencionada Resolução nº 7, de 2005, e ao art. 383 do Regimento Interno desta Casa, o indicado declara que:

a) não há familiares seus que exerçam ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional;

b) não participou, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais vinculadas à sua atividade profissional;

c) se encontra em situação de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões apresentadas;

d) não figura como autor ou réu de ações penais, inexistindo qualquer tipo de antecedente criminal ou administrativo disciplinar, conforme documentos judiciários anexados;

e) figura apenas, juntamente com outras autoridades locais, como requerido em uma ação popular, por sua atuação como examinador em uma prova oral de concurso público do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, cuja petição inicial foi indeferida pelo juízo, com extinção do feito sem resolução do mérito, estando em andamento a apelação do autor popular em face dessa decisão – motivo pelo qual não há demérito algum;

f) não exerceu, nos últimos cinco anos, cargos públicos ou privados, bem como em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

g) atuou em juízos e tribunais, como membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de manifestações processuais, em âmbito judicial e extrajudicial, nos exatos limites das atribuições constitucionalmente previstas para o cargo ministerial;

h) não há em seus registros funcionais anotações de sanção disciplinar aplicada, nem responde, no momento, a qualquer processo disciplinar;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

i) não é membro do Poder Legislativo de qualquer ente da Federação nem cônjuge, companheiro ou parente de membro desses Poderes.

Em sua argumentação escrita, apresentada com base no art. 383, inciso I, alínea "c", do RISF, o indicado destaca que é casado, pai de uma filha de 13 anos, titular da 37ª Promotoria de Justiça de Campo Grande - MS, exercendo sua profissão com muita dedicação. Declara que começou a trabalhar em 1991, com apenas 14 anos, primeiro como aprendiz e depois como assistente administrativo e serviços gerais no escritório de advocacia de seu pai.

Aduz que ingressou no curso de Direito da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul em 1996, tendo iniciado a jornada de estagiário já no primeiro ano de faculdade, e que, após dois anos no curso matutino da UFMS, transferiu seu curso para o período noturno da Universidade Católica Dom Bosco, a fim de poder trabalhar em tempo integral no estágio. Destaca sua atuação como servidor do MPMS e também do Ministério Público Federal, de 2000 a 2004, e seu ingresso como membro do MPMS em 2004, inicialmente como Promotor de Justiça Substituto.

Relembra que, em 2020, foi eleito como Procurador-Geral de Justiça do MPMS, tendo sido o primeiro Promotor de Justiça da instituição a ser escolhido para esse relevante cargo, tendo exercido a chefia do órgão ministerial de 2020 a 2022 e, após sua reeleição, de 2022 a 2024.

Declara que sempre ajudou a construir um ambiente de parceria, sem deixar de lado suas responsabilidades funcionais, acreditando que o diálogo construtivo e a harmonia entre os Poderes são o único caminho eficiente para o bem comum.

Destaca que sempre pautou sua atuação institucional como um crítico persistente, com a ideia fixa de que o Ministério Público não pode se esquecer jamais de seu fardo, a importante missão de proteger a sociedade brasileira, com responsabilidade, empatia e proatividade, e que acredita em um Ministério Público resolutivo, eficiente, discreto, firme e garantidor dos direitos fundamentais, que dialogue e construa soluções efetivas com os Poderes constituídos, que seja transparente e que busque sempre o bem comum.

Diante do exposto, entendemos, Sr. Presidente e caros colegas, que os membros integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de elementos suficientes para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deliberarem em favor do indicado ao Conselho Nacional do Ministério Público, Dr. Alexandre Magno Benites de Lacerda, para compor o CNMP neste próximo biênio.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela honra de ser indicada como Relatora *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu que agradeço a V. Exa., Senadora Soraya.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, está encerrada a discussão.

Concedo vista coletiva, para a sabatina na próxima quarta-feira.

ITEM 12

OFÍCIO "S" Nº 7, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor CLEMENTINO AUGUSTO RUFFEIL RODRIGUES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Militar.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

LEITURA DO RELATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 383, II, A, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

Com a palavra o Senador Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, bom dia, senhoras e senhores.

Vem ao exame desta Comissão, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a indicação do Sr. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada a membros do Ministério Público Militar, referente ao biênio 2026-2028, conforme disposições contidas no art. 130-A, inciso II e §1º, da Constituição Federal, e no art. 1º da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, que dispõe sobre a forma de indicação de membros do Conselho Nacional do Ministério Público.

Nos termos regimentais, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania proceder à sabatina dos indicados.

Em atendimento ao disposto no art. 383, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, e no art. 5º, inciso I, da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, do Senado Federal, o indicado encaminhou seu *curriculum vitae*, resumido a seguir.

O indicado é membro do Ministério Público Militar desde setembro de 1997, lotado, inicialmente, na Procuradoria de Justiça Militar em Belém, Pará. Em novembro de 2011, o indicado foi promovido ao cargo de Procurador de Justiça Militar, conforme consta da Portaria 722/PGR, de 22 de dezembro de 2011, publicada no *Diário Oficial da União* no dia 23 de dezembro daquele ano, estando lotado até a presente data na Procuradoria de Justiça Militar em Belém (1º Ofício).

Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Pará em 1989. Possui pós-graduação *lato sensu* em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Estácio de Sá, concluída em abril de 2001.

O indicado foi docente em diversas instituições de ensino, tendo lecionado Direito Processual Penal no Centro de Ensino Superior do Pará, na Escola Superior da Magistratura do Pará e no curso de pós-graduação organizado pela OAB-PA.

O indicado proferiu diversas palestras, conferências e seminários, bem como é autor do artigo intitulado “A inconstitucionalidade da fixação de competência da prerrogativa de função pela lei de organização judiciária militar”, publicado na edição de abril de 2010 da *Revista do*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público Militar. Além disso, foi condecorado com diversos prêmios e comendas ao longo de sua carreira.

Merece destaque, ainda, a sua atuação como Coordenador de Ensino da Escola do Ministério Público da União, representando o Ministério Público Militar entre os anos de 2012 e 2014.

Igualmente digna de nota a sua participação nos trabalhos de inspeção da Corregedoria do CNMP junto ao Ministério Público no Estado do Rio Grande do Sul em 2014, bem como a chefia, desde o ano de 2020, do Núcleo de Incentivo à Autocomposição na Procuradoria de Justiça Militar em Belém.

Em atendimento ao art. 5º da mencionada Resolução nº 7, de 2005, e ao art. 383 do Regimento Interno desta Casa, o indicado declarou expressamente que:

a) não possui familiares que exerçam ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atuação profissional;

b) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por sua indicação;

c) não participa, nem participou, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais;

d) não cumpre sanções criminais ou administrativo-disciplinares, bem como não figura como autor ou réu em processos cíveis e criminais;

e) possui regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

f) não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, nem cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, inclusive, de membros desses Poderes;

g) não atuou, nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano em que se deu a indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para respaldar suas declarações, o indicado apresentou certidões negativas emitidas pelo Poder Judiciário em âmbito federal e estadual, bem como certidão negativa de antecedentes criminais fornecido pela Polícia Civil do Estado do Pará.

Além disso, juntou certidões negativas emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Belém. Em relação à regularidade fiscal do indicado no âmbito estadual, consta Certidão Positiva de Natureza Tributária emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Pará.

Considerando toda a documentação que instrui o presente parecer, tem-se que, além da sólida formação acadêmica, o indicado possui larga experiência não só na atividade-fim do Ministério Público, mas também em diversas instâncias administrativas e formativas daquela nobre instituição.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores que compõem esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, entendemos que os Srs. Senadores dispõem das informações necessárias para deliberação a respeito da presente indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Lido, Sr. Presidente, quero aqui, sem mais delongas, desejar sucesso e que, eventualmente aprovado por esta Comissão, desenvolva o seu trabalho como vem desenvolvendo ao longo da sua vida profissional, com muito denodo, seriedade para o bem do nosso país. Parabéns e que Deus o abençoe! Muito sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao nobre Senador Hiran, concordo com sua relatoria, suas palavras e coloco em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir o relatório, está encerrada a discussão.

Eu concedo vista coletiva para, na próxima quarta-feira, termos a sabatina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa Presidência suspende a presente reunião para aguardar o envio pela Presidência do Senado Federal da indicação do Conselho Nacional do Ministério Público, que terá a leitura do seu relatório feita tão logo chegue a esta Comissão.

E determino à Mesa Diretora que, na sabatina da próxima quarta-feira, a ordem será mantida como hoje, ou seja, os primeiros que foram relatados serão primeiros sabatinados, até terminarmos os 13 indicados, na próxima quarta-feira.

Agradeço a presença de todos, está encerrada a presente... Opa, está suspensa a presente sessão, para aguardar o outro nome que está sendo indicado aí, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 26 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Declaro reaberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, com o quórum suficiente de 20 Senadores, com a presença de 20 Senadores e Senadoras.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

OFÍCIO "S" Nº 9, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação da Senhora KAREN LUISE VILANOVA BATISTA DE SOUZA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Supremo Tribunal Federal.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Leitura do relatório, nos termos do art. 383, II, "a", do Regimento Interno do Senado Federal.

A relatoria é do Senador Vital do Rêgo, que não está presente. Eu peço ao Senador Jayme Campos que, *ad hoc*, possa ler o seu relatório para apreciação dos Srs. Senadores e Senadoras.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eminente Senador Otto Alencar, Sras. e Srs. Senadores, primeiramente, quero agradecer a V. Exa. a confiança de me nomear aqui *ad hoc* para relatarmos a indicação da Sra. Karen Luise Vilanova Batista de Souza.

Permita-me. Até porque é curto o relatório, faço questão de ler todo ele.

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a indicação da Sra. Karen Luise Vilanova Batista de Souza ao cargo de Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O nome foi escolhido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, na forma do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal (CF), conforme atesta o Ofício nº 9, de 2025, expedido pelo Exmo. Sr. Presidente daquele Tribunal e Chefe do Poder Judiciário nacional, Ministro Luís Roberto Barroso.

Consoante o *caput* do referido art. 130-A da CF, a nomeação compete ao Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta deste Senado Federal. Visando a auxiliar a Casa no exercício desse importante múnus constitucional, a Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, determina que esta CCJ proceda à arguição pública da indicada.

Para tal fim, exige-se que a indicação seja acompanhada de currículo, detalhando sua qualificação, formação acadêmica e experiência profissional (art. 5º, I); informação de que não é aparentada de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável pela indicação (art. 5º, II); declaração sobre eventual cumprimento de sanções criminais ou administrativo-disciplinares e respectivos procedimentos instaurados (art. 5º, III); e declaração de que não é mandatária ou aparentada de mandatário do Poder Legislativo de qualquer ente da federação (art. 5º, IV).

São documentos que se encontram respectivamente às fls. 2-4, 5, 11 e 13 do ofício, não se constatando qualquer omissão ou irregularidade que demande correção. As declarações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prestadas fizeram-se ainda acompanhar de todos os documentos referidos pelo art. 383 do Regimento Interno deste Senado Federal.

De forma a permitir maior familiaridade com a trajetória acadêmica e profissional da indicada, passamos a descrever brevemente seu currículo.

Karen Luise Vilanova Batista de Souza é Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS). Tendo-se bacharelado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) daquele estado em 1994, obteve o título de mestra em Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento pela Universidade Pablo de Olavide e pela Universidade Internacional de Andaluzia, na Espanha, no ano de 2022. Possui também pós-graduação em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade de Passo Fundo, além de extensão.

Exerceu o magistério no setor privado, bem como no Município de Porto Alegre, de que foi ainda procuradora, aprovada em concurso público de provas e títulos. É formadora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul.

Ingressou na magistratura estadual em 1999, tendo titularizado as Varas das Comarcas de Júlio de Castilhos, Encruzilhada do Sul, Soledade e finalmente a da capital, Porto Alegre. Exerceu competência criminal desde o ano de 2008, na Vara Criminal de Soledade, e na 2ª e posteriormente na 1ª Vara do Júri da Comarca de Porto Alegre. Foi também Juíza Eleitoral no TJRS, e desde 2022 atua como Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em que é também gestora do Programa Justiça Plural.

Ainda no CNJ, é Membro do Fórum Nacional do Poder Judiciário pela Equidade Racial, do Fórum de Liberdade de Imprensa e do Fórum de Combate ao Trabalho em condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas, tendo integrado também os Grupos de Trabalho Igualdade Racial, Segurança Privada no Poder Judiciário, Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial e Quilombola.

Já no âmbito da Câmara dos Deputados, foi integrante da Comissão de Juristas criada para propor o aperfeiçoamento da legislação de combate ao racismo estrutural e institucional no Brasil, presidida pelo Ministro Benedito Gonçalves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, verifica-se que a Sra. Karen Luise Vilanova Batista de Souza apresentou a documentação necessária para a avaliação, por esta Comissão, dos requisitos constitucionais para o exercício do cargo de Conselheira do CNMP. Reputamos que a matéria se encontra, ademais, regularmente instruída, estando pronta para deliberação.

É o voto, Sr. Presidente. É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Agradeço ao nobre Senador Jayme Campos e coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discuti-la, encerro a discussão e concedo vista coletiva, ficando marcada a data da próxima quarta-feira para a sabatina, no ambiente aqui da Comissão de Constituição e Justiça.

Como não há nenhuma outra matéria a ser analisada, declaro agora encerrada esta sessão.

(*Iniciada às 09 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e oito minutos do dia treze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar, Jayme Campos e Mecias de Jesus, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Plínio Valério, Fernando Farias, Efraim Filho, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Randolfe Rodrigues, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas e Damares Alves, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência registra a presença dos seguintes convidados: Sr. Edson Lobão, Ex-Senador da República; Ministro Messod Azulay Neto, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro Teodoro Silva Santos, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro Paulo Sérgio Domingues, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro Antonio Saldanha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro Paulo Moura Ribeiro, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Desembargador Carlos Cini Marchionatti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro Sérgio Kukina, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Sr. Bruno Barcellos de Almeida, Juiz auxiliar do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Sr. Francisco Joseli Parente Camelo, Tenente Brigadeiro do Ar e Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar (STM); Sr. Clauro Roberto de Bortolli, Procurador-Geral de Justiça Militar; Desembargador João Batista, Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1); Desembargador Roberto Veloso, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1); Sr. Marfan Vieira, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ); João Caldas, Ex-Deputado Federal (Alagoas); Alessandra Caldas, filha da indicada Maria Marluce Caldas Bezerra; Tarcísio Bonfim, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP); Pedro Maia Marques, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público da Bahia (MPBA); Ministro Humberto Martins, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro Antonio Carlos Ferreira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministra Daniela Teixeira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Sr. Pedro Maia, Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia; Ministro de Estado, Sr. Alexandre Silveira, do Ministério de Minas e Energia; Ministro José Afrânio Vilela, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Desembargador Pablo Zuniga, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1); Sra. Izabel Christina Ramos, Subprocuradora-Geral do Trabalho; Ministro Herman Benjamin, Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Sr. Ilan Presser, Presidente da Associação dos Juízes Federais da Primeira Região; Sr. Leonardo Trigueiro, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI) e Diretor Legislativo da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); Sr. José Hercy Ponte de Alencar, Presidente da Associação Cearense de Magistrados; Sr. Felipe Sarmento, Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Ministro Kássio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF). Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 30, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome da Senhora VERÔNICA ABDALLA STERMAN, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal Militar, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro José Coêlho Ferreira, a partir de 10 de abril de 2025." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora VERÔNICA ABDALLA STERMAN, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal Militar, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, com 21 (vinte e um) votos favoráveis e 6 (seis) votos contrários. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 31, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Assusete Dumont Reis Magalhães." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, com 26 (vinte e seis) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 39, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, o nome da Senhora MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria da Ministra Laurita Hilário Vaz." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 34, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome da Senhora LORENA GIUBERTI COUTINHO, para exercer o cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Joacil Basílio Rael." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora LORENA GIUBERTI COUTINHO, para exercer o cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 21, de 2025** que: "Requer, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a MSF nº 30, de 2025. " **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 22, de 2025** que: " Requer, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a MSF nº 31, de 2025." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 23, de 2025** que: "Requer, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a MSF nº 39, de 2025." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 24, de 2025** que: "Requer, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a MSF nº 34, de 2025." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **2ª Parte - Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 1, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação da Senhora FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO, para compor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, com 26 (vinte e seis) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. **ITEM 2 - Ofício "S" n° 2, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público Estadual." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, nos termos do art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários. **ITEM 3 - Ofício "S" n° 4, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a indicação da Senhora IVANA LÚCIA FRANCO CEI, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados." **Autoria:** Conselho Nacional de Procuradores-Gerais. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora IVANA LÚCIA FRANCO CEI, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, com 27 (vinte e sete) votos favoráveis, por unanimidade. **ITEM 4 - Ofício "S" n° 3, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição Federal, a indicação do Senhor SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público da União." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição Federal, com 26 (vinte e seis) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. **ITEM 5 - Ofício "S" n° 5, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor FERNANDO DA SILVA COMIN, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados." **Autoria:** Conselho Nacional de Procuradores-Gerais. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor FERNANDO DA SILVA COMIN, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, com 27 (vinte e sete) votos favoráveis, por unanimidade. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cidadania n° 25, de 2025 que: "Requer, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o OFS nº 1, de 2025." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 26, de 2025** que: "Requer, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o OFS nº 2, de 2025." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 27, de 2025** que: "Requer, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o OFS nº 4, de 2025." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 28, de 2025** que: "Requer, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o OFS nº 3, de 2025." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 29, de 2025** que: "Requer, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o OFS nº 5, de 2025." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **3ª Parte - Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 8, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, com 27 (vinte e sete) votos favoráveis, por unanimidade. **ITEM 2 - Ofício "S" n° 4, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, a indicação da Senhora GREICE FONSECA STOCKER, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada à OAB." **Autoria:** ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora GREICE FONSECA STOCKER, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, com 26 (vinte e seis) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. **ITEM 3 - Ofício "S" n° 6, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, a indicação do Senhor ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados." **Autoria:** Conselho Nacional de Procuradores-Gerais. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, com 26 (vinte e seis) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. **ITEM 4 - Ofício "S" n° 7, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor CLEMENTINO AUGUSTO RUFFEIL RODRIGUES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Militar." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor CLEMENTINO AUGUSTO RUFFEIL RODRIGUES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, com 26 (vinte e seis) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. **ITEM 5 - Ofício "S" n° 9, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação da Senhora KAREN LUISE VILANOVA BATISTA DE SOUZA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Supremo Tribunal Federal." **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora KAREN LUISE VILANOVA BATISTA DE SOUZA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, com 26 (vinte e seis) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 30, de 2025** que: "Requer, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o OFS nº 8, de 2025." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 31, de 2025** que: "Requer, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o OFS nº 4, de 2024." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 32, de 2025** que: "Requer, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o OFS nº 6, de 2025." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Constituição,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça e Cidadania n° 33, de 2025 que: "Requer, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o OFS nº 7, de 2025." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 34, de 2025** que: "Requer, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o OFS nº 9, de 2025" **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 20, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater denúncias da livre circulação de conteúdos relacionados à adultização e sexualização de crianças e adolescentes nas redes sociais, assim como casos de pedofilia e exploração sexual de menores de idade na internet." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (PSD/MA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/13

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 22ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovada. Será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de 14 indicações, divididas em três blocos.

A Presidência esclarece às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que a votação das sabatinas será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo uma urna no corredor e outra dentro da sala. É importante informar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras: teremos duas localidades para votação, urnas de votação secreta, na Ala Senador Alexandre Costa, sendo uma urna no corredor e outra dentro da sala.

Eu começo chamando, pela ordem, de acordo com a leitura...

Destaco aqui a presença do nosso Senador Edison Lobão, que vem participar desta reunião – está ali a bancada do seu partido: Senador Renan Calheiros, Senador Fernando Farias.

Vou começar pelo...

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 30, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome da Senhora VERÔNICA ABDALLA STERMAN, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal Militar, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro José Coêlho Ferreira, a partir de 10 de abril de 2025.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *Em 06/08/2025, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.*

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 31, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Assusete Dumont Reis Magalhães.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Em 06/08/2025, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.*

1ª PARTE

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 39, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, o nome da Senhora MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria da Ministra Laurita Hilário Vaz.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Em 06/08/2025, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.*

1ª PARTE

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 34, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome da Senhora LORENA GIUBERTI COUTINHO, para exercer o cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Joacil Basílio Rael.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *Em 06/08/2025, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.*

Peço que a Sra. Verônica seja conduzida a esta mesa, para o início da nossa sabatina; e a condução também do Sr. Carlos Augusto Pires Brandão, do Tribunal Regional Federal, para o Superior Tribunal de Justiça.

Pediria ao Senador Renan Calheiros que pudesse conduzir essas autoridades que estão ali já nominadas.

E a Sra. Marluce Caldas Bezerra, Senador Renan Calheiros, Senador Fernando Farias, que pudessem conduzi-la à mesa; também a Dra. Lorena Coutinho, para exercer o cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. A Dra. Marluce é indicada para o Superior Tribunal de Justiça. (*Pausa.*)

Queria agradecer a presença de todos os Senadores e Senadoras, e destacar que hoje, dia 13 de agosto, é aniversário de um grande amigo que eu conheci na vida pública e que me honra muito, não só por essa amizade de muito tempo, essa relação partidária, como também é uma das pessoas mais positivas que eu conheci ao longo da minha vida, e está presente hoje aqui: o nosso querido Líder e Senador pelo Estado do Amazonas Senador Omar Aziz. Parabéns a V. Exa. pela sua trajetória e pelo seu trabalho. Honra-me muito estar ao seu lado no PSD.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como? Ele também é.

Várias autoridades estão presentes ou vão estar presentes nesta sessão. Eu destaco a presença do Ministro Teodoro Silva Santos; Messod Azulay Neto; Paulo Sérgio Domingues; Antonio Saldanha; Paulo Moura Ribeiro; Carlos Cini Marchionatti; Sérgio Kukina, Ministro do STJ; Bruno Barcellos de Almeida, Juiz Auxiliar do STJ; Francisco Parente Camelo, Brigadeiro; Clauro Roberto de Bortolli, Procurador-Geral de Justiça; meu amigo Senador de tantos mandatos que honra tanto o nosso Brasil, Senador Edison Lobão; Desembargador João Batista, Presidente do TRF1; Dr. Roberto Veloso, Desembargador Federal; Dr. Marfan Vieira, Procurador de Justiça; João

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caldas, Deputado Federal por Alagoas; Alessandra Caldas, filha da sabatinada, Dra. Maria Marluce; Tarcísio Bonfim, Presidente do Conamp; Pedro Maia Marques, Procurador-Geral de Justiça; nosso Ministro Humberto Martins, um grande amigo de longa data, agradeço muito a presença; Dr. Antonio Carlos Ferreira, também Ministro do Superior Tribunal de Justiça; e Dra. Daniela Teixeira, Ministra do STJ.

Eu recebi hoje, pela manhã – queria me dirigir, inclusive, ao Senador Renan Calheiros e ao Senador Fernando Farias –, um telefonema para que pudesse registrar a mensagem do Senador Teotonio Vilela, que mandou a mensagem pela presença aqui da Dra. Marluce, lá do Estado de Alagoas. O Dr. Teotonio Vilela é um grande amigo, foi um Senador que contribuiu muito para Alagoas e também para o Brasil. Fiquei muito feliz porque eu tenho uma admiração muito grande pelo Senador Teotonio Vilela.

Começamos a nossa sessão, e eu vou conceder a palavra, para iniciar, à Dra. Verônica Abdalla Sterman, para a sua exposição, por até dez minutos. Eu estou colocando pela ordem em que foram lidas as mensagens, para fazer justiça àquele encaminhamento.

A Dra. Verônica tem a palavra.

A SRA. VERÔNICA ABDALLA STERMAN (Para expor.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia a todos e a todas.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, é com profunda honra, respeito e senso de responsabilidade que compareço perante V. Exas. hoje para ser sabatinada para o tão relevante cargo de Ministra do Superior Tribunal Militar. Sou consciente da importância deste momento e do papel essencial que o Senado Federal exerce na estrutura republicana ao avaliar indicações para os tribunais superiores. Esse ato reflete a missão constitucional de assegurar que os ocupantes de cargos tão relevantes no Judiciário estejam à altura dos desafios institucionais e da defesa intransigente da Constituição.

Nos últimos meses, visitei Senadoras e Senadores de todos os partidos, apresentando meu currículo, minha trajetória e, sobretudo, minha disposição para o diálogo. Em cada encontro, vivenciei não apenas receptividade, mas acolhimento e aprendizado. E saio fortalecida pela valiosa troca de ideias que tive com todas e todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço especialmente ao Senador Jaques Wagner, que, desde o dia da minha indicação, me acolheu com toda a sua sabedoria e experiência e me deu a honra de ser o meu Relator nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Agradeço também à Bancada Feminina desta Casa. Senadoras, V. Exas. me inspiram, são modelos, são potência, são mulheres. Que honra minha poder conhecê-las e perceber a força dessa união, que sobrepõe partidos e ideologias em prol de uma luta maior e mais nobre, a nossa luta!

Registro também com gratidão a presença de todos e todas, em especial do Ministro Joseli, Ministro Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar; do Presidente Edison Lobão, nosso eterno Presidente; dos Ministros do STJ, da Ministra Daniela Teixeira, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Ministros do STJ; do Presidente da OAB, Felipe Sarmento, na pessoa de quem eu cumprimento toda a advocacia.

Também agradeço a presença do Dr. Clauro Bortoli, Procurador-Geral da Justiça Militar, na pessoa de quem eu cumprimento todos os membros do Ministério Público.

Não posso deixar de agradecer também o apoio que recebi nas últimas semanas de todas as entidades, de todos os pilares do Poder Judiciário, como magistratura, advocacia e Ministério Público, de Ministros de Estado, de entidades representativas de defesa das mulheres, do Banco do Brasil, da Conib (Confederação Israelita do Brasil) e de tantas vozes generosas que se somaram a essa caminhada. Essas manifestações são para mim estímulo e responsabilidade.

Passo a me apresentar. Sou Verônica Abdalla Sterman. Sou advogada há quase 20 anos, 13 dos quais, dona de meu próprio escritório, com atuação dedicada ao direito penal e processual penal.

Formei-me em 2006 pela PUC de São Paulo. Especializei-me em Direito Penal Econômico na GVlaw e fiz diversos cursos especializados em temas como lavagem de capitais e colaboração premiada. Iniciei o mestrado na USP, em Direito Processual Penal. Infelizmente, não pude defender a dissertação por questões pessoais: uma gravidez de risco e a descoberta de um câncer avançado em meu pai. Essas vivências me ensinaram resiliência, coragem e força de conciliar valores que carrego até hoje, como ser filha, mãe, mulher, profissional e, acima de tudo, cidadã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ano passado, fui a mais votada na lista tríplice para uma vaga de Desembargadora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, pelo quinto constitucional da advocacia, motivo de grande orgulho. Todavia, os planos de Deus me trouxeram até este momento. Não fui nomeada ao TRF3, mas recebo agora com gratidão e responsabilidade a indicação do Presidente da República para integrar o STM, e reconheço o simbolismo dessa escolha: poder ser a segunda mulher da história a ocupar uma cadeira num tribunal secular como o STM, ainda mais sendo indicada pelo Presidente da República no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Minha trajetória na advocacia é marcada pela prática diária nos tribunais e fóruns deste país. Isso significa que já ouvi muitos nãos. Já esperei pacientemente nos balcões da Justiça. Já enfrentei as agruras e as conquistas da vida forense. Por isso, tenho orgulho em dizer que sou, antes de tudo, uma operadora do direito pela ótica da advocacia. A advocacia nos ensina a trabalhar com a certeza, com a firmeza das teses e a força da convicção para o convencimento.

Hoje, nesta sabatina, peço humildemente o voto de confiança de V. Exas. para agora exercer o direito sob a perspectiva da magistratura. A magistratura exige de nós a convivência com a dúvida, com o equilíbrio que nasce do olhar imparcial, atento a todas as partes, a todas as provas e a todas as teses.

E é com esse compromisso de imparcialidade, racionalidade e equilíbrio que me coloco à disposição da Corte, caso tenha meu nome aprovado.

Em minha atuação como advogada, recebi alguns prêmios de reconhecimento, destacando o Top of Quality Brasil...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERÔNICA ABDALLA STERMAN – ... e, neste ano, a indicação como uma das advogadas mais admiradas em Direito Penal pela Análise Advocacia 2025 e pelo Latin American Excellence in Law Awards.

Venho de uma família típica de imigrantes que buscaram refúgio no Brasil. Meu avô paterno, judeu da Bielorrússia, fugiu da revolução russa no início do século XX. Minha avó paterna, alemã, chegou ao Brasil após a Primeira Guerra Mundial, deixando para trás uma Alemanha devastada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do lado materno, minha família veio do Líbano, escapando da perseguição aos maronitas. Sou fruto desse mosaico cultural tipicamente brasileiro, herdeira de uma tradição de coragem e fé.

Sou filha do Sílvio, médico, que me mostrou o caminho da retidão, da persistência e da sabedoria. Sou filha da Regina, que está aqui presente junto com a gente, advogada, que suspendeu a profissão para exercer a maternidade em sua plenitude, que me ensinou o equilíbrio, a fé em Deus e a importância da família. Sou irmã da Veridiana e do Vinícius. Sou cristã praticante, casada com o Fábio, que também está aqui presente, judeu, que trabalha no mundo das finanças e sempre apoia incondicionalmente minhas decisões e trajetória profissional. Sou mãe do Henrique, de seis anos, e da Estela, de quatro anos, que representam a razão de todo o meu viver. Eles são a maior e melhor missão que posso desempenhar: a maternidade.

Toda essa vivência pessoal e profissional me preparou para estar apta a aceitar esse novo desafio para o qual, agora, peço a aprovação de V. Exas.

O Superior Tribunal Militar, criado em 1808, é o mais antigo tribunal superior do país. O STM não julga militares, mas crimes militares. Essa distinção, embora sutil, revela a sabedoria do legislador ao atribuir um papel de equilíbrio e ponderação nas questões castrenses. Como exemplo da matéria julgada pelo STM, há casos de estelionato, tráfico de drogas, peculato e furto qualificado. Já os crimes tipicamente militares, como deserção, por exemplo, somam cerca de 8% dos casos. Esses dados reforçam minha convicção de que minha experiência na advocacia criminal será uma contribuição efetiva para o trabalho na Corte.

O Constituinte de 1988, com a sabedoria que lhe foi peculiar, reconheceu a necessidade de pluralidade na composição do STM, destinando vagas a civis...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERÔNICA ABDALLA STERMAN – ... como forma de oxigenar a Corte e garantir que sua atuação não fosse restrita a uma visão exclusivamente castrense.

O escabinato é um instituto relevante para o sistema jurídico militar, combinando juízes togados, que são os civis, vindos da advocacia, da magistratura e do Ministério Público, e juízes leigos, que são os de origem militar, que não têm necessariamente formação jurídica e levam ao Colegiado todo o seu conhecimento militar. O escabinato é a união da espada e da toga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, eu gostaria de ressaltar a contribuição valiosa de outros Ministros civis da história do STM, vindos de diferentes trajetórias.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERÔNICA ABDALLA STERMAN – Nenhum deles era especialista prévio em temas militares, mas todos deixaram um legado relevante e comprometido com o devido processo legal, a justiça e o equilíbrio institucional.

Outro aspecto que desejo ressaltar é a participação feminina nos tribunais superiores e no processo decisório do país. Como bem lembrado em debates nesta Casa, a representação feminina em espaços de poder ainda precisa avançar para refletir o equilíbrio da sociedade. Mais mulheres na magistratura significa um Judiciário mais plural, capaz de compreender as múltiplas realidades que atravessam a nossa nação. A presença de mais uma mulher neste tribunal histórico carrega esse compromisso. A diversidade de olhos enriquece a justiça, amplia o entendimento sobre as realidades humanas e fortalece a legitimidade dos jurisdicionados.

Por fim, reafirmo o meu compromisso com a independência judicial, a imparcialidade, o respeito à Constituição, à política e às instituições democráticas. Acredito profundamente na política como espaço legítimo de transformação social e reafirmo o meu respeito a este Parlamento, ciente de que o diálogo respeitoso entre os Poderes fortalece a democracia e a confiança da sociedade no Estado de direito.

O papel do Judiciário deve ser, acima de tudo, o de julgar sem colorido ideológico. A imparcialidade e a independência da magistratura são princípios inegociáveis para que as decisões sejam tomadas com base na Constituição e na lei. A confiança da sociedade na justiça depende da garantia de que julgamentos sejam pautados exclusivamente pelos preceitos normativos e pelo compromisso com o Estado democrático de direito. Esses princípios configuram, reforço, meu maior compromisso ao apresentar, neste Senado Federal, a candidatura ao cargo de Ministra do Superior Tribunal Militar.

Sendo o que se apresenta, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente, coloco-me à disposição desta Casa para todos os esclarecimentos que julgarem necessários. Se tiver a honra de contar com a aprovação de V. Exas., prometo exercer minha função com equilíbrio, dedicação, imparcialidade e compromisso absoluto com a Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a Dra. Verônica e passo a palavra ao Dr. Carlos Augusto Pires Brandão, Desembargador indicado para o STJ. Tem a palavra pelo tempo de dez minutos.

O SR. CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. Uma honra, uma alegria, sentimento de gratidão a Deus, a todos os amigos, familiares, autoridades aqui presentes e que se fizeram presentes também ao longo de uma jornada de quase 30 anos na magistratura federal.

Fui Promotor de Justiça, Procurador da República, e é uma alegria enorme ver pessoas da minha terra aqui hoje. Saudando o Senador Ciro Nogueira, o Deputado Estadual Wilson Brandão, porque ambos são da minha terra, Pedro II, no Piauí.

Saúdo também o Presidente Herman Benjamin, que nos dá essa honra de aqui comparecer e testemunhar este momento importante para todos nós.

Sou nordestino, carrego na minha alma, Presidente Humberto, essa coluna da identidade nacional. Todos esses sentimentos que povoam o imaginário social de uma terra que é matizada por glórias, tragédias, conquistas e matizada pela cultura também. E o Piauí, Senador Jayme Campos... São 50 mil anos da presença do homem nas Américas.

Então, eu fui aconselhado por um Senador amigo dizendo: "Brandão, não leia". Eu disse: "Mas todos leem". "Mas não precisa. Diga só que vai fazer o que você sempre fez na magistratura: julgar corretamente com essa capacidade de sempre escutar, atender bem as partes, respeitar as partes, tratar com dignidade o acusado e também dando ao acusado aquela sensação de que há uma presunção de inocência quanto a ele". E eu disse: "Mas eu tenho que ler alguma coisa, porque eu posso esquecer da minha mãe, que já é falecida, do meu pai e da minha esposa querida, a médica Dra. Aura Denise, que aqui está presente com meus filhos, Antônio Augusto e Cecy, meu genro Guilherme, minha nora linda, Alice, também, e minha neta, que não trouxe porque chorou muito querendo vir hoje para cá, só tem oito meses. Eu achava que ela queria vir. (*Risos.*)

Mas é isto: é uma vida dedicada a servir. Sou filho de um casal que conviveu em matrimônio sagrado durante 67 anos. E ela, minha mãe, teve dez filhos – eu sou o nono filho. As pessoas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Renan Calheiros, diziam: "Brandão, essa é a sua vez". Eu disse: "Não, mas eu posso aguardar, porque eu esperei oito irmãos chegarem antes". (*Risos.*)

Então, eu tenho essa paciência, essa serenidade que deve compor aquele que é vocacionado à magistratura. A minha mãe era tão capaz, formou todos os dez filhos e também formou meu pai, fez dele, Ministra Daniela Teixeira, promotor de Justiça, juiz de direito, desembargador, Presidente de todos os tribunais lá do Piauí, corregedor e tudo. E eu, engenheiro eletricista, formado nas Minas Gerais, Presidente Herman Benjamin, vi a vida dele e disse: "Eu acho que eu gosto de fazer isso que ele faz, que é trazer paz à sociedade". Porque este é o maior papel do Judiciário: pacificar onde há o conflito. O Judiciário não pode ser uma máquina de conflito, o Judiciário deve, sim, promover a paz e o desenvolvimento, a segurança jurídica e a confiabilidade nas instituições. É isso que caracteriza a função do Judiciário.

Então, na minha trajetória de 30 anos, Senador Ciro, o Senador Marcelo Castro vai estar presente daqui a pouco, a Senadora Jussara também, eles são testemunhas de que eu exerci todos os cargos de juiz federal no primeiro grau – todos os cargos. E fui quatro anos do TRE.

No TRE, só fiz amizades, com todas as correntes partidárias, com todas as programações ideológicas que se fizeram presentes naqueles tribunais. Por isso é que eu tive, certamente, o apoio de todas essas correntes, como tive também o apoio de todas as Governadoras, de todos os Governadores do Nordeste do Brasil e de todos os Governadores da Amazônia Legal, porque, quando alguns, Senador Petecão, me diziam: "Brandão, fique em Brasília, faça sua campanha aqui", eu respondia: "Eu não sei fazer campanha assim. O que eu sei é trabalhar e vou continuar trabalhando".

E, no cargo que eu estava exercendo, como Coordenador dos Juizados Especiais e como Coordenador do Sistema de Conciliação, nós levamos a Justiça Federal, Senador Weverton, para os rincões do Brasil, lugares que estavam a 800km de distância da Justiça Federal. O cidadão com um problema físico, mental, precisava do benefício previdenciário e não podia acessar a Justiça pela distância. E vamos instalar em Assis Brasil, Senador Petecão.

Conhecendo o país, Ministro Antonio Carlos, conhecendo os seus desafios, eu me dispus a dizer o seguinte para mim mesmo: eu sou capaz de ser Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Otto, o senhor gosta de cavalo. O senhor sabe que, para domar bem um cavalo, tem que domar a si mesmo. Então, para ser um bom Ministro, tem que acreditar que vai ser um bom Ministro também.

Essa foi a nossa vida, coordenando redes de inteligências, interligando as unidades judiciais do Brasil... Um tribunal que talvez – o Senador Sergio Moro sabe disso – seja um dos maiores das Américas. Senador Sergio Moro, 3,4 milhões de processos na primeira instância, mais de 70% do território nacional. E nós fizemos o possível para integrar todas essas unidades federativas.

Sou professor da Universidade Federal do Piauí desde 1997. Sou especialista, mestre, doutor também... Disseram que eu tinha que falar isso, Senador. Então, tenho que falar. (*Risos.*)

O papel do STJ é o papel de uniformizar a jurisprudência, imprimir racionalidade sistêmica ao ordenamento jurídico, para que a gente tenha previsibilidade na interpretação das leis.

Se honrado for com essa aprovação, com a aprovação que Deus está me dizendo que sim – e que Santa Dulce também, Senador Otto, que eu aprendi a admirar, visitando a Bahia, tão generosa –, pretendo contribuir para a estabilidade e integralidade jurisprudencial, gestão responsável de precedentes – e eu fui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO – ... Presidente da Comissão de Precedentes.

Falei com o Senador Sergio Moro da necessidade de mais diálogo, Ministro Herman Benjamin, do STJ com as instituições. V. Exa. tem sido um exemplo, tem protagonizado essa iniciativa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO – ... da cooperação judicial, do diálogo institucional leal, respeitando a separação de Poderes. O Judiciário recebeu uma missão por conta de uma Constituição que é analítica e promete direitos e promete bem-estar. E essas promessas precisam ser executadas, implementadas, quando elas são demandadas. Esse é o papel do Judiciário. Agora, o Judiciário deve fazê-lo sempre com serenidade e sabendo que não deve ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nunca a última palavra. A última palavra é algo muito forte. Nós devemos sempre deixar uma abertura para o diálogo.

Então, proteção aos direitos humanos, celeridade processual... Eu viajei o Brasil todo, Senador Sergio Moro, mas quem mais produzia na 3ª Seção sempre fui eu. Nunca deixei de trabalhar, porque foi o trabalho que me trouxe até aqui. Imagine um piauiense chegando a um tribunal de Brasília com 13 estados. Passei dez anos para ser desembargador, porque dez anos convocado.

Inovação responsável também, aplicação de inteligência artificial... Deve ser aplicada, sim, mas como algo auxiliar, como uma espécie de assessor, mas não para decidir.

Pois, então, eu me coloco aqui, Srs. Senadores, nesta Casa da moderação, Senador Mecias – nesta Casa da moderação federativa. Aqui que os momentos históricos são aplainados. Eu me coloco aqui trazendo essas vozes de todo este país em que eu andei – foram 23 estados –, de vulneráveis, mulheres, Senador Jader. Quando eu ia inaugurar, lá em Parauapebas, um posto avançado, eu perguntava: "Mas o que a senhora está fazendo aqui?", Senador Renan. Eu perguntava para as senhoras, e elas: "Eu estou aqui porque meu filho está estudando isso aí do senhor. E eu vou ligar para ele mais tarde dizendo que ele pode ser o senhor também". Então, isso me deu uma percepção do quanto as autoridades são referências e podem ser referências à sociedade, Senador Contarato. Então, é isto: das vozes mais vulneráveis, das vozes discriminadas também no país, eu trago essa representação.

E se vos falei sem muita organização na estrutura discursiva, deve-se também à emoção do momento de rever tantos amigos aqui, rever o Presidente da Assembleia Legislativa do meu estado, Deputado Severo Eulálio, e poder emitir a cidadania que a nossa chegada – minha e da Ministra Marluce – vai concretizar, sim, essa inspiração no Superior Tribunal de Justiça. Para mim é uma honra poder participar com mais três mulheres, Senador Jayme Campos, deste momento. Isso é uma prova de que o Brasil, Ministro Sérgio Kukina, está melhorando. Nós temos que confiar na Constituição, confiar nas instituições.

Então, olhem aqui a prova concreta de que o Brasil está melhorando: com três mulheres aqui – eu sabatinado –, todas dignas de estarem presentes em seus postos que estão pretendendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essas palavras, eu agradeço aos Senadores, que cumprem o elevado *mister* de bem avaliar esse processo de renovação das cortes superiores, hoje estando sobre o altar dessa deliberação. E ao Brasil – ao Brasil – a minha eterna gratidão, o meu compromisso solene de sempre servir com fé, onde eu estiver.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao nosso Desembargador e futuro Ministro Carlos Brandão, e o parabenizo.

Destaco a presença do...

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – O Flávio entrou e achou que era para ele. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia, Dr. Pedro Maia, um conterrâneo querido que está entre nós; do Ministro Alexandre Silveira, das Minas e Energia; do Ministro José Afrânio Vilela; do Desembargador Pablo Zuniga; da Dra. Izabel Ramos, Subprocuradora-Geral do Trabalho.

E com muita alegria, ao meu lado, está o meu Presidente do STJ, o Ministro Herman Benjamin, por quem tenho uma admiração muito grande, até porque... Agora ele está com débito comigo. Nós já conversamos muito sobre as águas no Brasil. Ele me convidou para fazer uma palestra sobre as águas no Brasil. Estou esperando até hoje esse convite – ele ainda não o formulou –, estou esperando o convite para ir lá falar sobre as águas do nosso país.

Portanto, eu fico muito feliz e passo a palavra à Dra. Maria Marluce, do nosso querido Estado de Alagoas. A representação de Alagoas é muito forte neste momento.

O Relator foi o Senador Fernando Farias.

Com a palavra, Dra. Marluce.

A SRA. MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos!

Não vou seguir aqui a metodologia aplicada por nosso colega, porque ficarão assustados. Pelo meu histórico, eu acho melhor seguir um pouco o protocolo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmo. Sr. Presidente desta egrégia Casa, Senador Otto Alencar.

Exmo. Sr. Relator, digníssimo e querido – muito querido – Senador do Estado de Alagoas, Senador Fernando Farias.

Neste momento me refiro a outro querido e eterno Senador também do Estado de Alagoas, Senador Renan Calheiros.

Exmas. Sras. Senadoras – ontem, eu conversava com ela e dizia o quanto elas são especiais, 16 mulheres que representam mais de 50% da população brasileira, o quanto é difícil e sobre a responsabilidade delas. Gostaria de parabenizá-las e de fazer referência a ela, a quem vi há pouco aqui, à Senadora Augusta, à pessoa da Senadora Augusta.

Exmos. Srs. Senadores desta Casa de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Exmo. Sr. ex-Senador, que também considero eterno Senador, o Senador Lobão, colegas sabatinados, tenho uma grande honra de estar entre essas autoridades que me honram e são privilegiadas pelo empenho e disposição de trabalho por nosso país.

Exmo. Sr. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Herman Benjamin, não existem palavras, Ministro, para dizer da sua grandiosidade, da sua competência, do respeito da instituição com o senhor sob a Presidência desse tribunal, com o apoio nos deu, não só a mim, mas ao Brandão e a todos que por ali passaram em busca dessa vaga. Em sua pessoa, pela receptividade, pelo carinho com que fomos tratados, eu agradeço a todos os Ministros e Ministras. E para não deixar de falar em nenhuma colega, se V. Exas. me aprovarem e eu tiver a honra de ser Ministra, falarei e homenagearei não só as Ministras, mas todas as mulheres na carreira jurídica, na pessoa da nossa querida, competente, renomada Ministra Daniela Teixeira.

Excelentíssimas senhoras presentes, excelentíssimas autoridades, para não ser ingrata – como diz o Brandão –, eu gostaria de fazer uma homenagem às mulheres do meu estado, na pessoa da Senadora Eudocia Caldas, que nos representa e está aqui, no Senado, representando não somente o povo brasileiro, o nosso estado, mas todas as mulheres do Brasil, lutando, principalmente e sobretudo, por um dos maiores problemas da humanidade hoje, que, além do clima, é a saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, apresento-me hoje perante estes ilustres integrantes, nesta nobre Comissão, com humildade e profundo senso de responsabilidade cívica. Sinto-me tocada por um sentimento que vai além da formalidade institucional. É a emoção genuína de quem percorreu uma longa, mas muito longa jornada de vida pública e que, neste exato momento, encontra-se diante de uma situação muito especial. A sabatina representa para mim não apenas mais uma etapa desse processo, mas a expressão viva da cidadania brasileira.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, minha trajetória até aqui foi marcada por trabalho árduo, compromisso com a justiça e profunda fé.

Sou filha de Sr. Expedito e de D. Quiterinha, uma mulher à frente do seu tempo, professora, tabeliã e a primeira mulher a exercer o honroso cargo de Prefeita da minha querida cidade de Ibateguara – com mais de 60 anos –, uma pequena cidade da Zona da Mata alagoana. Sensível e obstinada, veio dela a inspiração que me moveu no amor pela educação e no respeito ao serviço público. Minha mãe e minha avó, D. Elisa Caldas, conhecida como D. Elisa dos Correios, reforçam em dimensões várias a história e a importância da mulher nordestina.

Com essa força desbravadora, minha mãe, então grávida de mim, saiu de Alagoas como retirante, junto com meu pai, que tinha apenas 23 anos, e foram para o Sudeste do país em busca de oportunidades. Minha mãe não ficou por lá, mas tantas outras mulheres nordestinas permaneceram, transformando o rumo das histórias pessoais e ajudando a construir tantas cidades.

Nasci no Rio de Janeiro. Com apenas dois meses de vida, voltamos para Ibateguara, onde cresci e integrei espiritual e intelectualmente os primeiros valores de construção da minha identidade. Aos 11 anos, enfrentei um desafio: deixar minha família para estudar em Maceió, em um internato, um colégio público, o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho. Foi nesse colégio onde passei sete anos da minha vida e lá entendi o valor da perseverança, o valor da disciplina e o poder transformador da educação.

Costumo dizer que o Colégio Bom Conselho me deu uma extensão da minha família. Passei a conviver com mais de cem irmãs. E, movida por esse desejo de transformar vidas, decidi estudar Direito. Para realizar esse sonho, precisei me dedicar com empenho para ser aprovada em uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universidade pública. E, aos 18 anos, eu consegui realizar esse sonho e iniciei meus estudos na respeitável Universidade Federal de Alagoas...

(*Soa a campainha.*)

... onde tive o privilégio de ser aluna de renomados mestres, fundamentais em minha formação.

Logo depois que concluí o meu curso, fui aprovada em dois concursos. Eu era apaixonada pelas disciplinas de direito do trabalho e direito penal. Passei no cargo para fiscal do Ministério do Trabalho, um concurso público, e ao mesmo tempo para o cargo de promotor de justiça. Três anos depois, depois de muita luta, as vagas eram poucas, eu optei por entrar, em 1986, na carreira do Ministério Público.

Com essa dedicação integral para viver exclusivamente o Ministério Público, no chão do meu país, principalmente no Estado de Alagoas, eu me dediquei a estudar, a ter capacitação contínua.

Entrei em 1986. Em 1988, o Congresso Nacional nos presenteou com a nossa Constituição Cidadã.

A partir daí, eu vivi e passei a viver um outro Ministério Público. O que eu havia aprendido já não tinha mais condições de aplicabilidade, e resolvi fazer a minha primeira pós em Direito Constitucional, nos anos 90. Mas a Constituição foi mudando, e eu fiz outra, em Direito Constitucional, porque eu precisava, eu tinha responsabilidade de estar atualizada para cumprir as leis. Para ser a protetora, para assegurar a aplicação da lei, da ordem jurídica, eu entendo que nós precisamos, sim, não só conhecer, mas nos aprofundarmos no estudo da nossa Constituição e de toda a legislação brasileira.

Ao longo da minha carreira, eu fui um pouco diferente e tive uma atuação um pouco diferenciada.

Com esse amor pelo direito constitucional, com esse amor pelos direitos, pela aplicabilidade dos direitos fundamentais, eu decidi que, além de protetora da lei, dos órfãos, daquele promotor da acusação, eu procuraria ser, com o meu trabalho, na minha vida, protetora dos vulneráveis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para minimizar a violência, para reduzir a violência, mas, sobretudo, para minimizar o sofrimento humano.

E foi para minimizar o sofrimento humano na área da saúde...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pediria silêncio ao plenário.

A Dra. Marluce está fazendo o seu pronunciamento. É importante que todos possamos ouvi-la em silêncio.

A SRA. MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA – Obrigada, Excelência.

Retornando, eu me dediquei não só a ser aquele promotor anterior à Constituição de 1988, da acusação, dos órfãos; procurei, sim, seguir a beleza e todas as possibilidades que nos foram dadas pela Constituição de 1988: a proteção dos interesses individuais, coletivos, mas, sobretudo, dos vulneráveis, para minimizar a violência humana, trazer mais direito à paz e minimizar o sofrimento humano. A minha maior paixão é servir às pessoas, servir ao próximo e às instituições.

E mais: cheguei no Ministério Público com muita dificuldade. Só tínhamos quatro mulheres. Com o meu concurso, eu fui a 11ª promotora.

Ao longo da minha carreira, eu fui a terceira mulher a ascender ao cargo de Procuradora de Justiça no meu estado – não foi fácil, foram três décadas –; a primeira a atuar em uma câmara criminal, o que muito me honrou.

Fui a 11ª, como falei, a ocupar o cargo de Promotora. Pasmem, em 1997, após dez anos no interior do Estado de Alagoas, eu cheguei à capital e fui a primeira mulher a ocupar a tribuna no Tribunal do Júri, mas a minha atuação na área criminal, confesso a vocês, sempre foi diferenciada. Acho que eu sou um pouquinho ponto fora da curva.

Eu fui para uma promotoria, a princípio, substituir uma Promotoria do Tribunal do Júri e, ao mesmo tempo, uma Promotoria de Execução Penal, o que me fez ver que nós tínhamos que combater o crime, e não o criminoso. Assim, eu saía do Tribunal do Júri e ia cuidar, Excelência, dos direitos das pessoas que estavam reclusas, dar-lhes dignidade. Naquela época, nós tínhamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas dificuldades, não tínhamos advogados. E o que mais me doía era justamente defensores, pessoas que eram nomeadas *ad hoc*, que não faziam a defesa dessas pessoas. Vinda do interior, eu sentia essa dificuldade e, chegando à capital, também. E qual foi a minha alegria com o despontar da Defensoria Pública? As oportunidades de advogados preparados para defenderem, porque não adianta nós fazermos o nosso trabalho se nós tivermos pessoas que vão à Justiça sem a devida representatividade.

Na Promotoria de Crimes de Trânsito, confesso aos senhores...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA – ... além de me sentir só, remando contra a maré, eu fiquei muito triste, Senador, com o que me deparei. Eu fui à delegacia, e todo crime de homicídio ia para a minha promotoria. A angústia e o pavor foram tão grandes que, saindo praticamente do Tribunal do Júri com aquela vida criminal, eu disse: "É agora que nós vamos resolver o problema. Desembargadora – hoje – Elizabeth, vamos levar todos os condutores que dirigirem sob influência de álcool para o Tribunal do Júri, dolo eventual", isso em 1997. Eu estava convicta de que estava realizando o meu papel, de que ali estaria a solução, e levamos acho que uns dos primeiros casos de dolo eventual para o Tribunal do Júri. No dia da sessão no tribunal, nós levamos os jurados até o local do fato. O réu foi condenado.

Confesso aos senhores: ainda acredito que é possível não só o dolo eventual, mas até o dolo direto no trânsito. Todavia, a partir de um curso de extensão na Universidade Federal de Alagoas, Senador Renan, a nossa universidade, em que eu tive a oportunidade de estudar e concluir com V. Exa., eu encontrei 50 pessoas sensíveis, responsáveis, mas que tinham uma visão diferente da questão do trânsito brasileiro, do transporte brasileiro – médicos, engenheiros, profissionais dos órgãos de trânsito do município, da CBTU –, e eu fiquei encantada com a legislação de trânsito.

De tal forma, nós tivemos também que aperfeiçoar o novo Código de Trânsito Brasileiro, uma legislação que veio para ajudar a reduzir a violência no trânsito, vinda dos senhores, saída do Congresso Nacional. E, naquela angústia, nós conseguimos um curso de pós-graduação para quem faz, para quem trabalhava no trânsito na cidade de Maceió.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA – Trouxemos professores do Paraná, professores daqui da UnB, como a Profa. Juciara. E a minha maior alegria foi quando eu descobri que seriam implementadas as câmaras técnicas do Contran.

E eu lembro aqui, Dra. Lorena, a importância da senhora nessa agência. Por quê? Porque nós sabemos hoje que um dos maiores problemas da sociedade é a segurança de dados, é a segurança do cidadão.

E, para a segurança no trânsito, eu tive a oportunidade de levar a minha experiência, a especialidade de uma promotoria de crimes de trânsito, para o Brasil, para o Conselho Nacional de Trânsito. Junto com especialistas representantes de todos os estados brasileiros, nós passamos quase quatro anos, dois biênios, todos os meses, estudando o trânsito, o direito penal aplicado ao trânsito, o direito constitucional aplicado ao trânsito, o direito civil aplicado ao trânsito.

E confesso aos senhores que, depois de dez anos, eu vi que realmente a educação transforma vidas, transforma pessoas e transforma o servidor público – porque eu mudei radicalmente depois que eu conheci, estudei sobre o trânsito, depois que eu estive com quem faz o trânsito, com quem cuida das pessoas do trânsito –, que a educação é fundamental, que a legislação é fundamental, que a saúde também o é e que o direito penal no trânsito, como nós vemos no próprio código, é mínimo, que deve, sim, ser aplicado, mas como último recurso.

Eu gostaria, Excelência, de dizer aos senhores que essa experiência minha... Eu não falo... Eu não teria doutorado... Eu poderia ter passado esses quatro anos indo para a UnB estudar, fazer mestrado, mas com certeza não teria tido o diploma que eu tive. Qual foi? Quando, já no final dessa minha jornada, nós conseguimos participar da discussão de uma lei, inclusive com vários debates anteriores que passaram por esta Casa e pela Câmara, a Lei Seca, uma lei que salva vidas.

Eu gostaria, senhores, que tivesse uma lei como a Lei Seca para criança e adolescente, para reduzir o feminicídio, para minimizar a violência, para a segurança no trânsito. E foi com a Lei Seca – e não foi com o dolo eventual – que eu vi os índices, os números de mortes no país inteiro, num comitê nacional de redução pela morbimortalidade, saírem de lá de cima, de quase 100%, e despencarem para 30%, 20%. Foi aí que eu vi o papel da imprensa, a importância da liberdade de imprensa, da imprensa séria, da imprensa que informa, da imprensa que educa, e nós vimos uma revolução no trânsito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como nós trabalhamos: Legislativo, imprensa, Poder Executivo e o Poder Judiciário. Conversando até com um advogado da União, que preparava... Eu não sei como ele ficou nos conhecendo, e ele disse: "Doutora, a senhora vai se ver na sanção da Lei Seca". Aí eu não tinha noção. O nosso medo, Ministro Herman, é que, do jeito como estava a Lei Seca inicialmente, fosse derrubada logo, no STJ, nos primeiros casos, terminando com aquela lei. Mas, graças a Deus, conseguimos uma aprovação e êxito.

Em cada canto... Ainda estive Secretária de Estado da Mulher, cidadania e dos Direitos Humanos, na gestão de Ronaldo Lessa, quando tive a oportunidade de executar as políticas públicas que nós estamos trabalhando.

A participação, senhores, de membros do Ministério Público no Superior Tribunal de Justiça, por exemplo, incorpora uma perspectiva muito peculiar à função jurisdicional do Estado. Trata-se, na verdade, de um enfoque epistemológico na cosmovisão dos agentes dessa instituição cidadã. No que diz respeito à seara jurídica, cito a aplicação da lei ao caso concreto, não mais relativamente à validade simplesmente, mas ao alcance da norma jurídica transposta do plano teórico ao plano da aplicabilidade.

Ser a primeira mulher oriunda do Ministério Público de Alagoas e, ao mesmo tempo, a primeira mulher do estado votada pelo Superior Tribunal de Justiça para compor essa lista tríplice que me trouxe até aqui, e ser indicada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA – ... para ocupar a vaga de Ministra do Superior Tribunal de Justiça, é motivo de orgulho e transcende a minha história pessoal.

Saúdo os colegas do Ministério Público, todas as mulheres, todas as autoridades do Estado de Alagoas e todos os que me apoiaram. Ressalto a imagem de duas grandes figuras jurídicas importantes, que fazem parte da história e continuam fazendo história no STJ: o Ministro Pedro da Rocha Acioli e o nosso atual, respeitável e competente Ministro Humberto Eustáquio Martins – muito obrigada, Excelência –, alagoanos que construíram suas vidas também na Universidade Federal de Alagoas. E reitero, neste momento...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA – ... a minha homenagem aos servidores públicos.

Levo comigo o que considero, senhores, caso seja aprovada para o STJ, instrumentos de transformação social: a fé em Deus, a coragem e o compromisso com a justiça. Minha homenagem também aos meus pais, D. Quitéria e Seu Espedito, em memória, que me ensinaram o valor do trabalho honesto, e ao meu esposo Irã, um grande companheiro, porque sem ele eu não estaria aqui.

As minhas filhas... (*Manifestação de emoção.*)

Desculpem-me...

As minhas filhas, Glaucia e Alessandra, são meu orgulho, minha razão e minha esperança, e por isso eu estou aqui – por vocês, minhas filhas, e por todas as mulheres do meu país.

Sinto que essa indicação honra o Ministério Público do meu estado, valoriza a mulher nordestina, reforça o papel da diversidade no sistema de justiça brasileiro e reafirma a importância das instituições públicas na construção de um Brasil mais justo e mais humano. Quero aqui representar as milhares de mulheres do Nordeste do Brasil afora, cidadãs, mães, avós, trabalhadoras que acreditam não ser apenas preciso poder, mas é preciso querer lutar para ocupar os espaços públicos com representatividade, dignidade, responsabilidade e compromisso com a justiça.

Juntem-se, Srs. Senadores, a todas essas marias! Eu sou uma maria qualquer, mas eu me misturo e me junto a todas essas mulheres que fazem da luta e da esperança uma chama constante e que trazem nessa marca essa inabalável consciência de ter fé na vida e não deixar a luta antes da hora, como nos ensina o cancioneiro popular.

Que esta sabatina seja um ambiente de diálogo republicano, que Deus ilumine os trabalhos desta Comissão! Que, se for da vontade das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, eu possa contribuir com afinco, com integridade, com a minha vida, com o meu tempo para a história do tribunal da cidadania!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Dra. Maria Marluce, e passo a palavra à Dra. Lorena Coutinho, para a sua exposição, pelo tempo de dez minutos.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Sr. Presidente, rapidamente, pela ordem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Após a fala da Dra. Lorena, eu pediria que V. Exa. abrisse o painel, porque nós já conhecemos, já conversamos com todos os indicados. Nós temos o currículo de todos eles, e isso agiliza, até porque...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Está aberto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não está aberto ainda, não. Para votar, não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não foi aberto ainda.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Após a fala da Dra. Lorena, eu pediria para V. Exa. abrir o painel para a gente votar, porque tem outras Comissões e hoje também tem outras sabatinas.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Subscrevo o pedido do Senador Omar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Subscrevo também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Omar Aziz, eu acato a proposta de V. Exa.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, com o aniversariante.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E determino que, assim que for concluída a exposição da Dra. Lorena, seja aberto o painel para a votação.

Senadora Daniella.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Exa. e a todos os sabatinados e sabatinadas, e todos que aqui se encontram, de forma rápida eu gostaria de pedir para que V. Exa. entre em contato com o Líder do Governo, porque há duas agendas no Palácio do Planalto, onde estão exigindo ou convidando – "exigindo" no sentido de convidar – os Senadores e Senadoras, quando hoje nós temos, notadamente, uma reunião às 10h no comitê relativo ao clima, do qual fazem parte vários Senadores e alguns Senadores aqui, inclusive Eduardo Gomes; bem como, logo após, às 11h, outra agenda.

Então, eu gostaria de que V. Exa. pudesse pedir para o Líder do Governo ou, então, V. Exa. entrar em

Então, eu gostaria que V. Exa. pudesse pedir para que o Líder do Governo...2 ou que V. Exa. entrasse em contato com o Palácio para que se compreenda que hoje é impossível a gente ter agenda fora do Senado. É só uma...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Essa missão não posso... Não é atribuição minha.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Não, não é, não. Eu estou pedindo só a sua interlocução com...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, eu não tenho como fazer essa agenda com o Palácio do Planalto.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Não, Presidente, de forma alguma. Eu estou pedindo é que V. Exa. possa tentar falar com o Líder do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não estou nem vendo o Líder do Governo aqui; o Senador Jaques Wagner não está presente.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – ... que não está aqui. É só uma...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vamos iniciar aqui.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Sr. Presidente, como Vice-Líder, eu vou ajudar aqui e vou fazer essa ligação.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Pronto. É só nesse sentido, Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dra. Lorena.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – E de público também já fica avisado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pela ordem aqui, Presidente Otto Alencar. Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu queria fazer coro aqui para que se abra o painel.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vamos abrir assim que ela termine a exposição. É pouco tempo, dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – O parecer está disponibilizado aí...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jayme, em dez minutos a gente abre o painel.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Porque tem agora a CI, onde se estão votando várias autoridades de agências, tem a CAS, e eu, particularmente, sou titular dessas duas Comissões. Eu solicito a V. Exa., como sempre...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se o Plenário concordar em abrir agora... O Plenário concorda?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Plenário é soberano, e nosso Petecão, do Acre, já falou. Por favor, abra o painel para votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dra. Lorena.

Eu espero que permitam que a Dra. Lorena possa expor suas posições.

A SRA. LORENA GIUBERTI COUTINHO (Para expor.) – Muito obrigada, Presidente.

Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aproxime-se mais um pouquinho aí do...

Chegue para cá, Carlos.

A SRA. LORENA GIUBERTI COUTINHO – V. Exas. me escutam? Sim, agora sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de iniciar cumprimentando o Exmo. Presidente Otto Alencar, uma grande voz do Parlamento brasileiro, que preside com grande serenidade esta Comissão.

Gostaria de saudar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras da CCJ, assim como todas as demais autoridades e os presentes.

Cumprimento também os demais indicados. É uma grande honra para mim me sentar à mesa com a Dra. Verônica Sterman, Dr. Carlos Brandão, Dra. Maria Marluce Bezerra.

Agradeço ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pela indicação e também ao Ministro da Justiça, Sr. Ricardo Lewandowski.

É uma grande honra para mim estar aqui hoje me submetendo ao escrutínio de V. Exas. para compor o Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Gostaria de fazer, claro, uma saudação especial ao Senador Eduardo Gomes, Relator da minha indicação, um dos grandes formadores de consenso desta Casa e uma figura central para a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados, bem como para a criação da ANPD.

Eu também não poderia, Senador, deixar de mencionar seu protagonismo na promulgação da emenda constitucional que elevou a proteção de dados pessoais a um direito fundamental no país.

Agradeço também aos Senadores que me receberam tão bem nos últimos dias em seus gabinetes.

Queria fazer um agradecimento especial à Bancada Feminina do Senado: Senadora Dorinha, Líder da Bancada Feminina, Senadora Soraya Thronicke, Senadora Zenaide Maia, Senadora Augusta Brito, Senadora Daniella Ribeiro, Senadora Eliziane Gama, meu muito obrigada. Eu, como mãe de dois filhos, sei bem a dificuldade de se conciliar uma vida profissional com a vida familiar. Por isso, agradeço à Bancada Feminina, que me recebeu de braços abertos.

Hoje, senhoras e senhores, eu gostaria de fazer uma breve exposição sobre a minha carreira profissional, acadêmica. O meu nome é Lorena Giuberti Coutinho, sou nascida e criada em Brasília. Sou servidora pública federal desde 2013, aprovada em concurso público para o Ministério da Indústria e Comércio Exterior, na carreira de analista de Comércio Exterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Mdic é a minha casa, foi onde eu atuei em diferentes cargos e, para mim, essa foi uma experiência muito rica, porque eu pude estar muito perto do setor produtivo nacional, entender as dificuldades, os desafios do empresariado brasileiro e, também, a sua capacidade de inovação, apesar de todos os obstáculos que nós bem conhecemos no Brasil. E por isso eu vejo a Lei Geral de Proteção de Dados como uma oportunidade para que nós avancemos na inovação e no desenvolvimento do nosso país.

Nos últimos dois anos, eu tive a oportunidade de trabalhar como economista na OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). A OCDE é uma organização que reúne os principais países de vários continentes do mundo e é sediada na França, em Paris, uma organização com a qual o Brasil tem uma cooperação muito profícua, muito longa. E, quando eu entrei na OCDE, eu estava grávida do meu primeiro filho...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LORENA GIUBERTI COUTINHO – ... eu passei por um processo seletivo longo, desgastante, mas que para mim é motivo de muito orgulho, porque eu pude, Senadora, lidar com temas que hoje estão na fronteira da economia digital, temas como a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, o compartilhamento de dados no setor público, o uso de dados biométricos, temas que hoje estão na agenda do dia no Brasil e que também são prioridades para a ANPD. A minha experiência na OCDE também me chamou a atenção para o valor dos dados na economia, o valor dos dados pessoais e do seu uso adequado.

Hoje, Senadores, não é mais possível falarmos do desenvolvimento da economia sem o uso de dados, sem o uso adequado de dados pessoais e por isso que eu vejo a Lei Geral de Proteção de Dados como uma aliada para nós promovermos a confiança, que é um elemento essencial para o desenvolvimento da economia digital.

Na OCDE, eu também pude consolidar a minha percepção sobre a importância do diálogo, da construção de consensos. Pude perceber que ainda que existam fronteiras geográficas, distâncias culturais, é sim possível, por meio do diálogo, da troca de experiências, da troca de melhores informações, avançar em desafios comuns. E a proteção de dados pessoais é um desafio que se coloca hoje no mundo inteiro, por isso eu ressalto a importância do diálogo, da cooperação internacional e da cooperação entre o setor privado, academia e sociedade civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria falar brevemente da minha experiência acadêmica, que foi extremamente importante para o meu aprimoramento profissional e pessoal. Eu sou graduada e mestre em Economia pela Universidade de Brasília, onde eu iniciei meus estudos sobre economia digital e economia de dados. Depois eu tive uma oportunidade muito rica de me aprofundar sobre esse tema no meu doutorado na Universidade de Maastricht, na Holanda, onde eu pude colaborar com professores e instituições, inclusive brasileiras, para conduzir estudos de campo, estudos econométricos sobre o impacto de novas tecnologias em diferentes mercados.

Partindo então para o fim da minha fala, eu ressalto que, agora em agosto, nós celebramos sete anos de aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados. E, desde então, nós tivemos avanços muito significativos, como a criação da ANPD em 2020, a sua transformação em uma autarquia especial em 2022. E a ANPD, em apenas cinco anos de existência, teve avanços muito significativos, como a aprovação de regulamentos estruturantes, que deram dentes à autoridade. E, para mim, será uma grande honra poder contribuir com essa nova fase da instituição, caso venha a ser aprovada pelos senhores.

Queria finalizar a minha fala agradecendo a generosidade das equipes com as quais eu trabalhei na OCDE, no Ministério da Indústria e Comércio Exterior. Queria agradecer o apoio do Conselho Diretor da ANPD, Presidente Waldemar, Diretora Miriam Wimmer, Diretor Iagê Miola, Diretor Arthur Sabbat, que me receberam e me apoiaram tanto nessa caminhada. A minha trajetória profissional só foi possível graças às oportunidades que me foram dadas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LORENA GIUBERTI COUTINHO – ... e, é claro, ao apoio de muitos profissionais.

Eu agradeço também à minha família. Eu, como mãe de dois filhos, somente estou aqui hoje porque tenho o apoio incondicional da minha família e do meu marido aqui presente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LORENA GIUBERTI COUTINHO – Por último e não menos importante, eu expresso os meus cumprimentos à condução exemplar desta Casa na condução dos temas de sua competência. Eu tenho a plena convicção, Senadores, de que essa atribuição é de grande importância para a efetiva execução das nossas políticas públicas, e é com igual rigor, zelo e ética

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu me comprometo a compor o Conselho Diretor da ANPD, caso venha a ser aprovada pelos senhores.

Encerro agradecendo novamente e me colocando à disposição para eventuais perguntas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Dra. Lorena, indicação de uma pessoa preparada para o exercício desse cargo.

E, pela inscrição dos Senadores, o primeiro inscrito para usar a palavra é o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Muito obrigado, meu Presidente.

Meu querido Presidente Otto Alencar, meu não menos querido Senador Edison Lobão, cumprimento todos os sabatinados e sabatinadas.

Gostaria, senhoras e senhores, inicialmente, de saudar o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Herman Benjamin, na pessoa de quem cumprimento os demais Ministros da corte, que sempre foi um tribunal aberto, solícito e muito colaborativo nos aprimoramentos legais e nos debates jurídicos desta Casa.

Tive, Presidente Herman, essa experiência positiva com o STJ tanto à frente do Ministério da Justiça como na modernização dos vários códigos durante o período que presidi esta Casa.

Cumprimento também o Deputado João Caldas e cumprimento seu filho, o Prefeito de Maceió, uma das melhores, uma das mais gratas revelações da política de Alagoas e do Brasil. Desejo felicitar a Procuradora Marluce Caldas, que engrandece o nome de Alagoas, assim como outros juristas do estado fizeram no passado.

Marluce Caldas tem pós-graduação em Direito Constitucional e Processual e integra o Ministério Público desde 1986 e, em 2022, foi promovida ao cargo de Procuradora da Justiça do Estado de Alagoas. No próprio STJ, temos outro alagoano querido, o Ministro Humberto Martins, que presidiu o tribunal. E certamente o alagoano mais conhecido entre os operadores do direito é Pontes de Miranda, um visionário do Engenho Frexeiras de São Luís do Quitunde, que encantou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o mundo e assombrou o Brasil com o seu *Tratado de Direito Privado,* com 60 volumes, um positivista que veio da matemática para o direito e publicou mais de 300 livros.

A indicação de Marluce Caldas tem, Presidente Otto Alencar, uma simbologia redobrada e meritória pelo fato de ser uma mulher que, pelo trabalho, competência, notório saber jurídico e reputação ilibada, preenche com sobras os requisitos constitucionais e possui um currículo repleto de experiências profissionais que incluem passagens como Secretária de Estado de Alagoas e inúmeras e justas homenagens e honrarias.

Marluce Caldas fez sua carreira nas áreas criminal e de direitos humanos, tendo participado ativamente das discussões que culminaram na promulgação da Lei Seca, uma das mais importantes leis brasileiras na preservação de vida.

Presidente Otto Alencar, como Ministro da Justiça do Governo Fernando Henrique Cardoso, coube-me a difícil tarefa da regulamentação do Código Nacional de Trânsito. E eu devo confessar, antes de qualquer coisa, que em meio à tensão da regulamentação natural, sobretudo quando pontos de vistas conflitavam, em várias oportunidades, como Ministro da Justiça, eu procurei ouvir os conselhos e os ensinamentos da Procuradora Marluce Caldas. Tenho ainda, Srs. Senadores, uma proximidade acadêmica com a Procuradora Marluce Caldas, já que estudamos juntos e nos formamos juntos na mesma turma, na Universidade Federal de Alagoas, em 1982.

Como se vê, o destino reservou caminhos diferentes para ambos, e agora temos a ventura de nos encontrarmos aqui no Senado Federal, em que... (*Pausa.*)

Cumprimento, com muita satisfação, o Ministro Kassio. É uma honra tê-lo aqui nesta Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional.

Como eu dizia, temos a ventura de nos reencontrarmos aqui no Senado Federal, de que, Presidente, eu sou o decano não por idade, mas porque estou há quatro mandatos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Conheço o currículo de V. Exa. Já presidiu tudo. (*Risos.*)

O Senado já por quatro vezes. A Comissão de Constituição e Justiça por quantas vezes já?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Algumas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou há quatro vezes exercendo o mandato em nome do povo de Alagoas, o que me orgulha e me engrandece demais.

Eu queria, como decano, antes de qualquer coisa, dar um depoimento: da mesma forma que a Procuradora Marluce Caldas honrou e honra o Ministério Público de Alagoas, ela honrará, sem dúvida nenhuma, o Superior Tribunal de Justiça. Eu tenho, Marluce, como seu contemporâneo, como seu amigo, um orgulho muito grande de estar aqui participando deste momento histórico.

O Otto lembrou há pouco que eu já tive o prazer de participar de muitas sabatinas aqui de muitas autoridades, mas eu devo confessar ao Senado e à Comissão de Constituição e Justiça que nenhuma indicação, nos últimos anos, me deu tanto prazer e tanta satisfação como me deu a sua indicação para o STJ pelo Presidente Luiz Inácio da Silva.

Gostaria também ainda de cumprimentar este amigo querido, Carlos Brandão, mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba. Natural de Teresina, tomou posse, como juiz, em 1997, e ocupa o cargo de Desembargador do TRF1 desde 2015. É também o Carlos Brandão professor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Piauí.

Eu queria, na pessoa do Brandão, cumprimentar a Dra. Lorena Coutinho, indicada para a ANPD, e cumprimentar também a Dra. Verônica Abdalla, indicada para o STM, que participam desta sabatina, que, como todos sabem, é um ritual essencial para legitimar e conhecer o pensamento daqueles que comporão as mais elevadas instâncias do Poder Judiciário.

Sr. Presidente, para não me estender – outros Senadores e Senadoras também querem e vão falar –, eu gostaria de deixar duas perguntas que não envolvem caso concreto e, portanto, podem ser respondidas tanto pelo Ministro Carlos quanto pela Ministra Marluce.

A primeira: V. Exas. aprovam ou discordam do uso da inteligência artificial nos tribunais, seja em peças de defesa, de acusação ou até mesmo em sentença?

E uma outra pergunta eu quero também fazer aos dois indicados para o STJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, este Parlamento aprovou uma Lei de Abuso de Autoridade. Para quem não sabe, eu sou o autor da Lei de Abuso de Autoridade e aprovamos essa lei com muita resistência do Ministério Público, da própria Polícia Federal, que arguiu a inconstitucionalidade da lei junto ao Supremo Tribunal Federal. O titular dessas ações, como todos sabem, é o Ministério Público, onde a Procuradora Marluce – eu citei há pouco – fez carreira. O fato é que nós estamos testemunhando um baixo número de ações neste sentido. Eu perguntaria aos dois: o que fazer para modificar essa resistência do Ministério Público com relação ao abuso de autoridade?

Sr. Presidente, eram essas colocações.

Muito obrigado pela deferência.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bem pertinente a pergunta para o momento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou passar a palavra ao Senador Fernando Farias e depois ao Senador Sergio Moro.

Vou fazer um bloco de três Senadores por pergunta e os que estão sabatinados responderão depois. É bom que cada sabatinado anote as perguntas, porque, depois de três Senadores colocarem as suas posições, eles responderão.

Senador Fernando Farias, que é o Relator da Dra. Maria Marluce, pelo Estado de Alagoas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

V. Exa. pode só dizer quantos estão inscritos para falar dos Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Até agora, com V. Exa., que foi a última, 11.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O.k., Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode sim, claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Eu só quero agradecer, Presidente, por você ter me designado Relator aí da Marluce e dizer, Marluce, que foi muita honra, para mim, fazer a relatoria para você ser a quarta Ministra alagoana do Superior Tribunal de Justiça. O primeiro foi o Pedro Acioli; Humberto Gomes de Barros; temos o nosso Humberto Martins, aqui presente; e você será a quarta.

E, Presidente, só queria fazer uma ressalva: na terra de Pontes de Miranda, eu estou achando que Alagoas está pouco contemplada com esses Ministros.

Era só isso.

Muito obrigado por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu queria também cumprimentar aqui todos os indicados, parabenizá-los.

Inicialmente, Presidente, aproveitando a presença aqui do Presidente do STJ, o Ministro Herman Benjamin, eu queria dizer o seguinte: nós temos uma dívida aqui no Legislativo em fazer a regulação do requisito da relevância para o recurso especial. Foi aprovado em 2022, está lá no art. 105, §2º da Constituição Federal. Teve um grande esforço na época, aqui, do Ministro Martins, aqui presente. E falta essa regulação, porque é um tribunal absolutamente sobrecarregado, e essa sobrecarga desses processos têm, às vezes, até inviabilizado uma atenção mais minuciosa em relação aos casos concretos.

Então, eu já tive a oportunidade até de falar com V. Exa., sei que V. Exa. é sensível também a essa necessidade de aprimoramento do Judiciário, e aproveitaria para rogar aqui a todos os nossos colegas para que nós pudéssemos avançar nesta matéria. Tem um projeto até um pouco antigo aqui, Senador Otto, que já está aqui na CCJ, para ser distribuído, e nós teríamos plenas condições de fazer um encaminhamento disso juntamente com o STJ, para um acerto desse texto. Creio que seria algo importante aqui. Eu tenho certeza de que os indicados ao STJ têm convicção também sobre essa necessidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prosseguindo aqui na sabatina, eu tenho algumas pontuais questões. A Dra. Marluce, que foi indicada, falou com muita propriedade sobre os seus esforços, da lei do trânsito e da proibição do consumo de bebidas alcoólicas, e tem sempre uma polêmica que surge, até não só juridicamente, mas também no público em geral: a questão da obrigatoriedade ou não da utilização do etilômetro. Eu, sinceramente, sempre entendi que é obrigatória. Inclusive a gente vê em direito comparado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... que não existe essa possibilidade de recusar a submeter-se ao bafômetro para verificar se houve abuso no consumo de bebidas alcoólicas ou não. Talvez a Ministra tenha algum posicionamento sobre isso. Se pudesse nos ilustrar sobre essa questão, que é uma questão, a meu ver, bastante relevante. E seria interessante até que o STJ firmasse uma posição com clareza sobre essa temática.

Dr. Brandão, tive também a responsabilidade, o privilégio de recebê-lo lá no gabinete, colega da Justiça Federal. É muito bom ver um desembargador federal, um juiz federal sendo indicado ao STJ, com a sua qualidade. E eu externei, Desembargador, uma preocupação a V. Exa.: hoje existe um sentimento da população de uma grande impunidade em matéria criminal, e, por vezes, os tribunais superiores têm contribuído para essa percepção, não sei se pode se dizer uma certa cultura de nulidades. Claro que é importante o devido processo, claro que é importante o respeito aos direitos fundamentais, mas, às vezes, está se vendo um certo grau de minúcias, na análise da produção da prova, que tem levado muitos casos, ao invés de serem julgados no mérito, a serem basicamente nulificados.

Eu fiz uma experiência aqui, e, se colocar no Google, por exemplo, "STJ libera traficante", vem um rol de casos escabrosos. Sei que não é o regular do tribunal, não é? A maioria das decisões não é nesse sentido, mas surgem pontualmente várias decisões que acabam impactando, com o tempo, a crença das pessoas no sistema de justiça. Então, eu queria ouvir a opinião de V. Exas. a esse respeito e aproveitar tanto a Dra. Marluce como também o doutor, para pedir, pleitear – eu sei, tenho a crença aqui de que serão aprovados nesta sabatina – que, assumindo os postos no STJ, ajam para contribuir para a superação dessa visão negativa que, muitas vezes, se tem dessa cultura de nulidade ali perante os tribunais superiores, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos a oportunidade de conversar, ambos, sobre esse assunto. Sei que têm uma visão importante sobre esse tema, mas gostaria de saber qual seria a visão de V. Exa. sobre esses posicionamentos. Por exemplo, tem um caso aqui, uma decisão monocrática liminar do STJ que libera um motorista de caminhão que carregava 800kg de cocaína, sob o argumento de que não havia demonstrativos de vínculo com o crime organizado. Mas, assim, numa prisão em flagrante, ainda no início da investigação, é muito difícil ter esses indícios robustos. De todo modo, quem transporta 800kg de cocaína não é alguém que se pegou na esquina, é evidente aqui que existe um uma pessoa de confiança fazendo esse tipo de trabalho. São exceções, mas são exceções que, de fato, minam, muitas vezes, a credibilidade do sistema de justiça.

Jurisprudência sobre buscas pessoais. É uma grande reclamação que a gente vê, quando circula no interior do país, das PMs e igualmente das guardas municipais, de, às vezes, aquele rigor excessivo em relação a fazer uma revista pessoal na rua, de alguém suspeito de estar portando drogas ilegais ou armas ilegais... Tudo isso vai contribuindo para minar a imagem, muitas vezes, da justiça.

Então, gostaria de ouvir V. Exa. também a esse respeito.

Dra. Lorena – tivemos a oportunidade de conversar ontem – tem um currículo, de fato, expressivo para essa matéria, uma matéria bastante complexa, mas aqui eu queria aproveitar a oportunidade e lhe fazer uma pergunta sobre a sua opinião interpretativa. Eu adiantei o tema até, não é nenhuma pegadinha, mas, na Lei Geral de Proteção de Dados, nós temos o art. 4º, que realiza algumas exceções, não é? "Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: [...], III – realizado para fins exclusivos de: a) segurança pública". E depois, no §4º, nós temos lá: "Em nenhum caso a totalidade dos dados pessoais de banco de dados de que trata o inciso III [...] [para fins de segurança pública] poderá ser tratada por pessoa de direito privado, salvo por aquela que possua capital integralmente constituído pelo poder público".

Eu gostaria de pedir a opinião da doutora: qual é a sua interpretação, a sua visão sobre esse dispositivo? O que ele significa? Por exemplo, dados pessoais constantes em bases de dados de segurança pública estão submetidos à LGPD? Não estão? E que tipo de proteção esses dados têm? E se eles podem, considerando o teor desse dispositivo, ser de fato lidados por pessoas jurídicas de direito privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalizando, para a Dra. Verônica. Doutora, nós tivemos a oportunidade também de conversar e as minhas dúvidas em relação a... E gostaria que V. Sa. pudesse também responder, porque a Doutora está sendo nomeada, indicada para um tribunal muito especializado, que é o Superior Tribunal Militar.

Eu confesso que eu não conheço o Direito Militar, não entendo de direito de militar, porque é uma área muito especializada. A indagação que faço a V. Sa., sei que tem as suas qualificações, o seu currículo, mas qual é a sua experiência em Direito Militar? Gostaria de saber se já atuou em algum caso dessa espécie e se tem alguma relação, algum conhecimento mais profundo sobre a questão do funcionamento das Forças Armadas. Teve algum caso concreto em que atuou defendendo militares, ou em processo envolvendo militares, ou algo parecido, antes da indicação de V. Sa. para essa posição? São essas as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Sergio Moro e passo a palavra para resposta à Dra. Marluce, em seguida o Dr. Carlos Brandão, depois a Dra. Lorena, e, depois, a Doutora indicada para o STM.

Para cada resposta, cinco minutos.

O SR. CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (Para expor.) – Tá. Sr. Presidente, é que, na divisão social do trabalho, ficou certo que eu responderia ao Desembargador, ao Senador Renan, sobre o tema da inteligência artificial.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sou Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, mas não desobedeço a um Desembargador. Pode fazer a alteração da ordem.

O SR. CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO – Vamos começar aqui primeiro com a utilização da inteligência artificial hoje pelo Judiciário. Tudo que é novo surpreende, de alguma forma nos intimida, e vêm os receios e as preocupações, perplexidades com vantagens e desvantagens na aplicação da inteligência artificial.

Olha, a primeira coisa que devemos fazer é seguir a resolução do CNJ, que foi recentemente aprovada. É inovadora essa resolução do CNJ e tem um protocolo, Senador Renan Calheiros –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estou falando sobre inteligência artificial – um protocolo que deverá ser obedecido pelo magistrado com relação a certas preocupações.

Por exemplo, o juiz não pode ser substituído pela máquina, porque a máquina não sente, Senador. A máquina não tem o que se chama de empatia. Ela não se coloca na condição do outro. A máquina não tem esperança, não tem sonhos, não tem dores. Enfim, a máquina não tem coração.

Nós, humanos, sim, pela nossa experiência de vida, o sofrimento por que a gente passa, às vezes, numa perseguição, às vezes, numa dificuldade, com a perda de um filho, enfim, isso nos dá o talento, a habilidade para o que Aristóteles chamava de razão prática, que é aquela razão que não é calculativa, não é teórica, não é precisa, mas é a razão com que nos dominam as emoções, pela experiência, e nos diz que, naquele contexto, nós temos que falar alto ou falar baixo, temos que responder de uma forma ou de outra. Isso é o que se chama de "racionalidade prática".

Então, é importante a utilização da inteligência artificial, seja na gestão de processos...

Eu, por exemplo, como Coordenador dos Juizados Especiais, o processo chega, Senador Sergio Moro, e não vai direto para o juiz. A inteligência artificial já manda para a conciliação, mas já fazendo um resumo para o conciliador do que deve ser perguntado, do que deve ser proposto para o conciliador. Nós antecipamos a prova para conciliar. E o INSS aceita ou não aceita aquela proposta de acordo. Aceitando a proposta de acordo, o juiz só faz homologar.

Mas olhem: passou todo o processo, Ministro Antonio Carlos Ferreira, grande líder do STJ, passaram todos aqueles atos processuais, e o juiz não pegou no processo...

Também a inteligência artificial serve para classificar os tipos de processos, porque o Ministro Herman Benjamin sabe que os processos se repetem. Então, nós podemos ter essa classificação nos processos para nos organizar nessa vida.

E permite também, Senador, que, quando eu decida aquele tema...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO – ... e já referencie com o que se chama "*prompt*"... Tem que saber o que perguntar à máquina, porque a máquina tem uma capacidade maior do que a minha porque ela já leu todos os livros da biblioteca do Senado. Todos. Mas ela não compreendeu esses livros. Ela só tem aqueles livros como dados. Então, sou eu, na minha pergunta, que organizo a resposta que deverá ser dada pela inteligência artificial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO – Então, o que é que nós devemos fazer, Senador Sergio Moro, Senador Weverton Rocha? Senador Eduardo Braga, nós dois, engenheiros eletricistas, nós dois, o que é que nós devemos fazer? Ensinar os magistrados e os juízes como perguntar às máquinas e recomendá-los que a máquina não os substitui, porque é ele quem deve ser o autor da decisão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO – Eram essas as palavras, Senador Renan, que eu gostaria de falar.

Utilizamos já no gabinete, e o nosso gabinete é célere. Agradeço a presença do Dr. Marcos Vinicius Furtado Coêlho, que está aqui, e ao Dr. Beto Simonetti também, que mandou mensagem. Os advogados reconhecem: "olha, Dr. Brandão, o processo chega em seu gabinete" – Presidente JHC! – "e logo vai embora". Por quê? Porque nós utilizamos também a inteligência artificial como se fosse um assessor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Passo a palavra à nossa Ministra Marluce e registro a presença do Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, nosso Ministro do STJ. Seja bem-vindo a esta Comissão.

Com a palavra, querida amiga Ministra, com certeza, Marluce.

V. Exa. tem cinco minutos.

A SRA. MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA – Eu gostaria só de registrar, para não deixar passar, Excelência, que eu tive oportunidade de conhecer o funcionamento do STJ, e dois fatos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me chamaram a atenção: a utilização já da inteligência artificial pelo Prêmio Innovare de 2016 – não é isso, Ministro? – e já revolucionando, mas,como falou o nosso colega Brandão, com integridade, com dados, com parâmetros, com *prompt* acompanhado, auditado, e isso realmente ajuda, e muito.

Eu acho que nós não podemos deixar de usar a inteligência artificial, como a gente usa hoje a máquina de calcular. A minha preocupação é: nós vamos deixar de aprender a somar e a dividir, então, não só nas empresas, nas repartições, mas, sobretudo, com crianças e com adolescentes. Eu sou apaixonada por inteligência artificial, somos da época da máquina de datilografia. Recentemente, estudei muito com o Prof. Felipe Asensi sobre o uso com integridade da inteligência artificial para ajudar nessas questões de dados, e essa preocupação de V. Exa. é muito pertinente, Senador.

Com relação à Lei de Abuso de Autoridade, com os excessos que existem, eu vejo também, sabe, não só uma falta de atuação do Ministério Público. Nós temos hoje uma lei que tem pena de seis meses a quatro anos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA – Nós vemos que...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Por favor, silêncio.

A SRA. MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA – ... o Ministério Público tinha um foco, assim, muito grande em relação à improbidade, e nós atuávamos muito.

Houve uma mudança considerável na Lei de Improbidade, inclusive retirando a culpa daqueles servidores e daqueles gestores que tinham a infelicidade de cometer uma infração administrativa ou uma mera irregularidade, não uma infração criminal ou mesmo civil. Mas, com relação ao abuso de autoridade, a Lei Anticorrupção, eu acho, sim, que o Ministério Público hoje está se voltando a ele. Inclusive, nós estamos vendo – e é uma preocupação muito grande nossa, lá no Estado de Alagoas – o Conselho Superior do Ministério Público, recentemente, e o colégio – eu participei do colégio e, inclusive, pedi vista – em um processo para regulamentação do ANPD, que é o acordo de não persecução disciplinar. Nós temos o ANPP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à Lei Anticorrupção, as pessoas só pensam também, Senador, nesse movimento da lei e da ordem, de punir, de prender, quando, na verdade, a Lei de Abuso de Autoridade também é mais para coibir, e nós temos esses mecanismos. Por isso, nós precisamos de uma polícia, dentro dessas entidades, qualificada, para que, quando cheguem a esse tipo de acordo, tragam algum mínimo de indício de culpabilidade, tragam o fato bem delineado para que o Ministério Público tenha condições de propor ou não esses acordos.

Então, com certeza, Senador, o Ministério Público está se capacitando. Nós estamos trabalhando, mas não é fácil, porque a lei tem, sim, conceitos, o assunto é muito delicado, e a gente precisa estudar muito mais.

Obrigada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora a Dra. Lorena Coutinho...

A SRA. LORENA GIUBERTI COUTINHO – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... para um questionamento do Senador Sergio Moro.

A SRA. LORENA GIUBERTI COUTINHO (Para expor.) – Exatamente.

Bom, obrigada, Senadores, pelas perguntas e pelas ponderações.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para também responder à pergunta do Senador Renan Calheiros com relação ao uso da inteligência artificial no Judiciário. Eu ecoo aqui os comentários dos meus colegas de mesa de que o uso de inteligência artificial traz inúmeros benefícios, mas também traz inúmeros riscos: riscos de discriminação, de erros...

Então, eu gostaria de saudar o trabalho feito por esta Casa na discussão e aprovação de um marco regulatório de inteligência artificial, que hoje está em discussão na Câmara dos Deputados. É um projeto de lei que traz mecanismos e traz direitos, como foi bem comentado pelo Dr. Carlos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brandão, de revisão de decisões humanas, de decisões automatizadas por humanos. Eu gostaria de fazer essa saudação à discussão desse tema, que é tão importante nesta Casa.

Dito isso, eu passo à pergunta feita pelo Senador Sergio Moro com relação a uma questão concreta, Senador, que nós conversamos ontem. Eu agradeço essa pergunta. Inclusive nós comentávamos... O Diretor-Presidente da ANPD pôde vir aqui a esta Casa para comentar sobre esse caso em concreto, em uma audiência pública. O que eu gostaria de esclarecer, Senador, em relação a esse tema, é que a LGPD se aplica tanto a organizações públicas quanto a organizações privadas. Portanto, no caso de uma eventual privatização, a lei continuará se aplicando a esse novo controlador. O que eu posso dizer, Senador, é que, no caso de uma eventual privatização, a ANPD continuará atenta para verificar se há uma conformidade com os direitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados, com as regras previstas, os princípios. E não é porque se trata de um ente privado que não devem ser verificados também os dados que estão sendo utilizados, se estão sendo tratados para a finalidade a que foram destinados. Portanto, eu diria que a ANPD, com certeza, vai lançar um olhar cuidadoso caso essa privatização venha a ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dra. Verônica, para responder a formulação do Senador Sergio Moro.

A SRA. VERÔNICA ABDALLA STERMAN (Para expor.) – Obrigada, Sr. Presidente. Obrigada, Senador Sergio Moro, pela sua pergunta.

A Constituição Federal determina que a composição do STM seja de 15 ministros: dez oriundos das Forças Armadas e cinco oriundos da vida civil – dentre esses cinco civis, são três advogados, um membro do Ministério Público e um membro da magistratura. Isso é o que nós denominamos de regime jurídico do escabinato, que é a união do conhecimento dos militares sobre a caserna, sobre o dia a dia do dos militares na caserna, e do conhecimento jurídico dos civis que integram a Corte. Então, a Constituição desenhou o STM dessa forma mista, de forma que os ministros militares trouxessem para o Colegiado essa experiência da vida militar e a experiência dos civis como juízes togados.

Eu gostaria de ressaltar aqui, Sr. Senador Sergio Moro, que a minha experiência é toda voltada para o direito penal, e a competência constitucional, inclusive, do STM é para julgar crimes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

militares. Então existem, sim, as especificidades do Código Penal Militar e do Código de Processo Penal Militar, mas a normativa e a análise dogmática dos tipos penais são as mesmas.

Eu dei uma olhada na distribuição do STM para entender quais os temas que aparecem para o julgamento em colegiado e grande parte desses temas são temas que têm absoluta pertinência temática com o meu dia a dia como advogada. São crimes como estelionato, corrupção, peculato, tráfico de drogas, uso de drogas. Então, eu estou muito confortável, tendo em vista a minha bagagem de quase 20 anos na advocacia criminal, de integrar, caso V. Exas. me deem a honra de ser aprovada nesta Casa, este tribunal, cuja competência é exclusivamente criminal – por enquanto, porque existe um projeto de emenda constitucional para que se aumente a competência do STM.

Eu também gostaria de lembrar, Sr. Senador, que outros civis que integraram a Corte também não tinham nenhuma atuação prévia com direito militar; entre eles, o próprio Ministro Coêlho, que acabou de se aposentar e para cuja vaga eu fui indicada: ele era Procurador-Geral do Banco Central. E existem Ministros do STM que fizeram uma carreira brilhante, assim como o Ministro Coêlho, na Casa, na Corte, como o ex-Senador Ernani Sátyro e o ex-Deputado Flavio Bierrenbach. Nenhum deles tinha experiência prévia com direito militar, mas eles desempenharam com maestria o papel de Ministros do Superior Tribunal Militar.

Eu entendo... Se o senhor tiver mais algum questionamento em relação a isso, eu estou à disposição, Senador.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo a Dra. Verônica pela exposição e passo a palavra agora aos outros Senadores que estão inscritos.

O SR. CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO – Há uma pergunta do Senador Sergio Moro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO – Eu gostaria de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro...

O SR. CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO – ... o Senador Sergio Moro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... o Ministro Carlos Brandão vai...

O SR. CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (Para expor.) – Senador Sergio Moro, o STJ exerce um papel estratégico dentro do sistema judicial, como a harmonização, racionalização do sistema do ordenamento jurídico. Agora, ele também estava sobrecarregado. Graças ao trabalho do Presidente Herman Benjamin, que convocou dez magistrados...

A SRA. MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA (*Fora do microfone*.) – Cem.

O SR. CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO – ... cem, sendo dez magistrados para cada relator, para colaborar, auxiliar nos julgamentos desses processos que estavam paralisados. E ele está me dizendo o seguinte: "Brandão e Marluce, os senhores estão chegando aqui não mais com 12 mil, 10 mil, 7 mil processos, mas vão receber em torno de 2 a 3 mil processos. Só não mantêm esses processos nesse nível se não quiserem" – ele já está nos dizendo assim. Então, nós vamos ter tempo, agora, Ministro Benedito, de nos dedicar melhor às questões estratégicas, porque certamente o STJ estava afogado no cotidiano. E a tirania do cotidiano é terrível, porque não nos permite lançar no tempo e fazer planos.

Então, a questão... Olha, eu andei o Brasil todo, Senador Renan, Senador Rogério Carvalho, eu andei o Brasil todo: 23 estados e os municípios do interior. E o que mais me agravou – o que mais me agravou – foi a presença da criminalidade organizada dentro dos municípios, cooptando a juventude, cooptando os nossos sonhos e o nosso futuro, o futuro do país. E o que mais me surpreendeu positivamente – e por isso é que, onde tiver mulher, eu vou votar a favor de mulher – é que as mães acreditam ainda no país, apesar de tudo isso.

Então, as instituições devem dar respostas firmes. E para tanto – o Ministro Renan Calheiros foi Ministro da Justiça – é necessário, Ministro Antonio Carlos, que o STJ esteja presente também no dia a dia, no cotidiano das instituições, conhecendo a vida do policial e conhecendo também as comunidades, os líderes comunitários, para que as respostas do Judiciário não sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preconceituosas também e coloquem – com essas respostas – apenas o preto, o pobre no sistema carcerário. O percentual de pessoas que estão no sistema carcerário, que estão dentro dessas faixas que são estigmatizadas é altíssimo – altíssimo.

Então é necessário a convivência.

E, Ministro Herman Benjamin, eu visitei comunidades e estamos implantando, em vários estados, em parceria com os tribunais de justiça, com os estados, com os municípios, as Casas de Justiça e Cidadania, que são pontes, canais de comunicação entre o Judiciário e a sociedade. Então é necessário que o Judiciário esteja presente. O Judiciário deve estar presente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO – É claro que tem a questão também que nós juízes criminais devemos manter uma certa equidistância em relação ao aparato repressor, porque o processo penal é de alguma forma uma garantia para a liberdade, uma contenção a esse direito de punir que o Estado tem. Ele não é uma autorização para a punição, é uma contenção à punição, daí porque tem que se ter esse certo distanciamento. Mas também nós não podemos passar a vida só em gabinetes, no ar-condicionado, sem conhecer a realidade e os desafios nacionais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO – Essa preocupação é muito grande da minha parte. Quero conversar mais com V. Exas. sobre este tema da criminalidade organizada, em que o Brasil evoluiu muito – salvo engano, com a Lei 12.280, de 2013 –, mas a gente precisa perceber que este é um problema nacional, a criminalidade organizada em relação ao tóxico. E devemos dar respostas, e aqui são o Senado e a Câmara, legislativas que autorizem também os magistrados a darem respostas que asfixiem financeiramente essas organizações, porque, na hora em que nós tirarmos o dinheiro dessas organizações, desaparecerão as oportunidades que são lançadas aos jovens. Quando nós chegamos com serviços, não de forma dividida e fragmentada, serviço de saúde para um lado, serviço de educação para outro, serviço de cultura para outro, Senador Jayme Campos, o sistema de segurança vai ser bala e revólver. Nós temos que chegar com um serviço integrado. O Estado tem que oferecer serviço integrado à comunidade, porque quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós chegamos – eu posso dar um testemunho –, nem pichação há nesses nossos aparelhos que nós colocamos.

Então, Senador, fica esse nosso compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Antes de passar a palavra ao Senador Weverton, Senador Carlos Portinho e Senador Contarato, eu queria registrar a presença do Dr. Ilan Presser, Presidente da Associação dos Juízes Federais da 1ª Região; Dr. Leonardo Trigueiro, Juiz de Direito e diretor legislativo; Dr. Jose Ponte de Alencar, Presidente da Associação Cearense de Magistrados; Dr. Felipe Sarmento, Vice-Presidente da OAB; e do meu estimado amigo Benedito Gonçalves, Ministro do STJ.

Eu quero perguntar se a Dra. Marluce deseja usar da palavra. É rápido? Pois não.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Presidente, eu estou inscrito aí?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está, sim. V. Exa. é o sexto.

A SRA. MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA (Para expor.) – Senador Sergio Moro, eu agradeço a pertinência do questionamento. Só para complementar o Brandão, eu acho que essa nossa paixão é tanto do Ministério Público quanto acho que da magistratura, e é preocupação sobre a questão das nulidades, não é? Então, agradeço imensamente essa pergunta. Eu acho que a gente, como eu... Na época em que não tínhamos o acesso que nós temos hoje, a minha grande companheira na vida foi Ada Pellegrini: *As Nulidades no Processo Penal*.

Quando eu vim inicialmente para o STJ, eu só queria mesmo era conhecer os ministros, e quando eu pegasse a jurisprudência e fosse olhar os casos e a aplicação da lei, a interpretação da lei para me ajudar, como precedente... No dia do meu aniversário eu ganhei um presente, que foi conhecer o Ministro Antonio Carlos, que está ali.

Então, assim, eu realmente acho que a gente, os profissionais do direito, precisa, sim, se debruçar sobre essas questões, as sentenças, essa questão do tráfico de drogas. Hoje as nossas cadeias estão repletas de mulheres que se envolvem no tráfico, nossos jovens, que estão aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perdendo a vida, e é tão preocupante um caminhão quanto pouca quantidade de substância entorpecente, por quê? Porque nós estamos vendo os adolescentes entrando no tráfico. Não estudam, não querem estudar, não estão aproveitando as oportunidades. Nós estamos vendo muitos jovens indo para a cadeia, inclusive adolescentes, por causa do tráfico. É muito importante a atuação e essa uniformização de entendimento do Judiciário e essa visão "cosmo" que nós temos, principalmente o Ministério Público.

E, para finalizar, com relação à questão que o senhor falou, da utilização do etilômetro como meio de prova: eu falava e repito hoje... Hoje o código já aperfeiçoou a legislação, o Código de Trânsito Brasileiro, nós temos uma facilidade muito grande, inclusive com os equipamentos, não precisamos mais forçar o cidadão a fazer a prova. Eu dizia naquela época até ao Advogado da União: "No direito penal nós não temos hierarquia de provas". No direito penal, qualquer prova... O problema era a exigência no *caput*, que nós não temos mais, do valor mínimo do etilômetro – da exigência. Hoje nós não temos mais. Então, qualquer meio de prova no direito penal a gente vai utilizar. E, no direito administrativo, a gente não pode... O que importa, o valor maior, é o interesse público, é a vida. Então, quando a gente faz esse balanço, a gente tem que ver que o que tem que constar e importar para o servidor é a vida. Então, entre você deixar uma pessoa sob influência de álcool, com evidentes sinais de que está sob influência de álcool e, na frente, ele perder a própria vida, tirar a vida do outro, é melhor que se aplique a lei, com cuidado, de acordo com os parâmetros, hoje já foi muito mais regulamentado.

Então, muito obrigada, Excelência, pela pergunta e oportunidade de responder.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Senador, Carlos Portinho... O Senador Weverton.... O Senador Weverton, depois o Senador Portinho.

Excelência.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Para interpelar.) – Não, Sr. Presidente, eu vou tentar aqui ser o mais rápido possível, por conta do tempo e nós sabemos que ainda temos a segunda etapa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Temos nove ainda hoje.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – É do CNJ e do CNMP. E eu sei que já estão alguns meses aí, de forma que estão todos muito ansiosos e, claro, que as instituições, mais do que nunca, precisam funcionar e tem que rodar. Então, eu quero aqui, na verdade, é fazer cumprimentos a todos os indicados, a começar aqui pelo Presidente do STJ, claro, o Ministro Herman Benjamin, que a Senadora Zenaide aqui lembra que é conterrâneo, da sua região, terra natal. Então, na sua pessoa cumprimento todos os Ministros que estão aqui do STJ.

E vou começar aqui pela nossa indicada Ministra... Próxima Ministra, já, já, a Marluce, que aqui tão bem foi relatada pelo nosso decano, nosso sempre Presidente Senador Renan Calheiros, que já fez aqui mais do que um relatório, mas sim referências importantes, e todos nós tivemos a oportunidade de dialogar, de conversar, não só – Senador Lobão, meu conterrâneo e amigo –, não só com a indicada, Dra. Marluce, mas também com todos que estão aqui. E eu observo que a cada fala de vocês, não só as que tivemos nos gabinetes ou com as bancadas, mas aqui a gente percebe esse propósito que vocês estão tendo, que é o mais importante – saber jurídico, notório saber jurídico, reputação ilibada, a experiência...

Eu mesmo falo e tenho repetido várias vezes, os que já são magistrados ou os que já estão no corpo do Ministério Público, por exemplo, ou na advocacia, todos tiveram uma experiência importante e tiveram atuação. Então, mais do que vão falar, é fácil você saber se está tendo bom propósito ou não, ou como será daí para frente, pelo seu histórico.

Então, aqui todos nós, eu fico com ciúmes quando o Ministro Brandão fala apenas dos Senadores do Piauí, porque o do Maranhão ali é junto, ele sabe que o Rio Parnaíba unifica os dois estados e faz com que essa região, esses estados sejam importantes, e o Nordeste está, claro, feliz de saber que essa representação e essa equação vai melhorando para que vocês que viveram e vivem, sabem das dificuldades que nós temos no Nordeste, ela possa chegar e ecoar de forma mais justa, Presidente, aqui na nossa capital central do nosso país.

Então, as instituições, Presidente Otto, têm passado por momentos muito difíceis, elas têm colocado à prova a nossa democracia ao longo dos últimos anos e, cada vez mais, momentos desafiadores, mas elas são fortes, nós somos responsáveis, somos pessoas públicas que sabemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não é com palavras rápidas ou de efeito que nós vamos resolver eventuais crises, muitas vezes criadas pela própria sociedade ou política, porque, muitas vezes, elas se tornam instrumentos de reclamação, você fazer ou projetar uma crise, porque isso satisfaz ou faz com que alguns setores acabem se mantendo em voga, acabem se mantendo na sua eventual luta ou com a sua bandeira. Mas nós temos que estar aqui, acima de tudo, entendendo que nós vamos estar aqui escolhendo não apenas pessoas, mas, sim, verdadeiros guardiões da Constituição. Aqui todos têm a sua relevância.

Muitos não conhecem, mas nós fizemos parte aqui desse debate da Lei Geral de Proteção de Dados. O Brasil é referência no mundo na nossa legislação. Temos hoje uma legislação boa, que não pode ser deixada apenas no papel. Ela, na prática, é de interesse e de importância grande.

Eu tenho certeza, Dra. Lorena, de que a sua função lá dentro dessa direção, junto com o seu colegiado, vai dar uma contribuição enorme para o país.

Eu tinha aqui várias perguntas para a Dra. Verônica, mas, com a sua primeira resposta ao Senador Moro, eu me dou totalmente por satisfeito, porque eu acredito que não só o quesito que não pode ser... Vai chegar uma hora em que não vai ser preciso dizer que é mulher ou homem, né? Vai chegar um momento em que isso vai ser naturalizado. E nós que já estamos tão acostumados a obedecer – pelo menos eu, que tenho juízo, obedeço muito em casa –, nós sabemos da competência, da forma como vocês mulheres sabem se dedicar quando se colocam para o que querem fazer, e isso é o mais importante, porque sabem fazer quando vão atrás.

Então, para você chegar até aqui, obviamente, o Sr. Presidente da República e todos que estiveram no seu conselho fizeram a leitura de vários currículos, de várias opções. Então, não foi colocado aqui por acaso. Nós sabemos que esses critérios que foram aqui ditos pelo Senador Renan para a indicada Dra. Marluce servem para todos, porque são constitucionais, e V. Exa., que eu já vou chamar, se encaixa perfeitamente neles. E nós sabemos que essa chance não só para as mulheres, mas para essa renovação e para esse olhar civil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... como especialista, como você é, na área criminal, é fantástico e eu tenho certeza de que você vai fazer um grande trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na verdade, é só desejar a vocês boa sorte, dar os parabéns. Eu tenho certeza de que esta Casa vai cumprir o papel constitucional dela não só aprovando, mas dando total apoio não só ao Judiciário, mas às instituições brasileiras, à democracia e ao nosso Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É muito importante a gente ver à mesa três mulheres. Eu não tenho dúvida disto: no direito, não é, Ministro Humberto, elas já tomaram dos homens há muito tempo, mas é sempre bom vê-las buscando o seu espaço. E eu falo porque sou sobrinho-neto de Carmen Portinho, que, junto com Bertha Lutz, lutou pelo voto feminino e foi a primeira mulher urbanista do Brasil, foi pioneira, terceira mulher engenheira. Então, essa é uma questão que vem no sangue da minha família e fico muito feliz quando vejo as mulheres buscando o seu espaço e alcançando.

Mas aqui hoje não é uma data festiva, né? É nosso mister e daqueles que são sabatinados nos mostrarem que estão preparados para o exercício da função pública, que lhes exigirá muito.

E, por isso, quero deixar bem claro, eu não tenho absolutamente nada pessoal. Só não a recebi por falta de oportunidade, Lorena, mas procurei pesquisá-la, sem nenhum prejuízo à minha avaliação, mas estive presente, inclusive, estive com a Verônica, como estive com a Marluce – estivemos juntos, Carlos. E eu fui muito sincero, eu sou muito sincero. Eu não sou de dar tapinha nas costas, chegar ali e votar contra. E eu fui muito sincero com a Verônica. Eu tinha dúvida, tenho dúvidas, tenho muitas dúvidas. E aqui é o momento de a gente sabatinar e entender melhor.

E eu vou começar, Verônica, por uma questão que para mim é muito, muito, muito cara, que é a verdade. No seu currículo, ao entrar no LinkedIn, está aqui: sócia proprietária da Abdalla Sterman, Relatora 6ª Turma TED/OAB São Paulo; na formação acadêmica, tem aqui mestrado pela Universidade de São Paulo, em Direito Processual Penal. Eu fiz uma pesquisa, entrei no sistema Dedalus, não há tese, não há mestrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recebi hoje de manhã aqui um currículo que acredito que seja o que você tenha me entregado, eu confesso, não tinha observado. E vi aqui, no currículo, está escrito: mestrado em Direito Processual Penal pela Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Gustavo Henrique Badaró, créditos concluídos e projeto de qualificação aprovado em 2018, sem conclusão com a tese de defesa. Aqui surgiu uma informação conflitante, porque eu também fiz a pesquisa em diversos *links* de matéria, como: *Migalhas*, no dia 8 de março; *O Globo*, no dia 8 de março; *O Antagonista*, 8 de março; *UOL*, 9 de março; *Estadão*, 8 de março; no próprio Superior Tribunal Militar, com a indicação; e no próprio *site* do Governo; o que está dito ali, Verônica, é que você tem mestrado, mas você não tem mestrado. Você não é nem mestranda, porque você interrompeu o seu mestrado por razões que eu já compreendi – eu também perdi meu pai por câncer. Você interrompeu em 2017. Não é possível nem você recuperar esses créditos e retomar o seu mestrado.

E quero deixar bem claro: não há problema nenhum, não a desqualifica de forma alguma o fato de você não ter mestrado. Eu também não tenho, dei aula em faculdade. Isso não a desqualifica. Mas o que desqualifica é sustentar que teve mestrado. Isso é muito sério, porque isso vai de encontro a uma resolução da própria OAB; aliás, o Provimento 205, de 2021, da OAB São Paulo, também a própria OAB Nacional. E ele diz, o Provimento 205, de 2021, art. 3º... E eu sou advogado. Isso para mim é muito caro, porque senão a gente está igualando aquele que se esforçou e tem mestrado com aqueles que não têm mestrado. E o título deverá ser um critério sempre de qualificação. Não importaria aqui o título, mas a afirmação de que possui o título sim.

O art. 3º diz:

> Art. 3º A publicidade profissional deve ter caráter meramente informativo e primar pela discrição e sobriedade, não podendo configurar captação de clientela [...], sendo vedadas as seguintes condutas:
>
> .....
>
> III - anúncio de especialidades para as quais não possua título certificado ou notória especialização, nos termos do parágrafo único do art. 3º-A do Estatuto da Advocacia.

Então, com todo o respeito, Verônica, você, aqui no seu currículo, embora até faça, nessa oportunidade única, a ressalva "sem conclusão da tese", você começa dizendo "mestrado em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direito". Mestrado, não... Poderia ser mestrando, mas nem mestrando poderia, porque o seu curso foi interrompido desde 2017, e não há como retomá-lo mais. Repito, não a desqualifica para o cargo o fato de não ter mestrado, mas a desqualifica, sim, com todo o respeito, o fato de você sustentar que o teve e não ter desmentido nem no *site* oficial do Governo, nem no do Superior Tribunal Militar, em nenhuma matéria. Esse fato ainda está, inclusive, no seu LinkedIn. Isso para mim é muito sério.

Eu lhe disse que acho que não teria problema nenhum – aliás, não fosse isso que eu só notei posteriormente – se fosse para qualquer outro cargo, STJ, até STF. Eu não teria problema nenhum, não a conheço, não é pessoal, não é ideológico, comigo não tem essa, mas eu acho que o Superior Tribunal Militar carece de profissionais que tenham o mínimo de vivência militar, sim. E eu digo porque, embora você tenha bem respondido à pergunta do Senador Sergio Moro, na família militar, há vários civis, engenheiros, dentistas, gestores, há advogados civis que trabalham na esfera militar. E esses teriam, aí sim, talvez, mais indicações por isso, pelo fato de terem a vivência militar.

Então, além da questão do currículo e da vivência que eu lhe disse que para mim isso seria fundamental, eu termino com uma única pergunta a mais, além da questão do currículo, que não sei se tem como esclarecer isso, mas... A organização militar que tem o maior número de extranumerários no Brasil – eu já antecipo a resposta – é a de Juiz de Fora. Parece que tem uma água benta lá, e todo mundo que toma essa água fica doente e a Justiça mantém... Então, tem um excesso monstruoso por decisões judiciais. A senhora entende que a aprovação da PEC 7, de 2024, poderia resolver esse problema? E eu me refiro à competência da Justiça Federal e da Justiça Militar.

Eu vou encerrar... Eu teria outras, mas algumas até muito ideológicas e não quero entrar nisso. Para mim, o mais grave é a questão do currículo, e gostaria de saber a sua opinião sobre essa questão da PEC 7, de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concedo a palavra à Dra. Verônica.

A SRA. VERÔNICA ABDALLA STERMAN (Para expor.) – Obrigada pelos questionamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. Não é em bloco de três?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, sim. (*Fora do microfone.*)

É porque a pergunta... Tem bloco de três, mas a pergunta foi direcionada só a ela, e eu concedi a resposta até porque as colocações do Senador Carlos Portinho foram colocações muito incisivas a respeito do currículo da Dra. Verônica. Cada um tem o seu estilo. Se V. Exa. conheceu isso no gabinete, para não causar um constrangimento, seria melhor no gabinete... Eu, por exemplo, no gabinete, entre quatro paredes, já disse isso a um candidato para o Supremo Tribunal Federal e para o STJ, mas não o faria em público, sobretudo porque é uma mulher.

Mas passo a palavra a ela.

A SRA. VERÔNICA ABDALLA STERMAN – Obrigada, Sr. Presidente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só esclarecendo que, no momento do gabinete, eu não tinha essa informação.

A SRA. VERÔNICA ABDALLA STERMAN (Para expor.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Obrigada pelos questionamentos, Senador Portinho.

Eu vou tentar esclarecer de uma forma bem clara. No meu currículo, essa parte em que eu falo "mestrado em Direito Processual, sem conclusão com a defesa da tese", eu perguntei para o Prof. Badaró como eu colocaria – ele sabendo que eu não pude concluir porque eu estava com uma gravidez de risco. Eu tive que ficar deitada por 11 semanas, algumas das quais eu passei internada no hospital, e, na mesma época que eu descobri que eu estava grávida, meu pai descobriu que estava com um câncer metastático. Então, por questões pessoais, não deu para eu... Inclusive, eu fiz a banca de qualificação entre uma internação e outra: eu saí do hospital, fiz a banca, me qualifiquei e voltei para o hospital. Então, de comum acordo com o Prof. Badaró, nós chegamos à conclusão que seria melhor parar.

Inclusive, o Prof. Badaró, com a minha pesquisa do projeto de qualificação, sempre insiste para que eu publique um livro com relação à pesquisa. Era uma pesquisa sobre o tema de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colaboração premiada, os requisitos da confissão à luz dos precedentes da corte europeia e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Então, eu li todos os precedentes que falavam da confissão e foi muito interessante essa descoberta. E tenho um resumo bem interessante sobre todos os casos que trataram dessa questão da confissão. E eu queria, com o meu projeto, traçar requisitos e pressupostos para que a confissão na colaboração premiada fosse aceita – como ela poderia ser aceita, a seguir esses requisitos e pressupostos, no direito brasileiro.

Então, eu perguntei para ele como eu colocaria e foi orientação dele que eu colocasse dessa forma.

Com relação ao LinkedIn, eu não tenho LinkedIn, eu nunca usei o LinkedIn. Eu não sei... Eu realmente não consigo responder. Eu fiz um *login* de um LinkedIn um dia, e nunca preenchi nada, então eu não sei o que está escrito lá. Não consigo te responder sobre isso.

Com relação ao que foi divulgado na imprensa, eu não controlo o que se divulga em *sites*. O que eu coloquei no meu currículo é a expressão da verdade. E eu ainda salientei: "sem conclusão com a defesa da tese". Um dia, quem sabe, eu volte e resgate todos os estudos.

E tive a oportunidade, inclusive, de conversar com o Senador Contarato sobre esses estudos. É um tema de objeto de interesse dele também. Então, conversamos bastante sobre essa questão da colaboração premiada.

Eu acredito que seja isso, Senador.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. quer a réplica?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, de forma nenhuma. A resposta é suficiente para compreender que não há mestrado e que as informações não foram alcançadas. E ao que ela se refere é um curso... é um estudo de meio de período que ela fez, mas uma atividade acadêmica como outra qualquer, não uma tese. Desculpa, mas isso para mim é muito grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, pede aqui o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Eu queria pedir desculpas.

A sabatina é um ritual muito importante aqui do Senado Federal, mas todos nós sabemos que os requisitos constitucionais para se ocupar um cargo, para ser aprovado em sabatina, não requer a comprovação de títulos.

Pelo contrário, o que nós estamos avaliando aqui é a competência, o notório saber jurídico e a reputação ilibada. E não é comum – eu pelo menos, que estou aqui há quatro mandatos, nunca vi uma interpelação, sobretudo para uma mulher, na forma que, infelizmente, o Senador Portinho fez para a Verônica. A Verônica é uma pessoa conhecida, com notório saber jurídico, competente, demonstrou, tem demonstrado isso aqui. E, desculpe aí por tudo, mas não é comum essa prática aqui, em sabatinas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador, eu agradeço a V. Exa., concordo plenamente com V. Exa.

Passo a palavra ao Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar a todos e quero aqui fazer também... Porque para mim essa fala do Senador, com todo o respeito... A Constituição Federal, no art. 5º, inciso I, fala que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. No STF, nós temos 11 ministros, apenas uma mulher; no STM, nós temos 15 ministros, apenas uma mulher; no STJ, nós temos 33 ministros, 5 são mulheres. Eu, eu fico questionando... Eu participei da CPI da covid aqui e vi Senadores se exaltando de forma muito grosseira, e nenhum foi chamado de descontrolado, mas a Senadora Simone Tebet foi chamada de descontrolada – isso é um comportamento sexista. A forma como se aborda uma indicada, com todo o respeito... Por mais que eu tenha respeito a todos os Senadores e Senadoras que estão aqui, mas isso é fruto de um comportamento sexista, porque eu queria ver se fosse o tipo de... Até o pronome de tratamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Faria igual se fosse um homem ou uma mulher...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... até a forma de pronome de tratamento que foi dirigido...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Inclusive fiz as escutas...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Por gentileza, eu estou com a palavra. Eu respeitei o senhor ao falar, agora o senhor me respeite ao falar.

Até a forma, o pronome de tratamento que o senhor está dirigindo à indicada, com todo o respeito... Ela tem um currículo da vida dela. Eu vou dar um exemplo aqui, parecido com o que aconteceu com ela. Eu estava concluindo meu mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina, quando a minha mãe morreu. Eu não tive... eu entrei em depressão e não consegui concluir. Olha, isso não a desqualifica em absolutamente nada. Ela não agiu com má-fé, ela não agiu com dolo; ela perguntou ao professor orientador; ela colocou no currículo que ela não defendeu a dissertação de mestrado dela, ponto. E esse não é um requisito inerente ao cargo que está ocupando. Agora, com todo o respeito, tentar desqualificar o comportamento, a indicação?

A minha pergunta para a Verônica é justamente esta: qual é a representatividade? Porque, olha, minha gente, é muito cômodo a gente falar que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações quando, dos três Poderes, o único que nunca foi presidido por uma mulher foi este daqui. É muito cômodo a gente falar que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações quando eu tive numa assembleia legislativa num estado 24 Deputados, todos homens. É muito cômodo a gente fazer esse tipo de recorte, isso tem uma representatividade. Eu tenho muito orgulho de falar – eu tenho muito orgulho de falar – que, por exemplo, na lei das cotas raciais, quando um homem ou uma mulher negra assume uma embaixada, ele não está ali sozinho. Quando a Verônica assumir – e tenho fé em Deus que irá assumir – o STM, ela não estará lá sozinha. Ela estará lá representando 52% da população brasileira e num tribunal militar majoritariamente, predominantemente masculinizado. Então, é isso que nós temos que entender.

Eu volto a falar, eu tenho aqui plena convicção e acho que é isto: a gente tem que ter a empatia de se colocar na dor do outro, de se colocar na dor de uma mulher, de como que ela...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das dificuldades que já são inerentes a ela, e nós temos que ainda fazer determinados questionamentos que não vão, em absolutamente nada, desqualificá-la ou credenciá-la, na minha humilde concepção. Então, eu fico aqui só refletindo com relação a esse tipo de comportamento.

Senador Otto, eu faço aqui um recorte histórico. Quando as mulheres conseguiram o direito à licença maternidade, o que as empresas começaram a fazer? Não contratar mulher ou exigir atestado de esterilidade. E como, pela premissa constitucional, não há crime sem lei anterior que o defina, não há pena sem prévia combinação legal, nós tínhamos um fato moralmente reprovável, mas era um fato lícito, até que, tardiamente, o Congresso legislou, com a Lei 9.029, estabelecendo isso como crime.

Nós temos que ver que, com a reforma trabalhista, as mulheres grávidas e lactantes foram autorizadas a trabalhar em ambiente insalubre. Isso tudo são ataques às mulheres. Isso é tudo ataque. Nós tivemos aqui casos de Ministras que passaram por momentos delicados com gestação. Nós sabemos disso. Como é o caso da indicada.

Agora, tenhamos o mínimo de empatia, tenhamos o mínimo de empatia de nos colocarmos na dor do outro.

Eu fico feliz quando eu vejo três mulheres aqui ocupando... E como diz a Senadora Eliziane...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... quando eu recebo uma mulher, eu também estou falando assim: "Olha, você é muito boa, você é maravilhosa, você é supercapacitada, porque é extraordinária", porque chegar aqui... Eu falo pelo concurso público; eu fui delegado. Você passa no concurso público em igualdade, mas quem vai ser Diretor-Geral da Polícia Civil? Quem vai comandar as polícias? Há esse comportamento sexista, sim, preconceituoso.

Então, eu não tenho, com todo o respeito, procuração dos meus colegas Senadores e Senadoras, mas eu peço perdão pela forma...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... como foi feito esse tipo de questionamento.

Eu teria outras perguntas para fazer, mas como eu tenho aqui a obediência, eu queria fazer pergunta à Dra. Marluce, ao Brandão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É porque o tempo é de 10 minutos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... mas eu já concluí, e eu quero mais uma vez falar, assim, da minha admiração e parabenizar a todos indicados, que terão o meu voto com louvor.

Eu tenho certeza de que todos vocês irão dignificar, e muito, o cargo que irão ocupar. Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olha, pelo Regimento Interno daqui, do Senado Federal, o Líder tem direito à palavra quando pede. Então, o Líder do Governo no Congresso, Senador Randolfe Rodrigues, pediu a palavra, o Senador Eduardo Braga e o Senador Omar Aziz. Pela ordem, eu concedo a palavra, pedindo desculpas aos inscritos, que são os Senadores Sérgio Petecão, Jayme Campos e Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, me coloque na condição de Líder também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, o quarto Líder pede a palavra, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Serei breve, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Primeiro o Senador Randolfe, que pediu antes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou seguir a lista de pedidos de chamada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Presidente, serei breve.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Não vai seguir a lista?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É porque é Líder, estou cedendo a um Líder.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – No Regimento Interno não tem essa prerrogativa, com todo o respeito que tenho por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu abro mão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Líder pode pedir a palavra no momento em que ele deseja...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Lá no Plenário da Casa, aqui na Comissão, não. Eu não conheço...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, eu trouxe aqui, como Presidente, me desculpe, V. Exa., eu trouxe aqui para o...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Fique à vontade...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas peço desculpa a V. Exa., Senador Jayme.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para interpelar.) – Presidente, serei breve, até para os demais colegas Líderes e demais inscritos poderem também se pronunciar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É porque são dez minutos para os que estão inscritos. Com V. Exa. sendo breve, eu fico muito grato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Não, serei breve, serei breve, serei breve...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nós já estamos aqui desde 9h da manhã. Vamos lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Serei breve...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ainda tem nove sabatinas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – É só para destacar, Presidente, o seguinte. Meus cumprimentos a todos os sabatinados, à Dra. Marluce, ao Dr. Carlos, enfim, ao querido Ministro Herman Benjamin, ao querido Ministro Senador Edison Lobão, mas...

Dra. Verônica, em primeiro lugar, há um pedido de desculpas desta Comissão a V. Exa. Não, eu acho que não... Interpelações são a função, inclusive, desta Comissão. Sabatinar V. Exa, arguir V. Exa., mas interpelações têm formas de serem feitas e têm as medidas cordiais que, sobretudo, qualquer um dos sabatinados aqui deve requerer. Esse procedimento, me permita, não ocorreu nesta sabatina com V. Exa. ainda há pouco.

Então, em primeiro lugar, Dra. Verônica, o pedido de desculpas que faço, porque estou como membro desta Comissão, e eu creio que é um pedido de desculpas também da maioria dos membros desta Comissão.

Em segundo lugar, na questão em tese aqui que foi aludida, veja, V. Exa. não omitiu nenhuma informação, está aqui em vosso currículo, claramente destacado: "Mestrado em Direito Processual Penal pela Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Gustavo Henrique Badaró, créditos concluídos, sem conclusão com a defesa de tese".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto: em que isso retira o mínimo dos pré-requisitos que colocam a senhora nessa função agora para Ministra do Superior Tribunal Militar, que prevê o pressuposto de notório saber jurídico – que V. Exa. tem – e reputação ilibada?

Foi arguido... Não há outra razão... Eu queria não ir ao lugar comum que eu acho que vários colegas acabaram seguindo, mas não há outra razão que não seja o machismo estrutural, a misoginia que existe na formação da sociedade brasileira e, lamentavelmente, na estrutura do Estado brasileiro.

É sempre assim, quando tem a condição de uma mulher ser sabatinada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Randolfe, vamos lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – ... para uma função específica, e uma função como a do Superior Tribunal Militar, a gente lamentavelmente vê essas cenas.

Então, Presidente, já concluindo, é só para pedir desculpas a V. Exa., eu tenho certeza de que a senhora honrará com dignidade o posto de Ministra do Superior Tribunal Militar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Líder do MDB, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, primeiro agradecendo a V. Exa. e agradecendo aos pares pela oportunidade.

Eu já tinha votado, eu estava na Comissão de Infraestrutura terminando de ler dois relatórios de agências lá na Comissão de Infraestrutura, quando fui informado do pronunciamento aqui realizado em relação à questão do mestrado da indicada Dra. Verônica Abdalla Sterman, e a forma como isso foi encaminhado aqui na CCJ.

Na mesma linha do Senador Randolfe Rodrigues, eu gostaria, em nome da Comissão, e em nome do meu partido, do MDB, de pedir desculpas a V. Sa.. Essas desculpas se estendem a todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os que compõem a mesa, independentemente de gênero, porque o respeito deve ser à pessoa humana.

Não se distingue por gênero, por cor, por raça, por condição social, o respeito que deve ser dado a todo e qualquer ser humano.

No caso em espécie, V. Sa. não tem obrigação de ter um mestrado concluído, com apresentação de tese, para ser indicada membra do Superior Tribunal de Justiça Militar. O que V. Sa. precisa deter é notório conhecimento jurídico, conduta ilibada e não ter os impeditivos estabelecidos na Lei Orgânica do Tribunal e no Regimento Interno do Senado da República. V. Sa. não descumpriu nenhum desses.

Portanto, Perdoe-me a indelicadeza, a falta de humanização no trato, isso estendido ao Ministro Herman Benjamin; ao Ministro Edison Lobão, que já presidiu esta Casa, já presidiu esta Comissão de Constituição e Justiça, um Senador de vários mandatos nesta Casa; ao nosso Presidente Otto Alencar, já no segundo mandato de Senador da República; à nossa candidata ao STJ Marluce Bezerra; ao nosso candidato ao STJ Carlos Augusto Pires Brandão; e à nossa candidata Lorena Giuberti Coutinho.

A todos, o meu pedido de desculpa.

Gostaria de fazer um apelo aos meus colegas do MDB. Não faria isso em condições normais, não. Vou fazê-lo diante da circunstância, que é excepcional: pedir voto pública e declaradamente a V. Sa.

Que nossa bancada vote fechada, os 12 votos a favor de V. Sa., por reconhecer em V. Sa. a condição do notório conhecimento jurídico e da conduta ilibada.

Meus respeitos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Só para encaminhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se encaminha voto para nenhum membro que é sabatinado. Nenhuma liderança encaminha voto.

Eu, como Líder do PSD, da maior bancada do Senado Federal, aos 14 Senadores e Senadoras, eu peço encarecidamente que todos votem a favor da Dra. Verônica.

Eu já votei, votei a favor de todos vocês que estão aí à mesa. Cumprimento todos vocês. Não tenho perguntas a fazer, mas eu vou encaminhar o voto, hoje, dentro do Plenário, para que o PSD, em bloco, possa votar.

Dessa forma, a qualquer outro tipo de desconhecimento em relação à Dra. Verônica, fica claro que nós do PSD estamos ao lado dela.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Meu Líder, Senador Omar Aziz, como V. Exa. pede, assim o fiz há poucos instantes: votei a favor da Dra. Verônica.

Excepcionalmente, declaro meu voto também.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Sr. Presidente, antes de mais nada, cumprimento os sabatinados, o Dr. Carlos Brandão, a Dra. Lorena Coutinho, a Dra. Marluce Bezerra.

Cumprimento o ex-Presidente Edison Lobão, que está aqui; a Verônica, a sabatinada que está aqui, Dra. Verônica; o Dr. Herman Benjamin, Presidente do STJ.

Eu quero, em nome da Liderança do Governo, Sr. Presidente, agradecer as manifestações de todos os Líderes que me antecederam por intervir em defesa da dignidade, isso é muito importante; quero aqui tomar como referência as palavras do Dr. Carlos Brandão, quando se referiu à questão da inteligência artificial, pois nessa hora é que a gente percebe o quanto de humano e de humanidade precisa ter no ambiente da Justiça; e quero também colocar que, num momento como este, a gente vê o quanto não podemos abrir mão dessa interação entre seres humanos para se posicionar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui um questionamento que extrapolou, que foi além daquilo que está neste momento em discussão, que são as competências e a história de vida de cada um, porque a gente não vai avaliar, num momento como este, se tem este ou aquele título desta ou daquela forma, que não é o caso, porque ela, em nenhum momento, deu alguma informação que absolutamente não correspondesse à realidade e à verdade dos fatos, mas não é isso que vai definir a qualidade daqueles que vão exercer a atividade jurisdicional. O que vai definir é o compromisso de vida, é a sua história. Se tem um lugar onde isso se materializa com muita força, é na Justiça, porque são sempre posições entre grupos de pessoas que vão estar sob julgamento ou sob a atividade do exercício jurisdicional.

Portanto, Presidente, eu quero aqui me solidarizar com a Dra. Verônica, cumprimentar a todos e pedir a todos, como disse o Senador Omar Aziz, que deem o voto de confiança a todos os sabatinados que, a meu ver – e eu acho que ao ver de todos aqui –, têm suficiência para poder cumprir essas atribuições nos lugares para os quais foram indicados e que estão aqui se submetendo.

Eu quero finalizar, Sr. Presidente, dizendo como é rico este processo. Cada um que chegou aqui já foi diversas vezes sabatinado, foi sabatinado antes de chegar e para ter uma indicação. Aqui a gente está vivendo a última etapa, que é de validação definitiva, para que essas pessoas, ao longo das suas existências, possam cumprir essa missão, que não é uma missão individual...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ...é uma missão que vai ajudar a garantir que o interesse público prevaleça.

Para finalizar, eu quero também deixar claro que não existe justiça sem transparência e sem o direito pleno de defesa. Quando ocorrem erros, é preciso anular um processo, porque, nesses erros...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... é possível que ali tenha acontecido um equívoco que pode colocar uma pessoa inocente privada da sua própria existência na plenitude. Portanto, nós estamos falando de coisas muito importantes, e é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental que a Justiça funcione dentro de determinados regramentos e que o rigor dela ocorra tanto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... para quem vai ser absolvido quanto para quem vai ter uma condenação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente Otto...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Otto, antes de eu sair, eu queria fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. está inscrito aqui.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, claro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, é porque eu pensei que era inscrição. Desculpe.

Pela ordem, V. Exa. tem a palavra, sem problema nenhum.

Senador Mecias de Jesus, fique tranquilo, porque eu sigo o Regimento. Se for pela ordem, é pela ordem.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Questão de ordem. Se for assim, eu quero falar pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, ele pediu pela ordem.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eu pedi pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. está inscrito, é o próximo inscrito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Regimentalmente, é questão de ordem.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente, eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. está inscrito aqui.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sim, mas eu pedi pela ordem para falar como Líder, já que V. Exa. abriu precedente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está como Líder. Pois não. Como Líder.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente Otto, quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar todos os...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Só peço a V. Exa. que tenha o mesmo tempo dos outros, mais cinco minutos.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela Liderança.) – Certo.

Quero cumprimentar V. Exa.; cumprimentar todos os membros da mesa; cumprimentar o Ministro Herman Benjamin e, na pessoa dele e do Ministro Antonio Carlos, cumprimentar todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os Ministros e Ministras do STJ que estão aqui presentes; cumprimentar o nosso futuro Ministro Carlos Brandão, uma pessoa de caráter ilibado, conhecimento, habilidade e que certamente fará um grande trabalho no STJ; a Ministra Marluce – tenha a certeza de que também terá o meu voto favorável, aliás, já teve, eu já fiz questão de votar –; a Dra. Lorena – já também votei; conheço V. Sa. e sei da sua capacidade de trabalho para prestar um grande trabalho onde V. Sa. está citada –; e a Dra. Verônica – eu também tive a satisfação e a alegria de conhecê-la e ver o quanto ela tem capacidade, está qualificada para ser Ministra do Superior Tribunal Militar. Já antecipo aqui o meu pedido de voto para a senhora, já que todos o fizeram. Eu também estou pedindo para a senhora e para os demais, encaminhando o voto aqui e no Plenário do Senado Federal. Não há nada que desabone V. Sa. e nenhum dos outros Ministros aqui.

Presidente Otto, muito obrigado. Já retire o meu nome da inscrição. Não tenho perguntas a fazer. Apenas quero parabenizar todos os indicados, porque todos estão preparados para os cargos a que foram indicados.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado, Senador.

Senador Jayme Campos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jayme Campos, com a palavra; Senador Petecão; depois, Senadora Soraya, pela ordem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu só queria fazer um esclarecimento antes de eu sair, até por deferência. É uma frase.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Dra. Verônica, o meu tratamento endereçado não foi diferente do que enderecei ao Ministro Flávio Dino e a outros a quem argui. Eu levo muito a sério o que eu faço aqui. Em nenhum momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trataria com desrespeito V. Exa., até porque não a conheço pessoalmente e não posso ter nenhum juízo de valor pessoal a seu respeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jayme Campos; depois... Pela inscrição, Senador Jayme Campos, Senador Petecão e Senadora Soraya.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, ilustre e querido amigo Senador Otto Alencar; prezado Ministro Herman Benjamin, na pessoa de quem saúdo os demais Ministros e autoridades do Poder Judiciário; nosso querido e estimado amigo Edison Lobão, com quem tive o privilégio de ser Senador no meu primeiro mandato, homem que tem toda a nossa admiração e respeito; a Verônica aqui; a Dra. Marluce; o Carlos Brandão; e a Lorena; serei rápido aqui.

Depois dessas intervenções que tivemos aqui diante da fala do Senador Carlos Portinho, é bom ressaltarmos aqui que os requisitos da Dra. Verônica, com certeza, preenchem aquilo que se faz necessário para a indicação de alguns cargos.

Até pelo fato de que – é bom que se esclareça –, infelizmente, algumas vezes são indicadas pessoas para as agências neste país aqui, para algumas agências reguladoras, que não têm nenhum preparo, nenhum currículo e muito menos têm a ver com o órgão de que elas vão, com certeza, fazer parte, com a agência. Isso eu já vi. Sou contra radicalmente.

Sobre esses casos, particularmente, eu vi aqui, como membro titular também da CI já há quase 15 anos, certa feita, em certo momento, a indicação de um cidadão para ser diretor da área de ferrovia. Ele era advogado, profissional na área do direito de escol; todavia, ele não tinha nada a ver com a indicação dele para ferrovia. E aqui, infelizmente, no momento, nós tínhamos um belo Senador que se chamava Delcídio do Amaral, conhecedor profundo, até porque ele era engenheiro e conhecia o setor, não só de ferrovia, ele era "barrageiro", ou seja, construtor de usinas elétricas. Ele fez algumas indagações ao indicado, e o cidadão não conseguiu responder a nenhuma. Eu fui um que chamei ele e falei: "Amigo, não faça isso. Você está praticamente sabendo que o cidadão não está preparado para responder, diante do fato de que não tem nada a ver a indicação dele com a profissão dele. Por favor, não faça isso, isso chama-se malvadeza". Com todo o respeito aqui ao Senador Carlos Portinho, o momento foi inócuo, quer dizer, inoportuno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu imagino quantas pessoas já foram indicadas! Em 15 anos que estou aqui, já sabatinamos aqui milhares de pessoas, posso dizer, centenas de cidadãos, seja para agências, seja para ministros, etc., etc.

Enfim, eu quero apenas, em rápidas palavras... Não vou fazer nenhuma pergunta. Eu tinha uma indagação que, por sinal, para mim, era muito interessante, em relação ao seguro rural, que faria aos dois indicados ao STJ aqui, tendo em vista que eu sou o Relator dessa matéria, uma matéria muito importante para o Brasil, que é o seguro rural, em que todos nós temos interesse, sobretudo o pequeno, médio e grande produtor rural deste país, mas eu vou poupá-los. Eventualmente, eu posso até encaminhá-la de forma escrita para que V. Exas. possam nos responder.

Quero fazer duas breves manifestações aqui, Presidente Otto, sobre as acertadas indicações do Desembargador Carlos Brandão e da Dra. Maria Marluce Caldas ao cargo de Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Com formação sólida, graduado em Engenharia Elétrica, seguido por Direito, especializado em Direito Constitucional, com um mestrado e doutorado, o Desembargador Carlos Brandão une experiência acadêmica balizada pela sua trajetória jurídica. Sua atuação ao longo dos anos é notável por inovações que aproximam a justiça da cidadania. A *expertise* do Desembargador Brandão é distinta e revigora o STJ, com visão humanista, técnica, capaz de enfrentar os desafios sociais e processuais do Brasil contemporâneo.

Apresento também, com profunda convicção, meu apoio e aprovação da indicação da Procuradora de Justiça Dra. Maria Marluce Caldas Bezerra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... ao cargo de Ministra do STJ. Alagoana, Marluce Caldas possui carreira admirável: atuou nas comarcas do Sertão e do litoral, e destacou-se nas áreas sensíveis, como as do Tribunal de Júri, violência contra a mulher, infância e juventude, trânsito e improbidade administrativa. Sua indicação representa outro marco: Maria Marluce será a décima mulher no STJ e a primeira Ministra oriunda do Ministério Público Estadual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a presença feminina, a aprovação da Dra. Marluce não é apenas um reconhecimento de sua trajetória exemplar, mas também um fortalecimento institucional do STJ, multiplicando a representatividade e a sensibilidade social.

Encerrando, Sr. Presidente, voto consciente.

Já votamos, V. Exa. abriu o painel, e me parece que foram quase 14 votos, né? O número de votantes, eu sei que eu bati tanto assim...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já votaram 27.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não, eu digo as indicações que nós vamos ter aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, sim! São 14.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – São 14 e já votei "sim" nos 14, até porque os currículos todos, com certeza, mereciam a minha confiança. Não só estou abrindo o meu voto aqui, mas podem ter a certeza de que o Senador Jayme Campos, que tem seis mandatos já... Sempre eu faço justiça e, sobretudo, voto com minhas convicções. E os votos que estou depositando no dia de hoje é porque eu confio, com certeza, na indicação de V. Exas.

Sucesso, parabéns, boa sorte, que Deus os abençoe!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora o Senador Sérgio Petecão. V. Exa., depois a Senadora Soraya, em seguida a Senadora Zenaide e a Senadora Augusta.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para interpelar.) – Vim com um paletó igual ao seu, da mesma cor, achando que o senhor iria me colocar entre os primeiros para falar, mas não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas V. Exa. eu coloquei pela ordem.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O senhor inventou até um Líder, que eu nunca tinha visto... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu lhe peço desculpas, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sr. Presidente, desculpe-me a brincadeira, mas é para quebrar um pouco desse clima pesado que reina, que está reinando aqui, mas isso não é de praxe.

Mas eu queria fazer aqui uma saudação à Sra. Lorena. Parabéns!

Queria fazer uma saudação especial aqui à Dra. Marluce. A Dra. Marluce disputou a vaga com um acriano, o Dr. Sammy. Eu não fiz campanha para a senhora e tenho todos os motivos para fazer campanha para a senhora, porque a senhora é irmã de um grande amigo meu e tia de uma pessoa por quem tenho um carinho muito grande, que é o JHC, mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E ele é o quarto Senador de Alagoas. (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas, Dra. Marluce, tenho certeza de que o Dr. Sammy entendeu o processo. Esse é um processo altamente democrático. Quando a senhora esteve no meu gabinete ontem, eu disse que, a partir daquele momento, a senhora poderia e pode ter certeza de contar com o meu voto. Em momento algum a senhora, mesmo sabendo que eu não estava torcendo pela senhora – eu estava torcendo pelo Sammy –, a senhora me destratou ou me dirigiu qualquer palavra, nem a senhora, nem a sua família; muito pelo contrário, manteve o respeito.

Então, estou torcendo pela senhora. Pode ter certeza de que vou fazer – já votei aqui – campanha lá no Plenário para que a senhora possa ter sucesso, está bom?

Muito bem, então aqui o nosso Carlos Brandão. O senhor sabe que eu sou seu fã, até porque... E ontem você me deu uma demonstração de carinho, mostrou sua preocupação com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assis Brasil – Assis Brasil. Pensei que o senhor não conhecia nem isso, aquela nossa região, mas hoje, na sua fala aqui, o senhor é um dos poucos brasileiros que conhece o Brasil. E hoje, na fala que nós tivemos com o Prefeito Jerry, o senhor não se comprometeu, mas o senhor disse que, no que o senhor puder ajudar para que nós possamos chegar com a Justiça Federal em Assis Brasil, o senhor não irá medir esforços.

Então, a minha gratidão é eterna ao senhor, porque as dificuldades são muitas. Nós estamos numa tríplice fronteira: ali é Brasil, Peru e Bolívia, então é importante que nós tenhamos ali a Justiça Federal. Portanto, sou muito grato ao senhor. Vou votar... Não, vou votar, não, que eu já votei. Eu agora não estou valendo é mais nada, que o cara quando dá o voto já... (*Risos.*) Já votei, e pode ter certeza de que dei um voto que vai ajudar, e ajudar muito, o meu país, porque eu sou um brasileiro que conhece como poucos o nosso país.

Dra. Verônica, eu pedi para o Portinho... Eu me assustei, porque quando eu olhei, eu achei... Nós temos uns colegas meio "abirobados" aqui, nós temos, mas o Portinho, eu pensei que... Quando eu olhei, era o Portinho. E na hora em que ele passou aqui, eu disse: "Peça uma desculpa ali à Dra. Verônica". Aí é uma decisão dele; ele foi aí, não sei se ele pediu. Mas, Dra. Verônica, por tudo que foi dito aqui pelos colegas – o Senador Sergio Moro fez alguns questionamentos –, o que me surpreendeu de tudo aqui foi a sua tranquilidade. A senhora não sorriu, não chorou. Manteve uma postura aqui diante de tudo que foi dito pelo Portinho; a senhora, tranquila. Isso para mim mostra um equilíbrio muito grande, então a senhora está muito preparada para ocupar essa vaga lá no STM. Não tem virtude maior do que essa.

O seu currículo é extraordinário, já foi dito aqui por todos os colegas, não quero nem entrar nesse mérito. Os questionamentos que foram feitos pelo Portinho são minúsculos, são pequenos, se comparados a sua postura aqui nesta Comissão, diante desse bombardeio que a senhora levou. Então, com certeza, os generais, os oficiais lá do Exército vão ter uma mulher altamente preparada para ocupar aquela vaga.

No mais, se ainda cabe desculpa... Já foi pedida aqui pelo meu Líder Omar Aziz, né? Eu queria lhe pedir desculpa. Como postulante à vaga, como mulher, como uma pessoa que... Não é de praxe isso aqui. Não leve essa imagem tão ruim aqui desta Comissão. Nós estamos aqui, comandados pelo Otto, e quando eu vi o Otto, o Senador Otto se manifestar... Porque o Otto é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um exemplo de equilíbrio para nós, é um exemplo de equilíbrio. Para o Otto se manifestar é porque esse sentimento aqui é de todos. Tenho certeza de que as mulheres aqui estão indignadas, tem mulher ali que está com a língua coçando para falar. Mas fica aqui o meu pedido de desculpas, e quero lhe desejar sucesso nessa sua nova empreitada, está bom?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Dra. Verônica pede... Eu vou ler um encaminhamento do Dr. Gustavo Henrique Badaró, Professor Titular de Direito Processual Penal da Faculdade de Direito da Universidade Federal de São Paulo.

> Venho por meio desta presente declarar que Veronica Abdalla Sterman foi minha orientanda, tendo sido admitida e cursado o Mestrado do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
> Na oportunidade, cursou e concluiu todos os créditos necessários do Mestrado.
> Infelizmente, por problemas pessoais, não concluiu o Programa, tendo dele se desligado sem apresentar a Dissertação final.
> Posso afirmar, com segurança, seja por sua atuação e pesquisa como aluna, enquanto cursou o Mestrado, seja ao longo dos anos em [que] eu acompanho o seu trabalho como advogada criminal competente e combativa, que tem profundo conhecimento jurídico na área de direito processual penal.

Portanto, eu creio que, com esse encaminhamento do Dr. Gustavo Henrique Badaró, a Dra. Verônica está com a verdade.

Eu parabenizo V. Sa.

Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Eu estou com medo de mim. (*Risos.*) Estou com medo de mim. Não sei nem se eu vou dar conta de falar tudo que eu escrevi aqui, mas, para não esquecer, eu gostaria de iniciar exaltando os homens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Humberto, acabou de falar, nossos colegas todos aqui, em respeito à Dra. Verônica, em respeito a todas as mulheres.

Eu gostaria muito que o Senador Portinho ficasse para ouvir, principalmente para ouvir as mulheres, né?

E há muitos homens conosco. Eu quero elogiar. Aqui nós temos uma mesa que não é paridade, porque são quatro, maioria de mulheres, mas nós temos outras mulheres que serão sabatinadas aqui. Então, parabéns ao Presidente...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – As indicadas, a maioria mulheres.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – As indicadas mulheres. É, tem sido uma marca do Presidente Lula e uma contribuição muito grande da Primeira-Dama. Uma contribuição muito grande.

Eu viajei... estive na posse da primeira Presidente mulher do México, Claudia Sheinbaum, e nós tratamos disso. Lá é um país em que as mulheres conseguiram paridade nos três Poderes.

Então, eu primeiro agradeço aos homens que têm a dignidade de estar conosco, e gostaria de destacar meu amigo Fabiano Contarato, porque eu fiz uma emenda, agora na reforma eleitoral, da paridade de verdade. O Relator Marcelo Castro disse: "Não faça a emenda, porque não vai passar". Eu falei: "Mas eu quero ver a digital. Como não vai passar? Se eu nunca emendar, nunca vai passar, porque não há proposta". E ele não quer aceitar, e eu gostaria que a submetesse à CCJ e a submetesse ao Plenário, porque todo mundo tem que deixar sua digital. E o melhor... Para o homem mais inteligente na política, na minha opinião, se eu fosse marqueteira dos homens, eu iria falar: "Proteja em primeiro lugar as mulheres, seja você o autor de um projeto de lei da paridade de verdade nos três Poderes". Esse cara nunca mais vai ser esquecido na história deste país. Então, falta ainda a coragem de ter as mulheres juntas, numa paridade de verdade. É importante para o país.

Então, eu aqui cumprimento... Comecei até sem cumprimentar, mas cumprimento – eu já cumprimentei meu Presidente – o Ministro Presidente Herman Benjamin aqui; o Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Benedito, que esteve aqui; a Ministra Daniela Teixeira; e outros que aqui estiveram. Quero cumprimentar também nosso Senador Edison Lobão – prazer tê-lo aqui.

E quero lembrar que, dentro dessa paridade, por incrível que pareça, as mulheres são o maior número de estudantes nas faculdades de Direito. Economia, que é a área da Dra. Lorena, eu já não vou falar, porque na área de exatas é difícil – e a admiro. Nós mulheres, sim, conseguimos tratar de tudo, absolutamente tudo, com muita, muita capacidade.

E, nos concursos públicos, a maioria, futuro Ministro Brandão, a maioria nos concursos públicos: mulheres. Porém, quando as mulheres vão ascender na carreira, quando passam do concurso... Agora escondem mulher e homem, no concurso público, não aparece mais quem é o dono daquela prova.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Mas, quando nós entramos na seara política de ascensão na carreira jurídica, as mulheres são minoria da minoria da minoria. Então, eu tenho PEC nesse sentido, tenho projetos de lei, enfim.

Todos aqui com currículos que nós não precisamos sequer discutir. Todos com uma postura exemplar, notório saber jurídico e conduta ilibada. É isso que se exige, mas o que nós presenciamos hoje foi inteligência emocional. Parabéns a todos vocês e à Dra. Verônica, em especial, neste momento em que passa por uma situação constrangedora.

Não se sinta constrangida. Eu aqui quero, em nome – tenho certeza – de toda a bancada e de todo o Senado Federal, pedir também desculpas. Não se sinta constrangida, porque, na verdade, deu o efeito contrário, a senhora subiu, principalmente quando nós estamos falando em STM.

Nós mulheres, para conseguirmos ser respeitadas, precisamos estudar duas vezes, três vezes mais do que os homens. Se a mulher é negra, ela precisa estudar cinco, seis vezes mais do que os homens para ela ser respeitada. E a mulher bonita e inteligente é marginalizada. Você não pode ser as duas coisas. E hoje nós temos uma seleção de mulheres lindas, porque a próxima leva que virá são mulheres lindas. A todas aqui, é incrível a dificuldade que nós temos em ascender, em sermos respeitadas, principalmente quando nós, no Parlamento... Eu preciso destacar isto: no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso Nacional, na Casa que faz as leis, nós temos inúmeros bacharéis em Direito, nós temos inúmeros advogados, mas nós temos inúmeros rábulas, que não sabem sequer o que estão falando na área jurídica.

E eu vou destacar aqui, não é puxar a sardinha para a minha brasa, que, nas carreiras jurídicas, a advocacia é a mais difícil. É difícil porque V. Exas. têm prazo impróprio. O nosso cliente liga desesperado, nós temos dez, 15 anos de processo. E aí eu não vou entrar nessa seara com V. Exas., mas eu sou autora de um projeto de desjudicialização da execução civil, porque vocês, V. Exas. não são carimbadores. Hoje os cartórios, que ficam sob o jugo do Poder Judiciário, estão aí para cuidar. Então, os números que nós temos gritantes do CNJ nos mostram que a execução civil, o cumprimento de sentença podem muito bem ser feitos caso a parte deseje, caso ela deseje. Não é obrigatório por conta da inafastabilidade da jurisdição, como é o caso...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Deixe-me terminar, Presidente, por favor? Porque eu estou empolgada e emocionada. Vou acabar, já vou acabar, já vou acabar.

Então, eu não quero tratar disso agora porque é um tema importante. Eu tinha perguntas para fazer para V. Exas., mas nós temos rábulas aqui e 20 anos de advocacia – de advocacia. Tem muita gente que tem OAB e nunca, nunca, nunca andou... Eu sou advogada, perdoem-me aqui o termo chulo, de barriga no balcão do fórum e do tribunal. Então, eu não aceito, é inadmissível o que nós passamos aqui hoje. Lembro que, entre os rábulas daqui eu, quando vou falar do julgamento do 8/01, falo com propriedade. Eu pergunto quem assistiu aqui a 250, o mínimo a que eu assisti, audiências de instrução? Sim. Eu li inúmeras sentenças. E tem rábula aqui que chega a falar que o Judiciário está legislando, como foi no caso da droga. Eu disse a eles, pelo amor de Deus, nós estamos na Casa Alta. Para quem não é formado em direito – eu sou formada em Direito, eu não tenho outra formação –, mas em outras áreas, a Consultoria do Senado, que é a melhor do país, está aqui.

Quero dizer que o STF foi definir sobre o porte de drogas, o que seria o pertinente, o aceitável para o usuário porque nós não legislamos. Aqueles processos estão há seis anos parados. Eles são obrigados a decidir. Quem está no Judiciário não pode se furtar porque não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existe lei a respeito. Por isso, forma-se jurisprudência. Então, é vergonhoso o que a gente escuta aqui. E aqui, para quem vai falar do 8/01, assistam, pelo menos, ao canal do Victor Panchorra, porque ele traz a análise e inúmeras audiências depois do trânsito em julgado, quando sai do segredo de justiça. Assistam antes de falar.

E a pena da Débora do Batom, de que tanto se fala, eu fui analisar. São cinco crimes, concurso material. Quem determinou, quem fez a legislação, processo penal, direito penal, fomos nós. Vocês não legislam, vocês cumprem a legislação. Vocês não podem inventar, fazer a menos ou fazer a mais. E o Ministro Alexandre de Moraes condenou nas penas mínimas dos cinco crimes, nas mínimas. Ele cumpriu a lei que saiu daqui. E, além de tudo, foi referendado pela turma, que é a Primeira Turma do Supremo.

Por isso, eu quero dizer parabéns pelo currículo de V. Exas. Peço perdão por ter me exaltado, Ministro, futuro Ministro Brandão, Ministra Marluce, nos conhecemos lá em Alagoas, lá não... Foi quando? Foi junto com o Rodrigo, em Maceió. E, Lorena, parabéns. Imagino o marido da Lorena que está aqui também, é duro ser marido de mulher com carreira assim. É difícil! Então, parabéns aos homens que estão ombreando conosco, porque vocês, sim, têm que ter também... Sabe? Eu apelidei meu marido de freio de mão, porque ele tem que me segurar. Hoje seria um dia que ele... Ele deve estar tendo um treco lá no Mato Grosso do Sul, porque eu não aguento ficar calada num momento desses.

Agradeço a paciência, Sr. Presidente. Parabéns pelo currículo, pela inteligência... Como é que é disse a Ministra Cármen Lúcia? Pela inteligência...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eu estou falando da inteligência emocional, mas tem a desinteligência – que não faz parte da vida de vocês – natural. Foi a desinteligência natural, que ela falou. Aqui, há inteligência natural, há currículo, há inteligência emocional.

E, sim, que Deus te abençoe naquele lugar tão machista.

Por último, por último, por último, juro. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Governo Bolsonaro, Presidente Otto, o senhor se lembra de alguma rejeição a algum nome do Presidente Bolsonaro indicado aqui para esta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pelo contrário.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Nunca rejeitamos, independentemente dos problemas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, votamos todos que foram indicados aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Todos! Nunca ninguém foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Analisamos os currículos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Com tudo.

O Igor Leonardo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Inclusive o Ministro Kassio Nunes Marques, que está aí.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Kassio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ministro André Mendonça... Votamos em todos. Eu era o Líder do PSD e encaminhei de público a votação de todos os Senadores ao Kassio e ao André.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Nunca houve ideologia e briga política, porque os currículos são maravilhosos! Nunca houve rejeição de nenhum nome, porém – e olhem que eu sou independente –, aqui, nós tivemos o dissabor de ter a rejeição do indicado do Governo Lula para a DPU, o Dr. Igor Roque. Foi uma coisa abjeta de se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ver, porque não era contra o Dr. Igor; era contra quem indicou e não o indicado. Isso é de uma falta de respeito imensa.

E aí eu quero dizer que esta oposição ferrenha aqui, se rejeitar qualquer nome, principalmente de uma mulher, para o STM, eu vou falar para vocês que a situação vai ficar pior neste país, porque é uma vergonha, é uma canalhice, e é sim – é sim – um ato de sexismo, um ato de machismo, que nós juntos precisamos combater dia a dia.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Zenaide, pela ordem de inscrição; depois, a Senadora Augusta; depois, nós temos o Senador Alan Rick, e vou inscrever agora a Senadora Margareth Buzetti.

Eu quero lembrar que nós temos nove indicados ainda para sabatinar hoje. O tempo vai ser concedido, e, se, por acaso, cumprirem os cinco minutos, eu vou ficar muito grato, porque quero sabatinar todos que estão presentes, inclusive, aqui assistindo à sessão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente Otto Alencar, quero aqui cumprimentar o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Herman Benjamin, que eu conheço quando então Deputada na defesa das mulheres no poder, essa luta que nós mulheres devemos... Por isso, Soraya, não é um *apartheid*, homens contra mulher, são eles por elas também, e isso a gente reconheceu hoje.

Quero aqui cumprimentar Verônica Abdalla, não só notável conhecimento jurídico, não só uma conduta ilibada, mas uma inteligência emocional, que tem que passar isso para a gente, porque aqui foi um desrespeito, uma provocação, que constrangeu não só a nós mulheres, como a todos.

Está aqui o nosso Senador Edison Lobão, está aqui nossa Maria Marluce Bezerra, Dr. Carlos, Lorena... Os senhores vêm aqui para a gente sabatinar; não é para desrespeitar. E eu não tenho dúvida de que essa falta de respeito foi principalmente por ser mulher – não tenho dúvida, porque a gente vive isso aqui.

Eu não tenho um notável saber jurídico, porque eu sou médica de formação, mas, com as mulheres aqui, minhas colegas, mais 15, hoje nós somos a maior bancada do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somos minoria, mas temos um poder. E, quando a gente vê um achacamento, um desrespeito a uma colega, a uma mulher que é um exemplo para o país, que conseguiu ser uma Ministra do Superior Tribunal Militar, que eu nem sabia que tinha civil, Ministro... E a gente vai ter agora a Presidente e mais uma.

Quero dizer aqui a Maria Marluce que ela é outro exemplo.

O que as senhoras estão fazendo aqui? Mostrando para as mulheres brasileiras, como a gente tenta mostrar, que nós podemos estar onde queremos e que o Brasil tem o privilégio de ter mulheres capazes de ser Presidente da República, de estar em todos os cargos. E isso é um problema para alguns países, porque ainda precisam qualificar mulheres para isso. E, no que depende de processo seletivo, a gente já está aí dando um baile – não querendo tomar espaço de homens, porque aqui a gente viu os homens, os Senadores se levantarem contra a falta de respeito com nossa colega aqui.

Dr. Carlos Augusto, não vou fazer pergunta. Só queria dizer da minha alegria, porque o que eu vi de mérito aqui – sem falar na hora desse clima de desrespeito – foi o seguinte: a Justiça sabe, sim, que não pode só punir, e que tem que ter um olhar diferenciado para prevenção, gente. Eu cito aqui a Lei Maria da Penha, mais moderna, crime inafiançável, tudo, e a violência contra... Por que eu estou parabenizando? Pela sensibilidade do Poder Judiciário de saber que a gente precisa punir, mas a gente precisa prevenir.

E a todos já peço aqui o apoio, porque a gente sabe que o que a gente precisa é uma educação pública de qualidade em tempo integral. Este país, o Estado brasileiro não pode abandonar suas crianças sem creche, sem escola de tempo integral. Depois, você vê que é este próprio Estado que vai punir aquela criança para a qual este Estado não deu o direito.

Aí digo aos senhores aqui: pensem na minha alegria, primeiro, de ver três mulheres, Lorena, aqui que vão seguir cargos de comando com a maior capacidade, porque têm um currículo com que – eu falo assim – muita gente às vezes até se intimida. Como a minha formação é médica e aqui é jurídica...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Mas, só finalizando, voto a favor, agradecendo esse olhar da Justiça brasileira que reconhece que não é só punir, mas que precisa prevenir; e que sabe que a prevenção passa por uma educação pública de qualidade em tempo integral. Voto "sim" a todos.

E desculpem aí, Verônica e todos que estão nessa mesa.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Augusta pelo tempo de cinco minutos. Depois, Senador Alan Rick.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, eu quero cumprimentar todos os indicados, mas eu quero pedir permissão aos homens para que eu possa fazer minha breve fala, minha manifestação especialmente para as indicadas, não só as que aqui estão sendo sabatinadas, mas as que virão também posteriormente.

Primeiro, eu quero também me somar aqui à fala de vários Senadores e Senadoras que aqui me antecederam, porque a palavra hoje, meu Presidente Otto, é de vergonha, a vergonha com que eu fiquei de ver um questionamento sobre o que tem no currículo de uma mulher que não está mentindo, e aqui a quiseram passar e vender como uma mentirosa, que não é, porque está lá escrito. Eu digo: vale muito o que está escrito; vale, porque é a prova. Não precisaria nem de resposta, para mim não precisaria nem o professor ligar, um professor renomado, porque está tão claro, porque está escrito, está explicitamente num documento se dizendo que você não é mentirosa. Então, eu quero aqui, primeiro, falar da vergonha; pedir desculpa como mulher, porque eu me sinto altamente ofendida como mulher, porque eu não tenho dúvida de que o questionamento surgiu, porque é uma mulher. Então, não podia jamais deixar de passar e registrar minha indignação, minha vergonha de hoje estar aqui presenciando o que eu acho que à essa altura... A pessoa não sabe ler, porque está muito bem explicado dentro do currículo que foi aqui exposto.

Então, eu quero aqui, de uma forma rápida, dizer que eu não tenho dúvida que, quando o Presidente Lula faz a indicação, é porque com certeza fez toda uma análise de cada um dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicados. Eu não tenho dúvida de que, desde dezembro – eu vou aqui me direcionar para a Sra. Verônica –, anda aqui no Senado Federal, com muita dignidade, mostrando realmente que tem capacidade, além do currículo, do que está escrito, e não é mentirosa, vou sempre repetir isso, porque houve a tentativa de se vender aqui que se estava tratando de uma pessoa que estava mentindo, e não está.

Então, eu quero dizer aqui o que eu falei ontem, na reunião da Bancada Feminina, e vou repetir algumas partes das falas que aqui me antecederam, só falando e concluindo, meu Presidente, com a fala de uma mulher negra lá do meu Estado do Ceará, Zelma Madeira, que diz que as mulheres, quando conseguem chegar a um local de destaque, como as três indicadas que aqui estão sendo sabatinadas, elas não podem ser só boas, elas não podem ser ótimas; elas têm que ser extraordinárias. Então, nós estamos aqui sabatinando mulheres extraordinárias! Eu tenho o maior orgulho de cada uma de vocês. Assim, eu queria pedir ao meu Presidente e já dizer e parabenizá-lo pela condução dos trabalhos.

Vou falar que eu senti falta hoje de eu não estar na Liderança do PT, porque eu queria já ter falado antes, mas aí eu quero já avisar que, interinamente, a partir de segunda-feira eu vou estar na Liderança do PT e vou poder, se assim for necessário usar – espero eu que não seja necessário – para fazer defesa de mulher, porque isso é vergonhoso aqui no Senado Federal.

Obrigada pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Presidente Otto Alencar, meus cumprimentos a V. Exa.; meus cumprimentos ao Exmo. Presidente, Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; ao nosso eterno Ministro Senador Edison Lobão, meus cumprimentos; meu abraço aos sabatinados nesta manhã. Serei extremamente breve. Cumprimento todos e os parabenizo, porque estão aqui devido aos currículos, capacidade técnica, notório saber, inteligência e caráter ilibado de cada um.

Começo cumprimentando a Dra. Lorena. Doutora por quê? Por que é advogada? Não, porque é Doutora, tem doutorado em Economia pela Universidade de Maastricht, na Holanda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente numa área que trata dos impactos das tecnologias digitais na sociedade. Currículo extraordinário.

Quero falar do Desembargador, Dr. Carlos Augusto Pires Brandão, da nossa Procuradora Marluce Bezerra, cujo notório saber, a capacidade técnica, o entendimento da nossa Constituição, das leis brasileiras, das condutas e todos os enlaces de uma vida dedicada à prestação da tutela jurisdicional da maneira mais correta, republicana, e que demonstra a absoluta capacidade de V. Exas. já assumirem a função de Ministros do STJ. Que função importante!

Parabenizo-os e cumprimento-os, porque chegaram aqui devido ao extraordinário trabalho que vêm desempenhando ao longo de suas vidas. Meus parabéns!

Antes de cumprimentar a Dra. Verônica, eu queria falar da história, Ministro Herman Benjamin, de uma jovem advogada que, com 20 e poucos anos de idade, resolveu assumir uma causa, um processo extremamente difícil, num escritório de advocacia, cujos advogados mais experientes disseram: "Olha, você está entrando a uma situação em que vai prejudicar até a sua carreira, porque esse caso é perdido". O caso era de um comissário de bordo pego com drogas, que foi preso, ficou nos porões das prisões brasileiras, um jovem ingênuo, mas que clamava por justiça, porque se dizia inocente. E aquele jovem comissário de bordo colombiano recebeu a visita de uma jovem advogada, que acreditou na versão dele quando todos os outros não acreditaram que aquilo seria possível: inocentar aquele homem. Ele clamava, chorava e gritava: "Eu sou inocente!". Aquela jovem advogada buscou, com todas as forças e sua capacidade, provar a inocência dele. E ele dizia: "Há um bilhete. Esse bilhete deve estar em algum lugar, porque eu recebi a incumbência de entregar essa encomenda para uma outra pessoa. Eu não ia abrir a encomenda, não sabia o que era". Eram justamente as drogas. E depois de muito tempo lutando, essa jovem advogada conseguiu descobrir que o bilhete estava custodiado num dos cofres da Justiça, e o caso tomou uma reviravolta brutal. Aquele homem era inocente. Realmente, o bilhete estava lá com o nome da pessoa para ser entregue, o nome de quem estava entregando, com telefone, com tudo, e aquele bilhete o inocentou. Essa jovem advogada é a Dra. Verônica Sterman, que acreditou naquilo que ninguém acreditava e abraçou uma causa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso me emocionou, essa história de uma jovem que, no início de sua carreira como advogada, buscou a justiça. E quando nós buscamos a justiça, a verdadeira justiça, nós estamos cumprindo o nosso papel na sociedade.

Parabéns, Dra. Verônica. Parabéns pela linda história. Virou livro: *Voo para a Escuridão*.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Já pedi na Amazon, vou ler o livro. Espetacular história, e como é bom a gente poder contribuir com o Brasil, com a nossa futura Ministra do STM.

Parabéns, Dra. Verônica! Todos já têm o meu voto. Parabéns a cada um pela capacidade técnica invejável, e tenho certeza de que vão contribuir muito com o Brasil.

Não tenho perguntas. Já conversei com todos, tive a oportunidade de sabatiná-los no meu gabinete, e foi realmente uma experiência enriquecedora para mim.

Parabéns a todos! Sucesso! Contem com o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço ao Senador Alan Rick.

Passo a palavra, pela inscrição, ao Senador Magno Malta, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Cinco?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Todos estão tendo cinco.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ah, pensei que você tivesse falado que faltavam cinco para falar ainda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não.

V. Exa. é o... Eu não sei se a Senadora Margareth... V. Exa... Então, ela está inscrita, ela vai falar, depois V. Exa. fala; ou V. Exa. quer falar antes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Escolha.

Deu, Margareth. Vamos lá que nós temos ainda dez sabatinados para fazer hoje.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar.) – Eu sou bem rápida, Presidente. Muito obrigada.

Só cumprimentando todos os indicados, Dra. Lorena, Desembargador Carlos Augusto, Maria Marluce, Verônica, é um prazer estar aqui, o Ministro Herman Benjamin, que acabou de sair, o Senador Edison Lobão: todos, eu votei em todos vocês.

Quem chega até aqui tem currículo, tem competência. O que eu gostaria de lembrar e só salientar, Verônica... Em conversas contigo, a gente se identificou em muitas coisas, porque eu, quando estudava, fazia o comércio, na época, contabilidade, meu pai adoeceu. Eu terminei o comércio, fiz contabilidade, mas ele continuou doente, eu grávida, com filha pequena, grávida, e ele veio a óbito nesse tempo, eu tive que parar de estudar. Então, não tem, assim, assunto que possa te desmerecer por dizer: "Não conclui o meu mestrado."

Então, você tem todo o meu apoio, se sinta abraçada, confortada, porque é isso que nós precisamos fazer. Nós não temos que ter uma disputa entre homens e mulheres, nós temos que caminhar lado a lado. E, em 217 anos, o Supremo Tribunal Militar terá a segunda Ministra mulher – e assim eu espero.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, cumprimentando o Senador Lobão, que foi meu Presidente aqui da CCJ por alguns anos, visto que passamos dois mandatos juntos, 16 anos, e agora, no meu terceiro mandato, eu o vejo, acho que... Senador Lobão, foram três ou quatro mandatos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Foram quatro. Eu estava chegando no meu terceiro; o Senador Lobão, no quarto. Então, sabatinou muita gente, ouviu muita gente – como é o meu caso.

Eu acho que uma sabatina é a apresentação de um TCC. O indivíduo, por mais simples que seja a faculdade onde ele estudou, apresenta um TCC no final, para uma banca, que vai ouvi-lo e vai definir se vai votar, ou não.

Eu tenho um costume que faz parte da minha história enquanto Senador de três mandatos, imagine quantos eu já ouvi, quantos eu já sabatinei, de quantas eu já participei, de Ministro de Superior, STJ, agências, uma série de coisas. E eu tenho uma norma comigo de não receber no meu gabinete. Isso não tem a ver com a educação, tem a ver com esse entendimento, porque currículo hoje é o que menos conta. Não é o currículo que conta.

Alguém, para chegar aqui, nessa posição aí, precisa ter currículo. A mim interessam convicções, porque nós não podemos esconder que vivemos num país, hoje, em que o Judiciário é ideológico. É ideológico!

Eu sabatinei Alexandre de Moraes, que estava sentado aí onde está sentado o Senador Lobão.

E uma coisa, eu disse a ele: "alguns sentam aí e vendem a mãe para colocar a toga nas costas, e, quando chegam lá, o comportamento é outro".

Vejam. É só dar um Google que é fácil ouvir, ver as notas taquigráficas, o que foi gravado aqui, o áudio.

Hoje, essa gente que está nos tribunais superiores, eu me refiro exatamente ao caso de Alexandre de Moraes, é um estelionato. Estelionato. Mentiu para caramba.

O Fachin, quando foi sabatinado, me disse uma frase. Quando eu o sabatinava, ele disse: "Senador, tudo bem, o que o senhor falou aí é verdade". E é verdade, eu não venho aqui para contar mentira. "Mas depois que um homem se torna ministro – e se eu me tornar com a votação dos senhores –, tudo muda, começa do zero".

Eu usei esta frase para ele: "não, doutor, não se separa um homem das suas convicções".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não preciso fazer pergunta porque eu sei tudo sobre todos, porque eu já fui buscar antes disso. Sei em quem vou votar "sim" e sei em quem vou votar "não", porque eu fui buscar. Eu fui estudar. Eu fui buscar para entender as convicções de vida, as convicções e posicionamentos, porque todos os senhores currículo têm, para terem chegado neste momento.

Então, dentro das minhas convicções, que eu tenho colocado, eu gostaria, nestes tempos que estamos vivendo, terríveis, de ser surpreendido! Surpreendido por um novo Judiciário, pelos novos que estão chegando, diante de uma problemática de corda esticada em que os tribunais desprezam completamente as Casas legislativas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... quando eles, nas Casas legislativas, são aprovados.

Nós estamos vivendo isso.

Quero cumprimentar todos. Cada um tem uma história de vida e uma luta para ter chegado até aqui.

Por isso que eu digo que o currículo é o de menos, porque ninguém chega e se senta aqui sem currículo.

Quero desejar boa sorte a todos e a todas, desejar boa sorte no exercício àqueles que forem aprovados, no exercício daquilo que lhe for concedido, pelos anos da sua própria história e por terem chegado a esse lugar, por indicação.

Eu fiz uma pergunta para uma dessas pessoas que vão ser sabatinadas que resume tudo. A essa pessoa a quem eu perguntei, eu disse: "você percebe que, hoje, o Judiciário é ideológico?". "Sim". "Você é ideológica"?

A pessoa me deu a resposta que eu queria ouvir e que eu precisava ouvir para firmar as minhas convicções sobre todos que estão aqui.

Quero cumprimentar o nosso Ministro Benjamin, ali, dar o meu abraço e dizer a vocês "boa sorte nessa caminhada daqui por diante".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a disciplina ao Senador Magno Malta: cinco minutos exatos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Eu consegui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou dispensar... Terminou a arguição dos quatro arguidos aqui pelos Senadores, e vou passar para os novos nomes, cinco serão sabatinados agora.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, eu não votei ainda, eu queria que o senhor não encerrasse para que eu pudesse votar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não vou encerrar, não. Pode votar à vontade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pode?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode. Claro. Sem dúvida nenhuma.

Convido a Dra. Fabiana Costa Oliveira Barreto, indicação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço silêncio ao Plenário, por favor, porque a sessão continua, e é importante o silêncio para que a sessão possa continuar.

Então, eu convido a Dra. Fabiana Oliveira Barreto, indicada para o Conselho Nacional do Ministério Público.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Plenário precisa fazer silêncio, sob pena de eu mandar esvaziá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os cumprimentos podem ser dados lá fora do Plenário às pessoas.

Aqueles que quiserem cumprimentar os indicados, peço, por favor, que o faça fora do Plenário da Comissão. (*Pausa.*)

Por favor, Ministro Carlos Brandão, eles receberão os cumprimentos fora do Plenário da Comissão de Constituição e Justiça, por obséquio.

Para compor a mesa, Dra. Fabiana; Dr. Carlos Vinícius Ribeiro, para o Conselho Nacional de Justiça; Dra. Ivana Lúcia Franco Cei, para o Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Silvio Roberto Oliveira de Amorim, para compor o Ministério Público da União; e Dr. Fernando da Silva Comin, para tomar assento à frente aqui da Comissão, por favor.

Se, por acaso, aqueles que foram chamados não vierem, eu vou suspender a sessão. Eu vou suspender a sessão. Eu cancelo a sessão e ficará para a próxima quarta-feira. Eu vou dar o tempo de dois minutos para comparecerem aqui, sob pena de eu cancelar a sessão e fazê-la na próxima segunda-feira. (*Pausa.*)

Eu vou encerrar a sessão e será só na próxima quarta-feira se não chegarem os chamados. (*Pausa.*)

Está encerrada a sessão.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não. Que é isso? Eu vou encerrar. Eu os chamo, e não vêm.

Chamei cinco, chamei cinco para a sessão.

Eu chamei a Dra. Fabiana, que não compareceu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Cadê? (*Pausa.*)

Não está ainda, não chegou ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, chamei a Ivana Cei, chamei o...

Se não comparecerem, eu vou encerrar a sessão e não será feito hoje mais nada, absolutamente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas tem lá fora, na Alexandre Costa. (*Pausa.*)

Vamos cumprimentar os agraciados lá fora. A sessão precisa continuar. (*Pausa.*)

2ª PARTE

ITEM 1

OFÍCIO "S" Nº 1, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação da Senhora FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 06/08/2025, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Eu passo a palavra, por cinco minutos, à Dra. Fabiana Barreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Relatora da Dra. Fabiana, a Senadora Soraya Thronicke, não está presente.

Portanto, Sra. Fabiana Barreto.

A SRA. FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes e as que nos assistem de modo virtual.

Exmo. Sr. Senador Otto Alencar, mui digno Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta honrosa Casa, a quem dirijo não apenas meus cumprimentos, mas também congratulações pela virtuosa condução deste órgão. Meus cumprimentos a todas e todos presentes.

Saúdo o Procurador-Geral de Justiça do DF e também Presidente do Colégio dos Procuradores-Gerais de Justiça e, na sua pessoa, Dr. Georges, saúdo todas as autoridades aqui presentes.

Caso receba a validação desta nobre Comissão e do augusto Senado Federal, buscarei dignificar o crédito atribuído por V. Exas., Srs. Senadores e Sras. Senadoras, à minha pessoa com dedicação, zelo e proficiência, merecidos por essa instituição, que sempre me acolheu e onde aprendo cotidianamente.

Do mesmo modo, aos assessores parlamentares e servidores que me acompanharam, meus cumprimentos. Cumprimento nosso Conselheiro Moacyr Rey e, na sua pessoa, todos os Conselheiros também aqui presentes.

Aos meus amados familiares, que tanto me apoiam nessa jornada, minha afetiva saudação.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, não pretendo me alongar na apresentação pessoal, já que não poderia fazer de melhor maneira do que o que já foi muito gentilmente apresentado pela eminente Senadora Soraya Thronicke, de modo que me limitarei a uma síntese.

Nasci em Brasília, onde cresci e me formei, inspirada pelos ideais que fizeram Juscelino Kubitschek trazer a capital para o centro do Brasil. Aqui, desde cedo, aprendi a valorizar a importância dos poderes que são atribuídos pelo povo aos seus mandatários. Quem nasce e cresce no Distrito Federal respira democracia e seus fatos históricos, compreende no cotidiano sobre a importância do diálogo, dos ritos e da convivência com culturas diversas e plurais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Formei-me no UniCEUB e recebi o título de mestre em Direito pela Universidade de Brasília – cumprimento a minha Relatora, a Senadora Soraya – no ano de 2006, com a dissertação posteriormente publicada, intitulada "Flagrante e prisão provisória em casos de furto". Resultado de levantamento empírico realizado em processos criminais das cinco regiões brasileiras, o estudo pôde contribuir para discussões deste egrégio Congresso Nacional, para levar à aprovação da chamada lei das cautelares, a qual modificou o Código de Processo Penal. Em face da dedicação a esse e a vários temas e também do reconhecimento público a projetos aos quais me dediquei em minha instituição, fui convidada a compor conselhos e comissões do Ministério da Justiça.

Também integrei a Subcomissão Especial de Crimes e Penas da Câmara dos Deputados, nos anos de 2011 a 2012. Fiz também parte de carreiras do Poder Judiciário e do Poder Executivo. Chamo atenção para essas atuações, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, para demonstrar que tive a oportunidade de contribuir profissionalmente com os três Poderes que integram a União, o que facilitou o meu processo de aprendizado sobre suas dinâmicas internas e sobre as relações interinstitucionais necessárias para se chegar ao desejado equilíbrio entre os Poderes da Federação.

Ingressei no MPDFT em 2000 e, ao longo da minha carreira, atuei em promotorias de diversas atribuições e localidades. Também pude, honrosamente, contribuir com a gestão de três Procuradores-Gerais de Justiça: o Dr. José Eduardo Sabo Paes; o hoje Ministro do STJ Rogerio Schietti; e agora também o Desembargador Dr. Leonardo Bessa. Chamo atenção, Presidente Otto, para o fato de que, na gestão do Dr. Bessa, fui responsável por implementar a chefia de gabinete para assuntos parlamentares, ocasião em que pude ser testemunha da nobre tarefa desempenhada pelos eminentes Parlamentares no trato diário...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO – ... das imensas responsabilidades que lhes são atribuídas.

Fui Procuradora-Geral de Justiça do MPDFT por dois mandatos, acompanhada por uma equipe extraordinária, pela força, sagacidade e perspicácia de cada um, quando pude conduzir o Ministério Público do DF com elevada execução orçamentária e aumento significativo de produtividade e de atendimento ao público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, exerço o cargo de Coordenadora de Recursos Constitucionais do MPDFT, que, graças ao trabalho árduo de uma equipe dedicada e talentosa, obteve nos últimos anos os melhores índices de sucesso dos recursos interpostos perante o Superior Tribunal de Justiça.

Como Conselheira, se for merecedora da aprovação de V. Exas., terei o compromisso com o diálogo permanente.

São essas as razões que submeto à apreciação de V. Exas. para avaliarem meu nome para ocupar o assento do MPDFT. Meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero parabenizar a Dra. Fabiana Oliveira Barreto, Promotora de Justiça, e passar a palavra à Relatora, Senadora Dra. Soraya.

Nós estamos no tempo de cinco minutos, para fazer os dez hoje ainda, entendeu?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É, mas é que hoje as mulheres estão na vantagem, tem que dar um pouquinho a mais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, hoje... Claro, sempre estiveram na vantagem. Tem outras mulheres aí para serem sabatinadas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Presidente, eu pedi inscrição para falar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu mandei pegar um lanche para colocar lá na sala para todos aqueles que estão com fome.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É porque pode ser fome, né?

Nossa, eu sou até suspeita para falar da minha relatada e de todos aqui. Eu pedi inscrição, Sr. Presidente, para falar logo depois, não foi agora. Eu vou seguir a regra que V. Exa. determinou: depois de ouvir todos os sabatinados. Não é assim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – É.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Ah, tá!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Eu pensei que V. Exa. tinha pedido questão de ordem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Não, não pedi.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, então eu vou falar... Eu vou passar a palavra depois, como foi no primeiro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Ah, tá, depois. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu pensei que era questão de ordem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Não, não é questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Desculpe-me, então.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É só inscrição mesmo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então o próximo é o Dr. Carlos Vinícius Alves Ribeiro, com a palavra, por cinco minutos.

O SR. CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça, Senador Otto Alencar, quero cumprimentá-lo e agradecer-lhe pela celeridade na tramitação dos nossos processos e pela lhaneza do trato de sempre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento todos os meus colegas sabatinados do dia de hoje.

Cumprimento muito carinhosamente e muito cordialmente a Senadora Soraya, o Senador Mecias, que aqui estão presentes, e todos aqueles Senadores que hoje estiveram e estão aqui.

Cumprimento os integrantes do Poder Judiciário aqui presentes, os integrantes do Ministério Público, vários Procuradores-Gerais.

Cumprimento a minha família: Benjamin, meu filho; Ludmilla, minha esposa; Carlos Roberto, meu pai; Yara, minha mãe – sem vocês eu não estaria aqui.

O currículo é de conhecimento de todos os Senadores, mas eu gasto um minuto, Senador Otto, para fazer um breve apanhado e na sequência...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Não é um minuto, mas são cinco... (*Risos.*)

O SR. CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO – Na sequência eu gasto os outros três para fazer compromissos, agradecimentos e pedir o voto.

O meu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ó, aquele placar ali, 27 votos, aqui ninguém perdeu eleição, pode ter certeza. Todo mundo aqui vai ser bom de urna hoje. (*Risos.*)

O SR. CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO – Sob a condução de V. Exa., disso eu tenho certeza.

Eu me graduei na Universidade Federal de Goiás, em 2001. Em 2004, ingressei no Ministério Público do Estado de Goiás, onde estou até hoje, e fiz uma carreira paralela acadêmica. Segui uma pesquisa de mestrado, doutorado e pós-doutorado na Universidade de São Paulo, no Largo de São Francisco, em Direito de Estado, Direito Administrativo, e foi isso que me trouxe, Senador Otto, 12 anos atrás, a convite de um conselheiro indicado pelo Senado da República para ocupar a cadeira do Conselho Nacional do Ministério Público, para ser membro auxiliar desse conselheiro que representava o Senado. Então, a minha primeira entrada no Conselho Nacional do Ministério Público foi como um membro auxiliar do próprio Senado. Lá fui assessor legislativo e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jurisprudência durante quatro anos, depois atuei por um bom tempo na Ouvidoria, na sequência fui membro da Presidência e, há cinco anos, na Secretaria-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público. E hoje tenho oportunidade de comparecer perante V. Exas. para ser sabatinado e escrutinado, e, obviamente, peço-lhes o voto e a confiança para os desafios que, se Deus quiser, se avizinham.

Eu apresento a V. Exas. o compromisso que apresentei pessoalmente em quase todos os gabinetes que pude visitar e em tantas boas conversas que tive com as Sras. e com os Srs. Senadores: o de manter o diálogo institucional permanente, de respeitar a autonomia e a independência dos Poderes.

Do ponto de vista das atividades jurisdicionais, o CNJ tem funções bastante relevantes, com as quais eu também me comprometo: enfrentar a litigiosidade endêmica, que é um grande problema no nosso país; estimular o aprimoramento da qualidade das decisões; estimular o uso de tecnologias para desonerar o magistrado de outras atividades colaterais e deixá-lo responsável por sentenciar.

Um compromisso que assumo é o de tentar garantir e aumentar a confiança da população no sistema de justiça. Não há Estado de direito hígido sem que o cidadão confie no seu sistema de Justiça.

Do ponto de vista correicional, darei especial atenção aos abusos e desvios. Tenho uma preocupação muito presente com o uso de redes sociais por atores do sistema de Justiça. Aqueles que ocupam funções no sistema de Justiça são legitimados não por exposições midiáticas: são legitimados pela qualidade técnica que os fez ingressar nas carreiras. Portanto, com isso eu também me comprometo.

Finalmente, Senador Otto, nos 40 segundos que me restam, eu me comprometo perante V. Exas. a cumprir aquilo que a cadeira pela qual eu me farei presente no Conselho Nacional de Justiça, a cadeira do Ministério Público dos estados, é comprometida: com a defesa da ordem jurídica, com a defesa do regime democrático, com os interesses sociais e os interesses individuais indisponíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço uma vez mais a presença de todas as senhoras e todos os senhores, todas as conversas que tivemos e agora, aqui com a presença do meu Relator, com muito orgulho, Senador Wilder Morais, eu encerro, agradecendo, Senador Wilder. É muito honroso para mim ter V. Exa. como Relator, um Senador do meu estado.

Fico à disposição das senhoras e dos senhores para esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dr. Carlos Vinícius, tem um garotinho ali, é seu filho?

O SR. CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO – Ele também quer ser sabatinado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu queria é que ele viesse aqui, dar um abraço em você. (*Palmas.*)

Parece demais, né? Esse, o Carlos Vinícius imprimiu. (*Risos.*) Ele imprimiu mesmo. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO (*Fora do microfone*.) – Senador, me permite um segundo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, pode falar.

O SR. CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO – Senador, ontem o Benjamin me perguntava à noite quais eram as funções de um Senador, e eu fui explicando para ele quais eram as funções do Senador – eu contava isso agora há pouco para o Senador Wilder. No final ele me disse: "Eu gostaria desse emprego, eu acho que eu vou querer ser". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é.

Agora vamos passar a palavra ao Dr. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior.

O SR. SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmo. Sr. Presidente desta augusta CCJ, Senador Otto Alencar, muitíssimo obrigado pela condução de todos nós até este momento, pela condução serena, pela possibilidade que nos dá de nos apresentarmos aqui às Sras. e aos Srs. Senadores.

Ao Relator da minha indicação, Senador Mecias de Jesus, muitíssimo obrigado, porque me levou aos Senadores, me tranquilizou para este momento que é tão sensível a todos nós, e sua liderança foi também demonstrada em mais esse momento. Muitíssimo obrigado, meu Relator.

Senadora Soraya Thronicke, Senador Wilder Morais, muito obrigado por estarem aqui conosco também neste momento, por participarem deste momento tão importante para todos nós. Muito obrigado.

Meus colegas aqui que me ombreiam neste momento na CCJ, meus colegas de Ministério Público da União, Ministério Público Federal, meus colegas do Ministério Público nacional, procuradores-gerais de justiça, representantes de entidades associativas, servidoras e servidores que aqui se fazem presentes, outras autoridades também aqui presentes, senhoras e senhores, o meu muitíssimo obrigado – especialmente à minha amada esposa Julieta Amorim, que aqui se encontra, que, mais uma vez, está comigo para, juntos, participarmos de um momento importante em nossas vidas. Muito obrigado. Eu sou mais forte porque eu estou junto com você, Julieta. Obrigado.

E sob a proteção de Deus, eu compareço a esse luminoso Senado Federal para ser arguido pelas Sras. e Srs. Senadores, ciente de que aqui no nosso Parlamento recebemos as mais elevadas lições de civismo e os mais elevados gestos de respeito e dedicação ao Brasil.

Eu sou amazonense, morei no Amazonas, morei em Rondônia, morei em Alagoas, morei em Sergipe e atualmente moro aqui em Brasília. E cada um desses lugares moldou o meu jeito de ser e pensar, e eu creio que assim acontece pelo meu sangue miscigenado: eu tenho sangue árabe, tenho sangue negro, tenho sangue português, tenho sangue caboclo e tenho sangue índio. E este meu sangue tão brasileiro me deixa orgulhoso do meu povo e do meu chão.

E assim eu ingressei no Ministério Público Federal e, antes de ser Procurador Regional da República, trabalhei... Fui servidor no Tribunal de Justiça de Rondônia, no Tribunal Regional do Trabalho de Rondônia e Acre e no próprio Ministério Público Federal. Eu também fui Procurador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Estado de Rondônia e tenho, com a graça de Deus, 30 anos ininterruptos de atuação no serviço público.

No Ministério Público Federal, estou há 23 anos e atuei em todas as áreas possíveis dentro do Ministério Público Federal, me tornei Procurador Regional da República, por merecimento, e atuo no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Fui também Secretário-Geral do CNMP, Coordenador-Geral da Corregedoria Nacional e Conselheiro do CNMP por dois mandatos. E busquei igualmente agregar conhecimentos acadêmicos: me tornei especialista e mestre em Direito Constitucional; fui coautor de livros e coorganizador; e também sou autor de um livro.

E, sendo honrado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Relator da minha indicação, a integrar o CNJ, velarei pelo respeito às funções que a Constituição atribui àquele Conselho, no seu art. 103-B. E, portanto, pela observância do comando relativo ao controle administrativo, financeiro e funcional do Poder Judiciário.

Creio que o CNJ possui importante função uniformizadora da atuação do Poder Judiciário e faço uma menção especial ao enaltecimento das práticas positivas e inovadoras que são realizadas por seus tribunais integrantes em todo o Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JÚNIOR – Buscarei acompanhar esse movimento porque nele acredito.

Acredito também num Poder Judiciário que se realiza próximo à sociedade e aos jurisdicionados. E tenho que a Justiça se faz presente quando é aberta e inclusiva a quem para ela se dirige. Penso também em um Judiciário resolutivo e conciliador, voltado à solução de litígios, a partir do uso de ferramentas legais e tecnológicas que propiciem sua efetividade e celeridade, sem desmerecer o devido processo legal e a garantia à ampla defesa.

Creio, portanto, na justiça que ocorre todos os dias em todos os rincões do Brasil e no Judiciário que opera nos termos e limites constitucionais e legais. É assim que buscarei pautar minha linha de atuação no CNJ, porque é precisamente dessa forma que busco me pré-ordenar como integrante da minha instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permita Deus que no dia de hoje possa ser merecedor da confiança e do voto de V. Exas., para que, com a mesma dedicação e afinco com os quais desempenhei, e tenho desempenhado, tarefas e missões dentro e fora do Ministério Público, também esteja apto a oficiar naquele Colegiado, no CNJ.

Peço, portanto, seu voto e agradeço muitíssimo, Presidente, a possibilidade que nos dá para este momento. Agradeço também a presença dos colegas que em seguida serão sabatinados, a quem desejo muito boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo e agradeço a V. Exa.

Passo a palavra à Dra. Ivana Lúcia Franco Cei para a sua exposição.

A SRA. IVANA LÚCIA FRANCO CEI (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Otto Alencar, receba minha respeitosa saudação. Na sua pessoa, cumprimento todos os Senadores desta Casa, agradecendo de forma especial pela cordialidade e atenção, que tanto contribuíram para manter a serenidade em nossa caminhada.

Exma. Sra. Soraya Thronicke, dirijo-me, Senadora, a V. Exa. com todo o apreço, estendendo por seu intermédio meus cumprimentos a todas as Senadoras que nos brindam com a sua presença.

Exmo. Sr. meu Relator Randolfe Rodrigues, meu querido amigo, Relator desta matéria e digno representante do Estado do Amapá, cumprimento-o com estima, bem como saúdo os meus Senadores Lucas Barreto e Davi Alcolumbre. Nas pessoas de V. Exas. cumprimento as demais autoridades presentes e com orgulho presto minha homenagem ao Estado do Amapá.

E assim cumprimento meu Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alexandre Monteiro, e saúdo a minha instituição, o Ministério Público do Estado do Amapá.

Na oportunidade, registro minhas felicitações – hoje ele não está presente – ao Sr. Senador Omar Aziz, desejando-lhe muitas bênçãos e realizações neste dia especial em que celebra o seu aniversário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ingressei no Ministério Público como promotora de justiça, fui procuradora-geral de justiça durante quatro mandatos, estou Procuradora de Justiça no Ministério Público do Amapá. Fui Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, os quais eu também saúdo aqui, na presença dos procuradores-gerais, e hoje estou como Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público, vindo à recondução.

Como Conselheira, eu fiquei com a matéria Ouvidoria Nacional, que tem dois canais importantes: o canal da Ouvidoria da Mulher e o canal da Ouvidoria de Defesa, no caso dos crimes praticados pelas forças militares. Bom, nesses dois canais, a Ouvidoria Nacional tem feito um trabalho extraordinário: o fortalecimento do canal com as redes de ouvidorias em todo o país, ouvidorias dos Ministérios Públicos; e no canal da defesa em caso de violência policial, nós estamos estreitando, sim, e fazendo cursos de aperfeiçoamento. Vamos lançar um manual de como as abordagens devem ser dadas a todas as polícias do país.

E eu também acumulo a Presidência da Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público. Estamos, através desta Comissão, fazendo várias reuniões, vários eventos em todos os estados para que a gente consiga apresentar uma proposta do Ministério Público nacional na COP, agora em novembro, na cidade de Belém do Pará.

Então, o que nós pedimos, no caso, é o seu apoio, o seu voto, o voto de todos vocês, as considerações, para que nós possamos continuar a realizar esse trabalho. É um trabalho muito bonito dentro do Conselho Nacional do Ministério Público, é um trabalho que nós precisamos que vocês estejam junto conosco, para que a gente possa fazer o que todos nós, na verdade, temos o ideal de fazer, que é a defesa da sociedade que nos procura e deve ser acolhida.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IVANA LÚCIA FRANCO CEI – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Dra. Ivana e passo a palavra ao Dr. Fernando da Silva Comin.

O SR. FERNANDO DA SILVA COMIN (Para expor.) – Muito bom dia a todas as senhoras e senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de cumprimentar inicialmente o Senador Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça, Senador Otto Alencar, e agradecer a V. Exa. por todo o apoio que tem nos dado, nos emprestado, apoio importante até aqui. Gostaria de cumprimentar, de uma maneira muito especial, o Senador Esperidião Amin, que é o meu Relator, e todos os Senadores aqui presentes, a Senadora Soraya Thronicke, o Senador Mecias de Jesus, o Senador Wilder Morais, o Senador Sergio Moro e a todos os outros demais Senadores e Senadoras que aqui já estiveram e passarão por aqui. Quero agradecer aos meus queridos amigos e amigas procuradores-gerais de justiça do Brasil aqui presentes; ao Presidente da nossa associação nacional, Dr. Tarcísio, que nos acompanha também; a todos os presidentes de associações; às Sras. Conselheiras do CNJ e do CNMP; aos colegas sabatinados que comigo travaram aqui esse período de grande aprendizado.

Meu nome é Fernando da Silva Comin, eu atualmente exerço o primeiro mandato como Conselheiro na vaga do Ministério Público dos estados. Busco a recondução, ora, nesse processo. Fui Procurador-Geral de Justiça, eu tenho 24 anos aproximadamente de Ministério Público. No dia 10 de agosto, vou completar 24 anos de carreira. Ao longo desse período, já exerci diversos cargos e funções na estrutura do Ministério Público do meu estado de Santa Catarina, fui Procurador-Geral de Justiça de 2019 a 2021 e de 2021 a 2023. Na sequência, exerci, por um breve período, a coordenação do Escritório de Representação do Ministério Público de Santa Catarina aqui em Brasília e tive a honra de ser guindado, em eleição do egrégio Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, para o meu primeiro mandato como Conselheiro, Sr. Presidente.

Ao longo desse período como Conselheiro, eu presidi duas comissões, acumulei duas comissões, assim como a minha querida colega Ivana Cei, a Comissão de Preservação da Autonomia (Cpamp), e também a Comissão da Infância, Juventude e Educação. Nós procuramos desenvolver projetos, inúmeros projetos com clara vocação social de aproximação com a nossa sociedade, reconhecendo a importância do papel...

Senador Esperidião Amin, muito obrigado pela sua presença, obrigado pelo ensinamento, pelo apoio de V. Exa. ao longo de toda a minha carreira no Ministério Público. O senhor sempre foi um grande exemplo para mim de integridade, de homem público. Tenha a certeza de que me espelhei muito em toda a sua trajetória até aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, então, retomando à frente da Comissão da Infância e Juventude, eu procurei lançar um olhar de aproximação do Ministério Público com a sociedade, buscando trabalhar temas, Sr. Presidente, que fizessem sentido na transformação social da vida das pessoas.

E, nesse aspecto, com apoio do colegiado todo, dos conselheiros, do nosso Presidente, nós tivemos inúmeras iniciativas importantes. Eu gostaria de apenas referenciar duas delas: o lançamento de um painel de *business intelligence* para acompanhamento de todas as escolas do país sem saneamento, ou sem banheiro, ou sem água potável. O Ministério Público fez, em uma semana, uma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO DA SILVA COMIN – Obrigado, Sr. Presidente.

O Ministério Público brasileiro, unido, fiscalizou mais de 2,6 mil escolas no Brasil todo, Senador Mecias, e os resultados estão transparentes no *site* do CNMP, para acompanhamento de toda a sociedade.

Além disso, nós também desenvolvemos o Cadastro Nacional de Casos de Violência contra Criança e Adolescente.

Já finalizo aqui, são apenas duas iniciativas. Há uma série de outras iniciativas que, posteriormente, posso referenciar a V. Exas. Esse assunto que hoje chama a atenção de todos, a exploração sexual de crianças e adolescentes nas redes sociais, não é um assunto novo, mas nos desafia a todos cada vez mais.

Eu me coloco à disposição para poder trabalhar, se reconduzido for, Sr. Presidente, em conjunto com esta Casa, buscando o melhor modelo de enfrentamento deste e de outros problemas que assolam o nosso país.

Por fim, quero apenas agradecer o grande aprendizado que tive – e tivemos todos nós, indicados – ao longo desses meses de caminhada aqui no Senado. Aprendemos muito no contato e nas conversas individuais com cada uma das senhoras e dos senhores. Lançamos muita esperança no trabalho e na visão das senhoras e dos senhores para o futuro do nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Dr. Fernando da Silva Comin.

Agora, eu passo a palavra aos Senadores que estão inscritos aqui: a Senadora Soraya, o Senador Mecias, o Senador Wilder... Pergunto ao Senador Moro... Está inscrito.

Eu gostaria que fossem cinco minutos, porque nós temos mais cinco para sabatinar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Eu serei breve. Vou falar menos do que eu até poderia, justamente porque, na última rodada, Sr. Presidente, o senhor foi bastante benevolente e paciente comigo. Então, eu não irei atrasar, mormente porque nós tivemos acesso aos currículos de V. Exas. Nós já sabemos que têm uma capacidade técnica invejável, currículos de excelência e também a conduta ilibada para continuarem ou assumirem pela primeira vez.

Meu cumprimento especial à minha relatada, Dra. Fabiana Costa Oliveira Barreto, e à nossa amiga querida, Ivana Lúcia Franco, por essa recondução maravilhosa. Dá alegria de ver essa renovação e de também poder apreciar um bom nível de paridade.

Só para terminar aqui, lembro que, dias atrás, lá no Mato Grosso do Sul, eu tive a honra de poder entregar, por conta das emendas parlamentares, lousas digitais, brinquedos de excelência para escolas públicas...

E, naquela ocasião, entre outras benesses para as escolas públicas... E aí, quando o senhor falou, eu realmente fiquei emocionada, porque, naquele momento, eu lembrei: enquanto nós estamos trabalhando já, no Mato Grosso do Sul, com lousas digitais, com o que há de melhor, há milhões e milhões de crianças – são milhões, não são? – que não têm banheiro. Eu estava procurando o número aqui, mas é um número expressivo. Não têm banheiro nem água potável. Isso nos preocupa demais. E, sim, é necessário saber que cada um na sua comissão, lá no CNMP, no CNJ, tem as suas atribuições. Meio ambiente também, Dra. Ivana, não é simples, ainda mais para quem mora lá no Amapá, né? Não é simples.

E gostaria de pedir a V. Exas... A Dra. Raquel Branquinho cuida bastante deste ponto, mas violência política de gênero é algo gravíssimo. Nós acabamos de ver isso acontecer aqui, porque, para mim, se enquadra perfeitamente na violência política de gênero, que, muita gente formada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Direito aqui dentro não sabe, é uma ação pública incondicionada à representação, nem que seja um Parlamentar. Não sabe nem o que é isso. Então, que possamos realmente, frear esse tipo de situação.

E eu confio sobremaneira em V. Exas. Desejo um mandato maravilhoso. E podem contar conosco. Propostas legislativas, porque vocês são operadores do direito, são sempre bem-vindas.

Muito obrigada e sucesso.

Já votei em todos, votei "sim".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Antes de passar a palavra ao Senador Mecias, o nosso Dr. Silvio pede um minuto para fazer um...

O SR. SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JÚNIOR – Até dez segundos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pronto. Dez segundos, não; um minuto, pode fazer.

O SR. SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JÚNIOR (Para expor.) – Presidente, eu tenho certeza de que por todos, inclusive, eu faço um agradecimento ao Senador Wilder Morais, que disponibilizou o seu gabinete hoje pela manhã aos nossos familiares, como tinha feito também para todos nós durante essa nossa jornada. Acho muito importante fazer esse registro. Senador Wilder, muitíssimo obrigado. E também ao Senador Lucas Barreto, que nos também nos auxiliou nesse aspecto. Obrigado, Senador Wilder.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Mecias de Jesus. Com a palavra, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Sr. Presidente Otto, eu estou aqui lembrando ao Senador Wilder que o gabinete que V. Exas. ocuparam hoje pela manhã fui eu que emprestei para ele. (*Risos.*)

Então, eu faço parte desse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar mais uma vez V. Exa., cumprimentar a todos os sabatinados aqui, de forma especial o Dr. Silvio, já que eu tive a honra de ser designado por V. Exa. para relatar para a indicação do Dr. Silvio.

E, no que eu pude perceber, nas várias vezes que estive com o Dr. Silvio, assim como com os demais indicados, Sr. Presidente, o Dr. Silvio não deixou nenhuma dúvida de que está preparado para ocupar o cargo para o qual ele está sendo indicado no CNJ.

E eu tenho absoluta convicção, Dr. Silvio, de que a sua presença no CNJ, a do Dr. Carlos, como a dos demais nos órgãos para os quais são indicados – nós acreditamos firmemente nisto –, a sua presença vai enaltecer aquele cargo e fará com que a gente possa manter a confiança na Justiça.

Todos os Senadores e Senadoras podem ter certeza de que estarão votando em V. Exa. na certeza de que estão votando num homem competente, equilibrado, sobretudo um homem com senso de justiça. Portanto, relatei e faço essa indicação, encaminho o voto favorável a V. Sa., também como aos demais, porque acredito muito na capacidade que tem.

Meu abraço, um abraço também ao Dr. Fernando, Dra. Fabiana, Dr. Carlos e Dra. Ivana, um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não posso falar mais, porque eu não posso deixar o Presidente nervoso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não, não, eu não interrompi V. Exa. em nenhum tempo.

Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, obrigado. Queria primeiro agradecer a V. Exa. pela indicação como Relator aqui do meu amigo Carlos Vinícius ao CNJ. Então, tinha vocês para acompanharem aqui, tinha o Vanderlan também, que é o meu colega Senador, que estava na briga para ser o Relator, mas eu dei sorte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque ele pediu licença e eu fiquei, estava na fila. Então, eu queria cumprimentá-lo, Presidente, por esta oportunidade, até porque relatar a indicação do Carlos Vinícius, para mim, é um motivo de muita honra.

Ele é goiano, é o orgulho dos goianos. Foi reconhecido como o melhor quadro jurídico de Goiás por várias vezes. É jurista, doutrinador, professor, gestor. Tenho amizade com ele desde 2017. Então, eu o conheço, a família. Cumprimento aqui a esposa dele, a Ludmilla, que está aqui; o Benjamin; os seus pais e vários amigos que têm acompanhado aqui essa sabatina de hoje.

Carlos Vinícius é conciliador, ele dialoga com todos. Todos esses indicados aqui, eu tenho a prova do que ele fez por cada um deles, levando ao meu gabinete cada um. Eu cumprimento o Silvio, o Fernando, a Fabiana, a Ivana, cada um de todos aqueles que foram sabatinados antes. Tivemos a oportunidade, sob a liderança dele, como tem conhecimento com vários Senadores aqui... Então, Carlos Vinícius, você também ajuda a conciliar, com toda certeza, a indicação de cada um desses que já foram sabatinados aqui pela manhã.

Membro do Ministério Público de Goiás há 21 anos; 12 anos no CNMP; passou por cinco procuradorias-gerais aqui em Brasília. Então, você imagine a capacidade que tem, a integração que tem aqui com todos nós.

Com toda certeza, o Estado de Goiás ganha muito com essa indicação, o Brasil ganha muito, Carlos Vinícius.

Quero dizer, eu queria pedir, eu sei que todos os colegas já votaram, inclusive já terminei de votar agora, aqui, eu tenho certeza de que todos vão ser aprovados, até porque a minha colega Senadora que me antecedeu já falou da capacidade, do currículo que todos nós já tivemos em nosso gabinete a oportunidade de estudar; quero dizer o quanto vocês estão preparados.

Tenho muito orgulho, para terminar, Carlos Vinícius, porque eu tenho certeza de que você vai honrar os nossos goianos. Parabéns pela indicação!

Obrigado, Presidente, mais uma vez, pela oportunidade de ser o Relator da indicação do Carlos Vinícius para o CNJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Passo a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Presidente Otto Alencar, primeiro quero parabenizar todos os indicados para as vagas do CNMP, CNJ.

Duas observações que já tive a oportunidade de fazer pessoalmente, inclusive aos indicados: tarefa importante é manter a independência do Ministério Público e do Judiciário, porque já tivemos casos de punições por decisões judiciais, jurisdicionais. Claro que, se um promotor ou um juiz cometer algum crime, especialmente corrupção ou qualquer espécie de desvio, tem que ser punido. Os órgãos não estão aí para protegê-los, mas, infelizmente, nós vimos processos no CNJ. Refiro-me lá, inclusive, aos processos que tiveram contra os desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que foram afastados, depois voltaram, não é? Acho que o CNJ merece elogio por ter feito essa revogação, mas ainda tramitam lá. São processos absurdos, no fundo ali uma medida que busca retaliação por conta da condenação do ex-Presidente Lula. Então, isso não pode acontecer.

E o outro ponto aqui, que eu destacaria, é o cuidado que tem que existir na atividade regulamentar a cargo ali do CNJ e também do CNMP, não é? Não raras vezes tem havido excesso e invasão de área legislativa. Em particular, eu dirijo uma pergunta, especialmente aos dois indicados para o CNJ, pedindo vênia aos indicados para o CNMP, pelo adiantado da hora, em relação à Resolução 487, que estabeleceu lá... A pretexto de regular a Lei 10.216, determinou o fechamento de hospitais psiquiátricos de custódia. E aí, como é que fica, não é? O juiz aplica uma medida de segurança, que é a absolvição imprópria a alguém que foi considerado inimputável, mas que cometeu um ato de extrema gravidade, inclusive com violência contra a pessoa.

E têm surgido essas notícias, não é? Esses dias, eu li uma notícia aqui que me assustou; não sei o desdobramento, mas era de alguém que tinha sido condenado porque matou um parente, arrancou o coração do parente e entregou para outra pessoa, para tia. Essas histórias escabrosas, mas, de fato, resultantes de um caso de inimputabilidade. E, de repente, a pessoa foi colocada para fazer o tratamento domiciliar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, a Lei 10.216 – e eu fui pesquisar o histórico legislativo dessa lei – em nenhum momento falou em fechamento de hospital de custódia psiquiátrico. O que eles falaram foi que precisa ter condições humanas, de respeito à dignidade da pessoa humana no hospital de custódia psiquiátrico, mas se nós formos falar... Inclusive, essa é a posição da Associação Brasileira de Psiquiatria, que é contra essa resolução, se manifestou em nota, porque entende que ela coloca em risco ao determinar o tratamento desses inimputáveis com periculosidade na rede regular hospitalar.

Então, é um caso, para mim aqui – na época, eu tive a oportunidade de falar também para integrantes do CNJ, tivemos oportunidade para provocar o próprio CNJ –, de exorbitância do poder regulamentar. E gera um problema muito prático. Claro que a internação tem que ser excepcional, tem que ser em condições adequadas de respeito aos direitos humanos, mas não cabe aí ao CNJ simplesmente decidir a interdição por uma visão que têm alguns integrantes lá sobre essa questão, a determinação de simplesmente fechamento dos hospitais.

Então, gostaria de ouvir dos indicados ao CNJ, se já se debruçaram sobre essa questão e o que poderiam fazer, uma vez ratificada a nomeação, não é? Estive com ambos, sei da qualidade do currículo de ambos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Esse é um exemplo, mas existem outras situações com que nós estamos preocupados.

Um terceiro ponto apenas aqui, Presidente Otto – aí conto com a paciência de V. Exa. –: nós aprovamos aqui a lei do fim das saidinhas temporárias nos feriados, mas, também dentro dessa lei, nós colocamos a obrigatoriedade para que haja progressão de regime no cumprimento das penas da realização do exame criminológico, ou seja: para ir do regime fechado para o regime semiaberto, e do semiaberto para o aberto, precisa ter o exame criminológico.

E isso é muito sábio, porque, na verdade, vamos supor, o indivíduo foi condenado, ele é um integrante do PCC. E aí, há elementos que apontam que o vínculo com o PCC se mantém, e, de repente, ele ganha lá regime semiaberto. A progressão de regime é para aquele indivíduo que quer voltar ao convívio social, da sociedade, de uma forma desvinculada do crime, ou seja, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ter mérito para progredir de regime, não simplesmente o cumprimento objetivo do tempo da pena.

Colocamos na lei, mas o que eu tenho ouvido de notícia é que não está sendo cumprida essa lei nos estados pelos juízes de execução. Então, essa é uma questão que tem que ser enfrentada; e, a meu ver, não é só aqui pelo CNJ, mas também pelo CNMP.

E, aqui, o Congresso decidiu. Ainda que entenda: "Ah, não concordo com o exame criminológico". Perfeito, mas está na lei agora como condição necessária para a progressão de regime.

Então, gostaria de ouvir – tomando vênia pela questão do tempo – dos indicados ao CNJ, sobre a resolução da interdição dos manicômios e a questão do exame criminológico.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Sergio Moro.

Senador Fabiano Contarato.

Em seguida, o Senador Omar Aziz, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu vou tentar ser bem breve devido ao tempo.

Quero parabenizar a indicação de todos os indicados. O que credencia os senhores a estarem aqui é a história de vida de cada um de vocês.

E, por favor, a minha fala não vai ser no sentido de... Não levem para o lado pessoal, ou como ofensa a qualquer instituição, mas eu sempre tento balizar a minha vida e o meu comportamento no Parlamento dentro da Constituição Federal.

O art. 7º da Constituição Federal, no inciso IV, diz que a União tem que instituir um salário mínimo digno, capaz de suprir as suas necessidades e da família, com saúde, educação, moradia, lazer, higiene, vestuário, trabalho e assim sucessivamente. Nós temos hoje, no Brasil, uma triste realidade de um salário mínimo de R$1.518.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 153, VII, da Constituição Federal, determina que a União tem que instituir imposto sobre grandes fortunas. Nós temos um piso de professores de um pouco mais de R$4,8 mil. Nós aprovamos o piso da enfermagem que, infelizmente, não está sendo cumprido.

Nós temos no Brasil, hoje, quase 13 milhões de servidores públicos. Desses 13 milhões, 25 mil servidores públicos recebem os chamados supersalários, com penduricalhos, e o teto do funcionalismo público é de R$46 mil.

Então, eu tenho aqui supersalário de juiz, que equivale a todo o orçamento da política pública em cidades mais pobres do país. O TST gasta R$854 mil em sala VIP para ministros em aeroportos; R$10 milhões na compra de carros de luxo que ultrapassam R$353 mil.

Eu tenho aqui resolução do CNMP e do CNJ, e ambos ratificaram que se determina que o juiz ou promotor que, a cada três dias trabalhar, tem um dia de folga. Ele pode vender esse um dia e, no final, receber como verba indenizatória, sem incidir Imposto de Renda.

O efeito disso é que esses Juízes e Promotores, com todo o respeito à magistratura e ao Ministério Público, estão recebendo R$100 mil, R$150 mil, R$200 mil por mês, enquanto nós temos R$1.518 para um trabalhador que nem carteira assinada vai ter, com esse regime de uberização; quando um professor – eu amo ser professor, eu estou como Senador – não ganha o piso estabelecido por lei.

Eu queria só ouvir dos senhores como os senhores podem agir, tanto no CNMP como CNJ, para que seja corrigido isso.

Claro que isso também é um debate aqui do Plenário, e eu já fiz essa solicitação a esta Comissão de Constituição e Justiça para que paute o projeto que acaba com os supersalários, com os penduricalhos, e para que seja estabelecido o teto constitucional.

Isso, quem está pagando essa conta é a população mais pobre. Não tem como eu explicar para um guarda municipal, que ganha R$1.518; para um professor lá no meu Estado do Espírito Santo, que, para trabalhar 40 horas semanais, não ganha nem os R$4 mil e poucos reais. E nós temos aqui servidores públicos que, só de vale-alimentação, ganham R$3 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhem, essa é uma realidade que a gente tem que enfrentar; não só o Parlamento, mas também o Conselho Nacional de Justiça.

Eu não acho razoável, com todo o respeito, um Juiz ou um Promotor com desvio de conduta ter como penalidade uma aposentadoria compulsória, quando um trabalhador é demitido sem justa causa, quando um trabalhador nem carteira assinada tem, volto a falar, com o regime de uberização que se tem.

Aí um Juiz ou um Promotor que tem desvio de conduta aposenta-se compulsoriamente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Passou da hora de a gente fazer essa discussão, mas com responsabilidade.

Falar, tudo bem, que o teto hoje não é o suficiente, vamos aumentar o teto, não tem problema. Mas eu não posso admitir isso com 25 mil servidores públicos num universo de quase 13 milhões de servidores públicos.

A grande maioria desses servidores está lá – guardas municipais, técnicos de enfermagem, auxiliar de enfermagem, enfermeiro, policial civil, policial militar – e ganha ínfimos salários.

Então, eu acho que o CNMP e o CNJ têm que enfrentar esse tema com mais altivez e de uma vez por todas.

Essa coisa de aposentadoria compulsória fere um dos princípios da administração pública. Está lá no art. 37 da Constituição Federal. Um dos princípios da administração pública é a moralidade.

Então, eu faço esse apelo e queria ouvir a opinião dos senhores sobre os supersalários, os penduricalhos, sobre essas duas resoluções, tanto do CNMP como do CNJ, que garantem três dias trabalhados, um a mais, vende, não incide Imposto de Renda, sendo uma das formas de se aumentar e turbinar o salário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente, serão cinco minutos para cada membro ou cinco para todos?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Cinco minutos para cada.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para interpelar.) – Dá para V. Exa. dar cinco para mim e cinco para o meu companheiro aqui?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele tem voz na Câmara Federal. Aqui, ele só pode bater palmas.

Senador Omar Aziz, não fique assediando meu filho, por favor. Vai. V. Exa. tem a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu não sou Marcelo Ramos.

Sr. Presidente, senhoras e senhores da mesa, primeiro, eu fui muito bem-recomendado por um grande amazonense que é o Ministro Mauro Campbell em relação a todos vocês.

Então, isso já é um passo muito grande para que eu possa...

Já votei em vocês. Vou encaminhar o voto "sim" pela Bancada do PSD.

Mas é uma coisa que eu já estou cansado de falar aqui, porque eu já participei de muitas sabatinas. Eu estou aqui há dez anos participando de sabatina. Então, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, participei das sabatinas do Ministro Fachin, do Ministro Alexandre, do Ministro Kassio, do Ministro André, do Ministro Zanin e do Ministro Flávio. Os outros são mais velhos, eu não participei, não, porque eu sou mais novo, mas, dos 11 Ministros, seis foram sabatinados, e eu aqui na Comissão de Constituição e Justiça; de Ministros do STJ, eu nem sei de quantas e já fui Relator também; agora, do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça, também de vários membros indicados. E hoje eu recebi uma recomendação do Presidente da OAB, que é um amazonense, em relação à indicada da OAB, para eu me tomar conta dela aqui. Eu falei: "Estou tomando já".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me dizer uma coisa aqui para vocês: depois da pandemia, com tudo que o Senador Contarato falou eu concordo, mas o que é pior é o pobre não ter acesso à Justiça, ela é remota, você não olha mais para o juiz. O juiz está numa praia e está despachando remotamente, ganhando diária e não sei o quê e tal. Eu venho batendo nessa tecla no Conselho Nacional de Justiça há muito tempo. Nós precisamos mudar essa metodologia. Nós não estamos numa pandemia. Nós estamos aqui hoje sabatinando, e eu, para votar em vocês, tenho que vir aqui e colocar a minha digital aqui, senão não vou votar remotamente, não. Tem coisa pior do que você fazer uma audiência remota em que você não olha para a cara do juiz, o juiz não olha... E, olha, eu já fiz audiência remota com juíza do meu estado, e ela toda aborrecidinha. Até parece que está fazendo um favor para mim quando é obrigação dela. Mas você chega lá e se senta. Você está me entendendo? "Fazer acordo?". "Não, não quero acordo." Aborrece-se, porque você não quer acordo. Ora, se eu fui ofendido, eu não quero acordo, eu quero que a pessoa seja punida, não é nem pelo valor financeiro, até porque eu não sei quanto eu já ganhei do Eduardo Bolsonaro, eu não sei quanto eu já ganhei do Jair Bolsonaro. Um monte de dinheiro eles já me pagaram, tudo por ofensas. Eu ganho na Justiça porque são ofensas, além de ofender minha família e a mim. Eu faço questão de entrar na Justiça e não quero acordo, não, eu quero que a Justiça vá até o fim.

Todas as audiências que eu tive, Senador Otto, foram remotas. Você não tem oportunidade de estar ali. Então, na pandemia, era até aceitável e compreensível, porque nós estávamos num momento de... Aliás, aqui mesmo, eu presidindo da CPI da Covid e o Senador Otto, a Senadora Soraya e o Senador Mecias participando, a gente tinha todos os cuidados, com máscara, não sei o quê, pá-pá-pá. É lógico que nós tínhamos que ter o cuidado, mas agora não tem razão de ser. Não tem!

Juiz federal passa no concurso nacional e não vai para o estado em que ele é nomeado para ser juiz federal, fica no seu estado despachando, sem conhecer a realidade do meu estado e dando decisões contrárias ao Estado do Amazonas, como foi um caso de uma juíza que deu uma decisão contrária à BR-319, que deu decisão contrária à exploração do potássio, quando a gente é dependente de fertilizante, porque não conhece a nossa região, Senador Contarato. ão é juiz por completo.

Uma pessoa que não está no local de trabalho, que não está na localidade não é um juiz completo, não pode ser um juiz completo. Um Senador que não vem ao Senado, que não participa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das reuniões das Comissões, que não participa dos debates dentro do Plenário não é um Senador completo. Um juiz também não é um juiz completo se ele não estiver no local de trabalho, onde ele foi nomeado. "Ah não, eu vou ficar aqui, mas remotamente eu vou despachar, porque eu tenho minha família, meu filho está estudando..." Mas eu não tenho culpa disso. Isso acontece. Isso é com o CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Num estado como o meu, de 1,5 milhão de quilômetros quadrados, em que cabe o Nordeste todinho e ainda sobram 30 mil quilômetros quadrados... Só para vocês terem uma ideia, o Nordeste todo tem 1,5 milhão de quilômetros quadrados, e o Estado do Amazonas tem 1,530 milhão, em que ainda temos município sem comarca. E eu tive a oportunidade, como Governador, de colocar defensor público em todos os municípios, porque a grande reclamação era que não tinha justiça porque não tinha defensor público. O Ministério Público presente, o Judiciário presente, e não tinha o defensor, então não tinha como você atuar. E é uma presença não constante, até porque a pessoa não tem como morar um mês todo com família, com filho estudando, não tem como levar, não são as mesmas condições. Mas a presença do juiz é importante de muitas formas.

Por isso que eu peço, faço um apelo – já fiz esse apelo aqui, e não foi tomado providência – em relação a audiências remotas. Tem audiências e audiências – tem audiências e audiências. E o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público precisam tomar devidas providências em relação a isso.

Sei que vocês, ao chegarem lá, ainda vão ser novos no ninho, mas daqui a pouco vocês já estarão ambientalizados para poder levar este debate com os seus pares dentro do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Eu não tenho nenhuma pergunta a fazer.

Já votei, já votei a favor de todos vocês.

Eu espero que Deus possa abençoar vocês nessa trilhada e fazer a justiça que o povo brasileiro quer, principalmente para aquelas pessoas que não têm acesso.

Não tem coisa pior do que o bandido matar o filho de uma mulher e, no dia seguinte estar solto na rua, ainda ameaçando a mãe que teve o filho morto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se vocês virem as pesquisas – é impressionante, Senador Sergio Moro, você que é Juiz, foi Juiz de carreira –, se você pegar uma pesquisa, as pessoas não são contra os narcotraficantes, não, porque hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... eles tomaram conta das comunidades a tal ponto que eles dão a primeira assistência à sociedade, a partir do momento em que o Estado saiu daquele espaço, o Estado não está presente – quando falo em Estado, não é o Estado; é o Governo Federal e os governos estadual e municipal. Então, se a pessoa precisa de uma vingança, porque a filha foi molestada, eles vão lá procurar o chefe do narcotráfico, porque narcotraficantes não matam inocente, eles se matam entre eles. Eu fui Secretário de Segurança no meu estado e sei muito bem o que eu estou falando. Se tem uma região em que o narcotráfico funciona bem, é no Amazonas, porque o Alto Solimões é uma fronteira sem eira nem beira, ninguém toma conta. Ali entra droga todo dia e vai para o mundo todo, para o Brasil, porque não se produz... o Brasil não produz droga. Cocaína não é produzida no Brasil. O mal que tem aqui é uma plantaçãozinha de maconha ali, outra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... mas cocaína mesmo não é produzido no Brasil. Isso aí nós importamos e entra pelos nossos rios.

Mas esse é um outro debate, não é um debate com vocês. Eu estou só dando um exemplo aqui. Não tem coisa pior do que uma mãe ver o filho ser assassinado e, no dia seguinte, ver aquela pessoa que assassinou o filho andando na rua e ainda ameaçando-a, dizendo que a próxima será ela.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ao que me parece, só teve uma pergunta, a do Senador Sergio Moro, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para o Dr. Silvio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Silvio pode responder.

O SR. SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JÚNIOR (Para expor.) – Pois não.

Sr. Senador Sergio Moro, muitíssimo obrigado pela pergunta.

Saúdo também o Senador Omar Aziz. Parabéns pelo seu aniversário na data de hoje também, Senador Omar, conterrâneo.

Senador Moro, no que diz respeito às saidinhas e ao cumprimento da legislação, creio que é precisamente esta a função institucional do CNJ: é a fiscalização e a observância dos mandamentos que são relativos ao Poder Judiciário. E não é diferente nessa questão mencionada por V. Exa. É uma preocupação de V. Exa. e tenho certeza de que também é uma preocupação do próprio conselho, porque tem sido zeloso, ao longo dessas agora mais de duas décadas de existência, tem sido zeloso com a sua atuação institucional. E, de igual modo, como Conselheiro, se este Senado Federal me der a honra de lá estar e de votar em mim, também eu velarei por essa preocupação de V. Exa., que, repito, é também a do próprio CNJ.

No que diz respeito à questão dos manicômios e da política antimanicomial, eu creio que também a pergunta de V. Exa. perpassa a questão da própria forma de regulamentação que é realizada pelo Conselho Nacional de Justiça. E aí eu buscarei levar a minha experiência de vida e profissional, mencionada aqui na minha fala inicial inclusive, na busca de um diálogo interinstitucional para a solução das questões complexas que temos, né? A política antimanicomial ou manicomial é um exemplo disso. Creio que seja necessário que as instituições se reúnam e dialoguem a respeito, sobretudo porque é este Parlamento que estabelece as diretrizes e as políticas também, e isso deve ser visto também no âmbito da regulamentação.

Sobre esta questão específica, como o senhor mencionou, Senador, como V. Exa. mencionou, há uma resolução do CNJ a respeito, há um caminho percorrido a respeito, e, uma vez no CNJ, buscarei me inteirar também a respeito desse assunto para poder buscar a conciliação entre os vários pensamentos; sabedor de que essa questão da política antimanicomial e, eventualmente, também, do outro aspecto manicomial não trata apenas dos atingidos mais diretamente, mas também de seus familiares, também do próprio serviço público de atendimento – e isso tudo precisa estar envolvido na solução dessa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso. Obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Dr. Carlos Vinícius, por gentileza.

O SR. CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Mecias.

Cumprimento V. Exa., Senador Sergio Moro, e, o cumprimentando, eu cumprimento todos os paranaenses. Meu pai é paranaense de Bela Vista do Paraíso, apesar de morar em Goiânia há muito tempo.

Senador, em minha apresentação eu assumi publicamente um compromisso que eu reitero com V. Exa., que é o compromisso de manter sempre o diálogo interinstitucional, a harmonia com as instituições e os órgãos, mas de respeitar também os limites de atribuição de cada um. Eu sou bastante deferente às atribuições do Parlamento brasileiro e eu me comprometo, uma vez mais, perante V. Exa., a respeitar o que o Parlamento decidir sobre as matérias que a ele são conferidas pela Constituição.

Essa questão da política antimanicomial é uma questão bastante difícil. O Parlamento regulou a matéria, e a forma de aplicar, obviamente, mereceria um debate mais amplo. O fato é que houve uma normatização pelo Conselho Nacional de Justiça, essa normatização já está sendo implementada, e, se V. Exa., obviamente, e todos os demais confiarem a mim e ao Silvio, quando lá, nós nos comprometeremos a este respeito aos limites do próprio conselho.

Eu me preocupo também, Senador, com os requisitos subjetivos das saídas, assim como V. Exa., e essa é uma função que hoje está sendo muito bem desempenhada pelo Ministro Mauro Campbell na Corregedoria Nacional de Justiça, e me comprometo a também ter atenção com esse tema, assim como eu acho que o Ministério Público brasileiro, como fiscal da execução penal, merece dar uma atenção muito especial a esse tema.

Espero ter respondido a V. Exa.

Eu só queria aproveitar este minuto para cumprimentar o Senador Omar Aziz pelo seu aniversário no dia 13 de agosto, Dia de Santa Dulce dos Pobres, lá do estado do nosso Presidente Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dra. Ivana? (*Pausa.*)

Então, vamos...

Não havendo mais quem queira arguir...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente, eu estou sendo comunicado que, da sua grande amiga, hoje é dia dela, da Irmã Dulce. Está certo? É meu dia também, veja! Por isso é que eu sou abençoado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não gosto muito de falar desse tema, porque eu trabalhei 11 anos com a Irmã Dulce, como médico, e 2 anos como Secretário de Saúde, e o hospital começou num galinheiro. Eu comecei a operar nos anos 70 com ar-condicionado que fazia uma zoada que parecia um trio elétrico.

Nos anos 70, esta que era a diferença do Brasil de hoje... Eu sou ortopedista, fui Professor da Universidade Federal da Bahia por concurso, e, nos anos 70, eu operava doentes, crianças e adultos, frutos da subnutrição. Eu operava tuberculose óssea, tuberculose óssea e articular, osteomielite hematogênica, fratura espontânea em crianças de 12 anos por subnutrição, e eram esses pacientes que Irmã Dulce recolhia nas ruas da Bahia, no interior. Nesse hospital, pelo qual ela tomou a crença de que podia crescer muito com o trabalho dela, com vários abnegados, eu trabalhei lá como voluntário toda quinta-feira. Ela deixou o hospital como sendo o maior hospital público do Estado da Bahia. Não, de organização social, desculpe. É uma organização social, chama Osid (Obras Sociais Irmã Dulce). Então, ela deixou esse hospital com 600 leitos. É o maior hospital filantrópico do Estado da Bahia. Há uma escola no Município de Simões Filho, onde meu irmão trabalhou, ajudou muito, era o Prefeito, com mil alunos, todos sustentados pela organização social. Então, realmente foi o grande milagre da Irmã Dulce.

Eu não gosto muito de falar, até porque ela tinha enfisema pulmonar e dormia recostada porque não dava para ficar no leito na horizontal, por causa da dificuldade respiratória: conviveu a vida inteira dentro desses hospitais com tuberculose, nunca contraiu a doença. Então, é a coisa da força, da fé e da crença, né? Às vezes me comove muito, eu até não fui ontem por isso. Maria Rita estava aí, ligou, mas eu não quis ir, porque eu vivi este momento, que era um momento bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distante do que o Brasil vive hoje. Hoje nós podemos comemorar, inclusive o Presidente Lula comemorou, porque o Brasil saiu outra vez do Mapa da Fome, embora a fome ainda continue em vários rincões do Mucambo, nas favelas, nos rincões distantes dos centros de desenvolvimento econômico e social.

Portanto, Senador Omar Aziz, ela faleceu em março de 1992, acho que em 13 de março de 1992, e deixou o maior hospital de assistência social. Todas as especialidades tem hoje o hospital de Irmã Dulce, todas elas, sem faltar absolutamente nenhuma. Portanto, é o milagre da fé. Ela se tornou santa exatamente pelos seus feitos. A Bíblia diz isto, que a fé é nula se não tiver obra. Então, tem que ter a obra para ter realmente o reconhecimento, né?

Eu queria agradecer e encerrar aqui a arguição e chamar os próximos cinco indicados para as várias cadeiras do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério Público também. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero reabrir a sessão para que nós possamos apreciar os outros nomes que foram indicados. Eu peço silêncio ao Plenário, peço a colaboração do Plenário para que nós possamos fazer a sabatina dos novos indicados.

Eu pediria silêncio, por favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já que estamos todos colocados, eu concedo a palavra ao Dr. José de Lima Ramos Pereira para a sua exposição por cinco minutos.

O SR. JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Presidente, Senador Otto Alencar. Gostaria de cumprimentar, na sua pessoa, expressar a todos que nos receberam tão bem toda a gratidão, não só minha, mas de todos que estão nesse caminho da sabatina. Percorremos todos os corredores aqui do Senado, conversamos com a Senadora Soraya. Quero expressar minha gratidão principalmente à Senadora Zenaide Maia, que aceitou a relatoria e é uma liderança no Estado do Rio Grande do Norte. Cumprimento a todos os Senadores e Senadoras da República e também agradeço aos Senadores do meu estado, tanto ao Senador Rogerio Marinho quanto ao Senador Styvenson Valentim, que representam tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ativamente esta Casa. Também agradeço aos Senadores Lucas Barreto, Senador Wilder Morais, a assessoria da Cláudia, por nos ter aberto essas portas, ao Senador Laércio – então, tantos Senadores – e cumprimento a todos que estão aqui neste momento. É honroso para mim estar nesta Casa Alta do Congresso, que é o templo da democracia brasileira, para ocupar uma vaga no CNMP.

Sou nascido no Rio de Janeiro, mas criado integralmente e formado no Estado do Rio Grande do Norte, filho de José Lima e Pedrina, que são minhas referências e que não estão mais conosco, mas me deram, numa família simples e humilde, a capacidade de estudar e, com isso, consegui alcançar alguns degraus, até então inalcançáveis.

A minha esposa Isabel, que está aqui comigo, colega do Ministério Público do Trabalho, Subprocuradora-Geral, a quem já dedico todo o meu amor e agradeço por estar comigo neste momento; e aos meus filhos, Raíssa, Renan e Rafael. Faço também o registro aos meus sogros, tanto Joaquim como Maria Gertrudes, que tanto nos ajudam em casa, lá no Estado do Pará, quando eu vou a Belém.

Tenho uma trajetória no serviço público: fui funcionário do Tribunal Regional do Trabalho, sou Procurador do Trabalho desde 1993. Tenho quatro chefias em estados diferentes, Rondônia, Acre, Mato Grosso do Sul, Ceará e Rio Grande do Norte, atuando na gestão e como chefe da instituição naqueles estados. Fui coordenador de combate às fraudes do Ministério Público do Trabalho, onde eu aprendi muito, em todo o país. E a minha progressão na carreira se deu por merecimento para o cargo de Regional e, depois, para Subprocurador-Geral. Assumi como Procurador-Geral do Trabalho, ainda em exercício, em 2021. E, em 2021, fui nomeado e estou há quatro anos – estou encerrando o meu mandato –, estava até semana passada como Procurador-Geral do Trabalho.

Durante toda a minha gestão, combatemos fortemente temas importantes, como trabalho escravo, trabalho infantil. Hoje se fala tanto em exploração sexual da criança e do adolescente, e os nossos jovens precisam de proteção. Também atuamos firmemente nas tragédias, tanto no Rio Grande do Sul quanto na pandemia e em todos os momentos em que se precisou do Ministério Público do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na área acadêmica, sou graduado pela UFRN, a Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte; especialista, pela UFRN, e em Negociação Coletiva pelo Centro de Turim, OIT, na Itália; também mestre em Direito pela Universidade Católica aqui de Brasília; e doutor em Direito pela Universidade Uninove, em São Paulo, com o tema "O Ministério Público e as Provas Digitais: Conformidade com a LGPD e a Garantia de Direitos Fundamentais". Toda a minha carreira foi voltada, portanto, também para ensinar. Inclusive, já fui professor de matemática, à qual agradeço toda a experiência objetiva na minha vida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA – A minha atuação sempre foi firme e centrada nesse equilíbrio. E a gente busca, portanto, proteger o trabalho sem desproteger também o capital. Nós precisamos da livre iniciativa também forte para que os trabalhos possam ocorrer. No Ministério Público do Trabalho, portanto, sempre participei nesse sentido como Procurador-Geral do Trabalho nesses últimos quatro anos.

Espero contribuir no CNMP, se os senhores e as senhoras aprovarem meu nome, sendo certo que estarei sempre aberto ao diálogo. Entendo que as articulações interinstitucionais são fundamentais para que conquistemos espaços na sociedade. Tenham comigo firmeza nos propósitos, serenidade, ponderação na minha atuação no CNMP, descrição também nas ações e mais efetividade e resolutividade no resultado.

Mais uma vez, Presidente Otto, agradeço em nome de todos também toda a sua condução e paciência com o momento, que tanto existe.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Sa., Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Passo a palavra à Dra. Greice Fonseca Stocker para sua exposição.

A SRA. GREICE FONSECA STOCKER (Para expor.) – Uma boa tarde a todos.

Eu inicio cumprimentando o Presidente desta Comissão, Senador Otto Alencar. Também cumprimento o Relator do meu processo, Senador Ciro Nogueira, e a minha Relatora *ad hoc*,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Soraya, que fez a leitura do meu relatório na última sessão e que, além de representar coincidentemente a advocacia, ainda é uma grande liderança feminina.

Não posso deixar aqui de me referir aos Senadores do meu Estado do Rio Grande do Sul: o Senador Luis Carlos Heinze, Senador Paulo Paim e Senador Hamilton Mourão. Eu agradeço aqui a cada Senador e Senadora que me recebeu durante este trabalho. E agradeço a todos pelo grande diálogo enriquecedor que nós tivemos.

Eu faço uma saudação especial ao Presidente da OAB, Beto Simonetti; também ao Vice-Presidente, Felipe Sarmento; ao Presidente da minha seccional do Rio Grande do Sul, Leonardo Lamachia. E eu agradeço aqui a cada um dos presidentes de seccionais da OAB, aos conselheiros federais e às conselheiras federais pela confiança depositada em meu nome.

É uma grande honra e um grande orgulho ter sido indicada pela advocacia para representá-la no CNMP e agora estar aqui presente para a sabatina neste Senado, justamente na semana em que comemoramos o Dia da Advocacia.

Mais do que apresentar o meu currículo, Senadores, eu gostaria de aproveitar este momento para mostrar quem é o ser humano que está concorrendo a esta vaga. E é assim que eu me apresento: eu sou advogada. Eu dedico-me à advocacia há mais de 20 anos. O meu caminho na advocacia foi uma jornada de muito amor e muita dedicação. Recém-formada, com o falecimento da minha mãe, que era também advogada, e com o meu pai assumindo o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, recaiu sobre os meus ombros a responsabilidade de assumir o escritório familiar. E eu assumi esse grande desafio com grande honra, com um olhar de menina, é verdade, mas com a garra de quem já carregava a essência da advocacia no seu coração. Foi uma batalha intensa e hoje eu tenho orgulho de comemorar 40 anos do meu escritório, junto aos meus irmãos, Fernando e Vivian.

Meu envolvimento com a OAB se deu com a mesma tenacidade. Iniciei como julgadora do Tribunal de Ética, fui Conselheira Seccional por duas gestões e agora, estando no terceiro mandato como Conselheira Federal, eu pude contribuir muito para o fortalecimento da nossa profissão. E eu conheci de perto as diferentes realidades do nosso Brasil. Tive a grande honra, Senadora Zenaide, de lutar pela paridade, a maior participação feminina, com a aprovação da paridade em nosso conselho federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, Senadores, eu pretendo ser uma das vozes da advocacia e da sociedade no CNMP. A vaga destinada à advocacia no CNMP é um espaço muito relevante. Ela garante que o conselho conte com um olhar externo ao Ministério Público. E ela é voltada exatamente para a defesa da sociedade, para o fortalecimento da legalidade, da transparência e da responsabilidade. Como representante da advocacia, eu trago a essência de quem atua diariamente na defesa de direitos e no enfrentamento de abusos, mas também a responsabilidade de zelar pelo respeito às prerrogativas e pelo cumprimento rigoroso dos deveres funcionais por todos os agentes públicos. Minha atuação como Conselheira Federal da OAB me mostrou na prática a importância de posturas firmes e posturas proativas. Aprendi a dialogar com diferentes atores institucionais.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GREICE FONSECA STOCKER – E ao CNMP pretendo levar esta mesma postura: ouvir, analisar tecnicamente e agir com transparência. Eu me comprometo a estar vigilante quanto ao respeito às prerrogativas, a lutar contra qualquer abuso de autoridade, com a mesma coragem, com a mesma firmeza e a mesma paixão e brilho nos olhos daquela menina de 20 anos atrás que se apaixonou pela profissão.

Que possamos estar juntos por uma sociedade cada vez mais justa, fraterna e igualitária.

Eu peço a confiança e o voto de todos os Senadores aqui presentes para poder cumprir esta missão.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Dra. Greice e a parabenizo.

Passo a palavra ao Dr. Alexandre Magno Benites de Lacerda para o seu pronunciamento, a sua exposição.

O SR. ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, gostaria de cumprimentar V. Exa., Presidente desta relevantíssima Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Otto Alencar, e expressar meu sentimento de gratidão e respeito. Muito obrigado por estar ocorrendo hoje esta sabatina – sei do seu empenho.

Da mesma forma, gostaria de agradecer, com profunda gratidão e admiração, ao Exmo. Sr. Senador Eduardo Gomes, primeiro, por aceitar dispor de seu precioso tempo para ser o meu Relator. Suas palavras amáveis e de orientação ditas pessoalmente e bem lançadas em seu relatório servirão de estímulo e fonte de motivação para a minha trajetória profissional.

Cumprimento também as Exmas. Sras. Senadoras e os Exmos. Srs. Senadores da nossa República, a quem desde já desejo expressar a minha mais profunda gratidão pela calorosa recepção e valiosas orientações que recebi durante nossos encontros nesta Casa.

Cumprimento agora, de forma especial, a Senadora do meu estado, que foi também minha Relatora *ad hoc*, minha amiga Soraya Tronicke, membro desta CCJ. Da mesma forma, um agradecimento especial ao Senador Lucas Barreto e ao Senador Wilder Morais, bem como aos seus gabinetes, de que cito os excepcionais assessores Claudia Peres e Leandro.

Muito obrigado.

Cumprimento também, neste momento, os meus amigos que participam da sabatina.

É uma honra estar nesta Casa Alta do Congresso Nacional, templo da democracia, para apresentar minha trajetória e meus compromissos, após ser indicado pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais para ocupar uma das vagas do Conselho Nacional do Ministério Público, destinada condicionalmente ao Ministério Público dos estados.

Por isso, em nome de todos os Procuradores-Gerais de Justiça do meu país, que tanto amo, agradeço, através do meu Presidente Georges Seigneur, PGJ aqui do DF, irmão e amigo, do qual sou Secretário-Executivo; e, da mesma forma, o meu PGJ Romão Avila. Muito obrigado por todo o apoio sempre e até pela indicação.

Cumprimento também o meu Conselheiro Paulo Passos; o meu Presidente Tarcísio; o Fabrício Mingati, meu Presidente da associação; Lindomar, meu sempre Presidente; Leonardo Palmerston, meu amigo; e todos do Mato Grosso do Sul, que assistem pela TV Senado e torcem por mim aqui porque represento o Mato Grosso do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu nome é Alexandre Magno Benites de Lacerda, sou nascido e criado em Campo Grande, casado com minha amada esposa Nathália Lacerda, que está aqui presente, bem como pai de uma linda e inteligente filha de 13 anos, Rafaella Lacerda. Sou filho de Manoel Cunha Lacerda, cearense, com muito orgulho, que exerce profissão de advogado criminalista por mais de cinco décadas, e de uma mãe extraordinária, Ramona Benites Lacerda, que sempre me transmitiram firmeza de valores e me ensinaram, juntamente com meus irmãos Carlos Magno e Júlio César, desde cedo, a importância do trabalho árduo, do dever da gratidão, do amor ao próximo, da responsabilidade com a palavra empenhada, tudo sempre fundado em valores cristãos.

Ao meu Deus, agradeço por tudo sempre, sob a bênção de Irmã Dulce.

Face à brevidade do tempo, meu currículo já se encontra à disposição de V. Exas., mas gostaria de apenas destacar alguns detalhes.

Ao longo de minha carreira, exerci as funções de gestão por dez anos: cinco anos como Chefe de Gabinete do PGJ, Dr. Humberto e Dr. Paulo, e, por dois mandatos consecutivos, Procurador-Geral de Justiça, aliás, o primeiro Promotor de Justiça eleito e nomeado para esse cargo na história do MS. Atualmente sou Procurador-Geral Adjunto Jurídico do Dr. Romão.

Sei das dificuldades que é ser ordenador de despesa no Brasil e das suas responsabilidades. Minha atuação sempre foi guiada pelo equilíbrio entre a autonomia funcional do Ministério Público e a prestação de contas à sociedade, porque entendo que independência não significa isolamento, mas sim capacidade de agir com imparcialidade, diálogo e responsabilidade, trazendo resultados efetivos para a sociedade.

Caso V. Exas., Exmos. Srs. Senadores, aprovem o meu nome, pretendo contribuir no Conselho Nacional do Ministério Público para o fortalecimento institucional, priorizando a unidade institucional, princípio constitucional fundante. Não podemos ter diversos ministérios públicos. Lutar por um Ministério Público responsável, discreto, que promova a ação penal pública e que combata a violência e organizações criminosas com eficiência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA – ... mas sempre, sempre respeitando as garantias fundamentais dos cidadãos; que zele pelo respeito dos Poderes públicos, pelo serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de relevância pública com harmonia, espírito conciliatório e de forma construtiva; que respeite o papel de cada Poder e instituição; que defenda a proteção do patrimônio público, social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos com responsabilidade, equilíbrio e compromisso com o bem comum, o desenvolvimento nacional e sustentável. Como parte ou fiscal da lei, promover o bem comum de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Exmos. Srs. Senadores e Exmas. Sras. Senadoras, apresento minha trajetória não como currículo, mas como prova de um compromisso: o de servir com ética, serenidade e firmeza. Se aprovado por esta Casa, honrarei o mandato com dedicação plena, buscando sempre a construção de soluções que fortaleçam o Ministério Público e beneficiem diretamente a sociedade brasileira.

Sempre me coloco à disposição para o diálogo construtivo, especialmente com esta Casa Alta, que tanto admiro e respeito.

Estou à disposição para eventuais esclarecimentos na fase das perguntas.

Peço o seu voto de apoio e confiança, com a certeza de que posso contribuir muito para o fortalecimento de nossa democracia e República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Dr. Alexandre.

Passo a palavra ao Dr. Clementino Augusto Rodrigues.

O SR. CLEMENTINO AUGUSTO RUFFEIL RODRIGUES (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Exmo. Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; o Exmo. Senador Dr. Hiran Manuel Gonçalves da Silva, que muito me honra com a relatoria que fez da indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento as Exmas. Sras. Senadoras e os Exmos. Srs. Senadores aqui presentes e que estiveram presentes. Cumprimento também meus companheiros de sabatina, não só os que estão na mesa, mas aqueles que ainda estão presentes e estiveram agora há pouco. Cumprimento também a todos os membros do Ministério Público brasileiro aqui presentes, em especial o Procurador de Justiça Militar Dr. Clauro Roberto de Bortolli, meu amigo pessoal e o qual desde o início me deu apoio total; as nossas entidades de classe, na figura do Presidente da Conamp, Dr. Tarcísio José Sousa Bonfim, como também as demais associações. Saúdo ainda os membros e servidores do Ministério Público Militar, do Conselho Nacional do Ministério Público, deste Senado e também do Ministério Público da União.

E, por fim, gostaria de fazer um cumprimento especial e emocionado para meus familiares, minha esposa, meus filhos, Pedro e Tiago – Tiago presente aqui – e, em memória, aos meus pais Natalino e Lucimar.

De acordo com o que preconiza o Regimento Interno do Senado, passo agora a fazer minha apresentação.

Meu nome é Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues. Sou natural de Belém do Pará, nascido em 31 de janeiro de 1958, portanto tenho 67 anos de idade.

Meus pais me ensinaram os valores da honestidade, integridade, respeito, responsabilidade e ética, princípios que me guiam durante toda a minha vida, inclusive na minha carreira. Meu pai foi Coronel Dentista da polícia militar e minha mãe dedicou-se ao lar, sendo exemplos constantes.

Dentro da minha idade, 67 anos, eu tenho 47 anos de serviço público, dos quais quase 20 anos dedicados à Polícia Militar do Pará, em que cheguei ao posto de Major, tendo ingressado, em 28 de fevereiro de 1978 como aluno oficial, matriculado no Curso de Formação de Oficiais no Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar de Goiás – na época, não tinha academia no Pará e eram feitos os cursos em outros estados da Federação –, concluindo e sendo declarado Aspirante a Oficial em 19 de dezembro de 1980.

Após quase 20 anos de serviço prestado à polícia militar, prestei concurso público e ingressei no Ministério Público Militar, no dia 23 de setembro de 1997, como Promotor de Justiça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Militar lotado na Procuradoria de Justiça Militar em Belém, onde até hoje estou. Fui promovido, em 19 de novembro de 2011, ao cargo de Procurador de Justiça Militar.

Possuo curso de especialização *lato sensu* em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Estácio de Sá e fiz um curso na Itália referente ao direito humanitário, o Curso de Direito Internacional Humanitário pelo Instituto Internacional de Direito Humanitário na cidade de Sanremo, na Itália.

Na atividade acadêmica, fui professor do Centro de Ensino Superior do Pará, na cadeira de Direito Processual para a Graduação, de setembro de 2004 a agosto de 2014. Também lecionei para a pós-graduação em Ciências Forenses, pós-graduação em Direito Processual Penal, lecionei na Escola da Magistratura, na preparação de curso de magistrados e em diversos outros cursos ainda naquela escola, como também em alguns cursos na Ordem de Advogados do Brasil e também para o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar no Pará.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEMENTINO AUGUSTO RUFFEIL RODRIGUES – No Ministério Público Militar, além das atividades decorrentes da carreira, fui designado para compor o Conselho Editorial do Ministério Público Militar por dois anos e fui Coordenador de Ensino da Escola do Ministério Público da União, representando o Ministério Público Militar, de 2012 a 2014. Hoje estou no grupo de apoio de gestão estratégica no âmbito do Ministério Público e já fiz auxílio de trabalho de inspeção na Corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público no Estado do Rio Grande do Sul, em 2014. Chefiei o Núcleo de Incentivo à Autocomposição na Procuradoria de Justiça Militar em Belém, desde o ano de 2020.

Assim, Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, meu Relator, Dr. Hiran, demais Senadores, finalizo reafirmando o compromisso, caso meu nome seja aprovado por V. Exas., de honrar a história do Conselho Nacional do Ministério Público e dedicar-me incansavelmente ao seu aperfeiçoamento, sempre em busca de uma atuação mais célere, eficiente e próxima do cidadão. Confio em que a minha experiência e meus valores possam contribuir significativamente para os desafios e avanços desta importante instituição.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Dr. Clementino.

Passo a palavra à Dra. Karen Luise Vilanova Batista de Souza para a sua exposição.

A SRA. KAREN LUISE VILANOVA BATISTA DE SOUZA PINHEIRO (Para expor.) – Boa tarde, Exmas. Sras. Senadoras e Senadores, a quem cumprimento na pessoa do Senador Otto Alencar, Senadora Zenaide, Senadora Soraya, Senador Weverton, Exmos. Srs. Senadores do meu estado, a quem eu faço referência aqui, Paulo Paim, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão, estado que foi tão castigado no ano de 2024.

Permitam-me saudar a Secretária-Geral do Conselho Nacional de Justiça, Juíza Federal Adriana Cruz, minha colega e amiga; o Presidente da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, Cristiano Vilhalba Flores; e os colegas associados Rui Portanova e Cláudio Martinewski.

Inicialmente, eu quero expressar a minha profunda gratidão a esta Casa e ao Presidente desta Comissão pela condução deste processo e a todas as Sras. e os Srs. Senadores pela receptividade com que me acolheram. Registro um agradecimento especial ao Relator da minha sabatina, do meu processo, o Senador Veneziano Vital do Rêgo, cuja escuta atenta, abertura ao diálogo e dedicação foram indispensáveis nessa caminhada. Estendo ao Senador Jayme Campos, que foi o Relator *ad hoc*, os mesmos agradecimentos.

Sou grata também pela indicação do meu nome e pela confiança em mim depositada. Ela me proporcionou a oportunidade única de percorrer os gabinetes, conhecer mais de perto o trabalho legislativo e, sobretudo, ouvir as perspectivas de S. Exas. sobre o papel fundamental das instituições no fortalecimento da nossa democracia e da responsabilidade que envolve o exercício da função de Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público.

Meu nome é Karen Luise Vilanova Batista de Souza. Eu tenho 55 anos, sou gaúcha, natural de Porto Alegre, filha de Cláudio e Maria Helena, ele é advogado, ela farmacêutica bioquímica, ambos servidores públicos. Tenho três irmãos: Carlos Vinícius, Letícia e Gabriela Cristina. E sou mãe da Júlia e da Alice, que estão aqui me assistindo, amores que dão sentido à minha existência, que são a dimensão mais preciosa da minha vida e que renovam o meu compromisso de trabalhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a construção de um país onde as próximas gerações possam viver com dignidade e oportunidades.

Eu poderia banalizar este momento, mas eu gostaria de também registrar que eu sou uma mulher negra, porque a minha presença neste espaço só confirma a regra de que nós somos exceções nestes lugares e nestes espaços de poder.

Eu cresci no bairro Partenon, em Porto Alegre, cercada por uma grande família, que cultivava encontros como espaços de afeto, aprendizado e fortalecimento mútuo. Estudei em uma escola pública e uma privada, convivendo com realidades diversas, que me ensinaram a respeitar as diferenças e a valorizar a educação como instrumento de transformação social. Tenho orgulho da minha origem, fruto do esforço de gerações que tiveram a oportunidade de receber educação, caminho para o bem viver. Educação, no nosso país, é oportunidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KAREN LUISE VILANOVA BATISTA DE SOUZA PINHEIRO – Aos 16 anos, comecei a trabalhar como professora dos anos iniciais e do ensino fundamental; aos 18, fui aprovada em concurso público para o magistério público municipal de Porto Alegre; mais tarde, me formei em Ciências Jurídicas Sociais pela PUC. Em 1999, tornei-me Procuradora do município.

Há 26 anos, exerço a magistratura no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, tendo atuado em diversas comarcas, do interior à capital. Desde então, tenho experiência na jurisdição criminal e na vara do júri. Atuei também como juíza eleitoral por 17 anos.

Em 2022, concluí meus estudos de mestrado e fui convocada para auxiliar a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Lá, venho atuando com especial dedicação à agenda dos direitos fundamentais em projetos voltados ao fortalecimento das capacidades do Judiciário na promoção do acesso à Justiça.

Nesse percurso, estou conhecendo de perto os desafios e as potencialidades do Judiciário brasileiro, o que reforça a minha convicção de que a escuta ativa, o diálogo institucional e a construção de consensos são indispensáveis para avanços reais.

Trago comigo a trajetória de quem percorreu cada etapa da carreira com serenidade, com zelo pela Constituição Federal e com a consciência de que toda autoridade pública deve estar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acima de tudo, a serviço da cidadania e da República. E é com esse espírito de abertura e responsabilidade e com profundo respeito às instituições que recebo a indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público.

O CNMP é órgão essencial para o equilíbrio entre os Poderes e cumpre missão fundamental na defesa da ordem jurídica e no aprimoramento das práticas institucionais, garantindo que o Ministério Público atue com eficiência e independência em sintonia com valores democráticos da nossa República. A missão principal a ser exercida neste colegiado é a de assegurar que seu papel seja exercido em alinhamento aos valores constitucionais, tarefa que exige compromisso, coragem e humildade.

A Constituição de 1988, para mim, é uma bússola. Ela orienta a minha atuação e reforça meus compromissos com o Estado democrático de direito, a legalidade, a moralidade pública e a dignidade humana.

Acredito no trabalho técnico, na escuta institucional, na construção de consensos.

Contribuir para administração e fiscalização do MP, proteger vulneráveis, combater violências, zelar pela segurança e defender direitos fundamentais, tudo isso deve ser feito com responsabilidade, base legal e atenção ao impacto das nossas decisões na vida real das pessoas.

Venho a este Senado para pedir o voto de V. Exas. e firmar meu compromisso de exercer com integridade, serenidade e respeito institucional as funções que me forem atribuídas, contribuindo para que o Ministério Público cumpra sua vocação de promover a justiça, a ordem jurídica e a paz social.

Excelências, vivemos tempos exigentes. Por isso, sei que um dos meus papéis é construir pontes com a sociedade e reafirmar o compromisso com a eficiência e o bem comum.

Minha trajetória foi construída na defesa da justiça e na escuta atenta às pessoas. Se tiver a honra de ser aprovada, seguirei cultivando o diálogo com serenidade, dedicação e espírito republicano.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo a Dra. Karen Luise pela sua exposição.

Pela inscrição, eu concedo a palavra à Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Quantos minutos?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode... Ahn?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Quantos minutos?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu sou tolerante, Senadora. Não tem problema.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eu exagerei na primeira, economizei na segunda, só que, agora, eu estou com o meu estado aqui, o Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Fique à vontade. Não tem nenhum problema.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Obrigada, Presidente.

Gostaria de iniciar cumprimentando...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hoje, eu estou de plantão, como estava no HGE, no hospital de emergência, que funcionava 24h. (*Risos.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – A Irmã Dulce está abençoando a paciência de V. Exa.

Meu querido amigo ex-PGJ Alexandre Magno Benites de Lacerda, Promotor de Justiça, que muito orgulha o nosso estado e que me orgulha também; Nathalia, sua esposa, que o acompanha;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Greice – prazer, somos advogadas, sim, de barriga de balcão de fórum e de tribunal –; a advocacia é, para mim, uma das carreiras mais difíceis dentro do Judiciário. Dra. Karen, eu fui assessora de juiz e de desembargador no TJMS por 11 anos. Depois, eu fui advogar. Meu marido falou que, se eu passasse – e eu reprovei na prova oral da magistratura do Amapá –, não iria nem morto e que seria melhor eu parar, e era Justiça estadual. Enfim, tenho essa história e fui advogar. Vou lhes falar: haja paciência para advogar. Imaginem advogar para parentes! O meu marido, domingo à noite, me perguntava: "Como é que está a minha execução? Dá uma olhada no meu processo". Então, não é fácil, mas eu conheço os dois lados do balcão, Dra. Karen e Dra. Greice. São importantes todos os lados, MP, OAB e a magistratura, ali trabalhando juntos. Isso traz essa diversidade de visões que realmente importam.

Cumprimento o Dr. José de Lima.

Cumprimento também o Dr. Clementino.

E cumprimento o meu Procurador de Justiça Romão Ávila, grande amigo também; o Dr. Fabrício Mingati – cadê o Dr. Fabrício? –; o Dr. Paulo Passos, o Dr. Tarcísio; e todos que aí estão.

Muito feliz em ter vocês do MP aqui.

Destaco rapidamente a trajetória do Dr. Alexandre Magno.

Realmente, Dr. Alexandre, somos de Mato Grosso do Sul, e há o crime organizado... São desafios muito grandes. Eu sei que é da alçada do Ministério Público Federal, mas não sai da alçada do CNMP a questão indígena, indigenista. Eu sou douradense, cresci em Campo Grande, mas eu nasci na cidade onde existe a maior aldeia urbana do mundo. Então, não é brincadeira o que a gente vive, com a necessidade, com os nossos indígenas lá também, sem água, sem saneamento. São questões humanitárias. E o desafio de Mato Grosso do Sul é muito grande, porque é a fronteira seca mais permeável do país.

Até, na época do ex-Ministro Sergio Moro, o Ministério Público me municiou com os números de armas e drogas que entram pelo Mato Grosso do Sul, a PRF me municiou... Enfim, cheguei para o então Ministro Sergio Moro com o projeto, porque estava montando um projeto de unificação das forças de polícia... Ele, montando ali no Paraná, mas eu cheguei com os números dizendo que Mato Grosso do Sul, que já tem o Sisfron, tem os maiores números de entrada de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

drogas e armas. Então, o meu projeto, naquele momento, era Mato Grosso do Sul Seguro, Brasil em Paz. Não vingou, mas realmente o nosso desafio é muito grande.

Eu parabenizo todo o Ministério Público do meu estado, que muito me orgulha.

Parabéns, Dr. Alexandre, pela indicação.

Eu gostaria de destacar aqui...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... para o Dr. José de Lima Ramos Pereira que eu acabo de protocolar um projeto de lei para que seja proibida a monetização de perfis nas redes sociais que ganhem dinheiro com a apresentação de menores de idade, porque é no bolso que vai doer. Hoje, o menor de idade ou a menor de idade não pode abrir um perfil, os pais abrem, e o que eu já vi de exposição de crianças a uma situação vexatória para questões de abuso sexual infantil...! A gente não pode nem ficar citando nomes. Esse assunto está em voga, mas já é um problema antigo que muito nos preocupa. Acabar com a monetização permite que pais postem seus filhos de uma maneira como as pessoas querem compartilhar o seu dia a dia. Retirando a monetização, acredito que vamos resolver a maior parte dos casos.

Dr. Clementino e Dra. Karen, para terminar aqui, eu nunca falei isto e gostaria que isto fosse algo para se prestar atenção dentro do CNMP e do CNJ. Eu citei isto num evento, em março, na ONU, que tivemos com a Dra. Renata Gil e também com uma representante do então Ministério das Mulheres, no lugar da nossa Ministra Cida, que não pôde ir, evento com tradução. Naquele dia, eu citei um caso... Eu não processo todo mundo que me calunia, que me difama, de que sou vítima de injúria, porque, senão, eu teria de ficar somente em audiências de instrução e julgamento e tudo. Enfim, eu não conseguiria nem trabalhar, porque eu ficaria só processando pessoas, mas, dependendo de quem cometeu o crime, eu faço questão de processar. Aí eu processei um jornalista, que está foragido, que chegou a ser preso, que caiu na cadeia, que foi para cadeira de rodas – depois descobriram que não era essa questão toda, imagino que todos saibam, eu não vou citar o nome desse senhor –, nada comprometido com os fatos, mas, sim, a serviço do ódio sob o argumento de liberdade de expressão. Ele me xingou e me caluniou em uma reportagem. Eu vou falar... E eu me recordo – eu nunca tive coragem de falar isto aqui no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil – que os tradutores lá na ONU ficaram assim... Foi um momento constrangedor. Esse senhor, esse jornalista me chamou de chefe de quadrilha, de bandida, de corrupta e de vagabunda. Isso foi pouco perto de tudo o que ele fez. Eu preferi ajuizar ação no juizado especial aqui do Distrito Federal para que fosse um processo mais célere. Porém, uma juíza – foi a juíza que deu a primeira decisão – disse que aquilo era pura liberdade de expressão, pura liberdade de expressão, e que ali não envolvia nem calúnia, nem difamação, nem injúria.

E, quando nós recorremos para o colegiado, para a turma recursal do Juizado Especial, eu fui despachar, lógico, com o então Relator, eu disse para ele que, naquele momento, a minha vontade era poder falar para essa juíza, chamá-la, em público, de chefe de quadrilha, de bandida, de corrupta, de vagabunda. Eu teria liberdade de expressão? Nem com toda a liberdade de expressão nem com imunidade parlamentar eu jamais faria algo desse tipo.

Então, que esse tema também, que está muito em voga, seja apreciado com muito cuidado por V. Exas., por toda a comunidade jurídica, para que consigamos construir realmente uma legislação que consiga coibir.

No final das contas, eu ganhei lá no recurso, mas a indenização, R$5 mil – isso já tem quatro ou cinco anos –, eu não consegui até hoje executar, porque essa pessoa se furta de todas as formas.

Esses R$5 mil eu iria doar para a Liga do Bem – um dia vou doar – aqui do Senado Federal, mas é para lembrar que nós somos gente, nós somos pessoas, que crime é crime e que a liberdade de expressão não é absoluta, ela tem limite.

Agora, precisamos todos rever esse tipo de decisão dentro do Juizado e, realmente, essa escuta atenta e nos colocar no lugar daquela pessoa, porque os processos não são só números. Em cada processo, tem filhos, existem pessoas. Nós não somos números num processo. Todos nós, que estamos aqui, temos filhos, temos mãe, temos pai, temos esposo e esposa, temos família e somos gente como todos – né? –, sem nenhuma diferença.

Eu já votei, votei "sim" para todos os senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desejo sucesso. Que seja muito abençoado o mandato de V. Exas. e que possam, sim, ser reconduzidos e prestar o melhor possível para a nossa sociedade. Muito orgulho, viu? A exceção da exceção...

Eu falei: tem que estudar cinco vezes mais, mas eu tenho muito orgulho das mulheres que aqui estão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu estou aqui porque eu fui a Relatora de José de Lima Ramos Pereira, Subprocurador-Geral do Trabalho, com um currículo que nos orgulha.

Do meu Estado do Rio Grande do Norte, eu vim aqui para parabenizar toda a mesa: Karen Luise, com quem conversei, Clementino, Greice e Alexandre.

O que é que eu posso dizer? Da importância desse cargo que vocês vão agora ocupar, se Deus quiser, porque nós vamos lutar aqui – não só aqui, mas também nós vamos para o Plenário, hein, gente? – por essas indicações.

Quero dizer a José de Lima Ramos Pereira que o Rio Grande do Norte tem que se orgulhar. Está aí uma pessoa importante no estado. E todos...

Estou vendo aqui duas mulheres – viu? –, três homens e duas mulheres, mas nós já estamos, Sr. Presidente Otto, orgulhosos disso, porque, de primeiro, a gente só sabatinava quase que só homens.

Então, há essa luta.

Eu sou Procuradora Especial da Mulher no Senado, e o grande desafio não é só combater a violência contra a mulher; a gente sabe que a maior prevenção da violência é justamente o empoderamento das mulheres, porque a violência existe em todas as classes sociais, mas a grande maioria das vítimas são as mulheres negras e pobres. É aí que a gente dá as mãos para lutar pela educação e trazer as mulheres para os locais de poder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns a todos!

Fiquei muito feliz, José, em ver vocês todos aqui; é muito orgulho. Já votei.

E vamos para o Plenário!

A gente aqui, nós, da Bancada Feminina, não só apoia; a gente sua a camisa também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço à Senadora Zenaide Maia.

Não há nenhum outro Senador ou outra Senadora que queira fazer arguição.

Eu gostaria de convidar, para minha alegria e para a alegria da Dra. Karen, as duas filhas dela, que estão presentes, a Júlia e a Alice, para comparecer aqui à mesa, para parabenizar a sua mãe.

Elas estão ali presentes.

Venham, Júlia e Alice, dar um abraço na Dra. Karen!

Há mais gaúchos aqui... (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Senadora Eliziane Gama, com a palavra V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu quero fazer um pedido a V. Exa. Até declinei da minha fala, acho que o pessoal está querendo almoçar, né? Mas eu não posso deixar de parabenizar a todos, especialmente a Karen e a Greice, e dizer para vocês que a gente fica superorgulhosa de ver mulheres tão incríveis como vocês ocupando cargos estratégicos no Brasil.

Parabenizo o Presidente Lula, pois metade das indicações para este momento foram de mulheres, e isso demonstra o compromisso dele com a pauta feminina no Brasil.

E, meu Presidente querido, nós protocolamos um requerimento de um grande debate que eu tenho plena convicção de que também é prioridade do nosso Presidente Davi Alcolumbre,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como também da Câmara dos Deputados: a realização de uma audiência pública sobre a questão da sexualização de crianças e adolescentes nas redes sociais, que é o grande tema do momento.

Vou só ler para o senhor um *e-mail* que veio para o Senado Federal.

Ao ter conhecimento do requerimento, um jovem de 17 anos de idade disse o seguinte: "Eu sei da importância deste tema e não sou o único. Caso esse requerimento seja aprovado – eu tenho quase certeza de que será –, espero que não só influenciadores digitais e donos de *big techs* sejam ouvidos durante a audiência pública, mas jovens que, assim como eu, passam ou passaram por esse tipo de experiência traumática e podem falar com maior propriedade sobre o assunto", ou seja, nossa juventude.

Também solicitando a aprovação do requerimento, eu pediria a V. Exa. que a gente pudesse aprovar de forma simbólica esse requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Acolho o requerimento de V. Exa., está nas minhas mãos.

Coloco-o em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Eu quero saudar a presença do nosso Presidente – do meu Presidente! –, Senador Davi Alcolumbre, que, na primeira gestão e agora, então, nesses momentos de tensão que aconteceram, foi firme, decidido, e nós vamos naquela meta que ele estipulou na reunião de Líderes: vamos resolver com o entendimento e com a moderação, até porque com a exaltação não tem dado certo.

Portanto, quero parabenizar V. Exa., e conte comigo em qualquer momento que me acionar, para contribuirmos para que o Senado possa produzir e ser a Casa da serenidade e das soluções para o Brasil e para o seu querido Amapá.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu determino à Mesa que possa abrir o painel, para que nós possamos ver o resultado da votação, e tenho certeza absoluta de que todos serão aprovados.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – *Top!* Todos foram aprovados!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Todos, todos aprovados. (*Palmas.*)

Foram 21, 26, 25 votos, 25, 26, 21, 27, 26, 27, 26, 27, 26... NÃO, 4 votos; NÃO, 2, 4...

Estão aprovados todos os nomes que foram encaminhados aqui para o nosso Senado Federal na Comissão de Constituição e Justiça.

Quero parabenizar a todos e desejar sucesso nessa nobre missão!

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Grande Presidente Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – Gostaria que V. Exa. votasse a urgência, para que encaminhasse ao Plenário e chegasse o mais rápido possível ao Presidente desta Casa, Presidente, para que ele pudesse votar lá...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Presidente Davi Alcolumbre...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Que, por um acaso, está ao seu lado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A presença do Presidente Davi Alcolumbre já é a urgência para aprovar no Senado hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Já é a urgência aprovada... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas o requerimento de V. Exa. é acolhido, e o coloco em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de urgência do nobre Senador Weverton...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Faço de forma...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Aprovado na CCJ, vai ao Plenário para a apreciação e, com fé em Deus, a aprovação de todos os nomes que foram aqui sabatinados.

Está encerrada a reunião.

Parabéns a todos! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Jayme Campos,, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Giordano, Plínio Valério, Fernando Farias, Efraim Filho, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Lucas Barreto, Styvenson Valentim e Pedro Chaves, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Cid Gomes, Marcos Rogério, Weverton e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 112, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, pelo acolhimento das Emendas nºs 5, 6, 27, 29, 36, 48, 58, 62, 67, 69, 78, 79, 90, 92, 95, 97, 98, 100, 101, 106, 112, 137, 141, 143, 151, 153, 159, 161, 162, 168, 170, 179, 182, 184, 186, 188, 189, 201, 203, 216, 219, 221, 232, 235, 236, 240 241, 259, 267, 283, 293, 298, 301, 302, 303, 314, 315, 339, 346, 356, 358, 360, 365 e 372, e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 3, 10, 18, 21, 22, 26, 30, 34, 37, 40, 43, 46, 47, 53, 56, 73, 80, 89, 91, 99, 102, 103, 104, 105, 109, 111, 114, 132, 133, 139, 142, 154, 156, 160, 166, 175, 177, 178, 192, 204, 216, 218, 222, 228, 238, 242, 245, 246, 249, 253, 255, 257, 274, 278, 281, 284, 287, 289, 295, 299, 312, 317, 320, 322, 323, 324, 325, 331, 353, 355, 363 e 364, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário ás demais emendas apresentadas. **Resultado:** Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei Complementar n° 112, de 2021, com acolhimento total das Emendas nºs 5, 6, 27, 29, 36, 48, 58, 62, 67, 69, 78, 79, 90, 92, 95, 97, 98, 100, 101, 106, 112, 137, 141, 143, 146, 149, 151, 153, 159, 161, 162, 168, 170, 179, 182, 184, 186, 188, 189, 201, 203, 216, 219, 221, 232, 235, 236,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

240, 241, 259, 267, 283, 293, 298, 301, 302, 303, 314, 315, 329, 339, 346, 356, 358, 360, 365 e 372, e parcial das Emendas nºs 3, 10, 18, 21, 22, 26, 30, 34, 37, 40, 43, 46, 47, 53, 56, 73, 80, 89, 91, 99, 102, 103, 104, 105, 109, 111, 114, 132, 133, 139, 142, 154, 156, 160, 166, 175, 177, 178, 192, 204, 218, 222, 228, 242, 245, 246, 249, 253, 255, 257, 274, 278, 281, 284, 287, 289, 295, 299, 312, 317, 320, 322, 323, 324, 325, 331, 353, 355, 363 e 364, nos termos da Emenda nº 374-CCJ (Substitutivo), com as Emendas nºs 238-CCJ, 318-CCJ e 354-CCJ, e contrário às demais emendas apresentadas, com 20 (vinte) votos favoráveis e 6 (seis) votos contrários. **Observação:** O Senador Jaime Bagattoli apresenta destaque individual para a Emenda nº 238, que é aprovado pela Comissão. Em votação, a Emenda n° 238-CCJ, é aprovada por 15 votos favoráveis, 10 votos contrários e 1 abstenção. Nos termos do art. 312, parágrafo único do RISF, são colocadas em votação as seguintes emendas destacadas: Emenda nº 354-CCJ, aprovada por 14 votos favoráveis e 12 votos contrários; Emenda n° 254, rejeitada por 14 votos contrários e 10 votos favoráveis; Emenda n° 318-CCJ, aprovada por 18 votos favoráveis e 5 votos contrários; Emenda n° 256, rejeitada por 19 votos contrários e 4 votos favoráveis. Aprovado o Requerimento n° 41/2025-CCJ, de autoria do Senador Marcelo Castro, de urgência para a matéria. **ITEM 2 - Proposta de Emenda à Constituição n° 65, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o regime jurídico aplicável ao Banco Central." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e outros. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável à Proposta e às Emendas nº 3, nº 4, nº 5, nº 6, nº 7, nº 8 e nº 17, parcialmente favorável às Emendas nº 10, nº 13, nº 14 e nº 15, e contrário às Emendas nº 1, nº 2, nº 9, nº 11, nº 12 e nº 16, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5490, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera o art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para tornar insuscetíveis de fiança os crimes relacionados à prática da pedofilia." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1, 2 e 4, com a emenda de redação que apresenta, e pela prejudicialidade da Emenda nº 3. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1252, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 14.133, de 1º de abril de 2021, e nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para prever a possibilidade de concessão de créditos tributários e quitação de multas administrativas como contrapartida para execução de obras ou serviços de engenharia de interesse público." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao Projeto, e com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 116, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para caracterizar, dentre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Projeto de Lei n° 680, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 para garantir o direito à transferência dos direitos à exploração do serviço de transporte público individual de passageiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e atribuir aos Municípios a competência para definir os seus requisitos." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CI (Substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Projeto de Lei n° 942, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Cria causa de aumento de pena para o crime de vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, no caso de a criança ou o adolescente utilizar ou consumir o produto." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 40/2025-CCJ, de autoria da Senadora Margareth Buzetti, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 35, de 2025** que: "Requer votação em separado da Emenda nº 238 ao PLP 112/2021". **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 36, de 2025** que: "Requer votação em separado da Emenda 354". **Autoria:** Líder do PP Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 37, de 2025** que: "Requer pela liderança do PT nos termos do art. 312, II, parágrafo único, do RISF, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 254 ao PLP 112/2021" **Autoria:** Líder do PT Augusta Brito (PT/CE). **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 38, de 2025** que: "Requer a apreciação do Destaque de Votação em Separado da Emenda 318 ao PLP 112/2021." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 39, de 2025** que: "Requer pela liderança do PT nos termos do art. 312, II, parágrafo único, do RISF, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 256 ao PLP 112/2021" **Autoria:** Líder do PT Augusta Brito (PT/CE). **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 40, de 2025** que: "Requer urgência para o PL 942/2024" **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 41, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLP 112/2021, que “dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras”." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/20

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião nº 23, Extraordinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 5. Vou incluir também um projeto extrapauta, que é relatado pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Eu peço desculpas porque eu me atrasei hoje, uma hora, a pedido, inclusive, do Líder da Oposição, o Senador Rogerio Marinho, para que houvesse um entendimento na formulação do relatório que será apreciado hoje, do Código Eleitoral. Ele me procurou para atrasar um pouco a sessão e assim eu fiz.

Consulto, inclusive, o Relator, o Senador Marcelo Castro... Senador Esperidião Amin, eu estava dizendo – V. Exa. parece que não ouviu, mas eu vou repetir pela atenção que lhe tenho –, que o atraso hoje de uma hora foi a pedido do Líder da Oposição, o Senador Rogerio Marinho, para que, nesse período de uma hora, se pudesse chegar a um entendimento, pacificando a letra da lei do Código Eleitoral, para que possa ser votada hoje, depois de tantas reuniões que já foram feitas. Eu acho que hoje é o dia da deliberação dela.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, nós não estávamos aqui conversando sobre folguedos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu sei disso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Estávamos conversando porque, entre o que seria um voto em separado – olha bem a confusão que daria – e o texto admitido pelo Senador Marcelo Castro, nós temos cinco divergências e meia – cinco divergências e meia. Nós já derrubamos aqui duas nessa conversa, importantes divergências, que, por serem... Eram 17 divergências. Não dá para fazer 17 pedidos de votação em destaque, teria que ser um voto em separado, o que criaria um confronto absurdo, até pelo tempo de dedicação do Senador Marcelo Castro, que conversou com todo mundo, não deixou de ouvir a todos. Esse mérito ele tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estávamos aqui tentando baixar o número de seis divergências para duas, que são inconciliáveis, por um processo que ele, como psiquiatra, reconhece que é fuga, porque ele lê o texto sobre voto impresso para fim de auditagem e não assimila. Ele não consegue assimilar. É um problema que eu não posso superar. Então, esse vai para destaque.

Quer dizer, para o que não der acordo, não haverá voto em separado, haverá dois ou três ou quatro destaques.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Faltam dois itens para o acordo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nós fechamos dois agora, e um deles – eu tenho que dizer em público – é o destaque que o Senador Sergio Moro apresentaria ou apresentará. Então, se o senhor me der mais cinco minutos de conversa com ele, pode ser que baixe.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não. Se V. Exa. concordar e o Plenário concordar, eu posso inclusive começar uma outra matéria enquanto se dá um tempo necessário para o entendimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É para acerto, e é acerto de fim de feira. Acabou. Dá, não deu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E V. Exa. pode se reunir com o Marcelo Castro, o Senador Girão também, se for o caso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, para dar o testemunho de que o senhor aqui sempre chega antes do horário. Isso aí é importante que se deixe claro para todos aqui, eu o cumprimento por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria fazer uma ponderação com o senhor, até no Plenário eu conversei rapidamente ontem com o senhor. Todo o esforço que o Senador Marcelo Castro está fazendo é louvável, e a gente percebe de muito tempo, mas a gente está chegando no entendimento. E, Sr. Presidente, houve muita modificação com relação ao texto, muitas emendas acatadas, houve modificações nesse texto que foi apresentado no dia 15 de agosto, diversas. E eu queria fazer uma ponderação, em nome do entendimento, propor uma data que eu acho que é o limite do limite, para que a gente não possa mais adiar: semana que vem, já que nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Girão, já adiamos isso várias vezes. Eu estou dizendo que vou colocar uma outra matéria. Ele vai ali para a salinha, o senhor pode ir para lá... V. Exa. – desculpe – vai para lá com o Senador Amin e chega a termo.

A gente pode votar isso hoje e votar os destaques, tem quórum suficiente para isso. E vamos decidir, porque já virou a mesma coisa de sempre, o mesmo tom, a mesma divergência, e isso precisa ser aprovado. Isso vai para a Câmara ainda, vai para a Câmara dos Deputados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É só porque tem uma questão regimental, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Esse projeto de lei vai para a Câmara. Com as modificações que teve, se a Câmara mudar lá, vai voltar para cá de novo. Nós estamos chegando no mês de setembro sem tomar uma decisão nesse sentido.

Eu lamento muito, sempre concordo com as ponderações de V. Exa., mas eu não vou adiar hoje, não. Vou dar o tempo aí, vou começar aqui com o Senador Plínio...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... e esta reunião pode ser que chegue a termo lá na reunião com o Marcelo Castro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deixa eu só lhe... O senhor falou que, se mudar aqui, vai para a Câmara, e, se a Câmara mudar lá, volta para cá?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, aliás, morre lá, né? Morre lá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, morre lá, então, quer dizer, a gente precisa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Desculpe-me, morre lá, fica lá. É, mas eu vou colocar em votação hoje o Código Eleitoral.

Lamento discordar, mas já adiei várias vezes. Já foi adiado várias vezes, não foi nem uma nem duas – várias vezes. Eu dei um prazo lá atrás, V. Exa. concordou com o prazo naquela época, concordou; depois discordou. Eu tive a paciência, tirei o Código Eleitoral, mas nós vamos votar hoje. Tem os destaques que podem ser votados, discutidos. Eu tenho toda a paciência de ficar aqui até meio-dia, 1h, 2h, mas nós vamos votar hoje.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Olhe, Presidente, nada contra votar hoje, mas eu queria dizer que esse Código Eleitoral tira um direito das mulheres. Essa história de a gente perder os 30% no mínimo de candidaturas e no mínimo 30% de financiamento vai prejudicar a gente, com uma proposta que vai botar 20% de cadeiras – que tem que ser aprovada e a gente sabe que, pela pesquisa aqui, não será – durante 20 anos; ou seja, durante mais 20 anos, as mulheres brasileiras vão continuar com 20%, se fosse o caso, e os homens com 80%, gente.

Mulheres brasileiras, o que vai ser votado aqui hoje é tirar um direito conquistado da gente com muita luta, dado pelo Poder Judiciário, não foi desta Casa. E sabe o que é que vai acontecer? Não vão ser aprovados os 20%, e a gente vai ficar sem as candidaturas. E sabe qual vai ser a desculpa, que a gente conhece? Que as mulheres não querem se candidatar. Acordem, mulheres! A gente sabe que a única prevenção da violência contra as mulheres é o empoderamento. E o empoderamento passa por isso. Não adianta dizer que luta contra a violência contra as mulheres quando as proíbe de serem empoderadas. É isso que vai ser votado aqui hoje, com a história que não tem mulheres que queiram ser candidatas. A gente sabe que violências são em todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

classes sociais contra as mulheres, mas mais de 80% da violência são contra as mulheres negras e pobres deste país. E a única prevenção que a gente sabe é educar essas mulheres e agora permitir que elas cheguem aos lugares de poder.

E, nesta Casa aqui, hoje, esse texto está mantendo... É aquilo que a gente conquistou, gente, com muita luta. Hoje a gente tem 19% de representatividade no Senado sem isso aí; ou seja, vamos deixar as mulheres com 20% por mais 20 anos, e os homens continuam com 80% das vagas. Isso é um absurdo, gente. E aí que ninguém aqui que vota a favor de Código Eleitoral tirando conquista das mulheres venha dizer que defende mulher ou que combate a violência contra a mulher, porque a gente sabe que a prevenção é o empoderamento. E esse projeto aqui vai deixar a gente mais 20 anos em banho-maria, com 80% de representatividade masculina e 20% de mulher, com algo que a gente não tem a certeza... não vai ser aprovado. Se não querem ajudar, deixem pelo menos como está. Estão tirando uma conquista árdua da gente, uma luta, que não foi dada nem por esta Casa, foi pelo Poder Judiciário.

Essa história de 20% é embromação, porque os homens não vão aprovar esses 20% de cadeiras e, mesmo que aprovassem, nós vamos passar 20 anos só com 20% amarrados e os homens com 80%, por favor – por favor! Isso aqui... Mulheres deste país, nós estamos aqui tendo coragem de denunciar isso, mas precisamos da mão amiga de vocês, mulheres. Olha aqui quem fica aqui dizendo: "Combata a violência contra a mulher". Não está combatendo, porque a gente sabe que a prevenção é o empoderamento. Esta Casa está querendo tirar uma conquista que a gente teve.

Então, vou dizer: voto contra. E quero dizer mais: não é por aí. Não é por aí, mais de 50% da população sendo jogada ao relento aí, tirando o que a gente conquistou com muita luta. E não venham com esse cálculo que é só para inglês ver. Contra, estão votando contra as mulheres. Não estão combatendo a violência, porque sem empoderar nós não vamos diminuir essa violência, e não é tirando uma conquista da gente que nós vamos empoderar as mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Zenaide Maia, eu concordo com as palavras de V. Exa., embora o Senado Federal, esta Casa, tenha aprovado todas as matérias para o empoderamento das mulheres. Eu posso fazer até um levantamento e encaminhar para V. Exa. Nenhum dos Senadores, homens, nenhum dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores se posicionou contra nenhuma matéria aqui encaminhada em favor dos direitos das mulheres, do empoderamento das mulheres.

E eu, inclusive, não aceitei a leitura para dar oportunidade, inclusive a V. Exa., Senadora Zenaide, de conversar com o Relator; porque, na minha opinião, todos os Senadores aqui cumprem as suas funções, têm essa capacidade de ouvir, de ter o entendimento, de acolher as razões daqueles que propõem razões, e eu sou um dos que faço isso. V. Exa. pode propor ali, agora, ao Senador Marcelo Castro, que é um dos Senadores que mais tem paciência. Não é porque é psiquiatra, não. Não tem ninguém com mais paciência para ouvir, inclusive, a colocação veemente de V. Exa., como eu ouvi agora, está certo?

E V. Exa. fala como se nós, os Senadores, tivéssemos posições contra as mulheres. Absolutamente. Nós aprovamos todas as matérias de interesse das mulheres, do empoderamento. Como V. Exa. coloca, parece, pode parecer, para quem não está vivendo o dia a dia do Senado, que nós temos posição contrária. Absolutamente. Nós temos sempre posições favoráveis a todas as matérias que, tendo condição legal, estando dentro da lei... Porque nem eu nem nenhum Senador pode estar acima da lei. A lei existe para limitar o poder, o meu e de V. Exa. A lei existe para circunscrever o poder, o meu, de V. Exa., ou do Presidente da República, ou de quem quer que seja. Ninguém pode estar fora da lei. E a lei é aprovada nesta Comissão, que é uma Comissão de decisões coletivas por maioria, ou no Plenário do Senado Federal, que também toma decisões de ordem coletiva, por maioria dos votos dos Senadores e das Senadoras.

Portanto, V. Exa. pode conversar ali com o Senador Marcelo Castro. Ele tem tido toda a paciência nesse sentido, para ver se encontra uma letra de lei que atenda àquilo que V. Exa. falou e que deve ser também o interesse de todas as mulheres.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato, que pede a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero aqui, Senador Otto, fazer coro ao pronunciamento de V. Exa.

Eu fui o autor, Senadora Zenaide, da PEC, nesta Comissão de Constituição e Justiça, para estabelecer paridade entre homens e mulheres.

A Senadora Soraya sempre fala isso, e eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós aqui, Senador Otto, nós sempre estamos votando... Aliás, tem ocasiões aqui em que só são deliberadas pautas de interesse das mulheres. Eu acho que, no Senado Federal, as mulheres têm que ter o mínimo de reconhecimento de todo o esforço que o Senado faz. O Senador Rodrigo Pacheco foi Presidente, ele instituiu Bancada Feminina, as mulheres têm participação, têm participação na Mesa, os projetos são votados e são deliberados. Todos os homens deste Senado apoiam, abraçam as causas efetivamente das mulheres. Então, eu quero que as mulheres continuem tendo essa percepção de que, na grande totalidade, os homens deste Senado Federal estão sempre de forma intransigente e até mesmo inegociável na defesa da pauta e dos interesses das mulheres.

Por isso é que eu quero aqui reforçar e concordar com V. Exa., porque senão pode dar a entender efetivamente que nós estamos contra qualquer avanço ou qualquer interesse. Muito pelo contrário! Muito pelo contrário, buscam-se todas as leis, todos os aperfeiçoamentos de lei, todos os sistemas de proteção para as mulheres, o que está aqui com a votação, ouso dizer, unânime deste Senado Federal.

Então, quero aqui fazer, mais uma vez, o agradecimento.

E quero também fazer, aproveitando o ensejo, Senador Otto... Porque eu acho que o que me motiva a estar na política também é gratidão. Eu fui – e o senhor sabe – delegado e sou professor. E, no Código Eleitoral, eles estavam estabelecendo quarentena para um guarda municipal, que não ganha um salário mínimo, ter que pedir exoneração. Depois de muito diálogo, eu com o Senador Marcelo Castro, ele fez uma redação que contempla todas as instituições policiais. Então, ele está botando ali uma quarentena em que o policial tem que sair da atividade-fim um ano antes, e aí, sim, nós teremos a possibilidade, o que foi um avanço, e eu quero aqui publicamente agradecer a sensibilidade do Senador Marcelo Castro.

Agora, Senador Otto, eu queria fazer um apelo a V. Exa. O apelo que eu faço a V. Exa. é que eu sei que este assunto...

Eu pediria só aos colegas, por gentileza.... Eu só queria um pouquinho de atenção, só um minutinho. É porque, para este assunto, eu precisaria do apoio de vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – O Senador Contarato pede que as conversas paralelas permitam que ele possa expor com clareza aquilo que ele pensa a respeito do tema.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É isso.

É porque, Sr. Senador, eu acho assim: a gente tem que tratar igualmente o desigual na medida de sua desigualdade, né? Eu, Senadora Zenaide, sei que é um tema sensível para todo o campo progressista, mas foge à razoabilidade... Por exemplo, como é que você explica para uma mãe que a filha foi estuprada, morta a pauladas e teve ocultação de cadáver, e que quem fez isso foi um rapaz de 18 anos incompletos – incompletos –, que vai ficar no máximo três anos de internação?

Lá no Espírito Santo, Senadora Soraya, um rapaz de 16 anos entrou na escola e matou, por disparo de arma de fogo, quatro pessoas, entre professores e alunos, e deixou uma dezena de feridos. Esse adolescente, no meu Estado do Espírito Santo, vai ser solto agora, agora em novembro, depois de três anos internado. Não é razoável no Brasil...

E eu fiz uma pesquisa, Senador Jaime Bagattoli: de todos os países do G20, o Brasil é o mais permissivo.

Argentina, Canadá, Alemanha, dez anos; França e Itália, vinte anos; Inglaterra, não tem prazo; Estados Unidos, prisão perpétua. Eu não quero nada disso, mas eu aprovei na Comissão de Direitos Humanos o PL 1.473, que faz uma coisa simples: ele aumenta o período de internação, que hoje é de três; pode chegar a cinco. E se for um ato infracional praticado com violência, grave ameaça ou equiparado a hediondo – tráfico ilícito, latrocínio, que é roubo qualificado pela morte, homicídio, estupro –, esse prazo pode chegar a dez anos. Veja que eu não estou falando em redução da maioridade penal; eu estou falando que nós temos que dar tratamento igual a comportamento igual; quanto a comportamento diferente, não.

Então, eu faço um apelo, eu já conversei com V. Exa. O Senador Flávio Bolsonaro se predispôs a relatar esse projeto que já está na Comissão de Constituição e Justiça, é o PL 1.473. Se V. Exa. o designar Relator...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, eu já autorizei ontem...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Isso, então...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... para Flávio Bolsonaro relatar o projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu queria até....

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu concordo com a tese de V. Exa. nesse sentido, concordo plenamente!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não é redução da maioridade penal, porque isso não pode.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concordo plenamente!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – São cláusulas pétreas, do art. 60: não podem ser um objeto de emenda constitucional aquelas que tendem a alterar direitos fundamentais. Então, como a maioridade penal é um direito fundamental, não tem como, mas eu posso alterar o período de internação.

Então, eu faço um apelo a V. Exa. – e pediria o apoio dos pares –, para que, mesmo que às vezes seja um assunto delicado para o campo progressista ou para o próprio Governo, e olha que eu sou do Partido dos Trabalhadores; eu tenho a plena convicção do que eu estou falando, porque eu trabalhei com isso lá na ponta, como delegado de polícia, por 27 anos –, então, a gente só vai aumentar o período de internação, que hoje é de no máximo três; passa a ser de no máximo cinco. E se for um ato infracional praticado com violência, grave ameaça ou equiparado a hediondo – homicídio, latrocínio, tráfico, estupro –, esse prazo pode chegar a dez anos. Então, eu faço um apelo. Se fosse possível, inclusive, botar extrapauta, hoje, já seria pedir demais, mas seria um avanço.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas não tem relatório ainda. Quando tiver relatório, eu vou priorizar. Deixe comigo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu pediria, então, se for designado ainda hoje, semana que vem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já está designado o Flávio.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então, que entre na pauta, na semana que vem!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quando ele apresentar o relatório, nós vamos colocar. Eu acho essa matéria prioritária para ser apreciada aqui.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito! Então, semana que vem, na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode ser, tranquilo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Otto Alencar.

Eu quero aqui me solidarizar com as mulheres e dizer que nós temos que realmente permanecer com esses direitos que as mulheres conquistaram na política, porque nós sabemos que muitos partidos políticos – quase a maioria, independentemente de sigla partidária – utilizam as mulheres como trampolim e só as colocam para fechar aquele quadro que a lei permite. Então, nesse quesito das mulheres, eu estou com elas.

Agora, eu quero dizer, Sr. Presidente, que eu encaminhei um destaque individual sobre o art. 391 do PL 112. Sr. Presidente, esse destaque é de muita importância... Sr. Presidente, esse destaque é de muita importância, porque nós não temos mais pessoas novas de bem entrando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na política. É impossível nós aceitarmos que um cidadão pegue R$3 milhões do fundo partidário, e o outro, que queira colocar o dinheiro dele, só possa colocar 10% desse valor, R$300 mil. Nós temos que nos equalizar, e isso não é abuso de poder econômico do candidato que tem o dinheiro. Ele poderá colocar os 100% até o teto máximo.

E, para esse art. 391, eu encaminhei uma matéria, um destaque individual. E eu peço que V. Exa. leia esse destaque e que esse destaque entre em votação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem dúvida alguma, Senador Jaime. Na hora da votação, V. Exa. pode apresentar o destaque. Claro que nós vamos botar em votação, atendendo ao que pede V. Exa.

Senadora Soraya, Senadora Dorinha...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Presidente, só para dizer o que eu penso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, V. Exa. já falou.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Mas eu queria, Sr. Presidente... Não, só para dizer que a gente se reuniu com o Marcelo Castro. A gente sabe que ele é um cara paciente, mas, em nenhum minuto, ele abriu mão dessa perda.

Está aqui a nossa Líder da Bancada Feminina e todos aqui presentes... A gente conversou com ele, é um cara paciente, mas não abriu mão da perda dessa conquista. Só para dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou conversar com ele para ver.

Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Eu não vi o Senador Marcelo Castro ainda, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele está na salinha de reunião debatendo esse tema.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Mas eu gostaria de destacar aqui que eu protocolei uma emenda tratando da paridade 50-50. O Relator, Senador Marcelo Castro a rejeitou. Disse que ela era meritória, que é digna, mas a rejeitou. Rejeitou sob o argumento de que ela não vai passar. E eu disse a ele que nós queremos, pelo menos, ter o direito de trabalhar a pauta. O senhor acolha a emenda, e nós vamos trabalhar. Nós já temos o voto favorável do Senador Fabiano Contarato, foi o primeiro homem... Para mim, a maior hombridade deste Congresso Nacional, nesta pauta, se chama Fabiano Contarato, em toda a história do Congresso Nacional, porque teve a coragem de protocolar uma PEC neste sentido. E a PEC, Presidente, ficou engavetada "para todo o sempre, amém" desde 2019.

Então, agora, o meu apelo é que as colegas aqui nos ajudem e todos, todo o Senado, para que o Senador Marcelo Castro, o Relator, acolha a emenda. Por quê? Porque aí é o Plenário que vai decidir, é a Comissão que vai decidir: se destaca, se não destaca, mas não nos permitir sequer trabalhar... Eu estou com três votos aqui – isso porque eu nem trabalhei –: Fabiano Contarato, Jaime Bagattoli, Izalci Lucas, todos são a favor da paridade. Então, é um apelo.

Disse o Relator que os homens daqui do Senado Federal não querem que ele sequer acolha a emenda para que pudéssemos deliberar.

Eu, Soraya, gostaria de votar a favor da paridade. Nem esse direito eu tenho. Então, acolher uma emenda não significa que ela vá passar ou não, mas não acolher dizendo que ela é meritória, porque já anteviu que não vai passar, aí é algo que nós não podemos aceitar, sendo que nós temos o direito de termos tempo para trabalhar a pauta. Então, eu vou insistir até o último minuto.

E vai ficar muito feio, Presidente – muito feio – para este Senado uma situação de simplesmente não permitir nem que nós – e homens que estão conosco – trabalhemos em favor disso.

E quanto à perda da garantia de 30% de candidaturas, eu posso dizer com toda a tranquilidade – já conversei com a Ministra Cármen Lúcia –: mesmo que passe a garantia de 20 cadeiras femininas e não passe a manutenção dos 30% de candidaturas, não há como isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevalecer, porque existe a proibição da regressão de um direito fundamental. Então, podem esquecer, porque no Supremo nós vamos ganhar.

Então, eu estou jogando muito limpo e muito claro, para que nós não percamos mais tempo em relação a isso. Não adianta tirar os 30%; não adianta, porque nós vamos ganhar na Justiça. Então, vamos, sim. O mínimo é 20% de garantias, mas nós queremos começar com 50%. E aí, nós vamos ver as digitais de quem é contra a paridade.

Para terminar, os homens mais inteligentes... Eu vou repetir: se eu fosse marqueteira de homem, eu iria falar para o meu candidato homem focar nessa pauta. Ele nunca mais vai ser esquecido neste país e nunca mais deixará de ser eleito, porque o eleitorado feminino é a maioria. Eu vou passar o resto dos meus dias fazendo campanha de graça para esse homem, que terá a coragem e a hombridade de enfrentar essa pequenez aqui, no nosso país, que é a maior democracia da América Latina.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa.

Senadora Dorinha; em seguida, a Senadora Eliziane.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e colegas Senadoras, você lembra o fato de ter me reunido com o Senador Marcelo Castro várias vezes? Nós já fizemos muito, né? Eu também não sei nem por que eu estou discutindo aqui, porque não tem ninguém nem acompanhando. Estou vendo aqui a Senadora Augusta Brito, a Senadora Soraya, a Senadora Zenaide, que são quem está defendendo. Então, não sei nem por que nós estamos... O Relator não está aqui para falar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Mas ele vai ouvir.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, não vai ouvir, não. Vai ser votado hoje. Então, não tem sentido eu ficar aqui fazendo teatro. É teatro, não é? Não vou expor, mas a gente está repetindo os mesmos argumentos. Nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos permitir que tenha nenhuma retirada dos direitos que as mulheres alcançaram a duras penas, e a maioria foi com pressão do Judiciário, pressão externa; não foi avanço daqui. Estou falando de avanço político e de representação.

Então, Sr. Presidente, o que nós pudermos fazer para impedir que se vote...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Desculpe-me interromper V. Exa., Senadora. Eu lhe peço desculpa. O Relator está naquela sala...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, não adianta discutir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... conversando lá com as pessoas que estão discordando. Eu já cheguei a um ponto agora em que não vai dar nem para votar hoje...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não é com V. Exa. Não dá mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... porque nós já adiamos várias vezes, e agora eu só vou marcar quando estiver tudo pacificado, porque existe discordância de todos os lados. Agora mesmo o Senador Girão discordou, o Senador Amin, que estava aqui, discordou. Tem a divergência aqui do Líder da oposição. Entendeu?

Eu acho que a construção dessa letra de lei pacificada vai demorar muito tempo.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu só estou explicando, porque ele estava aqui. Ele foi para lá para fazer isso, mas eu passo a palavra a V. Exa. Desculpe, passo a palavra a V. Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Acho que tem três meses... Vocês podem observar que eu estou fazendo... Olha como eu estou sumindo aqui, porque essa cadeira está quebrada há meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senta aqui na frente; tem um lugar.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Está cheio de pasta com nome de colega.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Qualquer homem que tiver aí dá o lugar a V. Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, o que tem é que arrumar, gente. Tem três meses que esta cadeira está quebrada. A gente senta na cadeira, a cadeira...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vamos consertar a cadeira.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Até hoje já o Senador Eduardo Braga caiu na cadeira e acho que ficou do mesmo jeito. Está aqui. Só que eu subo, aí ela vai descendo. E olhem que eu nem sou tão pesada assim. Interessante, não é?

Presidente, o que eu queria colocar é o seguinte: o Código Eleitoral, na minha leitura, precisa avançar. Ele já passou na Câmara faz tempo, já está aqui no Senado, o Senador Marcelo Castro fez várias reuniões e debates... O fato de ouvir não significa escutar. Ele tem ouvido muita gente, mas, no caso das mulheres, não tem escutado.

Eu não posso deixar de mencionar o avanço de 20% de cadeira efetiva, que eu não estou vendo, hoje, perspectiva de voto. Então, se não vai conseguir avançar, no âmbito das mulheres, na questão específica, vamos tentar limpar o texto e ver aquelas questões estruturantes para a eleição que tenham consenso? Porque, senão, é lógico que muitas coisas vão para voto... Não quer dizer que tudo vai ter consenso, mas tem questões que são estruturantes.

Nós somos 50% da população e nós não vamos negligenciar o nosso papel de defesa da representação feminina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o próprio Presidente Davi me disse que preferia que esse tema não estivesse sendo tratado lá, porque a gente precisa avançar em relação ao Código Eleitoral, mas em alguns temas, como este caso, nós não vamos permitir que 50% da população, sub-representada em Câmaras Municipais, em Assembleias Estaduais, no Senado e na Câmara, e a gente ainda consiga piorar isso.

Então, se for para acumular 30% de candidaturas e 20% de cadeiras efetivas, nós estamos prontos para votar.

Eu tenho uma emenda e eu queria destacar essa emenda.

Eu tento conciliar, porque muitos partidos alegam que algumas mulheres desistem depois do período em que não podem mais ser substituídas, e aí prejudicam o partido: tem que tirar homens. Então, a minha emenda resolve esse problema. Eu coloco: quando não é mais possível substituir, que não seja prejudicado, porque, por vezes – nós somos coordenadoras de partidos nos nossos estados –, sai uma mulher ou a gente tem que ficar ali, implorando, para continuar, para não ter que tirar dois homens da lista. Então, eu fiz uma emenda que concilia isso, mantém os 30% de candidaturas, os 20% de vagas... Chegou o período em que, por algum motivo, lícito ou não, ela desista, a gente não precisa penalizar o restante da listagem. Então, eu tenho uma emenda que penso que concilia.

Agora, eu tenho que escutar. Não dá só para ouvir, chegar com uma ideia pronta, e está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concordo. Concordo com V. Exa.

Isso é um tema, Senadora Dorinha...

Senadora Dorinha, V. Exa. falou sobre essa questão da desistência, e em vários estados isso aconteceu – inclusive no meu –, com a dificuldade muito grande de termos Deputados Federais que se elegeram com 200 mil votos, e poderiam perder na cota de gênero. Então, essa é uma situação muito delicada mesmo, porque não são em todos os estados e municípios que as mulheres querem participar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, no meu estado, faço reuniões do PSD Mulher em todas as regiões, e não encontro nem na participação, na plateia, aquelas que queiram participar.

Eu não tenho condição, como Presidente do PSD... E o meu partido tem, lá na Bahia, 115 Prefeituras, e eu lutei para fazer 20% de mulheres Prefeitas, não consegui fazer 10. E lutei muito por isso. Inclusive, para a participação das mulheres na chapa de Vereadoras e Deputadas Estaduais e também Federais. Lá nós temos dez Deputados Estaduais, são duas mulheres. Eu nunca estimulei tanto, em minha vida, a participação das mulheres, e não consigo que elas queiram participar. É uma coisa que pode acontecer em São Paulo, pode acontecer no Rio, pode não acontecer na Bahia – eu estimulo muito a participação –, pode acontecer no Rio de Janeiro, pode não acontecer no Piauí... Cada estado brasileiro tem um perfil político diferente. Não é uma regra geral. Pode ser que aqui no Distrito Federal as mulheres queiram participar, e lá em Santa Catarina não queiram participar. O mal do Congresso Nacional é receita única para pacientes completamente diferentes, ou receita única para estados com perfis diferentes – políticos, ideológicos, administrativos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Esse é que é o problema do Congresso Nacional.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Presidente, elas não aceitam porque elas já sabem que o ambiente é hostil, o que é muito natural...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não. Não é, não. Perdoe-me, Senadora, não é, não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É muito natural não conseguir ser passado para trás.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu levo a senhora ao meu estado para a senhora participar e ver o meu esforço por isso lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Mas eu acredito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu gostaria de ter 70% de mulheres participando e 30% de homens, sem dúvida nenhuma.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Então, eu posso acreditar... Vou colocar o senhor na lista, então, dos que votaria a favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, eu voto a favor de uma coisa racional, mas, se não for racional, não posso votar a favor. Entendeu? Depende. Eu estou explicando que cada estado tem um perfil diferente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Mas, se não conseguirmos o número de candidatas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não conheço, por exemplo, o estado de V. Exa.: quantas mulheres foram candidatas a Senadoras? Quantas foram candidatas a Deputadas?

A Senadora Dorinha colocou uma coisa com muita presteza: que a desistência derruba uma chapa inteira.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Derruba uma chapa inteira a desistência. O cara com 200 mil votos para Deputado Estadual... Não tem a cota de gênero, porque tem desistência, cai a chapa inteira. É um absurdo isso.

Então, eu vou esperar para encontrar uma solução que seja uma solução que atenda a todos e que dê garantia, sobretudo, às mulheres na participação das chapas proporcionais ou majoritárias.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, especialmente as nossas colegas Senadoras que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão aqui presentes, naturalmente para fazer as suas colocações, eu gostaria de, inicialmente, já trazer os meus cumprimentos ao Senador Marcelo Castro. Eu acho que o Senador Marcelo Castro teve uma atitude muito intensa de estar trabalhando por uma luta histórica, porque, no meu entendimento, é o único – o único – instrumento que nós temos hoje, diante da dura realidade brasileira, para avançarmos na participação feminina nos espaços de poder no Brasil.

Se a gente for analisar a conjuntura brasileira, tanto no âmbito da política quanto nos demais Poderes, uma mulher ocupar um órgão de cúpula é um grande desafio. Por exemplo, você pega a magistratura brasileira, Ministro Moro: quando se inicia na carreira da magistratura, há quase paridade, é quase isonômico, porque as mulheres são a maioria nas universidades. Então, no concurso público para juiz e nas demais carreiras na área do direito brasileiro, a participação é quase paritária no início da carreira; mas, quando chega na ocupação dos órgãos de cúpula no Brasil, essa participação se reduz para 15% em média, 20% em média. Esse dado é interessante porque mostra claramente, Senador Petecão, que as mulheres têm qualificação técnica, elas têm competência técnica, mas as barreiras no meio do caminho, as dificuldades impostas no meio do caminho impedem de elas ocuparem os espaços de poder.

Eu falava recentemente com a Profa. Regiane, uma mulher que tem grande *expertise* no debate da luta pela participação de gênero no Brasil, pela igualdade de gênero no Brasil, e ela me destacava isso: "Senadora Eliziane, quando a mulher tem um filho e ela vai para o mercado de trabalho, o empregador, quando vê essa informação, pensa duas vezes se vai contratá-la". O filho para esse empregador passa a ser um impedimento; mas, quando esse mesmo empregador faz uma avaliação de um homem e esse homem tem um filho, isso passa a ser um instrumento para facilitar a contratação desse homem. O homem que tem um filho é um homem humanizado, ele é aquela pessoa que tem sentimentos e tal, é o homem que o empregador quer na empresa. À mulher que está com o filho pequeno, o empregador diz: "Não, vai ser um problema. Não tem condição de estar aqui". Veja a barbaridade e a dificuldade que a mulher tem para ocupar os espaços de poder.

Todo mundo fica às vezes reclamando: "Olha, a gente não tem mulher porque mulher não quer se candidatar". Não é querer se candidatar, não. Não é uma questão de querer ou não. São as dificuldades impostas, as lutas que são impostas para a mulher ocupar o espaço de poder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas nós que estamos aqui somos mulheres vencedoras. Quando eu fui eleita Deputada Federal, as minhas duas filhas tinham oito e nove anos de idade. Plínio, eu pegava o voo às 4h da manhã de São Luís, no maior desespero da minha vida, na maior angústia. Quarta-feira à noite, eu estava aqui já vendo a possibilidade de eu poder voltar na quarta-feira à noite ou na quinta-feira de manhã cedinho para estar com as minhas filhas. Quantas vezes nas estradas do Maranhão eu peguei estrada 3h da manhã? As pessoas diziam: "Eliziane, a reunião acabou 1h da manhã, e você vai pegar ainda 300km de estrada?" Eu digo: "Eu vou. Eu quero acordar em casa, eu quero que minhas filhas acordem comigo em casa, eu quero sentir o abraço delas".

Essa é a diferença. Nós mulheres pensamos duas vezes, porque o cuidado com a com os nossos filhos é algo de que a gente não abre mão, e o mercado de trabalho, as dificuldades impostas não nos facilitam; ao contrário, dificultam a nossa caminhada. Então, por isso é difícil, às vezes, a mulher estar presente nos mais variados espaços de poder. Ou nós estabelecemos metas diferentes, ou nós estabelecemos cotas diferentes, ou, como diz o Instituto Patrícia Galvão, levaremos cem anos para ter igualdade entre homens e mulheres no Brasil. Não é a Eliziane Gama que está dizendo isso, não é Zenaide Maia que está dizendo isso, são as pesquisas, são as avaliações aprofundadas. Como eu disse, não é uma questão de querer ou não, é uma questão de superar as adversidades e o caminho nocivo que é a política brasileira para as mulheres. É desafiador! Não é fácil, na verdade, a mulher ocupar os espaços de poder.

E eu digo tudo isso, Presidente Otto Alencar, que é um exímio defensor das mulheres brasileiras, para destacar a força, a garra e a determinação do meu nobre colega Senador Marcelo Castro. Quando ele estabelece 20% de vagas de cadeira, de mandato, é o que nós precisamos. Quando foi que nós evoluímos na participação feminina brasileira? Quando nós tivemos a obrigação de a mulher ter acesso ao orçamento. Trinta por cento de vagas para mulheres. Ótimo! Mas a gente não tinha 30% de acesso ao orçamento, ao fundo eleitoral. E nós mudamos isso.

Quando eu fui eleita em 2014, Otto, junto com a Zenaide Maia e com a Dorinha, nós éramos apenas 46 mulheres na Câmara dos Deputados. Quando nós caminhamos, eu, a Zenaide e a Dorinha, atravessando aqui a Praça dos Três Poderes, indo ao Supremo Tribunal Federal, indo ao TSE conversar com os juízes e com os Ministros, a gente conseguiu impor a obrigatoriedade de 30% do fundo eleitoral, e saímos – pasmem! – de 46 Deputadas Federais, em média, para 94 mulheres eleitas. Não adianta eu dizer que quero mulher na política se não coloco essa mulher

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no orçamento público. Não adianta eu dizer que quero mulher sendo eleita se não dou condições de superar as adversidades da caminhada da mulher no Brasil.

Vamos pegar todos os países da América. Não estou falando da América Latina e da América Central. O Brasil é o segundo país com a menor participação feminina. Em todos os países da América do Sul, as mulheres só conseguiram chegar perto da isonomia pelo estabelecimento de instrumentos coercitivos.

Eu vou citar Venezuela, instrumento coercitivo para participação feminina – lá as mulheres são muito mais na política do que as mulheres brasileiras. No Chile, teve que fazer o inverso até: mulher teve que sair para dar espaço para o homem porque já estavam mais mulheres do que homens. Nós não queremos ser mais mulheres do que os homens na representação política brasileira, não. Nós queremos isonomia. Se não tiver instrumento coercitivo, nós não chegaremos lá. Os 20% que o Senador Marcelo Castro estabelece são o começo dessa trajetória.

Vejam, nós temos hoje no Brasil 11 estados brasileiros que têm menos de 20% da participação. "Senadora Eliziane, mas 20% é pouco". É verdade, a gente queria mais, mas tem um elemento que a gente precisa entender. Eu tenho 20 anos de vida pública e, no começo da minha caminhada pública, quantas vezes eu briguei para alcançar o ótimo? E, nessas minhas brigas irredutíveis, eu não consegui o bom. Às vezes, nós precisamos dar um passo atrás, recuar um pouquinho mais para a gente alcançar o bom e avançar um pouco mais numa caminhada e numa trajetória que nós estamos trilhando hoje.

Ter 20% é carregar ainda mais esse percentual. Nós passaremos de 20%, Senador Marcelo, porque hoje os 11 estados brasileiros que têm menos de 20% terão 20%; ou seja, os estados que têm baixa participação puxarão o Brasil para uma posição melhor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço silêncio ao Plenário para ouvirmos a Senadora Eliziane Gama, inclusive aos assessores, porque é impossível uma Senadora expressar o que ela pensa com um barulho dessa natureza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Se estabelecermos os 20%, já vamos cobrir esses 11 estados brasileiros. Sabe o que isso vai significar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos puxar o Brasil para cima e entraremos numa equação diferente da que nós temos hoje em nível internacional. A nossa posição chega ao número 160; ou seja, nós precisamos de fato mudar esta realidade.

Senador Marcelo, eu quero cumprimentá-lo pelos 20% e dizer que V. Exa. vai na trincheira daquilo que nós precisamos defender que é a igualdade entre homens e mulheres no Brasil.

Espero que este relatório, com esse percentual, possa ser aprovado, porque essa aprovação vai dizer muito para o mundo. Essa aprovação vai dizer muito para a América Latina.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu quero aqui inicialmente elogiar o Relator do Código Eleitoral, que fez um trabalho gigantesco, em matéria que suscita uma série de polêmicas. Embora ele seja um negociador duro, ele acatou diversas emendas nessas últimas semanas, buscando aqui um consenso na Casa, demonstrando toda a sua habilidade política.

Em particular, eu quero agradecer aqui o acolhimento – me permitiu que fosse adiantado – da Emenda 146, que é uma em que a gente busca preservar a Lei da Ficha Limpa. Seria péssimo, a meu ver, ao Senado Federal, se o código fosse marcado com essa pecha de ter acabado ou reduzido drasticamente os períodos de inelegibilidade para quem foi condenado criminalmente.

E nós tínhamos já tido esse mesmo debate nesta Casa, num projeto de lei complementar relatado pelo Senador Weverton, e, em Plenário, havíamos chegado a um acordo com o Senador Davi, com o Senador Weverton de preservar a regra atual para aqueles crimes mais graves, ou seja, cumpre a pena e depois segue o período de oito anos de inelegibilidade, e não contado antecipadamente esse período de inelegibilidade. Isso é essencialmente importante para aqueles crimes mais graves, para evitar, por exemplo, que seja condenado um líder de uma organização criminosa, vamos supor, a dez anos. Na prática, ele já não poderia concorrer nesses dez anos, mas ele fica dez anos cumprindo a pena e fica mais oito anos lá de inelegibilidade, e não contando oito anos já desde da condenação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma emenda, que eu apresentei, que foi conversada com muitos colegas da Casa, foi, inclusive, reputada conveniente pelo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Isso, foi um acordo feito com o Senador Davi e com o Senador Weverton, para alterar o texto desse projeto de lei – acho que é o 192 –, que, na época, foi acatado. Então acho que não cabe agora retroceder em relação a esse tema. E creio que, na essência, fica preservada a Lei da Ficha Limpa.

Eu particularmente defenderia a manutenção do texto atual, sem qualquer mudança, mas nesse espírito de se buscar um consenso e preservar o que é essencial: pelo menos, mantermos a inelegibilidade para aqueles crimes mais graves, conforme se encontra na regra atual. Isso abrange tanto crime organizado, mas também condenações por crime de corrupção.

Além disso também, tomo aqui a liberdade de cumprimentar o Relator por ter sido sensível em eliminar aquele absurdo que veio da Câmara, não era aqui da autoria dele, de uma quarentena de quatro anos para que juízes, promotores, policiais e militares pudessem concorrer às eleições. Não podemos tratar essas categorias como cidadãos de segunda classe e, na evolução dos debates, se chegou a uma posição que estabelece apenas o prazo de um ano.

Eu particularmente seria favorável também à manutenção das regras atuais. O prazo de incompatibilidade é o mesmo para qualquer outro cidadão: deixar o cargo público ali nos seis meses antecedentes ao pleito. Mas uma agregação de seis meses a mais, não creio que seja um grande prejuízo a esses cidadãos, e é algo que é possível, sim, estabelecer alguma espécie de acordo, para evitar que fique aquela quarentena absurda imposta pela Câmara. Até acho que a Câmara não faria isso atualmente, na atual composição, mas é importante que saia daqui o texto já com essa construção.

Então, com essas duas alterações e outras que foram acatadas em relação a emendas de colegas, creio que o Código Eleitoral tem condições aí de avançar. Mas, fica aqui o alerta, a preocupação para saber se essas construções vão ser mantidas lá na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque nós vimos aqui, na reforma tributária, que fizemos uma ampla melhoria do texto na Comissão, na CCJ, e depois isso aí foi deixado de lado ali na Câmara.

Então, vamos preservar... a Lei da Ficha Limpa é importante para o país, foi uma conquista popular, porque, afinal de contas, foi um projeto de lei de iniciativa popular, é um projeto que faz sentido – a gente quer deixar fora da vida pública aqueles que cometem crimes, aqueles que não têm a confiança de exercer um mandato, por conta de terem incorrido em atividades criminais –, e, da mesma forma, não podemos discriminar agentes da lei e estabelecer requisitos arbitrários para que eles possam participar do pleito eleitoral. Então, com esses avanços, é possível caminhar com a votação do Código Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Marcelo Castro pediu a palavra; depois, Senadora Augusta, Senador Girão, Senador Portinho e Senador Amin.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. está inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, estamos felizmente chegando aqui a bom termo. Estamos com mais de dois anos que sou Relator dessa matéria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dois anos no Senado.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – No Senado, de que eu sou o Relator; ela está aqui desde 2021...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Dez anos, desde 2015.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, que chegou aqui no Senado foi em 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – De que o senhor é Relator... (*Risos.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Já teve como Relator o Senador Anastasia, que depois foi para o TCU; depois o Alexandre Silveira, que não se reelegeu; e, por último, a relatoria chegou às minhas mãos.

E, Sr. Presidente, nós ouvimos todos, todas as entidades, associações de magistrados, advogados eleitoralistas, todas as pessoas interessadas, todos que pediram audiência – nós pacientemente ouvimos. Eu me reuni com a assessoria do Senado centenas de vezes – aliás, uma assessoria excelente, aproveito a oportunidade aqui para destacar –, passei vários finais de semana estudando, debatendo essa matéria e, quando trouxemos para cá o parecer, houve uma concordância generalizada com quase todo o aspecto do Código Eleitoral, que congrega sete leis e quase novecentos artigos. E tivemos pequenas divergências em três ou quatro pontos principais: a questão do voto impresso, a questão das *fake news*, a questão da quarentena e a questão da cota de mulheres. Foram só esses pontos de divergência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador, V. Exa. acolheu uma proposta da Senadora Dorinha?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ela há pouco levantou a questão aqui.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, ela apresentou uma emenda agora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Uma emenda agora... (*Pausa.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Apresentou o destaque agora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. tem condição de acolher o destaque?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, não tenho e vou dar as razões por que não tenho.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Eu só represento a bancada, né?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, o que é que ocorre? Eu me reuni agora, esta semana, com todos os interessados. Então, quanto ao ponto de divergência da quarentena, me reuni com o Senador Sergio Moro, que é uma parte diretamente interessada na questão dos magistrados; me reuni com o Senador Alessandro Vieira, com o Senador Fabiano Contarato, que são policiais civis e são delegados, e chegamos a um consenso, chegamos a um entendimento.

Como veio da Câmara? Essas pessoas teriam que se afastar quatro anos antes do pleito. No nosso primeiro relatório, nós colocamos dois anos. Chegamos a um acordo de que os policiais civis e os delegados não precisariam se afastar. Mas eles não poderiam exercer as funções fim, ou seja, um delegado que vai ser candidato, um ano antes da eleição, não pode presidir inquéritos, senão ele poderia favorecer um lado em detrimento de outro. Ele não pode estar na rua com um fuzil na mão, atrás de criminosos, porque ele poderia estar fazendo uma promoção pessoal. Mas ele continua trabalhando nas suas polícias em funções administrativas. Não altera nada.

Então, fizemos um acordo. A Associação dos Delegados já telefonou para a gente; está de pleno acordo, todo mundo concordou. Então, sobre essa questão aí, há consenso e entendimento com todas as bancadas, inclusive com o Líder da Oposição aqui, que é o Senador Rogerio Marinho. Sentamos com a sua assessoria, com ele e chegamos a um entendimento.

Teve também a questão de *fake news*. Um dia aqui os Senadores partiram, de maneira muito incisiva, me criticando, porque eu estava permitindo... proibindo a liberdade de expressão, que era um absurdo. Eu fiz os Senadores verem que não era criação minha; já tinha vindo da Câmara assim. E tinha sido feito... esse código foi votado no Governo passado, não foi neste Governo. E a Relatora da Câmara, a Deputada Margarete Coelho, é uma pessoa ligada à direita do Brasil, identificada com ela. Então, já veio assim. Mas, mesmo assim, dada tanta divergência, tanta discordância para a gente poder fazer um entendimento, chegar a um consenso e poder votar esse código consensualmente, o que é que nós fizemos? Tiramos tudo que criminalizava a questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de *fake news* que veio da Câmara e colocamos o que já existe hoje na legislação que nós aprovamos em 2021, inclusive por unanimidade aqui no Senado Federal e por esses mesmos Senadores que estão hoje aqui.

Então, digamos assim, o Senador que for votar contra isso perde os argumentos porque ele já votou a favor. O que nós estamos colocando no texto hoje é aquilo que nós já votamos em 2021, aqui no Senado, por unanimidade. Então, são pontos superados.

O Senador Esperidião Amin levantou algumas questões, alguns pontos. Concordamos com tudo, cedemos, acatamos emenda aqui do Senador Sergio Moro, duas emendas da sua autoria. Fomos convencidos pelos seus argumentos, argumentos de ambos, tanto do Senador Sergio Moro quanto do Senador Esperidião Amin – o Senador Esperidião Amin é especialista em convencer os outros –, e chegamos ao entendimento. (*Pausa.*)

Então, os acordos que nós fizemos com a oposição, Sr. Presidente, foram os seguintes aqui – o Regimento exige que eu cite cada item que nós fizemos:

O art. 554, que trata de propaganda eleitoral, §1º, inciso IV, diz assim: "a divulgação de fatos sabidamente inverídicos para causar atentado grave à igualdade de condições entre candidatos no pleito ou embaraço, desestímulo ao exercício do voto e deslegitimação do processo eleitoral". Fizemos um acordo com o Líder da Oposição para retirar esta expressão: "desestímulo ao exercício do voto e deslegitimação do processo eleitoral". Então, isso aqui está retirado. Foi o acordo que nós fizemos para podermos votar aqui.

No art. 582, que é o uso indevido dos meios de comunicação, retiramos todo o §1º, que diz: "O reconhecimento judicial da gravidade da prática do ilícito descrito no *caput* deste artigo acarretará a cassação do registro, diploma ou mandato dos candidatos beneficiados e a inelegibilidade do respectivo responsável". Fizemos o acordo, e retirei também.

No art. 583, das condutas vedadas na internet, retiramos a expressão "desestimular o exercício do voto ou deslegitimar o processo eleitoral", o que já tinha sido feito no outro parágrafo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 505, que é da remoção e suspensão de conteúdo na internet, §1º, como tinha vindo da Câmara, permitia a remoção do conteúdo. Nós retiramos aqui "ofensas a direitos de pessoas que participam do processo eleitoral".

Fizemos um acordo e nessa questão aqui, no art. 146, a expressão "prazo de oito anos"... (*Pausa.*)

Acatamos a Emenda 146, que pega o art. 170, que diz assim: "Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos" após o cumprimento da pena; nós retiramos, a pedido do Senador Sergio Moro. E acatamos a outra emenda, também de autoria do Senador Sergio Moro, que é para suprimir o §9º do art. 170 do mesmo código.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o que restou de todas as divergências e discordâncias que tivemos aqui durante todo este ano? A única coisa que restou foi a questão das mulheres.

Sr. Presidente, eu queria pedir a atenção aqui de todos, em especial das mulheres, porque eu, como V. Exa., sou médico. E a base de um bom tratamento, Senador Esperidião Amin, é, em primeiro lugar, um bom diagnóstico. Eu, apesar de ser psiquiatra, já fui Professor de Física do curso médio. E eu sempre ensinava aos meus alunos: "Olha, percam a maior parte do tempo de vocês, o melhor da energia de vocês se dedicando a entender o problema, para vocês não resolverem o problema errado". Com todo o respeito que eu tenho às mulheres, acredito que tenho um certo crédito, uma certa autoridade, porque estou aqui nesta Casa, neste Parlamento, há 26 anos, e nunca houve uma matéria que tratasse de direitos, garantias, melhoria, que estimulasse a participação feminina na política que não contasse não só com o meu voto, mas com os meus argumentos, com a minha contribuição, com a minha participação.

Então, o que é que existe na legislação? O que é que existe hoje no Brasil? Essa posição constrangedora que nós temos de sermos hoje o 137º país do mundo que tem a menor representação feminina no Parlamento. Isso é constrangedor, isso é inaceitável. Nós não podemos, olhando a realidade brasileira, aceitar uma discriminação dessas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é que nós temos feito ao longo do tempo? Temos feito várias tentativas para melhorar a participação feminina na política. A primeira, em 1997: foi colocado na lei que todo partido político teria que teria que reservar pelo menos 30% das candidaturas para mulheres – não era obrigatória a candidatura, tinha que reservar. Então, se um partido ia lançar dez candidatos, lançava dez candidatos, sete seriam homens e três poderiam ser mulher ou não, mas o partido não poderia lançar oito, tinha que reservar 30% das candidaturas para mulher. Isso em 1997, Senador Esperidião Amin.

Em 1998, teve eleição; essa lei não surtiu nenhum efeito, a participação feminina continuou a mesma. Em 2002, teve eleição de novo; a participação feminina continuou a mesmíssima, não alterou nada. Em 2006, teve eleição novamente, e a participação feminina não aumentou. Conclusão – nós somos lógicos, nós temos que nos render à lógica, somos seres racionais –: reserva de candidaturas não aumenta a participação feminina na política, ponto final. Não tem o que discutir.

O que é que nós fizemos em 2009? "Ah, se reserva de candidatura não aumenta a participação feminina, vamos obrigar as candidaturas femininas." Então, em 2009, Senador Sergio Moro, nós aprovamos uma lei aqui no Congresso determinando que não bastava a reserva de candidaturas, os partidos políticos eram obrigados – a lei vige até hoje – a lançar no mínimo 30% de candidaturas femininas. A lei não diz "feminina", é 30% de cada gênero, é diferente; mas a gente sabe que a dificuldade é para candidatura de mulher, então 30% de femininas – em 2009. Em 2010 teve eleição. Eu pergunto: aumentou ou não aumentou o número de mulheres no Parlamento? Não aumentou. Em 2014, teve eleição de novo. Aumentou ou não aumentou a participação feminina? Também não aumentou.

Conclusão, Senador Jorge Seif: reserva de candidaturas, obrigatoriedade de candidaturas femininas não elege mulher, não aumenta a participação feminina da mulher na política. É uma luta em vão. É lutar por uma coisa... Digamos assim: conseguiu. É uma vitória de Pirro, não adianta de nada.

Em 2018 – foi dito aqui pela Senadora Eliziane Gama – nós aumentamos a participação feminina no Parlamento de uma maneira extraordinária, aumentamos 50%. Nós saímos de 10% de participação feminina na Câmara Federal para 15%, aumentou 50%. O que foi que houve de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novo? Uma decisão do Supremo Tribunal Federal obrigando os partidos políticos a gastarem, do fundo eleitoral, no mínimo 30% com candidaturas femininas. Então, o dinheiro é importante nas candidaturas femininas. Reserva de candidatura, obrigatoriedade de candidatura, não.

Bom, qual é o quadro político do Brasil hoje? A Senadora Eliziane Gama disse: nós temos 12 estados... Tem uma pequena divergência, a Senadora Eliziane Gama disse 11, eu tenho na memória 12. Vou continuar dizendo 12, que eu vinha dizendo. Nós temos 12 estados no Brasil cujas assembleias legislativas não têm 20%... Não, não é isso. Nós temos 12 estados no Brasil que não mandaram aqui para a Câmara Federal 20% da sua participação feminina. O meu estado é um deles. O meu estado tem dez Deputados Federais e só veio uma mulher. O estado da Senadora Dorinha é outro. Lá eles têm oito Deputados Estaduais e nenhuma mulher.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Federais

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Federais. E nenhuma mulher. O estado da Senadora Soraya Thronicke é outro: só tem uma mulher, quando deveria ter duas.

Bom, e nós temos, Senador Portinho, mais de 700 municípios do Brasil que não têm uma mulher no Parlamento; nós temos mais de 1,6 mil municípios no Brasil que só têm uma mulher no Parlamento. O que é que nós estamos fazendo aqui no Código Eleitoral? Estamos fazendo uma inovação que nunca houve no Brasil: nós estamos trocando obrigatoriedade de candidatura por reserva de cadeira. Ou seja, de hoje em diante, se o nosso código for aprovado, toda câmara municipal – toda câmara municipal –, dos 5.570 municípios do Brasil, todas as assembleias legislativas, as 27 câmaras, as assembleias que tem no Brasil, e a Câmara Federal nunca terão menos do que 20% de mulheres. Então, estamos dando... Estamos tirando nada, porque obrigatoriedade de candidatura não elege uma mulher no Brasil, eu não conheço nenhuma eleita. Estamos tirando nada, para dar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador, estabeleça que, acima de 20%, pode ter 70%, 100%... Não se está limitando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Claro! Esse é o mínimo, é o piso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Porque às vezes a pessoa pensa que está limitando.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Claro, claro!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está liberado para ter 70%, 100%, o que quiser.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pronto! Exato!

Por exemplo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Basta o senhor dar um exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não tem teto. Vai para cima.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É o mínimo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone.*) – Não, pelo amor de Deus, eu quero falar. Quero falar como Líder da bancada. Eu preciso falar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O quê, Dorinha? Eu não entendi, Senadora.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Escute lá, o meu Estado do Piauí, na última eleição, só elegeu uma mulher, 10%, porque nós somos dez. Mas, na eleição anterior, o Estado do Piauí tinha elegido quatro mulheres, 40%. Isso ocorre.

Bom, e por que – eu tenho feito essa pergunta em todas as reuniões que tenho com mulheres, nunca recebi uma resposta favorável –, por que isso ocorre com o Brasil e não ocorre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a Argentina? E não ocorre com o México? O brasileiro é mais preconceituoso, é mais machista do que os portenhos?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A nossa sociedade é mais patriarcal do que a mexicana ou do que a argentina? Não. A resposta honesta é "não". É o sistema eleitoral.

Eu fiz uma pesquisa nos Parlamentos do mundo democrático inteiro: onde as mulheres têm a maior participação feminina é onde o sistema eleitoral é de lista fechada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Distrital também.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas de distrital é menos. O de lista fechada é que dá o impulso grande.

E nós já aprovamos aqui no Senado Federal um projeto de lei criando o voto distrital misto, que está tramitando na Câmara. O Deputado Hugo Motta está interessadíssimo, já indicou o Relator, que é o Domingos Neto, com quem já trocamos boas ideias sobre isso daí. E, se nós aprovarmos esse sistema distrital misto no Brasil, nós vamos ter uma participação feminina muito maior, porque qual é o partido que vai organizar uma lista fechada sem a participação das mulheres? Ele vai ter o repúdio das mulheres, isso é natural.

Bom, o que é que nós esperamos – vou concluir, Sr. Presidente – com isso? Imaginemos, Senadora Zenaide, que, se esse código for aprovado, em nenhuma reunião no Brasil – olha o que eu estou dizendo –, em nenhuma reunião do Brasil, no menor município do Brasil, no mais longínquo município do Brasil, política se realizará sem uma participação feminina, como ocorre hoje. Por quê? Porque terá no mínimo duas mulheres Vereadoras no município representando as mulheres. Todas as assembleias legislativas do Brasil terão no mínimo cinco mulheres. Em toda reunião política que tiver, estarão as mulheres lá. E as mulheres, com gabinete, com emendas, com assessoria, com divulgação do seu trabalho, vão criando uma cultura da participação feminina na política, o que nós não temos. E aí essas mulheres vão servindo de espelho, de modelo para outras mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, as mulheres querem isso e querem a obrigatoriedade da candidatura.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Vamos concluir, Senador.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Não vão conseguir. É melhor a gente agir com moderação, com ponderação e chegar a um entendimento de que o que já estão ganhando é muito, é o necessário, é o importante. Depois nós vamos lutar por outros avanços.

O meu trabalho eu fiz, estou convencido de que mais do que isso não poderia fazer. Por exemplo, a Senadora Soraya Thronicke chegou para mim: "Senador, por que que o senhor não bota 50% de mulheres, só botou 20% de reserva de cadeira?". Eu dei a resposta para ela mais singela que pode ter no mundo: "Porque não passa". Se 20% aqui é dificílimo de passar, imagine 50%! É só por essa razão. Mas eu gostaria que a representação... que o meu país, o meu estado tivesse 50% de participação feminina. Isso eu digo com toda a honestidade.

Então, Sr. Presidente, está feito o acordo sobre todos os itens divergentes que houve aqui em todas as discussões, menos dois: um é o voto impresso, que é uma questão carioca, só os cariocas lutam pelo voto impresso...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Não é verdade.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... com uma exceção, o Esperidião Amin. Eu só conheço essa. (*Risos.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Não é verdade!

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu só conheço essa exceção!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas isso pode ir... Isso vai para destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor vai ver a votação.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E a questão das mulheres. Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcelo, eu quero esclarecer ao Plenário que, no caso dessa matéria, eu estou dando por questão de ordem, não é discussão, a discussão já foi encerrada; ou seja, a discussão foi encerrada, não está em discussão. Consequentemente, não cabe vista, de acordo com o art. 132, §1º, do nosso Regimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, o relatório foi mudado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não cabe. Quando se encerra a discussão, não tem mais vista.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Mas o relatório foi mudado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu posso adiar; se a Presidência quiser adiar, pode, mas não cabe mais vista, de acordo com o art. 132, §1º, do Regimento Interno.

A Senadora Dorinha queria falar alguma coisa?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Quero.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, eu passo à senhora... a V. Exa., desculpe.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sim, mas e a lista?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Estão todos inscritos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E a lista?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... estão inscritos aqui, depois a Senadora Augusta, o Senador Girão, o Senador Portinho, o Senador Esperidião Amin e o Senador Jorge Seif. Eu estou fazendo a inscrição para questão de ordem, até porque o Relator sequer começou a ler o relatório. Eu estou dando a oportunidade desta discussão, que deveria ter sido feita antes, porque eu já adiei essa votação várias vezes. Já adiei, já remarquei a pedido do Senador Girão. Ele pediu para adiar, eu marquei para o dia 13, se não me engano, de julho, marquei para o dia 13 de julho...

Senador Girão... (*Pausa.*)

Senador Girão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Acho que era o dia 9 de julho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nove de julho.

Senador Girão, V. Exa. pediu e eu marquei como data inadiável 9 de julho e tive essa tolerância toda. Então, é uma matéria que já está madura...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente, isso é indiscutível.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... já foi discutida várias vezes e não cabe mais vista. Pelo que está no Regimento, cabe, se desejarmos fazer, um adiamento para a votação, o que nós vamos ver ao longo dessa questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Dorinha.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Senhor Presidente, só para esclarecer, o relatório já foi lido, hoje eu só fiz um adendo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu sei que foi lido, mas V. Exa. lê as emendas que V. Exa. acatou, acrescentando, aduzindo ao relatório. É isso aí que eu quis falar.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Eu quero... Primeiro, desculpe-me, mas eu fiquei muito incomodada, parecendo que nós somos... Nós mulheres, que defendemos a questão da representação, nós não estudamos, a gente está simplesmente falando, porque, sinto muito, Senador, o senhor acha que o só senhor tem a informação. Não é verdade.

Todo mundo aqui, eu pelo menos sou Líder da Bancada Feminina hoje no Senado, mas fui na Câmara, é um tema que eu estudo, é um tema que eu acompanho, e nada veio de graça. "Ah, nós demos o financeiro". Demos, não! Nós buscamos e brigamos no TSE e no STF, porque não foi a Casa que deu.

Quando foram colocadas as vagas de candidaturas – vou esperar o Senador Girão terminar, porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu gostaria de falar, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, eu só estou dizendo o seguinte... Eu estou repetindo... Eu só gostaria de falar, Senador.

Quando eu digo nós do conjunto, a gente entende que medidas que avançaram, algumas foram do Congresso, muitas foram de fora, do TSE. Eu também acompanho o mundo inteiro. Recentemente fui ao México num encontro sobre paridade, então acompanho. Não é legítimo e nem honesto dizer que a gente não avançou em relação à questão das cotas, porque, primeiro, quando foi colocada na legislação as cotas de candidatura, não tinha punição e não tinha dinheiro. Então, que é o que está voltando hoje, não tem punição. Se não tem consequência, faz quem quer, não tem mudança.

O que acontecia em muitos casos? E, no meu estado, que é um estado pequeno, tem casos desse tipo. O candidato a Vereador, para cumprir a cota de candidatura, lançava a mãe, a mulher, uma filha... Isso, lógico, que não ia dar certo, não era uma candidatura para dar certo, ela não ia cumprir.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone.*) – Claro que não tem obrigatoriedade.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Lógico que não ia dar certo. À medida que foi casada a obrigatoriedade com sanção e financeiro, nós podemos ter mudanças, e ainda são pequenas.

São vários os municípios que ainda não têm nenhuma mulher na Câmara Municipal, em muitas assembleias estaduais, em vários estados, como o meu. O meu estado já teve quatro mulheres, e hoje, só tem eu como Senadora, não tem nenhuma Deputada Federal.

Nós vivemos uma situação no Brasil, e aí o Senador tem razão, o sistema eleitoral tem um grande peso, mas eu faço uma pergunta, nós não estamos tratando o sistema eleitoral, então não adianta eu dizer "não, no sistema eleitoral resolveria". Nós não estamos tratando disso. Eu estou tratando de um Código Eleitoral em que nós temos a responsabilidade de que nós queremos avançar. Agradecemos muito o avanço que o Senador Marcelo Castro propõe dos 20% de cadeira efetiva. Isso com certeza é um grande avanço, porque de verdade a gente passa a ter uma representação concreta. Só não dá, infelizmente o Senador fez essa afirmação aqui: "Elas querem tudo!". Nós queremos tudo, sim! É avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não vamos ceder os 30% de candidatura em detrimento de 20% de vaga, porque, na verdade, um país que tem 50% de mulheres, seria normal que nós tivéssemos uma representação maior, só que pela normalidade não vai acontecer, então nós estamos tratando de uma legislação que tenha a tarefa de induzir. Então "ouvir" não significa "escutar".

De novo, houve muitos avanços no texto. Na nossa área, não houve avanço nenhum desde todas as reuniões que nós colocamos, porque o Senador trouxe essa proposta dos 20%, que é um enorme avanço – repito –, nós vamos conseguir com isso uma representação que começa em cascata: ela começa nas Câmaras Municipais e vai ampliando em termos de representação, mas não é automática, mas nós não podemos abrir mão de punição, aqui não tem punição nenhuma mais.

Durante 20 anos, fica nessa realidade; não tem mais nenhuma sanção. Para o partido que não fizer, que não cumprir, a vaga fica lá reservada. Cadeira vazia não me representa. Na minha leitura, para nós, mulheres, o texto era melhor que não tratasse de nada, que ficasse no formato que está, se a gente não conseguir avançar na combinação de candidaturas e vagas efetivas. Volto a repetir que...

Gostaria de concluir, Senador. Então, gostaria de concluir.

Eu tenho, como eu disse, uma emenda proposta, em que eu entendo que eu fui, eu sou Presidente do meu partido no meu estado durante todo o meu tempo de mandato. Eu sempre fui Presidente estadual. Então, eu lido com formação de chapa no momento das eleições municipais, nas eleições nacionais também, de igual forma. Então, eu sei a dificuldade, e não é uma coisa inerente; não é porque está no nosso sangue ou no nosso DNA que a gente não gosta de política. Não vou tratar aqui de cultura, de exclusão e de relação de poder dentro dos partidos inclusive. Eu estou colocando aqui é um processo de aprendizagem; por isso que a gente não pode ceder.

Então, a minha emenda, a minha proposta – em que eu vou fazer um destaque – trata das candidaturas, os 30% de candidaturas, os 20% de vagas. Nas candidaturas, depois daquele período que a gente não pode mais substituir candidato, ou seja, em que o partido fica limitado a uma situação jurídica em que, se realmente sair uma mulher, ele tem que tirar candidatos homens, que nós pudéssemos, nesse caso, não ter a penalização, a sanção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, abrir mão de um direito para assegurar um outro, nós não temos esse direito, porque nós somos elite. Nós estamos aqui porque somos elite. A Zenaide é elite, eu sou elite, a Augusta é elite, porque a gente chegou à Casa de representação do Senado. Isso não nos dá o direito de abrir mão dos direitos das mulheres.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcelo Castro, V. Exa. acata a proposição dela?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Bom, se eu entendi bem – eu gostaria de que ela afirmasse –, pelo que eu entendi, a Senadora Dorinha está propondo deixar o texto atual...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Não, não.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... e não colocar 20% de reserva de vaga.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Não, o senhor não entendeu.

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Eu falei, eu acho que todo mundo me ouviu.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ela disse.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Todo mundo me ouviu.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu entendi ela dizer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vai destacar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Vou falar...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... que seria melhor deixar como está.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, se nós tivermos que abrir mão, nós preferimos... Olha, é lógico.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, a proposta fica em discussão.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Espera aí, Senador.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu concordo. A gente retira os 20% de reserva de vagas, de cadeiras das mulheres, e mantém o texto como está atualmente. É, está feito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas ela propõe inclusive uma garantia.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu proponho. Será que nós, mulheres, sempre temos que ceder para tudo? Será que nós não podemos conseguir os 30% de candidaturas e os 20% de vagas...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Presidente, que horas eu vou falar?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, eu entendi.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... se eu estou tirando a penalização do partido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas ela está fazendo um adendo que eu acho correto, que, em caso de uma desistência durante o período eleitoral, não será penalizada a chapa. É isso que ela está falando, não é isso, Senadora?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quer dizer, se preenche com 30% e, no meio do caminho – já aconteceu isso em vários estados – a mulher desiste, a chapa não pode cair toda, como caiu em várias Câmaras e pode cair em uma Assembleia, em qualquer local. É isso que ela está propondo, com muita consciência.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero parabenizar V. Exa. por isso...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu estou tentando uma conciliação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... porque podem desistir. Quantas mulheres, às vezes, desistem: "Eu não quero mais".

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não querer. A mulher tem problema de gravidez, nós temos, isso não é defeito nosso, porque, senão, vocês nem estariam aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está certo.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, a gente tem um problema de gravidez, casos graves.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Marcelo, a posição dela é correta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Presidente...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, vamos somar as duas situações, a situação dos 30% e, ao mesmo tempo, os 20% de cadeiras. A gente vai avançar aí, sim, é um grande passo, é essa a minha proposta.

Presidente, tem problemas de saúde, tem de várias naturezas.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Sou eu, Presidente?

Obrigada. Pronto.

Eu quero aqui também fazer um apelo ao nosso Relator, Marcelo Castro. Eu sei do esforço que foi feito. Reconheço o trabalho que está sendo feito pelo Relator, por todos os Senadores e Senadoras.

Eu apresentei várias emendas, muitas foram acatadas, outras, parcialmente; uma, em especial, que não foi acatada, que trata sobre essa questão, especificamente, que está sendo falada e discutida agora pela nossa Líder da bancada, de os 30% permanecerem...

Eu queria também defender o destaque da Emenda 318, a emenda da Professora Dorinha, até porque, com o que foi falado e com o que foi botado aqui pela Senadora Dorinha, com o cuidado de que os 30%, se não forem cumpridos, que não caia uma chapa, que era um dos argumentos que a gente ouvia, dessa obrigatoriedade, eu acredito que isso viria a sanar esse problema de derrubar chapa ou de ter que diminuir os candidatos do sexo oposto ao que não estivesse cumprindo os 30%.

Então, eu quero pedir, assim, com muita delicadeza, agradecendo os 20% de cota, aliás, de reserva de cadeira, que são essenciais, realmente, para que a gente possa avançar na participação feminina, na participação das mulheres dentro da política, mas é essencial que os 30% das candidaturas continuem com a punição, e, com essa redação...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – ... que aqui acabou de ser discutida e falada pela Senadora Dorinha, garante-se, exatamente, que a gente não vá ter nenhuma punição aos partidos em perdas de candidaturas que já estejam aí registradas.

Então, eu quero fazer esse apelo mais uma vez aqui, com muita, eu diria assim, consciência de que o nosso papel não só da Bancada Feminina, não só das mulheres aqui, mas de todos os Senadores é, realmente, o de procurar aumentar essa participação de uma forma efetiva. Então, não é garantindo um direito e tirando outro que a gente vai conseguir, mas fazendo essa adequação que foi falada aqui, através da emenda...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – ... da Senadora – é porque eu me desconcentro quando não tem as pessoas ouvindo –, da Professora Dorinha. Eu acredito que isso sana a preocupação dos partidos. Inclusive, ela aqui, com um exemplo muito próprio de ser presidente de partido, eu acho que ela não vai prejudicar, de forma alguma.

Se já tem a reserva de cota, vamos deixar também o direito que já está garantido com os 30% de candidaturas e as punições também permanecendo da forma como foi relatada e apresentada através da emenda dela, a quem quero parabenizar por isso, porque eu não tive essa preocupação quando eu apresentei uma emenda com o mesmo teor de garantia – os 30% e a punição dos partidos que não cumprissem. Eu não me preocupei em relação à queda de outras candidaturas, e ela se preocupou. Então, eu quero apoiar aqui e muito esse destaque, quando ela assim puder fazer.

E eu queria também apelar – peço só mais um pouco de paciência, porque eu demorei um pouco a falar, esperando – para o nosso Relator, em relação a destaques que aqui o Partidos dos Trabalhadores e trabalhadoras vai fazer, em relação a duas emendas: uma, que é a 254, e a outra, a 256.

A 256 fala exatamente sobre a lista fechada e garantindo também alternância na questão de gênero, que aí eu acho que viria também a contribuir com um maior número de participação feminina. Eu não vou nem falar muito sobre ela agora, mas eu queria muito pedir ao nosso nobre Relator um olhar em relação ao destaque dessa emenda, que é a 256.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também outra emenda, que é a 254, trata do número de candidatos da federação partidária eleitoral. Essa está pedindo para que... Tem muitos municípios e estados que têm só oito cadeiras, então poderão ter aí, na sua federação, só nove candidaturas. E essa nossa emenda pede para que, dentro da federação, aumente em 10% por partido a possibilidade de ter candidatos. Então, se o estado tem oito vagas, não sendo mais só nove a possibilidade de candidatos, mas, se tiver partidos na federação, aumente em 10% por partido. É outro destaque aqui do Partido dos Trabalhadores e trabalhadoras.

Gostaria muito que o nobre Relator, apesar de já ter visto e revisto várias das emendas apresentadas, tivesse um carinho, já que mudou um pouquinho da vez passada, e uma sensibilidade também em relação a esses destaques aqui do nosso partido, em relação especialmente a essa emenda da nossa Bancada Feminina, que teve o cuidado de garantir que não tenham punição os candidatos homens cujos partidos não cumprirem a cota ou quando tiver desistência de mulheres.

Era isso, Sr. Presidente.

Eu quero fazer um apelo aqui para que a gente consiga isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou abrir um minutinho aqui para receber os Jovens Senadores, como me pede o Senador Esperidião Amin.

Da Bahia...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – No nosso caso, é Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora, eu sei. É porque eu comecei pelo Senador. Eu vou chamar o Senador da Bahia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Comece pelas mulheres. Tem que começar pelas mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, como é o nome da Senadora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIELI MATTOS FRANÇA (*Fora do microfone*.) – Adrieli.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Por favor, venha aqui. Esperidião, venha cá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Em homenagem a todas vocês, em Santa Catarina, foi escolhida uma mulher.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, venha cá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – A nossa cota é essa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Esperidião, chegue aqui, fique próximo.

O seu nome?

A SRA. ADRIELI MATTOS FRANÇA (*Fora do microfone*.) – Adrieli.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Adrieli, fale aqui no microfone.

A SRA. ADRIELI MATTOS FRANÇA – Bom dia.

Eu sou Jovem Senadora do Estado de Santa Catarina e me chamo Adrieli. Represento também a cidade de Fraiburgo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabéns para você.

Eu vou convidar agora o João Pedro Ferreira Santos – o orientador foi o Prof. Rafael da Silva –, do Colégio Antônio Felipe Evangelista Neto, Mutuípe, na Bahia. É o nosso Senador.

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. JOÃO PEDRO FERREIRA SANTOS – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu nome é João Pedro. Eu sou estudante da rede estadual de educação da Bahia e sou da cidade de Mutuípe.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Fica no Vale do Jiqui?

O SR. JOÃO PEDRO FERREIRA SANTOS – No Vale do Jiquiriçá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vale do Jiquiriçá. O que se diz lá? No Vale do Jiquiriçá, tanto faz dar na cabeça como na cabeça dar. (*Risos.*)

Cadê a minha cadeira? Ô, eu quase... Você tirou a cadeira para eu sentar no chão? Você queria me derrubar, rapaz?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Não, não, porque, como ortopedista, você não merece. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora, o Senador Carlos Portinho, porque o Senador Girão saiu para ser candidato ali.

Senador Portinho; depois Senador Amin, Senador Jorge e o Senador Bagattoli, que já tinha falado e pediu outra vez.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Caro Presidente Otto Alencar, nosso Senador Marcelo Castro vem fazendo um trabalho com muita paciência – é preciso registrar aqui –, muita paciência e muita boa vontade.

Quando nós sentamos agora aqui atrás para entender o que estava sendo discutido, havia 17 itens em desacordo imediato. Pode ser que tenha outros também, mas de imediato tinha 17, e foram reduzidos a três.

Eu prefiro sempre, Marcelo, ver o copo meio cheio, mas eu não posso deixar de advertir aqui... E peço atenção...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... porque uma coisa é a nossa conversa, nossa busca do consenso; outra coisa é como eu, como Líder do PL, transmito, buscando esse consenso aos meus pares. E eu quero dizer, e tenho que ser franco, Senador Marcelo, que, embora o copo esteja meio cheio na minha visão, a gente tem alguns pontos ainda de muita discordância.

A questão do discurso de ódio e gênero é um exemplo, lembrando que tem uma pessoa exilada, uma moça, uma mulher exilada na Itália, justamente por conta disso; a questão da quarentena para os policiais – buscou-se um ano de afastamento, melhor do que os dois, mas pior do que seis meses – ainda é um ponto de divergência dentro da minha bancada; o voto impresso é um ponto de divergência nacional, né? E eu acho que a gente tem que pacificar o país. Pelo amor de Deus! A questão não é querer ter razão, é ser feliz. Então, para pacificar o país e ser feliz, é o voto impresso. E com relação às pesquisas que ainda não estão muito claras... No meu estado, inclusive agora, são muitos detalhes sobre pesquisa. No meu estado, inclusive agora, resolveram me tirar das pesquisas para o Senado, porque assim alguém fica com o meu percentual, e eu não posso reclamar, posso fazer nada, né? Já falei para os institutos de pesquisa. A estratégia é anular o concorrente, tirando das pesquisas. Mas eu continuo lá correndo forte.

O que eu quero dizer é que a gente tem pontos ainda... A questão feminina eu achei que estava superada. A minha proposta inicial era dar metade do fundo e igualdades iguais. Concorram, e vamos os partidos estimular a participação das mulheres e dar os meios financeiros para isso. Mas a minha proposta aqui, enquanto discutimos em audiência pública aqui na CCJ, foi vencida por outra, mas parece que ainda não é do agrado. Eu achei que isso já estava pacificado.

E aí entra a questão mais grave: mesmo que a gente pacifique tudo, com a imensa boa vontade que está tendo e paciência, Senador Marcelo Castro, mesmo que consigamos pacificar, eu acho que, se a gente não fizer uma comitiva aqui para sentar com a Câmara dos Deputados e alinhar com eles para que possamos ter uma tramitação não só mais rápida, mas, principalmente, se o que a gente fizer aqui – depois de todo esse desgaste entre nós, inclusive – a gente não alcançar o mesmo resultado na Câmara, tudo isso será jogado fora, e a gente vai ter os mesmos problemas que estamos discutindo aqui, só que, pior, validados nesse mesmo projeto com o texto original da Câmara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso, Senador Marcelo, principalmente, tem feito muitos Parlamentares com que eu tenho conversado, da nossa base de oposição, se manifestarem contrários ao projeto por insegurança, preferindo derrubá-lo aqui e recomeçar tudo de novo do que a gente se desgastar, vencendo pequenas batalhas e mandar um texto que não vai ser o consenso total, e, ao chegar lá, a Câmara derrubar tudo.

É lógico que isso pode acontecer em qualquer projeto. É lógico que pode acontecer em qualquer projeto, mas esse é um projeto em que nós já estamos botando aqui vários mandatos em cima para tentar aprová-lo. É um projeto que justificaria um acordo com a Câmara, pelo menos nesse... Porque o que fazemos aqui ou é engavetado na Câmara como decisão monocrática e tantos outros projetos, Senador Amin, ou eles derrubam, e vale a palavra final do que eles querem. E aí tudo que a gente ganhou aqui a gente perde, inclusive a questão feminina, inclusive a questão dos policiais – que é cara, né? –, inclusive o voto impresso se a gente aprovar aqui o destaque ou tiver a boa vontade de V. Exa. e vingar, inclusive a questão do discurso de ódio, que ainda é uma inovação trazer esse termo "discurso de ódio". Enfim...

Então, eu tenho que lhe transmitir, Marcelo, avançamos muito, você é paciente, eu vejo o copo mais cheio do que vazio, mas tudo isso pode ir – usando o mesmo simbologismo – por água abaixo se a gente não se sentar numa comitiva com a Câmara e tiver o mínimo de entendimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E isso pode levar muitos Senadores a votarem contra, não contra o seu relatório, Senador Marcelo, mas contra devido à insegurança de que isso será mantido na Câmara.

Eu preciso ser honesto, porque eu posso discutir, ceder aqui, ceder ali, mas eu não posso deixar de reportar o que eu tenho ouvido e não é de poucos, inclusive de lideranças aqui da base de oposição. E com isso, ao contrário do que disse o Senador Otto, nós não estamos procrastinando, nós estamos tentando alcançar o melhor texto, o melhor consenso para que possamos garantir que isso seja mantido – o que nós aprovamos aqui, ou a maioria, pelo menos – na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Agradeço ao ilustre Senador Carlos Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela ordem de inscrição, coma palavra o ilustre e eminente Senador da República Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente Jayme Campos, isso vale para o senhor, vale para todos nós e especialmente para o Otto Alencar.

Senador Marcelo Castro, eu vou começar pelo final. Nós vamos aprovar graças à sua dedicação, paciência, talento e também graças ao espírito de conciliação que nos move. Nós vamos aprovar um texto menos ruim e, se possível, melhor do que o que veio da Câmara. Mas nós não sabemos – como disse aqui o Portinho, é a preocupação maior do Senador Girão –, se eu vou ganhar, eu vou perder um destaque ou uma emenda, isso é a democracia. Agora, qualquer que seja o resultado final, Presidente Jayme Campos, vai ser melhor do que o que veio da Câmara. Mas nós desconfiamos – e não desconfiamos sem empirismo, sem experiência – que a Câmara pode desconsiderar, como aconteceu com a reforma tributária. Isso vai ser muito ruim.

Então, eu queria que constasse em ata um pedido. Senadora Dorinha, a sua emenda vai contar com o meu voto. Vamos supor que nós ganhemos, se nós não cuidarmos da Câmara, não vai adiantar nada. Então, nós temos que colocar em ata o seguinte: nós vamos formar uma comissão, uma comissão de todos os partidos para prestigiar o que for deliberado. Posso perder, posso ganhar, mas nós vamos procurar defender na Câmara o que sair aprovado do Senado, porque é um texto melhor do que o que veio da Câmara. É ou não é? Não é o melhor? Sejam seis meses, seja um ano, é melhor do que o que está na Câmara, Senador Humberto.

Então, eu acho que nós temos que nos comprometer, sem conhecer o resultado, àquilo que a maioria der. Maioria é democracia, insultar a maioria é golpismo.

Então, o Senado dará uma lição se nós mobilizarmos todos os partidos, mesmo aqueles que tiverem as suas propostas derrotadas, e formos lá à Câmara pedir para que respeitem. Claro que democraticamente, pode até não aceitar, mas vamos nos mobilizar para um movimento a favor do texto que saiu daqui. Isso é a primeira coisa.

A segunda, eu quero rememorar: nós tínhamos 17 divergências. Nós, que eu digo, aquelas que chegaram ao meu conhecimento, 17 divergências. Negociamos, acho que todos nós demonstramos maturidade, sobraram três divergências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje ainda, com a participação pessoal, presencial do Senador Sergio Moro, conseguimos consolidar um acordo que vai ser muito importante perante a opinião pública. Nós não vamos lesar a Lei da Ficha Limpa, nem a pretexto de aperfeiçoar, nem a pretexto de mitigar. Nós vamos prestigiar o texto de uma lei popular, de iniciativa popular.

Então, eu acho que nós estamos nos habilitando a votar as divergências. Nós vamos continuar com essa questão do 30, 20 das mulheres. Vamos considerar pelo menos uma divergência, que eu considero de texto, mas não vou apresentar destaque, e vamos perfilar em favor de uma causa que já foi vitoriosa no Congresso, por mais de 400 votos na Câmara, que não é o voto impresso, eu não gosto de dizer isso. Eu sou a favor da urna eletrônica. Ela nasceu no meu estado, no nosso estado. Antes de se usar no Brasil, no ano de 1996, nós já usamos em Brusque, onde ela foi inventada, em 1989, em 1990, em 1992, por amostragem. Então eu não sou contra a urna eletrônica, sou a favor. Modéstia à parte, fui analista de sistema, fui programador, saudei e saúdo a inovação eletrônica, mas ela precisa ser aperfeiçoada – aperfeiçoada.

Senador Jayme Campos, em 2014, nós tivemos uma eleição com resultado, digamos, alterado, não vou dizer adulterado, alterado, porque houve uma pane, uma pane numa urna, na cidade de Sara. Numa escola em que havia quatro sessões eleitorais, quatro urnas, naquela sessão eleitoral, quando votou o eleitor nº 287, a urna entrou em pane. Esses votos não foram recuperados. Foi dado perdimento ao voto, a esses votos. E isso alterou ironicamente o resultado da eleição para Deputado Estadual, e o nosso Deputado Dado, que votava naquela escola, perdeu 20 votos e ficou suplente de Deputado. É uma ironia, mas isso aconteceu. Ele votava na outra sessão das quatro desta escola, na média, fez 22 ou 26 votos, nas três urnas que tiveram apuração completa. Na que teve apuração amputada pela perda de 287 votos dados e não apurados, a média caiu, é claro. E ele deixou de fazer a votação de um colega do PSDB, ficou suplente; portanto, houve uma alteração de resultado por pane numa urna eletrônica e o voto não pode ser auditável. É sobre isso que nós estamos falando.

E eu quero trazer aqui para mostrar ao meu amigo Senador Marcelo Castro que não é o Esperidião que diz isso. Senador Otto Alencar, isso aqui é da Polícia Federal, escrito pela Polícia Federal e enviado em resposta a uma demanda do Presidente do TSE. Não foi inventado, foi mandado para o TSE, a pedido do TSE. Eu não vou ler tudo, mas vou ler dois itens. O item 5 fala sobre apuração. Isso aqui é de 2018, 2 de outubro de 2018. Senador Hiran, preste atenção:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Recomendamos que seja realizada uma revisão criteriosa na arquitetura de servidores *web* e de banco de dados do processo de totalização". E, no fim, recomenda a centralização, que não é legal; a lei prevê que cada Tribunal Regional totalize o resultado.

Vocês todos se lembram que, em 2020, o então Presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, centralizou, atendendo ao pedido da Polícia Federal – vocês lembram que deu um crepe, uma pane de nove horas na apuração, no Brasil inteiro? Por quê? Porque aceitaram a recomendação da Polícia Federal para reduzir riscos: centralizar a apuração dos votos; ou seja, a recomendação de nº 5, Senador Marcelo Castro, mesmo contrariando a lei, foi acatada pelo TSE e deu vexame, todo mundo se lembra disso. A apuração ficou paralisada entre sete e nove horas, o Ministro Barroso foi para a televisão, deu explicação, nós desculpamos, mas a origem foi esse relatório.

A nº 14, que o senhor não leu ainda, porque o senhor pratica "não li, não vou ler e não vou gostar" e confessa isso, como bom psiquiatra que é, vai ter que ouvir agora em público. A 14 diz assim, Senador Humberto Costa, por favor: "Recomendamos que sejam envidados todos os esforços para que possa existir o voto impresso para fins de auditoria". Polícia Federal, não é o Esperidião, não é denúncia de fraude. Por mais confiáveis que sejam todas as pessoas envolvidas no processo do sistema eleitoral e por mais maduro que sejam os *softwares*, eles sempre possuirão possíveis vulnerabilidades e necessidades de aperfeiçoamento. Um *software* não basta ser seguro, ele precisa parecer seguro e transparente para o cidadão comum.

Polícia Federal, Magno. Não é o Magno Malta o autor dessa frase.

E continua. O cidadão sem conhecimentos tecnológicos tem que acreditar. É assim que se pacifica um país. Um meio físico de auditar a segurança desse brilhante projeto nacional, que são os *softwares* do sistema eleitoral brasileiro, consiste em um fator que trará mais confiança da população nesse processo e servirá como um meio mais seguro de auditoria de processo eletrônico de votação. Não estou falando de sistema eleitoral, estou falando da auditabilidade do voto.

E concluo, dizendo o seguinte: na maior democracia do mundo – que não é a americana nem a brasileira, é a da Índia, com 1 bilhão de eleitores, cuja eleição dura cinco, seis semanas –, há um grande número de analfabetos. A urna é eletrônica e auditável. O homem ou a pessoa ou a mulher, antes de encerrar a votação, aperta o botão confirmando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E isso fica autônomo, eles fazem um sorteio de urnas. Isso não é feito em todas as urnas, é feito por amostragem; escolhidas as urnas na véspera por todos os partidos. Claro que é por amostragem, não vão apurar 1 bilhão de votos manualmente, mas a urna é auditável porque os votos são auditáveis.

A palavra é: um meio que dê segurança. Não é voto impresso, é voto impresso para fim de auditoria. No Paraguai é assim também, só que lá são 6 milhões de eleitores ou menos. Até na Venezuela – até na Venezuela! – o voto é auditável, e o eleitor confirma, para ele saber que a urna vai computar aquilo que ele pensa que votou.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Só não pode auditar, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, só não tem sequência, só não tem sequência... É, na Venezuela, eles vão até o sujeito poder apertar. Agora, a ata da votação desaparece, mas isso é uma peculiaridade dos seus vizinhos e nossos vizinhos também, por extensão.

Mas eu queria voltar ao assunto.

Portanto, não é uma cisma, não é uma paranoia e tampouco é uma medida que regride. Isso progride. Isso enaltece o sistema de votação por urna eletrônica.

Eu não vou dizer aqui o que falou o Presidente Trump anteontem. Anteontem, ele anunciou que vai acabar com o voto por correspondência e vai abolir a urna eletrônica nos Estados Unidos. Eu não tenho nada com isso. Eu estou falando aqui em darmos uma oportunidade de aperfeiçoamento para que o eleitor acredite, confirmando que a urna tem, para uma possível auditoria, o seu voto registrado não sequencial, portanto, não é um papelzinho que vai cair ali, "esse foi o quinto eleitor"... Não tem nada disso, é um separado do outro. O que não foi possível nesse caso que eu relatei, que ocorreu em Içara, Santa Catarina, em 2014, alterando o resultado eleitoral. Não foi fraude, foi uma pane que pode acontecer com qualquer máquina. O que nós queremos é que haja essa segurança, nos casos da amostragem, de que aconteça a auditabilidade do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é o destaque, que eu sei que o Senador Marcelo Castro não vai aceitar, até porque tem compromisso com o seu compromisso, com o que ele sempre defendeu, e eu respeito – e respeito mesmo –, mas que eu quero oferecer – para tranquilidade da minha consciência e de muitos companheiros –, para que nós possamos votar um destaque.

E concluo.

Se houvesse 17 divergências, nós teríamos que apresentar um voto em separado. Seria injusto para o trabalho que o Senador Marcelo Castro fez, que, eu repito, é um trabalho exemplar. Ele é um Relator exemplar, tem direito de ter suas convicções, mas que ouviu, debateu, atendeu todos os pleitos sem demonstrar impaciência, didaticamente, e, em homenagem a isso, nós não vamos apresentar voto em separado. Pelo contrário, vamos, no meu partido, apresentar um único destaque. É este: voto impresso para fins de auditoria. Não é voto impresso para votar na cédula, não; é voto impresso para fins de auditoria, a meu ver, feita por amostragem, mas permitindo que, em todas as urnas em que aconteça um problema mecânico ou eletrônico, se possa recuperar o voto de quem votou e lá estar como reserva para eventual auditoria.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Agradeço a V. Exa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, só uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Orador...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só uma questão de ordem: será que a gente vai votar em seguida, daí?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olha, a proposta era votar o texto hoje. Tem sete destaques. Não vou botar em votação os destaques hoje, vou dar um prazo para ver se, em oito dias, se chega a termo para atender ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não os destaques. Se não chegar, depois a gente bota os destaques para votar em outra reunião. Mas é bom ele refazer a leitura...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só quero saber se há alguma dúvida quanto ao destaque nosso. Eu assinei como Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, os destaques serão votados, mas não serão votados só hoje, vamos marcar para outra... São sete destaques, tem dois individuais e sete de bancada. Todos os destaques serão votados. Ele vai ler ali, eu vou dar um prazo, vou adiar a votação dos destaques hoje para ver se, no período aí de oito dias ou até mais, se chega a um entendimento, pacifica a lei e a gente vota como...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se o senhor me permite, o senhor conseguiu, sendo Presidente desta Comissão, neste caso, alcançar o sublime em matéria de paciência e possibilidade de ouvir os dissidentes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quer mais elogio do que isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin, na minha vida, o que não se resolveu com moderação não se resolveu com exaltação. Então, sinceramente, a experiência minha é quase a mesma de V. Exa., então, eu sempre....

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – V. Exa. neste mês, ganhará um destaque de idade, que eu pretendo empatar mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom, eu agradeço.

Senador Sergio Moro, com palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E será que não dá para abrir, então, para votação já o texto principal ou não? Ou tem as questões?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É votação simbólica.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ah, vai ser simbólica?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É simbólica porque os destaques ficarão para depois.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Entendi. E quantos tem ainda para falar?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Porque o que eu entendo é que, excluindo os destaques, está todo mundo de acordo. Então faz uma votação simbólica e os destaques ficam para depois.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aí, Presidente, cada destaque vai ser nominal.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, vai... Claro, depois. O que vai ser simbólico é o que está pacificado. Os destaques ficarão para outra sessão, é isso aí.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas, nominais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como se V. Exa... Hein? Combinado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Não, nominais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nominal, nominal, claro.

Não, não tem como não fazer nominal o destaque, isso é óbvio. Não tem problema.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como, Excelência?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Vai votar o texto agora?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Votar?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O texto que está pacificado.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não tem texto pacificado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, o texto excluindo os destaques. Os destaques estão excluídos para serem votados depois; nominal. E aí vota o que está acordado hoje – a votação –, ressalvadas as emendas destacadas. Tem emenda de bancada e tem emenda individual. Nós só não vamos votar hoje esses destaques. O texto está pacificado, coloco em votação, excluindo os destaques. Aí fica para outra sessão, porque dá um prazo para ver se nesse período se faz um acordo para os destaques. É isso aí.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É, Presidente, eu quero fazer um apelo, porque...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Será nominal.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... não adianta passar aqui e a gente ir ao Plenário com essas questões sem resolver, porque elas são...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não vai a Plenário. Só...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, eu estou dando um exemplo, porque ir só a voto com meia dúzia depois, não vai adiantar. Nós temos problemas sérios que precisam ser enfrentados nesse texto. Então eu gostaria de fazer esse apelo, eu sei que... Obviamente, eu conheço o Regimento, sei que vai votar cada um o destaque, mas faço este apelo: não adianta ouvir...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, a votação nominal, V. Exa. sabe, é com o quórum qualificado. Eu jamais...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, Presidente, eu não estou dizendo que o senhor iria atropelar ou fazer alguma coisa diferente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, eu não quero atropelar nada.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É, eu sei disso. Eu estou colocando, fazendo esse apelo para que a gente possa, ao máximo, conseguir os acordos para votação... Porque não adianta ver, por exemplo, a questão da também relatoria do Senador Marcelo Castro, que já votou aqui, que trata da questão da coincidência de eleição, do fim da reeleição, que aí não vai para o Plenário, porque aí, obviamente, não tem condição de construção atropelada. Então, quero fazer este apelo ao Relator: não basta sentar, a gente precisa ouvir e ter essa disposição de mudança.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os destaques serão votados aqui na CCJ, em outra sessão.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim, eu sei, mas depois vai para lá, né, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu, na verdade, pediria adiamento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não queria votar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... posso pedir uma pausa aqui para apresentar a minha Senadora do Rio de Janeiro mirim, Jovem Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Por favor...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aqui às Senadoras presentes. (*Palmas.*)

Uma mulher, a Isabelly, do Rio de Janeiro, que é a nossa Senadora mirim. E veio junto com a sua professora. Cadê a professora? Porque a gente tem que... Que também, certamente, é uma grande mulher. (*Palmas.*)

Pelo Rio de Janeiro, a Isabelly. Uma iniciativa maravilhosa aqui do Senado Federal; dá oportunidade a esses jovens que são o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Portinho, vem aqui. Portinho...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Otto. Desculpa aí por quebrar um pouquinho.

Vamos fazer a foto aqui, em pé, Isabelly. Venha cá.

O Senador Otto é o Presidente da CCJ. Professora, venha ao meu lado aqui, ó. Venha ao meu lado aqui. Ótimo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Seif é Senador por Santa Catarina, não é carioca. É por isso. (*Risos.*)

Obrigado, Senador Otto. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Dorinha, V. Exa. então quer votar os destaques já hoje?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu não queria votar nem o texto hoje. Eu gostaria de um adiamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como? Qual é a proposta de V. Exa.?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Adiamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Adiamento. Do texto principal, Dorinha?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Do texto principal.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – De tudo.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone.*) – É um direito...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nós já adiamos essa votação várias vezes. A última vez, inclusive, com a concordância de todos os Senadores e Senadoras que estavam aqui de que seria para votar no dia 9 de julho. Em 9 de julho seria a data que se votaria esse texto. Aí, em 9 de julho não teve acordo. Nós estamos agora... se eu não me engano, é dia 20 de agosto, e a gente não votou.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente, só para eu entender...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Estamos há oito dias...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Deixa eu concluir...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por que não votamos tudo? Eu só queria entender isso. Se for para fazer o acordo, vamos deixar para votar depois do acordo. Se for para votar, vamos votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu sou a favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, votamos os destaques todos hoje, não tem nenhum problema.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, não vota nada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vota o texto e, depois, os destaques. Vamos votar nominal todos os destaques.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Terminar esse martírio do Senador Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Fechado. Podemos fazer assim.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu não concordo não, Presidente. Quero manifestar, como Líder da Bancada Feminina, o meu descontentamento. Está esvaziado claramente aqui o Plenário. Tem pontos de discordância. Se votar o texto-base hoje, depois o Relator não pode fazer alteração no texto, né?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Espera, espera. Depois da Senadora... deixa ela terminar, por favor. Deixa ela terminar.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu queria fazer esse apelo. Não tem assim... Não interessa se nós poderíamos avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu, na verdade, gostaria que não fosse votado o texto-base hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, nós temos um código de quase 900 artigos. Eu fiz todas as concessões. Chegamos aqui em divergência de 17 pontos. Senador Esperidião Amin repetiu isso aqui várias vezes. Dos 17 pontos, remanescem dois, que são o voto impresso e a questão da obrigatoriedade de candidatura das mulheres.

Qual é a proposta? A gente vota o código, ressalvados esses dois destaques e, em seguida, nós votamos os destaques. Qual é o problema? Vamos votar o código, ressalvados os destaques, e em seguida... O esforço que nós fizemos, não podemos jogar fora isso. Fizemos todas as concessões. Estamos com mais de duas semanas falando todo dia com todos os Senadores.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Menos para as mulheres! Não houve concessão para as mulheres.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Para as mulheres? A maior concessão que houve foi a das mulheres, que estão reservando 20% das cadeiras.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Zenaide, eu dou a palavra a V. Exa., mas interromper é meio difícil... Deixa ele colocar a posição dele. Eu dei a palavra a todos aqui, não tem nenhum problema, mas a interrupção é muito ruim para quem está falando. Entendeu?

Senador, V. Exa. concluiu o seu raciocínio?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Concluí. O que eu peço a V. Exa.? Que coloque o texto em votação, porque há acordo praticamente unânime – praticamente unânime. Coloque em votação. Em seguida, bota os destaques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nós temos um quórum de 27. Todos os Senadores estão na Casa. Então, nós vamos votar o código, ressalvados os destaques, e votar os destaques hoje. Então, encerra hoje. Pronto.

Senador Jorge Seif e, depois, Senador Jaime.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, obrigado. Primeiramente, quero agradecer e parabenizar o Senador Marcelo Castro.

Pediria silêncio ao plenário, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço aos assessores que possam fazer silêncio para o Senador Jorge Seif expor as suas posições.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente, só um instantinho...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Jorge Seif.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Se V. Exa. for botar o Código para ser votado nominalmente, já podia abrir o painel.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu determino à Secretaria que possa abrir o painel para votar nominalmente o Código Eleitoral.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Presidente, até para dar uma folguinha aqui, a Senadora mirim do Paraná, se a gente puder chamar...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Quero agradecer e parabenizar o Senador Marcelo Castro pelo seu espírito público e democrático, porque foram inúmeras reuniões. Nós tínhamos, Senador Esperidião Amin, 17 divergências que pensávamos que eram irremediáveis e, no entanto, com diálogos dentro dos gabinetes, fora do gabinete, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso pessoal, procurávamos a assessoria, enfim, eu preciso reconhecer todos os esforços do Senador Marcelo Castro em ouvir todos nós Senadores, independentemente de partido, de posições. Então, quero parabenizá-lo.

E queria também, Sr. Presidente, a atenção das senhoras e senhores, a melhor forma...

Fale, Senador Otto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu queria, na verdade, fazer aqui junto com vocês uma reflexão. Para aqueles que são casados, senhoras casadas, senhores casados, eu quero uma reflexão. Os senhores imaginem aqui que as senhoras casadas ou noivas ou namoradas cheguem para o seu marido ou namorado, o relacionamento, e falem assim: "Me dê seu WhatsApp que eu preciso ver". E aí esse cidadão, seu amor, diz o seguinte: "Olha, eu sou fiel, mas eu não quero abrir meu WhatsApp". As senhoras ou os senhores vão chegar para os seus cônjuges ou relacionamento e falar: "Meu amigo, se você é fiel e você não tem medo, me entrega esse WhatsApp que eu quero ver. Eu quero conferir a sua fidelidade, meu amor. Eu confio plenamente em você, mas por que você está me escondendo esse WhatsApp?".

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele está com problema em casa. (*Risos.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Se nós não temos... Não, nem casado eu sou mais.

Então, aonde eu quero chegar? Olha aqui...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O Supremo...

Olha aqui, Portinho, se eu puder terminar aqui minha linha de raciocínio, porque está todo mundo mexido aí, já vi gente vermelha, é assim que a gente gosta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nós pedimos em seguida, nos destaques, é que haja a confirmação do voto impresso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço silêncio.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – WhatsApp liberado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não é difícil. O WhatsApp liberado e voto impresso. Por quê? Olha, isso é uma linha histórica dos fatos. O próprio Supremo – pesquisa no YouTube de vocês aí agora – testou e aprovou urna com impressão de voto.

Dois, o Congresso aprovou, em 2015, e a Dilma vetou, mas este Congresso Nacional já aprovou o voto impresso. Depois o tema voltou à pauta, e o Ministro Barroso, pelo qual tenho todo o respeito do mundo... Mas veio aqui para esta Casa e foram mudadas Lideranças para que não se aprovasse o voto.

Então, veja, aonde eu chego com essa brincadeira? E com todo o respeito aqui às senhoras e senhores e a quem está nos assistindo. Eu não sei se aconteceu 8 de janeiro, lamentavelmente, respeito a posição de todo mundo aqui. Se houve problema em 8 de janeiro, foi porque alguns membros da nossa sociedade não entendem por que tanta resistência. Até Nicolás Maduro, Sr. Presidente, debocha da cara do Brasil, dizendo que nós não temos voto impresso – Nicolás Maduro, que atravessa em cima do seu povo com tanque de guerra!

Então, nós poderíamos, Marcelo Castro, o senhor, que já foi tão democrático... Dos 17 pontos, 15 já foram solucionados. Eu não estou pedindo para botar agora, mudar o seu relatório, mas pedindo o seu voto, inclusive, porque nós pacificaríamos o Brasil. Eu não sei quanta resistência, se desde Brizola, Ciro Gomes e tantos outros, Bolsonaro, pessoal do Paraná, tantas lideranças políticas de direita e de esquerda já lutaram por isso... Por que nós não pacificamos o Brasil através do voto impresso?

Eu faço esse apelo a todas as senhoras e aos senhores.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço e passo, para questão de ordem, ao Senador Sergio Moro, do Estado do Paraná.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Pessoal, quero aproveitar aqui para apresentar também a Senadora mirim do Estado do Paraná, que é a Flávia Bueno, aqui presente, e também a Professora dela, Tamyres, visitando aqui a Casa. (*Palmas.*)

E vou registrar, Senador Marcelo Castro, que a jovem votou no projeto por mim aqui, seguindo a minha orientação. Só não usou minha digital porque não daria, né? Isso é meio complicado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom.

Passo a palavra agora, pela ordem de inscrição, ao Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Otto Alencar.

Eu queria que todos prestassem atenção ao que eu vou falar, e o que eu sinto e o que eu...

Eu fiz um encaminhamento de uma matéria com destaque individual.

Sr. Presidente, eu fui para uma eleição em 2022. Eu não era da política. Quatro adversários meus ao Senado Federal, Deputados Federais e ex-Senadores, pegaram o teto máximo do fundo partidário. Eu só pude colocar 10% do que eles colocaram na campanha, com o meu dinheiro, só 10%. Eu fiz um pedido ao Relator Marcelo Castro para que eu tivesse – eu não...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Vamos fazer silêncio porque o Senador Jaime está usando a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Porque o que acontece? Como é que as pessoas de bem vão entrar na política? Isso não é só no meu partido, o PL. É no PL, é no PT, é no MDB, é em todos os partidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A única coisa que eu quero é um direito igualitário. Por isso é que eu estou fazendo esse pedido do art. 391, é um requerimento de um destaque individual.

Igual eu tenho pleno apoio ao destaque da Senadora Dorinha, eu peço, Senadora, que você analise, e eu não estou pedindo nada de mais. Se a senhora for para uma eleição e a senhora pegar R$3 milhões do fundo partidário, que o Senador Bagattoli ou qualquer Senador que quiser se candidatar possa colocar o valor dele, ele não está causando nenhum prejuízo ao Erário público. Ele não está pegando o dinheiro do fundo, e ele tem que ter o mesmo direito. Agora, não 10%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, eu fui criticado aqui, e, inclusive, a Rede Globo veio fazer uma entrevista comigo. Vocês sabem o que aconteceu na eleição de 2022? O meu irmão doou dois milhões, novecentos e poucos mil para minha campanha, porque eu só podia botar 10% do teto máximo. Sabe o que acontece nesta reforma aqui? O meu irmão só pode colocar 10%, que é o limite máximo de um candidato; quer dizer, eu teria que ir para uma eleição com seiscentos e poucos mil reais, não seria Senador. Mas com R$3 milhões eu fui Senador, três milhões e poucos.

O que nós temos que dar é direito, independentemente de sigla partidária. Eu não estou falando aqui de PL, de sigla partidária: todos os partidos, todos. Por favor, aprovem esse destaque! Esse destaque é muito importante para que todas as pessoas de bem deste país possam ingressar na política. Porque não é o meu partido, o PL, que não vai dar dinheiro para uma pessoa que não tem ou que nunca entrou na política. Qualquer partido hoje não dá dinheiro para ninguém.

Então, o que está acontecendo, Presidente? Quem vai pegar esse dinheiro do fundo partidário só são as pessoas que vão para reeleição, só quem está no mandato. Eu só quero que esse direito seja igualitário para todas as pessoas de bem que vão entrar na política.

Eu peço que o senhor mantenha esse encaminhamento que eu fiz desse destaque individual que fiz aí.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Deixe-me apresentá-las logo, porque senão elas perdem a *van*.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu passo a palavra à Senadora Dorinha, com as nossas Jovens Senadoras do Estado do Tocantins.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Bom, eu quero primeiro dizer da importância desse Programa Jovem Senador e Senadora. Eu, quando era Secretária de Educação, tive a oportunidade de sugerir, e o programa foi criado.

Então, eu estou aqui apresentando a Profa. Erica, lá do Colégio Cristo Rei, da cidade de Pedro Afonso, no meu estado, e a Maria Eduarda, que foi a Jovem Senadora, a partir da redação que ela fez sobre sustentabilidade. Então, quero só agradecer a presença delas e dizer da importância de elas poderem conhecer aqui como funciona a nossa Casa, e elas estão neste momento acompanhando, com os Jovens Senadores e Senadoras dos vários estados e com as suas professoras.

E o que é mais importante: eu já tive a oportunidade, como Relatora, de relatar projetos que as Jovens Senadoras e Senadores apresentaram, porque eles tramitam aqui na Casa.

Então, sejam bem-vindas!

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabéns, Dorinha! Valeu!

Vamos lá.

A Senadora Zenaide Maia; e, em seguida, o Senador Rogério Carvalho.

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, colegas Senadores e aqueles que estão nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assistindo. Vou falar com calma, porque é um momento de tristeza para mais de 50% deste país, que são mulheres.

Jovem Senadora, que bom que vocês estão aqui para ver a dificuldade de nós mulheres termos representatividade aqui. Em todos os destaques e emendas, sentaram-se para negociar e abrir mão de alguma coisa. Em relação às mulheres, nós sentamos, diversas vezes, e nada foi negociado. Ou seja, dar 20% de cadeiras, como foi falado pelo próprio Relator, nosso colega Marcelo Castro, o que dificilmente vai ser aprovado... Aí ele falou isto, quando Soraya Thronicke propôs 50-50, ele disse: "Não tem por quê, não pode ser aprovado". E os 20% dificilmente vão ser aprovados.

O que é que vai acontecer? Nós vamos perder aquilo que conquistamos pelo Judiciário: 30% no mínimo de candidatura e no mínimo 30% de financiamento. Vamos perder isso aí com uma suposição de que os nossos colegas Senadores vão aprovar 20% de cadeiras, o que o próprio Relator já deixou claro que dificilmente vai ser aprovado.

Ou seja, gente, por favor, não diga que é a favor das mulheres. A gente precisa empoderar a mulher. Está aqui uma Jovem Senadora. Vocês estão vendo como aqui funciona? A proposta é 20% sem nenhuma garantia de que nós vamos conseguir aprovar. Mas, para isso, precisamos perder aquilo que foi duro, foi suado para a gente chegar aqui e representar. Isso me entristece, gente – desculpa, eu não estou querendo ferir ninguém –, porque aqui todo dia se ouve dizer: "Não, eu sou a favor das mulheres, eu voto esse projeto, eu voto isso para as mulheres". Mas para empoderar as mulheres, e só se empodera colocando-as em locais de poder, não existe esse interesse.

E eu me preocupo porque a única prevenção que a gente conhece de combate à violência contra a mulher é o empoderamento dessas mulheres, porque a violência contra as mulheres tem em todas as classes sociais, mas mais de 80%, mais de 90% das vítimas são mulheres pobres e negras. Como vamos mudar essa realidade? Só punir, que é essencial, não resolveu.

Nós temos uma lei, uma das mais completas do mundo, que aqui a gente aperfeiçoa, e eu tenho a consciência de saber que os colegas nos ajudam nisso, mas só isso não resolve. Vamos atrás da prevenção. Vamos colocar as mulheres nos locais de poder, porque a única prevenção é colocando a mulher no Orçamento deste país, na educação, empoderando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faz pouco tempo que este Congresso aprovou uma reforma da previdência, que aumentou sete anos no tempo de trabalho das mulheres. E por que fizeram isso? Porque a gente aqui é minoria; a gente aqui é minoria.

Infelizmente, não adianta dizer dados, cálculos. A realidade é que, se a gente tirar os 30%... E o destaque de Dorinha, que falou: "Eu também sou Presidente de partido"... Fazer nominata é difícil? Mas é necessário, gente. Vamos fazer a nominata, e Dorinha ofereceu uma oportunidade: até 20 dias antes da eleição, se a chapa estiver formada e alguma mulher desistir, existe isso aí.

Esta é a realidade deste país: Outubro Rosa, Agosto Lilás, e nós temos que lutar por nós.

Mulheres, não adianta só Zenaide, Soraya, Professora Dorinha terem coragem, precisamos das mãos amigas das senhoras. E dos homens, que se lembram de que, se não fosse a gente, as mulheres não estariam aqui.

Por isso que eu sou contra esse projeto, apesar de todo o esforço que tivemos, que foi do nosso Relator... Isso aqui não é desmerecendo ninguém. Isso é a vida como ela é. Essa dificuldade, pequena Senadora, mas Jovem Senadora, você está dando.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Senador Alencar, um aparte de um segundo. (*Fora do microfone.*) Um aparte de um segundo.

Como é seu nome?

A SRA. LAURY ANGELINA LUIZ FERREIRA XAVIER DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Laury.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Laura?

Laura, leia o seu *bottom*. Está escrito o quê? "Jovem Senador" ou "Jovem Senadora"?

Leia o *bottom*, fazendo um favor.

A SRA. LAURY ANGELINA LUIZ FERREIRA XAVIER DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – "Jovem Senadora."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Ah, tá. Porque, dois anos atrás, eu vi que as meninas estavam com um *bottom* "Jovem Senador", e falei: "Não podemos aceitar".

Então, parabéns aí, Ilana, que acolheu o nosso pedido, e a Jovem Senadora também tem o direito de estar escrito "Senadora". Ainda bem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Olha, só para terminar, Presidente, quero dizer o seguinte: não tenho dúvida de que nós não vamos ganhar essa. Agora, por favor, vamos tentar, porque a gente tem que esperançar. Se a gente não estivesse esperança, não estaria aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Não querem deixar a gente tentar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Não, aí, o que é que acontece? Aqui temos 52% da população brasileira, temos uma violência doméstica que nos assusta e, na hora, Brasil, que a gente pode querer respirar, pelo menos não perder aquele direito que a gente conquistou, estamos aqui nesta sinuca de bico. E a gente sabe que isso não vai funcionar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... porque o nosso querido Marcelo Castro mesmo disse: "Os 20% são difíceis. Os 50% são impossíveis, e os 20% são difíceis". E são 20%, olhe aqui, 20% durante duas décadas! Ou seja: durante duas décadas, teremos 80% de homens no Congresso Nacional e 20% de mulheres – a que não vamos chegar, porque a desculpa que vão dar é que as mulheres não quiserem se candidatar.

Obrigada.

E voto "não". Esse projeto está muito contra...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se os assessores não fizerem silêncio, vou mandar esvaziar o plenário, tirar todos os assessores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora não pode falar e está sendo interrompida pela assessoria dos Senadores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É até uma coisa deseducada. Quando uma pessoa está falando, a outra ouve.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, posso fazer um registro?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, é capaz de nós termos – há muito tempo não tínhamos – uma CPI da oposição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É bem provável.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, acaba de ser instalada a CPI do INSS...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, já teve sim, já teve. Nós fizemos a CPI da covid e éramos da oposição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu sei, mas há tempo que não havia, e hoje vai ter. Foi eleito para Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E deu bons resultados, vamos ver...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... da CPI do INSS o Senador Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é, essa do INSS tem que punir quem errou de forma correta e justa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem que punir mesmo, e agora temos chance.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Teria chance também se fosse o Omar, Senador Amin, só para registrar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Jaime vai apresentar aqui a Jovem Senadora do Estado de Rondônia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Só para registrar que, se fosse o Senador Omar, também faríamos uma investigação. Aliás...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Jaime com a palavra, para apresentar a Jovem Senadora do Estado de Rondônia.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Vou falar para vocês que as mulheres realmente são muito importantes mesmo. Olha, vou falar uma coisa aqui para vocês: no grupo meu lá, eu tenho 50 pessoas no administrativo: 35 são mulheres – 35 – , só tem 15 homens. Digo mais, implantei, Presidente, 20 anos atrás...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... frentistas de posto de gasolina mulheres. Atendem de forma muito superior à dos homens e ganham mais.

Mas eu quero apresentar aqui a Laury. É nossa Senadora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... Jovem Senadora do meu Estado de Rondônia, com o Prof. Geremias. Ela é do Município de Ji-Paraná, o segundo maior município do Estado de Rondônia. É a capital Porto Velho, Ji-Paraná, Vilhena e Ariquemes.

Quero dizer para você que você está de parabéns, e conte aqui com o Senador Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LAURY ANGELINA LUIZ FERREIRA XAVIER DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Fala o seu nome.

A SRA. LAURY ANGELINA LUIZ FERREIRA XAVIER DE OLIVEIRA – Meu nome...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Pode falar.

A SRA. LAURY ANGELINA LUIZ FERREIRA XAVIER DE OLIVEIRA – Meu nome é Laury Angelina. Eu sou do Município de Ji-Paraná, Rondônia. Eu estou representando o meu estado no Programa Jovem Senador. É uma honra fazer parte desta reunião aqui, poder conhecer o mundo político e fazer parte.

Eu queria agradecer esta oportunidade de estar aqui presente. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho com a palavra.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente, peço ao Senador Rogério Carvalho...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu abro mão da minha inscrição, para a gente poder agilizar.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Rapidamente aqui, só para fazer um adendo ao meu parecer, porque a Senadora Dorinha apresentou uma Emenda de nº 111, dizendo que o repasse do fundo partidário acontecesse mês a mês. Atualmente os dirigentes partidários...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Foi a Soraya Thronicke, a assessoria foi que me disse que era Dorinha. Então, foi a Soraya Thronicke, desculpe-me aí.

Atualmente os dirigentes partidários podem repassar quando quiserem esse fundo, o que significa dizer que podem passar só uma vez no ano. Então nós acatamos parcialmente a emenda dela, para o repasse ficar sendo passado quadrimestralmente. Mas a emenda foi feita de um jeito que tem uma multa atual de 12,5% se não for cumprido esse repasse, e ficou de fora a multa. Então nós estamos retornando a multa, que já existe na legislação atual.

Então é esse adendo que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ficou trimestral ou...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Quadrimestral, três vezes por ano.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu achava que deveria ser trimestral, viu, Senador?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos abrir, Presidente? Trinta e sete votos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Trimestral. Eu acho que trimestral seria melhor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Trimestral.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Trimestral.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Não, na verdade seria mensal, porque a gente precisa de dinheiro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É. O meu partido faz isso sem pedir. Trimestral.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Presidente, podemos modificar então.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Vou fazer o adendo, vamos passar para um repasse trimestralmente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, pode abrir a votação?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E, se não ocorrer, que tenha multa de 12,5%.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pode abrir o painel para o destaque?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente... Presidente, eu tenho uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Um minutinho só, deixe-me concluir, Senadora, um minutinho. Todo mundo vai falar.

Senador Marcelo Castro, V. Exa. optou pelo quê, hein? Optou?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Optei, trimestralmente, e o retorno da multa, que já existe, que tinha ficado de fora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora, coloque a multa e que a multa não será aplicada se não for feito o repasse para o partido, porque pode ser que atrase e o partido fique complicado. Faça essa observação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente... Presidente, eu preciso de um esclarecimento, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Deixe-me... Eu vou dar.

V. Exa. concluiu?

Então, essa possibilidade de atraso do repasse para o partido tem que ser levada em consideração. Às vezes, não se faz o repasse, ele vai ser multado sem receber o recurso. Então, tem que botar essa observação também, acho que trimestral com essa observação.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Não, eu só quero, para o Marcelo, até porque estou aqui meio sem compreender: neste momento, nós estamos votando o texto principal...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O texto-base, ressalvados os destaques.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Ressalvando os destaques, né? Perfeito.

Nesse texto que nós estamos votando, constam os 20% de vaga de mandato, o.k., Senador? O.k.. Então, é esse o projeto que nós estamos votando, porque estou votando a favor? Perfeito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, pronto, a clareza dos 30% para mim está transparente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Está esclarecido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pronto. Só quero saber se estou votando agora garantindo 20% de vaga de mandatos para mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Garantimos os 20% de vagas de mandato para as mulheres em todas as Câmaras Municipais do Brasil, em todas as Assembleias Legislativas e na Câmara Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Perfeito.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E estamos votando reserva de candidaturas para as mulheres em 30%. Não estamos votando a obrigatoriedade das candidaturas, o que faz parte do destaque da Senadora Dorinha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Que é um destaque que depois poderemos votar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Determino à Secretaria que abra o painel para verificar os votos que foram dados.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Rogério Carvalho, para apresentar o Jovem Senador do meu querido Estado de Sergipe, que divide lá com a nossa Bahia.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, nós estamos aqui com o nosso Jovem Senador José Guylherme, que é da região centro-sul do Estado de Sergipe, de Poço Verde, município vizinho à terra da vaquejada, de que o senhor foi Relator, da capital da vaquejada, Lagarto, que foi responsável por garantir que a vaquejada se transformasse numa atividade esportiva. E todos nós, sergipanos, lagartenses, nordestinos, somos gratos por essa coragem que o senhor teve de enfrentar esse debate de uma atividade que tem uma importância cultural, econômica muito forte para toda a nossa região.

E o José Guylherme está aqui como Jovem Senador, com o Prof. Jeferson, da cidade de Poço Verde. Parabéns, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dê um salve ao Sergipe aí, vai.

O SR. JOSÉ GUYLHERME SANTOS SANTANA – Oi, gente. É uma honra poder representar assim o meu Estado de Sergipe aqui no Senado Federal, como Jovem Senador, então realmente estou muito feliz por poder estar aqui, ver todas essas pessoas e poder realmente aproveitar toda esta semana de vivência legislativa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Muito bem. (*Palmas.*)

Presidente Otto, deixe-me fazer uma... (*Risos.*)

Eu quero destacar uma coisa muito importante no Programa Jovem Senador.

Presidente, Presidente Otto...

Primeiramente, quero dizer que esses meninos que estão aqui passam por uma seleção rigorosíssima. Por exemplo, no caso do Maranhão, Soraya, a jovem Rosângela, que passou, foram 4 mil redações e ela passou em primeiro lugar, com dez, nas três avaliações. Eu acredito que foi mais ou menos o caso deste Jovem Senador, que é do Estado de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... de Sergipe.

Então, ele passou, Rogério, com certeza, por milhares de redações para poder chegar aqui e naturalmente também teve a nota dez. Então, parabéns a você.

Agora, um outro detalhe muito importante: dos 27 estados do Brasil, nós temos aqui 27 representantes, são seis homens e 21 mulheres. Você sabe o que isso significa? Significa que as mulheres não ocupam os lugares não é por falta de competência, porque, na avaliação da competência, do mérito, a gente acaba sendo de fato maioria.

Mas parabéns, Jovem Senador, pela sua competência e pela sua dedicação, porque você é dez!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aprovado o relatório do Senador Marcelo Castro, o texto-base, ressalvados os destaques.

Existe um... Eu queria chamar a atenção dos Senadores e Senadoras porque existe um destaque individual do Senador Jaime Bagattoli. Esse destaque é individual e, como tal, de acordo com o Regimento, tem que ser levado à votação pelo Plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

Eu, inclusive, posso passar a palavra ao Senador Jaime para que ele possa expor aos seus colegas o que é o destaque, para que todos entendam. Nem todos ouviram o destaque dele. Como é individual, esse destaque tem que ser colocado em votação.

Eu peço aos Senadores... Senador Izalci... Senador Izalci... Senador Izalci, ele vai ler o destaque por requerimento, e o destaque, sendo individual, tem que ser colocado em votação para a manifestação do Plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

Senador Jaime Bagattoli, peço a V. Exa. que possa explicitar aquilo que V. Exa. deseja destacar.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

A minha justificativa é a seguinte. O PLP nº 112, de 2021, admite, em seu art. 376, inciso V, os recursos próprios dos candidatos como recursos destinados ao financiamento de campanhas eleitorais, financeiros ou estimáveis, respeitados os limites previstos.

Ademais, seu art. 383, ao tratar das doações eleitorais de pessoas físicas e de recursos próprios, estabelece a forma como deverão ser efetivadas.

Por fim, o *caput* de seu art. 391 estipula que o candidato poderá usar recursos próprios em sua campanha até o total de 10% dos limites previstos para gastos de campanha no cargo em que concorrer, enquanto seu §1º prevê que o percentual previsto no *caput* deste artigo aumentará para 30% para as campanhas eleitorais que possuam limites para gastos iguais ou inferiores a R$120 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O conceito dos recursos próprios, por seu turno, vem definido pelo §4º do art. 391 do PLP, vale dizer, "todos os valores auferidos licitamente pelo candidato, inclusive por meio de dividendos, de proventos, de juros de capital próprio decorrentes de investimentos do mercado de capitais ou de distribuição de lucros de empresas das quais é sócio, majoritário ou não, considerada irrelevante a realização por ele feita em anos anteriores".

Constatamos, assim, que o PL nº 112, de 2021, preserva a macrodiretriz há muito revista na legislação eleitoral, de admissão de recursos próprios no custeio dos gastos de campanha.

No relatório apresentado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, o ilustre Relator não promoveu alterações nesse ponto.

Essa emenda objetiva apenas, com a redação proposta ao *caput* do art. 391 e a supressão do seu §1º, com a renumeração dos demais parágrafos, que os recursos próprios possam ser utilizados para custear integralmente os gastos de campanha e não apenas parcialmente, como proposto atualmente no projeto, limitados a 10% do total previsto para gastos de campanha no cargo em que ocorrer, com a possibilidade de esse limite aumentar para 30% para as campanhas.

Entendemos que a alteração proposta nessa emenda preserva a plena incidência do princípio isonômico aplicado às campanhas eleitorais, na medida em que todos os candidatos, aqueles que disponham de recursos próprios ou não, devem submeter a limite de gastos por campanha, que é idêntico para todos.

Ademais, tendo presente a dimensão de gastos eleitorais e a dificuldade de repartição dos recursos, a possibilidade de ampliação da utilização dos recursos próprios faz com que os demais recursos admitidos ao custeio de gastos eleitorais possam ser destinados a outros candidatos que deles necessitam.

Sr. Presidente, só para concluir e deixar mais claro: a única coisa que eu estou pedindo, nesse encaminhamento de destaque individual, é que um candidato tenha o mesmo direito de colocar o dinheiro próprio dele, o mesmo valor do teto máximo que o seu adversário, o outro candidato, independentemente de sigla partidária, que o seu adversário possa colocar do teto máximo. Até porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só para concluir, Presidente.

... não está gastando, não está prejudicando o Erário público.

Então, eu peço ao Sr. Presidente que acate esse destaque individual meu aí.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Coloco em votação o requerimento do Senador Jaime Bagattoli.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado, e o destaque será votado em votação nominal *a posteriori*. (*Palmas.*)

Destaque da Liderança do Partido Progressistas.

Votação da Emenda destacada nº 354...

Senador Marcelo Castro, destaque da Liderança do Partido Progressistas. Votação da Emenda destacada nº 354.

Quem vota com o Relator vota "não" e quem vota contra o Relator, claro, vota "sim".

A votação será nominal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas até o Relator pode votar "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hein?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Até o Relator pode votar "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se V. Exa. convencê-lo. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou fazer uma proposta irrecusável a ele.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Determino a abertura do painel para votação nominal do destaque 354, da Liderança do Partido Progressista.

Os Srs. Senadores, com a abertura do painel, já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Senador Amin, quem vota com o destaque do PP vota "não".

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vota "sim"? Pois é, tem que esclarecer isso aí. É o destaque.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, quem vota com o destaque do Senador Amin vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E quem vota com o Relator...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quem vota com o Relator vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... vota "não" ao destaque do Amin.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, vou votar "sim", é isso mesmo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Só para esclarecer aos votantes: aqueles que forem a favor do voto impresso votam "sim"; quem quiser manter as urnas como estão, sem voto impresso, vota "não". (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Esse é o destaque do voto impresso. Quem vota com o Relator, Senador Marcelo Castro, vota "não". (*Pausa.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Cadê Carlos Portinho, Jesus? Magno Malta?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Rogerio Marinho.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Rogerio Marinho. (*Pausa.*)

Cadê Portinho, hein? (*Pausa.*)

Estou ligando aqui para o Portinho. (*Pausa.*)

Falta um voto para nós.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu já votei "sim".

Quero aqui registrar: a gente precisa pacificar o país. Não adianta querer ter razão, vamos ser felizes. Vamos votar "sim", a favor do voto auditável. A população quer isso, isso vai dar segurança às eleições, vai anular discursos para aqueles que são contra o voto auditável, mas pelo menos... Vão ganhar, acabou. Acabou essa discussão. Por que não votar "sim"? Vamos votar "sim", voto auditável. Vai sair a tripinha, vai cair lá na urna e, se alguém quiser recontagem, é um direito a recontagem. Vamos pacificar o país e votar "sim", pelo voto auditável.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Meus colegas, eu, como auditor – e participei desde 2015 dessa questão das urnas –, quero dizer para vocês o seguinte: o que não é auditável não é confiável.

Há um entendimento aqui, distorcido, de que esse voto, se for impresso, será mostrado para o patrão. Não é verdade. Quando você tem a urna eletrônica, tem lá o modelo já do TSE, que já teve. Você tem a urna e a impressora; quando você vota, automaticamente cai no recipiente lá, a que ninguém tem acesso. Terminado o processo de eleição, você faz a contagem; não há nenhuma vinculação, nem nome de ninguém. É só para conferir se o que está no recipiente é igual o voto da urna.

Então, não há manipulação em nada; é só para você realmente ter condição de fazer auditoria, que é importante e vai, de fato, tirar essa dúvida que a população tem. Grande parte da população tem dúvida com relação a essa questão do voto impresso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, meu querido Senador Otto Alencar, só rapidamente aqui – eu não vou demorar mais que um minuto. É só para apoiar esse destaque, Senador Esperidião Amin.

É um baluarte, é um voto auditável, é um clamor crescente da população, independentemente de corrente política. A pessoa quer saber exatamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... de mais transparência, de mais segurança no processo de votação. Isso é um direito.

Agora, Presidente, eu quero justificar porque eu votei contra o texto principal. O trabalho do Senador Marcelo Castro foi muito bom, ele ouviu todo mundo, eu sou testemunha, mas eu não nasci ontem e já vi, em várias votações que nós fizemos aqui, no Senado, inclusive das *bets* – que estão acabando com os brasileiros, liquidando –, que nós modificamos aqui, no Senado, chegou na Câmara, tiraram todas as modificações, e está aí o resultado. É a mesma situação agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu fiz o alerta. Era melhor rejeitarmos ou não votarmos essa matéria, porque ela começou na Câmara, volta para a Câmara.

Mas o senhor se comprometeu – eu quero lhe dar os parabéns – com a formação de uma Comissão. O Senador Portinho me informou, vai ser formada uma Comissão aqui para ir à Câmara dos Deputados antes de votar e acertar para que o texto seja mantido pelo menos aqui, nesta Casa. Senão, é uma tragédia anunciada e mais um balão que a Câmara dá nos Senadores aqui.

Muito obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Pessoal, vocês imaginem o seguinte: imaginem que vocês vão ao banco pagar o talão de luz, ou de telefone, ou de gás, e o caixa pega teu dinheiro e não quer te dar o canhoto, o comprovante. Por que tanta resistência?

São quase 40 países que usam voto eletrônico de alguma forma; só três não têm votos eletrônicos. Hoje existem... Eu fui eleito pela urna eletrônica. Eu não estou discutindo, mas tem brasileiro que entra no meu *e-mail* do Senado, no meu WhatsApp, nas minhas redes sociais e fala: "Por que vocês não querem transparência? Por que tanto medo de recontar voto em caso de dúvida?". Não é que vai ter que ser contado, é em caso de dúvida.

Então, e muitos argumentam – muitos argumentam – que foi descoberto que o Nicolás Maduro não foi eleito na Venezuela através do trabalho da oposição de ter pegado essa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos abrir, Sr. Presidente. Já deu o quórum.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pode abrir. Já deu o quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor está me ouvindo aqui?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Não, já deu o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. nunca foi tão ansioso como hoje?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Já deu o quórum. De qualquer maneira irá...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A pedido do Senador Esperidião Amin, que está um pouco agitado hoje, vamos abrir aí a votação, o painel. (*Pausa.*)

Abriu-se o painel da votação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Procede-se à apuração.*)

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aprovado o destaque com 14 votos contra 12 votos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Até o Senador Marcelo ficou feliz, tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora vamos ao destaque 254. O destaque...

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O destaque 254, da Liderança...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço silêncio aos Senadores para que possamos continuar... Senador Jorge Seif... Senador Jorge, por favor. Senador Bagattoli e Senador Jorge...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Temos outros destaques para vencer ainda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O destaque da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Votação da emenda destacada...

Eu gostaria que os Senadores... Senador Jaime, por favor. Eu gostaria que o Plenário pudesse ouvir o destaque do Partido dos Trabalhadores.

Votação da Emenda 254.

Quem vota com o Relator vota "não".

Eu peço que abra o painel...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... para votação do destaque nº 254.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Sr. Presidente, eu já falei, mas eu queria só relembrar aqui rapidamente de que trata o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olha, os assessores estão falando muito. Se continuarem, eu vou esvaziar, tirar todos os assessores, independentemente de quem seja. É uma maneira deseducada de assistir a uma sessão – deseducada de educação familiar. Não é nem de escola; é familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, só nos diga o que é o tema da emenda. Desculpa, eu estou aqui justamente buscando minha assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A emenda 254 é a que está agora.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu posso falar se...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode, eu vou passar a palavra para V. Exa.

V. Exa. tem a palavra, Senadora Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para encaminhar.) – Eu já tinha falado, e eu vou falar aqui novamente, que exatamente a gente está pedindo aqui que o número de candidatos que participam de federação partidária possa ser ampliado por partido numa federação em 10% – o número da possibilidade de ser candidato. Um exemplo: se um estado tem oito vagas para Deputado Federal ou Estadual, o partido só pode apresentar nove candidaturas. Se estiver dentro da federação – é essa a possibilidade –, a gente quer que possa aumentar em 10% por partido – aí, se ficar quebrado, arredonda para mais ou para menos –, podendo aumentar o número de candidatos. Então, eu vejo de forma positiva porque tem... Não só eu estou falando de estados, mas tem municípios que tem um número pequeno de vagas de Vereadores. Os partidos poderão apresentar mais oportunidade para outras pessoas serem candidatas além só de um a mais por vaga.

Então, era essa a nossa defesa desse destaque.

Quero pedir aqui: se os Senadores e as Senadoras puderem aprová-lo, ficaremos muito felizes, aumentando a possibilidade de ter candidatura a mais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho, V. Exa. está satisfeito? (*Pausa.*)

Então, os Senadores podem votar ao destaque 254 do Partido dos Trabalhadores. (*Pausa.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente, queria pedir a palavra pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. V. Exa. tem a palavra.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Essa emenda da Senadora Augusta Brito foge ao espírito da federação. A federação é para funcionar como se fosse um partido político. Na verdade, a concepção da federação é de um embrião de um futuro partido político. Se nós começarmos a tratar a federação como uma coligação que vão se somando às candidaturas de um partido com outro, com outro, com outro, nós estamos desvirtuando o princípio, o fundamento, o conceito de federação, que é funcionar como um único partido. Então, a federação, na concepção original, só pode ter o número de candidatos igual a outro partido. Por isso, a posição do Relator é contrária, por isso é que eu não acatei a emenda.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perfeito, estou de acordo. Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os Senadores já podem votar. Quem vota com o Relator vota "não".

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que possam votar a emenda destacada pelo Partido dos Trabalhadores, 254, defendida pela Senadora Augusta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senadora.

Senadora Eliziane Gama com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Eu queria pedir a V. Exa., se for possível, colocar o destaque da Senadora Dorinha da Bancada Feminina como o próximo item.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Ponha, depois desse, o da Senadora Dorinha. (*Pausa.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Então, resolveu votar os destaques?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Estão votando os destaques. (*Pausa.*)

Senadores e Senadoras que faltam votar...

Já temos 25 votos. Eu determino que abra o painel.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Presidente, tem dois Senadores tentando votar agora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, não abriu ainda não.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está rejeitado o destaque... (*Pausa.*)

A Emenda 254.

Foram quantos? Dez? (*Pausa.*)

Foi rejeitado o destaque.

Lamentável, Senadora Augusta. Estava torcendo por V. Exa., mas faz parte.

Destaque da Liderança da Bancada Feminina.

Votação da Emenda destacada 318.

Quem vota com o Relator vota "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto se a Líder da Bancada Feminina deseja expor e defender a sua emenda.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para orientar a bancada.) – Bom, eu gostaria de pedir o apoio dos colegas Senadores e Senadoras porque esse texto eu vejo que concilia o passo importante dado pelo Relator para a garantia dos 20%, mas mantém os 30% de candidaturas como obrigatórias. Abre um precedente importante na preocupação que os partidos têm de que, quando já não é possível substituir nenhuma mulher e, se uma mulher desiste, o partido tem que ter dois homens para tirar a candidatura, para compor essa candidatura, neste caso, nós estamos excepcionalizando.

Então, vejo que ele reúne as condições de manter o alinhamento dos 30% de candidatura, dos 20% de vaga e sem a punição ou consequência para uma lista. Todos nós, em algum momento, na Presidência dos nossos partidos, vivemos essa situação.

Por isso, eu peço o apoio a esse destaque, que eu vejo que não prejudica em nada, ao contrário, ele reafirma o compromisso do Senado e do Congresso com as mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e determino que abram o painel para a votação dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Comunico ao Plenário...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, peço o "sim". Peço o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... que o Senador Carlos Portinho retirou o destaque da Emenda 224. Comunico, inclusive, ao Relator, o Senador Marcelo Castro. Foi retirado o destaque do Senador Carlos Portinho.

Os Senadores e Senadoras podem votar no destaque da Bancada Feminina à Emenda 318, da Senadora Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Peço aos assessores que estão aqui que possam ajudar os Senadores a entender que, neste caso, a gente não prejudica ninguém e confirma o compromisso com as mulheres.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Sr. Presidente, eu gostaria só de fazer aqui a orientação do voto, pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para orientar a bancada.) – Eu quero aqui pedir também o voto para que a gente possa garantir, verdadeiramente, os direitos que já existiam dentro do código já vigente, que são os 30% de candidaturas, e também a reserva de vagas de 20%, que já foi votada aqui no texto original. Então, peço aqui e oriento o voto "sim" também para esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, a gente queria aqui pedir o voto "sim", porque um dos principais motivos de se querer que não tenha mais 30% de candidaturas é a dificuldade de formar essa nominata. E, como a Professora Dorinha mostrou, se já está feita a nominata e, de repente, tem mulher que, por algum motivo, sai, aí se vai poder voltar a ter... Não se vai ser obrigado a tirar dois homens para poder manter a percentagem de 30%.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O Senador Izalci Lucas pede a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu só quero, primeiro, manifestar meu voto publicamente. Acho que ninguém defende mais as mulheres do que eu. Então, meu voto será favorável. Quero parabenizar a Dorinha pela iniciativa e conclamar os colegas homens a apoiar realmente as mulheres, que fazem a diferença aqui no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso Nacional e em todas as atividades. A mulher fica... vai para onde ela quiser – não é isso, Dorinha? Então, parabéns para você. Voto "sim".

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para orientar a bancada.) – Presidente, quero também só orientar aqui, pelo PSD, o voto favorável a esse destaque da Senadora Dorinha. Eu acho que a iniciativa da Senadora corrige uma preocupação que as mulheres têm, que é garantir, na verdade, esse exercício da presença das mulheres como candidatas e, ao mesmo tempo, também retira aí uma possível ação junto ao Supremo Tribunal Federal, com a aprovação desse destaque. Eu peço aos colegas que possamos votar favoravelmente ao destaque da Senadora Dorinha. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que não estão no Plenário podem exercer o voto.

Nós estamos só com 19 votantes por enquanto. Nós temos que atingir, pelo menos, a marca de 25 votantes, para ter o conforto de que a decisão seja uma decisão que corresponda ao sentimento da maioria da Comissão de Constituição e Justiça. (*Pausa.*)

Temos 24 votantes. Eu pergunto à Líder da Bancada Feminina se quer aguardar os 27 ou eu posso abrir o painel. Senadora Dorinha?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tudo bem?

Peço à Secretaria da Mesa que abra o painel.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – SIM... (*Palmas.*)

Aprovado o destaque da Líder da Bancada Feminina, Senadora Dorinha.

O próximo agora é o destaque da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Destacada a Emenda 256.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto Costa, para defender o destaque.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É o que trata do voto em lista, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É o do voto em lista? (*Pausa.*)

É, voto em lista.

Senador Humberto Costa para defender o seu destaque.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para encaminhar.) – Nós apresentamos esse destaque, primeiro, por nós entendermos que o voto em lista é algo que já deveria ter sido implementado no nosso país há muito tempo.

O voto em lista permite que as pessoas façam as suas escolhas a partir do voto no partido. Se nós tivéssemos o voto em lista já há muito tempo, não somente para este Governo, mas para outros governos que nos antecederam e outros que virão, nós não teríamos essa situação em que, muitas vezes, um Presidente da República se elege com uma grande votação, e o seu partido termina tendo uma representação minoritária, em grande parte pelo fato de haver o voto individual, o voto para as pessoas e não para o partido.

Isso também fortalece os partidos, fortalece o sistema democrático como um todo no nosso país e é absolutamente comum, em países que têm o voto proporcional, que esse voto seja feito em lista. Ao mesmo tempo, nós estamos propondo aqui uma inovação, que vai muito na linha do que acabou de ser votado neste momento, que é não somente o voto em lista, mas a composição dessa lista se fazendo alternadamente entre homens e mulheres.

Com esse desenho, nós teremos, dentro do Parlamento brasileiro, pelo menos 50% de mulheres, o que não representa ainda a maioria que elas são na sociedade, mas representa, sem dúvida, uma situação de muito mais equilíbrio.

Então, o voto em lista é importante, inclusive, num movimento que acontece hoje no Brasil, que é a fusão de partidos, a agregação pelas federações e a necessidade de o partido ter uma vida intensa, para que nós pudéssemos ter aí a definição dessas listas e também a busca de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação efetiva das mulheres nos Parlamentos, não simplesmente participando de cotas de candidatas, mas da ocupação de metade das cadeiras do Parlamento.

É essa a nossa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Determino a abertura do painel.

Quem vota com o Relator vota "não". Quem vota com o destaque do Senador Humberto Costa, vota "sim".

Abro o painel para votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço aos Srs. Senadores que, com a abertura do painel, possam exercer o voto, porque nós temos ainda mais um destaque a ser votado: é o destaque do Senador Jaime. Foi aprovado o requerimento, e o destaque será apresentado com voto nominal.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sras. e Srs. Senadores, eu quero chamar a atenção para esta votação aqui, que parece uma proposta pequena, simples: lista fechada. Ora, com lista fechada, nós vamos mudar completamente todo o sistema de votação, todo o sistema eleitoral do Brasil! Isso é uma coisa importantíssima! Isso já foi tentado várias vezes na Câmara Federal, foi derrotado todas as vezes.

Nós votamos, aqui no Senado Federal, um projeto de autoria do José Serra, que criava o voto distrital misto, que é o melhor sistema que existe no mundo, já está na Câmara para ser votado. E eu quero alertar isso aqui aos votantes, porque, se nós aprovarmos isso aqui, vai-se dificultar a tramitação do Código Eleitoral, porque não se pode mudar o sistema eleitoral do Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com uma emenda, dessa maneira. Isso é uma matéria que tem que ser debatida com toda a sociedade, com todos os partidos políticos, e num projeto independente, não numa emenda feita de última hora.

Então, eu oriento, como Relator responsável pelo futuro da legislação eleitoral do Brasil, porque estou com a relatoria, oriento o voto "não".

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Quero também falar...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vou acompanhar meu colega e também orientar ao PL o voto "não".

O voto em lista precisa ser muito discutido, para que não haja uma "cartorização" das eleições.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Eu vou também acompanhar, nessa emenda, abertamente o Relator, porque não dá para ter uma mudança, assim, tão profunda através de uma emenda que foi pouco debatida. E precisamos preservar o direito do eleitor de escolher os indivíduos em que ele quer votar, não necessariamente numa lista fechada, apresentada por um partido, porque muitas vezes ele quer escolher um ou quer escolher outro.

Então, acho que isso precisa ser mais amadurecido, antes de a gente ter uma deliberação. Por isso também adianto que estou votando "não" a essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os Srs. Senadores já podem votar.

Quem vota com o Relator, contra o voto em lista, já pode votar. (*Pausa.*)

Com 23 Senadores e Senadoras votando, determino a abertura do painel.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Rejeitado o destaque, com 19 votos NÃO.

Então, está rejeitado o destaque. Agora vamos ao destaque, em votação nominal, do Senador Jaime Bagattoli

Ele já expôs as suas convicções.

É a votação da Emenda 238.

O Senador Marcelo Castro deseja falar?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sim.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vamos votar agora o último destaque, do Senador Jaime Bagattoli.

O que o Senador Jaime Bagattoli quer? Modificar toda a legislação que nós temos hoje com relação ao financiamento de campanha. E há uma limitação: o candidato só pode receber doações até 10% do que a pessoa tenha faturado, tenha declarado no seu Imposto de Renda no ano anterior e não pode contribuir com a candidatura com mais de 10% do que o candidato pode receber. Então, se um candidato pode receber 1 milhão, ninguém pode doar mais do que 100 mil. Por quê? Pela lógica, para ninguém se sentir dono do mandato do outro, porque, se a pessoa pode contribuir com 100% da doação, ele vai querer achar que o candidato lhe pertence. E mais, há uma limitação para o próprio candidato poder contribuir com a parcela só de 10% do que ele pode gastar. E o que o nosso... Nós aumentamos para? (*Pausa.*)

E aumentou para quanto o autofinanciamento? (*Pausa.*)

E nós aumentamos o autofinanciamento: era de 10%, e nós aumentamos o autofinanciamento para 20%. Ou seja, se eu sou candidato a um cargo em que eu posso gastar 1 milhão, em que o posso fazer a despesa da campanha de 1 milhão, eu posso autofinanciar-me com 20%, com 200 mil. O que o Senador Jaime Bagattoli quer? Que ele possa financiar-se integralmente, 100%.

Então, um candidato a Senador em um estado em que se pode gastar 10 milhões, que ele possa gastar os 10 milhões na sua candidatura. Em um estado em que se pode gastar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governador 50 milhões, que ele possa gastar os 50 milhões na sua candidatura, autofinanciar-se integralmente. Ora, para quem é rico, está bom! Mas e quem é pobre? Perde a igualdade de competição entre os candidatos, fica completamente desigual. Então, nós estamos fazendo uma coisa racional: que o autofinanciamento possa ser de até 20% do que se pode gastar na campanha, e os financiamentos externos não possam ultrapassar 10% do que pode ser gasto na campanha, para trazer, evidentemente, uma isonomia entre os candidatos.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu gostaria de falar...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

Presidente...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Deixa ele.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O que estou falando é doação de campanha. Doação de campanha...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jaime, um minutinho só.

Os Senadores já podem votar. Já está aberto o painel. Os Senadores que estão no plenário ou fora do plenário já podem exercer o voto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Jaime. Depois, Senadora Dorinha.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Em doação de campanha, qualquer cidadão pode doar 10% da sua declaração do Imposto de Renda do ano anterior. O que eu quero aqui é só um negócio igualitário, ou seja, no seu estado, onde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro da mesma... Se você está concorrendo a Deputado Federal, ou Senador, ou Vereador, ou Prefeito, onde você estiver dentro do seu estado, lá naquele município em que você estiver concorrendo, que você tenha o direito de colocar o mesmo valor que um cidadão pega do teto máximo do fundo partidário. É só isso que eu quero. Agora, gente, se eu puder colocar só 10% ou 20% e o meu adversário pode pegar 100% do fundo partidário, o que vocês veem nisso aí de abuso de poder econômico? Não existe abuso de poder econômico.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Eu queria só um esclarecimento. Mas é só na autodoação ou é na doação de terceiro?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, só do candidato, não é de doação de terceiro. Doação de terceiro... Eu não estou falando da doação de terceiro, são os 10% só.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – É autofinanciamento, né?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O autofinanciamento. Se eu fosse colocar os dez...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Marcelo Castro, Relator, veja bem, veja bem. Eu não estou nem pegando o dinheiro do fundo, eu não estou entendendo por que V. Exa. não concorda com isso. V. Exa. falou para mim: "Bagattoli, pega o dinheiro do fundo". V. Exa. falou isso para mim: "Vai lá e pega o teto máximo". Mas o meu partido, como muitos partidos, não dá o dinheiro para quem não exerce nenhum cargo ainda naquele momento. Como que vocês querem que as pessoas de bem vão para a política? Eu não estou falando aqui do meu partido, eu estou falando de todos os partidos. Eu não estou... aqui não tem abuso de poder econômico, não existe abuso de poder econômico. Agora, se o povo brasileiro acha que um candidato não pode colocar o dinheiro dele na campanha, mas ele pode ir lá e pegar o dinheiro público, aí eu não conseguiria entender mais nada. É isso que eu não estou entendendo – é igualitário, não tem abuso de poder econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os Senadores já podem votar.

Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para encaminhar.) – Eu queria, na verdade, aproveitar a preocupação do Senador com a emenda. Eu acho que, assim, essa situação não está tão resolvida. Eu acho que todos nós aqui já disputamos várias eleições com o fundo eleitoral. Não existe esse equilíbrio. O partido define para onde vai mandar, quanto vai mandar. Então, esse equilíbrio não existe.

No caso de alguns estados – eu vou falar do meu estado, Tocantins –, o valor do fundo eleitoral para disputa de um Deputado Federal que com cerca de 50 mil, 45 mil votos se elege é igual ao do Senador que tem que ter mais de 300 mil votos, porque está igual. E eu vou colocar um outro problema ainda. A Justiça Eleitoral adotou como referência o ano das eleições de 2012. Então, tem um monte de disparate.

Eu vou colocar o caso do meu estado de novo. A capital, naquela eleição, teve um gasto bastante significativo com a eleição, e do fundo, do teto, do piso eleitoral que é colocado lá, ficam para o Prefeito disputar a eleição 11 milhões, e cada Vereador um milhão, cento e pouco. De Araguaína, segunda maior cidade do estado, uma cidade grande, lá o Prefeito dessa grande cidade tem um teto de R$1 milhão, igual a um Vereador. Eu até cheguei a falar isso com o Senador, ele não teve tempo de lidar com esse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, eu sei que o senhor acatou. Eu estou colocando, assim, a preocupação. A preocupação que o Senador Bagattoli tem vai se referir... o senhor acatou a emenda, mas, na verdade, a gente pedia, além da atualização, que pudesse ser rediscutido o critério. Porque o que a Justiça adota? Ela pega aquele critério de 2012.

Eu estou concordando que é uma preocupação, tanto que não é só o caso específico do Senador, porque aí tem toda uma concepção do recurso privado, é um autofinanciamento, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há a necessidade de que o Senado e a Câmara acompanhem diretamente as resoluções do TSE, que vão atribuir o formato de financiamento...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Não, não vão atribuir, nós colocamos no código, Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, estou concordando. Eu estou elogiando.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – V. Exa. está levantando aí que o negócio foi feito de 2012 para cá.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É assim que é.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, nós mudamos tudo agora, atualizamos tudo no código!

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Acho que o senhor não me entendeu, né?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu entendi!

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não entendeu. Eu estou comparando a situação, que não é tão tranquilo quando a gente diz...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agora é tranquilo, porque nós fizemos a sistemática para todas as cidades, para todos os estados do Brasil, para todos os candidatos.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, vou retomar a língua portuguesa explicando a situação. O que eu estou dizendo é que os partidos e seus fundos são diferentes, são proporcionais. Então, a preocupação vai além da preocupação que eu demonstrei e que o Senador trabalhou no seu relatório. Eu estou dizendo que existe uma situação partidária que, do ponto de vista de legislação, não está sendo tratada – e não vai ser, porque não é do escopo, é uma preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Eu queria fazer uma manifestação a favor da emenda, pedindo vênia ao Relator, que tanto trabalho tem e teve nesse seu relatório, porque existem... Eu acho que é um pouco do que a Dorinha falou. Existe uma diferença entre os recursos que cada partido tem, mas pode ser que não haja essa mesma diferença se o candidato puder cobrir até o teto do limite, lógico, até o limite, né?

Então, um candidato hoje... Eu vou dar um exemplo aqui, não é nem meu partido. Um candidato hoje do Partido Novo não tem tempo de TV – embora tenha alguma representatividade lá na Câmara, e são aguerridos, e aqui também no Senado, só com o Senador Girão –, o fundo eleitoral dele é muito inferior ao das outras agremiações, e a gente sabe que o recurso é fundamental numa campanha, porque campanha... Como disse um ministro do STF, a democracia custa. E a gente está usando muito o fundo eleitoral e olhando só no fundo eleitoral, mas, para poder ter uma igualdade de armas, se esse candidato, no meu exemplo do Partido Novo, tem recursos de origem declarada – é óbvio, de origem declarada – e quer colocar seu dinheiro próprio na campanha, eu realmente não entendo por que ele não pode. Ele não está tendo vantagem sobre nenhum outro, já que todos estão presos no teto, eles estão limitados ao teto, né? Então, se ele vai conseguir esse dinheiro de um amigo ou se ele vai usar dinheiro próprio, tanto faz, porque é o teto que vai dizer onde para esse limite e que permite a igualdade.

Então, eu, sinceramente, sou absolutamente a favor da emenda. É dinheiro próprio, declarado em declaração de Imposto de Renda, não está pegando do amigo, do parente, de outra pessoa que tem algum outro interesse, não está pegando de pessoa jurídica. É recurso próprio dele, sujeito ao teto, até o limite do teto.

Eu acho, por isso, muito meritória a proposta, e a orientação é pelo voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, aqui, acho que são duas situações. Se fossem doações privadas de terceiros, eu seria contra, porque daí às vezes é comprar o mandato, porque fica o candidato dependente de um terceiro. Mas pelo que eu vi aqui na declaração, e foi confirmada tanto pelo autor da emenda como pelo ilustre Relator, é autofinanciamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, um dos problemas que a gente coloca nas limitações de doações aqui não se aplica, porque ele não está comprando ele mesmo. Ele está, na verdade, usando os recursos próprios. E aí, a meu ver, faz muito mais sentido ele poder usar os recursos próprios até o limite do teto – e esse limite do teto, a meu ver, Senador, é o que já determina a igualdade de possibilidade de competição em relação aos outros candidatos – do que utilizar o fundo partidário para isso, porque ele está poupando o dinheiro do contribuinte, está usando seus recursos próprios, o abuso está limitado pelo limite do teto de gastos em relação àquele candidato específico. Então, eu sinceramente não vejo problemas na emenda e já votei. Também já revelo publicamente que votei "sim" nessa proposta.

Concordaria plenamente, e a emenda não trata disso, com a proibição de um terceiro doar acima das regras que estão já estabelecidas na legislação, porque essas limitações de valor de doação de terceiros são importantes para preservar a integridade do processo eleitoral.

Então, faço essas observações e adianto o voto "sim".

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Bom, eu queria só fazer aqui um último argumento, que é o seguinte: o princípio basilar da democracia é a igualdade, a isonomia de condições de candidaturas. Se um candidato pode gastar R$30 milhões, porque ele tem, porque é rico, por mérito próprio, e o outro não pode gastar, há uma disparidade.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não, não, mas tem o teto.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O teto pode ser R$30 milhões, pode ser R$50 milhões, pode ser R$80 milhões. O teto... tem teto alto. Tem tetos altíssimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas daí a pessoa, o candidato que tem o teto também está numa desigualdade, é a desigualdade da regra.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Claro! Então, o sujeito é candidato a um estado em que o teto, numa candidatura de Prefeito, digamos, é de R$40 milhões. Um candidato não pode gastar R$1 milhão, o outro pode gastar os R$40 milhões. Onde é que existe a isonomia entre as candidaturas?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas se o partido dá R$40 milhões para ele, do fundo partidário, aí não tem igualdade.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Isso aí é deixar a coisa sem regra!

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É uma disparidade, uma desigualdade. Claro que é!

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador... Senador, pela ordem, veja bem...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Nós estamos falando do fundo partidário, que pode ser maior de um partido.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone.*) – Nós estamos tratando de autofinanciamento.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, mas aqui, olha...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu acho que o Senador...

Concluiu, Senador Marcelo?

Bom, já são 27 votos, vou determinar a abertura do painel. Estão completos os votos.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está aprovado o destaque do Senador Jaime Bagattoli, com 15 votos favoráveis.

Então, resultado final.

Aprovado o relatório, que passa a constituir, com as alterações dos destaques, o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda 374-CCJ (Substitutivo), com as Emendas destacadas nºs 354-CCJ, 318-CCJ, 238-CCJ; rejeitadas as Emendas 254 e 256.

A matéria vai ao Plenário.

Pergunto ao Senador Marcelo Castro: Senador Marcelo Castro, a matéria vai ao Plenário; V. Exa. tem algum requerimento para que tramite em urgência?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, V. Exa. formule o requerimento.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu quero pedir urgência nesta matéria, porque ela tem que ser aprovada aqui no Senado, em Plenário, depois tem que ir para a Câmara e tem que ser aprovada até o dia 4 de outubro para poder viger para a próxima eleição. Então, há uma pressa muito grande para que a gente possa aprovar aqui no Plenário para poder ir para a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Demorou dois anos, né?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só na minha relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, foi mais tempo do que a residência médica de V. Exa. (*Risos.*)

Senadora Margareth Buzetti...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria vai em regime de urgência ao Plenário do Senado Federal.

Senadora Margareth, vamos ao Projeto de Lei nº 942, de 2024, de autoria da Deputada Federal Laura Carneiro, do PSD, do Rio de Janeiro.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 942, DE 2024

- Não terminativo -

Cria causa de aumento de pena para o crime de vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, no caso de a criança ou o adolescente utilizar ou consumir o produto.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Favorável ao Projeto

Senadora Margareth Buzetti, com a palavra para ler o relatório.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (S/Partido - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Peço permissão para ir direto à análise, por favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço silêncio no plenário para que a Senadora Margareth Buzetti possa ler o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (S/Partido - MT) – Preliminarmente, frise-se que a proposta não apresenta vícios de constitucionalidade formal ou material. A competência da União para legislar sobre direito penal é expressamente prevista no art. 22, inciso I, da Constituição Federal.

No plano material, a proposição respeita os princípios constitucionais que regem a elaboração de normas penais, especialmente o da individualização da pena – art. 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal –, ao permitir a dosimetria proporcional conforme a gravidade do resultado da conduta. A elevação da pena nos casos em que há consumo efetivo da substância por criança ou adolescente não viola garantias fundamentais nem introduz qualquer forma de criminalização desproporcional.

Não há vícios de juridicidade. A proposta promove alteração relevante no ECA ao criar causa de aumento de pena para o crime do art. 243 quando houver efetivo consumo pela vítima, trazendo critério mais rigoroso para a dosimetria e se mantendo adequada à espécie normativa e aos princípios gerais de direito.

No que se refere à regimentalidade, foram observados, até o momento, todos os trâmites e procedimentos previstos no Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, entendemos que o PL é conveniente e oportuno.

Pelo ponto de vista do direito penal, o tipo previsto no *caput* do art. 243 do ECA é considerado crime formal, ou seja, ele se consuma com a simples entrega, à criança ou ao adolescente, de bebida alcoólica ou substância que possa causar dependência, independentemente de essa substância ser efetivamente consumida.

O projeto em análise, no entanto, avança ao reconhecer que, quando há de fato o consumo da substância, o resultado da conduta é significativamente mais grave, o que justifica a incidência de uma causa de aumento de pena.

A distinção introduzida pela proposta atende ao princípio da proporcionalidade, ao permitir que a resposta penal seja calibrada de acordo com a gravidade do resultado produzido. Quando o consumo se concretiza, os riscos à saúde física e psíquica do menor deixam de ser meramente potenciais e se tornam reais e imediatos, com efeitos que podem perdurar por toda a vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessas hipóteses, os bens jurídicos protegidos, a saúde e o desenvolvimento pleno da criança e do adolescente, conforme garantem o art. 227 da Constituição e o art. 3º do ECA, sofrem ofensas mais intensas e, portanto, reclamam uma sanção mais severa.

Assim, a proposição está em plena harmonia com a estrutura do sistema penal, que admite o agravamento da pena diante de resultados mais lesivos. Ao prever uma causa de aumento de um terço até a metade, o projeto confere ao julgador uma faixa razoável de discricionariedade na dosimetria da pena, permitindo sua adequação ao caso concreto com base na intensidade do dano causado.

Por fim, também entendemos que a fração de aumento proposta é adequada e compatível com outras hipóteses previstas no Código Penal e no próprio ECA. Trata-se, em suma, de medida equilibrada e necessária para reforçar a proteção de crianças e adolescentes diante da exposição e, sobretudo, do consumo de substâncias que ameaçam seu desenvolvimento integral.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 942, de 2024.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. o relatório.

O parecer é favorável, a matéria foi apreciada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria, em votação o relatório da nobre Senadora Margareth Buzetti.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. quer encaminhar algum requerimento de urgência para votação?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (S/Partido - MT. Como Relatora. *Fora do microfone*.) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Encaminhado o requerimento de urgência da Senadora Margareth Buzetti para que a matéria vá em regime de urgência para o Plenário do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento de urgência.

Não havendo mais nenhum projeto para ser apreciado, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo, inclusive, a presença do meu querido conterrâneo do Município de Macarani, no sudoeste da Bahia, Magno Malta.

Está encerrada.

(*Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às treze horas e trinta e seis minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Plínio Valério, Fernando Farias, Efraim Filho, Omar Aziz, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eduardo Girão, Magno Malta, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Jaime Bagatolli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Paulo Paim, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Hamilton Mourão e ainda dos Senadores não membros da Comissão Pedro Chaves, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Nelsinho Trad e Lucas Barreto. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. **Passa-se à apreciação das emendas desta Comissão ao PLN nº 2, de 2025-CN**, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências". Item único: emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao PLN nº 2, de 2025-CN (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026). O Presidente, Senador Otto Alencar, designa relator *ad hoc* o Senador Marcelo Castro, em substituição ao Senador Omar Aziz. O relator *ad hoc* apresenta o relatório sobre as 30 propostas de emenda ao Anexo de Prioridades e Metas e sobre as 4 propostas de emenda ao texto sugeridas ao referido Projeto. Após a discussão **são APROVADAS: 3 (três) Emendas ao Anexo de Prioridades e Metas: Emenda 1: Ementa:** Emenda nº 1-CCJ, que foi objeto de indicação de 5 parlamentares: Professora Dorinha Seabra, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Hamilton Mourão e Augusta Brito. **Objetivo Específico:** 0414 - Ampliar o atendimento das defensorias com foco nos grupos vulnerabilizados em especial mulheres, população negra, população LGBTQIA+, povos indígenas e comunidades tradicionais. **Programa**: 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da

Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9396436767
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Defesa dos Direitos**. Órgão responsável**: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Acréscimo de Meta:** 100. **Justificativa**: A ampliação do atendimento das defensorias com foco em grupos vulnerabilizados, como mulheres, população negra, LGBTQIA+, povos indígenas e comunidades tradicionais, é fundamental para garantir acesso à justiça e promover a igualdade de direitos. Esses grupos frequentemente enfrentam barreiras adicionais para acessar serviços jurídicos, resultando em violações de direitos e perpetuação de desigualdades. Ao fortalecer as defensorias, podemos oferecer assistência jurídica gratuita e especializada, empoderando esses grupos e assegurando que suas vozes sejam ouvidas e seus direitos respeitados. Isso contribui para uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva, onde todos têm oportunidades iguais de acessar a justiça e viver com dignidade. **Emenda 2: Ementa:** Emenda nº 2-CCJ, que foi objeto de indicação de 4 parlamentares: Paulo Paim, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Augusta Brito. **Objetivo Específico:** 0120 - Contribuir para a redução do desmatamento por meio de ações policiais preventivas e repressivas de proteção da Amazônia Legal. **Programa**: 5116 - Segurança Pública com Cidadania. **Órgão responsável**: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Acréscimo de Meta:** 3000. **Justificativa**: Contribuir para a redução do desmatamento por meio de ações policiais preventivas e repressivas de proteção da Amazônia Legal é fundamental para preservar a maior floresta tropical do mundo, que desempenha papel crucial no equilíbrio climático global, na regulação do regime de chuvas e na manutenção da biodiversidade. O desmatamento ilegal está diretamente associado a crimes ambientais, grilagem de terras, garimpo e exploração predatória de madeira, atividades que também alimentam redes criminosas, geram violência e fragilizam a presença do Estado na região. A atuação preventiva e repressiva das forças policiais — em articulação com órgãos ambientais, Ministério Público e comunidades locais — é decisiva para coibir a impunidade, aumentar o custo do crime ambiental e proteger populações indígenas, ribeirinhas e tradicionais, que são as primeiras a sofrer com conflitos e expulsões. Além disso, reduzir o desmatamento fortalece a imagem internacional do Brasil, amplia acesso a mercados e investimentos que exigem compromissos socioambientais e diminui riscos de sanções comerciais. Em termos econômicos, combater a devastação ilegal evita perdas de serviços ecossistêmicos (água, solo fértil, polinização) e cria condições para uma economia florestal sustentável baseada em bioeconomia, turismo ecológico e manejo responsável. Assim, a proteção da Amazônia Legal por meio da presença policial integrada é não apenas uma questão de segurança ambiental, mas também de soberania nacional, justiça social e desenvolvimento sustentável. **Emenda 3: Ementa:** Emenda nº 3-CCJ, que foi objeto de indicação de 4 parlamentares: Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Augusta Brito e Fernando Farias. **Objetivo Específico:** 0242 - Fortalecer o ambiente regulatório de proteção de dados pessoais no Brasil. **Programa**: 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos. **Órgão responsável**: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Acréscimo de Meta:** 8. **Justificativa**: Fortalecer o ambiente regulatório de proteção de dados pessoais no Brasil é fundamental para garantir a segurança, a privacidade e os direitos dos cidadãos em uma sociedade cada vez mais digitalizada, em que informações sensíveis circulam em larga escala. Um marco regulatório robusto — como a LGPD, acompanhada por uma atuação eficaz da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) — cria confiança entre consumidores, empresas e governos, reduz riscos de fraudes, vazamentos e usos abusivos de dados. Além disso, promove competitividade e inovação ao alinhar o país a padrões internacionais de governança digital, o que atrai investimentos e facilita negócios globais. No campo público, fortalece a transparência e a segurança em políticas digitais, enquanto no privado protege consumidores e valoriza empresas que adotam boas práticas. Também tem impacto social direto, ao mitigar desigualdades e proteger grupos vulneráveis de discriminações baseadas no uso indevido de informações pessoais. Em suma, um ambiente regulatório sólido de proteção de dados é peça-chave para o desenvolvimento econômico sustentável, para a soberania digital e para a defesa da cidadania

Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9396436767

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no Brasil. **Não foram aprovadas emendas ao texto do Projeto.** Ao final da reunião, a presente Ata foi aprovada pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta minutos. A Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9396436767

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e dezenove minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Efraim Filho, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Jorge Seif, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Weverton, Randolfe Rodrigues, Paulo Paim, Humberto Costa, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Cid Gomes, Magno Malta e Rogerio Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 24ª Reunião Extraordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2875, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. Vota contrário o Senador Eduardo Girão. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência para a matéria, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4809, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento); a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos); a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações), para endurecer a resposta penal aos crimes cometidos com violência." **Autoria:** Comissão de Segurança Pública. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com sete emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1252, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 14.133, de 1º de abril de 2021, e nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para prever a possibilidade de concessão de créditos tributários e quitação de multas administrativas como contrapartida para execução de obras ou serviços de engenharia de interesse público." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao Projeto, e com três emendas que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1630, de 2019 - Não Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Altera o art. 30 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes da Educação Nacional"; o art. 4º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que "dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância"; o art. 396 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que "aprova a Consolidação das Leis do Trabalho"; e o art. 209 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que "trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União", para dispor sobre a facilitação à amamentação e ao aleitamento materno." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1694, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto. Vota contrário o Senador Eduardo Girão. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência para a matéria, de autoria do Senador Mecias de Jesus. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4089, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência para a matéria, de autoria do Senador Otto Alencar. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5490, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera o art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para tornar insuscetíveis de fiança os crimes relacionados à prática da pedofilia." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1, 2 e 4, com duas emendas de redação que apresenta, e pela prejudicialidade da Emenda nº 3. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ, 2-CCJ, 4-CCJ e as Emendas de redação nºs 5-CCJ e 6-CCJ. Fica prejudicada a Emenda nº 3. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 116, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para caracterizar, dentre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1612, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para condicionar a devolução da Carteira Nacional de Habilitação ao condutor reincidente na infração da Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, à realização de avaliação médico-psicológica, que poderá cominar na necessidade de participação em programa educativo sobre álcool e outras drogas e na participação em tratamento médico-psicológico." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10 - Projeto de Lei n° 680, de 2024 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 para garantir o direito à transferência dos direitos à exploração do serviço de transporte público individual de passageiros e atribuir aos Municípios a competência para definir os seus requisitos." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 42, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2875/2025, que "cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 43, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1694/2025, que "dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 44, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4089/2023, que "altera as Leis nºs10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 45, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei n° 2329, de 2021." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/27

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de dez matérias. Eu sou o Relator em uma delas, o item 6. Eu pediria ao Senador Contarato que pudesse presidir e me desse a oportunidade de relatar essa matéria, que é o item 6 da pauta, enquanto os outros Senadores Relatores possam chegar para começarmos os trabalhos de apreciação das outras.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Bom dia a todos e todas. Para mim é uma honra estar aqui, na medida do possível, atendendo o meu querido e admirável Senador Otto Alencar.

Anuncio o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4089, DE 2023

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para proferir o relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Senador Fabiano Contarato, e passo à leitura do relatório.

Vem ao exame da Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei nº 4.089, de 2023 (Projeto de Lei nº 2.131, de 2007, na origem), do Deputado Federal Edgar Moury, que altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica.

O art. 1º do projeto de lei informa o seu objeto, que é vedar a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, bem como considerar discriminatória contra o idoso a exigência não extensiva a outros públicos, como o comparecimento a agências ou instalações.

O art. 2º do projeto de lei acrescenta art. 6º-C à Lei nº 10.820, de 2003, para prever, no *caput*, que, nas operações de crédito consignado, é vedado à instituição consignatária contratar empréstimo, financiamento, cartão de crédito, cartão consignado de benefício ou arrendamento mercantil sem autorização expressa do beneficiário.

Eu vou à análise da matéria, Sr. Presidente.

Quanto à constitucionalidade, a matéria é da competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, nos termos dos incisos V e VIII do art. 24 da Constituição Federal. Ademais, cabe ao Congresso Nacional apreciar matéria dessa ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à juridicidade, o projeto possui os atributos de generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

No tocante à regimentalidade, a proposição também está dentro daquilo que está preestatuído no Regimento Interno do Senado Federal.

Relativamente à técnica legislativa, a proposição observa todas as regras.

No tocante ao mérito da proposta, somos favoráveis à sua aprovação.

A concessão de crédito consignado sem a manifestação favorável expressa do beneficiário deve ser vedada, porque não foi comprovada ser essa a vontade do contratante, requisito essencial para que haja o contrato.

Os fornecedores que agem de forma unilateral concedendo empréstimos devem receber de volta os valores eventualmente transferidos, mas sem a incidência de encargos, porque agiram de forma abusiva, valendo-se da vulnerabilidade do consumidor.

A concessão unilateral de crédito consignado leva o consumidor ao endividamento excessivo e injustificado, que ele muitas vezes não percebe, porque nem mesmo solicitou o empréstimo. Nesses casos, o consumidor pode ser considerado hipervulnerável, pois ele é muitas vezes idoso e aposentado.

Alteramos a redação do projeto de lei, contudo, para prever somente o recebimento de valores sem solicitação, haja vista que, a rigor, a contratação é nula, suprimindo-se ainda o prazo para solicitação de 60 dias, por ser exíguo.

Além disso, caso o fornecedor não comprove engano justificável ou fraude para fundamentar eventual concessão de crédito consignado, sem sua culpa, é justo que ele seja apenado com multa automática, de modo a inibir o seu comportamento abusivo e prevenir novas incidências lesivas ao consumidor. A situação é semelhante à cobrança indevida prevista na Lei nº 8.078, de 11 de dezembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Ademais, não consideramos razoável que o idoso seja discriminado pelo fornecedor, com exigências aplicadas somente a ele, pelo fato de ele ser idoso, como se estivesse à beira da morte, como exigências de comparecimento pessoal a agências ou instalações, que geram enormes dificuldades ao idoso, tanto financeiramente quanto fisicamente. Não concordamos, no entanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a alteração requerida seja procedida no Estatuto do Idoso, que se aplica a uma gama de situações mais diversificada.

Voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.089, de 2023, com as seguintes emendas.

EMENDA Nº - CCJ

Dê-se à Ementa do Projeto de Lei nº 4.089, de 2023, a seguinte redação:

"Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica."

EMENDA Nº - CCJ

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 4.089, de 2023, a seguinte redação:

"Art. 1º Esta Lei altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica."

EMENDA Nº - CCJ

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 4.089, de 2023, a seguinte redação:

"Art. 2º A Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a inclusão dos seguintes dispositivos:

'Art. 6º-C. O beneficiário que receber sem solicitar valor referente a operações de empréstimo, financiamento, cartão de crédito, cartão consignado de benefício ou arrendamento mercantil ficará isento do pagamento de quaisquer encargos.

§1º Na hipótese do *caput* deste artigo, a instituição consignatária incorrerá em multa automática de 10% (dez por cento) do valor depositado, a ser revertida em partes iguais para o Fundo de Defesa do Consumidor e o Fundo Nacional do Idoso, ressalvadas as legislações locais, salvo se, em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da identificação do ocorrido, comprovar:

I – a ocorrência de engano justificável, conforme o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

II – a existência de fraude, sem a concorrência da instituição financeira ou de seus prepostos para sua realização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> § 2º Nas contratações realizadas por meios remotos, a instituição consignatária deverá adotar tecnologia que permita a confirmação da identidade do cliente[...]

Ou seja, o crédito só será dado com a biometria para inibir essas práticas todas que têm ocorrido até agora.

> [...] por meio de reconhecimento biométrico ou acesso autenticado, a partir da utilização de ferramentas tecnológicas, ou, ainda, por meio de dupla confirmação por parte do beneficiário. ’

Esse é um caso importante, essa questão da biometria para os consignados, até porque o idoso... Às vezes, uma outra pessoa da própria família, ou não, pega o cartão, vai lá e utiliza sem autorização. Ai, quando vê... Esse caso do INSS é uma coisa mais ou menos parecida, né? Se tivesse a biometria dificilmente aconteceria esse desvio de tantos recursos. Eu coloquei essa emenda exatamente para isso, para não permitir a fraude.

> ‘Art. 6º-D. É considerada discriminatória à pessoa idosa a estipulação de exigências não extensivas a outros públicos, como o comparecimento físico em agências ou instalações, na concessão de operações com consignação em folha de pagamento de que trata essa Lei.’”

Outra emenda:

> EMENDA Nº - CCJ
> Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 4.089, de 2023, a seguinte redação:
> “Art. 3º A Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:
> ‘Art. 2º.....
> § 1º.....
> § 2º O servidor que receber sem solicitar valor referente a operações de empréstimo, financiamento, cartão de crédito, cartão consignado de benefício ou arrendamento mercantil ficará isento do pagamento de quaisquer encargos.
> § 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, a instituição consignatária incorrerá em multa automática de 10% (dez por cento) do valor depositado, a ser revertida em partes iguais para o Fundo de Defesa do Consumidor e o Fundo Nacional do Idoso, ressalvadas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislações locais, salvo se, em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da identificação do ocorrido, comprovar:

I – A ocorrência de engano justificável, conforme o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

II – A existência de fraude, sem a concorrência da instituição financeira ou de seus prepostos para sua realização.

§ 4º Nas contratações realizadas por meios remotos, a instituição consignatária deverá adotar tecnologia que permita a confirmação da identidade do servidor e do seu consentimento para contratação da operação, por meio de reconhecimento biométrico ou acesso autenticado, a partir da utilização de ferramentas tecnológicas, ou, ainda, por meio de dupla confirmação por parte do beneficiário.

§ 5º É considerada discriminatória à pessoa idosa a estipulação de exigências não extensivas a outros públicos, como o comparecimento físico em agências ou instalações, na concessão de operações com consignação em folha de pagamento de que trata essa Lei.'"

E a outra emenda:

EMENDA Nº - CCJ

Suprima-se o art. 4º Projeto de Lei nº 4.089, de 2023, remunerando-se o atual art. 5º para art. 4º.

São as alterações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador. Parabéns pela sensibilidade com um tema tão importante para milhões de brasileiros e brasileiras, principalmente aposentados e pensionistas.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira... Ah, perdão.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Primeiro eu quero parabenizar o autor, o Deputado Federal Edgar Moury, e também o nosso Relator, o Senador Otto Alencar, pela relatoria desse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos acompanhando aí a CPMI do INSS, e a gente viu o maior roubo da história do país contra os velhinhos aposentados.

E acontece que hoje, por incrível que pareça, os bancos também tomam conhecimento dos aposentados antes do aposentado. O aposentado, em casa, recebe um documento, uma oferta de empréstimo, e ele nem sabe ainda se está concluído o processo dele. Então, os bancos têm esse acesso a essas informações que não deveriam ter – e nós vamos apurar isso na CPMI, inclusive –, mas, mais grave do que isso, tem muitas instituições que já creditam na conta do aposentado, independentemente se ele concorda ou não, se ele quer ou não, fazem o depósito e depois já começam a descontar as parcelas sem conhecimento nenhum. A pessoa vê o crédito na conta, começa a gastar, depois vêm aí esse juro escorchante e as parcelas mensais do banco que são intermináveis.

Então, é uma bela medida, e acho que a gente tem que avançar ainda mais, tem projetos já tramitando, proibindo de fato o desconto de consignação de qualquer forma. O INSS não tem esse papel de coordenar desconto em folha, isso não é papel do INSS. O cara que quer realmente contribuir com as associações, com os sindicatos que vá ao sindicato, o sindicato emite um documento lá – uma TED ou um boleto qualquer –, ele vai e paga. Agora, o INSS ficar cuidando desses negócios... Cuidando não, é encontrar esse mecanismo de desviar recurso, e o que tem que ser feito ele não faz. Tem milhares de aposentados em filas, aguardando seis, um ano, dois anos para aposentar, e os caras estão preocupados realmente com o desvio do recurso.

Então, quero parabenizar o nosso Relator e também o autor desse projeto, já antecipando meu voto favorável à proposta.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Izalci.

Com a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Quero elogiar aqui o projeto e também a relatoria do Senador Otto.

Esse é um projeto importante. A gente não pode generalizar, mas existe de fato uma indústria fraudulenta de crédito consignado, que tem vitimado principalmente as pessoas mais vulneráveis, pessoas idosas, pessoas às vezes aposentadas ou pensionistas. E, em boa hora, se estabelece não só um regramento, mas também sanções para quem pratica esse tipo de ato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vamos vilanizar aqui também nossas instituições financeiras; é uma minoria, mas é uma minoria que faz um grande estrago em relação a esse tipo de operação e acaba, de certa maneira, também prejudicando as operações lícitas, porque acaba daí gerando a necessidade de colocar mais regramento, mais burocracia para proteger contra a fraude, elevando os custos das operações legítimas. Então, é boa hora a se colocarem sanções para quem envereda nesse tipo de prática ilícita.

Fica aqui o registro do meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Bom dia a todos.

Presidente, também rapidamente, é para parabenizar o autor do projeto, Deputado Edgar Moury; parabenizar o Relator, Presidente e Senador Otto Alencar. É oportuno, em boa hora. É óbvio que muitas vezes a nossa legislação avança conforme as situações ganham uma visibilidade e choquem a sociedade, como aconteceu com esse roubo dos aposentados do INSS. Vê-se que é um problema que não é também de agora, é um projeto que já veio da Câmara, é um projeto de lei de 2007. Veja quanto tempo em que já há uma preocupação de Parlamentares em regulamentar essa matéria.

E, apenas a título de colaboração, Presidente – veja se não é o caso no seu relatório –, eu não sei qual é o termo exato, mas V. Exa. quer colocar uma camada a mais de proteção, que é a biometria. E eu não sei se biometria é um termo genérico ou específico, porque hoje você tem como atestar que aquela pessoa é aquela pessoa mesmo mediante a digital, que eu acredito que é a biometria. Tem íris, tem leitura facial, tem até fluxo sanguíneo já hoje para você garantir, atestar a personalidade que está ali pelo benefício.

Então, só como sugestão, eu não sei se biometria atende, mas, caso não atenda, biometria ou similar, algo assim, só para gente não precisar atualizar a legislação lá na frente, para que isso seja um impeditivo: "Olha, só pode ser mediante o uso de tecnologia que faça biometria". Não sei se me fiz claro, mas é apenas essa sugestão, e parabenizo o relatório de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Relator.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – A ponderação do Senador Flávio Bolsonaro eu acato; realmente, biometria ou similares, ou técnicas similares.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já está colocado aqui, quando eu li o relatório. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Não havendo mais...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Boa indicação; sempre faça isso para ajudar. Às vezes, passa, né? Não passou.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Parabéns pela autoria do projeto, parabéns ao Relator Otto Alencar, e encerro a discussão.

Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – SR. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Eu encaminharei um requerimento de urgência para apreciação dos Senadores e das Senadoras, se V. Exa. puder colocar, agradeço.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 44, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4089/2023, que "altera as Leis nºs10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica".

Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. Em votação o Requerimento de urgência.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

Passo a Presidência para o meu querido Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado, irmão. (*Pausa.*)

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2875, DE 2025

- Não terminativo -

Cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Favorável ao Projeto.

Autoria do Tribunal Superior do Trabalho. Relatoria do nosso querido Presidente, Senador Rodrigo Pacheco. É uma alegria muito grande estar com V. Exa. na Comissão de Constituição e Justiça, V. Exa. que prestigiou tanto, no seu período, esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, passo a palavra a V. Exa.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Otto Alencar. Saúdo o nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça de maneira muito especial, cumprimentando-o pelo trabalho e pela condução desta, que é seguramente das mais importantes Comissões do Parlamento brasileiro; meus colegas Parlamentares, minha colega Parlamentar, Senadora Zenaide Maia.

Vem a exame o Projeto de Lei nº 2.875, de 2025 (nº 7.906, de 2014, de origem na Câmara dos Deputados), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST), com o objetivo de criar cargos de juiz do trabalho substituto no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3ª Região, sediado em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais.

O art. 1º da proposição cria 21 cargos de juiz do trabalho substituto no TRT da 3ª Região.

O art. 2º determina que as despesas decorrentes da execução da lei que se originar da aprovação deste projeto correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região no Orçamento Geral da União.

O *caput* do art. 3º condiciona a criação dos cargos objeto deste projeto de lei à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual (LOA) com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do art. 169 da Constituição Federal. No entanto, prevê o parágrafo único desse artigo que, se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para o provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da LOA correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Finalmente, o art. 4º estabelece o início da vigência da futura lei a partir da data de sua publicação.

Ao justificar o projeto, S. Exa. o Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, afirma o seguinte:

> Os cargos de juízes propostos são necessários para compor as 21 Varas do Trabalho criadas no TRT com a edição da Lei nº 12.616/2012 e encontra respaldo legal na dicção do art. 93, inciso XIII, da Constituição Federal, que estabelece critérios para a criação de cargos de juiz em varas do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A constatação do aumento das demandas trabalhistas, nas unidades judiciárias de primeiro e segundo graus, assim como o cenário socioeconômico do Estado de Minas Gerais exigem providências, no sentido de dotar a estrutura do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região dos meios indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições e consequente garantia do amplo acesso da população à justiça trabalhista.

Aprovada na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão desta Câmara Alta, onde não recebeu emendas.

Da análise, Sr. Presidente.

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo PL em exame, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (Constituição Federal, art. 48, inciso X), de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior (Constituição Federal, art. 96, inciso II, alínea "b"), não havendo, também, qualquer reparo no tocante à constitucionalidade material e à juridicidade.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em observância ao disposto no inciso IV do art. 79 da Lei 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.

Na sessão de 19 de agosto de 2014, foi aprovada por aquele colegiado, conforme Parecer de Mérito nº 0007100-79.2013.2.00.0000, a criação de 21 (vinte e um) cargos de Juiz do Trabalho Substituto no TRT da 3ª Região.

Quanto à regimentalidade, o PL observa as normas regimentais desta Casa aplicáveis à tramitação de proposições dessa espécie legislativa, não havendo, ademais, reparos a fazer quanto à técnica legislativa.

No tocante ao mérito, verifica-se que o PL é justificado pelo aumento das demandas trabalhistas nas unidades judiciárias de primeiro e segundo graus, assim como pelo cenário socioeconômico do Estado de Minas Gerais, exigindo providências no sentido de dotar a estrutura do TRT da 3ª Região dos meios indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições e à consequente garantia do amplo acesso da população à justiça trabalhista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A aprovação da presente proposição representa, assim, providência indispensável, no sentido de permitir a adequada prestação da justiça trabalhista em todo o território de Minas Gerais sob a jurisdição do TRT da 3ª Região.

Finalmente, quanto à adequação financeira e orçamentária do projeto, já existe, para o exercício de 2025, a previsão orçamentária para a sua efetivação, contida no item 2.6.2 do Anexo V da Lei 15.121, de 10 de abril de 2025, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025 (a LOA/2025), em que está prevista a autorização específica de que trata o art. 169, §1º, inciso II, da Constituição Federal e o art. 118, inciso IV, da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências (a LDO/2024), relativa a despesas de pessoal e encargos sociais.

Em face do exposto, o voto é pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 2.875, de 2025, e, no mérito, por sua aprovação.

E apenas um elemento que gostaria de destacar, Sr. Presidente, aos nobres pares é que este projeto de lei, que vem desde 2014, portanto, 11 anos de tramitação, decorre do fato de que em 2012 foi editada a Lei Federal 12.616, de 2012, que criou as vagas de juízes titulares nessas respectivas varas do TRT, sem fazer a correlação absolutamente indispensável da existência do juiz substituto. Então, esse projeto vem a corrigir certa anomalia e certa deficiência da lei de 2012. Para além de todos os argumentos que foram estruturados, no sentido da necessidade, do tamanho e da importância do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região em Belo Horizonte, Minas Gerais, mas, sobretudo, dessa correção da lei de 2012, porque nas varas, necessariamente, é importante que se tenha um juiz titular e um juiz substituto. Então, esse argumento também reputo importante para conhecimento pleno de nossos pares.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e o parabenizo.

Coloco a matéria em discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Esperidião Amin está inscrito. Depois, o Senador Eduardo Girão.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, em primeiro lugar, quero saudar nosso grande Presidente, tanto da Comissão de Justiça quanto do Senado, né? Tive o privilégio de, como Deputado Federal ainda, ter o então Deputado Federal Rodrigo Pacheco na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, sempre demonstrando talento, aplicação e exação, além do conhecimento geral e cultura geral que o distinguem.

Mas esse projeto me traz uma reflexão, Senador Rodrigo, que eu quero compartilhar com V. Exa., como advogado de defesa do projeto, e o Senador Girão, por um embaraço que eu vivi neste ano. Eu fui Relator do Projeto de Lei nº 1, de 2025, que pedia a conversão de nove vagas de juiz substituto da nossa Justiça Federal regional, Senador Moro, em oito cargos de juiz efetivo para atender a uma necessidade, sinceramente, humilhante do ponto de vista federativo. Santa Catarina tem tido um movimento de ações judiciais da Justiça Federal muito grande. Os números eu trouxe aqui – não os tenho aqui – mostrando os dados comparativos, e nós estávamos tendo 3 mil processos sendo enviados para varas do Paraná e do Rio Grande do Sul, porque Santa Catarina não tinha o mínimo de aparato judicial, ou seja, de juízes. E tive que dar longas explicações ao Senador Girão, que, mesmo assim, votou contra.

Então, agora eu vejo, no caso da Justiça do Trabalho, serem criados 21 cargos de juiz substituto.

Eu voto a favor, porque eu acho que a Justiça tem que ter as vagas necessárias supridas e as que forem necessárias criadas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu pediria que tanto a Justiça do Trabalho quanto a Justiça Federal nos apresentassem um planejamento de suprimento de vagas.

No caso específico da Justiça do Trabalho, a gente tem lido que, com as últimas decisões do Supremo, tem havido um novo acréscimo de fluxo. Com a reforma trabalhista – aqui eu me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dirijo aos que votaram contra ou a favor –, houve um declínio de ações, e agora está havendo uma inflexão no outro sentido. Além das – eu vou chamar de rusgas – contrariedades de interpretação que tem havido sistematicamente – estou repetindo o que leio do jornal –, de queixas, inclusive do decano do STF. Estou certo, Senador Fabiano?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Hum-hum.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Inclusive do decano do STF, o Ministro Gilmar Mendes. Ou seja, os tribunais trabalhistas, a Justiça trabalhista tem tido interpretações reincidentes, contrariando as decisões do STF. Isso é a síntese do problema criado.

Então eu acho que está na hora de a gente conhecer o mosaico dessas necessidades. Me assusta muito. Me assustam precatórios que não param de crescer. Decisões que a gente escuta são decorrentes de pressões, às vezes, de escritórios que têm privilégios, e a gente vê essa demanda, no final, chegar aqui. Sem falar, eu não vou repetir o que diz o Senador Fabiano Contarato, sobre algumas proezas salariais...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – A cada três dias.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que obrigam a uma remuneração complementar por cada dia trabalhado, mesmo tendo 60 dias de intervalo por ano.

Então, está na hora de nós conhecermos o mosaico das obrigações constitucionais. Eu, como advogado, sabendo muito menos do que V. Exa., mas tendo como inscrição, na Ordem dos Advogados de Santa Catarina, a de nº 1.909, quer dizer, um número de antes da Primeira Guerra Mundial... Eu realmente me formei em 1970. Eu não me considero um jurista, mas me deixa preocupado não conhecer o mosaico. Isso é um cacoete administrativo. Eu quero saber. Essa necessidade, sem dúvida alguma, é justa, mas quantas outras nós seremos tangidos a decidir.

Repito, eu fui a favor deste da Justiça Federal, porque era uma permuta exatamente queimando nove vagas de juiz substituto para prover, sem juiz substituto, oito necessidades de juiz efetivo, vamos chamar assim. Vagas judicantes, portanto, para suprir o quê? Uma demanda constrangedora do ponto de vista federativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que era o Senador Veneziano que estava presidindo a sessão quando eu aprovei esse Projeto de Lei nº 1. Ou seja, nós tínhamos milhares de processos, boa parte deles fiscais, em que o sujeito tinha que ir a São Borja, a Uruguaiana, para defender a causa na segunda instância ou na primeira instância da Justiça Federal.

Então, o meu apelo... Vou votar a favor, não vou criar uma pedra no caminho de um projeto que decorre de uma necessidade de 13 anos, mas acho que seria o caso de a Comissão de Constituição e Justiça – e aí apelo para V. Exa. com a ajuda das luzes do Senador Rodrigo Pacheco – conhecer esse mosaico; ou seja, qual é o plano de trabalho e qual é o quadro orgânico da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho... Não sei se da Justiça Eleitoral, nem da Justiça Militar, porque nós somos o único país do mundo que tem essas especializações. Nenhum outro país do mundo tem Justiça estadual, no caso, Justiça Federal, Justiça Trabalhista e Justiça Militar. Repito: a eleitoral inclui, né? Ou seja, não conhecer o mosaico de necessidades eu acho que é uma temeridade de nossa parte.

Não estou aqui para criar caso – votarei a favor. Tive um curso que me orgulha muito de Direito, com grandes professores, procuro aprender sempre, mas uma coisa eu aprendi em Administração: atender a um caso excepcional, você atende aquele, mas as consequências, como diria Vitorino Freire, vêm sempre e depois. (*Risos.*)

Então, não é para complicar uma votação aparentemente meritória que eu estou intervindo, mas eu gostaria de alguma providência que nos suprisse a seguinte informação: quais são as necessidades que estão surgindo ou estão arquivadas num Poder que é essencial para a democracia, para a cidadania, mas que está com custos sempre elevados e, muitas vezes injustamente, certamente, é acusado de fazer algumas despesas estapafúrdias. Não vou me referir a nenhum aeroporto do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimentando pela condução dos trabalhos aqui da CCJ, eu concordo em gênero número e grau com o que falou o Senador Esperidião Amin.

Desde o início do mandato, a gente tem aqui na Comissão de Constituição e Justiça, quase que semanalmente, projetos de novos cargos, readequações de quadros permanentes, seja de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tribunais do trabalho, Justiça Federal, TSE, enfim... Essa salada me preocupa muito, e confesso que o Brasil tem uma série de jabuticabas que não tem em outro lugar do mundo. Quem paga essa conta é o contribuinte, é a pessoa que vai trabalhar cedo, que luta para conseguir sair, sobreviver da maior carga tributária do mundo, que é a carga tributária brasileira. E você vê um TSE, que custa bilhões de reais... Não existe nada similar no mundo, absolutamente nada.

Com o advento da reforma trabalhista, que foi importante para o Brasil, deu mais competitividade para os empreendedores, mais versatilidade também para quem trabalha... Os dados mostram, apontam como foi importante para o país.

Eu, sinceramente, assim... Mais cargos para o Tribunal Regional do Trabalho eu acho um pouco complicado. Eu falei com o meu querido Senador, nosso Presidente Rodrigo Pacheco. É um direito regimental. Vou pedir vista para analisar melhor isso.

E eu quero reiterar o pedido do mosaico com relação, para a gente ter um planejamento, um panorama em que se possa analisar, talvez até numa sessão, de forma temática, daqui para a frente, para que a gente possa mergulhar numa proposta de planejamento, para não ficar toda semana: "Ah, mais cargo para lá, mais cargo para cá". Ninguém aguenta mais imposto, porque quem vai pagar isso no final serão os brasileiros.

Eu sei que, como esse projeto aqui, Presidente, outros não trazem, teoricamente, custo, porque é remanejamento, não trazem novas despesas, mas, ao mesmo tempo, a gente se preocupa com o que, ao longo do tempo, pode se tornar. E eu acho que é importante esse planejamento.

Então, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar a relatoria do querido sempre Presidente, tanto desta CCJ como do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco. Minha admiração pela sua serenidade, sobriedade, equilíbrio.

E eu quero também enaltecer a Justiça do Trabalho, que, por vezes, é – muitas vezes – atacada e discriminada, mas é uma Justiça que tem um olhar extremamente humanizador, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça que entende a função social da relação trabalhista, é uma Justiça que não se atém, por exemplo, à análise de rescisão de contrato de trabalho por verbas resilitórias. Ela entende efetivamente que, atrás dessa relação de trabalho, tem uma família, tem história, tem rostos. Então, eu sou totalmente favorável a esse projeto, porque é uma garantia constitucional o acesso à Justiça.

O meu Estado do Espírito Santo, por exemplo, tem juízes do trabalho que estão na qualidade de substituto há dez anos, no interior, tendo em vista que não tem vagas para promoção. E isso dificulta o acesso à Justiça, porque hoje alguns têm posicionamento... Eu tenho um posicionamento diferente de alguns quando falam que a reforma trabalhista gerou emprego. A reforma trabalhista vilipendiou direitos dos trabalhadores. Hoje eu ando de Uber aqui no Senado, aqui em Brasília e no Espírito Santo. As pessoas estão no sistema precarizado. As pessoas não têm décimo terceiro, não têm férias, não têm carteira assinada. Eu quando pego... Outro dia eu peguei um Uber com uma motorista grávida, e fiquei sensibilizado com ela, por quê? Porque, quando ela ganhar neném, não vai ter direito a absolutamente nada. Então, vêm com um discurso de que a reforma trabalhista gerou emprego e renda, e não foi isso que aconteceu; vilipendiou os direitos dos trabalhadores.

Depois teve a reforma da previdência, com o mesmo discurso. Hoje, um trabalhador contribuir 40 anos para se aposentar passa a ser uma missão impossível. Um trabalhador de 50 anos de idade que está com a carteira assinada e é mandado embora não volta para o mercado de trabalho. E aí? Como é que vai ficar isso?

E nós temos agora uma realidade de quase 13 milhões de servidores públicos no Brasil, a grande maioria ganha um salário mínimo, os que estão nos rincões, que são funcionários de prefeitura, são técnicos de enfermagem, são guardas municipais, ganham um salário mínimo, mas nós temos 20 mil, 25 mil funcionários públicos que são castas. Entre elas, a gente não pode fechar os olhos, estão os do Poder Judiciário e do Ministério Público. Com todo o respeito, mas passou da hora. Eu concordo com o Senador Esperidião Amin, nós temos que saber qual é a fotografia que temos para ver a real necessidade para ter essa cobertura. O que eu não posso é fechar os olhos quando eu vejo uma matéria de sala VIP da Justiça do Trabalho de um valor de R$1,5 milhão.

Como é que você explica isso para a população? Como você explica isso para um motorista de Uber que está lá na relação vilipendiada dos seus direitos, que não terão garantia de nada? Minha gente, a gente não pode perder a capacidade de indignação!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, eu ando no meu Estado do Espírito Santo, a maioria dos servidores públicos ganham um salário mínimo. Agora, não é razoável – eu volto a falar aqui na resolução do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público – a cada três dias trabalhados, o juiz e o promotor têm direito a um – um a mais. Essa compensação dá um terço a mais no salário dele, sobre o que não incide Imposto de Renda. E isso faz o quê? Os supersalários de R$100 mil, R$200 mil, R$300 mil por mês. E a gente, quando tem que enfrentar temas, por exemplo, para valorizar professor, que nem R$4,8 mil ganham, a gente não faz esse enfrentamento para ter um salário digno para os professores.

A gente, quando é para pautar salário para um enfermeiro, técnico de enfermagem, fala: "Não, não pode, temos que ter responsabilidade fiscal". A gente, quando é para pautar salário para um guarda municipal que ganha um salário mínimo, fala: "Não, não podemos também". A gente... Quer dizer, para quem mais precisa, para quem mais efetivamente faz a função do Estado, que é para garantir educação, saúde, segurança, nós fechamos as portas e não enfrentamos esse tema. E não enfrentamos o tema dos supersalários que está aqui nesta Comissão.

Olha, então, com todo o respeito, desculpa o desabafo, mas eu voto favorável porque é a necessidade, vai atender a população que mais precisa no acesso à Justiça; mas passou da hora de o Senado ter um comportamento muito mais austero, altivo, com coragem, porque não é fácil a gente fazer esse enfrentamento. Eu sei disso. Mas se o teto não é o suficiente, aumenta-se o teto, não tem problema. O que eu não posso admitir é que, no Brasil, 20 mil funcionários públicos ganhem R$100 mil por mês, R$200 mil por mês, R$300 mil por mês. Isso não é razoável. Isso fere o princípio constitucional do art. 37. São princípios que regem a administração pública, um deles: a moralidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns ao Relator. E eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Izalci, depois Senador Moro, depois Senador Rodrigo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu tive o privilégio, de 1993 a 1997, de trabalhar... fui juiz de segunda instância do Tribunal Regional do Trabalho, e tive assim... Primeiro, que eu aprendi lá, viu, Senador Sergio Moro... Uma das coisas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu aprendi lá na Justiça do Trabalho é que juiz fala no processo. Hoje se abre a porta da geladeira, todo mundo quer dar entrevista e antecipar, inclusive, as coisas.

Segundo, eu sou contador, naquela época eu já era contador. E naquela época, o valor do custo da Justiça do Trabalho era quase igual às demandas dos trabalhadores. Agora, você imagina depois da reforma trabalhista, que houve sim uma redução significativa das ações, porque naquela época, antes da reforma trabalhista, se pedia tudo, não tinha consequência nenhuma, e após a reforma não. Você entrou com simplesmente para postergar, simplesmente pedindo as coisas sem fundamento, está sujeito a pagar inclusive as custas, etc.

Então isso reduziu significativamente a questão dos processos na Justiça do Trabalho. Hoje eu imagino que ainda o custo proporcional ao número de ações deve ser maior ainda.

Então, o que foi colocado aqui pelo Senador Amin e reforçado pelo Senador Girão é o que a gente precisa realmente avaliar, que é essa questão da situação atual, porque, primeiro, só existe aqui e hoje na Justiça comum você tem milhares de processos tramitando, um volume imenso que poderia também ser distribuído para esses juízes.

Outra coisa importante também que a gente tem que discutir é a questão da idade. Eu me lembro muito bem, né? Os juízes... hoje, tem vários juízes, não são todos, evidentemente, mas um número razoável de promotores que são muito novos, que não têm experiência nenhuma do mundo real, que foram criados em apartamento com a avó em ar-condicionado, que passaram no concurso e que dão decisões assim estapafúrdias. O cara ganha R$2 mil por mês, e tem juiz que dá sentença de R$500 mil, R$600 mil, sem noção nenhuma do mundo real.

Nós temos que observar também que nós estamos no século XXI, né? A CLT é de 1950.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois é, da época de Getúlio Vargas. Cara, mudou... Pois é, 1950. Já faz algum tempo, né? Quarenta e dois...

Então, de fato, a gente tem que se debruçar realmente... Eu era Deputado ainda, quando foi pautada essa questão do teto lá na Câmara, foram oito vezes. Cada vez que se pautava isso aí nós perdíamos aí pelo menos 4 mil policiais com medo de perder a indenização que eles têm. Está aqui na CCJ. Eu também não entendo por que ainda não se pautou esse projeto. Fizemos 500 reuniões lá ainda na Presidência do Senador Rodrigo Pacheco. E estava aqui, tinha mais ou menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um acordo para votar e até hoje não se votou essa matéria. Então, eu, particularmente, também gostaria muito de pedir para que se desse prioridade a essa questão do teto de gasto aí do teto salarial, porque de fato é um absurdo o que a gente vê todo dia em rádio e televisão, a denúncia de pessoas recebendo 800 mil, 1 milhão por mês aí de salário.

Então, eu vou votar favoravelmente, mas é muito importante, ainda mais agora com o sistema virtual, né? Hoje você faz diversas audiências virtuais, o que diminui custo, e muito custo. Então, a gente precisa conhecer um pouco mais a realidade da Justiça e, em especial aqui, a Justiça do Trabalho. Eu vou votar favoravelmente, mas gostaria muito que viessem para cá essas informações, que provavelmente o Senador Girão vai pedir.

Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só para não ficar dúvida, a CLT é de 1943.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro; depois, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Eu vou falar bem brevemente aqui, Senador Otto. Eu só vou registrar aqui que nós estamos criando 21 cargos de juiz do trabalho, não é aquela enormidade. Houve uma análise do TST, do TRT, que encaminhou, de que o CNJ fez uma análise, encaminhou. Tenho certeza também de que o Relator Rodrigo Pacheco fez uma análise acurada dessa questão. Então, concordo que todos nós temos queixas em relação, muitas vezes, ao funcionamento da Justiça. Concordo que houve uma reforma trabalhista que, infelizmente, acabou tendo diminuído o seu impacto recentemente por decisões do Supremo. Nós teríamos que voltar a esse tema, porque houve uma queda do número de reclamações trabalhistas, mas voltou a crescer, o que, a meu ver, representa aí um esvaziamento. Mas eu creio que esse projeto aqui não é o lugar próprio para nós discutirmos essas questões.

E aqui eu vou pedir vênia aos colegas, mas acho que um projeto com essa simplicidade poderíamos votar já na data de hoje, com aprovação desse projeto, sem prejuízo de levarmos essas questões para discutir no foro próprio, em outro momento, em reforma trabalhista. Vamos ter que retomar a reforma trabalhista, porque, na verdade, a volta do crescimento das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reclamatórias trabalhistas significa que houve um esvaziamento, infelizmente, da anterior, que impacta na produtividade do nosso país.

Fazendo essas observações, concordo com os colegas, mas este não é o momento próprio para discutir esses temas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Como Relator.) – Presidente Otto Alencar, é apenas para agradecer a V. Exa., agradecer a nossos colegas Senadores, Senadoras.

É evidente que, quanto à ponderação feita pelo Senador Sergio Moro, neste instante, se acolhida pelo Senador Eduardo Girão, naturalmente, eu ficaria muito feliz de votarmos o projeto hoje, mas é óbvio que respeito a posição do Senador Eduardo Girão, e acho absolutamente regimental e adequado que ele possa ter o conhecimento em relação ao projeto, sobretudo sob o prisma desse ajuste, a partir da lei de 2012, em que se criam as vagas de juízes titulares. E essa correlação em relação a juízes substitutos se faz, de fato, necessária.

De fato, há uma dimensão do projeto, como bem destacaram o Senador Esperidião Amin, o Senador Izalci e o Senador Sergio Moro, já manifestando, inclusive, favoravelmente a ele, no momento oportuno de sua apreciação, mas, tudo o que se trouxe em relação à discussão sobre o Judiciário, eu considero absolutamente essencial nós debatermos, ou seja, apartada da discussão do projeto em si, que é uma reestruturação ou uma estruturação da Justiça do Trabalho, especificamente em Minas Gerais. Mas é muito importante que a Comissão de Constituição e Justiça e o Senado Federal possam fazer esse debate em relação ao Poder Judiciário do Brasil.

E o primeiro ponto que se destaca sempre é essa questão remuneratória, porque, de fato, nós nos acostumamos – não aceitando, mas nos acostumamos – a ver no noticiário essas remunerações muito exageradas e absolutamente desproporcionais. Isso é fruto da falta de regramento em relação às verbas indenizatórias. E, para isso, há um projeto de lei que define taxativamente o rol das verbas indenizatórias passíveis de serem pagas ao Poder Judiciário e aos seus membros, e eu considero que a apreciação desse projeto, no momento oportuno, deve encerrar de uma vez por todas esse noticiário ou esses acontecimentos em relação aos chamados supersalários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é conhecida a minha posição, e é de alguns também, inclusive do Relator, Senador Eduardo Gomes, de que esse projeto de lei que defina o extrateto e as verbas indenizatórias do Poder Judiciário possa vir acompanhado de uma correlação em relação a uma reestruturação da carreira do Poder Judiciário. Isso porque a função de juiz, a profissão do magistrado é uma profissão absolutamente específica, tem vedações constitucionais, e o Senador Sergio Moro já foi juiz e sabe exatamente o que isso representa, as vedações de um juiz federal, de um juiz de direito, de um desembargador. Não se pode nem ser síndico do prédio, porque ele tem essas vedações, nenhum tipo de outra atividade, a não ser dar aula em uma única instituição de ensino. Então, essas vedações, que são exclusivíssimas, e essa dedicação, que é exclusivíssima, deve vir com uma compensação própria em razão de sua natureza e em razão da importância do Poder Judiciário. O que se quer ter numa causa é um juiz imparcial, um juiz independente, um juiz bem remunerado, que seja insuscetível a influências externas. E para isso, evidentemente, nós precisamos, ao mesmo tempo em que combatemos os supersalários, a partir de um rol taxativo de verbas indenizatórias, ter uma reestruturação que permita essa valorização gradativa da dedicação exclusiva.

E é por isso que nós propusemos a valorização por tempo de magistratura, que, combinada com o projeto de lei de limitação das verbas indenizatórias, eu considero ser a receita adequada para o Poder Judiciário do Brasil, para que tenhamos juízes valorizados e que a carreira seja atrativa.

Eu costumo dizer que é muito importante para aqueles que estão sentados num banco de escola da faculdade de Direito que queiram ser juízes, queiram ser promotores de Justiça, queiram ser procuradores da República; e aqueles que estão na carreira já aprovados por um concurso dificílimo e cheio de privações, que queiram permanecer. Porque há hoje um fenômeno muito grande também do êxodo das carreiras jurídicas para outras carreiras privadas e até públicas, porque ficou mais atrativo ser advogado particular, ser advogado privado, ser advogado público, ser tabelião de cartório, e não mais juiz, não mais membro do Ministério Público. Essa atenção nós temos que ter, porque a desvalorização do Poder Judiciário ou ter no Poder Judiciário uma composição que seja uma composição de pessoas não vocacionadas e que tenham eventualmente naquela carreira de Juiz uma carreira de passagem, isso é muito ruim para a democracia e para o Estado de direito. Então, é só essa atenção que nós temos que ter, porque a lógica do combate ao supersalário não pode ser uma lógica de prejuízo da carreira de magistrados e membros do Ministério Público, a ponto de torná-las pouco atrativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, além disso, quando falo do papel da CCJ e do Senado, Senador Otto, há alguns temas, Senador Sergio Moro, de que nós precisamos cuidar para melhorarmos a Justiça do nosso país.

Eu gostaria de destacar aqui muito rapidamente, apenas para deixar firmada essa posição, Senador Esperidião Amin, que é muito importante nós, em relação à emenda constitucional que promulgamos quanto à relevância da tese jurídica no Superior Tribunal de Justiça, que possamos desafogar o Superior Tribunal de Justiça e tê-lo como um tribunal de cidadania capaz de conferir vigência à lei federal, uniformizar a jurisprudência do país, mas dentro de uma lógica. Não é toda causa que se pode discutir sempre de maneira singular no Superior Tribunal de Justiça. É preciso ter uma lógica daquilo que seja relevante sob o ponto de vista jurídico, sob pena de as ações serem intermináveis. Então, para isso, foi promulgada uma emenda constitucional da relevância da tese jurídica no STJ e agora está pendente uma lei que a regulamente. E essa lei que regulamenta já foi construída, esse anteprojeto já foi construído no diálogo com o Superior Tribunal de Justiça, com a presença do Presidente Antonio Herman Benjamin e do Vice-Presidente Luis Felipe Salomão, juntamente com a Ordem dos Advogados do Brasil, com o Presidente Davi Alcolumbre, para que tenhamos uma normativa que possa fazer com que o STJ seja mais eficiente a partir da fixação por lei dessa relevância da tese jurídica.

O segundo ponto, que se tornou de obrigação nossa ao promulgarmos a Emenda Constitucional 132, da reforma tributária do país, quando instituímos o imposto único para o Brasil: ao fazê-lo, nós precisamos irremediavelmente de ter a definição sobre qual a competência jurisdicional para se dirimir os conflitos tributários no Brasil. Quando se unifica um tributo, nós vamos ter agora que ter uma definição sobre como nós vamos decidir os conflitos jurídicos inerentes a esse tributo. Não será mais necessariamente na Bahia ou em Minas Gerais ou no Amapá, nós vamos precisar ter uma Justiça universal, em razão da natureza daquilo que fizemos na proposta de emenda à constituição que foi promulgada como Emenda Constitucional 132. E, para isso, o Conselho Nacional de Justiça instituiu um grupo de trabalho, que terminou esse trabalho, apresentou ao Senado, ao Presidente Davi Alcolumbre, e é um tema também sobre o qual a CCJ deverá se debruçar, Senador Esperidião Amin, para fixar a competência jurisdicional. Porque hoje é muito claro: o ICMS vai para o estado, os impostos federais para a União. E agora, com um imposto que tem essa uniformização que envolve municípios, estados e União, a competência será da Justiça Federal? Será da Justiça estadual? Será de ambos? Não será de nenhum e será criada uma nova jurisdição? Tudo isso cabe ao Parlamento decidir, porque pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser a necessidade do *gran finale* da reforma tributária que é a definição da jurisdição de sua competência.

E um último ponto, que reputo também necessário, é, na linha do que é o objeto desse projeto, referente à Justiça do Trabalho: que é certa uniformização do processo judicial do trabalho. Infelizmente, cada Tribunal Regional do Trabalho acaba adotando determinados ritos que divergem entre si porque não há uma uniformização. E esse também é um tema que eventualmente pode ser debatido pela Comissão de Constituição e Justiça.

Então, para além da discussão da estruturação, que reputo absolutamente necessária, da questão das altas remunerações, da necessidade de reestruturação da carreira, há outros tantos projetos que podem fazer com que o nosso trabalho seja muito útil para a Justiça do país, para termos uniformização, termos segurança jurídica, termos brevidade nos processos judiciais, e alguns temas eu gostaria aqui, nesse meu pouco longo pronunciamento, de fixar como temas que eu considero importantes para a Comissão de Constituição e Justiça debater nesse segundo semestre.

Quanto ao projeto em si, agradeço muito o debate que aqui foi feito, respeito absolutamente a vista do Senador Eduardo Girão e espero vê-lo apreciado na próxima semana, Presidente Otto Alencar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. as colocações muito corretas, Presidente Pacheco, e concordo plenamente com essas colocações, sobretudo no que tange a essa carreira jurídica e como resolver essa situação com os projetos que estão aqui. Se eu não me engano, é a PEC 10, que está...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – É um projeto de lei originado dessa PEC...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E o 2.721...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... que veio da Câmara.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – E a PEC 10. A combinação eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Em algum momento, isso tem que ser debatido, para se tomar uma decisão nesse sentido. E não faltam aqui boas cabeças jurídicas para encontrar uma letra de lei que possa definir exatamente o que V. Exa. falou, com que eu concordo, plenamente.

Senador Rogério Carvalho; depois Senadora Zenaide, Senador Marcos Rogério e Senador Esperidião Amin.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, queria cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Senador Omar Aziz, que está aí perfilando ao lado de V. Exa. (*Risos.*), e cumprimentar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Eu quero chamar a atenção para um problema que o Brasil já enfrenta e que vai enfrentar ainda mais em decorrência de um certo consenso, que eu reputo danoso ao Estado brasileiro e ao Brasil, que é colocar a responsabilidade de todo o mal nas costas da contratação e da presença de servidores públicos na administração pública do Brasil. É importante dizer que o Brasil não é o país que mais tem servidor público; de longe, é um país que tem uma proporção servidor público/habitante abaixo dos países da OCDE. Portanto, o nosso problema não está no quantitativo de servidores públicos.

Nós temos hoje uma agência... Vou dar o exemplo da Anvisa: 30% da economia brasileira passa pela Anvisa; ela tem 3 mil funcionários. O FDA tinha 18 mil, eles cortaram para 15 mil. "Ah, mas não dá para comparar o FDA com a Anvisa". Não dá mesmo! A Anvisa tem competências muito mais abrangentes do que o FDA, e tem menos de 3 mil servidores. E ainda tem gente que questiona concurso público para preencher, por exemplo, vagas em agências reguladoras.

É preciso que a gente entenda que o Brasil não tem que ter, o Estado brasileiro não tem que ter este ou aquele tamanho a partir de concepção meramente e pobremente ideologizada. A gente precisa ter o quantitativo de servidores para dar conta das tarefas que o Estado brasileiro precisa para promover o desenvolvimento, garantir o emprego, garantir que novos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreendimentos entrem em operação no nosso país, gerando riqueza, renda, prosperidade. Isso é fundamental. Então, acho que a gente precisa começar a fazer este debate desprovido de determinadas amarras ideológicas ou ideologizadas de forma desnecessária.

Eu também quero aqui dizer que o debate sobre a reforma trabalhista, que geraria emprego, não gerou emprego, gerou precarização, gerou déficit previdenciário; não resolveu o problema da previdência nem gerou emprego. O que gera emprego é demanda, é geração de riqueza, é crescimento econômico, não é a abolição de regras que protegem o trabalho. Agora, entrou na mira, e tem uma sanha, uma vontade enorme de destruir os sindicatos dos trabalhadores. Agora, ninguém fala dos sindicatos patronais, que se abastecem, inclusive, com a arrecadação de verba pública com o Sistema S. A Confederação Nacional da Indústria, a Confederação Nacional do Comércio, tudo isso tem relação com o Sistema S e se alimenta desses sistemas que arrecadam bilhões por ano. Aí, os sindicatos não podem ter nenhum tipo de arrecadação, porque é um crime contra o trabalhador.

Na verdade, a gente está criando uma desproporção de relações entre representação dos trabalhadores e representação do setor patronal. Isso não é saudável para a gente promover desenvolvimento, justiça social, inclusão. É preciso que os sindicatos de ambas as partes tenham correlação de força equilibrada, e a gente só vê os discursos no sentido de abolir, de acabar, de destruir a representação dos segmentos mais fracos que requerem, que precisam ter representação, organização para que a nossa sociedade cresça de forma equilibrada, sem o subjugo de uma parte da população quanto a interesses meramente de acumulação de determinados setores atrasados da nossa sociedade.

Portanto, Presidente, esse debate – eu sei que não é necessariamente este – está no bojo. Nós não podemos ficar calados diante de determinadas manifestações que sempre colocam a responsabilidade no lado mais fraco dos problemas que o país enfrenta e não naquilo que, de fato, tem produzido desigualdade na nossa sociedade, que é a exploração exacerbada e o excesso de força, o desequilíbrio de força entre os diversos segmentos da sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Rogério Carvalho.

Passo a palavra à Senadora Zenaide; depois ao Senador Marcos Rogério e ao Senador Omar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e colegas Senadores, no meio de tantos grandes juristas aqui, como médica de formação, eu queria dizer que tem dois fatos que são reais: o número de juízes se mostra insuficiente para cobrir eficazmente toda a extensão.

Minas Gerais é o quarto maior estado do país, com um número imenso de municípios, com sobrecarga judicial, sim, para o juiz. Então, necessita de mais juízes? Sim. Vai aumentar a despesa, como se falou aqui? Aqui está dizendo, por exemplo – eu fui olhar –, que o volume de processos que tramitam no TRT 3 é expressivo.

Dados institucionais recentes revelam alta produtividade, com arrecadação de 476 milhões em uma única Semana Nacional da Execução Trabalhista, com cerca de 146 milhões provenientes de acordo, gente. Então, eu não vou discutir aqui a parte jurídica.

Dois: não é hora, eu estou dizendo, não cabe falar aqui que não vai votar num projeto de lei... (*Pausa.*)

... porque tem supersalários de magistrados. Cabe a gente corrigir esses supersalários. Agora, que Minas Gerais precisa, sim, dos 21 juízes trabalhistas, é verdade, porque é uma extensão territorial que é difícil. A gente diz que a maioria é *online*, mas nem sempre, a maioria dos trabalhadores também não tem acesso a essa Justiça, desloca-se 300, 400 quilômetros para ir assistir.

Essa é a minha opinião, por isso que eu sou a favor do projeto mesmo. Como foi pedido vista, tudo bem, porque a gente vai analisar melhor, mas aqui são fatos reais. Precisa-se, sim, dos juízes; não vai dar prejuízo e vai dar celeridade. E falar sobre supersalários seria outro tema sobre o qual a gente teria que conversar, e cabe a este Congresso Nacional definir isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, o tema debatido até agora é uma matéria que, num ambiente de normalidade, seria votada sem discussão. Veja a que ponto nós chegamos, Senador Mourão. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tema que nós estamos debatendo, neste momento, num ambiente de normalidade institucional, legal, moral, seria votado sem discussão.

A discussão aqui não é os 21 cargos de juiz substituto da 3ª Região, com sede lá em Belo Horizonte, Minas Gerais. Não. O tema, Omar, Líder Omar, não é esse, o debate aqui está voltado ao desarranjo moral da Justiça – é o que a gente está ouvindo aqui –, ora porque querem construir uma Sala VIP no aeroporto de Brasília para magistrados, ora porque magistrados estão a receber salários fora do teto, e, em alguns casos, são valores milionários. Quando qualquer cidadão observa, fica escandalizado: "Como pode um magistrado, um assalariado, receber um valor desse tamanho?"

E aí, quando você vai conversar com um ou com o outro, há justificativas para tudo: "Não, isso aqui é quinquênio, isso aqui é não sei o quê, isso aqui o CNJ validou, isso aqui é...". Nunca diz assim: "O legislador legislou, a lei garantiu, é legal". Não, é legal porque parte das partes disseram que é legal.

Então, o tema aqui é um tema que está contaminado por aquilo que é um desarranjo de uma instituição ou de instituições que são instituições do Estado. E eu vou além, Sr. Presidente: isso é algo que já vem, há muito tempo, acontecendo, e esse desgaste chegou a um ponto que hoje a sociedade brasileira não suporta mais.

Aqui se falou de sala VIP – o Senador Contarato, agora há pouco, falou de sala VIP –, outros falaram dos que estão recebendo acima do teto, verbas milionárias, penduricalhos disso e daquilo. E eu vou além, eu vou além. Foi falado aqui da imparcialidade dos magistrados, dos julgadores. Eu acho que é um dos valores mais importantes de quem exerce a magistratura a imparcialidade esperada e necessária para a validação do ato jurisdicional, que hoje já não existe mais. Eu pergunto: juiz pode advogar? Não, juiz não pode advogar, salvo se deixar a toga. Juiz pode julgar quando a esposa advoga na causa? À luz do 252 do Código de Processo, eu indago: o juiz pode decidir? Bom, o 252 vai dizer que o juiz está impedido de atuar se ele próprio ou o cônjuge for parte ou tiver interesse direto no processo. É a letra da lei, é a letra da lei, mas ao que nós estamos assistindo no Brasil hoje? A relativização absoluta da lei. A lei já não é mais parâmetro a balizar nada. A Constituição já não é o manual de regência da mais Alta Corte ao juizado, ao juiz de primeiro grau. Se no mais alto nível do Judiciário não se respeita a norma constitucional, não se respeita o mandamento constitucional, não se respeita o Código de Processo, cobrar o que do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juiz de primeiro grau, Senador Contarato? Cobrar o que do promotor de Justiça que está lá na ponta a servir a comunidade?

Então, veja V. Exa., Sr. Presidente: o debate que nós estamos fazendo aqui não está voltado aos 21 cargos que nós estamos discutindo, lá da Justiça do Trabalho da 3ª Região, de Minas Gerais. O debate aqui é sobre o afastamento moral de instituições compostas por homens e mulheres que servem ao Estado, mas que deixaram de obedecer à Constituição Federal, que deixaram de obedecer à lei e estão criando os seus próprios caminhos e comodidades não para servir, mas para serem servidos dos espaços que estão a ocupar. Eu lamento.

O meu voto é a favor desse projeto. Respeito, o pedido de vista apresentado pelo Senador Girão é regimental. Não acho que seria o caso nem de pedir vista, porque a dotação orçamentária própria, é do orçamento da própria Justiça do Trabalho, não há nenhum acréscimo aqui, e tem que ter previsão na lei orçamentária. Eu verifiquei o projeto. Não há nenhum impedimento legal para se votar.

Aqui, sim, nós estamos a fazer aquilo que manda a Constituição, aquilo que manda a Lei de Responsabilidade Fiscal, aquilo que manda a norma, mas o que está em discussão aqui não é o projeto que está na pauta; é justamente esse perecimento, essa perda de referência que nós estamos testemunhando no Brasil.

E aí eu concluo dizendo, Sr. Presidente – e o Presidente Rodrigo falou agora há pouco – que talvez um dos caminhos que a gente tem no âmbito do Parlamento, que é da nossa competência, talvez seja votar, e eu concordo com a fala por ele feita aqui, de que é preciso votar. São dois projetos que estão tramitando aqui: um que trata do fim dos penduricalhos vergonhosos, dessa pouca vergonha; e o outro, que, inicialmente, era o projeto da VTM, que trata da valorização por tempo de carreira da magistratura e de quem serve também no Ministério Público, que é um projeto que eu acho que vai gerar esse reconhecimento a quem serve, serve com qualidade e deve ser reconhecido por isso, mas nós não podemos viver esse ambiente de vergonha, vergonha alheia, e que nos constrange a todos.

A última vez em que esse projeto estava pautado no Plenário do Senado Federal... Olha a ironia: esse projeto estava pautado no Plenário do Senado Federal, à época, esse da VTM, o outro, que saiu da Câmara, está aqui também; na semana que nós íamos votar, Senador Amin, apareceu o escândalo do pagamento de milhões a magistrados dos vários estados brasileiros. O projeto simplesmente não foi mais votado, e continua como está. O pior cenário é o que nós temos hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu concluo dizendo: o tema que nós estamos a debater aqui não é o tema dos 21 cargos da Justiça do Trabalho; é justamente o perecimento moral de uma instituição que é fundamental para o Brasil.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – S. Exa., o Senador Amin, depois o Senador Omar. O Senador Amin está inscrito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – É só uma questão de ordem em relação ao Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só quero esclarecer, como eu fui o primeiro a intervir, que eu me referi ao mosaico das necessidades da Justiça em matéria de cargos e os seus impactos, mas ouvi com muita atenção todas as observações sobre os vários aspectos e sobre a avaliação orgânica feita com muita sabedoria pelo Senador Rodrigo Pacheco. Ele foi cauteloso, porque ele falou das dificuldades que são suscitadas na Justiça Federal, na Justiça do Trabalho, e não mencionou o Supremo Tribunal Federal. Eu também não vou mencionar, mas hoje todos nós sabemos – e concluo – da relativização. A relativização é uma coisa muito pérfida e faz a demolição sem explosão, porque ela corrói. A relativização da suspeição, a relativização dos impedimentos e a relativização da justiça como um todo, num país que sustenta, há seis anos e quatro meses, uma coisa chamada Inquérito 4.781. Isso é uma aberração que contamina, mas reconheço que este é um outro debate.

Eu renovo aqui: a este projeto eu darei o meu voto favorável. Acho até, para concluir, que o Senador Girão poderia, em remição – com ç, é a permuta –, pela marcação cerrada que ele fez sobre mim, assim como já fez o seu time sobre o Avaí, sempre com sucesso, ele poderia, hoje, abrir mão do pedido de vista, mas sei que não vai fazer isso.

Mas quero reiterar: a este projeto eu daria e darei meu voto favorável, mas sem deixar de reclamar o mosaico das necessidades.

Lógico que a gente sabe qual é o impacto financeiro que se avizinha, porque um precedente aberto significa que as consequências virão depois, como eu já falei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também uma abordagem maior sobre a relativização que a Justiça está aprendendo a fazer, a partir das lições do Supremo Tribunal Federal, tem que fazer parte do contexto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, concordando, em parte, com o que foi falado pelo Senador Marcos Rogério e pelo Senador Esperidião Amin, é lógico que a gente diverge de algumas questões, mas, com certeza, o mérito a gente não pode questionar. E o que existe, no âmbito geral, em relação a supersalários, a questões que o Senador Marcos Rogério coloca muito bem, que não foram aprovados aqui no Senado, nem na Câmara, o Congresso nem toma conhecimento, são portarias, são decretos, são isso, são aquilo... Quer dizer, atropela-se, e isso virou uma cultura.

E a cultura pior que virou neste país é audiência de juiz remota. Essa foi a pior que se criou neste país.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Na pandemia, virou moda.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Virou moda, porque, depois da pandemia, muitas coisas viraram cultura, e o país não volta à normalidade, como se nós estivéssemos em plena pandemia. Não volta à normalidade em vários... Tanto no setor da economia, com vantagens que foram dadas, como na atuação de juízes, em relação ao que questiono muito... Uma coisa é o advogado despachar diretamente com o juiz; outra coisa é você, numa câmera ali, estar discutindo uma questão em que é a tua vida que está em jogo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Você tomar o depoimento de uma testemunha remotamente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sim, sim...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... sem o olho no olho.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, e sem saber, realmente, se ele, ali, na... Essas questões, que viraram...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, vindo do relatório do nosso Presidente Rodrigo Pacheco, que tem conhecimento profundo sobre essa área, preparadíssimo em relação à questão da nossa magistratura, eu não tenho dúvida nenhuma. Eu vou votar a favor, até porque o Relator é muito cioso nessa questão, é ciente da responsabilidade que tem, até porque presidiu o Congresso Nacional por quatro anos, e isso nos deixa muito à vontade de votar a favor do relatório dele, lógico, respeitando o colega Senador que pediu vista – isso é uma prática do Senado; a gente tem que respeitar essa questão –, mas eu quero aqui adiantar o meu voto.

Voltando à questão de que tem algumas coisas na cultura, eu tenho cobrado muito isso, Senador Marcos Rogério.

Todas as vezes em que a gente aqui tem um membro que vai para o CNJ ou para o Conselho Nacional do Ministério Público, se vocês virem minhas falas, sempre foram as mesmas aqui na Comissão de Constituição e Justiça em relação a acabar com audiências remotas, porque não tem justificativa de audiência remota. Virou uma facilidade, você vai no fórum, não encontra o juiz. E aí, aquela pessoa mais humilde tem mais dificuldade e demora anos e anos para conseguir as coisas dela, principalmente na Justiça do Trabalho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Para ser honesto, eu participava de uma audiência, de um evento no CNJ, dias atrás. O Ministro Campbell tem batido muito nessa questão...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Nessa questão, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tem batido muito nessa questão e, por dever de justiça, eu estou dando testemunho de que eu estava...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, ele sim, eu conheço a posição dele, Senador, ele é totalmente contrário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Até porque uma pessoa que é forjada como juiz ou como membro do Ministério Público é forjada no dia a dia, no *tête-à-tête,* não é nessa questão remota. Então, daqui a pouco um delegado vai estar pegando depoimento de um traficante por audiência remota. Acabou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Está forjado, mas vai dar o depoimento.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, está errado, isso aí aconteceu num momento de excepcionalidade de uma pandemia, mas não pode permanecer assim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – No Espírito Santo já tem teleflagrante. Um delegado fica no local e ele autua vários. Eu acho, assim, isso está acontecendo na Defensoria Pública, isso está acontecendo no Ministério Público. Como que você vai olhar... Eu fui delegado por 27 anos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... o momento espetacular é quando você tem a oportunidade de olhar, sentir qual é a... Você faz uma análise comportamental da pessoa que você está inquirindo ou da testemunha, da pessoa. Como que o advogado com a testemunha lá em outro local, como que você vai dar voz de prisão, por exemplo, para uma pessoa? Como que isso vai acontecer? Eu acho que a gente tem que refletir.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpa ter interrompido, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Encerrada a discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu faço um apelo ao Senador Eduardo Girão para retirar o pedido de vista para a gente votar isso, porque isso é legítimo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Errada a discussão. Eu pergunto ao Senador Eduardo Girão se está mantida a vista coletiva.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se por acaso estiver, nós vamos, claro, conceder vista coletiva e colocar na pauta da próxima reunião como primeiro item.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu não quero, absolutamente, travar nenhum tipo de processo, seria por uma semana esse pedido de vista. Mas o Senador Rodrigo Pacheco e outros colegas fizeram considerações que eu acho muito importantes. Foi bom o debate. Isso suscitou um debate interessante e eu acredito, Presidente, com a sua sabedoria e firmeza, eu acho que fica mais um convite para a gente priorizar aqui a votação do supersalário, do fim do supersalário. Eu acho que está amadurecido isso. Será um golaço de sua Presidência aqui. Eu faço esse apelo.

Eu queria colocar, foi falado aqui que não gera emprego, que não gerou emprego a reforma trabalhista, mas os números dizem outra coisa, matéria aqui do G1, agora, de 2022, mostrando o seguinte: de 2017, período em que foi feita a reforma trabalhista, até 2022, foram gerados 5 milhões de empregos no Brasil. Então, a gente precisa discutir esse assunto. Essas teses são interessantes, a gente cresce com isso. Sem falar na burocracia, que diminuiu, né? Os pedidos de reclamações trabalhistas caíram, isso é bom para quem vai empreender. É a regra do jogo para quem vai investir no país.

Então, a gente às vezes, naquela coisa de protecionismo, trava a geração de emprego e renda das pessoas. A quem interessa que as pessoas fiquem rendidas ao Governo? A quem interessa que não se desenvolvam?

Então, Sr. Presidente, eu vou retirar o pedido de vista, mas eu quero deixar consignado o meu voto contrário ao projeto, porque eu acredito que caíram o número de reclamações trabalhistas; o TST nem deveria existir. Então, eu acho que vai na contramão, e eu vou ser coerente fazendo o voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e coloco o projeto, que é um projeto não terminativo, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O projeto, Senador Rodrigo Pacheco, com voto contrário do Senador Girão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. encaminha o requerimento de urgência.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Como Relator.) – Com a aprovação do projeto, agradecendo ao Senador Eduardo Girão, eu gostaria de fazer um requerimento de urgência em relação a esse projeto, Presidente, ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aprovado o relatório, passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário em regime de urgência, como pede o Senador Rodrigo Pacheco.

Eu coloco o requerimento de urgência dele em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai ao Plenário do Senado Federal.

Houve pedido do Senador Veneziano de retirada de pauta de três itens: item 4, item 8 e item 9; e, do Senador Alessandro Vieira, o item 2, que é um projeto que vem da Comissão de Segurança.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1630, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o art. 30 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes da Educação Nacional"; o art. 4º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que "dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância"; o art. 396 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que "aprova a Consolidação das Leis do Trabalho"; e o art. 209 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que "trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União", para dispor sobre a facilitação à amamentação e ao aleitamento materno.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 116, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para caracterizar, dentre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação nominal.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1612, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para condicionar a devolução da Carteira Nacional de Habilitação ao condutor reincidente na infração da Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, à realização de avaliação médico-psicológica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que poderá cominar na necessidade de participação em programa educativo sobre álcool e outras drogas e na participação em tratamento médico-psicológico.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Votação nominal.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4809, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento); a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos); a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações), para endurecer a resposta penal aos crimes cometidos com violência.

Autoria: Comissão de Segurança Pública

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, com sete emendas que apresenta.

Observações:

- Em 27/08/2025, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Sergio Moro; e a Emenda nº 3, de autoria do Senador Fabiano Contarato (todas dependendo de relatório).)

Vamos ao item 3, que é da relatoria do Senador... Antes, Senador Marco Rogério, V. Exa. vai relatar o próximo projeto, mas vou ceder, para uma questão de ordem, ao Senador Mecias de Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o meu pedido era para V. Exa., se puder, ouvido o Plenário, inverter a ordem, porque se trata de uma matéria praticamente igual a que eu relato, que é o Projeto 1.694, que transforma – a diferença é que o projeto que eu estou relatando é do TRT da 2ª Região, em São Paulo – 27 cargos de desembargadores substitutos para desembargadores titulares, 11 desembargadores titulares. É apenas... E o orçamento é do próprio tribunal. A discussão é a mesma, o mérito praticamente a gente já discutiu aqui.

Creio que a matéria... Com a discussão que teve aqui, levantada pelo Senador Eduardo Girão e muito bem esclarecida por todos os debatedores, é eminente e urgente que a gente faça um debate sobre esse tema, mas se V. Exa. puder inverter e colocar o nosso item...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu já tinha anunciado o Senador Marco Rogério.

Pergunto se o Senador Marco Rogério concorda com a proposição do Senador Mecias de Jesus, para que ele possa relatar antes de V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – A matéria é igual. Se o Presidente quiser e o Plenário concordar, eu faço a leitura só da análise. É matéria não terminativa aqui também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador, eu acho que é uma questão de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O quê?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Por livre e espontânea pressão, ele vai ceder, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por livre e espontânea pressão. Ele disse que vai só na parte dispositiva e...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. está abrindo mão em nome de Jesus? (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não posso negar a Jesus. Não posso negar a Jesus.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Mecias de Jesus.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1694, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao Projeto.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, quero agradecer a generosidade do Senador Marcos Rogério.

O tema é o mesmo, e eu quero, então, com a devida permissão do Plenário, ir direto à análise.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de acordo com o art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, detém competência para apreciar a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito das proposições que lhe forem submetidas. O inciso II do mesmo dispositivo regimental confere à CCJ, ressalvadas as atribuições das demais Comissões, competência para deliberar sobre o mérito das proposições que tratem de matéria de competência da União, como é o caso do projeto em exame.

A análise do projeto revela sua constitucionalidade material e formal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria da proposição ter partido do Tribunal Superior do Trabalho atende à disposição do art. 96, inciso II, alíneas "a" e "b", da Constituição Federal, que assegura competência privativa aos Tribunais Superiores para a presente proposição.

No plano do exame da juridicidade, a proposição se mostra adequada aos preceitos e regras de nosso ordenamento jurídico, além de contar com os elementos essenciais de uma norma legal. Chegamos, portanto, à conclusão de que o projeto encontra-se apto a uma inserção harmônica em nosso ordenamento jurídico.

Quanto à regimentalidade, não se identificam obstáculos ao seguimento da tramitação do projeto.

O Projeto de Lei nº 1.694, de 2025, sugere a transformação de 27 cargos vagos de juízes do trabalho substitutos em 11 cargos de desembargadores do trabalho, no quadro permanente do TRT da 2ª Região, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. Ato contínuo, promove a criação de cargos em comissão e funções comissionadas, sem aumento de despesas, todos oriundos dos 27 cargos de juízes do trabalho e serão extintos.

No mérito, a proposição é altamente positiva. A ampliação da composição do TRT da 2ª Região e a transformação de cargos de juízes substitutos em novos desembargadores fortalecem a estrutura de segundo grau, respondendo ao crescimento expressivo da demanda processual e permitindo maior celeridade no julgamento dos processos, sem a criação de novas despesas.

O projeto também direciona as sobras orçamentárias dessas transformações para a criação de cargos em comissão e funções comissionadas, garantindo suporte administrativo adequado, ao mesmo tempo em que preserva a autonomia administrativa do tribunal para implementar as medidas necessárias à execução da lei.

Por fim, assegura-se que todas as despesas serão custeadas com os recursos já consignados ao orçamento do tribunal, sem impacto adicional para o Erário.

Trata-se, assim, de medida que promove eficiência, responsabilidade fiscal e benefícios diretos à sociedade ao reforçar a capacidade de entrega jurisdicional da Justiça do Trabalho.

O montante de cargos proposto revela-se compatível com as necessidades identificadas e encontra-se em consonância com o princípio da eficiência administrativa. Conclui-se, portanto, que o projeto contribuirá para a celeridade e a qualidade da jurisdição de segundo grau, gerando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reflexos positivos no atendimento das demandas sociais e fortalecendo a missão institucional da Justiça do Trabalho.

O nosso voto, Sr. Presidente, é pela aprovação e pela constitucionalidade e juridicidade do projeto em tela.

Agradeço aos colegas Senadores e Senadoras, e, mais uma vez, ao nosso querido Senador Marcos Rogério e ao Senador Eduardo Girão, que entenderam a necessidade da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e coloco a matéria em discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Presidente, eu gostaria aqui de fazer...

Eu estava, meu querido Senador Mecias, conversando com a nossa assessoria, e são casos diferentes. O caso do Senador Rodrigo Pacheco era a transformação.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Criava aqui. Criava sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Aqui a gente está vendo a criação de 44 cargos em Comissão e nove funções comissionadas com a sobra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Todos com a sobra dos 27 cargos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pois é.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... que serão transformados em 11 cargos de desembargadores e o restante nessas funções gratificadas aí, que irão compor o gabinete desses desembargadores.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não. Tranquilo.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – É sobra orçamentária tão somente dos 27 cargos que já existem no tribunal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas só para deixar claro, essa criação de cargo não está gastando hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está vago. Então, seria gasto a partir desse momento, entendeu?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não está gastando hoje, porém, já existe a previsão orçamentária.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Orçamentária. Eu sei.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Já tem o orçamento e já tem o recurso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, mas não está sendo gasto.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Mas eles estão deixando de... Eles estão usando os recursos de uma outra forma, quando poderiam ser gastos com 11 desembargadores, o que vai aumentar a eficiência do tribunal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A questão é a seguinte, quando as pessoas colocam: "Ah, mas está na dotação". A gente vê isso aqui o tempo todo. Não é no do senhor, no caso, mas em outros casos. "Aí, não vai criar despesa, está na dotação, está previsto." Sim. E a próxima? A próxima, com essas pessoas efetivamente entrando, você vai criando, automaticamente, numa próxima dotação, com os penduricalhos que acabam vindo, como a gente está discutindo aqui – e aí eu não estou falando do seu caso –, mas o princípio que a gente está vendo aqui, da gastança que vem do Judiciário... Por exemplo, foi falado de sala VIP aqui do tribunal, do STJ, mas não se falou dos carros: R$346 mil por cada um, dos 27 Ministros do STJ. Então, é uma coisa, assim, que deixa a gente enojado com o que é feito com o dinheiro de quem paga imposto.

Eu entendo o seu caso. No seu caso, eu só queria pedir vênia ao senhor. Não vou ser empecilho. Em uma semana, a gente... Eu estou disposto aqui a votar, mas eu gostaria de analisar. Eu lhe peço que a gente possa... Se não tiver problema. Se tiver problema, a gente passa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O tribunal precisa com urgência desse levantamento. Ao Presidente Otto foi solicitada várias vezes a urgência de designar essa matéria. Eu creio que é uma matéria já precificada aqui, já resolvida. Só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedi a antecipação porque eu entendi que era a mesma coisa, o mesmo debate já do projeto do Senador Rodrigo Pacheco. O tribunal tem o orçamento e tem o financeiro para pagar. Ele está apenas... Eles só não criaram... O tribunal, tão correto orçamentariamente, administrativamente, não ocupou esses cargos que estavam vagos há muito tempo.

Portanto, eu vejo que...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, vai ter gasto. Então, é importante que a gente chegue, pelo menos, a esse consenso. Está previsto, mas não está gastando, concorda?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O que é de bom senso e respeitoso da parte do tribunal, que poderia estar gastando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pois é. Mas a partir deste momento nós estaremos gastando.

Eu não quero ser empecilho.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Se V. Exa. evitar o pedido de vista, eu fico agradecido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu não quero... Eu quero...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eu fico agradecido e devedor a V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá. Não, não está devendo absolutamente nada. Eu vou atender, está certo? Embora eu considere diferente do caso do Senador Rodrigo Pacheco, eu vou atender, votando contra, por questão de princípio, porque eu acho que esse tipo de gasto a gente tem que diminuir no país. Muito pelo contrário.

Mas eu retiro o pedido de vista aqui para caber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Muito obrigado. Eu agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador.

Eu entendi mais ou menos o que o Senador Mecias de Jesus quer dizer. Certamente existem, dentro da estrutura organizacional do tribunal, esses cargos vagos, que não foram ocupados, e o serão agora por aumento, talvez, da demanda dos casos que se repetem tranquilamente dentro da estrutura dos tribunais de trabalho.

Portanto, com a retirada do Senador Eduardo Girão, encerro a discussão da matéria.

Em votação o relatório proferido pelo Senador Mecias de Jesus.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, com voto contrário do Senador Eduardo Girão.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria só de pedir urgência ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Em função de que o Tribunal da 2ª Região vai fazer aniversário já na próxima semana e aí eu acredito que seria um excelente presente para o tribunal e para aqueles que serão atendidos pelo tribunal.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 43, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1694/2025, que "dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas".

Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Encaminho um requerimento, como pede o Senador Mecias de Jesus, de urgência para a tramitação da matéria.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1252, DE 2023

- Não terminativo -

Altera as Leis nos 14.133, de 1º de abril de 2021, e nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para prever a possibilidade de concessão de créditos tributários e quitação de multas administrativas como contrapartida para execução de obras ou serviços de engenharia de interesse público.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao Projeto, e com três emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto é do Senador Cleitinho, do Estado de Minas Gerais, e o Relator é o Senador Marcos Rogério, a quem eu passo a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, indo direto à análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e sobre o mérito do Projeto de Lei nº 1.252, de 2023, a teor do art. 101, incisos I e II, alínea "g", do Regimento Interno do Senado Federal.

Cuida-se de matéria afeta às contratações públicas de obras e serviços de engenharia, sobre as quais compete à União editar normas gerais, mediante lei aprovada pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 22, inciso XXVII, combinado com o art. 48 *caput* da Constituição Federal.

Não há reserva de iniciativa legislativa para essa matéria. Assim, a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade formal. Quanto à constitucionalidade material, não identificamos, no conteúdo das regras contidas no PL, qualquer colisão com o preceito constitucional.

O projeto estabelece uma nova forma de pagamento pela execução de contratos de obras e serviços de engenharia, consistente na concessão de crédito tributário pelo ente público ao executor ou na quitação de multas administrativas a este. Em vez de receber recursos públicos do orçamento como pagamento, o contratado deixa de pagar tributo ou multa em valor equivalente ao que receberia pelo adimplemento de suas obrigações do contrato de obra ou serviço de engenharia.

Tal sistemática não ofende a regra do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, segundo a qual, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, os serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Com efeito, a disputa entre potenciais interessados é assegurada pelo projeto de lei, já que, havendo mais de um, a administração deve abrir licitação. Apenas no caso de uma só empresa manifestar interesse na contratação, o certame não ocorrerá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também não vislumbramos, no projeto, ofensa ao art. 150, §6º, da Constituição Federal. Tal dispositivo estabelece que qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, lei específica federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

A exigência de lei específica, feita pelo preceito constitucional citado, não tem pertinência relativamente ao crédito de que trata o PL, pois ela se dirige a benefícios fiscais. O projeto trata de uma operação na qual o crédito tributário é concedido como contraprestação pela execução da obra. Nesse caso, poder-se-ia falar da concessão do crédito como uma modalidade de pagamento pela administração. O contratado não é beneficiado com uma dispensa de pagamento de certo tributo, apenas deixa de recolher o valor devido porque executou obra para o poder público em valor equivalente ao do tributo que deveria recolher.

No tocante à juridicidade, temos que: (i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; (ii) a matéria vertida no PL inova o ordenamento jurídico; (iii) possui o atributo da generalidade; (iv) se afigura dotado de potencial coercitividade; e (v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Igualmente não vemos óbices de regimentalidade à tramitação do projeto.

No mérito, saudamos o autor do PL pelo mecanismo engenhoso que concebeu para, de um lado, assegurar a execução de importantes obras sem dispêndio de recursos orçamentários e, de outro, proporcionar uma solução que visivelmente atende ao interesse público no que concerne às dívidas irrecuperáveis ou de difícil recuperação. Transformada em lei a sistemática do PL, o poder público poderá reaver, na forma de infraestruturas e serviços, valores que muito provavelmente não lograria recuperar por meio da cobrança judicial, a qual, convém ressaltar, também importa custos, tanto no acionamento dos órgãos de representação judicial do Estado quanto do próprio aparato judiciário. Além disso, em um cenário de constrangimentos fiscais, a realização de obras poderá se dar sem a necessidade de dotações orçamentárias.

A alteração na lei das PPPs segue a mesma lógica, mas se limita a admitir como possíveis contraprestações da administração pública nos respectivos contratos a concessão de créditos tributários e o abatimento de multas administrativas. Não há necessidade de maiores detalhamentos da matéria nessa lei, já que o art. 186 da nova lei geral de licitações e contratos determina a aplicação subsidiária de suas disposições à Lei nº 11.079, de 2004.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Propomos apenas alguns aprimoramentos ao texto do PL, que explicitamos a seguir.

Em primeiro lugar, entendemos que os §§23 e 25 do art. 46-A, que se pretende acrescentar à nova lei de licitações e contratos, são desnecessários. Eles tratam de obrigações do contratado e da administração, as quais já são disciplinadas por outros dispositivos da mesma lei, aplicáveis aos contratos em geral, ou mesmo por outras leis. O §23, que enumera as obrigações do contratado, é inclusive formulado como norma autorizativa para a administração, como se fosse faculdade do poder público estabelecer ou não tais deveres.

Ora, não é uma faculdade da administração, por exemplo, atribuir ao contratado a responsabilidade de observar a legislação pertinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho. Ela já decorre de lei. Quanto a custear a execução do objeto contratado, parece-nos que não teria como ser diferente, já que o pagamento a cargo da administração consistirá na concessão do crédito tributário ou quitação de multas e só será feito a partir da demonstração de que a obra (ou cada etapa dela) foi executada. E mesmo outras ações, que podem, mas não necessariamente devem ser atribuídas ao contratado, não precisariam constar do dispositivo, pois já estão reguladas em outros preceitos da Lei nº 14.133, de 2021. É o que ocorre com a obtenção do licenciamento ambiental e a realização da desapropriação autorizada pelo poder público, à luz do art. 25, §5º. Assim, a nosso ver, o §23 deve ser suprimido.

O mesmo deve ocorrer com o §25, que, ao tratar das obrigações da administração, repete previsões já constantes da lei: (i) o dever de promover as desapropriações necessárias, com possibilidade de delegação ao contratado, tratado nos arts. 25, §5º, I, 46, §4º, e 137, §2º, V; (ii) o dever de fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, regulado pelos arts. 104, III, e 117 da lei; (iii) a etapa de recebimento da obra, inclusive com emissão do respectivo termo, prevista no art. 140 da lei. Quanto aos padrões de qualidade a serem observados durante a execução da obra, o próprio art. 46-A determina que esta deverá seguir as regras da contratação integrada, na qual o contratado é incumbido de elaborar o projeto básico. Nesse regime, a administração elabora apenas o anteprojeto, no qual devem constar, entre outros elementos, as definições relacionadas ao nível de serviço adequado e memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação, nos termos do art. 6º, XXIV, da lei. A identificação definitiva de serviços, materiais e equipamentos incorporados à obra, com suas especificações técnicas, ocorre no projeto executivo. Portanto, propomos também a supressão do §25.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao inciso III do §20 do art. 46-A, que alude às penalidades ao contratado, no caso de falhas na execução, fraude ou simulação, consideramos necessário, para evitar interpretações errôneas da futura lei, acrescentar às sanções tributárias, civis e penais, a referência a sanções administrativas.

Além dessas modificações, há necessidade de corrigir equívoco de numeração dos parágrafos do art. 46-A, bem como de ortografia.

Os aspectos econômico-financeiros das mudanças propostas serão objeto de análise pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Voto.

Ante o exposto, o voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.252, de 2023, com as emendas apresentadas, conforme já apontado, Sr. Presidente.

É o voto que apresento e, se V. Exa. me permite, quero apenas fazer aqui um registro, cumprimentando a iniciativa do Senador Cleitinho, que trata de um tema sensível, que é uma espécie de encontro de contas, de encontro de necessidades do poder público, que tem a receber, quer receber, mas não tem como receber, e do devedor que quer pagar, mas não tem como pagar. Mas ele, nessa iniciativa que apresenta, encontra a possibilidade, através da prestação de serviços ou de uma construção, de o devedor chegar e dizer: "Olha, eu devo, não nego. Não tenho como pagar como o Estado quer, mas posso fazê-lo de outra forma, oferecendo um serviço ou uma infraestrutura". E, aí, resolve-se o problema de ambos os lados, afastando a necessidade da judicialização, da execução fiscal e tal.

Então eu queria cumprimentar o Senador Cleitinho pela iniciativa que ele apresenta, que é uma iniciativa meritória e que, acredito, atende ao interesse público e atende também ao interesse do particular de boa-fé que é devedor, quer pagar, mas não tem como honrar de outra forma.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., parabenizo pelo relatório e concordo plenamente com a iniciativa do Senador Cleitinho, com essa sensibilidade dele de encontrar uma saída para esses estados aí de falta de pagamento, né? Ele vai prestar serviço em outra modalidade. Tendo alguém que faça uma boa arbitragem, termina resolvendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, parece uma medida muito interessante, porém isso pode ensejar o endividamento de vários setores para que possam prestar o serviço na sequência, e duas vezes se beneficiarem. Isso gera uma confusão de arrecadação, e até mesmo da execução tributária no país.

Então, Presidente, a gente precisa ter algumas garantias que o projeto ainda não prevê. E diante disso eu peço vista ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pediu vista? O Senador Rogério Carvalho pede vista.

Algum outro Senador quer discutir a matéria? (*Pausa.*) Não? Então, concedida a vista coletiva – coletiva.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, deixaria a discussão aberta, porque eu acho que, quando voltar o pedido de vista, de repente fazemos um debate sobre o assunto. Acho que é um assunto interessante.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bem, fica aberta a discussão. Claro, V. Exa. tem razão.

Eu vou pedir a compreensão aqui do meu amigo Senador Bittar, porque estamos com alguns taxistas ali esperando isto desde não sei quantos dias – uma turma da Bahia, de Minas Gerais –, para um projeto que é terminativo, como o de V. Exa. Se V. Exa. conceder para o Senador Randolfe Rodrigues fazer... Depois eu boto o de V. Exa. – se V. Exa. conceder!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Pela ordem.) – Rapaz... Presidente, é difícil não aceitar um pedido de qualquer colega, ainda mais do Presidente da CCJ, o baiano mais aprumado que tem aqui no Senado. Eu vou aceitar, mas eu quero fazer um contrapedido. Aceito, claro, mas, se V. Exa. permitir – eu estava no gabinete atendendo pessoas, vim para cá e elas estão lá no gabinete –, a gente retira de pauta e coloca no item 1 da semana que vem, pode ser?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bom, Senador Randolfe... Pode, eu acho que...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Para mim não tem problema. A gente coloca...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. pode então relatar e... É porque é terminativo, né?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone*.) – É, terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vai demorar um tempo para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. *Fora do microfone*.) – Vai logo para a conclusão aí, pô!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então eu posso colocar na outra semana?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Vai para o voto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. *Fora do microfone*.) – Vai para o voto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Vai para o voto...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Tudo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. *Fora do microfone*.) – É, livre-se logo disso; livre-se desse serviço.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Vamos... Mas aí eu tenho que fazer o quê? Ler aqui?

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bem. Então eu passo a palavra a V. Exa. e abro a proposição do que V. Exa. vota...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Então eu só leio o cabeçalho?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bem. É. (*Pausa.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Uai, mas se for aprovado, se for consenso, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O item 7 em deliberação.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 5490, DE 2023

- Terminativo -

Altera o art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para tornar insuscetíveis de fiança os crimes relacionados à prática da pedofilia.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1, 2 e 4, com duas emendas de redação que apresenta, e pela prejudicialidade da Emenda nº 3.

Observações:

- Foram apresentadas 4 emendas ao Projeto;

- Votação nominal.

Senador Marcio Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Como Relator.) – Presidente, como é consenso, eu quero aqui parabenizar o Senador Carlos Viana pela iniciativa.

Há consenso aqui de todos os Parlamentares da Comissão de Justiça – é terminativo – sobre o Projeto de Lei nº 5.490, de 2023, do Senador Carlos Viana, que altera o art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal –, para tornar insuscetíveis de fiança os crimes relacionados à prática da pedofilia. Estamos transformando o crime de pedofilia em crime inafiançável.

Como é consenso nesta Comissão, com a participação e a ajuda inestimável do Senador Contarato, que aperfeiçoou o projeto, então é esse o voto e eu peço ao Presidente da CCJ, nosso Senador Otto Alencar, que a gente possa votar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Peço que abra o painel para que os Senadores e as Senadoras possam votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Essa matéria é terminativa, precisa da votação de no mínimo 14 Senadores e Senadoras.

Logo em seguida, o item 10, que será da relatoria do Senador Randolfe, é um pleito dos taxistas do Brasil – e da Bahia também, né?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. *Fora do microfone.*) – Específico do Brasil e da...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E do Amapá também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. *Fora do microfone.*) – ... e da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Da Bahia e do Amapá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Bahia é uma república com que o Brasil mantém relações amistosas... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é.

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para as emendas nos termos do parecer.

Em votação.

Trata-se de matéria terminativa.

Os Senadores concordam? (*Pausa.*)

Então será em votação única.

Os Senadores podem votar a matéria terminativa do Senador Carlos Viana, que foi relatada pelo Senador Marcio Bittar, e que não dá condição de que, em caso de pedofilia, se possa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

Eu quero até parabenizar V. Exa. e o Senador Carlos Viana. Essa é uma matéria superimportante, sobretudo pelos casos recorrentes que nós temos tido nesse sentido.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, eu quero só parabenizar o Senador Marcio Bittar pelo relatório...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Fabiano Contarato, que é um conhecedor dessa matéria e defensor de todo o setor no que diz respeito à violência contra a criança.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizar o Senador Marcio Bittar pela serenidade, pelo brilhante relatório, na certeza de que a gente está avançando cada vez mais no combate a qualquer crime envolvendo criança, principalmente, a crimes contra a dignidade sexual.

Eu tenho assim uma postura – e está aqui, inclusive, o Senador Marcio Bittar, que eu sei que também tem posicionamento favorável a isto – de que passou da hora, Senador Amin, de a gente corrigir uma injustiça no Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu não acho razoável... Como é que você explica hoje para uma mãe que a filha foi estuprada, morta a pauladas e teve ocultação de cadáver por um rapaz de 17 anos, e que ele vai ficar, no máximo, internado por até três anos? Isso não é razoável. A gente tem que modificar isso. Não estou falando em redução de maioridade penal, porque isso é uma cláusula pétrea, mas a gente tem que tratar igualmente os iguais na medida em que eles se desigualem.

Então, vai chegar um momento em que a gente vai ter que se debruçar aqui.

Eu volto a falar do caso que aconteceu em Aracruz, no Espírito Santo. Um rapaz de 16 anos entrou numa escola, metralhou – quatro pessoas morreram entre crianças e professores – e deixou dezenas de feridos. Ele vai ser solto agora em novembro.

Olha, não tem como. A gente não está aqui tendo um caráter punitivista exacerbado. Eu entendo que o crime é um fenômeno social, eu entendo que o desenvolvimento biopsicológico de uma pessoa até 18 anos é incompleto, mas a gente vai ter que enfrentar isso. Para casos extremados como... O meu projeto de lei que está aqui, com a relatoria do Senador Flávio, é aumento de três para cinco, até cinco, e, em casos excepcionais, se for um ato infracional praticado com violência, grave ameaça ou equiparado a hediondo – tráfico de entorpecente, homicídio qualificado, latrocínio –, aí ele vai poder chegar até dez anos de internação. Eu acho que isso a gente tem que enfrentar por mais que seja um tema delicado e que muitas pessoas... E olha que eu sou eterno defensor de direitos humanos, agora esse tema não é razoável.

Eu peguei um caso no Espírito Santo, enquanto Delegado, de um rapaz de 17 anos que matou um chefe de família a pauladas, que para um maior seria um homicídio qualificado, previsto no art. 121, §2º, inciso III, com meio de crueldade, de 12 a 30 anos, e a juíza deu um ano de internação – um ano de internação! Não há como a gente aquiescer nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos que ter políticas públicas para tirar o jovem da criminalidade, para que ele não seja cooptado – eu não tenho dúvida disso –, mas vai ser necessário a gente fazer esse enfrentamento, sim, com responsabilidade, tratando igualmente os iguais na medida em que eles se desigualem.

Desculpe por ter me alongado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Há 15 votantes... 16 votantes, eu determino, então, a abertura do painel.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Votaram favoravelmente 15 Senadores; nenhum voto contra.

Quero parabenizar o Senador Marcio Bittar pelo seu relatório de uma matéria muito importante que acabamos de ver.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1, da CCJ; 2, da CCJ; e 4, da CCJ; e as Emendas de Redação nºs 5, da CCJ; e 6, da CCJ. Fica prejudicada a Emenda nº 3.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 680, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 para garantir o direito à transferência dos direitos à exploração do serviço de transporte público individual de passageiros e atribuir aos Municípios a competência para definir os seus requisitos.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura;

- Votação nominal.

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, Relator da matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Como Relator.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos. Cumprimento os colegas aqui desta Comissão de Constituição e Justiça, assim como também cumprimento os taxistas de todo o Brasil.

Presidente, essa matéria faz parte de um conjunto de ações que visam valorizar os taxistas do país. Eu queria destacar que, ainda neste mês, o Presidente Lula assinou a Medida Provisória 1.305, que isenta a tributação sobre o taxímetro, uma das últimas e remanescentes tributações que existiam sobre a atividade de táxi no Brasil.

Essa matéria em especial, o Projeto de Lei 680, é do nosso ilustre colega Senador Weverton Rocha e altera a Lei 12.468, de 26 de agosto de 2011, e a Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir o direito à transferência dos direitos à exploração do serviço de transporte público individual de passageiros e atribuir aos municípios a competência para definir seus requisitos.

Trata-se, Sr. Presidente, após uma decisão que ocorreu do Supremo Tribunal Federal, de restaurar dentro da ordem jurídica um direito que os taxistas do Brasil sempre tiveram, que era o direito à posse e a propriedade da sua placa de táxi.

O art. 22, incisos IX e XVI, da Constituição Federal atribui privativamente à União competência para legislar sobre diretrizes da política nacional de transportes e condições para o exercício de profissões. Resta evidente, Sr. Presidente, que o Legislativo federal detém competência para estabelecer normas sobre a matéria objeto do projeto em exame, qual seja, o estabelecimento de regras gerais sobre a transferência de outorgas do serviço de transporte público individual de passageiro, que constituem elemento fundamental para o exercício da profissão de taxista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A possibilidade de transferência do direito à exploração do serviço de táxi, seja por alienação entre vivos ou por sucessão, foi permitida, em termos bastante amplos, pelo art. 12-A da Lei nº 12.587, de 2012. O Supremo Tribunal Federal, no entanto, considerou inconstitucional a redação desse dispositivo legal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.337. O STF, contudo, reconhecendo a situação de insegurança jurídica e excepcional interesse social decorrente dessa medida, optou pela modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, de forma que ela só produzisse efeitos para o futuro, a partir de dois anos, a contar da data da publicação da ata de julgamento, que ocorreu em abril de 2023.

Esgotado o prazo da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, verifica-se que a situação de insegurança jurídica e de relevante interesse social ainda persiste. Com efeito, o autor da proposição nos lembra em sua justificação que diversos municípios em todo o país anunciaram recentemente o encerramento da possibilidade de transferências de outorgas de serviço de táxi, a despeito da existência de normas locais em plena vigência que admitem a prática. Podemos antever, nessas circunstâncias, um crescimento exponencial da judicialização da matéria, o que traz consequências extremamente danosas para a categoria profissional dos taxistas.

O substitutivo que foi aprovado, Sr. Presidente, na Comissão de Infraestrutura também atende o requisito essencial de vinculação da transferência da outorga ao atendimento do interesse público, que fundamenta a exploração do serviço de táxi. Consideramos positiva, ainda, a solução adotada pelo substitutivo, de inserir todas as alterações legais pretendidas na Lei nº 12.468, de 2011, que regulamenta a profissão de taxista, tendo em vista que se trata, fundamentalmente, de regulação do exercício profissional.

Somos favoráveis também, Presidente, à alteração promovida pelo substitutivo da referência à transmissão de autorização por transmissão de outorga, que se mostra juridicamente compatível com o instituto da permissão de serviços públicos, sob o qual pode ser organizado o serviço de transporte público individual de passageiro. Por fim, aprovamos também a proibição de ociosidade da outorga, pois ela se alinha diretamente com a finalidade pública do serviço de táxi e valoriza os profissionais que efetivamente se dedicam ao seu trabalho.

Passando diretamente para o voto, Sr. Presidente, diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei 680, de 2024, e, no mérito, pela sua aprovação na forma do substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segue o substitutivo que já é do conhecimento de todos, Sr. Presidente. Este é o voto pela aprovação da matéria e em alusão aos milhares de taxistas, aos milhões de taxistas na sua Bahia, no meu Amapá e em todo o Brasil.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu vi aqui, agora, algumas alterações no texto que foram feitas – e acho até que para melhor, ao que me parece, especificamente os incisos I a V do §3º – que regulam melhor o que seria a descontinuação da prestação do serviço do taxista. Isso estava muito em aberto, quero elogiar até o Senador Randolfe.

Eu vou pedir vista, mas já para botar, na próxima semana, de volta.

Eu tenho aqui uma dúvida ainda, porque, quando... Uma das dúvidas que eu tenho é: quando fala em autorização ociosa – ou seja, quando há essa descontinuidade –, acho que deveria ter um prazo mínimo para que fosse caracterizada essa autorização ociosa. É uma questão sobre a qual eu queria refletir, até coloco já, antecipando ao Senador Randolfe, que fez muito bem ao incluir esses incisos no §3º. Já resolveu uma das questões da minha vista, confesso, mas essa outra questão remanesce.

E eu também queria consultar aos meus colegas taxistas do Rio de Janeiro se dessa maneira atende, porque eles haviam me procurado justamente por conta da ausência desses incisos que foram acrescentados.

Dessa forma, sem maior prejuízo, na próxima semana a gente coloca para votação, porque o projeto é muito meritório. Na questão da transferência, não tenho a menor objeção. Só esse detalhe, em princípio, e uma confirmação de que tudo atende a classe.

Senador Randolfe, V. Exa. quer fazer algum contraponto?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Como Relator.) – Não, em absoluto. Obviamente o direito de vista é um direito regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, mas pode ser que, com o entendimento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Era a esse ponto que eu queria chegar.

Eu não vejo nenhum óbice. Inclusive, se esse é o sentido da sugestão encaminhada pelo meu colega Portinho, eu não vejo nenhum óbice em já acatá-la e, se for o caso e se contemplar o colega, já incorporar ao relatório, para, enfim, termos a apreciação.

Se, além desta, não existir outra preocupação que justifique o pedido de vista, de minha parte, sem óbice para receber e acatar a emenda.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu fico feliz com esse endereçamento, que mostra que a gente vai chegar a um denominador comum, mas eu precisava só refletir, Randolfe, também sobre quanto tempo é isso. Ocioso é ficar um ano? É ficar seis meses? É ficar três?

Acho que tinha que ter um tempo mínimo para isso, para que, aí, sim, incidisse o resto do texto.

Acho que, na semana que vem, eu já devolvo, e, se for o caso, faço a sugestão, e chegamos a um bom acordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem dúvida nenhuma.

Então, é concedida vista coletiva e ficará para a próxima semana, quarta-feira, como um dos primeiros itens da pauta – me parece que eu tinha colocado um antes, né? (*Pausa.*)

Então, fica como primeiro item da pauta da próxima quarta-feira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Muitíssimo obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço as colocações do Senador Carlos Portinho e recebo aqui um requerimento que é encaminhado pelo Senador Fabiano Contarato.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 45, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 2329, de 2021.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PL 2.329, de 2021, que institui o Fundo de Amparo às Crianças Órfãs e o Programa de Amparo às Crianças Órfãs (Procor), com o objetivo de promover ações que ampliem o acesso a direitos fundamentais da criança órfã por meio de apoio às famílias, e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Facor entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.

Proponho audiência com os seguintes representantes: do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, Sra. Aldaíza de Oliveira Sposati, Professora Titular da PUC, representante do Fórum Nacional da Infância e da Juventude; representante do Operador Nacional do Registro Civil de Pessoas Naturais; Sr. Milton Santos, Coordenador-Executivo Nacional da Coalizão Orfandade e Direitos.

Então, esse é o requerimento que eu coloco em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Fabiano Contarato para audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia quinze de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Alan Rick, Marcelo Castro, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Romário, Paulo Paim, Humberto Costa, Augusta Brito, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Dr. Hiran, e ainda do Senador Chico Rodrigues, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Flávio Arns, Magno Malta e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação atas das 19ª e 20ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3603, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Cidadão Solidário." **Autoria:** Senador Bene Camacho (PSD/MA). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2936, de 2024 - Terminativo -** que: "Reconhece a Dança de São Gonçalo como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 650, de 2024 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nordestina do Cuscuz ao Município de Angelim, no Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3868, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Manoel Mattos no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 170, de 2023 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional a Guitarrada." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 36, de 2025** que: "Requer inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 31/2025 - CE, com o objetivo de instruir o PL 4606/2019, que "veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada, para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional"." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE), subscrito pelo Senador Paulo Paim (PT/RS) e pelo Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/15

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 30ª Sessão Legislativa Ordinária.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 19ª e da 20ª Reuniões, realizadas em 8 e 9 de julho de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: moção encaminhada pela Sociedade Brasileira de Química em apoio ao fortalecimento do ensino de Química em todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

os níveis, com especial ênfase na importância da realização presencial das atividades de laboratório.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais.

As inscrições para uso da palavra podem ser feitas, solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participarem remotamente.

Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os itens terminativos, que exigem votação nominal. Nós temos cinco itens de votação nominal e temos um requerimento da Senadora Augusta Brito.

Então, vamos começar pelo item nº 1, que é o Projeto de Lei nº 3.603, de 2024, terminativo, que institui o Dia Nacional do Cidadão Solidário.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3603, DE 2024

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Cidadão Solidário.

Autoria: Senador Bene Camacho (PSD/MA)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 16/10/2024, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 17/06/2025 e 02/07/2025.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, para a leitura do seu relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sra. Presidente Teresa, colegas Senadoras, colegas Senadores e todos que estão nos assistindo, eu queria pedir permissão para ir direto à análise.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido no inciso I do art. 49 e inciso IV do §1º do art. 91, foi confiada à CE a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, IX, CF), às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, ressaem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Portanto, foi realizada audiência pública neste Colegiado, aos 16 de outubro de 2024, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 90, de 2024. Nesse sentido, cumpre esclarecer que houve a presença de representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; de representante da Receita Federal; de representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae); e de representante do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas.

Registre-se, ademais, que, no que se refere à técnica legislativa, o texto da proposição está em estrita consonância com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que versa sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

No que se refere ao mérito da proposição, é imperativo reconhecer a relevância social da iniciativa. A campanha de conscientização proposta configura-se como uma valiosa oportunidade para informar e sensibilizar a sociedade acerca da importância da destinação de recursos a entidades assistenciais.

Tal iniciativa tem o potencial de transformar a cultura de doação no Brasil, contribuindo para a formação de cidadãos mais engajados e conscientes de seu papel na sociedade.

A contribuição financeira a projetos sociais por meio de dedução do Imposto de Renda representa um gesto significativo, capaz de gerar impactos positivos na vida de muitas pessoas. A destinação de recursos a instituições que atuam no combate à pobreza, na promoção de direitos humanos e no apoio a crianças e adolescentes constitui uma forma eficaz de promover a justiça social e a igualdade de oportunidades. Desta forma, a instituição do Dia do Cidadão Solidário é uma medida que merece ser aprovada, pois promove um ambiente mais justo e inclusivo para toda a população brasileira.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.603, de 2024.

Presidente, eu já queria pedir licença para falar sobre como eu vejo esse Dia Nacional do Cidadão Solidário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senadora.

Estamos em processo de discussão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – A solidariedade é algo importantíssimo, sempre foi. E a gente sabe qual a importância desse dia. Nós vamos dar visibilidade à sociedade brasileira no momento em que não só o Brasil, mas o mundo precisa de solidariedade. Tem que ter esse olhar diferenciado.

Então, além de a gente estimular essa dedução para as APAEs, para as outras instituições que precisam, a gente precisa dar visibilidade, porque a gente sabe que, mesmo existindo essa lei, não é simples esse convencimento de a gente agregar a quem pode doar nesse caminho da solidariedade. Então, esse é um projeto salutar que faz a gente dar visibilidade ao Brasil.

Vamos ser solidários, gente. Vamos salvar vidas. Falamos muito aqui em vida e em família e a solidariedade tem que fazer parte disso.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem, Senadora Zenaide.

Eu também quero registrar meus parabéns a V. Exa. por tratar de um tema tão pertinente numa sociedade que trata muitas vezes as pessoas como peças descartáveis. E esse projeto dá uma dimensão à prática da solidariedade muito ampla. Humaniza as relações sociais, a convivência com os diferentes, dentro de uma política de inclusão que a gente tem perseguido tanto no Brasil.

A semana passada nós tratávamos sobre isso, inclusive com a Semana da Cidadania, para ser incluído nos currículos, na prática escolar.

Esse projeto de V. Exa. amplia muito e a sua relatoria só valorizou o projeto original.

Meus parabéns.

O Senador Paim está *online* e quer também participar do debate a respeito do Projeto 3.603.

Senador Paim, a palavra está com V. Exa..

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente Teresa Leitão, Líder Zenaide Maia, eu queria, na verdade, colocar aqui na sessão que eu sou Relator do item 5. E me pediram também que assinasse o item 6, que é da Senadora Augusta Brito. Então, V. Exa. decide. Eu estou à disposição. No momento que quiser me chamar, eu estou pronto para fazer os relatórios e, naturalmente, votar no projeto muito bem relatado pela querida Senadora Zenaide Maia.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senador.

Nós vamos concluir o segundo, que também é da Senadora Zenaide Maia, e aí eu passo para V. Exa., porque o Senador Humberto Costa ainda não chegou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, como é terminativo, Senadora, nós vamos votar em bloco todas as votações nominais, e eu já passo para V. Exa. o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2936, DE 2024

- Terminativo -

Reconhece a Dança de São Gonçalo como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Eu concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do seu relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sra. Presidente, Senadora Teresa Leitão, todos os colegas Senadores e Senadoras e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

população que nos assiste através da TV Senado, da Rádio Senado e por todos os meios de comunicação, eu quero pedir permissão para ir direto à análise.

Nos termos do disposto pelos incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, acerca de normas gerais sobre cultura, diversão e espetáculos públicos e homenagens cívicas, temas presentes no projeto em análise.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91, foi confiada à Comissão de Educação a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, inciso IX, da Constituição Federal), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput,* da Constituição Federal) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput,* da Constituição Federal) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito da proposição, reconhecemos a importância do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Dança de São Gonçalo é uma manifestação folclórica religiosa, encontrada em diversas regiões do Brasil, com variações marcantes de acordo com a localidade. Geralmente realizada como pagamento de promessa ao beato São Gonçalo de Amarante, a dança envolve música, canto e coreografias específicas, muitas vezes com o uso de instrumentos como a viola, o tambor e o pandeiro. Os participantes, em trajes típicos ou vestimentas que remetem ao santo, executam movimentos que podem incluir arcos, giros e batidas de pé, expressando sua devoção e gratidão pela graça alcançada ou pela esperança de sua realização.

A importância cultural da Dança de São Gonçalo reside em sua capacidade de preservar a memória e a identidade de grupos sociais, transmitindo saberes e tradições através das gerações. Ela fortalece os laços comunitários, promove a expressão artística e religiosa, e contribui para a diversidade do patrimônio imaterial brasileiro. Em algumas comunidades quilombolas, por exemplo, a dança assume contornos específicos, mesclando a devoção a São Gonçalo com elementos da cultura afrodescendente, tornando-se um símbolo de resistência e afirmação de identidade. Nesse contexto, a Dança de São Gonçalo representa mais do que uma simples manifestação folclórica, torna-se um elo com o passado, uma expressão de fé e um elemento vivo da cultura popular brasileira.

Acreditamos que o reconhecimento da Dança de São Gonçalo como manifestação da cultura nacional permitirá a preservação e a valorização dessa tradição cultural de grande valor histórico e social, além de fortalecer a identidade cultural e promover a educação sobre as culturas afro-brasileiras, razões pelas quais somos favoráveis à iniciativa.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.936, de 2024.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senadora.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

V. Exa. quer fazer algum complemento?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sim, eu queria parabenizar por essa ideia.

Por sinal, eu sou a Primeira-Dama de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte – eu sei também que tem São Gonçalo do Amarante no Ceará...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Em Pernambuco, Itapissuma, tem uma procissão marítima.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É, e essa aqui lá também.

Então, isso aqui é mais do que a gente promover e transformar numa tradição cultural. Na verdade, isso é cultura, isso é história, gente.

A cultura é a digital do nosso povo, e é pela digital que a gente vai saber de onde viemos, onde estamos e aonde queremos chegar. Então, preservar a nossa cultura, essas danças, esses hábitos, faz com que a gente lembre como eram as manifestações culturais, religiosas, com danças e tudo, em todo o território nacional.

Então, quero parabenizar aqui o nosso Senador Rogério Carvalho e dizer a ele que vai ter muita... Comemorar essa cultura da Dança de São Gonçalo vai ser no território nacional quase todo. E quero parabenizar e dizer que eu sou favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Cultura é história, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Não havendo mais nenhum Senador inscrito para a discussão, encerro a discussão.

A reunião... A votação será nominal e realizada em bloco. (*Pausa.*) ... todos os cinco de hoje.

Senador Paim, o Senador Humberto chegou e ele vai para a CAE. Eu vou passar a palavra para ele, para o Projeto nº 3. Perfeito?

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 650, DE 2024

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Confere o título de Capital Nordestina do Cuscuz ao Município de Angelim, no Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Deputado Federal Fernando Rodolfo.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Sra. Presidenta, inicialmente agradeço a deferência de me conceder a possibilidade de ser o Relator dessa matéria, já que trata de um município extremamente importante para todos nós, de modo que vou proceder aqui à leitura do relatório.

Vem à análise da Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei nº 650, de 2024, do Deputado Federal Fernando Rodolfo, que dá o título de Capital Nordestina do Cuscuz ao Município de Angelim, no Estado de Pernambuco.

O projeto é composto por dois artigos: o art. 1º, que institui a homenagem; e o art. 2º, que prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da proposição ressalta que, no Brasil, o Município de Angelim, no Agreste de Pernambuco, destaca-se, em números relativos – proporção entre produção de cuscuz e número de habitantes –, como o maior produtor de cuscuz do Nordeste, o que garante que essa indústria seja a maior geradora de empregos com carteira assinada do município.

Desta feita, a concessão do título de Capital Nordestina do Cuscuz à cidade de Angelim não só a reconhece como grande produtora deste tão importante prato, como a prospecta para todo o Brasil como um importante polo industrial alimentício

O projeto não recebeu emendas e foi distribuído para análise exclusiva e terminativa desta Comissão de Educação.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do inciso II, do art. 102, do Regimento Interno, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que tratem de homenagens cívicas. Ainda, conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91, também do normativo interno, foi confiada à CE competência para decidir terminativamente sobre o mérito da matéria

Portanto, em razão do caráter exclusivo da proposição, cabe a esta Comissão pronunciar-se em relação à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade.

No que tange à constitucionalidade, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura. Além disso, observa-se legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48 da Constituição, haja vista não incidir reserva de iniciativa nessa espécie. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa.

Logo, não se observam vícios relacionados à constitucionalidade e juridicidade ou falhas de natureza regimental.

No mérito, o projeto merece prosperar.

O cuscuz foi introduzido no Brasil a partir de influências do norte da África, sendo posteriormente adaptado à base de milho, insumo amplamente disponível e cultivado no território nordestino. Um prato simples e nutritivo, é consumido em todo território nacional, com variações na preparação, e se tornou símbolo afetivo da cultura brasileira.

Essencial na alimentação de muitos brasileiros, sobretudo nas regiões marcadas pela desigualdade social, o cuscuz foi declarado, em 2020, Patrimônio Imaterial da Humanidade pela Unesco. Este reconhecimento destaca a relevância das práticas e tradições associadas ao preparo e consumo do cuscuz, que são compartilhadas por diversos países.

O cuscuz desempenha papel central e de grande relevância na história pernambucana, configurando-se não apenas como um alimento cotidiano, mas também como um verdadeiro símbolo de identidade cultural, resistência e pertencimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ao longo do tempo, o cuscuz se tornou uma das mais expressivas e tradicionais iguarias da culinária regional, e se faz presente em todas as principais refeições do dia, desde o café da manhã até o jantar.

No contexto socioeconômico, destaca-se de maneira significativa o Município de Angelim, localizado no Agreste pernambucano, que se notabiliza por deter a maior produção *per capita* de cuscuz de todo o Nordeste. Esta expressiva cadeia produtiva reforça a sua importância estratégica na dinâmica social.

A produção de cuscuz em Angelim contribui diretamente para o desenvolvimento econômico e social do município, pois está intimamente ligada à agropecuária local, que representa mais de 30% do Produto Interno Bruto daquela cidade. É, ainda, um importante gerador de empregos formais, consolidando este alimento como um elemento fundamental tanto na identidade cultural quanto na sustentabilidade econômica da região.

Reconhecer, portanto, Angelim como a Capital Nordestina do Cuscuz é destacar a cidade no cenário estadual e nacional, valorizando sua produção agrícola, potencializando sua economia local e, principalmente, exaltando a identidade social e cultural dos pernambucanos.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 650, de 2024.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador. Chega a dar vontade na gente de comer cuscuz. Como eu já comi o meu hoje de manhã, a gente só reforça a importância desse projeto.

Então, não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Eu queria só manifestar aqui uma opinião, mais no sentido de parabenizar a iniciativa do autor, o Deputado Fernando Rodolfo, e também parabenizar a cidade de Angelim, que é uma cidade muito importante do Agreste Meridional pernambucano, uma cidade extremamente aprazível e que tem essa qualidade importante de, na sua atividade econômica, ter uma produção bastante expressiva, significativa do cuscuz, de cuja importância todos nós sabemos, como está dito aqui no meu relatório, tanto de resistência cultural quanto de relevância para a alimentação da população.

Então, queria só fazer esse registro e registrar também a minha alegria por ter podido relatar essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não. A gente conhece todos os esforços que são feitos pela administração de Angelim, porque é uma cidade pequena, relativamente – né, Senador? –, cercada ali por cidades maiores, como Garanhuns, e certamente isso vai repercutir positivamente na região.

Como a votação é nominal, nós vamos votar todos os projetos ao final.

Passo para o item 4, o Projeto de Lei nº 3.868, de 2019, também de relatoria do Senador Humberto Costa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3868, DE 2019

- Terminativo -

Inscreve o nome de Manoel Mattos no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

A autoria é da Câmara dos Deputados, do Deputado Federal Frei Anastacio Ribeiro.

O relatório é pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Obrigado, Senadora Teresa. Agradeço também pela possibilidade de me conferir a condição de Relator dessa matéria. Tanto V. Exa. quanto eu tivemos a oportunidade de conhecer de perto o advogado e companheiro de partido Manoel Mattos, e esse é um projeto de muita justiça.

Portanto, vem à análise da Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 3.868, de 2019, de iniciativa do Deputado Federal Frei Anastacio Ribeiro, que inscreve o nome de Manoel Mattos no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para tanto, o art. 1º da proposição institui a homenagem consignada na ementa, ao passo que o art. 2º encerra a cláusula de vigência, que prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificação, a autor argumenta:

> Manoel Mattos foi assassinado por defender o uso da Justiça em detrimento da violência, por proteger os mais fracos, por dizer a verdade. [...]
> A militância de Manoel Mattos deu voz e defesa aos pobres. Sua coragem, ao apresentar denúncias contundentes contra os grupos de extermínio que atuavam na chamada "Fronteira do Medo", tanto nas CPIs estaduais, quanto na CPI do Extermínio do Nordeste, instaurada [...] [pela Câmara dos Deputados], fez dele um mártir na luta pelos direitos humanos e pelos valores que devem sustentar a Nação brasileira.

À matéria, não foram apresentadas emendas.

Análise.

De acordo com o Regimento Interno do Senado, compete à Comissão de Educação e Cultura opinar sobre matérias que tratem de temas relacionados às homenagens cívicas.

Conforme também os arts. 49, I, e 94, I, do mesmo Regimento Interno, é competência deste Colegiado decidir terminativamente sobre o mérito desta matéria.

Considerando, ainda, o caráter exclusivo do exame da matéria, cabe a esta Comissão analisar a constitucionalidade, a juridicidade, a técnica legislativa e a regimentalidade.

Quanto à constitucionalidade, a matéria atende as exigências da lei. É igualmente legítima a iniciativa parlamentar no texto constitucional, visto não se tratar de projeto de reserva privativa do Presidente da República. É adequado o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, não havendo exigência de lei complementar.

Quanto à juridicidade, está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, respeita a boa técnica legislativa, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Atende ainda aos requisitos das leis que disciplinam a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, monumento localizado em Brasília, construído em homenagem ao ex-Presidente Tancredo Neves.

Segundo dispõe esta Lei, são merecedores da distinção brasileiras e brasileiros que, individualmente ou em grupo, tenham oferecido a vida à pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo, desde que decorridos dez anos de sua morte ou presunção de morte, exceção feita aos brasileiros e brasileiras mortos ou presumidamente mortos em campos de batalha.

Portanto, não há óbices de natureza constitucional, jurídica ou regimental.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância ímpar deste projeto, que presta uma homenagem justa e oportuna.

Em 24 de janeiro de 2009, indivíduos encapuzados invadiram uma residência em Pitimbu, município localizado no litoral sul da Paraíba. O alvo dos criminosos era o advogado e defensor dos direitos humanos Manoel Bezerra de Mattos Neto, que foi atingido com dois tiros à queima-roupa, ceifando-lhe a vida de forma brutal e premeditada.

O assassinato de Manoel Mattos não foi um ato isolado. Ocorreu em um contexto marcado por décadas de violência sistemática na região fronteiriça entre os Estados de Pernambuco e Paraíba, conhecida por “Fronteira do Medo”, na qual centenas de mortes permaneceram impunes. O homicídio de um trabalhador rural motivou o jovem advogado a aprofundar investigações sobre a atuação de organizações criminosas naquela região.

Manoel Mattos dedicou a sua vida para a advocacia popular no Município de Itambé – Zona da Mata, norte de Pernambuco. Em 2000, elegeu-se Vereador pelo mesmo município, ocasião em que obteve a maior votação da história local. Desde então, intensificou sua atuação em defesa dos direitos humanos, assumindo papel de destaque no enfrentamento aos grupos de extermínio. No exercício do mandato parlamentar, propôs a criação de uma Comissão de Direitos Humanos na Câmara Municipal e participou ativamente de Comissões Parlamentares de Inquérito sobre o tema, tanto na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco quanto na da Paraíba.

No desempenho de sua atuação profissional e política, acompanhou, de forma direta, os desdobramentos dessa violência. Muitos de seus clientes foram ameaçados ou assassinados por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

obterem êxito em demandas trabalhistas ou fundiárias movidas contra grandes proprietários rurais da região, que perpetuavam práticas coronelistas, com uso sistemático da violência como instrumento de controle social.

Em tal conjuntura, a postura de Manoel Mattos incentivava os mais vulneráveis a confiar na justiça, contrariando interesses de elites locais e daqueles que sustentavam os grupos de extermínio. O advogado foi alvo de atentados, emboscadas e perseguições, tornando-se evidente a existência de risco iminente à sua integridade física.

Em 2002, seu caso foi submetido à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), que, diante da gravidade da situação, deferiu medidas cautelares que obrigaram o Estado brasileiro a assegurar a proteção do advogado, a qual, infelizmente, não foi suficiente.

À época de sua morte, o advogado ocupava a Vice-Presidência do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores em Pernambuco, integrava a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares e era membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco.

Sua atuação foi amplamente marcada pela defesa intransigente dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social, pela denúncia de estruturas de poder baseadas na violência e, principalmente, pelo uso do direito como ferramenta de transformação social.

Relembrar a trajetória de Manoel Mattos é um ato de resistência diante das atuais ameaças à luta pelos direitos humanos. Em um cenário em que se fala cada vez mais em flexibilização do controle de armas e aumento da vulnerabilidade no campo, sua memória permanece como símbolo da defesa da justiça, da dignidade e da democracia.

Reputa-se, pois, justificada a inscrição de Manoel Bezerra de Mattos Neto no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, como reconhecimento póstumo à sua dedicação à construção de um país mais igualitário.

Este é o relatório.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.868, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Humberto. Quero parabenizar pelo relatório e lhe dar também um tempo de discussão. Depois eu faço alguns comentários.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Na verdade, o que eu queria dizer é que, sem dúvida, essa é uma homenagem extremamente justa e que a todos nós conforta, porque fomos companheiros V. Exa., eu e muitas outras pessoas tanto da Paraíba quanto de Pernambuco do Manoel Mattos, advogado, destemido, comprometido com a causa da justiça, com a causa dos direitos humanos, um homem que, durante toda a sua vida, dedicou-se a defender os mais pobres, os humildes, particularmente os trabalhadores rurais, os trabalhadores da agricultura familiar também, mas, acima de tudo, a enfrentar os poderosos da região. Era uma pessoa de uma coragem tão grande – o que levou à sua morte – que denunciava sem meias palavras tanto agentes dos grupos de extermínio quanto os mandantes de assassinatos. Não poupava policiais corruptos, não poupava jagunços pagos por proprietários de terra e, ao mesmo tempo, também tinha uma dimensão política na sua militância de compreender que, para além dessa luta como advogado, como militante dos direitos humanos, era importante militar pela causa de construção de uma sociedade melhor, de um país melhor.

Foi um militante aguerrido do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, uma pessoa que contribuiu fortemente para que nós conseguíssemos, ali, em 2002, vencer, pela primeira vez, as eleições, com o Presidente Lula.

Então, eu considero uma homenagem extremamente justa, que homenageia também a todos nós de Pernambuco, da Paraíba, e a todos que defendem as liberdades e os direitos humanos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

Eu acho também muito importante que a relatoria desse projeto tenha ficado com um de nós de Pernambuco. Como V. Exa. disse, Manoel, Deputado – de quem registro a presença, o seu item vai ser o próximo –, era um militante muito aguerrido, desses que não têm limite de posicionamento quando tem a convicção de que lado está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Conheci Manoel ainda como estagiário do escritório de advocacia que prestava serviços ao sindicato do qual eu era presidente, ao Sintepe. O Manoel trabalhava e nos acompanhava nas lides, lá, sindicais. Depois se elegeu Vereador, deu-me o título de Cidadã de Itambé, e, depois de algum tempo, eu fui a candidata dele a Deputada Estadual no Município de Itambé.

E era impressionante a força política e eleitoral que ele levava para as nossas candidaturas. É como o Humberto disse: a presença e os comícios e as atividades dos nossos candidatos...

Inclusive o Humberto, quando foi candidato a Senador, o Presidente Lula, a minha candidatura, a candidatura do então Deputado Fernando Ferro, que era o seu Deputado Federal, sempre foram majoritárias ali naquele município, pela força e pela coerência com as quais ele sempre atuou naquele município. Foi um dos processos pelos quais nós conseguimos ser federalizados, por conta dessas questões relatadas pelo Senador Humberto.

Estivemos juntos com a Comissão de Direitos Humanos da OAB, com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, unindo o Governo de Pernambuco ao Governo da Paraíba – porque o crime se deu no Estado da Paraíba –, para que o processo fosse federalizado e a gente tivesse mais condições de lisura, dadas as circunstâncias tão tensas lá no Estado de Pernambuco.

Então, Senador Humberto, quero parabenizá-lo pelo relatório. É realmente digno. A vida de Manoel é digna de ser referenciada.

Eu não conhecia esse projeto. Conheci quando eu cheguei aqui à Comissão. E, passando a vista naqueles que estavam pendentes, vi que era importantíssimo a gente rememorar – como Itambé nunca esqueceu – sempre a vida desse advogado, que era um militante.

Quando ele morreu, ele era Vice-Presidente do PT estadual e estava se preparando para ser candidato a Deputado Estadual na eleição de 2010. Então, foi uma vida ceifada, uma vida que faz falta aos direitos humanos, uma vida que faz falta à defesa dos mais pobres, uma vida que faz falta ao combate ao crime organizado.

Então, parabéns, Senador.

A votação será nominal e vai ser realizada em bloco.

Eu passo, portanto, ao último item da pauta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pela ordem, Senadora Teresa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Só porque eu vou precisar ir lá à Comissão de Relações Exteriores – vou votar remotamente –, mas queria aqui, a pedido da nossa querida Senadora Augusta Brito...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... subscrever um requerimento, de autoria dela, na proposição de uma audiência pública que tem o objetivo de vedar qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada para manter a inviolabilidade dos seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional, que seja incluído na Comissão de Educação e Cultura. Está bem?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim, está bem.

A audiência está aprovada, não é? Ela quer a inclusão de um participante.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, o requerimento passa a ser subscrito por V. Exa. e também pelo Senador Paim, que já se manifestou remotamente.

Será apreciado logo após a discussão do último projeto.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 170, DE 2023

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional a Guitarrada.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Autoria da Câmara dos Deputados, do Deputado Federal Airton Faleiro, que aqui se encontra, nos honrando com a sua presença aqui na Comissão.

A relatoria é do Senador Paulo Paim, que vai fazer a leitura do relatório, que é pela aprovação do projeto, remotamente.

Então, eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidenta Teresa Leitão, é com muita satisfação que passo a fazer o relatório. Se V. Exa. quiser, eu posso fazer um resumo, ou posso ler todo o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Fique à vontade, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Posso fazer o resumo?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Por videoconferência*.) – E já cumprimento aí o nosso querido amigo e Deputado Airton Faleiro pela bela iniciativa. Fiquei também muito feliz que V. Exa. me indica para Relator, e o Deputado está hoje aí na Comissão fortalecendo essa bela iniciativa.

Então, de forma resumida: é um projeto que terá apoio, tenho certeza, de 100% dos Parlamentares. Eu começo falando que o ano da COP 30, que acontecerá no Estado do Pará, valoriza ainda mais e, nesse momento, nós reconhecermos como manifestação da cultura nacional a guitarrada.

Gênero musical instrumental que surgiu no Estado do Pará, do nosso querido Airton Faleiro, de Paulo Rocha e de tantos outros, que surgiu no Estado do Pará durante a década de 70. A sua criação é de Joaquim de Lima Vieira, o querido Mestre Vieira, né? A ele (*Falha no áudio.*) ... homenagem merecida (*Falha no áudio.*) ... e feita por todos nós, porque ele foi o grande criador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dessa proposta. Enfim, foi em 1978 que lançou o álbum Lambadas das Quebradas, considerado o marco inicial desse belo estilo e que hoje aqui nós estamos homenageando.

É uma fusão rica de ritmos regionais, paraenses, lembrei aqui do Beto Fares também, como o carimbó e o siriá, com influências de gêneros caribenhos como o merengue, a *cúmbia*, o *mambo*, o *zouk*, além de elementos da Jovem Guarda – eu que fui lá da Jovem Guarda, hein? Eu não era cantor, mas que eu dançava, dançava –, da Jovem Guarda e do bolero.

A característica mais marcante do gênero é o destaque conferido à guitarra – inesquecível guitarra –, por exemplo, a guitarra elétrica, instrumento solista e predominante que executa melodias alegres e dançantes.

A Guitarrada também serviu de base e inspiração para outros gêneros que se tornaram populares nacionalmente, como a lambada e o brega *pop*, evidenciando sua influência na música *pop* brasileira. Quando me lembro da música *pop*, eu me lembro dos meus bons tempos – bons tempos que não voltam mais, viu, Senadora? Mas, Senadora, já fiz aqui um comentário.

Por tudo e tudo aquilo que o nosso querido Parlamentar Deputado Airton Faleiro fala na sua exposição de motivo, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta, e somos, no mérito, favoráveis ao reconhecimento da Guitarrada – repito, da Guitarrada! – como manifestação da cultura nacional, que permitiu a mim, aqui no Senado... Quem diria que aquele menino que dançava ao som das guitarras um dia poderia ser um Senador negro (*Falha no áudio.*) ... Então, eu estou muito feliz. Vocês percebem aí (*Falha no áudio.*)... ... em cima do texto.

O voto, conforme a argumentação exposta feita pelo nobre autor, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 170, de 2023, do grande Deputado Airton Faleiro, que reconhece como manifestação da cultura nacional a Guitarrada. Jamais vou me esquecer da guitarra.

Um abraço aí, meu amigo autor.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Por videoconferência.*) – (*Falha no áudio.*) ... com toda essa minha alegria aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Dá para perceber, mesmo pela tela. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O projeto está em discussão, e eu vou poder conceder a palavra excepcionalmente, caso queira, ao autor, que nos honra com a sua visita, o Deputado do Pará, não é isso? O Deputado Airton Faleiro.

O SR. AIRTON FALEIRO (Bloco/PT - PA. Pela ordem.) – Senadora Teresa Leitão, que preside tão bem esta Comissão e os trabalhos, quero cumprimentá-la e, na sua pessoa, cumprimentar toda a Comissão; cumprimentar meu amigo e companheiro Paim.

Eu sou um "paraúcho". Eu nasci no Rio Grande do Sul, fui para o Paraná com dois anos de idade e, depois, em 1978, fui parar no Pará, rodovia Transamazônica, hoje morador de Santarém. Então, eu sou um grande admirador do nosso querido Senador Paim, como também de V. Exa. Nós temos tanta gente boa nesse Senado que, às vezes, dá até inveja, tá? Vocês sabem o que eu estou querendo dizer, né?

Ao mesmo tempo, eu vir aqui é uma forma de prestigiar a decisão que eu espero que seja favorável, e com certeza será, porque foi assim na Câmara. E eu tive a oportunidade... Como eu trabalhei muito na Comissão de Cultura da Câmara, e o nosso mandato é meio como o de clínico geral, a gente cuida de muitas coisas, mas eu tenho a honra de ser o Deputado campeão de emendas parlamentares para a cultura no Estado do Pará. Fui Vice-Presidente da Comissão de Cultura. Tive a honra de presidir a Comissão de Trabalho também na Câmara. E me veio, então, a partir até de uma demanda apresentada pelos nossos fazedores e fazedoras de cultura do Pará, que a gente tornasse a Guitarrada em... Eu vou chamar de patrimônio, de manifestação da cultura nacional.

Aqui já foram mencionados alguns mestres, entre eles o Mestre Vieira, que foi quem iniciou isso e eu acho que é muito importante o que disse o Senador Paim no que se refere à origem da Guitarrada, que é um ritmo. O que influenciou a Guitarrada foi a música regional, paraense, mas também a música caribenha. Ela é uma coisa única. A Guitarrada é um ritmo que é único e ele influenciou outros ritmos que fizeram muito sucesso, como a lambada. Se você pegar... A Banda Calypso, da nossa querida cantora lá de Almeirim, que faz tanto sucesso, também tem influência disso, o brega, o *pop*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Guitarrada está na raiz, como eu posso dizer, de uma influência do que já havia, mas também como influenciadora de outros ritmos que também são de sucesso.

E eu queria, então, aproveitar para manifestar aqui, digamos, em memória, mas também em homenagem a todos os mestres, o que eu considero, na minha leitura, o mais novo guitarrista lá, que é filho do Manoel Cordeiro, o Felipe Cordeiro, que, aliás, esteve aqui num tempo desses. Quando eu fiz um evento aqui, o 50+50 da Transamazônica, ele veio aqui nos agraciar com a sua música. Então, o Felipe Cordeiro é um jovem que nos orgulha muito e ele dá sequência à Guitarrada como essa manifestação.

Ao mesmo tempo, Senadora, quero agradecer ao Senado, agradecer a vossa presidência, porque eu já fui Presidente de Comissão, sei como é que funciona. Você pode colocar como prioridade ou secundarizar um determinado projeto. Você escolheu um relator que vai ter a responsabilidade, vai ter carinho com aquele projeto, vai produzir um relatório para que ele venha para a pauta, como foi o caso do Senador Paim. A minha vinda aqui é mais para comemorar este momento, porque eu acho que é terminativa esta aprovação.

Então, a partir de agora, a Guitarrada, do Estado do Pará, é manifestação da cultura nacional.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também pela complementação que foi feita com tanta propriedade – de quem mora lá, de quem certamente já viu a Guitarrada de perto. E não poderia ser diferente.

Eu vou passar agora à votação nominal em bloco dos Itens 1, 2, 3, 4 e 5.

Enquanto a votação é colhida...

Eu lerei, depois, o requerimento da Senadora Augusta, antes de concluir a reunião.

Solicito à Secretaria que abra a votação. (*Pausa.*)

O Senador Paim pediu a palavra.

Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Eu estou aparecendo na tela com o chimarrão. É uma homenagem aí ao Airton Faleiro, pelo projeto que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ele apresenta. Eu fiz questão, sabendo que ele é gaúcho, de fazer meu relatório tomando aqui o chimarrão – que ele sabe que é uma tradição, não só dos gaúchos, mas de grande parte dos brasileiros.

Obrigado, um abraço, Presidenta. Um abraço Airton.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Paim, um abraço para você também.

Então, agora sim, passaremos à votação nominal em bloco.

Solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 3.603, de 2024; PL 2.936, de 2024; PL 650, de 2024; PL 3.868, de 2019; PL 170, de 2023.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

Todos os projetos foram pela aprovação.

Enquanto aguardamos a votação nominal dos presentes, eu vou passar para o último item da pauta.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 36, DE 2025

- Não terminativo -

Requer inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 31/2025 - CE, com o objetivo de instruir o PL 4606/2019, que "veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada, para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional".

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O requerimento é subscrito pelos Senadores Paulo Paim e Humberto Costa, e diz respeito a uma audiência pública já aprovada nesta Comissão, trazendo apenas mais alguns convidados.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E nós vamos aguardar mais um pouquinho para concluirmos o quórum necessário à aprovação dos cinco projetos já relatados. (*Pausa.*)

Senador Paulo Paim... Ah, já votou. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação, com o quórum pela aprovação.

Peço à Secretaria que divulgue o resultado final.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Quórum para aprovação: 11.

Todos os projetos foram aprovados, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Muito obrigada pela presença de todos.

Esta foi a nossa última reunião do semestre. Retomaremos em agosto.

Quero agradecer à nossa equipe técnica, na pessoa de Andréia, todo o trabalho intenso que realizamos durante este semestre, com nove audiências públicas. Vamos ainda ter mais três só sobre o Plano Nacional de Educação, e dar vencimento aos projetos tão importantes que têm chegado aqui à nossa Comissão.

Tenham todos um bom recesso. Muito obrigada pela presença de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e onze minutos do dia cinco de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Alan Rick, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Flávio Arns, Sérgio Petecão, Paulo Paim, Humberto Costa, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Otto Alencar e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Cid Gomes, Jussara Lima, Pedro Chaves, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 81, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 8o da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome da Senhora PATRICIA BARCELOS, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema - Ancine, na vaga decorrente do término do mandato de Tiago Mafra dos Santos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, II, 'b', do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3611, de 2024 - Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes para as instituições de ensino privadas na prestação de serviços educacionais a estudantes bolsistas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1-CE (Substitutivo). **Observação:** O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 99, de 2023 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional a Festa de San Gennaro, realizada no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2374, de 2022 - Terminativo -** que: "Declara como manifestação da cultura nacional a Romaria do Senhor Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*ad hoc*), em substituição à Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4191, de 2023 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional o Carnaval de Salvador, no Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (a*d hoc*), em substituição à Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado o projeto, em decisão terminativa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/05

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos, desejando que o recesso tenha sido profícuo em descansos e articulações políticas, porque isso não nos falta.

Vamos, havendo número regimental, declarar aberta a 22ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de agosto de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 21ª Reunião, realizada em 15 de julho. (*Pausa.*)

Está nos faltando um voto para ter quórum deliberativo; uma presença, melhor dizendo, para ter quórum deliberativo. Estamos com quórum para instalar, mas não temos quórum para deliberar. Então, a própria deliberação da ata está à espera de um voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão. Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os itens terminativos, que são todos.

Qual é a proposta que eu vou fazer aos senhores? Que a gente ouça o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que já vem de outras reuniões. Caso a gente não tenha um voto até o final, ele já fica lido para a próxima. Depois, que a gente ouça a apreciação da indicação cujo Relator é o Senador Humberto Costa, que também não está para votação hoje; seria apenas a leitura, com o pedido de vista para votação subsequente, salvo engano, segundo o art. 1.308 do Regimento. E seguiremos assim até chegar um votinho para gente, então, deliberar. Está bem?

Humberto, o Veneziano pediu para fazer logo o dele, e em seguida eu passo para o seu.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3611, DE 2024

- Terminativo -

Estabelece diretrizes para as instituições de ensino privadas na prestação de serviços educacionais a estudantes bolsistas.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 01/04/2025, 29/04/2025, 13/05/2025 e 08/07/2025.

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Com a palavra o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, meus cumprimentos, nossas saudações a V. Exa., igualmente aos nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

companheiros Senadores presentes: Humberto Costa, Esperidião Amin e demais outros e outras que, de certo, estarão a fazerem-se entre nós, para que nós avancemos na nossa pauta deliberativa. Quero saudar todos os nossos companheiros de trabalho e agradecer igualmente a sua atenção por deferir a inversão de pauta ao item 2, para que nós façamos a leitura e proximamente a deliberemos.

A senhora já fez a expressão da ementa, já a leu, e eu perguntaria se poderia ir diretamente à análise, sem prejuízos ao conteúdo absorvível pelos companheiros e companheiras.

Análise do projeto de lei de autoria do nosso colega Senador Alessandro Vieira.

Nos termos do art. 102, inciso I, do nosso Regimento, compete à nossa Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação. Assim, a análise do PL nº 3.611, de 2024, enquadra-se plenamente nas competências atribuídas ao nosso Colegiado.

Ainda, por se tratar de decisão em caráter terminativo e exclusivo, insta mencionar que a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Passando à análise do mérito propriamente, nos termos do art. 206, inciso I, da Constituição Federal, entre os princípios com base nos quais o ensino deve ser ministrado, encontra-se o da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), também repetiu o princípio em seu art. 3º, inciso I.

Um dos caminhos para a redução de desigualdades sociais, sem sombra de dúvidas, em matéria educacional é a concessão de bolsas de estudo por instituições de ensino privadas, o que, ao lado da educação pública, garante o acesso à educação a estudantes em condições socioeconômicas desfavorecidas. Tanto é assim que o próprio poder público oferece estímulos a essa prática, por meio da concessão de benefícios fiscais para instituições de ensino privadas com ou sem fins lucrativos, a exemplo da imunidade tributária concedida às instituições beneficentes e dos benefícios fiscais concedidos no âmbito da política de acesso ao ensino superior conhecida como Programa Universidade para Todos (Prouni).

Ocorre que há notícias, senhores e senhoras, de práticas de discriminação e de segregação entre alunos bolsistas e não bolsistas, que podem incluir separação dos estudantes em turmas, turnos e até unidades diferentes, proibição de acesso a estruturas das escolas em horários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

frequentados por estudantes pagantes, negligência no trato das queixas de práticas de *bullying* contra bolsistas e até diferenciação entre os estudantes pelo uso de uniformes distintos.

Nesse sentido, consideramos louvável a iniciativa do nosso colega Senador Alessandro Vieira, que busca assegurar que estudantes não pagantes possam permanecer na escola com dignidade e que ela seja um ambiente seguro e livre de preconceitos, estigmas e discriminação. Contudo, por questões meramente de técnica legislativa, entendemos que a matéria deve ser incluída na LDB – e isso foi conversado com o Senador Alessandro Vieira precedentemente à conclusão do nosso relatório –, motivo pelo qual apresentamos emenda substitutiva.

Voto.

Sra. Presidente, senhores e senhoras integrantes do Colegiado da Comissão de Educação, diante do que nós expusemos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.611, de 2024, nos termos da emenda substitutiva que apresentamos.

Gratíssimo, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Apresentado o relatório, está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós vamos aguardar o 11º presente para procedermos à votação, que será nominal porque se trata de matéria terminativa.

Muito obrigada, Senador.

Passo a palavra agora ao Senador Humberto Costa para relatar o item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 81, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 8º da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome da Senhora PATRICIA BARCELOS, para exercer o cargo de Diretora da Agência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nacional do Cinema - Ancine, na vaga decorrente do término do mandato de Tiago Mafra dos Santos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nos termos desse artigo, esta Presidência comunica às Sras. e Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridade nesta Comissão será feito, portanto, em duas etapas. Na primeira etapa, o Relator apresentará o relatório à Comissão.

Após a apresentação e discussão do relatório, será concedida a vista coletiva. Na segunda etapa, o indicado, ou a indicada, no caso, será submetida à arguição dos membros desta Comissão e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Bom dia a todos e a todas, Sra. Presidenta.

Com base no art. 52 da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001, e com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 2000, o Presidente da República, mediante a Mensagem nº 81, de 2024, submete à apreciação do Senado Federal o nome da Sra. Patrícia Barcelos para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine), na vaga decorrente do término do mandato de Tiago Mafra dos Santos.

Nos termos do art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001, a Diretoria Colegiada da Ancine é composta por um diretor-presidente e três diretores, nomeados para mandatos não coincidentes de cinco anos, vedada a recondução. A nomeação dos integrantes da Diretoria Colegiada deve observar o disposto na Lei nº 9.986, de 2000, segundo a qual os indicados devem ser brasileiros, de reputação ilibada e de notório conhecimento no campo de sua especialidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

devendo atender a requisitos específicos de experiência profissional e formação acadêmica compatível, nos termos do art. 5º.

É competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal.

O exame da indicação compete, de acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, à Comissão de Educação e Cultura, por ser assunto correlato à área cultural. O procedimento de análise deve observar, ainda, o disposto no art. 383 do Regimento, que detalha os documentos e declarações que devem instruir o processo de apreciação de autoridades indicadas nos termos do art. 52, inciso III, da Constituição Federal.

A indicada apresentou currículo com detalhada descrição de sua trajetória acadêmica e profissional. É graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestre em Educação pela UnB, com a dissertação "Cinema, Educação e Narrativa: esboço para um voo de aeroplano", e doutora em Educação, também pela UnB, com a tese "Imagem-Aprendizagem: experiências da narrativa imagética na educação". Possui atuação acadêmica consolidada como Professora no Instituto Federal de Brasília (IFB), Campus Recanto das Emas, voltado exclusivamente à formação técnica no setor de cinema e audiovisual.

No campo da gestão pública, exerceu cargos de direção e assessoramento no Governo Federal, com destaque para a Chefia de Gabinete da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, de 2005 a 2010; a Diretoria de Articulação das Redes de EPT (2011 a 2012); a Secretaria Executiva da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2012); e a Secretaria Nacional de Defesa e Promoção de Direitos Humanos (2014). Atualmente, ocupa o cargo de Diretora de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica no MEC, e integra o Conselho Superior do Cinema e o Comitê de Gestão do Fundo Setorial do Audiovisual.

A documentação apresentada atende integralmente às exigências do art. 5º da Lei nº 9.986, de 2000, inclusive no que tange à experiência mínima de quatro anos em cargo comissionado equivalente a DAS-4 ou superior e à formação acadêmica compatível com as atribuições do cargo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No tocante ao art. 383 do Regimento Interno, a indicada juntou todas as declarações previstas, incluindo informações sobre parentesco, participação societária, regularidade fiscal e eventual atuação em juízos, conselhos e agências. Assim, informou não possuir ações judiciais em que figure como parte, tampouco exerceu funções em agências reguladoras ou conselhos de administração de empresas estatais nos cinco anos anteriores à indicação. Também apresentou certidões negativas de débito e de feitos criminais, além de relação de publicações acadêmicas, entre as quais se destacam livros, artigos e trabalhos técnicos no campo do cinema e da educação.

Ademais, apresentou argumentação escrita em que demonstra afinidade técnica, intelectual e moral com as funções da Diretoria da Ancine, destacando sua experiência no setor público e sua atuação em projetos de formação audiovisual e promoção de direitos humanos por meio da cultura.

Diante do exposto, considerando a documentação apresentada e a qualificação técnica e profissional da indicada, aqui resumidas, consideramos que esta Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação da Sra. Patrícia Barcelos para o exercício do cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema.

É esse o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Agradeço ao Senador Humberto Costa. Inclusive, a nossa indicada do Governo assistiu a toda a leitura.

Fica, portanto, concedida a vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Alcançamos o voto para deliberar, aliás, o quórum para deliberar. Já temos a matéria apresentada e relatada pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo, que é terminativa – portanto, voto nominal.

Quanto ao item 3, cujo Relator é o Astronauta Marcos Pontes, ele pede para deixarmos para uma próxima reunião, mas, para os itens 4 e 5, de relatoria das Senadoras Augusta Brito e Jussara Lima, nós vamos contar com a relatoria *ad hoc*, já aceita, do Senador Flávio Arns, que retorna à nossa Comissão com a saúde tinindo, totalmente recuperado para enfrentar conosco este segundo semestre.

(É o seguinte o item adiado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 99, DE 2023

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional a Festa de San Gennaro, realizada no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação)

Então, vamos lá, Senador: o item 4, também terminativo.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2374, DE 2022

- Terminativo -

Declara como manifestação da cultura nacional a Romaria do Senhor Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

A autoria é da Câmara dos Deputados (Deputado Federal Arthur Oliveira Maia), e a relatoria é da Senadora Augusta Brito.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório *ad hoc*.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Eu agradeço a V. Exa., Senadora Teresa Leitão, desejando sempre uma Presidência com muito sucesso, com tantos desafios aí na área da educação e da cultura; agradeço à assessoria que está aqui presente, tão eficiente, tão boa, né? Parabéns! E também a todos os colegas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadores e Senadoras, ao pessoal do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura e agradeço os votos também, durante esse período um pouco complicado de licença-saúde, mas felizmente estamos aqui de volta também, trabalhando, bem dispostos, animados, numa Comissão que é a mais importante das Comissões do Senado Federal, porque educação e cultura são a base de tudo aquilo que o Brasil pretende ou deseja pretender em termos de desenvolvimento, de cidadania. Tudo passa pela educação. Devia ser educação e as outras Comissões, não é? E cultura junto – educação e cultura –, porque as interfaces são grandes.

Se V. Exa. me permitir, eu passo diretamente à análise do item 4.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação manifestar-se sobre proposições que versem acerca de temas como cultura, homenagens cívicas e outros assuntos correlatos.

Ademais, por ser a única Comissão a se manifestar sobre a matéria, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, o projeto não merece reparos.

De fato, a competência concorrente da União para dispor sobre o tema decorre do comando contido no art. 24, incisos VII e IX, da Carta Magna.

Ademais, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Igualmente adequada é a veiculação do tema por meio de lei ordinária, já que não há exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

A matéria apresenta, também, técnica legislativa apropriada, em consonância com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, da mesma forma, o projeto merece acolhida. A Romaria do Senhor Bom Jesus da Lapa é uma das mais antigas e expressivas manifestações culturais e religiosas do Brasil, reunindo anualmente centenas de milhares de fiéis no Estado da Bahia. Seu reconhecimento como manifestação da cultura nacional fortalece a valorização das tradições que fazem parte da identidade do povo brasileiro, garantindo que essa prática, transmitida de geração em geração há mais de três séculos, continue sendo preservada e incentivada. Some-se a isso o fato de que, além do caráter religioso, a romaria possui um grande impacto social e econômico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

movimentando o turismo, a economia local e promovendo a integração entre diferentes comunidades.

Além disso, é importante ressaltar que a Romaria do Senhor Bom Jesus da Lapa foi declarada, no ano de 2023, Patrimônio Cultural Imaterial da Bahia, após extenso processo conduzido pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, órgão vinculado à Secretaria de Cultura do Estado.

Assim, não restam dúvidas de que o reconhecimento da Romaria do Senhor Bom Jesus da Lapa como manifestação da cultura nacional é meritório e relevante.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.374, de 2022.

Eu quero também acrescentar, Sra. Presidente, que eu tive a oportunidade de estar também em Bom Jesus da Lapa, alguns anos atrás, em uma homenagem que foi prestada lá, no município, na região, para a Dra. Zilda Arns, logo após o falecimento dela, inclusive com uma cerimônia muito bonita, religiosa também – e foi algo impressionante. Eu até digo para o Brasil que quem não conhece Bom Jesus da Lapa, pelas suas características físicas e também por toda a tradição cultural, histórica, religiosa, com os efeitos, como o relatório coloca, econômicos, sociais, que são importantes, o turismo religioso, no caso, mas não só o religioso, eu diria que lá a natureza é ímpar, não é? É extraordinária.

Vale a pena ir para lá, e faço aqui esse comentário para animar as pessoas a visitarem o local, independentemente da questão religiosa. Eu sempre digo, alguém vai ao Vaticano não só pela questão religiosa, mesmo que seja muçulmano, judeu, não é? Não precisa ter a denominação católica para dizer: "Olhe, que maravilha!". A mesma coisa com Bom Jesus da Lapa.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador. Está vendo? *Ad hoc* caiu como uma luva, pela experiência, pela vivência que o senhor teve. Nós somos vizinhos da Bahia, Pernambuco é vizinho da Bahia. Às vezes, sai romaria de Pernambuco para a Romaria do Bom Jesus da Lapa. É um efeito assim sobre a religiosidade, sobre a cultura regional. E agora que bom que a gente pode dizer que vai ser nacional.

Então, não havendo quem queira mais discutir, eu encerro a discussão, e a votação será nominal, realizada em bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos, então, para o item 5, o último item da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4191, DE 2023

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional o Carnaval de Salvador, no Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

A autoria é da Câmara dos Deputados, da Deputada Alice Portugal; a relatoria é da Senadora Jussara Lima, pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para leitura do relatório *ad hoc*.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço de novo, Sra. Presidente.

Peço permissão para ler a análise. Porém, a primeira parte da análise se refere aos aspectos constitucionais, legais, regimentais. O relatório já foi distribuído.

Então, em relação a todos esses aspectos, quer dizer, o relatório está de acordo com tudo aquilo que prevê a nossa parte legislativa, legal e constitucional.

Eu passo diretamente, então, ao mérito.

No que concerne ao mérito da proposição, parece-nos plenamente justificado o reconhecimento do Carnaval de Salvador como manifestação da cultura nacional.

A Carta Magna assegura a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional. Também atribui ao Estado o dever de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, além de proteger aquelas fruto das culturas populares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, o reconhecimento do Carnaval de Salvador como manifestação da cultura nacional por meio legal constitui não mais que a formalização daquilo que já constitui o patrimônio cultural brasileiro.

Segundo dados oficiais, mais de 3,5 milhões de turistas visitaram a Bahia durante o Carnaval de 2025, com Salvador como principal polo de atração, recebendo cerca de 850 mil turistas. Esses números representam um aumento notável em comparação com o ano anterior, que já havia apresentado uma recuperação pós-pandemia com 3 milhões de visitantes.

Em relação ao período pré-pandemia, o Carnaval de 2025 demonstra uma consolidação da retomada do turismo na Bahia, impulsionada pela forte promoção do evento, pela diversidade cultural e pela ampliação da conectividade aérea, inclusive com um aumento expressivo de turistas internacionais. A receita gerada durante o Carnaval de 2025 ultrapassou a marca de R$7 bilhões, evidenciando o impacto positivo do evento na economia baiana e superando os números de 2024 e as estimativas pré-pandêmicas.

Além de se tratar de um verdadeiro expoente turístico-econômico, o carnaval baiano também se destaca como uma experiência cultural singular, resultado da celebração de uma forte herança afro-brasileira por meio da música, da dança e das manifestações dos blocos afro, expressão viva da cultura brasileira em suas múltiplas dimensões.

O Carnaval de Salvador transcende a mera festividade, constituindo-se em um complexo fenômeno cultural, social e econômico profundamente enraizado na história e na identidade da Bahia e do Brasil.

Tanto é assim que, ainda hoje, tamanho é o sucesso do carnaval soteropolitano que ele foi replicado em várias capitais brasileiras, os conhecidos carnavais fora de época, que são popularmente conhecidos como micaretas. De fato, temos a Micarina, em Teresina; o Fortal, em Fortaleza; o Carnatal, em Natal; o Micaroa, em João Pessoa; o Folianópolis, em Florianópolis; a Parafolia, em Belém; a Micareta da San, em São Paulo; entre outros Brasil afora. Por que as micaretas são fora de época? A resposta é simples: a imensa maioria dos artistas são músicos e bandas que surgiram e ainda hoje se apresentam no Carnaval de Salvador, cujos trios elétricos, acompanhados por multidões – e todos nós acompanhamos isso pelos meios de comunicação, que bom, que bonito –, passam espalhando alegria pelo famoso Circuito de Campo Grande. Muitos de nós aqui devem até ter participado, se é que ainda não participam – acho que boa parte, pelo menos remotamente, participa, mas presencialmente também – dessas micaretas, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

são filiais do Carnaval soteropolitano. Muito me surpreende que essa bem-sucedida manifestação cultural não tenha sido reconhecida há mais tempo.

Pelo exposto, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, favoráveis ao seu reconhecimento como manifestação da cultura nacional, até fazendo homenagem à nossa Ministra da Cultura também, cuja assessoria está aqui presente, já que ela é baiana.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.191, de 2023.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

O senhor sabe e todos sabem que há uma rivalidade muito grande entre o Carnaval de Pernambuco e o Carnaval da Bahia. É uma rivalidade meio estéril, porque cada um tem a sua forma de se apresentar. Enquanto na Bahia são os blocos de axé, lá em Pernambuco é o frevo, é o maracatu.

E o meu primeiro projeto de lei, quando aqui cheguei em 2023, foi exatamente este, mas voltado para o Carnaval de Pernambuco: tornar o Carnaval de Pernambuco manifestação da cultura nacional.

Pois bem, o projeto foi aprovado, foi sancionado e gerou uma mídia. Eu mesma me surpreendi, Senador, porque eu já tinha feito a minha mídia quando ele foi aprovado. Mas, quando ele foi sancionado, todos os três jornais de Pernambuco... Eu cheguei a dar entrevistas, inclusive, na televisão, porque não houve uma sanção festiva, foi uma sanção burocrática que o Presidente fez, mas o impacto foi muito positivo – e justamente por muitos aspectos que V. Exa. levanta no relatório. Além de manter uma expressão cultural nativa – Carnaval, todo mundo diz, veio de Veneza, mas, com o formato que ele tem hoje, ele é muito vinculado às nossas tradições nativas –, é um momento de muita efervescência no turismo, geralmente os hotéis ficam 100% ocupados, e geram-se cadeias produtivas muito voltadas especificamente para o Carnaval.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Bahia agora... Em vez de Pernambuco copiar a Bahia, eu vou dizer aos baianos que agora a Bahia copiou Pernambuco. Somos todos cultura nacional, não é? (*Risos.*) É manifestação cultural nacional. E eu aplaudo também os nossos vizinhos com o mesmo fervor, Senador, que aplaudi a aprovação do meu projeto de lei.

Muito obrigada.

A votação, como eu disse, será nominal e realizada em bloco.

Eu passo agora à votação nominal em bloco dos itens 2, 4 e 5, solicitando à Secretaria que abra a votação.

Em votação as seguintes matérias nos termos dos relatórios apresentados: PL 3.611, de 2024; PL 2.374, de 2022; e PL 4.191, de 2023.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

E nós vamos ficar aguardando o quórum, porque temos já quórum suficiente de votação.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A votação está encerrada com os votos necessários para a aprovação das matérias lidas e relatadas nos itens 2, 4 e 5, todas aprovadas.

Está encerrada a votação, como também a presente reunião. Agradeço a presença de todos.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia doze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Alan Rick, Marcelo Castro, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Humberto Costa, Augusta Brito, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Izalci Lucas e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 21ª e 22ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 81, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 8o da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome da Senhora PATRICIA BARCELOS, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema - Ancine, na vaga decorrente do término do mandato de Tiago Mafra dos Santos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/12

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de agosto de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 21ª e 22ª Reuniões, realizadas em 15 de julho e em 5 de agosto de 2025.

Os senhores e as senhoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à apreciação da indicação da Sra. Patrícia Barcelos para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine), conforme Mensagem nº 81, de 2024.

Procederemos à arguição da indicada e à votação do relatório referente à segunda etapa do processo de apreciação da escolha de autoridades, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura, uma vez que o currículo já foi lido na reunião passada.

Os itens da reunião de hoje serão, portanto, este item 1 exclusivo.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 81, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 8º da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome da Senhora PATRICIA BARCELOS, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema - Ancine, na vaga decorrente do término do mandato de Tiago Mafra dos Santos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Em 05/08/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A arguição pública será realizada nesta reunião.

Observações. No dia 5 de agosto de 2025, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades, conforme o disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu, de ofício, vista coletiva, nos termos regimentais.

Esta Presidência esclarece às Sras. e aos Srs. Senadores que a votação será presencial e realizada por meio da urna de votação secreta, localizada no Plenário. Durante a fase de inquirição, cada Senador ou Senadora poderá usar da palavra por até cinco minutos. Realizaremos a inquirição em blocos de três Senadores. A resposta da sabatinada será a todos os questionamentos do bloco e terá duração de até cinco minutos, podendo haver réplica e tréplica por até três minutos cada.

Comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Convido, para que tome assento à mesa, a Sra. Patrícia Barcelos. (*Palmas.*)

Registro a presença do Senador Humberto Costa e da Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de registrar a presença de Alex Braga Muniz, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine); de Paulo Xavier Alcoforado, Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine); e de Vinícius Clay Araujo Gomes, Diretor da Agência Nacional do Cinema.

Antes de passarmos a palavra para a Sra. Patrícia, eu gostaria de, por análise da conjuntura e de questões pertinentes a esta Comissão de Educação, fazer uma breve fala de abertura, iniciando, portanto, os nossos trabalhos, e gostaria de reforçar a importância de a Comissão tratar sobre as denúncias feitas por Felipe Bressanim, criador de conteúdo na internet e conhecido como Felca, sobre casos de exploração, adultização, erotização e abuso de crianças e adolescentes nas plataformas das redes sociais.

Informo ainda que ontem assinei, junto com vários outros Senadores – acho que mais de 60 já o fizeram –, requerimento para a instalação de CPI com o objetivo de investigar os fatos apresentados, colaborando com o trabalho de autoridades competentes, para que haja celeridade, garantia ao direito de defesa e punição de todos aqueles que forem julgados culpados.

De maneira adicional e urgente, torna-se necessário que esta Casa busque entendimento sobre a regulação das plataformas digitais de forma ampla, incluindo especial atenção sobre a proteção de meninas e meninos. Acredito que seja de interesse de todos impedir que crianças e adolescentes estejam sujeitos a exposições indevidas, facilitando a ação de criminosos, como pedófilos e incitadores de violência, mutilações e suicídios.

Por fim, lembro que o Brasil conta com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que completou 35 anos neste ano, e não podemos abrir mão de que sua aplicação também se dê no meio digital.

E tudo isso tem uma relação muito íntima com os nossos objetivos de promover uma educação inclusiva, de qualidade, com visão crítica e que esteja sempre em conexão com aquilo que acontece no nosso entorno.

Então, muito obrigada.

Vou conceder a palavra agora para a Sra. Patrícia Barcelos, indicada ao cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine), que terá um tempo destinado à exposição de 20 minutos.

Fica bem assim, Patrícia? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pois não.

Aquela campainha é um pouco estridente e ela toca sem controle. Não se assuste. Quando ela toca, você ainda tem um tempo para concluir.

A SRA. PATRICIA BARCELOS (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia a todas e todos.

Exma. Presidente da Comissão de Educação e Cultura, Senadora Teresa Leitão, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, é com grande honra e responsabilidade que me apresento hoje para a sabatina de indicação ao cargo de Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional do Cinema.

Agradeço a confiança do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Ministra da Cultura, Margareth Menezes.

Cumprimento o Relator da minha indicação à Ancine, Senador Humberto Costa, e, na sua pessoa, os Senadores e as Senadoras da Comissão de Educação e Cultura.

Saúdo o Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Márcio Tavares; a Secretária do Audiovisual, Joema Gonzaga; o Diretor Presidente da Ancine, Alex Braga; os Diretores da Ancine Vinicius Clay e Paulo Alcoforado; os servidores da Ancine; dirigentes de entidades, trabalhadores e estudantes do cinema e do audiovisual brasileiro. Um bom dia!

Estou indicada para Diretora da Agência Nacional do Cinema, instituição que acompanho desde 2023, quando passei a integrar o Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual. Também sou indicada do MEC no Conselho Superior de Cinema, onde colaborei na construção do futuro Plano de Diretrizes e Metas do Audiovisual. No Comitê Gestor do FSA, apoiei debates para implementar políticas audiovisuais, priorizando a destinação transparente e equitativa dos recursos.

Com mais de duas décadas como servidora pública, participei da criação, lecionei e coordenei o curso técnico em Produção de Áudio e Vídeo do Instituto Federal de Brasília. Este projeto nasceu da demanda de coletivos locais, em que pude trabalhar com cinema e educação. Liderei projetos de integração entre formação profissional e o setor audiovisual, com pilares na realização de festivais, produção de obras ficcionais e documentais, e estreita relação com o setor produtivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em minha trajetória profissional no serviço público federal, contribuí para a consolidação de políticas nacionais. Na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, de 2005 a 2011, participei ativamente na concepção e implementação da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica. Essa rede, presente em 597 municípios, atende cerca de 2 milhões de estudantes. Atuei em programas nacionais como Mulheres Mil, Profuncionário, TEC Brasil e na criação e estruturação do Pronatec. Foi gratificante acompanhar o crescimento do programa e a criação de linhas específicas, como o Pronatec Cultura, que ampliou oportunidades na formação profissional para o setor cultural.

Em 2012, fui convidada a assumir a Secretaria Executiva do Ministério dos Direitos Humanos. Nessa jornada, atuei estrategicamente, gerenciando programas e projetos, promovendo articulação entre Executivo e Legislativo, e fortalecendo o diálogo com a sociedade civil.

Em 2014, tornei-me Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Ambas as funções ampliaram os meus conhecimentos em liderança, gestão e orçamento público. Nesse período, reformulamos a Mostra Cinema e Direitos Humanos, em parceria com a Universidade Federal Fluminense. Em 2013, foram exibidos 38 filmes em 27 capitais, alcançando cerca de 30 mil espectadores. Criamos a mostra Democratizando, distribuindo *kits* com filmes para exibição em espaços culturais por todo o Brasil, alcançando 600 pontos de exibição. A mostra também incluiu o projeto educativo Inventar com a Diferença, que estimulou estudantes a desenvolverem um olhar crítico e usar a linguagem audiovisual para expressar ideias e experiências. Em sua primeira edição, apoiou mais de 500 curtas-metragens brasileiros.

Atualmente, exerço a função de Diretora de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica no MEC, contribuindo também para o desenvolvimento de projetos que visam fortalecer o eixo da produção cultural, com foco especial no cinema e audiovisual. Tais iniciativas buscam mobilizar os institutos para estabelecer as condições de gestão necessárias, tanto para a criação de uma rede de cinemas públicos quanto para a ampliação da oferta de cursos nesse setor, acompanhando a significativa expansão da rede federal com mais de cem novos *campi* em todo o Brasil.

Minha trajetória acadêmica e profissional sempre esteve conectada ao cinema e à educação. Sou graduada em comunicação social, com mestrado e doutorado. Como pesquisadora, destaco minha dissertação Cinema, Educação e Narrativa, e a tese de doutorado Imagem-Aprendizagem: experiências da narrativa imagética na educação. Sou coautora e organizadora dos livros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mapeando e *Diagnóstico da Atividade Cineclubista no DF*, e *Dos Filmes que Ainda não Fizemos*. Fui agraciada com o prêmio de melhor série do concurso OEI Novos Roteiros Originais em 2020.

Minha formação em cinema e educação, aliada à experiência em gestão pública, representa um diferencial para esta indicação. Meus trabalhos oferecem bases para uma agenda que valorize a pluralidade e a regionalidade do audiovisual, fortalecendo a indústria, promovendo a produção independente e fomentando a formação de público.

Senhoras e senhores, o audiovisual brasileiro ocupa um papel de destaque no desenvolvimento cultural, econômico e social do país. Pesquisas de 2022 estimam o impacto do setor de mais de R$24 bilhões no PIB brasileiro e a geração de mais de 126 mil empregos diretos. Nesse contexto, a Ancine tem a missão estratégica de regular, fomentar, fiscalizar e desenvolver o setor audiovisual em benefício da sociedade. A agência tem sido um pilar estrutural para implementar políticas públicas que permitem que o audiovisual brasileiro se consolide internamente e ganhe visibilidade internacional.

No entanto, a indústria audiovisual passa por uma transição global significativa, impulsionada por inovações tecnológicas e novas formas de consumo. A inteligência artificial, matéria em análise no Congresso, já está presente no fazer audiovisual. Considero fundamental acompanhar seus impactos em diálogo com os diferentes elos do setor e com os trabalhadores.

As plataformas de *streaming* e a convergência midiática levantam questões fundamentais sobre o incentivo à produção nacional independente e sua proeminência e representatividade em catálogos e programações. Atualmente, o Congresso Nacional dialoga com a sociedade em busca de um modelo de regulação brasileiro das plataformas de *streaming* que deve gerar novas possibilidades de atuação para a Ancine, incluindo atribuições regulatórias, de fomento e fiscalização. É importante observar e fortalecer as capacidades da agência para atender a esse novo conjunto de atribuições. Diante desse cenário, reafirmo o meu compromisso de trabalhar com seriedade e dedicação para enfrentar esses desafios e defender o crescimento sustentável do audiovisual brasileiro independente.

É importante destacar a prorrogação da Lei do Audiovisual pelo Congresso Nacional, legislação imprescindível para o desenvolvimento do cinema brasileiro. Os valores captados por mecanismos de incentivo entre 2019 e 2024 estão estimados em R$1,5 bilhão, beneficiando mais de 1,5 mil projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Além do mecanismo de incentivo, um dos principais pilares da atuação da Ancine é o fomento direto. O Fundo Setorial do Audiovisual desempenha um papel central, financiando infraestrutura técnica, comercialização, produção de filmes, séries, animações e outros formatos. Entre 2009 e 2023, as operações de investimento do FSA registraram a contratação de mais de 4,8 mil projetos audiovisuais, totalizando R$3,4 bilhões desembolsados. Por outro lado, as linhas de crédito registraram até o momento o desembolso de mais de R$570 milhões em 337 contratos para capital de giro, infraestrutura e inovação. Fortalecer o financiamento da produção independente é vital para consolidar a indústria nacional, focando em sua pluralidade, regionalidade e equidade de acesso a investimento público.

O resultado das políticas públicas e da atuação das empresas brasileiras pode ser observado pelos expressivos 58 mil títulos com certificado de produto brasileiro registrados na Ancine, sendo mais de 23 mil longas-metragens e obras seriadas. Diante dessa expressiva produção, o desafio é assegurar que a riqueza e a diversidade cultural do país sejam amplamente contempladas. Para tanto, a produção audiovisual realizada nas diversas regiões do Brasil é um motor para a economia criativa. Ao fomentar a criação de conteúdos em todas as regiões, garantimos que as vozes e histórias de diferentes comunidades sejam ouvidas, criando empregos diretos e indiretos, dinamizando economias locais e ampliando o alcance do cinema e do audiovisual brasileiro.

O Brasil é um país de multiplicidades e o audiovisual tem a potência de refletir isso nas telas, com a inclusão de grupos historicamente sub-representados, com a produção de conteúdos acessíveis, ampliando a pluralidade e a inclusão. Nesse contexto de aprimoramento e busca por maior impacto, embora seja reconhecido que os processos de gestão do FSA tenham sido aprimorados ao longo do tempo, acompanhei proposições de instituições do setor, tanto como membro do Comitê Gestor do FSA, quanto em encontros setoriais. Em todas essas ocasiões, acolhi as questões levantadas e pretendo manter esta prática de diálogo e de busca de soluções conjuntas.

Senhoras e senhores, atualmente, mais de 11 mil produtoras independentes estão registrados na Ancine. Desse total, 60% estão no Sudeste e 93% são produtoras de nível um, as quais geralmente representam a porta de entrada para novos realizadores. Esse cenário representa um grande desafio para a agência, visto que suas ações de fomento e regulação podem contribuir efetivamente para a capacidade de escala, competitividade e sustentabilidade da indústria audiovisual brasileira, tanto no mercado interno quanto externo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A consolidação das produtoras independentes em todos os níveis é crucial para o desenvolvimento e a inserção competitiva do audiovisual brasileiro no cenário global. No entanto, a cadeia produtiva do audiovisual é complexa e exige um olhar atento para todos os seus elos.

Destaco a importância da retomada de linhas, como a dos núcleos criativos, para estimular e fortalecer a fundamental etapa de desenvolvimento dos projetos audiovisuais. É fundamental ainda o circuito dos festivais, como espaço essencial na difusão de filmes. Em 2024, mais de 560 eventos foram realizados, promovendo acesso, encontros de mercado e contribuindo para a formação de público, alcançando desde crianças e adolescentes até todos os segmentos da sociedade. Outra frente de atuação é a preservação audiovisual, pois salvaguarda nossa memória cultural, histórica e artística. Políticas de preservação são essenciais para evitar a perda irreparável desse patrimônio, promovendo pesquisa, educação e valorização da cultura nacional.

Entre as potencialidades do setor, merece destaque o marco legal dos *games*, que confere aos jogos eletrônicos o reconhecimento de manifestações culturais e os habilita como obras audiovisuais para fins de fomento e regulação pública. A Pesquisa Game Brasil de 2025 aponta que 82,8% dos brasileiros são consumidores de *games*, um mercado que movimenta anualmente R$13 milhões. Nesse contexto, é basilar a atuação da Ancine para impulsionar o seu desenvolvimento desde a organização de informações até os procedimentos de financiamento visando a sua ampliação e sustentabilidade.

É necessário também fortalecer os processos de distribuição de nossos filmes e obras audiovisuais nos mercados brasileiro e global, tarefa vital para o crescimento de nossa indústria, em especial a distribuição audiovisual independente brasileira. A distribuição conecta o realizador ao público, impactando diretamente a ampliação da circulação de nossos filmes nas salas de cinema e no conjunto de janelas de exibição.

O Brasil conta atualmente com cerca de 3,5 mil salas de cinema, número que representa uma importante recuperação dos impactos da pandemia quando quase metade das salas de cinema foram fechadas. A atuação da Ancine, com a linha de crédito emergencial e o Programa Especial de Apoio ao Pequeno Exibidor, foi essencial para esta retomada. A recuperação da cota de tela também se configurou como uma conquista importante do setor em diálogo com o Congresso Nacional.

Entendo que linhas de fomento para a modernização das salas e a diversificação da oferta podem atrair mais espectadores, indicando que, embora existam desafios, como as atuais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mudanças de consumo e a necessidade de maior acessibilidade econômica, há espaço para a expansão do setor de exibição, especialmente no interior do país. O cenário da exibição e programação audiovisual é marcado por uma rica diversidade de janelas, desde a TV aberta em processo de inovação com a chegada da TV 3.0, até os canais por assinatura, incluindo os Superbrasileiros, as plataformas de *streaming* estrangeiras e brasileiras independentes e canais *online* gratuitos. Essa multiplicidade de espaços expande as oportunidades para a produção brasileira independente alcançar um público mais amplo e diversificado.

Além de fortalecer o mercado interno, essa ampliação de alcance também nos impulsiona para além das fronteiras nacionais, onde é importante destacar que a internacionalização da produção de cinema e audiovisual valoriza a cultura brasileira no mundo, diversifica o mercado e expande negócios, sendo as coproduções internacionais cruciais. A trajetória do filme Ainda Estou Aqui, com inúmeros prêmios em festivais internacionais e grande trajetória em salas de exibição dentro e fora do país, demonstra como o reconhecimento em outros mercados pode impulsionar a produção nacional, conferindo maior visibilidade, atraindo investimentos e valorizando o talento e a criatividade brasileiros no cenário audiovisual mundial.

Outro ponto relevante é ter profissionais formados para atender a todos os segmentos do setor. A formação profissional e tecnológica é um pilar primordial para o crescimento e o desenvolvimento da nossa indústria. Investir em cursos de qualificação técnicos e superiores, em pesquisa aplicada em inovação, amplia os conhecimentos dos profissionais e garante que nossos criadores explorem diferentes narrativas e tecnologias, promovendo a multiplicidade cultural e artística do Brasil.

Senhoras e senhores, entendo que é essencial atuar em uma agenda que contribua para a modernização e o aprimoramento dos processos de regulação, fomento e fiscalização do setor audiovisual. Acredito que o trabalho na consolidação de processos mais ágeis, transparentes e eficientes é estruturante, como o projeto Malha Fina, da Ancine, que usa tecnologia para agilizar a análise e prestações de conta de projetos financiados com recursos públicos.

Outro ponto importante é fortalecer a fiscalização no combate à pirataria. Para concretizar esses objetivos, é essencial valorizar os servidores da Ancine e a *expertise* acumulada pela agência ao longo de sua história.

Acredito no fortalecimento do setor audiovisual, articulado com as políticas públicas, em conexão com diversos ministérios e órgãos do Executivo federal. Ao longo da minha carreira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvi e conheço possibilidades de atuação conjunta com pastas como Educação, Indústria e Comércio, Turismo, além de agências como a Apex e Embratur. Essa articulação estratégica é fundamental para gerar ganhos significativos, especialmente no contexto atual da inclusão do setor no Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), e sua integração com as diretrizes do programa Nova Indústria Brasil.

Estamos em um momento crucial para o audiovisual brasileiro. Temos a oportunidade de consolidar uma indústria forte, diversa, inovadora, capaz de projetar o Brasil no cenário internacional, de promover a inclusão social, cultural e econômica em nosso país. O cinema e o audiovisual são uma forma poderosa de expressão, de diálogo e de construção de identidades.

Coloco-me, então, à disposição desta Casa para discutir e para responder a todas as questões que considerarem pertinentes. Acredito que juntos podemos continuar construindo um futuro promissor para o cinema e o audiovisual brasileiro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Sra. Patrícia.

Anuncio a presença do ex-Prefeito de Porto Alegre José Alberto Fortunati, dando-lhe as boas-vindas.

Primeiramente, eu consulto o Senador Humberto Costa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Se V. Exa. me permitir – depois eu vou estar em uma reunião com ele –, registro também que ele foi Deputado Federal, Líder da Bancada do PT na Câmara dos Deputados, quando eu estava lá, e foi um grande líder sindical.

Ressalvo o registro da presença do nosso querido Fortunati aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Devidamente registrado e apensado ao meu anúncio. Seja bem-vindo, Fortunati!

Então, pergunto ao Senador Humberto Costa, Relator da matéria, se gostaria de fazer uso da palavra, ao tempo em que consulto os demais Senadores se, após a exposição da indicada Patrícia Barcelos, para quem se sentir apto a votar, a gente pode, durante o processo de sabatina, já abrir a cabine de votação. Pode ser? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Já posso me inscrever?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não. Depois do Senador Humberto Costa, completando o primeiro bloco de três, estão inscritos o Senador Wellington Fagundes e o Senador Esperidião Amin.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Já está aberta a votação?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Daqui a pouco, ele anuncia ali. Vamos abrir durante o processo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu estou com ansiedade para ser o primeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, pronto. Fala e vota. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu quero ser o segundo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vamos abrir. Já pedi à Secretaria para abrir.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Primeiro, Senador Humberto Costa e depois o senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para interpelar.) – Primeiramente, eu quero aqui me associar integralmente à manifestação feita pela Presidenta desta Comissão, Senadora Teresa Leitão, no que diz respeito à necessidade do estabelecimento de uma regulamentação, uma regulação nas redes sociais, especialmente no que trata do tema do acesso e também das atividades de crianças e adolescentes. Já vem de muito tempo um conjunto de denúncias sobre o que ocorre, os desafios, os jogos de automutilação, além de todo o processo de erotização de crianças e adolescentes, de modo que eu me associo inteiramente à manifestação de V. Exa. Também assinei a CPI que devemos instalar e que acho que é necessária e será, com certeza, muito relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, quero dizer que eu separei algumas perguntas que foram feitas principalmente pelo pessoal que nos acompanha pelo e-Cidadania. Pelo tipo de pergunta, são pessoas vinculadas ao setor do audiovisual. Eu selecionei umas quatro ou cinco, embora devo reconhecer que, na exposição de V. Sa., muitas delas já foram abordadas, não é?

Bom, a primeira vem de Pernambuco. José, de Pernambuco, pergunta: "[...] suas prioridades para fomentar a produção audiovisual nacional e garantir maior acessibilidade às obras brasileiras?".

A outra vem de Minas Gerais. Ludmila pergunta: "Qual a política necessária para que a Ancine possa desempenhar seu papel em meio às oscilações orçamentárias dos diferentes governos?". Essa realmente é uma questão muito relevante.

Do Distrito Federal, Rodolfo pergunta algo que de certa forma V. Sa. já abordou: "O cinema nacional vem ganhando destaque. Como usar isso [...] para [fomentar] novas produções?".

E Diogo, do Rio Grande do Sul, pergunta: "Quais medidas serão tomadas [este é um tema relevante] para evitar que o uso de ferramentas de inteligência artificial prejudique o cinema nacional?".

E, por último, há esta outra questão que eu quero reforçar ainda mais: "Qual é o compromisso [...] [de V. Sa.] com [e esta é de André, do Distrito Federal] a taxação dos *streamings* no Brasil e com a lei de cotas de exibição [...]?".

Esse é um tema extremamente atual, extremamente importante, e todos nós temos uma grande expectativa de que isso possa avançar no Congresso Nacional. Aqui no Senado, nós já tivemos, no ano passado, a votação do projeto que estabelecia a regulação do *streaming* no Brasil. Eu, inclusive, fui autor de um dos projetos que deram base ao relatório do Senador Eduardo Gomes. E isso está na Câmara dos Deputados há muito tempo sem que tenhamos uma definição sobre o que fazer. Enquanto isso, o *streaming* no Brasil não recebe nenhum...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... tipo de taxação. Todas as outras atividades do audiovisual recebem. Isso tem sido importante, inclusive, para o desenvolvimento da indústria do audiovisual no Brasil, além do fato de que nós não temos o estabelecimento de cotas para a produção independente no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eram essas as minhas questões.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

Dando prosseguimento ao primeiro bloco, passo a palavra por cinco minutos ao Senador Wellington Fagundes e, em seguida, ao Senador Esperidião Amin.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Nossa Presidente, Senadora Teresa Leitão, eu a saúdo aqui, além de todos os companheiros e a Patricia, que colocou aqui muito bem a sua experiência.

Eu tenho algumas perguntas, mas, Patricia, eu quero registrar que nós já fizemos algumas sabatinas aqui ao longo do tempo – muitas delas – em todas as agências, mas também da Ancine. Em todas, eu fiz a mesma pergunta, e todos fizeram o mesmo compromisso, mas nada aconteceu dentro daquilo que eu pedi, que é a descentralização dos recursos do eixo Rio-São Paulo. Teve um momento em que um diretor que estava entrando disse que ia criar um grande programa dessa descentralização e prometeu, inclusive, algumas sucursais da Ancine Brasil afora. Principalmente, eu falo aqui em nome da Amazônia. E, quando eu coloco Amazônia, é a Amazônia legal, não só a Amazônia floresta, porque aí inclui o nosso Pantanal também, e o Mato Grosso, com todo o ecossistema do Pantanal, do Cerrado, da Amazônia, de toda essa biodiversidade, de toda essa riqueza.

Já tivemos alguns filmes, e, principalmente do Pantanal, a novela, que foi muito importante, mas o que eu vejo é o seguinte: faz um filme e uma novela, o vento leva, e falta alguma coisa a mais para perdurar aquele trabalho ali. Nós conquistamos outros países com uma novela, mas, de repente, sai do ar e se esquece ao longo do tempo.

Então, eu gostaria de saber de V. Sa. em que seria possível a Ancine trabalhar para que culturas que foram, conseguiram essa divulgação tão importante, continuem a ter um programa com, sei lá, até um programa continuado, um programa, eu diria até – eu vou até ser ousado – de Estado, porque realmente isso é muito importante para um país tão grandioso como o nosso, com diferenças regionais e culturais tão grandes. Com certeza tão grandes que às vezes um não conhece o outro, não é?

Então, eu queria saber se V. Sa. tem algum compromisso nesse sentido, se vocês já discutiram. E, se não, eu quero convidá-la, depois de tomar posse, a vir aqui para gente discutir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

isso, porque eu sei que ninguém faz nada sozinho. Você não será a única a definir isso dentro da agência, mas eu gostaria aqui já de pedir à nossa Presidente a possibilidade de a gente fazer, logo que possível, uma audiência pública para tratar disso, desse tema tão importante, porque aí nós não estamos falando do Nordeste, do Centro-Oeste, enfim, mas do Brasil como um todo, né?

Eu vou aqui, então, fazer algumas perguntas, porque eu fui autor do projeto que prorrogou o prazo da Lei Aldir Blanc, beneficiando artistas e espaços culturais afetados pela pandemia. Considerando que a Política Nacional Aldir Blanc e os arranjos regionais têm gerado diferentes regras e procedimentos, como a Ancine poderia atuar para unificar e simplificar esses processos junto aos estados, garantindo mais eficiência na aplicação dos recursos públicos? Essa ineficiência, todos sabem, não é culpa de um só, é de toda a cadeia, não é?

Segundo. Considerando que a maior parte dos investimentos do setor audiovisual ainda se concentra no eixo Rio-São Paulo... É a mesma pergunta, eu vou já pular aqui porque ele trata do mesmo que eu já tinha falado.

Terceira. As políticas de fomento cinematográfico no Brasil tradicionalmente priorizam filmes de ficção. O documentário brasileiro é reconhecido mundialmente por sua relevância e inovação, mas apresenta desafios de financiamento e também na sua distribuição. A animação, especialmente a voltada ao público infanto-juvenil, é fundamental para o desenvolvimento da linguagem e a formação de público. Como a futura diretora – e aí eu sempre coloco para a diretoria como um todo – pretende garantir o fomento a diferentes linguagens, como documentário e animação, e assegurar que essas obras alcancem o público, auxiliando na formação de plateias no Brasil?

E aí eu destaco o último filme brasileiro que ganhou o Oscar: Ainda Estou Aqui, de Walter Salles. Quanto à Fernanda Montenegro, eu vi várias entrevistas dela se colocando praticamente como uma embaixadora do filme. E o grande trabalho que ela teve, além de construir, ou seja, de fazer as filmagens, de participar, o grande trabalho que ela teve foi após: foi divulgar o filme, mostrar esse filme para o Brasil e para o mundo. E lá, em uma entrevista, ela dizia a um outro repórter que você não chega ao Oscar se o mundo não conhecer aquele filme e o porquê daquele filme, a história real daquele filme. E você não conhece isso, primeiro, nos cinemas; ela dizia exatamente que é com a mídia, com a conversa com os especialistas e tudo mais. E ela teve oportunidade para fazer isso porque também eu acho que foi além daquilo que era o financiamento do filme. Ela teve também a Rede Globo, enfim, teve tantos outros aí divulgando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Depois que ganhou o Oscar, claro, aí a vida fica muito mais fácil, né? Um Oscar é algo inédito para nós brasileiros.

Então, eu quero também saber: quanto a esses filmes que são patrocinados pela Ancine, que tipo de trabalho é feito ou pode ser feito para que um filme de qualidade possa sair da prateleira, para que ele possa ir além do Brasil? Porque produzir um filme eu acho que é um grande desafio; depois, o desafio é esse.

Minha Presidente, a senhora me desculpe, não é aqui o tema, mas eu preciso registrar aqui, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Só peço que seja breve, mas pode registrar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nessa sexta-feira, aconteceu um acidente trágico lá na BR-163, no meu Estado de Mato Grosso, que é a principal estrada que liga o Sul do Brasil à Amazônia. Envolveu uma carreta e um ônibus. Onze pessoas morreram, perderam a vida, e mais 40 ficaram feridas. E a imprensa vem cobrar às vezes da gente.

E eu disse, de uma forma bem clara, que eu queria propor aqui, na Comissão de Educação, que a gente fizesse um trabalho também, um projeto para transformar a educação do trânsito num programa de Estado, porque, olha, não adianta só multas pesadas. E eu cito duas cidades: Tangará da Serra, no meu estado, e Brasília, em que foi feito um grande trabalho há muito tempo. Você vai aqui, pisa na faixa de pedestre, e as pessoas respeitam. E, na maioria das cidades, se o pedestre for idoso, se for cadeirante, parece que eles aceleram mais ainda. Então, eu acho que isso não é uma questão só de sinalização de trânsito, não é só questão de punição. Eu acho que, nesta Comissão aqui, eu gostaria de ter a oportunidade de discutir.

Mas eu deixo aqui os meus sentimentos, claro, as minhas condolências a todas as famílias envolvidas. Daqueles que perderam a vida peço a Deus o conforto a toda a família.

E, claro, nós, como políticos, temos que dar uma resposta, por isso a Comissão de Educação eu acho que é muito importante.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senador. Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Isso também já foi alvo de debates não só aqui na Comissão de Educação, mas na Comissão de Infraestrutura. E estão voltando com uma ideia, que não está ainda consolidada nem oficializada, que vincula a presença das autoescolas para tirar a carteira de habilitação à formação, e se vincula também a educação no trânsito não como um componente curricular, mas um conteúdo curricular que possa ser vivenciado nas escolas.

Está feito o registro de V. Exa.

Com a palavra, o Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Ele deu uma saidinha.

Pronto, ele está acabando de chegar. É o próximo inscrito.

A gente conclui esse primeiro bloco de indagações e passa, em seguida ao Senador Esperidião Amin, a palavra à nossa indicada, Patrícia Barcelos.

Senador, V. Exa. tem cinco minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Serei muito breve. Eu gostaria só de reforçar a ponderação feita pelo Senador Wellington Fagundes – e eu já fiz isso sempre que pude participar de sessões como esta –, no sentido de que nós recebêssemos, por exemplo, na Comissão de Educação, regularmente, a aplicação descentralizada desses recursos.

Eu não tenho nenhuma ponderação a mais a lhe fazer. E faço votos de que a senhora valorize a cultura do seu estado, assim como a do Brasil.

Apesar de o Amauri ter me recomendado tratá-la com uma certa indisposição, eu vou declarar o meu voto.

Quero dizer que eu estive, no dia 7 de dezembro do ano passado, numa comitiva do Heinze, no centenário do nosso *payador* Jayme Caetano Braun. Então a senhora valorize também, dentro do possível, as produções, enfim, que dão à nossa cultura brasileira todos esses tons.

E fiquei muito contente porque constatei que já naturalizaram como do Rio Grande do Sul a Anita Garibaldi. O que é bom, né? Como os gaúchos são mais cantadores do que nós, ela vai ser mais conhecida.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Esperidião Amin.

Então volto a palavra para a Sra. Patrícia Barcelos, para fazer as considerações sobre as indagações aqui colocadas pelos Senadores.

A SRA. PATRÍCIA BARCELOS (Para expor.) – Bom, mais uma vez, bom dia a todas e a todos, aos Senadores e às Senadoras. Queria também dar um bom-dia e fazer um agradecimento especial aos colegas da Ancine: ao Alex, nosso Presidente; ao Paulo e ao Clay, nossos diretores; aos colegas da SAv, do setor audiovisual; enfim, do meu *campus* do Recanto das Emas, também aqui, aos professores presentes e aos colegas do MEC.

Senador Humberto, o senhor traz aqui reflexões muito importantes. Certamente o grande tema hoje em discussão em todo o setor é a regulamentação do VOD. O setor hoje, eu entendo... Por toda a trajetória, Senadora Teresa, eu tive essa oportunidade de participar de muitos encontros do setor, ao longo do ano passado e deste ano, dialogando com as entidades, dentro do Conselho Superior de Cinema. Há hoje um consenso de trabalho da necessidade de que haja essa regulação do VOD, que haja o Condecine VOD, que haja espaço no catálogo para a produção brasileira independente, que haja proeminência, que a gente possa construir, sim, entendendo que nós vivemos um momento de grandes transformações tecnológicas. As janelas estão mudando, a forma de consumo está mudando, então é fundamental que a gente possa ter esse diálogo aberto com o setor.

Naturalmente, é um tema que hoje está em debate no Congresso Nacional, e o Congresso está realizando esse debate com a sociedade, com todos os atores envolvidos. E há uma expectativa, Senador, de que possamos ter essa regulação para que a Ancine possa, inclusive, tratar as suas atribuições. A Ancine vai receber muitas atribuições após essa regulação. A própria agenda regulatória da Ancine já antecipa essa expectativa. Esperamos que isso aconteça com a maior brevidade possível, para que a gente possa cada vez mais investir no setor, organizar, fazer o nosso trabalho interno.

Em relação, Senador Humberto, às perguntas, às questões aqui das prioridades, depois a questão das oscilações orçamentárias, destaque do cinema, inteligência artificial...

Bom, inteligência artificial é um tema que está na agenda regulatória e é um tema que hoje também está em discussão no Congresso. Existem várias perguntas sobre isso. O setor está muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

preocupado, não só o setor do cinema e do audiovisual, como inúmeros outros setores. Eu entendo que é, sim, uma agenda que é necessário acompanhar, entender, em diálogo aberto com o setor produtivo e também, principalmente, com os trabalhadores. Eu entendo que é uma agenda prioritária, sem dúvida.

Em relação à questão das oscilações orçamentárias, de fato, quem trabalha no serviço público – eu tenho 20 anos de trabalho no serviço público – convive com oscilações orçamentárias. Nós estamos dentro de um processo econômico do país. A gente precisa entender como esse processo econômico caminha e fazer a destinação do nosso orçamento da melhor forma possível, com a previsibilidade possível, mas eu entendo hoje que a Ancine, o FSA tem um orçamento robusto e que é possível, sim, fazer um trabalho articulado, como muitos Senadores aqui colocaram em relação à regionalização e atendimento aos diferentes elos do setor.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PATRICIA BARCELOS – Posso continuar? (*Pausa.*)

Inteligência artificial...

Aqui, vou tratar um pouco sobre as questões que o Senador Wellington Fagundes apresenta, e também o Senador Esperidião Amin. Então, em relação à regionalidade, o MinC e a Ancine retomaram uma política que eu entendo que é uma política muito acertada, que é a dos arranjos regionais, que é uma política que a Ancine já apresentou em outras épocas, uma política que eu entendo importante. Por quê? Porque ela estabelece a parceria com o estado e com o município, e o ente faz o diagnóstico, ele pensa no seu território. Esta é a grandeza dessa política: é o ente desenvolver, pensar o diagnóstico, a organização do ecossistema do audiovisual no seu território e ter essa parceria do MinC e da Ancine. Ela é uma política que foi lançada até em Pernambuco, e o setor comemorou muito o retorno dos arranjos regionais. E eu entendo que é, sim, importante atender. Nós temos hoje mais de 11 mil produtores em todo o Brasil, e é importante a gente atender a todos os elos do setor.

Entendo também a questão que o Senador Esperidião Amin traz sobre a regionalidade, contemplo um pouco a questão da regionalidade.

Tem uma pergunta específica que o Senador Wellington Fagundes fez sobre a questão de diferentes formas de financiamento e como você pode, de alguma forma, desburocratizar. Enfim, acho que é sempre importante a gente avançar na modernização. Acho que é uma agenda do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal como um todo a modernização, você avançar em processos. Nesse caso específico, também é importante entender a origem do orçamento, o que é Orçamento direto da União, o que é recurso de investimento. Enfim, tem diferenças na aplicação, diferenças na prestação de contas, mas sempre é possível avançar, e tudo mais.

E quero fechar com uma questão, Senador Humberto, que é em relação às prioridades. Acho que a minha prioridade número um é, se aprovada, é claro, trabalhar em conjunto com a Diretoria Colegiada, entendendo a agência e as prioridades que a agência coloca hoje. Entendo que a grande prioridade será a regulação do VOD. E eu tenho um trabalho específico que eu gostaria de desenvolver, que é na área de formação de público, de conexão da produção brasileira independente com a sociedade brasileira. Acho que é muito importante isso. Eu tenho uma experiência consolidada em muitos programas nacionais, inclusive na área de formação de público, e entendo que posso contribuir muitíssimo em relação a isso e a outras demandas também, como a qualificação do nosso trabalhador do setor audiovisual, e trabalhar na área também de inovação, de pesquisa. Acho que tenho conhecimento, tenho uma experiência na Esplanada e posso contribuir muitíssimo para a agenda do setor.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Patrícia.

Abrindo o próximo bloco, eu passo a palavra para a Senadora Augusta Brito, por cinco minutos.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para interpelar.) – Bom dia.

Na verdade, eu não tenho nenhuma pergunta, até porque já foram respondidas as que eu tinha.

Quero aqui cumprimentar a indicação da Patrícia – eu já votei – e fico feliz em saber das prioridades, exatamente o que você acabou de falar aí, essa regulação, que eu sei que é um grande anseio que existe da categoria.

Mas, escutando a fala, eu ouvi, na questão do orçamento, a hora que a senhora falou que sessenta e alguma coisa por cento dos recursos ficam mais na Região Sul. É por isso que eu acho importante essa questão da regionalização, ver o que vai ser feito para as outras regiões que não estão conseguindo acessar, dentro do orçamento audiovisual, esses recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se entendi bem, mas acho que foi um percentual mais ou menos de 65%, não é?

Era só isso.

Quero dizer que eu fico feliz em ter uma mulher nessa indicação e crio grandes expectativas, vendo que as prioridades já estão aqui, respondendo às perguntas que eu ia fazer.

Então, é só parabenizar e desejar sucesso.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senadora.

Eu vou só fazer duas considerações – a lista do e-Cidadania praticamente foi toda abordada pelo Senador Humberto – para já encerrarmos, pois não há mais nenhum Senador inscrito.

Tem dois comentários do e-Cidadania que eu quero tornar públicos e que têm muito a ver também com a explanação inicial feita pela Sra. Patrícia.

Um é de Felipe, de São Paulo – não são perguntas, são comentários –: "A Ancine possui fundamental importância para o desenvolvimento do cinema no Brasil. É necessária a formulação de políticas que a incentivem".

E o de Rossana, do Paraná: "É imprescindível que a Ancine apoie realmente movimentos artísticos que disponham de poucos recursos, mas que [...] [sejam talentosos]".

E eu gostaria de fazer um comentário que não passasse despercebido de todos nós e que constou da explanação inicial, quando Patrícia fez toda a sua apresentação dos cargos e das experiências administrativas que ela teve ao longo da sua vida pública: foi comentado também, entre nós, a experiência dela em educação. Ela relatou muitas coisas relacionadas aos institutos federais de educação e a presença no MEC. Para a nossa Comissão de Educação – esta Comissão é de Educação e Cultura –, isso é muito alvissareiro, porque eu acho que o cinema educativo, a relação de educação e cultura, o cinema como um veículo de educação são coisas muito importantes e caras para nós. E eu desejo que essa sua experiência no MEC tenha também respaldo e também dialogue com a nova função – o que eu espero e digo até que tenho certeza – para a qual você será aprovada para desenvolver.

Então, devolvo a palavra, para sua observação final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRICIA BARCELOS (Para expor.) – Obrigada, Senadora Augusta e Senadora Teresa.

São 60% das produtoras – das produtoras. Mas, de fato, os arranjos regionais hoje são um início dessa retomada desse debate do trabalho nos territórios. E entendo um trabalho que é pensar os territórios, né? Quer dizer, todos os territórios têm particularidades, têm a sua diversidade, e o próprio setor tem uma diversidade nos territórios; então é importante que seja articulado com o planejamento e com o trabalho, sim.

E obrigada pelas perguntas.

Senadora Teresa, aqui, sobre a questão dos comentários, é isto, né? A gente fala e trata a Ancine sempre na perspectiva industrial – a indústria do cinema –, mas a gente está trabalhando com arte, com cultura, com produção, com potência, com identidade, e valorizar a produção brasileira independente é valorizar a nossa cultura, a nossa identidade, a nossa memória.

Então, sem dúvida, quero agradecer à Rossana, pelo comentário, e ao Felipe também.

E a senhora tocou num assunto muito caro, agradeço muito. Eu tenho uma trajetória como docente do *campus* Recanto das Emas, aqui de Brasília, que é um *campus* que só trabalha com a formação em cinema e educação em audiovisual. O meu trabalho como pesquisadora no mestrado e no doutorado foi sobre cinema e educação. Hoje, no MinC, a SAv – saudando as colegas da SAv que estão aqui, Daniela e Milena – faz um trabalho muito importante em diálogo com o Ministério da Educação, que é regulamentar a Lei 13.006. Essa é uma lei de 2014. Naquela época, em 2014, uma grande questão era: como é que a gente faz esse acesso dos filmes à escola? Eu lembro que na Mostra Cinema e Direitos Humanos, quando a gente fez o Democratizando, nós criamos *kits* em DVD naquele período, né? E hoje o MinC está desenvolvendo uma plataforma de *streaming* pública, que é o Tela Brasil.

Então, pensar cinema e educação é pensar em formação de público, é pensar na articulação, pensar também na formação profissional e tecnológica dos trabalhadores do setor, na inovação. Tenho essa experiência de muito tempo e sem dúvida quero muito contribuir e dialogar com o setor, com as regiões e com as diferentes instituições. Eu sou uma pessoa que sempre trabalhou com participação social e com diálogo aberto e quero manter sempre essa postura de trabalho.

Agradeço muito à senhora por essa pergunta, que para mim é muito cara, muito importante. Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Eu vou consultar se todos os Senadores já votaram, mas acho que sim, só falta eu. Então eu vou pedir uma licencinha, não queria sair antes de a nossa convidada terminar. (*Pausa.*)

Então, concluindo o processo de votação, esclareço que o voto da Senadora Augusta não é computado porque são três por bloco e ela é suplente, não é? Ela é suplente, mas fez questão de votar, fez questão de vir, de se pronunciar.

Então solicito à Secretaria... Declaro encerrada a votação e solicito à Secretaria que proceda à apuração dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Foi verificado o seguinte resultado: SIM, 12; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Total: 12.

Unanimidade de votos para a indicação. (*Palmas.*)

Então, está aprovada a indicação da Sra. Patrícia Barcelos ao cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine), por 12 votos "sim", nenhum voto "não", nenhuma abstenção.

A matéria vai ao Plenário.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e de todas e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e doze minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Marcelo Castro, Pedro Chaves, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Humberto Costa, Augusta Brito, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Jorge Seif, Fabiano Contarato e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Alessandro Vieira, Cid Gomes, Jussara Lima, Zenaide Maia, Magno Malta e Izalci Lucas. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 23ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta, que se divide em três partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 3611, de 2024 - Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes para as instituições de ensino privadas na prestação de serviços educacionais a estudantes bolsistas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5011, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Nacional do Livro Técnico e Profissionalizante (PNLTP)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1 - CAE. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 6543, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o direito à informação dos estudantes perante as escolas e instituições de ensino." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto com as emendas nºs 1 a 5 – CE. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 99, de 2023 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional a Festa de San Gennaro, realizada no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **2ª Parte - Deliberação do plano de trabalho de avaliação de política pública**. **Finalidade:** Deliberação do plano de trabalho relativo à política pública "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado o plano de trabalho. **3ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 3/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sra. Denise Pires de Carvalho, Presidenta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Sra. Dalila Andrade Oliveira, Diretora de Cooperação Institucional, Internacional e Inovação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DCOI/PRE/CNPQ); Sra. Marcia Angela da Silva Aguiar, Presidenta da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ); e Sra. Julieta Palmeira, Gerente do Departamento Regional do Centro-Oeste da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/19

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de agosto de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 23ª Reunião, realizada em 12 de agosto.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Objetivos e diretrizes da presente reunião, que está dividida em três partes. A primeira parte é destinada à deliberação de matérias. A segunda parte destina-se à deliberação do plano de trabalho, que será apresentado pela Senadora Professora Dorinha Seabra, para avaliação da política pública Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). E a terceira parte destina-se à realização da décima audiência pública do ciclo de audiências sobre o novo Plano Nacional de Educação.

Item 1 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 3611, DE 2024

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Estabelece diretrizes para as instituições de ensino privadas na prestação de serviços educacionais a estudantes bolsistas.*

Autoria do Projeto: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório:

Observações:

Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Foi relatado, na última reunião, pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

A matéria está em discussão.

Esclareço que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 2 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5011, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Programa Nacional do Livro Técnico e Profissionalizante (PNLTP).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1 - CAE.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto, com a emenda de redação n° 1-CAE.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputada Professora Dorinha Seabra.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Eu agradeço, Sra. Presidente.

É um projeto de lei de autoria, como já foi dito, da então Deputada Professora Dorinha Seabra, agora Senadora, que institui o Programa Nacional do Livro Técnico e Profissionalizante.

Se V. Exa. permitir, eu passo diretamente à análise.

Os relatórios já estão distribuídos também. Eu quero destacar que está de acordo com a legislação pertinente e, por isso, eu vou ao mérito propriamente dito.

No que concerne ao mérito – cumprimento o amigo Senador Veneziano, é sempre uma alegria revê-lo –, cumpre assinalar que, de acordo com o art. 1º do Decreto 9.099, de 2017, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), executado pelo Ministério da Educação, por meio do FNDE, destina-se a "avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita", às escolas de todas as redes públicas de educação, bem como às escolas sem fins lucrativos conveniadas.

Segundo o art. 2º do mesmo decreto, o PNLD tem vários objetivos, como aprimorar o processo de ensino e aprendizagem, garantir padrão de qualidade, fomentar a leitura, apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PNLD atende a todas as etapas da educação básica – educação infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio – de forma alternada: a cada ano é lançado um edital para aquisição de materiais referentes a uma dessas etapas, assim como se abre um processo de escolha, para que escolas e docentes selecionem, de maneira autônoma e transparente, as obras com as quais desejam trabalhar nos anos seguintes. Ressalvada a complementação para atender a novas matrículas ou para repor livros avariados ou não devolvidos, o ciclo de atendimento de cada etapa é usualmente de quatro anos consecutivos, período no qual cada obra reutilizável pode atender mais de um aluno, exceto no caso dos livros "consumíveis" – entre aspas –, que ficam definitivamente com os estudantes sem necessidade de devolução.

Conforme enfatiza a justificação do PL, o projeto "procura estender a bem-sucedida política [federal] de distribuição de livros didáticos para o segmento de educação profissional e tecnológica", que é educação básica também, porque, às vezes, está previsto dentro da educação básica.

Note-se que o programa sugerido tem duas importantes distinções em relação ao PNLD. A primeira reside na sua limitação à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O novo programa não alcançaria, portanto, as redes estaduais, o que é uma pena, mas está limitando.

A segunda diferença consiste no fornecimento de livros não apenas no âmbito da educação básica. O programa seria dirigido a alunos tanto de educação profissional técnica de nível médio quanto de formação inicial e continuada – sem vínculo necessário com o ensino regular – e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação, compondo as três categorias de cursos de educação previstas na legislação.

Como aludido anteriormente, os estudantes de educação básica da rede federal de ensino, inclusive dos cursos de educação profissional integrada no ensino médio, também são beneficiados pelo PNLD. Todavia, não existe uma ação sistemática de fornecimento de livros que supram as demandas dos componentes curriculares de natureza profissionalizante, que são bastante variados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Decerto, trata-se de uma lacuna que precisa ser preenchida, dada a relevância dessa rede na ampliação, interiorização e diversificação da oferta de educação profissional e tecnológica no país, por meio de, a considerar os dados de 2024, 685 unidades, compostas pelos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso da Fonseca do Rio de Janeiro e de Minas Gerais; por 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais; e pelo Colégio Pedro II.

A única alteração que propomos é a rejeição da Emenda nº 1-CAE, a qual tratou de inserir a expressão "conforme disponibilidade financeiro-orçamentária" ao final do art. 3º do projeto. Conforme temos decidido em todos os projetos por nós relatados que veiculam políticas educacionais basilares, a exemplo da presente proposição, não é adequado submeter o direito fundamental à educação a dispositivos vagos que aludam a contingências orçamentárias. Com efeito, para além da escola, lugar de criança é no orçamento.

Em suma, no mérito educacional, a proposição deve ser, no nosso ponto de vista, acolhida pelo Plenário.

Quero considerar, Sra. Presidente, que estamos voltando do recesso também. As pessoas do MEC, inclusive, me procuraram agora há pouco com preocupações em relação ao projeto, particularmente na questão orçamentária, gostariam de debater. Eu, inclusive, disse a eles que habitualmente eu não costumo retirar de pauta, alguém pode pedir vista – o que seria regimental – ou apresentar uma emenda de Plenário também para análise do projeto, mas considerando também que é um desafio e vemos o desafio inclusive na aquisição dos livros didáticos para as séries iniciais, inclusive do ensino fundamental... Eu sou de opinião, também, de que na educação não deveria faltar recurso. O ex-Presidente da Casa Rodrigo Pacheco inclusive usa uma expressão: de 0 a 18 anos, pelo menos, na educação básica, nada deve faltar. A Professora Dorinha até está aqui presente.

Nesse sentido, então, considerando as ponderações, eu gostaria – já li o relatório para todos tomarem conhecimento – de retirar de pauta o projeto, e voltaríamos a apreciar em uma ou duas semanas, para fazermos essa discussão pleiteada pelo MEC e pelo debate que está acontecendo. Eu acho que não me sinto desconfortável, absolutamente, com isso. Vamos então fazer essa discussão, retirando de pauta o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Senador Flávio Arns, é claro que nós aceitamos as ponderações de V. Exa.

Reconhecemos o mérito do projeto, é uma inovação importante que possa vir a ser feita na política nacional do livro didático, mas creio que esse encaminhamento é prudente em relação à gente amadurecer esse ponto, sobretudo esse objeto da emenda e objeto também das ponderações feitas a V. Exa., na condição de Relator, pelo Ministério da Educação.

Está aceita então a sua proposta, o projeto está retirado de pauta.

Nós passamos ao item 3, de relatoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 6543, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre o direito à informação dos estudantes perante as escolas e instituições de ensino.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do projeto com cinco emendas que apresenta.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputado Ivan Valente.

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, para a leitura do seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente Teresa Leitão, receba as nossas saudações neste início de atividades da nossa Comissão. Saúdo igualmente a querida Senadora Professora Dorinha, o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amigo Prof. Flávio Arns, a todos os presentes, senhoras e senhores que nos acompanham pelos meios que estão disponibilizados pelo nosso Senado Federal.

Senadora Teresa Leitão, quero prestar as minhas homenagens à iniciativa do nosso companheiro da Câmara Deputado Ivan Valente. Estou feliz também e honrado pela designação que a Presidência fez recair sobre o nosso nome e peço a sua anuência, como a dos demais membros, para que nós passemos à leitura já da parte de análise. Se a senhora me permite, assim o faço, desde já fazendo o reconhecimento aos cumprimentos e às obrigações formais que o projeto de lei atende.

No mérito, nós temos que a proposição dispõe sobre três questões correlatas: o direito de estudantes à informação sobre seus dados em poder das instituições; a obrigação das instituições de ensino de fornecê-los gratuitamente; e, a terceira, a política de gestão de documentos e outros dados por parte das mesmas instituições.

Em relação ao direito de acesso dos estudantes aos dados pessoais catalogados e armazenados pelas instituições de ensino, cumpre observar que a proposição está fundamentada na nossa Constituição Federal.

Fundamentos adicionais ainda são encontrados na mesma Carta Magna de 1988. Exemplar esse respeito é o §2º do art. 216, que estabelece para a administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos delas necessitem. Assim, do ponto de vista constitucional e legal, a proposição busca fundamentação adequada, especialmente no que tange a instituições públicas de ensino.

A esse respeito, vale lembrar que o direito em instituição guarda conformidade com a Lei 12.527, do ano de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação. De acordo com o art. 31 desta norma, "O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais".

Afora o amparo constitucional e legal, a proposição do Deputado Ivan Valente encontra respaldo, igualmente, em importante demanda social. De fato, em uma sociedade cada vez mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conectada, as informações constantes de bancos de dados escolares devem estar, além de protegidas, prontamente disponíveis aos seus titulares.

Nas instituições públicas, é inconcebível, por falta de lastro constitucional ou legal, a cobrança de qualquer taxa. A cobrança em relação às informações e documentos tratados no projeto afrontaria o princípio constitucional da gratuidade do ensino nos estabelecimentos oficiais, inscrito no art. 206, inciso IV, que ostenta, inclusive, o *status* de – abrimos aspas – "direito público subjetivo" – fechamos aspas.

Não bastasse isso, já se encontra pacificado na jurisprudência pátria o entendimento de que a prestação educacional por estabelecimento oficial de ensino não comporta a cobrança de taxas. Ainda nessa linha, jurisprudência da Suprema Corte estende a gratuidade em questão a outros serviços prestados pelas instituições e que são inerentes à educação formal.

Portanto, no que respeita às instituições públicas de ensino, não cabe falar de cobrança de prestação de informações, tampouco pelo fornecimento de serviços como a expedição de diploma ou a aplicação de provas de segunda chamada quando houver justificativa para isso.

Particularmente em relação às instituições privadas de ensino, deve-se observar o disposto na Lei 9.870, de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências. O §7º do art. 1º dessa norma reputa nula cláusula contratual que obrigue o contratante ao pagamento adicional pelo fornecimento de material necessário à prestação do serviço contratado, cujo custo será considerado incluído no valor das anuidades ou semestralidades escolares.

Especificamente sobre prova de segunda chamada, deve-se ressaltar que o STF julgou improcedente a ação direta de inconstitucionalidade proposta contra os arts. 1º, 2º, 3º e 4º da lei estadual de dezembro de 2005 sob o nº 4.675, do Estado do Rio de Janeiro, que "proíbe a cobrança de prova de segunda chamada, finais ou equivalentes, pelos estabelecimentos de ensino no Estado do Rio de Janeiro".

A par da jurisprudência consolidada, consideramos que também no aspecto da gratuidade do fornecimento de todas as informações a proposição é adequada e meritória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas medidas estão em sintonia com o disposto na Lei 13.709, de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados, que estabelece, em seu Capítulo VII – Da Segurança e das Boas Práticas –, uma série de ações a serem tomadas por controladores e operadores de dados pessoais, garantindo a segurança e o sigilo desses dados.

De fato – indo para os derradeiros parágrafos, Sra. Presidente, Senhoras e Senhores presentes –, as instituições educacionais acumulam e controlam cada vez mais informações sobre os estudantes. Se antigamente os registros escolares se restringiam a aspectos estritamente acadêmicos, que já são bastante sensíveis, atualmente eles podem conter informações sobre traços psicológicos e características pessoais, como as competências emocionais deles, temas sobre os quais as escolas mais atuam e cujo impacto na intimidade das pessoas é muito grande.

Feitos esses apontamentos, fica evidenciada, de forma indiscutível, a relevância educacional e social da proposição que ora enfrentamos, corroborada pela oportunidade e adequação da resposta que oferece às preocupações que lhe deram causa.

É exatamente isso que a proposição estabelece, razão pela qual somos favoráveis à sua aprovação, com algumas alterações que passamos a expor a seguir.

Em primeiro lugar, propomos alteração da redação do seu art. 2º para tornar sua redação mais clara. Também por razões de clareza e precisão terminológica, propomos nova redação aos §§2º e 4º do art. 3º.

Também sugerimos a supressão do art. 4º, uma vez que outros dispositivos da proposição já cuidam do fornecimento das referidas informações, como o que ocorre no art. 3º, tornando desnecessária a sua repetição.

Propomos, ainda, alteração no art. 5º para incluir referência à avaliação da educação superior, momento no qual a conformidade da instituição de ensino à legislação é aferida e serve de parâmetro para o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação. Também acrescentamos referência à LGPD, de forma a garantir a harmonização da proposta com o ordenamento jurídico sobre a proteção de dados pessoais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, propusemos a uniformização de todas as referências a "escolas e instituições de ensino" pela expressão "instituições de ensino", em razão da redundância da primeira e para que nós harmonizemos o texto da proposta à terminologia utilizada pela LDB.

Voto, Sra. Presidente.

Diante do que nós expusemos, opinamos favoravelmente pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.543, de autoria do Deputado Ivan Valente; e, quanto ao seu mérito, nós nos propusemos a votar favoravelmente, com as emendas que já mencionamos, sendo, portanto, de conhecimento das senhoras e dos senhores integrantes da nossa Comissão.

Eis o nosso relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

É um belíssimo relatório para uma matéria, sem dúvida, importante para a estudantada.

A matéria está em discussão.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Sra. Presidente, quero, em primeiro lugar, parabenizar o Senador Veneziano pelo relatório.

Olhando só as emendas, que são bastante adequadas, e sempre tomando cuidado também com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), na primeira emenda, no art. 2º, consta: "Os estudantes da educação básica [...] têm direito de acesso às informações". Eu penso assim, particularmente na educação básica, que, obviamente, deve se incluir as famílias também – "os estudantes ou as famílias" –, porque pode ser uma criança do quarto ano, do quinto ano ou do sexto ano. Eles têm direito... Porque não é propriamente o estudante, muitas vezes é a família do estudante. É nesse sentido que eu quero colocar. Você entende como...? Desculpe-me.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Estou entendendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. está aludindo a...?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – À emenda do art. 2º.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – À primeira emenda, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – À primeira emenda: "Os estudantes da educação básica [...] têm direito de acesso às informações pessoais produzidas ou custodiadas pelas instituições de ensino públicas, privadas ou comunitárias".

Concordo, só que muitas vezes é a criança...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – O senhor está sugerindo que nós aqui, para darmos mais precisão, fizéssemos alusão às famílias quando estas requisitassem?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É. Porque um estudante de quinto ano, de acordo com o que está escrito, tem direito a ter.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Certo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu diria que é a família dele é que tem direito a ter.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu acho que, acrescentando essa possibilidade da família, resolve.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – É, acrescentar... Perfeito. Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – "Ou família", se for o caso, alguma expressão desse...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – De nossa parte, não há...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – "Ou o responsável", "a família ou o responsável".

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Ou o responsável, é.

Eu penso ser bem apropriada a sugestão do Senador Flávio Arns e, de nossa parte, na condição de Relator, não há qualquer óbice, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A matéria continua em discussão, entendendo que vai se acrescentar à emenda a possibilidade de também famílias, pais ou responsáveis...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Ou responsáveis de fazer essa requisição.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... requererem as informações que julgarem necessárias, conforme segue o texto.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Perfeito?

Então, está encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado, já incluindo o fruto desse debate.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Educação.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, por gentileza, se não for deselegante de minha parte, se a senhora e os companheiros permitirem a minha saída para dirigir-me à Comissão de Infra, porque nós estamos tendo sabatinas e um dos indicados...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Permito, só que eu tenho um cochichado bem rapidinho antes de o senhor sair... (*Risos.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito. Está certo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Antes de passar a palavra para o próximo item, com a concordância do Senador Astronauta Pontes, atendendo a um pedido da Senadora Dorinha, que também está com outra agenda, nós vamos fazer uma inversão de pauta.

Vamos passar agora para a segunda parte, depois a gente volta para V. Exa. relatar o último item da pauta. A segunda parte é o plano de trabalho.

Passamos agora à apreciação do plano de trabalho relativo à política pública Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de relatoria da Senadora Professora Dorinha Seabra.

Nós aprovamos dois planos, duas políticas públicas para analisar. Acerca da primeira, já foi apresentado o relatório no mês passado, e agora a Senadora Dorinha apresentará o seu plano de trabalho.

Concedo à Senadora Dorinha, autora do plano de trabalho, a palavra para a leitura do plano.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Um bom dia a todos.

Sra. Presidente, agradeço a inversão. O plano de trabalho completo vai estar à disposição na página da Comissão, então eu vou fazer uma apresentação resumida.

Eu gostaria de destacar que o Senador Flávio Arns foi o Relator do Fundeb no âmbito do Senado. Eu tive a responsabilidade de relatar essa política pública no âmbito da Câmara. A nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta de avaliação e monitoramento tem no escopo que, na própria previsão da emenda constitucional, no ano de 2026, nós teremos a avaliação dessa política pública. Logicamente, a análise e a apresentação de dados serão instrumentos importantes para todo o processo de ajuste e monitoramento da implementação do novo Fundeb.

Então, nos termos da Resolução nº 44, de 2013, eu apresento como sugestão o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O foco será a análise da sustentabilidade financeira do fundo, os critérios de distribuição da complementação da União e a regulamentação de novas fontes de financiamento.

Nesse caso da regulamentação das novas fontes, aqui nós nos referimos à alteração e ao mando constitucional de que cada estado elaborasse as suas leis estaduais sobre a distribuição do ICMS, no modelo com bons resultados do Estado do Ceará, mas que cada estado fizesse, a partir da sua realidade, a definição da distribuição específica do ICMS educacional. Então nós queremos acompanhar essa implementação.

Objetivos da avaliação: examinar o funcionamento geral do fundo e todos os entraves à sua implementação; analisar a adequação dos critérios de distribuição da complementação federal – Vaaf, Vaat e Vaar –, lembrando que se trata, respectivamente, da equiparação do mínimo constitucional, do valor que é atribuído a cada nível e modalidade de ensino e àqueles que não atingem o mínimo nacional, e do percentual que é destinado, no caso específico, aos resultados e desempenho, que é o Vaar, e também há o ICMS educacional; e avaliar a sustentabilidade financeira da política, considerando as vinculações constitucionais e potenciais novas receitas, como petróleo e gás.

Eixo de trabalho:

1) Funcionamento geral do Fundeb: avaliação da implementação, verificando a sua execução, conforme o desenho original, falhas de gestão e entraves operacionais;

2) Critérios de distribuição, avaliando o desenho, analisando se os mecanismos de repasse são consistentes com os objetivos de equidade e qualidade educacional. Estudo do impacto do ICMS educacional, como condicionalidade para o Vaar;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3) Sustentabilidade financeira: análise da eficiência alocativa, considerando vinculações constitucionais, efeitos de ajustes fiscais e perspectiva das novas fontes de receita.

A avaliação contará com a pesquisa documental e análise de dados, legislação, normas, dados financeiros, auditorias e estudos, reuniões técnicas com MEC, FNDE, Inep, STN, TCU, Ipea, Cmag e outros órgãos.

Audiências públicas temáticas, total de seis, abordando funcionalidade, critério de distribuição, ICMS educacional, sustentabilidade financeira, resultados do Fundeb e novas fontes de financiamento.

A nossa previsão, votando agora o plano de trabalho, é fazer a pesquisa documental em agosto, setembro, outubro; as audiências públicas, em agosto, outubro e novembro; e a apresentação do relatório final, no mês de dezembro, com toda a consolidação das informações e do relatório preliminar.

O Fundeb é o principal instrumento de financiamento da educação básica no Brasil e sua previsão de receita é de R$325,5 bilhões, em 2025, dos quais R$56,5 bilhões são oriundos da União. Então, a sua avaliação é estratégica e oportuna, obviamente, como eu já disse, entendendo que há ajustes de caminhada numa estrutura tão importante que sustenta a educação básica brasileira.

Esse é o resumo do plano, mas o plano completo está disponível, Sra. Presidente, para todos os colegas conhecerem, e quero me colocar também aberta a qualquer sugestão de ajustes, nas audiências públicas, sugestões em relação às entidades e pessoas que serão ouvidas, os dados consultados. Então é um plano de trabalho aberto e que deve ser construído e executado de maneira coletiva.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora Dorinha.

O plano de trabalho está em discussão.

Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Da minha parte, eu quero parabenizar a Professora Dorinha pela apresentação do plano de avaliação dos resultados do Fundeb, como previsto na própria aprovação da emenda constitucional, o que seria feito, Senador Marcos Pontes, em 2026. Quero dizer da importância do Fundeb para a educação no Brasil, para municípios, estados, para o conjunto das pessoas, e dizer que já se passaram cinco anos, porque isso tudo aconteceu em 2020, durante a pandemia, inclusive. Foi aprovado, quer dizer, houve muitas reuniões presenciais antes, mas, a partir de 2020, de março, a gente ficou isolado, e tudo foi aprovado, a partir daí, remotamente, mas com um conjunto enorme de reuniões...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Cinquenta e uma audiências públicas – cinquenta e uma.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Cinquenta e uma audiências públicas lá e aqui, no Senado, também. É muito interessante porque, a Câmara e o Senado, trabalhamos juntos naquela ocasião para haver uma convergência, o que facilitou imensamente o trabalho.

Então, há esse chamamento para a sociedade para essa reflexão agora, do estado da arte, eu diria: como é que está indo, dificuldades, desafios, avanços. Se naquela época eram R$150 bilhões, atualmente são mais de R$300 bilhões, o que quer dizer que é um avanço importante. É o financiamento da educação básica. Em todas as audiências públicas, apesar de todos os problemas, nós temos uma ferramenta, um instrumento, uma constitucionalidade, para que o financiamento aconteça.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

Sem sombra de dúvida, acho que o plano, Senadora Dorinha, toca nos principais temas de aperfeiçoamento, de acompanhamento desse instrumento, que realmente tem contribuído bastante para a melhoria da educação.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Plano de Trabalho para Avaliação da Política Pública Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com a relatoria da Senadora Professora Dorinha, a quem agradeço.

Vamos para o último item da pauta.

Nossos convidados e convidadas já estão presentes.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 99, DE 2023

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional a Festa de San Gennaro, realizada no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados, do Deputado Marangoni

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 05/08/2025.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes, para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou direto à análise, se me permite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do Regimento Interno e da Constituição Federal, foi confiada a esta Comissão a competência para decidir sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar o seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à CCJ, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais e jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada –, bem como ao meio adequado para a veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria.

A Constituição Federal expressa que os bens imateriais portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira são considerados patrimônio cultural brasileiro.

Por sua vez, o *caput* do art. 215 atribui ao Estado o dever de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, além de proteger aquelas fruto das culturas populares. Nesse sentido, verifica-se a constitucionalidade material desta proposição.

O texto também apresenta técnica legislativa apropriada, em consonância com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que tange ao mérito, o Projeto de Lei nº 99, de 2023, revela uma finalidade digna de destaque. O reconhecimento da Festa de San Gennaro como manifestação da cultura nacional representa um avanço significativo na afirmação da identidade cultural das comunidades que a promovem e que, ao longo do tempo, têm mantido viva a sua tradição.

A Festa de San Gennaro, realizada no seio da comunidade italiana da capital paulista, transcende a condição de mero evento festivo; é um espaço de confluência cultural onde se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrelaçam tradições italianas e brasileiras, celebrando, assim, a riqueza e a pluralidade que caracterizam a sociedade brasileira.

Ao conferir oficialmente a essa festividade o *status* de manifestação cultural, a projetada lei, além de cumprir com o dever do Estado de proteger e promover a cultura, conforme preconizado pelo art. 215 da Carta Política, proporciona um estímulo considerável ao turismo e à economia local.

A realização de eventos dessa natureza atrai contingentes de visitantes de diversas procedências, seja pelo seu aspecto religioso, seja pelas expressões artísticas, gastronômicas e folclóricas que se desenrolam ao longo da festividade.

Ademais, tal reconhecimento oficial terá impacto positivo sobre a memória coletiva e a educação cultural, contribuindo para que as gerações vindouras compreendam e valorizem suas raízes culturais. Dessa forma, a iniciativa não se limita a reiterar a importância de um evento específico, mas se configura como instrumento de valorização da cultura, da inclusão e da preservação das tradições que compõem a identidade nacional.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 99, de 2023.

Este é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Como a matéria é terminativa, os votos serão nominais.

Em votação o Projeto de Lei nº 99, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Solicito à Secretaria que abra o painel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Enquanto a gente vai computando os votos, eu vou compondo já a Mesa da terceira parte da nossa reunião, que é a audiência pública. Está bem, Senador?

Os senhores podem votar.

Está aberto? (*Pausa.*)

Pronto.

E nós vamos coletando os votos dos demais Senadores.

Com certeza será uma matéria, Senador, aprovada sem problemas.

Na semana passada nós tivemos três projetos dessa natureza. V. Exa. não pôde vir, pediu para relatar, até porque é o seu estado, não é? Mas tivemos um debate rápido, também, de todas as homenagens, em termos de consideração, de manifestação cultural. É importante, porque a nossa cultura é rica. Ficou faltando somente esse, mas acredito que não teremos problema algum com a aprovação, até porque ele chegou a ser anunciado na reunião passada.

Então, enquanto nós vamos computando os votos, para a gente não perder mais tempo, nós vamos para a terceira parte da nossa reunião, que se trata da penúltima audiência pública interativa, convocada para a discussão do Plano Nacional de Educação, o Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, em atenção ao Requerimento nº 3, de 2025, da minha autoria.

Acredito, então, que todas as convidadas – será uma mesa estritamente feminina, totalmente feminina – já chegaram.

E já convido para compor a mesa a Sra. Denise Pires de Carvalho, Presidenta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). (*Pausa.*)

Convido também, bem como a Sra. Dalila Andrade Oliveira, Diretora de Cooperação Institucional, Internacional e Inovação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido também a Sra. Marcia Angela da Silva Aguiar, Presidenta da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – E convido, para concluir a nossa mesa, a Sra. Julieta Palmeira, Gerente do Departamento Regional do Centro-Oeste da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

São quantos votos? Oito? (*Pausa.*)

Onze. (*Pausa.*)

Seja bem-vinda!

Senador Flávio, dê o seu votinho ali.

Para vocês tomarem conhecimento, são necessários 11 votos. Aí a gente vai começando; quando a gente atingir o quórum, Senador, eu anuncio, está bem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone.*) – Sim, me desculpe.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta sessão será uma reunião interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados e interessadas, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone: 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos expositores.

Informo que foram recebidas, até o momento, por meio do Portal e-Cidadania, diversas perguntas e comentários, entre os quais destacamos o de Débora, do Acre; Liliane, da Bahia; Rafaela, de Pernambuco; Jéssica, de Minas Gerais; Argemiro, do Distrito Federal; Felipe, do Paraná; Heloísa, de Minas Gerais; Oswaldo, do Rio de Janeiro; e Édria, da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As perguntas e os comentários foram encaminhados previamente aos convidados e convidadas – na verdade, às convidadas.

Solicito às convidadas que, se possível, abordem, em suas exposições iniciais, as questões levantadas pelos cidadãos e cidadãs. Na exposição inicial, cada convidada poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Tem o relógio, e eu sempre aviso que ele toca – foge ao nosso controle. Ele é um pouquinho estridente, mas não se assustem. Significa que vocês têm um tempo de um minuto flexibilizado para concluir.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas e comentários.

Para as suas exposições iniciais, eu concedo a palavra, pela ordem de chamada, à Sra. Denise Pires de Carvalho, Presidenta da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Pois não, Denise.

A SRA. DENISE PIRES DE CARVALHO (Para expor.) – Muito bom dia, Senadora Teresa Leitão.

Eu agradeço o convite para participar desta audiência pública sobre o Plano Nacional de Educação, elaborado sob liderança do Ministro Camilo Santana, a partir do ano de 2023, quando o Fórum Nacional de Educação foi reinstituído, e todas as discussões com as diferentes entidades brasileiras da área de educação culminaram com a Conferência Nacional de Educação. Portanto, é um prazer enorme estar aqui para falar de alguns dos objetivos deste novo plano, deste projeto de lei que está tramitando nesta Casa.

No plano anterior, nós tínhamos 53 indicadores e, desses 53 indicadores, apenas 4 tiveram 100% de nível de alcance; 15 ficaram entre 90% e 100%; 11, entre 80% e 90%; 14, entre 50% e 60%; e, inferiores a 50%, apenas 9, com uma média de atingimento de 76,6%.

Baseado nesse plano anterior, foi elaborado o atual plano, que é composto por 18 objetivos, relacionados a 58 metas em suas respectivas estratégias. É importante salientar que esse plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi feito sob o princípio da equidade, e há metas, que são fundamentais, focadas na redução das desigualdades.

Eu vou comentar, hoje, 3 desses 18 objetivos: o objetivo 14, o 15 e o 16, iniciando pelo 14, sobre qualidade da educação, porque esses três objetivos são relacionados à Capes.

No plano anterior, esse, que vem a ser o objetivo 14, era a Meta 13, que seria a meta de elevar a qualidade da educação através do aumento da proporção de mestres e doutores no corpo docente das instituições de educação superior. Essa meta foi atingida – vejam que a meta era de 75% de mestres e doutores do corpo docente, e em 2021 já havia 84,3%; e de 35% de doutores, e em 2021 já havia 50,8%. Portanto, a Meta 13 do plano anterior foi atingida, uma das quatro atingidas.

E, quando nós comparamos a Meta 13, de 2014, com, agora, o objetivo 14, vejam que ele foi desmembrado e que nós temos agora, no 14-B, a ampliação do percentual de docentes em tempo integral, o que já existe nas instituições públicas. O último resultado era de quase 87% de professores em tempo integral nas instituições públicas de educação superior, mas para um total de 56,3%. Daí a importância de a meta ser superior a 70%. Esse aumento de docentes em tempo integral precisa acontecer, predominantemente no setor privado que tem menos de 30% de docentes em tempo integral.

A Capes está relacionada à meta 14-C, que diz respeito à proporção de mestres e doutores, porque a agência é responsável pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação e pela formação de mestres e doutores. Nós já temos mestres e doutores, 84,6%, atuando na educação superior, e a meta é de 95% para esse novo decênio. Mas quando nós olhamos as instituições públicas, já há 70,5% de doutores. Portanto, as instituições públicas já estão dentro da meta, e é o setor privado que tem menos de 30% de doutores atuando na graduação.

Quando nós olhamos as diferentes categorias, vejam que no setor federal há 76%, no estadual 67%, mas no municipal, privadas com e sem fins lucrativos e mesmo no setor das comunitárias, há menos de 50% de doutores atuando nos cursos de graduação. Nós precisamos aumentar a participação de professores doutores nesses setores educacionais da educação superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à antiga Meta 14, que era justamente sobre a formação de mestres e doutores no Brasil... Essa é uma meta também atingida em 100%. Vejam que a quantidade de mestres por ano atingiu mais de 60 mil em 2016, na verdade antes mesmo de 2017. A partir de 2023, nós atingimos a meta de 25 mil doutores por ano. Portanto, o Sistema Nacional de Pós-Graduação cumpriu ambas as metas que estavam destinadas à formação de mestres e doutores.

Nós escutamos que já há muitos mestres e doutores e que esses mestres e doutores não precisariam mais atuar na área educacional, que já há muitos mestres e doutores na área da educação. O dado da meta anterior mostra que não, que ainda há espaço para a contratação de doutores no setor educacional, principalmente na educação superior no nosso país. Eu vou falar, daqui a pouco, da educação básica.

Quando nós olhamos a antiga Meta 14, que agora é o objetivo 15, há, portanto, um aumento na expectativa do Brasil de aumentar a formação de mestres e doutores. Nós agora relacionamos a 100 mil habitantes e pretendemos atingir aquela média dos países da OCDE. O Brasil ainda está, com relação a doutores, de três a quatro vezes abaixo da média dos países da OCDE, quando comparado à população. Então, a meta atual é de 35 mestres por ano, por 100 mil habitantes; 20 doutores, por ano por 100 mil habitantes. Portanto, não é mais um número sem relação com a população. Nós vemos que, quando relacionamos à população, que o número de mestres e doutores por ano – está ali com aquela seta vermelha – é muito abaixo da média da OCDE, tanto para mestres quanto para doutores. A média da OCDE fica em quase 300 mestres por ano, por 100 mil habitantes; o Brasil está com 29. E nós pretendemos, nesse PNE, subir para 35, mas é um número muito distante dos demais países da OCDE.

Quando nós olhamos doutores, a média é de 21,9 doutores por 100 mil habitantes, nos países da OCDE, e o Brasil forma dez doutores por 100 mil habitantes.

Quando nós olhamos a grande assimetria – vamos olhar especificamente a formação de doutores, que são importantíssimos para o desenvolvimento científico e tecnológico do nosso país, para o setor produtivo não acadêmico e para a produção de conhecimento –, em nenhuma das regiões do país nós temos a formação de 21 doutores por 100 mil habitantes. A região que mais forma doutores por 100 mil habitantes é a Região Sul, mas forma 17 doutores por ano por 100 mil habitantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós olhamos os estados da Federação, vejam a enorme heterogeneidade. Apenas, aqui, no Distrito Federal, formamos doutores por 100 mil habitantes como a média do OCDE, e no Estado do Rio Grande do Sul. Mesmo Rio de Janeiro e São Paulo, que são estados onde aconteceram os primeiros cursos de pós-graduação, quando relacionamos a população desses estados, ainda formamos poucos doutores por 100 mil habitantes.

Portanto, é importante aumentarmos o número de doutores formados por ano, acompanhando esse novo objetivo da meta do novo Plano Nacional de Educação, para que esses doutores possam atuar tanto na educação quanto na área de ciência, tecnologia e inovação e na Nova Indústria Brasil.

Agora falando da formação de professores para a educação básica, que também é atribuição da Capes, através das diretorias de formação de professores para a educação básica, vejam que, em todos os níveis da educação básica, havia um número, um percentual de professores muito grande que não tinham a formação adequada à área do conhecimento em que lecionam. Em 2014, nos anos iniciais, era de 44,2%, na educação infantil, e de 56,6%, no ensino fundamental; menos de 50%, nos anos finais da educação fundamental, e 60%, nos do ensino médio. Nós avançamos – em 2022, houve avanços –, mas ainda precisamos atingir o que está no novo Plano Nacional de Educação, que é 100% dos professores da educação básica com a formação adequada e, além disso, formando esses professores também no nível da pós-graduação.

Então, aqui nós vemos como evoluiu a pós-graduação: 70% dos professores da educação básica não tinham nenhum tipo de pós-graduação, nós hoje temos cerca de...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DENISE PIRES DE CARVALHO – ... 50% com pós-graduação, mas precisamos avançar.

E aqui estão – estou terminando, Senadora – a Meta 16, relacionada ao fato de todos os docentes da educação básica possuírem a formação adequada, e a 16.f: 70% dos docentes da educação básica com pós-graduação em cursos reconhecidos pelo MEC. Para isso, a Capes trabalha através dos programas de formação de professores da educação básica, o Pibid; das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

licenciaturas da Universidade Aberta do Brasil, que alcançou mais de mil polos, no ano passado; do Parfor, que é o programa de formação nacional de professores, que já fez com que nós avançássemos bastante no percentual de professores com a formação adequada; e do Parfor Equidade, atingindo a educação intercultural indígena, quilombola, educação do campo, educação bilíngue de surdos e educação inclusiva.

Muito obrigada, Senadora.

Continuamos trabalhando para que o novo Plano Nacional de Educação promova ainda mais avanços na educação brasileira.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Somos nós que lhe agradecemos, Profa. Denise.

Eu destaco na sua fala a necessidade de ampliação da formação para níveis mais elevados, sim, porque o avanço da ciência e da tecnologia e as novas formas de lidar com o conhecimento, tudo exige uma formação mais destacada, e também o retorno do Pibid. Como isso foi bom para nós, da educação básica e do Parfor!

Então, parabéns pela sua exposição!

Quero informar que alcançamos já o quórum de votação necessário para aprovação do projeto que foi relatado pelo Senador e peço à Secretaria que tome as providências cabíveis, uma vez que ele é um projeto terminativo aqui, na nossa Comissão.

Passo a palavra agora para a Sra. Dalila Andrade...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, só...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ah, falar o resultado. Pois bem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não. Ah, sim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vou só anunciar o resultado.

Votaram com o Relator 12 Senadores.

Nenhuma abstenção, nenhum voto contra.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Aprovado o projeto.

Passo a palavra agora para o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para interpelar.) – É só também para parabenizar a Dra. Denise pela apresentação, muito clara também, e até dizer que hoje à tarde eu estarei na Capes também, às 15h, porque lá atrás, pelo que a Presidente, Senadora Teresa Leitão mencionou, já tivemos uma experiência bem interessante no Parfor de se ter uma segunda licenciatura em língua estrangeira a partir de uma primeira licenciatura – que era inglês, no caso –, vamos dizer, ter a segunda licenciatura em alemão, não é? Houve uma experiência bem-sucedida e aqui também.

E só lembrando também que sempre batalhamos para uma formação maior, mas o que V. Exa. colocou, de formação básica também, para ter os professores, pelo menos na graduação, 100% formados na área...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Na sua área.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... em que atuam, mas para isso é necessário também a gente não esquecer a carreira docente, para que o professor se sinta motivado a ser professor, em primeiro lugar, e aí ter a formação financeiramente em termos de carreira.

Mas quero parabenizar.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora para a Sra. Dalila Andrade Oliveira, Diretora de Cooperação Institucional Internacional e Inovação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para os seus dez minutos iniciais.

A SRA. DALILA ANDRADE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Bom dia a todas as pessoas aqui presentes e que nos acompanham.

Eu quero começar cumprimentando a nossa querida Senadora Teresa Leitão, que, lá em Pernambuco, é conhecida como a Senadora da Educação. Quero cumprimentar o Senador Flávio Arns, um grande parceiro da educação de muitas décadas e os demais Parlamentares presentes. Quero saudar minhas amigas, minhas colegas de mesa aqui, Denise Carvalho, Marcia Angela e Julieta Palmeira.

Quero dizer que para o CNPq é uma satisfação ser convidado para esta mesa, porque todo esse movimento que culmina nesse projeto de lei, que a gente sabe que mobilizou toda a sociedade educacional brasileira – eu diria que toda a sociedade brasileira –, com as suas conferências municipais, estaduais, distrital e nacional, que foi um grande acontecimento aqui, em Brasília. Todo esse movimento organizado pelo Fórum Nacional de Educação, fórum esse em que, lamentavelmente, o CNPq não tem assento – e eu vou manifestar aqui porque eu acho que ele deveria, inclusive, ter assento, sobretudo, porque o Sistema Nacional de Educação, está intrinsecamente imbricado com o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação quanto mais a gente avança nas etapas e níveis de ensino.

Então, o CNPq vem de alguma maneira contribuindo no financiamento do desenvolvimento da educação brasileira e no desenvolvimento da pesquisa. O desenvolvimento científico do país passa por esses dois pilares: educação e pesquisa.

Hoje, o CNPq paga em torno de 47 mil bolsas de iniciação científica, que vão desde o ensino médio, às vezes até do segundo segmento do ensino fundamental, até a graduação; e 17 mil bolsas de mestrado e doutorado. Isso representa muito pouco perto do que a gente poderia pagar.

O nosso foco é diferente do da Capes. O nosso foco não é necessariamente a formação do pesquisador, a formação da pessoa, mas o desenvolvimento da pesquisa na qual ela está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvida. Então, justifica-se, sim, o CNPq pagar bolsa de mestrado, doutorado e outras bolsas. Nós temos um leque enorme de bolsas de fomento tecnológico, que são muito importantes para a formação das pessoas e para o desenvolvimento da pesquisa no país.

Dessa maneira, a gente contribui, hoje, com cerca de 8% a 10% do financiamento do pagamento das bolsas de mestrado e doutorado no país – o que ainda é pouco. E gente espera, cada vez mais, sensibilizar a sociedade, sobretudo este Congresso, para a necessidade de ampliação do nosso orçamento. O CNPq precisa ter orçamento para fazer tudo que está previsto na sua missão.

Então, durante essa tramitação desse PL, a gente espera que algumas ações sejam reforçadas. Eu trouxe aqui, para não tomar muito tempo, até porque tivemos várias perguntas que, curiosamente, estão dirigidas de fato ao CNPq, ao desenvolvimento da pesquisa; perguntam aqui sobre a transparência dos editais de pesquisa.

São todos editais públicos, eles são publicados no DOU, eles são publicados na nossa página no CNPq, eles são claros e passam sempre por uma jurídica, estão sempre resguardando o direito das pessoas, e, depois, o seu julgamento é transparente, os resultados são divulgados, e tem aí a fase recursal. Enfim, é só para responder uma questão que foi bem dirigida ao CNPq aqui.

Então, onde que nós podemos ajudar com as ações que a já desenvolvemos e que nós pretendemos incrementar ainda muito mais? Quanto à estratégia 13.6, eu nem vou citar aqui os objetivos e metas dela, porque não dá tempo, mas, na estratégia 13.6, por exemplo, o CNPq lançou, no ano passado, um edital de R$100 milhões para incentivar meninas e mulheres na ciência. Por quê? Porque nós temos uma ausência de mulheres em Stem, nas áreas de ciência, matemática, tecnologia, engenharias – e a gente entende que isso tem de começar desde lá de baixo.

Esse programa Mulheres e Meninas na Ciência vincula a universidade com as escolas básicas, na medida em que ele busca as meninas que estão ali no ensino médio, no ensino técnico, já para participarem nessas áreas científicas.

Além desse programa, nós temos ainda o Mais Ciência na Escola, um programa de R$100 milhões – é do FNDCT esse recurso; agora nós estamos aí com a promessa de mais R$100 milhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

–, em que nós financiamos um projeto em cada estado do Brasil, envolvendo dezenas de escolas públicas na construção de laboratórios *makers*.

A gente entende que, se nós vamos avançar em educação em tempo integral, nós precisamos ter um tempo útil dessas crianças, desses jovens na escola; e que esse tempo precisa ser bem aproveitado para o desenvolvimento do conhecimento, o desenvolvimento científico.

Esse programa vai ajudar, já tem ajudado em muito, essa estratégia, do ponto de vista, digamos assim, mais objetivo possível, colocando os meninos, fazendo ciência dentro da escola, com a mão na massa.

Na estratégia 14.4, que fala sobre a difusão científica e os vínculos entre educação superior e educação básica, nós temos, com o MCTI, com o nosso Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, as feiras, as feiras do conhecimento, as feiras científicas, que hoje ocorrem em todo o país; e inclusive tem a grande feira aqui, em Brasília.

E, além disso, nós temos as olimpíadas. O CNPq é um importante parceiro do Impa, de outras sociedades científicas, na promoção das olimpíadas científicas, que vão desde matemática, história, enfim, são dezenas de olimpíadas que a gente tem hoje e que tem incentivado os nossos estudantes, desde jovens, a despertar para o caminho científico.

Na estratégia 14.12, que fala do fortalecimento dos NITs, da questão mais da agenda da inovação – está aqui minha colega Julieta, que deve falar um pouco da infraestrutura –, o CNPq tem hoje uma agenda da inovação muito forte. Nós estamos muito vinculados aos objetivos da NIB. Temos trabalhado, em alguns dos nossos editais, a vinculação com essas grandes redes que precisam ser desenvolvidas no escopo da Nova Indústria Brasil e temos, então, promovido o fortalecimento desses laboratórios, inclusive trabalhando no sentido de mapeamento de infraestrutura. Nós precisamos no Brasil ter mais compartilhamento das infraestruturas de pesquisa, para a gente não ficar duplicando meios. E eu destacaria aqui ainda um programa muito importante que nós temos, que é o MAI/DAI, é o Mestrado Acadêmico da Inovação e o Doutorado Acadêmico da Inovação, que tenta construir essa difícil ponte entre o mundo acadêmico e o mundo produtivo, as empresas, enfim, é preciso que as empresas percam um pouco o medo do mundo acadêmico e se abram mais para contratação de mestres e doutores, captem, atraiam mais pesquisadores para dentro das empresas, porque, como a Denise já mostrou, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empregabilidade dos nossos mestres e doutores não pode ficar só no setor educacional. Nós precisamos formar mestres e doutores, é para isso que a gente forma, para a sociedade. Então, eles precisam ir trabalhar nas empresas, nas ONGs, enfim, em todos os espaços da nossa sociedade, que isso, sem dúvida nenhuma, vai qualificar demais a nossa vida e vai aumentar em muito a nossa qualidade de vida e da nossa população.

Outro aspecto que eu ressaltaria aqui são as bolsas DT. Além das bolsas PQ, que são de produtividade em pesquisa, que hoje o CNPq paga em torno de 18 mil bolsas, nós pagamos também bolsa DT, que é de desenvolvimento tecnológico, e que conversa muito com esse fortalecimento dos NITs nas universidades, com esse fortalecimento da inovação, da infraestrutura de que a estratégia 14.12 fala.

Por fim, eu quero trazer aqui a estratégia 14.14. Essas são algumas, mas assim, eu vejo a contribuição do CNPq em vários aspectos dentro do PL. Eu só quis destacar isso para deixar exemplos bem claros. Na estratégia 14.14, que fala das ações afirmativas e da Lei de Cotas, nós temos no CNPq, desde 2009, o programa Pibic-AF, que são bolsas de iniciação científica para alunos cotistas. Quando nós assumimos a diretoria do CNPq, em março de 2023, nós percebemos que onde havia mais demanda, relativamente, era nesse bolo do Pibic-AF. Então, logo de chegada, nós ampliamos 3 mil bolsas de iniciação científica, 1,5 mil delas foram para o Pibic-AF, que são esses estudantes que entraram na universidade por cotas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DALILA ANDRADE OLIVEIRA – ... portanto, com recorte racial, de escola pública, de renda.

Por fim, eu quero destacar um último programa e com ele eu encerro, que é o Programa Atlânticas. É um programa que nós fizemos com o Ministério da Igualdade Racial, dos Povos Indígenas e o Ministério das Mulheres. Pela primeira vez, nos 75 anos de história do CNPq, nós tivemos um edital dirigido só às mulheres pretas, pardas, quilombolas, ciganas e indígenas, para oferecer bolsa de pós-doutorado no exterior e bolsa sanduíche, porque esse é um grupo sub-representado na pesquisa brasileira e está, digamos assim, numa condição mais vulnerável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas são algumas das contribuições que eu acredito que o CNPq possa dar, e quero colocar aqui a nossa disposição de continuar parceiro, debatendo – viu, Senadora? –, discutindo o PL do PNE, porque esse plano é de suma importância para a sociedade brasileira. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós te agradecemos, Profa. Dalila.

Eu vi o fruto dessa atividade com meninas na SBPC. Fui lá, e foi muito... O estande estava belíssimo, elas também muito cientes do que estavam fazendo, não é? E foi fruto também desse estímulo a meninas cientistas. Então parabéns.

Vamos passar agora para a terceira convidada, a Profa. Marcia Angela da Silva Aguiar, Presidente da Fundaj (Fundação Joaquim Nabuco).

A SRA. MARCIA ANGELA DA SILVA AGUIAR (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas. Quero saudar a nossa companheira de lutas ao longo do tempo, a nossa Senadora, que a gente brinca, lá em Pernambuco (*Falha no áudio.*)

Pernambuco, mas é a Senadora do Brasil, Teresa, nossa querida Teresa Leitão; também as companheiras aqui presentes, e no caso, Denise, Dalila, Julieta; e saúdo também o Senador Flávio Arns, pessoa de muita luta também aqui no Senado e ao longo do tempo.

A minha primeira iniciativa nesta conversa nossa aqui é lembrar a grande responsabilidade que tem o Senado com relação à definição de proposições das metas e dos objetivos do Plano Nacional de Educação.

O Plano Nacional de Educação que está em vigência ainda foi fruto de muitas lutas. Então várias pessoas aqui nesta sala compartilharam dessas lutas; quer dizer, inicialmente nós tivemos a primeira definição mesmo de políticas educacionais que tinham como base a questão do direito, o direito, como ser humano, a todas as possibilidades de desenvolvimento, desde a década de 80 e até antes. Então, há toda uma organização de lutas que contribuíram para a elaboração desse plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E neste momento, eu entendo que teve muitos avanços, apesar de todas as pessoas, boa parte das pessoas se referirem ao atual plano como um plano que não atingiu nada, eu acho que não foi bem assim. Eu acho que nós atingimos muita coisa, especialmente se nós nos lembrarmos da pandemia. Então nós tivemos um impacto muito grande na pandemia, que atrapalhou muito os gestores, seja no âmbito municipal, estadual e mesmo no âmbito federal. Então, na realidade, precisamos avançar.

E nessa perspectiva, nós tivemos todo um esforço coletivo das associações científicas, com entidades sindicais, na produção de documentos que contribuem para o aperfeiçoamento desse plano. E eu chamo a atenção particularmente para o último documento, ou um dos últimos documentos que foi entregue aqui ao Senado Federal, que se tratou de proposições de entidades como a ANPEd, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, a Anpae (Associação Nacional de Política e Administração da Educação), como também da pós-graduação, e do Centro de Estudos Educação e Sociedade, mostrando que os objetivos e particularmente as metas e estratégias podem ser mais bem dimensionadas em muitos aspectos.

E esse trabalho, que foi um caderno elaborado por essas entidades, esse último caderno que foi entregue, diz detalhadamente com relação a praticamente todas as metas e estratégias e propostas de aperfeiçoamento, propostas de incluir alguns aspectos que não foram considerados anteriormente, até mesmo por conta dos limites do debate social, por limites também do próprio tempo. Eu acho que é uma oportunidade, então, de acrescentar várias coisas.

No documento que foi apresentado, então, há proposições de emendas modificativas, supressivas e também aditivas. Isso é muito importante, porque foram feitos... De cada objetivo, de cada meta e das estratégias, há proposições, e são dirigidas já de uma forma... Eu acho que o grupo que elaborou tudo isso tinha um compromisso de fazer isso de uma forma muito – digamos – objetiva, colocando a proposta de emendas. Então, não é nada que você vá ler não sei quantas páginas para poder definir ou aperfeiçoar tal emenda. Esse documento mostra a justificativa e o que é uma proposta de um conjunto e de um segmento muito importante da sociedade brasileira, que está desejando que isso seja aperfeiçoado.

Uma questão que eu trago – até pela natureza do cargo que eu ocupo hoje na Fundação Joaquim Nabuco, que é uma instituição de pesquisa com 75 anos que junta educação e cultura –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

, algo que eu prezo muito dentro dessa proposta, desse documento, é que seja explicitado também, na própria lei, um objetivo que seria promover políticas públicas intersetoriais de educação, cultura e desenvolvimento socioambiental sustentável. Então, esse novo objetivo é fundamental na articulação entre educação, cultura e sustentabilidade, e, desse modo, é essencial para a formação integral dos indivíduos e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural.

Essas esferas, muitas vezes, são tratadas de forma separada nas políticas públicas, mas são indissociáveis. Eu queria chamar muito a atenção para esse aspecto, porque, em geral, nós ficamos tratando de educação de forma separada da cultura, e isso não pode ser separado. Então, acho que todo o esforço é para que esse PL, o Plano Nacional de Educação reflita essa unidade entre educação, cultura e sustentabilidade socioambiental. Acho que essas são questões fundamentais que eu aqui trago.

A outra é que eu gostaria de também enfatizar a necessidade de considerar a questão da valorização dos profissionais de educação. Não dá para ficar somente focando na formação. Eu acho que nós já avançamos um pouco e é preciso avançar mais para garantias de trabalho e de salário. Isso aí, se não tivermos isso... O quadro com que a gente se depara hoje é simplesmente aquela questão de: passam um semestre nas escolas de educação básica e, quando termina, saem e vêm outras pessoas. Quer dizer: é um vínculo precário. Então, não podemos pensar em melhoria da educação básica se a gente não tiver um esforço mesmo e financiamento e condições de trabalho para esses profissionais.

Uma outra questão também para a qual eu chamaria muito a atenção aqui do Senado – vejam – é com relação ao monitoramento e à avaliação das políticas educacionais e, particularmente, do Plano Nacional de Educação, como um epicentro mesmo das políticas públicas na área da educação.

Nós tivemos uma indicação do próprio plano no sentido de ter o acompanhamento por parte dos chamados monitores do Plano Nacional de Educação, que seriam aquelas entidades responsáveis por avaliar o que estivesse acontecendo com relação às metas e aos objetivos do plano e propor uma intervenção. Seriam, no caso, a Comissão de Educação da Câmara e a do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado, o Fórum Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Educação e o próprio Ministério da Educação. Então competia a esses atores, fazer esse acompanhamento e essa avaliação.

Isso foi feito de forma, eu digo assim, limitada, porque não tivemos a possibilidade de fazer de forma harmônica, não tivemos a possibilidade de fazer esse acompanhamento, essa avaliação, nessa perspectiva emancipatória, não tivemos isso.

E nós agora, com esse novo plano que se avizinha, também se coloca essa questão, porque quando nós estamos pensando hoje no monitoramento e na avaliação, boa parte, eu diria assim, alguns segmentos estão entendendo que é uma responsabilização que deve ser feita com relação aos gestores, e isso também sob a ótica do Ministério Público, do TCU. E eu entendo que não é essa questão de responsabilização nessa ótica. A responsabilização é em cima de uma avaliação, de uma avaliação que tem uma perspectiva emancipatória, porque senão a gente vai incorrer em sérios erros. É um risco muito elevado; e mais, substituir esses atores, que sejam da esfera governamental, sejam da sociedade política, por um setor somente de controle, que tem outra ótica. Então, vai em cima das metas e indicadores e, enfim, dos resultados, praticamente em cima das entregas, e partir inclusive para abrir um caminho de responsabilização até individual do gestor.

Então acho que essa é uma questão para que eu chamaria a atenção de todos, porque não vai dar para substituir, no caso, esse conjunto de atores que deveriam ter desenvolvido o acompanhamento, essa avaliação, por, qualquer que seja, um segmento apenas. Eu creio que nós teríamos que ter, de fato, definições, considerando qual seria o momento, quais seriam os instrumentos com que esses atores poderiam fazer esse acompanhamento.

Na minha avaliação, uma falha, ou a falha principal é não ter havido uma indicação de quem coordenaria esse conjunto de atores.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARCIA ANGELA DA SILVA AGUIAR – Porque ficaram esperando, cada um esperava por um. Aqui no Senado mesmo, aqui no Congresso mesmo, nós tivemos propostas de avaliação, de monitoramento, mas algumas propostas, como teve no CNE, como teve também no Fórum Nacional. Então, para mim, essa é uma questão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço aqui esta possibilidade de dar um pouco dessas contribuições.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós também agradecemos, professora.

E eu digo que essa parte, esse tema do monitoramento e da avaliação é recorrente em todas as audiências públicas. Tem óticas diferenciadas, mas o consenso é de que o monitoramento do plano anterior, que está com vigência até o final deste ano, não funcionou adequadamente.

Há proposta de um monitoramento mais contínuo, não deixar, do ponto de vista temporal, há proposta de um envolvimento maior da sociedade, mas também das entidades formuladoras e participantes do Fórum Nacional, mas enfim, é um ponto sobre o qual nós vamos ter que nos debruçar, porque ele está sendo, Senador, recorrentemente colocado. E creio que é um ponto importante, porque a gente não quer chegar ao final do plano dizendo que a meta não foi aprovada, que a estratégia está um pouco superada, quando a gente pode, através de um monitoramento, fazer movimentos de redirecionamento de estratégias e de metas.

Muito obrigada, Marcia, pela sua intervenção.

Vamos para nossa última convidada, que é a Sra. Julieta Palmeira, Gerente do Departamento Regional do Centro-Oeste da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

A SRA. JULIETA PALMEIRA (Para expor.) – Bom dia. Quero saudar, em primeiro lugar, esta Casa, a Comissão de Educação e a sua Presidenta, a Senadora Teresa Leitão, que eu tive a oportunidade de também encontrar numa mesa na SBPC, com muito prazer, para dizer que é da vocação desta Casa tratar de temas relevantes e, exatamente, o tema da educação é um tema relevante. Isso resgata o protagonismo desta Casa na produção de políticas públicas.

Quero saudar também o Senador Flávio Arns, que tem sido um grande batalhador pela educação. Meus colegas aqui de debates, a Dalila Oliveira, que é do CNPq, a Denise Carvalho, da Capes, e a Marcia Angela, da Fundaj.

A Finep é uma financiadora de estudos e projetos, uma empresa federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Portanto, eu e a Profa. Dalila Oliveira somos aqui do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e estamos agregando a nossa participação nessa temática que envolve, sem dúvida nenhuma, um dos temas mais relevantes para o Brasil.

Eu vou fazer uma apresentação. Não sei se vai dar, mas, se der, a gente vai seguindo aqui antes que esse toque aí, que nos assusta – já me assustou aqui duas vezes... (*Risos.*)

Para que a gente possa contribuir.

Eu quero saudar também as pessoas que estão nos assistindo de forma virtual e as pessoas que fizeram essas perguntas que estão aqui, que podem muito contribuir com o nosso debate.

Em primeiro lugar, o Plano Nacional de Educação... E aqui eu quero destacar esse contexto na discussão da Finep e do Plano Nacional de Educação.

Então, eu destaquei aqui algumas diretrizes contidas no Plano que eu considero que têm a ver muito com o que eu vou tentar aqui comentar, com as contribuições já das minhas colegas aqui de mesa, que, sem dúvida nenhuma, são contribuições relevantes.

Eu destaquei essas três diretrizes e, também, dentro do Objetivo Geral, eu me concentrei no Objetivo IV, que é exatamente a garantia do direito à educação, com ampliação das oportunidades educacionais em todos os níveis, com vistas à melhor formação humanística, profissional, cultural, científica e tecnológica da juventude.

Eu acho que ali tem outros objetivos – são 18 –, mas o 11, o 12, o 15 eu acho que são destaques nesse processo. E este é um plano que tem uma grande preocupação, isso é visível, com a questão da qualificação, da qualidade da educação e da adequação da educação ao momento atual.

Então, são essas as prioridades e a estratégia que considero muito relevante, de fomentar a pesquisa, a inovação e o empreendedorismo no âmbito da educação profissional e tecnológica, relacionadas a arranjos produtivos locais e regionais e ao mundo do trabalho para aproveitar as potencialidades dos territórios e promover o seu desenvolvimento.

Então eu acho que qualquer agência financiadora da pesquisa... A Finep é isso. A Finep é uma agência financiadora que tem foco na inovação. Existem outros bancos de financiamento públicos, outras agências públicas de financiamento, mas no caso, a Finep, que tem relação e é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

secretária executiva do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação, o foco da sua atuação é a inovação.

E assim, eu não posso deixar de começar exatamente comentando sobre os elementos da nova política industrial, que é o contexto em que se dá essa discussão do Plano Nacional de Educação. Então, nesse contexto, eu destaquei ali, em azul, dois elementos da nova política industrial que está sendo encaminhada pelo Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, que primeiro, é orientada por missões em resposta aos desafios da sociedade brasileira. Então não é uma qualquer política de desenvolvimento; é uma política que tem por base uma economia baseada em entregas, ou seja, que possa se desenvolver com entregas à sociedade, com missões.

E o outro objetivo é o foco central no desenvolvimento tecnológico e na inovação. E é aí que todos os elementos e as intersecções ministeriais levam em conta toda essa interação entre os diversos agentes públicos que atuam junto à sociedade, com vistas ao desenvolvimento do nosso país, voltado para tecnologia e inovação, num contexto em que se busca a soberania nacional, a autonomia produtiva e a soberania nacional, sem dúvida

elementos hoje muito atuais na quadra da situação brasileira hoje, com o desenvolvimento em que nós estamos hoje no Brasil.

A nova política, chamada NIB, eu conheci, na Bahia, eu sou baiana, a gente, eu conheci a NIB, que era aquela derivada do cacau, não é? Aprendi um pouco, nesse processo, que essas siglas não são do conteúdo. É a Nova Indústria Brasil, é o programa Nova Indústria Brasil.

E as missões estão aí, não é? Eu queria dizer que são seis missões, que envolvem saúde, educação, agroindústria, transformação digital, bioeconomia, economias, como se diz, de futuro e tecnologias. E essa é a quadra que o Plano Nacional de Educação... É o que se está buscando no desenvolvimento do Brasil. Então tem que dialogar com essa realidade, não é?

Daí que a Finep, com os recursos do FNDCT, apostou, no ano de 2024, seis vírgula poucos bilhões na pesquisa e na inovação, somente voltadas para recursos não reembolsáveis. Nós não estamos falando aí de recursos de crédito e de subvenção para empresa; nós estamos falando aí de impulsionamento dos institutos de ciência e tecnologia, da pesquisa em nosso país, voltada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para recursos não reembolsáveis, por meio de chamadas públicas de fluxo contínuo ou até mesmo de editais de forma tradicional, só para citar um exemplo.

Também existe um contexto no país de destaques da infraestrutura, que eu trouxe aqui, que é o Órion, o laboratório máximo de contenção biológica (NB4), que envolve o Sirius – ali pulou – e que está relacionado ao acelerador de partículas de elétrons que nós temos em São Paulo, o CNPEM. Também há um aporte grande também do PAC, não só do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia, mas também do PAC. O Reator Multipropósito, que envolve a questão da produção de radiofármacos, tão importante.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JULIETA PALMEIRA – A gente viu que houve um *hackeamento* dos fármacos e nós vimos aí essa situação. E o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial.

Então, esses são os eixos do Pbia, eu não vou citar aqui, a Finep e o investimento, o investimento em pesquisa, formação de projetos em rede, o investimento em *startups*, a partir inclusive de área acadêmica. As chamadas de infraestrutura, não é?

Passou aqui.

E é uma questão que eu considero, para encerrar, definitiva que a Finep tem levantado nessa questão do aperfeiçoamento da pesquisa, da infraestrutura de pesquisa em nosso país, que é exatamente a busca da aproximação entre a academia e a indústria. Essa é hoje uma questão decisiva para o desenvolvimento do nosso país, que foi tocada aqui tanto pela Profa. Denise, como pela Profa. Dalila, sobre a questão da empregabilidade de mestres e doutores. E isso envolve exatamente mais doutores na indústria, mais mestres na indústria, para que o desenvolvimento do país possa se transformar, para que essas pesquisas possam se transformar em produtos que visem e que possam melhorar a vida das pessoas.

Então, essa é a questão – eu acho – decisiva, além da intersecção da Finep, que busca essa infraestrutura de pesquisa, aposta em projetos e não em bolsas, como é a vocação da Capes e do CNPq, em projetos voltados para o desenvolvimento e a inovação em nosso país.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Julieta. Foi boa aquela mesa, não foi? Lá no Recife?

Então, antes de eu passar a palavra para discussão, quero só fazer uma breve síntese, agradecendo a presença de todas, a observância muito disciplinada do tempo, que eu sei que é pouco para tanta coisa que a gente tem a falar.

E quero dizer que nós cumprimos muito o objetivo desta audiência pública; duas instituições vinculadas ao MEC e duas vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia, porque está posto no plano esse desafio. Nós fizemos, a pedido de vários requerimentos, um leque de audiências públicas, um ciclo de 12, acho que ainda temos um ciclo ou dois para concluir – o Senador Flávio Arns foi um dos que também fez requerimentos –, separando as audiências por área de interesse de atuação das instituições. Isso nos deu uma dimensão muito diversa de olhares sobre o plano, mas com muita satisfação eu vejo que há uma base comum em todas essas instituições, que está também no objetivo principal do Plano Nacional de Educação, que é a organização mesmo das propostas educacionais em todos os níveis, corrigir algumas falhas e ter uma educação de qualidade inclusiva, valorizando os seus profissionais, vinculada à cultura, à ciência e à tecnologia.

Eu acho que essa mesa conseguiu nos mostrar isso de forma muito contundente, com muita estratégia de análise e com um teor realmente pedagógico, científico, que será muito importante para o nosso relatório.

Nós estamos trabalhando conjuntamente com a Câmara dos Deputados. Na semana retrasada, a audiência da Câmara foi lá no Estado de Pernambuco, e eu tive, Senador, a honra de ter sido também convidada, para que a gente tenha um grande movimento nacional em favor do plano, não apenas nosso, de quem está na educação, mas de todos e de todas.

Tivemos uma reunião – Senador Flávio Arns e eu – com a equipe, com a Comissão Especial da Câmara dos Deputados, para que a gente possa levar esse processo até o final do ano. A nossa intenção é de que estejamos com o novo plano aprovado no final do ano.

Na Câmara, o debate está ocorrendo: foram apresentadas quase 4 mil emendas, e o Relator teve um trabalho muito grande de selecioná-las. Vamos acompanhando. Nossa intenção é de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele chegue aqui no Senado com o máximo possível de consensos, para que a gente possa aprová-lo com celeridade, porque a vigência do plano anterior já foi prorrogada por um ano.

Então, quero agradecer a todos e perguntar ao Senador se ele quer fazer alguma complementação ou alguma pergunta, e depois a gente volta para a mesa. Se tiver alguma pergunta do e-Cidadania que precise ser destacada, a gente volta para os três minutos finais de cada um de vocês.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para interpelar.) – Eu agradeço a V. Exa. e quero, inclusive, para as pessoas que nos acompanham pelo Brasil, dizer que nós estamos discutindo o Plano Nacional de Educação 2014-2024, que foi prorrogado, e agora está sendo debatido o novo plano. Temos a presença do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, porque é a interface, como foi apontado, com a educação básica e superior.

O Plano Nacional de Educação começa lá na educação infantil, na creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e vai até a pós-graduação, o ensino, a pesquisa, a inovação, a valorização da menina, do docente, como foi bem explicado pela Finep e também pelo ministério. Isso tudo tem as suas interfaces.

Eu próprio sou muito grato à Capes, porque fui bolsista dela lá atrás, quase 50 anos atrás, não é verdade? Também fui ao exterior, fiquei quase três anos no exterior, fazendo doutorado na área.

Mas é interessante o que foi falado na interface, porque, mesmo naquela época, as indústrias, o setor produtivo ia à universidade para contratar já as pessoas com mestrado, com doutorado, para que atuassem na área produtiva ou na área social, dependendo do enfoque que era dado. E eu quero dizer que, inclusive, visitei naquela ocasião, 50 anos atrás, uma empresa petrolífera, onde um determinado setor contava com 40 funcionários e todos com Ph.D – 40 anos atrás. Por isso, essa necessidade de haver, para o desenvolvimento social e para o desenvolvimento econômico, esse chamamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a honra de presidir aqui a Comissão de Educação, antes da Senadora Teresa Leitão, mas presido lá a de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, e há essa necessidade. Tudo que foi apontado é muito importante. A gente ter a formação dos professores é fundamental, pelo menos na graduação, que tenha professor de Física, de Química, de Biologia, de Matemática, que a gente tenha essa carreira, como foi colocado, essa valorização profissional do professor e dos profissionais da educação, porque mais da metade dos professores no Brasil têm contrato temporário. Então, está lá neste ano, no ano que vem talvez não esteja. Tem que haver um avanço nesse sentido.

Há o desafio das particulares, como foi colocado, ainda da hora/atividade, pesquisa, tudo isso, para as públicas conseguirem alcançar os objetivos. Então, isso aí tem que ser debatido também.

E lá na Comissão de Ciência e Tecnologia tivemos audiência pública, outro dia, com o Inpe e o Cemaden também. O Cemaden faz monitoramento e alerta de desastres. Nós discutimos como fazer chegar isso à educação básica, para ter a constituição de brigada escolar, defesa civil nas escolas, eles se acostumarem a ter as informações do Cemaden. Quanto ao Inpe, como o aluno lá da educação básica pode olhar a fotografia do Inpe e ver no seu município se houve devastação ou não houve, se a área está sendo preservada ou não, quer dizer, são dados livres à disposição da sociedade.

Inclusive, o Trump, o Presidente Trump, solicitou ao Brasil explicações sobre o aumento da devastação no bioma amazônico também. Isso nem precisaria ter sido solicitado, porque os dados são livres, estão disponíveis para o mundo e aceitos pela União Europeia. Então nós temos coisas muito boas, como foi dito. Às vezes, o pessoal fala que está tudo ruim; não, temos coisas excelentes, mas queremos mais, queremos avançar mais.

Nesse sentido, gostei muito das falas todas. Até a gente lamenta, às vezes, que a gente tem que correr de um lado para o outro aqui também, ao meio-dia eu tenho uma reunião aí com o pessoal, mas quero parabenizar e dizer: olhe, vamos colocar tudo isso, porque ter ciência, tecnologia lá, formação dos professores...

A única coisa que eu queria ressaltar é que o que falta é a amarração de tudo isso. O que é a amarração para mim? É a criação do Sistema Nacional de Educação, isso falta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se eu quero valorizar o profissional, eu tenho que me sentar com estados e municípios para deliberarmos, pactuarmos, nos ajudarmos, não é? Se quero fazer alguma outra coisa, tem que haver esse sistema, que é a lei que está em debate lá na Câmara dos Deputados, já foi aprovada no Senado, mas está sendo aprimorada, lógico, lá. E isso falta, né? Quer dizer, é o sistema: "Vamos fazer o monitoramento". Mas como que a gente vai fazer o monitoramento se nós não pactuamos antes? A gente tem que pactuar, deliberar, e todo mundo fala, temos que acompanhar, monitorar, ver, orientar, mas num sistema articulado, né? É um sistema nacional. Como no estado é o sistema estadual, junto com os municípios, e lá no município, o sistema municipal, junto com a comunidade.

Mas foi ótimo, muito bom. Parabéns, é uma honra ter escutado – me permitam – vocês também, mas, com todo o respeito, foi maravilhoso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Senador. Nós sempre fazemos essa menção do Sistema Nacional de Educação – não é? –, da importância de ter esse projeto, que já foi aprovado aqui, tramitando, porque vai dar esse respaldo, evidentemente, essa retaguarda necessária para a implementação da lei do Plano Nacional de Educação. Muito obrigada por suas considerações.

Devolvo a palavra à mesa para quem quiser fazer algum arremate.

Então, começando por Denise, três minutinhos.

A SRA. DENISE PIRES DE CARVALHO (Para expor.) – Vou aproveitar para saudar a presença do Senador Flávio Arns e agradecer, mais uma vez, à nossa Presidenta da Comissão de Educação e Cultura do Senado, a Senadora Teresa Leitão. Agradeço todas as intervenções de Marcia Angela, Dalila e Julieta, que, certamente, fazem com que seja muito mais fácil respondermos às perguntas aqui colocadas no e-Cidadania, mas ressalto que algumas delas já foram respondidas, não é, Senadora? Então, uma saudação especial a todos que nos assistem.

Eu vou comentar apenas algumas questões que podem não ter sido respondidas ou ficado claras exatamente. E a primeira delas é a questão da integração Capes, CNPq e Finep. Essa questão é da maior relevância, por quê? Noventa por cento da produção científica nacional – portanto, a ciência, a tecnologia e a inovação – acontece no âmbito das instituições de educação superior no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil. E esse é o maior exemplo de integração entre as atividades da Capes, da Finep e do CNPq, de integração entre o MEC e o MCTI.

No âmbito das universidades, nós temos a maior parte dos programas de pós-graduação do país, a maior parte da formação de mestres e doutores, e isso depende do financiamento da Capes, que é dependente... Porque a Capes financia as bolsas, os programas de pós-graduação, mas quem financia a pesquisa, os projetos de pesquisa, os equipamentos, a infraestrutura de pesquisa é o MCTI, é o CNPq e é a Finep.

Capes e CNPq completam 75 anos no próximo ano, e essas duas agências...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DENISE PIRES DE CARVALHO – ... que são instituições de Estado, são fundamentais para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, que está diretamente relacionado, como muito bem falou o Senador Flávio Arns, ao Sistema Nacional de Educação. Não há educação de qualidade sem que haja profissionais adequadamente formados.

Então, eu termino dizendo que a integração é permanente, constante, e isso demonstra a importância dessas instituições, porque o nosso país avançou muito, embora ainda precise avançar muito mais na área de educação, e eu tenho certeza de que o Parlamento tem trabalhado para isso.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Denise, pela sua presença, pela sua disponibilidade e por aquilo que nos apresentou, contribuindo, certamente, para o debate sobre o Plano Nacional de Educação.

Passo a palavra agora para a Profa. Dalila Andrade.

A SRA. DALILA ANDRADE OLIVEIRA (Para expor.) – Eu quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de o CNPq participar deste debate. Agradeço à Senadora. Quero dizer que este é um espaço muito privilegiado de discussão, ele é qualificado. Eu acho que é muito importante que a gente possa ter essas audiências com essa abrangência, trazendo diferentes segmentos do Governo e da sociedade para conversar sobre essa agenda tão importante que é a educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ia comentar a mesma questão que a Denise, mas ela já, magistralmente, o fez. Eu vou comentar só uma questão que veio aqui, pelo e-Cidadania, que eu acho que precisa de resposta, porque a gente não tocou nesse aspecto. A importância que têm os programas de internacionalização para o desenvolvimento do conhecimento no país. Ora, fazer ciência, fazer pesquisa é algo que a gente não pode achar que a gente faz circunscrito a uma divisão, a uma fronteira nacional. Nós nunca falamos tanto de soberania no Brasil quanto depois dos ataques que a gente vem sofrendo pelo Presidente dos Estados Unidos. Não há país soberano sem um sistema de desenvolvimento científico forte. Então, é muito importante que a gente pense sobre isso, tenha um foco no desenvolvimento científico, mas entendendo também que a gente ganha muito com a internacionalização.

Perguntaram sobre um programa para substituir o Ciência sem Fronteiras. Nós não temos em vista nada parecido, mas nós temos muitos programas que recompõem essa agenda da internacionalização em alto nível. Eu citaria aqui o Conhecimento Brasil, que é o programa que o CNPq tem desenvolvido com recursos do FNDCT, em parceria com o MCTI e a Finep, que é para atrair a nossa diáspora científica. Muitos brasileiros deixaram o Brasil porque não encontraram aqui, no país, condições para desenvolver os seus estudos e pesquisas. Nós estamos trazendo de volta esses brasileiros. Ao mesmo tempo, nós queremos atrair bons pesquisadores estrangeiros também que queiram vir trabalhar conosco.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DALILA ANDRADE OLIVEIRA – Só para finalizar, o CNPq tem uma agenda muito forte de internacionalização, assim como a Capes também, sendo que nós temos mais de 140 instrumentos desenvolvidos, operando com mais de 40 países, em acordos bilaterais e multilaterais.

Então, é isso. Eu acho que a educação precisa ser pensada dentro desse prisma.

Mais uma vez, Senadora, muito obrigada por esta oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem uma coisa que a fala de vocês deixa muito patente quando a gente realiza a audiência pública interativa e que é aberta para entidades e para o povo em geral: é a aproximação também dessas instituições – não é? – para o imaginário social. Essa luta para trazer de volta a evasão dos cérebros, que aconteceu nos últimos anos, no Brasil, a gente sabe fruto de quê, não é? É uma coisa que interessa e que tem muitos fatos que as pessoas certamente conhecem, não é?

Então, não é sopa de letrinhas; são entidades, são instituições que desempenham um trabalho muito importante e que pode servir ao dia a dia e à qualidade de vida das pessoas.

Passo a palavra agora à Profa. Marcia Angela, para suas considerações.

A SRA. MARCIA ANGELA DA SILVA AGUIAR (Para expor.) – Eu quero agradecer a possibilidade de vir dialogar aqui, nesse qualificado plenário, agradecer particularmente à nossa querida Senadora, e até acentuando que estamos num momento muito relevante, um momento em que tem alguém que está assumindo exatamente esse tipo de função com a qualificação e com o compromisso político que tem a Senadora.

Também agradeço a oportunidade de estar dialogando aqui com as colegas e agradeço a todos que estão assistindo a este debate.

Eu queria só, sucintamente, fazer algumas referências às perguntas que foram encaminhadas.

Uma coisa que eu queria destacar para a Jéssica, de Minas Gerais, Liliane e os demais aqui, que falam a respeito das prioridades com relação ao PNE: eu queria colocar que todas as metas, todas as estratégias são objeto de disputa no campo educacional e social, então, só vai fazer parte mesmo, efetivamente, do novo plano aquilo que for realmente assumido ou que tenha conseguido uma hegemonia mesmo neste debate. Eu acho que isso é importante a gente salientar.

A outra é quanto ao Sistema Nacional de Educação, que também se insere nesse contexto. Na hora em que estamos falando de pactuação entre governo municipal, governo estadual e Governo Federal, isso implica múltiplos atores e múltiplas vozes, e o Plano Nacional de Educação mostra isso. Então, é preciso atenção, o tempo todo estarmos, todos nós, onde quer que estejamos, atentos e tentando influenciar neste debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outro aspecto aqui que foi levantado nessas perguntas, que eu faço questão... E eu acredito que todo mundo vai concordar com o que eu vou dizer. O Robinson, do Acre, fala o seguinte: "Sou a favor de reduzir o investimento no ensino superior e técnico, [...] [destinando mais] recursos para o ensino fundamental".

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARCIA ANGELA DA SILVA AGUIAR – Eu creio que não. Eu acho que a gente tem que considerar a inteireza de todo o sistema educacional, não pode ser colocado como uma prioridade um ou outro sistema. Acho que tem que haver uma harmonia no sentido dessas lutas para conseguir obter esses objetivos.

É isso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Marcia. É uma disputa estéril, né? Porque a gente quer um sistema. É uma falsa polêmica, Robinson, mas a gente entende que talvez a gente tenha uma leitura da realidade da educação básica como algo mais precário, em que os salários dos professores e funcionários são mais reduzidos, mas o sistema pode agregar tudo isso, cada um com seu objetivo, com o seu alcance, e a gente precisa tirar de outras coisas. Tem de onde tirar. A gente teve uma mesa aqui com o Fineduca que mostrou, além dos vinculados que a gente tem para a educação básica, outras fontes de recursos para a educação, além dos 10% do PIB, que nós estamos reinscrevendo nesse novo plano – o anterior já tinha, mas nós não alcançamos. Estamos reinscrevendo os 10% do PIB, e há outras fontes que o Fineduca nos apresentou de uma maneira bastante nítida, em que a gente precisa buscar recursos para a educação.

Vamos concluir, então, com a palavra de Julieta Palmeira.

A SRA. JULIETA PALMEIRA (Para expor.) – Então, o que a gente faz aqui talvez seja também dar ênfase, não há uma contradição em relação ao que existe já no próprio projeto do Plano Nacional de Educação, mas é sempre bom dar ênfase e toda uma discussão rica, que vai gerar, sem dúvida, muitas emendas nesse processo.

Eu queria finalizar, em primeiro lugar, considerando que essa intersecção entre as diversas instituições e os ministérios é um caminho grande para a questão da educação pública, gratuita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e de qualidade, que, aliás, talvez seja o eixo, a estrutura central desse Plano Nacional de Educação 2024-2034, para dez anos em nosso país. Então, reafirmar sempre a necessidade de apostar na educação pública, gratuita e de qualidade é algo que nós não podemos deixar à margem na discussão do Plano Nacional de Educação.

Em segundo lugar, a questão do impulsionamento de pesquisa e inovação com valorização dos pesquisadores e das pesquisadoras, com vistas exatamente ao processo dos – e daqui eu já pego uma parte – contingenciamentos que ocorrem. Eu sei que a pessoa da Bahia, a Liliane, falou em contingenciamentos anuais, mas, por exemplo, o fundo nacional de ciência e tecnologia estava contingenciado em 2022, e, em 2023, na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é que ele foi descontingenciado, o que está permitindo que se passe a uma investida grande sob o ponto de vista de pesquisa e inovação em nosso país.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JULIETA PALMEIRA – Então, eu apresentei dados aqui que revelam que nós, em 2024, estávamos com R$13 bilhões, e, em 2025, a perspectiva é chegar a R$22 bilhões e mais – não é? –, em relação somente à pesquisa em nosso país.

Então, eu quero saudar os pesquisadores e as pesquisadoras, e reiterar o fato de que um entrosamento entre a academia e a indústria é fundamental para o desenvolvimento da inovação em nosso país, rumo ao desenvolvimento tecnológico e à autonomia produtiva como um país soberano.

Muito obrigada, Senadora Teresa Leitão e os integrantes da Comissão de Educação do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu quero agradecer a presença de todas, das nossas convidadas, com uma mesa 100% mulher. Sem nenhum demérito aos homens, mas é bom a gente ver mulheres nesses espaços de definições, nesses espaços de controle da política – não é? –, de implementação da política.

Agradeço a todos que nos acompanharam pelas redes do Senado, e, nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Tenham todos uma boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e sete minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Alan Rick, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Flávio Arns, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Humberto Costa, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Jorge Seif, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Pedro Chaves, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 24ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em quatro partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1278, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências, para incluir, dentre as condicionalidades da complementação-VAAR, a utilização, em períodos não letivos, da infraestrutura escolar para atividades educativas, culturais, artísticas, esportivas e de lazer." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CE. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2112, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, para acrescentar aos objetivos da PNAINFO a promoção de concursos de monografias que versem sobre o tema da violência contra a mulher." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (PP/SE). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CE. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3618, de 2019 - Terminativo -** que: "Garante a livre associação dos estudantes da educação básica e do ensino superior, em Organizações de Representação Estudantil." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 37, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a PEC 1/2025, que "Altera a Constituição Federal para garantir que os recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) sejam corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida (RCL) da União". Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Senhora Hélvia Paranaguá, Secretária de Educação do Distrito Federal; o Senhor Cleber Soares, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Políticas Públicas e Gestão em Educação do Distrito Federal; a Senhora Gicileide Oliveira, Presidente da Associação de Diretores e Ex-diretores das Escolas Públicas do Distrito Federal; o Senhor Representante da Associação de Pais e Mestres do Distrito Federal; o Senhor Cleber Soares, Diretor do Sindicato dos Professores do Distrito Federal; a Senhora Sônia Vilarindo, Presidente do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sindicato dos Trabalhadores em Políticas Públicas e Gestão em Educação do Distrito Federal." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF), subscrito pelo Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado com aditamento de convidados proposto pela Senadora Zenaide Maia. **2ª Parte - Emendas da CE ao PLDO 2026**. **Finalidade:** Discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias PLDO 2026 (PLN 02/2025-CN), a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Relator das emendas: Senador Veneziano Vital do Rego. **Resultado:** Aprovada a apresentação das seguintes Emendas à CMO: Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, com valores propostos ajustados para demonstrar coerência com o PPA 2024-2027: **Emenda nº 1** – Objetivo Específico: "Apoiar técnica, pedagógica e financeiramente a rede física escolar da educação básica pública para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e mobiliário, garantindo condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas surdas, a educação de jovens e adulto" – **acréscimo de 5%** (cinco por cento) à meta inicial de entes apoiados no PAR para infraestrutura em relação ao total de entes federados, de iniciativa dos Senadores Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Veneziano Vital do Rêgo, Hamilton Mourão e Confúcio Moura (propostas de emenda números: CE003, CE008, CE012, CE014, CE044, CE051 e CE062);
Emenda nº 2 – Objetivo Específico: "Prestar assistência financeira, técnica e material às escolas das redes públicas da educação básica, por meio de programas suplementares de educação, fortalecendo os critérios equitativos desses programas de forma a reduzir a desigualdade entre os sistemas educacionais, promovendo a equidade, valorizando a diversidade e considerando as especificidades locais e dos estudantes" – **acréscimo de 0,95%** (noventa e cinco centésimos por cento) à meta inicial de municípios atendidos por pelo menos quatro dos seguintes programas do FNDE: PAR, Pnate, PDDE, PNAE e PNLD, de iniciativa dos Senadores Humberto Costa, Teresa Leitão, Jussara Lima, Hamilton Mourão, Augusta Brito e Confúcio Moura (propostas de emenda números: CE020, CE033, CE035, CE049, CE056 e CE064); e **Emenda nº 3** – Objetivo Específico: "Preservar e difundir a diversidade de memórias e patrimônios culturais brasileiros" – **inclusão de 600.000** (seiscentos mil) à meta de visitantes a museus e ao patrimônio acautelado, de iniciativa dos Senadores Paulo Paim e Hamilton Mourão (propostas de emenda números: CE001 e CE048). **Emendas de texto**: oito emendas de texto (propostas de emenda números: CE060, CE063, CE065, CE067, CE068, CE069, CE070 e CE071), renumeradas para: **Emenda nº 4** – Aditiva – Anexo III, Seção II, Inciso IV, de iniciativa da Senadora Damares Alves; **Emenda nº 5** – Aditiva – Anexo III, Seção I, Inciso LXX, de iniciativa do Senador Confúcio Moura; **Emenda nº 6** – Modificativa – Corpo da Lei, Cap III, Art 7, § 10, Inciso VIII, de iniciativa do Senador Confúcio Moura; **Emenda nº 7** – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 19, § ÚNICO, de iniciativa do Senador Wellington Fagundes; **Emenda nº 8** – Aditiva – Anexo III, de iniciativa do Senador Wellington Fagundes; **Emenda nº 9** – Aditiva – Corpo da Lei, Cap VII, Art 127, § 1, de iniciativa do Senador Marcelo Castro; **Emenda nº 10** – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção II, Art 80, de iniciativa do Senador Marcelo Castro; e **Emenda nº 11** – Modificativa – Corpo da Lei, Cap XII, Art 184, de iniciativa do Senador Marcelo Castro. **3ª Parte - Eleição de Vice-Presidente da CE**. **Finalidade:** Eleição do Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura para o biênio 2025/2026. **Resultado:** Eleito o Senador Veneziano Vital do Rêgo como Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura. **4ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 3/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lucas Sachsida Junqueira Carneiro, Coordenador da Comissão Permanente de Educação (COPEDUC) do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça; Sr. Leo Arno Richter, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) (representante de: Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON)); Sr. Rodrigo Coelho, Presidente do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa; e Sra. Talita Nascimento, Diretora de Relações Governamentais do Movimento Todos Pela Educação. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dezessete minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Alan Rick, Marcelo Castro, Jussara Lima, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Romário, Paulo Paim, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Weverton, Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Magno Malta e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), REQ 19/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), REQ 21/2025 - CE, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 23/2025 - CE, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e do Senador Flávio Arns (PSB/PR), e REQ 35/2025 - CE, de autoria do Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS) e da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sra. Lúcia Maria Teixeira, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (SEMESP); Sra. Catherina Rigato, Gerente de Operações do Instituto Sonho Grande; Sra. Adriana Moreira, Representante da Uneafro Brasil; Sra. Mariana Breim, Diretora de Políticas Educacionais do Instituto Península; Sr. Henrique Lago da Silveira, Vice-Presidente da Associação De Olho no Material Escolar; Sr. Rodolfo Barreto Canônico, Representante da Associação de Desenvolvimento da Família/Family Talks; e Sra. Beatriz Soares Benedito, Analista do Instituto Alana. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/27

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de agosto.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei 2.614, de 2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, em atenção ao Requerimento nº 3, de minha autoria.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados e convidadas: a Sra. Catherina Rigato, Gerente de Operações do Instituto Sonho Grande; também o Sr. Henrique Lago da Silveira, Vice-Presidente da Associação De Olho no Material Escolar; ainda o Sr. Rodolfo Barreto Canônico, representante da Associação de Desenvolvimento da Família; e também a Sra. Beatriz Soares Benedito, Analista do Instituto Alana.

Participarão ainda, de forma remota, já estando todos conectados, a Sra. Lúcia Maria Teixeira, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (Semesp); a Sra. Mariana Breim, Diretora de Políticas Educacionais do Instituto Península; e a Sra. Adriana Moreira, representante da Uneafro Brasil.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados e convidadas, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Informo que foram recebidas, até o momento, por meio do Portal e-Cidadania, diversas perguntas e comentários de cidadãos, entre os quais destacamos: Izabela, de Pernambuco; Aline, do Rio de Janeiro; Lucas, de São Paulo; Vivilane, do Rio de Janeiro; e Aline, do Pará.

As perguntas e comentários foram encaminhados aos nossos convidados e convidadas, que podem utilizá-los, caso queiram, nas suas intervenções.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, e, ao fim, nós lhe devolveremos a palavra por mais três minutos para algum complemento.

Nós estamos na 11ª audiência de um ciclo de 12 audiências que nós aprovamos para análise do projeto que está tramitando na Câmara dos Deputados. Achamos conveniente agilizar um pouco o debate aqui, no Senado, para poder ganhar tempo na tramitação, quando ele aqui chegar. Dividimos as nossas audiências muito por área de experiência, de expectativa das instituições. Esse olhar de fora também, tanto do setor privado quanto do setor público e das entidades da sociedade civil, tem contribuído com o levantamento das análises dos pontos focais, dos pontos de gargalo que o projeto contém. Tem sido realmente muito positivo.

Nós vamos dar início com a palavra, de forma remota, para a Sra. Lúcia Maria Teixeira, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior.

A ordem foi acordada com a nossa assessoria, e nós vamos seguindo-a.

Pois não, Lúcia.

A SRA. LÚCIA MARIA TEIXEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Sra. Presidenta Teresa Leitão, Senadoras, Senadores, autoridades presentes, convidadas.

É uma honra que me dão estar ao lado de outros expositores com programas tão importantes.

Quero cumprimentar todos e, em nome do Semesp, agradeço esta oportunidade mais uma vez, Senadora. Já estivemos presencialmente em muitas lutas pela educação, junto com a senhora, junto com o Senado. Esta é uma oportunidade de contribuirmos para o debate do Projeto de Lei 2.614, de 2024, que institui o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Semesp representa as instituições que reúnem mais de 70% das matrículas do ensino superior brasileiro e tem a missão de colaborar para a construção de políticas públicas que ampliem o acesso, assegurem a permanência, promovam a qualidade, fortaleçam a diversidade institucional da educação superior, claro, também privilegiando a educação básica, porque, sem ela, o país e a educação superior não existem.

A nossa primeira contribuição, Presidenta, Senadoras, Senadores, autoridades e aqueles que nos ouvem remotamente, é incluir – peço que o eslaide 2 seja colocado –, no art. 3º do Plano Nacional de Educação, a valorização da pluralidade institucional.

Peço que a gente vá para o eslaide 2.

O Brasil tem um sistema de ensino superior diverso. Nós temos universidades, centros universitários, faculdades, institutos federais, ensino à distância (*Falha no áudio.*) ... integrais ou parciais. Todas essas formas são estratégicas para o nosso país atingir o pleno desenvolvimento.

Os dados do Censo de 2023 mostram que os centros universitários e as faculdades somam 44% das matrículas e que a rede privada responde por praticamente 80% do total de alunos. Se o Plano Nacional de Educação atingir e focar, principalmente, as universidades que se dedicam só à pesquisa, ele deixa de fora grande parte do sistema. Então, nós estamos sugerindo – temos dados do Instituto Semesp – que o PNE reconheça todos os perfis institucionais da diversidade do sistema de ensino brasileiro, inclusive aqueles que são faculdades apenas, mas que se dedicam ao ensino, à inovação pedagógica, à inserção regional. Que nós possamos valorizar a pluralidade institucional com todos os tipos que oferecemos no nosso sistema de ensino superior. Eu gostaria, então, que nós deixássemos isso para a discussão.

E, no eslaide 3, vamos abordar uma questão importantíssima para o nosso país que é a questão da inclusão e da inovação. Nós defendemos duas inclusões muito importantes. Além de reforçar a democratização do acesso, que nós possamos não apenas fazer com que chegue ao ensino superior, mas também que o aluno permaneça e conclua o ensino superior. É fundamental, além do aumento de vagas... Nós temos muito poucos alunos ainda: nos jovens de 18 a 24 anos, não chegamos a 20% dos alunos, isto é, menos de 1 em cada 5 jovens entra no ensino superior. Não adianta só abrirmos vagas, nós temos que garantir a permanência, a conclusão, inclusive com novas tecnologias. Então, entro neste outro item que é incorporar a inclusão digital e a inovação pedagógica também como objetivos estratégicos no novo Plano Nacional de Educação, isto é, inovação pedagógica, conectividade, formação docente tecnológica, facilitando a integração com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o mundo do trabalho. Sem esse plano orientador, as inovações que se possam fazer poderão ficar fragmentadas. Então, inovação com inclusão, tecnologia com ética, parcerias com propósito e aprendizado com significado,

No eslaide 4, quero lembrar a qualidade da graduação. Que nós possamos ter novos parâmetros de qualidade para a graduação, isto é, para as faculdades, para o ensino superior, para as universidades. Que considerem também as diferenças entre o ensino presencial e o ensino à distância, porque os nossos critérios atualmente de regulação, de avaliação estão muito atrelados ao modelo presencial, que era o que imperava. Com o crescimento do ensino à distância, é preciso que esses indicadores de avaliação das instituições de ensino, Enade, CPC, IGC, e o institucional, enfim, o conceito de curso, incorporem o ensino à distância e se voltem a ele. Que essa qualidade seja medida também por itens como empregabilidade – nós temos várias sugestões nesse sentido – e também por inovação didática, uso de tecnologias e resultados da aprendizagem.

E coloco à disposição todos os nossos estudos e propostas, para que esses instrumentos de avaliação que fazemos das instituições de ensino superior sejam contextualizados de acordo (*Falha no áudio.*) ... com a instituição e também com o momento que o Brasil vive e exige em termos de um lugar melhor no concerto das nações.

No eslaide 5, em relação ao acesso, permanência e conclusão, que têm a ver com tudo isso que nós estamos falando, que nós possamos controlar e melhorar a evasão de estudantes no ensino superior brasileiro. Isso não é só nas instituições de ensino particulares, também as instituições públicas têm uma grande evasão, mas acontece que ela é maior no ensino (*Falha no áudio.*) ... e é menor no ensino presencial, mas ainda é uma evasão grande. Isso não é privilégio brasileiro, muitos outros países no mundo têm também uma evasão grande no ensino superior. No nosso caso, é inflacionado também pelo ensino à distância, mas que nós possamos ter, tanto no presencial como no à distância, bolsas para permanência para que... Conforme eu falei, não adianta o aluno entrar, ele tem que permanecer no ensino superior.

Temos que fortalecer com urgência – esse é um mantra que eu tenho repetido – o Prouni, que é o programa que faz com que o aluno fique na universidade com bolsas integrais ou parciais, e o Fies, que é o financiamento do ensino. Nós perdemos muito de um tempo para cá. De 2019 para cá – claro, com a pandemia também –, o Prouni perdeu 34% dos estudantes que eram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

beneficiados. Então, nós propomos que, além das vagas que são oferecidas, também as vagas remanescentes pudessem ser retomadas; a ampliação... (*Pausa.*)

Desculpe.

Ampliação das bolsas integrais... (*Pausa.*)

E bolsas permanência em cursos prioritários. Todos os cursos são prioritários para nós, mas há cursos como as licenciaturas, que agora também, graças à nossa campanha, estão merecendo maior atenção e devem... Devemos formar os professores, porque, senão, teremos uma evasão de professores... (*Pausa.*)

E também, além dessas bolsas, o aluno tem que sobreviver, ele tem que pagar a sua condução, o aluno carente tem que ter um auxílio à moradia, um auxílio à sua alimentação.

Que a gente possa também, além de formar mais professores, reconfigurar as engenharias – uma revisão – e fazer com que os cursos de Engenharia...

Sou também Presidente da Universidade Santa Cecília, aqui de Santos – que tem cursos de Engenharia que fazem 54 anos –, e a gente sabe que nós temos uma baixa formação na escola básica de matemática. No Brasil, 73% dos brasileiros tiveram uma média muito baixa no Pisa na escola básica. Então, apenas 1% dos alunos da escola básica atingiu alto desempenho no Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes).

O Semesp está também articulando, junto com os conselhos de engenharia, Confea e Crea, para que possa haver uma maior mobilização, para que a gente possa valorizar a engenharia e para que possamos, então, não apenas reconfigurar os currículos, mas fazer com que haja atrativos para que mais alunos jovens façam engenharia, porque disso depende o desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Os últimos eslaides são com relação à pós-graduação, um eixo fundamental. Nós devemos equilibrar também: valorizar não apenas o *stricto sensu*, que são o mestrado e o doutorado, mas também a pós-graduação *lato sensu*, que é a especialização e a principal via de formação continuada. Nós temos 1,6 milhão de alunos. O nosso *stricto sensu*, mestrado e doutorado, encolheu 34% – agora que começa a se incorporar. Devemos valorizar a especialização *lato sensu* como formação profissional também, criar um censo da pós-graduação e reequilibrar políticas de regulação e financiamento para tantas pessoas que precisam se especializar no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O eslaide 7 é sobre a formação e a valorização docente. Sem professores preparados, não haverá avanço do país. Então, nós propomos também planos de carreira estruturados, aumento do número de licenciados, assistência estudantil específica para o aluno que estiver em licenciatura, inclusão de competências Stem na formação inicial e continuada para atrair mais alunos e jovens para a carreira docente, fortalecimento dos professores como os agentes da transformação. Nenhuma tecnologia, em nenhum país, substitui a necessidade de professores bem-preparados. Então, deve-se dar meios para que todo professor seja proficiente também nas pedagogias.

E, por último, no eslaide 8, a EaD já não é marginal, é estratégica também para democratizar o acesso, e nós precisamos que esse público não seja historicamente excluído. Nós temos uma evasão muito alta e, por isso, defendemos parâmetros próprios de qualidade para a EaD que incluam permanência, engajamento, suporte estudantil, modelos inovadores de aprendizagem ativa, uso de recursos digitais de qualidade e formação docente contínua. Ontem, lançamos, aqui no Semesp, um observatório de EaD, que vai propor ao país, inclusive, metas de qualidade e auxiliar as instituições de ensino e os próprios órgãos federais para isso.

Em conclusão...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim. Vou lhe pedir isso.

A SRA. LÚCIA MARIA TEIXEIRA (*Por videoconferência*.) – Encerrando, nossas propostas são: diversidade institucional; acesso, permanência e conclusão; regulação e avaliação mais contextualizadas; EaD como estratégia também; equilíbrio na pós-graduação; valorização docente; e também, sobre as engenharias do país, que mais jovens possam cursá-las com reconfiguração. Muito apoio a esse aluno, a esse professor e a essas instituições!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Lúcia. Nós estamos também com os eslaides e vamos recolher todas as suas sugestões, dentro do que a gente está chamando também... Em relação à permanência, sempre defendemos este tripé de acesso, permanência e qualidade, mas, agora, a gente está botando um tamboretezinho de quatro pernas: acesso, permanência, qualidade e universalização. Eu acho que essa meta, ao longo desses dez anos, tem que ser sempre ascendente, porque o avanço da ciência e da tecnologia, de tanta coisa nova que está aparecendo na sociedade precisa desse aporte que foi tão forte na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

educação básica, ainda por ser concluído, evidentemente, mas que precisa se estender para o ensino superior. Muito obrigada pela sua participação.

Eu não expliquei bem, talvez, que nós temos dez minutos iniciais. Quando a campainha toca, não é para acabar de imediato, tem um minuto para concluir. E, depois, a gente volta para os três minutos complementares.

Vamos passar a palavra para Catherina Rigato, Gerente de Operações do Instituto Sonho Grande, que está também de forma presencial e que já se encontra aqui na nossa mesa.

A SRA. CATHERINA RIGATO (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

Eu gostaria de agradecer à Senadora Teresa e aos demais colegas pela oportunidade de estar aqui hoje.

Meu nome é Catherina Rigato, estou hoje representando o Instituto Sonho Grande, uma organização sem fins lucrativos do terceiro setor, que trabalha há mais de dez anos apoiando a educação pública brasileira.

A ideia hoje é a gente trazer aqui sobre a educação integral no Plano Nacional de Educação

Eu vou começar falando bem brevemente sobre o próprio Instituto Sonho Grande. A gente atua desde 2015, apoiando as redes na expansão e na implementação, com qualidade, do ensino médio integral. E, hoje, a gente está atuando em 18 estados parceiros, abrangendo as suas mais de 6 mil escolas integrais e mais de 1 milhão de estudantes.

Ao longo desses últimos dez anos trabalhando nesse tema, foram feitos diversos estudos, avaliações de impacto e pesquisas, tanto por nós do Sonho Grande, quanto por outras instituições, para a gente justamente avaliar os impactos da educação integral.

Um dos pontos, a primeira evidência que eu vou trazer aqui é que os estudantes que têm a oportunidade de passar pelo ensino médio integral aprendem mais do que os estudantes do ensino parcial. Então, quando você olha para língua portuguesa, a gente vê que os estudantes aprendem cerca de 70% a mais do que os alunos do ensino parcial. E, quando a gente olha para matemática, um componente superdesafiador para a nossa educação, os alunos aprendem mais que o dobro do que os estudantes do parcial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Entrando na parte de permanência também – um ponto importantíssimo na questão da educação é garantir que os alunos estejam na escola, fiquem nas escolas –, a gente vê que os alunos que passam mais tempo na escola, que passam esse número aumentado de horas nas escolas, criam um vínculo maior com os professores, com a gestão e com os seus colegas. Isso faz com que a taxa de evasão média do ensino integral seja cerca de 20% menor do que a do ensino parcial, e, quando você abre esse número, o impacto é ainda maior nos estudantes com atraso escolar, que seriam os estudantes com maior probabilidade de abandonar a escola.

Além dos impactos em aprendizagem e em permanência, existem diversas pesquisas também que mostram o impacto, na sociedade, do ensino médio integral. E a gente trouxe aqui alguns poucos números, mas que falam de pontos muito importantes, que são o acesso ao ensino superior e à segurança. Então, os estudantes do integral têm uma maior chance de ingressar no ensino superior do que os alunos do parcial. E, quando a gente olha o recorte específico para estudantes pretos, pardos e indígenas, vemos que eles também têm uma chance maior de ingressar no ensino superior público.

Olhando para a parte de segurança, as cidades que implementaram o ensino médio integral conseguiram reduzir até 50% a taxa de homicídios, o que é bem impressionante, especialmente entre os jovens estudantes. Também há uma percepção, tanto pelos estudantes quanto pelos professores, de que as escolas de ensino médio integral têm um menor índice de violência e, assim, são mais seguras.

Quando a gente olha para os resultados do último censo divulgado, a gente vê que a política de ensino integral foi a política que mais aumentou nos últimos anos e a que mais teve um impacto positivo. Então, a gente tem diversas reportagens e notícias que trazem isso.

Falando um pouco desse crescimento, a gente trouxe aqui o histórico de crescimento da porcentagem de matrículas integrais na educação básica. E a gente vê que no começo, nos primeiros anos desse gráfico, existe uma oscilação no número de matrículas, acho que muito impactada pelas diferentes políticas públicas que foram feitas ao longo dos anos, que incentivavam mais ou menos a conversão de matrículas integrais. Mas, quando a gente olha o recorte dos últimos anos, a partir de 2020, a gente vê um crescimento constante no número de matrículas. De acordo com nossos estudos, é um crescimento de aproximadamente 2,4 pontos percentuais ao ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, existem outras políticas públicas que andam em paralelo com o Plano Nacional de Educação, e que também apoiam as redes nessa conversão das matrículas para o ensino integral. Então, o próprio MEC tem dois programas muito importantes de fomento ao ensino integral: o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e o Programa Escola em Tempo Integral. E o próprio Fundeb já prevê uma distribuição maior, de até 50% mais recursos, para as matrículas integrais.

E por que a gente trouxe todos esses dados, entrando no ponto justamente da Meta 6 do Plano Nacional de Educação? O atual plano, estendido para 2025, prevê uma meta para os estados de 25% das matrículas em tempo integral e 50% das escolas; e o novo texto que está sendo tramitado propõe um aumento já dessa meta: de 25% para 40% das matrículas, e de 50% para 55% das escolas.

A gente traz esse ponto aqui justamente para pensar na oportunidade que a gente tem de trazer uma meta ainda mais robusta e mais relevante para a educação do que os 40% e os 55%. E a gente fala isso muito baseado em dados, porque, se a gente fizer uma simples projeção dos dados que já foram mostrados de crescimento, a gente vê que consegue, até 2035, atingir um número maior do que esse número que está sendo proposto no texto que está sendo tramitado.

Então, com essa projeção, a gente conseguiria chegar até 49% das matrículas e até 70% das escolas integrais, até 2025.

Para encerrar a apresentação, a gente traz aqui os pontos que a gente entende como principais para essa questão da educação integral no Plano Nacional de Educação; e vou começar justamente por esse ponto de ter uma meta mais robusta de expansão. Então, baseado em dados, a gente acredita que uma meta de 50% das matrículas e de 70% das escolas integrais até 2035 é uma meta factível e uma meta responsável.

Entrando em outros pontos, a gente acredita que é importante que essas metas sejam feitas por etapa da educação básica e não só como uma grande meta para a educação básica como um todo; isso porque a separação por etapa garante um crescimento proporcional entre elas e garante a continuidade que o aluno precisa na educação. É importante a gente falar que as metas também reflitam a questão de equidade; então, elas devem atender à parte da população que mais precisa da nossa educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Trazendo um ponto sobre o modelo pedagógico, acho que, para todos os dados que eu trouxe até aqui e para que existam esses resultados, é necessário que haja um modelo pedagógico robusto e completo, que olhe para o estudante como um todo. Só a extensão do tempo, por si só, não vai trazer os resultados que a gente precisa para os nossos estudantes. Então, é muito importante que o modelo pedagógico seja robusto e implementado com qualidade.

E, por fim, existe uma discussão, também em tramitação, da necessidade de uma consulta prévia à comunidade para conversão ou não de uma escola integral. A gente acredita que a comunidade é uma parte fundamental para a educação, mas não necessariamente a comunidade, no momento dessa consulta, vai ter todas as informações e os dados necessários para tomar essa decisão. Então, a gente acredita que isso seja uma decisão de gestão, que aí, sim, deve ter o conhecimento para decidir sobre o futuro da escola.

Eu acho que encerro a apresentação por aqui. Esse material vai ficar disponível para a Comissão, e a gente também consegue disponibilizar todos os estudos que foram citados aqui. E eu fico "súper" à disposição, se alguém tiver alguma outra dúvida ou algum outro comentário, só reforçando o meu agradecimento pela participação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Somos nós que agradecemos, Catherina.

Esse é um ponto crucial, já visto por muita gente, e acho que a sua apresentação deixa margem para muita reflexão.

Você citou o Estado de Pernambuco. Eu ainda era Professora de sala e Coordenadora quando começou a implementação desse tipo de modelo lá; e foi o contrário do que a gente alcançou hoje. Primeiro, porque havia uma escola-piloto numa área muito privilegiada de classe média – é uma escola tradicionalíssima, que está fazendo 200 anos neste ano –, e houve toda uma mudança dos estudantes que eram de lá. Eles tiveram que sair, para novos estudantes entrarem, mediante uma prova de seleção. Então, mudou toda a lógica. A ampliação do tempo aqui, no Brasil, é constante do manifesto dos pioneiros da educação.

Então, eu acho que os pontos que você traz, realmente, mostram o avanço desta proposta.

Quando começou, havia pouca experiência, tão pouca experiência, que os meninos diziam assim à gente: "Eu não quero ficar nesta escola tanto tempo assim. Isso é a pedagogia do confinamento: de manhã, eu tenho aula de Português, Matemática e História; de tarde, eu tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de História, Matemática e Português". Então, a modalidade que você cita, o modelo pedagógico, ou seja, a busca da equidade e de não ser apenas Escola em Tempo Integral, mas educação integral, eu acho que traz pontos bem relevantes que o Plano Nacional de Educação vai precisar olhar com muito carinho.

Esta consulta à comunidade tem um componente que ainda existe muito na rede, que é a história dos alunos trabalhadores. Quem trabalha não pode ficar numa escola de horário estendido, né? Qual é a alternativa para se colocar, garantindo a qualidade, para esses estudantes? Então, isso é também um vetor que a gente precisa analisar no nosso plano.

De imediato, eu passo a palavra para o Sr. Henrique Lago da Silveira, Vice-Presidente da Associação De Olho no Material Escolar, que está aqui presente à mesa e já pode dar início à sua exposição.

O SR. HENRIQUE LAGO DA SILVEIRA (Para expor.) – Boa tarde, Senadora; boa tarde, meus colegas de mesa, minhas colegas de mesa, Catherina, Beatriz e Rodolfo; aqueles colegas que estão participando virtualmente e os presentes.

Obrigado pelo convite. Em nome da nossa Presidente Leticia, eu estendo aqui os nossos cumprimentos, na pessoa da Senadora Teresa Leitão, aos Senadores que estão preocupados já em antecipação com o PNE. Nós falávamos há pouco até, inclusive, com o Relator na Câmara, o Deputado Moses, que está extremamente comprometido em trazer um relatório completo e em fazer um substitutivo, ou complementos, melhor dizendo, ao projeto bom que já veio do Governo.

Eu vou centrar a minha fala em sete pontos principais que nós entendemos que mereceriam um olhar, Senadora, e pedindo já, apelando aqui ao seu conhecido bom senso, que a senhora possa olhar para eles também com carinho quando esse projeto chegar aqui ao Senado.

Nós recebemos... Em termos de histórico, o PNL vem num desafio desde a Conae, da sua concepção, como uma proposta. Ele mudou muito, através de muitos debates com o Governo, e o Governo acho que evoluiu muito, compreendeu muito que esse plano precisava ser um pouco mais equilibrado. E acho que esse plano que chegou até a Câmara foi um plano bastante equilibrado, bastante mais equilibrado do que aquele que vimos por ocasião da Conae. Então, esses avanços todos têm que ser mantidos. Acho que é um ponto de partida. O que nos importa aqui é criar aprimoramentos a esses avanços que já vieram, e eu tenho certeza de que a Câmara terá esse cuidado, e o Senado mais ainda, de implementá-los.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou começar pelo primeiro ponto, que eu acho que é o mais caro à nossa associação. Para quem não conhece a De Olho, é uma associação que nasce com a preocupação com o material didático. A nossa preocupação, basicamente, foi identificar no material didático adquirido via Governo por meio do PNLD problemas de referenciais, ou melhor, de falta de referenciais científicos que havia dentro de determinados conteúdos que eram veiculados no material didático. Isso nos preocupou a ponto de a associação crescer, se desenvolver, montar um estudo – obter um financiamento para um determinado estudo – que olhasse um recorte muito específico desse material, que foi o recorte das referências ao agronegócio. E nessas referências a gente passou a identificar que o material didático não só tratava do segmento de uma maneira pejorativa, o que é até um pouco subjetivo, como, por outro lado, o conteúdo do material didático com referencial científico era muito, muito insignificante: o dado é de 3,47%.

Então, a maioria era de opiniões autorais, opiniões de matérias jornalísticas, e isso talvez não agregue para a educação, o que nos traz para o primeiro ponto que nós gostaríamos de ver num PNE, que é, naturalmente, que os materiais didáticos prevejam referenciais científicos. Isso não deveria ser um ponto de debate muito intenso, até porque todos nós queremos que as nossas crianças aprendam a partir de fontes científicas na biologia, obviamente, na matemática, mas não só... Nas ciências naturais, isso é mais óbvio, mas acho que não só. A gente tem pesquisas em ciências humanas que são superbem referenciadas e talvez devessem, em detrimento de outras referências de menos pesquisa acadêmica, ser privilegiadas.

Então, acho que um primeiro ponto é o ponto de referenciais científicos no nosso material.

Acho que está tendo um ruído aqui. (*Pausa.*)

Depois eu ganho uns minutos adicionais da Senadora aqui e complemento a minha fala.

O segundo ponto que eu gostaria de tratar, que eu acho que não vem sendo acomodado, talvez, da melhor forma nos planos nacionais de educação, é o do momento em que nós alfabetizamos as nossas crianças. A alfabetização das nossas crianças hoje acontece no segundo ano do ensino fundamental. Nós da associação vemos isso com uma cautela muito grande, por alguns motivos, todos eles, naturalmente, sedimentados em ciência.

No mundo desenvolvido, pelo menos nos países que têm melhores indicadores educacionais, com as suas diferenças, as crianças começam a ser alfabetizadas por volta dos cinco anos, seis anos de idade, que é o nosso primeiro ano do ensino fundamental; isso não só por uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

boa prática internacional, mas porque esse é o momento em que as crianças começam a se desenvolver melhor para capturar aquilo que elas leem, as informações a partir daquilo que elas leem. Para que as crianças aprendam melhor aquilo que elas leem ou que elas estudam, elas precisam ter fluência de leitura, volume de palavras lidas por minuto.

Então, o quanto antes, dentro de uma língua complexa como a nossa, a criança começa a desenvolver a capacidade de leitura, ela antecipa a sua capacidade de capturar informações e, portanto, ela antecipa o aproveitamento que tem a partir daquele conteúdo. Hoje a gente está lutando por uma alfabetização no segundo ano. O nosso pedido, o que a gente entende, com os fundamentos científicos que o embasam – e temos todos também para disponibilizar, eles estão nos nossos materiais que eu vou disponibilizar à Senadora e também a todos os que tiverem interesse nisso... Nós gostaríamos de pedir um cuidado para se tentar trazer esse tema para dentro do Plano Nacional de Educação como uma política de Estado, uma vez que ele está fundamentado em estudos científicos e não em posições de ideologia, qualquer que seja ela.

Um ponto relevante que acho que também merece bastante atenção no nosso PNE é a conexão entre o setor produtivo e o ensino técnico. A gente vive... Acho que a minha colega que me antecedeu aqui, a Catherina, falou muito bem sobre o ensino em tempo integral. A gente tem uma outra necessidade do Brasil, que é a de a gente desenvolver o ensino técnico. Acho que o Governo foi muito feliz, inclusive, nesse mandato, o Governo incumbente, de construir um programa muito bem articulado com o Congresso, que é o Propag, um programa Juros por Educação, que tende a incentivar muitos estados a desenvolverem ainda mais as suas bases de ensino técnico de nível médio. Inclusive, isso é compatível até com a formação em tempo integral, uma vez que você utilize o ensino técnico pelo menos no contraturno. Se a gente pensar, inclusive, nos itinerários formativos, isso faz todo o sentido.

Acontece que isso não pode ser feito exclusivamente com a liberdade da escola, seja ela pública ou privada, mas faz todo sentido que ela venha em conexão com as necessidades do setor produtivo daquela localidade, de modo que o egresso tenha onde se instalar, onde possa trabalhar futuramente e se desenvolver, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista econômico dentro daquelas localidades.

A gente tem exemplos pilotos no Brasil que são superinteressantes, inclusive de arranjos entre empresas que desenvolvem suas atividades em determinadas localidades e acabam incentivando as escolas a incorporarem para os seus currículos esse tipo de mudança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos que isso, como política de Estado, incentivado pelo Estado, poderia potencializar o alcance desse tipo de iniciativa e acredito que seja salutar para o desenvolvimento da nossa educação.

Um outro ponto que para nós é muito caro é o ponto de as avaliações internacionais serem consideradas para dentro da nossa política de rendimento acadêmico. No Brasil, hoje, a gente viveu aqui recentemente uma dificuldade muito grande, este ano, com a própria divulgação de dados do Saeb, de como o desempenho dos nossos alunos foi no último ciclo avaliativo, olhando para a educação básica.

Isso é traumático num país que precisa analisar os resultados do seu rendimento acadêmico e que apresenta, dentro das avaliações internacionais, rendimentos muito aquém do considerado saudável. Se a gente pensar no Pisa, por exemplo, apenas 24% dos nossos alunos têm um desempenho adequado para aquela idade. É muito, muito, muito pouco!

Hoje a gente tem as nossas avaliações nacionais cada vez mais em desenvolvimento, inclusive com a publicação do relatório do SNE essa noite, e a gente vê um olhar, um incremento das avaliações no ensino básico. Isso é importante! É bastante importante para que a gente possa entender não só quanto estamos investindo, que é um controle muito bem-feito, inclusive punindo gestores que não investem o suficiente, mas está faltando uma outra perna dessa equação, que é medir o quanto esse investimento gera resultados em termos de evolução de aprendizagem.

A gente olha para o nosso Saeb, acho que é um avanço, os estados têm as suas próprias métricas, mas é importante que a gente se compare com o mundo lá fora. A adoção de padrões internacionais não necessariamente como *drives* de política...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE LAGO DA SILVEIRA – ... pública brasileira exclusiva, basear a nossa política pública numa avaliação internacional, mas que ela seja um componente dessa análise, dessa cesta de indicadores. Acho que isso está previsto no PNE, e faz toda a diferença, tanto para que os gestores promovam também essa incorporação nos planos estaduais e municipais quanto para incentivar o uso e a difusão dessas ferramentas.

E é o que me traz para um último ponto que eu gostaria de tratar, que é o ponto da governança pública sobre o ensino. A gente tem, como eu falei, muito controle público sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

como eu posso investir – vou dar este exemplo por ser a maior fonte de recursos – os recursos do Fundeb. Então, eu tenho limitações para investir em determinadas infraestruturas, por exemplo, eu tenho limitações com o que eu posso pagar com o investimento, mas, por outro lado, a gente não tem um controle de como aquelas iniciativas do Executivo contribuem ou não para o atingimento das metas do plano de educação correspondente, seja ele nacional, na ausência do estadual ou municipal, seja municipal, seja estadual.

Isso é problemático porque a gente está controlando um elemento da equação, que é o investimento, a gente não está controlando, talvez, o resultado dessa equação – e tudo bem que o gestor público não possa ser responsabilizado por um resultado que naturalmente é de longo prazo, acho que não é isso que se pede e não é no que nós, como associação, efetivamente acreditamos. O que a gente acredita, Senadora, é que haja um olhar dedicado para a educação por dois motivos: primeiro, pela importância que ela tem para o nosso desenvolvimento enquanto nação; e, segundo, pela importância orçamentária que ela tem ou que ela tende a ter com o novo PNE. Isso é bastante relevante.

De modo que a proposta seria que houvesse um relatório de gestão educacional, apresentado à parte ou ao lado das contas do gestor público estadual, municipal e mesmo federal, para que a gente trouxesse um olhar mais específico para esse ponto, permitindo uma análise de controle social, mas não só, e controle também pelos órgãos de controle, por excelência o Ministério Público, o Tribunal de Contas e o próprio Legislativo. Isso é muito importante para que a gente possa entender por que o investimento foi feito em determinado segmento do ensino, como o superior, por exemplo, em detrimento, talvez, do básico, se nós estivermos olhando para uma realidade em que, talvez, a prioridade devesse ser o ensino básico.

Então, eu acho que com essas considerações, Senadora, eu chego ao fim da minha fala.

Eu queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade.

E colocaremos à disposição todos os materiais, arquivos e estudos a que referenciei, ainda que indiretamente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é quem agradecemos, Henrique.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Coincidentemente ontem nós tivemos uma mesa só sobre avaliação. Exatamente: qual é o modelo de avaliação que a gente deseja para o PNE? Está muito ligada a avaliação ao processo de monitoramento, de governança, como você fala. E isso está sendo colocado em praticamente todas as audiências. A de ontem foi uma audiência muito focada nos processos avaliativos: qual é o modelo de avaliação que a gente quer, qual é o modelo de monitoramento que a gente quer, que não seja uma coisa meramente punitivista, mas que traga, de fato, contribuições para o redirecionamento, para melhorar, para reposicionar e não deixar para fazer tudo ao final do plano: "Não, dessa meta, infelizmente, a gente só alcançou 30%". Aí não tem mais o que fazer, não é? Então, a periodicidade e o modelo do monitoramento estão sendo muito recorrentes. E tenho certeza que será uma coisa que nós vamos levar como fruto dessas audiências.

Muito obrigada pela sua participação.

E já passo a palavra para o Sr. Rodolfo Barreto Canônico, representante da Associação de Desenvolvimento da Família, para os seus dez minutos iniciais.

O SR. RODOLFO BARRETO CANÔNICO (Para expor.) – Muito boa tarde.

Muito obrigado, Senadora.

Agradeço o honroso convite também à Comissão, pela qual nós o recebemos, e às sras. e aos srs. colegas de mesa que nos acompanham.

Eu também já gostaria de começar parabenizando a condução dos trabalhos, Senadora. Desde o início do ano já tivemos reunião com a equipe técnica. Esse processo é de qualidade, com ampla escuta social e com muita serenidade também, porque eu acompanhei a discussão do Plano Nacional anterior, e não foi uma discussão com serenidade, foi um pouco tumultuada. Agora é uma discussão muito mais serena. Os trabalhos da Câmara também sendo feitos com serenidade. Nós estamos muito confiantes com a possibilidade que isso traz de um envolvimento da sociedade civil. Já faz alguns anos que eu acompanho os trabalhos na Casa e poucas vezes tive a oportunidade de participar de um processo com tanta participação social. Por isso os parabenizo. E acho que talvez ecoe aqui o que muitos pensam, animados com os resultados, não é?

Bom, eu queria trazer a nossa organização. O nome já indica: nós estamos aqui para trazer um pouco uma contribuição referente à interface entre as escolas e as famílias – não é? –, pensando no desenvolvimento integral de todas as crianças que, de alguma maneira, é o objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

final do plano de educação, ainda que não esteja enunciado, porque todo o processo formativo, educativo, tem como fim garantir esse desenvolvimento integral. E é dever da sociedade, das famílias, naturalmente, do Estado assegurar isso. E nós pensamos que o Plano Nacional de Educação sempre será um dos grandes instrumentos disponíveis para a promoção desse desenvolvimento integral de todas as crianças e jovens, porque a educação é um pilar de apoio no desenvolvimento das famílias imprescindível e, provavelmente, o principal apoio que a sociedade e o Estado disponibilizam para a formação das crianças.

O art. 227 da nossa Constituição vai reforçar o dever da família, mas vai falar da responsabilidade solidária e subsidiária da sociedade e do Estado em assegurar à criança e ao adolescente, enfim, o seu rol de direitos que nós conhecemos.

Também é importante destacar – e eu vou trazer alguns elementos da vida familiar e como o Plano Nacional de Educação pode dialogar com isso – que a vida familiar vai ser uma fonte de oportunidades e um potencializador do desenvolvimento da criança; porém, infelizmente, quando a família enfrenta alguma situação que gera uma disfuncionalidade, é o lugar onde as crianças mais têm os seus direitos violados; é uma ambivalência da vida familiar: ou a família é o lugar de proteção ou, quando deixa de sê-lo, não passa a ser neutro, passa a ser um elemento de risco. Isso preocupa. Porém, não se trata de entrar numa lógica punitivista das famílias, mas, sim, numa lógica preventiva de como nós conseguimos transformar.

A bem da verdade, falando de forma um pouco coloquial, em conversa nós colocamos uma criança que está numa família em que há uma situação de privação de direitos, seja por uma negligência ou por vários tipos de negligência que podem acontecer, a melhor escola do mundo não vai ser suficiente, é preciso que ela tenha uma família funcional – sem entrar numa intervenção excessiva ou num julgamento cultural, respeitando todas as diversidades dos contextos culturais e territoriais do Brasil. Mas a família precisa funcionar. Quando ela não funciona, a escola também vai enfrentar dificuldades para cumprir a sua missão, não é mesmo?

E o Plano Nacional de Educação, na proposta enviada pelo Governo Federal, que também entendemos que foi uma proposta equilibrada, no seu art. 3º, inciso II, já traz, entre suas diretrizes propostas, a intersetorialidade como abordagem para o enfrentamento dos problemas da educação no contexto de cada território. Então, pensar numa perspectiva intersetorial já é uma diretriz proposta, e, evidentemente, eu acho que é consensual pensar a importância da promoção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da intersetorialidade para enfrentar os desafios educacionais, porque o desenvolvimento da criança inclusive transcende a escola, embora a escola talvez seja um componente principal.

Depois, no art. 4º, que fala de objetivos, vai se falar da proteção e do desenvolvimento na primeira infância, que é uma fase da vida da criança em que a participação da família é maior do que em outras, naturalmente porque, pensando no ciclo de desenvolvimento da pessoa, há uma gradação na autonomia, e, no início da vida, a dependência da criança é praticamente total da família, depois ela passa a ficar mais autônoma. Então, pensar na família é decisivo.

E aqui eu queria, então, apresentar três pontos para trazer as nossas contribuições, que dizem respeito à participação da família no processo educativo, prevenção, saúde mental e uso de dispositivos digitais, e fortalecimento da parentalidade.

Sobre a participação da família, a proposta enviada pelo Governo já traz vários indicativos sobre a necessidade da participação da família no processo educativo. Eu queria destacar a Estratégia 2.9 da proposta enviada pelo Governo, e, depois, a Estratégia 5.17. A 2.9 fala sobre qualidade na educação infantil, então propõe incentivar o fortalecimento da relação entre escola e família. Depois, a Estratégia 5.17 fala em aprendizagem no ensino fundamental e médio, e aí fala de incentivar o fortalecimento da relação escola-família. E nós estamos aqui para advogar pela manutenção desses dispositivos que são essenciais.

A maior participação da família na escola – as evidências mostram – vai estar associada ao melhor desempenho escolar e é um fator de proteção para a evasão escolar. Então, inclusive pensando, são estratégias baratas de se fazerem, embora não sejam simples de se fazerem – nem sempre o que é barato é simples. É um desafio envolver a família no desenvolvimento escolar, mas traz muito resultado. Então, nós estamos pela manutenção disso e temos depois uma sugestão para trazer.

Eu queria avançar para o tema sobre prevenção e saúde mental, e aqui eu queria ecoar a pergunta da Aline, do Pará, que nós recebemos – ela enviou pelo e-Cidadania –, sobre doenças mentais em professores, e eu queria expandir isso para os próprios alunos, inclusive as crianças e os seus familiares. Nós estamos no momento de uma crise de saúde mental ampla, que tem, em alguma medida, relação com os adventos de novas tecnologias digitais, e esse é um tema muito importante. A nossa organização foi uma das que teve a oportunidade de participar desta legislação que limitou o uso de celulares em escolas, os *smartphones*. Saiu, eu vi ontem, um estudo, realizado no Rio de Janeiro, que já mostrou uma melhoria no aprendizado, que era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

esperada na nossa opinião. Tanto a comunidade docente, como a comunidade das famílias apoiaram bastante, porque de fato havia um desafio ali que não se sabia muito bem como gerenciar, e essa restrição ajudou.

Mas, o Objetivo 7 do Plano Nacional de Educação enviado, a proposta enviada fala da promoção da educação digital para o uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias da informação. E, naturalmente, nós apoiamos isso, mas nós temos já dialogado na Câmara com o Relator, também foram apresentadas emendas neste sentido, para ampliar um pouco o escopo desse objetivo, trazendo: "promover a educação digital para o uso [este é o acréscimo] seguro, responsável e equilibrado", e aí depois se mantém o "crítico e reflexivo". Esta expressão "seguro, responsável e equilibrado" ecoa o guia de uso de telas que a Secom e o Ministério da Educação fizeram. Então, além de nos parecer amplamente importante falar sobre os riscos de saúde mental e os efeitos que isso pode trazer, mesmo para as crianças, manter a linguagem que tem sido adotada em outros documentos reforça, dá uma coerência agora na legislação do que tem sido discutido. Então, parece-nos ser um caminho importante esse.

E, no final desse objetivo, acrescenta-se: "em parceria com as famílias, de forma a prevenir os efeitos adversos do uso excessivo das tecnologias digitais". Nós entendemos que fica um objetivo mais equilibrado, traz um elemento que hoje não tem como escapar, parece-nos, do debate público, de forma ampla – hoje, vai ter a votação do ECA Digital aqui no Plenário do Senado –, mas também do próprio debate educacional, porque a criança chega à escola já tendo adquirido o hábito com as famílias. Então, o envolvimento da família nesse processo formativo nos parece ser decisivo para a criança adquirir hábitos, porque, se a família tem um uso não adequado, com tempo excessivo, isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODOLFO BARRETO CANONICO – ... vai se passar para as crianças de maneira muito clara.

Depois, algumas estratégias que nós sugerimos aqui, associadas a fazer um acréscimo desse ponto do "uso seguro, responsável e equilibrado", dentro dos outros contextos, nos parece ser um acréscimo importante e, inclusive, convergente, com os esforços feitos pelo Governo e pela sociedade civil mais recentemente, e talvez aqui, apesar de não ser o nosso propósito, também envolver os profissionais de educação nesse contexto, porque há um impacto, o uso inadequado traz um impacto negativo, inversamente proporcional, nos indicadores de saúde mental e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

naturalmente, vai trazer um impacto negativo para o desenvolvimento das crianças e o aprendizado.

O pessoal que trabalha com estudo para concursos, por exemplo, recomenda nem sequer deixar o dispositivo na mesa enquanto se estuda, porque pode ser um gatilho de ansiedade e quebra... Imagine para as crianças, que estão ainda em desenvolvimento. Esse efeito é muito maior, e há evidências que suportam essa pequena anedota que eu coloco.

Essas sugestões já foram apresentadas ao Relator, também através de emendas. Temos a expectativa positiva de que sejam acolhidas. Não sabemos ainda, mas já trazemos aqui essas sugestões, Senador, ao Senado, que nos parecem muito oportunas.

E para finalizar, o texto do Plano Nacional ainda vigente fala, na sua Estratégia 1.12 – do plano vigente, que se encerra este ano –, de estratégias complementares: "implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade".

Aqui eu faço uma remissão ao objetivo previsto já na proposta do Governo, no art. 4º, a proteção e o desenvolvimento da primeira infância. Se nós pegarmos o modelo de desenvolvimento integral da primeira infância, que tem aqueles cinco pilares – um deles é o apoio às famílias e à parentalidade –, e talvez trazermos de volta isso, que já está no texto, mas não está na proposta, trazermos isso de volta ao texto, no que se refere à relação da família com a escola, isso pode dar uma objetividade maior e também fazer referência a algumas experiências que nós conhecemos bem-sucedidas.

Por exemplo, para citar uma, o Município de Osasco, que é uma cidade de médio porte do Estado de São Paulo, vizinha à capital, região metropolitana, tem adotado programas de apoio às famílias, tanto em creches, como na transição para a adolescência, com resultados importantes. Esses programas já são baseados em evidências, e nós entendemos que isso pode trazer um efeito positivo para as famílias e naturalmente trará um efeito positivo para a escola.

Inclusive, só trazendo um dado que vai ser estudado agora, desse programa da transição para a adolescência, para famílias de crianças entre dez e 14 anos: são os diretores de escolas municipais é que estão fazendo a seleção das famílias, com muito ânimo, porque reduziu bastante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a indisciplina na escola, as famílias que participaram, enfim. Então essa é uma externalidade do programa, um efeito positivo que não era previsto e que tem sido trazido.

Essas sugestões já foram encaminhadas à Câmara.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODOLFO BARRETO CANONICO – Temos uma expectativa de que sejam acolhidas, mas já fazemos o apelo, Senadora. Acho que são medidas conforme os anseios da sociedade, baseadas em evidências, que podem trazer uma objetividade importante para propósitos já explicitados no plano.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos.

Destaco – tanto o senhor, quanto acho que mais dois palestrantes aqui da mesa destacaram – um aspecto muito importante desse plano, que foi a participação social. Nós realizamos uma Conferência Nacional de Educação Extraordinária, com o único objetivo de debater o Plano Nacional de Educação, precedida de centenas de conferências municipais, estaduais, conferências livres. Eu acho que isso dá uma carga de legitimidade muito importante ao plano.

E a questão da saúde mental, do adoecimento – podemos até dizer assim, infelizmente, do adoecimento – mental de crianças, de estudantes e de professores, é uma coisa que nos preocupa bastante. É uma pauta que está sendo apresentada pelos sindicatos como uma coisa nova das reivindicações. Para além do salário, já incluído nas condições de trabalho, na formação, na valorização, o adoecimento tem prejudicado muito, e isso é evidente que interfere na relação com o aluno, no próprio processo educativo.

Vamos analisar bem direitinho, com toda a certeza.

Passo agora a palavra para Beatriz Soares Benedito, Analista do Instituto Alana. Também vai falar presencialmente. Depois voltamos para as nossas duas convidadas que falarão por via remota, Mariana e Adriana.

A SRA. BEATRIZ SOARES BENEDITO (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas presentes. Cumprimento a mesa na pessoa da Senadora Teresa Leitão. É uma honra estar aqui, uma honra me sentar ao seu lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu hoje represento aqui o Instituto Alana. O Instituto Alana é uma organização da sociedade civil que trabalha pelo direito de crianças e adolescentes há mais de 30 anos.

E eu quero localizar a minha fala contando de onde eu venho. Eu sou fruto da escola pública, onde eu estudei, da educação infantil até a pós-graduação. Eu entrei na escola com quatro anos de idade, em 1996, no ano de promulgação da LDB. E, junto comigo, pessoas da minha idade que estavam na escola eram 36% das crianças.

E daquele tempo para cá, muita coisa mudou, principalmente a educação infantil, que se tornou um direito garantido em lei, em 2013, e em 2014, no Plano Nacional de Educação anterior, que está vigente hoje, estava previsto que 95% dessas crianças com a idade que eu tinha quando eu entrei na escola estivessem matriculadas na educação infantil.

E a gente não conseguiu avançar. Dessa faixa etária, as crianças que não estão em escolas e creches, hoje a gente sabe que são crianças majoritariamente negras, indígenas e que estão nas Regiões Norte e Nordeste do país, segundo a Pnad.

No ensino fundamental, a gente também não alcançou a universalização prevista, para 95%, no PNE anterior.

E, no ensino médio, essa universalização ficou ainda mais distante, não é? Se a gente tem uma meta de 85% de adolescentes no ensino médio, a gente só alcançou 75% ao longo desses dez anos. O que a gente tem que admitir é que já era uma meta muito tímida, muito modesta, mas que a gente ainda tem uma diferença muito grande do que tinha sido previsto. E uma diferença é quando a gente olha principalmente um marcador racial, entre estudantes negros e brancos. Então a gente tem uma diferença de 10%, o que evidencia ainda mais como o Estado segue reproduzindo desigualdades raciais e como as políticas seguem falhando com crianças e adolescentes ao longo das suas trajetórias escolares, o que agrava indicadores sociais de diversas áreas.

E, aí, eu quero seguir para uma agenda que é especialmente cara para o Instituto Alana, e a Aline, do Rio de Janeiro, também mandou uma pergunta sobre isso no nosso e-Cidadania, que é a educação especial numa perspectiva inclusiva, a nossa perspectiva de que todas as crianças e adolescentes devem e podem estar juntos na mesma sala de aula.

Em 2014, o PNE previu uma universalização de escola para crianças e adolescentes público-alvo da educação especial, que são crianças com deficiência, transtornos globais do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento e altas habilidades, superdotação. A gente alcançou 95% em 2023, 1,8 milhão de crianças com deficiência nas escolas regulares. E a presença desses estudantes tem aumentado nas escolas regulares, o que é muito positivo para a gente, não é? Mas a gente ainda precisa avançar em termos de qualidade da escola que essas crianças encontram quando elas chegam para ter seu direito cumprido.

A gente tem escolas com matrículas de educação especial, sendo que apenas 28% têm salas de recursos multifuncionais. A gente tem só 42% dos estudantes da educação especial recebendo atendimento educacional especializado. Isso significa que, para além de a gente garantir o acesso à escola regular, a gente precisa, neste Plano Nacional de Educação, prever a ampliação da qualidade também do espaço escolar que essas crianças encontram.

A gente tem um estudo da FGV, encomendado pelo Instituto Península, que fala que o professor é o responsável pela maior parte do que os estudantes recebem, a maior parte da aprendizagem dos estudantes. E aí o que a gente vê e o que a gente sabe é que 94% dos regentes de sala de aula não possuem qualquer formação em educação especial. E, quando a gente olha para os professores do atendimento educacional especializado – que já é um número bem pequeno – nas escolas regulares, a gente tem 55% só com formação continuada em educação especial na perspectiva inclusiva.

Então, a gente fica, assim, pensando: quais são as condições em que esses professores trabalham e também quais são as possibilidades que esses professores encontram de promover a inclusão com qualidade desses estudantes? Aí aqui eu destaquei esses dados relacionados à educação especial numa perspectiva inclusiva, por ser uma defesa fundamental na nossa atuação do Instituto Alana, mas também acho que cabe trazer outros marcadores sociais que a gente precisa ter como atenção nesse plano que se pretende um plano da equidade.

Então, o Instituto Alana e o Geledés publicaram uma pesquisa sobre a implementação da Lei 10.639, que é a principal lei de enfrentamento ao racismo nas escolas, porque a gente está falando do ensino de história e cultura negra e indígena, e a gente descobriu que 71% das secretarias que respondem à nossa pesquisa – são mais de 1,1 mil secretarias – não implementam essa lei.

E o que a gente sabe sobre isso? A gente sabe também – foi um outro dado recolhido – que apenas 24% dessas secretarias consideram dados de raça e cor para orientar suas políticas educacionais, o que mostra para a gente que três quartos dessas secretarias não consideram que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

das 9 milhões de pessoas entre 14 e 29 anos que largaram a escola, são 71% pessoas negras. E a gente também considera, por exemplo, um dado que foi lançado pelo Observatório da Branquitude, de que a gente tem 100% das escolas mais ricas – eu estou falando de escolas com saneamento básico, água potável, quadra, laboratório de informática, biblioteca – com crianças majoritariamente brancas; e escolas que não têm nem água potável nem saneamento básico com crianças majoritariamente negras.

Então, como a gente constrói e reforça o papel do PNE como um instrumento fundamental para orientar as políticas públicas educacionais na próxima década?

E aí eu quero trazer também que a gente não pode construir um plano que seja anacrônico às urgências da próxima década que já se anuncia. E para isso a gente precisa encarar de frente o compromisso com a equidade.

Quando eu falo que a gente não pode ser anacrônico e precisa considerar a equidade para os desafios da próxima década, eu estou falando de dois temas principalmente: dos nossos desafios no ambiente digital e dos nossos desafios no contexto de emergência climática, que nós sabemos que devem se aprofundar nos próximos dez anos.

O atual projeto de lei que foi discutido na Câmara e que chega ao Senado, esperamos, no próximo mês, tem uma transversalidade das metas e estratégias voltadas à equidade. No entanto, a gente precisa destacar o campo digital como um ponto de atenção para esse Plano Nacional de Educação. Como bem lembrado pelo Rodolfo, hoje a gente vota o 2.628 aqui no Senado pensando e trabalhando para defesa de crianças e adolescentes na internet, mas como que a gente prevê... E o plano destaca, tem uma previsão de ampliação da conectividade da educação, mas é fundamental que a gente fortaleça os critérios e as diretrizes nacionais para adoção e uso de plataformas digitais e de inteligência artificial, de modo que a gente fomente o desenvolvimento de tecnologias e bens públicos digitais com *design* ético e participativo, com transparência, proteção de dados e com o fortalecimento da soberania tecnológica. E, para isso, é necessário a gente prever uma formação inicial e continuada de professores e de gestores da educação básica, não apenas para utilização das tecnologias de informação e comunicação, mas também em competências digitais críticas de proteção de dados, combate à desinformação e uso de recursos educacionais abertos, garantindo a nossa soberania.

Já no que se refere aos efeitos da crise climática, que deve se aprofundar na próxima década, o projeto de lei não prevê qualquer ação relacionada ao meio ambiente – meio ambiente e clima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

–, e acho que isso precisa estar no radar desta Casa, no momento em que é urgente a gente organizar estratégias de adaptação da infraestrutura escolar das escolas públicas brasileiras em resposta aos impactos das mudanças climáticas e eventos extremos, que a gente já sabe que está acontecendo e que a gente já sabe que têm prejudicado crianças e adolescentes no seu direito à educação. Há crianças com salas de aula muito quentes, crianças que estão em área de risco, e a gente sabe que a maioria dessas crianças são crianças negras.

E, nesse sentido, a gente contribuiu também apresentando emendas ao texto, participando de audiências públicas, de seminários estaduais, defendendo sempre uma educação inclusiva, antirracista e democrática e que garanta a defesa, a proteção de direitos das crianças na internet e à natureza.

Para finalizar a minha fala, numa tentativa muito rápida de costurar todas essas informações que eu busquei apresentar, eu gostaria de reforçar o compromisso nosso com essa construção coletiva do PNE, que teve início formal nas conferências de educação. A gente sabe que, ao longo desses anos, desses últimos anos, os movimentos sociais e os trabalhadores da educação têm se mobilizado fortemente tanto para monitorar esse plano quanto para fazer as denúncias que esse período exigiu da gente que luta por uma educação democrática, inclusiva e antirracista.

Eu queria só finalizar, contando que, quando eu olho para minha trajetória educacional, no ano em que eu me formei, só 50% dos jovens se formaram, e só 14% dos jovens entraram no ensino superior.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BEATRIZ SOARES BENEDITO – Eu quero ressaltar essa importância de a gente defender uma universalização, Professora, que você trouxe na sua fala, de uma educação de qualidade, para que trajetórias como a minha não sejam trajetórias de exceção e sejam direitos garantidos para todas as crianças e adolescentes.

Eu agradeço e me mantenho e mantenho o Instituto Alana à disposição para eventuais complementações e diálogos.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem. Muito obrigada, Beatriz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero destacar o ambiente que a gente está vivendo aqui no Congresso Nacional em relação à educação digital, à prevenção, né? Vamos votar hoje o Projeto 2.628. Foi pedida a urgência ontem. Ele veio da Câmara, hoje nós vamos votar no Senado.

Hoje nós tivemos uma audiência pública sobre outra lei, de que não lembro o número, que instituiu o Plano Nacional de Educação Digital, já regulamentado pelo Conselho Nacional de Educação.

E hoje eu vou pedir também tramitação do meu Projeto de Lei 1.010, que trata exatamente dessa sua fala final: a formação de professores e de estudantes para a prevenção, para uma leitura crítica, para não se envolverem nos discursos de ódio, nas informações distorcidas, para saberem diferenciar, como foi dito hoje de manhã. Às vezes, o estudante lê uma matéria e não sabe se é matéria, se é opinião, se é reportagem, e aí se deixa envolver e não consegue fazer aquela leitura de maneira crítica. Então, é necessário formação para isso.

Quanto à questão da emergência climática, foi apresentada aqui por duas ou três instituições – à frente, a CNTE – a importância de se acrescentar um objetivo dentre os existentes no plano, que é o objetivo que trate da questão climática com mais efetividade. Ela está, assim, dissolvida no tema geral – não é? –, como um tema transversal, mas foi trazido que é necessário ter um foco mais específico. Eu não sei se o Relator acolheu esse oitavo objetivo, porque daí dele vão decorrer as estratégias e as metas, mas acho que é bem pertinente que a gente também trate disso.

Muito obrigada, Beatriz.

Passo agora, de forma remota, para as nossas duas últimas convidadas. Todas as duas já estão na tela, mas a primeira vai ser Mariana Breim, Diretora de Políticas Educacionais do Instituto Península.

Seus dez minutos iniciais, Mariana.

A SRA. MARIANA BREIM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Eu gostaria muito de agradecer esse honroso convite e saudar, na pessoa da Senadora Teresa Leitão, todas as autoridades presentes, meus colegas aqui da mesa de debate e também todos aqueles que nos acompanham, seja presencialmente, seja virtualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria usar estes minutos que eu tenho para falar um pouquinho sobre o Objetivo 16, que fala sobre a garantia da formação e condições de trabalho adequadas para os profissionais da educação básica.

A Beatriz, do Instituto Alana, acabou de citar essa pesquisa feita pela FGV, que tem esse achado de que a qualidade do professor é capaz de explicar até 60% dos resultados dos alunos do ensino fundamental. Então, quando a gente fala em aprendizagem, o professor parece ser o fator (*Falha no áudio.*)... mais do que a tecnologia, a infraestrutura, a razão entre professores e alunos, o diretor, o coordenador, obviamente não tirando a importância de nenhum desses outros fatores, mas professores ocupam um lugar central quando a gente está pensando na aprendizagem dos alunos e esta é uma questão muito atual.

E a gente pode usar esse achado como justificativa para compor uma narrativa de responsabilização e culpabilização dos professores pelos resultados, pelos maus resultados dos alunos, mas isso, além de injusto, seria muito contraproducente. Essa narrativa é para dizer justamente, que a gente precisa pensar em políticas: quais são as políticas que precisam ser criadas, que precisam ser implementadas, que precisam ser modificadas ou até mesmo descontinuadas, para que os professores possam atuar nesse lugar de potência, para trazer os resultados que se esperam deles.

E essas políticas precisam ser pensadas em todas as etapas da vida desse profissional, desde políticas de atratividade, para que os jovens queiram ser professores – hoje só 5% dos jovens que terminam o ensino médio manifestam o desejo de serem professores –; políticas de avaliação e regulação na formação superior desses profissionais, para que eles tenham uma formação inicial de qualidade, que os prepare para os desafios da sala de aula; políticas de ingresso, para garantir uma boa seleção e para garantir que eles sejam acompanhados nos primeiros anos de profissão; políticas de formação continuada; e políticas de carreira, para garantir que eles tenham condições de trabalho muito objetivas para poder fazer esse trabalho.

Muito bem. O que a gente pensa sobre o texto do PNE? Esse texto que veio do Governo é um texto muito bom, está sendo discutido na Câmara. Ele coloca o professor num lugar central, tem uma abordagem sistêmica para os desafios da profissão, que são muitos, e define isso através de seis metas e 24 estratégias, que articulam todos os temas estruturantes da agenda. Inclui uma meta específica de melhoria da qualidade da formação, que reforça, então, o compromisso com o impacto dessas políticas na aprendizagem dos estudantes, e tem essa previsão de revisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

intermediária em cinco anos, que é muito positiva, que permite essa avaliação, ajustes, o redirecionamento de rota para esse plano.

E alguns pontos de atenção. Eu vou passar por eles muito brevemente.

Então, a primeira Meta, 16.a, assegura que todos os docentes da educação básica possuam formação específica em nível superior, obtida em cursos de pedagogia e licenciatura nas áreas de conhecimento e nas modalidades em que atuam.

Duas ressalvas aqui, muito rápidas. A primeira é que a gente precisa pensar nos docentes da educação profissional e tecnológica, porque a gente precisa incluir aqui as diferentes graduações e também reconhecer o notório saber desses docentes. E a inclusão da formação pedagógica para aqueles graduados que não são licenciados, para gente melhorar a adequação docente, que é um problema grave no país hoje. O novo texto, as novas diretrizes, aprovadas em 2024, preveem que essa formação pedagógica complementar aconteça em dois anos. Então, é preciso garantir... fazer uma pequena adequação do texto para que isso seja contemplado.

A Meta 16.c fala sobre a garantia da existência de planos de carreira para todos os profissionais da educação, tendo como referência o piso salarial nacional e o limite máximo de dois terços da carga horária para atividades de interação com os educandos. É muito importante que existam esses planos de carreira, que eles possam ser revisados, incluindo critérios de qualidade, que vão justamente garantir essas condições de trabalho que o professor precisa, né? Não só o cumprimento do piso, mas a dedicação a uma escola, o máximo de 40 horas para as jornadas, uma amplitude remuneratória que seja competitiva; enfim, tem muitas questões relativas às carreiras que precisam ser revisitadas.

E aqui tem um ponto que me parece fundamental. Aqui no texto, na própria Lei do Piso, existe a garantia de um limite máximo de dois terços da carga horária para atividades de interação com os educandos, mas o que é mais importante não é que sejam garantidos esses dois terços com alunos, mas que a gente pense o que fazer com o um terço em que ele não está com alunos, porque hoje esse um terço em que o professor não está com os alunos não é cumprido em 100% das redes estaduais e municipais, e muitas vezes o professor precisa usar esse um terço para trabalhar em uma, duas, três escolas. Então, a gente precisa garantir que esse um terço possa ser cumprido na escola, em atividades de formação, de preparo desse professor, de planejamento junto com os seus pares, criando uma comunidade de aprendizagem, um grupo que conhece aquela escola, que conhece aquela realidade, que se conhece e que pensa junto quais são as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

práticas pedagógicas que vão promover maiores aprendizagens para os alunos. Então, esse um terço é fundamental, e o plano não fala de formação continuada. Então, esse é um lugar de a gente assegurar que esse é um lugar de desenvolvimento, de direito dos professores que precisa ser assegurado.

A Meta 16.d fala de 70% dos profissionais do magistério em cada rede pública de ensino com vínculo estável por meio de concurso público até o final da vigência desse plano.

E aqui tem uma reflexão importante para a gente fazer. Existe um fla-flu no debate pedagógico sobre efetivos e temporários, e ele é simplista. O que a gente defende? Defende que a rede deve ser composta por efetivos, sim. Os professores efetivos são aqueles que criam esse vínculo que eu disse anteriormente com a escola, com os alunos, com as famílias e com a comunidade, que garante a perpetuidade do processo pedagógico, que se tornam futuramente os formadores dos seus pares, os gestores dos seus pares. Então, é muito importante que a gente tenha um corpo de profissionais efetivos, mas atualmente essa não é a realidade de todas as redes, e a gente sabe que hoje os professores temporários garantem a oferta educativa da rede, por uma série de razões: porque existe um número muito alto de absenteísmo dos professores, que está muito relacionado infelizmente pelo adoecimento desses professores, o adoecimento mental desses professores, existem licenças, vacâncias temporárias e, mais do que isso, existe um déficit de professores em determinadas disciplinas – muitas vezes, a rede abre concurso público, e esses concursos públicos não conseguem ser preenchidos. E tem redes que têm um número muito alto de temporários. Então, a nossa preocupação é que essa meta, para ser exequível, não pode ser padronizada em 70% para todas as redes; precisa ser flexibilizada, para que esse aumento dos professores efetivos seja gradativo e não prejudique a oferta, a oferta de educação para todos os alunos. A gente tem que levar em consideração também que a gente vive uma transição demográfica no país, e isso não pode gerar um afobamento para fazer concursos grandes e sem qualidade, não pode comprometer também a sustentabilidade fiscal dos estados e dos municípios, porque a gente tem muitos professores se aposentando e as matrículas caindo. Então, isso precisa ser feito de maneira absolutamente responsável.

E, em especial, eu queria ressaltar – não está no plano – que a gente tem um número muito grande de temporários nas redes, e o trabalho desses professores temporários está sendo precarizado. Não importa se a gente tem um professor temporário na rede, cem ou mil, eles precisam ter os seus direitos mínimos garantidos, porque essa não é uma questão pedagógica, essa é uma questão de direitos muito importante de se observar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Meta 16.e assegura que, no mínimo, 50% dos concluintes de pedagogia alcancem (*Falha no áudio.*)... no Enad. O Enad foi modificado. Agora, a gente tem o Enad só para as licenciaturas, que acontece anualmente. Para que essa meta possa ser calibrada e monitorada da maneira adequada, é muito importante que se defina a faixa de desempenho adequada de critérios de qualidade para esses cursos.

Terminando a minha fala aqui, o PNE prevê formar, em nível de pós-graduação, 70% dos docentes da educação básica em cursos reconhecidos e avaliados, em níveis adequados pelo Ministério da Educação, e a nossa contribuição aqui é dizer que é inegável a contribuição de uma pós-graduação na formação de um professor – na verdade, na formação de qualquer sujeito –, mas, para que exista, de fato, uma melhoria da prática pedagógica, é muito importante que a gente estabeleça que esses cursos tenham foco prioritário em práticas de ensino e aprendizagem, porque aí a gente vai conseguir potencializar o efeito dessa meta, que é benéfica.

Esses são os meus pontos.

Agradeço muito pela participação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Somos nós que agradecemos as contribuições, Mariana, e acho que você toca nos pontos mais nevrálgicos da relação pedagógica entre professores e gestores, sobretudo: planos de carreira que obedeçam, de fato, como fator de valorização profissional, com ingresso por concurso público, por um desenvolvimento na carreira previsível, e que as pessoas saibam o que precisam fazer com avaliações – avaliação de desempenho, avaliação de tempo de serviço – para que haja uma promoção que não seja inesperada. As pessoas, não... "Para eu chegar ao topo da carreira, eu preciso fazer isto, ser assim". E não existe.

A partir da edição do piso salarial profissional, os planos deixaram de ser planos de carreira, é plano para sair correndo, porque o piso existe, mas não é desdobrável no desenvolvimento da carreira. E aí gera o que a gente chama, entre nós...

Nós Parlamentares da educação somos muito procurados – um setor que defende, como nós defendemos, o ingresso por concurso público... Aí faz-se um concurso público, e é evidente que vão ocupar as vagas que são ocupadas por contratos temporários, mas o contrato temporário hoje não é mais observado pela regra constitucional, é um contrato temporário emergencial que vira quase que rotineiro. Aí o contratado se sente já quase efetivo. Ele faz uma seleção para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ingresso, passam-se dois anos, podendo ser renovado duas vezes por igual período. Já se vão seis anos de exercício profissional, sem nenhum desenvolvimento na carreira. Agora, pelo menos, tem que pagar o piso, mas, antes disso, até salário mínimo se pagava. Então, é um dilema que a gente sempre encontra. "Não, vou lutar por concurso público". "E eu, com contrato temporário, o que a senhora tem para mim? Como eu vou ficar?".

Então, as contratações, de fato, são contratações precárias. A gente explica muito isso. Elas não geram direitos, a não ser aquele período em que a pessoa está trabalhando. Então, acho que você tocou nos pontos, Mariana, mais nevrálgicos mesmo da valorização profissional.

Vamos para nossa última convidada, que também está na tela, que é a Sra. Adriana Moreira, representante da Uneafro Brasil.

Seus dez minutos iniciais, Adriana, agradecendo sua presença.

A SRA. ADRIANA MOREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Boa tarde, Senadora Leitão.

Na figura da Senadora, eu cumprimento todas as autoridades presentes. Também cumprimento todos os meus colegas que me antecederam na fala...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Adriana, por favor, ajuste um pouquinho o som, talvez aproximando-se mais do microfone. A gente não a está ouvindo muito bem.

A SRA. ADRIANA MOREIRA (*Por videoconferência*.) – E, agora, melhorou?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Melhorou.

A SRA. ADRIANA MOREIRA (*Por videoconferência*.) – Então, vou retomar aqui.

Eu gostaria de agradecer o convite, a oportunidade de compartilhar o que a Uneafro Brasil desenvolveu e acumulou na trajetória em torno da agenda do Plano Nacional de Educação.

A Uneafro Brasil é uma organização do movimento negro que tem 16 anos de história. E, no último período, a partir de 2023, ela tem se dedicado, entre outras coisas, a pensar a agenda do direito à educação da população negra e o novo Plano Nacional de Educação.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em 2023... Eu vou passar algumas imagens para demonstrar que propostas ou aquilo que eu vou dizer aqui não é o resultado exclusivamente da cabeça de uma pessoa, mas é o resultado do acúmulo histórico de debates, de encontros com estudantes. A Uneafro Brasil trabalha... Uma das suas atividades mais longevas são os cursinhos populares. Nós temos em atividade cerca de 40 núcleos distribuídos em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, núcleos de educação popular, nos quais são desenvolvidas diversas atividades, entre as quais se destacam os cursinhos populares. Então, desde 2023, a gente tem discutido o que é o Plano Nacional de Educação. Isso não é uma agenda tão popular, as pessoas não sabem exatamente o que é o Plano Nacional de Educação, sobretudo os jovens, os jovens negros que estão na base dos cursinhos populares.

Próximo, por favor.

O resultado desses debates a gente consolidou e foi discutir em Brasília, na nossa 2ª Jornada por Equidade Racial na Conae em 2024. Então, os jovens da Uneafro estiveram na Conae 2024, apresentaram, discutiram e tiveram ações de convencimento e sensibilização para a necessidade de o Plano Nacional de Educação reconhecer a população negra como sujeito de direito à educação. O que isso significa? Significa fazer com que as metas e os objetivos do Plano Nacional de Educação sejam endereçados, reconheçam a população negra como sujeito de direitos.

Próximo, por favor.

Como resultado posterior, assim que o PL do Plano Nacional de Educação foi apresentado pelo Ministério da Educação, a gente fez um grande encontro de três dias com grupos de trabalho, em que a gente tinha representação das universidades, dos movimentos sociais, de lideranças da educação, das famílias, dos jovens, para discutir propriamente o resultado acumulado e o que o Governo apresentou sobre o Plano Nacional de Educação. Então a gente se debruçou sobre temas específicos. Então, eu vou apresentar aqui, eu vou falar sobre evasão escolar, mas a gente pensou em educação infantil, a gente pensou no financiamento público da educação, a gente pensou em diversos temas. E a gente fez uma leitura sistemática sobre o PL, por meio de grupos de trabalho, e fez uma publicação.

Próximo eslaide, por favor.

Esse foi na ação educativa, o cartaz do primeiro dia. Foram três dias de encontro. É só entrar no *site* do Instituto Peregum – a Uneafro e o Instituto Peregum têm uma aliança – que vocês vão ter acesso ao resultado. Então, para cada área a gente desenvolveu uma nota técnica e um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conjunto de propostas de alterações do Plano Nacional de Educação, um conjunto de dez temas específicos.

Próximo, por favor.

Em síntese, a gente propõe um Plano Nacional de Educação com equidade, com mais equidade racial. E é importante a gente dizer isso, porque, de fato, o Plano Nacional de Educação... o texto do PL fala sobre equidade; inclusive a Lei de Diretrizes e Bases propõe uma educação igualitária, a LDB; e o art. 206 da Constituição também vai falar: igualdade de acesso e permanência na educação.

Mas o que é igualdade de acesso e permanência? A ideia de igualdade no Brasil não perpassa que a igualdade se direciona para condições de *performances* de sujeitos no Estado de direito diversos, *performances* de sujeitos que têm histórias construídas de diversas maneiras. Portanto, historicamente, no Brasil, a igualdade não conseguia construir o acesso a direitos de maneira razoável. Então a população negra não conseguia ter acesso a direitos da população branca, e da mesma maneira para os povos indígenas. Portanto, descrever no Plano Nacional de Educação o sentido de equidade sem qualificar o que a gente está chamando de equidade corre risco, porque o Brasil é este país que historicamente se construiu de forma a se organizar pelo pacto racial, a não fazer com que a população negra seja atendida em suas políticas públicas, no acesso a direitos. Portanto, a ideia de produzir equidade com o qualificador racial é fundamental.

Um outro elemento fundamental para síntese do nosso trabalho diz respeito à ampliação do PIB para a educação.

O Brasil, no último período, estabilizou o financiamento para a educação. A gente estava progredindo, estava progressivamente ampliando o volume de orçamento destinado à educação. Faz alguns anos que a gente parou nos 5,1% da educação. A gente entende que, para conseguir dar um salto efetivo de qualidade na educação, a gente precisa ampliar, para a gente conseguir ter investimentos estruturais no campo da educação. E mais do que isso: chegar a 10%, mas, que desses novos 5% que a gente vai investir, que vêm do PIB, 3% estejam articulados com o Vaar.

O que é o Vaar? O Vaar é uma forma de você garantir que os estados e os municípios promovam ações de redução das desigualdades raciais e educacionais na educação. Então você amplia o orçamento da educação e garante que, nessa ampliação, você tem uma proporção de orçamento de 3% para o combate ao racismo na educação, porque, no final, são essas crianças,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

são esses adolescentes que estão na base e que respondem aos menores índices educacionais: eles evadem mais, reprovam mais, têm os mais baixos desempenhos. E, portanto, as redes de ensino interessadas em promover a democratização do acesso, permanência e melhoria do desempenho precisam se organizar para compreender que essas crianças são sujeitos da aprendizagem e que, portanto, precisa-se organizar estruturalmente o atendimento desses grupos sociais.

Uma terceira síntese importante diz respeito ao monitoramento. Se você quer construir um monitoramento, você tem que ter discernimento de quem são os grupos sociais que você vai monitorar. O Ideb em vigência não monitora os grupos. Eles constrói uma média mínima, uma média... Uma média mínima não; ele constrói uma média e não faz recortes específicos dos grupos mais vulnerabilizados dos campos da educação. A gente acaba tendo acesso a esse tipo de informação por obra das organizações sociais que se interessam pelo tema. Mas, se o Estado brasileiro tem interesse em promover o acesso, a permanência e a melhoria do desempenho ao conjunto da sua população, que é plural, precisa passar a monitorar a pluralidade dos grupos sociais que têm o direito de acessar e de permanecer no sistema de ensino. E, portanto, a política pública precisa dar conta desses processos.

O próximo, por favor.

Uma questão cabal do sistema de ensino nacional diz respeito ao volume de pessoas, de adolescentes, sobretudo os negros, que evadem das escolas. Isso é uma questão central que precisa ser enfrentada pela sociedade brasileira e pela educação brasileira.

Aqui eu tenho propostas de alterações do texto que já está colocado no PL, especificamente no diz respeito a propostas para a gente conseguir dar esse avanço, para a gente, em conjunto, conseguir dar esse avanço, considerando, de maneira geral, a proposição de acompanhar a partir das variáveis de raça, de sexo, de nível socioeconômico e região. Todas essas variáveis é fundamental que sejam adensadas nas propostas, de maneira que seja possível que crianças negras, meninas, meninos, crianças pobres tenham a atenção que lhes é devida nas suas trajetórias educacionais, para que sejam construídas dentro do sistema educacional condições para que elas sejam acolhidas na dimensão da garantia de direitos enquanto sujeitos da aprendizagem dentro do sistema educacional.

Eu vou encerrar a minha fala por aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Uniafro está à disposição para o que for necessário, assim como eu também.

Mais uma vez, eu agradeço à Senadora e aos colegas pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós também agradecemos, Adriana, a sua participação.

O Senado também foi espaço de debate em um seminário especial realizado por várias entidades que tratam da temática antirracial e da inclusão da equidade com corte de raça, de gênero, que vocês trouxeram aqui como contribuição ao Plano Nacional de Educação. Tudo devidamente anotado como emenda.

Acredito que esta Estratégia 3.10, que não foi mencionada aqui pela primeira vez, seja objeto de reconsiderações futuras.

Pronto, nós terminamos a nossa exposição inicial.

Temos um tempo muito curto por conta do Plenário, mas eu vou ainda destinar três minutinhos para todos os convidados que quiserem fazer algum comentário, alguma consideração, depois da explanação inicial.

Vamos tentar ser bem rigorosos no tempo, porque às 16h começa o Plenário deliberativo, está bem?

Então, vamos começar por Lúcia Teixeira, do Semesp, seguindo a mesma ordem da apresentação inicial. Três minutinhos. Quando faltar um, a gente avisa.

A SRA. LÚCIA MARIA TEIXEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer por esta possibilidade e deixar o Semesp à disposição com todo o nosso material.

A riqueza dos assuntos tratados hoje, sem dúvida, vai favorecer muito esse estudo.

Quero lembrar que hoje também é o Dia do Psicólogo, que é um profissional tão importante. Eu, como formada em Psicologia também, além de educadora, quero cumprimentar e falar da importância dele, principalmente quando se vivem epidemias de problemas de saúde mental.

Então, antes de mais nada, quero agradecer por esta oportunidade e falar que o Semesp está trabalhando com várias ações nacionais e internacionais, várias ações de forma a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

melhorarmos a nossa educação. Há tanto ainda a atingir neste país tão rico, para contemplarmos essa diversidade institucional, essa riqueza deste país continente... Favorecermos o acesso, a permanência e a conclusão, além de também termos uma regulação e uma avaliação mais adequadas para o momento atual, incluindo também o EaD e zelando pela sua qualidade e pelo seu acompanhamento com o critério ético que propicia essa inclusão de tantas pessoas ainda não beneficiadas; essa questão de equilíbrio na pós-graduação; mostrarmos também a importância da pós-graduação *lato sensu*, das especializações que não são ainda contempladas e formam uma série, um número muito grande de profissionais. A gente viu, nas falas, a importância também dessa especialização, inclusive voltada para as carreiras ligadas à educação.

A valorização docente é algo que precisa se fazer com medidas que vão até o chão da escola, escola que, muitas vezes, aqueles que mais precisam são os menos beneficiados, com muitos problemas em cada escola, escolas que mais atendem os carentes, o que faz com que os professores também se afastem, pela estrutura que lhes é oferecida na escola básica. E a importância de cursos prioritários para o Brasil: além da área docente, também as engenharias, que sofreram uma queda muito grande no nosso número de alunos, razão pelo qual os jovens estão se afastando – até porque eles não têm a base na matemática que lhes é exigida –, e a incorporação de, inclusive, profissionais com 60+, que estão indo trabalhar para justamente suprir essa necessidade.

Agradeço e me coloco à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos as suas grandes contribuições, Lúcia Teixeira. Com certeza, serão levadas em consideração.

Passo a palavra agora para a Sra. Catherina Rigato, Gerente de Operações do Instituto Sonho Grande, para os seus três minutos de conclusão.

A SRA. CATHERINA RIGATO (Para expor.) – Eu gostaria mais uma vez de agradecer a oportunidade de falar aqui sobre o PNE, especificamente de poder trazer mais insumos para a Meta 6, do ensino integral. A gente tem um desafio pela frente, mas a gente acredita que tem também uma grande oportunidade.

Senadora Teresa, como a senhora bem disse, Pernambuco é pioneiro na educação integral e é um modelo para o nosso país, junto com outros estados que já se juntaram nesse caminho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nessa caminhada de expansão dessa política. A gente acredita que a gente pode fazer desse plano um modelo com ousadia, mas também com muita responsabilidade.

O Senado tem conduzido um excelente espaço de debate social, e eu tenho certeza de que esta Comissão de Educação vai produzir um relatório muito, muito rico para a sociedade.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Catherina. Nosso sonho grande (*Risos.*) é que não fique só no ensino médio, que a gente possa trazer a educação integral para todo o ensino fundamental, não é? Vamos ver se a gente consegue nesses próximos dez anos. Sonhar é sempre muito bom.

Com a palavra agora o Sr. Henrique Lago da Silveira, Vice-Presidente da Associação De Olho no Material Escolar.

O SR. HENRIQUE LAGO DA SILVEIRA (Para expor.) – Senadora, muito obrigado mais uma vez pelo convite para nossa associação, a minha em especial. Agradeço também aos colegas de mesa, sejam os presenciais ou virtuais, pelas contribuições.

Quero colocar aqui brevemente a nossa crença de que a gente está diante de uma oportunidade única para o Brasil. Acho que esses próximos dez anos, em que a gente tem um decréscimo de taxas de natalidade e a oportunidade de gerar ainda mais inclusão com esse volume, essa razão de pessoas ingressando no sistema e pessoas saindo do sistema, é uma oportunidade para que a gente possa fomentar educação integral, em tempo integral, melhorar as condições do ensino técnico, e com um olhar muito carinhoso para a educação básica, que é o futuro da nossa nação, mas que esse olhar seja feito a partir de algumas métricas – e eu reforço a importância de que ele seja baseado em evidências científicas. Não dá mais para que a gente continue ensinando por achismo ou por opinião; a gente tem que ensinar com fundamento para as nossas crianças.

A colega do Instituto Península trouxe aqui um dado muito relevante e que não é segredo, ou não deveria ser desconhecido, de que o professor responde, ele é responsável por 60% do aprendizado do aluno. Isso indica que nós temos um desafio não só em formar muito bem esse docente, mas em fazer com que ele tenha as ferramentas adequadas para educar bem o nosso estudante. Isso passa pelo material didático, passa por formação continuada, passa por uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

política de carreira estruturada e por uma boa remuneração, que são pilares que a De Olho no Material Escolar defende, defende muito.

Para além disso, e finalizando, acho que a gente tem uma oportunidade muito grande de evoluir no nosso controle público sobre a educação brasileira. Essa bandeira, a gente tem enfatizado várias vezes. Temos trabalhado junto com o Tribunal de Contas da União, temos trabalhado junto com diversos órgãos, Rede Governança Brasil, para que a gente possa construir elementos de análise que permitam induzir uma melhoria da qualidade do investimento público...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE LAGO DA SILVEIRA – ... focada em resultados de aprendizagem. Acho que essa é uma oportunidade que estamos insistindo muito na Câmara que seja contemplada. E gostaríamos de contar também com a sensibilidade do Senado para que ela possa também ser incorporada dentro desse PNE.

Então, no mais, quero agradecer a oportunidade e colocar a associação sempre à disposição dos debates nesta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos a sua presença e as suas contribuições.

Passo agora para o Sr. Rodolfo Barreto Canônico, representante da Associação de Desenvolvimento da Família.

O SR. RODOLFO BARRETO CANÔNICO (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Reitero o nosso agradecimento e o cumprimento pela qualidade do trabalho que tem sido realizado em torno da proposta do Plano Nacional de Educação. Nós estamos muito confiantes de que o desfecho, com essa ampla participação, com a escuta social, vai ser em prol do melhor interesse das crianças e de toda a sociedade. A qualidade das informações trazidas e do debate promovido apontam, com muito otimismo, para um resultado bastante promissor.

E gostaríamos de reiterar a importância de fortalecer os dispositivos que efetivem o que está declarado como meta já na proposta do Governo dessa aproximação da família com a escola, através do uso de instrumentos efetivos para isso, seja nessa perspectiva preventiva, em que falávamos a respeito do uso de dispositivos digitais, dos riscos e oportunidades que isso traz, toda a formação com a qual nós temos um desafio, e precisamos enfrentar esse desafio, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fazer com que, de fato, haja uma presença saudável, adequada dessas tecnologias também nos processos educativos, mas a família ocupa um lugar decisivo para a promoção disso, ou vai ser uma grande aliada ou vai atrapalhar, em função de como as coisas acontecem no ambiente doméstico. Então, trazer as famílias e comunidade junto é bastante decisivo.

E quero reforçar que essas iniciativas de interação familiar ou até mesmo de capacitação familiar, que podem estar previstas, estão no plano vigente e nós estamos advogando para se manterem no plano vindouro, podem ser trabalhadas numa perspectiva baseada em evidências, não é? Existe uma grande literatura sobre as intervenções familiares, o que funciona, o que não funciona, como funciona. Tem recomendações da Organização Mundial da Saúde e do Unicef sobre o tema, estão publicadas. Nós anexamos já aos trabalhos da Comissão Especial da Câmara e vamos encaminhar para esta Comissão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODOLFO BARRETO CANÔNICO – Nós entendemos que esse é o caminho que pode funcionar. Às vezes, pode ser desgastante para a comunidade escolar a relação com a família, mas basear isso em práticas que tenham a maior probabilidade de funcionar porque são baseadas em evidências e funcionaram em outros lugares nos parece ser o caminho mais promissor e conforme toda a discussão que nós temos realizado no plano.

Então, agradecemos a oportunidade e, terminando, encerramos com muita confiança no bom desfecho que os trabalhos trarão. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos.

Passamos a palavra para Beatriz Soares Benedito, analista do Instituto Alana.

A SRA. BEATRIZ SOARES BENEDITO (Para expor.) – Bom, eu quero agradecer a oportunidade de diálogo, de compor esta mesa, que foi tão rica na discussão.

Quero reforçar o nosso compromisso com a educação inclusiva, uma educação antirracista, que valorize a cultura e a história dos povos negros, indígenas, os povos originários deste país. Acho que isso a gente tem que trazer também no centro de um PNE que pretenda construir escolas que sejam acolhedoras para todas as crianças. E defendemos que todas estejam juntas na mesma sala de aula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também reforço a nossa preocupação e a nossa defesa de um Plano Nacional de Educação que esteja sintonizado com os desafios da próxima década: os desafios no campo do digital, da construção de ambientes digitais, de uso de tecnologias de forma adequada, ética e preocupada com as infâncias e a saúde mental dos profissionais que têm trabalhado aplicando essas tecnologias. E também reforço a defesa de uma escola que esteja baseada na natureza. Então, como a gente constrói uma infraestrutura e um currículo que estejam sintonizados com os desafios desta próxima década, uma década em que a gente vai ter aprofundamentos na questão climática, desafios de crianças tendo seu direito à educação negado por conta de riscos ambientais que estão aí iminentes? Fico também muito satisfeita, Senadora Teresa Leitão, quando a senhora fala dessa leitura também crítica ao Plano Nacional de Educação e que isso tem aparecido em outras audiências também. Desejo que esta Casa acolha o direito das...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BEATRIZ SOARES BENEDITO – ... crianças nesse contexto de emergência climática.

E coloco o Instituto Alana à disposição para contribuir, a partir do momento em que o texto chegue a esta Casa. Estamos à disposição.

E agradecemos a disponibilidade de tempo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós agradecemos muito a participação, as contribuições.

E já passamos a palavra, agora de forma remota, para a Sra. Mariana Breim, Diretora de Políticas Educacionais do Instituto Península.

Seus três minutos de conclusão, Mariana.

A SRA. MARIANA BREIM (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada.

Gostaria novamente de agradecer por esta oportunidade, de parabenizar pela ampla escuta e de reforçar aqui, mais uma vez, a nossa defesa pela revisão urgente das carreiras dos professores, com garantia de salário justo, mas também com remuneração inicial mais atrativa, com uma amplitude remuneratória que seja competitiva, com dedicação exclusiva dos professores em escolas não de tempo, mas de educação integral, com essa progressão atrelada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

à aprendizagem, como muito bem disse a Senadora, para que o professor saiba o que ele precisa saber e, especialmente, o que ele precisa saber fazer.

Como citei anteriormente, a gente está vivendo uma transição demográfica. Nos próximos dez anos, a gente deve ter queda de 30% das matrículas e, ao mesmo tempo, quase 60% dos professores se aposentando, claro, com muitas diferenças regionais. Para a gente fazer crescer esse número de efetivos, o que é o nosso desejo, de maneira sustentável e responsável, a gente precisa muito de concursos públicos menores, mais frequentes, de preferência anuais, que, de fato, avaliem se esses professores estão prontos para ingressar na sala de aula, estão prontos para entrar na carreira, mais do que saber se eles conhecem legislação.

E, por fim, que a gente não precarize o trabalho dos professores temporários. Nesse sentido, está tramitando no Senado Federal, Senadora, o PL 3.086, de 2025. Peço sua especial atenção a ele, porque ele justamente coloca um freio de arrumação na precarização desses contratos, que representam um risco real para a aprendizagem dos alunos.

E, no mais, eu nos coloco à disposição para continuar contribuindo com este debate.

E, novamente, agradeço por esta oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Agradecemos.

E já passamos a palavra para a Sra. Adriana Moreira, representante da Uneafro Brasil, para seus três minutos de considerações finais.

A SRA. ADRIANA MOREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a oportunidade, neste momento, para a gente poder fazer um debate franco e fraterno a respeito da próxima década, do próximo decênio da educação brasileira.

Quero dizer que são superimportantes os avanços que a gente já tem colocado no Plano Nacional de Educação no que diz respeito à ideia de equidade, mas valorizando a ideia de que equidade precisa sempre ser qualificada. Do que a gente está falando quando está falando de equidade? Então, quando a gente está falando de equidade, a gente precisa localizar quem são os sujeitos da equidade: os sujeitos são os sujeitos negros, os sujeitos são os sujeitos indígenas, são os sujeitos que moram no campo, enfim. É muito importante essa localização desses sujeitos, para gente conseguir ter uma política educacional que consiga construir um direcionamento, consiga promover uma destinação objetiva, mais efetiva, das políticas educacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, eu encerro a minha fala aqui lembrando que a Subcomissão no Congresso sobre o Sistema Nacional de Educação já teve uma reunião, que é uma agenda importante, que se a gente tem um plano nacional que tem bastante debate popular, o Sistema Nacional de Educação acaba sendo um debate de especialistas e, na verdade, é um debate da governança da educação, que precisa ser uma governança também mais arejada e que precisa também considerar quem são os sujeitos da aprendizagem e que a gente precisa participar desse debate e pensar na equidade racial, de gênero, dentro do Sistema Nacional de Educação.

Mais uma vez, muito obrigada, Senadora. Muito obrigada aos colegas que me ouviram, e quero dizer que a Uneafro está à disposição, assim como eu; estamos à disposição para participar de debates e construir possibilidades de tornar a educação um espaço mais democrático, mais aberto, e fazer com que as crianças e os adolescentes aprendam mais e melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós agradecemos, Adriana, a sua participação.

Já que você falou no Sistema Nacional de Educação, a proposta saiu daqui, é originária de um projeto de lei do Senador Flávio Arns, foi para a Câmara, o Relator é o Deputado Rafael Brito, e está realmente em fase final. Ontem eu conversei com o Relator, nós acompanhamos, o Senador Flávio Arns, inclusive, ia ser ainda consultado também sobre algumas questões, deve ter havido alguma modificação e, em havendo, voltará aqui, como Casa terminativa, para o Senado. É um instrumento fundamental para a indução do Plano Nacional de Educação. Sem o sistema, fica mais difícil a gente implementar as metas do plano, mas eu acho que vamos conseguir terminar este ano com os dois devidamente aprovados.

Então eu quero agradecer, em nome da Comissão de Educação e Cultura, a presença de todos vocês, o rigor do debate, as ideias pertinentes que foram aqui apresentadas, de modo que eu posso dizer que alcançamos plenamente o objetivo desta audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Jussara Lima, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Efraim Filho, Fabiano Contarato, Lucas Barreto, Jorge Seif e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Alessandro Vieira, Cid Gomes, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), e REQ 27/2025 - CE, de autoria do Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CAMPANHA); Sr. Hugo Silva, Presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES); Sra. Bianca Borges, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); Sr. Vinícius Soares, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG); e Sr. Rafael Barreto Almada, 1º Vice-Presidente do Conselho Federal de Química e reitor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/28

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de agosto de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei 2.614, de 2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, em atenção ao Requerimento 3, da Comissão de Educação, de nossa autoria.

Convido a tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Hugo Silva, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; e Vinícius Soares, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG).

Participarão ainda de forma remota a Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; a Sra. Bianca Borges, Presidente da União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UNE); e o Sr. Rafael Barreto Almada, 1º Vice-Presidente do Conselho Federal de Química e Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, a quem saúdo – os fisicamente presentes e os três que já se encontram na nossa tela –, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Informo que foram recebidas até o momento, por meio do Portal e-Cidadania, diversas perguntas e comentários de cidadãos, entre os quais destacamos: Milena, de Minas Gerais; Alexandre, do Rio de Janeiro; Liliane, da Bahia; Brenda, de Santa Catarina; Airton, do Rio Grande do Sul; Moisés, do Rio Grande do Sul; Mersonia, de Minas Gerais; e Samuel, de São Paulo.

As perguntas e os comentários foram encaminhados previamente aos convidados, e solicito aos convidados que, se for possível, possam abordar algumas das questões levantadas.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida às inscrições e também a alguma devolutiva que precise ser feita.

Então, vamos começar com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, aqui representada por Andressa Pellanda, para os seus dez minutos iniciais.

Andressa, com muito prazer, nós estamos recebendo vocês nesta tarde, que vai concretizar a última das audiências do ciclo de 12 que nós fizemos. Eu acho que nós vamos fechar com chave de ouro.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora. É uma honra, uma alegria estar aqui com tantas pessoas que são aguerridas na luta pelo direito à educação, para fechar esse ciclo.

Eu gostaria de cumprimentar todas as pessoas que estão aqui, na pessoa da Senadora, e parabenizá-las, porque sei que não é um debate fácil, há uma complexidade bastante grande desse projeto, e o Senado, como sempre, tem feito um trabalho muito bonito de chamar a participação de várias entidades para o debate, e isso tem – eu sei – um dedo muito importante da Senadora Teresa Leitão, que sempre esteve ao lado da luta pelo direito à educação. Então, quero lhe agradecer e parabenizar o trabalho da Senadora.

Eu trouxe aqui uma apresentação sobre algumas das propostas da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e de outras entidades parceiras para a melhoria do texto do projeto de lei, mas a ideia é começar tratando um pouquinho sobre quais são esses desafios estruturais do plano atual. Então, não dá para gente construir proposta sem um diagnóstico aprofundado, e isso fizemos, com muita ênfase, de forma muito participativa, na Conferência Nacional de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu trago o balanço do plano feito mais recentemente neste ano, que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação produziu – a gente publicou balanços todos os anos nesses 11 anos de plano –, e a gente mostra que 90% das metas não foram cumpridas, ainda que, como vocês veem, tudo que está à direita aqui do gráfico seja o que avançou em relação a 2014, o que significa a importância de a gente ter uma (*Falha no áudio.*) ... de educação para puxar as políticas (*Falha no áudio.*) ... avanço para a garantia do direito à educação de todas as pessoas.

A gente fez um diagnóstico a partir desse estudo dos vários anos, mas também dos estudos que foram apresentados pelo Inep e pelo Tribunal de Contas da União, que apresentou alguns pontos principais para que o plano não esteja sendo cumprido, né?

Então, a primeira causa e a mais estrutural é que as políticas econômicas não têm tido compromisso com a garantia do direito social, inclusive o direito à educação, que atinge em cheio o Plano Nacional de Educação.

No segundo ano de vigência desse plano, a gente já teve aprovação de uma das maiores políticas de austeridade do mundo, que foi até o teto de gastos, a Emenda Constitucional 95, e a gente segue sob políticas de austeridade que impedem o financiamento das políticas sociais, que foi o que impediu que todas as metas pudessem avançar conforme deveriam.

Vinculada a isso, tem uma questão orçamentária, que é um dos pontos apresentados pelo Tribunal de Contas da União, por Ministérios Públicos de Contas, Ministérios Públicos e outros órgãos de controle, que falam sobre como os orçamentos anuais, seja em nível federal, seja nos estados, municípios ou no DF, não vinculam a prioridade ao Plano Nacional de Educação, numa incompatibilização das diretrizes orçamentárias com os próprios planos educacionais, algo que a gente precisa prever, inclusive, no próximo plano, para que a gente possa garantir que isso seja realizado.

É claro que existe uma questão estrutural, mas que não é de hoje e em que a gente pretende avançar para o próximo plano que é a falta de um Sistema Nacional de Educação, que dê a sustentação das responsabilidades e do compartilhamento da política pública educacional nas várias esferas federativas.

E aí há questões mais conjunturais que disseram respeito a esse período e que são estes três últimos pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente teve várias políticas que foram implementadas na contramão do Plano Nacional de Educação, entre elas, militarização de escolas, agendas de censura a profissionais da educação, tentativa de regulamentação da educação domiciliar... Enfim, é uma série de políticas que atacaram as políticas educacionais como elas estão, entre elas, o plano.

Houve a própria emergência da pandemia de covid-19, que não foi a causa dos problemas de descumprimento do plano, mas que veio sobrepor tudo o que já vinha acontecendo.

E, nesse bojo, há restrições à gestão democrática e descontinuidade de políticas, seja no campo da educação, seja em outros, que acabam impactando o não cumprimento da legislação. E isso veio muito fortemente com desconstrução de fóruns de educação, notadamente o Fórum Nacional de Educação, que é a instância máxima de monitoramento e controle do Plano Nacional de Educação, entre outros fóruns nos níveis subnacionais que também foram muito afetados.

Nesse bojo todo, a gente olhou para tudo isso e para outros detalhes dentro das etapas, modalidades e políticas complementares também da educação e fez, primeiro, uma análise do projeto de lei, quando ele foi apresentado em julho do ano passado para o Congresso. A gente vê que tem avanços nesse projeto de lei, especialmente no que diz respeito à equidade estar presente em todos os objetivos, nas suas metas, e ser uma preocupação transversal do texto, mas ainda existe muito para a gente melhorar. E, por isso, nós fizemos as nossas emendas ao Plano Nacional de Educação no sentido justamente de recuperar essas metas que estavam estagnadas, fortalecer a governança democrática das políticas educacionais e focar em qualidade, inclusão e financiamento, que dá toda essa sustentação.

Essas emendas foram construídas com todo o Diretivo e a rede da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. E eu destaco aqui a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e a Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação), que produziram bastantes emendas que fazem parte desse caderno e que estiveram também presentes nas audiências aqui. Também a gente ampliou a rede para outros grupos que tratam de algumas especificidades, como o Observatório da Alimentação Escolar, o Fórum Nacional de Educação do Campo e a Cátedra em Tecnologias para o Bem Comum. Enfim, chegamos, no fim, a 351 emendas, a maior parte delas são aditivas, modificativas, no sentido positivo mesmo de construção de melhorias a esse texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí, bem rapidamente, eu construí aqui alguns eixos de prioridade que a gente vê para melhoria do texto.

A primeira, que é estrutural, é a garantia de qualidade com financiamento adequado. E aí eu não poderia deixar de falar sobre ajustes que precisam acontecer (*Falha no áudio.*) ... no Objetivo 18 de financiamento, mas também ao longo das metas dos outros objetivos das etapas da educação básica que tratam de qualidade, especialmente da melhoria das terminologias e dos insumos que serão dedicados ao Custo Aluno Qualidade, né? Então, a gente tem alguns exemplos já no início, na parte de competência do financiamento da educação, tratando do assunto, mas passando pelas metas, meta de educação infantil aqui e de ensino fundamental, como exemplo.

É claro que a gente também tem propostas para o objetivo mais amplo e para a primeira meta de financiamento, no sentido de a gente ter um controle mais contínuo desse financiamento gradativo até chegar a 10% do PIB. Então, a gente propõe, junto com a Fineduca, ampliação de 0,5% ao ano, num crescente, e aos poucos poder se fazer esse monitoramento, além de outras propostas relacionadas a ajustes que dizem respeito a esses fatores de ponderação, tanto do Fundeb quanto do Custo Aluno Qualidade – entre outras, mas eu trouxe aqui só alguns destaques.

Sobre a valorização dos profissionais da educação – muito construída com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação –, a gente tem trabalhado algumas perspectivas específicas, por exemplo, a da formação na interculturalidade indígena, na educação do campo, na pedagogia da terra. Há necessidade de se fortalecerem o regime de dedicação exclusiva e também a autonomia acadêmica dos profissionais, que foram questões em que a gente retrocedeu em relação a 2014 e que aparecem muito nos nossos balanços. E também, claro, essa valorização plena dos profissionais.

Sobre o ponto de fortalecimento dos sistemas públicos e regulação do setor privado, que é algo que nós estamos muito atrás de vários países no mundo, a gente traz a necessidade de se fortalecer o investimento público na educação pública, que é uma pauta antiga, mas também a necessidade de se garantirem maior transparência e controle social, trazendo propostas de mecanismos que garantam a efetividade do que seria esse termo genérico, que seria "transparência", né? E a gente traz uma referência internacional, que são os Princípios de Abidjan, que é a maior referência sobre regulação da atuação do setor privado na educação, o que já é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

referenciado pela ONU, pelo Conselho Europeu, pela União Africana e vários outros grupos internacionais.

Já na reta final, para concluir, sobre o fortalecimento dos sistemas de avaliação, que é um dos pontos em que a gente ainda patina, a gente quer fortalecer o Sistema de Avaliação da Educação Básica nacional, no sentido de dar uma estrutura de avaliação e sair, simplesmente, da culpabilização que é gerada pelas avaliações em larga escala; e a gente traz bastante emendas no sentido de melhorar a coleta, o tratamento, a divulgação e a transparência de dados na área da educação.

Na área de gestão democrática, que é o penúltimo ponto, a gente traz a questão de fortalecimento da participação da sociedade civil, dos fóruns e justamente desses diagnósticos participativos da Conferência Nacional de Educação como mecanismos densos e fortes de monitoramento do Plano Nacional de Educação. E, claro – e, Senadora, esta é uma pauta muito cara para nós –, a gente não tem uma meta entre as metas do objetivo de gestão democrática que seja dedicada à terceira instância intraescolar de gestão democrática, uma das mais importantes, que são os grêmios estudantis. Eu sei que muitos que estão aqui sabem a importância dos grêmios, essa é uma das pautas caras para nós, e a gente tem uma proposta de meta sobre a importância dos grêmios estudantis.

Por fim, mas não menos importante, a necessidade de dar equidade, interseccionalidade de forma mais aprofundada no texto, em que isso ficou ausente, apesar de a gente conseguir ter um texto melhor, né? A gente tem mais equidade, mas a gente ainda peca em alguns pontos e a parte de intersetorialidade acabou ficando à parte. Então, falta um aprofundamento melhor sobre cognitividade significativa na parte de tecnologia, que é um dos pontos que o pessoal dos movimentos de direitos nas redes tem trabalhado há muito tempo e que a educação ainda não alcançou, e a gente tenta trazer isso para o plano. E, claro, a gente não pode se esquecer da agricultura familiar, da soberania e segurança alimentar e nutricional, e as nossas emendas foram construídas com o Observatório da Alimentação Escolar, justamente no sentido de fortalecer esse que é um programa complementar essencial.

Para finalizar, o Objetivo 19 é um proposto nosso, mas eu sei que outras entidades também têm proposto, que é de ter a garantia da educação ambiental crítica que discuta justamente o enfrentamento à emergência climática e que coloque a educação no papel de responsável por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

esse enfrentamento que é muito pouco debatido. E não é só sobre falar na sala de aula que a gente não pode usar um canudinho plástico, mas que as nossas escolas sejam sustentáveis, façam uso, reúso e usem materiais também sustentáveis na sua infraestrutura.

Eu trouxe essas aspas aqui de alguns autores de que eu gosto muito e queria dizer que, às vezes, nos debates políticos – felizmente não está acontecendo isso no Senado... Mas o George Orwell, na *A Revolução dos Bichos*, tem uma frase muito impactante conhecida, que fala: "Todos somos iguais, mas alguns são mais iguais que os outros". E o Plano Nacional de Educação, nessa disputa de interesses dos grupos que sobre ele incidem, precisa estar do lado da igualdade, da justiça social, da universalidade, da equidade dos direitos, precisa estar ao lado da representação dos 99% do povo. Eu sei que o Senado vai ouvir essa voz, e essa voz está também nas conferências de educação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (*Por videoconferência*.) – Então, fica essa nossa demanda para que a voz das conferências esteja também presente muito fortemente neste debate no Senado.

Deixo meu agradecimento. Alguns dos destaques das nossas emendas estão todos já disponíveis, e a gente, com certeza, vai construir bastante no Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Andressa. Realmente, o trabalho constante de acompanhamento dos indicadores de educação feitos pela campanha favorece a todos nós, não é? Nós também recebemos aqui a Fineduca e a CNTE. A Fineduca nos mostrou, de maneira muito estratégica e interessante, outras fontes que precisam ser ativadas, cujos recursos podem vir para a educação, além dos 25% vinculados, sempre almejados por outros – não é? –, sempre alvo de muita instabilidade; e, ao mesmo tempo, há a questão dos 10% do PIB.

Então, muito obrigada por sua contribuição.

Nós vamos passar agora a palavra para Rafael Barreto Almada, 1º Vice-Presidente do Conselho Federal de Química e Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, para os seus dez minutos iniciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que alguns estão com um problema de horário, não é? A gente fez uma alteração aqui por conta disso, mas a gente vai tocando. Não se preocupem, viu? Quando der o horário, a gente compreende.

Pois não, Rafael.

O SR. RAFAEL BARRETO ALMADA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, boa tarde a todos os presentes. Vocês estão conseguindo me ouvir bem?

Queria muito agradecer à Senadora Teresa Leitão pela oportunidade de poder participar deste momento tão importante na Comissão de Educação e Cultura, que é um momento de a gente debater o Plano Nacional de Educação, mais uma etapa importante deste processo de construção de um planejamento, de um plano para a gente pensar a educação e todos os desafios, todas as diretrizes, metas e estratégias necessárias para que a gente possa, cada vez, mais fortalecer a educação no âmbito do nosso país.

Então, como a Senadora colocou, eu vou falar aqui no âmbito de um olhar dos conselhos profissionais, do olhar dessa profissionalização que o Plano Nacional de Educação traz.

A discussão que a gente tem feito hoje dentro dos conselhos profissionais é para, cada vez mais, fortalecer uma formação que dialogue com esse mundo do trabalho, que dialogue com a regularização das profissões, que dialogue com o que a sociedade demanda no objetivo principal dos conselhos profissionais que é defender a sociedade, para que aqueles bons profissionais atuem dentro das áreas de conhecimento; e também, pela oportunidade de ser professor da rede federal, atuar no Instituto Federal e, hoje, liderar o Instituto Federal do Rio de Janeiro, a gente poder falar da importância e um pouco dessas metas.

Se a gente olha o primeiro Plano Nacional de Educação, a gente teve algumas dificuldades na implementação daquelas ações diretamente ligadas com a formação profissional, com a educação profissional e tecnológica.

Para isso, a gente precisa pensar, dentro dessa estratégia, que esse novo marco para o Plano Nacional de Educação – nesse projeto de lei que tem sido debatido e constatado, nessas discussões importantes no Senado, no Congresso Nacional – reforça a necessidade de pensar o que a gente talvez tenha pensado, mas não tenha conseguido evoluir no primeiro momento do Plano Nacional que é a necessidade da transformação digital. A transformação digital está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

extremamente ligada a essas novas tecnologias. Pensar um Plano Nacional de Educação pós-pandemia, que a gente vivenciou, nos traz esse desafio. As instituições de ensino tiveram que ser muito criativas e resilientes no processo de geração desse modelo e muito atreladas à transformação digital.

Como conselho profissional, a gente tem defendido muito que a qualidade da formação dos cursos relacionados à formação de trabalhadores possa pensar a qualidade de infraestrutura dos seus laboratórios. Não dá para a gente pensar um plano em que essas metas não venham atreladas a investimento, para que aquele profissional que efetivamente precise atuar numa área de conhecimento que demande a vivência e a experiência como educação profissional tenha qualidade de infraestrutura.

Então, a gente sempre fala, nas discussões em que a gente tem colocado o Plano Nacional, da necessidade de se pensar estratégias para garantir, um pouco na linha do que já foi apresentado, a infraestrutura e a valorização desses profissionais que vão atuar na educação e nas diferentes modalidades e níveis de formação, mas que se pense, cada vez mais, nesse currículo atualizado.

O Ministério da Educação tem feito um trabalho incrível de fortalecimento não só do sistema de avaliação, mas ele precisa que ser cada vez aprimorado. O sistema de avaliação da educação profissional e tecnológica é estratégico para que a gente possa garantir a qualidade dos cursos da educação profissional.

O novo modelo atrelado à necessidade de pensar a educação a distância também é estratégico nesse processo.

Então, essas atualizações vão garantir, nesse olhar dos conselhos profissionais, que a gente possa ter também, na educação à distância, a qualidade necessária que se tem no modelo presencial, porque a gente também tem esse desafio a cada dia.

E aí, obviamente, vivenciando a instituição de ensino num momento em que a gente tem cada vez mais a necessidade de, primeiro, garantir que os investimentos em educação possam ser efetivamente investimentos e não avaliados como gastos dentro desse processo, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

precisa que o plano nacional pense efetivamente os sistemas públicos e os modelos de financiamento.

Os institutos federais, assim como as universidades federais, têm passado dificuldades na sua concepção por ainda permitirem uma fragilidade nessa consolidação da política de financiamento. Então, pensar estratégias que o plano nacional traga, que valorizem essa questão e discutam claramente o financiamento, porque passar por desmontes, como a educação passou recentemente, com dificuldades de garantia desses investimentos para os nossos estudantes, porque as políticas de acesso ampliaram muito o acesso de pessoas periféricas, pobres, negras e marginalizadas dentro dessas cidades. A gente precisa – e aqui, no Rio de Janeiro, a gente tem uma questão da segurança pública muito forte – pensar na inclusão desse estudante, entender que esse estudante precisa, sim, de uma política de assistência estudantil que garanta a sua permanência, e é essa a proposta que a gente sempre traz nesses debates relacionados.

A gestão democrática é uma gestão necessária. A gestão democrática está relacionada não só com a oportunidade da própria escolha dos dirigentes, como assim a gente faz nos institutos federais, como assim se faz em várias escolas, mas, também, que a gente possa pensar o protagonismo dos estudantes.

Por isso, Senadora, é muito estratégico trazer os estudantes para discutir o plano nacional e é estratégico chamar os conselhos profissionais. A gente fica muito feliz de poder estar neste momento aqui e trazer esse olhar também da formação que garante a qualidade de atendimento da sociedade. Então, os conselhos profissionais querem cada vez mais garantir, e é para isso que eles existem, e, em nome do Conselho Federal de Química, trago aqui também em nome do nosso Presidente José de Ribamar e da nossa comissão de ensino, que tem atuado muito na garantia de um padrão de qualidade na formação que garanta que a gente possa, alinhados com as políticas públicas de educação, junto com o Ministério da Educação, mas que a gente não deixe de olhar a formação para a indústria, a formação para o serviço, a formação para o turismo, que são estratégicas nesse modelo. Então, pensar essas metas...

Quando a gente olha o quanto a gente avançou, mas o quanto a gente ainda precisa avançar... A gente também não pode se culpar por alguns índices, sendo tão frio nessa análise desses números dos primeiros dez anos do Plano Nacional de Educação, porque a gente teve muitas políticas de desconstrução e de desmontes desses investimentos. Não dá para fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

educação de jovens e adultos sem pensar na permanência desse estudante, não dá para pensar na educação profissional sem ter um laboratório digno de qualidade. Então, precisa de investimento, precisa fazer expansão da rede federal, da rede estadual, das redes municipais, mas elas precisam ter investimentos para que essa garantia do estudante possa conseguir chegar, possa conseguir ter uma segurança alimentar.

A gente tem feito uma discussão muito importante aqui no Senado e na Câmara, por exemplo, da segurança alimentar nos institutos federais. Muitos institutos federais ainda não têm um restaurante estudantil e, hoje, a gente está conseguindo fazer um planejamento de um programa de aceleração de investimento junto com o Ministério da Educação, da garantia alimentar e da possibilidade de construir restaurantes estudantis nesses espaços.

Isso o PNE tem que trazer.

Então, ao olhar o novo PNE, além de todas essas questões que a gente coloca e as propostas que a gente traz – e aí a gente tentou sistematizar um pouco essas ideias, até para apresentá-las aqui para a Comissão –, a gente também precisa pensar nesse olhar do primeiro momento do PNE e verificar também essa necessidade de olhar o que foi feito nessa política de desmonte da educação e que nos trouxe à condição atual de ainda olhar a necessidade de melhoria de várias metas, de várias diretrizes, de várias estratégias do primeiro momento do PNE.

Então, eu queria muito agradecer esta oportunidade de falar em nome dos conselhos e dos institutos federais.

A Senadora Teresa Leitão e esta Comissão de Educação e Cultura têm sido estratégicas para vários projetos que estão garantindo esse caminho, e essas propostas de pensar esse novo PNE são uma necessidade e um fortalecimento de que a educação e o nosso país precisam. Principalmente a nossa juventude está ansiosa para que essas metas do PNE não sejam só um indicador distante, mas que sejam parte dessa construção da educação que a nossa sociedade merece.

Então, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui com vocês e de participar deste debate.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Professor, nós lhe agradecemos muito a sua participação e a sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A nossa intenção é realmente envolver toda a Rede Federal de Educação. Nós sabemos que tem um diálogo muito importante para fazer com as escolas públicas de modo geral.

Eu estava comentando aqui com Rafael e com Vinícius que muita coisa de segurança alimentar, de direito à creche e de transporte, que propiciam a permanência do estudante do ensino médio na escola, está no plano de assistência estudantil. A gente avançou, mas ainda não deslanchou totalmente.

Sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil, é uma coisa que eu acho que os meninos vão falar – estão três representações dos estudantes aqui –, mas eu tenho certeza de que a gente vai precisar se debruçar muito sobre isso.

Muito obrigada.

O SR. RAFAEL BARRETO ALMADA (*Por videoconferência.*) – E traz um novo momento – não é, Senadora? – porque, no primeiro momento do PNE, a gente não tinha esse Programa Nacional de Assistência Estudantil...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não tinha. Exatamente.

O SR. RAFAEL BARRETO ALMADA (*Por videoconferência.*) – ... era um decreto frágil. Então, agora a gente tem uma política.

Então, parabéns a este Congresso por isso.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A gente tem condições de avançar mais, não é?

Muito obrigada pela sua presença.

Vou passar a palavra agora para Hugo Silva, estudante, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

O SR. HUGO SILVA (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Primeiro, eu queria começar agradecendo-lhe por este espaço e esta possibilidade de os estudantes poderem falar e terem a sua voz respeitada neste debate que é tão fundamental não só para o futuro, mas também para o presente da educação brasileira. O debate do PNE, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu aqui no Senado com diversos setores do movimento social e do movimento educacional, é muito importante para o nosso país.

Então, eu queria começar agradecendo-lhe por este espaço cedido e também queria começar dizendo que a Ubes, em seus mais de 77 anos de história, tem uma missão clara e inegociável, que é lutar por uma escola que esteja à altura dos sonhos dos estudantes brasileiros. Quando eu falo que é uma luta por uma escola à altura dos nossos sonhos, eu não só falo em relação à construção de prédios mais estruturados, de valorizar os professores, de ter currículos mais conectados com a realidade – isso é muito importante –, mas é, sobretudo, um projeto de país que entenda a educação como um motor do desenvolvimento, da soberania e da justiça social.

Discutir o Plano Nacional de Educação é discutir o que a gente quer para o nosso país pelos próximos 50 anos. Por isso, a gente precisa falar com muita franqueza. A lógica de destinar 10% do PIB para a educação é fundamental e não pode ficar em segundo plano. Essa não é uma meta meramente numerológica ou contábil, é um compromisso estratégico.

O Brasil não vai ser capaz de se industrializar plenamente, de se desenvolver, de garantir autossuficiência tecnológica e de responder aos grandes desafios da era digital, se a gente não tiver um sistema educacional com investimento robusto e voltado para a formação técnica e tecnológica.

E a gente percebe que, a cada crise internacional, como, por exemplo, a recente que a gente teve com os Estados Unidos, fica cada vez mais evidente que um país que não domina sua própria indústria, sua ciência e sua tecnologia fica vulnerável. E a gente consegue entender que isso passa pelo fortalecimento desse projeto que fortalece a escola. Não tem como falar em soberania nacional sem falar no investimento na educação pública gratuita e de qualidade.

E esse fortalecimento que passa direto pela escola é para uma escola que dialoga com o futuro, com a inovação e com a formação do nosso povo, para um trabalho digno, mas também para uma cidadania ativa, para uma escola que prepare o Brasil para os próximos 50 anos e que não repita as desigualdades que cometeu pelos 50 anos que se passaram.

E os desafios que estão colocados aqui no Plano Nacional de Educação não estão colocados apenas para o ensino médio e para o ensino técnico; também estão no começo da vida, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a gente fala, por exemplo, sobre ampliar a oferta de vagas em creches e na educação infantil. Isso é muito fundamental, como prevê o Objetivo 1 do Plano Nacional de Educação.

Isso não é só uma pauta educacional. A gente está falando, aqui, sobre uma garantia de justiça social, porque, quando a gente fala de uma criança entrar numa creche de qualidade, é garantir a sua sobrevivência, é garantir que a sua mãe consiga trabalhar e que a gente consiga ter uma qualidade de vida muito melhor no nosso país, em uma sociedade que possa caminhar de forma mais justa e mais equilibrada.

E eu também não posso deixar de destacar aqui, Senadora, que a construção de um PNE vivo e democrático exige a participação e a autonomia dos estudantes nesse processo. Nesse sentido, eu queria destacar aqui que experiências como as das escolas cívico-militares, que a gente vê espalhadas pelo Brasil, caminham na contramão disso que a gente fala que é democrático e soberano. Tentam impor aí uma disciplina autoritária em vez de promover a cidadania crítica, o pensamento e a discussão ideológica.

O futuro da educação não está em silenciar os estudantes, mas, sim, em ouvi-los e fortalecer aquilo que é a principal ferramenta para a transformação social do nosso país, que são os grêmios estudantis, e fazer e construir uma escola como um espaço de liberdade, de pensamento e de democracia. Não à toa a gente ocupa as ruas de todo o Brasil com uma palavra de ordem que é muito importante e que simboliza o que a gente quer pelos próximos 50 anos: democracia da sala de aula ao Brasil.

A gente não pode recuar em dizer que a gente não pode mais aceitar um minuto e nenhuma escola mais como as escolas cívico-militares, porque esse modelo não nos representa e não está à altura dos nossos sonhos.

Mas eu queria destacar aqui também que um grandioso obstáculo, senão o maior obstáculo, para que o PNE que passou fosse cumprido esteve na ausência de um Sistema Nacional de Educação. Sem esse sistema de governança, as metas ficaram muito à mercê das vontades isoladas de cada sistema de educação.

O Brasil precisa de um espaço institucional em que a gente consiga reunir os entes federativos, os gestores, os professores e os estudantes para monitorar essas metas, para a gente conseguir propor ajustes; para a gente conseguir garantir que o PNE não seja só um documento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

bonito no papel, mas um projeto executável; e para a gente conseguir realizar esse Plano Nacional de Educação no chão da escola pública.

A gente acredita que o PNE não pode ser só uma ideia morta, congelada na letra da lei. Ele é vivo, ele se desenvolve todos os dias no olhar de cada estudante em sala de aula, no trabalho do professor, no esforço das famílias. Mas, para que ele seja vivo, de fato, a gente precisa de coragem e altivez. A gente não pode aceitar chegar a 2035, voltar a este mesmo espaço e dizer que 90% das metas não foram cumpridas. A gente não pode constatar, mais uma vez, que o Plano Nacional de Educação falhou. A gente precisa de um plano nacional vitorioso, que chegue daqui a dez anos, quem sabe, com todas as metas cumpridas.

O que não falta para gente é diagnóstico; a gente sabe quais são os problemas. O que falta mesmo é esse sistema, é coordenar tudo isso, é o compromisso de executar todas essas metas. Por isso, defender a construção do Sistema Nacional de Educação, junto ao novo Plano Nacional de Educação, é defender um futuro real, um futuro plenamente realizável, um futuro em que o monitoramento das metas seja contínuo, transparente e participativo. Isso porque CNE é indispensável: ele vai dar respostas e consequências ao Plano Nacional de Educação, que foi elaborado aqui. Ele também permitirá que os professores, os estudantes, os gestores e o poder público estejam lado a lado, na mesma esfera de domínio, na mesma esfera de poder, contribuindo, corrigindo rotas, garantindo que cada meta seja uma prioridade.

Por isso, eu queria encerrar aqui reafirmando: a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) defende uma escola não só à altura do sonho dos estudantes, mas também à altura também dos desafios do Brasil.

O Plano Nacional de Educação precisa ser mais do que um conjunto de ideias; precisa ser um compromisso de Estado, construído com coragem e executado com responsabilidade.

É isso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem. Objetividade e muita profundidade.

Quando você falou aí, Hugo, do mote "Democracia da sala de aula ao Brasil", eu me lembrei do nosso mote na greve de 1979. Foi uma greve em plena ditadura militar, em que a campanha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

das Diretas começava a se desenhar, e a gente dizia assim: "Diretas Já: de Presidente a Diretor Escolar!". A gente anexou muito à nossa greve essa questão política da sociedade, como você também iniciou fazendo... Eu acho que é isso.

A concepção de escola pública, a concepção de Plano Nacional de Educação está vinculada a um projeto maior. Por isso, o nosso plano precisa ser democrático e emancipador; não pode ser um plano meramente burocrático para o alcance de metas. No final, a gente vai ver que todo mundo está levantando essa questão de metas, é o ponto focal, porque, se estão lá, como fazer para elas serem devidamente atendidas e atingidas?

Parabéns pela sua intervenção.

Passo, agora, para Hugo Silva, Presidente da União dos Estudantes... Não, você já foi.

Agora, é Vinícius Soares, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG).

O SR. VINÍCIUS SOARES (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Boa tarde a todos que estão aqui presentes, a todos que estão nos escutando. Eu me sinto muito honrado de estar aqui dividindo esta mesa, Senadora, que representa o meu Estado de Pernambuco.

Eu sou Vinícius Soares, sou biólogo por formação e, atualmente, faço doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, apesar de ser pernambucano. Primeiramente, acho que valorizar muito este espaço, Senadora – colocando, inclusive, este debate do PNE, pelo menos agora nesses últimos dois meses –, tem um elemento agora principal, porque também a gente precisa pincelar o Plano Nacional de Educação com o debate da soberania nacional, porque, quando se fala de soberania nacional, fala-se de qual sistema educacional a gente quer que prepare o nosso povo, inclusive para que se possa defender as nossas riquezas, defender o nosso povo brasileiro e defender o que é mais importante: o povo brasileiro poder decidir o seu próprio caminho. Então, a educação tem também esse fator fundamental.

Aqui na apresentação – tanto o Senado Federal quanto a Câmara de Deputados têm debatido sobre o Plano Nacional de Educação –, nós temos colocado alguns desafios para a pós-graduação brasileira. É preciso destacar que a pós-graduação brasileira, dessas metas do último Plano Nacional de Educação, foi o único campo, o único âmbito em que, de fato, o Plano Nacional de Educação conseguiu atingir as metas, de a gente titular 25 mil doutores por ano; de a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

titular quase 60 mil mestres por ano; mas, apesar disso, nós temos alguns desafios. Um primeiro desafio, coloco aqui para o debate no Senado Federal, é que não tem hoje um sistema nacional de pós-graduação. Por que se coloca isso? Porque, hoje, no Brasil, existem duas modalidades de pós-graduação: *stricto sensu* e *lato sensu*. *Stricto sensu* é responsável pelo mestrado, pelo doutorado, e *lato sensu* são as especializações, MBAs, as residências em saúde.

Vejam, nós temos, de um lado, o *stricto sensu*, sendo, ali, regulamentado e avaliado pela Capes, que possui uma função essencial no nosso sistema. Na pós-graduação *lato sensu*, as residências em saúde são cuidadas pelo Ministério da Educação e Ministério da Saúde, mas as especializações, que abarcam cerca de 1,3 milhões de pós-graduandos, nunca foram regulamentadas no Brasil. Elas sequer são avaliadas.

Hoje, a gente tem justamente todos esses campos da pós-graduação, cada um em uma esfera governamental, mas com a qual ainda não se tem uma interlocução. Para debater, de fato, um verdadeiro Plano Nacional de Educação que contemple a pós-graduação, nós precisamos também visualizar que precisamos ter um sistema nacional de pós-graduação.

Um outro fator que nós queremos trazer, justamente na perspectiva da pós-graduação *stricto sensu*, é o da concepção dessa categoria do que seria o pós-graduando. Nós temos feito um debate, Senadora, em que o pós-graduando, na prática, hoje, pode ser inclusive reconhecido como a quarta categoria dentro das universidades, porque nós temos os estudantes universitários, nós temos os técnicos administrativos, nós temos os docentes e temos os pós-graduandos que acabam refletindo o que é, na verdade, uma categoria híbrida: ele compreende algumas características de ser estudante, porque ainda estamos em uma formação continuada, mas, ao mesmo tempo, nós somos trabalhadores da ciência, porque produzimos 90% da ciência nacional. Já temos uma graduação, já temos um diploma universitário e estamos dedicando a nossa vida, o nosso cotidiano, o nosso labor, à produção científica.

Na prática, o que essa mescla... Essa categoria híbrida, em vez de somar ambos os direitos – categoria estudantil e trabalhadores –, possui... Na prática, nós temos o que a gente está chamando de eclipse de direitos, porque, para quem é pós-graduando, nós temos, de fato, eclipse de direitos sociais.

E uma das coisas que nós temos pautado justamente é que esse eclipse de direitos... Nós inclusive o formulamos neste dossiê aqui, Senadora, que nós queremos lhe apresentar, que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dossiê Florestan Fernandes. Ele faz menção ao então Deputado Florestan Fernandes, que protocolou, aqui no Congresso Nacional na década de 90, um projeto de lei para tratar sobre os direitos dos pós-graduandos. Então, já naquela época se debatia. Nós produzimos esse dossiê que fala justamente desse diálogo sobre a condição do pós-graduando no mundo do trabalho e da formação.

A partir desse dossiê – aí pelo QR *code* quem está em casa pode acessar –, justamente o diagnóstico que nós temos é de uma crise de formação de quadros técnicos no Brasil a partir da falta de perspectiva, porque as bolsas de estudos ainda são uma remuneração muito baixa. Nós temos essa ausência de direitos. Sequer o tempo que nós passamos no mestrado e no doutorado é contabilizado para a nossa previdência.

Inclusive já queremos dar a notícia aqui de que conseguimos todas as assinaturas necessárias para um requerimento para tramitar, em regime de urgência lá na Câmara de Deputados, um projeto de lei que trata de garantir os direitos previdenciários para os pós-graduandos. Então, a nossa luta é para que a gente possa aprovar ali rapidamente e trazer aqui também para esta Casa poder debater essa condição do trabalho dos pós-graduandos.

Outra perspectiva também é a própria ausência de perspectiva de emprego e o engessamento da pós-graduação.

Além disso, eu vou trazer aqui alguns elementos sobre a situação atual da pós-graduação. Hoje, apenas 40% dos pós-graduandos são bolsistas, por isso é que uma das nossas palavras de ordem é "bolsas para geral", para que a gente possa ter o Estado brasileiro concedendo bolsas para todos aqueles estudantes que possam se dedicar exclusivamente à produção científica.

Nós temos aí um gráfico sobre o processo de desvalorização das bolsas de estudos. Hoje a bolsa de doutorado, Senadora, equivale a R$3,1 mil. Se a gente tivesse apenas a correção inflacionária desde 1995, a bolsa de doutorado deveria estar equivalendo a R$7 mil. Ou seja, a gente tem um distanciamento muito grande do poder de compra dessas bolsas de estudos, e a gente sabe que com R$3,1 mil é muito difícil os pós-graduandos sobreviverem, em especial nas principais capitais brasileiras.

O problema da empregabilidade, por quê? Porque hoje 70% dos doutores empregados no país estão no setor da educação. Aqui não está se fazendo um debate de que nós não precisamos de doutores na universidade, pelo contrário, precisamos e muito, em especial nas universidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

privadas, mas, se a gente olhar todos os países que lograram algum nível de desenvolvimento, justamente eles formam esses mestres e doutores, e esses mestres e doutores vão para o que a gente está chamando de setor produtivo econômico não acadêmico, justamente para poder trazer essa contribuição que ele aprende na pós-graduação.

Outra perspectiva também que nós trazemos é justamente essa crise sistêmica de formação de quadros técnicos, porque congrega a ausência de direitos, a falta de perspectiva e o próprio engessamento da pós-graduação. Então, nós trazemos justamente esse gráfico que é o número de titulados, de doutores. A gente vê ali na linha abaixo, em azul, o número de doutores. Aquele crescimento ali, em especial, de 2010 a 2019, é justamente a meta do PNE passado. A gente teve a meta ali de titular 25 mil doutores, mas, se a gente começar a enxergar o desmonte sofrido de 2016 a 2022, ele teve ali uma consequência muito grave. De 2019 a 2023, o Brasil deixou de titular quase 30 mil doutores. Isso é algo que pode ter uma consequência muito nociva para o nosso desenvolvimento, e por isso nós temos pleiteado justamente essa política de ampliar o número de doutores no Brasil.

Esse é outro quadro também que nós trazemos, que é justamente o processo de ingressantes dentro da pós-graduação. E a gente consegue enxergar ali que, entre dez anos, desde 2014 até 2024, o Brasil já está com uma taxa menor do que nos últimos dez anos, ou seja, a gente voltou a ter ingressantes no doutorado com a mesma taxa do que a gente tinha em 2014, e sabemos que a nossa meta é sempre tentar ampliar de alguma perspectiva.

Esse é um gráfico sobre as perdas acumuladas do orçamento do conhecimento. O que o reitor colocou aqui, o Prof. Rafael, é muito importante a gente ter um sistema que possa ter uma sustentabilidade financeira e possa fazer com que a gente consiga atingir essas metas. Então, os cálculos, pelo Observatório do Conhecimento,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINÍCIUS SOARES – ... a ciência e a educação já perderam aí quase 120 bilhões, em pouco mais de seis anos. Então é isso justamente que a gente precisa tentar recuperar ao longo destes últimos anos.

Aí é outra perspectiva também da expansão do número de doutores no país. A média da OCDE é praticamente 0,8 doutores a cada 100 mil habitantes. Quando a gente vai ver, a meta do Brasil é 0,2, ou seja, o Brasil, apesar de a gente ter alcançado a meta do PNE, o que foi muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ousado e muito acertado, o Brasil ainda titula cinco vezes menos que o número de doutores da média dos países da OCDE. E, para o Brasil poder alcançar a média da OCDE, nós precisamos titular 1,5 milhão de doutores, e isso teria um impacto financeiro de 112 bilhões ao longo de um período, por exemplo, de dez anos. Então a gente teria ali uma aplicação de 11 bilhões por ano para titular esses 1,5 milhão. É um recurso pequeno frente ao orçamento da União, o orçamento do Estado brasileiro, mas precisa de fato ter uma decisão política deste Congresso Nacional e também do Governo Federal frente a essas necessidades de número de doutores.

E, para já finalizar aqui, nós temos algumas propostas, porque nós somos esse movimento estudantil que é muito consequente. Nós apresentamos a problemática, mas também nós temos algumas propostas e algumas ideias para apresentar a esse PNE, que é justamente a gente garantir uma cesta de direitos básicos para os pós-graduandos, garantindo direitos previdenciários, trabalhistas e estudantis. E aqui eu queria abrir um parêntese: isto aqui não é tratar de privilégios; isto aqui é tratar justamente o que a própria Constituição brasileira já prediz, no capítulo da ciência e tecnologia, que coloca que o Estado brasileiro precisa prover condições especiais para aqueles que se dedicam à ciência e tecnologia. Então, por isso, nós temos essa formulação política de cesta de direitos básicos, que está contida aí nesse dossiê Florestan Fernandes.

E nós temos um conjunto de metas, que é justamente ajustar a meta, porque hoje, na proposta do PNE que está sendo debatida, são 35 doutores para cada 100 mil habitantes, mas nós acreditamos que precisamos ser ousados frente aos nossos desafios nacionais e ampliar para 70 doutores por 100 mil habitantes.

O segundo ponto é o reconhecimento do vínculo híbrido do pós-graduando como estudante e trabalhador, o próprio Plano Nacional de Pós-Graduação já é o primeiro documento do Estado brasileiro que reconhece essa condição híbrida; a adoção de políticas de valorização de assistência estudantil e de valorização permanente, como recomposição, reajuste das bolsas, bolsas para geral; a inclusão da assistência estudantil para pós-graduação, que conseguimos agora no último período com o Plano Nacional de Assistência Estudantil, mas precisamos colocar no orçamento específico também com foco na moradia, alimentação, saúde mental; a expansão das políticas afirmativas para inclusão das mulheres, negros, indígenas, quilombolas; e, por último, também uma articulação efetiva entre a Capes, CNPq e as fundações de amparo nos estados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINÍCIUS SOARES – ... e também com as universidades públicas, para viabilizar um sistema nacional de pós-graduação; a criação e incentivos de inserção de mestres e doutores nas indústrias, nos serviços públicos.

E aí, Senadora, também vai ser debatido, possivelmente agora na Comissão de Educação, aqui a Comissão que a senhora preside, o Projeto de Lei 1.104, que é da relatoria do Senador Cid Gomes, em que justamente nós temos a perspectiva de que as empresas possam contratar mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos. Acreditamos que isso aqui não vai ter um impacto econômico, mas vai ser fundamental para a gente avançar no Brasil.

E, por último, criar um censo e um sistema de avaliação de pós-graduação *lato sensu*, também com perspectiva para reduzir a carga horária formativa das residências em saúde, porque os residentes em saúde, Senadora – não sei se a senhora tem conhecimento –, precisam executar 60 horas semanais de trabalho, e é contraditória à principal pauta do movimento trabalhador no Brasil, que é a redução da jornada de trabalho, e a gente não está discutindo também a redução da jornada de trabalho das residências em saúde.

Então, trazemos esses pontos aqui que, para a gente, são fundamentais estar no Plano Nacional de Educação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem. Muito obrigada.

Nós já ouvimos aqui a Capes, o CNPq e sabemos da demanda por uma política mais contínua de reajuste das bolsas de estudo. Nós pegamos também uma lacuna muito grande, muita coisa para reconstruir, para poder, depois de aplainado um pouquinho o terreno, a gente começar a ampliar e construir de fato o que a gente quer.

A assessoria me deu ciência, Vinícius, de que o Projeto 1.104 está pautado para a reunião da próxima terça-feira. Então, se quiserem aqui acompanhar a discussão e a votação, o Senador Cid Gomes certamente estará presente para fazer a relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos para a nossa última convidada do dia, que é a Bianca Borges, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Seus dez minutos iniciais, Bianca.

A SRA. BIANCA BORGES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Excelente. Muito obrigada, Senadora Teresa Leitão.

Cumprimento todos que estão nos acompanhando aqui nas pessoas dos meus colegas Hugo e Vinícius.

Sou Presidente da União Nacional dos Estudantes, a nossa entidade para a representação dos estudantes universitários de todo o Brasil e agradeço igualmente a oportunidade de participar deste momento.

Trago aqui algumas considerações que vêm do nosso estudo, da nossa análise do projeto que está em discussão, partindo do ponto de vista de que para nós qualidade na educação não significa somente padrão técnico, significa também democracia, inclusão, permanência e compromisso social. Esses pilares, quando se discute a educação superior no Brasil, são fundamentais, porque é claro que, em que pese a educação desempenhar um papel fundamental para os segmentos econômicos, para o desenvolvimento do nosso país, a educação jamais pode ser vista de um ponto de vista somente utilitarista, mas tem que ser vista associada a um verdadeiro processo de desenvolvimento, mas também de transformação social.

Então, começo aqui as considerações colocando que o ponto de partida para a discussão de qualquer uma das metas, e nós viemos de um período de avaliação do Plano Nacional de Educação da década anterior... É necessário colocar que nenhuma meta será cumprida sem financiamento estruturante. Os dados que nós temos – são de 2021 – indicam que hoje o Brasil investe cerca de 5,5% do PIB em educação, mas apenas 0,9% do PIB em ensino superior, muito abaixo de outros países aqui da América Latina, como o Chile e a Argentina, por exemplo.

Então, em primeiro lugar, para iniciar este debate, nós reafirmamos a nossa bandeira histórica: queremos 10% do PIB efetivamente aplicados na educação, conforme já previsto no PNE anterior, queremos a destinação de 75% dos *royalties* do petróleo e de 50% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal para financiar as universidades, a ciência e a tecnologia. Sem falar em orçamento robusto, falar em qualidade, infelizmente, se torna uma realidade distante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Partindo para um segundo ponto, é necessário que nós reconheçamos também que a questão da permanência no ensino superior é dramática. Segundo dados do Inep, a evasão no ensino superior ultrapassa 50% em alguns cursos e modalidades. Nós temos observado uma evasão maior especialmente nos cursos de licenciatura, com uma média que já se aproxima dos 60%, e mais de três em cada dez estudantes abandonam a universidade ainda no primeiro ano.

Esses números nos mostram que não basta garantir o acesso, nós precisamos de políticas robustas de permanência estudantil, e isso significa ampliar e fortalecer o Plano Nacional de Assistência Estudantil, significa assegurar restaurantes universitários, moradias, bolsas de pesquisa e de extensão, desenvolver políticas de apoio à saúde mental e inovar com medidas, como uma das proposições elaboradas pela União Nacional dos Estudantes, que é o Bolsa Atleta, no Prouni: uma proposição que nós apresentamos para garantir que jovens de baixa renda possam estudar e praticar esporte sem abandonar os seus cursos e, a partir daí, ter também acesso a outras oportunidades.

Nesse sentido, é importante diferenciar também que existe uma modalidade semelhante, só que ela é voltada apenas a atletas de alto rendimento, uma realidade muito distante. Nós estamos propondo aqui a valorização do esporte universitário como um meio de inserção cultural, como uma possibilidade de inserção no acesso ao ensino superior, dado o papel do esporte na superação de tantas desigualdades que nós vemos no nosso país e tantos exemplos históricos que nós tivemos de como as políticas de incentivo ao esporte são aliadas importantes também da educação.

Outro ponto central, felizmente já previsto ali no texto que nós estamos debatendo para o próximo período, mas que precisa ser reforçado aqui e valorizado no debate, é a Lei de Cotas. Em pouco mais de dez anos, a presença de negros, indígenas e estudantes oriundos de escolas públicas dobrou nas universidades federais. Em 2022, mais de 50% dos ingressantes das instituições federais de ensino superior já eram pretos, pardos e indígenas – este é um avanço civilizatório que não pode retroceder, por isso nós valorizamos que o PL traga o cumprimento da Lei de Cotas como uma das suas metas.

Avançando no que diz respeito à avaliação e à regulação, nós colocamos aqui que a UNE é autora da proposta de criação do Insaes (Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Educação Superior), que tem um papel destacado especialmente no que diz respeito à avaliação da qualidade do ensino nas instituições de ensino privadas no nosso país.

Esse instituto que nós propomos tem como missão integrar os sinais, indo além de indicadores meramente produtivistas, tem como objetivo integrar extensão, impacto social, diversidade e permanência como critérios de qualidade; garantir a participação estudantil e social no processo de avaliação e de regulamentação do ensino superior privado no Brasil; e supervisionar, de forma transparente, tanto as universidades públicas, quanto as universidades privadas.

Nós não podemos aceitar retrocessos que entreguem a regulação de qualidade ao mercado. Educação não é mercadoria. Por isso, colocamos essa proposição aqui.

Ainda nesse sentido também, temos outro ponto crucial. O ensino superior não pode ser tratado como um campo de especulação de negócios. A União Nacional dos Estudantes defende, portanto, a proibição da entrada do capital estrangeiro nas universidades privadas e instituições de ensino de modo geral. É uma medida que já foi debatida no Congresso Nacional, mas que nós precisamos reafirmar. A universidade não pode ser balcão de negócios. Permitir o capital estrangeiro, na maneira como acontece hoje, significa abrir mão da soberania nacional sobre a formação do nosso povo, entregando a educação a conglomerados internacionais que visam somente ao lucro e não à missão pública de formar cidadãos e cidadãs para construir o Brasil.

Avançando um pouco sobre a vocação da universidade no que diz respeito a extensão e currículo, eu gosto de retomar Anísio Teixeira, que diz que a vocação da universidade é manter vivo o saber, formular intelectualmente a experiência humana e servir à sociedade. Por isso, nós temos defendido que a extensão assuma um papel de eixo estruturante da formação superior no Brasil. Isso significa valorizar a carga horária de extensão, já prevista, mas também ir além. Desenvolver programas de extensão estruturantes, em nível nacional, em periferias, quilombos, aldeias, escolas públicas.

Nesse sentido, a União Nacional dos Estudantes tem avançado com a proposição de um projeto que nós batizamos de Projeto Rondon Urbano, Projeto Milton Santos, justamente para potencializar essa vocação da universidade. Mas é necessário também integrar ensino, pesquisa e extensão, de modo a responder aos grandes desafios contemporâneos: a desigualdade, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mudanças climáticas, a violência, o analfabetismo, a exclusão social e tantas desigualdades que permeiam a sociedade brasileira.

Nós defendemos também uma reformulação curricular profunda, que seja interdisciplinar, transdisciplinar, que forme profissionais críticos e cidadãos ativos, e não apenas técnicos para o mercado.

Nesse sentido, sintetizamos, portanto, as nossas propostas em: 10% do PIB para a educação, mais os 75% dos *royalties* do petróleo e os 50% do Fundo Social do Pré-sal para a educação, com ampliação da porcentagem do PIB e dos demais investimentos destinados especificamente à educação superior; o fortalecimento das políticas de permanência estudantil; o cumprimento e a ampliação da Lei de Cotas; a criação do Instituto Nacional de Supervisionamento e Aperfeiçoamento do Ensino Superior, garantindo inclusive o controle social e a participação de estudantes e setores diversos do movimento educacional nesse processo; a proibição absoluta do capital estrangeiro no ensino superior; e a incorporação e o desenvolvimento da extensão e do currículo, sintonizados com a vocação transformadora da universidade brasileira.

O futuro do Brasil depende da qualidade do ensino superior, depende das instituições de ensino públicas, gratuitas, de qualidade e socialmente referenciadas. Depende também de uma regulamentação robusta do ensino superior privado, que permita que essas universidades cumpram um papel de formação de qualidade, formação crítica e emancipadora dos cidadãos também.

A União Nacional dos Estudantes se coloca à disposição para ajudar a amadurecer, a construir esse projeto, e valoriza este momento fundamental que nós estamos vivendo, que é de discussão do novo Plano Nacional de Educação, que vigorará aí por mais uma década.

Acima de tudo, nos colocamos também à disposição para garantir o devido cumprimento desse Plano Nacional de Educação que seja abrangente, mas também que seja efetivo e que mude a realidade nas salas de aula do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Bianca.

Em síntese – Bianca foi a última convidada –, as falas retomaram dois pontos que estão sendo, entre outros, sempre tratados aqui nas nossas audiências: como monitorar o plano, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que as metas sejam acompanhadas – não é um monitoramento punitivo, mas um monitoramento avaliativo, que possa servir para redirecionar, reposicionar, para que a gente não se baseie apenas em diagnósticos, mas também em prognósticos –; e a outra questão é a do financiamento, não é? Tanto esses índices que estão colocados no plano quanto quais outras fontes de recursos a gente pode ter. Sem um plano com uma estrutura muito vigorosa de financiamento, as metas certamente ficam prejudicadas.

Então, eu quero agradecer a todos e a todas que estiveram nesta reunião de hoje. Alguns já saíram por motivo de horário e de voos, mas nós temos dois ainda, aos quais eu pergunto se querem fazer, em dois minutinhos, as suas despedidas. (*Pausa.*)

Vou passar para o Vinícius, então.

O SR. VINÍCIUS SOARES (Para expor.) – Só quero agradecer aqui à Senadora e ao Senado por abrir esse espaço para diálogo, em especial com o movimento estudantil. Nós estamos acompanhando desde o início e vamos continuar acompanhando; e aí, nesse processo de votação do PNE, com certeza vamos colocar muitos estudantes aqui no Senado, na Câmara de Deputados, para que a gente possa fazer inclusive um processo muito vivo do que foi ali aquela votação do PNE em 2014, quando o Brasil...

Uma vez, na semana retrasada, eu coloquei: quando essas Casas aqui, o Senado e a Câmara, foram mais progressistas, mais colocando a pauta para o povo brasileiro, foi quando, de fato, a juventude participou desses debates. E é muito o nosso objetivo a gente trazer as problemáticas, porque sabemos que enfrentamos problemas muito grandes aqui no Brasil, mas nós temos propostas, e o Brasil tem saída. O Brasil tem conseguido avançar nessa proposta de reconstrução, mas, como a Senadora e os demais convidados colocaram, precisamos perseguir um caminho que possa garantir uma sustentabilidade ao nosso Sistema Nacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINÍCIUS SOARES – ... de Educação, garantindo que nossos meninos e meninas possam entrar nas escolas, entrar na universidade, sair com o seu diploma e contribuir com o desenvolvimento brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Vinícius. A juventude é sempre muito bem-vinda aqui nestas Casas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bianca, para sua despedida, em dois minutinhos.

A SRA. BIANCA BORGES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço novamente a oportunidade de participar, e, no mesmo sentido do Vinícius, lembro aqui a participação dos estudantes e das entidades estudantis na discussão e formulação do Plano Nacional de Educação anterior, foi a possibilidade de sonhar com muitas perspectivas, de promover debates que foram e que até hoje são fundamentais para o movimento estudantil. (*Falha no áudio.*)

... sai num novo plano (*Falha no áudio.*)

.... mais ousado para o próximo período, que responda aos desafios do desenvolvimento e da soberania do nosso país.

Acima de tudo, quero lembrar posicionar a educação como um motor do desenvolvimento do nosso país, não como um gasto público, mas como um investimento estratégico para o nosso futuro.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Bianca.

Para mim, na condição de Presidenta da Comissão de Educação e de professora, foi muito simbólico que a última audiência deste ciclo tenha sido majoritariamente conduzida pelas representações estudantis.

Nós recebemos aqui, na Comissão, gestores, pesquisadores, acadêmicos, representantes sindicais, muitas entidades da sociedade civil, mas não poderíamos fechar o ciclo sem ouvir os estudantes, para quem o plano se dedica. Nós, professores, somos os agentes – importantes também – que precisam ser valorizados, mas o objetivo e o foco principais de uma educação de qualidade é a juventude, é a criança, é o adolescente. Nós queremos que esse plano alcance todos e todas.

Uma questão que o Vinícius falou, e que não me ocorreu na hora destacar, é a evasão nas licenciaturas. Por isso, inclusive, o Governo lançou o Pé-de-Meia, também para estimular. Nós não podemos ter apagão de professores para tocar esse plano, pelo contrário. Temos que ter professores e professoras valorizados, qualificados, bem remunerados, porque o desafio é grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Uma década é um pequeno espaço no ciclo histórico da construção da sociedade, no ciclo civilizatório, mas perder uma década é perder muito. Então, a gente precisa estar afiados e afiadas, com muita esperança, para que esse plano se torne realidade na vida dos brasileiros e das brasileiras.

Muito obrigada a todos e a todas.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 55 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às treze horas e trinta e oito minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Efraim Filho, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Marcos Rogério, Beto Faro, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Weverton, Izalci Lucas, Ciro Nogueira, Paulo Paim, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Wilder Morais e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Cid Gomes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4506, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para reduzir o valor mínimo de contratação a partir do qual é obrigatória a implantação de programa de integridade pelo contratado, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 2, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Com base nos arts 102-A e 102-B, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é apresentada Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) , para apurar, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), o não cumprimento, por parte do Ministério do Esporte, da publicação do relatório de acompanhamento da aplicação de recursos para o desporto provenientes de loterias federais, repassados ao Comitê Olímpico do Brasil e ao Comitê Paralímpico Brasileiro." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 1, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), os termos do "Acordo Operativo" ou "Termo de Compromisso" firmado entre ENBPar, Ande e Itaipu Binacional, objeto do Parecer N° 162/2025/CGRAI/DIRAI/SNAI/CGU da Controladoria Geral da União (CGU)." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela admissibilidade da matéria e apresentação de requerimento. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da**

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6486699859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 14, de 2025 que: "Requer que sejam convidadas as citadas autoridades para prestar informações sobre contratos, ajustes, doações e transferências financeiras feitos pela União à Organização dos Estados Ibero-Americanos - OEI, especificamente no contexto das, mas não se limitando às, preparações sobre a COP30." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Retirado de pauta pelo autor. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 15, de 2025** que: "Requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que realize auditoria visando avaliar a regularidade da execução orçamentária, as políticas públicas implementadas e os impactos decorrentes da aplicação dos recursos da Lei nº 14.922, de 11 de julho de2024, que abriu crédito extraordinário no valor de R$ 1.062.231.956,00." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 16, de 2025** que: "Requer a convocação do Exmo. Sr. Carlos Roberto Lupi, Ministro da Previdência Social, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as fraudes bilionárias em descontos indevidos no Instituto Nacional do Seguro Social investigada pela Polícia Federal e pelo Instituto Nacional de Seguro Social." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN) e outros.. **Resultado:** Aprovado com aditamento para converter a convocação em convite ao Ministro Carlos Lupi. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 17, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Carlos Roberto Lupi, Ministro de Estado da Previdência Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos acerca da operação policial que investiga fraude bilionária em benefícios do INSS." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Prejudicado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6486699859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/29

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos.

Declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto às Sras. e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*.

Passamos à pauta.

Do item 1, o Relator não está presente.

Do item 2, também.

O item 4 foi retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 14, DE 2025

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6486699859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer que sejam convidadas as citadas autoridades para prestar informações sobre contratos, ajustes, doações e transferências financeiras feitos pela União à Organização dos Estados Ibero-Americanos - OEI, especificamente no contexto das, mas não se limitando às, preparações sobre a COP30.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC))

Vamos ao item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 15, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que realize auditoria visando avaliar a regularidade da execução orçamentária, as políticas públicas implementadas e os impactos decorrentes da aplicação dos recursos da Lei nº 14.922, de 11 de julho de 2024, que abriu crédito extraordinário no valor de R$1.062.231.956,00.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

O Requerimento é de minha autoria.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Requerimento nº 16, que é de autoria do Senador Rogerio Marinho, eu vou subscrever.

ITEM 6

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6486699859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 16, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a convocação do Exmo. Sr. Carlos Roberto Lupi, Ministro da Previdência Social, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as fraudes bilionárias em descontos indevidos no Instituto Nacional do Seguro Social investigada pela Polícia Federal e pelo Instituto Nacional de Seguro Social.

Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN) e outros.

Eu quero aqui... Eu fiz a sugestão ao autor do requerimento, o Senador Rogerio, de que a gente possa transformar esse requerimento de convocação em convite, em virtude, inclusive, de o Ministro Lupi já haver entrado em contato conosco e ter agendado para a próxima quarta-feira sua presença aqui na nossa Comissão.

Nós havíamos convidado o Ministro, a aproximadamente duas semanas atrás, para falar sobre a greve dos médicos peritos do INSS, mas houve um acordo entre os grevistas e o ministério, de forma que perdeu o objeto aquele convite. E agora nós estamos fazendo o convite especificamente para tratar do tema dessas fraudes bilionárias no desconto dos servidores aposentados e pensionistas do Ministério da Previdência Social do país.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 7, de minha autoria.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 17, DE 2025

- Não terminativo -

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6486699859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Carlos Roberto Lupi, Ministro de Estado da Previdência Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos acerca da operação policial que investiga fraude bilionária em benefícios do INSS.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Esse requerimento é um requerimento de teor semelhante, de forma que ele perde seu objeto, já que nós aprovamos o convite ao Ministro Lupi para tratar do mesmo tema.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Uma boa tarde a todos.

(*Iniciada às 13 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 42 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6486699859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às doze horas e quatorze minutos do dia seis de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Efraim Filho, Jorge Seif, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho, Beto Faro, Rogério Carvalho e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val, Augusta Brito, Izalci Lucas e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Cid Gomes, Flávio Bolsonaro, Ana Paula Lobato e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4506, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para reduzir o valor mínimo de contratação a partir do qual é obrigatória a implantação de programa de integridade pelo contratado, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto com as emendas 1 e 2-CTFC. **ITEM 2 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 2, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Com base nos arts 102-A e 102-B, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é apresentada Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) , para apurar, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), o não cumprimento, por parte do Ministério do Esporte, da publicação do relatório de acompanhamento da aplicação de recursos para o desporto provenientes de loterias federais, repassados ao Comitê Olímpico do Brasil e ao Comitê Paralímpico Brasileiro." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pelo arquivamento da matéria. **ITEM 3 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 1, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), os termos do "Acordo Operativo" ou "Termo de Compromisso" firmado entre ENBPar, Ande e Itaipu Binacional, objeto do Parecer N° 162/2025/CGRAI/DIRAI/SNAI/CGU da Controladoria Geral da União (CGU)." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Relatoria:**

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela admissibilidade da matéria e apresentação de requerimento. **Resultado:** Aprovado o relatório prévio, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela admissibilidade da matéria e apresentação de requerimento. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 18, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Wolney Queiroz Maciel, Ministro da Previdência Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as fraudes bilionárias relacionadas a descontos não autorizados por aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 19, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Wolney Queiroz Maciel, Ministro da Previdência Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre políticas públicas da pasta no acompanhamento e na modernização das práticas gerenciais e de prestação de serviços públicos quanto à eficácia, efetividade e eficiência e de medidas de transparência e prestação de contas e de informações à população a serem adotadas pela pasta ministerial, inclusive quanto à responsabilidade fiscal, dos recursos e dos gastos públicos sob a gestão do Instituto Nacional de Seguro Social." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 20, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Wolney Queiroz, Ministro da Previdência Social, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as fraudes no INSS e seus encontros com representantes de entidades associativas e sindicais sob investigação." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado com aditamento para converter a convocação em convite. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/06

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Declaro aberta a 10ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto aos Srs. e Sras. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação data da última reunião.

Aqueles que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi publicada na pauta uma listagem de documentos recebidos na Comissão, que estarão disponíveis em sua página por um prazo de 15 dias. Não havendo manifestação, serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Passemos à pauta.

O primeiro item da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4506, DE 2021

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para reduzir o valor mínimo de contratação a partir do qual é obrigatória a implantação de programa de integridade pelo contratado, e dá outras providências.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações:

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

A relatoria é do nosso querido Senador Sergio Moro.

Com a palavra o Relator.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Agradeço, Senador Hiran, Presidente desta Comissão.

Passo, com a sua permissão, direto aqui à análise deste Projeto de Lei 4.506, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que altera a Lei 14.133 e a Lei 8.666, para reduzir o valor mínimo de contratação a partir do qual é obrigatória a implantação de programa de integridade pelo contratado, e dá outras providências.

Vou à análise.

Nos termos do art. 102-A, inciso II, alíneas “c” e “d”, do Regimento Interno, compete à CTFC opinar sobre matérias pertinentes: à prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos; à transparência; e à prestação de contas e informações à população.

O projeto é meritório ao ampliar a exigência de implantação de programa de integridade – também muitas vezes denominados programas de *compliance* – pelo licitante vencedor nas contratações. A Lei 14.133 fixa em R$200 milhões, que é um patamar bastante alto, e o projeto de lei, agora, reduz para R$40 milhões.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A implantação de programas de *compliance* promove a transparência e a integridade nas atividades empresariais e é crucial para aumentar a confiança da sociedade nas contratações realizadas pelo poder público. Os programas permitem que as empresas identifiquem e gerenciem riscos associados a irregularidades e não conformidades, com a consequente prevenção da corrupção, flagelo que, como bem destacado no projeto, traz enorme sofrimento à população.

Nesse sentido, a redução para contratos de valor igual ou superior a R$40 milhões tornará a implantação de programas de integridade uma realidade em um número substancialmente maior de empresas, tendo em vista que a maioria dos contratos, em nível federal, são muito menores do que R$200 milhões – que é o patamar atual –, o que certamente ajudará a consolidar uma cultura de *compliance* em nosso país.

No entanto, para as demais unidades da Federação, a inovação ainda não terá tanta eficácia. Para a maioria dos municípios, o valor está completamente fora da realidade, o que pode ser ilustrado pelo fato de que somente 1,65% dos cerca de 5.568 municípios do país têm orçamentos anuais superiores a R$1 bilhão.

Ademais, vários estados já editaram leis próprias, exigindo programas de integridade para contratos e licitações de valor inferior. A Lei do Estado do Amazonas nº 4.730, de 2018, estabeleceu o valor de R$3,3 milhões para contratos de obras. A Lei do Distrito Federal nº 6.112, de 2018, exige programas de integridade para contratos de valor igual ou superior a R$5 milhões. A Lei do Estado de Pernambuco nº 16.722, de 2019, fixou o parâmetro em R$10 milhões.

A disparidade entre a lei federal e as leis locais gera insegurança jurídica nas licitações na forma como vigora a Lei nº 14.133, de 2021. Licitantes poderão contestar os critérios estaduais e municipais baseados no parâmetro federal que, para a maioria dos contratos estaduais e municipais, é muito elevado.

Portanto, em atenção à realidade local e resguardando a autonomia federativa, apresentamos uma emenda ao relatório, com o texto semelhante ao do Projeto de Lei nº 4.687, de 2023, de minha autoria, que já foi aprovado por esta Comissão, para permitir que os estados, o Distrito Federal e os municípios possam prever a obrigatoriedade de implantação de programa de *compliance* ou de integridade para contratos de valor estimado inferior ao previsto no §4º do

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 25 (R$ 40 milhões), a fim de adaptar a lei geral às suas peculiaridades locais, e assim fixar parâmetros mais consentâneos com sua realidade.

Promover programas de integridade em licitações e contratos governamentais atende ao interesse público, e a grande virtude da federação é especificamente permitir a diversidade da legislação considerando as realidades locais. Cabe à lei federal fixar as normas gerais e aos estados e municípios disciplinar sobre as normas locais.

Proponho ainda um pequeno ajuste na proposição, especificamente no que concerne ao seu art. 2º, que visa alterar a Lei nº 8.666, de 1993. Apesar de pertinente quando da apresentação da proposição, em 2021, a alteração perdeu seu objeto com a revogação da mencionada lei, ocorrida de forma definitiva em 30 de dezembro de 2023. Necessária, assim, a supressão do mencionado dispositivo, com a renumeração do atual art. 3º.

Passo ao voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do PL nº 4.506, de 2021, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CTFC

Acrescente-se o seguinte §4º-A ao art. 25 da Lei nº 14.133, [...], nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 4.506, de 2021:

“Art. 25. .....

.....

§ 4º-A. A lei estadual, distrital ou municipal poderá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo vencedor para contratos de valor estimado inferior ao previsto no §4º do art. 25 a fim de atender suas necessidades locais.

.....” (NR)

EMENDA Nº – CTFC

Suprima-se o art. 2º do Projeto de Lei nº 4.506, de 2021, renumerando-se o atual art. 3º como art. 2º.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão o PL 4.506, de 2021. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovado o relatório favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CTFC.

A matéria vai à CCJ.

Obrigado, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma reflexão aqui, rapidamente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Quero elogiar aqui o autor do projeto, o Senador Alessandro Vieira, que fez essa proposição.

A Lei 14.133 foi muito positiva – veio do Governo anterior, numa nova disciplina às licitações e contratos da administração pública – e estabeleceu esse valor de R$200 milhões, a partir do qual é obrigatória a implementação de programas de *compliance* pelo ganhador do contrato junto à administração pública.

Embora tenha sido um avanço à época, é um patamar um pouco elevado. Não tinha nenhum parâmetro anterior, então foi uma novidade, mas ficou um pouco elevado demais para aqueles que desejam que o *compliance* e o programa de integridade sejam implementados em obras e contratos da administração pública.

A proposta do Senador Alessandro Vieira basicamente reduz isso para R$40 milhões, patamar mais razoável, e a emenda que apresentei simplesmente diz que os estados e os municípios podem apresentar os seus patamares próprios.

Então, creio que, com isso, nós ampliamos as possibilidades e as obrigatoriedades de programas de integridade dentro de contratos da administração pública, o que talvez nunca

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha sido mais necessário, considerando o que nós temos visto aí, no nosso país, nos dias de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Nós estamos aqui com a presença do ilustre Senador Alessandro Vieira, que é o autor desse projeto de lei, ora aprovado. Solicito ao Senador, se quiser, fazer alguma manifestação em relação à aprovação do seu projeto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Apenas, Presidente, quero agradecer pelo trabalho, pelo zelo do Relator, que aprimorou o projeto, que engrandeceu o nosso trabalho, e registrar que é uma obrigação desta Casa, cada vez mais, zelar pela transparência e pelo combate à corrupção. O Brasil não suporta mais essa condição crescente que nós temos de diluição do orçamento público, de prejuízo, de desperdício, causada essencialmente pela corrupção.

Então, dou aqui parabéns ao Relator. Esperamos que a aprovação avance cada vez mais na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O projeto vai à CCJ.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, DE 2017

- Não terminativo -

Com base nos arts 102-A e 102-B, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é apresentada Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) , para apurar, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), o não cumprimento, por parte do Ministério do Esporte, da publicação do

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório de acompanhamento da aplicação de recursos para o desporto provenientes de loterias federais, repassados ao Comitê Olímpico do Brasil e ao Comitê Paralímpico Brasileiro.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pelo arquivamento

Com a palavra o Relator.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu peço autorização para ir diretamente à análise...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... registrando que a iniciativa do Senador Romário, extremamente oportuna, de certa forma perdeu sua viabilidade pelo decurso de tempo, o que, textualmente, registro no meu relatório.

No que diz respeito ao mérito, devemos considerar o longo tempo transcorrido desde a apresentação da Proposta nº 2, de 2017. Como destacou o Senador Romário na justificação da matéria, a proposta foi apresentada tendo como base uma reportagem da *Folha de S.Paulo* que divulgou que o Ministério do Esporte teria aplicado, nos últimos 15 anos, mais de R$2 bilhões no COB e em suas confederações, sem, no entanto, divulgar a prestação de conta como determinava a Lei Pelé; mas eu registro que esses positivos foram revogados pela Lei nº 13.756, de dezembro de 2018, a Lei das Loterias, que alterou a forma de destinação de valores.

A Lei das Loterias, no art. 23, §§ 2º a 4º, estabeleceu a obrigação semelhante à anterior revogada lá da Lei Pelé. Assim, permanece a obrigação do Ministério do Esporte de apresentar e publicar relatório anual acerca da aplicação dos recursos.

Desde a apresentação da presente proposta de fiscalização, até o presente momento, tanto o Ministério do Esporte como os Comitês Olímpico e Paralímpico têm divulgado os relatórios sobre a aplicação dos recursos, oriundos das loterias federais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, consideramos que a proposta de fiscalização já cumpriu com seu desígnio, instigando os órgãos responsáveis a cumprir com sua obrigação de transparência e prestação de conta dos recursos públicos recebidos.

Então, o nosso voto, Sr. Presidente e colegas, é pelo arquivamento da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, do ano de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Em discussão. A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório pelo arquivamento da matéria.

Obrigado, Senador Alessandro.

Vamos para o próximo item da pauta, o item 3.

ITEM 3

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N° 1, DE 2025

- Não terminativo -

Apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), os termos do "Acordo Operativo" ou "Termo de Compromisso" firmado entre ENBPar, Ande e Itaipu Binacional, objeto do Parecer N° 162/2025/CGRAI/DIRAI/SNAI/CGU da Controladoria Geral da União (CGU).

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela admissibilidade da matéria e apresentação de requerimento

Autores: Senador Esperidião Amin e Dr. Hiran.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Relator.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Presidente, a Comissão de Transparência recebeu essa Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2025, provenientes do Senador Esperidião Amin e de V. Exa.

A finalidade é solicitar ao Tribunal de Contas da União que apure os termos do acordo operativo ou termo de compromisso firmado entre a ENBPar, Ande e Itaipu Binacional, que é objeto do parecer nº 162, da CGU.

Passo à análise.

De acordo com o art. 102-A, I, do Regimento Interno do Senado, compete à CTFC exercer a fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, podendo, para tal, providenciar a efetivação de perícias, bem como solicitar ao Tribunal de Contas da União que realize inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. A proposta de fiscalização pode ser apresentada por membro deste Colegiado, que deverá se manifestar sob oportunidade e conveniência.

Então, a matéria é da nossa regimentalidade.

Passando à análise de constitucionalidade, o art. 49, inciso X, da Constituição Federal, atribui ao Congresso Nacional a competência exclusiva para fiscalizar e controlar diretamente, por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Já o art. 71 estabelece competência do TCU para auxiliar o controle externo do Executivo e pelo Legislativo. Desse mesmo artigo, os incisos IV e VII determinam ao TCU que realize inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas do Poder Executivo, inclusive por iniciativa de Comissão do Legislativo, ao qual deve prestar as informações solicitadas.

Vemos a perfeita adequação da proposta de fiscalização aos dispositivos funcionais pertinentes.

Com relação ao mérito, concordamos com as justificações apresentadas pelos autores, para que o TCU realize a apuração sugerida.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, o histórico do Tratado de Itaipu, promulgado pelo Decreto nº 72.707, é fundamental para a oferta de energia elétrica ao Brasil. Após a quitação da dívida da construção da usina em fevereiro de 2023, esperava-se uma revisão das condições de comercialização da energia, de forma a reduzir o valor pago pelos consumidores brasileiros, o que não ocorreu até o presente momento.

Diante dos questionamentos para o inexplicável adiamento na queda da tarifa de Itaipu Binacional, o Governo brasileiro, em 2024, anunciou um acordo com o Governo paraguaio para manter a tarifa da energia elétrica de Itaipu para o Brasil em US$16,71/kW até 2026, bem acima do valor que deveria vigorar com o fim pagamento do financiamento da usina, qual seja, de US$10 a US$12, como o próprio Ministério de Minas e Energia reconheceu no referido anúncio.

Contudo, o acordo em questão, ao que tudo indica, apresenta riscos significativos para a ENBPar e para a União. Tanto é assim que a Conta de Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu apresentou déficit justamente em 2024, logo após o acordo. Considerando que a ENBPar é signatária do acordo, esse risco, por sua vez, pode representar uma ameaça à saúde financeira dessa estatal federal, com reflexo negativo nas contas públicas. Em outros termos, há risco de o Tesouro Nacional assumir, por meio de aportes na estatal, prejuízos que a ENBPar possa ter com o mencionado acordo.

Outro aspecto crucial que justifica a proposta de fiscalização é a negativa da ENBPar em divulgar o acordo, desobedecendo à decisão da CGU. Aqui temos de enfatizar que houve negativa pela ENBPar de apresentação desse acordo em solicitação da CGU. Deve ser destacado que a Constituição Federal estabelece que a administração pública direta e indireta deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Ora, a publicidade é justamente o princípio violado com a postura da estatal ENBPar em desobedecer à decisão da CGU, que, baseada na Lei nº 12.527, Lei de Acesso à Informação, determinou, por meio do Parecer 162, a disponibilização do documento denominado "Acordo Operativo" ou "Termo de Compromisso entre a ENBPar, a Ande e Itaipu", com ocultação dos trechos sigilosos de caráter pessoal ou protegidos por sigilo empresarial.

A falta de compromisso com o princípio da publicidade que a ENBPar demonstra ao desobedecer à decisão da CGU levanta suspeitas sobre a legalidade e sustentabilidade do acordo

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

firmado e impede que a sociedade brasileira o avalie, comprometendo a confiança da população nas instituições públicas.

É preciso afastar também aqui qualquer ilação de que a proposta de fiscalização viola uma decisão do Supremo em relação à competência de fiscalização de Itaipu Binacional pelo TCU. Em 2020, no âmbito da Ação Cível Originária nº 1.905, proposta pelo TCU, o STF decidiu que o TCU não tem competência para fiscalizar as contas da Itaipu Binacional. O STF argumentou que a Itaipu, sendo uma entidade binacional, com capital brasileiro e paraguaio em igualdade de condições, não se enquadra nas disposições da Lei 6.223, que trata da fiscalização financeira e orçamentária da União pelo Congresso Nacional. Segundo o STF, qualquer controle das contas da Itaipu deve ser fundamentado nas normas institucionais decorrentes do Tratado de Itaipu. Vale lembrar ainda que, pelo inciso V do art. 71 da Constituição Federal, o controle externo pelo TCU sobre contas nacionais de uma empresa supranacional com capital social da União teria que ocorrer nos termos do tratado que a constitui, no caso, o Tratado de Itaipu. Dessa forma, em razão das limitações jurídicas apontadas, a fiscalização pelo TCU só seria possível nos termos acordados com a República do Paraguai e formalizados em instrumento diplomático entre os dois Estados soberanos.

Mas a proposta de fiscalização ora em análise não viola a decisão do STF, por uma razão muito simples e cristalina. De forma extremamente hábil, como apresentado pelos dois autores, a auditoria por eles solicitada ao TCU envolve exclusivamente a ENBPar. Em outros termos, a proposta de fiscalização não envolve a fiscalização da Itaipu Binacional pelo TCU, mas tão somente a fiscalização da ENBPar, um órgão da administração indireta da União e sobre o qual a competência fiscalizatória do TCU é inquestionável.

Entre outras questões a serem respondidas pela fiscalização, estariam então: a) se o acordo prejudica ou coloca em risco a ENBPar, o Tesouro Nacional ou o consumidor brasileiro de energia elétrica; b) por qual motivo a Conta de Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu apresentou déficit em 2024; c) se há expectativa de novos déficits e, se positivo, quais seriam as consequências; e d) se possível – e aqui eu destaco o "se possível" –, quais os valores destinados aos aludidos programas chamados de "responsabilidade socioambiental" e como têm sido definidos o seu direcionamento, controle, fiscalização e prestação de contas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desses pontos, a aprovação da proposta de fiscalização e controle é essencial para garantir a transparência, a eficiência na utilização dos recursos públicos e a proteção do interesse público. A auditoria solicitada ao TCU permitirá uma avaliação detalhada dos impactos financeiros e regulatórios do acordo, assegurando que não haja prejuízo à ENBPar e, consequentemente, às contas públicas da República Federativa do Brasil. Salienta-se que a prestação de contas deve ser entendida como dever ordinário e corriqueiro do Governo, em decorrência do direito da sociedade de saber se os recursos públicos estão sendo empregados de modo lícito e eficiente, atendendo ao interesse público, e não aos caprichos particulares de qualquer pessoa. Tal controle não se reveste apenas de caráter repressivo, pois também admite sugestões para o aperfeiçoamento das políticas públicas, conforme seja detectada margem para aprimoramento.

Vou ao voto então, Presidente.

Diante do exposto, manifestamos o voto pela admissibilidade, oportunidade e conveniência da Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2025, e pela aprovação do seguinte requerimento:

> REQUERIMENTO Nº , DE 2025–CTFC
> Requeremos, com base no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, que o Tribunal de Contas da União realize auditoria operacional na Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar) acerca de sua participação no "Acordo Operativo" ou "Termo de Compromisso" firmado entre ENBPar, Ande e Itaipu Binacional, objeto do Parecer nº 162/2025/CGRAI/DIRAI/SNAI/CGU da Controladoria Geral da União (CGU).

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Estamos em discussão da Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2025, de autoria do Senador Esperidião e deste que vos fala.

Temos dois inscritos para discussão.

Passo a palavra, inicialmente, ao Senador Amin, um dos autores dessa proposta, e, em seguida, ao Senador Rogerio Marinho.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, fico muito satisfeito pela tramitação deste requerimento aqui na Comissão presidida por V. Exa., contando inclusive com seu apoio, aval e autoria. Gostaria só de acrescentar dois fatos.

Primeiro, desde o começo de 2023 que eu venho buscando, tanto na Comissão de Infraestrutura quanto na Comissão de Assuntos Econômicos, analisar este fenômeno curiosíssimo que está acontecendo com as finanças da Itaipu Binacional.

Como foi lembrado no relatório do Senador Moro, em 2023 foi pago todo o conjunto de empréstimos tomados pelo Brasil para a construção dessa obra épica, que já representou praticamente a salvação energética do Brasil. Hoje tem uma dimensão menor, mas é algo que nos orgulha muito. E, do conjunto de intervenções que são feitas com dinheiro da tarifa praticada por Itaipu – e consequentemente pela ENBPar, que é quem compra e entrega para as distribuidoras –, originalmente dez estados do Brasil eram cativos, os dez estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Agora o Distrito Federal faz parte, então são 11 unidades da Federação que são obrigadas a comprar a energia da Itaipu. Isso foi engenharia para viabilizar a obra. Só que os custos da energia evidentemente baixaram, se não tem mais que pagar o empréstimo. O ativo já está completamente solvido.

O que está acontecendo é uma coisa muito criativa: a Itaipu Binacional virou parceira política do Governo, por exemplo, concedendo convênios aos 399 municípios do Paraná – muito bom –, a 44 ou 43 municípios do Mato Grosso do Sul, a obras em aeroportos, em rodovias, e – não sei se eu exagero – R$2 bilhões ou R$2,5 bilhões para a COP 30. Eu acho que o Governo responderia pelos seus atos se usasse o seu dinheiro, mas ele está usando o nosso, como V. Exa. flagrou também, como eu flagrei ao pedir essa inspeção. E usamos esse artifício. E como o Tribunal de Contas enfrenta as dificuldades quando se trata de uma binacional, nós vamos direto a quem distribui a energia para os brasileiros, que, se não conseguir comprovar os custos, vai recorrer ao Tesouro Nacional, ou seja, ao cidadão brasileiro – aí não é mais ao cidadão dos 11 estados – para cobrir o déficit fiscal. Portanto, é este engodo que nós estamos querendo furar.

E acrescento a isso, só como informação, que apresentei o Projeto de Lei 1.830, que estabelece um limite para se pagar a NBR, US$12. E escrevi US$12 porque a lei original fala em

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dólar. Eu preferiria falar "moeda equivalente" e tal, mas, como a lei de 1973 fala em dólar e o financiamento era em dólar – não foi revogado o dólar nem pelo Plano Real –, eu usei essa expressão. Para quê? Para evitar as burlas que estão sendo feitas. Isso é um escapismo, é criatividade, é pedalada. Para quê? Para embair a sociedade, tornar o orçamento secreto da Itaipu uma alavanca política, para não dizer politiqueira, do Governo, e evitar... Com esta circunstância que o Supremo reconhece, nós não estamos driblando, nós estamos indo a quem podemos nos dirigir, que é a NBR, no sentido de protegemos o cidadão brasileiro, que está pagando pela liberalidade que o Governo está construindo através de um artifício ilegal, inconstitucional e, acima de tudo, imoral.

É isso que eu queria deixar aqui consignado, cumprimentando o Senador Sergio Moro pela clarividência do seu parecer, pelo estudo que tem feito, inclusive junto do Tribunal de Contas da União, sobre os limites da nossa atuação. Ele está dando uma contribuição de jurista para aquilo que é o seu pedido e o meu. Nós estamos, como dizia o Presidente Bolsonaro, dentro das quatro linhas, mas estamos jogando com um pouco de competência e técnica. Para quê? Para evitar que o povo brasileiro seja a vítima dessa engenhosidade, dessa criatividade que hoje está funcionando em outras instâncias do poder brasileiro também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Esperidião Amin, muito obrigado por defender com tanta inteligência e clareza essa nossa proposta de fiscalização.

Antes de passar para o próximo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A clareza depende de quem ilumina. Como V. Exa. sabe, em árabe, o senhor é conhecido como *anwar*, que é aquele que anula a escuridão...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – *Anwar*. É o contrário de *nour*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... da visão de muitas pessoas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas uma coisa que me causou muita estranheza, Senador Girão, é nós pegarmos dinheiro do contribuinte, que já paga energia cara, para financiar milionário vir para cá, na COP, dizer o que nós temos que fazer com a nossa Amazônia e com a minha Roraima. É isso. Eu não consigo admitir.

Eu quero passar a palavra em seguida...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu queria respeitar aqui as inscrições.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas é rapidamente, é porque eu vou ter que sair agora.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Deixe que o Senador Rogerio Marinho lhe conceda esse aparte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Não, eu não vou falar, não. Eu só queria pedir, porque eu vou ter que sair agora, Senador Rogerio, para deixar consignado um extrapauta, um pedido de extrapauta, que é no mesmo sentido do Senador Sergio Moro e do senhor, Presidente, para chamar aqui, nesta Comissão, por convocação, o Ministro Wolney Queiroz.

Só quero deixar consignado, porque eu vou precisar sair.

Com a palavra o meu querido Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Bom, em relação ao requerimento do eminente Senador Eduardo Girão – vai ser o próximo assunto, né? –, acho que é bastante relevante, a gente discute oportunamente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu, na verdade, vim hoje aqui para discutir essa questão da convocação ou do convite – Presidente, eu digo majoritariamente, e claro para prestigiar V. Exa. e apreciar a pauta – ao novo Ministro da Previdência.

Nós fomos surpreendidos hoje pelas notícias de que o atual Ministro da Previdência, que sucede o anterior, foi autor – ou coautor – de uma emenda que procrastinava mecanismos de controle e de revalidação de consignados. Então, nós estamos diante de uma situação em que a raposa, literalmente, volta a tomar conta do galinheiro. Isso é muito grave.

Eu espero que o Governo – inclusive, aqui está o Líder Jaques Wagner – conclame os seus pares, os demais Senadores e Deputados, para que nós possamos, como Poder Legislativo, nos debruçar sobre esse assunto tão sério, porque a gente está tratando da situação de aposentados brasileiros, principalmente dos mais fragilizados; porque majoritariamente foram aposentados rurais, são pessoas que têm baixa escolaridade, têm vulnerabilidade social extremada e, via de regra, têm dificuldade até de identificar o que é um holerite, o que é um contracheque. Foram vítimas de uma forma, eu diria, até cruel de subtração, foram tungados, roubados, e isso não pode ficar por isso mesmo. Nós temos que apurar, e o local adequado e ideal é o Parlamento brasileiro.

Isso posto – e a gente vai voltar a falar do tempo, daqui a pouco vem o requerimento –, quero dizer a V. Exa. que eu também fui agradavelmente surpreendido com esse requerimento que foi aprovado agora por esse ato aqui da nossa Comissão.

Há quase dois anos, eu venho buscando, junto ao Tribunal de Contas da União, junto ao Ministério das Relações Exteriores, dentro do nosso mandato, junto ao próprio Ministério Público, formas de buscarmos minimamente entender a utilização dos recursos que estão sendo gestados... gerados pela Itaipu Binacional, com a licenciosidade que está acontecendo no atual Governo.

O Senador Sergio Moro já leu aqui o seu relatório, e eu quero me dirigir àqueles que estão nos acompanhando. Vejam, o Brasil, junto com o Paraguai, contrata uma obra extraordinária, que é a Hidroelétrica da Itaipu, uma das maiores do mundo, que, naquele momento ainda, no regime militar – olha que faz quase 30 anos ou mais...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Cinquenta.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... 50 anos –, nos proporcionou uma segurança energética na área hídrica, com uma matriz renovável, com uma bateria de um lago extraordinário que se formou em Itaipu, com o espetáculo das cataratas. Todos nós conhecemos o que é o Paraná, o que são as Cataratas do Iguaçu e o que aquilo significa para o país em termos de segurança energética.

Ocorre que, finalmente, depois de quase meio século, nós conseguimos quitar esses empréstimos. Vejam vocês o vulto, o tamanho do sacrifício que a nação brasileira fez, porque eu vou lembrar àqueles que estão nos acompanhando: todos os brasileiros desses dez estados – e agora acrescidos de mais um, onze – pagaram regularmente, durante esse período todo, esse empréstimo junto à sua conta de energia. Além de pagarem a conta de energia, pagaram mais um pedacinho lá para quitar esse empréstimo. Então, isso é fruto do suor de um enorme conjunto de brasileiros, que, ao longo de quase meio século, pagaram o empréstimo.

Ocorre que, por uma questão de filigrana jurídica – eu falo filigrana jurídica, porque isso já deveria ter sido equacionado, nós estamos quase há dois anos e meio do final desse processo –, o Tribunal de Contas, o próprio Supremo Tribunal Federal e o Ministério de Relações Exteriores entenderam, unanimemente, que, por se tratar de um empreendimento binacional – Paraguai e Brasil –, o Tribunal de Contas não poderia fazer o seu papel de fiscalização. Deveria se criar uma espécie de colegiado entre os dois tribunais, o do Paraguai e o do Brasil, para que juntos fizessem uma espécie de corte especial, um comitê, que poderia, esse sim, se debruçar sobre esse papel de fiscalização.

E, de lá para cá, se estabeleceu uma farra – uma farra! – que agride o cidadão brasileiro. É o "Janjapalooza", R$30 milhões; são convênios com quase 400 municípios...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Mais de 400.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... mais de 400 municípios, com ações as mais variadas; recursos para a COP 30; dinheiro para a universidade do

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MST, mais de R$700 milhões, para formar o povo dos sem-terra; enfim, recursos que deveriam estar sendo utilizados para diminuir o valor da conta da energia do consumidor cativo, num sistema que está precisando ser reavaliado, porque há quase R$40 bilhões hoje de subsídio no sistema. O sistema está caindo aos pedaços. A gente precisa revisitar o sistema. E o Governo, confortável nessa situação, não ultima os preparativos, as ações necessárias para que esse comitê finalmente seja implementado e nós possamos saber o que está acontecendo.

Aí você vai perguntar ao cidadão que está na ponta, que não tem dinheiro para comprar uma placa de energia fotovoltaica, para se tornar um gerador de energia e diminuir a sua conta de luz... Ele é obrigado, por ser aquele que não está na faixa social, a pagar uma energia cada vez mais cara para subsidiar essa gastança imoral, irresponsável e, o que é pior, encoberta, clandestina, que nós não sabemos a que interesses servem.

Então me pareceu extremamente engenhoso e inteligente, por parte do Senador Esperidião Amin e do Senador Hiran, que ora preside esta reunião, buscar esse drible nessa blindagem que foi estabelecida. Já que nós não podemos fiscalizar, de acordo com as decisões reiteradas do Tribunal de Contas e do Supremo Tribunal Federal, a utilização desse recurso, que fiscalizemos o acordo operativo feito com uma empresa nacional, que é a ENBPar, para verificar se há idoneidade na aplicação do recurso ou, pelo menos, eu diria, equilíbrio. O que é que justifica, por exemplo, em vez de diminuirmos a conta da energia, estarmos gastando dinheiro num *show* de *rock* no Rio de Janeiro? Ou dando dinheiro para uma universidade para formar sem-terra? Ou para comprar terras para fazer ocupação de áreas indígenas importando índios paraguaios e promovendo a desorganização e a instabilidade no campo, como está acontecendo hoje no próprio Paraná.

Então, eu quero saudar aqui a iniciativa dos senhores, dizer da relevância dessa iniciativa, dizer da minha agradável surpresa. Eu realmente confesso que eu vim aqui só para aquele tema da questão da previdência. Eu não tinha visto a pauta.

E quero dizer que estou entusiasmadamente aderindo a essa iniciativa e espero que ela renda frutos e permita que provoque o Governo para ele sair da inércia, porque dois anos e meio já se passaram, quase dois anos e meio. Então, já chegou mais do que na hora de se estabelecer esse comitê para que nós possamos saber, de fato, onde está indo o recurso que começou a sobrar a partir da quitação do empréstimo em 2023.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Rogerio Marinho.

O próximo inscrito, o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, eu quero primeiramente parabenizar os trabalhos desta Comissão, que, para quem está nos acompanhando em todo o Brasil, é a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor; e, logicamente, parabenizar o senhor, Senador Hiran, que tão bem representa o Estado de Roraima, bem como o Senador Esperidião Amin, que tão bem representa o Estado de Santa Catarina, bem como o Relator, Sergio Moro, que tão bem representa o Estado do Paraná, para que as cortinas de fumaça caiam.

Infelizmente, esta é uma Comissão de governança e fiscalização, e tudo o que não vemos no Brasil é governança. E não estamos falando apenas da cortina de fumaça que esconde que o brasileiro... aqueles que se dizem pai dos pobres poderiam reduzir a tarifa de energia elétrica, um insumo básico de qualquer nação – básico –, onde os mais pobres é que mais sofrem, e aí depois vem dizer que é pai de pobre.

É o seguinte, eu tenho a grande oportunidade de baixar a energia da minha nação. Aí a benevolência, o bom coração do atual Governo fala: "Não, Paraguai, para que isso? Não, vamos continuar pagando caro", mas a gente não está entendendo que bondade é essa com o Paraguai. Não é bondade com o Paraguai. Devido à binacionalidade de Itaipu, de não estar sujeita e subordinada à fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União, patrocina *show* para a Primeira-Dama, patrocina a subserviência da atual Ministra do Meio Ambiente com ONG, com COP 30, para chegar aqui e dizer que tem que ter índio, tem que ter demarcação de terra para vagabundo de MST, que banca ONG com o dinheiro do brasileiro para criminalizar os produtos do agronegócio brasileiro. É isso. É isso que está acontecendo. O Brasil precisa entender.

E não para por aí. Estávamos falando na semana passada, estupefatos com R$6 bilhões de rombo. Ontem deu na imprensa: R$90 bilhões roubados. Roubo! Eu chego na tua conta e meto lá empréstimo de R$70, R$80, R$90. O pobrezinho, agricultores que a vida inteira trabalharam de sol a sol para produzir comida para nós comermos, roubado por servidores que deviam proteger a sua previdência, para ele ter um mínimo de dignidade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não para por aí também, Senador Hiran. Não para por aí.

Correios! Eu preciso entender a capacidade dos atuais servidores deste Governo. Como é que a única empresa no Brasil que entrega carta e encomenda, porque é monopólio, como é que uma empresa dessas dá prejuízo?

Eu vou dar um exemplo para quem está nos assistindo. Imagine que, na cidade de Brasília, você tem uma única padaria que faça pão, que venda queijo, presunto e café. E você, obrigatoriamente, aliás, de forma incompetente, consegue dar prejuízo. Tem alguma coisa errada: é administração ou desonestidade. Tirem as suas conclusões.

Como é que os Correios dão prejuízo? Meu amigo, até cego vê! Como é que o Porto de Santos dá prejuízo? Como é que estatais dão prejuízo? Com incompetência e/ou desonestidade!

Então, quero parabenizar o Senador Sergio Moro, V. Exa., o Senador Esperidião Amin, porque, agora, acabou a desculpa de que a Binacional não pode ser investigada. Agora, através da subsidiária brasileira... Subscrevo feliz, contente com a competência e com a iniciativa de V. Exas. para fiscalizar o dinheiro do brasileiro que está pessimamente gerido, se não desviado por pessoas que não têm o mínimo compromisso, nem com o Brasil, nem com o brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Seif.

O próximo inscrito é o Senador Marcos Rogério.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Inscreva-me, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria também, de igual forma, parabenizar V. Exa. por trazer esse tema, que é um tema fundamental para o Brasil, ao debate.

Esta é uma discussão necessária, e, neste momento, o que a gente observa me parece ser um esforço grande para utilizar o que seria um incidente diplomático como mecanismo de obstrução a uma discussão que é legítima, necessária e inadiável.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão é: a quem interessa a inércia? Não pensem os senhores que essa situação de não se avançar com a discussão do chamado Anexo C é algo que simplesmente alguém não está observando. Não, tem alguém observando e observando bem e sabe exatamente o que está fazendo.

Porque a Binacional não para de produzir, não para de gerar. Aliás, é uma das estruturantes mais importantes do Brasil. Talvez seja, na minha visão, Senador Sergio Moro, o projeto mais bem sucedido do ponto de vista de engenharia, de inovação tecnológica. É o melhor projeto do Brasil!

Depois, Dilma veio com uma "jabuticaba" chamada "energia a fio d'água", que criou um problema maior do que o que se apresentou como solução, porque ela cria uma estruturante à base de fio d'água – e aí você tem os exemplos de Belo Monte, de Jirau, de Santo Antônio, um orçamento previsto de R$19 bilhões na estruturante de Belo Monte, que depois passa de R$40 bilhões de investimento – para gerar a mesma coisa, e para gerar energia de forma intermitente. E aí o argumento de fundo, inicialmente apresentado para sustentar o modelo: "Ah, não, isso aqui é para não afetar a questão ambiental, a fauna aquática, florestal e tal", então tem que fazer respeitando os limites dentro do chamado modelo de fio d'água. O.k. Aí você cria um modelo que é, repito, intermitente. Por que ele é intermitente? Porque nós temos o inverno brasileiro em ciclos diferenciados: tem momento em que você tem mais água, tem momento em que você tem menos água.

O Rogerio Marinho usou uma frase aqui que no setor elétrico não se usa muito, mas é verdadeiro e define bem: "A Itaipu tem uma bateria", ou seja, o reservatório da Itaipu é a bateria dela. Ela não é uma fonte intermitente, porque ela tem reservatório. Agora, faz isso na Belo Monte, faz isso na de Jirau, faz isso na de Santo Antônio; você não consegue fazer. Então há momentos em que você está gerando *full*, você está gerando na potência máxima, aliás, até perdendo água, porque você está jorrando, e há momentos em que você está perdendo porque o nível natural do rio cai. E aí você torna uma fonte, que seria uma fonte estruturante, dentro do modelo hidráulico, em fonte intermitente.

E aí qual é a alternativa do Brasil? Aí a grande inteligência daqueles que pensaram lá atrás: acionamento das térmicas. Tocadas a quê? A diesel, sobretudo a diesel e a carvão também, mas sobretudo a diesel, que é o que mais tem no Brasil. Aí é o que vai sustentar o modelo, porque as

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fontes renováveis e incentivadas nos últimos 15 anos, que agora inclusive estão no sacrifício, porque o *constrained-off* está sacrificando a eólica e as fotovoltaicas, não estão pagando... Daqui a pouco nós vamos ter, Senador Jaques Wagner, um novo GSF. Olha o que eu estou falando. Nós vamos ter no Brasil, nos próximos anos, um novo GSF, só que a matriz agora é outra: é a questão da geração solar, da geração eólica, que foi incentivada e agora está sendo preterida no despacho. E o prejuízo fica com quem? Com o gerador, que fez o investimento com base na confiança no Estado brasileiro.

Então, quando a gente fala desse problema da Itaipu Binacional, é preciso ter a compreensão de todo o problema, de todo o complexo hidrelétrico do sistema elétrico brasileiro, mas o Anexo C, que é o cerne desse debate, precisa avançar. Eu tenho uma série de elementos aqui, mas eu quero deixar para a gente fazer essa discussão lá na Comissão de Infraestrutura, porém eu não podia deixar de, neste momento aqui, ressaltar a iniciativa e o acerto dela num tema que é sensível para o Brasil e que vai representar, ao fim e ao cabo, redução na tarifa de energia. O custo do investimento já foi pago. Agora é preciso devolver aos brasileiros o investimento que foi feito. E não dá para ficar no limbo como está hoje.

E aí eu finalizo dizendo: a quem interessa o modelo que está hoje? Sem nada a fazer. Interessa a conselheiros, interessa àqueles que compõem o quadro diretivo da Itaipu Binacional e interessa, e aí com todo o respeito, interessa ao Governo, que é quem indica os conselheiros da Petrobras. Então tem alguém que tem o comando, tem alguém que tem o controle da Itaipu Binacional – eu estou falando da Itaipu Binacional.

Então, não avançar com a discussão do Anexo C, não avançar com a redefinição desse acordo bilateral significa dar poder demais a alguns para fazer o que querem. E a ponta do *iceberg* são esses eventos patrocinados, o que já é um escândalo por si só. Mas esse é o menor dos problemas. Nós temos outros problemas estruturais que devemos discutir, e acho que cabe essa discussão aqui nesta Comissão, cabe lá na Comissão de Infraestrutura e cabe na Comissão de Relações Exteriores. Essas três Comissões têm o papel fundamental de discutir esse tema.

Mas, por hoje, eu queria parabenizar aqui a iniciativa e o relatório apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo inscrito é o Senador, Líder do Governo e querido amigo, Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Cumprimento V. Exa. e cumprimento os amigos Senadores.

Eu, na verdade, vim à Comissão por conta do requerimento apresentado pelo nosso Senador do Ceará, o Girão, que faz o requerimento de convocação, pelo que eu entendi, para o dia 13. Foi o que eu entendi. Não é?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu vou explicar. O ex-Ministro Lupi, Líder Jaques Wagner, havia se comprometido, através de um convite que lhe foi feito, de vir à Comissão no dia de amanhã. Como houve esse fator superveniente da sua demissão e a posse do novo Ministro, aquele requerimento que havia sido feito a ele, aprovado – que era um requerimento de convite, porque ele se prontificou a vir –, perdeu o seu objeto. E aí foram apresentados dois requerimentos de convite – um de minha autoria e o outro do Senador Sergio Moro –, e um de convocação, sem data, de autoria do Senador Girão.

Acontece que, nesse ínterim, a própria Liderança do Governo me informou que o novo Ministro está à disposição para vir aqui nas datas do dia 20 ou do dia 27, de forma que nós já havíamos conversado informalmente – eu e o Senador Sergio Moro, porque somos autores do convite –, no sentido de que não há razão para fazermos uma convocação, já que o Ministro está, antecipadamente e com toda a boa vontade, marcando essas duas datas disponíveis para vir à Comissão. De forma que eu não sei... Claro, isso *ad referendum* da nossa Plenária, que é soberana. Eu acho que, se o Ministro está se dispondo a vir aqui através do convite, não tem razão de a gente convocá-lo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Só uma questão também... Ah, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Pode falar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, antiguidade é posto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Eu só acho que são datas um pouco distantes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Era isso que eu ia falar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O assunto está hoje causando uma série de preocupações, e o Ministro recém assumiu, existe uma série de questionamentos que têm sido feitos até pela imprensa em relação à sua possível omissão anterior à assunção desse cargo do ministério, já que ele era Secretário-Executivo, mas, mais propriamente, há uma certa ansiedade dos aposentados e pensionistas em saber as providências tomadas para se estancar esse verdadeiro assalto ao bolso desses mais vulneráveis.

Eu, particularmente, com toda a vênia, sei que ele deve ter uma série de atribuições nesse ínterim, mas 20 e 27 eu acho que é um desrespeito a esta Comissão. Daí eu acho que é melhor fazer uma convocação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Questiono o Líder Jaques Wagner sobre se não seria uma data mais adequada, até...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Presidente, só vou ponderar com o Senador Jaques, porque tem uma outra variável aqui, que foi até ele que mediou.

Nós vamos ter, no dia 27, a presença na Comissão de Infraestrutura, da Ministra Marina. Vai estar no dia 27.

No dia 20, nós vamos ter a presença, aqui no Senado, do Ministro dos Transportes.

Eu acho que, se a gente conseguisse, de repente... Quanto à questão do acordo de fazer por convite, eu não vejo dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – No dia 13, por exemplo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas é apenas para ajustar uma data que, de repente, não coincidisse com a vinda de outro ministro, o que mobilizaria de lado a lado o Senado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Reparem, evidentemente... Eu quero só insistir num tema, porque eu ouço muitos colegas falarem do absurdo. Esse absurdo não começou agora. Esse absurdo se arrasta. Eu não quero entrar aqui nesse debate.

Uma vez notificada, a CGU iniciou a investigação, até pelo acréscimo de demandas judiciais por pessoas que se sentiam lesadas. Também não vamos generalizar, eu acho que tem muita instituição que é séria, eu conheço algumas de 50 anos. É óbvio que houve uma febre, e é só reparar a condução... Uma das associações que está sendo muito citada, porque parece que, individualmente, é a maior, de nome Ambec, foi criada não foi agora. Foi criada antes. Eu não quero fazer acusação nenhuma levianamente. Eu só estou dizendo que as coisas...

Porque me parece estranho que o pessoal esteja falando de farra. Quem foi que botou um ponto final na farra? Foi o atual Governo, quando mandou a CGU investigar, mandou a Polícia Federal investigar. Tem gente presa, tem gente sendo investigada, tem gente demitida – o Presidente do INSS e o ex-Ministro Lupi. Eu não estou dizendo que têm culpa, estou dizendo que provocou isso.

Então, evidentemente, nós estamos acompanhando isso. A AGU e a CGU estão vendo a forma de fazer a devolução, porque quem roubou não foi o Governo; quem roubou foram as associações. Na verdade, o Governo ou o INSS, na medida em que foi votado – e eu vou repetir, não foi agora –, sem a obrigação da prova de vida... Eu me lembro que, ontem, o Senador Rogério Marinho falou que foram várias emendas do pessoal do PT. E eu vou dizer que a emenda final não foi do PT, mas tudo bem.

É que eu não quero, eu não acho bom o Senado virar, desculpem o termo, uma delegacia de polícia. Nós já estamos cheios de CPI aqui. V. Exa. é Presidente de uma delas. Teve uma outra que acabou. Na Câmara dos Deputados, não cabe mais CPI, porque já bateu no teto. Como a CPMI não tem limite, trouxeram para cá.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou daqueles que acham que é obrigação de qualquer ente público, qualquer Ministro vir a esta Casa ou à Câmara para dar explicação. Ele não está fazendo favor nenhum.

Está cumprindo a sua obrigação, porque nós vivemos numa democracia.

Agora, estamos com um problemaço, que está sendo investigado, está sendo punido. O Ministro que acabou de adentrar, por mais que já fosse o Secretário-Executivo, não era a caneta principal. Então, evidentemente, ele está se inteirando para poder ter... Por isso eu acho razoável...

Hoje que dia é? Hoje é dia...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dia 6.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Dia 6.

O dia 20 – ou, se não é 20, é 19 –, para atender o que o Senador Marco Rogério colocou de não coincidência, eu não vejo nenhum problema, de ele vir aqui; e repito: acho que cumpre sua obrigação, é obrigação de qualquer membro do Executivo.

Então, eu só estou querendo fazer a ponderação, porque eu sou daqueles que tentam conciliar, porque aqui não temos nem santos nem diabos. Temos santos e diabos dentro de cada um de nós, é sempre assim a luta do bem contra o mal. E, portanto, quem já foi Governo sabe o que é a dificuldade, a morosidade.

Então, eu queria fazer esta ponderação: se no dia 20 há uma coincidência, como disse o Senador Marcos Rogério, que é uma terça-feira, se não me engano, quer puxar para a segunda, 19? Quer puxar para a 21, quarta?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Por que não na semana que vem, Senador?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, eu estou ponderando, Senador. V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu quero levantar uma questão aqui, com todo o respeito, e amizade, e carinho que tem pelo nosso Líder Jaques.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até por respeito ao Relator da nossa proposta de fiscalização e à nossa relatoria, eu queria – já que eu estou considerando que foi encerrada a discussão da matéria que nós acabamos de apresentar aqui, tão bem relatada pelo Senador Sergio Moro –, então, antes de passar para esse item, colocar em votação a proposta de fiscalização e controle, a de nº 1.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma rápida reflexão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, sobre o tema da fiscalização.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Da fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Porque eu vou apresentar...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O próximo item da pauta, Senador Jaques, é o requerimento do Senador Sergio Moro para a presença do Ministro. E aí nós vamos voltar à discussão. Pode ser?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Pode.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma rápida reflexão...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senão eu me esqueço de aprovar a minha própria proposta de fiscalização.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Sim.

Sobre a proposta mesmo de fiscalização, só uma rápida reflexão.

Quero consignar que a Itaipu é um grande orgulho nacional, é uma obra que foi construída com muitos esforços, empréstimos, financiamentos, ela alimenta com energia todo o país e é a mais relevante usina hidrelétrica do nosso país. E, em nenhum momento, com essa proposta de

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalização se busca obscurecer esse orgulho que nós temos, em particular lá no Paraná, já que ela fica geograficamente dentro do nosso estado.

Agora existe, de fato, um problema de transparência que envolve não só ela, mas envolve também a ENBPar, que tem nos causado espécie, de saber por que afinal de contas não foi reduzida a conta de luz. Porque, se se fez um acordo que aparentemente é prejudicial não só ao consumidor brasileiro, mas ao Tesouro Nacional, que pode ser visto forçado a aportar recursos para essa conta de comercialização de energia elétrica, com excedentes que muitas vezes tem uma destinação obscura... É claro que, se isso é utilizado em benefício da população brasileira, à luz do sol, com transparência, com prestação de contas... Mas existe um histórico de que isso venha sendo utilizado até com propósitos político-partidários. A Itaipu já foi utilizada para financiar um evento de advogados, para falar mal da Operação Lava Jato, durante essa gestão.

Então, a proposta por que felicito V. Exa. e o Senador Amin, por apresentar, em nada desmerece um, a Itaipu, e em nada também desmerece a utilização de gastos, ou eventuais excedentes, para o interesse público. Agora, precisamos pelo menos jogar uma transparência, uma luz em cima do que acontece na ENBPar e nessa conta. Não é um drible, não vejo isso como um drible, mas foi uma construção jurídica que permite que nós avancemos nessa fiscalização desse assunto tão relevante, e não pode haver zona sombria no que se refere à administração pública.

Às vezes, faço um comparativo: é como se Itaipu fosse Guantánamo; se colocam lá os presos, e, por conta de uma questão jurisdicional, discutia-se que não tinham direito a *habeas corpus*. A própria Suprema Corte americana disse: "Não, têm direito, porque a prisão está sendo feita pelo Governo dos Estados Unidos". E não vamos fechar os olhos, a Itaipu é propriedade do Estado brasileiro, assim como é do Paraguai. Então, o artifício drible não se encontra em fazer a fiscalização; o drible se encontra em utilizar um argumento de binacionalidade e jurisdicional, como se fosse algo estranho ao território brasileiro, estranho aos endereços brasileiros, para não fazer essa fiscalização.

Então, era apenas isso, essa reflexão. Agradeço porque é um tema caro lá ao estado Paraná, para essa reflexão final, e rogo aqui aos nossos pares para que aprovem o requerimento também formulado por V. Exa. e pelo Senador Esperidião Amin.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, só consigno a minha subscrição também à iniciativa de V. Exa., como já disse de muito acerto – de V. Exa., do Senador Esperidião Amin, bem como do Líder Sergio Moro.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Permita-me, só um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, meu querido Senador Jaques.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Eu vou repetir aqui que eu não acho que é favor de nenhum membro do Executivo vir à Casa dar explicações. Para isso nós funcionamos, graças a Deus, na democracia, e eu sou um defensor absoluto da transparência no uso de qualquer dinheiro público.

Eu só quero lembrar – só para a gente raciocinar junto, na minha eterna busca de um caminho sempre mais equilibrado entre nós, que temos posições diferentes –: a ENBPar foi criada, na verdade, em 2021, quando se preparava a privatização da Eletrobras. Ela foi criada para assumir exatamente a parte estatal da Eletrobras, já que o resto foi privatizado. Entre as emissões dela, ela está fazendo a gestão dessa parte, como foi dito aqui, do Brasil, na Itaipu, as usinas nucleares e outros temas. Se foi algum dinheiro mal usado, eu acho que tem que ser esclarecido mesmo.

Permita-me aqui, Senador Marcos Rogério, eu acho que não estou falando de um *show* específico, mas as nossas empresas públicas poderem fomentar a cultura eu acho que faz parte das obrigações, na minha opinião, porque a cultura é parte da nossa gente, que precisa ser potencializada, tudo dentro da lei, tudo dentro da transparência.

Então, eu só estou querendo... Eu não tenho nada contra esse... Não sei para que dia está marcado esse convite.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É só uma proposta de fiscalização.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É só uma proposta de fiscalização para o TCU.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Ah, de fiscalização. Tudo bem. Por mim, eu não vejo nenhum problema. Eu acho que é obrigação ter a transparência garantida. Eu só não fico na pressuposição de que teve necessariamente uma urna.

Aqui, foi falado também, infelizmente não está mais o Senador Seif, da questão do custo da energia elétrica. Eu, por acaso, fui Governador do estado, e, na época, todos nós incentivamos a energia solar e a energia eólica como fontes, como disse o Senador Marcos Rogério, intermitentes, porém fontes ditas limpas. E nós nos elogiamos por termos a melhor matriz limpa do planeta etc. O fio d'água foi nessa mesma linha.

O apagão, na verdade, aconteceu ainda quando era o Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Por isso se fez uma correria pelas térmicas, para que a gente não tivesse descontinuidade no fornecimento. A térmica, que custa dinheiro ao povo brasileiro, foi uma espécie de seguro contra apagão, porque, se houvesse uma seca e diminuísse a própria bateria de Itaipu por uma hipótese, você teria uma fonte alternativa que são realmente essas térmicas. Hoje, a maioria delas, por decisão da própria Aneel, foi migrada para gás, que é um pouco menos problemático. O carvão que tem, se não me engano, é em Santa Catarina... Tem um projeto de lei agora estendendo por mais 40 ou 50 anos o uso desse carvão.

Então, eu acho que a fiscalização, para mim, faz parte das obrigações da Casa e faz parte da empresa dar os esclarecimentos necessários se não ao TCU, porque o TCU também poderia fiscalizar...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Essa parte de fiscalização é junto ao TCU.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – E a empresa ENBPar é só nacional.

Querido Presidente, os acordos internacionais levam em conta uma série de interesses, não um interesse único do país. Eu fui Conselheiro de Itaipu durante um ano, quando eu não era Parlamentar. Então, podia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – É, todo mês, ir para lá, mas deixe-me lhe dizer: já houve um trabalho feito, inclusive, na região por uma pessoa que era da diretoria, o Presidente que virou Prefeito lá. V. Exa., que é do Paraná, lembra que teve um Prefeito que acabou superbem avaliado exatamente por ter feito um trabalho espetacular lá.

Na época, o lado do Paraguai nos chamava de imperialistas. Para eles, para todos os efeitos, nós somos imperialistas. Tinha jornal lá que fazia críticas duríssimas ao Brasil. Acho que ainda é rescaldo da própria Guerra do Paraguai, de que nós fomos vencedores, e eles se sentiram, sei lá, humilhados. Na derrota, sempre é isso. Então, nós somos tidos lá como uma espécie de imperialistas, porque, lógico, a nossa economia é muito maior do que a deles. Nós temos alguns problemas com o Paraguai de que nós sabemos, na área de cigarro e numa série de áreas. Hoje, o volume de cigarro contrabandeado no Brasil deve estar batendo na casa dos 40%. E a maioria vem dali.

Bom, então, eu acho que a fiscalização, por mim, é obrigação. Não vejo nenhum problema e acho que tem que ser esclarecida para que a gente saiba se o bom uso do dinheiro público está sendo bem-feito.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Líder Jaques, muito obrigado.

Senador Marcos Rogério, quer se manifestar ou posso dar por encerrada a discussão?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Mais ou menos. É apenas... Eu acho que o assunto está esgotado. A fiscalização vai ser importante. Se a gente for se alongar na discussão desse tema da Binacional, a gente vai ter muito tema para discutir, mas eu acho que a gente vai poder fazer isso de repente numa audiência conjunta – depois eu vou dialogar com o V. Exa. – da Comissão de Infraestrutura, que tem o tema energia como tema central, mas também chamando a Comissão de Fiscalização e Controle para a gente fazer uma discussão um pouco mais alargada, porque o modelo que está... Repito, o modelo como está acaba por favorecer justamente quem está no limbo da regulamentação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Paraguai usa pouco da energia que é gerada pela Binacional. Quem acaba sendo alvo dessa energia gerada lá é, de novo, o Brasil. De que forma essa energia é internalizada no Brasil? Quem é que faz esse meio de campo? Quem são os mediadores disso? De que forma essa energia chega aqui? A que custo? E quem é que faz esse papel? Eu acho que se a gente começar a discutir um pouco mais, a gente vai descobrir que tem muita gente que não tem realmente interesse em que avance esse acordo, que, repito, é bom não apenas para o Brasil. Para o Brasil ele é importante porque vai discutir a composição de custos e o efeito, o benefício para os contribuintes brasileiros, consumidores brasileiros, mas ele é importante também para o Paraguai. Mas esse é um assunto para uma outra audiência.

Agradeço a V. Exa. e o cumprimento mais uma vez pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Está encerrada a discussão.

Não havendo quem queira mais discutir, coloco o relatório em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovado o relatório pela admissibilidade da matéria e apresentação do requerimento que apresenta.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 18, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Wolney Queiroz Maciel, Ministro da Previdência Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prestar informações sobre as fraudes bilionárias relacionadas a descontos não autorizados por aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR).

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro, autor do requerimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, antes de o Senador Sergio Moro fazer a sustentação do ofício, só para consignar o Requerimento nº 20 também, do Senador Eduardo Girão. Estou subscrevendo junto com ele, apenas para constar na tramitação que também foi apresentado o requerimento pelo Senador Eduardo Girão.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Presidente, eu vou fazer uma síntese aqui, já que o assunto é conhecido por todos.

Nós fomos todos... Ficamos assustados com esse grande escândalo dos descontos fraudulentos feitos nos vencimentos dos aposentados e pensionistas do INSS. E é fato que, como foi destacado, essa fraude precedeu o atual Governo, mas também é verdadeiro que houve uma escalada a partir de 2023 e em 2024, e somente quando houve agora essa operação da Polícia Federal junto com a CGU foram tomadas providências reais para a interrupção desses descontos fraudulentos.

Há informação amplamente divulgada de que houve reuniões do conselho da Previdência Social já em 2023, nas quais o problema foi posto, e, no entanto, o Ministro da Previdência de então, Carlos Lupi, não tomou nenhuma providência efetiva, e, do outro lado, há também essa informação de que os beneficiários desses desvios são os sindicatos e associações de aposentados, muitas vezes com ligação com o Governo Federal, inclusive uma delas tendo por diretor o irmão do atual Presidente Lula. Também há informações de que há indícios de pagamento de suborno da ordem até de R$17 milhões – esse dado foi divulgado pela imprensa de maneira detalhada – à alta cúpula do INSS durante este Governo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A função desta Comissão de Fiscalização é basicamente apurar esse tipo de acontecimento. Nós precisamos entender aqui não só a dimensão dessa fraude bilionária, mas também a omissão da ação imediata do Ministério da Previdência Social quando foi advertido expressamente sobre o problema, e diante da escalada. O problema só foi percebido, pelo que tem sido divulgado, quando houve essa escalada, que aconteceu no atual Governo. Precisamos entender. Foi demitido o Carlos Lupi, acho que com atraso, pelo atual Presidente, o Lula – levou uma semana, mas, enfim, pelo menos foi demitido –, e foi nomeado em substituição o Ministro Wolney Queiroz Maciel, que era Secretário-Executivo da pasta, que também, nessa condição, tinha responsabilidades de velar pelo dinheiro dos aposentados e pensionistas.

Não estou acusando ninguém aqui, Senador Jaques Wagner, mas é dever desta Comissão ouvir o Ministro da Previdência. E aqui, Senador Hiran, Senador Marcos Rogério e também Senador Jaques Wagner, essa oitiva é urgente, essa audiência é urgente. Então, fiz um pedido de convite, assim como o Presidente desta Comissão fez um pedido de convite, até em respeito ao atual Ministro, para que ele possa vir a esta Casa. E aqui eu adianto que não concordo com o adiamento por duas semanas; acho que um prazo de uma semana é suficiente para o Ministro se preparar e estar aqui para responder, em audiência.

Tem acontecido muito até, Senador Hiran, de nós aprovarmos um requerimento para que seja ouvida uma autoridade do Governo, do Executivo, e, de repente, a Câmara aprova um requerimento depois de nós, e, no entanto, se dá preferência à Câmara. E aqui não tem nenhuma hierarquia em nenhuma das Casas, mas às vezes causa espécie uma aparente preferência para que a autoridade compareça primeiro à Câmara em detrimento do Senado Federal, que muitas vezes tem a responsabilidade até de aprovar nomeações dessas autoridades para alguns desses cargos. Não é esse o caso específico.

Basicamente o teor é esse. Acho que é um assunto urgente e que não se pode esperar. Os aposentados e pensionistas têm direito de saber as providências que estão sendo tomadas pelo Governo Federal e por que o Governo Federal atual não agiu em tempo, antes de impedir esse verdadeiro assalto.

E aqui, Senador Jaques, eu vou ousar discordar de V. Exa., respeitosamente, mas, sim, foi uma farra, pelos dados que nós temos recebido. Eu tive o cuidado de ler o relatório da CGU a esse

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeito de 2024. E, no entanto, as providências da operação ostensiva e de suspensão dos descontos foram tomadas praticamente só agora.

E a CGU já dizia: "Olha, de uma amostragem de mil duzentos e tantos aposentados e pensionistas, mais de 90% não tinham autorizados os descontos". Isso, na amostragem! E um percentual extremamente significativo sequer sabia dos descontos, porque também não tem hoje os extratos em mãos.

Essas pessoas estavam sendo vítimas de um estelionato continuado, com participação aparente, pelos indícios que estão sendo apresentados, da alta cúpula do INSS do atual Governo, e o Ministro da Previdência anterior nada fez. Poderia ter feito? A meu ver, poderia. E muito. O Secretário-Executivo poderia ter feito? Poderia.

Então, esses esclarecimentos, a meu ver, são absolutamente urgentes, e é essa a síntese do meu requerimento. Mantenho o convite, mas que seja na próxima semana, ou então aprovemos a convocação para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu, antes de iniciar as discussões, queria dar ciência a todos e a todas, e aos que nos assistem, que o item 5 da pauta é um requerimento de teor muito semelhante de convite ao ex-Deputado e Presidente atualmente do... O Ministro da Previdência Social, o Wolney Queiroz, para comparecer a esta Comissão. É um convite de minha autoria, de forma que eu proponho que nós façamos essa discussão em bloco, até para a gente dar celeridade à nossa reunião, porque, dependendo do que nós acordarmos aqui... Porque o nosso interesse, Líder Jaques, é entrarmos num acordo aqui numa data que contemple os interesses de todos e de V. Exa. também, porque, depois, se não houver um acordo, nós vamos ter que votar o requerimento de convocação, que também está... Foi apresentado pelo Senador Girão.

Eu acredito que não vai haver necessidade, porque acho que nós vamos entrar aqui num acordo de marcarmos uma data que seja uma data adequada, porque eu acho que, ao acordarmos uma data mais recente para a presença do Ministro, nós vamos dar uma resposta à sociedade, porque os aposentados do Brasil estão muito preocupados, principalmente porque é importante a gente saber responsabilidades, e já estão sendo apuradas, mas principalmente como nós vamos

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer para ressarcir essa roubalheira das pessoas. Então, está todo mundo querendo saber, e eu acho que esta Casa tem essa responsabilidade.

Então, eu vou abrir a discussão aqui relacionada a esses dois convites que foram apresentados aqui na Comissão.

Senador Jaques, pois não.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, deixe-me reiterar. Eu estou insistindo que tudo isso que está sendo revelado foi feito por este Governo. Tudo bem, haverá crítica, demorou, não demorou, demorou a demitir, mas foi feito por este Governo. E a investigação da CGU é de 2019 a 2024. É correto o que o Senador Moro falou, houve uma escalada. Provavelmente, quando o malandro, os que fizeram o roubo viram que havia essa facilidade... Se V. Exas. permitirem, aliás, olharem, todas as entidades envolvidas se autobatizam de nacionais ou do Brasil, exatamente para poder roubar em qualquer estado. E eu conheço poucas associações de aposentados verdadeiras, como eu conheço a da Petrobras, que sejam nacionais. Os sindicatos têm suas federações, mas a associação, via de regra, é local porque, se é uma coisa de atendimento ao aposentado, não dá para dizer que você tem uma entidade. Então, é óbvio que houve uma safadeza, um roubo aí, e nós temos que, aliás, estamos a caminho de esclarecer tudo.

Eu só estou ponderando, Senador Moro e Senador Hiran, quer dizer, é o pedido do Ministro que acaba de assumir. Os esclarecimentos, que obviamente ele tem obrigação de dar, mas que estão sendo dados à Polícia Federal e à CGU... Eu vou repetir: já tem gente presa, todo mundo já sabe que o Procurador-Geral do INSS está envolvido em algum problema desse e também foi afastado pelo juiz. Então, eu só estou querendo ponderar, para não ir para o requerimento de convocação. Hoje é dia 9...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Ah, hoje é 6. A proposta é do dia 13. O que me veio do gabinete do Ministro era oferecer a data de 20. Aí eu vou ter que fazer a conta, me perdoe aqui, de padaria. Se não é 13 nem é 20, porque se acha muito demorado, pode ser alguma coisa do tipo... Eu só estou querendo para levar ao Ministro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta que eu ia fazer, Senador, era a gente tentar fazer uma data intermediária. Evidentemente, haverá reunião desta Comissão semana que vem. A proposta de convocação era para que dia? Estava dita, não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Se o Senador Jaques me permite, apenas para tentar... Veja, sem entrar no mérito da discussão, porque eu acho que nós vamos ter CPI para tratar desse assunto com profundidade, e a CPI obviamente tem os instrumentos próprios para aprofundar onde começou o problema, qual a extensão que ele tinha, como aconteceu, em que momento aconteceu a escala e em que situação. Eu acho que o relatório da CGU já aponta isso, o Senador Sergio Moro já apontou algumas questões, mas essa questão é lá.

Aqui é em relação ao requerimento. Eu acho que dia 13 ou dia 20, dia 20, como já dito, nós teremos aqui outra audiência com o Ministro dos Transportes. O dia 14 é uma quarta-feira. De repente se na terça é um dia difícil para o Governo...

Eu acho que não tem... Sr. Presidente, não tem outro assunto mais importante para as Comissões do que esse assunto da questão do roubo aos aposentados. E aí eu acho que a Comissão de Fiscalização e Controle teria prioridade absoluta na quarta-feira, não tenho dúvida disso. É a minha ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu queria só chamar a atenção para uma questão. O Ministro Lupi já havia se comprometido conosco para vir aqui amanhã. Eu até falei com um representante do Governo que estava aqui, disse: "Você não quer aproveitar para vir amanhã?", porque, veja bem, quando ele se preparou para vir à esta Comissão, obviamente o Secretário-Executivo deve ter participado das discussões para prepará-lo para vir aqui.

Não que venha amanhã, mas eu acho que, para vir na outra semana, é um tempo bastante razoável a gente colocar no dia 13, Líder, ou no dia 14, o que vocês acharem melhor.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Na verdade, para fugir dos dias mais atribulados daqui, eu concordo que essa é a prioridade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em uma das hipóteses, poder-se-ia adiar a vinda do Ministro dos Transportes, que eu acho que não é um tema tão candente para fazer no dia 20. É uma hipótese.

Se não for isso, eu vou levar ao Ministro, então, que ele venha no dia 15, que é uma quinta-feira, pela manhã.

Pelo amor de Deus, dois dias é trocar pouco demais?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Faz no dia 14 à tarde. Pode ser?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Às 14h, em geral, a gente tem Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu acho que 14 é razoável, Líder Jaques.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu já estou saindo de 20, que me ofereceram ou que pediram para eu defender, e estou vindo para 15.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Saiu de 13 também.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Dia 13 é bom, porque é o número do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Na verdade, Líder, a gente poderia ter mantido, inclusive, a vinda do ex-Ministro Lupi aqui. A gente achou que não ia ajudar.

Então, eu disse: vamos esquecer esse convite do Ministro – ele já tinha acordado conosco para vir aqui amanhã – e vamos focar só no convite.

Eu não quero chegar a esse requerimento de convocação, inclusive, por respeito a V. Exa., que eu tenho em grande conta, um cara super-respeitado por todos nós. Eu acho que o senhor está preocupado também com isso, o senhor que é uma liderança tão importante na Bahia e no Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O povo está nos assistindo. Então, eu acho que é uma demonstração de preocupação com essas pessoas que foram lesadas é um sinal muito positivo, até pelo seu compromisso. A gente sabe da sua história e a gente trazer isso de quinta de manhã para quarta tarde é só para facilitar, inclusive, porque tem muitos companheiros nossos aqui que já estão fazendo muita pré-campanha, essa coisa toda, e eles precisam ir para os seus estados. Eu acho que a gente facilitaria a vida de todos aqui se vierem aqui na quarta-feira.

Isso é uma ponderação carinhosa que faço a V. Exa., meu querido amigo.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu vou fazer um pedido que não é impeditivo, evidentemente. É evidente que eu gostaria de estar aqui em função de que um Ministro nosso vem para cá.

Eu, por acaso, não estarei aqui. Eu só chego aqui no dia 15, às 7h, 8h da manhã por um outro compromisso, porque eu não estou indo para nem para a Rússia nem para a China, mas eu não vou estar aqui.

É óbvio que eu, como Líder, sempre gosto de estar presente quando tem a presença do Ministro, pelo óbvio, é meu papel e é a minha opinião. Eu vou voltar a ponderar. Estou usando esse argumento agora porque é real, eu não estarei aqui. Não é obrigado eu estar aqui, mas estou dizendo que eu, na minha responsabilidade, gostaria de estar. Então, se não muda muito de 14 para 15, vale para os dois lados o argumento entre 14 à tarde ou 15 pela manhã.

Eu queria fazer este último apelo ou ponderação para fazer no dia 15 pela manhã porque eu estarei aqui, estou chegando de uma outra missão.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Sergio Moro, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – O ideal seria 13 ou 14 porque o quórum está... dos Senadores, porque imagino que muitos Senadores vão querer participar.

Agora, se é essa questão da presença, então, a sugestão seria pelo menos começar cedo, na quinta-feira, quem sabe, às 9h.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não tem problema.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Por mim tudo bem.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E aí ele ganharia mais dois dias para trazer informações do que está sendo feito, do que aconteceu para esse fato.

Eu não tenho problema em estar aqui na quinta-feira, mas eu sei que muitos colegas, por questões de suas representações em seus respectivos estados, não terão essa condição.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É porque normalmente os Senadores e Deputados agendam compromissos com antecedência, como é o seu caso, o senhor já deve ter...

Isso aqui foi um fator superveniente e deve ter causado uma superposição na sua agenda, assim como, por exemplo, amanhã é quarta, eu tenho que sair daqui quinta, às 7h da manhã, e tenho que estar em Pacaraima, na fronteira com a Venezuela.

Então, se fosse esta semana, estaria muito ruim para mim.

Você é o autor do convite, eu também sou...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só era importante ter do Líder a confirmação, então, de que ele viria no dia 15, às 9h.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É no dia 15, não é?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – No dia 15, às 9h, porque senão a gente teria que votar a convocação, a única opção seria essa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, evidentemente, se eu estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Claro.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – ... comprometendo-me, vou dizer que fiz um acordo na Comissão e ele estará aqui no dia 15.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pronto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, antes de...

Então, está aprovado o Requerimento nº 4 dos Senadores.

Eu vou votar em bloco os Requerimentos 4 e 5, que são de inteiro teor, um de minha autoria e o outro de autoria do Senador Sergio Moro, e também quero deixar consignado aqui que houve, que foi apresentado um requerimento de convocação do Ministro Wolney Queiroz, de autoria do Senador Girão, que nós terminamos não votando por conta desse acordo que foi feito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem, ótimo.

Então, está aprovado também o requerimento do Senador Girão que foi transformado de convocação para convite.

Não havendo nada mais a tratar na Comissão, agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 49 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4518219404

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia quinze de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Sergio Moro, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues, Cleitinho e Damares Alves, e ainda dos Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Soraya Thronicke, Vanderlan Cardoso, Cid Gomes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Beto Faro e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro**, atendendo aos requerimentos REQ 18/2025 - CTFC, de autoria Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), REQ 19/2025 - CTFC, de autoria Senador Dr. Hiran (PP/RR), e REQ 20/2025 - CTFC, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Finalidade:** Comparecimento do Ministro de Estado da Previdência Social a fim de prestar informações sobre as fraudes relacionadas a descontos não autorizados por aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e sobre políticas públicas da pasta no acompanhamento e na modernização das práticas gerenciais e de prestação de serviços públicos quanto à eficácia, efetividade e eficiência e de medidas de transparência e prestação de contas e de informações à população a serem adotadas pela pasta ministerial, inclusive quanto à responsabilidade fiscal, dos recursos e dos gastos públicos sob a gestão do INSS. **Participante:** Wolney Queiroz Maciel, Ministro de Estado da Previdência Social. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/15

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a reunião extraordinária da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade o comparecimento do Ministro de Estado da Previdência Social, Sr. Wolney Queiroz Maciel, em atendimento aos Requerimentos nºs 18, 19 e 20, de 2025, de autoria dos Senadores Sergio Moro, Eduardo Girão e este que vos fala, respectivamente.

Convido o Ministro Wolney, para tomar assento à mesa.

O Ministro vem acompanhado dos Srs. Adroaldo da Cunha Portal, Secretário do Regime Geral da Previdência Social; e de Benedito Adalberto Brunca, Diretor do Departamento do Regime Geral da Previdência Social.

Ministro...

Por favor, a assessoria vai acompanhar o Ministro Wolney à mesa. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os assessores nominados podem se sentar aqui à mesa também. (*Pausa.*)

Bom, antes de passar a palavra ao Ministro Wolney Queiroz, eu queria também salientar a todos e a todas que nós temos Senadores inscritos remotamente, que vão participar dos nossos trabalhos.

Ministro Wolney, o senhor terá 20 minutos para fazer a sua exposição, à qual se seguirá a fase de interpelação dos Senadores inscritos, obviamente, tendo como prioridade no nosso acordo de procedimentos a participação, inicialmente, do Senador Moro, a do Senador Girão e a minha, que somos os autores dos requerimentos – o meu e o do Moro, que são convites, a que o senhor aquiesceu de pronto; e o do Senador Girão, que transformou a convocação dele em convite, em virtude de o senhor já haver se disposto anteriormente a vir a esta Comissão o mais rápido possível.

Então, eu concedo a palavra a V. Exa....

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, na sequência... É só para eu saber em que horas eu estou inscrito aí.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Olhe, é a ordem? O senhor quer saber a ordem, né?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A ordem, isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor é o quarto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Em relação ao tempo, é um pouco imprevisível, mas o senhor é o quarto.

Eu concedo a palavra a V. Exa. por 20 minutos, e depois abriremos para a discussão do tema, na forma das inscrições e do nosso acordo de procedimentos.

Por favor, Ministro.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL (Para expor.) – Muito bom dia a todas e a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar os Senadores e as Senadoras presentes e saudar a nossa imprensa que comparece aqui a esta audiência pública. Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente, o Senador Hiran, com quem tive a honra de dividir o Plenário e a tribuna da Câmara dos Deputados anteriormente. Quero saudar aqui o Senador Kajuru, é uma honra conhecê-lo pessoalmente.

Eu queria, antes de passar a uma apresentação que preparei aqui para os Senadores e as Senadoras, fazer um rápido registro aqui sobre um pouco da minha trajetória, porque, afinal de contas, V. Exas. não têm obrigação de me conhecer. Portanto, eu iniciei na política muito jovem, sempre fui apaixonado pela política, fui Vereador da minha cidade, Caruaru, aos 19 anos de idade, e aos 21 anos eu já fui honrosamente destinado ao Congresso Nacional pelo povo de Pernambuco, pela generosidade do povo do meu estado. Então, cheguei aqui, na época, como o Deputado mais jovem e estive por seis mandatos representando o povo de Pernambuco no Congresso Nacional.

Nesse período, acho importante ressaltar, nós construímos uma... Qualquer um de nós que passe esse período no Parlamento ou em qualquer lugar deixa algum histórico, algum currículo do seu método, do seu jeito. Eu sempre fui alguém que, como chegou aqui ainda na década de 90, quando não existia essa prevalência das redes sociais, não existia essa exposição exagerada dos meios de comunicação, não existia sequer a cobertura da TV Câmara nas sessões do Plenário... Então, existia ainda aquele hábito de levar um discurso e dizer: "Sr. Presidente, eu trago este discurso para dar como lido". Então, aquilo saía no A Voz do Brasil. Então, era um tempo... Foi nesse tempo que eu cheguei aqui em Brasília, e eu acho que era um tempo em que existia mais urbanidade e cordialidade no trato entre os Parlamentares. Isso é uma coisa de que eu senti falta principalmente no último mandato.

Mas ocupei alguns postos importantes e relevantes. Eu sempre estive ali, boa parte desses 24 anos, como um dos cabeças do Congresso Nacional; eu fui membro e fui Presidente da Comissão de Administração e Serviço Público (Ctasp); fui Presidente, durante um período, da Comissão de Defesa do Consumidor; eu fui Vice-Líder muitos anos; eu fui Líder do PDT em dois períodos; fui Líder da Oposição em um período; fui da Mesa Diretora da Câmara. Por fim, procurei desempenhar bem o papel de Parlamentar que era confiado a mim pelo povo de Pernambuco, mas eu não tenho um registro de desrespeito, de agressão, com qualquer tipo de adversário, ainda que momentâneo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nenhuma das minhas falas, em nenhuma das minhas abordagens, eu desci para o campo pessoal; as minhas defesas sempre foram no campo político, visando, sobretudo, manter o decoro, manter a hierarquia, manter os atributos que são importantes para que nós possamos fazer do Parlamento – o que eu sei que é o desejo de V. Exas. – um lugar onde o povo brasileiro se sinta representado e escolha suas melhores decisões.

Então, respeito o Parlamento, porque eu sou um homem egresso no Parlamento. Minha trajetória toda foi no Parlamento. Foi como Vereador e como Deputado Federal que eu fiz minha trajetória política, portanto, sempre, em todos os momentos, em todas as disputas, pelo único partido, o PDT, que está um pouco fora de moda, hoje em dia, mas é o partido da minha vida, foi o partido que me fez entrar na política, foi o partido que me manteve até hoje, então o PDT é o meu único partido.

E quero, por fim, antes de iniciar a exposição, me colocar à disposição, dizer que a minha presença aqui, logo quando soube que estava sendo convidado pelo Senador Hiran, foi de pronto atender o convite, porque entendo ser importante esse tipo de participação. Eu, que estive no lugar de V. Exas. tantas vezes, no plenário da Comissão, inquirindo, perguntando, questionando, sei da importância que tem para a sociedade, não somente para nós que estamos aqui hoje, mas para aqueles que nos escutam, que nos assistem pela TV Senado, pelas outras TVs, pelos portais de internet que hoje cobrem esta audiência, pela importância de que o assunto se reveste. Portanto, é uma honra poder estar aqui; recuperei o meu brochezinho que eu comecei a usar no meu primeiro mandato, aqui, em 1995, em homenagem a V. Exas.

Dito isso, eu gostaria de iniciar a apresentação sobre um caso que indignou o Brasil, indignou a mim mesmo, indignou o nosso Governo, que é um assunto de extrema gravidade, de extrema seriedade e para o qual eu fui convocado para ser parte da solução. Portanto, eu achei importante fazer uma apresentação, porque tem dados e tem informações que são importantes que sejam apresentados de forma escrita, até para não esquecer nenhum dado, nem para omitir nenhuma informação de V. Exas.

Por favor, a primeira tela.

Bem, eu iniciei aqui pela missão, porque essa foi a conversa que me fez aceitar o convite do Presidente Lula para ser Ministro de Estado da Previdência Social numa circunstância adversa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa circunstância de crise. Portanto, é importante frisar que eu não... Como eu já disse aqui, esse ambiente de poder é um ambiente que não me embriaga, é um ambiente com o qual estou acostumado. Portanto, ser Ministro de Estado para mim não foi, nessas circunstâncias, uma tarefa deslumbrante, mas, sim, uma tarefa de árdua responsabilidade que exige seriedade, serenidade, e eu estou comprometido com esse espírito, com o espírito desarmado; porém, consciente da importância que a minha passagem no ministério terá para a gente reconstruir este momento e fazer uma nova previdência social.

Quando eu sentei com o Presidente, na sexta-feira, dia 2 de maio, à noite, ele me deu uma tarefa, me determinou que apurasse, até as últimas consequências, tudo o que aconteceu em relação à fraude ao INSS. Essa fraude... Nós ouvimos falar muito de fraude do INSS, ela foi uma fraude ao INSS, foi uma fraude aos aposentados. Pediu para cuidar dos nossos aposentados.

Na época, no momento, ele não me tratou como Ministro, me tratou como Wolney e disse: "Wolney, você tem a tarefa de cuidar dos nossos aposentados. Cuide dos aposentados, vá até as últimas consequências, para que nenhum aposentado saia no prejuízo". Portanto, essa foi a determinação e esse foi o comando que eu recebi do Presidente Lula.

Vamos passar à próxima tela, por favor.

Eu acho importante. Eu sei que é de conhecimento dos Senadores e Senadoras aqui, mas eu acho importante citar alguns dados, para se ter ideia do tamanho e da grandiosidade do que é o INSS.

Se o INSS fosse um país, ele teria 99 milhões de habitantes – se fosse um país, hoje teria 99,3 milhões de segurados. Os Estados Unidos têm 340 milhões de habitantes; o Brasil, 211 milhões; o México, 129 milhões. Ele dá duas argentinas. O nosso INSS comporta o equivalente a duas argentinas; portanto, é um ente gigantesco.

Próxima tela, por favor.

E eu acho importante a gente falar ainda do INSS, antes de passar para o assunto do desconto associativo, e dizer que o INSS injeta na economia brasileira cerca de R$77 bilhões por mês, é quase R$1 trilhão por ano, e o vencimento médio dos pensionistas e aposentados é de R$1,8 mil, Senadoras e Senadores. Isso significa que ninguém guarda esse dinheiro. Esse dinheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é usado naquele mesmo mês. Ninguém consegue fazer uma poupança com R$1,8 mil. Isso significa que esse dinheiro é gasto imediatamente no mercadinho, no açougue, na farmácia, fazendo movimentar essa microeconomia brasileira de forma pujante, vibrante. Então, em 65% dos municípios brasileiros, dos 5,8 mil municípios brasileiros, a maior entrada de dinheiro é através dos benefícios previdenciários e, nos outros 35%, fica atrás apenas do Fundo de Participação dos Municípios, que é o segundo maior contribuinte com entrada de recursos nos municípios. Portanto, a previdência social, um patrimônio do povo brasileiro, é um fator de proteção social que sempre foi valorizado, estimulado, defendido, fortalecido em todos os Governos do Presidente Lula e está sendo assim neste Governo.

Vamos, então, aos descontos associativos.

Os descontos associativos foram previstos em lei em 1991. Portanto, foi o Congresso Nacional que estabeleceu e deu início a essa modalidade. De 2019 a 2022, houve um período em que o Congresso também se manifestou para estabelecer algumas regras de revalidação das autorizações de desconto por parte dos beneficiários. Então, é importante essa linha do tempo justamente do que eu vinha falando.

Em 2019, surgiram algumas denúncias de descontos associativos irregulares. A partir daí, o Tribunal de Contas da União fez uma recomendação, e foi editada a Medida Provisória 871, em que se previa uma revalidação anual das autorizações para desconto das empresas que tinham um acordo de cooperação técnica celebrado com o INSS. O que significa isso? Que, em cada empresa que tinha os seus associados, esses associados precisavam renovar essa autorização anualmente. Isso impediria – naquele momento era o que se buscava – que houvesse esses descontos de forma permanente, ou seja, que alguém tivesse autorizado desconto por um ano e passasse dez anos sendo descontado. Essa foi a ideia, mas, durante a tramitação aqui, o que foi aprovado na Lei 13.846 foi uma revalidação de três em três anos, iniciando em 2021.

A seguir, veio a lei, a Medida Provisória 1.006, que adiou a vigência da revalidação de 2021 para 2022. Isso também foi discutido e foi resolvido aqui, no Congresso Nacional. Por quê? Porque nós estávamos dentro de uma pandemia do covid-19, havia o distanciamento social, não era razoável que se fizesse uma revalidação em que os beneficiários, pessoas acima dos 60 anos, em sua maioria, buscassem as associações e aí se deslocassem e comparecessem. Então, era uma medida justificada, e foi por essa razão que o Conselho Nacional de Previdência, em 2021,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recomendou que fosse feita a dilação de prazo, para a vigência ser a partir de 2022, quando já teria vacina e já teria um outro ambiente em que não mais haveria necessidade do isolamento social.

Então, a MP 1.007, transformada na Lei 14.438, de 2022, foi essa medida provisória, e essa lei pôs fim ao instituto da revalidação. O que vinha sendo gestado dentro do Congresso, a partir de 2019, para que houvesse uma revalidação de cada um daqueles que autorizavam o desconto, foi sepultado por essa MP e por essa lei, em 2022.

É exatamente neste momento, nesse interregno entre 2019 e 2022, que o ladrão entra na casa. Por que é que eu digo que o ladrão entra na casa? (*Pausa.*)

Porque o fim da revalidação e a expectativa anterior de que houvesse a revalidação fizeram com que cerca de 11 empresas se credenciassem, empresas novas, associações novas se credenciassem no INSS. Dessas empresas, que mais tarde descobrimos, agora, durante a operação, que eram 100% fraudulentas, a maior parte delas se estabeleceu nesse período. Nesse período, elas se estabeleceram, alcançaram o credenciamento, que é o acordo de cooperação técnica com o INSS, e começaram a operar.

Nesse momento era discutida no Congresso a revalidação anual. Quando, em 2022, se opta por pôr fim à revalidação, essas empresas se sentiram livres para, a partir de 2022, ou seja, em 2023 e 2024, passar uma enormidade de descontos não autorizados, que fizeram esse número subir exponencialmente em 2023 e 2024, o que nós só detectamos depois da operação da AGU, agora, em abril de 2025.

Portanto, eu acho importante fazer essa primeira tela, falando dessa linha do tempo e das medidas legislativas que impactaram esse momento da revalidação.

A partir daí, a partir da nossa deflagração da operação por parte da AGU, da CGU, e a CGU é um órgão do Governo, que muita gente... Aí eu falo não para os Senadores, que obviamente sabem minuciosamente disso, mas para aqueles que nos escutam e nos assistem e nos ouvem: a CGU é um órgão do Governo. Foi um órgão do Governo que mandou chamar a polícia para apurar o que estava acontecendo, o saque que estava acontecendo das associações fraudulentas no bolso dos aposentados e pensionistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, houve uma resposta firme do Governo, deflagrando a Operação Sem Desconto, pela Polícia Federal e CGU, em abril de 2025, mostrando uma tolerância zero. O Governo agiu prontamente para identificar os responsáveis e proteger os beneficiários, e foi criada a força-tarefa jurídica, com a AGU dedicada especificamente ao combate às fraudes ao INSS.

Próxima tela, por favor.

Ainda no âmbito das respostas firmes do Governo, houve a suspensão imediata e o bloqueio total dos descontos e acordos com as entidades, para uma reavaliação geral de todo o cenário que nós tínhamos.

Dentro da AGU, houve um processo de 12 entidades fraudulentas, e, quando nós falamos de entidades fraudulentas, foram aquelas que a CGU detectou serem de fachada, que não tinham nenhuma contraprestação aos beneficiários, que filiavam um cidadão no Maranhão, quando, na verdade, a empresa se estabelecia em São Paulo – portanto, não tinha nenhuma atividade naquele estado onde o associado era filiado.

Então, a AGU processou essas 12 entidades fraudulentas e bloqueou, de imediato, R$2,560 bilhões, para garantir o início do ressarcimento aos aposentados que foram prejudicados.

A partir daí, houve uma prioridade absoluta na comunicação e no acolhimento aos aposentados. Portanto, o Governo ficou ao lado de cada pensionista e de cada aposentado, para fazer com que eles pudessem ter a tranquilidade de ver que o Governo estava dando total atenção a esse momento, estava dedicando prioridade ao acolhimento a cada um deles, à informação mais transparente, mais abrangente possível, e, sendo assim, houve uma notificação ampla, via Meu INSS, a 27 milhões de beneficiários, que não receberam qualquer tipo de desconto.

Então, num contingente de 40,770 milhões de beneficiários, em números arredondados, que nós atendemos hoje, 27 milhões deles não receberam qualquer desconto. Então, receberam a comunicação via...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – ... Meu INSS, comunicando que eles não tinham recebido qualquer desconto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E 9,4 milhões... Eu vou ter que apressar o passo aqui, para poder não consumir o tempo e a paciência dos Srs. e das Sras. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você acha que mais cinco minutos são suficientes?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Vou tentar apressar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, aqui...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – O meu objetivo aqui é ser esclarecedor para V. Exas...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor vai ter o tempo necessário, porque essa é a nossa intenção. Fique à vontade.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Muito obrigado, mas eu vou tentar não cansá-los.

Então, nesse momento, eu anotei ali esse alerta de golpes, porque aqui tem Senadores e Senadoras que são pessoas influentes na sociedade, que têm muitos seguidores nas redes sociais. É importante dizer que o INSS não liga ou envia SMS para quem quer que seja. Então, a comunicação é feita exclusivamente pelo aplicativo Meu INSS, para a gente evitar novos golpes contra aposentados que recebem ligações, recebem SMS pedindo dados para ajudar no ressarcimento. Não caiam em golpes, o INSS não liga para ninguém, não manda SMS.

A partir daí nós construímos, eu participei e liderei esse grupo para fazer e construir, dentro do aplicativo, essa modalidade da qual faz parte o processo de ressarcimento, onde nós construímos o sistema digital simplificado pelo Meu INSS, Central 135. A verificação é simples e cada entidade será cientificada a partir do contato do beneficiário. Então, basta o beneficiário que teve o desconto clicar que não reconhece aquele desconto que a partir daí aquele processo vai ser enviado para a entidade, e a entidade terá que se explicar apresentando os documentos. Então, não precisa o beneficiário apresentar qualquer documento, isso vai ser de uma forma simples e muito prática.

Próxima tela, por favor.

E aí é importante trazer essa tela, porque a gente tem sempre recebido questionamentos da imprensa: "O que vai acontecer quando for liberada a busca pelo ressarcimento? As agências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vão ficar lotadas? Isso vai ficar tumultuado. Os aposentados vão ter dificuldade". Então, é importante dizer isto: 91% de todos os acessos ao INSS, hoje em dia, já são pelo Meu INSS, são 89,5 milhões de acessos por mês; 7% se comunicam pela Central 135 e, hoje em dia, apenas 2% recorrem às agências para atendimento presencial. O Presidente Gilberto Waller já está preparando uma infraestrutura nas agências com acolhimento, com atendimento, com boa informação, uma informação simples, direta, uma comunicação amigável para esse pequeno percentual que precise recorrer às agências do INSS.

O ressarcimento se dará: inicialmente, o INSS contesta junto à entidade responsável, a partir do momento em que o beneficiário diz que foi descontado e não autorizou; a entidade deve comprovar que tem autorização, que tem a documentação e, em 15 dias, devolver o valor ela própria ao aposentado que foi descontado indevidamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Ela devolve ao INSS, e o INSS devolve – muito bem lembrado aqui pelo nosso Adroaldo –, devolve ao aposentado.

Se não houver a comprovação da autorização nem a devolução do valor, aquele processo é encaminhado à AGU, que preparou uma força-tarefa para tomar conta dessa parte que vai cuidar da comprovação ou devolução que no prazo não seja feita. Lembrando que, para início do ressarcimento, nós já conseguimos R$2,56 bilhões bloqueados das entidades. A tendência é que esse valor vá muito mais além, porque as investigações da Polícia Federal e da CGU estão em curso, os bloqueios de bens estão aumentando, as investigações podem alcançar novos bens e podem aumentar muito esse valor. E é desse valor das empresas fraudulentas, fantasmas, que roubaram os aposentados, é delas que nós vamos buscar a responsabilização e o ressarcimento dos aposentados.

A interrupção dos descontos se deu em abril. E aqui é importante dizer isso, porque, no mês de abril, ao receberem a folha e o contracheque, muitos aposentados ainda perceberam que havia o desconto. É porque uma folha – a maciça do INSS, como nós chamamos – para ser rodada não é uma coisa simples; portanto, a operação se deu no dia 25 de abril, e a folha de pagamento já estava rodada, não havia tempo de cancelá-la e rodar uma nova folha. Portanto, os descontos constaram na folha de abril, mas não foram repassados os valores para as empresas, foram retidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo INSS. Essas associações, então, não receberam os recursos, e os aposentados recebem o ressarcimento já na folha do mês de maio. E, a partir de maio, não haverá mais nenhum desconto.

Uma coisa importante para citar aqui, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, é que o depósito será feito diretamente na conta do benefício, ou seja, na conta em que o beneficiário já recebe habitualmente o seu benefício. E não é necessário fornecer dados bancários; isso evita riscos e evita novas fraudes. Então foi o modelo por que nós optamos e que vai facilitar o ressarcimento.

O compromisso do Governo é com a proteção do cidadão, prioridade em proteger quem mais precisa, que são aqueles mais vulneráveis. Houve uma atuação firme do Governo, que agiu com transparência e rigor contra as fraudes. E o objetivo disso é ter a confiança do segurado no sistema previdenciário brasileiro, que é um patrimônio do povo, que é uma instituição centenária – tem 102 anos a Lei Eloy Chaves. E nós estamos imbuídos nos melhores propósitos dessa reconstrução.

Por fim, eu quero dizer que essas fraudes não começaram agora, mas terminaram neste Governo. Foi o nosso Governo, foi o Governo do Presidente Lula, foi a decisão do Governo que mandou chamar a polícia, que deflagrou a operação, que desbaratou essa gangue que roubava os aposentados; e foi o nosso Governo, então, que pôs fim àquela farra e está tomando as providências para preservar os aposentados, para que nenhum deles fique prejudicado e para punir exemplarmente cada um e cada uma daquelas associações, pessoas físicas, presidentes, ligados àquele momento tão terrível pelos quais passaram os nossos aposentados.

Então eu deixo aqui uma palavra final, agradecendo a atenção das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, dizendo que estou à disposição de V. Exas. para responder às perguntas que me couberem. Espero que eu tenha sido claro aqui. A minha exposição foi, enfim, com a melhor das intenções, para que a gente possa explicitar e deixar claro qual foi o *modus operandi* pelo qual o Governo agiu, como fez, de que forma – de forma transparente. Estou à disposição de V. Exas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Ministro Wolney.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar a palavra para o primeiro autor do requerimento de seu convite a esta Comissão, Senador Sergio Moro.

Aos autores dos requerimentos, eu vou conceder 15 minutos, com direito à réplica e à tréplica, se for o caso, para a gente dar bom andamento aos trabalhos.

Senador Sergio Moro, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Senador Hiran, Presidente desta Comissão, primeiro, eu quero tomar a liberdade de elogiar esta Comissão, que mudou de patamar, a Comissão de Fiscalização do Senado. Era uma Comissão que estava, infelizmente, inoperante, mas, desde a Presidência de V. Exa., ela tem se debruçado em fazer o papel dela, que é fiscalizar o Governo. Como Legislativo, nós temos que legislar, evidentemente, mas o papel fundamental desta Casa, e isso é feito especialmente pela Comissão de Fiscalização, é apurar os atos do Governo e sempre cobrar. E esta própria audiência de hoje é um retrato vivo da nova dinâmica que V. Exa. impôs a esta Comissão. Então, fica o registro de todos os meus elogios.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu gostaria de fazer as perguntas e pedir para o Ministro ir respondendo, porque são diversas, e aí nós vamos dimensionando esse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor prefere fazer uma a uma e ele vai respondendo?

Porque a minha ideia de fazer com os demais Senadores é que a gente faça blocos e ele vá respondendo em blocos, mas o senhor prefere pergunta e resposta.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu prefiro, porque são perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não. Pois não. Pode... Vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas, se nós verificarmos que esse procedimento não está com a melhor dinâmica, podemos mudar novamente.

Agradeço, Ministro, a V. Exa. pelas explicações, pela presença aqui. Só vou pedir escusas porque eu vou fazer uma série de perguntas que podem ser desagradáveis, porque esse é um grande escândalo, um grande roubo dos aposentados e pensionistas do INSS, inclusive com indícios veementes também de pagamento de suborno para funcionários do INSS durante este Governo. Isso não foi dito ali naquela apresentação. E, no meu papel de Senador, eu tenho que cobrar explicações. Meu papel de fiscalização é fazer, inclusive, perguntas desagradáveis. Muitas dessas perguntas, aliás, apareceram na imprensa, mas não vi respostas por parte do Governo. Então, a gente reproduz boa parte dessas indagações que foram feitas pela imprensa.

Aliás, faço aqui um registro de que as investigações foram feitas a partir de denúncias veiculadas na imprensa. Foi em 2024 que a imprensa destacou esse fato. Vamos mencionar aqui, por exemplo, o jornalista Luiz Vassallo, que fez denúncias sobre irregularidades, e isso motivou as investigações da CGU e da própria Polícia Federal, até porque os fatos foram tornados públicos.

Então, eu peço até desculpas a V. Exa. se farei algumas perguntas que podem não soar muito agradáveis.

Uma indagação que foi feita na imprensa, e eu não vi resposta de V. Exa., é uma questão um pouco mais pessoal, mas um apontamento. Em suas declarações de bens, que V. Exa. tem apresentado à Justiça Eleitoral, há consignado um grande volume de dinheiro em espécie que V. Exa. guardaria. Por exemplo, em 31/12/2022, há uma referência de que o senhor teria R$431 mil em espécie guardados. V. Exa. poderia esclarecer esse fato?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL (Para expor.) – Pois não, Senador Moro. V. Exa. não precisa se desculpar. Eu sei do seu papel e compreendo perfeitamente.

Eu quero dizer que esses valores foram declarados por mim mesmo à Justiça Eleitoral. Então, se parte do pressuposto de que são rendimentos das minhas atividades e que são absolutamente lícitos. O meu patrimônio é todo declarado à Justiça Eleitoral e ao Imposto de Renda, portanto não há nenhum problema em se ter a posse ou guarda de valores em espécie, desde que sejam declarados. Eu sei, por exemplo, que muitos Senadores aqui declararam, em suas declarações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imposto de Renda e em suas declarações eleitorais, possuírem dinheiro em espécie, e desde que isso seja declarado não há nenhum óbice, nenhum problema.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não é incomum, Ministro, essa manutenção de valor em espécie? Não usa banco? Qual que é a...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Eu uso banco também, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Nos anos anteriores, V. Exa. também declarou valores em espécie?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Também, também. Esses valores aumentaram e diminuíram...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Presidente, uma questão de ordem.

Eu entendo que esta Comissão... Perdoe-me.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – É que eu entendo que esta Comissão está aqui para investigar atos do Governo, e não para investigar o Ministro. Se a propositura foi de investigar o Ministro, o.k. Agora, a tentativa de colocar o Ministro na parede com temas que nada tem a ver com isto aqui – até porque ele virou Ministro agora – me parece que sai um pouco do escopo. Porque, se a gente adentrar por essa linha, eu acho que não fica bom.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu acredito, inclusive, que... Eu não sei se o senhor está se sentindo... Se sentir algum tipo de constrangimento, o senhor pode se manifestar a mim, que eu corrijo, não tem nenhum problema. E se o senhor também não se sentir à vontade para responder a alguma coisa, é um direito seu.

Vou voltar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL (*Fora do microfone*.) – Eu me sinto completamente à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pode, pode... Não, você "desacionou".

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Nesse caso, eu me sinto completamente à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Ministro.

Pode continuar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu só vou pedir que, como fui interrompido...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não. Fique à vontade.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu acho que as perguntas que eventualmente o Líder do Governo quiser fazer ele deverá fazer no momento dele.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Senador Sergio Moro, V. Exa. me permite aqui só um complemento?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Claro.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – É para dizer o seguinte: veja, eu não me escuso em responder sobre qualquer coisa da minha vida pessoal, particular, empresarial – porque eu sou empresário, V. Exas. também não têm obrigação de saber. Mas eu acredito que – e levo em conta aqui a ponderação do Senador Jaques Wagner – nós estamos sendo assistidos aqui por milhares, talvez milhões de pessoas; e, ali, muitas delas são aposentadas, são pensionistas, estão esperando uma palavra nossa aqui, do Senado, do Ministro, do Governo, sobre os fatos que aconteceram e tal. Eu me preparei para isso e gostaria de ter o tempo aproveitado para isso, para não desanimar aqueles que nos assistem, que estão esperando os assuntos relativos ao convite. O requerimento foi para falar sobre as fraudes ao INSS, portanto me sentirei muito melhor se puder me ater aos temas restritos ao requerimento que recebi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem. Restituído seu tempo, vamos voltar aí às suas inquirições.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Também foi destacado pela própria imprensa que V. Exa. seria autor de uma dessas emendas que buscaram adiar essa revalidação e, inclusive, ampliar o prazo dessa revalidação. Foi uma emenda à Medida Provisória 1.006, de 1º de outubro de 2020. V. Exa. também não esclareceu isto, que, quanto àquelas propostas de adiar a revalidação, uma delas partiu de V. Exa.

V. Exa. reconhece que apresentou essa emenda?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Reconheço, claro.

Isso se deu a partir de uma manifestação do Conselho Nacional de Previdência Social. O Conselho de Previdência Social se reuniu no dia 25, acho que foi de fevereiro, deliberou e nós recebemos essa resolução pedindo ou concordando com a autorização de prorrogação posterior por mais um ano, por meio de ata editada pelo Presidente do INSS. Então nós recebemos em 2025 essa demanda, do conselho, de 2021. Eu era Líder do PDT. Essa demanda também foi assinada pelo Líder do PT, pelo Líder do PSB, e estava embasada na justificativa de que estávamos, como eu já disse na explicação, em isolamento social durante a pandemia e o Conselho Nacional de Previdência, então, pediu que essa emenda fosse apresentada. Essa emenda não foi sequer aprovada, nem constou do texto. O texto constou... do Relator... O próprio Relator constou... no texto... E virou lei e foi aprovado pelo Congresso, atendendo a essa solicitação do momento. Quando a gente descontextualiza, fica parecendo uma coisa estranha, mas, quando você traz para o momento de 2021, é uma coisa absolutamente natural.

O que eu quero deixar claro aqui é que eu não tenho nenhuma vinculação com esses temas, nunca tive. Nunca fui da área previdenciária enquanto Deputado Federal, nunca fui da Comissão de Previdência, nunca tive relação com nenhuma dessas empresas. Portanto, nós sabemos aqui, como Parlamentares, que todos os assuntos do Brasil são discutidos na nossa Casa. E, quando a gente se debruça sobre um tema específico, como foi o caso dessa emenda, V. Exa. olha o ambiente, olha o contexto, a justificativa e acredita que está bem acompanhado e acredita no respaldo que tem, por exemplo, o Conselho Nacional de Previdência. Essa foi a minha orientação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e por isso que assinei a emenda. E ela foi descartada, mas o texto trouxe a revalidação para o ano seguinte por conta do distanciamento social.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É a Emenda de Plenário nº 1, só para ficar aqui o registro. Estou com ela aqui inclusive.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Sim, eu era Líder na época.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – V. Ex. foi nomeado Secretário da Previdência em fevereiro de 2023?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Perfeitamente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – De quem partiu o convite? V. Exa. era a pessoa de confiança do Carlos Lupi ou como foi a sua nomeação?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – A minha nomeação foi feita pelo Presidente da República a partir de indicação do Presidente Lupi, Presidente do meu partido, que eu ocuparia, ou já ocupava, no caso, porque, no primeiro mês de mandato de atuação do Ministro Lupi, eu ainda exercia o mandato de Deputado Federal. Então, em janeiro de 2023, eu exercia o mandato de Deputado Federal; e somente a partir de fevereiro é que eu passei a ser nomeado e compor o Ministério da Previdência Social como Secretário-Executivo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Consta também, em levantamento feito pela imprensa, que, em junho de 2023, em uma reunião do Conselho Nacional de Previdência Social, a Conselheira Tonia Andrea Galleti levantou a questão e colocou de maneira veemente o problema das reclamações de fraudes nesses descontos, e, no entanto, esse tema foi descartado ali pelo Ministro Carlos Lupi, segundo informações levantadas, e retornou apenas no ano seguinte – então não é verdade que esse assunto surgiu só agora em 2025; é um assunto para o qual houve um alerta dentro do ministério, no Conselho Nacional de Previdência Social, já em junho de 2023. Por que não foi tomada nenhuma providência naquele momento e o que V. Exa. fez a partir daquele alerta?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Na verdade, Senador, esse assunto não veio à tona nem nessa reunião, porque esse assunto veio à tona em 2019, quando houve uma solicitação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TCU para que fosse editada aquela medida provisória que estabelecia a revalidação. Então, isso é anterior.

Em 2023, numa reunião do Conselho Nacional de Previdência Social, presidida pelo então Ministro Lupi, a Conselheira Tonia Galleti fez uma solicitação, dizendo que tinha recebido denúncias de que havia um número de descontos associativos não autorizados. E ela, naquela reunião, pediu que fossem apresentados... Primeiro, ela pediu para constar na pauta daquela reunião. E V. Exas. sabem que uma reunião como aquela do Conselho tem uma pauta prévia aprovada, então não pode incluir na pauta, do mesmo jeito que não adianta agora se incluir um tema, nesta audiência pública de hoje, estranho à convocação, porque isso não é previsto no Regimento. Então, o Conselho Nacional de Previdência já tinha publicado uma ata e, inicialmente, ela pediu para que o tema fosse discutido naquela reunião. O Ministro disse que o tema não podia ser discutido, pois já havia uma convocação expressa com os temas a serem discutidos, que achava o tema relevante e que o tema voltaria em uma reunião posterior.

O Conselho de Previdência Social, é importante também explicar bem – eu, por exemplo, não sabia como funcionava, só passei a saber quando fui Secretário-Executivo –, é um conselho de composição quadripartite, ou seja, tem os membros do Governo, tem os membros dos aposentados, tem os membros dos trabalhadores e tem os membros do setor empresarial. Então, é uma reunião da qual participam, habitualmente, o Presidente do INSS, o Diretor de Benefícios do INSS, o Procurador-Geral do INSS...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas a questão é: por que o Governo levou dois anos para tomar alguma medida concreta, a partir de junho de 2023, quando houve a denúncia das fraudes? Porque, sim, fizeram aqui a Operação Sem Desconto, em 2025; e, por dois anos, os aposentados e pensionistas continuaram tendo descontos fraudulentos nas suas pensões, nas suas aposentadorias. A pergunta é direta para V. Exa. Eu não quero saber como funciona ali o conselho, eu quero saber por que não foi feito nada de imediato, de mais concreto, para impedir que essa fraude continuasse. Essa é a questão.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Senhor, eu me desculpo, mas eu tento contextualizar sempre as respostas para poder ser... Não é evasivo nem tergiversar, mas eu tento contextualizar para explicar como se dão as reuniões, porque eu acho importante para se entender, mas, se V. Exa. acha dispensável, pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo tomou as providências, e toda vez que eu, enquanto substituto eventual do Presidente, que não tenho sequer direito a voto do Conselho Nacional de Previdência Social... Imagina-se ali que o INSS que está ali representado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – ... por isso que eu falava isso, anota aquelas questões e há um hábito, Senador Girão, de que, no dia seguinte às reuniões do Conselho Nacional de Previdência, o Presidente do INSS se reúne com a bancada de trabalhadores e de aposentados. Então, obviamente, tem, de um lado, o INSS e, do outro lado, os aposentados e pensionistas. O que se depreende disso é que no dia seguinte eles vão tratar do assunto, vão debater o tema e esse assunto terá o encaminhamento natural.

O tamanho, a magnitude do que aconteceu só foi revelado depois da operação da AGU, agora em abril de 2025, da CGU, em 2025. Antes disso, o que todos nós sabíamos era o que tinha na imprensa, eventualmente ali alguma menção aos descontos, e havia uma investigação por parte da AGU, da CGU, desculpa, por parte da CGU, e essa investigação durou praticamente dois anos. Se fosse uma coisa simples de ser detectada, Senador Moro, essa ação teria sido deflagrada pela CGU e pela Polícia Federal ainda em 2023. É uma coisa que demanda responsabilidade, serenidade, tempo, busca, investigação, e só então as informações chegaram a público quando da deflagração da operação.

Mas eu queria dizer que nós, enquanto Previdência Social, Ministério da Previdência Social, recebíamos as informações do INSS de que as medidas estavam sendo tomadas, que os critérios estavam sendo endurecidos, que as modalidades estavam sendo mais rigorosas, que as reclamações estavam diminuindo...

Então, essas eram as informações que chegavam para o Ministério da Previdência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas V. Exa. era o Secretário-Executivo da pasta, checou alguma dessas informações? Porque, na verdade, o que a gente tem aqui – e é um elefante na sala, não é? – são R$706 milhões de descontos em 2022. Dobrou! No ano seguinte, em 2023, praticamente, foi para R$1,3 bilhão; e, no ano seguinte, em 2024, foram R$2,8 bilhões descontados. E tem relatório da CGU já em setembro de 2024, no qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fizeram uma amostragem entrevistando vários desses aposentados pensionistas, mais de mil, mil e duzentos e tantos...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Mil e trezentos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... e mais de 90% disseram que não autorizaram desconto nenhum.

Então, o que se tem presente, Ministro, é que o Ministério da Previdência, do qual V. Exa. era Secretário-Executivo – e Secretário-Executivo não é exatamente alguém que não está a par dos assuntos do ministério –, não fez nada.

Na verdade, vamos também destacar que o INSS editou a Instrução Normativa 162 em março de 2024, na qual se criaram regras que dificultavam a responsabilização dessas entidades que recebiam os descontos para serem punidas. E mais: tirou a revalidação que estava na instrução normativa anterior, prevendo os três anos, e essa Instrução Normativa 162 do Presidente do INSS, já durante, depois do alerta de fraude, em março de 2024, tirou a revalidação a cada três anos. Por que foi editada essa Instrução Normativa 162, que acabou, na prática, facilitando essas fraudes, Ministro?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Bem, essa Instrução 162 foi baseada na MP aprovada no Governo do Presidente Bolsonaro, e quem sepultou a revalidação foi o Governo anterior – é importante deixar claro –, e eu deixei isso bem sublinhado na exposição que nós fizemos.

Eu quero dizer, Senador Moro, que eu, enquanto Secretário-Executivo, recebo uma atribuição expressa do Ministro para cuidar das áreas adstritas à atuação da secretaria-executiva, que tem atribuições próprias: a gestão orçamentária e contábil financeira do ministério; a gestão de pessoal do Ministério da Previdência Social, com pagamento e remoção de servidores; a organização dos cinco colegiados ligados ao ministério, entre eles... Todos os colegiados, são cinco; as autorizações de viagem e pagamentos de diárias; gestão operacional da inteligência previdenciária, que depois eu vou abrir um capítulo específico sobre essa inteligência previdenciária, que é uma força-tarefa que existe permanentemente, junto com o Ministério Público Federal e Polícia Federal, que atuam permanentemente. Praticamente, em toda semana, tem a operação. Nós somos atacados, Senador Moro, por gente querendo roubar o dinheiro da Previdência todo o tempo. Então, existem operações semanais da força-tarefa previdenciária, junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a Polícia Federal e com o Ministério Público Federal, que atuam fortemente sobre isso, e isso acontecia sob o comando da nossa secretaria executiva; administração patrimonial, gestão documental e arquivos do Ministério da Previdência Social; gestão dos recursos gerais e administração dos contratos terceirizados; intermediação dos contratos e licitações junto ao MGI, porque o nosso ministério não tem Spoa, que é a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. Portanto, tudo que diz respeito a esses três pontos tem que ser tratado com o MGI, e é a nossa secretaria que trata; e a gestão dos recursos de tecnologia e da informação.

Portanto, a minha atribuição é especificamente nesse escopo, enquanto Secretário-Executivo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Quem escolheu o Presidente do INSS, o Alessandro Stefanutto, e o Virgílio Antônio Filho para Procurador-Geral?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – São funcionários de carreira do INSS, foram escolhidos pelo então Ministro Carlos Lupi.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – V. Exa. teve algum envolvimento?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Nenhum, eu não participei da nomeação, da escolha, não opinei sobre a escolha de nenhum quadro que veio a compor o Ministério da Previdência Social, nem o INSS.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Moro, dê-me licença.

Eu recompus seu tempo e nós já extrapolamos o tempo. Eu vou lhe conceder mais três minutos para o senhor fazer suas indagações, até por conta de nós termos aqui 14 inscritos. E eu vou até abrir mão um pouco do meu tempo, que sou um dos autores do convite, para respeitar o tempo das Sras. e Srs. Senadores.

Então, eu vou pedir a V. Exa. que, dentro desse tempo que lhe concedi, o senhor tentasse esgotar suas indagações.

Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu vou fazer só mais algumas perguntas. As perguntas estão sendo feitas e estão sendo respondidas; por isso se está comendo um pouco mais o meu tempo.

Mas muito rapidamente, então, para deixar para os outros colegas...

Surgiram alguns personagens... Porque isto o Governo não fala, que, além dos descontos subirem durante o Governo Lula exponencialmente, mas, além disso, há indícios veementes de pagamento de suborno a altos funcionários do INSS, que foram nomeados, inclusive, pelo Ministro Carlos Lupi e durante o período em que V. Exa. era o Secretário-Executivo. Surgiram o nome de alguns personagens e vou indagar se o senhor os conhece e já os recebeu: Antônio Carlos Camilo Antunes, vulgo Careca; Danilo Trento; Maurício Camisotti. V. Exa. conhece essas pessoas?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Olha, eu posso ter, eventualmente, me encontrado com alguns deles, não me lembro de tê-los recebido, mas eventualmente posso ter recebido. O nosso ministério recebe dezenas de pessoas, e eu não tenho nenhuma lembrança de conhecê-los, nem tenho nenhuma relação com eles. Relação com eles, de certeza, eu posso garantir que não tenho qualquer relação.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Houve uma liberação de recursos bloqueados descontados de aposentados, 34.487, de associados da Contag, isso em novembro de 2023, quando já havia também as denúncias de fraude. E houve uma ação, pelo menos segundo divulgação da imprensa, do Ministro Lupi para que fossem desbloqueados. V. Exa. participou desse fato? Pode explicar?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não participei e não tenho delegação aqui do ex-Ministro Lupi para defendê-lo, mas, se V. Exa. voltar um pouco no tempo... Ontem, por exemplo, eu estava assistindo ao Jornal Nacional e houve uma denúncia de um servidor em 2020. Um servidor, em 2020, denunciou à Polícia Federal que havia descontos indevidos, que havia fraude.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Essas denúncias foram feitas em 2020, Senador. Parece que V. Exa. era o Ministro da Justiça nessa época. V. Exa. fez alguma coisa para coibir essas fraudes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Os fatos nunca foram informados a mim como foram informados a V. Exa. expressamente na reunião lá em 2023.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – V. Exa., como Ministro...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Se alguém se omitiu aqui foi V. Exa. nessa apuração.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – V. Exa., como Ministro, também não acompanhou, não tinha conhecimento da Polícia Federal?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, não chegou ao meu conhecimento, mas ao de V. Exa. chegou.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não chegou ao meu conhecimento.

Agora, V. Exa. como Ministro...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O senhor ouviu na reunião, Ministro! Na reunião foi informado sobre as fraudes, e V. Exa. não fez nada.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Eu não tinha que fazer nada, não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – V. Exa. era a pessoa de confiança de Carlos Lupi e continua no ministério.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Senador, eu não queria ficar aqui nesse bate-boca com V. Exa., mas V. Exa., como Ministro da Justiça, tinha muito mais obrigação de saber do que eu como Secretário-Executivo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – V. Exa. quis me acusar, V. Exa. quis me acusar de algo agora impróprio, porque V. Exa. estava no ministério onde teve a fraude, Secretário-Executivo, não fez nada...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Senador Sergio Moro, foi o nosso Governo que chamou a polícia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Presidente, é uma investigação policial, é um depoimento, como é que a gente...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... e agora vem querendo me acusar? Não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Rogério...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Nós todos estamos...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – O nosso Governo foi que chamou a polícia.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Rogério, eu tenho muito respeito por todos aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Então, eu vou pedir para restaurar aqui a ordem dos trabalhos. Já concedi o tempo remanescente ao Senador Sergio Moro, ele vai fazer as perguntas. Vão ser respondidas pelo Ministro Wolney, depois vou passar a palavra para o outro autor do requerimento, que é o Senador Girão. E assim vamos caminhando com calma.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Última indagação, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – V. Exa. mencionou a devolução desses valores aos aposentados via aplicativo, via notificação. Tem previsão de notificação pessoal dessas pessoas? A fraude foi viabilizada porque hoje não se recebem mais aqueles extratos do benefício e as pessoas sequer, muitas delas, segundo o levantamento da CGU, já em 2024 – já em 2024; no entanto, só foi interrompido o desconto em 2025 –, havia a afirmação de que muitos deles nem sabiam que os benefícios estavam sendo descontados. Então, tem algum projeto, algum plano para que haja uma notificação pessoal dos beneficiários para que eles possam responder e ter a devolução do dinheiro indevidamente descontado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Senador, na minha apresentação, eu fiz menção a isso, porque 27 milhões de pessoas, de aposentados já foram comunicados que não houve qualquer tipo de desconto – isso vai deixá-los tranquilizados –, e os outros 9,4 milhões que tiveram algum tipo de desconto também já foram contactados pelo Meu INSS para, então...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas a contatação é eletrônica, né, Ministro?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – É eletrônica.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A pergunta é exatamente: há um plano de fazer uma contatação pessoal, porque, na verdade, a fraude foi originada porque exatamente as pessoas têm dificuldade de acessar o Meu INSS ou ver a comunicação eletrônica. E aí, se a comunicação agora, que tem valores para saber se teve desconto indevido, como é que vai ser devolvido, se ela for eletrônica, vai cair no mesmo círculo vicioso.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Mas é uma impressão errada, Senador, de que as pessoas não têm habitualidade de usar o Meu INSS. Como foi demonstrado aqui, com tranquilidade, 91% de todo o contingente já se comunica normalmente, formalmente e habitualmente com o INSS através da plataforma Meu INSS; há um contingente de 7% que se comunica pelo 135 e há um pequeno contingente de 2% que se comunica de forma presencial nas agências. Então, nós estamos preparando todas essas camadas. Tem sido muito positivo o primeiro dia de contato, e nós temos alcançado os números que eram esperados.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Moro. Obrigado, Ministro.

Passo a palavra em seguida ao nobre Senador Girão para que formule suas indagações, pelo mesmo tempo. Vamos procurar, Senador, respeitar esse tempo, eu volto a dizer, por respeito aos nossos colegas que ficaram aqui na quinta-feira, e muitos sacrificaram, inclusive, suas agendas no interior do Brasil. Inclusive o nosso Kajuru, aqui, vai fazer um procedimento cirúrgico ainda hoje à tarde. Não é isso, Senador?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Pólipos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Claro, Presidente. O que eu queria pedir-lhe...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... apenas o cumprimentando já pela condução...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... é a equiparação do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Tranquilo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O mesmo tempo que o Senador Sergio Moro teve, como autor, eu também gostaria de ter. E eu peço já...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Somos todos Senadores aqui do mesmo tamanho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... cumprimentando também o Ministro, o novo Ministro Wolney Queiroz, eu quero também pedir que ele seja conciso, de forma objetiva, nas respostas, porque vai consumir o tempo. Essa estratégia a gente já conhece aqui em outras CPIs, em outras situações.

Então, eu queria, em primeiro lugar, dizer que o Brasil quer saber a verdade. Os brasileiros foram roubados: pessoas que trabalharam a vida inteira e mais, para ter uma velhice digna; pessoas que estão trabalhando, porque foram roubadas; tanto os que já recebem aposentadoria, os que têm direito à pensão, como os que estão contribuindo para ter daqui a pouco.

Então, esse caso é o mais cruel. A gente já viu mensalão, petrolão. Como diz o atual Vice-Presidente – na época, ele dizia –, essa turma quer voltar à cena do crime. E nós estamos vendo aí algo que pode ser muito maior. Já se estima que, junto com os descontos e com o escândalo dos pensionistas, possa chegar a mais de R$100 bilhões esse estrago feito, que exponencialmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu nesse Governo. Eu sou favorável a que se investiguem todos os governos. Eu acho que nós temos o dever de fazer essa CPMI, assinei e espero que, na próxima semana, pelo Presidente desta Casa, que estava viajando com Lula e deu uma esfriada nesse assunto nessa semana, a gente possa colocar em votação.

Eu quero perguntar uma coisa para o senhor.

O Senador Sergio Moro foi aqui, de uma certa forma, questionado pelo senhor, que veio aqui para responder. E, no Governo de que ele fazia parte, no Governo anterior, houve aqui o Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2019, para endurecer – foi uma medida do Governo anterior, para endurecer – exatamente o controle, a fiscalização, para evitar fraudes. E eu não sei se o senhor tem conhecimento da votação. A votação foi 55 a 12 para endurecer. Quanto aos 12, a população vai atrás para ver quem foi que votou contra – muitos estão nesta sala, inclusive. É importante que a verdade venha à tona, porque, nessa coisa, parece que, lá de trás, já existia má vontade para o controle, para a fiscalização disso.

Eu quero dizer também o seguinte: o Governo Lula, se tivesse um pingo de consideração com os mais pobres e menos favorecidos, já começava, desde já, a juntar dois ministérios – o do Trabalho e o da Previdência Social – e a deixar de gastar: gastar com viagem, gastar com vingança, como estão acostumados a fazer com os adversários políticos. Devia aproveitar e fazer o dever de casa.

Eu estive na sua terra, Sr. Wolney, na semana passada – fui convidado pelos Vereadores Felipe Alecrim e Eduardo Moura –, e fiquei impactado com o que eu ouvi dos pernambucanos. Estão estarrecidos com esse escândalo. E, como o Ministro Lupi já caiu fora desse barco, que está afundando, que não se sustenta, pela sua história, que eu andei pesquisando, acho que o senhor devia cair fora também, enquanto é tempo, porque isso aqui... E eu vou insistir na pergunta do Senador Sergio Moro, que o senhor não respondeu, sobre junho de 2023, ou seja, no primeiro semestre do Governo Lula, quando a Conselheira Galleti alertou formalmente sobre as fraudes. Eu pergunto ao senhor: o senhor considera aceitável ter ignorado um alerta formal sobre o esquema fraudulento contra os idosos? O senhor considera aceitável? Porque o senhor assinou a ata da reunião, o senhor estava lá. E um detalhe, Senador Sergio Moro: o Ministro Lupi disse que não aceitou discutir naquela reunião, mas se comprometeu a colocar na próxima, na ata da próxima, e não colocou. E o senhor pediu para colocar? Queria lhe fazer essa pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL (Para expor.) – Senador Girão, primeiro quero dizer que, quando me alongo nas respostas, é com a finalidade não de fugir das perguntas, mas, sim, de detalhar as respostas. Segundo, quero dizer que – V. Exa. disse: "Em outras CPIs como esta..." – esta aqui não é CPI.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, esta não é CPI, sem dúvida.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Eu não estou aqui convocado; eu vim espontaneamente e gostaria de deixar isso claro.

Veja, não era atribuição minha discutir qual é a pauta do Conselho Nacional de Previdência Social. Quem define a pauta da previdência social é o Ministro; o Secretário-Executivo não tem competência para agir nisso – eu já expliquei e volto a dizer.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.

Eu lhe pergunto aqui, mesmo não sendo a sua responsabilidade direta, mas o senhor não era o Secretário-Executivo. O senhor lembrou ao Ministro Lupi que ele se comprometeu a colocar na próxima pauta? O senhor, que é funcionário público de confiança, insistiu para que se buscasse a verdade com relação a esse assunto, que poderia ter evitado esse escândalo todo? Quero saber isso e se o senhor pede desculpa à população por não ter cumprido o seu papel, como cidadão, inclusive, de pedir para incluir na pauta esse assunto desde junho de 2023.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Senador Girão, foi nosso Governo que mandou chamar a polícia para prender quem estava roubando os aposentados. Foi o Presidente Lula, o nosso Governo e a CGU que mandaram chamar a polícia para prender os aposentados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor já disse isso uma vez.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – E vou dizer diversas vezes, se V. Exa. me permitir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E vai dizer diversas vezes, mas não bate com a realidade.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Bate, sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não bate com a realidade, porque foi a imprensa brasileira que descobriu isso aqui lá atrás.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – A imprensa brasileira...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Da mesma forma que o mensalão e o petrolão, que o senhor disse que o seu Governo acabou com essa farra...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Acabou mesmo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... mas o seu Governo, no mensalão, no petrolão, parece que fez parte dessa farra.

Então, a gente está numa situação aqui em que eu quero voltar à Contag.

Em julho de 2023, ou seja, um mês depois do alerta de fraude dado pela Conselheira, que ficou na gaveta, apenas um mês após o alerta, o senhor se reuniu oficialmente com a Contag, uma das principais entidades investigadas por aplicar descontos fraudulentos aos beneficiários do INSS. À época, a entidade era presidida por Aristides Veras, irmão do Deputado Carlos Veras, do PT, de Pernambuco, cuja base política está diretamente ligada à Contag.

Aliás, eu não vi um pio do Deputado depois desse escândalo. Manifestação eu não vi; eu não sei se o senhor viu, mas eu não vi a manifestação. Está caladinho da silva.

Eu pergunto para o senhor: o senhor consultou os antecedentes dessa entidade antes da reunião? Por que manteve um diálogo institucional com investigados, mesmo após esse alerta formal? O senhor reconhece essa omissão? Como justifica a manutenção de repasses públicos a essas entidades diante de tantos indícios e vínculos políticos?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Senador, eu recebi a Contag como recebo qualquer outra associação. A Contag tem um trabalho no Brasil inteiro, na agricultura familiar – quem conhece sabe. Eles foram levar um convite para um encontro da terra, algo assim, foi apenas uma visita de cortesia. E recebo a Contag... Ela deve ter percorrido todos os ministérios, todos os órgãos públicos, porque é uma praxe receber essas associações. A Contag eu recebi por isso. Tenho, inclusive, o ofício que recebi nessa data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E, mesmo diante do alerta formal, o senhor não perguntou a ela?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – À Contag?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Perguntar à Contag?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim, perguntar...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não havia essa investigação, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor recebeu... O senhor recebeu a Contag durante o período...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Que período, Senador?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Durante o período...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Que período, Senador?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que tinha um alerta de 2023...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não tem alerta. Tem uma solicitação da Tonia Galleti, pedindo para demonstrar o crescimento da curva.

Esses dados que V. Exa. soube, que eu soube, que a imprensa soube e que o Brasil soube só vieram à tona depois da deflagração da operação em 2022, quando nós mandamos chamar a Polícia Federal... De 2025, para chamar a Polícia Federal e acabar com essa farra, como, de fato, acabamos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É importante a gente lembrar aqui que quem revelou para o Brasil esse escândalo foi a mídia brasileira. A mídia brasileira foi que revelou lá atrás.

Agora, os senhores sabiam...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Se revelou lá atrás...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Desde 2023, os senhores sabiam.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Senador, permita-me: se revelou lá atrás, revelou ali em 2020, como o Fantástico mostrou ontem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – No Jornal Nacional.

O Jornal Nacional demonstrou, ontem, que estava na imprensa uma denúncia formal à Polícia Federal. A Polícia Federal investigou e arquivou.

Então, se for para considerar o que a imprensa falava, vamos ter que começar a responsabilizar o que aconteceu para trás.

Eu só quero dizer a V. Exa., porque eu muito francamente posso lhe dizer... O meu intuito, quando assumi o ministério... Eu vim de bom grado e vim bem-intencionado e a convite para compor e para ser ouvido nesta Comissão; da mesma forma, eu aceitei a convocação e o chamado do Presidente Lula para ser Ministro da Previdência nessas circunstâncias. E já disse no começo: não estou deslumbrado por ser Ministro de Estado numa situação dessas. Eu tenho consciência da tarefa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor é cota pessoal do Presidente Lula ou é o PDT que...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não, todas as indicações de ministros são indicações que o Presidente Lula faz.

Mas eu quero dizer que eu assumi esse cargo de Ministro consciente da responsabilidade da tarefa que me impõe, da serenidade com a qual tenho que me portar como Ministro de Estado e quero virar a página desse fato, ressarcir os aposentados, buscar os culpados e fazer com que nenhum aposentado ou pensionista seja prejudicado. Essa foi a determinação do Presidente Lula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deixe-me fazer outra pergunta sobre tráfico de influência para o senhor.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Em 2 de dezembro de 2024, o Centro de Estudo dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (Cebap) acertou a contratação do escritório do advogado Enrique Lewandowski e de outras duas bancas de advocacia, com o objetivo de representar, institucionalmente, a associação junto a vários órgãos federais, de forma a assegurar a manutenção do acordo de cooperação técnica, que é o convênio com o INSS que permite os descontos de mensalidade associativa de aposentados e pensionistas.

Eu pergunto para o senhor: essa entidade... Ela é alvo da PF – todo mundo já viu – por fraude no INSS.

O senhor já se reuniu oficialmente com a Cebap?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não tenho lembrança de ter me reunido com eles. Com a Contag eu me reuni, tem inclusive nas minhas redes sociais... Com esse organismo não tenho lembrança de ter me reunido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.

E, como Secretário-Executivo e, hoje, como Ministro da pasta, o senhor recebeu algum contato de Enrique Lewandowski ou de sua banca de advocacia?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não, não conheço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Como se dá essa conduta de representação institucional, em face dos órgãos públicos, órgãos políticos?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – A minha?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Ou a dele?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, como é que é essa conduta? Essa conduta dentro do ministério?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Bem, a minha conduta... Eu posso falar por ela, não posso falar pelos advogados, pelas bancas de advocacia nem por outros servidores, como eles se portam. Posso dizer que eu procuro e pauto a minha vida por ações republicanas para não precisar esconder nada em lugar nenhum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nessa questão dos consignados aí, o Meu INSS Vale+, de que o senhor fez apresentação há pouco tempo...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não, eu não...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... qual o relacionamento...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Só para facilitar para V. Exa., eu não me referi ao Vale+, do Meu INSS, que é uma outra modalidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, tudo bem, o aplicativo...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – O Meu INSS.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Meu INSS?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem um escândalo sendo apurado sobre a questão do Vale+. Então, eu lhe pergunto: qual é a relação com o PicPay?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Minha? Nenhuma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A relação do INSS Vale+ com essa empresa PicPay. O senhor sabe? O senhor sabe quem são os donos da PicPay?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não sei quem são os donos. Eu sei que houve o anúncio, por parte do Ministério da Previdência, de um tipo de programa, de um tipo de produto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que era uma espécie de vale que se faria para que o trabalhador pudesse sacar o dinheiro, antecipar o dinheiro do final do mês antes, no valor de R$150... E que todas as instituições financeiras que estavam credenciadas pelo INSS poderiam participar. E eu acredito que a primeira delas foi essa que o senhor mencionou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, assim, esse já está na mídia. Eu até me admiro de o senhor não saber exatamente quem são os donos aí. O próprio Senador Izalci Lucas trouxe no Plenário do Senado isso, essa denúncia de que a participação quem controla é o grupo JBS. Então, é preocupante porque esse grupo já tem aí um histórico com esse Governo, não é?

Eu digo o seguinte, entre as entidades citadas pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União, o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi) se destaca por estar sob a liderança...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... de José Ferreira da Silva, irmão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mais conhecido como o Frei Chico, que ocupa, desde agosto de 2023, o cargo de Vice-Presidente desse sindicato e teve sua entrada na diretoria da entidade articulada diretamente pelo Lula.

De acordo com as investigações da Polícia Federal, o Sindnapi aparece como a terceira entidade... Atenção, Senadores e Senadoras! De acordo com a investigação da Polícia Federal, o Sindnapi aparece como a terceira entidade que mais arrecadou recursos de forma irregular, entre 2019 e 2024. Os valores desviados através de descontos supostamente ilegais nas aposentadorias somam R$259 milhões. O sindicato é acusado de não apresentar documentação que comprove a autorização dos associados para os descontos realizados. A falta de transparência nos processos internos e a ausência de comprovações documentais colocam a entidade no centro das atenções das autoridades.

O senhor... Pergunta direta aqui para o senhor: o senhor já manteve contato com o Frei Chico?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não o conheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não teve nenhum tipo de contato com ele?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não sabendo que se tratava dele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, então, o senhor teve, só não sabia que se tratava dele.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não! Não sabendo que se tratava dele. Posso ter cruzado na rua, no supermercado, numa farmácia, posso ter cumprimentado e...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E não sabia que era irmão do Lula.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não conheço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá!

Mesmo com essa suspeita de R$259 milhões da AGU, a AGU não teve a coragem de pedir o bloqueio de bens. Agora, agora, mesmo diante desse escândalo, a AGU não teve a coragem de pedir o bloqueio de bens dessa entidade. Imagino que tenha sido por ter o irmão do Lula nos quadros. O senhor pedirá à Advocacia-Geral da União que intensifique as investigações sobre essa associação?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Senador Girão, eu vou dizer de novo, embora V. Exa. não goste: foi o nosso Governo que mandou chamar a polícia para prender quem está fraudando os aposentados e quem está roubando o INSS.

Quando a CGU deflagrou essa operação, a CGU sabia todas as associações que estavam envolvidas; no entanto, não deixou de deflagrar a operação. O Presidente Lula já determinou que, doa a quem doer, essa investigação vai até o fim para buscar responsabilizar todos aqueles que estão envolvidos nas fraudes e buscar deles os recursos para o ressarcimento. É uma determinação do Presidente da República para todo o Governo, determinação expressa. Não vai ter proteção para ninguém, não vai fazer diferença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E por que o senhor acha que a AGU teve um comportamento diferente com essa entidade de que o Frei Chico, irmão do Lula, está à frente? – estava.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Senador, eu não tenho procuração... Eu não tenho procuração da AGU aqui para falar sobre seus...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não, nesse caso é da AGU. Eu não tenho procuração da AGU para defendê-los nem para falar dos processos, mas me parece que a AGU age de acordo com questões objetivas. E eu imagino que...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que resolveu poupar o irmão do Lula.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – As investigações estão em curso, estão começando agora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deixe-me falar uma coisa para o senhor. As fraudes...

Eu estou caminhando para o final, Presidente.

As fraudes se intensificaram, de forma inédita, entre 2019 e 2024. Em 2019, com 27 mil reclamações sobre descontos indevidos no Meu INSS, quatro associações foram suspensas em 20 dias. Os convênios foram cancelados e R$57 milhões foram devolvidos aos beneficiários, tudo isso sem a necessidade da ação da CGU ou da Polícia Federal. O Governo tomou... O Governo anterior, o Governo Bolsonaro, tomou a iniciativa de partir para cima de resolver aqui, de endurecer essa questão.

Agora eu pergunto para o senhor: já no atual Governo, o número de reclamações explodiu; no seu Governo, no Governo de que o senhor tem orgulho de dizer "no meu Governo", o número de reclamações explodiu para mais de 470 mil. Olhe só: de 27 mil do Governo anterior, passou para 470 mil o número de reclamações. Mesmo assim, o Ministério da Previdência ignorou alertas formais de conselheiros, auditorias da CGU e investigações da Polícia Federal, mantendo os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convênios ativos com as entidades suspeitas. Eu pergunto para o senhor: o senhor se considera isento, totalmente isento de responsabilidade por essa omissão?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Senador, é importante dizer que esses dados só foram tornados públicos a partir da deflagração da operação. Ninguém conhecia... Ninguém conhecia anteriormente o tamanho, a monta dessas fraudes. Portanto, isso só se tornou público depois da operação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É aquela velha história: o senhor não sabia de nada?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Antes disso, nós recebíamos as informações do INSS. O INSS é um organismo que tem autonomia. Ele tem corregedoria, ele tem sistema de controle interno. Nós recebíamos as informações que eram repassadas. Inclusive, era com essas informações que nós respondíamos aos requerimentos de informação desta Casa e da Câmara dos Deputados, com base nas informações que eram repassadas pelo INSS.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não chamou sua atenção, então, de 27 mil...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não, porque...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... aumentar a quantidade aqui?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – ... porque esses números não estavam colocados. Nós não recebíamos esses números.

Para V. Exa. ter uma ideia, houve uma auditoria, no próprio INSS, em 2024, uma auditoria que identificou muita coisa, muita falha, muita ação e omissão. Muitas coisas foram identificadas nessa auditoria do INSS, e essa auditoria só chegou ao meu conhecimento, os resultados e o relatório dela, após a deflagração da operação, em abril de 2025. Eu mesmo só soube dela quando o Ministro Carlos Lupi, o ex-Ministro Carlos Lupi, estava com ela, em mão, na última reunião do Conselho, e eu disse: "Que auditoria é essa?", que eu não conhecia. Ele me passou e disse: "Eu soube no final de semana". Então, nem o ex-Ministro Lupi nem eu tivemos conhecimento sequer dessa auditoria que foi gestada dentro do próprio INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não sabia? Não tinha conhecimento?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Claro que não. Estou reafirmando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para encerrar, meu querido Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Para encerrar. Falta de transparência e omissão de dados públicos.

O senhor pode garantir que todos os acordos de cooperação com entidades suspeitas já foram revogados?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Foi uma determinação... Esse foi o primeiro passo que essa operação, que essa força-tarefa, que foi composta pelo Ministério da Previdência, AGU, CGU e Dataprev, tomou, foi suspender todos os ACTs.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E o Ministério já está publicando ativamente os dados das entidades conveniadas, o seu Ministério, o que o senhor está à frente? Ele está publicando ativamente os dados de entidades conveniadas, atualizando isso para...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Sim, esses dados agora são públicos e agora estão mais evidentes ainda por conta da operação. A CGU está levantando todos esses dados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pois estranho aqui. Por que o Boletim Estatístico de 2024 está defasado, e o Portal da Transparência Previdenciária traz apenas dados de dezembro, até dezembro? Há tentativa de maquiar informações para esconder o colapso do INSS?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – De forma nenhuma. Nós vamos transformar a nossa gestão... E, aí, eu peço permissão para dizer a V. Exa. e aos demais que eu gostaria até de ter um tempo para falar do que eu estou fazendo e pretendo fazer enquanto Ministro, e não apenas ficar me reportando ao passado. Mas a nossa determinação também para os nossos colaboradores é que a transparência seja total.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve uma mudança de gestão do INSS, houve uma mudança do presidente, uma mudança dos diretores, outros cargos de relevância estão sendo alterados, portanto, é normal que, nesse processo de transição, haja um atraso na divulgação. Mas eu defendo pessoalmente que esse Boletim Estatístico da Previdência Social – que existe há mais de 40 anos, e é baseado nele que a academia, o IBGE, o Ipea, o próprio Governo e a sociedade retiram as informações do andamento de todos os processos do INSS – seja divulgado a cada 45 dias, como é a praxe.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deixa eu...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Então, na nossa administração, nós vamos primar pela divulgação do Beps como sendo fonte única dos dados do INSS, da Previdência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor tem alguma... O senhor, que é político... O senhor é um político, chegou aqui falando do respeito a esta Casa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É a última. É o último questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ele está encerrando; ele está encerrando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É o último questionamento.

O senhor falou, aqui chegando, do respeito a esta Casa, e eu espero respeito à população brasileira também, tá? Porque nós estamos aqui para defender os interesses dela.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Todo mundo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu pergunto: por que o senhor acha, como político – a sua história é de político; de empresário também, mas de político –, que a base do Governo Lula, já que quer colocar a culpa no Governo anterior, uma coisa completamente descabida, já que explodiram – os gráficos mostram – as fraudes no Governo Lula,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por que a base não assinou a CPMI, em que a gente quer investigar essa tragédia humanitária com os brasileiros?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Nós vamos assinar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Por que não existe até agora nenhuma assinatura...? Já foi protocolado, não foi assinado pela base do Governo Lula. Eu queria saber a sua opinião sobre isso.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Senador Girão, me permita, me permita exatamente dizer isso, que eu não posso falar aqui pelos Senadores e pelos Deputados. O que eu posso dizer é que este é um Governo que não tem medo. É um Governo que mandou chamar a polícia, é um Governo que deflagrou a operação, é um Governo que acabou com a farra dos descontos. E eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. *Fora do microfone*.) – Essa pergunta é para...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Ele é político. Ele é político. Ele é político.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Por favor, por favor, por favor.

Bom, como ele disse que não tem condição de responder, e eu estou ouvindo umas conversas paralelas, que envolvem inclusive o Líder do Governo, que vai responder aqui...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, o Senador Randolfe não pode ficar impedindo o Senador Girão, não! Vai chegar a hora dele.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, mas vamos chegar, vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Ele já é antigo nesta Casa, ele está fazendo 32 anos nesta Casa, já devia...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Por favor.

Senador Girão, encerrou? (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Senador Randolfe, por favor. Vamos com ordem aqui, até por respeito a V. Exa., que está aí para fazer suas colocações, e por respeito a todos os que estão inscritos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma questão de ordem e uma retificação aqui, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – ... que se tem que colocar. Não tem ninguém preso hoje. Então parece que está todo mundo preso, sendo punido. Não, não tem ninguém preso. Parece para mim que este Governo tem medo de alguém ser preso e resolver confessar e delatar e fazer acordo de colaboração. Mas não tem ninguém preso. O Alessandro não está preso, o Virgílio não está preso, não tem ninguém preso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu só queria fazer uma ressalva, a de que foi levantada uma questão de ordem, mas não era um assunto de questão de ordem. Mas já que isso foi relatado, está tudo certo, vamos andar.

E eu, por respeito aqui ao nosso querido Kajuru e à nossa querida colega Senadora Mara Gabrilli, que estão inscritos, abri mão para passar a palavra para os dois autores dos requerimentos, mas também vou abrir mão... Depois eu vou fazer algumas perguntas muito rapidamente, mas vou passar logo para o Kajuru e para a Senadora Mara Gabrilli.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Bom, inicialmente, Deus e saúde a todos e todas presentes, meus amigos e amigas, e também remotamente, Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao Presidente, meu amigo pessoal, Hiran Gonçalves, quero dizer que gentileza gera gentileza, e você sabe que eu teria a sua mesma atitude, em função de que vou para o DF Star para seguir na luta da retirada de pólipos do meu intestino. Muito obrigado mesmo.

Bom, antes de mais nada – eu queria aqui deixar claro que a revista *Veja* publicou, fez uma matéria, portanto, só quem não leu, quem não teve a oportunidade de ler, é que não sabe – ,mesmo eu estando há meses atritado com o Presidente Lula, sem conversar com ele e sem nem saber se eu vou continuar conversando, eu sou isento.

Eu tenho certeza absoluta de que, se o Frei Chico, irmão dele... Digo aqui com a maior certeza: se tiver qualquer coisa errada e com o irmão dele envolvido, o Presidente Lula não vai só querer a prisão dele como nem visitá-lo o Presidente irá. Não tenho dúvida disso. Eu conheço toda a família do Presidente Lula.

Eu quero cumprimentar o Ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz Maciel, pelo seu comparecimento a esta Comissão para prestar esclarecimentos.

E quero dizer, Ministro, que, quando o senhor chegou, em segundos, o senhor disse que já foi meu fã na televisão, então o senhor vai continuar, porque eu também estou de volta à televisão. E eu não cheguei aos meus 50 anos de carreira nacional na televisão brasileira à toa – recebi mais de cinco prêmios nacionais por jornalismo investigativo, então, não pode ter dúvida da minha isenção, porque senão eu não teria chegado a esse tempo, nem seria o único jornalista do Brasil que trabalhou em todas as TVs abertas e em todas as TVs fechadas e foi colunista do maior jornal do Brasil, que é a *Folha de S.Paulo*.

Os descontos não autorizados na folha de pagamento dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)...

Eu sei que o senhor está há pouco tempo no cargo. E, quando o senhor diz que conhece a minha história na TV, eu também fui – vou usar aquela expressão – "puxar a sua capivara" em Pernambuco e conversei com os homens mais influentes de Pernambuco e mais corretos, e é unanimidade a palavra de que o senhor é um homem probo. Isso eu ouvi. Todo mundo que me conhece aqui sabe que, quando chega alguém aqui, como eu sou jornalista investigativo, eu procuro mesmo puxar a capivara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tomando o pé da situação, mas tenho certeza de que, por orientação do Presidente Lula, o senhor vai adotar todas as providências necessárias para sanar todo e qualquer problema relacionado à Previdência Social, doa a quem doer.

E, dito isso, quero destacar um fato que é notório, apesar de narrativas em contrário, em informações destituídas de fundamento esparramadas pelas redes sociais: a investigação sobre fraudes no INSS, que nasceram no Governo anterior, de Bolsonaro, estão sendo realizadas agora, na administração Lula 3. É preciso aplaudir o trabalho excepcional e independente da Polícia Federal, bem como da Controladoria-Geral da União (CGU). Estão desnudando um esquema criminoso que vem de longe – começou lá atrás, em 2019, ano da posse de Jair Bolsonaro na Presidência – e não há registro de que tenha sido investigado antes deste ano de 2025.

Aliás, ontem surgiu uma notícia, que ainda vai ter muita repercussão: um depoimento de servidor graduado do INSS de que, ainda em 2020, denunciou desvios ilegais em benefícios de aposentados e pensionistas. A investigação, na época, ficou a cargo da Polícia Civil de Brasília, até que, em 2021, a Justiça decidiu que o assunto era de competência da Polícia Federal. E a pergunta: o que aconteceu? Nada. Não houve investigação por parte da Polícia Federal, o que não chega a surpreender.

Todos se lembram de que à época havia um processo que investigava se o Presidente Bolsonaro interferia na Polícia Federal, que foi de domínio público. Processo iniciado a partir de denúncias feitas pelo ex-Ministro da Justiça aqui presente e que o respeito, Sergio Moro, hoje Senador e um dos autores do requerimento de convite ao Ministro da Previdência hoje.

Imagino ainda que boa parte dos que aqui estão presentes se lembrem da célebre reunião ministerial de abril de 2020, em que o Presidente da República não fez questão nenhuma de esconder – ele Bolsonaro – que queria uma Polícia Federal para chamar de sua, a lá Erasmo Carlos. São fatos passados, mas não podem ser esquecidos. Assim como precisa ser reafirmado que a investigação sobre descontos irregulares na folha de pagamentos de pensionistas está acontecendo no atual Governo. Doa a quem doer.

Agora quero colocar uma questão para o Ministro. O que o senhor acha da ideia de o INSS ficar fora do processo envolvendo o vínculo de aposentados com associações? Pergunto. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconto não seria em folha? O pensionista e o aposentado pagariam diretamente à associação, seja por PIX ou boleto?

Finalizo. Outra pergunta que envolve o ressarcimento de quem foi lesado, para mim um dos aspectos mais importantes nesta história toda. O ministério trabalha com um prazo para resolver em definitivo o problema? Pergunto. E já estuda algum plano para evitar que fatos assemelhados possam vir a acontecer no futuro?

Como sempre, Presidente Hiran Gonçalves, desculpe, eu não ofendo jamais nenhum amigo meu. Eu sou pior do que eles em muita coisa, mas eu sou mais disciplinado do que eles quanto ao tempo. Eu nem cheguei ao tempo que eu tinha.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, querido amigo Senador e paciente Kajuru. O Kajuru é meu paciente.

Eu vou passar para a Mara, e a Mara responde dos dois. E depois, o que vocês acham? Vamos fazer de três ou de cinco? O que vocês acham melhor? Três ou cinco?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Três? Três. Aparentemente, três foi a maioria. Viu, Senador Randolfe? Então vamos lá. Então, a Senadora Mara Gabrilli nos acompanha remotamente.

Senadora Mara, querida amiga.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Posso abrir?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Seja muito bem-vinda.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todas as Senadoras e a todos os Senadores presentes. Bom dia, Sr. Ministro Wolney Queiroz.

É bem difícil encontrar palavras diante da gravidade das fraudes no INSS. Eu aproveito para parabenizar a Polícia Federal pelo trabalho da Operação Sem Desconto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais de 480 mil pessoas já informaram que foram vítimas de descontos indevidos em suas aposentadorias e pensões. A gente está falando de pessoas idosas e pessoas com deficiência que foram lesadas.

O senhor, Sr. Ministro, sabe como vivem as pessoas com deficiência no Brasil? Tirando algumas raras exceções, como eu e outros que tiveram mais oportunidades, as pessoas com deficiência e muitas pessoas idosas vivem numa condição sub-humana, mesmo recebendo aposentadoria. E essas pessoas precisam de amparo e não de abandono. Roubar o pouco que essas pessoas têm é cruel, é desumano, é desonesto... Eu fico até emocionada, porque é vergonhoso, é o egoísmo na sua mais tenebrosa face. Tirar o pouco dinheiro que, por mérito de trabalho, essas pessoas receberam de uma previdência administrada pelo Estado, dinheiro com o qual contam, basicamente, para comprar remédio, para se alimentar – muitos usam esse dinheiro para comprar insumos para fazer xixi, necessidade fisiológica –, é o egoísmo mais baixo que se pode cometer.

Eu espero que o Governo Federal atue com máxima responsabilidade, que restitua com celeridade tudo o que foi roubado e que todos os responsáveis por esse escândalo sejam identificados e punidos com o rigor da lei.

A sociedade, que já está vivendo uma crise imensa de saúde mental, agora é obrigada a conviver com mais medo e com mais riscos de abusos.

A defesa dos direitos humanos e da dignidade dos mais vulneráveis e das pessoas com deficiência sempre será prioridade, e fraudes como essa não podem se repetir, nem ser esquecidas.

E, diante desses fatos, Sr. Ministro... Eu não estou aqui para fazer debate com o senhor. O que eu busco é uma reflexão do senhor. Eu queria muito fazer umas breves perguntas, e o senhor pode responder depois que eu concluir, até porque tem muitos Senadores aí presentes querendo participar e meus colegas Moro, Girão e Kajuru já trouxeram diversos fatos graves nas suas pertinentes perguntas.

Então, lá vou perguntar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo anunciou que irá ressarcir os aposentados e pensionistas vítimas desse esquema bilionário de fraudes, mas como o INSS operacionalizará esse ressarcimento? Haverá algum tipo de priorização para ressarcimento das vítimas, como os mais idosos ou aposentados por incapacidade e aposentados com algum tipo de deficiência?

E, considerando a expressiva dimensão do impacto das fraudes, quais ações o Ministério da Previdência Social está desenvolvendo para recuperar os recursos desviados?

No surgimento das primeiras denúncias relativas às fraudes dos descontos nos benefícios de aposentados e pensionistas no INSS em 2023, o senhor já ocupava posição estratégica de Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social, atuando diretamente com o ex-Ministro Carlos Lupi. Que medidas o senhor tomou na ocasião? Como a sociedade vai acreditar que agora o senhor agirá de forma tempestivamente impactante para evitar outras fraudes? Como é que a sociedade vai acreditar nisso, Sr. Ministro? O senhor deveria ter sido o primeiro a agir quando soube disso tudo em 2023, em respeito ao povo brasileiro e principalmente aos nossos aposentados, que precisam voltar a ter confiança em seus gestores. E, mesmo que o senhor tivesse boa intenção como Ministro, não seria melhor que o senhor pedisse para sair? O senhor ajudaria a tirar pelo menos um pouquinho da aflição que hoje permeia toda a sociedade brasileira, que já está cansada e insegura o suficiente por conta de tanta corrupção. E digo mais, Sr. Ministro: mesmo ressarcidos, essa aflição nunca mais vai acabar. Nunca mais um aposentado ou um pensionista vai atuar, vai ser e vai viver da mesma forma depois desse acontecimento. Isso é muito grave.

Por isso eu digo que, em respeito ao povo brasileiro, talvez, se o senhor tivesse esta intenção e pedisse para sair, ajudaria muito a aliviar a aflição do povo brasileiro.

Obrigada, Sr. Presidente. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senadora querida Mara Gabrilli, remotamente de São Paulo.

O Presidente Hiran voltará já, ele foi apenas rapidamente ao seu gabinete.

E, por favor, me ajudem aqui na disciplina: aí termina contigo, Izalci Lucas, Senador querido do Distrito Federal; e depois o Ministro responde aos três. É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso, exato.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então tá.

Izalci Lucas, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu tive o privilégio de relatar a Medida Provisória 871, mas, antes de relatar a Medida 871, ainda na transição do Governo eu recebi no meu gabinete... Depois fui à associação dos peritos do INSS, onde fizeram uma apresentação das questões de desvios do INSS. Havia uma expectativa, uma possibilidade de um rombo de mais de R$70 bilhões, foi o que foi apresentado por nós lá na transição. Quando essa medida provisória chegou aqui, o objetivo foi exatamente, primeiro, acabar com a farra das aposentadorias definidas por simplesmente uma declaração do sindicato – esse era um dos motivos –; segundo, a questão dos pescadores: só em Brasília, Senador Kajuru, se colocassem todos os beneficiários, em Brasília, dos pescadores na época, não conseguiriam ocupar todo o lago, tamanho o número de pescadores.

Então, nós fizemos diversas audiências públicas, muitas audiências públicas aqui neste plenário, exatamente alertando para tudo isso.

Então, a Medida Provisória 871 foi exatamente nesse sentido, de buscar dificultar, inibir qualquer falcatrua... Inclusive várias denúncias, na época, de descontos foram apresentadas aqui. Por isso é que, na medida provisória também havia a determinação de fazer a revalidação. Eu mesmo apresentei a emenda, como Presidente da Comissão, para que fosse de um ano a revalidação, mas aqui, V. Exa. sabe, nas Comissões Mistas de medidas provisórias, a gente recebe... Foram mais de 500 emendas a essa medida provisória, das quais tinha muitas de prorrogar para oito anos, seis anos, dez anos, ou seja, flexibilizando a questão dos descontos.

Então, num acordo, para votar essa matéria, a gente acabou tendo que ceder para três anos. Depois, numa medida provisória que não tinha nada a ver com o tema, já no final de agosto de 2022, véspera já de eleição, houve, então, uma revogação, simplesmente... Microcrédito, aí tem lá: "Fica revogado", botaram o §6º do art. 115 da lei, mas a lei determina que haja realmente o comprovante assinado, então, isso não foi revogado. Portanto, a medida foi nesse sentido. E houve realmente a implantação já da tecnologia – o Presidente da época era o Renato, supercompetente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um rapaz muito competente. Agora, talvez com a revogação desse parágrafo, as coisas tenham degringolado, sem autorização nenhuma, sem recibo, porque havia denúncia de falsificação de recibos.

Então, já faço aqui um pedido. Eu vi na mídia que o Governo está propondo que aqueles que sofreram o desconto apresentassem, denunciassem. Eu acho que teria de ser diferente: vocês têm que exigir das associações, dos institutos, dos sindicatos, das confederações que devolvam o recurso, e eles que têm que comprovar que têm a legitimidade, o recibo assinado conforme previsto em lei e não jogar para o aposentado agora a responsabilidade de ter que reclamar. Não, ninguém quer reclamar. Nós queremos... O INSS tem todas as condições de identificar essas instituições e bloquear, fazer o que tiver que fazer. E dê um prazo aí de, sei lá, uma semana, 24 horas, para eles apresentarem os documentos que têm para serem descontados.

Bem, já foi falada aqui esta questão, uma coisa absurda, realmente: escolheram, inclusive, os velhinhos – e agora já me enquadro, também sou já da terceira idade –, mas não pegaram... apesar que nós tivemos um Senador aqui, o Senador Jayme, que teve um desconto no contracheque dele. Agora, pegaram os indígenas, as pessoas mais vulneráveis, como a Senadora Mara falou. Então, é cruel, realmente é cruel!

O Governo precisa buscar uma solução que não seja o contribuinte pagando de novo isso, porque não tem lógica isso, tem que buscar realmente os recursos...

Mas eu quero reforçar só um ponto aqui: eu apresentei, inclusive, agora, ontem, o Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2025, que susta o inciso V do art. 49, foi baseado nisso, a portaria e a instrução normativa do INSS – a Instrução Normativa 175, de novembro; a portaria é de dezembro. O que aconteceu com isso? Os bancos que pagam aposentadoria e têm consignados participam de leilões – leilões –, apesar de que teve problema lá atrás de leilões que não foram feitos e foram beneficiados grandes bancos lá atrás, mas tudo bem. O que está acontecendo agora é que criaram o Meu INSS Vale+. Esse Vale+ é um programa que foi criado através dessa normativa, permitindo que as instituições possam adiantar até R$150, mas depois já foi para R$450, a aposentadoria do mês seguinte. Não teve leilão. Teve um beneficiário no momento em que foi editado – um beneficiário –, o PicPay. Eu entrei na inteligência artificial – basta entrar nisso, é simples hoje –: quem são os cotistas do PicPay, que foi beneficiado sem licitação, agora, em dezembro? Para a minha surpresa – aliás, para a minha surpresa, não, porque sempre participei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da CPI da JBS e de outras CPIs –, o beneficiário, o sócio da PicPay é exatamente o Grupo JBS – então, a JBS, que tem mais de 500 mil inscritos já. E tenho denúncia, inclusive, de que eles antecipam... Apesar de a instrução normativa dizer que não pode cobrar juros – está previsto isso –, cobravam até 20%. Tem aposentado recebendo R$300 no final do mês, porque tem os 40% – 35%+5% – e agora mais 30%, praticamente 70% de desconto desses... É uma coisa assim inconcebível.

Mas eu gostaria muito de esclarecer como se deu esse credenciamento da PicPay, da JBS. Como é que eles conseguiram isso sem licitação, sem leilão? Porque não houve leilão.

Por enquanto, eu fico nessas ponderações, para dar o tempo para poder responder.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador.

Então, vamos à resposta das perguntas do Senador Kajuru, da Senadora Mara e do Senador Izalci.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Kajuru. É uma honra ser inquirido por V. Exa. Quero dizer que agradeço as menções elogiosas à minha pessoa.

Quero dizer que o nosso Governo é um Governo que dá autonomia à Polícia Federal, e é graças a essa autonomia, que não foi dada em governos anteriores, que nós podemos confiar que as investigações vão fluir, vão acontecer e se vai chegar aos culpados.

Sobre o desconto em folha que V. Exa. falou, eu acho que isso tudo vai ser reavaliado pelo Governo – tudo isso vai ser reavaliado –, porém o desconto em folha foi instituído por uma lei deste Congresso. Então, se este Congresso achar por bem que acabe qualquer tipo de desconto em folha, caberá ao Congresso regulamentar.

E V. Exa. pergunta se vão ter fim esses descontos. Eu acho que desse processo todo nós vamos sair com um INSS muito melhor, com os controles muito maiores, com transparência, com um novo formato, e a previdência social como um todo vai ser beneficiada por esse novo momento. E é esse novo momento que eu estou querendo inaugurar, e me comprometo com V. Exas. para trabalhar incansavelmente nessa direção de transformar o INSS e a previdência social num lugar com mais governança, com *compliance*, para que possa ser atuante e para que jamais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltemos a passar pelos momentos constrangedores por que estamos passando. Então, tem um compromisso meu com V. Exa. e com os demais.

Quero agradecer a participação da Deputada Mara Gabrilli...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Desculpe, Senadora Mara Gabrilli, com quem fui Deputado na Câmara, e quero dizer que a sensação de indignação que ela sente é a que eu sinto, é a que o Presidente Lula sente. Portanto, eu quero dizer que a nossa indicação, o nosso desejo é de fazer esse acolhimento a cada aposentado, de forma serena, de forma confiante, para que eles possam restabelecer a credibilidade na Previdência Social e no INSS.

Quero dizer que acolho a sugestão de que haja uma prioridade, que foi dada pela Senadora Mara, para as pessoas com deficiência no ressarcimento. Acho que é uma boa ideia, acho que vou acolher isso para levar para o conjunto do Governo. Podemos aproveitar essa ideia, e para as pessoas mais vulneráveis, que são as pessoas com maior idade. Então, eu acolho essas duas ideias, recolho essas sugestões e vou trazer para o corpo técnico da Previdência, para serem aproveitadas.

Quero dizer que vamos construir esse novo momento da Previdência Social, e conto com ela também para dar outras ideias. Meu gabinete, na Previdência Social, está aberto, não somente a ela como aos demais Senadores.

Com relação ao Senador Izalci, as principais perguntas foram com relação ao modo como se dará a reclamação do aposentado. No aplicativo, Senador, nós fizemos com que o ônus da apresentação de qualquer documento seja das entidades. O aposentado apenas clica uma vez, dizendo: "Não reconheço a filiação". A partir daí, esse processo vai para a entidade. A entidade só tem dois caminhos: ou ela prova a filiação, ou ela devolve os valores.

Então, é uma coisa simples, e não será a cargo dos aposentados que ficará a apresentação de documentos. São 15 dias para a empresa se manifestar, para as associações se manifestarem – porque, na verdade, se tornaram empresas – e mais 15 dias. Então, 30 dias é o prazo final para que haja apresentação e contestação dos documentos. É um prazo que nós acreditamos ser um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prazo rápido, considerando o tamanho do contingente a ser pesquisado e ser ouvido com o Meu INSS.

Por fim quero dizer, informar a V. Exa. que esse Vale+, que foi criado, foi já praticamente extinto. A ideia não era...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Foi suspenso, mas só não foi revogado.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Mas serão revogados; pelo menos esse é o entendimento do Governo.

Mas quero dizer a V. Exa., só esclarecer que a ideia inicial era de que fosse um adiantamento no próprio mês. Então, se o sujeito tem R$1,5 mil para receber no final do mês, ele teria acesso a R$150 para comprar um medicamento, numa emergência, e esse valor seria descontado do final do mês sem juros, sem anuidades, sem mensalidades, sem qualquer tipo de encargo. Essa era a ideia inicial. Se isso depois foi desvirtuado, o valor passou para R$450, agora é inócuo. Só houve desconto de um mês, e tudo isso foi suspenso. Acho que esse produto será reavaliado para ser finalizado, porque eu também... A abertura de... V. Exa. perguntou como foi o credenciamento. O que eu soube é que o credenciamento foi aberto a todas as instituições financeiras que tinham ACT celebrado com o INSS.

Então, ela foi a primeira a ter o nome aprovado; outras seriam na sequência, mas, enfim, não houve tempo para isso porque foi só um mês, e esse produto já foi descontinuado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – V. Exa. sabia que é da JBS, que não teve leilão?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E só ela foi credenciada no primeiro momento?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não, nem tinha conhecimento de que é da JBS...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – ... nem sabia que não tinha sido feito leilão. Para mim, o INSS tinha criado uma norma interna, e essa norma tinha obedecido aos critérios legais. É isso que nos chega.

Eu quero agradecer a V. Exa. a participação, ao Senador Kajuru e à Senadora Mara Gabrilli. Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tá.

O importante é apurar, Ministro, essa questão, porque é grave. Essa foi muito grave, porque foi feita direcionada. Várias instituições me falaram que não foram, que não tiveram oportunidade de entrar na licitação ou leilão, se tivesse sido promovido. Mas é só uma solicitação para que haja aprofundamento dessa... Por que JBS? Não é?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu gostaria de lembrar a V. Exa., Senador Izalci...

Senador Izalci...

Antes de passar a palavra para os três próximos inscritos, que são o Senador Jaques, o Senador Esperidião Amin e o Senador Weverton Rocha, eu queria dizer a V. Sa. que nós estamos aqui, nesta Comissão, abertos para poder discutir essa questão e também tomar iniciativas, que estão dentro do nosso escopo investigativo, de saber por que é que houve esse credenciamento inadequado.

Conte sempre com o trabalho e o comprometimento desta Comissão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu não sou... O Ministro está aqui. Pode até...

O senhor quer fazer alguma consideração?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – No final das inscrições...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Deixe, deixe... A senhora é quem, por favor?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Aí a senhora está fazendo aqui a agenda?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ah, tá bom, porque a senhora já... A senhora o está guiando; agora, a senhora vai querer me guiar também? Aí não vai dar certo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ah, não? Ah, não... Pensei que a senhora estivesse falando comigo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Então, eu estou ficando doido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quem é que fez essa operação aí? Sabe? A assessoria sabe?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Foi o INSS que conduziu essa negociação toda.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Quem?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – A...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A Procuradoria? Quem que fez?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não, a Presidência e a Diretoria do INSS que montaram essa operação, que fizeram a operação toda, que divulgaram e fizeram as notas técnicas, enfim, e definiram os critérios.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Jaques Wagner, por favor.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar a V. Exa. pela condução; cumprimentar a Senadora Damares e todos os Senadores amigos aqui; cumprimentar, com muito orgulho, o Ministro Wolney e a sua assessoria e dizer que confesso que estou surpreendido, porque eu tentei adiar, porque achei que V. Exa. deveria ter mais tempo para se apropriar de tudo. Não consegui; numa negociação, adiamos para hoje. Eu agradeço ao Presidente, porque eu estava numa missão fora, acabou atrasando um pouco o começo, mas agradeço.

Agora, eu estou impressionado: V. Exa. não precisava mais de tempo. Com muito pouco tempo, eu sinto a sua segurança, a sua firmeza, e um conhecimento largo sobre tudo que está acontecendo e sobre as determinações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que... Porque, se tem alguém nesta nação que respeita aposentado, chama-se Luiz Inácio Lula da Silva, que dedicou toda a sua vida – e continua dedicando – em defesa dos mais pobres, dos mais humildes, e é por isso que é reconhecido mundialmente pelos nossos programas sociais, que colocaram este país no destaque internacional, quanto à retirada de pessoas da extrema pobreza, da miséria, e por aí vai, e o ingresso de muitas delas na chamada classe média.

Então, eu quero dizer, primeiro, parabéns, e me orgulho de ser apoiador de um governo que tem V. Exa., jovem como é, um Ministro com a determinação que V. Exa. determina.

Segundo, Presidente, eu quero deixar bem claro aqui: a indignação é total. Para mim, esse é o tipo de crime hediondo. Roubar de quem já não tem é um crime hediondo, e sub-repticiamente... Agora, eu fico perplexo com algumas tentativas que se fazem e que se vêm fazendo há alguns dias, desde que o escândalo estourou. Parece que está se usando aquela metodologia: a melhor defesa é o ataque. Portanto, se ataca este Governo... Vou repetir, Sherlock Holmes, o grande detetive, perguntaria: "Será que alguém que tem interesse em esconder alguma coisa ia fazer a sua CGU, sem interferência, e a Polícia Federal fazerem uma megaoperação no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil inteiro para estourar esse tumor de bandidos que lesam os aposentados?". Acho muito difícil. Seja quem for, será punido.

Eu queria que exibisse a tela que eu pedi, só porque aqui é outra perplexidade da minha parte. Eu quero que vocês exibam a tela, que eu quero desconstruir um discurso que se está tentando fazer aqui dentro, não só contra associações de aposentados, mas também contra os sindicatos. Não vamos generalizar.

Ali está a tela, o Srs. Senadores e as Sras. Senadoras podem enxergar. A linha azul é das associações históricas, como a Contag, que tem mais de 60 anos de criada. Onde estoura a curva, senhores? Estoura a curva em sindicatos de fachada, empresas, disfarçadas, de marginais, que se constituíram para roubar e não para prestar serviço. Sindicato, manda seus dirigentes atrás do seu. De uma dessas empresas, seus advogados disseram: "Nós não podemos ser culpados porque nós terceirizamos a prospecção e a contratação – nós terceirizamos". Não tem nada a ver com aposentado. Isso é uma ruma de picaretas que entrou nesse golpe e... Não vou acusar ninguém, mas isso parece que foi preparado. Estourou em 2023 e 2024, mas foi preparado antes e só foi interrompido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – ... como o Ministro já disse, por conta da nossa decisão.

Vou dizer mais, aqui se tenta criminalizar o Ministro porque ele recebeu a Contag. Não cito nomes, mas, se quiserem, podem procurar que vários outros Ministros receberam a Contag e tantas outras. A Contag está naquela linha de azul. Como ela tem 60 anos e tem muito associado, o desconto dela apareceu. Pode ser que tenha alguém também errado lá dentro, porque em qualquer corporação você pode ter gente correta ou incorreta. Mas eu quero que fixem esse gráfico para saberem quem é responsável pelo trambique. O trambique é dessas empresas disfarçadas de sindicato que começaram em 2017. Eu estou vendo muito discurso aqui e fico perplexo realmente.

Senador Girão, eu não assino CPI porque eu não assino CPI, porque, na minha opinião – eu fui autor da primeira CPI, a CPI dos Anões do Orçamento –, esta Casa não tem a estrutura que a Polícia Federal e os órgãos de controle têm para fazer a pesquisa. Nós estamos trabalhando em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cima do que a Federal já estourou, essa que é a verdade, e vamos fazer palco em cima do que a Federal... Eu não assinei, mas talvez eu assine, porque esse vento vai mudar de lado e vai ficar claro quem montou esse trambique aí.

Amin, eu não quero assinar a CPI porque eu quero que se discutam no Senado os temas fundamentais para a nação brasileira e que a Polícia Federal cuide disso aí. Deixe-me dizer uma coisa para os senhores: a MP original – e aí me permita, Senador Marinho, me dirigir a V. Exa. – não tinha o objetivo de sustar descontos errados, ela tinha o objetivo de sustar aposentados artificiais. Era um pente-fino para se fazer em cima dos aposentados. E, portanto, nós trabalhamos, e eu também trabalhei, para estender o prazo.

Mas me deixe perguntar uma coisa aqui aos senhores: não existe veto do Presidente da República? E por que três MPs foram publicadas, inclusive a última, de relatoria de um membro do PL, e o Senhor Presidente da República anterior não vetou a matéria? Sabe qual que ele vetou? Algo que vinha na primeira MP, inserido pelo Congresso Nacional, que era a não manipulação dos dados dos aposentados. Esse ele vetou. E o PL, em vez de derrubar o veto, que era exatamente a proteção de dados, ao contrário, o PL manteve o veto. Vamos jogar claro isso aqui.

Aqui eu não tenho interesse de publicizar para acusar o Governo passado, mas não venham acusar este Governo. Isso aqui é uma manipulação dos fatos para tentar desgastar e fazer palanque contra o Presidente da República.

Vou repetir: quem chamou a polícia ou quem deixou a polícia trabalhar livremente foi o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele é que ajudou a estourar o escândalo. E vamos deixar na tela, porque a tela deixa bem claro. O que é a associação verdadeira eu sou favorável a que a gente ajude a manter, porque a organização dos trabalhadores é fundamental. E tem gente aqui que reza na cartilha do liberalismo e que, se pudesse, queria acabar com todos os sindicatos. Então, não vamos misturar. Aquilo ali são os trambiqueiros; os outros são os sindicatos de aposentados ou associações de aposentados. Se alguma delas está errada, que se desça madeira em cima delas também.

Agora eu vou repetir aqui: o Presidente da República sancionou, sem veto, nessa dispersão. Na primeira, era para 31 de dezembro de 2021; depois virou 31 de dezembro de 2022; e, na última MP, tiraram completamente a revalidação. Então, que conversa é essa de que é esse Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fez as coisas? Eu quero saber por que ele aprovou sem veto. Só vetou um único artigo, inserido pelo Congresso Nacional, que era a proteção dos dados dos aposentados.

Então, eu queria dizer para os senhores...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para concluir, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – ... para concluir, que eu estou muito à vontade. Conheço a indignação do Presidente Lula, porque estava, no primeiro dia em que a investigação foi para a rua, ao lado dele quando ele recebeu os informes sobre o que a investigação estava fazendo. E eu não tenho dúvida nenhuma: V. Exa., Ministro, terá toda a liberdade para dar transparência e proteção aos nossos aposentados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Próximo inscrito... O próximo inscrito, por favor....

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, eu fui citado aqui. Rapidamente, eu quero só um minuto. Quero só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Um minuto para o senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Um minuto. Eu lhe agradeço demais, porque é o seguinte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Fui citado, e o Senador Rogerio Marinho também foi citado. Mas eu vou fazer aqui uma ponderação importante...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Só um momentinho. Eu vou conceder. Ele foi citado.

Um minuto para o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para explicação pessoal.) – Com todo o respeito, Senador Jaques Wagner – com quem eu tenho uma relação institucional muito grande e até pessoal; a gente sempre se respeitou –, eu vou lhe dizer: por que o senhor não assinou antes essa CPI? Por quê? Sabe por quê?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Porque eu estou preocupado em votar matérias que interessam ao país.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não... Eu vou dizer por quê.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não. V. Exa. vai fazer uma ilação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não. É um *modus operandi*. Eu estou aqui há sete anos. Da mesma forma como vocês ocuparam a CPI do dia 8 de janeiro... Não queriam de jeito nenhum, não assinaram; ocuparam para blindar. É isso que vai acontecer de novo? Colocar Presidente e Relator.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu posso não assinar para evitar palanque, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, palanque não...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Quero investigação!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A população quer saber a verdade. Agora vem cá...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – A verdade quem vai revelar é a Polícia Federal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Esse gráfico que o senhor colocou aqui... Eu tenho uma dúvida. Eu não sei...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Se V. Exa. tem dúvida, eu vou lhe mandar a fonte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, não... O gráfico que o senhor colocou...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – A fonte é a Polícia Federal mesma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas o estouro, o estouro aconteceu...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Claro...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ...e não foi porque o Governo Lula foi atrás, não.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Isso estourou depois.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Porque a Polícia Federal deve ser independente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Por favor, venceu...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É porque a imprensa...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu não quero bater boca, Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A imprensa foi atrás.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Em 2020...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Girão...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – ... um funcionário fez uma denúncia e foi ameaçado de morte.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Girão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com todo o respeito...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Fora do microfone*.) – A Polícia Federal arquivou...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Girão e Líder Jaques...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... a história foi essa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... tenho todo o respeito por V. Exas....

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Presidente, eu posso fazer uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas também...

Não. Eu vou... Eu vou passar logo a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Não. Mas é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Está ligado?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. *Fora do microfone*.) – Do 343 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu acho que está muito baixo.

Veja, Senador Randolfe, até porque o senhor estava solicitando que eu fosse célere e o senhor é próximo inscrito, eu já lhe passo a palavra, aí, o senhor argui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Acho que eu não sou o próximo, não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É o senhor, Rogério Carvalho e Senador Weverton Rocha.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Ei, espere aí.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Não. É o Esperidião Amin antes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Ei, ei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – É o Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Ei, ei... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Perdão, perdão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Alto lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Esperidião, eu estou advogando em seu favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Alto lá.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Perdão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Entidade... Alto lá, entidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Olhe, o senhor sabe que eu estou aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Eu estou advogando por você, Esperidião.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor sabe que eu estava preocupado aqui se você já estava *online*. O próximo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu vou... Eu vou... Eu vou conceder a questão de ordem ao Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para questão de ordem.) – Questão de ordem pelo 343, Presidente.

É só para nós resgatarmos os termos do art. 14. O art. 14 diz que a citação tem que ser ofensiva e os termos da resposta têm que ser dentro dos termos da citação. É só para nós, estritamente, ficarmos restritos ao Regimento, aos termos do Regimento. Se todo mundo começar a pedir questão de ordem ou art. 14 com base em uma citação indireta, em uma ilação, utilizar-se disso para outra argumentação, nós não teremos uma boa condução e não chegaremos a bom termo.

É só esta a questão de ordem: para restabelecer a ordem do art. 14 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Senador.

Eu passo, em seguida, a palavra ao próximo inscrito, o Senador Esperidião Amin.

Aceite a minha desculpa pelo meu erro aqui na leitura dos inscritos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia ainda para todos.

Meus cumprimentos, Senador Hiran, por conduzir tão bem esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Ministro pelo seu comparecimento, pela clareza das suas informações até aqui.

Quero fazer três registros. Primeiro, repetir o que eu penso cada vez que ouço o Senador Jaques Wagner. Eu queria ter um Líder assim, não com esta exuberância de hoje, que relativamente destoa do seu modo de se manifestar. De uma forma ou de outra, sempre será apreciado e respeitado por nós. E quero respeitosamente lhe pedir que reflita neste fim de semana. O senhor não pode deixar de assinar essa CPMI não é porque o senhor tem uma narrativa melhor do que o outro. É porque a sua presença, inclusive, vai dar equilíbrio à CPMI.

Nós temos que aperfeiçoar a CPMI. Tem um projeto de lei meu – estou falando agora da CPMI, não desta audiência – que inclui a exceção da verdade. É uma carência. Nós estamos desfalcados disso. O instituto da chamada exceção da verdade exige que o que for comprovado como verdadeiro seja incluído no relatório mesmo que a maioria não queira. Preste bem atenção: se houve um fato e esse fato consta ou não do relatório, basta que um quinto da CPMI peça – um quinto, não precisa de maioria –, e ele será parte do relatório, porque é verdade. Isso não aconteceu na CPMI do dia 8 de janeiro.

E eu faço um apelo para que pelo menos o Senado aprecie esse projeto agora, para que, com a assinatura do Senador Jaques Wagner, nós tenhamos uma CPMI para apurar a verdade toda, porque, como Congresso, nós não podemos nos omitir.

O senhor quer ficar de fora disso? Eu não quero! E vou lutar para que ela seja implantada. E vou lutar para que ela respeite a verdade, porque a do 8 de janeiro não respeitou. Ela desacatou fatos comprovados, o aviso que foi dado ao Governo, a este Governo, foi ignorado e retirado do relatório, e hoje não há processo para a omissão que aconteceu. Então, eu trago esse fato aqui presente com igual ênfase para fazer um apelo: quem quer saber a verdade, assine a CPMI. Deixe o discurso para depois. Vamos ajudar a apurar os fatos. Vamos ajudar, não somos inúteis. Se houver excessos e se não forem inverídicos, eles não participarão da investigação subsequente do Ministério Público.

Mas eu quero dizer ao Ministro e fazer um apelo à reflexão: o senhor deu mostras aqui do seu propósito. Eu acredito nele, porque eu acho que, se eu fosse trabalhista, seja antigo, seja moderno, eu não gostaria de manchar um legado, que foi de Getúlio Vargas, que foi uma saga do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhismo histórico do Brasil, que foi a seguridade social. Nós não podemos ignorar onde é que nasceu isso. Então, eu creio nos seus propósitos, mas faço minha a palavra da Senadora Mara Gabrilli para reforçar o seu propósito. Aliás, o senhor mesmo ressalvou, ou relevou, trouxe à tona. Não é só crueldade, não é só corrupção. É uma crueldade voltada contra os mais vulneráveis. Essa é a nossa constatação, não estou inventando nada.

Se fôssemos comparar com a figura, com a criação de Dante Alighieri do Inferno, os que fizeram isso, seja os do risco marrom, seja os do risco cinza, os que aproveitaram, de 2023 para cá, mais do que aproveitavam antes, eles merecem ir para o oitavo e para o nono círculos do Inferno do Dante. Quem tiver a curiosidade, procure. São os piores crimes, que poderiam ser os hediondos ou não. Isso faz parte do constrangimento a que se referiu o Ministro.

Então, por esta razão, uma CPMI, para ajudar o Ministro a que nós tenhamos culpados, que tenham o direito de defesa e que se faça justiça, porque o Brasil está precisando. Desde que a Lava Jato foi destruída, nós estamos precisando de um exemplo de punição a corruptos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Senador e querido amigo Esperidião Amin.

Passo em seguida...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, só uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Uma questão de ordem.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Preciso aqui esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Um minuto, Senador Moro, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por conta do que foi dito no depoimento do Ministro – ele falou aqui que um servidor do INSS denunciou em 2020 esses desvios ilegais e chegou a sugerir aqui que eu tinha me omitido –, eu fui atrás dessa notícia. Recebi agora, e por isso rebato agora, que esse depoimento foi em setembro de 2020. Nem sequer eu estava no Governo mais.

Agora, se eu tivesse recebido, como V. Exa. recebeu em junho de 2023, a notícia de que havia essas fraudes, eu teria tomado providências imediatas. Se isso tivesse chegado ao meu conhecimento – e, veja, em setembro de 2020, eu nem estava mais no Governo –, teria tomado providências. Então, assim, eu refuto... V. Exa. quis aqui me acusar de omissão. Quem se omitiu, como Secretário-Executivo da Previdência, durante os anos em que a fraude escalou para mais de R$2,8 bilhões, foi V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Moro.

Passo a palavra, em seguida, ao Senador Weverton Rocha, que é o próximo inscrito.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Para interpelar.) – Presidente, muito obrigado.

Pelo avançado do horário, eu não vou fazer aqui perguntas, apenas um comentário, até por conta de que a fala do Líder Jaques Wagner não só me contempla, mas é muito esclarecedora.

Primeiro, quero falar da total confiança da nossa bancada no Ministro Wolney e na sua história, assim como em todos os que ocupam o Ministério da Previdência Social.

Eu já vi aqui, através da rede, porque eu estava em missão na China com o Presidente Lula, várias agressões ao Ministro Lupi, que, deixe-se claro, em momento algum, é citado como investigado e muito menos como responsável por tudo que está acontecendo.

Mas eu tenho, na minha cabeça aqui, Presidente, muito claro um dos motivos reais dessa fúria contra o Lupi, que está lá bem lida pela imprensa nessas atas dessas reuniões do Conselho Nacional de Previdência Social. Obviamente elas não vão ser narradas e muito menos vamos ter condições de fazer com que elas cheguem lá na ponta, mas quem está agora tendo a oportunidade de me ouvir ou assistir e tiver a curiosidade de pegar essas atas que estão lá, veja lá a pauta principal delas, das últimas reuniões que aconteceram durante esse conselho: foi a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redução dos juros dos consignados. O Lupi é visto como inimigo número um dos bancos e do sistema financeiro. Eles estavam com ódio dele, porque não admitiam e não admitiram, de forma nenhuma, um conselho como o CNPS baixar juros na taxa do consignado, como ele veio fazendo de forma sucessiva.

Aqui vários Senadores devem ter recebido visitas do sistema financeiro para ter pressões políticas para tentar intervir no Ministério da Previdência para que ele não continuasse essa política e essa discussão de baixar juros dos consignados no Brasil. Isso ninguém está falando, sabe por quê? Porque é óbvio, aqui a gente sabe... O Brizola já falava isto lá atrás, Senadora Leila. Ele dizia o seguinte: que, quando você pega um jornal, na hora em que lê a notícia, você tem que se dar pelo menos o trabalho de folheá-lo e ver as propagandas que estão lá colocadas, porque quem faz a divulgação obviamente sabe muito bem que essa manutenção, essa forma como se exerce esse tipo de influência na relação de comunicação é muito mais forte. Então, muitas vezes, você não vai ter condição de disputar narrativa, principalmente com quem tem o comando dela, mas é necessário pelo menos colocar o seu ponto de vista. E eu acredito que o Lupi caiu mais pelo que ele tentou acertar, que foi justamente enfrentar um sistema que infelizmente é um sistema muito forte. E não se vai ter agora – e nem no Governo anterior e em nenhum outro – a força necessária para se fazer a justiça que tem que ser feita, que é proteger quem mais precisa.

Eu quero também fazer um desagravo à Contag. Eu conheço a luta da Contag. Lá no Maranhão, a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado (Fetaema) tem sindicatos em todos os 217 municípios do estado. Eles têm um trabalho fantástico junto com os nossos trabalhadores rurais, as trabalhadoras rurais, quilombolas, comunidades indígenas tradicionais, e você não pode jogar na lama de forma venal, de forma irresponsável todo um trabalho que se foi construído durante décadas com essas entidades, porque precisa ser separado o joio do trigo, como foi colocado aqui pelo Líder Jaques.

Se tiver algum dirigente que conduziu de forma errada, que pague pelo seu erro, mas não pode se pegar uma história de uma construção e uma história séria como se tem no movimento social, sindical, como a Contag tem, e várias outras que eu poderia nominar aqui, de forma generalizada. Isso não é correto.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – E eu não poderia também deixar de fazer aqui esse registro.

Por fim, eu acredito muito numa questão de uma palavra chamada coerência. Se o Governo... Eu também acho... Inclusive falei isso ontem, na volta, para o Presidente Lula. Acho que o Governo todo tem que assinar essa CPMI. Infelizmente se perde energia, porque uma CPI... Você está numa véspera de eleição, está na cara que já tem muita gente doida para falar para o seu eleitor e para querer prestar sua conta, para querer buscar já a sua reeleição.

Só que eu queria lembrar – e por questão de coerência – que eu não assinei a CPMI porque eu não venho assinando nenhuma. Inclusive a última que eu assinei, até de forma arrependida, eu retirei, que foi no Governo anterior, naquela confusão do MEC. E falei justamente o quê, Presidente Hiran? Que os fatos ali que estavam sendo narrados e as acusações feitas ali naquele momento pelos dirigentes do Ministério da Educação, eles todos estavam sendo investigados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Então, se a investigação estava já feita e estava em curso, eles tinham mais condições e total tranquilidade e total autonomia para tocá-las.

Então, da mesma forma, eu ainda não... Eu mesmo, individualmente, não assinei, porque a investigação está acontecendo e na sua forma mais plena, de forma independente e autônoma, e isso dá as condições para que, de forma serena, não se aponte dedo de forma irresponsável para A ou para B. O mais importante, além de se devolver o dinheiro para esses aposentados, Ministro Wolney... Acredito que o mais importante de tudo é o daqui para frente, que é não deixar que isso aconteça novamente e fazer com que a normalidade possa acontecer dentro de um órgão importante como o INSS e várias outras instituições estatais deste país.

Então, o cumprimento e conte aqui com a sua bancada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Weverton.

Como nós tivemos não propriamente inquirições ou perguntas feitas por dois inscritos anteriormente, pelo Senador Weverton e pelo nosso Líder Jaques Wagner, eu vou passar também... Já falei para o nosso Ministro que vou passar a palavra para a Senadora Damares, que seria a última inscrita nesse bloco, e depois teremos os dois rogérios: Rogério Carvalho e Rogerio Marinho, e o Senador Randolfe, que estarão no próximo bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Ministro, primeiro eu o parabenizo pela coragem de vir aqui. Mas eu sou autora de uma ação que pede, inclusive em forma de liminar, que o senhor não permaneça no ministério. Em momento algum, o senhor foi acusado de corrupção, de desvio, de ter participado do esquema, mas eu entendo que, como Secretário-Executivo... Nós temos uma portaria que fala que a sua atribuição como Secretário-Executivo era o enfrentamento às fraudes. Eu não sei como era a sua relação com o ex-Ministro, que também não está acusado de corrupção. O ex-Ministro...

Eu também entrei com representações... Fiz diversas peças: representação, PGR, Comissão de Ética, ações... Entendo que o Ministro Lupi se omitiu. Quando a gente tem a ata dos Conselhos, em que ele é comunicado, a gente percebe, depois da comunicação, que houve uma omissão. O senhor também estava na reunião, e a ata comprova isso. Por isso, eu peço que o senhor não permaneça. Eu pedi judicialmente e estou aguardando sentença. Mas mais do que o senhor ter se omitido... Não sei como era a sua relação com ele, Ministro. Eu fui Ministra, e a minha relação com as minhas secretárias-executivas era uma relação também de proximidade. Não se fazia nada, Ministro, sem estar com as secretárias. Eu não sei como era a sua relação com ele, como o senhor era tratado dentro do ministério, mas o senhor tinha uma atribuição de fiscalizar.

Nós só estamos começando tudo isso. Então, a sua vinda aqui... O senhor trouxe informações preciosas, informações muito preciosas, mas a sua permanência lá causa uma inquietação na sociedade. O povo não consegue entender... "Mas ele era parte da equipe". Se o outro se omitiu, essa equipe toda se omitiu. Então, por isso eu entro com a ação para que o senhor não permaneça como Ministro, não questionando a sua idoneidade, mas, se uma equipe se omitiu, e o senhor fazia parte dela, a omissão recai sobre suas costas também.

Mas eu preciso cumprimentar o Presidente Lula pela coragem de ter colocado alguém tão corajoso na Presidência do INSS. Eu sei, conheço o trabalho do atual Presidente do INSS e sei que ele vai fazer um grande trabalho, mas eu trago aqui, Ministro, algumas preocupações, se o senhor continuar como Ministro. Eu ainda insisto, porque acho que não deve ser o senhor o Ministro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Previdência, por ter sido parte de uma equipe que se omitiu e acho, inclusive, que há, com relação ao Stefanutto, uma questão de prevaricação também.

A minha preocupação é a seguinte: a proposta de CPMI está aí. Quero informar que mais Senadores assinaram. Nós estamos com 38 Senadores – quase metade do Senado –, 229 Deputados, e alguns ligando dizendo que vão assinar.

A nossa CPMI – que eu tenho certeza de que vai ser instalada, porque, se o Presidente da Casa não instalar, nós vamos recorrer ao STF, isso já aconteceu, e o STF vai, com certeza, mandar instalar – vai trabalhar muito, Ministro, a questão do ressarcimento e a questão da indenização.

Se o senhor continuar como Ministro, eu vou fazer um apelo... Hoje, não é dia de a gente investigar, porque o senhor não é investigado, é dia de esclarecimento, e esta Comissão vai continuar, mesmo tendo uma CPMI, buscando esclarecimento. A minha preocupação, Ministro, é como é que vocês vão atender os idosos das regiões mais remotas? Deixe-me falar de uma que é do meu coração: Marajó. Eu tenho idosos no Marajó que não têm energia elétrica e, portanto, não têm um celular, portanto, não têm um aplicativo para serem comunicados. O que vou lhe pedir, Ministro, é que os barcos do INSS, a partir de amanhã, desçam para a região ribeirinha, mas desçam com uma equipe enorme, porque, se eles vão ser notificados pelo Meu SUS...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eles não têm celular. Como é que eles vão ser ressarcidos para evitar, inclusive, golpes?

Então, se o senhor permanecer, a CPMI vai apurar as investigações. Eu não sei se farei parte da CPMI, porque é o partido que indica – não sei se estarei lá –, mas sou autora do pedido e quero dizer, Ministro, que eu acho que é hora de a gente passar o Brasil a limpo. Esse escândalo vai nos dar a oportunidade, como Congresso, de a gente passar muita coisa a limpo.

E aqui, Senador Wagner, eu também reconheço o trabalho dos sindicatos sérios – eu vim de luta de base. Quando ninguém falava de aposentadoria para a área rural, era a Contag que estava lá lutando por eles. E quem sabe não é hora de a gente também expurgar quem está de ruim dentro dos sindicatos sérios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas já pedi também para que as entidades fraudulentas sejam extintas – eu tenho uma ação para extinção. E pedi ao Presidente Lula, por meio de ofício, que essas entidades que estão em conselhos nacionais sejam imediatamente retiradas dos conselhos nacionais. Enquanto as investigações acontecem, essas entidades precisam se ausentar dos conselhos nacionais, e essas entidades precisam, especialmente as que foram criadas para fraudar, ser extintas imediatamente.

E aí, Ministro, quero lhe desejar boa sorte se o senhor continuar Ministro – lhe desejar boa sorte e que, de imediato, a reparação aconteça e que os bandidos, Ministro, apodreçam na cadeia. Farei disso a causa de minha vida.

E quero muito, sonho muito que essa CPMI seja todos nós – todos nós – contra um sistema corrupto. E, inclusive, os Senadores de esquerda, todos estão se manifestando com muita indignação a tudo que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para concluir, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então será o Parlamento contra corruptos.

E que Deus o oriente, o senhor e sua equipe.

E urgência aos velhinhos idosos e aposentados das regiões mais distantes deste país.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Damares.

Ministro Wolney, por favor, com a palavra.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL (Para expor.) – Primeiro, vou agradecer aqui a menção elogiosa feita pelo Senador Jaques Wagner. Tive o prazer, a alegria e a satisfação de ser Deputado junto com ele em alguns mandatos. Isto me honra muito, ter como colega alguém do caráter e da envergadura de V. Exa., Senador.

Quero dizer que foi muito oportuna a apresentação de V. Exa. daquele gráfico, porque demonstra bem – e eu tinha dito no início – que os ladrões entraram na casa entre 2019 e 2022. Foi ali que se estabeleceram e se credenciaram as principais empresas fraudadoras. Isso não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma elucubração, não é uma suposição, não é uma acusação: isso é uma constatação. Se se olhar a linha do tempo, se V. Exa. olhar a linha do tempo vai conferir justamente essa informação.

Quero agradecer também a confiança depositada em mim pelo Senador Esperidião Amin, de quem também fui colega na Câmara dos Deputados. E quero dizer que o apoio ou não à CPI não vai depender do Governo. Obviamente, isso é uma decisão do Parlamento, cujos Senadores e Deputados vão decidir soberanamente qual o melhor caminho; e nós, enquanto Governo, vamos acatar, porque é um Governo que não tem medo e já provou que não tem medo, porque foi o Governo que mandou chamar a polícia.

Quero agradecer a menção de confiança do Senador Weverton, nosso Líder aqui da bancada do Senado, e também agradecer a presença da Senadora Leila, nossa Senadora do PDT, que teve que sair de um compromisso, de uma inauguração lá em Sobradinho – é isso? –, e está aqui nos dando a honra da sua presença. Muito obrigado, Senadora, pela presença.

Com relação à Senadora Damares: Senadora, muito obrigado pela confiança. Eu entendo que V. Exa. tem também um eleitorado para responder, e compreendo que a sua contestação à minha envergadura de Ministro não foi no campo pessoal; portanto, fique tranquila quanto a isso. Agradeço a confiança de V. Exa. e vou surpreendê-la positivamente no cargo do Ministro, pode ter certeza disso. Já recolho a sugestão de V. Exa., e vou tratar ainda hoje com o Presidente do INSS, Gilberto Waller, para que nós possamos dar prioridade absoluta às áreas ribeirinhas.

Nós temos o PREVBarco, que é excelente para cobrir essas áreas. Eu acho fundamental que essas áreas, que não têm energia elétrica e, portanto, têm dificuldade em acessar o Meu INSS, sejam prioritariamente atendidas. Agradeço muito a V. Exa. por essa sugestão.

Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Ministro.

Agora vamos para o próximo bloco. Os próximos Senadores inscritos são: o Senador Randolfe, o Senador Rogério Carvalho e o Senador Rogerio Marinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para interpelar.) – Primeiramente, quero cumprimentar o Ministro e, inicialmente, destacar o seguinte: o último

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponto da apresentação do Ministro; esse esquema não foi montado, não foi arquitetado neste Governo, mas está sendo apurado e vai ser concluso aqui, durante este Governo.

Eu queria começar aqui fazendo uma linha do tempo, porque muito é falado sobre a MP 871, dizendo que a MP 871 seria uma MP de combate às fraudes. Presidente, Ministro, a marca fantasia que diziam era essa, mas é importante nós dizermos aqui do que estamos tratando, a que nós estamos nos referindo. A fraude que propunha a MP 871, o que se dizia na época, era contra os beneficiados. Eles queriam limitar o auxílio-doença, acabar com o auxílio-funeral, reduzir os benefícios dos beneficiados, e a fraude que foi desbaratada e investigada pelo nosso Governo diz respeito à revalidação da autorização de descontos de entidades criminosas.

Então, vamos à linha do tempo desse tema. Sobre esse tema, o dispositivo que estava na MP 871 teve várias propostas de alteração e de supressão e não foi somente de Parlamentares da base do Governo, não, Ministro Wolney. Eu tenho aqui, olha, meu querido... Eu tenho aqui uma emenda a essa medida provisória no mesmo termo, do meu colega, do meu querido colega Deputado Luiz Carlos Motta, hoje do PL, que foi nosso Relator do orçamento, e não quero fazer nenhuma acusação ou ilação em relação a ele. Ele fez uma emenda nesse sentido, obviamente, pelas razões dele, mas esta fraude aqui ocorrida, a fraude ocorrida, a atuação do principal lobista, do famoso Careca do INSS, como aparece na imprensa, a atuação dele se dá, sobretudo, com a captação indevida de dados do INSS.

Aí sobre isso é importante ser dita uma coisa, meus colegas Senadores: foi apresentada nessa MP 871 uma emenda. A emenda foi apresentada para que tivesse transparência dos dados do INSS por um Deputado do PSB. E o que foi feito pelo então Presidente Jair Bolsonaro? Ele vetou esse dispositivo que garantiria maior transparência, é o art. 124 dessa medida provisória. E essa Medida Provisória 871, ao final, acabou sendo aprovada, mas postergando por três anos, até dezembro de 2021, a revalidação dos dados.

Mais adiante teve outra MP, a MP 1.006. E é bom se destacar, o Relator dessa MP 871 foi um Relator do PL, hoje, um Relator do PL que, inclusive, veio a ser candidato do Presidente da República a Prefeito de Manaus, posteriormente. Teve outra MP, a MP 1.006. O Relator, de novo, foi um Deputado do PL. Nesta, inseriu no texto um dispositivo que a revalidação dos descontos, Ministro, só iria até 31 de dezembro de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente da República de então, o Presidente Jair Bolsonaro, não vetou. Mas teve uma terceira medida provisória, a 1.007. Foi colocado um jabuti nessa medida provisória, revogando a revalidação da autorização de descontos. Foi aprovado pelo Parlamento. O Senhor Presidente da República de então, Jair Bolsonaro, o que fez? Sancionou a medida provisória sem esses vetos. Se um desses dispositivos não tivesse existido, um deles sequer não tivesse existido, nós teríamos desbaratado esse esquema montado em INSS já há quatro anos.

E é importante destacar, são 11 entidades fraudulentas que estão sendo investigadas. Essas 11 foram montadas entre 2019 e 2022. Sobre essas entidades, é importante destacar o caso de duas. A primeira delas, a Ambec. Essa Ambec é a maior envolvida nas fraudes. Não é outra, não; é essa Ambec, é a primeira colocada: 35% a 40% das fraudes dos bilhões são dessa Ambec. Quem é que avaliza a entrada da Ambec, dentro do Ministério da Previdência? É um cidadão conhecido como José Carlos Oliveira. O Sr. José Carlos Oliveira, servidor público, da Ambec, era, ao mesmo tempo, Diretor de Benefícios da Ambec. Só concluindo, Sr. Presidente, o Sr. José Carlos Oliveira, nessa época em que ele abre as portas para a entrada da Ambec, já tinha recebido advertência do Ministério Público Federal, de procuradores que achavam estranha a atuação dessa entidade. O que o Governo faz? O Governo o demite? Não, o Governo o promove. Ele vira depois, em 10 de novembro, Presidente do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para concluir, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Depois, meu querido Presidente, o que acontece ao Sr. José Carlos Oliveira? Está aí, está aí para todo mundo. Será que é o Presidente Lula que está dando posse ao Sr. José Carlos Oliveira como Ministro da Previdência em 2022? Parece-me que aquele ali é o Sr. Jair Messias Bolsonaro, que, mesmo com as investigações sobre a Ambec, mesmo com as investigações ocorrendo sobre a Ambec, abre as portas, para que ele entre no INSS.

A segunda entidade, Presidente e Ministro, é uma tal de Conafer. Essa Conafer tem um Presidente que se diz pecuarista. Essa entidade foi denunciada – foi denunciada – e foi revelada ontem pelo Jornal Nacional, quando ela foi denunciada por um servidor que chegou a ser ameaçado de morte. Foi bom o depoimento, ainda há pouco... E eu quero aqui arguir, realmente houve uma retificação devida pelo Ministro Sergio Moro, porque ele não era Ministro na época, mas o Ministro Sergio Moro diz quando foi o depoimento: o depoimento foi em setembro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2020, quando o Ministro Sergio Moro saiu, mas durante o Governo anterior. Qual a providência que foi tomada naquele período? Qual a medida que foi tomada naquele período?

Por fim, alguns colegas aqui se lembram de alguns personagens que estão envolvidos nessa história toda.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – O Sr. Danilo Trento, da Precisa. Lembram a CPI da covid? O Sr. Maurício Camisotti. Os colegas lembram a CPI da covid? Eles estavam roubando vacina entre 2020 e 2021 e entrando na fraude do INSS com suas entidades suspeitas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – E, sobre o Sr. Virgílio, querem perguntar quem foi que nomeou o Sr. Virgílio? Então, busque nos Anais de 2020 por qual governo ele foi nomeado Procurador do INSS?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para concluir, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Repito, essa fraude não começou no nosso Governo, mas vai terminar agora.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado.

Eu vou roubar um pouco do tempo do Senador Rogério Carvalho, já que ele...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Não fala em roubo de tempo, não, que é ruim. Nós estamos falando de roubo...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É verdade, é verdade. Eu acato a sua questão de ordem, querido Senador Malta.

Senador Rogério Carvalho, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, eu quero cumprimentar o Ministro Wolney Queiroz e dizer que todos nós temos a tranquilidade de tê-lo como Ministro da Previdência, previdência que sofreu vários ataques no Governo anterior: uma reforma previdenciária que tirou vários direitos, que reduziu os benefícios da população mais pobre do Brasil. Esse é um crime que é irreparável à população brasileira, principalmente à população mais pobre. Este ministério sofreu um ataque do Governo anterior quando acabou com as aposentadorias especiais; até hoje esses aposentados estão no limbo, porque não têm direito à aposentadoria especial, porque ficou um vazio, sem regulamentação.

Eu quero dizer que me dou muito por satisfeito – viu, Presidente? – com a fala do meu Líder Jaques Wagner, que foi absolutamente preciso, com a fala do meu Líder Randolfe Rodrigues, que também foi muito preciso no que foi colocado aqui.

Eu acho que nada melhor do que fazer uma análise dos fatos no tempo e, ao longo do tempo, a gente ir identificando como os atores agiram em torno deste fato, que é um fato específico, que é desconto para entidades que prestam algum serviço, em tese, para aposentados, numa relação que, em tese, é do aposentado com a entidade. E a fraude só foi possível porque liberaram dados de forma ilegal, mais de 40 milhões de dados de beneficiários do INSS foram vazados, vieram a público. De posse desses dados, inicia-se todo o movimento de fraude aos aposentados. Isso aconteceu porque a LGPD, que tinha que ter todas as proteções, foi vulnerabilizada por decisão intencional, clara do Governo anterior.

Portanto, eu acho, meu Líder... Eu quero dizer que, na condição de Líder do PT, nós vamos defender que o partido participe dessa CPI, mas não uma CPI para avaliar e para fazer disputa e palanque eleitoral, mas para investigar, apontar os responsáveis e botar na cadeia aqueles que roubaram os aposentados e pensionistas do INSS. Essa é a nossa finalidade. Por isso, não pode ser um objeto, um fato determinado que segrega este ou aquele Governo. Tem que ter um fato determinado para que a gente possa assinar com todo o gosto e todo o desejo de fazer justiça, porque foi neste Governo que nós colocamos para o público – em todas as matérias, só foi possível por conta de este Governo respeitar a lei de transparência, a Lei de Acesso à Informação. Está certo?

Portanto, eu quero aqui dizer que o nosso partido, se mudar o fato determinado dessa CPI, para não ser uma CPI para fazer palanque político, de um lado, sem nenhuma intenção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restabelecer o direito dos aposentados de terem de volta aquilo que lhes foi tirado indevidamente, para a gente colocar na cadeia e punir quem de fato...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... tirou dinheiro dos aposentados... Portanto, o PT vai assinar, sim, essa CPI, e nós vamos investigar, olhando, na linha do tempo, todos os fatos e todas as pessoas, como fizemos na CPI da covid, como fizemos na CPI do 8 de janeiro, sem nenhum tipo de problema de fazer investigação mais profunda, porque é isso que a gente quer, foi isso que o Governo do Presidente Lula fez, e é por isso que a gente está aqui, fazendo esse debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Rogério.

Vamos para o próximo inscrito, o Senador Rogerio Marinho, já desejando ao senhor uma pronta recuperação. O senhor está fazendo um grande sacrifício para estar aqui, porque eu sei que você está absolutamente quase afônico, mas fez uma força hercúlea para estar aqui. Melhoras para você, meu querido amigo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu fico satisfeito se me derem três minutos a mais, até como uma questão de lenitivo de saúde.

Quero saudar o nosso convidado, Wolney Queiroz, Deputado Federal comigo. Desejo, Wolney, que você faça uma boa gestão e restabeleça a confiança necessária que a população precisa ter no sistema que, sem dúvida nenhuma, é o mais importante transferidor e garantidor de renda no Brasil, que é o sistema previdenciário.

Quero saudar meus companheiros aqui, todos os Senadores já falaram antes, e dizer ao Senador Jaques Wagner que fiquei muito feliz com a maneira como ele abordou a questão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizendo que iria propugnar, junto à sua bancada, para que a CPMI fosse instalada, secundado que foi por vários Parlamentares do PT que falaram em seguida.

Eu não sei quando a convicção ultrapassa a realidade e eu não sei até que ponto se orquestram determinadas afirmações quando se pegam os dados apresentados de 2 milhões de contribuintes associados, no final de 2022, e chegamos a 9 milhões e pouco que foram notificados em 2025, e a previdência nos afirma que só teve informações a respeito desse fato, tão fora da curva, com o desencadear do processo pela Polícia Federal, em abril.

Desculpe, eminente Ministro, é difícil acreditar, porque vou fazer um paralelo...

Quero saudar, inclusive, o Brunca, servidor do INSS que trabalhou conosco – portanto, são profissionais e servidores da Casa que devem ser priorizados pelo seu mérito.

Aliás, Senador Jaques Wagner, o atual Presidente do INSS foi Corregedor-Geral do Governo de Bolsonaro nos últimos quatro anos.

A preocupação que nós temos aqui, nesse momento, é mostrar que ou o Governo prevaricou ou o Governo foi incompetente. Não dá para engolir você aumentar de 2 milhões de associados para 9 milhões, e o Governo fazer determinadas afirmações aqui, que foram repetidas pelos Líderes: "A nossa polícia, a nossa AGU, a nossa CGU". Senhores, por favor, deixem de confundir o público com o privado, vocês já fizeram muito mal ao país. A CGU e a AGU são órgãos do Estado brasileiro – Estado, nem de Governo –, apesar de a indicação ser do Presidente da República. Quem chamou a polícia, nobre Ministro, não foi V. Exa. nem o Governo de V. Exa. O processo foi instaurado em função da notícia dada pelo *site Metrópoles*, está dentro dos autos do processo. Então, eu peço que V. Exa. não continue a repetir essa afirmação, porque ela não é verdadeira.

Eu quero dizer a V. Exas. que, ao escutar o Ministro – eu quero que dê certo a sua administração, vou repetir... O ladrão entra na casa de 2019 a 2022. E 2019, eminente Ministro, e 2020 foram os dois anos, numa série histórica – eu estou falando de 30 anos de descontos associativos, depois compulse seus técnicos... foi o primeiro momento em que decresceu o número de associações...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... e de valores consignados, pela primeira vez.

A MP, eminente Líder, não foi para fazer só pente-fino, não, foi para acabar com uma série de fraudes que nós já sabíamos que existiam, e trabalhamos na época da transição.

Em relação específica à questão dos associados, da contribuição associativista para as associações, duas preocupações: a primeira envolve diretamente a Contag, que é uma entidade centenária quase, desculpe, desde 1963, tem meio século, mas, a partir de 1994, ela faz um ACT com o INSS e, de lá para cá, ao longo desses 30 anos, ela chegou a ter, quando chegamos lá, 80% da arrecadação. E a aposentadoria se dava, eminentes Senadores, com uma declaração do sindicato – era a prova de boa-fé. Nós alteramos para autodeclaração e, em seguida, atestado pelas EMATERs estaduais.

A partir daí, o cadastro da Contag parou no tempo, porque ela não tinha mais como buscar novos associados. E aí, Senador, contando, sem dúvida nenhuma, com a boa vontade de V. Exa., o que é que acontecia? Se você perguntar a 1,3 milhão de associados da Contag se eles de boa-fé são associados, a maior parte deles, a esmagadora parte deles sequer sabem que foram associados, porque, por ocasião do seu pedido de aposentadoria, preenchiam um formulário e a maior parte dessas pessoas sequer sabe ler e escrever. Então eram automaticamente colocados como contribuintes de uma associação à sua revelia.

Então, o que nós propusemos? Mudou essa dinâmica, e o fato é que parou o crescimento do cadastro da Contag.

Agora, em 2020, nós determinamos, através do Decreto 10.410, está aqui na minha mão, o bloqueio das novas aposentadorias para evitar o que acontecia anteriormente. Como as aposentadorias eram desbloqueadas, eminente Senador Jaques Wagner, muitos aposentados sofriam golpes dados por aproveitadores intermediários. E esse desbloqueio foi levantado, no princípio de 2023, por este Governo, através de uma portaria deste Governo. E isso abriu as portas do inferno, literalmente.

Cadastrar uma associação... A lei diz como é que ela é cadastrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, vejam qual é a minha preocupação – por isso que eu estou feliz com a declaração do eminente Ministro –: nós temos aqui 11 entidades ou 12 entidades que estão sendo investigadas pela AGU e pela... mas nós temos aqui uma que foi ontem notícia nacional, que foi justamente a... Como é o nome daquela porcaria? A Contag, o Sindlimp... Essas três empresas importantes, três associações importantes – está aqui: Conafer, Contag e Sindnapi –, nenhuma delas está dentro da investigação feita pelo INSS. Então eu peço a V. Exa. que as incorpore, porque elas estão sendo investigadas pela Justiça. Por que o INSS não as investiga? Por que a AGU não as incluiu? Então eu peço a V. Exa. que oriente o Presidente do INSS para que essas entidades também sejam incluídas, porque há indícios de fraudes. E a Justiça Federal na primeira instância está investigando-as. Então que elas sejam também investigadas pelo INSS.

E quero pedir, por fim, a V. Exa., porque eu acho que essa discussão vai se arrastar e o meu tempo já se exauriu, que leve em consideração o fato de que V. Exa. tem uma história. E, quando V. Exa. fala que nós vamos investigar doa a quem doer, eu quero acreditar em V. Exa. Então incorpore na investigação o conjunto das entidades – todas elas – que têm indícios de problemas... Porque, inclusive, de 2023 em diante, quase 30% da arrecadação, eminente Senador Jaques Wagner, foram feitos por entidades que chegaram ao INSS depois de 2023, quase 30%, e elas não estão sendo investigadas. Então eu peço a V. Exa. que as inclua também. E o que nós queremos aqui é que todos sejam investigados, porque é preciso saber o que está acontecendo.

Da nossa parte, eu estive lá até fevereiro de 2020, saí do Ministério da Previdência, na época Secretaria-Geral da Previdência, com a sensação de dever cumprido.

A medida provisória que foi transformada em lei gerou mais de R$10 bilhões de prejuízos que não foram dados ao sistema previdenciário. Infelizmente, a verdade é que as digitais do PT e da esquerda estão em todo o processo, no sentido de que não houvesse essa validação, que nunca tinha acontecido em 30 anos e foi proposta por nós...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para concluir, Senador Líder Rogerio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – E também a mudança da forma como se dava a questão da aposentadoria rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, cumprimentando V. Exa., desejo que V. Exa. faça um grande trabalho à frente do ministério.

Cumprimentando meus pares, agradecendo a gentileza do nosso Presidente e me desculpando aqui pela voz, eu vou aguardar aqui V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Rogerio.

Passo a palavra ao Ministro Wolney.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL (Para expor.) – Eu quero agradecer a participação de todos.

Nesse caso, nesse bloco específico, eu vou começar aqui pelo fim, em homenagem ao meu colega, ex-colega na Câmara e na CCJ da Câmara, Rogerio Marinho, com quem tivemos boas participações. Rogo vê-lo com a saúde restabelecida muito em breve.

Quero agradecer sua presença aqui...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Porque gripe em velho é um perigo. Tem que ter muito cuidado. (*Risos.*)

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL (Para expor.) – Quero agradecer sua presença aqui, mesmo convalescendo, mas quero dizer que a AGU e a Polícia Federal são, de fato, organismos de Estado – mas nesse Governo, porque no Governo passado eram tratados como organismos do Governo, sobretudo para proteger parentes e aliados. Nós sabemos disso, eminente Senador Rogerio Marinho.

Quero dizer que eu tenho uma preocupação com a instalação da CPI – e peço que V. Exa. e os demais Líderes aqui que se manifestaram a favor dela anotem –, só uma preocupação, que é real: eu imagino, Senador Hiran, que quaisquer que sejam os dados buscados pela CPI vão ser encontrados na Polícia Federal ou na AGU, na CGU e também na AGU. Portanto, os dados coletados serão buscados nessa fonte de dados que está já em atividade. E a minha preocupação é que haja uma demora maior nas investigações a partir do momento da instalação da CPI ou CPMI – o Governo não tem medo; a decisão cabe ao Parlamento – e também que uma eventual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instalação atrase o ressarcimento, que é uma coisa que nenhum de nós gostaria que acontecesse, nem os Senadores do Governo, nem da oposição, nem o próprio Governo. Nós estamos dando prioridade absoluta ao ressarcimento. Então, que haja esse cuidado. Caso, eventualmente, ela venha ser instalada, que haja esse cuidado para não atrasar o ressarcimento, que é uma coisa que é prioritária para o Governo.

Quero dizer que... Agradeço aqui a manifestação do Senador Rogério Carvalho, agradeço a confiança dele e também a menção do Senador Randolfe e a aposta dele na nossa gestão – também não vou decepcioná-lo. E quero dizer ao Senador Rogerio Marinho que, infelizmente, com a aprovação da MP, em 2022, foi quando foi sepultada a revalidação. É um fato isso. A revalidação foi sepultada em 2022. Então, se havia qualquer expectativa de que aquela ideia inicial, de 2019, de que, a partir dali, houvesse, anualmente, as revalidações, e elas foram postergadas pela pandemia, elas deixaram de existir, foram sepultadas definitivamente em 2022.

Pode contar com o desejo expresso do Presidente da República, que fez essa recomendação várias vezes. O Presidente Lula é um homem indignado com tudo que aconteceu, principalmente porque ele, mais do que ninguém, foi uma pessoa que sempre defendeu e fortaleceu os mecanismos de proteção social – e o INSS e a Previdência Social brasileira são um dos principais instrumentos para que se dê essa proteção social –, então, é um homem indignado o Presidente Lula e me pediu categoricamente que fosse às últimas consequências na busca e responsabilização dos culpados, no ressarcimento aos aposentados e que nenhum aposentado ou pensionista fique no prejuízo. Esse foi o recado claro dado pelo Presidente da República a mim quando me convidou para assumir essa cadeira de Ministro de Estado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente, queria uma réplica, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Desculpe. Quem...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Queria fazer uma réplica educadamente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu estou concedendo a réplica. Um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Um minuto e trinta segundos.

Eminente Ministro, eu fiz a V. Exa. considerações, inclusive, de uma forma muito respeitosa, porque realmente eu desejo que o senhor faça um bom trabalho. Agora, quando eu falei que vocês confundem – e vocês, que eu falo, é a esquerda, generalizei –, eu não queria que a carapuça lhe servisse.

V. Exa. me retruca dizendo que "a AGU e a Polícia Federal são usadas para proteger parentes da administração anterior, nós sabemos". Nós quem, cara-pálida? Qual foi a decisão judicial que ratificou essa informação que V. Exa. traz, que hoje, na verdade, é uma litigância política? Eu posso falar aqui de aparelhamento de Polícia Federal, posso falar aqui de aparelhamento de AGU, eu não estou entrando nesse mérito. Eu estou dizendo a V. Exa. que nós estamos diante de um fato muito grave.

Eu inclusive elogiei o Jaques Wagner, porque ele está disposto a abrir a CPMI. Já estou preocupado porque V. Exa. não quer a CPMI. E estou dizendo que há uma investigação seletiva, eu estou afirmando, porque das três empresas que eu falei, das três associações, uma é do irmão do Lula; outra é a Contag, que tem raízes históricas à esquerda; e a outra foi a Conafer, que saiu ontem no Jornal Nacional. Vocês não vão investigar por quê? Nós não temos medo da investigação. Eu queria que V. Exa. nos ajudasse e pedisse para o INSS investigar também, porque ontem ficou público e notório, saiu no Jornal Nacional. Então, vamos lá, vamos para diante.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Posso responder aqui ao Senador Rogerio Marinho?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Eu agradeço sempre a forma gentil e cortês como V. Exa. se refere a mim, agradeço por isso.

Eu quero dizer que nenhuma associação dessas, acredito que são 41 no total, nenhuma delas vai ficar livre dessa investigação. Nenhuma delas. Eu também, pessoalmente, sou a favor da CPMI, porque acho que a sociedade merece essa resposta por parte do Parlamento. Porém, não devo me imiscuir numa questão que é de atribuição...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não, eu não disse que era contra, eu disse que eu tenho medo de que, instalada uma CPMI, ela possa vir a ser palco político, de que ela possa atrasar o ressarcimento, de que ela possa atrapalhar as investigações. É uma coisa que já aconteceu em outras vezes. Eu, inclusive, já estive participando, como Deputado Federal, de CPMIs, de CPIs que se transformaram em palco político. Então, é um alerta que eu fiz, para que a gente não venha...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para concluir, meu querido Ministro.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Pois não.

Que a gente não venha a atrapalhar as investigações e o ressarcimento, que são as prioridades do nosso Governo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Próximos inscritos: Senador Magno Malta, Senador Cleitinho, Senador Wellington Fagundes; vou incluir a Senador Leila também. E agora, para mostrar que eu não gosto de privilégio, eu me incluí por último, porque eu não deixo ninguém sair daqui, não deixo o Ministro sair, e eu faço minhas perguntas por último, viu, Ministro? Só para a gente concluir.

Então, passo logo a palavra ao nosso querido amigo Senador Magno Malta.

O Senador Magno Malta me informou que tem um vídeo para colocar aqui, para nos apresentar aqui, na nossa Comissão. Fique à vontade, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Wolney, os demais que estão sentados à mesa, meus cumprimentos.

O Bahia hoje estava valente, o bicho falou alto, gritou no microfone. Nunca tinha visto, nem em comício. Fiquei admirado. E Bahia botou um gráfico, aí eu vou querer colocar um também, para contrapor o gráfico dele.

Sr. Presidente, o Sr. Wolney, hoje Ministro... V. Exa. tem sido muito cordato, educado, mas de vez em quando – desses males da esquerda – V. Exa. faz sempre uma estocada, no sentido de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamar atenção para que a responsabilidade, como a perturbação da baleia, como as joias, tudo está no colo de Jair Bolsonaro.

Mas eu quero mostrar esse gráfico, que começa em 2016 – não é em 2019 –, o crescimento no Governo Temer. As linhas são perfeitas, se querem linha do tempo. Ao chegar o Governo Jair Bolsonaro, tem uma queda exponencial. E, em um ano e pouco, em menos de dois anos, uma subida superexponencial no Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Agora, chamo a atenção de V. Exa. – aí estão os gráficos –, chamo a atenção de Jaques Wagner e do Sr. Wolney: o senhor era Secretário-Executivo; o senhor não tem obrigação nenhuma de carregar os fardos e erros de pessoas que carregaram. Isso não lhe cabe. E aqui também nem é CPI; nós estamos recebendo V. Exa.

E eu acho até que uma CPMI com seriedade, e não entrar na CPMI para tomarem-na como fizeram com a CPI do dia 8, para inventar que tem uma narrativa, que tem um golpe que foi pensado três anos antes...

Agora, já estão dizendo que foram fazendo isso paulatinamente para desaguar nesses dois últimos anos do Governo Lula e que Bolsonaro tem a culpa, porque lá começou. Tudo é culpa de Jair Bolsonaro. Está bem.

Agora, eu quero me reportar à entrevista do Lupi, o ex-Ministro. Ele, quando perguntado se sabia... E, volto a dizer, não foram vocês; foi a matéria do *Metrópoles* que detonou tudo isso. Não foram vocês – eu estou falando Governo, não pessoas de formas individuais – que foram buscar a investigação. "O senhor sabia disso?", mais ou menos, o repórter pergunta ao Ministro Lupi. Ele diz: "Não, a gente ouviu uma coisinha aqui, uma coisinha ali, uma coisinha aqui, uma coisinha ali". O que é uma coisinha aqui, uma coisinha ali? É como aparecer uma bolhinha no seu braço: "É só uma coisinha". Aí você não dá atenção, e outra coisinha nasce aqui no seu braço. Quando você resolve ir ao médico, ele fala: "Não, você está com câncer já faz tempo. Essa bolhinha estava apontando". Bom, se tinha uma conversinha aqui, uma denunciazinha ali, por que Lupi não foi a fundo? Por que vocês não foram a fundo? Teriam evitado esse câncer que chegou agora. É revoltante! Não adianta eu falar em coisa técnica aqui, porque as pessoas que estão vendo e ouvindo são milhares e milhares de aposentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou com a documentação aqui de uma tia minha, amputada. Eu não vou citar o nome dela, porque é tão grave que ela corre risco de vida. Ela é simples, ela é amputada, é diabética ao extremo. É de chorar ver os últimos holerites dela. Chegou ao ponto de ser R$400 e ela não ter condição de comprar remédio. E teve uma aposentadoria de quase R$2 mil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Para a condição financeira dela, esses mil e poucos reais eram um bom salário.

E aqui nós chegamos a esse absurdo e estamos aqui discutindo, muitas vezes, o sexo dos anjos – que isso começou no Governo Bolsonaro, aí explodiu no Governo Lula, porque Bolsonaro armou essa arapuca para que chegasse até aqui. Ora, todo mundo sabe quem tem tara por sindicato. Não é Bolsonaro. Todo mundo sabe que, quando o Lupi foi Ministro do Trabalho no Governo Dilma – e ele tinha os seus encantos pela Dilma e disse que só seria demitido se saísse à bala ou morto... Todo mundo sabe, é só pegar, Wolney. Você é um cara inteligente. Eu não sei se nós fomos Deputado juntos, eu não me lembro. Você é um cara preparado. Agora, nós não podemos colocar as nossas convicções ideológicas diante de um crime tão bárbaro, tão perverso, por tudo que eu já ouvi.

E V. Exa., quando cita a PF... Eu aqui estou feliz, porque nós temos a PF de volta. Porque Flávio Dino, ao tomar posse, uma das frases dele ao Lula, olhando por Lula como Ministro: "Presidente, agora o senhor tem uma PF para chamar de sua". Chamar de sua! Aí tem essa gestapo que está debaixo das mãos de Alexandre de Moraes, que até agora eu não vi ele dar 48 horas para Lula e para V. Exa. se explicarem.

Está todo mundo calado. O Supremo não dá um pio. E de todos os discursos inflamados que foram feitos aqui... Teve uns que não foram inflamados não. "Vamos procurar botar no colo de Bolsonaro." Não vai colar, não vai colar.

Então, a CPMI, Wolney, a CPMI, se o PT resolver assinar... E eu tenho certeza de que se assinarem, virão para tomar, como tomaram no dia 8. Não é para investigar, é para impedir a investigação, é para impedir convocações, é para impedir quebra de sigilos e quebrar sigilos de inocentes, como fizeram no dia 8!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não quero aqui fazer... Embora eu tenha tudo na minha mão aqui, eu tenho aqui na minha mão todos aqueles que votaram em 2019, eu estou com o vídeo da votação de todos do PT fazendo discurso quando a MP de 2019, de Jair Bolsonaro, já era para coibir essas aberrações.

E não adianta, começou em 2016! Olha lá a subida no Governo Temer, olha a descida no Governo Bolsonaro, olha a subida no Governo Lula. Eles gostam de gráficos? Aí estão os gráficos! Aí estão os gráficos. Agora, "uma polícia para chamar de sua"? Não. Proteger a quem? Não, muito pelo contrário.

Quando Bolsonaro assumiu, ele indicou o Ramagem para a Polícia Federal, Alexandre de Moraes impediu, e é polícia de estado, não tem nada a ver com o STF. Mesmo assim, o Bolsonaro foi lá e não colocou o Ramagem, que eu acho até uma coisa errada, devia ter colocado, porque STF não tem nada a ver com nomeação de Governo. Só é agora que nós estamos vivendo na ditadura. Aí estão dizendo que Lula – Bahia saiu –, que Lula é um homem que preza pelos aposentados, pelos mais pobres, e o Presidente Lula pediu investigação.

Lula é investigado, condenado em três instâncias e agora, no fechamento da chamada reforma tributária, tiraram o dinheiro do BPC, de pessoas com comorbidades! Que preocupação é essa desse homem?! De crianças com síndrome de Down, autistas, pessoas doentes. Que preocupação é essa desse homem com os menos favorecidos?! Que preocupação é essa?

Eu espero que a partir de... V. Exa. fez uma frase aí, Wolney, para a Senadora Damares, dizendo o seguinte: "Eu vou surpreendê-la".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Toda essa frase eu a uso, toda vez que eu sabatino um Ministro do Supremo aqui. Eu não os recebo em meu gabinete, mas não dou boa vida para ninguém, porque todos eles vêm aqui e contam mentira. E eu uso essa frase: "Eu quero ser surpreendido".

Eu usei essa frase para o Sr. Gonet, quando ele foi sabatinado aqui por nós, assim... E eu vou repetir aqui, recebi no meu gabinete, o único, a pedido do Senador Marcos Rogério, que disse: "É meu professor, é um homem de bem". E ele me disse: "Eu vou surpreender o senhor". Eu disse:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Eu quero ser surpreendido". E ele já me surpreendeu com uma denúncia – que é o encontro do nada com coisa nenhuma – contra Jair Bolsonaro, e se sentou aí e mentiu pra caramba, mentiu pra caramba. Para botar a toga nas costas eles contam mentira, sabe? É um estelionato mesmo.

Aí você pode dizer assim: "não tem nada a ver com o que nós estamos discutindo aqui". Mas eu quero fazer e fiz essa compilação, dizendo que ver a PF agindo em tempos em que o Ministro da Justiça dizia que a PF era para Lula dizer que era dele... E também a AGU não pertence, a AGU e a Polícia Federal do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para concluir, meu querido Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Vou concluir, vou concluir.

Então, eu estou fazendo essas colocações porque anotei aqui uma frase sua, Wolney, pela qual V. Exa. garante que será um novo tempo. Se vai haver um novo tempo, é porque, de fato, houve um velho tempo e, no velho tempo, não dá para esconder, tem que investigar, já que virá um novo tempo. Eu vou guardar essa frase sua para eu poder cobrá-lo.

Na sua fala de início, você fala, tecnicamente – as pessoas que foram assaltadas por esse conluio covarde de bandidos, de bandidos sequestradores do pão do pobre –, que só soube da operação quando ela explodiu na mídia. Isso quer dizer que nós temos a Polícia Federal séria, que sempre nós respeitamos de volta – e a teremos. Não vai atrapalhar a investigação a CPMI, não, até porque já existe a investigação de cruzamento de dados da própria Polícia Federal. Não tem como dar errado. Só vai dar errado se o PT entrar para tomar, assumir a relatoria, assumir a Presidência, como foi feito...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador, querido amigo, Magno Malta...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Encerraram-se os dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Já, já passou há muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então, é por isso que eu estou fazendo essa compilação.

Segundo o Senador Marinho, que realmente lhe fez sérios elogios... Eu não convivi com V. Exa., mas V. Exa. agora é o Ministro, e, ou é corajoso ao extremo – e eu espero que seja essa parte porque não quero compreender a outra parte de que V. Exa. tinha conhecimento disso tudo... V. Exa. estava na tal reunião da tal ata, porque está aqui assinado. Mas que V. Exa. realmente compreenda que houve exponencial crescimento de assalto aos aposentados do Brasil e que V. Exa. esteja disposto, realmente, como Ministro, a consertar essa lambança, a mais infeliz dos últimos tempos e que eu já vi na minha vida não só no Parlamento, mas fora dele. Acho que qualquer brasileiro, nesses últimos 30 anos, não viu coisa tão grosseira.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Magno Malta...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Por isso, eu quero desejar boa sorte a ele para que realmente as duas frases que ele fez tão fortes... "Vou surpreender – vou surpreender". Eu quero ser surpreendido e desejo sorte a V. Exa.

E, se o PT assinar essa CPI, se o Governo mandar assinar, eu queria que V. Exa. cooperasse conosco, para que não fosse uma...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Magno Malta...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... CPI de blindagem, mas para que nós pudéssemos investigar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador, querido amigo...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Perdão, V. Exa. não é o meu médico, porque não quis ainda, mas vou fazer o exame de vista com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Magno Malta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado.

Senador Cleitinho, por favor.

Senador Cleitinho, quero saudar V. Exa. pelo vídeo que eu vi ontem, com o senhor com a camisa do Botafogo... Nós sofremos muito, mas, ao final, nos salvamos. Parabéns pela solidariedade ao nosso alvinegro.

Passo, em seguida, a palavra a V. Exa.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos. Bom dia, Ministro.

Quero aqui registrar a presença de dois Parlamentares de Minas Gerais: um é o Deputado mais votado na história de Minas Gerais, o Bruno Engler, que é Deputado Estadual, meu amigo, meu irmão; e também o melhor Vereador do Brasil está aqui hoje, que é Vereador por Belo Horizonte, o Vile. O Bruno não tem idade para virar Senador, mas o Vile já tem, e eu vou fazer o convite para ele vir para cá em 2027, porque o Vile é um combatente e um excelente Parlamentar. Era só para fazer esse registro, tá, Presidente?

Mas eu queria aqui começar a minha fala, Ministro – depois, eu vou até mostrar um projeto para V. Exa. e queria contar com o seu apoio –, porque está assim: foi o Governo passado, foi o Governo presente, o culpado é o Governo passado, o culpado é o Governo presente", enquanto isso os aposentados foram roubados no passado, estão sendo roubados no presente, e, se a gente não der um limite nisso, para acabar com isso, vão continuar sendo roubados no futuro. Então, a gente tem que parar com isto, de ficar indicando o problema – é resolver o problema.

Eu quero aqui ser homem com vocês e ser justo. Olhem o que eu vou mostrar para vocês, isto aqui foi em 2020: "Exclusivo: servidor do INSS denunciou, ainda em 2020, desvios ilegais em benefícios de aposentados e pensionistas". Isso foi no Governo do Bolsonaro, mas sabe o que o Bolsonaro está pedindo? Ele está pedindo a CPMI. Eu não vi o Lula ainda pedir a CPMI para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente descobrir quem foram os canalhas e os bandidos, lobistas, que roubaram dinheiro de aposentados. Isso aqui foi em 2020.

Agora, gente, vocês acham mesmo que o Bolsonaro sabia disso tudo, sabia desse esquema para beneficiar sindicato e associação a que ele sempre foi contra, inclusive sindicato que poderia ser beneficiado do irmão do Lula? Vocês acham mesmo que o Bolsonaro seria capaz disso, gente, sendo contra a sindicato? Pelo amor de Deus!

Eu vou ser homem com vocês aqui: esse tal de Careca do INSS, esse cara não é bolsonarista, não. Sabe o que ele é? Lobista, ladrão, bandido, canalha, tem que estar aqui na CPMI para a gente apontar o dedo na cara dele, e ele contar quem são e se tem político infiltrado, Ministro – se tem político infiltrado nisso aqui –, até porque tem várias associações, que saíram em matéria agora, e os próprios sindicatos que recebem emendas de Parlamentares. Então, a gente tem que descobrir quem são, a gente tem que passar este país a limpo aqui, tem que parar de roubar de aposentado, tem que acabar com isto de se foi no Governo do Bolsonaro ou no Governo Lula, tem que acabar, independentemente de quem é o Governo. Chega! Vamos parar com isso! Quem está sofrendo com isso são os aposentados, e a gente fica nessa lenga-lenga, nessa palhaçada.

Esse tal aqui de... O da Ambec, o tal do José Carlos, que eu vi sendo citado aqui, já está preso? Teve um cidadão também que foi escoltado pela Polícia Federal e que está sendo investigado, ele também já está preso? Já está preso? Eu queria saber se ele está preso. Esse Careca do INSS, de que está todo mundo falando, esse canalha, também está preso? Então, eu acredito que a CPMI é importante para isto: para poder investigar todos, colocar todos na cadeia, independentemente de quem é de esquerda, de direita, se foi apoiador do Lula ou do Bolsonaro. Chega de roubar de aposentado! Chega! A gente tem que tomar vergonha na cara aqui e resolver esse problema!

E agora, Ministro, eu queria falar sobre este projeto meu que eu protocolei, porque até V. Exa. disse aqui que vários aposentados agora, ao vivo, estão vendo a gente aqui. Eu queria fazer até um plebiscito para perguntar qual o aposentado que quer que desconte do salário dele esses descontos que vêm de sindicato e associação. Sabe por que eu estou falando isso? Porque eu fiz um projeto aqui agora, em que vamos resolver esse problema. Não quero acabar aqui com associação e sindicato, não. Isso aqui é meritocracia, isso aqui, gente, é democracia. Sabe o que vai fazer esse projeto meu? É acabar com desconto. Aí aquele aposentado que acha que aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sindicato ou associação o representa, ele vai até o sindicato, e vai lá, e paga. Agora, eu quero ver – eu faço aqui um desafio – qual aposentado em sã consciência vai sair de casa para levar esse dinheiro? Não vai fazer isso. A verdade é essa. Agora, se a gente quer acabar com fraude, acabar com lobista que fica fazendo sacanagem, igual esse Careca do INSS e outros vagabundos que estão roubando dinheiro de aposentados, a melhor forma que tem de fazer isso é acabar com desconto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – E aquele aposentado que achar que quer pagar vai até o sindicato ou a associação, e vai lá, e paga. Eu quero ver se vai dar fila. Não vai dar fila, não, pelo contrário. Na hora que falar assim: "Ó, você tem que ir lá para nunca mais ter que descontar", aí dá fila. A verdade é essa. E a gente acaba com esse problema, a gente corta o mal pela raiz.

Então, está aqui o meu projeto, e eu queria muito – viu? – que você, como Ministro que está hoje aqui defendendo os aposentados, defendesse esse meu projeto. E eu não tenho vaidade nenhuma, porque eu sou oposição, mas não sou oposição ao país, não, porque tem aposentado tanto de esquerda e de direita sendo roubado; tem aposentados que votaram no Lula e que votaram no Bolsonaro que estão sendo roubados, que não votou em ninguém e que está sendo roubado.

Então, se não quiser que seja o meu projeto, que você comece a fazer essa campanha de acabar com o desconto de aposentado. Aposentado que quer pagar para sindicato vá até à porta do sindicato e vá pagar. E eu duvido que algum aposentado vá fazer isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Cleitinho, inclusive, pelo respeito rigoroso ao seu tempo.

E passo, em seguida, a palavra à Senadora Leila do Vôlei.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu vou tentar ser rápida igual ao Cleitinho, mas realmente o Cleitinho é imbatível. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem respirar, né, Cleitinho? É um atleta.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Mas olhe...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... o senhor inverteu, mas eu faço questão que a Leila fale primeiro.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ah, é verdade...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Fique tranquilo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Fale primeiro, eu espero...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, senhora. Não, senhora. A senhora pode ter o direito...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pronto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, a senhora pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pode falar, fique à vontade.

Obrigado, Senador Wellington, e me perdoe.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, eu faço questão...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ela é minha Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pronto. Pode falar, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Senador Wellington.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu faço como minhas palavras, em grande parte, o que já foi dito aqui por todos e, em especial, o Senador Cleitinho, que, além de serem vagabundos são covardes. Acho que é uma absoluta covardia, quando a gente está aqui tratando de algo tão absurdo que nos envergonha – nos envergonha –, porque nós estamos tratando de uma parcela da população que é absolutamente vulnerável... Então, eu, como pedetista, membro do Partido Democrático Trabalhista, sou solidária ao Wolney, assim como ao Lupi, e nós defendemos o partido, assim como todos os partidos aqui, sejam base de Governo ou oposição, como falou o meu Líder Weverton, nós defendemos, sim, a investigação e que todos, absolutamente todos, sem exceção, paguem por esse absurdo. Todos sejam punidos!

Então, eu acho o seguinte: já foi falado aqui – e eu só faço apelo à Damares, que apresentou o requerimento para a CPMI –, a reavaliação do objeto, porque eu acho que, se já estourou aqui, nós temos que fazer uma investigação ampla, transparente e que, exatamente, seja aberta para a população, que todos possam acompanhar, porque isso não terá oposição de ninguém, inclusive desta Senadora que está aqui, dando total apoio ao Wolney, porque sei que vai fazer uma boa gestão, inclusive eu tenho perguntas ao final, mas eu gostaria de fazer algumas observações.

O que nós vemos aqui – e aí eu deixo muito claro – é uma coragem, uma atuação muito firme do atual Governo, firme, corajosa e transparente, para estar junto nesse processo, dando a cara a tapa para essa investigação. Então, estourou... Não é nem estourou, deu-se autonomia à Polícia Federal para que houvesse essa investigação juntamente com a AGU, e todos nós estamos aqui a apoiando, mas eu gostaria de dizer que, quando alguns colegas falaram aqui: "Ah, diga aí quais exemplos de interferência que houve de governo, de A, de B", eu quero deixar bem claro e relembrar, porque muitas vezes a gente vive o presente, e a gente esquece o passado.

Então, eu gostaria de só recobrar, porque o ex-Ministro Sergio Moro está aqui também – Moro, eu vou citar seu nome e o deixo bem à vontade –, numa reunião gravada em 22 de abril de 2020, dois dias antes de o atual Senador Sergio Moro sair do Governo, teve uma reunião ministerial que eu gostaria de relembrar aos colegas aqui, com as seguintes falas do Presidente anterior, que não usou... Deu total autonomia à Polícia Federal, à AGU.

Fala desse Presidente, do ex-Presidente: "A questão estratégica, que não estamos tendo. E me desculpe, o serviço de informação nosso, todos, é uma... [palavrão]. São uma vergonha, uma vergonha! Que eu não sou informado! E não dá pra trabalhar assim. Fica difícil. Por isso, vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interferir! E ponto final, pô! Não é ameaça, [...] é uma [pi, outro palavrão] [...]. Não é extrapolação da minha parte. É uma verdade". É uma extrapolação.

Em outra fala, abro aspas: "Mas é a [...] [outro palavrão]...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... o tempo todo pra me atingir, mexendo com a minha família. Já tentei trocar gente da segurança nossa no Rio [...], oficialmente, e não consegui! E isso acabou. Eu não vou esperar [...] [pi] a minha família toda, de sacanagem, ou amigos meu, porque eu não posso trocar alguém da segurança na ponta da linha que pertence à estrutura nossa [à nossa estrutura]. Vai trocar! Se não puder trocar, troca o chefe dele! [Se] não pode trocar o chefe dele? Troca o ministro! E ponto final! Não estamos aqui [...] [de] brincadeira".

Então, eu vou adorar essa CPMI. Vai ser muito bom a gente ter esse debate, fazer relembrar o que muitas vezes a gente empurra para debaixo do tapete com o que está acontecendo atualmente. Sabe por quê? Porque o pau que dá em Chico tem que dar em Francisco. E nós estamos todos preparados aqui para esse embate, mas eu precisava falar isso, porque, como se fala, tem muita gente aqui que se diz dono da verdade, dono dos conceitos morais, tem muita gente aqui que acha que é melhor do que o outro. Eu estou dez anos na política, não tem um processo que eu responda sobre corrupção e, enfim, tantas outras coisas que se falam aqui de A, de B e de C.

Mas é só para relembrar os colegas aqui de que interferência em Polícia Federal, em outros órgãos houve e sempre vai existir, e isso é histórico neste país. Nós somos o país do jeitinho. E a gente tem que realmente resolver é dentro desta Casa. Com os representantes eleitos, legitimamente, é que nós vamos ter que resolver e fazer relembrar muitas das atuações não só do atual...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para concluir, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... vou concluir, mas de todos os outros governos que antecederam essa investigação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Leila.

Passo...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O Senador Moro foi citado. Como estou fazendo com todos que foram citados, estou concedendo um minuto para suas considerações.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para explicação pessoal.) – Presidente, só fazer uma observação: que se investigue todo mundo, mas é inegável que houve um crescimento das fraudes durante o atual Governo.

Então, não vamos aqui dourar a pílula em relação a este Governo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Inclusive você saiu por causa disso, né, Moro?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Inclusive a investigação foi iniciada a partir de denúncias da imprensa.

E também não vamos enganar aqui quem nos ouve, porque se diz que tomaram todas as providências, mas não. Não tem ninguém preso num possível crime de centenas de milhões de reais; até em estimativas de fraudes que afetaram potencialmente em R$6 bilhões os aposentados, não tem ninguém preso. Por que não tem ninguém preso? Tem que se pedir, sim, a prisão preventiva do ex-Procurador-Geral do INSS, tem que pedir a do ex-Presidente do INSS, porque era uma festa.

O que a gente ouviu aqui também, agora há pouco, do Ministro falando de um novo potencial escândalo, que é esse caso envolvendo o consignado do PicPay, que foi colocado lá, de imediato, de R$100 para R$450. Aquilo ali, pelo jeito, era uma casa de crimes. E o Governo Lula, sim, se omitiu em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando invocam aqui meu nome: "Ah, que agora você deixa investigar" e tal, sim, eu deixei o Governo passado, por aqueles motivos que destaquei lá atrás. Agora, querer jogar a culpa por essas fraudes no anterior Governo, que apresentou aquela medida provisória antifraude, é uma patifaria. E foi aqui, inegavelmente, no Governo Lula, que as fraudes escalaram.

Agora, que todos os culpados sejam investigados e punidos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para concluir, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Fico feliz em saber que a situação agora defende a Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero ver a assinatura e quero ver...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para concluir, Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... ser realizado esse trabalho sem controle de danos.

Vamos lá investigar o sindicato que tem por Vice-Presidente o irmão do atual Presidente Lula...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Moro, para concluir.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... todos os sindicatos que se envolveram.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para concluir.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Obrigado, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Passo a palavra, em seguida, ao ilustre, querido amigo Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Senador Dr. Hiran, quero parabenizá-lo pela serenidade com que está conduzindo todo esse trabalho. Cumprimento também aqui o Ministro Wolney, porque fomos Deputados juntos. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claro, espero que V. Exa. tenha a oportunidade, como Ministro, de ajudar a trazer esperança para esses milhões de brasileiros idosos, velhinhos, velhinhas que não sabem o que será do dia de amanhã.

Ministro Wolney, o senhor era secretário-executivo. Como secretário-executivo, o senhor precisa explicar o que o senhor sabia que estava acontecendo dentro daquilo que foi advertido pela CGU, pelo Tribunal de Contas e por todos os órgãos, porque a função de secretário-executivo é ser um vice-ministro. Portanto, é importante, porque o senhor assumiu o cargo, substituindo o ministro que assumiu que houve safadeza – ele disse isso –, mas demorou demais para o ministro sair.

O Presidente da República foi lá cumprimentá-lo, num gesto de apoio. Isso é público – está lá, e não foi de um dia para o outro. V. Exa. estava lá, junto, ao lado.

V. Exa. assume essa responsabilidade e, pelo que eu conheço, eu acredito, tenho fé e espero que V. Exa. consiga realmente fazer essa limpeza, porque as palavras que estamos ouvindo aqui, que outros tantos falaram são safadeza e covardia com os nossos aposentados.

Aqui estão, ao seu lado dois profissionais, o Adroaldo e, principalmente, o Brunca, que eu conheço também, é do Mato Grosso, uma das pessoas mais íntegras que eu já conheci na minha vida. Portanto, V. Exa. está bem acompanhado. Então, eu acho que é a oportunidade.

Primeiro, temos muitas indagações, sim, e aqui já foram feitas tantas. Eu queria inverter a minha fala. Em vez de fazer primeiro as indagações, para não perder, inclusive, o raciocínio, se o tempo depois não me permitir...

A indicação do Presidente do INSS. O Brunca, talvez, como técnico, pode falar... V. Sa. acha que... Qual a melhor forma de mudar essa situação? Porque o INSS é um órgão tão importante para a vida de milhões de brasileiros, que pagam, que contribuem, aqueles que já estão aposentados e aqueles que ainda estão por aposentar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... que não sabem mais o que fazer. Está aí, vamos dizer, faltando um ano, dois anos, e será que o que eu fiz vai cair tudo?

Então, Dr. Brunca, V. Sa. vê a possibilidade de termos um INSS quebrado, de a previdência do Brasil não ter mais condição de honrar?

Porque aqui se fala também na devolução, e são – o Ministro já disse aqui – 9 milhões de pessoas. Já está definido. E aí? Quem vai devolver esse dinheiro?

Até agora, o que a gente ouviu é que o próprio INSS vai devolver.

É isso? O dinheiro dos aposentados é que vai ser usado para devolver a falcatrua, o roubo?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Não tem dinheiro para a educação nem para a saúde. O próprio Governo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, eu quero essa resposta de um técnico, que conhece e que sabe realmente. E quero do Ministro também. Mas, como até agora não foi falado, não se referiu aos dois ali, Adroaldo e o Brunca...

Eu acho que é importante que vocês também, V. Sas. participem desta audiência, desta nossa reunião, porque eu penso que isso também será a segurança para todos nós, que servidores de carreira têm compromisso com os nossos velhinhos, com as nossas velhinhas.

A nossa função política é efêmera. É um mandato. Pode sair amanhã, voltar, e por isso é que eu quero aqui a sugestão, para que a gente transforme a nossa previdência, o INSS, em política de Estado, e não mais política de Governo. Seria transformar como é o Banco Central, com autonomia.

Qual é a sugestão de V. Sas., para que a gente possa inclusive encaminhar?

"Vamos analisar". Mas já está provado o roubo!

E o pior, Senador Girão, é que, diante de tudo que está sendo apresentado, até agora, na verdade o ônus da prova está ficando para o aposentado. Ele é que tem que acessar... E está provado, Senador Hiran, que mais de 400 mil pessoas não conseguem acessar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vocês sabem que muitos aposentados estão no avançado da idade. Inclusive, quem manipula não são eles mesmos. São, às vezes, funcionários, são parentes, e aí entrou a história do consignado, que levou muitos ao suicídio, porque foram pessoas idosas que não tinham capacidade, e vai lá, às vezes, até um parente e faz o consignado.

E eu quero saber também aqui a profundidade desse consignado, porque estão dizendo que pode chegar a 90 bilhões, e, aí, o envolvimento do sistema financeiro brasileiro, porque o sistema financeiro brasileiro é um dos mais modernos do mundo, mas imaginem, se o sistema financeiro brasileiro for atingido, a quebradeira que será este país! Aí, virão as empresas, aí a economia do país!

Portanto, nós estamos falando aqui, Senador Girão, com algo muito mais complexo para o futuro do nosso país.

Eu ouvi ontem o Senador Cleitinho mostrando a situação dos Correios brasileiros. A maior empresa: mais de 100 mil funcionários! Aquilo é verdade! Está lá, o Senador Cleitinho foi lá constatar, não estão pagando frete, e a mercadoria não vai chegar para quem comprou, a mercadoria que o comerciante tem que vender. Olha a situação que está ficando o nosso país!

Então, portanto, eu quero aqui, Sr. Presidente Hiran... Eu tenho as perguntas, eu vou entregar a V. Exa. para que elas fiquem agora aqui nos nossos *Anais* e que possam ser respondidas, se for possível, essas perguntas pelo Ministro e pelos assessores. Senão, pode ser feita depois por escrito, até porque o tempo está muito avançado.

Mas eu termino aqui, ainda...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor tem quantas perguntas a fazer?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – São nove perguntas. Se o senhor me permitir, eu leio rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor lê, mas ele se compromete...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Eu me comprometo a responder por escrito a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Isso, tranquilo, porque eu acho que é o importante...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Tranquilo, ótimo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... nós já estamos exaurindo aqui, já está chegando ao final. Inclusive, todos os que estão assistindo estão angustiados pela solução, solução do que vai ser.

E a V. Exa., Ministro Queiroz... Vou ler, Queiroz.

V. Exa. chega aqui... porque, para assumir... A coragem com que V. Exa. está aqui, inclusive defendendo o Governo e está aqui. Os gráficos mostraram, muito claramente o avanço que houve no desvio, e V. Exa. está tendo... Homem político é assim, tem que ter coragem mesmo. E eu espero que Deus te abençoe e te proteja, para que V. Exa. possa trazer exatamente aquilo de que o Brasil precisa: esperança para essas pessoas. E não pode demorar, como demorou a saída do Ministro, tem que ser rápido. Não pode essas pessoas querendo acessar e não conseguirem, isso era papel da Dataprev. Olha, nós temos uma Dataprev que praticamente... trabalha praticamente para o INSS. E como é que pode a Dataprev ter ainda trabalhos manuais? Eu gostaria que V. Exa. também pudesse falar, talvez os técnicos, um pouquinho do que é essa Dataprev. Por que a Dataprev permitiu que isso acontecesse? Onde está a falha? Faltaram recursos para a Dataprev?

E quero encerrar, Ministro, com outra situação. Todos os municípios em que a gente vai, a reclamação é a falta de peritos. Aqueles que têm direito à aposentadoria não encontram a presença do INSS para buscar o seu direito – nós estamos falando aqui dos roubos –, mas e aqueles que têm direito e não conseguiram ainda a sua aposentadoria? E é bom dizer, Senador Hiran, que as exigências para os aposentados são muito grandes. A Dataprev para você tem... Olha, tem exigência para o aposentado, coisa de louco. Agora, para as empresas, os sindicatos que fizeram desconto, não tem essa exigência, tanto é que a falcatrua está aí. O Senador Cleitinho sugeriu, acho que temos, sim, que acabar com o consignado e com esses descontos, nós vamos ter que acabar. Como vamos fazer isso, a legislação... Mas, claro, ao final da CPI, eu acho que será o suficiente para a gente...

E aqui, Ministro, eu sei que V. Exa. é um político nomeado pelo Presidente da República e V. Exa. tem que... Claro, o seu papel é defender o Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, olha, eu quero aqui deixar como um final – eu te conheço muito bem, convivemos lá na Câmara dos Deputados –, como já pedi a Deus, eu acho que, acima de Governo, o Brasil continua, o nosso país continua.

Então nós esperamos de V. Exa. muito, mas mais do que a defesa do Governo é a defesa da nossa previdência e a segurança, para que esses dois auxiliares que estão com V. Exa. e que são funcionários de carreira – e respeitados – possam realmente amanhã dizer também "eu vou me aposentar, porque cumpri e tenho uma previdência saudável.

É isso, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Eu deixei para fazer... Eu teria oito perguntas para fazer para o senhor, mas não vou fazer. Eu vou ser absolutamente sucinto por respeito ao adiantado da hora. Eu acho que, em grande parte das perguntas que eu faria, eu já fui contemplado com aqueles que me antecederam.

Ministro, eu queria solicitar a V. Exa. que você garantisse aqui, como foi falado, o mais rapidamente o ressarcimento dessa roubalheira a que foram submetidos os aposentados e pensionistas do nosso país, pessoas que deram seu sangue, seu suor para fazer com que este Brasil funcionasse. Nós temos um compromisso de vida com isso. Eu tenho certeza de que essa é a sua intenção, mas eu preciso que o Governo tenha prioridade nessa questão, porque nós estamos falando de pessoas humildes, doentes, muitas delas ao final desse ciclo vital e que... Eu não sei como é que essa turma de ladrões perdeu a absoluta solidariedade humana e os limites do que se pode fazer com o ser humano que está em situação de vulnerabilidade. Eu espero que a gente possa garantir o mais rápido possível isso.

Agora eu quero chamar a atenção de uma coisa aqui, Senador Girão, Senador Moro, Senador Malta. O controle interno do INSS é absolutamente risível. Pelo amor de Deus! Com aquela estrutura de controle interno que tem no INSS, ninguém notar que estavam roubando R$6 bilhões das pessoas... É de a gente ficar estupefato – estupefato! Precisamos de aperfeiçoar de maneira mais rigorosa possível o controle. Como é que o jornal... Um *site* de notícias descobre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

roubo, todo mundo fala de roubo, todo mundo vê um monte de gente comprando Ferrari, Mercedes, apartamento, roubando, e se precisa de oito anos ou sei lá de quantos anos para se descobrir que se está roubando ali? É um negócio absurdo. Não consigo entender.

Outra coisa é que nós precisamos facilitar o acesso, como o Senador Fagundes falou aqui com muita propriedade... Aliás, é porque a gente conhece este país, a gente está lá na ponta. Quem está aqui não tem a sensibilidade de quem vai toda semana para lá ficar rodando aquele mundão que nós conhecemos. A dificuldade de acesso à perícia do INSS é uma coisa histórica aqui, desde que eu cheguei como Deputado há mais de 10, 12 anos nesta Casa.

Nós precisamos ampliar o nosso número de peritos do INSS, para dar acesso às pessoas para conseguirem o seu BPC, as suas licenças-maternidades, porque tem gente, hoje, Senador Girão, que, por conta de uma greve que perdurou quase um ano – por quase um ano os peritos ficaram em greve no INSS, e ninguém falou nada... Aliás, eu acho que era interesse do Governo não pagar benefício. E, aí, tem pessoas grávidas ou mulheres que tiveram seus filhos e foram receber o auxílio-maternidade quando o filho já estava com um ano de idade, não estava nem mamando mais. Quer dizer, essa que é a realidade no nosso país.

Mas eu quero dar um exemplo aqui claro da falta de controle do INSS. Ministro, a Polícia Federal deflagrou uma operação chamada Cessatio, que é uma operação que apura esquema de fraude no INSS envolvendo concessão irregular de Benefício de Prestação Continuada (BPC) a imigrantes venezuelanos que entram lá pela nossa fronteira. Veja bem, olha lá o controle interno do INSS: nunca descobriu isso. A gente andando lá, Ministro, Magno Malta, achava estranho que, no dia de pagamento, era uma fila interminável nos bancos oficiais. Eu disse: "Ah, deve estar acontecendo alguma coisa". Aí, eu fiz uma denúncia à revista *Veja* – não tenho nada, nenhum interesse... Eu conversei com um repórter e falei: "Ó, tem alguma coisa acontecendo. Não é possível que a gente esteja concedendo tanto BPC". E a Polícia Federal, então, com muita competência, descobriu um prejuízo estimado de R$6,5 milhões que estavam sendo concedidos para venezuelanos com documentação falsa, que declaravam residência em endereços inexistentes ou públicos, como escolas, como unidades do Cras. Olha só! Cadê o controle interno do INSS, pelo amor de Deus?

Esse caso, somado a outros escândalos que envolvem a fragilidade dos controles do INSS, revela um preocupante padrão de omissão e falhas sistêmicas por parte do Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Previdência e do INSS. Diante disso, eu pergunto – é só essa a pergunta –: que medidas imediatas estão sendo tomadas para evitar que o BPC, que deve proteger os mais vulneráveis, continue sendo alvo de fraudes, assim como o desconto nos contracheques dos aposentados e pensionistas, para que nunca mais aconteça de forma indevida? Há previsão de revisão dos critérios de elegibilidade dos estrangeiros?

E, aí, eu já apresentei aqui um projeto de lei para que estrangeiro só tenha direito a BPC depois que tramitar todo o processo de regularização dele no país, e não com ele recebendo um protocolozinho lá, quando ele entra no país, como refugiado.

Há previsão de revisão dos critérios de elegibilidade para estrangeiros, bem como de integração de sistemas de verificação com outros órgãos públicos para aferir a residência e a veracidade dos documentos apresentados?

Finalmente, quero reforçar que, ao se fazer concurso público para médicos-peritos do INSS, haja uma divisão séria, levando em consideração aspectos que foram levantados aqui pelo Senador Wellington Fagundes, porque eu tive conhecimento de que está havendo um concurso e estão sendo contempladas muitas vagas no Nordeste do Brasil em detrimento dos vazios da Amazônia, dos vazios lá do Centro-Oeste.

Então, eu queria fazer essa solicitação a V. Exa., agradecendo a sua presença e passando a palavra para que o senhor responda a essas nossas últimas indagações.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Dr. Hiran, não tem réplica? Eu vou ter direito à minha réplica?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu só quero complementar, porque, quando V. Exa. fala da Amazônia, é claro que, se você olhar para a população, para lá estar o perito, essa é uma situação. Agora, a distância para se chegar ao perito numa Amazônia é totalmente diferente de em qualquer grande centro. E isso a gente vê principalmente na Amazônia, porque para o perito... para a pessoa ter acesso ao INSS, ao perito, ao local, é muito mais difícil. Então é importante também, nessa modernização, a possibilidade de o perito poder chegar próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que, assim como o desvio está tão grande... A declaração, a autodeclaração, com o Ministério Público ou com outras autoridades, não seria mais fácil, enquanto o INSS não deu conta de chegar lá?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Antes de passar a palavra, tinha uma pergunta que eu ia fazer. As pessoas que estão nos assistindo me mandaram uma mensagem dizendo: "Olha, por que o senhor não pergunta de onde vem o dinheiro do ressarcimento?", já que a gente viu aqui que já se tem bloqueado quase R$3 bilhões, mas a tungagem foi muito maior. Então eu queria saber de onde vem o dinheiro, se não der para trazer de volta o dinheiro que foi roubado por essas instituições.

Por favor, Ministro.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL (Para expor.) – Senador Hiran, eu vou começar respondendo a V. Exa.

E vou começar primeiro agradecendo a forma cordial, educada como V. Exa. conduziu os trabalhos aqui, o que não é nenhuma surpresa para mim. Agradeço às Sras. e aos Srs. Senadores a forma educada também como fui tratado por todos os senhores e senhoras.

Quero agradecer também ao Senador Hiran. Ninguém sabe que V. Exa. procurou nos ajudar na condução do fim da greve dos peritos. V. Exa. teve a grandeza de me procurar, a gente se reuniu com os peritos, programou uma reunião, em que esperávamos que houvesse um consenso. Ao final, não foi naquele momento, mas também a participação da V. Exa. ajudou a encontrarmos ali mediadores. E finalmente pusemos fim à greve dos peritos de forma que não houve vencidos ou vencedores. Construímos um consenso, uma proposta, trouxemos de volta os peritos para o trabalho, e isso é o que importa.

Mas quero já então confortar V. Exa., dizendo que houve um concurso de 500 vagas de peritos. A lista de aprovados será anunciada em junho, o treinamento acontecerá em julho. Portanto, em agosto, nós teremos um acréscimo de 25% no número de peritos no Brasil. E a distribuição desses peritos vai obedecer a critérios demográficos e a critérios também geográficos, porque tem pontos e tem cidades polo. Isso a gente estudou aqui, o Dr. Adroaldo, que será o nosso Secretário-Executivo e está aqui nos acompanhando... Aproveito para agradecer a presença dele e a do Dr. Brunca, que é um funcionário de carreira e que tem toda a história do INSS e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Previdência Social aí nessa cabeça. O Dr. Adroaldo e eu conversamos muito sobre isso, e ele era, até bem pouco tempo atrás, o Secretário nacional de Regime Geral de Previdência Social...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Ainda é, porque não saiu a nomeação ainda para Secretário-Executivo. Portanto, nós discutimos isso, o preenchimento dessas vagas como deve se dar.

E aí eu vou abrir rapidamente um parêntese, que eu acho que é importante aqui, para dizer o seguinte: no passado já houve o preenchimento espalhando esses peritos, então, em lugar em que não tinha perito, se botou um perito; e comprovou-se que essa tese não foi a mais adequada. É muito melhor a gente aumentar o número de peritos onde já tem, em cidades polo, que são cidades geograficamente – por isso que eu falei desse critério geográfico e demográfico também... que sejam cidades equidistantes para que se possa evitar o deslocamento de longa distância daquelas pessoas que vão fazer perícia médica.

Mas nós implantamos também a telemedicina – ela está implantada, é uma prática consagrada a partir da pandemia –, então há, hoje em dia, lugares onde há apenas uma sala onde o perito do Rio de Janeiro atende alguém do Amazonas, alguém de Pernambuco, alguém do Maranhão, alguém do Rio Grande do Sul, de forma aleatória. Então, a pessoa entra lá e o perito recebe e faz a telemedicina para os casos mais simples. Isso tem agilizado muito o atendimento da perícia, que é uma cobrança que nós sempre recebemos e que nós estamos procurando atender.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Nós já temos, em 200 municípios, a telemedicina e chegaremos a mil ainda ao final de 2025. Então, acho que isso já responde aqui à pergunta que foi do Senador Hiran e também do Senador Wellington Fagundes.

E eu fico feliz em revê-lo aqui no Senado Federal agora e parabenizo V. Exa. pela condução do seu mandato.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Cada vez mais jovem, é verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, vejam, o Presidente Lula determinou que os fraudadores serão os responsáveis pelo ressarcimento dos aposentados. Nós já conseguimos identificar e bloquear R$2,5 bilhões e esperamos que as investigações em curso consigam encontrar mais dinheiro, mais recursos, mais patrimônio, para incorporar isso, para que o dinheiro seja o dos fraudadores. Agora, em último caso, caso não cheguemos à totalidade dos recursos, o Governo vai procurar uma forma de custear essas despesas, porque o Presidente Lula disse que nenhum aposentado e pensionista ficará no prejuízo, então isso será cumprido à risca. Mas a prioridade absoluta vai ser que os fraudadores banquem o ressarcimento dos aposentados.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas, de imediato, Ministro...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... vocês estão usando o dinheiro do INSS, não é isso?

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Não, porque é o seguinte: essa primeira devolução que foi feita, de R$260 milhões, foram os descontos realizados no mês de abril. Esses descontos não foram repassados às entidades; e, com esse desconto do mês de abril, há o ressarcimento no mês de maio, então, na folha de maio, já constam os ressarcimentos. Então, esse não é dinheiro do INSS; é um dinheiro que foi descontado dos aposentados e que está voltando para os aposentados. Agora, o ressarcimento do grande volume, do maior volume, desses 9,5 milhões de pessoas – e, dentro desses 9,5 milhões, pode ter alguém que foi descontado durante cinco anos e pode ter alguém que foi descontado durante dois meses –, vai depender desse processo que está sendo iniciado agora com o Meu INSS. Mas eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ministro, nós já estamos chegando ao final, e essa nossa reunião aqui foi muito proveitosa, mas eu quero também... Enquanto o senhor estava falando aqui, eu tive o cuidado de ficar tentando ligar para a Central de Atendimento 135 e pedi para todo mundo ligar, e ninguém atende, Ministro. Ninguém atende. Estou aqui com ela na mão, estou ligando aqui, então está feito aqui... Pelo amor de Deus, que atendam! Não estão atendendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Mas é justificável, Senador. Não é querendo contemporizar, mas já era esperado que, nesse primeiro e nesse segundo dia, houvesse instabilidade no banco de dados da Dataprev, do Meu INSS e alguma instabilidade também no 135, mas as centrais estão de plantão, de prontidão, e eu acredito que, logo que passar esse primeiro *boom* de chamadas, vai ser restabelecido o fluxo normal.

Mas eu queria, então, agradecer a presença da Senadora Leila aqui, que teve que sair de um compromisso para vir nos prestigiar, e eu vou aqui pegar carona na citação do Senador Cleitinho, que falou aqui de um Deputado Estadual e de um Vereador que o acompanhavam, para agradecer aqui a presença da minha querida amiga, Deputada Distrital Paula Belmonte, que está aqui, que é uma querida amiga. Nós somos amigos desde antes da chegada dela ao Parlamento, e ela foi também Deputada Federal comigo. Muito obrigado pela sua presença. Transmita um abraço para seu esposo, o suplente de Senador Felipe Belmonte.

O Senador Cleitinho fez algumas considerações aqui, deixou aqui um projeto em que coloca em xeque aqui o desconto em folha. Eu acho que isso vai ser reavaliado realmente, é preciso a gente ver, mas é uma... Em última instância, é uma decisão que vai ser trazida aqui para o Congresso Nacional. É preciso saber se esse desconto em folha vai ajudar mais ou prejudicar mais. Eu acho que o importante, para subsidiar essa discussão, serão os critérios que serão adotados daqui para frente. Quão mais seguros eles forem, maior garantia nós teremos de que isso não mais acontecerá.

Eu tenho certeza de que a chegada do Presidente Gilberto Waller à Presidência do INSS, como uma pessoa que tem um trabalho e uma história dedicada ao combate à fraude e à corrupção, vai criar os mecanismos de controle. E o meu primeiro ato foi devolver a autonomia total ao INSS. Então, ele tem a autonomia para compor a equipe dele, para montar uma equipe de diretores e de superintendentes, de gerentes de agência do jeito que ele achar conveniente. Mas, nesta Casa política, eu devo dizer que não devemos criminalizar a política.

Senador Magno Malta, as pessoas escolhidas para Presidente do INSS, para diretor de benefício, para procurador-geral têm os melhores currículos. Se V. Exa. se debruçar sobre o currículo do ex-Presidente Stefanutto, você vai ver que é uma pessoa que teve uma vida de militância no INSS, que não tem uma anotação. Eles não foram políticos ali, não foram indicados por questões políticas, foram indicados pelos seus currículos. Portanto, são técnicos de carreira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são pessoas que têm uma história no INSS, e esse foi o critério usado pelo ex-Ministro Lupi na indicação daqueles servidores do INSS.

Portanto, recebi aqui os dois projetos de lei do Senador Cleitinho e agradeço a manifestação de confiança. Prometo surpreender V. Exa., Deputado Magno Malta, positivamente, ao fim... Senador Magno Malta, desculpe; é porque nós fomos Deputados juntos também. Senador Magno Malta, pela sua manifestação de confiança, prometo surpreendê-lo positivamente e agradeço as suas perguntas.

Por fim, eu quero... Tem mais algum inscrito, Presidente? Posso agradecer?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Presidente, eu posso... Deputado Wolney, né?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador Magno.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Se você tivesse me chamado de Vereador, não tinha me ofendido, porque eu fui; se tivesse me chamado de Deputado Estadual, não ia ofender, eu fui; Deputado Federal, eu fui. E me considero Deputado Federal, Vereador e hoje eu estou Senador, eu estive nessas funções. Você esteve Deputado Federal por cinco mandatos, daqui a pouco pode voltar novamente. A vida é assim. É só uma oportunidade de prestar o serviço. Mas é porque a história, Wolney – você sabe –, se repete. Você já estava no Parlamento quando o Paulo Bernardo foi preso como Ministro dessa mesma pasta por causa de consignado. É o Vale a Pena Ver de Novo. Aliás, hoje é quinta-feira, dia de TBT. Ele foi preso por causa disso.

E aí eu quero ressaltar o que eu disse no meio da minha fala: você é um cara corajoso – e o Wellington disse isso também.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Pode crer nisso mesmo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O Wellington disse isso.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Isso eu sou mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Você não veio aqui por coragem e nem para – não percebo – defender troço errado, não é? É tanto que o time do Governo que estava aqui de plantão pouco acrescentou – pouco acrescentou. A sua determinação de fazer a coisa certa... Até porque o INSS, a Previdência Social, esse ministério vêm pagando um preço desmoralizador diante da sociedade brasileira. E esse fato agora tão crescente, para mim, não é novo. Eu não sei nem se foi na Lava Jato ou se foi no petrolão que ele foi preso, o Paulo Bernardo, preso, algemado, foi para a grade porque estava roubando os velhinhos. Aqui, então, não é coisa nova.

Eu até me lembro de que, quando eu fiquei sem mandato, em 2018, o pessoal falava: "Vai se aposentar?". Eu podia, tive carteira assinada aos 13 anos de idade. E eu falei: "Não, para ficar coerente com o meu discurso sobre a reforma da previdência, vou esperar acertar tudo porque eu quero me aposentar com o teto do povo", que ficaria em cinco mil e pouco, com a reforma da previdência feita pelo Temer, não é? Eu estava sem mandato e tentei me aposentar com esse teto. Aí chegou a pandemia e comeu o teto, comeu tudo e acabou com tudo, porque o que foi feito na reforma da previdência foi embora com a pandemia e tal. Mas foi tanta dor de cabeça, tanto documento, tanto documento, tanto documento, que, em um dia, eu falei assim: "Parem com esse negócio, larguem para lá", porque eles não sabiam se me aposentavam pela minha carteira assinada, ou se pela Câmara de Vereadores, ou se pela Câmara Federal, se seria aqui no Senado ou se fora do Senado... O fato é que eu me livrei – quem sabe? – de estar hoje aqui, olhando meu contracheque e dizendo: "Poxa, tiraram de mim também – tiraram de mim também".

Mas eu espero em Deus que, realmente – Senador Girão, só um minutinho –, todo esse povo que está nos ouvindo... E pode ter certeza de que essa avalanche de ligação não vai parar. O Senador Hiran acabou de falar... Você falou que o sistema vai se equilibrar. Quando essa avalanche parar, eu acho que o sistema tem que dar uma melhorada, mandar dar um *upgrade* aí, porque ele vai se intensificar.

Aliás, uma coisa que me chamou a atenção foi quando V. Exa. falou – e eu já encerro – que tem um *link* e é só o aposentado chegar ali e apertar um botão. Sim. É a maneira mais fácil? É. O mundo é telemático? É. Mas a maioria absoluta dessas pessoas que foram atingidas são pessoas que estão longe, mas muito longe mesmo da tecnologia. Quando a gente fala dos velhinhos e tal, nós estamos falando de todo e qualquer aposentado. Ainda que tenha se aposentado jovem, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um aposentado, pagou, acumulou lá para poder viver sua vida depois de ter trabalhado. Não haveria maneira de que essas pessoas fossem alcançadas de uma forma pessoal, a não ser que tivesse um *call center* muito grande para falar pessoalmente com as pessoas, não é?

Eu queria que V. Exa., antes de encerrar, mais uma vez falasse sobre esse *link* de maneira muito pausada, porque tem muita gente nos vendo. Eu soube que os canais de YouTube estão ao vivo, acompanhando esta sessão. Está tendo uma grande audiência esta sessão do Senado, o que não é normal, porque o povo não está muito afeito a dar ibope para a política, porque o povo está todo revoltado, mas esta sessão...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para concluir, meu querido amigo, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu vou concluir até porque é minha preocupação a de V. Exa. Eu ia perguntar o que V. Exa. perguntou – e também o Wellington – sobre os peritos, porque normalmente o perito não quer ir para o interior, ele quer fazer o concurso, mas ele quer ficar num lugar que lhe seja absolutamente confortável. Mas essa de colocá-los em polos que sejam importantes, cidades importantes que possam contemplar as outras que estão em volta, eu acho que não será 100% de solução do problema, mas já minimiza muito o problema que a gente tem vivido com essa questão de perito.

Mas eu gostaria que V. Exa. falasse novamente sobre esta questão desse *link*, para que fique absolutamente claro, até para quem está nos ouvindo guardar isso e ajudar uma pessoa que tem dificuldade de poder fazer esse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Magno Malta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem, só um informe rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Só um momentinho, eu já lhe passo a palavra.

Eu quero também dar as boas-vindas à nossa sessão e à nossa Comissão a minha querida amiga, nossa Deputada Paula Belmonte, com quem tivemos um trabalho juntos, inclusive fizemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viagens para ver a situação dos nossos venezuelanos que vagam por esse mundo em situação de vulnerabilidade, que são fruto daquele Governo tirano, nosso vizinho, da Venezuela, que causa tanto sofrimento não só a eles, mas também à população de Roraima, que os está acolhendo – mas isso termina sendo um fardo muito grande para nós na educação, na saúde, na segurança. A Paula esteve lá conosco e nos ajudou muito a aperfeiçoar essas questões da acolhida, do acolhimento e da internação desses imigrantes em outros lugares do país. O seu compromisso com este Brasil é muito grande e nós estamos aqui muito honrados também com sua presença. Um grande abraço, um abraço na família, tudo de bom.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, só um informe...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vou passar um... Até em homenagem à sua presença até aqui a esta hora...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você vai pagar um almoço ali para mim lá, para eu não desmaiar de fome, e eu não posso demorar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E parabéns pela sua condução!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Deixe-me apenas fazer um informe, porque foi falado muito aqui de Polícia Federal, que é de quem, que é do Governo, que é do outro. Eu tenho uma PEC, em que eu dei entrada em 2020, para a autonomia, a independência da Polícia Federal. Adivinhe: qual foi o único partido que não assinou essa PEC? Então, é importante que fique claro que foi o PT.

É só para dizer também que eu espero que o dinheiro, Ministro Wolney, como o senhor colocou aí, seja recuperado dos ladrões. Como dizia aqui o Senador Major Olimpio: "Ladrões!" – bradou durante uma cerimônia de posse aqui recentemente. Então, que seja recuperado esse dinheiro, porque o próprio Governo Lula já disse que em 2027 já terá dificuldade para a saúde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a educação. O Brasil está de mal a pior, e eu espero que se recupere, se prenda e se tire o dinheiro de quem roubou os aposentados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

Ministro Wolney, para responder essas indagações e para suas considerações finais.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL (Para expor.) – Muito obrigado.

Bem, pode ficar certo, Senador Girão, que esta é a determinação do Presidente: ir até as últimas consequências para recuperar o dinheiro, e o dinheiro do ressarcimento vai ser fornecido pelos ladrões, por aqueles que roubaram os aposentados.

Por fim, eu quero agradecer a presença de V. Exa., que ficou do começo até o fim, cinco horas aqui, pacientemente me ouvindo e inquirindo também. Então, agradeço a V. Exa.

E agradeço ao Deputado Magno Malta, que ficou até o fim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL – Aliás, Senador Magno Malta. Mas ele já disse que não se incomoda de ser chamado de Deputado.

Ao Senador Magno Malta quero dizer que, Senador, até agora 1 milhão de pessoas já acessaram o Meu INSS – 1 milhão de pessoas já acessaram –, desde ontem até hoje.

Então, é uma plataforma que já é utilizada por 91% de todo o contingente de 40 milhões de aposentados e pensionistas. Há um entendimento, às vezes na imprensa, colocado de que, como o senhor disse, os velhinhos, os aposentados e tal... Eles já têm a familiaridade com o aplicativo do Meu INSS. Às vezes, pedem para um neto, pedem para um filho, pedem para o esposo, mas eles conseguem se conectar através do Meu INSS. Há 7% apenas pelo 135, e 2% vão diretamente à agência. E aí aqueles mais antigos dizem que até eles se sentem felizes de ir à agência, não nesse caso, obviamente, mas se sentem felizes de ir à agência, porque fazem um contato pessoal, são atendidos pelos atendentes. Então, há um hábito de procurarem a agência. Mas nós estamos reforçando o atendimento das agências, nós estamos reforçando a base de dados do 135, a base do *telemarketing* do 135, e estamos atentos a esse primeiro momento no aplicativo, mas tem sido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um sucesso do ponto de vista de acesso, número de acesso e da facilidade com que o acesso é feito e com que as informações são prestadas.

Então, eu estou muito feliz aqui em ser recebido por essa Comissão, me dispus a vir de bom grado aqui, imediatamente confirmei junto com o Senador Hiran, numa das Comissões mais importantes que é a de Transparência, Fiscalização e Controle, e fiquei muito honrado aqui de voltar à minha casa, ao Parlamento, que eu posso considerar minha casa, porque foi nela que construí quase toda a minha carreira política. Gostaria de dizer que quero me colocar à disposição dos Senadores e Senadoras para que nós possamos fazer uma outra visita ao Senado para falar de gestão, porque nós aqui não falamos sobre a fila, nós não falamos aqui sobre outros pontos importantes que são também demandas do povo brasileiro. Portanto, eu me coloco à disposição para voltar a essa Casa para debater esses temas.

Mas quero dizer que, por fim, já abusando da paciência de V. Exa., recebi essa missão consciente da seriedade que ela impõe, e o Presidente me determinou três coisas com as quais eu comecei a minha exposição aqui: que fosse atrás, responsabilizasse os culpados e fosse às últimas consequências para buscar essa responsabilização; que cuidasse dos nossos aposentados, o Presidente foi enfático nisso: "Cuide dos nossos aposentados para que nenhum aposentado e nenhum pensionista fique no prejuízo". Então, com essas palavras eu quero me dirigir ao povo que nos ouve por essa imensa audiência da TV Senado e dos outros portais, pelo YouTube: esta é uma preocupação desse Governo, buscar os fraudadores, ressarcir os lesados e que nunca mais isso volte a acontecer. Não começou nesse Governo, mas tem fim nesse Governo.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Ministro.

Antes de terminar e até por respeito às pessoas que nos acompanharam, que são milhares de pessoas, pela importância do tema, a preocupação do país todo com a dimensão dessa roubalheira, eu também vou passar para o senhor algumas perguntas que foram feitas. Eu vou ler, porque nós estamos aqui há cinco horas, mas eu queria ler algumas perguntas, até por respeito e homenagem àquelas pessoas que nos acompanharam durante tanto tempo nessa audiência.

Brenda, do Distrito Federal, fala assim: "Considerando a recente exposição de dados de segurados do INSS, quais seriam as responsabilidades do Estado na proteção de dados pessoais?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gérson, de São Paulo: "[...] como impedir o vazamento de dados de aposentados para instituições de crédito que seduzirem pessoas mais humildes?".

Romero, da Paraíba, pergunta: "O sucateamento do INSS de [...] forma geral, os baixos salários dos servidores e a falta de investimento no órgão não são gatilhos para este problema?".

Everton, do Paraná: "[...] Haverá mudanças na estrutura [do INSS] e aprimoramento da governança?".

Jéssica, do Rio de Janeiro: "Gostaria que aumentassem a segurança para transações dos beneficiários do INSS, inclusive pelo *app* Meu INSS. Sugiro reconhecimento facial".

Voltaire, do Rio Grande do Sul: "[O INSS] não deveria [...] permitir descontos não autorizados pelo aposentado".

André, de São Paulo: "Por que o governo permite a intermediação entre INSS e aposentados e pensionistas nas operações financeiras?".

Aristóteles, da Bahia: "Por que o povo, por meio do governo, vai arcar com o prejuízo causado por algumas associações e sindicatos? Não são [...] [essas entidades] que [...] [deveriam] devolver [o dinheiro desviado]?".

Cleysa, de Santa Catarina: "Quais ações o INSS adota para evitar fraudes [...] [em] documentos falsos? Cruzamento de dados com outros órgãos seria uma solução viável?".

Geraldo, de Minas Gerais: "[...] como será feito o ressarcimento dos valores descontados no benefício dos aposentados em favor dessas associações?".

José, de São Paulo: "O INSS precisa se associar a instituições alinhadas aos objetivos do instituto, não às que tenham outros objetivos, como o lucro".

Sérgio, do Rio de Janeiro: "As fraudes nos órgãos públicos só ocorrem porque há conivência de algum servidor que ocupa cargo de fiscalização e controle".

E Paulo, de São Paulo: "[É preciso] recuperar todo o dinheiro desviado e fazer uma gestão honesta e voltada aos [...] aposentados [e pensionistas]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns às pessoas que deram aqui um diagnóstico muito rapidamente daquilo que precisa ser feito na previdência do nosso país.

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL (*Fora do microfone*.) – V. Exa. vai me passar?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vou passar a V. Exa. Se você puder fazer contato com...

O SR. WOLNEY QUEIROZ MACIEL (*Fora do microfone*.) – Eu devolvo as respostas para a Presidência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pode devolver, por favor. E vamos disponibilizar as respostas do Ministro no *site* da nossa Comissão.

Ministro e assessores, Adroaldo, Dr. Benedito, muito obrigado pela presença de vocês e seus demais assessores.

Obrigado a todos os Senadores e Senadoras, à imprensa, que nos acompanhou durante todo esse nosso trabalho aqui na Comissão.

Espero que, depois de todos esses debates, eles sejam o norte para conduzir a sua administração, porque aqui foram dadas muitas sugestões muito importantes, sempre focadas na proteção desse patrimônio do povo brasileiro, que são nossos aposentados e pensionistas.

Deus o abençoe, muito obrigado e está encerrada esta sessão.

Tenham todos uma boa tarde e um excelente final de semana.

(*Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Efraim Filho, Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Ana Paula Lobato e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Jorge Kajuru, Eduardo Gomes, Fabiano Contarato e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Soraya Thronicke, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Cid Gomes, Eduardo Girão, Rogério Carvalho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3995, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 27, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do REQ 21/2024 - CTFC, que "requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 74/2023, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade da assinatura física das pessoas idosas em contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico'"." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 74, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da assinatura física das pessoas idosas em contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 74, de 2023, pela rejeição da Emenda nº 1-T e pela aprovação das Emendas nºs 2, 3, 4, 5 e 6 da CDH. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 2, 3, 4, 5 e 6-CDH/CTFC e pela rejeição da emenda nº 1-T. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5569, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre direito dos consumidores de acesso a água potável nos estabelecimentos comerciais e eventos coletivos que especifica." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação do PL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5569/2023 com uma emenda e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei 5560/2023 e 6096/2023. **Resultado:** Aprovado o PL 5569/2023 com a emenda nº 1-CTFC e prejudicados os Projetos de Lei 5560/2023 e 6096/2023 por unanimidade. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 22, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 102-A, I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestados, pelo Presidente do Banco da Amazônia S.A. (BASA), Sr. Luiz Claudio Moreira Lessa, esclarecimentos acerca da aquisição de títulos emitidos pelo Banco Master no ano de 2024." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 23, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Wolney Queiroz, informações sobre indícios de fraudes no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), especialmente no que se refere ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a descontos indevidos aplicados a aposentados e pensionistas." **Autoria:** Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 24, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de enaltecer o Código de Defesa do Consumidor, marco regulatório estabelecido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, vigente há 35 anos na proteção, transparência e harmonia das relações de consumo, com participantes a serem submetidos posteriormente à Comissão." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 26, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a suspensão da cooperação jurídica entre Brasil e Peru em processos da Lava-Jato que envolvam a Odebrecht, as pessoas abaixo: o Senhor Rodrigo Antônio Gonzaga Sagastume, Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI); o Senhor Jean Keiji Uema, Secretário Nacional de Justiça." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 28, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o os arts. 90, inciso X e 102-A, inciso I, alínea "e", do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, realize auditoria para apurar a legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência das contratações públicas realizadas no âmbito da organização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP30." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Controle e Defesa do Consumidor n° 29, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Secretário Nacional de Justiça e Presidente do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), Jean Keiji Uema, informações e cópias integrais dos documentos e atos administrativos relativos ao processo de solicitação e análise do pedido de refúgio feito pela Sra. Nadine Heredia, ex-primeira-dama do Peru, no âmbito do Conare/MJSP." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 30, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, informações sobre o asilo diplomático concedido à Sra. Nadine Heredia, ex-primeira-dama do Peru." **Autoria:** Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 31, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Fabiano Silva dos Santos, informações sobre documentos relacionados à Situação Financeira, Contratual e Estratégica dos Correios, Postal Saúde e Postalis." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 32, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de ouvir o Presidente do Banco da Amazônia (BASA), para que preste esclarecimentos sobre o expressivo crescimento das despesas da instituição, notadamente em contratos recentes que somam centenas de milhões de reais, bem como sobre os indícios de má gestão apontados em denúncia encaminhada pela Associação dos Empregados do Banco da Amazônia (AEBA)." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 33, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Alexandre Motta, Presidente Interino da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as políticas públicas da fundação no acompanhamento e na modernização das práticas gerenciais, de reestruturação e modernização da entidade e de prestação de serviços públicos quanto à eficácia, efetividade e eficiência adotadas no decorrer do exercício de sua interinidade, desde 19/7/2023." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 14, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre contratos, ajustes, doações e transferências financeiras feitos pela União à Organização dos Estados Ibero-Americanos - OEI,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificamente no contexto das, mas não se limitando às, preparações sobre a COP30, as pessoas abaixo: o Senhor VALTER CORREIA DA SILVA, Titular da Secretaria Extraordinária para a COP30; o Senhor OSVALDO BARCHINI ROSA, Secretário Executivo do Ministério da Educação; o Senhor MAURÍCIO PINTO FERREIRA JUVENAL, Secretário Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; o Senhor RODRIGO ROSSI, Diretor da Organização dos Estados IberoAmericanos - OEI." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/11

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submeto às Sras. e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 10ª e da 11ª Reuniões. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi publicada na pauta uma listagem de documentos recebidos pela Comissão que estarão disponíveis em sua página por um prazo de 15 dias. Não havendo manifestação, serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretária-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Recebidas ainda duas propostas de fiscalização e controle de autoria dos Senadores Mecias de Jesus e Mara Gabrilli. As propostas serão autuadas e distribuídas para a relatoria prévia, nos termos do art. 102-B, inciso II, do Regimento Interno.

Passamos à pauta.

Item 1... (*Pausa.*)

O primeiro item da pauta, o Projeto de Lei nº 3.995, que estabelece política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, de autoria da Câmara de Deputados, foi retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Eduardo Braga.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3995, DE 2024

- Não terminativo -

Estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.)

Como houve o pedido de retirada de pauta, ficou desnecessário haver inversão, porque o segundo item da pauta é de autoria da Senadora Damares Alves.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 27, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do REQ 21/2024 - CTFC, que "requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 74/2023, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade da assinatura física das pessoas idosas em contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico'".

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, autora do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, o art. 256 me dá essa garantia de poder pedir a retirada definitiva de um requerimento anteriormente aprovado.

Esse meu requerimento é do ano de 2024, no qual eu pedi a realização de uma audiência pública para discutir o PL 74, de 2023. De lá para cá, eu já reuni elementos suficientes, estou entendendo que eu não preciso mais da audiência pública. Então, eu queria fazer a retirada desse requerimento de audiência pública.

No item 3, imediatamente, a gente vai votar o projeto que eu iria discutir na audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço aos demais pares que me ajudem, aprovando o Requerimento 27 para a retirada do Requerimento 21.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pergunto aos Srs. Senadores se há algum óbice em acatarmos a solicitação da Senadora Damares. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum óbice, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a rejeição.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 74, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade da assinatura física das pessoas idosas em contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 74, de 2023, pela rejeição da Emenda nº 1-T e pela aprovação das Emendas nºs 2, 3, 4, 5 e 6 da CDH

Observações:

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

Relatoria da Senadora Damares Alves, a quem passo a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O relatório está completo. Essa matéria já foi discutida na Comissão de Direitos Humanos e eu vou direto à análise.

Quanto à constitucionalidade, a matéria é da competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, nos termos dos incisos V e VIII do art. 24 da Constituição Federal. Ademais, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Em relação à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

No tocante à regimentalidade, a proposição está escrita em termos concisos e claros, dividida em artigos, encimada por ementa e acompanhada de justificação escrita, tudo em conformidade com os arts. 236 a 238 do Regimento Interno, além de ter sido distribuída às Comissões competentes, conforme citado.

Relativamente à técnica legislativa, a proposição observa as regras da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No tocante ao mérito da proposta, Presidente, o projeto de lei aperfeiçoa os dispositivos protetivos do consumidor no que se refere ao consumidor idoso.

Vale destacar que o PL está em consonância com a recente alteração da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), promovida pela Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021, uma lei recente, então, está em conformidade.

Foi incluído no Código de Defesa do Consumidor o art. 54-C, inciso IV, que veda, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não, assediar ou pressionar o consumidor para contratar o fornecimento de produto, serviço ou crédito, principalmente se se tratar de consumidor idoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a citada lei estabelece que não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento do idoso. Dessa forma, podemos considerar que o consumidor idoso necessita de proteção especial da legislação consumerista, sendo considerado um consumidor hipervulnerável.

A obrigatoriedade de contratação de crédito por meio de assinatura em papel colaborará para assegurar que o consumidor idoso hipervulnerável possa estar devidamente informado sobre as condições do crédito que está sendo contratado, além de possibilitar a ele guardar cópia do contrato para facilitar a solução de eventual problema relacionado ao vínculo contratual.

Consideramos que as emendas aprovadas na CDH colaboram para o aperfeiçoamento do PL, tanto nos aspectos redacionais quanto nos constitucionais.

O voto, Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 74, de 2023, pela rejeição da Emenda nº 1-T e pela aprovação das Emendas nºs 2, 3, 4, 5 e 6 da CDH, que deixaram o projeto redondinho, perfeito.

Este é o voto e peço o apoio dos pares.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Em discussão o relatório da Senadora Damares.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Só uma ponderação. Eu sei que nesse tema existe uma preocupação de engessamento dos contratos, mas, no cenário que a gente está vendo, dos roubos das aposentadorias e das pensões do INSS, afigura-se uma medida prudente no contexto atual. Também há suspeitas em empréstimos consignados envolvendo pessoas mais vulneráveis. Então, infelizmente, realmente tem que se dar um passo atrás e repensar esse tema. Por isso, registro meu apoio ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Eu aprendi há tantos anos aqui no Congresso que projeto bom é projeto aprovado. Como eu já debati esse projeto na Comissão de Direitos Humanos, a Senadora Damares presidiu, o Contarato foi Relator e, neste momento, pela exposição do relatório dela, eu sou totalmente favorável a votar o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Paim.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado.

O relatório é favorável ao projeto com Emendas nº 2, 3, 4, 5 e 6, da CDH, CTFC, e pela rejeição da Emenda nº 1-T.

A matéria vai para a CAE.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, me permita...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu tinha tanta pressa de aprovar...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas eu queria fazer uma fala, Presidente.

Eu estive em seu estado, na semana passada, em comitiva, em uma missão oficial da Comissão de Direitos Humanos. Eu quero muito lhe agradecer por todo o apoio que o seu gabinete deu àquela comitiva.

O que eu vi lá, Presidente, na Operação Acolhida: aos venezuelanos, quando atravessam a fronteira, com a barreira da língua, especialmente os idosos, imediatamente é possível conceder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o BPC. A partir do momento em que esses imigrantes, vulneráveis, longe de casa, com toda dor e sofrimento, conseguem o BPC, começa um assédio a eles, Presidente, dos tais empréstimos, e eles não conseguem entender, fazendo coisas por aplicativo, por celular.

Esse projeto de lei vai proteger todos os vulneráveis. Claro que a gente está trazendo aqui a questão do idoso, mas vai proteger esses idosos venezuelanos que entram lá e são enganados. Depois eles nem sabem que têm o BPC, quanto mais o empréstimo.

Então, eu precisava fazer esse registro aqui, que é também sua preocupação lá no estado.

Obrigada por ter pautado esse projeto.

A gente dá um passo importante na proteção dos idosos hoje no país.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora Damares, a senhora não estava, a senhora teve que sair hoje para fazer uma recepção à princesa do Japão, mas eu fiz, na CAS, uma consideração, uma fala a respeito da sua Comissão Externa, que foi extremamente importante para o nosso estado, onde a senhora viu o impacto dos custos dessa imigração, tanto para o nosso sistema de segurança pública quanto para o nosso sistema de educação, para a saúde.

E o mais grave disso: o Governo Federal, que já tem uma decisão julgada no Supremo para fazer essa compensação do nosso estado, e até hoje nós não conseguimos liberar esse recurso para mitigar um pouco os nossos gastos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Abraço, Senador Paim. Muito obrigado.

Nós nos preocupamos muito com essa questão dessa imigração desenfreada de venezuelanos. Lá em 6 de setembro do ano passado, eu fui à Polícia Federal e depois fiz uma denúncia a uma revista de grande circulação – eu não tenho nenhum interesse na revista, mas não é a revista *Veja* –, e saiu uma matéria no radar da revista, a respeito do que me chamou a atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O estado, Senador Seif, que mais concedia BPC para estrangeiros no Brasil é São Paulo; e o segundo, pasme: Roraima. E aí eu disse: "Tem alguma coisa errada". E aí nós descobrimos que tem alguns escritórios de advocacia inescrupulosos que vão à Venezuela, fazem publicidade em espanhol, dizendo: "*Sus viejitos tienen derecho de tener um beneficio de Brazil*". E aí eles vêm para o Brasil, eles muitas vezes falsificam um endereço permanente no Brasil, que às vezes é até um Cras, aí eles passam a receber esse benefício – uma parte fica para o escritório e a menor parte fica para aquelas pessoas com mais de 60 anos ou que têm alguma necessidade especial –, eles voltam para Venezuela, e a turma fica recebendo aqui. De forma que já tivemos três operações.

Anteontem tivemos mais uma operação, onde foram submetidos aí à busca e apreensão vários escritórios, inclusive com médico envolvido, laudos fictícios. Então, nós estamos fazendo um grande trabalho para preservar esse recurso previdenciário para, sim, ajudar aquelas pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, sejam elas nacionais ou não, mas primeiro os nacionais, primeiro os brasileiros.

Isso gera uma injustiça social com o nosso povo, porque, como a Senadora Damares viu, por exemplo, quando nós fazemos nossos atendimentos – você sabe que eu sou oftalmologista – nos nossos mutirões de catarata, a metade, Senador Moro, ou, às vezes, um pouco mais são venezuelanos. E os brasileiros, às vezes, ficam sem entender: "Mas, doutor, o fulano que é venezuelano passou na nossa frente". Eu digo: "Mas é o SUS. O SUS é universal, é equitativo". Quando você entra no país, você adquire o mesmo direito de um brasileiro desde que nasceu, quando o pai começou a comprar fralda, comprar leite, está pagando imposto. As pessoas que vêm de fora, quando entram no nosso país, têm o mesmo direito que nós.

E o mais grave também, de que a senhora chamou atenção, e eu já tenho chamado atenção: na Acolhida, Senador Moro, a nossa lei de migração é autodeclaratória. Aí, chegando à fronteira, hipoteticamente, quando eu chego à fronteira, na Acolhida, eu chego à Polícia Federal para conseguir um cadastro de refugiado, me perguntam: "Qual o seu nome?". Eu digo: "O meu nome é Pedro". "Quantos anos o senhor tem?" "Eu tenho cinquenta e poucos anos." "Como é o nome da sua mãe?" "É Maria." "Seu pai?" "João." Ali nasceu uma nova pessoa, que às vezes tem uma ficha corrida, na Venezuela, com latrocínio, uma série de coisas. Ali a pessoa adquire um salvo-conduto e limpa a sua ficha corrida, a sua história pregressa de uma maneira que a gente não consegue controlar. Isso gerou... Inclusive, no nosso sistema penitenciário, a senhora sabe que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós já temos mais de 500 venezuelanos condenados no nosso sistema prisional. Quer dizer, nós vivemos uma situação, além dos indígenas que a senhora viu, que é um desafio tanto para o nosso Governo do estado quanto para as prefeituras, que são sobrecarregadas com essa imigração. Eu digo que eu não entendo quando um tirano desse chega ao Brasil e é recebido aqui com pompas e circunstâncias. Só no nosso país que a gente vê um negócio desse. Isso é um absurdo.

Eu quero agradecer à senhora pela sua sensibilidade, pelo seu comprometimento de, com o seu mandato, ser focada em proteger crianças, adolescentes, mulheres em situação de vulnerabilidade e agradecer a você por essa disponibilidade de ir à Reserva Yanomami, mostrar para o mundo que, apesar de terem dito, naquela Comissão Especial, que a culpa era toda do Governo anterior, eu fiz um relatório dizendo que nós temos presença garimpeira na área ianomâmi há mais de 80 anos, que aquelas pistas que são utilizadas hoje pelos polos-base – são 37 – foram feitas não pelo Governo, foram feitas pelos garimpeiros, à exceção de Surucucu e Auaris.

Mas quero agradecer a V. Exa. Eu tenho certeza de que o seu relatório irá ajudar-nos a corrigirmos essas distorções que nós vemos lá no nosso estado. A senhora viu os recursos que são aplicados em saúde do índio, a senhora viu que os dados epidemiológicos são sofríveis, são cada vez piores, e a gente precisa aperfeiçoar esse modelo. Muito obrigado pelo seu trabalho lá.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, só uma observação, na esteira dos seus comentários.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Embora em Roraima me pareça que a situação seja mais calamitosa por conta desse fluxo dos refugiados vindos de Roraima e também de pessoas que vêm, mas voltam, mas existe uma discussão, nas cidades fronteiriças – isso acontece também no Paraná –, de uma sobrecarga, muitas vezes, do sistema de saúde por estar atendendo estrangeiros. É claro que, numa situação de emergência, até pelo juramento de Hipócrates, têm que ser atendidos; vamos supor um imigrante ou alguém que é estrangeiro e está passando pelo Brasil e sofre um acidente: é evidente que o SUS não pode negar atendimento de forma nenhuma, mas a grande questão é quando existem as questões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eletivas, tratamento eletivo. E, historicamente, o que eu ouço é que, por exemplo, lá em Foz do Iguaçu existe uma sobrecarga do sistema de saúde por conta disso, da utilização pelos estrangeiros.

Não haveria nenhum problema se isso não gerasse dificuldades para os locais serem atendidos, então talvez fosse até o caso de se pensar em construir um debate sobre isso, uma audiência, um projeto, para estabelecer circunstâncias mais claras de quando cabe o atendimento do estrangeiro pelo sistema público de saúde do Brasil. Como disse, em emergência: juramento de Hipócrates, não tem nem como negar. Agora, em outras circunstâncias, a utilização com prejuízo do cidadão brasileiro realmente não é algo que nós possamos defender.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Moro...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Hiran...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Desculpe-me voltar ao assunto, mas é tão rara e tão preciosa essa oportunidade aqui... Estamos com quatro Senadores de estados diferentes com preocupação com Roraima e com os estrangeiros. Nós somos um país que acolhe, historicamente nós somos o país do acolhimento, isso ninguém tira do povo brasileiro, mas a gente tem que acolher com qualidade, mas também com responsabilidade.

Senador Moro, além da saúde, eu vou lhe trazer um dado gravíssimo aqui. Eu estive com os conselheiros tutelares da capital. Os conselheiros tutelares podem investigar até a porta do abrigo; do abrigo para dentro, o conselheiro tutelar não entra. Eu fui a um abrigo, e só em um abrigo indígena tinha 2 mil indígenas venezuelanas. Então, assim, há uma proteção... Violência doméstica investiga-se aqui fora, lá dentro, não. E aí, até a questão da segurança pública nós vamos ter que rever. Eles são venezuelanos, mas precisam se submeter à nossa legislação penal também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra coisa que me preocupou: tem pessoas entrando pela Operação Acolhida que não são venezuelanas, só que elas desceram na Venezuela, e são pessoas às quais a gente talvez não desse o tratamento que elas receberam no Brasil por dizerem que são venezuelanas.

Chegam na Operação Acolhida, falam que são venezuelanos, inventam um nome venezuelano, mas não têm documento. Aí o que a gente faz? Com o nome que ele inventou, a gente dá um CPF para ele, o cartão de SUS, o cartão de vacina. A gente "nasce" uma pessoa sem saber se ela é venezuelana ou não. E aí a gente soube de pessoas que vieram de países com histórico de terrorismo, que entraram na Venezuela e vieram para a fronteira dizendo que eram venezuelanos. Isso é muito grave. Eu vou apontar isso no relatório.

E, quando a gente chega, o policial vai investigar: não está dentro do abrigo, está protegido. E quem que protege? Com todo o respeito: as agências da ONU. Todo o respeito, e nós sabemos da parceria com essas agências, mas quem manda na fronteira é o Exército, quem manda na fronteira é a Polícia Federal, quem manda na fronteira é o Brasil, não são as agências da ONU.

Então eu fiquei muito preocupada com o que eu vi. Além da saúde, a questão de segurança me chamou muito a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu queria também chamar a atenção, antes de voltar a palavra para V. Exas.

Não sei se a senhora... A senhora certamente foi ao Abrigo Rondon, que é o maior deles, e nós precisamos fazer uma orientação efetiva às mulheres, principalmente às mulheres. Tem muitas mulheres que estão lá cujos maridos ficaram para trás, enfim, mas as mulheres que vão com seus maridos, eu não sei se a senhora prestou atenção, elas têm um filho em cada mão e estão grávidas. O índice de natalidade dentro dos abrigos é absurdo – absurdo! Eu acho que está faltando uma orientação mais adequada a essas pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e colocando no mundo mais pessoas em vulnerabilidade, que vão sobrecarregar os nossos sistemas.

Então, infelizmente, a gente fala muito isso, mas a própria grande imprensa nacional devia olhar com mais cuidado e divulgar muito mais esse drama que nós vivemos lá, Senador Moro, porque já passaram mais de 1,3 milhão de pessoas na Operação Acolhida – 1,3 milhão de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, hoje, 10% da nossa população é venezuelana. Eu costumo dizer que, daqui uns 10 a 15 anos, nós teremos certamente um Prefeito venezuelano lá, teremos vários Vereadores venezuelanos, e podemos até depois ter um Governador venezuelano, tal a importância do número de imigrantes que vão para o nosso estado.

Graças a Deus, a senhora viu também que nós temos uma gestão muito eficiente, nós estamos crescendo, temos índices muito positivos de crescimento, de geração de emprego, o nosso Governo lá e também a Prefeitura de Boa Vista têm assim se desdobrado com muita eficiência para tentar diminuir, mitigar o impacto dessa imigração que eu acho que é o maior êxodo humano deste século no mundo. Nós temos mais de 7 milhões de venezuelanos, Senador Seif, vagando pelo mundo. No seu estado, nós temos muitos venezuelanos, e nós temos lá uma metalúrgica que acolhe mais de 600 venezuelanos, e é um trabalho importante de interiorização, que impacta de uma maneira muito positiva no nosso estado, porque a gente não tem como abarcar toda aquela mão de obra, que é uma mão de obra qualificada inclusive, que tem sido valorizada e que precisa de oportunidade.

Então, mais uma vez agradeço pelo seu trabalho. A senhora, com sua dimensão nacional, nos ajuda a fazer com que o Governo tenha um olhar mais cuidadoso para o nosso estado e também que a gente possa fazer uma discussão aqui sobre todo esse dinheiro. A gente gasta muito mais dinheiro lá com saúde ianomâmi do que com a saúde do Estado todo de Roraima, para vocês terem uma ideia. Então, há muitas distorções e os números são números cada vez piores. Esse modelo de Distrito Sanitário Especial Yanomami e do Leste é um modelo que já não funciona mais, infelizmente.

Eu não sei se... Senador Seif, quer fazer alguma consideração?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Senador Hiran, eu sou da opinião de que todos nós somos brasileiros: indígenas, não indígenas, brancos, negros, pardos, migrantes. Mas, infelizmente, já no passado, com algumas políticas às quais nós somos contrários, se faz essa segregação. E, infelizmente também, nós sabemos que hoje nas terras demarcadas como terras indígenas é onde ocorrem os maiores crimes deste país, desde o tráfico de drogas, tráfico de humanos, desvio de verbas federais, mineração ilegal, descaminho de mercadorias e tantas outras coisas. Isso precisava ser revisto. Como uma autoridade policial, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossas polícias militares, como nossa Polícia Federal, não pode ter acesso a isso? Como é que uma região ianomâmi gasta mais com saúde do que todo o Estado de Roraima? Tem coisa aí errada.

Então, aqui a minha solidariedade ao Estado de Roraima e conte conosco aqui para corrigirmos essas distorções, Senador Hiran.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado.

E, voltando ao que o Senador Moro falou em relação a gente conceder o direito a urgência e emergência, é porque eu não falei do tripé. Eu falei da universalidade e equidade, mas o nosso SUS, a Lei 8.080, diz que nós também temos a questão da integralidade. Quer dizer, quando a pessoa chega aqui, ela tem direito a tratamento integral. Nos sistemas únicos que eu conheço, pelo menos, por exemplo, na Espanha – o pessoal dá muito o exemplo da Inglaterra, mas vou dar o exemplo da Espanha, que eu conheço também bem –, o sistema é universal para os nacionais, para os nacionais, quer dizer, todo cidadão que vive na Espanha tem direito ao sistema de saúde de uma maneira plena, mas quem vem de fora só tem direito a urgência e emergência. E, também, o sistema é mais racionalizado, ele tem coparticipação. Se a gente for falar nisso aqui, Senador Moro, a gente apanha. Se a gente for dizer que uma pessoa que vai absolutamente normal procurar o Sistema Único de Saúde tem que pagar uma pequena taxa, isso não se pode falar. Na Espanha é assim: você paga uma pequena taxa se você for uma pessoa que tem uma doença circunstancial; se tiver uma doença crônica, já diminui; se tiver câncer, uma doença mais grave, já não paga nada; assim como na aquisição dos medicamentos. Aqui, não, tudo é de graça.

E esse tripé pétreo gera uma absoluta imprevisibilidade orçamentária, porque a gente não sabe quantos equatorianos vêm para cá para operar no InCor, quantos bolivianos vêm para cá para trabalhar naquela área ali da 25 de Março na questão das fábricas de tecido, fábricas de moda que vêm para cá. Quer dizer, como é que nós vamos fazer essa conta?

Se você for ao SUS de São Paulo, tem milhares de pessoas da América Latina se tratando, porque sabem que entram no Brasil e conseguem um cartão do SUS na UBS; com o cartão do SUS, têm o mesmo direito que nós. E o sistema único do Brasil é um sistema único muito melhor do que qualquer sistema da América do Sul e da América Latina. Então isso é uma coisa que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente precisa discutir aqui com muita coragem, porque vai ter gente aqui que vai criar uma narrativa que vai nos desgastar, certamente.

Mas eu vou aqui passar para o item 4, porque o senhor está aqui não para falar de Roraima, o senhor veio aqui para falar do item 4. Tem aqui vários projetos apensados.

ITEM 4

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 5569, DE 2023

- Terminativo -

Dispõe sobre direito dos consumidores de acesso a água potável nos estabelecimentos comerciais e eventos coletivos que especifica.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do PL 5569/2023 com uma emenda e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei 5560/2023 e 6096/2023

[Tramitam em conjunto: Projeto de Lei 5.560, de 2023, e o Projeto de Lei 6.096, de 2023.]

Ele tramita em conjunto com o Projeto de Lei 5.560, de 2023, que também é terminativo, que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para estabelecer as obrigações das organizadoras de eventos de lazer e entretenimento de grande porte. De autoria da nossa querida Senadora Damares Alves.

Tramita também em conjunto com o Projeto de Lei 6.096, de 2023, que é terminativo, que altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumidor e dá outras providências, para garantir o acesso do consumidor a água potável, trazida por ele ou oferecida pelo estabelecimento comercial onde estiver. De autoria do nosso querido Senador Jorge Kajuru; a relatoria é do Senador Jorge Seif, a quem passo a palavra.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, se o senhor me permitir, vou direto para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Depois eu tenho um texto para traduzir esse PL para a nossa população.

Inicialmente, sob a ótica da constitucionalidade, observamos que a proposição trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 24, incisos V e VIII, da Constituição, segundo os quais compete à União legislar concorrentemente sobre produção e consumo e responsabilidade por dano ao consumidor.

Cabe ao Congresso Nacional, Sr. Presidente, dispor sobre a matéria, e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Regimentalmente, compete a este Colegiado apreciar assuntos pertinentes à defesa do consumidor, especialmente estudar, elaborar e propor normas e medidas voltadas à melhoria contínua das relações de mercado, em especial as que envolvem fornecedores e consumidores, e aperfeiçoar os instrumentos legislativos reguladores referentes aos direitos dos consumidores e dos fornecedores.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) se afigura dotado de potencial coercitividade; e v) é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Em relação ao mérito, o projeto merece prosperar, por promover, de forma prática, o acesso gratuito à água potável, o que, para nosso país de temperaturas tão elevadas, pode significar a diferença entre a vida e a morte em contextos extremos, como já verificamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já existem leis estaduais e municipais que determinam o fornecimento de água potável aos consumidores em repartições públicas e estabelecimentos comerciais – aqui, no Distrito Federal, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Os críticos dessas medidas argumentam que elas podem acarretar custos para os estabelecimentos. Contudo, ponderamos que tais custos são pequenos frente ao valor dos demais produtos e serviços comercializados, e ínfimos diante do valor de uma vida.

Como medida de melhoramento do PL escrutinado, apresentamos emenda para sugerir a inserção de previsão, contida na portaria que o inspira, de que tanto os pontos de venda de comidas e bebidas quanto os pontos de distribuição gratuita de água estejam dispostos em regiões estratégicas dos locais de evento, a fim de facilitar o acesso pelos consumidores, consideradas a estrutura física e a quantidade estimada de participantes. Sem essa previsão, a obrigatoriedade da oferta gratuita de água potável se torna inócua e de pouco impacto.

Por fim, entendemos que os demais projetos que tramitam em conjunto – PL nº 5.560 e PL nº 6.096, ambos de 2023 – devem ser declarados prejudicados, com consequente arquivamento, na forma do art. 334 do Risf.

Voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.569, de 2023, com a seguinte emenda, bem como pela recomendação de declaração de prejudicialidade do PL nº 5.560, de 2023, e do PL nº 6.096, de 2023.

EMENDA Nº - CTFC

[...]

Acrescente-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 5.569, de 2023, o seguinte parágrafo:

“Art.2º.....

§ 4º Os pontos de venda de comidas e bebidas e os pontos de distribuição gratuita de água devem estar dispostos em regiões estratégicas dos locais de evento, a fim de facilitar o acesso pelos consumidores, consideradas a estrutura física e a quantidade estimada de participantes.” (NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse era o voto, Sr. Presidente.

E finalizo com um esclarecimento para a nossa população.

Sras. e Srs. Senadores, hoje trago a esta Casa um tema que toca diretamente a vida, a saúde e a dignidade de milhões de brasileiros, o acesso a água potável gratuita em nossos estabelecimentos e eventos.

O PL 5.569, de 2023, é um imperativo humano e social. Não podemos conceber que alguém, em um *show*, em um restaurante, em um evento lotado, seja impedido de ter acesso a algo tão básico quanto um copo d'água.

A tragédia da jovem Ana Clara Benevides, que perdeu a vida em um espetáculo sob calor extremo e com desidratação, não pode e não deve ser esquecida. Ela é um grito, um clamor da sociedade que exige ação.

O que está em jogo aqui é a vida humana como bem supremo, um direito fundamental garantido na Constituição Federal. Não podemos permitir que o lucro se sobreponha à vida e que a busca por ganhos financeiros obscureça a responsabilidade essencial de proteger cada cidadão. O custo de um copo d'água é ínfimo, perto do preço de uma entrada de um *show*, de uma refeição ou, mais importante, de uma vida que se perde por desidratação.

Diversos estados e municípios já têm leis semelhantes, e a experiência comprova que o impacto financeiro é irrisório diante do benefício social incalculável.

A emenda que propus é crucial, garante que a água não apenas seja oferecida, mas esteja acessível em pontos estratégicos, tornando a medida efetiva e salvando vidas.

A aprovação deste PL é o passo para uma resposta imediata e clara à sociedade. Aprovar este projeto é dizer, em alto e bom som, que a vida humana está acima de qualquer interesse comercial; é garantir que a alegria de um evento não se transforme em uma tragédia; é dar a cada brasileiro a certeza de que seu direito mais básico, acesso à água, será respeitado e protegido. Conto com o apoio de cada uma das senhoras e dos senhores para que essa medida tão simples e fundamental se torne realidade. Vamos juntos dar esse passo crucial para a dignidade e a segurança do povo brasileiro em *shows* e eventos em todo o nosso território nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Em discussão o relatório do Senador Jorge Seif. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto, nos termos do relatório.

Sras. e Srs. Senadores, nós vamos abrir o painel, porque, como se trata de um projeto de lei terminativo, ele será nominal.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Parabéns, Senador Seif, pelo relatório. Eu sei que o senhor trouxe para o seu voto até as minhas ideias, as minhas contribuições do outro PL, mas reconheço que ficou perfeito o seu voto. Perfeito. Parabéns, parabéns! E é uma grande entrega desta Comissão para o Brasil – uma grande entrega.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Senadora. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – Estamos em votação nominal. Eu pediria que as assessorias dos Senadores e Senadoras mobilizassem os membros desta Comissão para que a gente possa votar o mais rápido possível este projeto tão importante para o país.

Vou logo, em seguida, submeter aos Srs. Senadores a votação dos requerimentos. Nós temos aqui sete requerimentos e mais um requerimento extrapauta, o Requerimento 14, de 2025, de autoria do Senador Jorge Seif. Como tem alguns requerimentos cujo autor não está presente, eu vou subscrever todos para que a gente possa votar todos aqui sem exceção.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 22, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 102-A, I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestados, pelo Presidente do Banco da Amazônia S.A. (BASA), Sr. Luiz Claudio Moreira Lessa, esclarecimentos acerca da aquisição de títulos emitidos pelo Banco Master no ano de 2024.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado...

Senador Moro, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, sem prejuízo da aprovação, eu só queria uma palavrinha sobre os requerimentos que eu apresentei, já que se aguarda ainda a votação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu vou ler um por um. Quando chegar ao seu, o senhor pode fazer as considerações. Eu vou ler um por um. Não me esqueço de ninguém aqui, Senador, fique tranquilo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – Não vou votar em bloco, não. Eu vou, inclusive, explicar cada um dos requerimentos.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 23, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Wolney Queiroz, informações sobre indícios de fraudes no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(INSS), especialmente no que se refere ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a descontos indevidos aplicados a aposentados e pensionistas.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Eu concedo a palavra a alguns dos Senadores que estão presentes para fazer alguma consideração. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 24, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de enaltecer o Código de Defesa do Consumidor, marco regulatório estabelecido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, vigente há 35 anos na proteção, transparência e harmonia das relações de consumo, com participantes a serem submetidos posteriormente à Comissão.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Solicito se algum dos Senadores queira fazer alguma manifestação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 8.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 26, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a suspensão da cooperação jurídica entre Brasil e Peru em processos da Lava-Jato que envolvam a Odebrecht, as pessoas abaixo: o Senhor Rodrigo Antônio Gonzaga Sagastume, Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI); o Senhor Jean Keiji Uema, Secretário Nacional de Justiça.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Com a palavra, o autor, Senador Sergio Moro, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Presidente, esse requerimento deve também ser visto em conjunto com os Requerimentos 29 e 30, no qual eu peço informações sobre o pedido de refúgio e o asilo concedido para a Sra. Nadine Heredia.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor me permite então que eu leia os outros e depois você faz a consideração em bloco?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 28, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o os arts. 90, inciso X e 102-A, inciso I, alínea "e", do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, realize auditoria para apurar a legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência das contratações públicas realizadas no âmbito da organização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP30.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

A autoria é da Senadora Damares Alves, a quem passo a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, eu tenho manifestado já faz tempo minha preocupação com os gastos com a COP 30, gastos como, por exemplo, árvores artificiais. Não sei se o senhores viram, o Governador construiu árvores artificiais para enfeitar Belém como se a Amazônia precisasse de árvores artificiais.

Algumas obras de saneamento que ele está mostrando para o país não estão sendo concluídas. E eram obras que já estavam em execução e não saiu desse dinheiro da COP. E agora a gente tem a grave notícia de que eles não têm quarto suficiente para hospedar todo mundo. Estão pedindo que a Marinha ofereça os navios da Marinha para hospedar os visitantes da COP. Nós vamos deixar a nossa fronteira descoberta? A Marinha agora vai ter que ficar hospedando gente para a COP? O dinheiro que foi para lá não era para investimento nessa área?

Então, tem algumas contradições, e eu estou muito preocupada com tudo que envolve a COP – com tudo! Tem gente alugando quarto muito caro. Esses quartos estão sendo alugados onde? Na casa de quem? Vai ter criança lá? Esse turista vai ter acesso à criança? Eu estou muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupada com tudo, então eu quero que o TCU faça uma análise completa dos gastos para a COP.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vamos até descobrir que o dinheiro da COP está vindo daquela nossa conta que a gente pagava lá de Itaipu. E nós já aprovamos aqui um requerimento e já solicitamos, inclusive, Senador Moro, uma auditoria na MVPar sobre aqueles mais de 400 convênios, recursos para *shows* e recursos para a COP também.

Então, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 29, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Secretário Nacional de Justiça e Presidente do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), Jean Keiji Uema, informações e cópias integrais dos documentos e atos administrativos relativos ao processo de solicitação e análise do pedido de refúgio feito pela Sra. Nadine Heredia, ex-primeira-dama do Peru, no âmbito do Conare/MJSP.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Concedo a palavra ao Senador.

Tem mais um?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 30, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, informações sobre o asilo diplomático concedido à Sra. Nadine Heredia, ex-primeira-dama do Peru.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

A autoria é do Senador Sergio Moro, a quem concedo a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Presidente, agradeço.

São requerimentos muito simples o 26, o 29 e o 30. Os assuntos são correlatos.

No primeiro, diante da notícia de que o DRCI, do Ministério da Justiça, suspendeu a cooperação jurídica internacional com o Peru, é necessário que nós possamos ouvir as razões. Isso foi divulgado na imprensa, ficou um tanto quanto obscuro, mas parece aqui, talvez, uma tentativa de imposição da jurisdição brasileira frente a jurisdição peruana. O Peru recebeu provas aqui do Brasil, que tem utilizado para processar funcionários públicos corruptos que receberam suborno de empreiteiras brasileiras – isso foi elucidado pela Lava Jato –, e existe essa decisão, agora, inusitada. Vamos ouvir ambos – o Secretário Nacional de Justiça e o Diretor do DRCI – para entender exatamente os motivos, se tem algo a mais ou se é uma tentativa, a meu ver, equivocada de impor um controle e, no fundo, fomentando impunidade nos outros países. Mas vamos ver, ouvi-los aqui, dar o benefício da dúvida.

Nos outros temas, 29 e 30, de novo, a gente precisa de esclarecimentos da documentação, porque nós ouvimos o Ministro Mauro Vieira na Comissão de Relações Exteriores, e ele não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explicou direito por que foi dado o asilo e enviado o avião da FAB lá para resgatar a Nadine Heredia, que é aquela ex-Primeira-Dama que foi condenada por corrupção no Peru. Ele falou que tinha um problema de saúde, das costas, da coluna, enfim, mas ele não esclareceu. Até indaguei especificamente qual foi o problema da coluna, das costas, e ele não conseguiu esclarecer. Então, vamos ver o que é essa documentação que nós estamos requisitando.

Isso é ainda mais importante, Senador Hiran, porque ontem veio uma notícia de que foi condenada, Senador Seif, a Cristina Kirchner por corrupção, lá na Argentina, a seis anos de prisão. E aí a gente fica preocupado, já que o Lula está abrindo as portas. Abriu a porta para o Maduro, para recebê-lo aqui, com tapete vermelho, tirando lá de Caracas, embora não para ser ainda asilado, mas abriu as portas para Nadine Heredia. Não só abriu, mas mandou o avião da FAB lá resgatá-la. Agora vem a Cristina Kirchner, também é condenada...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Da FAB?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E não sei, será que vai conceder asilo também, Senadora Damares, à Cristina Kirchner? É isso que o Brasil vai se tornar? Daqui a pouco, a gente vai aparecer aquelas ilhas piratas que a gente vê em filme, em que a gente fica abrigando navio pirata e Barbarossa, essas coisas, um paraíso para criminosos.

Então, acho que nós temos que ter um escrutínio severo em relação a esse asilo concedido à Nadine Heredia, até para evitar que esse fato se repita, e mostrar: "Olha, estamos vigilantes aqui". É inaceitável que se cogite – e não digo que se está cogitando, mas, considerando os precedentes, nós ficamos preocupados – a concessão de asilo a mais uma liderança latino-americana relacionada, próxima ao Presidente Lula, condenada por corrupção, como foi a Cristina Kirchner. Na verdade, aqui é o caso de a gente aplaudir a Justiça da Argentina, a Suprema Corte da Argentina, por fazer justiça nesse caso específico.

Então, aí os motivos desses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Continuamos em discussão.

Senador Jorge Seif, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, infelizmente o Brasil realmente tem virado um paraíso de bandidos, de condenados, de criminosos. Não só a palavra aqui do Senador Moro, quanto à Nadine Heredia, agora Cristina Kirchner, também condenada por corrupção, amiga de Lula. Assim como falamos há pouco, Nicolás Maduro, um assassino, um ditador que persegue seu povo, fraudador de eleições, recebido aqui com pompa e circunstância e tapete vermelho. Fora os problemas internos que já temos, essas audiências de custódia...

Inclusive, hoje eu dei uma entrevista e mencionei o Senador Moro devido àquele projeto apensado na Comissão de Segurança Pública, que é um projeto dele, do ex-Senador Flávio Dino, sobre a revisão da audiência de custódia, que virou um *green card* para marginal, para vagabundo, para assassino. E sempre relembro que quem matou aqueles anjos em Blumenau, com a machadinha, aquela covardia, foi um cara que tinha passado três vezes por audiência de custódia com droga, com coisa errada, com crime escancarado na testa. No entanto, audiência de custódia, esse paraíso que se tornou o Brasil para criminosos, não só nacionais agora como internacionais...

Então, eu subscrevo aqui o requerimento do Senador Sergio Moro para que sejam dadas as devidas explicações para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Senador Seif.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

O item 12 da pauta, dando aqui as boas-vindas ao nosso querido Senador Marcos Rogério, que abrilhanta esta nossa reunião com sua presença. Seja muito bem-vindo.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 31, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Fabiano Silva dos Santos, informações sobre documentos relacionados à Situação Financeira, Contratual e Estratégica dos Correios, Postal Saúde e Postalis.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG) e outros

Autoria do Senador Cleitinho, subscrito por mim.

Concedo a palavra ao Senador Cleitinho. (*Pausa.*)

O Senador Cleitinho não está presente.

Passo à discussão do requerimento.

Alguém quer se manifestar em relação a esse requerimento? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 32, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de ouvir o Presidente do Banco da Amazônia (BASA), para que preste esclarecimentos sobre o expressivo crescimento das despesas da instituição, notadamente em contratos recentes que somam centenas de milhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reais, bem como sobre os indícios de má gestão apontados em denúncia encaminhada pela Associação dos Empregados do Banco da Amazônia (AEBA).

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

A autoria é do Senador Marcos Rogério, a quem concedo a palavra.

Senador Marcos Rogério, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. por colocar em pauta esse requerimento. É um pedido de informações, o gabinete tem recebido uma série de denúncias com relação à gestão do Banco da Amazônia, inclusive com aplicações, investimentos fora da área de abrangência do próprio Banco da Amazônia, inclusive fazendo operações de risco que podem ser caracterizadas como – eu não estou querendo, neste primeiro momento, fazer nenhum tipo de ilação, nenhum tipo de acusação, o objetivo aqui é realmente pedir as informações, mas as informações que eu tenho recebido me parecem ser graves: contratos milionários que estão sendo feitos, celebrados, no âmbito do Banco da Amazônia, com contratações milionárias, consultorias suspeitas e aplicações em banco que está em processo de recuperação judicial, sem as garantias, sem as devidas garantias.

Então, neste primeiro momento, não vou fazer nenhuma fala mais acentuada em relação a isso, eu tenho sempre tido o cuidado de não antecipar conclusões sem antes verificar a procedência das informações que me chegam ao gabinete, mas o que estou pleiteando junto à Comissão de Fiscalização e Controle, neste momento, é a aprovação do requerimento para buscar essas informações, a clareza dos fatos para, a partir daí, tomar as providências que são necessárias.

O Banco da Amazônia é fundamental para a nossa região, o principal operador do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, o nosso FNO, garante investimentos no nosso setor produtivo e, portanto, cuidar desse banco é cuidar de um espaço de fomento à produção, ao avanço econômico de toda a nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Parabéns pelo requerimento, Senador Marcos Rogério. Como homem da Amazônia, quero enfatizar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pertinência do tema. Que nós tenhamos aqui os esclarecimentos necessários para dar segurança àqueles que trabalham e produzem na nossa Região Amazônica.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de passar para o próximo item da pauta, vou encerrar a votação do PL 5.569, de 2023, que foi relatado aqui pelo nosso querido Relator, Senador Jorge Seif.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Votaram oito Senadores e Senadoras: 8 SIM, 0 NÃO.

Nenhuma abstenção.

Parabéns, Senador, parabéns a todos os autores dos projetos aqui apensados.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 33, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Alexandre Motta, Presidente Interino da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as políticas públicas da fundação no acompanhamento e na modernização das práticas gerenciais, de reestruturação e modernização da entidade e de prestação de serviços públicos quanto à eficácia, efetividade e eficiência adotadas no decorrer do exercício de sua interinidade, desde 19/7/2023.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse requerimento é de minha autoria.

Em discussão. (*Pausa.*)

Quando nós tivemos a posse do Presidente Lula, nós nos deparamos, no segundo dia, com a extinção da Funasa. E a Funasa é uma instituição que é muito importante para nós, na questão de pequenas obras de saneamento nas cidades de até 50 mil habitantes, que são a maioria dos municípios brasileiros – e nós tomamos um susto com isso.

E lutamos, entrei com um PDL para sustar essa extinção, entramos em um acordo com o Líder Jaques Wagner, e o Governo sinalizou que iria reestruturar a Funasa, não mais extingui-la; mas, passaram-se dois anos e meio, e hoje nós estamos com a Funasa acéfala em todas as superintendências do país. Não tem superintendente, não tem ordenador de despesa, e a gente tem obras paradas, emendas paradas lá. E mais grave que a gente aplicar mal uma emenda é não aplicar, e não é o caso. Na Funasa, a gente aplica em obras de fornecimento de água, de tratamento de água, poços para fornecimento de água na agricultura familiar, enfim, e obras, em pequenas comunidades, de fornecimento de água de qualidade – isso significa saúde.

E eu, como médico, fico com dificuldade de entender tal letargia deste Governo em reestruturar, porque a proposta não é voltar a funcionar, e, sim, modernizar para que a gente possa fazer um trabalho, nessas cidades de até 50 mil habitantes, que seja de impacto na vida das pessoas na questão da saúde pública.

É por isso que eu apresentei esse requerimento, para a presença aqui do Sr. Alexandre Motta, Presidente interino da Funasa – ainda é interino, já devia ter um Presidente efetivo, isso denota uma certa falta de cuidado com essa instituição, que é uma instituição importante para todos nós.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos aqui, finalmente, o requerimento extrapauta de autoria do nosso querido Senador Jorge Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 14, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre contratos, ajustes, doações e transferências financeiras feitos pela União à Organização dos Estados Ibero-Americanos - OEI, especificamente no contexto das, mas não se limitando às, preparações sobre a COP30, as pessoas abaixo: o Senhor VALTER CORREIA DA SILVA, Titular da Secretaria Extraordinária para a COP30; o Senhor OSVALDO BARCHINI ROSA, Secretário Executivo do Ministério da Educação; o Senhor MAURÍCIO PINTO FERREIRA JUVENAL, Secretário Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; o Senhor RODRIGO ROSSI, Diretor da Organização dos Estados IberoAmericanos - OEI.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Com a palavra o autor do requerimento, o Senador Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria chamar a atenção dos colegas Moro, Damares, Marcos Rogério e nosso Presidente Hiran; escutem esta.

A União Federal, por meio da Secretaria Extraordinária para a COP30 da Casa Civil da Presidência da República, firmou, em 18 de dezembro de 2024, Acordo de Cooperação Internacional com a OEI, no valor de R$478 milhões, com vigência até 30 de junho de 2026, visando à preparação, organização e realização da COP30, prevista para ocorrer em novembro de 2025, em Belém. A referida contratação ocorreu sem licitação, sob a justificativa de que a OEI, por ser organismo internacional, estaria amparada pelas disposições da legislação brasileira e pelos parâmetros da cooperação internacional. Contudo, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

montante envolvido, a forma de escolha da entidade e os elementos já disponíveis em fontes públicas e oficiais revelam possíveis afrontas aos princípios constitucionais da legalidade, economicidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Algumas matérias saíram na imprensa. Só vou citar para o Brasil, que está nos acompanhando – quando a Senadora Damares fala que está muito preocupada com a COP 30, não é só ela –, coisas como garrafas de água mineral de 500ml a R$17,50. Barato, né, Presidente? Meu Deus, que água barata! Garrafa de 20 litros de água a R$167!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E você querendo dar água de graça nos eventos.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pois é, rapaz!

Caderno Moleskine a R$112,50. Um piso, porque eles querem um piso elevado lá para o evento, que no mercado custa aproximadamente R$250, a R$500 o metro quadrado.

Sr. Presidente, a nossa função aqui, além de legislar, além de parlar, também é fiscalizar o dinheiro do povo, porque afinal de contas é dinheiro do povo e dinheiro nosso também, porque nós somos cidadãos brasileiros e Senadores eleitos para cuidar do dinheiro do povo.

O acordo, Sr. Presidente, prevê o pagamento à OEI – olhe esta também, mais esta – de taxa administrativa de 5% sobre o valor executado, o que vai resultar em mais de R$22 milhões em benefício. Você acredita nisso, rapaz?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Dá tempo de cancelar a COP.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Esse percentual foi autorizado por decreto!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não fará nenhuma falta, tenho certeza disso. Para nós amazônidas não fará nenhuma falta.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, foi autorizado por meio do Decreto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O dinheiro sim, a COP não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... 11.941, de 12 de março de 2024, que permitiu majoração da taxa para até 10% – 5% de administração estava barato; botaram mais 5% –, aplicável a eventos da COP 30, G20 e Brics, mas sem clara justificativa técnica da vantajosidade econômica dessa solução em relação a alternativas como licitação direta, execução por órgãos governamentais ou parcerias com instituições públicas nacionais.

Para finalizar, Sr. Presidente, segundo dados do Portal da Transparência citados pelas reportagens, e conforme registrado na representação formal já apresentada a esta Corte de Contas pelo Deputado Federal Luciano Zucco – parabéns, Zucco!, parabéns, Zucco! –, os repasses do Governo Federal à OEI, nos dois primeiros anos do atual Governo – olha esta, Sr. Presidente – , já ultrapassaram R$197 milhões, com projeção de R$676 milhões. Ou seja, para a OEI, eles podem passar R$197 milhões e mais R$676 milhões até 2025, mas quem vai pagar isso aqui é o povo, com IOF, Imposto de Renda, LCI, LCA, entendeu? E querendo cortar emendas nossas...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas é bom deixar claro que ninguém vai votar em negócio de IOF aqui, não é?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Com certeza, isso aí não vai passar nem a pau.

Além disso, foram identificados pagamentos antecipados à OEI nos meses de agosto e dezembro de 2024, anteriores ou concomitantes à formalização do convênio, sem clareza quanto à legalidade da antecipação da execução orçamentária e à existência de instrumento jurídico que a autorizasse.

O Portal da Transparência, Sr. Presidente, registra a inclusão inédita de "contribuições voluntárias" no Orçamento federal especificamente direcionadas à OEI, totalizando R$98 milhões, distribuídos por meio de três ações orçamentárias distintas, com justificativas genéricas, desvinculadas de metas verificáveis e sem exigência de contrapartidas.

Esse era o meu pedido, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Eu acho que a matéria é uma unanimidade aqui entre nós, a importância desse requerimento, parabenizando o Senador Jorge Seif.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Sergio Moro, Styvenson Valentim, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcio Bittar, Eduardo Girão, Beto Faro e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Soraya Thronicke, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Cid Gomes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3995, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva à matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Temos como único item da pauta o Projeto de Lei 3.995, de 2024, não terminativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3995, DE 2024

- Não terminativo -

Estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

O Relator é o querido amigo Senador Eduardo Braga. Agradeço a sua a gentileza, que V. Exa. me fez hoje, de estar aqui me esperando. Desculpe o atraso.

Vou passar a palavra a V. Exa. para apresentar o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Meu caro Presidente, Senador Dr. Hiran, meu amigo Sergio Moro...

Presidente, eu gostaria de pedir permissão a V. Exa., tendo em vista de que o relatório está publicado há três semanas e ele é muito extenso, para eu poder fazer uma leitura síntese...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sem dúvida. Sem dúvida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... de apenas três páginas, fazer de forma, portanto, econômica a leitura, tendo em vista de que o relatório está publicado há três semanas.

Se V. Exa., então, me permite...

Da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, sobre o Projeto de Lei nº 3.995, de 2024, da Câmara dos Deputados (nº 9.163, de 2017, na origem), que estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Vamos ao relatório.

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei nº 3.995, de 2024, que tem o objetivo de estabelecer a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, que, além do Poder Executivo, aplica-se ao Poder Legislativo federal, ao Poder Judiciário federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público da União e à Defensoria Pública da União.

A proposição é de autoria do Poder Executivo, tendo sido apresentada à Câmara dos Deputados no ano de 2017 e aprovada em 2024.

Conforme a respectiva exposição de motivos, o PL tem o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e práticas de governança pública voltadas à melhoria do desempenho das organizações no cumprimento de sua missão institucional; e de fortalecer as instituições brasileiras, de modo a gerar, preservar e entregar valor público com transparência, efetividade e *accountability* à sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sua gênese remonta a sugestões formuladas pelo Ministro João Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, com fundamento na experiência acumulada pelo tribunal na formulação e disseminação do referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública.

Encaminhada ao Senado Federal para fins da revisão prevista no art. 65 da Constituição Federal, a iniciativa foi distribuída a esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor para receber parecer, e posteriormente seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Da análise.

Compete à CTFC opinar sobre a matéria em pauta, e o PL observa os limites constitucionais que regem a competência legislativa da União, bem como a autonomia dos entes federativos e dos Poderes da República.

A presente proposição diz respeito à concretização do princípio constitucional da eficiência, mediante o estabelecimento de política de governança, abrangendo a administração pública federal direta, autárquica e fundacional, aplicando-se, além do Poder Executivo, ao Poder Legislativo federal, ao Poder Judiciário federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público da União e à Defensoria Pública da União.

A propósito, cabe registrar que a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, marcou um ponto de virada na gestão pública brasileira. Ao inserir o princípio da eficiência no *caput* do art. 37 da Constituição Federal, ela sinalizou o início de uma nova lógica: sair de um modelo centrado em formalismos e procedimentos e caminhar para uma administração voltada para resultados, metas claras e avaliação de desempenho.

Essa mudança representou mais do que uma alteração semântica. Foi uma redefinição do papel do Estado, agora comprometido constitucionalmente com a melhoria contínua dos serviços públicos, com o uso racional dos recursos e com a promoção de uma cultura de transparência e responsabilização.

Assim, o presente projeto de lei vem dar continuidade e concretude a esse movimento iniciado há mais de duas décadas. Ele funciona como a tradução infraconstitucional dos valores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituídos pela Emenda Constitucional nº 19, oferecendo um marco normativo claro, sistemático e aplicável à realidade administrativa. O que antes era diretriz geral se transforma, com esse projeto, em mecanismos práticos de governança.

A governança pública, nos termos do projeto sob análise, refere-se ao conjunto integrado de mecanismos de liderança, estratégia e controle, voltados à avaliação, direção e monitoramento da gestão pública, com o objetivo de garantir que as ações do Estado estejam alinhadas à produção de resultados efetivos, eficientes e orientados ao interesse coletivo.

A proposta em análise apresenta um conjunto de princípios que devem guiar a atuação dos gestores públicos. Entre eles, estão a capacidade de resposta, a integridade, a confiabilidade, a melhoria regulatória, a prestação de contas com responsabilidade e a transparência.

As diretrizes estabelecidas no texto do projeto complementam esse quadro. Elas funcionam como o mapa que transforma os princípios em ação concreta. Uma das mais relevantes é o foco nos resultados para a sociedade.

Também se destaca a proposta de integração entre serviços e interoperabilidade entre sistemas. A ideia é clara: romper os silos burocráticos e promover uma administração mais conectada, horizontal e centrada nas necessidades dos usuários – algo que, em tempos de Governo digital e atendimento em tempo real, deixou de ser diferencial e passou a ser uma exigência do consumidor brasileiro.

O projeto de lei reconhece a importância de prever a criação de uma estratégia nacional de desenvolvimento econômico e social, que deverá se articular com os diversos planos nacionais, setoriais, regionais e com o próprio Plano Plurianual da União (PPA), materializando um sistema interligado de formulação, acompanhamento e revisão de políticas públicas.

A proposta ainda traz regras com o objetivo de aperfeiçoar a auditoria interna governamental. Tal dispositivo encontra fundamento direto no art. 74 da Lei Maior, que preceitua que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

Finalmente, o projeto dispõe que a alta administração das organizações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional poderá contratar auditoria independente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizada por pessoa física ou por pessoa jurídica, devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários, a fim de se manifestar conclusivamente sobre o grau de fidedignidade das demonstrações contábeis e de determinar se estas representam adequadamente sua posição patrimonial e financeira.

Do ponto de vista fiscal, o projeto também se mostra tecnicamente consistente. Ele não cria novas despesas obrigatórias, cargos ou estruturas. Pelo contrário: ao estabelecer instrumentos de governança – como planejamento estratégico, auditoria, controle interno e gestão de riscos –, a proposta contribui diretamente para o uso mais racional e eficiente dos recursos públicos.

Como conclusão, cabe por fim registrar que se trata de projeto de lei que encontra base constitucional e efetivamente moderniza as práticas gerenciais na administração pública federal direta e indireta.

Do voto, Sr. Presidente.

Face ao exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.995, de 2024.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exa. a atenção dispensada e a gentileza de podermos fazer esta sessão no dia de hoje, a fim de que eu pudesse apresentar o relatório e fazer a sua leitura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, querido Relator Senador Eduardo Braga.

O relatório está em discussão.

Passo a palavra ao Senador Moro, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Primeiro, eu quero cumprimentar o Senador Hiran.

Tenho dito, Senador Eduardo Braga, que o Senador Hiran imprimiu uma nova dinâmica a esta Comissão. Uma comissão de fiscalização é para incomodar, de certa maneira, o Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até fiz uma brincadeira com ele nesses dias falando que é para pôr o dedo no olho do Governo, literalmente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu falei: nada a ver. Eu sou oftalmologista, e...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – V. Exa. é oftalmologista...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... causar dano ao olho de outrem não é uma coisa boa. (*Risos.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Claro que com a serenidade e a seriedade necessária para fazer esse trabalho de fiscalização.

Mas eu também quero elogiar aqui o relatório do Senador Eduardo Braga a este projeto de lei.

É um projeto muito bem construído, que veio da Câmara, importante, porque a gente precisa melhorar os controles internos e a governança dentro do Poder Executivo. E nada melhor do que esses mecanismos, até muitas vezes preventivos, para evitar qualquer espécie de problema.

Foi assim também lá atrás, a meu ver, com o aprimoramento da governança com a Lei das Estatais, e, de certa maneira, isso traz agora um complemento àquela política, também valendo para a administração pública direta.

Eu confesso, Senador, que acabei vendo este projeto um pouco em cima da hora e gostaria de apresentar algumas sugestões, mas, como nós conversamos, farei isso na CCJ – a expectativa é a de que V. Exa. seja novamente Relator –, no sentido realmente de buscar o aprimoramento de alguns pontos do projeto, dar sugestões para aproveitar o embalo dele.

Mas já adianto o meu voto favorável e os elogios tanto ao projeto quanto ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Beto Faro, querido amigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Para discutir.) – Presidente, Sr. Relator Eduardo Braga, Sergio Moro, o Eduardo sempre melhora os projetos em cujas relatorias trabalha e que eu acompanho aqui na Casa.

O nosso Governo tem ministérios que têm ainda questões a tratar com relação a este projeto, e eu estou aqui pedindo vista dele para que, dentro do prazo regimental, os ministérios possam se articular, conversar melhor e fazer um procedimento para que a gente não tenha problema de veto ou coisa parecida com relação a este projeto.

Então, com todo o respeito ao Eduardo Braga, que sempre trabalha em relatorias importantes na Casa, estou – a pedido, inclusive, do ministério – pedindo vista regimental do projeto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente, primeiramente cumprimento o Senador Beto Faro e agradeço as palavras do amigo.

Gostaria apenas de referendar aquilo que disse o Senador Sergio Moro. Esse projeto vai tramitar na CCJ. E, por acaso, todos aqui somos membros da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sem dúvida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sergio Moro, Beto Faro e eu também somos membros, como V. Exa. é membro da CCJ.

Tendo em vista a questão dos prazos e tudo que aconteceu, eu havia sugerido ao Senador Sergio Moro, a V. Exa. e até mesmo ao Governo, que conversou comigo, quando cheguei aqui mais cedo na Comissão, que deixássemos para fazer todas essas emendas e todas essas negociações finais a respeito desse projeto na Comissão da CCJ, que vai ser a Comissão terminativa do ponto de vista temático, depois ela vai para o Plenário, ainda terá a instância do Plenário para discutir.

É óbvio que é regimental o pedido de vista, mas eu faço esse apelo ao Senador Beto Faro, porque na CCJ nós poderíamos... obviamente, o Governo poderá apresentar as suas emendas. Porque eu fui procurado pelo Governo também, em cima da hora, aqui para apresentar as sugestões, e eu disse: "Olha, não há prejuízo nenhum para o Governo, porque esse processo vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a CCJ, lá na CCJ ele vai sofrer toda a tramitação, terá prazos de emendas reabertos, etc.". Portanto, a CTFC completaria o seu trabalho no dia de hoje e nós poderíamos fazer toda essa negociação com o Governo na CCJ.

Mas, se o Senador Beto Faro persistir no pedido de vista – é claro que é regimental –, eu apenas peço que, se for concedida a vista, seja coletiva, para que nós possamos, na semana subsequente, trazer o projeto à pauta.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Eu compreendo a fala aqui do Senador Eduardo Braga, mas o Governo insiste que essa... Como aqui se discute o mérito do projeto, e nós, na semana que vem, o que tudo indica, não teremos sessão aqui, com toda essa questão do São João, então todo... A gente permanece com o pedido de vista. Uma semana mais, volta, pode voltar logo na semana seguinte, que na outra semana... Nós não avaliamos que isso atrasaria, não atrasaria o projeto, e aí a gente já poderia sair desta Comissão, que é a Comissão que discute o mérito do projeto, com um projeto já bem trabalhado, na relação aí do Senador com o Governo, para que a gente possa dar os trâmites aqui na Casa e fazer isso com maior celeridade.

Portanto, permanece o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador.

Concedida vista.

Antes de encerrar esta sessão, eu quero fazer aqui uma referência à qualidade do seu relatório, Senador Eduardo Braga. Com todo respeito aos pares, mas um projeto tão importante sobre governança, administração pública, transparência e participação social teve esse condão de ser relatado por um Senador que tem a sua história na política, na administração pública, como ex-gestor várias vezes do nosso estado. Quero parabenizar você pela... V. Exa... Eu o chamo de você pela nossa amizade de mais de 40 anos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Aí temos que guardar porque estamos ficando já velhinhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Já estamos ficando velhinhos.

Mas, parabéns, eu tenho certeza de que esse projeto será aprimorado, aperfeiçoado ainda mais, com a participação do nosso Senador Sergio Moro, que já manifestou o interesse de fazer algumas sugestões ao projeto para otimizá-lo, de forma que está concedida vista coletiva e deliberaremos sobre esse projeto na nossa próxima reunião.

Muito obrigado a todos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão, desejando a todos um excelente final de semana.

(*Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Sergio Moro, Oriovisto Guimarães, Eduardo Braga, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Marcos Rogério, Teresa Leitão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Marcos do Val, Izalci Lucas, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Cid Gomes, Eduardo Girão, Beto Faro, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3995, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação com as emendas 1 e 2 da CTFC (de redação) e pela rejeição das demais emendas apresentadas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto com as emendas 1 e 2 da CTFC (redação), e pela rejeição das emendas 3 a 6 da CTFC. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 34, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a desestatização/privatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), as pessoas abaixo: o Senhor Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); o Senhor André Gustavo Souza Garbosa, Diretor-Presidente da Celepar." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 35, de 2025** que: "Nos termos do art. art. 71, IV da Constituição Federal e do art. 102-A, I, “e” do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de avaliar a regularidade do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – “Programa Cisternas”, instituído pela Lei nº 12.783, de 24 de outubro de 2013." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI) e outros.. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 36, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea e, do Regimento do Senado Federal, a realização de auditoria, juntamente com o Tribunal de Contas da União (TCU), a fim de fiscalizar o Banco do Brasil sobre a aplicação do Plano Safra,dos Recursos dos Fundos Constitucionais e de Crédito Rural com isenção fiscal, coma adoção de critérios externos ligados a entidades privadas não participantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído pela Lei n° 4.829/1965." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 37, de 2025** que: "Requer que seja convidado o Senhor Gilberto Carvalho, Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária - SENAES, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a celebração de todos os contratos com organizações não-governamentais no âmbito da SENAES do Ministério do Trabalho e Emprego e, em especial, quanto contrato atinente ao Acórdão 1355/2025 - Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU, de 18/6/2025, que suspendeu repasses de recursos destinados à retirada de lixo da terra indígena Yanomami, em Roraima." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 38, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 34/2025 - CTFC seja incluído o seguinte convidado: o Senhor Jonsue Trapp Martins, funcionário da Celepar desde 2002, representante da Comissão de Empregados e ex-coordenador de equipes técnicas das áreas de suporte." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/02

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto às Sras. e aos Srs. Senadores à dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 12ª e 13ª Reuniões. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi publicada na pauta uma listagem de documentos recebidos na Comissão, que estarão disponíveis em sua página por um prazo de 15 dias. Não havendo manifestação, serão arquivados nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Passamos à pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3995, DE 2024

- Não terminativo -

Estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- Na reunião do dia 18/06/2025 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.

- Recebidas 6 emendas de autoria do Senador Beto Faro.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, como disse o nosso Presidente Senador Hiran, foram apresentadas seis emendas. Dessas seis emendas, Sr. Presidente, duas entendo serem emendas de redação, e, como tais, acatamos no texto apresentado: a Emenda 02 e a Emenda 01. As demais emendas são emendas de mérito, e entendemos pela rejeição dessas emendas – da Emenda 05, da Emenda 04, da Emenda 03 e da Emenda 06 apresentadas o parecer é pela rejeição.

Portanto, com relação às Emendas 01 e 02, eu seria pela aprovação, como emendas de redação; e as demais emendas estão rejeitadas por este Relator, indicando assim o parecer sobre as emendas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Em discussão.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria inicialmente cumprimentar V. Exa. por pautar essa matéria no dia de hoje; cumprimentar de igual modo o eminente Relator, Senador Eduardo Braga, a quem coube debruçar-se de maneira mais aprofundada no tema para apresentar um relatório a esta Comissão do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aproveito a oportunidade também para fazer uma saudação ao Ministro Nardes, Ministro do TCU, que é um estudioso do assunto e que já vem fazendo a defesa desse aprimoramento legislativo já há alguns anos – por que não dizer há muitos anos? –, além de contribuir com a divulgação, a defesa dessa tese nos livros que publica, que servem certamente de manual de aplicação para os gestores públicos Brasil afora. Eu tive a oportunidade de conversar com o Ministro Nardes e ele me dizia do acerto dessa iniciativa, inclusive já com implementação em diversos estados da Federação, onde o modelo, como não poderia ser diferente, já vem surtindo efeitos positivos. Todavia, não se tem esse parâmetro estabelecido de forma vertical a partir do Governo Federal e das demais unidades da Federação brasileira.

Eu penso que o tema se encaixa perfeitamente naquele comando constitucional que é manual para todo e qualquer gestor no Brasil e que está estabelecido no 37 da Constituição Federal, quando vai traduzir – ou, num resumo que todo estudante de direito aprende, o "Limpe" da Constituição Federal – os princípios que norteiam a administração pública brasileira: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

E aqui está ancorado justamente o princípio norteador dessa iniciativa da governança: o princípio da eficiência, que vai estar atrelado a um princípio que não está escrito no 37 da Constituição, mas que está incorporado, hoje, na administração moderna, que é o da economicidade. E não há como aferir a economicidade sem antes cumprir o requisito da eficiência.

Aliás, hoje o Brasil está experimentando isso até em razão, Senador Eduardo Braga... Com essa crise estabelecida entre os Poderes hoje, nós estamos, de novo, a discutir aqui a ineficiência do Estado. Há obras públicas iniciadas e paralisadas por interferência de um Poder no outro e por essa ausência de conexão entre aquilo que se estabelece, às vezes, dentro de um Parlamento, dentro do modelo de distribuição do Orçamento Geral da União, e aquilo que o Executivo de plantão, às vezes, tem como meta, tem como prioridades dentro da sua gestão. E aí fica, não raras vezes, um cabo de guerra que acaba por gerar um efeito, lá na ponta, muito negativo: uma obra que tem início, mas que não tem fim, uma obra inacabada. Isso não acontece apenas quando há mudança de governo, porque a lei que está sendo estabelecida aqui procura estabelecer um modelo de governança que olha para o Estado, e não para os governos; que olha para o interesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maior da sociedade, e não para o interesse político circunstancial daquela cena política, daquele recorte político. Então, eu vejo com muito bons olhos, com muito acerto a iniciativa.

Eu queria cumprimentar o Ministro Nardes por, de maneira muito intensa, colaborar com a feitura desse projeto, e não apenas como alguém que ajudou a pensar, mas alguém que ajuda a articular. Eu recebi mensagem do Ministro Nardes no domingo. No domingo, ele fez contato, nós trocamos mensagens, conversamos sobre esse projeto. É um Ministro do Tribunal de Contas da União que já trabalha essa lógica dentro do próprio tribunal, que ajuda a implantar com a sua orientação técnica, com a sua visão, no âmbito de alguns estados, mas que, além disso, tem o cuidado de pegar o telefone, fazer contato com os Senadores da República para dizer: "Olha, esse projeto é importante para o Brasil". Não é um projeto que vai favorecer governo A ou governo B; é um projeto importante para o Brasil.

Então, eu queria cumprimentar V. Exa. por essa iniciativa. Fiz questão de vir aqui, na Comissão, para poder referendar o relatório do nosso colega Senador Eduardo Braga, muito bem fundamentado, muito bem desenhado. Tenho a esperança de que a gente consiga realmente implantar isso.

Repito: nós estamos vivendo neste momento, novamente, um tempo em que, pelo Brasil afora, centenas, milhares e milhares de obras estão paralisadas em razão do que está acontecendo na relação entre os Poderes hoje. Há obras que foram iniciadas, com recurso liberado parcialmente e, daqui a pouco, por uma decisão judicial que interfere na escolha política de quem governa – e aí não é só Parlamento, é Parlamento e Executivo –, para tudo: A obra é paralisada, as empresas abandonam a execução.

Daqui a pouco, quando se retomar o fluxo de execução dessa obra, não se faz mais com aquele recurso que foi inicialmente aportado para essa finalidade. E quem perde com isso? Perde a sociedade – perde a sociedade –, perde a eficiência da execução do Governo, porque o município, lá na ponta... O Governo Federal não aporta; ele não aporta um novo recurso para cobrir essa despesa nova que vem em razão do atraso. Quem vai ter que arcar com esse recurso lá na ponta? É o município, é o Prefeito da cidade, é o Governador do estado. Então, o modelo que nós temos hoje ofende esse princípio maior da Constituição, que é o princípio da eficiência, e também compromete o princípio da economicidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vou me alongar nas manifestações aqui. Eu estou absolutamente de acordo com o relatório apresentado pelo Senador Eduardo Braga e acho que nós estamos hoje dando uma contribuição para uma inovação legislativa que, lá na ponta, vai representar resultados mais satisfatórios para a população brasileira, dentro dessa lógica, desse princípio de governança, que atende ao princípio da eficiência e da economicidade.

Parabéns ao Ministro Nardes. Parabéns ao Senador Eduardo Braga pelo acerto do relatório, no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Moro, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – É muito rapidamente aqui, Presidente.

Primeiro, quero adiantar o meu voto favorável a esse projeto. É um projeto muito bem estruturado e muito bem redigido, que veio da Câmara. Na sessão passada, houve o pedido de vista, ao qual eu acabei aderindo – não o faria, mas acabei aderindo –, e até disse na ocasião ao Relator que o objetivo era ver se teria alguma sugestão de aprimoramento. E até teria, porque... Entre os princípios aqui, da governança pública que foram relacionados, consta a integridade, e eu teria algumas sugestões para colocar alguma especificidade maior nesse tema.

Mas, pensando também na tramitação desse projeto, eu acho que o melhor que podemos fazer – e creio que foi nessa esteira a posição do Relator – é aprová-lo para evitar que ele volte à Câmara. E quem sabe, à parte, eu apresento alguma coisa separada.

Quero só registrar aqui meu voto favorável e também um elogio ao Ministro Nardes, que tem feito aí exposições pelo país sobre esse tema específico. De fato, nós carecemos de melhor governança, de verificar o desperdício e a ineficiência da máquina pública, que acaba sendo uma das grandes chagas daqui, do nosso país.

Quiçá esse projeto possa contribuir para que haja um planejamento e uma programação da atividade governamental mais direcionada, mais preparada para as referências específicas dessa gestão de riscos também, para se poder avaliar melhor antes de se tomarem ações, muitas vezes, até bem-intencionadas, mas que carecem de melhor planejamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não vou me alongar também aqui, mas queria só esclarecer o porquê de não ter apresentado emendas, apesar do pedido de vista – que não foi meu – originário da sessão passada, ao qual acabei aderindo, para fazer uma análise mais ponderada.

Então, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Eduardo Braga, ressaltando que houve manifestação do Relator pelo acatamento das Emendas 1 e 2, de redação, e pela rejeição das Emendas 3, 4, 5 e 6.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Braga para suas considerações.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de cumprimentar V. Exa. e de cumprimentar o Ministro Nardes. Sei do trabalho que o Ministro Nardes vem fazendo há anos, a partir do Tribunal de Contas da União, no sentido de fortalecer e aprimorar a governança pública neste país.

Portanto, eu gostaria aqui de endossar as palavras, tanto do Senador Marcos Rogério quanto do Senador Sergio Moro, cumprimentando V. Exa. por essa iniciativa, que é extremamente bem-vinda à República brasileira, especialmente no momento em que, como bem disse o Senador Marcos Rogério, nós temos milhares de obras inacabadas, paralisadas neste país, muitas vezes por interferência de outros Poderes na decisão discricionária, que é conferida pela Constituição brasileira àquele que é eleito pelo voto direto e que precisa prestar contas, e sofre, portanto, todo o sistema de fiscalização e controle estabelecido a partir dos tribunais de contas, seja nos estados, seja na União, e pela CGU, pela Controladoria-Geral da União, pelas controladorias-gerais dos estados e pelas controladorias-gerais dos municípios.

Aí, de repente, há uma decisão de uma instância superior, que toma uma decisão e bloqueia os recursos, bloqueia a continuidade de obras que beneficiariam a população brasileira, seja na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação, seja na saúde, seja na infraestrutura – mas a questão da governança não se restringe apenas à questão das obras.

Se analisarmos a questão da eficiência da governança, nós vamos ver que o exercício da cidadania está diretamente ligado à qualidade do serviço público e à qualidade da prestação desse serviço público, como contrapartida ao cidadão pelo pagamento dos impostos.

Portanto, acho que a Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle do Senado, no dia de hoje, dá um passo importante. É a Comissão que trata do mérito dessa matéria. Essa matéria ainda irá para a CCJ, onde eu tenho certeza de que ainda vai sofrer amplo debate na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, mas, sem nenhuma dúvida, Presidente, é um passo importante que damos na Comissão no dia de hoje.

Eu gostaria de agradecer a V. Exa. pela confiança por ter me designado Relator dessa matéria, e a solidariedade e a compreensão dos pares, para que pudéssemos aprovar a matéria de forma célere e de forma a não fazer com que ela retorne à Câmara dos Deputados, o que retardaria a implementação de uma importante matéria; e, como bem disse o Senador Sergio Moro, aprimoramentos precisam e deverão ser feitos a essa iniciativa, mas poderão ser feitos por outros instrumentos que não envolvam a mudança em emendas de mérito neste momento, que fariam com que esse projeto voltasse à Câmara dos Deputados.

Portanto, agradecendo a todos, eu agradeço a V. Exa. e acredito na aprovação dessa matéria, não só no Senado da República, mas no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, Senador Eduardo, eu acredito que, com o devido respeito que tenho a todos os Senadores desta Casa, pela sua experiência como gestor em várias instâncias, lá no nosso Amazonas, V. Exa. seria um Senador extremamente preparado para construir esse texto que nós acabamos de aprovar aqui.

Parabéns pela sua competência, pelo seu trabalho e pelo seu compromisso com este país, com eficiência, modernidade e governança, que, aliás, foram sempre princípios que você respeitou muito na sua vida pública, desde que eu o conheço no Dom Bosco.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Parabéns!

Estando aprovado esse projeto nesta Comissão, essa matéria irá à CCJ.

Passamos, em seguida, ao item 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 34, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II e V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a desestatização/privatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), as pessoas abaixo: o Senhor Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); o Senhor André Gustavo Souza Garbosa, Diretor-Presidente da Celepar.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Concedo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Presidente, muito rapidamente aqui, eu também apresentei um requerimento agora, pela manhã, agregando um nome para esta audiência pública.

E aqui é muito simples. Existe essa empresa estatal lá no Paraná, que é a Celepar, que presta relevantes serviços de informática para o Estado do Paraná e para os seus órgãos. Há um procedimento de privatização, e devo registrar aqui que eu sou, em princípio, sempre favorável à privatização. Creio que o Estado tem um papel limitado na produção de bens e serviços, e serviços de informática, em geral, ficam melhores, realmente, na mão do setor privado.

Não obstante, existe aqui uma série de indagações feitas a respeito do que fazer com o banco de dados, atualmente, no controle – vamos dizer assim – ou na posse da Celepar, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolve dados dos paranaenses e da população paranaense em geral, inclusive dados relacionados à saúde e dados relacionados à segurança pública.

E, em especial, a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) estabelece restrições para que dados do âmbito da segurança pública sejam gestionados por empresas privadas. Isso pode, realmente, oferecer um risco, inclusive à segurança das pessoas e do próprio estado.

O que eu tenho visto no Paraná, infelizmente, é que esse tema não tem sido adequadamente debatido à luz da opinião pública. Então, eu tomei a liberdade de fazer este requerimento aqui junto à CTFC, aproveitando que temos também a nossa autoridade para ser ouvida, para nos informar sobre esse processo, o Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Aqui eu quero deixar bem claro também, Senador Hiran, que eu não tenho uma opinião estabelecida, contrária ou favorável, a essa privatização, a essa desestatização, mas entendo que o assunto precisa ser mais bem debatido perante a opinião pública, seja aqui no Congresso Nacional, seja no Estado do Paraná. Por isso, fiz esse requerimento para que possamos realizar... E até pediria que, se possível, fizéssemos, na próxima semana, antes até do recesso legislativo. É uma audiência relativamente simples, com três, até o momento, autoridades relacionadas. Isso também pode servir como um paradigma para que possamos discutir futuras e eventuais privatizações ou desestatizações que porventura queiram ser feitas em outros estados ou mesmo aqui no âmbito do Governo Federal, em relação, por exemplo, ao Serpro. Então, é esse o requerimento.

A preocupação aqui é velar pelos dados da população paranaense, em especial dados estratégicos da segurança pública. E, por isso, precisamos que esse tema seja mais bem debatido aqui, inclusive, no âmbito do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Braga, quer se manifestar?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Eu gostaria de concordar com o que disse o Senador Sergio Moro, porque eu também sou, a princípio, a favor da privatização como regra geral da gestão, mas concordo que a segurança dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados das pessoas físicas e que a segurança dos dados estratégicos do poder público não podem estar na mão da iniciativa privada sem que haja critérios extremamente restritivos sobre o uso inadequado desses dados. Aliás, essa é uma das grandes discussões, hoje, que existem no mundo em função das *big techs*, porque as *big techs* acabaram sendo controladoras de dados de informações pessoais e de informações, inclusive, comportamentais dos cidadãos do mundo inteiro. E isso tem trazido, obviamente, uma grande discussão mundial e nacional sobre o tema.

Portanto, eu queria aqui cumprimentar o Senador Sergio Moro porque creio que, sem nenhuma dúvida, o meu estado também não está num estágio tão avançado na discussão de privatização da companhia de dados lá do nosso estado, a Prodan, mas já se ouve rumores da tentativa de uma privatização. Creio que a privatização dessas empresas de dados dos estados, se vier a acontecer, deveria ter um regramento nacional para que houvesse segurança, tanto para os dados estratégicos de estado, seja de segurança, seja de saúde pública, seja inclusive até das informações fiscais, porque todas essas companhias possuem todos os dados fiscais do estado e das empresas que operam no Estado do Paraná e no Estado do Amazonas.

Portanto, concordando com o Senador Sergio Moro, eu votarei a favor do requerimento, Sr. Presidente .

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Até, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Só um...

Eu queria dar ciência às Sras. e aos Srs. Senadores que nós temos aqui um requerimento extrapauta, o nº 30, também do Senador Sergio Moro, que inclui neste mesmo tema o convite ao Sr. Jonsue Trapp Martins, que é funcionário da Celepar desde 2002, representante da Comissão de empregados e ex-Coordenador de Técnicas da Área de Suporte. Esse é um requerimento extrapauta que eu já vou incluir nesse seu requerimento, porque se trata do mesmo tema e do mesmo teor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – São os Requerimentos 34 e 38, né? E, até a propósito do que foi dito pelo Senador Eduardo Braga...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Desculpe-me, é o 38.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... essa questão fiscal é realmente relevante, porque, vejam: o estado tem, em sua posse, os dados fiscais das empresas que contribuem para o ICMS, das pessoas que pagam o seu IPVA, das pessoas que pagam lá as suas taxas, os seus impostos estaduais, e são informações estratégicas, inclusive para fins comerciais. Foi aprovada uma lei pela Assembleia Legislativa do Paraná – eu tenho certeza de que foi muito bem-intencionada – autorizando essa privatização, mas ela não tratou de sistemas, ela deixa em branco como vai ser feito isso e remete isso a uma regulamentação executiva.

Eu creio que em um tema assim, com tamanha seriedade, tem que estar já muito claro na legislação, como isso vai ser feito, como vão ser geridos esses dados. Quem receber esses dados em privatização vai poder utilizar para fins comerciais, para fins de produção de inteligência, para fins privados? Então, precisamos ter maior clareza. E na mesma linha – não é, Senador Eduardo Braga? –, eu também sou favorável à privatização, mas nós precisamos discutir o modelo. Se esse modelo é possível ou não é possível, e, se ele for possível, a gente ter um delineamento é importante.

Fico feliz pela referência que V. Exa. fez, porque este debate aqui também pode pautar depois os demais estados e até mesmo o Governo Federal. Eu sei que no passado houve uma iniciativa de privatização do Serpro, inclusive, e esses mesmos dilemas foram ali encontrados. Por exemplo, o Serpro tem a posse dos dados das nossas declarações de rendimentos à Receita Federal. É conveniente que isso seja colocado sob gestão de uma empresa privada, a partir da desestatização? A conclusão, na época, foi que não, que eram dados muito estratégicos.

Eu não digo até que seja impossível, porque se delega muito hoje a empresas contratadas, em nuvem para armazenar dados, mas creio que isso precisa ser feito com muito cuidado e com muito critério, e, infelizmente, não tenho visto este debate lá no Paraná. Vamos trazer aqui para Brasília para a gente poder discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, só para complementar...

Veja, nós temos 27 estados no Brasil e o Distrito Federal e, se nós não tivermos uma regra que estabeleça um paradigma sobre esse tema para todos os estados, nós vamos acabar tendo uma regra no Paraná, outra regra no Amazonas, outra regra no Distrito Federal, outra regra em Roraima, outra regra em Rondônia.

Talvez, Presidente, fosse o caso de a Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle do Senado estudar a proposta de uma lei nacional que estabeleça os parâmetros e o regramento em casos como tais, porque nós estamos, afinal, tratando de matérias extremamente delicadas e que dizem respeito ao direito fundamental individual e coletivo da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Acatada a sugestão.

Fica aqui já colocado, como uma atribuição da nossa Comissão, que a própria Comissão seja autora de um projeto dessa magnitude, dessa importância para o país.

Obrigado, Senador Sergio Moro, e muito obrigado, Senador Braga.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Eu vou retirar o item 3 da pauta, de ofício, porque o Senador Ciro Nogueira, que é um dos autores desse requerimento, não está aqui presente e gostaria de fazer a defesa desse requerimento.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 35, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. art. 71, IV da Constituição Federal e do art. 102-A, I, "e" do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de avaliar a regularidade do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – "Programa Cisternas", instituído pela Lei nº 12.783, de 24 de outubro de 2013.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI) e outros.)

Item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 36, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea e, do Regimento do Senado Federal, a realização de auditoria, juntamente com o Tribunal de Contas da União (TCU), a fim de fiscalizar o Banco do Brasil sobre a aplicação do Plano Safra,dos Recursos dos Fundos Constitucionais e de Crédito Rural com isenção fiscal, com a adoção de critérios externos ligados a entidades privadas não participantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído pela Lei nº 4.829/1965.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Senador Marcos Rogério, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu queria agradecer a V. Exa. por ter pautado este requerimento de minha autoria.

Eu queria trazer algumas informações acerca não apenas do requerimento, mas do que justificou a apresentação desse requerimento.

Não sem antes registrar a presença conosco aqui, no âmbito desta Comissão hoje, do Sr. Adair José Menegol, que é o Presidente da Aprosoja, lá do meu Estado de Rondônia, a quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agradeço a presença aqui para acompanhar os trabalhos desta Comissão e a votação deste requerimento.

O primeiro argumento, Sr. Presidente, é que este requerimento está enquadrado dentro da função constitucional do Senado Federal de fiscalizar a aplicação de recursos públicos, especialmente quando envolvem políticas que afetam setores estratégicos da economia nacional, como é o nosso agronegócio.

A atuação do Banco do Brasil, como principal operador de crédito rural subsidiado no âmbito do Plano Safra e dos fundos constitucionais de financiamento, conforme disposto na Lei 4.829, de 1965, deve ser constantemente monitorada por esta Casa Legislativa.

O uso desses recursos não pode ser distorcido ou capturado por interesses privados, ideológicos, ou pior, por interesses estrangeiros sob pena de violação à legalidade, à soberania nacional e à livre iniciativa.

E, aqui, eu queria falar um pouquinho do pano de fundo de tudo isso que nós estamos tratando aqui, que é justamente a moratória da soja, um acordo privado internacional sem qualquer base legal.

A moratória da soja não é instrumento normativo público – não é instrumento normativo público –, pelo contrário, contraria a legislação nacional. Trata-se de um pacto voluntário celebrado entre grandes empresas exportadoras, fundos internacionais e ONGs ambientalistas, sem qualquer base legal ou respaldo institucional no ordenamento jurídico brasileiro.

No entanto, o que se observa é que o Banco do Brasil estaria aderindo, de forma informal ou de forma tácita, aos critérios estabelecidos por essa moratória e, com isso, restringindo o acesso ao crédito rural a produtores que convertam áreas legalmente desmatadas, mesmo quando essas conversões foram realizadas dentro dos parâmetros do Código Florestal, que foi estabelecido na Lei nº 12.655, de 2012, ou seja, mesmo naquelas situações que estão dentro da legalidade, dentro dos critérios legais, essa moratória, em razão desse acordo internacional, estabelece condicionantes que impedem o acesso ao crédito a essas empresas ou a essas propriedades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui fica muito claro e evidente o desvio de finalidade e a ilegalidade na aplicação do crédito público, porque, ao condicionar financiamentos públicos a regras paralelas, oriundas de acordos privados, o Banco do Brasil – parece-me muito claramente – pode estar incorrendo em desvio de finalidade, em afronta direta ao art. 3º da Lei nº 4.829, de 1965, que determina que o crédito rural deve ser orientado à promoção do desenvolvimento econômico, ao uso racional da terra e ao fortalecimento da produção rural. Não estou nem entrando aqui, nem me aprofundando na função social da terra, que tem no crédito um instrumento, justamente, de promoção dessa finalidade.

E, mais grave ainda, a fiscalização e a certificação dessas propriedades, Sr. Presidente, estão sendo feitas, em muitos casos, de forma terceirizada a organizações que não integram o Sistema Nacional de Crédito Rural, o que viola também a lei, viola o art. 7º da mesma lei, que estabelece um rol taxativo de instituições autorizadas a operarem políticas de crédito rural. Isso aqui é óbvio que compromete a segurança jurídica, a previsibilidade, o direito de quem investe e produz alimento no Brasil. Já não bastassem as muitas travas que tem, a dificuldade que é produzir no Brasil, mais uma, e fora da lei.

E aí eu trago aqui alguns argumentos em relação aos prejuízos concretos ao produtor rural e à economia nacional. A moratória da soja, embora apresentada sob o rótulo de sustentabilidade, atua como um instrumento de exclusão econômica, impede que produtores que agiram, dentro da legalidade ambiental brasileira, tenham acesso ao crédito em condições justas. Isso penaliza a produção rural legalizada, cria distorções injustas e ilegais ao setor produtivo, especialmente em municípios do bioma amazônico, onde há grande expansão agrícola sob base legal. Sr. Presidente, eu estou reforçando isto: propriedades legais, produção legal, dentro do que estabelece a legislação brasileira. E qual é o resultado aqui? O resultado, repito, o resultado prático é a violação da função social da propriedade rural, em ofensa ao art. 186 da Constituição, e o enfraquecimento da livre iniciativa e da competitividade nacional, art. 170 da Carta.

Um crédito público que deveria ser um instrumento de fomento, de estímulo se transforma num mecanismo de punição extralegal, sanção extralegal, embargo extralegal, desestimulando quem cumpre a lei brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui um outro ponto que para nós é caro, a submissão indevida a interesses internacionais em ofensa ao princípio da soberania nacional. Ao aceitar, sem debate público ou respaldo normativo, as diretrizes da moratória da soja, o Estado brasileiro, por meio de seu próprio banco – aliás, o principal, um dos principais bancos de fomento do Brasil, que é o Banco do Brasil –, passa a agir como executor de interesses externos, de interesses internacionais, delegando políticas públicas a ONGs, a fundos internacionais. É disso que nós estamos falando aqui.

O Brasil não pode terceirizar sua política agrícola, nem submeter sua produção rural a agendas ideológicas estrangeiras, ainda mais quando isso afeta o uso de recursos públicos nacionais.

Eu poderia falar aqui sobre a falta de transparência, sobre o controle, *accountability* e sobre tantas outras coisas que estão todas afetas a essa matéria, porque são decisões que restringem crédito com base em critérios da moratória, que nada têm a ver com a legislação nacional, não passam por consulta pública, não são debatidas no âmbito do Congresso Nacional e não estão submetidas ao controle nem do TCU nem do próprio Banco Central. É um acordo, mas que cria regras e que impede o acesso ao crédito.

Quem são as entidades que fiscalizam? Quem define esses critérios? Quem responde por eventuais prejuízos? Não há resposta institucional. Portanto, isso viola princípios da publicidade, da legalidade e da eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal.

E aí, Sr. Presidente, eu finalizo dizendo que é papel do Senado Federal fiscalizar, e é papel desta Comissão fazer esse acompanhamento, fazer essa fiscalização, e é papel desta Comissão provocar justamente o órgão de controle que tem a competência, inclusive, para determinar providências, que é o caso desse requerimento.

Eu estou fazendo um apelo à Comissão para que aprove o requerimento para pedir ao TCU que faça essa investigação e que, dentro das prerrogativas que tem o Tribunal de Contas da União, determine ao Banco do Brasil que se abstenha de praticar atos ilegais, atos que violam a lei, que violam a soberania nacional e que, me parece, estão se associando a interesses internacionais escusos aos interesses do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repito, o Brasil, e eu já tenho dito isso repetidamente, é um gigante na produção. Nós vamos produzir este ano, a previsão de produção este ano no Brasil é de 350 milhões de toneladas de grãos de alimentos. É um gigante da porteira para dentro. Onde é que está o desafio do Brasil para se tornar mais eficiente, para se tornar mais competitivo? Da porteira para fora. Aí a infraestrutura é deficiente, as travas ambientais ainda são um desafio em razão de um Estado engessado, porque a sustentabilidade é uma necessidade; essa discussão é nossa. Nós somos um país que tem preocupação com isso e temos trabalhado essa questão do ponto de vista normativo e do ponto de vista da governança. As propriedades têm consciência disso, o setor produtivo tem consciência disso, mas a burocracia do Estado dificulta a vida de quem produz, e agora há essa trava, também, com relação ao acesso ao crédito.

Portanto, o meu apelo é que a gente aprove esse requerimento, que vai em defesa de quem produz e quem garante soberania alimentar para o Brasil e, hoje, para o mundo. Os Estados Unidos já chegaram ao teto da produção deles. Talvez sejamos um dos poucos países do mundo que ainda têm a possibilidade de aumentar a sua produção – e olha que nós já aumentamos muito, porque, se nós olharmos 20 anos atrás, o Brasil produzia pouco mais de 100 milhões de toneladas de grãos; hoje, nós vamos chegar a 350 milhões de toneladas.

Nós produzimos muito, nós temos compromisso com a pauta ambiental, não tem nenhum outro país no mundo que preserve o tanto que o Brasil preserva! Na nossa região, a região dentro do bioma amazônico, são 80% de preservação da nossa floresta. Então, essas travas são travas injustas e, mais do que isso, travas ilegais, por isso o meu apelo para aprovarmos esse requerimento, pedindo ao TCU que tome as providências cabíveis nesse aspecto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Marcos Rogério. Parabéns pela pertinência do requerimento! Nós somos representantes dessa região tão rica, mas tão vítima dessa sanha persecutória das políticas indigenistas, ambientalistas, que têm influência internacional muito direta no nosso país. Queria parabenizar V. Exa. pela exposição e pelo requerimento, que certamente será aprovado.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o Requerimento nº 36, de autoria do Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Parabéns, Senador!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – Item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 37, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que seja convidado o Senhor Gilberto Carvalho, Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária - SENAES, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a celebração de todos os contratos com organizações não-governamentais no âmbito da SENAES do Ministério do Trabalho e Emprego e, em especial, quanto contrato atinente ao Acórdão 1355/2025 - Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU, de 18/6/2025, que suspendeu repasses de recursos destinados à retirada de lixo da terra indígena Yanomami, em Roraima.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR) e outros

Eu queria fazer uma explicação, querido Senador Marcos Rogério, senhoras e senhores: o Ministro Benjamin Zymler suspendeu esse repasse de recurso de R$15 milhões para uma organização não governamental chamada Unisol (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil), que funciona numa sala alugada, de 40m^2, no subsolo de um prédio de um sindicato, lá em São Paulo, e que tem, entre seus diretores, Carlos José Caramelo Duarte, que ao mesmo tempo é Vice-Presidente do sindicato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse acordo foi firmado pela Secretaria de Economia Popular e Solidária, presidida pelo Sr. Gilberto Carvalho; aliás, ele é Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária.

Eu fiquei muito preocupado, Senador Marcos Rogério, do porquê desse critério de escolher uma ONG lá de São Paulo para fazer limpeza na área Yanomami. É algo que eu não consegui entender.

De forma que, para não me delongar, eu apresentei esse requerimento, em que estou solicitando a presença do Sr. Gilberto Carvalho, que é o Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária, para ele esclarecer por que essa contratação de uma empresa que aparentemente não tem nenhuma qualificação prévia para fazer esse tipo de trabalho num lugar tão longínquo como a Reserva Yanomami.

Então eu queria aqui o apoio das Sras. e dos Srs. Senadores, para que nós aprovássemos esse requerimento e que, na presença do Sr. Gilberto Carvalho, a gente tivesse a oportunidade de esclarecer essa questão que nos causa uma profunda estranheza.

O senhor quer fazer alguma manifestação, Senador?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas para cumprimentar V. Exa. pela iniciativa do requerimento. V. Exa. está, dentro das atribuições que tem como Senador da República e como Presidente desta Comissão, fazendo um requerimento e, neste momento, sendo absolutamente respeitoso, porque isso é de uma suspeita sem tamanho, não é? Só pelo que V. Exa. relatou aqui, já é algo que nos causa espécie o modelo de contratação e as condições da empresa contratada, da entidade contratada.

Então, faço questão de subscrever com V. Exa. o requerimento apresentado. E, quando da vinda a esta Comissão do Sr. Gilberto Carvalho, que tem um histórico de atuação nos Governos do PT, já do passado e agora, no presente, faço questão de estar aqui para também ouvir as justificativas e as explicações, se é que elas existem, não é? E posteriormente a isso, é possível inclusive a adoção de outras providências em relação a esse contrato.

Mas eu queria cumprimentar V. Exa. pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Em votação, o Requerimento nº 37, de 2025, de minha autoria.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Um bom dia a todos e a todas.

(*Iniciada às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia oito de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Ana Paula Lobato e Damares Alves, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Wellington Fagundes, Sérgio Petecão, Augusta Brito e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Pedro Chaves, Cid Gomes, Jorge Seif, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Dr. Hiran e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 34/2025 - CTFC, de autoria Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), e REQ 38/2025 - CTFC, de autoria Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Finalidade:** Prestar informações sobre a desestatização/privatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar). **Participantes:** Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); Jonsue Trapp Martins, Representante da Comissão de Empregados da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar); Paulo Jordanesson Falcão de Carvalho Marcos, Advogado do Comitê de Trabalhadores da Celepar; e Daniel de Andrade Oliveira Barral, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto à ANPD. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sergio Moro

Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/08

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Eu quero aqui, inicialmente, cumprimentá-los e agradecer a presença dos expositores na presente data, em especial, do Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Dr. Waldemar Gonçalves Ortunho Junior, e agradecer igualmente ao Sr. Jonsue Trapp Martins, que é o representante da Comissão de Empregados da Celepar.

Declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade debater a desestatização ou privatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, a empresa pública denominada Celepar, em atendimento aos Requerimentos 34 e 38, de 2025, da minha autoria.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria do Senado Federal, 0800 0612211.

Como adiantei, nós recebemos aqui os seguintes expositores... Renovo os meus agradecimentos de os senhores disponibilizarem o tempo e a vinda ao Senado Federal para debater esse tema tão importante, que, embora seja localizado, vamos dizer assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geograficamente no Estado do Paraná, é um tema que nós percebemos, pelo debate com os Senadores, na data da aprovação dos requerimentos, que interessa igualmente a outros estados, já que envolve essas questões sensíveis relacionadas à tecnologia da informação e a dados pessoais, patrimoniais de pessoas que têm essas informações coletadas ao utilizar essa tecnologia.

Eu quero registrar aqui, como até consignei no início da aprovação dos requerimentos, que eu tenho uma crença na liberdade de mercado. Eu acredito na privatização, ou nas virtudes da privatização. O Estado, a meu ver, tem um papel mais limitado na produção de bens e serviços; aliás, o Estado tem diversas obrigações de que hoje ele mal cuida, como educação, saúde e a própria segurança pública, mas tem um papel regulatório importantíssimo, inclusive aqui a própria Autoridade Nacional de Proteção de Dados foi criada com esse propósito de tratar desse tema tão relevante que é a proteção de dados.

Então, a discussão sobre a privatização, a desestatização da Celepar não é nenhuma contrariedade à privatização em si, mas diz respeito ao modelo: porque nós somos favoráveis à privatização, não quer dizer que somos favoráveis a qualquer modelo – e qualquer modelo deve ser muito bem avaliado. O que eu percebo, como representante do meu estado aqui no Senado Federal, é que esse tema tem sido, infelizmente, pouco debatido, tanto lá no Paraná como por aqui, e que há legítimas preocupações em relação à proteção dos dados que hoje estão na guarda da Celepar.

Apesar dessas observações, também quero registrar aqui que o debate será absolutamente cordial e que o debate será absolutamente técnico sobre esses temas. O próprio convite feito aqui ao Diretor-Presidente da ANPD deve-se mais à questão técnica e às atribuições da agência do que propriamente a um envolvimento da agência – o que não existe – na privatização da Celepar.

Lamento, no entanto, a ausência, que aqui tem que se registrar, do Diretor Presidente da Celepar, que foi convidado, na semana passada, nesse requerimento. É o Sr. André Gustavo Souza Garbosa, e que, no entanto, em seguida, tirou férias – férias tiradas após a comunicação do convite feito pelo Senado Federal. Não me parece aí uma atitude correta por parte, na verdade, de um servidor público do Estado do Paraná. E, caso tivesse vindo, seria tratado aqui com absoluta tranquilidade e lhaneza. Há apenas o objetivo, como disse, de nós discutirmos esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fizemos um convite também ao Diretor interino, o Sr. John Fábio Juskas Neves Filho. Pelo menos eu esperava que o Diretor substituto estivesse presente para prestar os esclarecimentos necessários, e também não confirmou a participação.

Aqui eu tenho que registrar que é um desrespeito ao Senado Federal e a esta Comissão a ausência de ambos. E vou analisar com a minha equipe se fazemos uma nova audiência, em agosto, com eles, para que não tenha aí a desculpa, então, de férias supervenientes. De todo modo, isso acaba, na prática, dificultando o debate, pois seria importante ouvir aqui as razões da Celepar em relação aos questionamentos que nós poderíamos efetuar sobre esse tema. Mas, enfim, de todo modo, vamos fazer a audiência pública e ouvir aqui os convidados.

Eu cogitei aqui em nós concedermos dez minutos de exposição inicial para cada um deles. Se o Diretor Presidente da Agência Nacional de Proteção de Dados me permite, talvez como existe uma necessidade de problematização, ouvirmos primeiro, então, o Sr. Jonsue...

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... já que existe uma série de preocupações em relação a esse tema. Daí nós ouvimos por dez minutos V. Sa. e depois, eventualmente, ampliamos também o debate para réplica e tréplica, embora não seja aqui um contraditório entre ambos, mas é apenas para que nós possamos evoluir no debate. Eu também tenho as minhas indagações, que eu gostaria de fazer, mas primeiro eu gostaria de ouvi-los.

Então, desde logo, eu passo aqui a palavra ao Sr. Jonsue Trapp Martins, representante da Comissão de Empregados da Celepar, e que teria esta Comissão uma série de preocupações relacionadas a esse tema. (*Pausa.*)

O SR. JONSUE TRAPP MARTINS (Para expor.) – Boa tarde.

Boa tarde a todas as autoridades aqui presentes, em especial ao Dr. Sergio Moro, responsável por trazer esse tema tão importante para debate nesta Casa.

Cumprimentando o Dr. Sergio Moro, também cumprimento o Dr. Waldemar e os demais presentes nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos aqui para debater o tema da desestatização da Celepar.

A Celepar, para quem não conhece, é a empresa pública de dados mais antiga do país, uma empresa com 60 anos, que construiu um legado de eficiência e soluções inovadoras, derrubando o mito sobre o funcionalismo público.

Possuímos equipes técnicas, equipes de analistas, que sempre buscaram solucionar os problemas e melhorar o serviço público do nosso estado, um quadro extremamente especializado, com pessoas graduadas, pós-graduadas, além de mestres e doutores das mais diversas áreas da tecnologia. Temos, desde especialistas em processamento de dados, sistemas, parque de infraestrutura. E, por toda essa capacidade, a Celepar é reconhecida e conhecida, através da Abep-TIC (Associação Brasileira de Entidades Estaduais e Públicas de TIC), como uma referência. Ela possui soluções nas áreas de saúde, segurança, educação, tributos, logística portuária, entre outras áreas de Governo.

Já ganhamos diversos prêmios – no Secop, por exemplo, que é o Seminário Nacional de TIC para Gestão Pública. Um dos exemplos que a gente tem é o Gesuas, que foi premiado e é o sistema de gestão hospitalar utilizado em todos os hospitais do Estado do Paraná. Também, e isso até o próprio Governador fala, temos o Detran mais inteligente e mais informatizado do Brasil. Fizemos diversos sistemas para agilizar, para retirar o pessoal das filas, agilizar o atendimento, como sistemas de identidade, de Carteira Nacional...

E um dos motivos, das justificativas, para a privatização, do Governo, seria aumentar a concorrência, permitindo que empresas privadas também desenvolvessem sistemas para o estado. Acontece que a Celepar é uma empresa estatal, uma empresa do Governo e, por esse motivo ela pode ser contratada pela administração pública com dispensa de licitação, os senhores sabem.

É claro que, para isso, existe a necessidade de uma justificativa de que a Celepar seja uma empresa mais vantajosa, técnica e economicamente, para cada órgão. Isso significa dizer que nenhum órgão é obrigado a contratar a Celepar. Qualquer serviço é possível ser contratado com outras empresas, mas, devido ao nosso conhecimento e preço justo, todos os órgãos do estado são nossos clientes. Alguns tentaram contratações fora, a exemplo da Secretaria da Fazenda, neste próprio Governo. Tinha uma contratação para o desenvolvimento do Sistema Integrado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Administração Financeira, que é o Siaf, junto a um consórcio, porém ele precisou recorrer à Celepar para terminar o serviço, o que gerou grandes prejuízos para o estado e uma multa até ao próprio fornecedor.

A própria Secretaria de Saúde também teve desenvolvimentos externos, mas teve que recorrer à Celepar e economizou mais de R$140 milhões com o desenvolvimento dos sistemas para a gestão de hospitais.

Hoje a Celepar concentra a parte de rede física do estado, a parte de servidores, de rede, de serviços de e-mail, soluções, evitando invasão, ataques cibernéticos e vazamento de dados, como a gente tem ouvido com frequência na mídia, em que muitas empresas – até, na semana passada, a gente teve um vazamento aí no próprio Pix –, e a gente nota, não têm, às vezes, a mesma segurança que uma empresa do próprio Governo tem.

Não oferecemos *software* de prateleira. A gente não vende *software* simplesmente para o mercado e, sim, são *softwares* exclusivos para os órgãos, *softwares* que consideram a parte da legislação, estrutura e capacidade de investimento das secretarias.

Hoje a Celepar concentra e tem desenvolvidos mais de mil sistemas do estado, e grande parcela desses sistemas se integra com sistemas federais de todas as áreas, compartilhando extensas bases, e o Dr. Moro colocou essa preocupação que a gente tem. Então, temos informações cruciais de segurança pública, dados tributários, dados fiscais, além de dados de segurança nacional e soberania de Estado.

Bem, quando a gente soube da apresentação do projeto para desestatização da Celepar, que já estava circulando de forma anônima no estado, vindo do Executivo, formamos um comitê de trabalhadores para tentar debater esse assunto, porém o projeto de lei foi para a Assembleia Legislativa em regime de urgência, enviado pelo Executivo e pelo Governador, e, em oito dias, sem nenhuma discussão ou debate amplo, principalmente sobre os riscos, custos e impactos que uma decisão desse nível e desse porte gera em todo o estado, foi aprovado.

O que a gente nota é que o estudo, inicialmente enviado pelo Executivo, é extremamente superficial. Em nenhum momento, ele traz uma análise rigorosa, como foi o caso da CGU, que barrou até então a privatização do Serpro e da Dataprev, pois concluiu não haver empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privadas capacitadas para assumir suas funções e, por consequência, as das empresas estaduais de TIC, colocando em risco políticas públicas essenciais e estratégicas para o estado e para o país. Além disso, a gente tem a PGE, que, no início desse processo, colocou que, após a privatização, serviços críticos como o *data center*, o VoIP e a gestão de rede não poderão mais ser executados pela Celepar, reforçando os riscos da medida.

Citando ainda a nota técnica do Ministério Público Federal, alertamos que os serviços essenciais prestados pelo Serpro e, consequentemente, pela Celepar não podem ser transferidos à iniciativa privada. Essa vedação decorre não apenas da proibição expressa na LGPD, mas também dos graves riscos à segurança do Estado, com potencial até mesmo para configurar infração, conforme a Lei de Segurança Nacional.

Bem, a gente cita que a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais, conforme art. 4º, inciso III, da LGPD.

Então, os dados e sistemas de diversos órgãos se enquadram nesses casos, por exemplo, Secretaria da Fazenda, de que foram citados aqui os sistemas que a gente desenvolve, Secretaria da Administração e da Previdência, Secretaria de Infraestrutura e Logística, controladorias, DETRANs, Ministério Público, procuradorias, Secretarias do Meio Ambiente, da Educação, da Justiça e Cidadania, do Planejamento, da Saúde e da Segurança Pública, entre outros. Por isso, colocamos que isso precisa de regulamentação específica.

Tivemos conhecimento também da Resolução nº 23, da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que aprovou a agenda regulatória para o biênio 2025-2026, estabelecendo as iniciativas prioritárias para a regulamentação e implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que incluem desde os direitos dos titulares e o tratamento de dados de alto risco até o compartilhamento de dados pelo poder público e definição dos padrões mínimos de segurança.

Bem, para encerrar esta primeira parte, eu só gostaria de citar, como temos esse pedido aqui, da resolução da ANPD, se não seria, nesse caso, prudente esperar que tudo isso seja regulamentado para que a gente tenha uma sequência na tentativa da privatização da Celepar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posso, depois, complementar com algumas outras falas, em relação a não ter nada preparado dentro da administração pública. Fizemos vários pedidos para as secretarias estaduais, em relação ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação, em relação a estudo técnico preliminar, em relação ao relatório de impacto de proteção de dados pessoais da LGPD, e nenhum deles respondeu minimamente em relação a esses estudos, o que prova que as secretarias também não estão preparadas para essa privatização.

Finalizando a minha parte da fala, a gente tem um vídeo do próprio Presidente da Celepar, no início do ano, no qual ele trata a possibilidade de monetização dos dados. Então, no início do ano, ele prestou uma entrevista a uma rádio e afirmou que é possível saber os hábitos de consumo de uma pessoa através de informações extraídas do sistema Nota Paraná, que podem ser monetizados em forma de venda das informações para comerciantes.

Portanto, essa possibilidade da monetização dos dados de consumidores já está sendo oferecida pelo próprio Presidente da Celepar como uma vantagem para quem comprar a empresa. Então, é por aí que a gente gostaria de puxar esta discussão.

E o último ponto, só complementando: em junho deste ano, tivemos um ofício da Casa Civil, enviado às secretarias, com a recomendação de que as secretarias renovassem, em um contrato de cinco anos com a Celepar, para que tivesse continuidade com essa nova empresa que irá assumir, e, também, fizessem um termo de anuência da operação para exploração comercial de programas de computador e compartilhamento de código fonte e outras avenças. É uma grande preocupação, porque o estado pagou por todo esse desenvolvimento, durante 60 anos de existência da Celepar, e, hoje, então, o estado vai repassar uma empresa que visa a ser privatizada, então, como uma garantia de um bem que é intangível, que é o *software* – os sistemas –, que possui um valor incalculável.

Agradeço ao Doutor e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço a exposição do Sr. Jonsue sobre este tema, e depois poderemos ouvi-lo novamente para complementações, mas vamos ouvir, então, por dez minutos – esse tempo é flexível, tá, Dr. Waldemar? –, o Diretor-Presidente da ANPD.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Senador, gostaria de, primeiramente, cumprimentar a mesa e, na sua pessoa, cumprimento a todos.

Já digo, de antemão, que a ANPD não tem nada a favor e nada contra a privatização. Acho que a gente tem que fazer essa discussão e que a decisão seja a melhor para o país, para o Estado do Paraná. Para isso, nós abrimos esse canal de discussão, não somente hoje, mas a ANPD está de portas abertas a tratar do tema.

A Lei Geral de Proteção de Dados foi uma lei baseada, vamos dizer, no GDPR europeu. Então, é uma lei bem protetiva, moderna, e nós nos orgulhamos dessa lei, que teve, praticamente, oito anos de discussão aqui, no Congresso Nacional para, depois, sua aprovação.

A ANPD foi criada no auge da pandemia. Estava, vamos dizer, impedido de se colocar dinheiro na criação. Então, foi um arranjo, nós fomos criados, eu acho, no momento certo, uma série de atividades burocráticas e necessárias foram feitas. Alçamos para uma autarquia especial, mas aquela estrutura de uma autarquia especial não chegou até hoje à ANPD, e estamos batalhando por isso. Daí o nosso quadro ser totalmente de requisitados, agora que vamos começar um concurso público de temporários. Então, vamos dizer, eu acho que aprendemos a fazer, mas não podemos fazer na velocidade que gostaríamos as nossas atividades, vamos dizer, cotidianas.

A Lei Geral de Proteção de Dados tem uma... Alguns têm a ideia de que todos os dados pessoais são sigilosos, e isto não é real. Quero dizer, nós convivemos bem com a LAI, a parte de transparência é importante. E, nesta lei, eu tenho um tripé bem definido: o controlador, o operador de dados e o titular de dados. O titular é nosso foco principal nessa proteção. O controlador faz, vamos dizer, a eleição de quem que é o seu operador, mas é um tripé em que o tratamento de dados, os agentes de tratamento são exatamente o controlador com o seu operador.

A lei não veda a privatização em si, apenas impõe limites específicos, o que é importante frisar, quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis. Então, o poder público, independentemente do operador de dados, continua sendo o controlador de dados pessoais, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos da Lei Geral de Proteção de Dados, sujeito a todas as obrigações impostas pela lei. A ANPD não pode afirmar ou endossar, sem uma avaliação técnica específica, que determinado operador realize o tratamento integral de dados pessoais relacionados exclusivamente à segurança nacional, à segurança pública. Assim, a sua privatização não estaria automaticamente vedada pela lei. Não existe na legislação uma proibição genérica de privatização por conta da Lei Geral de Proteção de Dados. Cada caso deve ser analisado individualmente, considerando a natureza de dados tratados e as atividades realizadas.

As obrigações estabelecidas pela lei podem, por exemplo, ser materializadas por meio de contratos de concessão ou parcerias público-privadas que estabeleçam claramente limites quanto ao acesso e tratamento de dados pessoais. Cláusulas contratuais específicas podem ser estabelecidas, exigindo auditorias, controles públicos e periódicos, prestação de contas sobre o tratamento de dados, garantindo uma conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.

Como é a governança como alternativa à restrição à privatização? A governança eficaz de dados pode assegurar o cumprimento da exigência da Lei Geral de Proteção de Dados mesmo após a privatização. Não é a propriedade pública que garante a segurança e proteção de dados, mas, sim, uma adequada governança e fiscalização. O desenvolvimento de políticas robustas de governança de dados pessoais, com forte controle regulatório da ANPD, viabiliza a gestão segura e eficaz dos dados por empresas privadas.

A ANPD detém competência para fiscalizar, regulamentar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados por empresas privadas ou públicas, impondo padrões técnicos de segurança, interoperabilidade, considerando a natureza das informações tratadas, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, especialmente no caso de dados pessoais sensíveis, inclusive exigindo relatórios de impacto à proteção de dados periódicos, auditorias e avaliação de riscos. Assim, mesmo uma empresa privatizada continuaria submetida à supervisão rigorosa da ANPD, afastando o risco de excessivos relacionados à proteção de dados pessoais.

No cenário mundial, nós temos países europeus sob o regime da do GDPR, a lei europeia, e diversos serviços que tratam dados pessoais de interesse público sendo prestado por empresas privadas, sob regulação forte, comprovando que as privatizações podem ocorrer sem prejuízo à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança e à proteção de dados pessoais. O caso europeu demonstra que a proteção de dados pessoais depende muito mais da regulação e de uma fiscalização efetiva do que da natureza da propriedade.

A entrada de capital privado frequentemente traz investimentos em inovação tecnológica, infraestrutura, fortalecendo a segurança e modernizando o tratamento de dados pessoais, potencialmente aumentando a conformidade com a LGPD em vez de reduzi-la.

A privatização pode ocorrer acompanhada de audiências públicas, debates legislativos, participação popular ativa, garantindo maior transparência no processo e assegurando que a gestão dos dados pessoais permaneça alinhada ao interesse público.

A nossa lei tem 65 artigos, Senador, e ainda temos praticamente 80% desses artigos a serem ainda normatizados.

Então, em resumo, nós não somos nem a favor, nem contra. Não há impossibilidade legal, generalizada, de privatizar uma empresa pública apenas pela existência ou obrigação trazida pela lei, desde que os mecanismos de governança, contratos específicos e controles regulatórios sejam robustos e eficazes, assegurando o devido respeito às normas sobre proteção de dados pessoais.

E, aproveitando o momento, nosso art. 4º, que são as exceções... A própria lei prevê que isso será tratado com novas regras; é o que a gente chama de LGPD Penal. No Congresso, nós temos dois projetos de lei que estão parados e temos feito todo o movimento possível para que isso vá adiante.

Então, acho que, na Lei Geral de Proteção de Dados, vem a calhar essa parte de segurança pública, segurança do Estado, a parte de investigação. Acho importante, peço o apoio da Casa para que isso tenha um valor incrementado e que se dê uma celeridade à nossa Lei Geral de Proteção de Dados.

Era isso o que nós queríamos falar inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Tenho umas indagações específicas, algumas direcionadas aqui à ANPD e outras direcionadas a ambos, mas uma delas é bastante simples: a ANPD foi consultada, de alguma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maneira, sobre a privatização ou sobre eventuais problemas decorrentes da privatização, seja pela Celepar ou por algum órgão de fiscalização? Houve alguma espécie de consulta?

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR – Não, nós não tivemos uma consulta oficial em que se abrisse um processo justamente para um caso concreto. Nós analisamos casos concretos; algo genérico, geral, é praticamente impossível.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E também, de ofício, a ANPD não se debruçou sobre esse tema específico envolvendo a Celepar e a privatização?

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Tá.

Quando o senhor mencionou que não é contra a privatização, o senhor disse que o importante é que os dados continuem sendo resguardados nos termos da LGPD; a importância, então, é dos mecanismos de governança, correto?

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É correto, também, eu afirmar que, como a ANPD não se debruçou sobre esse caso específico, então o senhor também não conhece se existem ou não existem mecanismos de governança previstos para essa privatização específica?

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR – Certo.

No caso de a ANPD ser inserida nesse caso, nós teríamos que fazer uma análise de, primeiro, quais são esses dados, se são de segurança pública – acho que isso é importante – e fazer uma análise completa dos riscos e de tudo que está envolto nessa operação de privatização.

Então, isso é importante, vamos dizer, para se emitir algum entendimento técnico a respeito do tema.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas isso seria alguma atribuição da ANPD? Ela poderia ser provocada a se debruçar sobre isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR – Ela pode ser provocada.

Barral, por favor, se for...

O SR. DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL (Para expor.) – Boa tarde, Senador.

Sim, a ANPD tem a possibilidade de ser provocada pelas instâncias competentes para se pronunciar num procedimento apuratório conduzido pela nossa coordenação de fiscalização, e aí ela poderia, com mais vagar, analisar que dados seriam esses, em que condições haveria esse trânsito de dados entre o poder público e essa futura possível empresa terceirizada, privatizada, e avaliar a compatibilidade disso com a LGPD ou não.

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR – Senador, importante: onde nós trabalhamos, nós somos cinco diretores.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim.

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR – Essa é uma decisão que seria tomada por nosso Conselho Diretor, esse parecer final.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Desculpe-me aqui a minha ignorância, e esta pergunta também talvez seja mais propriamente para o Dr. Daniel, aqui presente: essa legitimidade daria para provocar a ANPD ou precisa de um caso concreto de violação, de suposta violação? Qual que é essa legitimidade?

O SR. DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL – Senador, nós temos três hipóteses de acionamento: petição do titular, uma denúncia de qualquer um do povo que poderia acionar a ANPD para se manifestar, mas, como o Presidente pontuou na sua fala inicial, diante do volume de denúncias que chegam diariamente à ANPD, a fiscalização adota uma conduta de selecionar os casos mais pujantes, mais importantes, que têm um impacto maior a toda a coletividade, e aí ela abre um processo fiscalizatório à medida do impacto à sociedade.

Então, receberíamos a denúncia, que passaria por um tratamento pela CGF, e, se houvesse essa possibilidade de avaliação técnica da importância do tema, diante da escassez de mão de obra disponível para conduzir a fiscalização... Para o senhor ter uma ideia, somos, na fiscalização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– o Presidente pode me corrigir se eu estiver equivocado –, seis servidores, que conduzimos todas as fiscalizações de todo o Brasil.

Então, diante da dificuldade de mão de obra, todo o esforço fiscalizatório tem sido conduzido para *big techs* e questões que têm chegado, inclusive, aqui ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas é uma questão bem prática: tem essa Comissão de Empregados da Celepar, que enviou aqui o representante, o Jonsue, ele poderia provocar a ANPD...

O SR. DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... indagando sobre pontos relacionados. Indagar oficialmente e ter uma resposta oficial.

O SR. DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O Sr. Jonsue, aqui presente, mencionou uma frase do Diretor-Presidente da Celepar sobre a comercialização dos dados pessoais. Eu não sei bem em que contexto ele colocou isso, porque eu não vi o vídeo inteiro, mas é uma pergunta também objetiva: esses dados pessoais dos paranaenses, transferidos, por exemplo, nessa privatização – porque você tem, pelo menos, uma mudança da guarda – podem ser objeto de alguma comercialização com base na Lei Geral de Proteção de Dados?

O SR. DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL – Presidente, Senador, essa questão não é tratada expressamente pela LGPD. Já houve um caso em que o Conselho – e eu tenho bastante cuidado de me manifestar nesse ponto, porque, como disse, o Conselho é a instância competente para falar em nome da interpretação da LGPD –, entendeu por bem expedir uma medida cautelar, suspendendo a comercialização de coleta de dados de uma empresa que estava fazendo coleta em São Paulo, justamente com preocupações a respeito dessa monetização e isso, de alguma forma, colidir com os princípios da LGPD, especialmente no consentimento.

Então, o tema é sensível e deveria merecer uma análise da fiscalização, mas, a princípio, existe um possível problema nessa afirmação do Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR – Senador, vamos dizer, em 2022, nós tivemos que trazer dados pessoais como um direito fundamental, constitucional. Então, quer dizer, nós trouxemos esse direito, e agora queremos que o titular venda esse direito. Então acho que é algo a se pensar bastante e discutir bastante.

No caso que o Procurador Barral citou, em São Paulo, estava-se fornecendo consentimento mediante uma indenização. Para nós, pode continuar, se tiver o consentimento, mas sem esse pagamento. E muitas vezes, o titular não tem ainda conhecimento e nem consegue analisar as consequências daquilo que está liberando.

Então eu acho que é uma coisa bem estratégica, que a gente tem que discutir muito antes de tomar uma decisão.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É, no exemplo que foi colocado aqui pelo Sr. Jonsué, da Nota Paraná, nota fiscal, o contribuinte paranaense compra um determinado produto, é emitida uma nota, isso vai para os bancos de dados do Governo do estado e fica lá registrado. E, pelo que ele me disse, na guarda então da *data center* da...

O SR. JONSUE TRAPP MARTINS (*Fora do microfone*.) – Da Celepar.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Da Celepar. Se a Celepar é privatizada, esses dados podem ser objeto de alguma comercialização? Olhe: as preferências de compra da população paranaense.

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR – Senador, então aqui, antes de entrar na parte jurídica, o consentimento é algo que tem que ser de forças similares. Então, por exemplo, consentimento patrão-empregado, esse consentimento não existe. Vamos dizer, se o empregado não consentir, vai ser demitido. O.k.? Então isso tem que ficar bem claro. Quando eu faço uma declaração de Imposto de Renda, enquanto eu não resolvo todos aqueles problemas, não é aceita. Então eu não estou consentindo que meus dados sejam utilizados pela Receita. Eu fui mais ou menos coagido a colocar todos aqueles dados, para que a minha declaração fosse aceita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse consentimento tem que ser por escrito, tem que ter esse equilíbrio de forças, tem que ser, inclusive, dada a possibilidade de eu revogar o consentimento. Eu consenti num determinado momento, mas eu vi que não era bem isso que eu queria e posso refazer minha opinião.

O SR. DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL – Perfeito. E complementando o que o Presidente colocou, na LGPD nós temos fundamentos legais para tratamento da base de dados, seja no art. 7º, seja no art. 11.

Tentando aqui, Presidente, analisar o caso concreto e avaliar o enquadramento disso na LGPD, a gente poderia, por uma hipótese bastante extensa, porque isso seria uma hipótese de uso secundário de um dado. Ele foi coletado para uma finalidade, que foi para coletar a finalidade do contribuinte e para fins fiscais, e fazer um uso secundário não previsto na coleta originária. Isso teria, em princípio, falando em tese, certa colidência com a LGPD.

Haveria uma única possibilidade, que era a de legítimo interesse. Isso foi regulamentado pela LGPD, mas é uma via bastante estreita, uma hipótese bastante excepcional, e teria que ser analisada a viabilidade disso diante do caso concreto.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É, eu fico com a impressão de que não pode, não é? Porque você está comprando um produto, a nota está com seus dados pessoais, às vezes, até dados de endereço, CPF e tal, etc, suas preferências. Isso é para o seu controle fiscal, não para ser utilizado para fazer qualquer espécie de comercialização. E me parece que a resposta foi nessa linha.

Tem mais uma pergunta, e depois eu passo aqui.

Um dos pontos problemáticos que tem sido apontado é a previsão do art. 4º da LGPD, do §4º, que tem a previsão de que: "Em nenhum caso a totalidade dos dados pessoais de banco de dados de que trata o inciso III [aí tem: segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado, atividade de investigação e repressão de infrações penais] [...] poderá ser tratada por pessoa de direito privado, salvo por aquela que possua capital integralmente constituído pelo poder público".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que alguns críticos ali dessa desestatização afirmam é que a Celepar contém dados relacionados, por exemplo, à segurança pública do Estado do Paraná – por exemplo, boletins de ocorrência –, hospeda esses dados nos seus serviços de processamento nos seus *data centers*.

Esse dado pode, não sei se eu tenho a interpretação correta ou não, mas ele pode ser transferido para uma empresa adquirente nesse processo de privatização ou há uma vedação expressa aqui em relação a esse tema?

O SR. DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL – Presidente, essa é uma questão que ainda não foi enfrentada pela ANPD, especificamente, mas, realmente, o art. 4º, §4º é o mais sensível nessa discussão, sem dúvida nenhuma.

Eu destaco, Senador, que o §4º fala da totalidade. Então, eu imagino que, em a ANPD sendo chamada a se manifestar sobre o assunto, ela vai se debruçar sobre o caso concreto e avaliar se, em uma eventual privatização, toda a base de dados teria que ser tratada exclusivamente por essa empresa privatizada.

Destaco também que, nesse caso, a Secretaria de Segurança Pública é o controlador, ou poderia ser o controlador num eventual cenário de privatização, e a empresa privatizada funcionar como operadora, ou seja, todas as decisões do controle, da atividade de operação serem realizadas pela Secretaria de Segurança Pública e a empresa pública somente operacionalizar a operação de tratamento.

De novo, esse é um artigo que não foi enfrentado antes pela ANPD e mereceria uma análise do colegiado. E destaco também que o termo totalidade aí tem uma importância hermenêutica para a gente chegar a uma conclusão sobre se é possível ou não essa privatização.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – No Estado do Paraná, eu tenho a minha carteira de identidade expedida pela Secretaria de Segurança Pública. É uma carteira de identidade antiga, mas está lá, no RG, SSP/PR. Os dados do RG que são, vamos dizer, emitidos aí, as carteiras de identidade se enquadrariam nessa segurança pública aqui prevista nesse inciso? Como é que ficaria isso?

O SR. DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL – De novo, Senador, esse seria um tema muito rico de ser trabalhado na LGPD penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a LGPD traz é que, seja matéria de investigação, seja matéria de segurança pública, ela estaria afastada do âmbito de incidência da LGPD e que esse tema seria melhor trabalhado numa LGPD específica.

Mas acredito que sim, acredito que os temas que são importantes para cadastramento ou para operações de atividade policial se enquadrariam nesse mesmo conceito.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É porque, apesar de ser segurança pública, é registro civil de identidade, não é?

Então, não é uma coleta de dados criminais, inclusive. Mas tem as digitais que você fornece ali e ficam na base desse registro civil. Isso poderia ser repassado à entidade privada?

O SR. DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL – É uma boa pergunta, Senador. (*Risos.*)

Confesso que não arrisco uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Acho que eles vão fazer uma consulta formal. (*Risos.*)

A última pergunta para eles aqui. Eu tenho algumas perguntas para o senhor.

Há uma referência a uma manifestação da AGU, no passado, relacionada a uma possibilidade de privatização do Serpro, e foi um parecer emitido na data de 19 de janeiro de 2021, que colocou alguns empecilhos, à época, a essa intenção de privatizá-lo. Não vou entrar no mérito aqui, mas indago se os senhores estão familiarizados com isso.

O SR. DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL – Sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Haveria uma situação de similaridade com essa questão da Celepar? É possível dizer ou não?

O SR. DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL – É bem semelhante, Senador. Essa foi uma manifestação, nota técnica, salvo engano, do 3º GT-TIC, do MPF, que analisou a questão nos idos de 2021, e entendeu, justamente no contexto do art. 4º, §4º, que haveria um ponto de atenção e encaminhou isso para o órgão responsável pelos estudos, à época, da privatização. Está nesse contexto que o senhor muito bem estava perguntando, do art. 4º, §4º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Bem, eu presumo que a Celepar, nesse processo de privatização, esteja se preocupando com esses aspectos.

Eu, por exemplo, perguntaria agora ao Diretor-Presidente da Celepar: quais são os mecanismos de governança que estão sendo previstos e elaborados para garantir que não haja um mau uso dos dados pessoais dos paranaenses após a privatização?

E também perguntaria ao Diretor-Presidente da Celepar: está havendo uma segregação desses dados de segurança pública? Como isso tem sido tratado? E se ele visualiza esse §4º do art. 4º como empecilho porque, nos documentos a que eu tive acesso aqui, inclusive nos da aprovação da lei estadual, esses assuntos não são ali tratados diretamente. Por isso, seria importante que tivesse vindo, aqui ao Senado Federal, até em respeito ao Congresso, o Diretor-Presidente da Celepar ou o seu substituto. Na falta deles, eu vou tomar a liberdade de fazer essas perguntas, já que imagino que a comissão de empregados esteja acompanhando esse processo.

O senhor tem conhecimento de quais mecanismos de governança estão sendo adotados ou implementados para a preservação dos dados dos paranaenses, para que eles não sejam utilizados de uma maneira incompatível com as previsões da LGPD? Há alguma atividade em desenvolvimento relacionada à segregação desses dados que, aparentemente, não poderiam ser compartilhados nesse processo de privatização?

Então, concedo a palavra a Jonsue, evidentemente, se V. Sa. tem conhecimento desses fatos.

O SR. JONSUE TRAPP MARTINS (Para expor.) – Certo.

A gente tem conhecimento que foi nomeada uma comissão interna – deixe-me só encontrar aqui – para a segregação desses dados, porém, em nenhum momento, eles estão tratando – deixe-me só abrir aqui para ver se eu acho – da totalidade dos dados, o que até ficou claro aqui. Porém, não se sabe... Como eu falei, como a gente não tem acesso às informações de como elas estão sendo tratadas, a gente não sabe quais sistemas estão sendo colocados nessa segregação e como está sendo feita essa segregação, porque hoje a totalidade dos dados está na Celepar – os bancos de dados, como foi falado –, e na equipe da Secretaria de Segurança Pública não existem especialistas em tecnologia de informação e, principalmente, em banco de dados para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

auxiliar nessa separação. Então, hoje eles não têm quadro de servidores públicos com essa capacidade.

Foi por isso que colocamos desde o início sobre a tentativa de ser colocado muito rapidamente isso na forma de uma separação sem ter um estudo propriamente dito. Como eu falei, em nenhum momento a gente falou que é impossível, porém não dessa forma como está sendo feito, de forma atropelada, tentando levantar os dados e sem uma consistência muito grande, porque são inúmeros dados da segurança pública. Inclusive, a gente sabe de termos de cooperação, não só da segurança pública, mas da segurança pública com os outros entes do estado, como, por exemplo, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública do Paraná e a parte também de penitenciárias, como a gente tem todo o cadastro dos presos e das pessoas que vão visitar os presos. Então, tem inúmeros sistemas – identidade, como foi citado, né? –, que são sistemas que estão na Celepar, e a gente não sabe de que forma está sendo tratada essa separação. Assim como o caso que foi colocado também, hoje a Celepar tem um *data center* Tier 3, que é o exigido em alguns casos para armazenamento dessas informações.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Esses mecanismos de governança que eu indaguei são, vamos supor, para aqueles dados que podem ser transferidos – não estou falando daqueles dados em que, em tese, há proibição legal de haver transferência, mas de outros dados que não se enquadram naquele §4º –; quais são os mecanismos, se V. Sa. tem conhecimento, que estão sendo elaborados no âmbito dessa privatização para evitar, por exemplo, que a empresa que compre, que adquira o controle da Celepar utilize os dados dos paranaenses para fins privados específicos, ou seja, para que se cumpra a LGPD? Porque, é claro, em princípio, vão ter que cumprir a lei, mas está sendo passada uma quantidade significativa de dados valiosos para os paranaenses, e imagino que existam aí algumas construções para se evitar o mau uso desses dados. Existe algo nesse sentido? V. Sa. tem conhecimento? E, se V. Sa. tem conhecimento, quais são essas providências que têm sido tomadas?

O SR. JONSUE TRAPP MARTINS – Pelo que a gente tem conhecimento, não, até porque fizemos alguns pedidos de informações para as secretarias, que eu até citei aqui, sobre o PDTI, sobre o tratamento dos dados e sobre o Ripd, e nada disso foi respondido até o momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A própria denúncia, de fato, que foi feita no Ministério Público levantou diversas questões em relação a esses dados e em relação às secretarias. Ela consultou as secretarias. A alguns a gente teve acesso, porque as secretarias informaram, devolveram ao Ministério Público – aí o Dr. Paulo até pode complementar, se tem alguma informação específica –, mas a gente não tem conhecimento sobre como, propriamente dita, está sendo tratada, no âmbito do Governo, essa separação.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Há uma previsão de publicização dessas regras, desses procedimentos de segurança? Por exemplo, se existir alguém lá elaborando isso, vai-se publicar isso, vai-se colocar numa consulta pública? Existe alguma previsão nesse sentido?

O SR. JONSUE TRAPP MARTINS – Não, a gente também não tem conhecimento, porque todo o processo realmente está correndo de forma rápida, e a maioria das coisas em sigilo. Até a contratação das empresas foi por inexigibilidade, porque estão avaliando essa privatização, como a Ernst & Young e outras empresas, da parte jurídica. A única coisa a que a gente teve acesso foi um cronograma de privatização, e a empresa tem interesse de já colocar na bolsa antes do final do ano, antes do final dessa gestão.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Doutor, quer se pronunciar? Uma colocação técnica?

O SR. PAULO JORDANESSON FALCÃO DE CARVALHO MARCOS – Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É o Dr. Paulo Jordanesson.

O SR. PAULO JORDANESSON FALCÃO DE CARVALHO MARCOS – Jordanesson Falcão.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Falcão.

O SR. PAULO JORDANESSON FALCÃO DE CARVALHO MARCOS (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador.

Senador, é importante até... Complementando isso que o Jonsué mencionou, esse relatório da Promotoria do Patrimônio lá de Curitiba, na pessoa da Promotora Cláudia Maddalozzo, foi no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido de que é juridicamente inviável a privatização da Celepar da forma como está sendo realizada, em especial, os dados relativos à segurança pública.

E também é importante que se diga que a Celepar só elaborou um comitê interno na tentativa de segregar esses dados por conta do relatório do Ministério Público, porque nem existia, eles nem haviam pensado nessa possibilidade. E agora surgiu a notícia também de que eles vão tentar segregar os dados da Sefa, por conta, acredito eu, de crimes fiscais, crimes tributários, que eventualmente pode haver. Na realidade, existem os dados de empresas devedoras, fraude ao fisco na Celepar.

E aí, por conta disso, e o doutor teve a oportunidade de ver na lei, não existe estudo nenhum preliminar a ser realizado. O modelo que eles estão querendo seguir é simplesmente vender sob a justificativa de modernização. Só que igual ao que o Dr. Waldemar falou no início da sua exposição, a nossa LGPD segue o modelo europeu. Lá na Europa, eles estão tendo o cuidado de todos os dados sensíveis e de Governo ficarem sob a tutela do Estado. E a gente não está vendo isso acontecer lá no Paraná. Não fizeram nenhuma espécie de estudo técnico, não fizeram nenhuma espécie de estudo para verificar tanto os impactos positivos, quanto os negativos que eventualmente essa privatização vai trazer ao estado.

E ainda referente à LGPD, eu ouso discordar do Dr. Waldemar, ela é bem clara no sentido de que dados que envolvam segurança pública, segurança nacional e investigações em curso não podem ser tratados por empresas privadas, e eles não tiveram o cuidado de segregar esses dados em momento nenhum na elaboração da lei. Não consta na lei. O que eles fizeram foi constituir um conselho de governança, que até agora a gente não viu realizar nenhuma espécie de estudo, não efetivou nada das suas atribuições. Então, parece que a pressa que o Governo do Estado do Paraná tem é só a de cumprir o cronograma para levar a empresa à bolsa de valores e vender da forma que der. Essa é a nossa impressão – a gente está ali no dia a dia, né? Como o Jonsue falou, estão fazendo contratações por inelegibilidade de licitação, ao meu ver de forma ilegal – temos ajuizado ações populares para discutir a legalidade dessas contratações –, porque a preocupação deles, na realidade, é vender a empresa. Ao que me parece, preocupação com os dados da população até agora não tiveram.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se o Dr. Waldemar falou isso mesmo dos dados, mas não creio que ele tenha feito essa afirmação da qual V. Sa. discordou. Parece-me que é a releitura da lei aqui, né? O Dr. Waldemar colocou apenas que, quer com uma entidade pública, quer com uma entidade privada, a LGPD tem que ser cumprida, os dados têm que ser preservados. Não havia uma referência específica ali àqueles dados mencionados no §4º.

Eu não sei se os senhores gostariam de fazer mais alguma colocação ou não.

O SR. DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL (Para expor.) – Senador, quero só reforçar que o §4º reclama uma leitura específica. E, concordando com o colega de bancada, ele só exige uma análise do caso concreto. E, aí, não é possível avaliar aqui, nesta audiência, se a operação em si causa uma colidência ou não com a ANPD, porque teríamos que analisar o caso concreto para identificar se... Não temos elementos, né? Eu acho que a Comissão é mais sabedora do que realmente ocorre lá no Paraná do que nós aqui da ANPD.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito. Na verdade, a gente tem que, infelizmente, reconhecer que a ausência do Diretor-Presidente da Celepar dificulta a compreensão. E eu fico até pensando assim: poxa, se o Senador da República do estado tem dificuldade em saber o que está acontecendo, como fica o cidadão paranaense em geral?

Eu vou até conversar com o Presidente aqui da Comissão, o Senador Hiran, para que nós possamos fazer um complemento desta audiência pública, no início de agosto. Passadas as férias do Diretor-Presidente, quem sabe ele possa comparecer aqui para prestar esses esclarecimentos ao Senado Federal, porque, de fato, existem muitas dúvidas. E, se eu tenho dúvidas, se os empregados da Celepar têm dúvidas e se a ANPD, por falta de informações, também não tem como responder isso, creio que há uma necessidade de esclarecimentos, não a nós aqui, não ao Senado Federal, mas, como representante da população do estado paranaense, a população paranaense também, em uma audiência pública, poderia obter essas informações.

Eu sei que tem uma investigação, uma apuração civil. E quero deixar muito claro que não tem nenhuma cogitação aqui criminal ou de que se está fazendo alguma coisa errada, mas esse procedimento tem que ser feito com transparência. Eu sei que tem um procedimento, uma notícia de fato lá na promotoria de Justiça, mas, em que pesem as atribuições do Ministério Público

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estadual, que está fazendo aqui o trabalho que deve, o fato é que isso tem que ser tratado com transparência perante toda a população. Não podemos ficar dependendo de que essas informações venham à tona apenas a partir de um procedimento apuratório no âmbito do Ministério Público, parece-me inapropriado.

Recebi perguntas aqui pelo e-Cidadania. Eu vou ler as perguntas. Creio que várias delas estão prejudicadas pela ausência do representante da Celepar, mas ainda assim vou fazer aqui a leitura, vou pedir até para a minha equipe transmitir uma cópia dessas perguntas ao Diretor-Presidente, assim como uma cópia desta audiência, para, quem sabe, nós possamos receber algumas informações e respostas.

Então, Luís, do Paraná: "Os contratos das secretarias com a Celepar não necessitam licitação. É legal a empresa compradora manter esses contratos por muitos anos?"

Carlos, também do Paraná: "Como o estado evitará dependência tecnológica da futura empresa privada ao privatizar a Celepar e seus sistemas públicos?"

Daniel, do Ceará: "Por que privatizar uma estatal estratégica como a Celepar, arriscando a soberania digital e o controle de dados públicos?"

Dalnei, também pergunta do Paraná: "De que maneira será feita a transição de dados da Celepar para a iniciativa privada, em sendo efetivada a privatização?"

Wendyo, esse aqui é de Pernambuco: "Que critérios técnicos definirão a escolha do comprador para proteger a infraestrutura crítica?"

Harry, do Paraná: "Se a Celepar for privatizada, como o estado garantirá [...] a proteção de dados sensíveis da população paranaense?"

Então, acho que essa é a pergunta que sintetiza o conteúdo dessa audiência pública, mas, infelizmente, aqui nós não sabemos, não sei se alguém sabe a verdade, porque também não veio o Diretor-Presidente da Celepar e essas informações não estão sendo levadas a público.

Márcia, do Paraná: "[...] Quais benefícios e malefícios [...] [podem ser esperados da] privatização [da Celepar]? Nossos dados [...] [estarão] bem assegurados?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Victor, do Paraná: "Como evitar que dados, bens e serviços estratégicos de empresas [de] referências se tornem monopólios privados?"

De novo, uma pergunta do Wendyo: "Como garantir que uma empresa privada cumpra integralmente a LGPD no tratamento de dados públicos?"

Carlos, de São Paulo: "Como garantir as questões de segurança da informação e de dados com os desafios atuais de [...] [inteligência artificial] e de hackers?"

Fernando, do Paraná: "É seguro que sistemas [como os da] polícia, trânsito ou [...] portos [...] [fiquem sob controle de] empresa que pode priorizar o lucro?"

E, por fim, um comentário, que não é uma pergunta, de Alexandre, de São Paulo: "A política de privatização em um país [...] [onde] o interesse pessoal [...] [se sobrepõe] ao coletivo é fundamental para reduzir o tamanho do estado".

Aqui, Alexandre, como eu disse desde o início, concordo em absoluto com a necessidade de se privatizar empresas públicas, sociedade de economia mista, mas isso... tem que ser daí visto o modelo específico apenas para que sejam tomadas as devidas cautelas para que um remédio não se torne um mal maior.

Eu agradeço, mais uma vez a presença da ANPD, que muito nos honrou. Dr. Waldemar, Dr. Daniel, muito obrigado pela presença.

Também agradeço aqui a presença dos representantes da Comissão de Empregados da Celepar, do Sr. Jonsue Trapp Martins e também do Dr. Paulo Jordanesson.

E vou pedir à Secretaria para segregar uma data, como falou o Senador Hiran também, em agosto, na primeira semana de agosto, para que nós possamos, eventualmente, complementar esta audiência pública com a oitiva. E, mais uma vez, não é uma inquirição, não é uma investigação criminal, mas é para que nós possamos ouvir o representante da Celepar, que pode trazer respostas, inclusive, elaboradas a todas essas questões que foram colocadas.

E eu aproveito a oportunidade para renovar o convite para a presença dos senhores, se puderem, evidentemente, apenas a título informativo. Claro que sei que têm os afazeres próprios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que podem não tornar possível a presença, mas, eventualmente, podem se interessar em ouvir a resposta a essas várias indagações.

Dito isso, então, eu declaro encerrada esta audiência pública e agradeço a todos os presentes, assim como àqueles que participaram à distância.

(*Iniciada às 14 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e treze minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Pedro Chaves, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Veneziano Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Angelo Coronel e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Soraya Thronicke, Cid Gomes, Jorge Seif, Beto Faro, Ana Paula Lobato e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 2, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Proposta de Fiscalização e Controle para apurar possíveis irregularidades administrativas, financeiras, operacionais e institucionais no âmbito da gestão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos" **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva à matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5012, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n º 9.986, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre a perda de mandato dos Conselheiros e Diretores das agências reguladoras." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 6032, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para determinar que a comunicação de descredenciamento e de substituição de prestador de serviço de saúde ao consumidor seja efetuada de modo individualizado." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Relatoria:** Senador Cleitinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 35, de 2025** que: "Nos termos do art. art. 71, IV da Constituição Federal e do art. 102-A, I, "e" do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de avaliar a regularidade do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – "Programa Cisternas", instituído pela Lei nº 12.783, de 24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de outubro de 2013." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI) e outros.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 39, de 2025** que: "Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União - TCU, consulta sobre a legalidade, conformidade jurídica, economicidade, eficiência e efetividade na implementação do Programa Piauí Saúde Digital pelo Governo do Estado do Piauí, mediante a utilização de recursos federais provenientes de transferências do Fundo Nacional de Saúde, referentes ao Sistema Único de Saúde - SUS. Esses recursos foram utilizados para a contração da empresa Integra Saúde Digital (contrato nº 340/2023, da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - SESAPI), com o objetivo de disponibilizar plataforma digital para promover a telemedicina." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI) e outros.. **Resultado:** Retirado pelo autor. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 40, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea e, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão encaminhe solicitação ao Tribunal de Contas da União (TCU) para a realização de auditoria contábil, financeira, orçamentária e operacional nos atos da União, das seguintes agências reguladoras federais: Agência Nacional de Mineração (ANM), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), bem como dos ministérios aos quais essas entidades estão vinculadas." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO) e outros.. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/16

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos!

Declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto aos Srs. e Sras. Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 14ª e 15ª Reuniões. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Passamos à pauta.

Nós temos, como item 1 da pauta, um projeto de autoria da Senadora Damares, que está aqui presente, e cuja relatoria é do Senador Flávio Bolsonaro. Eu vou inverter a pauta e aguardar a presença do Senador Flávio Bolsonaro para relatar o projeto. (*Pausa.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – ... eu queria subscrever (*Fora do microfone.*) ... os requerimentos do Senador Ciro Nogueira, que são requerimentos extremamente importantes. Então, eu já registro que estou subscrevendo esses requerimentos também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para a sua informação, o item 5 o Senador Ciro Nogueira retirou de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 39, DE 2025

- Não terminativo -

Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União - TCU, consulta sobre a legalidade, conformidade jurídica, economicidade, eficiência e efetividade na implementação do Programa Piauí Saúde Digital pelo Governo do Estado do Piauí, mediante a utilização de recursos federais provenientes de transferências do Fundo Nacional de Saúde, referentes ao Sistema Único de Saúde - SUS. Esses recursos foram utilizados para a contração da empresa Integra Saúde Digital (contrato nº 340/2023, da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - SESAPI), com o objetivo de disponibilizar plataforma digital para promover a telemedicina.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI) e outros.)

Então, a senhora subscreverá o item 4, certo?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – O.k. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bem, o Senador Flávio vai se fazer presente remotamente nesta nossa reunião. Enquanto isso, eu vou diretamente ao item 4, que é o Requerimento da CTFC nº 35, de 2025.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 35, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Nos termos do art. art. 71, IV da Constituição Federal e do art. 102-A, I, "e" do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de avaliar a regularidade do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – "Programa Cisternas", instituído pela Lei nº 12.783, de 24 de outubro de 2013.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI) e outros.

É de autoria do Senador Ciro Nogueira e de minha autoria.

Esse requerimento está em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado. (*Pausa.*)

Dou ciência às Sras. e Srs. Senadores de que eu também subscrevo o item 6 da pauta e passo a deliberar sobre esse item, que é o Requerimento da CTFC nº 40, de 2025.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 40, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea e, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão encaminhe solicitação ao Tribunal de Contas da União (TCU) para a realização de auditoria contábil, financeira, orçamentária e operacional nos atos da União, das seguintes agências reguladoras federais: Agência Nacional de Mineração (ANM), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), bem como dos ministérios aos quais essas entidades estão vinculadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Esse requerimento, de autoria do Senador Marcos Rogério, foi subscrito por mim. E não sei se o Senador está presente, ainda que remotamente... (*Pausa.*)

Não está presente.

Coloco em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado. (*Pausa.*)

Senadora Damares, estou apenas aguardando o Senador Flávio Bolsonaro entrar no ar, porque ele vai fazer a leitura do relatório dele remotamente. (*Pausa.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O senhor me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sem dúvida.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma manifestação.

Tanto a proposta, como o relatório do Senador Flávio Bolsonaro, numa lida ao relatório... Eu informo, Presidente, que foi com um senso de muita responsabilidade que eu apresentei, nesta Comissão, esta proposta de fiscalização e controle. E reafirmo, Presidente, que a minha justificativa procede, os argumentos iniciais que eu trouxe procedem, e a gente precisa aprovar o relatório do Senador Flávio, que acabou sendo um relatório, Presidente, muito amplo, com inúmeros encaminhamentos, porque eu acho que a gente vai dar uma resposta para a sociedade.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Presidente, uma das mais antigas e estratégicas empresas públicas brasileiras, com uma história que se inicia em 1663, é um patrimônio nacional, Presidente, inestimável e vital para a economia e integração nacional. No

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entanto, Presidente, é grave a crise, é grave a situação em que os Correios se encontram, com prejuízo, pasme, Presidente, de R$3,2 bilhões em 2024. Nós estamos ouvindo tanto prejuízo em bilhões, está ficando tão natural isso que as pessoas não estão entendendo, mas eu vou repetir: o prejuízo dos Correios, em 2024, é de R$3,2 bilhões, valor que representa cerca de 50% de todo o déficit registrado pelas estatais federais no mesmo período – somando todas, Presidente. O déficit dos Correios, a crise dos Correios, o prejuízo é metade da soma de todas as outras estatais. Isso exige uma ação firme e transparente. As notícias sobre má gestão, desvios de recursos e interferência político-partidária são alarmantes e merecem toda a nossa atenção.

Já tem aqui no Senado, Presidente, um pedido de uma CPI, mas, enquanto isso não acontece, esta Comissão, atendendo às atribuições que lhe são dadas pelo Regimento Interno, pode se debruçar sobre o assunto por meio da proposta de fiscalização e controle que eu trago.

E o relatório do Senador Flávio é fruto de muito trabalho de pesquisa – a assessoria do Flávio esteve comigo, nós conversamos, esteve com a minha assessoria, buscou informações, buscou documentos. O relatório do Senador Flávio é extraordinário, mas é assustador. Eles olharam os eixos temáticos administrativo e contábil, incluindo a suspeita de ocultação, Presidente – está no relatório do Flávio –, de passivos, a suspensão da publicação das demonstrações financeiras de 2024. Ocultação, suspensão e há inclusive uma suspeita de manipulação de dados, uma gestão temerária e sem governança. O relatório do Flávio, em que eu estava dando uma olhada aqui, tem indícios de nomeações políticas sem critério técnico, aparelhamento institucional, assédio moral e desistência de ações judiciais com prejuízos bilionários. A gente quer saber por que desistiram dessas ações. Quem são esses técnicos que estão nomeados lá? Parece que eles foram nomeados lá, Presidente, para falir. É impressionante, pegar uma empresa...

E aqui eu quero registrar meus cumprimentos aos guerreiros servidores da Empresa de Correios e Telégrafos, que é um orgulho para a nação brasileira. Eu fui Professora muitos anos, Presidente, muitos anos. Fui Professora do ensino infantil. E, quando a gente fazia, Presidente, roda de conversa com os meninos, a gente perguntava: "O que você quer ser quando crescer?". Não tinha uma roda de conversa em que não tivesse um menino que não falasse que queria ser carteiro. A figura amada do carteiro, a figura amada dos Correios... Os Correios fazem parte, Presidente, da nossa história, esses bravos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Telégrafos. E eu acho que eles estão numa agonia, numa angústia, querendo ver respostas e – vou lhe dizer, Presidente – alimentando, nessa minha proposta, a esperança, neste Senado, nesta Comissão, de respostas de uma investigação e de respostas de encaminhamentos.

E garanto, Presidente... Vamos esperar o Senador Flávio chegar aqui, mas eu quero, como encaminhamento, prisão. Tem gente que vai ter que ir para a prisão. Se ficar comprovado tudo o que está na minha proposta inicial, no meu pedido inicial e no relatório do Flávio, nos encaminhamentos do Flávio, tem cela sendo preparada para muita gente.

Nós vimos, no relatório do Senador Flávio, riscos operacionais e interrupções de serviço, evidenciando uma inadimplência com transportadoras, retenção indevida de repasse ao Postal Saúde, irregularidade no transporte de produtos perigosos. Botaram vidas em risco, Presidente. Brincaram com governança, brincaram com administração, brincaram com o dinheiro público. E, claro, o Senador Flávio está aprontando indícios de fraudes e concorrência desleal.

Presidente, Senador Marcos, são R$3,2 bilhões de prejuízos, só em 2024, para os Correios. E o Senador Flávio fez um relatório aqui que está apontando uma série de irregularidades, desde fraudes, interrupção de serviço, colocando vidas humanas em risco, gestão temerária...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora Damares, desculpe interrompê-la, mas é que o Senador Flávio já está presente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já está presente?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Já, já está presente. Não sei se a senhora quer concluir...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, eu só quero dizer, Flávio, como eu vou ter que sair, porque eu vou presidir a minha Comissão, que seu relatório, Flávio, é impressionante e extraordinário. Então, os demais colegas vão ouvir aqui a leitura, eu já fiz essa minha leitura aqui *online*. Parabéns, Senador Flávio! E que a gente aponte soluções, encaminhamentos. Eu estou muito feliz e creio que tenha dado muito trabalho fazer o seu relatório. E eu acho que nós, Senadores desta Comissão, vamos reconhecer o trabalho extraordinário que o senhor fez para a confecção deste relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Hiran, eu preciso cumprimentá-lo pela coragem de pôr esse item na pauta. É um item polêmico, ousado, mas eu não esperava nada diferente do Senador Hiran, nada diferente. Essa é uma Comissão que está sendo muito bem presidida, muito bem conduzida.

Parabéns, Senador Flávio. Eu fiz tudo inverso, eu já parabenizei o relatório antes de você ler; mas parabéns, Senador Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Já foi para a discussão antes da leitura do relatório do Senador Flávio, mas o importante é que o objetivo seja alcançado.

Senador Damares, agradeço a V. Exa. as considerações prévias em relação ao relatório do Senador Flávio e passo, em seguida, a palavra ao Senador.

Também dou ciência ao Senador Marcos Rogério de que subscrevi o item 6, o requerimento de sua autoria, e depois vou passar a palavra a V. Exa. para que faça considerações sobre o seu requerimento, aliás, muito pertinente também.

Senador Flávio Bolsonaro, por favor, com a palavra.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Uma boa tarde a todos.

Desculpem, em primeiro lugar, pelo atraso e por não estar aí fisicamente. Eu estava aqui tratando com o Governador do Rio de Janeiro assuntos importantes aqui para o meu estado.

Também já agradeço, em primeiro lugar, Presidente, a V. Exa. por ter me dado a confiança de produzir esse relatório. É um trabalho que está só começando. E é muito grave, pelo que nós já sabemos até agora, em parte por parte da imprensa, mas a gente fez ali um estudo aprofundado, detectamos dezenas de pontos muito importantes nessa apuração que nós pretendemos fazer. O nosso Regimento Interno nos dá esse instrumento de fazer essa fiscalização e esse controle, obviamente sempre zelando pelo dinheiro público, zelando pela probidade, pela transparência.

Então, passo aqui a fazer a leitura, Presidente Senador Hiran, Senadora Damares, porque, realmente, se tudo o que nós, preliminarmente, já conseguimos apurar se confirmar, com as respostas que virão das ações que vou propor aqui nesse relatório, isto é algo que impressiona:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como é que a Polícia Federal ainda não trouxe resultados visíveis, pelo menos, de tudo o que, de fato, parece estar acontecendo dentro dos Correios. E não foi falta de aviso, em especial, em outras oportunidades, no nosso Governo passado, de que isso aconteceria; mas eu, sinceramente, não esperava que seria com tanta velocidade e com tanta certeza de impunidade.

Passo aqui, então, à leitura do relatório, dando boa tarde ao Senador Marcos Rogério, que está aí presente na Comissão.

Presidente, eu vou só pedir permissão a V. Exa. para não ler a parte do plano de execuções, que está um pouco longa...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – ... ou pelo menos para ler apenas o início de cada iniciativa que nós pretendemos fazer, caso aprovado esse relatório agora, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Vou aqui ao relatório, que é muito curto.

Vem para avaliação e decisão da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), a Proposta de Fiscalização de Controle nº 2, de 2025, de iniciativa da Senadora Damares Alves, com o objetivo de apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), possíveis irregularidades administrativas, financeiras, operacionais e institucionais no âmbito da gestão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT).

Na justificação, a autora alega que recentemente foram divulgadas informações que indicariam má gestão, desvio de recursos e influência político-partidária nos Correios, responsável por cerca de metade do déficit apresentado pelas empresas estatais.

Olhem a gravidade do que nós estamos tratando: não são poucas as estatais, neste Governo, com déficit, mas só os Correios são responsáveis por cerca de metade dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, ela afirma que há denúncias de irregularidades contábeis, com pagamentos indevidos e apadrinhamento político, assim como riscos à saúde ocupacional dos funcionários e ausência de transparência dos Correios em relação aos órgãos de controle externo.

Análise.

Na forma do art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CTFC exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo.

O art. 49, inciso X, da Constituição Federal estabelece que é da competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. O art. 71 da Constituição, por sua vez, prescreve que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

Sendo assim, a proposição em exame está em conformidade com as normas constitucionais e regimentais que disciplinam a matéria.

No que tange ao mérito, é necessário que sejam tomadas providências administrativas e fiscalizatórias quanto às manobras contábeis e às demonstrações financeiras dos Correios, especialmente no que se refere à assunção de dívida com o fundo Postalis e ao aumento de despesas com patrocínios.

Quanto à gestão temerária e à falta de governança, é preciso que se apure a ocorrência de nomeações políticas sem critérios técnicos, acompanhada do aparelhamento dos Correios e da prática de assédio moral contra os funcionários, ademais da desistência de ações judiciais com prejuízos bilionários para a empresa.

É necessário fiscalizar também os riscos operacionais e a possibilidade de interrupção dos serviços dos Correios. Há registro de inadimplência com transportadoras e fornecedores, de indevida retenção de repasses ao Postal Saúde, assim como irregularidades no transporte de produtos perigosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devem ser apurados ainda os indícios de fraude e de concorrência desleal, mediante o funcionamento de unidades paralelas, com a utilização da estrutura dos Correios, bem como a comercialização indevida de etiquetas postais em desacordo com a decisão judicial.

Aqui eu faço o plano de execução, Sr. Presidente, com vários itens: solicitação de informações ao TCU, à CGU e ao Ministério Público Federal; a convocação de alguns ministros; a solicitação de depoimentos – enfim, tem diversas autoridades aqui que poderíamos trazer para elucidar esse assunto, como o próprio Presidente dos Correios, o Secretário Especial da Receita Federal e diversas pessoas que estão aqui elencadas; os Senadores têm acesso ao relatório –; solicitação de participação de técnicos e especialistas que possam colaborar com a nossa atividade fiscalizadora; solicitação à Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal da cópia dos inquéritos policiais instaurados para investigar também essa situação; solicitações à própria Procuradoria da República do Distrito Federal; realização de audiências públicas; e, enfim, encaminhamento, obviamente, do relatório do que apurarmos à Mesa do Senado Federal, ao Ministério Público Federal, à Advocacia-Geral da União, à Comissão Mista de Orçamento e ao Tribunal de Contas da União.

Indo ao voto agora, Presidente.

Pelos motivos expostos, voto pela admissibilidade e aprovação da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2025, na forma do plano de execução exposto.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, vista, por favor, regimental.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Há um pedido de vista, Senador Flávio Bolsonaro.

Concedo o pedido de vista para o Senador Rogério Carvalho, que é regimental.

(É o seguinte o item do qual foi concedida vista:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, DE 2025

- Não terminativo -

Proposta de Fiscalização e Controle para apurar possíveis irregularidades administrativas, financeiras, operacionais e institucionais no âmbito da gestão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação)

Pergunto se alguém quer fazer alguma consideração em relação a essa Proposta de Fiscalização nº 2, de 2025.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Sr. Presidente, foi muito rápido, o relatório chegou agora, por isso estamos pedindo vista para que a gente possa discutir na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, não tem nenhum problema. Essa é uma prerrogativa de V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero apenas cumprimentar a iniciativa da Senadora Damares Alves em face das graves denúncias que pesam contra a administração, a gestão dos Correios – denúncias que, inclusive, são objeto de inquérito policial na Polícia Federal e denúncias que foram apresentadas também ao Ministério Público Federal.

E, nos últimos dias, o Brasil acompanhou o próprio Presidente dos Correios deixando a pasta no meio desse conjunto de denúncias; mas o fato de se demitir ou de ser convidado a se demitir obviamente que não exime, não afasta a necessidade de uma investigação especialmente pelo Tribunal de Contas da União, que tem esse papel, que tem essa incumbência, assim como o Parlamento também o tem. E esta Comissão de Fiscalização e Controle tem o papel de tomar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas, adotar medidas, no sentido de dar clareza a todos esses fatos, buscar a confirmação ou não dessas denúncias, que são denúncias graves: contrato milionário de publicidade sob suspeita, prejuízos bilionários... Fala-se em prejuízo, em rombo superior a R$3 bilhões nos Correios do Brasil.

Como já foi feito o pedido de vista, e o pedido é regimental, peço a V. Exa. que assegure o pedido de vista coletiva, para que, já na próxima sessão desta Comissão, a seguinte, a gente possa colocar em pauta, fazer a discussão e apreciar essa iniciativa da Senadora Damares Alves, com o relatório muito assertivo, muito bem fundamentado, muito bem lastreado, do Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

Ao mesmo tempo em que acato a sua sugestão, passo a palavra – se, por acaso, quiser fazer uso – ao Senador Rogério Carvalho.

Quer se manifestar, Senador Rogério? (*Pausa.*)

Não?

Muito obrigado.

Eu quero... Eu vou dar ciência ao Senador Rogério Carvalho, pelo carinho e respeito que lhe tenho, de que nós aprovamos também o item 6, que é o Requerimento da CTFC nº 40, de autoria do Senador Marcos Rogério, aqui presente. Como eu havia subscrito... Até para dar celeridade à nossa reunião, eu subscrevi o requerimento. Aliás, é um requerimento pertinente e importante.

Pergunto a V. Exa. se quer fazer uso da palavra em relação ao requerimento aprovado aqui nesta Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sim, Sr. Presidente.

Eu agradeço a V. Exa. pela agilidade em subscrever o nosso requerimento e eu farei aqui brevíssimas considerações, apenas para dar conhecimento ao Plenário da CTFC do porquê da iniciativa desse requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na semana anterior, na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, nós fizemos uma audiência pública, na qual ouvimos todos os diretores-gerais, a representação das diretorias-gerais das agências reguladoras, e o assunto da audiência pública era as condições de funcionamento das agências, o orçamento, os cortes orçamentários...

Hoje, a agência reguladora que cuida de petróleo e gás do Brasil está com suas atividades comprometidas, paralisadas – fiscalização sobre qualidade do combustível, fiscalização sobre outros aspectos de segurança na questão do combustível... Está com as ações paralisadas, porque o orçamento foi simplesmente estrangulado. O mesmo está acontecendo com a Agência Nacional de Aviação Civil: investigação importante a ser feita comprometida por falta de orçamento... Até habilitação para comandantes, para pilotos, teve seu processo suspenso, em razão da falta de orçamento; ou seja, o Governo fez um corte nas agências que simplesmente inviabilizou funcionamento delas.

Naquela audiência pública que nós fizemos, ouvindo ali os diretores e ouvindo um representante do Tribunal de Contas da União, nós chegamos ao entendimento de que era necessária a adoção de algumas medidas, ou pela via legislativa – e o tempo do processo legislativo é muito longo, além de existirem serviços essenciais que são realizados pelas agências que não podem esperar... Como você vai compreender, entender, aceitar que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) não faça fiscalização com relação à questão da qualidade do combustível, à questão do preço do combustível? Se, com a fiscalização, você já tem abusos, excessos acontecendo no Brasil inteiro, imagine dizendo que não tem condições de fazer a fiscalização porque não tem orçamento.

São agências – e aqui vem o ponto – superavitárias, são agências que têm receita própria e que poderiam ter o seu funcionamento garantido só com aquilo que elas arrecadam, mas o orçamento que entra para as agências vai compor o Orçamento Geral da União, ele vai para o caixa do Tesouro, e a agência fica refém daquela cota do Orçamento – que é aprovado todo ano pelo Parlamento – que o Poder Executivo, através da pasta do ministério vinculado, destina. Quando há contingenciamento ou quando há bloqueio, na mesma proporção que acontece com as demais pastas, também é feito esse bloqueio, esse contingenciamento em relação às agências. E aí é justamente onde mora o prejuízo, porque você tem o impedimento de tarefas, de ações, de fiscalizações por parte das agências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Detalhe: existem agências que têm fundos bilionários, são agências com orçamento rico, mas pobres de ações, porque elas não podem executar o orçamento. O orçamento desses fundos acaba sendo utilizado para gerar superávit para cumprir as obrigações do próprio Governo. A agência fica com o orçamento do fundo, que é robusto e que deveria ser aplicado naquela finalidade para a qual foi criado o fundo, mas isso não acontece. E o pior: você tem as taxas que são derivadas do poder de polícia das agências. Diferentemente do tributo, do imposto, que é uma receita que o Estado recebe, retém e pode aplicar onde quiser, a taxa, não; a taxa é uma espécie tributária vinculada.

Então, qual é o entendimento que nos fez gerar esse requerimento que está aqui? Se a taxa é uma espécie tributária vinculada, se é um tributo vinculado, logo, pegar essa taxa que foi gerada a partir do exercício do papel dessa agência, do poder de polícia que tem, e colocar esse recurso levantado, arrecadado numa conta, como se fosse imposto, é desvio de finalidade. E esse é o cerne da questão do requerimento que eu estou apresentando, pedindo, no caso, ao Tribunal de Contas da União que faça uma auditoria para verificar todos os recursos levantados no âmbito das agências, a destinação desses recursos, a vinculação ou não desses recursos, para se garantir o funcionamento efetivo das agências a partir das condições que cada uma tem.

Estou apenas fazendo esse esclarecimento à Comissão, porque, fruto de um debate que nós fizemos na Comissão de Infraestrutura, surgiu a necessidade de se apresentar um requerimento.

Eu até fiz um requerimento à CI, mas a Comissão que tem a pertinência temática para esse tipo de ação específica é a Comissão de Fiscalização e Controle. Por isso eu apresentei aqui e quero agradecer a V. Exa. por ter subscrito e já antecipado a votação desse importante instrumento.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

Parabenizo V. Exa. pelo trabalho, pela exposição e pela pertinência desse requerimento que realmente visa a esclarecer essas distorções que nós detectamos. Eu acho que a maioria dos Senadores já detectou essas distorções em relação à diminuição de recursos que são utilizados pelas agências. Sobre a efetividade dessas agências, a independência dessas agências, eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente precisa realmente fazer um raio-X extremamente rigoroso no funcionamento delas e na sua execução orçamentária e financeira.

Parabéns pelo seu trabalho.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião, desejando um recesso com muita saúde a todas as Sras. e Srs. Senadores, a todos os nossos assessores e ao pessoal da imprensa que nos acompanha.

Um grande abraço.

(Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 45 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Eduardo Braga, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Ana Paula Lobato, Teresa Leitão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Fabiano Contarato, Izalci Lucas, Paulo Paim e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Sergio Moro, Pedro Chaves, Mara Gabrilli, Cid Gomes, Eduardo Girão, Beto Faro, Rogério Carvalho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CTFC ao PLDO 2026**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CTFC a CMO, referentes ao PLDO 2026 (PLN 2/2025-CN) – que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências". Relator: Senador Flávio Bolsonaro. **Resultado:** Aprovado o relatório, pela apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de **3 (três) emendas de meta**: **1) Número 50350001**. Ementa: (cópia) 03 CTFC – Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres. Autoria: Senadora Mara Gabrilli. Alteração Meta: 80; **2) Número 50350002**. Ementa: (cópia) 04 CTFC – Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos. Autoria: Senadora Mara Gabrilli. Alteração Meta: 98; **3) Número 50350003**. Ementa: (cópia) Sen. Dr. Hiran – CGU 4104 Transparenc. Autoria: Senador Dr. Hiran. Alteração Meta: 168; e de **13 (treze) emendas de texto**: **4) Número 50350004**. Autoria: Senadora Damares Alves. Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art. 28. Tipo: Supressiva; **5) Número 50350005**. Autoria: Senadora Damares Alves. Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art. 73, § 19. Tipo: Aditiva; **6) Número 50350006**. Autoria: Senadora Damares Alves. Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art. 72, § 4. Tipo: Aditiva; **7) Número 50350007**. Autoria: Senadora Damares Alves. Referência: Corpo da Lei, Cap VII, Art. 120, § 1. Tipo: Modificativa; **8) Número 50350008**. Autoria: Senadora Damares Alves. Referência: Anexo II, Inciso XXI. Tipo: Aditiva; **9) Número 50350009**. Autoria: Senadora Damares Alves. Referência: Corpo da Lei, Cap VII, Art. 121, Inciso VI. Tipo: Supressiva; **10) Número 50350010**. Autoria: Senadora Damares Alves. Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8777943453

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VIII, Art. 73. Tipo: Modificativa; **11) Número 50350011**. Autoria: Senadora Damares Alves. Referência: Corpo da Lei, Cap IX, Art. 133. Tipo: Modificativa; **12) Número 50350012**. Autoria: Senadora Damares Alves. Referência: Corpo da Lei, Cap VII, Art. 121, § 4. Tipo: Supressiva; **13) Número 50350013**. Autoria: Senadora Damares Alves. Referência: Anexo II. Tipo: Aditiva; **14) Número 50350014**. Autoria: Senadora Damares Alves. Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art. 54. Tipo: Aditiva; **15) Número 50350015**. Autoria: Senadora Damares Alves. Referência: Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art. 93, Inciso IX. Tipo: Modificativa; **16) Número 50350016**. Autoria: Senadora Damares Alves. Referência: Corpo da Lei, Cap II, Art. 4. Tipo: Modificativa. Ao final, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 16ª e 17ª reuniões da comissão, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta minutos.

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/26

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8777943453

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e sete minutos do dia nove de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Marcos Rogério, Eduardo Girão, Romário, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Weverton, Augusta Brito, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Wilder Morais, Beto Faro, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Alan Rick e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da sexta a décima reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1235, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para prever o uso de símbolos de identificação imediata de deficiências ou de doenças crônicas." Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE). Relatoria: Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Presidente designa o Senador Plínio Valério como relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 384, de 2024 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos da Resolução nº 252, de 16 de outubro de 2024, da Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Presidente designa o senador Plínio Valério como relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2749, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para garantir a prioridade de tramitação dos processos nos quais seja parte pessoa com deficiência." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Humberto Costa (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, a pedido da relatoria. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3295, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória no transporte aéreo regular doméstico a disponibilização de assentos com dimensões especiais." Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: O relatório foi lido, em seguida foi concedida vista coletiva. ITEM 5 - Sugestão n° 2, de 2022 - Não Terminativo - que: ""Proíbe as escolas de exigirem de crianças comprovante de vacina covid-19"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, a pedido da relatoria. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3272, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para autorizar o porte de arma de fogo para as mulheres sob medida protetiva de urgência." Autoria: Senadora Rosana Martinelli (PL/MT). Relatoria: Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao projeto e à emenda nº1, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: A Presidente designa o Senador Plínio Valério como relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto e à emenda nº 1, na forma da Emenda nº 2-CDH (substitutivo). ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 30, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,com o objetivo de diálogos pela Paz no Oriente Médio." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros.. Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 31, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa ao local em que o Senhor Daniel Silveira se encontra recolhido, com o objetivo de garantir a observância dos direitos do ex-deputado Daniel Silveira e o pleno cumprimento das garantias previstas na legislação brasileira." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros.. Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/09

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 6ª a 10ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senhores, nós temos hoje oito itens na pauta. Um a autora está pedindo para ser retirado, que é o item 3, que é o PL 2.749, de 2023, que altera o Código de Processo Civil, para garantir a prioridade de tramitação dos processos nos quais seja parte pessoa com deficiência. Na verdade, o projeto é da Câmara. A Relatora Mara Gabrilli está pedindo para retirar de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2749, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para garantir a prioridade de tramitação dos processos nos quais seja parte pessoa com deficiência.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.)

Nós vamos solicitar que o Senador Plínio faça a leitura *ad hoc* do item 1 da pauta, mas sem antes – sem antes – deixar de lembrar que 8 de abril é uma data muito especial para o mundo, para todos nós que fazemos a defesa dos direitos humanos – é a data dedicada ao dia internacional do povo cigano. O povo cigano, hoje nós podemos falar que temos 20 milhões de ciganos em todo o mundo. No Brasil, estima-se uma população de em torno de 1 milhão de pessoas, um número que a gente precisa confirmar, mas a gente já tem quase certeza de que nós temos hoje, no Brasil, mais ciganos que indígenas. Os ciganos no Brasil estão, Senador, reconhecidos em três etnias: os calon, os rons e os sinti. Cada um desses grupos possui suas culturas, idioma, organização social, crenças.

No cenário nacional, temos avanços e desafios. Hoje vemos Vereadores ciganos – como é o caso do Maicon Apolinário, lá em Santa Fé do Sul, em São Paulo, que faz um trabalho incrível na pauta da inclusão do povo, mas também da criança e dos profissionais da saúde –; nós temos advogados ciganos; nós temos médicos ciganos; nós temos cientistas ciganos; nós temos reitor de universidade cigano; nós temos ciganos ocupando espaços de poder e, às vezes, não falam que são ciganos. Por que, Senador Plínio? Ainda nós temos o estigma e o preconceito contra o povo cigano no nosso país.

Esta Comissão tem trabalhado muito. O nosso antigo Presidente da Comissão é autor do estatuto do cigano. Por muito tempo, esta Comissão foi palco das discussões sobre os direitos dos ciganos no Brasil. Hoje eu faço uma homenagem a toda a comunidade cigana do meu país – todos eles –, que Deus os abençoe!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro do nosso ciclo de debate sobre direitos humanos, nós vamos ter uma audiência específica para a gente discutir o direito dos povos ciganos pós-pandemia. O que tem acontecido com eles pós-pandemia? Como eles enfrentaram a pandemia em seus acampamentos? Como os nossos ciganos estão hoje? Quais os avanços pós-pandemia? Quais os problemas enfrentados pós-pandemia?

Então, nós teremos aqui nesta Comissão em breve um debate, possivelmente ainda no mês de maio, porque em maio nós temos o dia nacional. Dia 8 nós estamos comemorando o dia internacional, mas maio nós temos o dia nacional. Que Deus abençoe toda a comunidade cigana no nosso país!

E, claro, ontem também, 8 de abril, comemoramos o Dia Nacional do Sistema Braille, data instituída pela Lei 12.266, de 2010.

O dia foi escolhido para homenagear o primeiro professor cego do país, José Álvares de Azevedo, que introduziu e ensinou o sistema braile no Brasil. A data faz alusão ao aniversário de José Álvares de Azevedo, cego, que contribuiu enormemente para a difusão do método no Brasil. Graças ao seu trabalho, o Imperador D. Pedro II criou, no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje reconhecido e respeitado Instituto Benjamin Constant.

Esta também é a Casa de toda essa comunidade, é aqui que se discutem os direitos das pessoas com deficiência.

Hoje a gente faz uma homenagem ao Dia do Sistema Braille.

Inclusive, nós trouxemos um mimo para os nossos Senadores, que eu gostaria de deixar com os Senadores que já estão aqui na Comissão. A Instituição Una mandou para os nossos Senadores uma camiseta com as letras em braile. Dificilmente a gente encontra uma camiseta tão bonita como esta. Nós vamos entregar de presente. Se algum assessor de algum Senador estiver aqui, recolha a camiseta do seu Senador e leve para ele.

E vamos embora, gente! Vamos valorizar o nosso Instituto Benjamin Constant. Vamos lutar pelo direito das pessoas cegas do país. Vamos trabalhar o Orçamento da União para as pessoas cegas do país. Vamos trabalhar para que nesta nação ninguém fique para trás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós queremos lembrar que, nesta semana, tivemos duas audiências públicas em celebração ao dia da saúde.

Tivemos, pela manhã, uma audiência pública sobre os direitos das pessoas com doenças raras. Este plenário foi lotado de famílias, instituições, pacientes, ativistas, médicos. Foi um momento especial, em que a Comissão reconheceu que ainda temos muito a fazer no Brasil pelas pessoas com doenças raras.

Nesse mesmo dia, na segunda-feira, à tarde, nós tivemos aqui um amplo debate sobre as mulheres com endometriose, os direitos das mulheres com endometriose. E aí nós fomos desafiados, Senador Plínio: milhões de mulheres no Brasil com endometriose perdem seus empregos porque não suportam a dor e o sofrimento, sem acesso ao tratamento; algumas perdem o casamento porque a compreensão do marido para todo esse ciclo de dor, às vezes, não é a compreensão de que ela precisa; nós vimos famílias sendo afetadas – não é só a paciente, a família inteira é afetada.

Tramita nesta Comissão um projeto de lei que institui ações básicas para o acolhimento, o atendimento à mulher com endometriose e para a prevenção também. Nós estamos trabalhando a relatoria.

Tivemos aqui na audiência os maiores especialistas do Brasil em endometriose. Foi um momento significativo para esta Comissão.

Dessa forma, a Comissão discute direitos humanos na área da saúde, direitos humanos na área da educação, direitos humanos para povos tradicionais. Estamos conduzindo esta Comissão com altos debates em todos os temas, não deixando nenhum segmento para trás.

Vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1235, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para prever o uso de símbolos de identificação imediata de deficiências ou de doenças crônicas.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Relatoria: Senador Weverton.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério, para fazer a leitura do relatório como Relator *ad hoc*.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Presidente, obrigado.

Eu vou pedir permissão para tentar ser o mais sucinto possível, por causa de rouquidão, por causa de garganta, com essa mudança de clima.

O relatório trata do PL que veio a esta Comissão, que tem toda a prerrogativa para analisar, e o PL apresenta-se em três artigos. O art. 1º descreve seu objeto, nos moldes já explicitados. O art. 2º, por sua vez, efetivamente altera o art. 2º-A do Estatuto da Pessoa com Deficiência. O novo *caput* do art. 2º-A institui símbolos nacionais de identificação de pessoas com deficiência, doença crônicas ou qualquer outra condição física ou psicológica que necessite de identificação. A nova redação do artigo supracitado é desdobrada em dois incisos e três parágrafos.

Os incisos I e II definem, respectivamente, o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas e o cordão de fita com desenho de borboletas como símbolo nacional de identificação de pessoas com epidermólise bolhosa (EB) – vou tratar de EB daqui para frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já o §1º repete disposição já presente no atual art. 2º-A, o qual estabelece o uso do símbolo de identificação como opcional e que a ausência da identificação não prejudica o exercício de direitos pela pessoa com deficiência.

Por sua vez, o §2º repete, de forma quase idêntica, a exigência já presente no atual art. 2º-A, que diz respeito à apresentação de documento comprobatório da deficiência, quando solicitado.

O §3º, a seu turno, dispõe que o Poder Executivo promoverá divulgação dos símbolos e dos direitos a eles associados.

O art. 3º, por fim, dispõe que a lei resultante da aprovação da matéria entrará em vigor após decorridos 90 dias da data de sua publicação.

A justificação é bem-feita, e argumenta, e faz um histórico de que, nos últimos 30 anos, houve progresso na proteção de direitos das pessoas com deficiência. Contudo, segundo o autor, grande parte da sociedade ainda não está preparada para reconhecer as pessoas com deficiência nas atividades do dia a dia.

A matéria foi distribuída a esta Comissão e, posteriormente, seguirá para análise da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Em relação ao mérito, o Relator mostra que trata de um tema de grande relevância, como já foi visto anteriormente, para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência ou doença crônica.

Apesar de não ser contagiosa, a falta de informação sobre a EB ainda gera atitudes e comportamentos capacitistas, que dificultam a participação social de quem vive com a doença.

Faz uma modificação muito boa, que eu vou tentar resumir.

Diante do cenário, considera o projeto de lei em análise altamente meritório.

Por fim, o Relator propõe apenas uma emenda, para adequar a redação dos §§1º e 2º ao novo *caput* do art. 2º-A, sem qualquer alteração no mérito da proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.235, de 2024, na forma da seguinte emenda:

EMENDA Nº -CDH

Dê-se nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 2º-A da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.235, de 2024:

"Art. 2º .....

'Art. 2º-A .....

.....

§ 1º O uso dos símbolos de que trata o *caput* deste artigo é opcional, e sua ausência não prejudica o exercício de direitos e garantias previstos em lei.

§ 2º A utilização dos símbolos de que trata o *caput* deste artigo não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, caso seja solicitado pelo atendente ou pela autoridade competente.

....." (NR)"

É o voto com a emenda, Presidente. O voto "sim".

Esse foi o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH.

Senador Plínio, parabéns pela leitura do relatório.

O projeto segue para análise terminativa na CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez as pessoas não tenham entendido a proposta, porque nós já temos os cordões que identificam as pessoas com doença rara, com autismo. Mas, nessa doença específica, Senador, quando a criança está na fase avançada, ela perde a mãozinha, as feridas ficam muito expostas, algumas crianças não têm nariz, algumas têm o rosto muito desfigurado. E, quando essas pessoas e essas crianças chegam a um lugar, as pessoas se afastam delas achando que é uma doença contagiosa. As pessoas rejeitam essas crianças por causa da aparência. Trazer para essas crianças o cordão com a borboleta, que é o símbolo dessa doença, vai passar a mensagem: "Olha, eu tenho a doença que é conhecida como 'borboleta'; não é contagiosa. Eu estou aqui, eu só quero ser aceita, incluída". Então, o cordão específico para essa doença com a borboleta... O autor e o Relator entenderam o necessário. Houve uma discussão: "Mas toda doença agora vai querer um cordão diferente". Essa é específica, por causa da forma como rejeitam as crianças quando estão em fase avançada. A doença não é contagiosa. E tudo que essas crianças querem é ser incluídas.

O senhor hoje entregou um relatório, um projeto de lei, uma proposta extraordinária, para a gente incluir essas crianças, que já sofrem tanto com a dor da doença, e, às vezes, acumulam essa dor com o afastamento, com a rejeição.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É por isso que eu tive o prazer de ler *ad hoc*, quando a senhora me designou, pela alegria de poder participar de uma coisa importantíssima. São coisas pequenas, que se agigantam com o passar do tempo. Foi um prazer para mim, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, eu sei que o senhor não está com a garganta muito boa, mas tem três matérias, duas de autoria e uma de relatoria, do Senador Girão, que está preso no Plenário, presidindo uma sessão.

Eu vou ler os dois requerimentos, fazendo uma inversão de pauta, os Requerimentos 7 e 8, do Senador Girão, e eu pergunto se o senhor ainda teria força de ler *ad hoc*...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... o relatório do item 2 da pauta, que também é do Senador Girão.

Enquanto o relatório chega para o senhor, eu vou ler o Requerimento 7, do Senador Girão, e vou subscrevê-lo. Vou ler e colocar em votação, até o relatório do item 2 chegar ao senhor.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 30, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de diálogos pela Paz no Oriente Médio.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Propõe a audiência com a presença dos seguintes convidados: o Sr. Heni Cukier, professor e cientista político; um representante do Ministério das Relações Exteriores; o Ministro da AGU; o Dr. William Douglas, desembargador; um representante da Federação Árabe Palestina do Brasil; e o Claudio Lottenberg, representante da Confederação Israelita.

Vou ler em bloco.

O próximo requerimento:

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 31, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa ao local em que o Senhor Daniel Silveira se encontra recolhido, com o objetivo de garantir a observância dos direitos do ex-deputado Daniel Silveira e o pleno cumprimento das garantias previstas na legislação brasileira.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Estou subscrevendo os dois requerimentos.

Em votação os Requerimentos 30 e 31.

Não havendo quem queira discutir, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos 30 e 31, de autoria do Senador Eduardo Girão e subscrito por esta Presidente.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 384, DE 2024

- Não terminativo -

Susta os efeitos da Resolução nº 252, de 16 de outubro de 2024, da Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Relator: Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério, para fazer a leitura, como Relator *ad hoc*, do voto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Presidente, que bom ler o parecer do meu irmão Girão de um projeto de sua autoria. Com certeza, aqui só tem coisa boa.

Relatório.

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o projeto cuja ementa a Presidente já leu.

A proposição é composta de dois artigos.

O primeiro buscar sustar os efeitos da Resolução 252, de 16 de outubro de 2024, da Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que dispõe sobre as diretrizes nacionais para a segurança e proteção integral de adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

O segundo artigo estabelece que o decreto legislativo resultante da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificativa, a Senadora Damares argumenta que a resolução em comento constitui ato normativo de órgão interno do Poder Executivo que exorbita do poder regulamentar, por extrapolar os comandos emanados pelas Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, e nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, lei de criação da Conanda, aprovadas por este Parlamento.

A matéria foi distribuída para a análise aqui e segue, posteriormente, à apreciação da CCJ.

Não foram apresentadas emendas.

O Senador Girão destaca, preliminarmente, que a CCJ irá se manifestar sobre aspectos de juridicidade e constitucionalidade do texto, e, por essa razão, o exame está concentrado na análise do mérito da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria é relevante e digna de acolhida.

Ele faz uma análise muito, muito bem feita, em se tratando do Girão. E eu destaco aqui, entre os argumentos dele, que os agentes socioeducativos têm uma função fundamental dentro das unidades de internação, garantindo a ordem, a disciplina e a segurança, além de contribuírem diretamente para a ressocialização dos jovens em conflito com a lei.

Por outro lado, o sistema socioeducativo do Brasil é um barril de pólvora – considera o Relator – prestes a explodir a qualquer momento. Recentes fugas de adolescentes em conflito com a lei e incidentes violentos são sinais claros do clima de tensão que permeia as unidades de internação. Déficit no efetivo e desproteção pessoal, causada pela falta de equipamentos de segurança, reforçam o medo desses servidores, fato que reforça o parecer ora apresentado.

O Relator deixa bem claro que não se está defendendo que os agentes socioeducativos passem a agir dentro do estabelecimento adstritos a adolescentes infratores, de forma truculenta e com abuso de poder, até porque seria um risco para eles mesmos, bem como para os menores, e isso a legislação não permite.

Nesse sentido, resta claro que o conteúdo desse parecer não está a violar o princípio da proteção integral da criança e do adolescente trazido pelo ECA. Portanto, propor a eliminação de prerrogativas fundamentais dos agentes socioeducativos, como o uso de equipamentos de proteção individual, viaturas, uniformes e a retirada da função de segurança dos agentes, pode causar um impacto profundo e negativo no sistema socioeducativo.

Afinal, se ninguém pode ser obrigado a fazer ou a deixar de fazer senão em virtude de lei, não há como sustentar a inovação promovida no ordenamento jurídico pela resolução em comento, cujo conteúdo não restou discutido, deliberado ou aprovado por quem de direito, ou seja, pelos representantes eleitos pelo povo para o exercício da competência legislativa.

Ante o apresentado, o Relator entende que a proposição se encontra digna de acolhida, por representar a defesa do disposto no art. 49, inciso XI, da Constituição Federal, que prevê ser da competência exclusiva do Congresso Nacional zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa de outros Poderes.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PL) nº 384, de 2024.

Parabéns, Senadora Damares, por mais um gol que a senhora faz aqui nesse jogo diário.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Plínio.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CCJ.

Já está conosco, de forma *online,* a Senadora Mara Gabrilli, que fará a leitura do seu relatório ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3295, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória no transporte aéreo regular doméstico a disponibilização de assentos com dimensões especiais.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CTFC.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pela ordem...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Só queria uma informação.

Eu tenho aqui uma sugestão de uma emenda e eu não queria ser antipático e pedir vista desse projeto. Eu lembro, quando eu era Vereador em Manaus, no ano 2000, 2001, no máximo, tivemos que colocar na lei que as mulheres grávidas e os obesos teriam o direito de entrar pela frente nos ônibus. Parece coisa de outro mundo, mas naquela época foi preciso. E eu queria incluir as grávidas nesse projeto. Não existe lei obrigando; existe uma lei que sugere, que aconselha.

E eu pergunto: qual a melhor forma para eu não atrapalhar?

A emenda está aqui, não dei entrada no sistema ainda, colocando exatamente as grávidas nesse projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu acredito que nós poderíamos fazer o seguinte, Senador: a Senadora Mara faz a leitura do relatório, o senhor pede vista, apresenta a emenda e a gente conversa com a Senadora Mara sobre o acolhimento da emenda – eu acho que é uma emenda justa, a Mara não teria nenhum problema – e assim a gente vence uma etapa já da votação. A Mara lê, o senhor pede vista, apresenta a emenda, a Mara faz uma adequação e a gente faz a discussão da matéria e a votação na próxima sessão.

Senadora Mara, concorda?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Concordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Então, para a leitura do seu voto, Senadora Mara Gabrilli, do item 4 da pauta.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Análise.

Na forma do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos. Assim, a análise pela CDH do PL nº 3.295, de 2023, é plenamente regimental.

Ademais, o exame da matéria não permite vislumbrar qualquer óbice constitucional, legal ou jurídico.

Somos favoráveis ao mérito da matéria. É certo que a legislação deve acolher o direito à diferença. Assim, devemos garantir em lei a proteção daqueles em situação de desigualdade. Nesse sentido, é plenamente justificável que a pessoa obesa, durante o uso do transporte aéreo, usufrua do mesmo conforto assegurado aos demais passageiros. Portanto, entendemos como plenamente justificável que toda aeronave de bandeira brasileira usada no transporte regular de passageiros assegure assento de dimensões especiais, seja para a pessoa obesa, seja para a pessoa de grande estatura.

Contudo, nota-se que o PL promove alteração na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. E, como se sabe, a obesidade não é considerada uma deficiência segundo a própria definição expressa no art. 2º do estatuto, mas, sim, definida como uma doença crônica pela Organização Mundial de Saúde. Dessa forma, não nos parece adequado que o diploma dedicado à proteção das pessoas com deficiência seja a norma escolhida para albergar a proteção à pessoa obesa ou mesmo à pessoa com altura muito acima da média, mas sim a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade em nosso país.

E, justamente por se tratar a obesidade de uma doença, não nos parece razoável, na forma do §1º proposto pelo PL, que eventual ônus tarifário recaia sobre a pessoa obesa. Isto é, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa obesa não pode ter de pagar a mais para ocupar o espaço dedicado a uma só pessoa. Conceber o contrário se mostraria discriminação sem qualquer razoabilidade.

Além das circunstâncias já apontadas, temos de lidar com outros aspectos da proposição. Os assentos utilizados a bordo de uma aeronave comercial são parte do projeto da aeronave, estando ligados a inúmeros outros elementos da configuração de usos e de segurança da aeronave. Alteração desse tipo faria com que toda a frota brasileira, em especial as aeronaves que fazem voos para o exterior, tivesse de ser novamente certificada, e isso acarretaria enormes custos. Para lidar com esse primeiro problema, vamos limitar a proposição aos voos domésticos, apenas.

Então, como vimos, as aeronaves não podem receber assentos não certificados em termos de segurança – e tais assentos devem estar relacionados (em peso, dimensões e propriedades físicas) ao restante da aeronave. No entanto, não existem tais assentos disponíveis para venda no mercado mundial, conforme alerta a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abaer), a Associação Latino-Americana e do Caribe de Transporte (Alta) e a International Air Transport Association (Iata). Portanto, a forma atual da proposição apenas poderia engendrar duas situações: ou as empresas descumprem a lei, o que não interessa a ninguém, ou cessam as atividades, dada a impossibilidade de cumprimento da exigência legal, o que interessa ainda menos.

Aliás, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência menciona a necessidade de cooperação internacional para criar uma estrutura legislativa com uma referência concreta, aplicável e com prazo determinado para monitorar a implementação gradual da acessibilidade para todos, pessoas com e sem deficiência, e é justamente no espírito da convenção que emendaremos o PL para que seja aprovado como um marco nítido da intenção brasileira de promover e generalizar a acessibilidade, tão logo assentos certificáveis estejam disponíveis para aquisição no mercado mundial, o que, repetimos, não ocorre hoje em dia.

Também com a finalidade de promover alteração na lei de modo coordenado com outras normas legais e técnicas, vamos remeter a proposição a regulamento. Por fim, vamos propor a supressão da referência à possibilidade de cobrança de tarifa adicional, visto não ser necessária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essas alterações, esperamos tornar a proposição tão realista quanto portadora da intenção brasileira de promover a acessibilidade: os termos que propomos geram a obrigação legal para as empresas de promover a diferenciação de assentos, tão logo isso seja tecnicamente possível.

Voto.

Em razão do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.295, de 2023, na forma da emenda substitutiva que apresentamos, parabenizando o Senador Carlos Viana pela excelente iniciativa em assegurar e promover acessibilidade para todos.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora.

O Senador Plínio Valério insiste no pedido de vista? Vista? Sim?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Embora eu considere sempre uma atitude antipática, eu insisto que é o caminho a percorrer.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Vista concedida, vista coletiva, e a gente tenta já botar na pauta na próxima sessão, Senadora Mara, se a senhora conseguir fazer a apreciação da emenda que o Senador Plínio vai apresentar.

Obrigada, Senadora Mara. Muito obrigada.

Vamos agora para o item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3272, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para autorizar o porte de arma de fogo para as mulheres sob medida protetiva de urgência.

Autoria: Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto e à emenda, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CSP.

Na 2ª reunião (realizada em 12/03/2025) após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva.

Em 17/03/2025, foi recebida a Emenda nº 1 de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Em 19/03/2025, foi recebido novo relatório.

Relatoria: Senador Magno Malta.

Relatório: favorável ao projeto, com a Emenda 1, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Em 12/03, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

Em 18/03, foi recebida a Emenda 1, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Foi recebido novo relatório e, na 4ª e na 6ª Reunião, o projeto foi retirado de pauta, a pedido da relatoria.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério para fazer a leitura *ad hoc* do relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Como a senhora já leu a ementa, eu vou aqui só falar da apresentação em si.

O PL é apresentado sob a forma de dois artigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 1º do PL altera o art. 6º do Estatuto do Desarmamento para prever o porte de arma para mulheres que estejam sob medida protetiva de urgência, nos termos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006). Por sua vez, os §§8º e 9º trazem desdobramentos para essa disposição. O §8º estabelece que o porte de arma de fogo para mulheres atendidas por medidas protetivas de urgência será condicionado à comprovação dos requisitos previstos nos incisos I, II e III do *caput* do art. 4º do Estatuto do Desarmamento. Já o §9º dispõe que, uma vez revogada a medida protetiva, a proprietária da arma de fogo deverá mantê-la exclusivamente em sua residência ou domicílio, ou em dependências desses locais, ou, ainda, em seu local de trabalho, caso ela seja a titular ou responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.

Na justificação, a autora da iniciativa enfatiza que a medida se justifica pelo princípio da legítima defesa e pelo direito à vida, ambos garantidos pela Constituição Federal. Argumenta, ainda, que em situações extremas, em que a ameaça à integridade física é clara e presente, a possibilidade de portar uma arma pode funcionar como um dissuasor para o agressor, além de fornecer à mulher um meio de defesa eficaz em um momento de emergência.

A matéria, como a senhora já disse, foi despachada aqui e o Senador Alessandro Vieira apresentou uma emenda.

Por isso, eu vou à análise.

Em relação ao mérito, trata-se de uma proposição digna de acolhida, pois permite o porte de armas de fogo para mulheres sob medida protetiva de urgência, o que, por sua vez, representa um avanço importante na segurança e autonomia dessas vítimas.

O Relator dá alguns dados aqui.

A violência doméstica é um problema persistente e alarmante no Brasil. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, no ano que antecedeu o estudo, foram concedidas 540.255 medidas protetivas de urgência e o Disque 190 da Polícia Militar registrou impressionantes 848.036 chamadas relacionadas à violência doméstica. No entanto, apesar desse apelo por socorro, 1.448 mulheres foram mortas em 2023 e outras 1.459 em 2024, vítimas de feminicídio, uma média de quatro mulheres por dia – o que é assustador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto fundamental levantado pela autora do PL, Senadora Rosana Martinelli, é o efeito da medida. O simples fato de o agressor saber que a vítima pode estar armada pode levá-lo a reconsiderar antes de desrespeitar a medida protetiva de urgência.

Ainda assim, é possível que surjam questionamentos, baseados em uma visão preconceituosa, sobre a capacidade de as mulheres operarem armas de fogo e sobre o risco adicional que isso poderia representar. No entanto, essa visão ignora a autonomia e a competência das mulheres em situações de defesa pessoal. A proposta, nesse sentido, foi cuidadosa, analisa o Relator, ao condicionar o porte de arma ao cumprimento dos requisitos legais exigidos pelo Estatuto do Desarmamento – requisitos esses que não se baseiam em sexo –, garantindo que apenas mulheres devidamente capacitadas e treinadas possam ter o porte de arma de fogo.

Por fim, acolhemos a Emenda nº 1, proposta pelo Senador Alessandro Vieira, na forma do substitutivo que apresentamos. A referida emenda transfere de dispositivo a previsão do porte de arma para mulheres vítimas de violência doméstica, que atualmente consta no PL como um inciso do art. 6º do Estatuto do Desarmamento.

Considerando que esse dispositivo trata do porte funcional, direcionado a categorias ligadas à segurança pública, fiscalização e segurança institucional, entendemos como acertada a transferência da previsão do porte para o art. 10, dispositivo que regula o direito ao porte de arma para qualquer cidadão que comprove a real necessidade e cumpra os requisitos morais e legais exigidos.

Essa mudança aprimora o instituto da efetiva necessidade, pois, com a alteração, a concessão da medida protetiva passa a integrar o inciso I do §1º do art. 10, evidenciando que, por si só, as medidas protetivas justificam a necessidade do porte de arma de fogo.

Entendemos que todas as mulheres maiores de 18 anos, sob medida protetiva de urgência, que assim desejarem, devem ter o direito de adquirir uma arma de fogo para sua proteção pessoal.

Agora vamos ao voto do Senador Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.272, de 2024, e da Emenda nº 1, na forma da seguinte emenda substitutiva. A ementa já foi lida duas vezes:

> EMENDA Nº -CDH (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI Nº 3.272, DE 2024
> Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para autorizar o porte de arma de fogo para as mulheres sob medida protetiva de urgência.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º A Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:
> "Art.10 .....
> I – demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física ou por ser mulher sob medida protetiva de urgência, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006;
> .....
> §3º A autorização de porte para mulher sob medida protetiva de urgência, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, deverá atender aos critérios estabelecidos no regulamento, ressalvando-se a idade mínima de 18 anos." (NR)
> "Art. 28. É vedado ao menor de 25 (vinte e cinco) anos adquirir arma de fogo, ressalvados os integrantes das entidades constantes dos incisos I, II, III, V, VI, VII e X do *caput* do art. 6º desta Lei, e a mulher sob medida protetiva de urgência, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006." (NR)
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório do Senador Malta, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Plínio.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto e à Emenda 1, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 2-CDH.

O projeto segue para análise terminativa na Comissão de Segurança Pública.

Desse modo, nós cumprimos a deliberação da pauta. Dois itens foram retirados pelos Relatores e voltam para a pauta na próxima semana.

Nós agora vamos para a leitura de expedientes.

Senador Plínio, eu quero muito lhe agradecer pela participação hoje na nossa reunião e por ter ajudado os colegas que estão presos em outras Comissões. Sei que o senhor também precisa sair. O Ministro da Justiça está aqui do lado, todo mundo está lá para questioná-lo, e eu sei que o senhor também vai querer ir lá. Agora é só a leitura de expediente, o senhor fica liberado, mas eu quero registrar o agradecimento. Avançamos na pauta hoje por sua colaboração e pela forma como o senhor ajudou os colegas.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O prazer foi todo meu. São projetos que realmente merecem todo o nosso apoio. Eu que agradeço pelo prazer, e conte sempre comigo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Obrigada, Senadora Mara, pela presença, e aos demais assessores.

Vamos aos expedientes.

Denúncias que chegaram a esta Comissão.

Denúncia 51. Relatório de denúncia de familiares de detentos de centro de detenção. Encaminhamento: encaminhar para análise e, se couberem, providências pela Secretaria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Administração Penitenciária do Estado de São Paulo e informar ao denunciante sobre essa providência.

Denúncia 53. Discriminação no trabalho em razão de deficiência. Encaminhamento: encaminhar ao Ministério Público Federal, com o pedido de sigilo em relação ao denunciante, para análise e providências cabíveis. Encaminhamento 2: encaminhar ao Conselho Nacional do Ministério Público para avaliação sobre pertinência de criação de protocolo de escuta e acompanhamento funcional de servidores com deficiência. Informar ao denunciante das providências e sugerir que também denuncie as possíveis violações de seus direitos ao Ministério Público Federal.

Denúncia 58. Maus-tratos contra criança em creche do Distrito Federal. Providência: encaminhar a denúncia à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para apuração e informar ao denunciante da providência.

Eu queria pedir à Secretaria que eu quero falar com a família dessa criança.

Denúncia nº 59. Irregularidade, discriminações e injustiças na heteroidentificação de candidatos pardos em concurso público. O próprio denunciante já encaminhou sua denúncia às ouvidorias do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria e a órgãos do Poder Executivo. Providência, encaminhamento: acusar o recebimento, uma vez que todas as providências legais já foram tomadas pelo denunciante.

Denúncia 60. Perseguição política e policial contra seu filho e também solicita a investigação de sua morte em UTI pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, onde o fato que foi denunciado teria ocorrido. Encaminhamento: acusar o recebimento; denúncia encaminhada para conhecimento desta Comissão.

Denúncia 62. Agressões em escola pública no interior de São Paulo, com denúncias realizadas nos órgãos competentes para investigação. Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que todos os órgãos competentes para apuração dos fatos narrados já foram acionados, e não há providências serem tomadas por esta Comissão.

Denúncia 63. Denúncia sobre possíveis violações dos direitos trabalhista e previdenciário pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Encaminhamento: encaminhar para a Secretaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Estado de Justiça e Segurança Pública para apuração, informando ao denunciante à providência.

Denúncia 64. Associação de representantes de comunidades indígenas; nota de repúdio denuncia que empresa tem atuado de forma arbitrária, sem fiscalização efetiva por parte dos órgãos competentes, promovendo a descaracterização e a redução deliberada de atividades e compromissos assumidos pelo Plano Básico Ambiental do Componente Indígena. Encaminhamento: encaminhar a nota para a Coordenadora da 6ª Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal e à Presidência da COP 30, encaminhando a nota de repúdio das comunidades indígenas.

Denúncia 65. Denúncia de que sua esposa travesti foi agredida sexualmente por policiais, com providências legais já iniciadas aos órgãos competentes para investigação. Providência: acusar recebimento e informar que todos os órgãos competentes para apuração dos fatos narrados já foram acionados, e não há providências a serem tomadas por esta Comissão.

Denúncia 67. Denúncia sobre ex-gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social de Ribeirão Preto por violação de direitos humanos e abandono de incapaz. Relata a situação de vulnerabilidade da população warao, oriunda da Venezuela, acolhida no antigo Sesi dos Campos Elíseos, com proximidade de 73 pessoas, incluindo 40 crianças e adolescentes. Providência: encaminhar a denúncia recebida para a Corregedoria Municipal de Ribeirão Preto; ao cidadão, informar sobre a providência tomada e sugerir que acione a Ouvidoria Municipal da cidade com sua denúncia.

Eu pediria à Secretaria que encaminhasse também essa denúncia ao gabinete da Senadora Mara. São índios warao em Ribeirão Preto. Observe que são índios que vieram da Venezuela e estão em Ribeirão Preto. A situação dos índios warao no Brasil é delicada. Por quê? Eles são indígenas ou são imigrantes? Eles estão vindo da Venezuela. Ainda existe esse impasse de como lidar com os índios warao: como indígenas ou como imigrantes? Lembrando que os índios warao não falam espanhol, não falam português, eles falam a língua warao. Quem está nesse abrigo acompanhando os índios warao? Então, encaminhar ao gabinete da Senadora Mara, para a gente pedir que um dos assessores da Mara acompanhe de perto esse caso. É extremamente delicado. Eu não sei se nós temos algum outro Senador do Estado de São Paulo na Comissão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

além da Mara, mas eu faria esse encaminhamento – depois, eu converso pessoalmente com a Mara. Se tiver mais algum Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O Astronauta também é membro da Comissão. Encaminhar ao gabinete do Senador Astronauta para uma atenção especial. Observe que são 73 pessoas. Acho que a gente não pode ignorar essa denúncia.

Denúncia nº 68. Mãe solo de criança autista denuncia despejo iminente em Santa Bárbara, Minas Gerais, sem alternativa de moradia adequada à condição de saúde da filha. Relata ainda violações processuais, incluída a falta de assistência jurídica efetiva e negligência de órgãos estaduais e municipais em garantir direitos previstos na Lei Brasileira de Inclusão. Encaminhamento: encaminhar com urgência para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Mobilização e Proteção Social do Município de Santa Bárbara, Minas Gerais, solicitação de acolhimento de mãe da criança e de avaliação de sua inserção no CadÚnico e nos programas sociais do Governo Federal; para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais para acompanhamento do caso e suporte institucional necessário; à Secretaria Municipal para acolhimento da mãe da filha; para a mãe, informar as providências tomadas e esclarecer que, no âmbito de suas competências, não há ações adicionais a realizar, uma vez que todos os órgãos competentes já estão acionados e envolvidos.

Quero registrar minha solidariedade a essa mãe. Em pleno mês de abril, mês dedicado às crianças com autismo, às pessoas com autismo, a gente vê a mãe de uma criança com autismo sendo despejada dessa forma, mas as providências que a Secretaria e a Comissão estão tomando são as cabíveis ao caso.

Agora vamos para as solicitações.

Solicitação 61. Pede ajuda para acesso à vacina, que tem melhorado a condição de vida de seu pai. Segundo o relato, seu pai precisa dessa vacina para sobreviver. Encaminhamento: acusar recebimento e sugerir contato direto com a Secretaria de Saúde para informações sobre o fornecimento da vacina no município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicitação 66. Encaminha pedido de auxílio para asilo a amigos sírios que sofrem com o terrorismo. Encaminhamento para o Ministério das Relações Exteriores do pedido para análise e providências cabíveis e informar o cidadão sobre essa providência.

Solicitação 69. Advogada solicita a suspensão do uso de algema nos pés de custodiado, preso preventivamente sem condenação. Argumenta que a medida é desnecessária, viola a dignidade humana e a Súmula Vinculante 11, do STF, além de já ter causado queda ao preso. Encaminhamento: acusar recebimento e informar que os órgãos competentes pela análise já estão acionados pela doutora. E, por parte desta Comissão, não há providências adicionais a serem tomadas no âmbito de suas atribuições.

Solicitação 70. Aluna de engenharia mecânica da Ufes, portadora de transtorno do espectro autista, solicita revisão do prazo para conclusão de seu curso, baseado em seu diagnóstico médico e nos impactos acadêmicos decorrentes dessa condição. A matrícula encontra-se irregularmente bloqueada como "desligamento", mesmo com plano de estudos aprovado pela coordenação – é lamentável. Acusar recebimento e informar que os órgãos competentes pela análise já estão acionados pela estudante. E, por parte desta Comissão, não há providências adicionais a serem tomadas no âmbito de suas atribuições.

Gente, uma pessoa com autismo cursar engenharia mecânica numa universidade federal... Todas as barreiras que essa pessoa enfrentou para ingressar, e ela quer tão somente uma revisão no prazo para conclusão do seu trabalho. É lamentável. A Comissão fez o que podia fazer, mas eu preciso registrar como é lamentável, em pleno mês de abril, a gente ver direitos das pessoas com autismo sendo violados dessa forma.

Solicitação 73. Solicita mobilização parlamentar para instauração da CPI para investigar supostos abusos do CNMP e omissões do STF no caso MS 39.854/DF. Alega-se aplicação ilegal de multa, violação de sigilo e negativa de jurisdição, anexadas as decisões judiciais que reconhecem os prejuízos causados pelo MPSP. Providência: acusar recebimento e leitura na reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicitação 74. Solicita revisão de benefício previdenciário de pessoa com deficiência visual, conforme a LC 142/2013. Relata desconto indevido do fator previdenciário desde junho de 2015 e pede correção monetária dos valores atrasados. Encaminhamento: informar que a solicitação de revisão deve ser realizada diretamente pelo solicitado, no *site* ou aplicativo do INSS, ou por meio de ação judicial por intermédio de advogado próprio ou da Defensoria Pública do estado. Por parte desta Comissão, não há providências concretas a serem tomadas no âmbito de suas atribuições.

Solicitação 75. A associação denuncia irregularidade da admissão e dispensa de soldados concursados pela Aeronáutica (1994-2001), com suposto desvio das regras do serviço militar inicial, com nomeação indevida de civis já quites com suas obrigações militares. Solicita à Comissão do Senado a apuração dos fatos e medidas para reparação dos ex-militares afetados. Encaminhamento: acusar recebimento e informar que, por parte desta Comissão, não há providências concretas a serem tomadas no âmbito de suas atribuições para além das já realizadas pela associação.

Solicitação 76. Associação de mulheres denuncia irregularidades no programa PAESPopTrans, elaborado sem base técnica ou aprovação, expondo crianças e adolescentes a risco, solicitando providência. Encaminhar denúncia ao Ministério da Saúde solicitando informações quanto às providências tomadas em virtude das alegadas irregularidades no programa PAESPopTrans. Informar a associação da providência tomada.

Isso posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e no portal da CDH para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados. Nesses termos, comunico que os arquivos lidos na 4ª Reunião serão arquivados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme todos perceberam, todas as solicitações e denúncias que chegam à Comissão recebem tratamento adequado, análise da equipe técnica, devidos encaminhamentos. E aqueles em que não cabe nenhum encaminhamento porque providências outras já foram tomadas são registrados, lidos nesta Comissão, e o documento fica à disposição dos membros.

Portanto, podem contar com esta Comissão. Não haverá omissão em nenhum pedido, nenhuma solicitação e nenhuma denúncia que forem trazidos à Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Nesse sentido, mais uma vez, não vou parar nunca de agradecer à equipe técnica, ao Secretário, toda a equipe técnica da Comissão e do meu gabinete, que têm trabalhado de forma incansável. Incansável mesmo: fazer duas audiências públicas, com dez oradores cada audiência, no mesmo dia mostra a competência dessa equipe. Estou muito feliz com essa equipe, desta Comissão.

E se preparem que agora vêm as diligências, ianomâmi... Quero ver todos vocês comigo em ianomâmi, Marajó, presídios. Daqui a pouco a gente vai também para comunidades terapêuticas, nós vamos para hospitais. Esta Comissão não vai se omitir.

E, assim, celebrando o Dia Internacional do Povo Cigano, mandando abraço para os ciganos de todo o meu país, todas as crianças ciganas, e também celebrando o Dia Mundial do Braille, nós encerramos esta sessão, nada mais tendo a tratar.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e hum minuto do dia quinze de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Dr. Hiran, Humberto Costa, Jaques Wagner, Beto Faro, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Pedro Chaves, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Tereza Cristina, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco, Jorge Seif, Magno Malta, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 13ª Reunião, ocorrida em 8 de julho de 2025, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 17, de 2025** que: "Requer Realização de Audiência Pública com o objetivo de debater a estratégia do Brasil diante da recente tarifa de importação imposta pelo Governo do Estados Unidos - Donald Trump." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 17/2025 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Debater a estratégia do Brasil diante da recente tarifa de importação imposta pelo Governo do Estados Unidos - Donald Trump. **Participantes:** Senhor Embaixador Philip Fox, Secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores - MRE; Senhor Luis Rua, Secretário de Comércio e Relações Internacionais (representante de: Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA); Senhor Jefferson de Oliveira Gomes, Diretor de Desenvolvimento Industrial, Tecnologia e Inovação (representante de: Confederação Nacional da Indústria - CNI); e Senhor Michel Platini Juliani, Presidente da Associação Brasileira dos Importadores (ABIMP). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião da Comissão, ocorrida em 8 de julho de 2025.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Finalidade da reunião: conforme a pauta publicada, a reunião será dedicada a audiência pública, em conformidade com o Requerimento 17, de 2025, da Comissão de Relações Exteriores, de autoria nossa e do Senador Esperidião Amin, com a finalidade de debater a estratégia do Brasil diante da recente tarifa de importação imposta pelo Governo dos Estados Unidos – Donald Trump.

A reunião é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Gostaria de agradecer a presença do Senador Hamilton Mourão, que está aqui no plenário, e dos colegas Senadores que estão de forma remota.

Quero agradecer aqui, ao nosso lado, ao Embaixador Philip Fox, Secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores; ao Sr. Luis Rua, que está remoto, pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, Secretário de Comércio e Relações Internacionais; pela CNI, ao Sr. Jefferson de Oliveira Gomes, Diretor de Desenvolvimento Industrial, Tecnologia e Inovação, que está ao meu lado esquerdo; e ao Presidente da Associação Brasileira dos Importadores (Abimp), o Sr. Michel Platini Juliani.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o bom andamento dos debates, seguimos as seguintes diretrizes: cada debatedor e debatedora terá o tempo de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco. Em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Sras. Senadoras e Senadores inscritos.

Como é de amplo conhecimento de todos, desde o início dos nossos trabalhos nesta Comissão, temos nos empenhado em contribuir para o debate estratégico sobre o papel do Brasil no cenário internacional, com especial atenção ao comércio exterior, um dos pilares do desenvolvimento nacional. Criamos, por exemplo, o grupo de trabalho sobre a estratégia de comércio exterior, que hoje pela tarde realizará a sua 17ª Reunião, recebendo especialistas dos mais diversos setores, com contribuições técnicas, empresariais, acadêmicas e políticas. Também promovemos, no final de maio, uma audiência pública interativa com autoridades do Executivo federal e personalidades de notório saber para tratar justamente dos desafios e oportunidades nessa área tão sensível quanto decisiva.

Os acontecimentos da semana passada apenas confirmam a pertinência desses esforços. A crise recente que todos acompanhamos evidenciou que precisamos agir de forma coordenada, propositiva e madura. O comércio internacional não é e nem pode ser tratado como um campo de batalha ideológica ou partidária. É uma agenda de Estado, é uma agenda nacional e deve ser guiada pelo pragmatismo e pela responsabilidade, sempre com foco no que realmente importa: gerar emprego, renda e oportunidades para a população brasileira.

Esta sessão foi convocada a pedido de vários colegas Senadores com o intuito de discutirmos, com serenidade e espírito construtivo, caminhos possíveis para reequilibrar a nossa relação comercial com os Estados Unidos. Trata-se de uma parceria histórica, que remonta a mais de 200 anos, com profundidade institucional e benefícios mútuos. Não nos move o desejo de escalar tensões. Não buscamos protagonismo, muito menos pretendemos transformar uma divergência comercial num espetáculo no campo político. A hora da política vai ter a sua vez e a sua oportunidade no ano que vem. Nosso papel como Senado da República é contribuir com equilíbrio para o fortalecimento de uma relação que é estratégica para o Brasil.

Temos a confiança de que as instâncias competentes do Executivo manterão abertos os canais de diálogo técnico e diplomático. Sabemos que o Comitê Interministerial, sob a coordenação do Vice-Presidente Geraldo Alckmin, está articulando com os negociadores norte-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

americanos soluções que preservem o interesse nacional, inclusive avaliando, se necessário, instrumentos legais já aprovados por esta Casa, como a Lei da Reciprocidade Econômica.

A reunião desse comitê, aliás, impossibilitou a presença de alguns representantes do Governo aqui hoje, mas todos mantiveram contato conosco, demonstrando disposição para seguir o diálogo. E é isto que nos espera: institucionalidade, bom senso, coordenação, equilíbrio e sensatez.

Ainda assim, é preciso reconhecer que os esforços técnicos e diplomáticos não bastam. Eles devem ser acompanhados de ações políticas no mais alto nível, capazes de dimensionar corretamente o valor da relação Brasil-Estados Unidos.

E sublinho uma vez mais: uma relação entre Estados, não apenas entre governos, e, como tal, deve ser tratada com visão de longo prazo, respeito mútuo e disposição para construir soluções duradouras.

Neste momento, mais do que nunca, precisamos de pontes, e não de muros, e não de abismos. Devemos buscar nossos pares, conversar, compreender, explicar, dialogar. Essa é a essência da diplomacia parlamentar, e é nisso que esta Comissão acredita.

O empresário e o trabalhador, no Brasil e nos Estados Unidos, precisam de previsibilidade, de segurança jurídica e de estabilidade institucional. Só assim haverá confiança mútua, só assim haverá investimentos, só assim haverá crescimento sustentável.

Hoje, vamos ouvir, vamos debater e vamos articular o apoio do Senado Federal a todos aqueles – no Executivo, no setor privado, na sociedade civil – que se dispuserem a resolver esse impasse em benefício dos nossos cidadãos.

Estamos, inclusive, avaliando a possibilidade de organizar um grupo de trabalho para uma missão parlamentar a Washington, para abrir canais diretos com os nossos colegas Senadores norte-americanos, não só para agora, como também para acompanhar todas essas tratativas a médio e a longo prazos, especialmente daqueles estados que tanto se beneficiam da relação com o Brasil, como a Flórida, a Califórnia e tantos outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que esta Casa, como representante da Federação e da soberania nacional, não deve, não pode e não vai se omitir? Temos o dever de contribuir com o diálogo, com firmeza e com espírito democrático, neste momento que exige união, responsabilidade e visão estratégica. Devemos isso à nossa história do Senado da República, devemos isso ao futuro do país, devemos isso aos brasileiros e às brasileiras que aqui representamos.

Reafirmamos, assim, nosso compromisso com princípios e propósitos consagrados na nossa Constituição: a defesa da soberania, conjugada à construção de uma ordem internacional justa e à promoção do desenvolvimento.

Agradeço, assim, a presença dos meus colegas Senadores, que, em momento nenhum, deixaram de me incentivar, deixaram de me fazer sugestões, para que a gente pudesse fazer a reunião e o desenvolvimento dessa crise, como aqui estamos fazendo.

Tenho plena confiança de que esta audiência será do mais alto nível e trará contribuições valiosas para construirmos, juntos, um plano de ação eficaz, pragmático, equilibrado, para enfrentar este momento com inteligência, sabedoria, equilíbrio e diplomacia.

Sobre a mesa, o requerimento que será lido – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 17 e seus aditamentos.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 17, DE 2025

- Não terminativo -

Requer Realização de Audiência Pública com o objetivo de debater a estratégia do Brasil diante da recente tarifa de importação imposta pelo Governo do Estados Unidos - Donald Trump.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da nossa autoria e do Senador Esperidião Amin, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Serão tomadas as devidas providências.

Conforme já anunciei, ao meu lado, o Embaixador Philip Fox; de forma remota, o Sr. Luis Rua, representando o Ministério da Agricultura e Pecuária, o Ministro Fávaro; o Sr. Jefferson de Oliveira Gomes, da CNI; e o Sr. Michel Platini Juliani, aqui também na mesa, ao nosso lado.

Concedo já, de pronto, a palavra ao Sr. Embaixador Philip Fox, Secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores.

V. Exa. dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. PHILIP FOX (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Trad, Senador Mourão, demais Senadores e Senadoras que nos acompanham de forma remota.

Primeiro, eu gostaria de agradecer o convite para estar novamente aqui nesta Comissão. É sempre um prazer poder ter essa oportunidade de debater com esta Casa questões relacionadas à política comercial. É importantíssimo nós termos esse tipo de interação entre o Executivo e o Congresso para ter os melhores resultados possíveis.

Eu vou fazer algumas observações iniciais e, inclusive, mencionar um pouco a cronologia dos acontecimentos, no que diz respeito a essa negociação.

Eu gostaria de começar dizendo que o Governo brasileiro sempre conferiu alta prioridade e atenção ao relacionamento bilateral com os Estados Unidos. Os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial do Brasil e o maior investidor direto em nosso país. Além

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disso, trata-se de um país com quem compartilhamos 200 anos de uma história de amizade e cooperação.

Já em seus primeiros dias, a nova administração norte-americana anunciou que iria implementar tarifas e taxar países estrangeiros. No caso do Brasil, menções explícitas à média mais alta das tarifas nominais brasileiras, quando comparadas com as norte-americanas, eram usadas frequentemente, inclusive em documentos oficiais, como exemplo de tratamento desequilibrado entre os dois países, que deveria ser equacionado.

Diante do risco embutido nessa narrativa equivocada, o Governo brasileiro engajou-se ativamente na defesa da preservação dos fluxos de comércio bilateral com os Estados Unidos, tanto em contatos em nível ministerial, quanto em negociações mais técnicas. É importante notar que os Estados Unidos têm mantido superávits importantes com o Brasil em bens e em serviços pelo menos nos últimos 15 anos, em todos os últimos 15 anos.

Eu vou relatar agora a cronologia desses contatos que eu mencionei.

Em 6 de março, o Sr. Vice-Presidente Geraldo Alckmin manteve conferência com o Representante de Comércio dos Estados Unidos, Jamieson Greer, e o Secretário de Comércio, Howard Lutnick. A reunião teve seguimento já em 8 de março, com conversa entre o Ministro Mauro Vieira e o Representante de Comércio Greer, quando ficaram acordadas reuniões periódicas entre o Governo brasileiro e o norte-americano.

Entre os dias 8 e 28 de março, foram realizados mais dois contatos técnicos, por videoconferência, e uma missão negociadora a Washington, chefiada pelo Embaixador Mauricio Lyrio, que resultou em encontros presenciais no Departamento de Comércio dos Estados Unidos, no Escritório de Representação Comercial dos Estados Unidos e em encontros também com lideranças republicanas na Câmara dos Deputados e com o Diretor do Conselho Econômico da própria Casa Branca.

Ao longo de todos esses encontros, o Brasil insistiu na mensagem da lógica econômica fundada em dados e evidências, incluindo: um, que os Estados Unidos mantém o superávit estrutural e histórico com o Brasil; dois, que o Brasil valoriza a qualidade do comércio com os Estados Unidos, inclusive por sua característica de conter parte significativa de bens com alto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valor agregado; e, três, que há grande complementariedade e potencial para ainda maior comércio entre as duas maiores economias das Américas.

Na balança de comércio de bens e serviços, os EUA acumularam US$410 bilhões em superávit com o Brasil nos últimos 15 anos. Apesar de fazerem referência ao perfil tarifário global do Brasil, argumentando que a média tarifária brasileira seria de 11,2%, a tarifa efetivamente aplicada aos Estados Unidos pelo Brasil seria de apenas 2,7%. Ademais, 74% de todas as exportações norte-americanas entrariam no Brasil sem pagar nenhuma tarifa. No comércio de bens, excluindo entrepostos internacionais e *hubs* de distribuição, o Brasil representa o terceiro maior superávit dos Estados Unidos no mundo. Diante da vigência das tarifas setoriais americanas de 25% contra importações de aço de todos os países, enfatizamos a complementariedade entre os setores siderúrgicos do Brasil e dos Estados Unidos, lembrando que o Brasil é grande destino das exportações norte-americanas de carvão siderúrgico, utilizado na elaboração de aço semiacabado, que depois é exportado para os Estados Unidos e utilizado como matéria-prima na indústria siderúrgica local. Então, esses foram os argumentos em março.

Ao que tudo indica, a estratégia do Governo brasileiro foi relativamente bem-sucedida, especificamente no campo do diálogo econômico, naquela época. No anúncio das tarifas recíprocas, em 2 de abril, o Brasil foi alvo de tarifa horizontal de 10%, ficando no grupo dos países menos afetados pela medida. As gestões brasileiras lograram, pelo menos naquele momento, reverter percepção inicial da administração Trump de que o Brasil seria um país problemático no campo comercial que contribuiria para o déficit comercial norte-americano. A inflexão positiva de percepção foi confirmada em nova conversa do Chanceler Mauro Vieira com o Representante de Comércio Exterior Greer, no próprio dia 2 de abril.

Como se sabe, no entanto, diante da reação dos mercados globais ao chamado tarifaço, Trump anunciou o adiamento da aplicação das tarifas horizontais de modo a dar aos países a chance de firmarem acordos comerciais com os EUA dentro do prazo de 90 dias. Diante da abertura de novo espaço para negociações, o Brasil voltou a buscar interlocução com os Estados Unidos com o objetivo de reduzir ou eliminar as tarifas horizontais de 10% e reduzir, eliminar ou mitigar, através de cotas, as tarifas setoriais que já haviam sido impostas para os setores siderúrgicos e de autopeças, além daquelas que seriam futuramente impostas a setores como cobre, microprocessadores, madeira, fármacos, bem como ao setor aeroespacial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As autoridades norte-americanas solicitaram propostas negociadoras brasileiras com base no relatório anual do Governo norte-americano sobre barreiras e entraves regulatórios que afetam interesses dos Estados Unidos. O Brasil apresentou proposta negociadora preliminar dentro do prazo estipulado. No entanto, dado o grande volume de acordos a serem negociados, o lado norte-americano decidiu subdividir as negociações em fases, com prioridade para países que mantinham maiores superávits com o EUA – exceção, até aquele momento, seria o Reino Unido, que, como o Brasil, tem déficit com os Estados Unidos.

Na última reunião técnica, realizada em 4 de julho, o Brasil recebeu a indicação de que a própria Casa Branca estaria revendo as bases para o processo negociador das tarifas horizontais e de que seria necessário aguardar novas comunicações, esperadas para a semana seguinte.

Assim, Brasil e Estados Unidos estavam mantendo discussões técnicas até poucos dias antes do anúncio dos 50%.

Em 9 de julho, os Estados Unidos anunciaram a aplicação da tarifa de 50% sobre todas as importações do Brasil a partir de 1º de agosto – foi a mais alta dentre todas as anunciadas nessa recente rodada de elevações tarifárias pelos Estados Unidos. Trata-se de uma medida com potencial de impactar o total das exportações brasileiras, que, em 2024, alcançaram US$40 bilhões. Os EUA foram, naquele ano de 2024, destino de 12% das nossas exportações globais.

No caso brasileiro, o anúncio contém um inegável componente político, sobretudo quando analisamos a forma e o conteúdo da comunicação direcionada ao Brasil. Diante da publicação da carta postada na plataforma Truth Social no dia 9 de julho, sem nenhuma notificação oficial ao Governo brasileiro, foi necessário convocar o Encarregado de Negócios...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PHILIP FOX – ... ao Ministério das Relações Exteriores para que pudesse confirmar a carta. No próprio 9 de julho, o Presidente Lula respondeu à carta postada pelo Presidente Trump, com uma mensagem de defesa intransigente da soberania nacional e desmentindo a informação de que os Estados Unidos têm déficits crônicos com o país, conforme constava na carta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quis com esse relato demonstrar que, ao longo de todos esses meses, o Governo permaneceu profundamente engajado com representantes do Governo norte-americano na busca de eliminar ou mitigar tarifas ou barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos.

Apesar das demandas irrealistas presentes na carta dos Estados Unidos, o Presidente Lula já confirmou que o Brasil segue disposto a buscar um entendimento no campo econômico, pautado pela defesa da soberania e dos interesses do povo brasileiro. Esse objetivo é que estará orientando as ações do Itamaraty e do Governo brasileiro como um todo no relacionamento com os Estados Unidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Embaixador Philip Fox.

De pronto, passo a palavra ao Sr. Jefferson de Oliveira Gomes, Diretor de Desenvolvimento Industrial, Tecnologia e Inovação da CNI, agradecendo aqui a presença do Senador Carlos Viana.

O SR. JEFFERSON DE OLIVEIRA GOMES (Para expor.) – Muito bom dia a todas, muito bom dia a todos.

Especialmente na pessoa do Senador Nelson Trad, quero cumprimentar todos os Senadores aqui nesta sala.

Senador Nelson Trad, o senhor colocou uma palavra muito importante no início da sua fala que é a questão de previsibilidade de negócios. O senhor foi cirúrgico nesse ponto – cirúrgico.

Em nome da Confederação Nacional da Indústria, o nosso objetivo nesta conversa aqui é estabelecer as nossas relações de negócios e os impactos que ocorrem em função dessas relações de negócios.

Eu preparei para entregar para os senhores e para as senhoras uma apresentação com cinco eslaides, mas basicamente eu não vou ler a apresentação, não lerei a apresentação. Ela está lá para vocês, porque lá tem dados, dados com que vocês podem, com calma, depois, ter um conjunto maior de informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, quando o senhor coloca, Senador, a questão de previsibilidade, é importante entender que negócios ocorrem entre empresas, e empresas, necessariamente, no seu escopo organizacional, são compostas por pessoas, o próprio sistema integrado delas e as relações. Consequentemente, empresas determinam acordos, e pessoas determinam acordos durante muito tempo. Grandes negócios acontecem em médio e longo prazos. Eu sou, por exemplo, fruto de uma escola chamada Instituto Tecnológico de Aeronáutica, que foi montado por uma instituição americana, o MIT, aqui no Brasil. Portanto, essa relação de 200 anos, Senador, que o senhor coloca é uma relação em que, para o ITA ser construído, foram 20 anos de início em que todo o comando do ITA era com americanos.

Então, dentro dessa organização, é importante dizer que os nossos investimentos industriais são as principais preocupações, além das relações de negócios. Por exemplo, ontem eu estava numa grande empresa em Sorocaba, produtora de automóveis, e o objeto dessa empresa de Sorocaba... Ela está duplicando a sua fábrica para o mercado americano – basicamente, o mercado americano colocado. A Embraer, que é a nossa empresa brasileira que produz aeronaves, por si só, quando ela vende uma aeronave, já vende com muita antecedência esses produtos. E todo o processo de construção dessa aeronave é composto por produtos que saem do Brasil como produto acabado, mas grande parte desses produtos – muitos desses produtos – também vêm dos Estados Unidos para cá.

É importante mostrar nessa apresentação que vocês vão receber que, em termos de tarifas médias aplicadas para produtos americanos, a nossa margem está em torno de 2,7%. E essa questão específica de 50% praticamente inviabiliza uma grande quantidade de negócios, negócios industriais que são feitos entre empresas, entre pessoas.

Consequentemente, a nossa preocupação não é se... Obviamente, é importante deixar muito claro que nós teremos uma redução de empregos, nós teremos uma redução de negócios, mas o efeito de longo prazo é o que nos preocupa com mais características. O superávit americano com o Brasil é evidente: são US$43 bilhões em bens e US$165 bilhões em serviços nas nossas relações. Esses números são impactantes, que colocam os Estados Unidos como o nosso terceiro parceiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, quando o senhor coloca uma proposição de levar uma comissão para discutir... Basicamente, quando o senhor pega todas as empresas brasileiras que fazem investimentos, aí é importante dizer: empresas brasileiras fazem investimentos nos Estados Unidos. Nós tivemos, nos últimos cinco anos, aproximadamente US$3 bilhões de investimentos de empresas brasileiras nos Estados Unidos. E dos americanos aqui? Algo por volta de US$20 bilhões... Perdão, US$27 bilhões de empresas americanas aqui.

Dentro dessa constelação de negócios, é importante essa reunião, porque, quando o senhor vai olhar onde nós temos os maiores investimentos, nós estamos falando basicamente de Flórida. O senhor vai à Flórida, né?

Então, esse assunto impacta diretamente as nossas relações, só que, quando a gente faz um recorte para a indústria de transformação brasileira, tem certos setores aqui que são importantes de serem tratados. Quando a gente fala de metalurgia, outros equipamentos, máquinas, químicos e madeira, basicamente, nesses setores, os Estados Unidos são os primeiros lugares de relações que nós temos. Consequentemente, quando você fala assim, madeira, uma coisa solta, basicamente, influi diretamente na nossa indústria. Basicamente, lá na Região Sul, nós estamos tendo alguns problemas relativos às nossas previsibilidades que o senhor colocou, Senador.

Mas tem algumas coisas que são importantes de serem elencadas: são as relações de longo prazo. Eu não sei se os senhores sabem, mas a maior fundição do planeta se chama fundição Tupy. É a maior fundição, é um orgulho nacional. Basicamente, esses brasileiros desenvolveram um material diferente, chamado ferro fundido vermicular – brasileiros. Eles conseguem fazer com que a mesma peça de ferro fundido, de um bloco de motor, de um cabeçote, tenha, num caminhão, algo por volta de menos 60kg. Se você coloca este valor de 50% nesse setor, que vai ser impactado em setenta e poucos por cento, na verdade, 73,4%, dentro dos cálculos, você inviabiliza uma relação de negócios não somente da Tupy, mas da empresa americana, que não vai arranjar um fornecedor como a Tupy amanhã, dentro desse processo.

Então, a nossa preocupação, sim, é de muita negociação. Nossa conversa básica se chama negociação. Sem grandes percalços, conversar, conversar e conversar, porque, na cadeia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valor, principalmente de produtos fabricados aqui, no Brasil, os Estados Unidos têm um valor preponderante na quantidade de produtos dentro da nossa linha de trabalho.

O resto dos documentos, todos os números... Você pode passar para mim a apresentação, por favor? Eu não vou apresentar a apresentação para vocês, mas os outros números, vocês podem ver com muito detalhe. Pode só passar para mim o eslaide? Só o último eslaide, esse aí.

Aqui vocês vão encontrar os números básicos, a influência no PIB global, mas a influência, os impactos no Brasil em termos de PIB, na quantidade de empregos, empregos gerados, na questão de empregos setoriais, nas questões regionais do Brasil. Obviamente, o Estado de São Paulo, por ser o estado mais industrializado do Brasil, vai sofrer mais. Consequentemente, os estados mais industrializados vão sofrer também dentro dessa lógica.

Então é muito importante a serenidade do processo de negociação no caso específico.

Muito obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Jefferson de Oliveira Gomes pela apresentação.

De pronto, passo a palavra ao Sr. Michel Platini Juliani, Presidente da Associação Brasileira dos Importadores.

Agradeço a presença dos Senadores Izalci Lucas, do Distrito Federal, e Chico Rodrigues.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Já registrei a presença do Senador Carlos Viana e do Senador Hamilton Mourão.

Pela ordem, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Apenas solicito a inscrição para a fala após os nossos convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Senador Carlos Viana inscrito. Antes, porém, o Senador Hamilton Mourão já tinha pedido; V. Exa. é o segundo. Depois, o Esperidião Amin, e a Tereza Cristina.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Primeiro o general, depois o coronel. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeito.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está certo.

O SR. MICHEL PLATINI JULIANI (Para expor.) – Bom dia a todos.

Muito obrigado pelo convite. Quero agradecer especialmente ao Senador Nelsinho Trad por nos permitir, a Associação Brasileira dos Importadores, participar desta discussão, deste diálogo, ao lado dos Senadores, do Embaixador e da CNI, por quem nós, importadores, temos muita admiração. É uma entidade de grande prestígio, a qual vem desempenhando um grande trabalho no Brasil, não é? Quero deixar bem claro esse voto; assim, nós admiramos muito o trabalho da CNI.

A questão que nós vamos colocar aqui pela Associação dos Importadores é muito clara. Para nós, é o reflexo reverso da questão da tarifa, pois nós sabemos que a tarifa, neste momento, atinge os exportadores brasileiros de forma direta, mas nós viemos aqui a esta Comissão para alertar sobre algo que o nosso amigo Jefferson já fez – um trabalho – e já antecipou: o reflexo que nós teremos, de forma direta, para nossos importadores.

O que é que acontece? Para nós, é muito claro que nós estamos num momento de grande discussão, um momento muito especial para o Senado tomar a frente desse trabalho perante o Executivo, porque nós teremos um problema muito sério no Brasil se isso se mantiver da forma como está. Por quê? Porque o efeito reflexo, se houver a reciprocidade ampla e irrestrita, como vem se discutindo, nós vamos atingir frontalmente todo o mercado de importação do Brasil, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso vai gerar efeitos que, nesse momento, nós temos como efeitos diretos, mas tem alguns efeitos, a longo prazo, que nós não conseguimos, nesse momento, medir.

Então, nós viermos aqui, de forma bem clara, pedir o apoio do Senado, para que intensifique essa negociação, traga para a mesa essa discussão, para que a gente negocie e saia desse momento com uma negociação que permita aos importadores brasileiros conseguirem ter o menor impacto possível.

O que é que acontece no nosso mercado? O Brasil tem uma infinita gama de produtos importados que abastece a sua indústria nacional. Isso é notório e indiscutível. Mas, quando você começa a tarifar esse importador no insumo, no produto que ele compra no mercado norte-americano, o que é que ele vai fazer? Ele vai buscar em outro mercado – é natural, é muito rápida essa dinâmica –, seja a China... Hoje nós estamos falando de China, não é? Se ele não encontrar nesse mercado, o que é que o importador faz? Rapidamente, ele para de produzir. Ele para de importar, efetivamente para de produzir e muda o seu modelo de negócio.

Por exemplo, vou dar um exemplo prático para vocês: quando se iniciou a discussão, no nosso mercado, de *dumping* no mercado de têxtil, o importador, que traz o tecido e usa as confecções – e a maioria está no Sul, em Santa Catarina e em Minas Gerais –, quando se aventou essa possibilidade de *dumping*, uma discussão que vem sendo tratada no Mdic, os grandes importadores com os quais nós temos relação pela Associação Brasileira – eu me sentei com todos – falaram para mim: "Michel, é muito claro para mim: se eu sofrer *dumping*, eu paro hoje de embarcar, imediatamente, e começo a trazer roupa pronta. Eu não vou sofrer o *dumping*. Para mim, não muda nada". Então... E temos, hoje... O maior mercado têxtil é brasileiro.

Então, eu estou sendo, assim, muito... Como que é a dinâmica nossa, dos pequenos e médios importadores? Eles mudam a chave muito rápido: ou param de produzir, ou, efetivamente, buscam novos mercados.

E, aí, isso gera, efetivamente, desemprego, porque também ele vai já trazer produto pronto, ele vai investir em tecnologia, e isso causa, diretamente, um desemprego muito rápido.

Eu quero alertar... Quero trazer também para a mesa do Senado o que é importante para nós, importadores. É uma pauta que nós já vimos discutindo, a CNI já trava essa agenda há um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bom tempo: a maior tarifa para nós, importadores, chama-se a burocracia que nós temos nos portos – a burocracia que nós temos. Nós já somos tarifados, e por isso vem a associação, essa é a nossa agenda mesmo... Nós temos um excesso de burocratização incalculável. Cargas ficam paradas no porto por 10, 15, 20 dias, sem sequer haver um despacho de um servidor público dizendo qual exigência ele quer ou dizendo o que ele vai fazer. Então, você faz um cálculo de quantos contêineres nós temos hoje parados nos portos brasileiros.

A CNI, o Sr. Jefferson falou, por exemplo, de uma questão no Sul. Nós fomos chamados para articular uma discussão lá no Sul de navios de aço que ficaram parados por mais de 90 dias na barra do rio sem poder atracar. Estamos falando de mais de 20 navios. Você imagina o efeito econômico disso para a indústria nacional.

Então, nós queríamos deixar essa agenda bem clara para o Senado. Nós entendemos, como Associação Brasileira dos Importadores – e eu acredito que a CNI já é uma pauta antiga deles, eles também batem nisso –, o quanto seria importante o Senado, junto com o Ministério das Relações Exteriores, chamar a Receita Federal para discutir uma desregulamentação, uma efetividade maior na liberação de contêineres, uma agilidade muito maior nessa entrada no mercado do que é importado, do produto que é importado, porque isso já mitiga muito o efeito – muito.

Lembro que o empresário nacional, tanto o importador como o industrial – eu sempre brinco isso na mesa quando eu estou com os empresários –, usa uma planilha de Excel muito simples: todo o custo que ele tem ele repassa para o produto, muito simples, ou de uma forma ou de outra; ou ele vai buscar benefício fiscal, e aí aumenta a logística dele. Então, essa questão seria importante o Senado também trazer à mesa e criar um grupo de trabalho... Eu estou colocando esse ponto de trazer a Receita Federal junto com o Mdic para discutir essa relação para que essa burocracia seja mitigada, porque, para nós, neste momento, essa é a maior tarifa que nós já enfrentamos há décadas.

Para deixar claro esse ponto, é como se nós tivéssemos o Mdic vendo o empresário brasileiro como produtor, fomentador, e a Receita Federal com uma outra mentalidade na questão da importação. Então, nós temos duas mentalidades totalmente dissonantes, totalmente desconectadas para o mesmo resultado, que é internalizar o produto, baratear para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o industrial ou para o vendedor, que é um comerciante, ou uma empresa nacional que só revende, para que ele tenha uma efetividade maior, que o preço baixe e que ele gere mais emprego. Essa é a relação que nós temos hoje.

Esse é o ponto que nós queríamos deixar aqui para vocês na mesa e alertar sobre esse reflexo imediato, direto que nós teremos no importador brasileiro.

Agradeço o convite para participarmos, Senador, e por nos colocar aqui na agenda, ressaltando esse ponto que, para nós, é fundamental.

Muito obrigado a todos. Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Michel Platini.

Nós já estamos entrando em contato com o Sr. Luiz Rua, o último a falar, representando o Ministério da Agricultura, do Ministro Fávaro, porém o Senador Esperidião Amin pediu a palavra pela ordem, de forma remota.

Senador Amin. (*Pausa.*)

Ele vai entrar daqui a pouco, deve estar em outra reunião.

Então, vamos já passar, de pronto, ao Sr. Luiz Rua, representando aqui o Ministério da Agricultura e Pecuária; representando o Ministro Fávaro.

Com a palavra o Sr. Luis Rua.

O SR. LUIS RUA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Nelsinho.

Queria parabenizá-lo pela iniciativa e saudá-lo também por ser tão ativo nas questões internacionais.

Tenho acompanhado o seu trabalho, participado em algumas agendas em que a gente tem trabalhado muito a questão internacional, o posicionamento do Brasil. É sempre muito importante essa participação do Senado Federal e do nosso Legislativo também em um processo de construção. Então, parabenizo-o pela iniciativa, agradeço o convite. Queria saudar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui também os demais Senadores presentes durante esta reunião da Comissão e saudar também o Embaixador Philip, na pessoa de quem saúdo a todos os integrantes da mesa.

De fato, essa é uma situação que pega todo mundo de surpresa. Acho que o Embaixador Philip comentou um pouco e muito bem sobre aquilo que foi o processo, até agora, do ponto de vista das negociações conduzidas pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com o apoio aqui do Ministério da Agricultura.

E, quando nós falamos da agricultura, do nosso agronegócio de maneira geral, a gente está falando de um mercado que, no ano passado, comprou US$12 bilhões do Brasil. Está entre os três principais destinos das nossas exportações agropecuárias, representa 7,4% de tudo aquilo que o Brasil exportou. É uma pauta bastante diversificada que temos. Destaque, então, para o principal produto, que é o café, com quase 2 bilhões exportados para os Estados Unidos; também a celulose; a carne bovina com mais de US$1 bilhão exportados; o suco de laranja, também tão relevante: mais de 32% de todo o suco de laranja que o Brasil exporta foram para os Estados Unidos no ano passado. Também há a questão do couro, a questão do açúcar. Enfim, uma série de produtos de que os Estados Unidos são um dos principais mercados para as nossas exportações. Então, naturalmente, é uma situação que a gente avalia com muito cuidado.

Aqui na Agricultura, a gente trabalha basicamente em duas grandes frentes. Eu acho que a primeira delas é dar todo o apoio, naturalmente, ao Ministério das Relações Exteriores, ao Mdic, para que a gente possa, sob a liderança agora do Vice-Presidente Alckmin, que coordena esse comitê, esse grupo que discutirá as ações com os empresários também... Inclusive hoje teremos uma reunião com os empresários para a discussão desse tema e buscar algumas alternativas, sempre nesse processo de escuta ativa, de entender aquilo que são as dores e as necessidades do setor privado brasileiro, que é quem efetivamente poderá sofrer caso essas tarifas venham de fato a ser aplicadas a partir de 1º de agosto.

Ainda, é importante dizer, tudo se mantém como está, mas naturalmente, no comércio internacional, a gente sabe que os tempos do comércio internacional são um pouco diferentes, porque a gente tem que colocar esses produtos no navio. Então já há, de certa forma, um impacto dessas ações anunciadas pelo Presidente Trump, e naturalmente a gente olha por essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de pensar em duas formas. Primeiro, então, apoiar nessa negociação conduzida pelo Vice-Presidente, Alckmin, com o MRE, com o MDIC e com o nosso apoio aqui; e, segundo – o que já é um trabalho (*Falha no áudio.*)

... desde 2023; intensificado, aliás, a partir de 2023 –, a abertura, a ampliação e a diversificação da nossa pauta exportadora.

Para que todos que acompanham esta reunião possam ter clareza dos dados, nós estamos falando que, desde 2023, o Brasil abriu 393 novas oportunidades para os produtores e exportadores do nosso agronegócio.

São 393 novos mercados abertos para o Brasil, foram mais de 150 ampliações de mercado. E, quando eu falo em ampliações de mercado, eu estou me referindo basicamente a o Brasil conseguir, por exemplo, o sistema de pré-listing, que é possibilitar que a gente possa exportar de qualquer planta, no caso de proteína animal, que esteja apta segundo as normas do país importador, aumentar os nossos estabelecimentos que podem exportar os nossos grãos, ou seja, é um trabalho que já vem sendo feito e que, naturalmente, a gente vai intensificar agora, a partir dessa discussão com os setores produtivos.

A gente tem estado desde a semana passada em contato com os setores produtivos, tentando já entender um pouco aquilo que são as demandas, também pedindo para que eles façam contatos com as contrapartes, com os seus compradores nos Estados Unidos, para que possam, de alguma forma, trazer essa realidade. Vejam o exemplo do café: os Estados Unidos não produzem café e estão taxando em 50% o nosso café. O Brasil é o grande provedor de café, talvez não haja outros substitutos, por exemplo, para o caso específico do café arábica, que a gente exporta majoritariamente para os Estados Unidos. Os Estados Unidos, como eu disse, são um grande comprador do nosso café. No caso, o suco de laranja também, o Brasil hoje é o grande provedor mundial, aproximadamente 80% das exportações mundiais saem daqui do Brasil, e não há outros substitutos com a mesma quantidade e qualidade que a do Brasil.

Então, vejam, eu falei dos 393 mercados, mas um dos setores mais afetados, por exemplo, que a gente entende, é o setor de carne bovina, no qual, desde 2023, nós abrimos 19 mercados, isso sem falar em ampliação das exportações para a China por meio de novos estabelecimentos, agora a recente abertura do mercado do Vietnã, na semana passada, do de El Salvador... Enfim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há uma série de mercados que a gente vem trabalhando para que a gente possa diversificar também a nossa pauta, sem prejuízo de negociar, de buscar... Eu acho que o Senador comenta muito bem a questão da lucidez, do equilíbrio, da sabedoria. Eu acho que são palavras que agora devem estar no nosso vocabulário – já estavam e devem ficar ainda mais fortes – porque a gente entende os impactos para o setor produtor exportador e a gente buscará soluções consensuadas, naturalmente sempre trabalhando a questão da soberania, de trabalhar numa linha de respeito e de negociação.

Eu acho que (*Falha no áudio.*) ... pedir aos 40 adidos brasileiros presentes nas nossas embaixadas no exterior que busquem novas oportunidades também, que comentem, falem com importadores, busquem junto aos seus *stakeholders*, que são essas pessoas chaves, às vezes, que a gente tem no comércio, que busquem oportunidades. E aí, efetivamente, a gente... Eu peguei um dado aqui: desde janeiro de 2025 nós temos os Agro Insights, que são relatórios que a gente publica, e já foram mais de 220 relatórios que a gente publicou até agora, junho, com oportunidades comerciais para os nossos produtores e exportadores. Eu fiz a conta aqui: para esses cinco setores mais afetados – então, eu estou falando basicamente do café, da carne bovina, estou falando também do suco de laranja, das frutas, dos pescados, e aí acrescentaria um sexto, que são os couros, mas tantos outros também em que a gente sabe que tem impacto, como é o caso do cacau –, a gente levantou e a gente já fez mais de 40 Agro Insights relacionados a isso.

Então, é o momento também de os exportadores olharem essas oportunidades que a gente está levantando e, com isso, a gente pensar nessa diversificação, que, como eu disse, já vem ocorrendo e que a gente intensificará agora ainda mais, buscando novas habilitações para a carne bovina...

A gente teve ontem a excelente notícia também do reconhecimento do Paraná como livre de aftosa sem vacinação e peste suína clássica pelos (*Falha no áudio.*)

... dos produtos. Estamos trabalhando para o Acre e para Rondônia também terem esse *status*. O Brasil, em maio, recebeu o reconhecimento da Organização Mundial da Saúde Animal como livre de aftosa sem vacinação. Nesse sentido, a gente está trabalhando para haver e ampliar a participação em mercados relevantes, como é o caso do Canadá, do Japão, da Coreia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sul, da Turquia, tudo isso no caso da carne bovina e da carne suína, também trabalhando muito a questão do suco de laranja. E acho que agora faz mais sentido ainda a gente trabalhar ainda mais forte para que a gente tenha o processo de ratificação do acordo União Europeia e Mercosul, avançar nas negociações Mercosul e Índia, enfim, numa série de ações a gente tem trabalhado. E buscar também a promoção comercial – e aqui faço uma menção ao trabalho da Apex, ao trabalho nosso aqui do Mapa e do MRE, que, em conjunto, temos trabalhado, buscado essas oportunidades. Veja, por exemplo, o caso do café: a gente tem um grande caminho no mercado asiático, especialmente na China, mas também na Austrália, em que o Brasil ainda tem uma participação muito pequena, e, com o suco de laranja na Austrália – desculpe, na Arábia Saudita –, enfim, há uma série de oportunidades em que a gente está trabalhando.

A gente está também, naturalmente, à disposição aqui para receber dos Parlamentares algumas sugestões de ação. Iremos, como eu disse, falar com os empresários – já estamos falando e iremos aprofundar hoje esse diálogo com a presença do Vice-Presidente – para que a gente possa, de fato, buscar os caminhos alternativos e também buscar a nossa forma de atuação frente a essa negociação, que é uma negociação complexa, naturalmente, mas uma negociação em que a gente entende que, com lucidez, com sabedoria, com trabalho, com técnica, a gente pode alcançar, eventualmente, bons resultados.

Então, era isso o que eu queria dizer.

E coloco-me à disposição dos Senadores e Senadoras para qualquer ponto que entendam. Eu, infelizmente, Senador, como tinha comentado, precisarei sair, dada uma agenda previamente estabelecida aqui no Ministério da Agricultura, mas fico à disposição para receber os questionamentos que porventura saiam dos Senadores e Senadoras e da sociedade civil como um todo. Fico à disposição, então, aqui, para trabalhar junto, porque eu acho que esse é um trabalho em que a gente precisa da união, da união do setor produtivo, aqui do Governo, do Legislativo, para que a gente possa sair – e eu tenho certeza de que a gente poderá sair, inclusive, dependendo – melhor do que a gente entrou nessa situação.

Então, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Luis Rua, que, sempre, de pronto, está à disposição para tirar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dúvidas desta Comissão e do próprio Senado como um todo. Agradeça ao Senador Ministro Carlos Fávaro.

Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, bom dia...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Antes, porém, quero agradecer a presença do Senador Humberto Costa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Quero cumprimentar os colegas Senadores aqui presentes e os que nos acompanham também de forma virtual.

Aos nossos participantes da audiência pública, agradeço as exposições que foram feitas, todas extremamente objetivas e pertinentes.

A gente não pode fugir da contextualização do momento que nós estamos vivendo. E é importante a gente compreender que o poder se exerce de três formas: ou pela coerção, ou pelo dinheiro, ou pela atração. As duas primeiras são aquilo que se chama de *hard power*, de poder bruto, e a terceira, o poder da atração, é o *soft power*.

Desde que o novo Presidente tomou posse nos Estados Unidos, ele partiu para uma linha de ação de usar o poder bruto que o país tem, de coerção e dinheiro, e abandonou o *soft power*, com que os Estados Unidos atuaram durante muitos anos na sua política externa, sempre lembrando que, na visão deles de relações internacionais, era diplomacia, comércio exterior, liberdade, e ele está exatamente atentando contra isso num momento de reorganização da ordem mundial.

Essa ordem tem durado ao longo dos últimos 80 anos, vem do fim da Segunda Guerra Mundial para cá, e o país mais beneficiado nesse processo foram os Estados Unidos da América. Não há dúvida disso aí. Então, a mim me parece que a estratégia que o Presidente Trump vem adotando é uma estratégia que vai terminar por prejudicar os interesses da grande nação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

americana. Obviamente, em algum momento, isso viria para o lado de cá, para o lado do Brasil, não é?

Quando a gente olha as relações que os Estados Unidos têm com a maioria dos países, são de interdependência assimétrica. Os Estados Unidos são superavitários com muitos, mas são deficitários com outros. Normalmente, numa relação de interdependência assimétrica, aquele que é o deficitário tem algumas vantagens na hora de negociar. Então, é algo que a gente tem que analisar aqui no nosso caso, em todos aqueles produtos que foram citados, que saem daqui do Brasil e que vão para os Estados Unidos, assim como aqueles que vêm daqui para cá.

E aí eu coloco aquilo que o Jefferson Gomes falou muito claramente aqui: os negócios são entre empresas. Raramente são entre governos. Mesmo quando se trata de produtos de defesa, tal e coisa, são empresas que estão vendendo, não é? Então, essa é uma grande realidade.

Existe até aquela piada, para a gente não ficar tão sério o tempo todo, que diz que todo dia tem um esperto e um mané que saem de casa. Quando eles se encontram, dá negócio, né? Então, a gente tem que estar atento a isso.

Bom, nós temos duas linhas de ação nessa guerra aqui. Na linha de ação do confronto, vamos para a OMC, vamos aplicar a reciprocidade, vamos dar declaração forte, vamos brigar pelo Twitter. E temos a linha de ação que eu chamo da estratégia do mingau quente: vamos comer esse mingau pela beirada, vamos à nossa diplomacia – está aí o Embaixador Fox, com a sua experiência, e mais a equipe lá do Itamaraty –, vamos utilizar os nossos ministros, como o Ministro Alckmin está operando já nesse sentido, e vamos utilizar as nossas empresas.

Também acho, Presidente Nelsinho, que nós aqui do Parlamento podemos tentar um contato com a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal americano e também abrir um outro canal de diálogo, afinal de contas foram mencionados aqui, o tempo todo, os mais de 200 anos de relação entre os dois países.

Finalmente, eu quero deixar uma coisa aqui muito clara: da mesma forma, caros colegas aqui, que eu não aceito que o Macron, que a Greta Thunberg, que o Leonardo DiCaprio e outros venham meter a mão em coisas aqui do Brasil, eu também – e aí eu e o Senador Humberto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Costa somos oposição um ao outro – não aceito que o Trump venha meter o bedelho num caso aqui que é interno nosso.

Há uma injustiça sendo praticada contra o Presidente Bolsonaro? Há uma injustiça sendo praticada, mas compete a nós brasileiros resolvermos isso. É essa a última mensagem que eu quero deixar.

Agradeço aqui, Senador Nelsinho Trad. Cumprimento V. Exa. e o Senador Esperidião Amin pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Hamilton Mourão.

Nós temos aqui alguns inscritos. O próximo é o Senador Carlos Viana.

Antes, porém, encaminho a V. Exas. algumas sugestões que já chegaram aqui, trabalho que está sendo feito pela nossa assessoria. Ao final de todo esse processo, nós vamos fazer alguns encaminhamentos.

Como V. Exas. sabem, nós já estamos trabalhando há algum tempo, estimulados que fomos pelo próprio encarregado de negócios do Governo americano aqui na embaixada, que responde pelo cargo de Embaixador, a fazer um grupo de trabalho e ir até Washington falar com a nossa contraparte americana – uma reunião de nível, uma reunião onde Parlamentar vai falar com Parlamentar, porque essa situação é ruim para o Brasil, mas também é ruim para os Estados Unidos. Então, nada melhor do que você dialogar com a sua contraparte americana para tentar achar um caminho em que a gente possa fazer um entendimento num campo da neutralidade.

E nós estamos, Senador Humberto Costa, numa negociação com o prazo estabelecido, prazo que na minha avaliação é curto. Eu acho que a primeira medida que tem que ser extraída daqui é tentar ganhar um tempo maior para que essa negociação possa ocorrer, no mais alto nível, entre os Executivos e nós do Legislativo, a fim de que essa situação possa ser superada.

Então, esta vai ser uma das propostas que nós vamos encaminhar no final: o nosso grupo de trabalho ir aos Estados Unidos e fazer uma solicitação, num primeiro momento, para nós ganharmos tempo, ganharmos prazo para a gente poder avançar nas questões mais pertinentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Nelson Trad.

Meu abraço a todos os Senadores que nos acompanham pela TV Senado.

Bem, vou tentar também posicionar a minha fala numa leitura que faço, em que acompanho, em boa parte, o Senador Mourão. Primeiro, nós não somos o único país que tem sofrido esse tipo de questão de tarifação. O mundo todo tem passado por situações como essa e tem conseguido, em determinados momentos, reverter isso usando da sua capacidade de negociar, como foi colocado aqui pelo representante da CNI.

O atual Presidente americano pode ser lido de diversas maneiras. Alguns o chamam de chantagista, outros o chamam de negociador. Ele assumiu a posição e entende que a economia americana é a maior consumidora do mundo e decidiu mudar o posicionamento de diplomacia para as negociações diretas e endurecidas.

O que nós estamos vivendo – e amplio um pouco essa visão – é uma Terceira Guerra Mundial, diferente dos conflitos que vivemos na Primeira e na Segunda Guerra Mundial. Tem uma economia que sempre foi a maior, desde os anos 50, depois da Segunda Guerra, e que hoje está ameaçada por outros parceiros, especialmente a China. O Presidente americano já percebeu que o país dele não tem a competitividade necessária para enfrentar o mercado chinês, que se adapta muito mais rapidamente ao novo desenvolvimento, à nova forma de se fazer economia do mundo, e decidiu usar das armas que tem, que são as tarifas. E isso gerou esse conflito que nós estamos vivendo, que envolve a Europa, a União Europeia, a China, os países asiáticos e nós aqui, brasileiros, que temos que fazer uma reflexão sobre o nosso posicionamento como país em toda essa discussão internacional e as decisões que nós temos tomado. Nós nos alinhamos geopoliticamente a um novo grupo econômico, a um novo bloco – um novo bloco que é totalmente contrário às nações mais desenvolvidas.

Eu tenho feito vários discursos aqui, constantemente, com relação à relação Brasil-Israel, que é outro grande parceiro brasileiro, que está sendo colocado em segundo plano e até ameaçado. Tenho falado: o Brasil tem se alinhado e aliado a nações terroristas, que têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

patrocinado o terrorismo no mundo. O Brasil recebeu navios do Irã, o Brasil tem relações com um país que patrocina todos os atos terroristas e a instabilidade no Oriente Médio, um país que ameaça todo o transporte mundial de petróleo, juntamente com uma nação que ataca... que são lá os Houthis, do Iêmen; e com outros grupos terroristas como o Hamas, que atacou Israel de uma forma covarde; com o Hezbollah, que não deixa o Líbano viver em paz. O Irã é o grande responsável. E o Brasil o que fez? Se alinhou a essa nação e começou a ter relações, ao contrário do mundo inteiro. Nem a Rússia quer relações com o Irã mais. Ninguém quer um país com bomba atômica, que use uma bomba em nome de um suposto Deus que quer limpar o mundo de gente infiel.

Essa geopolítica brasileira conduzida aqui pelo Chanceler Celso Amorim enfraqueceu a diplomacia brasileira, nos empobreceu na negociação internacional e nos gerou uma situação muito mais complicada neste momento com os Estados Unidos, porque, ao contrário de olhar para os números que estão aqui, ao contrário de ver que nós não podemos misturar posições ideológico-partidárias com a diplomacia, com a negociação comercial, com contratos, nós caminhamos totalmente ao contrário.

Então, hoje, nós temos que fazer uma reflexão, Srs. Senadores, sobre o momento que nós estamos vivendo. Vou dar mais um exemplo aqui para os senhores terem uma ideia. Ao contrário de o Brasil sempre exercer o que o fez um país neutro, um país pacifista e um país que propõe a paz, o Brasil assumiu a posição de defender aqueles que estão na contramão da civilização: o Brasil vai se juntar à África do Sul agora para condenar Israel por genocídio em Gaza.

O Brasil poderia muito bem, pelo bom relacionamento que tem com os palestinos, propor um acordo de paz: devolver os reféns, os corpos, baixar as armas. O Brasil poderia mandar uma missão de paz para Gaza para poder o Estado palestino voltar a existir, a Autoridade Nacional Palestina. Mas, não. O Brasil decide se juntar ao ataque. Se ele se junta ao ataque contra uma nação como Israel, ele se junta ao ataque contra os Estados Unidos, porque eles são parceiros e irmãos, e nesse novo momento geopolítico internacional, o Brasil escolheu o lado errado, e isso está trazendo consequências para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, a nossa situação é muito delicada – muito delicada –, porque só de empregos nós estamos falando de uma perda imediata, se essas tarifas forem colocadas, de 100 mil postos de trabalho em nosso país, em setores como o agropecuário, o setor de químicos, em várias áreas. Inclusive, há preocupação com a nossa principal indústria de tecnologia, que é a aviação, porque nós estamos correndo um seriíssimo risco de não conseguir mais exportar os nossos aviões da maneira como nós estamos... Porque é uma área em que nós estamos dominando o mundo a aviação regional.

Então, precisamos agir com rapidez.

E eu aqui digo para vocês: não vejo por parte do atual Governo Federal disponibilidade para diálogo, pela posição que o Brasil assumiu em ser contrário às nações industrializadas, às mais desenvolvidas, o que eu lamento. Vejo com muito bons olhos o Vice-Presidente, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que é o legítimo negociador para buscar isso, mas vejo a nossa diplomacia totalmente fora hoje da capacidade de fazer um Brasil como nós já fizemos no passado e de nos representar. Desculpem-me, mas, a meu ver, o Chanceler Celso Amorim nos colocou num limbo diplomático muito ruim, que eu espero, muito em breve, a gente possa reverter pelos quadros que nós temos no Itamaraty. Mas a gente confunde momento partidário-ideológico com diplomacia e com amizade entre os países.

Então, Senador Nelsinho Trad, a minha proposta, como já conversei com V. Exa... Tenho mantido contato com grandes grupos empresariais da Flórida que estão preocupados com a nossa situação, que são acionistas, compradores, têm contratos com o Brasil em várias áreas e que estão dispostos a nos ajudar. E a proposta que faço, seguindo o raciocínio de V. Exa., é a de nós criarmos uma comissão do Senado de Parlamentares para Parlamentares nos Estados Unidos; deixarmos o Governo fazer a parte política e nós irmos até lá dizer claramente aos Parlamentares americanos que nós somos amigos, nós queremos uma boa relação, independentemente dos governos que estão ocupando a Casa Branca e o Palácio do Planalto, porque eles vão passar, mas a relação de Brasil e Estados Unidos tem que permanecer de uma maneira sempre mais respeitosa e mais equilibrada.

Já temos a possibilidade de três agendas: o Senador Rick Scott, que é Senador da Flórida – V. Exa. já esteve com ele – se colocou à disposição; ao Jim Risch, Presidente da Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relações Exteriores, podemos solicitar; e, principalmente, o Marco Rubio, que é o Secretário de Estado dos Estados Unidos, também tem possibilidade de nos receber, para que a gente possa dar um novo tom a essa discussão, que não seja um tom de enfrentamento, que seja um tom em que a gente mostre claramente que nós temos soberania, porque – aqui caminho com o Senador Mourão –, apesar de toda a crítica que faço internamente como brasileiro ao Governo, eu não entendo, não admito e não acho que devemos, em momento algum, aceitar qualquer tipo de imposição de tomada de decisão em cima de acordos tarifários. Nós temos que ser tratados com igualdade e temos que ter a cabeça erguida para colocar o nosso posicionamento e enfrentar essa dificuldade com inteligência, mas, principalmente, com soberania.

Esse é o meu posicionamento. Fica aqui a sugestão de nós criarmos essa comissão o mais breve possível. E me coloco à disposição de V. Exa. para acompanhá-lo, se for necessário, para levarmos até eles, abrimos uma nova possibilidade de diálogo que mude a imagem do Brasil de país alinhado hoje a nações que financiam o terrorismo pelo mundo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço as colocações do Senador Carlos Viana, que vêm na mesma linha da proposição feita por nós antes da fala dele.

Essas tratativas já estão sendo feitas e tomadas de forma institucional, e penso que, no mais tardar, até amanhã, nós já vamos ter uma resposta a respeito dos encaminhamentos.

A Senadora Tereza Cristina está *online* e pede para entrar agora, em função de o sinal dela ter sido restabelecido. Ela faz questão de participar.

Eu acho muito importante ouvir a Senadora Tereza Cristina, porque, em 2019, houve uma situação semelhante, a Senadora era Ministra da Agricultura e organizou um grupo de trabalho, foi até os Estados Unidos, fez um diálogo no mais alto nível e voltou de lá com respostas positivas para o Brasil.

Então, com muito prazer, passo a palavra à Senadora Tereza Cristina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Presidente, Senador Nelsinho. Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exa. pela condução serena e responsável desta audiência. E é justamente este espírito que precisamos neste momento: equilíbrio, pragmatismo, união em torno do interesse nacional.

A crise comercial deflagrada recentemente exige atenção, mas também cautela. Não podemos alimentar tensões políticas ou dar respostas precipitadas. O caminho deve ser sempre o caminho do diálogo. Eu acho que dialogando, conversando muito, é que nós podemos ter êxito nessas negociações.

Nós temos aí a diplomacia técnica, que pode construir e trazer soluções. É hora de baixar a temperatura, levantar a cabeça, mas com serenidade e firmeza – é muito importante a firmeza. A soberania nacional é importantíssima neste momento.

Como Relatora da Lei da Reciprocidade Econômica, sancionada em abril – votada por todos, por unanimidade, tanto no Senado quanto na Câmara –, eu tenho deixado claro e eu quero aqui, nesta audiência, Senador Nelsinho, deixar claro que essa lei não foi criada pensando nos Estados Unidos. Ela foi elaborada para dar ao Brasil um instrumento firme de negociação diante das práticas discriminatórias que já enfrentamos, especialmente, lá no passado, no âmbito da União Europeia. Então, ela é uma ferramenta de defesa, e não de confronto. E ela deve ser usada com responsabilidade, como último recurso, quando todos os caminhos diplomáticos forem esgotados.

E, nesse caso, com os Estados Unidos, ainda há espaço. Ainda temos 15 dias para esse entendimento, para sentarmos à mesa, dialogarmos, colocarmos o jogo de perde-perde que serão essas tarifas de 50% sobre os produtos brasileiros – e, se nós também formos colocar, sobre os produtos que importamos, que são tão importantes para a economia brasileira e, também, não menos importantes, talvez em menor percentual, para a economia americana, mas também importantíssimos –, como o suco de laranja, as carnes usadas nos hambúrgueres americanos, o açúcar brasileiro, o etanol... Enfim, são cadeias altamente eficientes, sustentáveis, geradoras de emprego aqui e também nos Estados Unidos. E esses setores não podem ser penalizados por uma disputa comercial que tem aí outros contornos políticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A solução precisa vir da mesa de negociação. Não vamos olhar o passado. Eu tenho certeza de que o Governo errou muito – errou muito nos Brics, no protagonismo equivocado que o Brasil e o Presidente Lula quiseram dar aos Brics, quando se fala de uma segunda moeda interblocos... Enfim, é um posicionamento político totalmente equivocado, mas nós, agora, como brasileiros, precisamos trabalhar em conjunto, unidos, para que possamos minimizar esse desastre que serão essas tarifas.

O Senador Nelsinho falou que nós tivemos um episódio, quando eu era Ministra da Agricultura – é verdade, era um episódio de sanidade animal –, em que os Estados Unidos deixaram o Brasil fora do seu comércio, por muito tempo, das carnes bovinas, por conta de um problema sanitário. Fomos para lá, a conversa foi muito boa com o Ministro da Agricultura à época; meses depois, o Brasil voltou a exportar carne, e hoje esse produto tem sido protagonista nas vendas para os Estados Unidos.

Eu acho que o Brasil tem argumentos, tem credibilidade e tem uma agricultura admirada e respeitada. Então, no caso dos produtos do agro, eu acho que nós temos um bom caminho com os Estados Unidos para esse diálogo. É por isso que eu apoio, desde já, essa ideia da sua missão, essa ideia de uma missão parlamentar – falada agora pelo Senador Viana também e que V. Exa. já tinha colocado – a Washington, para que nós Parlamentares possamos também dialogar diretamente com os nossos pares no Senado americano.

E eu queria dizer para vocês que a palavra nessa discussão também, como lá atrás, quando eu tive, por ocasião do... Estou me lembrando aqui de que, também por ocasião de uma discussão entre Washington e Brasília, com o próprio Presidente Trump, sobre o etanol americano entrar no Brasil... Foi uma discussão que enfrentamos nos Estados Unidos e, na época, nós colocamos que nós tínhamos barreiras com os Estados Unidos (*Falha no áudio.*) ... açúcar brasileiro, e que, então, no Brasil, como etanol e açúcar eram feitos da mesma matéria-prima, diferentemente do que é nos Estados Unidos... E eu tive a oportunidade de falar para o próprio Presidente Trump, àquela época, juntamente com uma missão do Presidente Bolsonaro para tratar de assuntos de comércio com os Estados Unidos. Àquela época houve, então, uma conversa, abrimos canais e as portas não se fecharam. Então, é sempre importante que as portas não sejam fechadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos também que conversar, Senador Carlos Viana, com os empresários americanos que exportam para o Brasil. O Brasil tem aí não só na parte dos aviões, em que somos... A Embraer tem fábricas nos Estados Unidos e no Brasil. Hoje nós temos a Embraer vendendo aviões; o jato executivo mais vendido do mundo é um jato da Embraer; nós temos aí o KC-390, que é também um produto da Embraer, militar, e nós temos também os aviões comerciais. E temos muita coisa de genética, de moléculas químicas que trazemos para o Brasil, não só da área médica, de saúde humana, mas também para uso na agricultura brasileira. Então, eu acho que, se isso permanecer, vai ser um jogo de perde-perde para os dois países. É claro que os Estados Unidos, que têm uma economia muito maior que a nossa, perderão menos, mas eu acho que nós temos que persistir no diálogo, e eu torço para que isso dê certo.

Dessa forma, eu concluo reiterando que é hora de união, não de divisão. O Brasil é maior do que qualquer crise, e o Senado Federal tem um papel fundamental neste momento como mediador, como articulador e – por que não? – defensor da nossa soberania, da nossa economia e dos nossos trabalhadores, pois podem muitos perder os empregos se não lograrmos êxito nessas negociações.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Senadora Tereza Cristina.

De pronto, o Senador Esperidião Amin, que também está por via remota e pede para participar em função do sinal que se restabeleceu.

Com a palavra, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, querido amigo Senador Nelsinho Trad! Eu quero cumprimentá-lo pela presteza, pela rapidez com que conseguiu organizar essa reunião.

Nós sabemos que o Governo também está tomando providências, e eu faço minhas as palavras de todos os que me antecederam, especialmente da nossa Líder Tereza Cristina, que tem a experiência, como nós pudemos comprovar pela sua colocação imediatamente anterior a esta minha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também me colocar ao seu lado na eventualidade da organização (*Falha no áudio.*) ... Acho que é minha obrigação até pela situação particular dos catarinenses (*Falha no áudio.*) ... como foi mencionado, inclusive, pelo representante da CNI. (*Falha no áudio.*) ... por ele, e assim podíamos dizer também a WEG, as nossas exportadoras de proteína para os Estados Unidos, madeira, enfim (*Falha no áudio.*) ... a economia catarinense se notabiliza pela exportação de produtos com valor agregado. Por isso, o nosso maior parceiro (*Falha no áudio.*) ... de Santa Catarina são os Estados Unidos, mais do que a própria China, pela natureza do nosso comércio exterior.

No caso específico que foi mencionado da fundição Tupy, ela hoje é o *player* número um – número um – do mundo em matéria de blocos de motores. O que foi mencionado pelo representante da CNI – o metal fundido vermicular e a redução do peso resultante desta tecnologia – mostra que nós não somos apenas fabricantes; nós somos fabricantes pesquisadores, e pesquisadores, inclusive, no campo da pegada de carbono do motor à combustão. A fundição Tupy tem um trabalho extraordinário desenvolvido, então, pelo seu CEO Fernando Rizzo e pela equipe de técnicos.

No caso da WEG, que é uma empresa de inovação – "Qual é o teu negócio?". "É inovação." –, há também um portfólio de produtos, inclusive fabricados nos Estados Unidos. No caso da Tupy, fabricados no México, onde ela tem filiais, filiais fabricantes. Então, pela complexidade desse comércio, eu faço minhas as palavras da Senadora Tereza Cristina. É insistência, uma insistência pacífica, porque nós temos razão. Quanto mais discutirmos, quanto mais iluminarmos o cenário, melhor para nós, tanto para o Brasil como um todo quanto para Santa Catarina em particular.

Os Estados Unidos têm superávit. Esses números não podem ser manipulados, são um resultado de 14 anos, 15 anos de operações. Os Estados Unidos têm um enorme superávit, um consolidado superávit comercial com o Brasil. Então, isso desperta solidariedade de lá para cá.

Eu não sou um especialista em carnes, mas o sabor do hambúrguer americano depende – o Senador Jaime e a Senadora Tereza Cristina confirmam esta minha assertiva – muito das carnes do dianteiro do boi. É necessária essa participação para preservar o sabor do hambúrguer, que é um alimento básico do estadunidense. Eles não comem filé e costela como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós, eles comem hambúrguer. E o hambúrguer precisa de uma participação do dianteiro do boi para preservar, digamos, o sabor tradicional, que é uma exigência do consumidor americano. Sem a participação do Brasil, eles vão ter que arrumar outro fornecedor, e eu não sei se vão conseguir um fornecedor tão competente, com produção limpa, segura, do ponto de vista de sanidade.

Há interesses convergentes. Vamos deixar essa parte política neste momento... Cada qual com a sua convicção, eu tenho a minha, vou preservá-la, mas os interesses – como dizia o Brizola, os "interésses" – legítimos, naturais, inerentes à nossa convivência de 200 anos... Prestem atenção: são 200 anos de relações cordiais. Eu acho que um fato discricionário como este, com característica de sanção – sanção com "ç" –, nunca aconteceu na nossa história. Portanto, é um episódio que nós não devemos pôr em relevo. Vamos discutir...

Eu acho que o Governo está se equipando para essa discussão. O Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, que está realizando nesta manhã reunião com representantes das indústrias, inclusive de Santa Catarina, reúne condições para negociação desse caráter.

E nós não podemos nos omitir. Por isso, eu concluo as minhas palavras, Presidente Nelsinho Trad, cumprimentando V. Exa. pela iniciativa oportuna. Nós não podemos nos omitir num caso deste. Eu me coloco à sua disposição, até pelo interesse que Santa Catarina tem no assunto, para participar desta eventual missão, mas, acima de tudo, é determinação nossa – sua e nossa –, com a nossa solidariedade. Nós não podemos nos omitir, seja aqui no Senado, seja no Congresso, seja junto com as confederações, seja junto com os nossos trabalhadores que dependem – os pequenos produtores rurais, que são a base da nossa agricultura catarinense, do nosso agronegócio. Nós não podemos nos omitir. Com coragem e sabendo que estamos do lado certo, vamos ajudar nesse diálogo.

Muito obrigado e meus cumprimentos pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Esperidião Amin.

De pronto, Senador Izalci Lucas; depois, Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, quero cumprimentá-lo pela iniciativa desta audiência. Eu não participo aqui da Comissão de Relações Exteriores. Eu sou muito mais da área técnica do que política, mas eu percebo que...

Primeiro, eu quero aqui fazer das palavras do Senador Carlos Viana, também da Tereza Cristina as minhas palavras. Então, eu não tenho dúvida de que, quanto ao que o Carlos Viana trouxe aqui, eu só vou reforçar um pouco o que ele disse.

Sob a Presidência lá do Brics, Lula tem se aliado abertamente a países como China, Rússia, Irã e Venezuela – então, foi dito muito bem isso aqui –, todos considerados adversários estratégicos dos Estados Unidos. Esse movimento que visa abalar a hegemonia americana vem acompanhado de falas públicas que colocam o Brasil em rota de colisão. Eu cito aqui algumas. Eu esqueço que eu preciso de usar os óculos de vez em quando... (*Risos.*)

Olha aqui, Presidente, em abril de 2023, lá na China – em 2023 –, declaração do Lula: "Os Estados Unidos precisam parar de encorajar a guerra e começar a falar sobre paz", fala dita em Xangai, ao lado do Xi Jinping, sugerindo que os Estados Unidos são os verdadeiros culpados pela guerra na Ucrânia.

Em março de 2023, tarifas e comércio, disse também: "Tudo que fizerem conosco, haverá reciprocidade, ou vamos à OMC brigar". Isso lá em 2023, mensagem agressiva sobre práticas comerciais americanas.

Em março e abril de 2023, meio ambiente: "[Trump] torna cada vez mais difícil os países ricos se comprometerem com a salvação do planeta". Critica diretamente as políticas ambientais americanas.

Em novembro de 2024, campanha presidencial dos Estados Unidos: "A vitória de Trump representaria o retorno do nazismo e do fascismo 'com outra cara'"; e "A eleição de Trump seria o resultado da 'loucura americana'". Falas extremamente ofensivas, feitas durante entrevista à imprensa nacional e estrangeira.

Em fevereiro de 2025, entrevistas a rádios brasileiras – em fevereiro de 2025 –: "[Trump] está tentando virar um imperador do mundo". O Presidente dos Estados Unidos deveria cuidar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do próprio país em vez de dar palpite no mundo. Campanha baseada em bravatas. Rejeição aberta à autoridade americana, atacando pessoalmente Trump.

Em março de 2025, entrevista coletiva no Alvorada: "Não adianta [...] [ele] ficar gritando de lá, porque eu aprendi a não ter medo de cara feia. Fale manso comigo, fale com respeito comigo [...]", declarações públicas que elevam o tom de confronto, desprezando a liderança americana.

Em abril de 2025, Cúpula dos Brics – aqui, talvez, seja o mais problemático, em abril de 2025 –: "[Nós] não queremos imperador", "[...] um presidente da República de um país do tamanho dos [...] [Estados Unidos] ficar ameaçando o mundo através da internet [é uma irresponsabilidade]". "Fala dita em evento internacional, na condição de Presidente do BRICS, sugerindo que Trump age como tirando global".

Maio de 2025, revista *The New Yorker*: "Os Estados Unidos são o país que mais trava guerras e o que mais fala em democracia". "Graças a Deus, temos a China". Críticas profundas aos Estados Unidos e exaltação ao seu principal rival geopolítico.

Bem, o resultado desses ataques verbais é claro: isolamento internacional, retaliação econômica, deterioração das relações com o principal parceiro comercial do Brasil. O Presidente Lula, ao agir como ativista ideológico, no lugar de estadista, demonstra incapacidade para representar o país com equilíbrio e inteligência diplomática.

Então, Presidente, só reforçando isso, estão usando o Presidente como Presidente do Brics; coisas que alguns países não têm coragem de fazer, e o Presidente vem fazendo isso. Então, está sendo usado como massa de manobra, e nós aqui vamos pagar por isso – não só nós, mas os americanos também.

Agora, ele não taxou somente o Brasil; ele taxou vários países, inclusive ameaçou agora a Rússia com 100%. Então, essa lei que foi aprovada aqui, que está...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Em 500% até.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E dizer que vai usar a nossa Lei de Reciprocidade, ele disse também já, se botar 50%, vai botar mais 50%. Então, se a gente for nessa linha que o Presidente está conduzindo, realmente a gente vai muito mal nessas negociações.

Portanto, eu concordo plenamente com a iniciativa de V. Exa., com o que foi já apoiado pela Senadora Tereza, de constituir realmente um grupo. Eu não vou participar desse grupo, porque eu não tenho essa habilidade que V. Exas. têm, mas acho de suma importância o Congresso Nacional, com a sua capacidade aqui de diálogo e a tradição que nós temos de relações exteriores, que está sendo hoje influenciada, talvez, por ex-embaixadores; eu acho que essa é a grande solução.

Então, parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Izalci Lucas.

De pronto, o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Caro Presidente Nelsinho Trad, V. Exa., que tem demonstrado essa capacidade brilhante de articulação, V. Exa., aqui, presidindo a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, num momento extremamente sensível para o Brasil, nas políticas internacionais, tenho certeza de que está como elemento moderador, sendo parte importante nessas negociações. Acredito que a diplomacia parlamentar transcende essas questões políticas, que estão visivelmente alinhadas com todos esses problemas que recentemente nós estamos vivendo.

Nós entendemos, primeiro, as decisões do Governo americano, do Presidente Trump, que tem as suas razões internas. Nós não queremos aqui deixar apenas um confronto, do que seja um confronto que está sendo praticado pelo Presidente Trump. Obviamente, ele tem todo o direito de defender os interesses americanos.

Tudo que foi dito aqui, pelos que me antecederam, foi recheado de conhecimento, mas, acima de tudo, de compromisso, obviamente, no sentido de que esta Comissão possa ficar, estar distante dessas discussões de ordem política, especialmente ideológicas, mas, no conjunto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obra, o que interessa exatamente – e V. Exa. fez com muita propriedade – são os problemas que estão aí alinhados e que precisam ser resolvidos. Nada é definitivo.

A gente olha ali, atrás de V. Exa., esse mapa do mundo, de norte a sul, de leste a oeste, os interesses globais, e vemos que ali estamos nós, parece-me que lugar geométrico entre os extremos, entre a Rússia, entre a Índia, entre a China, entre os Estados Unidos, entre o Canadá, entre a África. E temos orgulho de – apesar de os Estados Unidos terem um PIB de US$77 trilhões, a China, aproximadamente US$55 trilhões, o nosso PIB é tão pequeno, em relação a essas grandes potências, de apenas US$4 trilhões –, mesmo assim, sermos parte importante nessas discussões internacionais, na área de comércio, porque, claro, somos o maior produtor de soja do planeta; somos, talvez, o maior banco de proteína do planeta. Hoje, a produção brasileira alimenta, aproximadamente, 900 milhões de habitantes dos mais de 7 bilhões de habitantes do planeta. Portanto, digo que a participação brasileira, nesse conjunto, é muito importante e tenho certeza de que essas discussões vão passar.

As bravatas, de ambos os lados, obviamente servem para acomodar interesses. Em outros tempos passados, não muito distantes, já aconteceram, e foi, de uma forma tranquila, serena, se entendendo a necessidade de encontrarmos esse caminho a curto prazo, para que possamos resolver essas sanções promovidas pelo Presidente Trump.

Só na semana passada, foram 23 países alcançados por essas sanções, inclusive México e União Europeia, com médias de 30% nesses acordos tarifários.

Portanto, eu gostaria de levantar algumas questões aqui aos convidados, que são pessoas extremamente preparadas.

A nossa diplomacia, sempre fortalecida em alguns momentos, precisa ser realmente mais estimulada, como agora, para agir, e eu entendo que, no momento, apesar de ser de extrema discussão e inquietação, haverá sim um acomodação, porque o Brasil precisa dos Estados Unidos e os Estados Unidos precisam do Brasil e do mundo, dos países que são os seus fornecedores.

A gente vê o superávit americano – como foi apresentado aqui pelo Jefferson – com o Brasil, de 2015 a 2024: é de 43 bilhões em bens e 164 bilhões em serviços. Então, só isso já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justifica a nossa discussão de que não haveria necessidade, realmente, dessas sanções nesse momento.

Mas, sobre a questão diplomática, eu gostaria de perguntar ao Embaixador Philip Fox quais medidas diplomáticas o Itamaraty já adotou ou pretende adotar para reverter ou flexibilizar as tarifas impostas pelo Governo norte-americano.

E a segunda: já houve contato direto entre as autoridades brasileiras e o Departamento de Estado ou representantes comerciais dos Estados Unidos desde o anúncio das tarifas? É claro que nós temos algumas informações, mas é necessário, pelo alcance desta audiência pública, que a população brasileira que nos acompanha neste momento possa ouvir isso de V. Exa., que é tão capacitado e tem tanta experiência em negociações com os países, os nossos parceiros.

Gostaria que fossem apresentadas as respostas pelo Embaixador Fox.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – V. Exa. pode concluir, porque, logo depois, nós vamos passar para os debates.

Ainda falta um Senador para participar, que está remoto, o Wellington Fagundes.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Seria o último, e depois eu poderia fazer todas as perguntas, inclusive aos dois convidados.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pois não.

Então, Senador Nelsinho, V. Exa. pode passar para o Senador Wellington Fagundes, e depois eu farei uma série de perguntas que já estão aqui alinhadas.

Muito obrigado.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço, Senador Chico Rodrigues.

Podem colocar o Senador Wellington Fagundes para que ele possa participar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Senador Nelsinho Trad, na pessoa de V. Exa., eu quero cumprimentar a todos que estão participando desse grande evento, o Embaixador Fox, enfim, a todos, para a gente não se alongar muito.

Da mesma forma que falou aqui a Senadora Tereza Cristina, eu acho que o Senador Izalci citou muitas e muitas oportunidades que o Presidente Lula teve de afrontar politicamente o Presidente Trump – politicamente, eu digo, e pessoalmente, inclusive. É claro também que isso não deixa de ter um reflexo para o nosso país.

Política ideológica à parte, nós temos necessidade de ter uma diplomacia, uma relação comercial extremamente aguçada com os Estados Unidos, porque os Estados Unidos são a maior potência do mundo. Vocês vejam que hoje nós temos uma balança comercial deficitária. Portanto, nós temos que melhorar essa relação para que o Brasil possa também buscar o equilíbrio da balança comercial com os Estados Unidos e com outros países. Mas, claro, como os Estados Unidos são a maior potência, é quem tem maior capacidade tanto na área comercial, quanto na área de segurança, ele é o país que hoje tem um (*Falha no áudio.*)

... aqui como questionar, portanto, a relação tradicional do Brasil. O Brasil, desde que eu me entendo por gente, sempre teve uma relação muito grande com os Estados Unidos. Aliás, eu acho que sempre teve uma grande relação com os Estados Unidos.

Então, esse desgaste que está acontecendo agora... Nós temos a responsabilidade de buscar mediar isso, e, quando eu digo nós, eu me refiro ao Congresso Nacional.

Por isso, Senador Nelsinho, eu inclusive propus, logo na quarta-feira da semana passada, a possibilidade – entrei com requerimento para o Presidente Davi – de a gente suspender os trabalhos do Congresso Nacional, porque nós estamos vivendo uma crise. E hoje, claro, esta audiência pública liderada por V. Exa. é extremamente importante, com a proposição dessa missão nossa de Parlamentares aos Estados Unidos, para conversar, dialogar em nome do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamento brasileiro. Afinal de contas, no Brasil, nós temos um presidencialismo, mas não é o Presidente o dono de toda a verdade; o Congresso Nacional é o representante legítimo também da população – e é o nosso papel.

Inclusive, eu quero, sim, participar dessa missão, se ela acontecer, e também, principalmente, em nome do Estado de Mato Grosso, que é o maior produtor hoje das *commodities* agropecuárias. Então, estrategicamente, o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás exercem um papel fundamental para ajudar o Brasil a ter uma balança comercial positiva.

Eu quero inclusive sugerir, Senador Nelsinho, caso consigamos ter essa missão, que eu acredito que seria uma missão com comissão externa, que se pudesse, inclusive, levar alguns representantes do setor produtivo brasileiro, e até do empresarial, industrial. Mas, principalmente, no nosso caso, eu sugiro aqui a possibilidade de estar presente também a Aprosoja, porque somos hoje o maior produtor de soja – o Mato Grosso –, já passamos a Argentina. E eu sugiro, inclusive, o Presidente Lucas Beber mais outras pessoas que aí a Comissão definir.

Eu não quero delongar muito, mas, claro, tudo o que foi falado aqui, principalmente pela Senadora Tereza Cristina, com a sua experiência de ser Ministra, e eu a acompanhei em muitos eventos... O Brasil agora, é importante dizer, conseguiu, depois de uma luta tão grande, de muitos anos, de décadas, estar na condição de livre da febre aftosa sem vacinação. Então, é uma grande oportunidade que nós temos hoje para melhorar as nossas exportações, não só para os Estados Unidos, mas também buscar outros mercados. Por isso, a diplomacia é importante e também a capacidade nossa, do Ministério da Agricultura, de todos os ministérios – aí também o do Vice-Presidente da República, que é o da Indústria e Comércio, tem essa responsabilidade muito grande. O Brasil tem um potencial, e é importante que a gente possa estimular, cada dia mais, essa capacidade comercial brasileira e, claro, uma troca de informações.

Eu agora acabo de vir da China. É um país importante, é um grande importador brasileiro e que vai... está se desenvolvendo tecnologicamente muito. Mas ao Brasil não cabe, não é papel do Brasil...

Eu quero lembrar aqui que o Presidente Bolsonaro, em plena pandemia, mesmo ideologicamente sendo frontalmente contra a posição do Presidente Putin, foi lá na Rússia, foi lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversar, dialogar, exatamente para garantir que o Brasil tivesse os fertilizantes, para que nós continuássemos com a nossa produção agropecuária brasileira e inclusive também para não fechar o nosso comércio e a nossa indústria. Porque, imagina, se o Brasil para de produzir no campo, fecha a indústria e, consequentemente, fecha o comércio. E o Presidente Bolsonaro teve não só essa altivez, mas teve esse papel de estadista de ir lá, conversar, dialogar e deixar a questão ideológica de lado. E eu acho que é esse o caminho que nós temos que ter e esquecer essas picuinhas. O Presidente Lula tem insistido na questão ideológica e, inclusive, já na disputa eleitoral do ano que vem.

Por isso, eu tenho aqui algumas perguntas, Sr. Presidente, que eu já deixei junto com V. Exa., para que elas fiquem nos *Anais*. Na medida do possível, se puderem ser respondidas agora, ótimo. Caso contrário, que elas sejam respondidas por escrito para a Comissão.

Mas eu só quero aqui... A primeira colocação é exatamente: diante da tarifa de importação imposta pelos Estados Unidos, é evidente que setores estratégicos da economia brasileira serão prejudicados, principalmente o agronegócio e a indústria de transformação. Como explicar que o Governo Lula, com toda a sua retórica de diplomacia altiva e ativa, não tenha conseguido antecipar ou neutralizar uma medida tão previsível, que já vinha sendo sinalizada pelo Governo Trump? Quais setores específicos serão os mais atingidos por essa nossa omissão?

Aqui tenho outras perguntas, mas já estão aí. Eu não quero me delongar, até em respeito a todos os outros companheiros que ainda têm que falar e aos próprios palestrantes que estão presentes.

Muito obrigado, Senador Nelsinho.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos, Senador Wellington Fagundes.

O Senador Chico Rodrigues quer fazer um questionamento aos nossos convidados. Fique à vontade.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Sobre os impactos econômicos no Brasil, qual a estimativa preliminar do impacto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômico para os setores atingidos, principalmente carne bovina, suco de laranja e mineração, após a entrada em vigor dessas tarifas? Não sei se o Michel ou o Jefferson poderiam responder.

Para a indústria: a CNI tem estimativa preliminar do impacto econômico para a indústria brasileira?

Outra, uma pergunta interessante para a CNA: a CNA tem estimativa preliminar de impacto econômico para o setor do agro brasileiro? Essa é uma questão muito complexa, acredito que a CNA é que poderia responder.

Sobre o prejuízo aos Estados Unidos e ao comércio bilateral: o Governo brasileiro está divulgando aos consumidores e empresas norte-americanas os prejuízos que essas tarifas trarão para a economia dos Estados Unidos? Porque é uma linha de mão dupla, nós perdemos, mas o Governo americano também perde. Na negociação de uma possível comissão, Presidente, quanto a esse dado, os empreendedores, os empresários, os exportadores americanos têm essa consciência do que eles perderiam também? Eles vão comprar café de onde? E o suco de laranja? O americano é o maior consumidor do mundo de suco de laranja, são quase 340 milhões de habitantes que consomem entre a população americana. (*Pausa.*)

Na verdade seria interessante essas perguntas serem respondidas agora.

Tem uma que dependeria do Governo brasileiro: o Governo considera a possibilidade de adotar contramedidas comerciais contra os Estados Unidos?

Eu acho que o momento não é de contramedidas comerciais, é de entendimento. Eu, na verdade, sou dos que acredito muito nas negociações. O Senador Nelsinho Trad, com seu estilo jeitoso, com a sua capacidade de conversar, de negociar, praticamente antecipou essas conversas, porque isso, obviamente, com absoluta certeza, está ecoando, já chegou ao Governo americano, ao Parlamento americano, nesses primeiros contatos.

Tenho certeza de que nós não podemos ficar, em crise, apontando o dedo para A, para B, para a questão política, para a antecipação das eleições, porque os dois lados já se anteciparam. Esta é que é a verdade: os dois lados. Não vamos aqui culpar ninguém. Aqui vamos resolver o problema para que o Brasil possa sair realmente dessas sanções pesadíssimas, para que o Presidente Trump, que é um jogador, que é um negociador, todo mundo sabe, possa se amainar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e chegar a um entendimento para que nós do Brasil e dos demais países que também receberam essas sanções possamos negociar para termos um arco global de entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Senador Chico Rodrigues, peço a compreensão de V. Exa. porque as perguntas relativas ao Ministério da Agricultura – aqui participou o Luis Rua – vão ser respondidas diretamente ao *e-mail* de V. Exa. A assessoria já vai comunicar a ele.

Passo a palavra ao Sr. Jefferson de Oliveira para responder, se não me engano, à segunda pergunta, que é pertinente.

O SR. JEFFERSON DE OLIVEIRA GOMES (Para expor.) – É a segunda pergunta, sobre impacto econômico.

Muito obrigado pela pergunta.

Eu só gostaria de reiterar as palavras que vocês mesmos colocaram com muita pertinência: negociação sempre irrestrita, como o Senador Mourão colocou, com muita diplomacia. É muito importante que a CNI tenha o posicionamento de não utilização de nada relativo à reciprocidade nos próximos momentos. É fundamental que a reciprocidade seja colocada como última ferramenta, como colocado pela própria Senadora.

Nós não chegamos até aqui, exportando para os Estados Unidos e fazendo negócios entre empresas, sem muito esforço tanto no agro quanto na tecnologia aplicada pelo setor industrial; foram muitos anos de muitos brasileiros fazendo trabalhos exemplares. Nesse caso específico, nós conseguimos determinar o impacto de cada setor, Senador, e eu vou passar para o senhor, via *e-mail*, por Cnae. Nós conseguimos identificar o impacto de cada empresa que exporta, porque para a gente – nós defendemos aqui o lado industrial – cada nota fiscal de cada indústria brasileira nos interessa, não simplesmente o setor de forma ampla, colocando uma relação entre países, porque, no final das contas, são empresas que estão lá desenvolvendo suas capacidades. Então, o senhor tem o meu compromisso de passar por Cnae. Eu não digo por empresa por causa de questões específicas de sigilo da própria corporação, mas, dentro desse grupo de CNAEs, mostrarei o impacto sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É terrível o que está acontecendo com alguns setores, como metalurgia, desenvolvimento de máquinas e ferramentas, máquinas e equipamentos. Nosso setor aéreo é um setor extremamente consolidado, consequentemente o poder de negociação é muito mais amplo, mas empresas de médio porte, no setor de madeira, no setor de metalurgia, enfim, que têm grandes trabalhos com os Estados Unidos nesse processo da cadeia de valor, nos preocupam bastante se não desenvolvermos a nossa capacidade de negociação.

Exalto aqui a capacidade do Senado em fazer os processos de negociação bilaterais com seus respectivos representantes. E, com certeza, sobre o que foi colocado pelos Senadores nessa questão da diplomacia, também o setor empresarial vai fazer a sua parte tanto entre os compradores quanto entre os produtores.

Muito obrigado.

Eu passo para o senhor essas informações com detalhes.

Só queria deixar clara a necessidade de negociação. É importante botar muito claro, nesta mesa, que não é o momento... É representar as nossas empresas. O momento agora não é de trabalhar reciprocidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – O Embaixador Philip quer fazer um comentário às perguntas do Senador Chico Rodrigues.

O SR. PHILIP FOX (Para expor.) – Obrigado. Obrigado, Senador. Obrigado pelas perguntas.

Eu queria fazer, na verdade, dois tipos de comentário. O primeiro diz respeito diretamente a essa discussão com os Estados Unidos. E um segundo tipo de comentário que me ocorre é relacionado a observações que foram feitas por alguns Senadores sobre a questão geral do sistema multilateral de comércio e outras negociações que a gente possa ter.

Mas começando com os Estados Unidos, o contato com os norte-americanos foi feito nos últimos meses de forma constante. Ele continua sendo constante. O mais recente foi feito, inclusive, como eu mencionei na exposição, cinco dias antes da apresentação dessas tarifas de 50%, né? Poucos dias atrás portanto. Então, o contato com os americanos é sempre constante, frequente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, nestes dias, nós estamos numa situação eu diria que de organização sobre o que a gente pode fazer para ter o melhor resultado possível das discussões. Então, enquanto nós estamos falando aqui, agora mesmo, está ocorrendo, como foi mencionada, a reunião lá no Mdic com o pessoal da área industrial e, às 14h, com os agrícolas, justamente para tentar mapear a situação e ver qual é a melhor resposta. Essas reuniões são comandadas pelo próprio Vice-Presidente. Então, nós estamos num momento de organização e mapeamento da situação, para ver como seria a melhor forma de reagir, né? Esse ponto é fundamental.

Foi uma medida, na magnitude, bastante imprevisível, essa questão de 50%. Acho que nem eles mesmos, os negociadores americanos, esperavam uma medida nessa magnitude. Então é o momento de que nós nos organizemos e examinemos a melhor maneira de reagir.

Houve uma questão sobre o ponto de vista das empresas norte-americanas. Sem dúvida, isso é um elemento fundamental para nós levarmos em conta nessas discussões que estamos tendo com eles. Já estamos falando com vários, não só do governo, mas também do setor privado. É evidente que, mesmo com a simetria de tamanho entre os países, algumas empresas e segmentos econômicos dos Estados Unidos vão ser muito afetados. Então, isso é uma questão que a gente tem que levar em conta, e fazer com que eles se sensibilizem para isso – já estão em muitos sentidos – e possam nos ajudar nesse ponto também.

Esses são alguns comentários sobre os Estados Unidos.

Agora, a questão também que a gente tem que analisar, aproveitando essa situação, é também o que nós temos que fazer sobre relações comerciais em geral. Isso valeria uma outra audiência aqui também. Mas, assim, muito rapidamente, nós estamos intensificando muito os acordos do Mercosul. Já no último um ano e meio, fechamos Singapura; a Efta agora anunciamos, há poucos dias, vamos assinar em setembro; a União Europeia, a mais famosa; e tem vários outros que nós estamos colocando como alvo para o curto prazo. Então, isso é fundamental para a gente diversificar as nossas possibilidades. Depois a gente pode, inclusive, conversar com mais detalhe.

E o segundo ponto, que também é fundamental, é que, obviamente, o sistema multilateral de comércio não está funcionando. Então, nós temos que partir para algum tipo de reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

séria da Organização Mundial do Comércio. E o Brasil está disposto a liderar esse tipo de medida para que a gente possa ter um sistema que seja justo e funcional.

Então, temos estas questões: como atacar esse problema específico com os Estados Unidos, mas também como o Brasil se posicionar de uma maneira eficiente na questão geral do sistema de comércio.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Philip.

Já entrando no final, alguém quer fazer mais algum questionamento? (*Pausa.*)

Senhores, colegas Senadores, gostaríamos de agradecer a presença dos palestrantes e dizer a V. Exas. que nós vamos encaminhar o que foi aqui tratado – a formação de um grupo de trabalho – e continuar promovendo as tratativas para uma missão desse grupo de trabalho ao Congresso americano. Isso será transformado em requerimento, que vai ser votado pelo Colegiado do Senado, numa próxima sessão ordinária. Dessa forma, a gente oficializa, de uma forma institucional, toda essa questão. Com isso, a gente ganha um embasamento republicano para que a gente possa fazer essa atuação.

Agradeço a participação de todos. Muito obrigado.

Cumprida a finalidade, está encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Sergio Moro, Mara Gabrilli, Jaques Wagner e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Otto Alencar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Efraim Filho, Carlos Viana, Tereza Cristina, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Fabiano Contarato e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1455, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, para estabelecer a composição da faixa de fronteira em duas subfaixas, a fim de promover o desenvolvimento dessas áreas." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda 1, bem como das emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4569, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Cria o Programa de Desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Posicionamento Global." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 609, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, assinado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2020." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 159, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de Roaming Internacional aos Usuários Finais do Mercosul, assinado pelos Estados-partes do Mercosul, em 17 de julho de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 167, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, celebrado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 227, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto, celebrado em Brasília,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 17 de abril de 2023, do Protocolo Alterando o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República de Singapura para Eliminar a Dupla Tributação em relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais e o seu Protocolo, assinados em Singapura, em 7 de maio de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 308, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova os textos das Resoluções MSC.239(83), MSC.240(83), MSC.256(84), MSC.257(84), MSC.258(84), MSC.269(85), MSC.282(86) e MSC.283(86), com as respectivas emendas à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (International Convention for the Safety of Life at Sea – SOLAS), de 1974, adotadas pelo Comitê de Segurança Marítima (Maritime Safety Committee – MSC) da Organização Marítima Internacional (International Maritime Organization – IMO), entre 2007 e 2009." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 311, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova os textos da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia para a Eliminação da Dupla Tributação em relação aos Tributos sobre a Renda e a Prevenção da Evasão e da Elisão Fiscais e de seu Protocolo, assinados em Brasília, em 5 de agosto de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Tendo em vista, como V. Sas. estão vendo no painel, a evidente falta de quórum para as votações, a Presidência determina o seu encerramento.

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Tereza Cristina, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Augusta Brito e Pedro Chaves, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Efraim Filho, Carlos Viana, Mara Gabrilli, Magno Malta, Randolfe Rodrigues e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 14ª, 15ª, 16ª e da presente reunião, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 610, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 13 de dezembro de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 159, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de Roaming Internacional aos Usuários Finais do Mercosul, assinado pelos Estados-partes do Mercosul, em 17 de julho de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência da comissão para a matéria, conforme solicitado pela Senadora Tereza Cristina. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 609, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, assinado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2020." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 167, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, celebrado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 227, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto, celebrado em Brasília, em 17 de abril de 2023, do Protocolo Alterando o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República de Singapura para Eliminar a Dupla Tributação em relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais e o seu Protocolo, assinados em Singapura, em 7 de maio de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina (*Ad hoc*), substituiu Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 308, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova os textos das Resoluções MSC.239(83), MSC.240(83), MSC.256(84),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

MSC.257(84), MSC.258(84), MSC.269(85), MSC.282(86) e MSC.283(86), com as respectivas emendas à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (International Convention for the Safety of Life at Sea - SOLAS), de 1974, adotadas pelo Comitê de Segurança Marítima (Maritime Safety Committee – MSC) da Organização Marítima Internacional (International Maritime Organization - IMO), entre 2007 e 2009." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 311, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova os textos da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia para a Eliminação da Dupla Tributação em relação aos Tributos sobre a Renda e a Prevenção da Evasão e da Elisão Fiscais e de seu Protocolo, assinados em Brasília, em 5 de agosto de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad (*Ad hoc*), substituiu Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 391, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, assinado em Brasília, em 24 de agosto de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 16, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de dialogar com representantes da cadeia econômica da indústria de defesa acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2023, que "altera a Constituição Federal, para estabelecer programação orçamentária mínima para o Ministério da Defesa e dispor sobre projetos estratégicos para a Defesa Nacional, e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer regra de transição"." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 18, de 2025** que: "Requer realização de Audiência Pública debater as oportunidades e riscos para o agro brasileiro no cenário do comércio internacional." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 19, de 2025** que: "Requer realização de Audiência Pública com o objetivo de debater as perspectivas para assinatura, ratificação e entrada em vigor do Acordo de Parceria entre o Mercosul e a União Europeia." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Projeto de Resolução do Senado n° 31, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar em Defesa das Terras Raras Brasileiras." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência da comissão para a matéria, conforme solicitado pelo Senador Nelsinho Trad. **2ª Parte - PLDO 2026**.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Finalidade: Deliberação das emendas da Comissão ao PLN 2/2025, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências". RELATOR: Senador Hamilton Mourão. **RESULTADO:** Aprovado o relatório, pela apresentação, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, das seguintes emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: 60020001 - 0100- Fortalecer as capacidades militares do exército Brasileiro para a defesa do Território - acréscimo de 80%; 60020002 - 0236- Fortalecer as capacidades militares da Aeronáutica para defender o espaço aéreo brasileiro, acréscimo de 83,61%; e 60020003 - 0363 - Fortalecer as capacidades militares da Marinha do Brasil para controlar e defender as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) - acréscimo de 77%, correspondentes às propostas números 7, 8 e 1, respectivamente; pela apresentação de 30 (trinta) emendas ao texto (de 60020004 a 60020033, correspondentes às propostas números 1, 2, 4, 5, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 26, 27, 31, 34, 35, 36, 56, 63, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 85, 93, 98, 100, 109 e 110, respectivamente), **conforme a seguinte lista**:
60020004 — Anexo III, Seção I, Inciso LXX — Aditiva
60020005 — Corpo da Lei, Cap III, Art 12, Inciso XIII — Modificativa
60020006 — Anexo III, Seção II, Inciso IV — Aditiva
60020007 — Corpo da Lei, Cap IV, Seção IX, Art 74, Inciso XIII — Modificativa
60020008 — Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 20 — Modificativa
60020009 — Corpo da Lei, Cap III, Art 13, § 4 — Modificativa
60020010 — Anexo III, Seção II, Inciso IV — Aditiva
60020011 — Anexo III, Seção I, Inciso LXX — Aditiva
60020012 — Corpo da Lei, Cap VI, Art 114 — Aditiva
60020013 — Corpo da Lei, Cap II, Art 4, § único — Aditiva
60020014 — Anexo III — Aditiva
60020015 — Anexo III — Aditiva
60020016 — Corpo da Lei, Cap VII, Art 115, § 4 — Modificativa
60020017 — Corpo da Lei, Cap IV, Seção IX, Art 74, Inciso I — Modificativa
60020018 — Anexo III — Aditiva
60020019 — Anexo III — Aditiva
60020020 — Anexo III, Seção I, Inciso LXX — Aditiva
60020021 — Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 28 — Aditiva
60020022 — Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 28 — Aditiva
60020023 — Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 28 — Aditiva
60020024 — Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 20, § 3 — Modificativa
60020025 — Anexo III, Seção I, Inciso LXX — Aditiva
60020026 — Anexo III — Aditiva
60020027 — Corpo da Lei, Cap II, Art 4 — Modificativa
60020028 — Corpo da Lei, Cap III, Art 13, § 4 — Modificativa
60020029 — Anexo III — Aditiva
60020030 — Anexo III — Modificativa
60020031 — Anexo III — Aditiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

60020032 — Corpo da Lei, Cap III, Art 12, Inciso XXVII — Aditiva
60020033 — Anexo III, Seção II, Inciso IV — Aditiva; e pela inadmissibilidade das propostas números 03, 08, 18, 37, 52, 54, 57, 64, 81, 83, 87, 106 e 113. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e nove minutos. A presente Ata, já aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Muito bom dia.

Declaro aberta, sob a proteção de Deus, a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada anteriormente.

Antes de iniciarmos as nossas deliberações, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 14ª, da 15ª e da 16ª Reuniões da Comissão, ocorridas em 15 de julho, 7 e 14 de agosto de 2025, respectivamente.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento de documentos pela Secretaria, os quais, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, estarão disponíveis para consulta, no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro solicitar a autuação dos referidos documentos.

Findo o prazo sem manifestação, os documentos serão arquivados.

Finalidade desta reunião: conforme pauta publicada, a presente reunião terá partes. A primeira parte é destinada à apreciação de projetos e requerimentos e a segunda parte é destinada à deliberação das emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2025, PLDO de 2026, a serem propostas por esta Comissão.

Nós estamos... Já tem o quórum? (*Pausa.*)

Quantos que precisa? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais dois. (*Pausa.*)

Então, tem que esperar...

Os itens 1 e 2 já tiveram os relatórios lidos. A saber:

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 610, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 13 de dezembro de 2018.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Relatório lido na 16ª Reunião em 14/08/2025.

Relatoria: Senador Hamilton Mourão, aqui presente. Já leu o relatório.

E o item 2:

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 159, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de Roaming Internacional aos Usuários Finais do Mercosul, assinado pelos Estados-partes do Mercosul, em 17 de julho de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Relatório lido na 16ª Reunião em 14/08/2025.

O item 3:

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 609, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, assinado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2020.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Peço licença ao colega Senador Mourão e ao colega Senador Sergio Moro, para que eu possa ler o relatório daqui mesmo da Presidência.

A análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não identificamos vícios de juridicidade ou regimentalidade no acordo ou no projeto de decreto legislativo que o aprova.

O projeto de decreto legislativo aprovado pela Câmara referente ao acordo ora em análise previu, no §2º do seu art. 1º, que, na primeira frase do dispositivo 9.1 do referido acordo, fica determinado que:

> Cada Parte permitirá que todos os recursos de um investidor da outra Parte relacionados a um investimento em seu território a ser, em conformidade com os procedimentos internos aplicáveis estabelecidos por seus regulamentos, transferidos livremente e em bases não discriminatórias.

Com efeito, cuida-se de cláusula interpretativa que sequer altera o sentido ou alcance da norma, apenas contribuindo para maior clareza textual.

A proteção de investimentos estrangeiros está dotada de grande sensibilidade política, uma vez que põe em evidência diferentes visões sobre o papel das relações internacionais e as estratégias de desenvolvimento nacional.

O Brasil tem posição histórica de resistência à celebração de acordos que preveem garantias a investidores estrangeiros, justificada pela dificuldade em se desvencilhar de tratados desiguais nas décadas que sucederam a nossa Independência, ainda no século XIX.

No entanto, o exame do texto do Acordo Brasil-Índia demonstra seu alinhamento com acordos semelhantes firmados por nosso país. O padrão de tratamento de investidores estrangeiros é estabelecido com referência à garantia de tratamento nacional, com a cláusula “em circunstâncias similares”, que assegura margem para medidas regulatórias.

São estabelecidos instrumentos de governança e cooperação, como o Comitê Conjunto para Administração e os Pontos Focais Nacionais, que promovem a prevenção de conflitos e as gestões políticas. Estão também previstos padrões sociais, ambientais, éticos e de governança corporativa como contrapartida para investidores estrangeiros e seus investimentos.

Embora haja inúmeras negociações concluídas, destaco que são poucos os Acordos de Cooperação e Facilitação em Investimentos em vigor hoje no Brasil, de modo que o acordo com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Índia é louvável, considerando que também se discute a ampliação do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e aquele país.

Quanto ao mérito, o fluxo de investimentos entre Brasil e Índia pode ser dinamizado pela celebração do tratado que estamos a examinar.

Os dois países são grandes democracias multiétnicas, e é fundamental que também haja convergência no campo comercial. O comércio bilateral, que hoje gira em torno de R$12 bilhões, é ainda muito pequeno diante do potencial, especialmente porque nossa balança é concentrada em poucos produtos. Há um enorme espaço para crescimento.

Diante de um cenário marcado por rápidas transformações geopolíticas e econômicas, torna-se essencial aprofundar os vínculos entre duas democracias dinâmicas do Sul Global, unidas por aspirações comuns: promover o desenvolvimento com justiça social, conquistar maior protagonismo nas instâncias internacionais e assegurar uma inserção soberana nas cadeias globais de valor. Mais do que estratégica, a cooperação entre nossos países é imprescindível.

Por todos esses motivos, convém decidir favoravelmente à proposição, que se dirige não apenas à promoção de investimentos bilaterais, como também à proteção de investidores brasileiros no país parceiro.

Voto.

Assim, por ser oportuno e conveniente aos interesses nacionais, somos pela aprovação do PDL nº 609, de 2021, que aprova o texto do Acordo Brasil-Índia.

Está lido.

Nós vamos votar em bloco, assim que tiver o quórum, com mais um, que está faltando. Falta mais um para dar o quórum para a votação.

Vamos partir para o item 4, também de nossa relatoria.

1ª PARTE

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 167, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, celebrado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Vou direto à análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O tratado veiculado pela proposição preenche o comando constitucional que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelos princípios da prevalência dos direitos humanos e da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, além do princípio de que nosso país deve buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (Constituição Federal, art. 4º, incisos II, IX e parágrafo único).

No mérito, o Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas do Mercosul reflete o esforço conjunto para institucionalizar marcos normativos visando à integração de pessoas e bens no bloco mercosulino, especialmente em áreas fronteiriças. De fato, circulação ordenada de bens e pessoas nas fronteiras exige respostas coordenadas e eficazes entre os países da região.

O texto examinado propõe um marco jurídico adequado para a construção de mecanismos permanentes de integração de pessoas e bens nas regiões das fronteiras dos países do Mercosul, baseados em princípios de soberania, reciprocidade, responsabilidade comum e respeito aos direitos humanos. A instituição de direitos para pessoas em mobilidade nessas áreas demonstra, com efeito, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupação do bloco regional em assegurar respostas ágeis, eficazes e responsáveis à circulação de pessoas e bens nessa região estratégica do Cone Sul.

O instrumento internacional em exame é fundamental para fortalecer a articulação entre os municípios das regiões de fronteira, permitindo, dessa forma, uma resposta mais eficaz a eventuais dificuldades que afetam diretamente as populações dessas áreas. A intensificação do trânsito de pessoas e bens e o aprofundamento da interdependência entre poderes demandam, é verdade, a cooperação institucionalizada entre os países do Mercosul, na forma deste acordo. Ademais, o texto respeita a soberania de cada país, promovendo a adoção de esforços conjuntos com vistas ao desenvolvimento e crescimento econômico das comunidades, sempre com respeito aos direitos humanos. Fortalecem-se, dessa forma, as relações no âmbito do Mercosul.

A fronteira é uma linha tênue que divide, mas também une populações com laços sociais, econômicos e culturais muito próximos. Nessas localidades, a integração entre os países deve refletir-se na melhoria da qualidade de vida da população, especialmente em áreas como educação, saúde, mobilidade e emprego. Cria-se um ambiente mais seguro e estável, favorecendo o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da cidadania na fronteira, promovendo a convivência harmoniosa e o progresso regional.

No mais, estamos certos de que que a fluidez do trânsito de bens e pessoas entre as comunidades fronteiriças no Mercosul constitui um dos aspectos mais relevantes e emblemáticos do processo de integração regional, e aprovação deste acordo emerge como parte fundamental nesse processo.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2022.

Esse é o relatório, Srs. Senadores.

Já deu o quórum.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, só uma questão de ordem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Se pudesse votar os itens 1 e 2, que foram da reunião passada...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sim. Já vão ser votados em bloco, tão logo esgotarmos a leitura dos relatórios.

Extrapauta.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 12

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, DE 2025

- Não terminativo -

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar em Defesa das Terras Raras Brasileiras.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e outros

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para proferir seu relatório, a ser agregado aos outros e votarmos em bloco.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, bom dia.

Bom dia, Senador Sergio Moro, e às pessoas que nos acompanham.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indo direto à análise, Presidente.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de acordo com o art. 103, incisos I, II e VIII, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), possui competência para emitir parecer sobre proposições referentes às relações internacionais e ao comércio exterior; e assuntos correlatos à defesa da soberania. Pertinente, portanto, versar sobre frente em defesa das terras raras brasileiras, minerais essenciais e estratégicos, cobiçados internacionalmente.

Assim, em que pese não existir dispositivo expresso no Regimento Interno do Senado sobre frentes parlamentares com perspectiva internacional, cita-se a Resolução nº 14, de 2015, que criou o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos, em cujo art. 6º assim foi disposto:

> Art. 6º Além das normas específicas de cada resolução que estabeleça grupos interparlamentares, grupos internacionais de amizade e frentes parlamentares internacionais, aplica-se o disposto neste artigo.
> §1º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, de caráter permanente e sem objetivos político-partidários, destinam-se a exercer a diplomacia parlamentar.
> §2º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais serão constituídos por parlamentares que a eles aderirem e funcionarão segundo estatutos próprios, sempre submetidos às regras contidas no Regimento Interno do Senado Federal e nas demais normas aplicáveis.
> §3º Após a criação dos grupos ou frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, será realizada reunião de instalação para eleger a diretoria e elaborar o estatuto, que, juntamente com a ata de instalação e os subsequentes registros de reuniões, será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para publicação no Diário do Senado Federal.
> §4º No início de cada legislatura, cada grupo ou frente parlamentar internacional referido no *caput* realizará reunião de reativação para proceder à eleição da diretoria e ratificar ou modificar o estatuto, mediante solicitação de qualquer parlamentar ao próprio grupo ou frente, dispensado requerimento ao Plenário do Senado Federal com essa finalidade.
> §5º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput* não disporão de verbas orçamentárias do Senado Federal, salvo quando eventuais despesas imprescindíveis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao seu funcionamento forem expressamente autorizadas pela Comissão Diretora ou pelo Presidente da Casa.

§6º Compete à Secretaria-Geral da Mesa, na forma de sua estrutura administrativa, secretariar as reuniões e dar apoio administrativo aos grupos e às frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, mantendo seu cadastro e o dos parlamentares que os integram.

Portanto, a Frente Parlamentar em Defesa das Terras Raras Brasileiras, proposta pelo presente Projeto de Resolução, estabelecida como suprapartidária e regida por estatuto próprio, está em harmonia com o paradigma da Resolução 14, de 2015. Sobre o mérito, louvamos a iniciativa.

O termo terras raras é consolidado, embora sua abundância na crosta terrestre seja maior que a de metais como prata ou ouro, e compreende 17 elementos químicos, entre eles, escândio, ítrio e lantanídeos, do lantânio ao lutécio, com propriedades físico-químicas similares devido ao fenômeno da contração dos lantanídeos. Essa similaridade e os pequenos raios iônicos fazem com que ocorram naturalmente misturados com outros minerais. Ocorre que o panorama global de elementos de terras raras, ETR, é marcado por forte concentração geográfica, tensões geopolíticas e esforços de diversificação, com destaque para poucos países. Por exemplo, a China domina 69% da produção global e controla aproximadamente 85% do refino e 90% da fabricação de ímãs permanentes. Além disso, a configuração do mercado atualmente é de integração vertical das empresas e a concentração da etapa de refino em poucos países.

Nesse cenário, as reservas brasileiras são significativas e de alto valor estratégico, em que pese nossa produção não corresponder a essa posição relevante. Portanto, temos o dever de zelar por esse patrimônio e fomentar as condições de produção e das parcerias comerciais, não podendo o Parlamento estar alheio a esse desafio.

Isso posto, frisa-se que a proposição, sem vício de constitucionalidade ou juridicidade, deve ser aprovada e aplaudida como vital para a defesa dos recursos críticos brasileiros, e, em última análise, da própria soberania nacional.

Hoje, Sr. Presidente, dez empresas estrangeiras já têm projetos de exploração de terras raras no nosso país, em particular, Minas Gerais e Goiás; e também no seu estado de Mato Grosso do Sul, onde há também a incidência desse tipo de mineral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, Presidente, o nosso voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2025.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Hamilton Mourão, que leu extrapauta o Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2025, que institui, no âmbito do Senado, a Frente Parlamentar em Defesa das Terras Raras Brasileiras.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação do relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Item 6 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 308, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova os textos das Resoluções MSC.239(83), MSC.240(83), MSC.256(84), MSC.257(84), MSC.258(84), MSC.269(85), MSC.282(86) e MSC.283(86), com as respectivas emendas à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (International Convention for the Safety of Life at Sea - SOLAS), de 1974, adotadas pelo Comitê de Segurança Marítima (Maritime Safety Committee

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– MSC) da Organização Marítima Internacional (International Maritime Organization - IMO), entre 2007 e 2009.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação.

Com a palavra o Relator, para a leitura do relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Se o senhor me permitir, eu vou direto para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeito.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – No tocante aos atos internacionais em exame, inexistem defeitos quanto à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição.

As resoluções de que trata o PDL em causa foram enviadas à apreciação congressional por conta de determinação do Decreto Legislativo nº 645, de 18 de setembro de 2009, que aprovou o texto atualizado da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar.

Com efeito, o parágrafo único do art. 1º do mencionado decreto estabelece a necessidade de aprovação pelo Congresso Nacional de quaisquer atos que possam resultar na revisão do texto convencional, bem como quaisquer ajustes complementares. É disso que se trata.

Nesse sentido, observamos, de início, que o Decreto nº 9.988, de 26 de agosto de 2019, que promulga o texto atualizado da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, revogou expressamente (art. 3º) o Decreto nº 87.186, de 18 de maio de 1982, que havia promulgado referida convenção. As emendas em questão alteram, dessa forma, o texto convencional atualizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O conjunto de modificações submetido ao crivo parlamentar aperfeiçoa o referido tratado marítimo internacional, que fixa padrões mínimos de segurança na construção, equipamento e operação de navios mercantes. A Solas exige que os estados de bandeira vinculados ao seu texto assegurem que os navios por eles sinalizados cumpram ao menos os padrões convencionais preestabelecidos.

É válido mencionar, Sr. Presidente, que o acidente do navio Titanic ocasionou a adoção da primeira versão da Solas em 1914. Desde então, a convenção experimentou novas versões (1928, 1946, 1965 e 1974), que incorporaram inúmeras atualizações e emendas. A versão atual, de 1974, conta com 142 países a ela vinculados, que representam a quase totalidade da frota mercante mundial em termos de tonelagem.

A Convenção para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar é considerada o ato internacional mais importante relacionado com a segurança de navios mercantes. Assim e considerando que o Brasil tem 7.367km de extensão litorânea – alguns falam 8,5 mil – e que mais de 95% das nossas exportações e importações utilizam o transporte marítimo, a convenção é para nós de superlativa importância. Não surpreende, pois, que a gloriosa Marinha do Brasil tenha manifestado seu interesse na aprovação das resoluções em análise.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2024.

Esse era o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço, Senador Jorge Seif, pela leitura do relatório.

Está faltando só o item 8 para a gente votar em bloco todos e darmos por cumprida a finalidade da nossa reunião.

1ª PARTE

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 391, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, assinado em Brasília, em 24 de agosto de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Relatoria: Senador Nelsinho Trad.

Designo o Senador Hamilton Mourão para a leitura do relatório *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Vou direto à análise, Presidente.

Conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Acerca desta proposição, registramos não haver defeitos no que diz respeito à sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre o projeto, porquanto observado o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da nossa Constituição Federal.

A temática da convenção, por sua vez, reveste-se de superlativa importância para o relacionamento bilateral. E mais, ela se insere no âmbito de preocupação da comunidade internacional na busca por maior transparência fiscal.

Some-se a isso o fato de que a ausência de acordos de dupla tributação (ADTs) afeta a competitividade das empresas transnacionais brasileiras no exterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A celebração desses tratados, bem como a uniformização da aplicação da rede de atos internacionais nesse sentido atualmente em vigor reduzirão obstáculos e aumentarão a segurança jurídica dos atores envolvidos.

Além do mais, convenções dessa natureza destinam-se a melhorar o ambiente de negócios. Elas impedem, ainda, discriminação entre investidores estrangeiros e nacionais e ampliam, como mencionado, a segurança jurídica e tributária. Contribuem, por igual, para evitar a dupla tributação e, no caso, para prevenir a evasão e a elisão fiscais.

Nesse passo, o protocolo em análise proporciona maior cooperação entre as administrações tributárias envolvidas para evitar a dupla tributação, combater o planejamento tributário abusivo, bem como prevenir a evasão e a elisão fiscais. Ao fazê-lo, aproximam-se os dois países das práticas internacionais mais modernas nesse domínio, formando canal de incentivo para investimentos entre os dois países e levando ao estreitamento bilateral de suas relações comerciais e econômicas.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do PDL nº 391, de 2024.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Hamilton Mourão, sempre prestativo.

Nós vamos para o item 5, que é de relatoria do Senador Chico Rodrigues.

1ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 227, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o texto, celebrado em Brasília, em 17 de abril de 2023, do Protocolo Alterando o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República de Singapura para Eliminar a Dupla Tributação em relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais e o seu Protocolo, assinados em Singapura, em 7 de maio de 2018.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação

A relatoria é do Senador Chico Rodrigues. Como ele não está, não conseguiu chegar, ele pediu para a gente colocar um Relator *ad hoc*.

Designo a Relatora Senadora Tereza Cristina, podendo ir direto à análise.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia, colegas.

Indo direto para a análise, compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante ao acordo, inexistem defeitos em relação à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que ela observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Sobre o mérito, trata-se de acordo de mera correção de tradução da versão em português do tratado. Outrora, eram enviadas ao Congresso, pelo Poder Executivo, anexas às mensagens, todas as versões originais em idioma estrangeiro, para que se pudesse realizar a comparação. Talvez a restauração dessa sistemática seja positiva, a fim de se evitar a aprovação de tratados apenas para correção de tradução.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2024.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Senadora Tereza Cristina.

Determino que coloque esse relatório para ser votado em bloco, junto com os demais.

O último item é o item 7.

1ª PARTE

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 311, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova os textos da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia para a Eliminação da Dupla Tributação em relação aos Tributos sobre a Renda e a Prevenção da Evasão e da Elisão Fiscais e de seu Protocolo, assinados em Brasília, em 5 de agosto de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

Relatoria: Senador Chico Rodrigues.

Avoco a relatoria e vou direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante ao acordo, inexistem defeitos em relação à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que ela observa o disposto no art. 49, inciso I, e no art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal.

Sobre o mérito, o acordo possui o duplo aspecto de beneficiar pessoas e empresas, com a desburocratização e a não punição de cargas tributárias duplicadas.

A Colômbia é um país com quem possuímos cerca de 1.650km de fronteira, mantendo cidades próximas, como Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). Além disso, o Brasil é o quarto principal exportador à Colômbia (atrás de Estados Unidos, China e México) e o quinto maior destino de exportações colombianas.

O segundo destino, após os Estados Unidos, da internacionalização das empresas brasileiras é a Colômbia, com mais de cem empresas lá instaladas, tais como Gerdau, Votorantim, Bovespa, BM&F, Itaú, BTG Pactual, Natura e O Boticário.

Assim, o acordo para evitar dupla tributação (ADT) auxiliará na segurança jurídica necessária à presença de empresas brasileiras no país vizinho.

O voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2024.

Esse é o relatório.

Esgotando as fases da leitura dos relatórios, passamos agora à discussão em globo dos itens 1 a 8 da pauta.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir urgência no item 2, projeto de relatoria do Senador Sergio Moro, sobre a eliminação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cobrança de encargos de *roaming* internacional aos usuários finais do Mercosul, assinado pelos Estados Partes do Mercosul.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Acolho a solicitação de V. Exa.

Vamos só terminar a votação em globo dos projetos dos itens 1 a 8 e depois destaco esse aqui.

Em discussão os projetos ora lidos dos itens 1 a 8 – também aqueles que foram lidos na sessão anterior, o 1 e o 2. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Votação em globo dos itens anunciados.

Os Senadores e as Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

As matérias seguirão à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da tramitação.

Em destaque, a solicitação de urgência do item 2 – Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de Roaming Internacional aos Usuários Finais do Mercosul, assinado em 2019 –, bem como o extrapauta, o Projeto de Resolução nº 31, que institui a Frente Parlamentar em Defesa das Terras Raras Brasileiras.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a solicitação de urgência, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 16, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de dialogar com representantes da cadeia econômica da indústria de defesa acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2023, que "altera a Constituição Federal, para estabelecer programação orçamentária mínima para o Ministério da Defesa e dispor sobre projetos estratégicos para a Defesa Nacional, e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer regra de transição".

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, passo à votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o Requerimento 16, do Senador Carlos Portinho, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Às providências.

O próximo requerimento é da nossa autoria.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 18, DE 2025

- Não terminativo -

Requer [nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal e do art. 93, inciso II do Regimento Interno] *a realização de Audiência Pública debater as oportunidades e riscos para o agro brasileiro no cenário do comércio internacional.*

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Eu acho esse requerimento superpertinente. Eu acho que nós temos que começar urgentemente este debate.

Então, parabéns pela iniciativa da proposição desse requerimento, para que possamos realmente entender e colocar para o Brasil o que acontece hoje, em termos de mercado internacional, para o agro, porque essa posição dos Estados Unidos trará grandes prejuízos aos agricultores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço as colocações da Senadora Tereza.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Às providências.

Vamos ao último requerimento, também da nossa autoria.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 19, DE 2025

- Não terminativo -

Requer [nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal e do art. 93, inciso II do Regimento Interno] *a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater as perspectivas para assinatura, ratificação e entrada em vigor do Acordo de Parceria entre o Mercosul e a União Europeia.*

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – De novo, parabéns! É outra iniciativa importantíssima para este momento em que o mundo vive a transição da nova geopolítica. Eu vou fazer a indicação de alguns nomes para a mesa, para a participação na discussão.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Acolho a manifestação da Senadora Tereza.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Às providências.

Decorrido o prazo estabelecido, foram apresentadas 162 sugestões de emendas pelos Srs. Senadores e pelas Sras. Senadoras, sendo 48 ao Anexo de Prioridades e Metas e 114 ao texto do projeto.

Agradecemos aos membros desta Comissão pelas relevantes contribuições nas propostas de emendas que foram apresentadas.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para proferir o seu relatório em relação às sugestões recebidas.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, indo direto à análise. Conforme V. Exa. disse, foram 162 propostas de emenda.

Cumpre realçar, inicialmente, que esta Comissão pode apresentar até três emendas de inclusão ou acréscimo de meta. Essa circunstância constitui intransponível limitação para o atendimento das propostas apresentadas, que contemplam três programas e onze objetivos específicos distintos. O inegável mérito das indicações acentua ainda mais a complexidade e responsabilidade na escolha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro da incontornável dificuldade imposta por esse panorama, examinamos as propostas de emenda buscando ponderar a sua importância relativa e a amplitude de seu alcance, com a intenção, ademais, de beneficiar diferentes instituições e de atender o maior número de Parlamentares apresentantes de sugestões. Assim procedemos ainda sob a consideração, naturalmente, das normas incidentes no contexto, em particular no que diz respeito à competência temática da Comissão.

As emendas propostas atendem às disposições constitucionais. O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Seguindo essas diretrizes metodológicas e considerando as restrições aprovadas no parecer preliminar da CMO, procuramos em nosso parecer acolher as emendas que albergassem o maior número possível dos Parlamentares dessa Comissão e o maior quantitativo de meta por cada objetivo específico, ao mesmo tempo que versam sobre tema e ações de grande interesse nacional. Além disso, foi avaliada a pertinência de cada proposta em relação às competências regimentais da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Desse modo, propomos a apresentação das seguintes emendas de inclusão ou acréscimo de meta por esta Comissão:

Objetivos Específico 0100: fortalecer as capacidades militares do Exército Brasileiro para a defesa do território. Autores: Professora Dorinha Seabra, Carlos Portinho, Veneziano Vital do Rêgo, Chico Rodrigues, Nelsinho Trad, Hamilton Mourão, Wellington Fagundes, Marcos do Val e Alan Rick. Programa 6112 - Defesa Nacional.

Objetivo 0236: fortalecer as capacidades militares da Aeronáutica para defender o espaço aéreo brasileiro. Autores: Carlos Portinho, Nelsinho Trad, Veneziano Vital do Rêgo, Chico Rodrigues, Hamilton Mourão, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Tereza Cristina e Alan Rick. Programa 6112 - Defesa Nacional.

Objetivo 0363: fortalecer as capacidades militares da Marinha do Brasil para controlar e defender as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). Autores: Nelsinho Trad, Carlos Portinho, Chico Rodrigues, Hamilton Mourão, Professora Dorinha Seabra, Wellington Fagundes, Marcos do Val e Tereza Cristina. Programa 6112 - Defesa Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às emendas ao texto, considerando que não há limitação quantitativa para esse tipo de proposição, manifestamo-nos favoravelmente à apresentação de todas aquelas que estejam em conformidade com as competências desta Comissão. Ressalvam-se, contudo, as Emendas nºs 3, 8, 18, 37, 52, 54, 57, 64, 81, 83, 87, 106 e 113, por não guardarem pertinência temática com o escopo de atuação da Comissão, em desacordo com o disposto no item 2.3.1 do parecer preliminar.

Assim, Presidente, o voto é: ante o exposto, somos pela apresentação, por parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de todas as propostas de emendas ao texto, exceto as Propostas nºs 3, 8, 18, 37, 52, 54, 57, 64, 81, 83, 87, 106 e 113, por não estarem em conformidade com as competências desta Comissão. Somos, também, pela apresentação das seguintes propostas de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026:

- Objetivo Específico 0100: fortalecer as capacidades militares do Exército Brasileiro para a defesa do território. Indicador: Índice de Execução dos Programas e Projetos do Exército Brasileiro. Meta Final: 80%;

- Objetivo Específico 0236: fortalecer as capacidades militares da Aeronáutica para defender o espaço aéreo brasileiro. Indicador: Índice de Execução dos Programas e Projetos da Aeronáutica. Meta Final: 83,61%;

- Objetivo Específico 0363: fortalecer as capacidades militares da Marinha do Brasil para controlar e defender as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). Indicador: Índice de Execução dos Programas e Projetos da Marinha do Brasil. Meta Final: 77%.

Propomos, ainda, que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas à CMO, inclusive adaptando a justificação das emendas, tal como foram sugeridas, produto e unidade de medida, para o sistema de elaboração de emendas.

Plenário da Comissão. Na data de hoje, assinam Senador Nelsinho Trad, Presidente; Senador Hamilton Mourão, Relator.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Hamilton Mourão pela leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As emendas aprovadas serão numeradas e, em seguida, entregues à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), juntamente com a ata da presente reunião.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Às providências.

Cumprida a finalidade, determino a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Senadores que concordam com essa deliberação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da sessão ora desenvolvida.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Cumprida totalmente a finalidade, esgotada a pauta, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte minutos do dia quinze de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Confúcio Moura, Efraim Filho, Fernando Dueire, Marcelo Castro, Sergio Moro, Cid Gomes, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Nelsinho Trad, Pedro Chaves, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jayme Campos, Carlos Viana, Irajá, Daniella Ribeiro, Wilder Morais, Rogério Carvalho, Weverton, Jorge Kajuru, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1086, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, para estabelecer margem de preferência para os modelos movidos a biocombustíveis ou a hidrogênio nas compras e locações de veículos automotores, bem como para os biocombustíveis e o hidrogênio verde nas compras de combustíveis para o abastecimento de veículos automotores." **Autoria:** Senador Fernando Farias (MDB/AL). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. A matéria será submetida a turno suplementar. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 680, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 para garantir o direito à transferência dos direitos à exploração do serviço de transporte público individual de passageiros e atribuir aos Municípios a competência para definir os seus requisitos." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Lido e aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4223, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir gratuidade na correção do nome do passageiro e na transferência de passagem aérea, bem como direito ao cancelamento de passagem por motivo de força maior." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 59, de 2025** que: "Requer a inclusão do Senhor Carlos Evangelista, Presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída — ABGD, na audiência pública objeto do REQ 48/2025 - CI." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senador Marcos Rogério subscreveu oralmente o Requerimento. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 61, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa a cerca de 10 km da área urbana do município de Vilhena, no estado de Rondônia, com o objetivo de apurar as causas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da paralisação das obras de construção do complexo viário(trevo e viaduto) localizado na BR-364 com a BR-174," **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 62, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, da Lei nº12.527, de 18 de novembro de 2011, e dos arts. 90, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas, ao Diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Sr. Fabricio de Oliveira Galvão, informações relativas às obras de construção do complexo viário (trevo e viaduto)na BR-364 com a BR-174, a cerca de 10 km da área urbana do município de Vilhena, no estado de Rondônia, destinadas a viabilizar o acesso ao município de Colorado do Oeste." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 63, de 2025** que: "Requer auditoria contábil, financeira, orçamentária e operacional dos atos da União e da Agência Nacional de Mineração (ANM), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e Ministérios vinculados." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Efraim Filho, Jaime Bagattoli, Esperidião Amin, Chico Rodrigues, Cid Gomes, Margareth Buzetti e Fernando Farias. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nessa data, 15 de julho de 2025.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício 511/2025 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que encaminha o Relatório de Segurança de Barragens referente a 2024/2025.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12/2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Ocorre de modo híbrido, semipresencial, e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais.

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente à Comissão.

As inscrições para o uso da palavra podem ser feitas ou solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participarem remotamente. (*Pausa.*)

Nós teremos alguns Relatores que farão a apresentação dos seus relatórios remotamente, e outros que estarão presencialmente na Comissão.

O item 1 da pauta é o Projeto de Lei 1.086/2024. Esse projeto é terminativo.

Eu faria uma consulta aos colegas. Nós estamos, ainda, com quórum para iniciar, mas não para deliberar. Eu faria um apelo à Comissão, eu proporia à Comissão de a gente colocar o item 1 um pouco mais à frente, considerando que ele terá votação nominal, e faríamos o início da deliberação pelos projetos não terminativos, que não têm necessidade de votação nominal, exceto em caso de pedido de verificação. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, fica sobrestado o item 1.

Eu peço ao Senador Cid Gomes – está *online*? Está conectado? – que nos dê a possibilidade de fazermos na sequência, só para melhorar o quórum da sessão. Atingimos 12 neste momento.

O item 2 é o item do Senador Efraim Filho. Esse aqui é não terminativo.

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 680, DE 2024
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir o direito à transferência dos direitos à exploração do serviço de transporte público individual de passageiros e atribuir aos municípios a competência para definir os seus requisitos.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Eu concedo a palavra ao Senador Efraim Filho para leitura do seu relatório.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Saudação ao nosso Presidente Marcos Rogério, a todos os demais Senadores e Senadoras que se encontram presencialmente ou no ambiente virtual, e indo direto ao voto, Sr. Presidente, um tema que tem gerado bastante repercussão dentro da sociedade, repercussão positiva. A gente sabe que a classe dos taxistas é uma categoria muito unida, alguém que tem o seu valor reconhecido pela sociedade brasileira, uma categoria que rala muito, que trabalha de domingo a domingo, de sol a sol, não tem turno para trabalhar, hora é pela manhã, tarde, noite e madrugada. Então, é nessa sensibilidade social que nós trazemos também o parecer apresentado nessa manhã de hoje.

O projeto, Sr. Presidente, é composto de quatro artigos, sendo que o primeiro deles enuncia o seu propósito e o último prevê vigência imediata da lei que eventualmente lhe suceder.

O cerne da proposição está escrito nos arts. 2º e 3º e se acrescenta o parágrafo único ao art. 3º da Lei 12.468, de 2011, conhecida como lei do taxista, para prever que o autorizatário dos serviços de táxi poderá transferir os direitos decorrentes da autorização para outro taxista, de acordo com a legislação local. Já o art. 3º do projeto da nova lei dá nova redação à Política Nacional de Mobilidade Urbana, para determinar que os municípios definam os requisitos para a transferência dos direitos à exploração do serviço de táxi.

De acordo com o autor, o Senador Weverton Rocha, do Maranhão, o principal motivo que o levou a apresentar o projeto foi garantir segurança jurídica aos taxistas e às suas famílias, de forma a assegurar a possibilidade de transferência dos direitos à exploração do serviço e afastar risco às subsistências daqueles que dela dependem para o seu sustento. E a gente sabe que é uma atividade que ajuda a colocar o pão na mesa de muitas famílias brasileiras. Estima-se que há mais de 600 mil taxistas por todo o Brasil.

Aponta-se ainda a questão dos prazos decorrentes da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.337, em cujo julgamento o STF considerou inconstitucionais os §§1º, 2º e 3º do art. 12-A da Lei 12.587, a lei do taxista.

Esses dispositivos permitiriam a comercialização e herança das outorgas de táxi, e o Supremo operou a modulação temporal dos efeitos da decisão, o que passaria a impedir as comercializações e direitos de herança a partir de abril deste ano, abril de 2025.

Diante da competência da CCJ para apreciar a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, passamos a avançar nesse análise.

De todo modo, cumpre-nos lembrar que as decisões da Suprema Corte em sede de controle de constitucionalidade não vinculam o Poder Legislativo, que permanece autorizado a, nesse caso, encontrar uma alternativa à luz da decisão do STF exarada no âmbito da ADI nº 5.337.

Com efeito, no mérito, o projeto ora sob exame é digno de aplausos.

A vedação jurídica à cessão de outorgas de táxi não impede a existência de um mercado informal em diversas cidades brasileiras, de forma precária e sem qualquer controle estatal, da forma como está posta. Ao regulamentar a transferência de maneira transparente e com critérios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivos, o projeto busca reconhecer uma realidade social consolidada e submetê-la à fiscalização do poder público, promovendo ganhos relevantes para a legalidade, a eficiência administrativa e a justiça social.

Mais ainda, a ausência de regulação contribui para a desigualdade de condições no setor e para a precarização das relações de trabalho: motoristas auxiliares frequentemente operam sem segurança jurídica, arcando com custos elevados para acessar o mercado, enquanto o Estado perde capacidade de gestão e controle sobre a prestação do serviço público.

Ressalte-se, contudo, que o STF não proibiu absolutamente toda forma de cessão, mas sim aquela realizada sem filtros legais, sem controle público e sem critérios que assegurem a finalidade pública da permissão.

Consequentemente, entendemos haver espaço legítimo para atuação legislativa que promova a harmonização entre o interesse público e a realidade do setor. É possível, sim, Presidente, construir uma solução intermediária entre a proibição absoluta da alienação e a necessidade de disciplinar uma prática consolidada que, na ausência de regulação, gera distorções e iniquidades.

Nesse contexto, entendemos que o projeto pode ser objeto de alguns aprimoramentos, os quais consolidamos na forma do substitutivo ora apresentado.

Em primeiro lugar, sugerimos que a alteração se dê exclusivamente na Lei nº 12.468, de 2011, que regulamenta a profissão de taxista. Afinal, o projeto trata, em última análise, de dispor sobre a possibilidade de exercício da atividade profissional.

Além disso, entendemos cabíveis modificações que consagrem a finalidade pública do serviço e inibam a especulação. Assim, o substitutivo modifica a Lei nº 12.468, de 2011, para vedar a ociosidade da outorga, sob pena de multa, perda da autorização e impedimento de obter uma nova pelo prazo de três anos. Ademais, propomos que a lei exija que o novo titular comprove o atendimento dos requisitos e condições para o exercício da proposição.

Por fim, já encerrando, o substitutivo trata da transferência de outorgas, e não apenas de autorizações. Isso, a nosso ver, incrementa a segurança jurídica em relação a permissionários do serviço de táxi.

Desse modo, entendemos que o texto proposto equilibra a proteção dessa classe trabalhadora contra perdas econômicas, ao mesmo tempo em que garante exploração de serviço tão relevante com qualidade e continuidade.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do PL nº 680, de 2024, na forma do substitutivo que segue, reconhecendo e valorizando a atividade profissional que é das mais antigas do nosso (*Falha no áudio.*)...

Com toda a modernidade e o avanço tecnológico, os taxistas resistem ali como sendo sempre uma opção de segurança, de confiança para muitos dos usuários que precisam desse tipo de serviço, e é nesse sentido que o nosso voto é pela aprovação, pedindo o acompanhamento do Plenário dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao eminente Relator da matéria, Senador Efraim Filho, e submeto o relatório à discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Jaime Bagattoli; na sequência, Senador Amin, também inscrito pelo Zoom.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente, Senador Marcos Rogério.

V. Exa., Senador Efraim, acho plausível a sua intenção nessa questão dos taxistas, da outorga, que, pelo que eu estou entendendo, vai ficar sob controle dos municípios, mas eu queria que V. Exa. pudesse só me explicar se nós não podemos correr o risco, com todo o respeito a todos os taxistas, de, nessa transferência de outorga, ser feito um valor, que naquele município lá se concorde em colocar um valor, e não ser um mercado livre nessa situação da transferência dessa outorga. Vai ter alguma coisa que regulamenta isso dentro do município?

Se V. Exa. puder me responder, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao Senador Jaime Bagattoli.

O Relator tem a palavra.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Senador Jaime, sua preocupação é plausível, sim. Nós entendemos que, dentro dessa destinação aos municípios, designação municipal para regulamentação, cada município vai observar sua realidade. Por isso mesmo, se justifica a nossa decisão, até mesmo diante da análise da ADI no STF, de não ter uma lei federal que estabeleça exatamente esses eventuais valores. A delegação dessa competência legislativa, para definir os detalhes e regulamentar nos municípios, é exatamente para observar as peculiaridades que são próprias de cada município, as nuances de cada local, para que ele possa fazer essa avaliação.

Quem está ali mais perto da realidade local é o Legislativo municipal, são as Câmaras de Vereadores. Então, reconhecendo inclusive essa tripartição dos Poderes e também as competências legislativas, a gente entende que caberá aos municípios, conhecendo a realidade de perto, fazer esse controle e essa fiscalização.

Exatamente também está no meu parecer o pensamento oposto, de que a não regulamentação, como existe hoje, permite o estabelecimento de um mercado informal, não fiscalizado, sem critérios definidos e com pouca transparência. Então, a pior das soluções é o limbo legislativo, é o vazio, é a lacuna que nós estamos querendo corrigir com esse projeto.

Também precisamos fazer o reconhecimento de que essa praça de táxi é uma carreira construída durante uma vida, não é? Eu tenho familiares, tem pessoas que se dedicam a essa atividade com profissionalismo, durante toda a sua vida. Então, natural que ela possa, inclusive, ter a possibilidade de fazer a transferência desse espaço numa atividade própria do setor. Então, é nesse sentido... Entendo que a sua preocupação está absorvida no nosso texto quando a gente determina que o município faça, de acordo com a realidade local, a sua respectiva legislação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao Senador Efraim.

Senador Jaime, quer complementar?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está certa a sua colocação, Senador Efraim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer a todos os taxistas do Brasil, de todos os municípios da Federação, que eu tenho uma admiração muito grande por essa classe. Eu sei que nós temos que regulamentar essa situação dos taxistas de uma forma mais justa, mais sincera, porque foi uma classe que prestou grande serviço para a sociedade, para o povo brasileiro e para o mundo inteiro. Então, nada mais justo do que a gente dar mais dignidade aos nossos taxistas.

E quero dizer para vocês que, quando entrou o Uber, os taxistas sofreram demais – com a entrada do Uber – e tiveram que se adaptar.

Para tudo que vier para ser em benefício da sociedade e ajudar também a nossa classe dos taxistas, podem contar com o Senador Jaime Bagattoli.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Antes de passar a palavra ao Senador Esperidião Amin, que está remotamente conectado, eu faço uma ponderação ao Relator em relação a esse assunto apenas para já ficar no radar para suas complementações. No caso da outorga, ela é um ato administrativo em que o poder público repassa um serviço público ao particular, de modo temporário. Naturalmente, ela tem duas características: é temporária e tem um aspecto da onerosidade, ou seja, você repassa aquele serviço mediante uma contraprestação do outorgado. Eu deixo o questionamento a V. Exa. nesses dois aspectos.

Bom, com relação à questão da temporalidade, se busca tratar, aqui nesse projeto, a placa, a concessão como um bem de família, garantindo, portanto, o direito de sucessão. É isso que eu estou entendendo. Nesse caso, a natureza jurídica de outorga segue o padrão regular de outorga dentro do aspecto da temporalidade? E como fica a questão da onerosidade? Haverá ônus para a família no caso de sucessão dessa placa? E dois, hoje é possível – não sei se, depois da decisão do Supremo, isso continua valendo ou não – a transferência para um terceiro que não da família. O projeto assegura também essa possibilidade ou, nesse caso, não, ele fica absolutamente restrito como bem de família, podendo haver a sucessão apenas dentro do núcleo familiar?

É apenas para V. Exa. ir refletindo enquanto eu chamo o Senador Esperidião Amin para as suas observações, para a discussão da matéria e, na sequência, asseguro a palavra ao Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar o Senador Efraim e também cumprimentar as observações tanto do Senador Bagattoli quanto do nosso Presidente Marcos Rogério.

Vou aguardar sua resposta nessa questão do alcance da outorga.

Mais ou menos, eu acho que sei qual vai ser a sua resposta, mas vou me dar o direito de comentar a resposta que o Senador Efraim vai dar ao nosso Presidente Marcos Rogério.

A verdade é que esse assunto é um assunto municipal. O Senador Efraim, que é um estudioso, tem ideia de quanto é que custa uma placa de táxi em Nova York? Em Manhattan? Em Manhattan, não tem garagem. A maior parte das pessoas e dos prédios residenciais não tem garagem. Portanto, o táxi é um serviço público mesmo, até pela falta de outros. Claro que isso mudou com o Uber e com as suas aplicações, e deve mudar ainda mais, Senador Efraim. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maio passado, em São Francisco, na Califórnia, o Senador Seif, o Senador Moro e eu utilizamos um táxi sem motorista. Uma sensação muito estranha. O táxi é um Jaguar – havia uma frota ao lado – e cruzamos com vários outros táxis sem motorista. Eu tive essa experiência em maio passado.

Então, é lógico que a modernização, e os taxistas sempre foram meu... Sempre eu tive uma afeição muito grande. Foi o primeiro sindicato que eu visitei a União Beneficente dos Chauffeurs de Santa Catarina. Eu tinha seis anos de idade quando meu pai me levou lá, que na verdade era o sindicato dos taxistas da época. Então, tive sempre uma afeição muito grande pelos taxistas, pelas famílias que tiveram taxistas. O mais célebre deles, aqui em Florianópolis, foi o Clemente Rovere, cujo filho foi Padre, o Hilton Rovere. Então, disputou inclusive corrida de automóvel, quer dizer, nós temos uma tradição, aqui em Florianópolis e em Santa Catarina também, de apreço muito grande ao taxista.

Quando chegou o Uber, quando a uberização chegou ao serviço de táxi, os taxistas foram resilientes e resistiram. Eu quero enaltecer inclusive a parceria que eu fiz com o Deputado Carlos Zarattini, de São Paulo. Recebemos tanto ele quanto eu taxistas do Brasil inteiro no sentido de contribuir para que o taxista também pudesse se credenciar, ter as vantagens da internet, do *e-commerce* e preservar a sua profissão, a sua tarefa, a sua missão de vida, em muitos casos.

Então, quero me congratular com o Senador Efraim. Nós temos que respeitar essa questão – não é paroquial, mas municipal – do serviço público concedido pela prefeitura. Eu vou aguardar a sua resposta sobre a questão do alcance da outorga, no caso, e do alcance familiar dela, para afirmar, mas, sem dúvida alguma, o seu voto é muito bem elaborado, Senador Efraim, como é do seu feitio, que se dedica sempre às matérias que lhe são apresentadas. Aguardo, com a mesma expectativa do Senador Bagattoli e do Senador Marcos Rogério, a sua resposta sobre essa questão do alcance da abrangência do direito outorgado.

Muito obrigado e, ressalvado esse aspecto em que eu imagino a sua resposta, o meu aplauso e o meu voto ao seu parecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu asseguro a palavra ao Relator, para, podendo, trazer esses esclarecimentos, porque eu penso que o desejo de toda a categoria, do Brasil inteiro, é ter um ambiente de segurança jurídica e previsibilidade para a atuação lá no âmbito do município. E nós temos, talvez, a oportunidade, com essa medida, com essa lei, de estabelecer, ainda que em linhas gerais em diretrizes, porque se trata, realmente, de um serviço municipal, mas é importante que se tenha essa clareza. Por isso a indagação que fiz ao eminente Relator, que é, dos Senadores, dos colegas que temos, um dos mais preparados para versar matéria dessa natureza.

Senador Efraim, V. Exa. tem a palavra.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Marcos Rogério, Sr. Senador Esperidião Amin, Sr. Senador Jaime Bagattoli e todos os demais que estão participando, são muito pertinentes todas as intervenções que tivemos até o momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu fiquei curioso, viu, Senador Amin? Vamos procurar saber quanto é essa placa de táxi, lá em Manhattan, Nova York, para a gente poder entender o alcance e a envergadura desse bem, que, muitas vezes – e aí eu já faço o *link* com a pergunta do Marcos Rogério –, apesar de ser, em tese, um bem móvel, ele se equipara, às vezes, em custos e valores, a um bem imóvel. Às vezes, é um investimento maior do que uma residência de uma família, por exemplo. Então, é por isso que cercar essa atividade de segurança jurídica e transparência é importantíssimo.

Assim como num bem imóvel, em que você passa a sua vida toda investindo, fazendo reformas, manutenções, você o faz porque aquilo ali é propriedade sua. Então, você tem ali um certo direito sobre aquele bem, que, claro, tem que cumprir uma função social – é o que determina a nossa legislação. Da mesma forma, a placa virou praça de táxi. São investimentos que são feitos ali, durante toda uma vida, e é importante que aquele bem imóvel possa ser comercializado, para viabilizar tantos investimentos que são feitos durante toda a vida no veículo, na manutenção, na qualidade do serviço prestado. Ao final, quem ganha é o consumidor.

Então, Senador Marcos, a sua intervenção está correta.

Para deixar bem claro, o alcance desse direito é dado tanto à questão da herança quanto para a comercialização a terceiros.

E aqui eu trago duas observações importantes, para encerrar. A primeira delas, quanto à herança.

A gente fez questão de pontuar isso no nosso parecer e dar uma ênfase, um protagonismo, porque esse é um dos maiores problemas enfrentados, exatamente quando há o falecimento do taxista, o que, claro, ocorre em diversas oportunidades, por todo o país, e não ficava claro se teria o direito à sucessão, porque havia a previsão do direito à comercialização, mas, no caso de falecimento, não estava claro se esse era um bem que haveria, teria e estaria consignado o direito à sucessão. Então, fica claro, no nosso parecer, que há o direito de comercialização a terceiros, enquanto vivo, mas, após o evento morte, o falecimento do taxista, pode, sim, haver a sucessão.

O segundo ponto deixa claro também que o novo ocupante dessa praça tem, primeiro, de obedecer a critérios que são objetivos e demonstrar preparo e qualificação para dar segmento à atividade. Cria-se um tempo de vacância, no sentido de que aquela atividade não pode ficar ociosa, aquela praça não pode ficar ociosa, ou seja, ele não é um bem inatingível pelo poder público. Se o poder público consegue identificar que há vacância, há ociosidade e que o serviço público não está sendo prestado, cabe o direito ao poder municipal, no caso, conforme a regulamentação que nós estamos propondo, de fazer a avocação dessa praça para poder colocá-la no mercado e aí, sim, oferecer o serviço, porque, no final, o beneficiário é o cidadão usuário.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao eminente Relator, Senador Efraim Filho.

O Senador Esperidião Amin...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Por videoconferência*.) – E sobre...

Perdão, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Por videoconferência*.) – E, sobre a onerosidade, a regulamentação municipal tratará dela.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. o esclarecimento.

Esta matéria sai da Comissão de Infraestrutura e ainda vai para a CCJ, que deve ser o foro específico e adequado para a discussão do aspecto da constitucionalidade. O mérito eu acho que ficou muito claro na apresentação do eminente Relator.

O Senador Esperidião Amin solicita novamente a palavra, até em razão da exposição do Relator, e eu a asseguro nesse momento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu só quero esclarecer que fui me atualizar na questão do preço do medalhão, que é a placa de Nova York.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Amin, V. Exa. vai criar uma concorrência: daqui a pouco, os taxistas vão querer se mudar para Nova York. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Sabe quanto chegou a custar o medalhão, a licença do táxi de Manhattan em 2014? Um milhão e trezentos mil dólares. Agora baixou: com o advento do Uber, do Lyft e de outros, caiu o preço para US$80 mil, e agora ele está entre US$120 mil e US$150 mil. Portanto, eu estava ainda com o número de 2014, que chegava a US$1,3 milhão, porque o número de placas não aumenta, só muda de dono.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – E o táxi tem lá esse peso a que eu me referi.

Portanto, não é mais superior a US$1 milhão; fica entre US$120 mil e US$150 mil.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ainda bem que V. Exa. fez esses esclarecimentos, Senador Amin, porque senão nós iríamos perder uma boa parcela dos nossos taxistas do Brasil, querendo todos ir para Nova York. (*Risos.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Por videoconferência*.) – Falou – viu, Presidente Marcos Rogério? – um grande frequentador aí do *yellow cab*, em Manhattan.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – O Al Capone também frequentava.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Também, também.

Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Indago se há mais algum Senador que queira discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu agradeço ao eminente Relator, agradeço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que comparecem a esta sessão para deliberar esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria, fazendo o registro aqui da presença de diversos presidentes e líderes associativos da categoria dos taxistas do Brasil inteiro, inclusive do meu Estado de Rondônia, que já, na semana passada, conversou comigo, conversou com o Senador Jaime Bagattoli, conversou com o Senador Efraim Filho, como Relator da matéria. E hoje a gente tem aqui a presença de uma boa parcela da representação nacional dos taxistas.

Muito obrigado pela presença de V. Exas.

Antes de colocar em votação, o Senador Chico Rodrigues solicita a palavra.

É sobre a matéria, Senador Chico?

V. Exa. tem a palavra.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discutir.) – Presidente, primeiro, bom dia a todos, a V. Exa. e aos outros colegas Senadores.

Eu estava acompanhando já... Há poucos minutos cheguei e acho que é sempre importante reforçar, até porque já foi divulgado, mas de qualquer forma, a iniciativa do Senador Weverton, que é o autor dessa proposição, desse projeto, e dizer, na verdade, que é muito importante, porque esta Comissão... Inclusive, nesse momento só está sendo realmente transmitida aqui pelo Senado a sessão desta Comissão, para que toda a população brasileira e do Maranhão, especificamente, saiba que o Senador Weverton teve essa iniciativa para debater um tema importantíssimo.

A gente sabe o valor dos taxistas, o que eles representam como prestadores de serviço para a sociedade. Portanto, as discussões... O relatório de forma brilhante, como sempre, do Senador Efraim Filho ficou indiscutível. O Senador Esperidião Amin, que sempre irreverente como é, mas competente como também é, deu uma contribuição enorme para esse projeto, e tenho certeza de que vai facilitar muito o desenvolvimento... E, quando chegar à Comissão de Constituição e Justiça, possa, no mérito, a gente ver realmente se a constitucionalidade, a juridicidade e até a técnica legislativa estão realmente de acordo com o Regimento desta Casa.

Portanto, parabéns a V. Exa. pela condução e, novamente, parabéns ao Senador Efraim e ao Senador Weverton pela brilhante iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto nos termos do substitutivo. (*Palmas.*)

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Muito obrigado aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Efraim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Quero apenas agradecer aos Senadores presentes. A intervenção do Senador Chico Rodrigues ao final me permite, neste momento, fazer o gancho para elogiar a autoria do Senador Weverton Rocha, que além de ser autor da matéria foi além disso, foi um grande articulador. Teve contato comigo enquanto Relator, marcou agendas, abriu portas para que a gente pudesse receber, por exemplo, todos esses representantes de entidades nacionais e locais que estão aí, inclusive da minha querida Paraíba.

Mando um abraço à Paraíba, aos taxistas paraibanos.

Mas, com muita justiça, Presidente, concluo em 30 segundos aqui com uma abordagem que vai, além da abordagem legislativa, para a abordagem social: o porquê da justiça desse projeto. A gente sabe que o advento das novas tecnologias, das plataformas, aplicativos, do Uber e de seus assemelhados, gerou desafios para os taxistas. A gente viu, por exemplo, a fala do Senador Amin com a queda do preço da placa.

Então, para que essa concorrência seja benéfica, inclusive ao usuário, ao consumidor final, é preciso que você cerque também essa atividade de garantias e seguranças jurídicas, porque, diferentemente do aplicativo, que há ali, muitas vezes, uma decisão pessoal do cidadão que presta aquele serviço – sei lá, vai ter dia de aniversário de família, vai ter dia de doença ou atividade profissional do próprio motorista de aplicativo –, às vezes, ele não vai estar disponível para prestar o serviço. Já no táxi não; no táxi, ele tem, inclusive, por lei, uma obrigação da prestação desse serviço público.

Então, é preciso equilibrar essas relações, para que elas consigam concorrer no mesmo espaço. A concorrência é bem-vinda, a concorrência melhora a qualidade do serviço, mas não dá para ter desequilíbrio: de um lado, a informalidade da atividade, e, do outro, as obrigações, apenas os ônus. É preciso também ter o bônus, e esse direito reconhecido da comercialização e da sucessão, acredito que equilibra nessa relação entre as novas tecnologias e o serviço tradicional, a prestação do serviço público de táxi.

Então, meu muito obrigado a todos que nos acompanharam. Um bom dia e um forte abraço.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Efraim Filho, a quem cumprimento pelo relatório apresentado. Também estendo essa saudação ao Senador Weverton Rocha, que foi o autor dessa matéria, em face da decisão do Supremo Tribunal Federal, que julgou inconstitucional esse aspecto que estava presente na lei da mobilidade. Isso acabou criando um limbo de insegurança jurídica, envolvendo toda a categoria dos taxistas no Brasil inteiro; portanto, se faz necessária a aprovação de um projeto de lei pelas Casas do Congresso Nacional, regulando essa matéria. Como já mencionado pelo eminente Relator, as decisões do Supremo Tribunal Federal cumprem os seus efeitos nos termos da decisão e dentro dos limites da decisão, mas, obviamente, essa decisão não impede o legislativo de inovar no ordenamento jurídico para aperfeiçoar a norma e estabelecer caminhos, regulamentos, disciplinando esse que é um serviço público essencial à sociedade brasileira.

Portanto, a matéria é aprovada na Comissão de Infraestrutura e segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça, que apreciará o tema sob a ótica da regimentalidade, da juridicidade e da constitucionalidade do tema. (*Palmas.*)

Muito obrigado aos senhores e às senhoras representantes dos taxistas do Brasil inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltamos ao item 1 da pauta, considerando o quórum que nós temos neste momento.

O item 1, Projeto de Lei 1.086, de 2024. Esse se trata de matéria terminativa; portanto, não havendo nenhum pedido de vista, nós vamos ter que fazer a votação nominal.

Em homenagem ao Senador Cid, que está conectado desde o início, eu vou chamar a relatoria dele neste momento, e aí a gente pode, enquanto os Senadores vão fazendo a votação pelo aplicativo, fazer a leitura e a apreciação do item seguinte, sem prejuízo do andamento dos trabalhos da comissão.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 1086, DE 2024
- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, para estabelecer margem de preferência para os modelos movidos a biocombustíveis ou a hidrogênio nas compras e locações de veículos automotores, bem como para os biocombustíveis e o hidrogênio verde nas compras de combustíveis para o abastecimento de veículos automotores.

Autoria: Senador Fernando Farias (MDB/AL)

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

*1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer *** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE. ****

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

3. Em 20/03/2025, foi apresentada a emenda nº 2, de autoria do Senador Fernando Dueire (MDB/PE).

Concedo a palavra ao eminente Senador Cid Gomes para a leitura do seu relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Senador Presidente Marcos.

Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente, Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Por videoconferência*.) – Bom.

Bom dia, Senador Chico Rodrigues, Senador Esperidião Amin, Senador Efraim, Senador Jaime – são os que vi aqui registrarem presença.

Já foi dito por V. Exa. que este projeto é de iniciativa do Senador Fernando Farias, e, com a permissão de V. Exa. e das Sras. e dos Srs. Senadores, para dar (*Falha no áudio.*) ... à reunião, peço a devida licença para resumir o relatório, uma vez que ele já se encontra publicado.

O projeto em análise visa a estabelecer margem de preferência para os modelos movidos a biocombustíveis ou a hidrogênio nas compras e locações de veículos automotores, bem como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os biocombustíveis e o hidrogênio verde, nas compras de combustíveis para o abastecimento de veículos automotores.

O PL dispõe de quatro artigos.

Na justificação apresentada, o autor do PL, o Senador Fernando Farias, defendeu o objetivo de incentivar o uso dos biocombustíveis, combustível limpo e sustentável, considerando que o Brasil deve aproveitar suas potencialidades na área energética para implementar uma estratégia própria de incentivo à transição energética. Assim, o país deve procurar limpar, de forma célere e eficiente, a sua matriz de transportes. Existe também uma preocupação quanto ao descarte dos materiais utilizados nesse processo, especialmente em relação às baterias que contêm substâncias químicas altamente tóxicas, com potencial para contaminar águas subterrâneas.

Destarte, a justificação da proposição enfatiza o art. 225 da Constituição Federal, que atribui ao poder público o dever de preservar e proteger um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Por fim, destaca a relevância da aplicação da Nova Lei de Licitações como instrumento para garantir o cumprimento dessas obrigações.

Nesse contexto, uma estratégia para a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, segundo argumentado pelo autor da proposição, é o estímulo à substituição da frota de veículos públicos movidos a combustíveis fósseis por aqueles que utilizam biocombustíveis ou hidrogênio verde. Para isso, o projeto de lei propõe a inclusão de dispositivos legais que garantam margem de preferência em licitações voltadas à aquisição ou locação desses veículos. Além disso, sugere a adaptação da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, de 2021, para abranger uma gama maior de bens compatíveis com os princípios da sustentabilidade, incluindo veículos híbridos e movidos a biocombustíveis, por apresentarem maior eficiência no consumo energético.

Passando à análise, Sr. Presidente, sob a ótica constitucional, o PL cumpre os requisitos formais e materiais de constitucionalidade. O PL ainda obedece aos requisitos de juridicidade, que compreende a abstratividade, coercibilidade, generalidade, imperatividade e inovação da ordem legal.

No que tange à técnica legislativa, não foram evidenciados ajustes a serem feitos, e, quanto a aspectos fiscais da matéria, a proposição já foi objeto de análise na Comissão de Assuntos Econômicos, em que não foram identificados impactos relevantes sobre as contas públicas.

Quanto ao mérito, a leitura da justificação do PL nº 1.086, de 2024, não deixa dúvida acerca da relevância de sua aprovação em função da sua pretensão central: promover o uso de combustíveis alternativos aos combustíveis fósseis. O PL apoia-se em ideias de valorização de modelos de transporte menos poluente, alinhados com as pretensões de descarbonização perseguidas por diferentes governos do mundo, inclusive o do Brasil. A política pública de margem de preferência em contratações públicas compreende evidente incentivo ao desenvolvimento de alternativas de transporte que prestigiem substitutos aos hidrocarbonetos como fonte de energia para trazer consistência na defesa essa finalidade.

Considerando, contudo, a diversidade de opções que possam ser usadas para a finalidade almejada pela proposição em análise, é mais conveniente aprovar um projeto de lei que seja mais abrangente, e que as opções escolhidas pela política pública em questão sejam tratadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em ato infralegal, conferindo flexibilidade nesse processo de escolha pública. Nesse sentido, acatamos a Emenda nº 2 desta Comissão, que preserva o espírito do projeto original, expande a aplicabilidade das margens de preferência para bens sustentáveis e mantém a atribuição de definição dos produtos beneficiados na esfera da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS), criada entre outras coisas justamente para esse fim. Isso confere maior agilidade e evita retrocessos na aplicação da política, ao mesmo tempo em que amplia seu impacto, garantindo que a medida entre em operação mais rapidamente do que se fosse incluída na lei.

Apresento ainda, como emenda de Relator, a inclusão de alterações na definição do catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, eliminando rigidezes no texto atual que dificultam a expansão do uso de um instrumento que muito pode contribuir para facilitar e agilizar os processos de contratação, inclusive aqueles ligados à transição energética. A emenda também define que a restrição em contratações de sistemas de tecnologia de informação e comunicação considerados estratégicos possa se aplicar não apenas a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no país produzidos de acordo com o PPB, mas também àqueles produzidos por meio de outros processos definidos em regulamento, ampliando o universo de bens e, especialmente, serviços abrangidos pela política. Nesse sentido, são propostas alterações nos seguintes dispositivos da Lei nº 14.133, de 2021: inciso LI do art. 6º; §1º do art. 19; inciso II e §7º do art. 26; §1º, inciso I, do art. 40; e inciso I do art. 43.

Apesar do nobre objetivo perseguido com a apresentação da Emenda nº 1-CAE, decide-se pela sua rejeição, acatando apenas a Emenda nº 2, da Comissão de Infraestrutura, em favor da apresentação de um substitutivo que aprimore a aplicação do mecanismo de margem de preferência em contratações públicas. A proposta de substitutivo também leva à rejeição do parecer da CAE. Ressalte-se que o substitutivo proposto não viola a adequação orçamentária.

Saliente-se que a matéria tem relevância e se alinha a objetivos de transição energética e melhoria das condições de produção e uso de combustíveis no país.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira, técnica legislativa e regimentalidade do Projeto de Lei nº 1.086, de 2024. No mérito somos pela rejeição da Emenda nº 1-CAE, acatamento da Emenda nº 2, da Comissão de Infraestrutura, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.086, de 2024, na forma do seguinte substitutivo:

> EMENDA Nº – CI (Substitutivo)
> PROJETO DE LEI Nº 1086, DE 2024
> Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, para estabelecer margem de preferência nas aquisições de bens compostáveis ou eficientes no uso de energia, água ou materiais, e de bens e serviços que atendam a critérios de sustentabilidade, e dá outras providências.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Esta Lei estabelece margem de preferência nas aquisições de bens compostáveis ou eficientes no uso de energia, água ou materiais, e de bens e serviços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que atendam a critérios de sustentabilidade, conforme regulamento, e aperfeiçoa a definição do catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras.

Art. 2º A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º .....:

.....

LI – catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras: sistema de gerenciamento centralizado, destinado a permitir a padronização de itens a serem adquiridos pela Administração Pública, via licitação ou contratação direta;

....." (NR)

"Art. 19. .....:

.....

§ 1º O catálogo referido no inciso II do caput poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto ou em contratações diretas e conterá, quando aplicável, as especificações técnicas e de execução dos respectivos objetos, conforme disposto em regulamento.

....." (NR)

"Art. 26. .....:

.....

II – bens reciclados, recicláveis, biodegradáveis, compostáveis ou eficientes no uso de energia, água ou materiais, e bens e serviços que atendam a critérios de sustentabilidade, conforme regulamento.

.....

§ 7º Nas contratações destinadas à implantação, à manutenção e ao aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia de informação e comunicação considerados estratégicos em ato do Poder Executivo federal, a licitação poderá ser restrita a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País produzidos de acordo com o processo produtivo básico de que trata a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, ou conforme disposto em regulamento." (NR)

"Art. 40. .....:

.....

§ 1º .....:

I – especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, sustentabilidade, durabilidade e segurança;

....." (NR)

"Art. 43. .....:

I – parecer técnico sobre o objeto a ser padronizado, contendo os elementos e requisitos técnicos mínimos a serem observados, considerados aspectos relacionados a desempenho, custos operacionais e condições de manutenção e garantia, quando aplicável;

....." (NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era esse, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, nobre Senador Cid Gomes, pelo relatório apresentado.

A matéria está em discussão.

Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Primeiro, quero parabenizar o nobre Senador Fernando Farias, que apresentou este projeto, e o substitutivo do Senador Cid Gomes.

Senador, eu iria pedir vista deste projeto para entender um pouco mais, mas, olhando bem – e aí é uma coisa que eu quero pedir para o Relator e para o autor –, eu entendo que, neste projeto, neste substitutivo, entram bens e serviços como um todo que sejam sustentáveis.

Eu sou Presidente da Associação Brasileira da Reforma de Pneus. E, muito antes de a palavra "sustentabilidade" estar na moda, nós já fazíamos a sustentabilidade. Quando você reforma um pneu, você economiza 54 litros de petróleo. Se você dá duas novas vidas com a mesma vida de um novo, isso é muito importante para o meio ambiente. E nisso eu vinha trabalhando com o Ministério do Meio Ambiente, e eles concluíram e nos deram uma nota dizendo que, pelas razões expostas anteriormente, destacam a importância dos benefícios ambientais do recondicionamento de pneumáticos que promovem a economia circular e contribuem para a redução do consumo de recursos naturais e das emissões.

Quando o Senador Cid Gomes deixa para a regulamentação, eu entendo, Senador Fernando Farias, que a reforma de pneus entra podendo ser regulamentada, e regulamentada com critérios, dizendo que uma empresa tem que estar estabelecida há pelo menos cinco anos, ter Inmetro, ter todos os pré-requisitos que realmente se exigem de uma empresa dessa, porque hoje é feita com muita tecnologia uma reforma de pneus.

Era isso. Eu acho que o projeto é muito meritório e eu entendo que ele deva seguir e ser terminativo, sim, Fernando Farias.

Parabéns pelo relatório, Senador Cid Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senadora Margareth Buzetti.

A matéria continua em discussão.

Eu faria apenas uma indagação. E aí, como o autor da matéria está aqui, e é por todos nós respeitado, essa matéria tramita de forma terminativa. Ela conclui aqui, na Comissão de Infraestrutura e, não havendo recurso ao Plenário, vai direto à Câmara dos Deputados – não passa pelo Plenário.

A pergunta, em relação a esse tema... Essa questão da transição energética é um tema sensível no Parlamento, a Senadora Margareth Buzetti começou a fazer ali algumas ponderações e aí a gente fica aqui com os questionamentos. Esse modelo, Senador, tem impacto no setor de transporte de forma muito direta. O impacto disso é no sentido de redução de custo ou de aumento de custo? Ou apenas o aspecto da sustentabilidade é que motiva o projeto?

Eu estou perguntando porque a gente está num momento em que o mundo está discutindo isso. A gente tem uma opção pela transição energética, de menor impacto, mas tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupação hoje que é com relação também ao custo dos serviços que está embutido em tudo isso.

Eu indago a V. Exa. em relação a essa questão do impacto, que é um ponto de preocupação.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para discutir.) – Tá. É isso aí.

Obrigado pela oportunidade, Presidente, mas eu vou resumir isso num caso aqui, nosso, do Senado.

Falar da sustentabilidade do projeto – o etanol e o combustível, essas coisas –, isso aí já é muito conhecido de todo mundo, mas um caso aqui: nossos carros são a gasolina. Hoje, a gasolina está mais cara do que o álcool no relativo dos 70, 75%. Então, hoje a gente está pagando mais caro por isso. É um item que talvez responda a isso aí. Além da sustentabilidade, tem essa parte de custo.

Na parte de pneus, mesma coisa. Quer dizer, você pode incentivar a renovação de pneu.

Lógico que, numa licitação, vai fazer o relativo, isso... Então, dá uma margem de preferência para fazer o processo baseado na sustentabilidade.

Então, o projeto é mais ou menos nesse sentido, dois exemplos assim...

Fui claro?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Senador, só...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Só para contribuir.

No caso da reforma de pneus: quando você reforma um pneu, ele custa 30%, no máximo 35% de um pneu novo, e ele tem a mesma vida útil, e isso já existe em países europeus, onde os governos dão preferência, nas suas autarquias, nas suas instituições, para o pneu reformado na lei de licitação. Então, reduz o custo drasticamente, sim, e é muito mais sustentável do que um pneu novo. E com segurança. Não existe o quesito insegurança na reforma de pneus.

Quando a palavra "sustentabilidade" não tinha nem existia, a reforma de pneus já existia, e hoje ela tem uma tecnologia superavançada. Então, ela reduz custo. E drasticamente. E quando eu vejo que são bens e serviços "que incentivem a sustentabilidade", a reforma de pneus se encaixa perfeitamente nesse artigo.

E assim, Senador, tem que ser na regulamentação. Acho que o Cid Gomes foi muito feliz, porque a regulamentação é que tem que dizer como será, como será feito isso, quais as empresas que poderão participar e quais os pré-requisitos para regulamentar.

Eu entendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu agradeço a V. Exa.

Não raras vezes... E eu fiz a indagação ao autor justamente porque o Parlamento é mestre em aprovar matérias que, às vezes, a plástica, o envelopamento da ideia é muito elegante, é muito bonito, é muito bem construído, mas que o resultado efetivo, lá na ponta, é de maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impacto para o consumidor. E nem sempre – nem sempre – aquilo que se pretendeu como matéria condutora do argumento principal, que é a questão da sustentabilidade, se verifica no final.

Eu já dei exemplo, aqui na Comissão, no caso do setor elétrico brasileiro, em que nós optamos por um modelo de geração de energia a partir das estruturantes, no chamado modelo fio d'água, mas, quando você vai verificar as variáveis dessa fonte estruturante, vai ver que o resultado é mais danoso, porque o modelo estruturante se torna intermitente. É o caso de Belo Monte, por exemplo. Você tem um empreendimento, que é uma das obras de engenharia mais reconhecidas no mundo, mas que o resultado efetivo dela é uma geração intermitente. Ela gera menos da metade do que foi projetada para gerar, porque não tem tanque, não tem reservatório, não tem bateria. A água, nesse caso, seria a bateria do sistema de geração, e ela não tem. Aí, para compensar a energia não gerada em razão do modelo estabelecido, você tem que fazer o acionamento das térmicas Brasil afora, que têm muito mais impacto ambiental e muito maior custo para o consumidor, ou seja, o que envelopou, o que embalou a ideia da fonte estruturante com fio d'água foi a questão ambiental. Primeiro, o resultado efetivo veio com uma fonte intermitente, porque nós temos uma janela de chuva no Brasil que é temporária, depois vem a seca e você não gera o que está projetado; e, segundo, o custo da energia que você vai ter que acionar na sequência para suprir a deficiência da energia não gerada naquela estruturante é da térmica, que tem custo muito mais alto.

Então, por isto é que eu levantei a questão: é apenas para a gente colocar no radar esses aspectos. Reconheço a iniciativa do Senador que trouxe essa ideia, Senador Fernando Farias, com o voto do Senador Cid, que faz aí um endereçamento para o campo da regulamentação, que eu acho que é importante também. Eu agradeço as contribuições.

O Senador autor Fernando Farias solicita a palavra, que asseguro neste momento.

Se o Senador Cid também quiser acrescentar algo, a palavra estará franqueada.

Na sequência, nós vamos à votação.

Pois não, Senador.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – É só para mais um esclarecimento, numa coisa prática. Não é tão complexo assim como o setor elétrico, que precisa de um bocado de reparo aí, né?

Mas vamos dizer que haja uma licitação do Governo para comprar um carro, e ele não compre um carro flex – o Governo, que tem uma demanda muito grande. Então, ele vai perder, por causa de um preço um pouco maior que não flexibilizou porque ele é flex, durante anos, uma competitividade no combustível, que pode ser qualquer combustível, pode ser a gasolina também que tem 30% de álcool e pode ser o etanol. Então, ele perde durante a cadeia toda porque, numa licitação, não foi sorteado. Foi sorteado, não; foi contemplado com um preço maior no carro flex. É só um exemplo prático assim desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Fernando.

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Senador Cid Gomes, Relator, Fernando Farias e dizer à Senadora Margareth que ela foi feliz em falar da sustentabilidade. Quando se fala em recape de pneu, todo mundo sabe que o custo gira em torno de 25% a 32% sobre o valor da carcaça de um pneu novo. Então, quando você tem duas recapagens, praticamente, quase aumenta, não vou dizer duas vezes, mas em torno de 150% a durabilidade do pneu, é menos poluição, menos pneu descartável na atmosfera, tudo.

Agora, quando falamos em geração de energia sustentável, nós sabemos, como V. Exa. falou, Presidente, Senador Marcos Rogério, e foi feliz na sua colocação, que essas hidrelétricas que foram feitas a fio d'água poderiam gerar três vezes mais a capacidade, ou quatro até, se tivessem sido feitas com reservatório. Infelizmente, por exemplo, Belo Monte e as duas nossas lá em Rondônia, Jirau e Santo Antônio, estão na mesma a situação: são usinas hidrelétricas geradas a fio d'água que, com 42 turbinas, quando chega o período forte das águas, geram com três ou quatro turbinas só. Então, quer dizer, estão gerando 10% da capacidade. E aí entra a energia a combustível, os motores. Então, é isso que nós precisamos entender, devemos ver isso. E eu quero que a população brasileira entenda: eu conheço o sistema de biocombustível, do etanol, do biodiesel, mas eu quero que as pessoas entendam que o biodiesel é mais caro do que o óleo diesel, ele é bem mais caro. Tem horas que ele custa praticamente 50%, 60% mais caro do que o óleo diesel. E esse valor tem que ser compensado na hora em que ele entra na conta junto com o diesel.

Então, a gente sabe da nossa responsabilidade. O Brasil é o país que tem mais biocombustível, que mais usa biocombustível, acho, no mundo. E nós sabemos que é grande a preocupação, eu sei, que V. Exa. colocou sobre os automóveis que são a etanol e sobre o automóvel a gasolina, e nós sabemos que o povo brasileiro, todos nós fazemos um custo na hora: se o etanol custa 35%, acima de 32%, ele passa a ser viável contra a gasolina e, quando o petróleo baixa muito de preço, nós temos um custo interno que muitas vezes não conseguimos baixar. Mas é plausível e eu acho que isso tem que ser regulamentado, mas de uma forma assim bem concreta, de uma forma que não prejudique, de uma forma que não cause nenhum custo mais ao povo brasileiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

O Senador Cid solicitou a palavra remotamente e eu asseguro a palavra ao Relator.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, V. Exa. levantou uma questão que realmente requer, merece uma discussão mais aprofundada. Essa discussão, à época, sobre construir grandes lagos ou lagos menores para que se invadam menos terras, menos áreas, menos florestas é uma discussão realmente que merece ser feita com muita profundidade, mas isso não é algo que se possa comparar com essa matéria que está sendo objeto da nossa discussão, o projeto de lei do Senador Fernando Farias. O que nós estamos tratando aqui é de uma faculdade, não é de uma obrigação.

É permitir a órgãos públicos, após a regulamentação federal, por uma comissão que está prevista em lei para tratar dessa questão... É permitir que a União, as suas autarquias, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados, as suas autarquias, as suas empresas públicas e os municípios possam fazer uma preferência. Isso vai obedecer naturalmente a critérios, à definição de critérios e, penso eu, também ao compromisso que cada um tenha. Isso passa a ser política... Um Prefeito que se eleja defendendo a sustentabilidade, defendendo que o município possa até gastar um pouco mais para que os carros que rodem na cidade não sejam poluentes... Isso é uma discussão política, não dá pra gente fazer aqui, mas... Também não quero prolongar essa discussão, o que quero deixar claro é que isso é uma faculdade, isso não é uma obrigatoriedade. A lei permite – esta lei é uma alteração na nossa nova Lei de Licitações – que sejam feitos diferenciais de preço a mais, obviamente, desde que as compras, os bens, os serviços atentem e cumpram os princípios de sustentabilidade, de proteção do meio ambiente, de compostabilidade... Enfim, há uma série de questões que são citadas aí. Isso é para que a gente não dê margem a ninguém achar que nós estamos com esta lei encarecendo ou obrigando que o consumidor ou o contribuinte pague mais pela gestão ou pela manutenção da sua máquina pública.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao eminente Relator, o Senador Cid Gomes, pelo relatório e também pelos esclarecimentos que traz.

Cumprimento o autor da matéria pela iniciativa.

E se traz um dado sobre que, até bem pouco tempo atrás, não se refletia tanto: o preço dos combustíveis no Brasil e essa inversão até em relação ao próprio óleo diesel, que chegou a custar mais do que a gasolina no Brasil. Então, realmente é uma inversão. E há esse aspecto da facultatividade trazido pelo Senador Cid Gomes.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, submeto-a à votação.

Eu informo ao Plenário que a votação será feita pelo sistema nominal por se tratar de matéria terminativa, com tramitação terminativa. Portanto, os Srs. Senadores e Senadoras já podem votar pelo sistema.

A matéria está em votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Enquanto os Senadores vão votando pelo aplicativo, eu vou anunciar o item 3, conforme já tinha antecipado, chamando o Senador Esperidião Amin para a leitura do relatório.

Enquanto apresenta o seu relatório, Senador Esperidião Amin, nós vamos seguir com a votação do item 1, que é de votação nominal.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Eu tive uma conversa, há pouco, com o Senador Esperidião Amin, e não sei se ele vai ler o relatório ou não, mas a gente fez um acordo. Eu vou pedir vista do projeto, não por nada, mas para a gente entender um pouco melhor essa situação da questão das passagens, porque... Presidente, você sabe o que aconteceu, você tem acompanhado o que aconteceu naquela situação dos *vouchers*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve uma situação pelo Brasil afora – nada contra os advogados – de venda de *vouchers*. Nós precisamos que isso seja debatido com muita cautela, com muita certeza do que se vai fazer, até porque você sabe que o Brasil é feito de espertalhões, e aí muita gente vai comprar passagem antecipada para depois poder negociar lá na frente. Como é que vai regulamentar isso, para que isso não aconteça lá na frente, entende?

Eu acho plausível isso de a gente poder transferir a passagem, mas de que forma? Como é que vai fazer? Nós precisamos entender que isso não pode se tornar uma forma de negociação de pessoas, de comércio, porque aí, daqui a pouco, vai acabar... Nós já estamos com dificuldade também nas empresas aéreas e talvez daqui a pouco nós possamos ter mais problemas ainda.

Nós também precisamos defender o consumidor, sim! Precisamos defender o consumidor e precisamos entender que nós precisamos dar a garantia de que não vai haver abusos nisso lá na frente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 4223, DE 2024
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir gratuidade na correção do nome do passageiro e na transferência de passagem aérea, bem como direito ao cancelamento de passagem por motivo de força maior.

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao eminente Relator, Senador Esperidião Amin, para a leitura do relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Saudação, Presidente. Saúdo a todos os nossos Senadores e Senadoras aqui presentes.

Efetivamente, como V. Exa. já descreveu, trata-se de um projeto de autoria da Senadora Paula Lobato, que (*Falha no áudio.*) ... esclarecer direitos do passageiro, do usuário do voo, atualizando, para isso, o Código Brasileiro de Aeronáutica.

O projeto tem dois artigos. O art. 1º acrescenta três novos dispositivos à redação do Código Brasileiro de Aeronáutica: respectivamente, o art. 227-A prevê a correção gratuita de erro na identificação do passageiro; o art. 227-B prevê a transferência gratuita de passagem entre os consumidores.

Por sua vez, o art. 229-A prevê que o não comparecimento a uma das pernas de voo não autoriza o transportador a cancelar a reserva nas pernas ou nos voos subsequentes. Por fim, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto ainda altera o art. 229 para prever o direito ao cancelamento de passagens por motivo de força maior.

O art. 2º veicula a cláusula de vigência, que estabelece *vacatio legis,* ou seja, um prazo para entrada em vigor, de 90 dias.

Na justificação, a autora argumenta que o mercado brasileiro de transporte aéreo é excessivamente concentrado, o que justificaria – e a meu ver procede a justificativa – projeto de sua autoria. Isso fragiliza a posição do consumidor e permite, propicia práticas abusivas, como a cobrança por erros formais ou a imposição de restrições injustificadas ao uso das passagens. Aponta ainda que as normas atuais não (*Falha no áudio.*)... situações de força maior que justifiquem o cancelamento da viagem, expondo o passageiro a perdas injustas (*Falha no áudio.*)... de fatos sobre os quais não tem controle. Diante da rigidez das regras vigentes e da assimetria nas relações de consumo, a autora sustenta que é papel do Estado intervir para garantir maior equilíbrio na relação entre passageiro e a companhia aérea.

O projeto foi recebido em Plenário em 11 de novembro de 2024 e despachado à Comissão em 25 de novembro de 2024. Em seguida, seguirá para a análise da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, aí sim, em caráter terminativo. Não foram recebidas emendas.

Nós concordamos com a iniciativa de estabelecer legalmente a vedação da cobrança por qualquer alteração relacionada à mudança dos nomes dos passageiros. Erros escusáveis do consumidor não podem ser tratados como oportunidade de lucro pelas companhias. Igualmente, concordamos com a proposta de se vedar o cancelamento dos voos subsequentes em razão do não comparecimento em um voo anterior, como já mencionei. Cancelar a viagem de retorno quando o passageiro já perdeu um voo por atraso, por exemplo, agrava injustamente o prejuízo já sofrido.

Por outro lado, vemos com reservas medidas que estabeleçam barreiras de entrada a novas empresas no mercado. Entendemos que qualquer gratuidade estabelecida por lei é paliativa: as empresas sempre podem compensá-la aumentando ainda mais o preço das passagens. A única forma de se ter uma diminuição sustentável nos preços é estimular a concorrência. Se são três as companhias aéreas de porte no Brasil, se pode questionar se, na verdades, não são apenas duas em função de anúncio, às vezes desmentidos, de associação.

Assim, acreditamos que interferir na precificação de passagens pelas empresas por meio da possibilidade de transferência de passagens entre os consumidores, ou oferecer um direito universal de cancelamento (*Falha no áudio.*)... alterações que devem ser vistas com cuidado, como já disse o Bagattoli. Isso porque poderiam configurar novas barreiras de entrada ao mercado nacional e tendem a reduzir a atratividade do mercado brasileiro para possíveis empresas ingressantes.

Nenhuma dessas duas medidas é aplicada em países como os Estados Unidos e os integrantes da União Europeia, onde os preços das passagens são mais baratos que os brasileiros para distâncias e antecedências comparáveis. Assim, a adoção dessas medidas deixaria o Brasil em descompasso com práticas regulatórias dos principais mercados mundiais de aviação comercial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, essas novas regras poderiam ampliar o controle das três empresas atuantes no mercado nacional e lhes garantiriam a prerrogativa de aumentar seus preços sem a ameaça de que empresas estrangeiras de menor custo lhes fizessem concorrência. Além disso, o direito à transferência de passagens poderia criar um mercado secundário, como foi advertido aqui pelo Senador Bagattoli, pela compra de bilhetes mais baratos.

Diante desse cenário, estamos propondo um substitutivo de forma a incorporar a obrigatoriedade de oferecimento de uma classe de passagens com direito a transferência, bem como a vedação ao cancelamento da passagem após o não comparecimento em trecho anterior. Além disso, mantemos a proposta de se prever legalmente a gratuidade da correção da identificação do passageiro. Muitas vezes são homônimos, às vezes, até dentro da mesma família, o que não lhe tira o direito de ser um indivíduo e de se identificar. Entendemos que, dessa forma, aumentaremos a proteção ao consumidor sem erguer novas barreiras de entrada ao mercado aéreo nacional.

Diante do acima exposto, o nosso voto é pela aprovação do PL nº 4.223, de 2024, na forma do substitutivo que apresentamos.

O substitutivo, basicamente, modifica o art. 1º, dizendo:

> "Art. 1º A Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 [...], passa a vigorar com as seguintes alterações:
> Art. 227-A. O erro no preenchimento do nome, sobrenome ou agnome [para quem não tem obrigação de saber, agnome seria a distinção entre homônimos da mesma família, ou seja, pessoas com prenome, sobrenome, nome de família iguais precisam de um distintivo, que atenderia pelo epíteto, pela expressão de agnome] do passageiro deverá ser corrigido pelo transportador sem ônus ao passageiro.
> §1º Caberá ao passageiro solicitar a correção até o momento do *check-in*.
> §2º No caso de voo internacional que envolva operadores diferentes, os custos da correção podem ser repassados ao passageiro.
> §3º Não se aplica o disposto no §2º deste artigo aos casos em que o erro decorrer de fato imputado ao transportador.
> §4º O disposto neste artigo não altera a intransferibilidade do bilhete de passagem, observado o disposto no art. 227-B.", [que se segue].
> "Art. 227-B. O bilhete de passagem poderá ser comercializado como pessoal e intransferível ou com opção de transferibilidade.
> Parágrafo único. O transportador deverá comercializar, para todos os voos, pelo menos uma classe de bilhetes com opção de transferibilidade."
> "Art. 229-A. Caso o passageiro não utilize o trecho inicial nas passagens do tipo ida e volta, o transportador não poderá cancelar o trecho de volta sem o consentimento do passageiro."
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

É o relatório, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin, pelo voto apresentado.

O Senador Jaime Bagattoli já havia anunciado que anteciparia o pedido de vista. Eu tive o cuidado de ler o projeto nas duas versões: o texto apresentado pela Senadora Ana Paula Lobato, bem como o texto apresentado pelo Senador Esperidião Amin.

Como a matéria terá pedido de vista, Senador Amin, seria apenas para colocar sob a análise de V. Exa. dois aspectos: primeiro, a Senadora Ana Paula Lobato cria, no art. 227-B, no parágrafo único, a hipótese do regulamento em relação aos efeitos dessa norma criada. No substitutivo, V. Exa. afasta o regulamento, deixando a lei como pronta e acabada, sem qualquer margem para esse aspecto e cria... no substitutivo, V. Exa. afasta a preocupação que o Senador Jaime Bagattoli lançou no início da sua intervenção, que foi a questão da possibilidade de transferência como comércio.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – A classe, a classe de passagem com transferibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso. V. Exa. cria um modelo alternativo. V. Exa. cria uma opção comercial, porque o projeto da Senadora Ana Paula Lobato foi: "olha, eu comprei a passagem, se eu não puder viajar, eu posso transferir essa passagem para um terceiro".

V. Exa. veio com uma construção que atende o ideal da autora, mas de uma forma a prestigiar, no caso aqui, o operador no momento da venda, no momento da comercialização: "Olha, essa passagem vai ser comercializada para uso pessoal e intransferível ou, por opção do consumidor, se vai comprar uma passagem em que ele possa transferir na sequência. Portanto, esse ponto que V. Exa. trouxe no relatório supre a preocupação do Senador Jaime Bagattoli. Não sei se a da autora, mas a do Senador Jaime Bagattoli eu entendo que supre.

Agora, eu faria uma ponderação a V. Exa. – e estou fazendo essas ponderações para verificar se o Senador Jaime Bagattoli pretende manter o pedido de vista ou não – no seguinte aspecto: eu entendo que a abordagem dada por V. Exa. atende a preocupação das companhias aéreas. Agora, do ponto de vista do consumidor, no caso de um consumidor que comprou a passagem e não vai poder fazer aquela viagem, mas se ele quiser fazer essa transferência para um familiar, eu entendo que seria uma hipótese a ser tratada de forma distinta, de forma diferente do que a daquele usuário que queira vender para um terceiro, que queira transferir para um terceiro, e, aí sim, podendo operar o que aconteceu com os *vouchers* tempos atrás, que geraram as polêmicas todas, as ações judiciais Brasil afora, porque virou um comércio paralelo. E aí eu concordo com a preocupação de V. Exa., concordo com a preocupação do Senador Jaime Bagattoli também com relação a esse aspecto.

Mas apenas a título de reflexão de V. Exa., no caso – e me perdoe a indelicadeza de, na condição de Presidente, estar fazendo aqui essa intervenção com esse nível de sugestão – do familiar, o titular comprou a passagem, não vai fazer a viagem e pretende fazer a transferência a um familiar.

Não seria o caso de a lei, nesse aspecto... Porque aí não se trata de comércio com fins de se auferir lucro, ganho com relação a essa compra antecipada. Nesse aspecto, a minha visão é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que talvez seria o caso de se ter a permissão para a transferência, independentemente da onerosidade ou não no critério de venda.

Apenas para reflexão de V. Exa..

Mas eu vou assegurar a palavra ao Senador Jaime para manter ou não o seu pedido de vista e a V. Exa., caso queira complementar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Mas, antes disso...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Antes disso, Presidente, eu vou lhe fazer um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Escreva, por favor, a sua emenda, digamos. Sabe por quê?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Parente até que grau? Que parente? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, esse é um aspecto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Agregado? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E tem um outro aspecto que V. Exa. colocou aqui que, já que V. Exa. me fez uma provocação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Agregado?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... e, havendo o pedido de vista do Senador Bagattoli...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – E a preocupação, se o senhor me permite... A preocupação do Senador Jaime Bagattoli é de que surja uma compra de um pacote...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... e o intermediário depois venda isso com... Ou seja, é mais ou menos como comprar o bilhete do Maracanã em dia de fla-flu e ficar lá...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aí o cambista...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... o ingresso. É o cambista.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exatamente. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Então, eu achei a sua sugestão muito palatável, muito correta, quer dizer, pelo menos um nível de família. Agora, eu não sei... Família de qual grau? Qual o grau de familiaridade?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu aceito a sua sugestão devidamente delimitada, com a maior boa vontade possível.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu agradeço a V. Exa. a preocupação. Eu não havia imaginado aqui o nível de parentesco, mas aí teríamos que considerar o critério do Código Civil, talvez até de terceiro grau.

Mas aí, havendo a manutenção...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Aguardo a sua sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Farei a sugestão oportunamente a V. Exa..

E eu colocaria um outro aspecto também para reflexão com relação à questão do força maior. Eu acho que nós vamos ter que criar um mecanismo objetivo também em relação ao que é força maior, porque no direito civil o critério definidor do força maior é muito questionável. Se você... E aí, assim, quando você olha para o setor... Em vários setores você tem o argumento do força maior, o setor elétrico é um deles e é uma polêmica interminável. Ninguém sabe dizer claramente, definir claramente o que seria o força maior.

Esse caso também talvez mereça aqui uma atenção.

Mas eu vou assegurar a palavra ao Senador Jaime Bagattoli, com o pedido de vista que ele já fez. Isso vai nos dar a oportunidade de fazer as sugestões a V. Exa. – e caso V. Exa. as entenda pertinentes – para o acolhimento de eventual emenda.

Mas a ponderação que eu tinha no sentido de aperfeiçoar seria nesse particular em relação ao familiar. Eu acho que esse é um ponto em que a gente poderia, de repente, avançar e aí, em diálogos com as companhias.

Eu concordo com a preocupação do Senador Jaime Bagattoli. Deixar isso, realmente, aberto para uma espécie de comércio paralelo é um risco que vai acabar gerando mais custos para os demais consumidores, porque as companhias não ficam no vermelho. Elas sempre terceirizam o prejuízo que têm para os demais consumidores.

Então, a solução que V. Exa. trouxe aqui foi criar, no modelo de venda, as duas hipóteses: a venda pessoal e intransferível ou a venda com transferibilidade. Eu acrescentaria – e aí sugestão que vou fazer em emenda – no caso do familiar, talvez definindo o alcance.

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Quero parabenizar o nosso decano Senador Amin, meu conterrâneo lá de Santa Catarina; apesar de eu estar em Rondônia, sou catarinense, de lá. Quero dizer para você, Senador Amin, que ameniza bastante a situação, mas nós temos que, mesmo assim, ter muita cautela sobre essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já quero deixar aqui ao Presidente, Senador Marcos Rogério, que eu mantenho vista, mas que isso volte em pauta já logo após o recesso, na primeira ou no máximo na segunda semana de agosto, para nós já definirmos isso aqui. Eu só quero discutir também com o Senador Amin, Relator, a situação da possibilidade, Marcos Rogério: muitas vezes, a pessoa comprou uma passagem e, por algum motivo, um problema familiar ou qualquer motivo que teve, ela não pode viajar. Então, desde que ela antecipasse à empresa aérea, com dois ou três dias de antecedência, depois que ela pudesse remarcar, com 20, 30 dias – colocar um prazo –, mas sem nenhum custo. Isso aí ajudaria muito o consumidor também, porque há causas que acontecem são, às vezes, imprevisíveis, e a pessoa não pode viajar e, muitas vezes, é penalizada mesmo tendo condições de avisar antes que não poderia viajar.

Quero deixar claro que nós temos que debater isso e que volte à pauta logo na primeira semana, ou na segunda semana, no máximo, de agosto, após o recesso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Concordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – O pedido de vista é regimental. No caso, o Senador Bagattoli ainda está cometendo a delicadeza de justificar. Na minha opinião, força maior, no caso, é autodeclaratório. Ninguém vai pedir um atestado médico, ou um atestado da polícia, ou da sogra para justificar o pedido de força maior. Na minha visão, ele é autodeclaratório.

E essa questão do prazo eu vou estudar, vou submeter – como sempre faço – o meu texto, no caso, à autora. Sempre procuro respeitar o interesse que eu estou procurando interpretar e coadunar com o mosaico da nossa legislação, mas acho que o pedido de vista será saudável e tenho certeza de que a Senadora Ana Paula Lobato será prestigiada com eventuais alterações que sejam aqui colocadas e eu vou (*Falha no áudio.*)...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, nobre Senador Esperidião Amin.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Senador, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Como sempre, cuidadoso, cauteloso nas relatorias que apresenta, fazendo aqui o sopesamento das razões da autora, que tem justa causa e boa motivação para a apresentação de uma matéria realmente inovadora. Enfim, todos nós somos demandados por esse tipo de abordagem, mas o Relator traz um relatório pela aprovação com as cautelas que são pertinentes, que são apropriadas para o setor, para não criar, repito, um mercado paralelo.

Porque, no passado, se tivessem feito talvez, no caso dos *vouchers*, adotado o mesmo critério que se busca adotar nesse projeto, não teríamos tido o problema, que ficou conhecido no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil inteiro, com os *vouchers*, com comercialização, criando... Lá, no caso de Rondônia, a companhia que opera lá alega – todas as vezes em que nós fizemos reuniões com a companhia, ela alegava – que, com um bom percentual dos passageiros no voo, a empresa não estava recebendo nada naquele momento, porque era tudo *voucher*. Tudo bem que o *voucher* é um título que a empresa cedeu em razão de um acordo judicial que foi feito, ou seja, ela é devedora daquilo, mas, naquele caso, houve a comercialização em paralelo do *voucher* para um terceiro, alguém passou a concorrer com a companhia na venda, na comercialização de passagens. Se você tivesse um elemento de intransferibilidade, com o *voucher* sendo pessoal, intransferível ou podendo... Talvez aqui seja o caso até – não sei se caberia, apenas à guisa de debate ao Senador Amin – de colocar no projeto já a previsão em relação a isto: o *voucher* pode ser usado pelo titular ou haver a transferência para alguém da família. Talvez seja um avanço até a mais em cima daquilo que as companhias hoje já verificam como problema. Eu até cheguei a sugerir isso ao regulador, pois acho que a própria agência deveria ter regulado isso, não regulou, deixou passar *in albis*, e isso se transformou num problema para o Brasil inteiro.

Fica concedido o pedido de vista ao Senador Jaime Bagattoli, mas a Senadora Margareth Buzetti solicita a palavra, o que eu lhe asseguro neste momento.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

É só complementando o que o Senador Jaime Bagattoli falou, Senador Amin.

Nessa questão de quando você precisar remarcar uma passagem – como nós aqui Parlamentares, quando você compra a passagem com bastante antecedência, mas surge outro evento em que você é obrigado a comparecer –, é um preço exorbitante que você tem que pagar. Eu já tive uma agência que fazia os serviços aqui para o Senado e tive que mudar, porque, quando eu menos esperei, eu estava no Serasa, Senador Jaime. Eu falei: "Uai, mas por que eu estou no Serasa?!". Compra de passagem! A agência que fazia o serviço aqui não pagou as passagens que ela comprou, e eu estava no Serasa. Inclusive, eu tinha comprado passagem, o que eu não sabia, para o Senador Flávio Arns. Olhem a confusão que isso pode gerar quando você tem uma agência que não é séria e que não faz o serviço como deveria ser feito. Ela estava usando a compra de passagens antecipadas para fazer caixa – uma agência, uma agência aqui. Eu fui para o Serasa, eles tiveram que retirar meu nome. Está correndo um processo, que eu não vou retirar – eu não retiro o processo –, por causa disso. Então, eu hoje faço as compras das passagens, porque eu fiquei com o pé atrás. Eu sei a agência que faz, eu verifico tudo, porque é um problema – é um problema! Eu nunca tinha ido para o Serasa e fui. Enfim, agora, eu estou fora, mas foi uma agência que prestava serviço para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

É só para complementar.

Acho que aqui deve ter alguém representando as companhias aéreas. Eu quero dizer a vocês que uma coisa que eu faço, e pouca gente faz quando entra num voo, Senador Marcos Rogério: eu vou contar os bancos vazios. Eu faço isso em todo voo, eu embarco num voo e eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou contar os bancos vazios. Eu já vim lá de Vilhena, já vim de Ji-Paraná com 25, 30 bancos vazios. Aí eu me pergunto, eu faço o seguinte, eu sou empresário, eu me faço a seguinte pergunta: "Poxa vida...". Claro, é um grande benefício a quem compra a passagem antecipada, Senador Marcos Rogério, Presidente. Tem que dar o benefício, é lógico que quem vai comprar a passagem em cima da hora tem que pagar um pouco mais caro, mas não três vezes mais o valor da passagem.

Eu quero dizer às empresas aéreas que, se eu sou proprietário dessa empresa, se eu fosse acionista dessa empresa, eu já teria discutido essa situação: cobram-se 25%, 30% mais caro, mas não um exagero, um absurdo. Chega a se querer cobrar três vezes mais, e aí a pessoa vai de ônibus. Eu não consigo entender qual a mentalidade, porque antigamente, quando nós éramos empresários, tocávamos com o caderno espiral, tínhamos que escrever tudo e ter quatro, cinco, seis cadernos espirais, era diferente. Hoje está tudo no sistema, sabe-se como é que está, as pessoas que vão embarcar. Aí eu fico tão indignado! Eu vou contar aqueles bancos e eu vejo 30 bancos fechados, vazios. Por que isso que acontece nas empresas? Eu tenho questionado isso na Gol, na Azul e na Latam.

Então, esse é um questionamento muito importante, e isso poderia dar uma rentabilidade também para as empresas aéreas. Não sei por que não fazem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao Senador Jaime Bagattoli.

Portanto, fica concedida vista da matéria, que volta à pauta na primeira sessão subsequente a esta.

O item 2, que nós submetemos à votação nominal... Aliás, quanto ao item 1, que nós submetemos à votação nominal, nós já temos o quórum deliberativo alcançado, portanto, não havendo mais quem queira exercer o direito de voto, fica encerrada a votação.

Vamos ao resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Foram 13 votos SIM; 2 votos contrários.

Nenhuma abstenção.

Portanto, está aprovado o relatório apresentado, com nossos cumprimentos ao eminente Relator da matéria e ao autor, que permanece nesta Comissão, pela iniciativa. Parabéns a V. Exa.

V. Exa. tem a palavra para as considerações.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Quero agradecer aqui a relatoria do nosso Cid e dizer que foi muito importante, engrandeceu muito, por ser ele, e também ao Fernando Dueire, que fez a relatoria na CAE. Então, agradeço aos dois Relatores nas duas Comissões.

Obrigado, Cid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Fernando Farias, pela sugestão da matéria, e Senador Cid Gomes, pelo relatório apresentado.

Portanto, o relatório está aprovado. Como se trata de matéria terminativa, ela segue... (*Pausa.*)

Como se trata de matéria com tramitação terminativa, ela tem turno suplementar e estará na pauta da primeira sessão subsequente para a segunda votação regimental.

Item 4.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 59, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a inclusão do Senhor Carlos Evangelista, Presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída — ABGD, na audiência pública objeto do REQ 48/2025 - CI.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

O requerimento é de autoria do Senador Irajá, que não está presente.

Eu vou submeter à apreciação e vou subscrever o relatório, embora eu já tenha dito anteriormente que nós vamos fazer essa audiência pública e que já estamos com mais de 12 nomes para essa audiência. No final, esta Presidência vai ter que fazer, conforme foi anunciado à Comissão no início, uma identificação dos nomes com maior pertinência em relação ao debate e fazer um debate, ou então, vamos ter que dividir em três, quatro debates, porque é impossível fazer uma audiência pública com 15 nomes para se debater com a profundidade que o tema exige.

Mas, em respeito ao requerimento do Senador Irajá... E eu estou dizendo em respeito, porque, no caso dos requerimentos de inclusão de nomes em audiência pública, o comando regimental é que o autor tem que estar presente, né? Por isso é que eu estou dizendo que vou fazer a votação mesmo não estando presente aqui o Senador Irajá. Fica, portanto, subscrito por mim o requerimento do eminente Senador.

Eu tenho também o item 5, que também é um requerimento.

Vamos fazer a leitura de todos os requerimentos para a votação em conjunto.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 61, DE 2025
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa a cerca de 10 km da área urbana do município de Vilhena, no estado de Rondônia, com o objetivo de apurar as causas da paralisação das obras de construção do complexo viário(trevo e viaduto) localizado na BR-364 com a BR-174,

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Esse requerimento é de minha autoria, em razão dessa obra que está lá no trevo próximo ao Município de Vilhena, Senador Bagattoli. A informação que se tem é de que a Energisa estaria criando dificuldades com relação à retirada de postes e de linhas de transmissão, o que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provocado atraso no fluxo de obras. Eu conversei com o Superintendente do Dnit e apresentei esse requerimento justamente sob duas óticas. O primeiro requerimento trata da diligência – eu vou lá mesmo no período de recesso agora; nós vamos fazer uma visita *in loco* nessa obra –, e também vou ler, na sequência, um requerimento solicitando informações.

Mas, antes de passar ao próximo item, asseguro a palavra ao Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Presidente, só ali houve uma... Não é entre a BR-364 com a 174, é com a 535, é aquela que liga para Colorado do Oeste. Ali não é a 174.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas deixe-me te falar, Presidente, que eu estive no Dnit e a informação que eu tenho é de que a Madecon, que era a empresa que estava lá... Primeiro, houve o problema da questão dos postes lá com a Energisa, mas, segundo a empresa... Segundo informações do Dnit, a empresa pediu recuperação judicial, e essa obra não se sabe ainda quando que vai se licitar.

Mas V. Exa. está certo. Nós precisamos de um esclarecimento melhor sobre essa situação e a empresa está abandonada.

E mais uma coisa que nós precisamos do esclarecimento aqui também. É que eu sempre ouvi dizer que tinha emenda parlamentar, de 10 milhões, 15 milhões. Segundo o Dnit, diz-se que não existe nenhum centavo de emenda parlamentar. Nós também precisamos pedir esse esclarecimento ao Dnit também.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Portanto, fica corrigido o número da rodovia. A assessoria botou... Acho que estão querendo fazer a que vai lá para a região do Mato Grosso. Feita essa correção, submeto, na sequência...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas é que lá tem a 174 também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tem a 174 também, mas é outra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tem a 174 que é dentro de Vilhena também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, mas aí a obra vai dar em outro lugar. Vai dar lá para o lado de Juína e região.

O item 6 é também um requerimento de minha autoria, que é a sequência desse mesmo requerimento, só que, nesse caso, solicitando informações ao Dnit sobre o andamento das obras desse trevo na região de Vilhena, na entrada para o Município de Colorado do Oeste.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 62, DE 2025
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, da Lei nº12.527, de 18 de novembro de 2011, e dos arts. 90, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas, ao Diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Sr. Fabricio de Oliveira Galvão, informações relativas às obras de construção do complexo viário (trevo e viaduto)na BR-364 com a BR-174, a cerca de 10 km da área urbana do município de Vilhena, no estado de Rondônia, destinadas a viabilizar o acesso ao município de Colorado do Oeste.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO).

Portanto, feita a leitura dos requerimentos, submeto à votação de forma conjunta.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Não havendo... Ainda tem o item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 63, DE 2025

- Não terminativo -

Requer auditoria contábil, financeira, orçamentária e operacional dos atos da União e da Agência Nacional de Mineração (ANM), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e Ministérios vinculados.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO).

Requerimento de minha autoria também.

Esse requerimento aqui – na verdade, eu apresentei dois requerimentos – é derivado da audiência pública que nós fizemos na semana passada sobre a questão do orçamento das agências reguladoras. Então, eu estou pedindo ao Tribunal de Contas da União, conforme foi anunciado naquele momento, algumas providências. E aí, conforme nós, naquela audiência pública, identificamos aqui, inclusive com a fala do representante do Tribunal de Contas da União, houve uma decisão, no passado, que foi restrita ao caso da Agência de Telecomunicações sobre essa questão do orçamento, e que talvez seja o caso de o tribunal avaliar o efeito extensivo para as demais agências no tocante ao orçamento das agências.

E há um outro aspecto que estou questionando. Na Comissão de Fiscalização e Controle, eu apresentei o requerimento na mesma direção, só que como a Comissão de Fiscalização e Controle tem pertinência temática específica, objetiva com relação a esse tema, eu apresentei na Comissão de Fiscalização e Controle de forma um pouco mais robusta, levando em consideração também a questão das taxas que são derivadas das ações, do papel exercido pelas agências reguladoras, porque hoje esse orçamento, esse recurso levantado a partir das taxas vai compor o Orçamento Geral da União, e me parece estar havendo aqui um desvio de finalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, estou comunicando à Comissão que esse requerimento aqui é em cumprimento àquilo que nós já anunciamos na audiência com as agências reguladoras, na última sessão, e também o apresentei na Comissão de Fiscalização e Controle.

Os Srs. e as Sras. Senadores que os aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Agora sim, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Soa a campainha.*)

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e dezenove minutos do dia treze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro, Sergio Moro, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Pedro Chaves, Lucas Barreto, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Weverton, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Izalci Lucas, Paulo Paim, Augusta Brito, Sérgio Petecão e Ciro Nogueira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Irajá, Daniella Ribeiro, Jaime Bagattoli, Beto Faro e Jorge Kajuru. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 82, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor ARTUR WATT NETO, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, na vaga decorrente do término do mandato de Rodolfo Henrique de Saboia em 22 de dezembro de 2024." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 83, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor PIETRO ADAMO SAMPAIO MENDES, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, na vaga decorrente do término do mandato de Cláudio Jorge Martins de Souza." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 85, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, o nome da Senhora LORENA POZZO, para exercer a função de Diretora de Instalações Radioativas e Controle da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear - ANSN, com mandato de três anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 86, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, o nome do Senhor AILTON FERNANDO DIAS, para exercer a função de Diretor de Instalações Nucleares e Salvaguardas da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear – ANSN, com mandato de dois anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 93, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei 9.986, de 18 de julho de 2000, e o art. 7º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, o nome do Senhor JOSÉ FERNANDO DE MENDONÇA GOMES JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente do término do mandato de Guilherme Santana Lopes Gomes." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 37, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor ANTONIO MATHIAS NOGUEIRA MOREIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Bisinotto Catanant." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 7 - Mensagem (SF) n° 38, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a indicação do Senhor ALEX ANTONIO DE AZEVEDO CRUZ, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Luciano Lourenço da Silva." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 8 - Mensagem (SF) n° 41, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor WILLAMY MOREIRA FROTA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato de Hélvio Neves Guerra." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 9 - Mensagem (SF) n° 42, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor EDSON VICTOR EUGENIO DE HOLANDA, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, na vaga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decorrente do término do mandato de Artur Coimbra de Oliveira." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 10 - Mensagem (SF) n° 43, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FREDERICO CARVALHO DIAS, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq, na vaga decorrente do término do mandato de Eduardo Nery Machado Filho." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 11 - Mensagem (SF) n° 44, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, , na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Lavorato Tili." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 12 - Mensagem (SF) n° 45, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor OCTAVIO PENNA PIERANTI, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, na vaga decorrente do término do mandato de Moisés Queiroz Moreira." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Mensagem (SF) n° 88, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor TIAGO CHAGAS FAIERSTEIN, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, no mandato a iniciar em 20 de março de 2025, decorrente do término do mandato de Juliano Alcântara Noman, que renunciou." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Mensagem (SF) n° 84, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, o nome do Senhor ALESSANDRO FACURE NEVES DE SALLES SOARES, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear - ANSN, com mandato de quatro anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Mensagem (SF) n° 89, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor RUI CHAGAS MESQUITA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, na vaga decorrente do término do mandato de Rogério Benevides Carvalho." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Mensagem (SF) n° 36, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome da Senhora RENATA SOUSA CORDEIRO, para exercer o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na vaga decorrente do término do mandato de Joelma Maria Costa Barbosa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Fazem uso da palavra os(as) Senadores(as) Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Fernando Farias, Eduardo Gomes, Margareth Buzetti, Astronauta Marcos Pontes, Lucas Barreto, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton e Zequinha Marinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de agosto de 2025.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Neste caso, uma correção em sede de embargos iniciais.

A reunião de hoje se destina à apreciação de relatórios dos Senadores Relatores das indicações de autoridades que comporão, sendo assim aprovados por este Senado Federal, os quadros das agências reguladoras do Brasil.

Portanto, esta é a finalidade desta sessão no dia de hoje.

O Senador Eduardo Braga, Líder do MDB, solicita a palavra pela ordem.

Ouço V. Exa..

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Meu eminente Presidente Marcos Rogério, primeiro, cumprimentando V. Exa. pela boa vontade de ter convocado extraordinariamente esta sessão da Comissão de Infraestrutura para o dia de hoje, tendo em vista a situação das agências brasileiras, que estão com seus quadros incompletos e funcionando de uma forma um tanto quanto esdrúxula, porque com diretores convocados por decreto da Presidência da República, por seis meses, que durante esses meses atuaram em substituição àqueles que deveriam ser os sabatinados e os referendados pelo Senado da República.

Eu peço a V. Exa. uma inversão de pauta para o item 8 e o item 10, tendo em vista que, como a CI reúne-se hoje extraordinariamente, eu estava já, previamente, agendado, inclusive, às 11h30, para uma audiência de extremado interesse do Amazonas, que trata, inclusive, sobre o marco de licenciamento ambiental, que é de interesse de todo o Senado da República, já que votamos esta matéria recentemente no Plenário.

Então, eu peço vênia aos colegas, aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, e peço a V. Exa. a inversão de pauta do item 8 e do item 9... Item 10. E item 10.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Oito e dez.

Agradeço a V. Exa., nobre Líder Eduardo Braga.

Portanto, com a concordância dos demais pares...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Senador Nelsinho também já havia me pedido se...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – É, eu concordo, com uma condição. Se o Senador Eduardo Braga for ágil e rápido na leitura, porque eu tenho também os mesmos compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ele já fez um compromisso prévio ali. Eu tenho certeza de que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... assim o será.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Já que nós entramos...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Item...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Já que nós entramos nessa questão de...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... tempos e movimentos, eu indago se o relatório que eu apresentei está na pauta ou não.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Todos os relatórios que foram apresentados, o compromisso que eu fiz com os Relatores é de que seriam incluídos a pedido do Relator no dia de hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É o 88.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

Item 8.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, outra pela ordem.

Como V. Exa....

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu gostei muito dessa negociação...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Do Senador Nelsinho?

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Como V. Exa....

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tempos, movimentos são simultâneos, já ensinou o Fayol.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. Vamos apregoar...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Como V. Exa. já disponibilizou os relatórios para cada Senador...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – ... se V. Exa. e o Plenário concordarem, que se abra a votação para que...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, não tem votação. O dia de hoje é apenas para leitura dos relatórios...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Ah, só para leitura. Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... e a sabatina acontecerá na próxima semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Avante.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Item 8.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Aí já está exagerando. (*Risos.*)

ITEM 8
MENSAGEM (SF) N° 41, DE 2025
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor WILLAMY MOREIRA FROTA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato de Hélvio Neves Guerra.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, asseguro a palavra ao eminente Relator, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, cumprindo, portanto, o que determinam os termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, o nome do Sr. Willamy Moreira Frota para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Hélvio Neves Guerra.

Nos termos da Constituição, compete privativamente ao Senado Federal deliberar sobre o tema, mediante voto secreto e após arguição pública, sobre a aprovação dos titulares dos cargos de direção cuja exigência esteja prevista em lei. A lei que institui a Aneel dispõe que os membros da diretoria colegiada encarregada da referida autarquia especial deverão ter seus nomes previamente aprovados pelo Senado da República, como requisito antecedente à nomeação.

Consoante o disposto no art. 383, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem encaminhada à Casa contendo a indicação de autoria deve ser lida no Plenário e remetida à Comissão, e essa etapa já foi concluída.

A apreciação da documentação que acompanha a Mensagem nº 41, de 2025, revela que o Sr. Willamy Moreira Frota apresenta formação acadêmica e trajetória profissional compatíveis com as contribuições do cargo para o qual foi indicado. Conforme consta do *curriculum vitae* anexado à mensagem presidencial, o indicado possui Especialização em Planejamento Energético pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Doutorado em Energia Elétrica pela Universidade Federal do Pará e Pós-Doutorado em Engenharia Elétrica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Essa formação demonstra robustez acadêmica para o exercício do cargo pretendido.

O indicado reúne experiência no setor público em atividades diretamente relacionadas ao segmento de energia elétrica, área de competência da agência reguladora para a qual se pleiteia o cargo de direção. Detém mais de 35 anos de experiência no setor de energia elétrica, abrangendo áreas de operação, manutenção e gestão dos processos de distribuição, comercialização, transmissão e geração de energia. Atuou em empresas do grupo Eletrobras, onde exerceu funções de Gerente de Setor, Gerente de Departamento, Superintendente, Diretor Técnico, Diretor-Presidente e Conselheiro de Administração.

Em cumprimento ao disposto no Regimento Interno do Senado, que regulamenta o procedimento de apreciação das autoridades indicadas, nos termos do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o indicado declara: i) que não possui parente em exercício de atividades, públicas ou privadas, vinculadas à atividade profissional em que ele atua; ii) que não participa ou participou de empresas ou entidades não governamentais; iii) que está regular com o fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal; iv) que não possui ações judiciais; v) que não atuou, nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano corrente, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais e em cargos de direção de agências reguladoras.

Portanto, considerando o exposto, a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal tem condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Willamy Moreira Frota, para exercer o cargo de Diretor da Aneel, na vaga decorrente do término do mandato de Hélvio Neves Guerra.

Esse é o parecer sobre o item 8 da pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Líder Eduardo Braga.

Eu informo que, como de praxe, no caso de indicação de autoridades, faz-se a leitura e se concede vista coletiva.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, todos os relatórios serão lidos hoje, nós concederemos vista coletiva e, na próxima semana, teremos a sabatina propriamente dita.

O item 10 também é de relatoria do Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É o item 10 mesmo, Presidente. (*Pausa.*)

ITEM 10
MENSAGEM (SF) N° 43, DE 2025
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FREDERICO CARVALHO DIAS, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq, na vaga decorrente do término do mandato de Eduardo Nery Machado Filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O relatório é do Senador Eduardo Braga, a quem asseguro a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado o nome do Sr. Frederico Carvalho Dias, para ocupar o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), autarquia especial vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, na vaga decorrente do término do mandato de Eduardo Nery Machado Filho. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 43, de 2025, à qual se encontram anexados o *curriculum vitae* do indicado e demais documentos pertinentes.

O Sr. Frederico Carvalho Dias formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2004 e em Direito pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) em 2017. Possui pós-graduações em Auditoria e Controle Governamental pelo Instituto Serzedello Corrêa e em Controle da Regulação de Infraestrutura pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

O indicado iniciou a carreira como engenheiro no setor privado, atuando na área de recursos hídricos e meio ambiente.

Tomou posse no serviço público na Controladoria-Geral da União, no cargo de Analista de Finanças e Controle. Desde 2008, é Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, com experiência na fiscalização de infraestrutura, incluindo portos, aeroportos, energia, obras hídricas e edificações. Atuou como assessor na Procuradoria-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, como chefe de gabinete do Ministro Bruno Dantas e, mais recentemente, como Secretário-Geral da Presidência do Tribunal de Contas da União, liderando áreas como inovação, planejamento, comunicação e relacionamento institucional. Tem experiência como professor e autor de artigos e livros nas áreas de infraestrutura, direito constitucional, direito administrativo e controle governamental.

Constata-se, também, que o indicado apresentou as informações exigidas pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, nomeadamente, as seguintes declarações: de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas à Antaq; de não participação como sócio, proprietário ou gerente em empresas ou entidades não governamentais; de regularidade fiscal, nos âmbitos federal e do Distrito Federal, onde reside; de que nada consta referente a processos, ações e execuções cíveis e criminais em que seja réu no âmbito da Justiça Federal e do Distrito Federal, mas que figura como autor em processo judicial administrativo tributário relativo a cobrança de valor pago indevidamente à União a título de tributo, informando que o processo de número 1062078-61.2022.4.01.3400, do Juizado Especial Cível Adjunto à 17ª Vara Federal da SJDF, encontra-se em fase processual de juntada de documentos e ainda aguarda julgamento; e de não participação em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consta, ainda, da documentação encaminhada, argumentação escrita destinada a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo.

Diante do exposto, entendemos que os ilustres Parlamentares da douta Comissão dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Frederico Carvalho Dias para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea "f", combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001.

Era esse o parecer; é esse o relatório, Sr. Presidente.

Eu agradeço. Procurei ser o mais sucinto e breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Líder Eduardo Braga.

Passaremos agora aos demais itens da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 82, DE 2024
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor ARTUR WATT NETO, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, na vaga decorrente do término do mandato de Rodolfo Henrique de Saboia em 22 de dezembro de 2024.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Neste momento, em razão das sabatinas que estão acontecendo no âmbito também da CCJ – e o Líder Otto é o Presidente daquela Comissão –, faço a designação, como Relator *ad hoc,* do Senador Nelsinho Trad, a quem asseguro a palavra para o seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Marcos Rogério, demais colegas que aqui se encontram, primeiramente, antes de iniciar a leitura do relatório, gostaria de agradecer a confiança de V. Exa. por me designar Relator *ad hoc* da indicação do Sr. Artur Watt Neto, bem como do Relator original, Senador Otto Alencar, que me recomendou para que assim o fizesse.

Gostaria de saudar a todos que foram indicados, desejar muito sucesso, muita sabedoria, muita tranquilidade, porque são cargos realmente muito importantes e que vão demandar a todos para que esse desempenho seja o melhor possível.

Conforme previsto na Constituição Federal, em seu art. 52, inciso III, alínea “f”, e no §2º do art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, é competência privativa do Senado Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deliberar por meio de voto secreto e após arguição pública sobre a aprovação de titulares de cargos de Diretor e de Diretor-Geral da ANP.

O Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 383, inciso I, determina que a mensagem encaminhada ao Senado Federal para a finalidade em tela será lida em Plenário e remetida à Comissão competente, no caso, esta CI, acompanhada de esclarecimentos sobre o candidato e de uma lista de documentos.

O Sr. Artur Watt Neto, é brasileiro, divorciado, servidor público da carreira de Procurador Federal da Advocacia-Geral da União (AGU) desde 2006. Ele possui graduação em Direito e mestrado e Direito Internacional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, especialização pela Uniderp – para quem não sabe, a Uniderp é uma universidade lá do meu estado, do Mato Grosso do Sul –, e foi pesquisador visitante da Universidade de Houston na área de meio ambiente, energia e recursos naturais.

Em sua trajetória profissional, teve passagens pela Procuradoria Federal Especializada do Instituto Nacional do Seguro Social, autarquia em que exerceu a posição de chefe do Serviço de Prevenção de Litígios, de atuação perante juizados especiais federais do Rio de Janeiro. Entre 2013 e 2022, esteve em exercício na ANP, em sua Procuradoria, onde exerceu diversas posições técnicas e gerenciais, inclusive como Subprocurador-Geral, entre abril de 2020 e junho de 2022. Na Agência Nacional de Transportes Aquaviários, exerceu a douta função de Procurador-Geral.

Em 2023, no Ministério de Minas Energia, Artur Watt Neto foi Diretor do Departamento de Gás Natural, da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Em seguida, naquele ano, passou a exercer a função de Consultor Jurídico da Pré-Sal Petróleo S.A., empresa responsável pela defesa dos interesses da União nos contratos de partilha de produção (PPSA).

No âmbito acadêmico, o indicado ministrou diversas palestras envolvendo temáticas da PPSA, de arbitragem, do mercado de gás natural, de contratos de concessão, além de ser autor do livro *Direito Econômico - Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis* (2014), pela editora Saraiva.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o candidato declara:

i) não possuir parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional;

ii) possuir participação como sócio não administrador minoritário, de 26%, em empresa familiar na área de administração de imóveis próprios desde 2005;

iii) estar regular com o Fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta;

iv) não possuir ações judiciais, é um pacificador;

v) não ter atuado nos últimos cinco anos, contados retroativamente, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, o indicado apresentou declaração escrita na qual demonstra sua experiência no setor regulado, bem como trajetória que lhe permite humildemente se colocar como apto para o cargo de Diretor-Geral da ANP, não apenas como ápice de uma profícua carreira, mas como seu maior desafio individual. Além disso, trata-se de momento singular para a agência frente aos novos desafios da transição energética brasileira e dos recentes marcos legais aprovados no Congresso Nacional, que modificarão de forma significativa o setor.

Entendemos, assim, senhores aqui presentes, dados os elementos apresentados pelo indicado, que ele atende às condições previstas no §2º do art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras, uma vez que possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual está indicado, além de experiência profissional e formação acadêmica compatível com o cargo de Diretor-Geral da ANP.

Portanto, senhoras e senhores, a indicação de Artur Watt Neto cumpriu as exigências constitucionais, legais e regimentais para que a Comissão de Serviços de Infraestrutura possa deliberar sobre a sua condição ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Que Deus o abençoe.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Líder Senador Nelsinho Trad, pelo relatório apresentado.

Conforme a ordem publicada, item 2.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) N° 83, DE 2024
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor PIETRO ADAMO SAMPAIO MENDES, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, na vaga decorrente do término do mandato de Cláudio Jorge Martins de Souza.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com relatório do Senador Laércio Oliveira, a quem asseguro a palavra para sua manifestação.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Marcos Rogério. Obrigado, quero cumprimentar aqui todos os Senadores e Senadoras, quero cumprimentar todos que estão aqui na nossa Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infraestrutura, participando deste momento tão desejado por todos, para a gente encaminhar as indicações conforme determinação do Sr. Presidente desta Comissão, Senador Marcos Rogério.

Vou ao relatório, Sr. Presidente, conforme determinação de V. Exa.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11, da Lei nº 9.478, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 83, de 2024 (Mensagem nº 1.609, de 2024, na origem), submete para análise e deliberação do Senado Federal o nome do Sr. Pietro Adamo Sampaio Mendes, para exercer cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com mandato de cinco anos, a contar de 22 de dezembro de 2023 e com término previsto para 21 de dezembro de 2028, conforme dispõe o art. 11, §3º, da Lei nº 9.478, e art.5º, §8º, da Lei nº 9.986, de 2000, em razão do término do mandato do Sr. Claudio Jorge Martins de Souza.

O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar, por voto secreto, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

Consoante o disposto no art. 383, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem encaminhada à Casa contendo a indicação de autoridade deve ser lida em Plenário e remetida à Comissão competente, acompanhada de informações pormenorizadas sobre o indicado, bem como de documentação comprobatória. O conjunto de informações consta da Mensagem nº 83, de 2024, ora submetida à apreciação desta Comissão.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura constitui o Colegiado competente, nos termos do art. 383, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, para proceder à análise das indicações de autoridades da ANP, em conformidade com o disposto no art. 104 do referido Regimento.

O Sr. Pietro Adamo Sampaio Mendes tem formação acadêmica que o qualifica para exercer o cargo de Diretor da ANP. Graduou-se em Química em 2004 e em Licenciatura em Química em 2005, ambos pela Universidade Federal Fluminense. Concluiu, em 2008, a Pós-Graduação Executiva em Petróleo e Gás pela Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tornou-se Doutor em Engenharia de Processos Químicos e Bioquímicos em 2012 pela UFRJ, desenvolvendo tese sobre sustentabilidade na produção e uso do biodiesel. Entre outubro de 2013 e março de 2014, realizou estágio pós-doutoral no laboratório do Prof. Jeremy Hall, na Beedie School of Business, da Simon Fraser University, no Canadá. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em 2013 e concluiu, em 2020, o MBA em Gestão Estratégica e Econômica de Negócios pela Fundação Getulio Vargas. Entre 2001 e 2019, realizou diversos cursos de aperfeiçoamento e capacitação, com destaque para aqueles voltados aos segmentos de petróleo, gás natural e biocombustíveis.

É autor de diversos artigos e publicações de relevância em sua área de atuação, tendo também orientado trabalhos de graduação, mestrado e doutorado, além de integrar bancas avaliadoras nesses três níveis acadêmicos.

Sua experiência profissional iniciou-se em agosto de 2006, como Especialista em Regulação na ANP, função que desempenha até a presente data – atualmente, cedido ao Ministério de Minas e Energia. Desde o início da sua trajetória, atuou em áreas estratégicas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnicas do setor energético, com ênfase em petróleo, gás natural e biocombustíveis, acumulando sólida vivência em regulação, formulação de políticas públicas e gestão institucional.

Na ANP, exerceu diferentes funções de relevância. Foi Superintendente Adjunto de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos entre outubro de 2017 e maio de 2018. Posteriormente, entre maio de 2018 e novembro de 2020, atuou como assessor da Diretoria, prestando apoio direto ao Diretor-Geral da agência.

Em novembro de 2020, passou a exercer o cargo de Diretor do Departamento de Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, posição que manteve até fevereiro de 2022. Em seguida, foi nomeado Secretário Adjunto de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, função que exerceu entre fevereiro e junho de 2022.

Em junho de 2022 e fevereiro de 2023, atuou como assessor da Presidência da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) e Infra S.A., coordenando o processo de incorporação da EPL pela Valec, resultando na criação da Infra S.A.

É muito currículo, Presidente. Deixe-me beber uma aguinha aqui. Queria ter um filho desse. (*Risos.*)

Em fevereiro de 2023, assumiu a titularidade da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, onde permanece até hoje, responsável pela elaboração e coordenação das políticas públicas voltadas ao setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Paralelamente, desde abril de 2023, ocupa a Presidência do Conselho de Administração da Petrobras.

Sua trajetória demonstra ampla experiência, com atuação destacada, tanto no âmbito técnico, quanto no estratégico.

Em atendimento alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas, na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o indicado declara não possuir parentes que exerçam ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à atividade profissional em que ele atua; não possuir participação, como sócio, proprietário ou gerente, de empresa ou entidades não governamentais; e estar regular com o Fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta – as certidões apresentadas foram emitidas em 2025, posteriormente à data da Mensagem nº 81.

Figura como corréu, juntamente com a Petrobras e a União Federal, em ação popular na qual foi parcialmente deferida a tutela antecipada para suspender seu exercício no cargo de Presidente do Conselho de Administração da Petrobras, sob a alegação de conflito de interesses, em razão do exercício simultâneo da função de Secretário Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia. A União Federal interpôs agravo de instrumento e obteve efeito suspensivo da decisão agravada. Assim, com a liminar suspensa, considero esclarecidas as questões relacionadas à referida ação popular.

Declara não ter atuado, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, ou em cargos de direção de agências reguladoras. Ressalta-se, contudo, que ocupa, desde abril de 2023, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cargo de Presidente do Conselho de Administração da Petrobras, ao qual se compromete a renunciar antes de tomar posse na ANP, caso sua indicação seja aprovada.

Dessa forma, Pietro Adamo Sampaio Mendes encontra-se enquadrado, de forma cumulativa, ao item 2 da alínea "b" do inciso I e ao item "a" do inciso I do artigo 5º da Lei nº 9.986, de 2000, atendendo aos requisitos legais para o exercício do cargo para o qual foi indicado. Possui experiência profissional superior a quatro anos em cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior no setor público, bem como mais de dez anos de atuação no campo de atividade relacionado à área da agência reguladora e em áreas conexas, em funções de direção superior. Ademais, detém formação acadêmica compatível com as atribuições do cargo.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Relator, Senador Laércio Oliveira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Concede-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu quero registrar a presença do primeiro Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É verdade. Para quem é mais longevo... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O nobre Deputado Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. *Fora do microfone*.) – Fui Presidente de todos vocês.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi Presidente de nós todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Verdade, três vezes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agora, eu queria fazer um aparte ao Senador Laércio Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele dá uma contribuição muito importante para um tema que eu vou trazer aqui...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... ao estabelecer racionalidade no marco temporal, e não é do outro marco temporal, é no marco temporal de desincompatibilização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor imagine: nós estamos correndo o risco de transformar a desincompatibilização numa condenação. Não quero embaralhar demais a conversa, mas, no Código Eleitoral, a Câmara aprovou quatro anos de demissão do militar para disputar a eleição, quatro anos depois de se demitir. Isso não é nem desincompatibilização, isso é condenação. E, se não for estabelecido isso que o Senador Laércio escreveu, e eu subscrevo – como tenho certeza de que ele subscreveria se eu tivesse escrito –, que a desincompatibilização tem que acontecer no momento da investidura, que só pode acontecer depois de esta Comissão ou a equivalente, em casos análogos... Ou seja, quando o indicado for sabatinado e liberado para ser nomeado.

Por quê? Porque nós já tivemos casos de indicados ao Supremo Tribunal Federal cuja indicação ficou aqui seis meses, na Comissão de Justiça – ou ninguém se lembra? E há indicações para agências que já ficaram aqui, no Senado, por dois anos.

Então, eu queria me congratular com esse texto que V. Exa., Senador Laércio Oliveira, utilizou e que vem ao encontro do que eu acho que é razoável e aplicável. E eu já tinha conversado informalmente com o Presidente Marcos Rogério a respeito do assunto. O senhor facilita a interpretação que eu quero explicitamente, também, manifestar quando da leitura do meu relatório.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao eminente Relator da matéria, Senador Laércio Oliveira, também ao Senador Esperidião Amin, diligentes que são em relação a esses pontos.

Outrora nós já tivemos que enfrentar situações semelhantes no âmbito desta Comissão com relação aos impedimentos que estão estabelecidos na lei de regência, e eu entendo de, em face desses dois (eu não sei se tem outros em que foram identificadas situações semelhantes), de repente nós firmarmos um entendimento (o Senador Esperidião Amin eu sei que adentrou o mérito dessa questão também), estabelecendo um critério quanto a essa aferição dentro da lógica temporal, porque há uma interpretação e parte da Consultoria do Senado tem uma interpretação de que esse impedimento acontece desde o momento inaugural da indicação: uma vez indicado, é preciso se verificar ali, desde logo, a ausência desses impedimentos.

O relatório do Senador Esperidião Amin supera essa situação, como V. Exa. também, considerando o exaurimento do processo de verificação; agora, a gente precisa ter um delimitador temporal em homenagem àquele que é o papel do Senado Federal no processo sabatinador porque, se isso fica para depois do processo da instrução e da sabatina, diminui-se o papel do Senado Federal, mas, uma vez dentro do ato de indicação... Porque essa indicação que o legislador coloca ali, na minha visão, na minha avaliação, e é o que V. Exa. traz aqui também, não é a indicação feita lá, inicialmente, no âmbito do ministério, do órgão de origem; essa indicação é aquela indicação que cumpre a finalidade de dar posse, é quando há o exaurimento.

Depois de exaurido todo o processo de apuração das qualificações, dos impedimentos, depois de todos esses atos, o ato de indicação é validado, é confirmado no momento em que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Poder Executivo ou o ministério, enfim, vinculado, chega à agência e diz: "Olhe, essa pessoa está sendo indicada para ocupar esse posto".

Esses atos preparatórios, obviamente, servem para a verificação de todas essas condicionantes, mas não podem ser um instrumento de punição ao servidor, mesmo porque, para ele ser indicado para essa função, a lei exige que ele tenha experiência, que ele tenha passado, justamente, por esse ambiente em que, quando ele estiver naquela nova função, ele não vai poder estar concomitantemente ocupando os dois espaços. O.k., no momento em que ele estiver naquela função, com aquela missão. Mas o que o credencia a ser indicado a ocupar o espaço de um regulador é justamente a experiência que ele tem na área de interesse, na área para a qual ele está sendo designado para atuar.

Mas, quando da leitura do relatório do Senador Esperidião Amin, eu quero fazer um pouco mais de ponderação, ouvir os Senadores, para a gente estabelecer um regramento que serviria de parâmetro para a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com sugestão inclusive à nossa consultoria, salvo as divergências, que são absolutamente naturais, mas que serviria de referência para os demais casos, para a gente uniformizar essa interpretação, esse entendimento.

Agradeço a V. Exa. e o homenageio por não deixar de observar esse dado, que, embora superado, deve ser observado, deve constar de todo o relatório. Esse é o papel da Comissão de Serviços de Infraestrutura quando da verificação dos nomes aqui submetidos.

O item 3, eu vou, de ofício... Deixe-me... Pode fazer a leitura? (*Pausa.*)

Eu vou fazer a designação *ad hoc* do item 3 na sequência, porque ele também é do Senador Otto, que está presidindo a CCJ.

O item 4, e na sequência, eu retorno com o item 3. (*Pausa.*)

O Senador Zequinha também não está. Fica, portanto, sobrestado o item 4.

O item 5, acho que o Veneziano combinou. (*Risos.*)

ITEM 5
MENSAGEM (SF) N° 93, DE 2024
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei 9.986, de 18 de julho de 2000, e o art. 7º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, o nome do Senhor JOSÉ FERNANDO DE MENDONÇA GOMES JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente do término do mandato de Guilherme Santana Lopes Gomes.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo, a quem asseguro a palavra para a sua manifestação.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Marcos Rogério.

Inicio ressaltando aqui a nossa alegria pela designação a mim conferida para que nós possamos aqui fazer a leitura deste relatório.

Os dois primeiros parágrafos são obviamente de conhecimento dos senhores, cabendo-nos, por competência, fazer a apreciação dos indicados a essas agências, e, portanto, eu já passo diretamente aos próximos parágrafos.

O Sr. José Fernando de Mendonça Gomes Júnior é brasileiro, graduado em Gestão de Negócios pelo Centro Universitário do Estado do Pará, em 2010. Possui pós-graduação em Gestão de Pessoas pela Cesupa, concluída em 2016.

No tocante à sua experiência profissional, possui sólida carreira nos setores público e privado, em áreas conexas à mineração e à infraestrutura.

Atualmente o Sr. José Fernando de Mendonça Gomes Júnior é, desde 2023, Presidente da Companhia de Saneamento do Pará e membro do Conselho de Administração dessa empresa. Além disso, é Vice-Presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento.

Anteriormente, atuou, o indicado, como Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Estado do Pará, de 2021 a 2023, coordenando políticas públicas para o desenvolvimento econômico sustentável e articulando com setores estratégicos, como mineração e energia, ações diversas. Entre 2006 e 2021, foi Gerente Regional de Relações Governamentais da Vale no Pará-Maranhão. Foi assessor especial da governadoria do Estado do Pará, entre 2001 e 2006. Atuou, ainda, como consultor da empresa Parlar, no período de 1998 a 2001, prestando consultoria especializada em articulação institucional e relacionamento parlamentar. Entre 1994 e 2006, foi Consultor Parlamentar da Federação do Comércio do Pará.

Ainda em relação à sua atuação profissional, o Sr. José Fernando de Mendonça Gomes Júnior informa ter atuado em diversas entidades: Presidente do Sindicato das Indústrias Minerais do Pará; Vice-Presidente Executivo da Federação das Indústrias do Pará; 1º Vice-Presidente do Centro das Indústrias do Pará; 3º Vice-Presidente da Associação Comercial do mesmo estado; Membro do Conselho Temático; Membro do Conselho Fiscal; Presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da Federação das Indústrias do Pará.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do nosso Regimento, o candidato declara: não possuir parentes que exerçam ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional; não possuir participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais; estar em situação fiscal regular, com as ressalvas de que não teria conseguido a emissão da certidão negativa de débitos junto à Prefeitura Municipal de Belém devido à instabilidade no sistema, comprometendo-se a apresentá-la quando o serviço for restabelecido; não possuir ações judiciais; e que irá encerrar seus vínculos e renunciar aos cargos que ocupa atualmente, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o de Presidente da Companhia de Saneamento do Pará, antes de tomar posse como Diretor da Agência Nacional de Mineração com, evidentemente, o juízo que o Senado fará.

O Sr. José Fernando de Mendonça Gomes Júnior manifesta o seu entusiasmo em concorrer ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração e salienta que sua trajetória profissional e acadêmica refletem um profundo compromisso com o setor mineral brasileiro.

A partir dos elementos apresentados, entendemos, Sr. Presidente, senhoras e senhores companheiros da Comissão de Infraestrutura, que o indicado atende às condições estabelecidas pelo art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação acadêmica e experiência profissional no campo de especialidade do cargo para o qual está indicado, ou seja, o indicado atende cumulativamente aos incisos I e II do *caput* do citado art. 5º.

Consideramos, assim, que o processo de sua indicação cumpriu, rigorosamente, todas as exigências constitucionais, legais e regimentais. Esta Comissão, portanto, tem condições de deliberar sobre a condução do Sr. José Fernando de Mendonça Gomes Júnior ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração, Sr. Presidente Marcos Rogério.

Fui mais rápido, viu?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Olha, nas próximas nós vamos escalar a lista do Veneziano. (*Risos.*)

O Presidente Venê é rápido na leitura, sucinto no relatório, mas profundo nas ponderações

Muito obrigado, Excelência.

Agradeço ao eminente Relator, o Senador Líder Veneziano.

O próximo item...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Se V. Exa., na sequência...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... na sequência, conseguir algum intervalo por ausência ou leitura *ad hoc*. Eu estou como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Eu não sabia, fui o primeiro a chegar, mas eu sou o Relator do item 11 e do 12. Se o senhor puder, depois...

Mas isso...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não havendo divergência...

Eu estou com duas situações. O Senador Weverton veio aqui e me fez...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Pelo critério do mais novo, porque eu sou mais novo que o Senador Eduardo Gomes e que o Fernando Farias, ele vai abrir para que eu só o dê como lido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Tendo em vista os últimos procedimentos estéticos...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ele está sendo convocado para acompanhar os trabalhos na CCJ.

Se os colegas não fizerem objeção, eu vou passar a palavra ao Senador Weverton, para ele ler o relatório dele.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, a minha intervenção é no sentido de passar a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Do item 9.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... ao Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Vai sair caro esse gesto! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu acho que está uma competição aqui entre ele e o Venê.

Eu quero ver qual dos dois que vai ser mais sucinto.

ITEM 9
MENSAGEM (SF) Nº 42, DE 2025
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor EDSON VICTOR EUGENIO DE HOLANDA, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, na vaga decorrente do término do mandato de Artur Coimbra de Oliveira.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Weverton
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Proposta de autoria da Presidência da República, com relatório do Senador Líder Weverton, a quem asseguro a palavra para sua manifestação.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, quero lhe agradecer e agradecer aqui aos membros da mesa.

O meu indicado, a minha...

Eu sou o Relator do Edson Victor Eugenio de Holanda, ao conselho. Ele vai ser membro do Conselho Diretor da Anatel. Ele cumpriu todos os pré-requisitos.

Foi devidamente publicado aqui o meu relatório.

Eu gostaria de deixá-lo como lido. E, caso algum colega tenha alguma dúvida, aí sim pode me acionar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Portanto, feita a manifestação do Relator Senador Weverton Rocha, eu acho que o Senador Veneziano não...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Perdeu! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu acho que eu fui sabotado. (*Risos.*)

Agradeço a V. Exa..

Portanto, feita a manifestação, o relatório é dado como lido.

Na sequência, o Líder Eduardo fez a solicitação dos itens 11 e 12.

Eu já faço a designação e, na sequência, a gente faz os demais com os Relatores presentes.

O item 11 é a Mensagem nº 44.

ITEM 11
MENSAGEM (SF) N° 44, DE 2025
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Lavorato Tili.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Autoria da Presidência da República, com relatório do Líder, Vice-Presidente desta Casa, Senador Eduardo Gomes, a quem asseguro a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, fazendo a composição da abertura que V. Exa. fez sobre o indicado, passo diretamente ao relatório.

Compete privativamente ao Senado Federal deliberar, por voto secreto e após arguição pública, sobre a escolha de titulares de cargos públicos conforme previsto na legislação supracitada. No âmbito desta Casa, a análise da indicação compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, e segue o rito disposto no art. 383 dessa norma.

Gentil Nogueira de Sá Júnior é brasileiro, graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Itajubá, entre 1997 e 2001.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Possui especialização em Direito Regulatório da Energia pela Universidade de Brasília (UnB), cursada entre 2007 e 2008, e em Análise de Impacto Regulatório, também pela UnB, cursada entre 2015 e 2016.

No tocante à experiência profissional, possui sólida trajetória nos setores público e privado, com foco na área de energia elétrica.

Atualmente, Gentil Nogueira de Sá Júnior é servidor público da carreira de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia da Aneel, onde ingressou em 2007.

Na Aneel, Gentil Nogueira de Sá Júnior ocupou os seguintes cargos: Coordenador de Regulação dos Serviços de Geração; Coordenador de Estudos de Mercado de Energia Elétrica; Superintendente Adjunto de Regulação dos Serviços de Geração; e Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração.

Desde 2023, Gentil Nogueira de Sá Júnior ocupa o cargo de Secretário Nacional de Energia Elétrica no Ministério de Minas e Energia (MME), além de atuar como Conselheiro de Administração do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Na iniciativa privada, Gentil Nogueira de Sá Júnior atuou como engenheiro e gerente de projetos nas empresas Alstom e Siemens.

Em atendimento à alínea “b” do inciso I do art. 383, o indicado declara:

a) não possuir parentes que exerçam ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional;

b) não possuir participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais;

c) estar em situação fiscal regular, conforme certidões negativas de débitos emitidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal;

d) não possuir ações judiciais em curso;

e) que não atuou, nos últimos cinco anos, em cargos de direção de agências reguladoras;

f) que irá renunciar ao cargo que ocupa atualmente, de Conselheiro de Administração do ONS, antes de tomar posse como diretor da Aneel; e

g) que atende cumulativamente às exigências da alínea “b” do inciso I e do inciso II do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000; e que não se enquadra nas vedações do art. 8º-A da Lei nº 9.986, de 2000.

Gentil Nogueira de Sá Júnior afirma estar tecnicamente preparado para assumir a função de diretor da Aneel, tendo desenvolvido conhecimento aprofundado sobre temas regulatórios do setor elétrico. Destaca seu compromisso com o aprimoramento da regulação, visando à atração de investimentos que promovam emprego, renda, arrecadação tributária e participações governamentais.

Diante dos elementos apresentados, conclui-se que o indicado atende às condições estabelecidas pelo art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação acadêmica compatível e experiência profissional comprovada na especialidade do cargo para o qual está indicado. Ou seja, o indicado atende cumulativamente aos incisos I e II do *caput* do citado art. 5º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos, assim, que o processo de sua indicação cumpriu todas as exigências constitucionais, legais e regimentais. Esta Comissão, portanto, Sr. Presidente, está apta a deliberar sobre a indicação do Sr. Gentil Nogueira de Sá Júnior para o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Lavorato Tili. Sala da Comissão.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, concluído. Desejamos êxito ao indicado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. pelo relatório. Passo ao próximo item.

O próximo é, ainda, do Senador Líder Eduardo.

ITEM 12
MENSAGEM (SF) N° 45, DE 2025
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor OCTAVIO PENNA PIERANTI, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, na vaga decorrente do término do mandato de Moisés Queiroz Moreira.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Eduardo Gomes
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O relatório é do Líder Eduardo Gomes, que tem a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, já com as informações dadas por V. Exa. e o relatório de conhecimento de todos os membros desta Comissão, passamos direto à apreciação e ao voto do relatório.

Como entidade da administração pública federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, essa agência exerce a função de órgão regulador das telecomunicações. Para garantir o exercício adequado dessa função regulatória, o regime especial assegura à Anatel independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, autonomia financeira e estabilidade no mandato de seus dirigentes (art. 8º, §2º, da Lei Geral de Telecomunicações).

Conforme estabelecem os arts. 20 e 23 de sua lei de criação, o Conselho Diretor da Anatel é composto por cinco conselheiros, todos brasileiros, com reputação ilibada, com formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo a ser exercido. Sua nomeação, além disso, será precedida de aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea "f" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei Geral de Telecomunicações.

Além do previsto na LGT, a nomeação dos membros do Conselho Diretor da agência deve observar a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanos das agências reguladoras. Nesse sentido, seu art. 6º prevê o mandato dos integrantes do colegiado, incluindo seu Presidente, que é de cinco anos.

Além disso, o indicado ao cargo deverá cumprir os requisitos previstos no art. 5º da referida norma, devendo ser atendida uma das exigências das alíneas "a", "b" e "c" do inciso I, cumulativamente com o inciso II:

> I - ter experiência profissional de, no mínimo:
> a) 10 (dez) anos, no setor público ou privado, no campo de atividade da agência reguladora ou em área a ela conexa, em função de direção superior; ou
> b) 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:
> 1. cargo de direção ou de chefia superior em empresa no campo de atividade da agência reguladora, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;
> 2. cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público;
> 3. cargo de docente ou de pesquisador no campo de atividade da agência reguladora ou em área conexa; ou
> c) 10 (dez) anos de experiência como profissional liberal no campo de atividade da agência reguladora ou em área conexa; e
> II - ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado.

É competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. De acordo com o art. 104 do Regimento Interno desta Casa, a apreciação da indicação em tela cabe à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Octavio Penna Pieranti é cidadão brasileiro com sólida formação acadêmica e vasta experiência profissional no setor de telecomunicações e de comunicações. Servidor público federal desde 2007, integra a carreira de Especialista em Regulação da Anatel.

Possui pós-doutorado em Comunicação (UFRJ e UnB), doutorado em Direito (UnB) e em Administração (FGV), mestrado em Administração Pública (FGV), graduação em Direito (IESB) e em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo (UFRJ).

Em sua trajetória profissional, ocupou diversos cargos de direção e de assessoria relacionados à formulação de políticas públicas e à regulação do setor das comunicações. Atuou na Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR), nos Ministérios da Cultura e das Comunicações, na Anatel e na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Tem experiência nas áreas de defesa do consumidor, participação social, regulamentação e comunicação de massa.

Professor universitário de mestrado profissional e de doutorado em mídia e tecnologia da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), é autor de dez livros e 56 artigos acadêmicos sobre políticas públicas para as comunicações, regulação do setor e gestão pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o indicado declarou que:

a) atende aos requisitos de vedação ao nepotismo;

b) não possui parentes que tenham exercido ou que exerçam atividades, públicas ou privadas, vinculadas à área de telecomunicações;

c) não possui parentes que exerçam ou tenham exercido atividades, públicas ou privadas, vinculadas à atividade parlamentar;

d) não atuou, nos últimos cinco anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

e) não participou, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais;

f) não é autor ou réu em ações de falências e recuperações judiciais; g) está em situação fiscal regular, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, conforme documentos comprobatórios.

No que se refere à argumentação escrita, conforme exigem as normas aplicáveis, o indicado demonstra possuir experiência profissional consistente e formação técnica compatível com as atribuições do cargo, além de revelar capacidade intelectual e idoneidade moral necessárias ao exercício da função.

Portanto, o indicado atende aos requisitos previstos na LGT e na Lei nº 9.986, de 2000, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada e formação universitária. Da mesma forma, o pleiteante possui mais de 18 anos de experiência profissional no setor público, especialmente na área de telecomunicações, tendo ocupado diversos cargos de direção e de assessoramento superior nesse período.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras dispõem de suficientes elementos para deliberarem sobre a indicação de Octavio Penna Pieranti ao cargo de membro do Conselho Diretor da Anatel.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Desejamos êxito ao indicado por sua competência, revelada aqui nesta nossa leitura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Líder Eduardo Gomes, pelo relatório apresentado.

Passaremos ao próximo item.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) N° 86, DE 2024
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, o nome do Senhor AILTON FERNANDO DIAS, para exercer a função de Diretor de Instalações Nucleares e Salvaguardas da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear – ANSN, com mandato de dois anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Zequinha Marinho
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Autoria da Presidência da República, com o relatório do Senador Zequinha Marinho, a quem asseguro a palavra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 4º, §5º, da Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, e o art. 5º, §5º também, do Anexo 1 ao Decreto nº 11.142, de 21 de julho de 2022, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 86, de 2024 (Mensagem nº 1.612, de 2024, na origem), submete para análise e deliberação do Senado Federal o nome do Sr. Ailton Fernando Dias, para exercer o cargo de Diretor de Instalações Nucleares e Salvaguardas, da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), com mandato de dois anos.

O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar, por voto secreto, a escolha de titulares de outros cargos que a lei determina.

O Sr. Ailton Fernando Dias tem formação acadêmica que o qualifica para exercer o cargo de Diretor da ANSN. Guardou-se – digo melhor –, graduou-se em Engenharia Elétrica, em 1990, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e tornou-se especialista em Interfaceamento de Experimentos Nucleares, em 1994, pela Agência Internacional de Energia Nuclear, em Jacarta, Indonésia. Tornou-se mestre em Ciência da Computação, em 1995, pela Universidade Federal de Minas Gerais, e Doutor em Ciências, pela Universidade de Paris XI, França, no ano de 2000.

Em 2024, fez curso de aperfeiçoamento em Gestão de Combustível Irradiado e Rejeitos Radioativos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... oferecido pela União Europeia. Concluiu um pós-doutorado na Universidade de São Paulo (USP) e cursou uma especialização em Direito Nuclear, pela Agência Nuclear Europeia, na França.

Sua experiência profissional iniciou-se no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), primeiro como técnico em eletrônica e, a partir de 1990, na supervisão de projetos e como Chefe da Divisão de Computação. Entre os anos de 1995 e 2000, trabalhou como pesquisador visitante na ESIEE (Escola Superior de Engenharia Eletrônica e Elétrica) e no Inria (Instituto Nacional de Pesquisa em Ciência da Computação e Automação), ambos na França.

Em 2001, voltou ao CDTN como Chefe da Divisão de Informática e Informação e, em 2002, passou a trabalhar na sede da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inicialmente como Coordenador-Geral de Informática e Informação. Exerceu diversos cargos na Cnen. De 2008 a 2016, trabalhou na Companhia Docas do Rio de Janeiro e, depois, na Light S.A.

Em 2017 voltou ao CNEN como Gerente-Executivo de Projetos Estruturantes da Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento, sendo responsável pela coordenação e acompanhamento dos projetos relacionados ao Reator Multipropósito Brasileiro, ao Repositório Nacional de Rejeitos de Baixo e Médio Níveis, ao Laboratório de Fusão e ao Projeto de Dessalinização de Água usando Reatores Nucleares.

Em 2019, assumiu o cargo de Chefe da Divisão de Controle e Rejeitos Radioativos e Nucleares na CNEN, atuando no licenciamento, fiscalização e controle de depósitos de rejeitos radioativos oriundos das atividades do ciclo de combustível, da geração nucleoelétrica e das aplicações em pesquisas em instalações nucleares e radioativas.

Além disso, ao longo de sua carreira, publicou 18 trabalhos em eventos científicos nacionais e internacionais e participou de várias bancas de mestrado, doutorado e de professor titular.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, declara:

i) não possuir parentes que exerçam ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à atividade profissional em que ele atua;

ii) não possuir participação como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais;

iii) estar regular com o fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta. As certidões apresentadas foram emitidas ainda em 2024, data da Mensagem nº 86, de 2024, o que explica algumas já terem vencido;

iv) não figurar como réu ou autor em ações judiciais;

v) não ter atuado, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais, ou em cargos de direção de agências reguladoras.

A partir dos elementos apresentados, Presidente, entendemos que o indicado atende às condições estabelecidas pelo art. 4º, §1º da Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021.

Este é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao eminente Relator pelo relatório apresentado.

ITEM 6
MENSAGEM (SF) N° 37, DE 2025
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor ANTONIO MATHIAS NOGUEIRA MOREIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Bisinotto Catanant.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Laércio Oliveira
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a relatoria do Senador Laércio Oliveira, a quem asseguro a palavra para o relatório.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou ao relatório.

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem n°37, de 2025, submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Antonio Matias Nogueira Moreira, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme disposto no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal e no art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

O *curriculum vitae* anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Antonio Matias Nogueira Moreira, que passo a resumir.

O indicado é cidadão brasileiro, bacharel em Ciências Econômicas, graduado em Gestão Financeira pela Universidade Católica de Brasília (UCB) em 2009, pós-graduado em Gestão de Pessoas pela Faculdade Anísio Teixeira em 2016 e possui MBA em Governança, Gestão de Riscos e Compliance, pelo Centro de Estudos em Direito e Negócios – CEDIN, em 2022. Atualmente, é mestrando em Economia (Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP).

Registra ainda participação nos programas de formação:

– Certificação em Investimento Financeiro Anbima (CPA 20)

– Certificação em Compliance Anticorrupção na Administração Pública (CEDIN).

– Curso para Conselheiro de Administração (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC).

– Formação em Governança e Inovação Pública (FGV).

Quanto à atuação profissional, o indicado é funcionário da Caixa Econômica Federal desde a aprovação de concurso público em 2012. Desde abril de 2023, ocupa o cargo de Diretor Executivo de Governança, Riscos, Integridade, Compliance e Sustentabilidade da Caixa Cartões Holding S.A., sendo formalmente designado como responsável pela governança da companhia. Lidera estruturas voltadas ao cumprimento normativo, prevenção a riscos e fortalecimento da cultura de integridade. Suas responsabilidades incluem a coordenação dos controles internos, do gerenciamento de riscos corporativos, da governança, da responsabilidade socioambiental e da conformidade regulatória, bem como a atuação como Encarregado de Dados, conforme exigido pela Lei Geral de Proteção de Dados. O indicado também é responsável pela interlocução institucional com órgãos de controle e fiscalização e pela supervisão da aderência da companhia às diretrizes da Lei nº 13.303/2016, ao Código de Conduta e às políticas internas.

Desde 2023, ocupa também a função de Presidente do Conselho de Administração da Infra S.A., empresa pública federal vinculada ao Ministério dos Transportes, cuja missão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégica é desenvolver a infraestrutura logística nacional, com foco no setor ferroviário e na articulação intermodal. Na condição de presidente do colegiado, lidera as deliberações de orientação geral dos negócios, supervisão da diretoria executiva, aprovação de planos estratégicos, avaliação de riscos e monitoramento da governança corporativa da companhia. As decisões conduzidas no âmbito do conselho buscam assegurar o alinhamento da gestão aos interesses públicos, aos compromissos socioambientais e à legalidade das operações. O indicado relata que tal experiência reforça sua familiaridade com a lógica regulatória e com a dinâmica entre Estado, mercado e políticas públicas, competências diretamente aplicáveis às atividades de uma agência reguladora.

Ainda no setor de infraestrutura, atuou por mais de três anos como gestor da EPL (Empresa Planejamento e Logística), onde teve contato com estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental de diversos ativos de infraestrutura de transporte em seus diversos modais e com o Plano Nacional de Logística.

O tempo de experiência apresentado atende ao disposto no art. 5º, incisos I e II da Lei 9.986, bem como não incorre nas vedações previstas no art. 8º.

Cumpre, por fim, relatar que o candidato apresentou os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c" do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do *caput* do mesmo artigo.

São esses os elementos, Sr. Presidente, disponíveis para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura delibere sobre a indicação do Sr. Antonio Mathias Nogueira Moreira para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. pelo relatório, nobre Senador Laércio Oliveira.

ITEM 7
MENSAGEM (SF) N° 38, DE 2025
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a indicação do Senhor ALEX ANTONIO DE AZEVEDO CRUZ, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Luciano Lourenço da Silva.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Fernando Farias
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com o relatório do Senador Fernando Farias, a quem asseguro a palavra.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao relatório.

Com base no art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, e em conformidade com os termos do art. 53 da Lei de nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o Sr. Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Alex Antonio de Azevedo Cruz para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes.

Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 38, de 2025, à qual se encontra anexado o currículo do indicado e demais documentos pertinentes.

O Sr. Alex Antonio de Azevedo Cruz é cidadão brasileiro, formado em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba, e, desde 2023, atua como assessor especial da Presidência da Infra S.A., empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes

Foi Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Campina Grande, de 2010 a 2012, Secretário de Desenvolvimento Econômico da mesma Prefeitura, de 2008 a 2010, Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, de 2003 a 2005, Presidente da Agência de Água, Irrigação e Saneamento do Estado da Paraíba, de 2002 a 2003, e é servidor público de carreira do Governo do Estado da Paraíba desde 1986.

Constata-se que o indicado apresentou as informações exigidas pelo art. 383, inciso I, alínea "b", item 1 a 5 do Regimento Interno do Senado, de que não possui parentes que exerçam ou exerceram atividades vinculadas à ANTT, de não participação como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, de regularidade fiscal nos âmbitos federal, do Estado da Paraíba e do Município de Campina Grande, de que nada consta referente a processos, ações e execuções cíveis e criminais em que seja parte no âmbito da Justiça Federal, do Distrito Federal e da Paraíba; e de não participação em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Também foi apresentada argumentação escrita destinada a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo, exigida pelo RISF, art. 383, inciso I, alínea "c". No documento, além de recapitular a trajetória acadêmica e profissional descrita no seu currículo, o indicado afirma ter:

> [...] sólido conhecimento do arcabouço legal que rege as agências reguladoras, profundo conhecimento [...] dos desafios inerentes às agências reguladoras, compreensão dos aspectos técnicos e operacionais dos modais de transporte terrestre, capacidade de articulação institucional e visão sistêmica e trajetória ilibada no serviço público com sucessivas nomeações para cargos de alta responsabilidade.

Cabe mencionar que o candidato declara em formulário intitulado "Cadastro de Indicação", encaminhado pelo Poder Executivo, que não se enquadra nas situações de impedimento na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, §9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, ou na Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras.

Ainda quanto às exigências da Lei nº 9.986, de 2000, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisório e o controle social das agências reguladoras, observa-se que o candidato atende aos requisitos impostos pelo art. 5º, tendo ocupado cargos em comissão de nível elevado no serviço público por mais de quatro anos.

Pelo exposto, entendemos que os Parlamentares desta Comissão dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Alex Antonio de Azevedo Cruz para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea "f", combinado com os arts. 53 e 58 da Lei nº 10.233, de 2001.

É a leitura, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Fernando Farias, pelo relatório.

Vamos ao próximo item.

O item... (*Pausa.*)

Nós estamos com um conjunto de indicados que não foram incluídos na data de ontem na Ordem do Dia em razão dos relatórios ainda estarem na fase final pelos eminentes Relatores, mas, conforme anunciado inicialmente, estando presentes os Relatores aqui, todos nós vamos colocar na pauta para a devida leitura do relatório e, na semana seguinte, faremos a sabatina.

Se, eventualmente, um ou outro Relator não estiver e nós tivermos que fazer a leitura na próxima terça-feira, nós vamos tentar estabelecer um modelo. Como são 17 nomes no total, 16 com relatório e provavelmente mais um até terça-feira, nós vamos estabelecer um modelo em que a gente tenha condições de colocar na mesa os indicados, para os Senadores fazerem os seus questionamentos, as suas ponderações. Então, talvez a gente faça terça de manhã, terça à tarde e, se for necessário, na quarta-feira, para a gente tentar concluir com a sabatina de todos.

Se eventualmente algum relatório não for lido no dia de hoje, eu, a exemplo de outro que deve ser feito na próxima semana, eu faria, no primeiro momento, na terça-feira, a leitura desse relatório, daria vista, em horas, havendo acordo e sem divergência do Plenário; e, ao final da sabatina dos demais, esse que teve o relatório lido na terça-feira, a gente faria também a sabatina, para que não haja prejuízo com relação à sequência de todos os indicados que estão aí aguardando há muito tempo esse processo ser concluído.

Portanto, nós vamos passar agora aos itens extrapauta.

O Senador Esperidião Amin é o primeiro? V. Exa... Eu estou com o item da... Eu tinha pedido para o Senador Fernando Farias fazer a relatoria do item 3. Amin, se V. Exa. permitir, é porque esse é o item 3, ainda está no conjunto dos primeiros. Só para fazer sucintamente o item 3, porque aí a gente encerra os que estavam na Ordem do Dia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Como negociou os...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu farei... E aí, a gente já vai direto para os demais itens da pauta.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) N° 85, DE 2024
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, o nome da Senhora LORENA POZZO, para exercer a função de Diretora de Instalações Radioativas e Controle da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear - ANSN, com mandato de três anos.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

E, como já anunciado, ele está presidindo a Comissão de Constituição e Justiça, em razão das sabatinas que lá acontecem, e por essa razão, devidamente ajustado com o eminente Relator, faço a designação, como Relator *ad hoc,* do Senador Fernando Farias. V. Exa. tem a palavra.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Vamos ao relatório.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, o Sr. Presidente da República, por meio da Mensagem nº 85, de 2024 (Mensagem nº 1.611, de 2024, na origem), submete à apreciação do Senado Federal o nome da Sra. Lorena Pozzo para exercer a função de Diretora de Instalações Radioativas e Controle da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSS), com mandato de três anos.

Compete privativamente ao Senado deliberar, por voto secreto e após arguição pública, sobre a escolha de titulares de cargos públicos, conforme previsto na legislação supracitada.

No âmbito desta Casa, a análise da indicação compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, e segue o rito disposto no art. 383 dessa norma.

Lorena Pozzo, conforme ela informa em seu currículo anexado à Mensagem nº 85, de 2024, é brasileira, graduada em Física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestre em Ciências também pela Unicamp e doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP).

Associado à sua sólida formação acadêmica, Lorena Pozzo é autora de vários trabalhos científicos, como artigos, livros, capítulos de livro e avaliações técnicas. Ademais, orientou alunos cursando mestrado e doutorado e projetos de iniciação científica, participou de bancas de avaliação de mestrado e doutorado e é revisora de revistas científicas.

Atualmente, Lorena Pozzo exerce a função de Coordenadora do Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde (Nats) do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), da Comissão Nacional de Energia Nuclear, onde ingressou como pesquisadora em 2010. Antes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conforme pode ser confirmado em pesquisa na internet, havia atuado como professora na Unicamp (2007 a 2010) e na Universidade Nove de Julho (2003 a 2007).

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Risf, Lorena Pozzo declara:

• não possuir parentes que exerçam ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional;

• não possuir participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais;

• estar em situação fiscal regular, conforme certidões negativas de débitos emitidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pela Secretaria da Fazenda e do Planejamento do Estado de São Paulo e pela Prefeitura de São Paulo; essas certidões, hoje com prazos vencidos, estavam dentro de seu prazo de validade quando foram entregues ao Senado Federal;

• não possuir ações judiciais em curso;

• não ter atuado, nos últimos cinco anos, contados retroativamente a 2024, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais e em cargos de direção de agências reguladoras;

• se enquadrar de forma cumulativa ao art. 4º, §1º, inciso I, alínea "b" (item 3), e inciso II, da Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, do art. 5º, §1º, inciso I, alínea "b" (item 3), e inciso II, do Anexo I ao Decreto nº 11.142, de 21 de julho de 2022;

• não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

• possuir formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicada;

• possuir formação acadêmica com as atribuições do cargo para o qual foi indicada.

Diante das informações apresentadas, conclui-se que a indicada atende às exigências constitucionais, legais e regimentais, bem como possui reputação ilibada, formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o exercício da função de Diretora de Instalações Radioativas e Controle da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN).

Consideramos, assim, que o processo de sua indicação observou os requisitos aplicáveis, encontrando-se esta Comissão apta a deliberar sobre o nome da Sra. Lorena Pozzo para o cargo referido.

O parecer é esse, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. pelo relatório.

Passaremos agora aos itens que não estavam na Ordem do Dia propriamente dita.

Eu vou iniciar esses itens, se me permitem, com o item do Senador Esperidião Amin, por uma razão objetiva. Na sequência está o item do Senador Marcos Pontes e os demais.

Em razão do enquadramento técnico que nós vamos dar, Senador Esperidião Amin, eu vou, em relação à questão das condicionantes, dos impedimentos, para a gente firmar o entendimento... Eu estou solicitando à assessoria e aos Relatores todos que fizeram os seus relatórios – eu vi que o Senador Laércio fez menção a essa pendência – se há outros indicados com situações idênticas e que, de repente, não tenham sido mencionados pelo conjunto dos Relatores, para a gente firmar o entendimento na Comissão de que, nos termos daquilo que for

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decidido na Comissão, façam sanar essas pendências, sob pena de chegar no momento da sabatina e não ter o ato de sabatina. Às vezes, no afã de ajudar, alguém acaba podendo criar um incidente que, de repente, poderá causar depois algum tipo de constrangimento, porque, se não o fizer aqui, depois, mesmo que empossado, se identificada a situação, vai gerar consequências.

Eu asseguro a palavra ao Senador Esperidião como primeiro item dessa extrapauta.

Portanto, faço o anúncio do item 13, Mensagem nº 88.

EXTRAPAUTA
ITEM 13
MENSAGEM (SF) N° 88, DE 2024
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor TIAGO CHAGAS FAIERSTEIN, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, no mandato a iniciar em 20 de março de 2025, decorrente do término do mandato de Juliano Alcântara Noman, que renunciou.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Esperidião Amin
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Relator certamente fará a pronúncia de forma mais adequada.

Com relatório, como já adiantado, do Senador Esperidião Amin, a quem asseguro a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, eu serei muito conciso quanto ao relatório propriamente dito. Meu relatório tem cinco páginas, e as duas primeiras se referem objetivamente ao currículo do indicado e ao preenchimento dos quesitos normais a um relatório desse jaez.

Portanto, trata-se de uma função muito relevante. A aviação civil tem uma importância no mundo e no Brasil... No mundo, gigantesca, e no Brasil, com particularidades próprias de um país continental, em que tivemos nos últimos dias desativados voos regionais, o que interfere na vida, principalmente do Brasil grande, que é o Brasil do Norte, do seu estado, inclusive. Os esforços que os governos têm feito, inclusive este, para difundir a aviação regional, são espasmódicos: vai, infla, mas sempre se conquista alguma coisa.

Então, quanto à importância do papel e da missão, eu, que estou aqui ao lado do homem das grandes altitudes, das maiores altitudes, o nosso Senador e Astronauta Marcos Pontes... Aliás, nos Estados Unidos, Senador, ele era apresentado como uma honra para todos nós, como é, e o Senador Nelsinho Trad dizia que ele tinha ido e voltado, e talvez o retorno tenha sido mais emocionante do que a partida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, voltando, então, é nas pp. 3, 4 e 5 que eu trato complementarmente daquilo que o Senador Laércio Oliveira, objetivamente, colocou perante todos nós. O que é a desincompatibilização exigida pela lei? É no momento da indicação pelo Presidente da República ou é antes de assumir, ou seja, pós-sabatina? É lógico que tem que ser pós-sabatina. Primeiro, o prazo de tramitação da indicação não é seguro.

Vamos agora a outras questões de que nós estamos tratando. No Código Eleitoral, a Câmara dos Deputados, Senadora Margareth, aprovou que, para um militar, por exemplo, ser candidato, ele tem que pedir demissão do cargo quatro anos antes. Vai viver do quê? Então, nessa questão de barreiras e desincompatibilização, tem havido coisas sensatas e tem havido coisas de difícil explicação. Como é que eu vou sair da minha profissão por demissão, que eu peço? Portanto, vou ficar sem o abrigo de exercer um cargo fixo, permanente, efetivo. De sorte que eu acho que nós temos que aproveitar este momento para firmar o marco temporal da sensatez.

O marco temporal da sensatez que eu defendo converge com o do Senador Laércio Oliveira, e caberá aí à Secretaria das Comissões negociar, porque estamos aprovando em outras Comissões com um marco temporal. O marco temporal é: tem que ser antes da posse. Eu defendo que seja imediatamente após a aprovação da sabatina ou que acompanhe a liberação da sabatina o documento de desincompatibilização.

Dessa forma, eu resumo o máximo que posso o meu voto, o meu parecer, que diz o seguinte.

Para resumir o resumo, na p. 4, eu menciono: De forma distinta, o *caput* do art. 8º-A não estabelece um período de quarentena para que uma pessoa em situação que configure impedimento pelos incisos subsequentes seja considerada desimpedida. Deu para entender? Ou seja, no limite, a cessação do vínculo, seguida da indicação e aprovação, ainda que na mesma data de qualquer interessado, não contraria a lei, o espírito da lei. Sendo assim, a ausência do período de quarentena deixa evidente que o que a lei exige é a cessação do vínculo antes da assunção ao cargo para o qual a sabatina – e a aprovação na sabatina – libera para a assunção ao cargo.

Portanto, é justo adotar o entendimento de que, registrado o compromisso de quebra de vínculos e observada a efetivação dessa quebra, o indicado chega aqui com o compromisso de que vai se desimpedir e deve efetivar a cessação do impedimento antes de tomar posse.

Esse é o meu voto a respeito desse assunto, e creio que V. Exa. pode, junto às outras Comissões, criar uma base uniforme e, se for o caso até, explicitar isso numa emenda à lei em vigor.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nós fizemos isso, Senador, no caso das concessões de rádios. Todas as concessões de rádio que nós aprovamos enfrentam o decreto-lei que ainda está em vigor, que é de 1968, que proíbe o funcionamento em rede. Ora, qual é a rádio que não funciona em rede hoje? No texto de 1968, tinha um sentido proibir a rede, um decreto-lei; hoje, nenhuma rádio consegue suportar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programação local integral para as suas 12 horas. Estou falando das que funcionam pouco, algumas são ininterruptas. Então, essa adequação talvez até se possa fazer depois por lei.

Portanto, é justo adotar o entendimento de que, registrado o compromisso de quebra de vínculos e observada a efetivação dessas quebras – pode ser mais do que um vínculo – antes da data de nomeação, o objetivo central da lei estará cumprido. Por quê? Mais do que isso, seria dizer: "Eu não quero que tenha experiência. Se tiver experiência, não será nomeado". Isso seria um absurdo. Então, a temporização da experiência é o que a lei pretende.

E eu estimaria que esse marco temporal fosse adotado, primeiro, por usos e costumes na compreensão da lei em vigor, do sentido da lei em vigor.

Para que ela existe? Ela existe para assegurar que não haja exercício concomitante de funções de regulação e de execução, ou seja, eu não posso ser membro de um conselho de uma empresa que pode, ainda que remotamente, ser beneficiada ou prejudicada pela ação da agência reguladora. Isso é uma imoralidade. Então, esse é o sentido da lei. Assim como, no caso do desembarque, se estabelece um período para que alguém que exerceu uma função determinada não volte ao mercado de trabalho em conflito potencial com a função que ele exerceu.

Feito isso, Presidente, eu lhe agradeço pela deferência de ser o Relator dessa matéria. Repito: quanto às razões objetivas da indicação – eu nunca fiz indicação para exercer algum cargo em agência reguladora –, eu acho que foram respeitadas as requisições de experiência exigidas e creio que, com esse aperfeiçoamento que V. Exa. poderá liderar em termos de implantação, nós aprimoraremos tanto a indicação quanto a lei.

Concluo dizendo o seguinte: desde 2019, Senador Marcos Rogério, eu sonho com a ideia de nós implantarmos no Senado o que o Senado americano tem, que é a comissão de mineração – mineração de dados. (*Risos.*) É, não é de mineração de pedra ou metal.

Para quem já teve a experiência, pelo menos uma vez, de ter casado, se você se casar com a sua contraparte, que eu espero que vire a favor, de outra paróquia, de outra comarca, você tem que se submeter ao Código Civil, que prevê os proclamas. Vocês sabiam disso? Começa no art. 1.557 do Código Civil, vai se desdobrando, e termina com a publicação do aviso na paróquia, se ele for se casar no religioso também, perguntando se alguém tem alguma coisa contra aquele casamento. Quem sabe se o sujeito já se casou em outro país? Já aconteceu, né? Na novela já aconteceu muitas vezes. É a famosa e desafiadora frase: "Fale agora ou cale-se para sempre". Isso é dos proclamas.

Então, a comissão de mineração... E o meu parceiro nisso vai ser o Senador Marcos Pontes, portanto, vamos operar em altitudes...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Grandes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... exalçadas.

E paro por aqui porque já estou atrapalhando o meu sucessor.

Creio que isso poderá aprimorar ainda mais essa iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado ao nobre Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apenas, à guisa de enfrentar essa matéria na extensão que o tema exige, penso que a manifestação de V. Exa. é absolutamente pertinente e diz respeito a algo que esta Comissão já enfrentou antes e que nós precisamos delimitar: um critério de aplicação dentro do princípio da razoabilidade, que é o que V. Exa. acaba adotando como solução para aquilo que a Lei 9.986 vai estabelecer a partir da regra do art. 8º.

Quando verificada a regra do art. 8º, que é uma situação inversa, no caso de quem já está na diretoria colegiada, aí ele não pode integrar, compor quadros daquelas empresas que são reguladas, ele também cria essa mesma figura do impedimento. Os membros do conselho diretor ou diretoria colegiada ficam impedidos de exercer atividade ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência. Então, uma vez ocupando o cargo na diretoria colegiada, seja ele na bancada ou como diretor-geral, há esse impedimento de, a partir da posse, se exercer essa atividade numa daquelas empresas ou instituições que são reguladas. Já o art. 8º-A, nesse caso, vai dizer o contrário, é com relação ao indicado.

E aí V. Exa. traz uma ponderação em relação à interpretação do que seria o marco temporal. O *caput* do art. 8º-A dispõe que é vedado indicar pessoa que se encontre nas hipóteses previstas nos incisos. A vedação, portanto, refere-se à situação existente no momento da indicação. E aqui começa a... E aqui é por amor ao debate mesmo. Se na data da indicação formal ou da sabatina, o candidato já não mantiver vínculo com as entidades reguladas, portanto, o impedimento deixa de existir, porque não há risco de influência direta ou indireta ou conflito de interesse neste instante.

E aqui eu acrescento que a indicação aqui é ato vinculado. A indicação aqui, no caso das agências, é ato vinculado, ela se completa com o exaurimento do processo de sabatina. Não há indicação que cumpre a sua finalidade em si mesma. Ela só completa o seu efeito com a instrução que segue o processo e o processo de sabatina. Portanto, ele é um ato vinculado, quem indica é o Poder Executivo, é o ministro da pasta de regência que faz a indicação ao Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal. Portanto, a indicação aqui não se completa com o ato inicial do ministro de Estado ou do Presidente da República. Essa indicação é um ato vinculado, ela passa pelo critério de verificação e de validação do Senado Federal. Se assim não fosse, desnecessário seria o processo de sabatina.

Por isto estou fazendo menção a esses aspectos: para concordar com V. Exa., uma interpretação mais restritiva vai entender que desde o ato inaugural de indicação, verificado o impedimento, não se pode sequer submeter à sabatina, porque o impedimento foi verificado no ato da indicação, mas essa indicação – com todo o respeito a quem, de repente, pensa diferentemente – é um ato que não se completa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Vinculado e condicionado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vinculado e condicionado.

Ele não se completa apenas pelo critério de escolha do ministro, pelo critério de escolha de encaminhamento do Presidente da República.

Portanto, a ausência de vedação... Aqui nós estamos diante de uma ausência de uma vedação permanente, e a lei não prevê quarentena prévia para as indicações, diferentemente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de outros dispositivos legais, em que, aí sim, você tem a quarentena como um requisito. Então, uma vez rompido o vínculo jurídico e econômico, o ex-dirigente não mais participa dos resultados, não tem qualquer ingerência, portanto não haveria o impedimento.

Aí V. Exa. coloca de dois momentos – eu estou fazendo essas ponderações porque pedi à Secretaria da Comissão que prepare um ato da Comissão, e, na sessão seguinte, a gente submete aos pares esse ato para firmar o entendimento –, V. Exa. fala de duas situações: uma é até o momento em que a sabatina acontece; o outro momento é até que a posse aconteça. Nós vamos interpretar, nós vamos entender que esse impedimento deve ser verificado até a sabatina, mas condiciona-se a aprovação, aqui e no Plenário, à confirmação da desincompatibilização desde logo, ou, uma vez iniciado o processo de desincompatibilização em tempo hábil – portanto, antes da sabatina –, fica autorizado o indicado a ter a condição de desincompatibilização até o ato de posse. São duas situações.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O requisito para a posse.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O requisito para a posse.

Todavia, nesse caso, isso escapa ao controle direto, objetivo do Senado Federal...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É a lei.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se acrescentado na lei, é uma outra situação, porque o Senado tem controle até o momento da aprovação em sede do Plenário do Senado Federal. Até esse momento, o Senado tem controle; a partir daí, é o Executivo.

Nós podemos adotar aqui um caminho ou outro da interpretação de que, uma vez, antes da sabatina, apresentadas as comprovações de que houve o pedido de desincompatibilização, faz-se a sabatina e fica condicionada a aprovação do Plenário à confirmação da desincompatibilização. A Comissão informa ao Plenário do Senado Federal que, no ato de apreciação em Plenário, deve-se verificar a desincompatibilização. Essa é uma hipótese. A outra é, antes do ato de sabatina, você ter a confirmação do pedido de desincompatibilização, condicionando o ato de posse à desincompatibilização. São dois caminhos.

E aí eu gostaria de depois...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com a posse, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... nós harmonizaríamos mais facilmente com o art. 8º, porque ele não pode...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Porque o art. 8º vai também proibir, vai ter a mesma proibição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O art. 8º é o durante o exercício...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e a posse é no início do exercício.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E por que – perdoem-me alongar um pouquinho esse debate – a gente está discutindo isso, por que isso é um critério importante e essa avaliação que nós estamos fazendo se faz necessária? Por uma questão de razoabilidade e de proporcionalidade.

Muitos indicados são indicados num momento, e a sabatina é feita muito tempo depois. E a posse, às vezes, acontece muito tempo depois. E, às vezes, você está diante de um quadro que tem especialidade, que presta relevante serviço nesses espaços e que, se você leva seis meses – tem indicado aqui que nós estamos com mais de seis meses –, três anos... (*Pausa.*)

Já teve indicado, me lembra aqui o Secretário da Comissão, que é mais longevo do que nós, que ficou dois anos com a indicação feita e sem aprovação final. Então, como é que você vai proibir, desde logo...

Por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado pela contribuição de V. Exa.

Então, essas ponderações... E aí na terça-feira, de repente, eu abro uma discussão em relação a isso, para gente firmar um entendimento, porque, se por um lado nós precisamos cumprir a finalidade da lei... A finalidade da lei é que, no exercício da função, não se tenha essa incompatibilidade, não se tenha esse conflito de interesse; isso é no exercício. Agora, não se pode punir o indicado – essa é a minha avaliação e na mesma esteira também estão o Senador Esperidião e o Senador Laércio que suscitou aqui –, não se pode punir o quadro indicado por antecipação, uma vez que não se sabe exatamente em que momento acontecerá a posse.

Portanto, eu pedi à Consultoria que faça essa análise em relação a esses dois critérios: um antes da sabatina em si e com o exaurimento do prazo até a votação pelo Plenário do Senado Federal; e uma segunda hipótese, até o ato de posse.

Com essas observações, passaremos aos próximos itens.

EXTRAPAUTA
ITEM 14
MENSAGEM (SF) Nº 84, DE 2024
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, o nome do Senhor ALESSANDRO FACURE NEVES DE SALLES SOARES, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear - ANSN, com mandato de quatro anos.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Asseguro a palavra ao Relator, Líder Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

No relatório, os dois primeiros parágrafos são referentes à demonstração dos artigos da Constituição e do Regimento que atestam a prerrogativa do Senado dessa indicação.

O Sr. Alessandro Facure Neves de Salles Soares tem formação acadêmica que o qualifica para exercer o cargo de Diretor da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear. Graduou-se em Física, em 1999, pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tornou-se mestre em Física em 2001, pela mesma universidade, e doutor em Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no ano 2006.

Sua experiência profissional iniciou-se na Comissão Nacional de Energia Nuclear, em 2002, onde exerceu as funções de Chefe de Divisão de Aplicações Médicas e Pesquisa e Coordenador-Geral da Coordenação Geral de Instalações Médicas e Industriais. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Cnen.

Entre 2010 e 2017, atuou como docente de pós-graduação do Instituto de Radioproteção e Dosimetria da Cnen (IRD/Cnen) e, desde 2016, é docente do Mestrado Profissional em Física Médica do Departamento de Ciências Radiológicas do Instituto de Biologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Além disso, ao longo de sua carreira, foi autor de 40 artigos científicos publicados em periódicos indexados nas áreas de proteção radiológica, física médica e cálculos de blindagem contra radiações ionizantes, apresentou trabalhos em congressos nacionais e internacionais, e orientou trabalhos de iniciação científica, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição, o indicado declara: i) não possuir parentes que exerçam ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à atividade profissional em que ele atua; ii) não possuir participação como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais; iii) estar regular com o Fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta; iv) figurar como autor em duas ações judiciais em tramitação perante a Justiça Federal, ambas em fase recursal; v) não ter atuado, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais, ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Apresentou, também, atendimento às alíneas “a” e “c” do inciso I do art. 383 do Regimento, currículo e argumentação escrita em que apresenta sua experiência profissional no campo de atuação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para ocupar o cargo de Diretor.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que o indicado atende às condições estabelecidas pelo art. 4º da Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, a qual criou a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, pois possui reputação ilibada e notório conhecimento no campo de sua especialidade. Além disso, atende cumulativamente aos incisos I e II do §1º do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 4º dessa lei, pois tem a experiência profissional necessária e formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado.

Consideramos, assim, que foram cumpridas todas as exigências constitucionais, legais e regimentais. Esta Comissão, portanto, tem condições de deliberar sobre a condução do Sr. Alessandro Facure Neves de Salles Soares ao cargo de Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, com mandato de quatro anos.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Eu quero somar aqui também a minha satisfação em poder ler o relatório para o Diretor-Presidente dessa Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, da qual eu fui, quando Ministro, o criador. O importante é que agora eu vejo a autoridade pegar velocidade e realmente entrar em atuação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Não por outra razão fiz questão de indicar V. Exa. como Relator dessa matéria: para também registrar o reconhecimento pela iniciativa, por todos nós reconhecida como um acerto, especialmente neste tempo, neste momento em que nós estamos vivendo.

Eu tive oportunidade de receber os três indicados no gabinete. Eles são absolutamente preparados, qualificados, são quadros técnicos que tenho certeza de que vão cumprir a tarefa, cumprir a missão com muita competência.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Só registro que essa Autoridade Nacional de Segurança Nuclear foi criada depois de 34 anos de débito, vamos chamar assim, do país em termos de legislação e estruturação do setor nuclear junto às organizações internacionais, como a Agência Internacional de Energia Atômica, que há muito tempo cobrava o país sobre a separação da execução da fiscalização, o que é óbvio, mas durante mais de 30 anos, nós permanecemos incorretos com relação a essa exigência natural e o bom senso.

Portanto, a criação dessa autoridade nuclear foi extremamente importante para o país, eu espero que tenha muito sucesso e que as dificuldades iniciais administrativas com a separação de uma parte da Cnen sejam sanadas pelo Executivo, como deve ser, com relação a orçamento pessoal para manutenção dessa agência que é tão importante no aspecto do desenvolvimento de tecnologia nuclear no país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

O item 15.

EXTRAPAUTA
ITEM 15
MENSAGEM (SF) Nº 89, DE 2024
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor RUI CHAGAS MESQUITA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, na vaga decorrente do término do mandato de Rogério Benevides Carvalho.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Autoria da Presidência da República, com relatório do Senador Líder Lucas Barreto, a quem asseguro a palavra.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a V. Exa. a relatoria, porque o Comandante Rui Chagas Mesquita, além de conterrâneo, é uma pessoa que todos nós conhecemos, V. Exa. também. Ficamos muito felizes com a sua indicação e com a indicação de todos os outros para a Anac, né? Porque será uma oportunidade ímpar de o Amapá deixar de ser discriminado. Todos os voos lá são de madrugada, às 4h, 5h da manhã. Mas, o pior é que quando chega aqui, o portão sempre é o 51, é o último. Nunca, nunca muda, né? É sempre, apesar de ter vaga em outros *fingers*, é o 51.

Mas tem um problema mais grave lá agora: é que, nós, a nossa bancada colocou o dinheiro para fazer um novo aeroporto de Macapá. E esse aeroporto tem um contrato lá de locação – não é que foi privatizado – e não tem, imaginem os senhores, não tem ar-condicionado. E isso vem se repetindo já há três meses. Já solicitei à Anac informação, pedi providências e nada. Parece que eles não ouvem, não escutam.

Então os senhores vão ter essa oportunidade, acho que está com esse pouco número.

Mas, Sr. Presidente, com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e em conformidade com os termos do art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Rui Chagas Mesquita para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), autarquia especial vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 89, de 2024 (Mensagem nº 1.615, de 2024, na origem), à qual se encontram anexados o currículo do indicado e demais documentos pertinentes.

O Sr. Rui Chagas Mesquita, após sua formação como Técnico em Eletrotécnica, tornou-se bacharel em Ciências Aeronáuticas, com habilitação em Aviação Militar, pela Academia da Força Aérea, e bacharel em Administração Pública, com ênfase em Administração Pública, em 1983. Possui especialização em Análise de Sistemas pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e em Gestão Pública pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). É também é mestre em Defesa e Segurança Hemisférica pelo Colégio Interamericano de Defesa (CID/EUA).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O indicado integrou a Força Aérea Brasileira de fevereiro de 1980 a fevereiro de 2020, período em que ocupou os seguintes cargos e funções:

• Chefe da Subseção de Navegação Aérea;

• Chefe da Seção de Suprimentos e Manutenção de Aeronaves;

• Chefe da Subdivisão de Manutenção da Comissão para a Construção de Aeroportos da Região Amazônica (Comara);

• Checador de voo de aeronaves e helicópteros, vinculado ao 1º Serviço Regional da Aviação Civil (Serac-1), no período de 1987 a 1991, do antigo Departamento de Aviação Civil (DAC);

• Chefe da Seção de Pessoal; Adjunto da Seção de Material; Chefe da Subseção de Planejamento e Navegação Aérea, da Subseção de Instrução e Doutrina Aérea e da Seção de Informática do Grupo de Transporte Especial;

• Chefe da Seção de Controle das Operações Aéreas Militares da Base Aérea de Brasília;

• Chefe da Seção de Informática e Tecnologia da Informação da Comissão de Promoção de Oficiais da Aeronáutica; Assistente de Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica e Adjunto da Divisão de Finanças da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica;

• Professor convidado do Center for Hemispheric Defense Studies (CHDS) – EUA;

• Assessor Parlamentar e Judiciário, entre 2009 e 2016;

• Chefe da Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais do Comando da Aeronáutica;

• Comandante do Sexto Comando Aéreo Regional – Região Centro-Oeste;

• Presidente do Clube da Aeronáutica de Brasília;

• Diretor de Ensino da Aeronáutica;

• Assessor de Estudos Estratégicos do Estado-Maior da Aeronáutica;

• Secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa;

• Membro do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

• Membro suplente do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior;

• Membro suplente do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e

• Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Ademais, o indicado tem experiência de voo em diversos modelos de aeronaves e helicópteros, com aproximadamente 5 mil horas de voo, Sr. Presidente – incluindo-me numas 10 horas, 20 horas dessas –, além de ampla formação complementar em cursos operacionais, de gestão da aviação e de segurança operacional.

Constata-se, ainda, que o indicado apresentou as informações exigidas pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, notadamente as seguintes declarações:

• de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual, municipal ou distrital;

• de que não figura como autor ou réu em nenhuma ação judicial;

• de que não possui parentes que exerçam ou tenham atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• de que não detém nenhuma participação societária na qualidade de sócio, proprietário ou gerente de empresa ou entidade não governamental;

• de que exerceu nos últimos cinco anos as funções de Diretor de Ensino da Aeronáutica, Assessor de Estudos Estratégicos do Estado-Maior da Aeronáutica e Secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa.

Consta ainda da documentação encaminhada argumentação escrita destinada a demonstrar sua experiência profissional para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Diante do exposto, Sr. Presidente, entendo que os ilustres Parlamentares desta douta Comissão dispõem de informações suficientes, anexas, para deliberar sobre a indicação do Sr. Rui Chagas Mesquita, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea "f", combinado com o art. 12 da Lei 11.182, de 27 de setembro de 2005.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. pela leitura do relatório.

Passaremos agora ao último item da pauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 16
MENSAGEM (SF) N° 36, DE 2025
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome da Senhora RENATA SOUSA CORDEIRO, para exercer o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na vaga decorrente do término do mandato de Joelma Maria Costa Barbosa.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senadora Margareth Buzetti
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Relatório da Senadora Margareth Buzetti, a quem asseguro a palavra.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

O primeiro parágrafo trata da constitucionalidade da indicação da Sra. Renata Sousa Cordeiro para ocupar o cargo, em autarquia especial do ministério da infraestrutura, de Ouvidora.

A Sra. Renata Sousa Cordeiro formou-se em Direito pela Universidade Católica de Brasília (UCB), em 2013. Segundo a mensagem encaminhada pela Presidência da República,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também possui especialização em Direito Público e curso de Direito Constitucional e Direito Civil pela Cefor, da Câmara.

Inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, atuou como assessora jurídica no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e no Ministério da Infraestrutura. Foi assessora especial na Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano no Governo do Maranhão, Superintendente de Integridade e Riscos da Infra S.A., assessora na Câmara dos Deputados e advogada do escritório JRS Advocacia.

Constata-se também que a indicada apresentou as informações exigidas pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, nomeadamente, as seguintes declarações: de que não possui parentes que exerçam ou exerceram atividades vinculadas à Antaq; de não participação como sócio, proprietário ou gerente em empresas ou entidades não governamentais; de regularidade fiscal nos âmbitos federal e do Distrito Federal, onde reside; de que nada consta referente a processos, ações e execuções cíveis e criminais em que seja parte no âmbito da Justiça Federal e do Distrito Federal; e de não participação em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladora.

Consta, ainda, da documentação encaminhada, lista de atividades realizadas durante as passagens por cargos anteriores como argumentação destinada a demonstrar notório conhecimento em administração pública, ou em regulação de setores econômicos, ou no campo específico de atuação da agência reguladora como determina o art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

Diante do exposto, entendemos que os ilustres Parlamentares desta douta Comissão dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação da Sra. Renata Sousa Cordeiro para exercer o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea "f", combinado com o art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senadora Margareth Buzetti. Agradeço a V. Exa. pelo empenho por estar aqui – já são quase 14h – trazendo esse relatório.

Assim, a gente completa a lista de indicados que estarão, na próxima semana, sendo submetidos às sabatinas no âmbito desta Comissão.

Eu estou reservando a terça-feira, manhã e tarde, para a gente tentar fazer aqui pelo menos duas ou três rodadas de sabatina, e a quarta-feira, para ver se a gente consegue, se for possível, exaurir aqui a lista toda na quarta-feira. Se não for possível, de repente, na outra semana, a gente complementa, mas o esforço, a depender do debate, do calor do debate, dos questionamentos... A gente estabelece um tempo razoável para cada indicado fazer a sua fala, mas o tempo dos Senadores com os questionamentos, com as ponderações, aí é uma situação que não dá para a gente fazer uma previsão muito segura. Então, nós vamos depender do ânimo do Plenário na terça e na quarta.

Então, desde logo, mais uma vez agradecendo a presença de todos aqui, de modo especial do conjunto dos Senadores e Senadoras aqui presentes, na pessoa da Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Margareth Buzetti, agradeço aos indicados. Terão aí o restante da semana para poderem descansar um pouquinho. Na terça-feira, todos aqui.

Eu não vou... Nós vamos tentar publicar a pauta... Eu vou tentar publicar a pauta na sexta-feira, talvez deixe para fazer na segunda, em razão da pendência que a gente tem. A expectativa é que chegue ainda até o final de semana.

Eu incluiria na pauta já de terça também essa indicação que está pendente, e aí a gente completaria todos os indicados.

Mais uma vez, agradeço a atenção de todos os senhores e as senhoras. Tenham uma excelente tarde e um bom almoço, porque já são 13h40.

E até a semana que vem, se Deus quiser.

Está encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quinze minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Fernando Dueire, Marcelo Castro, Sergio Moro, Otto Alencar, Daniella Ribeiro, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Pedro Chaves, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Rogério Carvalho, Weverton, Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues, Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Augusta Brito e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Farias, Jayme Campos, Cid Gomes, Irajá e Jorge Kajuru. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 53, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga decorrente do término do mandato de Rafael Vitale Rodrigues." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **2ª Parte - Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 88, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor TIAGO CHAGAS FAIERSTEIN, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, no mandato a iniciar em 20 de março de 2025, decorrente do término do mandato de Juliano Alcântara Noman, que renunciou." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 89, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor RUI CHAGAS MESQUITA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, na vaga decorrente do término do mandato de Rogério Benevides Carvalho." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 37, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor ANTONIO MATHIAS NOGUEIRA MOREIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Bisinotto Catanant." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 42, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor EDSON VICTOR EUGENIO DE HOLANDA, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, na vaga decorrente do término do mandato de Artur Coimbra de Oliveira." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 45, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor OCTAVIO PENNA PIERANTI, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, na vaga decorrente do término do mandato de Moisés Queiroz Moreira." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. O Senador Fernando Farias exerceu seu direito de voto, não obstante a ausência de registro de presença no sistema, ocasionada por falha técnica no equipamento de controle de presença. Fazem uso da palavra os(as) Senadores(as) Weverton, Daniella Ribeiro, Wilder Morais, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues e Chico Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de agosto de 2025.

Eu comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

Aviso 691, de 2025, do Tribunal de Contas da União, que trata de representação oferecida pela Unidade de Auditoria Especializada em Petróleo, Gás Natural e Mineração (AudPetróleo), do TCU, relatando irregularidades em curso na Agência Nacional de Mineração (ANM), relacionadas à outorga e fiscalização de títulos minerários no regime de permissão de lavra garimpeira, regime PLG.

Aviso 696, de 2025, do Tribunal de Contas da União, que trata de solicitação do Congresso Nacional encaminhada pelo Ofício 2, de 2025, CI, Presidência, de 11/03/2025, requerendo a realização de ato de fiscalização e controle a respeito do procedimento licitatório de concessão da rodovia BR-364.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, estarão disponíveis para consulta no *site* da Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Comunico ainda o arquivamento dos documentos que tiveram seu prazo de consulta encerrado.

A presente reunião está dividida em duas partes: primeiro, leitura do relatório do indicado à Agência Nacional de Transportes Terrestres, (ANTT), conforme nós já havíamos anunciado na semana passada, e também, na sequência, sabatina dos indicados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Hoje, nós teremos reuniões agora, pela manhã, vamos tentar exaurir os nomes que estão neste momento já compondo a mesa conosco. Na parte da tarde, nós faremos uma segunda rodada de sabatinas também. E, amanhã, nós temos previsão para duas reuniões, para tentar esgotar todos os nomes que foram indicados às agências reguladoras sob a responsabilidade do processo sabatinatório da Comissão de Infraestrutura. Pelo menos, na reunião pela manhã, a gente consegue fazer com tranquilidade. Aí, a segunda reunião vai depender da extensão dos Senadores no processo de sabatina, os questionamentos, as ponderações todas, mas eu penso que, se fizermos um esforço, vamos conseguir esgotar todas as sabatinas entre hoje e amanhã.

Portanto, agradecendo já a presença de todos os indicados que compõem a mesa conosco, antes de fazer aqui o anúncio das mensagens, apenas um comunicado ao Plenário, mas de modo especial aos indicados presentes e futuros. Nós, na semana passada, havíamos colocado aqui em discussão a questão do marco temporal com relação à desincompatibilização. A Lei das Agências vai tratar em dois pontos, nos arts. 8º e 8º-A, da desincompatibilização. No *caput* do art. 8º, ela vai dizer que uma vez ocupando uma das diretorias do colegiado de agência, você não pode tomar posse em conselho ou administração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direta. O outro artigo vai dizer que não pode indicar se estiver compondo quadros como membro, como conselheiro ou de outra natureza.

Então, nós temos aqui uma situação que precisa ser enfrentada com relação a esse é vedado indicar. Se é vedado indicar, a gente precisa delimitar aqui a questão temporal. O que é a indicação? A indicação é o simples ato administrativo em que o ministério coloca no sistema, manda à presidência, e a presidência faz essa indicação ao Senado Federal? A agência passando pelo Senado Federal? Ou ele é um ato composto e vinculado?

A interpretação que nós estamos adotando é de que essa indicação é um ato composto e vinculado, porque ele não se completa apenas com o ato administrativo inicial da Presidência da República em fazer a indicação. Ele tem o seu caminho, ele tem o seu exaurimento com a participação do Senado Federal.

E aí fica o ponto. Essa desincompatibilização deve ser observada no momento em que se inaugura o processo de indicação ou no seu final? E se no seu final, em que momento há o exaurimento do processo de indicação? Porque se ele é um ato composto e vinculado, ele tem um começo e tem um final. Ele tem um começo que nasce lá no ministério de origem, que vai ter um segundo passo junto aos órgãos burocráticos da Presidência da República, de verificação de documentação, para o ato do Presidente fazendo o despacho para o Senado Federal. Mas, e quando vem para o Senado Federal, quando esse ato é concluído? Em que momento há o exaurimento do processo de indicação? Porque depois da indicação vem o ato de nomeação, há um decreto de nomeação. E se não fosse necessária essa cautela de é vedado indicar pendentes essas desincompatibilizações, desnecessário seria o art. 8º-A. Então, se ele existe, logo, ele deve ser observado.

E aí nós fizemos uma ponderação com o conjunto dos Senadores que estavam aqui, antes de iniciarmos os trabalhos, em cima desse ponto para ver, adotar um critério de razoabilidade. Ouvindo os colegas, nós chegamos a uma conclusão – e aqui quero agradecer ao Senador Esperidião Amin –, por todos nós, houve a concordância de que seria a melhor alternativa para cumprir a lei, não expor os indicados a uma situação, de repente, de prejuízo – e não só o indicado, mas aqueles órgãos onde eles estão atuando também –, a gente adotar uma medida em que se cumprisse a lei, mas que não criasse entraves desnecessários fora de tempo.

Então, fica da seguinte forma: o ato de indicação completa os seus efeitos, tem a consumação dos seus efeitos – usando uma palavra do Senador Esperidião Amin –, ele tem a consumação dos seus efeitos com a aprovação no Plenário do Senado Federal. Por quê? Porque se a indicação é inaugurada pela Presidência da República e não há a aprovação no âmbito do Senado Federal, portanto, não há a completude, não há a confirmação da indicação. Ela só se completa, ela só se consuma com a aprovação no Plenário do Senado Federal. E por que não fazer antes da votação em Plenário, como eu até sugeri na sessão passada? E aí a voz corrente dos Senadores foi: "Mas, se esse candidato fez a desincompatibilização antes da votação em Plenário e por alguma razão o seu nome não foi aprovado, ele não tem o nome aprovado ali e fica depois ainda fora do espaço de atuação que ele tinha antes". Então, seria algo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, adotando aqui uma lógica de razoabilidade, de bom senso e de proveito do ato administrativo, sem impor qualquer prejuízo à administração pública ou ao indicado, fica dessa forma.

Portanto, a limitação do art. 8º-A se aplica claramente... E, aqui, para aqueles que têm dúvida em relação a se essa aplicação vai apenas em relação àquelas empresas, entidades que estarão sob a regência da regulação, que serão um órgão regulado, ou se essa interpretação é extensiva, a definição tomada pela Consultoria e submetida previamente aqui aos colegas é a seguinte: a limitação do art. 8º-A se aplica claramente aos dirigentes de entidades públicas ou privadas sob regulação da agência, bem como sobre membros de conselhos que representam interesses dessas entidades. Contudo, a desincompatibilização pode ocorrer até o fim do processo de indicação. E o fim, a consumação do processo de indicação é com a aprovação do Plenário do Senado Federal.

Posteriormente a isso, há um ato do Senado Federal, da Mesa do Senado Federal que encaminha as mensagens aprovadas à Presidência da República. Essa mensagem daqueles que foram aprovados e que têm pendências tem que ser... Essa pendência tem que ser sanada. Aí eu acho que a Secretaria-Geral da Mesa, depois, no entendimento com a Comissão, talvez estabeleça um prazo de 24 horas, de 12 horas, enfim... Aí nós vamos estabelecer isso com a Secretaria-Geral da Mesa depois, mas eu penso em pelo menos 24 horas para que, uma vez aprovado o nome, ele possa juntar a comprovação da desincompatibilização, sob pena de o nome não ser enviado à Presidência da República.

Eu indago aos colegas Senadores se o que expus está de acordo com o que nós...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – Perfeito, Presidente. Resumindo, isso previne... O Senador Esperidião Amin, como o mais experiente aqui desta Comissão, nos ajudou ali na condução dessa melhor solução para evitar que, lá na frente, se, porventura, um indicado não passe, ele não tenha o prejuízo de já ter pedido exoneração, ou seja, ele não tem o perigo de cair do cavalo e ainda pegar um coice. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Essa frase o Amin não previu! (*Risos.*)

É pena que ele estava no telefone, ele não o ouviu.

Muito obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu agradeço aos colegas e, portanto, vamos à pauta.

1ª PARTE
ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 53, DE 2025
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o §1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga decorrente do término do mandato de Rafael Vitale Rodrigues.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

A relatoria é do Senador Wellington Fagundes, a quem asseguro a palavra para o seu relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Bom dia a todos.

Vamos direto ao relatório.

Com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e em conformidade com os termos do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio para ocupar o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 53, de 2025 (Mensagem nº 1.106, de 2025, na origem), à qual se encontram anexados o *curriculum vitae* do indicado e demais documentos pertinentes.

O Sr. Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio é formado em Direito, pela PUC Minas, com especializações em Direito Processual, pela mesma instituição; também Gestão Jurídica e de Contencioso, pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais; e Gestão Empresarial, pela Fundação Dom Cabral (FDC). O indicado é mestre em Direito Econômico e Desenvolvimento pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e mestrando em Gestão e Políticas Públicas pela Universidade de Lisboa.

Possui mais de catorze anos de experiência nos setores de transporte, logística e infraestrutura, com atuação destacada em regulação.

Desde 2021, exerce o cargo de Diretor da ANTT, tendo atuado como relator em diversos projetos de concessões rodoviárias e de modernização regulatória, incluindo os das BR-040, BR-381 e BR-262. No setor ferroviário, foi relator da renovação antecipada da concessão da MRS e participa também da prorrogação antecipada da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), além de outras ações regulatórias relevantes no âmbito da agência. Essas iniciativas representam investimentos estimados em cerca de R$85,3 bilhões em rodovias e R$41,3 bilhões em ferrovias, contemplando obras de duplicação, segurança e acessibilidade.

Como Diretor da ANTT, foi responsável pela realização do I Encontro de Integração Regulatória entre a Justiça Federal e a ANTT, promovido em parceria com o Conselho da Justiça Federal e com o apoio da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). O objetivo do evento foi apresentar a estrutura e o funcionamento da agência, seus marcos regulatórios e o processo de governança a magistradas, magistrados, servidoras e servidores federais de primeira e segunda instâncias, e demais participantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sua gestão também tem se pautado pela promoção da previsibilidade, da segurança jurídica e do diálogo permanente com a sociedade e com os órgãos governamentais, reforçando o papel da ANTT como agente indutor do desenvolvimento dos transportes terrestres no Brasil. Entre os projetos relevantes que liderou, destacam-se a regulamentação do Compor (Câmara de Negociação e Solução de Controvérsias) e do Dispute Board no âmbito da agência, bem como processos relacionados às concessões da Fernão Dias e da ECO 101, entre outras, em articulação com a Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso) do Tribunal de Contas da União (TCU). Tais iniciativas possibilitaram a otimização de contratos em situação crítica, como no caso da concessão da Rota do Oeste (BR-163/MT), que resultou na criação exitosa da Nova Rota do Oeste.

Sua atuação tem se destacado pela estruturação de concessões rodoviárias estratégicas e pela transição para modelos regulatórios inovadores, que hoje constituem referência no setor.

Antes de assumir a Diretoria da ANTT, foi Chefe de Gabinete da Presidência da Confederação Nacional do Transporte (CNT), assessor jurídico de entidades setoriais, como o Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Minas Gerais e também a Fetcemg (Federação das Empresas de Transportes de Cargas e Logística do Estado de Minas Gerais), além de advogado especializado em Direito Administrativo e Regulatório. No campo acadêmico, atua como pesquisador e autor, com publicações e coordenação de obras sobre Direito Regulatório e infraestrutura, investigando, em especial, o papel das agências reguladoras na formulação e na implementação de políticas públicas.

Constata-se, também, que o indicado apresentou as informações exigidas pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, nomeadamente, as seguintes declarações:

- de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas à ANTT;
- de não participação como sócio, proprietário ou gerente em empresas ou entidades não-governamentais;
- de regularidade fiscal, nos âmbitos federal e do Distrito Federal, onde reside;
- de que nada consta referente a processos, ações e execuções cíveis e criminais em que seja parte no âmbito da Justiça Federal e também do Distrito Federal;
- e de não participação em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Consta, ainda, da documentação encaminhada, argumentação escrita destinada a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo.

Diante do exposto, entendemos que os ilustres Parlamentares desta douta Comissão dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Senhor Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com mandato até 18 de fevereiro de 2030, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea "f", combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001.

Sala da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu quero aqui, ainda, concluindo, agradecer a V. Exa. também pela honrosa missão de fazer este relatório. E eu o faço, inclusive, conhecendo também a relação, como Presidente da Frenlogi, com a CNT, principalmente porque o nosso Instituto Brasil Logística lá dentro funciona e eu sempre estou lá para discutir as ações que têm a ver exatamente com a nossa infraestrutura e a nossa logística.

Portanto, eu agradeço e tenho certeza de que, logo que tivermos a oportunidade de votar, assim o faremos, com aprovação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, nobre Senador Wellington Fagundes.

Conforme determina o Regimento do Senado Federal, art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, fica concedida vista coletiva do relatório apresentado, seguindo, portanto, o rito para a pauta de sabatina no dia de amanhã.

Agradeço a V. Exa.

Segunda parte desta sessão de hoje. Passamos agora à segunda parte, destinada à sabatina dos indicados da Anac e da Anatel.

2ª PARTE
ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 88, DE 2024
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor TIAGO CHAGAS FAIERSTEIN, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, no mandato a iniciar em 20 de março de 2025, decorrente do término do mandato de Juliano Alcântara Noman, que renunciou.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Esperidião Amin
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

1. Em 13/08/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A arguição pública será realizada nesta reunião.

Já com um pequeno atraso.

Eu concedo a palavra ao Dr. Tiago Chagas para sua manifestação inicial.

E eu informo, desde logo, a todos os indicados que o tempo determinado para a manifestação inicial será de dez minutos – para uma exposição inicial. Na sequência, pela ordem inicial, fala o Relator da matéria, se assim desejar, e, na sequência os demais Senadores para os questionamentos e ponderações.

Tiago, tem a palavra.

O SR. TIAGO CHAGAS FAIERSTEIN (Para expor.) – Um bom dia a todos.

Cumprimento o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura deste Senado Federal, Senador Marcos Rogério; o Exmo. Sr. Relator, que eu acho que teve que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ausentar, o Senador Esperidião Amin, que teve o prazer de relatar a minha matéria, na pessoa de quem cumprimento todos os demais membros desta importante Comissão e autoridades aqui presentes. Cumprimento também os meus colegas Brigadeiro Mesquita, Mathias e todos os demais sabatinados que estão aqui na mesa, amigos presentes do setor de aviação, veículos de imprensa, senhoras e senhores.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui hoje. Também sou imensamente grato ao Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e ao Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, pela honrosa indicação ao cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil.

Quero também agradecer aos meus familiares por todos os meus valores. Meus esforços e minha razão de vida se devem à minha família.

É com imensa honra e um profundo senso de responsabilidade que me apresento hoje, pronto para assumir o compromisso junto à Anac. Vejo esta missão não apenas como um desafio, mas como uma grandiosa oportunidade de contribuir para o fortalecimento da aviação civil brasileira e para o seu futuro, com visão e propósito.

A Anac é uma importante agência reguladora. Sua atuação, além de normatizar o setor em si, impacta diretamente a vida de milhões de cidadãos, ajuda a conectar regiões distantes do nosso imenso país e a inserir o Brasil no cenário global da aviação.

Em breve, celebraremos duas décadas desde a sua criação, um período em que a Anac tem consolidado sua credibilidade técnica e estabelecido o Brasil como uma referência internacional em segurança operacional e excelência regulatória.

Hoje, a agência é uma das maiores certificadoras de produtos aeronáuticos do mundo, um feito que reflete o comprometimento dos seus servidores e a inteligência coletiva de suas equipes.

Durante meu tempo na Infraero, tive a oportunidade de aprofundar meus conhecimentos sobre o setor de aviação civil, um vetor estratégico para o desenvolvimento nacional.

A aviação encurta distâncias, dinamiza economias locais, impulsiona o turismo e, crucialmente, salva vidas.

Nossa malha aérea, embora invisível, é uma infraestrutura vital que demanda estabilidade, previsibilidade e confiança. Por isso, o papel da Anac é assegurar um ambiente regulatório moderno, transparente e justo, que incentive a inovação, mas sem jamais comprometer a segurança, e que colabore para aumentar o acesso da população brasileira ao transporte aéreo.

Se meu nome for aprovado pelos nobres Senadores desta Comissão e, posteriormente, ratificado no Plenário, garanto que a segurança sempre será o alicerce inegociável da nossa gestão. Nosso compromisso será com cada passageiro, com cada profissional e com todo o ecossistema da aviação civil. Continuaremos vigilantes, técnicos e rígidos na defesa da segurança e na proteção contra atos ilícitos. Nossa missão regulatória será dinâmica e responsiva às transformações do setor. Trabalharemos por uma desburocratização inteligente, baseada em dados e na revisão constante de normativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queremos uma Anac, senhores, que ouça ativamente, que regule com ênfase na responsividade e com base em evidências e que esteja ao lado dos regulados na construção de soluções transparentes, justas e que promovam o desenvolvimento do setor.

O permanente diálogo com o Congresso Nacional, Senador, é fundamental para avançarmos em diversos pontos relacionados à aviação civil brasileira.

Nesse sentido, uma preocupação imediata é debater a recomposição do orçamento da agência, com o que, desde já, me comprometo. Ao longo da última década, senhoras e senhores, o orçamento da Anac vem sendo reduzido de forma constante, ano após ano. Para termos uma ideia, em valores absolutos, o orçamento da agência em 2025, no presente ano, representa apenas 35% do que era em 2015. A agência, por meio do seu corpo técnico qualificado, tem buscado soluções para essa restrição – o que continuarei incentivando –, mas aumentar o orçamento da Anac significa incrementar e capacitar seu efetivo, ampliar a fiscalização no setor e investir na inovação.

É por meio dos aeroportos que atendemos a milhões de passageiros todos os anos. Para que os senhores e senhoras presentes tenham uma ideia, no primeiro semestre de 2025, de acordo com dados da própria Anac, foram contabilizados 61,9 milhões de passageiros. Isso demonstra a necessidade de cuidado e a responsabilidade que a Anac tem para garantir a agilidade e a assertividade na atividade regulatória.

A aviação regional, senhores, crucial para a integração territorial, merece atenção e será priorizada em nossa gestão. É ela que conecta o nosso povo de forma mais eficaz e rápida, especialmente em regiões remotas e isoladas, onde outros modais demandam tempo de deslocamento elevados. Nesse sentido, o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste do país merecem uma atenção especial, uma vez que, para muitos cidadãos dessas três regiões, a aviação não é apenas um meio de transporte. A aviação regional impulsiona o desenvolvimento econômico e social ao promover acesso a serviços essenciais, facilitar negócios, gerar empregos e fomentar o turismo, contribuindo assim para o crescimento do PIB do nosso país.

Não podemos esquecer que, em um país com as dimensões continentais como o Brasil, a aviação apoia a proteção ambiental, a saúde pública e a defesa nacional. A aviação regional, em outras perspectivas, atua ainda como alimentadora das grandes rotas aéreas, garantindo a viabilidade das operações e o funcionamento da malha como um todo. Por isso, apoiamos firmemente desde já ações como o Programa AmpliAR do Ministério de Portos e Aeroportos, que prevê em sua primeira etapa a modernização e ampliação de 19 aeroportos regionais, especialmente aqueles que estão localizados em áreas da Amazônia Legal e do Nordeste brasileiro.

A transparência, senhoras e senhores, guiará nossos passos com decisões públicas e agendas regulatórias construídas com conversas permanentes com todas as partes envolvidas e com a divulgação dos resultados alcançados. Credibilidade institucional é um ativo muito importante para uma agência reguladora. Por isso, pretendemos conduzir a gestão sempre focada na escuta ativa e na cooperação.

A Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que criou a Anac, fala que cabe à agência "regular e fiscalizar as atividades de aviação civil e de infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária, [...] [observadas] as orientações, diretrizes e políticas [...] [do] Governo Federal".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, trabalharemos para fortalecer o diálogo com todos os atores envolvidos: os organismos internacionais, o setor regulado, os órgãos de controle, o Ministério de Portos e Aeroportos, o Congresso Nacional e a sociedade civil.

Robustecer a nossa interlocução com diferentes agentes vai contribuir para que as ações sejam assertivas e colaborem com o desenvolvimento do setor. O trabalho conjunto com o Ministério de Portos e Aeroportos, com o comando da Aeronáutica, com a Infraero e com operadores privados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO CHAGAS FAIERSTEIN – ... é essencial para garantir que nossas ações reflitam uma agenda regulatória legítima e conectada com as necessidades e prioridades do país.

Queremos receber informações de todos os atores que fazem parte do ecossistema da aviação civil. A Anac será um agente facilitador, capaz de acompanhar as mudanças e a modernização do setor e do mercado aéreo mundial. Aspiramos uma Anac que una e participe ativamente da construção de soluções, sempre valorizando o servidor público e respeitando o conhecimento técnico. Vamos atuar para fomentar a indústria nacional, as empresas nacionais, a formação e atualização constante de pilotos e de profissionais da aviação, o fortalecimento de pequenas empresas e da aviação executiva, pois todo esse ecossistema gera emprego, renda e desenvolvimento para o nosso país.

Aproveito essa nobre oportunidade para trazer um tema essencial, Senador, para a discussão do desenvolvimento setorial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO CHAGAS FAIERSTEIN – O Brasil concentra uma quantidade desproporcional de ações judiciais contra companhias aéreas em relação ao resto do mundo. Levantamentos de diferentes organismos internacionais, ratificados por diversos estudos acadêmicos, indicam que mais de 90% das demandas judiciais de passageiros contra companhias aéreas no planeta estão no Brasil. Um fenômeno reconhecido internacionalmente como uma distorção jurídica e regulatória. A redução desse contencioso é um pilar essencial da nossa futura gestão. Iremos trabalhar para diminuir esse número e consequentemente contribuir para a redução dos custos que impactam os preços das passagens aéreas. Já existem algumas iniciativas que vão ao encontro desse objetivo, e iremos apoiá-las. Ouviremos as propostas da sociedade e vamos avaliar, dentro das nossas atribuições, o que é viável de ser implementado.

Os desafios contemporâneos são muitos, mas as oportunidades são ainda maiores. Precisamos contribuir para a sustentabilidade ambiental, ampliar a conectividade regional, seguir com o trabalho de integração de novas tecnologias, como *drones* e eVTOLs, e tornar a regulação cada vez mais responsiva e inclusiva.

Preparar o Brasil para a aviação do futuro significa fomentar o uso de combustíveis sustentáveis, como o SAF, e estimular a inovação e crucialmente promover a inclusão de populações historicamente menos atendidas, como as do Semiárido e da Amazônia Legal. A Anac será protagonista desse movimento, com programas como Asas para Todos, e iniciativas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltadas à diversidade, aliando excelência técnica, propósito público. Nosso objetivo é uma aviação ainda mais segura, eficiente, mas também mais justa, mais verde e mais humana.

Enfrentar esses desafios só será possível porque a Anac é feita de pessoas, técnicos comprometidos, especialistas respeitados, servidores que carregam a responsabilidade de manter o Brasil voando com segurança, dignidade e reconhecimento internacional. Reafirmo hoje meu compromisso de liderar com escuta ativa, equilíbrio, coragem e respeito por todo o trabalho que trouxe a agência até aqui. Vivemos um tempo de reconstrução de pontes, de renovação da confiança e de fortalecimento dos nossos laços com a sociedade. Regularemos com rigor técnico, mas com sensibilidade. Fiscalizaremos com firmeza, mas abertos a escutar. Inovaremos com responsabilidades e sempre ancorados nas boas práticas mundiais.

A aviação civil é uma grande ponte, e a Anac continuará sendo sua principal guardiã. Que Deus nos abençoe. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Tiago Chagas, indicado à Agência Nacional de Aviação Civil, que faz seu pronunciamento inicial.

Como nós estamos com vários sabatinados no dia de hoje, a opção adotada por esta Presidência, se não houver divergência, é a gente ouvir todos os indicados, que farão suas exposições; depois, os Relatores e demais Senadores que queiram fazer questionamentos terão a oportunidade de fazê-lo. Se não houver objeção, faremos dessa forma para tentar acelerar um pouquinho o processo. Se for um a um, talvez a gente não consiga vencer no dia de hoje.

Pois não, Líder Presidente Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentá-lo e concordar com V. Exa., cumprimentando o Conselheiro Octavio; o Conselheiro Edson; o Conselheiro Tiago; o Conselheiro Rui, que está indicado para a Anac; e o Conselheiro Antonio Mathias.

Sr. Presidente, nós temos várias sabatinas em outras Comissões também, e V. Exa., que preside a Comissão em que há o maior número de indicados e fez a escolha de duas sabatinas, tem feito isso com muita competência. Eu queria só fazer mais uma solicitação a V. Exa., porque os indicados todos tiveram seus relatórios entregues, publicados e divulgados, e, mesmo durante a sabatina, todos os Parlamentares que tiverem algum questionamento especial em algum ponto podem fazê-lo, sem nenhum prejuízo, já que essa é mais uma etapa da etapa final, que é no Plenário da Casa.

Então, como nós temos um dia hoje bem complicado – ainda teremos escolha de autoridades e votação de autoridades, cujo pedido de urgência eu tenho certeza de que também haverá, para que os indicados tenham seus nomes submetidos ao Plenário –, se V. Exa. pudesse, o quanto antes, abrir o painel, ajudaria muito a nossa presença nas outras Comissões. Nós vamos voltar – a gente sabe que é uma situação excepcional –, e V. Exa. sempre tomou, na sua condução, a melhor decisão. Então, faço essa solicitação e homenageio também todos os indicados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Líder Presidente Eduardo Gomes.

A praxe aqui é a gente, pelo menos, ouvir os indicados e, na sequência, abrir o painel para a votação. Na verdade, o ideal seria exaurir todo o processo da sabatina, mas V. Exa. tem razão. A Casa tem diversas atividades no dia de hoje, e o nosso esforço é tentar votar todos os indicados da parte da manhã e da tarde e amanhã conseguirmos concluir. Está aqui, inclusive, hoje, o nosso Líder, o Presidente Otto, Presidente da CCJ, que já abriu o precedente, porque que eu fui lá e já estavam votando.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Abriu.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu não sei se ele abriu antes da exposição inicial ou depois.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, eu não posso falar o nome da pessoa, mas também há Parlamentar que quer evocar o Estatuto do Idoso. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente. Depois que o primeiro falou, eu abri.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Depois do primeiro?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Depois que o primeiro falou, eu abri.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, como já há precedente, eu não vou usar o Estatuto do Idoso, porque o Laércio... (*Risos.*)

Muito obrigado.

Obviamente, cada um dos Srs. Senadores e cada uma das Sras. Senadoras teve a oportunidade, inclusive, de receber os indicados dos seus gabinetes, conversaram – eles visitaram todos os gabinetes –, portanto conhecem os indicados, conhecem os seus currículos, e as falas seguirão.

Eu determino à Secretaria da Comissão que abra o sistema de votação para que os Senadores que assim queiram possam antecipar o seu voto diante das informações que já têm. Espero que aqueles que puderem permaneçam aqui para ouvi-los e questioná-los na sequência.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Fica, portanto, aberto o painel para votação.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Na sequência, item 2.

2ª PARTE
ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) N° 89, DE 2024
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor RUI CHAGAS MESQUITA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, na vaga decorrente do término do mandato de Rogério Benevides Carvalho.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Lucas Barreto
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

1. Em 13/08/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A arguição pública será realizada nesta reunião.

Autoria Presidência da República, com relatório do Senador Lucas Barreto, já proferido, portanto, e neste momento, a matéria está pronta para deliberação.

Passarei a palavra ao indicado Rui Chagas Mesquita para sua exposição, conforme já anunciado previamente.

O SR. RUI CHAGAS MESQUITA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Senhores, bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Senador Marcos Rogério, Presidente desta Comissão, na pessoa de quem cumprimento todos os Senadores presentes na Comissão e, em especial, o Senador Lucas Barreto pela especial e generosa relatoria – gratidão eterna.

Cumprimento os nossos colegas da mesa. E, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a todos que concorreram com a minha indicação, que tiveram o esforço. Eu sou muito grato a isso, e todos eles sabem a quem eu estou me dirigindo.

Para mim é uma honra estar aqui na presença de V. Exas. para submete-me à sabatina para o exercício do cargo da Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil.

Minha formação profissional é de piloto militar, em que tive a oportunidade de trabalhar com o tema durante 44 anos, desde a formação, operação, doutrina, emprego, manutenção, suporte logístico, operações aéreas, planejamento de emprego conjunto das Forças Armadas, planejamento e execução orçamentária, e a área com que eu mais me identifiquei, que era a gestão de formação educacional e especialização de combatentes, oficiais graduados e soldados, em todos os campos da atividade aérea, desde a parte operacional, de emprego e apoio ao homem e apoio logístico.

Paralelamente, tive a oportunidade de exercer funções na área de aviação civil, como de chegador, examinador, inspetor de aviação civil, na Amazônia Legal, o que me proporcionou uma interação muito grande com a sistemática da aviação geral e regional, com suas potencialidades, necessidades e, principalmente, a importância de um modal tão valioso para aquela região, que hoje ainda carece de uma atenção especial na sua infraestrutura aeroportuária, formação de recursos humanos e apoio logístico sob todas as formas.

Quanto ao cargo proposto, tenho o pleno entendimento do negócio da Anac, como parte do tripé de apoio da aviação civil, desde o papel governamental das políticas de infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aeronáutica, da infraestrutura aeroportuária e da base industrial, até o sistema de controle aéreo e de gestão do Sistema Brasileiro de Aviação Civil. Imagino um sistema de aviação civil onde todos esses entes exerçam funções independentes, porém com variáveis comuns, dependentes e complementares, resultando na entrega de bons serviços à sociedade.

Objetivamente, para a Anac, investido do cargo de Diretor, seria o exercício pleno da regulação e da fiscalização dessa atividade do sistema de aviação civil citada e, ainda, na representação, participação e integração brasileira nas organizações internacionais sobre a temática da gestão da aviação civil.

Quais os meus objetivos e visão? Eu tenho uma visão sempre otimista, no sentido de que sempre estamos melhorando no quantitativo e também no qualitativo, mas ainda temos muito o que fazer, melhorar, inovar, racionalizar, compreender – melhorar os processos: simplificação, entregas, abrangência, capilaridade e acesso. Também temos que reconhecer que temos inquietudes, preocupações e desafios duradouros e que não nos furtaremos a enfrentá-los.

A Anac opera por meio de deliberações colegiadas que contam com a participação de representantes de diversos setores. Eu acho fundamental esse tópico em que eu vou tocar, que é uma coisa da gestão, da participação nas audiências públicas prévias, essenciais para garantir que as decisões sejam informadas e discutidas, refletindo, assim, a necessidade das políticas públicas, dos regulados e da sociedade.

O Sistema de Aviação Civil é um vetor de integração nacional, concorrendo diretamente na geração de negócios, empregos, na mobilidade e no desenvolvimento econômico, como citou aqui o Diretor Tiago. A defesa do princípio da liberdade de oferta e da liberdade tarifária é fundamental para promover a concorrência saudável e a inovação no setor aéreo. Isso permite que as empresas ofereçam serviços mais eficientes e mais atrativos aos usuários, mas há as ferramentas de acompanhamento do sistema de preço.

Uma aviação regional estruturada e com uma malha aérea abrangente é vital para o desenvolvimento econômico e social das regiões fora das grandes capitais e as áreas mais remotas do país. Além disso, o viés turístico pode impulsionar a integração regional, a economia local e prover a cultura brasileira. Essa é uma necessidade premente da aviação de transporte regional de passageiros e cargas. Sobre esse tema temos muito a discutir ainda, Presidente.

Formação de pilotos e tripulantes. Insisto que a continuação da formação de novos pilotos e tripulantes preparados para operar moderna e tecnologicamente aeronaves avançadas é essencial para garantir a segurança e a eficiência das operações aéreas. A agência deve trabalhar em estreita colaboração com as escolas de aviação, a indústria aeronáutica e os operadores para garantir que os profissionais estejam adequadamente treinados em simuladores e com novas habilidades para a operação de aeronaves avançadas tecnologicamente e com multissistema de controle de navegação e de manutenção.

Regulação responsiva e fiscalização. Insisto na consolidação da metodologia de regulação responsiva e na primazia da fiscalização de todas as fases das operações aéreas, que são fundamentais para garantir a segurança operacional e a conformidade com as normas vigentes. A ideia é privilegiar o diálogo com os regulados, o monitoramento contínuo, a atuação preventiva e educativa, a colaboração entre regulador e regulado, a adoção de mecanismos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incentivo à conformidade regulatória e a adoção de melhores práticas, buscando ainda mitigar de forma proporcional os riscos identificados em eventuais sanções. Isso inclui a fiscalização rigorosa e gradativa das operações aéreas e aeroportuárias e as de manutenção preventiva e corretiva. Quanto à doutrina de segurança, a garantia do emprego da doutrina de segurança em todas as atividades operacionais aéreas e aeroportuárias é essencial para prevenir acidentes e garantir a segurança aos passageiros, tripulantes e equipes de apoio às operações.

Da livre concorrência e defesa do usuário. A agência deve trabalhar para garantir que o mercado seja amplo e competitivo, com empresas que oferecem serviços de alta qualidade aos usuários. Além disso, a defesa e a proteção do usuário com necessidades especiais são fundamentais para garantir que todos tenham acesso aos serviços aéreos regulados.

Quanto ao impacto ambiental, a agência deve considerar o impacto ambiental das medidas e do uso de materiais nos aeroportos e oficinas de manutenção e reparos. Além disso, é fundamental estimular a produção e o uso do Combustível Sustentável de Aviação (SAF), que pode reduzir as emissões de gases de efeito estufa, como o cumprimento das metas previstas na Lei do Combustível do Futuro, por intermédio da instituição do Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV).

Enfim, é uma honra ter a oportunidade de exercer o cargo de Diretor da Anac. Estamos comprometidos em trabalhar para garantir segurança, eficiência e competitividade da aviação civil brasileira, promovendo o desenvolvimento econômico e social do país, para melhorar a conectividade e ampliação da malha aérea de acordo com as especificações regionais, estimulando a concorrência sadia e a racionalidade regulatória, o contínuo aumento da atividade aérea de transporte de passageiros e cargas e a redução dos custos operacionais, com inovação tecnológica e com a aplicação de conceitos de sustentabilidade ambiental nas operações.

Eu gostaria de destacar a importância da dedicação, da competência e do preparo dos servidores da Anac e uma preocupação com a previsibilidade orçamentária citada aqui pelo Diretor Tiago e principalmente com a recomposição do efetivo de pessoal da agência.

Enfim, estamos prontos para enfrentar os desafios e oportunidades que se apresentam e para trabalhar em estreita colaboração com os regulados, a sociedade e os órgãos governamentais para alcançar nossos objetivos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUI CHAGAS MESQUITA – E, sob a proteção de Deus, que assim seja.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Brigadeiro Mesquita, a quem cumprimento pela indicação, de todos aqui a mais longeva. Já veio, já foi, já foi, já veio, mas estamos aqui. (*Risos.*)

Merecido. Brigadeiro Mesquita já é um conhecido antigo desde a época de Deputado, quando já operava e cuidava dos Parlamentares, é verdade.

Desejo sucesso a todos os indicados.

Da mesma forma, vou fazer a chamada do próximo indicado. E a fala dos Senadores fica na sequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE
ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 37, DE 2025
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor ANTONIO MATHIAS NOGUEIRA MOREIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Bisinotto Catanant.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Laércio Oliveira
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

1. Em 13/08/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A arguição pública será realizada nesta reunião.

Asseguro a palavra ao indicado para sua manifestação.

O SR. ANTONIO MATHIAS NOGUEIRA MOREIRA (Para expor.) – Bom dia.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Marcos Rogério; Exmo. Senador Laércio Oliveira, que relatou minha indicação e a quem agradeço; Sras. Senadoras; Srs. Senadores; compareço a esta Comissão, com profundo respeito e elevado senso de responsabilidade, para me apresentar como indicado ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Agradeço ao Governo Federal pela confiança na minha indicação e a esta Casa Legislativa pela oportunidade de dialogar com transparência e espírito republicano sobre o papel dessa importante agência reguladora.

Sou natural de Feira de Santana, na Bahia, oriundo de uma família simples, com a qual aprendi, desde cedo, o valor do trabalho e do comprometimento com o bem comum. Com o apoio da minha família e dos laços que construí ao longo da vida, tracei uma trajetória marcada por esforço, dedicação e compromisso com resultados. Esses valores foram fundamentais para vencer os desafios que enfrentei em minha caminhada pessoal e profissional.

Ao longo da minha trajetória, atuei em diferentes órgãos da administração pública federal, sempre pautado pelos princípios da legalidade, ética, transparência e compromisso com o interesse público. Tive a oportunidade de contribuir com o setor de infraestrutura e transporte do país, integrando o quadro executivo da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), em que acompanhei a elaboração do Plano Nacional de Logística e estudos de viabilidade técnica, que culminaram em concessões de ativos de infraestrutura em diversos modais.

Nos últimos dois anos, estive à frente do Conselho de Administração da Infra S.A., no qual liderei discussões relevantes sobre governança, planejamento, investimentos em infraestrutura, com ênfase na busca de soluções integradas e sustentáveis para o desenvolvimento do país. Tenho dedicado a minha carreira à execução de políticas públicas, à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhoria da qualidade regulatória e ao fortalecimento institucional de órgãos estratégicos do Estado brasileiro.

Caso tenha a honra de ser aprovado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado, coloco a minha experiência a serviço da Anac e da sociedade com foco em três pilares que considero fundamentais para o exercício do cargo.

Pilar nº 1: segurança operacional como valor inegociável.

A Anac tem a missão precípua de assegurar que o transporte aéreo brasileiro funcione com os mais altos padrões de segurança. Pretendo, então, atuar com rigor técnico, respeito às normas internacionais, visão de futuro, apoiando a inovação e a transformação digital, sem comprometer o cuidado com a vida, o bem-estar dos passageiros e a confiança da sociedade no sistema aéreo nacional.

Pilar nº 2: atuação equilibrada entre o estímulo ao setor e proteção ao cidadão.

A aviação civil deve ser tratada como política de Estado, ao mesmo tempo em que é um vetor de desenvolvimento econômico, conectividade e inclusão social, exige regulação firme e transparente. Comprometo-me com uma Anac que escute, mas que decida com base em dados, evidências e no interesse coletivo; uma Anac que atue em diálogo com o setor, mas sem confundir interlocução com a captura regulatória; uma agência pró-consumidor, sem abrir mão de previsibilidade jurídica e de eficiência econômica.

Pilar nº 3, senhoras e senhores: fortalecimento institucional e a valorização da capacidade técnica.

A Anac é formada por um corpo técnico altamente qualificado, que merece reconhecimento e apoio – e aqui eu faço uma pausa para também citar as associações e sindicatos que apoiam os servidores da agência, com os quais a gente deve manter um diálogo aberto e interagir no sentido de fortalecê-los. Fortalecer a autonomia, a integridade e a capacidade de entrega da agência será uma prioridade na minha atuação, caso seja aprovado por esta Casa Legislativa. A regulação moderna exige estrutura, formação contínua e governança robusta, com foco em resultados e prestação de contas à sociedade.

Para que a Agência possa cumprir com excelência esse papel, é fundamental que conte com um orçamento compatível com os desafios institucionais, inclusive para garantir a valorização e a retenção de seu corpo técnico reconhecidamente qualificado e comprometido com a missão pública.

O fortalecimento orçamentário da Anac deve ser visto não como despesa, mas como investimento em segurança, desenvolvimento regional, inovação e eficiência.

Senhoras e senhores, o Brasil é um país continental e desigual. A aviação regional não é um luxo, é um instrumento de integração, cidadania e desenvolvimento. Precisamos olhar com atenção para os gargalos da infraestrutura, para a interiorização dos serviços aéreos e para a inclusão de populações que ainda hoje enfrentam barreiras de acesso ao transporte aéreo.

Promover o crescimento com segurança e sustentabilidade é um desafio legítimo e necessário.

Tenho a convicção de que a escuta ativa, a técnica e o diálogo institucional devem nortear a atuação de um diretor de agência reguladora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalizo reiterando o meu agradecimento por estar aqui e reforço o meu compromisso com o serviço público.

Coloco-me à disposição desta Comissão para responder a todos os questionamentos com a abertura, o respeito e a responsabilidade que o momento exige.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Agradeço ao Sr. Antonio Mathias, indicado para a Anac.

2ª PARTE
ITEM 4
MENSAGEM (SF) N° 42, DE 2025
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor EDSON VICTOR EUGENIO DE HOLANDA, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, na vaga decorrente do término do mandato de Artur Coimbra de Oliveira.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Weverton
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1. Em 13/08/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A arguição pública será realizada nesta reunião.

Eu convido aqui... Senadora...

Eu vou passar aqui a palavra, já está aqui tomando o assento, ao Sr. Edson Victor Eugenio de Holanda, que é o indicado para a Anatel, mas, antes de conceder a palavra a ele, eu, pela ordem, passo a palavra para a nossa querida Senadora e Secretária desta Casa, Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB. Pela ordem.) – Senador Weverton, Presidente da CI, eu quero primeiro agradecer a esta deferência e pedir desculpa porque eu estava na convenção do meu partido, Progressistas, agora pela manhã – enfim, um dia muito cheio, está sendo para todos, não só para mim – e, infelizmente, cheguei assim que tinha sido concluída já a sabatina dos indicados para a Anac.

Se V. Exa. pudesse me conceder só uma fala, um registro talvez, porque não vai poder ir para... Eu gostaria de trazer um registro, aqui cumprimentando os indicados à Anatel, todos os indicados para a Anac e nossos colegas Senadores e Senadoras. Para não me alongar, seria uma fala... Eu não sei, também, se já foi falado – isso é prejuízo de quem chega depois –, mas não posso passar por aqui sem deixar algumas observações. Eu vou trazer... Posso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. *Fora do microfone.*) – Pode.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Eu queria trazer aqui, de forma muito tranquila... Não sei se foi falado, como eu disse, esse é o prejuízo de quem fala depois, Senador Laércio...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – É porque, na verdade, não foram nem abertas as falas, eram apenas os Relatores, e agora os sabatinados estão fazendo as suas considerações, mas V. Exa. está com a palavra e tenho certeza de que o Senador Laércio e todos aqui não vão se opor.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB. Para interpelar.) – E eu vou agradecer. Muito obrigada, Presidente.

Eu gostaria de trazer a minha fala e a da população brasileira acerca das questões da aviação civil aqui no nosso país. E vou trazer isso, eu poderia dizer de forma tranquila, mas nem é muito tranquila, porque a gente está cansado do que vem acontecendo com relação aos abusos cometidos pelas empresas aéreas não só – e isso não deixa de ser importante – na questão dos preços... E eu quero deixar isto muito claro, porque acontece, muitas e muitas vezes, aliás, todas as vezes: quando você entra no computador, quando você entra na internet para acessar o preço da passagem, está ali um preço; quando você sai, se você sai por um segundo para voltar, se eles percebem que há uma procura maior, o preço é modificado e sem pudor nenhum eles sobem o preço. Eu queria deixar aqui para que a Anac pudesse, de forma muito firme, combater esse tipo de abuso, e isso é reiterado.

Nesta Casa, eu, como Primeira-Secretária... Nós temos aqui, nós conduzimos, inclusive, a licitação para que a empresa que negocia com todas essas empresas tenha um preço menor, mas é incrível como, na hora H... E nós que fazemos muito uso, Senadores e Senadoras, mas eu quero falar do povo brasileiro, imagine. Nós estamos dentro desse contexto, mas o Brasil inteiro vivencia esse abuso.

Segundo ponto, não há regras. Um dia a regra é: "Tire as suas malas", "Não vão as malas de mão", "Por favor, deixe aqui, porque o avião está cheio, porque o avião está cheio e as pessoas são...". E eu estou falando bem na linguagem popular da Paraíba mesmo, porque eu quero trazer aqui o que é que, no dia a dia, a gente vivencia e as pessoas trazem para nós, e eu tenho a obrigação como representante de trazer, e que a gente sente. "Não às malas", começa aquela história: "Primeiro, por favor, vai ser de graça, quem tiver, traga as malas, porque não tem espaço para colocar". Desde quando isso acontece de não ter espaço para se colocar a bagagem de mão, em que tantas pessoas... Aí, às vezes, chegam atrasadas, até ir para a esteira para buscar a mala de mão... E desde quando não se tem espaço em avião, quando se tem pessoas e sempre se teve isso?

Nós fizemos um movimento, aqui no Senado Federal, para que pudéssemos entrar num acordo para que, baixando o preço da bagagem, nós pudéssemos dizer assim: "Já que eles aumentaram a passagem, então deem alguma coisa, deem um desconto ou tragam um valor melhor". Isso não aconteceu, o que aconteceu foi o contrário, aumentou e aumentou. E hoje o preço de um é o preço de outro, você vai para um, você vai para o outro. Estou dizendo que tem cartel, mas estou dizendo que a coisa fica ali muito combinada.

Segundo ponto, aliás, terceiro ponto, o abuso nas decisões de como se leva a bagagem ou não. Eu gostaria que a Anac pudesse ter fiscalização nos aeroportos, porque é o seguinte:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

num dia, eu estou com a bolsa aqui de lado, uma mochila e uma mala, e eu passo. No outro dia, alguém chega, olha e diz: "Tem que botar a bolsa dentro da mala; se quiser viajar, é assim, é assado". Ou seja, o passageiro não tem segurança do que vai acontecer com ele dentro, ou seja, se ele pode levar, porque num dia pode, ou se ele não pode levar.

Outra questão, documentação, documentos. Quantas pessoas já foram vítimas de ir a um aeroporto, eu passo o meu documento, tal documento, que para uma empresa está o.k. e, quando vou de volta... Isso já aconteceu comigo e também publicamente, inclusive com pessoas famosas por aí – quando tentam voltar – ou mesmo com outras pessoas, que já publicizaram isso na internet. E aí, com o mesmo documento, quando se vai voltar, meu querido Presidente Marcos Rogério...

Isso já aconteceu comigo, e também publicamente com pessoas, inclusive pessoas famosas por aí, ou mesmo com outras pessoas, que já publicizaram isso na internet, que, quando tentam voltar... E aí, com o mesmo documento, quando se vai voltar, meu querido Presidente Marcos Rogério... Eu estou trazendo aqui esses dilemas que todos vivenciam, e graças a Deus que houve uma mudança; houve uma mudança no sentido de que pessoas tiveram mais acesso. Mas, de forma contraditória, agora, as empresas inflaram o preço de uma forma que impede as pessoas de voar, porque hoje é melhor comprar uma passagem para o exterior do que comprar uma passagem para dentro do Brasil. Considerando o tanto que a gente precisa do turismo brasileiro, de que se invista no nosso país, isso não é compreensível.

Então, essa regra, afinal de contas, que regra é? Qual é o documento que se pode passar para que se embarque? Qual é o documento que não se aceita? Que seja uma regra para todos. O que é que você pode levar, afinal de contas? Porque o passageiro, uma hora... Esta semana fui surpreendida no aeroporto – porque para o meu estado toda semana eu viajo, obviamente –: "Senhora, a senhora agora tem que botar essa bolsa dentro da mochila, não pode entrar assim", ou seja, só pode uma mala, uma mala de mão. Cada semana é uma regra diferente. E aí fica difícil, porque a pessoa, o consumidor, o passageiro vai de forma, eu diria, até tensa para o aeroporto, porque ele não sabe o que ele vai poder ter, em termos de acesso à empresa aérea.

E por último, eu gostaria de também dizer que são muitas as situações que ocorrem reiteradamente dentro dos voos com relação a assentos. Com relação a assentos, nós vivenciamos situações em que simplesmente, do nada, alguém decide dentro do avião... a tripulação – e aí eu não sei como é que funciona a questão da Anac em cima disso – de repente modifica a pessoa, tira-a do lugar, decide quem vai estar ou não, com base em suas subjetividades, em suas próprias decisões. E eu acho que isso deve estar muito claro, mas também claro para a população, para a população ter acesso e para a população poder cobrar e dizer: "Esse é meu direito". Porque, notadamente, isso tem ocorrido, né? Famílias são separadas, botam um no canto, aí botam o menino lá no outro, aí depois fazem aquela confusão, porque na hora da compra da passagem, quanto a essa história de marcação, houve uma mudança; e a gente não entende, não compreende por quê.

Por fim, eu estou trazendo aqui vários pontos que têm sido trazidos pelas pessoas que vivenciam isso, os passageiros, os consumidores. E há esse abuso dentro da internet, na hora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da compra, quando você entra e sai por um minuto, Senador, e eles percebem que existe uma demanda: sobe-se o preço vergonhosamente, descaradamente, para que isso aconteça.

Até tinha pensado de a gente fazer aqui, inclusive, uma audiência pública, trazer esses representantes de empresas aéreas, os donos mesmo, esse povo que ganha dinheiro aqui à custa do nosso povo. E não é pouco dinheiro, haja vista esse absurdo que são as passagens aéreas, o preço das passagens aéreas. E aí, nesse sentido, eu trago essas preocupações.

O Senador Weverton deu aqui, Presidente, uma abertura para que eu pudesse falar, e aqui eu quero agradecer.

E aproveitando minha fala, porque eu já vou sair, correndo, já que ele deu essa... Eu gostaria de aqui parabenizar a Anatel. Eu sei que este momento é um momento que...

Democraticamente! Weverton, você foi maravilhoso. Muito obrigado. Mas o Senador Marcos Rogério o faria também, do mesmo jeito.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Eu passei a palavra democraticamente, Presidente. Eu estava lendo o relatório, ela – puf! – tomou e continuou. (*Risos.*) E eu, que tenho juízo, como é a minha Primeira-Secretária, disse: "À vontade".

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Mas eu tenho certeza de que eu estou falando com a voz do povo que está aqui, das pessoas que estão em casa, nos acompanhando, e do seu estado também.

Por fim, democraticamente, eu queria, trazer aqui, para a Anatel – porque as coisas passam, o tempo passa –, que, em 2019, fui Relatora do PL 79, das comunicações. Primeiro, gostaria de parabenizar até hoje o trabalho do Presidente Baigorri, inclusive do Presidente anterior, que esteve conosco, dentro desse contexto da Anatel, mas também de deixar aqui um compromisso que a Anatel ficou de fazer – aliás, fez conosco, no Plenário, inclusive, à época do PL 79 –, no novo marco das comunicações – a parte da Anatel, eu diria, a Anatel através das empresas, a parte das empresas –, que é de o 4G, o 5G chegarem às comunidades mais distantes, mais longínquas, os recantos mais distantes, mais longínquos do nosso país, e isso ainda não aconteceu.

Então, eu gostaria de deixar aqui esse desafio: a Anatel precisa interceder junto às empresas que ganharam com o fim daquele perrengue de tantos anos, dentro do Congresso Nacional, em que não se chegava a um denominador comum. Nós avançamos, fizemos, em 2019, o novo marco das comunicações, mas com esse compromisso.

Eu gostaria de pedir à Anatel – aí aos indicados, já levando em consideração que tudo vai dar certo aí, nessas indicações, desejando sorte – que possamos trabalhar juntos. Eu vou visitá-los para que a gente possa continuar nisso que é a preocupação, a demanda e, sim, um direito de todo e cada cidadão e cidadã brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. De forma especial, muito obrigado, Senador Weverton. Não vou me esquecer dessa sua deferência aqui, na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senadora Daniella Ribeiro. Agradeço a V. Exa. pelas ponderações que traz e ao Senador Weverton Rocha que, como democrata que é, lhe assegurou a palavra. Se aqui eu estivesse, na mesma extensão e boa vontade, também o faria. Sempre que tem sabatinas aqui, obviamente, a gente abre o espaço para os indicados se manifestarem, mas qualquer Senador,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estando na Comissão, em razão das múltiplas tarefas que tem, solicitando a palavra para uma intervenção durante o processo sabatinatório, isso é assegurado com toda a deferência, por conhecer justamente a dinâmica de funcionamento da Casa.

V. Exa., além de tudo, ainda traz uma abordagem que é o sentimento dos brasileiros, de boa parcela dos brasileiros, né? O preço das tarifas, o preço das passagens aéreas é um problema para o Brasil. Com a oferta de voos, que é um problema para o Brasil, das opções que nós temos no Brasil, nós estamos quase vivendo um modelo de uma única empresa. Se você for considerar o modelo econômico de atuação delas hoje, nós estamos com o mercado dominado por uma ou duas empresas e com outras com problema.

Dias atrás eu recebi uma ligação de um de um jornalista do meu estado, o jornalista Fábio Camilo, me abordando sobre uma situação de uma recuperação judicial de uma das empresas que operam no Brasil e que, lá no meu Estado de Rondônia, impactou: suspenderam, retiraram voos, cancelaram voos, e a população está desassistida. Eu já até conversei com o Presidente Tiago e disse: "Olha, estão indo para lá três, numa fornada só, para ocupar o espaço, mas eu não sei se eu parabenizo ou se eu fico com sentimento de pena em razão do tamanho do desafio que vocês têm".

É uma agência superimportante, que tem um papel estratégico para a infraestrutura nacional no tocante aos voos. Agora, nós temos um desafio. Eu sei que não é apenas papel do regulador essa questão de você diversificar a malha, de você atrair novas empresas para atuar aqui. Nós já votamos uma legislação aqui para tentar atrair as *low-costs* para o Brasil, mas o fato é que não avançou, que não aconteceu. E agora nós estamos com outro problema, que é uma recuperação judicial que implica consequências na oferta de voos. Isso vai pressionar ainda mais a questão do preço, porque aumenta a demanda.

Se você tinha três empresas atuando numa região – como é o caso lá do meu Estado de Rondônia e acredito que de outros estados brasileiros –, de repente, uma empresa retira lá cinco, dez voos – e me parece que em Rondônia foram doze voos cancelados –, a demanda vai continuar existindo, vai ser redistribuída para as demais, que já estavam todas lotadas. E isso faz com que o preço seja pressionado para cima de novo, nunca para baixo, né? Sempre para cima.

Então, é um desafio grande. Eu já iniciei essa tratativa com o Presidente, com os demais diretores. Estou fazendo um apelo aqui em nome da Comissão, aproveitando a fala da Senadora Daniella, para que a gente possa debater esse assunto, envolver aqui o ministério e chamar aqui o Ministro Silvio, que esteve aqui dias atrás e fez uma exposição realmente muito destacada pela versatilidade que ele tem no tocante a essa matéria. Mas eu acho que aqui envolve um esforço conjunto – o esforço do Governo naquilo que é o papel do Governo; o esforço do regulador naquilo que é o papel do regulador; e Petrobras, que tem um papel central nisso, porque todos reclamam muito que o principal custo é a questão do combustível – para gente criar um ambiente no Brasil em que o Brasil seja atrativo para quem está lá fora e que queira operar no Brasil e oferecer outras alternativas. E isso vai, lá no final, impactar o preço das passagens, vai deixar a passagem mais barata, o Brasil mais conectado, mais bem atendido.

Por isso, cumprimento V. Exa. pela fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Senador Wilder Morais me solicita a palavra e também o Senador Rogério Carvalho.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Sr. Presidente, só para complementar, de forma... Desculpa...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – ... eu sei que eu estou abusando um pouquinho da boa vontade, mas é só para complementar – V. Exa. chegou um pouco depois – sobre a questão do preço abusivo. É também com a entrada... O que tem acontecido é o seguinte: você entra para comprar a passagem, aí, enquanto você está fazendo outra coisa... Outra coisa, não, quando você vai para um segundo momento, eles percebem que há uma demanda, vamos dizer, que...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muda o preço.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Na mesma hora.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Que loucura!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Sem o menor... não tem constrangimento algum. O preço é aumentado de forma imediata.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso é uma loucura!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – E quanto a isso é necessária urgentemente uma fiscalização.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado pela abordagem.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Wilder, depois Senador Líder Rogério.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, também um item aí, falando sobre a questão do custo das passagens. Eu tive a oportunidade, no meu estado aqui, que é o Estado de Goiás... Tem um item também relevante, com relação aos preços, que é o ICMS dos estados. O nosso, do Estado de Goiás, era de 17%. Então, ninguém abastecia lá no nosso Estado de Goiás. Aí nós fizemos lá uma redução para 5%. Também é um item para colocar em discussão a questão do ICMS, o que é uma prerrogativa dos estados.

Imaginem que os aviões passavam carregando combustível, em vez de irem carregando bagagem, carregando passageiros, e não abasteciam em Goiás. Nós passamos de 17% para 5%. A gente tinha como receita... E todo mundo lá... a Secretaria da Economia nessa hora pensou, logicamente, que teria aí uma contribuição mensal de R$30 milhões de ICMS; com essa redução, a gente aumentou o volume de abastecimento, passamos de 30 para 45. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o estado acabou ganhando. Mas eu acho que esse é um item que a gente tem que discutir, porque quando você faz um voo internacional o ICMS é zero.

E, no Brasil, com a extensão que a gente tem, como o Brasil é um país continental, eu acho que deve haver uma política aí, do Governo Federal, Petrobras e tudo, para a gente tentar zerar a questão do ICMS para os estados, porque, com toda certeza, nos estados como o do senhor aí e outros que estão na fronteira, a dificuldade é muito grande com o preço das passagens.

Essa é a contribuição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Agradeço a V. Exa.

Líder Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para interpelar.) – Presidente, eu quero pedir desculpas aos meus pares. O Presidente Davi me incumbiu de uma tarefa e eu vou ter que me ausentar.

Mas eu não podia deixar de fazer uma reflexão, que não é individual. Existe algo que tem, de certa forma, desabonado as agências, que é as agências e os diretores dessas agências, independente... Não estou aqui me referindo a uma pessoa. É como se as agências tivessem sido capturadas pelo setor regulado. E aquilo que é mediar entre o regulado e o usuário do serviço – esse usuário pode ser o Governo, pode ser o cidadão, pode ser o próprio setor regulado –, isso tem um desequilíbrio nos dias de hoje.

Então, o que eu queria colocar é que nós temos uma tarefa, depois de um tempo com diretorias vagas: que a gente possa deixar esse problema decorrente da vacância e que, com a renovação dos diretores, a gente possa cumprir a tarefa de ser ou de fazer o papel de regulador mesmo, ou seja, de mediar esses interesses, mas com foco no interesse público, não é? Nós precisamos voltar e trazer para cena o interesse público no Brasil. Porque, se o interesse público estiver à frente, o interesse de uma empresa em dialogar com o interesse público deve ser considerado, o interesse do cidadão deve ser considerado, ou seja, todos os interesses acabam sendo compatibilizados quando a gente tem uma marca, que é o interesse público.

Em alguns casos, a gente vê manifestações de diretores falando em se vingar deste ou daquele prestador. Não cabe isso. Não cabe ter preferência por nenhuma empresa regulada, como não cabe ter preferência por nada. Cabe uma preferência pelo interesse público.

Por exemplo, na aviação civil, nós precisamos ter novas empresas voando – isso é fundamental –, independentemente de que empresa seja. Se atenderem o interesse público e preencherem os requisitos, elas precisam ser incentivadas, porque a gente precisa aumentar a concorrência neste setor e aumentar a oferta, porque isso significa desenvolvimento, conexão, circulação de pessoas, mais oportunidades de negócios – isso em todos os setores: na Anatel, na Aneel, na ANP, em todas as agências.

Esse é o recado que eu queria deixar para vocês.

Já votei. Todos aqui têm... Não vou declarar o voto, mas com certeza todos têm o voto da maioria, inclusive o nosso voto.

Portanto, boa sorte para vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente, por me conceder esse pequeno aparte aqui. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado a V. Exa., Líder Senador Rogério.

E, na verdade, veja, o que V. Exa. traz é muito atual e pertinente. Hoje está acontecendo algo no Parlamento com que nós vamos ter que ter muito cuidado ao apreciar essa matéria: ao buscar esse objetivo, a gente pode fragilizar o papel das agências.

Lá na Câmara dos Deputados, está tramitando agora uma emenda à Constituição que trata justamente desse aspecto. A questão é que, em situações como essa, V. Exa. que é médico, há uma premissa que é o seguinte: às vezes você concorda com o diagnóstico, mas a receita nem sempre é a mais adequada.

Quanto ao diagnóstico de que há problema, eu acho que é voz corrente entre todos nós aqui, que tem problema. Eu sou um defensor do papel das agências e um crítico de muitos aspectos também. Eu faço isso aqui há muito tempo, quem acompanha o trabalho na CI sabe. Essa abordagem de V. Exa. está absolutamente correta. Agora, às vezes, quando se busca criar uma alternativa de solução, em vez de você aperfeiçoar o modelo, você cria mais fragilidade, porque o papel do regulador é gerar estabilidade, previsibilidade, segurança jurídica; ter um sistema de controle efetivo, fiscalização, mediação de conflito; buscar incessantemente atender ao interesse público.

E, então, o ponto que V. Exa. traz é muito importante. E me veio à memória justamente o que está se discutindo – vai passar pela Câmara, vem para o Senado –, que é uma emenda à Constituição, que vai demandar de todos nós essa atenção. Mas essa preocupação com essa captura tem que ser objeto de nossa avaliação permanente.

Obrigado a V. Exa.

Eu vou assegurar a palavra ao Dr. Edson Victor Eugenio de Holanda, já havia sido anunciada a pauta com o item a ele vinculado, e, portanto, apenas assegurando a palavra ao Dr. Edson e, na sequência, ao Dr. Octavio – são os dois indicados da Anatel – para as suas apresentações.

O SR. EDSON VICTOR EUGENIO DE HOLANDA (Para expor.) – Bom dia. Vou só testar aqui. Desculpem-me, mas eu estou um pouco rouco.

Enfim, gostaria de agradecer a presença de todos, familiares, amigos da trajetória profissional em Brasília e em outros estados que atuei. Felicito os Senadores e as Senadoras, na pessoa de Marcos Rogério, Senador, Presidente da Comissão de Infraestrutura. Como ele falou, não vou repetir, ele é um defensor das agências reguladoras, defensor dos orçamentos das agências reguladoras, e eu lhe agradeço agora, como indicado, pelo seu papel importantíssimo.

Agradeço ao Senador Weverton, Relator, a quem devo toda a educação e cortesia de ter sido o Relator da minha indicação; a todos os Senadores e Senadoras desta Comissão, os quais tentei visitar, consegui quase todos – eu sei que a agenda é apertada –, e também aos demais integrantes do Plenário.

Começo minha fala, que vai ser curta, não vou falar de... Falar de si próprio é a coisa mais difícil do mundo. Então, eu vou falar de futuro, né? O futuro da Anatel e o que é que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente está lá se prestando a entregar a todos vocês, como formadores de políticas públicas, e aos consumidores.

É com profundo senso de responsabilidade institucional que compareço a esta Casa, Senado, Casa Alta, que é responsável pela supervisão dos órgãos de Estado e formulador de política pública; ciente de que no momento que assumo essa cadeira, se for confiado, nós temos que manter uma relação de harmonia. Formulador da política pública e formulador da política regulatória, esse é o papel de cada instituição, Anatel e Senado.

A Anatel, enquanto agência reguladora, hoje está no centro, no epicentro da transformação tecnológica, econômica e social. O setor de telecomunicações deixou de transmitir voz analógica, por fios, na concepção lá de 1972. Ela se tornou infraestrutura crítica a todos nós, da economia digital, da soberania nacional e da garantia de direitos fundamentais.

Comprometo-me, com esse mandato que está por vir, com a aprovação dos senhores, com três grandes eixos: fortalecimento das políticas públicas, modernização do setor e proteção dos consumidores finais. No eixo do setor, pretendo conduzir um processo regulatório que enfrente os grandes desafios, em especial pela convergência digital. Hoje, voz, vídeo, mensagem e dados convergem na internet. O WhatsApp substituiu a chamada telefônica; o YouTube substituiu a TV. O setor de telecom se transformou e se transformou em um setor de conectividade e dados, que são a base das soluções digitais. E, para isso, é preciso atualizar as bases de regulação.

Em especial, queria fazer uma menção ao Senador Eduardo Gomes, muito respeitoso, que hoje encabeça a discussão de inteligência artificial, que vai ser um grande tema para o setor de telecom e para todos os outros setores regulados.

A agenda de leilões, como vimos no 5G e com o novo edital de 700 MHz, deve manter seu caráter não arrecadatório, com metas de conectividade e regionalização, metas que já conectaram 13 mil escolas públicas e levaram 5G para todas as capitais. A Anatel precisa induzir investimentos sustentáveis e garantir participação de pequenos e médios operadores, conectando com a fala do Senador Rogério Carvalho, que estimula o desenvolvimento local e regional do nosso país. A Anatel também precisa garantir que o espectro não seja concentrado e haja promoção de empresas locais e regionais. Além disso, é essencial consolidar a política nacional de *data centers* e posicionar o Brasil como *hub* digital verde e soberano, com segurança jurídica, e a exigência de ESG compatível com o cenário internacional e nacional.

No eixo das políticas públicas, assumo o compromisso de tratar a inclusão digital como um direito fundamental. A conectividade significativa, que permite acesso estável, rápido e útil, será a base para o combate das desigualdades regionais – no século XXI, temos a essencialidade dos dados e da conectividade, quando a exclusão digital resulta na exclusão social –, com especial atenção às escolas públicas, comunidades ribeirinhas, indígenas, áreas remotas e Amazônia Legal. Defendo uma atuação institucional que promova a interação entre programas federais e estaduais – essa interoperabilidade é essencial –, integração dos fundos setoriais e atuação coordenada com os Ministérios da Educação, da Saúde, da Justiça e das Comunicações, por óbvio, também com as demais pastas que permeiam toda a prestação de serviço público no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Telebras deve e pode ser parceira estratégica da Anatel na missão pública que nós temos.

A implantação da TV 3.0 requer avanços para que possamos modernizar o setor de radiodifusão de forma sustentável, mas responsável. Também é papel da Anatel liderar, com base técnica e equilíbrio, principalmente, o debate sobre a contribuição justa das grandes plataformas digitais, assegurando que a infraestrutura nacional seja financiada de forma proporcional e justa, todavia, sem comprometer a neutralidade da rede.

Por fim, no eixo dos consumidores finais, reafirmo o compromisso com a proteção dos usuários. Precisamos enfrentar com firmeza o problema das chamadas abusivas, ampliar o uso da inteligência artificial e criar indicadores que levem em conta a qualidade percebida pelos cidadãos, que, ao fim e ao cabo, são os destinatários do serviço prestado de telecomunicações.

O Brasil precisa avançar em resoluções conciliatórias, clareza contratual e promoção de práticas responsivas.

A regulação deve estimular o bom atendimento e premiar, em especial, as operadoras que respeitam os usuários.

Sras. e Srs. Senadores, nos próximos cinco anos, abatendo um pouco o tempo perdido, estaremos diante de dilemas éticos, tecnológicos e regulatórios, que exigem equilíbrio entre inovação e proteção, entre segurança e liberdade, entre mercado e cidadania.

Coloco minha trajetória acadêmica, técnica e profissional a serviço de um mandato transparente, comprometido com mediação e, em especial, com diálogo, com a universalização e com o interesse público.

Celso Furtado nos ensinou: "maior que a tristeza de não haver vencido é a vergonha de não ter lutado".

Com humildade, espero merecer a confiança desta Casa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Edson Victor Eugenio de Holanda, a quem desejo também sucesso na missão de servir essa importante agência no Brasil.

Na sequência, o item 5, último dos indicados a fazer também a sua manifestação inicial.

2ª PARTE
ITEM 5
MENSAGEM (SF) N° 45, DE 2025
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor OCTAVIO PENNA PIERANTI, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, na vaga decorrente do término do mandato de Moisés Queiroz Moreira.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Em 13/08/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A arguição pública será realizada nesta reunião.

Portanto, cumpridas as formalidades, asseguro a palavra ao Dr. Octavio Penna para sua manifestação.

O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Bom dia a todas e a todos.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer nominalmente a todos os Senadores e a todas as Senadoras que vi na manhã de hoje: Senadores Pedro Chaves; Chico Rodrigues; Randolfe; Marcos Rogério, Presidente desta Comissão; Eduardo Gomes; Rogério Carvalho; Weverton; Laércio Oliveira; Wellington Fagundes; Astronauta Marcos Pontes; Esperidião Amin; Lucas Barreto; Otto Alencar; Luis Carlos Heinze; Eduardo Braga; Veneziano Vital do Rêgo; Plínio Valério; Wilder Morais; Daniella Ribeiro; Margareth Buzetti; Fernando Dueire; Mecias de Jesus; Fabiano Contarato; e Sergio Moro.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, de início, eu quero agradecer a disposição ao diálogo que encontrei no Senado Federal nas últimas semanas, bem como o relatório do Senador Eduardo Gomes, que relatou a minha indicação, lido na reunião anterior desta Comissão.

Há 18 anos, iniciei minha trajetória no serviço público federal como concursado da Agência Nacional de Telecomunicações, que contava – e conta – com um corpo técnico extremamente qualificado.

Agora, indicado para integrar o Conselho Diretor da Anatel, tenho a honra de participar desta sabatina. Pretendo falar brevemente sobre a minha trajetória e, na sequência, sobre os desafios que vejo para o setor.

Ao longo dessas quase duas décadas, sempre trabalhei no Estado brasileiro e com políticas públicas no campo das comunicações, bem como na regulação do setor. Atuei em todos os órgãos e entidades federais que estão mais diretamente relacionados a esses temas. Além da Anatel, os Ministérios das Comunicações e da Cultura, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e a Empresa Brasil de Comunicação, a EBC.

Nesse período, estive envolvido, entre outras iniciativas, na elaboração de regulamentos de serviços de telecomunicações e de radiodifusão; na defesa de direitos dos consumidores em telecomunicações; na criação dos Planos Nacionais de Outorgas de radiodifusão, os PNOs; na migração de emissoras da faixa AM para FM; na digitalização da TV no Brasil; nas discussões do novo padrão de TV digital, a TV 3.0; e na recente expansão da Rede Nacional de Comunicação Pública e da Rede Legislativa de Rádio e TV.

As políticas públicas e a regulação dos setores em que a Anatel atua também foram o meu principal objeto de pesquisa na trajetória acadêmica. Concluí o doutorado em Direito na UnB, em Administração na Fundação Getúlio Vargas, bem como pós-doutorados, tratando desses temas em dezenas de livros e artigos.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a Anatel definiu que seu propósito é conectar o Brasil para melhorar a vida de seus cidadãos. Assim fez essa definição no seu planejamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégico. Este é, sem dúvida, um dos grandes desafios do setor. O país avançou bastante nessa empreitada, entre outros motivos, graças a políticas públicas federais, com a participação desta Casa, do Senado Federal e do Congresso Nacional como um todo; à atuação da agência, que simplificou suas práticas regulatórias e vem se dedicando à implementação dessas mesmas políticas; à investimentos maciços de prestadoras de serviços de telecomunicações e ao dinamismo de prestadores de pequeno porte, cuja expansão e capacidade de competição constituem caso de sucesso internacional.

Toda sociedade deve ter acesso à banda larga, como preconiza a União Internacional de Telecomunicações, a UIT. Para isso, ainda é necessário avançar muito. No Brasil, cerca de 85% da população tem acesso à internet. Portanto, 15% das pessoas com mais de dez anos não acessam a rede. E parte significativa da população, parte grande da população, não tem condições de acesso satisfatórias, a chamada conectividade significativa.

A Anatel estabeleceu metas ousadas até 2027, como garantir a conectividade de mais de 95% da população brasileira, levar a infraestrutura de internet por fibra ótica para todos os municípios brasileiros e mais que dobrar a velocidade média da banda larga fixa contratada. É preciso não apenas atingir essas metas, como também criar as condições para que sejam alcançadas o quanto antes, antes de 2027.

Garantir um padrão adequado de conectividade passa também por um olhar da Anatel para as desigualdades regionais e sociais. Cabe à agência, por exemplo, acompanhar a conexão de dezenas de milhares de escolas públicas e a implementação de infovias no programa Norte Conectado. Também é preciso fortalecer o papel da Anatel quanto à defesa de uma conectividade segura, o que inclui atuação focada em cibersegurança, resguardo da privacidade, combate à pirataria e atenção à inteligência artificial.

Os desafios de conectividade reforçam ainda um outro ponto. A agência deve assegurar o espaço necessário para que a radiodifusão continue desempenhando seu papel crucial nas comunicações brasileiras. Segundo estudos recentes, a população assiste em média cerca de cinco horas diárias de canais de TV aberta e ouve rádio por quase quatro horas diárias. Esses números são muito maiores que a média europeia, que varia em torno de três horas para a televisão e uma hora para a rádio, e demonstram que a televisão e o rádio são e continuarão a ser centrais no Brasil.

O desenvolvimento da radiofusão inclui o planejamento e a implementação de avanços tecnológicos, como, por exemplo, a TV 3.0, mas não só isso. A Anatel, de forma ágil e contínua, deve se dedicar também à implementação de políticas públicas que têm levado à expansão do setor, como a migração de emissoras de rádio para a faixa de FM, frequência modulada e, no caso da televisão, os Programas Digitaliza Brasil e Brasil Digital.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, as telecomunicações e a radiodifusão brasileiras são responsáveis por investimentos anuais de mais de R$50 bilhões e pela geração de mais de 1 milhão de empregos diretos e indiretos, segundo dados das próprias entidades que atuam no setor. Pretendo atuar nas pautas mencionadas, em permanente contato com o Congresso Nacional, entidades reguladas, órgãos públicos e consumidores, para contribuir, assim, com o fortalecimento desses setores fundamentais à economia e estratégicos para o desenvolvimento do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a atenção e coloco-me à disposição para esclarecimentos e para o diálogo. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Octavio, pela exposição.

Com essa manifestação, nós concluímos, portanto, todas as falas dos indicados, nessa primeira lista, da Anac e da Anatel. Agora, fica, portanto, franqueada a palavra ao conjunto dos Senadores. Eu observo que os Relatores aqui já estiveram, alguns já falaram e saíram. Não há Relator, portanto, não há preferência de fala neste momento, ficando aberta a palavra aos demais Senadores.

Aqueles que gostariam de fazer uso da palavra para indagar ou acrescentar alguma observação... (*Pausa.*)

Há algum Senador que queira se pronunciar?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Wilder.

Na sequência, o Líder Randolfe Rodrigues.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para interpelar.) – Presidente, primeiro eu quero cumprimentar todos os indicados tanto da Anatel, também como da Anac.

Eu queria me dirigir ao pessoal da Anac aqui, ao Tiago, ao Rui, também ao Antonio. Eu sei da importância... Eu sou um dos admiradores da aviação. Então, a gente acaba tendo um conhecimento e um entendimento muito forte junto à Anac. Essa semana – eu tenho uma curiosidade a cada um de vocês que está chegando lá –, há uma normativa que entrou, acho, a partir de 2017, sobre o prefixo das aeronaves, em que o hífen tem que ter 20% do tamanho das letras. Eu fiquei assim... Eu estava vendo lá, e um pessoal me perguntou até por que estava sendo feito isso: "Olha, se colocar o hífen, quando tem 'w' e 'm', não cabe no avião. Como é que se faz um negócio desse?". Eu fiquei pensando: gente, uma importância tão grande num item desse, não é? Qual a relevância?

Então, fica para vocês que estão chegando. Eu fui o autor lá atrás, Presidente Marcos Rogério, na época do Presidente Jair Messias Bolsonaro – ajudei a escrever lá –, para a gente criar o voe fácil...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – O Voo Simples. É simples ou fácil?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Simples – simples –, que com certeza teve uma contribuição muito grande para a aviação.

Na verdade, cada vez mais a gente está acompanhando aí, pelo tamanho do nosso país, principalmente a aviação civil, a aviação dos táxis aéreos. Hoje, no meu Estado de Goiás, tem aí várias pistas também interditadas, com muita burocracia da Anac. É a gente tentar fazer aí com que a gente possa cada vez facilitar mais a vida daqueles que, num país deste tamanho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos 246 municípios aqui no Estado de Goiás. E das pistas asfaltadas nossas, que acho que são vinte, dez estão interditadas por algum motivo, talvez por alguma pendência de documentação, mas a burocracia é muito grande. Nós precisamos melhorar muito.

Acredito que os três indicados vão assumir daqui a pouco. Que a gente possa, depois aqui, Presidente, com tantas pautas importantes da aviação, fazer algumas audiências públicas aí, trazendo a sociedade civil, para que a gente possa debater e facilitar a vida dos brasileiros. Na época do Voo Simples, eu diria assim... É impossível tratar como tratam hoje a aviação no Brasil. Hoje é um item que nós estamos... Está chegando agora também a questão dos simuladores. Não existe um negócio desse! Todo ano, você mandar... Tirando aí os turboélices aí até King Air, C90, F90, E90, todos para cima têm que passar por simulador, ir para os Estados Unidos ou para qualquer parte do mundo. É muito caro! E, além disso, há o tempo que se perde. Hoje, para fazer IAM num avião, você no mínimo gasta um mês entre o início até a troca de peças, se tiver que importar. Se não coincidir o IAM com o simulador do piloto, você gasta mais um mês também. Você já paga dois meses sem voar. Então, nós temos muita coisa para discutir aí. Eu acho que a Anac tem um papel importante.

E a gente precisa trazer, Presidente, para tratar também das passagens aqui, como os colegas que me antecederam aqui já discutiram... Há a questão do ICMS dos estados, a parceria, o Governo tentando aí ver como compensa essa receita dos estados, mas a gente vê o quanto nós somos dependentes... Inclusive, foi promessa de campanha que todo mundo ia voar, mas, pelo jeito, está todo mundo andando é de ônibus.

Fica aqui o cumprimento aos três indicados aí para a Anac, com a estima nossa de que a gente possa fazer um bom trabalho lá juntos.

E assim também o cumprimento para todos os indicados também da Anatel. Com toda a certeza, a gente vai também trabalhar juntos aí para o nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Líder, Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eu gostei do Líder.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Líder! Por reconhecimento e mérito. (*Risos.*)

Senador Randolfe Rodrigues, Líder, V. Exa. tem a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Marcos Rogério.

Meus cumprimentos a todos os sabatinados, indicados tanto à Anatel quanto à Anac, mas me permita, Presidente, me reportar em especial aos indicados à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) neste momento, por duas razões.

A primeira delas é que, por entre os indicados, para orgulho de nós amapaenses, temos um amapaense aí à mesa: o Brigadeiro Rui Chagas Mesquita, que se trata de um dos melhores nomes da Aeronáutica de nosso país, um dos melhores...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não só porque é do Amapá, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Em especial, em primeiro lugar, por isso. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Amapá é uma República com que a República Federativa do Brasil mantém relações amistosas, não é isso, Rui? É um dispositivo que ainda vamos acrescentar à Constituição.

Eu queria cumprimentar todos, mas destacar a qualidade do quadro da Aeronáutica brasileira, com o Brigadeiro Rui Chagas Mesquita, que, reitero, é uma razão de orgulho para todos nós amapaenses.

O Brigadeiro Mesquita já passou por todos os postos da Aeronáutica brasileira. Tive a honra de ser recebido por ele aqui quando fui eleito ao Senado em 2011. Foi ajudante de ordens do Presidente Lula durante dois governos seguidos e chegou ao mais alto posto da Aeronáutica brasileira, sobretudo pelos méritos que tem. A presença de um amapaense na Anac talvez nos ajude muito, Mesquita, a resolver um problema que nós diagnosticamos e temos enfrentado no Amapá, sobretudo nos últimos dois anos.

Todos da Anac, o Brigadeiro Mesquita sabe, conhecem o Aeroporto Internacional de Macapá. É um dos melhores equipamentos que já foram construídos entre os equipamentos aeroportuários da Amazônia – é um dos melhores! Foi inaugurado em 2019, a partir, inclusive, de uma mobilização da bancada federal do Amapá, em particular minha e do hoje Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre. É um equipamento fantástico!

Ocorre que, em 2020, o equipamento foi entregue como bônus pela privatização do aeroporto Val-de-Cans, do Aeroporto Internacional de Belém, para a mesma empresa que assumiu o aeroporto de Belém. Eu não sei se essa empresa privada vai dar conta de entregar o aeroporto de Belém para a conferência do clima. Eu só sei que nos últimos dois anos de administração desta empresa, o nome dela é NOA Serviços Aeroportuários, os dois anos foram de péssima prestação de serviços aos amapaenses.

É incrível, Brigadeiro Mesquita e demais indicados à Anac, como essa empresa conseguiu, em dois anos, deteriorar um equipamento feito com recurso público. Foram R$300 milhões em recursos públicos destinados e o equipamento, ao longo desses dois anos, só foi deteriorado. São sequenciadas as reclamações que se tem, que vão desde a navegação na pista central do aeroporto até o funcionamento do pátio da aeronave, passando pelo funcionamento das instalações internas do aeroporto: é o ar condicionado que não funciona ou é desligado várias e sequenciadas vezes; é a falta de conforto que o equipamento tem, mas que não é utilizado pela empresa para aqueles que utilizam os serviços daquela estrutura aeroportuária; são os *fingers*, senhores, *fingers* novos, entregues, inaugurados há quatro, cinco anos, que repetidas vezes não funcionam, se submetendo às intempéries do inverno ou do verão amazônico.

Então, eu tentei ter sucesso com os seus antecessores na Anac. Eu tentei, mas me parece que não fui muito bem-sucedido e eu acho que faltou um tanto de atenção. Aliás, os antecessores dos senhores chegaram a fazer uma inspeção no aeroporto, mas foi lamentável o resultado da inspeção que me foi reportado, porque nessa inspeção foi dito que não encontraram nada de anormal. Sinceramente, acredito que esses inspetores erraram a capital do Brasil em que estavam fazendo a inspeção, certamente não foram a Macapá.

Então, eu só queria trazer esse depoimento e apresentar aos senhores, futuros membros da nossa agência reguladora de aviação civil, um conjunto de pautas com os senhores. Há outras agendas para com a Anatel – o debate sobre as redes sociais é um que eu acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos que travar também junto com a Anatel – e tem várias outras agendas também para tratarmos com a Anac, como a regionalização da aviação aérea brasileira, que é um dilema crônico que ainda não conseguimos resolver, não é, Senador Marcos Rogério? V. Exa. é de Rondônia, padece com os preços que nós enfrentamos todo final de semana quando queremos ir para as nossas capitais.

Nós temos um problema crônico, eu consigo... Já reporto aqui há muito tempo: é mais fácil virmos a Brasília do que visitarmos o meu colega Marcos Rogério lá em Porto Velho, ou irmos até Manaus. Temos um problema crônico na aviação regional do Brasil, sobretudo, Brigadeiro Mesquita, na nossa Amazônia, que é dois terços do território nacional.

Tem outros problemas. Eu queria me limitar, neste caso, à situação do Aeroporto Internacional de Macapá porque, no meu sentir, faltou uma atenção maior dos seus antecessores a essa situação, na fiscalização, que é atribuição direta da Anac. Quando um aeroporto é privatizado, a responsabilidade da regulação do serviço e a garantia da qualidade do serviço é da Anac, não temos outro a recorrer, e lá é um exemplo do que deve ser a atuação da Anac, sobretudo após a privatização de um equipamento. Reitero: é um equipamento para o qual foram destinados R$360 milhões em investimento público. Do ponto de vista do setor público, é um dos melhores equipamentos que o setor público já entregou à sociedade brasileira. Entretanto, o sucateamento do equipamento ocorreu, lamentavelmente, por parte da empresa privada.

Tendo um amapaense lá, com os novos membros da agência nacional, eu tenho certeza de que nós vamos ter um olhar mais atento para resolver esse que, lamentavelmente, já se tornou um problema crônico nosso; crônico e, reitero, lamentável, porque é um equipamento que teve investimento público e está sendo deteriorado pela negligência da empresa que lá está atuando.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Líder Randolfe Rodrigues, que traz uma abordagem que... Essa constatação é a constatação da Amazônia brasileira. Todos os nossos estados que estão lá... Não sei se é diferente lá na região do Senador Chico Rodrigues, mas Rondônia, Amapá, acho que Tocantins, Roraima são estados que sofrem muito com essa situação toda da aviação regional, portanto, é um desafio que tem um reforço de toda a bancada da Região Amazônica, do Norte do Brasil.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o nosso Senador Marcos Rogério, Presidente da Comissão, e dizer que V. Exa., sempre gentil, conduz estas reuniões com muita maestria, prestigiando a todos os colegas Parlamentares.

Eu quero também cumprimentar todos os sabatinados de hoje e dizer que, na verdade, é uma missão árdua que vão enfrentar, obviamente, após essa votação, que, certamente, será favorável, pelo capital intelectual e técnico que vocês trazem nos seus currículos – já há, sim, um registro.

Eu gostaria de fazer duas perguntas aos dois da Anatel e uma pergunta, talvez duas perguntas, aos indicados para a Anac.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a Anatel, as perguntas são: a Anatel possui instrumentos eficazes para punir empresas que desenvolvam e que comercializam sistemas de *robocalls*, bem como aqueles que utilizam números falsos e alteram DDDs de origem, prática que configura fraude eletrônica? Outra pergunta: a reportagem mostrou que existe um mercado próspero de venda de dados pessoais não autorizados. Nesse sentido, eu pretendo saber: quais medidas concretas podem ser adotadas para responsabilizar toda a cadeia envolvida nessas práticas abusivas?

Para a Anac, a exemplo do que falou aqui o Senador Randolfe, o Senador Marcos Rogério, nós temos um problema seriíssimo na Amazônia com relação aos aeroportos clandestinos e, quando você procura fazer a regularização desses aeroportos ou dessas pistas, tem uma dificuldade enorme da Anac, passam-se meses, anos até, para fazer essa regulamentação. Então, gostaria de saber: quais são os mecanismos que poderiam ser utilizados, no sentido de que essas pistas, que são pistas estratégicas, inclusive são áreas essenciais, como áreas indígenas, áreas de turismo, possam ser, com mais facilidade, autorizadas como pistas oficiais?

E a outra pergunta é: o nosso Estado de Roraima hoje tem uma posição geopolítica, geoestratégica muito importante e, com o desenvolvimento da Guiana, que hoje está se transformando na nova Dubai, você poderia ter em Roraima uma espécie de *hub* para atender o mercado de aviação ali do Caribe, da Venezuela e da própria Guiana; então, há essa possibilidade de Roraima se transformar nesse *hub* para facilitar essas novas linhas aéreas que são estratégicas para a região? Até porque, como vocês sabem, nós somos o estado mais setentrional do país e as dificuldades inerentes exatamente à sua localização geográfica.

Eram essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Líder Chico Rodrigues. Eu agradeço a V. Exa.

Está esgotada, portanto, a lista de Senadores inscritos para as suas manifestações. Eu indago aos indicados se gostariam de fazer algum acréscimo e, na sequência, nós já partiremos para o encerramento da nossa sabatina.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, eu vou começar pelo Tiago e, na sequência, o Octavio e os demais terão a oportunidade de responder.

O SR. TIAGO CHAGAS FAIERSTEIN (Para expor.) – Obrigado, Senador. Obrigado, Senadores, pelos discursos.

Saibam que, como eu falei na minha fala inicial, nós vamos fortalecer o diálogo com esta Casa, porque os senhores, como representantes do povo, convivendo diretamente com a população, sabem, os senhores são fiscais *in loco* do que está acontecendo, não só em áreas essenciais, mas também na área de aviação.

Senador Chico, V. Exa. perguntou muito sobre aeroportos, pistas clandestinas, o Brasil, Senador Marcos Rogério, tem mais pistas do que municípios. São mais de 5,5 mil pistas homologadas, fora as clandestinas. Realmente, Senador Chico, nós temos que aumentar o efetivo da agência para aumentar a fiscalização. Por isso que quando falei há pouco, eu falei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre recomposição do orçamento da Anac. Nós precisamos aumentar o efetivo da agência e não adianta aumentar se não cobrarmos e sermos cobrados por essa fiscalização mais efetiva.

Então, o senhor pode contar conosco para que isso ocorra de maneira mais contundente. E conte também conosco para criar debates, inclusive junto com esta Casa, junto com companhias aéreas, para que venhamos conversar sobre rotas aéreas, sobre malha aérea. Nós estamos num momento difícil para a aviação, com falta de oferta de voos, falta de aeronaves. O mundo – quando eu falo mundo, porque é mundo mesmo – ainda não se recuperou dos impactos da pandemia. As grandes indústrias de aeronaves ainda não se recuperaram em efetivo – não estou falando nem economicamente – de mão de obra que foi perdida durante a pandemia. Isso leva a um atraso de manutenção de aeronaves, isso leva a um atraso de entrega de aeronaves e isso faz com que voos sejam cancelados por falta de aeronaves. Eu brinco, conversei até com o Senador Marcos Rogério poucos dias atrás, que o setor funciona baseado numa lei que foi criada no século XIX, chamada lei da oferta e da procura. A procura por assentos é grande, mas a oferta de assentos está diminuindo em vez de aumentar. Isso aumenta custo.

Então, o senhor pode contar com essa gestão para ter ouvidos abertos e ações para que possamos trabalhar por redução de custos – dentro da atribuição da agência reguladora, claro. Tem coisas que dependem do cenário macroeconômico mundial, tem coisas que dependem de política pública, mas um recado que eu sempre dou para o setor, Senador, é que o setor tem que aproveitar este momento que nós estamos vivendo na aviação civil, que é um momento de alinhamento entre o Ministério de Portos e Aeroportos, entre a Secretaria Nacional de Aviação Civil, agora a Anac e esta Casa. Temos que todos dar as mãos – já sabemos os problemas, os problemas estão postos na mesa –, nós temos que dar as mãos agora para construir soluções para que no final nós possamos ter uma aviação crescendo no nosso país continental, crescendo na aviação regional com preços justos e com ofertas de serviços cada vez melhores para nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Tiago.

Rui Mesquita.

Vou de agência por agência. Na sequência, faz a Anatel.

O SR. RUI CHAGAS MESQUITA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom, primeiramente, eu queria agradecer a todos. Senador Rodrigues, sou seu fã, obrigado pela deferência. O contato que sempre tivemos foi na parte do profissionalismo. Esse problema de Macapá já está anotado, o Senador Lucas falou comigo, o Presidente também me alertou sobre isso daí.

Eu vou começar sobre a observação da Senadora Daniella. Eu também sou vítima dessa questão que ela levantou sobre a variação dos preços. Realmente, nós já tínhamos detectado. Como servidor público, como Executivo, quando eu estava no Ministério da Defesa, via essa variação de preço e as reações.

Eu tenho aqui um estudo, a gente fala sempre que eles dizem que o que consta da composição da passagem são fatores operacionais, econômicos e regulatórios, mas, na verdade, a gente sabe que não é nada disso que acontece, porque, depois que veio a parte do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programa chamado *yield management*, que é a gestão da receita, as companhias usam estratégias de maximizar a receita. E essa fórmula em que estão ajustando dinamicamente os preços das passagens, com base na... Aí vêm aquelas coisas fixas, Senador... Ah, a demanda. Todo mundo sabe que, em feriados, feriados nacionais e... Mas vão ajustando esses preços dinamicamente, com base na demanda, no próprio comportamento do consumidor, na disponibilidade de assento... Mas só que chegou sustentado na segmentação de preço por perfil do passageiro – é a isso que eu queria chegar –, no ajuste dinâmico de tarifa conforme a proximidade do voo...

Tem uma curva aqui, que é uma curva meio senoide, mas, na verdade, não é isso aqui que aparece. Isso aqui é o tempo e aqui é o preço. Na verdade, ele começa aqui, 40 lugares, depois ele sobe, vai embora. Por quê? Aí, hoje, com a inteligência especial, ele começa a ter informações das necessidades e vai subindo o preço.

E também já há, Senador... Hoje todo mundo sabe disso. Eu vou falar sobre açaí, que eu amo, que é da minha terra. Eu só falei aqui, mas, daqui a pouco, quando eu olhar para o meu celular, estará cheio de oferta de açaí. E isso já vai estimulando. Então todo mundo sabe que você... essa busca toda... E, hoje, as empresas têm o seu perfil.

Já há um estudo da FAA em que hoje já se desconfia que esses *softwares* de composição de preço já vão no seu perfil, eles já sabem o preço que você pode pagar, que é o que acontece hoje. Já existem hoje outros produtos, mas há uma desconfiança – eu li esse *paper* sobre isso – de que os *softwares* vão à sua... até quanto você pode pagar. Senador Marcos do Val, eles sabem, pelo perfil, quanto o senhor pode pagar, Senador Chico Rodrigues, e vão nesse preço. E é verdade o que ela falou.

Mas nós estamos muito conscientes dessa... Eu tenho um estudo aqui sobre tudo isso da composição, mas uma coisa tem que mudar, porque eu também não consigo, eu não tenho acesso... Eu não vou à minha terra há seis anos por causa dessas passagens – a gente sabe disso –, porque realmente hoje...

E, hoje, o modal eleito pela população brasileira é a aviação.

Senador Wilder, o senhor pensa em voar, o senhor pensa em tirar férias, fazer um negócio. Qual é a primeira coisa em que o senhor pensa? Eu preciso fazer essa missão. O segundo ponto que o senhor vai fazer é pensar na aviação. Aí começa o problema de você buscar as passagens e ordenar os preços.

Ah, eu sei que tem a ponderação, Senador. Ah, tem que planejar. Concordo em haver um planejamento, para quem planeja. Então, aquele que planeja...

Eu tenho o preço aqui das passagens aéreas, por enquanto. Como Secretário de Produtos de Defesa, eu tive acesso a alguns dados da composição dos preços. Eu vi quanto é o preço médio de cada empresa. Elas têm o preço do custo. Aí você diz: "Pô, mas esse é preço? Por que eu pago isso?".

Então é como eu falei: é a maximização da receita, essa busca de resultado, mas tem que ponderar a necessidade que nós temos no país, porque realmente está acima da capacidade de nós pagarmos isso daí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela falou também sobre clarificar as regras de negócios e normas. Isso aí é o papel da Anac, está tudo escrito, e nós vamos reforçar isso com os aeroportos, na clarividência dessas normas, principalmente quanto à questão de bagagem, à questão de documentação.

A questão da situação dos assentos prioritários e direitos, essa... isso aí acontece no mundo. A gente vai também... As empresas sabem disso também, mas é uma rigidez muito grande.

Eu sou da época em que tinha um supervisor no aeroporto, lembra, Senador? Você chegava lá e, se tinha algum problema, o supervisor resolvia isso. Hoje não tem esse supervisor, é tudo no computador, é tudo programado, e a resposta que você recebe é que isso você não pode negociar. Então, não existe... você perdeu essa negociação. Você chegava lá, comprava a passagem, negociava. Hoje não. Hoje é tudo pela internet, é tudo no *software*. As regras estão lá, e cabe a você só cumpri-las, aceitá-las e ser apenas um comprador, dizendo "sim" ou "não" nas aquisições de passagem.

Senador Wilder, a questão do ICMS é muito importante, mas eu creio que seja fora da agência, mas nós podemos pautar esse assunto. Já existe um conselho de secretários sobre a guerra de...

Estão dando um tchau lá atrás, vou dar um tchau para vocês também.

E a gente pode trabalhar isso aí sobre o ICMS, porque isso conta. Isso foi um fator num acidente. Naquele acidente de Congonhas, lá no fator está lá escrito: o avião abasteceu lá em Porto Alegre, porque o ICMS era mais barato do que em São Paulo, e, então, carregou um peso. E aquela velocidade a mais com que ele vem no final... Podia ser também... Pode-se colocar na conta, é um fator contribuinte também. E realmente isto existia: as empresas escolhiam onde tinha o ICMS maior... Aí entrou na busca de mercado. Talvez uma taxa única... E o senhor vê que tem interferência – o senhor foi muito pontual –, sim, no desempenho da aeronave o combustível que você carrega fora do planejamento por causa de ter uma economia no ICMS.

Em relação à normativa de 2017, a gente vai ver... Certamente, tem uma justificativa sobre a placa, sobre o hífen, sobre o tamanho... Nós temos também que ver... Temos assistido também alguma coisa em relação também à padronização da soberania do espaço aéreo... Eu acho que deve ser isso aí, mas, certamente, Senador, se há isso, é porque há uma motivação. O que nós vamos ver é a motivação para isso, até mesmo no sentido de padronizar, que é o costume que as agências fazem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito bem.

O SR. RUI CHAGAS MESQUITA – Senador, sobre o Voo Simples, realmente muito interessante...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – E o simulador que nós temos que...

O SR. RUI CHAGAS MESQUITA – O simulador está aqui ó.

Eu concordo... O simulador, gente, é muito importante! O simulador, pelo amor de Deus, é extremamente importante, os CPTs que você faz – eu sou piloto –, é onde você vê na veia os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimentos. Quem lê os relatórios de acidentes aeronáuticos vê que há lá sempre a menção sobre a simulação, com a destreza do piloto e o quanto a falta dele faz nas suas ações de emergência. Acabei de ver a Air China, com muita coisa sobre a automatização e sobre a carga dos novos aviões, em que hoje eles já estão assumindo algumas coisas de emergência também. E é fundamental, Senador, que o piloto conheça. Eu concordo com o senhor que os preços são exorbitantes, nós não temos capacidade... Já há simuladores aqui no Brasil, tem empresas que fazem com quem tem mais aviões, mas realmente o custo é muito alto. A sua ponderação é na questão da elasticidade do tempo. É uma coisa a se discutir também, pois acho que seria ponderável a sua consideração...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente, eu queria até contribuir um pouquinho com isso. É o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Se você tem uma aeronave, se você compra a aeronave, normalmente você compra zero, você passa a ter... E aeronave é uma coisa que não tem idade. À medida que você tem que fazer as manutenções, se você voa muito, você tem que trocar... Vence por tempo ou vence por hora. E, na maioria das vezes, os comandantes passam a ter 100 mil, 200 mil horas do mesmo avião. E, todo ano, ele vai fazer a mesma coisa. A diferença é que o que ele faz na prática ele vai fazer nos simuladores.

E, na verdade, Rui, o que eu questiono disso é que, quando a gente tem algum fato de algum incidente ou acidente em que o simulador teria como uma salvaguarda, vamos dizer assim, dentro daquele curso, dentro daquele momento, aquela técnica, tudo bem, mas eu vejo que, ao longo desses anos em que nós já instituímos, aqui no Brasil e fora, o simulador, não foram esses itens que diminuíram ou acrescentaram o número de acidentes. Então, nós temos que avaliar isso, porque está muito caro isso.

Hoje, para você ter uma ideia, com uma aeronave de médio porte, com o menor jato, você gastaria, quando é simples, em torno de US$30 mil, US$35 mil entre o curso e a passagem para ele ir lá e voltar todo ano. Para um avião que tem dois passageiros, isso vai para US$50 mil, US$60 mil. Para o brasileiro... E nós não temos isso aqui, com exceção... Acho que tem aí na Embraer, os outros não têm... Todo mundo está lá fora.

E isso sem contar que você não tem as agendas, as agendas não são suas. Hoje é preciso formação de novos pilotos no mundo inteiro, e você não tem agenda para você fazer a renovação ou o recheque da sua carteira.

Tanto é, Rui, que nós precisamos atuar nisso que, na pandemia, nós passamos de um ano para dois. Então, a gente podia dar um... Acho que, com a chegada de vocês lá, a gente pelo menos pode passar de um ano para dois. Eu estive em várias reuniões discutindo isso, para que a gente possa também fazer com que possa ser até anual, mas para aqueles que não voam a mesma aeronave, que tem aí 100, 200, 300 horas... Agora, com um piloto que está aí acima de oitocentos horas, mil horas, que a gente possa ter aí essa flexibilidade para que a gente possa baixar o custo da aviação, porque isso está muito pesado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje é um dos itens aí que, para quem tem aviação hoje, são conversas recorrentes, quando encontra um dono de avião com outro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Líder.

O SR. RUI CHAGAS MESQUITA (Para expor.) – Senador, concordo com o senhor. Não vou nem ponderar, mas o preço que o senhor paga é o preço da sua vida. É importantíssima a simulação, sim. E há uma curva – o Brigadeiro pode confirmar comigo – sobre a questão que o senhor falou: "Ah, mas já tem muito tempo voado, já conhece a aeronave". É como se já dissesse que já domina tudo... Na capa da minha formatura, havia: "Ótimo que tuas mãos jamais substituem as asas". Na minha capa da formatura na Academia da Força Aérea, na última parte, estava assim: "Ótimo que as tuas mãos jamais substituem as asas". É porque, mesmo quando fica muito familiarizado – "eu estou voando todo dia, fiquei familiarizado" –, há essa curva de você dar atenção... O simulador justamente desperta novamente a importância das emergências, porque isso, nos relatórios, é falado muito bem. A tendência do ser humano é se acomodar. A curva de atenção do planejamento de todo o voo é feita no simulador, em que você treina; lá você pode errar, desligar, fazer... Eu fui um dos maiores incentivadores da implantação do simulador como Diretor de Ensino na Força Aérea, agora de 2017 a 2020, da simulação, porque você pode repetir várias vezes, além do custo... O senhor separou esse dinheiro aí, mas, se voasse aí e colocasse no voo, o custo seria muito maior. Então, essa curva de aprendizagem, de você ter atenção... Quando você faz, você volta a ter realmente atenção ao voo em relação aos procedimentos normais – isso eu não discuto com o senhor –, mas principalmente aos procedimentos de emergência. Então, você vai se acomodando, porque você sabe tudo, você está voando, mas, quando chega ao procedimento de emergência, quando precisam estar no sangue os procedimentos... Principalmente hoje, na gestão da cabine, é priorizar as emergências, primeira coisa... Isso que você não faz diariamente você esquece, porque o cotidiano é decolar, nivelar, pousar, aí tudo bem, mas você não exercita a emergência. E lá o senhor exercita isso. Esse procedimento é que faz colocar – como nós dizemos – no sangue; nele é cobrado – você vê nos acidentes que não foi feito isso– principalmente quanto à gestão e gerenciamento de cabine, quando você tem várias emergências e você tem que priorizar aquela primeira coisa que vai salvar a sua vida.

Nós temos um jargão muito claro: numa emergência, você tem que voar. Primeiro, voe o aeronave. Como é que você voa o aeronave? É motor para frente, dar velocidade para ela. Limpe *flap*, limpe trem e, depois, voe a aeronave... E atitude... Eu pulei um. Primeiro, voe a aeronave, motor para frente, dê velocidade – o avião só voa com velocidade. Segundo, atitude. O senhor pode estar com o nariz assim, assim e assim. Atitude: nivele as asas, porque aí o senhor não dá mais margem para, por exemplo, entrar num parafuso. É só estudar o Air France 443, que é exatamente isto: eram dois copilotos que estavam lá e que não conseguiam voar noturno e dominar o visual. E o terceiro ponto é você limpar a aeronave.

Essas reações, Senador, o senhor só tem no simulador. É extremamente importante. Eu digo isso de cadeira. Nos procedimentos normais, concordo com o senhor, mas não abram mão da simulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós podemos estudar é esse espaçamento quando for dentro de manuais que dizem isso... É só olhar os acidentes que têm acontecido aí... E eu lhe digo que li as 400 páginas do relatório da Câmara sobre o acidente do Voepass – ontem eu terminei de ler as páginas. E fica muito evidente a importância da simulação dos procedimentos de emergência e principalmente a gestão de cabine.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente, eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Líder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Eu concordo com você que todo o tanto que você tiver de fatores de segurança... Mas o índice é muito pequeno. Se você pegar da era do simulador para cá, quantos acidentes houve? E quantos houve antes do simulador? O simulador é coisa recente, não é coisa de agora.

O SR. RUI CHAGAS MESQUITA – Não!

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Não... Quantos anos tem o simulador?

O SR. RUI CHAGAS MESQUITA – Eu comecei a fazer simulador em 1991.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Em 1991, mas não era obrigatório todo ano você fazer...

O SR. RUI CHAGAS MESQUITA – Não, não era obrigatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Quer dizer que, de 1991 até 2020, você não teve simulador.

O SR. RUI CHAGAS MESQUITA – É porque, com os acidentes, começou a ter isso daí.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Não, não era... O que acontece é isso... É porque você tem...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Onde estão os simuladores hoje? O piloto vai fazer onde?

O SR. RUI CHAGAS MESQUITA – Em São Paulo, Curitiba...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Não, no Brasil quase nada, nenhum. No Brasil, zero.

O SR. RUI CHAGAS MESQUITA – Na aviação comercial tem aqui... Eu não tenho o dado agora...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – E, quando os pilotos têm que fazer o cheque deles, eles têm de ir aonde?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Estados Unidos, Europa...

O SR. RUI CHAGAS MESQUITA – Anual... Tem que renovar...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – E muito caro.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Eu acho que a maior questão que vocês poderiam... Permita-me, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – Eu acho que a maior questão que vocês poderiam levar para se discutir é: como nós já somos referência no Brasil para fabricar aeronave...

O SR. RUI CHAGAS MESQUITA – E simulador também.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... e simulador, e você, na hora de fazer o cheque do piloto, você tem que mandá-lo lá para os Estados Unidos ou para a França? Por que não tem isso no Brasil? O grande lance é esse...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Num país como o nosso... O que eu estou dizendo é...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas é a...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – É isso. É você otimizar isso...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eu queria agora, Rui... Eu queria até avançar um pouquinho mais.

O Brasil é o maior produtor de grãos do mundo, mas não tem um trator com nome nosso. Nem o Massey Ferguson, nem outros nomes... É uma vergonha isso!

Nós estamos dizendo aqui que nós temos uma empresa que hoje é referência que é a Embraer e nós estamos fazendo hoje...

Rui, hoje é impossível você ter a aviação civil que você precisa... O empresário para estar no Brasil, para ter as empresas que cresceram, hoje, não tem jeito de não estar presente nos lugares, como tem reclamação aqui. O que está acontecendo hoje? O custo operacional, trazendo toda essa responsabilidade de segurança... É bonito quando é para os outros; quando o cara tem que pagar, ele vai perguntar se o cara quer ou não. Se eu tenho um avião, que eu comprei, estou com o piloto, comprei na fábrica, teve curso, teve isso e assado... Todo ano ele volta, e eu pergunto: "E aí, meu lindo, como é que foi lá?". "Estados Unidos está bonito, está bacana. Sentei no avião lá e fiz." E outra coisa: tem uma maioria de pilotos também que acha bom ir lá passear – esse é outro assunto. O curso é importante? Sim, mas eu acho que ele tem que ser ponderado.

Imaginem o seguinte. Você tem um avião com dez anos em que você voou 550 horas. Quanto custou o seu simulador? Então, isso nós temos que discutir.

E, na Anac, nós temos que discutir isso. E as pessoas em outros países... O que eu estou dizendo é essa liberdade... Os Estados Unidos, como tem o maior número de aviões e aviadores do mundo, agora têm a proteção dos pilotos deles, e os brasileiros ficam na fila.

Enquanto a gente não tem condições de ter o simulador aqui, que a gente possa... Aí nós vamos avaliar se é de dois em dois anos, se é de três em três anos... Quais os incidentes que tiveram no Brasil por conta de simulador?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Líder, Senador Wilder...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Isso é um questionamento aí.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu agradeço.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eu sou parceiro da aviação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Você sabe aí o quanto eu gosto. Eu quero é discutir para a gente tentar achar uma equação aí que fique boa para quem usa a aviação no nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu agradeço a V. Exa., agradeço também ao Brigadeiro Rui Mesquita. Nós vamos passar ao próximo, mas eu acho que, de tudo que foi dito aqui, o critério, o item segurança, obviamente, é um item que nenhum de nós quer afastar dessa equação. Eu acho que é fundamental. Talvez o grande desafio, Rui – e aí para reflexão a partir de alguém que opera e que conhece o problema do lado de lá –, seja criar um modelo em que a gente possa, em vez de ter que mandar para os Estados Unidos, trazer para cá, de repente criar uma janela anual em que quem está lá fazendo... Num período aqui, a agência negociaria isso com as operadoras lá: "nessa janela aqui anual, vocês virão ao Brasil". E aí todos os operadores do Brasil vão se programar para, naquele tempo, de repente, fazer...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente, mas o que é interessante, até para quem está nos assistindo e ouvindo, é o seguinte: o simulador é específico para cada avião.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Para cada tipo.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Para cada tipo de avião. Então, só para você ter uma ideia da complexidade...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, de uma única fabricante, tem vários simuladores?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Você tem que ter o simulador, um por cada unidade, o que é mais complexo ainda. Você chega a ter, Presidente... O cara que tem algumas aeronaves tem que passar... Aí ele não passa a ter um piloto só. Para não ter um piloto só, ele tem que fazer o curso de dois. Por quê? Para ele ter...Aí ele acrescenta também o número de pilotos que ele tem na estrutura dele. Então, quem pilota o CJ1 não está autorizado a pilotar o CJ2 e nem o CJ3, vai ter que ir lá fazer o curso de cada um deles. Isso hoje é fator de desemprego para os pilotos. Então, hoje, quando você contrata um piloto, é o seguinte: "Você tem a carteira do tal avião?". Aí você tem que pensar... "Tenho, mas qual é a programação? Daqui a 90, 120 dias, eu consigo fazer o curso." Então, você está entendendo o que é hoje? Hoje o piloto está virando remédio. Quando você achar um aí, agarre nele, não deixe ir embora, não.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não deixe ir embora, não. Obrigado a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que esse bate-papo, essa conversa franca e mais direta acaba dando a oportunidade de fazer um juízo de ponderação sobre os vários aspectos envolvidos e buscar talvez uma solução inteligente. Ele citou o exemplo aqui da pandemia, em que houve um alongamento do prazo, o que já facilitou um pouco. Talvez seja por aí, mas essa missão é a missão de vocês lá, é chegar, estudar por dentro as alternativas e, de repente, trazer para cá depois em uma audiência e dialogar isso com o Senado Federal. Vocês estão recebendo as demandas agora, vão levar, internalizar e estudar a melhor forma de encaminhar as providências.

Com a palavra Antonio Mathias.

O SR. ANTONIO MATHIAS NOGUEIRA MOREIRA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria, na verdade, Srs. Senadores, comprometer-me a levar todos esses assuntos para o corpo técnico da Anac – como eu trouxe na minha fala –, altamente qualificado, que está preparado e vai nos ajudar na decisão em órgão colegiado que é a diretoria da Anac.

Então, Senador Chico, está anotada também a pontuação do senhor, a questão de tentar ajudar a viabilizar novos *hubs*, o senhor deu alguns exemplos. Eu acho que são pontos... E eu acho que essa discussão não se encerra aqui, pelo contrário, acho que começa aqui. Eu acho que a gente precisa... Caso esta Casa aprove a nossa indicação, a gente tem que ter um diálogo permanente com esta Casa e com os demais atores desse ecossistema para que a gente possa fazer uma aviação civil melhor. Esse é o meu compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado a V. Sa. pela manifestação; aos três representantes indicados para a Anac.

Na sequência, ouviremos também os indicados à Anatel.

Dr. Octavio Penna Pieranti, com a palavra.

O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI (Para expor.) – Se o Senador Chico Rodrigues me permite, eu vou começar fazendo um registro de duas presenças, na verdade, dois registros de presença aqui: uma é a do Deputado Juscelino Filho, que foi Ministro das Comunicações. Eu queria reconhecer, Senador, o papel do Deputado Juscelino Filho como Ministro das Comunicações para duas iniciativas absolutamente estruturantes para o campo da radiodifusão, recentemente. A primeira, as discussões sobre TV 3.0, que foram iniciadas, foram muito fortalecidas, na gestão do Deputado Juscelino Filho no Ministério das Comunicações. E a segunda é o programa Brasil Digital, que abre uma nova perspectiva para a rede pública de comunicação, para a rede legislativa de comunicação; então, os Srs. Senadores vão ser vistos em muitos mais municípios do que eram até alguns anos atrás. Então, hoje vão ser implementadas várias novas estações da rede legislativa, contendo TV Senado, TV Câmara, graças a essa iniciativa surgida na gestão do Deputado Juscelino Filho. O meu reconhecimento por essas iniciativas, Deputado.

O segundo registro de presença: o Conselheiro Vicente Aquino, Conselheiro da Anatel, Presidente do Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações, que dialoga muito com as suas preocupações, Senador. O Cdust – desde quando eu o acompanhava lá atrás, já há quase dez, um pouquinho menos de dez anos, uns oito anos, sete anos – vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutindo esses temas, além de outros relacionados a direitos dos consumidores. Então, o senhor perguntou, Senador, sobre mecanismos sancionatórios efetivos por parte da Anatel.

A Anatel dispõe de um conjunto de mecanismos, que eu diria, clássicos – multa, suspensão, eventualmente revogação da portaria de autorização em casos extremos – e, além disso, a Anatel vem trabalhando com outra forma de sancionar ao longo do tempo. Eu vou resumir muito, mas a Anatel começou a trabalhar com termo de ajustamento de conduta, criação de obrigações de fazer e assim sucessivamente. O problema que o senhor traz oferece uma complexidade adicional, porque várias das empresas que manejam os serviços chamados de *robocalls* não são prestadoras de serviços de telecomunicações. Então, houve esta discussão jurídica lá atrás, até que ponto a Anatel poderia incidir nesses casos, e a Anatel vem coibindo esse tipo de prática.

Então, eu cito alguns dos exemplos, de 2017 para frente. Lá atrás, a Anatel criou um *site* chamado Não Me Perturbe, ou melhor, determinou a criação de um *site* chamado Não Me Perturbe, para registro por parte do consumidor, dos usuários dos serviços, que não queriam ser importunados por empresas. Além disso, criou a obrigatoriedade do código 0303 para identificar as chamadas de *telemarketing;* até mais recentemente, uma caminhada no sentido de forçar a identificação das chamadas por meio de uma série de tecnologias existentes hoje.

Então, vários de nós hoje recebemos uma chamada, e a prestadora mesmo... Quando a gente olha para o celular, já tem um anúncio ali de provável *spam*.

A Anatel tem divulgado que essas iniciativas, ao longo aí dos últimos oito anos mais ou menos, significaram a não existência de pelo menos 2 bilhões de ligações de propagandas indesejadas – 2 bilhões! Então, imaginem como seria a nossa rotina hoje se essas 2 bilhões de ligações tivessem ocorrido nesse meio tempo; mas concordo que ainda é necessário avançar muito.

Qual é a principal preocupação nesse caso ou uma das principais preocupações? Coibir ligações que, na verdade, são golpes e fraudes. E aí, para coibir golpes e fraudes, as ações do Estado brasileiro devem ser diversificadas. Então, são ações na linha de educação midiática, de letramento digital, de educação para o consumo, ou seja, é conscientizar a população sobre como não cair em golpes e fraudes. Isso passa também por uma nova legislação, com a gente ou o Congresso Nacional conseguindo encarar esse ambiente e criar a proteção necessária para se evitar a disseminação de golpes e fraudes que a gente vê hoje de forma categórica.

Eu acho que a mensagem principal nesse caso é a de que a Anatel vem atuando e pode avançar muito nessa atuação. E certamente essa é uma preocupação de todos na agência e de todos, imagino, que compõem também esta Casa. Cada um de nós conhece várias histórias de pessoas que caíram em golpes e fraudes por meio de ligações fraudulentas, ligações indesejadas que, na verdade, tinham uma má intenção.

Em relação ao segundo ponto, sobre vendas de dados, há várias dimensões aí possíveis de resposta a esse problema, mas há possíveis violações nessas práticas – sempre falando em tese, tem que se analisar o caso concreto –, há possível cometimento de crime em vários desses casos. E aí a esfera judicial é um caminho. Há possível violação da regulamentação da própria ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), assim como há possível violação, nessas situações, da regulamentação expedida pela própria Anatel. A Anatel vem trabalhando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no sentido de coibir isso por meio dos mecanismos que eu citei anteriormente. E esse certamente é um dos problemas significativos deste campo das telecomunicações hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Octavio Penna.

Eu, antes de passar a palavra ao Dr. Edson, queria agradecer a presença de representantes do setor de saúde lá do meu Estado de Rondônia, que estão em curso aqui, em Brasília. Sejam muito bem-vindos à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Espero que a estada em Brasília seja proveitosa para a missão que vocês vieram cumprir.

Quais as cidades?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – São Francisco do Guaporé, Machadinho...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Espigão D'Oeste...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Guajará...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Guajará-Mirim. Perfeito. Portanto, são várias cidades do meu Estado de Rondônia.

Olhem, vocês não fiquem com inveja aqui, porque Rondônia é prioridade. (*Risos.*)

Obrigado, gente. Obrigado. Bem-vindos.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – Caso V. Exa... Não, V. Exa. sabe disso...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... mas quase a metade da população é maranhense. Não é, não? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – De fato, Rondônia tem muito rondoniense...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Uns 30% lá de maranhenses...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu nem sabia que lá no Maranhão...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Nós somos que nem fofoca: a gente está em todo lugar. Pode ir para Roraima, para Rondônia, para Brasília... Em todo lugar tem muito maranhense, graças a Deus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu nem sabia que... Tem cidade por nome de Bacabal?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Tem!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Bacabal. Então, tem muito maranhense lá.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Tem! Tem muitos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – República do Maranhão...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Verdade. Obrigado. Deus abençoe. Bem-vindos. Bem-vindos.

Com a palavra o Dr. Edson Victor para suas ponderações.

O SR. EDSON VICTOR EUGENIO DE HOLANDA (Para expor.) – Senador Chico Rodrigues, o nosso futuro colega já endereçou bem o assunto. Só queria fazer duas adições.

A questão da regulação tem que ser muito bem ponderada, porque, às vezes, você mata o setor.

Então, até iria render homenagens também ao Conselheiro Vicente Aquino, que fez uma modulação, encabeçou isso há poucos dias, que eram justamente sobre essas ligações que têm identificação 0303, que acabaram também sufocando o setor. E, nisso, atendendo ao apelo de alguns setores, foi feita uma modulação, ajustando para que tenha uma outra certificação de autenticação, que é a utilização de um sistema shaken.

Isso empodera o consumidor, o consumidor vai identificar. Claro que isso é um transtorno para todos nós, aí também tem um pouco das agruras do mundo moderno, mas isso já tem sido feito de forma a ponderar. Você tem que entender também, senão você mata um setor todo de *telemarketing*, por exemplo.

Considerando todas essas ponderações, o Conselheiro Vicente Aquino encabeçou essa discussão recentemente e ajustou, mas esse é um assunto que, como bem pontuou o Dr. Octavio Pieranti, já se conseguiu bloquear dois bilhões de ligações, mas vai estar em nosso radar, inclusive com a utilização de inteligência artificial, que está sendo discutida num PL que está em tramitação aqui. E aí vai ter que ser o tratamento de como é usada a inteligência artificial em cada setor, porque a inteligência artificial no setor de energia é de uma forma, em telecomunicação é outra, enfim.

Para finalizar, e não ser destituída a palavra pelo Senador Marcos Rogério, porque estamos, eu sei, com o adiantado da hora, a questão da proteção de dados é uma discussão que permeia todos os setores, mas a agência responsável é a ANPD. A gente tem que ter muito cuidado porque esse assunto está sendo discutido no PL também da inteligência artificial, para não termos sobreposição de competências. Você tem a Anatel, você tem o Cade, você tem a ANPD, e isso tem que estar muito delimitado, senão daqui a pouco o setor vai estar sendo sindicado por várias agências ao mesmo tempo e isso gera uma onda de judicialização, isso gera uma onda de questionamentos. Então, até o seu questionamento já suscita que existem certas dúvidas de até onde a Anatel vai, até onde a ANPD vai, até onde o Cade vai, na questão concorrencial, e ainda o CGI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma preocupação, mas que a gente tem que debater aqui nesta Casa, com o nosso auxílio e de todos os outros interessados, para que tenha essa delimitação correta e, enfim, para tratar do assunto.

Espero ter ajudado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Edson.

E esse tema da agência, da ANPD, nós vamos, talvez até depois, com mais tempo, de repente, provocar alguma audiência pública sobre isso, porque o tema está em voga agora.

É uma agência de proteção de dados e o desenho que se estuda neste momento é uma agência de controle de dados. Essa é uma escolha política que nós vamos ter que fazer, qual o mecanismo, de que maneira você enfrenta os problemas da tecnologia que avançou demais, da liberdade que é uma garantia fundamental, em face das contingências desses novos tempos.

Mas, esse ponto que traz o Dr. Edson aqui em relação à sobreposição de competências, esse é um tema que está em nosso radar também e há uma preocupação: aquilo que é papel da agência de telecomunicações, da nossa Anatel, e aquilo que é o papel da agência, que foi criada mais recentemente, com relação à proteção de dados.

Portanto, esgotadas aqui as manifestações dos Srs. Senadores e Senadoras, agradecendo também a presença do nosso ilustre Deputado Juscelino Filho, que foi Ministro de Estado das Comunicações do Brasil e, antes disso, tanto eu quanto o Weverton tivemos a oportunidade de conviver com o Deputado Federal, era um amigo, Weverton numa banda e eu e o Juscelino em outra banda, porque nós éramos do Democratas, à época, mas eu cultivava a amizade com o Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Eram os coxinhas e os mortadelas lá na Câmara. (*Risos.*)

Mas eu quero cumprimentar aqui também, junto com o Presidente Marcos Rogério, me permita, o Deputado e Ministro Juscelino Filho, que é lá do meu Estado do Maranhão, e tem, por nós, o seu trabalho totalmente reconhecido. O empenho que ele teve à frente do ministério e à frente do seu mandato junto ao seu partido e tem dado, sim, uma grande contribuição, não só ao país, mas, também, ao nosso querido estado. Tenho certeza de que ele pavimentou muito bem o seu trabalho e será, sem dúvida nenhuma, reconduzido ou conduzido para qualquer projeto que eles colocarem lá no Maranhão.

Parabéns, Juscelino!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Líder Juscelino.

Quero registrar aqui a presença do Evandro Gussi, o nosso sempre Deputado Federal, amigo, foi nosso colega também.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Você sabe que agora ele é maranhense também, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, aí também já...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Casou e eles estão com uma empresa lá no Maranhão.

Estou lhe falando, maranhense é em todo lugar, meu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Maranhão não é um estado é uma República.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Lá a gente aceita até paulista. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aceita paulista também?

Obrigado, Dr. Evandro Gussi, um amigo querido que passou pela Câmara dos Deputados e deixou sua contribuição muito marcante na vida política do Brasil e hoje no setor privado continua brilhando e fazendo sucesso.

Muito bem-vindo a esta Casa.

Esgotadas as manifestações dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, bem como a participação dos indicados, eu determino o fechamento da votação, encerro a votação e determino a abertura do painel para a apuração do resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Portanto, resultado apurado: Tiago Chagas Faierstein, 20 votos SIM; 2 votos NÃO; Rui Chagas Mesquita, 22 votos SIM; Antonio Mathias, 16 votos SIM; 6 votos NÃO; Edson Victor Eugenio de Holanda, 21 votos SIM; 1 voto NÃO; Octavio Penna Pieranti, 21 votos SIM; 1, NÃO.

Portanto, todos os indicados estão aprovados e seus nomes serão enviados ao Plenário do Senado Federal. (*Palmas.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Presidente, peço urgência no encaminhamento aqui dos indicados, para que sejam apreciados ainda no dia de hoje, no Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Agradeço a V. Exa. a sugestão, Líder Weverton Rocha.

Portanto, com a sua sugestão, determino o encaminhamento dos nomes, do apurado nesta Comissão, à Secretaria da Mesa, em caráter de urgência.

Não havendo mais nada a tratar nesta reunião, declaro o seu encerramento, comunicando que às 14h estaremos de volta para mais uma rodada de sabatinas.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro, Sergio Moro, Daniella Ribeiro, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Pedro Chaves, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Rogério Carvalho, Weverton, Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues, Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Augusta Brito, Jorge Seif e Giordano, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá e Jorge Kajuru. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 82, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor ARTUR WATT NETO, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, na vaga decorrente do término do mandato de Rodolfo Henrique de Saboia em 22 de dezembro de 2024." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 83, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor PIETRO ADAMO SAMPAIO MENDES, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, na vaga decorrente do término do mandato de Cláudio Jorge Martins de Souza." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 41, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor WILLAMY MOREIRA FROTA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato de Hélvio Neves Guerra." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 44, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Lavorato Tili." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. O Senador Otto Alencar exerceu seu direito de voto, não obstante a ausência de registro de presença no sistema, ocasionada por falha técnica no equipamento de controle de presença. **2ª Parte - Deliberação sobre Ato da Comissão**. **Finalidade:** Deliberar sobre o Ato nº 1/2025, da Comissão de Serviços de Infraestrutura. **Resultado:** Aprovado o Ato nº 1/2025 da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Fazem uso da palavra os Senadores Laércio Oliveira, Otto Alencar, Jayme Campos, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Chico Rodrigues e Fernando Farias. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezesseis minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/19

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de agosto de 2025.

A presente reunião é destinada à sabatina dos indicados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Nós teremos, portanto, quatro indicados nesta reunião sendo sabatinados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando a dinâmica de trabalho da Comissão, excepcionalmente neste horário hoje, e o início dos trabalhos no Plenário do Senado Federal com a Ordem do Dia, eu determino à Secretaria da Comissão que mantenha o painel de votação aberto para que os Senadores que assim quiserem já possam, ao longo das sabatinas, registrar os seus votos. Antes de aberta a Ordem do Dia lá, a gente tem que declarar o encerramento aqui, para ter a possibilidade de aproveitar o quórum. Por isso, estou fazendo, excepcionalmente, concomitantemente com a sabatina, a votação. Aqueles que têm segurança já, com convencimento, em relação aos seus votos, podem antecipar. Aqueles que não, aguardarão o processo sabatineiro. Portanto, fica aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Já agradeço aos indicados que compõem o dispositivo de honra, e passaremos, portanto, a apregoar os itens da pauta.

1ª PARTE
ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 82, DE 2024
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor ARTUR WATT NETO, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, na vaga decorrente do término do mandato de Rodolfo Henrique de Saboia em 22 de dezembro de 2024.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

1. Em 13/08/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A arguição pública será realizada nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Passo a palavra, portanto, ao Artur Watt Neto, mas, antes, comunico aos indicados que eles dispõem cada um de dez minutos para a sua exposição. Na sequência, estando presente o Relator, ele poderá fazer a primeira intervenção, questionamentos ou ponderações, bem como os demais Senadores.

Quero registrar a presença conosco também, nesta reunião, do Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, Dr. Fernando Mosna, conosco aqui. Se tiver mais algum diretor... (*Pausa.*)

Da ANP, a Dra. Symone, Bruno Caselli, dois da ANP. Quem mais? (*Pausa.*)

Ivo, também da Aneel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço à equipe para apurar o nome dos diretores que estão prestigiando a Comissão no dia de hoje e acompanhando a sabatina dos futuros colegas, para que a gente possa fazer o registro aqui.

Líder Otto, muito obrigado.

Eu indago ao Presidente Otto se gostaria de fazer uma fala antes. Eu já assegurei a palavra ao Artur, mas, como V. Exa. é o Relator, eu lhe asseguro, por precedência, a palavra; na sequência, o Artur Neto terá a palavra para a sua manifestação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Senador Marcos Rogério.

Por ser da Bahia, pelo Artur ser baiano, e eu conhecer a vida, a dedicação dele e o currículo dele, pelo que ele trabalhou e fez... É funcionário de carreira da AGU, já de muito tempo. É mestre em Direito Internacional, especialista em Direito Público, tem vários diplomas, especialista no setor de gás e petróleo. Já prestou serviço na agência, na ANP; já prestou serviço na PPSA, de petróleo, lá no Rio de Janeiro; foi assessor do Ministro de Minas e Energia, Diretor do Departamento de Gás Natural do setor de minas e energia.

Então, é um técnico da área, como são todos também. E eu fico muito feliz sempre que a indicação é alguém de carreira e que conhece profundamente a matéria, porque isso facilita o diagnóstico e o tratamento. É como um especialista. Se for na área de ortopedia, garanto a V. Exa. que eu não vou errar, nem na anatomia, nem na indicação, nem na cirurgia. Então, todos são bem treinados, capacitados para essa área. E o Artur vem pleiteando esse cargo, teve a indicação.

Eu quero agradecer a V. Exa. pela maneira correta como fez as sabatinas – fez de manhã, está fazendo agora –, para que essas agências preenchidas possam servir ao país, servir à nação em todos os setores, com análise, com deliberação, de forma correta, dentro daquilo que está pré-estatuído na lei, como são todos.

Portanto, eu vi o Artur na Bahia, jovem ainda, crescer, fazer carreira. Ele foi para o Rio de Janeiro, morar no Rio de Janeiro, fez concurso lá, fez concurso aqui, passou. E eu tenho certeza absoluta de que ele vai fazer uma coisa que é fundamental: trabalhar muito, ter essa capacidade de fazer arbitragem de forma correta, dar razão a quem tem, deliberar a favor de quem realmente está com a razão nesse setor, que é tão importante para a nação, sobretudo agora, em que nós temos que defender e seguir em frente com essa possibilidade da exploração do petróleo na Margem Equatorial do Brasil.

O pré-sal, o setor do pré-sal, as suas reservas devem começar a diminuir até acabar, lá pelo ano 2034, 2035, e o Brasil não vai poder importar petróleo bruto, tendo reserva de petróleo que precisa ser explorada.

Então, essa contribuição eu acho fundamental. E o Artur eu tenho certeza de que vai trabalhar nessa direção.

Quero saudar também o Pietro, os outros também componentes, e estendo também a minha confiança a todos vocês.

Agradeço a V. Exa. porque, estando aqui alguém da Bahia, se eu ficasse calado, iam dizer que eu não estou defendendo a boa terra baiana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado a V. Exa., nobre Senador Otto Alencar, o nosso Presidente da CCJ do Senado Federal e Relator.

Nós temos um Relator que conhece a trajetória, conhece o currículo e, portanto, acrescenta muito às indicações que são feitas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Senador e Líder Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Presidente Marcos Rogério, queria fazer um registro aqui e um protesto em relação ao Dr. Otto Alencar. Primeiro, ele me ligou, eu não tinha colocado a primeira colher de arroz na boca agora, dizendo: "Eu faço questão, exijo que V. Exa. esteja na Comissão da Infraestrutura para votar no Artur". Só que ele chegou depois de mim, então esse é o registro que eu quero fazer.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ele me convoca e chega atrasado, depois de mim. É só isso aí. Estamos juntos, viu?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Líder Jayme Campos. Mas para...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, Presidente, é porque o ônibus em que eu vim da Bahia atrasou. Cheguei atrasado por isso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Atrasou... Ele está fazendo isso com V. Exa., mas ele é sempre o primeiro a chegar aqui. Jayme Campos é sempre... Esse povo do Mato Grosso... A lei do Mato Grosso é diferente.

Obrigado.

Artur Watt Neto, V. Sa. tem a palavra.

O SR. ARTUR WATT NETO (Para expor.) – Bom dia a todos... (*Fora do microfone.*) Boa tarde! O discurso foi preparado, achei que ia ser de manhã.

Está bom aí no microfone?

Boa tarde a todos.

Cumprimento todos os Exmos. Senadores e Senadoras aqui presentes, nas pessoas do Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Marcos Rogério, e do Relator da minha indicação, Senador Otto Alencar. Cumprimento também os outros Relatores da mesa, Senadores Eduardo Braga, Eduardo Gomes e Laércio Oliveira.

Inicialmente, eu gostaria de destacar que eu tenho plena consciência de que, se eu for honrado com a aprovação de V. Exas., enfrentarei com altivez o que vai ser o maior desafio profissional da minha carreira, que será liderar, como Diretor-Geral, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), uma instituição essencial para a soberania energética e o desenvolvimento econômico do Brasil.

Eu vou me apresentar brevemente aqui, mas, para me apresentar, eu tenho que apresentar o que veio antes. E eu gostaria de registrar que a minha dedicação ao setor já vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de família: eu tenho mãe e avô petroleiros. E faço uma homenagem ao meu avô Walter Mota, que foi um dos primeiros engenheiros de reservatório da Petrobras e que trouxe essa paixão na área aí para a minha família.

Eu não pretendo aqui repetir cada item do meu currículo, que já foi distribuído a V. Exas. Eu apenas gostaria de destacar a minha experiência de quase 19 anos na Advocacia-Geral da União, dos quais 14 dedicados ao setor de óleo, gás e biocombustíveis, e 12 deles especificamente dentro da Procuradoria da ANP, para onde agora eu estou indicado para a Diretoria-Geral. Nessa trajetória, tive a oportunidade de atuar, de forma pioneira, em diversos assuntos, tanto na área consultiva quanto em arbitragens e na elaboração de acordos, não só para a ANP, mas também em colaboração com outras agências. Tive a oportunidade de representar em arbitragens ANTT, Anac e Anatel – participar da defesa delas. Nesse período, eu direcionei minha atuação para a busca de consensos e acordos, como, por exemplo, o da complexa disputa sobre os *royalties* do Campo de Jubarte, e pretendo levar essa mesma abordagem conciliatória para a gestão da agência.

Dito isso, eu gostaria de trazer aqui, brevemente, a minha visão em relação a alguns desafios atuais e futuros da ANP para os próximos anos.

Em primeiro lugar, no que toca à gestão interna da ANP, que é uma competência também do Diretor-Geral, sabendo que é um órgão colegiado e necessitamos da colaboração e diálogo interno com meus futuros pares da diretoria, eu considero que a Diretoria Colegiada da ANP vai ter um grande ativo nessa missão, que é o corpo técnico extremamente qualificado que eu pude presenciar e conhecer na ANP. São profissionais altamente especializados, muitos com mestrado e doutorado, como o Pietro Mendes, que também será sabatinado hoje e é de carreira da casa, da ANP. Com eles aprendi bastante sobre geologia, engenharia, economia, contabilidade, gestão de projetos e não sei mais quantos assuntos. Mas eu sei também que essa diretoria tem um grande desafio pela frente, que é valorizar e motivar esse corpo técnico, de forma a modernizar a agência e torná-la ainda mais eficiente.

Para isso, obviamente, são necessários recursos orçamentários, como já foi dito aqui de manhã nesta Comissão. Tenho pleno conhecimento de que este Parlamento tem sido parceiro das agências reguladoras na busca por essa recomposição orçamentária, no entanto a questão não se resume a isso. É preciso, com soluções criativas, buscar quebrar paradigmas, diminuir os gargalos procedimentais e otimizar os fluxos de trabalho. Precisamos alavancar o uso de tecnologia na agência, incluindo a inteligência artificial, para aumentar a capacidade de processamento e análise de dados, reduzir o tempo gasto com atividades burocráticas, melhorar a fiscalização e, com isso, dar retornos mais seguros e céleres à sociedade e aos agentes econômicos que investem no setor.

Um exemplo prático que pretendo trazer para a ANP, nessa ótica de colaboração, é a experiência de sucesso, pioneira, da Anatel na incorporação da inteligência artificial no sistema SEI, que rege os fluxos de trabalho daquela agência e também da ANP. Tudo isso sem esquecer o componente humano, buscando inspirar, qualificar, motivar as pessoas e melhorar o ambiente de trabalho, tão alterado com a revolução digital dos últimos anos.

Falando do setor propriamente dito, é importante destacar a importância das agências reguladoras, que são criadas por lei e, portanto, foram criadas por este Parlamento. Elas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devem atuar com imparcialidade e *expertise* nas matérias que regulam, no entanto essa autonomia serve para implementar as políticas públicas definidas por esse próprio Parlamento, bem como pelo Poder Executivo, nos termos da lei. A ANP, portanto, jamais estará alheia aos mecanismos de diálogo e controle estabelecidos na democracia. Buscarei pautar minha atuação pela transparência e pelo constante diálogo com este Parlamento, com o Governo, nas suas diferentes instâncias, com os órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas da União, com a iniciativa privada e com a sociedade civil. A ANP estará sempre à disposição para debater, para prestar contas e construir consensos.

No campo da exploração e produção de petróleo e gás, gostaria de destacar que a manutenção das atividades de exploração e produção de óleo e gás no Brasil é de importância estratégica inquestionável, inclusive para reposição das reservas do pré-sal, que tantos recursos trouxeram para o Brasil. Nesse contexto, a exploração da Margem Equatorial, especialmente a área nas costas do Amapá e Pará, se destaca como uma área de grande potencial e grande relevância.

Eu atuei, na minha experiência, na comissão de licitação dos leilões dessas áreas e como procurador, nos processos internos da ANP que viabilizaram essa pesquisa do ponto de vista regulatório. A exploração desses recursos, sempre de forma responsável, é essencial do ponto de vista financeiro, econômico e social de geração de empregos para as regiões imediatamente afetadas e para todo o país, especialmente no que toca à nossa balança comercial. Petróleo e gás, hoje, é um primeiro item da pauta de exportação brasileira, rivalizando com a soja, que é outra potência do nosso agronegócio, que vou mencionar a seguir. É crucial garantir a estabilidade regulatória para a atração e manutenção dos investimentos, ao mesmo tempo em que se reforça a fiscalização da segurança operacional, um valor inegociável.

Outra frente de trabalho diz respeito ao abastecimento nacional de combustíveis, incluindo os combustíveis líquidos, os biocombustíveis, o gás natural e o gás liquefeito de petróleo. A ANP tem um papel fundamental em todos eles. Buscarei, em conjunto com meus pares, promover medidas regulatórias que permitam a modernização e a interiorização da infraestrutura, através da diversificação das rotas logísticas, expansão das estruturas existentes e novos investimentos. Essa expansão é vital para aumentar a capilaridade da oferta, trazer preços mais competitivos e justos para o consumidor final em todo o território nacional através da competição. Abertura de mercado, com a regulamentação do acesso à infraestrutura, é chave para uma concorrência saudável que beneficie a todos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTUR WATT NETO – Paralelamente, a ANP manterá seu foco intransigente no combate à fraude e adulteração de combustíveis, um problema crescente. Essas práticas ilegais não apenas lesam o consumidor, mas também distorcem a concorrência e prejudicam os agentes de mercado que atuam dentro da lei. Intensificaremos a fiscalização em toda a cadeia, utilizando ferramentas tecnológicas e a cooperação com outros órgãos das diversas instâncias federativas, tudo buscando proteger o consumidor e garantir um ambiente de negócios equitativos. Precisamos aumentar a qualidade da informação a que a ANP tem acesso – e, para isso, contaremos com a colaboração desse Parlamento – e também buscar iniciativas colaborativas de diálogo com a sociedade de recebimento de informação, em tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

real, e com inteligência de dados, para que, inclusive, os preços dos combustíveis, nos diversos pontos de venda, sejam cada vez mais de conhecimento do consumidor para que possa fazer essa escolha informado.

Gostaria de falar agora um pouco sobre os combustíveis renováveis, aí colocando todos os biocombustíveis e também essa nova competência da ANP, que é o setor de hidrogênio. O Brasil tem um histórico invejável nesse setor, sendo um pioneiro global. Isso remonta ao Proálcool, na década de 70, quando passamos pelo desenvolvimento dos carros *flex;* o biodiesel, que misturamos em proporção maior do que qualquer outro país;...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTUR WATT NETO – ... o biometano; e uma área nova muito importante, o combustível de aviação sustentável; e agora os biocombustíveis de segunda geração, que nos posicionam de modo único no campo da transição energética.

Na minha experiência, eu pude participar ativamente da redação das minutas da regulação do programa RenovaBio, um programa fundamental para a descarbonização da nossa matriz de transportes. Ele é pioneiro em uma espécie de crédito de carbono – não era exatamente o mercado de crédito de carbono, mas buscava dar o efeito positivo de o biocombustível ser trazido para o preço. Essa participação demonstra o meu compromisso com essa agenda. Acredito na importância dessa nova geração de biocombustíveis, com tecnologias mais avançadas e maior eficiência energética ambiental.

A ANP tem um papel central nesse avanço, e minha gestão estará atenta também às novas competências que este Parlamento nos deu no que toca ao setor de hidrogênio, que é um vetor energético promissor com potencial para revolucionar diversas indústrias e setores e auxiliar na transição energética; além disso, é um setor que possui sinergias importantes com gás natural e biometano. A ANP atuará na construção de um arcabouço regulatório que estimule investimentos também nessa área, inovações e segurança também nesse novo mercado, posicionando o Brasil como um *player* relevante na economia do hidrogênio.

A transição energética é uma imensa oportunidade para o Brasil. A ANP, a Aneel e as demais agências reguladoras de infraestrutura terão papeis fundamentais na regulamentação das novas fontes, na adaptação das infraestruturas e na garantia da segurança energética futura.

Quando a gente fala de transição energética, a gente está falando de futuro. Eu comecei minha fala falando do passado e do meu avô, e não poderia deixar de citar meu filho, Gustavo, que está em casa assistindo a esta sabatina.

Por fim, eu reforço que me sinto honrado e muito motivado a exercer o relevante papel de Diretor-Geral da ANP, caso vocês me deem a honra dessa aprovação.

Agradeço a atenção de V. Exas., a confiança depositada por todos que me apoiaram e coloco-me à disposição para responder a quaisquer perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Artur, pela exposição que faz.

Nós passaremos ao próximo indicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu indago aos Relatores... Está aqui o Senador Laércio Oliveira, que também é Relator de um item. V. Exa. vai querer falar no início ou na sequência?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, vamos aproveitar para ouvir todos os indicados, e, na sequência, os Senadores fazem suas manifestações.

Antes...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Gostaria de que V. Exa. pudesse fazer com relação ao Artur (*Fora do microfone.*) diante do fato de que eu vou ter que me deslocar...

Ou V. Exa. vai, primeiro, fazer a bateria de...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu até poderia fazer, não teria problema. Só vou fazer uma ponderação à Comissão, porque, como hoje nós estamos fazendo à tarde, e, depois de iniciada a Ordem do dia, a gente não pode deliberar... Sabatinar até pode, mas não pode votar. Eu só tenho essa ponderação, mas, se quiser fazer...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Em consideração a V. Exa., vamos, primeiro, ouvir o outro convidado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está bem.

Agradeço a V. Exa.

Antes de passar para o próximo item, eu gostaria de registrar a presença dos diretores aqui, já com a nominata apresentada pela Secretaria da Mesa: Diretores da Aneel, Fernando Mosna, já mencionado; Ivo Secchi Nazareno; Diretor-Geral Sandoval Feitosa também conosco, prestigiando ali atrás – obrigado, Presidente – a reunião; bem como os Diretores da ANP, Symone Araújo, Bruno Caselli; e também o Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Arthur Cerqueira.

E queria registrar a presença também do José Mário Abdo, que foi o primeiro Diretor-Geral da Aneel; do Aleluia, meu sempre Deputado Aleluia, parceiro amigo que está conosco; do André Pepitone, também Diretor-Geral da agência; do Hélvio Guerra, também ex-Diretor. Muito obrigado.

Portanto, a nossa sessão de hoje está sendo bastante prestigiada. Se outros nomes se fizerem presentes, queiram reportar a esta mesa.

Item 2 da pauta:

1ª PARTE
ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 83, DE 2024
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1997, o nome do Senhor PIETRO ADAMO SAMPAIO MENDES, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, na vaga decorrente do término do mandato de Cláudio Jorge Martins de Souza.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Em 13/08/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A arguição pública será realizada nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Portanto, asseguro a palavra ao indicado.

O SR. PIETRO ADAMO SAMPAIO MENDES (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Marcos Rogério, a quem eu agradeço por ter pautado aqui meu nome e por todo o apoio ao longo desse processo. Esperamos ansiosamente sua visita na ANP, porque o senhor me relatou que, das agências de infraestrutura, é uma das agências que o senhor ainda não visitou. Será um prazer recebê-lo lá.

Quero agradecer ao Senador Laércio, meu Relator, que fez um empenho enorme.

Estou aqui hoje pelo empenho de muita gente que está aqui e quero agradecer a todos: meu amigo Marcelo Menezes, Secretário que me ajudou muito; Senador Otto Alencar; Senador Veneziano que não está aqui; Senador Jayme – JC, Jesus Cristo, para salvar aí a esse processo –; Senador Fernando Farias; Secretário-Executivo Arthur Cerqueira; Bruno Caselli e Symone, meus amigos aqui da ANP; Deputado Evandro Gussi, autor da Lei do RenovaBio; Deputado Marcelo Ramos, que hoje fez um esforço aqui concentrado comigo de andar aqui pelos gabinetes. Ao Israel e ao Sérgio também o meu muito obrigado e à minha equipe da SNPGB, que está toda aqui. Agradeço ao Ed, a Laís, a Rafaela, ao Renato, todos presentes. Da Petrobras, estou vendo aqui o Olavo, também representando a Presidente Magda.

Quero dizer que eu estou aqui hoje – e a minha sempre Secretária-Executiva Marisete Pereira também –, porque é um esforço de muita gente para eu estar aqui.

Ao Senador Wellington, que abriu aqui as portas do Bloco Vanguarda hoje, o meu agradecimento por todo apoio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PIETRO ADAMO SAMPAIO MENDES – Mas já agradeci também. (*Palmas.*)

Eu quero dizer que a gente vive hoje um momento de transição energética, que é um momento que todo mundo fala que é de uma grande transformação da sociedade; é um esforço muito grande da humanidade substituir uma fonte de energia, como é a fonte de energia de petróleo, que tem uma alta densidade energética. A gente tem toda uma infraestrutura já posta, e você fazer essa substituição, seja por biocombustíveis, por hidrogênio, como meu colega Artur aqui, que também me deu um grande apoio ao longo de toda essa trajetória como indicado para Diretor-Geral... Sempre ficamos juntos nessa batida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para você fazer essa substituição, você tem que pensar em segurança energética, porque a gente não pode abrir mão das reservas de petróleo que a gente tem, das novas fronteiras. Nós encomendamos, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, pela empresa de pesquisa energética, qual é o cenário que a gente tem quando a gente olha no futuro, se nós tivermos apenas a exploração e a produção de petróleo do que a gente já tem descoberto hoje, sem olhar para áreas de novas fronteiras, como por exemplo, a Margem Equatorial. E aí, falando dela de forma ampla, obviamente existe toda uma expectativa muito grande de que, em frente ao Amapá, a gente consiga ter descobertas do tamanho do que a gente tem na Guiana, por exemplo, que está vivendo uma verdadeira revolução.

O que a gente observa é que a gente vai atingir um pico de 5,3 milhões de barris por dia, em 2030, e depois a gente vai entrar num declínio muito rápido. Então, a gente precisa avançar em áreas de novas fronteiras.

Para isso, a ANP tem um papel fundamental, a Diretora Symone, que liderou ao longo desses últimos anos as rodadas de licitação. Precisamos ter um calendário de previsibilidade, ter blocos em que você tenha menos controvérsias com relação ao processo de licenciamento ambiental, evitar mudanças de regras em cima de licitações. Então, é um processo em que a ANP tem uma função fundamental.

Quando a gente olha para a parte do gás natural, aí há muito da relação que eu construí aqui, com o Senador Laércio, com o Secretário Marcelo Menezes, que decorre de todo o esforço que tem sido feito no movimento de abertura do mercado de gás natural, com a entrada de novos agentes, a questão da desverticalização.

A ANP tem papel fundamental. Sem a ANP, a gente não tem cálculo de tarifa. Sem a ANP, a gente não tem resolução de controvérsias no que se refere a acesso a infraestruturas essenciais. Sem a ANP, você não tem colocados novos blocos onde você pode ter descobertas de gás. Você não tem, inclusive, produção de gás *onshore*, porque, se não tiver uma agência reguladora forte, muitas das vezes, aquele agente senta em cima do ativo, não devolve, não explora, não produz, e a ANP é fundamental para retomar esse ativo.

Aí a gente vai para a parte também em que o gás natural tem uma relação muito grande com a descarbonização, para a parte dos biocombustíveis. E aqui, Senador Jayme, Senador Wellington, com a nova fronteira que a gente tem no Centro-Oeste, tanto da parte do biodiesel como do etanol de milho, que tem um papel fundamental no aumento dessa oferta, a gente está enxergando, a partir do etanol, outros produtos, como combustível sustentável, de aviação, o SAF.

Então, a gente caminha num rumo da transição energética que depende muito de biocombustíveis. E aí eu tenho muito orgulho de ter, no início da minha trajetória – embora hoje, na secretaria, eu possa lidar com todos os temas –, começado no setor de biocombustíveis, por que eu tenho muito apreço. Está aqui o Evandro, do RenovaBio, combustível do futuro.

Então, tudo isso só vai para a frente se a ANP estiver lá.

E aí a gente olha para a questão de preço de combustível. Preço de combustível é sempre uma coisa de que a sociedade inteira reclama, a indústria reclama do preço do gás, o consumidor está lá na ponta, reclama do preço da gasolina, reclama do preço do diesel,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reclama do preço. Como é que a ANP pode atuar nisso? Dando transparência, criando condições para competição entre os atores, porque, por meio da competição, a gente consegue, sem artificialismos, reduzir o preço desses combustíveis, para que a gente tenha todo o desenvolvimento da indústria e da sociedade brasileira.

Então, quando eu penso, assim, no que eu quero levar para a ANP, é toda essa bagagem que eu pude construir, a valorização dos servidores da agências. Os servidores das agências foram treinados.

Está chegando o Senador Angelo Coronel. Tudo bem, Senador?

Eles têm totais condições de desenvolver trabalhos técnicos de altíssimo nível, produzir documentos de altíssimo nível. E a gente tem também aqui, está aqui o Senado com um projeto também que o Senador Laércio encampou de valorização do orçamento, valorização das agências. A gente conta muito com o Senado Federal para impulsionar essa agenda.

Um outro estímulo muito grande dessa experiência que eu tive, ao longo da administração direta, é que muitas das vezes a gente aprova nesta Casa uma série de legislações e a gente tem até no Brasil aquele hábito de dizer: "Ah, essa legislação pegou. Essa legislação não pegou". A maior parte das legislações que são aprovadas aqui, relacionadas ao setor de petróleo, gás natural e biocombustível, só vão pegar se a ANP estiver forte, só vão pegar se a ANP fizer as regulações, só vão pegar se a ANP fizer as fiscalizações, fizer os contratos de forma adequada.

Então, muito do estímulo de eu querer ir para a ANP é dar concretude a todo o trabalho que vocês, Senadores, e a Câmara dos Deputados têm feito nesse esforço de modernização não só da legislação de biocombustíveis, como o aumento de competição. Parabenizando o Senado Federal, quero dizer que eu estou lá na ANP para encampar e fazer com que isso tudo, colaborando com o Colegiado para que isso tudo aconteça. Essa é a grande motivação, ver que toda essa legislação de hidrogênio, como o Artur falou, eólica *offshore*, que também tem uma parte que vai ficar na regulação da ANP, combustível do futuro, a Lei do Gás, que tem vários aspectos que ainda precisam ser regulamentados, que isso se torne realidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado ao Dr. Pietro – uma fala emocionada. Só quem acompanha a dinâmica, neste ambiente em que nós estamos, às vezes, quando vê alguém falar assim, entende realmente a intensidade de tudo o que acontece aqui. Isso é bom, porque, às vezes, pensa-se que se está tratando apenas de um aspecto formal – vai para lá, vem para cá –, mas é um ser humano, é um profissional, é um quadro que serve ao país, que tem família, que tem... Enfim, então, eu queria fazer esse registro, porque, ao longo desses dias, muita informação e desinformação, isso acaba por impactar, de modo especial, de modo particular, aquele que é alvo disso e que, às vezes, nem sabe ao certo o que é e o que não é. Mas hoje foi um dia para todos nós que acompanhamos, pode ter certeza, Pietro, de que é um dia de comemoração por ver seu nome aqui confirmado e por ver também aqui sua manifestação muito segura, muito firme, muito equilibrada, como alguém que conhece o setor, já viveu por dentro o debate desses temas. Então, assistir a você aqui, hoje, falando e com emoção, só reforça o acerto da sua indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns e que a sua missão lá seja coroada de êxito e de sucesso, como tem sido até aqui! Deus o abençoe! (*Palmas.*)

Vamos ao próximo item.

Eu queria registrar que, na hora de mencionar, não falei da Dra. Marisete aqui também, ex-Secretária-Executiva do Ministério de Minas e Energia, alguém que esta Casa conhece bem, e o setor, como um todo, conhece sua capacidade, versatilidade e a presença da Marisete, sempre muito ilustre. Obrigado pela presença.

Eu vou passar ao próximo item.

No final... Hoje, o quórum de Senadores está muito bom, e eu apenas queria comunicar – vou deixar para fazer depois de ter esgotada a votação final – que há um ato da Comissão que nós vamos ter que deliberar no final, em relação à questão do marco temporal para desincompatibilização. Nós discutimos de manhã aqui um modelo, porque a lei diz uma coisa, mas o formato das indicações acaba criando um ambiente de insegurança para os indicados. Então, a gente vai criar um ato da Comissão, com a aprovação dos Senadores, para estabelecer o marco temporal mais adequado e proporcional, para não prejudicar os indicados, mas também salvaguardar as competências do Senado Federal nesse processo de sabatinas e verificação documental. Então, ao final, nós faremos a deliberação.

Registro a presença do Deputado Marcelo Ramos, meu vizinho manauara. Estive recentemente em Manaus, uma cidade muito bonita, no Estado do Amazonas, um estado importante, meu vizinho, só faltando a 319 para nos conectar de maneira mais firme, segura, íntima, assegurando um direito que é constitucional, mas que a nós, daquela região, vem sendo negado há muitos anos. Saúdo V. Exa.

Item 3.

1ª PARTE
ITEM 3
MENSAGEM (SF) N° 41, DE 2025
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor WILLAMY MOREIRA FROTA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato de Hélvio Neves Guerra.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

1. Em 13/08/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A arguição pública será realizada nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Portanto, asseguro a palavra ao Dr. Willamy Moreira para sua manifestação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLAMY MOREIRA FROTA (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Marcos Rogério; Exmo. Sr. Senador Eduardo Braga, Relator nesta Comissão do processo da minha indicação ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica; Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores aqui presentes, Senador Fernando Farias, Senador Otto Alencar, Senador Mecias, Senador Angelo Coronel, Senador Wellington, Senador Laércio, Senador Jayme Campos, e o nosso Deputado, meu conterrâneo, Deputado Marcelo Ramos – prazer em tê-lo aqui Deputado –; ilustres indicados para as agências, Dr.Gentil aqui, o meu colega aqui; Dr. Artur; Dr. Pietro, estou muito grato de tê-los aqui conosco neste momento importante.

Senhoras e senhores presentes, bem como todos aqueles que nos acompanham de forma remota, meu cordial boa tarde.

Meu nome é Willamy Moreira Fota, natural de Manaus, Estado do Amazonas.

Primeiramente, gratidão a Deus pelo privilégio de poder participar deste momento tão importante para todos nós.

Registro que, para mim, é motivo de imensa honra e senso de responsabilidade ter meu nome submetido à análise desta respeitável Comissão do Senado Federal.

Meus agradecimentos ao Governo Federal pela indicação do meu nome para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, a Aneel. Estendo meus agradecimentos também ao Presidente do Senado Federal, que teve a atenção de priorizar esse processo, bem como ao Ministro que fez o encaminhamento do nosso nome.

Dirijo ainda um agradecimento especial ao Exmo. Sr. Senador Eduardo Braga, pelo relatório apresentado a esta Comissão acerca de minha indicação para exercer o cargo de Diretor da Aneel.

Por fim, agradeço a todos os meus familiares e pelas mensagens de apoio recebidas dos atuais diretores da Aneel e ex-diretores, e de profissionais do setor de energia que me honraram com suas palavras de confiança e incentivo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILLAMY MOREIRA FROTA – Sou engenheiro eletricista, formado pela Universidade de Brasília (UnB), com MBA em Gestão pela FGV, especialização pela Ufam e mestrado pela Unicamp em Planejamento de Sistemas Energéticos, doutorado pela Federal do Pará e pós-doutorado pela Unicamp em Engenharia Elétrica.

Ao longo da minha trajetória profissional, atuei por mais de três décadas no setor elétrico, com destaque para a minha experiência na Eletronorte e em algumas empresas do grupo Eletrobras, exercendo funções técnicas de liderança, incluindo departamentos, superintendências, diretorias, presidência e conselho de administração, onde participei de projetos estratégicos que levaram energia elétrica segura e confiável a várias regiões do país.

Também fui Conselheiro de Administração da Eletrobras e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Entre 2015 e 2016, fui chefe de gabinete do Ministro de Estado de Minas e Energia Eduardo Braga, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), e integrante do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), adquirindo uma visão sistêmica dos desafios do setor elétrico brasileiro em articulação com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agências setoriais, poder público, Congresso Nacional, agências reguladoras e sociedade em geral.

Essa vivência, Presidente, me possibilitou participar de marcos relevantes para o desenvolvimento energético e social do Brasil, além de compreender na prática os desafios técnicos, regulatórios, econômicos, sociais e ambientais que envolvem o fortalecimento e o fornecimento de energia elétrica no Brasil, abrangendo as áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, com destaque para a Região Norte e Amazônia Legal.

Ressalto que toda a minha trajetória profissional no setor elétrico foi construída em permanente relacionamento técnico-institucional com a agência reguladora Aneel, especialmente nos pilares de fiscalização, regulação, operação e meio ambiente. Nesse percurso, pude comprovar a relevância estratégica da agência, bem como a excelência do trabalho desenvolvido por seus profissionais altamente competentes e qualificados.

Como é do conhecimento geral, a energia elétrica constitui um bem essencial à cidadania e um vetor estratégico para o desenvolvimento, para o crescimento e para o progresso de qualquer sociedade.

Entretanto, vivemos hoje a dinâmica de uma nova era energética, marcada pela transição energética justa, que impõe grandes desafios tanto à Aneel quanto a todo o setor elétrico brasileiro, exigindo inovação regulatória, tecnologia, sustentabilidade e eficiência operacional.

Neste contexto, o Brasil já ocupa posição de destaque no cenário mundial, quando o tema é setor elétrico e energia limpa, contando com uma capacidade instalada superior a 240 mil MW no Sistema Interligado Nacional (SIN). E com uma matriz elétrica formada por cerca de 90% de fontes renováveis.

Nossa geração atualmente é composta por aproximadamente 45% de hidrelétricas, 14% de eólicas, pouco mais de 7% de solares, 17,5% de micro e minigeração distribuída – que são os consumidores residenciais e comerciais com painéis em propriedades pessoais próprias – e 6,5% de biomassa. No entanto, precisamos avançar na agenda regulatória, a fim de garantir segurança energética, reduzir custos e prosseguir na universalização e na modicidade tarifária, sem comprometer a qualidade do serviço.

A matriz elétrica brasileira confere ao país a condição de Líder em energia limpa e renovável, consolidando-o como referência global na transição energética.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Já está votado aí, está? Já está votado, viu? Parabéns.

O SR. WILLAMY MOREIRA FROTA – Muito obrigado.

Tal posição do Brasil expressa um protagonismo relevante nesse processo de revolução energética, o qual demanda engajamento contínuo e ampliado de todos os agentes setoriais, reconhecendo os avanços já alcançados e reforçando esforços e compromissos voltados para o futuro. No entanto, em um país de dimensões continentais como o Brasil, o setor elétrico apresenta características próprias e de elevada complexidade, que impõe à Aneel papel fundamental – regular, fiscalizar e mediar – para garantir que o setor elétrico seja seguro, eficiente, sustentável, equilibrado, de modo a proteger os consumidores e dar previsibilidade aos agentes do mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, temos grandes desafios pela frente: diversificar a matriz elétrica, integrando novas fontes renováveis e firmes, aproveitando os recursos energéticos disponíveis no Brasil, visando impulsionar investimentos públicos e privados, gerando emprego e renda e, ao mesmo tempo, promover melhorias contínuas em regulação, inclusive para tecnologias emergentes, como modernização do sistema de transmissão e distribuição, digitalização, *data centers*...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILLAMY MOREIRA FROTA – ... hidrogênio verde, armazenamento em baterias e usinas reversíveis, além de intensificar a fiscalização de forma preventiva e baseada em dados, para garantir qualidade, eficiência, segurança e continuidade operacional no fornecimento de energia elétrica aos consumidores brasileiros.

Nessa ótica, mostra-se igualmente necessário assegurar resiliência ao sistema elétrico, diante dos eventos climáticos que temos cada vez mais presentes em várias regiões do país.

É com esse espírito, Presidente, que assumo o compromisso, caso tenha a aprovação de S. Exas. Senadores e Senadoras, de atuar com muita isenção, pautando todas as decisões em critérios técnicos, de forma transparente, e sempre orientadas pelo interesse público. Tenho plena consciência de que essa missão requer diálogo permanente com o Congresso Nacional, com o poder concedente, com...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILLAMY MOREIRA FROTA – ... o setor produtivo e com toda a sociedade. Estou preparado para ouvir, debater e construir, sempre com o propósito de fortalecer um setor elétrico mais justo, confiável e inovador.

Nessa perspectiva de grandes desafios e oportunidades para a Aneel, para o setor elétrico e para o país, espero ter demonstrado estar preparado e qualificado para exercer o cargo de diretor da agência. Tenho convicção, com muita humildade, de que posso contribuir com a atuação e fortalecimento da Aneel, para a implementação de políticas públicas que assegurem um serviço de energia eficiente, acessível, sustentável e economicamente equilibrado, promovendo a modicidade tarifária em benefício aos consumidores brasileiros, que são os grandes protagonistas do setor elétrico.

Assim, caso tenha a honra de contar com a aprovação de V. Exas., Sras. Senadoras e Srs. Senadores, colocarei toda a minha formação acadêmica e experiência profissional a serviço do setor elétrico no Brasil, pautando minha atuação pela transparência, dedicação, compromisso técnico e voltado ao interesse público.

Agradeço, assim, a atenção dos senhores e das senhoras e coloco-me à disposição para responder às perguntas desta Comissão.

Muito obrigado e que o Senhor Deus abençoe a todos nós.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Willamy Moreira Frota, indicado à Aneel.

Último indicado para a pauta desta tarde.

Item 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE
ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 44, DE 2025
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Lavorato Tili.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Eduardo Gomes
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1. Em 13/08/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A arguição pública será realizada nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Conforme anunciado anteriormente e não havendo pedido de preferência de fala dos Senadores ou Relatores, passo ao último indicado para sua manifestação.

Dr. Gentil, tem a palavra.

O SR. GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos.

Exmo. Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Marcos Rogério, Exmos. Senadores – quero cumprimentar Fernando Farias, Otto Alencar, o meu Relator Eduardo Gomes, Laércio, Angelo Coronel e todos os demais presentes –, é uma honra muito grande e orgulho estar aqui nesta Comissão, indicado ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, tendo a oportunidade de colocar meu nome e a minha história à apreciação dos nobres Senadores da República.

Recebo, com humildade e gratidão, a confiança que me foi concedida pelo Presidente Lula e pelo Ministro Alexandre Silveira, com quem convivo na labuta diária ao longo dos últimos quase três anos.

Aqui aproveito para registrar também meu cumprimento e agradecimento ao Pietro, com quem convivo durante esse período, eu como Secretário de Energia, ele como Secretário de Petróleo; ao meu colega Arthur Valério, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia.

Cumprimento o Relator da minha indicação – e agradeço a ele –, Senador Eduardo Gomes, que desde o início me recepcionou de forma calorosa e acolhedora, e toda a sua equipe aqui, na pessoa do César, Chefe de Gabinete do Senador, que é uma pessoa fantástica que nos acolheu. Senador, a sua equipe é sensacional. Para tudo que eu precisei nesse processo de indicação fui muito bem recebido, de forma calorosa, de forma amigável. Meu muito obrigado mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço à minha família daqui de Brasília e de Ouro Fino, sul do Estado de Minas Gerais, de onde é a minha origem.

Um especial agradecimento para minha esposa, meus dois filhos, minha mãe, meu pai e minha irmã, que me acompanham nesse processo e me acompanharam aí por grande parte da minha vida.

Bem, Sras. e Srs. Senadores, com a devida consideração à relevância do cargo ao qual fui indicado na administração pública federal, em posição estratégica e de liderança em uma agência tão relevante para o desenvolvimento nacional, iniciarei minha fala descrevendo um pouco a minha trajetória, que foi dedicada ao setor elétrico e que guarda conexão direta com a Aneel.

Aqui, aproveito para registrar a felicidade de ter vários colegas da Aneel aqui, hoje, diretores, superintendentes, servidores. Registro agradecimento ao ex-Diretor Hélvio, que está aqui, ao Diretor Fernando Mosna, que também está presente, ao atual Diretor-Geral, Sandoval Feitosa, e dois ex-Diretores, Dr. André Pepitone e Dr. José Mário Abdo. Fico muito feliz em estar aqui, hoje neste dia, com vocês. Isso representa parte da trajetória que eu tenho, acho, dentro da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Sou engenheiro mecânico de formação pela Universidade Federal de Itajubá, renomada na formação de profissionais na área de energia elétrica. Durante meu período em Brasília, realizei duas especializações na área de Direito, no Direito de Energia Elétrica pela Faculdade de Direito e em Análise de Impacto Regulatório pela Faculdade de Economia da Universidade de Brasília.

Comecei minha trajetória no setor privado, na área de projetos de equipamentos para o setor de energia elétrica, e aqui falo de geradores elétricos, turbinas e equipamentos para biomassa. Em seguida, fui aprovado na carreira de especialista em regulação da Aneel, onde atuei por quase 20 anos, nas áreas de fiscalização, regulação técnica e comercialização, em um período de crescimento profissional em posições dentro da agência para conhecer a complexa e fascinante estrutura do setor de eletricidade brasileiro. Durante todo esse período, fui ladeado por diversos profissionais muito importantes na minha formação. Desde 2023, ocupo a posição de Secretário Nacional de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, responsável por políticas públicas do setor elétrico brasileiro.

Caso eu tenha êxito na minha indicação, retornarei ao meu órgão de origem, com muita satisfação, para integrar uma equipe de grandes profissionais que trabalham, diuturnamente, na regulação e na fiscalização do setor elétrico. A posição para a qual me submeto, neste rito de sabatina do Senado Federal, pressupõe compromisso com o interesse público, atuação independente e respeito ao poder público, aos consumidores e também aos agentes regulados. Ouso dizer que essas premissas são ainda mais relevantes para um setor estratégico permeado de desafios e que produz impactos diretos na vida das pessoas.

Gostaria de resumir os desafios que, se assumir a cadeira de diretor, enfrentarei ao longo dos próximos anos, na qualidade do serviço, no preço da energia, na segurança do suprimento e na transformação ou na transição energética. Esses quatro pontos poderiam resumir o meu compromisso de pautas, caso eu tenha a feliz oportunidade de ter a minha indicação acatada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelos Srs. Senadores. Esses quatro pontos não são independentes entre si, trazem diversas interseções e a contínua necessidade de interlocução e equilíbrio e fundamentação técnica.

Nesse sentido, destaco o papel do Parlamento brasileiro. Como estou no setor há muitos anos, sei da importância do Senado da República e, por consequência, desta Comissão, na condução das pautas estruturantes que norteiam o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro. Eletrificação da indústria, *data center*, hidrogênio de baixo carbono, descarbonização, eletrificação veicular, recursos energéticos distribuídos, empoderamento do consumidor, armazenamento, resiliência da rede frente às mudanças climáticas são todos temas que o Senado da República acompanha, delibera, debate e são pautas importantes para o futuro do setor elétrico brasileiro.

Sabedor da importância dos Parlamentares no trato do dia a dia com o povo, ouvindo e catalisando as demandas da sociedade para trazer a realidade dos gestores públicos, meu compromisso é dedicar especial atenção ao valor da conta da energia e à qualidade do fornecimento para a sociedade brasileira.

Aqui queria deixar registrada também a presença do meu amigo José Carlos Aleluia, Deputado Federal, que trabalhou imensamente em diversas pautas do setor elétrico ao longo dos últimos 30 anos.

O cenário que enfrentamos hoje evidencia um desequilíbrio que precisa ser corrigido. Esse ajuste pode e deve ocorrer por meio de incentivos econômicos que estimulem a reação adequada dos consumidores. Em termos práticos, temos que promover a eficientização do uso dos nossos ativos, o que nos aproxima de um objetivo central previsto no ordenamento legal que é o de tarifas mais justas e acessíveis. O setor elétrico precisa fazer mais com menos. Nosso sistema de transmissão, que continuará exigindo investimentos bilionários ao longo dos próximos anos, deve ser capaz de transportar mais energia com maior intensidade e eficiência.

Outro ponto que merece destaque, Senadores, é o respeito às condições pactuadas. A segurança jurídica e regulatória é um pilar fundamental do setor elétrico, mas é uma via de mão dupla, não pode servir apenas a um lado. É preciso equilíbrio e responsabilidade para garantir previsibilidade, confiança e credibilidade. É nesse contexto que se revela a importância da atuação da Aneel para assegurar eficiência e zelar pelo cumprimento dos contratos, preservar o ambiente de estabilidade regulatória e garantir que cada investimento se traduza em benefício real para a sociedade brasileira.

As transformações precisam considerar e ser compatíveis com a capacidade de pagamento dos consumidores, em especial daqueles proporcionalmente mais onerados. A Aneel tem um papel fundamental nesse processo, no sentido da regulação e fiscalização com a firmeza necessária, bem como a apresentação de subsídios técnicos para a tomada de decisão pelo Poder Executivo e pelo Parlamento brasileiro.

Reforço publicamente meu compromisso com a transparência, eficiência regulatória, modicidade tarifária, pilares indispensáveis ao nosso setor. Firmo minha atuação por um ambiente que permita o Brasil transitar para um nível de qualidade mais condizente com a expectativa dos atuais consumidores de energia elétrica, realizando a transformação que o setor elétrico espera nos próximos anos. O empoderamento do consumidor, mais ativo nas suas decisões quanto ao seu consumo, e eventual produção da sua própria energia é caminho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inescapável, e o regulador deve compreender e atuar de forma neutra e transparente para que o processo ocorra de forma segura.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR – A abertura do mercado, para que os consumidores possam escolher seus próprios fornecedores, é inevitável, mas devemos estar atentos para as consequências dessa migração para não impor mais custos aos consumidores de energia elétrica.

O Brasil não pode perder oportunidades de crescimento e de desenvolvimento. Assim, encurtar caminhos, enxugar processos, estabelecer prioridades nas análises é papel das agências reguladoras e do setor de energia. Não podemos ser o gargalo do desenvolvimento e devemos atuar com robustez técnica e fundamentação para oferecer soluções. Disputamos investimentos com outros países e temos que nos apresentar de forma eficiente, transparente, crível e responsável. Devemos estar abertos para as novas tecnologias que o mundo nos oferece, mas não devemos nos iludir pelas soluções que vêm de fora e nos esquecer das características particulares.

Senadores e Senadoras, foi o respeito com as particularidades que fez o Brasil se transformar num país com uma invejável matriz elétrica, por meio das suas hidrelétricas, das suas usinas de biomassa, das eólicas e das solares que vieram depois, mas foi considerando as nossas particularidades que o Brasil alcançou uma posição que hoje muitos países do mundo esperam alcançar daqui 20 ou 30 anos em termos de renovabilidade na nossa matriz.

A inteligência artificial e o crescimento exponencial da eletrificação impõem a necessidade da ampliação da nossa oferta, que tem que ser segura e confiável. Aqui, coloco a minha posição de que acredito muito na expansão do gás natural, da energia nuclear, da biomassa como fontes de energia em que o Brasil tem que prosperar, juntamente com as demais, ao longo dos próximos anos.

Impõe-me registrar a importância da segurança energética e a atuação do regulador não só pelas impressões trazidas, por artigos ou conversas vazias, mas a partir de dados concretos. Ao investir num setor tão dependente de investimentos de longo prazo, o regulador deve assegurar o controle e a confiabilidade das informações.

Com essa convicção, Srs. Senadores, meu compromisso é atuar com responsabilidade e espírito público para destravar e incentivar os caminhos que propiciam o crescimento. O caminho é longo, os desafios são muitos, mas, caso consiga ser aprovado por esta Casa, tenho plena convicção e muita vontade para trabalhar em prol da sociedade brasileira.

Por fim, destaco o meu compromisso – e aqui repito frase do Papa Francisco – de construir pontes e não de erguer muros, construir pontes com a sociedade, construir pontes com o Parlamento, com os investidores, com o Governo e com a própria Casa, para a qual submeto o meu nome para apreciação das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores.

Meu muito-obrigado.

Devolvo a palavra, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Gentil, pela exposição que faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, agradeço o empenho a cada um dos nossos indicados, cumprimentando-os por fazer parte deste momento histórico do Brasil e das agências reguladoras.

Como já disse anteriormente o Artur, quando começou a sua fala, preocupado com o que vai enfrentar lá na frente, conhecimento e boa vontade sem uma estrutura adequada para tocar a agenda de trabalho das reguladoras, de nada vai adiantar.

E as agências reguladoras, a bem da verdade, esta tem sido uma crítica reiteradamente feita por mim no âmbito da Comissão de Infraestrutura, vêm sendo desestruturadas do ponto de vista de orçamento. O orçamento já é um orçamento apertado, e, quando vêm os contingenciamentos, os cortes, do mesmo jeito que atingem os demais órgãos da administração pública, também vão afetar as agências, que não têm margem. Este tema é um tema que a gente vem trabalhando aqui no âmbito da Comissão.

Eu, na semana passada, recebi uma comunicação do Tribunal de Contas da União sobre este assunto, porque eu enderecei, naquela audiência que nós fizemos, e trouxemos para dentro do debate o Tribunal de Contas. E o tribunal nos pediu uma manifestação em relação a isso, para a gente tentar dar uma solução, um encaminhamento para esta questão do orçamento das agências.

Tem a questão das taxas que as agências recolhem em razão da sua tarefa, do seu ofício. E taxa, diferentemente de imposto, é uma espécie tributária vinculada. Ela é vinculada. Ela não é igual a imposto, que vai para o caixa único do Governo e faz-se o que quiser. A taxa, não. A taxa tem uma natureza específica, própria. Portanto, está-se buscando algum caminho para a gente poder dar às agências reguladoras uma condição melhor para o desempenho de suas funções, de suas finalidades no atendimento ao interesse público no Brasil.

Portanto, é com votos de muito sucesso e êxito a cada um dos senhores que eu concluo esta minha pequena ponderação aqui ao sabatinados da tarde.

Com a palavra o Senador Laércio Oliveira, que relatou com maestria a indicação do Dr. Pietro Mendes. Não apenas isso, mas também por isso V. Exa. tem a palavra, com o nosso reconhecimento pelo empenho.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Obrigado, Presidente da nossa Comissão de Infraestrutura, Senador Marcos Rogério. Cumprimento todos os meus colegas Senadores aqui presentes, todas as autoridades que prestigiam esta sessão tão especial, que começou hoje pela manhã. Esta é a segunda reunião que o Presidente, Senador Marcos Rogério, realiza, definitivamente limpando a nossa pauta e resolvendo de vez para o Brasil esta questão de agência.

É o primeiro reconhecimento que eu queria fazer, Presidente, mas, antes disso, eu queria cumprimentar nossos colegas Deputados Federais que estão aqui presentes, participando conosco. Cumprimento, especialmente, o meu colega Bruno, que é o Diretor-Geral atual, já citado aqui por V. Exa., da ANP, a minha conterrânea querida amiga Symone, que também é Diretora da ANP, e todas as demais autoridades, como já foi citado aqui por V. Exa.

O meu primeiro agradecimento é a V. Exa., Senador Marcos Rogério. Ao assumir a Comissão de Infraestrutura, V. Exa. definiu aqui que nós faríamos uma pauta extremamente proveitosa, uma pauta contributiva para o país, tentando destravar todos os projetos que por aqui passassem de interesse da sociedade. Lembro o esforço de V. Exa., juntamente com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso Presidente Davi Alcolumbre, de definitivamente concluir esta etapa das indicações para as agências reguladoras.

Abro um parêntese para lembrar que, hoje de manhã, quando, de um dos sabatinados, V. Exa. estava fazendo a leitura, V. Exa. ficou surpreso com o tempo em que havia expirado o mandato de uma pessoa. O senhor ficou surpreso por, até agora, a gente não ter resolvido isso.

Mas isso é uma pauta, e as agências e o Brasil devem a V. Exa. esse esforço, que, juntamente com o nosso Presidente Davi Alcolumbre, assumiu essa pauta, que, definitivamente, traz para exame da Comissão de Infraestrutura e de outras Comissões e, certamente, hoje e amanhã, do Plenário. E o Brasil inteiro vai assistir, hoje e amanhã, a um esforço concentrado intenso de todos os Senadores e Senadoras para votar todas as indicações aqui apresentadas.

Cumprimento não só aqueles que participaram de manhã, que tiveram os seus nomes aprovados, mas também todos que estão aqui hoje, o Artur, o Willamy, o Gentil e o Pietro.

Eu tenho um respeito muito grande, um reconhecimento por servidores públicos da qualidade dos senhores. É impressionante como, quando a gente caminha nas agências e conversa com os técnicos das agências reguladoras – e aqui nós temos vários deles –, a gente percebe a grandiosidade desses homens e mulheres que se dedicam a proteger a sociedade, prestando o seu serviço às agências reguladoras.

O que me motivou a apresentar o projeto de lei, para o qual o senhor, inclusive, já promoveu uma sabatina aqui na Comissão, foi exatamente a valoração que essas agências merecem no país e que não têm por enquanto. Não permitir que essas agências tenham as condições de desenvolver o seu trabalho da melhor maneira possível é lamentável para o Brasil. Desculpem até a minha franqueza, mas é uma vergonha para o país.

O para-choque da sociedade são as agências, que desenvolvem um papel de alto nível para fazer com que o país avance de uma forma equilibrada, respeitando os limites de cada um, mas, principalmente, protegendo aquele cidadão ou cidadã que está lá na ponta e que precisa de um serviço eficiente, seja de água, seja de luz, seja de energia, seja do que for.

Então, eu queria fazer um apelo a V. Exa., não sei nem se cabe aqui, mas, certamente, o senhor vai compreender. Esse projeto já foi distribuído pelo Presidente Davi. Eu pedi a ele que fizesse a distribuição desses projetos, e seria muito bom para as agências reguladoras se V. Exa. fosse o Relator desses projetos. Pela sua capacidade, pelo seu compromisso, o senhor entende profundamente do assunto, seria um serviço que o senhor prestaria. Além de toda a sua carreira como Senador, brilhante como é, seria de uma importância fundamental para as agências, porque V. Exa. conhece o assunto. E a audiência pública que o senhor promoveu foi nesse sentido.

Diante dos senhores aqui, dos quatro indicados e dos que já passaram por esta Comissão, eu quero render as minhas homenagens e reconhecer o esforço de cada um de vocês, a disposição e a disponibilidade de cada um em prol de prestar um serviço importante ao país.

Presidente, todos que aqui estão, as pessoas são indispensáveis, mas também as pessoas são imprevisíveis. Nem sempre a mente e o coração caminham na mesma direção. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando isso acontece, pessoas sofrem; e as pessoas sofrem injustamente. Então, formação acadêmica e profissional é importante, caráter é importante, disciplina é importante e bom coração é importante.

V. Exa., Senador Marcos Rogério, colocou aqui, há poucos instantes, a forma como as coisas muitas vezes acontecem aqui dentro do Senado – e não só aqui, em qualquer outro lugar. Coisas que acontecem que estão totalmente distantes daquilo que é a realidade, daquilo que é a verdade, mas, acima de tudo, muito longe daquilo que a gente desejaria. E ao fazer... E me permitam os senhores que estão sendo sabatinados aqui, mas, viver a experiência dos últimos 60 dias, talvez, mas também de nove meses procurando ajudar para prestar ao Senado Federal o meu serviço, fazendo a relatoria de uma pessoa da qualidade de Pietro Mendes, só me deu orgulho, prazer e satisfação.

E foi em cima desse caráter, dessa formação profissional e acadêmica, dessa disciplina e desse bom coração desse cidadão brasileiro é que a gente conseguiu chegar até aqui hoje. Numa harmonização e numa união de forças de muita gente, de muita gente. E é muito bom quando a gente presta um serviço ao Senado Federal e ao país com a retaguarda de uma pessoa da qualidade de Pietro Mendes.

E para encerrar, Presidente, pedindo desculpas a V. Exa. por me estender, mas eu acho que é justa esta fala, e é por dever de justiça que eu faço isso, eu me lembro de quando eu estava lendo o relatório aqui, na semana passada, e as qualidades de Pietro Mendes eram tão extensas que eu tive que parar um pouquinho e pedir autorização a V. Exa. para beber água. E ao retornar ao currículo do indicado naquele momento, eu disse assim: "Eu queria ter um filho desse". (*Palmas.*) Não, não desmerecendo os meus, eu tenho quatro. (*Risos.*) Mas, é muito bom você assistir, trabalhar com servidores públicos da qualidade dos que as agências dispõem.

E eu quero dizer que eu estou muito feliz. Quero dizer ao senhor, Presidente, que estou muito agradecido por todo o esforço. Por muitas vezes, o senhor caminhou comigo no mesmo sentido. E foi em função desse caminhar, reconhecendo, e por dever de justiça é que nós chegamos até aqui. Se Deus quiser, amanhã a gente completa essa página e cumpre a nossa missão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Líder Laércio Oliveira, pela fala honesta, verdadeira e que acaba por trazer a todos nós até uma reflexão, a par de tudo isso, né? E é algo realmente importante a ser observado.

Eu vou assegurar a palavra ao Líder, nosso Presidente Eduardo Gomes, que foi o Relator do item 4, que teve como indicado o Gentil Nogueira Júnior, indicado à nossa Agência Nacional de Energia Elétrica. E, posteriormente, nós vamos partir para a votação, porque eu estou recebendo um alerta do Plenário de que vamos ter o início da Ordem do Dia em instantes. Então, vou ouvir os Relatores que aqui estiverem, depois os demais que quiserem fazer questionamentos, talvez até se houver acordo, como já tem o número necessário, a gente pode até fechar a votação e continuar fazendo as abordagens para não ter prejuízo de levar ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Líder Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Marcos Rogério, Presidente desta Comissão, tem um trabalho extenso hoje. A minha fala é para duas homenagens. A primeira, em nome de Pietro Mendes, Artur Watt, Willamy Moreira e o Gentil Nogueira de Sá, que por essas ironias do destino, na semana passada, foi barrado pela segurança aqui. E eu falei: "Ó, uma pessoa com o nome desse não pode ser barrada: Gentil, né?". (*Risos.*)

Mas a minha homenagem, Presidente, vem em duas formas. Na primeira, falando sobre o projeto de regulação da inteligência artificial, que eu relatei aqui no Senado, que está na Câmara e que vai voltar ao Senado, em que têm um papel destacado as agências reguladoras, papel importante, cada agência no seu setor, no desenvolvimento de políticas públicas e instrumentos de inteligência artificial em cada segmento. Isso fez uma diferença muito grande no relatório com relação às outras legislações do mundo. E isso só será possível se também tivermos aqui a independência completa, verdadeira, financeira, sem contingenciamento, para o funcionamento das agências, que eu acompanho – está mais novo que eu, está ali o Zé Mário Abdo, né? – desde os primeiros momentos das agências reguladoras do Brasil.

E a minha maior homenagem, maior até do que essa, Sr. Presidente, é encerrar a minha fala desejando sucesso para todos, para que a gente possa passar diretamente ao Plenário para encerrar esse ciclo aí e começar o trabalho, tanto na Aneel quanto na ANP, na Antaq e em todas as agências reguladoras, que são patrimônio do Estado e que estão vinculadas a qualquer que seja o Governo eleito no país. Por isso, a importância da indicação de vocês e o coroamento das carreiras que estão sendo hoje aqui sabatinadas, mas principalmente com a exposição para o reconhecimento de brasileiros e brasileiras que prestam grande serviço ao nosso país. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Líder Eduardo Gomes. E, na sequência, o também Relator Senador Esperidião Amin tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu estou aqui me sentindo um pouco molestado pela presença do Deputado Hugo Leal (*Risos.*) ... mas não que ele seja uma pessoa inconveniente, é que ele sabe mais do que eu. (*Risos.*)

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ. *Fora do microfone*.) – Está implicando agora, começou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele sabe muito mais do que eu, é bom que vocês saibam disso, especialmente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Melhor explicar, né?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Especialmente sobre trânsito. Se o senhor permite um minuto e meio de excedente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu consegui ganhar uma aposta. E depois de um ano e meio, o Senador Cid Gomes pagou a aposta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Olha isso!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Em função de que artigo do Código de Trânsito Brasileiro exige a habilitação especial para pilotar retroescavadeira...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E tem?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ninguém entendeu, né? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É. Não, claro que sim. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Levei um ano e meio para receber a aposta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas endereçou até o...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só ganhei a aposta graças ao homem que sabe mais do que eu, o art. 104-B do Código de Trânsito...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas o operador tinha habilitação para tal ou não?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não tinha. O operador era o Senador. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, é por isso que eu estou perguntando. Se tinha, se era habilitado... Além de tudo, ainda cometeu uma infração, infração de...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como ele vai ter direito de resposta e eu vou ter que ouvir poucas e boas, fica por aí. Ele me molesta muito porque ele sabe tudo sobre trânsito.

Eu quero oferecer aqui, Presidente, falando agora mais do que sério, falando sobre o necessário... Eu, apesar de ter tido a oportunidade... Hoje foi um dia muito atribulado em matéria de convenção, porque o senhor sabe que o meu partido e o União Brasil celebraram uma há pouco, e eu não poderia deixar de participar. Eu tenho uma sugestão para oferecer aos dois dirigentes da Aneel que estão aqui. E já votei.

Todas as agências se ressentem de gente para operar aquilo que é a finalidade, uma das finalidades da agência, que é a fiscalização. Um dos expedientes que eu considero mais importantes no caso da Aneel é que, se um estado tem uma agência reguladora, só pode prestar serviços se houver um convênio. Confere?

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No caso do Sul do Brasil, o Rio Grande do Sul, que tem três concessionárias, tem essa delegação. Em Santa Catarina não tem essa delegação, não por uma questão substantiva e essencial, mas por uma questão de termos do acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que isso deveria ser uma prioridade, sempre que for possível eu não digo delegar, mas cooperar, ser parceria.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Eu sou um entusiasta disso...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, você vê que eu estou aprendendo a aprender com ele; só por ficar perto já passei a aderir.

Nós não vamos ter nunca, numa agência reguladora, os braços, os olhos, os ouvidos, nem mesmo a mão para notificar. Então, sempre que você tiver um estado que tenha alguma organização, que a agência reguladora habilite e renove a habilitação anualmente, seja exigente. Eles têm que ser melhor do que vocês. Só justifica ter um braço de delegação se eles puderem prestar um serviço melhor do que o de vocês. Se não chegar àquela suficiência, dispensa.

Façam, pelo menos nesses primeiros anos, convênios renováveis anualmente. Venham aferir semestralmente, duas vezes por ano; habilita ou desabilita. Agora, é evidente que pode funcionar melhor, se funcionar. Com o apoio da agência reguladora estadual, com o mínimo de suficiência, o Brasil agradece. Vocês poderão criar indicadores, indicadores até de auditabilidade.

Enfim, eu tenho oito parágrafos de sugestões. Não é imposição, nem é condicionante, porque eu já votei, mas vocês têm obrigação de fazer melhor. Assim como tem que fazer melhor a ANP. O Senador Bagattoli não estava aqui, né? O Senador Bagattoli tem feito discursos contundentes, com conhecimento de causa sobre a questão da fiscalização.

Mas eu quero me dirigir ao pessoal da Aneel. Nós temos outras relações aí. Estamos tratando da questão do poste. Eu sou o Relator... talvez seja o Relator na Comissão de Justiça – conseguimos aprovar aqui. O nosso Presidente permitiu a realização de tantas audiências quantas necessárias para se ajustar um texto. Também ali está previsto o convênio, a modalidade de convênio com o município. É ruim? Claro que é bom.

A calçada é do município. O poste pode ser da distribuidora de energia – geralmente é. Então, quanto mais agentes públicos puderem ajudar, melhor, desde que se faça a aferição da qualidade do trabalho. Então, eu vou informalmente apresentar, oferecer isso aqui ao mais velho. Não, o mais velho é você, né?

Eu só tenho uma maneira de contar quem é mais velho. Quem tem mais cabelo branco é mais velho. Logo, eu sou o mais novo, né? (*Risos.*)

Então, eu vou oferecer isso aqui para o mais velho.

Presidente, agradeço pela oportunidade. Eu cheguei atrasado porque estava na convenção, mas essa é a sugestão da agência reguladora de Santa Catarina, que informalmente eu vou apresentar. Detalhe com outros, converse com o Rio de Janeiro, converse com... "Olha, como é que nós podemos aprimorar e oferecer à sociedade o seguinte?" Onde tem delegação funciona melhor. No momento em que você fizer isso, os estados todos vão ter que caminhar nesse sentido. Podem até não implantar imediatamente, mas caminharão nesse sentido. Concordam?

Muito obrigado, Presidente. Eu vou entregar informalmente aos dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Esperidião Amin, sempre contribuindo com sua experiência e visão em relação às nossas agências reguladoras.

Senador Chico Rodrigues, V. Exa. tem a palavra.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Presidente Marcos Rogério, V. Exa. sempre conduz com brilhantismo essas sessões, mostrando exatamente o compromisso de V. Exa. com esta Comissão, que é composta de Parlamentares de larga experiência.

Hoje, nessa sabatina, nós verificamos a... E queremos aqui parabenizar pelos nomes escolhidos e indicados pelo Governo, pela larga experiência, pelo compromisso com o Brasil, principalmente.

Então, apenas para marcarmos aqui esta audiência, eu gostaria de deixar duas perguntas para os indicados da ANP.

A primeira, é o seguinte: é sabido que a ANP, assim como a maioria dos órgãos ligados ao Governo, enfrenta fortes restrições financeiras. Em outros países, em particular na Noruega, foi desenvolvida uma estratégia de cooperação público-privada, em que a agência nacional trabalha em estreita colaboração com empresas de tecnologia e universidades. Como V. Sas. veem esse tipo de cooperação? Essa é a primeira, para o Artur e para o Pietro.

A segunda: nós, de Roraima, temos grandes expectativas de pesquisas de petróleo e gás na região da Bacia do Tacutu. Há indícios dos estudos preliminares. A região é circundada pela Venezuela e pela Guiana, ambos com grandes áreas de exploração de petróleo. Qual o interesse da ANP de levar adiante estudos nessa região de Roraima?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – São as duas.

Para o Williamy e o Gentil: o Brasil possui grande potencial de energia solar, mas ainda há concentração em algumas regiões. Quais políticas ou incentivos regulatórios podem estimular a expansão em estados das Regiões Norte e Nordeste, que são os que apresentam grande demanda e, hoje, pequena oferta?

E a outra pergunta: de que forma a Aneel está incentivando parcerias público-privadas ou leilões regionais voltados especificamente para fontes renováveis, para os estados do Norte, principalmente os Estados de Roraima, Rondônia e Acre?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Eu indago se outros Senadores querem fazer perguntas. Eu vou ouvir os Senadores. Na sequência, passo a palavra para as respostas, e a gente finaliza com a votação.

Senador, V. Exa. tem a palavra.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu não tinha pergunta para fazer, mas faço somente um apelo aí ao Artur e ao Pietro, a princípio. Eles sabem que é uma agência que tem muito poder – e tem que ter – sobre o RenovaBio. Pelo relatório de vocês, tanto o Artur como o Pietro, juntamente ao Jacir, que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui ao meu lado, e ao Evandro, formataram o RenovaBio, para que tenham bons olhos aí em cima dos CBIOs, junto com as distribuidoras. Isso aí seria um apelo a vocês; ao Williamy e ao Gentil, o processo de biomassa.

Todo mundo fala que biomassa é uma coisa boa, mas ela precisa ser mais protegida. Ela pode ser muito mais do que ela é. Para você ter uma ideia, você tem todo o litoral brasileiro, vamos dizer assim – inclusive, como sou de Alagoas, sei disso –, de Alagoas ao Rio Grande do Sul, todo plantado de eucalipto. E biomassa não é só bagaço de usina de açúcar; ela também entra no eucalipto e ela pode ser viabilizada em todo o litoral, onde não se precisa de redes, porque já estão todas instaladas. Então, ela hoje é mais barata e pode contribuir muito para baratear o preço da energia, sobre o qual é essa nova MP aí.

Era esse o apelo que eu queria fazer a vocês, de olhar para biomassa com vontade.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado a V. Exa., Senador Fernando Farias.

Indago se há outro Senador que gostaria de fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Não havendo, portanto, passo a palavra aos indicados para respostas aos questionamentos do Senador Chico Rodrigues...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ainda temos dez minutos para iniciar. Vamos tentar, dentro desse prazo exíguo, responder às respostas, e a gente já finaliza com a votação. (*Pausa.*)

O SR. ARTUR WATT NETO (Para expor.) – Obrigado, Senador, pela pergunta.

A Bacia do Tacutu é uma bacia terrestre, que já teve blocos oferecidos pela ANP, inclusive, em regime de oferta permanente; ou seja, as empresas de petróleo que se interessarem podem fazer ofertas ali e terem a sua atividade. Nem sempre... Elas vão priorizando, de acordo com o investimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTUR WATT NETO – ... chance de retorno, etc., num regime de mercado, mas é muito importante que a ANP tome medidas não só para colocar esses blocos no mercado, ou seja, ofertá-los, quanto para que eles sejam, de fato, arrematados, ou seja, eles tenham a procura.

Para isso, existem medidas em andamento – que, se depender de mim, eu vou buscar ampliar –, que são medidas de incentivo. Por exemplo, eventualmente, na pesquisa inicial, em campos que tenham pouca produção, que você tenha condições mais favorecidas para incentivar, porque a gente sabe que os campos de petróleo são importantíssimos na questão de arrecadação e *royalties*, mas também na geração de empregos e atividade econômica nos estados. Algumas dessas medidas estão no âmbito da ANP, dependem de legislação, mas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ANP pode participar; e outras estão no próprio âmbito local, de incentivos fiscais e, às vezes, do próprio ambiente, estrutura para atuação.

A questão ambiental é importante também – não é necessariamente definidora do investimento –, e a empresa deve saber que o órgão, quando é em terra estadual, tem um olhar para o licenciamento também ágil e favorável.

Tudo isso são elementos que podem fazer com que essas empresas venham arrematar esses blocos, porque, quando elas arrematam, elas têm obrigação de fazer um mínimo de pesquisa, que a gente chama de programa exploratório mínimo.

Então, é isso o que eu poderia falar para o Senador.

O Senador Fernando Farias falou da questão de olhar para os certificados do RenovaBio. Com certeza, é muito importante. O programa foi formatado inicialmente e, depois disso – e até depois de eu sair da ANP –, teve algumas reformas, algumas mudanças. Mas o importante são incentivos regulatórios para que a produção de combustíveis fósseis acabe por financiar parcialmente os combustíveis renováveis, que são tão importantes para a transição energética, para a promoção do agro do Brasil e tudo mais.

Então, é preciso tomar muito cuidado, porque, obviamente, quando não são cumpridas essas cotas, existem penalidades, e essas penalidades têm que ser muito calibradas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTUR WATT NETO – ... porque o nosso objetivo é sempre o de que seja uma penalidade que incentive e obrigue o cumprimento, mas nunca para ter mais receita de uma penalidade por descumprimento do que pelo cumprimento.

Esse é um balanço muito sutil, muito fino, porque a gente teve, em alguns anos, alguns *players* que simplesmente não adquiriam os certificados suficientes para compensar a sua emissão, a sua produção de combustíveis fósseis ou sua aquisição e importação de combustíveis fósseis, e isso desequilibra o mercado, gera concorrência desleal. Então, pesou-se um pouco mais para que isso seja cumprido, mas, obviamente, não é o objetivo que se tirem *players* honestos e ilibados do mercado por uma circunstância, como, às vezes, o mercado não estar líquido ou estar faltando... Então, esse é um ajuste muito fino, que a gente vai olhar com cuidado, com certeza. E eu agradeço também a pergunta.

O SR. PIETRO ADAMO SAMPAIO MENDES – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço. (*Pausa.*)

Eu indago ao Senador Chico Rodrigues se S. Exa. se incomoda de eles responderem na sequência. Fazemos a votação, são dois itens para votar... O Presidente Davi está entrando no Plenário neste momento e quer começar a votar os indicados hoje. Se a gente não o fizer, vai ficar para votar só na sequência à deliberação do Plenário. Se houver concordância de V. Exa., eu, portanto, indago se há algum outro Senador que ainda queira votar.

Todos já exerceram o direito de voto, portanto, está encerrada a votação.

Peço à Secretaria da Comissão que apure no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Resultado. (*Palmas.*)

Arthur Watt Neto, ANP, 20 votos SIM, um voto NÃO.

Pietro Adamo Sampaio Mendes, ANP, 20 votos SIM, um voto NÃO.

Willamy Moreira Frota, Aneel, 20 votos SIM, um NÃO.

Gentil Nogueira de Sá Júnior, Aneel, 21 votos SIM.

Portanto, todos os indicados estão aprovados na sessão de hoje.

Parabéns a todos os indicados e, na sequência, responderão, em complemento, às questões do Senador Chico Rodrigues.

Tem um item extrapauta que eu queria colocar para os Senadores, que é um ato da Comissão, que foi o que nós discutimos pela manhã e que nós precisamos passar à Mesa do Senado Federal para o caso das desincompatibilizações. Então, para que haja formalização do ato, eu submeto também à apreciação do Colegiado.

Item 1, extrapauta: Proposta de Ato nº 1, da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Disciplina o prazo de desincompatibilização das autoridades submetidas à arguição pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura.

> A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DO SENADO FEDERAL resolve:
> Art. 1º Para os fins do art. 8º-A da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, combinado o art. 383, alínea *b*, item 2, as autoridades indicadas devem comprovar perante a Secretaria-Geral da Mesa a efetiva desincompatibilização no prazo de 24 horas após a aprovação da indicação pelo Plenário do Senado Federal.
> Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Essa foi a construção que nós fizemos pela manhã, considerando o critério da lei atualmente, que estabelece a obrigação de, no ato da indicação, ter a desincompatibilização. Ocorre que essa indicação é um ato composto e vinculado, porque a indicação é iniciada por um ato da Presidência ou do ministério de origem e, posteriormente, a sugestão, a indicação que o Presidente faz ao Senado Federal para a sabatina, mas essa indicação só cumpre o seu rito de conformação ou de confirmação quando o Senado promove a sabatina e a apreciação em Plenário do Senado Federal. Uma palavra trazida pelo Senador Esperidião Amin define bem o que significa: "A consumação do ato de indicação se dá com a aprovação no âmbito do Plenário do Senado Federal".

Portanto, pedir que essa desincompatibilização aconteça antes, para o caso daqueles que permanecem aqui seis meses, oito meses, um ano sem que haja sabatina, é um sacrifício desarrazoado, desproporcional. Portanto, nós estamos fazendo essa interpretação da norma, considerando justamente o princípio da razoabilidade, da proporcionalidade, para assim deixar fixado o entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indago se há alguma divergência ou algum acréscimo a ser feito, Senador Esperidião, Senador Laércio, Chico.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só quero agradecer a V. Exa. e cumprimentar o nosso Consultor, que interpretou bem o pensamento da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Verdade – bem lembrado por V. Exa.

Agradeço, portanto, ao conjunto dos Senadores.

Estando todos, portanto, de acordo com o encaminhamento, coloco em votação a matéria.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Portanto, será encaminhada à Secretaria da Mesa a deliberação da Comissão, e, obviamente, cabe à Mesa e ao Presidente do Senado, se pretenderem que se modifique, uma decisão de instância superior, mas esta é a deliberação da Comissão.

Isto feito e cumprida a formalidade legal, eu peço a compreensão dos senhores convidados, só para concluir aqui as respostas, e, na sequência, todos poderão ser cumprimentados pelos convidados.

Pietro Mendes, com a resposta.

O SR. PIETRO ADAMO SAMPAIO MENDES (Para expor.) – Senador, a gente recebeu no Ministério de Minas e Energia o Deputado Gabriel Mota várias vezes, com relação a esses blocos. Foi um esforço muito grande, e a própria ANP, com a Diretora Symone, passou para a gente um ofício alertando a dificuldade que a gente tem hoje nesse processo de assinatura de manifestações conjuntas, porque a gente precisa de uma manifestação conjunta assinada pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Após um esforço muito intenso, houve a assinatura dessa manifestação conjunta. A própria ANP fez um trabalho de um recorte adicional, para evitar qualquer tipo de contestação, e, na próxima oferta permanente de concessão, teremos dois blocos na Bacia do Tacutu.

Então, é uma informação aí para o senhor ter, e a gente acredita que tem um potencial grande lá e, como o Artur colocou, uma expectativa positiva de que empresas façam, realmente, o *bid* lá, mas hoje um grande gargalo para gente colocar blocos em oferta permanente é a assinatura dessas manifestações conjuntas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao Dr. Pietro pela brevidade da abordagem.

Na sequência, o Dr. Willamy Frota.

O SR. WILLAMY MOREIRA FROTA (Para expor.) – Presidente, permita-me fazer uma saudação, não tardia, mas importante, ao Diretor-Geral Sandoval Feitosa, aqui presente, prestigiando até o final esta sabatina, ao ex-Diretor José Mário Abdo, grande colega – trabalhamos juntos na Eletronorte, viu, Presidente? –, aqui presente, o primeiro Diretor-Geral da Aneel, que tem uma história muito bonita no setor elétrico. Então, muito honra a todos nós aqui a presença de vocês dois.

Agora, Senador Chico Rodrigues, Senador do nosso estado, cadê o Dr. Mosna? Está aqui ainda? O Diretor Mosna está aqui ainda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas estava, Presidente. Ele também nos honrou com a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Ele está lá atrás.

O SR. WILLAMY MOREIRA FROTA – Cadê o Diretor Mosna?

Ah, está ali.

Dr. Mosna, obrigado pela presença.

Nós temos ali também a Dra. Symone, Presidente. Está ali o Dr. André Pepitone, Diretor-Geral da agência, a Marisete ali, uma grande amiga.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está prestigiado, hein?

O SR. WILLAMY MOREIRA FROTA – Não, vieram por causa do Gentil...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A Marisete é estagiária.

O SR. WILLAMY MOREIRA FROTA – Não é por causa de mim, não; vieram por causa do Gentil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A Marisete está estagiando neste assunto.

O SR. WILLAMY MOREIRA FROTA – É, Senador, mas tem uma grande história bonita no setor elétrico também e é uma grande amiga querida aqui.

E muitos outros colegas que estão aqui nos prestigiando.

Presidente, o Senador Chico Rodrigues, que é vizinho do nosso estado – o senhor é de Roraima; eu sou da Amazônia, sou de Rondônia... Inclusive, agora, brevemente, vai ser interligada pelo Linhão de Tucuruí, e Boa Vista será a última capital – não é, Senador? – que estará interligada à rede básica de transmissão. É um privilégio, Presidente, para o Brasil ter uma dimensão territorial tão gigantesca e conseguirmos integrar todas as capitais do Brasil na rede básica de transmissão. Isso sempre foi um grande sonho, não é?

E eu acompanhei, Presidente, a interligação de Rio Branco e Porto Velho ao sistema interligado; a grande vitória do Amazonas foi a Interligação Tucuruí-Macapá-Manaus, e agora – parabéns, Senador –, vai ser com Boa Vista. Se Deus quiser, nos próximos dois meses, vai estar energizado, e isso é uma vitória para todos os brasileiros, para todos nós.

Mas, citando um pouco a sua abordagem – primeiro, obrigado pela pergunta, Senador –, a colocação do Senador Fernando também é muito importante. O assunto que foi abordado é uma questão de energia renovável, porque tanto a questão solar quanto a questão de biomassa têm um significado importantíssimo neste momento de transição energética por que passa o Brasil, que é líder mundial nesse segmento, é protagonista. E, não obstante, Senador Chico Rodrigues, a contribuição solar na matriz elétrica hoje estar próxima de 25%, é muito importante: são 7,5%, 7% em torno das plantas solares; 17,5% de energia distribuída no sentido de micro e minigeração.

E a gente observa realmente que as Regiões Norte e Nordeste estão aquém dessa utilização do que as regiões mais avançadas do Brasil. A mesma coisa, Senador Fernando, a biomassa representa pouco hoje, em torno de 7% da matriz elétrica, mas tem um espaço gigantesco para avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu sou daquele grupo que entende que as fontes são complementares, que não tem fontes de energia que sejam excludentes. Então, nós temos que avançar, continuar avançando fortemente em renovável, e o papel da Aneel – e aí eu entendo que deve ser uma participação significativa nessa direção – é que a gente continue tendo um ambiente regulatório estável e com previsibilidade, para que a gente possa atrair investidores para essas regiões, no sentido de que a gente possa majorar e incluir de forma mais robusta à matriz elétrica brasileira fontes renováveis como a solar, como a biomassa.

Não obstante, temos que considerar que eu entendo que nenhuma fonte é dispensável. O que nós temos é que fazer um estudo responsável que possa dar segurança elétrica e energética para o Brasil todo, porque o Brasil não pode, ao meu entender, humildemente falando, abdicar de nenhum tipo de investimento que venha a agregar valor ao setor elétrico brasileiro, à matriz elétrica, à matriz energética, trazendo sempre, como objetivo final, o melhor para o consumidor brasileiro, e, é claro, sempre obedecendo as políticas públicas definidas pelo Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, e a Aneel tem papel fundamental nesse trabalho.

E, nessa perspectiva, eu me coloco à disposição para ouvir, dialogar, implementar e, no que a mim couber, levar ao Colegiado para que a gente possa fazer o melhor sempre para o nosso país no sentido das fontes energéticas renováveis e firmes, porque o Brasil precisa continuar crescendo e a energia elétrica é fundamental nessa direção.

Muito obrigado pelas perguntas, espero ter atendido à demanda dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu agradeço ao Dr. Willamy.

Na sequência, o Dr. Gentil.

O SR. GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado.

De forma muito breve, o Dr. Willamy já passou por muitos pontos, mas, sobre a biomassa, eu acho que a gente tem que reconhecer a biomassa naquilo que ela, de fato, entrega ao sistema. Ela é uma fonte firme, é uma fonte que entrega 24 horas por dia, sete dias por semana e tem um papel fundamental no sistema elétrico brasileiro. Eu acho que tem formas de a gente conseguir, de fato, remunerar o que ela entrega; às vezes, isso fica um pouco subavaliado, e eu acho que é papel da Aneel contribuir nesse sentido de reconhecer o que a biomassa, de fato, entrega.

Com relação às fontes renováveis no Norte – quero reconhecer a atuação do Senador Chico Rodrigues –, a interligação de Boa Vista ao Sistema Interligado Nacional foi licitada em 2011 e deve acontecer agora, em setembro, a energização. Eu acompanho o quanto esse homem briga e batalha por isso há tanto tempo. Hoje de manhã, o seu chefe de gabinete me ligou perguntando: "Vai ser setembro mesmo?", eu falei: "É". Então, quero reconhecer todo o trabalho, Senador, que você fez ao longo do tempo com relação à interligação de Boa Vista ao Sistema Interligado Nacional.

Para o setor elétrico brasileiro, isso é um marco indescritível. É a última capital a ser interligada. E eu vejo que a interligação, o reforço da instalação de transmissão naquele estado, tanto em Boa Vista, quanto melhorar a interligação no Estado do Amazonas... A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem estudos da EPE para fazer uma nova linha vindo de Teles Pires ou vindo de Rondônia, para fins de aumentar a confiabilidade.

Tudo isso vai trazer mais capacidade de investimento em energia renovável na Região Norte, que tem um potencial enorme – todos nós sabemos disso –, que tem que ser explorado e utilizado pela população brasileira.

Muito obrigado pelas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Gentil.

Assim, a gente conclui as contribuições de todos os indicados.

Eu apenas, aproveitando a... Senador Amin, apenas à guisa de chamar atenção, nobre Senador Chico Rodrigues, considerando que nós temos dois indicados para a Aneel – e aqui está o Diretor-Geral e está também o Dr. Fernando Mosna –, há um tema que talvez até a gente traga para a Comissão em sede de audiência pública, mas eu queria aproveitar a oportunidade em que todos estão aqui.

Apenas para colocar no radar, nós estamos com a previsão da interligação da energia que vai chegar lá em Roraima, mas hoje nós estamos com a opção... Este é o ponto que me chama atenção e me traz um pouco de preocupação, porque isso vai acabar acarretando, salvo o melhor juízo, à conta de todos os consumidores do Brasil: a opção que se tem hoje é a compra de energia da Venezuela, é a importação. Acho que em 2019, em 2020, isso já acontecia, num patamar de preço na casa de R$137, R$140; hoje o PLD está na casa de R$300 e poucos, e nós vamos comprar energia da Venezuela a R$1,8 mil o mega.

Então, eu estou chamando a atenção para isso – se quiser acrescentar agora, o.k. – para a gente depois, de repente, trazer este assunto para um debate aqui, de como que é essa transação de compra, essa aquisição e essa diferença de preço em relação àquilo que se pratica dentro do Brasil, àquilo que se compra lá, e, se você tivesse uma alternativa diferente, uma infraestrutura térmica, ela ficaria acima disso?

O SR. GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR (Para expor.) – Então, só respondendo de forma breve, hoje a gente tem geração a diesel ainda em Roraima, uma parte, e ela pode ser substituída pela geração da Venezuela, caso essa geração seja inferior ao custo da geração a diesel. A partir da interligação...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aí não tem mais.

O SR. GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR – Aí não tem mais, não tem nem infraestrutura física para fazer essa conexão com a Venezuela a partir da interligação, dependeria de investimentos que não estão sendo feitos em relação a isso. E a questão de preço seria preponderante, ou seja, se a energia no Brasil está mais barata, tem que sempre comprar no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Hoje se compra o que da Venezuela? Nesse modelo de hoje, o que se compra?

O SR. GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR – Nesse modelo, quando é mais barata que a geração a diesel, ela reduz a geração a diesel, eu não sei o preço exatamente, mas deve ser na faixa de R$1 mil, R$1 mil e poucos por MW/h.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Uns R$1 mil ou R$1,2 mil talvez, a térmica.

O SR. GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR – É. Que é mais barata... Tem que ser mais barata que a diesel para poder importar.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com biomassa, faz mais barato.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois é.

O SR. GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR – Mais, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois é, mas eu só estou trazendo... Não é o momento apropriado para debater com profundidade esse tema, mas como é um tema sensível e faz referência à sua região, chamou-me a atenção essa diferença de preço do passado para hoje e é claro que, quando você olha o PLD nacional, a referência é outra, porque nós estamos no sistema interligado e lá ainda é o isolado, mas é uma diferença muito grande e talvez a alternativa doméstica seria muito mais barata, muito mais vantajosa do que essa adotada com essa importação que me chamou a atenção, mas esse é um assunto para uma outra sentada, para um outro debate.

Quero apenas, mais uma vez, agradecer e parabenizar aqui pela sabatina, pela indicação e agora pela missão de, depois de aprovado no Plenário, estar à frente das agências o Dr. Gentil, com o seu preparo, com a sua trajetória; o Dr. Willamy, também com a sua formação acadêmica e com o seu conhecimento diário extremamente reconhecido por todos nós; o Artur, da mesma forma – dois servidores aqui de carreira e com uma folha de serviços que é o seu maior currículo, que é a sua maior carta de apresentação neste momento.

Então, sucesso ao Artur, sucesso ao Pietro, e a Comissão de Serviços e Infraestrutura... Até lembrando aqui o Dr. Abdo de que, quando eu fui Presidente, na primeira vez, nós trouxemos para o ambiente da CI um debate sobre o papel da Comissão depois das sabatinas, porque até então tinha a compreensão de que uma vez sabatinado, concluída essa etapa, a Comissão não tinha mais atribuição em face da autonomia, em face de tudo que acontece lá no âmbito das agências. E eu, invocando, inclusive, um precedente que era da época do Dr. Abdo, primeiro Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – e faço questão de mencionar novamente aqui – disse: "Não, o trabalho da Comissão não para, não termina com a sabatina. Você tem, por comando regimental e até na constituição das agências, esse papel de acompanhar, sendo a Comissão que também fiscaliza". Então, eu estou rememorando aqui a... É a prestação de contas, prevista no Regimento, e ele me lembrava disso já na constituição da nossa Agência Nacional de Energia Elétrica.

Portanto, agradeço a presença de todos, especialmente dos Senadores, que permaneceram aqui conosco até o final. Mais uma vez, eu agradeço.

Duas atas para serem aprovadas, apenas para cumprir o rito formal.

Submeto à apreciação as atas das reuniões de hoje, a da reunião que nós realizamos pela manhã e a ata da reunião das 14h, aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam as atas permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais há a tratar, agradeço a presença de todos, especialmente a dos nossos convidados, que ficaram em pé aqui, em sacrifício.

Obrigado pela presença de vocês, que abrilhanta, enfeita e enriquece o nosso trabalho.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Confúcio Moura, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro, Sergio Moro, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Pedro Chaves, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Dra. Eudócia, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Augusta Brito, Sérgio Petecão e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Cid Gomes, Irajá, Daniella Ribeiro, Beto Faro, Weverton e Jorge Kajuru. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 53, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga decorrente do término do mandato de Rafael Vitale Rodrigues." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 38, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a indicação do Senhor ALEX ANTONIO DE AZEVEDO CRUZ, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Luciano Lourenço da Silva." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 36, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome da Senhora RENATA SOUSA CORDEIRO, para exercer o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na vaga decorrente do término do mandato de Joelma Maria Costa Barbosa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 43, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FREDERICO CARVALHO DIAS, para exercer o cargo de Diretor-Geral da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq, na vaga decorrente do término do mandato de Eduardo Nery Machado Filho." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Fazem uso da palavra os(as) Senadores(as) Wellington Fagundes, Fernando Farias, Jayme Campos, Jaime Bagattoli, Margareth Buzetti, Zequinha marinho, Eduardo Braga e Pedro Chaves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/20

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de agosto de 2025.

A presente reunião é destinada à sabatina dos indicados à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Antes de passar à leitura dos itens, convido para que tomem assento à mesa os indicados, que já estão aqui todos no dispositivo de honra.

Eu informo que o tempo de fala para cada indicado será de dez minutos, a exemplo do que nós fizemos no dia de ontem, todos com liberdade para expor suas falas, e, na sequência, os Senadores e Senadoras que quiserem apresentar algum questionamento, alguma ponderação também terão a palavra, com a preferência sempre do Relator falar na primeira oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu indago... O Senador Fernando Farias tinha-me... V. Exa. queria fazer uma intervenção antes ou vai fazê-la na sequência? (*Pausa.*)

O.k., agradeço a V. Exa.

Portanto, iniciaremos com a sabatina dos indicados de hoje à Antaq e à ANTT, e, na parte da tarde, nós teremos mais uma rodada de sabatinados. Eu pedi à Secretaria da Comissão que, a depender da dinâmica que nós conseguirmos imprimir agora pela manhã, talvez a gente até consiga antecipar, para tentar que todos os nomes sabatinados no dia de hoje vão ao Plenário, e possa ter, como foi ontem, como a gente conseguiu ontem, uma sessão com a votação de todos os indicados, o que foi muito bom, foi um recorde para o Plenário do Senado Federal. Então, se a gente conseguir antecipar um pouco, talvez a gente consiga já fazer as sabatinas e a aprovação na Comissão e no Plenário ainda no dia de hoje.

Então, se a Secretaria da Comissão conseguir contato com os indicados, a gente talvez antecipe um pouco a sabatina. Se não, fica no horário preestabelecido, com a concordância do Plenário.

Item 1.

Mensagem nº 53, de 2025, não terminativo.

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o §1º do art. 53 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Sr. Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), na vaga decorrente do término do mandato de Rafael Vitale Rodrigues.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Wellington Fagundes.

Pronto para deliberação.

Eu iria deixá-lo para falar por último, e a minha assessoria o colocou para falar primeiro, porque ele tem, nas minhas perguntas finais... Mas, nas perguntas, você fica por último depois. Eu vou colocar Rondônia na equação.

Portanto, asseguro a palavra ao indicado, Dr. Guilherme Theo, para a sua exposição, no tempo já determinado.

O SR. GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO (Para expor.) – Bom, primeiro, meu muito bom-dia a todos os Srs. Senadores.

Quero aqui externar minha satisfação de poder regressar à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, novamente como um indicado, agora, desta vez, ao cargo de Direção-Geral.

Também quero agradecer, penhoradamente, à Presidência da República e ao Ministério dos Transportes pela indicação; agradecer, Presidente Marcos Rogério, pela condução dos trabalhos e parabenizá-lo não apenas pelas indicações aqui realizadas, mas por todas as formas que o senhor tem conduzido os trabalhos de temas tão prementes e importantes para a infraestrutura nacional.

Faço questão também de agradecer ao meu Relator, Senador Wellington Fagundes, conhecedor da teoria e da prática do setor de transporte e infraestrutura, que também me concedeu a honra de ter me relatado anteriormente, na minha indicação como diretor colegiado da agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha trajetória, como já exposto no relatório apresentado pelo Senador Wellington, foi basicamente dedicada ao setor de transporte, seja na minha formação, como também na trajetória profissional, e, nesses últimos quatro anos como diretor da agência, tive a oportunidade, junto com os meus pares, diretores passados e presentes, de promover uma transformação e uma evolução, seguindo três eixos principais, que são os eixos regulatórios, que é o principal *core* da agência reguladora, o ponto comportamental, que é o trato do ambiente interno e externo, e, consequentemente, o olhar da tecnologia, tecnologia essa não apenas na experiência do usuário, mas também no que se refere à gestão interna da agência.

E, como os principais... Vejo resultados e evoluções da agência, e, dividindo nos nossos quatro modos de atuação: transporte de passageiros, transporte rodoviário de cargas, concessão de rodovias e concessão de ferrovias, e é sempre bom destacar, Senador Marcos Rogério, o papel das agências, que é justamente harmonizar os interesses existentes do poder concedente, nos seus projetos de concessão, desestatização; dos interesses justamente do regulado na obtenção do seu retorno, do seu lucro; e também o interesse do usuário, de ter a contraprestação esperada e o pagamento de uma tarifa compatível com os investimentos a serem feitos.

Então, primeiro, no que se refere a serviços e transporte de passageiros, vemos, de uma forma evolutiva, a aprovação de um marco regulatório seguindo os ditames legais aprovados pelo Congresso Nacional e também as orientações previstas pelo Tribunal de Contas da União e o Supremo Tribunal Federal.

Numa abordagem seguindo o setor de transporte rodoviário de cargas, nós conseguimos, conjuntamente, uma revisão importante dos principais marcos regulatórios, com um olhar principal de redução de burocracias, redução de assimetrias e, consequentemente, de redução do custo Brasil, visando à aderência a novas tecnologias e a um olhar que facilite o transportador rodoviário de cargas, seja ele empresa, autônomo e cooperativa, e, claro, uma agenda crescente na implementação de pontos de parada e de descanso do caminhoneiro para quem transporta as riquezas e a produção nacional.

No que se refere ao modo de concessão de rodovias, é importante fazer um balanço. Durante esses quatro anos, nós realizamos 14 projetos de concessão rodoviária. É um número muito impactante, representativo, ainda mais quando se considera o quantitativo de quilômetros concedidos – 14 contratos, 7 mil quilômetros de rodovias concedidas e 180 bilhões de investimentos, que serão, sim, aplicados durante seus 30 anos de execução, mas principalmente na sua primeira década de cumprimento de contratos.

Além dos números expressivos – duplicações, aumentos de capacidade, passarelas, alças, acesso a portos, etc. – há a geração de empregos. Esses projetos, que já estão em execução, com contratos assinados e com um crescimento de mais de 3 mil quilômetros, se comparado à situação de quando nós chegamos na agência, têm a capacidade de gerar mais de 1,5 milhão de empregos. Ou seja, se vemos hoje uma redução significativa do desemprego, o setor de infraestrutura tem uma importante parcela de contribuição nesse aspecto.

No que se refere também a esses projetos, é importante trazer que tivemos novos entrantes, maiores concorrentes, e algo que vinha sendo apontado muito pelo Tribunal de Contas para se fugir: um duopólio existente antes da chegada de todos na agência. Soluções de projetos e concessões de norte a sul, leste a oeste do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além de fazer novos projetos de concessão, conseguimos também, em parceria com o Ministério dos Transportes, que institucionalizou uma política importante, justamente a solução do que nós denominamos de contratos estressados. Aqueles contratos, por diversas razões, não performavam e, principalmente, não entregavam para o usuário, para o investidor e para o poder público aquilo que era esperado no contrato. Então, conseguimos endereçar um importante projeto, que foi o pioneiro nessa discussão, o Rota do Oeste, no Estado do Mato Grosso, em que, já em curto período de tempo, dois anos e meio, nós já temos as obrigações praticamente todas cumpridas, com duplicações e com reduções significativas de acidentes. Neste ano, já endereçamos no Mato Grosso do Sul, no Estado do Espírito Santo, e ainda teremos mais dois contratos a serem feitos que são os dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

No que se refere a avanços regulatórios e tecnológicos, nesse próprio modo, é importante destacar a consolidação normativa dos Regramentos de Concessões de Rodovias, os RCRs, para trazer justamente a estabilidade e a segurança que o investidor, que o regulado espera; a criação de ambientes que solucionem as controvérsias, como um ambiente consensual, como a Compor, como também o próprio Dispute Board, e uma delimitação muito clara das matrizes de riscos, em que você compartilha o risco entre o poder concedente e o concessionário, tornando cada dia mais atrativo os projetos, numa linha do direito administrativo muito mais moderno.

E tem um olhar da tecnologia, como foi dito, justamente da experiência do usuário, com a implementação, no Brasil, do Free Flow, a cobrança de pedágio sem existência de praças, que trará mais fluidez, mais segurança, menor custo – o que pode ser revertido em outros investimentos – e também o próprio Sandbox, que é do HS-WIM, a pesagem em movimento, que é importante para você trazer maior segurança viária. Nesses dois casos, destaca-se uma redução da emissão de gases de efeito estufa.

Já no setor ferroviário, houve alguns avanços durante esse período na prestação de contas aqui: a renovação da MRS, importante malha do Corredor Sudeste, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; a solução de uma ferrovia muito esperada, Senador Fernando, a Transnordestina, que conseguimos endereçar, e, neste ano, teremos já início de operação de cargas, ainda não com acesso aos portos, o que vai acontecer no próximo ano, mas teremos já o transporte de cargas em uma ferrovia por que há duas décadas o Brasil e todos esperam; investimentos importantes através da Malha Paulista, no maior porto da América Latina, que é o Porto de Santos. E também colocamos a destinação regulatória das operações acessórias, que era algo muito esperado pelo usuário, que é algo que nós vamos perseguir, que é para evitar cobranças abusivas e indevidas existentes, além do olhar de destinação de recursos para a memória ferroviária, para desenvolvimento tecnológico, justamente para capacitar e preservar o histórico ferroviário existente no país.

Mas alguns pontos são importantes e inegociáveis na agência: segurança, sustentabilidade e responsabilidade social. Nas rodovias concedidas – e aqui o papel nosso é trabalhar com dados –, nós temos claramente um paralelo com as rodovias públicas: nós já temos reduções de 24% de acidentes, nós temos redução de 22% de vítimas fatais e, em alguns trechos de algumas rodovias, chega-se a 40% da redução, até 50%, seja da quantidade e da sinistralidade.

Também temos trabalhado com a infraestrutura resiliente, a questão ambiental, que já não é mais um problema do futuro, é um problema do presente e que é necessário ser endereçado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com uma política pública bem delimitada pelo ministério – está previsto que uma parte da tarifa será destinada a novos estudos e novos projetos. E também ações sociais, em parcerias com ministérios, entre eles o Ministério das Mulheres, para incentivar posições femininas em destaque no ambiente de outras concessionárias. Além, lógico, uma parceria que temos feito com o Conselho Nacional de Justiça para a empregabilidade de egressos do sistema prisional.

No que se refere à governança e à transparência, em todos os nossos projetos regulatórios, na modelagem de contratos, nós seguimos, apesar de o Brasil não ser aderente ao OCDE, as melhores práticas previstas de governança e transparência e, sobretudo, uma transparência ativa, seguindo as diretrizes previstas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO – E, caminhando para o final, Presidente Marcos Rogério, é importante trazer aqui os compromissos, caso aqui os Srs. e Sras. Senadores acolham a minha indicação como Diretor-Geral, de melhoria do serviço de cargas e passageiros, com maior concorrência, eficiência e segurança; de avanços e continuidade dos avanços de concessões rodoviárias e ferroviárias, garantindo prazos e a modicidade tarifária; de priorização do equilíbrio da matriz de transportes do modo rodoviário com o modo ferroviário; integração inter e multimodal; de conclusão de importantes renovações e continuidade de nossos projetos de concessões ferroviárias, seja da Ferrovia Centro-Atlântica, a maior concessão ferroviária do país, e com novos corredores, como o Fico-Fiol, Senador Jayme, a EF-118, que vai ligar os portos do Sudeste, Porto de Vitória ao Porto do Açu; e implementação de conectividade em todas as rodovias.

E, já encerrando, destaco aqui a autonomia e independência da agência. Todos os servidores aqui presentes sabemos que isso é presente, mas nós não somos imunes, não seremos apolíticos de não ter a sensibilidade de tratar com os senhores e as senhoras os legitimados pelo povo para endereçar o que for necessário em nossa regulação e em nossos projetos.

Encerro aqui a minha gratidão enorme aos diretores da agência, repito, que passaram e os presentes. Está aqui presente o Diretor Lucas Asfor, o que demonstra a unidade do colegiado com os interesses públicos. Cumprimento aqui o Alex, já considerando os bons frutos da continuidade da sabatina, os projetos que daremos sequência. Cumprimento os servidores da ANTT – há uma parcela deles presentes, e sempre gosto de ressaltar a excelência dos servidores públicos e, sobretudo, dos servidores públicos da Agência Nacional de Transportes Terrestres, abnegados, comprometidos e com uma *performance* inquestionavelmente de entregas relevantes.

Agradeço à minha família, por último e não menos importante, e sempre gosto de falar neste momento, da minha mãe, que desde os oito anos teve que exercer duplamente o papel de pai e mãe, em razão do falecimento muito precoce do meu pai. Agradeço à minha esposa, ao meu filho de seis meses, ambos se renunciam aí da minha presença diária, mas sabendo do interesse coletivo.

E um agradecimento muito grande, mais uma vez, a todos os membros da Comissão de Infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicito aqui o apoio, o voto, se assim os senhores entenderem que atendo os predicados, os requisitos e o compromisso de continuidade, e reafirmo aqui o compromisso da ANTT a esta Casa e a toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Guilherme Theo, indicado à Agência Nacional de Transportes Terrestres, ao cargo de Presidente daquela importante agência do Brasil.

Nós vamos seguir com as falas dos demais indicados. Apenas sublinhando uma pequena observação: de todos que passaram ontem aqui, é o primeiro indicado que pede voto. Olha aí, Jayme.

Muito obrigado, Guilherme.

O SR. GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO (*Fora do microfone.*) – Não podia pedir não?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Deve!

No Bloco Vanguarda, dias atrás, nós recebemos lá no nosso almoço um conjunto de indicados para ter uma conversa com a bancada. E aí, todo mundo falou, falou, falou, e daqui a pouco, não me lembro se foi o Wellington ou se foi alguém: e não vai pedir voto? (*Risos.*)

Aí, depois que o primeiro pediu, todos pediram.

Mas quero agradecer a todos.

Eu vou pedir à Secretaria da Mesa que... Considerando que nós estamos hoje com uma dinâmica de agendas bastante intensa – CCJ com temas importantes hoje, tem CPMI a ser instalada no dia de hoje, tem outras reuniões de Comissões importantes também –, vou determinar a abertura do processo de votação para aqueles que quiserem e já tiverem a consciência e a convicção formada já manifestarem seu voto e assim ficarem livres para as demais tarefas do dia. E aqueles que quiserem permanecer para fazer a votação ao final, sem nenhum prejuízo.

Portanto, fica determinada a abertura do painel de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Na sequência, o item 2... Depois me atualize também com a relação dos convidados que estão conosco, que são diretores, dirigentes de entidades e agências.

Item 2. Mensagem nº 38, de 2025, não terminativo.

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o §1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a indicação do Sr. Alex Antonio de Azevedo Cruz, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Luciano Lourenço da Silva.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria do Senador Fernando Farias.

Pronto para deliberação.

Asseguro a palavra ao indicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEX ANTONIO DE AZEVEDO CRUZ (Para expor.) – Presidente Marcos Rogério, Senador Presidente desta Comissão, na pessoa de quem cumprimento todos os Senadores desta Casa.

S. Exa. o Senador Fernando Farias, a quem tenho a honra de ter como meu Relator V. Exa. é lá do Nordeste. Eu que sou paraibano, de Campina Grande, e V. Exa. lá das Alagoas, não é? Então, nosso estado irmão. Para mim é uma felicidade e uma honra muito grande e, na pessoa de V. Exa., eu cumprimento todos os Senadores e Senadoras desta Comissão.

E para não deixar para o final, Presidente Marcos Rogério, eu gostaria de começar pedindo o voto. (*Risos.*)

Lá na Paraíba, quando se vai lá – e aqui é uma Casa política, né? –, quando se vai ao interior, depois passam lá, dizem: "Ah, o Senador, o Deputado passou aqui e nem pediu meu voto".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas o senhor sabe que eu fiz essa provocação, essa brincadeira aqui, porque isso com a gente, que vai para a disputa, naturalmente, é um processo que se renova a cada quatro anos, isso é muito comum. Passou, conversou, falou, falou, e não pediu o voto. Pois tem alguém que não vota porque não pediu. (*Risos.*)

O SR. ALEX ANTONIO DE AZEVEDO CRUZ – Mas eu peço o testemunho do...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E lá no Plenário... Deixe-me fazer uma, uma... Perdoe-me a liberdade. No Plenário, tem aqueles que não votam por questões de convicções e tal, mas tem um colega nosso... eu não sei... aqui o Jayme sabe quem é e alguns aqui conhecem. Ele vota sempre contra, se não pedirem o voto dele. Mas é toda vez. Se tiver um voto contra, a gente já sabe mais ou menos de quem é, é porque não pediu. Quando tem outros, às vezes são questões, enfim, do foro íntimo de cada um, mas tem um que, se não pedir, não vota.

O SR. ALEX ANTONIO DE AZEVEDO CRUZ – Pois bem, obrigado, Presidente.

Mas eu quero pedir aqui o testemunho do Diretor Guilherme Theo, porque nós pedimos o voto a cada Senador que nós conseguimos visitar. E se não visitamos mais, é até porque não tivemos tempo para tal. E foi uma decisão que nós tomamos, Guilherme e eu, para demonstrar a unidade, Presidente, da diretoria. Se assim esta Casa, este Senado entender, que nós possamos ser diretores daquela Casa, não é, da agência, demonstramos essa unidade.

Aqui está, e eu quero cumprimentá-lo, meu amigo Lucas Asfor, Diretor da agência, que se faz presente; os servidores da agência. Ainda não fui lá porque jamais sentei na cadeira antes, isso é algo que eu tomo como princípio, não é? Só irei à agência... Fui à agência a trabalho por duas vezes: representando a Infra, numa das oportunidades, com o ex-Diretor-Geral Rafael Vitale, para tratar sobre o VLT de Campina Grande, Senador Fernando Farias...

Pois bem, recebo com honra e senso de responsabilidade a indicação para a Diretoria da ANTT. Tenho plena consciência dos desafios que estão à nossa frente, decisões que impactam a vida de milhões de brasileiros e a competitividade deste país.

Assumo esse compromisso com disposição permanente para agir de forma ativa e colaborativa, guiado pelo diálogo, pelo entendimento, sem, no entanto, abrir mão da independência técnica e do interesse público. Meu objetivo é ajudar a construir, com esta Casa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Ministério dos Transportes, o TCU, entes federativos, operadores e usuários, o melhor ambiente possível para garantir segurança jurídica, eficiência técnica e atração de novos investimentos, convertendo cada contrato em melhoria efetiva da infraestrutura logística do Brasil neste ambiente global tão competitivo.

Venho para ouvir, decidir com base em evidências e prestar contas com transparência. Minha visão para a ANTT é de uma agência de Estado, não de governo, técnica, estável, previsível e aberta à inovação.

Em 2025, o *pipeline* federal de concessões rodoviárias prevê 15 leilões, cobrindo mais de 8 mil quilômetros e mobilizando cerca de R$161 bilhões. É muito, o maior da história. Isso exige da agência decisões sólidas, processos padronizados e cooperação ativa com o TCU, para dar segurança a cada etapa, do edital à fiscalização.

E aqui eu quero fazer um parêntese, Sras. e Srs. Senadores: a contribuição do TCU. Nós, há poucos anos, vivemos o que nós costumávamos chamar de apagão das canetas. Então, as agências tinham receio, as pessoas dos ministérios, as pessoas que estavam ali para regulamentar e para colocar investimentos se retraíram. E o TCU, com a criação da SecexConsenso, está dando estabilidade jurídica não só para a agência, como também para os investidores nacionais do setor de transporte, seja em ferrovias ou em rodovias.

Pois bem. Com o TCU para dar segurança a cada etapa, do edital à fiscalização, nosso norte é equilibrar três valores: investimento, modicidade tarifária e segurança jurídica, com decisões fundamentadas e prestações de contas regulamentar ao Senado Federal.

Sou bacharel em Direito, formado pela Universidade Estadual de Campina Grande. Porém, passei no vestibular de Engenharia Civil muito jovem, com 18 anos de idade. Casei-me também muito jovem. E, depois de quatro anos cursando Engenharia Civil, eu tive que parar meus estudos para trabalhar. Meu pai não era um homem rico, era um pequeno agropecuarista lá na Paraíba, na BR-230, entre Campina Grande e João Pessoa, onde hoje, Presidente, depois de 80 anos, ainda conservamos a pequena propriedade em que ele criou sete filhos. Posteriormente, fui fazer o curso de Direito à noite e terminei Direito. E por aí eu encaminhei minha vida profissional.

Atuei como assessor – e atuo como assessor ainda – da Presidência da Infra. E aqui quero dar os meus agradecimentos ao Presidente Jorge Bastos e a todos que fazem a Infra. Há dois anos e meio, eu tenho a honra de estar com a Infra S.A., a maior estruturadora de projetos deste país.

Fui Secretário de Obras de Campina Grande no Governo do Senador Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, membro desta Casa e desta Comissão. Fui por três vezes secretário durante seus dois governos: Secretário de Obras, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo e Secretário de Articulação Política, o que muito me honra.

Fui Diretor Chefe, Diretor-Presidente da AAgisa (Agência de Águas, Irrigação e Saneamento do Estado da Paraíba) e também tive a honra de ser Diretor Chefe do Departamento Nacional de Produção Mineral na Paraíba durante quatro anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX ANTONIO DE AZEVEDO CRUZ – Cabe à ANTT fiscalizar com excelência, implementando as políticas do Ministério dos Transportes com autonomia técnica. Destaco os quatro leilões – e eu aqui vou pedir aos senhores para não relatar esses leilões, porque o Dr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guilherme já relatou toda a importância, a quantidade de leilões e a importância deles para o país.

Quero ser da previsibilidade. Estamos consolidando o regulamento das concessões rodoviárias, de que Guilherme muito bem falou aqui, e com algumas diretrizes que são básicas: diretrizes gerais; bens, obras e serviços; gestão econômica e financeira; fiscalização permanente e extinção contratual. O que são e para que servem? Aí o RCR define regras claras, como planejar, fiscalizar, reequilibrar e encerrar contratos, reduzindo incerteza, custo de capital, litigiosidade; como implementar bem três frentes: padronização de minutas e *checklist*, integração de dados para fiscalização por desempenho, governança com o TCU, claro, desde o início, através da SecexConsenso, e para prevenir controvérsias. Em paralelo, seguimos com inovações, como Guilherme já citou aqui, o Free Flow e o Sandbox Regulatório.

Para dar conta do volume, precisamos fortalecer a equipe, ter processos e tecnologia. A ANTT mantém lista pública de concessões rodoviárias federais vigentes, que é a base, nossa base de fiscalização, a programação anual de fiscalização ferroviária, o que dimensiona o esforço contínuo das superintendências da agência. Somem-se a isso 15 novos leilões rodoviários em 2025 e 14 contratos em otimização, já aderidos ao programa do ministério, um salto na carga regulatória que exige inspeção baseada em risco e automação.

O novo marco regulatório das ferrovias inaugurou o regime de autorização, reordenou o direito de passagem, interconexão e resolução de conflitos. Um passo civilizatório para ampliar a competição e atrair capital de longo prazo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX ANTONIO DE AZEVEDO CRUZ – Nosso desafio é transformar a lei em prática, regras claras, coordenação com o ministério, previsibilidade regulatória e cooperação com o TCU. Nossos compromissos como agência: gestão técnica e transparência republicana, segurança jurídica pró-investimento e pró-usuário, capacitação e tecnologia e entrega.

E, para fazer as considerações finais, Sr. Presidente, encerro reafirmando o meu compromisso com técnica para decidir com base em dados e em lei, diálogo para construir soluções com o Senado e o Ministério dos Transportes, o TCU e a sociedade, entrega para que cada contrato se traduza em estrada melhor, ferrovia mais eficiente e tarifa justa. É assim que honramos o usuário e atraímos novos investimentos, com a ANTT previsível, cooperativa e eficiente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Alex Antonio Cruz, indicado à ANTT.

Na sequência, passaremos ao item 3.

Antes, porém, aproveito para registrar a presença do Secretário Nacional de Esporte, Dr. Paulo Henrique Cordeiro. Seja muito bem-vindo a esta Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Lembro-me da época ainda em que era Deputado Federal, da nossa convivência lá na Câmara, especialmente na CCJ daquela Casa.

Também registro a presença do Diretor da ANTT, Dr. Lucas Asfor. Muito obrigado pela presença nesta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar ao próximo item, o item 3, o Relator, o Senador Fernando Farias, solicita a palavra, e eu lhe asseguro neste momento.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Quero dizer ao Alex que foi um prazer, foi muito fácil fazer uma relatoria para você.

Só chamo a atenção de que o transporte do Brasil está aqui – né? –: um em terra, outro nas águas. (*Risos.*) A responsabilidade de vocês entre modalidades é interessante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, da água para os trilhos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu estou dizendo: terra, água e trilhos, porque aqui tem trilhos também. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Só quero dizer a Alex e a Guilherme que tenham muito carinho – eu sei da força que o Ministro Renan Filho está dando para a Transnordestina; a Transnordestina é uma coisa muito importante para o desenvolvimento do Nordeste, que é uma região muito carente –, para não entrarem naquela de não faz a ferrovia porque não tem carga; de não tem carga, não tem ferrovia; etc. A ferrovia sempre é progresso e puxa uma região.

Pronto, era só para dizer isso para vocês.

Obrigado, Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Fernando Farias.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Eu só queria, Sr. Presidente, registrar aqui a presença do Deputado Rodrigo da Zaeli, que é também do nosso partido, o PL, natural de também Rondonópolis, então da bancada de Mato Grosso. Ele veio aqui para presenciar, principalmente, a nossa preocupação com a BR-364, a nova concessão, que foi agora licitada, de Rondonópolis até a divisa de Mato Grosso com Goiás – consequentemente, Jataí, Rio Verde, enfim. Ele veio aqui para fazer presença, para apoiar as duas indicações aqui da ANTT e, claro, para mostrar também a dependência nossa, a importância da ANTT para o desenvolvimento de Mato Grosso.

É só esse registro que eu faço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Líder Wellington Fagundes.

Registro e cumprimento a presença do Deputado Rodrigo da Zaeli. Seja muito bem-vindo. É da região de Rondonópolis, região forte, produtiva, né? Seja muito bem-vindo a esta Casa.

Na sequência, o item 3.

Mensagem nº 36, de 2025, não terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome da Sra. Renata Sousa Cordeiro, para exercer o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), na vaga decorrente do término do mandato de Joelma Maria Costa Barbosa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório pronto para deliberação.

Portanto, asseguro a palavra à indicada para o seu pronunciamento.

A SRA. RENATA SOUSA CORDEIRO (Para expor.) – Seguindo o conselho do sábio Presidente Marcos Rogério, previamente e de antemão, já peço votos aos Exmos. Senadores. (*Risos.*)

Exmo. Presidente Senador Marcos Rogério, Relatora Margareth Buzetti e os demais Senadores desta Comissão, quero iniciar agradecendo a Deus, fonte de toda inspiração. É Ele quem sustenta a minha caminhada, quem me dá serenidade nos momentos de dificuldade e coragem diante dos desafios.

Faço um registro especial às Senadoras e a todas as mulheres aqui presentes, que, assim como eu, sabem o quanto é desafiador conquistar e ocupar espaços em cargos decisórios. Cada mulher que chega até aqui abre caminho para muitas outra. Eu recebo esta oportunidade também como uma responsabilidade coletiva: representar tantas vozes femininas que lutam diariamente para serem ouvidas.

Exmos. Senadores e Senadoras, é uma honra estar aqui hoje, indicada ao cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Agradeço a confiança e a oportunidade de apresentar a minha trajetória e visão para essa função, com a consciência de que este é um espaço de diálogo e de compromisso com o interesse público.

Sou natural da Capital Federal, formada em Direito pela Universidade Católica de Brasília, advogada com experiência tanto no setor público quanto no privado. Atuei como Assessora Jurídica no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e Ministério da Infraestrutura, como Assessora Especial no Governo do Maranhão e como Superintendente de Integridade e Risco na Infra S.A. Essa trajetória me deu a oportunidade de conhecer a máquina pública de perto, compreender suas potencialidades, mas também seus desafios.

O que mais aprendi neste caminho foi a importância de dialogar com diferentes públicos: técnicos, gestores, trabalhadores e comunidades afetadas. Essa escuta ativa é o que me faz compreender, de forma ampla, o papel estratégico da Antaq para o Brasil. Uma agência que não cuida apenas de regulação, mas de eficiência logística, de competitividade e, sobretudo, da qualidade de vida das pessoas que dependem do transporte aquaviário.

Acredito que a ouvidoria não é apenas um canal de reclamações, é, acima de tudo, uma ponte de confiança entre a sociedade e a agência, é um espaço de escuta, acolhimento e também de transformação: ouvir, analisar e devolver à diretoria colegiada insumos que ajudem na formulação de políticas públicas mais justas e eficientes. A ouvidoria pode e deve ser um espaço no qual a cidadania se fortalece, um lugar em que a voz do usuário não se perde, mas se converte em aprendizado institucional e em melhorias concretas para o setor aquaviário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se honrada com a aprovação desta Casa, pretendo concentrar meu trabalho em três eixos principais. Primeiro, aproximação com o cidadão, simplificando a linguagem, diversificando os canais de atendimento e garantindo que a ouvidoria seja acessível ao caminhoneiro, ao empresário, à comunidade ribeirinha e a todos os usuários do transporte aquaviário. Quero que cada cidadão sinta...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA SOUSA CORDEIRO – ... que a sua manifestação tem valor, que a sua contribuição é ouvida e que pode gerar mudanças reais.

Eficiência e transparência: reduzir o tempo de resposta reduzir o tempo de resposta, criar indicadores de desempenho e apresentar relatórios claros que mostrem não apenas o volume de manifestações, mas as mudanças efetivas que elas geraram.

Atuação estratégica. Transformar as manifestações em diagnóstico dos gargalos do setor, subsidiando a Diretoria da Antaq com dados que possam orientar melhorias regulatórias e de fiscalização. Afinal, a Ouvidoria não deve ser apenas reativa, mas também propositiva, antecipando soluções para os desafios do setor aquaviário.

Exmos. Senadores e Senadoras, meu compromisso é trabalhar com imparcialidade, integridade e dedicação, para que a Ouvidoria da Antaq seja reconhecida como espaço de respeito, acolhimento e efetividade. Quero que cada cidadão encontre na Ouvidoria um ambiente de escuta verdadeira, em que sua manifestação não seja apenas registrada, mas valorizada e considerada no processo decisório.

Coloco-me à disposição desta Casa e da sociedade para cumprir com zelo e transparência a missão que me foi confiada.

Agradeço mais uma vez a Deus, a minha família, que é o meu alicerce, e a todos os Senadores desta Comissão pela atenção e confiança. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Cumprimento a Dra. Renata Sousa, após seu relatório.

E vamos ler agora o item 4.

Mensagem nº 43, de 2025.

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Sr. Frederico Carvalho Dias, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Eduardo Nery Machado Filho.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Eduardo Braga.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1. Em 13/08/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A arguição pública será realizada nesta reunião.

Concedo a palavra ao ilustre Dr. Frederico Carvalho Dias, indicado para Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Informo que o tempo destinado à exposição é de dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Dr. Frederico.

O SR. FREDERICO CARVALHO DIAS (Para expor.) – Muito obrigado, Exmo. Sr. Presidente em exercício da Comissão de Infraestrutura, Jayme Campos.

Senador Jayme Campos, na sua pessoa, cumprimento todas as Senadoras, todos os Senadores desta Comissão e os demais presentes e agradeço a todos, sempre tão cordiais no acolhimento dos sabatinados nesses últimos meses.

Há mais de 15 anos acompanhando o setor de infraestrutura, sou testemunha da relevância desta Comissão para auxiliar o desenvolvimento nacional.

Não posso iniciar sem antes agradecer a confiança depositada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na indicação do meu nome ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Registro agradecimento especial ao Exmo. Senador Eduardo Braga, pela relatoria da minha indicação e toda a presteza e atenção dedicadas a essa tarefa. A relatoria do Sr. Senador Eduardo Braga é algo que enobrece enormemente a minha designação, pela sua liderança, experiência e credibilidade.

Agradeço ainda ao Exmo. Sr. Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre, a quem parabenizo pela condução de todo esse processo.

Senhoras e senhores, é com imensa honra e profundo senso de responsabilidade que compareço ao Senado Federal para este ato de sabatina, solenidade que representa o crivo de legitimidade democrática na nomeação dos diretores de agência.

Minha trajetória profissional já foi apresentada pelo Senador Eduardo Braga em seu relatório. Destacaria apenas que minha formação é bastante multilateral: Engenharia Civil e Direito, com especializações em Regulação do Setor de Infraestrutura e também Controle Governamental; atuação no setor privado, engenharia civil, antes de ingressar no serviço público.

Essa diversidade de experiências me ensinou que existem muitas perspectivas sobre a mesma questão e todas elas precisam ser devidamente consideradas para o exercício da regulação, especialmente em um setor complexo como o setor aquaviário.

Obtive instrumental técnico numa longa trajetória como auditor de carreira concursado do Tribunal de Contas da União, sempre lidando com a fiscalização do setor de infraestrutura.

Ocupei funções de confiança na área técnica, no Ministério Público de Contas e em gabinetes de ministros.

Também tive experiência em gestão pública propriamente dita, ao ocupar, de 2022 a 2024, o cargo de secretário-geral no TCU.

Ao longo desses anos, aprendi a tratar com prioridade e consideração as demandas do Parlamento, numa relação extremamente sinérgica. Portanto, e como servidor do Legislativo que sou, por pertencer aos quadros do TCU, reafirmo meu compromisso de manter as portas da agência permanentemente abertas às manifestações e preocupações do Congresso Nacional, caso venha a ser aprovado por V. Exas.

A Antaq tem uma missão clara e fundamental: promover o desenvolvimento sustentável do setor de transportes aquaviários, em benefício da sociedade brasileira. Isso se traduz em regulação eficiente, fiscalização responsiva, outorgas estratégicas e estudos inovadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dado o contexto fiscal, os investimentos em infraestrutura dependem cada vez mais da iniciativa privada. No novo PAC, mais de 70% dos investimentos previstos em transportes são privados. As atividades portuárias de navegação, em especial, têm natureza predominantemente privada. Esse contexto exige ambiente de negócios sadio e previsível, exige regulação focada em garantir a concorrência equitativa e prevenir abusos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREDERICO CARVALHO DIAS – Busca-se estabilidade das regras, sem intervenções desnecessárias que possam gerar insegurança jurídica.

O setor tem demonstrado sua pujança e resiliência, atingindo o recorde histórico de 1,3 bilhão de toneladas, maior volume, recorde, em 2024. Em 2025, já movimentou mais de 650 milhões de toneladas, maior volume registrado para os primeiros seis meses do ano.

Noventa e cinco por cento das exportações passam pelos portos.

Ganhos de eficiência significam diminuir o custo Brasil, aumentar a competitividade dos nossos produtos e baratear a comida na mesa da população. Por isso, a carteira do Ministério de Portos e Aeroportos apresenta mais de 50 novos empreendimentos estratégicos, tais como Tecon Santos 10 e a concessão do canal do Porto de Paranaguá.

A Antaq está à altura desses desafios, Srs. Senadores. Com reputação reconhecida e premiada em *rankings* de transparência e governança, como os da CGU e do TCU, vem gerando resultados notáveis para o país e transmitindo ao setor a estabilidade e a segurança necessárias para investimentos de longo prazo. Aproveito, portanto, a oportunidade de publicamente registrar meu respeito e profundo reconhecimento pelo trabalho de servidores, colaboradores e autoridades que compõem os quadros da agência.

A credibilidade de hoje é fruto do profissionalismo, da dedicação e da competência técnica de mulheres e homens que, há quase 25 anos, entregam sua inteligência e sua motivação à sociedade brasileira, por meio da Antaq.

Numa atuação conjunta com os demais órgãos, a agência exerce papel fundamental para destravar os principais gargalos de investimentos no Brasil. Sabemos que existem entraves nos acessos terrestres e aquaviários e oportunidades de desburocratização do setor.

A temática da sustentabilidade está intimamente relacionada ao setor aquaviário, meio de transporte notadamente mais eficiente e ambientalmente adequado. Cabe à Antaq manter a promoção de todos os esforços necessários para o desenvolvimento da navegação de cabotagem e das hidrovias.

A Antaq tem participação ativa na agenda da descarbonização, seja nas discussões internacionais ora em curso, seja nas medidas de estímulo à adoção pelos portos de práticas mais sustentáveis e inovadoras e medidas de preparação para as mudanças climáticas.

Outro assunto dos mais nobres e relevantes diz respeito ao transporte aquaviário de passageiros, tema já previsto nas agendas regulatória e de estudos da agência. Na Região Amazônica, muitas vezes, esse é o único meio de acesso e abastecimento. Nessa temática, a interlocução com as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores será especialmente relevante, dado o conhecimento que detêm sobre a realidade experimentada pela população.

Se eu tiver a honra e a confiança desta Casa de ter meu nome aprovado, comprometo-me a dar prioridade às ações que gerem mais resultados e centrar minha atuação em dois pilares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamentais: a solução de problemas e o diálogo. Solucionar problemas num duplo sentido: primeiro, não se omitir quando necessária a fiscalização efetiva; num outro sentido, sempre prezando pela intervenção mínima, cirúrgica, e somente à medida que existam falhas de mercado a serem corrigidas com técnica e eficiência.

O outro pilar é o do diálogo em três níveis: com o setor regulado; com os órgãos públicos, em especial o Ministério de Portos e Aeroportos, as Casas Legislativas, o Tribunal de Contas da União e as outras agências; e, principalmente, o diálogo interno, com diretores, servidores e colaboradores da agência. É insuperável a força da inteligência coletiva para a construção das melhores soluções.

A partir desses dois pilares, pretendo elevar as medidas de consensualidade em curso na agência, temática que marcou o TCU enquanto ocupei o cargo de Secretário-Geral da Presidência, tema já mencionado aqui tanto pelo Guilherme quanto pelo Alex.

Com a priorização dessas ações, o aperfeiçoamento dos procedimentos e a capacitação das equipes para a solução consensual de conflitos, podemos avançar ainda mais nesse tema.

Senhoras e senhores, ocupei funções de confiança por quase 15 anos ininterruptamente. Nesse percurso, o que aprendi de mais valioso foi conciliar perspectivas e resolver problemas complexos, por meio do rigor técnico e do diálogo, sempre pautado pelo espírito público.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREDERICO CARVALHO DIAS – Então encerro, agradecendo todo apoio e acolhimento que encontrei no Senado nos últimos meses, reafirmando o meu compromisso com o diálogo, com o profissionalismo, com uma gestão focada em resultados e baseada em conhecimento, com as melhores práticas de transparência, integridade e inovação, sempre focando o fortalecimento da Antaq.

E é com o misto de responsabilidade e humildade que peço o apoio e o voto de todas as Sras. Senadoras e todos os Srs. Senadores, para que eu possa cumprir o mandato para o qual fui indicado pelo Presidente da República.

Estarei à disposição para responder a quaisquer questionamentos, não só hoje, mas também durante o mandato, caso seja aprovado.

Estou confiante de que, juntos, podemos construir uma Antaq mais efetiva, independente, inovadora, em sua atuação por um setor aquaviário eficiente, seguro e sustentável.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Cumprimento o ilustre indicado, Dr. Frederico.

Nós vamos entrar agora na fase de indagações.

Na ordem de inscrição, eu abri mão para V. Exa., até porque V. Exa. é Presidente da Frenlogi e tem todo o direito de ser o primeiro a falar, diante, naturalmente, dos Relatores – sendo que alguns já falaram e outros já deixaram esta Comissão.

Mas eu concedo a palavra ao ilustre e eminente Senador Wellington Fagundes, para fazer essas indagações aqui aos nossos sabatinados.

V. Exa. está com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Bom dia a todos e a todos que nos assistem, mas também aos que aqui estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presentes, aos sabatinados – não vou nominá-los aqui, para não demorar também tanto e porque todos já estão aqui bem registrados.

Sr. Presidente em exercício, meu companheiro, Senador Jayme Campos, está aqui a Senadora Margareth Buzetti, também do Mato Grosso...

Eu quero falar aqui também na condição de Relator do indicado Guilherme Theo, até para registrar também a importância que vejo de estar relatando aqui a indicação de todos.

Cada um aqui tem a sua importância, o que é fundamental, e que bom que vocês entenderam que têm que pedir o voto, né? Foi uma prática de que o Presidente falou aqui.

Olha, muitas vezes, as pessoas nem pedem o voto, né? Agora, para nós sermos eleitos, nós estamos do lado de cá do balcão, nós temos que pedir o voto de forma exaustiva e nos comprometer com o cidadão.

Eu sempre falo que o voto é uma confiança que o eleitor deposita no político, e a melhor forma que nós temos de retribuir essa confiança é o trabalho. E, aí, é onde eu quero aqui registrar o papel de todas as agências, a importância que representam todas as agências, como no seu papel regulatório e, claro, na fiscalização também das concessões.

Aqui eu falo da Antaq inicialmente, porque, principalmente, Renata e Frederico, até pouco tempo atrás, a Antaq só tinha três diretores, e eu fui uma das pessoas que aqui trabalhou e cobrou muito, porque uma agência só com três diretores, na ausência de um, é muito difícil, né? Hoje, felizmente, também a Antaq já tem cinco diretores, Frederico, e, com isso, ela já tem mais condições de poder desempenhar o seu papel.

E eu registro também o papel importante da Antaq para os nossos portos, no Brasil inteiro.

Agora estamos com a lei lá, na Câmara dos Deputados. Vamos ter que rediscutir novamente toda essa questão, e é muito importante o papel de vocês.

E nós queremos contribuir de forma conjunta aqui, e eu falo também como Presidente da Frenlogi, essa necessidade de nós buscarmos as agências, para atender ao cidadão.

Renata, eu tenho perguntas aqui e eu vou deixar aqui, porque, às vezes, para não demorar demais, se vocês puderem responder, vocês, de acordo com as perguntas, vão as colocando, mas eu quero pedir ao Presidente que registre, nos Anais da Comissão, porque aquelas que vocês não tiverem condições de responder agora vocês podem depois mandar por escrito, em especial, Renata, porque o cargo a que você agora está sendo indicada... De um modo geral, as ouvidorias não são reconhecidas publicamente. Ouvidoria fica lá, num canto, e o cidadão não sabe como chegar à ouvidoria.

Esse nome, ouvidoria, não sei se é o melhor nome também, porque distancia, às vezes, o cidadão. Então, é preciso ser feito um trabalho, no sentido de valorização também das ouvidorias, e, no caso, da Antaq.

Não sei qual é o seu planejamento, e eu gostaria que você pudesse explicar que planejamento você tem, para fazer com que a ouvidoria, realmente, tenha um destaque dentro do papel da agência.

Mas tem outras perguntas, que eu deixo aqui – viu, Frederico?

Agora eu vou aqui à Antaq, e o Guilherme... Chegou o nosso Presidente aí. Eu vou respeitar o cumprimento de todos, que aqui têm direito, para eu poder falar um pouco. (*Pausa.*)

Vamos lá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou... Eu tenho algumas perguntas aqui ao Guilherme, mas também eu vou fazê-las de forma livre, aqui, ao Alex, se puder ou quiser responder...

Vamos lá primeiro.

O projeto da Ferrogrão é fundamental para o escoamento da produção agrícola de Mato Grosso – e, claro, do Pará também, mas... Quais são as ações concretas que a ANTT pode adotar e está adotando para acelerar a implementação desse projeto e garantir a sua viabilidade econômica e ambiental?

E, claro, as tratativas que já estão sendo feitas, porque a expectativa com a Ferrogrão é muito grande para a nossa região, e todos nós, do Mato Grosso – e creio que também do Pará –, entendemos também a importância dessa ferrovia.

Que sonho será do Mato Grosso, quando nós tivermos integrado a ferrovia Ferronorte com a Ferrogrão e com a Fico também. Ou seja, Sinop, ali, ser o grande entroncamento e com opções para o produtor poder escoar onde ele entender que pode vender melhor e comprar também de onde for melhor.

Então, para o Brasil, a Fico interliga a Norte-Sul, atravessando o Araguaia, Água Boa, e esse é o primeiro lote, que está em construção, mas também é o projeto para chegar lá a Sinop, àquela região, Lucas do Rio Verde.

A Ferronorte está avançando, de Rondonópolis até agora a BR-070, a obra indo extremamente acelerada.

O Senador Jayme foi um dos lutadores, junto comigo e com outros aqui companheiros, para a gente aprovar o novo marco ferroviário no Brasil e permitir que a gente tivesse ferrovia por autorização, que é lá o caso da extensão de Rondonópolis até o Nortão. Essa ferrovia já vai chegar agora próximo de Primavera, Campo Verde e Dom Aquino, com inauguração prevista dentro de pouco tempo.

Então, é uma realidade, e a gente quer que ela chegue logo lá em Lucas e que a empresa cumpra também o entendimento que fez conosco, aqui no Congresso, no sentido de o ramal chegar a Cuiabá também.

Cuiabá não aceita como ramal? Não interessa. Nós queremos é que chegue em Cuiabá e depois possa ter outro projeto para avançar – não é isso, Senador Jaime? O sonho é de que todas elas se integrem lá no Nortão de Mato Grosso.

Ainda, considerando a importância da integração das ferrovias Centro-Oeste, como a Fico e a Fiol, com a Ferrovia Norte-Sul, quais medidas a ANTT pode tomar para dar maior celeridade a essa integração – nessa explicação que eu fiz?

Mato Grosso enfrenta desafios ambientais relacionados ao transporte de cargas, como a linha de desmatamento e emissão de poluentes. Quais iniciativas a ANTT pode implementar para promover uma logística mais sustentável, incentivando o uso de modais menos poluentes e a adoção de tecnologias verdes no setor de transportes?

Mato Grosso é um dos maiores produtores agrícolas do país e depende muito da logística rodoviária para escoar sua produção. Quais estratégias V. Sas. pretendem adotar para melhorar a infraestrutura rodoviária no estado, reduzindo custos e perdas para o produtor? Porque, infelizmente, chega a um índice de 20%, Senador Marcos Rogério, a perda, exatamente pela questão da infraestrutura, sem falar nos acidentes das nossas rodovias, que ainda são muitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São mais de 40 mil mortes por ano de acidentes de trânsito no Brasil. Isso é uma guerra que temos que enfrentar e para a qual temos que buscar uma solução.

De que forma, então, a ANTT pode apoiar a modernização dos terminais de carga e infraestrutura logística em Mato Grosso, para tornar o escoamento da produção sul-mato-grossense mais rápido e competitivo?

Como V. Sas. avaliam o papel da ANTT em fomentar a multimodalidade de transporte, lá no caso do Mato Grosso, incluindo rodovias, ferrovias e hidrovias, como o Rio Paraguai, para fortalecer a logística estadual e regional? E a Antaq, se quiser também entrar nesse mérito, porque esse é exatamente um trabalho das duas.

Ainda quero aqui fazer um comentário bem rápido sobre a questão do cumprimento da lei dos caminhoneiros, especificamente na questão das concessões, porque nós aprovamos a lei do caminhoneiro aqui, em 2015, com alguns compromissos, principalmente dos pontos de parada.

Hoje, eu falava da questão do número de acidentes, porque, realmente, se não tem onde descansar, com um local adequado para o caminhoneiro, a possibilidade de acidentes também é muito maior.

E, aí, eu quero chamar a atenção de V. Sas., porque mesmo aqueles pontos de atendimento ao usuário que a gente vê nas rodovias são só uma plaquinha, e, às vezes, o cidadão não sabe o direito que ele tem de parar, porque ali é para atender – eu tive a oportunidade de parar –, principalmente no caso do Mato Grosso, da BR-163, mas também em estradas estaduais concessionadas.

O serviço é muito precário.

Ali, para eles darem um cafezinho, a gente tem que pedir, e parece que eles estão fazendo uma obrigação ao oferecer um cafezinho.

Eu não tomo café, mas ter uma água, um banheiro limpo... Porque já se enfrenta esse problema por falta de paradas dos caminhoneiros, mas também do usuário como um todo, que, às vezes, vai a um posto de gasolina e não tem ali o atendimento adequado, principalmente na questão de higiene. Há famílias que estão trafegando ali com os seus filhos, mulheres com seus filhos, e, quando param num ponto de parada, em um ponto de atendimento ao usuário, ele está totalmente sem condições.

Então, a fiscalização e, inclusive, a orientação para o usuário, porque ele tem direito àquilo, eu acho que é um aspecto importante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E quero concluir a questão da BR-364, a concessão da BR-364, de Rondonópolis até a divisa de Goiás e, claro, também do lado de Goiás.

Já conversei isso com o nosso Diretor sabatinado aqui, Guilherme. Eu quero a ratificação de V. Sa. e de V. Sas., porque é colegiado também, porque nós precisamos que haja obras no Mato Grosso, principalmente nos pontos críticos.

Eu fiz a sugestão na audiência pública e, mesmo assim, praticamente quase nada foi incluído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu destaco a saída de Rondonópolis. Nós temos ali uma duplicação, tem uma ponte muito pequena, que é a ponte do Lourencinho e, logo em seguida, uma grande avenida sem nenhuma estrutura.

Devo dizer que eu coloquei o recurso no Orçamento para se fazer a duplicação; foi feita parte dela, e hoje o número de acidente nessa bifurcação ali, nesse afunilamento, na verdade, é muito grande. E claro, eu, como filho de Rondonópolis, sou cobrado a cada acidente que acontece.

Então, eu preciso que a ANTT, logo que for assinado o contrato, faça uma reunião com a concessionária, e eu quero estar presente, para a gente discutir esses pontos críticos.

Também, é claro, a duplicação de Rondonópolis a Pedra Preta, que é o local de mais acidentes em toda a estrada.

Em seguida, tem a Serra da Petrovina, que já foi contemplada com a duplicação – é uma obra grandiosa –, e, depois, o contorno de Alto Araguaia, que é na divisa de Mato Grosso com Goiás. Também está previsto, mas o problema é este: quando as obras poderão começar?

É claro que a melhoria da terceira faixa, da sinalização e da própria pista é fundamental, mas temos um problema: quando a gente melhora muito a pista, quando é simples, a possibilidade de acidentes frontais – porque temos muitas carretas lá – é muito maior. Então, talvez – eu não sei como é a previsão, e quero discutir –, como a questão tecnológica está prevista para essa rodovia. E hoje estão aí todos os sistemas novos, *free flow* e outras tantas.

Eu quero, talvez, Presidente, pedir até uma audiência pública aqui, para a gente discutir especificamente a concessão da BR-364, principalmente no trecho de Rondonópolis, mas vamos fazer do trecho como um todo. As tecnologias que podem, inclusive, ser implementadas, talvez a curto prazo, exatamente para evitar esse número de acidentes, que hoje, inclusive, é uma preocupação para todos nós.

Então, eu vou deixar a pergunta por escrito aqui, aquelas que forem possíveis de serem respondidas.

Compreendo aqui o espaço que a gente tem, não quero delongar demais. Eu quero que vocês, daqui a pouco, possam curtir também, dar o abraço aqui do momento feliz que, claro, vocês estão vivendo, porque, afinal de contas, é uma honra e uma responsabilidade muito grande.

Ontem nós tivemos aqui a indicação de um diretor de uma agência, o Pietro, que foi um momento muito emocionante para todos nós. Um servidor de carreira, que se emocionou, chorou muito aqui, lá no Plenário chorou também, e não chorou porque ele é um jovem. Não. Ele chorou pela responsabilidade e por tudo que ele viveu aqui neste momento.

Às vezes falam: "Ah, mas uma sabatina é homologatória". Não. Aqui é um momento solene em que todos nós estamos.

É claro, a Casa, ontem... Quantas foram, Presidente? Quase 30, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quase 30 nomes, 24 nomes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Foram 24! E, aí, o Presidente Davi teve...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só da Comissão de Infraestrutura foram nove.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Só da Comissão de Infraestrutura.

E, olha, é importante dizer quanto estava represado, inclusive a ANTT, porque o diretor estava interino, não é? E essa interinidade, às vezes, causa uma instabilidade para tomada da decisão.

Então, nós queremos aqui antecipadamente parabenizar todos vocês e pedir mais um detalhe.

Normalmente, quando o sabatinado vem aqui, ele faz todos os compromissos de simpatia e de atendimento. Depois que vai para lá, para a agência, em algumas delas principalmente – e eu cobrei muito isso ontem da Anvisa e outras –, parece que eles têm que se fechar com medo da sociedade, com medo de que um Parlamentar vá lá discutir qualquer assunto. Não! A agência é um instrumento do Estado. Como V. Sa. colocou, Dr. Alex, ela tem que ser um projeto de Estado, e não de governo. Por isso, o mandato de vocês aqui é muito claro, é um mandato de cinco anos, que vai perpassar governo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, não pode estar vinculado a esse ou àquele governo.

Eu agradeço aqui, Senador Marcos Rogério, e agradeço a presença de V. Exa. no nosso café da manhã da Frenlogi.

E, claro, registro agora também que está tendo a presença do Ministro dos Transportes na CNT.

A CNT é uma grande parceira, e eu faço questão de registrar, até porque também o Guilherme tem um vínculo, trabalhou na CNT, e a presença dele aqui para a ANTT também tem muito a ver com a sua experiência na CNT.

E a CNT é uma grande parceira hoje da Frenlogi e do Ministério dos Transportes, através de décadas de pesquisas, que vêm ajudando governos. Não é este ou aquele governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Líder Wellington Fagundes.

Foi uma honra passar hoje o café da manhã lá na Frenlogi. Foi um café generoso e prestigiado. Fui lá abraçar os amigos do Wellington Fagundes e fui muito bem recebido. Muito obrigado a V. Exa.

Transmita minha saudação também ao Presidente Vander, a todo o time lá da CNT, que tem o trabalho por todos nós reconhecido.

Na sequência, pela ordem de inscrição, grande Senador pelo Estado do Mato Grosso, Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, querido amigo Marcos Rogério. Os senhores sabatinados aqui, Alex, Guilherme, amigo nosso aí, a Renata e o Frederico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Presidente, me permita fazer uma ponderação. Ele disse aqui que iria falar pouco. Você imagine... (*Risos.*)

Você imagine se ele fosse falar bastante, não é?

Falou 49 minutos. Eu marquei aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas eu falei aqui na condição também de Relator. São dois tempos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Aqui nós temos dez minutos, mas você foi extremamente relevante com o nosso Relator, querido e estimado amigo Wellington.

Mas é isso mesmo.

Querida amiga Margareth; Jaime Bagattoli, poeta, grande homem público do Mato Grosso, sobretudo que trabalha muito à frente da logística em todo o Brasil, como Presidente da Frenlogi.

Enfim, serei breve, até porque algumas observações, colocações e indagações que eu gostaria de fazer o Senador Wellington já fez. Todavia, eu tenho dito, por várias vezes, sobre o papel preponderante que cabe às agências reguladoras do Brasil.

Infelizmente, muitas vezes se envolvem muito em indicações políticas de pessoas não preparadas – é bom que se esclareça aqui –, não preparadas para exercer o cargo de diretor da agência e, de fato, eles não cumprem com aquilo que é a sua finalidade, de ser uma agência reguladora.

Mas aqui eu quero fazer não um elogio, mas cumprimentar o Guilherme, porque já o conheço, que já estava na ANTT, inclusive já respondendo lá pela direção daquela agência. E cumprimento toda a diretoria, mesmo da passada ali, pelo trabalho que tem feito pelo Brasil, mas sobretudo pelo Mato Grosso, e sobretudo de forma aberta, através de diálogo, na medida em que eu fui Relator do *free flow*, que era um projeto que veio da Câmara, da lavra do ilustre e eminente Senador Esperidião Amin, e após isso, por incrível que pareça, coincidentemente, ele estava como Senador, e eu fui indicado para ser Relator do *free flow.*

É um projeto maravilhoso, um projeto que tem tudo para dar certo no Brasil, sobretudo para fazer justiça, porque no Brasil, lamentavelmente, não se cobrava... Cobravam apenas de passagem de pedágio. Hoje não: você vai pagar por quilômetro rodado – não é isso? E, com certeza, estão praticando um preço que é suportável no bolso, cabe no bolso de cada brasileiro que trafega nas nossas rodovias, que já tem esse equipamento tecnológico que vai dar a segurança, mas acima de tudo, o pagamento justo por aquele que trafegou nessa rodovia.

Entretanto, o nosso querido e estimado Senador Wellington fez algumas indagações aqui, falou em relação à Ferronorte...

Quero registrar também a presença do meu conterrâneo, Deputado Federal Coronel Assis, que também representa muito bem o povo do Mato Grosso na nossa Câmara.

Seja bem-vindo a esta Comissão, Coronel, Deputado Assis. É um amigo e meu irmão camarada.

Feito isso aí, o Wellington discorreu em relação à questão de logística do Mato Grosso, em relação, particularmente, à questão do transporte, não só rodoviário, em relação à questão da 364, da 163, da questão da Ferrogrão, da questão da Ferronorte, da questão da Fiol...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também há uma coisa muito importante aqui, para a qual eu chamo a atenção não só do Frederico, mas sobretudo da ANTT: a questão das nossas hidrovias do Mato Grosso.

O Mato Grosso tem um potencial fantástico, não é isso? É o Rio Juruena, é o Rio Tapajós lá, é o próprio Araguaia-Tocantins, o Rio Paraguai. E, lamentavelmente, desses projetos, nenhum avançou. Eu imagino que, com poucos recursos, nós poderíamos melhorar, fazer esse transporte intermodal, barateando o custo da produção.

Mato Grosso, hoje, é campeão na produção nacional, não é? Se nós fôssemos um país, nós seríamos, outra vez, o terceiro maior produtor do planeta, vamos esclarecer isso aqui. Algo parecido com quase 140 milhões de toneladas nós produzimos lá, em termos de alimentos.

Feito isso, eu tenho a certeza absoluta de que a ANTT, liderada e capitaneada por V. Exa., Dr. Guilherme, vai fazer um trabalho exitoso.

Sobretudo, Senador Wellington, eu indagava ao Dr. Guilherme em relação à possibilidade da duplicação da BR-163, que demanda Sinop até a divisa do Pará, acima do Município de Guarantã. Ela será um prosseguimento da BR-163, que corta tanto o Mato Grosso do Sul, demandando também para o Estado do Mato Grosso.

A obra está em estado bastante avançado. Foi uma luta grande, gigante, e, graças a Deus, hoje, através da solução do Governo do Estado do Mato Grosso em relação a essa obra, ela está em fase bastante adiantada, diminuindo sobremaneira o número de acidentes.

Ali chamavam – ou chamam até hoje – de estrada da morte. Na semana passada mesmo, ali teve um acidente – vocês viram, talvez, pela imprensa aí – em que 11 pessoas foram a óbito e mais de 24, 25 pessoas estão internadas em estado precário, diante ainda da não conclusão da obra.

De qualquer forma, eu aposto que essa obra, se Deus quiser, até o ano que vem, estará concluída.

Mas eu quero dirigir apenas aqui, Presidente, com a devida vênia, respeito e permissão, uma pergunta ao Frederico, para ser rápido.

Dr. Frederico, dados da Conab indicam que Mato Grosso é responsável por cerca de um terço de toda a produção de grãos do Brasil, cabendo destaque para as quase 40 milhões de toneladas de soja produzida. Entretanto, o nosso estado está muito longe dos portos de exportação. Assim, a navegação interior representa uma alternativa vital para o escoamento, especialmente nas bacias de Tapajós, Teles Pires e do Rio Paraguai.

Eu indago: como V. Sa. pretende priorizar o desenvolvimento dessas hidrovias, garantindo que as tarifas de navegação e as regras de transporte sejam competitivas, transparentes e capazes de atrair mais investimentos privados para o setor, reduzindo assim a dependência do transporte rodoviário, que hoje escoa a maior parte da produção do estado?

E vou prosseguir mais aqui. Vou dar um dado para o senhor aqui.

Mato Grosso construiu várias usinas hidrelétricas no leito destes rios: no Juruena, no Teles Pires, etc. O que ocorreu? Eu, já no meu primeiro mandato como Senador, sempre briguei por isso aqui. Quando se dá a concessão, toda a parte legal, juridicamente falando, desde a questão ambiental, o governo tem a obrigação de exigir que façamos as eclusas. São rios praticamente que têm toda a capacidade de navegabilidade, de escoar nossa produção com custo menor e menos poluição, e não foi feito. Hoje estamos lá, com aquele potencial hidráulico fantástico, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem condições. Eu acho que nós tínhamos que mudar a regra. Essa política é de Estado, não é do governo que está de plantão.

Feito isso aí, eu indago para o senhor, diante dessas perguntas que eu fiz: o que nós podemos fazer para melhorar esse ambiente em relação à logística do nosso estado?

Eu quero falar aqui com o Guilherme, em relação à BR-163, que V. Exa. conhece. Estivemos lá até poucos dias atrás, no lançamento de mais um trecho da duplicação, que demanda o Trevo do Lagarto até a cidade de Jangada, que é um lote – o segundo lote é de Jangada até Rosário Oeste –, concluindo até a cidade de Sinop, todas as obras licitadas e já com ordem de serviço aqui.

A BR-163 é, com certeza, uma rodovia crucial para o agronegócio, escoando significativamente a nossa produção até os portos do Arco Norte. No entanto, a concessão tem apresentado desafio.

V. Sa., como Diretor-Geral, pretende intensificar a fiscalização da ANTT sobre as concessionárias de rodovias, garantindo que os contratos sejam cumpridos em relação à manutenção da duplicação, à segurança, e que as tarifas de pedágio não comprometam a competitividade dos produtos mato-grossenses no mercado internacional?

Até pela distância, viu, Marcos Rogério? V. Exa. conhece bem o nosso estado também.

Em síntese, nós temos que ter uma fiscalização da ANTT. Eu não sei se é falta de gente, se tem... A ANTT faz sua parte lá, mas muitas vezes não tem a estrutura.

Quanto à questão orçamentária, eu estou vendo muitas agências aí com muita dificuldade. Além do que já houve aí um contingenciamento e baixaram os valores que estavam previstos inicialmente. Eu vejo que em algumas, se brincar, não tem nem café nem copo de água para beber, diante da pobreza que estão vivenciando. É um dos graves problemas que temos hoje nas nossas agências reguladoras.

Alex, você é um homem experiente também.

A frota de caminhões que transporta a produção agrícola enfrenta uma crise de desafios, incluindo a falta de pontos de parada, a insegurança e as condições precárias de muitas estradas. Quais serão as prioridades da ANTT para aprimorar a regulamentação do transporte rodoviário de cargas, assegurando que as políticas das agências contribuam para a redução dos custos operacionais e para a melhoria das condições de trabalho dos suprimentos do agronegócio dos nossos estados? Essa é uma indagação curta, rápida e rasteira, para concluir.

Conte com o Senador Jayme Campos. Já votei.

Sou membro desta Comissão já há 15 anos – viu, Marcos? Estou fazendo desde o meu primeiro mandato, segundo, né? E aqui, desde o primeiro dia em que cheguei como Senador, estou nesta Comissão. Passei a ter quase uma cadeira cativa aqui. Até eu gosto de estar aqui, porque tem, com certeza, interesses que atendem a toda a sociedade brasileira.

Dessa forma, desejo boa sorte, sucesso.

Estamos juntos, a partir das 17h, para votar.

Já vou encaminhar V. Exa. – pedimos aqui –, após a conclusão da votação, regime de urgência urgentíssima, para encaminhar os nomes dos indicados para o Plenário da Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Jayme Campos, e será feito, conforme sugere V. Exa., o encaminhamento ao Plenário com regime de urgência.

Eu, antes de assegurar a palavra ao Senador Jayme Campos e, na sequência, à Senadora Margareth Buzetti, eu queria só registrar ao Plenário que já se encontram conosco os indicados para as sabatinas que seriam na parte da tarde, e que, em razão de a gente estar conseguindo adiantar um pouquinho esse processo sabatinatório, a gente já faz na sequência e, com isso, a gente consegue encaminhar ao Plenário, para a votação na parte da tarde, também aqueles que serão na sequência sabatinados.

Então, já estão conosco aqui o Dr. Alessandro Facure, a Dra. Lorena Pozzo, são dois indicados da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN).

Também da ANSN, Ailton Fernando Dias; e da ANM, José Fernando de Mendonça Gomes Júnior.

Todos já presentes na Comissão, e, na sequência, a gente já faz o chamamento, para iniciar a sabatina desses indicados.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu vou me deslocar e volto daqui a pouco. Vou votar também, como membro titular da CAS agora, a indicação da ANS.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Aí volto para mais uma votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Na sequência, o nosso grande Senador, pelo Estado de Rondônia, Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Marcos Rogério, Presidente aqui da Comissão de Infraestrutura.

Quero cumprimentar aqui os que vão ser sabatinados, o Guilherme, da ANTT; o Alex, também da ANTT; a Renata Sousa, da Antaq, e o Frederico Carvalho, da Antaq.

Primeiramente, eu quero dizer para vocês que... Vocês sabem que, no Brasil, hoje, o maior gargalo que nós temos é a questão de infraestrutura, tanto de hidrovia, ferrovia, rodovia, problema da aviação, da aeronáutica... Tudo que nós temos hoje está no gargalo.

Da aviação brasileira nós nem vamos falar, porque vai entrar num colapso. Do jeito que eu vejo essas empresas aí, está muito difícil hoje. Não sei o que vai acontecer com três empresas só nos próximos meses já – não sei.

Mas vamos falar de rodovia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guilherme, nós temos, lá em Rondônia, cruzando, saindo do noroeste do Mato Grosso, indo para Rondônia, Acre, ligando a 319, nós temos a BR 364, a 174, a 319, a 429 e a 435. O principal eixo, a espinha dorsal foi privatizada. E digo para vocês: o grito de guerra vai vir na hora em que entrar o pedágio. Cinquenta por cento do que um caminhão gasta de óleo diesel ele vai gastar de pedágio. Vai ser um grito só. E digo mais: vai inviabilizar a produção do Norte do Brasil – vai inviabilizar. Quem mais está sofrendo com isso é o Acre.

Então, eu quero falar aqui para os dois que estão sendo sabatinados da Antaq, Renata Sousa e Frederico: nós temos a situação da Hidrovia do Madeira. Para que privatizar a Hidrovia do Madeira? Nós precisamos juntar a bancada do Norte, de Rondônia, do Acre, do Amazonas. Ninguém quer a privatização do Rio Madeira – ninguém quer a privatização.

Nós sabemos que o rio é navegável por dez meses, sempre foi. Este ano é um ano atípico e vai ser mais.

E outra coisa: todos os portos que estão lá são da iniciativa privada, já todos são. É Bunge, é Amaggi, é Cargill, ADM... Todos os portos que nós temos lá são da iniciativa privada, inclusive os de combustível.

Mas o que me deixa mais indignado nisso tudo – eu, na condição de Senador – é saber que a gente paga mais 25%, 27% de imposto em cima da privatização. Isso é que tem que ser discutido, isso tem que ser discutido.

O Governo, a União, os estados, eles saem do ônus da rodovia, da ferrovia, da hidrovia, e ainda querem cobrar impostos em cima.

Para que vai servir este Senado? Para que vai servir? Vão cobrar ainda mais imposto para manter a máquina pública, porque esse custo está indo na produção.

Quando o Senador Jayme Campos falou sobre verificação de tarifas, isso aí vai lá ao custo final.

Eu tenho o cálculo: só na soja, para Mato Grosso mandar soja para Porto Velho, R$2,50 por saca – isso quem vai pagar é o produtor rural, vai sair tudo do produtor rural.

Nós não podemos aceitar a privatização da hidrovia, porque, do jeito...

Não, eu não sou contra a privatização, mas a forma como foi feita a privatização da BR-364 foi vergonhosa para nós, que somos uma bancada com oito Deputados Federais e três Senadores de Rondônia, mais os oito Deputados e os três Senadores do Acre, e do Amazonas também, porque o custo vai para eles também.

Então, eu quero dizer para vocês: nós não podemos ser contrários à privatização, mas nós estamos privatizando tudo no Brasil. Tudo está sendo privatizado. Só que isso – eu quero que a população entenda – é mais um custo que está sendo pago. É a mesma coisa que se aumentar mais um imposto, porque, se a União diminuísse a carga tributária, os estados diminuíssem, os municípios diminuíssem, estaria tudo certo. Agora, além de privatizar, além de fazer tudo isso, ainda se cobra imposto em cima disso?

Outra coisa que eu quero falar para a ANTT: 28 mil quilômetros de ferrovia... Eu venho ouvindo falar, faz 40 anos, que nós temos 28 mil quilômetros, e não sai disso. A única ferrovia que realmente funcionou é de Rondonópolis a Santos, que é da iniciativa privada.

Outra coisa, Senador Zequinha Marinho: por que entrou no gargalo o transporte rodoviário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho os estudos, mandei levantar, fui ver custo para exportar, inclusive, pela ferrovia de Rondonópolis. Hoje, a diferença de embarque na ferrovia para embarque na rodovia é só de 10%.

Ora, nós temos cinco módulos de transporte no mundo – cinco. Não adianta reinventar a roda. Qual o mais barato? Marítimo, hidroviário, ferroviário, rodoviário e aeroviário, que é o mais caro. Agora, como que só dá 10% a diferença de uma ferrovia para uma rodovia? Não existe isso.

Então, para vocês que estão sendo sabatinados – falou aqui o Jayme Campos, falou aqui o Senador Wellington Fagundes... A gente quer ter acesso a vocês. Nós queremos entender que vocês vão nos atender. Nós queremos que essas discussões sejam discutidas.

Nós podemos fazer melhorias na infraestrutura, mas tudo que estiver indo para a privatização tem que ir com muita cautela, com muito estudo, sem que onere os custos. Por quê? Porque, da forma como está ficando, na hora em que entrar a ferrovia... Eu vou dizer que a nossa rodovia e a nossa Hidrovia do Rio Madeira poderão ser inviabilizadas, na hora em que tiver a Ferrogrão interligada, porque o produtor rural, o empresário ou a indústria vão fazer o cálculo de qual transporte é mais viável. E a nossa rodovia, a BR-364... Se privatizar a hidrovia, vai inviabilizar a exportação, principalmente, pela nossa Região Norte, pelo porto de Porto Velho.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli, pela sua exposição.

Na sequência, a Senadora Margareth Buzetti.

V. Exa., que é uma grande representante do Mato Grosso, tem a fala e nos honra com a sua presença.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (S/Partido - MT. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Meus colegas já fizeram quase todas as perguntas que eu teria para fazer, e o Jaime Bagattoli completou.

O que eu quero dizer a vocês é: o Brasil gasta muito, e gasta mal, infelizmente. Essa é a nossa realidade em todos os lugares. Então, vocês têm uma enorme responsabilidade. É só isso que eu tenho a dizer a vocês. A responsabilidade é imensa.

Guilherme, você é uma pessoa amiga a que a gente tem acesso, que está sempre no Mato Grosso. Nós torcemos muito para que você consiga melhorar essa logística, não do Mato Grosso, do Brasil, porque é o Brasil que está em jogo. A logística do Brasil está em jogo.

Ouvimos agora o Jaime Bagattoli falando de Rondônia. Eu estive numa audiência pública lá em Rondônia.

Alex, você esteve comigo no meu gabinete. Agora, a responsabilidade vai estar com vocês. Estaremos votando hoje à tarde.

Renata, fui sua Relatora.

Ela ficou assustada, porque o meu relatório chegou num dia para mim, eu protocolei no outro dia e pronto, vamos embora, vamos fazer a Comissão andar. É assim que tem que ser, e eu espero que você dê ouvidos a essa ouvidoria, para que todos tenham acesso a você.

Frederico, os portos... Aqui estão duas agências muito importantes: a logística rodoviária e a aquaviária. São de suma importância, pois os nossos portos estão ficando paralisados. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rodovia, para chegar ao Pará, para chegar a Miritituba, é desastrosa, porque fica aquela fila imensa de caminhões, porque o porto não tem acesso. Então, é isso que nós precisamos melhorar. Não adianta nós ficarmos repetindo a pergunta aqui.

É isso: a responsabilidade de vocês é enorme, e eu espero que a agência tenha muito sucesso, as agências tenham muito sucesso, e eu confio em vocês.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senadora Margareth Buzetti, que tem que ir lá à CCJ. Nós estamos com essas duas reuniões importantes acontecendo. Mas sua presença aqui enriquece o debate com os nossos diretores.

Muito obrigado.

Na sequência, a próxima pauta nós já vamos estartar em alguns minutos.

Senador Zequinha Marinho, nosso grande representante do Pará, também tem a palavra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – ... ponderações, em função das questões estratégicas das agências, né? Muito importante.

Os senhores são muito jovens. Só tenho aqui um colega – não é? –, mas os demais são bem jovens, e a gente espera da juventude muita inteligência, muita competência e muita visão também. Não é porque a pessoa é jovem que não tem a amplitude da visão de que se precisa para tocar um cargo público estratégico, porque está membro de um colegiado de uma agência.

Eu não quero ser repetitivo aqui quanto à Senadora Margareth, mas só pedir para os senhores cabeça aberta, disposição e humildade.

O que é humildade? Na idade minha e do Alex, às vezes o cara diz assim: "Não vou, faz de conta que eu sei". Não. Eu sou adepto daquele programa do Silvio Santos, no passado, que dizia: "Responde ou pergunta para os universitários?".

A gente não tem que ter dificuldades em estudar, em buscar o modelo que deu certo, em pesquisar isso. O que é ruim mesmo é a gente fazer besteira defendendo uma coisa arcaica, antiga, um modelo que não funcionou. Isso é que é ruim, isso que é feio. Mas ter sempre a humildade para buscar...

Já pensou: um país deste tamanho, de que nós deveríamos ter resolvidos mil e um problemas de logística hoje? Não. Estamos aí com tudo para fazer ainda. Significa que nós abandonamos muitos modelos ou muitos modais. Ferrovia, por exemplo; largamos ferrovia de mão e priorizamos a rodovia, e hoje a gente chegou a um ponto...

Ela acabou de falar aqui da Ferrogrão, por exemplo, a dificuldade do acesso no modal rodoviário.

Eu estive lá, gente, fiquei aterrorizado com aquilo. Aquilo não é outra coisa não; é falta de se pensar num país dessa dimensão e das consequências que tinha isso.

O meu estado é claro que não tem tradição rodoviária boa, nossas estradas lá nos envergonham. A gente tem, claro, que melhorar isso. Nós temos uma Ferrogrão emperrada, enrolada, que pode ajudar a acabar com metade daqueles caminhões ali. Não acaba com tudo, mas tira de 50% a 60%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, a moda é pensar em um modal que emita menos CO_2, que seja sustentável. Como é que eu priorizo rodovia que não emite CO_2 com um caminhão emendado no outro? Tu tens mil e tantos quilômetros de estrada, um caminhão atrás do outro o tempo todo, matando gente, tombando... Não é? Mão na consciência!

A gente conta com os senhores com muita inteligência, com muita vontade de acertar, com muita capacidade de pesquisar.

Não é feio a gente modelar; modelar aqui não é plagiar, é aquele negócio que a gente viu ali, aprendeu. Adequa-se à nossa realidade. Não precisa fazer a roda de novo. Está pronta. É só melhorar o desempenho da roda e adaptá-la à nossa realidade.

Então, que Deus os abençoe vocês todos. Nós contamos com os senhores desburocratizando, descomplicando, fazendo uma agência moderna, avançada e capaz de contribuir com este país, que precisa tanto, mas tanto, melhorar e desenvolver a sua logística.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Zequinha.

Na sequência, o Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para interpelar.) – Meu Presidente Marco Rogério, primeiro eu quero agradecer a V. Exa., porque, lamentavelmente, eu não pude estar presente no dia de ontem, por razões de saúde. Expliquei a V. Exa., que, atenciosamente, generosamente, conduziu os trabalhos da melhor forma possível. Eu quero aqui cumprimentá-lo e agradecer-lhe pelo carinho e pela atenção.

Com relação à sabatina do dia de hoje, V. Exa. foi muito feliz na divisão por temas na sabatina e colocando o tema aquaviário e o tema do transporte junto com o tema aquaviário.

Ainda há pouco, o Senador Zequinha falava das estradas do Pará. O que dizer das estradas do Amazonas, Senador Marcos Rogério? (*Risos.*) Olhe, Zequinha, você não imagina a inveja que nós temos da qualidade das estradas do Pará comparadas com a das estradas do Amazonas, porque, confessando aqui aos senhores e às senhoras que nos acompanham pela televisão, dá pena para o meu estado ver a situação da BR-319, em que pese ela ter melhorado muito, mas nós saímos do purgatório para o inferno, não chegamos nem próximos ao paraíso – nem próximos ao paraíso!

Eu quero dizer que endosso as palavras do Senador Zequinha, esperando que a ANTT, sob a administração do Guilherme, do Alex e dos novos diretores que lá estão, possa ser mais ágil, principalmente na repactuação dos contratos de concessão, porque a repactuação dos contratos da concessão, na minha opinião, é uma das piores heranças que o governo atual recebeu do governo passado. Muito se propagou, muito... Vendeu-se o *marketing* em torno das concessões privadas do governo passado, mas as repactuações emperraram as concessões. O que adianta ter uma concessão, se essa concessão não faz um centavo de investimento na estrada privada? Adianta nada! O que adianta é quando nós temos concessões eficientes, concessões que sejam efetivas para beneficiar o usuário que paga pedágio e que paga, portanto, por essa concessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero até louvar o Ministro Renan Filho, que fez um trabalho junto ao Tribunal de Contas da União que acabou desatando esse nó, e o Dr. Frederico, que é originário do Tribunal de Contas da União, sabe do que eu estou falando.

Essa solução engenhosa que foi encontrada pelo Tribunal de Contas da União com o Ministério dos Transportes está agora à disposição da ANTT e à disposição da Infra, que é a parte do Ministério dos Transportes que trata exatamente dessas repactuações junto com a ANTT.

Portanto, o que nós esperamos é que tenhamos uma ANTT ágil, uma ANTT equânime, que trate pequenos, médios e grandes sob o olhar da mesma régua, para que nós possamos avançar.

Mas eu queria me dedicar um pouco à Antaq, porque, se nós não temos estradas rodoviárias na nossa região, o que nos resta são as hidrovias, o que nos resta são os portos. Agora, quando nós não temos nem porto, nem rodovia, aí, meu amigo, nós estamos para lá do purgatório! Eu não sei nem como classificar!

E, lamentavelmente, na nossa região, a realidade é triste com relação ainda à questão aquaviária. Nós temos várias pendências com a Antaq.

Uma delas é a travessia que interliga a cidade de Manaus à cidade do Careiro da Várzea, que é o primeiro desafio da BR-319. Se não bastasse a gente sofrer nos quase 500km que não têm asfalto na BR-319, quando a gente chega a Careiro da Várzea, para atravessar para Manaus, nós temos que enfrentar uma travessia, que é responsabilidade da Antaq, que possui balsas ultrapassadas, velhas, malcuidadas, malconservadas, em que as empresas se negam a investir em novas balsas, porque dizem que não têm segurança no contrato de concessão, porque não há um contrato de concessão, há uma licitação por tempo curto, por tempo determinado, que não viabiliza o *payback*, que não viabiliza isso, que não viabiliza aquilo...

Portanto, nós temos vários problemas no nosso estado.

O porto que foi tomado do estado por uma terceirização, que foi questionada na Justiça durante anos – e a Antaq se sentou em cima desse processo durante mais de 20 anos –, foi devolvido para o estado, e o estado terceirizou com a mesma empresa, ou seja, o porto do Rodway, que foi construído lá atrás, em 1896, pelos ingleses, até afundar afundou por falta de manutenção, por falta de cuidado, por falta de atenção, com absoluto desleixo. Enfim...

Dito isso, eu quero dizer que eu endosso também as palavras do Senador Zequinha, na nossa esperança de poder ver, em jovens superbem preparados... O currículo de V. Exas. mostra que V. Exas... V. Sas., melhor dito, têm um currículo, têm uma experiência, seja na área de regulação, seja na área de fiscalização, e agora vocês vão poder aplicar todo esse conhecimento a serviço do usuário.

E eu espero, sinceramente – já votei favoravelmente a todos os senhores e a senhora –, na esperança de que nós possamos ter, a partir de agora, uma Antaq mais dinâmica, mais atenta em dar respostas às questões da nossa região.

Existem recursos destinados para a questão da dragagem do Rio Madeira. Esses recursos estão disponíveis para que a Antaq possa fazê-la. Inclusive, quando da privatização da Eletrobras, nós colocamos os recursos lá. V. Exa. e eu fomos os autores, eu fui o Relator, inclusive, no Senado, acatei a emenda de V. Exa., e temos lá um volume de recursos consideráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, inventaram uma tal de privatização de hidrovia para o Rio Madeira, uma coisa absolutamente descabível, porque a contrapartida que dariam era zero e queriam cobrar pedágio sobre as cargas, que já são caras, tanto para Rondônia quanto para o Amazonas.

Portanto, eu tenho muitas esperanças e espero, sinceramente, que V. Sas., na Antaq, possam ter um olhar destacado, porque não é apenas a navegação de longo curso, não são apenas os portos dos estados mais ricos do Brasil. Estes são servidos por ferrovias, bem ou mal; são servidos por rodovias, bem ou mal; e são servidos por portos marítimos, bem ou mal.

Na nossa região – do Zequinha, minha e do Marcos –, nós não temos nada disso. A nossa hidrovia é, muitas vezes, a diferença entre o isolamento e a interligação. Mas sem portos, sem condições de navegação, sem navegabilidade, isso é impossível, não é?

Portanto, as nossas esperanças estão depositadas na mão de V. Sas.

Eu gostaria apenas de chamar a atenção para uma outra coisa, para a Antaq.

A Hidrovia do Madeira, por exemplo, a Antaq e a Capitania dos Portos acabaram liberando modais de comboios muito grandes, colocando até 30 balsas de 2 mil toneladas. V. Sas. têm ideia do que é um comboio de 30 balsas de 2 mil toneladas descendo o Rio Madeira, à correnteza de 10kn/h? V. Sas. não têm ideia.

Os rebocadores ou os empurradores de mais de 5 mil HP de potência não são capazes de direcionar e manobrar esses comboios, que estão carregados de grãos de soja, grãos de milho, de materiais dos mais diversos, e são muito pesados. Nós estamos falando de 30 vezes 2 mil toneladas. São 60 mil toneladas vezes 10kn/h de velocidade.

O que é que aconteceu? Só no primeiro semestre deste ano, houve três acidentes. Um em Humaitá, que destruiu um porto que acabava de ter sido recuperado; outro em Borba, que destruiu um porto que tinha acabado de ser recuperado, porto público federal; e um terceiro – que acabou com um porto flutuante de um pequeno empresário –, que matou três pessoas. Isso tudo porque aumentaram os comboios, que eram de 20, para 30 balsas – de 2 mil toneladas.

Não tem dirigibilidade. Não tem empurrador ou rebocador que consiga manobrar com tamanho peso e com tamanha velocidade.

Portanto, é preciso ter mais fiscalização, é preciso redimensionar isso, para que nós tenhamos segurança na Hidrovia do Madeira e na Hidrovia do Rio Amazonas, onde está acontecendo a mesma coisa, a ganância em querer ganhar mais dinheiro, economizar, mas nós não temos como garantir a segurança.

Não querendo mais tomar o tempo, é apenas fazer essas colocações, agradecendo ao nosso Presidente, Marcos Rogério, e desejando muita sorte, competência e eficiência na gestão de V. Sas.

Muito obrigado, Presidente Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga, que traz, além de ponderações sobre a situação da infraestrutura na nossa Região Amazônica e, especialmente, no Amazonas, o que, por conseguinte, afeta o Estado de Rondônia, também traz aspectos relevantes de observação sobre a nossa Hidrovia do Madeira, e eu subscrevo todas as observações do Líder Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou assegurar a palavra aos nossos convidados, nossos indicados, na sequência inversa à primeira rodada de falas, ficando por último o Dr. Guilherme Theo, ouvindo o Dr. Frederico; na sequência, a Dra. Renata; depois, o Dr. Alex e, por fim, o Guilherme.

Mas, antes, eu queria... Cadê a convidada? Por favor...

Traga-a de volta ao lugar em que ela estava, por gentileza. (*Pausa.*)

Eu pedi que ela permanecesse aqui, para apresentar.

Eu queria registrar a presença, conosco, aqui na Comissão de Infraestrutura, da nossa Jovem Senadora da Edição 2025, Líder Wellington Fagundes, que é lá do meu Estado de Rondônia. Foi vencedora do concurso de redação e está aqui.

Laury Angelina Luiz Ferreira Xavier de Oliveira, do Colégio Tiradentes, da Polícia Militar de Ji-Paraná, minha cidade lá do Estado de Rondônia.

Seja muito bem-vinda e parabéns pela redação que retratou parcela daquilo que produziu Rachel de Queiroz, que é lá do Nordeste brasileiro, do Estado do Ceará, que teve uma história muito conectada com a região de Quixadá.

A Pedra da Galinha Choca, em que ela tinha uma fazenda próxima, foi fonte de inspiração, e você adotou uma das obras dela, que trata da questão climática, com muita profundidade, feito que deu a esta jovem estudante de uma escola pública da minha cidade o destaque de ser vencedora desse concurso e estar aqui, hoje, no Programa Jovem Senador do Senado Federal.

Então, a você a minha saudação e meus parabéns! Merece os nossos aplausos. (*Palmas.*)

Eu vou pedir ao Senador Wellington Fagundes para assumir a cadeira da Presidência, só para eu fazer uma saudação a ela na Secretaria da Comissão, enquanto os nossos convidados vão fazendo aqui as suas exposições e respondendo aos questionamentos feitos pelos Senadores.

Com a palavra, o Dr. Frederico Carvalho.

O SR. FREDERICO CARVALHO DIAS (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

O Ministro Renan e Senador Renan Filho esteve aqui... Eu estava assistindo a ele aqui na Comissão de Infraestrutura, quando ele disse que treino é treino e jogo é jogo e que estar aqui é jogar o jogo. Aqui é para valer. Então, acaba sendo uma oportunidade para a gente estar aqui e falar para os senhores.

Eu agradeço a oportunidade dos questionamentos que foram colocados pelos Senadores Wellington Fagundes, Jayme Campos, Jaime Bagattoli, Margareth Buzetti, Zequinha Marinho e Eduardo Braga, que, inclusive, foi meu Relator, a quem muito agradeço.

Senador Wellington – começando pelas colocações do senhor –, o senhor é um aliado da infraestrutura, das agências, sem dúvida nenhuma, não é? A sua atuação é de há muito tempo na Frenlogi, então, suas preocupações são sempre pertinentes, e, claro, a gente acompanhou essa alteração em 2002.

Sem dúvida nenhuma, para a Antaq foi fundamental a ampliação de três para cinco diretores, não é? Era a única agência de infraestrutura que trabalhava sem os cinco diretores, e, realmente, foi fundamental. O colegiado mais diverso, o colegiado completo tem sido fundamental para a Antaq, e, de certa forma, o reflexo dos resultados que a Antaq vem apresentando também pode ser atribuído a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tratou um pouco da questão da ouvidoria, sobre a qual eu acho que a Renata vai falar um pouco, mas acho que a ouvidoria acaba sendo a porta da agência para o que está acontecendo no mundo externo, além do Parlamento, é claro.

Esse contato com os senhores é fundamental, mas a ouvidoria recolhe dados não só diretamente da população e trabalha com essas informações pontualmente e também em termos de número. Isso é conhecimento com o qual a agência pode trabalhar, inclusive, para estruturar as suas ações. Então, sem dúvida nenhuma, é uma iniciativa fundamental.

Bom, de maneira geral, eu acho que aqui todos os Senadores passaram muito pela questão do melhor equilíbrio da matriz de transportes e acho que a principal contribuição que a Antaq pode dar é esse maior equilíbrio. Sem dúvida nenhuma, a gente precisa desenvolver... O desenvolvimento do transporte aquaviário não vem para competir com o rodoviário, mas, sem dúvida nenhuma, o transporte rodoviário é um parceiro.

A hidrovia não chega à fazenda. A gente precisa que o caminhão busque os produtos até levar para as ferrovias, hidrovias e portos. Eu acho que essa complementação é a mais pertinente.

E a gente, nos últimos anos, vem, de fato, o país vem trabalhando e aprimorando, aperfeiçoando as hidrovias, não é? A Antaq já apresentou, em 2023, o Plano Geral de Outorgas, e foi feita uma análise de quais eram as hidrovias mais estratégicas. Foi criada uma unidade específica para esse assunto. Mais recentemente, o Ministro Silvio Costa Filho criou também uma secretaria específica de hidrovias.

Esse assunto vem tendo uma evolução agora. A gente está finalizando os estudos das hidrovias mais estratégicas.

A primeira hidrovia que está prevista é a Hidrovia do Rio Paraguai. Já foi encaminhado, na semana passada, para o Tribunal de Contas da União, com previsão de, talvez, ser leiloada ainda este ano ou no próximo ano. Então, eu acho que esse assunto está bem encaminhado, está sendo direcionado. É um assunto a que a agência, na gestão anterior, do Diretor-geral Eduardo Nery, e agora com o Diretor-geral Caio Farias, vem dando total prioridade, e não tenham dúvida os senhores que esse tema continuará tendo prioridade. A gente sabe que o setor agrícola cresce 20% ao ano, e a infraestrutura precisa acompanhar esse crescimento.

Quanto ao transporte de passageiros, as colocações do Senador Eduardo Braga são sempre pertinentes; além da credibilidade e da experiência que ele tem no Parlamento, tem visão política do país.

Enfim, a gente sabe que, na Região Norte, as ruas são os rios e que esse assunto é fundamental para aquela região. É um assunto que não depende só da Antaq; depende de uma conjunção de órgãos. E, aí, é fundamental aquele diálogo que eu trouxe como um dos pilares que eu considero fundamentais na gestão: conversar com todos esses órgãos. Então, a gente tem o envolvimento do Dnit, da Antaq, do Ministério formulando as políticas públicas e, muitas vezes, da Marinha. E, dependendo de onde passa aquela via, você tem ali uma jurisdição estadual, jurisdição federal, enfim... De fato, é uma complexidade e demanda uma coordenação entre os vários esses atores, e, com diálogo institucional sério, responsável e com rigor técnico, eu tenho toda a tranquilidade de que a gente vai conseguir dar alguns passos nesse assunto do transporte de passageiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, queria também dizer, com relação à consensualidade, que o Senador Eduardo Braga nos trouxe aqui, que acho que é um tema fundamental. Quando ele o trouxe na gestão que tive oportunidade de participar no Tribunal de Contas da União, a gente conseguiu destravar vários investimentos do país nesse assunto, e eu acho que também no setor aquaviário a gente tem muitas oportunidades de harmonizar conflitos, elevando esse tema.

E, por fim, nas falas de todos os Senadores, eles trouxeram que os indicados passam por aqui e depois não voltam.

Eu gostaria de dizer que há 17 anos eu sou um servidor do Tribunal de Contas da União, ou seja, auxiliando o Parlamento na fiscalização, na sua função finalística de fiscalização, e podem sempre os Srs. Senadores contar comigo. Estarei aqui sempre que precisarem, ouvindo os senhores, seja aqui na Comissão de Infraestrutura, seja nos gabinetes dos senhores. Quando precisarem, a Antaq estará com as portas abertas.

Eu entendo que é fundamental que os órgãos públicos – e as agências não fogem a essa regra – estejam abertos a ouvir quais são as necessidades da população, e os senhores são os representantes que têm condições de ecoar essas preocupações.

Enfim, termino agradecendo a oportunidade de estar aqui. É com profunda honra que finalizo aqui meu discurso, pedindo o apoio dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O Presidente está chegando aqui.

Eu quero registrar, Presidente, a presença aqui da mais jovem Vereadora do meu Estado do Mato Grosso, da cidade riquíssima de Primavera do Leste. Ela é do PL, do nosso partido, Mariana Carvalho.

Mais uma vez, a satisfação de esta Comissão estar aqui te recebendo. A juventude brasileira, a mulher, a força da mulher.

E ela é muito competente, acredita muito.

É de luta, viu, Presidente?

Daqui a pouco, Presidente, está chegando aqui também a nossa Jovem Senadora pelo Mato Grosso. Então, V. Exa. assuma, e eu quero também fazer uma homenagem ao nosso Mato Grosso. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Antes de passar a palavra à Dra. Renata, deixem-me chamar... Chegue aqui, para fazer uma foto com os nossos ilustres convidados.

Além da nossa vencedora do Programa Jovem Senador, a Laury Angelina, eu queria registrar, com muita alegria também, a presença do professor que acompanha a vencedora, o Prof. Geremias Dourado da Cunha.

Nós aplaudimos a vencedora e vamos aplaudir o professor também, que está aqui, do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Rondônia, lá na cidade de Ji-Paraná. (*Palmas.*)

Sejam muito bem-vindos.

Feito o registro, vou liberá-los agora, para fazer a sequência da agenda dos demais Senadores. (*Pausa.*)

Com a palavra, Dra. Renata Sousa Cordeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RENATA SOUSA CORDEIRO (Para expor.) – Eu quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras pela honrosa oportunidade, ao Presidente Marcos Rogério, ao Frederico, indicado à Presidência da agência, aos demais sabatinados e a todos e todas pela presença neste momento tão especial.

E, só respondendo a indagação do Senador Wellington Fagundes sobre a acessibilidade, eu pretendo diversificar os canais de atendimento, desde o uso de plataformas digitais e redes sociais até a presença em comunidades ribeirinhas e áreas portuárias. A linguagem deve ser simples e inclusiva, permitindo que caminhoneiros, empresários, trabalhadores e cidadãos comuns compreendam os seus direitos e saibam como registrar suas manifestações.

Eu fico à disposição da Casa, e a Antaq estará sempre de portas abertas e ouvidos atentos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dra. Renata.

Antes de passar a palavra ao próximo orador...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador?

Pela ordem, e, na sequência, o nosso Líder goiano vai estar com a palavra também.

Pela ordem, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Ele mora aqui pertinho, o almoço está perto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O senhor é mais longe, né?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É apenas para fazer um cumprimento à nossa Senadora pelo Estado do Pará. Está vendo? Hoje é o dia das moças aqui. E olha o nome dela...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Seja bem-vinda!

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Olha o nome dela. Tem futuro!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Rebeca Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Rebeca Marinho?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É. Moradora do Bairro do Jurunas, em Belém.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas é coincidência ou tem alguma...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Por enquanto é coincidência, né? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Não tem, não tem... Viu, Presidente? É...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ficou no ar, né?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, é a cópia da inteligência do Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Do Zequinha Marinho. (*Risos.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não, apenas para cumprimentá-la e parabenizá-la por ter vencido o concurso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Parabéns!

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Estar aqui hoje, neste momento, é uma alegria para a gente, porque é nossa conterrânea lá do Pará. E eu vou fazer um estágio, vou de Comissão em Comissão, até a hora em que terminar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ela tem que nos acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu vou à CDH, mas retorno daqui a pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Agradeço a V. Exa.

Senador...

Cadê o Senador Pedro Chaves? (*Pausa.*)

O.k.. Então, eu vou assegurar a palavra ao Dr. Alex, e, na sequência, o nosso Líder de Goiás já faz também a intervenção dele.

O SR. ALEX ANTONIO DE AZEVEDO CRUZ (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Presidente.

Eu me dirijo ao Senador Wellington Fagundes. Nas nossas visitas a todos os Senadores desta Comissão e desta Casa, aos Líderes também, algo me chamou a atenção. O Senador Wellington Fagundes, ao nos receber, a mim e ao Guilherme, nos fez uma audiência para tratar sobre os assuntos do Mato Grosso, não é? Eu entendo que S. Exas. estão aqui para defender não só a logística e a infraestrutura do país, desse gigante maravilhoso que é o Brasil, como também defender principalmente o estado de S. Exas.

Esta Casa tem 81 Senadores em 225 milhões de habitantes. Isso dá, nos ombros de S. Exas., a responsabilidade de defender com garra, com determinação cada um dos seus estados, Senador Marcos.

Eu vejo, no Mato Grosso... Não só eu, qualquer brasileiro que entenda razoavelmente de economia e um pouco de logística, entende que o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul e Goiás são as locomotivas do agronegócio deste país. E eu fico feliz – o Senador Otto saiu daqui agora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há pouco, lá da Bahia –, porque a última fronteira ou a próxima fronteira é o Matopiba: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, com três estados do Nordeste. O Nordeste, em que moro, em que nasci – tenho a honra de ser paraibano –, não tem a aptidão do agronegócio.

Eu sempre digo, Senador Marcos, que aquilo que nos prejudicou tanto até a segunda metade do século passado, que foi o sol, hoje nos beneficia, porque nós estamos começando a exportar energias renováveis. Então, quando eu ia à Paraíba, ali pela BR-230, saindo de Cabedelo, e ao visitar o Líder Eduardo Braga, eu dizia: "Olha, Senador, nós temos a BR-230, que nasce lá em Cabedelo e vai até o Amazonas". Pelo menos deveria ir, porque não chega lá.

Eu tenho um olhar aguçado quando eu vejo S. Exas. os Senadores dos estados do Norte virem aqui, e eu conversava isso com o Senador Mecias de Jesus – não é assim, Guilherme? – falar das dificuldades logísticas dos Estados de Roraima, Amapá, Amazonas, Rondônia, Acre. A gente tem que ter um olhar aguçado para esses estados, um olhar mais objetivo de quais são as necessidades.

Quando hoje eu vejo o Senador Zequinha, o Senador... Deixe-me botar os olhos aqui. Quando eu vejo a Senadora Margareth, o Senador Zequinha, o Senador Wellington e outros Senadores pedindo para que nós que estamos aqui sendo sabatinados possamos estar de portas abertas para atendê-los... Isso é uma obrigação nossa! Eu frequento Brasília há mais de 30 anos. Eu sou de um tempo em que Senador não pedia audiência, nem batia na porta. Então, nós temos obrigação não só com o Senado Federal, mas com a Câmara dos Deputados, com os ministérios e com as agências irmãs – e aqui está a Antaq –, de ter essa interlocução e essa discussão rotineira, para que a gente possa enfrentar as soluções de logística desse país.

Melhorar a logística é diminuir custos, nada mais do que isso – é diminuir custos. Não adianta o produtor rural lá do Mato Grosso, de Goiás, do Paraná, do Mato Grosso do Sul investir em novas tecnologias, aumentar a sua produtividade, se ele não vai ter uma logística que faça com que ele leve sua safra não só para os estados, para o mercado interno, mas para as exportações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX ANTONIO DE AZEVEDO CRUZ – Posso finalizar, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Para concluir.

O SR. ALEX ANTONIO DE AZEVEDO CRUZ – Então, quero agradecer penhoradamente ao Ministro Renan Filho, que vem revolucionando a logística deste país. Quero agradecer por acreditar e encaminhar meu nome à Presidência da República, para o Presidente Lula nos encaminhar. Quero agradecer penhoradamente a cada um de S. Exas. por estarem aqui, por acreditarem que nós vamos fazer mais e melhor. Esse é o nosso objetivo, é isso que eu quero, conjuntamente com a Diretoria Colegiada, à frente da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Agradeço à minha família.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Alex. Já está bem familiarizado e desenvolto. Tenho certeza de que vai cumprir bem a missão lá na Agência Nacional de Transportes Terrestres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar ao Senador Pedro Chaves – que é o último Senador inscrito para fazer a sua intervenção, e aí a gente já quer finalizar com o Guilherme, convocando a próxima rodada de Sabatina –, eu queria registrar a presença do Procurador da ANTT, Dr. Rafael Fortunato, dos servidores da agência que aqui estão – sejam todos muito bem-vindos –, em prestígio aos indicados, e também do Subsecretário de Governança, Estratégia e Parcerias do Ministério de Minas e Energia, Denis Soares.

Sejam muito bem-vindos.

Senador Pedro Chaves, V. Exa. tem a palavra.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - GO. Para interpelar.) – Obrigado, amigo Senador Marcos Rogério, que preside esta Comissão. Quero cumprimentar a todos os indicados, parabenizá-los, pela indicação, porque, eu particularmente votei "sim" para todos e acredito que estarão indicados sem problema nenhum.

Mas eu tenho um probleminha para tratar com os senhores que vão para a ANTT. Bem perto de nós aqui está o entorno do Distrito Federal. São vários municípios com milhares de pessoas que se deslocam diariamente, porque trabalham aqui em Brasília. E o Governo de Goiás, juntamente com o Governo do Distrito Federal e a ANTT, está sempre se reunindo, buscando uma solução para esse transporte coletivo.

Temos agora, e está sendo noticiado, um aumento das tarifas para este final de semana. Isso, obviamente, impacta o trabalho dessas pessoas goianas que vivem aqui no entorno e trabalham em Brasília, porque, obviamente, com o aumento da tarifa, que será repassado para as empresas, elas vão preferir contratar gente em Brasília a contratar nas cidades do entorno.

O Governo de Goiás teve uma reunião – se não me falha a memória – uns cinco, seis meses atrás. Só para fazer um parêntese, em Goiânia, nós tínhamos esse problema. Reunimos o Governador, o Prefeito de Goiânia e os Prefeitos da Região Metropolitana, que chegaram a uma solução. Agora, aqui em Brasília, nós temos esse diferencial, porque são duas unidades da Federação diferentes: Distrito Federal e Goiás. Aí entra a ANTT, como órgão fiscalizador e regulador do sistema.

Então, como V. Sas. vão assumir, brevemente, as diretorias, os órgãos de controle e de decisão da ANTT, eu gostaria de deixar esse pedido e essa preocupação em solucionar, de uma vez por todas, essa questão do transporte aqui do entorno do Distrito Federal, aqui para a capital.

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Pedro Chaves.

Portanto, o último a fazer a sua manifestação é o Dr. Guilherme Theo. Eu aproveito para poder também fazer aqui algumas ponderações, e aí já fica, como última intervenção a do Dr. Guilherme.

Primeiro, também destacando a qualidade técnica, a formação de todos os indicados. Tenho certeza de que isso assegura às agências uma atuação muito mais eficiente, de muito mais entrega, previsibilidade, segurança jurídica, segurança regulatória, porque hoje o aspecto da insegurança regulatória também passou a ser um componente nessa relação. Então, tenho certeza de que, pela formação e pela habilidade que cada um tem, pela disposição para o diálogo, isso vai acrescentar às agências um papel de maior protagonismo, assegurando sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o melhor serviço, a melhor prestação lá na ponta ao usuário, ao consumidor. Então, votos de muito sucesso.

Nós temos desafios com relação ao modal aquaviário. Nós temos, no Brasil desafios grandes, profundos com relação à infraestrutura. É uma infraestrutura deficiente e ineficiente, não integrada, e a gente ainda tem o desafio de fazer essa integração. Não adianta você ter boas rodovias desconectadas das nossas estruturas portuárias, das nossas hidrovias e, do mesmo jeito, da questão das ferrovias. Ferrovia tem que partir de porto e não o contrário. Às vezes, inverte-se a equação e depois leva tempo para fazer a complementação do modelo, com prejuízo daqueles que investiram, daqueles que apostaram.

De outra sorte, eu aproveito... Quando a gente pensa na logística brasileira, com os múltiplos modais, é preciso pensar num modelo que seja sustentável no tempo.

Veja o que nós estamos agora próximos de ver acontecer. Nós temos as concessões que estão acontecendo no Mato Grosso – lá no Estado de Rondônia, já aconteceu – e, ao mesmo tempo, nós temos uma Ferrogrão, que está para sair e que vai fazer a conexão de parte da região do Mato Grosso com o Porto de Miritituba, o que vai destravar o escoamento da produção naquela região. Isso vai impactar o transporte rodoviário que escoa para o Eixo Norte do Brasil, que vai desaguar lá no Porto de Porto Velho, tanto o porto público, quanto os terminais privados que temos ali e também na região de Humaitá. E, paralelamente, nós temos outra margem, outra alternativa que, daqui a pouco, vai ser a conexão com Santos, a partir do Mato Grosso também.

E, quando você olha numa perspectiva de futuro, para quem está contratando de forma tão longeva, apostando e se comprometendo a fazer investimentos a partir de uma demanda preexistente, quando você começa a fazer essas outras conexões, você começa a distribuir também a demanda que hoje é existente para essas outras regiões.

Então, eu estou lançando essas pequenas ponderações, porque, quando vai se pensar nesse conjunto de modais, as agências precisam conversar entre si, porque todos caminham, conduzem-se para um mesmo lugar: ou vão para os portos que estão lá na região da nossa Rondônia, ou vão para os portos que estão na região do Pará, ou vão para o Porto de Santos, ou para outros portos Brasil afora. Tanto ferrovia quanto rodovia, o caminho é sempre o mesmo. Então, tem que pensar na multimodalidade e nesse modelo de integração e de sustentabilidade também econômica, com ganhos, sobretudo, para o usuário e para o consumidor final.

Feitas essas observações, a par do que está acontecendo e do que vai acontecer para frente com essas duas alternativas novas... Quando isso acontecer, Wellington Fagundes, eu acho que parte daquilo que é demanda e que vai para Rondônia vai ter como opção essa alternativa que vai lá para o Porto de Miritituba; e outra parte, talvez, por uma questão matemática, opte, no futuro, por essa rota Santos. E aí, para a nossa rodovia, talvez, nós vamos ter que estudar mais alternativas.

Guilherme, agora pontualmente com você, e faço isso agradecendo desde logo a sua disposição, ainda como Diretor-Geral interino, quando esteve lá no meu Estado de Rondônia. Nós promovemos várias diligências com audiências públicas lá no Estado de Rondônia, na cidade de Ji-Paraná, na cidade de Vilhena, e promovemos audiência pública aqui, no Senado Federal, tratando da concessão da BR-364, Vilhena-Porto Velho. A nossa preocupação era o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

custo do pedágio, o cronograma das obras – porque isso impacta a vida de todos que estão lá – e o volume dos investimentos.

Aqui fica o meu questionamento a você – ao passo que responde ao conjunto de Senadores, acrescente também Rondônia –: a partir dessas audiências, nós apresentamos um conjunto de preocupações e de pedidos para equacionar problemas identificados nessa concessão lá no Estado de Rondônia. Eu sei que nós avançamos – e você já me adiantou – , mas eu queria que você passasse à Comissão e ao Brasil o que foi possível a gente construir de entendimento, de encaminhamento para melhorar a vida do usuário dentro dessa concessão.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Seu mandato será de cinco anos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O seu também é de cinco? (*Pausa.*)

Vocês também? Todos são mandatos de cinco anos? (*Pausa.*)

Então, provavelmente, vocês vão estar, no mandato de vocês, com dois Governadores: Governador Senador Marcos Rogério de Rondônia e de Mato Grosso, ou seja, o nosso compromisso é maior com vocês do que o de vocês conosco, não é isso, Marcos? (*Risos.*)

O Marcos não vai querer negar a candidatura, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Há um tempo determinado para cada propósito. Esse é um texto bíblico que a gente deve seguir. (*Risos.*)

E os anúncios são feitos no momento certo. Mas V. Exa. que conhece...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas o meu já está falado: eu sou pré-candidato. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E já está anunciando o de cá também. Obrigado a V. Exa.

O SR. GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO (Para expor.) – Presidente Marcos Rogério, eu me comprometo aqui – mantendo minhas raízes mineiras – a ser bem objetivo em razão do adiantado da hora.

E já começo, respondendo a V. Exa., que, de forma muito didática, explicou a questão conceitual do direito. Eu falo muito que o Senador Marcos Rogério, Frederico, me sabatinou e arguiu durante seis meses antes de eu estar sentado nesta cadeira. (*Risos.*)

Então, não sei se eu fui aprovado. Veremos, em breve, no placar aqui.

Eu quero aqui cumprimentá-lo porque as críticas foram fortes e também foram muito propositivas, inclusive de fazer algo com que nós, nas agências, temos um compromisso muito grande: menos ar-condicionado na nossa sede – que está sempre de portas abertas – e estar mais no trecho, visitando as nossas operações, concessões para realmente conhecer a realidade.

O Senador Jayme Campos e o Senador Wellington são testemunhas disto: já rodamos a 163 de ponta a ponta, inclusive chegando em Mirituba, nos acessos portuários, para conhecer a realidade e ver o que devemos melhorar. Ao irmos – em uma oportunidade que o senhor nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concedeu – a Ji-Paraná e Vilhena, e constatarmos a realidade e a demanda local, nós percebemos que tem um descasamento natural pelo processo de concessão, de quando você qualifica, estuda a audiência pública, concede, até a assunção. Então, você percebe que ali, como os contratos de longo prazo são mutáveis, a rodovia também o é. Portanto, endereçamos o compromisso.

Nós já colocamos quatro, e um deles já está sendo cumprido: a presença da concessionária antes da assunção formal dela, fazendo intervenção numa ponte que estava totalmente interditada, a ponte do Candeias, atendendo a um pedido do senhor, junto com a bancada, os representantes.

Também atendendo, Senador Marcos Rogério, três pontos já – imediatamente com a assunção da concessionária, a partir de amanhã, na rodovia, e contrato já assinado – estão sendo endereçados, fruto da audiência pública aqui realizada, na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal e também *in loco*; antecipação do acesso ao portuário, que é o anel viário Pró-Grão, acesso do Porto Novo, correto? Estava prevista, no ano seis, a conclusão – não o início. A conclusão vai ser no ano quatro. Então, a partir do primeiro e segundo anos, já teremos obras. No ano quatro, já antecipamos dois anos da execução, atendendo à solicitação de V. Exa.

Nós também teremos a antecipação de três anos das faixas adicionais, ou seja, a conclusão estava para o ano três. Então, 150km de faixas adicionais serão antecipados e concluídos até o ano quatro. Isso já dá uma melhoria em logística e conectividade até a conclusão do primeiro ano, ou seja, quatro pontos que V. Exa. nos pediu, seja aqui na audiência pública, mas também *in loco*, nós já endereçamos. Realmente este compromisso a agência tem da sua autonomia e independência, mas não se isenta das demandas de aqueles que são legitimados, que são os senhores e as senhoras aqui presentes.

Então, espero ter respondido. E reafirmo o nosso compromisso de manter esse diálogo perene e de outros aperfeiçoamentos que V. Exa. colocou a serem endereçados também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Perfeitamente.

Com relação à questão do preço do pedágio para o usuário recorrente, para o usuário de baixa renda, que nós também dialogamos e foi ponto dos debates que fizemos nas audiências?

O SR. GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO – Essa é uma inovação que nós temos na modelagem nos nossos contratos a partir da quarta etapa de geração de contratos, que é o desconto para o usuário frequente olhando a modicidade tarifária. Então, quanto mais o usuário transita pela rodovia, ele tem um desconto maior. Então, algumas praças de pedágio terão descontos de até 80%, ou seja, se olhar – até mesmo como o Ministro Renan fez aqui nesta Comissão – que o imposto no Brasil é regressivo, que quem paga a rodovia é quem não tem um veículo. Então, quem tem um veículo e vai utilizar vai ter uma redução gradativa da sua utilização. E também vale destacar que aquele usuário que tem a *tag*, automaticamente já tem um desconto de 5%.

E dando sequência, até prestigiando os Senadores aqui presentes – aos demais, vou responder de forma direta. O Senador Wellington Fagundes é meu eminente Relator pela segunda vez. Senador Wellington, no momento o senhor não estava, mas quis ressaltar que o senhor é um conhecedor de teoria e de prática do setor de infraestrutura e logística. Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Frenlogi, do IBL... Então, eu me sinto muito honrado – registro aqui nos *Anais* – de tê-lo novamente como meu Relator. E o senhor sabe, reafirmo o meu compromisso, que quatro anos atrás nós tínhamos um grande problema, um problema crônico, que era a BR-163. E ali nós endereçamos o nosso compromisso de ali solucionar. Quatro anos depois, estamos aqui com o compromisso praticamente cumprido de realmente as execuções estarem acontecendo e o problema ser outro. O problema seria de Pare e Siga, que realmente tem incomodado um pouco os usuários da rodovia.

Mas o senhor tem razão quando nos questiona da necessidade de melhoria da fiscalização. Nós temos um déficit natural de servidores, a ANTT, por si só, da sua lei de origem. E, consequentemente, quanto à parte orçamentária – que em outro momento oportuno nós podemos discutir –, nós temos implementado muito a fiscalização eletrônica, temos uma parceria com outros órgãos de fiscalização e, nos nossos próprios contratos, nós temos uma regulação por incentivo. Ele só vai receber determinado incremento na tarifa se ele cumprir a execução da obra. Invertendo uma lógica anterior, que ele já recebia o valor de uma via duplicada sem ter executado aquela obrigação. Mas temos que avançar e continuaremos avançando com relação a esse ponto.

Integração multimodal, nós continuaremos trabalhando incansavelmente nisso. Não apenas nos quatro modos de competência da agência, mas também em diálogos com outros modos, que é o caso da Antaq. Então, coincidências aqui, o Frederico é mineiro, só que eu sou galo e ele é Cruzeiro. (*Risos.*)

Então, nós teremos aqui o compromisso de trabalhar conjuntamente nesse aperfeiçoamento, integração. O Alex faz essa ponte nesse trabalho. E temos implementado muito, Senador Wellington, os Pontos de Parada e Descanso, justamente para que os caminhoneiros que transitam pela rodovia tenham a condição de cumprir a Lei do Caminhoneiro, das suas quatro horas de jornada, e parar em um local que tenha condições sanitárias, condições de segurança, condições realmente dignas para ele ou, quem sabe, para a sua família estar junto.

Então, uma média que nós temos de Pontos de Parada e Descanso de caminhoneiros é a cada 200km. Então, isso está previsto na BR-163 e na nova concessão da BR-364. O senhor nos endereçou os pedidos e nós temos o compromisso de, assim que assinado o contrato e assumida a rodovia, endereçar os pontos de segurança, de fluidez, porque nós já temos mecanismos no contrato para assim o fazer, como é o caso da BR-364, em Rondônia; faremos também no Estado do Mato Grosso. Realmente foi um pleito que o senhor fez em audiência pública, na reunião e na pré-sabatina no seu gabinete, e aqui, publicamente, o nosso compromisso de, assim, fazê-lo, porque tem condições contratuais e regulatórias de poder endereçar.

Senador Jayme, a duplicação da BR-163 de Sinop até a divisa com o Pará, isso é um compromisso do Governo Federal como um todo, do Ministro Renan, da agência nacional, de realmente solucionar isso numa abordagem que o Senador Eduardo Braga trouxe, da solução consensual. Então, nós já temos três contratos endereçados; temos outros a caminho, entre eles, a própria BR-163, Sinop a Miritituba. Esse ponto é primordial para realmente dar continuidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tendo em vista a crescente do agronegócio, seja do frete de ida, como também o de retorno descendo os fertilizantes do Arco Norte, do Pará.

Por fim – o Presidente, Senador Marcos Rogério, já puxou o microfone aqui para eu acelerar –, Senador Pedro Chaves, o transporte semiurbano é um problema crônico que nós temos que enfrentar, que é algo que não agrada a ninguém: não agrada ao prestador de serviço, não agrada ao usuário, não agrada à comunidade. Nós temos que realmente buscar uma solução conjunta com o Estado de Goiás, com o Distrito Federal e a União, para realmente dar um serviço, um transporte de qualidade para todos os usuários que utilizam diariamente e têm um deslocamento realmente deficitário. Então, o nosso compromisso é buscar uma solução regulatória e também juntar os atores políticos para assim o fazer, e continuar na integração também do modo ferroviário e a sua expansão. Nós temos mecanismos para serem feitos e esperamos muito que, nessa prestação de contas contínua... E eu, que, quatro anos atrás, estive aqui e regresso, acredito que tenha feito, Senador Marcos Rogério, o compromisso de manter as portas abertas e realmente o compromisso de endereçar as obrigações e os pleitos dos Srs. Senadores, das Sras. Senadoras e também dos Deputados e todos os interessados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Guilherme, obrigado pelas respostas ao conjunto dos Senadores, de modo particular também sobre a concessão da BR-364 no Estado de Rondônia. Eu penso que as audiências públicas que fizemos, tanto a audiência pública que aqui fizemos, no Senado Federal, como as diligências que fizemos, sobretudo, lá na cidade de Ji-Paraná e Vilhena, onde nós ouvimos, Senador Wellington Fagundes, representantes de diversos segmentos... O inverso do que a gente faz aqui, em que os representantes eleitos é que fazem os questionamentos, as abordagens, lá nós procuramos dar voz, sobretudo, para representantes de segmentos, tanto em Ji-Paraná quanto em Vilhena, representantes, por exemplo, da população indígena, que, ao longo dessas audiências públicas, nunca foram ouvidos e reclamaram disso. Lá, tiveram a oportunidade de se manifestar, de falar, de dizer quais são as preocupações do segmento. Ouvimos representantes do segmento lojista, industrial, dos caminhoneiros, enfim, de quem usa a Rodovia 364, e todos eles manifestando as suas preocupações.

Eu disse isso desde o primeiro momento: eu defendo o modelo. O modelo de concessões é um modelo muito bem-sucedido; a questão não é o modelo. Ontem, eu usei um termo aqui que serve para isso também. O diagnóstico, nós conhecemos o diagnóstico e concordamos que há um estrangulamento no orçamento público para dar conta de fazer os investimentos de que os setores que são essenciais para o desenvolvimento do país precisam, e o setor privado é chamado a intervir como investidor dentro dessa modelagem. A questão é o receituário, como você endereça a solução do problema. E, às vezes, a conta fica pesada demais e sacrifica o usuário que está lá na ponta.

Essas audiências públicas serviram para a gente aproximar o regulador daquilo que pensa o usuário, daquilo que pensa a sociedade local e foram muito produtivas. E o Dr. Guilherme traz hoje aqui vários avanços que foram consequências dessas audiências públicas. Eu agradeço e espero agora poder ver isso acontecendo.

E outro ponto que você traz no final é uma mudança de encaminhamento que a agência está adotando, que eu acho fundamental, para não acontecer o que aconteceu no Paraná e em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras regiões com rodovias que passaram por concessão e que ficaram lá numa exploração por anos, e o concessionário não fez os investimentos. O usuário ficou pagando, pagando, pagando, o investimento não veio, houve frustração daquele que tinha a expectativa de ver uma obra duplicada com as melhorias que foram pactuadas, e o que aconteceu depois com o concessionário, com aquele que ganhou o certame? Ah, houve distrato e tal, mas o prejuízo está feito! Passaram-se cinco, dez anos, aí você vai tirar lá a empresa que ganhou a concessão, mas e para o usuário? Resolveu o problema? Não! O usuário ficou com a rodovia ruim e com o prejuízo, porque teve que pagar ao longo desse tempo todo por um serviço, por uma obra, por um investimento que não aconteceu. Essa mudança agora de a liberação do cronograma financeiro estar atrelada ao avanço do cronograma de obras é um acerto, é uma precaução, é uma cautela que vai em defesa do usuário. Então, a agência e os seus servidores que trabalharam nisso eu acho que merecem o nosso reconhecimento.

Outro ponto apenas para reflexão de V. Sas. é com relação ao mecanismo do *free flow*, que eu acho que é um avanço, porque acaba com aquele negócio de fila, mas ele trouxe uma consequência que está sendo hoje problemática, e eu acho que a agência tem que se debruçar um pouco mais sobre isso. Há um projeto tramitando na Câmara dos Deputados, que está vindo para o Senado – e talvez eu avoque a relatoria dele, quando aqui chegar, a pedido do próprio autor da matéria lá na Câmara dos Deputados, o Deputado Hugo Leal – e que diz respeito ao sistema de pagamento. Eu até, equivocadamente, Deputado, meu sempre Deputado, Miguel de Souza, imaginava que a própria concessionária oferecesse o serviço para o usuário passar e ter o desconto automático ali – a tal da *tag*, não é? Eu descobri que não, que a concessionária tem o seu quinhão e que para poder ter o outro serviço você tem que contratar o serviço fora, ou seja, é mais uma despesa. E o problema não é nem essa despesa – é também um problema, porque acrescenta custo, porque é um custo a mais –, mas, além disso, aquele que não dispõe de passe... Tem vários, tem várias, a *tag* tem várias operadoras. Aquele que não compra o serviço, porque, às vezes, ele vai usar lá uma vez ou outra e não quer ter o serviço, depois, sofre as consequências... Tem multa e multa pesada e vai acumulando. Isso virou um problema, se transformou num problema. Então, acho que a agência tem que... Talvez, eu acho que, até antes do projeto, de repente... Tem coisa que... A gente já tem tanta lei no Brasil! Eu acho que só está faltando mais uma lei: aquela que faça cumprir todas as demais. Há lei para tudo! Eu acho que essa é uma situação em que talvez, especialmente, quem é da área técnica possa estudar um mecanismo, uma maneira de dar um encaminhamento de solução.

E aí eu estou lançando essa provocação, aqui, para que vocês já estruturem uma ideia sobre isso, e depois eu vou chamar uma audiência pública aqui com a presença de vocês; chamo também lá o próprio Hugo Leal, que é um estudioso desse assunto, para a gente de repente discutir esse tema com a participação de todos e tentar achar uma solução que não sacrifique ainda mais o usuário, para ter que esperar a votação dessa lei na Câmara, no Senado, com sanção presidencial, para vir uma solução. Tem muita gente hoje com problemas com relação a isso.

Como nós temos várias concessões já operando e outras em andamento, que esse tema já seja por vocês, por V. Sas., já analisado para gente ter uma resposta. Aquilo que veio como inovação de solução, tem aspectos que precisam ser calibrados, equacionados. Eu acho que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

própria concessionária talvez tenha que ter uma alternativa para o usuário que não o obrigue a adquirir um produto de um terceiro para poder fazer uso, porque aí nós estaríamos diante de uma questão até jurídica – né? –, a tal da venda casada, que eu não sei se é o caso, eu estou só a lançando aqui, à guisa de análise.

Mas, mais uma vez, quero agradecer aqui ao Dr. Guilherme Theo, ao Dr. Alex Cruz, à Dra. Renata Cordeiro e ao Dr. Frederico Dias, pela presença.

Assim, eu encerro esta audiência...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Wellington Fagundes, eu vou chamar o...

Ah, é só para apresentar?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É só para apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

Por favor, V. Exa. tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – É só para apresentar aqui também a nossa... Olhem como essa cerimônia está ficando a cada hora mais relevante também, porque é o prestígio da nossa juventude!

Também assim como Rondônia, está aqui a nossa jovem Stefany Formigari. Ela foi a primeira colocada e é da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade, nome também importantíssimo. É uma escola da zona rural, lá da cidade de Sinop. Ela teve como tema, inclusive, um texto que é uma perspectiva autêntica e comovente de quem vive em contato direto com a natureza, denunciando queimadas e desmatamentos, com a força de sua convivência. Essa jovem aqui está junto também da Profa. Aline Kraeski e da Profa. Titular Gisele Cristina Gonçalves.

Então, parabéns a você! – e ao Senado da República também, por propiciar um programa que estimula as nossas crianças, os nossos jovens, exatamente a conhecer como funciona o Parlamento e, acima de tudo, o fortalecimento da nossa democracia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito bom. Parabéns!

Seja muito bem-vinda à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu estava aqui paciente, mas V. Exa. fez três discursos aí, um direito líquido e certo. Eu quero votar na segunda turma que vai ser sabatinada, mas diante de V. Exa. ter sido generoso na sua fala também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estiveram conosco também a Aline e a nossa aluna ali, a Jovem Senadora, no nosso gabinete. Mas eu quero dizer ao Senador Wellington Fagundes... Senador Wellington, tire a foto e preste atenção no que eu vou falar para o senhor aqui, faça favor. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Você deveria vir tirar a foto aqui também...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Já tirei com ela lá no gabinete, já fui lá recebê-las.

Por favor, capriche aí.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Está caprichado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Mas voltando aqui ao que nos interessa, primeiro vamos esperar abrir o painel – rapidão, né, Senador? –, para que possamos sabatinar os demais e fazer a votação...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por favor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... em caráter de urgência urgentíssima aí, está certo?

Mas eu quero dizer ao Senador Wellington... Cadê ele? Wellington Fagundes, por favor, escute aqui. Além do mais, eles estão pleiteando – me solicitaram, acho que não tive a oportunidade de falar com V. Exa. – também a ampliação do colégio lá que é num assentamento, a Escola Carlos Drummond de Andrade. Disseram que queriam falar com V. Exa. para V. Exa. entrar numa parceria com o Senador Jayme Campos em uma ampliação de pelo menos seis salas de aula, através das nossas emendas orçamentárias para o ano de 2026. Eu disse que ficassem tranquilos, pois V. Exa. seria nosso parceiro nessa ampliação do colégio.

Presidente, concluído. Por favor, abra o painel...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado. (*Risos.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pois quero votar logo também...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado ao Senador Jayme Campos.

Parabenizo a Jovem Senadora lá do Mato Grosso também, a Professora e os que a acompanham, a Vereadora da cidade... É de Sinop?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Primavera do Leste. Nome?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mariana Carvalho. Mariana Carvalho, Vereadora de Primavera do Leste, Mato Grosso.

Não há mais Senadores a registrar voto.

Está encerrada a votação.

Determino a abertura do painel com o resultado para apuração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Portanto, Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio: 21 votos SIM, nenhum voto NÃO; Alex Antonio de Azevedo Cruz: também 21 votos SIM, nenhum NÃO; Renata Sousa Cordeiro, Antaq: 20 votos SIM, nenhum voto NÃO; Frederico Carvalho Dias, Antaq também: 21 votos SIM, nenhum voto NÃO.

Hoje, todos os indicados foram aprovados à unanimidade nesta Comissão de Infraestrutura. (*Palmas.*)

Parabéns! Voto de sucesso a todos os indicados.

Eu vou encerrar esta sessão, e, em cinco minutos, chamaremos já os demais convidados para compor a mesa para iniciarmos também o processo de sabatina.

Está encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às doze horas e vinte e dois minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Confúcio Moura, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro, Sergio Moro, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Pedro Chaves, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Dra. Eudócia, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Paulo Paim, Sérgio Petecão, Augusta Brito e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Cid Gomes, Irajá, Daniella Ribeiro, Weverton e Jorge Kajuru. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 84, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, o nome do Senhor ALESSANDRO FACURE NEVES DE SALLES SOARES, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear - ANSN, com mandato de quatro anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 85, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, o nome da Senhora LORENA POZZO, para exercer a função de Diretora de Instalações Radioativas e Controle da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear - ANSN, com mandato de três anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 86, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, o nome do Senhor AILTON FERNANDO DIAS, para exercer a função de Diretor de Instalações Nucleares e Salvaguardas da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear – ANSN, com mandato de dois anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 93, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei 9.986, de 18 de julho de 2000, e o art. 7º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2017, o nome do Senhor JOSÉ FERNANDO DE MENDONÇA GOMES JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente do término do mandato de Guilherme Santana Lopes Gomes." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. O Senador Veneziano Vital do Rêgo exerceu seu direito de voto, não obstante a ausência de registro de presença no sistema, ocasionada por falha técnica no equipamento de controle de presença. Fazem uso da palavra os Senadores Zequinha Marinho e Lucas Barreto. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião e das que a antecederam, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/20

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Há número regimental.

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de agosto de 2025.

A presente reunião é destinada à sabatina dos indicados à Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN) e à Agência Nacional de Mineração (ANM).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já vou pedir à Secretaria da Comissão que abra o painel para os Senadores que quiserem, ao longo das sabatinas, antecipar os seus votos, já possam fazê-lo.

Portanto, está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Item 1.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 84, DE 2024
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, o nome do Senhor ALESSANDRO FACURE NEVES DE SALLES SOARES, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear - ANSN, com mandato de quatro anos.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1. Em 13/08/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A arguição pública será realizada nesta reunião.

Ao indicado asseguro a palavra.

Comunico a todos o tempo de fala de até dez minutos.

O SR. ALESSANDRO FACURE NEVES DE SALLES SOARES (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Marcos Rogério, Exmas. Senadoras, Exmos. Senadores, compareço hoje a esta Comissão com profundo respeito, agradecendo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pela honrosa indicação ao cargo de Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN).

Registro o meu reconhecimento ao Senador Marcos Pontes, que à frente do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovações, em 2021, acompanhou de perto os temas relacionados à criação da ANSN. Sua atuação foi fundamental para a consolidação desse projeto institucional e muito me honra contar com S. Exa. como Relator de minha indicação.

Permitam-me iniciar prestando homenagem aos professores que me formaram desde os primeiros anos escolares até a pós-graduação. Foram eles que me transmitiram conhecimento técnico, aliado ao compromisso com a verdade, com o método científico e com o interesse público.

Agradeço também à minha família que, com afeto incondicional e presença constante, tem sido o alicerce de minha trajetória. Foi dela que recebi a serenidade nos momentos desafiadores e a firmeza nas decisões que marcaram a minha caminhada, sem esse amparo não estaria aqui neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha trajetória profissional foi inteiramente construída no setor nuclear brasileiro ao longo de 25 anos no serviço público. Atuei como estudante, professor, servidor técnico, inspetor de instalações, chefe de divisão, coordenador-geral e diretor de segurança nuclear. Vivenciei em diferentes níveis de responsabilidade praticamente todas as etapas do processo regulatório, da análise de documentação técnica à deliberação final sobre licenças e sanções. Contribuí para a formulação de políticas públicas, a modernização de normas e a resposta a emergências. Tive ainda a oportunidade de representar o Brasil em instâncias de alcance global, da Agência Internacional de Energia Atômica, em fóruns de reguladores e em comitês científicos multilaterais. Também contribuí para a formação de quadros técnicos por meio do ensino e da orientação acadêmica. Essa vivência acumulada moldou em mim uma convicção muito clara: a regulação nuclear exige precisão, prudência e firmeza institucional, não há margem para improvisos.

Atualmente, exerço o cargo de Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Cnen, estrutura que constitui a base da ANSN. Nessa função coordeno diretamente ações de licenciamento, fiscalização, resposta a emergências, salvaguardas, normatização, inspeções de campo e gestão de segurança física, abrangendo todas as regiões do país e todos os setores que utilizam materiais nucleares e fontes de radiação.

A criação da ANSN representa um avanço institucional necessário, trata-se da primeira autoridade reguladora com autonomia técnica, administrativa e funcional, dedicada exclusivamente à segurança nuclear, à proteção radiológica, à segurança física e ao cumprimento dos compromissos multilaterais assumidos pelo nosso país. Esse novo órgão que está nascendo desponta com fundamentos sólidos e elevada expectativa institucional, é fruto da reorganização de estruturas preexistentes e da incorporação de quadros experientes, tendo sido criado com responsabilidade fiscal e sem aumento de despesa pública.

Sua plena consolidação, no entanto, exige atenção estratégica e fortalecimento contínuo para que se afirme, de fato, como uma autoridade à altura dos desafios regulatórios que o país assumiu.

Excelências, vivemos um tempo de transição global. A urgência climática impõe a descarbonização de economias e a energia nuclear volta a ocupar posição central nas políticas energéticas de base limpa. O Brasil está preparado para esse cenário: considera a retomada de Angra 3, avalia a adoção de reatores pequenos modulares, investe na produção de radiofármacos, amplia a mineração de urânio e desenvolve o Reator Multipropósito Brasileiro, além de avançar na construção de um submarino a propulsão nuclear.

O Brasil também assume protagonismo na agenda dos minerais estratégicos, essenciais para a transição energética e para a soberania tecnológica. Compete, igualmente, à ANSN, regular essas cadeias produtivas, garantindo que avancem com segurança, previsibilidade e em conformidade com os compromissos internacionais assumidos pelo país. Além disso, caberá à ANSN zelar pelo cumprimento dos acordos internacionais da área nuclear dos quais o Brasil é signatário.

Esses compromissos demandam não apenas estrutura, mas também autoridade, independência e legitimidade. O nosso passado nos lembra o que está em jogo. O acidente com o césio-137 em Goiânia foi um divisor de águas na história do país e um dos maiores acidentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

radiológicos do mundo. Ceifou vidas, deixou traumas, expôs fragilidades, mas também mobilizou aprendizado, rigor e consciência.

A ANSN nasce com esse legado e com a responsabilidade de transformá-lo em política de Estado. Por termos vivido tamanha tragédia em nosso território, temos o dever institucional de estar entre os melhores. A regulação nuclear brasileira deve ser referência não apenas pela sua excelência técnica, mas pelo compromisso com a vida, com a confiança pública e com o futuro.

Se minha indicação for aprovada, assumo o compromisso de atuar com rigor técnico, integridade institucional e dedicação plena à missão pública. Quero liderar uma autoridade transparente, confiável e presente, com capacidade de escuta e interlocução permanente com os setores regulados, com a sociedade civil e com este Parlamento. Não há boa regulação sem boa democracia.

Permitam-me, neste momento, registrar um agradecimento especial aos entes do Programa Nuclear Brasileiro, que têm apoiado a criação e a estruturação da ANSN: à Frente Parlamentar Nuclear, dedicada a promover o fortalecimento institucional do setor; às sociedades científicas e profissionais da área, que há décadas contribuem para o avanço técnico; à Marinha do Brasil, instituição estratégica no desenvolvimento nuclear nacional; às universidades; aos centros de pesquisa; e às instituições públicas e privadas, que atuam com responsabilidade no uso pacífico da energia nuclear.

Agradeço com sincero reconhecimento e profundo carinho aos servidores da Comissão Nacional de Energia Nuclear, em especial àqueles da Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear. Foram eles que, ao longo de décadas, sustentaram a função regulatória em nosso país. Muitos já se aposentaram, outros já não estão mais entre nós. Essa conquista também lhes pertence.

Finalizo dizendo que o Brasil tem hoje uma oportunidade concreta de consolidar uma regulação nuclear moderna, autônoma e respeitada. A ANSN é um instrumento dessa nova etapa e deve ser fortalecida como tal. A confiança pública, os investimentos de longo prazo, a credibilidade internacional e a proteção da sociedade dependem de uma autoridade técnica, sólida, confiável e comprometida.

Como escreveu Guimarães Rosa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO FACURE NEVES DE SALLES SOARES – ... "O que a vida quer da gente é coragem" – coragem para inovar com responsabilidade, para decidir com serenidade e para proteger com firmeza.

É com essa disposição, madura, técnica e institucional, que me apresento a esta Comissão, colocando minha experiência e minha dedicação a serviço do país, certo de que a regulação nuclear brasileira pode e deve ser referência mundial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Alessandro Facure Neves de Salles Soares, indicado para o cargo de Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, que faz a sua manifestação. Na sequência, o item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2
MENSAGEM (SF) N° 85, DE 2024
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, o nome da Senhora LORENA POZZO, para exercer a função de Diretora de Instalações Radioativas e Controle da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear - ANSN, com mandato de três anos.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

1. Em 13/08/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A arguição pública será realizada nesta reunião.

À indicada, asseguro a palavra.

A SRA. LORENA POZZO (Para expor.) – Obrigada, Senador. Boa tarde a todos.

Cumprimento o eminente Senador Marcos Rogério, Presidente desta Comissão, o eminente Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Congresso, e o Senador Otto Alencar, Relator da minha indicação, por quem nutro profundo respeito e admiração, agradecendo pela confiança e pela oportunidade deste diálogo. Nas suas pessoas, saúdo todos os Senadores e Senadoras aqui presentes, bem como os que nos acompanham aqui e pela TV Senado.

Sinto-me profundamente honrada por poder me dirigir a esta Comissão como indicada ao cargo de Diretora de Instalações Radioativas e Controle da ANSN. A Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN) foi criada em 2021 por decisão deste Congresso Nacional, por meio da Lei nº 14.222, por cisão da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), entretanto ela somente será implementada agora, a partir da nomeação do primeiro Diretor-Presidente.

É aqui, diante dos representantes eleitos pelo povo brasileiro, que buscamos a legitimidade para exercer funções que impactam diretamente a segurança e o desenvolvimento tecnológico, a proteção da sociedade e do meio ambiente.

Não posso deixar de agradecer ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pela confiança ao indicar meu nome para esta diretoria, e aos ministros envolvidos; aos meus filhos, ainda jovens, e ao pai deles, pelo apoio e paciência durante este processo; aos meus pais, cuja ausência é sempre presente, e a toda a minha família; aos amigos e aos colegas da Cnen e da Diretoria de Radioproteção e Segurança – DRS, cujo trabalho comprometido e qualificado é a base da nossa nova autoridade.

Agradeço ainda a parceria dos meus colegas indicados, Alessandro Facure e Ailton Dias, e, em especial, ao ex-Diretor da DRS, Ricardo Guterres.

Exmos. Srs. e Sras. Senadoras, compareço com profundo respeito institucional para pedir o voto e o apoio das senhoras e senhores, reconhecendo que essa função exige não apenas conhecimento técnico, mas também compromisso institucional, sensibilidade federativa e capacidade de diálogo permanente com esta Casa.

Eu gostaria de começar a minha fala expressando o meu compromisso de trabalhar incansavelmente durante todo o meu mandato para que a ANSN possa ser um vetor para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento econômico e social do Brasil, garantindo a segurança e a proteção radiológica da população e do meio ambiente; sabendo que nosso país precisa de instituições fortes que atuem de forma ética, transparente e previsível, impulsionando a inovação, a industrialização e o acesso seguro a produtos e serviços que façam uso da tecnologia nuclear.

Nasci em Ponta Porã, antes da divisão de Mato Grosso, e cresci em Campo Grande, já Mato Grosso do Sul. Aos 16 anos, deixei meu estado natal para estudar Física na Unicamp, onde também concluí o mestrado. Mais tarde, doutorei-me pela USP, com foco na aplicação de tecnologias nucleares à saúde. Trabalhei no então Serviço de Radioisótopos do Incor, onde me tornei especialista em física aplicada à medicina nuclear e supervisora de proteção radiológica.

Essa vivência me mostrou a importância de ampliar o acesso seguro da população às tecnologias de alta complexidade, o que, para mim, que vim do interior do Brasil, assume uma importância ainda maior.

Fui docente da Unicamp e atuei como pesquisadora e docente do Ipen, ministrando disciplinas várias como Avaliação de Tecnologias em Saúde e Proteção Radiológica. Aprendi nessa trajetória que uma autoridade forte se constrói também pela formação continuada e pela valorização dos seus quadros técnicos.

Sou servidora de carreira da Cnen há 15 anos. Atuei na produção e regulação de radiofármacos, coordenei projetos estratégicos no Centro de Radiofarmácia do Ipen, participei da revisão de normas e de discussões com a Anvisa e representei o Brasil em iniciativas da Agência Internacional de Energia Atômica.

Aprofundei minha experiência em Avaliação de Tecnologias em Saúde na Universidade de Bolonha e na *Agenzia Sanitaria della Emilia-Romagna*, na Itália. E atuei por três anos na *Health Technology Assessment International* – a *HTAI*, em um grupo voltado especificamente ao uso de dados e evidências do mundo real nas aplicações médicas.

Com esse conhecimento, criei e coordenei o Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde – o Nats, do Ipen, que hoje se expande para toda a Cnen e é reconhecido pelo Ministério da Saúde.

Assim como promovi a aproximação entre Ipen e Cnen com o Ministério da Saúde, que resultou no reconhecimento do Centro de Radiofarmácia como laboratório oficial do SUS e como parte do Complexo Econômico e Industrial da Saúde, acredito que a ANSN deva também firmar cooperação com órgãos do Executivo. Do ponto de vista regulatório, isso permitirá fortalecer não apenas a segurança e o acesso à saúde, mas todo o setor produtivo nuclear.

Se esta Comissão e o Plenário aprovarem meu nome, assumirei com honra a Diretoria de Instalações Radioativas e Controle, estruturada em duas coordenações gerais e uma divisão de normas.

A primeira coordenação cuidará das instalações radiativas em medicina, indústria, pesquisa, comércio e serviços. São cerca de 3,5 mil instalações em todo o país que já estão sendo reguladas pela DRS-Cnen. Essa missão agora será da ANSN.

Nossa prioridade será o compromisso inegociável com a segurança radiológica e física dessas práticas, assegurando licenciamento, fiscalização e supervisão com rigor técnico, alinhados às orientações nacionais e internacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa atuação será conduzida com planejamento técnico, diálogo com os servidores e plena continuidade da proteção radiológica sem qualquer interrupção no processo regulatório.

A segunda coordenação será responsável pela segurança física das instalações e das fontes, pelo transporte de materiais radioativos e nucleares e pelo gerenciamento de rejeitos radioativos.

Esses temas transversais exigem articulação permanente com outros setores da própria ANSN e com outras autoridades nacionais e internacionais.

O controle de fontes e gestão de rejeitos e a proteção do transporte serão conduzidos com seriedade absoluta para que a sociedade e o meio ambiente estejam sempre protegidos.

A divisão de normas terá a missão de revisar, consolidar e modernizar o arcabouço regulatório da ANSN, assegurando processos mais ágeis, transparentes e proporcionais ao risco.

Pretendemos digitalizar fluxos, aprimorar sistemas eletrônicos de licenciamento e fiscalização, simplificar requisitos e utilizar ferramentas de análise preditiva e inspeção remota, quando possível e aplicável. Essa modernização trará previsibilidade, reduzirá burocracias desnecessárias e ampliará a confiança dos setores regulados.

Para apoiar essa estrutura, instituirei um conselho consultivo permanente, ampliando a transparência e a escuta da sociedade. Pretendo tornar acessíveis dados sobre licenças, inspeções e ações corretivas por meio de relatórios, painéis públicos e comunicação ativa com a sociedade, prevenindo desinformações e fortalecendo a legitimidade da ANSN.

Reconheço que não há regulação sem equipe qualificada. Será prioridade, então, atrair e capacitar profissionais, valorizando o corpo técnico e fortalecendo a formação continuada em articulação, por exemplo, com o Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD) e outras instituições.

Até que novos concursos recomponham os quadros, utilizaremos mecanismos legais de curto prazo como convênios, bolsas e contratações temporárias, para preservar o conhecimento acumulado e assegurar a missão regulatória desde o primeiro dia.

Tenho clareza de que a primeira diretoria terá responsabilidade histórica de estruturar e fortalecer a ANSN, atuando com responsabilidade fiscal, eficiência no uso dos recursos públicos e diálogo permanente com entidades da sociedade e, sobretudo, com esta Casa, de modo que a autoridade disponha de meios compatíveis com a complexidade do setor nuclear brasileiro.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LORENA POZZO – Por fim, lembro que a área nuclear nasceu com a descoberta da radioatividade por Marie Curie, trabalho continuado por sua filha, Irene, e avançou com a descoberta da fissão nuclear por Lise Meitner, que abriu caminho para a geração da energia limpa e para a tão necessária descarbonização atual. Reconheço, assim, o simbolismo de ser mulher e de integrar a primeira diretoria da ANSN, uma instituição tão aguardada pelo país.

Compareço hoje para colocar minha trajetória a serviço do Brasil.

Tenho plena consciência de que a segurança nuclear é uma política de Estado, que deve ser conduzida com estabilidade, rigor técnico e respeito à democracia.

Espero merecer o voto de confiança desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caso seja aprovada, comprometo-me a atuar com seriedade, espírito público e transparência, sempre em favor da segurança da população, da proteção ambiental e do fortalecimento do setor nuclear brasileiro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dra. Lorena Pozzo, por sua manifestação.

Eu agradeço o conjunto dos Senadores que estão comparecendo à Comissão, já registrando seus votos, outros acompanhando a sabatina aqui no plenário, em razão da antecipação que fizemos.

Peço desculpa aqui aos indicados de ter feito a antecipação, mas o esforço é para a gente tentar cumprir a meta de fazer a votação na Comissão e, depois, no Plenário ainda no dia de hoje. Então, o nosso agradecimento pela compreensão.

Registro a presença do Deputado Julio Lopes. Seja muito bem-vindo à Comissão de Infraestrutura.

Regimentalmente, eu não posso fazer isso, mas V. Exa. terá uma exceção, em razão da grandeza do mandato que faz na Câmara dos Deputados.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP - RJ) – Muito obrigado, Senador Marco Rogério.

Só quero parabenizar V. Exa. pela condução do trabalho e dizer o quanto testemunho a qualidade do trabalho do Ailton, do Facure e da Lorena e quero muito também que o José Fernando tenha o mesmo destino.

Tenho certeza de que, nas suas mãos, estamos todos muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, nobre Deputado Julio Lopes, e o parabenizo pelo destaque da atuação que faz na Câmara dos Deputados também.

Na sequência, item 3 da pauta.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) N° 86, DE 2024
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, o nome do Senhor AILTON FERNANDO DIAS, para exercer a função de Diretor de Instalações Nucleares e Salvaguardas da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear – ANSN, com mandato de dois anos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Em 13/08/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A arguição pública será realizada nesta reunião.

Ao indicado, asseguro a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AILTON FERNANDO DIAS (Para expor.) – Exmas. Sras. Senadoras; Exmos. Srs. Senadores; Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Marcos Rogério; Exmo. Sr. Relator, Senador Zequinha Marinho; Exmo. Deputado Federal Julio Lopes, Presidente da Frente Parlamentar Nuclear; boa tarde a todas e a todos aqui presentes e àqueles que nos assistem pela TV Senado e pelas redes sociais.

Primeiramente, quero agradecer ao Senador Zequinha Marinho, que muito me honrou ao aceitar fazer a relatoria do meu processo de indicação para a Diretoria de Instalações Nucleares e Salvaguardas da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN).

Agradeço ao Presidente da República, Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, pelo encaminhamento da indicação do meu nome para apreciação por este nobilíssimo Senado Federal e para o prestigioso desafio de integrar a primeira Diretoria Colegiada da ANSN. Agradeço à minha família e aos meus amigos, que sempre me apoiaram na minha trajetória.

Ingressei no setor nuclear aos 19 anos, como estagiário do Programa de Recursos Humanos para o Setor Nuclear (Pronuclear), na extinta Nuclebrás, especificamente no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear, em Belo Horizonte.

O Pronuclear foi um dos mais exitosos programas de formação e capacitação de recursos humanos especializados já realizados neste país, tendo treinado milhares de técnicos e especialistas, nos mais diferentes níveis acadêmicos e áreas do conhecimento, entre 1976 e 1985. Esse programa permitiu que o Brasil integre, hoje, o seleto grupo de oito países que dominam o ciclo do combustível nuclear, desde a mineração de urânio até a operação de usinas nucleoelétricas, passando pelas diferentes etapas de beneficiamento do minério de urânio, do enriquecimento e da fabricação de elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Desde o meu ingresso no CDTN, tive o privilégio e a oportunidade de trabalhar com especialistas do mais alto nível em diferentes áreas do conhecimento, como instrumentação nuclear, proteção radiológica, técnicas de radiação, ensaios não destrutivos, projetos e testes de elementos combustíveis, gerência, armazenamento e deposição de rejeitos radioativos e licenciamento, controle e fiscalização de instalações nucleares e radioativas.

Desde então, consolidei minha formação acadêmica, tendo graduação em Engenharia Elétrica, pela PUC Minas, mestrado em Ciência da Computação, pela UFMG, doutorado em Ciências, pela Universidade de Paris XI, pós-doutorado pela USP e cursos de aperfeiçoamento e especialização na minha área de atuação.

Coordenei equipes multidisciplinares em projetos e atividades técnicas, científicas e gerenciais. Participei de atividades acadêmicas como docente, coordenador, orientador e membro de bancas examinadoras. Ocupei cargos de direção e assessoramento superior, como Chefe de Divisão, Coordenador-Geral, Assessor, Chefe de Gabinete e Diretor na Comissão Nacional de Energia Nuclear, na Autoridade Portuária do Rio de Janeiro e na concessionária de energia elétrica Light S.A., além de ter sido membro de comitês técnico-científicos e conselhos de administração em organizações públicas e privadas.

Essa trajetória pessoal, profissional e acadêmica poderá ser de grande utilidade na estruturação, implantação e funcionamento da ANSN, em busca da excelência técnico-administrativa. Esse será um grande desafio, juntamente aos meus colegas da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Dra. Lorena Pozzo e Dr. Alessandro Facure, aqui presentes, indicados para integrar a primeira Diretoria Colegiada da ANSN.

Aproveito, inclusive, para saudar os servidores e colaboradores da Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear, do Instituto de Radioproteção e Dosimetria, do laboratório de Poços de Caldas, dos escritórios e distritos, além dos demais servidores e colaboradores da Cnen, que em breve integrarão a força de trabalho da ANSN. Estou convicto de que contaremos com uma equipe motivada, competente, qualificada, comprometida e alinhada.

Inicialmente com apenas 155 fiscais, a ANSN será responsável pelo controle de cerca de 30 instalações nucleares, mais de 3,6 mil instalações radioativas industriais, médicas e de pesquisa e 15 instalações de rejeitos radioativos, realizando anualmente 700 fiscalizações, emitindo mais de 7 mil pareceres e analisando em torno de 12,8 mil requerimentos. Esse trabalho é balizado por cerca de 60 normas que disciplinam as atividades de licenciamento e fiscalização de instalações sob controle regulatório, além de ações de controle de rejeitos radioativos, transporte, proteção física, emergência radiológica e salvaguardas de materiais nucleares.

Compete, ainda, à ANSN zelar pelo cumprimento de acordos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção sobre Segurança Nuclear, a Convenção Conjunta sobre a Segurança da Gestão do Combustível Irradiado e dos Rejeitos Radioativos, o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e outros.

Entre as ações e projetos prioritários do Programa Nuclear Brasileiro que estarão sob o controle regulatório da ANSN, destacam-se o descomissionamento das instalações de mineração das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em Caldas, Minas Gerais, e o licenciamento de pequenos reatores modulares – os SMRs, em inglês – e microrreatores para a geração de energia firme, em complemento às fontes de energia renováveis intermitentes em locais remotos e em substituição a fontes de energia não renováveis, como usinas termoelétricas a carvão e a óleo, contribuindo para a descarbonização da matriz energética; licenciamento da Usina Nuclear de Angra 3, caso a decisão de retomada de sua construção seja deliberada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE); instalações nucleares terrestres para o desenvolvimento do submarino à propulsão nuclear convencionalmente armado; instalação mínero-industrial nuclear de Santa Quitéria, no Ceará, destinada à extração de minério de urânio; expansão da fábrica de elementos combustíveis da INB, em Resende, no Rio de Janeiro; expansão da unidade de concentração de urânio da INB, em Caetité, na Bahia; repositório de rejeitos radioativos de baixo e médio níveis de radiação (projeto Centena), em local a ser definido pela Cnen; Reator Multipropósito Brasileiro, uma instalação para garantir a autossuficiência na produção de radioisótopos essenciais à fabricação de fármacos, além de permitir a qualificação de combustíveis e materiais nucleares.

É importante frisar que não compete ao órgão regulatório formular políticas públicas, mas, sim, exercer a regulação em conformidade com as políticas vigentes, assegurando o cumprimento dessas políticas de forma segura e em benefício da sociedade brasileira. Além disso, compete ao regulador apontar, para os Poderes Executivo e Legislativo, eventuais lacunas em termos de políticas e marcos legais que poderiam ser oportunamente submetidas à apreciação do Congresso Nacional, como, por exemplo, a formulação e/ou a revisão de: política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nuclear brasileira, política nacional de rejeitos radioativos, Programa Nuclear Brasileiro, flexibilização do monopólio nuclear, política nacional de recursos estratégicos de minério nuclear.

Antes de concluir, Senador Marcos Rogério, eu gostaria de prestar uma homenagem a um grande cientista, acadêmico e químico brasileiro, mentor e amigo, mineiro de Paracatu, que faleceu em maio deste ano, aos 97 anos, em Belo Horizonte, o Prof. José Israel Vargas. Com doutorado pela Universidade de Cambridge, em 1959, foi Professor catedrático e emérito da UFMG, na área de físico-química; dirigiu pesquisas do Centro de Estudos Nucleares, em Grenoble, na França; foi Presidente da Academia Brasileira de Ciências e Presidente da Academia de Ciências dos países do terceiro mundo; exerceu os cargos de Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais, entre 1977 e 1979, e foi Ministro da Ciência e Tecnologia, entre 1992 e 1999.

Em 1986, no Governo Sarney, o Prof. José Israel Vargas foi designado, por decreto presidencial, para presidir a Comissão de Avaliação do Programa Nuclear Brasileiro, num prazo de 180 dias, integrada por grandes expoentes da ciência brasileira de então, como os físicos José Leite Lopes, Marcello Damy e Ramayana Gazzinelli, entre outros.

No relatório final, entre as inúmeras recomendações relacionadas ao Programa Nuclear Brasileiro, cabe destacar a seguinte – curioso –: criar, no âmbito da Presidência da República, a Comissão Nacional de Radioproteção e Segurança Nuclear, que se encarregaria das funções normativas, licenciadoras e fiscalizadoras – atualmente exercidas pela Cnen –, cujo Presidente seria nomeado pelo Presidente da República, com a aprovação do Senado Federal e com um mandato não coincidente com os demais dirigentes do Poder Executivo.

Esse relatório, elaborado há incríveis 39 anos, ficou conhecido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AILTON FERNANDO DIAS – ... como o relatório Vargas e pode ser considerado o embrião da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, que somente viria a ser criada em 2021, por meio da Lei 14.222, por iniciativa do Exmo. Senador e ex-Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, Astronauta Marcos Pontes.

Enfatizo que, por quase 40 anos, a criação de um órgão regulatório nuclear autônomo e independente foi o sonho e o desejo de pelo menos duas gerações de profissionais que atuam e atuaram em atividades de licenciamento, controle e fiscalização de instalações e atividades nucleares e radioativas no Brasil.

Se aprovado por V. Exas., comprometo-me a contribuir para a consolidação de uma autoridade nuclear que seja uma referência internacional em seu campo de atuação, promovendo a cultura de segurança, disseminando boas práticas, informando a sociedade brasileira e zelando pelo uso seguro das aplicações nucleares.

Por fim, agradeço às Exmas. Senadoras e aos Exmos. Senadores pela presença, pela paciência e pela confiança a que espero poder fazer jus, contando com os seus votos para honrosamente integrar a primeira diretoria colegiada da ANSN.

Desejo uma boa tarde a todas e a todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado Dr. Ailton Fernando Dias pela exposição que faz e cumprimento-o por essa referência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que traz a dois momentos históricos, um inaugurado em outra época, mas muito conectado com aquilo que nós estamos fazendo hoje. Uma semente plantada há trinta e tantos anos, 39 anos, que agora se consolida e no modelo apontado à época.

O SR. AILTON FERNANDO DIAS – Isso que é curioso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ele apontou o modelo sob todos os aspectos e é exatamente aquilo que hoje foi desenhado e agora, mais recentemente, na gestão do Ministro Marcos Pontes, que teve a iniciativa de colocar para frente a criação da nossa Agência Nacional de Segurança Nuclear, algo extremamente importante. A expectativa era a de que, já naquele momento, a gente tivesse as indicações e a composição dessa agência, o que está sendo feito agora.

Enfim, para quem esperou 39 anos para o seu nascimento, a tempo e horas, estamos hoje aqui a fazer a sabatina da primeira diretoria colegiada, com o seu Presidente, membros do colegiado, que, tenho certeza, farão um bom trabalho.

Eu tive a oportunidade de receber no gabinete todos os indicados da ANSN. Todos quadros preparados, todos quadros técnicos e tenho certeza de que essa primeira diretoria não poderia ser melhor composta do que pelos quadros indicados e hoje sabatinados aqui.

Faço votos de muito sucesso aos senhores e senhoras.

Depois eu vou fazer uma pequena ponderação em relação a alguns aspectos da agência, mas antes eu vou assegurar a palavra ao nosso próximo sabatinando.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 93, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei 9.986, de 18 de julho de 2000, e o art. 7º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, o nome do Senhor JOSÉ FERNANDO DE MENDONÇA GOMES JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente do término do mandato de Guilherme Santana Lopes Gomes.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Em 13/08/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A arguição pública será realizada nesta reunião.

O indicado tem a palavra.

O SR. JOSÉ FERNANDO DE MENDONÇA GOMES (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Senador Marcos Rogério, é uma honra estar aqui nesta Comissão sendo presidida pelo senhor. Quero saudar também o Presidente desta Casa, o Senador Davi Alcolumbre. Saúdo também o Relator da minha indicação, o Senador Veneziano Vital do Rêgo. Saúdo os Senadores do Pará, o Senador Jader Barbalho, o Senador Beto Faro e o Senador Zequinha Marinho, que se encontra aqui. É uma honra, Senador, ter o senhor aqui na minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabatina! A gente se conhece desde quando o senhor foi Deputado Estadual. Eu não vou falar mais, senão vão descobrir a nossa idade. (*Risos.*)

Mas é uma honra, viu, Senador? Todos os Senadores do Pará orgulham muito o nosso Estado.

Agradeço profundamente também ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva pela indicação. Minha gratidão eterna também ao Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, pelo seu apoio; ao nosso Ministro do Estado do Pará e Ministro das Cidades, Senador Marcos Rogério, o Ministro Jader Filho, e, em especial, ao Governador Helder Barbalho, pela oportunidade de servir ao povo do Pará como Secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia e, hoje, atualmente, como Presidente da Companhia de Saneamento do Estado do Pará. É uma honra fazer parte da equipe do Governador Helder. E, desde já, Senador, como foi deliberado nesta Comissão nas outras sabatinas, irei cumprir religiosamente a deliberação da CI sobre o afastamento.

Querido Senador Marco Rogério, minha trajetória profissional começou aos 13 anos no setor privado, acompanhando meu pai e meu avô. Posteriormente, atuei como consultor de diversas empresas e entidades empresariais. Logo depois, Senador, fui selecionado por uma *headhunter* lá no Estado do Pará, lá na nossa Região Norte, pela Spencer Stuart. Mais de 500 pessoas participaram desse processo seletivo para fazer parte do time da Companhia Vale, o que muito me orgulhou à época.

Fiz parte desse time na área de relações institucionais e governamentais, onde pude aprender sobre minério de ferro, níquel, cobre, bauxita e outros minérios, além da importância da logística, Senador, porque não adianta ter uma mina e não ter aquela logística integrada, porque o minério vai ficar debaixo da terra.

Tive também a honra de presidir o Sindicato das Indústrias Minerais por mais de dez anos. Promovemos uma verdadeira revolução à frente daquele sindicato, criando o Anuário Mineral do Pará. E aqui, Senador, hoje isso foi motivo, além da minha sabatina, de muita alegria e emoção, ver as crianças participando de um concurso de redação. Quando nós iniciamos no sindicato na mineração, Senador Zequinha Marinho, à época, era uma vontade que eu tinha muito grande de criar a geração da mineração no Estado do Pará. E nós criamos um concurso de redação, junto com a Secretaria de Educação, Senador Marcos Rogério, em que a gente premiava o aluno, o professor e a escola. E era uma festa.

Então, isso foi de muita emoção hoje aqui.

Também, como Presidente do Sindicato da Mineração, criamos um prêmio de jornalismo, o Anuarinho e o Prêmio Minerador Honorário. Nesta posição, colaborei com diversas entidades. Com o Ibram – e aqui vejo seu ex-Presidente Walter Alvarenga, que está aqui me prestigiando. Obrigado, Walter. Com a Abal, a Fiepa, a CNI, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, o sindicato dos geólogos e engenheiros de minas – e aqui vejo um grande geólogo que serve ao Brasil, que é o meu querido Carlão, Carlos Nogueira. Obrigado por estar aqui na minha sabatina, Carlão.

Mais tarde, Senador, tomei a decisão de sair do privado para ir para o público. Aceitei o desafio do Governador Helder para assumir a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia, onde, sob sua condução, fizemos uma verdadeira revolução à frente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daquela Secretaria, criando a taxa mineral. A taxa mineral foi criada no Governo anterior, mas era reduzida e nós a valoramos para 3 UPFs, a unidade fiscal do Estado. Isso deu condições a vários investimentos no Estado do Pará.

Para o senhor ter uma ideia, o volume dessa taxa, Senador, quatro anos atrás, dava em torno de R$1,2 bilhão por ano, o caixa do Estado, R$1,2 bilhão em obras que a companhia fazia e entregava para o Governo do estado.

Também participamos ativamente da CPI da Vale. Avançamos também em projetos ferroviários estruturantes, como Usina da Paz. Trabalhamos fortemente na verticalização da cadeia mineral. Não podemos só vender minério *in natura*, temos que trabalhar nessa verticalização. Implementação de incentivo para várias indústrias, consolidação de empresas e também trabalhando sempre no diálogo com a comunidade.

E aí uma coincidência que muito me honra, Senador. O Estado do Pará, à época, quando estava na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia, Senador Zequinha Marinho, foi o primeiro a assinar com a ANM um acordo de cooperação técnica sobre a nossa condução lá, para troca de informações e fiscalização.

Esse histórico me dá a segurança de que posso contribuir significativamente para a Agência Nacional de Mineração, uma instituição jovem, mas importante e estratégica para o Estado.

Estou comprometido com os seguintes desafios e prioridades quando assumir a agência, com o voto de cada um dos Senadores, se for o desejo da maioria dos Senadores desta Casa: fortalecer a fiscalização; modernizar processos; valorizar recursos estratégicos; promover o diálogo com os *stakeholders* – e aqui ouvi desde ontem, Senador, a queixa dos Senadores, com toda a razão, do encastelamento das agências, saibam que, caso a gente chegue à Agência Nacional de Mineração, irei trabalhar com o colegiado, meus outros quatro diretores, nossos colegas, para estar de portas abertas para a sociedade e para esta Casa, temos que respeitar esta Casa porque ela é formuladora das leis – e cumprir todas as normas de *compliance* na agência e nos órgãos de fiscalização; garantir decisões técnicas – segurança jurídica é atração de investimentos, sem segurança jurídica, os investidores não vêm –; trabalhar fortemente para o desenvolvimento das pequenas e médias minerações – a pequena e a média mineração são de fundamental importância para o país porque elas geram desenvolvimento local no município onde atuam –; e proteção do interesse público. Além de tudo isso, com a realização da COP 30, em Belém, a Amazônia estará no centro das atenções globais. E é de fundamental importância, a mineração sustentável terá um papel crucial nesse cenário. E a ANM será fundamental para garantir o setor, as expectativas de uma economia verde, alinhada às metas climáticas e ao desenvolvimento sustentável.

Já encerrando, querido Senador Marcos Rogério, gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui com V. Exas.

Peço humildemente a cada um de vocês o voto na nossa indicação, com o compromisso de desempenhar minha função com dedicação, ética, responsabilidade e, como eu falei há pouco, de portas abertas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço à minha esposa Poliana, aos meus filhos, (*Manifestação de emoção.*) a minha filha, a minha família e a minha mãe, sem me esquecer da nossa pequenina Nala, que é a nossa *pet*.

Que o ano de 2025, que em breve se encerrará, em dezembro, seja um marco de realizações, especialmente com a COP da floresta, no Estado do Pará, na nossa querida Belém, promovendo o desenvolvimento sustentável do Brasil e da Amazônia.

Mais uma vez, agradeço a cada um dos Srs. Senadores e a todos que estão nos ouvindo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. José Fernando Gomes, indicado à nossa Agência Nacional de Mineração.

Eu indago aos Senadores presentes aqueles que querem fazer uso da palavra.

Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente. Apenas para cumprimentar nossos sabatinados deste momento: Dra. Lorena, Dr. Alessandro, Dr. Ailton e Dr. José Fernando.

Os três primeiros da ANSN, autoridade que regulamenta esse setor, que não é fácil, é um negócio novo, importante; é nessa formatação da regulação que se pode olhar para o futuro e se preparar para ele. Talvez a ANM do José Fernando não tenha mais esse privilégio, porque já está aí na estrada, vem do DNPM, vem de lá para cá. Mas os senhores, com certeza, darão o melhor de si. Tive a honra de ser Relator do nome do Dr. Ailton Fernando Dias, um homem preparado, qualificado e também maduro o suficiente para fazer um grande trabalho. O Brasil precisa de todos nós e principalmente dos brasileiros que ocupam funções estratégicas, que podem colaborar, que podem pensar, que podem melhorar.

Então, da nossa parte, há o desejo de que os senhores sejam muito bem-sucedidos na função e que possam dar ao Brasil o melhor de si, fortalecendo a instituição, valorizando a sua existência, a sua finalidade, e que a gente possa amanhã se orgulhar da passagem de vocês por lá. Se precisarem de urânio, falem conosco, porque lá no Pará a gente tem bastante. Brincadeira! (*Risos.*) Mas é verdade, nós temos na região sul... Olha, e eu vim descobrir isso naquele dia que a gente estava conversando, porque sempre – sabe, José Fernando? –, o pessoal diz que tem urânio na região de Monte Alegre, ali, naqueles municípios próximos, Alenquer e tal, Curuá, mas aquele urânio, segundo a internet, não tem o mesmo conteúdo, a mesma qualidade de um urânio que compensa.

Aí, o Dr. Ailton falou assim: "Mas tem também no Rio Cristalino". Eu conheço uma antiga grande fazenda que virou um projeto de assentamento no sul do Pará, em Santana do Araguaia. Fomos conferir exatamente no Município de Santana, e o urânio de Santana do Araguaia é de ótima qualidade. Então, se um dia tiverem que dar um conselho para alguém que queira explorar, não se esqueçam do sul do Pará. Eu estou aqui para levá-los de perto, eu conheço lá a terra.

Dr. José Fernando, a Agência Nacional de Mineração vem do DNPM, daquele tempo, e na criação ou na transformação do DNPM em uma agência, foi feito da maneira mais precária que se possa imaginar – com certeza, V. Sa. sabe disso. Eu tentei ajudar como pude os servidores da ANM, porque, lamentavelmente, eu digo... Em determinado momento lá atrás, eu acho que numa audiência pública aqui, eu disse: "Na hora que foram transformar o DNPM numa agência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só tiraram a placa de um e colocaram de outra, e não mexeram em mais absolutamente nada". Aí, um cara me reprendeu e disse: "Não, não foi. Foram lá e apagaram mais ou menos DNPM e escreveram ANM em cima", tamanha a precariedade da ANM, que pegou um quadro defasado de funcionários, ganhando pouco. Enquanto um servidor da ANP ou de outras agências ganha 15, o da ANM ganha 7,5. Está melhorando isso? Parece que está. Levamos isso à Ministra Esther, parece, tentamos negociar para ver se a gente conseguia, porque a situação é extremamente difícil para aqueles servidores.

A futura casa de V. Sa. é uma casa desafiadora também, assim como foram suas outras funções lá pelo estado, que nós conhecemos muito bem, não só na deliberação do colegiado com relação aos projetos, aos avanços, etc., etc., mas principalmente na estruturação da agência. E olhe que o Governo deveria cumprir o que está na lei sobre repasse de recurso, porque produz muito, produz muito – poderia produzir mais, mas produz bastante já –, para que a instituição se fortaleça, para que o servidor tenha orgulho, para que o servidor não esteja aqui pensando lá fora em outro concurso, em outra oportunidade que certamente teria se saísse do Governo.

Agora, um outro desafio que nós todos... E aí você não pode ficar fora disso. A Amazônia tem no mínimo 600 mil pequenos mineradores que nós chamamos de garimpeiros, que é uma imagem muito desgastada atualmente. Eu tenho nesta Casa um projeto de lei que resolve aquele problema de forma simples. A gente precisa botar a mão na consciência para tentar arrumar uma saída. E eu não vejo o próprio ministério, os órgãos ligados... À ANM, como já é dito aqui, não cabe formular política pública, mas cabe à ANM, no momento certo, a seus membros dar boas opiniões também. A gente precisa deixar de perder tanto minério no Pará, o estado que V. Ex. com certeza ama, porque lhe deu todas as oportunidades da vida – e está vindo também por causa do Pará para cá. Preste atenção nisto: a Avenida Paulista não pode continuar tendo mais ouro do que o Estado do Pará. A Avenida Paulista, se você pegar o faturamento ao longo dos anos, produz mais ouro do que o Estado do Pará. Esse negócio é um absurdo!

O Governo, passando necessidades... Eu vejo aqui tanta luta: cobra não sei o quê, arrecada mais ali por causa de um troco, um troco de R$15 bilhões... Não é brincadeira – sabe, Dr. Ailton? –, mas, se você desse uma melhorada na questão da organização da mineração na Amazônia ou pelo menos... Digamos que a Amazônia toda fosse só o Pará, esquecendo o resto e organizando só ali. A gente não precisava estar nessa luta toda por causa de um dinheiro tão pequeno para uma nação tão grande, mas nós estamos deixando escapulir entre os dedos tudo isso, perdendo arrecadação. E aí todo mundo perde: perde o município, perde o estado, perde o país. E, se a gente fizesse alguma coisa, a gente não precisava estar tão quebrado quanto está, valendo-se de coisa que, de repente, desgasta o Governo, porque precisa arrecadar, e arrecadação pega pesado no bolso do contribuinte.

Boa sorte meu amigo. Deus te abençoe e que tu possas prosperar muito, fazendo aquilo que estiver ao teu alcance, até fora dele, para que o Brasil tenha uma ANM cada dia melhor, mais eficiente, e a gente possa avançar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Zequinha Marinho.

Na sequência, o Senador Lucas Barreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Quero cumprimentar aqui o meu colega e Presidente da Frente Parlamentar do Petróleo, o Senador Zequinha Marinho. Em alguns momentos, ele acede um pouquinho, né? Ele diz que, se a Amazônia fosse só o Pará, aí já separa ali o Amapá...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Quando da tentativa de criação da reserva marinha na costa do Amapá, eu disse: "Por que não cria no Pará, Ministra Marina? Por que não cria lá em São Paulo, que é o estado que mais polui e em que a senhora é Deputada lá?". Aí ontem, anteontem, o Governador Helder já fez um discurso de que querem criar uma reserva lá no Pedral do Lourenço, inviabilizando um rio e uma hidrovia que pode transportar 60 milhões de toneladas de grãos. E aí eu saí em defesa do Pará. Por quê? Porque o Senador Zequinha sempre esteve em defesa do petróleo, porque o petróleo é Pará e Amapá, né?

Então é uma riqueza que está lá, e querem negar o desenvolvimento à Amazônia toda, ao Brasil e principalmente ao Amapá e ao Pará. E essa riqueza é nossa, é o que eles chamam de grande prêmio. A gente sabe que é uma grande reserva, estima-se que tenham 2 trilhões de metros cúbicos de gás, 17 bilhões de barris de petróleo. E a Guiana Inglesa já está produzindo ali 70% do petróleo que o Brasil produz.

Então, a gente vê o Governo brigando por IOF, R$15 bilhões, mas R$100 bilhões serão arrecadados pelo Governo Federal, a cada ano, se se explora. E Pará e Amapá serão muito beneficiados com o fundo também de ciência, tecnologia e formação tecnológica, e nossas universidades com certeza terão esse apoio financeiro. Você vê que Macaé tem lá cidade universitária, e o *royalty* é partilhado pelo Brasil todo, pelos municípios todos, dependendo dos índices de FPM e FPE. E o Amapá recebeu, no ano passado, noventa e poucos mil reais de *royalty* apenas – o estado não recebeu nenhum centavo.

Assim como o Fundo Amazônia, né? A gente não conseguiu receber nada. A gente diz lá – apesar de os dois estarem conversando muito ali – que o Fundo Amazônia é que nem assombração: todo mundo sabe que existe, mas ninguém vê. E o Pará, não. O Pará está sendo beneficiado e muito: recebeu 4 bilhões do BID, 5 bilhões do Governo Federal para alavancar essa infraestrutura, e ainda tem da Vale do Rio Doce, José Fernando, um apoio monstruoso, né? Porque o Amapá ficou com a Renca, que é a Reserva Nacional do Cobre, e, quando da criação, havia a Icomi lá no Amapá, que tirou 55 milhões de toneladas de mineral estratégico à época da Guerra Fria, o manganês, e a Vale do Rio Doce, no Pará, avançou com minério de ferro. E a Renca é a grande questão da Amazônia.

Hoje nós importamos, Senador Marcos, fósforo da Rússia, da Ucrânia, do Canadá, quando, no Complexo Maicuru, que está do lado do Pará, aqui, tem cinco montanhas, e a Vale já prospectou lá: tem 210 milhões de toneladas de fósforo! Imaginem os senhores.

Se tivermos o gás, nós teremos o nitrogênio. E em Autazes, a 400km, no Amazonas, nós temos potássio.

A tríade do desenvolvimento do país, gente, na porta, na hidrovia, do lado do Canal do Panamá, e, podemos dizer, ali, praticamente no nosso Centro-Oeste. No nosso Centro-Oeste,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para dividir aí com um custo de logística inversa, inclusive, de trazer o grão e levar os insumos com uma logística que chega a beirar, aí, os 10% que se gastariam normalmente.

Imagine que, para ir a Paranaguá, são 3,2 mil quilômetros subindo o rio. Lá do Amapá para lá. Quinhentos quilômetros sobe aqui o rio, já está no Centro-Oeste quando sobe o Amazonas.

De Cuiabá para Paranaguá, 2,2 mil quilômetros, 500km para onde estão os portos de grãos no Amazonas, no Rio Amazonas, entre Pará e Amapá.

Então... O manganês é uma coisa, lá na Serra do Navio, em que nós temos o teor menor, o teor 38, tem teor 40... O teor maior, 42, está todo armazenado lá nos Estados Unidos, porque acabou a Guerra Fria. Então, não se faz mais ferro manganês na intensidade que faziam. Faz-se hoje ferro cromo, outros tipos de liga de ferro.

Mas nós precisamos explorar esses rejeitos que estão lá de manganês, porque hoje, com a nova tecnologia, a China consegue fazer com que haja uma concentração maior desse mineral, o qual o Amapá tem em grande quantidade ainda.

Falou-se aí que nós temos urânio. Nós temos tório. É mais fraquinho um pouco, mas todo mundo, o mundo inteiro tem interesse também.

A Renca é a maior província mineral do mundo. Em prospecção, com dados de 1970, dos US$16 trilhões que tem na Amazônia em mineral, estima-se que tenha, só na Renca, US$1,7 trilhão em minerais.

O Presidente Temer abriu a Renca, e as "forças ocultas", na hora, fizeram-no voltar atrás.

E nós, agora, estamos com um projeto aqui, Presidente, protocolado, para desafetar 210 mil hectares da Renca, a parte que tem minerais, que tem ouro para se explorar por mil anos. E, paralelo a isso, nós estamos criando um grande mosaico de área protegida, de reserva mesmo de preservação, e aí é a compensação que nós daremos ao mundo, porque a Amazônia tem, hoje, 33 milhões de quilômetros quadrados de reserva. Tente propor uma reserva dessa para algum outro país. Ninguém quer! Você vê que as florestas primárias dessas áreas do Ecológico Canadá, por exemplo, só têm 9%. E o Brasil, não. O Brasil, só na Amazônia, tem mais de 70% das suas florestas primárias preservadas. Então, a questão é grande, e a responsabilidade principalmente da ANM...

Por exemplo, no ano passado, nós tivemos um absurdo no Amapá. Imaginem que tem um garimpo lá que se chama Garimpo do Lourenço, inclusive da reserva Pedral do Lourenço, que querem criar lá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Já vou encerrar, Presidente.

O Exército foi lá, fecharam o garimpo, tocaram fogo, e eles, com autorização de pesquisa que a ANM deu! Um absurdo!

Tem também uma solicitação que o senhor vai ter que ver no Amapá, Presidente, que é a Barragem Mário Cruz. Ela é uma barragem que tem 33 milhões de toneladas de rejeito. O poder destrutivo dessa barragem... São três barragens na Barragem Mário Cruz: uma de rejeito e à montante duas de água. Elas estão para romper. Eu já denunciei dez vezes, da tribuna do Senado ao Ministério Público Federal, mas a ANM precisa ir lá. Essa barragem, com esse rejeito que tem, tem uma gama de minerais que podem ser, sim, minerados, já altamente concentrados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ali. E ela pode romper. O poder destrutivo de estar a 100m de altitude e a 100km de três usinas hidrelétricas no Rio Araguari.. Olha o desastre ambiental. Então, aqui eu estou alertando para isso na nossa Comissão, presidida pelo Senador Marcos.

Quero desejar para vocês não boa sorte. Boa sorte a gente deseja para os inimigos, e vocês são amigos... O senhor é um amigo que eu tenho de muito tempo. Ao Tasso, um abraço. Tasso sempre atendeu ao Amapá com deferência. Então, sucesso para vocês na nova missão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Lucas Barreto.

Assim, nós concluímos os Senadores inscritos para se manifestar. Agradeço a todos.

Mesmo antecipando, nós alcançamos um quórum de votantes de 18 Senadores – uma sabatina prestigiada, mesmo com horário impróprio. Os Senadores sacrificaram o almoço para vir aqui, e eu tenho que agradecer.

Eu queria apenas, mais uma vez, registrar a minha alegria em poder conduzir a sabatina de V. Sas., quadros técnicos preparados, que, tenho certeza, vão desempenhar bem a função para a qual foram designados.

No caso da agência de Segurança Nuclear, de modo particular, eu tenho como uma agência estratégica para o momento em que nós estamos vivendo. Aliás, nós estamos atravessando um momento de muita inquietação e num campo que eu acho que a agência talvez nem tenha sido criada objetivamente para essa função em razão de o Brasil ser um país, por sua característica, por sua natureza, por sua vocação, de paz e não um país de guerra. Mas o Brasil é rico em um insumo que aqueles que alimentam, fomentam, instigam esse ambiente de tensão e de guerra, propriamente dita, olham para o Brasil com interesse muito grande naquilo que nós temos aqui, que é o insumo do material que eles utilizam para a guerra, e na sua dimensão mais perigosa, que é o caso do urânio que nós temos aqui.

E vez ou outra... E aí é o indicativo de preocupação que eu trago aqui, não à guisa de perguntar, de questionar, mas de reflexão para os senhores e senhoras, e a senhora que vai compor aquele colegiado, que deve ser ponto de observação. Dias atrás, eu observava um pronunciamento que o próprio Presidente da República fazia em uma transmissão ao vivo, em uma audiência que fazia junto com o Presidente da Rússia e observei que, quando ele tratou do assunto usinas nucleares, de pequenas usinas de enriquecimento, a transmissão russa suspendeu a transmissão imediatamente – a CNN estava transmitindo no Brasil. Eu confesso que chamou mais atenção o comportamento daquele país ao observar a fala e o que ela representava nesse ambiente todo que nós estamos a observar mundo afora do que a própria fala em si do Presidente da República, que, se retirada de contexto, tem seus pontos de preocupação. Eu não imaginei, naquele momento, que o Presidente da República estava a falar em enriquecimento de urânio, de usinas nucleares aqui, para finalidades bélicas, mas veja que o tema é tão sensível e o mundo está, neste momento, tão preocupado com essas questões que a reação de um outro país nos acendeu alertas aqui.

Então, hoje, nós estamos observando movimentos no nosso país vizinho, aqui na Venezuela, movimentos militares em outros países da região do nosso bloco, também com movimentos militares, e o Brasil tem aqui esses... E por que eu digo isso? É porque o Brasil tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum protótipo, algum modelo de enriquecimento de urânio com essa finalidade? Não. Mas o ponto de preocupação não é apenas o que o Brasil faz aqui; é o que o Brasil não faz para proteger a saída do insumo que nós temos aqui. E, do mesmo jeito que nós temos contrabando, desvio, nós temos a tal da pirataria, a questão da remessa ilegal de diamante, de ouro, nós não temos remessa ilegal de urânio? Eu não estou afirmando se tem, eu estou questionando num plano hipotético.

Então, quando eu digo que a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear tem um papel que, para mim, vai além do aspecto da regulação, do aspecto apenas da fiscalização, daquilo que é o corriqueiro. A atividade nuclear, a questão do uso do urânio para a finalidade medicinal é uma área extraordinária e que precisa ter avanços, mecanismos que permitem um avanço para salvar vidas, para melhorar o ambiente tanto de diagnóstico quanto de tratamento, e a agência vai ter esse papel conectado com esses múltiplos agentes privados e públicos que trabalham a partir dessa base. Mas me preocupa também – um abraço, Líder – eu queria fazer esta ponderação aos indicados: que se debruçassem um pouco mais. A gente começa a ouvir muita coisa relacionada a essa questão, repito, não de exploração e enriquecimento aqui, mas da possibilidade de que, sem uma fiscalização adequada, sem um monitoramento adequado, nós, de repente, sejamos alvo, inclusive, de sanções internacionais a partir de exploração de forma indireta e até ilegal daquilo que é um ativo que o Brasil tem.

Então, apenas... e aí, me chamou a atenção, em razão dessa fala recentemente que saiu. Na época, eu estava acompanhando a entrevista, porque era um assunto que interessava, e simplesmente cortaram a transmissão. Na hora que tratou do assunto, que falava de usinas nucleares, pequenas usinas nucleares, houve o corte da transmissão.

Era apenas uma observação aos senhores.

Mais uma vez, quero desejar sucesso à Autoridade Nacional de Segurança Nuclear. Tomara que tenha a estrutura necessária, o corpo funcional necessário. Tomara que não aconteça como aconteceu com a nossa Agência Nacional de Mineração, que, segundo o Senador Zequinha, nem a placa trocou, só apagaram o DNPM e acrescentaram ANM. Mas agora tem o primeiro concurso feito já, acho que os novos quadros já começam a compor a agência. Ainda não é, pelo que sei, Dr. José, o bastante, não é o suficiente para a demanda que tem a Agência de Mineração, mas já é um começo. E, naquilo que a Comissão puder ajudar, no sentido de dar uma estrutura mais adequada, conte conosco para as audiências públicas, para o debate, para os pleitos ao fortalecimento da nossa Agência de Mineração, que tem um papel importante.

O Brasil é um país riquíssimo, nós temos um potencial mineral extraordinário que poucos países do mundo têm e temos uma dívida absurda e uma população que vive à margem da riqueza, mas pisando sobre ela. Então, talvez tenha chegado o tempo de a gente dar um passo adiante, e o papel da Agência de Mineração nesse aspecto, para mim, se mostra fundamental: com visão disruptiva, com visão inovadora, com a visão conectada lá com as bases, conhecendo a realidade deste Brasil real, desapegado da questão ideológica, das paixões ideológicas, mas olhando para aquilo que é uma riqueza dos brasileiros, e o subsolo é dos brasileiros.

Rondônia tem lá minérios de quase todo tipo. Eu perguntei agora há pouco para o Diretor Alessandro Facure, para o nosso Presidente da agência, eu perguntei: "Já sabe se lá em Rondônia tem urânio também?". Porque falaram que no Pará já tem dois urânios, tem um que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor e outro que é pior. "Em Rondônia tem?". Eu falei: "Olha, não sei se tem urânio, mas tem diamante, tem ouro, tem nióbio, tem cassiterita, tem tanto minério lá". E ele falou: "Olha, onde tem essa diversidade mineral, normalmente tem também urânio". O que eu estou querendo dizer com isso é que nós temos um país maravilhoso, riquíssimo em minerais e agora com minerais raros, que é a nova demanda global. O Brasil também tem. Então, a Agência Nacional de Mineração tem um papel central no desenvolvimento dessa cadeia riquíssima, mas precisa afastar algumas travas.

E aí o Senador Lucas Barreto falou agora há pouco da Renca aqui, que deu uma polêmica nacional toda e, às vezes, quando a gente vê isso... Tem um grupo de Parlamentares, foi formado um grupo de Senadores agora para debater a possibilidade de exploração de minérios nas áreas indígenas, nas reservas indígenas. Obviamente que é um tema complexo e esse debate precisa ser feito ouvindo também as nossas comunidades indígenas, que precisam participar do debate. Mas é um debate necessário.

Eu já tive oportunidade de me reunir com lideranças indígenas do meu estado, na minha cidade de Ji-Paraná. E aqui uma saudação a todo povo gavião, que se reuniu comigo, e eles me disseram: "Senador, nós queremos participar do debate". Não é uma posição... Quando você ouve, de forma direta, que a comunidade indígena é contra, não, ela é contra porque não é ouvida, porque não participa do debate. Mas querem participar do debate, para a gente poder fazer esse estudo, viabilizar a possibilidade de aprovação das etapas com a exploração dessa riqueza, e que vai compartilhar o fruto dessa atividade mineral com todos, inclusive com aqueles que estão lá, no caso das reservas, a proteger essas reservas.

Então, eu desejo sucesso ao nosso indicado à ANM e aos indicados à Autoridade Nacional de Segurança Nuclear. E assim fazendo, eu quero encerrar a votação...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, por favor, um minuto.

Ah, vai encerrar a votação?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vou encerrar a votação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não é a sessão, né?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Também, mas V. Exa. tem prioridade. Já foi, deve ter almoçado, voltou, e nos fazendo inveja... (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não. Eu disse ao Presidente que eu iria lá, mas na verdade não almocei.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não?!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A vida hoje está uma tormenta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está tendo...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não consegui chegar ao meu gabinete, porque estamos tendo ali a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Enquanto V. Exa. fala, eu vou pedir à Secretaria da Mesa apenas que abra o painel, para a gente ver o resultado, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Estávamos lá agora com a instalação da CPMI do INSS, né? A CPMI que vai combater a pouca vergonha, né? Conseguimos...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. foi lá e acabou causando um efeito colateral.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não. Todos nós da oposição, porque firmaram uma posição aqui contra, não é, Presidente, e V. Exa. sabe da responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Verdade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... que todos nós temos.

Eu, como Líder do Bloco Vanguarda, discutimos lá, os membros. V. Exa. é um combativo especialista em CPMI, CPI, enfim. E lá estão pessoas talentosas para defender. E inclusive vencemos o Governo, sim.

Esperamos que, agora, o nosso Presidente Viana tenha essa capacidade de realmente buscar trazer transparência e principalmente devolver do dinheiro dos nossos aposentados, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu queria cumprimentar V. Exa. Eu queria muito ir lá para poder votar também, embora esteja na Comissão na condição de suplente.

A CPMI do escândalo do INSS, da roubalheira do INSS foi agora há pouco instalada e houve a votação para escolha de Presidente e Relator, e aí V. Exa. traz a notícia de que aquilo que estava programado acabou dando errado e...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não. Errado não, dando certo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não. Dando errado para quem planejou.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A oposição agora fez voz!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A oposição acabou vencendo lá o Governo nessa disputa.

Eu acho que aqui não é nem uma questão de oposição e Governo, esse tema é um tema do Brasil, é um tema dos aposentados do Brasil. Não importa quem roubou aposentados do Brasil, a investigação tem que ser feita, os culpados têm que ser identificados, enquadrados e punidos na forma da lei. Eu acho que esse é o ponto. Aí a oposição teve seu papel central, conseguiu virar o jogo lá, mas eu acho que essa investigação tem que ser uma investigação plural. Mesmo aqueles que são Senadores da base do Governo... Acho que é impossível, mesmo um Senador governista, ao ver uma situação em que alguém fraudou o INSS, tirou dinheiro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposentado... Duvido que alguém vá defender um meliante dessa natureza. Portanto, é uma CPMI que tem papel central.

Perdoe-me estar fazendo essa fala aqui na CI nesse momento, mas é um tema que mexe com a gente, mexe com a gente. Às escondidas, sabe, na camuflagem, meteram a mão no dinheiro dos aposentados do Brasil. E olha que se fala aí em alguns bilhões, inicialmente, mas a estimativa que a gente tem é de que o saldo desse escândalo bilionário pode chegar à casa aí dos R$90 bilhões, porque envolve não apenas os aposentados, mas envolve também BPC, envolve transações financeiras não autorizadas. Bancos serão chamados para prestar esclarecimentos também ali, porque aconteceu um "libera geral" nessa situação.

Então, parabenizo V. Exa. e digo que me senti representado por V. Exa. lá na CPMI também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E ainda a importância que essa CPMI terá é exatamente para não deixar a nossa Previdência quebrar. Vamos criar instrumentos, inclusive, para que não haja novos desvios na nossa Previdência. E aqui, olha, estamos falando: à frente estão profissionais que dedicaram a vida de vocês. Vocês sabem que é importante recolher para ter uma Previdência. E, no caso, a Previdência Social do Brasil cuida dos pequenos também.

Então, Presidente, eu quero aqui, só para encerrar também... Eu fiz questão de voltar aqui, porque nós estamos aqui tratando... Esta Comissão tem uma importância muito grande, porque nós estamos falando aqui daqueles órgãos, das agências que têm o dever e a obrigação de fazer com que este país possa promover desenvolvimento, geração de emprego e também cuidar das nossas futuras gerações.

Então, aqui nós estamos falando da Agência Nacional de Mineração, que é uma agência nova, fruto de um órgão muito antigo, cheio de vícios, mas hoje a agência está aí tentando cumprir o seu papel com todas as dificuldades. Eu sei as dificuldades que a Agência Nacional de Mineração tem e o que o Brasil poderia ter de arrecadação e de riqueza para a nossa população.

E aqui também, é claro, a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear. Isso aí é um pouco um dogma. Muitas pessoas falam que energia nuclear é só confusão, e muito pelo contrário. Na medicina, tantas áreas... Aqui eu ouvi o Alessandro falando do submarino atômico. Olha, nós estamos investindo emendas, recursos, todos os anos, há mais de 20, 30 anos. Isso é para a segurança nacional. Nós temos uma costa marítima – 8 mil quilômetros de costa marítima – sem proteção. Vem aqui o pessoal piratear as nossas riquezas.

Então, eu quero aqui parabenizá-los. Pela manhã, isso aqui estava lotado, foi uma festa muito grande; mas eu vim aqui me solidarizar com o Presidente para nós fazermos a festa aqui, sim, porque continua essa alegria de todos nós por estarmos aqui também votando e aprovando duas agências que têm um papel fundamental e estratégico para o nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, nobre Senador Wellington Fagundes. Agradeço o esforço de V. Exa., que foi lá e voltou, prestigiando a Comissão.

Nós já temos o resultado no painel, mas eu estou cometendo uma gafe. Embora não tenha havido nenhuma pergunta, um questionamento direto aos indicados, eu queria, antes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proclamar o resultado, franquear a palavra por um minuto a cada um, se quiserem ampliar um pouco a fala, com liberdade, para as considerações finais, e assim proclamaremos o resultado.

O SR. ALESSANDRO FACURE NEVES DE SALLES SOARES (Para expor.) – Muito obrigado, Exmo. Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Marcos Rogério, Senador Wellington Fagundes, aqui presente, e todos os que passaram por aqui. Eu gostaria de dizer que muito nos honram as colocações, as ponderações, todas muito pertinentes.

Na verdade, estamos aqui sendo sabatinados, tivemos a honra de ser indicados, e aqui, na verdade, é a culminação de um debate que ocorreu nos gabinetes durante os últimos seis meses – não é isso, Senador? – em que houve muita troca de ideias, muita troca de informações. E, Senador, certamente voltaremos a esta Casa para trazer os anseios da população brasileira, para sermos um vetor de desenvolvimento deste país, zelando pela segurança, que é o nosso *business*, fazendo essa regulação responsável.

E eu gostaria de reiterar um ponto de nossa fala – acho que foi comum –, que é ser um canal aberto. A Autoridade Nacional de Segurança Nuclear nasce também com uma função muito importante de dar credibilidade ao setor.

Falamos aqui de urânio, Senador Marcos Rogério. O Brasil, hoje, é a sexta reserva de urânio mundial com 30% de nosso território prospectado. Então, é por isso que é difícil mencionar se há urânio aqui ou ali. A gente sabe de Caetité, Santa Quitéria, Rio Cristalino, Pitinga, Irecê e Espinharas, na Paraíba, pouco explorado e tem o Campo Alemão, em Minas Gerais, ou seja, existem várias reservas, mas pouco exploradas.

Os estudiosos dizem que nosso país pode chegar a ser a segunda reserva mundial de urânio. É uma *commodity,* que está extremamente visada pelo fato de o mundo estar retomando a energia nuclear. Fala-se hoje das Big Techs, Google, Amazon, que consumiram, em 2023, 460TWh de energia. E, no mesmo ano, foram entregues ao mundo, pela geração nuclear, 2,6 mil terawatt-hora. As Big Techs vão dobrar esse consumo de energia até 2026. Então, não há solução fora da energia nuclear. Então, a nossa função é justamente preparar o nosso país para esse futuro.

De minerais estratégicos, Senadores, somos a segunda reserva, atrás da China: são 21 milhões de toneladas no nosso subsolo. Em 2023, com relação às terras raras, tiramos 80 toneladas, já na forma de óxido, de terras-raras, ou seja, há muito potencial no nosso país. Essa é a fronteira do desenvolvimento tecnológico com que temos que lidar para benefício da nossa população.

Dessa forma, gostaria de reiterar que, para nós, é motivo de alegria e de honra poder ter conversado com V. Exas. E contamos com o apoio também no Plenário para que possamos continuar colocando a nossa formação a serviço desse nosso lindo, pujante e querido país.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Facure.

Com a palavra, Dra. Lorena Pozzo.

A SRA. LORENA POZZO (Para expor.) – Bom, eu gostaria de também agradecer enormemente essa possibilidade aqui de estar falando para os Srs. Senadores. Muito obrigada, Senador Marcos Rogério por nos ter recebido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço minhas as palavras aqui do meu colega, do Alessandro Facure. Realmente foi um aprendizado enorme para a gente. Desde dezembro que a gente está aqui visitando todos os Senadores. Mas eu queria só destacar que – a gente falou bastante de urânio aqui –, quando a gente fala de desenvolvimento e de ser um vetor de desenvolvimento, a gente está falando também, sim, de aplicações em saúde e indústria, desenvolvimento econômico e mais: quando a gente fala de saúde, de acesso à alta complexidade, que a gente está falando de medicina nuclear e radioterapia, a gente está falando de ser, a gente está pensando em ser um vetor de equidade.

É lógico que a gente está aqui, sob o ponto de vista regulatório, a nossa função é assegurar a segurança do bom uso da radiação e dos componentes radioativos, mas a gente tem esse foco, sim, de pensar no desenvolvimento do país em conjunto com os entes executivos, legislativos e da sociedade civil, e não só da civil.

E aí, Senador Marcos Rogério, eu confesso que assisti às outras sabatinas e fiquei com uma certa invejinha de alguns terem sido chamados para uma futura audiência pública. Eu gostaria de dizer que eu me sentiria extremamente honrada e feliz em estar aqui com vocês, discutindo isso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas, não por isso. Embora não mencionado diretamente, mas já fica consignado o convite para essa audiência.

A SRA. LORENA POZZO – Perfeito.

E é isso. Eu acho que nessa oportunidade a gente pode expandir um pouco mais o diálogo para todas as áreas, no que diz respeito ao setor nuclear.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado a V. Sa., Dra. Lorena Pozzo.

E reitero: como ela vai ser instalada agora, é a primeira diretoria colegiada da agência, vamos dar um tempinho para conhecer a casa, estruturar o funcionamento, estabelecer os primeiros passos, dar os primeiros passos, e, antes que estejam já totalmente confortáveis, terão a audiência. Nós vamos fazer o convite para estarem aqui conosco.

Dr. Ailton Fernando Dias.

O SR. AILTON FERNANDO DIAS (Para expor.) – Bom, Exmos. Senadores Wellington Fagundes e Marcos Rogério, é uma honra poder participar desse marco, né? A gente está vivendo um marco histórico com a criação de um órgão que a gente aguardava há 40 anos. Então, isso é importante, isso tem que ser frisado.

Eu queria chamar a atenção das falas assim dos Senadores que estiveram aqui presentes. O Senador Zequinha Marinho comentou a necessidade... Ele falou de estratégias, de formulação de política. Eu diria que isto talvez seja a maior deficiência que a gente tem no Brasil hoje: a gente fala pouco de política, a gente fala pouco de estratégia, a gente está sentado, deitado, andando sobre uma riqueza absurda e a gente não tem sido capaz de potencializar essas riquezas. Então, acho, sim, que isso passa por esta Casa, passa pelo Executivo. A gente tem que trabalhar mais na política e na estratégia para saber, a partir de onde a gente está, aonde a gente quer chegar, e a gente pode chegar. A gente tem que abandonar aquela situação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Brasil, o país do futuro". É o presente, é a geração atual, é o compromisso que a gente tem de deixar um legado. Então acho que isso é superimportante, é um ponto de que a fala do Senador Zequinha Marinho me chamou a atenção.

Foi feita a pergunta sobre existência de urânio no Amapá. Como o Alessandro Facure disse, a gente tem apenas um terço do território prospectado, e a gente tem hoje aí talvez algo entre US$30 bilhões a US$40 bilhões em reservas de urânio, com 30%; podemos chegar a US$100 bilhões. Quer dizer, isso, além de poder promover desenvolvimento social e econômico, vai gerar renda, vai gerar emprego e vai tentar equilibrar melhor esse desbalanço socioeconômico que o país tem. Agora, para isso, precisa ter uma política, precisa ter uma estratégia.

O que a gente gostaria muito de poder contribuir, dentro desse conceito da audiência, é trazer essas reflexões para ver o que falta para que a gente possa fazer esses avanços.

A minha preocupação também é com o que o senhor, Senador, colocou sobre o controle do material. A ANSN tem essa função de executar o controle e a contabilidade dos materiais estratégicos: urânio, tório, terras-raras e outros minerais de cunho estratégico. Esse é um trabalho que a gente já faz. A Polícia Federal tem sido uma parceira nossa, principalmente, em Rondônia, onde tem o problema da torianita.

A gente agora, com a criação da autoridade nacional, vai ganhar muito mais pujança, muito mais força, muito mais capacidade de atuação.

Então, é isso. Eu quero agradecer – obrigado – pela oportunidade e espero poder contar com os votos dos Srs. Senadores no Plenário.

Obrigado, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, mais uma vez, Dr. Ailton.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, eu só quero dizer que eu deixei aqui, na Secretaria, as minhas perguntas, para que fiquem nos Anais e que eles possam enviar depois as respostas para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito. Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Para concluir, Dr. José Fernando.

O SR. JOSÉ FERNANDO DE MENDONÇA GOMES (Para expor.) – Senador Marcos Rogério, quero agradecer a cada um dos Senadores, ao Senador Wellington Fagundes também, pelas suas palavras – contem com a gente na ANM –, pedir o apoio de cada um dos Srs. Senadores no Plenário, os 81 Senadores, e agradecer ao Presidente desta Casa, o Senador Davi Alcolumbre, pela recepção que sempre faz quando nós vamos visitá-lo, e a cada um dos senhores.

Saibam que, com a nossa chegada, a ANM estará de portas abertas para construir com vocês, porque aqui é a Casa que formula as leis, para que a gente possa aperfeiçoar e melhorar a mineração no Pará, no Brasil e no mundo.

O Brasil é um país que tem potencial enorme de mineração. É com a pequena e média mineração que nós vamos levar o desenvolvimento para os quatro cantos desse estado. A grande é importante, mas a pequena e a média geram o desenvolvimento local, lá no município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradeço, mais uma vez, a sua recepção, a nossa conversa no gabinete. Conte com a gente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. José Fernando.

Obrigado a todos os indicados.

Não havendo mais oradores inscritos, está aberto o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Proclamo o resultado: Sr. Alessandro Facure Neves de Salles Soares, 18 votos SIM, um voto NÃO; Sra. Lorena Pozzo, 18 votos SIM, um NÃO; Sr. Ailton Fernando Dias, 18 votos SIM, um NÃO; Sr. José Fernando de Mendonça Gomes Júnior, 17 votos SIM, dois NÃO.

Todos os indicados, portanto, aprovados na sessão de hoje.

Parabéns aos indicados. (*Palmas.*)

Conforme já foi solicitado anteriormente que todas as indicações fossem encaminhadas em regime de urgência ao Plenário do Senado Federal, assim o faremos com todos os indicados.

Eu submeto à apreciação do Colegiado também as atas da presente reunião e da anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam permanecem como estão. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, especialmente dos Senadores que aqui estiveram, bem como os convidados. Muito obrigado pelo esforço – até quase 14h, ainda sem almoço, os que aqui estão –, para a gente cumprir essa tarefa.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Fernando Dueire, Marcelo Castro, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Styvenson Valentim e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Farias, Carlos Viana, Plínio Valério, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Jaime Bagattoli, Wilder Morais, Beto Faro, Rogério Carvalho, Weverton, Jorge Kajuru e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CI à LDO**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da CI à LDO 2026 (PLN 2/2025), a serem encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Relator das emendas: Senador Rogério Marinho. **Resultado:** Aprovada a apresentação, à CMO, das emendas a seguir listadas. **EMENDAS AO ANEXO DE METAS E PRIORIDADES**. **EMENDA 1**: programa: 3106-Transporte Rodoviário; objetivo específico: 0146-Adequar e ampliar a malha pavimentada rodoviária federal com recursos públicos; acréscimo: 1.615. **EMENDA 2**: programa: 5113-Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade; objetivo específico: 0351-Promover a consolidação e a expansão da infraestrutura física das universidades federais, considerando a acessibilidade e sustentabilidade; acréscimo: 60. **EMENDA 3**: programa: 3106-Transporte Rodoviário; objetivo específico: 0145-Manter a malha rodoviária federal com condições de trafegabilidade e segurança; acréscimo: 62. **EMENDAS DE TEXTO**. **EMENDA 4**: Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção IV, Art 87, § 5. **EMENDA 5**: Anexo III, Seção II, Inciso IV. **EMENDA 6**: Corpo da Lei, Cap III, Art 12, Inciso XXVII. **EMENDA 7**: Corpo da Lei, Cap V, Seção III, Art 109. **EMENDA 8**: Corpo da Lei, Cap V, Seção III, Art 105, § 7. **EMENDA 9**: Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção IV, Art 87, § 1, Inciso I. **EMENDA 10**: Anexo III, Seção II, Inciso IV. **EMENDA 11**: Corpo da Lei, Cap II, Art 4. **EMENDA 12**: Corpo da Lei, Cap V, Seção III, Art 104. **EMENDA 13**: Corpo da Lei, Cap V, Seção III, Art 104. **EMENDA 14**: Corpo da Lei, Cap XII, Art 172. **EMENDA 15**: Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art 93, § 6. **EMENDA 16**: Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 72. **EMENDA 17**: Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 96, § 2. **EMENDA 18**: Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 96, § 2. **EMENDA 19**: Corpo da Lei, Cap V, Seção III, Art 105, § 7. **EMENDA 20**: Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 96, § 2. **EMENDA 21**: Corpo da Lei, Cap XII, Art 171, § 1. **EMENDA 22**: Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 73, § 19. **EMENDA 23**: Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 72, § 1, Inciso IV. **EMENDA 24**: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 28. **EMENDA 25**: Corpo da Lei, Cap II, Art 4. **EMENDA 26**: Anexo III. **EMENDA 27**: Corpo da Lei, Cap II, Art 4. **EMENDA 28**: Anexo III. . Fazem uso da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

palavra os Senadores Wellington Fagundes e Esperidião Amin. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos. Aprovada, a presente Ata é assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/26

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro abertos os nossos trabalhos.

Aberta a 22ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

Ofício nº 01.05/2025, da Associação Nacional das Distribuidores de Combustíveis, que encaminha considerações técnicas e institucionais acerca do atual modelo de execução do programa RenovaBio, do Ministério de Minas e Energia.

Ofício 558, de 2024, da Câmara de Vereadores de Itajaí, Santa Catarina, que encaminha moção de apelo pela manutenção da autoridade portuária municipal sob a gestão da Superintendência do Porto de Itajaí.

Os documentos estarão disponíveis para consulta na página da Comissão, pelo prazo de 15 dias.

Item 1...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esse documento é do ano passado. (*Pausa.*)

Por favor, informe ao Senador Esperidião Amin.

Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É que o pedido realmente merece toda a atenção, mas o Governo Federal já tomou outro rumo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Já tomou outro rumo. Então, já é matéria preclusa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu diria o seguinte: está perempta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perempta. (*Risos.*)

Obrigado a V. Exa.

Item 1. Deliberação sobre as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2025, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências.

A relatoria das emendas da Comissão ficou a cargo do Senador Rogerio Marinho, que hoje, em razão do ofício que desempenha na condição de Líder da Oposição, está empenhado nos trabalhos, nas tarefas da CPMI. Por essa razão, eu estou fazendo a designação *ad hoc* ao Senador Líder Wellington Fagundes, para que proceda ao relatório nesta reunião, que foi chamada especificamente para essa finalidade, como manda o Regimento.

Portanto, asseguro a palavra ao Relator da matéria, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Bom dia, Presidente Marcos Rogério, Senador Esperidião Amin, em nome de todos os companheiros daqui, da Comissão, e a toda a população brasileira.

Eu quero aqui também, claro, dizer também que o Senador Rogerio Marinho está agora na CPMI do INSS, a CPMI que vai combater a pouca vergonha, não é, Presidente? Porque, infelizmente, roubaram dos nossos idosos e dos nossos aposentados. Então, espero, todos nós... Por isso, é extremamente importante a presença do Senador, Rogerio Marinho lá, agora, como Líder das oposições, não é? E registro mais uma vez a vitória que as oposições tiveram ao ter agora como Presidente e Relator dois membros da oposição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu concordo, só acrescento que, não satisfeitos (*Fora do microfone.*)

... com a vergonha original, ou seja, com a vergonheira, com a safadeza original, queriam sepultar a CPMI por perda de objeto, devolvendo aos roubados, dinheiro público.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E do próprio INSS.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Dinheiro público, ou seja, repõe aos roubados dinheiro que não foi recuperado dos ladrões. Ou seja, assalto ao Erário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rouba do cofrinho, do porquinho lá da poupança, o dinheiro para pagar os prejudicados, gerando novos prejuízos, sem perseguir e sem obter de volta o retorno dos ladrões e dos roubos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É um duplo golpe ao Erário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim. Ou seja, é um repique de golpe.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas eu acho que fundamental, Presidente e Senador Esperidião, é que também isso coloca mais em risco que a previdência brasileira possa quebrar e traz mais instabilidade para os nossos aposentados. E eu quero corrigir aqui, porque o próprio ministro do atual Governo falou, usou a expressão, que era a safadeza. E demorou ainda para o Governo demiti-lo. Então, por isso nós acreditamos que essa CPMI vai realmente buscar, mostrar para o Brasil o que os sindicatos, enfim, o que as organizações criminosas fizeram com a nossa previdência, colocando em risco a vida daqueles que contribuíram, porque os aposentados foram pessoas que pagaram, contribuíram, tiraram do seu salário, contribuíram e agora têm uma situação como essa, né, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. tem razão, é uma CPI que eu acho que ela traz clareza aos fatos, né? Eu acho que a CPMI do roubo dos aposentados vai trazer justamente a identificação de quem meteu a mão no dinheiro dos aposentados, quem permitiu que isso acontecesse, quem participou dessa trama de golpe, de assalto aos aposentados. Isso é a coisa mais abjeta que se pode ver numa administração, numa gestão, tirar dinheiro do aposentado, é o dinheiro do medicamento, é o dinheiro da comida, é o dinheiro que coloca alimento na mesa dessas pessoas.

Então, aí, independentemente de quem seja, independentemente de onde estejam, da posição que exerçam, eu acho que a CPI vai ter um papel importante. E, portanto, aqui, a oposição vai ter um papel claro, destacado nessa atuação, porque CPI é sempre instrumento de oposição, mas eu penso que, num tema como esse, muitos daqueles que são da própria base do Governo não terão outra opção que não se debruçar na investigação e condenar o que foi feito, né? E não tentar fazer, assim, cair no esquecimento um crime hediondo como esse.

Portanto, desejo muito sucesso na condução dos trabalhos da CPMI, da diretoria que foi colocada à frente lá e dos membros que estão a cumprir essa tarefa em nome do Senado Federal.

Mas o tema aqui é o orçamento, eu asseguro a palavra para o Relator.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Para concluir esse assunto, né, Presidente? Claro, a CPMI vai ter também instrumentos para trazer mais segurança para que não haja novos desvios na própria previdência do Brasil. É o que a gente espera também.

Vamos então ao relatório, Sr. Presidente.

Em conformidade com o disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 2, de 2025-CN, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências”.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 (LDO 2026) compreenderá: I - as metas e as prioridades da administração pública federal; II - a estrutura e a organização dos orçamentos; III - as diretrizes para a elaboração e a execução os orçamentos da União; IV - as disposições relativas às transferências; V - as disposições relativas à dívida pública federal; VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais e aos benefícios aos servidores, também aos empregados e aos seus dependentes; VII - a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento; VIII - as disposições relativas à adequação orçamentária decorrente das alterações na legislação; IX - as disposições relativas à fiscalização pelo Poder Legislativo e às obras e aos serviços com indícios de irregularidades graves; X - as disposições relativas à transparência; e XI - as disposições finais.

De acordo com as normas de tramitação do projeto da LDO 2026, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa resolução, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura tem competência para propor emendas ao aludido projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do projeto da LDO 2026: a) Texto do Projeto; b) Anexo I - Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados; c) Anexo II - Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2026; d) Anexo III - Despesas que não serão objeto de limitação de empenho; e) Anexo IV.2. - Anexo de Metas Fiscais Anuais; e f) Anexo IV.17 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Não há limite ao número de emendas de texto.

As emendas ao Anexo III que se refiram a despesas obrigatórias deverão identificar, na justificativa, o ato legal que determina para a União o dever de execução da despesa a ser incluída.

As emendas ao Anexo de Metas Fiscais Anuais deverão conter na justificativa a descrição do cenário econômico e a fundamentação dos parâmetros que dão consistência à alteração pretendida.

As emendas ao Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado deverão conter na justificativa a memória de cálculo e demais informações que justifiquem a inclusão do item objeto da emenda no citado demonstrativo.

O Anexo de Prioridades e Metas, por sua vez, será elaborado por meio de emendas de inclusão ou acréscimo de metas vinculadas a objetivos específicos dos programas do Plano Plurianual para o quadriênio 2024 a 2027 (PPA 2024-2027), obedecido o limite de 3 (três) emendas por Comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado.

Vale destacar que o parecer preliminar estabelece, em seu item 2.3.1, que somente serão admitidas emendas de Comissão permanente que estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da Comissão; e, no item 2.3.4, que não serão admitidas emendas que contrariem norma constitucional, legal ou regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram apresentadas a esta Comissão 29 (vinte e nove) propostas de emenda para inclusão ou acréscimo de meta ao Anexo de Prioridades e Metas, listadas no Anexo I, e 47 (quarenta e sete) propostas de emendas de texto, listadas no Anexo II.

É o relatório.

A análise, Sr. Presidente.

Inicialmente, com relação às emendas ao texto, apesar do mérito inegável das propostas analisadas por este Relator, propõe-se a inadmissão daquelas que não possuem pertinência temática com as competências regimentais específicas desta Comissão, nos termos do item 2.3.1 do parecer preliminar.

Assim, propõe-se a inadmissão das propostas de emendas ao texto nºs 3, 4, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 41, 42, 43 e 45, com fundamento no item 2.3.1 do parecer preliminar.

Propõe-se a admissão e, no mérito, a rejeição das propostas de emendas ao texto nºs 38 e 39, pois se trata de matéria objeto de exame pelo STF na ADPF 854; propõe-se também a admissão e, no mérito, a rejeição da proposta de emenda ao texto nº 44, visto que idêntica à nº 5.

Por fim, propõe-se a admissão e apresentação das emendas ao texto nºs 5, 8, 9, 20, 36, 40, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 73, 74, 75 e 76, visto que se inserem nas competências regimentais desta comissão e não se observam contrariedades a normas legais, regimentais ou constitucionais.

No que diz respeito às propostas de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, entendemos que todas correspondem às competências regimentais desta Comissão, além de cumprirem as disposições constitucionais pertinentes. Não obstante, em que pese o mérito das propostas apresentadas, nota-se um desequilíbrio entre o número de propostas (29) e a quantidade máxima de emendas que a Comissão poderá apresentar (3).

Nesse sentido, para a escolha das emendas a serem apresentadas, buscou-se privilegiar aquelas que mais se aproximam de políticas públicas que propiciem a melhoria da infraestrutura do país, com intervenções estruturantes, e que tenham a possibilidade de alavancar a produtividade nacional.

Com esse critério em mente, propõe-se que todas as emendas ao Anexo de Prioridades e Metas sejam admitidas por esta Comissão e, no mérito, sejam apresentadas as três seguintes, com a rejeição das demais:

- proposta 18: transporte rodoviário - adequar e ampliar a malha pavimentada rodoviária federal com recursos públicos;

- proposta 55: educação superior: qualidade, democracia, equidade e sustentabilidade - promover a consolidação e a expansão da infraestrutura física das universidades federais, considerando a acessibilidade e a sustentabilidade.

Sr. Presidente, nesse item aqui, eu queria acrescentar, como Relator, que esses estudos, que essa sustentabilidade seja voltada exclusivamente para a infraestrutura, porque eu acho que aí tem sentido para essa condição.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Proposta 70: transporte rodoviário - manter a malha rodoviária federal com condições de trafegabilidade e segurança.

Vale, por fim, destacar que o mérito de cada emenda será devidamente avaliado, em momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Voto.

Ante o exposto, quanto às propostas de emendas ao texto do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026, somos pela inadmissão, por esta Comissão, das propostas nºs 3, 4, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 41, 42, 43 e 45; pela admissão e, no mérito, pela rejeição das propostas nºs 38, 39 e 44; e pela admissão e, no mérito, apresentação das propostas nºs 5, 8, 9, 20, 36, 40, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 73, 74, 75 e 76.

Quanto às emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, somos pela admissão de todas as propostas e, no mérito, pela apresentação das propostas a seguir relacionadas, com a rejeição das demais:

- proposta 18: transporte rodoviário - adequar e ampliar a malha pavimentada rodoviária federal com recursos públicos;

- proposta 55: educação superior: qualidade, democracia, equidade e sustentabilidade - promover a consolidação e a expansão da infraestrutura física das universidades federais, considerando a acessibilidade e a sustentabilidade.

Já fiz aqui uma proposição que seja notadamente, não prioritariamente, mas obrigatoriamente para estudos e propostas de infraestrutura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Proposta 70: transporte rodoviário - manter a malha rodoviária federal com condições de trafegabilidade e segurança.

É isso, Sr. Presidente.

V. Exa. vai abrir para discussão e eu gostaria, então, de me inscrever para a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Wellington Fagundes, na condição de Relator.

Portanto, lido o relatório, está em discussão a matéria.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Eu gostaria, Sr. Presidente, também de pedir aqui, à Secretaria da Mesa, que incluísse no meu relatório a relação dos Parlamentares desta Comissão que apresentaram as emendas. Eu acho justo, até para demonstrar – e já está anexo aqui, ótimo –, para que cada Parlamentar possa dar satisfação também à sua base, por que ele aqui esteve lutando. Então, ótimo, o Secretário já me apresentou aqui. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Já está no anexo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já está no texto do relatório.

E ainda, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer agora não uma proposta como Relator...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... mas como membro desta Comissão, porque nesta emenda também, das universidades, nós temos, no Brasil, seis supernovas universidades. Portanto, essas supernovas universidades têm uma necessidade de instalação, de concretização da sua maturação, inclusive.

Eu gostaria de propor a possibilidade de este Plenário – e quero fazer a possibilidade da emenda, como membro – incluir também que 50% do valor da emenda possa ser destinado às supernovas. E aí é um critério que V. Exa., com a Secretaria da Mesa, pode inclusive analisar se eu tenho direito neste momento a fazê-lo.

Se eu não tenho direito, Sr. Presidente, eu quero deixar registrado aqui o meu trabalho por essas supernovas. Nós temos, no Mato Grosso, uma delas, que é a Universidade Federal de Rondonópolis, a minha cidade. Ela está com sete anos de implantação, uma universidade que tem inovado muito e cumprido o seu papel. Eu fui autor do projeto, lutei por mais de 20 anos, e, felizmente, nós temos hoje uma Universidade Federal de Rondonópolis consolidada na modernização, mas, claro, na estruturação e infraestrutura, precisamos muito inclusive do hospital universitário, que nós estamos lutando muito para implantar lá, já que o Curso de Medicina da Universidade Federal de Rondonópolis foi, Presidente... No Enade, entre todos os cursos de medicina do Brasil, só seis tiveram nota máxima, e a nossa Universidade Federal esteve inclusa nesses seis.

Ontem mesmo eu ouvi aqui já uma decisão em que o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação vão fazer essa avaliação de todas as faculdades de medicina do Brasil, e aquelas que não tiverem nota acima de três poderão ter os vestibulares cancelados, o que eu acho justo, porque, ao formarmos médicos, nós temos que ter responsabilidade de que essas pessoas vão cuidar da vida dos seres humanos.

Por isso, eu quero aqui, inclusive, ser parceiro e parabenizar essa decisão do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação conjuntamente.

Relato que, além da de Rondonópolis, nós temos, em Goiás, Catalão e Jataí, e também lá no Tocantins, Piauí e Pernambuco – são essas as supernovas. Por isso eu registro aqui essa luta com todos os Parlamentares que apoiaram a criação, inclusive o Presidente Bolsonaro, que foi quem criou essas universidades.

Então, é importante registrar, porque, às vezes, as pessoas fazem críticas, inclusive a isso, ao Presidente Bolsonaro: "O Presidente Bolsonaro sempre leva em questão a posição ideológica" – ao contrário. A gente sabe que as universidades têm um viés maior ainda de esquerda, mas o Presidente Bolsonaro entendeu, por todos os argumentos que fizemos, a importância que tinha criar essas supernovas universidades. Por isso, eu parabenizo aqui o Governo do Presidente Bolsonaro, os ministros, inclusive, em nome do Ministro Milton Ribeiro, que foi também, ao meu ver, um dos injustiçados pelas denúncias vãs que às vezes fazem e não cabem, Sr. Presidente, ao acusado... não cabe a quem acusa mostrar provas, e ao acusado ter que buscar provas em contrário. V. Exa. é advogado, é atuante aqui, não só nesta Comissão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas em todas as CPIs. V. Exa. tem, inclusive, condições críticas sempre de estar analisando essas situações.

Por isso, eu concluo aqui e agradeço muito a oportunidade de estar aqui substituindo o nosso Líder Rogerio Marinho e, claro, sempre sob a Presidência de V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes, Líder.

Eu começo respondendo objetivamente a sugestão de V. Exa. de acrescer como emenda ao relatório uma especificidade na busca de atender uma parcela dessa infraestrutura do campo das universidades, o que, do ponto de vista legal e regimental, não é possível nessa fase. Eu, particularmente, também fiz sugestões nessa mesma direção, no tocante à questão das rodovias, pontuando algumas do Brasil que estão em dificuldades, com necessidade de intervenção mais urgente, mas também fui advertido de que nessa fase só caberiam emendas de aspecto global. Não teria como apontar especificidade nesse relatório, em razão justamente da característica da proposta. Então, eu fico devendo a V. Exa. a possibilidade de fazermos aqui coletivamente essa inclusão, que é de mérito, mas fica o registro de V. Exa., que traz ao debate um assunto importante, sensível e que tenho certeza de que contaria com a compreensão de todo o conjunto dos Senadores desta Comissão. Mas, em razão de impedimentos técnicos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Só para uma pergunta aí, técnica mesmo. Em relação ao adendo que, como Relator eu coloquei...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, no canto...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É global, né?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Do ponto de vista da emenda de redação que V. Exa. faz no tocante à infraestrutura das universidades, eu acho que é absolutamente meritório, e está em consonância com o papel desta Comissão, mesmo porque a emenda genérica que foi colocada no texto principal abrangeu áreas que talvez desbordem um pouco daquilo que é o papel da Comissão de Infraestrutura, e V. Exa., a tempo e hora, faz essa correção absolutamente pertinente. Portanto, cumprimento V. Exa.

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação a matéria.

A votação será simbólica.

Está em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

As emendas designadas no relatório serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

Eu, antes de encerrar, gostaria de fazer aqui o registro: quero registrar e agradecer a presença conosco nesta reunião de hoje de alguns ilustres convidados lá do meu Estado de Rondônia. Está conosco aqui o Pastor Marcos Liba de Almeida, o Dr. Marcos Liba de Almeida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é pastor da Igreja Assembleia de Deus da cidade de Alvorada, lá no meu Estado de Rondônia; Dr. Douglas, Dr. Tiago. São todos muito bem-vindos ao Senado Federal e à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 12 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia um de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Plínio Valério, Alan Rick, Margareth Buzetti, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Wilder Morais, Beto Faro, Rogério Carvalho e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Izalci Lucas e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Laércio Oliveira e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos PL 775/2022, de autoria Senador Rogério Carvalho (PT/SE), PL 775/2022, de autoria Senador Rogério Carvalho (PT/SE), REQ 16/2024 - CDR, de autoria Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), REQ 19/2024 - CDR, de autoria Senadora Augusta Brito (PT/CE), e REQ 15/2025 - CDR, de autoria Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Finalidade: Audiência Púbica interativa com o objetivo de instruir o PL 775/2022, que "altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, para garantir o acesso e o uso público das praias e do mar". Participantes: Sra. Cassandra Maroni Nunes, Diretora de Destinação de Imóveis da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - SPU/MGI; Sr. João Luiz Nicolodi, Coordenador-Geral de Gerenciamento Costeiro e Marinho Integrado do Ministério do Meio Ambiente - MMA; Sr. Nathan Belcavello de Oliveira, Analista de Infraestrutura da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Ministério das Cidades - MCid; Sra. Gisele Elias de Lima Porto Leite, Procuradora Regional da República e Coordenadora do Grupo de Trabalho Zona Costeira da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) do Ministério Público Federal - MPF; e Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, Pescador artesanal - Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (Confrem). Fez uso da palavra o Sr. Flavio Diniz Gaspar Lontro, Coordenador-Geral da Confrem Brasil. Resultado: Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Augusta Brito
Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/01

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Fala da Presidência.) – Bom dia. Bom dia a todas. Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza neste dia, 1º de julho de 2025.

Em 20 de maio de 2025, nós comunicamos, com abertura de prazo para manifestação, que a Comissão recebeu o Ofício nº 51, encaminhado pela Câmara Municipal de Governador Valadares, acompanhado do parecer técnico referente à audiência pública realizada, que trata dos impactos das linhas de transmissão do Projeto Piraquê sobre a área da Lagoa dos Bretas, destinada a um empreendimento de ecoturismo, e solicita apoio para a revisão do traçado original estabelecido pela Aneel, a fim de preservar o desenvolvimento sustentável da região.

Como não houve manifestação por parte dos membros da Comissão, o documento vai ao arquivo.

Por fim, comunico o recebimento do Ofício nº 597, de 2025, da Embratur, o qual convida para a Feira Internacional de Turismo da América Latina, a ser realizada em Buenos Aires, Argentina, no período de 27 a 30 de setembro de 2025. Ressalta-se que o evento, reconhecido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como uma das maiores e mais relevantes feiras do continente, reúne profissionais do *trade* de turismo, representantes institucionais, destinos e operadoras de diversos países, proporcionando um ambiente estratégico para negócios, fortalecimento de imagem dos destinos brasileiros no mercado internacional, promoção de produtos turísticos nacionais, ampliação de competitividade global no Brasil e geração de oportunidades para o setor.

Agora o objetivo desta reunião: esta presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de instituir o PL 775, de 2022, que altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, para garantir o acesso e o uso público das praias e do mar, em atenção ao Requerimento nº 16, de 2024, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro, ao Requerimento 19, de 2024, de autoria da Senadora Augusta Brito, e ao Requerimento nº 15, de 2025, de autoria da Senadora Augusta Brito e do Senador Eduardo Girão.

Agora, para dar início à nossa audiência pública, eu já quero aqui fazer o convite aos nossos convidados que irão fazer parte desta mesa. Primeiro, a Sra. Cassandra Maroni Nunes, Diretora de Destinação de Imóveis da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – muito obrigada pela presença, seja bem-vinda! –; agora, o Sr. João Luiz Nicolodi, Coordenador-Geral de Gerenciamento Costeiro e Marinho Integrado do Ministério do Meio Ambiente – também muito obrigada por estar aqui presente –; o Sr. Nathan Belcavello de Oliveira, Analista de Infraestrutura da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Ministério das Cidades – seja bem-vindo! –; a Sra. Gisele Elias de Lima Porto Leite, Procuradora Regional da República e Coordenadora do Grupo de Trabalho Zona Costeira da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) do Ministério Público Federal – seja bem-vinda! –; e o Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, Pescador Artesanal, da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos – seja bem-vindo também e obrigada por ter aceitado aqui o convite.

A SRA. GISELE ELIAS DE LIMA PORTO LEITE (*Fora do microfone.*) – Prazer! Obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Prazer!

O SR. JOÃO LUIZ NICOLODI (*Fora do microfone.*) – Muito prazer, Senadora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Seja bem-vindo!

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES (*Fora do microfone*.) – Prazer!

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Seja bem-vinda!

Que bom que tem duas mulheres, né?

Ainda, de forma remota, também vamos contar com a participação do Sr. Fabrício Soares, Professor e Geógrafo do Estado do Rio Grande do Sul. Também registramos aqui que o Sr. Roberval Felippe Pereira de Lima, Geógrafo e Professor da Universidade Federal de Alagoas, informou que está doente e não poderá participar desta audiência pública.

Comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos.

Ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Antes de iniciarmos as exposições, gostaria de compartilhar algumas manifestações de cidadãos que recebemos por meio do e-Cidadania e já as deixo abertas aqui, para que os expositores possam responder a eventuais questionamentos.

Eu vou ler algumas perguntas que já chegaram e aí já começo, já inicio aqui passando a palavra para os expositores.

Joaquim, do Distrito Federal, perguntou: "Como o PL 775 enfrenta os cercamentos disfarçados e garante fiscalização efetiva do acesso público às praias em [...] [geral] privatizadas?".

Fabrício, de Goiás: "[O] projeto propõe também [...] o monitoramento em locais mais movimentados, [...] para impedir excessos, coibir crimes e poluição?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ana, do Paraná: "Como garantir que comunidades tradicionais, como pescadores e caiçaras, continuem vivendo e trabalhando nas praias?".

José, lá do Ceará, meu estado: "Quais políticas públicas devem ser implementadas ou fortalecidas para assegurar o livre acesso às praias e a proteção [...] [da função socioambiental]?".

Paulo, do Rio de Janeiro: "Deve-se proibir o cercamento de praias e fazer o plano de uso de áreas costeiras para ordenamento exploratório econômico e para evitar acidentes".

Wendel, do Espírito Santo: "[...] A praia precisa ser considerada área de preservação da União, sob a administração dos estados e municípios, com livre acesso".

Leonardo, do Ceará: "Acesso às praias é direito de todos, espaço de convivência superdemocrático e de altíssima importância ambiental".

Foram essas perguntas recebidas.

Já dando início, eu gostaria de passar a palavra, começando aqui pelas mulheres, para a Sra. Gisele, que poderá fazer uso de até dez minutos.

Será um prazer ouvi-la.

A SRA. GISELE ELIAS DE LIMA PORTO LEITE (Para expor.) – Bom dia a todos e todas, aos Senadores, às Senadoras, às pessoas que nos assistem pelo YouTube.

Eu queria agradecer o convite da Presidente desta audiência pública, Senadora Augusta Brito, por ter encaminhado ao MPF essa oportunidade de dialogar sobre esse tema tão importante.

Queria exaltar esse espaço de comunicação sobre o tema que nos permite acessar o que está na cabeça do outro e, só então, após as exposições, a gente poder tomar uma opinião, se concorda ou não concorda.

Eu queria dizer que eu estou aqui não como uma Procuradora de Gabinete. Eu trabalho no gerenciamento costeiro há dez anos, desde a edição da Lei 13.240, que permitiu a transferência da gestão das praias para os municípios. O MPF criou um projeto chamado MPF Gerco, que é Ministério Público Federal pelo Gerenciamento Costeiro, e vem sediando oficinas de capacitação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das prefeituras, vem trabalhando para que essa transferência seja feita de forma a manter a preservação da lei.

Por acaso, agora eu estou aqui porque eu não estou lá em Natal, onde está acontecendo a sétima oficina do ano de 2025. Eles estão no auditório da Procuradoria da República lá em Natal, as prefeituras e os capacitadores, que são aqui o Ministério do Meio Ambiente, a SPU em primeiro lugar, porque se fala justamente de transferir a gestão que é da União.

Então, o Ministério Público atua como um órgão articulador do contato entre as esferas federal, estadual e municipal, para que a gestão seja transferida de forma benéfica para a sociedade, para as praias, porque é claro que a gente não pode prever que todo município vai receber a gestão, não é?

A União tem como propriedade as praias marítimas, é um bem da União. Então, a gestão faz parte desse atributo do proprietário. Então, essa lei vem numa forma muito correta de permitir que a União decida se aquele município ali vai poder receber a gestão, e assim faz a Lei 13.240, e a gente tem feito o possível, no gerenciamento costeiro, para que isso aconteça com menores impactos por uma atuação da prefeitura de desconhecimento do que ela está recebendo.

A União vai poder passar a gestão para o município, por exemplo, quando é ele que está impedindo o acesso à praia, quando existe uma ação judicial em que o município é o réu, porque é justamente ele que está causando aquilo ali.

Eu trouxe uma apresentação de PowerPoint, mas, dentro dos meus minutos, se eu não conseguir falar tudo, eu vou deixar aí, para que vocês possam pensar sobre os comentários de cada item da lei, mas eu quero justamente começar com essa base. Que lei que a gente está aqui querendo alterar e nos propondo a melhorar? É a lei do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, que prevê ali...

Pode passar.

Aí é a base, que eu digo, é a base de tudo: as praias são bens da União. Esse é um artigo da Constituição da República. Então, a gente tem que partir daí sempre.

Passe à próxima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa lei que a gente está tratando aqui é a lei da Política Nacional para os Recursos do Mar e da Política Nacional do Meio Ambiente, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Então, não dá para a gente pegar uma lei que trata de um assunto nacional e transferir totalmente para o Estatuto da Cidade.

Então, foi muito bem-vindo o substitutivo, que deixou lá o artigo onde ele deve ficar. O próprio art. 4º, §2º, dessa lei fala: "O plano será aplicado com a participação da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, através de órgãos [...]".

Então, é um plano que privilegia o princípio da integração. A gestão é integrada. Não dá para a gente separar: "Isso aqui é só o Estatuto da Cidade, vamos dividir, uma parte fica aqui, outra aqui...".

Então, esse é o meu ponto, é a base que...

Isso veio antes da Constituição. Essa lei é de maio de 1988, veio a Constituição em outubro de 1988. Então, a gente tem sempre que partir de que o gerenciamento costeiro – estou aqui eu, do Ministério Público Federal – é um assunto nacional, que precisa integrar os três entes da Federação.

Quem está passando?

Eu posso passar?

Ah, tá. (*Pausa.*)

E aí, no art. 5º dessa lei, a gente encontra, no §2º, o que também deve nortear toda a nossa análise nessa boa intenção que eu acho primordial de melhorar a eficácia do acesso à praia. O que a gente está tentando aqui é isso. A gente precisa só construir um raciocínio, para ver se o que a gente está propondo não vai ferir nada, e esse artigo é importantíssimo, porque ele prevê que prevalecem sempre as disposições de natureza mais restritiva quando a gente confronta um plano de gerenciamento costeiro nacional, estadual ou municipal.

Então, a questão nacional é um guarda-chuva que precisa articular, e o município tem que estar na música, dançando ali na música do plano nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí nós temos o art. 10, que no início foi retirado. Foi para o Estatuto da Cidade, e agora retornou.

Eu vou comentar este substitutivo que já o fez voltar para a Lei de Gerenciamento Costeiro, aquele final: "As praias são bens [...] de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica".

Vamos passar, para ver como é que está no...

Ali, inicialmente, ele tinha sido dividido e tinha saído, tinha constado com essa outra redação que eu vou deixar para os meus colegas aqui falarem, porque não dá tempo de falar tudo em dez minutos. Então, vamos dividir.

O principal ele incluiu ali: "ou incluídos em unidades de conservação".

Isso é muito perigoso. Por quê? Porque a gente está querendo aumentar a proteção e o acesso à praia, e a unidade de conservação, substituindo um trecho que diz que o acesso só vai poder ser restringido se houver uma lei... A unidade de conservação pode ser criada não por lei.

O próximo eslaide.

As unidades de conservação são criadas por ato do poder público e podem continuar sendo ampliadas pelo mesmo instrumento normativo do mesmo nível hierárquico que criou a unidade. Então, eu posso criar uma unidade de conservação, vamos supor, que permita uma propriedade privada dentro dela – por exemplo, um monumento natural –, criando ali nichos de propriedade privada na praia, não por lei, mas por ato, simples ato do poder público. A lei só é exigida com relação às unidades de conservação ali no §7º: a desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação exige lei.

Então, se mantivermos essa substituição – unidade de conservação no lugar de exigência legal –, para restringir o acesso, nós estamos tendo um retrocesso ambiental, porque isso aí já é o princípio do não retrocesso ambiental, que estamos ferindo constitucionalmente por via indireta, porque ele é menos protetivo.

Vamos passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou receber um aviso quando... (*Pausa.*)

Então, o dispositivo constitucional determina que todas as praias marítimas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GISELE ELIAS DE LIMA PORTO LEITE – ... em regiões urbanizadas e não urbanizadas pertencem à União.

A Constituição não divide "só as praias não urbanizadas pertencem à União". Então, ao se retirar, por lei, para o Estatuto da Cidade a decisão sobre a transferência da gestão das praias urbanas aos municípios, prevista na Lei 3.240 – em que está lá certinho –, limita-se um atributo do direito de propriedade da União de gerir o seu patrimônio, que veio da Constituição. Então, uma lei não pode tirar. A União tem que sempre participar dessa transferência da gestão e capacitar os municípios para poder ter a melhor gestão.

Vou ver se consigo falar mais alguma coisa...

E aí...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Coloquei mais cinco minutos.

A SRA. GISELE ELIAS DE LIMA PORTO LEITE – Botou? Ah, muito obrigada.

Então, um outro também que eu acho que talvez não tenha sido percebido: trocar a palavra assegurado por previsto.

Previsto é menos protetivo, não é? A nossa intenção aqui é trazer uma legislação que aumente a possibilidade de o acesso à praia não continuar sendo infringido, porque, na verdade, gente, a gente tem a lei que proíbe o fechamento das praias. O que não acontece é, na prática, a eficácia, a efetividade dessa lei; os instrumentos que a gente pode inserir, sim, no Estatuto das Cidades, mas sem diminuir a proteção que vem na Lei do Gerenciamento Costeiro, que nasceu junto com a Constituição e está ali, *pari passu*.

Deixe-me passar mais um pouquinho.

Ali, novamente, a divisão nas áreas não urbanizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passe mais um, porque eu já tenho só cinco minutos.

Ali, eu acho que é desnecessário, porque "águas" já implica tudo: gerenciamento costeiro, zona costeira, são todas as águas, não é?

Vire mais um.

Aqui, essa aqui.

Quando veio o substitutivo da Comissão de Meio Ambiente, ela atentou para isso que eu estou falando. A União precisa concordar, o município precisa ter recebido a gestão para poder exercer. E, aí, ela colocou nesse artigo "previamente transferidas aos municípios para administração em conformidade com os termos de adesão". Aí, "são reconhecidos como patrimônio público de utilização coletiva...".

Não, não só as transferidas. Antes do termo de gestão, o bem já é de patrimônio público de utilização coletiva. Então, esse artigo ficou também um pouco mal-compreendido, porque ele está atribuindo uma qualidade que a praia já tem.

E a última...

Tá, pode passar, porque a mais importante é a última.

Essa aí, ó.

Esse §3º, que é até da própria Comissão de Desenvolvimento Regional, eu não sei se foi atentado que, quando fala que "serão objeto de cessão em favor do município", cadê a SPU ali? Não tem nada, nenhuma referência à União.

As áreas de domínio da União, a lei está retirando um atributo que a Constituição deu. Então, não tem como. Com isso aí, ele retira a autogestão dos bens de propriedade da União, que é constitucional.

Então, não tem como alijar a União, a SPU desse processo de gestão das praias. O gerenciamento é importantíssimo, o gerenciamento costeiro, principalmente, gente, agora, neste momento em que a gente está com o lançamento do PEM, do Planejamento Espacial Marinho, que parece, assim, "ah, mas é mar". Sim, mas como diz Almirante da Cirm, Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interministerial para os Recursos do Mar, que chefia o Planejamento Espacial Marinho, não existe atividade no mar que não impacte na terra, na praia.

Nós estivemos agora lá na França, na Conferência dos Oceanos, e um dos três pilares era planejamento espacial marinho, que está acontecendo agora, que foi oficialmente lançado aqui no Brasil, no decreto, e não tem como a gente tirar a União, tirar essa integração dos três entes quando se fala de praia.

Eu vou terminar dizendo que eu acho muito louvável essa iniciativa de melhorar, trazer instrumentos no Estatuto das Cidades para que seja mais efetiva a defesa do acesso à praia, mas eu acho que a gente deve ter muito cuidado com os termos que podem passar, pois a gente pode querer fazer uma coisa boa e, sem querer, ir para um lado que vai diminuir a proteção.

Essas são as considerações que eu apresento para os senhores, para as senhoras e agradeço demais este espaço de fala aqui. O Ministério Público Federal vem atuando neste tema muito em conjunto com a União e com todos os ministérios, em qualquer Governo – porque, se tem dez anos, a gente não para, não é?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GISELE ELIAS DE LIMA PORTO LEITE – É isso.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Sou eu que agradeço, nós que agradecemos. Já aqui estou pensando em várias coisas que foram citadas pela Dra. Gisele.

Tudo bom, Senador? Seja bem-vindo – o Senador Jorge Seif chegou agora aqui à nossa audiência pública.

Realmente, nós temos várias normas que precisam ser efetivadas, e às vezes a ineficiência em efetivar as normas já existentes faz com que venha essa ansiedade de criar outras, até para repetir ou muitas vezes para até, por uma palavra ou não, fazer o contrário do que é a intenção. É só uma reflexão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando continuidade, passo a palavra já para a Sra. Cassandra, que também terá disponíveis seus dez minutos, mas não se preocupe, pois a gente acrescenta se for necessário, está bom?

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES (Para expor.) – Bom dia.

Eu saúdo, através da Senadora, toda a Comissão – o próprio autor do projeto que nos permite fazer este debate hoje – e os nossos colegas que participam do debate: o Carlos Alberto, a Dra. Gisele, o Prof. Nicolodi e o Professor que está *online* também.

Eu acho que esta audiência pública é bastante saudável, porque traz uma preocupação que recentemente o país inteiro demonstrou, de forma muito vigorosa: a importância e o seu desejo de manter as praias livres, desimpedidas, públicas, democráticas e de acesso para todos. Então, o debate é bem oportuno.

E eu gostaria, antes, de situar, como ele está sendo muito centralizado na gestão que faz a União, e esclarecer um pouco como isso é feito e como são as atribuições. Então, Senadora, se me permite, eu vou ter que abrir um parêntese – vou correr para depois comentar sobre o projeto.

A gestão de todo o patrimônio imobiliário da União – vou mostrar rapidamente que ele é bastante vasto e importante – é feita pela Secretaria do Patrimônio da União, que é um órgão que já sobreviveu a muitas intempéries desde o Império e tem 171 anos. Ela já pegou todas as Repúblicas, a Velha e a Nova, a redemocratização, e está aí sobrevivendo, fazendo as suas atribuições e gerindo um patrimônio gigantesco, que não tem só praias; tem também a gestão das terras indígenas, dos territórios de fronteira, do mar territorial, de todos os prédios públicos federais, das ilhas, em especial aquelas que não são sedes de município, das margens de rio federal e outros. São todos os imóveis que estão contidos aí, todos os bens que estão previstos no art. 20, como a Dra. Gisele já apontou.

Rapidamente, para vocês terem uma ideia da magnitude do que a SPU gerencia, nós gerenciamos – são os que estão cadastrados, tem uma grande quantidade que ainda não está cadastrada – 770.335, dado recente do nosso Portal da Transparência. É bastante imóvel! Eles têm um valor estimado em R$2,2 trilhões no Balanço Geral da União. E existe um descompasso entre o que já está cadastrado e o que ainda não está cadastrado, o que reforça – vou comentar lá para a frente, nós temos aqui a Diretora de Caracterização e Incorporação de Imóveis presente – a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância de fazer a demarcação e o cadastramento de todos os imóveis. A SPU está se preparando muito fortemente para fazer isso em larga escala.

Focando a questão, antes de chegar às praias, a gente trabalha com um combo, na verdade, que é responsabilidade da SPU: aquela faixa que vem antes da praia, para dentro, na área continental – que são os conhecidos terrenos de marinha, não da Marinha, são as marinhas de sal, como diziam os portugueses, que é uma faixa lindeira à praia –, as próprias praias e as águas, não só o mar territorial, mas outras águas também, como a gente vai ver.

Isto aqui é só um mapa para vocês terem uma ideia. Esse azul mais escuro é o limite do mar territorial. Pegando toda essa extensão do litoral, nós temos os terrenos de marinha e a abundância de praias que fazem a beleza e a riqueza do nosso litoral. E tem as ilhas também.

Focando especificamente na gestão de praias, embora o IBGE trabalhe com um número que não chega a 10 mil quilômetros, a equipe da Thais Brito, que tem a responsabilidade – está ali o Coordenador-Geral também – de fazer a medição dos terrenos de marinha... A avaliação deles, trabalhando em escala local, porque a escala do IBGE é outra, é a de que nós temos que escalar ao menos 48 mil quilômetros de extensão do litoral, se você for desembainhar as baías e todas as reentrâncias que nós temos no nosso litoral. Nós temos, fazendo fronteira com essa região litorânea, cerca de 300 municípios, o que perfaz, segundo o último censo, 111 milhões de pessoas vivendo nessa área. Desde o achamento do Brasil, continua arranhando, como diziam, como caranguejos na orla, ainda, a ocupação concentrada. E nós temos mais de 2.095 praias marítimas. É difícil ter esse número oficial, alguns do *trade* turístico falam em 4 mil, a gente está trabalhando com um número mais singelo, que são as praias que são nomeadas e que têm uma tradicionalidade nesses 300 municípios. Então, é um trabalho colossal que, obviamente, a gente só consegue fazer se for compartilhado entre os entes da República, como já apontou aqui o Wendel, do Espírito Santo, em uma das perguntas que a Senadora leu logo no começo.

Com esse patrimônio todo, por força do inciso IV do art. 20 da Constituição, que considera as praias um bem da União, é a responsabilidade da SPU fazer a gestão desse bem. Agora vamos ver que nós trabalhamos fortemente para fazer essa gestão compartilhada já há algum tempo.

Essa gestão compartilhada das áreas da União... O Projeto Orla... Na verdade, a SPU trabalha com isso desde que foi instituído, em 2004. É claro que isso vem se aprimorando e se enraizando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com outros órgãos e tudo o mais. O Projeto Orla busca justamente, em cada setor da costa brasileira, fazer um entrelaçamento entre os órgãos da União, os órgãos do estado e do município onde está sendo discutido aquele trecho da costa, com a participação da população, da dita sociedade civil, para chegar a um Plano de Gestão Integrada da orla. Isso para nós é um modelo de gestão. Quando a gente discute hoje na SPU medidas – e a gente em breve virá aqui a esta Casa e à Câmara discutir alterações legislativas –, essa gestão compartilhada, ou pelo menos você ter o olhar dos outros entes da Federação, é essencial para que se dê cabo dessa gigantesca e colossal tarefa que é a gestão costeira do território. Eu não estou nem falando das outras gestões, que são a questão ambiental, a do planejamento econômico, espacial, etc.

A SPU formalizou isso em 2015, quando propusemos e foi aprovado no Congresso Nacional a autorização para transferir aos municípios... Vejam, o domínio continua na União, mas legalmente está autorizada, mediante um plano que tem que ser feito de forma participativa entre os entes federativos e a sociedade civil, a transferência da gestão das orlas e praias marítimas, estuarinas, lacustres e fluviais federais.

A SPU já tem bem regulamentadas as praias marítimas e tem um trabalho intenso... Como a Dra. Gisele já apontou, nós hoje estamos fazendo– acho que é o sétimo, Dra. Gisele – cursos de formação de gestores de praias, abrangendo especialmente os municípios, mas órgãos do estado também têm participado bastante. Isso está de vento em popa, mas precisa ser ampliado.

Esse Termo de Adesão à Gestão de Praias é uma coisa-chave. Para aderir, é importante que se faça voluntariamente. Se a gente obrigar, fica difícil estabelecer a construção democrática desse Plano de Gestão Integrada, porque, se não tiver a participação de todos os entes e da sociedade, fica muito difícil cumprir um plano, estabelecer um plano de gestão, pilotado pelo ente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES – ... municipal, que seja cumprido.

Bom, vou correr aqui.

Focando, principalmente, na questão... Esta foto... Eu gosto muito dela, porque me diz sempre o que é que nós não podemos permitir, que é o fechamento dos acessos. Tem sido o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principal desafio para a SPU e para quem já faz a gestão dos TAGPs, nos termos de gestão de descentralização da gestão, a desordem na ocupação da areia, onde têm barracas gigantescas. É óbvio que ninguém quer uma praia morta, todo mundo quer o mínimo de infraestrutura para poder usufruir dessas belezas, mas que isso seja feito de uma forma justa e não utilizando a praia e cerceando o espaço e o uso de todo mundo, de todas as pessoas que têm direito a usufruir. Esse desafio tem sido bastante grande, e a gente tem enfrentado esse desafio, às vezes, com os municípios, sempre sendo cobrados pelo Ministério Público Federal, desenvolvendo um plano de fiscalização.

Rapidamente, a SPU é muito criticada por toda essa história que tem, mas, finalmente, acho que estamos no lugar certo, porque a SPU já foi de tudo quanto é ministério – vários ministérios, estou exagerando. Eu acho que agora nós estamos no lugar certo, que é o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, onde a gente começa a ser dotado da capacidade de transformação digital, transformação do Estado, de pessoal. Nós estamos numa alegria imensa recebendo as pessoas, os servidores novos do novo concurso que foi feito recentemente.

E a gente tem um programa muito importante, encomenda do Presidente da República, em andamento, que organiza a destinação dos imóveis da União para que cumpram a função da propriedade pública, que é atender as políticas públicas, que é o Programa Imóvel da Gente.

Também estamos trabalhando – eu já citei isso – enfaticamente para soltar muitas amarras. A SPU já avançou muito desde 2015, inclusive não houve descontinuidade, um raro exemplo, para soltar as amarras, flexibilizar e se tornar mais moderna, usando mais recursos tecnológicos, agilizando todos os procedimentos da gestão – em breve, a gente vai fazer este debate com o Parlamento e com a sociedade mais amplamente – e buscando estas questões: segurança jurídica, gestão inteligente compartilhada, sustentabilidade, inclusão social e eficiência patrimonial, que são as nossas premissas, o nosso guia.

Rapidamente, o Plano Nacional de Caracterização é aquilo que mais faz falta para definir concretamente qual é o patrimônio da União, onde ele se situa, especialmente os terrenos de marinha, os terrenos marginais de rios federais... Eu só queria apontar... Eu não sei se tem aqui... Se, até 2022, os terrenos marginais só tinham 4,6% medidos, em 2025... Olhem, de 29%, em um ano, a gente já pulou para 35%. Está projetado – está aqui a Diretora, que não me deixará mentir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sozinha, ao menos (*Risos.*) – um arranque muito grande com essas novas equipes que estão chegando, com novos recursos tecnológicos de imagem, de *drones*, de precisão na demarcação, com os quais nós vamos avançar muito, especialmente nos terrenos de marinha. Vejam, de 1831 para 2022, só tinha 10%, e a gente está avançando a passos bastante largos, com uma metodologia rigorosamente definida em regulamentos, seguindo a legislação e as normas, o que já foi testado na Justiça, espancado, está absolutamente de pé e aceito em boa parte das ações e dos questionamentos, pois tem um processo democrático – não vou entrar nisso aqui, porque não é o nosso foco.

Bem, aí, por fim, se eu tiver mais dois minutos, primeiro, eu queria dizer que, quanto às observações da Dra. Gisele – que é uma grande especialista no gerenciamento costeiro, que lida com isso na prática há muitos anos, não só com a teoria da legislação, mas com os casos em que isso acontece na prática –, a SPU tem um ponto de vista parecido.

Eu acho, nesta oportunidade da audiência – e se a gente puder continuar este debate depois no gabinete da Senadora ou da Comissão –, que a gente possa aprimorar um pouco para garantir isto, que é a essência do projeto do Senador Rogério, que está ali, que é garantir o acesso às praias.

Aproveito já para responder rapidamente ao Paulo, do Rio de Janeiro, que fala como é que se pode proibir o cercamento de praias.

De fato, isso é uma coisa que está preocupando o litoral todo. As pessoas cercam até o limite do título que têm e o mar está avançando. Pescadores, turistas, cidadãos não conseguem circular. Com esse projeto, se garante o acesso. Pelo menos, se você está no meio, você tem 500m para cada lado. Para mim, que sou deficiente física, é muito, Luiz, mas eu acho que vai resolver e regulamentar algo que nós não temos hoje.

Então, eu reputo isso como muito importante. Agora, ao mexer na lei de gerenciamento ou no estatuto, parece mais bem colocado que esteja essa questão do acesso no estatuto. Eu achei isso adequado, nós achamos lá na SPU. E, talvez, a gente possa pensar, ao aprofundar o debate, em colocar as alterações... A gente acha que deve ser incluído...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES – Vou finalizar.

A gente que devem ser incluídas, sim, as praias lacustres e fluviais. Nós, inclusive, estamos trabalhando no regulamento dos termos de adesão da gestão para isso, mas mexer numa lei que é de cunho marítimo, colocando lagos e rios, talvez não seja o melhor. Podíamos pensar na Política Nacional de Recursos Hídricos ou no Código de Águas, alguma coisa assim, mas frisando que é importante e que isso deve constar no nosso cabedal legislativo.

Desculpem extrapolar o tempo, gente.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Não, nós é que agradecemos.

Foi muito esclarecedora a fala da senhora e, com certeza, eu, como Relatora, estou aprendendo muito aqui para ter discernimento e ter a certeza de que vou fazer um relatório, realmente, que venha a atender os nossos anseios.

E, agora, dando continuidade, eu quero passar a palavra ao Sr. João Luiz, que poderá também usar seus dez minutos, mas não precisa correr, porque a gente vai adicionando aqui se for necessário. Está bom?

O SR. JOÃO LUIZ NICOLODI (Para expor.) – Está bom. Muito obrigado.

Tem uma apresentação. Não sei se ela vai... Ah, está o.k.

Para lá, não é? (*Pausa.*)

Está bom. Muito obrigado.

Bom dia, senhoras e senhores.

Agradeço, em nome do Ministério do Meio Ambiente, a possibilidade de participar desta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou o João Nicolodi. Originalmente, sou Professor do Instituto de Oceanografia da Universidade Federal de Rio Grande (Furg) e, atualmente, estou como Coordenador-Geral de Gerenciamento Costeiro e Marinho Integrado no Ministério do Meio Ambiente.

Antes de falar especificamente do texto da proposta do PL, de algumas questões que a gente vai abordar aqui, eu queria trazer algumas questões um pouquinho mais genéricas.

Em primeiro lugar, queria fazer uma consideração, porque, muitas vezes – e na maioria das vezes, talvez –, a gente trata a praia como um ambiente restrito ao que estamos acostumados: colocar o nosso guarda-sol, estender a nossa toalha, ficar ali tomando banho de sol, tomando banho de mar. Enquanto ambiente sedimentar, a praia é muito mais ampla do que isso.

Eu não vou entrar em detalhes, obviamente, dessa figura, mas a gente, nessa figura, percebe... O que eu quero trazer com essa figura? Qualquer praia no mundo tem uma porção submersa e uma porção emersa.

Então, nós, evidentemente, enquanto cidadãos, utilizamos a porção emersa. Nós tomamos banho de mar, nós utilizamos aquela parte onde colocamos o guarda-sol e que está sendo discutida aqui, que, na verdade, é praticamente a porção que remete à Lei 7.661, mas, do ponto de vista ambiental, uma praia tem uma porção submersa. E qual é a importância disso? Os fluxos de trocas de sedimentos acontecem o tempo todo entre a parte submersa e a parte emersa, e isso é absolutamente...

Agora, qual que é o botão, mesmo, para a frente? Deve ser este aqui. Isso.

São coisas muito relevantes para trazer algumas questões que eu coloco nesse eslaide aí, porque, no final das contas – aí estão algumas características –, uma praia é... Em primeiro lugar, ao contrário de outras paisagens com que a gente está acostumado, que levam milhões de anos para serem significativamente alteradas – e aí eu estou falando por questões naturais, vale para uma serra, sei lá, como a Serra do Rio do Rastro, em Santa Catarina, para a Serra das Araras, no Rio de Janeiro, que seja; são ambientes que levam milhões de anos para serem alterados –, as praias podem ser alteradas em algumas horas, por questões naturais: por onda, por corrente, por maré, por uma série, uma combinação de fatores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nada é mais significativo, nada é mais importante para a manutenção desse ambiente, que tanto nos é caro, quanto a troca de sedimentos – e, quando eu falo sedimento, pode ser areia, pode ser lama, pode ser até mesmo cascalho, que é um pouco mais difícil – entre essas duas partes que eu comentei, a parte emersa e a parte submersa da praia. Se nós bloqueamos essa troca sedimentar, que é o que normalmente fazemos, enquanto num processo de urbanização, seja com calçadão, seja com uma estrada, seja urbanizando de alguma maneira, nós estamos interferindo nessa troca sedimentar, e isso pode ter um efeito grave, que é conhecidíssimo por todos aqui, que é a erosão costeira.

Então, a erosão costeira não é só um elemento vinculado à elevação do nível do mar, como muita gente pensa, não é? "Ah, o nível do mar está subindo; o mar sobe, engole a praia e tem erosão costeira". Sim, isso é verdade, acontece, mas um grande elemento, um grande fator de desaparecimento das praias no mundo é esse processo de interferir nessa troca sedimentar entre essas partes.

Se nós não deixarmos espaço – literalmente, espaço – para que essa troca ocorra, a gente pode ter, sim, em muitas praias... Não vai ser em todas; algumas praias têm uma característica diferente, mas existem estudos que dizem que entre 70% e 80% das praias do mundo têm essa característica de a gente ter erosão costeira porque não deixamos este espaço – vocês já vão ver por que eu estou trazendo essa questão. E aí eu vou ter erosão costeira, eu vou ter perda desse ativo, que é um ativo turístico, que é um ativo ambiental, que é um ativo socioeconômico, que é base de comunidades tradicionais, e por aí vai. Eu acho que isso... Ninguém, em sã consciência, é a favor de uma questão como essa. E, se a gente traz para um cenário de elevação do nível do mar, que também é indiscutível cientificamente, isso é ainda mais importante.

E por que eu falo disso, por que eu estou trazendo essa questão específica das praias?

A Lei 7.661 fala, como já foi dito aqui, que "entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, [...] faixa subseqüente [...]". Podem ver que essa definição não traz a parte submersa; ela é só daquela parte emersa. O.k., sem problemas; para a gestão, isso não tem grandes, maiores problemas. Aí, tem a última frase para que eu queria chamar a atenção, que é "[...] onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema". Isso é o limite da praia em direção ao continente. A lei diz isto: a praia termina quando se inicia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vegetação natural ou, na ausência dela, quando começa um outro ecossistema – ou, em casos mais recentes, até, uma cidade, por exemplo.

O PL traz alterar esse §3º, ampliando a abrangência do conceito de praia, primeiro, para incluir as praias lacustres e fluviais – isso é uma proposta – e alterar a menção de "vegetação natural" para apenas "vegetação". A gente está colocando um risco grande se a gente tirar essa palavra "natural". Eu até tenho uma proposta melhor do que isso e eu vou dar um exemplo aqui de uma fiscalização da SPU, no Ceará, inclusive, em que a gente pode perceber aqueles coqueiros ali, na praia, aquela quantidade de coqueiros que estão na praia.

O que acontece? Se eu tirar a palavra "natural" do termo da lei, se um cidadão plantar, por exemplo, essa quantidade... Eu não sei se todos sabem aqui, esse tipo de coco não é uma planta nativa, é uma planta de origem indiana, da Índia, que cresce, todo mundo sabe, facilmente aí nas praias, nesse solo arenoso. Se eu plantar esse monte de coqueiro, por exemplo, dessa foto aí e se eu tirar essa palavra "natural" do PL, eu vou estar dizendo que a minha praia termina naquela linha de coqueiro ali.

E aí eu posso, por exemplo, nesse caso, em que dá para ver direitinho o perfil da praia... Ou seja, se eu tirar esse termo "natural", a minha praia terminou ali, naquela linha de coco, e eu vou estar favorecendo situações como esta aqui: o cercadinho, que foi colocado por algumas pessoas que trouxeram suas questões aí. Aí eu já boto um cercadinho, eu já boto ali uma... eu privatizo, de certa forma, senão em termos de posse, mas em termos de utilização da praia. Aí eu já tenho que pagar para utilizar esse espaço, porque, no final das contas, como tem uma linha de vegetação, ali terminou a praia.

Então, nós do Ministério do Meio Ambiente trouxemos a proposta de não retirar o termo "natural" desse artigo da lei. Aí só mais um exemplo de como fica, ou seja, isso continua sendo praia, isso continua sendo praia, só que, se eu tirar o termo "natural", eu estou favorecendo esse tipo de situação em qualquer praia, o que vai muito ao encontro da preocupação de todas as pessoas que conversaram com a gente ali antes.

Então, eu coloquei em azul ali, existe a proposição... A redação original é "vegetação natural". Eu acho que, além de não retirar a palavra "natural", nós poderíamos aperfeiçoar essa legislação, trocando a palavra "natural" por "nativa". Aí, sim, a gente realmente delimita esse final

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da praia em direção ao continente, porque natural também é uma questão... O coco é natural, o *Pinus* é natural.

A SRA. GISELE ELIAS DE LIMA PORTO LEITE (*Fora do microfone.*) – Mas é natural de outra...

O SR. JOÃO LUIZ NICOLODI – É, eu sei, mas, assim, isso gera um debate, e, se a gente colocar "vegetação nativa", esse debate não se inicia, porque é a vegetação nativa, que pode ser de restinga, que pode ser de Mata Atlântica, do que for, tá?

Então, a gente traz essa alternativa aqui de proposta de redação, ou, pelo menos, que se mantenha a redação original, "vegetação natural".

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO LUIZ NICOLODI – Eu tomo um susto cada vez que toca essa sirene. (*Risos.*)

No Estatuto da Cidade, no art. 57, ali no inciso IV, existe essa... E, assim, uma preocupação muito interessante é fazer a servidão de passagem ou o acesso público às praias a cada 1km de distância ou inferior, etc.

Nós, do Ministério do Meio Ambiente, temos também uma preocupação com uma questão que é bem específica em termos ambientais, que diz respeito aqui... Bom, isso aqui é a sugestão, essa aqui é a nossa sugestão. Desculpem, olhem aqui, eu me confundi um pouco: "Nos imóveis rurais, condomínios, quaisquer outros empreendimentos [...] a cada 1 (um) quilômetro [...] [uma servidão]". Nós temos uma preocupação nos imóveis rurais, especificamente.

Nos imóveis urbanos, está excelente. Nos imóveis rurais, nós temos uma preocupação, que é a fragmentação de alguns ambientes. Por exemplo, se a gente estiver falando de uma área rural muito grande, mas que tem uma vegetação de restinga à beira-mar, o fato de eu colocar uma servidão de acesso a cada quilômetro é positivo do ponto de vista social, para eu poder ter o acesso, mas a gente está incentivando a fragmentação dessa restinga. A cada 1km, daqui a pouco já tem lixo, daqui a pouco já tem uma vendinha de não sei o quê, alguém vendendo.

Então, para as áreas rurais, especificamente, para os imóveis rurais, a gente sugere que não seja necessariamente essa questão do 1km, mas a gente poderia trazer uma redação – e aqui é uma sugestão – da implantação de sistema viário, de servidão de passagem, assim: "Nos [...] rurais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[...] [tudo isso observará] as características e condições locais, cabendo ao Poder Público Municipal, em conjunto com o órgão ambiental competente, identificar e adotar a solução mais adequada que concilie o acesso e a manutenção das características ambientais".

Nas áreas urbanas, perfeito. Nas rurais, nós temos essa preocupação, pois nós podemos estar incentivando a fragmentação de alguns ecossistemas que muitas vezes podem ser ecossistemas frágeis.

O §1º desse artigo: "Em áreas urbanizadas, a servidão [...] será destinada à implantação de calçadas e ciclovias". Também temos uma preocupação com isso, tá? E aí trazemos aqui uma sugestão de redação em azul, que repete ali "calçadas e ciclovias", "desde que observadas as características ambientais locais, soluções baseadas na natureza, sendo vedada a utilização de pavimentos impermeáveis", porque senão acontece de, em alguns lugares, o cara asfaltar até a beira-mar, e existem n exemplos disso.

Então, ninguém é contra ciclovia, ninguém é contra calçada em servidão, ninguém quer fazer uma servidão que às vezes é um beco escuro, onde não dá nem vontade de passar, não é isso, mas a gente precisa ter um cuidado com esse tipo de situação, para a gente não chegar em condições que nem essa aqui, em Alter do Chão, no Pará. Não sei onde, não sei exatamente quem, se foi Prefeitura que fez, mas o asfalto está chegando até a beira da praia. Isso, evidentemente, é uma situação que a gente quer evitar e que tem muito a ver com aquela primeira questão que eu coloquei do que é uma praia, da troca de sedimento, etc. Então, seria uma forma de a gente inserir na redação dessa proposta do PL algumas questões específicas de qualificar esse acesso, que é realmente uma iniciativa louvável.

Por fim, eu queria trazer um exemplo muito singelo da importância desse espaço dos terrenos de marinha, da importância da questão das praias, principalmente em áreas urbanas. Isso aqui é um balneário no litoral do Rio Grande do Sul, no litoral norte do Rio Grande do Sul. Eu confesso que eu não me lembro exatamente do nome do município agora, mas a gente pode ver, na metade superior da imagem, que a avenida beira-mar ali vem num sentido, descendo – toda a imagem é descendo –, e ela faz uma curva, recuando a avenida beira-mar em alguns poucos metros. Talvez, eu não sei... Tem uma escala ali e teria que medir. Não sei se recua 20m. Eu peço a vocês que prestem atenção na diferença que isso causou, em termos do ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praial. Aqui não dá para ver, porque não é 3D, não é? Vejam a quantidade de dunas – e dunas vegetadas – que acabaram se formando ali, em função de um mísero recuo de 20m. E, nesse cenário de elevação do nível do mar, erosão costeira, não sei mais o quê, você ter esses 20m a mais é um fator, além do ambiental, de ecossistema, de proteção costeira de primeira qualidade.

Então, claro, evidentemente, é óbvio, alguém deixou de lotear um monte de terreno ali.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO LUIZ NICOLODI – Alguém deixou de lotear um monte de terreno ali, mas, em função dessa questão do bem coletivo – me fugiu a palavra aqui –, da questão coletiva como um todo, a importância desse recuo de 20m, ou seja, o planejamento...

Eu não sei quem foi – eu não sei se foi o órgão de meio ambiente ou o de licenciamento, se foi a Prefeitura, eu não sei –, mas quem tomou essa decisão de recuar isso trouxe uma segurança e uma tranquilidade para os moradores da curva para baixo que os moradores da curva para cima não têm.

Então, essa praia até não é uma praia com um processo erosivo muito longo hoje – hoje! –, não sei como vai ser daqui a dez anos, daqui a 20 anos. Agora, supondo um cenário de elevação do nível do mar, de questões, isso traz uma diferença enorme e isso ilustra a importância de a gente manter esses espaços, como terrenos de marinha, cada vez mais públicos, cada vez mais com essa função...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO LUIZ NICOLODI – ... de proteção específica para esse cenário aí.

Eu acho que era o último eslaide que eu tinha.

Último, para terminar.

A gente trabalha muito nessa questão também com divulgação, materiais didáticos que trazem essas questões que eu trouxe aqui, com uma linguagem mais acessível a todos. Convido os interessados a conhecer esse material que a gente tem.

Mais uma vez, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Muito obrigada.

Eu que agradeço ao Sr. João pela explanação e pelos pontos, eu diria assim, sensíveis para serem observados. Uma simples palavra pode mudar tudo e fazer toda a diferença, por poucos metros também, então conseguiu realmente deixar bem claro aqui para que a gente possa preparar e analisar também um relatório que venha a cumprir com o nosso papel.

E, agora, já passo a palavra para o Sr. Nathan, que também poderá usar seus dez minutos, mas com uma tolerância de cinco minutos, caso seja necessário.

Sr. Nathan, pode, se for usar a apresentação, usar a palavra. (*Pausa.*)

O SR. NATHAN BELCAVELLO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Gostaria de agradecer o convite da Comissão na pessoa da Senadora Augusta Brito. Eu acho que isso aqui são momentos muito oportunos, coisas de que nós, lá no Ministério, sentimos falta, porque nós, muitas vezes – aliás, diuturnamente –, recebemos PLs para serem analisados, mas é muito difícil a gente ter o retorno das contribuições que a gente está fazendo. Então, uma oportunidade como essa aqui é importante, inclusive para nós técnicos termos esse retorno.

Eu acho que foi muito importante a abordagem dos colegas que vieram antes de mim, porque eu acho que eu vou abordar a questão de uma perspectiva um pouco diferente. Eu acho que eu vou tirar o pé da praia e vou colocar os pés numa perspectiva mais de planejamento territorial do município.

Então, para não me alongar muito, algumas considerações iniciais em que eu não vou me aprofundar muito, porque já foram bem apresentadas pelos demais colegas.

Gostaria só de destacar algumas questões, com relação à competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e à conservação do patrimônio público. A gente precisa entender que as praias – e aí eu coloco no arcabouço, também, as praias fluviais, as marítimas, os terrenos de marinha e seus acrescidos –, são bens da União, mas a gente precisa entender que isso, na verdade, é um patrimônio público, é um patrimônio do povo brasileiro. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí, claramente, a Constituição diz que é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a questão da conservação do patrimônio público.

Gostaria de destacar também a questão da competência concorrente entre a União, os estados e o Distrito Federal, em legislar sobre direito urbanístico – o Estatuto da Cidade é a lei federal mais expressiva nesse aspecto do direito urbanístico, mas ainda carece muito de os estados, também, cumprirem essa sua competência concorrente – e também, a questão da competência dos municípios de legislar sobre assunto de interesse local e promover o adequado ordenamento territorial do solo urbano. Lembrando que, na verdade, há uma proeminência do Município no planejamento urbano, só que o próprio Estatuto da Cidade aponta que o planejamento é do território do município como todo, ou seja, abarca também a questão das áreas rurais.

Um conjunto aí relacionado à legislação que dialoga com o tema.

Gostaria de destacar, a questão da própria Lei nº 7.661, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. É mais uma questão que, inclusive, da análise que nós, lá no Ministério das Cidades, fizemos, apontamos aqui, fizemos uma sugestão, para que a gente retire desse PL a questão das alterações no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Mais para frente, eu vou explicar essa lógica.

Uma outra lei também, que eu gostaria de destacar aqui, é a Lei nº 6.766, de 79, que é a Lei de Parcelamento do Solo Urbano. A gente precisa entender que, na verdade, a legislação urbanística brasileira, em nível federal, é muito grande. Não é só o Estatuto da Cidade; existe a Lei nº 6.766, que é uma lei fundamental relacionada à legislação urbanística, assim como outras leis, mas aqui o foco especial é ao Estatuto da Cidade e à Lei nº 6.766.

Então, partindo aqui para a análise, é importante salientar que essa análise foi em cima do substitutivo da Comissão de Meio Ambiente, a gente não avançou na análise do substitutivo que a Senadora apresentou no último relatório que fez.

Bem, a questão de limitações do escopo atual, não é? Então, o texto foca em praias marítimas e estuarinas, excluindo as praias fluviais, lacustres e outros bens públicos de uso comum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o PL, ao focar na Lei nº 7.661, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, deixou à parte uma série de outros bens comuns a que o povo brasileiro tem como direito o livre acesso.

Apesar de o art. 57-B, que está sendo proposto no Estatuto da Cidade, mencionar praias fluviais e lacustres, a redação do inciso XXI não as contempla explicitamente. Então, sugere-se ampliar a garantia do acesso a todos os bens públicos de uso comum.

A inadequação do Estatuto da Cidade como base única – essa é a questão. A gente tem uma legislação urbanística em nível federal enorme, e eu acho que ela tem que ser atualizada e aprimorada, dialogando exatamente com as propostas que estão sendo feitas aqui.

A gente precisa entender que o Estatuto da Cidade tem como objetivo principal, além de regulamentar os arts. 182 e 183 da Constituição, ser também a lei que recepciona as diretrizes relacionadas ao desenvolvimento urbano, o que está previsto no inciso XX do art. 21 da Constituição, que fala que é competência da União instituir diretrizes relacionadas ao desenvolvimento urbano.

Agora, com relação à questão do planejamento territorial, à lógica de organização do planejamento territorial, o Estatuto da Cidade apresenta instrumentos para que os municípios exerçam esse papel. Só que as questões, as diretrizes e as orientações relacionadas ao parcelamento e a questão do acesso aos bens de uso comum estão relacionadas exatamente a essa lógica do desenho do território, que está contemplado, na verdade, na 6.766. A sugestão que a gente faz é para que aquilo que está previsto no art. 57-B para ser inserido no Estatuto da Cidade, na verdade seja transportado para 6.766, que é a lei mais adequada a esse fim.

Bem, uma crítica que a gente faz, eu diria, do Estado brasileiro é essa questão. Eu acho que isto é meio um costume brasileiro também: achar que tudo se resolve por lei. Na verdade, não. A gente precisa tirar as coisas que estão no papel. Na verdade, a gente tem leis avançadíssimas no nosso país. A coisa só não acontece porque a gente não consegue tirar do papel. Aí a questão da capacidade de fiscalização e de atuação do poder público é importantíssima.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NATHAN BELCAVELLO DE OLIVEIRA – Uma observação só a se fazer é a questão da exigência de acesso a cada 1km. Isso pode ser inviável em algumas realidades, porque a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa entender que o nosso país tem dimensões continentais. Então, aquilo que é perfeitamente aplicável em algumas realidades e em alguns territórios pode ser totalmente inviável em outros.

Então, quero só salientar essa questão de que, a nível nacional, determinar uma regra de uma maneira tão restrita pode trazer dificuldades, exatamente, para a implementação, devido a essa questão da dimensão continental do nosso país.

E para já ir finalizando, algumas sugestões, que inclusive estão aqui na análise e numa proposta que a gente fez, que eu vou passar para a Senadora:

- ampliar o escopo, para incluir todos os bens públicos de uso comum – e isso, não alterando a Lei nº 7.661, não alterando o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Isso é possível, alterando-se exatamente a Lei nº 6.766, a Lei de Parcelamento, porque o foco é esse, o foco é o acesso ao bem público de uso comum;

- vincular as regras de acesso aos bens públicos à Lei nº 6.766, ao invés do Estatuto da Cidade, e deixando no Estatuto da Cidade a questão da diretriz, que é exatamente de não haver restrição de acesso, e assim por diante; e

- evitar determinações rígidas, que foi o que eu comentei anteriormente.

Então, obrigado, e estamos aí para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu que agradeço, Sr. Nathan, e aceito as sugestões para que a gente possa, com certeza, aperfeiçoar e ir ao encontro da grande ansiedade, que, pelo que eu percebo, é tanto do autor como nossa, como Relatora, e de todos que aqui estão discutindo, realmente, de dar uma segurança maior para a população, que é nosso dever e nossa obrigação, sobre o que possa ser feito e o que possa vir a ser construído.

E agora, com muita felicidade, quero passar a palavra para o Sr. Carlos Alberto, que é o nosso pescador artesanal, que está aqui, que poderá também fazer uso de dez minutos, mas sem se preocupar, porque o mesmo tempo que eu dei de cinco minutos a mais aqui, eu vou lhe dar também para que o senhor possa fazer sua apresentação da melhor forma.

Então, fique à vontade, Sr. Carlos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO PINTO DOS SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todos os presentes.

Queria, primeiramente, me apresentar. Meu nome é Carlos Alberto. Sou Coordenador de Relações Institucionais da Confrem Brasil, que é uma organização de extrativistas costeiros e marinhos, pescadores e pescadoras artesanais. E a gente atua nos 17 estados do litoral do Brasil.

Aqui a gente tem presente o nosso Coordenador-Geral, Flávio, do Rio de Janeiro; o companheiro Beto, que é do Ceará, Senadora, lá da terra da senhora; e a companheira Ana Paula, que é Coordenadora da Rede de Mulheres, lá do litoral de Alagoas.

Queria agradecer o convite e, na pessoa da Senadora, cumprimentar toda a mesa, Senadora Augusta Brito.

E é isso. Vir a esta Casa para debater questões como essa, Senadora – e estendo os cumprimentos a todos da mesa –, vir aqui para debater questões como essa, para nós sempre é algo que nos causa apreensão, porque a palavra realmente é esta: "apreensão".

A gente está na década dos oceanos – não é? –, na Década da Ciência Oceânica. Este ano aconteceu, recentemente, em Nice, na França, a UNOC, que é a Conferência dos Oceanos. Teremos a Conferência das Nações Unidas, a COP do clima, que vai ser em Belém, agora no mês de novembro.

E todas essas temáticas remetem, justamente, à necessidade que nós temos, como povos e comunidades tradicionais, de sempre correr atrás do prejuízo, né? A nós sempre é jogada a responsabilidade de afirmar e reafirmar o nosso direito, porque todas essas proposições, ou pelo menos grande parte delas, vêm no sentido de... Ou algumas vêm para afirmar algo que a gente defende a vida toda – estão entendendo? –, que o bem público deve ser público e de toda a sociedade, deve ser do cuidado e da responsabilidade de todos; ou vêm para nos atropelar e tirar direitos que a gente considera que são direitos da humanidade, e não individualizados.

A gente vive em uma época na qual a gente está em uma sociedade extremamente adoecida. E o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais sempre foi negado. Nós sempre fomos apontados como aqueles que são atrasados, aqueles que atrapalham o desenvolvimento, mas hoje é no lugar em que a gente mora que todo mundo quer morar; é do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jeito que a gente vive que todo mundo quer viver; é comer o que a gente come o que todo mundo quer; são os medicamentos naturais que a gente usa os que todo mundo quer usar.

Morar na beira da praia, antigamente, sempre foi ruim para quem não tinha capacidade de se adaptar. E, no modo de vida da gente, a gente não separava o que era praia do que era restinga e do que era mar, porque, para a gente, isso tudo está ligado.

A nossa moradia – sabe, Dra. Cassandra? – sempre foi assim, né? A moradia dos povos e comunidades tradicionais que atuam na zona costeira e marinha sempre teve uma capacidade de mobilidade. Então, se a praia mudava, a gente se mudava; se a duna mudava de lugar, a gente se mudava; se a barra mudava de lugar... Porque eu venho de uma reserva extrativista em que, nos últimos 40 anos, tem barras que andaram 8km ou 9km em sentidos diferentes; mas a gente sempre foi se adaptando a essa mudança que a natureza impôs para nós.

Mas, hoje, de tudo isso que nós sempre apontamos que era um modo de vida e que é um modo de vida capaz de manter a vida neste planeta, parece que a sociedade começa a tomar um certo nível de consciência e refletir um pouco a respeito. Só que há um outro lado que vê nisso uma perspectiva de capitalização e de transformar essa capacidade e esse ambiente em um processo de comoditização das relações. E essa é a nossa maior preocupação.

A última vez em que eu estive aqui, no Congresso Nacional, para debater alguma coisa foi para debater a PEC 3, de 2022. E eu trago aqui uma preocupação, porque, toda vez que a gente vem debater alguma coisa aqui, a gente fica com aquela interrogação: até que ponto isso irá nos afetar? Se alguém me perguntasse assim: "Mas será que é preciso alguma coisa nova?", eu não tenho dúvida de que o nosso movimento afirmaria que não e que, talvez, o caminho que a gente deveria trilhar seria implementar o que a gente já tem de medidas. Porque na última audiência pública, Dra. Cassandra, a senhora falou que grande parte dos instrumentos para garantir o que estava se propondo ali na PEC já existe. O que se precisava era colocar em prática e implementar. O Ministério Público Federal fez a mesma afirmação.

Eu não vou entrar nos aspectos legais do projeto de lei que aqui está, mas vou falar muito mais sobre a questão política e o que isso diz respeito a um segmento pelo qual eu estou aqui para falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, o que a gente vivencia, ao longo do litoral do Brasil, é cada vez mais a especulação imobiliária avançando. Eu não estou aqui falando do empreendedorismo e do turismo, eu estou falando de especulação imobiliária, porque na nossa narrativa a gente faz questão de separar, embora às vezes eles estejam juntos.

Hoje, a gente discute grandes marcos, inclusive baseados em compromissos internacionais que o Brasil tem assumido, como, por exemplo, o planejamento espacial marinho, dos quais nós, povos e comunidades tradicionais, também somos obrigados a correr atrás, para afirmar o local onde a gente sempre viveu. E, na última audiência pública sobre a questão da PEC 3, de 2022, uma das coisas que a gente afirmou foi: "Em vez de a gente discutir isto aqui, por que a gente não discute como fortalecer mais a Secretaria do Patrimônio da União? Como a gente fortaleceria mais essas estruturas que poderiam justamente dar mais agilidade aos processos?".

Eu fiquei feliz – viu, Doutora? –, porque a senhora disse que está melhorando. Pelos gráficos que a senhora mostrou ali, eu acho que agora a gente vai ter condições de fazer um monte de termo de autorização de uso para os povos e comunidades tradicionais, e de concessão de direito real de uso, para proteger os verdadeiros guardiões desse maretório, desse território sobre o qual a gente está aqui discutindo.

Eu falo do modo de vida dos povos e comunidades tradicionais, pessoal, mas o nosso modo de vida nunca foi individualizado. Nunca houve, a partir dos povos e comunidades tradicionais, o egoísmo de não querer compartilhar a praia, de não querer compartilhar o conhecimento, de não querer compartilhar esse nosso modo de vida que, sim, é feliz e é saudável. Onde não há felicidade e onde não há saúde é porque as políticas públicas não chegaram. Mas, se o Estado cumprir o papel básico cuja responsabilidade ele tem, não temos a menor sombra de dúvida de que esse nosso modo de vida, essa saúde e essa felicidade que há nos territórios dos povos e comunidades tradicionais são possíveis de se compartilhar com toda a sociedade.

Agora, o que a gente não pode aceitar é que, em nome de resguardar direitos, a gente venha a perder direitos. E aqui eu trago uma preocupação sobre o projeto de lei. Eu parabenizo a iniciativa do Senador Rogério Carvalho e parabenizo aqui a Senadora, mas trago essa preocupação, Senadora, porque a aprovação desse projeto de lei não pode representar uma carta branca para a tramitação da PEC. Eu sou um pescador, um pescador artesanal, mas eu consigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ler, a gente aprendeu a ler o que está nas entrelinhas. Os interesses que estão por trás de determinadas discussões que estão acontecendo, inclusive nesta audiência pública aqui, nos deixam apreensivos. Estão me entendendo? Então, essa preocupação é extremamente válida e legítima.

Algumas perguntas que estão sendo feitas para nós aqui da mesa, grande parte das respostas que poderíamos dar a elas parte do princípio de que nós, enquanto sociedade, temos que nos empoderar sobre o que é nosso. Talvez, eu não tenha as respostas, mas a iniciativa que o meu movimento, que o grupo dos pescadores e pescadoras artesanais têm se colocado, em diferentes aspectos, em diferentes frentes de luta para proteger os territórios e maretórios, é uma iniciativa que a sociedade brasileira deveria adotar. Porque não dá para eu acreditar que o aspecto das mudanças climáticas é responsabilidade do outro, que não é nossa também, que os impactos que estão sendo colocados são dos outros. E, para nós, a questão da nossa relação com esse ambiente em que a gente vive é de fundamental importância, porque, com o aumento do nível do mar, nós já estamos vendo, na zona costeira e marinha, muitas áreas de comunidades sendo salinizadas.

Nós já temos muitos refugiados climáticos, só que isso está acontecendo de uma forma silenciosa, não é? Então, o pai e a mãe de família que moram numa beira de praia, ou que moram numa ilha costeira cuja água se salinizou, têm que sair para a periferia da cidade. Ninguém sabe por que ele saiu, porque isso não está nas estatísticas, mas nós estamos vendo, nós estamos lendo.

Iniciativas como protocolos comunitários de adaptação às mudanças climáticas e protocolos de consulta ao direito dos povos e comunidades tradicionais, baseados na Convenção 69, da OIT, estão acontecendo no litoral do Brasil todo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO PINTO DOS SANTOS – ... porque a nós não é dado o direito de não agir: ou nós agimos, ou nós deixamos de existir.

Eu vou me encaminhar para conclusão da minha fala, trazendo algumas questões que eu acho de fundamental importância a gente considerar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, a gente vive uma grande tendência, que é a tendência de mudança dessa sociedade, de mudança de hábitos, e grande parte dessa mudança de hábito direciona justamente para o que eu falei anteriormente, que é mudar o seu modo de vida, ir para ambientes onde antes não se andava com muita frequência, e isso tem significado justamente uma pressão muito grande em cima dos territórios dos povos e comunidades tradicionais. Então, é o condomínio de segunda ou terceira moradia que está sendo implantado na praia, são as últimas áreas que estão preservadas, que justamente nós preservamos, que estão sendo transformadas em produto do mercado imobiliário, não é? Ou seja...

E a cada dia que passa, essa pressão vai aumentando. Então, a gente vê hoje essa situação numa perspectiva de que é necessário a gente amadurecer algumas discussões no ponto de vista de consolidar o que a gente já tem de marco legal, está entendendo? E aí eu concordo com a Dra. Gisele, que a gente precisa, de fato, consolidar, proteger o território dos povos e comunidades tradicionais. O processo de compartilhamento do nosso modo de vida, do nosso território nunca foi entrave para que outros pudessem, inclusive, conosco caminhar.

Concluo minha fala dizendo o seguinte, a gente vive uma crise hoje, no nosso planeta, que muita gente fala: "Nós vivemos uma crise climática". Não é uma crise climática, o que a gente vive é uma crise humanitária, é uma crise de valores, sabe? Valores que, se a gente for beber na fonte do modo de vida dos povos e comunidades tradicionais, são os valores que nos norteiam.

E aí, para concluir, eu vou contar, vou abrir um parêntese para uma pequena parábola. Eu moro numa comunidade tradicional que deve ter aproximadamente 60 famílias, 60 a 80 famílias. Meu filho fez cinco anos agora no dia 12 de junho. Ele é uma criança que sai de casa 8h, 8h30 da manhã, e ele volta para almoçar. Eu não preciso procurar onde está o meu filho, porque todos na minha comunidade, quando ele sai da minha casa, passam a ser pais e mães de João. Assim como as outras 16, 17 crianças que andam com ele, todos eles passam a ser meus filhos no momento em que eu estou os vendo, ou que eles estão na minha casa.

Essa pequena ação, na minha comunidade, está arraigada em inúmeros valores – inúmeros valores –, que nenhum condomínio de luxo, com o melhor sistema de segurança de Brasília, consegue transmitir o que eu estou falando aqui. Quando eu falo que a gente não vive uma crise climática, que a gente não vive uma crise ambiental, que a gente vive uma crise de valores, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque esses inúmeros princípios que estão nisso que eu falei foram sendo perdidos por nós em nome de um individualismo, em nome de uma monetização das relações, o que é pior do que a monetização de produtos.

E aí concluo minha fala reafirmando aqui, Senadora: no relatório da senhora, se preocupe inclusive com os riscos que a gente tem, porque já temos bons marcos regulatórios, já temos boas referências, e aí a gente não quer voltar aqui para discutir a PEC 03 novamente, porque alguém vai dizer assim: "Olhe, mas aquele PL já garantiu o acesso de vocês às praias". O que a gente precisa discutir é como a gente avança na consolidação, que esses ambientes continuem sendo públicos.

Então, muito obrigado pelo espaço. Estamos aqui para contribuir com o que for necessário. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Eu que agradeço e parabenizo.

Faço aqui também os aplausos meus, e vou considerar, com certeza, tudo o que foi dito. Eu acho que nada mais legítimo numa fala, não desconsiderando obviamente cada um na sua área, eu diria, na sua gestão de trabalho, mas nada mais legítimo do que ouvir a sua fala, a de quem está vivendo e vivenciando, e nada mais legítimo para mim do que quem está no local.

Então, com certeza no relatório eu vou considerar tudo o que foi dito. Nós estamos com a assessoria aqui pegando, copiando tudo. Eu botei alguns pontos aqui para que seja da melhor forma.

Também quero dizer que eu concordo com as falas muitas que foram botadas aqui, porque a gente tem que realmente fazer com que as leis saiam do papel. Temos ótimas leis que já existem, que não estão sendo completamente efetivadas. Então, enquanto a gente estiver se preocupando em formular leis, em fazer leis, e não fiscalizá-las e não cobrar que as que já existem sejam botadas em prática, a gente não vai conseguir realmente o que é a nossa intenção, que é de proteção, no máximo que a gente puder, mas a gente está aqui exatamente para contribuir, fazer a nossa parte, vou sempre falar, da melhor forma.

Nós temos o último expositor que está de forma virtual. Já está no ponto? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele não conseguiu participar, caiu a conexão.

Nós recebemos aqui algumas perguntas. Antes de passar para as considerações finais, eu vou ler as perguntas que chegaram aqui. Quem quiser e achar que deve comentar sobre elas e respondê-las, a gente fica aqui... Eu posso passar também para vocês poderem ler.

Nós temos aqui, do Rio de Janeiro, Daniel, que está fazendo a pergunta: "Por meio de quais mecanismos esse novo PL pretende acabar de vez com os projetos privatistas das praias?".

Rosemberg, lá do Ceará: "Se a Constituição [...] define o litoral como [...] da União, com livre acesso [...], por que [...] [se discute] privatizar praias?".

Rhayana, do Paraná: "O PL 775/2022 garante acesso livre às praias e reforça sua função socioambiental. Como equilibrar isso com interesses privados?".

Equisson, do Amazonas: "Como realizar uma denúncia da violação do direito de acesso às praias públicas?".

Fernando, do Rio Grande do Sul: "Como o Projeto de Lei 775 vai coibir a especulação e assegurar a fiscalização e participação social no direito de acesso livre às praias?".

Cecília, do Distrito Federal: "Um litoral livre e gratuito é o que os brasileiros precisam. Que ele continue sendo espaço de lazer, cultura e preservação ambiental".

Carlos, do Rio Grande do Sul: "Pode existir praia privada, desde que haja contrapartida. Por exemplo, adotar uma praia pública com no mínimo o mesmo investimento [...]".

Madaleine, do Distrito Federal: "Sou [...] [a favor do] acesso livre às praias. [...] Carneiros e Muro Alto [são] cercadas por condomínios e grandes *resorts*. Lamentável".

Algumas perguntas e alguns comentários aqui dos internautas.

Agora eu já quero aqui abrir para fazerem as considerações finais. Quem quiser eu posso deixar livre, pode iniciar, ou quem quiser a gente também pode ir chamando conforme já foi...

O SR. CARLOS ALBERTO PINTO DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Senadora, tem um pescador aqui que queria fazer uma pergunta. É possível?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – É possível. Aqui eu quebro o protocolo. Não é bem possível, não, mas eu vou deixá-lo fazer a pergunta. Até eu acho que...

Pode apertar o microfone.

Abre lá, abre?

Eu quebro o protocolo todinho, o pessoal fica doido, mas nada mais justo do que ouvir um pescador que aqui está. Com muito prazer a gente abre aqui para ouvir a pergunta.

O SR. FLAVIO DINIZ GASPAR LONTRO (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Queria, como todos, enaltecer toda a Mesa, especialmente o companheiro Carlinhos, que representa a categoria da pesca artesanal e também a nossa entidade, o Confrem Brasil, e a Dra. Gisele, que é uma companheira do Rio de Janeiro, com quem estive há duas semanas, num outro evento, e que tenho prazer em rever.

Eu tenho uma preocupação muito grande porque não percebi no PL a questão da proteção de povos e comunidades tradicionais que residem exatamente nesse local. Eu passei duas grandes vergonhas na minha vida, uma delas agora, exatamente na França, por causa dessa questão de privatização de praias e a outra foi no Brasil, onde não existe essa coisa aí de conciliar e tampouco de alguém ser dono de alguma praia. Também não sei de onde é que tiraram essa ideia. Mas, enfim. Uma foi aqui, no Brasil, no Estado de em Pernambuco, quando eu estava num carro oficial do Governo e fomos impedidos de adentrar uma praia, que era toda tomada por comércio, restaurantes e tal. O carro oficial era do ICMBio e foi impedido por um guarda de segurança de entrar na praia. Foi uma grande decepção, na verdade, porque foi por água abaixo do que a gente entendia por ser uma área pública. Essa mesma situação, ao contrário do Brasil, é permitida na França. Estávamos, o Carlinhos estava presente também, em uma reunião num hotel em Cap Ferrat, e eu, particularmente, queria dar um mergulho na praia que estava em frente ao hotel, e lá também fui barrado porque a praia pertencia ao hotel. Os hóspedes, obviamente, estavam se banhando e um monte de gente olhando e querendo estar na praia e não podendo chegar na praia, porque a praia era privativa do hotel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O companheiro do Rio Grande do Sul foi muito feliz na colocação, porque é exatamente... Se não me engano, ali me parece Torres, não tenho certeza. Não é Torres?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLAVIO DINIZ GASPAR LONTRO – Pronto.

O que o que não se percebe, Senadora, é que, independentemente de qualquer coisa, mesmo que passe isso, o risco que todos correm aí, a preocupação é mais com o que pode acontecer com o Governo Federal em reparação, a provável catástrofe que vai acontecer, porque a Dra. Gisele conhece bem a situação de Atafona, no Rio de Janeiro, onde o mar já invadiu mais de 1km de terra, e eu fico bastante preocupado porque está se pensando no dinheiro e não se está avaliando todo o risco que se corre e o risco que o próprio Governo corre, porque empresas vão, obviamente, em algum momento futuro, cobrar do Governo providências contra as coisas causadas pela natureza.

Mas eu gostaria só de chamar a atenção porque entendo, Senadora, que, quando da publicação da Lei 13.240, que a companheira Dra. Cassandra colocou aqui, foi uma situação muito complicada para nós, povos e comunidades tradicionais, principalmente da pesca, que habitamos a orla, porque se criava ali e dava fôlego ao Projeto Orla. Entendendo que as prefeituras vivem de IPTU e nós somos isentos de vários impostos federais, corremos o risco de sermos expulsos das nossas terras porque habitamos regiões de praia.

Então, eu gostaria bastante, nem sei se é possível em questão de emendas ou sugestão, como algumas que foram colocadas aí, de se criar dentro desse PL ou...

Enfim, se ele não passasse seria tanto melhor, mas que tivesse uma coisa específica na proteção dos povos pescadores que habitam as praias brasileiras, porque, como se dizia antigamente no Rio de Janeiro, na questão do jogo do bicho, vale o que está escrito; se não estiver escrito, cada um interpreta como quiser, não é? E o que nós estamos passando hoje aqui com esse PL é exatamente isso.

E o que o companheiro colocou, a questão do "nativa" ao invés do "natural" é de fato muito melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpe-me por eu me prolongar, mas eu precisava contar isso porque são exemplos de privatizações que acontecem – um país como o Brasil não permite isso, mas na França se permite – e o constrangimento que causam a pessoas, ao povo que quer estar lá e não pode estar. Então, fica a sugestão dessa inclusão, possível inclusão quanto à proteção das comunidades pesqueiras da costa brasileira.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu agradeço.

Estão pedindo só para o senhor se identificar para que eles possam botar aqui na ata.

Já agradeço e quero dizer que eu, como Relatora, aceito as sugestões que possam ser entregues – nós estamos com a assessoria aqui – e quero muito que elas sejam entregues de forma escrita, só para que a gente possa realmente dar validade e fazer a análise de inclusão, assim, no nosso relatório com a contribuição de vocês, especialmente aqui os representantes dos pescadores. Eu tenho um interesse muito grande em fazê-lo, está bom?

Só peço para se identificar para que possa constar aqui.

O SR. FLAVIO DINIZ GASPAR LONTRO – Perfeito. Desculpe a gafe, por favor.

Meu nome é Flavio Lontro. Sou Coordenador-Geral da Confrem Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada.

Vai engrandecer muito o nosso relatório, com certeza, receber as sugestões de vocês.

Para fazer as considerações finais e já dar algumas respostas, eu passo para a Sra. Cassandra, que poderá usar também cinco minutos, mas pode ficar tranquila porque eu sempre vou adicionar mais.

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Bem, esta questão, que eu acho que é do Daniel, do Rio de Janeiro, me permite, inclusive, dialogar com a questão das comunidades tradicionais e com a PEC 03: "Por meio de quais mecanismos esse novo [...] [projeto de lei] pretende acabar de vez com os projetos privatistas das praias?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, o projeto de lei é uma ferramenta para se garantir acesso. Eu entendo assim. Acho que uma grande coisa para garantir que você não tenha a privatização das praias é manter o domínio dos terrenos de marinha, ou seja, daquela faixa costeira que fica vizinha à praia, e que você possa ter um planejamento da utilização; que isso continue sob gestão pública, no caso, da União, que está fazendo um planejamento compartilhado com os estados e municípios da melhor ocupação dessas áreas. Eu acho que isso é o desejável. Se a gente não tiver a garantia dessa faixa costeira como gestão pública, você não segura a privatização por um tipo de atividade econômica apenas.

Eu acho que tem que ter atividade econômica para todas as classes sociais e tal, mas o Estado brasileiro tem que se posicionar. O que é desejável nessa faixa tão delicada? É o turismo sustentável. É aquele que agrega a comunidade, inclusive tradicional, local, que já tem o hábito secular de fazê-lo. Pode ter um *resort* com uma comida mais sofisticada, com lençóis de não sei quantos fios egípcios, etc., mas que se faça uma discussão sobre esse turismo ser sustentável. Para isso, quem tem a terra na mão é quem pode dar as cartas. Então, se os poderes públicos – a União, o estado e o município – puderem continuar gerindo essa faixa através do Projeto Orla, do planejamento integrado da gestão dessas áreas, eu acho que é o desejável. Se forem extintos os terrenos de marinha – como se estava pensando, e eu espero que isso já tenha evoluído –, não vai ser possível. Aí fica a lei do mais forte, do dinheiro, da pressão, em alguns lugares até da capangagem porque, infelizmente, ainda nós temos terra sem lei em alguns rincões deste país.

A gente está trabalhando fortemente – está aqui a coordenadora-geral representando a coordenadora, que está fazendo um curso de povos e comunidades tradicionais na área de regularização fundiária –, nós estamos criando uma esteira para poder fazer, agilizar, junto com a agilização da demarcação que está sendo feita, para poder fazer a emissão dos termos de autorização de uso sustentável para garantir o território para as comunidades tradicionais.

Com as comunidades quilombolas, a gente também atua junto, mas tem, no Incra, no Ministério da Igualdade Racial e no próprio Ministério do Meio Ambiente, um conjunto de normas que as protegem especificamente, embora a gente também as apoie.

Agora, para pescadores, pescadoras, marisqueiros, vazanteiros e outras comunidades tradicionais, quem cata caranguejo, enfim, a SPU tem providenciado a garantia desse território; inclusive, na praia, uma das coisas que é possível fazer pela legislação é fornecer o termo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorização de uso sustentável, sempre coletivo porque essas comunidades trabalham coletivamente, para se guardarem os petrechos de pesca e garantir, ali, que não se vai fincar a bandeira do hotel.

Nós queremos fazer isso em larga escala, já temos feito e temos um planejamento de poder...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES – ... fazer isso em larga escala, em todo o litoral, os ranchos... fincada a bandeira da comunidade tradicional, para poder colocar os seus petrechos de pesca, o barco e uma estrutura leve que não tira a vista de ninguém e que não fica fazendo venda de nada, que é só para cumprimento disso e garantia do espaço.

Por fim, só quero dizer que os canais para fazer denúncia, que é uma pergunta... Se você está vendo algo na ocupação de praia ou de algum terreno da União que você acha que é irregular, um instrumento é o Fala.BR: você põe Fala.BR lá na internet e já vai para o falabr.cgu.gov.br – este é um canal em que você pode se expressar.

Tem um canal telefônico, vou falar alto aqui para poder entrar no relatório: 0800 978 9005.

E o *site* da fiscalização da SPU no Ministério da Gestão. Você entra no *site* do Ministério da Gestão, procura patrimônio da União, fiscalização, e lá também tem um espaço para você apresentar as denúncias – isso só da parte nossa, do MGI e da União. Tenho certeza de que o Ministério Público tem os seus canais, e a Confren também, que frequenta todo o litoral.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Agradeço à Sra. Cassandra pelas contribuições.

Eu quero dizer que ainda não estamos encerrando porque ainda temos as considerações finais de cada um que aqui está, mas esta audiência pública faz parte de um processo exatamente para que a gente – eu, como Relatora, e tenho certeza de que o autor do projeto, que tem a melhor intenção – possa, verdadeiramente, defender o que a gente acredita que vai ser melhor para os pescadores, para as comunidades, para todos e todas, porque a intenção do projeto é essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui é um local exatamente democrático para que a gente possa ouvir e correr menos riscos, porque aqui nós estamos com pessoas que trabalham diretamente com essa questão. Estamos aqui com pessoas que vivem e presenciam também, que sentem na pele. Então, eu vejo de uma forma muito legítima a gente poder ouvir para poder fazer realmente a melhor proposição, que é a nossa intenção.

Já passo à Sra. Gisele, que também poderá fazer as suas considerações finais.

A SRA. GISELE ELIAS DE LIMA PORTO LEITE (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Augusta. Eu quero também agradecer a presença do Senador Rogério Carvalho.

Quero dizer que foi muito bom ouvir também os meus próprios colegas que atuam no MPF-Gerco constantemente, sempre que gente ouve atenta para um outro olhar. Eu vi ali o representante das comunidades. Quero agradecer mesmo por esse espaço, parabenizar muito... Porque a gente precisa ouvir para poder ter um olhar mais amplo na hora de tomar as decisões.

Quero manter aqui a minha fala de que a gente tem uma lei de gerenciamento costeiro muito boa. O que a gente precisa é conseguir instrumentos para fazer com que ela seja efetiva na prática. Eu até queria, se pudesse, botar ali o *link* para a gente ver como é que está lá. (*Pausa.*)

Ah, já está? Olhem lá, aquilo ali é a oficina de capacitação de gestão de praias que está acontecendo em Natal; semana passada foi em São Paulo; na outra foi no Rio. Essa já é a sétima. Estou aqui com o Nicolodi, que é quem capitaneia pelo Ministério do Meio Ambiente, apoia, as oficinas; e com a Cassanda, pela SPU, que é o carro-chefe. Tem dia que é só SPU, porque é justamente a capacitação dos municípios. Eles precisam, não podem receber aquilo sem saber o que acarreta fazer qualquer coisa e que até podem perder a gestão, voltar para a União, e aí perderem os recursos que vêm com o TAGP.

Então, eu queria deixar a fala de que a gente não esqueça que o gerenciamento costeiro é integrado. Todo mundo tem que dar as mãos, tem que unir esforços para conseguir que, realmente, a lei seja vista como sendo aplicada na prática. As comunidades tradicionais...

Eu falei aqui do PEM. Estou aqui com o Coordenador do PEM pelo Ministério do Meio Ambiente, porque não é só a Marinha. Eu também estou a participando lá do PEM, e a Marinha e o Ministério do Meio Ambiente receberam até um projeto que o MPF tem, que é de territórios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vivos. As comunidades se cadastram ali como fontes para poderem alimentar as discussões e convidar as pessoas. Então, é só dessa forma que eu vejo uma saída para nós. É realmente a gente pegar a contribuição de cada órgão e efetivar o que a gente tem, porque a gente já tem uma lei muito boa.

É isso. Então, muito obrigada pela pelo convite novamente.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Nós é que agradecemos, mais uma vez.

Eu vou sempre dizer: estou aqui ouvindo, aprendendo. Até porque eu tenho a intenção de acertar nesse relatório e não de dificultar nem atrapalhar, de forma alguma, os andamentos, nem a vida de ninguém. A nossa intenção aqui é sempre a de construir soluções e não dificuldades.

Então, agora, eu já passo aqui ao Sr. João Nicolodi, que também poderá fazer as suas considerações finais.

O SR. JOÃO LUIZ NICOLODI (Para expor.) – Bom, acho que eu quero fazer primeiro o agradecimento. Segundo, nos colocar à disposição do Departamento de Oceano e Gestão Costeira, da Secretaria Nacional de Mudança do Clima, do Ministério do Meio Ambiente, para continuar este debate, continuar essa discussão. E, principalmente, eu queria fazer uma divulgação, porque a Dra. Gisele acabou de dizer que a lei do gerenciamento costeiro é muito boa, mas nós precisamos de melhores instrumentos, precisamos de questões mais práticas. E nós estamos, neste momento, iniciando a revisão do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), que é um plano de 1997, então ele está bastante defasado. Então, a gente está iniciando um grande esforço, que vai culminar – e aí eu trago essa questão da participação social – com um evento que a gente quer, o Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro (Encogerco), que vai ocorrer no final de setembro, começo de outubro, em Fortaleza, no qual nós estamos esperando a participação em torno de 500, 700 pessoas para discutir esse novo, ou melhor, essa atualização – não é novo, né – do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, para que realmente a gente possa ter...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO LUIZ NICOLODI – Perfeito. É, claro! O evento é aberto. Inclusive a senhora nos avise, se for, para poder participar de uma mesa, de alguma coisa. Seria excelente!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO LUIZ NICOLODI – Não, vai ser de 29 de setembro a 3 de outubro, que tem as visitas técnicas.

E, só para a gente contextualizar a importância que nós damos a essa questão de participação social, especificamente para o gerenciamento costeiro, nós estamos em contato com a rede Marangatu, Mangaratu, Marangatu – agora eu esqueci o nome exatamente –, que faz a articulação com diversos representantes das comunidades tradicionais, para que a organização do evento se dê juntamente com esse pessoal.

Em termos quantitativos, e eu sei que isso não define a participação, mas, em termos quantitativos, praticamente um terço do evento vai ser organizado pelas próprias comunidades.

Nós vamos financiar a ida dessas comunidades – dos representantes, né – para o evento, para mesas inteiras de debate que serão propostas, ou seja, não seremos nós que vamos propor e vamos convidar. Nós vamos ter a própria proposição; isso está sendo articulado. Inclusive, assim, a gente já solicitou que eles entrassem em contato com o pessoal, por exemplo, da Confrem para poder fazer essa articulação. Então, é uma forma de operacionalizar isso, botar instrumentos mais práticos, amplamente discutidos; a gente quer fazer um amplo debate, né, com relação a isso.

E esse evento, que tem esta característica, é gratuito, mediante inscrição – já tem o *site,* depois a gente pode até disponibilizar –, vai acontecer nesse período e acho que vai muito ao encontro do que está sendo dito aqui: a necessidade de a gente transformar uma lei que é tão boa, mas que às vezes é tão difícil de sair do papel. E como é que sai do papel? Instrumentos práticos. E a ideia é fazer com que o instrumento que está defasadíssimo, 97, seja atualizado até o final do ano que vem. É isso.

Também as oficinas que nós temos, uma dessas aqui, por exemplo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO LUIZ NICOLODI – Sim, que a gente está tendo agora, neste momento, no Rio Grande do Norte. Existe uma agenda e ainda tem mais oito oficinas, que vão acontecer em oito Estados diferentes do Brasil e seria excelente contarmos com a presença, né, tanto do Legislativo, o máximo possível de Executivo, comunidade tradicional, sociedade civil como um todo.

Então, fica o convite para ampla participação. Também são oficinas abertas e são divulgadas tanto pela SPU, quanto pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério Público Federal, para participação também dessas oficinas aí.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Ótimo!

Eu já tenho todo o interesse, quando for para o Ceará – ainda não foi, não é? –, para a gente ter lá uma... Eu vou até divulgar isso, porque a gente também tem Deputados Estaduais que gostam muito... E o nosso mandato também tem interesse em participar, até para poder entender e estar por dentro das realidades e do que a gente pode fazer com o mandato.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – É parceiro, não é?

O SR. JOÃO LUIZ NICOLODI (*Fora do microfone.*) – ... é organizador também do evento.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Ótimo! Através da Semace?

O SR. JOÃO LUIZ NICOLODI (*Fora do microfone.*) – Secretaria do Meio Ambiente.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Do meio ambiente.

Ótimo!

A Secretária é muito minha amiga. Vou pedir para ela me avisar quando tiver.

Ela é muito inovadora também, é muito trabalhadora e quer, realmente, fazer também a sua parte. Tenho certeza disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora eu passo a palavra para o Sr. Nathan também, que poderá fazer as suas considerações finais.

O SR. NATHAN BELCAVELLO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bem, primeiramente, uma sugestão à Relatora, até mesmo para afastar um pouco esse medo com relação a ataques à questão do acesso às praias, seria exatamente a de se aumentar o escopo para todos os bens de uso comum e entender a proposta do PL numa perspectiva exatamente de planejamento territorial urbano.

E, respondendo a muitas das questões que foram levantadas, tanto no início como depois, pelo pessoal que está acompanhando, eu acho que a solução para isso é uma questão que está prevista no estatuto da cidade, que é a da gestão democrática e a efetiva participação da população no planejamento e na gestão dos municípios.

Aí a gente tem vários instrumentos que vão para além do estatuto da cidade e para além do Poder Executivo e do Legislativo, em que aí a gente tem o papel do Ministério Público, não só o da União, mas o dos estados também.

Bem, o recado que eu gostaria de deixar é esse, porque eu acho que a resposta das questões que foram colocadas é a efetiva participação, é a gestão democrática junto ao poder público municipal. Na minha opinião, como técnico, o que a gente está discutindo, na verdade, aqui não é gestão, gerenciamento de praias. A gente está discutindo exatamente a questão do planejamento territorial dos municípios. É isso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Ótimo!

A gente agradece também. E eu tenho certeza de que tanto o autor desse projeto como nós, como o Relator, a gente vai sentar...

Eu queria muito pedir, reforçar aqui, que as sugestões em cima do projeto fossem entregues o mais rápido possível que vocês puderem, para que a gente possa se sentar com o autor. Eu sei que a intenção dele também é a melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente não vai ter dificuldade em fazer esse relatório de uma forma que possa atender, realmente, a todos, especialmente ao que é o nosso papel – volto a dizer.

Eu acredito que vai ser, se a gente conseguir alinhar mais um projeto, para reforçar, obviamente, as leis existentes, e alguma coisa que a gente possa melhorar ainda em relação aos controles... Eu tenho certeza de que esta é a intenção do autor e é a nossa também.

Por isso, a gente precisa desta audiência e precisa também das sugestões de todos que aqui participaram, e de alguém, se achar, que esteja escutando e que puder mandar para o nosso gabinete. A gente com certeza vai analisar tudo.

Eu queria passar agora para o nosso querido Carlos, que vai fazer também suas considerações finais e dizer que foi um prazer muito grande ter você aqui nesta audiência pública com a gente.

O SR. CARLOS ALBERTO PINTO DOS SANTOS (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Eu queria só, encerrando aqui, reforçar essa questão de que nós acreditamos que todos aqueles que têm direito ao que é de patrimônio público – que está sob responsabilidade, principalmente, da União, representada aqui pela Secretaria do Patrimônio da União – deveriam se empoderar mais e estar mais presentes, inclusive participando, contribuindo, porque eu acredito que nós pescadores e pescadoras artesanais, os povos e comunidades tradicionais, de um modo geral, temos avançado nesse diálogo.

Aqui, a fala da Dra. Cassandra, falando sobre a questão dos termos de autorização de uso, é algo que marca muito, porque nós temos andado ao longo do Brasil – e aí você vai desde áreas como o Nordeste e o Norte, mas também São Paulo, Sul, Sudeste.

Eu estive recentemente em Castelhanos, São Paulo, e lá é um exemplo de uma área em que foi feito um termo de autorização de uso que, para nós, é uma referência: é uma área de uma demanda, a partir do interesse do turismo, gigantesca, mas você vê comunidades tradicionais no leste de Ilhabela, protegidas, estão entendendo? Foi a partir da iniciativa da SPU, junto com a comunidade e o Ministério Público Federal, que foi garantido esse direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra iniciativa também, que é uma parceria nossa – Ministério Público Federal e povos e comunidades tradicionais –, que a doutora já falou aqui, é a questão da plataforma dos territórios tradicionais, que é uma ferramenta magnífica, fundamental, principalmente para trazer essa questão da identidade, de identificar, a partir de dados primários e secundários, com autoafirmação e autoidentificação a partir dos povos e comunidades tradicionais, onde os povos e comunidades tradicionais estão nos diferentes biomas deste país.

Sabemos que, na hora de elaboração, de planejamento, de estratégia macro, nós povos e comunidades tradicionais somos os maiores prejudicados, por causa justamente da deficiência de dados e informações, porque os órgãos que têm maior relação conosco – não preciso aqui nomear, falar o nome de todos eles – são justamente aqueles que têm os menores orçamentos da Esplanada, estão entendendo? Então, os setores fortes da economia, como turismo, petróleo, mineração, têm todas as informações de que eles precisam, e não precisam de muita informação a ser coletada a partir de dados primários – mas nós não!

Então, o apelo que eu faço aqui é que, inclusive na discussão de todos esses outros instrumentos que estão sendo debatidos aqui, os órgãos que estão aqui nesta mesa e os demais, que estão ausentes, têm que destinar recurso para a busca e para o fornecimento de dados primários – está entendendo, Senadora? –, porque senão a gente vai sair perdendo.

Esperamos que a nossa contribuição aqui ao projeto de lei do Senador Rogério seja positiva; esperamos que ele seja acolhido. Nós vamos sistematizar a proposta aqui que o companheiro Flavio trouxe, Senadora.

Agradecemos à senhora e ao Senador pelo acolhimento e pelo espaço de fala para os povos e comunidades tradicionais. Eu acho que é isto que a gente precisa avançar neste país: garantir o espaço e o lugar de fala dos povos e comunidades tradicionais, para além dos demais direitos por que a gente luta.

Contem conosco. Mais uma vez, se precisarem de qualquer coisa, estaremos à disposição para esclarecimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu que agradeço. Eu agradeço, e quero dizer que a gente vai pedir o contato – estamos com a assessoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui – para que a gente, quando finalizar, mais uma vez, o nosso relatório, porque a gente vai revê-lo, possa trocar ideias, mostrar para todos que aqui participaram, que têm o interesse, que pode ser um relatório que vai atender, com certeza, todas as questões que foram levantadas, não só nesta audiência pública, mas outras que possam vir também a aparecer além desta audiência pública.

Volto a dizer: tenho certeza de que o autor tem essa flexibilidade; tem essa intenção, realmente, de acertar. Eu falo assim porque eu sou Relatora do projeto; não vou querer mudar nem modificar um relatório do próprio autor sem combinar e sem... Mas como eu sei que essa parceria existe, e a intenção dele também é a melhor, eu estou falando aqui porque ele me autorizou para que eu pudesse falar.

Mas antes de encerrar, eu queria primeiro submeter também à deliberação deste Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 12ª Reunião, realizada no dia 17 de junho de 2025.

As Sras. Senadoras e Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado*.

Antes de terminar e falar alguns encaminhamentos, também temos aqui alguns avisos.

Informo que hoje, às 2h30, neste mesmo plenário, ocorrerá uma audiência pública na 14ª Reunião desta Comissão, com o objetivo de analisar a execução do Programa 2322, do PPA, que é de 2024 a 2027, critérios de repasse e acesso a recursos federais para saneamento básico, como parte do plano de trabalho da avaliação da política pública sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento, em atenção aos Requerimentos nºs 12 e 21, de autoria do Senador Jorge Seif, que aqui esteve também presente.

E, como eu disse, quero só dizer que, nos encaminhamentos, eu me comprometo e agradeço a todos que aqui estiveram, todos os expositores, todos que estão aqui assistindo, sobretudo, todos os assessores aqui também desta Comissão. Agradeço por ter a oportunidade de conhecer, de aprender e já de me comprometer a participar de reuniões, de encontros para realmente ter, não só em relação a esta relatoria, um aprofundamento nos assuntos que são de muito interesse da sociedade. É nosso dever e nossa obrigação também estar por dentro, seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propondo lei, fiscalizando as leis ou fazendo audiência pública, mas dando voz realmente às pessoas que precisam.

Eu acho que uma audiência pública, muito mais do que a gente ouvir os expositores, é pegar as perguntas do e-Cidadania, ver a participação da população como um todo. Por isso que eu abri para que o nosso pescador, representante, pudesse falar aqui, porque eu acho que uma audiência pública não tem validade se a gente não ouvir o público. Então, estamos aqui. Apesar de o público aqui estar também representado nesta mesa, a gente tem que abrir realmente o espaço para que todos e todas possam contribuir.

Então, encerrando, agradeço mais uma vez e digo do meu compromisso de a gente pegar as proposições e elaborar, mais uma vez, um substitutivo no nosso relatório, de acordo com tudo que foi discutido aqui.

Nada está fechado que a gente não possa mudar a tempo, logicamente, seguindo o Regimento e as regras do nosso querido Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia um de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Plínio Valério, Alan Rick, Margareth Buzetti, Zenaide Maia, Flávio Bolsonaro, Augusta Brito, Beto Faro, Rogério Carvalho e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Izalci Lucas e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Laércio Oliveira e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 21, de 2025 que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a execução do Programa 2322 (PPA 2024–2027), critérios de repasse e acesso a recursos federais para saneamento básico, como parte do plano de trabalho da Avaliação da Política Pública sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR" Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC). Resultado: Aprovado. ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 23, de 2025 que: "Requer realização de diligência externa nos estados do Acre, Tocantins e São Paulo, como parte da avaliação da política pública de Saneamento, com o objetivo de coletar informações qualificadas diretamente nos territórios, por meio da escuta de gestores locais, e da análise de arranjos institucionais em funcionamento." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC). Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 12/2025 - CDR, de autoria Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e REQ 21/2025 - CDR, de autoria Senador Jorge Seif (PL/SC). Finalidade: Audiência Pública Interativa com o objetivo de analisar a execução do Programa 2322 (PPA 2024–2027), critérios de repasse e acesso a recursos federais para saneamento básico, como parte do plano de trabalho da Avaliação da Política Pública sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR. Participantes: Sr. Leonardo Picciani, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades - MCid; Sr. Denilson Campello, Diretor do Departamento de Parcerias com o Setor Privado - Ministério da Integração e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento Regional - MIDR; Sr. Gesmar Rosa dos Santos, Especialista em saneamento básico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Sra. Cláudia Lima, Analista Técnica de Sustentabilidade da Confederação Nacional de Municípios - CNM; Sr. Flavio Tagliassachi Gavazza, Superintendente Nacional de Serviços de Governo - CEF; e Sr. Eduardo Christensen Nali, Chefe do Departamento de Saneamento Ambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Resultado: Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Seif
Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos os senhores e a todas as senhoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de julho de 2025.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira, deliberativa; e a segunda, audiência pública interativa.

A presente reunião é destinada à deliberação de requerimentos apresentados à Comissão.

Item 1 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 21, DE 2025

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a execução do Programa 2322 (PPA 2024–2027), critérios de repasse e acesso a recursos federais para saneamento básico, como parte do plano de trabalho da Avaliação da Política Pública sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Faço, a partir de agora, a leitura do requerimento. (*Pausa.*)

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a execução do Programa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2322 (PPA 2024–2027), Critérios de repasse e acesso a recursos federais para saneamento básico, como parte do plano de trabalho da avaliação da política pública sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; representante da Caixa Econômica Federal; Sr. Denilson Campello, Diretor do Departamento de Parcerias com o Setor Privado, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (Midr); representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Justifico que a execução do Programa 2322, previsto no Plano Plurianual 2024–2027, representa o principal instrumento de ação da União no apoio técnico e financeiro aos entes federados e às entidades responsáveis pela implementação da política de saneamento básico em todo o território nacional.

Dada a relevância do tema para o desenvolvimento regional equilibrado e para a melhoria da qualidade de vida da população, torna-se necessário avaliar como se têm dado a alocação e a utilização dos recursos públicos vinculados a esse programa, tanto sob a ótica da execução orçamentária quanto da efetividade das transferências e financiamentos federais.

A audiência pública tem por finalidade aprofundar a análise sobre a focalização do apoio financeiro da União, especialmente no que diz respeito à sua capacidade de alcançar regiões e localidades com menor cobertura de serviços de saneamento.

Além disso, visa compreender os fatores que influenciam o grau de execução dos recursos disponíveis – orçamentários e não orçamentários – e a capacidade de acesso desses recursos por parte de municípios de pequeno porte, consórcios intermunicipais e estados com menor estrutura institucional.

Será igualmente oportuno examinar como os repasses federais têm contribuído para a regionalização da prestação dos serviços, conforme as diretrizes do novo marco legal do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saneamento (Lei nº 14.026/2020), e quais têm sido as ações implementadas no âmbito da Ação Orçamentária 0501, voltada à capacitação institucional dos titulares, prestadores e reguladores dos serviços públicos de saneamento básico.

A audiência também permitirá identificar as áreas mais demandadas de apoio técnico e financeiro por parte dos entes subnacionais, além de servir como subsídio para o aprimoramento das diretrizes e critérios federais de apoio ao setor.

Diante da importância do tema para a promoção da equidade regional, da efetividade das políticas públicas de saneamento e da melhoria das condições de vida da população brasileira, especialmente em áreas historicamente desassistidas, conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste requerimento e para a realização de audiência pública, que certamente trará contribuições valiosas à avaliação da política pública em curso.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 2 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 23, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de diligência externa nos Estados do Acre, Tocantins e São Paulo, como parte da avaliação da política pública de Saneamento, com o objetivo de coletar informações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualificadas diretamente nos territórios, por meio da escuta de gestores locais, e da análise de arranjos institucionais em funcionamento.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição, do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de analisar a execução do Programa 2322... Opa, perdão!

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa nos Estados do Acre, Tocantins e São Paulo, com o objetivo de coletar informações qualificadas diretamente nos territórios, por meio da escuta de gestores locais e da análise de arranjos institucionais em funcionamento.

A avaliação de política pública em curso nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, aprovada pelo Requerimento 12/2025, que versa sobre o apoio técnico e financeiro federal ao setor de saneamento, tem demonstrado a crucialidade da coleta de informações *in loco* para subsidiar o relatório final. A diligência, já aprovada e realizada em Florianópolis, Santa Catarina, constituiu um passo fundamental nessa direção. Contudo, a complexidade e a diversidade regional do Brasil exigem uma abordagem mais abrangente para capturar a amplitude dos desafios e das soluções implementadas em todo o território nacional, justificando a ampliação das pesquisas.

As diligências nos Estados do Acre, Tocantins e São Paulo são estrategicamente vitais para aprimorar a qualidade técnica e a legitimar institucionalmente esta avaliação. Esses estados representam realidades distintas e complementares no cenário do saneamento federal.

O Acre simboliza os desafios inerentes à Região Norte, com particularidades geográficas, demográficas e socioeconômicas, onde a implementação do novo marco legal e a atração de investimentos para parcerias público-privadas enfrentam barreiras específicas, mas também oferecem oportunidades únicas de inovação e inclusão.

O Tocantins oferece uma perspectiva da Região Centro-Oeste e de estados com grandes extensões territoriais com menor densidade populacional, permitindo avaliar como os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumentos federais e as PPPs se adaptam a contextos de infraestrutura em desenvolvimento e dispersão de assentamentos.

São Paulo representa um polo de experiências avançadas em saneamento e infraestrutura, com capacidade de atração de capital privado consolidada. A análise de suas experiências permitirá identificar as melhores práticas, os arranjos institucionais de sucesso na estruturação de PPPs e os fatores que facilitam o acesso a instrumentos federais de apoio, servindo como *benchmark* e fonte de aprendizado para outras regiões.

As diligências serão realizadas em municípios ainda a serem definidos por esta Comissão, em cada um dos estados, que permitirá a observação das peculiaridades dos desafios da implementação do marco legal do saneamento em contextos variados.

Nesse sentido, destaca-se que a flexibilidade na definição das localidades específicas dentro de cada estado, capitais ou regiões de interior, é fato crucial para a otimização e profundidade do processo de coletar dados. Essa abordagem permitirá direcionamento dos esforços para municípios, consórcios ou arranjos institucionais que apresentem experiências mais relevantes e diversificadas em termos de implementação do novo marco legal do saneamento e estruturação de PPPs.

A flexibilidade locacional é essencial para assegurar que a missão abranja a diversidade das realidades regionais, otimizando qualidade de informações coletadas para o relatório. A realização dessas diligências permitirá ainda a coleta de informações qualificadas diretamente dos territórios, através de escutas de gestores locais, operadores, consórcios e comunidades.

Essa imersão garantirá uma visão mais robusta sobre a efetividade das diretrizes previstas no novo marco legal do saneamento, especialmente no que concerne à prestação regionalizada dos serviços, ao novo regime de delegação por meio de licitação, à capacidade de estruturação de políticas e plano de saneamento por parte dos entes subnacionais e à acessibilidade aos instrumentos federais de apoio técnico e financeiro em diferentes contextos.

Portanto, a realização das diligências citadas, aliada à flexibilidade locacional proposta, é indispensável para garantir a profundidade, representatividade e excelência no relatório final da avaliação da política pública, fortalecendo o papel fiscalizador e propositivo do Senado Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na construção de um saneamento básico universal de qualidade para todos os territórios brasileiros.

Diante do exposto, solicito aos membros desta Comissão o apoio e aprovação da presente iniciativa, reconhecendo seu valor estratégico para aprimoramento das políticas públicas no setor de saneamento básico.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o nosso requerimento.

Segunda parte, audiência pública interativa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, ok. Obrigado.

Essa parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de analisar a execução do Programa 2322 (PPA 2024–2027), critérios de repasse e acesso a recursos federais para saneamento básico, como parte do plano de trabalho da avaliação da política pública sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em atenção aos Requerimentos 12 e 21, de autoria do Senador Jorge Seif.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados:

– Sr. Leonardo Picciani, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades;

– Sr. Denilson Campello, Diretor do Departamento de Parcerias com o Setor Privado do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (*Fora do microfone.*) Tudo bem? Como é que está? Sente aí, bem-vindo. Denilson, bem-vindo meu amigo. Sente aí, por favor;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Sr. Gesmar Rosa dos Santos, Especialista em Saneamento Básico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (*Fora do microfone.*) Bem-vindo, Sr. Gesmar. Obrigado pela sua presença;

– Sra. Cláudia Lima, Gerente de Sustentabilidade e Resiliência da Confederação Nacional dos Municípios – Sra. Cláudia (*Fora do microfone.*) Seja bem-vinda, obrigado por aceitar o convite.

E, ainda, de forma remota, contamos com a participação de:

– Sr. Flavio Tagliassachi Gavazza, Superintendente Nacional de Serviços do Governo da Caixa Econômica Federal; e

– Sr. Eduardo Christensen Nali, Chefe do Departamento de Saneamento Ambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/e-cidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Antes de iniciarmos as exposições, gostaria de compartilhar algumas manifestações dos cidadãos que recebemos por meio do e-Cidadania e já deixo aberto para que expositores possam responder eventuais questionamentos ou fazer comentários que julguem necessários.

O Fernando, do Rio Grande do Norte, pergunta: "Como o Programa 2322, do PPA 2024-2027, se articula com os municípios que ainda enfrentam déficit na cobertura de saneamento básico?".

A Camila, do DF, diz o seguinte: "Ao [se] falar [...] [em] estados [e] municípios [...] [é comum se esquecer] [...] [do] saneamento indígena [...]. Como [o segmento está inserido nessa política] [...]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Danielle, de Pernambuco, diz: "Dado o alto déficit de saneamento em favelas, como o Governo vai garantir que essas áreas sejam de fato priorizadas nas ações do Programa 2322?".

O Carlos, de São Paulo, pergunta: "Como o Governo não conseguiu fazer o saneamento básico em 40 anos, por que não deixar 100% [...] [nas mãos da] iniciativa privada?".

O Rafael, do Rio de Janeiro: "Como o modelo de financiamento e apoio técnico do BNDES e da Caixa se adaptam à realidade de municípios com baixa capacidade institucional?".

O Wendyo, de Pernambuco: "Como a União monitora a qualidade dos serviços de saneamento financiados pelo PPA?".

O Wilder, do Rio Grande do Sul: "Quais ações o Programa 2322 prevê para apoiar municípios periféricos e rurais com baixa capacidade técnica no acesso ao saneamento?".

O Wilson, de Minas Gerais: "Como resolver o grave problema de saneamento das populações ribeirinhas e [...] [das que vivem às margens dos] rios? São os mais pobres e necessitados."

Átila, do Rio de Janeiro: "O Governo prevê inclusão de tecnologias sustentáveis em editais de saneamento?".

Por último, Rafael, do Rio de Janeiro: "A estratégia de focar em concessões e blocos regionais não corre o risco de [...] [ampliar] a desigualdade, priorizando áreas mais rentáveis?".

Agradeço mais uma vez aos nossos convidados presenciais e *online* e passo imediatamente a palavra ao Sr. Leonardo Picciani, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades (MCid).

Obrigado, Leonardo.

A palavra está com o senhor.

O SR. LEONARDO PICCIANI (Para expor.) – Uma boa tarde a todos.

Quero cumprimentar aqui, na pessoa do Senador Jorge Seif, todos os participantes e toda a audiência da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar o Senado Federal e o Senador Seif pela iniciativa de trazer o saneamento a debate nesta Casa e pedir, Senador... Vou, rapidamente, passar uma visão geral do setor de saneamento no Brasil e das ações feitas pelo Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de Saneamento, que acho que ilustram e avançam para tratar algumas das questões que estão presentes nas perguntas lidas por V. Exa.

De forma muito breve, o saneamento básico no Brasil está esculpido na Constituição, na Lei federal nº 11.445, de 2007, o marco do saneamento, e em leis e normas de regulações subnacionais.

A divisão, dentro do nosso ordenamento. A União tem a capacidade de estabelecer diretrizes gerais, o arcabouço regulatório. Os municípios são os titulares do serviço, aqueles que organizam e prestam os serviços de saneamento, seja diretamente ou por meio de delegação contratual – e aí podem ser concessões, delegações, parcerias público-privadas e outros instrumentos. Os estados prestam serviços de saneamento sob delegação contratual. Aliás, essa era a tônica, a grande maioria dos serviços de saneamento no Brasil era prestada pelas estatais dos estados, e a maior parte, ainda, é prestada por essas companhias, mas a gente tem tido um avanço significativo, também, da prestação por meio de concessões privadas.

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades é o órgão que coordena a Política Federal de Saneamento Básico, que faz a gestão dos recursos destinados ao saneamento, é responsável pela formulação da Política Federal de Saneamento Básico, pela formatação dos programas a ela inerentes e pela seleção de iniciativas a serem apoiadas, de acordo com a decisão governamental. É responsável pela gestão orçamentária e financeira dos recursos do Orçamento Geral da União destinados a ela e pela gestão e aplicação dos recursos do FGTS para o setor de saneamento – programa Saneamento para Todos. Atua nos quatro componentes do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Não sei se seguiu...

Repasse do Orçamento Geral. São dois programas: o de saneamento básico, que engloba os componentes de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos; e a gestão de riscos e desastres, que é a ação voltada para drenagem urbana, que é uma ação de prevenção de riscos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem pode acessar os recursos do Orçamento Geral? Os estados, o Distrito Federal, os municípios e consórcios públicos. Aí tem a forma de como é feito o acesso: por meio de emendas parlamentares ou processos seletivos oportunamente realizados. Nós, recentemente, realizamos, no ano de 2023 e 2024, a primeira seleção por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, do Novo PAC. Neste ano estamos em andamento com a seleção de drenagem, em 2025, da segunda etapa e também do saneamento rural. São duas componentes que estão em andamento, numa segunda etapa de seleção.

As propostas são cadastradas, e os contratos operacionalizados no Portal Transferegov. As operações, por meio do Programa Saneamento para Todos, podem ser solicitadas por mutuários públicos, os mesmos que podem solicitar ao AGU, e também por mutuários privados, por empresas privadas, concessionárias, subconcessionárias ou empresas autorizadas a operar os serviços públicos de saneamento básico. Os mutuários públicos acessam por meio do processo seletivo ou por seleção contínua. Atualmente, está sendo feito por seleção contínua. A plataforma, por meio do Portal Transferegov, está disponível para recepção das Cartas Consultas e propostas de acesso ao Programa Saneamento para Todos, para os mutuários públicos. Os mutuários privados preenchem formulário de Carta Consulta, encaminham ao agente financeiro selecionado, e o agente financeiro, então, inicia, por meio de protocolo SEI, o processo junto ao Ministério das Cidades.

Os critérios para acesso aos recursos são os critérios do Novo PAC. São critérios que nós usamos na seleção 2023-2024 e também na segunda etapa de seleção 2025: requisitos para inscrição e enquadramento, preenchimento da Carta Consulta, pelo Transferegov, ou no SEI, no caso do setor privado. E aí são critérios tanto para o Orçamento Geral quanto para o FGTS, projetos de engenharia ou anteprojeto contendo a concepção da intervenção, quadro de composição básica de investimento, que é CI, titularidade ou comprovação de domínio público da área proposta, protocolo de solicitação de licenciamento ambiental ou da sua dispensa, quando aplicável.

A drenagem segue os mesmos requisitos, mas não está disponível a 100% dos municípios; só aos municípios que fazem parte do Cadastro de Municípios Suscetíveis a Alagamentos e Enxurradas. Nós tínhamos, se não me falha a memória, 2.091 municípios que compunham essa lista. É um estudo feito por diversos órgãos do Governo Federal e também pelos entes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subnacionais, tal como o CPRM, o Instituto Nacional de Meteorologia, a Defesa Civil, enfim, diversos órgãos que mapeiam esses riscos.

No mais, seguem-se os mesmos requisitos das demais componentes. A gente pede só que seja delimitada a área de risco e os pontos de intervenção, também com relatórios fotográficos das áreas de risco em que os empreendimentos estejam inseridos.

Os critérios de seleção classificam os projetos como avançados, intermediários ou de nível mais incipiente. O que é observado pela equipe técnica é: o nível de detalhamento da proposta; as propostas que apresentem em seu escopo maior número de pessoas em área de risco – no caso da drenagem, como ela é uma ação de prevenção de risco, é observado o impacto na quantidade de pessoas em área de risco –; a existência de licença, quando couber; a complementariedade com obras iniciadas em etapas anteriores do PAC, portanto, intervenções que complementem outras intervenções que foram feitas em seleções anteriores; e demanda para execução de obras cujos projetos de engenharia foram apoiados pela União.

Nós também selecionamos e apoiamos financeiramente a execução de projetos quando o ente federado não possui ainda uma concepção de projeto para aquela intervenção e, nesse caso, uma vez concluído o projeto financiado pela União, ela tem preferência na seleção para a execução física daquela obra.

Aqui é uma visão da nossa carteira ativa. Nós temos, atualmente, em execução, 1.140 contratos do Orçamento Geral, que totalizam um repasse de R$25 bilhões e um total de R$27,4 bilhões de investimento. Temos mais 400 contratos no FGTS, que totalizam R$27,01 bilhões, e um total de investimento de R$32,39 bilhões, dos quais 326 são contratos de mutuários públicos, num repasse de R$18,34 bilhões, e 74, de mutuários privados, num repasse de R$8,67 bilhões. Além disso, foram enquadrados 70 projetos prioritários, por meio de debêntures incentivadas, num investimento de R$61,5 bilhões. Por meio, também, do Reidi, um regime diferenciado, nós temos nove projetos, totalizando R$4,53 bilhões de investimentos.

Esses números, tanto os do FGTS quanto os de debêntures e os do Reidi, são periodicamente atualizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à seleção que foi feita do Novo PAC, foram selecionados R$52,6 bilhões de investimentos, R$46,8 bilhões entre 2023 e 2026 e R$5,8 bilhões no pós-2026, tendo essa composição.

São dois eixos de que o ministério participa: o Água para Todos e o Cidades Sustentáveis e Resilientes; no Água para Todos, pelo abastecimento de água urbano e pelo abastecimento de água rural, e, no Cidades Resilientes, por meio do esgotamento sanitário, da prevenção de desastres – drenagem urbana – e da gestão de resíduos sólidos.

Acho que não... Foi adiante. Sim.

Na primeira etapa, foram selecionadas 1.078 propostas, e aí estão inseridas tanto propostas de Orçamento Geral quanto de financiamento.

Aqui é a distribuição, por unidade da Federação, das propostas selecionadas.

Dessas propostas, 650 já foram contratadas, sendo 645 do Orçamento Geral e cinco do FGTS. Eu creio, Senador – e depois posso informar, a seguir – que nós tivemos já uma evolução nesse número relativo ao FGTS; no último dia ocorreram contratações. Então, eu me comprometo a encaminhar à Comissão os dados atualizados com relação à execução do FGTS.

Para essa segunda etapa, está previsto um investimento de R$12,1 bilhões.

No Orçamento Geral, nós estamos selecionando apenas ações do saneamento rural e da drenagem urbana, e, nas demais componentes, a seleção se dá por meio do programa de financiamento.

Esses eram, Senador, os principais dados relativos ao saneamento.

A gente frisa que o Ministério das Cidades retomou os investimentos diretos por meio do Orçamento Geral. A última seleção que havia sido realizada para investimentos do Orçamento Geral foi no ano de 2015, e no ano de 2012 para a drenagem. Então, isso marca uma retomada, e os investimentos públicos são importantes, não obstante a evolução que se tem tido, sobretudo a partir da Lei 14.026, do novo marco, de 2020, quando se avançou muito o processo de concessões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, cerca de 30% da prestação de serviço são feitos por concessionárias privadas, mas ainda a presença do poder público como prestador desse serviço é muito grande, e existem, evidentemente, num país de diferenças regionais, como o nosso, ainda muitas áreas, sobretudo áreas rurais, áreas mais remotas que ainda não despertam o interesse da iniciativa privada para a execução daquele serviço, muito embora os processos de regionalização tenham avançado nesse sentido de fazer composições regionais que contemplem áreas de maior interesse, mais rentáveis, com áreas de maior dificuldade, para que façam uma composição.

Creio que o BNDES vai poder falar um pouco sobre isso. Foi quem produziu, com muito sucesso, a maior parte das concessões que foram feitas, foi quem formulou os processos de concessão, levando em conta essa integração que permitiu que áreas mais lucrativas ajudassem a sustentar, a transformar, de forma sustentável, as concessões em áreas com mais dificuldades.

Mas ainda há, sobretudo na drenagem, a necessidade de investimentos públicos fortes, haja vista o que a gente tem visto ocorrer nas mais diversas regiões do Brasil, ano após ano, de incidentes por alagamentos, por enxurradas, dos quais tivemos o ápice no que ocorreu no Estado do Rio Grande do Sul, no ano passado.

Então, Senador, creio que essa é a nossa contribuição, e ficamos à disposição desta Comissão para esclarecer eventuais pontos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Sr. Leonardo Picciani, Secretário Nacional de Saneamento.

Eu só queria deixar claro aqui, para todos os participantes, mais uma vez agradecendo pela presença, que o Estado de Santa Catarina tem 295 municípios. Temos municípios maiores, com mais poder de investimento, e a maioria, a grande maioria dos municípios – passa de 80% – é de municípios com 3 mil habitantes, 5 mil habitantes, e que jamais teriam condições econômicas, financeiras ou de atração de investimento de parcerias público-privadas, que são muito importantes para que eles cumpram a meta do marco legal do saneamento.

Então, ali atrás, há mais ou menos uns seis, sete meses, eu conheci o Sr. Denilson, que daqui a pouco vai fazer as suas contribuições, e que tem um *case* de sucesso, um *case* exitoso no Estado do Acre. E nós iniciamos, então, este debate, para conhecer todas as instituições envolvidas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também para levar aos senhores, que trabalham diretamente com isso aqui, no Governo Federal, e em instituições financeiras, de financiamento, de fomento, a preocupação da maioria dos Prefeitos, que realmente não sabe nem por onde começar, Secretário Leonardo – não sabe por onde começar. Muitas vezes, o corpo técnico das prefeituras não tem capacidade técnica, não tem entendimento. E lá atrás... Se permanecerem as datas vigentes no atual marco do saneamento, vai explodir no CPF de alguém, e é no do Prefeito municipal.

Então, o nosso objetivo aqui é trazer este debate: de que forma o Governo Federal pode ajudar os estados e municípios? Especialmente, Secretário Leonardo, os municípios que realmente não têm condição nem de fazer água e esgoto, o saneamento básico, tampouco de atrair empresas que o façam.

Então, agradeço o senhor pela participação. Tenho certeza de que, daqui para a frente, especialmente com essas diligências que faremos... Inclusive o convido, se o senhor quiser fazer. Agora fizemos em Santa Catarina, faremos no Acre, faremos Tocantins e em São Paulo. O senhor sinta-se convidado, o senhor e os demais membros desta reunião, para juntos, reformularmos e, talvez, aprimorarmos as políticas nacionais de saneamento básico.

Quero imediatamente passar a palavra para o Sr. Flavio Gavazza, que é Superintendente Nacional de Serviços de Governo da Caixa Econômica Federal, que participa hoje conosco de forma remota.

Obrigado, Dr. Flavio.

Passo a palavra ao senhor, e peço para a mesa, por gentileza, colocar ali o cronômetro, porque anteriormente eu esqueci de colocar. Não é para apressando o senhor, não, viu, Flávio? Pode colaborar à vontade, mas é só para a gente ter aqui um padrão de fala de todos.

Muito obrigado.

O SR. FLAVIO TAGLIASSACHI GAVAZZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. Muito (*Falha no áudio.*) ... Senador. Gostaria de cumprimentar a todos na pessoa do Senador Jorge Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Secretário Picciani e todos os colegas que estão assistindo de forma virtual e presencial no Senado.

A Caixa Econômica Federal tem atuado nas operações de recursos do Orçamento Geral da União com a AGU, junto ao Ministério das Cidades; tem trabalhado também na operacionalização do FGTS, no financiamento do Saneamento para Todos para os municípios e para concessionárias; e também na estruturação de concessões e PPPs na área de saneamento.

Se a gente for tratar, olhar o saneamento, as operações mais recentes de 2024 para cá, as operações que foram contratadas, como disse o Secretário, no âmbito do Novo PAC e as seleções mais recentes, que pegam ali o PPA 2024-2027, nós temos um universo de cerca de (*Falha no áudio.*) ... do Orçamento Geral da União, contratadas para saneamento. Essas operações – uma boa parte delas – são o que a gente chama de regime simplificado.

O que é o regime simplificado? O regime simplificado são as operações abaixo de R$1,5 milhão, tanto do PAC quanto não PAC, em que o município cadastra a documentação no TransfereGov, disponibiliza a documentação no TransfereGov, mas essa documentação técnica não é objeto de análise pela mandatária nem pelo ministério. Então, o contrato é celebrado com a prefeitura, é celebrado com o estado, o estado disponibiliza documentação no TransfereGov, realiza o procedimento licitatório, executa as obras e, ao final, é realizada a constatação e a confirmação de se aquele empreendimento atendeu aquele objeto definido no plano de trabalho. Então, muitas operações estão dentro do procedimento simplificado, principalmente a parte de elaboração de projetos, estudos e planos, que é a base para os municípios poderem desenvolver, desempenhar as instalações de água, de esgoto e mesmo de drenagem. Então, existe essa possibilidade.

Senador, Secretário, mesmo considerando as operações do regime simplificado – aquele, mais uma vez, em que não existe análise técnica da Caixa ou análise técnica do ministério –, nós temos que hoje, no universo de operações, apenas 31% das operações do regime simplificado tiveram a documentação de engenharia, os projetos cadastrados pelos entes, pelos municípios, no TransfereGov. Ou seja, aquela máxima de que a análise da Caixa demora ou que eventualmente a análise da Caixa atrasa o processo, na prática, não se mostra como uma realidade, porque os municípios têm de fato dificuldade em elaborar os documentos. Então, há a dificuldade técnica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje, eu entendo, nós entendemos aqui, que é uma das principais questões a serem vencidas, principalmente nos municípios menores.

O Secretário bem trouxe a questão das áreas rurais. O PAC, o Novo PAC está abarcando o abastecimento de água rural, mas, ainda assim, as prefeituras têm dificuldade para elaborar projetos, têm dificuldade com a questão fundiária.

É muito difícil você conseguir comprovar a titularidade de área em meio rural, seja para a construção de poços, seja para a construção de rede de distribuição, para a construção de reservação de água. Então, isso tem se mostrado uma dificuldade, assim como a questão da institucionalização do atendimento ao saneamento, para o atendimento ao art. 50 da Lei do Saneamento, e também para as questões de elaboração de projetos, principalmente. Então, titularidade de área, institucionalização têm-se mostrado um problema e os municípios têm tido muitas dificuldades.

Na questão de concessões e PPPs, a Caixa tem uma carteira de saneamento da ordem de... São 24 operações de saneamento. Deixe-me só atualizar aqui os meus dados para não falar bobagem. (*Pausa.*)

São 14 projetos em estudo de viabilidade. Nós temos três projetos de saneamento, principalmente na área de resíduos sólidos urbanos, que estão, Senador, no Estado de Santa Catarina. Então, são consórcios de municípios que nós estamos estruturando. Só para termos uma ideia, tem um consórcio, que é o C.I. Centro, que tem 551 mil habitantes beneficiados; tem o Consórcio Cisga, com 931 mil habitantes beneficiados; e o Consórcio Pró-Sinos, que tem cerca de 650 mil habitantes beneficiados. Então, hoje nós temos aí esses projetos.

Na questão de saneamento, água e esgoto são quatro projetos já licitados, já leiloados, de concessões de PPPs, e, no âmbito de RSU, que é uma quantidade maior, todos eles com consórcios, a exemplo do Estado de Santa Catarina, onde são três operações.

A Caixa operacionaliza o FGTS. Então, hoje, um grande volume de operações de financiamento com recursos do FGTS – recursos estes atrativos para as prefeituras, para as concessionárias, que têm uma taxa máxima de juros de 9% ao ano, um prazo de amortização bastante interessante, que pode chegar a 20 anos, um prazo de carência que pode chegar a até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro anos, conforme a execução do empreendimento – é operacionalizado pela Caixa no âmbito do PAC. Nós contratamos 11 operações, atualizando os dados do Secretário Picciani. De fato, no fechamento do mês, ontem, nós tivemos uma atualização nesses números – e esses números estão refletindo hoje no sistema de contratação –, mas são 11 operações de saneamento contratadas, totalizando mais de R$800 milhões de FGTS no âmbito do Saneamento para Todos, do Novo PAC.

Então, Senador, eram essas as informações gerais que a gente gostaria de trazer.

A Caixa tem atuado de forma contínua em parceria com o Ministério das Cidades, em parceria com a Casa Civil, para simplificar os processos, para simplificar os processos de análise, para tornar o rito de repasse menos burocrático, porque o objetivo é que o recurso chegue na ponta. Não tem sentido a gente ficar discutindo uma série de questões burocráticas formais e a população ribeirinha, a população mais carente, estar sem água potável ou estar com esgotamento sanitário a céu aberto. Então, a gente tem atuado nesse sentido.

O Ministério das Cidades faz um trabalho de excelência com relação à política pública. A gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental é muito qualificada, muito técnica e na questão de concessões de PPPs, em parceria com a Casa Civil, a gente tem trabalhado na questão do saneamento também. O.k.?

Gostaria de me colocar à disposição. A qualquer coisa que os colegas, que os Senadores tiverem para trazer, a Caixa Econômica Federal está à disposição aqui para responder. É sempre uma satisfação poder participar desses momentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Flavio Gavazza, muito obrigado. Só para o senhor saber, o senhor foi mais do que pontual: ainda sobraram três minutos. Obrigado pela sua participação, pela sua disponibilidade.

Quero registrar aqui, também, a presença do meu querido amigo, grande Senador do Estado do Acre Alan Rick. Lá atrás, tivemos uma conversa de corredor que virou tudo isto aqui, Alan – foi numa conversa que você teve comigo, que começou no corredor –, e depois fomos ao gabinete para ajudar os nossos prefeitos, os nossos estados a terem água e esgoto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A maioria dos nossos municípios, tanto do seu estado, que é menor do que o meu, mas do meu também, não têm condição de fazer a infraestrutura básica de saneamento, de água e esgoto. E o Denilson também está nos ajudando em Santa Catarina. Já fizemos uma diligência lá e agora vamos visitar o Tocantins, o Acre – espero que você nos acompanhe – e depois São Paulo para ver as diferentes realidades do Brasil em cada região.

Quer dar uma palavra?

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Quero agradecer ao Senador Jorge Seif, primeiro, pela aprovação do requerimento das diligências, que são fundamentais para se conhecer *in loco* a realidade de cada estado brasileiro, desses que foram aprovados aqui, incluindo o nosso querido Estado do Acre.

Quero cumprimentar os representantes do Governo Federal, os componentes da mesa, a Cláudia Lima, que é Analista da CNM; o querido Leo Picciani, que foi nosso Ministro do Esporte e hoje é Secretário Nacional do Ministério das Cidades; o meu amigo Denilson Campello, que tem trabalhado, incansavelmente, ajudando o Estado do Acre num grande projeto de aterro sanitário e de tratamento de resíduos sólidos, dentro de um modelo de consórcio que, lá em 2023, conseguimos, depois de muita conversa, de muito debate, mas com a consciência de que o Brasil precisa erradicar os lixões e construir modelos modernos de gestão de recursos de resíduos sólidos. Então, conseguimos criar o consórcio lá do estado, em parceria com os prefeitos. Quero cumprimentar também o Gesmar, Especialista em Saneamento do Ipea.

Vamos, realmente, criar um ambiente no Brasil para o cumprimento da legislação. Nós temos um marco do saneamento que estabelece metas, a própria lei dos resíduos sólidos, e essa prorrogação, no meu entendimento, de que já se fala, inclusive na CNM – viu, Cláudia? –, eu acho que não pode acontecer mais. Nós não podemos empurrar, mais uma vez, com a barriga, o problema. A gente entende a situação dos prefeitos, e estamos em busca de solução para que os prefeitos tenham as condições orçamentárias e financeiras para executar o que manda a legislação, porque esse é um problema de saúde pública, é um problema ambiental e é um problema de gestão.

Saúde pública, porque a maioria das doenças que acabam sobrecarregando as unidades básicas de saúde, as unidades de saúde dos municípios, do interior do estado, do Brasil inteiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são problemas oriundos da falta de saneamento – 60%, em alguns municípios lá do Acre, chegando a 70% –: Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, etc. E no Nordeste, do mesmo jeito.

Você tem um problema de meio ambiente, porque, na Amazônia, a questão dos resíduos sólidos, a falta do esgoto sanitário... Para você ter ideia, o Acre só tem 19% da população atendida com esgoto. E o número de tratamento de esgoto é praticamente zero, porque uma coisa é você ter acesso a esgoto, outra coisa é o esgoto efetivamente ser tratado e a água devolvida em condições ambientalmente corretas para os mananciais.

E nós temos um grave problema de gestão pública, porque, se o prefeito não fizer seus planos de resíduos sólidos, não aprovar na Câmara seus planos municipais de resíduo e de saneamento e iniciar seus projetos, vai ficar com seu CPF aí na mira dos órgãos de controle, que têm que cumprir a lei, como é o Ministério Público. Para você ter ideia, no Estado do Acre, dos 22 municípios, somente a capital tem unidade de tratamento de resíduos sólidos. Os demais municípios, todos, Léo, estão pendurados em TACs com o Ministério Público. Nós suspendemos as multas de três municípios do Acre, em discussão e acordo com o Ministério Público do estado, a parceria com o próprio Ministério do Desenvolvimento Regional, aqui, na pessoa do Denilson, que participou das reuniões conosco, justamente com o objetivo de fazer o nosso modelo de aterros, o plano. Está nas mãos do Prefeito da capital, Rio Branco, Tião Bocalom, desde novembro do ano passado, uma minuta. Desde o começo, nós defendemos um modelo com o qual nós possamos fazer todo o projeto de saneamento do Acre: resíduos, água, esgoto e drenagem.

Graças a Deus, eu fico até muito feliz, Denilson, em saber que o Governo do estado abraçou essa causa, que nós temos levantado – desde 2021 nós temos falado disso –, buscando entendimento e dizendo: "Olha, se não fizer, os municípios vão responder, os Prefeitos vão responder, e nós vamos perpetuar um dos quadros mais lastimáveis de saúde, de desenvolvimento humano e de preservação do...".

É um quadro lastimável, em que todos os indicadores são negativos. Então, nós temos que melhorar esses indicadores. Mas como? Fazendo aquilo que é preciso fazer: construir os aterros, construir as redes modernas de saneamento, de água, de esgoto, garantindo saúde para a população, garantindo um sistema de saneamento que o Brasil merece, que o povo merece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito obrigado, Senador Jorge Seif, pela extraordinária iniciativa, que tem o nosso voto. Inclusive, eu não sei se ainda é possível, mas quero ser subscritor do requerimento, porque tem realmente um significado fundamental: trazer, para todo o Brasil, a situação dos estados brasileiros e as soluções que nós estamos propondo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, querido amigo Alan Rick. Estaremos, em breve, lá fazendo as diligências no Acre, como fizemos em Santa Catarina também, e temos certeza de que contribuirá muito para o nosso relatório final. Com o apoio do Governo Federal, dos governos dos estados, nós conseguiremos avançar nesse tema que, acima de tudo – você falou coisas importantíssimas –, é de dignidade humana, né?

Eu faço sempre um exercício de empatia, e isso é um exercício cristão, Alan. Imagine você não ter um chuveiro para tomar banho?! Imagine você querer cozinhar para os seus filhos, para sua família, e não ter água numa torneira da sua casa?! Imagine você ter que pedir ao seu marido, aos seus vizinhos, aos seus filhos para serem mula de água, buscando nas cisternas municipais ou buscando em riachos, córregos próximos da sua casa, que, muitas vezes, não estão tão próximos assim – colocar seus filhos para, ao invés de estudar, de desenvolver alguma atividade, algum esporte, carregar água nas costas, para poder tomar banho, para comer?!

Então, é um negócio que, para muitos brasileiros, é impensável, mas que é um problema para boa parte da população de Santa Catarina – em Santa Catarina, que o pessoal acha que não tem problema! –, para 40% de Santa Catarina: 40%! Estamos falando de 8 milhões de habitantes. Então, 3,2 milhões de catarinenses têm problemas ou com água, ou com esgoto, ou com os dois, e precisamos mudar essa realidade em todo o Brasil.

Muito obrigado pela sua participação, Alan.

Quero passar a palavra imediatamente...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Se me permite, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Claro, desculpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Quero dizer que eu fico muito feliz em ouvir esse testemunho, porque, lá no Município de Porto Walter, em 2019, nós entregamos o primeiro sistema de abastecimento de água oriundo das nossas emendas parlamentares para um povoado chamado Lindalvos, do Alto Juruá, um povoado pequeno, mas um povo extremamente hospitaleiro, trabalhador que não tinha um sistema de abastecimento de água. Fomos entregar essa obra em 2019.

Agora em 2022, aliás em 2023, nós entregamos na comunidade da Restinga. E uma senhora, uma senhora já idosa deu um testemunho. É um videozinho de um minuto e, se a gente tiver, até eu quero mostrar depois para vocês. Ela disse o seguinte: "Eu vivo aqui, já tenho 49 anos, uma aparência de ter muito mais. Meus filhos já foram todos embora, e eu continuo aqui. E há muito tempo eu sonhava com essa água. E hoje eu vou ter água na minha casa, duas torneirinhas e um chuveirinho para eu tomar banho". A vida inteira pegando água num balde do Igapó ou da beira do rio, sem a mínima condição de higiene, de tratamento adequado à dignidade humana, que uma senhora e sua família mereciam.

Então, naquele dia, entregamos aquele sistema de abastecimento de água: captação, filtragem, armazenamento e distribuição, que foram baratos. Com uma emenda de R$250 mil, nós abastecemos ali 50 residências. Olha como é barato levar água tratada para as pessoas! E aquela senhora dizia: "Eu vou ter o meu chuveirinho para tomar banho". Para nós, tão comum, mas infelizmente é a realidade de milhares de municípios no Brasil não ter torneira em casa e um chuveiro para tomar banho. Mas nós vamos mudar essa realidade.

Hoje são dezenas e dezenas de sistemas desses que nós estamos fazendo no nosso estado, levando dignidade para essas pessoas.

Desculpem-me a fala extensa...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Imagina, te agradeço pelo depoimento, Alan, e parabéns pela sua iniciativa! Para isto que nos elegem, né? Para melhorar a vida de cada um dos brasileiros, do povo de Santa Catarina, do povo do Acre.

Vou passar a palavra agora para um grande amigo nosso, que tem nos ajudado, tem ajudado nossos Prefeitos, tem ajudado nossos gestores públicos, tem conversado com empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessadas em fazer PPP com os municípios, que às vezes são autossuficientes e às vezes não são autossuficientes.

Quero agradecer e parabenizar o Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional pelo grande servidor público que o Denilson Campello tem se demonstrado, e é um servo realmente da sociedade, pela sua paciência, longanimidade. Tenho o acompanhado, e recebido, Alan, muitos elogios das pessoas que o têm procurado e agradecido o contato do Denilson pelas suas valiosas dicas e orientações de como acessar esses sistemas, especialmente Prefeitos e gestores.

Denilson, obrigado pela tua presença, obrigado pela tua ajuda, parabéns pelo teu trabalho! Diretor de Parcerias com o Setor Privado, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (Midr). Dez minutos – não é por que tu és meu amigo que tu vais extrapolar esse tempo, não, viu? Dez minutinhos, por favor, contando no relógio. (*Risos.*)

O SR. DENILSON CAMPELLO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Senador Jorge Seif na mesa, Senador Alan Rick, demais Parlamentares, Secretário Leonardo Picciani, demais membros da mesa também.

Inicialmente só quero mostrar aqui o que é e qual é o posicionamento hoje do Midr. A política de saneamento, como outras políticas, está dentro de vários ministérios. Neste caso aqui, quem a toca pelo Ministério das Cidades é o ex-Deputado e Secretário Nacional de Saneamento, Leonado Picciani.

Mas o nosso papel é na transversalidade dessas políticas, porque, já há algum tempo, nós recebemos um fundo, que é o antigo FGIE e, à época, tinha R$900 milhões para que fosse transformado num novo fundo para estruturação e garantias de PPPs e concessões. Esse fundo nós conseguimos lançar no último dia útil do ano de 2023 e ele teve o seu plano de negócio aprovado em agosto do ano passado. Mas, antes disso, nós já vínhamos trabalhando em vários projetos.

Então nós trabalhamos hoje com esse fundo em projetos de mobilidade urbana, de cidades inteligentes, em saneamento, com as quatro vertentes – água, esgoto, RSU e drenagem. É um fundo que visa estruturar projetos para os subnacionais, preferencialmente e seguindo o marco legal em forma de consórcio, para que nós possamos resolver o problema regional dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municípios. Como o Senador Jorge Seif falou no início, às vezes nós temos um município de 3 mil, 4 mil, 5 mil habitantes que a gente não consegue contemplar com uma PPP ou com uma concessão porque o projeto não para de pé.

Então o Midr se insere nessa pauta exatamente trazendo esse fundo. Faço parte da Secretaria Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros, que é liderada pelo Secretário Eduardo Tavares, e venho também em nome do Ministro Waldez Góes, que comprou essa ideia também e apoia esse primeiro projeto nosso que é projeto-piloto do Acre. Então essa é a função do ministério.

E o Fdirs? O que é o Fdirs? Ele é um fundo hoje que tem pouco mais de R$1 bilhão. É um fundo que opera semelhante ao FEP Caixa, com algumas diferenças. Não é concorrente do FEP, são fundos complementares, com umas pequenas diferenças. Por exemplo, o FEP Caixa precisa fazer um chamamento através de edital, e o Fdirs é um fundo de carteira aberta, em que nós recebemos os ofícios de solicitação de apoio institucional ao ministério – os entes subnacionais encaminham isso para a gente –, e nós fazemos a análise e o cadastramento desses projetos.

Como é feito isso? Existe hoje, dentro do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, um *link* para um programa chamado Parcerias Brasil, que foi desenvolvido dentro do ministério, inicialmente com o nome de Sistema de Estruturação de Projetos e foi rebatizado como Parcerias Brasil, em que os subnacionais, já organizados em forma de consórcio, ou inicialmente os municípios querendo entrar num pedido solo, eles entram nesse sistema, e o sistema é intuitivo. Ele vai trabalhando com o município e dando todas as diretrizes que ele precisa seguir para estruturar um projeto.

Então nós fazemos a pré-estruturação desse projeto para atender os municípios dentro do Ministério da Integração. De que forma? Eles cadastram, fazem o ofício inicial, fazem o cadastramento no sistema, e, durante todo esse processo, ele recebe as contribuições e as exigências do ministério, em termos de lei aprovadas. Há uma série de fatores que precisam existir para um pré-projeto, para essa comunidade, para esse consórcio, em que nós entramos, então, com a estrutura do ministério, com a estrutura da secretaria para poder ajudar o início da estruturação desse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passados uns 90 dias, esse projeto é pré-qualificado dentro do sistema e disponibilizado para estruturadores. E aí quando digo Fdirs, o Fdirs é administrado por um ente privado. Isso foi feito através de chamamento público no ano de 2023. Quem ganhou esse chamamento foi a Vinci Partners, que entrou dentro do nosso sistema de estruturação com uma parceria com a Ernst & Young.

Então, é um processo que tem tudo, nós já estamos... Já temos alguns projetos contratados. Como o Senador Alan Rick falou, o projeto do Acre ainda não foi contratado por uma questão política local, mas já tem seis meses que nós estamos aguardando a assinatura do contrato, mas é um contrato que vai trazer o quê? Uma estruturação de um projeto de resíduos sólidos para o Estado do Acre. O Estado do Acre tem quatro municípios isolados. Essa estruturação depende da participação da capital, porque sem a capital ele não para de pé. A capital tem 440 mil habitantes, o estado tem 840 mil habitantes, ou seja, mais de 50% estão na capital. E nós precisamos ter uma estrutura dessa para que a gente possa fazer o subsídio cruzado e para que a gente possa viabilizar essa operação.

O mesmo trabalho foi iniciado este ano, depois de um convite do Senador Jorge Seif. Demos o pontapé inicial com a Fecam lá em Santa Catarina, já estamos desenvolvendo um modelo para que seja trazido para dentro do nosso sistema para estruturar um grande projeto também para alguns consórcios da região do Estado de Santa Catarina. Eu acho que cinco ou seis consórcios, não sei, mais ou menos, mas nós já vamos fazer – o Senador Jorge Seif está encabeçando esse projeto –; e também, logo, logo, com a Senadora Professora Dorinha, porque vamos fazer o mesmo no Estado do Tocantins, iniciando o consórcio pela capital Palmas.

Então, essa é a nossa função, a nossa parceria, somos o braço para estruturação de PPPs e concessões para os municípios através do nosso fundo.

Muito obrigado.

Acho que eu ainda tenho mais dois minutos, mas encerrei já.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Denilson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DENILSON CAMPELLO – Preciso só também comunicar a presença do nosso grande parceiro, da Abrema (Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente), que é o grande parceiro nosso, que nos abraçou dentro dessa operação do Acre e vai fazer o mesmo lá em Santa Catarina e nos demais desafios que nós tivermos pela frente. Na figura do Dr. Pedro Maranhão, que está aqui, Presidente da Abrema, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Dr. Pedro, pela sua prestigiosa presença, e obrigado, Denilson, pelas explicações.

Eu vou passar agora imediatamente a palavra para o Sr. Gesmar Rosa dos Santos, especialista em saneamento básico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Sr. Gesmar, obrigado, seja bem-vindo, obrigado pela sua presença. O senhor dispõe de dez minutos para a sua fala.

O SR. GESMAR ROSA DOS SANTOS (Para expor.) – Obrigado.

Lembro que, acho que no dia 15 ou dia 16, a gente está completando cinco anos das mudanças no marco regulatório do saneamento. Então, eu acho que o momento para esta audiência é excelente, é bem adequado.

Cumprimento os presentes da mesa, quem nos ouve, e os presentes aqui no Plenário.

Bom, o Ipea, ao tratar do saneamento... Trabalho na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, que tem muita relação com o que foi falado aqui, a visão das diferenças regionais, das diferenças dos municípios, das capacidades diferentes dos atores, da necessidade de ter parcerias, da necessidade de fazer cumprir a lei com observação ao cidadão, ao indivíduo, àqueles que estão isolados, àqueles que estão no saneamento rural também, que a lei não ajudou muito; mas o esforço que tem sido feito pelo Brasil, nos últimos poucos anos, tem trazido um número próximo a 500 tipos de alternativas diferentes para atender quem não tem. Então nos dá esperança esse tipo de evento.

Com relação aos desafios da universalização do saneamento, a gente está trazendo aqui para a audiência de hoje o contexto do Programa 2322. O Ipea tem o hábito de fazer avaliação de programas passado um tempo razoável, mas, como esse é bastante recente, a gente traz mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a impressão dos anteriores, que também tinham iniciativas bastante semelhantes. Eu acho que foram aperfeiçoadas neste momento, mas a gente está ainda com mais informações do passado.

Alguns dos estudos, o que tem muito a ver com o que foi falado aqui por todos... O Ipea chegou a fazer, em 2021 e 2022, uma série de estudos sobre, primeiro, água e esgotamento sanitário. Depois, em 2020 e 2023, a gente trabalhou mais com drenagem; e agora a gente está trabalhando com resíduos sólidos. Então, a gente chegou a listar, nessa publicação, 1.959 municípios por parâmetros técnicos, de grau de atendimento, índices de não atendimento, de água e esgoto – dos quatro componentes do saneamento.

Esses municípios marcados em vermelho estão espalhados pelo Brasil todo, mas eles têm um endereço: no Norte e Nordeste, principalmente.

Se a gente vai para a prioridade de esgotamento sanitário, também a gente tem em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, porque a gente tem dúvida se as fossas são sépticas ou não, se são fossas rudimentares. Então, o Sul também tem problema de esgotamento.

Isso aqui é só para ilustrar um dos estudos.

Assim, tem os desafios do marco legal e da política em si e dos programas em si. Então, ainda neste momento, eu listei algumas questões para trazer aqui para o debate. Acho que dialoga bastante com as perguntas que foram feitas também.

O Campello mencionou aqui a questão de um fundo, como tem o FEP, que são fundos característicos de auxílio a arranjos institucionais, auxílio a pontos de partida, auxílio que chega a municípios e arranjos... Eu acho que isso é essencial. A gente tem acompanhado avanços no campo e na cidade, mas quando você pensa também no campo, naqueles que não têm, que sofrem com a seca, que depois sofrem com a chuva, é essencial, eu imagino, ter fundos.

Eu até anotei aqui um fundo, mas, quando eu digo um fundo, é para caminhar com aquilo que está dizendo a lei, ou seja, universalização até 2033, mas podem ser vários fundos que caminhem em paralelo, uns subsidiando institucionalização; outros, projetos; e outros especificamente as ações em si de promoção dos serviços ou de outro tipo de capacidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu creio que esses fundos têm possibilidade de modelagem com participação de todos os atores. Eu não imagino só o Governo propondo um fundo com essa característica, com metas claras, com fiscalização externa de Ministério Público, de Senado, de Câmara. Eu imagino que tenha que ter bastante diálogo.

O outro são gargalos de regulação que persistem, alguns sobre, por exemplo, reúso, quando... Até para dar uma sugestão aqui para o Senador Jorge, só incluí um, nessas diligências, que eu acho totalmente importantes... Para se ter uma ideia, eu fui, recentemente... A gente foi, a gente está indo a vários estados, vários municípios, e tem situações, por exemplo, como a de Manacapuru, no Amazonas, em que a legislação exige declividade x para você poder instalar um sistema de aterro sanitário. E lá não tem! No município não tem. Então, a legislação federal... Parece que às vezes a gente não vê as necessidades locais.

Tem outras situações. Eu creio que o Estado de Santa Catarina tenha as suas peculiaridades; o Acre é muito boa escolha; Tocantins é excelente também; São Paulo, sem dúvida nenhuma... Eu gostaria também... Tem uma similaridade entre pequenos vilarejos, pequenos assentamentos rurais, pequenos municípios: há uma proximidade do "rurbano", como se diz no Nordeste. Acho que é uma linha bem interessante...

Esses gargalos são vistos lá, tanto na parte do financiamento, que a gente vê bastante... Os eventos climáticos estão dizendo: "Olha, saneamento, como você vai se comportar diante de eventos climáticos?". A chuva mistura esgoto, mistura a água pluvial, mistura o lixo. Bem protegida, ela não invade a água pressurizada, mas pode, em determinadas situações, encarecer o serviço, igual ao que a gente viu lá no Rio Grande do Sul.

É um desafio, então; um gargalo que a gente cita aqui, que tem tanto de situações, de eventos, como de enxergar o saneamento como uma integralidade dos quatro componentes, como financiamento.

A gente vê que, com o novo marco, aumentou a dependência da qualidade e da efetividade dos contratos entre prefeituras. Quando a gente fala isso, o pessoal fala assim: "Ah, mas os Prefeitos não vão conseguir gerenciar contratos?". Não estamos dizendo isso; estamos dizendo que tem uma dificuldade maior, que tem que ser qualificado, porque a gente sabe que Caixa, MDR, Funasa, Ministério das Cidades têm programas voltados para esse fortalecimento, mas ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fica a pergunta de como fazer para os municípios endividados e de gestão frágil, porque não têm alavancagem, não têm muita capacidade, como foi falado aqui. Então, é necessário o subsídio cruzado, sim, e esses consórcios têm que dar conta de atender a todos esses municípios, para não ter mais fragilização.

O apoio para a área rural foi iniciado, mas foi interrompido. Nós temos um plano que foi feito, um estudo da Universidade Federal de Minas Gerais com a Funasa, que precisa ser implementado, recursos próprios – a gente sabe que o Ministério das Cidades voltou a alocar recursos. A Funasa ficou praticamente cinco anos com a maioria dos recursos de emenda parlamentar. Ainda bem que tinha emenda parlamentar! Ou, talvez, o caminho não tenha sido esse, mas é uma realidade que precisa ser mais bem enfrentada. E que ótimo ouvir aqui do Secretário – e a gente também tem contato com o ministério – que temos, agora, implementação com a preocupação até um pouco diferente da do PAC 1 e do PAC 2, que tem mais carimbo, ou seja: a zona rural está vendo, então a gente tem esperança de que isso caminhe para enxergar quem está ficando de fora.

Dos desafios da execução, eu só vou destacar o termo central. Nós, se pensarmos em... Temos que coordenar com moradia digna.

Onde está faltando saneamento? Os dados da ONU, o critério da ONU é que água a gente tem em 96%, 97% dos municípios. Aí a gente vai ver qual é a qualidade, qual é a análise. Não tem essa frequência. Mas palafita, área de risco, morro sem condições de levar abastecimento... Dos contratos, o prestador sou eu. Eu tenho que ir lá, mas eu tenho que ter garantia de segurança. Eu não posso chegar lá, e a água não ser paga, tem que se diminuir a inadimplência, etc. Então, esse desafio da coordenação persiste. Os maiores déficits são esses.

O planejamento, no caso da Funasa, precisa ser a longo prazo, não tem como. No caso do ministério, também. Então, quando eu coloquei a ideia do fundo, é mais ou menos como o Seguro Rural, porque está havendo problema hoje, ou seja, você tem que enxergar a longo prazo. Então, você depende de ter garantia de recurso nos ministérios para que isso seja executado.

A tradição de priorizar capacidades. Eu estou dizendo mais do histórico do PAC 1, que, mesmo tendo um subprograma para atender pequenos e médios municípios e para atender quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha maior déficit, não logrou êxito. Os maiores recursos eram aportados para os estados que tinham os maiores índices de atendimento de saneamento.

Então, a gente está esperando que, nessa versão do PAC, isso seja visto e que a gente, de fato, priorize... a gente citou 1.959 municípios, mas a gente tem que priorizar mil municípios daqueles que, de fato, têm os maiores déficits. É um desafio, porque não depende só do ministério. A gente sabe que não depende. Se chegam quatro projetos, e dois são muito bons, ele não tem como não aprovar os dois muito bons se os outros são muito ruins. Não tem jeito.

Então, eu acho que o conjunto desses programas que estão sendo efetivados por todos os agentes leva à expectativa de melhoria nos projetos e melhoria também na condição de capital.

As iniciativas são essas.

O caminho, então, é fortalecer o planejamento. Eu acho que, mesmo lá dentro do ministério, a gente tem um desafio de manter o núcleo técnico. A gente sabe que teve alguma perda. A gente sabe que, no Governo Federal, o núcleo de planejamento não é uma área muito incentivada. Então, a gente chama atenção para a necessidade de isso ser mantido porque a política pública tem que ter um gestor central, e esse é o ministério, a Secretaria Nacional de Saneamento.

O outro desafio é fortalecer as interlocuções.

Aqui, a gente fala o seguinte: não é só o Executivo. Que bom que o Congresso Nacional está com essa iniciativa, inclusive de diligência. A gente sabe das ações do Ministério Público. E aí tem ressalvas também.

A gente, lá no Ipea, tem contato com todos os atores. A gente sabe que o Ministério Público observa a questão da lei, mas, às vezes, o diálogo que é feito e o acesso que o Ministério Público tem aos processos são mais efetivos do que a realização de um TAC, que meio que engessa o restante da gestão naquela linha do Prefeito. Então, há certos cuidados, que são: a melhoria na legislação, mais recurso para saneamento e mais diálogo entre o conjunto dos agentes. Isso é o que vai levar a soluções, que, talvez, como se está colocando aqui, a gente não resolve há 40 anos. Eu não diria 40 anos, não. Tem bastante mais tempo.

Aprimorar a regra. Isso aqui é uma questão que sempre tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou dizendo é que essas regras, às vezes, são focadas nos melhores projetos, seja no BNDES, seja na Caixa Econômica, seja no Ministério das Cidades.

Não está errado serem melhores projetos, mas tem que se ter também uma parcela, um critério de alcance ao cidadão, dentro daquelas prioridades estabelecidas, sim, pelo ministério, que a gente está disposto só a sugerir, mas que eu acho importantes.

E aqui, para finalizar, eu só trouxe alguns eslaides para falar, especificamente, sobre o Programa 2322. Então, nós pegamos só 2024, para dizer o seguinte: há uma diversidade de ações dentro do programa e ela é convergente. Se nós temos diferenças entre as regiões, entre os estados e entre os municípios, então tem que se ter ação de implementar sistemas, de capacitar, de olhar resíduos sólidos, de olhar drenagem, de estruturar projetos, de capacitação, etc. Assim, parece-me que são 19 ou 20 ações e elas são importantes. Olhem aí que algumas estão com zero, que ainda em 2024 a gente não consegue executar. Obviamente que eu sei que, quando está paralisada, desde 2013, há maior dificuldade de acesso dos municípios para algumas dessas questões. Temos também a questão da reciclagem, que tem muita pendência ainda de capacidade, de competitividade da cadeia diante dos produtos não reciclados, dos produtos de origem primária. Então, também é difícil você até capacitar pessoas nessa área.

A outra questão... É uma preocupação. Eu só trouxe isso aqui... Eu não sei responder, mas com certeza o ministério tem, porque eu faço minhas as palavras do representante da Caixa aqui sobre a grande capacidade técnica do pessoal do Ministério das Cidades. Mas fica essa dúvida do valor empenhado de mais de R$1,6 bilhão e talvez o Secretário... Tanto que eu peguei um dado desatualizado, porque eu sei que a atualização de 2024 não vem automaticamente. É por isso o Ipea diz: "Olha, é preciso esperar quatro anos de diligência de um programa para ver quais são os seus resultados efetivos". Mas fica só essa pergunta sobre como está essa dificuldade.

Bom, aí tem algumas concentrações, que basicamente se concentram em obras. Eu acho que isso é uma tradição brasileira. Não estou dizendo que está errado, mas que a parte de estrutura de gestão e capacitação, logicamente, demanda menos recursos, então pode ser esse o fator de concentração.

Eu acho que eu já passei o tempo, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Não, ainda não...

O SR. GESMAR ROSA DOS SANTOS – Então, eu gostaria de dialogar um pouquinho nesse um minuto aqui, se o senhor me permite, com algumas colocações que foram feitas.

Eu vou esquecer só os nomes de quem perguntou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Não tem problema.

O SR. GESMAR ROSA DOS SANTOS – Então, já respondi a primeira sobre se o Programa 2322 dialoga com a questão da regionalização e com as necessidades...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GESMAR ROSA DOS SANTOS – ... do município. Sim, ele dialoga.

Sobre a questão da baixa capacidade, eu acho que é isso também que a gente está dizendo, ou seja, a baixa capacidade tem duas vias, de cima para baixo, levando a estrutura, mas também na mudança de Prefeitos, nas capacidades de arrecadação, que são muito baixas nos municípios. Levam o Senado, principalmente, e a Câmara também a pensarem o seguinte: esse problema veio da última vez, de 94 para cá, da estrutura tributária. Então, a gente pensando no saneamento, não só no investimento, mas a manutenção é onerosa e também tem um custo... Não que o Governo Federal vá pagar a operação, mas nós temos que buscar alternativas de como esse município pode manter o serviço.

Tarifa social da água, subsídio cruzado, são questões intocáveis, que eu entendo e a gente torce para irem adiante.

Muito obrigado.

Foi uma honra falar com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Sr. Gesmar, pela participação do senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor traz algo que... Eu estou até ansioso depois para ouvir a Sra. Cláudia Lima, porque, pelo menos no que nós temos conversado com os Prefeitos e com os gestores municipais, realmente – o Denilson está aqui e pode complementar alguma coisa ou me desmentir, se eu estiver contando história aqui –, a estruturação de um projeto, a apresentação de um projeto, ou seja, essa preparação até para a implementação de saneamento é o que me parece que é a pior parte, porque, pelo que o Secretário Leonardo apresentou e pelo que o nosso amigo Gavazza, da Caixa, apresentou, não faltam linhas de financiamento e possibilidades de fazê-lo, além de o Denilson ter falado também de PPPs. O problema dos gestores municipais, pelo menos em minha visão – mais uma vez eu estou ansioso para ouvir a Sra. Cláudia –, é realmente na organização para preparação desses projetos: como fazer, como entrar em contato, como estruturar, como atrair investimentos, quem pode ajudá-los.

E me parece ainda, só complementando essa parte, que os Prefeitos estão pedindo socorro verdadeiramente. Eles pedem socorro justamente pela falta de conhecimento de como iniciar esse processo em que os números são sempre números absurdos, caríssimos e que espantam qualquer gestor público, especialmente os das menores cidades, mas vamos depois ouvir a Cláudia para ver se realmente procede essa nossa preocupação.

Eu queria agradecer ao Gesmar e agora passar imediatamente a palavra para o Sr. Eduardo Nali, chefe do Departamento de Saneamento Ambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que participa hoje conosco de forma remota.

Dr. Eduardo, muito obrigado pela sua participação, o senhor dispõe dez minutos para a sua apresentação.

O SR. EDUARDO CHRISTENSEN NALI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Queria agradecer a todos e sobretudo cumprimentar, na pessoa do Senador Jorge Seif, todos os integrantes e o Secretário Picciani também.

Quero agradecer a oportunidade de participar desta audiência tão importante para o setor de saneamento, que é um setor tão importante, e que o BNDES trata com tanto carinho e com tanta prioridade dentro da instituição.

Eu vou fazer uma pequena apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que deve estar compartilhado, só me confirmem, por favor, porque eu não vejo mais.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Positivo.

Está sendo compartilhado sim, Dr. Eduardo.

O SR. EDUARDO CHRISTENSEN NALI (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Acho que o primeiro ponto é que o BNDES se divide, na atuação em saneamento, em duas áreas. A primeira área é uma área que faz a estruturação dos projetos que vão a leilão, que fica dentro da área de planejamento e relacionamento institucional, hoje com o Diretor Nelson Barbosa, e eu represento a área que faz o financiamento ao setor de saneamento.

Então, é uma cadeia um pouco mais à frente. A gente fica dentro da área de infraestrutura, da Diretoria de Infraestrutura, perdão, liderada pela Luciana Costa; a Área de Infraestrutura, pelo Felipe Borim; e eu, representando o departamento. Ao todo são 18 pessoas que cuidam do financiamento para a análise e acompanhamento de todos os projetos de água, esgoto e resíduos sólidos no Brasil inteiro, então, é uma equipe enxuta, mas bastante aguerrida, tentando ajudar o país a desenvolver o setor via financiamento.

A gente financia produção, tratamento, distribuição de água, redução de perda, coleta e tratamento de esgoto, a disposição adequada de resíduos sólidos, inclusive o *waste-to-energy*, que é a queima do resíduo para gerar energia, e também investimentos em inovação em eficiência energética.

É importante citar que o BNDES não financia afastamento de esgoto pura e simplesmente.

Então, construção de rede sem a correta destinação para tratamento do esgoto a gente não apoia, porque isso não é uma agenda deste século. Então, o BNDES só financia a coleta de esgoto se, atrelado à coleta, você tiver o tratamento desse esgoto.

Então, hoje a gente tem uma carteira de cerca de R$32 bilhões em financiamento, cerca de 90 contratados e uma exposição de R$18 bilhões ao setor. A exposição é menor do que a carteira, porque o BNDES desembolsa ao longo do (*Falha no áudio.*) ... andamento dos projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente dialoga também com muita gente do setor, desde instituições, como a Aesbe, e outros bancos, como o Basa e o BNB. A gente dialoga também com a Abdib, com a Assemae, que é dos municípios, com a própria Abrema...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Eduardo, está me ouvindo?

O SR. EDUARDO CHRISTENSEN NALI (*Por videoconferência.*) – Estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Para nós aqui, não estão passando os eslaides, viu? Eu ainda estou nessa capa, no "Financiamento do BNDES".

Agora, começou a passar.

Se o senhor conseguir...

O SR. EDUARDO CHRISTENSEN NALI (*Por videoconferência.*) – Eu vou tirar do...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Consegue colocar um F5, para ser *full screen* aqui, para nós? É o F5, que é o modo apresentação.

O SR. EDUARDO CHRISTENSEN NALI (*Por videoconferência.*) – Estava no F5. Está indo ou não?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Aqui, a gente está vendo o cabeçalho do programa.

Mas tudo bem, pode ir passando.

Agora, mudou aqui o eslaide, tá?

O SR. EDUARDO CHRISTENSEN NALI (*Por videoconferência.*) – Eu vou deixar dessa forma. Não está na forma de apresentação, mas eu acho que consigo mostrar.

Eu peço desculpa, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, não tem problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui na página de parcerias e diálogos – Aesbe e FGTS. Está bom?

O SR. EDUARDO CHRISTENSEN NALI (*Por videoconferência.*) – Então, eu vou passar dessa forma, sem a forma de apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está bom. Prossiga, meu amigo.

Desculpe-me aí.

O SR. EDUARDO CHRISTENSEN NALI (*Por videoconferência.*) – Imagina. Eu o agradeço.

Inclusive, a gente tem uma parceria muito grande com a Caixa. O BNDES está trabalhando para começar a ser um dos repassadores também do Saneamento para Todos. A gente deve começar a fazer isso este ano.

Um dos pontos muito importantes: o BNDES, para financiar, é um banco. Então, a gente está sob o escrutínio dos órgãos de controle e do Banco Central. A gente sempre tem que olhar cadastro, ver se o cliente não tem impedimentos para operar com o BNDES. O cliente tem que ter a capacidade de pagamento e a capacidade de prestar garantia, para que a gente garanta o retorno do crédito. Sempre tem que cumprir os requisitos legais para financiamento, sobretudo... (*Falha no áudio.*) ... os impostos pelo novo marco do saneamento. Então, o BNDES não financia nenhum projeto que não esteja estritamente dentro das normas do novo marco do saneamento, inclusive dos decretos e dos entendimentos do Cisb, etc.

E um ponto superimportante que foi falado algumas vezes, inclusive pelo Gesmar agora, é ter um projeto estruturado. Muitas vezes, muita gente bate ao BNDES solicitando financiamento, mas o BNDES não faz crédito; ele financia projetos. Então, se você não tiver um projeto estruturado e funcional, que mostre a funcionalidade dele do começo ao fim, a gente infelizmente não consegue financiar.

Então, é isso: a gente olha o orçamento desses projetos, se ele é adequado, os benefícios desses projetos para a sociedade, as estruturas, as garantias; a gente olha o novo marco, o escopo desse projeto, e vai comprovando a utilização dos recursos ao longo do tempo. E, de acordo com o andamento daquela execução física e financeira, o BNDES vai fazendo as liberações de recursos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito parecido com que o Saneamento para Todos também faz, com que o Basa faz, com que o BNB faz. A gente não faz um desembolso na cabeça.

E a gente trabalha, sobretudo, com contratos de financiamento tradicionais, que a gente conhece aqui como Finem (Financiamento a Empreendimentos), tanto na modalidade corporativa, que é quando eu conto com garantia do controlador e do acionista, mas muitos projetos a gente financia na modalidade *project finance*, que é quando eu tenho, por exemplo, concessões. A gente tem... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Eduardo, o senhor pode repetir essa última parte, porque tivemos problema aqui de conexão, e não saiu, por gentileza?

O SR. EDUARDO CHRISTENSEN NALI (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

Então, a gente financia contratos de financiamento, tanto na forma corporativa, que é quando o BNDES conta com a garantia dos acionistas daquele projeto, como na modalidade *project finance*, que é quando o BNDES conta somente com as garantias do próprio projeto, por exemplo, os recebíveis e o penhor das ações de uma SPE, porque aí a gente permite que aquele acionista não onere o seu balanço e possa continuar investindo no setor.

O BNDES também opera dando garantias para outras instituições financeiras que, porventura, não queiram tomar o risco daquele projeto; então, o BNDES pode dar uma carta de garantia. E o BNDES opera muito com debêntures incentivadas também e de infraestrutura, fazendo a estruturação e o investimento nessas debêntures, não é?

É importante dizer aqui que a fonte principal de *funding*, o *funding* principal do BNDES é o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que hoje é vinculado a uma NTN-B de cinco anos. Então, um custo muito próximo de custo de mercado; e não é um custo muito barato, é preciso dizer. Ou mesmo a gente financia com custos de mercado, que são as captações do BNDES, mas com prazos bastante longos. Quando a gente fala de debêntures ou de financiamentos clássicos do banco, a gente pode chegar até 34 anos de prazo, o que é bastante aderente à necessidade do setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente também utiliza o instrumento de debênture. A vantagem da debênture em relação ao financiamento clássico é que, com a debênture, o BNDES consegue repassar o incentivo tributário que a debênture incentivada tem.

Agora, com a MP nº 1.303, a gente está vendo os impactos ainda no banco, porque retira esse incentivo, mas é um financiamento longo, atrativo e mais barato que financiamento. E a gente também tem o Fundo Clima, que é o fundo federal aí para projetos de mitigação e adaptação climática, mas ele é mais restrito. A gente opera, sobretudo, em RSU com um prazo um pouco menor também, mas é importante dizer que a gente opera sempre com financiamentos reembolsáveis para o setor de saneamento.

E aqui, acho que é interessante mostrar a evolução do apoio do BNDES no financiamento, desde o novo marco, lá em 2020, com o novo marco do saneamento. Em 2020, inicia-se o ciclo, o primeiro ciclo dos leilões de saneamento, grande parte deles estruturado pelo BNDES. E aí tem Rio de Janeiro, Amapá e Alagoas. E a carteira do banco, que era da ordem de R$5 bilhões, carteira de financiamento, já salta para R$21 bilhões depois do primeiro ciclo, chegando a R$28 bilhões em 2023 e R$32 bilhões em 2024. Então, mostra como o BNDES conseguiu responder a esse aumento de demanda por financiamento.

E agora, a partir de 2024, a gente tem o início de um segundo ciclo de leilões, e aí vêm Sergipe, Piauí, Pará e outras PPPs, e a gente espera um novo salto na carteira do BNDES, em financiamento, sempre acompanhando as demandas e necessidades do setor.

Acho que era isso, tentando não passar dos meus dez minutos aqui.

Peço desculpas pelos problemas que a gente teve aqui, no áudio, mas acho que era isso que eu queria apresentar e agradeço novamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Eduardo, muito obrigado pela sua apresentação e, mais uma vez, é muito importante para os Prefeitos, gestores e até governos de estado que estão nos acompanhando, ou que vão acompanhar depois, que têm acompanhado os trabalhos, essa diligência e esses debates sobre a política pública, que saibam os possíveis parceiros dos estados, dos municípios para a implementação de saneamento básico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradeço ao senhor.

Sempre, quando temos audiências *online*, esses problemas técnicos ocorrem, mas é importantíssima a apresentação do senhor, falando em nome do BNDES, que é um banco que fomenta esse tipo de infraestrutura em todo o Brasil e, pelos números que o senhor mostrou ali, no último eslaide, que bom que tem crescido o fomento e o uso do BNDES para implementação... Acima de tudo, dignidade. Água e esgoto, na minha opinião, mais do que tudo, são dignidade humana.

E, por fim, vocês sabem que eu sou um cara conservador; primeiro as damas – não é, Denilson? –, mas hoje a dama ficou por último. É porque, provavelmente, vai trazer as informações mais importantes para a nossa Comissão.

Sra. Cláudia, seja bem-vinda!

Ela é Analista Técnica de Sustentabilidade da Confederação Nacional de Municípios.

Vai trazer aí também – se a senhora puder incluir –, realmente, as maiores preocupações e enfrentamentos dos nossos Prefeitos. Se, realmente, essa percepção minha e do Denilson – nessas nossas diligências iniciais de Santa Catarina e aqui também, atendendo Prefeitos aqui, em Brasília – procede, essa preocupação de estruturação, de falta de conhecimento, de que forma nós podemos, enquanto Legislativo brasileiro e Governo Federal, aqui, com vários representantes, aplacar e ajudar a CNM a implementar, finalmente, água e esgoto em todos os municípios brasileiros.

Muito obrigado.

Seja bem-vinda!

A senhora dispõe de dez minutos.

A SRA. CLÁUDIA LIMA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Em nome do Presidente Paulo Ziulkoski, agradeço o convite feito para a Confederação Nacional de Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trazer a visão dos municípios é um debate extremamente necessário, principalmente sobre saneamento.

A Confederação hoje...

Acho que passou.

A Confederação possui mais de 5,2 mil municípios filiados. A gente está falando de grande parte do país, incluindo diversas capitais, de norte a sul do país, de todos os portes.

O foco principal de nossa atuação é o do fortalecimento da gestão municipal. Isso inclui desde a atuação aqui, no Congresso Nacional, como também junto ao Executivo Federal, também com capacitação técnica, por meio da produção de cartilhas, de notas técnicas, de pesquisas, de estudos e também de eventos de capacitação, sejam eles *online* ou presenciais. A gente vai começar agora, nesse segundo semestre – inclusive, agora em julho, estaremos em São Paulo –, no Rio Grande do Sul com esses eventos presenciais de capacitação.

Bom, falando rapidamente da Confederação também, a nossa Gerência de Sustentabilidade e Resiliência são as áreas de meio ambiente, defesa civil e saneamento. No nosso *site*, vocês podem conferir as notícias que a gente faz, trazendo alertas e orientações para os municípios, sobre prazos, sobre programas federais também, sobre as nossas publicações, os nossos vídeos e diversos outros materiais.

Aqui, na nossa biblioteca, todos os nossos materiais ficam disponíveis para todos os municípios e para a sociedade em geral.

Aqui é um exemplo de publicação de notícia que a gente coloca para os gestores. E, quando a gente fala, então, do Programa 2322, dos critérios de acesso a recursos, falando do ponto de vista de municípios, a gente fala muito... E a gente tem escutado, cada vez mais, um debate de que a gente discorda muito, uma provocação, digamos assim, de que, se o setor privado está ficando com saneamento em área urbana; então, a gente tem que incentivar o saneamento em área rural, mas a legislação, em momento nenhum, coloca que as metas são das áreas urbanas, que os contratos podem focar apenas em área urbana. As metas são para o atendimento da população na sua integralidade do município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente não deveria estar aqui discutindo, até porque, Senador, eu acompanhei, desde o início das primeiras medidas provisórias, do que hoje resultou na 14.026, e o discurso do setor privado era sempre de que eles não ficariam com o filé-mignon e deixariam o osso para o setor público, especialmente para os municípios, mas, aparentemente, em alguns estados, é isso que está acontecendo. Então, a gente precisa, cada vez mais, focar no que a legislação trouxe de novo para a gente poder pensar se está adequado ou não, e está resolvendo essa questão dos déficits.

Se o município é o titular, a gente faz questão de lembrar também, desde a Constituição Federal, como o Secretário Nacional, o Sr. Leonardo Picciani, colocou aqui, que a competência para promover melhorias no saneamento básico é comum: é da União, dos estados e dos municípios. E titulares não são só os municípios hoje. A 14.026 mudou isso completamente. Ela trouxe o estado para ser titular do saneamento básico. E, a depender do estado, não é só água e esgoto; é resíduo sólido também. Então, o encerramento de lixões passa a ser uma obrigação dos Governadores, como é aqui, em Goiás, por exemplo, com uma quantidade imensa de lixões.

O estado faz a legislação da regionalização, inclui resíduos sólidos, mas não assume também a parte do ônus de ser o titular daquele serviço. Ele engessa, retira a autonomia do município e não dá condição para ele atuar e executar essa política pública.

Então, se a gente está falando desse Programa 2322, basicamente são dois órgãos que atuam, que são o Ministério das Cidades e a Funasa. O Ministério das Cidades, como o Secretário já colocou aqui, tem diversos critérios do próprio Novo PAC. Alguns programas não estão disponíveis para municípios, como, por exemplo, esse de áreas rurais.

Então, na LOA 2025, eram previstos R$105 milhões, e a abertura que teve agora somente estados poderiam acessar. Inclusive, quando a gente fala de critérios para acesso a recursos federais, já tinha uma lista ali, dentro do Novo PAC, de 776 municípios elegíveis apenas, de todos aqueles que precisam levar água potável para a área rural.

Então, assim, a gente está falando de um programa que exclui municípios, mas aí a gente cobra de quem? Quem a gente diz que é o titular? O município. Mas não é ele quem acessa um programa federal, por exemplo, para abastecimento de água na área rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui um exemplo, Senador, muito interessante, sobre como diversas legislações saem do Congresso Nacional, e, por mais que vocês tenham, eu nem vou dizer uma boa intenção, não, uma ótima intenção, na prática podem resultar numa ineficácia completa.

Então, quando o Senador Alan Rick falou aqui sobre encerramento de lixões, inclusive que a CNM devia se posicionar contra a prorrogação, nós sempre falamos: à prorrogação apenas por prorrogar, a CNM nunca foi favorável. Se não der as condições técnicas e financeiras para municípios encerrarem os lixões, pode prorrogar por cem anos, não vai adiantar nada – nada.

Tanto é que, na 14.026, quando estava aqui, Senador, nós colocamos – e foi vetado pelo Presidente da República, em 2020 – o apoio técnico e financeiro da União e dos estados para cumprimento dos prazos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Foi vetado. Foi vetado porque trazia ônus.

Quer dizer, ônus para município com novas obrigações pode sair do Congresso, mas a condição de ele cumprir a legislação não pode sair, é vetado.

Isso é muito comum aqui, Deputado. Nós estamos na Emenda Constitucional nº 128, que proíbe novas obrigações, mas a gente está o tempo todo com novas propostas de piso, a gente está o tempo todo com novas obrigações, novos planos, isso, aquilo, e nada da fonte de custeio.

Então, quando a gente está falando dessa legislação que flexibilizou, buscou flexibilizar o acesso a recursos para drenagem, justamente visando minimizar a ocorrência de desastres como inundações e alagamentos, a intenção é ótima, Senador, mas, na prática, direcionou para um cadastro federal que não existe. Esse cadastro que está dentro do decreto federal de 2021 é um cadastro de municípios – é um nome curto: geo-hidrológico – que não existe. O que existe, como o Secretário colocou aqui, é uma lista feita pela Casa Civil de municípios prioritários para o Novo PAC. Mas a lei remeteu ao cadastro. O cadastro, em si, na verdade, tem dois municípios só. Tem uma página, tem um cadastro, tem tudo.

Só que o decreto vincula os municípios que entrarem nesse cadastro para risco geo-hidrológico à União ou ao estado, ou seja, quem inserir aquele município vai ter que bancar todos os estudos para comprovação dessas áreas de risco, dessa situação de risco geo-hidrológico, e isso não vão fazer – não vão fazer. Então, se não vão bancar os estudos dos municípios para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecer essas áreas de risco, esse cadastro está fadado ao fracasso. Ele tem hoje, se não me engano, dois municípios apenas. Então, por isso a Casa Civil tem uma lista, basicamente com o mesmo nome de geo-hidrológico, para risco geo-hidrológico, que o Novo PAC usa, mas deveria usar o cadastro. Mas ela sabe que o cadastro é um fracasso.

Bom, enfim, então é uma legislação que remete ao cadastro, que precisa ser regulamentada, e o Novo PAC também vai ter que se adequar, pelo menos para o ano que vem. Digamos que mude esse decreto, essa legislação e que se remeta à lista da Casa Civil para priorização do Novo PAC, você ainda vai precisar realmente que o Novo PAC e o Governo Federal não façam suas listas de municípios elegíveis.

Então, a gente tem uma legislação dizendo quais são os critérios de acesso, mas o Executivo Federal coloca, para além daqueles do Executivo, outros e cria sua lista de municípios elegíveis que não necessariamente estão cumprindo com o art. 50 daquilo ali. Então, assim, está sobrando critério e está faltando recurso.

Inclusive, Senador, tem uma expressão dos municípios do Nordeste que eu sempre cito em qualquer lugar a que eu vou, que é a seguinte: recurso do Governo Federal é igual pau de sebo, porque você pega uma quantidade pequena de recursos, mas você coloca tanto critério de acesso, você dificulta tanto que quase ninguém consegue acessar aquele recurso. Então, a gente está falando de uma situação que realmente precisa mudar para que a gente consiga atingir essas metas ambiciosas.

Então, a gente está falando de 90% dos municípios com até 50 mil habitantes, 70% com até 20 mil habitantes e quase metade do país, 45%, com até 10 mil habitantes – 10 mil habitantes! Senador, às terças e quartas-feiras aqui, no Congresso Nacional, nesses corredores, no subsolo, circulam entre 30 mil e 40 mil pessoas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLÁUDIA LIMA – ... de 30 mil a 40 mil pessoas, ou seja, muito mais que metade do país, mais que 70% do país. É um volume bem grande de pessoas circulando aqui.

Então, nós temos desafios estruturais e, sem dúvida nenhuma, a carência técnica é a maior parte deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, quando a gente fala de legislação, eu queria colocar para vocês sobre a Lei 14.026. Aqui eu já falei sobre essa questão de que o acesso deve ser para todos, não somente para quem é da área urbana ou rural, mas a gente está finalizando um estudo – então, isso aqui é um *spoiler* e pode ser que um dado ou outro mude – e a gente está falando de 85% do país que está regionalizado.

O que significa estar regionalizado? Significa que 85% do país não têm autonomia para gerir o saneamento básico de forma individual, eles compartilham com os estados. E são os estados nas suas estruturas de governança que chegam a ter 50% dos votos. E se ele tem 40% dos votos – nunca menos do que isso em nenhum arranjo que a gente viu até hoje –, ele consegue um ou dois municípios dele, um pouquinho ali, e já alcança a maioria e faz o que quiser nos seus arranjos regionais dentro das suas estruturas de governança. Mas é do município que todo mundo cobra a atuação, e não é ele mais quem tem a legitimidade de atuar de forma individual e decidir como tem que ser feito o saneamento no seu município – não é ele!

Então, a gente precisa realmente definir se a 14.026 vai ser seguida e se vão cobrar dos Governadores essa atuação de fato e essa responsabilização, porque, quando o art. 8º fala dos titulares, inclusive os estados, a gente, enquanto confederação, conseguiu minimizar pelo menos um pouquinho desse prejuízo – porque a adesão é compulsória em boa parte dos arranjos – para dizer que as responsabilidades penais, civis e administrativas são para todos os titulares, não são para os municípios apenas.

Então, hoje, a gente tem uma situação em que o Programa 2322, por exemplo, para a Funasa, não é aceito. Ela não atende, por exemplo – e aí eu não sei se ela não se atualizou ou vai parar, vai ficar só nisso –, municípios que são de regiões metropolitanas e Rides, por exemplo. A Funasa não atende. Então quantos municípios são esses? De acordo com o censo do IBGE de 2022, a gente está falando de 1,274 mil municípios, 23% do país, que deveria ser... E aí você tem mil municípios mais ou menos – novecentos e noventa e alguma coisa de municípios – que têm até 50 mil habitantes, que são de pequeno porte e que estão fora dos critérios de acesso a recursos da Funasa.

Então, é isso que a gente está promovendo: mas por que a Funasa não atende regiões metropolitanas e Rides? Porque, nos manuais dela, o que a gente tem? A gente tem que aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

município não tem autonomia, porque ele compartilha a titularidade nesses arranjos. Se ele compartilha a titularidade nas regiões metropolitanas, ele também compartilha a titularidade nas microrregiões. Você tem 85% do país nessa mesma situação das regiões metropolitanas e das Rides, nessas microrregiões que estão sendo criadas. Então, a gente tem uma situação extremamente difícil.

A gente tem uma dificuldade, inclusive, de levantar os dados da regionalização, com relação a quantos arranjos regionais realmente já têm planos regionais. No nosso último levantamento, foram nove – nove – planos regionais. E a 14.026 colocou que os planos regionais prevalecem sobre os planos municipais, ou seja, ela dispensa os planos regionais, mas não apenas os dispensa, eles prevalecem.

E aí a gente vê algumas iniciativas até do Governo Federal de incentivar, com recursos, planos municipais de saneamento básico, mas para quê – eu pergunto? A gente tem que se questionar sobre isso, porque, do ponto de vista de controle social e de participação da sociedade, é ótimo pensar em política pública no território do município, mas, quando vai para a reunião na estrutura de governança, ele não tem voz praticamente, porque o estado exerce a maior parte do seu poder de influência ali, com 40%, 50% dos votos, e determina o que precisa ser feito. O que estiver no plano regional vai prevalecer sobre qualquer plano municipal. Então, vale a pena a gente cobrar plano municipal de saneamento básico? É isso que a gente quer, gastando tempo, dinheiro, recursos técnicos dos municípios, para depois ele ser desconsiderado? Então, é uma reflexão. Se o plano municipal de saneamento básico é um critério de acesso, a gente tem que refletir se realmente vale. E a forma de acesso aos recursos federais tem que ser feita via estrutura de governança federativa ou é de forma individual, independentemente da regionalização?

Tem muitas perguntas que ainda não têm resposta, Senador. A gente está há cinco anos, pós-novo marco, e ainda tem muita coisa aqui. O próprio Governo Federal, quando a gente contata, a própria ANA, a própria Funasa fala: "Boa pergunta. Ainda não sei". Então, tem uma série de questões que precisam avançar.

Então, já encerrando – já extrapolei todo o tempo –, aqui, como eu coloquei, está a questão dos prazos. Em dezembro de 2024, venceu o prazo dos planos de saneamento básico, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição de acesso a recursos. Se é o plano regional ou se é o plano municipal, não sei qual é o critério que o Governo Federal está procurando. Por exemplo, no Novo PAC, no Ministério das Cidades, quando o município acessa, o estado acessa, ele está levando o plano regional? Qual plano ele está levando?

Não vai dar tempo de a gente falar sobre isso, mas, só de execução orçamentária federal, olha a quantidade, como caiu a atuação do OGU desde 2007 para cá. A Lei 11.445 é de 2007. A gente teve um pico ali em 2014, mais ou menos, de recursos autorizados e empenhados, e hoje a gente está falando aí de recursos empenhados de R$2,7 bilhões em 2024, que foi empenhado realmente. Nos últimos cinco anos, a gente está falando que não chegam nem a R$3 bilhões os valores ali autorizados e empenhados. E o que é então liquidado não chegou a R$1 bilhão em 2024, quer dizer, a gente está falando de algo que precisa avançar muito.

E aí, claro, fazendo uma conta bem papel de pão, quando é que a gente vai universalizar o saneamento? Se o nosso Plano Nacional de Saneamento Básico vale para alguma coisa, o que está ali – e eu acredito que vale, a confederação defende que vale, sim –, a gente está falando que 40% dos investimentos para universalização do saneamento deveriam ser do Governo Federal, da União.

E aí, Senador, não vale colocar financiamento, porque quem contrai o financiamento, se é o município, aquele investimento é do município, não é da União. Mas há muitos anos que o Governo Federal contabiliza empréstimo, os recursos onerosos, FGTS, etc., como investimento federal em saneamento básico, mas não é. Então esse dado que vocês estão vendo é só de OGU.

Então, se a gente for pensar, a União está investindo, com base nos últimos cinco anos, R$0,72 bilhão por ano em saneamento básico, quando ela deveria investir, se você for pensar, R$23 bilhões por ano – por ano. Então, sabe quando? Se a gente continuar com o investimento federal nesse ritmo de investimento, a gente está falando que a gente vai universalizar o saneamento básico em 2486, não é? Quer dizer, não tem a menor previsão, não vai universalizar se continuar nesse ritmo de investimento federal.

E de novo, é uma previsão que está na Constituição Federal. Promover melhorias no saneamento básico é uma competência comum dos três entes, não é só de município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui essa discussão que eu já coloquei, sobre a questão de saneamento rural *versus* urbano, porque a gente precisa realmente – inclusive BNDES aqui presente – cada vez mais que se façam concessões e modelagens também. Claro que ele é contratado para aquilo, mas de repente, quem sabe uma legislação proibindo concessões que sejam apenas projetos, etc., apenas para área urbana. Que realmente o setor privado fique com o serviço na sua integralidade, não só o filé-mignon na área urbana.

Então, tem uma série de outros desafios, mas eu vou encerrando por aqui, e a gente fica à disposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sra. Cláudia, quando nós... Obrigado pela sua participação.

E no final das contas, toda esta reunião de debate, essas diligências que nós temos feito são justamente para ouvir as prefeituras, porque no final, o novo marco do saneamento praticamente transferiu para os municípios essa responsabilidade. Nós temos essa consciência.

E realmente o diagnóstico que eu tenho tido, conversando com os nossos Prefeitos, é realmente a preocupação que a senhora trouxe aqui, e até com mais profundidade.

Mas a boa notícia: para que é que serve então essa avaliação de política pública? Justamente para pegar os gargalos, reunir os entes, está aqui Governo Federal, está aqui o ministério, está aqui Caixa Econômica, está aqui BNDES, para no final, ouvindo, fazendo diligências, propor um pacote de mudanças na legislação, para que as eventuais falhas do novo marco do saneamento sejam resolvidas.

E realmente é o objetivo comum a todos nós: nós não estamos aqui, em lados opostos, nos digladiando, senão fazendo uma análise de que a política não vai atingir o seu objetivo do jeito que está sendo implantado. Então, quero agradecer de coração à senhora, que representa aqui cada um dos Prefeitos do nosso Brasil.

Quero agradecer aqui ao Sr. Leonardo Picciani, que é Secretário Nacional de Saneamento; ao Sr. Flavio Gavazza, Superintendente Nacional de Serviços de Governo, da Caixa Econômica; o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denilson Campello, que é Diretor do Departamento de Parcerias com o Setor Privado, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; ao Gesmar Santos, que é do Ipea também e trouxe bastantes preocupações que são pertinentes e que serão avaliadas e colocadas, com certeza, no nosso relatório de avaliação de política pública; ao Eduardo Nali, do BNDES; e à Sra. Cláudia Lima, que nos trouxe, inclusive, dados muito preocupantes e que, com certeza, trarão riqueza à nossa avaliação de política pública.

Eu quero agradecer às senhoras e aos senhores, às pessoas que estão nos acompanhando pela internet, pela TV Senado, pelo e-Cidadania. Eventuais perguntas que não foram respondidas serão encaminhadas aqui para os participantes ou mesmo para a CDR, para nós fazermos as devidas respostas às suas perguntas e questionamentos.

Quero agradecer-lhes, colocar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo à disposição da população para nos ajudar também nessa avaliação de política pública, dessa questão que é fundamental, de dignidade, de saúde pública, inclusive de sustentabilidade, que é o saneamento básico, água e esgoto para a população brasileira.

Com essas palavras, agradecendo a Deus por esta reunião, encerro esta nossa reunião, esta nossa audiência, agradecendo mais uma vez a todos os participantes e todos os espectadores.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia oito de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Fernando Farias, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Zenaide Maia, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Beto Faro e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Wellington Fagundes, Sérgio Petecão, Styvenson Valentim, Izalci Lucas e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Eduardo Gomes, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 2/2025 - CDR, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Augusta Brito (PT/CE). Finalidade: Com o objetivo de discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo, bem como as ações estratégicas do Ministério para promover o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do turismo nas diversas regiões do país. Participante: Sr. Waldez Góes, Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional. Resultado: Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza no dia 8 de julho de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo, bem como as ações estratégicas do ministério para promover o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do turismo nas diversas regiões do país, em atenção ao Requerimento nº 2, de minha autoria.

Já está conosco aqui, à mesa, o Ministro Waldez Góes, Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, a quem damos boas-vindas, agradecemos e parabenizamos pelo trabalho. O Secretário-Executivo também está conosco, o Valder Ribeiro. Muito obrigada.

Esta reunião será interativa e transmitida ao vivo, aberta à participação de todos os interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço do Senado Federal, senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como a apresentação que for utilizada pelo expositor.

Na exposição inicial, o Sr. Ministro poderá fazer uso da palavra por até 30 minutos, prorrogáveis, e, ao fim da exposição, será concedida a palavra para os Parlamentares.

Eu vou mencionar algumas questões orientadoras. Tomando como referência o Plano Estratégico Institucional do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, período de 2023 a 2027, que estabelece metas e diretrizes regionais, proteção às populações vulneráveis e gestão eficiente dos recursos hídricos, é fundamental compreender os avanços já alcançados e as perspectivas das futuras ações. Neste contexto, as perguntas a seguir tratam dos diferentes temas enfrentados pelo ministério. Quais os principais avanços em relação às políticas de proteção e defesa civil, riscos e vulnerabilidade nas diferentes regiões? Como o Governo tem promovido a integração e o desenvolvimento nas regiões menos favorecidas? Quais as principais ações planejadas para estimular o crescimento sustentável e a inclusão social em diferentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regiões do país nos próximos anos? Em relação à segurança hídrica, quais são os avanços na gestão de recursos hídricos, na implementação de políticas de segurança hídrica, especialmente nas regiões mais vulneráveis? Quais os projetos e projetos futuros para garantir o acesso à água de qualidade e promover a sustentabilidade dos recursos hídricos no país? Essas são algumas questões.

O ministério, semelhante ao próprio nome da Comissão, tem um escopo bastante amplo, e a nossa expectativa, Ministro, é: em todo trabalho que nós pudermos, como Comissão, fortalecer o ministério, que tem uma interface importante com as diferentes regiões do país, em especial, obviamente, com as regiões que têm maior vulnerabilidade... Quero cumprimentar também, saudar, ao longo da reunião, a sua equipe que está aqui presente. É no Ministério de Desenvolvimento que nós temos os fundos de desenvolvimento regional, em cada uma das superintendências. E para nós, essa interlocução do ministério com o papel da própria Comissão, para que nós possamos... Nós sabemos que vivemos um período de grande dificuldade orçamentária, que não é uma perspectiva do Governo atual, mas é em virtude de todo o processo econômico que nós enfrentamos. E é um ministério que tem de nós o maior respeito, pelo seu desempenho.

Quero cumprimentar o Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros, Eduardo Corrêa Tavares; o Secretário Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial, Daniel Alex Fortunato; o Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira, Secretário Nacional de Segurança Hídrica; o Sr. Paulo Roberto Galvão da Rocha, Superintendente do Desenvolvimento da Amazônia, da Sudam; o Sr. Danilo Cabral, Superintendente do Desenvolvimento do Nordeste, da Sudene; a Sra. Luciana Barros, Superintendente do Desenvolvimento do Centro-Oeste; o Sr. Marcelo Jorge Medeiros, Superintendente de Gestão da Rede Hidrometeorológica da ANA; o Sr. Marco José Melo Neves, Superintendente de Regulação de Usos de Recursos Hídricos da ANA; o Sr. Lucas Felipe de Oliveira, Diretor Presidente da Codevasf; o Sr. Luiz Hernani de Carvalho Júnior, Diretor de Infraestrutura Hídrica do Dnocs; o Sr. Alexandre Pereira da Silva, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos. Sejam todos bem-vindos!

Passo a palavra ao Ministro Waldez Góes, para sua exposição inicial.

O SR. WALDEZ GÓES (Para expor.) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer carinhosamente a todos e todas, agradecer ao bom Deus pela proteção e direção diária, saudar honrosamente aqui a nossa Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Senadora Professora Dorinha Seabra, agradecer pelo convite, Senadora Dorinha, parabenizar pelo seu trabalho, como Líder no Congresso Nacional, como Presidente desta Comissão, como Senadora pelo Estado de Tocantins, e principalmente pelo apoio integral que a senhora e todos os pares aqui da Comissão e o Congresso, de modo geral, têm dado à política de desenvolvimento regional.

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional é um ou está entre os ministérios da Esplanada que mais recebe e mais tem relação com o Parlamento brasileiro, depois do Ministério da Saúde e o da Educação, creio que o Ministério da Integração trabalha em parceria com o Congresso brasileiro, com mais de 500 Parlamentares, talvez até chegando próximo da quase totalidade dos Parlamentares, de norte a sul deste país e de todas as regiões. Então, na sua pessoa e na pessoa do Senador Fernando Farias, quero cumprimentar todos os membros da Comissão de Desenvolvimento Regional e, como disse, agradecer o convite.

Eu vou dispensar aqui o registro de toda a nossa equipe que me acompanha, porque a Senadora acabou de fazer a relação nominal de todos, secretários, superintendentes, diretores, enfim, o Secretário-Executivo. Quero que todos, na pessoa do Secretário Valder, se sintam representados.

Professora Dorinha, Senadora, vou fazer uma dinâmica, com a sua permissão. O sistema MDR é muito grande, de certa forma tem uma capilaridade muito grande. Nós temos cinco secretarias, além da executiva, temos quatro secretarias que estão na ponta, trabalhando no dia a dia, no processo de desenvolvimento regional, de integração e desenvolvimento regional, e temos mais a Agência Nacional de Águas e Saneamento, a Codevasf, o Dnocs e as três superintendências. Então, o sistema é muito grande.

E agora mais o Programa Calha Norte, que veio para o ministério a partir de 2025. Isso dá mais ou menos a dimensão da capilaridade que o sistema MIDR tem na política de integração e desenvolvimento regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço muito a compreensão e a paciência porque eu preciso passar, nem que seja de forma sintética, por todas essas políticas e, logicamente, na capilaridade, por todos os atores públicos que ajudam no fortalecimento dessa política. Está certo?

Então, nós temos aí o sistema. Nós vamos aqui...

Bem, primeiro a política. Eu procuro sempre abordar, em todas as apresentações, essa questão da proteção e da defesa civil porque o mesmo ministério que trata do desenvolvimento regional, da política de ordenamento territorial, de segurança hídrica, de fundos e instrumentos financeiros, com toda essa rede de atuação, é o que também atua na política de resposta a desastres.

O Brasil tem vivido, cada ano mais, de forma mais intensa e mais frequente, os efeitos de mudanças climáticas e também de como têm acontecido, muitas vezes, as estiagens e as chuvas no Brasil.

Num resumo de 2023 e 2025, Senadora Dorinha, nós tivemos, no ministério, 8.179 decretos de reconhecimento de situação de emergência ou de calamidade pública, envolvendo mais de 3 mil municípios. Por estiagem, foram 3.339 portarias; por chuvas intensas, 2.186 portarias; e; por seca; 1.148 portarias. Então, isso realmente é muito forte de 2023 para cá. Tivemos também vendavais, inundações e enxurradas. Isso dá uma dimensão do quanto tem sido desafiador para a gente, no ministério, dar respostas à sociedade.

Nesses – de 2023 a 2025 – dois anos e meio de Governo do Presidente Lula, o Ministério da Integração já aplicou, como resposta, R$7,66 bilhões. Então, quase R$8 bilhões, sendo R$1,5 bilhão na Operação Carro-Pipa, R$2,2 bilhões no Auxílio Reconstrução. Este aí foi específico para o Rio Grande do Sul em razão dos problemas de lá. É aquele de R$5,1 mil, aprovado pelo Congresso Nacional, com o que a gente auxiliou ali, acho, quase 500 mil famílias no Rio Grande do Sul. Foi R$1,12 bilhão de socorro e assistência; depois, para o restabelecimento, R$1,1 bilhão, com 20 milhões de pessoas atendidas anualmente e recuperação. São esses valores.

O Presidente Lula editou, nesse período, 22 medidas provisórias, totalizando R$4,9 bilhões para resposta de norte a sul deste país. E foram também editadas quatro medidas provisórias especificamente no Auxílio Reconstrução, porque, num primeiro momento, a gente previa ali em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

torno de 250 mil famílias, calculado em razão do número de pessoas desabrigadas e desalojados, mas, no final do cumprimento dessa missão que o Presidente Lula me confiou, nós chegamos a quase 450 mil famílias, esses valores subiram e foi preciso, portanto, o Presidente emitir novas medidas provisórias, estendendo e alocando mais recursos.

Só no Rio Grande do Sul, a rede do ministério aplicou R$3,6 bilhões. E aí eu trouxe um resuminho das três principais atividades de reconstrução, já envolvendo 393 pontes reconstruídas, 59 obras de drenagem e contenção e 28 obras de pavimentação só no Rio Grande do Sul. Eu fiz um recorte do Rio Grande do Sul como um exemplo, a gente tem esses dados de todos os estados brasileiros.

É importante destacar que, além de toda a resposta de ajuda humanitária, de restabelecimento, de reconstrução, a gente também, lógico, atua muito, na ponta do laço, fazendo reconhecimento sumário. Foi assim no litoral paulista, foi assim no Rio Grande do Sul, foi assim no Pantanal, tem sido assim na Amazônia, no Nordeste, em todas as regiões do país, mas, paralelamente, nós temos atuado muito na melhoria de todo o sistema, de toda a política pública. O sistema e a política pública são estabelecidos em uma lei de 2012 – então, já tem mais de 14 anos –; no entanto, o plano nacional que preconiza a lei da política pública de defesa civil ainda não existia, e o Presidente Lula me determinou que construísse o plano nacional. Hoje nós temos o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, que é uma visão tripartite, que observa, na questão de proteção e defesa civil, desde a prevenção até a mitigação, a preparação, a resposta e a reconstrução – então, é uma visão muito ampla de proteção e defesa civil – e traz, muito fortemente, o compromisso de lidar com o risco e não só lidar com a resposta ao desastre, você melhor preparar o Estado e a sociedade para lidarem com o risco. Talvez, a gente não tenha a capacidade de diminuir o número de eventos, mas nós podemos nos preparar para lidar melhor com os eventos quando ocorrerem, e a visão do plano nacional é exatamente essa.

Nós também lançamos o Atlas Digital de Desastres no Brasil, com dados atualizados até 2024. Então, no final de cada ano, nós vamos atualizando. A gente também tem um novo indicador de capacidade municipal, esse é um instrumento muito importante na política pública. Certo? Investimos muito em capacitações, foram 66 mil capacitações feitas no Brasil ao longo desse período. O Presidente Lula fez um despacho presidencial e determinou que, juntamente com outros colegas ministros, a Casa Civil, o Ministério do Meio Ambiente e outros ministérios,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fizéssemos a reestruturação da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Essa proposta está agora já em finalização na Casa Civil.

Nesse contexto, quero destacar muito especialmente o sistema de Defesa Civil Alerta, que é um sistema precoce, em que se utiliza uma tecnologia conhecida como *cell broadcast*, em parceria com as operadoras de telefonia de celular móvel. Então, esse é um produto que o Ministério da Integração com o Ministério das Comunicações, a Anatel, a Defesa Civil nacional e todas as operadoras de telefonia celular construíram.

Nós já disponibilizamos esse sistema para todo o Sul e Sudeste; agora, mais recentemente, o Presidente Lula também fez a disponibilização para todos os estados do Nordeste; acabamos concluindo a capacitação de Norte e Centro-Oeste; e, neste segundo semestre, nós vamos fechar, com a cobertura desse serviço, todo o Brasil com a operação desse sistema. Para um município ou um estado brasileiro operar esse sistema de Defesa Civil Alerta – e já estão operando –, eles são treinados, capacitados, habilitados e certificados pela Defesa Civil nacional, e é necessário, na utilização, ter plano de contingência.

Então, um bom sistema de Defesa Civil Alerta precoce tem duas condicionantes básicas. Uma é o monitoramento da informação, porque nós vamos passar uma informação para a sociedade; então, quanto mais aguçado for o sistema de monitoramento, que é feito pelo Cemaden, pelo Serviço Geológico Brasileiro, pelo Inpe e tantos outros organismos públicos e privados também que monitoram toda essa questão de risco, quanto mais aguçado, quanto mais próximo da realidade – eu sei que não é fácil – o monitoramento, também mais alcance nós teremos na transmissão dessa mensagem de Defesa Civil Alerta.

E, por outro lado, a outra condicionante é a preparação da comunidade. A gente não pode alertar uma comunidade de um risco, e aquela prefeitura, aquele estado não ter um plano de contingência. Imagine uma área de risco, onde vai acontecer uma grande chuva, em que vão cair 300mm a 400mm em determinada área, concentrada num determinado tempo. Se as pessoas ali não tiverem a sinalização dessa área, não souberem por onde devem sair das suas casas, que destino devem tomar dentro da sua cidade e o local de abrigamento onde devem se proteger, obviamente você vai criar um desastre dentro do desastre se você der um alerta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O alerta é como se nós estivéssemos aqui todos numa área de risco. Sendo morador ou visitante, nós vamos receber, ao mesmo tempo, o alerta de que a gente tem que sair do lugar. Tem dois níveis de alerta: o alerta severo e o alerta extremo. O alerta severo ainda permite à comunidade tomar uma providência; o extremo já é para sair do local. Então, o severo ainda permite: "Está vindo o problema. Você pode sair, pegar seu carro, sua família; se der, pegue algumas coisas, faça alguma mudança". Quando for o alerta extremo: "Meu amigo, largue tudo para trás. Você já sabe o caminho por onde deve sair da sua casa, do seu bairro e onde deve se abrigar".

Então, esse sistema já está salvando vidas – esse sistema já está salvando vidas. Quem não lembra o que aconteceu na área serrana do Rio de Janeiro uma década atrás? E agora, este ano, nós já usamos esse sistema lá em Angra dos Reis, em Teresópolis, e houve zero de vidas perdidas, porque as pessoas começam a considerar o sistema, a informação do Governo. Está bom?

Então, neste segundo semestre, o Brasil terá 100% de cobertura dessa política pública. E quero lembrar: nas Américas, só Brasil, Chile, Estados Unidos e Canadá se utilizam dessa tecnologia.

Quero registrar a presença do nosso Líder no Senado, Senador Jaques Wagner.

Era eu para registrar ou era a Dorinha? (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. WALDEZ GÓES – Para encerrar... Rapaz, eu vou ter que correr com o tempo depois, não é?

Para encerrar... Só para vocês terem uma ideia ali, vamos pegar 19, 20, 21, 22.

Olhem: mais ou menos, é muito similar, não é? Temos 845, 946, 454, depois 822 alertas dados no país. Então, de 2022 para cá, olhem como é que a gente está tratando essa política pública. Então, realmente, a gente está avisando, comunicando às pessoas.

Senadora Dorinha, Senador Jaques Wagner, Senador Fernando, essa tecnologia que o Brasil passa a utilizar não dispensa as outras. O WhatsApp continua sendo utilizado e todas as outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologias que já eram disponíveis para alertar a população continuam também sendo utilizadas. A gente não dispensou nenhuma. Ela é mais forte, mais abrangente, mas as outras permanecem.

Agora vamos à Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Temos, como Secretário...

Quero agradecer também a presença do Senador Chico Rodrigues.

Estou fazendo as vezes aqui da Presidente Dorinha, viu? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Mas é bem-vindo.

O SR. WALDEZ GÓES – Sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, da qual temos como Secretário nosso querido Daniel Fortunato, que está aqui presente, é importante dizer que nós ampliamos a governança. Hoje os estados brasileiros, através de seus consórcios, participam, no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, desta articulação. O sistema de planejamento regional também, através da participação das superintendências regionais – Sudam, Sudene e Sudeco –, cumprem um papel fundamental. Há maior participação também no comitê executivo, e isso aumenta a articulação, dado o caráter transversal da política pública.

A participação dos governos estaduais, como eu já citei, e fortalecimento também nas novas áreas especiais da política nacional, com destaque ali, que são... Um dos piores indicadores sociais no Brasil está no Arquipélago do Bailique e no Arquipélago do Marajó. Certo? E aí a gente olha com muito carinho também um recorte em toda a área assistida pelo Pisf e no Vale do Jequitinhonha.

E atuamos também com a questão dos núcleos de inteligência regional, e o poder de decisão também é através de reuniões deliberativas.

Eu queria destacar aqui que, fora a política nacional e os planos regionais, que foram todos atualizados sob a coordenação das superintendências e encaminhados ao Congresso Nacional, com o PPA 2023-2027, nós temos os programas executivos. Foi uma orientação do Presidente Lula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A política regional sempre foi baseada na política nacional e nos planos de desenvolvimento regional, só que agora, neste novo mandato do Presidente Lula, ele pediu que nós descêssemos um pouco mais no refinamento e, através de programas executivos, nós pudéssemos enxergar a atuação de todo o Governo Federal, todas as ações de políticas públicas federais por região e, obviamente, olhar de forma mais detalhada esses recortes.

Nós concluímos basicamente... Em setembro, a gente deve entregar o Programa Executivo da Amazônia Legal, e está em contratualização o Programa Executivo do Nordeste e do Centro-Oeste, que deve acontecer ainda. Essa previsão, agora, de contratualização, é para entrega no próximo ano, no primeiro semestre. Então, queria destacar isso, que são uma novidade na política de desenvolvimento regional os programas executivos. Está certo?

Nós temos também esse Programa Cidades Intermediadoras. É bom lembrar que... Vamos pegar aqui o exemplo do Mato Grosso. Todos sabemos o quanto o Mato Grosso cresce no seu agronegócio, o quanto se desenvolve, gera oportunidade, mas, na política de desenvolvimento regional, ali vocês viram ainda há pouco a questão do Pisf, Jequitinhonha, viram o Arquipélago do Marajó. Então, se nós formos olhar para a questão de cidades intermediadoras, você, às vezes, tem uma possibilidade de ter uma âncora no processo de desenvolvimento. É preciso que se olhe também para recortes dentro de região, intrarregião ou intraestado, porque estão em desigualdades, estão ficando para trás. Se você pegar, por exemplo, a região de Cáceres, no Mato Grosso, é uma região dessas.

Então, esse é o olhar aguçado do desenvolvimento regional, e também poder, na relação com o Parlamento brasileiro, a gente ficar atento, porque, senão, o Brasil vai crescer muito, estados, regiões podem crescer, e você empurrar situações de desigualdades para uma profundeza ainda maior. Certo? Imagine a Amazônia crescer e o Marajó ficar para trás. Seria um contrassenso enorme, não é? Então, tem que ter um olhar. É a mesma coisa Mato Grosso crescer e Cáceres ficar para trás, a região de Cáceres todinha ficar para trás. Então, não é correto.

A política de integração e desenvolvimento regional tem que estar atenta a esses recortes, do Rio Grande do Sul ao Amapá. Eu estou pegando um exemplozinho aqui, mas, quando a gente olha para cidades intermediadoras, é para gente poder, às vezes, com uma cidade, criar todo um polo a partir de uma vocação, de uma empresa âncora, de um investimento com fundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional, com fundo de desenvolvimento, com modelagem através do fundo, do Fdirs, para captar parcerias público-privadas, olhar e proporcionar crescimento àquela região e uma cidade intermediar esse processo de desenvolvimento.

O Programa Capacidades é decisivo. Olhe, eu falei ainda há pouco que mais de 500 Parlamentares trabalham com o Ministério do Desenvolvimento Regional. Então, vocês fazem um esforço dobrado, redobrado, para garantir que o recurso chegue ao município. E qual é a capacidade daquele município na aplicação desses recursos? Às vezes, ele tem capacidade de captar, mas não tem a capacidade de fazer o bom investimento, a boa aplicação. E vocês vão ver, lá na frente, uma alternativa que a gente está dando para tentar ainda salvar mais de 300 instrumentos que estão paralisados, talvez por problemas de capacidade de execução de muitos parceiros dos Parlamentares e do ministério. Então, o Programa Capacidades, para gente, é muito caro e importante, porque não basta ter a política pública se a gente não preparar os parceiros para receber essa política pública.

O ministério é o instrumento, a Codevasf é o instrumento, o Calha Norte é o instrumento, como o Dnocs, a Sudam, a Sudene e a Sudeco. Mas, se a prefeitura lá, porque na maioria das vezes é com as prefeituras essa parceria, não estiver preparada, nós temos problema.

Recebemos o Calha Norte, minha querida Presidente Dorinha...

Senadora Augusta. Eu estou fazendo as vezes aqui da Presidente, registrando a presença da Senadora, né? (*Risos.*)

Recebemos o Calha Norte. Está certo? Então, a partir deste ano, o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional é responsável pela execução do Programa Calha Norte. Nós temos, destinados pelo Parlamento brasileiro, pelos Deputados e Senadores, para 2025, R$312 milhões de emendas. Nós vamos operar no Ministério da Integração nos mesmos moldes como se operava no Ministério da Defesa, com recursos diretamente executados pelo ministério sem convênios com a Caixa Econômica. Então, toda a análise de projeto, aprovação, será feita no âmbito do Ministério da Integração; porém, todos os instrumentos contratualizados até 31 de dezembro de 2024 permanecem, até findos, com o Ministério da Defesa, sob nosso acompanhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente presta toda a assessoria ao município que procura a gente, ao estado que procura a gente, ao Parlamentar que nos procura; está alinhado com o Ministério da Defesa que a gente faça esse acompanhamento, mas a conclusão desse objeto tem que ser feita pelo Ministério da Defesa. Por quê? Porque o Ministério da Defesa, com o Calha Norte, tinha uma estrutura gigante ali, até se utilizavam os equipamentos do Ministério da Defesa, aeronaves, muitos militares atuando, há muitas áreas físicas para se fazer guarnição de equipamentos, enfim. Imaginem a infraestrutura e estrutura de pessoal e de recursos os mais diversos que o Ministério da Defesa ofereceu ao Calha Norte. Para a gente, só veio o programa, não veio ninguém, não veio nenhum servidor; então, nós estamos assumindo o Calha Norte com os servidores que nós já tínhamos, fazendo todas as outras políticas públicas.

Como resolvemos isso? Resolvemos dizendo: "Não, tudo bem, dos instrumentos novos, assumimos 100% daqui para a frente e vamos dar conta". Está aí o Daniel para fazer valer a minha fala. Mas, sobre os instrumentos antigos, imaginem se nós recebêssemos quase mil instrumentos contratualizados para tocar sem nenhum servidor a mais. Obviamente, talvez até prejuízo teria para esses Prefeitos, para essas administrações e para essa sociedade. Então, alinhamos assim com o Ministério da Defesa e assim estamos tocando já o Calha Norte a partir de 2025. Está certo?

Quero aqui destacar a questão da Amazônia Azul e de fronteira. Por que destacar? Olhem só, a Amazônia Azul vai do Rio Grande do Sul ao Amapá. Se vocês olharem ali, nós estamos solicitando a Ação 00TF para que a gente contemple também, na relação com o Parlamento, recursos para investir nos municípios que são contemplados pela Amazônia Azul, que, na minha soma ali, estão na ordem de 660 municípios elegíveis. Então, Parlamentares do Rio Grande do Sul até o Amapá, compreendendo a Amazônia Azul, poderão ter, a partir do pleito que nós fizemos à SOF... É isso, Daniel?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEZ GÓES – É, são 660 municípios. E na fronteira a gente já tem do Amapá ao Rio Grande do Sul. Essa já faz parte da política de desenvolvimento regional, ou seja, nós temos aí 577 municípios, distribuídos em 33 cidades gêmeas também, que fazem parte dessa região de fronteira. Então, por um lado, a fronteira; por outro lado, a Amazônia Azul, duas áreas fortes de atuação. Às vezes, na fronteira, com certeza, ainda muito desprovidas de determinadas políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas, e a gente apresenta aqui como novidade, além da fronteira, a questão da Amazônia Azul para ser incluída nas divisões futuras de vocês de parceria com o ministério.

Perdão, voltando.

Sobre o Xingu, só uma questão de prestação de conta. Nós retomamos, estavam parados desde 2017 os editais. Nós fizemos a análise de 44 projetos paralisados e retomamos 32 desses, que envolvem R$4,7 milhões. Em julho de 2025, foram feitas as seleções de 45 novos projetos e o edital aí em 2024, de R$49 milhões. E estamos elaborando já um segundo edital agora para 2025. Então, retomamos aí o Projeto Xingu, está certo?

Queria falar aqui que são muito importantes para vocês as transferências especiais. Olhem quanto nós tínhamos de 2020 a 2024, que, em razão da determinação do Supremo, naquela ADPF 854, os beneficiários das transferências especiais precisavam cadastrar os seus planos de trabalho para poderem ter ali seguros os recursos, na plataforma TransfereGov. Então, para não ir mais longe, nós fizemos uma força-tarefa e fizemos a análise de 18.429 planos de trabalho e, com isso, a gente consolidou a contratualização dos R$12 bilhões. Estou falando que a decisão foi retroativa a 2020. Então, de 2020 a 2024, nós tivemos que fazer isto em um mês, aproximadamente. Em um mês nós cumprimos a ADPF, a determinação em razão da ADPF, e estão salvaguardados todos os objetos contratualizados pelo ministério, fruto do trabalho também dos Deputados e Senadores, e cumprida a exigência por parte dos órgãos de controle. Isso aí é só um retrato da Secretaria. Está certo? Em 2023 e 2024, foram empenhados R$4,94 bilhões e foram pagos R$4,89 bilhões. A bem dizer, zeradinho, não é? Não tivemos problema. As ações, os objetos estão ali apenas como exemplo.

Vou trazendo três... Eu não digo três novidades, mas é importante os Deputados, Senadores saberem que a gente está buscando alternativas. A gente entrega equipamentos, muito em parceria com os Senadores e Deputados da área de abrangência da Codevasf, Dnocs. Perfeito? Às vezes, um Deputado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Centro-Oeste do Brasil, do Amazonas, porque a Codevasf chega a parte do Pará, mas não chega a toda a Amazônia... O que é que nós estamos fazendo? Para que o Ministério do Desenvolvimento Regional ofereça oportunidade, quem quer trabalhar onde a Codevasf atua trabalha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E onde a Codevasf não atua? Nós também não podemos trabalhar com os municípios com doação e adesão de equipamentos por meio de atas? Nós estamos garantindo esse programa também para o ministério. Então, onde a área da Codevasf atua, o Parlamentar trabalha com a Codevasf; onde não atua, o Parlamentar que não é da área de atuação vai ter alternativa via Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional para atuar também. Nós estamos fazendo este registro de ata aí de 32 mil equipamentos aproximadamente.

Ah, sobre aquilo de que eu falei ainda há pouco, olhem só: mais de 320 instrumentos já mapeados por nós em condições de aderir ao programa, perfazendo um montante de R$290 milhões. Esses 320 instrumentos estão naquela condição que eu disse para vocês. Às vezes, a prefeitura não conseguiu fazer andar – ou o estado. E nós temos como salvar os R$320 milhões. Não sei a quem diz respeito – o Parlamentar, o Deputado, o Senador –, mas a gente tem como salvar, oferecendo a oportunidade de esses recursos serem destinados a aderir a atas, ou o município aderir, ou aderir via ministério, para a gente depois garantir que os recursos sejam aplicados no destino inicial para que ele foi proposto.

Nós podemos contemplar com estas atas 27 unidades da Federação. A estimativa aí está embaixo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEZ GÓES – Nossa Senhora! Já fui alertado aqui.

Uma segunda opção é o mercado municipal – não vou detalhar. Nós estamos dando uma opção de equipamentos. Mercado municipal é modular: até 20 mil habitantes, 50 mil habitantes, até 70 mil habitantes, acima de 100 mil habitantes. Então, ele é modular. Estamos com essa política pública também sendo disponibilizada. Depois, eu deixo a apresentação para os Senadores, pois já fui alertado aqui em relação ao tempo.

Nós temos tido muito problema no país em todas as regiões – a Amazônia sofre muito com isso – com a manutenção das estradas vicinais. E temos uma manifestação do Tribunal de Contas, porque olhem só os dados da Confederação Nacional de Municípios: mais de 2 milhões de quilômetros, que envolvem em torno de R$3,6 bilhões aproximadamente de manutenção por ano. E há muito questionamento, porque, às vezes, o Parlamentar botava um recurso, era feita uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manutenção, um encascalhamento, mas, dependendo da intensidade do inverno – vocês veem o que tem acontecido agora mais recentemente nos Estados Unidos; então, é meio imprevisível a quantidade de chuva que cai, com o estrago que faz –, se perdia todo aquele trabalho. Então, a gente tem um problema identificado, a que vinha sendo dada uma solução mais de encascalhamento, mas que hoje já não é recomendável. A bem da verdade, no Ministério da Integração, nós nem podemos mais fazer esse tipo de objeto, mas também, para não ficar sem a política pública e a alternativa, estamos oferecendo... Acho que, ainda agora neste segundo semestre, antes de abrirem as discussões aí do novo Orçamento, a gente vai poder oferecer essa solução de pavimentação com técnica de baixo custo, de alta eficiência e de celeridade na execução.

Então, a gente está com esse programa também à disposição. Inclusive, ele vai ser facilitado, para o município preencher muito rapidamente as suas informações, já saindo até com o cálculo de projeto básico assegurado para poder fazer essa parceria também com o ministério.

Vamos agora à segurança hídrica. O Secretário Giuseppe está aqui.

No PAC, coube à gente a participação nessa questão do Água para Todos – vou ser bem breve aqui.

O Novo PAC trouxe o eixo Água para Todos: R$32 bilhões, dos quais R$12 bilhões são para infraestrutura – R$12,7 bilhões. Ele tem quatro subeixos: abastecimento, infraestrutura hídrica, água para quem mais precisa, que são as tecnologias sociais, e revitalização de bacia. Não é só o Ministério da Integração que trabalha com o eixo Água para Todos; o Ministério das Cidades e o Ministério de Desenvolvimento Social também atuam. No nosso caso, envolvendo aí em torno de R$17,6 bilhões, estão as atividades de infraestrutura hídrica, de água para quem mais precisa e de revitalização de bacias, com os números complementares aí ao lado.

Quanto à infraestrutura hídrica, a gente tem esse mapa que resume. Estão as obras aí todas relacionadas. São 74 empreendimentos – Senador, um grande abraço –, dos quais oito empreendimentos já foram concluídos do Novo PAC. Retomamos e estão em execução 35. É bom lembrar que o Novo PAC também preconizou e condicionou que, em vez de sair já lançando uma obra nova, se revisitassem obras que estavam paralisadas ou sem uma dinâmica no cronograma de execução e que se assegurassem os recursos primeiro para aquelas obras. Então, dos 74, 35

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são retomados e estão em execução – obras que estavam paradas ou lentas – 28 não iniciados e três em preparatórias.

Por que tem obras aí não iniciadas? Porque o Novo PAC concebeu também uma carteira de projetos. Então, se é prioridade de um estado um determinado projeto, uma determinada obra importante, ou de barragem, ou de adutora, ou de canal, enfim, e está identificado e priorizado pelo Governo Federal, e aquele estado, aquela bancada, aquele Governo, aquela sociedade não têm projeto, o PAC abriu a oportunidade de ter uma coluna de projetos e garantir o recurso para fazer projeto. Uma vez o projeto pronto, ele muda o estado para "obras". Então, dos 74 empreendimentos, muitos não tinham projetos, entraram no estado de projetos e, à medida que vão sendo elaborados e aprovados os projetos, eles vão mudando o estado para "obras" e depois "execução". Portanto, ali tem 28 não iniciados e três em ações preparatórias.

Aí, Giuseppe, eu vou passando aqui... São exemplos: Ramal do Apodi, a duplicação do Eixo Norte...

É bom lembrar que a gente recebeu aqui o Eixo Norte. O projeto deles, que vocês estão vendo aí, é com capacidade de bombear 100m^3 por segundo, mas ele foi instalado inicialmente com capacidade de bombeamento de 25m^3 por segundo – o Eixo Norte. Certo? O Presidente Lula deu ordem de serviço agora para duplicar para 50m^3.

Então, já foi contratualizado, será investido R$0,5 bilhão e serão duplicadas as três subestações – a EBI-1, a EBI-2 e a EBI-3 – no Eixo Norte. Com isso, aumenta a capacidade para 50 m^3, e ainda tem mais 50 m^3 que entram na modelagem do Pisf, lá da PPP. E, nesse caso aí, a gente revitalizou as bombas do Eixo Norte e contratualizamos a duplicação do bombeamento.

Barragem Negreiros; Ramal do Salgado, no Ceará; reservatórios de Prazeres, de Quixabinha.

Vou passando aqui, está bem?

Arroio Taquarembó, lá no Rio Grande do Sul; Gatos, lá em Pernambuco; Panelas, em Pernambuco – já inauguramos um... vamos inaugurar, né? Vamos inaugurar Panelas I. Cinturão das Águas do Ceará está de vento em popa, não é isso, Augusta? Barragem de Oiticica, já inaugurada. Estamos concluindo duas agrovilas que estão em obras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vamos ao Programa de Revitalização de Bacias. É importante, eu não vou ler tudo aqui, mas a gente está com os comitês instalados, comitês gestores; e estamos com uma carteira de projetos já aprovada. Já tem obra para inaugurar, muita ordem de serviço para ser dada. A gente vai fazer uma semana dedicada só à revitalização da Bacia do São Francisco. Agora estamos com projetos também sendo aprovados já para a Bacia do Parnaíba. Já tem alguns ali aprovados, mas vai ter um bem grande aí, significativo, da Hidrovia do Parnaíba, projeto consensuado entre os estados que estão na bacia, sob a liderança do Governador Rafael, tá? Mas só ali na Bacia do São Francisco já tem R$1,654 bilhão de projetos aprovados pelo comitê gestor. Aliás, 60 empreendimentos, no valor de R$900 milhões, né? Tem proposta, para toda a revitalização, de R$912 milhões, é? (*Pausa.*) Ali eu não estou enxergando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEZ GÓES – São R$912 milhões, é. E no Parnaíba, R$38 milhões. E também há em Furnas, nós já estamos aí com 25 empreendimentos aprovados, no valor de R$703 milhões; ou seja, a política de revitalização... O Senador Jaques Wagner estava aqui ainda há pouco, ele sempre reivindica muito isso. Outros Senadores ali sempre atuaram muito nessa questão do São Francisco. Mas estou prestando contas aqui, a gente está semanalmente com reuniões sobre a Bacia do São Francisco, do Parnaíba, de Furnas, em relação à revitalização.

Dessalinização. Quero também destacar que, durante os Governos dos Presidentes Lula e Dilma, foram instalados aproximadamente mil sistemas de dessalinização. Agora, já no novo Governo do Presidente Lula, 200 sistemas. Então nós chegamos a 1,2 mil sistemas de dessalinização. Isso é transformador. Eu estou indo pessoalmente inaugurar sistemas. Agora vou fazer uma agenda, na terceira semana, no Caminho das Águas, inaugurando sistemas de dessalinização. Os depoimentos que a gente ouve e a transformação disso na vida da comunidade é algo, assim, inexplicável; só conhecendo...

Então os investimentos estão aí: já há 1,2 mil sistemas em operação; quase 5 milhões de litros de água potável por dia, certo? E, somente no ano de 2025, foram instalados 112 novos sistemas de dessalinização. Eu, mais recentemente, fui ao Rio Grande do Norte e inaugurei 14 sistemas de dessalinização. É transformador isso aí, o Programa Água Doce.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retomamos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – então, é bom lembrar que ele estava paralisado e a gente retomou –, principalmente em razão do que eu expliquei, ainda há pouco, sobre problemas de desastres, problemas de cheia, de seca. Então, quanto melhor a governança dos recursos hídricos, maior possibilidade de acerto na política pública, nas decisões e no uso nós teremos. Então, ter o conselho retomado foi fundamental, não vou entrar nos detalhes aí.

Irrigação. Também a gente está na construção de trazer irrigação para o PAC. A gente está trabalhando irrigação de forma muito prioritária. Temos já termo de compromisso assinado entre o Ministério da Integração, Ministério da Agricultura e Ministério de Minas e Energia. Agora vamos assinar um outro entre o Ministério da Integração, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Então, irrigação tem que ver sempre a questão do pequeno, do médio e do grande. Quem é aqui da Bahia: se vir o Iuiu, ele se organiza assim. O Baixio de Irecê, aliás, perdão; o Iuiu está em modelagem. Então, o Baixio de Irecê concebe espaço para o pequeno, para o médio e para o grande; e os três estão se viabilizando lá.

Então, o país tem um potencial de 55 milhões de hectares para irrigar, e não chegou a 9 milhões ainda de irrigação, só que está crescendo muito a política de irrigação, as demandas por irrigação. E a gente está trabalhando com modelagens para médios, pequenos e grandes, mas estamos defendendo também a inclusão de irrigação no PAC, para, através de emendas parlamentares e do próprio OGU, a gente garantir os projetos sociais. Nós temos um passivo com alguns projetos sociais de irrigação, é possível também resolver esses passivos, mas, daqui para frente, também instalando novos polos e novos projetos sociais, é importante que a gente garanta também recursos do OGU ou até linhas de financiamento, como o Pronaf B, enfim, para estruturar também irrigação para os pequenos agricultores.

Aí são alguns exemplos de polos de agricultura irrigada no sudoeste de Tocantins, no centro-Sul de Mato Grosso, no Distrito Federal, no Vale do Paranã, em Ibiapaba, no Ceará. Pois é, só trouxe alguns exemplos.

A gente está fazendo modelagem. Vou entrar depois, lá nos fundos, dá para vocês terem uma ideia de modelagem de perímetros irrigados e também de grandes projetos de irrigação. Só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para vocês terem uma ideia, a gente levou a leilão o Jequitaí, em Minas Gerais: R$1,5 bilhão de contrato, já assinado, já está em execução. É um grande projeto de irrigação com barramento, inclusive incluindo produção de energia também por hidro. Então, essa é uma política que a gente está retomando fortemente. (*Pausa.*)

Deixe-me....

Bem, eu vou abrir agora um espaço aqui, uma falinha rápida... (*Pausa.*)

Vamos lá. Posso seguir? Posso, né? É só... (*Pausa.*)

Não, tranquilo, mas aí deu no intervalo mesmo, porque eu tenho que abrir uma falinha rápida aqui, pela ordem, para a Agência Nacional de Águas, e depois Dnocs e Codevasf, para uma participação em razão disto aqui, tanto de segurança hídrica quanto de desenvolvimento regional.

Por favor.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (*Fora do microfone.*) – Bom dia a todos...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Tem que ligar o microfone.

O SR. WALDEZ GÓES – Marcelo Medeiros...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Por favor, o som.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Para expor.) – Ah, voltou. Obrigado.

Meu nome é Marcelo Medeiros, eu sou Diretor interino da Agência Nacional de Águas.

Bom dia, Senadora Professora Dorinha, Ministro Waldez, nas pessoas das quais eu saúdo os Senadores, meus colegas, ministérios e demais participantes.

Eu vou falar rapidamente sobre o papel da Agência Nacional de Águas, principalmente considerando o que nós fazemos em relação à infraestrutura hídrica nacional, que eu creio ser o maior tema da reunião de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ANA é uma agência reguladora: nós regulamos o acesso à água em rios de domínio da União. E nós fazemos isso e outras funções principalmente atuando em quatro pilares principais. O primeiro é o monitoramento das águas. Nós somos o responsável do Governo Federal pelo monitoramento das águas, e isso não atinge não só rios federais, mas principalmente rios estaduais e outras massas de água no território. E, sem esse tipo de dado, é impossível fazer gestão das águas, é impossível você projetar toda e qualquer infraestrutura hídrica. Eu não estou falando só de barragem ou canais, mas também de pontes, do telhado da sua casa projetado para uma quantidade de chuva, da drenagem urbana – o saneamento precisa de dados de vazão de rio e de chuva para poder existir.

Também, dentro da ANA, isso auxilia principalmente o nosso segundo pilar, que é a produção de estudos. Diariamente nós fazemos e atualizamos as bases de dados que dizem sobre a demanda atual de água, os usos da água e principalmente as demandas futuras de uso da água, e a gente faz isso em cima de dado hidrológico coletado no campo.

Dentro dessa área de estudo, eu chamo a atenção para dois estudos que se relacionam diretamente com esta sessão. O primeiro é o estudo que nós conduzimos junto com o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, que é o Plano Nacional de Segurança Hídrica. O plano aponta dentro do território brasileiro as vulnerabilidades em relação à água, a fragilidade hídrica de cada fração do território, e ele ao final traz, inclusive, uma relação de obras prioritárias para a gente enfrentar essa vulnerabilidade. Esse estudo é muito importante não só na ANA, mas no ministério, porque ele norteia todo o planejamento de obras não só existentes, mas principalmente futuras, e ele, inclusive, é um norte para o PAC. As obras do PAC foram apontadas dentro do Plano Nacional.

E um estudo mais recente que a gente conduziu, que a gente acabou de publicar no ano passado, é sobre quais são os impactos da mudança do clima sobre a oferta de água futura no território. Isso norteia não só apenas as nossas ações de regulação, principalmente na alocação de água em regiões mais frágeis, como o Nordeste brasileiro, que tem uma vulnerabilidade hídrica maior, mas também esta parte da segurança hídrica, do planejamento de obras futuras que vão enfrentar isso, e outras políticas, todas relacionadas com o uso da água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente também dentro da parte... Aí eu pulo para o terceiro pilar, que é a regulação, e eu chamo a atenção para que a ANA nasceu como regulação do uso da água, mas desde 2020 a gente recebeu outras atribuições. As duas principais dentro delas são a produção de normas de referência para o saneamento básico e outra é relacionada com a segurança de barragem.

No tema de segurança, a gente é responsável pelo Sistema Nacional sobre Segurança de Barragens; a gente congrega as informações de todos os entes reguladores; e a gente também produz normas de regulação para segurança de barragem. Isso dentro da regulação. E na regulação, que é o nosso *core business*, a gente trata, dentro da ANA, desse acesso à água, passando não só, por exemplo, pelo pequeno produtor familiar, mas também pelas grandes obras que o Ministro apontou. A gente está na concepção de toda a grande obra de estrutura hídrica deste país ou de qualquer outra obra que use água em rios de domínio da União. Isso passa principalmente pela concepção, pelo planejamento da obra – o que ela vai atender, a sua sustentabilidade – e depois também pela sua operação.

Um caso muito emblemático para nós é a transposição do São Francisco, de que a gente acabou falando aqui não só por causa do porte dela – ela provavelmente é a maior obra de transposição do mundo –, não só pelo seu comprimento ou pelo volume, mas principalmente pela área territorial que ela abrange e pela população que é beneficiada por ela. E agora mesmo a gente está discutindo a renovação da outorga da transposição. Então, a gente está atuando o tempo todo na operação.

Dentro da regulação, eu volto a falar, a gente emite milhares de outorgas de direito de uso por ano, e essas outorgas de que eu falei passam pelo pequeno até o muito grande. Em várias regiões, por exemplo, no Nordeste brasileiro, a outorga é discutida localmente. A gente faz termos de alocação negociada de água com os usuários e eles influenciam e participam diretamente desse processo de reservar uma fração de água, mesmo tão escassa, para cada um.

Eu vou para o nosso último pilar, que até já mencionei, que é: dentro da regulação, a gente tem um tratamento diferenciado para saneamento. O saneamento, pela legislação brasileira, é de titularidade do município. Mas desde 2020, com o novo marco do saneamento, a ANA é responsável por produzir normas de referência para que esses entes reguladores, que são subnacionais, estão dentro dos estados, dentro dos municípios, regulem de forma uniforme o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saneamento, ou seja, o mesmo tratamento tem que ser dado de forma nacional para o mesmo problema.

A gente já deve ter produzido 14 normas. A última delas é até uma das mais importantes, que trata da tarifa social do saneamento básico, para ser aplicada diretamente nos sistemas de abastecimento, de resíduos sólidos e em todas as outras facetas do saneamento. E a gente faz isso também junto com essas entidades subnacionais.

Então, com isso, eu termino a minha fala.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Em seguida, Ministro...

O SR. WALDEZ GÓES – Em seguida é o Lucas.

Eu só queria fazer um comentário aí sobre a nossa fala do Marcelo Medeiros, sobre o Pacto pela Governança da Água, para destacar que, durante todo o ano de 2023 – o Governo Federal, através do Ministério da Integração, junto com a Agência Nacional de Águas e Saneamento –, nós pactuamos com as 27 unidades da Federação a governança pela água dos recursos hídricos. Então, aproximando muitas decisões de onde tem a demanda, tá?

Nós pactuamos alguns objetos, monitoramento de seca, Programa Qualiágua. Então, tem uma série de objetos contratualizados nessa pactuação, e isso dá velocidade ao poder de decisão também, fortalece os comitês de bacias. Às vezes, uma visão mais integrada de um estado com outro... porque, às vezes, o impacto está no estado, e o problema está na bacia que tem frequência no estado vizinho. Então, dá condições de melhor organizar a política de segurança hídrica, os planos de segurança hídrica de cada estado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEZ GÓES – É. Não envolve muito recurso, logicamente que sempre tenho dificuldade com os cortes no orçamento, mas o recurso que é investido tem uma capacidade de incorporar recursos volumosos naquelas decisões de outorga de um projeto, de implantação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um projeto, com base em segurança hídrica, com base numa boa decisão de política pública. Então, destaco que a governança desse recurso pactuado com os estados é muito importante.

Vamos à Codevasf agora.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Só um minuto, Ministro.

Depois nós vamos passar para a intervenção dos Senadores, mas, em relação à questão da água e saneamento, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo estabeleceu como política pública de acompanhamento e investigação a questão do saneamento e da água. Então, quem conduzirá, na verdade, já está em andamento, é o Senador Seif, que é o Vice-Presidente, muitas questões ele vai acompanhar em vários estados, e a nossa maior preocupação é que, em muitos estados, a terceirização foi adotada, muitas empresas têm interesse, entre aspas, na parte "lucrável", com bastante retorno, ou seja, o filé, mas a parte que tem ficado para o atendimento dos pequenos municípios está com muito problema. Dou o exemplo do meu estado. A ATS, que é a empresa local do estado, nunca tem recurso. Nós colocamos equipamento, mas ela nunca tem recurso. Nós temos problemas graves em pequenos municípios, que não foram alvo de interesse da empresa responsável, a BRK, mas essa não é uma realidade do Tocantins. Ao mesmo tempo, problemas nas aldeias indígenas, nos quilombos, e uma provocação de uma interface necessária com a Codevasf, porque existem soluções. Estivemos, inclusive, conhecendo equipamentos, várias possibilidades, mas hoje, há tanto a questão da água quanto do saneamento, que se misturam com a questão do lixo, que está recebendo chorume em muitos casos, e a gente precisa ter uma ação integrada. E esta Comissão vai se dedicar a essa política.

Então, quero fazer esse pedido ao Ministro para que a gente possa oportunamente discutir, porque essa política pública vai ser monitorada, inclusive sobre quais as soluções que foram adotadas e como é que isso está chegando para a população, que, em muitos casos, tem pagado uma taxa muito alta de água, com atendimento muito ruim em muitos lugares. Então, a gente esbarra na questão do acesso, na questão do recurso, da qualidade e nesse monitoramento em relação a esse processo.

Vou passar para Lucas Felipe Oliveira, Diretor-Presidente da Codevasf.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALDEZ GÓES – Uma palavrinha aí, Lucas.

O SR. LUCAS FELIPE DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos e todas. Todos me ouvem?

Cumprimento os Senadores aqui presentes, a Senadora Professora Dorinha e demais colegas do Ministério.

Vou tentar falar rapidamente aqui. Acho que todos aqui conhecem a área de atuação da Codevasf. A gente hoje está em 15 estados mais o Distrito Federal, em 2.688 municípios, 100% do Semiárido e 36%, como disse o Ministro, um pedaço da Amazônia, na atuação da Codevasf. É um crescimento de 185% de 2017 a 2020. Nós tivemos a criação de oito novas superintendências, nos últimos anos, e tem aumentado muito o nosso volume de trabalho.

Nós temos entregas expressivas nesse período de 2023 a 2025: 15 milhões de alevinos, 3 mil cisternas e poços, mais de 1.900 módulos sanitários que impactam diretamente na questão da revitalização e na dignidade da população nas comunidades onde a gente instala esses banheiros. Foram mais de 100 mil itens doados, quase R$7 bilhões de execução nesses três anos para mais de 33 milhões de beneficiários.

Trouxe aqui também mais algumas obras de destaque que nós temos em execução e o início de obras para este ano ainda e para o próximo ano. Está no próximo eslaide.

O Canal do Sertão Baiano vai beneficiar mais de 1 milhão de pessoas e 47 municípios.

A gente tem praticamente uma obra estruturante em cada estado onde a gente está presente. Eu trouxe ainda a Adutora do Agreste Potiguar, que tem previsão de início das obras em novembro deste ano. Estamos com o projeto executivo a todo vapor. São mais 510 mil pessoas a serem atendidas.

A Adutora do Seridó está em pleno vapor, junto com a Secretaria de Segurança Hídrica aqui do nosso colega Giuseppe. Terá 162 mil habitantes e sete municípios beneficiados e conclusão no primeiro semestre do ano que vem.

Temos ainda a orla de Santana, no Amapá, e a ponte de Britânia, aqui em Goiás.

É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALDEZ GÓES – Eu vou voltar aqui. Valder, por favor. Secretário-Executivo, só dará uma contribuição aqui, Senadora Dorinha, em relação ao cumprimento do preceito constitucional, do artigo constitucional, em relação à irrigação no Centro-Oeste.

O SR. VALDER RIBEIRO DE MOURA (Para expor.) – Quero só aproveitar para destacar que a gente tem que cumprir o art. 42 da Constituição de que a cada real investido na irrigação do Nordeste a gente tem que aplicar 20% no Centro-Oeste. Então, esta gestão, desde 2022, na verdade em 2023, 2024 e 2025, a gente tem acompanhado e cumprido o preceito constitucional de investimento em irrigação no Centro-Oeste. Eu destaco porque... Tem uma informação que o Lucas passou, por conta do tempo, mas acho que é importante destacar essa informação.

O SR. LUCAS FELIPE DE OLIVEIRA – É. Inclusive, a ponte de Britânia vai ser toda custeada com esse recurso aí.

O SR. VALDER RIBEIRO DE MOURA – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu quero só falar uma coisa: o Tocantins tem um problema de identidade. Porque em várias políticas públicas, em vários ministérios... Na Comunicação recentemente aconteceu. E aqui eu tenho até uma fala, depois, sobre a questão de Sudam e também de algumas... Nós não somos Centro-Oeste, nós somos Norte. A gente é esquecido no Norte e é esquecido no Centro-Oeste. Então, o nosso problema é gravíssimo. Quando nós olhamos as políticas de desenvolvimento do Norte, o Tocantins está fora; quando olhamos as do Centro-Oeste, nós também estamos fora. Nós existimos.

Neste caso específico do Centro-Oeste, embora o Tocantins esteja na Amazônia Legal, tem grande parte da sua região com semelhança tanto com o semiárido – tanto é que, por isso, a Codevasf foi – quanto também com o Centro-Oeste, de onde nós saímos. A gente pode estar nos dois lugares, mas em nenhum não dá para ser.

Por favor.

O SR. WALDEZ GÓES – Luiz Hernani, do Dnocs. Aquela fala de...

O SR. LUIZ HERNANI DE CARVALHO JÚNIOR (Para expor.) – Bom dia, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sua pessoa eu saúdo todos os Senadores aqui presentes, em especial a nossa Senadora cearense. Quero saudar o Sr. Ministro Waldez Góes.

Bom, o Dnocs tem sua área de atuação restrita ao semiárido nordestino e o nome Dnocs se confunde com a própria história do Nordeste.

Nessa toada, o Sr. Ministro nos confiou a execução da recuperação de reservatórios estratégicos, reservatórios estes que estão no caminhamento dos diversos ramais que compõem a transposição do São Francisco. Deve-se destacar que, na atual administração, cinco desses reservatórios já estão concluídos e estamos com quatro em andamento e quatro que serão também licitados ainda neste exercício.

Próximo, Ministro.

Aí estão elencadas as recuperações que o Dnocs tem feito nas barragens de sua propriedade, barragens essas em que as recuperações são feitas para atender exclusivamente à condição de modernização e recuperação desses reservatórios, bem como atender também às demandas egressas dos órgãos de controle. A recuperação das barragens do Pisf, que foi citada, que são esses reservatórios estratégicos, está com a sua caracterização apresentada aí nesse eslaide. Esses reservatórios estão localizados no Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Essas são as entregas que nós fizemos. Eu gostaria de destacar mais uma vez o esforço inaudito da Presidência da República, do nosso Presidente Lula, também conduzido pelo Ministro Waldez, e reiterar que, desses reservatórios do Pisf, nós já entregamos cinco reservatórios; do Prosb, que é um programa de recuperação de barragens do Dnocs, entregamos mais de 20 reservatórios; e, das obras do PAC, a gente tem em destaque a Adutora do Pajeú, a recuperação da Barragem Pai Mané, em Alagoas, também as obras da Barragem Tucunduba e a publicação do decreto que vai ensejar o pagamento das desapropriações da Barragem Fronteiras.

Hoje o Dnocs, até o presente momento, já entregou 2.730 sistemas de abastecimento d'água, ou seja, postos instalados e operando, atendendo aproximadamente 146 mil famílias; promoveu o peixamento com mais de 22 milhões de alevinos, isso representa um incremento de vida para as populações que estão diretamente ligadas aos reservatórios; e trouxe também a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição de pavimentação de 13 milhões de metros quadrados de revestimento primário, permitindo o escoamento da cadeia produtiva da região onde os projetos estão localizados. Também fizemos a entrega de documentos de titularidade para os moradores de montante dos reservatórios do Dnocs, porque, nesse caso aí, com essa atitude, enseja a condição de se permitir o financiamento junto aos órgãos, aos bancos que podem financiar os pequenos e médios produtores.

Essa é a nossa ação.

Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Ministro, tem mais alguém?

O SR. WALDEZ GÓES – Obrigado. Posso seguir?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim.

O SR. WALDEZ GÓES – Vamos agora à última secretaria e, como desdobramento, às três superintendências também. É uma fala bem rápida.

Eu, inclusive, vou passar diretamente a você, Secretário Eduardo. Se puder, já estou botando a lauda aqui.

O SR. EDUARDO CORRÊA TAVARES (Para expor.) – O.k.

Presidente Senadora Dorinha, quero cumprimentá-la. E, na pessoa dela e do Ministro, cumprimento todos os Parlamentares e toda a equipe aqui do Ministério.

A gente preparou quatro lâminas, e ficamos à disposição para aprofundar, mas há o destaque para os fundos constitucionais, o principal instrumento de fomento da redução das desigualdades nas três regiões hoje.

A gente tem, nesse período de janeiro de 2023 – desde o início do Governo do Presidente Lula – até agora, R$164 bilhões movimentados nos três fundos, com destaque para o Nordeste, com mais de 3 milhões de operações. E é um instrumento que tem crescido acima do crescimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do PIB, Senador. Então, é importante o fortalecimento, muito também em função de pautas estruturantes que a gente tem feito aqui nesta Casa. Então, quero agradecer a sensibilidade e o apoio do Senado e da Câmara para essa agenda tão importante.

A gente tem um QR *code*, e esse painel fica à disposição. A gente desenvolveu em conjunto com a secretaria executiva um painel que fica à disposição em tempo real.

Esse é o extrato do mês de maio, mas a gente tem, então, um crescimento de 35%.

No Plano Safra, para fazer um recorte – e o Plano Safra nessas três regiões tem como principal *funding* os fundos constitucionais –, a gente tem uma ampliação: nós saltamos, no Safra 22/23, de R$17 bilhões para, nesse novo Safra 25/26, R$37 bilhões. Então, houve um aumento de 115%, com um destaque muito importante, que é a questão do microcrédito.

O microcrédito tem sido ampliado de forma muito intensa no Nordeste, pelo Banco do Nordeste. E, no Norte e no Centro-Oeste, em conjunto com o Banco da Amazônia e o Banco do Brasil, estruturamos um novo caminho também. Graças – quero registrar também – à liderança do Senador Davi à época, que trabalhou com a emenda em conjunto com vários outros Parlamentares, a gente pôde criar um novo caminho, que é justamente essa parceria com a Caixa Econômica. E o Ministro vai lançar amanhã, em conjunto com os vários bancos, um edital para mais R$1 bilhão para fortalecer o microcrédito nas duas regiões.

Quanto aos fundos de desenvolvimento, também há um QR *code* – vocês podem acompanhar – com um painel de contratações *online*. Esse é um dos principais instrumentos também que foi, de certa forma, enfraquecido desde 2016. Não houve aportes. A Presidente Dilma foi a última a fazer aportes. A gente, na época, tinha uma participação de 0,15% do Orçamento. Para vocês terem ideia, em 2023, a gente pegou uma participação de 0,04% com uma demanda muito maior. Para vocês terem ideia, a gente tem uma carteira, que é conduzida pelos Superintendentes Paulo, Danilo e Luciana, de mais de R$11 bilhões, ou seja, há uma demanda muito grande. A Transnordestina, por exemplo, está aí. Enfim, são várias operações estruturantes.

E, a partir daí, em conjunto com a superintendência, a gente iniciou uma ação de captação internacional. Então, aprovamos já quatro cartas-consultas. Isso vai gerar... E aí cada banco tem um perfil diferente. Então, a gente tem, por exemplo, o NDB trabalhando com o Novo PAC,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energias renováveis, logística; a AFD, com essa questão da sociobioeconomia, cooperativas de produção, concessões florestais; Banco Mundial, com agenda de saneamento, irrigação, recuperação de áreas degradadas; e o BID, com essa parte de logística, por exemplo, hidrovias na Amazônia. Com isso, a gente tem então um *pipeline* de captações de quase R$10 bilhões para os fundos de desenvolvimento, que vão ser coordenados pelas superintendências.

Pode seguir, Ministro.

Para fechar, a gente tem, então, essa carteira do Fdirs – e aqui quero agradecer, Senador, a sua liderança. Eu acho que essa agenda do saneamento, dos resíduos sólidos, é uma pandemia oculta no país. Para a gente ter ideia, a falta de saneamento hoje no Brasil ocasiona, só na Amazônia, 230 óbitos por ano – é um Boeing caindo todo ano por falta de saneamento. A gente tem menos de 20% em algumas regiões. E é muito importante que a gente crie instrumentos novos.

Então, a gente tem aí BNDES, Caixa FEP e, agora, uma terceira via, que é coordenada aí, PPI, Fazenda, Planejamento e MDR, com esse novo fundo, que conta com 1 bilhão. Já tem prospectado aí projetos de norte a sul do Brasil.

Pode seguir, Ministro. Aí, depois, a gente pode aprofundar, e fica à disposição desta Casa para aprofundar e trabalhar na agenda, Senadora, em cada estado.

O seu estado, por exemplo, Tocantins – por favor, Ministro. O anterior, rapidamente... –, lá a gente tem, então, por exemplo, concessões rodoviárias. Temos trabalhado, por exemplo, saneamento, agendas de educação...

Aqui ao lado a gente tem, no QR *code* também, maiores informações para quem desejar.

O Atlas das Cidades Inteligentes, em que a gente recomenda os consórcios públicos intermunicipais.

Estamos para lançar um atlas muito em função também do que a gente tem vivenciado aí em conjunto com os Parlamentares, *benchmarks* que temos feito aí.

Pode seguir, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, para fechar essa agenda de parcerias, a gente tem, então, as parcerias voltadas para a água. Então, o Pisf merece destaque, em conjunto com a área hídrica e o Secretário Giuseppe, Agência Nacional de Águas, PPI. Estruturamos e já está no TCU. Está aí a expectativa de que a gente possa fazer ainda este ano ou início do ano que vem o leilão.

São 12 milhões de pessoas, quatro estados, um modelo muito inovador, em que a gente junta relação com os fundos nacionais e relação com o privado, 2 bilhões de investimentos, mais 400 milhões em operações, 30 anos com um potencial muito grande de gerar oportunidades de irrigação no Semiárido, enfim, em toda a transposição.

E a outra agenda é essa agenda de barragens e períodos de ligação. A gente tem, então, Codevasf e Dnocs como grandes parceiros, Codevasf com alguns já em adiantamento, inclusive contratados, mas a gente está trabalhando com as duas vinculadas a essa agenda, que é uma agenda de geração de emprego e de aceleração.

A ideia, então, do Governo, senhores, não é gerar resultado primário. É utilizar, eventualmente, as outorgas, para gerar contrapartida socioambiental, incluir o agricultor familiar no processo, enfim, gerar realmente emprego e renda e acelerar essa agenda, que é muito importante, principalmente em função dessa restrição, desses desafios no teto de gastos que a gente tem enfrentado hoje.

Obrigado, Ministro.

O SR. WALDEZ GÓES (Para expor.) – Só dois comentários rapidinho, em relação ao microcrédito, que ainda vai ser tratado aqui pelas superintendências.

O Centro-Oeste e a Amazônia, a gente está fazendo uma força-tarefa grande. Quero lembrar que a Caixa Econômica veio para fazer microcrédito no Centro-Oeste e também na Amazônia. Então, antes a gente operava só com Banco do Brasil e com Banco da Amazônia, mas nem no Centro-Oeste, nem na Amazônia, nunca foi feito microcrédito com os fundos constitucionais. Então, foi uma decisão do Presidente Lula que a gente o fizesse, e também recomendou, e o Davi ajudou muito, a Senadora Dorinha, que a gente agregasse mais atores, e a gente não deve parar na Caixa Econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante que outros atores financeiros também participem desse processo, sobretudo na Amazônia, que é muito longe, muito distante... É preciso investir muito em tecnologia e ter mais capilaridade. Quer dizer, ter o Banco da Amazônia, ter a Caixa Econômica, ter cooperativas de crédito, ter agências de fomento, senão a gente tem a política pública, e não consegue chegar às pessoas. É desafiador isso. A gente pega os recursos, faz a boa distribuição, e, às vezes, o ano passa, e não se consegue chegar a todo mundo, tem que reaplicar em outros projetos, mas é prioridade o microcrédito no Centro-Oeste e na Amazônia, como deve ser também para as outras regiões, a exemplo do que já acontece, com muita eficiência, no Nordeste brasileiro, em torno de R$12 bilhões de microcrédito todos os anos. Então, destaco isso.

Na questão dos Fdirs, é bom lembrar que o FEP Caixa e o BNDES têm cumprido, ao longo da história, um papel gigante em termos de modelagem de concessões e PPPs. Só que tem uma demanda reprimida de consórcios, de municípios que não as capitais. E a fila às vezes é grande no BNDES e no FEP Caixa. Então, o Fdirs cumpre um papel de assistir demandas que, às vezes, levariam um tempo muito grande para serem atendidas pela Caixa e pelo BNDES.

Hoje, o Fdirs tem R$1 bilhão só para modelar a custo... quer dizer, o município, o consórcio de municípios ou o estado que assinar contrato com o Fdirs não vai pagar pela modelagem, porque a modelagem vai ser paga pelo Fdirs. Uma vez viabilizada a modelagem, o concessionário daquela PPP ou daquela parceria é que vai financiar o fundo – aliás, repor o fundo. Então, é a chance, às vezes, de garantir modelagens que tenham escala, unindo, seja em cidades inteligentes, irrigação, concessões de estradas, em saúde e educação se pode fazer também, questão de saneamento, resíduos sólidos... É uma infinidade de possibilidades que existem aí para serem feitas. Então, queria destacar isso.

Assim falando, passo agora, em um tempo bem rápido, às três superintendências, começando pela Sudene, nosso querido Danilo; depois, Sudeco, Luciana; e, por fim, nosso querido Paulo Rocha, Senador da República, sempre, Sudam.

Danilo.

O SR. DANILO CABRAL (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora Professora Dorinha. Primeiro, quero falar da minha alegria de reencontrá-la. Fui companheiro de Dorinha como Secretário de Educação. Ela era Presidente do Consed. Depois aqui, neste Congresso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também como Deputado Federal, na Comissão da Educação, militamos muito, juntos, na pauta da educação.

Cumprimento o Sr. Ministro e, na pessoa dele, toda a equipe do MDR aqui. Cumprimento os Srs. Senadores.

Ministro, vou cumprir o determinado pequeno expediente. Vou falar primeiro, de forma muito focada, das ações que a Sudene vem desenvolvendo na Região Nordeste. Nosso papel, como das demais superintendências aqui, é a territorialização das políticas que o Governo Federal tem pensado para o Brasil e para as nossas regiões.

Eu queria aqui dar o realce em duas iniciativas que eu acho que são importantes em conjunto com tantas outras – o Ministro, inclusive, já fez referência a algumas delas.

Primeiro, eu falaria da pauta da Transnordestina, que é uma obra estruturadora. Eu diria que é a segunda obra... Temos duas obras estruturantes no Nordeste e de integração regional. Da primeira, o Ministro já fez o relato, que é o Projeto de Integração do São Francisco, levando água para 12 milhões de nordestinos. A segunda é a Transnordestina, pois conseguimos que ela fosse retomada a partir da determinação do Presidente Lula. É uma obra que se encontrava paralisada.

A Sudene é parte importante do financiamento dessa obra. Já em 2023, nós liberamos R$800 milhões. Agora, no final do ano passado, mais R$400 milhões. Esta semana, a gente ainda deve deliberar a liberação de mais R$400 milhões do novo *funding* que viabiliza o avanço que a gente tem nas obras. A gente viu ontem, inclusive, no Ceará, o lançamento já de um porto seco que fará parte do eixo que vai até Pecém.

Só para dar um dado do ponto de vista econômico dessa obra, de um estudo feito pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará, quando você coloca um raio de 300km por onde ela passa, nós estamos falando para 41% do PIB do Nordeste, ou seja, é uma obra fundamental para a logística e competitividade da região. E a Sudene é responsável, quando concluída a obra, por quase 50% do financiamento dela, através do FDNE e com todo um conjunto de recursos que estão sendo aí mobilizados – o Eduardo já fez relato disso aqui – para que a gente possa concluir não só o trecho do Ceará, mas também um trecho de Pernambuco, que está sendo executado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através do Ministério dos Transportes, com a expectativa de que, já na virada do ano, a gente também tenha obras no trecho que vai de Salgueiro até o Porto de Suape.

Então, da Transnordestina é isso. A obra está andando, retomada por força da determinação do Presidente Lula e sob a liderança também do Ministro Waldez.

O segundo ponto que eu queria destacar, Ministro, é a reativação – na verdade, a ativação, olhando para a política de financiamento – da integração dos fundos que operam o financiamento na Região Nordeste. Nós temos, atuando sob a coordenação da Sudene, um comitê regional que coordena todas as instituições de financiamento federais: BNDES, BNB, Caixa Econômica, Banco do Brasil, Finep, que têm recursos para o financiamento. Todas essas instituições têm financiamento para a região, o que a Sudene fez foi coordenar para que elas pudessem integrar e potencializar esse recurso.

E nós lançamos essa que é a primeira iniciativa importante que dialoga com a política setorial da indústria, que é a Nova Indústria Brasil, coordenada pelo Ministro Alckmin. A gente está colocando à disposição, para quem quer empreender na indústria no Nordeste, R$10 bilhões dessas instituições. O edital já foi publicado. Aqui a gente está falando de uma ação objetiva, não é um planejamento: em 13 de junho foi publicado esse edital. A gente tem até 15 de setembro para recepcionar as indústrias que querem investir nos eixos: energia, a gente sabe o potencial que o Nordeste tem hoje para a produção de energia limpa, então, energia renovável; hidrogênio verde; *data center*; para quem quer investir na bioeconomia, o polo de fármacos, que é muito forte também na Região Nordeste; e indústria automotiva também – hoje temos bases consolidadas não só na Bahia, mas em Pernambuco, também no Ceará, que também têm demandas, inclusive, para a ampliação dos sistemistas. Então, existem R$10 bilhões que estão hoje à disposição, por essas instituições – eu quero realçar a parceria. Essa iniciativa foi importante graças à integração que a gente fez também com todas essas instituições.

Essas informações também estão disponíveis num *site* que a gente tem, mais adiante podem ser detalhadas, mas eu realçaria esses dois pontos, Transnordestina e a Chamada Nordeste, como dois avanços importantes que nós tivemos no Governo do Presidente Lula.

O SR. WALDEZ GÓES – Muito bem. Obrigado ao Danilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Dorinha, a Luciana, da Sudeco, vai agora usar da palavra e, depois, nosso querido Paulo Rocha, e eles vão explicar melhor, mas, em relação a Chamada Nordeste, a que o Danilo fez referência, está sendo estruturada também a mesma proposta para a chamada do Centro-Oeste e a chamada do Norte, tá? Os valores certamente são diferentes, mas, reunindo todas as instituições financeiras públicas e numa lógica articulada com os setores público e privado e as prioridades também da Indústria Brasil, serão lançadas chamadas de cada região, está bom? Então, isso se aplica também... Foi orientação do Presidente Lula que se aplicasse às três regiões, com as superintendências coordenando.

Passo a palavra agora à Luciana. Não sei se eu pulei aqui. Vai lá, Luciana.

A SRA. LUCIANA DE SOUSA BARROS (Para expor.) – Senadora Dorinha, boa tarde. Na sua pessoa, cumprimento os demais Parlamentares aqui presentes, Senadores, Ministro e demais colegas aqui presentes. Encontro aqui a presença do primeiro Superintendente da Sudeco, Marcelo Dourado. É uma honra trabalhar com você, Marcelo.

Estou lá na superintendência desde a recriação, ou seja, desde 2011. Sou servidora pública e estou lá trabalhando um pouquinho com a política pública nacional, que é a PNDR, e me apaixonei. Vou falar um pouquinho do que a Sudeco está fazendo ao longo desses anos.

Vou falar também, Senadora Dorinha, que o meu entendimento, quando a gente fala de política de desenvolvimento regional, perpassa aí o espaço geográfico. Quando você fala que, no Estado de Tocantins, está faltando alguém, alguma superintendência que olhe e tenha essa sensibilidade, para a gente, a gente pode retomar ações, discussões para que a gente veja um potencial de ação. Assim como existem zonas de sombreamento entre o Centro-Oeste e a Região Norte, ali, em que duas superintendências trabalham, o Nordeste também, entre Sudene e Sudam, a gente pode estar verificando, talvez, uma discussão em torno do Estado do Tocantins e do Centro-Oeste.

Mas vou falar um pouquinho do que a gente tem feito. Aproximando um pouquinho e falando que a superintendência foi feita com o objetivo de diminuir as desigualdades regionais, melhorar a qualidade de vida da população, fazer geração de emprego e renda, nós trabalhamos aí uma Caravana da Sudeco, falando um pouquinho de acessibilidade ao crédito, para que os nossos instrumentos de ação cheguem ao tomador de menor porte, que é a grande dificuldade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de conceder o crédito hoje. Então, nós levamos aí esses instrumentos *in loco*, todas as instituições financeiras credenciadas – hoje o fundo constitucional tem nove instituições financeiras credenciadas –, e levamos um estruturador de projeto, que é o Sebrae, como parceiro. E, já em 2025, nós fizemos 11 ações como essa em todas as unidades da Federação, fazendo contratação *in loco*, levando esclarecimento à população do acesso a esses créditos e, com isso, já passaram mais de 10 mil pessoas em nossa caravana.

No que resultou isso? Resultou que, de 2023 para 2024, nós tivemos um incremento em nossas contratações de mais de 20%. Em dois anos e meio de atuação desse Governo, já foram colocados R$27 bilhões no setor produtivo com recurso do fundo constitucional. Em 100% dos municípios, houve contratações; e 75% desses recursos foram contratados em tomadores de menor porte; ou seja, a política está chegando à ponta e está chegando para quem realmente precisa.

Olhando também um pouquinho das necessidades da nossa região, a Sudeco criou o FCO Pantanal, o FCO Cerrado, justamente para melhorar a questão da seca e da estiagem que houve na Região Centro-Oeste no ano passado e das atividades que foram impactadas por essa seca. Nós também criamos o FCO Irrigação, para o uso consciente da água. Nós somos uma região altamente produtora de grãos, de agronegócio, em que o consumo da água é muito intenso, mas ao mesmo tempo a gente tem que trazer essa consciência numa possível escassez futura de água.

A gente também criou o FCO Armazenagem. A segurança alimentar é importante, é importante também a segurança do preço desses alimentos. E a grande produtividade de grãos faz com que os produtores hoje repassem a sua produtividade de forma rápida por não terem onde armazenar esses grãos. Então, criamos ano passado o FCO Armazenagem, dando condições diferenciadas na linha para que as pessoas adquiram e façam essa segurança alimentar.

Criamos o FCO Quilombo para fortalecer as comunidades quilombolas.

E criamos o FCO Mulheres Empreendedoras para auxiliar o empreendedorismo feminino, para que as mulheres possam sair da informalidade, pois, por muitas vezes, elas trabalham dentro de casa. Então, essa linha foi criada e foi uma grata surpresa, porque, de 2023 para 2024, nós tivemos um incremento de mais de 500% na busca de crédito voltado ao empreendedorismo feminino. E a gente fala: empreendedorismo feminino só para os pequenos, para as tomadoras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de menor porte. Nós saímos de R$500 milhões para R$2,8 bilhões implementados apenas nessa linha.

E agora a grande cereja do bolo em que a gente vem trabalhando é o Microcrédito Produtivo Orientado para agricultura familiar. Destinamos R$1,2 bilhão para agricultura familiar. Senadora, é um crédito totalmente diferenciado em que a taxa de juros é 0,5% ao ano; em que, você pagando em dia, tem um rebate de 25%; o limite para o agricultor familiar pegar é de até R$12 mil, sendo que toda a sua família, seu grupo familiar pode pegar R$32 mil. A gente está falando aí: você pega 12 e paga 9. Então, não tem linha que tenha condições diferenciadas ao que a gente hoje está oferecendo. Estamos fazendo o lançamento em todas as unidades da Federação, fazendo as contratações também, movimentando os agricultores familiares para que melhorem a sua produtividade e tenham acesso ao crédito. Essa foi uma parceria que o ministério fez com a Caixa Econômica Federal, em que a estruturação... E a garantia pode ser uma garantia totalmente diferenciada, uma garantia solidária. Em 30 dias, no máximo, o agricultor familiar está com esse recurso em mãos para poder fazer a aquisição da sua necessidade.

Temos aí, no Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, fundo criado em 2013, que, de 2013 até 2021, nós tínhamos apenas sete contratações. São operações grandes, a partir de R$20 milhões, operações de infraestrutura e serviços públicos. Em dois anos e meio, nós tivemos um incremento aí de 14 contratações, ou seja, mais de 200% em contratações, entre elas, há operações que são interessantes para logística, para energia... Financiamos uma ferrovia, são 734km na Região Centro-Oeste, ligando uma boa parte do Estado de Mato Grosso. Financiamos rodovias estaduais. Financiamos setor de energia, porque não se fala de investimento se você não trabalhar energia. E energia, quando a gente fala aqui, Senadora, é uma energia limpa. Então, todos os investimentos no setor de energia foram voltados à energia limpa. Empenhamos 100% dos nossos orçamentos. Colocamos R$1,5 bilhão e alavancamos R$3,2 bilhões para nossa Região Centro-Oeste com esse recurso.

Criamos também o Comitê das Instituições Financeiras Regionais, dando aceleração que o setor produtivo precisa nas contratações e melhoria dos nossos instrumentos do FCO e o do FDCO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o próprio Ministro colocou e como o Danilo também informou aqui, nós temos os parceiros multilaterais que estão vindo colocar investimentos aí. Os parceiros, que são a Agência Francesa de Desenvolvimento, Banco Mundial, Banco dos Brics, o Banco Interamericano, vão colocar, aqui na Região Centro-Oeste, mais de R$2,5 bilhões, nos próximos anos, em investimentos para nossa região.

Então, isso foi um pouquinho das ações que a Sudeco fez e implementou nesses últimos dois anos.

E me coloco aqui à disposição, caso necessite, para falar de outros instrumentos aqui. Fui muito breve por conta do tempo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Luciana é a nossa cota feminina, Ministro. (*Risos.*)

Parabéns, Luciana, pelo trabalho.

O SR. WALDEZ GÓES – Senadora Dorinha, o resultado do microcrédito no Centro-Oeste e na Amazônia vai realmente sendo cada dia maior.

E esse recorte em relação às mulheres é transformador. Os números que a Luciana me apresentou, tem me apresentado e falou aqui, realmente... Se pegar agora, 2023, era quanto?

A SRA. LUCIANA DE SOUSA BARROS – Era de R$500 milhões e nós fechamos o ano de 2024 com R$2,8 bilhões só voltados para o empreendedorismo feminino. E, quando a gente fala nisso, são as tomadoras de menor porte.

O SR. WALDEZ GÓES – Caravanas feitas quase especificamente...

A SRA. LUCIANA DE SOUSA BARROS – Isso, a caravana vem levando e desmistificando esse acesso burocrático ao crédito, dando condições para que os pequenos saibam que existe um instrumento, que esse instrumento é do Governo Federal e que é possível financiar, sim, e melhorar a qualidade de vida da população. Então, essas mulheres aí que estão sendo beneficiadas por esses financiamentos induzem a contratação de outras mulheres, há a questão também da empregabilidade. Então, quando a gente leva essa nova linha, elas saem – às vezes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão trabalhando, têm um salão dentro de casa, trabalham com doces, bolos, fabricações caseiras – e elas começam a se industrializar e aí a potencializar todo um setor envolvido ali no ramo da atividade em que trabalham.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Luciana, a questão que você coloca da interface, eu acho que... Foi o que eu disse: a gente não pode é não ficar em nenhum... Eu acho que tem interface. E nós estamos no meio, no caso do Tocantins.

Mas eu queria chamar a atenção para isto: nós tivemos uma audiência pública aqui, Ministro, para tratar sobre armazenagem. Eu tenho um PL que trata da questão. Já estivemos juntos, eu despachei tanto com o Ministro Waldez quanto com o Ministro Fávaro sobre o grave problema que nós temos de armazenagem. E, quando os gestores dos fundos e os bancos estiveram aqui, disseram que tem dinheiro sobrando. Se tem necessidade – nós temos uma baixa armazenagem – e tem dinheiro sobrando, a gente vai esbarrar no quê? Na questão da acessibilidade. Não adianta você dizer que tem dinheiro se você não qualifica para acessar esse recurso, que é isso que você acabou de falar. O recurso está lá; e, em muitas situações, a condição para captar precisa de apoio, de orientação. Lógico que não é o tema da sua fala, mas não vejo sentido quando você escuta uma entidade de banco ou de um fundo que diz que tem dinheiro sobrando, e existe a necessidade, mas as pessoas não acessam. Tem algum problema nessa equação – e é o acesso.

Mas nós vamos ter oportunidade... Depois os dois Senadores também querem e vão fazer uma intervenção.

Eu passo para a Sudam, para o nosso Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Para expor.) – Saúdo a todos e a todas.

Primeiro, Professora Dorinha, parabéns pela iniciativa da Comissão deste debate sobre o desenvolvimento regional no nosso país. Acho que Brasília precisa valorizar mais os planejamentos regionais – quando eu falo Brasília, são os Poderes todos.

Nós da Amazônia – e falo com a experiência de ex-Parlamentar, passei 32 anos aqui nesta Casa, e também convivi com o processo lá – estamos num momento... Esse tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superintendência, como a Sudam, a Sudene, a Sudeco, foi criada na época da Constituição para resolver as diferenças regionais entre o Sul e o Sudeste, que são desenvolvidos, e as nossas regiões, que são subdesenvolvidas. O que aconteceu ao longo do tempo? No caso da Amazônia, esse tipo de financiamento só financiou o grande projeto; ou seja, foi pensado de fora para dentro, e impuseram um modelo de desenvolvimento que, ao final, fez crescer grandes empreendimentos – nada contra o grande empreendimento –, principalmente o agronegócio; no caso do Pará, a criação de boi; os grandes projetos minerais; agora os grandes projetos elétricos, de produção de energia. Mas hoje, no Pará, por exemplo, tem esta diferença: onde está presente o grande projeto, tem um certo desenvolvimento; mas hoje, no Pará, está o menor IDH do Brasil, que é o do Marajó – Marajó e Bailique, para falar também no estado do nosso Ministro. E, no Amazonas, o do Vale do Javari também é um dos menores IDH do Brasil. Então, nós estamos com a tarefa – as superintendências –, com essas várias diferenças, de fazer esta concertação, principalmente na Amazônia. Ela está neste debate mundial em que estão falando do tal de desenvolvimento sustentável, mas qual é esse desenvolvimento sustentável? Então, nós estamos reivindicando para lá, através da orientação do nosso Ministro, que se faça essa concertação.

E uma das questões que nós estamos pensando...

Primeiro, nós reorganizamos de novo, porque essas superintendências foram deixadas de lado pelos Poderes centrais últimos. Então estamos recuperando, reestruturando, até a falta de pessoal que tem, para não falar de falta de orçamento, etc.

Qual é, então, a concertação que nós estamos propondo? É verticalizar... e fazer a integração entre o grande, o médio e o pequeno. Ao nosso ver, o desenvolvimento sustentável é a inclusão de tudo. Por isso a concepção é a de pensar um projeto de desenvolvimento inclusivo, que é para integrar o grande e o médio, para poder resolver essas questões das nossas diferenças regionais, mas também as diferenças intrarregionais.

E agora tem esse debate... Todo mundo não está gostando do debate entre rico e pobre? É nessas três regiões que estão os pobres. Repito: é nessas três regiões que estão os pobres.

Então, a nossa tarefa é como fazer essa integração – o ministério foi criado para isto, para fazer essa integração – entre as regiões, mas agora a tarefa é integrar entre os grandes, os médios e os pequenos. Por isso que nós estamos fazendo a concepção de pensar o desenvolvimento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia, colocando todo mundo na mesma mesa. Esse é um método que nós estamos construindo lá, a partir da nossa Diretoria de Planejamento – inclusive, está a companheira me acompanhando aqui, a Diretora Jorgiene. É um método de planejamento: a gente inclui o grande, o médio, o pequeno produtor, o empreendedor, as universidades, a Federação – papel do Governo Federal, papel do governo dos estados e papel dos municípios, principalmente, porque, a nosso ver, esse desenvolvimento sustentável deve incluir o pequeno, também o município, que é o primo pobre da Federação e que vai ser a base desse desenvolvimento, a partir das vocações microrregionais até do... Então, nós estamos colocando lá os órgãos de pesquisa, as universidades, os empresários, os trabalhadores, para que a gente pense esse desenvolvimento. E foi assim que nós começamos: pelas áreas mais empobrecidas. Fizemos a partir do Marajó e Bailique o primeiro plano de desenvolvimento, que está aí pronto. Agora nós estamos correndo atrás dos vários órgãos, dos vários financiamentos, para implementar esse plano de desenvolvimento, mas a ideia é correr em todos os estados.

A senhora, inclusive, reclamou que é meio desprezado o Tocantins, mas nós não estamos desprezando. Nós vamos a todos os estados. Aliás, nós já fomos lá discutir esse desenvolvimento, essas questões, aí envolvendo e tal... só que tem todo um processo de articulação política, porque juntar o Governador, os Prefeitos e o Governo Federal não é fácil, precisa de um bocado de conversa para fazer essa integração, além de falar com todos os setores.

Lá na Sudam, nós estamos pensando também em aproveitar a vocação de cada região. Esse debate, por exemplo... Aliás, o Lula resume muito bem isto: agora todo mundo exige que a Amazônia se preocupe com a questão ambiental, com o clima terrestre e tal. O que a gente vai fazer? Qual é esse desenvolvimento sustentável? É manter a floresta em pé? E o que nós vamos fazer com 30 milhões de brasileiros que ali vivem? Contemplando árvore? Então, a gente tem que aproveitar a tecnologia, a ciência, a pesquisa, etc., para poder combinar. Nós sabemos do papel da Amazônia perante o clima terrestre, nós temos responsabilidade também, mas nós queremos também que quem vive na Amazônia viva com dignidade. Tudo de que a humanidade precisa a Amazônia tem em abundância – é o potencial dessa abundância –, mas nós temos um povo muito pobre. Então, o modelo de desenvolvimento que a gente pensa com a questão da sustentabilidade é esse desenvolvimento inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, nós estamos explorando muito, neste debate sobre a floresta, etc., a questão da bioeconomia, que é uma das coisas sobre as quais as nossas universidades se debruçaram e têm soluções a partir da exploração da nossa floresta. O companheiro da Sudene falou, por exemplo, na questão de indústria farmacêutica. Hoje o mundo todo foge do remédio simplesmente químico, e é na Amazônia que tem todo esse material para poder se produzir remédios mais naturais, digamos assim. Então, esse é um método muito importante que nós estamos fazendo para todo mundo na mesma mesa poder pensar esse desenvolvimento a partir, inclusive, das pesquisas e das coisas da nossa universidade.

Outra questão é fortalecer e valorizar o microcrédito para que o crédito chegue para todo mundo, não somente para o grande. E aí nós criamos essa experiência, que já começou no Nordeste, mas também vamos fazer em toda a região. Além da aplicação do microcrédito, com essa questão, como o Ministro falou, de chegar para todo mundo através dos vários bancos, mas também da Caixa Econômica, que tem a maior capilaridade de todos os nossos bancos oficiais, nós criamos também, para facilitar a vida do empreendedor, o que se chama – varia conforme a região, mas lá nós chamamos assim – de Coriff, que é um comitê dos bancos oficiais, para iniciar... Nós estamos incluindo não só os bancos federais, estamos conversando onde tem banco estadual para incluir também. Por exemplo, no Pará temos que incluir o Banpará nesse comitê. Por quê? Para não só potencializar o potencial de financiamento, buscando onde tem dinheiro dentro do Governo, mas para poder criar condições para que o empreendedor chegue lá e diga: "Olha, eu quero fazer esse empreendimento". Aí: "Olha, esse fundo está melhor no Banco do Brasil; é melhor ali e acolá". Essa é uma coisa importante e nós estamos no processo de desenvolvimento disso.

Então, o método, a questão do comitê dos bancos e a questão da aplicação do microcrédito.

Por exemplo, quanto ao FNO, que só financiava o grande, o grandão, já decidimos, junto com o Ministro, que tantos por cento – 40% no caso de lá – vão ser para beneficiar o médio e o pequeno, para que eles tenham acesso a esse processo também. Eu acho que aí é que está o desenvolvimento sustentável da nossa região.

E, para o final, eu queria deixar uma sugestão para a Comissão: que, além dessa iniciativa importante que se criou para chamar o desenvolvimento para o país, a senhora criasse subcomissões aqui – subcomissão do desenvolvimento do Nordeste, subcomissão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento do Centro-Oeste e subcomissão da Amazônia. Aí a senhora vai ver que o nosso Parlamento vai se preocupar mais à medida que tenha essa questão de cada região. E o Parlamentar dessa região vai valorizar mais este debate para poder dar mais força para a gente lá na região.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Superintendente Paulo Rocha.

Só para esclarecer: não é "desprezada"; nós temos uma ausência pública. Não é desprezo, é a ausência pública da Sudam no Tocantins e Região Norte. Por isso, acho que, oportunamente, a gente pode fazer uma audiência específica com os fundos, porque é interessante para todos os Parlamentares conhecerem de verdade o que está sendo encaminhado, porque esta Comissão e o ministério... Eu diria, Ministro, se eu fosse Presidente da República, que eu colocaria que o seu ministério é o ministério mais importante, porque ele pode tratar das políticas estruturantes, aquelas que mitigam a miséria e a fome, e, ao mesmo tempo, sinalizar o eixo de desenvolvimento e respeito humano. Eu acho que muita gente não enxerga do que nós estamos falando, porque, ao mesmo tempo, lida com obras estruturantes, que vão da água ao saneamento, à estrada, a todas as políticas de assistência, também lida com o desastre, com as situações emergenciais e com a perspectiva de geração... Eu não ouvi aqui, até em virtude do tempo, mas me chamou muito a atenção, quando tive a oportunidade de conhecer, a questão das cadeias produtivas. O Ministro falou sobre isso detalhadamente. Lógico que, em virtude do tempo, não é possível falar sobre tudo. Ao mesmo tempo lida com a questão do financiamento e dos bancos, que, eu repito, acho que tem disfunção, sim.

Quando a gente escuta a crítica de que o Basa só financia grandes, tem problema, né? Eu não sei se isso é verdade, a partir do conhecimento do acesso.

Eu posso falar também uma experiência da minha bancada do Tocantins. Acho que o Deputado Gaguim está aqui conosco. Alguns anos atrás, nós Parlamentares colocamos recurso para a Sudam. Foi um caos – um caos! Nunca mais colocamos. Há pouco tempo o Ministro me pediu uma oportunidade, né? Foi um caos por quê? Nós colocamos recurso na sede de Belém; não saia o recurso, não andava, muitos municípios perderam esse recurso. E eu coloco essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão estratégica do ministério. E é tão estratégico que quase que a nossa Comissão inteira é destinada a essa questão de desenvolvimento.

Quando eu apresentei um requerimento convidando o Ministro Renan, o Ministro Jader e outros ministros, muitos disseram assim: "Ah, mas o que a gente tem com o desenvolvimento regional?". Ou eles não tinham entendido o que nós estamos falando de desenvolvimento regional, uma compreensão... porque, se eu falo de infraestrutura, tem a ver com o desenvolvimento regional. Ela integra regiões, ela inclui, ela respeita as diferenças. Por exemplo, chamar o Ministro Camilo aqui é superimportante, porque não tem como trabalhar desenvolvimento e redução de desigualdade sem educação. Então, esta é uma Comissão de interface, sim, e de discussão com várias leituras. E, se o ministério tiver respeito orçamentário e condição de política pública, ele consegue mexer realmente no país como um todo. Essa é a minha leitura.

Eu consulto o Sr. Ministro se quer concluir ou se ficaria para as considerações finais, porque eu vou passar para os dois Senadores inscritos.

O SR. WALDEZ GÓES – Quero só agradecer, Professora Dorinha, pela sua generosidade, porque foram quase duas horas aqui de fala. Então, agradeço e também nos coloco à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Fernando Faria, muito obrigada por estar conosco aqui durante toda a nossa audiência.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Obrigado, Dorinha. E parabéns a você pela convocação.

Eu fiquei aqui essas duas horas porque realmente fiquei muito curioso sobre como funciona o Ministério da Integração, que realmente integra o Brasil num todo. Fiquei muito satisfeito com a explanação do Ministro, senti firmeza. Agora, eu não ouvi falar muito de Alagoas aí, de Alagoas foi bem pouquinho, bem pouquinho, né? (*Risos.*)

E gostei muito da Luciana, do programa, acho que esse é um grande caminho. Como a Senadora falou, o que é que falta para integrar isso aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu tenho uma certa ligação com o pessoal de Alagoas lá do Sebrae, já conversei com o Décio mesmo, na Presidência, com essa história da agricultura familiar. O Sebrae de Alagoas está puxando um pouco essa coisa da agricultura familiar. Então, talvez, antes que se estruturem a Sudene, a Sudam nessa parte, talvez seja uma sugestão puxar o Sebrae para dar um começo. Eles têm muita *expertise* nisso de pequenos; então, pronto, fica só a sugestão.

Parabéns novamente à Senadora pela convocação, e ao Ministro e vocês aí pela explanação.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Fernando Farias.

Passo ao Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Presidente Senadora Dorinha, quero parabenizá-la por esta audiência; cumprimentar o Senador Paulo Rocha, Superintendente da Sudam, o Senador Fernando Farias; cumprimentar meu amigo Ministro Waldez Góes e toda a sua equipe – Valder, Eduardo, toda a equipe do ministério –, meu amigo Deputado Gaguim. Tive a honra de ser Relator de um projeto muito importante, que hoje é lei, que moderniza a agricultura familiar, permitindo que os bancos públicos, Presidente Dorinha, possam financiar a aquisição de equipamentos de alta tecnologia para a agricultura familiar; um projeto extraordinário, de autoria do futuro Senador Gaguim, do Deputado Gaguim, de que eu tive a honra de ser Relator, e hoje vemos a lei aprovada, desde abril do ano passado.

Falar de integração e desenvolvimento regional, Ministro Waldez, é falar de reduzir essas desigualdades, né? Primeiramente, preciso cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelo trabalho que V. Exa. vem fazendo ao longo de sua gestão no Ministério da Integração. Sou uma testemunha do quanto o senhor tem se dedicado a ouvir os estados, ouvir as demandas e buscar as soluções.

O senhor esteve no Acre conosco pelo menos umas cinco vezes, durante as terríveis enchentes que abateram o nosso estado desde 2023. Para o senhor ter uma ideia, com essas mudanças climáticas, o Acre enfrenta uma enchente grave e, três meses depois, uma seca grave. O Rio Acre, por exemplo, que já chegou a 19m, hoje está com 1,9m de fio de água, é uma coisa impressionante. Aí o ministério e a Defesa Civil nos ajudam, ajudam os municípios durante o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período de alagações, e depois também nós temos que buscar ajuda durante o período da estiagem, das secas. É por isso que nós apresentamos alguns projetos na Comissão de Agricultura, tratando exatamente das perdas do pequeno produtor rural com as mudanças climáticas, esses fenômenos que têm abatido os nossos estados. É seca demasiada, são as enchentes. E o ministério tem buscado atender.

Eu me lembro de que, ainda no início do ano passado, quando – se eu não me engano, no mês de abril ou maio – a estação de tratamento de água da Sobral, a ETA II, de Rio Branco, colapsou, desabou a parte de captação, eu estive com o Ministro Waldez buscando, através do ministério, um recurso emergencial para a gente reconstruir aquela estação de tratamento de água.

O Ministro, que naquele momento também se debruçava sobre o drama que vivia o Rio Grande do Sul, não deixou de nos atender. No mês de novembro, quando esteve no Acre ministrando um seminário sobre desenvolvimento regional e saneamento, o caso... a experiência inovadora do Amapá, o Ministro entregou nas mãos do Prefeito de Rio Branco – que é Presidente do consórcio, que nós idealizamos ainda em 2023, com todos os municípios do Acre, para a gente ter um modelo de saneamento, começando com a correta destinação dos resíduos sólidos, com a construção de um novo modelo baseado no que nós temos de mais moderno no Brasil, que está no novo marco legal do saneamento –, o Ministro entregou nas mãos do Prefeito da capital, o Sr. Tião Bocalom, a minuta do projeto de modelagem, que até hoje, Senadora Dorinha, não foi assinada pelo Prefeito; até hoje. E eu me lembro de que, também no mês de novembro do ano passado, nós estivemos no gabinete do Governador do estado, que também se comprometeu, sendo coparticipante do projeto, e assinou o ofício.

A gente agora ouve que realmente o Governo vai ajudar. Eu fico feliz que o Governo entre e ajude nessa modelagem e também na modelagem do saneamento, Ministro. Porque se nós temos um drama na Amazônia, Presidente Dorinha, que muitas vezes passa ao largo, Senador Paulo Rocha, da imprensa mundial, dos órgãos ambientais, é exatamente o drama do saneamento, da falta de destinação correta do lixo nos centros urbanos, da falta de saneamento. Para o senhor ter ideia, cobertura de esgoto: no Brasil, 59% da população; na Região Norte, 22%; no Estado do Acre, 8,75% da população, notadamente na capital Rio Branco. Água, dados aqui do Snis, cobertura de água: Brasil, 83,13%; Região Norte, 60,91%; e no Acre, 49,69%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, nós temos trabalhado para levar, Deputado Gaguim, sistemas de abastecimento de água para as comunidades afastadas do Acre. Eu já entreguei várias, várias obras nesse sentido: captação, ou por poço artesiano ou no manancial mais próximo; filtragem; elevação para a caixa d'água; e distribuição para as casas. É um investimento pequeno: eu me lembro de que os últimos nós entregamos por R$200 mil. Com cada sistema de abastecimento você leva água potável tratada para 50 famílias, 50 casas, 60 casas, mais 40 casas. Um investimento bem pequenininho e você leva a maior dignidade que um ser humano pode ter, que é ter água tratada para beber, fazer comida, lavar as suas roupas – o mínimo que um cidadão pode ter. E a gente tem trabalhado nisso, porém nós precisamos avançar no Acre.

O Ministro Waldez tem sido um excelente parceiro, um amigo verdadeiro. Eu preciso fazer esse reconhecimento público, Ministro, do seu trabalho, da sua amizade, do seu carinho com o povo do Acre. O senhor nos atendeu no colapso daquela estação de tratamento, levou, inclusive, lá para o Prefeito: "Olha, Prefeito, está autorizada a ordem bancária para...". Até agora, por exemplo, o município também não iniciou, não começou, não tem projeto, ou seja, tem muita coisa acontecendo... Na verdade, tem muita coisa não acontecendo, tem muita coisa que deveria estar acontecendo, mas eu acho que, por falta de decisão política, não está acontecendo, lá no nosso estado.

Ministro, eu só quero reiterar aqui o meu agradecimento, o meu reconhecimento a tudo o que o ministério tem feito para ajudar o nosso estado, desde o atendimento da Defesa Civil, nos momentos mais difíceis, quando nós passamos pelas enchentes, até o atendimento com recurso para a gente reconstruir a nossa ETA II, da Sobral, na capital, que colapsou, e também o seu apoio intelectual, o seu apoio técnico e o do ministério, de sua equipe. E aqui eu parabenizo toda a sua equipe, o Eduardo, o Valder, o Wolnei, o Denilson, todos, que têm se dedicado a atender a nossa população.

Peço a V. Exa. que dê uma cobrada lá no Prefeito da capital, junto com a sua equipe, para que ele assine o contrato e a gente possa iniciar a modelagem, pelo menos iniciar a modelagem, de resíduos sólidos no nosso Estado do Acre. O ministério tem recursos através dos fundos, como o Fdirs, como o próprio BNDES, como o senhor fez de forma extremamente bem-sucedida no Amapá, e nós precisamos observar as experiências exitosas do Brasil e aplicar em nossos estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repito: um dos maiores dramas da Amazônia é o drama que nós vivemos da falta de saneamento dentro das nossas cidades. A cada R$1 que a gente investe em saneamento, economizamos R$5 em saúde pública, porque a maioria das doenças que acabam lotando as nossas unidades básicas de saúde são advindas exatamente da falta de saneamento.

Ministro, o meu reconhecimento, o meu abraço, o meu agradecimento.

Parabéns pelo trabalho.

O SR. WALDEZ GÓES (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Alan Rick. Eu divido com V. Exa. as suas manifestações, a do Senador Fernando Farias também, assim como eu tenho certeza de que tem muita ação que pode... e muitas estão acontecendo na nossa região. Acho que a gente precisa ter a informação e talvez até essa socialização, Ministro.

Às vezes tem questões que, embora sejam de localizações geográficas diferentes, podem ser enfrentadas de maneira igual. Eu estou destacando a fala aqui da Luciana – a nossa cota, porque nós queremos mais mulheres, Luciana, em todas as posições, e aqui é um exemplo. Mas muitos programas que estão acontecendo... Acho que todas as regiões têm essa demanda de socialização.

Então, só para finalizar, Ministro, eu queria falar sobre a situação, fazer esse apelo em relação à questão da armazenagem. Eu tive a oportunidade de entregar lá um pedido, e nós temos uma... Vou dar o exemplo do Tocantins: para os números de 2024, nossa cobertura de armazenagem, ou seja, dos silos e dos armazéns, chegava a 36%; com os números de produção, porque o meu estado tem crescido muito, neste ano nós vamos ter 16% de cobertura. Então, se a gente não trabalhar nessas soluções... Inclusive, no meu projeto, algumas eu quero destacar. Nós tivemos uma reunião muito produtiva, e muito do que está sugerido no projeto o ministério já adotou. Então, a gente já viu uma mudança concreta no relacionamento do ministério e dos próprios bancos. Nós estamos aguardando uma aprovação ainda, mas, quanto a prazos... E eu sugeri lá modelos diferentes, além da contratualização individual, a possibilidade de novas formas de associação dos médios produtores em relação à questão dos silos e armazéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero falar um pouco também – aqui tem uma pergunta... Várias manifestações que eu recebi falam do turismo, mas uma faz um apelo em relação à questão que tem a ver com a educação empreendedora, do microcrédito, da oportunidade de financiar os pequenos. Isso é algo que senti em várias falas.

Obviamente, não foi possível a gente aprofundar, em virtude do tamanho do escopo do próprio ministério, mas eu queria falar sobre um caso específico do meu estado, que foi quando a ponte de Aguiarnópolis ruiu. Foi gravíssimo o acidente que aconteceu no meu estado, e o Ministro, de pronto, também atendeu, com a Defesa Civil. Os nossos municípios de 6 mil, 5 mil, 8 mil habitantes não têm estrutura nem técnica para poder fazer os seus próprios projetos de intervenção. E o ministério sentou junto com a equipe do Prefeito de Aguiarnópolis e tomou as primeiras providências. A ponte está sendo construída de maneira recorde. O Presidente Lula se comprometeu e, de verdade, tem acho que quase três turnos em relação à construção da ponte de Aguiarnópolis, que liga Aguiarnópolis a Estreito, mas isola uma região, com influência gravíssima em muitas cidades, cujo fluxo de caminhões se deslocou.

E eu queria fazer uma fala, Ministro, porque acho que ouvi de alguns dos representantes do ministério sobre a oportunidade de foco direcionado para alguma região. E é a oportunidade de a gente pensar num microcrédito ou numa forma de apoio, porque essa região inteira foi afetada. Vocês imaginam o fluxo de caminhões – e o comércio que girava – que hoje foi deslocado. E hoje nós temos hotéis, postos de gasolina, pequenos restaurantes, muita gente que gravitava em torno daquele deslocamento. Era uma ponte importante. E essa possibilidade... Acho que não é uma realidade só, infelizmente, do Tocantins, mas em muitas situações. Que pudesse a gente pensar e envolver, talvez, o próprio... O Governo do estado tem feito seu esforço também com o fomento, mas me refiro a esses municípios do Tocantins e do Maranhão que foram afetados.

Uma pergunta – se não for possível agora responder, mas... A Calha Norte tem uma série de ações, e uma delas, como me foi lembrado aqui... Como ela era do Ministério da Defesa, que tem a questão da soberania nacional, eles atuavam também em muitos casos de apoio a prefeituras especificamente, Câmaras de Vereadores, e era a única ação no escopo do Orçamento da União que tinha essa permissão. Eu não sei se, mesmo com o deslocamento da Calha Norte para o Ministério da Integração, isso vai ser possibilitado, mas oportunamente pode ser informado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma coisa que me chamou muito a atenção foi que o Ministro falou sobre as cidades intermediadoras. Como elas são definidas, quem as escolhe, como se dá essa ação? Porque é uma ideia brilhante a dessas cidades polo que podem ajudar uma região – o Ministro passou rapidamente pelo tema. E, como eu disse, já é mais de meio-dia, então, oportunamente, se o Ministro puder abordar agora... mas, senão, nós podemos tratar disso.

E também me chamou muito a atenção o tema das estradas vicinais. No meu estado – assim como o Estado de Alagoas e a maioria dos estados têm – nós temos a questão das estradas vicinais, cujo investimento, realmente, é como secar gelo. A gente faz um ano, vem a chuva... É como o Senador Alan Rick falou do estado dele, da seca e da chuva. Nós todos vivemos isso. Então me chamou muito a atenção essa possibilidade de um tipo de intervenção com maior durabilidade, porque, às vezes, a gente coloca aquele recurso, e tem ministérios que nem aceitam emenda parlamentar, porque, na hora de fiscalização, às vezes, o dinheiro que foi colocado naquele investimento já derreteu, né? Já veio a chuva seguinte, e, em muitos casos, a chuva leva todo o investimento que foi feito nessa...

Então, acho que é muito interessante. Se nós pudermos, depois, talvez até conhecer ou tratar disso, o meu estado tem muita... É um estado grande, com 139 cidades, mas o volume de estradas vicinais é muito grande e compromete o transporte escolar, compromete acesso...

Todo mundo aqui já ouviu falar do Jalapão. Eu tenho dito que o Jalapão é... Muitas das provocações nossas são a estrada para chegar ao Jalapão. Eu tenho dito que são muito importantes para nós as estradas, o acesso ao Jalapão, o aeroporto – no caso, o Deputado Gaguim colocou recurso para o Aeroporto de São Félix. Mas a região do Jalapão tem que ser boa, muito boa, para receber turista, mas ela tem que ser boa para o jalapoeiro, que é quem mora lá; é quem morre ainda mordido por cobra; é a mulher que morre de parto, porque não teve condição de sair e chegar em tempo...

Então, assim, eu estou dando o exemplo do Jalapão, mas é um exemplo que tem em todas as regiões. Tem que ser boa para atrair o turista, o desenvolvimento, mas tem que ser boa para quem mora lá, e aí este é um exemplo. É a água que precisa chegar, é a moradia, é a estrada... Então, por isso a importância do Ministério de Integração.

Eu já vou encerrar e vou, oportunamente, convidar aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero falar do lixo. Nós estamos construindo um importante desenho em relação à questão do lixo no meu estado, envolvendo o Governo do estado, o Governo Federal, tribunal de contas, Tribunal de Justiça... Por quê? Porque o lixo, hoje, acho que é um problema nacional... acho não, ele é um problema nacional. E não adianta o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e os tribunais de contas colocarem a pressão em cima dos Prefeitos, como se eles fossem dar conta de resolver, simplesmente porque estão sendo... Tem ações criminais e, em muitos casos, multas pessoais no CPF dos Prefeitos. Nós precisamos fazer uma concertação institucional.

E aí quero agradecer muito ao nosso Secretário Eduardo, ao Denilson, porque nós estamos fazendo esse desenho, e eu acho que vamos conseguir, no Tocantins, fazer um bom modelo. Vai esbarrar em... Lá nós vamos trabalhar com os consórcios municipais, que no meu estado têm funcionado bem, e quero agradecer esse apoio do ministério.

Gaguim está aqui...

Você não pode falar não, Gaguim. (*Risos.*)

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) – Pode falar?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Pode. Fala rápido.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) – Vou falar rápido.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Cutucando.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) – Quero parabenizar aqui o nosso Ministro, o melhor ministro que a gente tem – eu falo isso para o Tocantins e para o Brasil –, os Senadores aqui, toda a sua equipe.

Quero dizer que a cota... Pela primeira vez, o Tocantins vai ter uma Governadora feminina. (*Risos.*) A cota das mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não pode mesmo. Eu sabia que não podia deixá-lo falar. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu passo a palavra para o Ministro, para as suas considerações finais, ao mesmo tempo que agradeço a toda a equipe que o Ministro mobilizou para estar aqui, neste momento breve, embora tenha levado mais de duas horas, mas extremamente importante para dar uma ideia do grande escopo do ministério.

Ministro.

O SR. WALDEZ GÓES (Para expor.) – Muito bom. Senadora Dorinha, nosso querido Senador Fernando, Deputado Gaguim, Senador Alan, que pediu licença já, agradeço profundamente por este debate. Quero dizer que toda a nossa equipe, superintendências, Codevasf, Dnocs, Agência Nacional de Água e os secretários, estará sempre à disposição desta Comissão, certo?

Registro o nível de parceria com o Senado da República na política de desenvolvimento regional, que eu quero aqui reconhecer, inclusive fazendo uma menção específica aqui à atuação do Senador Fernando Farias, que nos ajudou muito, juntamente com a senhora e o Senador Davi, na construção do leilão do Finor. Então, se hoje a gente tem viabilizadas fortemente as soluções para a continuidade da Transnordestina, também deve-se a essas equações.

Eu quero agradecer e, eu bem me lembro, dizer que Alagoas estará sempre no radar da nossa atenção. O destaque... Ali apareceu rapidamente o canal do Sertão alagoano. Eu tenho certeza de que é uma obra de um impacto muito importante para não só garantir segurança hídrica, mas garantir produção de alimentos. Igualmente, como a gente trabalha em toda a região da transposição do São Francisco, a ideia também é prospectar todas as possibilidades de negócios, de produção de alimentos, de agricultura ao longo do canal do Sertão alagoano – mas muito obrigado, Senador Fernando, por todo o seu apoio.

Igualmente falo também ao Alan Rick. Ele citou a questão de resíduos sólidos, do saneamento. Realmente a gente vem, igualmente, aqui, com a Senadora Dorinha, tratando desse assunto. O Fdirs está à disposição, como eu disse, para modelagem de cidades inteligentes, resíduos sólidos, saneamento, irrigação, enfim, uma série de... Então, é muito importante aproveitar essas oportunidades. O Eduardo está dando toda a atenção a essa agenda, juntamente com outros colaboradores, e, para a gente, será um motivo de muita felicidade comemorar as conquistas de Tocantins, de Alagoas, do Acre, enfim, em relação às novas modelagens, porque a gente capta mais recursos, né? E não falta oportunidade nesses estados; às vezes, falta um bom

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto, uma boa proposta, uma boa modelagem que dê segurança ao investidor e ao parceiro que quer colocar também as suas possibilidades de solução daquele problema.

Então eu estou junto com vocês nessas situações.

Quero destacar a questão aqui da fala da Senadora Dorinha em relação à armazenagem. Faço mais uma recomendação à minha equipe. A gente vem tratando, ela mesma reconhece que avançou muito, mas é importante a gente dar toda a atenção; senão, produz e depois vai perder exatamente para... Não pode se perder nem para a armazenagem, nem para a comercialização. Essa cadeia toda tem que estar muito bem fechada.

Quanto ao Daniel, depois nós teremos outras oportunidades. Eu vou abrir a palavra para você, Daniel, rapidinho, mas lembro que a questão das cadeias produtivas, que é representada pelas Rotas de Integração Nacional, a gente acabou não trazendo, Senadora Dorinha, porque a gente está reformulando, certo? Estamos aproveitando tudo o que deu certo e alguns desencontros que tiveram para – que nem fizemos aqui em relação a outros programas do ministério, sobre estradas vicinais, sobre equipamentos, enfim – nós fazermos também sobre o Rotas, porque é um programa muito importante. Realmente, ele é decisivo na estruturação das vocações locais para o processo de desenvolvimento, mas a gente não pode deixar que algum equívoco, algum erro contamine todo o projeto. Então, a gente está dando uma reformulada, restabelecendo os comitês, quer dizer, dando uma reestruturada aí para poder reapresentar para toda a política aqui, do Senado e da Câmara.

Microcrédito é uma das minhas paixões – eu acho que a Sudam, Sudene, Sudeco e todos os nossos sistemas estão indo muito bem –, e vai ganhar muita força, porque isso realmente nunca aconteceu com os fundos constitucionais do Norte e Nordeste, e aí, como nunca aconteceu, ele parece que vai em passos lentos, mas é a hora de virar a chave cultural dentro dos próprios bancos, dentro do próprio Banco do Brasil, dentro do próprio Banco da Amazônia. Então, é uma cultura nova, os bancos nunca trabalharam com isso. Havia, não digo resistência, mas dificuldade de entender essa decisão política do Presidente Lula e do Congresso Nacional, que tem apoiado muito. E onde já está girando é transformador o resultado, certo? Transformador.

A nossa proposta é trazer mais e mais atores para participar dessa cadeia, porque a Caixa Econômica tem muita experiência, porque sempre trabalhou com os programas sociais, então ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vem muito mais engajada, ela entra mais forte, e isso vai fazendo mudar a cultura também do Banco do Brasil, do Banco da Amazônia. Mas também não resolve o problema por si só, porque... Eu repito, não quero destacar a Amazônia, mas na Amazônia é muito mais difícil. O cidadão... Você tem que ganhar a credibilidade também da população em relação àquela política pública porque, como ela nunca existiu, o cidadão tem dificuldade. Batia na porta do banco e não tinha recepção, então ele leva um tempo também para entender que agora é para valer, que tem um rebatimento. Na Amazônia é de 40% o rebatimento; no Centro-Oeste, 25%. Com 40%, uma família pode tirar até R$35 mil, porque na soma é 12, 15 e 8: R$8 mil para o jovem, R$12 mil para o chefe da família e R$15 mil para a mulher – a mulher, inclusive, é que pode tirar mais. Pode entrar turismo rural, viu? Nessas modelagens, pode entrar turismo rural, enfim, artesanato, além da agricultura. Então, vamos apostar sempre nisso.

Houve aqui um pedido da Senadora em relação a essa região de Aguiarnópolis, onde caiu a ponte ali, em confluência com... Acho que a gente poderia dar uma olhada nisso, como a gente está olhando ali para Cáceres, esse recorte aí, Bailique, Arquipélago do Marajó, essas regiões que a gente vai identificando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEZ GÓES – É, intrarregionais, intraestadual. Podemos dar uma olhada nessa região destacada aqui pela Senadora.

O Calha Norte, o que a gente está nivelando? Ele vai sofrer, sim, mudanças, porque um dos posicionamentos do Tribunal de Contas é meio que, se a política pública existe num ministério, num determinado ministério, que ela seja acomodada naquele ministério. Só que a gente está argumentando com o Tribunal de Contas que, com um corte abrupto, nós vamos ter muitos problemas. Agora mesmo nós temos R$312 milhões de emendas, considerando a lógica anterior do Calha Norte. Então, nós estamos pedindo de um a dois anos para fazer essa transição. É isso que nós estamos trabalhando. Na verdade, um ano já está mais ou menos consensuado pelo TCU, mas nós estamos dando prova de que há necessidade de dois anos para fazer uma transição, porque aí é o tempo em que tanto o Parlamento quanto o Executivo se organizam para fazer essa transição. No terceiro ano, todas essas políticas estariam reagrupadas nos seus ministérios afins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está certo? Então, é essa a defesa que nós estamos fazendo. E o que já está posto lá será cumprido de acordo com o que antes vinha sendo cumprido.

E, por fim, quanto às cidades intermediadoras, eu queria... Se ele quiser falar também um pouco de Calha, mas eu queria passar a palavra para o Daniel e dou por encerrado no pós-fala do Daniel, sobre um pouco de esclarecimento em relação às cidades intermediadoras.

Daniel.

O SR. DANIEL ALEX FORTUNATO (Para expor.) – Perfeito.

Obrigado, Ministro. Obrigado, Senadora Dorinha, Senador Fernando Farias, nosso grande amigo Deputado Gaguim também. Fico feliz em ver a participação aqui da Comissão, uma vez que temos não só a presença da Presidente da Comissão, como dos dois últimos Relatores Setoriais da CMO, o Gaguim e o Senador Fernando. Então é muito pertinente participar dessa ordem de debate aqui com a gente.

Em relação às Rotas, o Ministro já falou que estamos em reformulação. E eu acho que logo conseguiremos fazer esse relançamento, já com uma nova governança, para que possamos novamente ter grandes projetos, como já tivemos no passado – é o exemplo do mel lá em Bocaiuva, onde tinha cooperativa que vendia mel a R$10 no vidro de 51 e hoje exporta... só este ano já exportou 60 toneladas, né? Já foi a primeira remessa de 20 toneladas para a Bélgica. Então, assim, tem grandes exemplos, no passado teve grandes exemplos do Rotas, e a gente está nessa fase de reformulação para conseguir voltar a ter esses *cases* de sucesso.

Em relação ao Calha Norte, é isso mesmo. Só para colaborar com a fala do Ministro, que foi muito pertinente, já iniciamos algumas conversas junto ao TCU, e a ideia é, assim, evitar a superposição, mas existem, claro, como a Senadora comentou, a realização de obras ali, a construção de câmaras, enfim, ações de prefeituras, rodoviárias, que somente o Calha Norte fazia. Então a gente tem feito, sim, uma defesa lá, mostrando que desenvolvimento regional não é só setor produtivo. Por exemplo, um dos itens, que foi até item aqui abordado no requerimento de convite ao Ministro, lá foi apontado pela Senadora Augusta, é o art. 5º da PNDR, que fala que o quinto eixo estratégico é o desenvolvimento social e acesso a serviços públicos. Então, assim, vai muito além só do setor produtivo, a gente tem feito essa defesa. E eu acho que muita coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permanecerá. É claro que, com certeza, haverá alguns enxugamentos ali, mas tudo muito bem coordenado, conversado e apresentado, tempestivamente, aqui para esta Casa também.

Em relação ao Cidades Intermediadoras, ele é um programa em que a gente está em uma nova fase agora. O objetivo principal é justamente interiorizar o desenvolvimento, tirar aqueles grandes gargalos do centro, porque muitas vezes a gente se preocupa muito só com o êxodo rural, mas também existe um êxodo muito grande das pequenas cidades para as grandes cidades. Então, foi identificado. E aí, até respondendo a uma dúvida da Senadora sobre como que foi feita essa primeira fase de seleção dos municípios: foi baseada nos próprios dados do IBGE, e no dado, no relatório do IBGE, são apresentadas aquelas regiões imediatas, né? E a gente sabe que tem várias regiões imediatas; no caso do Tocantins, a região imediata escolhida nessa primeira fase foi a de Araguaína, que envolve 21 municípios. E, entre as regiões imediatas, foram priorizadas as que tinham maior índice de baixa renda e baixo dinamismo, mas que tinham grande potencial, daqueles municípios centrais ali, tinham a força de alavancar a região.

Então, assim, na fase que está passando agora, nós estamos em momento de escuta dos municípios, enxergando essas necessidades, e já temos, inclusive, algumas estratégias para avançar nisso, né? Uma delas – é uma novidade até para todos aqui – é uma possibilidade de avanço inclusive de emenda de bancada. A gente sabe que, do ano passado para cá, através da Lei Complementar 210, muita coisa foi alterada nas emendas de bancada. Antes, eram 15 emendas, agora são oito, cada emenda tem que aportar a uma obra específica. Mas a gente sabe que uma obra de caráter estruturante não é só aquela obra de R$100 milhões, acima de R$100 milhões. Nos interiores, nós temos muitas obras ali de R$20 milhões, R$30 milhões, R$40 milhões com grande potencial de desenvolver aquela região. Então, por que não, através da LDO – e já fomento aqui até a discussão, a gente traz um texto aqui no futuro –, abrir uma excepcionalidade para a indicação de mais de um beneficiário, desde que se obedeça aos critérios estabelecidos através do Programa de Cidades Intermediadoras, pois, às vezes, você pode, com uma emenda de R$100 milhões, atender 5, 6, 7, 8 ou até mesmo os 21 municípios do Tocantins através dessa emenda, e hoje só pode uma emenda para cada município.

A gente pode, inclusive, no futuro, voltar, Senadora, à Comissão para fazer uma explanação total da estratégia do Cidades Intermediadoras, da fase em que se encontra. Nós criamos, através da última audiência do Comitê Executivo da PNDR, um grupo de trabalho em que 18 órgãos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participam ativamente. Outro ganho é que ele, apesar de ser um programa que está sob a governança do Ministério da Integração, é um programa transversal. E, nessa escuta ativa dos municípios, enxergando os gargalos, ali estamos identificando várias obras que podem ser executadas por diversos ministérios. Por isso, há a necessidade de levar lá para o Comitê Executivo esse portfólio de ações, que ficará disponível para todos, e não necessariamente serão obras executadas somente pelo Ministério da Integração.

E, em relação à pavimentação, só um desfecho rápido. Na verdade, a gente sabe que existe, sim, uma grande pressão do TCU para evitar que seja feita a manutenção, para evitar o enxugamento de gelo. E é uma estratégia que tem um ganho muito forte, principalmente no quesito celeridade. Ela já vem com uma planilha que, de certa forma, quando o município preencher, já vem com um projeto pré-aprovado. Antes, demoraria 18 meses para iniciar uma obra, e, agora, com 5 meses, a gente pode ter a oportunidade de iniciar. Em agosto, faremos uma série de webinários regionais, em que poderemos escutar os Prefeitos e os engenheiros locais para enxergar o melhor modelo para cada região.

É isso.

Obrigado, Senadora.

Obrigado, Ministro.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Tocantins é candidato a piloto para testar. (*Risos.*)

Eu quero só sugerir, em relação a essa questão das Cidades Intermediadoras... Na CMO, já existe uma exceção para a região metropolitana. Em muitos estados, a metropolitana está limitada à capital, mas não é o caso... Se houver uma... Vamos trabalhar nesse conceito. Por exemplo, Araguaína é uma região metropolitana. Eu acho que talvez tenha que ter o desenho de uma lei – acho que tem que ser uma lei estadual –, mas, talvez, se fosse uma recomendação do próprio ministério... É porque Araguaína é uma região metropolitana, Gurupi pode ser. E acho que vai se encaixar em muitos modelos, porque aí é permitido, dentro de uma única ação, usando uma única emenda, atender as cidades que compõem aquela região metropolitana. Essa é uma solução. Nós, inclusive, fizemos isso agora para a capital, que tem hoje cerca de 30 municípios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro da região metropolitana – foi recentemente alterado. E tem até em andamento uma discussão sobre mais cinco regiões metropolitanas nessa ideia de regionalidade e de uma cidade que seja polo.

Eu agradeço a todos.

Eu vou agradecer também – estiveram conosco aqui – ao Senador Jaques Wagner, ao Senador Chico Rodrigues, que pediu desculpas, mas tinha uma revisão de cirurgia, e à Senadora Augusta, que esteve conosco.

Antes de finalizarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Antes de encerrar esta reunião, eu comunico que, na segunda-feira, 14 de julho, será realizada, em São Luís do Maranhão, uma diligência externa, proposta pela Senadora Eliziane Gama, para tratar do Requerimento nº 18, cujo objetivo é debater os impactos e repercussões da exploração de gás e petróleo na região equatorial brasileira, com ênfase no Estado do Maranhão. O evento é interativo e vai ser transmitido pelos canais de comunicação do Senado.

Na terça-feira, 15 de julho, neste mesmo plenário, teremos a honra de receber a Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, Ministra Simone Tebet, para uma audiência pública com o objetivo de discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo, bem como as ações estratégicas do ministério para promover o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do turismo nas diversas regiões do país. É um requerimento também de minha autoria.

Eu finalizo agradecendo mais uma vez a atenção de todos.

Quero parabenizar o Ministro Waldez e toda a sua equipe. Não é surpresa nenhuma: alguém que fez uma gestão de tanta qualidade como Governador conhece de perto a realidade na ponta. Então, na sua pessoa, eu quero saudar toda a sua equipe – de um dos ministérios que eu considero extremamente importante – e, ao mesmo tempo, agradecer a disposição que a sua equipe demonstra, todos com muita atenção, ao Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e seis minutos do dia doze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Alessandro Vieira, Alan Rick, Fernando Farias, Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Augusta Brito, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Wellington Fagundes e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Plínio Valério, Chico Rodrigues, Beto Faro e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2025 - CDR, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Finalidade:** Com o objetivo de debater sobre as diretrizes, desafios e oportunidades das políticas de integração nacional e desenvolvimento regional, além das ações estratégicas do Ministério para promover o desenvolvimento sustentável e fortalecer o turismo nas diversas regiões do país. **Participante:** Ministra Simone Tebet, Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de agosto.

Faço aqui um breve relato das atividades da CDR no primeiro semestre de 2025. Foram realizadas, no total, 15 reuniões: uma reunião de instalação e eleição, reuniões deliberativas, audiências públicas, diligências externas em Florianópolis e São Luís do Maranhão, cujos temas foram saneamento básico e, no Maranhão, Margem Equatorial, conduzidas respectivamente pelos Senadores Jorge Seif e Eliziane Gama. Foram deliberadas 34 proposições. Os principais temas abordados na Comissão foram saneamento básico e parcerias público-privadas, exploração mineral sustentável, turismo regional e rotas estratégicas, infraestrutura portuária e aeroportuária, desenvolvimento da Margem Equatorial. E o relatório completo está disponível nas páginas da Comissão.

Informo ainda que, no dia 22 de agosto, ocorrerá a 75ª Reunião, ordinária, do Conselho Nacional de Turismo (CNT), durante o 9º Salão Nacional do Turismo, no Distrito Anhembi, São Paulo – será em formato híbrido. Registro ainda que a Comissão possui duas vagas no conselho, sendo uma ocupada por mim, como Presidente, e a outra vaga é da Senadora Jussara Lima.

A Senadora Eliziane Gama registra – e foi publicado um Boletim Administrativo do Senado Federal – uma menção de elogio aos servidores da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, na forma prevista no regulamento administrativo do Senado, em relação às atividades desempenhadas no seminário Gás e Petróleo na Margem Equatorial, realizado em São Luís do Maranhão, 15 de julho próximo passado.

Na pessoa do Secretário Marcus Guevara Sousa de Carvalho, parabenizo a todos os servidores que receberam o elogio.

Comunico a prorrogação do prazo para as indicações ao Orçamento de 2025 até o dia 19 de agosto, às 18h. A medida visa assegurar o cumprimento do princípio da anualidade orçamentária e a execução das emendas até 31/12/2025. Tentaremos aprovar o máximo das indicações a que a CDR tem direito, que deverão ser enviadas ao Governo após 31 de agosto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2025. Em caso de impedimentos técnicos, o prazo reduzido inviabilizaria os ajustes e substituições.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre as diretrizes, desafios e oportunidades das políticas de integração nacional e desenvolvimento regional, além das ações estratégicas do ministério para promover o desenvolvimento sustentável e fortalecer o turismo nas diversas regiões do país, em atenção ao Requerimento nº 5, de 2025, de minha autoria.

Já agradeço enormemente – já está conosco na mesa – à Sra. Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, Senadora, e sempre Senadora, Simone Tebet. Agradeço muito a sua disponibilidade. Manifesto aqui o nosso respeito, orgulho pela sua trajetória política, nos diversos mandatos que ocupou, em pautas tão importantes de soberania nacional, da valorização, respeito à mulher, desenvolvimento regional, e, hoje, fortemente representando também nós mulheres, como Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento.

Antes de passar a palavra à nossa convidada, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, e no endereço do senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo das manifestações estará disponível no portal, assim como a apresentação que for utilizada pela expositora.

Na exposição inicial, a Ministra poderá fazer uso da palavra por 30 minutos, prorrogáveis, e, ao final da exposição, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos.

Quero só destacar, agradecer as presenças do nosso Vice-Presidente, Senador Jorge Seif, e do Deputado Jair Farias, do meu Estado do Tocantins. Sejam bem-vindos.

Agradeço à equipe da Ministra, à assessoria técnica...

Quero destacar a presença, nesta audiência, da Sra. Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula, Secretária Nacional de Planejamento; do Sr. Wesley Matheus de Oliveira, Secretário de Monitoramento, Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos; do Sr. João Victor Villaverde de Almeida, Secretário de Articulação Institucional, que está conosco aqui na mesa; do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Marcelo Ribeiro Moreira, Secretário Adjunto da Secretaria de Articulação Institucional; do Sr. Geraldo Francisco da Silva Junior, Subsecretário de Articulação com Estados e Municípios; e da Sra. Sandra Maria de Carvalho Amaral, Secretária de Articulação Institucional Substituta.

Muito obrigada pela presença de todos.

Algumas perguntas já chegaram. Eu vou fazer a leitura e passar as perguntas, para que, durante a exposição, se a Ministra quiser abordar alguma das questões... Mas eu vou lhe entregar a cópia.

"Como o ministério vai articular políticas nacionais...". Essa pergunta é da Marcela, do Pará: "Como o ministério vai articular políticas nacionais com as demandas locais, para promover um desenvolvimento regional equitativo?".

Da Lara, do Rio de Janeiro: "Quais ações o ministério está priorizando para reduzir as desigualdades regionais no Brasil?".

Álvaro, do Paraná: "Quais os desafios contábeis e fiscais nas políticas de integração nacional e desenvolvimento regional em debate no Planejamento?".

Edfran, do Amazonas: "Como o Orçamento federal integra o saneamento às políticas de desenvolvimento regional e turismo em áreas com grande potencial turístico?".

Caio, de São Paulo: "Como a senhora vê o papel do Ministério do Planejamento e Orçamento para desburocratizar o acesso a recursos federais e fortalecer a interiorização turística no país?".

Durante toda a reunião, nós vamos receber ainda as manifestações.

Ministra Simone Tebet, seja bem-vinda.

A SRA. SIMONE TEBET (Para expor.) – Obrigada, Senadora Professora Dorinha.

Não tem como não chamá-la de professora. Acho que, mais do que Senadora, a missão mais nobre de V. Exa. é não só ser professora, mas educar, defender essa pauta, que é a verdadeira e mais importante pauta do país. Tem aqui o meu respeito, a minha homenagem, V. Exa. que sempre foi uma grande defensora da educação não só do seu estado, mas de todo o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer muito grande voltar a esta Casa. É uma alegria muito grande, especialmente, estar nesta Comissão.

Quando eu, em 2015, assumi o Senado...

O nosso Vice-Presidente Jorge, que também é um defensor do desenvolvimento das Rotas de Integração Sul-Americana, já esteve lá, junto com a bancada de Santa Catarina, no ministério, conhecendo um pouquinho esse projeto. Quando, em 2015, eu assumi aqui no Senado, pedi para participar de três Comissões em especial: da CCJ, porque sou professora de Direito; da Comissão de Educação, porque também me vejo como professora, embora não tanto quanto a Profa. Dorinha; e, por vir do interior, do interior do Brasil, por um estado de fronteira, da Comissão de Desenvolvimento Regional. Então, passei alguns anos nesta Comissão. E, desde lá, a gente já tinha a máxima – quem pertence a esta Comissão tem isto muito claro – de que não é possível acabar com a miséria, diminuir as desigualdades sociais, se nós não focarmos nas regiões mais pobres do Brasil, que são as regiões de fronteira. São os municípios de Santa Catarina que fazem fronteira com o Paraguai, são os municípios de Mato Grosso do Sul que fazem fronteira com a Bolívia, são os municípios lá do Amazonas que fazem fronteira com a Colômbia, com o Peru, e daí por diante.

Então, diante desse cenário, não tem como não colocar na pauta, como prioridade, a diminuição das desigualdades regionais. Foi por isso... E aí eu começo a minha apresentação, que eu prometo que não passará de 20 minutos, para gente poder discutir um pouquinho, acho que o importante são as perguntas, né? Não vou precisar, portanto, da prorrogação. Foi por isso que, logo que nós assumimos o ministério, esta foto nos chamou a atenção. Em maio de 2023, aqui, em Brasília, o Presidente Lula recebeu, em nome do Brasil, todos os Chefes de Estado da América do Sul – todos, sem exceção. A Presidente do Peru não podia sair do país; mandou, não sei se foi seu Vice-Presidente, o Ministro de Relações Exteriores. Mas todos os Presidentes da América do Sul estavam presentes nesta foto. E dali saiu o Consenso de Brasília: é preciso integrar as regiões, é preciso estarmos mais próximos uns dos outros para diminuir as desigualdades regionais. Ou seja, a América do Sul tem o que o Brasil precisa, o Brasil tem o que a América do Sul precisa. Falando da Venezuela à Argentina, porque, quando se fala de soberania dos povos, a gente não fala de ideologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa foto me chamou a atenção. Chamei a minha equipe, que está aqui representada pelo João Villaverde, que é o nosso Secretário de Articulação Institucional; Virgínia, que é a nossa Secretária Nacional do Planejamento; Marcelo, que é o nosso braço direito, o braço direito aqui do João; a nossa Chefe de Gabinete, Marilia, e na pessoa dela eu os cumprimento; está o Luciano aqui, enfim. Quem mais? Está o José Ricardo aqui, o Geraldo está lá atrás... Enfim, a minha equipe está aqui para mostrar a importância que a gente tem. Eu dei um prazo para eles de quatro meses... (*Pausa.*)

... para que eles pudessem ouvir, três meses, para que pudessem ouvir todos os secretários de planejamento ou fazenda de todos os estados de fronteira. E isso aconteceu, né? Está aqui a fotografia, o diálogo sobre o que essas regiões precisavam.

No mês de novembro, portanto, um pouco mais de seis meses, nós entregamos ao Presidente Lula e tivemos o aval dele para estabelecermos e começarmos a divulgar pelo Brasil as nossas novas Rotas de Integração Sul-Americana. Essas rotas fizeram com que a gente pudesse conversar a partir daí com todos os ministros de fazenda ou planejamento dos países de fronteira. Na época eu já comecei com o novo Ministro do Governo do Presidente Milei – aí está o Ministro da Fazenda –, portanto, da Argentina à Venezuela. Inclusive, conversando com alguns bancos de fomento, coloquei a data final em março de 2024.

Não posso vir a esta Comissão e não lembrar do nosso sempre Senador Marcelo Castro, que também é um entusiasta desta pasta, e eu acho que Marcelo Castro nunca deixou de ser membro desta Comissão também. Em poucas vezes, ele não assumiu esta Comissão.

E aí nós desenhamos as cinco Rotas de Integração Sul-Americana. Nós começamos – eu quero explicar aqui – integrando as rotas só pelos estados praticamente de fronteira. Era o primeiro passo. Depois – isso nós já fizemos, vamos passar aqui adiante –, a integração com todos os estados brasileiros.

Quando a gente fala de Rotas de Integração Sul-Americana, nós não estamos falando apenas de estados de fronteira. nós estamos falando dos 27 estados da Federação que vão ser direta – não é indiretamente – e positivamente impactados. Portanto, eu falo do Ceará como eu falo de São Paulo. São dois estados que estão ligados ao Atlântico, mas serão beneficiados com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas rotas também, passando, por exemplo, por Tocantins, terra da nossa Presidente, Professora Dorinha.

Eu não vou me delongar na parte técnica porque acho que a gente precisa mais ou menos definir aqui e falar um pouquinho de por que esse projeto agora é para valer, ele que, lá atrás, há 50 anos, era uma utopia. Há 50 anos, no meu estado, nós já tínhamos políticos que falavam da importância das Rotas de Integração Sul-Americana, porque esse é o quadro do comércio intrarregional do mundo.

Quando a gente olha para a América do Norte, essa grande dificuldade, hoje, do Governo Trump em relação ao México e ao Canadá é porque a relação comercial entre Estados Unidos, Canadá e México é muito interligada. Quarenta por cento de tudo o que o Canadá, o México ou os Estados Unidos comercializam é entre a região, e não podia ser diferente, pela proximidade territorial.

Olhem o que acontece com a Ásia: 58% de tudo o que eles compram ou vendem é dentro do território asiático.

Olhem o que acontece com a Europa: sessenta... Aqui, são números, claro, e depende do ano. Isso aqui tem dois ou três anos, mas é mais ou menos.

Agora, olhem o que acontece, Senadora Dorinha, com a América do Sul. O comércio intrarregional da América do Sul é de apenas 15%. Então, há alguma coisa muito errada.

O Brasil, historicamente, está de costas para a América do Sul, e a América do Sul está de costas para o Brasil. A gente fica olhando para o Atlântico, e a América do Sul fica olhando para o Pacífico, quando a gente teria um ganho aí, pela proximidade, de frete, de logística muito grande.

Os poucos estados que têm uma maior relação são os do Sul. A sua região, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, tem uma relação mais próxima. A balança comercial ali pesa mais quando a gente fala, por exemplo, da Argentina e do Uruguai. E Roraima, que, por conta da Venezuela, exporta muita coisa. Mas não é o que acontece com o resto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse quadro sempre foi assim? A gente tentava, há 40 anos, avançar e nunca conseguiu. O que é que fez com que agora estivéssemos, todos nós, o Brasil, no lugar certo, na hora certa?

Olhem o que acontecia em 2000: o Brasil praticamente exportava para os Estados Unidos e praticamente exportava para a Europa, alguma coisa para o Japão e para a Argentina.

Olhem o que já acontece aqui em 2010. Eu coloquei China, mas leia-se aí tudo Ásia. Quando eu coloquei Estados Unidos, não é só Estados Unidos; ali tem um pouco também de Canadá, enfim. Quando a gente coloca Argentina, tem, obviamente, ali alguns países da América do Sul.

Então, olhem o que acontece um pouco antes de 2024, mas nós colocamos a data, o recorte de 2024: basicamente um terço de todas as nossas exportações e os estados, como o meu, no caso Mato Grosso do Sul, praticamente o maior em quantidade, porque a gente aqui não faz diferença. Não é uma escolha de Sofia, não é um país ou outro. Nós queremos todos. Nós precisamos comercializar com todos, mas apenas em relação a números: um terço das nossas exportações, hoje, são para a Ásia. A gente fala de pouca coisa ainda para a Índia. A gente precisa estreitar as relações com a Índia, mas muito para a China. A gente depende muito de fertilizantes da Rússia e da Ucrânia e daí por diante. Então, esse é basicamente o quadro.

Ora, se esse é o quadro e diante daqueles 15% que a gente tinha, com uma avenida de possibilidade para olhar para os nossos países vizinhos, falamos "opa, chegou a hora!". Então, foi quando se permitiu a gente falar dessas rotas.

Mas aí veio o primeiro problema: orçamento. De onde nós vamos conseguir recursos? O primeiro problema são os países vizinhos, que são mais pobres que nós. Então, nós fizemos uma carteira, conversando: "Eu sou Governadora desses bancos, mas já estamos conversando com outros bancos, Banco Mundial, Banco dos Brics, para que a gente possa estender essa carteira". Fizemos uma carteira de US$10 bilhões, que já estão sendo utilizados para os países vizinhos.

Colocamos o BNDES aí apenas porque BNDES financia o Brasil e tão somente o Brasil. O BNDES não financia nem a Venezuela, nem a Argentina nas nossas rotas, mas financia os estados brasileiros, os entes federados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, como Governo Federal, ainda não está precisando de financiamento do BNDES para as rotas, mas BNDES financia muito PPPs, parcerias público-privadas, concessões privadas, rodovias, porque está tendo muito leilão de portos e aeroportos dentro do Brasil.

Então, ficou mais ou menos assim: US$3 bilhões da CAF, US$3 bilhões do BID, US$3 bilhões do BNDES, que é para o Brasil, e US$1 bilhão para o Fonplata, que já passou esse valor.

Deputado Federal, é uma honra tê-lo aqui.

Esses projetos já estão em andamento.

Lá no Rio de Janeiro, em dezembro de 2023, a gente fechou esse pacto.

Quando foi em maio de 2024, o Presidente baixou o decreto. Na realidade, são 15 ministérios envolvidos, porque estão todos os ministérios relacionados dentro do processo, e começou a nossa conversa com o Congresso Nacional.

Senador Alessandro, prazer. Obrigada. É sempre um prazer estar aqui.

Em julho, nós estivemos na Câmara dos Deputados, e, agora, em agosto, aqui no Senado, porque o projeto já está todo elaborado. Nesse meio tempo, conversamos com várias bancadas de Deputados e Senadores de vários estados brasileiros.

E aí o lado bom da coisa: como nós já projetávamos essas rotas e eu conhecia bem esse assunto desde o início, Senador Jorge, a gente não está aumentando recurso do orçamento. A gente aproveitou o momento em que estava sendo elaborado o PAC. Nós falamos com os Governadores dos estados, com todos, e pedimos para eles colocarem, dentro das três a cinco obras estruturantes do PAC, aquilo que eles achavam que era importante para as Rotas de Integração Sul-Americana. Então, todos os Governadores deram pitaco. O termo é esse: deram um pitaco, fizeram as sugestões.

Tinha estado que precisava de revitalização do aeroporto. Tinha estados que precisavam de linhão de energia. Tinha estados que precisavam de rodovias; outros, de ponte, como é o caso do meu estado. E todas essas obras já estão no PAC.

Como eu sou Ministra do Planejamento, mas tenho que cuidar do orçamento brasileiro e tenho que cuidar e tenho que ter compromisso com a responsabilidade fiscal, eu falei "bom,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos colocar essas obras já dentro do pacote do PAC, porque, assim, a gente não tem um impacto fiscal comprometendo o crescimento do Brasil". Então, nós temos basicamente 190 obras em andamento ou em licitação, mas, no fundo, a gente não precisa diretamente dessas obras todas prontas; de algumas só, menos de 20, para iniciar, como estamos iniciando já, essas rotas.

Eu não vou me delongar nos destaques estratégicos, mas aqui é importante apenas mencionar o seguinte.

É muito bom estar aqui. Obrigada.

O que efetivamente nós queremos com essas rotas? Aonde nós queremos chegar com essas rotas? Nós queremos chegar a uma integração regional que fale não só de comércio; vender para os países da América do Sul; comprar dos países da América do Sul; ter uma rota mais rápida e mais próxima da Ásia através do Pacífico. Essas rotas permitem, através dos portos da Colômbia, do Peru e do Chile – são quatro portos do Chile –, chegar mais próximo da China, da Índia, do Vietnã, de Singapura, de Hong Kong, de Bangladesh, do Japão, enfim, dos países asiáticos, mas não é só isso.

A gente está falando de produtos, mas nós estamos falando de gente. Nós estamos falando de uma integração regional que diminui a desigualdade regional da América do Sul, que diminui a desigualdade regional no Brasil e que permite uma integração cultural, artística, turística, porque o turismo – e eu sei que a Senadora Dorinha tem um apreço muito grande também por essa pauta – é aquela indústria sem chaminé que mais gera emprego, que mais gera renda e que não polui. Se nós temos uma avenida na integração comercial, não sei quantas avenidas se abrem na rota do turismo.

A gente vai para a Europa, a gente vai para os Estados Unidos e a gente não conhece o turismo do Peru, que é um dos mais belos, uma das melhores culinárias, se não for a melhor culinária do mundo, à exceção do Brasil, que é sempre a melhor, né? A gente tem uma proximidade com o Uruguai, com a Argentina, para onde o Sul vai muito. Mas, fora o Sul, o Norte, o Nordeste não conhecem Argentina, Uruguai e mesmo Paraguai ou Chile, que é fantástico.

Então, quando a gente fala desses destaques – eu não vou me delongar nessas planilhas –, eu gostaria apenas de destacar que, das rotas que nós vamos mostrar, a única que já funciona e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que agora vai ter aperfeiçoamento é a Rota 5, a rota que interliga ali tanto Santa Catarina quanto o Rio Grande do Sul à Argentina e ao Uruguai. Essa rota já existe, mas existe ainda uma série de instrumentos como a Lagoa Mirim, no Rio Grande do Sul. Precisamos de melhoramento das rodovias; de alfândega, na fronteira de São Borja. Então, há uma série de obras do PAC que estão ali. Essa rota em azul é a única das cinco que eu vou mostrar agora e que efetivamente já existe, mas entra no melhoramento.

Então, vamos direto às rotas. Já estou no meio da minha apresentação. Vamos direto às rotas, começando pela Rota 1.

A Rota 1 visa, num círculo, 360 graus aí, interligar o Norte do Brasil, especialmente Pará, Amapá, Roraima, Amazonas ao norte da América do Sul e também, pelo Porto do Panamá, chegar não só à costa americana, mas também à América Central, à América Latina e também, pelo Panamá, chegar à Ásia.

O que falta? Eu só vou falar de uma, porque são todos esses números: 1, 2, 3, 4, 5. Enfim, isso tudo está em execução. O linhão de energia fica pronto agora, até o final do ano. As intervenções estão acontecendo.

Do lado direito da tela: essa obra está licitada. Agora teve um problema de um questionamento, mas o que faltava era aquele trecho em marrom, que é para interligar o Amapá à Guiana Francesa, ao Suriname e à Guiana.

Do lado esquerdo: do lado do Brasil está tudo pronto. O que falta é a Guiana, que agora tem, acho, processo eleitoral. Acho que estão aguardando. Já tem CAF e BID de olho, fazendo o projeto para asfaltar o que está em negrito, para interligar Roraima e essa região à Guiana.

Essa é a salvação, segundo dados do povo de Roraima – nós estivemos lá. Eles falam assim: "A gente tem muito para exportar para a Guiana – colchão, alimentos, frutas e tudo mais –, mas a gente tem um problema de 900km de pântano, então a gente não consegue exportar". Então, vejam a potencialidade para atender essas regiões.

E só uma curiosidade aqui, antes de passar para a Rota 2. Eu estive na Guiana, e, como eu não podia ir, pedi para o João... Falei: "João, vai ver o preço dos alimentos lá no supermercado da Guiana". E ele foi ver o preço e chegou embasbacado, espantado. A Guiana hoje é um dos países

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que têm o maior crescimento do PIB do mundo, porque descobriram petróleo. É algo em torno de 20% ao ano – 20% ao ano. Senador, é um prazer. É maior do que o crescimento brasileiro, da China, dos Estados Unidos, de qualquer país – somados, né? E aí eu tive... Ele voltou do supermercado, Professora Dorinha, dizendo o seguinte: "Sabe quanto é um triângulo de melancia?" É um triângulo, não é uma melancia!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET – É US$25, porque eles não plantam, eles não... E sabem de onde era a melancia que estava lá? Da Turquia. Por quê? Porque era fácil vir pelo mar e porque faltava apenas esse asfalto. Então, imaginem o quanto o Brasil – o Norte – pode exportar para Roraima, para o Suriname, para a Guiana Francesa, para a Venezuela – a Venezuela já passa por ali, por aquele lado. Mas o quanto é possível e quanto nós podemos também importar de produtos que a gente não tem?

Então, só para ter um pouco de noção de o quanto falta pouco agora. O linhão de energia está ficando pronto, ali há algumas intervenções de melhorias. Esses números todos correspondem às obras que estão sendo executadas: duplicação ou mesmo pavimentação e recuperação.

Eu coloquei aqui, mas eu vou passar para duas, só para vocês terem noção: o amarelo é Rota 1; agora eu vou falar da Rota 2, que é a rota em lilás, tá? É só para se ter uma noção: liga o que a quê.

E agora, aqui, números. Eu não vou me delongar.

Aqui é a Rota 2. Essa rota está praticamente pronta. A ideia é o Presidente Lula, agora na COP 30 – ou um pouquinho antes, ou um pouquinho depois – inaugurá-la. Ela, na realidade, é bioceânica, porque interliga Belém... Voltando aqui, eu vou mostrar novamente: ela interliga aqui... A gente não quis, para não confundir com o amarelo, mas ela é totalmente interligada. Ela interliga Belém aos portos da Colômbia, do Equador – a gente pouco fala do Equador, porque não faz fronteira –, do Peru e também lá para baixo. Depois vocês vão ver: pela interligação, chega até ao Chile.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a vantagem dessa rota? Ela é absolutamente ecológica. Como ela atravessa a Amazônia, ela é fluvial. Então, onde está roxo – não rosa, mas roxo – é por rio. Nós tivemos que fazer três dragagens mais profundas – a terceira fica pronta agora em setembro –, colocar uma aduana na tríplice fronteira entre Amazonas, Colômbia e Peru, que também já tem servidor que passou no concurso da Receita Federal pronto para atuar. Eu estive lá na tríplice fronteira, fui muito bem recebida pelo Governador do Amazonas, e ali já tem Forças Armadas, já tem toda uma estrutura de proteção de segurança de fronteira. É claro que se precisar melhorar, nós vamos melhorar, dentro do processo.

E olhem que interessante: ela vai até Colômbia, chega até o Equador e, depois, vem pelas cordilheiras até o maior porto do Pacífico, que é o Porto de Chancay, um investimento da China no Peru. E aqui é um dado de que eu não sabia – Senador, muito prazer –: de Chancay a Xangai é o ponto mais curto de distância entre a América do Sul e a Ásia. Então, o ponto mais curto de distância não é pelo Atlântico, não é pelo Chile, não é pela Colômbia, não é pelo Brasil; o ponto mais curto de distância entre a América do Sul e a Ásia é do Porto de Chancay, ali, pertinho de Lima, ao Porto de Xangai, numa linha reta.

Nós estamos falando em diminuir em até 10 mil quilômetros a distância da América do Sul, e do Brasil, até a Ásia. Então, dentro desse processo, essa rota que a gente achava que seria a mais fraca no sentido de balança comercial se mostra uma rota que também tem a capacidade de proteger a Floresta Amazônica, garantindo a dignidade do trabalho para quem está lá: as cooperativas, o cacau, o pescado, enfim, os trabalhos manuais feitos pelas mulheres. Então, isso tudo é algo que tem valor para fora e vice-versa, pois também recebemos os produtos que vêm da Ásia para o Brasil.

Também coloquei aqui, só para se ter uma noção de como uma está interligada à outra, a Rota 3, de que eu vou falar agora, a rota verde. Olhem como ela se interliga à Rota 1 e à Rota 2.

A Rota 2 fica pronta ainda este ano – até o final do ano, se não antes da COP, em seguida à COP –, e ela já está, inclusive, começando a comercializar... Não vou entrar em detalhes sobre o que vende e o que não vende. Esses números vão estar à disposição dos senhores, porque eu não quero aqui monopolizar, acho que o importante é a gente dialogar, com muita transparência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a Rota 3. A Rota 3, na parte mais de cima, no eixo norte, já está pronta. No número dois e no número um, ali pelo lado do Acre, faltava um recapeamento. Tinha duas pontes ali entre Rondônia e Acre, que eram de madeira e foram feitas de concreto.

Senador Confúcio, é sempre bom tê-lo aqui também. Voamos sexta-feira para a terra do Senador Confúcio, lá em Rondônia, e fomos falar das rotas de integração. E muito obrigada, Senador, porque fomos tão bem recebidos na sua terra. V. Exa. é sempre muito gentil.

Do lado, portanto, do Acre, esse trecho já está pronto. Do lado de Rondônia... Nós temos uma dívida histórica com a Bolívia, de quando o Brasil incorporou o Acre no território brasileiro – porque o Acre era da Bolívia – em 1903, e nós nos comprometemos a fazer uma ferrovia. Essa ferrovia, Senadora Margareth, nunca saiu do papel.

Aí, depois, nós repactuamos, em 1966, que nós iríamos fazer uma ponte que custa R$420 milhões, entre Guajará-Mirim, em Rondônia, e a Bolívia, para que seja uma porta de entrada, através de Rondônia, dos produtos bolivianos para o Brasil e vice-versa. Por quê? Porque a Bolívia tem aquilo de que o Brasil precisa: lítio, sal e fertilizantes, que hoje a gente compra lá da Rússia e da Ucrânia; e nós temos aquilo de que a Bolívia precisa: comida barata, para chegar a um país tão pobre quanto a Bolívia. O que faltava – e falta – para essa fronteira agrícola, que hoje é o Acre, Rondônia, o norte de Mato Grosso, o Pará, etc., aquilo de que precisávamos era um acesso, e não tem. Olhem ali: não estamos falando de qualquer coisa; cabe um país da Europa naquela região ali, só naquela região ali. Essa obra já começou – começou na semana passada, nós demos ordem de serviço –, mas é uma obra de dois anos. Então, não dá para falar que vai inaugurar até o final do ano que vem; inaugura-se até 2027.

Pelo lado mais embaixo, de todas as rotas, a que está mais atrasada é a parte do Eixo Sul da Rota 3, na região de Cáceres, na região de Mato Grosso – Mato Grosso do Sul já tem, ali, em Corumbá, mas a região onde está em negrito. Por quê? Porque a Bolívia é um país pobre, não tem capacidade de endividamento, de financiamento, e os países – pelo CAF, BID, Fonplata, Banco Mundial – querem ajudar, mas não podem financiar. Eles agora estão fazendo um pequeno projeto de rodovia e de ferrovia. Essa rota também é muito importante, mas fica para um segundo momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De novo: a parte de cima, uma está pronta, a outra, 2027; e essa aqui, obviamente, fica um pouco mais para a frente. Se vai ser até 2028, a gente não saberia dizer.

Passando agora para a penúltima... Aí, só para ter uma noção da interligação de todas elas: a Rota 1, em amarelo; a Rota 2, em rosa; a Rota 3, em verde. Vamos para a Rota 4.

Ah, antes dela, vamos falar de ferrovia, que é o grande gargalo que nós temos.

Eu perguntei para o Ministro Renan Filho, meu colega, Ministro do meu partido, para a Infra S.A., quanto tempo a gente levaria para fazer o estudo de viabilidade técnica, sustentabilidade, econômica e ambiental de uma ferrovia como esta, que tem mais de 7 mil quilômetros, do Atlântico ao Pacífico. Eles falaram assim: “Na melhor das hipóteses, uns cinco anos”. Porque não é por falta de orçamento, é pela complexidade que envolve ter que estar em cada ponto. Nós estamos falando, de novo, de 7 mil quilômetros, embora a gente vá fazer só o nosso trecho e o Peru vá fazer o dele.

Dentro desse processo, nós batemos cabeça junto com a equipe e falamos o seguinte: "Vamos, para não ter problema ambiental e para não ficar mais 15 anos discutindo isso, margear a BR já existente". Então, já respondendo a alguns que podem falar assim: “Por que não aqui a rota, por que não ali a rota?”, nós tínhamos dois objetivos. Primeiro, a gente já tem uma ferrovia Norte-Sul, que vai lá do Maranhão, passa pela terra da Professora Dorinha e vai cortando. O objetivo dela é chegar lá no Rio Grande do Sul – ela ainda tem trechos sendo discutidos. Passa pelo Estado de São Paulo e corta o Brasil. Nós precisamos de uma ferrovia Leste-Oeste, então, a ideia é sair de uma ferrovia que já existe, em Ilhéus, na Bahia, que passa por um trecho que ainda vai ser executado pela Vale – aqui está longe, mas o que está em negrito é o trecho que ou está pronto ou em execução –, tem a Fiol, tem a Fico, e aí nós fizemos em torno da BR um traçado – esse já é um estudo preliminar feito pela Infra S.A., por nós, pela Casa Civil, por toda a equipe, pelo Ministério dos Transportes – e fomos buscar parceiros. Nós fomos até a China, que tem *expertise* em ferrovia, e falamos: “Nós só queremos o estudo de viabilidade técnica”. Então, em parceria com o Brasil, a China vai, em 18 meses – portanto, não em cinco ou sete anos –, fazer o estudo de viabilidade técnica e de sustentabilidade desse projeto.

E aqui já deixo muito claro para vocês que não tem nada a ver com a rota do cinturão, cinturão da seda, seja o nome que se dê, e, de novo, isso aqui não tem nada a ver com quem vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construir essa ferrovia. Essa ferrovia vai ser depois, esse projeto vai para um próximo governo, nós estamos falando que a partir de 2027 vai ser entregue. Isso é uma política de Estado brasileiro.

Ali, provavelmente, pela pouca experiência que a gente tem, nós não temos investimento privado nacional com recurso suficiente para fazer essa ferrovia. Se vocês perguntarem para os grandes empresários de infraestrutura no Brasil, eles falarão: "Esquece! Sem parceiro europeu, americano, asiático, seja o que for, nós não construímos ferrovias".

É que a Europa não tem muito interesse nem tem muito recurso para fazer ferrovias. Os Estados Unidos, da mesma forma, muitas vezes, não têm muito interesse. Então, a gente provavelmente vai ter *pools* de investimentos americanos, asiáticos, europeus, iniciativa privada; provavelmente terão que ser divididos – isso será o próximo Governo que vai dizer, só estou antecipando porque sempre causa muita polêmica, ainda mais neste momento em que a gente está discutindo tarifaço – em trechos, e você pode ter mais de uma concessão.

A concessão vai ser aberta, ganha quem tiver a melhor proposta para o Brasil e, obviamente, investimento nacional – e quando eu digo "nacional" é privado, não acho que isso aqui tenha que ter investimento público, é uma mera opinião minha. Mas, enfim, o Brasil... Estou falando como Ministra do Orçamento: seja quem for o Presidente, não há orçamento no Brasil para se fazer ferrovias. No mundo, normalmente não se faz ferrovia... Normalmente, não, porque em alguns países se faz com investimento estatal.

Então, este acho que é o grande legado que o Ministério do Planejamento, que o Ministério dos Transportes vão deixar para o Brasil. É um estudo de viabilidade técnica até o final do ano para, se houver vontade política, interesse político, se for, em 2026... A custo zero, tá? Esse memorando de intenções não tem custo para o Brasil, é apenas por conta da *expertise* e toda a parte técnica que eles possuem.

Indo para o final da minha fala – só faltam duas rotas –, essa é a Rota 4, a rota, inclusive, que passa pelo meu estado, que vai do Porto de Santos, lá em cima, mais ao norte, em São Paulo, passando pelo Mato Grosso do Sul, Paraguai, Argentina e Chile, ao mesmo tempo em que, mais aqui no centro – vou chamar de Eixo Sul –, passa por Santa Catarina – de uma certa forma também pega o Rio Grande do Sul, porque ele pode subir, mas o Rio Grande do Sul tem interesse na Rota 5 –, onde, na realidade, nós estamos falando de três portos de Santa Catarina; atravessa o Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Santa Catarina, pega Paraná, porque você tem a Ponte da Amizade lá em cima também, mas também passa aqui e pega Argentina, sobe para o Chile – na realidade, tem quatro portos do Chile, nós colocamos os três principais, Antofagasta, Mejillones e Iquique. E esta rota, do lado, quando a gente fala de Santa Catarina e do Paraná, está pronta, mas ela precisa de melhoramentos. Quando a gente fala de Mato Grosso do Sul, está no PAC, lá em cima, uma ponte que está quase 80% pronta, a gente acredita que já no ano que vem – acredita, não, no início do ano que vem, em maio – estará pronta, e uma alça, que está no PAC, também com investimento de R$400 milhões, que são 13km, suspensa, essa fica pronta até o final do ano.

No Paraguai, só para mostrar o único lugar que falta... Porque na Argentina está tudo pronto, no Chile está tudo pronto, eles estão fazendo investimentos... Até, para quem tiver interesse no Estado do Paraná, algum Parlamentar do Estado do Paraná, de São Paulo, de Santa Catarina que quiser, em Mato Grosso do Sul vai ter um encontro com empresários chilenos. O Chile está investindo nos seus portos para receber toda a carga. No Paraguai, o Paraguai está com dinheiro do Fonplata, terminando o que está em marrom ali. Lá em cima, em marrom, no Paraguai, faltam 200km, aliás, estão terminando esses 200km no ano que vem, para interligar toda a Rota 4.

A importância dessa rota é que ela também é bioceânica, porque interliga o Atlântico ao Pacífico, passando por uma série de indústrias do interior de São Paulo, do Paraná, o agronegócio, especialmente no caso de Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina.

E, por fim, aqui é para vocês terem uma visão de como tudo está interligado. Também não vou aqui falar do que nós exportamos, do que nós importamos. Tem a Rota da Celulose lá na minha cidade, em Três Lagoas. Eu tive o privilégio, quando fui Prefeita, de levar a primeira fábrica de celulose. Hoje, Três Lagoas é a capital do mundo da celulose, tem quatro indústrias, as maiores fábricas do mundo estão em Mato Grosso do Sul. E, agora, a Arauco, uma empresa chilena, uma indústria chilena de celulose, em Inocência – um município de 8 mil habitantes –, está fazendo um investimento de mais de R$20 bilhões numa cidadezinha, construindo a fábrica que fica pronta daqui a 18 meses, mais ou menos.

Fique à vontade, por favor. Pode passar.

E, por fim, a Rota 5. Como eu disse, a Rota 5 é a única que já existia, ainda com uma série de pendências. Ouvi os Governadores desses estados, especialmente do Rio Grande do Sul, e ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós traçamos algumas intervenções, vamos dizer assim, para melhoria. Nós inauguramos... No ano passado ou retrasado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET – No final de 2023, inauguramos o primeiro aeroporto binacional do Brasil, entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul, em Rivera. Ali tem a Lagoa Guajará-Mirim, que ia ser iniciada... A Lagoa Mirim – a Guajará é lá em Rondônia – ia ser iniciada, lamentavelmente veio a catástrofe das chuvas no Rio Grande do Sul e tivemos que fazer um novo projeto, então atrasou tudo, mas ali tem melhorias e intervenções em portos, em aeroportos, em rodovias e tudo mais.

E aí a gente chega ao objetivo principal, para encerrar: o porquê disso tudo e por que agora. Primeiro que não é agora; é o sonho de filhos da fronteira, como é o meu caso, é o caso do Senador Jorge, o caso do Senador Confúcio, dos Senadores de fronteira. Eu vi agora a Senadora Eliziane também chegando – é um prazer sempre vê-la, Senadora. Só que, naquela época, a nossa exportação toda era para a Europa, os Estados Unidos. Agora, um terço das nossas exportações já vai para a Ásia. Nós temos uma possibilidade de dobrar – é literalmente dobrar – as exportações para a América do Sul e vice-versa, o que significa baratear. Se a gente consegue mais investimentos na Bolívia com gás, a gente deixa de comprar tanto gás da Rússia e da Ucrânia e começa a comprar mais barato de um país vizinho, a gente começa a vender mais para a Bolívia. A gente já vende carros para a Argentina, mas tem condições de vender ainda mais. Para a Colômbia, eu não vou disputar o café, porque, quando você vai à Colômbia e fala do café, eles brigam com a gente, porque falam que o café deles é melhor. Como eu não bebo café, eu não vou entrar nessa briga. Enfim, se não podemos exportar o café para a Colômbia, podemos exportar ainda mais carros do que exportamos, podemos importar mais produtos. Os grãos do Peru são diferentes dos grãos brasileiros, então, nós podemos vender *commodities* para o Peru e comprar *commodities* do Peru.

Então, na parte de balança comercial, está muito claro, mas, de novo, tem algo que não dá para desmerecer: a indústria do turismo, que gera tanto emprego. Quem conhece a América do Sul – eu só não conheço aqui a Venezuela – sabe as potencialidades que a América do Sul tem. Hoje, é um dos roteiros mais caros, porque você tem que ir para São Paulo, seja onde você estiver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do Maranhão da Eliziane, às vezes ela tem que ir para São Paulo – não sei se tem alguma outra – para poder ir para o Peru, em dias específicos. Com essa interligação, eu posso fazer de carro – não no caso do Nordeste, que fica muito longe, mas no dos estados de fronteira – ou mesmo começar a ter voos regionais. Você fala de hotelaria, você fala de postos de gasolina, você fala de cultura, fala de gastronomia, enfim, e um turismo que passa a ficar barato para o povo brasileiro, porque hoje é muito caro.

Eu gosto sempre de apresentar este último eslaide, para vermos a distância que os nossos produtos hoje atravessam para chegar à Ásia. Quando a gente fala da Ásia – eu estou colocando em amarelo ali – olhem que a gente tem que vir embaixo da África, porque por cima a gente tem um problema de conflito armado muito grande no Oriente Médio, então é mais complicado passar pelos estreitos. A gente dá a volta ao mundo para chegar ao Japão, à Indonésia, ao Vietnã, à China e à Índia – que, de novo, é um comércio que a gente não explora. É lamentável, porque hoje a maior população do mundo está na Índia. E, obviamente, o traçado aqui em vermelho... A Rota 1 é em verde e as Rotas 2, 3, 4 e mesmo a 5 são em vermelho, porque hoje a Rota 5 utiliza o Estreito de Magalhães, que tem um problema de geleira, não é viável em todos os períodos do ano. Então, às vezes, por exemplo, quem é do Rio Grande do Sul ou do Sul do Brasil tem que fazer a rota amarela.

Então, dentro desse processo, eu acho que algumas perguntas eu já respondi sobre se o ministério vai articular políticas nacionais. Isso está interligado a uma outra pergunta, tanto da Marcela, do Pará, quanto da Lara, do Rio de Janeiro, sobre quais ações o ministério está priorizando para reduzir as desigualdades regionais. Eu quero dizer que é com muita satisfação que o nosso ministério apoiou e ajudou – quem somos nós para ajudar? Eles têm *expertise* –, o Ministro Waldez, do Ministério da Integração Regional, a fazer os planos de desenvolvimento regional do Brasil, que eu acho que estão hoje na Câmara, porque precisam ser aprovados na Câmara: o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia, que eles chamam de Projeto Norte, o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste e o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, são os três planos que são exigências da Constituição. Então, nós ajudamos também. Os desafios contábeis e fiscais sempre existem, mas nós tivemos o maior cuidado de colocar aqui – lembrando que aqui tem muita parceria com a iniciativa privada, concessões de rodovias, de portos, de aeroportos e, no futuro, de ferrovias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Edfran, do Amazonas, perguntou sobre o potencial turístico, acho que eu já coloquei aqui.

E, por fim, Caio, de São Paulo: como eu vejo "o papel do MPO para desburocratizar o acesso a recursos federais e fortalecer a interiorização turística no país?". Eu vejo esse como um primeiro passo, o primeiro de muitos passos que virão, e, a partir daí, as coisas acontecem.

Eu encerro, Senadora Dorinha, mais uma vez agradecendo e abrindo aqui, obviamente, espaço para todos os colegas. Agradeço aqui a presença do Senador Jaime, Senador Confúcio, Senador Jorge, Senadora Eliziane, a Senadora Margareth, mencionei já, e o Senador Nelsinho, que também passou por aqui.

Enfim, é um prazer mais uma vez estar aqui. Eu falo que, se eu acabei aceitando participar do Governo do Presidente Lula como Ministra, não foi pelo Ministério do Orçamento, foi por conta do Ministério do Planejamento, porque eu tenho isso aqui como um projeto do meu coração. É um legado que a gente quer deixar para os próximos governos, algo que não tem volta, porque o dinheiro vai aonde tem expectativa, é a lei da oferta e da procura. É um projeto dessa magnitude, lembrando, que integra os 27 estados da Federação Brasileira.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada a nossa Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

Eu quero agradecer a presença dos Senadores que estão aqui e dos que já passaram, alguns retornarão: Senador Alessandro Vieira, Senadora Margareth Buzetti, Senadora Augusta Brito, Senador Jaime Bagattoli, Senador Confúcio Moura, Senadora Eliziane Gama, Senador Marcelo Castro, Senador Nelsinho Trad, Senador Jayme Campos e Senador... Acho que já falei todos que estiveram aqui. Não, eu me esqueci do... Da Bahia... Bom, eu vou... Na verdade, foi o Jaques Wagner, que passou aqui.

Eu vou abrir as inscrições e vou deixar também a minha pergunta para a Ministra: Onde está o Tocantins? Quando eu olhei as rotas, nós ficamos de novo – eu e o Ministro Jorge. O Ministro esteve aqui e alguns Ministros estiveram, e eu falei: "Gente, nós estamos em uma crise de identidade; a gente não entra no lado do Nordeste nem no lado do Centro-Oeste", porque a gente saiu de Goiás, e ainda tem a situação da Fiol, porque passaria pelo Tocantins – aí parece

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que talvez tenha uma informação sobre isso –, e a rodovia que sairia em Figueirópolis vai passar agora por Mara Rosa, em Goiás. Embora eu seja goiana, eu estou dizendo que tinha uma previsão de passar, no primeiro desenho.

O Senador Jorge Seif está inscrito e os Senadores que tiverem intenção...

Jorge, nosso Vice-Presidente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Bom dia, Senadora Dorinha.

Bom dia, Ministra Simone e toda a equipe da senhora. Obrigado, mais uma vez, por vocês virem aqui.

Realmente, eu entendo, Ministra, que o desafio do Brasil é logístico, especialmente no meu Estado de Santa Catarina, e eu creio que, em tantos outros estados, como o seu estado, o Mato Grosso, o nosso maior desafio é logístico.

Quando nós olhamos os mapas, especialmente de ferrovias, por exemplo, nos Estados Unidos e na China, nós vemos como eles são realmente rasgados, de norte a sul e de leste a oeste, por rodovias e, com certeza, é o maior custo hoje e o que mais impacta, especialmente, a produção primária e as *commodities* – nós não temos dúvida.

Então, fico muito feliz com alguns desses *feedbacks* e com a evolução desses projetos. E eu tenho algumas perguntas para a senhora – eu não sei se a senhora vai responder na hora ou se separa de três em três; aí é uma decisão da nossa Presidente –, mas vou tentar ser bem rapidinho, porque outros Senadores também querem participar.

Ministra, a senhora destacou, em audiências anteriores e hoje também, a importância de um orçamento inclusivo e a revisão de gastos para melhorar a qualidade do investimento público. No entanto, o histórico do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mostra que menos de 25% das obras foram concluídas em suas versões anteriores, o que nos preocupa muito, porque realmente eram obras faraônicas que enchiam os olhos de qualquer um, mas o histórico nos mostra que um quarto apenas foi executado, conforme apontado pelo TCU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Governo e o Ministério da senhora garantem que o novo PAC não repetirá os mesmos erros de planejamento e execução, evitando o desperdício de recursos públicos e obras paralisadas?

Segunda pergunta, Sra. Ministra: em 2023, a senhora nos mencionou que a reforma tributária seria essencial para reduzir o custo Brasil e impulsionar o nosso PIB. No entanto, as políticas do atual Governo parecem direcionadas à elevação de receitas, inclusive por meio de majoração de impostos.

Recentemente, houve uma batalha judicial contra o Congresso, em que nós fomos derrotados pela caneta de um Ministro que não respeita o Congresso Nacional, que é o Ministro Alexandre de Moraes. Nós aqui, por unanimidade, derrubamos o IOF. A senhora sabe, como professora de Direito, hoje ministra de orçamento, que é um imposto regulatório, mas virou um imposto arrecadatório, mostrando que a forma de governar do Ministro Haddad, chancelada pelo Presidente Lula, é a de, realmente, taxar a população. Então, como o Ministério do Planejamento concilia o discurso de desenvolvimento regional com a necessidade de aliviar o peso dos impostos sobre empresas e cidadãos, especialmente em regiões menos competitivas?

Pergunta três. Como o Governo pretende, Sra. Ministra, financiar as ambiciosas metas de desenvolvimento regional sem aumentar a dívida pública? Na verdade, essa pergunta três está muito ligada já à pergunta dois que eu acabei de fazer.

Tenho mais três perguntas para a senhora. Sobre o tarifaço, Sra. Ministra, o relatório do nosso Tesouro Nacional aponta que a dívida pública atingiu quase R$8 trilhões, em junho de 25, uma trajetória logicamente insustentável, e que as tarifas americanas podem custar ao Brasil mais de R$20 bilhões e também 110 mil empregos diretos, segundo estimativas, sem contar os indiretos, aumentando a pressão sobre o orçamento público e também sobre o Ministério da senhora. Como o Governo e o seu Ministério planejam financiar medidas de mitigação, como linhas de crédito para exportadores, sem agravar a crise fiscal?

Por fim, vou fazer duas perguntas sobre o meu Estado de Santa Catarina, que são perguntas enviadas pela Fiesc e por outras instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministra, a senhora fez ali várias apresentações, inclusive já mencionou o Ministro Renan Filho, que gentilmente nos atendeu diversas vezes, assim como a senhora fez com a bancada catarinense. Tem uma BR no nosso estado, a 470, que ela ... São décadas de espera. E passa pelos nossos dois principais portos, que é o Porto de Itajaí, cidade onde eu moro, e pela cidade de Navegantes. Outros portos são também relevantes, mas os nossos maiores volumes estão ali; inclusive faz da minha cidade o maior PIB catarinense. Ainda não tem data de conclusão, mesmo com estudo técnico aprovado há mais de uma década. Como o Ministério pode e pretende resolver esse impasse? É porque... Só para a senhora saber, inclusive a BR-470 é uma das promessas não cumpridas dos PACs anteriores. Qual o papel que o Governo exerce para garantir recursos efetivos e cronograma realista?

Eu vou falar para a senhora qual é o sentimento do empresariado catarinense, do nosso próprio Governo e o meu, como Senador. Como o Partido dos Trabalhadores não tem êxito no meu estado, inclusive reduziu prefeituras, tem um número mínimo de Deputados federais, estaduais. O Lula lá teve menos de 20%, 25% de votos, nós entendemos até como uma retaliação. Nós entendemos realmente como uma perseguição, e não tem como contrariar essa visão porque nós vemos que outras rodovias, em outros estados muito mais próximos e com votações importantes para o PT, estão evoluindo muito mais do que Santa Catarina, que não tem êxito. Inclusive agora, recentemente, perdemos o porto – a senhora veja que retrocesso –, nós perdemos a autoridade portuária de Itajaí.

Era uma autoridade municipal que durante as prefeituras petistas, o Governo petista... Na minha cidade, sempre se brigou para manter a autoridade municipal; foi só ganhar um Prefeito nosso do PL que foi jogado para São Paulo administrar o Porto de Itajaí – um retrocesso completo e uma vingança explícita!

Mas, voltando à BR-470: como nós podemos garantir recursos e, realmente, a conclusão da BR-470? Essa é uma pergunta da Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina).

Por último, embora, Sra. Ministra, a LOA de 2023 preveja cerca de R$880 milhões para infraestrutura em Santa Catarina... Mais uma vez, eu recorro a realmente essa perseguição política que nós do Estado de Santa Catarina temos, com o Governador do PL, Senador do PL e do PP; enfim, por ser um estado de direita, um dos estados mais de direita do Brasil – não à toa, é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos que mais se desenvolvem, graças a Deus, porque nunca foi governado pelo Partido dos Trabalhadores.

A Fiesc sinaliza que a execução está distante desses valores, Ministra, de R$880 milhões, que estavam previstos na LOA de 2023, com parte significativa dos recursos presos e restos a pagar e contratos inconclusos. Como V. Exa. assegura que esses valores serão efetivamente liberados e não ficarão engavetados, perpetuando o atraso que penaliza a economia e a população catarinense?

Agradeço a paciência da senhora, agradeço a presença da senhora e peço que a senhora olhe isso com carinho. Eu vi ali a BR-282, que é muito importante para nós, mas a BR-470 já tem mais de dez anos, Villaverde, de aguardo e de ansiedade. Inclusive, foi conhecida no passado como Rodovia da Morte, de tantas pessoas que já perderam a vida, caminhões... É uma via importante, que transita do leste catarinense para o oeste.

Muito obrigado.

A SRA. SIMONE TEBET – Eu que agradeço...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Vamos fazer...

A SRA. SIMONE TEBET – Ah, tá. É porque foram tantas perguntas que eu estou com medo de esquecer...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Ah, você quer...? Então, a gente pode fazer, sim...

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Podemos fazer. Eu estou com a inscrição do Senador Jaime Bagattoli e do Jayme Campos.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – São três perguntas, só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É. Então, eu vou passar para a Ministra...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu vou passar para a Ministra e depois nós voltamos, então, e eu retomo os Senadores inscritos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Para expor.) – Se eu esquecer alguma coisa, o Ministro, o Senador Jorge me alerta.

Bom, primeiro, a Senadora Dorinha, Presidente, que, é óbvio, não tinha como não... Eu tinha certeza de que ela ia fazer essa pergunta, eu não tinha dúvida, porque ela, além de tudo, é uma Senadora que defende o seu estado com muita galhardia.

Quando a gente traçou, esse traçado não saiu do nada; o traçado saiu dentro do que a gente tinha. Se a gente subisse e voltasse, já que o objetivo era ter a BR, nós poderíamos inclusive ter um problema ambiental. Por isto nós aproveitamos: porque aqui nós já temos um trecho. Então, o objetivo é interligar Tocantins com a Ferrovia Norte-Sul.

Como a Ferrovia Norte-Sul corta de norte a sul o estado, ou o Tocantins utiliza a Ferronorte para chegar ao Estado de São Paulo – ou mesmo chegar ao Paraguai e à Bolívia aqui por baixo, ou mesmo ao Sul –, ou ela vai ser interligada... Eu até cobrei isso hoje do João Villaverde. Falei: "João, faltou colocar aqui, num traçado um pouco mais escuro, em negrito, a Ferrovia Norte-Sul, para mostrar a importância" – vai ser quase que uma cruz, fazendo norte-sul e leste-oeste.

Então, o Tocantins é beneficiado por essa ferrovia, que vai margear o norte de Goiás, mas vai beneficiar não só o sul do Tocantins, mas também o norte do Tocantins.

Estão dentro do processo e os 27 estados vão ser beneficiados, Senadora Dorinha. E eu vou olhar para isso com muito carinho, enquanto eu estiver como Ministra do Planejamento e Orçamento. Pode ficar tranquila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A leitura, Ministra, primeiro, só fazendo um comentário, é assim: fiquei muito surpreendida. Foi muito importante a sua vinda para apresentar essa lógica das rotas de integração regional...

A SRA. SIMONE TEBET – Hum-hum.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... com grande substância do ponto de vista comercial, logístico e também econômico, né?

Acho que a apresentação inicial mostra isso, mas o que eu coloco é que, na verdade, todas as rotas circulam o estado. As ferrovias são importantes e é lógico que não é... Nós estamos falando aqui de infraestrutura, da logística, mas nós temos que o Tocantins está no meio do Brasil. Nós temos seis estados de fronteira e algumas rodovias são rodovias de integração para se acessar portos importantes e para a própria produção.

Por isso, nós do Tocantins ficamos muito incomodados com a retirada da Fiol do Tocantins, porque já estava batido o martelo. Ela passaria em Figueirópolis e até hoje nós não tivemos uma satisfação. O Ministro recebeu, inclusive, o Governador. Não se justifica a questão de ela ter saído de Figueirópolis. Ela não passaria em área de impacto ambiental, não passaria na Ilha do Bananal.

Mas fica esse apelo e nós estamos fazendo a nossa mobilização em relação à infraestrutura...

A SRA. SIMONE TEBET – É claro.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... porque, quando eu fiz a brincadeira, é porque, como o Tocantins era Centro-Oeste, com a divisão, a gente nunca entra nem nas ações do Norte, nem nas do Nordeste, nem nas do Centro-Oeste.

A SRA. SIMONE TEBET – Vamos voltar para o Centro-Oeste! (*Risos.*)

Eu sou do Centro-Oeste. É por isso que eu estou vendendo o peixe.

Acho que a pergunta da Professora Dorinha, da Senadora, é importante pelo seguinte: essa é a artéria. A partir do momento em que ela estiver construída – obviamente, nós estamos falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do início da obra em 2027, portanto, uma obra em que até 2030 a gente quer que esse sonho se realize –, uma série de veias estarão interligadas.

A Fiol já existia dentro desse projeto. O nosso projeto, que não é antagônico ao pleito de Tocantins, que é uma outra questão, tem que interligar ao Peru. Se nós passássemos por cima, na nossa, não no projeto da Fiol, na nossa, nós entraríamos na parte mais norte de Mato Grosso, entrando numa questão mais complicada no aspecto ambiental, porque ali é considerado área amazônica.

Então, por isso, a BR... Circular a BR significa fazer ou não a obra. Queremos uma ferrovia... Estou falando como alguém que não é nem do Norte, nem de Mato Grosso, porque o meu Estado é Mato Grosso do Sul. Então, eu não posso ter lado. Mesmo que fosse para o Mato Grosso, eu não posso ter lado. Queremos ter uma ferrovia no Brasil? Vamos margear a BR. Se nós pensarmos... Estou falando em artéria, tá? Não estou falando nas veias, não estou falando nos traçados. Esta ferrovia é muito delicada fora da BR. Isso significa um problema ambiental e significa dez anos de análise se nós sairmos das BRs existentes. Por isso, esse traçado preliminar.

Mas está anotado. Vou levar, inclusive, a demanda para o Ministro dos Transportes também.

Em relação às perguntas do Senador Jorge... (*Pausa.*)

Ah, então, eu... (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Nós poderíamos ouvir, então, a intervenção do Senador Jaime?

A SRA. SIMONE TEBET – Hum-hum. Tá bom.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Senadora Dorinha, Presidente desta Comissão de Desenvolvimento Regional.

Nossa Senadora Simone Tebet, quero cumprimentar V. Exa. e também o João Victor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só, antes de eu entrar na discussão, quero agradecer primeiramente aos 63 Senadores que já assinaram para nós a CPI da sexualização das crianças e adolescentes, um caso gravíssimo no nosso Brasil. Acredito que nós vamos ter a assinatura dos 81 Senadores. É só pararem e pensarem na situação a que chegamos no nosso país. Já temos 63 assinaturas. Meu colega Confúcio Moura vai assinar já daqui a pouquinho. Ele estava fora, mas vai assinar.

Deixem-me falar para vocês. Primeiramente, Ministra, nós sabemos que o grande gargalo... Na condição de empresário, eu sei, eu venho falando sobre ferrovia há mais de 30 anos. Isso é um grande gargalo que nós temos de infraestrutura no Brasil. E, para o transporte de longa distância, é impossível nós ficarmos... E, olha, eu sou transportador rodoviário, inclusive de combustível. É impossível nós ficarmos batendo na tecla de o transporte de longa distância continuar sendo por rodovia. Nós temos que ir para a ferrovia, para a hidrovia; temos que arrumar mecanismos que tenham um custo menor.

Agora, Ministra, o que me deixa assim um pouco indignado... Eu falar só um pouquinho da Ferrogrão. A Ferrogrão, que é uma ferrovia que vai ser da iniciativa privada, está, há mais de três anos, parada no Supremo Tribunal Federal. Como é que nós vamos fazer isso? Está aqui o Senador Jayme Campos, que conhece a situação igual à palma da mão. Essa situação da Ferrogrão é vergonhosa no país. Vai tirar... Quanto é que vai diminuir a população... E lá está exatamente igual ao que a Sra. Ministra falou agora: ela está margeando a BR – está margeando. Infelizmente, vai passar lá, acho, que 25km, 30km próximo de uma reserva, por isso foi judicializada no Supremo e está parada até hoje.

Outro grande problema – grande problema – agora é que foram vetados mais de 60 dispositivos sobre o licenciamento ambiental, Senador Jayme Campos. Mais de 60 vetos. Como que nós vamos andar neste país? Aqui é o país onde nada pode; e lá fora tudo pode. Então, nós temos esse grande gargalo.

Ministra, eu preciso corrigir algo que a senhora falou aqui, que, talvez, eu possa ter interpretado mal, sobre o acordo de Petrópolis, a ferrovia Porto Velho-Guajará-Mirim. Para quem estiver nos acompanhando pelo Senado, lá morreram, praticamente... A história fala em 8 mil pessoas, mas devem ter morrido muito mais. Senador Jayme Campos, não era de acidente de trabalho, não; era de malária. Entendeu? O Brasil cumpriu naquele momento... Foi a maior obra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de infraestrutura construída no planeta entre o ano de 1907 e 1912, a de Porto Velho-Guajará. Senador, eu quero que vocês que estão me acompanhando... Eu estou com mais de 60 anos, considero que sou um homem muito trabalhador, mas o que aquele povo sofreu lá atrás... Faziam 365km de ferrovia no meio da selva, no pântano, sem uma motosserra, sem um trator de esteira, sem nada, no braço e no carrinho de mão. Como hoje o Brasil não consegue fazer nada de ferrovia neste país? Hoje, nós temos o problema da questão da licença ambiental. E se construiu aquilo em cinco ano, são praticamente 70km por ano. Foi uma coisa inédita. Eu falo para vocês, porque eu tenho conhecimento. Estou em Rondônia há 50 anos, não estive na construção da ferrovia, mas eu andei depois que ela já havia sido desativada, porque foi desativada no início dos anos 70.

E o Brasil teve o compromisso, sim, Senador Confúcio Moura, de fazer a ponte binacional Brasil-Bolívia, que vai ajudar muito – tem fertilizante para trazer de lá para cá. Nós podemos fazer, sim, a integração entre Brasil e Bolívia. É muito importante que saia a ponte, mas que saiam as estradas.

A Ferrovia Bioceânica é importante, sim, e isso só não se faz porque o nosso país não quer, Senador Jorge Seif. E não é este Governo, não é o Governo de trás, não é o que já passou; é porque nós somos incapazes mesmo. A Ferrovia Bioceânica dá viabilidade econômica, só que como vai se fazer uma licença ambiental para fazer uma ferrovia dessa, nessa extensão que nós temos ali?

Agora, a iniciativa privada faz, sim, porque, se ela der viabilidade econômica, vocês podem ter certeza de que a iniciativa privada irá construir. E seria de suma importância que se construísse essa Ferrovia Bioceânica. É aquilo que a Ministra acabou de falar: vai se encurtar o percurso. São praticamente 30 dias de percurso de navio marítimo se exportamos pelo Oceano Pacífico. Eu fiz o percurso na rodovia: é impossível andar se tiver transporte pesado na rodovia. Aquela rodovia só serve para produto industrializado e para turismo. Esqueçam! Não vai servir para transportar soja, para transportar minério, para transportar nada. É só a ferrovia que dá viabilidade econômica, Petecão. E seria pelo seu estado, que eu conheço, seria pelo Estado do Acre, mas temos que arrumar alternativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu preciso fazer uma pergunta, Ministra: como a senhora vê que poderia ajudar, dentro da infraestrutura, a nós convencermos a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva? Porque ninguém aqui... Quando você falou... Rodovia Federal, para quem não tem, às vezes, conhecimento, é 100m – 50m numa faixa, 50m na outra. Dá para fazer duplicação, terceira faixa, quarta faixa; dá para fazer quatro vias que vão, quatro que vêm, e construir ferrovia ainda, porque são 100m. Só que o problema todo está ali, o nosso problema é a questão da licença ambiental.

Quando eu olho para a BR-319... Eu andei na rodovia no final dos anos 70; no início dos anos 80, a rodovia existia, foi construída. Meu Deus do céu! Antes da BR-364, já era asfaltado Porto Velho-Manaus – já era asfaltado. Aí, depois, de 1981 a 1984, foi que se pavimentou a BR-364; e, agora, hoje, nós não conseguimos reativar, reconstruir algo que já está construído.

Então, Ministra, é muito bonito nós colocarmos no papel e vermos infraestrutura, e sabemos que a infraestrutura tem que ir para a iniciativa privada. O Governo não tem condição de fazer mais nada. Nós temos que diminuir impostos.

Eu vi agora a minha rodovia, a BR-364, com custo altíssimo. O que vai acontecer: um caminhão vai gastar quase 50%, Senador Jayme Campos, do que ele gasta de óleo diesel no pedágio, para em 30 anos – em 30 anos – se fazerem 190km de terceira faixa e 100km de duplicação. É um sistema vergonhoso que nós temos hoje. E eu sei que vai ser uma aberração na hora em que acontecer aquilo.

Senador Petecão, querem agora privatizar também a Hidrovia do Madeira. Vai privatizar a hidrovia para quê, se a Marina Silva não vai deixar quebrar uma pedra, não deixa fazer nada? Vai privatizar para quê? Tem que reativar a BR-319, mas não há necessidade de privatizar o Rio Madeira para colocar mais um custo em cima dos ombros, nas costas da sociedade, na Região Norte, onde os custos já são altíssimos. Nós temos uma única rodovia – uma única – interligando o noroeste do Mato Grosso, Rondônia, Acre e a BR-319.

Então, gente, eu não falo como político, não. Eu não quero voto, não quero nada; o que eu quero do Brasil é que este país... Que nós abramos os olhos, nós diminuamos o custo Brasil... Nós precisamos diminuir o custo Brasil, e nós temos que levar realmente para a privatização; mas, Ministra, se nós não atuarmos firmes, com responsabilidade... Não é este Governo, é outro que vai vir, os próximos que vão vir, mas nós precisamos atuar urgentemente. O país, se não fizer, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próximos dez anos, 8 mil quilômetros de ferrovia dentro do Brasil, em pontos estratégicos, o país entra totalmente em colapso, não tem mais como transportar a produção brasileira.

Obrigado.

A SRA. SIMONE TEBET – Eu é que agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu vou passar a palavra então para a Ministra em virtude das duas perguntas, todas longas, para a intervenção, e eu retomo. Eu tenho a inscrição dos Senadores Jayme Campos, Sérgio Petecão e Alan Rick.

A SRA. SIMONE TEBET (Para expor.) – Perfeito.

Bom, a gente abordou, Senador Jorge, eu vou começar... Uma das perguntas está um pouco relacionada à pergunta do Senador Jaime. V. Exa. começou colocando que eu prego – e prego mesmo – o orçamento inclusivo, não há como ser diferente, e a grande pergunta é a seguinte: qual é a segurança de que dessa vez o PAC vai sair do papel? A resposta que eu posso dizer – e depois eu posso apresentar números com clareza, e posso trazer do Ministério dos Transportes – é que já está saindo do papel. Nós tivemos o cuidado de conversar com todos os Governadores, independentemente de partido, eu participei desse processo – não na presença dos Governadores com o Presidente, porque ali era um momento político –, após, junto com a Casa Civil, junto com o Ministério dos Transportes, como Ministra do Planejamento e do Orçamento. Ali foram pedidas por cada Governador de três a cinco obras, a depender do tamanho, e cada Governador pediu obras de R$1 bilhão, e tinham que pedir mesmo.

Então, dentro desse processo, as obras foram primeiro de acordo com os interesses regionais, locais, de interesses dos Governadores, independentemente de partido.

No meu estado, por exemplo, é de oposição o Governador e ele está levando quase R$2 bilhões – tem quatro a cinco obras estratégicas, duas delas juntas, porque eu estou contando com a da Itaipu também, porque tem uma parcela e, só aí, é quase R$1 bilhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dentro desse processo, todas as obras já estão ou em processo de licitação ou em andamento. Tem um caso excepcional, como a Lagoa Mirim, onde, no Rio Grande do Sul, veio a enchente, a gente já tinha licitado e teve que refazer projeto.

Segundo ponto, como o valor do PAC é de R$60 bilhões por ano, a gente tem o cuidado de, no final do ano, quando alguma obra, porventura, está paralisada por uma empreiteira que entra no processo, porque entra questionando o primeiro lugar, entra na Justiça, porque nós temos esse problema de judicialização no Brasil, a gente remaneja o orçamento e cobre para não faltar dinheiro – os DNITs no Brasil sabem disso –, porque as obras estão andando e andando bem.

E a terceira segurança é que um dos melhores Ministros do Governo do Presidente Lula está no Ministério dos Transportes, que é um colega de vocês, o Senador Renan Filho. Pela experiência como Governador, é um ministro de centro que atende igualmente a todos os Governadores.

Inclusive, nesse aspecto, já respondendo à sua quinta pergunta, antes de voltar para as demais, eu estou à disposição do Governador, que foi meu colega, o Senador Jorginho Mello. Tenho um carinho muito grande por ele. Temos visões ideológicas diferentes, mas não há absolutamente nada nesse sentido que impeça a conversa com ele. E ele deve ter apresentado os pleitos, tanto é que, em relação à BR-470... E eu posso aqui falar em nome do Ministério dos Transportes – eu pedi aqui as informações, porque a sua pergunta eu acho que merece porque eu acho que é a pergunta mais concreta e, portanto, mais sensível à população de Santa Catarina. Não poderia deixar de responder em relação à BR-470. A informação do ministério é de que, no dia 31 agora, na quinta-feira passada ou retrasada, enfim, 31 de julho, mais um pedaço dessa obra, no valor de R$44 milhões, foi concluído, que é o trecho viário de Badenfurt, na BR-470, em Blumenau, aliviando o trânsito. Além disso, entre os trechos executados pelo Dnit, destacam-se a construção de um viaduto duplo, quatro pontes, a duplicação de pistas e a implementação de vias marginais naquela região, ou seja, ela faz parte de um projeto maior de duplicação, como V. Exa. está apontando, que é a BR-470, entre as cidades de Navegantes e Indaial, que já consta com 80% de execução. A estrada estabelece a ligação entre o oeste e o meio oeste de Santa Catarina e o litoral, no norte do estado, sendo uma das principais rotas para escoamento de cargas. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta é a informação: a de que está em andamento, portanto. Ainda que, provavelmente, com alguns atrasos, mas está.

Então, não vejo retaliação mesmo, porque, de novo, o Ministro dos Transportes é um ministro... Não preciso falar, nem tecer elogios ao Ministro Renan, porque é um colega de todos vocês – qualquer coisa acho que cada uma das senhoras e dos senhores pode falar direto com ele.

Em relação à segunda pergunta, que é focando aqui o que eu teria dito em 2023, eu repito o que disse lá atrás sobre a reforma tributária, lincando-a com a questão da elevação das receitas. Eu realmente disse e vou repetir: a principal entrega do Congresso Nacional, de 2023 até agora, não querendo desmerecer nenhum dos trabalhos de V. Exas., mas a principal entrega para o Brasil, que os senhores fizeram, foi a aprovação da reforma tributária. Espero que façam algo ainda melhor até o final do ano.

Mas eu quero justificar por que eu luto por essa reforma tributária. É a minha área, eu fui professora de direito público por 12 anos. Eu luto por essa reforma tributária, visando à diminuição das desigualdades regionais do Brasil, há pelo menos 20 anos – e, durante oito anos, a gente tentou aprová-la –, porque ela não só desburocratiza; ela diminui a carga tributária, ela diminui o custo administrativo das empresas do setor privado. E eu concordo com V. Exa. e concordo com o Senador Jaime: o problema do Brasil é a burocracia e o problema do Brasil é o alto custo da carga tributária para o setor privado de investimentos. Só que a reforma tributária começa – os senhores a aprovaram assim, e não podia ser diferente, porque tem a fase da transição – a vigorar, para efeitos federais, em 2026. Começa, porque no fundo é janeiro de 2027. Em janeiro de 2027, nós vamos ver o que é unificar os impostos federais à luz da diminuição da carga tributária para o setor empresarial. Ela não é nem a reforma do agronegócio, ela não é a reforma do comércio; ela é a reforma da agroindústria e da indústria brasileira.

Há um estudo que a gente está avaliando, segundo o qual, sozinha, a reforma tributária pode impactar positivamente em quase 1% o PIB no Brasil a partir de 2032. Por que a partir de 2032? Porque a parte da unificação dos impostos estaduais não é em 2027; ela é de 2031 para 2032. Então, ela começa já a ter um impacto positivo... Ainda que o Brasil cruzasse os braços, que vocês não fizessem nada e que o Governo Federal não fizesse nada, o Brasil ia andar sozinho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quase 1% – ia ter um crescimento de quase 1%. Isso é um estudo do Ipea junto com a iniciativa privada; a FGV faz estudos, enfim, várias entidades fazem estudos.

E ela tem a ver com essa possibilidade de a gente reindustrializar o Brasil, porque esse é o grande problema que a gente não disse aqui.

Quando a gente fala... E aí, já envolvendo essa questão do tarifaço, porque também está relacionado, mas ainda concluo a pergunta dois, quando o senhor colocou, de cara, a questão do tarifaço aqui *versus* esse financiamento, como será esse contingenciamento... Quando a gente vê essa questão de tarifaço e vê essa discussão – e a gente até está perguntando o que efetivamente os Estados Unidos querem do Brasil, para a gente ver como a gente senta à mesa de negociação para conversar –, a grande questão é a seguinte: não é que um mercado seja melhor que o outro. O mercado maior é a Ásia. Um terço, em números, vai para a Ásia. Mas não que a nossa balança comercial com a Ásia seja melhor do que a balança comercial com os Estados Unidos ou que seja pior do que com a Argentina; não é isso. São coisas distintas, a complexidade é distinta. Para a Ásia a gente exporta mais *commodities*, agro e agroindústria, com etanol agora, e importa algo que é fundamental, que é o fertilizante, porque o nosso agronegócio não vive sem ele.

E a gente tem que não só fortalecer as indústrias de fertilizantes no Brasil, o que a reforma tributária vai ajudar a resolver... Tem uma fábrica parada em Três Lagoas – que está no processo de licitação com a Petrobras e que deve reiniciar agora no início do ano que vem; está 85% pronta – que dobra a produção de fertilizantes nitrogenados no Brasil. Uma única fábrica dobra. Não é muita coisa, já que a gente quase não produz. Mas o fato também é, nessa interligação, trazer o gás da Bolívia e da Argentina – Vaca Muerta, da Argentina; e o Gasbol, da Bolívia – para a gente fortalecer e comprar mais baratos fertilizantes.

Dentro dessa questão, interligando, portanto, com a pergunta, nós não precisamos aumentar a carga tributária – eu disse isso logo no início – para colocar isso tudo no papel. Porque nós estabelecemos o seguinte: não são R$60 bilhões do orçamento para o PAC? Nós pedimos para os Governadores colocarem as obras estruturantes importantes, e eles colocaram – todos eles colocaram –, para poder não ter que gastar um centavo a mais com as Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, enfim, para fazer essas obras. Então, não tem aumento de imposto, não tem aumento da carga tributária e nem aumento da dívida do Brasil para colocar isso para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionar – até porque os senhores votaram também que nós temos que colocar pelo menos 0,6% do PIB em investimento no Brasil. E isso ainda é muito pouco, mas tivemos esse cuidado, como responsabilidade fiscal, de não colocarmos dinheiro em excesso.

Então, respondendo à sua pergunta de forma objetiva, as obras do PAC estão andando, elas estão nas melhores mãos possíveis e não aumentam a carga tributária. Não precisamos de aumento de imposto para executar essas obras e, dentro do orçamento brasileiro, que os senhores aprovam, nós as estamos executando fielmente.

Lincando a essa quarta pergunta do tarifaço sobre a... O que eu posso só dizer, por enquanto, do nosso plano de contingência, porque isso quem vai anunciar é o Presidente, ele é quem vai bater o martelo – ontem ficaram alguns detalhes ainda com dúvidas –, é o seguinte: o plano de contingência vai ter um impacto fiscal muito pequeno. Na realidade, nele temos medidas – algumas que nós vamos trazer até da época da pandemia – que estão ligadas a subsídios, a parcelamentos, a prazos, a carência, a de que forma vamos proteger os trabalhadores... Mas elas têm um diferencial das da pandemia.

Eu estava aqui na pandemia. O desespero – o Senador Jayme e o Senador Petecão estavam aqui e sabem disto – era tamanho que a gente não sabia do que a gente estava falando. Nós não sabíamos se o mundo ia sobreviver logo no início. Chegamos a ficar neuróticos até. Então, o que fez o Congresso Nacional? Sem nenhum planejamento, porque não tínhamos tempo, nós injetamos na economia brasileira quase R$500 bilhões. Foram R$400 bilhões, metade para os estados e municípios... Eu estava aqui, eu votei, ajudei... O Relator era o nosso hoje Presidente do Congresso Nacional, que ficava vendo de quanto o estado iria precisar, onde iria investir e tudo o mais.

Então, ali não dava tempo de se fazer planejamento. Aqui, nas mãos do nosso Vice-Presidente, que é outra pessoa que eu respeito muito, competentíssimo, que é o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, o que nós estamos fazendo? Nós vamos, primeiro – e isto já está feito, esta depuração já foi feita –, ver quais são os setores que temporariamente estão impactados, porque eu ainda acredito que o café, lá na frente, vai sair da sobretaxa, assim como alguns outros produtos. Primeiro, vamos selecionar os setores. Selecionamos. Dentro dos setores, quais exportam? Dentro daqueles que exportam, quais efetivamente já não direcionaram o mercado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, carne. Um dos maiores frigoríficos que exportam para os Estados Unidos por causa do corte da carne é um frigorífico – não vou dizer a marca – no meu estado, que foi inaugurado no ano passado. Ele vira a chave, faz outro corte e – estou falando, porque ele mencionou isso – a maioria disso – é claro, ele dá férias coletivas para se adaptar – ele exporta para a Europa, para os países da América do Sul, para a Ásia, para qualquer lugar.

Então, nós estamos tendo esses cuidados também de separar os setores; dos setores, quais exportam; dos que exportam, quais foram sobretaxados; e, dos que foram sobretaxados, quais as empresas que, efetivamente, exportam e aquelas que não estão direcionando. Então, isso tudo já está elencado. O Mdic não está dormindo com esses detalhes.

E a gente vai mandar, obviamente, uma medida provisória para o Congresso, e o Congresso, com a sua soberania e autonomia, vai nos ajudar a construir esse plano de uma forma mais...

Da minha parte, é o seguinte: não pode ter aumento da dívida pública; não pode fugir das regras fiscais, a não ser naqueles casos excepcionais que a própria Constituição permite em relação à meta; e não pode, efetivamente, causar mais problema, porque isso altera o câmbio, gera inflação, que cai lá nos alimentos e empobrece a população brasileira.

Por fim... Desculpa, a terceira pergunta, que era a última, porque às demais eu já respondi. Eu fui falando de forma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET – Isso. É.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET – É. Está dentro desse pacote.

E eu gostaria, com isso, de emendar, porque... Senador Jaime, eu concordo com quase tudo que V. Exa. mencionou em relação a essa dívida do Brasil, histórica, com ferrovias.

E aqui, talvez... Eu provoquei, foi proposital, a questão da reforma tributária para fazer mais uma provocação aos meus colegas Senadores, né? Talvez – não é fácil, não é simples, mas às vezes dê para fazer ainda nesta legislatura – a gente pudesse se debruçar, o Congresso, o foro é o Congresso Nacional, num grande marco regulatório de ferrovias no Brasil. Não um marco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulatório de infraestrutura, senão mistura muito, porque aí a gente fala de portos, aeroportos, cabotagem... Não que não sejam importantes – eles são –, mas, pelo menos, eles já têm uma questão...

Eu só faço um senão em relação à Ferrogrão, porque nos interessa, ao meu Estado de Mato Grosso do Sul também, e sei que é muito cara essa questão que está parada no Supremo. Eu sou a favor de privatizações, nunca neguei isso; não é que tudo tenha que ser privatizado. Eu sempre digo que sou uma pessoa de centro porque até nisso eu tenho alguns senões. Eu não acho que o Estado tem que ser máximo, mas também não acho que o Estado tem que ser mínimo; o Estado tem que ser o necessário para fazer aquilo que é essencial para o povo – educação, saúde, segurança pública, etc. – e deixar a iniciativa privada fazer o que ela faz melhor, que é investir na parte especialmente de logística, infraestrutura. Então, eu sou a favor das privatizações em relação a portos, aeroportos, ferrovias, dentro de critério, dentro de certas condicionantes. Mas, conhecendo a história um pouquinho e sendo da área – dei aula muito tempo de licitação e contratos –, o que aconteceu com a Ferrogrão agora não aconteceria com muitas ferrovias e muitas obras de infraestrutura. Houve, ainda que com alguns senões, uma modernização da Lei de Licitações e Contratos depois dessa concessão da Ferrogrão, relatada, salvo engano, Senador Jaime – o Senador Confúcio pode me lembrar –, pelo então Senador Anastasia, que era o pai de todos nós na área de direito administrativo. Poucas pessoas eu conheço no Brasil que entendem tanto dessa área. E ali nós flexibilizamos algumas coisas. Acho que se pode aperfeiçoar, tem alguma coisa que não ficou... Isso facilita um pouco a questão de conseguir, de forma mais célere e mais rápida, a questão das privatizações, tanto é que nós estamos batendo recorde de leilões e de concessões em aeroportos, em portos, em rodovias no Brasil. O Ministro Renan Filho poderia vir aqui explicar. Toda semana ou a cada 15 dias, ele vai à B3 e tem ali... O meu estado mesmo acabou de ter aí um leilão muito bem-sucedido.

O Senador Jaime não me entendeu mal, não. Eu falei mesmo isso porque eu contei a história pela metade, pela rapidez. Quando, em 1903, nós nos comprometemos com a Bolívia de incorporar o Acre, nós nos comprometemos em fazer a ferrovia até a Bolívia. Nós fizemos no território brasileiro, e não fizemos no território boliviano. Quando foi em 1966, no Governo militar, eles renegociaram e disseram o seguinte: em vez de nós fazermos ferrovia no território boliviano, nós faríamos a ponte em Guajará-Mirim, aí uma ponte rodoviária. Então, V. Exa. tem razão. V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não entendeu mal, não; é que eu contei pela metade, e V. Exa. acabou complementando. A ferrovia pelo lado brasileiro nós cumprimos; o que nós não cumprimos é a pelo lado boliviano. E, em 1966, houve uma troca. E aí eles aceitaram e, em vez de fazer ferrovia, nós construímos essa ponte. O Senador Petecão estava lá no Acre, mas tanto o Senador Confúcio... Nós fomos à sua terra, em Rondônia, e nós lançamos essa ponte, a ordem de serviço, com a presença do até agora Presidente boliviano, Luis Arce. Então, agradeço porque me permitiu, na correria, explicar.

E eu termino apenas dizendo o seguinte... É uma provocação importante, né? O Senador Jaime fez uma provocação muito interessante. Por quê? A gente, quando vai fazer uma concessão rodoviária, tem que dar 30 anos para a iniciativa privada e, ainda assim, para ela, em 30 anos, terminar duplicações. E aí vem: porque, quando a gente faz por 15 anos ou por 20 anos, ela dá deserta. Então, tem alguma coisa errada. Não está errada a iniciativa privada, que fala "se for diferente, eu não vou cumprir", porque ela quer ganhar dinheiro. Está errado algum modelo. A gente também tem que se debruçar sobre o que está acontecendo. Às vezes, a gente coloca alguns trechos que não cabem duplicação, mas cabem terceira faixa, e a gente insiste com a duplicação daquele trecho, e não com a terceira faixa. E isso é aquele "o inimigo do bom é o ótimo". Às vezes, é preciso começar. Vamos começar com a ferrovia. Depois vai ter uma série de veias ali interligando, mas temos que começar. Então, talvez a gente precise ter essa análise mais concreta, acreditar mais nos técnicos quando eles colocam: "Assim dá certo, assim não dá certo".

A minha estrada – para encerrar –, a BR-163, que liga meu estado ao Estado de Mato Grosso – aí é com o outro Jayme –, ficou parada do nosso lado, porque o seu foi rapidinho. Ela ficou parada dez anos, porque a gente remodelava, remodelava, remodelava – o nosso estado. O Mato Grosso, "não, mas tem que duplicar aqui, não pode ser terceira faixa aqui". A gente ia para o leilão, e dava deserto. Até o momento em que falamos assim: "Deixa fazer do jeito que está". E não era qualquer concessão, era uma das melhores empresas do Brasil em concessão de rodovia, era a antiga CCR, e ela falava: "Não adianta, eu não vou fazer", porque, no PAC 1, é verdade, foi tão restritivo, no primeiro PAC, que, quando veio a crise de 2018, todas as concessões paralisaram. Então, essa remodelagem é uma coisa que deve vir.

Mas eu deixo aqui: quem sabe um marco regulatório de ferrovia... Porque eu não tenho problema nenhum de falar do passado: acho que um dos maiores Presidentes que este país teve foi Fernando Henrique. Meu pai foi Ministro do Fernando Henrique. Eu posso dizer que acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a privatização das comunicações foi muito importante, mas, se tem uma privatização que não deu certo no Brasil, pela modelagem, ou se porque foi a primeira – eu não sei –, foi a privatização de ferrovias. No meu estado, pelo menos, não deu certo.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Ministra.

Quero agradecer a presença dos Senadores Sérgio Petecão, Pedro Chaves e Alan Rick.

E eu passo a palavra para o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Cara amiga, Presidente desta Comissão, Senadora Dorinha; ilustre Ministra, nossa conterrânea, Simone Tebet; nosso querido amigo João; eu apenas vou me dirigir a V. Exa. para dizer que estou plenamente satisfeito já, na minha pouca participação, até porque eu cheguei um pouco atrasado, pela sua fala aqui, pelas colocações do andamento naturalmente das obras e da perspectiva em relação aos investimentos no Brasil.

Na verdade, nós temos que fazer justiça. Nós não podemos confundir a questão ideológica, partidária em relação ao planejamento e aos investimentos que o Governo Federal tem feito nesses últimos tempos.

Confesso que, quando a senhora veio aqui, na outra audiência em que a senhora esteve aqui, e a senhora falou da possibilidade de algumas obras andarem, eu falei: "Meu Deus do céu, será que é verdade?", porque nós brasileiros, de uma maneira geral, estamos com um pé na frente e um pé atrás, sempre com medo daquela velha promessa, sobretudo promessas políticas que não acontecem. E, com isso, a sociedade, de uma maneira geral, anda extremamente desconfiada, sobretudo dos políticos porque prometem, prometem, falam bonito e depois não cumprem nada.

Entretanto, eu vejo os investimentos que o Governo Federal está fazendo... Nós temos que ser justos aqui. Eu vi, há poucos dias, algumas inaugurações no próprio Estado de Santa Catarina, terra do Senador Jorge Seif, obras maravilhosas, não é? Obras de resultado altamente positivo na questão da mobilidade urbana, sobretudo nas rodovias, que eram vitais para o seu desenvolvimento econômico e social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nesse caso, particularmente, eu vejo aqui a discussão nossa, quando eu falo em Ferrogrão, que hoje é o único gargalo, na medida em que a BR-163, que a senhora sabe perfeitamente que ela era já concessionada através da Rota Oeste... A Rota Oeste teve um problema de ordem financeira, e depois o Estado de Mato Grosso assumiu, através da Nova Rota Oeste, com a participação do Governo do Estado de Mato Grosso, e essa obra hoje é uma realidade. O estado está executando através da MTPar, fazendo um trabalho aqui que certamente vai evitar dezenas e dezenas de mortes que aconteceram. Mesmo duplicando, no último sábado – vocês acompanharam até pela imprensa nacional –, só num acidente, vieram a falecer 12 pessoas, de mais de 30 ou 40 pessoas, e há algumas em estado precário, internadas nos hospitais da região.

Feito isso aí, é bom que se esclareça aqui e que façamos justiça: essa obra que está acontecendo na BR-163, lá em Mato Grosso – o Governo usou até pouco os instrumentos, em termos de divulgação –, é fruto também do apoio do Governo Federal através do BNDES, que financiou R$5,3 bilhões para que o Governo do Mato Grosso, através dessa empresa, pudesse contrair esse financiamento, na medida em que é possível também pagá-lo com o próprio faturamento do pedagiamento dessa rodovia que corta o nosso Estado de Mato Grosso, porque é uma das regiões mais prósperas do Brasil, a região ao longo da BR-163, sobretudo demandando dali do Posto Gil, passando por Nova Mutum, Lucas, Sorriso, Sinop, etc.

Entretanto, nós temos dois gargalos hoje, Ministra. Um é a questão de destravarmos a Ferrogrão. Sei que não está nas mãos da senhora, na medida em que o próprio Supremo Tribunal Federal, através de uma decisão do Ministro Alexandre de Moraes, impossibilitou até os estudos, inicialmente, dos impactos que poderiam ser causados lá. E agora ele já autorizou – para conhecimento do próprio querido e estimado amigo, Senador Jaime Bagattoli – a concluir o levantamento, os estudos, os diagnósticos que se tem que fazer, tendo em vista que a BR passa margeando uma reserva indígena. É uma obra vital para o desenvolvimento econômico e social do nosso estado, tendo em vista que, em Mato Grosso, a produção todos os anos cresce, sem derrubar uma árvore, só aproveitando as áreas degradadas naquela região do Cerrado do Brasil, que é não só na Região Norte, mas sobretudo no Brasil Central, que corresponde ao médio e baixo Araguaia de Mato Grosso.

Feito isso aí, eu tenho certeza absoluta de que será uma obra que vai ser construída pelo setor privado. Tem vários interessados, e, por essas três, seja Bunge, seja ADM, seja a Amaggi, etc.,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos concluir. Com isso vai melhorar sobremaneira a renda do produtor, devido aos custos, que vão baratear. Há, hoje, estudo da possibilidade de diminuir pelo menos 25% em relação ao transporte ferroviário com o transporte rodoviário.

Feito isso, eu acho que estamos encaminhando muito bem. Há todo interesse – é bom ressaltarmos aqui e fazermos justiça – do Governo Federal, que tem o próprio Ministro Alckmin, Vice-Presidente, que está interessado, imagino que V. Exa. também, lá, Ministra Simone, e o Ministro Renan, todos interessados. Agora, são assuntos que muitas vezes não compete, não cabe ao Governo resolver. É um problema que está judicializado, através de representação, de ações promovidas por ONGs, partidos políticos, etc., mas tenho certeza de que vai sair.

O que nós precisamos agora, Ministra, é ver a possibilidade de nós fazermos a duplicação, porque a duplicação da BR-163 vai até a cidade de Sinop. O trecho Sinop, que demanda ao longo da BR-163, passando por Santa Helena, Terra Nova, Peixoto, Guarantã, Matupá, já é concessionado através da Via Brasil. Entretanto, o que se tem que fazer? Temos que melhorar a *performance* dessa concessão, para que possamos também duplicar de Sinop até a divisa do Mato Grosso, em Guarantã, que é a última cidade, fim de linha. Chama-se Guarantã do Norte. Feito isso, a logística do Mato Grosso melhorará sobremaneira.

A obra da Fico – eu estive poucos dias atrás em Água Boa –, que demanda a Mara Rosa, Goiás, está sendo executada através da Vale do Rio Doce. Foi feita a repactuação, ou seja, a renovação da concessão, que é do Espírito Santo, se não me falha a memória, até Belo Horizonte, ela assumiu o compromisso de executar essa obra. Essa obra já está executada, hoje, mais ou menos, em algo em torno de 35% a 40%, sobretudo no território do Estado de Goiás, ela praticamente está concluída. Já estão avançando no território mato-grossense.

E nós temos uma outra ferrovia, nesse caso, particular, que vai melhorar o escoamento da nossa produção, saindo daí e indo à nossa produção na região do Médio e do Baixo Araguaia, na Norte-Sul, fazendo o desembarque e a transposição, naturalmente, da produção de lá. Portanto, aqui eu tenho que só fazer elogios a V. Exa., tendo em vista o trabalho que tem sido feito.

Agora, só vou citar aqui, para concluir – sei que V. Exa. já está cansada –, que, de acordo com os dados publicados no último domingo no jornal *Folha de S.Paulo*, as tarifas impostas por Donald Trump, pelo Presidente Trump, sobre os produtos importados do Brasil afetam 65% do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

total exportado pelo Estado de Mato Grosso – aquela exportação para os Estados Unidos. Em outros estados a situação, eu imagino, pode ser ainda mais grave a depender do peso, naturalmente, dos Estados Unidos em suas exportações.

Eu pergunto a V. Exa. – não sei se estou sendo repetitivo, se alguém já fez essa pergunta –: que intervenção o Governo pretende adotar para mitigar os impactos das tarifas na economia brasileira e de que modo essas ações repercutirão sobre o orçamento da Federação? Essa é uma pergunta que eu acho que vale muito a pena nós indagarmos à senhora. Qual o impacto que teríamos no nosso orçamento?

Ademais, cumprimento-a mais uma vez pelo seu trabalho meritório, competente, exitoso que tem feito à frente do Ministério do Planejamento, que, confesso para a senhora, é uma das gratas revelações que nós temos no Governo do Presidente Lula seu trabalho maravilhoso, sério e acima de tudo, defendendo os interesses de toda a sociedade mato-grossense.

Muito obrigado, Ministra.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Jayme Campos.

Passo a palavra para o Senador Sérgio Petecão, para suas intervenções e, depois, para o Senador Alan Rick, e nós encerramos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para interpelar.) – Obrigado, Professora Dorinha, nossa querida Presidente desta Comissão.

Já também fazendo um agradecimento à nossa Ministra Simone Tebet pela sua presença aqui na Comissão, nós tivemos o prazer de receber a Simone em nosso estado. Ela esteve lá fazendo parte da comitiva do Presidente Lula, acompanhada de vários Ministros, e, na época, tive a oportunidade de conversar com a Ministra Simone – que é uma amiga, uma pessoa pela qual tenho um carinho muito grande – sobre algumas demandas do nosso estado, mas, na ida do Presidente Lula ao Acre, ele assumiu o compromisso de investimentos de vários ministérios, do Ministério de Minas e Energia, Ministério dos Transportes, lá com o Ministro Renan, como V. Exa. já falou, de mais de R$1 bilhão – estou falando de mais de R$1 bilhão. E, pasmem, ainda tem pessoas que ficaram chateadas com a ida do Presidente ao nosso estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, imaginem, para um estado pobre como o Estado do Acre, se nós não tivermos a mão amiga do Governo Federal – seja lá qual for o Governo, seja de direita, seja de esquerda, seja de centro – é impossível tocar um governo se não tiver o apoio do Governo.

Nós estamos aí numa expectativa muito positiva.

Na última reunião que nós tivemos com a senhora, a senhora fez um relato sobre a situação dessa ferrovia. Eu vi que a senhora fez um apelo: "Pelo amor de Deus, vocês não falem mais nessa saída pelo Peru, por Pucallpa, para que nós não possamos perder tempo". Não tem um acriano que não queira essa estrada por Pucallpa, mas eu também não posso, de forma alguma... Eu sei que, do lado peruano – e eu já estive com várias autoridades peruanas –, nós temos uma reserva indígena, que eles chamam de povos originários que não aceitam nem conversar sobre isso, nem conversar, e, do lado de cá, nós temos um parque ambiental, mas são poucas pessoas que têm coragem de dizer isso, porque, para alguns políticos, é bonito dizer que a ferrovia vai passar por Cruzeiro do Sul. Eu queria muito que a ferrovia passasse por Cruzeiro do Sul, mas eu não posso enganar o povo de Cruzeiro do Sul porque, de Rio Branco para Cruzeiro do Sul, nós ainda temos aí 600 quilômetros. Nós temos uma estrada, que está pronta – inclusive o Ministro Renan assumiu o compromisso de fazer um anel viário, que é a única coisa que está faltando –, e, do lado peruano, a estrada está 100%.

Eu estive na inauguração do Porto de Chancay, junto com o Presidente americano e junto com o Presidente chinês, fui representando a Comissão de Portos e Aeroportos aqui do Senado. Jayme, o porto está pronto. O Jayme perguntava aqui: "Petecão, mas por que essa ponte em Guajará?". Eu quero acreditar que é mais uma opção para se chegar ao porto, porque, do nosso lado, a estrada está pronta. "Ah, mas por que pelo Acre?". Pelo Acre vai facilitar porque nós já temos a rodovia. As licenças ambientais vão ser muito mais fáceis. Ora, eu quero a estrada passando pelo meu estado. Lógico. Mas qual é o problema se vier a sair essa ponte em Guajará? – é isso, não é? Guajará? Também eu não vejo nenhum problema. Nós precisamos ter mais opção.

O meu colega Bagattoli falou do transporte nessa estrada. Não é verdadeiro. Hoje nós temos tecnologia para você... Quando a ferrovia chegar, maravilha! Lógico que vai melhorar! "Ah, mas é difícil." Gente, essa é uma parceria do Governo brasileiro com o Governo chinês. Não tem como não fazer. Nisso eles têm interesse. O Porto de Chancay – e eu tive lá –, 60% dele é de capital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chinês, não é mais peruano, é de capital chinês, e a Ministra sabe disso. Eles querem muito, muito, muito, muito abrir essa relação com o Brasil.

Então, Ministra, as minhas palavras são de gratidão por tudo que a senhora tem nos ajudado lá no Acre.

A BR-319, que é a BR que liga Porto Velho a Manaus, não tem que ser feita, tem só que voltar a abrir porque ela já existe. Eu viajei nessa estrada com o meu pai de caminhonete, era tudo asfaltado. O que nós temos que fazer é ver quais são os problemas e resolvê-los, porque essa estrada é muito importante não só para o povo do Amazonas, mas também para o povo de Rondônia e para o povo do Acre. É uma estrada que alimenta a nossa região. Nós estamos falando de uma capital importante na região, de um estado importante, que é o Amazonas, e que liga à capital, Manaus.

Então, nós não temos que fazer essa estrada, ela já existe, nós só temos que fazê-la funcionar. "Ah, tem que fazer alguns ajustes, corrigir algumas coisas." Façamos. Agora, o que nós não podemos é estar com aquela estrada parada.

Então, Ministra Simone, as minhas palavras são de agradecimento. Fiquei muito grato com a sua presença lá no nosso estado. Fiquei muito grato com a presença de outros ministros, o Ministro Renan, que trouxe boas notícias e do Presidente Lula.

Todo dia, eu recebo acho que umas 200 mensagens de pessoas pedindo para eu assinar, não sei se... Eu não sei o que é assinar. Eu sei que aqui no Senado, você vota a favor ou contra. O projeto vai dar entrada lá na Presidência, vai passar pelo Colegiado de Líderes, vai ser feita uma pauta, e vai ser encaminhado. E aí, depois vai ser encaminhado à Comissão, creio que à CCJ, é isso, não é? E depois nós votamos, a favor ou não, o *impeachment*, não é? Eu sou partidário, vou seguir a orientação do meu partido.

E o Presidente Lula me fez um pedido: "Olha, não vote, você viu lá, não assine." Eu digo, Presidente, eu não sei o que é assinar. Ou eu vou votar ou eu não vou votar; ou eu vou votar contra ou a favor, mas no momento certo, em que o Presidente Davi pautar essa matéria no Senado, quando for pautada, porque agora é tudo especulação. Quer dizer, tudo que foi dito pelo Presidente, que foi dito por você, que foi dito por todo mundo não serviu de nada. O que falou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claro, foi naquele pedido que o Presidente Lula... Eu não vou mentir para a senhora, eu fiquei lisonjeado, recebi um pedido do Presidente, mas não influencia nada na minha decisão. A minha decisão, eu vou tomar no momento certo, na hora em que esse projeto chegar ao Plenário. Aí, sim, as pessoas vão conhecer meu voto: a favor ou contra.

Mas eu acho que com toda essa tormenta, o que ficou mesmo foi que o Presidente Lula assumiu vários compromissos com o meu estado. Fiquei muito feliz com aquela visita à Cooperacre. Você viu a nossa riqueza, a castanha. Aquela castanha não é do Pará. Aquela castanha é do Acre, porque antigamente... Eu vi a Ministra Simone encantada: "Olha, tanta castanha gostosa!" Mas olha, você está comendo castanha do Acre, não é do Pará, porque antigamente, como nós não tínhamos... O Acre era muito pobre, a nossa castanha ia para o Pará por navio. E aí, o Pará ganhou a fama com a nossa castanha. Hoje é a castanha do Brasil, nem é do Acre, nem é do Pará, mas quem produz – acho – que 80%, 90% da produção do Brasil é o Acre.

Simone, muito obrigado mesmo. Fica a minha gratidão. E conte comigo aqui no Senado, está bom? Obrigado, querida.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente, Senadora Professora Dorinha. Cumprimento a Ministra Simone Tebet, cumprimento o Secretário João Victor.

Nós tivemos uma reunião, no dia 21 de maio, com parte da nossa Bancada federal do Acre, no Ministério de Planejamento e Orçamento, com a Ministra Simone. Foi nossa última conversa institucional, Ministra. E dali eu saí bastante otimista com o andamento do projeto da nossa ferrovia. Eu falo nossa, porque é a integração dos dois oceanos, é a integração do Brasil, ligando leste ao oeste: Ilhéus, na Bahia, ao meu querido e amado Estado do Acre.

É claro que todos nós aqui, representando a nação brasileira, mais efetivamente os nossos estados, buscamos as rotas de desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero parabenizá-la, Ministra. A senhora tem desempenhado um papel extraordinário na condução do projeto das rotas de integração. A senhora tem se dedicado a visitar os estados, ouvir a população e os gestores, buscar a integração com os países sul-americanos, e isso demonstra a sua capacidade política. Nós precisamos de políticos assim, que pensem no Brasil com o olhar de estadistas. Eu quero parabenizar a senhora e a sua equipe por isso e deixar isso registrado nesta Comissão.

Dito isso, Ministra, ouvindo atentamente a sua fala mesmo já em outras Comissões e pegando o que a senhora tinha falado e a sua apresentação, que já está aqui em minhas mãos, a minha pergunta é: com o Governo chinês, já está tudo alicerçado e organizado para que a gente inicie esse projeto da Ferrovia Leste-Oeste, interligando os dois oceanos, passando pelo Acre? Efetivamente, o traçado original dessa ferrovia prevê a saída via Assis Brasil; se eu não me engano, é o traçado original.

Há um sonho do povo do Acre com a interligação via Juruá. Na reunião que nós tivemos no ministério, a senhora e sua equipe, o próprio João, me falavam da possibilidade de uma estrada de integração – até mesmo para tirar os municípios isolados do Acre desse isolamento que os segrega a uma situação extremamente precária de desenvolvimento humano, social e econômico –, interligando o Município de Marechal Thaumaturgo à cidade de Puerto Inca, no Peru. A viabilidade dessa rodovia é muito melhor, do ponto de vista ambiental, estrutural e econômico, do que a proposta Cruzeiro do Sul-Pucallpa, que é realmente um sonho dos acrianos, um sonho daquela população, como disse aqui o Senador Petecão, e um sonho nosso, obviamente. Claro que nós temos que observar as alternativas. Se existe alternativa de interligar o Juruá ao Peru através de Marechal Thaumaturgo e, dessa forma, também tirar municípios acrianos do isolamento histórico que vivem, é extraordinário para nós.

Então, a minha segunda pergunta é: como está o projeto dessa estrada Marechal Thaumaturgo-Puerto Inca, interligando o Acre, na região do Juruá, à região peruana, em Puerto Inca? Obviamente, o que o ministério já tem, de forma efetiva, sobre a ferrovia passando pelo Estado do Acre e sobre a infraestrutura que deverá ser construída? Uma vez sendo o estado limítrofe, nós precisaremos ter toda a infraestrutura aduaneira para o comércio exterior, e essa infraestrutura, obviamente, tem que ser construída dentro do Estado do Acre, na fronteira com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peru, onde a ferrovia fizer a troca comercial e o desembaraço aduaneiro de cargas de importação e exportação.

Portanto, Ministra, mais uma vez, parabenizo a senhora.

Este é um sonho do Acre: a nossa interligação. A ferrovia trará ao nosso estado aquilo que já aconteceu em outros municípios limítrofes: desenvolvimento, galpões logísticos, infraestrutura de porto seco ou de aduaneira; enfim, vai trazer desenvolvimento, vai gerar emprego, vai transformar o Acre num *hub* das trocas comerciais do Brasil com o Pacífico.

É desnecessário aqui a gente repetir que o Porto de Chancay é um investimento bilionário do Governo chinês em parceria com o Governo peruano, são mais de US$3,6 bilhões investidos ali para que essa região possa ser realmente o ponto de saída e de entrada de mercadorias das trocas comerciais entre os países.

Então, como está hoje o projeto efetivamente da ferrovia? Em que ponto está, do ponto de vista da viabilidade econômica de construção, de prazos, de datas? E também da rodovia entre Marechal Thaumaturgo e Puerto Inca?

Muito obrigado e, mais uma vez, parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Alan Rick.

Eu devolvo a palavra à nossa Ministra Simone Tebet, para suas conclusões.

A SRA. SIMONE TEBET (Para expor.) – Obrigada, Senadora Dorinha.

Eu vou ser breve, porque as perguntas são bem objetivas, começando pelo meu conterrâneo.

Eu brinco sempre, porque, desde o início, com o Senador Jayme, que foi colega do meu pai, eu falo assim: eu tenho a alegria de dizer que eu tenho dois estados, porque eu nasci e já tenho uma idade suficiente para ter nascido no então Mato Grosso uno. Na minha certidão de nascimento, está Três Lagoas, MT, e não MS, que depois, com a divisão dos estados, hoje, é no meu querido e amado Mato Grosso do Sul. Então, eu falo que eu tenho dois estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando eu tenho que lutar por... Quando o Senador Jayme pede por Mato Grosso, eu falo que eu tenho que trabalhar dobrado ali, porque, de alguma forma, eu tenho um pé nesse estado, que nos representa a todos. Com muito orgulho, eu acho que todos nós podemos dizer que Mato Grosso, terra do Jayme, é o celeiro do Brasil hoje, só que, sozinho, obviamente, não seria capaz de alimentar o mundo.

Então, quando a gente fala de rotas de integração sul-americana, nós estamos falando não só de acabar com a miséria, diminuir a pobreza e diminuir a desigualdade social do Brasil, mas essas rotas de integração significam também ajudar a alimentar o mundo, crescendo e desenvolvendo o Brasil, porque, ao alimentarmos o mundo – é dando que se recebe –, ao levarmos as nossas riquezas para lá, entra dólar, entra dinheiro, para que os governos que estão presentes, sejam entes nacionais como os subnacionais, possam dar ao povo aquilo que ele efetivamente precisa e aquilo que ele, efetivamente, quer.

E é por isso que eu vou interligar um pouco as perguntas dos três, que, de alguma forma, estão interligadas, para ficar muito feliz com a cena que eu vi na primeira vez que eu fui ao Acre – a primeira vez neste Governo, porque já conhecia há um tempo – e na segunda vez.

Quando eu fui ao Acre, eu tive o prazer de ser recebida pelo Governador Gladson, que é um Governador de oposição ao Governo e foi nosso colega Senador aqui. Estavam sentados à mesa, do Psol ao PL – estava lá o Senador Alan Rick –, falando do quê? Dos interesses do povo acriano. É isso que nós precisamos fazer. É isso que está faltando à política brasileira.

Eu sou da época em que meu pai falava: "Polarização, discussões ideológicas, debate eleitoral a gente deixa para o período eleitoral em palanque". Ali cabe quase tudo, não tudo, mas quase tudo. Na política do dia a dia, vale apenas uma coisa: o interesse absoluto e fundamental do povo brasileiro.

Então, aquela cena do Acre me impressionou muito, porque é um estado que tem uma ideologia mais conservadora, mais governada à direita, pelo menos assim, e ali estavam do Psol ao PL. E todos com urbanidade, como é e como acontece toda vez que eu venho aqui e discutem.

Olhem só, aqui nós temos Senadores que são da oposição, mas o Senador Jayme tem a grandeza de dizer que nós temos que reconhecer que o Governo Federal, que é um governo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frente ampla, faz investimentos bilionários em um estado conservador, cujo Governador é de oposição, e nem assim deixou o Ministro dos Transportes de dar em concessão ou estadualizar estradas; e, em parceria do governo do Estado, o BNDES é um banco público do Governo Federal. Ali, teve a grandeza de falar que precisa abrir financiamento com juros diferenciados, da ordem de R$5 bilhões, para o estado que, hoje, é o celeiro do Brasil. A mesma coisa é a grandeza de o Senador Alan falar, agradecer e reconhecer, deixando as diferenças de lado.

E eu estive agora, recentemente, no Acre com o Petecão. Aliás, nosso vídeo viralizou porque... Olhe o porquê da dificuldade em entender as exceções do tarifaço: a castanha-do-pará *in natura*, que é com aquela casca dura, foi excluída do tarifaço. Se eu mandar *in natura*, colocar nas caixas lá e mandar *in natura*, eu não vou pagar 50% para entrar nos Estados Unidos ou para vender para os Estados Unidos. Agora, se eu colocar mulheres simples, operárias, de cooperativas, para triturar, para limpar o que são pedacinhos menores, porque eles querem só as castanhas inteiras, colocar nas caixas e mandar para os Estados Unidos, aí eu tenho uma tarifa de 50%. Qual é a lógica disso? Então, é preciso entender o que está acontecendo.

Estava lá um Senador, como é o Senador Petecão, defendendo os interesses do Acre, junto ao Presidente Lula, não é do mesmo partido do Presidente, mas para falar: "Presidente, nós precisamos disso, ao mesmo tempo aqui agradecendo o instituto técnico federal, os assentamentos, a titularização de áreas e tudo mais". É isso que nós precisamos fazer se nós queremos sobreviver enquanto país, enquanto nação, cuja janela de oportunidade está se fechando.

Nós já vimos esse filme antes, mas agora é com mais urgência, Professora Dorinha – eu a chamo de professora porque V. Exa. sabe do que eu estou dizendo. A população está... O Brasil está envelhecendo antes de ficar rico enquanto nação, diferentemente da Europa, e nós vamos pagar um preço muito caro se nós não nos unirmos em torno disso.

Que bom que nós vamos ter uma CPI discutindo a questão da ausência das *big techs* na fiscalização dos conteúdos relacionados às nossas crianças e aos nossos jovens. Isso não tem nada a ver com outro tipo de cerceamento ou de liberdade de expressão, isso não é liberdade de expressão, isso é crime dos mais bárbaros, porque você mata o futuro de um país. Qualquer um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que seja pai, que seja avô, que seja tio sabe da importância. Não dá para responsabilizar o pai e a mãe.

Eu já passei por isso, eu tive uma filha que eu não sabia o que estava olhando na internet, porque era um mundo que estava se abrindo ali, e eu não sabia o que ela estava vendo. Por sorte, ela tinha maturidade suficiente, ela já tinha um pouco de idade para perceber que ela poderia estar sendo sequestrada numa *deep web* ou na internet mesmo, por algo que não era... Querendo que entrasse em circuitos ali de brincadeiras que levariam à automutilação, a expor outras pessoas ao suicídio. Mas não é toda criança, porque às vezes começa muito cedo ou é o pai que consegue perceber. Então, o papel deste...

Desculpa aqui, mas o papel deste Congresso é tão importante quanto a reforma tributária, se não for ainda mais importante. Então, parabéns pela iniciativa de vocês. Eu espero efetivamente que, pelo menos nesse quesito, haja uma votação unânime no sentido de exigir das *big techs* responsabilidade de bloquear esses conteúdos.

Isso tudo para dizer o seguinte na minha fala aqui, final: o Senador Jayme só me fez uma pergunta, o plano de contingência está pronto, só faltam alguns pequenos detalhes, e nós vamos ser muito criteriosos, eu comentei: não vamos fazer o que fizemos na pandemia, quando nós não tínhamos como e tivemos que colocar R$400 bilhões. Foi um valor muito acima do que precisava, mas a responsabilidade é nossa, eu votei, não tínhamos como, né? Não sabíamos. Neste caso, a gente está estabelecendo quais são os setores atingidos; dos setores, quais são as empresas atingidas; e, das empresas, quais já não conseguiram direcionar a sua produção.

Segundo, muito claramente, ela tem muito pouco impacto no orçamento brasileiro. O orçamento, comparado então aos R$400 bilhões, não é nem dois dígitos, podem ficar... Não é três nem dois dígitos, é um valor muito pequeno, mas é muito mais as ações, ações de proteção dos trabalhos, das empresas, para elas não fecharem: carência, financiamento... Eu não posso me delongar, até porque eu não sei o que o Presidente vai tirar e colocar de última hora. A gente só é chamado quando é sobre questão orçamentária; sobre as demais, nós não fazemos parte da comissão. Então, nesse ponto, a gente está com muita tranquilidade em relação à responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De forma objetiva, o Petecão não fez perguntas, mas vou lincar a pergunta dele à pergunta do Senador Alan só numa questão, que tem a ver com a Professora Dorinha, esta é a artéria, é o que é possível, ou a gente enfrenta, trabalhado com estudos nossos –, não foi da China, isso foi um estudo da Infra S.A., do Ministério dos Transportes e do Ministério do Planejamento e Orçamento. Essa ferrovia, a estratégia dela é: vamos aproveitar a Fiol, vamos aproveitar a Fico e vamos interligar, por baixo, portanto.

Em cima a gente teria um problema ao norte de Mato Grosso, porque ainda ali, no norte de Mato Grosso, é considerada Amazônia Legal. Então, vamos interligar Lucas do Rio Verde, vamos margear a BR, chegando à Vilhena – porque sozinha hoje Rondônia exporta US$1 bilhão, ela sozinha, Vilhena, tamanha a pujança dessa região –, chega a Porto Velho e corta para Rio Branco.

O Senador Petecão deu a resposta preliminar, por que não por cima? Por que por baixo e não por Cruzeiro do Sul? Do lado do Brasil, nós temos uma reserva ambiental que poderia ser superada. Você fala assim: "Faça mais 20 quilômetros, 30 quilômetros e dê a volta". Poderia até ser superada, a gente poderia pensar, só que a gente tem que rasgar um espaço territorial, tem que ter estudo de impacto ambiental, que leva anos. Não é por conta da reserva, é qualquer coisa que sai da BR, mas não é nem por isso.

Eu estive no Peru, não são obrigados a acreditar em mim, mas eu estive com o Ministro dos Transportes. Ele estava falando em nome da Presidente – Petecão, eu não sei com quem esteve –, e ele falou claramente para mim: "Diferentemente do Brasil, nós somos um povo indígena. Não que seja uma reserva ou uma aldeia. Aqui a nossa miscigenação é outra. Nós somos um povo indígena. Não há um governo que consiga passar na reserva, porque mobiliza o país inteiro. Diferentemente do Brasil, onde hoje os povos originários são minoria" e que precisam ser preservados e protegidos por todos nós. Lá nós estamos falando de uma identidade muito clara. Então, eles falaram: "Por aqui não passa!"

Nessa estratégia, nós fizemos por baixo, mas vem a notícia boa e o pedido do Senador Alan. Nós já estamos vendo a possibilidade rodoviária no primeiro momento – não é do nosso ministério, eu vou ver como é que está isso – de colocar no Município de Marechal, de fazer uma rodovia interligando, mas eu falo de algo mais. A partir de 2030, que está logo ali – não pense que está longe –, quando eu acredito que essa ferrovia já esteja quase que concluída, nada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impede, diante do desenvolvimento dessa região, de fazer no sentido contrário: Cruzeiro do Sul, por baixo, fazer uma ferrovia também. Não para interligar por lá, mas para interligar pensando na Bolívia e pensando nesse traçado.

Então, nós temos a rodovia ou a ferrovia, mas de novo, a gente precisa iniciar um processo e depois as veias dessas artérias são iguais à espinha de peixe, a gente tem ali as espinhas do peixe. Ela vai acontecer porque o desenvolvimento está... Não é bairrismo meu dizer, mas hoje as regiões que mais crescem no Brasil são as regiões Norte, Centro-Oeste e interior de alguns estados, crescem mais do que o Sul e do que o Sudeste.

Então, não sei se ficou alguma coisa... A última pergunta é o seguinte...

Eu assinei o memorando de intenção com a China, quero de novo repetir que nós procuramos a China porque a Europa não tem condições, não tem *expertise* e não tem interesse. Da mesma forma que outros, quem tem *expertise* é a China.

Nós fizemos memorando de intenção porque a Infra S.A no Brasil não tinha estrutura, eles falaram em cinco a sete anos para entregar o projeto, e não tem a ver com falta de dinheiro, de orçamento; é *expertise*, esse projeto é muito complexo. A China nos deu 18 meses, ou seja, no final do Governo Lula 3, entregaria o projeto básico e executivo para que o próximo Governo possa – se houver vontade política – fazer concessões de trechos, porque é possível atacar em várias frentes para as ferrovias no Brasil. Para se ter uma ideia, por exemplo, e não está vinculado à China fazer, aos Estados Unidos fazer, à Argentina fazer ou à Europa fazer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Margeando as BRs?

A SRA. SIMONE TEBET – Margeando as BRs, facilita pelo seguinte: com a lei melhor ou pior, não estou discutindo a lei ambiental, os senhores vão discutir a nova lei ambiental, qualquer um, qualquer licenciamento, por mais simplificado que seja, ambiental, é demorado. Em determinados trechos, ele pode, através da Justiça, na Justiça de primeira instância mesmo, paralisar processo. Então a gente margeia para que a gente possa – eu vou aqui arriscar, tá? –, uma vez pronto, se fizer, aqui já está pronto na Bahia, vai estar pronto, aqui na Fico, a Vale vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resolver as suas pendências e vai fazer, se a gente fizer esse trecho com uma empresa, o trecho de Mato Grosso com outra empresa, outro grupo empresarial, quando eu digo, investimentos estrangeiros e nacionais, Rondônia outro e Acre outro, nós estamos falando aí de uma ferrovia que pode terminar em cinco anos, pode terminar em cinco anos, né? Agora, eu não vou estar mais na função de ministro, os senhores vão estar muitos com mandato até 2030, mas enfim, é aquela história, né, Sérgio, Senador? A gente planta uma semente para fazer uma árvore frutificar, para alguém um dia se sentar à sombra, a gente se senta à sombra de uma árvore que a gente não plantou. E essa é a beleza da política, essa é a beleza dessa harmonia.

Eu agradeço imensamente, Senadora Dorinha, a sua gentileza, o seu convite para falar de algo tão importante, que me toca muito o coração, e saio daqui extremamente otimista de que o Congresso Nacional vai ser parceiro, como já está sendo, nesse projeto de desenvolver o nosso querido interior do Brasil.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Obrigada, Ministra Simone Tebet, agradeço. Parabenizo a sua gestão e de toda a sua equipe.

Antes de finalizarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 15ª Reunião, realizada em 8 de julho de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Antes de encerrar, informo que, logo após o final desta reunião, faremos a reunião deliberativa, neste mesmo plenário, e comunico aos colegas Sras. e Srs. Senadores que teremos, às 14h30, neste plenário, a segunda audiência pública de avaliação da política pública de saneamento básico. A reunião será conduzida pelo Senador Jorge Seif, Vice-Presidente e Relator da política.

Na verdade, nós não vamos fazer a deliberação hoje, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

O que nós faremos é a reunião que será conduzida à tarde pelo Senador Jorge Seif.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia doze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Alessandro Vieira, Alan Rick, Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Wellington Fagundes e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Plínio Valério, Chico Rodrigues, Beto Faro e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 22, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), autorização para que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo indique representantes para participar da Feira Internacional de Turismo da América Latina - FIT Argentina 2025, que será realizada de 27 a 30 de setembro de 2025, em Buenos Aires, Argentina." **Autoria:** Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **Resultado:** Subscrito pelo Senador Jorge Seif, o Requerimento é lido e aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 25, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a execução do Programa 2322 (PPA 2024–2027), critérios de repasse e acesso a recursos federais para saneamento básico, como parte do plano de trabalho da Avaliação da Política Pública sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 26, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 25/2025 - CDR seja incluído o seguinte convidado: Doutor Gustavo Kaercher Loureiro, Pesquisador Associado Sênior do Centro de Estudos em Regulação da Infraestrutura - CERI - FGV RJ." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Aprovado. Observação: Foi aditado, ORALMENTE, pelo autor do requerimento, Senador Jorge Seif, o nome do senhor Gabriel Jamur Gomes, Professor de Direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Privado da Unidade de Brasília e Coordenador do Grupo Nacional de Estudos em Direito do Saneamento Básico da Universidade de Brasília (UNB), como expositor na audiência pública. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 27, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Cidades, Jader Barbalho Filho, informações sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento para a implementação de políticas e de planos de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais." **Autoria:** Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 28, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, informações sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento para a implementação de políticas e de planos de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais." **Autoria:** Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **Resultado:** Aprovado. Observação: Em consonância com os requerimentos de informações aprovados, foi aprovado que se oficie os seguintes representantes para prestação de informações em caráter voluntário, já que não se enquadram nas formalidades constitucionais de pedido de informação: 1. Ao Presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Antônio Vieira Fernandes, e; 2. Ao Presidente do BNDES, Aloizio Mercadante Oliva, requerendo detalhes sobre: - Linhas de financiamento (critérios, taxas e prazos); - Apoio a projetos regionalizados, com foco em municípios de baixa capacidade institucional; - Mecanismos para equilíbrio tarifário em blocos regionais; - Resultados efetivos dos projetos apoiados. 3. À Diretora-Geral da Agência Nacional de Águas (ANA), Veronica Sánchez, para esclarecer: - Avanços na regulamentação pós-Lei 14.026/2020; - Priorização de regiões vulneráveis; - Harmonização entre normas federais e estaduais. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 29, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a execução do Programa 2322 (PPA 2024–2027), critérios de repasse e acesso a recursos federais para saneamento básico, como parte do plano de trabalho da Avaliação da Política Pública sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 12/2025 - CDR, de autoria Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e REQ 25/2025 - CDR, de autoria Senador Jorge Seif (PL/SC). **Finalidade:** 2ª (Segunda) Audiência Pública Interativa com o objetivo de analisar a execução do Programa 2322 (PPA 2024–2027), critérios de repasse e acesso a recursos federais para saneamento básico, como parte do plano de trabalho da Avaliação da Política Pública sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- CDR. **Participantes:** Sr. Victor Marcuz de Moraes, Diretor da 3ª Diretoria da Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica Tribunal de Contas da União - TCU; Sr. João Eduardo Della Justina, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Meio Ambiente do Alto Uruguai Catarinense - CISAMA; Sr. Gustavo Kaercher, Pesquisador Associado Sênior do Centro de Estudos em Regulação da Infraestrutura - CERI - FGV/RJ; e Sr. Gabriel Jamur Gomes, Professor de Direito Privado da Unidade de Brasília e Coordenador do Grupo Nacional de Estudos em Direito do Saneamento Básico – Gesane (PPGD-UnB). **Resultado:** Audiência Pública Interativa Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Seif
Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de agosto de 2025.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira, deliberativa; e a segunda, audiência pública interativa.

Primeira parte: deliberativa.

A presente reunião é destinada à deliberação de requerimentos apresentados a esta Comissão.

Item 1 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 22, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), autorização para que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo indique representantes para participar da Feira Internacional de Turismo da América Latina - FIT Argentina 2025, que será realizada de 27 a 30 de setembro de 2025, em Buenos Aires, Argentina.

Autoria: Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

A autoria é da Senadora Professora Dorinha Seabra, nossa Presidente da CDR, e esse requerimento eu também subscrevo.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Os itens de 2 a 6 são requerimentos de minha autoria.

Não havendo objeção do Plenário, vou ler todos os requerimentos e fazer a votação em bloco.

Item 2 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 25, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a execução do Programa 2322 (PPA 2024–2027), critérios de repasse e acesso a recursos federais para saneamento básico, como parte do plano de trabalho da Avaliação da Política Pública sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Item 3.

1ª PARTE

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 26, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 25/2025 - CDR seja incluído o seguinte convidado: Doutor Gustavo Kaercher Loureiro, Pesquisador Associado Sênior do Centro de Estudos em Regulação da Infraestrutura - CERI - FGV RJ.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Observações:

Será aditado oralmente, durante a reunião, o nome do Sr. Gabriel Jamur Gomes, Professor de Direito Privado da Unidade de Brasília e Coordenador do Grupo Nacional de Estudos em Direito do Saneamento Básico da Universidade de Brasília (UnB).

Item 4.

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 27, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Cidades, Jader Barbalho Filho, informações sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento para a implementação de políticas e de planos de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais.

Autoria: Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Item 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 28, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, informações sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento para a implementação de políticas e de planos de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais.

Autoria: Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Item 6 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 29, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a execução do Programa 2322 (PPA 2024–2027), critérios de repasse e acesso a recursos federais para saneamento básico, como parte do plano de trabalho da Avaliação da Política Pública sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Votação, em bloco, dos itens de 2 a 6, todos de minha autoria. A votação será simbólica.

Em votação, os requerimentos referentes aos itens de 2 a 6.

Os Senadores que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos nºs 25, 26, 27, 28 e 29, de 2025, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Solicitação de informações à Caixa Econômica, BNDES e Agência Nacional de Águas. Em consonância com os requerimentos de informações aprovados, também solicito à secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo que, com o apoio deste Plenário, oficiem os seguintes representantes para prestação de informações em caráter voluntário, já que não se enquadram nas formalidades constitucionais de pedido de informação.

Ao Presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Antônio Vieira Fernandes, e ao Presidente do BNDES, Aloizio Mercadante Oliva, requerendo detalhes sobre:

- linhas de financiamento: critérios, taxas e prazos;

- apoio a projetos regionalizados, com foco em municípios de baixa capacidade institucional;

- mecanismos para equilíbrio tarifário em blocos regionais; e

- resultados efetivos dos projetos apoiados.

Igualmente, será oficiada a Diretora-Geral da ANA, Veronica Sánchez, para esclarecer:

- avanços na regulamentação pós-Lei 14.026, de 2020;

- priorização de regiões vulneráveis; e

- harmonização entre normas federais e estaduais.

Certos de que a ANA, o BNDES e a Caixa atenderão a nossa solicitação, peço apoio deste Plenário. Todos de acordo? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumpra-se a decisão da Comissão, por gentileza.

Segunda parte.

Audiência pública interativa.

Esta parte da audiência destina-se à realização da segunda audiência pública com o objetivo de analisar a execução do Programa 2322, PPA 2024-2027, critérios de repasse e acesso a recursos federais para saneamento básico, como parte do plano de trabalho da avaliação da política pública sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em atenção aos Requerimentos 12, 25 e 26, de 2025, da CDR, de minha autoria, Senador Jorge Seif.

Convido para tomar lugar à mesa os Srs. Gustavo Kaercher, Pesquisador Associado Sênior do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura, da Fundação Getulio Vargas (FGV); e também o Sr. Gabriel Jamur Gomes, Professor de Direito Privado da Unidade de Brasília e Coordenador do Grupo Nacional de Estudos em Direito do Saneamento Básico da Universidade de Brasília (UnB).

Sejam bem-vindos, senhores.

Obrigado pela presença. (*Fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO KAERCHER (*Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador, pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado pela presença. (*Fora do microfone.*)

E, de forma remota, contamos ainda com a presença dos Srs. Victor Marcuz de Moraes, Diretor da 3ª Diretoria da Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica do Tribunal de Contas da União (TCU); João Eduardo Della Justina, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Meio Ambiente do Alto Uruguai Catarinense (Cisama), acompanhado da Coordenadora de Saneamento Básico do Cisama, Katynara Goedert.

Informo também que foi convidado o Sr. Édison Carlos, Presidente Executivo do Instituto Trata Brasil, que, infelizmente, não pôde comparecer a esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, comunico que esta reunião está sendo transmitida *online* e será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211. Cidadãos de todo o Brasil podem mandar suas perguntas, questionamentos, especialmente sobre o assunto que nós estamos tratando ao longo deste ano, que é o saneamento básico, universalização, financiamento federal, consórcios de municípios e todos os assuntos afins a essa importante pauta para o nosso país.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, e ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Antes de iniciarmos as exposições, gostaria de compartilhar algumas manifestações de cidadãos, que recebemos por meio do e-Cidadania. E já deixo aberto para que os expositores possam responder eventuais questionamentos ou fazer comentários que julgarem necessários.

O Cloves, da nossa Santa – e bela – Catarina, pergunta: "Como a sociedade civil pode acompanhar a execução de projetos [...]? Há portal de dados abertos com andamento das obras?" Referindo-se logicamente a saneamento básico e água, não é?

Jacilda, de Minas Gerais, pergunta: "[...] se existe um marco legal, qual a data de início e finalização? Esse programa vai zerar a falta de saneamento básico nas cidades?" Dona Jacilda, esse é o objetivo. O marco legal, faltam cinco anos, cinco ou seis anos para entrar em vigor.

Nós estamos muito atrasados e exatamente nós estamos debatendo as políticas de saneamento do Brasil, esse marco de saneamento, porque vários municípios, especialmente os pequenos, não conseguem nem atrair a iniciativa privada para fazer o saneamento básico nas suas cidades, nem com o caixa que eles têm, normalmente 50%, 60% tomado já por salário dos funcionários públicos e outras despesas que as prefeituras têm.

Então nós estamos buscando fazer uma reunião que una governos, Prefeitos, Governo Federal, também entidades que patrocinam, que financiam esse tipo de obra e também parceiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessados e iniciativa pública que gostariam de participar do saneamento de alguma cidade ou bloco de cidades, como chamamos de consórcio.

Então nós já estamos muito atrasados. Pouco se andou nesses últimos anos. As cidades mais beneficiadas já eram cidades grandes, que têm condições econômicas de atrair consórcios, parcerias público-privadas, ou que já têm infraestrutura básica em funcionamento. Então esse realmente é o motivo de nós termos, este ano, escolhido o saneamento básico como a pauta principal da CDR neste ano.

Não dá para aceitar que milhões e milhões de brasileiros ainda não tenham esgoto tratado, não tenham coleta de lixo, não tenham água tratada. Que pessoas do Brasil inteiro não saibam o que é ter uma bica, uma pia dentro de casa para cozinhar, ou não saibam o que é um chuveiro para abrir um registro, coisa que é tão normal e corriqueira, que a gente nem dá valor, de tão normal que é. Para milhões de brasileiros, especialmente dos interiores, isso é um luxo que é um sonho para eles.

Por isso, nós estamos debatendo esse tema, chamando especialistas, fazendo diligências em todo o Brasil. Fizemos em Santa Catarina, faríamos no Acre, na semana passada, mas adiamos. Depois vamos ao Tocantins, depois vamos a São Paulo e a algum outro estado em que algum Senador tenha interesse, para verificar as políticas nas diversas partes do Brasil, avaliar o Marco do Saneamento Básico e tentar melhorar essa legislação, a partir do relatório final que nós vamos apresentar. Então estamos ouvindo Prefeitos, estamos ouvindo entidades, estamos ouvindo a universidade, como é o caso de hoje aqui, tanto a FGV quanto a Universidade de Brasília. E empresários da área, consórcios que já fazem saneamento em todas as partes do Brasil.

Então, nós estamos unindo todas as partes, ouvindo todas as partes, para que, no final, cada brasileiro possa ter, no mínimo tempo possível, saneamento básico para sua casa, para o seu trabalho, para a sua vida, e, acima de tudo, para sua dignidade.

Juliane, do Distrito Federal, pergunta: "De que maneira o programa [...] [vai assegurar] atendimento a populações sem acesso a serviços [...], especialmente no Norte e Nordeste?".

Juliane, é exatamente o que eu falei anteriormente. Nós, hoje, estamos vendo que a política, por mais que fosse boa a intenção com que tenha sido aprovada lá atrás, efetivamente não atraiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investidores. Ou as prefeituras não se organizaram o suficiente ou não têm caixa, não têm financeiro, não têm como investir, porque obras de saneamento são caríssimas, especialmente para as prefeituras de pequeno porte, que são a grande maioria do nosso país.

Então, por isso nós estamos colocando todos esses atores de que eu falei anteriormente, para nos sentarmos e melhorarmos, avaliarmos a política pública, que eu já tenho certeza – pelo que eu já tenho ouvido, estudado, conversado com pessoas do Brasil inteiro, que inclusive vêm nos procurar aqui em Brasília e me procuram em Santa Catarina, com os professores, com as universidades – de que o marco do saneamento ainda não cumpriu o seu objetivo de chegar às pequenas cidades. Então, é por isso que nós estamos rediscutindo as legislações sobre esse tema aqui no Senado Federal.

O Almínio, do Amazonas, pergunta: "O Governo pode acelerar e fiscalizar [...] obras para [...] [evitar atrasos] e cobrar [...] [dos executores] valor [...] [justo pela] taxa pelo serviço?".

Pode. E o Governo, nós falamos das três esferas: municipal, estadual e federal, dependendo de como foi a concessão, ou se é uma autarquia da sua cidade, se é uma empresa da sua cidade, se é uma empresa privada ou se é... Enfim, pode e deve, independentemente do nível de Governo que administra a questão do saneamento básico na sua cidade, Almínio.

O Alexandre, de São Paulo, diz o seguinte: "[...] [Sugiro] que os batalhões de engenharia do Exército [sejam] os responsáveis pela execução desses programas, assim não teríamos obras paradas".

Obrigado, Alexandre, pela sua colaboração. Isso aqui demanda muito mais esforço do Exército, colocar o seu efetivo à disposição para fazer obras civis, porque, hoje, não existe nenhuma obrigatoriedade para que as nossas Forças Armadas realizem, executem esse tipo de serviço. Mas é uma boa sugestão, sim.

E o Flávio, do Rio de Janeiro, diz o seguinte: "[...] [Com o] saneamento básico [...] [evitam-se] doenças [...] que oneram mais os cofres públicos com o [seu] tratamento [...]".

É uma verdade, Flávio. Concordo 100% contigo. A cada real investido no saneamento básico, algumas estatísticas mostram, que se economiza com saúde pública de R$5 a R$8, ou seja, R$1 em saneamento básico economiza de R$5 a R$8. O *range* é elástico, de R$5 a R$ 8, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem estatísticas que falam R$5, tem estatísticas que falam R$6, tem estatísticas que falam R$8. Então, de todo jeito, vamos ser conservadores: a cada R$1, economizam-se R$5 na saúde pública, e todos nós brasileiros somos afetados, seja com dignidade, quem não tem água, esgoto e coleta de lixo na sua casa; seja pagando com a sua saúde em situação de insalubridade e doença.

Obrigado pelas suas perguntas. Espero que tenha respondido a todos com clareza.

Exposições iniciais.

Com a palavra o Sr. Victor Marcuz de Moraes, Diretor da 3ª Diretoria da Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica do Tribunal de Contas da União, participante remoto.

Sr. Victor, quero agradecer a imensa honra da sua participação. Obrigado por dispensar esse tempo precioso para essa política que é tão cara para milhões de brasileiros e para nós aqui do Senado Federal.

Seja muito bem-vindo.

A palavra é do senhor.

O SR. VICTOR MARCUZ DE MORAES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente.

Na verdade, a satisfação é toda nossa de estar participando dessa discussão. O tribunal tem todo o interesse em participar das discussões dos temas, sobretudo desse tema tão relevante que assola o nosso país. Inclusive, é uma diretriz do nosso Presidente atual, o Ministro Vital do Rêgo, que foi desta Casa. Ele está sempre atento às demandas do Congresso Nacional para que a gente possa prestar as informações da maneira mais fiel possível e sempre que convidados. Então, a gente agradece a oportunidade e reforça que estamos sempre à disposição.

Eu vou compartilhar aqui uma breve apresentação que eu fiz para guiar a minha fala. Acho que já está sendo vista.

Bem, a nossa contribuição hoje vai ser a respeito de um daqueles temas que ensejaram a proposição, sobretudo mais relacionado aos recursos federais, ao direcionamento dos recursos federais, aos critérios desses recursos. Mas o nosso trabalho é um pouco mais amplo. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vem acompanhando a implementação do novo marco do saneamento desde 2021, na verdade, um ano após a sanção da lei.

A lei trouxe algumas diretrizes e, desde então, o tribunal passou a se debruçar mais detidamente sobre o tema, mais especificamente sobre como os órgãos federais que estão na nossa competência fiscalizatória passaram a atuar no sentido de trazer, de fato, para o mundo real as inovações que a lei vislumbrou.

Nós fizemos uma primeira rodada desse acompanhamento em 2021, iniciada em 2021 e concluída em 2022, e uma segunda rodada desse acompanhamento iniciada em 2023 e concluída em 2024. O acompanhamento, como o próprio nome diz, é um processo de fiscalização em que a gente acompanha, avalia, determinado assunto, determinado objeto, por um período de tempo. Já está autorizada a realização de uma nova rodada, que faremos ainda em 2025.

Então, eu vou falar brevemente sobre as constatações desse nosso acompanhamento.

Naquela primeira rodada, a gente constatou, de maneira geral, que os órgãos estavam se adequando em razão das novas atribuições que a lei trouxe. Sobretudo, no caso da ANA, que estava se reestruturando, se estruturando para passar a atuar no tema saneamento básico também, ela montou lá as suas superintendências de regulação e saneamento; em 2021, já emitiu uma primeira norma de referência. No caso do Ministério do Desenvolvimento Regional, que à época detinha as maiores competências sobre o tema, pela Secretaria Nacional de Saneamento, na época vinculada a esse ministério, ele estava emitindo os decretos regulamentadores, tinha uma atividade intensa de também conversas com os entes federados – municípios, estados – para a formalização das regionalizações do saneamento. Então, de maneira geral, naquela primeira rodada, entre 2021 e 2022, as atividades eram ainda relativamente iniciais, dos órgãos se estruturando para darem conta dessas novas atribuições, dessas novidades que o marco trouxe.

As deliberações do tribunal, naquela oportunidade, foram no sentido de dar ciência dos fatos, de fazer algumas recomendações para tentar contribuir para que esses órgãos (*Falha no áudio.*)... e viessem a ter uma ação mais efetiva.

Então, esse foi o aspecto geral visualizado naquela primeira oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa oportunidade mais recente, que resultou nesse acórdão do ano passado, a gente revisitou alguns pontos já avaliados na primeira oportunidade e trouxe também um aprofundamento em relação a alguns outros pontos. A gente novamente avaliou a estrutura da ANA, o processo de análise de impacto regulatório que a ANA faz na expedição das suas normas de referência e também o trabalho de verificação da adesão das entidades reguladoras infranacionais aos termos dessas normas de referência expedidas pela ANA.

No caso do Poder Executivo, a gente avaliou os critérios de apoio técnico-financeiro da União, sobretudo em decorrência da divulgação, à época, do Novo PAC, em que haveria grandes seleções de empreendimentos. A ideia era a gente avaliar em que medida esse processo seletivo contemplava os critérios do novo marco legal.

Avaliamos também as atribuições da Funasa, que viveu um período relativamente conturbado com a sua extinção e posterior recriação, pela perda de eficácia da medida (*Falha no áudio.*)... e a sua inter-relação com as atribuições do Ministério das Cidades.

Então, eu trouxe o panorama que a gente constatou resumidamente aqui em quatro apontamentos – não são necessariamente irregularidades; são quatro pontos relevantes para os quais houve alguma deliberação do tribunal ao final do trabalho.

O primeiro deles é com relação ao trabalho de aferição que a ANA deve fazer a respeito da adesão ou não das entidades reguladoras infranacionais às normas de referência. Isso é relevante, porque esse é um dos critérios para concessão de (*Falha no áudio.*)... diversas operações de saneamento.

Neste caso, o que foi apontado, na verdade, foi mais uma questão de risco, porque, no caso da NR-1, que foi divulgada em 2021, houve um pequeno atraso da ANA ao publicar a lista de entidades reguladoras que estavam aderentes aos termos dessa NR. Então, tendo em vista que muitas outras NRs vieram a ser já publicadas pela ANA, ainda há o risco de que esses atrasos venham a implicar algum impacto.

O segundo ponto relevante é quanto às condicionantes do art. 50. O art. 50 é aquele que estabeleceu algumas condições para a concessão dos recursos federais. São ali nove incisos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm as condições para que determinado ente federado ou operação de saneamento seja alvo de recursos federais. Dentre esses requisitos, tem o requisito da regionalização.

O decreto inicial que regulamentou a lei estabeleceu que a regionalização deveria ser realizada até março de 2022. Posteriormente, houve a postergação para março de 2023. E o decreto atualmente vigente, o de 2023, postergou essa exigibilidade para dezembro de 2025, assim como a exigibilidade de comprovação da natureza autárquica das entidades reguladoras. Além de postergar esse prazo para 2025, o decreto colocou algumas exceções a essa exigibilidade, deixando de exigir a regionalização para os contratos de programa com as companhias de saneamento que comprovaram capacidade econômico-financeira. Então, ele fez uma postergação relativamente considerável dessa exigência de regionalização e adicionou algumas exceções para essa exigibilidade.

O terceiro ponto de destaque é quanto à verificação do cumprimento ou não desses requisitos do art. 50, em que medida isso estava sendo aferido ou não. Nós avaliamos os regramentos existentes na ocasião e constatamos ali duas situações diferentes.

Para os financiamentos com recurso da União, com o qual o principal agente financeiro que atua é a Caixa, notadamente por conta do FGTS, existe uma rotina de verificação. Então, os normativos internos da Caixa estabelecem que, antes da celebração daquele contrato de financiamento, para financiar determinada operação, deve ser aferido se aquele tomador ou aquela prestação de serviço a ser beneficiada com esse recurso atende àqueles requisitos do art. 50 – aqueles que não estão excepcionados pelo decreto, naturalmente; os que estão excepcionados ainda não estão em tempo de sua aferição.

Já para os recursos do OGU, a gente constatou uma situação diferente. Não existia, no ministério, um regramento estabelecido para verificação desses condicionantes. O regramento era bastante amplo e não estabelecia, de forma clara, em que momento e como isso seria feito. Então, a gente tinha duas situações distintas: para os financiamentos, a Caixa faz a aferição, e a aferição precede a celebração do contrato de financiamento; já para os recursos do OGU – a avaliação foi no ano passado –, não existia esse regramento estabelecido e existia divergência de entendimento sobre o momento em que esses condicionantes devem estar atendidos, se no momento da celebração do instrumento de transferência ou se no primeiramente desembolso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, a quarta e última constatação é em relação a uma certa sobreposição de ações, de atribuições, na verdade, entre a Funasa e o Ministério das Cidades. Como mencionei, a Funasa passou por um período bastante conturbado: teve a sua extinção no início de 2023 e a sua recriação no meio daquele ano. Quando ela foi extinta, as suas atribuições, a maioria delas relativas ao saneamento, passaram para o Ministério das Cidades, que passou a conter, na sua estrutura regimental, áreas relativas a saneamento rural, relativas a saneamento em municípios com menos de 50 mil habitantes, que eram atribuições da Funasa. E, após a recriação da Funasa, essas atribuições não foram redirecionadas à Funasa, elas continuaram também com o Ministério das Cidades, então você tem aí uma certa sobreposição.

A verdade é que essa sobreposição não acontece só entre o Ministério das Cidades e a Funasa, tem diversos outros órgãos na Esplanada que atuam no saneamento – e, em alguma medida, acho que não dá para ser diferente disso –, mas o fato é que não existe uma clareza normativa a respeito de quais são as atribuições específicas e os nichos de atuação de cada órgão, o que pode acabar produzindo uma certa ineficiência estatal na atuação sobre aquele tema.

Bem, eu já estou concluindo, assim como o meu tempo. Trago aqui apenas o resumo das constatações e das deliberações do tribunal a respeito desse trabalho.

Sobre a aferição da ANA a respeito da adesão ou não das entidades reguladoras às normas de referência, foi dada ciência à ANA e foi feita uma recomendação para que a ANA promovesse mais transparência no seu processo normativo, sobretudo de quando ocorreria cada etapa de verificação para cada norma.

Quanto aos prazos de adesão ao novo marco – aquelas postergações, notadamente pelos dois decretos –, foi feita uma recomendação para que o ministério, a despeito de ter alguns condicionantes que estão ainda excepcionados, priorizasse os investimentos naqueles órgãos e entidades, naqueles entes federados que estivessem cumprindo todos esses condicionantes. Foi comunicado também à Câmara dos Deputados, por meio da Comissão de Desenvolvimento Urbano, a respeito da constatação. Uma observação é que o tribunal não faz a análise da legalidade dos decretos; a gente fez uma análise dos eventuais impactos dos decretos na política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a essa terceira constatação, que foi a falta de normativos estabelecendo a forma como esses condicionantes devem ser verificados, houve uma determinação do tribunal para que o ministério estabeleça esses procedimentos.

Quanto à sobreposição e às lacunas na atuação do Ministério das Cidades e da Funasa, sobre o saneamento rural e de pequenos municípios, foi dada ciência aos envolvidos, à Casa Civil, sobretudo, uma vez que, na verdade, trata-se de uma questão organizacional do próprio Governo. Não se tem aí uma irregularidade, mas é, na verdade, uma questão de organização que pode implicar, eventualmente, uma certa ineficiência da atuação do Governo.

Bom, esse trabalho mais recente foi julgado por este Acórdão 1.490, de 2024, e, como mencionei no início, a gente também já está autorizado a fazer, pelo próprio acórdão, uma nova rodada deste acompanhamento, em que a gente vai fazer o monitoramento dessas deliberações que já foram emanadas e abordar novos tópicos, a partir de novas análises de risco e (*Falha no áudio.*)... neste último ano.

Bem, era essa a contribuição que eu queria dar à nossa conversa de hoje. Eu fico à disposição para quaisquer dúvidas, quaisquer esclarecimentos.

Devolvo a palavra à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Victor, muito obrigado por sua apresentação. O que o senhor nos traz é exatamente o que nós temos visto em campo, especialmente conversando com Prefeitos: primeiro que muitas vezes eles não têm estrutura para fazer projetos, não sabem nem como planejar; segundo que encontram muita dificuldade de interpretação de exatamente o que é necessário para obter financiamento, obter projeto.

Aqui eu quero fazer uma menção ao Denilson, do Ministério de Desenvolvimento Regional – agora mudou de nome, mas é o Ministério de Desenvolvimento Regional –, que tem dado todo o suporte, inclusive feito viagens conosco, justamente para conscientizar, explicar a essas autoridades, a esses políticos eleitos, Prefeitos, chefes de Executivo de municípios, como que se estrutura isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Logicamente que, no primeiro momento, quando ele explica – e os aspectos são muitos, envolvem burocracia, envolvem projetos, projetos que são demorados para se fazer, para se orçar, muitas vezes, precisam, inclusive de licença ambiental, precisam de uma série de coisas –, isso assusta muito. É importante que o senhor nos trouxe aí essa visão mais ampla sobre Caixa, sobre BNDES, sobre ANA, e exatamente o que nós temos visto na prática.

Muito obrigado pela participação do senhor e espero contar com o senhor outras vezes para discutirmos esse assunto, que é tão importante e relevante para o nosso Brasil.

Muito obrigado.

O SR. VICTOR MARCUZ DE MORAES (*Por videoconferência*.) – Obrigado, estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu gostaria de convidar o Sr. João Eduardo Della Justina, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Meio Ambiente do Alto Uruguai Catarinense (Cisama), que vai participar conosco remotamente.

O SR. JOÃO EDUARDO DELLA JUSTINA (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador. Está ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – João, boa tarde. Obrigado pela sua presença, por sua participação. Estamos ouvindo, sim.

O SR. JOÃO EDUARDO DELLA JUSTINA (*Por videoconferência*.) – Bom, Senador, falando um pouquinho (*Falha no áudio.*)... aqui da nossa Serra catarinense, não é? (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Olha, João, duas questões: eu preciso que o senhor vire a sua tela, desbloqueie a tela para ela ficar na horizontal aqui para nós, nós estamos vendo o senhor de lado e...

O SR. JOÃO EDUARDO DELLA JUSTINA (*Por videoconferência*.) – Vou ver se eu consigo (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E o áudio do senhor está chegando muito falhado para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO EDUARDO DELLA JUSTINA (*Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*)... na verdade, assim, peço desculpa, é que eu estou fazendo uma (*Falha no áudio.*)... audiência no hospital; estou internado aqui, mas a gente está tentando fazer tudo aqui para dar (*Falha no áudio.*)... se a minha internet fica melhor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. João, vamos fazer o seguinte: eu vou convidar o outro expositor, porque o áudio do senhor para nós está muito ruim. A gente tenta reconectar com o senhor, e o senhor entra em seguida ao próximo convidado, pode ser?

O SR. JOÃO EDUARDO DELLA JUSTINA (*Por videoconferência*.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está bem? Já chamamos o senhor de volta. Talvez aí melhore o sinal – se desligar e ligar –, porque para nós aqui o áudio do senhor está chegando muito picotado, está inaudível para nós aqui.

Obrigado.

Convido o Sr. Gustavo Kaercher, Pesquisador Associado Sênior do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da Fundação Getulio Vargas, para fazer as suas considerações. Obrigado pela presença do senhor.

O senhor tem dez minutos para fazer a sua exposição.

Obrigado.

O SR. GUSTAVO KAERCHER (Para expor.) – Senador Jorge Seif, boa tarde. Muito obrigado pelo convite.

Senhoras e senhores, boa tarde.

Eu vou fazer algumas observações muito breves sobre alguns aspectos específicos relacionados à prestação regionalizada. Não é a minha intenção, neste momento, fazer uma panorâmica da figura trazida... não propriamente trazida pelo novo marco, mas reformulada pelo novo marco, mas é chamar a atenção dos senhores para alguns aspectos, talvez menos visíveis da maneira de implementar essas estruturas regionalizadas, mas que, embora menos visíveis, são muito importantes, porque eles mostram a importância da figura da prestação regionalizada e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostram também, pelo menos na minha visão, como o marco foi sensível a algumas exigências da realidade quando ele pretendeu instalar um conjunto de novidades para regular os setores de saneamento.

Eu começo apenas com uma nota muito breve sobre aquilo que parece ser a estrutura jurídico-normativa do novo marco.

Quem pela primeira vez se aproxima da Lei 14.026 e da Lei 11.445, que a lei de 2020 reformula, fica um tanto quanto desconcertado com a quantidade de coisas que ali estão. É muita novidade, são muitas disposições sobre regulador, sobre prestação regionalizada, sobre concessão no âmbito do saneamento, sobre uma série de temas que necessitam ser tratados e que foram tratados de maneira um tanto, talvez, assistemática por essa lei.

Então, eu vou apenas fazer uma nota sobre aquilo que parece ser o eixo do novo marco. No meu entendimento, o eixo do novo marco está... Na verdade, não é um eixo, é um triângulo. O novo marco tem, no vértice superior, uma decisão de política pública. Entre todos os aspectos relacionados àquilo que a Lei de Concessões chama de prestação do serviço adequado, o novo marco, para os serviços de água e esgoto, especificamente – talvez não para os serviços de resíduos, não para os serviços de drenagem –, tomou uma decisão de política pública muito clara. Essa decisão está estampada no art. 11-B da Lei 11.445, artigo esse trazido pela Lei 14.026, de 2020. Esse artigo, sinteticamente, diz o seguinte: até 2033, deve-se alcançar a universalização dos serviços de água e esgoto no percentual de 90% para esgoto e 99% para água. Então, essa é a decisão de política pública.

O marco, depois, na sequência, como mecanismos que ele elegeu para realizar essa política pública, trouxe duas figuras jurídico-regulatórias, que são, de um lado, a generalização do contrato de concessão de serviços públicos no lugar do contrato de programa. Por quê? Porque, fundamentalmente, a concessão de serviços públicos, ao contrário do contrato de programa, viabiliza investimentos tanto públicos – as companhias estaduais podem participar de licitações – quanto privados. As companhias ou as empresas privadas, obviamente, podem participar de licitações para a concessão de serviços públicos, coisa que não era possível no âmbito do contrato de programa, porque esse é um mecanismo de cooperação interfederativa acessível apenas a entes públicos, a entes federativos e aos sujeitos das suas administrações indiretas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, concessão é o primeiro elemento estruturante do novo marco, é o primeiro instrumento que se pretende que realize a universalização dos serviços, e o segundo elemento é justamente a prestação regionalizada.

Assim como o novo marco diz e informa em vários dos seus artigos, entre eles o art. 2º, que estabelece o princípio da prestação regionalizada – inciso XIV, se eu não estou enganado –, a prestação regionalizada contribui para a universalização do saneamento, na medida em que ela proporciona dois objetivos, os quais eu chamaria de objetivos instrumentais à universalização. São eles a possibilidade de se lograrem ganhos de escala, com a junção de vários territórios municipais, organizar a prestação dos serviços de maneira integrada nesse território intermunicipal. E isso vale e é um benefício também para aqueles municípios que são autossuficientes em termos econômicos, por quê? Porque, mesmo nesses casos, se obtêm eficiências econômicas derivadas do ganho de escala. Portanto, a prestação regionalizada não é só um mecanismo que favorece municípios cujo mercado não viabiliza uma concessão isolada; ela também serve para municípios que são superavitários.

Ela viabiliza isso e também – o que é muito importante – a prestação ou a oferta dos serviços em municípios, como diz a lei, menos favorecidos. Por quê? Fundamentalmente, porque ela permite a construção do subsídio cruzado territorial; não apenas o subsídio entre usuários, mas o subsídio entre territórios.

Com esses dois mecanismos, o novo marco pretende atingir a universalização. E a organização ideal – prospectada pelo marco – seria a de uma concessão regional licitada e regulada uniformemente.

Então, esse é o mundo, digamos assim...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Ideal.

O SR. GUSTAVO KAERCHER – É o mundo ideal, exatamente, aonde se quer chegar.

Só que o novo marco reconhece que a realidade brasileira é muito mais complexa. O novo marco não incide em um campo verde. Ele incide já em uma realidade que tem seus arranjos institucionais, tem as suas idiossincrasias políticas, inclusive, e tem as suas dificuldades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o novo marco trilhou ou admitiu um conjunto de etapas que permitem, em algum momento, então, se chegar à concessão regional licitada uniforme, que atenderia não só ao serviço adequado, mas à universalização.

Se nós percorrermos a legislação toda – e eu não vou aqui mencionar uma a uma – a maior parte dessas figuras de transição, vamos chamar assim, ou de acomodação estão no Decreto 11.599, citado pelo representante do TCU –, nós vamos ver que o marco flexibilizou, em algumas circunstâncias, uma série de exigências ou reconheceu a eficácia da prestação regionalizada, mesmo que ela não esteja conforme todos os padrões estabelecidos na legislação.

Eu não vou elencar todos eles aqui, porque não tem tempo. Eu gostaria de trazer apenas um caso que eu acho muitíssimo importante, não só pela envergadura, mas também porque ele pode servir de exemplo para outras iniciativas Brasil afora, que é o caso do Rio Grande do Sul, meu estado, em que houve a desestatização da companhia estadual de saneamento (Corsan); e o itinerário dessa privatização o estado cumpriu.

Ele editou a lei que previa e instituía as unidades regionais de saneamento, mandou os aditivos e cumpriu toda a cartilha que está prevista no marco, só que não houve adesão suficiente dos municípios, por razões várias, entre elas, inclusive, a falta de informações dos municípios, como o senhor referiu. Os municípios não sabiam o que era aquilo e, portanto, não aderiram, à época, às unidades regionais de saneamento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Tinha questões econômicas e questões de falta de conhecimento.

O SR. GUSTAVO KAERCHER – Exatamente.

O que aconteceu? A privatização aconteceu. A companhia foi privatizada com essa carteira de contratos, só que se necessitava, de alguma maneira, formalizar e estruturar essa prestação regionalizada que estava, de fato, dada, por meio não mais de uma lei, mas de acordos em rede, como a gente chamou lá no Rio Grande do Sul. É uma prestação regionalizada de natureza contratual.

O que se fez, em resumo – e aí eu já me encaminho para a conclusão –, se obteve...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO KAERCHER – Houve por parte dos... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Não. Tudo bem.

O SR. GUSTAVO KAERCHER – Acabou meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Não, não. Ele avisa que tem um minuto, mas pode prosseguir...

O SR. GUSTAVO KAERCHER – Ah, tá. É de um minuto que eu preciso.

O estado realizou... Aliás, a companhia, junto aos municípios, junto ao Ministério Público, junto aos órgãos de controle... Foram feitas inúmeras reuniões, inúmeras sessões em Câmaras de Vereadores, enfim, com toda a institucionalidade possível e necessária, e esses contratos, que foram privatizados sem a formalização da regionalização, foram celebrados de maneira uniforme, em que os municípios todos assumiram o compromisso de integrar a rede de contratos da companhia estadual de saneamento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO KAERCHER – Esse exemplo é riquíssimo. Eu poderia me delongar aqui por muito tempo para explicar os pormenores de como isso foi feito, mas eu só sinalizo que essa é uma forma de regionalizar que cumpre com os objetivos e, eu diria, com os requisitos do novo marco, embora não seja feita da forma como o marco esperava, mas ela é secundada por toda a segurança jurídica e a qualidade regulatória necessárias. Ela carece, portanto, na minha perspectiva, de um adequado reconhecimento e regulação.

Eu acho que esse pode ser um tema que nós tenhamos que discutir no futuro, na medida em que novas desestatizações, muito provavelmente, ocorrerão nas mesmas circunstâncias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu quero agradecer ao Prof. Gustavo, até porque o senhor está nos trazendo aqui uma realidade que o senhor viu no Rio Grande do Sul, que é o que nós estamos vendo no dia a dia, especialmente nessas diligências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São Prefeitos que querem acertar, que estão preocupados, inclusive, com o seu CPF, porque, no fim das contas, no fim do dia, essas questões vão ser responsabilizadas no futuro.

Quero agradecer ao senhor também pela correção, porque eu falei que nós temos mais cinco ou seis anos; temos oito anos, mas me parece muito pouco do jeito que andou até agora.

Se o senhor me permitir, Dr. Gustavo, um resumo do que o senhor fala é exatamente que a política é boa, mas a aplicação não foi correta, talvez pela falta de informação, talvez pela falta de entendimento, talvez pela complexidade e pelo tamanho da monta, dos investimentos de que necessita, de projetos de que necessita. Enfim, é um grande desafio, para gestores públicos municipais, estaduais e federais, que esse prazo seja cumprido.

Agradeço ao senhor, porque é por isso que nós estamos aqui, inclusive para ouvir o caso do Rio Grande do Sul. Eu tenho certeza de que a nossa equipe, a equipe daqui, da CDR, vai entrar em contato com o senhor outras vezes, até para coletar esse depoimento, esse testemunho que o senhor tem, para nós apresentarmos o relatório final exatamente já prevendo que problemas como esse, de baixa adesão dos municípios, já aconteceram, o que acaba inviabilizando a política pública; e não é o que nós queremos – pelo contrário, queremos universalizar a política pública.

Agradeço ao senhor, porque é por isso que nós estamos aqui, inclusive para ouvir o caso do Rio Grande do Sul. Eu tenho certeza de que a nossa equipe, a equipe daqui, da CDR, vai entrar em contato com o senhor outras vezes, até para coletar esse depoimento, esse testemunho que o senhor tem, para nós apresentarmos o relatório final exatamente já prevendo que problemas como esse, de baixa adesão dos municípios, já aconteceram, o que acaba inviabilizando a política pública; e não é o que nós queremos – pelo contrário, queremos universalizar a política pública; e a *expertise* do senhor enquanto pesquisador, por conhecer, além do Rio Grande do Sul, com certeza, outros casos, que são exatamente o que nós estamos vendo no dia a dia.

Quero agradecer ao senhor, Dr. Gustavo, a presença e a sua participação.

Eu até peço perdão ao senhor, ao nosso primeiro expositor, o Dr. Victor, porque daqui a pouco nós temos Plenário, então a gente acaba tendo que limitar um pouco mais a fala de vocês. A gente sabe que demanda esforço e tempo vir aqui prestigiar o Senado Federal, mas participamos de inúmeras Comissões, temos inúmeros compromissos aqui na Casa. Então, já peço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antecipadamente perdão aos senhores, tenho certeza de que vocês participariam e colaborariam muito mais, mas nossas equipes estão em contato com os senhores para que essa colaboração seja realizada.

Eu queria saber se o Sr. João Eduardo Della Justina, lá do Alto Uruguai Catarinense, conseguiu melhorar a conexão. Sabem me dizer? (*Pausa.*)

João?

O SR. JOÃO EDUARDO DELLA JUSTINA (*Por videoconferência.*) – Oi.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está nos ouvindo aí, amigo?

O SR. JOÃO EDUARDO DELLA JUSTINA (*Por videoconferência.*) – Sim, estou ouvindo – estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, agora melhorou bem seu áudio, a imagem para nós aqui está correta.

O João Eduardo é Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Meio Oeste do Alto Uruguai Catarinense (Cisama), participa conosco remotamente.

Agradeço, João, obrigado pela sua participação.

O senhor tem dez minutos para suas exposições.

O SR. JOÃO EDUARDO DELLA JUSTINA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador.

Estou como Presidente do Cisama – eu sou Prefeito também do Município de Bocaina do Sul, aqui na Serra Catarinense –, o Cisama faz parte de um consórcio entre 18 municípios aqui da nossa Serra, e a gente vem alcançando muitas dificuldades para poder acessar as metas do novo saneamento básico. A maior parte dos nossos desafios hoje é a falta de recursos financeiros para os municípios pequenos, porque a maioria dos nossos municípios aqui está entre 3 mil e 5 mil habitantes, então a gente não tem capacidade econômica para poder fazer com que o saneamento básico seja estruturado nos nossos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente depende muito das esferas dos governos, dos governos tanto estadual como federal, para que a gente possa ter esses recursos, para a gente poder dar uma maior tranquilidade, uma maior condição para o nosso munícipe, para que ele seja atendido por esse sistema. As regras são muito complicadas para a gente poder receber esses recursos. Aqui na nossa Serra Catarinense tem alguns municípios que já têm o saneamento básico implementado no seu município, porém a maioria dos nossos municípios ainda está dependendo de fazer com que a gente consiga que o saneamento aconteça.

Hoje muitos desses municípios não têm ainda o plano municipal de saneamento, está sendo trabalhado através do Cisama, juntamente com os municípios, para que todos acessem esse recurso, façam esse plano. Também temos uma tratativa muito boa, que é o sistema que também gere aqui no nosso município o saneamento, tanto água como esgoto dos municípios.

Então, a gente tem pedido para que a Casan nos auxilie nessa atualização dos planos, para que a gente consiga fazer com que esses planos saiam do papel e realmente atendam à população. Mas logo, logo, a nossa técnica, também, a Katynara vai fazer uma explanação, é ela quem cuida mais desse setor. Ela vai poder aprimorar ainda mais, dar mais esclarecimentos sobre como está acontecendo aqui na Serra Catarinense. Nossa Serra está crescendo, está se desenvolvendo bastante, porém, a gente ainda não tem como acessar esses recursos.

Então, esta audiência pública é muito importante, e a gente pede para que os Senadores, juntamente com o senhor, consigam fazer com que o Governo tenha esse olhar e ajude os municípios menores a fazer com que esse plano realmente saia do papel e entre em funcionamento o mais breve possível para a população dos nossos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – João, eu não sabia que o senhor... Aqui não está mencionando que você é o Prefeito. De qual cidade?

O SR. JOÃO EDUARDO DELLA JUSTINA (*Por videoconferência*.) – Bocaina do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Bocaina do Sul.

Mas que bom... O que o senhor falou para nós aqui... Estamos aqui o Dr. Gabriel, Prof. Gustavo e pessoas do Brasil inteiro, mas a sua reclamação, a sua preocupação é a que nós temos encontrado e sobre a qual nós temos feito diligências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conversamos inclusive com a Fecam – que é a nossa associação de municípios catarinenses, há mais ou menos um mês, em uma audiência *online* com vários Prefeitos, com vários secretários de prefeituras – sobre exatamente, João, a sua demanda, e a sua preocupação, ou seja, a sua queixa é exatamente a da maioria dos Prefeitos de pequenas cidades que não têm estrutura, que não têm como estruturar o projeto. Fazer o projeto já é uma fortuna, conseguir recursos ou atrair a iniciativa privada já é outro problema.

Então, é exatamente por isso, João, que nós estamos aqui, debatendo essa política pública, porque nós sabemos que ao fim, quando ela foi pensada, foi pensada com bons propósitos: que todos os brasileiros tenham água, esgoto, coleta de drenagem e coleta de resíduos. Perfeito. É o mínimo, é o mínimo sobre dignidade.

O problema é que entre prazos, financiamento, orientações, projetos, licenças, isso leva muito mais tempo do que se imagina e são obras normalmente grandiosas, são obras extensas. Os municípios, às vezes, têm dois, três mil munícipes, mas são áreas extensas; tem um pouquinho ali, um povoado ali, um distrito acolá ou um bairro afastado. Então, demanda muita infraestrutura, demanda muitos recursos e, às vezes, não é atrativo nem para a iniciativa privada, nem é possível para as prefeituras fazerem.

Então, quero lhe agradecer demais pelo seu depoimento. Saiba que o senhor não está sozinho, exatamente porque nós temos ouvido, por onde nós temos passado pelo Brasil e aqui, no Senado Federal, que a grande preocupação dos Prefeitos, como o senhor, que estão acima de tudo, além de preocupados com os munícipes, estão preocupados com o seu próprio CPF, porque passado esse tempo, vocês vão responder com o próprio CPF por omissão, por prevaricação, por não ter feito o trabalho enquanto Prefeito, especialmente os Prefeitos que vão ficar duas gestões. Não sei se o senhor é Prefeito pela primeira vez ou se já é reeleito, mas, por exemplo, se o senhor vai ficar este e o próximo mandato, praticamente coincide com os prazos que hoje a lei determina que as prefeituras cumpram. Mas nós estamos aqui, vamos revisar essa legislação.

É exatamente essa matéria que a CDR escolheu para discutir este ano, no Senado Federal, porque nós, de novo, sabemos que a política é boa, é uma política necessária, é uma política de dignidade, mas hoje está sendo muito dificultoso colocá-la em prática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero agradecer ao amigo João. Um abraço aí para nossa Serra Catarinense. Que Deus os abençoem, e conte sempre aí conosco aqui, no Senado Federal.

Muito obrigado, João.

O SR. JOÃO EDUARDO DELLA JUSTINA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador. Tudo de bom aí também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, amigo.

Eu gostaria agora de convidar o Sr. Dr. Gabriel Jamur Gomes – temos dois professores aqui hoje –, Professor de Direito Privado da Universidade de Brasília e Coordenador do Grupo Nacional de Estudos em Direito do Saneamento Básico da Universidade de Brasília (UnB).

Prof. Gabriel, obrigado pela presença do senhor, pelas suas colaborações, pela sua vinda até aqui, ao Senado Federal. O senhor tem dez minutos para fazer as suas exposições.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL JAMUR GOMES (Para expor.) – Eu que agradeço, Senador, por esse convite. Fico muito feliz de estar aqui, na Casa da democracia, de poder falar de um tema que para mim é muito caro – considero da mais alta relevância, como o Senador bem colocou –, que é o saneamento básico.

Bom, eu tenho uma apresentação, que já está no ponto ali.

Eu vou começar colocando aqui os pontos centrais.

Bom, eu vou dar início.

Acho que o mais importante é a gente ressaltar alguns dos aspectos que até o Prof. Gustavo – aliás, fico muito feliz de reencontrá-lo aqui – apresentou a respeito do nosso marco normativo, não é? A gente tem um marco, o marco do saneamento básico, formado por duas leis principais: a Lei Nacional de Saneamento Básico, que é a 11.445, de 2007, e a Lei 14.026, que fez a reforma do marco do saneamento.

Essa reforma setorial tem quatro vetores principais. Naquele modelo triangular ali, que o Prof. Gustavo colocou, eu coloco um vetor a mais, que é a regulação nacional. Mas é isso, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que para atrair... Como polo de atração principal a gente tem a meta de universalização dos serviços. Eu tenho uma meta que era do Plano Nacional de Saneamento e passou a ser positivada no art. 11 da lei, determinando que eu preciso ter 99% de água e 90% de esgoto na porta de todos os brasileiros e brasileiras até o final do ano de 2033. Essa meta redireciona toda a estruturação do setor. Isso é o mais importante, porque isto aqui é garantia de direitos fundamentais, isto aqui é garantia de moradia adequada, alimentação adequada, meio ambiente adequado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. GABRIEL JAMUR GOMES – Bom, quais são os mecanismos que a lei estabelece para isso? A primeira coisa é uma alteração na estrutura competitiva setorial. A lei determina que precisa haver competição para acesso ao serviço por meio de contrato de concessão. Isso se faz por licitação.

O segundo aspecto: como eu altero a estrutura que existia antes, que era uma estrutura que vinha desde o regime militar, que era o Planasa? Eu preciso de que haja uma prestação regionalizada em âmbito institucional. Então, eu crio diversos mecanismos de regionalização de serviços, que é a pauta da nossa audiência de hoje.

Como quarto e último vetor, eu tenho uma regulação nacional da matéria, porque aquela preocupação que o Prefeito João Eduardo colocou quanto à capacidade dos municípios também ocorre com as agências reguladoras municipais e intermunicipais. Ainda que nós tenhamos várias agências intermunicipais excelentes, em Santa Catarina há a Aris e a Aresc, mas temos agências reguladoras, Senador, nos interiores aí do Brasil com três funcionários...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. GABRIEL JAMUR GOMES – ... sem nenhuma formação no setor. Então, é preciso que haja um papel da Agência Nacional de Águas para organizar a regulação setorial, dar uniformidade a ela, o que, inclusive, foi uma das grandes preocupações nas duas rodadas ali implementadas pelo TCU, como o Victor havia colocado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Exatamente.

O SR. GABRIEL JAMUR GOMES – Por que a gente não tem um saneamento universalizado no Brasil? Nível de investimento. Se for comparar com outros setores de infraestrutura que a gente teve, sim, a universalização, o Prof. Gustavo também é um grande especialista em energia elétrica, no setor de energia a gente teve isso, no setor de telecomunicações, além de melhorias tecnológicas, nós tivemos volume de investimento duas, três, quatro vezes superiores ao que a gente tem em saneamento básico historicamente. Para gente conseguir alcançar a universalização até 2033 – esse estudo é um estudo da KPMG feito com a Abicom – precisamos de R$753 bilhões de investimentos a partir de 2021. A gente já está atrasado. Mas isso resulta, de forma líquida, em R$1,2 trilhão. Então não é custo, é investimento. E isso que é importante a gente ter em vista.

Bom, qual é a solução que a lei dá para isso? É a atração de capital privado por meio de competição por licitação e regionalização. Qual é o desafio que a gente tem no saneamento básico? Eu tenho um serviço que é prestado em monopólio natural, ou seja, eu não consigo colocar dois prestadores na mesma localidade. E, com isso, tem uma dificuldade de inserção da competição. Preciso que a licitação ocorra para haver uma competição para ingresso dentro do mercado, para daí haver a prestação por um longo período de tempo. Um desafio que vem associado com isso é justamente a economia de escala. Eu preciso de um grande volume de usuários do serviço para o serviço ser sustentável, porque isso aqui demanda um investimento alto no início, para conseguir universalizar, e o tempo de amortização desse investimento, de recuperação, de maturação desse investimento é longuíssimo. Para isso eu preciso de investimentos cruzados, é preciso que municípios de grande porte sustentem municípios de menor porte, como aqueles que o Dr. João, o Prefeito João Eduardo havia colocado como desafio ali na Serra Catarinense.

A solução que a gente havia adotado na década de 70 no Brasil foi por meio da constituição de grandes empresas estaduais: Sanepar, Casan, em Santa Catarina, Sabesp, etc. O que o Governo fez naquela época, no final dos anos 60, início dos anos 70? Falou: "Os municípios só terão acesso a recursos federais se eles fizerem a delegação dessa atividade para os estados". Isso representa que 70% do mercado no Brasil hoje, na verdade, na época da reforma do marco, era para companhias estaduais; só 7% eram pela iniciativa privada, o restante era feito por parte dos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sete por cento iniciativa privada?

O SR. GABRIEL JAMUR GOMES – Sete por cento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E 93% era o Estado?

O SR. GABRIEL JAMUR GOMES – Na verdade... Isso, mais ou menos isso. Na verdade, a conta não é tão simples assim, porque eu tenho delegação, às vezes, só de serviço de água ou serviço de esgoto, e pode haver sobreposição dos contratos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Certo, certo.

O SR. GABRIEL JAMUR GOMES – Mas de toda forma, quando a gente observa aquele número ali, que era o número que a gente tinha quando havia sido feita a reforma do setor ali em 2020, o investimento privado, a universalização privada era superior à da maior parte dos prestadores públicos ali, tanto em água quanto em esgoto. Eu tenho um índice de coleta de esgoto só maior por parte dos serviços municipais, porque tinha investimentos, linhas de financiamento ali associadas, mas o volume de investimentos que eu tenho por um contrato de concessão... E um controle maior que existe num contrato de concessão, num contrato com metas mais flexíveis, como os contratos de programa, etc., exige, então, o ingresso da iniciativa privada no setor.

Bom, então, eu tenho essa reforma que rompe com aquela lógica que vinha desde a década de 70, buscando aqui aumentar a participação privada. E, como eu não tinha grandes prestadores privados, eu precisava criar, então, mecanismos institucionais de regionalização, diferentemente do que havia acontecido nos anos 70.

Bom, como o Prof. Gustavo muito bem colocou, a gente não parte aqui de um cenário *greenfield* – para usar um termo de infraestrutura –, não parte aqui de um campo verde; parte, na verdade, de uma realidade política, institucional, social e econômica preexistente. Eu tenho grandes prestadores privados, serviços municipais muitas vezes excelentes, como em Ribeirão Preto, por exemplo – há um serviço ótimo em São Paulo, um dos melhores do país –, mas eu tenho dificuldades grandes, enormes para municípios pequenos, especialmente em regiões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos abastecidas, como a Região Norte do país, Amazonas, Acre. É um desafio implementar saneamento nesses lugares.

Bom, para isso, então, a gente começa a ver, a partir de 2020, alguns diferentes modelos de regionalização, de modelagem de projetos. Acho que... Primeiro, alguns projetos que existem são por meio da manutenção integral do prestador estadual que existe: Minas Gerais, Goiás, Maranhão, etc.

Um outro caso que a gente teve foi o Amapá. Eu fiz uma concessão integral do estado. Todos os municípios...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Aderiram.

O SR. GABRIEL JAMUR GOMES – ... aderiram. Eu tive um modelo ali que foi verticalizado. Há modelos em que eu faço a segregação da cadeia produtiva, mantenho o prestador estadual fazendo a produção de água no atacado, produzindo grande volume de água e vendendo, daí, para um concessionário regional, como acontece no Rio, em Alagoas, no Pará – recentemente; no Pará foi um projeto... Aliás, a concessão do Rio é o grande exemplo disso, um dos maiores projetos ali do Governo Bolsonaro.

Uma outra solução que a gente tem para atingir a universalização do esgoto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL JAMUR GOMES – ... é por meio de PPPs, em que o prestador estadual continua prestando serviços de água, mas ele faz a delegação do serviço de esgoto por uma modalidade específica de concessão que se chama participação público-privada (PPP), que tem regramento específico. Isso funciona muito bem, essa foi uma solução adotada em vários lugares, como, por exemplo, na Cagece e em outros estados.

Outros mecanismos de regionalização que nós temos são por aumento da participação privada, como o caso da Corsan, em que houve, na verdade, a desestatização da própria companhia, ou o caso da Sabesp, em que a gente teve uma alienação de ações, mas não a alienação... o estado não saiu por completo da companhia estadual. Houve ali a manutenção dos contratos de programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pode terminar tranquilamente.

O SR. GABRIEL JAMUR GOMES – Obrigado, Senador.

O ponto central é: nós temos um processo de regionalização que é múltiplo no país. Ele não segue aquela forma quadrada que era prevista, seja na Constituição Federal, por meio das regiões metropolitanas e microrregiões, seja por meio dos diferentes mecanismos previstos na Lei Nacional de Saneamento, na Lei 11.445, como unidade regional de saneamento, etc., mas eu tenho um processo de implementação que nem sempre é linear e nem sempre funciona. Por exemplo, é um desafio implementar a microrregião no Amazonas e no Acre se as capitais não entram, porque são elas que dão sustentabilidade econômica e financeira para o projeto como um todo. Eu preciso preservar os contratos preexistentes, especialmente os antecedidos por licitação.

Então, como é que eu faço? Isso é um desafio e é uma resposta em aberto. Essa resposta não está na legislação. Essa resposta está com o Senado, essa resposta está com o Congresso Nacional como um todo, essa resposta está no Executivo. É preciso ainda fazer essa construção, não é?

Eu listei aqui, Senador, e aqui encerro, alguns desafios que eu penso relevantes para a regionalização.

Eu acho que, quanto aos conflitos entre universalização e preservação do prestador estadual, há um debate sempre muito grande entre preservar o prestador pré-existente, por pressão de sindicatos, etc., mas há necessidade de universalização muitas vezes, vários prestadores. Embora nós tenhamos excelentes, existem prestadores que não têm condições de promover os investimentos necessários até 2033.

Uma adequada modelagem jurídica, econômica e financeira desses projetos. Como a gente viu, existem várias formas de se promover isso, e essas formas precisam ser construídas na prática – como a gente endereça a preocupação do Prefeito João Eduardo, lá na Serra catarinense, com um projeto em que ele seja autossustentável, que ele não dependa continuamente de recursos federais. Esse é um grande desafio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos conflitos interfederativos entre estados e municípios, os municípios, muitas vezes, vão precisar abrir mão, não é? Há resistência municipal, existem várias ações no Supremo contra o processo de regionalização, porque os municípios, principalmente os grandes municípios, os ricos municípios, que não precisam de estruturas regionalizadas, vão judicializar a questão perante o Supremo. O Supremo aqui tem um papel importante de árbitro dessas disputas.

A judicialização e a falta de segurança jurídica em concessões regionalizadas. Esse é um grande problema que a gente tem, não é? Mudanças na regulação contínuas, quebra de contrato, etc.

A preservação dos contratos antecedidos por licitação e, inclusive, quanto ao atendimento daquelas condicionantes do art. 50. Existem condicionantes que estão fora do controle do prestador: por exemplo, a adesão à norma de referência, à implementação de plano municipal, de plano regional, etc. Eu não posso cortar o sangue da concessão, que é o acesso a recursos, o acesso a investimentos.

E a segurança jurídica para incorporação, inclusive, de novos municípios nesse projeto. Como é que eu faço para incorporar aquele município que está isolado? A nosso entender é ampla a possibilidade dessa incorporação, mas é preciso garantir maior segurança jurídica para que isso aconteça também, para assegurar que esses investimentos atendam os anseios da sociedade brasileira.

Senador, novamente, muito obrigado pelo convite e fico ao dispor da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Dr. Gabriel, muito obrigado pela sua participação e sua colaboração. Tenho certeza de que vão nos ajudar bastante no nosso relatório final.

Antes de finalizar, eu só gostaria de fazer uma pergunta final ao Dr. Gustavo.

Professor, o senhor mencionou que a legislação atual não contempla a regionalização por meio de contratos, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO KAERCHER (Para expor.) – Eu diria de maneira um pouco diferente: ela admite essa regionalização, mas ela não a regula de maneira... Ela não a reconhece da mesma forma como reconhece outras, digamos, flexibilizações relacionadas à prestação regionalizada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Considerando os desafios que nós temos frente à universalização de serviços – água, esgoto e coleta – e a necessidade de estabilidade regulatória, que eu acho que foi amplamente debatida aqui por todos, todos nós, o senhor entende que seria necessária uma alteração legislativa para conferir maior segurança jurídica, previsibilidade e atratividade a esse tipo de arranjo? Quais aspectos técnicos, econômicos e institucionais deveriam ser observados nessa eventual mudança para garantir sua efetividade e sua sustentabilidade a longo prazo?

Antes de o senhor responder... Também quero que o Gabriel nos ajude com essa pergunta, porque, quanto a esta aqui, nós ainda não finalizamos as diligências, as visitas em todos os lugares, mas tem um amigo meu que mora em São Francisco, na Califórnia, e ele diz o seguinte. O nome dele é Gabriel, seu xará. Gabriel fala assim para mim: "Seif, você não precisa comer o bolo inteiro para saber se é de chocolate ou morango. Você come uma fatia e você, 'opa, é de chocolate', ou de morango, de coco, de abacaxi". Pelo pouco que a gente já rodou e conversou com Prefeitos, com especialistas, com a universidade, com Parlamentares e tal, nós já... Basicamente, este aqui é o desafio do Senado Federal: rever esse marco de saneamento. Então, os senhores, como professores, como doutores, como especialistas na área... Talvez aqui seja a chave para nós, de alguma forma, adequarmos a legislação, a regulação, as entidades, as Prefeituras, os órgãos de financiamento, as concessionárias, as PPPs, etc., para, então, finalmente, fazer com que essas políticas efetivamente funcionem.

Eu não acredito, sinceramente, que até 2033... Eu acho que, se não é impossível... Só se, sei lá, uma inteligência artificial, sei lá, ou alienígena... (*Risos.*) Mas, brincadeiras à parte, dada, inclusive, a dimensão continental do nosso país, eu acho que aqui está a resposta.

Eu vou fazer uma... Como nós também estamos com o horário estourado – eu preciso ir para o Plenário –, eu vou mandar para os senhores essa pergunta e gostaria de que vocês, até com a multiplicidade do conhecimento de vocês, na FGV, na UnB, possam, talvez, juntar alunos, formandos, etc., etc., e trazer uma resposta que vá nos ajudar – não é isso, Marcuz? – muito no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso relatório final, porque eu acho que está aqui, nessa pergunta, o grande x da questão. Se eu desse cinco minutos para os senhores ia ser pouco, ia ser pobre; então, eu prefiro provocar os senhores oficialmente e pedir realmente que essa seja a pergunta do milhão de dólares, para nós buscarmos alterações legislativas a fim de realmente implementar a universalização de água e esgoto.

Quero agradecer ao Dr. Gustavo, muito obrigado pela presença do senhor; ao Dr. Gabriel, muito obrigado pela presença do senhor; também ao Prefeito João, de Bocaina do Sul; e ao Sr. Victor Marcuz, Diretor de Infraestrutura Urbana e Hídrica do Tribunal de Contas da União. Podemos também fazer essa provocação ao TCU, pelo que ele já tem de auditoria, vendo algumas falhas. Nós juntamos as respostas de todas as entidades, e eu tenho certeza de que nós vamos chegar a bom termo.

Também agradeço às senhoras e senhores que nos acompanham de todo o Brasil, nesse tema que é tão importante. Tenho certeza de que Prefeitos de todo o Brasil estão nos assistindo ou vão nos assistir.

Especialmente, quero agradecer também a todos os servidores daqui, da CDR, que sempre nos atendem com muito esmero, com muito cuidado, com toda a atenção e fazem nosso trabalho muito mais fácil, graças à competência e à diligência de todos eles.

Com essas palavras, eu quero agradecer a presença também das senhoras e senhores aqui no plenário da CDR, agradecer mais uma vez aos nossos convidados, agradecer aos servidores da Casa.

Que Deus abençoe o nosso Brasil e que nós, em breve, consigamos respostas efetivas para a universalização de água e esgoto em nosso país.

Com essas palavras, encerramos, então... Deixe-me ver aqui as palavras certinhas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif e Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Alan Rick, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Randolfe Rodrigues, Wellington Fagundes, Weverton, Damares Alves, Fabiano Contarato e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Eliziane Gama e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete ao plenário a inversão da pauta para a realizar primeiramente a 2ª (segunda) parte da reunião. Inversão de pauta aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **2ª Parte - Deliberação das Emendas à LDO 2026 na CDR**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referente à LDO/2026 (PLN nº 02/2025), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências". Relatora na CDR: Senadora Augusta Brito. **Resultado:** As emendas foram aprovadas. Esta Comissão deliberou pela apresentação de três emendas de meta e oito emendas de texto, já renumeradas de: nº 01) 60110001, Promover a estruturação e a qualidade dos destinos turísticos, fomentando a cadeia produtiva do turismo, com acréscimo de meta de 2.400.000 pessoas, de autoria dos Senadores(as) Augusta Brito, Fernando Farias, Jussara Lima, Professora Dorinha Seabra e Nelsinho Trad; nº 02) 60110002, Promover as atividades turísticas nos destinos brasileiros de forma sustentável, inclusiva e com acessibilidade, com acréscimo de meta de 60.000.000 unidades, de autoria dos Senadores(as) Augusta Brito, Fernando Farias, Jussara Lima, Professora Dorinha Seabra; nº 03) 60110003, Ampliar o acesso da população aos serviços adequados de esgotamento sanitário no meio urbano, com acréscimo de meta em 92% (noventa e dois por cento), de autoria dos Senadores(as) Augusta Brito, Fernando Farias e Jussara Lima; nº 04) 60110004, Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 96, § 2, Aditiva, de autoria do Senador Marcelo Castro; nº 05) 60110005, Corpo da Lei, Cap XII, Art 172, Aditiva, de autoria do Senador Marcelo Castro; nº 06) 60110006, Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art. 93, § 6, Modificativa, de autoria do Senador Marcelo Castro; nº 07) 60110007, Anexo III, Seção II, Inciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IV, aditiva, de autoria da Senadora Eliziane Gama; nº 08) 60110008, Corpo da Lei, Cap III, Art. 12, Inciso XXVII, Aditiva, de autoria da Senadora Eliziane Gama; nº 09) 60110009, Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art. 96, § 2, Modificativa, de autoria do Senador Marcelo Castro; nº 10) 60110010, Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art. 73, § 19, Aditiva, de autoria do Senador Marcelo Castro; e nº 11) 60110011, Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art. 96, § 2, Aditiva, de autoria do Senador Marcelo Castro. **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 8/2025 - CDR, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Finalidade:** Dialogar sobre as estratégias de promoção internacional do turismo brasileiro, com foco em: (i) a eficácia das ações de atração de turistas estrangeiros e seus impactos regionais; (ii) a articulação com estados, municípios e outras políticas públicas; (iii) as parcerias internacionais para fortalecimento da marca Brasil; e (iv) os desafios de infraestrutura e competitividade global. **Participante:** Sr. Marcelo Freixo, Diretor-Presidente da Embratur. **Resultado:** Audiência Pública Interativa Realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, assim como a da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e seis minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Flávio Bolsonaro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Eduardo Braga, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jorge Seif, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Wellington Fagundes, Sérgio Petecão e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Plínio Valério, Eliziane Gama, Eduardo Gomes, Beto Faro, Laércio Oliveira e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência registra que a abertura de prazo para apresentação de indicações das Emendas RP8 à LOA 2025 perante a Comissão ocorreu em 14 de julho do corrente, tendo sido amplamente divulgado mediante comunicados em reunião e no site do Senado Federal, bem como via e-mail para todos os Senadores, Senadoras e suas assessorias. O prazo seguiu aberto até 19 de agosto. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberação das Indicações das Emendas RP8. **Finalidade:** Deliberação das indicações das Emendas RP8 da LOA 2025, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 01/2006-CN. Coordenadora das sugestões de indicações na CDR: Senadora Professora Dorinha Seabra. 11 indicações foram retiradas por seus autores, mediante ofício direcionado a essa presidência, 787 indicações, recebidas, exclusivamente, pelo sistema SINEC. Retiraram indicações os senadores Omar Aziz, Teresa Leitão, Augusta Brito, Irajá, Professora Dorinha Seabra e Wellington Fagundes. **Resultado:** As indicações das emendas RP8 da LOA 2025 são aprovadas conforme relatório apresentado por sua coordenadora e de acordo com planilha anexa, na qual constam 717 indicações. Por fim, a Presidência esclareceu tratar-se da primeira aprovação de indicações encaminhadas a esta Comissão. Comunicou que o sistema SINEC será reaberto e ficará disponível para novas indicações a partir de 27 de agosto, e que novas indicações serão aprovadas até que se perfaça o total disponível nas emendas aprovadas na Lei Orçamentária de 2025, garantindo-se o direito de indicação de todos os Senadores. Antes de encerrar, a presente ata é aprovada, tendo dispensada a sua leitura, e será encaminhada a publicação no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e onze minutos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5635496964

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/26

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5635496964

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EMENDA	Cod. Parl.	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	o Final (Execução Direta,	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Ação	Objeto	Valor Indicado
60110001	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Aquisição de Máquinas e Eq	R$ 2.000.000
60110001	3805	Wellington Antonio Fagundes	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Juscimeira	Prefeitura Municipal de Juscimeira		15.023.955/0001-31	MT	JUSCIMEIRA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	pavimentação de estrada v	R$ 3.652.173
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal			82.960.758/0001-36	SC	JACINTO MACHADO	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Equipamentos	R$ 500.000
60110001	4078	Márcio Miguel Bittar	53000	53101	00SX	Departamento de Estradas de Rodagem Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - DERAC			04.031.258/0001-06	AC	RIO BRANCO	4	30	Apoio a Projetos de Dese	Melhoramento da Pavimenta	R$ 3.652.173
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba			00.399.857/0001-26	CE	FORTALEZA	4	90	Apoio a Projetos de Dese	Aquisição de Equipamentos	R$ 8.530.434
60110001	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Novo Airão			04.533.113/0001-03	AM	NOVO AIRAO	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Aquisição de Máquinas e Eq	R$ 1.260.869
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do Associação dos Agricultores e Criadores de Caprinos e Ovinos			00.399.857/0001-26	PE	PETROLINA	4	90	Apoio a Projetos de Dese	Perfuração de poços artesi	R$ 150.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Almas			01.138.551/0001-89	TO	ALMAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Maquina de Pavimentação	R$ 1.500.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Secretaria Estadual de Defesa Civil	Município de Monsenhor Gil		08.789.777/0001-99	PI	TERESINA	4	30	Apoio a Projetos de Dese	Pavimentação de vias	R$ 400.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal			95.988.309/0001-48	SC	RIQUEZA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Pavimentação de Estradas	R$ 500.000
60110001	4269	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	53000	53101	00SX	Município de Rorainópolis			01.613.031/0001-80	RR	RORAINOPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Melhorais de Estrada Vicina	R$ 3.652.173
60110001	2376	Jayme Verissimo de Campos	53000	53101	00SX	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico			03.507.415/0001-44	MT	CUIABA	4	30	Apoio a Projetos de Dese	Aquisição de Caminhão Pip	R$ 9.130.434
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	CODEVASF	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	Apoio a Projetos de Dese	POSSIBILITAR O MUNICÍPIO	R$ 9.130.434
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE SUSSUAPARA			01.612.755/0001-00	PI	SUSSUAPARA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Execução de Obras ou Serv	R$ 500.000
60110001	4180	Fabiano Contarato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VE	PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA		27.165.554/0001-03	ES	VILA VELHA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	INFRAESTRUTURA PARA O	R$ 5.76.834
60110001	3799	Romario de Souza Faria	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE MIGUEL PEREIRA - RJ			32.415.283/0001-29	RJ	MIGUEL PEREIRA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Obras	R$ 5.478.260
60110001	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	53000	53101	00SX	Municipio de Fortuna			06.140.404/0001-67	MA	FORTUNA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Implantação de estradas vi	R$ 1.000.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	BARAUNA			08.546.103/0001-63	RN	BARAUNA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	trator agrícola 75cv, Carreta	R$ 260.000
60110001	4265	Marcos Cesar Pontes	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Piacatu	Prefeitura Municipal de Piacatu		44.431.245/0001-49	SP	PIACATU	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Equipamento	R$ 405.797
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Silvanópolis			00.114.819/0001-80	TO	SILVANOPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Recapeamento	R$ 500.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Barra do Ribeiro			88.811.930/0001-76	RS	BARRA DO RIBEIRO	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Implantação e Melhoria de	R$ 430.434
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Eliseu Martins			06.554.059/0001-08	PI	ELISEU MARTINS	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Pavimentação de vias	R$ 400.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Vazante			18.278.069/0001-47	MG	VAZANTE	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Obra Rural	R$ 500.000
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTI/MS	JUTI/MS		24.644.296/0001-41	MS	JUTI	4	40	Apoio a Projetos de Dese	MÁQUINAS E/OU EQUIPAM	R$ 700.000
60110001	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	53000	53101	00SX	Municipio de São Bernardo			06.125.389/0001-88	MA	SAO BERNARDO	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Implantação de estradas vi	R$ 1.500.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	PARANA			08.148.454/0001-16	RN	PARANA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	trator agrícola 75cv, Carreta	R$ 260.000
60110001	4180	Fabiano Contarato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNI	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO		27.165.653/0001-67	ES	JERONIMO MONTEIRO	4	40	Apoio a Projetos de Dese	PAVIMENTAÇÃO E DRENAG	R$ 1.500.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Quevedos			94.444.122/0001-10	RS	QUEVEDOS	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE PALESTINA	MUNICÍPIO DE PALESTINA		12.369.872/0001-00	AL	PALESTINA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	00SX - Apoio a Projetos de I	R$ 800.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Gramado			88.847.082/0001-55	RS	GRAMADO	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Poço das Antas			91.693.333/0001-07	RS	POCO DAS ANTAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal			82.909.409/0001-90	SC	IMBITUBA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Pavimentação de Estradas	R$ 500.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Ibiaí			16.899.700/0001-08	MG	IBIAI	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Obra Rural	R$ 500.000
60110001	4096	Irajá Silvestre Filho	53000	53101	00SX	FILADELFIA	FILADELFIA		00.766.709/0001-00	TO	FILADELFIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Retroescavadeira	R$ 600.000
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁ	DEODÁPOLIS/MS		03.903.176/0001-41	MS	DEODAPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Dese	MÁQUINAS E/OU EQUIPAM	R$ 550.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Itarantim	Prefeitura de Itarantim	ITARANTIM - BA	13.751.276/0001-53	BA	ITARANTIM	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Aquisição de máquinas e eq	R$ 1.000.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de América Dourada	Prefeitura de américa Do	AMÉRICA DOURADA	13.891.536/0001-96	BA	AMERICA DOURADA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Aquisição de Máquinas e Eq	R$ 1.000.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	ITAU			08.148.553/0001-06	RN	ITAU	4	40	Apoio a Projetos de Dese	trator agrícola 75cv, Carreta	R$ 260.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Mato Castelhano			92.412.808/0001-02	RS	MATO CASTELHANO	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE GO	MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE GOIÁS		02.186.708/0001-04	GO	BOM JARDIM DE GOIAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Implantação ou melhoria d	R$ 850.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Secretaria de Estado da Defesa Civil	Município de Aroeiras do Itaim		08.789.777/0001-99	PI	TERESINA	4	30	Apoio a Projetos de Dese	Pavimentação de vias	R$ 400.000
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal			10.131.076/0001-00	PE	BREJAO	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Aquisição de retroescavade	R$ 500.000
60110001	4096	Irajá Silvestre Filho	53000	53101	00SX	ANANAS	ANANAS		00.237.362/0001-09	TO	ANANAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Estradas Vicinais	R$ 1.565.217
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Agua Santa			92.406.495/0001-71	RS	AGUA SANTA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal			82.821.208/0001-36	SC	ITAPIRANGA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Pavimentação de Estradas	R$ 1.000.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Brochier			91.693.309/0001-60	RS	BROCHIER	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Uibaí	Prefeitura de Uibaí	Uibaí	14.140.701/0001-30	BA	UIBAI	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Estradas Vicinais	R$ 1.000.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Barreiras do Piauí			06.554.224/0001-21	PI	BARREIRAS DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Construção de ponte	R$ 400.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Nazaré			00.766.691/0001-38	TO	NAZARE	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Recapeamento	R$ 500.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	RAFAEL FERNANDES			08.357.675/0001-02	RN	RAFAEL FERNANDES	4	40	Apoio a Projetos de Dese	trator agrícola 75cv, Carreta	R$ 260.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Itapema	Prefeitura Municipal de Itapema		82.572.207/0001-03	SC	ITAPEMA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	obras de infraestrutura urb	R$ 500.000
60110001	4210	Carlos Francisco Portinho	53000	53101	00SX	MINISTERIO DA INTEGRACAO E DO	MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS		03.353.358/0001-96	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese	EQUIPAMENTO - Mercado F	R$ 3.652.173
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Santa Rita do Tocantins			01.613.127/0001-49	TO	SANTA RITA DO TOCANTIN	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Recapeamento	R$ 500.000
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Prefeitura municipal			10.150.076/0001-57	PE	ITAQUITINGA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Aquisição de máquinas e eq	R$ 500.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Águas Frias	Prefeitura Municipal de ÁÁguas Frias		95.990.180/0001-02	SC	AGUAS FRIAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Obra de complementação d	R$ 602.173
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Murici dos Portelas			01.612.596/0001-43	PI	MURICI DOS PORTELAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Pavimentação de vias	R$ 400.000
60110001	4273	Jorge Seif Júnior	53000	53101	00SX	Joinville			83.169.623/0001-10	SC	JOINVILLE	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Apoio a Projetos de Desenv	R$ 2.000.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal			83.024.687/0001-22	SC	ANCHIETA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Pavimentação de Estradas	R$ 500.000
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARA-MIRIM			08.004.061/0001-39	RN	CEARA-MIRIM	4	40	Apoio a Projetos de Dese	CONSTRUÇÃO DE ESTRAD	R$ 4.700.000
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Porto de Pedras			08.629.446/0001-91	AL	PORTO DE PEDRAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Apoio a Projetos de Desenv	R$ 521.739
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do Associação dos produtor Brasília			00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese	Apoio ao setor agropecuári	R$ 970.200
60110001	4274	Laércio José de Oliveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Itaporanga D'Ajuda			13.128.889/0001-39	SE	ITAPORANGA D'AJUDA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Ampliação do Centro de Ab	R$ 500.000
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Terezópolis de Goiás		36.985.455/0001-50	GO	TEREZOPOLIS DE GOIAS	4	90	Apoio a Projetos de Dese	Caminhonete 4x4	R$ 231.781
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE RIO LARGO		MUNICÍPIO DE RIO LARGO	12.264.248/0001-49	AL	RIO LARGO	4	40	Apoio a Projetos de Dese	00SX - Apoio a Projetos de I	R$ 3.500.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Lagoa dos Três Cantos			94.704.277/0001-49	RS	LAGOA DOS TRES CANTO	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Paquetá			01.612.601/0001-18	PI	PAQUETA	4	40	Apoio a Projetos de Dese	Pavimentação de vias	R$ 500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5635496964

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

60110001	4143	Francisco de Assis Rodrigues	53000	53101	00SX	Município de Mucajaí	Município de Mucajaí	04.056.198/0001-86	RR	MUCAJAI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Recuperação de Estradas V	R$ 4.130.434
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Itapecerica		18.308.742/0001-44	MG	ITAPECERICA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de vias (estr	R$ 1.000.000
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Santana - AF	Prefeitura Municipal de Santana - AP	23.066.640/0001-08	AP	SANTANA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Máquinas e Ec	R$ 1.130.434
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Iguatama		18.306.688/0001-06	MG	IGUATAMA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de vias (estr	R$ 500.000
60110001	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	00SX	PM de Paranaíba	PM de Paranaíba	03.343.118/0001-00	MS	PARANAIBA	4	40	Apoio a Projetos de Dese infra estrutura urbana - (TEI	R$ 1.130.434
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Pinheiro Machado		88.084.942/0001-46	RS	PINHEIRO MACHADO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	FELIPE GUERRA		08.349.086/0001-74	RN	FELIPE GUERRA	4	40	Apoio a Projetos de Dese trator agrícola 75cv, Carret	R$ 260.000
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de C Camaragibe	00.399.857/0001-26	PE	CAMARAGIBE	4	90	Apoio a Projetos de Dese Pátio Multiuso	R$ 350.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Secretaria de Desenvolvimento Eco	Município de Brasileira	06.688.303/0001-25	PI	BRASILEIRA	4	30	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de vias	R$ 400.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Monte Carmelo		18.593.103/0001-78	MG	MONTE CARMELO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Máquina	R$ 1.000.000
60110001	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Marques de	Prefeitura Municipal de Marques de Souza	01.607.619/0001-21	RS	MARQUES DE SOUZA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Execução de obras no âmbi	R$ 1.000.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ		08.096.083/0001-76	RN	SAO JOSE DO SERIDO	4	40	Apoio a Projetos de Dese trator agrícola 75cv, Carret	R$ 260.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação das Mulheres Brasília	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio a aquisição de equip	R$ 259.683
60110001	4272	Jaime Maximino Bagattoli	53000	53101	00SX	PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI		63.761.902/0001-60	RO	CANDEIAS DO JAMARI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Maquinários, Implementos,	R$ 450.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de São José do Peixe		06.554.000/0001-10	PI	SAO JOSE DO PEIXE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção de ponte	R$ 1.200.000
60110001	4136	Izalci Lucas Ferreira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Planaltina (GO)		01.740.422/0001-66	GO	PLANALTINA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Apoio a Projetos de Desenv	R$ 3.652.174
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Bom Princípio		90.873.787/0001-99	RS	BOM PRINCIPIO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4272	Jaime Maximino Bagattoli	53000	53101	00SX	PREFEITURA DE PORTO VELHO		05.903.125/0001-45	RO	PORTO VELHO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação e Drenagem	R$ 1.500.000
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE ARAGARÇAS (GO)	MUNICÍPIO DE ARAGARÇAS (GO)	02.125.227/0001-99	GO	ARAGARCAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Melhoria de estradas vicina	R$ 600.000
60110001	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	53000	53101	00SX	Secretaria de Estado de Desenvolvimento	Econômico - SEDE - 06.688.303/0001-25	06.553.481/0001-49	PI	TERESINA	4	30	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação e drenagem	R$ 9.130.434
60110001	4265	Marcos Cesar Pontes	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Bauru	Prefeitura Municipal de Bauru	46.137.410/0001-80	SP	BAURU	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamento	R$ 405.797
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação dos trabalhadores e trab	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de 2 Patrulhas ag	R$ 597.173
60110001	4281	Augusta Brito de Paula	53000	53101	00SX	CASCAVEL		07.589.369/0001-20	CE	CASCAVEL	4	40	Apoio a Projetos de Dese PAVIMENTAÇÃO	R$ 830.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação dos Agricultor Brasília	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio ao setor agropecuári	R$ 804.909
60110001	4281	Augusta Brito de Paula	53000	53101	00SX	UMARI		07.520.372/0001-98	CE	UMARI	4	40	Apoio a Projetos de Dese EXECUÇÃO DE ESTRADAS \	R$ 735.218
60110001	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Tefé		04.426.383/0001-15	AM	TEFE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Máquinas e Ec	R$ 1.000.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal		01.613.101/0001-09	SC	SAO PEDRO DE ALCANTA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de Estradas	R$ 400.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Iturama		18.457.242/0001-74	MG	ITURAMA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Obra Rural	R$ 500.000
60110001	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Xinguara		04.144.150/0001-20	PA	XINGUARA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Manutenção de estradas vi	R$ 2.500.000
60110001	4273	Jorge Seif Júnior	53000	53101	00SX	Rio do Sul		83.102.574/0001-06	SC	RIO DO SUL	4	40	Apoio a Projetos de Dese Apoio a Projetos de Desenv	R$ 452.173
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Faina	25.141.318/0001-13	GO	FAINA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Caminhonete 4x4	R$ 231.781
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Santo Antônio do Descoberto	00.097.857/0001-71	GO	SANTO ANTONIO DO DES	4	90	Apoio a Projetos de Dese Caminhonete 4x4	R$ 231.781
60110001	4180	Fabiano Contarato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA	27.165.646/0001-85	ES	ICONHA	4	40	Apoio a Projetos de Dese PAVIMENTAÇÃO E DRENAG	R$ 1.000.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Coordenadoria de Desenvolvimento	Município de Simplício Mendes	49.502.866/0001-89	PI	TERESINA	4	30	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de vias	R$ 500.000
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE ITAGUARI (GO)	MUNICÍPIO DE ITAGUARI (GO)	24.850.109/0001-86	GO	ITAGUARI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Melhoria de estradas vicina	R$ 800.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Município de Óbidos (05. Município de Óbidos (05.131.180/0(	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de 150 motores p	R$ 292.500
60110001	4092	Confúcio Aires Moura	53000	53101	00SX	VALE DO ANARI	VALE DO ANARI	84.722.917/0001-90	RO	VALE DO ANARI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação de pontes, pas	R$ 3.000.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de Barra de Santana		01.612.535/0001-86	PB	BARRA DE SANTANA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamento Agrícola	R$ 425.494
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Ipecaetá	Prefeitura de Ipecaetá IPECAETÁ	13.621.735/0001-84	BA	IPECAETA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Estradas Vicinais	R$ 1.000.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Agricultore	00.399.857/0001-26	PE	PETROLINA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Trator agrícola 75 cv + impl	R$ 300.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Brejinho de Nazaré		02.884.153/0001-74	TO	BREJINHO DE NAZARE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação	R$ 700.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Cooperativa de Produção Município de São Miguel do Guamá	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de implementos	R$ 200.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Município de São Félix do Xingu	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Patrulha agríc	R$ 260.000
60110001	4266	José Roberto Oliveira Faro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Brasil Novo	Prefeitura Municipal de BBrasil Novo	34.887.950/0001-00	PA	BRASIL NOVO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Execução de obras de estra	R$ 2.499.923
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação dos Agricultores e Moradores de Vila Bengala - CN	00.399.857/0001-26	PE	PASSIRA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Perfuração de Poços Artesi	R$ 200.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal		80.911.936/0001-03	SC	SAO JOAO DO OESTE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de Estradas	R$ 500.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Município de Altinho - CNPJ 10.091.502/0001-25	00.399.857/0001-26	PE	ALTINHO	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Retroescavad	R$ 450.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	SERRINHA DOS PINTOS		01.613.858/0001-94	RN	SERRINHA DOS PINTOS	4	40	Apoio a Projetos de Dese trator agrícola 75cv, Carret	R$ 260.000
60110001	3799	Romario de Souza Faria	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA - RJ		32.415.283/0001-29	RJ	MIGUEL PEREIRA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Obras	R$ 3.652.173
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONCALO DO AMARANTE		08.079.402/0001-35	RN	SAO GONCALO DO AMAR	4	40	Apoio a Projetos de Dese (CALÇAMENTO E PASSAGE	R$ 1.930.434
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal		80.637.457/0001-40	SC	JARDINOPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamentos	R$ 500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Chapada da Natividade		01.613.086/0001-90	TO	CHAPADA DA NATIVIDADI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Recapeamento	R$ 500.000
60110001	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Tabatinga		04.011.805/0001-91	AM	TABATINGA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Máquinas e Ec	R$ 1.000.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Castelo do Piauí		06.554.315/0001-67	PI	CASTELO DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação Rural	R$ 1.000.000
60110001	4143	Francisco de Assis Rodrigues	53000	53101	00SX	Município de Alto Alegre	Município de Alto Alegre	04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Recuperação de Estradas V	R$ 5.000.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Município de Curuá (01.613.319/00	Município de Curuá (01.6 Município de Curuá (01.613.319/00(	01.613.319/0001-55	PA	CURUA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de fábrica de blo	R$ 965.210
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação Mista de Agri Brasília	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio ao setor agropecuári	R$ 661.736
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Nova Ramada		01.611.828/0001-49	RS	NOVA RAMADA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Águas de Cl	Prefeitura Municipal de ÁÁguas de Chapecó	82.804.212/0001-96	SC	AGUAS DE CHAPECO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de vias urbar	R$ 450.000
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Vitória do Ja	Prefeitura Municipal de Vitória do Jari - AP	00.720.553/0001-19	AP	VITORIA DO JARI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Máquinas e Ec	R$ 1.000.000
60110001	4266	José Roberto Oliveira Faro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Vitória do Xi	Prefeitura Municipal de VVitória do Xingu	34.887.935/0001-53	PA	VITORIA DO XINGU	4	40	Apoio a Projetos de Dese Execução de obras de estra	R$ 2.499.923
60110001	9219	Flávio Nantes Bolsonaro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes		29.116.894/0001-61	RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZ	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de equipamentos	R$ 3.652.173
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Município de Salgado	Salgado	13.107.453/0001-63	SE	SALGADO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Estradas Vicinais	R$ 1.000.000
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDOR	ELDORADO/MS	11.109.890/0001-90	MS	ELDORADO	4	40	Apoio a Projetos de Dese MÁQUINAS E/OU EQUIPAM	R$ 450.000
60110001	2029	Magno Pereira Malta	53000	53101	00SX	Município de Sooretama/ES		01.612.155/0001-41	ES	SOORETAMA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de equipamentos	R$ 700.000
60110001	4281	Augusta Brito de Paula	53000	53101	00SX	AIUABA		07.568.231/0001-45	CE	AIUABA	4	40	Apoio a Projetos de Dese EXECUÇÃO DE ESTRADAS \	R$ 1.500.000
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE INOCÊ	INOCÊNCIA/MS	03.342.938/0001-88	MS	INOCENCIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese MÁQUINAS E/OU EQUIPAM	R$ 550.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5635496964

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

60110001	4285	Fernando Lopes de Farias	53000	53101	00SX	Município de Maragogi		12.248.522/0001-96	AL	MARAGOGI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção de feira coberta	R$ 5.000.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de Cuité		08.732.174/0001-50	PB	CUITE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamentos Agrícolas	R$ 1.476.482
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Dois Irmãos do Tocantins		02.070.563/0001-81	TO	DOIS IRMAOS DO TOCAN	4	40	Apoio a Projetos de Dese Recapeamento	R$ 500.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	Lajes Pintadas		08.159.394/0001-37	RN	LAJES PINTADAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Recuperação e pavimentaç	R$ 452.000
60110001	4274	Laércio José de Oliveira	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO DANTAS		13.107.180/0001-57	SE	RIACHAO DO DANTAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese PAVIMENTAÇÃO	R$ 500.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Mostardas		88.000.922/0001-40	RS	MOSTARDAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA (GO)	MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA (GO)	04.215.178/0001-00	GO	LAGOA SANTA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de maquinários e	R$ 750.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Município de Trairão (10.221.760/0(	Município de Trairão (10. Município de Trairão (10.221.760/00	10.221.760/0001-82	PA	TRAIRAO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Motoniveladol	R$ 731.325
60110001	4093	Antônio Mecias Pereira de Jesus	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJ	MUNICÍPIO DE MUCAJAÍ	04.056.198/0001-86	RR	MUCAJAI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Manutenção de estradas vi	R$ 4.478.260
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Hidrolândia	01.105.329/0001-80	GO	HIDROLANDIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Retroescavadeira	R$ 354.255
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Capoeiras	00.399.857/0001-26	PE	CAPOEIRAS	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Retroescavad	R$ 400.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Caxingó		01.612.618/0001-75	PI	CAXINGO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de um caminhão	R$ 540.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Itajubá Três Marias		17.695.008/0001-12	MG	TRES MARIAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Obra Rural	R$ 500.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do Associação dos Tratador Brasília		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio ao setor agropecuári	R$ 396.000
60110001	4221	Alexandre Luiz Giordano	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO		46.319.000/0001-50	SP	GUARULHOS	4	40	Apoio a Projetos de Dese INFRAESTRUTURA	R$ 9.130.434
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Passo de Camaragibe		12.342.655/0001-27	AL	PASSO DE CAMARAGIBE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Apoio a Projetos de Deserv	R$ 521.739
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Cruzaltense		04.213.529/0001-44	RS	CRUZALTENSE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	00SX	PM de Ladário	PM de Ladário	03.330.453/0001-74	MS	LADARIO	4	40	Apoio a Projetos de Dese infra estrutura urbana - (TEI	R$ 1.000.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	13.647.557/0001-60	BA	ITAPICURU	4	40	Apoio a Projetos de Dese Estradas Vicinais	R$ 1.030.434
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Município de Bom Jesus do Tocantir	Município de Bom Jesus (Município de Bom Jesus do Tocantin	22.938.757/0001-63	PA	BOM JESUS DO TOCANTIN	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Motoniveladol	R$ 768.399
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	Município de Forquilha/CE		07.673.106/0001-03	CE	FORQUILHA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Obras e Serviços de Engenh	R$ 600.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal		80.623.606/0001-12	SC	IRACEMINHA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de Estradas	R$ 500.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do Associação dos pequeno Brasília		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio a aquisição de equip	R$ 679.536
60110001	4092	Confúcio Aires Moura	53000	53101	00SX	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	15.884.109/0001-06	RO	NOVA BRASILANDIA D'OE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de equipamentos	R$ 630.434
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Secretaria de Estado dos Transporte Município de Isaias Coelho		08.809.355/0001-38	PI	TERESINA	4	30	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de vias	R$ 500.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Ipirá	Prefeitura Municipal de I Município de Ipirá	14.042.659/0001-15	BA	IPIRA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de máquinas e e	R$ 2.000.000
60110001	4281	Augusta Brito de Paula	53000	53101	00SX	MAURITI		07.655.269/0001-55	CE	MAURITI	4	40	Apoio a Projetos de Dese EXECUÇÃO DE ESTRADAS \	R$ 1.200.000
60110001	2038	Flávio José Arns	53000	53101	00SX	Prefeitura		76.995.430/0001-52	PR	ITAPEJARA D'OESTE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção e pavimentaçã	R$ 1.000.000
60110001	4265	Marcos Cesar Pontes	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Piratininga	Prefeitura Municipal de Piratininga	46.137.451/0001-76	SP	PIRATININGA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamento	R$ 405.797
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do Associação dos Trabalhadores Rurais das Comunidades de C		00.399.857/0001-26	PE	JOAO ALFREDO	4	90	Apoio a Projetos de Dese Trator agrícola 75 cv + impl	R$ 300.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Bom Jesus do Tocantins		37.420.775/0001-26	TO	BOM JESUS DO TOCANTIN	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção de Estacionam	R$ 500.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do Município de Curionópoli	Município de Curionópolis (22.938.7	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Trator Agrícol	R$ 631.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do Associação Moradora Ro Brasília		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio ao setor agropecuári	R$ 564.300
60110001	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Pouso Novo		92.454.826/0001-49	RS	POUSO NOVO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção e manutenção	R$ 405.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Minas do Leão		91.900.381/0001-10	RS	MINAS DO LEAO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4096	Irajá Silvestre Filho	53000	53101	00SX	ARRAIAS	ARRAIAS	01.125.780/0001-69	TO	ARRAIAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese CONSTRUÇÃO DE MERCAD	R$ 3.000.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Cristal do Sul		01.610.515/0001-76	RS	CRISTAL DO SUL	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4274	Laércio José de Oliveira	53000	53101	00SX	Departamento Estadual de Infra-Estrutura Rodoviária de Sergipe (DER/SE)		07.555.286/0001-10	SE	ARACAJU	4	30	Apoio a Projetos de Dese Construção e manutenção	R$ 5.478.260
60110001	4265	Marcos Cesar Pontes	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Bilac	Prefeitura Municipal de Bilac	44.430.783/0001-19	SP	BILAC	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamento	R$ 405.797
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGÉL	ANGÉLICA/MS	03.747.649/0001-69	MS	ANGELICA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Desenvolvimento Sustentá	R$ 2.000.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA		01.612.620/0001-44	PI	CAJUEIRO DA PRAIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção e Pavimentaçã	R$ 400.000
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE TAQUARANA	MUNICIPIO DE TAQUARANA	12.207.445/0001-26	AL	TAQUARANA	4	40	Apoio a Projetos de Dese 00SX - Apoio a Projetos de I	R$ 1.130.434
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de São Gabriel da Cachoeira		04.272.670/0001-18	AM	SAO GABRIEL DA CACHO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Investimentos - Apoio a Pro	R$ 650.000
60110001	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	00SX	PM de Bodoquena	PM de Bodoquena	15.465.016/0001-47	MS	BODOQUENA	4	40	Apoio a Projetos de Dese infra estrutura urbana - (TEI	R$ 1.000.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Capinópolis		18.245.167/0001-88	MG	CAPINOPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Máquina	R$ 1.000.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do Associação do assentamento Gulandy Guabiraba - 10.704.13		00.399.857/0001-26	PE	LAGOA DOS GATOS	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Caixa D´Água	R$ 80.434
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ		08.358.889/0001-95	RN	SANTA CRUZ	4	40	Apoio a Projetos de Dese INSTALAÇÃO DE POÇOS TU	R$ 2.500.000
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Goianésia	26.643.262/0001-68	GO	GOIANESIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Motoniveladora	R$ 623.865
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Itaguari	24.850.109/0001-86	GO	ITAGUARI	4	90	Apoio a Projetos de Dese Retroescavadeira	R$ 354.255
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do Associação dos Agricultor Município de Anapú		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de caminhão 9T,	R$ 615.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do ASPPP - Associação dos I Brasília		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio a aquisição de equip	R$ 285.536
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Paraíso do Sul		92.000.207/0001-84	RS	PARAISO DO SUL	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Secretaria de Irrigação e Infraestrutura Hídrica do Estado do Piauí		22.911.207/0001-50	PI	TERESINA	4	30	Apoio a Projetos de Dese Fomento ao Desenvolvimer	R$ 5.320.869
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Jucati	00.399.857/0001-26	PE	JUCATI	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Retroescavad	R$ 350.000
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Santo Antônio do Descoberto	00.097.857/0001-71	GO	SANTO ANTONIO DO DES	4	90	Apoio a Projetos de Dese Escavadeira Hidráulica	R$ 682.176
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do Associação dos Agricultor Brasília		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio ao setor agropecuári	R$ 664.565
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAARA	CAARAPO/MS	03.155.900/0001-04	MS	CAARAPO	4	40	Apoio a Projetos de Dese FEIRA LIVRE	R$ 500.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	Triunfo Potiguar		01.612.376/0001-10	RN	TRIUNFO POTIGUAR	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção de passagem n	R$ 624.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Município de Bragança	Município de Bragança Município de Bragança	04.873.592/0001-07	PA	BRAGANCA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Patrulha agríc	R$ 272.000
60110001	9224	Marcos Rogério da Silva Brito	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Presidente Medici		04.632.212/0001-42	RO	PRESIDENTE MEDICI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aduelas de concreto	R$ 398.260
60110001	4266	José Roberto Oliveira Faro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Santa Izabel	Prefeitura Municipal de S Santa Izabel do Pará	05.171.699/0001-76	PA	SANTA ISABEL DO PARA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Execução de obras de estra	R$ 4.130.588
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de Lastro		08.999.716/0001-96	PB	LASTRO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamento Agrícola	R$ 425.494
60110001	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Dois Lajeados		90.221.524/0001-03	RS	DOIS LAJEADOS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção e manutenção	R$ 405.000
60110001	9224	Marcos Rogério da Silva Brito	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Santa Luzia D'Oeste		15.845.365/0001-94	RO	SANTA LUZIA D'OESTE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aduelas de concreto	R$ 1.040.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Jequital		18.279.083/0001-65	MG	JEQUITAI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Máquina	R$ 500.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO		08.349.094/0001-10	RN	GOVERNADOR DIX-SEPT R	4	40	Apoio a Projetos de Dese trator agrícola 75cv, Carret	R$ 260.000
60110001	9224	Marcos Rogério da Silva Brito	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Alta Floresta		15.834.732/0001-54	RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aduelas de concreto	R$ 2.030.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5635496964

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

60110001	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Quevedos		94.444.122/0001-10	RS	QUEVEDOS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de equipamentos	R$ 505.000
60110001	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Itacurubi		93.856.862/0001-00	RS	ITACURUBI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de equipamentos	R$ 405.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Municipio de Brejo Grande do Aragu	Municipio de Brejo Grand	Municipio de Brejo Grande do Aragu	22.938.773/0001-56	PA	BREJO GRANDE DO ARAG	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Escavadeira H	R$ 690.000
60110001	4240	Margareth Gettert Busetti	53000	53101	00SX	SECRETARIA DE INFRAESTUTURA - S	CHAPADA DOS GUIMARÃ	CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT	57.356.434/0001-46	MT	CUIABA	4	30	Apoio a Projetos de Dese CONSTRUÇÃO DE PONTE D	R$ 3.652.174
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Mazagão - A	Prefeitura Municipal de Mazagão - AP		05.986.427/0001-24	AP	MAZAGAO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Máquinas e Eq	R$ 2.000.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Municipio de Pitimbu			08.916.785/0001-59	PB	PITIMBU	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamentos Agrícolas	R$ 800.000
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE Q	SETE QUEDAS/MS		03.889.011/0001-62	MS	SETE QUEDAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese MÁQUINAS E/OU EQUIPAM	R$ 550.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Porto Mauá			93.845.519/0001-51	RS	PORTO MAUA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4285	Fernando Lopes de Farias	53000	53101	00SX	Municipio de Carneiros			12.250.684/0001-69	AL	CARNEIROS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção de passagem n	R$ 1.000.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação dos Agricultores e Agricultoras na Agricultura Fam		00.399.857/0001-26	PE	ALAGOINHA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Caixas D´Água de Mil litros	R$ 100.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Cooperativa da Agricultu Brasilia		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio a aquisição de equipa	R$ 285.536
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Municipio de Olinda - CNPJ 10.484.184/0001-09		00.399.857/0001-26	PE	OLINDA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de ruas	R$ 2.200.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação das Mulheres do Interior de Santa Filomena - CNF		00.399.857/0001-26	PE	SANTA FILOMENA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Caixas D´Água de Mil litros	R$ 100.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Municipio de Rio Maria (0	Municipio de Rio Maria	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Trator agrícola	R$ 260.000
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de S	Sertânia	00.399.857/0001-26	PE	SERTANIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese 02 Pátios	R$ 700.000
60110001	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	53000	53101	00SX	Municipio de Olinda Nova do Maranhão			01.612.629/0001-55	MA	OLINDA NOVA DO MARAN	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Máquinas e/ou	R$ 698.397
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Porto Grand	Prefeitura Municipal de Porto Grande - AP		34.925.286/0001-44	AP	PORTO GRANDE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Máquinas e Eq	R$ 1.000.000
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	DNOCS - COODENADORIA ESTADUAL EM SERGIPE			00.043.711/0001-43	SE	ARACAJU	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio a Projetos de Deserv	R$ 5.000.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Gilbués			06.554.216/0001-85	PI	GILBUES	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção de passagem n	R$ 400.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Municipio de Maraã			04.505.640/0001-04	AM	MARAA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Investimentos - Apoio a Pro	R$ 1.000.000
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Bela Vista de Goiás		01.005.917/0001-41	GO	BELA VISTA DE GOIAS	4	90	Apoio a Projetos de Dese Motoniveladora	R$ 623.865
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Lagoa Santa		04.215.178/0001-00	GO	LAGOA SANTA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Retroescavadeira	R$ 354.255
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Faxinalzinho			92.453.851/0001-08	RS	FAXINALZINHO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4268	Damares Regina Alves	53000	53101	00SX	Municipio de Cristalina			01.138.122/0001-01	GO	CRISTALINA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Investimento para a implan	R$ 2.000.000
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Frei Miguelinho		00.399.857/0001-26	PE	FREI MIGUELINHO	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Rolo Compact	R$ 580.434
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Secretaria de Estado Agronegócio e	Município de Pedro II		33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de vias rurais	R$ 500.000
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Anápolis		01.067.479/0001-46	GO	ANAPOLIS	4	90	Apoio a Projetos de Dese Caminhão tipo Baú 3/4	R$ 341.715
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Lindolfo Collor			94.707.486/0001-46	RS	LINDOLFO COLLOR	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE CONCEICAO DO CANINDE			06.553.697/0001-04	PI	CONCEICAO DO CANIND	4	40	Apoio a Projetos de Dese Execução de Obras ou Serv	R$ 400.000
60110001	2029	Magno Pereira Malta	53000	53101	00SX	Município de Fundão/ES			27.165.182/0001-07	ES	FUNDAO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de equipamentos	R$ 752.173
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Carrir do Tocantins			37.344.397/0001-49	TO	CARIRI DO TOCANTINS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Recapeamento	R$ 500.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Municipio de Recife - CNPJ 10.565.000/0001-9		00.399.857/0001-26	PE	RECIFE	4	90	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de ruas	R$ 3.000.000
60110001	4092	Confúcio Aires Moura	53000	53101	00SX	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA		63.761.944/0001-00	RO	GOVERNADOR JORGE TEI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação de pontes, pas	R$ 1.500.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	RAFAEL GODEIRO			08.349.037/0001-31	RN	RAFAEL GODEIRO	4	40	Apoio a Projetos de Dese trator agrícola 75cv, Carreta	R$ 260.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação dos Produtor Brasilia		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio a aquisição de equipa	R$ 285.536
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Oiapoque - A	Prefeitura Municipal de Oiapoque - AP		05.990.445/0001-80	AP	OIAPOQUE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Máquinas e Eq	R$ 500.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE VALENCA DO PIAUI			06.554.737/0001-32	PI	VALENCA DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção e Pavimentação	R$ 452.173
60110001	4180	Fabiano Contarato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE ATÍLIO V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ATÍLIO VIVACQUA		27.165.620/0001-37	ES	ATILIO VIVACQUA	4	40	Apoio a Projetos de Dese PAVIMENTAÇÃO E DRENAG	R$ 1.200.000
60110001	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Dezesseis de Novembro			91.553.966/0001-01	RS	DEZESSEIS DE NOVEMBR	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de equipamentos	R$ 505.000
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Cutias - AP	Prefeitura Municipal de Cutias - AP		34.925.198/0001-36	AP	CUTIAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Máquinas e Eq	R$ 1.000.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Wanderlândia			00.001.636/0001-58	TO	WANDERLANDIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação	R$ 1.000.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Cooperativa dos Assenta Brasilia		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio a aquisição de equipa	R$ 792.000
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SONO	FSONORA/MS		24.651.234/0001-67	MS	SONORA	4	40	Apoio a Projetos de Dese MÁQUINAS E/OU EQUIPAM	R$ 550.000
60110001	2038	Flávio José Arns	53000	53101	00SX	Prefeitura			95.422.911/0001-13	PR	DOUTOR ULYSSES	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção e pavimentação	R$ 1.000.000
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAURI	ANAURILÂNDIA/MS		03.575.727/0001-95	MS	ANAURILANDIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese MÁQUINAS E/OU EQUIPAM	R$ 480.000
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Mutunópolis		01.799.683/0001-51	GO	MUTUNOPOLIS	4	90	Apoio a Projetos de Dese Caminhão Pipa 9.000L	R$ 513.617
60110001	4281	Augusta Brito de Paula	53000	53101	00SX	NOVA OLINDA			07.536.444/0001-95	CE	NOVA OLINDA	4	40	Apoio a Projetos de Dese EXECUÇÃO DE ESTRADAS \	R$ 2.282.608
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	COMUNIDADE SEMEANDO O FUTURO - COMSEF CNPJ 04.69		00.399.857/0001-26	PE	OROBO	4	90	Apoio a Projetos de Dese Trator agrícola 75 cv + impl	R$ 300.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Cocal			06.553.895/0001-78	PI	COCAL	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção de um mercado	R$ 2.500.000
60110001	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	00SX	PM de Nova Andradina	PM de Nova Andradina		03.173.317/0001-18	MS	NOVA ANDRADINA	4	40	Apoio a Projetos de Dese infra estrutura urbana (reca	R$ 1.000.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Cooperativa de Produção	Municipio de São Miguel do Guamá	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Trator Agrícola	R$ 305.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE DOM INOCENCIO			23.500.002/0001-45	PI	DOM INOCENCIO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Execução de Obras ou Serv	R$ 400.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal			83.102.392/0001-27	SC	MAJOR VIEIRA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de Estradas	R$ 550.000
60110001	4093	Antônio Mecias Pereira de Jesus	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAI	MUNICÍPIO DE MUCAIAÍ		04.056.198/0001-86	RR	MUCAIAI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação de infraestrut	R$ 1.000.000
60110001	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	53000	53101	00SX	Municipio de Cajapió			06.054.266/0001-01	MA	CAJAPIO	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Máquinas e/ou	R$ 600.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Municipio de Itabaianinha	Itabaianinha		13.098.181/0001-82	SE	ITABAIANINHA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Estradas Vicinais	R$ 1.000.000
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	4º SR da Codevasf em Aracaju/SE		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio a projetos de deserv	R$ 4.130.434
60110001	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Boca do Acre			15.811.318/0001-20	AM	BOCA DO ACRE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Obras	R$ 2.500.000
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Anadia			12.227.351/0001-19	AL	ANADIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Apoio a Projetos de Deserv	R$ 521.739
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	AÇU			08.294.662/0001-23	RN	ACU	4	40	Apoio a Projetos de Dese trator agrícola 75cv, Carreta	R$ 260.000
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Limoeiro de Anadia			12.207.403/0001-95	AL	LIMOEIRO DE ANADIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Apoio a Projetos de Deserv	R$ 521.739
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de S	Santa Cruz	00.399.857/0001-26	PE	SANTA CRUZ	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Compactador	R$ 600.000
60110001	9224	Marcos Rogério da Silva Brito	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Nova União			00.699.197/0001-07	RO	NOVA UNIAO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aduelas de concreto	R$ 1.622.174
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Municipio de Fagundes			08.737.694/0001-56	PB	FAGUNDES	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação	R$ 700.000
60110001	2038	Flávio José Arns	53000	53101	00SX	Prefeitura			76.995.323/0001-24	PR	MARIOPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção e pavimentação	R$ 1.000.000
60110001	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	53000	53101	00SX	Municipio de Santa Inês			06.198.949/0001-24	MA	SANTA INES	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação rural	R$ 4.300.000
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Planaltina		01.740.422/0001-66	GO	PLANALTINA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Motoniveladora	R$ 623.865

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5635496964

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	005X	Município de Lagarto	Lagarto	13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de equipamentos	R$ 1.260.869
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	005X	Município de Careiro		04.332.995/0001-49	AM	CAREIRO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Investimentos - Apoio a Pro	R$ 500.000
60110001	4285	Fernando Lopes de Farias	53000	53101	005X	Município de Belo Monte		12.250.163/0001-01	AL	BELO MONTE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção de passagem n	R$ 1.000.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	005X	POÇO BRANCO		08.311.904/0001-40	RN	POCO BRANCO	4	40	Apoio a Projetos de Dese aquisição de uma retroescav	R$ 350.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	005X	Município de São José do Sabugi		08.883.217/0001-07	PB	SAO JOSE DO SABUGI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamento Agrícola	R$ 425.494
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	005X	Companhia de Desenvolvimento do Município de Araçoiaba - CNPJ 01.613.860/0001-63		00.399.857/0001-26	PE	ARAÇOIABA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Caixas D´Água de Mil litros	R$ 100.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	005X	EQUADOR		08.086.225/0001-14	RN	EQUADOR	4	40	Apoio a Projetos de Dese trator agrícola 75cv, Carreta	R$ 260.000
60110001	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	53000	53101	005X	Município de Araioses/MA		06.450.191/0001-70	MA	ARAIOSES	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação de estradas vi	R$ 1.500.000
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	005X	MUNICÍPIO DE RIO VERDE (GO)	MUNICÍPIO DE RIO VERDE (GO)	02.056.729/0001-05	GO	RIO VERDE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Melhoria de estradas vicina	R$ 1.000.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	005X	Companhia de Desenvolvimento do ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PESCADORES E AGRICULTO		00.399.857/0001-26	PE	FEIRA NOVA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Trator agrícola 75 cv + implo	R$ 300.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	005X	Secretaria do Agronegócio e do Emp Município de Alto Longá		33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de vias	R$ 400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	005X	Prefeitura de Eldorado do Sul		92.324.706/0001-27	RS	ELDORADO DO SUL	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4267	Cleiton Gontijo de Azevedo	53000	53101	005X	Prefeitura Municipal de São Tiago		17.749.904/0001-17	MG	SAO TIAGO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Maquinário e equipamentos	R$ 400.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	005X	Superintendência Regional do DNOCS		00.043.711/0012-04	SE	ARACAJU	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Máquinas e eq	R$ 7.500.000
60110001	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	53000	53101	005X	Município de Água Doce do Maranhão		01.612.339/0001-01	MA	AGUA DOCE DO MARANHA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação de Estradas Vi	R$ 1.000.000
60110001	4281	Augusta Brito de Paula	53000	53101	005X	MAURITI		07.655.269/0001-55	CE	MAURITI	4	40	Apoio a Projetos de Dese ABASTECIMENTO DE ÁGUA	R$ 300.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	005X	Prefeitura de Paverama		91.693.317/0001-06	RS	PAVERAMA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	005X	MUNICÍPIO DE ITARUMÃ (GO)	MUNICÍPIO DE ITARUMÃ (GO)	01.067.271/0001-27	GO	ITARUMA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação ou melhoria de	R$ 1.130.434
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	005X	MUNICÍPIO DE URUAÇU (GO)	MUNICÍPIO DE URUAÇU (GO)	01.219.807/0001-82	GO	URUACU	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de maquinários e	R$ 1.200.000
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	005X	MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS (GO)	02.056.737/0001-61	GO	QUIRINOPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Melhoria de estradas vicina	R$ 1.000.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	005X	Município de Placas (01.611.858/00	Município de Placas (01.611.858/00	01.611.858/0001-55	PA	PLACAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Patrulha agríc	R$ 260.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	005X	Cristalândia		01.067.166/0001-52	TO	CRISTALANDIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Recapeamento	R$ 500.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	005X	Prefeitura Municipal de Bocaiuva		18.803.072/0001-32	MG	BOCAIUVA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Obra Rural.	R$ 500.000
60110001	4267	Cleiton Gontijo de Azevedo	53000	53101	005X	Prefeitura Municipal de Corinto - MG		17.695.016/0001-69	MG	CORINTO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Maquinário e equipamentos	R$ 400.000
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	005X	Prefeitura Municipal		10.105.963/0001-03	PE	BUIQUE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de máquinas e eq	R$ 1.000.000
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	005X	CODEVASF	Prefeitura Municipal de P Paulista	00.399.857/0001-26	PE	PAULISTA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação	R$ 2.000.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	005X	Secretaria de Estado da Agricultura	Município de Cabeceiras do Piauí	06.553.572/0001-84	PI	TERESINA	4	30	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de vias	R$ 400.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	005X	Dianópolis		01.138.957/0001-61	TO	DIANOPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação	R$ 1.500.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	005X	Prefeitura Municipal de Herval D'Oe	Prefeitura Municipal de H Herval D'Oeste	82.939.430/0001-38	SC	HERVAL D'OESTE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de vias urbar	R$ 500.000
60110001	2038	Flávio José Arns	53000	53101	005X	Prefeitura		77.819.605/0001-33	PR	SAO JOSE DAS PALMEIRA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção e pavimentação	R$ 1.000.000
60110001	4394	Alan Rick Miranda	53000	53101	005X	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO	Municípios do Estado do Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	4	50	Apoio a Projetos de Dese Promoção e Fortaleciment	R$ 3.652.173
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	005X	Prefeitura Municipal		82.926.536/0001-05	SC	SAO LUDGERO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamentos	R$ 250.000
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	005X	MUNICÍPIO DE MINADOR DO NEGR	MUNICÍPIO DE MINADOR DO NEGRÃO	12.237.038/0001-61	AL	MINADOR DO NEGRAO	4	40	Apoio a Projetos de Dese 005X - Apoio a Projetos de E	R$ 800.000
60110001	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	53000	53101	005X	CODEVASF	MUNICÍPIOS DO ESTADO CNATAL - PASSA E FICA - SÃO PEDRO	00.399.857/0001-26	RN	NATAL	4	90	Apoio a Projetos de Dese OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO	R$ 10.956.521
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	005X	Companhia de Desenvolvimento do Município de Tomé-Açu (Município de Tomé-Açu (05.196.530		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Patrulha agríc	R$ 260.000
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	005X	Prefeitura Municipal de Tanque D'Arca		12.241.865/0001-29	AL	TANQUE D'ARCA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Apoio a Projetos de Desenv	R$ 521.739
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	005X	PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMEAMAMBAI/MS		03.568.433/0001-36	MS	AMAMBAI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Infraestrutura	R$ 1.278.260
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	005X	Prefeitura Municipal		83.102.517/0001-19	SC	ITAIOPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Dese CAMINHÃO PIPA	R$ 630.434
60110001	4273	Jorge Seif Júnior	53000	53101	005X	Indaial		83.102.798/0001-00	SC	INDAIAL	4	40	Apoio a Projetos de Dese Apoio a Projetos de Desenv	R$ 400.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	005X	Prefeitura Municipal de São Romão		24.891.418/0001-02	MG	SAO ROMAO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Obra Rural	R$ 500.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	005X	Prefeitura de Itaqui		88.120.662/0001-46	RS	ITAQUI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4096	Irajá Silvestre Filho	53000	53101	005X	FILADELFIA	FILADELFIA	00.766.709/0001-00	TO	FILADELFIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação e Drenagem	R$ 3.965.217
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	005X	Prefeitura Municipal de Bocaina		06.553.689/0001-68	PI	BOCAINA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de vias	R$ 400.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	005X	Abreulândia		37.425.451/0001-80	TO	ABREULANDIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Recapeamento	R$ 500.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	005X	Companhia de Desenvolvimento do Municípios de Novo Repa	Municípios de Novo Repartimento (3	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de 1500 (un.) mo	R$ 1.875.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	005X	Rio Sono		00.000.729/0001-68	TO	RIO SONO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Recapeamento	R$ 500.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	005X	Prefeitura Municipal de Espinosa		18.650.952/0001-16	MG	ESPINOSA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Obra Rural	R$ 500.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	005X	Prefeitura Municipal de Paulo Lopes	Prefeitura Municipal de P Paulo Lopes	82.892.365/0001-32	SC	PAULO LOPES	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de vias urbar	R$ 500.000
60110001	2029	Magno Pereira Maita	53000	53101	005X	Município de São Domingos do Norte/ES		36.350.312/0001-72	ES	SAO DOMINGOS DO NOR	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de equipamentos	R$ 700.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	005X	Companhia de Desenvolvimento do ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PESCADORES E AGRICULTO		00.399.857/0001-26	PE	FEIRA NOVA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Caixa D´Água	R$ 100.000
60110001	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	53000	53101	005X	Município de Vitorino Freire		06.018.568/0001-16	MA	VITORINO FREIRE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação de pavimentaç	R$ 2.760.869
60110001	9224	Marcos Rogério da Silva Brito	53000	53101	005X	Prefeitura Municipal de Urupá		63.787.097/0001-44	RO	URUPA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aduelas de concreto	R$ 3.000.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	005X	Companhia de Desenvolvimento do Associação dos pequeno	Município de Paragominas	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Patrulha agríc	R$ 260.000
60110001	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	53000	53101	005X	Ministério da Integração e Desenvol	Prefeitura Municipal de Açailândia	07.000.268/0001-72	MA	ACAILANDIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Apoio a Projetos de Desenv	R$ 3.000.000
60110001	4092	Confúcio Aires Moura	53000	53101	005X	TEIXEIROPOLIS	TEIXEIROPOLIS	84.722.933/0001-82	RO	TEIXEIROPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação de pontes, pas	R$ 4.000.000
60110001	4267	Cleiton Gontijo de Azevedo	53000	53101	005X	Prefeitura Municipal de Maravilhas		18.313.841/0001-14	MG	MARAVILHAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Maquinário e equipamentos	R$ 400.000
60110001	4267	Cleiton Gontijo de Azevedo	53000	53101	005X	Prefeitura Municipal de Carmo da Mata		18.312.967/0001-74	MG	CARMO DA MATA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Maquinário e equipamentos	R$ 852.173
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	005X	CODEVASF	Formosa/GO	01.738.780/0001-34	GO	FORMOSA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Motoniveladora	R$ 623.865
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	005X	Companhia de Desenvolvimento do Associação dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar do S		00.399.857/0001-26	PE	BELEM DE MARIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Caixa D´Água	R$ 50.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	005X	Companhia de Desenvolvimento do Associação da comunida Bujaru		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Patrulha agríc	R$ 260.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	005X	Chapada de Areia		01.625.984/0001-69	TO	CHAPADA DE AREIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Recapeamento	R$ 400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	005X	Prefeitura de Ilópolis		88.186.424/0001-33	RS	ILOPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	005X	Barrolândia		24.851.453/0001-90	TO	BARROLANDIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Recapeamento	R$ 500.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	005X	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENT	Municípios e Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos do Estac	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Perfuração e Instalação de	R$ 1.500.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	005X	RIACHO DA CRUZ		08.153.454/0001-04	RN	RIACHO DA CRUZ	4	40	Apoio a Projetos de Dese CONSTRUÇÃO GALPÃO INI	R$ 450.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	005X	Município de São José dos Cordeiros		08.873.226/0001-09	PB	SAO JOSE DOS CORDEIR	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação	R$ 425.494
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	005X	Instituto de Desenvolvimento Econ	Município de Altos	09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de vias	R$ 500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5635496964

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

60110001	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF	8ª Superintendência Regional da Codevasf - MA		00.399.857/0001-26	MA	SAO LUIS	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio a Projetos de Desenv	R$ 130.434
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	Barcelona			08.002.180/0001-52	RN	BARCELONA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção de Galpão Indu	R$ 400.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação de moradore Acará		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Patrulha agríc	R$ 260.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Monte Belo do Sul			91.987.669/0001-74	RS	MONTE BELO DO SUL	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4180	Fabiano Contarato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA		27.165.521/0001-55	ES	SANTA LEOPOLDINA	4	40	Apoio a Projetos de Dese PAVIMENTAÇÃO E DRENAG	R$ 1.553.600
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação da Agricultura familiar Che Guevara dos Moarador		00.399.857/0001-26	PE	GOIANA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Caminhão 3/4 com Carroce	R$ 300.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	ANTONIO MARTINS			08.348.989/0001-30	RN	ANTONIO MARTINS	4	40	Apoio a Projetos de Dese trator agrícola 75cv, Carret	R$ 260.000
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal			11.294.360/0001-60	PE	AMARAJI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção, manutenção e	R$ 1.000.000
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal			11.040.854/0001-18	PE	ARARIPINA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção, manutenção e	R$ 3.000.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Jóia			89.650.121/0001-92	RS	JOIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Alvorada			01.800.242/0001-22	TO	ALVORADA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Recapeamento	R$ 1.000.000
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNANTÔNIO JOÃO/MS			03.567.930/0001-10	MS	ANTONIO JOAO	4	40	Apoio a Projetos de Dese MÁQUINAS E/OU EQUIPAM	R$ 622.173
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação dos Moradores e Agricultores de Lagoa de Pedra -		00.399.857/0001-26	PE	CASINHAS	4	90	Apoio a Projetos de Dese Trator agrícola 75 cv + impl	R$ 300.000
60110001	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Tracuateua			01.612.999/0001-92	PA	TRACUATEUA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Manutenção de Estradas Vi	R$ 2.000.000
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de AAraçoiaba		00.399.857/0001-26	PE	ARACOIABA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Compactador	R$ 600.000
60110001	2038	Flávio José Arns	53000	53101	00SX	Prefeitura			77.721.363/0001-40	PR	ORTIGUEIRA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção e pavimentaçã	R$ 1.130.434
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Novo Acordo			01.067.933/0001-69	TO	NOVO ACORDO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Recapeamento	R$ 500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Couto de Magalhães			02.133.098/0001-80	TO	COUTO DE MAGALHAES	4	40	Apoio a Projetos de Dese Recapeamento	R$ 1.000.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Bernardo Sayão			25.086.596/0001-15	TO	BERNARDO SAYAO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação	R$ 500.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	SEVERIANO MELO			08.358.046/0001-99	RN	SEVERIANO MELO	4	40	Apoio a Projetos de Dese trator agrícola 75cv, Carret	R$ 260.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal			82.777.301/0001-90	SC	LAGES	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de Estradas	R$ 500.000
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Porangatu/GO		01.801.612/0001-46	GO	PORANGATU	4	90	Apoio a Projetos de Dese Motoniveladora	R$ 623.865
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Município de Simão Dias		Simão Dias	13.108.089/0001-96	SE	SIMAO DIAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Estradas Vicinais	R$ 2.000.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	Vila Flor			08.169.278/0001-07	RN	VILA FLOR	4	40	Apoio a Projetos de Dese Caminhão basculante de 6	R$ 600.000
60110001	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Ilópolis			88.186.424/0001-33	RS	ILOPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção e manutenção	R$ 417.173
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE ITAPIRAPUÃ (GO)	MUNICÍPIO DE ITAPIRAPUÃ (GO)		02.024.933/0001-44	GO	ITAPIRAPUA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação ou melhoria d	R$ 650.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Instituto de Desenvolvimento Econô	Município de Francisco Santos		09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de vias	R$ 400.000
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de COuricuri		00.399.857/0001-26	PE	OURICURI	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Retroescavad	R$ 350.000
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de F Frei Miguelinho		00.399.857/0001-26	PE	FREI MIGUELINHO	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Compactador	R$ 600.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Cooperativa Agroindustrial Frutos d	Cooperativa Agroindustri Município de Castanhal		43.003.212/0001-35	PA	CASTANHAL	4	50	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de caminhão frig	R$ 1.000.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal			95.990.255/0001-55	SC	PLANALTO ALEGRE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de Estradas	R$ 500.000
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura de Feira Nova Feira Nova		00.399.857/0001-26	PE	FEIRA NOVA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Compactador	R$ 600.000
60110001	2038	Flávio José Arns	53000	53101	00SX	Prefeitura			75.971.010/0001-73	PR	MARILENA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção e pavimentaçã	R$ 1.000.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	Tibau do Sul			08.168.775/0001-82	RN	TIBAU DO SUL	4	40	Apoio a Projetos de Dese Caminhão basculante de 6	R$ 600.000
60110001	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	00SX	PM de Dourados	PM de Dourados		03.155.926/0001-44	MS	DOURADOS	4	40	Apoio a Projetos de Dese infra estrutura urbana - (TEI	R$ 1.500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Rio dos Bois			37.420.932/0001-01	TO	RIO DOS BOIS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Recapeamento	R$ 500.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação de Desenvolvimento Social, Padre Arnóbio Patrici		00.399.857/0001-26	PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	4	90	Apoio a Projetos de Dese Kits de Maquinas de Costur	R$ 100.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Investimentos - Apoio a Pro	R$ 2.500.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Município de Santa Cruz do Arari	Município de Santa Cruz -Município de Santa Cruz do Arari		04.888.830/0001-58	PA	SANTA CRUZ DO ARARI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Trator Agrícola com caçamb	R$ 390.000
60110001	2038	Flávio José Arns	53000	53101	00SX	Prefeitura			76.978.881/0001-81	PR	TERRA RICA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção e pavimentaçã	R$ 1.000.000
60110001	4265	Marcos Cesar Pontes	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Taubaté	Prefeitura Municipal de Taubaté		45.176.005/0001-08	SP	TAUBATE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamento	R$ 405.797
60110001	4265	Marcos Cesar Pontes	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Macatuba	Prefeitura Municipal de Macatuba		46.200.853/0001-78	SP	MACATUBA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamento	R$ 405.797
60110001	4273	Jorge Seif Júnior	53000	53101	00SX	Aurora			83.102.624/0001-47	SC	AURORA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Apoio a Projetos de Desenv	R$ 400.000
60110001	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Salvador das Missões			93.592.731/0001-54	RS	SALVADOR DAS MISSOES	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção e manutenção	R$ 605.000
60110001	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Ribeira do P	Prefeitura Municipal de Ribeira do Pombal		13.809.397/0001-09	BA	RIBEIRA DO POMBAL	4	40	Apoio a Projetos de Dese Recuperação de estradas v	R$ 9.130.434
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Manacapuru			04.274.064/0001-31	AM	MANACAPURU	4	40	Apoio a Projetos de Dese Investimentos - Apoio a Pro	R$ 1.500.000
60110001	4272	Jaime Maximino Bagattoli	53000	53101	00SX	PREFEITURA DE ARIQUEMES			04.104.816/0001-16	RO	ARIQUEMES	4	40	Apoio a Projetos de Dese Maquinários, Implementos,	R$ 702.173
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE FLORES DO PIAUI			06.554.158/0001-90	PI	FLORES DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção e Pavimentaçã	R$ 400.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Instituto de Defesa do M r41.254.796/0001-96		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio a aquisição de equip	R$ 376.200
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Cooperativa dos produto Município de Ituiuta		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Patrulha agríc	R$ 260.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Cristalândia do	Piauí		06.554.299/0001-02	PI	CRISTALANDIA DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Sistema de abastecimento	R$ 400.000
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Simolândia		24.855.058/0001-85	GO	SIMOLANDIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Retroescavadeira	R$ 354.255
60110001	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Eirunepé			04.190.765/0001-92	AM	EIRUNEPE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Obras	R$ 4.000.000
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE CAIAPONIA (GO)	MUNICÍPIO DE CAIAPONIA (GO)		01.164.946/0001-56	GO	CAIAPONIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de maquinários e	R$ 550.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de VÁRZEA DA ROÇA	Prefeitura de VÁRZEA DA VÁRZEA DA ROÇA		13.896.758/0001-00	BA	VARZEA DA ROCA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Máquinas e Ec	R$ 1.100.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Tijucas	Prefeitura Municipal de T Tijucas		82.577.636/0001-65	SC	TIJUCAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de vias urbar	R$ 600.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Município de Rurópolis	Município de Rurópolis	Município de Rurópolis	10.222.297/0001-93	PA	RUROPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Motoniveladoi	R$ 650.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Município de Moju (05.1CMunicípio de Moju (05.105.135/000		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Patrulha agríc	R$ 260.000
60110001	4267	Cleiton Gontijo de Azevedo	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Carbonita			21.154.174/0001-89	MG	CARBONITA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Maquinário e equipamentos	R$ 400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Novo Tiradentes			92.411.172/0001-76	RS	NOVO TIRADENTES	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins			22.938.757/0001-63	PA	BOM JESUS DO TOCANTIN	4	40	Apoio a Projetos de Dese Manutenção de Estradas Vi	R$ 2.130.434
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de PPesqueira		00.399.857/0001-26	PE	PESQUEIRA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação	R$ 2.000.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal			83.021.865/0001-61	SC	QUILOMBO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de Estradas	R$ 500.000
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE CANAPI	MUNICÍPIO DE CANAPI		12.367.892/0001-42	AL	CANAPI	4	40	Apoio a Projetos de Dese 00SX - Apoio a Projetos de I	R$ 1.000.000
60110001	2038	Flávio José Arns	53000	53101	00SX	Prefeitura			76.105.642/0001-17	PR	ADRIANOPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção e pavimentaçã	R$ 1.000.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação Agroecológic Brasília		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio a aquisição de equip	R$ 930.301
60110001	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	53000	53101	00SX	Ministerio da Integracao e do Desen	CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO SUL DO		61.075.563/0001-33	MA	SENADOR LA ROCQUE	4	71	Apoio a Projetos de Dese Apoio a Projetos de Desenv	R$ 4.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5635496964

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

60110001	4265	Marcos Cesar Pontes	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Itararé	Prefeitura Municipal de Itararé	46.634.390/0001-52	SP	ITARARE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamento	R$ 405.797
60110001	4265	Marcos Cesar Pontes	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Boracéia	Prefeitura Municipal de Boracéia	46.189.734/0001-61	SP	BORACEIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamento	R$ 405.797
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Macapá - AP	Prefeitura Municipal de Macapá - AP	05.995.766/0001-77	AP	MACAPA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Máquinas e Ec	R$ 2.500.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Manoel Viana		91.551.762/0001-31	RS	MANOEL VIANA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	ENCANTO		08.355.760/0001-23	RN	ENCANTO	4	40	Apoio a Projetos de Dese trator agricola 75cv, Carreta	R$ 260.000
60110001	4265	Marcos Cesar Pontes	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Cordeirópol	Prefeitura Municipal de Cordeirópolis	44.660.272/0001-93	SP	CORDEIROPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamento	R$ 405.797
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Varjão/GO	01.218.643/0001-79	GO	VARJAO	4	90	Apoio a Projetos de Dese Motoniveladora	R$ 623.865
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Pedro Afonso		02.070.589/0001-20	TO	PEDRO AFONSO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Máquina de Pavimentação	R$ 1.560.869
60110001	2038	Flávio José Arns	53000	53101	00SX	Prefeitura		01.607.627/0001-78	PR	GOIOXIM	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção e pavimentação	R$ 1.000.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Uarini		04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Investimentos - Apoio a Pro	R$ 804.347
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Município de Conceição -	Município de Conceição do Araguaia	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Patrulha agríc	R$ 260.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	MONTE DAS GAMELEIRAS		08.196.941/0001-54	RN	MONTE DAS GAMELEIRAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese trator agricola 75cv, Carreta	R$ 260.000
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal		35.445.527/0001-04	PE	QUIXABA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de caminhão pip	R$ 500.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação dos Produtor	Brasília	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio a aquisição de equip	R$ 285.536
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE CAJAZEIRAS DO PIAUI		01.612.573/0001-39	PI	CAJAZEIRAS DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Execução de Obras ou Serv	R$ 400.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Carmolândia		25.063.868/0001-61	TO	CARMOLANDIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Recapeamento	R$ 500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal		81.140.303/0001-01	SC	ITAPOA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamentos e Pavimenta	R$ 1.050.000
60110001	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desen	Municipios do Acre		03.353.358/0001-96	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de maquinários a	R$ 9.130.434
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de CAPELA DO ALTO ALE	Prefeitura de capela do A	CAPELA DO ALTO ALEGRE	13.897.111/0001-94	BA	CAPELA DO ALTO ALEGRE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição debMáquinas e E	R$ 1.000.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Gurinhatã			18.457.192/0001-25	MG	GURINHATA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de vias (estra	R$ 500.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação dos Produtor	Brasília	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio a aquisição de equip	R$ 285.536
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAURI	ANAURILÂNDIA/MS		03.575.727/0001-95	MS	ANAURILANDIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese MÁQUINAS E/OU EQUIPAM	R$ 350.000
60110001	4281	Augusta Brito de Paula	53000	53101	00SX	CRATEUS			07.982.036/0001-67	CE	CRATEUS	4	40	Apoio a Projetos de Dese PAVIMENTAÇÃO	R$ 2.282.608
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Palmares -		00.399.857/0001-26	PE	PALMARES	4	90	Apoio a Projetos de Dese Trator agricola 75 cv + impla	R$ 300.000
60110001	4267	Cleiton Gontijo de Azevedo	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Santa Barbara do Tugúrio			18.094.854/0001-40	MG	SANTA BARBARA DO TUGU	4	40	Apoio a Projetos de Dese Maquinário e equipamentos	R$ 400.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de Santa Inês			01.612.693/0001-36	PB	SANTA INES	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamento Agrícola	R$ 425.494
60110001	4267	Cleiton Gontijo de Azevedo	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Ubá -MG			18.128.207/0001-01	MG	UBA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Maquinário e equipamentos	R$ 400.000
60110001	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e Desenvol	Prefeitura Municipal de Rosário		41.479.569/0001-69	MA	ROSARIO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Apoio a Projetos de Desenv	R$ 2.000.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE PIRACURUCA			06.553.887/0001-21	PI	PIRACURUCA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Execução de Obras ou Serv	R$ 700.000
60110001	4285	Fernando Lopes de Farias	53000	53101	00SX	Município de São José da Tapera			12.261.228/0001-14	AL	SAO JOSE DA TAPERA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação de passagem	R$ 2.130.434
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	PORTALEGRE			08.358.053/0001-90	RN	PORTALEGRE	4	40	Apoio a Projetos de Dese trator agricola 75cv, Carreta	R$ 260.000
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal			11.286.267/0001-03	PE	LAGOA DO OURO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de patrol	R$ 1.000.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de Santa Cecília			01.612.643/0001-59	PB	SANTA CECILIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamento Agrícola	R$ 425.494
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	Universidade Federal do Rio Grande	Instituto Metrópole Digital (IMD)		24.365.710/0001-83	RN	NATAL	4	90	Apoio a Projetos de Dese construção do Núcleo de In	R$ 976.000
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBI	DEPARTAMENTO NACIO	ESTADO DA PARAÍBA	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Apoio a Projetos de Dese EQUIPAMENTOS E/OU OBR	R$ 3.652.173
60110001	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Três Palmeir	Prefeitura Municipal de Três Palmeiras		92.399.112/0001-85	RS	TRES PALMEIRAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Execução de obras no âmbi	R$ 1.500.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Itacoatiara			04.241.980/0001-75	AM	ITACOATIARA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Investimentos - Apoio a Pro	R$ 676.086
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Mineiros		02.316.537/0001-90	GO	MINEIROS	4	90	Apoio a Projetos de Dese Escavadeira Hidráulica	R$ 682.176
60110001	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Alvarães			04.628.335/0001-00	AM	ALVARAES	4	40	Apoio a Projetos de Dese Obras	R$ 5.000.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Guajará			22.812.242/0001-12	AM	GUAJARA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Investimentos - Apoio a Pro	R$ 500.000
60110001	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	00SX	PM de Sete Quedas	PM de Sete Quedas		03.889.011/0001-62	MS	SETE QUEDAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese infra estrutura urbana - (TEI	R$ 1.000.000
60110001	4080	Jaques Wagner	53000	53101	00SX	Governo do Estado da Bahia	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAF		13.937.032/0001-60	BA	SALVADOR	4	30	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de máquinas e eq	R$ 9.130.434
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação Comunitária	Brasília	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Apoio ao setor agropecuári	R$ 285.536
60110001	9224	Marcos Rogério da Silva Brito	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Parecis			84.745.363/0001-46	RO	PARECIS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aduelas de concreto	R$ 1.040.000
60110001	2029	Magno Pereira Malta	53000	53101	00SX	Município de Santa Leopoldina	ES		27.165.521/0001-55	ES	SANTA LEOPOLDINA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação, pavimentação	R$ 1.500.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Novo Oriente do Piauí			06.554.836/0001-14	PI	NOVO ORIENTE DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de vias	R$ 400.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Cooperativa das Agricultoras e dos Agricultores Familiares e S		00.399.857/0001-26	PE	PALMARES	4	90	Apoio a Projetos de Dese Trator agricola 75 cv + impla	R$ 300.000
60110001	4274	Laércio José de Oliveira	53000	53101	00SX	Departamento Estadual de Infra-Estrutura	Rodoviária de Sergipe (DER/SE)		07.555.286/0001-10	SE	ARACAJU	4	30	Apoio a Projetos de Dese Construção e manutenção	R$ 2.652.173
60110001	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	00SX	PM de Chapadão do Sul	PM de Chapadão do Sul		24.651.200/0001-72	MS	CHAPADAO DO SUL	4	40	Apoio a Projetos de Dese infra estrutura urbana - (TEI	R$ 1.000.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	SÃO JOSÉ DE MIPIBU			08.365.850/0001-03	RN	SAO JOSE DE MIPIBU	4	40	Apoio a Projetos de Dese trator agricola 75cv, Carreta	R$ 260.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Agronômica	Prefeitura Municipal de A	Agronômica	83.102.590/0001-90	SC	AGRONOMICA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação de via urbana	R$ 500.000
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO	PARAÍSO DAS ÁGUAS/MS		17.361.639/0001-03	MS	PARAISO DAS AGUAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese MÁQUINAS E/OU EQUIPAM	R$ 550.000
60110001	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	53000	53101	00SX	Município de Nunes Freire			01.612.834/0001-10	MA	GOVERNADOR NUNES FRE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação	R$ 5.000.000
60110001	4180	Fabiano Contarato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO	PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO DE SÃO LOURENÇC		27.174.127/0001-83	ES	DIVINO DE SAO LOURENC	4	40	Apoio a Projetos de Dese PAVIMENTAÇÃO E DRENAG	R$ 1.000.000
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de União dos Palmares			12.332.946/0001-34	AL	UNIAO DOS PALMARES	4	40	Apoio a Projetos de Dese Apoio a Projetos de Desenv	R$ 521.739
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal			82.928.664/0001-80	SC	ARMAZEM	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamentos	R$ 250.000
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal			01.613.860/0001-63	PE	ARACOIABA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de caçamba 4X4	R$ 630.434
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Lagoa do Tocantins			37.420.916/0001-00	TO	LAGOA DO TOCANTINS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação	R$ 1.000.000
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal			10.145.225/0001-90	PE	QUIPAPA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de patrol	R$ 1.000.000
60110001	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Juruá			04.588.596/0001-43	AM	JURUA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de Máquinas e Ec	R$ 1.500.000
60110001	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de São João da Ponta			01.613.320/0001-80	PA	SAO JOAO DA PONTA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Manutenção de estradas vi	R$ 2.500.000
60110001	2969	Wilder Pedro de Morais	53000	53101	00SX	Prefeitura de Novo Gama			01.629.276/0001-04	GO	NOVO GAMA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção de Pontes	R$ 1.000.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de São João do Tigre			09.074.592/0001-60	PB	SAO JOAO DO TIGRE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamento Agrícola	R$ 425.494
60110001	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Dois Lajead	Prefeitura Municipal de Dois Lajeados		90.221.524/0001-03	RS	DOIS LAJEADOS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Execução de obras no âmbi	R$ 1.152.173
60110001	4272	Jaime Maximino Bagattoli	53000	53101	00SX	PREFEITURA DE VILHENA			04.092.706/0001-81	RO	VILHENA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção de obras de art	R$ 1.000.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Urucuia			25.223.850/0001-80	MG	URUCUIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Obra Rural	R$ 500.000
60110001	4180	Fabiano Contarato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI		36.403.954/0001-92	ES	IRUPI	4	40	Apoio a Projetos de Dese PAVIMENTAÇÃO E DRENAG	R$ 1.300.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5635496964

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Aparecida de Goiânia/GO		01.005.727/0001-24	GO	APARECIDA DE GOIANIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Motoniveladora	R$ 623.865
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE MESSIAS	MUNICIPIO DE MESSIAS	MUNICIPIO DE MESSIAS	12.200.283/0001-02	AL	MESSIAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese 00SX - Apoio a Projetos de [	R$ 1.900.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Municipio de São José dos Cordeiros			08.873.226/0001-09	PB	SAO JOSE DOS CORDEIR	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação	R$ 800.000
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Itaja		02.186.757/0001-47	GO	ITAJA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Caminhonete 4x4	R$ 231.781
60110001	4267	Cleiton Gontijo de Azevedo	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Wenceslau Braz			18.026.013/0001-03	MG	WENCESLAU BRAZ	4	40	Apoio a Projetos de Dese Maquinário e equipamentos	R$ 400.000
60110001	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	00SX	PM de Coxim	PM de Coxim		03.510.211/0001-62	MS	COXIM	4	40	Apoio a Projetos de Dese infra estrutura urbana - ITE	R$ 1.500.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Municipio de Rio Maria (0	Municipio de Rio Maria	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a Projetos de Dese Aquisição de equipamentos	R$ 200.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Municipio de São João do Rio do Peixe			08.924.029/0001-71	PB	SAO JOAO DO RIO DO PEI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamento Agricola	R$ 425.494
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Municipio de Manaquiri			04.641.551/0001-95	AM	MANAQUIRI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Investimentos - Apoio a Pro	R$ 1.000.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Nova Candelária			01.602.258/0001-20	RS	NOVA CANDELARIA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Araguacu			02.391.407/0001-12	TO	ARAGUACU	4	40	Apoio a Projetos de Dese Recapeamento	R$ 400.000
60110001	4273	Jorge Seif Junior	53000	53101	00SX	Itá			83.024.240/0001-53	SC	ITA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Apoio a Projetos de Deserv	R$ 400.000
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Bela Vista de Goiás		01.005.917/0001-41	GO	BELA VISTA DE GOIAS	4	90	Apoio a Projetos de Dese Caminhonete 4x4	R$ 231.781
60110001	4180	Fabiano Contarato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇU	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ		27.174.135/0001-20	ES	GUACUI	4	40	Apoio a Projetos de Dese PAVIMENTAÇÃO E DRENAG	R$ 1.000.000
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Messias			12.200.283/0001-02	AL	MESSIAS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Apoio a Projetos de Deserv	R$ 521.739
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Ipê			90.544.511/0001-67	RS	IPE	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e Melhoria de	R$ 300.000
60110001	4093	Antônio Mecias Pereira de Jesus	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJ	MUNICÍPIO DE MUCAJAÍ		04.056.198/0001-86	RR	MUCAJAI	4	40	Apoio a Projetos de Dese Implantação e manutenção	R$ 3.652.173
60110001	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Santa Tereza			91.987.719/0001-13	RS	SANTA TEREZA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Construção e manutenção	R$ 405.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de são Valentim do Sul			92.902.055/0001-05	RS	SAO VALENTIM DO SUL	4	40	Apoio a Projetos de Dese Apoio a Projetos de Deserv	R$ 300.000
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE TRÊS RANCHOS (GO	MUNICÍPIO DE TRÊS RANCHOS (GO)		01.304.286/0001-61	GO	TRES RANCHOS	4	40	Apoio a Projetos de Dese Melhoria de estradas vicina	R$ 600.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Municipio de São Vicente do Seridó			08.916.124/0001-23	PB	SERIDO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Equipamento Agricola	R$ 450.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Lizarda			02.070.571/0001-28	TO	LIZARDA	4	40	Apoio a Projetos de Dese Pavimentação	R$ 700.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento do	Associação dos Pequeno		00.399.857/0001-26	PE	SANTA CRUZ	4	90	Apoio a Projetos de Dese Caixas D'Água de Mil litros	R$ 100.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Japonvar			18.457.242/0001-74	MG	JAPONVAR	4	40	Apoio a Projetos de Dese Obra Rural	R$ 500.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Municipio de Lagarto	Lagarto		13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	40	Apoio a Projetos de Dese Obras	R$ 3.000.000
60110001	4268	Damares Regina Alves	53000	53101	00SX	Secretaria de Estado de Agricultura do	Distrito Federal		03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	Apoio a Projetos de Dese Investimento para a constru	R$ 1.652.173
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	SENADOR GEORGINO AVELINO			08.168.478/0001-37	RN	SENADOR GEORGINO AV	4	40	Apoio a Projetos de Dese trator agricola 75cv, Carreta	R$ 260.000
60110002	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	54000	54101	10V0	Prefeitura de Brasiléia			04.508.933/0001-45	AC	BRASILEIA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Implantação de infraestrutu	R$ 1.300.000
60110002	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM			08.096.604/0001-95	RN	JARDIM DE PIRANHAS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae CONSTRUÇÃO DO PORTAIS	R$ 1.000.000
60110002	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	54000	54101	10V0	Prefeitura de Rodrigues Alves			84.306.455/0001-20	AC	RODRIGUES ALVES	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Implantação de infraestrutu	R$ 1.317.391
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Itajubá			18.025.940/0001-09	MG	ITAJUBA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Infraestrutura turística	R$ 4.000.000
60110002	4144	Alessandro Vieira	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros			13.128.863/0001-90	SE	BARRA DOS COQUEIROS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Apoio a Infraestrutura Turís	R$ 5.217.391
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Municipio de João Pessoa			08.778.326/0001-56	PB	JOAO PESSOA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Infraestrutura turística	R$ 400.000
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Municipio de Bom Sucesso			08.920.571/0001-56	PB	BOM SUCESSO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Infraestrutura turística	R$ 500.000
60110002	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	54000	54101	10V0	Municipio de Ipixuna			04.191.078/0001-91	AM	IPIXUNA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Investimentos - Apoio a Pro	R$ 1.473.913
60110002	4210	Carlos Francisco Portinho	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE RESENDE			29.178.233/0001-60	RJ	RESENDE	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Obra	R$ 2.086.956
60110002	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de Rolador			04.203.896/0001-67	RS	ROLADOR	4	40	Apoio a Projetos de Infrae - Apoio a Projetos de Infraes	R$ 400.000
60110002	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	54000	54101	10V0	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae URBANIZAÇÃO DA APA DO	R$ 2.000.000
60110002	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS		08.873.226/0001-09	PB	SAO JOSE DOS CORDEIR	4	40	Apoio a Projetos de Infrae INFRAESTRUTURA TURÍSTIC	R$ 1.000.000
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	Santa Rosa do Tocantins			24.851.503/0001-39	TO	SANTA ROSA DO TOCANT	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Centro de Eventos	R$ 700.000
60110002	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Nova Petrópo	Prefeitura Municipal de Nova Petrópolis		88.572.748/0001-00	RS	NOVA PETROPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Execução de obras no âmbi	R$ 1.043.478
60110002	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXAR			08.170.540/0001-25	RN	MAXARANGUAPE	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Construção de Portais (port	R$ 417.000
60110002	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Camutanga			11.362.779/0001-01	PE	CAMUTANGA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Apoio a Projetos de Infraes	R$ 1.017.391
60110002	4272	Jaime Maximino Bagattoli	54000	54101	10V0	PREFEITURA DE ALTO ALEGRE DOS PAREC			84.744.994/0001-40	RO	ALTO ALEGRE DOS PAREC	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Infraestrutura urbana para a	R$ 586.956
60110002	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de Rolante			90.936.956/0001-92	RS	ROLANTE	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Apoio a Projetos de Infraest	R$ 400.000
60110002	4240	Margareth Gettert Busetti	54000	54101	10V0	SECRETARIA DE INFRAESTUTURA - S	JACIARA-MT	JACIARA-MT	57.356.434/0001-46	MT	CUIABA	4	30	Apoio a Projetos de Infrae CONSTRUÇÃO DE UM MIRA	R$ 2.086.956
60110002	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA		08.739.138/0001-19	PB	MASSARANDUBA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae INFRAESTRUTURA TURÍSTIC	R$ 1.086.956
60110002	4096	Irajá Silvestre Filho	54000	54101	10V0	GURUPI	GURUPI		01.803.618/0001-52	TO	GURUPI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Revitalização das Avenidas	R$ 5.217.391
60110002	3799	Romario de Souza Faria	54000	54101	10V0	MUNICIPIO DE RIO BONITO - RJ			28.741.072/0001-09	RJ	RIO BONITO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Obras	R$ 2.086.956
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	Porto Alegre do Tocantins			33.254.558/0001-52	TO	PORTO ALEGRE DO TOCA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Praça	R$ 1.000.000
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Valença	Prefeitura Municipal de Valença		14.235.899/0001-36	BA	VALENCA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Construção de Praças	R$ 417.000
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	54000	54101	10V0	Instituto de Desenvolvimento Econômico - IDEPI			09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Apoio a Projetos de Infrae Construção de praças	R$ 1.200.000
60110002	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE RIO QUENTE (GO)	MUNICÍPIO DE RIO QUENTE (GO)		24.852.675/0001-27	GO	RIO QUENTE	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Obra de infraestrutura	R$ 1.237.065
60110002	4267	Cleiton Gontijo de Azevedo	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Divinópolis -MG			18.291.351/0001-64	MG	DIVINOPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Infra -Estrutura Turística	R$ 2.086.956
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	54000	54101	10V0	MUNICIPIO DE SANTANA DO PIAUI			41.522.137/0001-93	PI	SANTANA DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Implantação de Infraestrutu	R$ 400.000
60110002	4273	Jorge Seif Junior	54000	54101	10V0	Secretaria de Estado de Turismo Santa Catarina			82.951.229/0001-76	SC	FLORIANOPOLIS	4	30	Apoio a Projetos de Infrae Apoio a Projetos de Infraest	R$ 1.696.956
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Municipio de João Pessoa			08.778.326/0001-56	PB	JOAO PESSOA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Banheiros Públicos Autolim	R$ 400.000
60110002	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Nova Cruz	Prefeitura Municipal de Nova Cruz		08.144.784/0001-33	RN	NOVA CRUZ	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Sinalização Turística	R$ 4.000.000
60110002	4143	Francisco de Assis Rodrigues	54000	54101	10V0	Municipio de Boa Vista	Municipio de Boa Vista		05.943.030/0001-55	RR	BOA VISTA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Revitalização no Parque Mu	R$ 5.217.391
60110002	4093	Antônio Mecias Pereira de Jesus	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE PACARA	MUNICÍPIO DE PACARAÍ		01.612.675/0001-54	RR	PACARAIMA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae OBRA DE INFRAESTRUTURA	R$ 5.217.390
60110002	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	54000	54101	10V0	PAULINO NEVES	PAULINO NEVES	PAULINO NEVES	01.562.914/0001-09	MA	PAULINO NEVES	4	40	Apoio a Projetos de Infrae SEGUNDA ETAPA DA ORLA	R$ 1.000.000
60110002	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU D			08.148.421/0001-76	RN	PAU DOS FERROS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Construção de Portais (Port	R$ 1.000.000
60110002	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Gramado	Prefeitura Municipal de Gramado		88.847.082/0001-55	RS	GRAMADO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Execução de obras no âmbi	R$ 1.043.478
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	Conceição do Tocantins			01.067.149/0001-50	TO	CONCEICAO DO TOCANT	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Praça	R$ 1.000.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de Santa Vitória do Palmar			88.824.099/0001-97	RS	SANTA VITORIA DO PALM	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Apoio a Projetos de Infraest	R$ 400.000
60110002	4265	Marcos Cesar Pontes	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Piratininga	Prefeitura Municipal de Piratininga		46.137.451/0001-76	SP	PIRATININGA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Obra	R$ 1.000.000
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Tamboril do Piauí			01.616.855/0001-04	PI	TAMBORIL DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae Infraestrutura turística	R$ 700.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5635496964

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	54000	54101	10V0	Secretaria de Estado do Turismo/CE			00.671.077/0001-93	CE	FORTALEZA	4	30	Apoio a Projetos de Infrae	Obras e Serviços de Engenh	R$ 2.000.000
60110002	4269	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	54000	54101	10V0	Município de Caracaraí			04.653.408/0001-13	RR	CARACARAI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Promoção ao Turismo Ecol	R$ 2.086.956
60110002	4095	Rogério Carvalho Santos	54000	54101	10V0	Município de Lagarto	Lagarto		13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obra	R$ 1.000.000
60110002	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE GOI	MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE GOIÁS (GO)		01.761.113/0001-72	GO	SANTA ROSA DE GOIAS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obra de infraestrutura	R$ 789.325
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	54000	54101	10V0	Município de Jijoca de Jericoacoara/CE			23.718.034/0001-11	CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obras e Serviços de Engenh	R$ 1.000.000
60110002	4180	Fabiano Contarato	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRA	PREFEITURA MUNICIPAL		31.726.490/0001-31	ES	IBITIRAMA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	EXECUÇÃO DE OBRAS DE II	R$ 600.000
60110002	2029	Magno Pereira Malta	54000	54101	10V0	Município de Piúma/ES			27.165.695/0001-18	ES	PIUMA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Projetos de Infraestrutura T	R$ 700.000
60110002	4080	Jaques Wagner	54000	54101	10V0	Município de Andaraí			13.922.570/0001-80	BA	ANDARAI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a projetos de Infraest	R$ 700.000
60110002	4274	Laércio José de Oliveira	54000	54101	10V0	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO			34.841.261/0001-56	SE	ARACAJU	4	30	Apoio a Projetos de Infrae	Construção, revitalização e	R$ 3.130.434
60110002	4095	Rogério Carvalho Santos	54000	54101	10V0	Município de Lagarto	Lagarto		13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obra	R$ 1.300.000
60110002	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	54000	54101	10V0	Município de Iraquara	Prefeitura Municipal de Ir	Município de Iraquara	13.922.596/0001-29	BA	IRAQUARA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a projetos de Infraest	R$ 3.000.000
60110002	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Maragogi			12.248.522/0001-96	AL	MARAGOGI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest	R$ 695.652
60110002	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de Pouso Novo			92.454.826/0001-49	RS	POUSO NOVO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest	R$ 400.000
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Três Pontas			18.245.167/0001-88	MG	TRES PONTAS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura turística	R$ 1.217.391
60110002	4182	José da Cruz Marinho	54000	54101	10V0	Município de Redenção (04.144.16	Município de Redenção (04.144.168	Município de Redenção (04.144.168	04.144.168/0001-21	PA	REDENCAO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de Mirante	R$ 5.217.391
60110002	4279	Tereza Cristina Corrêa	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA	COSTA RICA/MS		15.389.596/0001-30	MS	COSTA RICA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	INFRAESTRUTURA TURÍSTIC	R$ 970.000
60110002	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal			83.102.269/0001-06	SC	SAO FRANCISCO DO SUL	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de Praça de Tu	R$ 4.500.000
60110002	4181	Nelson Trad Filho	54000	54101	10V0	PM de Rio Verde de Mato Grosso	PM de Rio Verde de Mato Grosso		03.354.560/0001-32	MS	RIO VERDE DE MATO GRO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obras para o desenvolvime	R$ 2.609.391
60110002	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	54000	54101	10V0	Município de São João do Paraíso			01.597.629/0001-23	MA	SAO JOAO DO PARAISO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Revitalização do Beira Rio (I	R$ 2.500.000
60110002	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Tamandaré			01.596.018/0001-60	PE	TAMANDARE	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest	R$ 500.000
60110002	4180	Fabiano Contarato	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA		27.174.051/0001-96	ES	MONTANHA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	INFRAESTRUTURA TURÍSTIC	R$ 708.696
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Município de Pirpirituba			08.789.299/0001-17	PB	PIRPIRITUBA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura turística	R$ 500.000
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	Juarina			37.426.509/0001-00	TO	JUARINA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Praça	R$ 500.000
60110002	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	54000	54101	10V0	Ministério do Turismo	Prefeitura Municipal de Imperatriz		06.158.455/0001-16	MA	IMPERATRIZ	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura Turística	R$ 5.217.391
60110002	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de São Leopoldo			89.814.693/0001-60	RS	SAO LEOPOLDO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura Turística	R$ 400.000
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	Paraná			01.126.556/0001-91	TO	PARANA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Praça	R$ 700.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de Lajeado			87.297.982/0001-03	RS	LAJEADO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest	R$ 400.000
60110002	4142	Eann Styenson Valentim Mendes	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE PUREZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE PUREZA		08.290.223/0001-42	RN	PUREZA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção do Santuário - (	R$ 617.391
60110002	9224	Marcos Rogério da Silva Brito	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Primavera			84.723.030/0001-16	RO	PRIMAVERA DE RONDONI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção do portal de ac	R$ 1.186.956
60110002	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	54000	54101	10V0	Município de São João do Paraíso			01.597.629/0001-23	MA	SAO JOAO DO PARAISO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção do portal da cid	R$ 500.000
60110002	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Maceió			12.200.135/0001-80	AL	MACEIO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest	R$ 695.652
60110002	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de São Marcos			88.818.299/0001-37	RS	SAO MARCOS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest	R$ 400.000
60110002	4555	Pedro Pinheiro Chaves	54000	54101	10V0	Goiandópolis			02.506.012/0001-18	GO	GOIANAPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de Lago	R$ 1.000.000
60110002	4142	Eann Styenson Valentim Mendes	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MI	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DE TOUROS		01.612.396/0001-90	RN	SAO MIGUEL DO GOSTOS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obra - Ciclovia	R$ 1.043.478
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	54000	54101	10V0	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO PIAUI			06.554.828/0001-78	PI	SAO GONCALO DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Implantação de Infraestrut	R$ 400.000
60110002	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	54000	54101	10V0	Prefeitura de Tarauacá			34.693.564/0001-79	AC	TARAUACA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Implantação de Infraestrut	R$ 1.300.000
60110002	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE G	MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS		01.740.455/0001-06	GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obra de infraestrutura	R$ 591.000
60110002	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	54000	54101	10V0	Município de Iranduba			04.628.533/0001-73	AM	IRANDUBA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Investimentos - Apoio a Pro	R$ 1.043.478
60110002	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	54000	54101	10V0	Município de Inajá	Município de Inajá		10.106.219/0001-23	PE	INAJA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura urbana para	R$ 1.000.000
60110002	4080	Jaques Wagner	54000	54101	10V0	Município de São Gabriel			13.891.544/0001-32	BA	SAO GABRIEL	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest	R$ 600.000
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	Lavandeira			01.618.402/0001-17	TO	LAVANDEIRA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Praça	R$ 500.000
60110002	4095	Rogério Carvalho Santos	54000	54101	10V0	Município de Estância	Estância		13.097.050/0001-80	SE	ESTANCIA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obra	R$ 1.500.000
60110002	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Quixabá			35.445.527/0001-04	PE	QUIXABA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest	R$ 1.000.000
60110002	4279	Tereza Cristina Corrêa	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO	PORTO MURTINHO/MS		03.107.539/0001-32	MS	PORTO MURTINHO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	INFRAESTRUTURA TURÍSTIC	R$ 400.434
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	Angico			25.064.098/0001-71	TO	ANGICO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de Praça	R$ 500.000
60110002	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE SITIO N			08.160.756/0001-00	RN	SITIO NOVO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de portais (Pórti	R$ 391
60110002	2263	Jader Fontenelle Barbalho	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Curuça			05.171.939/0001-32	PA	CURUCA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de Centro de C	R$ 5.217.391
60110002	4080	Jaques Wagner	54000	54101	10V0	Município de Ituaçu			14.106.280/0001-21	BA	ITUACU	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest	R$ 500.000
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	Jaú do Tocantins			37.344.413/0001-01	TO	JAU DO TOCANTINS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Praça	R$ 500.000
60110002	4095	Rogério Carvalho Santos	54000	54101	10V0	Município de Barra dos Coqueiros	Barra dos Coqueiros		13.128.863/0001-96	SE	BARRA DOS COQUEIROS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obra	R$ 5.434.782
60110002	4180	Fabiano Contarato	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGE	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA		31.723.570/0001-33	ES	VARGEM ALTA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	CONSTRUÇÃO DE TEATRO	R$ 2.000.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de São Nicolau			87.612.966/0001-68	RS	SAO NICOLAU	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest	R$ 400.000
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Município de Parari			01.612.532/0001-42	PB	PARARI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura turística	R$ 458.695
60110002	4279	Tereza Cristina Corrêa	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM	COXIM/MS		03.510.211/0001-62	MS	COXIM	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	INFRAESTRUTURA TURÍSTIC	R$ 786.956
60110002	4276	Rogério Simonetti Marinho	54000	54101	10V0	Marcelino Vieira			08.357.618/0001-15	RN	MARCELINO VIEIRA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de Praça Públic	R$ 600.000
60110002	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	54000	54101	10V0	Município de Ilha de Itamaracá	Município de Ilha de Itamaracá		09.680.315/0001-00	PE	ILHA DE ITAMARACA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura urbana para	R$ 762.000
60110002	4281	Augusta Brito de Paula	54000	54101	10V0	CHOROZINHO			23.555.279/0001-75	CE	CHOROZINHO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura turística.	R$ 2.508.695
60110002	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	54000	54101	10V0	Município de Recife	Secretaria de Turismo e Lazer		10.565.000/0001-92	PE	RECIFE	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Requalificação do piso e pa	R$ 1.105.391
60110002	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE TOURO			08.234.155/0001-02	RN	TOUROS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Pavimentação (calçadão) d	R$ 2.000.000
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Juazeiro do Piauí			01.612.582/0001-20	PI	JUAZEIRO DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de portal	R$ 400.000
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	Fátima			00.114.801/0001-88	TO	FATIMA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Centro de Eventos	R$ 800.000
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	54000	54101	10V0	MUNICIPIO DE MORRO CABECA NO TEMPO			01.612.594/0001-54	PI	MORRO CABECA NO TEM	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Implantação de Infraestrut	R$ 400.000
60110002	4281	Augusta Brito de Paula	54000	54101	10V0	RUSSAS			07.535.446/0001-60	CE	RUSSAS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura turística.	R$ 100.000
60110002	4080	Jaques Wagner	54000	54101	10V0	Município de Presidente Jânio Quadros			14.120.539/0001-99	BA	PRESIDENTE JANIO QUAD	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a projetos de Infraest	R$ 500.000
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de São João do Piauí			06.553.655/0001-73	PI	SAO JOAO DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura turística	R$ 1.500.000
60110002	4279	Tereza Cristina Corrêa	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQ	NIOAQUE/MS		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	INFRAESTRUTURA TURÍSTIC	R$ 970.000
60110002	4182	José da Cruz Marinho	54000	54101	10V0	Município de Igarapé-Miri	Município de Igarapé-Mir	Igarapé-Miri	05.191.333/0001-69	PA	IGARAPE-MIRI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de praça para e	R$ 1.043.478

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5635496964

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

60110002	4285	Fernando Lopes de Farias	54000	54101	10V0	Município de Marechal Deodoro		12.200.275/0001-58	AL	MARECHAL DEODORO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção do novo Pier dc	R$ 4.000.000
60110002	4276	Rogério Simonetti Marinho	54000	54101	10V0	NATAL		08.241.747/0001-43	RN	NATAL	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	As obras de infraestrutura t	R$ 3.130.434
60110002	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	54000	54101	10V0	Município de Primavera	Município de Primavera	11.294.378/0001-61	PE	PRIMAVERA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Rota das Cachoeiras - ação	R$ 1.000.000
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Alcobaça	Prefeitura Municipal de Alcobaça	13.761.721/0001-66	BA	ALCOBACA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de Praças	R$ 1.000.000
60110002	4180	Fabiano Contarato	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA V	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA	27.167.428/0001-80	ES	NOVA VENECIA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	PAVIMENTAÇÃO DE ACESS	R$ 700.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS M	MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	12.364.881/0001-09	AL	SAO MIGUEL DOS MILAGI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	10V0 - Apoio a Projetos de I	R$ 800.000
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	54000	54101	10V0	Secretaria de estado de Cultura -	SECUT - CNPJ: 05.782.352/0001-6(	06.553.481/0001-49	PI	TERESINA	4	30	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura urbana para a	R$ 5.217.391
60110002	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	54000	54101	10V0	Prefeitura de Assis Brasil	Assis Brasil	04.045.993/0001-79	AC	ASSIS BRASIL	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	implantação de infraestrutu	R$ 1.300.000
60110002	4555	Pedro Pinheiro Chaves	54000	54101	10V0	Jaragua		01.223.916/0001-73	GO	JARAGUA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de Infraestrutu	R$ 1.000.000
60110002	4266	José Roberto Oliveira Faro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Senador Jos	Prefeitura Municipal de S Senador José Porfírio	05.421.110/0001-40	PA	SENADOR JOSE PORFIRIC	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obras para a modernizaçãc	R$ 1.999.923
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	54000	54101	10V0	MUNICIPIO DE LANDRI SALES		06.554.117/0001-01	PI	LANDRI SALES	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Implantação de Infraestrutu	R$ 400.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	54000	54101	10V0	MUNICIPIO DE QUEBRANGULO	MUNICIPIO DE QUEBRANGULO	12.241.675/0001-01	AL	QUEBRANGULO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	10V0 - Apoio a Projetos de I	R$ 700.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE CHÃ PRETA	MUNICÍPIO DE CHÃ PRET	12.334.629/0001-57	AL	CHA PRETA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	10V0 - Apoio a Projetos de I	R$ 1.000.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de Santa Cecília do Sul		04.215.090/0001-99	RS	SANTA CECILIA DO SUL	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest	R$ 400.000
60110002	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO M	IGUEL DO GOSTOSC	01.612.396/0001-90	RN	SAO MIGUEL DO GOSTOS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de Portais (Por	R$ 800.000
60110002	4273	Jorge Seif Júnior	54000	54101	10V0	Garopaba		82.836.057/0001-90	SC	GAROPABA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest	R$ 400.000
60110002	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	54000	54101	10V0	Município de Riachão		05.282.801/0001-00	MA	RIACHAO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obra de infraestrutura turis	R$ 1.834.782
60110002	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	54000	54101	10V0	Município de Olinda	Secretaria de Desenvolvimento Econômico Inovação, Tecnolo	10.404.184/0001-09	PE	OLINDA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Reforma do Elevador Panor	R$ 600.000
60110002	4555	Pedro Pinheiro Chaves	54000	54101	10V0	Palmelo		01.181.239/0001-78	GO	PALMELO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Pavimentação	R$ 717.391
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	54000	54101	10V0	Secretaria de Estado do Turismo/CE		00.671.077/0001-93	CE	FORTALEZA	4	30	Apoio a Projetos de Infrae	Obras e Serviços de Engenh	R$ 2.217.391
60110002	4281	Augusta Brito de Paula	54000	54101	10V0	CRATEUS		07.982.036/0001-67	CE	CRATEUS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura turística	R$ 608.696
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	Araguatins		01.237.403/0001-11	TO	ARAGUATINS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Rodoviária	R$ 2.000.000
60110002	4279	Tereza Cristina Corrêa	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA A	NOVA ANDRANDINA/MS	03.173.317/0001-18	MS	NOVA ANDRADINA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	TERMINAL RODOVIÁRIO	R$ 970.000
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Teixeira de F	Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas	13.650.403/0001-28	BA	TEIXEIRA DE FREITAS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de Praças	R$ 400.000
60110002	4555	Pedro Pinheiro Chaves	54000	54101	10V0	Cidade de Goiás		02.295.772/0001-23	GO	GOIAS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de ponte	R$ 1.000.000
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	54000	54101	10V0	Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí - DER/PI		06.535.751/0001-99	PI	TERESINA	4	30	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura turística	R$ 5.484.782
60110002	4394	Alan Rick Miranda	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Senador Gu	Prefeitura de Senador Guiomard	04.077.251/0001-25	AC	SENADOR GUIOMARD	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Revitalização e ampliação (	R$ 2.086.956
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Tanque do Piauí		01.612.616/0001-86	PI	TANQUE DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de mirante	R$ 650.000
60110002	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	54000	54101	10V0	Arquivo Público do Distrito Federal	Brasília	04.321.376/0001-09	DF	BRASILIA	4	30	Apoio a Projetos de Infrae	Construir, revitalizar, reforn	R$ 5.217.391
60110002	4279	Tereza Cristina Corrêa	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE TACUR	TACURU/MS	03.888.989/0001-00	MS	TACURU	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	INFRAESTRUTURA TURÍSTIC	R$ 500.000
60110002	2210	Esperidião Amin Helou Filho	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Treze Tílias	Prefeitura Municipal de T Treze Tílias	82.777.251/0001-41	SC	TREZE TILIAS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obras de infraestrutura urb	R$ 586.956
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	54000	54101	10V0	MUNICIPIO DE CARACOL		06.553.622/0001-23	PI	CARACOL	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Implantação de Infraestrutu	R$ 486.956
60110002	4092	Confúcio Aires Moura	54000	54101	10V0	ROLIM DE MOURA	ROLIM DE MOURA	04.394.865/0001-18	RO	ROLIM DE MOURA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	AMPLIAÇÃO E REFORMA DI	R$ 3.000.000
60110002	4095	Rogério Carvalho Santos	54000	54101	10V0	Município de Lagarto	Lagarto	13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Sinalização Turística	R$ 600.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE IBATEGUARA	MUNICÍPIO DE IBATEGUARA	12.332.961/0001-82	AL	IBATEGUARA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	10V0 - Apoio a Projetos de I	R$ 817.391
60110002	4221	Alexandre Luiz Giordano	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	46.319.000/0001-50	SP	GUARULHOS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	INFRAESTRUTURA TURÍSTIC	R$ 5.217.391
60110002	4272	Jaime Maximino Bagattoli	54000	54101	10V0	PREFEITURA DE PORTO VELHO		05.903.125/0001-45	RO	PORTO VELHO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura urbana para a	R$ 500.000
60110002	4276	Rogério Simonetti Marinho	54000	54101	10V0	São Tome		08.080.210/0001-49	RN	SAO TOME	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	construção/reforma de pra	R$ 482.000
60110002	2029	Magno Pereira Malta	54000	54101	10V0	Município de São Domingos do Norte/ES		36.350.312/0001-72	ES	SAO DOMINGOS DO NOR	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Projetos de Infraestrutura T	R$ 700.000
60110002	4184	Luis Carlos Heinze	54000	54101	10V0	Caçapava do Sul		88.142.302/0001-45	RS	CACAPAVA DO SUL	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	infra estrutura turística	R$ 500.200
60110002	9224	Marcos Rogério da Silva Brito	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Santa Luzia D'Oeste		15.845.365/0001-94	RO	SANTA LUZIA D'OESTE	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção do portal de ac	R$ 900.000
60110002	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal		10.347.466/0001-11	PE	FLORES	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção, revitalização e	R$ 1.000.000
60110002	4268	Damares Regina Alves	54000	54101	10V0	Município de Luziânia		01.169.416/0001-09	GO	LUZIANIA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Investimento para a implan	R$ 1.043.456
60110002	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Panelas		10.215.176/0001-14	PE	PANELAS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraes	R$ 1.000.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de São Jorge		91.566.851/0001-51	RS	SAO JORGE	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura Turística	R$ 400.000
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	Luzinópolis		01.631.059/0001-40	TO	LUZINOPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Balneário	R$ 734.782
60110002	2029	Magno Pereira Malta	54000	54101	10V0	Município de Domingos Martins/ES		27.150.556/0001-10	ES	DOMINGOS MARTINS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Projetos de Infraestrutura T	R$ 686.956
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Ribeira do A	Prefeitura Municipal de Ribeira do Amparo	13.809.405/0001-17	BA	RIBEIRA DO AMPARO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de Praças	R$ 2.000.000
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Juazeiro	Prefeitura Municipal de Juazeiro	13.915.632/0001-27	BA	JUAZEIRO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de Praça no por	R$ 400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de São Pedro do Butiá		93.592.715/0001-61	RS	SAO PEDRO DO BUTIA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest	R$ 400.000
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Município de Piancó		09.148.727/0001-95	PB	PIANCO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura turística	R$ 1.000.000
60110002	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	54000	54101	10V0	SANTO AMARO DO MARANHÃO	SANTO AMARO DO MARANHÃO/SANTO AMARO DO MARANHÃO	01.612.671/0001-76	MA	SANTO AMARO DO MARAI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Portal da entrada da cidade	R$ 500.000
60110002	2969	Wilder Pedro de Morais	54000	54101	10V0	Prefeitura de São João da Paraúna		25.105.222/0001-08	GO	SAO JOAO DA PARAUNA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Implantação e modernizaçã	R$ 1.000.000
60110002	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	54000	54101	10V0	Associação Casa Clarice Lispector	Associação Casa Clarice Recife	53.634.482/0001-06	PE	RECIFE	4	50	Apoio a Projetos de Infrae	Reforma do Museu	R$ 700.000
60110002	2210	Esperidião Amin Helou Filho	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Balneário Ar	Prefeitura Municipal de B Balneário Arroio do Silva	01.605.479/0001-52	SC	BALNEARIO ARROIO DO S	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obras de infraestrutura turí	R$ 1.000.000
60110002	4279	Tereza Cristina Corrêa	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSIL	CASSILÂNDIA/MS	03.342.920/0001-86	MS	CASSILANDIA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	INFRAESTRUTURA TURÍSTIC	R$ 600.000
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Município de Serra da Raiz		08.789.737/0001-47	PB	SERRA DA RAIZ	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura turística	R$ 458.695
60110002	4281	Augusta Brito de Paula	54000	54101	10V0	SANTANA DO CARIRI		07.597.347/0001-02	CE	SANTANA DO CARIRI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura turística	R$ 2.000.000
60110002	4080	Jaques Wagner	54000	54101	10V0	Município de Ibicoara		13.922.588/0001-82	BA	IBICOARA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest	R$ 700.000
60110002	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	54000	54101	10V0	Município de Fortaleza dos Nogueiras		06.080.394/0001-11	MA	FORTALEZA DOS NOGUEI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Revitalização do Balneário I	R$ 3.000.000
60110002	2969	Carlos Eduardo de Souza Braga	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Parintins		04.329.736/0001-69	AM	PARINTINS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura turística	R$ 10.434.782
60110002	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de Santo Antônio do Planalto		94.704.020/0001-97	RS	SANTO ANTONIO DO PLAI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura Turística	R$ 400.000
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Valente	Prefeitura Municipal de Valente	13.845.896/0001-51	BA	VALENTE	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de Praças	R$ 1.000.000
60110002	9224	Marcos Rogério da Silva Brito	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé		01.254.422/0001-56	RO	SAO FRANCISCO DO GUA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção do portal de ac	R$ 3.130.434
60110002	4272	Jaime Maximino Bagattoli	54000	54101	10V0	PREFEITURA DE GUAJARA-MIRIM		05.893.631/0001-09	RO	GUAJARA-MIRIM	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura urbana para a	R$ 1.000.000
60110002	4276	Rogério Simonetti Marinho	54000	54101	10V0	Canguaretama		08.365.017/0001-54	RN	CANGUARETAMA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de Orla na prai	R$ 1.000.000
60110002	4268	Damares Regina Alves	54000	54101	10V0	Município de Cidade Ocidental		36.862.621/0001-21	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Investimento na revitalizaçã	R$ 1.043.500

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5635496964

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

60110002	4095	Rogério Carvalho Santos	54000	54101	10V0	Município de Lagarto		Lagarto	13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obra		R$ 600.000
60110002	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	54000	54101	10V0	Município de Parelhas	Município de Parelhas		08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de Pontilhão (S		R$ 600.000
60110002	9219	Flávio Nantes Bolsonaro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Miguel Pereira			32.415.283/0001-29	RJ	MIGUEL PEREIRA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção do Centro de C		R$ 586.956
60110002	4092	Confúcio Aires Moura	54000	54101	10V0	GUAJARÁ-MIRIM	GUAJARÁ-MIRIM		05.893.631/0001-09	RO	GUAJARA-MIRIM	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	CONSTRUIR UM CENTRO D		R$ 2.217.391
60110002	4136	Izalci Lucas Ferreira	54000	54101	10V0	Secretaria de Turismo do DF			33.143.334/0001-73	DF	BRASILIA	4	31	Apoio a Projetos de Infrae	Construção Casa do Artesã		R$ 2.086.957
60110002	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal			10.404.184/0001-09	PE	OLINDA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção, revitalização e		R$ 3.000.000
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Município de Cuité			08.732.174/0001-50	PB	CUITE	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura turística		R$ 1.000.000
60110002	4078	Márcio Miguel Bittar	54000	54101	10V0	Departamento de Estradas de Rodagem	Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - DERA		04.031.258/0001-06	AC	RIO BRANCO	4	30	Apoio a Projetos de Infrae	Execução de Serviços de Re		R$ 2.086.956
60110002	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	54000	54101	10V0	Município de Paulino Neves			01.562.914/0001-09	MA	PAULINO NEVES	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obra de construção da orla		R$ 2.600.000
60110002	4180	Fabiano Contarato	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA		27.167.311/0001-04	ES	ECOPORANGA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRAI		R$ 708.695
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	Arraias			01.125.780/0001-69	TO	ARRAIAS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Portal da Cidade		R$ 1.500.000
60110002	4181	Nelson Trad Filho	54000	54101	10V0	PM de Corumbá	PM de Corumbá		03.330.461/0001-10	MS	CORUMBA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de Centro de C		R$ 2.608.000
60110002	4265	Marcos Cesar Pontes	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Agudos	Prefeitura Municipal de Agudos		46.137.444/0001-74	SP	AGUDOS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obra		R$ 1.086.956
60110002	4285	Fernando Lopes de Farias	54000	54101	10V0	Município de Atalaia			12.200.143/0001-26	AL	ATALAIA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção do centro de ev		R$ 1.217.391
60110002	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	54000	54101	10V0	Município de Pedra	Prefeitura Municipal, comunidade e turistas		10.106.227/0001-70	PE	PEDRA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Investimentos de construçã		R$ 750.000
60110002	9219	Flávio Nantes Bolsonaro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Armação de Buzios			01.616.171/0001-02	RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção do Terminal Tur		R$ 1.500.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE SANTANA DO MUNC	MUNICÍPIO DE SANTANA DO MUNDAU		12.332.979/0001-84	AL	SANTANA DO MUNDAU	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	10V0 - Apoio a Projetos de I		R$ 600.000
60110002	4079	Luiz Cantuária Barreto	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Macapá - AP	Prefeitura Municipal de Macapá - AP		05.995.766/0001-77	AP	MACAPA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Requalificação do Complex		R$ 5.217.391
60110002	4555	Pedro Pinheiro Chaves	54000	54101	10V0	Cidade Ocidental			36.862.621/0001-21	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção do Lago		R$ 1.500.000
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Jerumenha			06.554.109/0001-57	PI	JERUMENHA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de escadaria		R$ 500.000
60110002	2376	Jayme Verissimo de Campos	54000	54101	10V0	Município de Peixoto de Azevedo			03.238.631/0001-31	MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de parque Mun		R$ 5.217.391
60110002	4080	Jaques Wagner	54000	54101	10V0	Município de Jacaraci			13.677.109/0001-00	BA	JACARACI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a projetos de Infraest		R$ 500.000
60110002	4266	José Roberto Oliveira Faro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Aurora do Pa	Prefeitura Municipal de A Aurora do Pará		83.267.989/0001-21	PA	AURORA DO PARA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obra para modernização da		R$ 1.217.545
60110002	4266	José Roberto Oliveira Faro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Chaves	Prefeitura Municipal de C Chaves		04.888.111/0001-37	PA	CHAVES	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obra de modernização da c		R$ 1.999.923
60110002	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal			11.294.386/0001-08	PE	IPOJUCA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção, revitalização e		R$ 1.217.391
60110002	4184	Luis Carlos Heinze	54000	54101	10V0	Arroio do Sal	Arroio do Sal		91.103.093/0001-35	RS	ARROIO DO SAL	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infra estrutura turística		R$ 586.356
60110002	4184	Luis Carlos Heinze	54000	54101	10V0	Mata			88.485.412/0001-00	RS	MATA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infra estrutura turística		R$ 500.100
60110002	2210	Esperidião Amin Helou Filho	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Frei Rogério	Prefeitura Municipal de F Frei Rogério		01.616.039/0001-09	SC	FREI ROGERIO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	obra de infraestrutura turíst		R$ 500.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de Tiradentes do Sul			94.726.320/0001-77	RS	TIRADENTES DO SUL	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest		R$ 417.391
60110002	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE TURVELÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE TURVELÂNDIA (GO)		25.107.657/0001-83	GO	TURVELANDIA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obra de infraestrutura		R$ 600.000
60110002	4182	José da Cruz Marinho	54000	54101	10V0	Município de Tailândia	Município de Tailândia Tailândia		22.941.355/0001-18	PA	TAILANDIA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Construção de praça para e		R$ 1.043.478
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE MAR VERMELHO	MUNICÍPIO DE MAR VERMELHO		12.333.761/0001-44	AL	MAR VERMELHO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	10V0 - Apoio a Projetos de I		R$ 700.000
60110002	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	54000	54101	10V0	Município de Tefé			04.426.383/0001-15	AM	TEFE	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Investimentos - Apoio a Pro		R$ 1.000.000
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Município de Duas Estradas			08.787.012/0001-10	PB	DUAS ESTRADAS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infraestrutura turística		R$ 500.000
60110002	4184	Luis Carlos Heinze	54000	54101	10V0	Garibaldi			88.594.999/0001-95	RS	GARIBALDI	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Infra estrutura turística		R$ 500.300
60110002	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	54000	54101	10V0	Município de Lençóis	Prefeitura Município de L LENÇÓIS - BA		14.694.400/0001-59	BA	LENCOIS	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest		R$ 2.217.391
60110002	4180	Fabiano Contarato	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVER	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG		04.217.786/0001-54	ES	GOVERNADOR LINDENBE	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	CRIAÇÃO DE ESPAÇO CULT		R$ 500.000
60110002	4080	Jaques Wagner	54000	54101	10V0	Município de Itaguaçu da Bahia			16.445.843/0001-31	BA	ITAGUACU DA BAHIA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a projetos de Infraest		R$ 1.017.391
60110002	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de União dos P	Palmares		12.332.946/0001-34	AL	UNIAO DOS PALMARES	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest		R$ 695.652
60110002	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE POSSE (GO)	MUNICÍPIO DE POSSE (GO)		01.743.335/0001-62	GO	POSSE	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obra de Infraestrutura		R$ 2.000.000
60110002	4274	Laércio José de Oliveira	54000	54101	10V0	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO			34.841.261/0001-56	SE	ARACAJU	4	30	Apoio a Projetos de Infrae	Construção, revitalização e		R$ 2.086.956
60110002	3799	Romario de Souza Faria	54000	54101	10V0	MUNICIPIO DE MANGARATIBA - RJ			29.138.310/0001-59	RJ	MANGARATIBA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Obras.		R$ 3.130.434
60110002	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	54000	54101	10V0	Município de Rio Preto da Eva			04.629.697/0001-15	AM	RIO PRETO DA EVA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Investimentos - Apoio a Pro		R$ 1.700.000
60110002	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Quipapa			10.145.225/0001-90	PE	QUIPAPA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest		R$ 1.000.000
60110002	4283	Ana Paula Dias Lobato Nava Alves	54000	54101	10V0	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	01.562.914/0001-09	MA	PINHEIRO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	CONSTRUÇÃO DO PIER DE		R$ 1.717.393
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE ROTEIRO	MUNICÍPIO DE ROTEIRO		12.264.248/0001-49	AL	ROTEIRO	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	10V0 - Apoio a Projetos de I		R$ 600.000
60110002	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal			82.892.373/0001-89	SC	GOVERNADOR CELSO RA	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Reforma Igreja Nossa Senh		R$ 717.391
60110002	4080	Jaques Wagner	54000	54101	10V0	Município de Mucugê			13.922.562/0001-34	BA	MUCUGE	4	40	Apoio a Projetos de Infrae	Apoio a Projetos de Infraest		R$ 700.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5635496964

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Zenaide Maia, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Wellington Fagundes, Otto Alencar, Sérgio Petecão, Styvenson Valentim, Izalci Lucas e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Plínio Valério, Eliziane Gama, Eduardo Gomes, Beto Faro, Laércio Oliveira e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 16, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 14/2025, com o objetivo de debater as potencialidades e as possibilidades da exploração econômica dos recursos naturais com ocorrência na Plataforma Continental do Brasil que teve a sua ampliação recentemente reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), seja incluído o seguinte convidado: representante da Federação Única dos Petroleiros." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 24, de 2025** que: "Requer realização de Audiência Pública para Debater Vale da Celulose: Oportunidades e Desafios para o Desenvolvimento Regional no Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Requerimento foi lido, subscrito pelo Senador Flávio Bolsonaro e aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4042, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira (*Ad hoc*), substituiu Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3035, de 2023 - Terminativo -** que: "Inclui no calendário turístico oficial do País o evento Pingo da Mei Dia, realizado no Município de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho (*Ad hoc*), substituiu Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 281, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para criar mecanismos de auxílio na aquisição e na reconstrução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de imóveis destruídos em razão de desastres naturais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da emenda substitutiva. **Resultado:** Aprovado o relatório nos termos da emenda substitutiva. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2117, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Poti na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 479, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Novo Programa de Reestruturação da Região Cacaueira da Bahia – RENOVA CACAU; e dispõe sobre a remissão de dívidas oriundas de operações de crédito rural do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com 1 emenda que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza em 26 de agosto.

Comunico à Comissão que, com relação ao Requerimento nº 10, de 2025, que trata da realização de uma audiência pública para tratativas sobre desburocratização do serviço de venda a bordo das aeronaves, chegou ao nosso conhecimento a edição do Convênio ICMS nº 98, de 4 de julho de 2025, aprovado pelo Confaz, o qual resolveu as questões tributárias relativas ao ICMS-ST, que inviabilizavam a prestação dos referidos serviços.

Assim, considerando o exposto nos termos do Regimento, declaro prejudicado o referido requerimento, tendo em vista que ele perdeu o seu objeto, uma vez que não existe mais óbice ou barreira tributária impeditiva à prestação do serviço de venda a bordo.

A Comissão recebeu o convite para a sessão solene de comemoração aos 89 anos da Associação Brasileira de Indústrias de Hotéis (ABIH Nacional), no Plenário do Senado Federal, dia 2 de setembro, às 9h.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

O Requerimento nº 1 está prejudicado, uma vez que o seu autor não está presente.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 24, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para Debater Vale da Celulose: Oportunidades e Desafios para o Desenvolvimento Regional no Mato Grosso do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Foi apoiado pelo Senador Flávio Bolsonaro.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Presidente, é só para subscrever aqui o requerimento do Senador Nelsinho Trad a favor da realização dessa audiência pública importante para o Estado do Mato Grosso do Sul.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A votação é simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

O item nº 3 está prejudicado. O Relator não está aqui presente. Foi adiado. É o Senador Alan Rick.

O item nº 4, também da relatoria do Senador Alan Rick, foi adiado.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 281, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para criar mecanismos de auxílio na aquisição e na reconstrução de imóveis destruídos em razão de desastres naturais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação nos termos da emenda substitutiva.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Após deliberação da CDR, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para prosseguimento da tramitação.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputado Julio Cesar Ribeiro.

A relatoria é do Senador Flávio Bolsonaro, que apresenta relatório pela aprovação, nos termos da emenda substitutiva.

Passo a palavra, para a leitura do relatório, ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço permissão para ir direto aqui à análise do Projeto de Lei nº 281, de 2022, de autoria do Deputado Julio Cesar Ribeiro.

Em essência, o PL nº 281, de 2022, estabelece as formas pelas quais o Programa Minha Casa, Minha Vida atenderá prioritariamente as famílias potencial ou efetivamente atingidas por desastres.

A proposição mantém a tipologia dos desastres abrangidos pela norma, ou seja, enchentes, alagamentos, transbordamentos ou outro desastre natural do gênero. As famílias potencialmente afetadas são aquelas que residem em áreas de risco ou insalubres, ao passo que as efetivamente atingidas são aquelas desabrigadas ou que perderam a moradia em razão do desastre.

Preliminarmente, vale ressaltar que o parecer da CDU da Câmara dos Deputados, aprovado em 23 de agosto de 2023, considerou o disposto no Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2023, ainda que a Lei nº 14.620, de 2023, oriunda daquele PLV, já estivesse em vigor desde 14 de julho de 2023. Tampouco o parecer da CCJC daquela Casa, aprovado em 13 de março de 2024, faz referência à Lei nº 14.620, de 2023.

O Programa Minha Casa, Minha Vida, entretanto, é regido não apenas pela Lei nº 11.977, de 2009, mas também pela Lei nº 14.620, de 2023. Portanto, para cumprir os objetivos da proposição, ambas as normas deverão ser alteradas.

A redação vigente do inciso III do art. 3º da Lei 11.977, de 2009, prevê “prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco, insalubres, que tenham sido desabrigadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou que perderam a moradia em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou em decorrência de qualquer desastre natural do gênero".

Na mesma linha, o art. 8º, inciso IV, da Lei 14.620, de 2023, determina que serão priorizadas, para fins de atendimento a provisão subsidiada de unidades habitacionais, as famílias que tenham perdido a moradia em razão de desastres naturais em localidade em que tenha sido decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Os incisos I e II do art. 4º da Lei 14.620 estabelecem que as linhas de atendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida contemplarão a provisão subsidiada de unidades habitacionais i) novas, requalificadas ou retrofitadas, em áreas urbanas ou rurais, e ii) derivadas da requalificação ou *retrofit* de prédios degradados, não utilizados e subutilizados, priorizando-se os localizados em áreas centrais e históricas e os de pequeno porte, assim compreendidos aqueles que resultem em até 200 unidades.

Desse modo, consideramos desnecessário especificar que a prioridade do atendimento estabelecida no inciso III do art. 3º da Lei 11.977, de 2009, ocorrerá "por meio de aquisição subsidiada de novas unidades habitacionais ou de requalificação de imóveis".

Ainda assim, a preocupação externada na redação original do PL 281, de 2022, merece atenção especial. Nesse sentido, seria conveniente e oportuno explicitar nas leis que regem o Programa Minha Casa, Minha Vida a possibilidade de emprego de recursos federais na reconstrução subsidiada de um imóvel do próprio beneficiário que tenha sido destruído em um desastre.

Para tanto, sugerimos a aprovação do projeto, na forma de substitutivo integral que contemple essas preocupações mediante alterações nas duas leis que atualmente regem o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei 281, de 2022, na forma do substitutivo que está aqui, Sra. Presidente, no relatório publicizado a todos os Parlamentares.

É o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Após a deliberação da CDR, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A matéria está em discussão.

Com a palavra... (*Pausa.*)

Pensei que quisesse falar.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda Substitutiva nº 1.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Como não temos mais nenhum Relator presente... (*Pausa.*)

Eu já ia encerrar. Se o Senador Chico Rodrigues chegar em seguida...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Ele pediu para aguardar.

Quero aproveitar para fazer um registro: logo que assumi a Comissão, eu verifiquei que tem alguns projetos que estão com Relatores há meses, há mais de um ano.

Isso é para... Eu fiz uma solicitação e vou fazer um novo lembrete: os relatos que estão com os Senadores e as Senadoras fora do tempo regimental eu vou redistribuir. O texto tem que vir para deliberação, ou "sim", ou "não", para que seja enfrentado. Isso não é justo com os autores. Então, ou devolvam sem manifestação para que eu possa redistribuir, ou, então, eu vou ter que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer a retirada dos projetos. Em muitos casos, pedem audiência pública e não vêm nem à audiência pública que foi solicitada para a relatoria. Então, infelizmente, isso atrasa muito.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, aproveitando que estamos aguardando o Senador Chico Rodrigues, para ajudar V. Exa. aqui no tempo, eu passo pela mesma situação na Comissão de Segurança Pública. Em toda audiência, eu peço, reitero a necessidade de que se apresente o relatório, ainda que seja pela rejeição, ainda que trate de matéria polêmica, como a senhora falou, para prestigiar os autores para que eles possam ver os seus projetos tendo andamento e passando por todo o devido processo legislativo, porque esse é o papel nosso aqui das Comissões. O papel não é ficar segurando o projeto ou ficar inventando audiência pública para ganhar tempo, para atrapalhar o andamento do projeto. Então, parabéns a V. Exa. aí! Adoto a mesma postura na Presidência da Comissão de Segurança Pública.

E encerro a discussão, já agradecendo, porque o Senador Chico Rodrigues acaba de chegar aqui ao plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Além do respeito aos autores, tem a questão do tema. Ele tem que ser enfrentado, não é? Então, a gente tem a oportunidade de discutir...

Senador Chico Rodrigues, salvo pelos minutos, eu vou passar...

Item nº 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 479, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Novo Programa de Reestruturação da Região Cacaueira da Bahia – RENOVA CACAU; e dispõe sobre a remissão de dívidas oriundas de operações de crédito rural do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação com 1 emenda que apresenta.

Observações:

1. Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE); seguindo, posteriormente, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Chico Rodrigues para a leitura do seu relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Bom dia, Senadora Professora Dorinha.

Quero agradecer a V. Exa. pela espera, mas, mais do que à senhora, eu quero agradecer ao Senador Flávio Bolsonaro, que, ao se prolongar nos seus comentários anteriores, facilitou para que eu pudesse, na verdade, me deslocar da outra Comissão até esta Comissão importante, que trata de um tema fortíssimo para a agricultura cacaueira da Bahia.

Inclusive, nós procuramos, na verdade, fazer com que tivesse um alinhamento com o Governo em relação a este relatório, mas isso não foi possível, porque há, realmente, um encaminhamento contrário. Contrariando essa orientação do Governo, eu vou encaminhar favoravelmente, porque entendo que essa é a salvação da lavoura cacaueira da Bahia.

Eu gostaria de pedir a V. Exa. para ler o relatório e já passar para a análise, concluindo com o voto.

Este relatório apresenta uma análise da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal sobre o Projeto de Lei nº 479, de 2024, de autoria do Senador Angelo Coronel, que institui o Novo Programa de Reestruturação da Região Cacaueira da Bahia (Renova Cacau); e dispõe sobre a remissão de dívidas oriundas de operações de crédito rural do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira na Bahia.

Eu vou à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme dispõe o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR opinar sobre assuntos relacionados a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

A presente análise deve se concentrar no mérito da proposição, uma vez que os aspectos formais de adequação do projeto serão objeto de avaliação pela CRA, que irá se pronunciar em decisão terminativa da matéria.

Assim, no mérito, o projeto apresenta aspectos positivos que merecem destaque.

Primeiramente, é importante reconhecer a iniciativa do autor em propor uma alternativa para o longo e difícil endividamento dos cacauicultores que enfrentaram a doença da vassoura-de-bruxa, que perderam suas lavouras e que contrataram financiamentos na esperança de se reerguer com o pacote tecnológico oferecido pelo Estado brasileiro na década de 90. Como o próprio autor demonstrou, essa dívida tornou-se impagável e injusta, dificultando a recuperação do setor do cacau, especialmente na região sul da Bahia, e impedindo que a região se recupere de forma econômica.

Outro ponto relevante da proposição são seus objetivos, entre eles, a diversificação agrícola na produção de cacau na Bahia, que é fundamental para diminuir a dependência de uma única cultura.

Além disso, a proposta busca fortalecer os órgãos técnicos que apoiam os produtores, como a Ceplac, que desde os anos 1990 não realiza concursos ou admissões de profissionais, precisando de reforço.

A iniciativa também estimula o diálogo contínuo entre órgãos estatais e produtores, uma prática essencial para evitar erros e construir soluções mais maduras e eficazes.

Por fim, a proposta visa à reestruturação econômica do setor produtivo do cacau na Bahia e ao saneamento do endividamento, promovendo um desenvolvimento mais sustentável e justo para a região.

Por último, entende-se que é necessário um ajuste no art. 4º do projeto para evitar que o Poder Legislativo trate da organização interna do Poder Executivo federal, atribuição exclusiva do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República, segundo a Constituição Federal. Além disso, considerando o princípio constitucional da independência entre os Poderes, lei de iniciativa parlamentar não deve estabelecer prazos para que o Poder Executivo federal adote ações de sua competência.

Diante desses pontos que foram tocados aqui no sentido de restabelecer uma cultura que tem um valor agregado no mercado mundial altíssimo, Presidente, que é a cultura do cacau, hoje mostrando exatamente, em função da nossa deficiência por conta da vassoura-de-bruxa, que aconteceu na década de 90 na Bahia... Esses produtores... As áreas são as mesmas, a potencialidade é a mesma, a tecnologia desenvolvida é muito mais avançada. Portanto, isto é uma forma de nós incentivarmos essa cultura, o que é fundamental, no nosso entendimento, para dar um grande salto – um *output* de crescimento – na economia cacaueira na Bahia, a exemplo de outras regiões que já vêm estabelecendo um mercado extremamente procurado pelas grandes empresas mundiais.

Portanto, o nosso entendimento realmente é pela aprovação por tudo isso que nós relatamos. E quero dizer que esperamos que, também nas demais Comissões e no Plenário, possa ser realmente aprovado esse projeto do Senador Angelo Coronel, porque vai, de certa forma, dar um grande salto na produção, na economia e no desenvolvimento de uma cultura tão importante para a história do Brasil, mas principalmente nos dias atuais, quando a demanda de mercado é enorme, a população global se amplia, e o consumo de produtos derivados do cacau também é extremamente fortalecido.

No nosso entendimento, esse projeto deve ser aprovado.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 479, de 2024, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CDR
> (ao PL nº 479, de 2024)
> Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 479, de 2024, a seguinte redação:
> "Art. 4º O regulamento estabelecerá as diretrizes e regras de implementação do Novo Programa de Reestruturação da Região Cacaueira da Bahia – RENOVA CACAU."

Este é o relatório e este é o voto, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Sr. Senador Chico Rodrigues.

A matéria está em discussão.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu queria pedir vista, Sra. Presidente.

Primeiro, eu quero concordar com a necessidade de rever todos os programas de incentivo, todas as culturas, ainda mais essa cultura que eu tive o privilégio, ao longo da minha adolescência, início da idade adulta, de acompanhar. Meu pai atuou bastante naquela região da Bahia, então eu sou conhecedor, um pouco conhecedor, dessa cultura do cacau. E sei do sofrimento da cultura do cacau, e as dificuldades que essa cultura enfrentou com a vassoura-de-bruxa. Também sei sobre o PAC que foi construído e que foi definido exclusivamente para recuperar a cultura do cacau, e para voltar a ter produção de cacau no sul da Bahia, preservando a Mata Atlântica, retomando a produtividade. Isso foi um programa extenso de renegociação de dívidas, de perdão de dívidas, ou seja, esse processo foi feito.

Existe um resíduo e esse resíduo, sobre o que nós aqui pedimos vista para que a gente possa discutir é que, toda vez que a gente perdoa dívidas, a gente compromete o crédito para novas operações de crédito. O crédito é algo que deve formar um ciclo para poder garantir a sustentabilidade da oferta dessa atividade que é prover crédito para todas as culturas. Toda vez que você dá uma anistia, como está sendo previsto aqui, você compromete os fundos para a concessão de novos créditos.

Portanto, considerando a importância da revisão, eu peço vênia aqui ao nosso Relator, e peço vista a esse projeto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom, vista regimental concedida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Volta à pauta na próxima semana.

Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Exatamente isso, Sra. Presidente. Eu gostaria de pedir vista coletiva exatamente para voltar na próxima semana.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom, vista concedida, é regimental...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... volta à pauta na próxima semana.

Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – É exatamente isso, Sra. Presidente. Eu gostaria de pedir vista coletiva, exatamente para voltar na próxima semana. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Vista concedida coletivamente, Senador Mecias de Jesus.

Não tem nenhum Relator presente.

Então, agradeço a presença de todos os Senadores e Senadoras.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Margareth Buzetti, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Jorge Seif, Beto Faro, Luis Carlos Heinze, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Presidente registra a presença dos senhores Adair José Menegol, presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Rondônia - Aprosoja/RO; Thiago Rocha, Consultor de Relações Governamentais da Aprosoja/MT; e Anaximandro Doudement Almeida, Consultor da Aprosoja/MT. O Presidente comunica o recebimento da seguinte manifestação externa: Ofício nº 9.139, de 2025, do Superior Tribunal de Justiça, encaminhando o Recurso Especial nº 1.957.818, sobre a possibilidade, impossibilidade e/ou condições de exploração de gás e óleo de fontes não convencionais. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 5350, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, para garantir segurança hídrica e alimentar às regiões do semiárido brasileiro e o uso de programas emergenciais de combate à seca nas áreas que especifica e para prever linhas de financiamento específicas para recomposição da pequena produção familiar e comunitária." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Marcos Rogério (*ad hoc*), substituiu Senador Rogerio Marinho. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-CRA. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 2374, de 2020 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prever a compensação em dobro de déficit de Reserva Legal." Autoria: Senador Irajá (PSD/TO). Relatoria: Senador Jaime Bagattoli. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado, por unanimidade, o Substitutivo ao Projeto em Turno Único. A matéria vai a Turno Suplementar nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Poderão ser oferecidas emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 29, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a regulamentação e a fiscalização do transporte ferroviário de cargas no Brasil com foco nas oportunidades e desafios relacionados à logística do agronegócio." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 4 - Projeto de Lei nº 4789, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, altera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispositivos da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009." Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: O colegiado aprova a inclusão EXTRAPAUTA da matéria. Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas 1-CRA a 8-CRA. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação. ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 30, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, informações sobre a Portaria MAPA nº 805, de 9 de junho de 2025 (publicada no DOU de 10/06/2025), que instituiu o Programa Nacional de Rastreabilidade de Produtos Agrotóxicos e afins." Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Aprovado. Usam da palavra a Senadora Margareth Buzetti, os Senadores Marcos Rogério, Bagattoli, Luis Carlos Heinze e o Senador Zequinha Marinho, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de proposições, conforme pauta previamente divulgada.

Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa: Ofício nº 9.139, de 2025, do Superior Tribunal de Justiça, encaminhando o Recurso Especial nº 1.957.818, sobre a possibilidade, impossibilidade e/ou condições de exploração de gás e óleo de fontes não convencionais, mediante fraturamento hidráulico, determinando a abertura de inscrições prévias para entidades interessadas em expor oralmente, em audiência pública a ser designada, posições técnicas e doutrinárias acerca do tema.

Conforme instrução normativa da Secretaria da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na Secretaria desta Comissão, na página da Comissão na internet. (*Pausa.*)

Item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 5350, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, para garantir segurança hídrica e alimentar às regiões do semiárido brasileiro e o uso de programas emergenciais de combate à seca nas áreas que especifica e para prever linhas de financiamento específicas para recomposição da pequena produção familiar e comunitária.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Autoria do projeto: Deputado Federal Murilo Galdino, do Republicanos, da Paraíba.

Relatoria *ad hoc*: Senador Marcos Rogério.

Com a palavra, Sr. Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores da República.

Sr. Presidente, com a permissão de V. Exa., eu iria ao voto, na parte dispositiva, uma vez que já foi publicada a matéria na tramitação da Comissão de Agricultura, mas antes apenas faço um registro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que assumo com muita honra o relatório adotado pelo Senador Líder Rogerio Marinho nesse projeto, que é de autoria do Deputado Murilo Galdino – projeto oriundo, portanto, da Câmara dos Deputados.

Do que trata esse projeto, na verdade? Ele altera a lei que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e insere a possibilidade de fomentar, quando necessário, linhas de financiamento específicas para recomposição da pequena produção familiar e comunitária, com vistas à sua segurança hídrica e alimentar; e estabelece como atribuição do poder público a garantia de segurança hídrica e alimentar às regiões do Semiárido, podendo este inclusive, em caráter emergencial, acionar programas emergenciais existentes em áreas rurais, prioritariamente, e em áreas urbanas, bem como em instituições públicas de ensino que não disponham de acesso pleno à água, de forma a assegurar a continuidade das atividades educacionais.

É justamente disso que trata esse projeto; portanto, um projeto absolutamente meritório.

O parecer faz apenas alguns ajustes redacionais para ampliar as possibilidades de atuação, no sentido de garantir a segurança hídrica e alimentar de propriedades familiares, e também aprimora a redação do novo inciso XVIII do art. 5º, que trata das atribuições do poder público.

Portanto, é um projeto de alcance importante. O Semiárido, atualmente, está presente, só para se ter uma ideia, em 1.477 municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. O Semiárido é uma região que merece tratamento diferenciado em questões de segurança hídrica e também alimentar, como forma de superação da pobreza.

Essas observações, Sr. Presidente, foram feitas pelo Relator, o Senador Rogerio Marinho, para demonstrar justamente a importância, o acerto da iniciativa, desse projeto para o Semiárido brasileiro.

Desta forma e com essas brevíssimas considerações acerca do mérito do projeto, eu vou diretamente ao dispositivo do voto, dizendo que, com os fundamentos apresentados pelo Relator, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.350, de 2023, com a redação dada nesses pequenos ajustes, repito, nesses pequenos ajustes redacionais, feitos para aperfeiçoar o projeto apresentado.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

Registro a presença do Senador Luis Carlos Heinze.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada assim a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CRA.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal, para prosseguimento da tramitação.

Parabenizo o autor e V. Exa., como Relator *ad hoc*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 2374, DE 2020
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prever a compensação em dobro de déficit de Reserva Legal.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli, para proferir leitura do seu relatório.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Quero dizer para vocês que o Código Florestal ambiental, no Brasil, foi aprovado em 2008 e, de 2008, foi aprovado em 2012. Então, isso aqui seria para fazer uma contemplação, de 2008 a 2012, em compensação de reservas, em que produtores tivessem praticamente quase que o mesmo benefício de até anterior a 2008, porém com a compensação maior da reserva.

Sr. Presidente, eu queria ir direto para a análise.

Quanto à regimentalidade, compete à CRA opinar sobre proposições pertinentes ao uso da terra e sua ocupação e outros assuntos correlatos, nos termos dos incisos XIII e XXI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante à constitucionalidade, compete à União legislar, concorrentemente com Estados e Distrito Federal, sobre florestas, conservação da natureza, defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente, conforme o inciso VI do art. 24 da Constituição Federal, não sendo tais matérias de iniciativa reservada ao Presidente da República, nos termos do §1º do art. 61 da Carta Magna.

Em relação à juridicidade, o projeto, de modo geral, inova a ordem jurídica, é dotado de abstração e generalidade e não entra em conflito com outras leis existentes. A exceção é o §1º do art. 68-A proposto à Lei nº 12.651, de 2012. O *caput* do mencionado artigo dispõe que a regularização se daria na forma do art. 66, §5º, inciso IV do Código Florestal. Por sua vez, o inciso III do §6º do art. 66, que se aplica às hipóteses de compensação previstas no §5º, tem conteúdo material coincidente com o do §1º do art. 68-A sugerido. Este último, portanto, incide em injuridicidade, por não inovar o ordenamento vigente. Esse problema demanda ajuste na proposição.

No que tange à técnica legislativa, a matéria está de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

No tocante ao mérito, concordo com o autor que devem ser ampliadas as possibilidades de regularização de áreas consolidadas em reserva legal, inclusive para que se garanta a conservação de áreas com vegetação nativa em quantitativos e percentuais superiores ao que determina o Código

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Florestal. O cerne da proposição consiste em permitir que proprietários ou possuidores de imóveis rurais que tenham suprimido vegetação nativa em área superior à permitida após 22 de julho de 2008 e até a...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... data de sanção do Código Florestal, ou seja, que tenham desmatado área de reserva legal nesse intervalo de tempo, possam obter as anistias concedidas pela lei florestal e compensar a falta de área de RL mediante cadastramento de outra área equivalente e excedente à reserva legal, em imóvel de mesma titularidade ou adquirida em imóvel de terceiro, com vegetação nativa estabelecida, em regeneração ou recomposição, desde que localizada no mesmo bioma, por meio de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Atualmente, o Código Florestal permite esse tipo de compensação, entre outras que o PL nº 2.374, de 2020, não contempla, apenas para os desmatamentos ocorridos até a data do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. A compensação do passivo ambiental em área de reserva legal está prevista no Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), desde que a conversão para uso alternativo do solo tenha sido realizada até 22 de julho de 2008 e que obedeça às regras estabelecidas no próprio texto da norma. A recuperação integral e imediata é aplicada àqueles que realizaram a supressão da vegetação nativa posterior a essa data de julho de 2008.

Entretanto, a compensação proposta seria condicionada a dois requisitos adicionais inexistentes para os desmatamentos ocorridos até 22 de julho de 2008, que são: a exigência de que a área a ser utilizada para compensação seja equivalente ao dobro do déficit de reserva existente na propriedade a ser regularizada e a exigência de adesão ao PRA.

Sugerimos apenas a mudança equivalente a uma vez e meia a área de Reserva Legal (1,5) a ser recuperada na área original, mantendo a exigência de adesão ao Programa de Regularização Ambiental, de forma a compatibilizar que a compensação integral e imediata da área seja numa proporção que o produtor rural tenha condições de recompor o déficit de sua reserva.

O presente substitutivo busca um ponto de equilíbrio, estabelecendo que a área a ser utilizada para compensação seja equivalente a uma vez e meia a área de reserva legal a ser recuperada na área original, mantendo a exigência de que a área de compensação esteja localizada no mesmo bioma. Essa alteração visa tornar a compensação integral e imediata do déficit de reserva legal mais factível para o produtor rural, permitindo que ele tenha condições de recompor o déficit de sua reserva sem comprometer de forma inviável sua atividade produtiva. Além disso, inserimos o §8º, deixando claro que essa compensação não exime o proprietário ou possuidor de, necessariamente, respeitar os limites referentes às Áreas de Preservação Permanente e às Áreas de Uso Restrito, assim como não influencia nas sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Compreendemos a necessidade de compatibilizar a exigência de compensação com a capacidade de os produtores rurais promoverem a regularização ambiental de seus imóveis. A imposição de uma área de compensação equivalente ao dobro da área de reserva legal a ser recuperada pode, em muitos casos, onerar excessivamente os proprietários ou possuidores, dificultando a adesão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) e, consequentemente, a efetiva regularização dos passivos ambientais.

A imposição de uma área de compensação equivalente ao dobro da área de reserva legal a ser recuperada pode, em muitos casos, onerar excessivamente os proprietários ou possuidores, dificultando a adesão ao Programa de Regularização Ambiental e, consequentemente, a efetiva regularização dos passivos ambientais. Evidentemente, a proposta representa ganho ambiental, pois permite compensar áreas já desmatadas, ou seja, que perderam sua função ecológica, cuja recuperação seria onerosa e sem garantia da recomposição integral dos atributos ambientais danificados, pela manutenção de áreas com cobertura vegetal conservada, em extensão equivalente a 1,5 da área daquela que foi danificada. A aprovação desse projeto levará à garantia de conservação de áreas que podem ser legalmente desmatadas, pois estas deixarão de ser submetidas a uso alternativo do solo para serem utilizadas na compensação das áreas que serão regularizadas.

Assim como previsto no projeto de lei original, PL 2.374, de 2020, a presente alteração não exime o proprietário ou possuidor de respeitar os limites referentes às áreas de preservação permanente e às áreas de uso restrito, nem influência nas sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Acreditamos que esta alteração contribuirá de forma mais eficaz para a conciliação entre a produção agropecuária e a conservação ambiental, facilitando a adesão ao PRA e promovendo o almejado desenvolvimento sustentável.

Para adequar a proposição às mudanças que sugerimos, apresentamos emenda substitutiva.

Voto.

Tendo em consideração o exposto, somos pela regimentalidade, juridicidade, constitucionalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.374, de 2020, nos termos do seguinte substitutivo. (*Pausa.*)

O voto é pela divulgação do substitutivo como já foi declarado no relatório.

Sr. Presidente, essa lei vem beneficiar centenas ou talvez até milhares de produtores no Brasil dessa compensação que aconteceu entre 2008 e 2012, porque foram beneficiados só até 2008. A partir de 2008 a 2012, quando foi promulgado o novo Código Florestal, esses produtores ficaram de fora. E ali houve algum desmatamento de muitos produtores porque não tinha saído ainda a promulgação do novo Código Florestal. Só que, quando saiu o novo Código Florestal, não foi até o dia da promulgação, e, sim, até 2008. E aí, Senador Carlos Heinze, esses quatro anos ficaram de fora. Então, isso aqui vai ser uma compensação de área: em vez de um para um, vai ser 1,5 para um. Se o produtor tem um desmate de 100ha, vai ter 150ha que ele vai dar de reserva legal, desde que seja dentro do mesmo bioma. Não haverá necessidade de ser na mesma região, no mesmo município, no mesmo estado, mas que seja no mesmo bioma essa compensação de reserva legal.

E aí, cabe a nós, Presidente, aprovar esse projeto nesta Comissão e levar isso ao Plenário, porque nós precisamos resolver a situação de muitos proprietários de áreas que estão em dificuldades por causa dessa desincompatibilidade que se deu nesses quatro anos. E esse é um mecanismo que nós temos de resolver. Sabemos que, se essa pessoa tivesse que recompor essa área, seria muito melhor ela entregar 1,5% de reserva legal sem precisar fazer a recomposição. E que seja uma mata que já é uma mata nativa – nada melhor do que isso para o meio ambiente.

É isso, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Senador, não tem tamanho de propriedade. Não existe tamanho da propriedade. É qualquer propriedade, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É.

Bom, lido o relatório, a matéria está em discussão.

Senador Hamilton, Senador Heinze, Senador Marcos Rogério, Senadora Margareth, alguém?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, essa matéria vai tramitar por quais outras Comissões?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É terminativa aqui. E vai daqui para o Plenário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Não, eu perguntei qual seria o tamanho da área, e aí são todas as áreas? Porque, entre 2008 e 2012, ficou um limbo aí em que não tinha regra, ficou sem regra. E o Código Florestal entrou em maio de 2012. O.k. Então você está dizendo que toda e qualquer propriedade pode fazer a compensação, é isso?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Todas as propriedades vão ser contempladas.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação substitutivo, que tem preferência regimental.

Solicito que preparem a votação para que se possa iniciá-la.

A votação é nominal. (*Pausa.*)

Vamos lá.

Queremos solicitar aos Srs. Senadores que estejam distantes que possam usar o aplicativo para votar.

Quem vota com o Relator vota "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bom, enquanto a gente aguarda a votação, vamos avançar aqui?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Vamos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Item extrapauta: PL 4.789, de 2024, não terminativo, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, altera dispositivos da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). Relatoria: Senador Marcos Rogério, do PL, de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pedido do Relator, consulto o Plenário sobre a possibilidade de inclusão extrapauta desse projeto para sua deliberação nesta data.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, por favor, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. Aprovado e incluído extrapauta para deliberação o PL 4.789, de 2024.

EXTRAPAUTA
ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 4789, DE 2024
- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, altera dispositivos da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação com emendas

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradecendo a V. Exa. pela inclusão extrapauta e ao Plenário desta Comissão pela concordância, este projeto é um projeto meritório e que vai justamente reconstruir um ambiente de segurança, previsibilidade para nossa pesca no Brasil.

Então, eu queria fazer aqui a leitura do meu relatório, contando com o apoio dos Srs. Senadores para aprovação, se possível.

Da análise.

Compete a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – segundo o inciso V do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal – opinar sobre assuntos relativos à aquicultura e à pesca.

De início, verifica-se que a proposição se afigura em conformidade com os preceitos da Constituição Federal. Nesse sentido, o art. 24, inciso VI, da Carta Magna confere competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar sobre pesca. Ademais, este PL alinha-se aos princípios da ordem econômica estabelecidos no art. 170, que inclui a defesa do meio ambiente.

Com efeito, a matéria versada insere-se na esfera de competência deste Congresso Nacional, não se verificando, outrossim, qualquer exigência de iniciativa legislativa reservada ao Poder Executivo.

Adicionalmente, a escolha da lei ordinária como veículo normativo para a disciplina da matéria revela-se a mais apropriada, porquanto a Carta Magna não impõe, para a temática em questão, a exigência de lei complementar.

No que tange à juridicidade, a proposição demonstra-se correta. O instrumento eleito para a consecução dos fins colimados – a edição de lei – afigura-se adequado. Igualmente, a proposição ostenta caráter inovador no ordenamento jurídico, incidindo de maneira isonômica e indistinta sobre todos os seus destinatários. Ademais, harmoniza-se com os princípios norteadores do sistema jurídico pátrio, possuindo plena aptidão para gerar efeitos jurídicos concretos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também a técnica de elaboração normativa empregada na presente iniciativa legislativa observa com rigor as disposições da Lei Complementar nº 95/1998, não se vislumbrando, sob este aspecto, necessidade de qualquer aperfeiçoamento redacional.

No mérito, o Projeto de Lei nº 4.789, de 2024, apresenta-se como um marco legal meritório e necessário para a atividade pesqueira no Brasil. Ele busca estabelecer diretrizes e instrumentos para uma gestão integrada e ecossistêmica dos recursos pesqueiros, abordando desafios evidenciados pela escassez de informações cruciais sobre a atividade pesqueira.

O projeto de lei também define termos importantes, como "abordagem ecossistêmica", "pesca não reportada" e "transbordo", além de detalhar a organização e funcionamento de sistemas como o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), o Sistema Nacional de Informações da Pesca (Sinpesq) e o Sistema Nacional de Gestão da Pesca (SNGP), incluindo conselhos, comitês e subcomitês para gestão e fiscalização.

Não menos importante, a proposição diferencia explicitamente os marcos legais da pesca e da aquicultura, transformando a Lei nº 11.959, de 2009, no marco exclusivo da aquicultura, enquanto o Projeto de Lei nº 4.789, de 2024, se torna a lei básica da pesca no Brasil. Isso atende a uma demanda de ambos os setores por regramentos distintos e específicos para cada atividade.

Além disso, o projeto introduz regulamentações mais detalhadas, em comparação com a legislação atual, em diversos aspectos, como planos de gestão para pesca industrial, acordos de pesca para pesca artesanal, normativas locais para pescarias de baixa complexidade, critérios para pesquisa pesqueira, incluindo o compartilhamento de informações com comunidades tradicionais e condições para o exercício da atividade por embarcações brasileiras e estrangeiras.

O projeto de lei também busca integrar e dialogar com o setor produtivo para construir uma política que reflita sua diversidade e aspirações. Por fim, o projeto de lei estabelece proibições e sanções para proteger espécies e ecossistemas de forma clara e sem complicações.

No entanto, Sr. Presidente, em que pese o acerto na iniciativa e o excelente texto como a que foi proposta, em nossa visão, alguns aperfeiçoamentos merecem ser envidados neste momento para tornar o texto ainda mais eficaz.

Uma das questões a ser enfrentada é que, mesmo a proposição tendo cuidado bem da questão da pesca, que é o seu cerne, deixou a aquicultura sujeita ao texto hoje vigente. Ocorre que o setor da aquicultura também tem demandado aperfeiçoamentos para a modernização de seu regramento, como pode ser verificado na iniciativa do Projeto de Lei 4.470, de 2024, de nossa autoria.

Desse modo, acreditamos que seja útil aperfeiçoar aqui o regramento da aquicultura. Também sobre este setor, a existência de iniciativas legislativas como os Projetos de Lei nº 1.851, de 2024, e nº 4.527, de 2024, demonstra a necessidade de aperfeiçoamento da questão do licenciamento desta atividade.

Destarte, todo o regramento da aquicultura está inserido no art. 62 da proposição examinada, o qual trata das alterações na Lei nº 11.959, de 2009, para o qual propomos algumas mudanças.

Outra questão que pode ser aperfeiçoada na proposição são os procedimentos da autorização da pesca industrial, que está em seu art. 20. Ali, muitos de seus dispositivos poderiam ser mais bem esclarecidos por meio de regulamento infralegal em vez de ter tratamento direto na lei, conferindo, assim, maior flexibilidade para eventuais alterações que venham a se fazer necessárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, entendemos que outras questões podem ser também aperfeiçoadas na proposição, tais como regras claras para a guarda de bens apreendidos, gradação proporcional de multas conforme a gravidade da infração, exclusão de ilicitude na pesca de subsistência envolvendo espécies ameaçadas e aproveitamento social do pescado incidental com incentivos fiscais para doações.

Nesse sentido, apresentamos emendas que visam corrigir distorções normativas, fortalecer o vínculo entre Estado e setor pesqueiro e alinhar a política pública a princípios de equidade, eficácia e sustentabilidade.

Voto.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 4789, de 2024, com as emendas que apresentamos a seguir, já todas elas, Sr. Presidente, devidamente publicadas no parecer que apresentamos.

Indago a V. Exa. se gostaria que eu fizesse a leitura de todas as emendas. Não sendo necessária a leitura, uma vez que já publicadas, é o parecer que apresento, apenas, por fim, acrescentando que, para a elaboração desse parecer, o meu gabinete esteve à disposição de associações, de entidades, de lideranças que têm nessa atividade uma atividade econômica, uma atividade esportiva. Todos os setores que tinham, de alguma maneira, de forma direta ou indireta, ligação ou interesse nesse tema foram ouvidos. Todos que nos procuraram procuramos ouvir. Alguns, por intermédio até de amigos lá dos seus estados, fizeram contato, o gabinete retornou, conversamos, dialogamos. E naquilo que foi possível avançar, dentro dos limites daquilo que nós podíamos fazer nesse projeto, nós procuramos avançar. É um projeto feito, portanto, a muitas mãos.

Lá de Santa Catarina, recebi o contato de diversas lideranças do setor da pesca; do Rio Grande do Sul, da mesma forma. Queria destacar aqui o papel e os aconselhamentos do Senador Jorge Seif, que é do setor pesqueiro, é alguém que entende do assunto, é autoridade no assunto e que também, de maneira muito proativa, contribuiu para a elaboração desse parecer, além de outras lideranças, além de outras associações que se manifestaram, algumas que encaminharam notas, apoios técnicos. E eu quero agradecer a todos pela colaboração.

Portanto, é o parecer que faço, justamente no sentido de dar ao Brasil um marco legal atualizado, que vai atender esses dois segmentos: a aquicultura, que é um segmento; e o setor pesqueiro, que é outro segmento importante da economia nacional.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Parabéns, Senador Marcos Rogério.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, coloco a matéria em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas da CRA nºs 1 a 8.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação.

Parabéns, Relator.

Permitam-me voltar agora ao item de nº 2, do qual nós iniciamos a votação nominal.

Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de pedir aqui à Secretaria para que gere o resultado da presente votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – SIM, 9; NÃO, nenhum.

Abstenção: nenhuma.

Total: quórum de 10 votos.

Então o projeto está aprovado – aprovado em turno único.

O substitutivo ao projeto será deliberado posteriormente, né? (*Pausa.*)

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de um novo substitutivo integral.

Parabenizo a autoria e a relatoria do projeto.

Muito obrigado.

Só um instantinho, deixe-me só... (*Pausa.*)

Item extrapauta.

Requerimento de informações.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O resultado é aprovado e incluído como extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 30, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, informações sobre a Portaria MAPA nº 805, de 9 de junho de 2025 (publicada no DOU de 10/06/2025), que instituiu o Programa Nacional de Rastreabilidade de Produtos Agrotóxicos e afins.

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Autoria: Senador Marcos Rogério, do PL, de Rondônia.

Com a palavra, portanto, o autor, para encaminhar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu estou pedindo nesse requerimento que sejam prestadas informações, por parte do Ministério da Agricultura, informações acerca dessa portaria, dessa decisão do Ministério da Agricultura que estabelece a rastreabilidade no âmbito dos defensivos agrícolas no Brasil.

Esse é um tema sensível, especialmente para o nosso setor produtivo, para o agronegócio brasileiro, Sr. Presidente. É um tema que vai ter impacto direto, porque é uma portaria do Mapa que institui o Programa Nacional de Rastreabilidade de Produtos Agrotóxicos e afins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui tem um conjunto de questionamentos que nós estamos fazendo ao Ministério da Agricultura para buscar entender qual foi a instrução do ministério para a publicação dessa portaria.

Repito que vai ter impacto lá na ponta, na vida de quem trabalha e produz. No Brasil, não faltam aqueles que querem dificultar a vida de quem trabalha, de quem produz, de quem gera segurança alimentar para este país. Sobram dificuldades. Sobram aqueles que criam dificuldades, mas alguém para estender a mão, para ajudar... A mão que pune chega aos montes; a mão que ajuda normalmente está posta na parte de trás das costas, não se apresenta para ajudar.

Nesse caso especificamente, eu não quero entrar no mérito dessa questão aqui – talvez seja o caso até de a gente, depois dessas informações, apresentar um requerimento para uma audiência pública, Sr. Presidente. Porque, veja o seguinte, veja V. Exa., no Brasil nós temos uma cultura produtiva diferente daquela da Europa. Nós estamos aqui agora às beiras de um problema que o Senador Jaime Bagattoli conhece muito bem, e aqui está o Presidente da Aprosoja, lá do nosso Estado de Rondônia – esteve conosco hoje na Comissão de Fiscalização e Controle, e está aqui na CRA neste momento. Nós estamos com um problema hoje que é o problema da moratória da soja. Já é um problema, já é um problema, embora nesse momento eles tenham apresentado à Mesa a possibilidade de um acordo. Espero que saia o acordo, que seja bom para o setor produtivo, que ambas as partes compreendam a importância disso para o setor produtivo brasileiro.

Já temos o problema da moratória, agora nós vamos ter a rastreabilidade. Quem produz soja lá no Mato Grosso, quem produz soja lá no meu Estado de Rondônia, quem produz lá no Estado do Pará, ou nos demais estados, lá no Rio Grande do Sul talvez, faz apenas uma safra por ano? Não. No Brasil, você faz de duas a três safras. Tem região em que você faz uma safra de soja, outra safra de milho ou de algodão, e ainda tem região em que você consegue fazer uma terceira safra de capim, e você vai ter um forrageiro naquela propriedade – três culturas diferentes no ano.

Aí, lá na Europa, eles dizem o seguinte: "Não, mas o Brasil abusa do uso de agrotóxico, o Brasil está acima daquilo que a comunidade internacional pratica e tal". Está bem, vá lá na Europa e veja se eles produzem três safras anuais na mesma propriedade. Não. Nós temos regras com relação à questão do descanso, em relação a você alternar o tipo de cultura. Tudo isso no Brasil o produtor rural é obrigado a observar, porque o regramento é muito rígido, não há margem para fazer diferente daquilo que manda a lei.

Agora, quando você vem com uma regra como essa daqui, meu caro Senador Heinze, daqui a pouco a quantidade do veneno, a quantidade do defensivo que você vai poder comprar para a sua propriedade que está cadastrada no sistema vai ser uma que o Governo vai dizer: "Você pode comprar uma quantidade x de defensivo". É o Governo que vai dizer. Não importa se isso vai ser efetivo, inefetivo, eficiente ou ineficiente. O Governo, que não entende patavina nenhuma de plantar e de colher, só cria dificuldades, agora vai dizer como é que você tem que fazer na sua propriedade.

Tirando aqui os avanços que nós tivemos em razão dos estudos da Embrapa – e aí a gente tem que reconhecer o acerto da pesquisa, da inovação, corroboradas sobretudo pelo setor privado, porque é quem investe em pesquisa e em inovação no setor rural –, quem sabe como fazer lá na ponta e o que dá certo para cada região é quem está produzindo. Obedece à legislação? Obedece à legislação, mas você vai criar um instrumento agora para gerar mais dificuldades? Porque é isso que vai acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, vou dizer uma outra coisa. Imagina, o Banco Central já... E nós estamos com PDLs, com projetos de decreto legislativo, aqui, tentando sustar essas portarias de Ibama, de Banco Central, de Ministério da Fazenda. Eles já limitam o crédito agrícola, o crédito rural, em razão de embargos, embargos parciais, mas aí eles pegam a propriedade como um todo e dizem assim: "Não, aqui nesta propriedade tem uma fração, que representa o mínimo da propriedade, e, em razão disso, você não pode ter acesso a crédito". Agora, imagina essa situação aqui também sendo aplicada para impedir o produtor de ter acesso à aquisição, Senador Bagattoli, do defensivo ou, como diz aqui a portaria do ministério, do agrotóxico.

Então, nós estamos diante de uma decisão que vai ter impacto lá na ponta para quem produz. E eu não quero entrar aqui no mérito, de forma mais aprofundada, dessa questão; eu gostaria de, primeiro, receber as informações do Ministério da Agricultura, e posteriormente, talvez – já estou antecipando à Comissão –, a gente proponha uma audiência pública para ouvir aqui o segmento que está lá na ponta trabalhando, produzindo, que é especialista da porteira para dentro, e trazendo também representantes do próprio Mapa e algumas entidades que possam falar sobre esse assunto. Mas eu tenho preocupação com isso aqui, porque tinha, me parece, uma consulta pública em andamento sobre esse tema e me parece que tudo foi atropelado por essa decisão, que foi publicada e que passa a ter efeito para todo o Brasil.

São as razões que me levaram, Sr. Presidente, a propor o requerimento, pedindo informações.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

Concedo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze.

Antes de o Luis Carlos usar a palavra, quero agradecer a presença, a visita ilustre aqui do Adair Menegol...

Cadê o Adair?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ele é gaúcho também, Tchê?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – É claro! Gente boa é do Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Maravilha.

... da Aprosoja de Rondônia; do Thiago Rocha, da Aprosoja do Mato Grosso...

Quem é o Thiago? (*Pausa.*) Muito bem, Thiago.

... e do Anaximandro, também da Aprosoja do Mato Grosso.

Sintam-se em casa, não só entre os amigos, mas entre todos nós que estamos aqui.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sr. Presidente, o Anaximandro é antigo aqui no meio, viu? Fazia tempo que eu não enxergava o Anaximandro, hoje eu o enxerguei, viu, Bagattoli? Ele é da turma antiga, lá dos anos 70. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Não. Esse é o Menegol. É de Augusto Pestana, viu, Bagattoli? De Augusto Pestana para o mundo.

Senador Marcos Rogério, é apenas para cumprimentá-lo, porque realmente o que nós enfrentamos nesse processo é um entravamento de quem quer produzir no Brasil. Em vez de nos ajudar, só nos prejudicam. Nós não temos os subsídios que os europeus, americanos e asiáticos têm – não temos. E não temos ajuda também do Estado, do Estado inteiro, seja o Governo estadual, seja o federal. Aqui é pior ainda essa questão quando essas questões do meio ambiente, Bagattoli, vêm contra nós.

Então, esse processo é complicado, e o que nos preocupa são as exigências que fazem. Aqui vamos falar em defensivo. Tem colegas que hoje falam em veneno; não é veneno, é defensivo. Tem colega que hoje fala em fazer um remédio para a planta, um remédio para o animal e um remédio para a pessoa humana... São os mesmos princípios ativos. Para nós tudo é veneno, mas é a mesma coisa. Agora para um cachorro é um veneno, para um gato é um veneno, para um boi e uma vaca é um veneno? Não é. O pessoal distorce e deturpa a nossa questão da agricultura e da pecuária, da produção brasileira. Portanto, eu me somo à fala do nosso Senador Marcos Rogério.

Nós temos que fazer esse debate, sim, aqui. E o Fávaro, que é Ministro da Agricultura, conhece esse assunto e tem que nos ajudar, Marcos Rogério, porque é importante que ele esteja ao nosso lado e a estrutura dele também. A gente sabe que com o pessoal da Marina Silva – V. Exa. teve debate com ela também – tudo é contra nós, não tem nada para ajudar... para ajudar o Brasil; não é a nós, é o Brasil! O que o Menegol e o pessoal do Mato Grosso, o Thiago, estão fazendo é para o Brasil. Nós ajudamos o Brasil a chegar aonde chegou.

Só chegamos, Bagattoli – uma retrospectiva para o Menegol – quando o nosso Paolinelli, aqui de Minas Gerais, e o Cirne Lima, gaúcho, rasgaram o Centro-Oeste brasileiro, lá nos anos 60 e 70. Aí o que nós temos hoje, Bagattoli? O Brasil era importador de alimento, Marcos Rogério. Com essa extensão territorial, imagina, inclusive para comer, tínhamos que importar alimento! E hoje somos um dos maiores produtores e exportadores do mundo. Graças a quê? À tecnologia que veio, e nós não podemos impedir a tecnologia.

Na questão dos defensivos, Marcos, o que nós temos que ver? Há produtos que levam seis, sete meses em outros países; e, aqui, levam seis, sete anos. Ficam usando aquela marca velha, Bagattoli, que você usa na sua lavoura também, o Menegol também; aquela marca é de três, quatro, cinco anos atrás, enquanto nos Estados Unidos, na Europa, os produtos são muito mais modernos que os nossos aqui, porque os nossos Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e da Saúde, a Anvisa, não permitem que se registre, Zequinha. Com toda legislação que nós já fizemos aqui, mesmo assim ainda está travado o processo e mesmo assim nós somos competitivos, superando meio ambiente, questão dos defensivos, fertilizantes, tudo o que nós enfrentamos... o resto do mundo, sem o subsídio que os europeus e os americanos têm, sem subvenção, Menegol.

Os chineses são os que mais subvencionam a agricultura no mundo hoje, 34%. Se pegar os Estados Unidos, são 24%, 25%. Se pegar a Europa, Marcos Rogério, 24%, 25%. Sabe quanto é no Brasil? São 3% e, mesmo assim, nós somos o maior em soja, o maior em boi, o maior em frango, o maior em fumo, o maior em tudo. Em quanta coisa nós somos os maiores e melhores do mundo, como eu digo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bagattoli, correndo de pé descalço contra um cara treinado, preparado! Nós estamos de pé no chão, no meio das pedras e ganhando dos caras. Essa é a qualidade da nossa gente. Os produtores rurais em primeiro lugar, e a tecnologia que a nossa Embrapa começou... Infelizmente hoje está muito atrasada, entendeu? Mas no início deu um salto.

Hoje é o relato que eu quero fazer, para cumprimentá-lo, Marco Rogério. Estamos juntos nessa empreitada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou fazer já o meu comentário, mas eu quero aqui cumprimentar, Marcos Rogério... Quem está aqui hoje também são, lá do nosso estado, os dirigentes da Cooperativa dos Garimpeiros do ouro do Rio Madeira, de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eita!

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Os grandes sofredores lá, tendo balsas queimadas, tendo grandes dificuldades para fazer a exploração nossa do ouro.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos aplaudir a turma, que é guerreira! (*Palmas.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quero cumprimentar aqui a Ana Carolina, a Tânia Sena, o Rodrigo Luciano, o Luiz Modesti e o Fagno Brito Bernardo. É isso mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quero cumprimentar vocês todos e dizer que eu conheço aquela situação do garimpo, Senador Carlos Heinze, quando começou, no final dos anos 70, início dos anos 80. As cooperativas até hoje vêm trabalhando em cima da questão ambiental para ficarem todos dentro da legalidade, e ainda assim nós encontramos grandes dificuldades para resolvermos a situação do garimpo – não só lá no Rio Madeira. Em toda a Amazônia, em todo o Brasil, nós sofremos com essa situação do garimpo.

Ontem ainda, a gente estava numa Comissão fazendo um comentário sobre isso, no sentido de que, dando legalidade, não vão ganhar só as pessoas que estão no garimpo, quem está produzindo lá no garimpo, mas é o Brasil que vai ganhar com arrecadação. Infelizmente, são difíceis essas questões ambientais, mas nós temos que enfrentar todas as dificuldades que nós sofremos aqui.

Eu quero fazer um comentário ao relatório do Marcos Rogério e dizer para você, Carlos Heinze, que, realmente, o que é usado na agricultura é a mesma coisa que um medicamento na pecuária, para os bovinos, para o gado. Por quê? Porque, de todos esses produtos defensivos que nós compramos, nós já temos que devolver as embalagens, tem que se fazer o recolhimento delas. As empresas vendem ao produtor, que é obrigado a entregar essas embalagens num centro de recebimento de embalagens de agrotóxicos, de embalagens de todos os defensivos. Então, eu não sei... A gente tem que conversar inclusive com o Ministro da Agricultura, o Carlos Fávaro, para entender melhor por que mais essa situação, mais essa penalidade, mais esse regimento que querem colocar em cima do produtor rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer para você, Carlos, Senador, que o mundo, não só os americanos, não consegue entender como nós fizemos duas safras no Brasil, em muitos lugares no Brasil, com plantio direto – com plantio direto. Eles nem conseguem imaginar como isso acontece aqui no nosso país.

E outra: nós somos um país tropical, nós somos um país em que o calor é mais excessivo e sabemos que temos que usar mais defensivos do que lá nos Estados Unidos. Porém, hoje, somos o maior produtor do mundo de soja e somos o maior produtor do mundo de bovinos.

Quero dizer para vocês que, sobre o bovino, lá nos Estados Unidos, Senador Zequinha, Presidente, é liberado para usar hormônio no confinamento. Você tem que fazer a quarentena, dar o espaço não sei se de 65, 75 dias; mas, no Brasil, isso é proibido. Poderia ter isso no Brasil também com um controle, só que o Brasil é o país em que nada pode. Aqui nada podemos fazer, e lá vale tudo. É aquilo de que o Marcos Rogério, Senador, estava falando, inclusive sobre a questão das leis ambientais que nós temos no nosso Brasil. Quem tem, hoje, um código mais rígido do planeta do que nós, principalmente na Região Norte, preservando 80% das suas propriedades? E temos, hoje, no Brasil, ainda mais de 60% da nossa vegetação intacta, vegetação nativa.

Eu quero parabenizar também, aqui, pelo projeto de hoje, o Senador Irajá – é o Projeto 2.374, de 2020, do qual eu fui o Relator –; parabenizar todos os Senadores que compareceram, que votaram pela aprovação do nosso relatório; e dizer para vocês que nós temos que avançar mais, nós precisamos não avançar só essa questão até 2012.

Nós temos a grande missão, Senador Marcos Rogério, de resolvermos aquela situação do problema dos nossos embargos, das nossas reservas que nós temos lá, reservas que foram demarcadas. Inclusive a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia fez uma CPI em cima das reservas e encontrou diversas irregularidades. E nós precisamos trabalhar em cima disso, para dar dignidade aos nossos produtores rurais que estão lá com o seu título, com a sua escritura, e acabam sendo penalizados por um decreto desses, que foi concluído... dessas reservas, e hoje podem ser expulsos da terra. Por isso, temos que ter um diálogo maior com o Governo do estado, porque o Governo do estado tem que tomar a frente disso. Ele já tem um parecer da Assembleia Legislativa, ele tem que sentar e ter um diálogo com o Ministério Público.

Precisamos encontrar uma saída para essas pessoas que estão em dificuldades. Eu digo para os senhores: imaginem um produtor que tem 100ha, 150ha, que tem a sua vida lá na sua terra, talvez esteja na segunda, talvez até na terceira geração, e essa pessoa ter que sair da propriedade – é coisa inexplicável para um cidadão. Então, nós temos que dar dignidade a essas pessoas.

E quero dizer a você, Presidente: obrigado por ter colocado esse projeto em votação. Quero dizer para vocês que nós vamos avançar ainda mais. Nós temos que defender o nosso produtor rural e sabemos da grande responsabilidade que nós temos com a questão ambiental no nosso país.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item de nº 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 29, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a regulamentação e a fiscalização do transporte ferroviário de cargas no Brasil com foco nas oportunidades e desafios relacionados à logística do agronegócio.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

A autoria é desta Presidência, e a votação é simbólica.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os senhores e senhoras presentes aqui.

Boa tarde a todos.

(*Iniciada às 14 horas*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia nove de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Margareth Buzetti, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Beto Faro, Weverton, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val, Augusta Brito, Fabiano Contarato e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 2282, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para incentivar a utilização de espécies frutíferas lenhosas na recomposição de áreas rurais consolidadas situadas em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, vedada a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo nesses locais." Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO). Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei nº 2374, de 2020 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prever a compensação em dobro de déficit de Reserva Legal." Autoria: Senador Irajá (PSD/TO). Relatoria: Senador Jaime Bagattoli. Resultado: Sem Emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo ao Projeto no Turno Único (02.07.2025) é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 3 - Projeto de Lei nº 4402, de 2023 - Terminativo - que: "Confere o título de Capital Nacional da Rota do Cacau e do Chocolate ao Município de Ilhéus, no Estado da Bahia." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei nº 3404, de 2024 - Terminativo - que: "Concede ao município de Fortaleza, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional do Pão." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Relatoria: Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Jussara Lima. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Usam da palavra os Senadores: Pedro Chaves, Jaime Bagattoli e o Senador Zequinha Marinho, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/09

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de proposições, conforme pauta previamente já divulgada. (*Pausa.*)

ITEM 2

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 2374, DE 2020

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prever a compensação em dobro de déficit de Reserva Legal.*

Autoria do Projeto: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 02.07.2025, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou o Substitutivo ao Projeto em Turno Único.

- Poderão ser oferecidas Emendas durante o Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Está aberta a discussão, em turno suplementar. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Resultado: sem emendas ao turno suplementar.

O substitutivo ao projeto é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário Oficial do Senado*.

Eu gostaria de facultar a palavra ao Senador Jaime Bagattoli, que foi o Relator, cumprimentando o nosso querido Deputado Pedro, goiano, aqui de perto, amigo e irmão.

Bem-vindo! A Casa é sempre sua, Pedro.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - GO. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Presidente.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar, aqui, o nosso Presidente Zequinha Marinho, os nossos Senadores, o Senador Mourão... (*Pausa.*)

... e o Senador Pedro Chaves, que ingressou agora no Senado também.

Quero dizer para vocês que esse projeto já era um projeto do Irajá; é um projeto de suma importância, para regulamentar as áreas de terra daquele período entre 2008 e 2012 que ficaram de fora, quando foi promulgado o novo Código Florestal, que prevaleceu até 2008.

Então, muitas propriedades de 2008 a 2012 ficaram fora. E isso vem a ajudar demais e a beneficiar muitos produtores rurais, principalmente na Amazônia, que vão ficar dentro da legalidade, mesmo dessas áreas que foram derrubadas entre 2008 e 2012.

Então, eu quero agradecer muito a todos os meus pares aqui e a todos os Senadores que aprovaram esse projeto de lei, com a minha relatoria, e dizer que nós temos que ajudar o nosso setor produtivo a continuar produzindo dentro da legalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vou consertar aqui um negócio. O Deputado Pedro Chaves atualmente é suplente do Senador Vanderlan, não é, Pedro? O Vanderlan tirou licença, então V. Exa. é Senador. Seja muito bem-vindo a esta Comissão, da qual o Vanderlan é membro. É um prazer poder ouvi-lo neste início aqui de legislatura, que está começando no Senado Federal. Por favor, dirija-nos a palavra.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - GO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Presidente Zequinha Marinho, nós fomos colegas de Câmara dos Deputados, amigo de longa data o nosso Senador do Estado do Pará.

Para mim, Presidente, é um prazer estar aqui compondo esta Comissão como titular – e eu tive a oportunidade de ser titular várias vezes na Comissão de Agricultura da Câmara. O Estado de Goiás é um estado que tem a sua economia principal assentada no agronegócio, principalmente na produção de grãos e na criação, ou melhor, na produção de carne bovina, então a gente participa aqui com muito prazer desta Comissão. Estamos aqui firmes e fortes, para que possamos fazer um bom trabalho, ajudar o nosso estado e ajudar o Brasil, representando o nosso estado, que tem uma agricultura, uma pecuária, um agronegócio muito fortes, o Estado de Goiás.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Senador. Deus o abençoe! Seja bem-vindo sempre! Saúde e boa folga lá para o Vanderlan dar uma passeada lá fora, resolver os seus problemas de saúde. Você é muito querido lá em Goiás, querido por todos nós. Sei da sua competência, e estamos aqui para receber a sua contribuição, trazendo o nosso grande Estado de Goiás para este debate, assim como os outros Senadores têm feito. Obrigado mesmo.

Pessoal, na terça-feira que vem, dia 15, será a nossa última sessão aqui da Comissão de Agricultura. Teremos, além da sessão, parece que a instalação de uma frente parlamentar, também uma audiência pública... Tem um bocado de coisa para resolver! Será dia 15, terça-feira. Então, eu quero pedir ao Pedro e aos demais da equipe que a gente possa ajeitar tudo isso para fechar o semestre e gostaria de dirigir a palavra a todos os senhores naquela oportunidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia quinze de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Margareth Buzetti, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Eduardo Gomes e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Presidente apresenta balanço das atividades da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5121, de 2023 - Terminativo - que: "Confere o título de Capital Nacional da Paçoca de Carne com Farinha ao Município de Boa Vista, no Estado de Roraima." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto por unanimidade. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3404, de 2024 - Terminativo - que: "Concede ao município de Fortaleza, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional do Pão." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Relatoria: Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Jussara Lima. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto por unanimidade. ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 31, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 29/2025 - CRA seja incluído o seguinte convidado: Senhor Mario Povia, Diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI)." Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Chico Rodrigues, Hamilton Mourão, Zequinha Marinho, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e o Deputado Federal Defensor Stélio Dener. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/15

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de proposições, conforme pauta previamente divulgada, e está sendo realizada de forma semipresencial, o que permitirá que os Senadores votem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5121, DE 2023

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional da Paçoca de Carne com Farinha ao Município de Boa Vista, no Estado de Roraima.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação nominal.

Trouxe uma amostra?

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (Bloco/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Não trouxe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O projeto não vai andar.

Autoria: Deputado Federal Defensor Stélio Dener, do Republicanos de Roraima.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Chico Rodrigues, para proferir leitura do seu relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Meu caro Senador, Presidente Zequinha Marinho, primeiro eu quero cumprimentar o Deputado Defensor Público Stélio Dener, que é autor desta proposição, obviamente prestigiando a nossa capital, Boa Vista, Princesinha do Norte, a cidade mais setentrional do Brasil e que, na verdade, pela sua história, tem no seu bojo coisas maravilhosas e uma delas, obviamente, é esta, motivo pelo qual o Deputado apresentou esse projeto, ou seja, a paçoca de carne com farinha que é na verdade tradicional, é da cultura do povo do Estado de Roraima.

Vem a esta análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão exclusiva e determinativa o Projeto de Lei nº 5.121, de 2023, de autoria do Deputado Defensor Stélio Dener, que confere o título de Capital Nacional da Paçoca de Carne com Farinha ao Município de Boa Vista, no Estado de Roraima.

A proposição, tal como consignado na ementa, busca conceder a referida homenagem ao município roraimense de Boa Vista, bem como estabelecer, por fim, a vigência da lei prevista para a data da sua publicação.

Na justificação, o autor ressalta que objetiva, com a proposição, valorizar a culinária local, bem como fomentar a economia local, com incentivo à produção da comida típica roraimense.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada pelas Comissões de Cultura e de Constituição, Justiça e Cidadania.

No Senado Federal, a proposição, à qual não se ofereceram emendas, foi distribuída para análise exclusiva e terminativa na CRA.

Da análise.

Nos termos do dispositivo do inciso III do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem, entre outros temas, de agricultura, pecuária e abastecimento.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, § 1º, inciso IV, foi confiada à CRA competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 23, inciso VIII, Constituição Federal), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, Constituição Federal) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, Constituição Federal) –, bem como ao meio adequado para veiculação dessa matéria.

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco identificamos falha de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito da proposição, reconhecemos a importância do projeto.

A paçoca de carne com farinha é um prato tradicional da culinária brasileira, especialmente comum na Região Norte, que consiste basicamente em carne seca desfiada e socada no pilão com farinha de mandioca torrada. A combinação desses ingredientes resulta em uma farofa úmida e saborosa, frequentemente temperada com cebola, alho e outros condimentos locais, variando de acordo com a tradição de cada região. É um prato nutritivo e de fácil conservação, características importantes em áreas onde a disponibilidade de alimentos frescos historicamente era limitada.

A variedade produzida em Boa Vista, em particular, possui algumas distinções notáveis em relação às demais paçocas encontradas no Brasil. Uma das principais diferenças reside no tipo de carne utilizada, sendo comum o uso da carne de sol ou carne seca produzida localmente, que pode apresentar um sabor e textura ligeiramente distintos devido às condições de produção e ao gado criado na região. Além disso, a farinha de mandioca utilizada pode variar em sua granulometria e processo de torrefação, conferindo uma textura e um sabor únicos à paçoca roraimense. É também comum a adição de ingredientes regionais, como a pimenta murupi, que adiciona um toque picante característico – que não tem no Pará, sua terra.

A paçoca de carne com farinha boa-vistense transcende a mera culinária, enraizando-se profundamente na história e no cotidiano de Roraima, onde se estabeleceu como alimento fundamental para viajantes, para trabalhadores rurais e para as famílias. E, por ser uma iguaria da Amazônia, e eu aqui me referi em um tom de ser melhor a paçoca de Roraima do que a do Pará, eu na verdade não posso esquecer aqui as iguarias majestosas que tem no Estado do Pará, que são, inclusive, utilizadas, cobiçadas pela população mundial – quando você vai à feira em Belém do Pará, você vê exatamente a tendência, a presença, o consumo indiscriminado de todas as nacionalidades, e eu então gostaria de, em homenagem a V. Exa., fazer esse breve comentário. A transmissão da receita entre as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerações não apenas a perpetuou, mas a elevou à condição de símbolo da identidade gastronômica local. Esse valor intrínseco já obteve reconhecimento formal no âmbito municipal, com a Lei nº 2.349, de 21 de novembro de 2022, e estadual, com a Lei nº 2.108, de 19 de fevereiro de 2025, que declararam a paçoca de carne de sol Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Boa Vista e do Estado de Roraima.

A singularidade e a representatividade dessa tradição culinária alcançaram projeção global com o registro da maior paçoca do mundo no *Guinness World Records*, um feito que sublinha a grandiosidade e a importância cultural desse prato para o nosso querido Estado de Roraima. Há cerca de dez anos, Boa Vista reúne seus cidadãos para comemorar a festa da maior paçoca de carne do mundo. A paçoca é mais do que um prato típico, ela representa a identidade da cidade, as raízes e a união entre a gente da cidade e aqueles que vêm de outros rincões.

Inclusive, neste ano, mais uma vez foi batido o recorde, com a participação ativa do Prefeito atual, o Arthur Henrique, que, na verdade, deu todo o incentivo a essa apresentação, aos festejos juninos. E lá estavam exatamente aqueles que mais defendem essa culinária, como o Deputado Federal Stélio Dener, mostrando exatamente que, no dia da distribuição, é a verdadeira festa. Milhares de pessoas participam daquela distribuição da paçoca, porque eles sabem que também o seu nome – obviamente não escrito, mas na imaginação – está registrado no *Guinness Book*.

Desde 2015, a paçoca de carne se tornou uma das atrações mais aguardadas, conquistando não só os paladares, mas também o reconhecimento mundial. Desde 2018, a paçoca saboreada pela população já supera uma tonelada anualmente. Em 2024, a paçoca de carne de Boa Vista entrou para o *Guinness* como a maior paçoca de carne do planeta, com 1,356 mil quilos, ou seja, 1,3 tonelada. Imagine uma paçoca com 1,3 tonelada. E a deste ano chegou a...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Mais de 1,5 tonelada. É uma "paçocaça" mesmo, essa daí é alguma coisa admirável.

Neste ano de 2025, o recorde... E aqui eu perguntava para o Deputado Stélio Dener, e ele afirmou, e ainda foi generoso: 1,5 tonelada, mas foi exatamente 1,547 mil quilos. E essa paçoca volta a ocupar, de uma forma mais ascendente, o nome no livro *Guinness*.

"Ver milhares de pessoas reunidas, celebrando a tradição com alegria e orgulho, é a maior recompensa", diz emocionado o Prefeito de Boa Vista, Arthur Henrique, que é obviamente seguido também pelo Deputado Federal Stélio Dener e por nós também, obviamente, que comemos um pouquinho daquela paçoca.

Dessa forma, consideramos... E só falta apenas o grande gaúcho aqui, o grande Vice-Presidente da República, o grande General...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Não, eu já comi a paçoca. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Ah, eu estou atrasado. Mas essa daí?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Não, a gigante não.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – A gigante você não comeu, não. Conversa. (*Risos.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Mas já comi dessa paçoca aí.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Dessa forma, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional da Paçoca de Carne com Farinha ao Município de Boa Vista, no nosso glorioso Estado de Roraima, o estado mais setentrional do Brasil. Nós estamos, precisamente, em dois terços acima da Linha do Equador. Portanto, não só a população de Roraima não é saliente, mas estamos no Hemisfério Norte e no Hemisfério Sul. Por isso, aparecem essas coisas inesperadas.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.121, de 2023, do Deputado Federal Stélio Dener.

É esse o relatório e é esse o voto.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Lido o relatório, está em discussão a matéria.

Hamilton Mourão, já entendeu tudo aí, né?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – De paçoca, já. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Então, está bom.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Coloco a matéria em votação. Solicito que se preparem para a votação para que eu possa iniciá-la. Quem vota

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o Relator vota "sim". Vamos lá? Praticamente, a grande maioria dos Senadores está ausente e vai votar pelo aplicativo.

Eu quero pedir à Secretaria que acione nossos Senadores para votarem. Tá o.k.?

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pode sim.

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (REPUBLICANOS - RR) – Presidente Zequinha, é uma honra estar aqui presente, na CRA, no Senado.

Peço desculpa porque eu estou vindo justamente do seu Estado do Pará. Estava em Canaã dos Carajás com a Prefeita Josemira, do MDB, participando de um concurso nacional também relativo à cultura das quadrilhas juninas do Brasil, da Confebraq (Confederação Brasileira de Entidades de Quadrilhas Juninas), que organizou esse concurso em Canaã dos Carajás. Foi um espetáculo no dia de anteontem, domingo, e sábado, no Pará. Eu cheguei ontem à noite de lá, por isso que eu não consegui trazer a paçoca, mas me comprometo com os Senadores daqui, da CRA, de mandar, Chico, a paçoca para cá.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Está ficando em ata. (*Risos.*)

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (REPUBLICANOS - RR) – Pode registrar em ata. Rafael e Sara, que estão aí atrás, lembrem-se de a gente trazer a paçoca para cá.

Senador, são rápidas as palavras. O Senador Chico já falou tudo o que devia falar, mas eu queria só salientar o que me motivou, Senador, a apresentar esse projeto na Câmara, que daqui da CRA – salvo engano – já vai para o Presidente da República. Foi em razão de a história da minha família se confundir também, Senador Chico, com a história de Roraima. A minha família está lá naquele estado desde 1820, há mais de dois séculos. Então, a história dos meus antepassados mostra que realmente a paçoca de carne com farinha é feita desde aquele tempo em razão da escassez de alimentos. Produzia-se a farinha regional, com a carne seca, às vezes, até sem o sal ainda naquela época. Aquela paçoca mantinha as famílias por muitos dias, às vezes, meses. O meu bisavô Alfredo Venâncio de Souza Cruz, ainda no século XVII, foi um dos maiores criadores de gado do Brasil. Ele levava de Roraima, Boa Vista, até Óbidos, no Pará, carradas e carradas de balsas de gado do Estado de Roraima para o Pará e distribuía para o resto do Brasil a carne de gado.

Então, foi isso que motivou também, Chico, a se fazer com que haja esse reconhecimento da nossa União, do nosso Governo e do povo brasileiro, tornando Boa Vista como a Capital Nacional da Paçoca de Carne com Farinha.

Então, muito obrigado, Senadores, por me receberem aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu tenho certeza absoluta de que isso vai fazer com que Boa Vista e Roraima entrem também mais ainda nos grandes centros turísticos brasileiros, porque atraímos também pessoas para lá, para que a gente possa, neste momento de São João, em que é produzida a maior paçoca de carne do mundo... A produção é feita em um único dia e distribuída em um único dia. Por isso, entrou no *Guinness Book*.

Então, muito obrigado, de coração, e nós estamos às ordens sempre na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Deputado.

Aguardem um pouco, porque nós tivemos um problema técnico aqui no sistema e não conseguimos abrir a votação, para que se faça não só de forma presencial aqui, mas também aos colegas que estão à distância.

Enquanto isso, a gente avança para o item dois.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3404, DE 2024

- Terminativo -

Concede ao município de Fortaleza, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional do Pão.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação nominal.

No Nordeste não seria pão, seria cuscuz, não é?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Cuscuz?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É, mas tudo bem.

Autoria: Senador Eduardo Girão, do Novo, do Ceará.

Relatoria: Senadora Jussara Lima, do PSD, do Piauí, que não está presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero, aqui, designar o Senador Hamilton Mourão para ser o Relator *ad hoc* na leitura desse relatório.

Pode ser, Senador? Por favor.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Afirmativo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O relatório é pela aprovação do projeto.

A votação será nominal.

Eu concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, para proferir a leitura do relatório, por favor.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, indo direto à análise, compete à nossa Comissão opinar sobre proposições que tratem, entre outros temas, de agricultura, pecuária e abastecimento. Também temos competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à CCJ, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, de técnica legislativa e regimentais.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos todos os aspectos.

Não observamos também vícios relacionados à constitucionalidade da matéria; tampouco identificamos falha de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa.

No que concerne ao mérito da proposição, reconhecemos a importância do projeto.

Por que isso? Porque a indústria de panificação figura como um dos pilares mais robustos da economia cearense, sobretudo em Fortaleza, onde se concentram modernos moinhos e fábricas de transformação que atendem a grande parte da demanda regional. Segundo dados setoriais, mesmo sem ser produtora de trigo, a capital cearense compensa essa limitação por meio da logística eficiente, com uso otimizado de portos e de redes de distribuição que permitem a chegada de matéria-prima importada ou proveniente de outras regiões do país.

A presença de grandes grupos empresariais reforça a liderança de Fortaleza no ramo, exemplificada pelo desempenho da M. Dias Branco e da J. Macêdo, corporações reconhecidas tanto no mercado nacional quanto internacional. Tais indústrias, além de detentoras de expressiva fatia de mercado, estimulam o desenvolvimento de tecnologias de moagem e de produção em larga escala, colocando o município em posição estratégica para abastecer não apenas o Nordeste, mas outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regiões do país. Dados de associações, como a Associação Brasileira da Indústria do Trigo, confirmam a capacidade das plantas industriais instaladas em solo cearense, que atingem níveis competitivos de produtividade e de qualidade, fatores essenciais para a consolidação de Fortaleza como referência nacional.

O fomento cultural e turístico também encontra na panificação de Fortaleza uma plataforma privilegiada de divulgação e de atração de viajantes. Relatos dos que por lá passam, matérias jornalísticas e opiniões de consumidores ilustram o fascínio exercido por iguarias desse tipo, capazes de retratar a história e a identidade cearense em cada receita.

Outro aspecto fundamental é a geração de empregos e a movimentação de toda a cadeia produtiva, que engloba desde o fornecimento de insumos até a distribuição final nas padarias e confeitarias locais. É importante essa mão de obra porque ela é vital para o equilíbrio socioeconômico de diversas famílias em Fortaleza. Essa relevância, somada ao engajamento das indústrias em projetos sociais e ambientais, consolida o setor como propulsor econômico e como pilar de inclusão e desenvolvimento sustentável.

A confluência entre tradição cultural, robustez industrial e compromisso socioambiental confere legitimidade à intenção de reconhecer Fortaleza como a Capital Nacional do Pão. O cuidado histórico com a qualidade dos produtos, o investimento em inovação e a consolidação de parcerias público-privadas reforçam que a homenagem transcende o simbolismo ao refletir a força de um setor que encontrou meios de se estabelecer como referência no Brasil.

Assim, o nosso voto, Presidente, é pela aprovação do PL 3.404, de 2024.

Parabéns ao Senador Eduardo Girão.

Parabéns à Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Encerrada a leitura do relatório, eu quero colocá-lo em discussão.

Bom, nós estamos com um problema remoto aqui na transmissão e vamos andando.

Nós temos mais um item aqui.

Enquanto o pessoal termina de consertar, ficam todos os dois esperando.

Empreste-me aqui. Bote aqui em cima. Fica na fila aqui. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão. (*Pausa.*)

Nós queremos colocá-los em votação.

Quem vota com o Relator vai votar "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu quero colocar em votação os dois itens – o item 1 e o item 2 –: o projeto de lei, que dá à cidade de Boa Vista, em Roraima, o título de Capital Nacional da Paçoca de Carne com Farinha; e o Projeto de Lei nº 3.404, de 2024, que concede à Fortaleza, Ceará, o título de Capital Nacional do Pão. Os dois serão colocados em votação agora: ao se votar em um, vai se votar exatamente nos dois. Por favor. E aí, por favor, mobilizem os Senadores que estão remotamente para que possam votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Enquanto isso, nós vamos avançar para o item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 31, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 29/2025 - CRA seja incluído o seguinte convidado: Senhor Mario Povia, Diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI).

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) e outros

Observações:

- Votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O Senador Chico vai votar também pelo aplicativo. Já temos quatro votos. Estamos aguardando que outros colegas possam votar também.

Enquanto isso, eu gostaria de fazer alguma menção aqui dos trabalhos da CRA neste primeiro semestre de 2025. Antes, porém, gostaria de ler aqui uma nota oficial da Frente Parlamentar da Agropecuária.

O Deputado Federal Pedro Lupion emite a seguinte nota:

> A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) manifesta preocupação com a decisão do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de impor tarifa de 50% sobre produtos brasileiros. A medida, comunicada por meio de carta oficial enviada ao governo brasileiro, representa um alerta ao equilíbrio das relações comerciais e políticas entre os dois países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nova alíquota produz reflexos diretos e atinge o agronegócio nacional, com impactos no câmbio, no consequente aumento do custo de insumos importados e na competitividade das exportações brasileiras.
Diante desse cenário, a FPA defende uma resposta firme e estratégica: é momento de cautela, diplomacia afiada e presença ativa do Brasil na mesa de negociações.
A FPA reitera a importância de fortalecer as tratativas bilaterais, sem isolar o Brasil perante as negociações. A diplomacia é o caminho mais estratégico para a retomada das tratativas.
Frente Parlamentar da Agropecuária, Presidente: Deputado Pedro Lupion.

Sras. e Srs. Senadores, prezados membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aqui do Senado, é com grande satisfação que apresento um balanço das atividades da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), aqui do Senado Federal, referente ao primeiro semestre de 2025.

Esse período foi marcado por intensa atividade legislativa e de fiscalização, refletindo o compromisso desta Comissão com o desenvolvimento do agronegócio, da agricultura familiar e da reforma agrária em nosso país. Nesses primeiros seis meses do ano, a CRA realizou um total de 17 reuniões, demonstrando a dedicação e o empenho de seus membros. Dentre essas, destacam-se: primeiro, sete reuniões deliberativas, nas quais analisamos e votamos proposições de grande relevância para o setor; cinco reuniões com a presença de Ministros de Estado que vieram a esta Comissão para debater temas cruciais, prestar esclarecimentos e apresentar as políticas de suas respectivas pastas, fortalecendo o diálogo entre o Legislativo e o Executivo; quatro audiências públicas, que nos permitiram ouvir a sociedade civil, especialistas, produtores rurais e representantes de diversos segmentos, enriquecendo o debate e subsidiando nossas decisões com as demandas e realidades do campo; e, de forma muito relevante, realizamos a primeira reunião da Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama, que chamamos de CRATERRAS, um tema de extrema importância e sensibilidade para diversas regiões do Brasil, especialmente para o nosso querido Estado do Pará e de toda a Amazônia, buscando soluções equilibradas para os conflitos no campo.

O trabalho árduo e a produtividade desta Comissão também se refletem nos números de proposições analisadas e aprovadas. No primeiro semestre de 2025, foram aprovados 31 requerimentos e 14 projetos, que agora seguem para as próximas etapas do processo legislativo. Dentre as proposições aprovadas, eu gostaria de destacar aqui algumas que, sem dúvida, trarão impactos positivos e transformadores para o setor agropecuário brasileiro.

Primeiro, o Projeto de Lei nº 3.684, de 2024, que institui o Programa Nacional de Cooperativas de Crédito e Seguros para Agricultores Familiares – essa iniciativa é fundamental para fortalecer a agricultura familiar, garantindo acesso a crédito e mecanismo de proteção que são essenciais para a sustentabilidade e o crescimento de milhões de famílias no campo –; o Projeto de Lei nº 320, de 2025, que dispõe sobre a securitização das dívidas de produtores rurais, cujos empreendimentos tenham sido impactados por eventos climáticos adversos a partir de 2021 – esse projeto é uma resposta concreta e urgente às dificuldades enfrentadas por nossos produtores diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, oferecendo um alívio financeiro necessário para a recuperação de suas atividades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

–; e o Projeto de Lei nº 2.159 de 2021, que dispõe sobre o novo marco do licenciamento ambiental – essa proposta busca modernizar e desburocratizar o processo de licenciamento, garantindo a segurança jurídica para os investidores no campo, sem abrir mão da proteção ambiental, um equilíbrio fundamental para o desenvolvimento sustentável.

Esse balanço demonstra o dinamismo e a relevância da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aqui do Senado. Continuaremos trabalhando incansavelmente no segundo semestre, logo, logo daqui a uns dias, no início de agosto, com o mesmo rigor e dedicação para construir um futuro mais próspero e justo para o campo brasileiro.

Quero, aqui, agradecer a parceria dos Srs. Senadores Hamilton Mourão, sempre firme aqui, o tempo todo, pontual e frequente; Jaime Bagattoli, que não está aqui hoje, mas tem sido um guerreiro, um grande parceiro, que também tem feito sua parte, ajudando, contribuindo e assim por diante. Sem a dedicação desses pares e de outros, nada disso seria possível.

Queremos agradecer, de coração, a todos os colegas e a todos vocês que participam continuamente conosco aqui das reuniões da CRA. (*Pausa.*)

O requerimento subscrito... O item 3 foi subscrito por nós e está aprovado sob nossa Presidência. Está bem?

Finalizou... Finalizou...

E aí? Quem mais está faltando votar aí? Posso...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Chico vai votar.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu posso votar? Posso, não posso? (*Pausa.*)

Não? (*Pausa.*)

Tínhamos 12 presentes, não é?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ah, está bem.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – O Marcos Rogério está aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O Marcos Rogério, cadê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Ele está em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Olhe, ele está presente aqui, remotamente.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Ele está aqui. Eu o vi hoje pela manhã, lá na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Olhe, apareceu um. Têm que votar quantos, nove? (*Pausa.*)

Só faltam dois.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Dorinha, Soraya... (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Resultado: 8 votos SIM; 0, NÃO.

Zero abstenção.

Quórum total: nove.

Foram aprovados os projetos dos itens 1 e 2. O item 1 é Projeto de Lei nº 5.121, de 2023, do Deputado Defensor Stélio Dener, relatado pelo Senador Chico Rodrigues. O item 2 é o Projeto de Lei nº 3.404, de 2024, de autoria do Senador Eduardo Girão, do Novo, do Ceará, e relatoria da Senadora Jussara, que foi transferida para a relatoria *ad hoc* do Senador Hamilton Mourão. Os dois projetos estão aprovados.

Muchas gracias. (*Pausa.*)

Finalizando aqui, eu quero agradecer toda a assessoria da Secretaria e a todos vocês que estão sempre aqui conosco, participando, contribuindo de alguma forma. Nós vamos voltar agora na primeira semana de agosto, se Deus quiser.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião. Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e sete minutos do dia treze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Wilder Morais, Jorge Seif, Augusta Brito, Weverton, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Ciro Nogueira, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Fabiano Contarato, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa: ofício da União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina, encaminhando moção de apoio da Câmara Municipal de Ibirama ao Projeto de Lei nº 4.609, de 2024. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública, atendendo ao requerimento REQ 29/2025 - CRA, de autoria Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Finalidade: Debater a regulamentação e a fiscalização do transporte ferroviário de cargas no Brasil com foco nas oportunidades e desafios relacionados à logística do agronegócio. Participantes: Leonardo Ribeiro, Secretário Nacional de Transporte Ferroviário do Ministério dos Transportes; Carlos Müller, Gerente de Relações Governamentais da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - Abiove; Andrea Cavalcanti, Gerente-Executiva de Poder Legislativo da Confederação Nacional do Transporte - CNT; Fernando Barbelli Feitosa, Gerente de Regulação Ferroviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; Elisângela Pereira Lopes, Assessora Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Luis Henrique Teixeira Baldez, Presidente-Executivo da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga - ANUT; Davi Barreto, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF; e José Roberto Barbosa da Silva, Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Ferrovias Autorizadas - Abrafa. Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Deliberativa. Item Extrapauta 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 32, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os impactos, riscos e inconsistências do Plano Setorial de Agricultura e Pecuária, proposto no contexto da Estratégia Nacional de Mitigação (ENM) do Plano Clima, especialmente no que se refere à atribuição de responsabilidades ao setor agropecuário, à ausência de reconhecimento das remoções de Gases de Efeito Estufa (GEE) em propriedades rurais e à falta de transparência da metodologia adotada pelo modelo BLUES." Autoria: Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Luis Carlos Heinze, Jaime Bagattoli e o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Zequinha Marinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/13

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa: ofício da União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina, encaminhando moção de apoio da Câmara Municipal de Ibirama ao Projeto de Lei nº 4.609, de 2024, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a regularização... a regulamentação – perdão – e a fiscalização do transporte ferroviário de cargas no Brasil, com foco nas oportunidades e desafios relacionados à logística do agronegócio, nos termos do requerimento de iniciativa desta Presidência.

Nós vamos ter duas mesas de expositores aqui. Eu gostaria de mencionar o nome de todos que aqui estão relacionados, todos confirmados. E eu espero que todos também, todos os oito, estejam aqui presentes.

Carlos Müller, Gerente de Relações Governamentais da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove); Andrea Cavalcanti, Gerente Executiva de Poder Legislativo da Confederação Nacional do Transporte (CNT); Fernando Barbelli Feitosa, Gerente de Regulação Ferroviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Elisangela Pereira Lopes, Assessora Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Leonardo Ribeiro, Secretário Nacional de Transporte Ferroviário do Ministério dos Transportes; Luis Henrique Teixeira Baldez, Presidente Executivo da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (Anut); Davi Barreto, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF); José Roberto Barbosa da Silva, Presidente da Associação Brasileira das Ferrovias Autorizadas (Abrafa).

Sejam todos bem-vindos, assim como assessores, técnicos e imprensa.

Para compor a mesa, gostaria de convidar os primeiros quatro colocados. É isso mesmo, Secretário? Está na ordem? (*Pausa.*)

Está tudo na ordem.

Carlos Müller, Gerente de Relações Governamentais da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. Bem-vindo, Carlos. Tome um assento aqui numa dessas cadeiras.

Andrea Cavalcanti. Está aqui, Dra. Andrea. Bem-vinda. Gerente Executiva de Poder Legislativo da Confederação Nacional de Transportes (CNA). Bem-vinda.

Fernando Barbelli Feitosa, Gerente de Regulação Ferroviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Vem para cá, Fernandão.

E ainda Elisangela Pereira Lopes, Assessora Técnica da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA).

Muito bem.

Bom, vamos regular o tempo aqui em dez minutos, porque, além dessa mesa, nós temos mais uma, né? Então temos que correr contra o tempo. Está certo? Combinado assim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, agora, em cima do tema que já apresentamos aqui, com a palavra por dez minutos o primeiro orador, o primeiro expositor, o Dr. Carlos Müller, Gerente de Relações Governamentais da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove).

Por favor, Carlos.

O SR. CARLOS MÜLLER (Para expor.) – Bem, boa tarde a todos.

Aqui é Carlos Müller, Gerente de Relações Governamentais da Abiove, conforme informou o Senador.

A Abiove é a entidade que representa as indústrias de grãos no país, sobretudo as do complexo soja. Essas aqui são as nossas associadas – essa apresentação vai ficar disponível para os senhores para que seja conferida posteriormente. A soja é a oleaginosa mais produzida no país, a nossa principal *commodity* de exportação, e é justamente este setor, o complexo soja, que a Abiove representa institucionalmente: são as empresas que compram a safra e esmagam para produção de farelo, óleo vegetal e biodiesel, né? O farelo vai para alimentação de boi, porco, peixe, frango, e toda a proteína animal que a gente consome é à base de soja, praticamente. E o óleo tem a parte do consumo humano e a parte principal que é o biodiesel. Hoje a maior parte do biodiesel produzido nacionalmente é de base soja.

Aqui, para vocês terem uma ideia do tamanho do setor, é a participação do complexo soja e milho nas exportações brasileiras. Então, entre todas as exportações brasileiras, conforme valor agregado de exportação, essa é a participação do complexo soja. Fica sempre por volta de 20%, ou seja, de toda a receita de exportações do Brasil, 20% vem do complexo soja.

Aqui é um dado que a gente gosta de trazer também para demonstrar o tamanho do setor, mais uma vez, que é a participação do complexo soja no PIB. Vocês podem observar que, de 2010 até 2024, a participação do complexo soja no PIB do agro cresceu de 9% para 23%, e, no PIB nacional, ela cresceu de 2% em 2010 até 6% ali em 2023, e caiu um pouquinho em 2024, mas é um complexo industrial – o complexo soja e biodiesel – que representa 6% do PIB nacional.

E aqui trago até alguns dados atualizados já do primeiro trimestre de 2025. A gente pode observar que, com essa nova supersafra, nós temos um valor do PIB do complexo soja de R$820 bilhões, o que representou um vultoso aumento em relação à safra passada, com a participação no PIB subindo para 6,4%.

Bem, passando agora para a parte do tema da audiência, vocês podem notar que, por ser um setor muito grande que trabalha com granéis, ele é extremamente intensivo no uso de transporte, seja transporte rodoviário, ferroviário ou aquaviário. E, por se utilizar muito desses meios de transporte, nós, enquanto usuários, sempre temos reclamações, é natural. E aqui nós queríamos expor algumas dessas reclamações relacionadas à regulação dos serviços de transportes ferroviários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui primeiro é um dado geral sobre a ociosidade no setor ferroviário. Isso aqui é um dado do TCU. O TCU aponta que hoje nós temos 29 mil quilômetros de ferrovias, e, desses 29 mil, nós temos 7 mil, 24%, em completa ociosidade, sem transporte. E, se vocês observarem ali a última coluna, 18 mil, mais de 64%, com ociosidade superior a 70%. Isso é um dado do TCU, e obviamente isso tem alguma certa variação, mas eu acho que ilustra um pouco o cenário que a gente tem e que preocupa quem quer, cada vez mais, exportar e movimentar grãos no país.

Aqui é um outro dado interessante que a gente gosta de trazer, que é a participação das ferrovias nos principais corredores de exportação para produtos como soja, milho e farelo. Ali, o gráfico verde é a quantidade em milhões de toneladas de soja, milho e farelo que é exportada pelos principais corredores logísticos onde nós temos a atuação de ferrovias, e, de amarelo, nós temos a participação das ferrovias nesses corredores, né? Então vocês podem observar que isso fica sempre ali entre 50%% e 60%. O que quer dizer? Que as ferrovias são, sim, muito utilizadas por soja, milho e farelo, e representam, então, às vezes, quase 60% do transporte nesses corredores logísticos onde elas atuam, o que é extremamente relevante.

Ocorre que, se nós notarmos a projeção desse gráfico, ela é basicamente horizontal. Você não tem um grande crescimento de participação das ferrovias ao longo dos anos. E isso para gente é um problema, porque a safra cresce cada vez mais, e a gente não tem um aumento de participação nas ferrovias no transporte dessa safra. E ferrovias, por serem mais eficientes, era algo que a gente naturalmente desejaria.

Bem, eu queria trazer aqui, pular para esse eslaide, é que nós percebemos hoje três grandes questões na regulação do transporte ferroviário e que nós gostaríamos de tentar resolver de alguma forma. Ou, se não resolvermos, que nós, pelo menos, nos dispuséssemos a dialogar cada vez mais. Alguns desses temas são endereçados pelo PL 4.158, de 2024, do Senador Weverton. O projeto não está perfeito, e faz parte do processo legislativo, ele será submetido a uma relatoria, a uma deliberação em sede de Comissão e, possivelmente, até ao Plenário depois, e nós queríamos que houvesse a participação efetiva de todos, mas que ninguém se furtasse a este debate, porque ele é muito importante para o transporte de grãos no país.

Bem, hoje nós entendemos, primeiramente, que temos um apagão de dados no setor. Então, as ferrovias informam os dados para a ANTT por meio do Saff, mais de um mês depois, então, isso não é *on time*. E esses dados são declaratórios, você não tem dados 100% auditáveis, e não se faz regulação eficiente sem dados. Então, esse é um primeiro ponto. O que a gente acha que resolveria? Eventualmente, uma ligação do Centro de Controle Operacional das ferrovias ao CNSO, o Centro Nacional de Supervisão Operacional da ANTT. Ou seja, uma ligação que permitisse a visualização *on time* dos dados primários direto das fontes, direto das ferrovias. Já houve um período em que algumas concessionárias forneciam *login* e senha para a ANTT, o poder concedente, e havia, de certa forma, um acesso ao dado primário ao CCO, e isso não acontece mais. Então a gente acha que a regulação tem de observar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E assim, se a gente olhar alguns contratos de ferrovias, já há uma obrigação. Se você pega o contrato de renovação de uma concessionária aqui, ele fala: "A concessionária deverá viabilizar o acesso da ANTT a todas as informações dos sistemas do seu CCO". E tem outras quatro cláusulas no mesmo contrato semelhantes. Ou seja, você tem uma obrigação contratual de acesso aos CCOs, mas, até hoje, isso não vem acontecendo. E sem dado primário e auditável, que é o que o CCO representa, você não tem regulação. Se você não tem dado primário e auditável, você não sabe, com precisão, índice de saturação, *transit time*, índice de perdas. E, sem isso, nem os usuários podem se preparar, podem ser competitivos na hora de escolher o modal de transporte, nem a ANTT pode fazer uma regulação efetiva.

Outra questão é a da participação dos usuários. Desde 1995, com a Lei das Concessões, foi estabelecida a obrigação de criação de comissões tripartites, que deveriam ser o espaço de diálogo interinstitucional, em que concessionário, usuário e ANTT se reúnem para discutir algumas questões da prestação do serviço em cada contrato de concessão. Ocorre que as comissões tripartites acabaram virando... E – pasmem! – elas só foram implementadas em 2021, quase 30 anos depois da Lei de Concessões, que já obrigava a instituição delas. Elas se tornaram um espaço em que o usuário leva o seu problema, traz as suas reclamações, mas nenhuma providência concreta tem sido vista.

Então, a gente acha que também deveria haver uma regulação mais firme sobre o papel das comissões tripartites.

Para tudo isso que eu estou falando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS MÜLLER – ... nós temos sugestões, mas nada é finalizado. Tudo exige uma discussão e a gente queria que esse debate não sumisse, que ninguém se furtasse a esse debate e que o Senado pudesse se debruçar sobre isso.

E, por fim, outra questão que a gente vê como problemática no setor é a da oferta. Primeiro, porque, como eu falei, nós não temos os dados. Então, nós não sabemos a real oferta daquele serviço, a real saturação daquele serviço. Há usuários, por exemplo, que acham que as ferrovias controlam a oferta para nunca chegarem no índice de saturação e nunca terem que fazer mais investimentos. Ao mesmo tempo, isso inviabiliza que você utilize mais as ferrovias.

Então, este é um grande problema.

O projeto de lei tenta trazer alguma solução, que eu acho que merece ser debatida, que é uma espécie de gatilho para que a concessionária oferte o seu tempo ocioso ao mercado. E, caso o mercado entenda ser prudente, o mercado, por meio de ATF, direito de passagem, tráfego mútuo, pode colocar o seu material rodante, por exemplo, lá sem necessariamente um custo adicional para a ferrovia.

Então, assim, há várias soluções e eu acho que esses são os três pontos para as concessões atuais, não estou falando de futuras, que poderiam ser resolvidos: a questão da transparência de dados, que hoje é mínima e a própria ANTT não tem um acesso completo, *on time* e irrestrito aos dados; os próprios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usuários, bem menos; a participação dos usuários por meio das comissões tripartites, que precisa ser reforçada; e a oferta de serviços. A gente tem de buscar um jeito de utilizar mais o tempo ocioso das ferrovias, que hoje não está sendo bem utilizado, acreditamos nós.

Bem, é basicamente isso.

Eu fico à disposição e agradeço o convite da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Agradecemos ao Dr. Carlos Müller, da Abiove.

Interessantes seus comentários e exposição. Espero que gere realmente um bom debate logo mais e depois a gente continue.

Quero agora convidar para, em dez minutos, fazer a sua exposição, a Dra. Andrea Cavalcante, que é Gerente Executiva de Poder Legislativo da Confederação Nacional do Transporte, a CNT.

Dra. Andrea, por favor.

A SRA. ANDREA CAVALCANTI (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Senador, em nome do Presidente Vander, eu quero agradecer ao convite à CNT. Infelizmente, ele não está presente em Brasília, mas agradece ao senhor pelo convite e também mandou para o senhor um Atlas Multimodal para que o senhor conheça aí todas as interligações de todos os modos de transportes brasileiros que a gente tem acompanhado.

Bom, hoje a CNT representa todos os modais de transporte, de cargas e de passageiros, e, nesse sentido, ela tem de trabalhar pela integração desses modais.

Hoje o Brasil ainda é um país rodoviário. A gente tem aí 65% da nossa carga transportada por caminhões e 90% da nossa população transportada também por rodovias. Esse cenário tende a mudar, e a gente tem trabalhado muito para que isso mude. O próprio Governo, trazendo novos arcabouços, principalmente novos marcos regulatórios, como a BR do Mar, que foi muito trabalhada aqui no Senado, e a lei de autorizações, tem trabalhado para que a gente tenha, de fato, uma multimodalidade no país. Isso é um processo lento e gradual.

A gente está falando de grandes investimentos, mas que o setor tem feito, e o próprio Governo também tem investido nesse sentido. Então hoje, ainda, de qualquer forma, tudo que chega às nossas mãos, seja o *mouse* que está aqui, seja esse microfone, seja o copo de água que os senhores bebem, ainda passa por dentro de um caminhão. Então, a gente ainda tem essa necessidade do modal rodoviário muito forte no país, e nosso objetivo é que isso mude. Por quê? Dentro dos cálculos que nós fizemos, o que vale a pena transportar via rodovia é até 400km.

O ideal é que a gente tenha, de fato, essa intermodalidade com a ferrovia, com as hidrovias e com a cabotagem, facilitando assim o transporte da nossa produção – nossa produção agrícola, nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produção industrial – e garantindo um transporte eficiente, mais robusto e mais barato para a população e para os nossos produtores.

Nesse sentido, a CNT vem buscando uma política de Estado. A gente vê muitas alterações normativas no nosso setor – é um setor altamente regulado em todos os seus modais – e essas mudanças trazem para a gente uma insegurança jurídica. Por quê? A gente está falando de montas de investimentos muito altos. O setor ferroviário, por exemplo, desde o início das suas concessões, em 2006, já investiu R$200 bilhões. É um investimento muito robusto, de fato.

Para os senhores terem ideia de como funciona um processo de investimento desse: uma única locomotiva custa R$20 milhões, um vagão R$1 milhão; numa composição com cem vagões, que é o modelo ideal, a gente está falando de R$120 milhões só de material rodante de uma única locomotiva.

Então, de fato, quando a gente pensa em investimento do setor ferroviário, a gente está falando de investimentos de grande monta e que demoram um grande tempo para serem devolvidos a esse investidor. Então a segurança jurídica é extremamente necessária.

Por que eu falo isso? Quando a gente altera um processo de concessão, um acordo de concessão, um contrato de concessão no meio desse processo, ele não interfere apenas no nosso operador; ele também interfere no embarcador. Esse valor, esse preço que vai aumentar, não é somente para nós; também é para o embarcador. Então, muitas vezes, isso não vale a pena. A gente tem que pensar no processo como um todo. E essa é uma grande preocupação da CNT: a segurança jurídica dos nossos contratos.

Dentro desse arcabouço, o que a gente tem que pensar? Eu entendo todas as... e a CNT, principalmente, enfim, o setor produtivo, tem as suas necessidades. A gente vê o agronegócio crescendo de forma perene – isso é muito importante para o país. Nós, transportadores, queremos isso. A gente depende do crescimento industrial e do agro para que a gente transporte mais. Então o nosso negócio é transportar a produção de vocês. E para a gente, quanto mais carga, mais negócio nós teremos; é melhor para o nosso setor.

A ideia de ter partes ociosas das nossas linhas, ou partes ociosas das nossas ferrovias, não nos agrada. Mas quando a gente olha para o setor ferroviário, a gente tem que lembrar que está falando de corredores logísticos. E quando se olha para os quilômetros mostrados, não necessariamente esses quilômetros são de corredores logísticos que interessam ao agronegócio, que interessam à indústria, que interessam ao transporte que vai levar aos portos e aos aeroportos do país. Então, é importante olhar o setor como um todo. Quais são essas linhas que, de fato, estão ociosas? Elas nos interessam de fato? A nossa produção passaria por ali, ou elas não atendem o que nós necessitamos.

Dentro desse arcabouço, a gente tem que lembrar – e aí o pessoal das autorizadas está aqui, vai falar um pouco – que a gente tem hoje 44 solicitações de autorização, e 22 delas já estão em processo de licenciamento ambiental, para que tenha esse investimento. Para eles investirem, também, eles olham para a gente, para quem está rodando já, para as concessões, para saber: é seguro? Vale a pena?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que, antes de dizer como a gente deve operar, a gente tem que entender como nós estamos operando e por que estamos operando assim.

Hoje, um contrato para a gente transportar qualquer tipo de mercadoria tem que ter no mínimo cinco anos. A gente está falando de R$120 milhões numa composição que demora oito anos para se pagar. Então, não é que não queiramos transportar. Essa ideia de que o setor não quer transportar, de que o setor quer ficar ocioso para que transporte cargas próprias não é uma verdade. Ociosidade é prejuízo para nós. A ideia é que a gente possa transportar, mas os contratos precisam ser de longo prazo.

Hoje, os embarcadores podem ser operadores dentro do setor ferroviário; a lei de autorização já permite isso, inclusive, através de uma associação às ferrovias. Então, não há, de fato, dentro do nosso arcabouço jurídico, uma proibição, uma vedação ao embarcador estar dentro do sistema; pelo contrário, a nossa ideia é que cada vez se transporte mais e se utilizem mais ainda as nossas ferrovias. A gente tem que sempre lembrar que uma ferrovia é muito diferente de uma rodovia. Hoje, eu coloco 20 caminhões num trecho. Eu não coloco 20 vagões... perdão, locomotivas no mesmo trecho ferroviário. Existe, sim, a interligação; as empresas cada vez mais estão trabalhando para isso. Hoje a gente tem o trabalho das ferrovias interligado, então, desde o início a gente tem 126% dessa malha mais integrada. Só no ano passado a gente teve 66% de integração dessa malha.

Devemos pensar: por que isso está acontecendo? Porque vocês estão produzindo mais, só que a ociosidade não pode ficar a serviço de uma produção que pode oscilar. A gente precisa de garantia de carga, e a garantia de carga quer dizer o quê? Hoje eu tenho cinco, amanhã eu tenho cinco, depois de amanhã eu tenho cinco. Se hoje eu tenho cinco, depois de amanhã eu tenho zero... A gente não consegue operar uma ferrovia dessa maneira. Não é um caminhão, que eu carrego, ele leva e amanhã não preciso desse caminhão. Essa ferrovia precisa ter perenidade no transporte de sua carga.

Por fim, já que meu tempo está acabando, eu queria lembrá-los de que tanto a CNT como a ANTF, que é uma das nossas associadas, têm trabalhado junto com a ANTT para a melhoria desses arcabouços. A ANTT tem feito um estudo, um levantamento, e eles estão trocando a modelagem para que possa atender principalmente os usuários, os nossos clientes.

Nesse contexto, em relação aos dados, o que a gente tem feito junto com a ANTF? A gente tem trabalhado junto com a ANTT para entender quais são os dados que podem ser permitidos. Esse centro de monitoramento é um centro extremamente caro. Hoje, a ANTT... E aqui eu faço uma ressalva: a ANTT é um dos nossos reguladores, tem trabalhado em consonância com o setor, tem buscado uma fiscalização mais eficiente, uma operação mais eficiente, mas ela tem um problema financeiro. Hoje as agências, como um todo, não têm recurso para investir em grande monta e em complexos tão caros e tão robustos assim. Então, a gente tem feito isso passo a passo. As empresas já entenderam que precisam passar essas informações, a ANTF está trabalhando como essas informações têm que ser passadas e a ANTT está dizendo para a gente como isso deve ser feito. Isso vai acontecer.

Agora, lembrando – e aí lembrando principalmente os embarcadores – que tem um dado, que é o dado do custo de vocês, que é o negócio de vocês, é o *business* de vocês. No momento que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abre qualquer dado para todo mundo, eu estou dizendo que o seu concorrente vai ter informações sobre o seu custo e poderá operar de uma forma que vai impactá-los de forma negativa. Então, a gente tem que proteger também os dados dos nossos embarcadores. Vocês são os nossos clientes. Isso é importante para que vocês tenham viabilidade econômica no negócio de vocês. Abrir os dados para a ANTT, sim; abrir todo e qualquer dado, não; porque isso impacta no meu cliente, e eu preciso do meu cliente para continuar a minha operação.

Bom, Senador, dentro desse contexto, eu quero dizer que a CNT está aberta sempre ao diálogo. É uma casa que recebe a todos, tanto embarcadores, como transportadores. Nosso papel é ouvi-los e conseguir trabalhar para que a gente tenha um arcabouço jurídico e institucional que atenda aos dois setores.

E, mais uma vez, tudo o que nós queremos, transportadores, é que os senhores produzam mais, que a gente possa transportar mais, mas sempre lembrando que a gente não pode interferir no negócio dos senhores...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANDREA CAVALCANTI – ... nem os senhores no nosso negócio. Então, tem que ser uma conversa, um diálogo, que traga ganhos para os dois lados.

É isso, Senador. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Dra. Andrea, da CNT.

Quero registrar a presença do ex-Deputado Edinho Bez. Como ele é um cara legal, chamo ele de Edinho Dez. Bem-vindo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

Secretário-Executivo da Frenlogi, que está aqui conosco, trazendo seu apoio.

Senador Jaime Bagattoli, catarinense, mas que representa aqui Rondônia.

E o Tchê, que é o nosso querido Luis Carlos Heinze, gaúcho da região da luta, homem público da mais fina flor.

Bom, vamos avançar?

Então, avisando aqui aos três que nós fizemos um acordo aqui de dividir em duas mesas: esta primeira com quatro, logo em seguida a outra, com mais quatro – para a gente ouvir a opinião de todo mundo, seus esclarecimentos, e assim por diante.

Vamos avançando agora, convidando o Fernando Barbelli Feitosa, que é da ANTT.

Por favor, Dr. Fernando, dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BARBELLI FEITOSA (Para expor.) – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar, na pessoa do nosso Presidente, Senador Zequinha Marinho, todos os colegas aqui da mesa, e que vão falar em breve. Quero cumprimentar todos os que estão aqui presentes e os que nos assistem pelo canal do Senado, da TV Senado.

Eu vou falar um pouquinho sobre a revisão regulatória, a proposta de revisão regulatória que já está em curso na ANTT, que inclusive também tem foco na logística, no agronegócio e nos usuários. É uma revisão regulatória que visa olhar sobre uma outra perspectiva para todos os regulamentos da ANTT e dar-lhes uma nova cara, para que a gente possa estar preparado para os desafios do futuro.

Acho que é importante lembrar que o marco regulatório ferroviário vem principalmente ali dos anos 90, com as primeiras concessões de ferrovias e marcos regulatórios concretos – eram contratos bastante enxutos. Com a criação da ANTT, em 2001, ela recebe esses marcos e começa a se estabelecer em novos regulamentos, sobretudo voltados à dinâmica do transporte.

Pouco se falou dos regulamentos em relação à infraestrutura ferroviária, e essa é uma das nossas missões, inclusive. E aí, a nossa visão é de que não se formou um marco regulatório completo, com disposições gerais que pudessem caracterizar uma política regulatória de concessões ferroviárias.

Ainda dentro dessa linha temporal, não posso esquecer o advento da Lei 14.273, de 2021, que vem para modernizar o setor, exigir regulamentações da ANTT e, sobretudo, trazer o advento das autorizações ferroviárias, que é uma nova forma dinâmica de outorga que vai nos permitir capilaridade para o futuro do transporte ferroviário.

Quero lembrar aqui ainda o novo modelo de contratos que a gente tem a partir de 2019, com as prorrogações contratuais, e agora com novas perspectivas em relação a esse novo lote de concessões que deve estar vindo por aí.

Há, em estudos, mais de 8 mil quilômetros de ferrovias, e a ANTT encara isso como um desafio muito positivo, como uma possibilidade de crescimento do transporte ferroviário no Brasil quase igual ao que a gente teve nos anos 90.

Então, a gente tem hoje 16 contratos em diferentes etapas; há uma profusão de normas não sequenciais e episódicas hoje e ainda a missão da regulamentação da Lei 14.273 para ser enfrentada. Há uma rigidez contratual com obsolescência tecnológica, contratos antigos, em sua maioria, que não incentivam a inovação tecnológica, que hoje é fundamental para as nossas ferrovias; novos projetos e autorizações ferroviárias no horizonte, em grande monta; a possibilidade ainda de devolução de trechos; e uma obrigação da ANTT de buscar uma gestão e destinação desses trechos que virão a ser devolvidos, para que eles possam contribuir para a ampliação do transporte ferroviário, do serviço de transporte ferroviário no Brasil.

A reforma regulatória é pensada em uma reestruturação do marco, sob uma perspectiva de regulação responsiva, utilizando técnicas de informação – e aqui dialogo com a fala do Carlos Müller, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abiove, inclusive –, mecanismos financeiros, escalação de penalidades e foco em consolidação e inovação regulatória.

A ideia é a criação de um microambiente regulatório que possa, em regulamentos gerais, espelhados no conteúdo comum contratual, ser passado em resolução de diretoria e que possa viabilizar um amplo debate público sobre essas normas, sobre esses novos regulamentos. Isso consolidando um processo transparente, buscando múltiplas interações e participação das partes interessadas e da sociedade como um todo.

O foco evidente, como não poderia ser outro, é a redução de custo regulatório e de custos de transação, mas ainda ressalto o nosso foco em redução de burocracias, com vista, sobretudo, a otimizar custos logísticos, incentivar escoamento de produção e aumentar a competitividade no setor, sempre olhando – e não perdendo de foco disto – para a redução de impactos ambientais, que é um grande valor que vem com as ferrovias. Portanto, é uma revisão horizontal, com grande permeabilidade para inovações.

Ela está planejada... essa revisão já está na nossa agenda regulatória da ANTT. Quem quiser consultar lá já tem algumas normas que estão colocadas. É um projeto de três a quatro anos – uma ampla revisão –, e a ideia é que a gente tenha em torno de sete a oito normas, em que a gente vai discutir regras gerais de outorga – e já alerto que essa norma de regras gerais de outorga já está em reunião participativa. Já tivemos uma sessão pública – sexta-feira, teremos, inclusive, uma reunião com a Anut sobre essa proposta normativa, da qual a Abiove inclusive faz parte... a associação – e já está em plena marcha a nossa revisão regulatória.

Além disso, vamos discutir direitos e garantias dos usuários; serviço adequado; bens, obras, operações ferroviárias; adequação do ATF, do agente transportador ferroviário; direitos dos passageiros; e também, sem querer antecipar a apresentação do nosso Secretário Leonardo, já acho importante comentar aqui que há um auspicioso conjunto de estudos para a possibilidade de ampliar o transporte de passageiros ferroviários – julgo ser muito importante essa retomada –; equilíbrio econômico-financeiro; fiscalização e penalização; encerramento contratual; e, sobretudo, um foco em segurança operacional e interoperabilidade. Com isso a gente consegue uma linearização das obrigações, padronização contratual e simplificação regulatória.

Aqui é uma foto de como isso está na nossa agenda regulatória, como os projetos estão andando – por enquanto, temos quatro projetos em curso –, e aqui é o nosso cronograma.

Acho importante ainda comentar que essa revisão regulatória tem uma preocupação com as autorizações ferroviárias. A ANTT tem uma preocupação em garantir que as autorizações possam ter acesso ao serviço ferroviário das concessões. Então, queremos botar as autorizações para funcionar plenamente. Isso é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nosso projeto é projetado para quatro anos, como havia mencionado. Então, até 2026, a gente deve ter mais da metade da reforma regulatória passada, e até 2028, ela terminada, na nossa melhor perspectiva.

Finalmente, eu queria trazer uma palavra sobre como tem sido trabalhada a fiscalização ferroviária, que é um dos elementos aqui dessa audiência pública e que merece uma palavra da ANTT. A ANTT, preocupada com a questão do acesso, preocupada com as reclamações – também volto à fala do Carlos Müller –, tem se aproximado dos usuários, tem feito uma escuta ativa com esses usuários, inclusive fazendo enquete no ano de 2024, para entender as dores, para entender as necessidades e para buscar fazer intervenções mais pontuais em favor do transporte ferroviário.

Além disso, a fiscalização ainda se preocupa em modernização. Então, estamos buscando recursos para poder atualizar as formas de fiscalização, para utilizar *drone*, para utilizar câmeras e outros recursos tecnológicos, para que a nossa fiscalização, acompanhe essa ideia de atualização que é necessária – cada vez há menos servidores, então há maior necessidade de utilização de meios tecnológicos para poder alcançar mais longe –; aumentar o foco também na segurança operacional das ferrovias, com vista à redução de acidentes e proteção às cargas, que é uma outra preocupação que a gente tem.

Sobre ainda a oitiva dos usuários, está no nosso projeto de regulamentação a internalização de uma pesquisa de satisfação dos usuários nos contratos de construção ferroviária, para que a gente possa no futuro ter esses contratos periodicamente sendo executados e devidamente auditados pela ANTT, posteriormente.

Além disso, a nossa fiscalização ainda tem acompanhado a execução das obras, que tem ampliado o serviço, Senador Zequinha. Inclusive cito a questão da Fiol, que em breve vai estar aí oferecendo mais serviço para o nosso agro, bem como a nova malha da Transnordestina, não é? Afinal, a fiscalização tem trabalhado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO BARBELLI FEITOSA – ... em uma participação ativa nas discussões sobre definição das concessões em fim de prazo, priorizando a continuidade da prestação dos serviços.

Eu me coloco à disposição para quaisquer dúvidas que venham a ser levantadas aqui. Agradeço imensamente o convite, Senador Zequinha. É uma honra para a ANTT poder vir a esta Casa debater um tema tão relevante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Nós que agradecemos o Dr. Fernando Barbelli, da ANTT.

Por dez minutos, queremos conceder a palavra também à Dra. Elisângela Pereira Lopes, assessora técnica da CNA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELISÂNGELA PEREIRA LOPES (Para expor.) – Boa tarde.

Pronto, está saindo. (*Risos.*)

Senador, é um privilégio estar aqui. Em nome do nosso Presidente, João Martins, eu agradeço o convite. É muito importante debater sobre ferrovias. E é um assunto que tem sido bastante usual.

Eu cumprimento todos que estão aqui, na mesa, comigo – são colegas, amigos, que trabalham em prol da logística do país – e também os que estão nos ouvindo aqui, na sala. Cumprimento o Deputado Edinho, que é um entusiasta do assunto, sempre tratando da logística – há quanto tempo já? –, também o Senador Heinze e o Senador Jaime. Obrigada pela presença.

Falar de infraestrutura logística geralmente é falar sempre da mesma coisa e há muito tempo já, porque a situação não acompanha o setor produtivo, infelizmente. Isso já é algo que a gente menciona há muito tempo.

O agro, especificamente, a produção de grãos, tem crescido cada vez mais, Senador. Só para se ter uma ideia, o último levantamento da Conab prevê uma safra de 339,7 milhões de toneladas. É muita coisa, é uma safra recorde. E a tendência – conversei com os nossos colegas da Conab – é a de que, em 2026, seja maior ainda. E o que a gente vai fazer para suportar essa produção? Que logística nós temos para escoar os nossos produtos? É um crescimento médio, dos últimos 15 anos para cá, de 10 milhões de toneladas por ano. Onde é que a gente vai colocar isso? Nós vamos continuar colocando nos caminhões, que é o comportamento que tem sido utilizado hoje? Oitenta e cinco por cento da produção de soja e milho é escoada por caminhão, o que não é adequado – a gente sabe –, ainda mais para grandes distâncias.

Então, a gente trouxe alguns números aqui. O Müller já comentou, a Andrea, também – foi muito pertinente a colocação dela. É importante que os setores conversem, que os atores envolvidos, tanto na produção, como no transporte, como na regulação, conversem. E eu creio que a gente faz isso muito bem. Há uma estreita relação com a ANTT, com a CNT, com a ANTF, com as concessionárias representadas aqui pela ANTF. Então os usuários estão sempre buscando esse diálogo. Mas a situação não tem mudado.

Há muito tempo, quando a gente pega o mapa da malha ferroviária brasileira – com exceção da implantação da Ferrovia Norte-Sul, que foi implantada pela metade –, o mapa não mudou muito dos últimos anos para cá. O que a gente vê é que ele está muito distante do centro, do coração da produção.

Veja, Senador, que o Mato Grosso hoje é o maior produtor de grãos do Brasil: 107 milhões de toneladas. E o que a gente está vendo ali de ferrovia naquele mapa? São 350km, mais ou menos. Isso não é suficiente para transportar essa produção que só tem crescido. E a previsão para 2035 é de que a gente chegue a 144 milhões de toneladas de grãos só no Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui tem a distribuição por região. A gente vê que a região onde a densidade é maior, onde há maior extensão de ferrovias é o Sudoeste, mas, onde a produção tem crescido cada vez mais, não há uma expressividade de extensão de ferrovia.

Esse outro mapa é interessante porque calcula a densidade. Ele pega a extensão das ferrovias e divide pela área de cada estado. A gente vê aí, nessa graduação de cores – da mais escura, onde a densidade é maior, e da mais clara, onde a densidade vai se reduzindo –, que chega a estados do Brasil como Amazonas, obviamente, Acre, Rondônia e Amapá, que têm zero de extensão de ferrovias, pelo menos utilizando hoje em dia.

Vejam, Mato Grosso, eu tinha falado em 354km. Este dado é mais atualizado, agora, da ANTT 2025 e da Esalq: são 366km.

Quando a gente olha lá no finalzinho do gráfico, o que a gente observa é que os estados que estão na cor laranja são justamente as regiões de novas fronteiras agrícolas. São: o Matopiba, o Pará e o Mato Grosso. E vejam aí: a menor densidade de ferrovia do país! Isso traz prejuízos para o setor agropecuário.

O Müller já trouxe esse gráfico, mostrando que a gente tem 30,5 mil quilômetros de extensão ferroviária, mas mais da metade, pouco mais da metade, enfrenta alta ociosidade, média ociosidade ou estão sem nenhum tipo de operação.

A Andrea foi muito feliz quando falou que a gente precisa rever essas linhas que não estão funcionando, ver o que é aproveitável; o que for, vamos encontrar uma solução para isso – o Barbelli tocou nessa questão –, e o que não for, está na hora de a gente parar de considerar isso – virou sucata e não faz mais parte da extensão de ferrovias do país. Senão a gente vai continuar dizendo, "temos 30 mil quilômetros, mas tanto se usa, tanto não se usa". Não, vamos para a real. Temos 20 mil; dez mil, a gente usa; dez mil, a gente tem que resolver. Seriam mais honestos esses dados.

Quando a gente olha o que é movimentado nessas ferrovias, a gente vê o agronegócio. No ano passado, de tudo o que foi movimentado em ferrovia, 19,1% é agro. E eu vou fazer um adendo aqui: melhorou. Há mais de dez anos, correspondia a 11%. Mas ainda é muito pouco. Menos de 20% dos produtos movimentados em ferrovia são agro. E não é por falta de carga, que isso aqui fique bem claro, porque carga a gente tem e tem muita. A questão é que a logística não está acompanhando o desempenho fantástico – eu não estou aqui puxando sardinha para o agro, porque é uma realidade, os números estão aí – do agronegócio.

Eu tenho pouquinho tempo.

Isso acaba incorrendo em custos altíssimos. O produtor não é embarcador.

Quando o Müller colocou aqui a apresentação dele e mostrou as associadas dele, a CNA não se encontra lá, porque o produtor repassa essa carga para o embarcador. E é o embarcador quem vai fazer essa interação com a concessionária. Mas o produtor paga a conta. Por quê? A *commodity* é balizada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

num preço internacional, e ele não tem como repassar esses custos, essa ineficiência, para o preço da carga final. Então, parte da parcela do produto é retirado do produtor, da lucratividade do produtor. E ele depende dessas relações, dessa conversa do embarcador com a ANTT, com a concessionária, que acontece o tempo todo, tanto é que está todo mundo aqui nesta sala hoje. É frequente.

Semana passada, teve um evento na CNA em que todos estavam presentes, e todos conversamos. Inclusive, nós tivemos boas notícias da ANTT: o leilão da Ferrogrão sai em 2026 – a gente espera isso com muita alegria.

Então, vejam, essa predominância do modo rodoviário resulta num custo muito alto de transporte, e aqui nós temos os comparativos. Quando a gente compara o mesmo trecho com o uso da rodovia e da ferrovia, há uma redução pequena. Então, usando só a rodovia, são US$126 por tonelada, do Mato Grosso até a China. Usando a rodovia mais a ferrovia, você chega a US$120 por tonelada – isso é um dado da Anec. Isso porque é um monopólio muito forte. A pouca oferta de ferrovia resulta em um custo ainda alto.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELISÂNGELA PEREIRA LOPES – Enfim... Como a gente pode resolver isso? A gente pode resolver isso investindo em mais ferrovias. Como a gente viu, no Mato Grosso, a densidade é quase nula. E se a gente implanta Ferrogrão? A ANTT a colocou isso como boa notícia e foi a matéria da semana. Todos os veículos noticiaram o leilão da Ferrogrão em 2026. E se a gente implanta Ferrogrão, o que vai acontecer? Então, o último estudo... A Ferrogrão está já caminhando há um tempo. O estudo tem mais de dez anos. Já teve quatro revisões. Em 2023, foi o início da última revisão e esse é o último dado.

Então, vejam uma comparação do primeiro estudo: considerava-se uma carga para 2050 de 38 milhões de toneladas para Ferrogrão, agora já houve um aumento de 63%. Essa carga é de 62 milhões de toneladas, o que a gente tem certeza de que vai acontecer, porque, como eu mencionei, só em 2035, Mato Grosso estará com 144 milhões de toneladas.

A gente vê esse comparativo hoje ao implantar a Ferrogrão: o custo pode cair para 40% em relação à alternativa, que é a Malha Norte mais a Paulista. Então, é essencial que a gente, como primeiro passo, aumente a oferta de ferrovias no país, especialmente em regiões de novas fronteiras agrícolas, e, como outro passo – aqui tem o mapeamento dos problemas. O meu tempo acabou, mas todos nós conhecemos quais são os problemas hoje em ferrovias. Isso já é discutido há muito tempo em fóruns especializados como este –, uma alternativa, é o PL que a gente veio defender aqui hoje. Müller já falou muito bem, destrinchou o PL ponto a ponto, mostrando por que ele é relevante para o setor. Nós entendemos que o texto precisa de aprimoração, óbvio. Isso daí é consenso.

Estamos conversando com a ANTT, com as concessionárias, para chegar a algo de comum acordo. Andrea colocou aqui que efetivar um centro desse não é um investimento trivial, é um investimento caro. Então, tudo isso precisa ser considerado, mas a gente pode chegar a um denominador comum. Eu não tenho dúvida disso. E o nosso maior pleito em relação a esse projeto de lei é que se dê mais voz ao usuário, ao produtor, ao embarcador, porque – eu finalizo minha fala, Senador Zequinha – sem carga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não existe ferrovia, não existe rodovia, não existe transporte. Então, é importante que todos os atores envolvidos conversem e cheguem a um denominador comum.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Gratidão, Dra. Elisângela Pereira Lopes, assessora técnica da CNA.

Bom, conforme combinado, vamos fazer uma pequena pausa e fazer um bate-bola aqui com os Senadores que queiram questionar, comentar, enfim, essa primeira mesa.

E aí, Bagattoli? O Senador Heinze também está inscrito.

Hierarquia, tem o baixo clero e o alto clero.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Senador Zequinha, Andrea, Carlos, Fernando Barbelli e Elisângela... Uma pergunta, Fernando: o Tarcísio, quando Ministro, lançou aquelas ferrovias por autorização. Alguma delas está funcionando? Eu trabalhava num tema que interessava ao Rio Grande do Sul, que pegava Maracaju, Cascavel, Chapecó, Passo Fundo. Quanto às demais ferrovias – já sei o que houve ali, acho que foram 60, 70, não sei, não recordo quantas foram –, tem alguma delas em andamento?

O SR. FERNANDO BARBELLI FEITOSA – Creio que a Andréa está com esse número mais atualizado.

A SRA. ANDREA CAVALCANTI (Para expor.) – Senador, na verdade, você tem mais ou menos 40 solicitações de autorizações e você tem 22 no processo de licenciamento ambiental. A associação que representa as autorizações vai estar na próxima mesa e pode destrinchar esses trechos para o senhor, mas eles estão em andamento em alguns trechos já.

Como é uma ferrovia, é um processo longo, o processo de licenciamento é bem penoso para o setor, então demora de fato até que se consiga transpassar a autorização do licenciamento para poder fazer de fato o investimento e buscar construir as autorizações. Mas, sim, a lei está em vigor e o setor tem buscado trabalhar para que, de fato, a gente tenha essas linhas autorizadas no Brasil.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Tem outra pessoa para falar sobre esse tema?

A SRA. ANDREA CAVALCANTI – Sim, a associação especialista em autorizações ferroviárias está aqui, vai estar na próxima mesa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k. Esse é um ponto importante, Zequinha, porque vai ter que ter recurso da iniciativa privada, não tem jeito. Nós tivemos um problema com essa ferrovia. Eu tenho, nos quatro estados ali, Bagattoli, Santa Catarina com interesse – viu, Edinho? –, Paraná com interesse, Rio Grande do Sul com interesse e o próprio Mato Grosso do Sul. Aí deu um problema no Governo do Paraná: acabaram abandonando a ideia em cima de um projeto deles com a Rumo, mas as federações de agricultura, indústria, comércio, cooperativas, todo mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem interesse nessa obra. Então, nós estamos trabalhando em paralelo a isso para poder ver se a gente consegue... Eu peguei aquela porque interessa à minha região lá; é o sistema mais interessante, porque a gente não tem recurso público. E, infelizmente, Zequinha, o que a gente está vendo aqui é que essas licenças ambientais; questão indígena, quilombola, meio ambiente, sei lá; tudo trava o processo, com um mundo, de que a Elisângela falava aqui, de produção que nós temos, principalmente no norte do país – e nada de ferrovia. Aqui está a solução.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente da CRA, Zequinha Marinho, o Fernando, a Elisângela, a Andrea, o Carlos.

Quero dizer que esse problema de logística no Brasil é um setor gravíssimo. Ontem mesmo nós estivemos com a Ministra Simone Tebet, ela apresentou o mapa no Brasil; tudo aquilo que você falou aí, Elisângela. O Brasil tinha 28 mil quilômetros muitos anos atrás. Chegou a 30, deve ter 3, 4 ou 5 mil – não sei quanto –, que estão meio desativados, que não funcionam direito às vezes. Acho que até a casa do D. Pedro II ainda está andando um pouquinho e as outras paradas aí. O Brasil é uma vergonha.

Ontem falei para ela, até ela falou que não tinha feito nada... Aquela ferrovia Madeira-Mamoré é a maior obra-prima de infraestrutura do planeta, construída no ano de 1900 – a maior obra de infraestrutura do planeta! Fizeram 365km, Senador, em cinco anos, sem nenhum trator de esteira, sem nenhuma pá carregadeira, sem nada, nada, nada, no carrinho de mão, no machado e no trançador. Os dormentes eram feitos no trançador.

Então, o nosso povo é vadio mesmo, considerado malandro mesmo nos tempos de hoje. Hoje não dá conta de fazer nada. Por quê? Esta é uma das perguntas a que algum de vocês vai me responder no final, eu preciso entender: quanto é que o Governo recebe de imposto em cima do transporte de uma ferrovia dessa, que é privatizada? Eu preciso entender, porque nas rodovias eles estão recebendo imposto.

Outra coisa, nós falamos aí de integração, rodovia, ferrovia, hidrovia. Tudo certo, é o que está acontecendo na Amazônia. Por exemplo, para nós... Porto Velho, hidrovia, Madeira, querem privatizar para socar mais um custo em cima do produtor. O Governo não tem nada que privatizar um rio. Quer privatizar, privatizou uma rodovia. Como é que funciona, se o produtor hoje, para transportar... 50% da rodovia, do que eles privatizaram, o produtor vai gastar de pedágio – 50% do valor do óleo diesel que o caminhão vai gastar. É uma vergonha – uma vergonha! Aí perguntei para o Renan Filho quanto é de imposto. Estão falando em 27, não sei se esse número é real. Como é que você sai fora de um custo, de um ônus de uma rodovia e ainda você mete imposto em cima para a população pagar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E digo mais: prêmio. Quem entende de soja, de prêmio... O Carlos sabe o que é isso. Quando nós falamos na Hidrovia do Madeira, por cima, no Rio Amazonas, o prêmio já é de 30% – ontem foi fechado o prêmio em 30 pontos a menos do que em Santos. Então, nós temos uma vantagenzinha, porque nós tínhamos de exportar por cima; aí nós somos prejudicados no prêmio.

Então, o que acontece? A questão é que o Brasil... Eu ouvi falando – acho que foi o Fernando que falou, não é, Fernando? – que vai fazer um projeto de 8 mil quilômetros nos próximos anos, não é? São 8 mil quilômetros de ferrovia, né?

O SR. FERNANDO BARBELLI FEITOSA – Está em estudo, está em estudo. (*Fora do microfone.*) Desculpe, Senador. Estão em estudo esses 8 mil quilômetros.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se o Brasil não fizer, nos próximos dez anos, principalmente onde a Elisângela falou, na Região Centro-Oeste do Brasil, chegando mais próximo do norte, é um colapso total – total –, não tem como.

Outra coisa, a ferrovia só está massacrando. Nós vamos chegar a um colapso total do transporte rodoviário. Por quê? Porque a ferrovia está fazendo a conta de quanto é o transporte rodoviário, e ele só está diminuindo em torno de 10%, 12%. Ele só está estrangulando o transporte rodoviário. Aí você calcula: privatizar as rodovias, o custo de óleo diesel altíssimo, ICMS, tudo; o custo Brasil está estrangulando já o transporte rodoviário no Brasil. Então, esse é um dos grandes problemas que nós temos.

Agora, dentro desses projetos, eu gostaria que você me respondesse depois onde estão os próximos estudos dessas ferrovias que nós precisamos fazer.

Aquilo que o Senador Carlos Heinze falou, no Rio Grande do Sul, na região oeste catarinense: se não interligar ali, cada vez mais eles estarão num colapso maior, porque eles importam. Por exemplo, o oeste catarinense importa do Paraná ou do Mato Grosso do Sul ou do Mato Grosso uns 40% do consumo de milho. Não tem como mais isso ser transportado por rodovia.

E quero dizer para vocês que é muito, assim, cômodo nós chegarmos sempre falando que nós vamos investir em rodovias e ferrovias. O problema todo que nós temos no Brasil é o custo Governo. Não estou falando só deste Governo, estou falando de todos os governos que já vêm desde lá atrás. Se nós não diminuirmos...

Agora, este Governo aqui está entrando num colapso total. Se nós não diminuirmos o custo Brasil, não adianta... Se nós queremos privatizar: "Olha o que nós temos que fazer, nós estamos andando na contramão". Não, não estamos andando na contramão, estamos no caminho certo. Tudo tem que ser privatizado: aeroporto privatizado, rodovia privatizada, ferrovia privatizada, hidrovia privatizada.

Agora, como é que nós vamos privatizar se o Governo não diminui o seu custo? Você coloca isso nos ombros da sociedade e no custo Brasil. Não é que vai diminuir a produção, não. Eu não acredito muito, nos próximos anos, do jeito que está hoje o custo Brasil, em produção, não só pela questão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tarifaço, não – não é só pela questão do tarifaço –, mas eu não acredito que o Brasil tenha condição de produzir muito.

Olha, quem é produtor rural em qualquer lugar do Brasil... Mesmo em algumas regiões em que nós não temos o fator climático do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina – nós não temos o problema do fator climático –, nós temos o problema da logística, nós estamos estrangulados ao extremo – ao extremo! Não estão fechando as contas nem soja, nem milho, nem lugar nenhum. Isso com uma produtividade alta, mas não estão mais fechando as contas.

Então, o que eu quero dizer, eu, como Parlamentar, na condição que eu entendo sobre ser produtor rural, sei e entendo sobre a produção rural, sobre a indústria... Aqui está uma pessoa da Abiove, presente neste momento, que também já falou: você sabe que não tem condição, porque o Brasil, hoje... Nós poderíamos ter mais esmagamento de soja no Brasil, mas nós não temos logística para transportar esse farelo de soja. E é muito melhor...

Olha, para vocês entenderem, para quem estiver nos acompanhando, é muito melhor o chinês importar o grão, porque ele já leva o óleo dentro do grão e faz a industrialização lá, no lado de lá, com uma mão de obra muito mais barata. Esse é o custo Brasil! Esse é o custo que nós temos hoje!

Olha aquilo que está acontecendo hoje na linha de aviões no Brasil, na questão aérea deste país... está falida, falida, literalmente falida, e não tem solução. Ontem estivemos com os diretores da Azul, é sem solução!

Vocês já pensaram... Olha o extremo a que nós chegamos: mais de 80 aeronaves no chão – no chão! –, pagando *leasing*, não tendo condição, Senador, de consertar as aeronaves. Imagina você ter um caminhão que transporta, você ter que pagar o banco, a parcela; já trabalhando não dá conta. Agora imagina ele parado no chão, você pagando e não tendo condição de arrumar o diferencial, o motor ou o que deu de problema nele.

Então, gente, o Brasil, e eu estou falando não como político, não vou falar como político, porque político... Às vezes eu até me sinto envergonhado de dizer que sou Senador da República. Eu nunca fui político e eu me sinto envergonhado de ser Senador da República, mas nós temos que arrumar uma solução para este Brasil, e a solução do Brasil é logística e a solução do Brasil é a diminuição da carga tributária no país.

Obrigado, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Deixem-me só fazer um comentário aqui, Elisângela, CNT também, Abiove: na Região Norte e em um pouco da Centro-Oeste, a gente tem uma noção, por exemplo, de que precisamos rapidamente construir a Ferrogrão, que achou um lugar aqui no Supremo e se agasalhou lá dentro. O *lobby*, a ONG,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o partido, essa turma que não quer que o Brasil avance... Então, nós precisamos; é necessidade urgente, urgentíssima.

Região oeste do Pará com Mato Grosso. Região leste do Pará, também aqui atrás, no Mato Grosso, a partir de Água Boa, por exemplo, até Barcarena, nossa cidade dos portos, chegando ali ao lado de Belém: há uma necessidade de se organizar um projeto ferroviário; há algum tempo, já teve um bom debate, um negócio bem aquecido, mas depois parou.

Além desses dois, para lá, o que nós temos mais no Brasil afora, Elisângela? Onde se precisa rapidamente correr atrás, para que se possa escoar grãos, atender a essa demanda do agro, que é crescente todo dia? Teria rapidamente como nos passar isso?

A SRA. ELISÂNGELA PEREIRA LOPES (Para expor.) – Senador, esses pleitos são bem conhecidos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Hã-hã.

A SRA. ELISÂNGELA PEREIRA LOPES – A gente tem uma lista de quais são as prioridades em ferrovias no país. Inclusive, recentemente, nós fizemos uma consulta às 27 federações e elas nos encaminharam. E, entre esses trechos... Como o senhor já mencionou, tem a Ferrogrão; a Fico e a Fiol também são importantes, elas estão em andamento, parte delas está em andamento, mas precisam avançar.

A Federação de Pernambuco defende o trecho da Transnordestina chegando até a Suape. Então, esses trechos são conhecidos.

A Federação de Rondônia defende o trecho que contempla ali próximo à BR-364, que é de Vilhena até Porto Velho, mas a gente entende que essa vai demorar um pouco: ela precisa que a Fico saia antes. Não tem nem estudo ainda desse trecho. Tem-se falado desse trecho na questão da ferrovia que vai se conectar até Chancay, no Peru, mas isso é algo em que – a gente acredita – os estudos têm que avançar muito ainda para ver a viabilidade. Mas, em resumo, é parte de novas linhas férreas: é parte da Transnordestina, Fico, Fiol e Ferrogrão.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem. Bom...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não, Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Trinta segundos, só. Eu preciso fazer duas perguntas aqui, perguntas para o Fernando.

O Centro Nacional de Supervisão Operacional... Por que nas ferrovias ainda não foi implementado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a outra pergunta: a ANTT não considera que a ausência de dados atualizados em um tempo real prejudica a regularização e a fiscalização efetiva do setor?

Depois, se você puder me responder, fico grato.

Obrigado.

O SR. FERNANDO BARBELLI FEITOSA (Para expor.) – Senador Jaime, muito obrigado pelas perguntas. É importante a gente poder esclarecer isso.

Hoje tem alguns projetos já andando na ANTT para haver essa integração. Então, considera-se, sim, colocar dentro do CNSO (Centro Nacional de Supervisão Operacional) uma visão das ferrovias, e hoje se avalia quais dados... A ANTT tem bastante dado das concessionárias, que a gente recebe, inclusive, pelo Saff, como foi citado pelo Carlos Müller.

E hoje a gente está trabalhando em BIs, em painéis internos, para poder avaliar o que a gente precisa integrar com as concessionárias, para que a gente não gere fardo regulatório desnecessário.

Então, esse é um projeto que está em curso dentro da ANTT, do nosso PDTI. Isso está registrado, essa ampliação e esse aprimoramento do nosso SAF, que é o sistema de informações, e essa integração com as concessionárias.

A ANTT já está integrada com a Vale do Rio Doce, no caso das passagens de nível. Isso foi noticiado há umas três, quatro semanas. Aquele foi um primeiro passo para que a gente possa ampliar.

Então, a ANTT trabalha para poder conseguir, no melhor tempo possível, essa integração e essa busca desses dados lá, para aprimorar sua fiscalização, mas com o cuidado de não gerar um fardo regulatório que venha a afetar as concessionárias sem que a gente consiga processar isso. Então, é assim que está caminhando.

Agradeço muito a pergunta, para que se possa fazer esse esclarecimento.

O SR. CARLOS MÜLLER (Para expor.) – Senador, se eu puder, primeiro eu queria falar... Aliás, me desculpa, Senador Jaime Bagattoli, Deputado Edinho. Eu falei mais cedo, mas vocês chegaram quando eu estava falando, acabei não os cumprimentando. Muito obrigado.

Em relação às autorizações, Senador Heinze, a Andrea bem falou aqui, não é? Esse dado, um tempo atrás, foi divulgado, e eu até o achei aqui. É aquele dado de que nós temos 45 autorizações ativas, 24 delas em processo de licenciamento, mas em apenas uma delas, salvo engano, a desapropriação alcançou 38%. Então, em apenas uma, de fato, a gente tem um avanço expressivo, que parece que vai dar mais certo, mas a gente tem outras que estão vindo aí.

Agora, eu queria voltar um pouco atrás. O Marco Legal das Ferrovias, em que todos vocês trabalharam aqui, que criou essa figura das autorizações, foi muito importante para tentar atacar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão da oferta. Então, você tenta criar mais oferta de ferrovias privadas, porque aí tem uma diferença conceitual. A autorização é privada; a concessão não, é um ativo público concedido.

A minha apresentação aqui, o projeto de lei que a gente citou rapidamente, eu e a Eli, e talvez o que a gente enxergue como maior problema hoje seja não a necessidade de criar novas ferrovias. Acho que isso é importante – todo país desenvolvido tem uma matriz ferroviária muito maior –, mas eu acho também que a gente precisa dar um passo atrás e resolver alguns problemas, talvez regulatórios, que nos afligem e que prejudicam a operação das ferrovias atuais. Então, a gente queria transportar mais nas ferrovias atuais e não necessariamente criar novas para o agro transportar. E a gente acha que algumas soluções regulatórias poderiam fazer com que o agro transportasse mais nas ferrovias que a gente já tem, porque eu acho que hoje a gente acaba transportando pouco.

Outra coisa. O Feitosa bem falou aí do começo das integrações dos CCOs com o CNSO. Para a gente, ainda que o CNSO venha a não dar certo ou seja difícil, por questões financeiras, e a gente sabe que as agências têm enfrentado isso infelizmente, seria necessário ao menos que fossem cumpridos os contratos de concessão que determinam o acesso da ANTT aos CCOs, ainda que não mediante a ligação dos CCOs, dos centros de controle, ao CNSO.

E esse acesso, se possível, que alguns dados fossem repassados aos usuários, porque a gente acha que hoje tem um déficit de dados. A ANTT não tem dados atualizados, *on time* e primários, auditáveis, direto da fonte. E sem esse tipo de dado, você prejudica, na nossa visão, uma regulação eficiente e uma proteção ao usuário. O usuário, o embarcador, a gente que compra lá do produtor e coloca na ferrovia quer ter dados mais atualizados, entendeu? Isso nós acreditamos que tem nos prejudicado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Uma outra questão. Uma pergunta ali, Carlos: e a questão da bitola? Nós temos que melhorar a bitola que nós temos. No Estado do Rio Grande do Sul tem 3.060 quilômetros. Metade é utilizado e o resto... E a bitola ainda é... Tudo é bitola estreita. E aí, a quantidade de carga, a velocidade é muito baixa. Vocês falaram alguma coisa sobre esse tema?

O SR. CARLOS MÜLLER (Para expor.) – Exatamente sobre a bitola, não. Eu foquei mais nessa parte regulatória, mas esse é um tema que tem trazido divergência no setor. É difícil até ter uma opinião 100% formada. Há quem defenda a instalação somente da bitola larga, há quem defenda a manutenção no Brasil da bitola métrica – a mais curta – porque já tem muito uso dela e muitas delas são supereficientes, mas é de fato um tema em que não se tem um consenso, porque você mudar tudo exigiria muito investimento. Talvez não seja o momento de a gente fazer um investimento tão vultuoso para mudar a nossa bitola, mas sim, talvez, fazer investimentos em novas ferrovias, ou, como a gente trouxe aqui, investimentos na agência, para a gente ter uma regulação, talvez mais eficiente, que proteja o usuário e faça com que ele transporte mais na ferrovia.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Então, você falou que, no projeto, tem jeito de nós ajustarmos essa integração da concessionária com o setor de que demanda o frete e mais a ANTT, para poder ajustar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MÜLLER – É. Isto é uma das previsões do projeto de lei do Senador Weverton, essa ligação dos CCOs com o CNSO. Talvez não fosse preciso lei, talvez seja algo que a gente possa resolver inclusive no debate infralegal, mas o fato é que essa ligação é necessária.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Quero agradecer aqui ao Müller, à Andrea, ao Dr. Fernando, à Dra. Elisângela, da primeira mesa.

Foram muito boas as exposições, e importantes. Eu queria pedir agora que vocês ficassem aqui, participando a partir dali, e eu quero pedir a composição da nova mesa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Só relembrando: nossa audiência pública é para debater a regulamentação, fiscalização do transporte ferroviário de cargas no Brasil, com foco na oportunidade e nos desafios relacionados à logística do agronegócio.

Quero chamar aqui, para compor a nova mesa, o Dr. Leonardo Ribeiro, Secretário Nacional de Transporte Ferroviário do Ministério dos Transportes. Doutor, é uma honra recebê-lo. Desculpe-nos, o tempo está avançando, mas você tem que falar mesmo por último, que é para dar arrematada nas coisas.

Quero chamar também o Dr. Luis Henrique Teixeira Baldez, Presidente-Executivo da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (Anut).

Quero chamar também Davi Barreto, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF).

Quero chamar também José Roberto Barbosa da Silva, Presidente da Abrafa.

A reunião não terminou, apenas estamos substituindo uma mesa por outra e vamos avançar. (*Pausa.*)

Muito obrigado a todos. Vamos permanecer no recinto.

Eu quero aqui, neste momento, já depois de composta a nova mesa, conceder a palavra, por dez minutos, ao Dr. Luis Henrique Teixeira Baldez.

Por favor.

O SR. LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ (Para expor.) – Boa tarde, boa tarde a todos. Senador Zequinha, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Bom, essa primeira mesa demonstrou o seguinte: nós temos um problema, um problemão, grande. Ele só vai ser resolvido, ou pelo menos equacionado, se todos realmente remarem para a mesma direção. Normalmente, nós embarcadores, que pagamos a conta, apontamos alguns caminhos que, muitas vezes, podem ser otimizados em novas decisões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro aspecto que gente tem que levar em consideração é o seguinte: o Brasil é um país caro. O Senador Jaime levantou alguns problemas: caro de imposto, caro de ineficiência, caro de custo Brasil. Do ato de transporte ou da logística, o nosso produto é encarecido em US$80 por tonelada, em média, para ser exportado. Como a gente exporta e o *ticket* médio é de US$400 por tonelada, significa que eu tenho uma ineficiência contida, no produto que eu exporto, de 20%. Então, só isso já nos blindaria desses tarifaços, às vezes sem sentido, que são colocados hoje no mundo, mas com os quais, infelizmente, nós vamos conviver por muito tempo. Portanto, a logística, o mercado interno é a nossa solução ou pelo menos daria mais resiliência aos nossos produtos à volatilidade internacional.

E por que é caro? Nós temos N razões, mas uma delas, que é a nossa matriz de transporte, é que a ferrovia é pouca. Nós não vamos falar das ineficiências dos 10 mil quilômetros que estão em plena operação, até porque eles são bem produtivos. Os 10 mil quilômetros – a ferrovia de Carajás, a MRS, a Rumo, a ferrovia Vitória a Minas – têm bons níveis de produtividade e eficiência. O problema é que é muito pouco para o tamanho da nossa economia. E aí nós concluímos que precisamos de mais trilho, porém não é só ter mais trilho, mas que o mais trilho seja eficiente. A eficiência denota alguns aspectos. E aí eu queria...

Eu acho que é aqui... É aqui em cima? Ah, não. Aí.

Bom, eu vou deixar... Acho que muitos conhecem a Anut. Aqui é só uma...

Nós trabalhamos no multimodalismo, né? Temos uma... (*Pausa.*)

Não está passando. Desculpe. É que está... Aqui está para trás. Aqui. É.

Aqui tem em alguns eslaides sobre o que é a Anut, e vocês podem ver.

Mas esse tripé é fundamental para a gente dividir o problema. Nós temos tanto problema que é melhor dividi-los. E, dividindo o problema, nós podemos avançar em alguns aspectos.

Então, nós temos três tipos de problema: o regulatório, o de planejamento e o de gestão, que é a governança. E aí eu já vou para a governança.

Para a governança, nós estamos propondo dois aspectos. O primeiro deles, que já foi falado desse PL 4.158, é dar funcionalidade às comissões tripartites, porque a comissão tripartite é o órgão regulador, quer dizer, é o Estado; é o usuário, que é o embarcador, quem compra o frete; e o concessionário. Que tripé melhor do que esse! É Dorval, Coutinho, Pelé e Pepe! Não é não? Porque quem está mais interessado em resolver o problema são esses três. Se a gente não consegue sentar para resolver o problema, nós estamos sendo, no mínimo, incompetentes para não avançar nesse tema.

O segundo tema é que a gente precisa de um fórum nacional do transporte ferroviário de carga. Nós temos o fórum nacional do transporte rodoviário de carga no Ministério dos Transportes. Nós precisamos instituir isso, porque aí nós ampliamos o debate e vamos atrás das soluções com todos os atores envolvidos e suas soluções. É algo mais amplo. A comissão tripartite é fechada em torno de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tema em uma ferrovia. Aqui nós estamos falando de setor da economia, um dos mais importantes setores da economia de um país. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto já foi falado, é a fiscalização, que é o ato regulatório, porque não adianta ter regra regulatória e a fiscalização ser falha, porque eu nunca vou saber se o ente regulado está cumprindo ou não o ato regulatório. Então, a fiscalização é fundamental. E aí é que nós precisamos avançar na ligação do CNSO da ANTT, que funciona maravilhosamente bem para a rodovia e, até hoje, 30 anos depois, nós não conseguimos avançar no caso ferroviário.

A outra perna é a normatização e aí nós precisamos construir esses atos regulatórios de que a ANTT falou ainda há pouco.

Vejam vocês aqui entre o setor rodoviário e o setor ferroviário. Por exemplo, em termos de ato regulatório, em termos de lei geral, eu tenho de praticamente muitos setores da economia: telecomunicação tem uma lei geral, energia elétrica tem uma lei geral, proteção de dados tem uma lei geral, licenciamento ambiental acabou de ser aprovado, esporte tem uma lei geral, concessões e PPP estão em debate aqui na Casa. Então, nós temos uma lei geral que define princípios que não devem ser cumpridos só na ferrovia, mas por um conjunto de modos de transporte chamado logística.

A nossa sugestão é que a gente pudesse avançar em ter uma lei geral de transportes ou uma lei geral da logística, porque aí, quando eu falo em integração modal, eu não estou falando em integrar dentro do setor ferroviário; eu estou falando em como integrar o setor ferroviário ao rodoviário, ao de cabotagem e assim por diante.

Um outro ponto: o marco infralegal da rodovia está pronto, funcionando, e o Feitosa foi um dos artífices desse projeto, e está pronto. E muito pouco se discute a questão rodoviária, das concessões rodoviárias, mas não temos em ferrovia – está sendo construído neste momento, pelo menos nós já demos o primeiro passo.

O outro ponto é o CNSO: rodoviário funcionando, ferroviário não funcionando; o fórum nacional de transporte rodoviário funcionando, o nosso não funcionando; e as comissões tripartites rodoviárias funcionando. Então, há uma assimetria regulatória entre o setor rodoviário, veja, dentro de um mesmo ambiente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ – ... o setor rodoviário e o setor ferroviário.

E aqui, essa assimetria, como é que eu resolvo? Eu estou tendo a vontade, vamos chamar assim, de propor alguns itens que melhorariam muito esse ambiente regulatório, combinados com a criação de uma lei geral de transportes.

Aqui, eu vou avançar um pouco porque já foi falado. Aqui, é uma síntese do que é esse projeto de lei, e aqui é que eu quero fazer, e o Feitosa podia nos ajudar... Veja, no caso rodoviário, isso aqui é um eslaide da própria ANTT, que mostra o *link* de rodovia, os benefícios, o posicionamento da diretoria, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estrutura tecnológica já embarcada. Quer dizer, há um benefício ao setor de concessão rodoviária enorme, e a gente precisa criar algo semelhante para o setor ferroviário.

Bom, aqui é a questão da comissão tripartite. Aqui são os indicadores de que nós precisamos hoje – está vendo, Feitosa? –, indicadores de que nós precisamos hoje, que já foram inclusive encaminhados também à ANTT. A gente precisa do sistema de informação que possa melhorar essa condição, não é? Aqui, são os atributos de custo e os atributos de qualidade.

E, finalmente, a questão da oferta de capacidade: esse é um problema que nós estamos vendo hoje. Se vocês notarem, a evolução da oferta de capacidade ou da produção de transporte, nos últimos dez anos, três, seis anos, nós movimentamos em torno de 500 milhões de toneladas por ano, apenas – 500 milhões de toneladas por ano. E nos próximos anos, nos próximos cinco anos, nós não estamos vendo como essa oferta de capacidade será aumentada, porque o embarcador... Nós usuários queremos ver a infraestrutura operando, e não ela no papel; ela só se torna material para nós quando ela for operar.

Aí, vem a Elisângela e diz: "Olhe, nós em 2030 devemos estar produzindo 400 milhões de grãos". E a pergunta pertinente: "Como é que a gente vai operar 400 milhões sem ferrovia?". Vai tudo para a rodovia! Aí, o que é que vai acontecer com o frete? Vai haver uma explosão de frete.

Então, eu acho que é um cenário preocupante, mas que pode ser viabilizado por este ambiente em que nós estamos discutindo todos esses problemas.

Eu espero que o nosso Secretário Leonardo, que tem feito um belo de um trabalho no ministério, também nos dê algumas respostas para que a gente possa ajudá-lo até a viabilizar tudo que for necessário para que esse cenário se resolva.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Baldez.

Na sequência, Davi Barreto.

O SR. DAVI BARRETO (Para expor.) – Senador Heinze, boa tarde.

Quero agradecer mais uma vez pelo convite, cumprimentar todos os Parlamentares que estiveram presentes, cumprimentar os colegas de mesa, que estão aqui nos assistindo, que participaram da mesa anterior. É sempre um prazer falar de ferrovias aqui nesta Casa. É um tema tão importante e, ao mesmo tempo, tão apaixonante para todos nós, não é?

Tenho uma rápida apresentação, se for possível colocar.

Bom, eu acho que a gente parte de um diagnóstico que eu acho que é muito comum. Todo mundo quer mais ferrovia, todo mundo quer mais transporte ferroviário; acho que isso é um ponto que ninguém discute, não é, Senador? Ferrovia, em tese – em tese, não, acho que isso é comprovado empiricamente –, é mais barato, é mais seguro, é melhor para o meio ambiente. Então, o Brasil, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande produtor de grãos, um grande produtor de *commodities* agrícolas, um país de dimensões continentais, precisa de ferrovias para o seu desenvolvimento. Esse é um ponto fundamental.

Agora, o ponto com que a gente tem que tomar um pouco de cuidado é: como fazer isso virar realidade? Aqui é um tema que eu acho que é muito importante debater nesta Casa, junto aos projetos legislativos que estão em curso, junto com a regulamentação que a gente está conduzindo. Nós temos que criar um ambiente propício à construção, operação e ampliação do transporte ferroviário. Esse é o nosso objetivo como país.

Aqui na apresentação, muito rapidamente, eu gostaria de compartilhar um pouco dessas percepções. Eu não vou... Vou falar também um pouco da ANTF.

A ANTF, em suma, é a associação que congrega todas as concessionárias de ferrovia de carga do país. Então, praticamente 100% da carga ferroviária que circula no Brasil, hoje, passa pelas nossas associadas. É uma malha de 30 mil quilômetros, como bem colocaram aqui vários que participaram antes, boa parte dela muito ociosa, praticamente abandonada. Há malhas que remontam à época do império, que não fazem mais nenhum sentido, hoje, operacional.

A gente tem que olhar o nosso sistema logístico hoje de uma forma mais pragmática: a ferrovia não existe para o diletantismo, ela existe para levar a carga de um ponto A para o ponto B; quem manda na ferrovia é a carga, e não o contrário. Então, esse é um ponto muito importante para a gente entender da história e do futuro do nosso setor.

Quando a gente fala da história do setor, isto é um ponto superimportante da decisão que o país tomou no final da década de 90: nós desestatizamos o setor ferroviário e nós delegamos todo o investimento do setor para o setor privado – e aqui falo, sem nenhuma falsa modéstia, por representar as concessionárias –, que fez um excelente trabalho. O setor investiu R$200 bilhões em números corrigidos nesses últimos anos.

Quando a gente olha o investimento do setor público, ele tem alguma parcela de relevância em meados dos anos 2010, mas perde relevância nos últimos anos. O total de investimentos do setor público, desde a desestatização, foi de R$33 bilhões, foi o mesmo valor que o setor privado pagou de outorga para o setor público.

O Senador Jaime perguntou: "Quanto é que é pago de tributo?". Nesses anos, foram pagos R$114 bilhões de tributo. No ano de 2024, a carga tributária do setor foi de 22%, isso para um setor que é majoritariamente exportador. Então, um setor cuja boa parte da receita vem de exportação que, em tese, é livre de tributos de ICMS, de IPI, boa parte dos tributos sobre o consumo. Então, essa é a realidade que hoje a gente tem para o nosso setor. Nós optamos por um sistema de investimento majoritariamente privado, com baixa participação do setor público.

Lógico, corredores importantes foram construídos pelo setor público, o Corredor Norte-Sul, os apoios de financiamento à Transnordestina – o setor público é um parceiro superimportante. O Secretário Leonardo vem conduzindo uma agenda fundamental de retomada da participação do setor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público no planejamento e na execução de projetos ferroviários, mas essa é a realidade histórica do nosso país, a gente tem que ter em mente isso; apesar de o ano de 2024 ter sido o ano de maior investimento da série histórica de ferrovias de toda a história, com uma projeção de um crescimento de quase R$50 bilhões para os próximos três anos, fruto das negociações contratuais de novos projetos pelo setor.

Hoje, Senador Heinze, há três projetos *greenfield* em construção – preocupação que a Elisângela bem trouxe – no Mato Grosso, duas ferrovias novas sendo construídas no Mato Grosso, uma ferrovia totalmente privada de 700km com custo de R$15 bilhões está sendo construída.

E aqui eu faço coro ao Baldez, porque de fato quem paga – não é, Baldez? – no final do dia é a carga, mas quem toma o risco é o investidor. Quem está colocando R$15 bilhões, com juros de 15% ao ano, para ter receita daqui a dez anos é o investidor. Então, isso é uma equação que a gente tem que fazer com muita calma. Fazer ferrovia é risco, é difícil. Olacyr de Moraes já quebrou, Barão de Mauá quebrou com a ferrovia, as ferrovias do Vanderbilt quebraram nos Estados Unidos. Ferrovia é um ativo difícil de fazer, não é fácil fazer ferrovia; se fosse, estava cheio de ferrovias no Brasil, e não é assim a realidade.

Nós temos que criar um ambiente propício para esse investimento acontecer, esse é o nosso desafio, porque, quanto ao resultado do investimento, a gente tem que entender o que aconteceu: o setor triplicou o material rodante em operação, seja em locomotiva, seja em vagão. O setor hoje trabalha num nível de compartilhamento, edifício operacional, nunca antes visto. Nos últimos quase 20 anos, a gente saiu de uma interoperabilidade de 33% para uma interoperabilidade de 63%. Hoje, dois terços da carga ferroviária passam por intercâmbio de malha. Isso é muito bom, os ativos são mais bem aproveitados.

Eu ouvi falar aqui de ociosidade, como se a gente tivesse que ter uma regulação que forçasse as ferrovias a reduzirem a ociosidade. Senador, o setor ferroviário vai dormir e acorda pensando em como otimizar o seu ativo, em como não ter ociosidade. Um quilômetro de ferrovia custa R$20 milhões, uma locomotiva custa R$20 milhões, como a Andréa bem colocou aqui. Esse ativo não pode ficar parado, não. O dia a dia do nosso setor é: "Como é que eu maximizo esse ativo? Como é que eu tiro ociosidade?".

Então, vamos tomar muito cuidado para que a regulação não acabe forçando uma ociosidade desnecessária que vai inviabilizar o setor, porque foi esse resultado que multiplicou, que aumentou em 150% a produção ferroviária. O agronegócio, principalmente, a Elisângela bem colocou, cresce 9% ao ano; mas, se a gente olhar o que aconteceu nos últimos 30 anos, o aumento de transporte de soja e milho nas ferrovias foi multiplicado por 11, isso é um crescimento de quase 10% ao ano, não é pouco. Agora, é difícil acompanhar o ritmo do nosso agronegócio, graças a Deus! Nós temos um agronegócio superprodutivo, superpotente, e é um desafio para as ferrovias acompanharem isso no seu dia a dia.

E foi esse aumento de produtividade, foi esse aumento de compartilhamento, foi essa eficiência do setor que fez os preços relativos baixarem, tem que se ter em mente isso também. A gente fala muito que o preço da ferrovia é caro, mas cadê o dado? Isso é importante a gente ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse dado, por exemplo, demonstra a variação do preço do frete ferroviário nos últimos dez anos em relação aos Estados Unidos em dólar. Então, enquanto nos Estados Unidos ficou praticamente *flat*, no Brasil o preço médio do transporte ferroviário caiu 22% e, em ferrovias que não são majoritariamente minério, isso caiu 42% em dólar – não é pouco, não é pouco mesmo.

Agora, a gente tem que ter mais ferrovia como essa – não é, Baldez? – para juntar com o caminhão na ponta, para juntar com a hidrovia, para que o frete total saia de US$80 para um preço mais competitivo. Da mesma forma, quando a gente compara... (*Pausa.*)

Opa, travou... Acho que travou aqui. (*Pausa.*)

Opa, está aqui.

Da mesma forma, quando a gente compara frete médio do transporte ferroviário... (*Pausa.*)

Acho que travou. (*Pausa.*)

Bom, vou passando... mas enfim... (*Pausa.*)

Voltar... Mais um... Acho que ele está indo um pouquinho devagar... (*Pausa.*)

Aqui está bom, acho que aqui está bom.

E essa queda do preço do frete, que hoje torna o Brasil, na média, um dos menores fretes ferroviários do mundo – o nosso frete é superior apenas ao da Rússia e ao da Índia, onde são basicamente estatais que transportam em ferrovia; por óbvio, comparar com o Japão pode não ser a melhor comparação, o Japão tem uma característica de transporte diferente da nossa –, é que faz o preço médio do transporte ferroviário para Santos e para Paranaguá ser muito menor por tonelada do que o rodoviário. Esses são dados da Infra S.A. e da ANTT.

Então, acho que o ponto que a gente tem que colocar é: nossas ferrovias têm um potencial muito grande de trazer competitividade para o nosso agronegócio e já trazem, e isso em cima de um ganho de eficiência. O nível de acidente, na época da rede, chegava a ser quase dez vezes maior do que é hoje. Nossas ferrovias, hoje, têm um nível de segurança semelhante, se não melhor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVI BARRETO – ... – desculpe, Senador, em um minuto aqui eu concluo – do que o das ferrovias americanas, da mesma forma, para o consumo de combustível. Mas o nosso desafio é esse: como é que a gente faz esse quadro mudar; a densidade ferroviária brasileira aumentar; a nossa participação no *share* ferroviário aumentar.

E o que a gente defende, como setor, Senador, é a gente mudar um pouco esse quadro. A gente sair de um quadro... Esse gráfico mostra um pouquinho, na primeira barra, a participação do transporte ferroviário no transporte terrestre, que hoje está em torno de 25% – vamos pegar só o transporte terrestre. Mas hoje tem mais investimento privado em ferrovia do que em rodovia. O investimento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União no setor ferroviário, nos últimos cinco anos, não chegou a 3%. E, ao mesmo tempo, toda outorga paga no setor de transportes vem do setor ferroviário. Então, a gente tem que mudar essa página, virar... Ou, então, aquela participação não vai mudar.

E, por fim, acho que já finalizando, a gente aposta aqui, Senador, eu acho que em quatro pilares: planejamento de longo prazo; ampliação do investimento em ferrovia; segurança jurídica e incentivos. E aqui é com um cuidado muito grande que faço... peço todas as vênias para discordar dos colegas que defendem o PL 4.158. Na nossa visão, esse PL traz uma série de riscos ao setor ferroviário, com a capacidade de gerar ineficiência, ociosidade e desincentivar novos investimentos. É preciso olhar com muito cuidado para não aprovarmos algo agora e, daqui a dez anos, a gente não estar passando o que estão passando hoje a Inglaterra e a Alemanha, que estão reestatizando a sua malha. A Alemanha, o país das ferrovias, hoje vê mais da metade dos seus trens atrasados, com acidentes gravíssimos. Então, acho que é preciso um cuidado muito grande.

Eu acho que o foco deve ser nós trabalharmos juntos – embarcadores, concessionárias, o Congresso – e tornar o ambiente de negócio para fazer mais ferrovia e ampliar a capacidade de transporte, uma premissa básica do nosso setor. Acreditem: a gente todo dia acorda querendo tirar a carga do caminhão e colocar no trilho.

Eu tenho dificuldade muito grande em entender quando alguém fala: "Olha, a ferrovia não quer transportar a minha carga". Isso não é possível. Tem algo errado, porque a pessoa tem um ativo para pagar, e os dados não mostram isso. Os dados só mostram crescimento do transporte, talvez não no ritmo que a gente gostaria, mas os dados não mostram isso.

Então, o cuidado que eu faço, o apelo que eu faço na discussão do PL 4.158 – e entendo a preocupação, entendo que a discussão necessária – é para que isso não cause um prejuízo sistêmico para o setor e iniba investimento, iniba as pessoas de terem coragem de colocar R$15, R$20 bilhões num ativo novo com medo do que vai acontecer no outro dia. Então, isso é um ponto superimportante para o setor.

Senador, agradeço e peço mil perdões por ter estourado o meu tempo. Agradeço mais uma vez aqui a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Davi. É importante a sua fala.

José Roberto Barbosa da Silva, Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Ferrovias Autorizadas (Abrafa), com a palavra. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA DA SILVA – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos lá.

Com a palavra José Roberto Barbosa da Silva, Presidente da Abrafa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA DA SILVA (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos.

Senador Zequinha Marinho, Presidente não só da Comissão de Agricultura do Senado, mas é importante também citar a liderança dele hoje à frente da Frente Parlamentar Mista das Ferrovias Autorizadas.

Nesta oportunidade, eu vou ter condições de falar sobre a criação da Associação Brasileira das Ferrovias Autorizadas (Abrafa), que ocorreu no início deste ano.

Nós estamos aí experimentando, na realidade, uma questão nova no Brasil, posterior à aprovação do marco regulatório federal ferroviário, quando foram criadas, de forma isonômica, dois modos de outorgas ferroviárias: a outorga por concessão e a outorga por autorização. Isso sem definir tamanho ou *modus operandi.* Isso, na realidade, foi a busca que entendeu o Congresso Nacional, a partir de um debate de 2018, que foi iniciado em 2018, de buscar o melhor caminho para que, efetivamente, a questão ferroviária no país fosse melhorada.

Deixe-me só voltar aqui.

Então, a Lei 14.723 aprovada abriu o caminho para investimentos privados desse setor estratégico e fundamental, 41 contratos vigentes, no total de 12,5 mil quilômetros de novos trilhos; aproximadamente 240 bilhões em investimentos; mais de um milhão de empregos diretos e quase 500 mil empregos indiretos gerados, conforme estudos e levantamentos apresentados e em trâmite dentro da agência reguladora, a ANTT.

Autorizações e concessões não competem. Dentro de uma visão que muitos falam às vezes sobre a questão, existem, na realidade, as autorizações vindo agora, o que poderá complicar ou dificultar as concessões. Isso não é verdade. Na realidade, são projetos diferentes, que são convergentes, que vão se complementar. É esse, pelo menos, o objetivo das ferrovias autorizadas nas quais nós estamos trabalhando, principalmente o do Corredor Centro-Leste. As concessões e autorizações, então, se completam, formando um sistema mais dinâmico e eficiente.

Esse foi todo o debate que eu acompanhei, desde 2018, com algumas reuniões com a equipe técnica do Senador José Serra, que estava efetivamente participando do processo; depois, com o Ministério de Infraestrutura, quando, em agosto de 2021, foi editada a Medida Provisória 1.065. Então, foi um debate convergente e que buscava na realidade soluções. E por quantas vezes nós ouvimos pessoas falarem: "Eu tenho 20 anos da empresa tal ferroviária, e essa questão ferroviária aqui não vai funcionar". Quantas vezes nós ouvimos outros profissionais: "Eu estou aposentado e me aposentei no setor ferroviário; ferrovias autorizadas não vão funcionar". Aí vem a pergunta: mas existe jurisprudência para ferrovias autorizadas no Brasil? Existe, na realidade, alguma definição, seja em nível jurídico ou em nível de unidade reguladora, sobre isso? Não. Já existiu esse modelo no Brasil? Não. Então, qualquer colocação e encaminhamento feito dentro dessa linha é uma mera especulação. O que nós temos que fazer é buscar através dos parceiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a oportunidade, dentro do Governo Federal, de ser Superintendente da Cobal, CFP e Cibrazem no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. As três empresas que, em 1990, fusionadas, criaram a Companhia Nacional de Abastecimento, da qual eu fui Assessor do Presidente, Chefe da Assessoria de Presidente, Chefe de Gabinete do Presidente.

E nós estamos falando aqui hoje dentro da casa da agricultura, dentro da Comissão específica do Senado Federal, e nós estamos falando dos caminhos para melhorar o transporte. Aí eu volto lá atrás e lembro que, em 1993, nós entramos em um processo de desestatização das empresas de armazenamento de grãos, quando nós tínhamos a Cases, no Espírito Santo; a Casemg, em Minas Gerais; a Caserj, no Rio de Janeiro; a Casego, em Goiás. Houve, na realidade, essa redução. E hoje eu ouvi a Elisângela falar sobre o planejamento com o aumento da produção, enxergando a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Elisângela, não tem como falar dessa quantidade e falarmos que nós não temos capacidade de armazenamento. Então, nós temos que ter transporte eficiente. E eu penso que as ferrovias autorizadas vêm para complementar essa deficiência.

A integração é vital para a formação de um *grid* ferroviário nacional: maior equilíbrio da matriz de transporte, sustentabilidade, redução de CO_2, desenvolvimento regional. Essa é a outra pegada. Todo mundo fala em ponta a ponta. Eu vou ligar o local de produção para fazer, na realidade, o encaminhamento até um porto para que eu possa fazer exportação.

A visão que nós temos hoje, dentro das ferrovias autorizadas, é totalmente diferente. É visão de *grid*. É visão de integração. É a visão de atendimento efetivo dentro do próprio Brasil, logicamente, levando em consideração os portos existentes para fazer a movimentação de longo curso.

Há capacidade de atração de investimentos privados. Apoio institucional: as autorizações já produziram resultados de diversos projetos, com estudos, licenciamento e desapropriação em curso. Eu ouvi o nosso nobre representante da ANTT falando sobre alguns quilômetros já desapropriados. Eu vou mostrar mais à frente o mapa com uma das empresas, hoje com 2,16 mil quilômetros de estradas de ferro autorizadas, que está com 100% delas com DUP concedida e publicada no *Diário Oficial da União*, em fase de desapropriação. E o objetivo é cumprir efetivamente o cronograma existente, o que está sendo cumprido. Não é satisfação às instituições públicas, não. É a obrigação de respeitar aquilo que foi outorgado, aquilo que foi definido.

Apoio político é fundamental para o avanço das autorizações e para a integração com a malha nacional – fundamental.

Nós hoje temos aqui o Secretário Nacional de Transporte Ferroviário, oportunidade muito importante, porque nós temos que falar de política realmente, não política só para concessões, com todo o respeito às nossas concessionárias, mas uma política que tem que ser debatida. Não é falar que não tem recurso público. Autorização não pode ter recurso público. Nós não estamos querendo recurso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público, não. Nós estamos querendo definição que venha a facilitar e a viabilizar a execução de uma política financeira para o financiamento.

Nós temos banco de fomento no Brasil. Não é esse o objetivo do banco de fomento? Então, nós temos que ter meios de garantir que as ferrovias autorizadas possam, seguindo com responsabilidade, apresentando as garantias necessárias, dentro de um processo financeiro de financiamento, ser beneficiadas com uma linha de crédito do Governo.

Aqui, uma coisa interessante. Este é o mapa ferroviário existente, em vigor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA DA SILVA – Então, nós temos aqui as concessões.

Nós temos aqui, nessa parte mais escura, as autorizações. Então, esse foi o objetivo do projeto de lei, da medida provisória, da lei e das regulamentações da ANTT. Então, o objetivo é esse. E vamos trabalhar e estamos avançando para isso. Esta é a solução: integração de ferrovias concessionadas com ferrovias autorizadas. Nós teremos capacidade de oferecer ao Brasil soluções que eu vejo que, com o investimento público no Brasil, não será possível na velocidade ideal.

Este é um dos projetos – vou apresentar dois aqui como exemplos de autorizações –, com 2.160 quilômetros, 11 portos secos. Elisângela, em cada porto seco, nós teremos capacidade de fazer, na realidade, não *shot line* ferroviário, mas o porta a porta rodoviário, integrado ao ferroviário, levando até os portos do Brasil ou no sentido contrário. Então, teremos capacidade de buscar suprir aquela deficiência de armazenamento de grãos. Nós teremos, na realidade, então, a integração desse projeto com o TUP, em São Mateus, ao norte do Espírito Santo, fazendo com que a integração de modais e o fortalecimento da logística nacional aconteçam de forma assertiva, ou seja, vamos buscar integrar todos os modais de transporte.

Este é o projeto, este é o conceito desse projeto, que sai de São Mateus, para Barra de São Francisco, Teófilo Otoni, Grão Mogol, Montes Claros, Unaí, Brasília, até Mara Rosa, onde nós vamos encontrar a Ferrovia Norte-Sul e a Ferrovia de Integração Centro-Oeste, criando, assim, um *hub*. Há dois anos, nós falamos que, com esse projeto aprovado, nós estaríamos fazendo o cruzeiro ferroviário – isso há dois anos. Esse é o objetivo e, com certeza, conseguiremos cumprir.

Então, aqui é a questão do armazenamento de grãos – vou passar porque eu estou já atrasado. Aqui também é o projeto de investimento da macro, que vai integrar, na realidade, também Anápolis até o Porto do Sul do Espírito Santo, criando, na realidade, o que nós chamamos de Arco Leste, onde nós teremos capacidade para integrar o Porto de Caravelas, o de São Mateus, Portos de Aracruz e Vitória, Porto de Kennedy até o Norte do Rio de Janeiro, no Porto do Açu. Então, nós teremos capacidade de ofertar à produção agrícola brasileira uma dinâmica grande para a movimentação dessas cargas.

Senador Heinze, sem entrar no mérito, estou no Centro-Oeste, mas brigando para que o Rio Grande do Sul consiga implementar as suas ferrovias autorizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pessoal... Obrigado, Senador, pela oportunidade. Eu queria até aproveitar e falar que o Senador nos convidou para dia 27 estarmos no café da manhã, no Senado Federal, para a instalação da Frente Parlamentar Mista das Ferrovias Autorizadas. Eu quero antecipar e aproveitar, quero fazer o convite a vocês que, na última semana de outubro, nós estaremos em Brasília fazendo o Primeiro Encontro Nacional das Ferrovias Autorizadas, para que a gente possa ampliar o debate sobre essa movimentação ferroviária com visão assertiva, integrando os demais modais, seja rodoviário, seja marítimo, de longo curso e de cabotagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, José Roberto Barbosa, Diretor-Presidente da Abrafa.

Bom, vamos avançando.

Deixei o Dr. Leonardo por último, porque, de alguma forma, tudo se remete ao Governo para trazer as informações.

Então, quero conceder a palavra a V. Exa., que é o Secretário Nacional do Transporte Ferroviário do Ministério do Transporte, com o tempo que você precisar para fazer a palestra.

O SR. LEONARDO RIBEIRO (Para expor.) – Muito boa tarde, Senador Zequinha Marinho.

Quero primeiramente agradecer o convite para participar desta conversa, desta discussão aqui no Senado Federal.

Eu sou servidor do Senado Federal, então sempre fico muito honrado e feliz de voltar aqui para a Casa para falar de um assunto que eu acredito que é estratégico para o país, o setor de ferrovias.

Quero aproveitar e cumprimentar os colegas, amigos aqui da mesa, Baldez, Davi Barreto, José Roberto; cumprimentar o Senador Heinze, que sempre está na Secretaria Nacional de Ferrovias para elevar o nível do nosso trabalho lá – não é, Senador? –, sobretudo na Malha Sul; e cumprimentar o Feitosa, a colega Elisângela, todos aqui presentes, que estão aqui para entender um pouco da estratégia de desenvolvimento do setor ferroviário na perspectiva do Governo.

A Profa. Elisângela trouxe aqui uma informação importante de que as empresas apresentaram para a CNA trechos ferroviários que são estratégicos, importantes para o país. Aqui eu cito a Fico e a Fiol, a Ferrogrão, o trecho Salgueiro-Suape, inclusive foi citada aí a questão da ferrovia até Chancay. E fiquei feliz porque estamos, nessa abordagem, na mesma página da CNA, porque esses projetos são todos os projetos que são prioritários do Governo Federal. Citaria outros importantes, como a malha da FCA, né? Recentemente, essa semana, nós enviamos para a ANTT o processo de prorrogação da Ferrovia Centro-Atlântica, com outra abordagem, com investimentos robustos, sem dúvida, a prorrogação mais expressiva em termos de investimentos em malha ferroviária, de todas que já foram feitas. Cito a Malha Sul, a importância da Malha Sul, do Senador Heinze. Nós estivemos recentemente com o Vice-Governador Gabriel, que também sempre está na Secretaria nos cobrando e elevando o nível do nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho. Estamos com um estudo já em processo de licitação, já vai ser entregue esse estudo, Senador. Citaria também a Transnordestina O Governo recentemente liberou R$3,6 bilhões, a Transnordestina fazendo a ligação de Eliseu Martins, Salgueiro, ao Porto de Pecém, na região do Matopiba, professora, é uma ferrovia estratégica no Nordeste. Os investimentos estavam parados, paralisados, o Governo atual liberou recursos para a conclusão da obra.

Cito aqui, Senador Zequinha, o estudo de Açailândia-Barcarena, que já está contratado e vai ser entregue no final do ano, né?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Aí sim vai ser Norte-Sul.

O SR. LEONARDO RIBEIRO – Aí sim vai ser Norte-Sul.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Hoje é Nordeste-Sul.

O SR. LEONARDO RIBEIRO – E mais do que isso, Senador, o grão e a carga geral que vai subir pela Norte-Sul por ferrovias não vai atrapalhar as operações da Estrada de Ferro Carajás, do minério. Então, teremos ali uma saída para o transporte e o escoamento de grãos até Barcarena.

Citaria também a conexão da Transnordestina com a Norte-Sul, o estudo já está em processo de contratação. Cito a Malha Oeste, nós estamos já em fase final de levar esse estudo para o Tribunal de Contas da União. É uma malha superestratégica do ponto de vista da celulose e da carga geral, cruzando Mato Grosso do Sul e São Paulo. Estrada de ferro, anel ferroviário do Sudeste, a 118, que é uma malha no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, também superestratégica para o país; o primeiro leilão que vai ser feito já numa nova técnica e numa nova abordagem de política de outorga; seis trechos para passageiros, sem contar o VLT de Campina Grande e de Arapiraca.

E, aqui eu quero fazer um destaque de um instrumento de que pouco se fala, mas que vai transformar, talvez, o setor de ferrovias no Brasil: o chamamento público, que é a conexão, Zé, da autorização com a concessão no sentido da infraestrutura pública ociosa – foi falado muito aqui da ociosidade – que seria e será ofertada para o setor privado numa lógica de parceria público-privada, em que a infraestrutura é pública, mas o serviço é autorizado. Então, a gente vai ter uma novidade, inclusive no Corredor Minas-Rio. Neste ano, já teremos com a ANTT o edital e teremos, no primeiro semestre do ano que vem, um contrato assinado, se tudo der certo, no Corredor Minas-Rio. Vai ser justamente o primeiro chamamento público que o país vai realizar, e nós estamos já estruturando. E aqui eu peço para todos que estejam em contato com o setor produtivo que tragam, para a Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário, propostas para a utilização de trechos ociosos, porque aí nós iremos trazer para uma carteira para fazer o *market sounding* e estruturar isso de forma permanente.

Não sei se o Senador quer fazer uma intervenção.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Isso com a malha estreita, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO RIBEIRO – O chamamento público?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – É.

O SR. LEONARDO RIBEIRO – O chamamento público acontece com a malha estreita no que já existe, e o setor privado vai poder operar com uma flexibilidade total regulatória, quando a gente compara em relação à concessão. Vai ser uma autorização numa malha pública, vai ser a autorização numa malha, numa infraestrutura pública – é novidade.

Aproveitei um pouco, Senador, da liberdade que o senhor deu de falar um pouco no tempo, sem muita pressa, justamente para dizer o seguinte: o que o Governo pensa? E aqui eu quero destacar, o Governo do Presidente Lula e do Ministro Renan Filho, que criou a primeira Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário, com uma equipe enxuta, mas que trabalha 24 por 7 para tentar destravar o setor de ferrovias no Brasil, no sentido de pôr em marcha novos projetos e fazer funcionar bem o que já existe, por exemplo, a FCA, a Malha Oeste já estão lá, são malhas que já existem lá, malhas ociosas. Nós precisamos retomar esse setor, fazer funcionar o que já existe.

Posso ter aquele equipamento que passa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LEONARDO RIBEIRO – Está aqui. Ótimo.

Então, aqui é basicamente um gráfico que mostra que nós estamos retomando os investimentos no setor de ferrovias – o Davi, da ANTF, já trouxe esses números, nós estamos aqui ratificando o número. Estamos com uma tendência de recuperação dos investimentos privados a partir de 2023, estamos batendo recordes de transporte de carga no setor de ferrovias. É claro que precisamos fazer mais, estamos aqui para isso, mas é uma visão otimista de que estamos na direção correta.

Foi falado bastante da necessidade de aumentar os investimentos no setor de ferrovias, isso passa por uma estratégia. Não adianta não discutir a questão fiscal, a questão orçamentária. E mais: o setor de ferrovias tem um dispositivo que nenhum setor de infraestrutura tem em lei, que é a possibilidade do investimento cruzado, de uma malha investir em outra malha com diretriz do Governo dentro de uma repactuação contratual ou de uma renovação. Isso é fantástico, porque abre possibilidade de a gente fazer o que a gente fez recentemente.

A primeira conta vinculada no setor de ferrovias, no setor de rodovias, já tem, mas nós criamos a primeira conta vinculada do setor de ferrovias com a repactuação da Rumo Malha Paulista, ou seja, hoje nós temos recursos privados numa conta vinculada, não é recurso de outorga, é recurso de adicional de vantajosidade derivado de um processo de repactuação com o Governo, em que a gente melhorou o contrato da Rumo com um adicional de vantajosidade depositado numa conta vinculada em que o Governo e a ANTT destinam para a ampliação do setor de ferrovias. Essa é uma estratégia histórica importante que a gente precisa entender e que está dentro desse objetivo de aumentar os investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Criamos, Senador, fontes vinculadas no orçamento. Não estamos só na estratégia do recurso privado com conta vinculada e investimento cruzado, criamos, historicamente, com o Congresso Nacional. Esta Casa aqui derrubou o veto do Governo passado e agora nós temos fontes vinculadas no orçamento federal.

O setor de infraestrutura é uma exceção. Hoje, ainda que dependamos de espaço fiscal e da margem fiscal no arcabouço fiscal com o Tesouro, porque o equilíbrio e a responsabilidade fiscal são muito importantes, Senador Heinze, nós temos um instrumento técnico político de alocar os recursos de outorgas e de indenizações no setor de ferrovias, como o Davi estava trazendo, essa necessidade de reaplicar. Isso já está posto em lei, o Congresso criou um princípio em 2023: os recursos de ferrovias precisam ficar em ferrovias. Isso é o que diz a lei e nós estamos trabalhando para estruturar esses projetos dentro dessa perspectiva.

O amigo Baldez trouxe a questão do normativo, que no setor de rodovias está muito avançado, mas aqui nós temos uma primeira secretaria, o trabalho está só começando. E temos, Baldez, o portfólio normativo, e parte dele já foi aprovado. Nós aprovamos a Portaria 532 para dar novas diretrizes das renovações antecipadas. Vocês vão perceber que a renovação da FCA tem outra cara, mudou completamente. Nós construímos isso com a empresa, considerando a Portaria 532, que visa aumentar os investimentos derivados de prorrogações antecipadas. Construímos, como vocês têm aí, uma lista de muitas normas de políticas públicas e estamos trabalhando em parceria com a ANTT para que a gente tenha uma política pública e uma regulação pró-investimentos no setor, pró-flexibilidade, pró-regulação inteligente, concessões inteligentes, enfim, com participação do Governo.

E, obviamente, o que mais importa dentro dessa conjuntura, desse tripé, é o banco de projetos, as estratégias, os novos leilões, as prorrogações contratuais, os novos investimentos cruzados, as autorizações ferroviárias, José Roberto, importante dentro desse contexto de complementação, as obras públicas, o trecho Salgueiro-Suape sendo retomado, porque estava paralisado, e o chamamento público, ao qual eu dou destaque. Isto vai ser transformador no setor de ferrovias: a gente poder oferecer para o setor ferroviário uma linha férrea ociosa para que ele explore dentro de total simplificação burocrática e regulatória. Claro, levando em consideração questões de segurança, em que a ANTT é vigilante.

Minha apresentação aqui é, basicamente, um pouco da estratégia. Vou falar muito rápido.

Nós estamos repactuando os contratos que foram renovados no Governo anterior para alavancar R$15 bilhões no setor de ferrovias. Já fechamos isso com a Rumo Malha Paulista, o processo da MRS está, agora, indo para Plenário no TCU e estamos finalizando o processo de repactuação com a Vale. Pode ser... Pode não, é totalmente estratégico do ponto de vista de solucionar questões operacionais e logísticas no setor de ferrovias.

Obras estruturantes que estão acontecendo: a Transnordestina estava totalmente paralisada. Com a liberação dos recursos do Banco do Nordeste, nós retomamos esse investimento. O Presidente Lula esteve recentemente lá, fazendo a liberação da última *trust*. O Tufi, um CEO executivo qualificado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e preparado, já garantiu que a obra será concluída em 2027, ou seja, teremos um eixo estruturante no Nordeste.

A Fico vai ser concluída. Aqui eu quero destacar para os representantes do Mato Grosso: essa ferrovia é estratégica não por si só, mas porque está conectada com o Corredor Fico-Fiol, que vai ser leiloado no ano que vem pelo Governo Federal. Temos a Fiol 2 dentro desse trecho, desse corredor.

Temos contratos renovados também aqui, com destaque para os conflitos urbanos que estão sendo resolvidos no país, frutos dos contratos que foram prorrogados.

E aqui há uma lista de 19 ativos; todos os dias, eu trabalho com esses 19 ativos. O Anel Ferroviário do Sudeste, hoje já tive conversa com ele sobre o cronograma: envio para a ANTT para, na sequência, já enviar para o TCU e fazer o leilão acontecer já no primeiro trimestre do ano que vem. Sobre o Corredor Fico-Fiol, converso também hoje já com o IFC, com a minha equipe, para trazer a questão da sustentabilidade para o corredor.

Aqui, Profa. Elisângela, esse corredor representa metade da Bioceânica, então não é um sonho... Eu acredito que essa ligação primeira com o Atlântico é fundamental acontecer, para depois se pensar em uma conexão com o Pacífico, mas nós já estamos construindo a Fico e a Fiol 2. Para a Fiol 1, nós estamos em conversas já com o operador para fazer ali a retomada dos investimentos e conseguir fazer o leilão do corredor como um todo, para fazer a cruz no país: Norte-Sul, Leste-Oeste, separando-o em quatro eixos de desenvolvimento.

A Ferrogrão já foi enviada para a ANTT, agora o passo é mandar para o TCU e fazer o leilão no ano que vem. A Malha Oeste tem uma complexidade e nós estamos fechando, finalizando. O estudo já está concluído; agora, a gente está fechando o plano de outorga para envio do TCU. Então, 2026 vai ser um ano muito aquecido no setor de ferrovias.

A FCA está em processo já de análise na ANTT, a prorrogação. A FTL está no TCU agora: está acontecendo uma repactuação da antiga malha com retomada de investimentos, retomada de investimentos em transporte de passageiros. O chamamento público pode ser uma solução para todos os trechos que estão ociosos hoje, que poderão ser devolvidos.

Temos a Malha Sul; a Tereza Cristina; o estudo de Açailândia-Barcarena sendo concluído, como eu falei, no final do ano; a conexão da Transnordestina com a Norte-Sul também já com estudo em andamento; seis trens de passageiros: já estamos com o Evtea concluído de Brasília-Luziânia, Feira de Santana-Salvador, com uma novidade de poder usar o *real estate*, o imobiliário, para tentar trazer viabilidade para um projeto de passageiros, que a gente sabe que é mais complexo.

Os VLTs, que nós lançamos recentemente já as obras em Arapiraca e em Campina Grande, e a obra pública, com licitação já para o segundo semestre para retomar o investimento.

Então, aqui eu quero falar um pouco das autorizações, Zé Roberto, rapidamente. Nós temos aqui o destaque para o chamamento público, o corredor Minas-Rio. Como eu já falei, isso pode ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transformador no setor de ferrovias. Peço para que todos que tenham acesso ao setor produtivo apresentem para o ministério propostas de utilização de malha ociosa, para que a gente possa estruturar rapidamente, com a ANTT, um processo para oferecer para o setor privado.

As *shortlines*, nós temos a Aralco, uma no Mato Grosso do Sul, já nos sinalizando que vai começar as obras agora no último trimestre do ano. Essa vai ser a primeira autorização do Governo Federal com obra pública. É uma *shortline* de 40km. Eles vão fazer o transporte da celulose da fábrica para a malha da Rumo.

Então, nós temos aí muita coisa acontecendo no setor de ferrovias. Trago aqui, Senador Zequinha, um otimismo do Secretário e do Ministério dos Transportes com relação ao nosso setor. Eu acho que todos aqui estamos com o mesmo objetivo. Eu fico à disposição aqui para esclarecer dúvidas.

Nós não estamos deixando de lado nenhum projeto. É pôr em marcha novos projetos e fazer funcionar bem o que já existe, esse é o nosso lema lá na secretaria.

Eu agradeço a oportunidade e fico à disposição para ouvi-los.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Leonardo, você falou ali da Norte-Sul. O trecho de Panorama, São Paulo, já está andando o traçado até Rio Grande?

O SR. LEONARDO RIBEIRO – O ramal Panorama, na malha paulista, foi repactuado na malha paulista para ser reinvestido com trilho TR 68. Então, teremos ali, já temos, no caderno de obrigações da Rumo, o trecho Panorama. Não sei se é esse, Senador, o trecho específico que...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Não, é o que ligaria na chamada Norte-Sul, em que estava o Panorama para o norte e depois de Panorama para o sul, até Rio Grande.

O SR. LEONARDO RIBEIRO – Não, aí é a continuidade da Norte-Sul, não é?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sim.

O SR. LEONARDO RIBEIRO – Esse trecho está na Infra S.A., porque, como são vários estudos, está na...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Na Infra.

O SR. LEONARDO RIBEIRO – Está na escala de produção.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Está bem.

O SR. LEONARDO RIBEIRO – Então, a gente está agora com Açailândia-Barcarena já contratado. Temos a conexão da Transnordestina com a Norte-Sul, e Chapecó-Rio Grande está no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), na linha de estudos, e já tem recursos reservados para esse estudo.

É claro que isso não dispensa toda a conversa em torno da Malha Sul, da malha hoje que está em mãos da Rumo, e nós já temos um estudo de pré-viabilidade, já foi apresentado para o Governador do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado e, em quatro meses, nós teremos o Evtea concluído. Então, já poderemos abrir audiência pública. E discute-se a ideia de trabalhar com três modelos de negócio ali, um, digamos assim, alimentando o outro, para que a gente consiga viabilizar os três.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Bom, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem?

Antes das considerações finais de cada expositor, eu queria trazer um requerimento extrapauta, uma solicitação da Frente Parlamentar da Agropecuária.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 32, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os impactos, riscos e inconsistências do Plano Setorial de Agricultura e Pecuária, proposto no contexto da Estratégia Nacional de Mitigação (ENM) do Plano Clima, especialmente no que se refere à atribuição de responsabilidades ao setor agropecuário, à ausência de reconhecimento das remoções de Gases de Efeito Estufa (GEE) em propriedades rurais e à falta de transparência da metodologia adotada pelo modelo BLUES.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

O requerimento é de autoria desta Presidência.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu considero as duas mesas muito, muito, muito boas. Debatemos coisas...

Esta Comissão, Secretário, tem o objetivo de atuar em várias frentes, e uma das que ajudam a agricultura no Brasil, o agronegócio, é essa da questão logística. Então, a gente precisa passar isso a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

limpo e fazer um bom debate, abrindo espaço, trazendo o investidor. Essa é uma etapa, daqui a uns dias vamos mexer com o povo que mexe com dinheiro, para poder então animar.

Eu fico feliz porque V. Exa. está animado, está otimista, o ministério está trabalhando, a secretaria está trabalhando. Não dá mais para se ter um país sem futuro – digamos, sem horizonte – pela frente. Como é que se governa um país desse tamanho confiado em caminhão? Lá em Belém, por exemplo, nós consumíamos muito o arroz – não sei se era Tio João ou se era Tio Jorge – do Rio Grande do Sul...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tio João, né? Você já pensou? Um pacote de arroz, após pegar um caminhão lá no fim do mundo e chegar a Belém, a que preço isso chega para uma população de baixa renda? O paraense tem uma renda muito baixa. Então, a gente tem que começar a pensar em alternativas, não tem mais como.

A gente fica muito no fundão do Brasil ali, mas eu ando muito de carro. Quando você pega a BR-163 – que é onde passaria a Ferrogrão, Baldez –, é um negócio assustador o tanto de gente que morre em função daquilo nas vilas, nas cidadezinhas. É um negócio de... Não tem como, mas não tem lógica aquilo. Não tem lógica. Aquilo precisa ter um outro destino. Vão manter o caminhão? Vão manter caminhão numa escala normal, mas aquilo que se tem hoje é um absurdo.

Então, nós estamos aqui, e enquanto nós estivermos aqui, nesse biênio, nós vamos fazer muita, muita, muita força para animar esse setor, para atrair investimento, ou autorizado ou concedido, da maneira como for. Nós precisamos é de ferrovia, para acabar com esse tipo de coisa que a gente está...

Por exemplo, o meu estado é um estado muito promissor, mas é muito grande. Quer dizer, nós estamos aqui a 1,5 mil, 1,2 mil, 1,3 mil quilômetros da capital – e o porto fica ao lado, ali em Barcarena – e a gente precisa chegar lá com isso. Mas como é que nós vamos chegar, com caminhõezinhos, um atrás do outro? Por mais que você ponha aí um bitrem, vai, mas não faz nem cócegas.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tem que ser trem. Vai baratear, a gente vai botar um produto mais competitivo lá fora, vai organizar o futuro do Brasil. E esta Comissão tem todo o interesse nesse debate, porque a gente precisa ver isso saindo do papel, se transformando em realidade.

Eu agradeço aqui, de coração, a todos os nossos palestrantes, tanto da primeira mesa quanto desta segunda. E eu quero aqui, neste momento, dar ao Baldez a oportunidade de fazer suas considerações finais.

O SR. LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Mais uma vez, a Anut esteve presente nesses debates e traz as suas proposições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aproveitar uma fala sua sobre nós precisarmos de mais trilhos. A Anut apoia integralmente as autorizadas. Eu acho que as autorizadas são uma forma, apenas uma forma jurídica de se investir, e o que o mercado quer é oferta de capacidade.

Segundo ponto. Nós apoiamos integralmente a Ferrogrão. Recentemente, participamos de um debate sobre a BR-163 e a Ferrogrão como se fossem projetos concorrentes, um sendo mais importante do que o outro. É um equívoco essa premissa, porque nós precisamos das duas, precisamos da BR-163 e precisamos da Ferrogrão. Então, eu acho que é importante o que o Secretário trouxe, essa visão dos vários e vários projetos que estão na pauta – está certo? –, eles são importantes para nós.

Agora, não se esqueçam de um ato regulatório para a integração da malha, a interoperabilidade e o direito de passagem. Isso nós vamos discutir, eu espero, junto com a ANTF e a ANTT, para que isso se viabilize.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Baldez.

Dr. Davi Barreto.

O SR. DAVI BARRETO (Para expor.) – Senador, mais uma vez quero agradecer o convite e parabenizá-lo pelo debate aqui na Casa, o Senado, super importante. Também quero cumprimentar e parabenizar os atores do Poder Executivo, o Secretário Leonardo e o Dr. Fernando Feitosa, que tem um trabalho brilhante de incentivar projetos ferroviários, a construção e o desenvolvimento de novas ferrovias.

Eu acho que a mensagem principal que o setor colocou é esta: todo mundo quer mais trilho, seja pelo formato de concessão, seja pelo formato de autorização. Acho que o formato é o de menos, o importante é termos mais transporte ferroviário para atender, de fato, a nossa razão de existir, que são os embarcadores, que é a indústria, que é o agronegócio. Então, a gente vive para isso.

Eu tenho uma convicção muito grande de que todos nós juntos podemos pensar em saídas, em soluções que façam o transporte ferroviário deslanchar no nosso Brasil.

Então, muito obrigado pela oportunidade. Parabéns a todos pelas falas.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Dr. Davi, da ANTF.

Dr. José Roberto Barbosa da Silva, Presidente da Abrafa.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA DA SILVA (Para expor.) – Senador, quero mais uma vez agradecer a oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa oportunidade foi importante para apresentar a Abrafa (Associação Brasileira das Ferrovias Autorizadas) e mostrar que nós estamos agora, nos próximos dias, abrindo também um fórum para debater sobre esse tema. Queremos, na realidade, contribuir com o Brasil e fazer com que haja efetivamente um *grid* rodoferroviário que atenda o Brasil em suas necessidades.

Mais uma vez, muito obrigado. Uma boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, José Roberto.

Dr. Leonardo Ribeiro, Secretário Nacional de Transporte Ferroviário do Ministério dos Transportes.

Por favor.

O SR. LEONARDO RIBEIRO (Para expor.) – Quero, mais uma vez, agradecer, Senador Zequinha, pela oportunidade de estar aqui no Senado apresentando os trabalhos da Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário do Ministério dos Transportes.

Quero dizer que o Presidente Lula e o Ministro Renan consideram o setor de ferrovias um setor estratégico para a logística brasileira e que o nosso objetivo é pô r em marcha novos projetos e fazer funcionar bem as linhas férreas que já existem. Estamos trabalhando com diversos ativos em todas as regiões do país e estamos otimistas de que teremos, no final deste Governo, uma malha ferroviária com mais investimentos, com integração e o país caminhando no sentido de uma economia mais competitiva, mais eficiente, com cargas e passageiros sendo transportados em trens, em ferrovias.

É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Dr. Leonardo.

Eu quero agradecer mais uma vez ao Carlos Müller, à Andrea Cavalcanti, ao Fernando Barbelli, da ANTT, à Elisângela, enfim, a todos da primeira mesa e especialmente aos da segunda. Gratidão a todos os senhores. Muito obrigado.

Quero agradecer a todos os assessores técnicos, aos convidados, ao pessoal da imprensa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS POR PARTE DO IBAMA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e dois minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Jaime Bagattoli e Zequinha Marinho, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama com a presença dos Senadores Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Jorge Kajuru, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Fabiano Contarato, Izalci Lucas, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Instalação e Eleição. Finalidade: Instalação dos trabalhos da Subcomissão temporária CRATERRAS. Eleição da Mesa da Subcomissão. Resultado: Instalados os trabalhos da Subcomissão Temporária CRATERRAS. Eleito Presidente, por aclamação, o Senador Jaime Bagattoli. Designado Relator o Senador Hamilton Mourão. Usam da palavra os Senadores: Hamilton Mourão; Zequinha Marinho, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e Jaime Bagattoli, presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar os Embargos de Terras por parte do Ibama. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaime Bagattoli
Presidente Eventual da Subcomissão Temporária
para Acompanhar os Embargos de Terras por parte do Ibama - CRATERRAS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária CRATerras, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Subcomissão Temporária e à eleição de sua Mesa Diretora.

Registro a seguinte indicação para a Presidência: Senador Jaime Bagattoli. (*Pausa.*)

Não havendo mais indicação para a Vice-Presidência, proponho aos Srs. Senadores membros que a eleição para o cargo de Vice-Presidente seja realizada em tempo oportuno.

Consulto o Plenário se podemos proceder à eleição por aclamação. (*Pausa.*)

Em votação.

Para Presidente da Subcomissão Temporária CRATerras, os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro eleito, por aclamação, o Senador Jaime Bagattoli como Presidente da Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama.

A deliberação da Subcomissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal.

Convido o Presidente eleito para tomar assento à mesa, Senador Jaime Bagattoli. (*Pausa.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Presidente.

Sei que é uma missão que não é fácil, mas nós precisamos resolver esse problema dos embargos, principalmente agora; nesses últimos dias, há poucos dias, o Ibama tem notificado os produtores rurais, inclusive por foto de satélite. Muitos desses produtores nem sabiam que a sua terra estava embargada e foram notificados.

E eu, então, aqui neste momento, não tenho nada mais... Eu só designo o Relator desta Subcomissão Temporária o Senador Mourão, o General Hamilton Mourão. Ele será o Relator dessa nossa tarefa dos embargos.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Meu caro Senador Bagattoli, só fazendo uma consideração, não sei se V. Exa. está se referindo aos últimos editais de embargo que foram publicados dia 2 de junho. Foram cinco estados. Não sei se Rondônia está nesse... Mas, só lá no Pará, Senador Hamilton, foram 890 propriedades com prazo de 30 dias para que essas pessoas possam retirar seus animais. E, se ficar na terra, não pode fazer nada. Tinha que ter alguma coisa em estoque para se alimentar, né? Não tem... É uma situação que... Eu não sei como é que se faz um negócio desse. Não sei como é que se concebe...

Você já pensou 890 fazendas, quase 900 fazendas... Por menos gado, porco, bicho que se crie, para você sair dali com tudo aquilo... Onde é que você vai colocar isso? Qual é a lógica que se tem numa ação de governo...?

Às vezes, as pessoas se expõem de uma maneira muito simples e demonstram que não têm a menor capacidade de raciocinar, de compreender as coisas. A pessoa está ali a vida toda, tem cara que nasceu naquele lugar, casou-se, tem família, e aí, de repente, você tem 30 dias para cair fora.

"Ah, porque desmatou 2 hectares, 3 hectares, não sei o quê, o satélite pegou...". Se a prefeitura tiver dado licença para ele fazer o desmatamento, o satélite não sabe; se o Governo do estado também tiver dado licença para que ele tenha feito aquele pequeno... Não tem um que tenha um grande desmatamento. É tudo coisinha pequena.

Sinceramente, eu não sei, sabe... Estou pressionando ali a Ministra Gleisi, para a gente conversar, para ver se, realmente, eles têm noção do que estão fazendo. Se tiverem noção, tudo bem, mas eu acho que não têm. Eu quero, por esse lado, presumindo a inocência, do que a outra parte...

Mas é isso, essa é a nossa tarefa. É isso que nós temos que enfrentar.

São cinco estados nesse último – não é, Senador? Cinco estados. Eu só contabilizei do meu. Aí, todo mundo tem os seus problemas. Mas eu acho que o que mais padeceu foi o Pará nesse negócio todo.

V. Exa. deseja falar?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não, Senador Zequinha.

Em primeiro lugar, quero agradecer a minha indicação pelo Senador Bagattoli para ser o Relator dessa Subcomissão. Óbvio, existem algumas decisões que são tomadas à distância e que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inexequíveis, e essa é típica, porque vamos combinar: e se o pessoal que está lá não tirar o gado? O Ibama vai lá recolher esse gado?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Recolhe o gado todinho.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Ele vai ter condições de recolher isso?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois é.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Uma coisa é o senhor recolher de uma, duas propriedades rurais. Agora, o senhor está citando, só no caso do Estado do Pará, são 890 propriedades rurais. Eu... Se a gente fizer uma conta por baixo aí, isso vai levar uns cinco anos para recolher esse gado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois é, né?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Então, é inexequível! É uma coisa inexequível.

Então, tem que haver um diálogo... Eu acho que a grande conclusão que nós temos que colocar aqui é que tem que haver um diálogo e cada caso desses aí ser examinado individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – E se estabelecer um *modus operandi* pelo menos racional, porque esse não o é. Esse não é racional.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não, não há...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A gente precisa conversar com o Governo, não é...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Como V. Exa. colocou: o município pode ter dado autorização, o estado pode ter dado autorização, ou então já está lá há 40 anos, 50 anos... Então...

E nós conhecemos... O senhor conhece bem o seu estado, o senhor sabe da realidade que lá é vivida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Mourão, Presidente Zequinha, só para vocês entenderem: só na capital, Porto Velho, o Ibama notificou mais de 800 produtores. Só lá na capital, Porto Velho.

Digo mais para vocês: está tendo uma grande manifestação hoje na BR-364 – começou ontem –, lá em Rondônia, justamente por essa situação dos embargos.

Foram 11 reservas criadas. Senador Mourão, tem pessoas que foram assentadas pelo Incra com documento, tem pessoas com escritura pública, títulos definitivos. Tem pessoas lá que estão há 35, 40, 45 anos. E o que aconteceu? Demarcaram 11 reservas sem consultar as pessoas, sem consultar o Incra, sem consultar esses títulos dessas propriedades que já existiam. E essas pessoas foram notificadas agora pelo próprio Ministério Público Federal, dando dois anos de prazo. Só que os dois anos de prazo é o seguinte, Zequinha: ele só te dá o GTA... GTA, para quem não sabe, é a Guia de Trânsito Animal, que é da vigilância sanitária de cada estado – lá o nosso é o Idaron. Ele te dá a GTA só para a saída, não dá mais GTA para a entrada. Quer dizer, ele vai impedir, e esse produtor vai ter que sair de uma forma ou de outra. Então, está havendo um grande protesto.

E os embargos... Tem municípios no Estado de Rondônia que – eu falo para vocês – têm mais de 70% dos produtores com problema. E todos são pequenos produtores, com menos de quatro módulos.

Então, nós temos essa Subcomissão criada hoje e nós precisamos trabalhar em cima disso, Presidente. Nós temos que procurar resolver o nosso problema. São sete estados da Amazônia Legal que estão com problema.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado.

Registro a presença do Senador Marcos Rogério, que está chegando entre nós. Bem-vindo, Senador.

Bom, está criada a Subcomissão e instalada a partir deste momento.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS POR PARTE DO IBAMA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jaime Bagattoli, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhar os Embargos de Terras por parte do Ibama com a presença dos Senadores Alan Rick, Hamilton Mourão e Zequinha Marinho, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Marcos do Val, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Presidente registra a presença dos senhores Adair José Menegol, presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Rondônia - Aprosoja/RO; Thiago Rocha, Consultor de Relações Governamentais/MT; Anaximandro Doudement Almeida, Consultor da Aprosoja/MT; e Gilvaneo da Veiga, Secretário de Agricultura do Município de Vilhena/RO. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade: Deliberação do Plano de Trabalho da Subcomissão. Resultado: Aprovado o Plano de Trabalho do Senador Hamilton Mourão. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama n° 1, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas por Sua Excelência a Senhora Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, informações sobre: dados sobre o número de embargos em áreas rurais no Brasil; as causas mais recorrentes para embargo de área/atividade; sobre a excessiva morosidade do procedimento de desembargo após a devida comprovação de regularidade da área rural; e quanto a aplicabilidade da recém publicada IN nº 8/2024 do IBAMA. ." Autoria: Subcomissão Temporária para Acompanhar os Embargos de Terras por parte do Ibama. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Hamilton Mourão, Jaime Bagattoli, Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar os Embargos de Terras por parte do Ibama; e Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaime Bagattoli
Presidente da Subcomissão Temporária
para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama - CRATERRAS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/02

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Queridos, mais uma vez, boa tarde.

Nós estamos, neste momento, abrindo uma rápida sessão aqui para a apresentação do plano de trabalho da Subcomissão que nós chamamos de CRATERRAS – CRA é aqui a nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária –, sobre terras embargadas na Amazônia pelo Ibama.

Para se ter uma noção, só nos últimos dias o Pará teve 1.630 propriedades embargadas, com determinação do Ibama para que os produtores possam sair dali com os seus respectivos rebanhos. Situação crítica, coisa assim de quem realmente não tem noção do que está mandando fazer. Parece que não conseguem pensar além daquilo que está escrito no papel.

Na parte da manhã, eu e o Senador Jaime estivemos com a Ministra Gleisi Hoffmann, comentando sobre isso e pedindo que o Ibama e que o Ministério do Meio Ambiente, que todo mundo tivesse um mínimo de compreensão com relação a essas determinações, que são completamente fora daquilo que se possa conceber ou realizar.

Portanto, eu quero aqui passar a palavra ao nosso Presidente desta Subcomissão, cuja missão, juntamente com o Senador Hamilton Mourão e todos os membros, é fazer um bom debate para encontrarmos caminhos para a solução do maior problema pelo qual o produtor rural do Brasil na Região Amazônica está passando hoje, que é ser notificado e ter 30 dias para se retirar com o seu rebanho, com suas criações. É a situação mais deplorável que eu já vi na vida. Nunca esperei me encontrar diante de um quadro tão difícil, tão aberrante quanto isso.

Com a palavra, então, nosso Presidente da Subcomissão, o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Temporária CRATERRAS, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa, leitura e aprovação da ata anterior.

Os senhores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está dividida em duas partes. Primeira parte: a discussão de liberação do plano de trabalho. Segunda parte: deliberação do requerimento de informações.

Plano de trabalho da Subcomissão Temporária CRATERRAS.

Leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Hamilton Mourão.

Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para proferir a leitura do plano de trabalho.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

O nosso plano de trabalho é bem simples, objetivo. Ele estabelece a metodologia, os objetivos e o cronograma das atividades a serem desenvolvidas por esta Subcomissão.

Os objetivos da nossa Subcomissão são: avaliar e fiscalizar; propor soluções legislativas; mediar audiências públicas e reuniões técnicas; acelerar a análise do CAR; e elaborar o relatório final.

Para isso, teremos as seguintes atividades:

a) requisição de informações: ao Ibama; à Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente; às Secretarias estaduais de Meio Ambiente dos Estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia e Mato Grosso; ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e ao Ministério da Agricultura e Pecuária;

b) análise da legislação vigente;

c) audiências públicas e reuniões técnicas.

A instauração desta Subcomissão é uma resposta direta à crescente insegurança jurídica no campo, agravada por recentes ações do Ibama. O órgão ambiental publicou uma série de editais de notificação, que resultaram no embargo coletivo de mais de 4 mil propriedades rurais nos Estados do Acre, Pará, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso. Tais medidas apresentam graves indícios de inconstitucionalidade.

Os principais pontos de questionamento, que fundamentam o objeto de trabalho desta Subcomissão, são:

a) violação ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa – aliás, o que não é nenhuma novidade aqui no nosso país, não é, Presidente?;

b) embargo indiscriminado e desproporcional;

c) insegurança jurídica e bloqueio econômico;

d) a problemática do Cadastro Ambiental Rural.

Nesse cenário, a atuação da Comissão é fundamental para fiscalizar os atos do poder público, avaliar a necessidade de aprimoramento da legislação vigente e mediar soluções que conciliem a produção de alimentos com a sustentabilidade ambiental, garantindo o cumprimento da função social da propriedade.

O cronograma de atividades estabelecido para os próximos 180 dias prevê que, ao longo deste mês de julho, teremos a apresentação do plano de trabalho e votação, na Comissão, dos requerimentos de informações.

Ao longo do mês de agosto, a audiência pública nº 1, tratando do marco legal dos embargos e a visão dos órgãos de controle e fiscalização. Nessa audiência teríamos representantes da Abema; do Ministério Público Federal; juristas e especialistas em direito ambiental e agrário; e o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

No mês de setembro, a audiência pública nº 2, sobre os impactos dos embargos no setor produtivo e a necessidade da análise do CAR, com a presença de representante da CNA; da Aprosoja;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das Federações de Agricultura dos estados afetados; produtores rurais embargados; e representantes das Secretarias de Meio Ambiente dos estados afetados pelos editais.

Ao longo dos meses de outubro e novembro, análise das informações coletadas e elaboração da minuta do relatório final e de proposituras legislativas relativas ao tema. É um trabalho interno do Relator e da assessoria da Comissão.

E, no mês de dezembro, apresentaremos, para discussão e votação, o relatório final da Subcomissão.

Resultados esperados:

a) diagnóstico preciso do quadro atual das terras embargadas;

b) identificação de falhas ou distorções nos procedimentos de embargo;

c) contribuição para o aprimoramento da atuação do Ibama e dos mecanismos de regularização fundiária;

d) propostas de legislação e políticas públicas para conciliar proteção ambiental e desenvolvimento sustentável.

Considerações finais.

Esta Subcomissão atuará com o firme propósito de buscar o equilíbrio entre a proteção ambiental e o desenvolvimento socioeconômico sustentável. É fundamental que a atuação do Estado seja pautada pela legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, garantindo aos produtores rurais o direito à propriedade e ao devido processo legal, pilares essenciais para a estabilidade e o progresso do agronegócio brasileiro e para a pacificação no campo.

Assinam o Presidente, o Senador Jaime Bagattoli, e este Relator que lhes fala.

É o relatório aí para o plano de trabalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Mourão, pela leitura, pela sua relatoria.

Lido o trabalho, coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o plano de trabalho.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Pela ordem, Presidente.

Quero apenas fazer um comentário no sentido de que a gente precisa tomar conta disso. Esse é um tema que está destruindo o produtor rural, principalmente na Região Amazônica. Ainda há pouco, a gente comentava aqui sobre a questão da economia, quando falava da frente parlamentar em defesa da exploração do petróleo lá na costa, na Margem Equatorial.

O meu Estado do Pará, para quem não conhece, é alguma coisa fantástica, mas lamentavelmente é o estado que hoje mais tem a incidência da insegurança alimentar – chama-se fome. Fome tem um nome bonito que é insegurança alimentar, dividida em moderada e grave. Nós somos os campeões nas duas faixas, na moderada e na grave. Como é que acontece um negócio desses? Qual é o milagre? Tem um estado em que chove, que tem terra boa, que tem tudo e que tem uma vasta população passando fome. Está aí o problema. O Banco Mundial, o IBGE e todo mundo que faz pesquisa falam de falta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regularização fundiária e problemas ambientais. Quando a pessoa perde a terrinha na zona rural e vem para as periferias das cidades, ali, se tiver dinheiro, come; se não tiver, não come.

E a gente está assistindo a isso acontecer. E não é por aí a vida. Esta Casa precisa reagir como a Casa da representação dos estados brasileiros. Eu estou falando do meu, cada um aqui sabe dos seus problemas. Rondônia, com certeza, não é muito diferente, tem suas dificuldades. Lá em Rondônia, a carteira de trabalho assinada é maior do que o Bolsa Família, mas no Pará não: o Bolsa Família está lá em cima, enquanto a carteira assinada está aqui embaixo. Até nisso, o problema econômico é muito sério.

A gente precisa trabalhar. Fazer a produção com sustentabilidade é obrigação. Agora, permitir que a fome, que a pobreza, e que a miséria tomem conta das famílias pelo fato de estarmos aqui, como um indiano, adorando a vaca, passando fome, isso é inconcebível. A gente precisa tomar posição.

Estou membro, estou junto e eu quero me somar ao esforço.

Parabéns pelo plano de trabalho bonito, positivo.

A gente precisa fazer isso com toda a dedicação para que, em cima do diagnóstico que foi montado, a gente possa trabalhar. Brincadeiras à parte, nós não podemos sacrificar a população tão grande da Amazônia, de quase 30 milhões de habitantes, ao bel-prazer de concepções ideológicas malucas, não é? "Porque eu penso assim, todo mundo tem que se submeter a isso." E aí deixar a miséria tomar conta de uma região tão bonita, tão boa. Nós temos que viver na Amazônia, trabalhar pela sustentabilidade, mas precisamos de vida digna, no mínimo, para nossa população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Zequinha Marinho, pela sua colocação.

Eu quero dizer que é de tanta importância esta Subcomissão, para nós discutirmos essas situações dos embargos!

Estão aqui hoje, vieram aqui nos prestigiar: o Adair Menegol, que é da Aprosoja da nossa Rondônia – levante-se aí, Adair; obrigado –; o Thiago Rocha, que é da Aprosoja do Mato Grosso – todo mundo conhece, fica aqui em Brasília –; o Anaximandro, da Aprosoja do Mato Grosso; e também o Gilvaneo, Secretário de Agricultura lá do meu Município de Vilhena – não sei se ele já chegou aí, se já está aí.

Quero dizer para vocês que é tão grave essa situação nossa dos embargos, principalmente – viu, Senador Zequinha? – essa situação, Senador Mourão, de quando o Ibama começou a multar, a levar esses embargos por imagem de satélite, através de imagem de satélite. Esse foi o grande problema que agora aconteceu, porque, só na capital, só em Porto Velho, nós temos quase 900 propriedades embargadas por imagem de satélite, só na capital Porto Velho, porque começaram pela capital. E o problema maior é que, quando embargam uma, duas propriedades que são vizinhas, acabam acontecendo os embargos em bloco, *in loco*, que pegam todas as propriedades vizinhas. Então, essa é uma questão gravíssima que nós temos. E aí nós temos o problema, inclusive, de que estão dando um prazo para as pessoas retirarem o gado.

E quero dizer para vocês, sobre os embargos – aqui está o Adair Menegol, que sabe, que é produtor de soja também; nós temos diversos casos, quem é produtor de soja sabe disto –, que as *tradings*... Pelo menos uma coisa respeitam, Zequinha. Tem o polígono, onde, se tem uma área lá de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

100ha de que foram embargados 10ha – em 10ha se cometeu uma infração –, mesmo se você não plantar nesses 10ha, dos outros 90ha ainda continuam comprando. E agora, e as pessoas que mexem com o gado de leite, com o gadinho de corte, os pequenos produtores? Esses não têm saída, porque a área é totalmente embargada, principalmente embargam o próprio CPF do produtor.

Então, essa situação nós temos que discutir. É uma missão que nós temos, é do Congresso Nacional, é do Senado, é da Câmara dos Deputados. Nós precisamos resolver essa situação; senão, nós vamos eliminar milhares de pessoas, milhares de produtores hoje que estão produzindo alimento e vão ser impedidos de produzir e vender aquilo que eles produzem.

Nesta Subcomissão, nós temos a missão e tenho certeza de que nós vamos avançar e vamos vencer essa batalha. Inclusive, eu e o Senador Zequinha estivemos, hoje de manhã, também com a Ministra Gleisi Hoffmann, que é Ministra da Secretaria de Relações Institucionais do Governo Federal, conversando com ela, explicando também essas situações, porque, além de nós termos os embargos, nós temos, só no Estado de Rondônia, 11 reservas, Senador Mourão, que foram decretadas no apagar das luzes da saída do Governo, lá em 2018. E é uma situação gravíssima também que nós temos que tentar solucionar, porque são pessoas que lá estão há 35, 40 anos, e a maioria dessas pessoas têm documento de suas propriedades. Nós vamos tentar resolver essas situações de todas essas pessoas que estão com esses problemas e com dificuldade no campo.

Encerrada a discussão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) –

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS POR PARTE DO IBAMA Nº 1, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas por Sua Excelência a Senhora Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, informações sobre: i) dados sobre o número de embargos em áreas rurais no Brasil; ii) as causas mais recorrentes para embargo de área/atividade; iii) sobre a excessiva morosidade do procedimento de desembargo após a devida comprovação de regularidade da área rural; e iv) quanto a aplicabilidade da recém-publicada IN nº 8/2024 do IBAMA.

Autoria: Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama

Observações: *Votação simbólica.*

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas informações pela Sra. Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

A iniciativa do requerimento é desta Presidência.

Votação simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 1, de 2025, CRATERRAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

(*Iniciada às 14 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia oito de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Jayme Campos, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Otto Alencar, Mara Gabrilli, Leila Barros, Beto Faro, Paulo Paim, Jaques Wagner, Augusta Brito, Tereza Cristina, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Astronauta Marcos Pontes, Sérgio Petecão e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Zequinha Marinho, Eliziane Gama, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4121, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com o objetivo de dispor sobre a logística reversa de veículos automotores, e a Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, que estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil e institui o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística, para criar requisitos referentes à reciclagem de veículos automotores." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2076, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para dispor sobre a obrigatoriedade do registro de antecedentes sancionatórios e declaração de inidoneidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para prever a responsabilização penal das consultorias ambientais e a declaração de inidoneidade como sanção administrativa." **Autoria:** CPI DA BRASKEM. **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5079, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para estabelecer a aplicação obrigatória de parcela dos recursos do Fundo Social na conservação florestal da Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3492, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Nacional de incentivos ao uso de aquecedores solares de água para uso em residências." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta, bem como pela aprovação da Emenda nº 1-T e pela rejeição das demais emendas. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/08

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de julho de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Aviso 641, de 2025, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do acórdão referente ao processo de que trata a representação formulada pela Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico sobre auditoria de natureza operacional para avaliar o processo sancionador ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Ofício 9.133, de 2025, do STJ, que comunica decisão de realização de consulta e audiências públicas no andamento de recurso especial naquele tribunal, para determinar competências para a possibilidade de exploração de gás e óleo de fontes não renováveis via fraturamento hidráulico. O tribunal comunica que abriu inscrições para entidades interessadas apresentarem exposições técnicas e doutrinárias em uma audiência pública para subsidiar a solução da questão jurídica.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa 12 da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião, realizada no dia 1º de julho de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Hoje esta Comissão vai deliberar apenas sobre o item 1, que é o Projeto de Lei 4.121, de autoria do Senador Confúcio Moura, a quem eu quero aqui render minhas homenagens, minha admiração, apreço e carinho pelo trabalho que vem sempre desenvolvendo no Senado Federal e que muito orgulha a política brasileira.

Muito obrigado pela presença de V. Exa. e pela autoria desse projeto de lei de fundamental importância. Vamos ficar no aguardo da Relatora Senadora Tereza Cristina, que já está a caminho da Comissão, para deliberar sobre esse assunto.

Como nós estamos aqui aguardando a Senadora, eu só queria fazer uma breve reflexão. Mesmo não tendo pertinência legislativa aqui com esta Comissão, Senador Confúcio, eu fico extremamente reflexivo, porque vi uma pesquisa da Quest falando que 70% dos Deputados Federais são contra acabar com a escala 6x1 – 70% dos Deputados Federais são contra acabar com a escala 6x1. Quer dizer, na hora de a gente taxar as grandes fortunas, também o Congresso não quer taxar. Isso está lá no art. 153, inciso VII, da Constituição Federal, desde o dia 5 de outubro de 1988: compete à União taxar, tributar grandes fortunas. Nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando de bilionários, enquanto você vê um trabalhador ganhando R$1.518, um trabalhador renunciando ao seu bem-estar com sua família, tendo que trabalhar em uma escala que é uma redução à condição análoga de escravo de 6x1. E nós Parlamentares, que representamos o povo...

A mesma pesquisa demonstra que os Parlamentares são contra acabar com a escala e que a população é a favor de acabar com ela. Ora, mas como fica? Não é contraditório? Não é contraproducente? Quer dizer, o Parlamento não quer acabar com a escala 6x1, nós não enfrentamos aqui o tema dos supersalários e dos penduricalhos... Teto é teto. Nós temos servidores públicos aqui – para ser mais preciso, 20 mil servidores públicos –, no país, ganhando, por mês, R$100 mil, R$200 mil, R$300 mil, R$500 mil, e nós temos professores que nem o piso de R$4,8 mil, para trabalhar 40 horas semanais, ganham.

No meu Estado do Espírito Santo, um professor da educação básica não ganha o piso de um professor. Nós aprovamos o piso do enfermeiro – que o Supremo, infelizmente, desmantelou –, que eles não ganham. Quer dizer, nós não regulamentamos e taxamos as *bets*, nós não taxamos os bilionários, nós não taxamos os banqueiros, mas legislamos, de forma contundente, contra a camada economicamente menos favorecida.

Eu não consigo entender, porque, quando eu me predispus a ser Senador – e eu nunca ocupei um cargo político –, eu entendi e aprendi que todo poder emana do povo e deve ser exercido por nós, seus representantes, mas nós temos que atender ao interesse da população. Então, por que nós não enfrentamos o tema dos supersalários? Por que nós não enfrentamos o tema de se taxarem os bilionários e as grandes fortunas? Por que nós não enfrentamos o tema de efetivamente se taxarem os banqueiros? Por que nós não acabamos com a famigerada escala 6x1? Agora é fácil – é fácil! – você legislar contra uma camada economicamente menos favorecida.

Então, por isso é que eu acho que é sempre uma contradição falar assim: o Congresso Nacional representa a população. Isso está longe de ser uma realidade. Esta Casa aqui representa castas, camadas, interesses, interesses que não estão aí no dia a dia. Não são os interesses dos pobres, não são os interesses dos pretos, dos pardos, dos indígenas, dos quilombolas, das mulheres, das pessoas com deficiência. Não são. Dessas pessoas, que são a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande massa da população brasileira, eu ouço falar, e não têm representatividade nenhuma aqui. Nenhuma! Na grande maioria, o que é que nós estamos aqui fazendo?

Então, quando eu vejo esta aqui que não quer taxar grandes fortunas, não quer acabar com a escala 6x1, não quer acabar com supersalários...

Mas aí se age de forma contundente: minha gente, o que aconteceu com a CLT foi criminoso. Nós tivemos uma reforma trabalhista que acabou... E uma reforma da previdência... O senhor sabe muito bem disto: hoje passou a ser uma missão impossível um trabalhador se aposentar pelo regime da Previdência Social. Contribuir 40 anos? Um homem de meia idade, de 50 anos de idade, que está no mercado formal, com carteira assinada, e que é mandado embora não volta para o mercado de trabalho. Acabou a possibilidade disso.

Aí nós temos determinados servidores... Eu já citei isto aqui porque é público, com todo o respeito a juízes e promotores, mas há uma resolução do CNJ falando que, a cada três dias que um juiz ou um promotor trabalha, ele ganha um. E aí eles vendem esse um dia a mais, e não entra, não incide Imposto de Renda. Então, aí, entram os penduricalhos e R$100 mil, R$200 mil, R$300 mil, R$400 mil por mês!

Eu não consigo... Eu tenho... Se há uma coisa que meu pai, motorista de ônibus, e minha mãe, semialfabetizada, me deram foi vergonha na cara. Eu não consigo olhar para um trabalhador, eu não consigo olhar e falar assim: "Olha, você trabalha 40 horas semanais, você tem uma escala 6x1, você ganha R$1.518, e tem servidores no Brasil que só de tíquete-alimentação ganham R$4 mil". E temos professores da rede pública estadual ou municipal que não ganham o piso de um professor! Eu não seria nada se não fossem meus professores – eu não seria nada! E o que é que nós estamos fazendo para a educação?

Aí quando eu vejo... E me desculpem o desabafo nesta Comissão, mas é porque eu não consigo perder a minha capacidade de indignação. Saber que, na Câmara dos Deputados, 70% são contra acabar com a escala 6x1... Percorram o dia a dia e vão se colocar... Qual a dignidade da pessoa humana? Isso está... Eu sou professor de Direito Penal, isso é redução à condição análoga à de escravo, prevista no art. 148. Não tem como, você está renunciando a seu espaço com sua família, com seus filhos, seu dia a dia, seu bem-estar, para ganhar R$1.518 por mês! E a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente aqui, não: tema dos supersalários, não se pode nem tocar no assunto; acabar com a escala 6x1, nem pensar; taxar os super-ricos, bilionários, não podemos também, não!

Agora é fácil – é fácil! – agir de forma contundente contra uma camada que não tem aqui voz, vez e que não tem a possibilidade de falar: "Olha, eu preciso ter dignidade". Porque um dos princípios que está na nossa Constituição Federal, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é promover o bem-estar de todos. Isso não sou eu que estou dizendo, minha gente. Isso está no art. 6º da Constituição Federal. São direitos sociais: o direito à educação, à saúde, à moradia, ao lazer, ao vestuário, à higiene, à previdência, ao trabalho. E nós temos hoje precarização da relação trabalhista, uberização da relação trabalhista. Eu ando muito de Uber aqui em Brasília ou no Espírito Santo. Quando eu vejo uma motorista, mulher, de Uber – outro dia, eu peguei, ela estava grávida –, eu fico imaginando: coitada dessa mulher. Quando ela ganhar neném, não vai ter assistência de absolutamente ninguém, de absolutamente ninguém.

Está na própria Constituição Federal, no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, desde o dia 5 de outubro de 1988, que compete à União instituir um salário-mínimo digno, capaz de suprir as suas necessidades da família com saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestuário, higiene, e nós temos um mísero salário de R$1.518, quando o próprio Dieese estabelece que, para você cumprir a determinação constitucional, esse salário tinha que ser de mais de R$5 mil.

Todos somos iguais perante a lei, essa é a premissa constitucional. Mas será que a gente... Eu fico assim, me perdoem mais uma vez... Eu acho que nós Parlamentares não podemos perder essa capacidade de indignação e nós temos que entender que nós representamos a população. A mesma pesquisa que aponta que 70% da população brasileira é favorável a acabar com a escala 6x1... É contraditório, se 70% dos Parlamentares que representam a população são contra. E são contra se acabar com os supersalários. Quem aqui, em sã consciência, no Brasil de tantos desiguais, acha razoável um servidor público ganhar R$100 mil por mês, todo mês, R$200 mil, por mês? Quem aqui, em sã consciência, acha razoável um professor não ganhar R$4,8 mil, que é o piso de um professor, e determinados servidores aqui, na União, ganharem, só de tíquete-alimentação, mais de R$3 mil, R$4 mil. É quase... Só o tíquete-alimentação deles é o salário de um professor. Olha quanto ganha um guarda municipal! Olha quanto ganha um policial militar! Olha quanto ganha um agente de trânsito! Olha quanto ganha um técnico de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfermagem, que está lidando com o principal bem jurídico, que é a vida! E o servidor da segurança, lidando com a liberdade! E nós aqui...

Às vezes, a sensação que eu tenho quando venho para o Senado, parece, é de sabe o quê, Senador Confúcio? O senhor me perdoe a ironia: parece que a gente vive num país de Alice, no país das maravilhas, é Alice no país das maravilhas. Tem um trecho do livro em que ele fala assim: "Me ensine a sair daqui", e o gato retruca: "Mas para onde você quer ir?", e ele fala: "Ah, não importa", "Então, não importa o caminho que você deva tomar", ele sentencia.

Qual é o caminho que nós queremos tomar no Senado Federal? É o caminho, efetivamente, que diz que o poder emana do povo e deve ser representado por nós, seus representantes, para atender e para diminuir a desigualdade? Porque o que me motiva a estar na política é algo que é como se arranhasse minha alma todo dia: o que é que eu posso fazer para diminuir o abismo existente entre os milhões de pobres e a concentração de riqueza na mão de tão poucos? O que é que eu posso fazer para dar vida, vez e voz ao art. 6º, que diz que são direitos sociais o direito à educação, saúde, moradia, lazer, vestuário, higiene? O que é que eu posso fazer para falar que todo trabalhador tem direito a um salário digno, de acordo com a extensão e complexidade? O que é que eu posso fazer para acabar com essa famigerada escala 6x1?

É cômodo – é cômodo – para determinados servidores, tendo recesso duas vezes no ano, além das férias, não trabalhando 40 horas semanais, ganhando salários exorbitantes, enquanto um professor não ganha o piso de um professor, enquanto um policial fica se submetendo a toda sorte de infortúnio! Eu fui delegado de polícia. Vá defender a população nos bairros de alto índice de vulnerabilidade, de violência e você vai ver o que é, vai ver como é que atinge a capacidade do policial, no aspecto da doença, da sua saúde mental.

E aí a gente fala assim: "Não, não podemos aqui falar em supersalários, não podemos aqui taxar grandes fortunas, não podemos taxar as *bets*, não podemos regular as *bets*, não podemos taxar os banqueiros...". Ah, então, este Congresso, infelizmente, não representa o povo brasileiro; este Congresso representa um país em que uns são mais iguais que outros. Eu acho que é por isso que eu fico assim... A cada dia que eu venho para o Senado, eu tento falar: "Meu Deus, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu posso fazer?". Eu estou fazendo, eu estou denunciando – diuturnamente estou denunciando –, mas às vezes eu me sinto um tanto quanto solitário nesta Casa.

Uma coisa que eu aprendi, em pouco tempo, como político: eu acho que, na política, não há um espaço para covardes. Você tem que ter lado. Eu tenho a plena convicção do lado que eu escolhi – eu tenho a plena convicção do lado que eu escolhi.

Uma ocasião... Eu não canso de falar do vídeo a que eu assisti do Padre Júlio Lancellotti. Uma vez, ele falou assim: "Eu não luto para vencer, eu sei que eu vou perder, mas eu luto para ser fiel até o fim". Eu tenho a plena convicção do lado que eu escolhi, mas eu não quero mudar de lado – eu não quero mudar de lado. Enquanto Deus me der vida, vez e voz, dignamente representando o Estado do Espírito Santo, a quem eu agradeço, e eu tiver força e legitimidade, eu estarei aqui denunciando que esta Casa, infelizmente, não atende a premissa constitucional de que todos somos iguais perante a lei, independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual ou pessoa com deficiência.

Desculpa o desabafo, mas eu não poderia perder a oportunidade, já que estamos aguardando a Senadora Tereza Cristina, de manifestar essa minha indignação – indignação – com essa desigualdade.

Eu vejo aqui... Eu fui professor de Direito Penal – vou concluir...

É fácil... Eu faço este desafio aqui: por que nós políticos não aprovamos que os crimes contra a ordem tributária, crimes contra o sistema financeiro, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, concussão passem a ser crimes hediondos? Por que, quando um político é condenado a 300, 400 anos de reclusão, como nós temos, vem a Justiça e concede prisão domiciliar? Eu trabalhei na vara de execuções penais: percorra o sistema prisional que você vai ver um bando de pobre condenado, morrendo dentro do sistema prisional, e não é dada prisão domiciliar. Por que, quando um político é condenado por corrupção, que é a coisa mais rara, aí se concede prisão domiciliar?

Eu faço um desafio aqui. Consulte o Ministério da Justiça sobre qual o percentual da população carcerária que hoje está cumprindo pena por corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, crimes contra a ordem tributária, crimes contra o sistema financeiro e sonegação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscal? Você não tem, porque, infelizmente, o Estado criminaliza a pobreza e a cor da pele, porque é fácil legislar contra uma camada economicamente desfavorecida, é fácil legislar contra uma população preta – é fácil, é fácil.

Outro dia, eu, defendendo o aumento do percentual de cotas em serviço público federal, falei o seguinte: você sabe qual é a representatividade quando um embaixador negro assume uma embaixada no mundo? Ele está ali não sozinho, ele está levando milhões de pessoas. Quando um médico ou uma médica negra está atendendo? Quando uma juíza negra está ali assumindo? E ainda nós vivemos neste país totalmente desigual, racista, misógino, sexista, homofóbico e xenofóbico.

Desculpem-me o desabafo.

Com a palavra o Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Pela ordem.) – Senador Presidente, eu ter que... Eu tenho uma agenda na TV Senado, agora para as 10h, eu não vou poder aguardar a Senadora, mas eu quero também, assim, concordar com o seu desabafo, que é um "desabafo", entre aspas, que não é desabafo, né? Na realidade é um sentimento verdadeiro. O que a gente pode observar é que se termina ficando aqui mais nos desabafos e na retórica. A gente fala, faz os discursos bonitos, mas não consegue ver, verificar, assim, o resultado do que a gente pensa na realidade.

E aqui, a gente observa – desde a década de 90 que eu circulo aqui pelo Congresso – o poder do *lobby*. Quando tem um projeto que realmente vem provocar alguma alteração nessas camadas importantes, que V. Exa. relatou aí, sobre o sistema financeiro, enfim, todos os grupos privilegiados, as grandes fortunas, aqui dentro circula um mecanismo de *lobby* muito bem estruturado. Tem indivíduos muito bem pagos, indivíduos com uma formação extraordinária, técnicos avançados para fazer o convencimento de que não é adequado fazer tributação nenhuma, que vai atrapalhar o mercado e isso e aquilo outro. E termina que até mesmo muitos – não podia expressar isto aqui publicamente – Relatores são indicados por esses grupos. Quando tem um Relator que vai macular ou alterar qualquer um desses dispositivos, inesperadamente esse Relator é substituído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que a gente observa é justamente esse poder, fora do comum, de privilégios acumulados, que vem rodando há muito tempo, e, entre eles, os incentivos fiscais. Os incentivos fiscais no Brasil, nos estados brasileiros, se for somá-los, são valores astronômicos. E as pessoas, quando postulam esses incentivos fiscais, prometem uma geração de emprego extraordinária, como muitas vezes essas indústrias automobilísticas e outras mais, para se instalarem aqui ou acolá, nessa guerra fiscal deixam de pagar ICMS e outros tributos federais, elas são incentivadas. E, com isso, esses grupos, às vezes a gente não observa no decorrer do tempo se estão cumprindo essas promessas iniciais. Muitas vezes eles não estão gerando mais emprego, eles não estão mais..., mas estão ainda mamando – não é? – na estrutura do Estado, e às vezes um incentivo que era para ser provisório fica tão perene, tão demorado... Eu não tenho este dado aqui, de quanto representa essa renúncia, não é? Isso é simplesmente estratosférico.

De outro lado, Senador Fabiano, o que eu posso dizer a V. Exa. é que eu relatei, ano passado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Eu entrei muito nos números, nos grandes números nossos orçamentários. O que eu posso dizer é que o Lula realmente, neste mandato, já está sofrendo. Mas o próximo Presidente, se for Lula ou outro, sofrerá mais.

Em 2031, o subsequente Presidente não governará, porque o Orçamento, engessado como está, vinculado... Ele é vinculado, ele realmente já tem, a cada fim de mês, a cada ano, as transferências obrigatórias, que já são automáticas, independem de Congresso, independem do próprio Presidente, esse dinheiro é transferido. Sobra hoje, até ano passado eu tinha esses números, em torno de duzentos e poucos bilhões. De um Orçamento de 3 trilhões, sobram duzentos e poucos bilhões. Aí, tirem emendas parlamentares, tirem mais, e sobra hoje para o Governo em torno de 100 bilhões para fazer tudo, tudo, desde o tapa-buraco à construção de uma escola, de uma creche... É só observar.

Agora mesmo, recentemente, o FNDE licitou 1,5 mil ônibus para o Brasil inteiro. Nós temos 5,7 mil e poucos municípios. E tem municípios pobres que não têm o transporte escolar. Só foram 1,5 mil ônibus, significando que ele não tem dinheiro para comprar mais. Lá em Rondônia, acho que foram dois ou três para atender três municípios apenas, que eu saiba. Então, até mesmo os serviços essenciais, necessários, não estão mais sendo atendidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, lá na frente, com esses 100 bilhões... A IFI (Instituição Fiscal Independente) já projeta para 2027 uma sobra aí de 50 a 40 bilhões só para o Presidente administrar. E lá em 2031, vão sobrar em torno de 30 bilhões. Ele não consegue fazer absolutamente nada.

Ou o Congresso Nacional amadurece, ou Câmara e Senado amadurecem e realmente a gente passa a ser aqui um grupo que pensa no Brasil efetivamente, ou nós vamos entrar num colapso, assim, profetizado, anunciado. São os números, não sou eu que estou falando, não. Pode procurar qualquer economista, estudioso. Olha o Marcos Mendes, que é um menino aqui do Senado, que é uma figura extraordinária da economia brasileira, um analista econômico muito forte. Olha a Zeina Latif, também, o que ela escreve. Olha os meninos aqui da IFI (Instituição Fiscal Independente). Os números são realistas, esses números, além da dívida pública, que pode atingir, lá em 2031, 125% e, no próximo mandato, 100%, essa dívida pública que hoje está em torno de 78%, 77%...

Então, aí o senhor vai verificando as dificuldades de qualquer que seja o Presidente se não tomar uma atitude. Por isso que surge, de vez em quando, um Milei. Surge um Milei e faz um decretaço fenomenal, transformando tudo, para tentar arrumar a Argentina, no caso, lá. O objetivo era esse. E aqui, vamos ver aí para a frente? Eu acredito que nós não vamos deixar esse colapso acontecer. Ele está anunciado. Mas é preciso realmente atitudes de alguns. Se não temos o estadista, pelo menos, um "estadista", entre aspas. Acho que nós, hoje, vamos caminhando para uma disputa de populismo cada vez mais intensa. É isso que a gente está observando.

Então, eu vou pedir... Quero, primeiro, cumprimentar V. Exa. Não foi desabafo, não, foi realmente uma expressão de angústia verdadeira, de um aspecto verdadeiro da sua análise. Com os seus seis anos e pouco aqui no Senado, já deu para fazer esse diagnóstico. Isso é uma verdade insofismável que realmente está escrita nas estrelas, e a gente vai observar isso tudo.

Então, eu cumprimento V. Exa. Vou-lhe pedir licença, pois eu tenho esse compromisso. Caso ela venha, bem; se não, o senhor pode dar o destino à sessão que bem lhe convier.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Confúcio.

Mais uma vez, quero lhe agradecer e parabenizar as colocações brilhantes de V. Exa., quando fez as ponderações sobre essa reflexão por que nós temos que passar aqui no Congresso Nacional em vários aspectos, em especial aqui no Senado Federal.

Como a Senadora falou que não poderá vir aqui, então esse item vai ser retirado de pauta e entra na pauta da próxima sessão.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4121, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com o objetivo de dispor sobre a logística reversa de veículos automotores, e a Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, que estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil e institui o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística, para criar requisitos referentes à reciclagem de veículos automotores.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e doze minutos do dia cinco de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar, Mara Gabrilli, Leila Barros, Paulo Paim e Mecias de Jesus, e ainda da Senadora Zenaide Maia, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Beto Faro e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridades (leitura)**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 95, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, o nome da Senhora LARISSA OLIVEIRA RÊGO, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Vitor Eduardo de Almeida Saback, que renunciou." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 96, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, o nome da Senhora CRISTIANE COLLET BATTISTON, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Filipe de Mello Sampaio Cunha em 15 de janeiro de 2025." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 97, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, o nome do Senhor LEONARDO GÓES SILVA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/05

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de agosto de 2025.

Comunico que foi apresentado à Comissão o Ofício 511 da ANA, que encaminha, em atendimento ao estabelecido no art. 21 da Lei 12.334, o Relatório de Segurança de Barragens referente a 2024-2025. O documento, nos termos da Instrução Normativa 12 da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

A presente reunião é destinada à leitura dos relatórios de indicações de autoridades feitas pelo Poder Executivo para serem deliberadas por esta Comissão de Meio Ambiente. Lidos os relatórios, será concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Para a reunião da próxima terça-feira, 12 de agosto, os três indicados estão convocados a comparecer, para que realizemos as sabatinas e deliberações dos Plenários.

Anuncio o item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 95, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, o nome da Senhora LARISSA OLIVEIRA RÊGO, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Vitor Eduardo de Almeida Saback, que renunciou.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama para leitura do seu relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, inicialmente, eu quero dizer que é uma honra muito grande estar relatando a indicação de uma mulher para um órgão estratégico no Brasil, a ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico).

E eu sempre digo que, quando nós temos uma mulher... E eu falava agora há pouco aqui com a Lorena, que é indicada para a Autoridade de Segurança Nuclear, que eu fico tão feliz quando eu vejo uma indicação de uma mulher, Paim. Eu sempre digo o seguinte quando eu a recebo: "Você é muito boa". Porque a gente ter mulher ocupando posições estratégicas, em cargos de órgão de cúpula no Brasil... Infelizmente, ainda é uma participação muito escassa. Então a mulher tem que se superar, ela tem que se destacar e, em geral, se destacar de fato pela sua qualidade técnica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu inicio já deixando os meus cumprimentos à Larissa Rêgo, de quem lerei o relatório, e à Dra. Lorena, que também é uma das indicadas, ainda não tendo a indicação de uma Relatora. Mas eu acredito e espero até que seja também uma mulher, porque acho que é uma homenagem às mulheres brasileiras.

Vou ao parecer, Presidente.

Da Comissão de Meio Ambiente, sobre a Mensagem nº 95, de 2024, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, o nome da Sra. Larissa Oliveira Rêgo para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), na vaga decorrente do término do mandato de Vitor Eduardo de Almeida Saback, que renunciou.

Com base no art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei 9.984, de 17 de julho de 2000, e com o art. 5º da Lei 9.986, de 18 de julho de 2000, o Presidente da República, mediante a Mensagem nº 95, de 2024 – Mensagem nº 1.623, de 2024, na origem –, submete à apreciação do Senado Federal o nome da Sra. Larissa Oliveira Rêgo para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), na vaga decorrente do término do mandato de Vitor Eduardo de Almeida Saback.

Nos termos do art. 9º da Lei 9.984, de 2000, a Diretoria Colegiada da ANA é composta por cinco membros, dos quais um diretor-presidente, nomeados pelo Presidente da República para mandatos não coincidentes de cinco anos, vedada a recondução.

A nomeação dos integrantes da Diretoria Colegiada da ANA deve observar o disposto no art. 5º da Lei 9.986, de 2000, segundo o qual os indicados devem ser brasileiros, de reputação ilibada e de notório conhecimento no campo de sua especialidade, devendo atender aos requisitos específicos de experiência profissional e formação acadêmica compatível.

É competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha dos titulares dos cargos públicos que a lei determinar, nos termos do art. 52, III, "f", da Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O exame da presente indicação compete, de acordo com o art. 102-F, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, à Comissão de Meio Ambiente. O procedimento de análise deve observar, ainda, o disposto no art. 383 do Risf, que detalha os documentos, declarações e demais manifestações que devem instruir o processo de apreciação de autoridades indicadas nos termos do art. 52, III e IV, da Constituição Federal.

A indicada ocupa desde maio de 2023 o cargo de Diretora do Departamento de Irrigação da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Também atuou como Coordenadora na Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Anteriormente, ocupou outros cargos de direção, como Secretária Adjunta da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, Diretora do Departamento de Políticas de Cadastro e Regularização Fundiária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ouvidora Nacional dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos. Foi, ainda, assessora no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e membro da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas Federais Rurais.

De acordo com o currículo apresentado, ela é graduada em Direito pela Universidade Potiguar e mestranda em Políticas Públicas e Governo na Fundação Getúlio Vargas, tendo publicado artigos e proferido palestras sobre recursos hídricos, irrigação e agricultura, entre outros temas.

A documentação apresentada atende a exigência de experiência profissional contida no art. 5º, I, "b", da Lei nº 9.986, de 2000, e de formação acadêmica compatível com o cargo.

No tocante ao art. 383 do Regimento do Senado, a indicada juntou as declarações previstas, incluindo informações sobre parentesco; participação societária; regularização fiscal; existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu; e atuação em juízos, tribunais, conselhos de administração de estatais e agências reguladoras. Também apresentou certidões negativas de débitos.

Finalmente, a indicada apresentou argumentação escrita em que relata experiência de mais de 12 anos no serviço público e destaca a "participação ativa na formulação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implementação de políticas públicas e ações estratégicas relacionadas à gestão eficiente dos recursos hídricos, com foco na garantia da segurança hídrica e na otimização do uso sustentável da água".

Diante do exposto, tendo em conta a documentação apresentada e a qualificação profissional da indicada, consideramos que esta Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação da Sra. Larissa Oliveira Rêgo para o exercício do cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

É esse o relatório, Presidente.

E, mais uma vez, os meus cumprimentos à Larissa Rêgo, por ser mulher, por ser nordestina, por ser brasileira e por trabalhar, naturalmente, na defesa do meio ambiente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, querida Senadora Eliziane Gama.

Para mim é sempre uma alegria recebê-la e ter V. Exa. como colega nesta legislatura. Saiba que a sua postura como Parlamentar, como Senadora, dignifica, e muito, a honrada classe da política e de todas as mulheres. Eu fico, assim, muito feliz quando eu vejo uma Parlamentar atuante e denunciando, né? Eu acho que Platão falava que a sabedoria está na repetição – acho que constantemente a gente tem que falar isso.

E as lutas das mulheres não vêm... É uma coisa assim tão visível, tão palpável, porque, desde o dia 5 de outubro de 1988, está escrito na Constituição que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações", mas essa igualdade está longe de ser uma realidade. Eu costumo dar o exemplo do funcionalismo público, Senador Paulo Paim: às vezes, a concorrência é pública, ela é igualitária – e tudo bem –, mas, para se alcançar os cargos de promoção ou de direção, pouco isso acontece, né? E sempre se tenta desqualificar o lado profissional de uma pessoa, atacando muitas vezes o gênero daquela pessoa.

Então, parabéns pelo brilhante relatório, parabéns à indicada! E desejo muita serenidade, equilíbrio, sobriedade e que entenda que a Agência Nacional de Águas é uma instituição de Estado em defesa daquilo que a gente tem como premissa maior: a defesa do meio ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como direito humano essencial e como um direito constitucional, previsto no art. 225 da Constituição Federal.

Concedo vista coletiva.

Nos termos do art. 383, o presente relatório será submetido à vista coletiva, e na próxima reunião será feita a sabatina e a deliberação da indicação apresentada.

Anuncio o item 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 96, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, o nome da Senhora CRISTIANE COLLET BATTISTON, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Filipe de Mello Sampaio Cunha em 15 de janeiro de 2025.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura de seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Fabiano Contarato; Senadora Eliziane Gama, que expôs aqui o seu ponto de vista em relação... o relatório, o que ela fez com muita competência; ladeado também aqui pelo Senador Jayme Campos, cumprimento-os.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Eliziane Gama, eu me sinto homenageado, porque eu fui indicado para ser Relator de uma mulher. E aqui V. Exa. discorreu muito bem, colocando a importância de as mulheres estarem nos postos de proa, como a gente fala, no topo, e de elas estarem em destaque. Eu tenho certeza de que... Quando a Bancada Feminina, Senador Contarato, foi criada, eu dizia... Ela foi uma das primeiras Líderes da Bancada Feminina, não?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Sim, sim. Fui a segunda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Foi a segunda. Aí eu disse: "Eu não posso fazer parte dessa bancada, porque essa bancada é a que mais vota com a questão social".

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Toda vez que na Comissão de Direitos Humanos, quando eu a presidia, Contarato – deixo este depoimento aqui, lá as mulheres são 70% e continuam aparecendo ainda –, dava problema, diziam: "Chame-nos que a gente vai lá e resolve". Então fica aqui o meu carinho e o meu respeito pela Bancada Feminina, na figura da Senadora Eliziane Gama.

Presidente, vamos ao relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Meio Ambiente a Mensagem nº 96, de 2024 – Mensagem 1.624, de 16 de dezembro de 2024, na origem –, em que o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome da Sra. Cristiane Collet Battiston para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, na vaga decorrente do final do mandato do Sr. Filipe de Mello Sampaio Cunha.

O objeto desta mensagem cumpre o que determina o art. 52, III, "f", da Constituição Federal, que atribui a esta Câmara Alta a competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar. Cumpre, também, o disposto no art. 5º da Lei 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos nas agências reguladoras, o qual impõe que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretores dessas agências sejam brasileiros, indicados pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação por esta Casa, o Senado Federal.

Segundo a mensagem, a indicada "atende aos critérios do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, e aos requisitos dispostos no art. 15 do mesmo diploma legal, quais sejam: idoneidade moral e reputação ilibada; perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo ou a função para o qual tenha sido indicado; e não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990".

Acompanham a mensagem os documentos e informações especificados nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que trata da apreciação desta Casa sobre a escolha de autoridades.

O *curriculum vitae* da indicada, anexado à mensagem, registra que a Sra. Cristiane Collet Battiston graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e concluiu Mestrado e Doutorado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No doutorado, realizou um período na modalidade Doutorado Sanduíche na Universidade da Califórnia, em Davis, no Estado da Califórnia (Estados Unidos).

A indicada tem vasta experiência profissional na matéria de recursos hídricos e, desde 2023, exerce a função de Secretária Adjunta de Recursos Hídricos da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República. Nessa função, exerce atividades de articulação, coordenação, planejamento e monitoramento de empreendimentos de infraestrutura hídrica, acesso a água e revitalização de bacias hidrográficas, além de assessoramento superior em articulação interinstitucional e interfederativa e na gestão do programa de investimentos do Governo Federal.

De 2020 a 2022, foi Coordenadora-Geral de Gestão Integrada da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica no Ministério do Desenvolvimento Regional. De 2017 a 2019, a Sra. Cristiane Collet Battiston atuou como Coordenadora-Geral de Recursos Hídricos, Saneamento e Prevenção em Áreas de Risco, órgão da Secretaria de Desenvolvimento e Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Nesse mesmo ministério, atuou, de 2015 a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2016, como Coordenadora-Geral de Recursos Hídricos e Mobilidade Urbana na Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Entre 2012 e 2014, a indicada exerceu a função de Coordenadora-Chefe de Planejamento e Gestão na Casa Civil do Governo do DF, com destacada atuação na implementação de empreendimentos prioritários do PAC.

Atuou ainda no MPOG, entre 2010 e 2012, como Gerente de Projetos da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. No setor privado, atuou, de 2005 a 2006, na empresa Magna Engenharia, como engenheira civil, destacando-se, como principais atividades, serviços técnicos especializados de elaboração de estudos de concepção e projetos executivos de sistemas de abastecimento de água, na divisão de saneamento da empresa.

A Sra. Cristiane Collet Battiston atuou como membro em diversos conselhos e comitês destacando-se: o Comitê de Assessoramento Estratégico da Fundação Parque Tecnológico Itaipu, entre 2021 e 2022; como Conselheira do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, entre 2015 e 2018, bem como no período de 2020 a 2022; e na Câmara Técnica de Segurança de Barragens, entre 2020 e 2022, atuando como Coordenadora dessa Câmara entre fevereiro de 2020 e fevereiro de 2021.

Além de vasta experiência profissional em recursos hídricos, notadamente no setor público, a indicada tem destacada produção acadêmica, com dezenas de trabalhos publicados em anais de congressos científicos, capítulos de livros e artigos completos em periódicos especializados.

Constam ainda em seu currículo dezenas de funções complementares em políticas públicas.

Na argumentação escrita pela indicada, exigida pelo art. 383, inciso I, alínea "c", ressalta-se sua larga experiência na gestão de recursos hídricos, demonstrada ao longo de quase 30 anos de serviços prestados na área. Sua trajetória iniciou-se em estágio ainda durante a graduação em Engenharia Civil, na Companhia de Saneamento do Paraná, quando identificou sua afinidade com esse setor, bem como sua vocação para o serviço público. A indicada informa que, desde 2009, é servidora pública federal da carreira de analista de infraestrutura, tendo sido cedida a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgãos do Governo Federal e Distrital, no exercício de funções ligadas ao setor hídrico, conforme aqui já apontamos.

Ao longo dos anos aqui resumidos em seu currículo, a Sra. Cristiane Collet Battiston afirma que participou da elaboração de diversos projetos de leis, decretos, portarias e resoluções nas áreas de recursos hídricos, saneamento, infraestrutura, segurança e infraestrutura hídrica, segurança de barragens e gestão de riscos e de desastres, inclusive conduzindo várias dessas atividades com o objetivo precípuo de aprimorar políticas públicas no sentido da melhor regulamentação e segurança jurídica.

Nos demais documentos anexados à MSF nº 96, de 2024, a indicada declara: (1) não ter parentes que exerçam ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional; (2) ter participado de sociedade empresarial nas áreas de bares, lanchonetes e varejo, de janeiro de 2021 a outubro de 2023; (3) possuir situação fiscal regular no âmbito das fazendas distrital e federal, conforme certidões e relatórios anexados; (4) não possuir ações judiciais em que figure como ré, declarando possuir ação judicial de direito do consumidor e direito civil como autora, requerente; e (5) não ter atuado, nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Além das informações anexadas à MSF nº 96, de 2024, cabe mencionar o amplo reconhecimento que a indicada tem na sua atuação com a gestão de recursos hídricos e com a regulação de serviços públicos.

Assim, tendo em vista o histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, comprovado pela documentação enviada, entendemos dispor esta Comissão de informações para deliberar sobre a nomeação da Sra. Cristiane Collet Battiston para o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Esse é o parecer, esse é o meu voto, Sr. Presidente, com muito respeito e muito carinho, à nobre indicada, Sra. Cristiane Collet Battiston, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Por tudo que li e vimos, não temos nenhuma dúvida de que ela está preparadíssima para essa função. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como vai V. Exa.? Tudo bem?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Grande Presidente!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Grande Presidente Otto Alencar, Presidente da CCJ.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Interrompi você?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, não. Eu tinha terminado, você chegou na hora certa. É com o Presidente Contarato agora.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, querido Senador Paulo Paim. Mais uma vez, quero parabenizá-lo e também manifestar minha alegria de sempre estar participando nessa legislatura com V. Exa., sempre tendo a possibilidade de repetir, olhando nos olhos do senhor, falando da importância em nossa vida. Parabéns pela relatoria, parabéns pela indicada, Sra. Cristiane Collet Battiston.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o presente relatório será submetido à vista coletiva e, na próxima reunião, será feita a sabatina e a deliberação da indicação apresentada.

Anuncio o item 3.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 97, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, o nome do Senhor LEONARDO GÓES SILVA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Relatoria: Senador Eduardo Gomes. Neste ato, está sendo designado Relator *ad hoc* meu querido Senador Campos.

Com a palavra, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, querido amigo, Senador Fabiano Contarato, colegas aqui presentes, Senador Paulo Paim, o nosso Presidente da CCJ, esse grande homem público, querido, estimado amigo particular, Otto Alencar, com a devida vênia, Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exa. a designação para ser Relator *ad hoc* dessa indicação do Leonardo Góes.

Parecer da Comissão de Meio Ambiente, sobre a Mensagem nº 97, de 2024, da Presidência da República, que submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, o nome do Sr. Leonardo Góes Silva, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos.

Submete-se ao exame desta Comissão de Meio Ambiente a indicação, encaminhada pela Presidência da República, do Sr. Leonardo Góes Silva para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), na vaga do Sr. Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos. A indicação observa o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2.000.

O objeto da MSF nº 97/2024 cumpre o que determina o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, que atribui a esta Casa a competência privativa para aprovar previamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar.

Cumpre, também, o disposto no art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos nas agências reguladoras, o qual impõe que os diretores dessas agências sejam brasileiros, de reputação ilibada e de notório conhecimento no campo de sua especialidade, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal.

A Lei nº 9.986, de 2000, ainda exige que deve ser atendido 1 (um) dos requisitos das alíneas "a", "b" e "c" do inciso I, cumulativamente ao inciso II do seu art. 5º. Tais requisitos impostos pelos incisos I e II do art. 5º da Lei nº 9.986, de 2000, também foram demonstrados: o indicado exerceu por no mínimo quatro anos cargo de confiança equivalente a DAS-4 ou superior e tem formação acadêmica compatível com o cargo, conforme veremos a seguir.

Acompanham a mensagem os documentos e informações exigidos nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Quanto a essas informações, o Sr. Leonardo Góes Silva declara: (1) não ter parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional; (2) não ter participado, em qualquer tempo, como sócio proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, sendo apenas sócio quotista da sociedade empresarial Goés Empreendimentos Imobiliários, com sede em Salvador/BA; (3) possuir situação fiscal regular no âmbito das Fazendas distrital e federal, conforme certidões e relatório anexados; (4) não possuir ações judiciais em que figure como réu ou autor, conforme declarações em anexo; e (5) não ter exercido nenhum cargo de direção em agências reguladoras ou em juízos ou tribunais, tendo atuado como Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (Cerb), de 2019 a 2022.

O *curriculum vitae* do indicado, anexado à mensagem, registra que o Sr. Leonardo Góes Silva se graduou em Engenharia Agronômica pela Universidade Federal da Bahia e é Mestre em Ciências Agrárias pela mesma instituição, além de pós-graduado em Concessões e PPPs (Master in Business Administration – MBA) pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Leonardo Góes Silva iniciou sua carreira no serviço público em 2001, como Coordenador de Defesa Sanitária Vegetal na Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia. Em 2006, assumiu o cargo de Perito Federal Agrário do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra). Durante sua atuação no Incra, ocupou os cargos de Assistente Técnico, Chefe da Divisão de Obtenção de Terras, Superintendente Regional em Sergipe (2012-2015) e Diretor de Programa (2015- 2016). Ademais, atuou como Presidente do Incra entre 2016 e 2018.

Posteriormente, entre 2019 e 2022, assumiu o cargo de Secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia. Concomitantemente, exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia, bem como de Conselheiro Permanente da Companhia Habitação e Urbanização da Bahia S/A.

Em janeiro de 2023, ocupou o cargo de Secretário da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional. De fevereiro de 2023 até os dias atuais, exerce o cargo de Presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa).

Durante sua atuação na área de saneamento, teve a responsabilidade de ter vinculada a pasta da SIHS à Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (Agersa). Enquanto Presidente da Embasa, planejou e discutiu políticas públicas em resposta às diversas transformações do setor, especialmente após a promulgação da Lei nº 14.026, de 2020, conhecida como Novo Marco Legal de Saneamento Básico. Projetos como Microrregiões de Saneamento Básico, Planos de Saneamento Básico, Normas de Referência e Tarifa Social foram fundamentais na sua atuação como dirigente das estruturas administrativas do estado.

Quanto à capacidade técnica do Sr. Leonardo Góes Silva, reforçamos ainda que o currículo do indicado relaciona sua atuação na área de saneamento e amplo conhecimento prático de políticas públicas do setor, contribuindo, no âmbito de suas atribuições, para o aprimoramento e melhoria da eficiência de programas e na gestão e coordenação de ações governamentais de saneamento básico.

Diante das informações apresentadas e da análise da documentação, verifica-se o atendimento das exigências para a instrução do processo de indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considera-se que as Sras. e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Meio Ambiente dispõem de elementos para deliberar sobre a presente indicação.

Concluindo, Sr. Presidente, eu imagino que deva ser um técnico competente, até porque o seu currículo aqui é maravilhoso. Eu espero que ele possa corresponder, com certeza, à expectativa de todos nós Senadores que fazemos parte desta Comissão para que, na próxima semana, possa ser votado.

É o relatório, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos, pela disponibilidade de proceder à relatoria como Relator *ad hoc*.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o presente relatório será submetido à vista coletiva e, na próxima reunião, será feita a sabatina e deliberação dos indicados.

Comunico que já está aberto, no Portal e-Cidadania, espaço para pessoas interessadas encaminharem perguntas e manifestações sobre a sabatina dos indicados. Informo ainda que a reunião para a realização da sabatina será realizada na próxima semana nesta Comissão do Meio Ambiente. Para participação, o endereço é senado.leg.br/ecidadania. (*Pausa.*)

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião, realizada em 8 de julho.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dez minutos do dia seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Otto Alencar, Mara Gabrilli, Pedro Chaves, Paulo Paim, Jaques Wagner e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Romário, Weverton e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Zequinha Marinho, Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Beto Faro e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 15/2025 - CMA, de autoria do Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Finalidade:** Panorama da Presidência Brasileira: COP30 no epicentro da crise climática e em defesa do multilateralismo. O evento é parte da II Cúpula Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa da América Latina e o Caribe. **Participantes:** Sra. Ana Toni, Diretora-executiva (CEO) da COP30; Senadora Edith Terenzi, Presidente da Comissão de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Argentina; e Senador Alfonso de Urresti Longton, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Mudança Climática e Bens Nacionais, Chile. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 6 de agosto de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir o Panorama da Presidência Brasileira: COP 30 no epicentro da crise climática em defesa do multilateralismo.

Informo que a tradução simultânea será feita nos canais: 2, em português; 4, em inglês; e 6, em espanhol.

O evento integra a 2ª Cúpula Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa da América Latina e do Caribe, em atenção ao Requerimento 15, de 2025, de minha autoria.

Fazem parte desta mesa: o Senador Alfonso De Urresti Longton, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Mudança Climática e Bens Nacionais do Senado da República do Chile – bem-vindo –; a Senadora Edith Terenzi, Presidente da Comissão de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Senado da Argentina – bem-vinda –; e, com participação remota, a Sra. Ana Toni, Diretora-Executiva e CEO da COP 30.

Este debate será dividido em duas partes, iniciando com o debate entre as Comissões de Meio Ambiente dos Senados brasileiro, argentino e chileno sobre o nosso papel na construção e na consolidação das importantes negociações a serem levadas à COP 30. Em seguida, ouviremos a Sra. Ana Toni sobre o papel da Presidência brasileira na COP 30.

Como sempre fazemos, esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esclareço aos colegas Parlamentares estrangeiros que aqui, no Senado Federal do Brasil, oportunizamos a qualquer cidadão ou cidadã se manifestar e participar das audiências públicas por meio do Portal e-Cidadania. Recebemos, antes e ao longo da reunião, perguntas e manifestações de cidadãos, que ficam abertas a todos, na página desta reunião. As leituras e as respostas a essas perguntas são sinalizadas e conectadas ao momento exato do vídeo da audiência, e a participação pode conceder créditos a atividades extracurriculares de diversos cursos acadêmicos no país. Recomendo que conheçam essa importante ferramenta de participação popular do Brasil.

Já temos aqui algumas manifestações. Eu vou deixar para, num momento oportuno, fazer o agradecimento às pessoas que participaram dos questionamentos pelo Portal e-Cidadania, bem como as próprias perguntas da Cepal.

Sras. e Srs. Parlamentares, colegas e convidados, servidores e servidoras desta Casa e todos que nos acompanham, primeiramente, gostaria de desejar um bom dia a todos e a todas e dar as boas-vindas aos Parlamentares de cerca de 20 países aqui presentes, assim como aos meus colegas Parlamentares brasileiros. É uma grande honra receber neste Parlamento representantes de um bloco estratégico tão importante para os desafios ambientais e sociais do nosso tempo. Compartilhamos não apenas vizinhança geográfica, mas também uma história comum, marcada por desafios estruturais, resistência dos nossos povos e uma riqueza cultural que tornam a América Latina e o Caribe uma região vibrante, diversa e profundamente conectada. Recebê-los aqui é também reconhecer que este encontro representa mais do que um compromisso institucional. É um gesto político.

O mundo vive um momento decisivo em que a cooperação entre os países do Sul Global é cada vez mais necessária para dar respostas à altura da crise que enfrentamos. Temos hoje uma oportunidade única de reafirmar o nosso papel coletivo na transformação do modelo de desenvolvimento, com base na justiça social, no equilíbrio ambiental e no respeito aos direitos das gerações futuras.

É preciso reconhecer, no entanto, as especificidades da nossa região. Apesar de contribuirmos com menos de 10% das emissões globais de gases de efeito estufa, somos uma das regiões mais vulneráveis aos impactos da mudança do clima. Essa vulnerabilidade se agrava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando olhamos para o perfil econômico ainda muito dependente da exploração de recursos naturais, para a desigualdade estrutural que marca nossas sociedades e para a baixa resiliência de muitas das nossas comunidades frente a desastres climáticos que se tornam cada vez mais frequentes e severos.

Ontem mesmo, a Cepal lançou mais um de seus relevantes estudos, reafirmando o que já encaramos todos os dias em nossos países: a América Latina e o Caribe enfrentam desafios persistentes para retomarem uma trajetória de desenvolvimento sustentável. A publicação chama a atenção para os entraves estruturais que limitam o nosso potencial, como a desigualdade social, a baixa mobilidade econômica, a concentração de riqueza e a fragilidade dos investimentos em setores estratégicos.

Diante desse quadro, torna-se cada vez mais urgente mobilizar recursos e vontades políticas para construir um modelo de crescimento que enfrente essas distorções históricas, promova justiça social, esteja alinhado à transição ecológica que o nosso tempo exige. Nesse cenário, é impossível dissociar os desafios econômicos das transformações climáticas em curso.

A crise do clima já afeta diretamente a produtividade agrícola, a segurança energética, a infraestrutura urbana e a saúde pública, setores que são pilares das economias latino-americanas e caribenhas. Adaptar-se à nova realidade climática e investir na transição para uma economia de baixo carbono não é apenas uma exigência ambiental, é uma chance concreta de transformar nossas economias, ampliando oportunidades de trabalho digno, valorizando saberes locais e construindo um modelo de desenvolvimento que una justiça social, inovação e sustentabilidade.

É nesse contexto que a COP 30 se aproxima como um marco crucial. O encontro será realizado 33 anos após a Cúpula da Terra, ou Eco 92, que aconteceu no Rio de Janeiro; 20 anos depois da adoção do Protocolo de Kyoto; e dez anos desde o Acordo de Paris.

Ao mesmo tempo que carrega um forte simbolismo histórico, a COP 30 nos lembra, com urgência, da necessidade de transformar compromissos em resultados concretos. O relógio climático corre mais rápido do que previam os cientistas. Acreditava-se que chegaríamos ao aumento médio global de 1,5ºC por volta de 2030, mas essa marca já foi atingida no último ano. O maior inimigo que enfrentamos agora é o tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto de emergência climática, a América Latina e o Caribe enfrentam ainda dois agravantes: a profunda vulnerabilidade diante da mudança do clima de vários de nossos países, em especial os insulares; e as desigualdades sociais e econômicas, que tornam mais difícil a estratégia de adaptação.

Mas, ao mesmo tempo, somos uma região com enorme potencial para liderar soluções. Temos riqueza ambiental, juventude criativa, diversidade cultural e um acúmulo de saberes tradicionais, que precisam ser valorizados nas políticas de transição.

O Brasil, ao assumir a Presidência da COP 30, aposta justamente nesse potencial. Propõe ao mundo uma mobilização multilateral, inspirada em nossos próprios valores: o mutirão – prática comum entre os nossos povos originários –, uma ação coletiva baseada na cooperação, no diálogo e na solidariedade.

Essa proposta não é apenas simbólica, ela responde a uma realidade concreta: a crise climática só será enfrentada com ações articuladas entre governos, empresas, sociedade civil e comunidades tradicionais.

Essa mudança precisa ser protagonizada por nós, países do Sul Global. É preciso desenvolver nossas próprias tecnologias e garantir que participemos de todas as etapas das cadeias de valor que envolvem essa transição.

Não basta exportar recursos naturais. Queremos e precisamos mostrar ao mundo que somos mais do que fornecedores de matéria-prima. Somos produtores de inovação, de soluções e de soberania para um futuro sustentável.

O momento exige coragem e lucidez. Vivemos uma nova realidade imposta pela emergência climática, que já afeta todas as dimensões da vida em sociedade: da saúde à educação, da cultura à infraestrutura, da economia à segurança alimentar.

Nesse contexto, os Parlamentos têm um papel essencial. É preciso revisar, aprimorar e, em muitos casos, reconstruir nossas legislações, para que estejam à altura dos desafios do nosso tempo. Isso significa incorporar a dimensão climática de forma transversal nas políticas públicas, garantindo que cada setor atue com responsabilidade ambiental, justiça social e visão de futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe a nós, legisladores, assegurar que as respostas à crise climática estejam refletidas nos marcos legais, no orçamento público e nas prioridades nacionais, com atenção especial às populações em situação de vulnerabilidade e ao fortalecimento da democracia. A transição justa não se fará apenas com metas e discursos, mas com leis eficazes, compromissos firmes e ação política articulada.

Neste Plenário, temos a representação de nossa região, de nossa diversidade. Isso, por si só, já é uma mensagem poderosa. O que construirmos juntos aqui poderá fortalecer o multilateralismo climático necessário e impulsionar a ação legislativa nos nossos países.

Que esta audiência pública seja um espaço de escuta, de articulação, de construção conjunta; que ela sirva para enviar uma mensagem clara: os Parlamentos da América Latina e do Caribe estão atentos, comprometidos e prontos para agir. Não temos tempo a perder, mas temos o que mais importa: a responsabilidade com os nossos povos; a coragem de tomar decisões difíceis; e a esperança de que, sim, é possível mudar o curso dessa história.

Muito obrigado. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Bom dia. Eu queria pedir a compreensão de todos os participantes, mas a Sra. Ana Toni avisa que não poderá permanecer por muito tempo, então ela pede a inversão. Logo, eu vou conceder a palavra para que ela se manifeste prioritariamente.

Com a palavra a Sra. Ana Toni, Diretora-Executiva da COP 30.

A SRA. ANA TONI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Contarato, muito obrigada.

Espero que me escutem bem.

Muito obrigada pelo convite. É uma honra estar de volta ao Senado com os nossos representantes do Chile e da Argentina, neste momento tão propício para este debate.

Acho que as suas palavras iniciais sobre como trazer a questão climática de forma transversal à política pública – e, eu acrescentaria, a políticas também privadas, do setor privado – é exatamente o que a gente espera que a COP 30 seja: essa grande plataforma para podermos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debater como fazer com que todas as políticas públicas entrem e façam a questão climática virar transversal.

Da perspectiva da Presidência da COP 30, nós vemos que a COP de Belém será uma COP fundamental para a gente começar a implementar, a assegurar a aceleração da implementação do Acordo de Paris.

A primeira década do Acordo de Paris nós passamos legislando, digamos assim, já que estamos nesta Casa, todos os regramentos do arcabouço legal do Acordo de Paris. Na última COP, a COP 29, esse arcabouço legal do Acordo de Paris foi finalizado, com as decisões relacionadas a mercado de carbono e a financiamento. Agora, cabe à COP 30, que acontecerá no Brasil, iniciar uma nova década – aí, uma nova década de implementação e refinamento dessa regulamentação climática.

Quais são os tópicos fundamentais que estarão na COP 30?

Primeiramente, nós temos temas mandatados pelo órgão das Nações Unidas e pelas Partes da Convenção, para que sejam refinados, e são temas muito importantes – e, eu diria, muito importantes para a América Latina, que os tem priorizado. Os dois tópicos a que eu quero dar destaque são: o tópico de transição justa e o de adaptação.

Esses dois tópicos são uma prioridade. A gente vem conversando muito com os nossos parceiros latino-americanos sobre COP 30.

E tanto a transição justa quanto o tema de adaptação têm sido vistos por todos os países da região como um tema fundamental a ser debatido na COP 30. Estão mandatados para debatamos esses temas. Então, estes serão certamente dois temas pilares na COP 30.

Um terceiro tema que é também fundamental para a região, sobre o qual a gente também vem conversando, é logicamente o tema de financiamento climático. Se queremos fazer com que o clima se torne parte transversal da política pública e da política privada, a gente precisa ter recursos para conseguir fazer isso também. E aí foi decidido na última COP que o montante que antes era de US$100 bilhões, que deveria ser mobilizado dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, se tornou US$300 bilhões. Parece que é um grande avanço, porque triplicaram os recursos, mas, na verdade, a demanda para os países em desenvolvimento é muito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito (*Falha no áudio.*) ... Os números são grandes e foi pedido que o Presidente da COP 29 e o Presidente da COP 30 trouxessem um novo relatório sobre como mobilizar 1,3 trilhões.

Esse relatório que será submetido pelos Presidentes da COP 30 e 29 não será um texto negociado, mas a gente sabe que recursos existem no planeta para lidar com as mudanças do clima, e, infelizmente, estão sendo alocados para os países desenvolvidos ou para outros temas, como a gente está vendo recentemente, com os diversos problemas de guerra, e rapidamente encontraram ali recursos para esse tipo de gasto.

Então, é necessário que a gente volte ao assunto financeiro para assegurar a mobilização de recursos de países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, tanto para as questões de mitigação, de transição energética, de proteção das nossas florestas e das pessoas que estão cuidando das nossas florestas, assim como para as ações de adaptação, que são tão importantes, pois a mudança do clima já chegou rapidamente às nossas casas.

Quero enfatizar que essa é uma COP da implementação e da aceleração, que precisa refletir a urgência da mudança do clima que a gente já está vendo em termos de enchentes, de ondas de calor e de secas, que já estão afetando a economia dos países latino-americanos de uma maneira muito grande, seja nas cidades, seja na agricultura, seja logicamente também na energia. Muitas das nossas energias vêm de hidrelétrica e com as secas a gente acaba sofrendo também, apesar da nossa abundância de fontes energéticas.

Teremos em breve, agora no final do mês, nos dias 25 e 26 de agosto, a convite do Governo do México, uma reunião com todos os ministros e ministras do meio ambiente e clima da região para discutirmos exatamente as prioridades da região para a COP 30. A gente já vem fazendo esse levantamento. Então, como eu disse, o tema de transição justa, o tema de adaptação e o tema de financiamento já são temas que claramente a região tem como prioridade, mas vamos aprofundar esses debates, agora no final do mês, no México.

Por fim, gostaria de também colocar que as COPs não são mais duas semanas de reuniões internacionais somente baseadas na negociação ou no refinamento das regulamentações internacionais. As COPs se tornaram a maior reunião das Nações Unidas, em que a presença do setor privado, dos governos subnacionais, da sociedade civil, dos movimentos sociais é fundamental. É com esta participação ativa da sociedade que a implementação vai ocorrer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, quando a gente pensa em implementação, a gente precisa que todos os atores estejam participantes do que a gente está chamando de grande mutirão global contra a mudança do clima.

Nesse (*Falha no áudio.*) ... da COP 30 (*Falha no áudio.*) ... uma agenda de ação bastante robusta para o envolvimento do setor privado, governos subnacionais e sociedade civil, em 30 objetivos-chaves. Esses 30 objetivos-chaves nós não tiramos das nossas cabeças, dos nossos desejos; a gente olhou para o que a COP 28, que foi o balanço global em que grandes acordos foram feitos também setorialmente – na área de energia: triplicar energia renovável, duplicar eficiência energética, transitar para o fim do combustível fóssil; em florestas, que é acabar com o desmatamento, reflorestamento, regeneração de terras degradadas... Todos esses tópicos que já foram acordados na COP 28 nós trouxemos para a agenda de ação, e agora estamos convocando o setor privado, os governos subnacionais e a sociedade civil para trazer soluções na implementação desses grandes objetivos.

Então, a agenda de ação da COP 30 tem essa novidade. A gente está trabalhando muito próximo dos nossos vizinhos parceiros da América Latina, no envolvimento deles, para a implementação desses grandes objetivos.

E, obviamente, como é um mutirão, isso envolve a todos. E as Casas parlamentares trazendo as soluções, com as suas legislações, é fundamental para que, a nível nacional, essas políticas andem. Então, os acordos internacionais, que são tão importantes, ficarão nos vazios se as Casas parlamentares não conseguirem refletir e agilizar as legislações necessárias e as regulamentações para que as NDCs, as contribuições nacionalmente determinadas, sejam aí implementadas. Então, o papel dos Parlamentos, dos Senados é fundamental nesse processo de implementação dos acordos internacionais.

Eu fico muito feliz que a Presidência da COP tem trabalhado de uma maneira muito próxima com o Senado brasileiro, com o Congresso brasileiro, e esperamos a participação ativa dos Parlamentares, dos Congressistas, dos Senadores na COP 30, desenvolvendo qual é o papel das Casas parlamentares na aceleração da ação climática.

Fico aqui um pouco mais, à disposição para responder a qualquer pergunta, e agradeço imensamente pelo convite. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Sra. Ana Toni, Diretora-Executiva da COP 30, por sua participação.

Neste momento, eu concedo a palavra à Senadora Edith Terenzi, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Argentina, para fazer sua manifestação em até dez minutos, por gentileza.

A SRA. EDITH TERENZI (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Oi, oi. Muito obrigada. Bom dia a todos.

Permitam-me, a princípio, agradecer claramente aos anfitriões, agradecer a você, Sr. Presidente, as boas-vindas que nos deu este país irmão, com o qual nós tivemos muita história juntos por meio dos tempos. Também, especialmente, quero agradecer à Cepal, porque graças a eles nós pudemos garantir hoje a minha participação nesta cúpula; eles tornaram possível que eu estivesse aqui, no caso. E também quero dizer que é uma honra estar em frente a todos vocês no dia de hoje.

E neste painel nós reunimos as Comissões do Meio Ambiente. Nós temos vários conceitos que foram colocados em importância para que possamos comentá-los neste espaço. Nós falamos da necessidade, em particular, de ações globais coordenadas; e eu acredito que, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, nós temos a possibilidade de levar adiante algumas referências gerais, porque, durante os painéis das distintas falas que vamos ter aqui durante dois dias, vamos então nos referir a algumas questões mais em particular. Mas, neste caso, eu gostaria de fazer uma apreciação geral, que tem a ver com como podemos, os Parlamentos, apoiar as prioridades da COP; em especial, como reforçar o multilateralismo climático e traduzir os compromissos internacionais em leis e políticas públicas. E eu queria, justamente, deter-me nesta visão ou nesta pergunta que nós temos para responder entre todos nós: como fortalecer o multilateralismo climático num contexto político tão fragmentado.

E eu aproveito a oportunidade de saber que Ana Toni está me escutando agora, que o Governo vai conhecer esta conversa, porque justamente nós falávamos de prioridades da COP 30, e acredito que eu precisaria manifestar algumas questões particulares que estão atravessando o meu país, a Argentina. Eu acredito que temos um tema-chave para os legisladores argentinos, na necessidade de fortalecer o multilateralismo climático – insisto também nessa dificuldade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contexto geopolítico. Por que eu digo isso dessa forma? Muitos de vocês saberão ou estarão notando o posicionamento que tem o atual Presidente da Argentina com relação à mudança climática. A sua postura é praticamente negacionista e considera que a mudança climática é uma falácia.

Falou-se também, durante a abertura desta cúpula, de resistência. A Argentina vai atravessar, ou está atravessando, na verdade, um tempo de resistência: um Presidente que nós acompanhamos durante muitas iniciativas, mas que nos coloca em uma situação difícil com relação a decisões que está tomando e que têm um alcance importante na questão do meio ambiental. Eu vou dar unicamente dois exemplos para que vocês possam dimensionar a magnitude da situação que enfrenta a Argentina. Por exemplo, em setembro de 2024, diante da Assembleia das Nações Unidas, o Presidente da Argentina se dissociou do Pacto do Futuro e disse que a Argentina tem que ter asas para o seu desenvolvimento sem estar sujeita ao peso indevido de decisões alheias às nossas leis. Posteriormente, em fevereiro de 2025, ao oficializar a retirada da Organização Mundial da Saúde, o Presidente argentino disse da agenda ambientalista como agenda incentivada pelo narcisismo cultural. E, nesse contexto, ele disse que estava considerando retirar a Argentina do Acordo de Paris, sendo que a Argentina o ratificou em 2016. E, a partir de 2023, as representações oficiais da Argentina, não somente, na verdade participaram de espaços que têm a ver com discussões ambientais, mas também ele se retirou deles em algum momento.

Perdão pela autorreferência. Como Presidente da Comissão de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Senado da Nação Argentina, eu devo dizer a vocês que isso é o que nos preocupa, aos legisladores, e sobretudo preocupa a grande quantidade de legisladores argentinos, porque não estamos de acordo com a visão que tem o Poder Executivo diante da mudança climática.

Por isso, acredito que o desafio que nós encaramos é muito grande. Eu precisaria que se encontrem respostas para podermos transitar no caminho de resistência, para que nos ajudem como um país integrante deste grande continente e tendo ao Brasil como Presidente dessa COP. Nós precisamos de ajuda para ver como podemos chegar a cumprir ou colaborar com as metas a partir dessa situação tão difícil que nós estamos a atravessar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta é: como trabalharíamos ou em que ou de que forma poderíamos os Parlamentos, os Poderes Legislativos avançar e sustentar as nossas prioridades quando nós temos disparidades com os nossos Executivos? Essas seriam as primeiras perguntas que eu deixaria aqui colocada para a COP. E, além disso – isto é importante porque, além da resistência, eu falo de refúgio aqui, na verdade –, na Argentina, nós precisamos buscar um refúgio para levar adiante essa política pública, ou seja, como vamos, então, tentar chegar ao subnacional, às províncias, aos territórios, porque, realmente, as crises se desenvolvem diante dos territórios; mas também os territórios têm respostas, porque vocês sabem que a Argentina é um país federal. As províncias, nessa organização subnacional, são donas dos seus recursos naturais pela Constituição nacional, a partir da reforma do ano de 1994. Então, eu acredito que, nessa ideia de refúgio, de resistência, nós precisamos – é algo que também eu vou pedir a vocês; podemos debater na COP – reforçar projetos provinciais, projetos nacionais que, sim, realmente apostem na transição para uma economia mais verde.

E eu queria também dar um exemplo muito sensível para que vocês saibam do que estamos falando: o exemplo da minha província de Chubut, que é uma província que está no centro da Patagônia da Argentina. E, nesses últimos dois anos, por exemplo, nós começamos a regular, somos pioneiros da regulação de emissão de metano para a indústria de hidrocarbonetos. Também somos pioneiros no fomento da geração distribuída de energia renovável para ser integrada à rede público-privada. Por exemplo, também somos autores... levando ao marco regulatório do Congresso Nacional para produção de hidrogênio verde e suas emissões.

Estou falando de projetos que são importantes de serem desenvolvidos nos territórios, mas que, na verdade, necessitam de investimentos estrangeiros para poderem ser levados a cabo. Por isso, eu preciso que tenhamos essa visão de ressurgir e restabelecer a fortaleza, o ponto forte, o federalismo que nós temos nas províncias argentinas, para poder levar adiante os projetos com respeito à mudança climática.

Por isso, eu me permiti abrir o debate dessa forma, porque precisamos que a questão climática seja uma política de Estado, muito mais além de governos circunstanciais. Além disso, precisamos reforçar, no caso particular da Argentina – eu insisto –, o federalismo e permitir que os governos locais se desenvolvam de acordo com suas próprias decisões em matéria de energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em resumo, eu faço um apelo à experiência de todos vocês, às conversas que vamos ter aqui durante essas jornadas, para que possamos ter respostas a estas perguntas. Eu insisto: como podemos – os Poderes Legislativos – contribuir ao multilateralismo climático, apesar de, de modo circunstancial, nos encontramos com travas dos Poderes Executivos? E a segunda pergunta que eu deixo é: como podemos fortalecer os projetos das províncias que, sim, apostam na transição para uma economia mais verde.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos a participação e presença, Senadora Edith. Muito prazer.

É um prazer estar com todos e todas.

Eu me chamo Leila Barros, eu sou Senadora aqui pela capital, Brasília, sou Senadora pelo Distrito Federal, de Brasília, capital do Brasil.

Sejam todos muito bem-vindos à nossa cúpula.

Eu vou passar a palavra...

E sou a Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente – perdão, faltou essa apresentação.

Sejam todos muito bem-vindos a Brasília e ao nosso país, Brasil.

Eu passo a palavra agora para o Senador Alfonso Longton, do Chile, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Bens Nacionais.

Seja muito bem-vindo, Senador Alfonso.

O SR. ALFONSO DE URRESTI LONGTON (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Obrigado, Leila.

Em primeiro lugar, saúdo a cada um dos assistentes. Não vou nomeá-los todos porque posso me confundir, mas quero agradecer ao Senado da República Federativa do Brasil por esta acolhida.

Também saúdo a Cepal e o Observatório Parlamentar de Mudança Climática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permita-me apresentar a delegação do Chile. Está aqui o Senador Ricardo Lagos Weber, Vice-Presidente do Senado, que fará uma exposição sobre a política de oceanos, que é algo muito importante que estamos trabalhando no Chile.

Está também o Senador David Sandoval, integrante e representante de uma das zonas, das regiões com maior número de biodiversidade no nosso país, que também é adjacente à Chubut, a região de Aysén.

Também está o Senador Iván Flores, que é Presidente hoje em dia do Parlaméricas, que também nos acompanha.

Permitam-me também saudar o Juan Pablo, Diretor de Governança do Parlamento Andino, e colegas Parlamentares desta instituição.

Bom, o debate, no que nos toca – e nos assinalava isso Ana Toni –, é tremendamente desafiador. Eu quero situar a minha intervenção em quatro eixos. Primeiro, antes de tudo, que os compromissos assumidos no marco do Acordo de Paris e, proximamente, a COP 30, que se realizará precisamente no Brasil, requerem, e por isso a nossa presença de legisladores, requerem a tradução normativa e orçamentária concreta. Eu acredito que esse é o trabalho que teremos, como legisladores: a tradução das normas, das normativas, e, claro, que sejam correspondentes. Por isso, é importante que, no nosso trabalho no Parlamento, possamos impulsionar leis que dialoguem com os compromissos internacionais em matérias referentes a problemas ambientais e possam levar a desafios legais, com redução de emissões, como as redes de MMC e adaptações pontos chaves. É chave, repito, essa função.

Quero centrar-me em quatro eixos que são importantes no que toca a esta jornada. Nós estamos na Comissão de Meio Ambiente do Senado do Brasil. Tenho que exercer o cargo de Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas do Chile.

Primeiro, o que quero ressaltar é que temos de traduzir compromissos internacionais em leis nacionais efetivas. Independentemente de nós termos o âmbito estatal, nacional – o Chile é um país único e nós temos leis de âmbito nacional –, mas é fundamental nós termos leis que ordenem desde o ponto de vista normativo, reforçando as normativas setoriais. Nós fizemos uma política importante, com bons acordos, independentemente dos governos que nós tivemos no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder há quatro anos. Nós tivemos governos que continuam nos últimos tempos, a oposição triunfou.

Então, nós tivemos políticas de continuidade no que toca à energia, ao transporte, ao planejamento urbano, à água, à agricultura para se alinhar à lei do marco, às leis e aos marcos de mudança climática. Acho que para nós as leis que se promulgaram no ano de 2022 foram muito importantes. A lei de mudança climática é um guarda-chuva referente ao que nos permite compreender princípios e nós a temos como marco de referência no país.

Bom, acredito que é importante incorporarmos também os conteúdos climáticos transversais na lei de orçamento, para melhor gestão, porque se requer precisamente um financiamento nos investimentos públicos. Acho que é muito importante que nós desejemos ao Executivo, independentemente de se estamos ou não no Governo ou na oposição – desde o Parlamento ao Executivo –, um orçamento verde, na sua coerência da neutralidade do carbono, em que os países já avançaram. Se não se aderiu e não foi aprovado o Acordo de Paris, acredito que é muito importante traduzi-lo, apurar esse ponto.

Acho que é muito importante fortalecer o papel vinculante também dos instrumentos de gestão climática, como os planos regionais de mudança climática, os orçamentos verdes e a avaliação ambiental de estratégias. Acredito que é importante – já que existe aqui uma boa quantidade de legisladores – compartilhar experiências positivas em matéria de transição de energia, redução também de gases de efeito estufa, processamento justo em matéria de metano, e ecossistemas que são fundamentais nesses tempos.

Eu já estou chegando... Na semana passada, estivemos em Zimbábue e em sítios de Ramsar, precisamente com um importante debate: o compromisso de escalonamento do ponto de vista da proteção dos ecossistemas úmidos ao longo do país.

O segundo ponto, acredito que também é uma referência a umidades andinas, que compartilhamos com a Argentina, Bolívia, Peru. Um conjunto de ecossistemas únicos são os climas andinos. No Triângulo do Lítio, minerais estratégicos, teremos uma autoexploração, que é importante ser feita. Pelo menos o Chile apresentou, na Secretaria-Geral de Ramsar, o seu programa para proteção desses ecossistemas, que são muito importantes para as nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economias, mas é fundamental que o desenvolvimento produtivo continue junto com a proteção ambiental.

Segundo, o eixo deste comentário é reforçar o multilateralismo climático, desde a diplomacia parlamentar. É o melhor exemplo que nós estamos fazendo isso. Viemos de diferentes regiões, países, mas a diplomacia parlamentar é a capacidade de cada um, com suas apresentações nos seus territórios, fazer efetivamente um ato de diplomacia climática, multilateral, complementando o trabalho do Executivo.

Assinalava que escutávamos que haveria logo uma reunião dos Ministros do Meio Ambiente para preparar a COP, mas nós estamos aqui, Parlamentares, diplomacia parlamentar, em matéria de mudança climática e acredito também que são importantes aí também as diferentes instâncias.

Eu vou participar do Parlamento Climático, que também é uma instância internacional em que nós estamos trabalhando para unir esforços de diferentes atores, seja na África, como em outro continente, onde se está trabalhando nesse sentido.

Acredito que é importante, muito fundamental, estabelecer grupos interparlamentares de ação climática com países do Sul Global, facilitando os intercâmbios de legislações, boas práticas, inclusive políticas. Acho que temos que aproveitar essa capacidade de atuar em conjunto.

Terceiro ponto, fortalecer a fiscalização climática.

O Congresso deve ser vigilante do ativo e o cumprimento dos compromissos internacionais e avaliarmos o avanço anual das... por meio de relatórios apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente. Nós, pelo menos na lei de mudança climática, temos a obrigação de que se vá se fazendo avanços, não é? No dia de ontem, pela tarde, por exemplo, o Senador chileno não me deixará... que ontem a Ministra do Meio Ambiente concorria ao Senado para dar conta desses avanços. É importante porque há um controle social por parte do Legislativo, mas também, claro, há um controle social por parte da cidadania, que alguém importante pedisse a audiência e comparecesse para que os ministros se deem conta de como o setor integra a ação climática.

Nós ainda temos muitas disparidades, os desafios da COP 30, o desafio dos acordos de Paris, não somente que se erradiquem os ministros do meio ambiente, mas o conjunto, a articulação de diferentes ministérios para ter uma governança, capacidade de influir efetivamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas políticas. Acredito que é muito importante o monitoramento e os resultados também de planejamento territorial.

Concessões climáticas nós estabelecemos no nosso país, em regiões e municípios, mas os governos locais e regionais estabeleceram para cada uma dessas instâncias um programa de ação climática. Tem que elaborá-lo, validá-lo com a sua cidadania. Acredito também que é uma capacidade que não seja só uma obrigação do Estado, do ministro ou do Executivo de turno; senão com os governos locais, as próprias regiões. Muitos no nosso país não são federais, mas nós temos a capacidade, pela biodiversidade, por territorial, de clima, ênfase produtiva, porque temos que fazê-lo.

Quarto é impulsionar uma agenda de exercício climático transversal e participativa. O Parlamento pode gerar uma agenda climática mais ambiciosa, articulando reações de leis com apoio mais transversal, que se proteja o ecossistema estratégico, e acredito que é importante no nosso território identificar aqueles ecossistemas.

Estamos aqui compartilhando com os colegas da Argentina. Eu sou Senador pela região dos rios também, mas nós temos ecossistemas únicos também. Por exemplo, um ecossistema muito particular, que é muito importante, se coloca dentro do Chile, dentro das... tem as tubeiras... Há determinados ecossistemas que são únicos e são particularmente determinados em territórios.

Bom, eu reconheço os direitos ambientais fundamentais, como o direito à água também, direito ao ar limpo, ambiente são, de justiça e direitos à natureza. Eu sempre juízo que estamos também impulsionando iniciativas para compreender que o meio ambiente também joga um ponto fundamental dentro das cidades. Hoje em dia, nós estamos enfrentando ondas de calor, temos uma grande capacidade na cidade de protegermos também muitos ecossistemas, mas também temos, hoje em dia, uma aceitação ambiental, uma perda de biodiversidade dentro das próprias cidades também. É um fato insustentável.

Segunda-feira começamos a discutir, pelo menos no Parlamento do Chile, uma lei urbana de infraestrutura verde que permita, precisamente dentro das cidades e dentro dos seus espaços, atender, avançar a elementos de maior equidade ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar e para poder depois receber iniciativas, só assinalamos algumas iniciativas que nós temos no Parlamento e que estamos levando adiante dentro das nossa NEC e dentro dos nossos problemas ou compromissos ambientais. A proteção das cidades, compartilhamos aqui, na América Latina, uma boa parte dessa Cordilheira dos Andes, com os glaciais, que são importantes como reservas de água e, nesse caso, água em estado sólido. Já nomeava as tubeiras, os percursos para levar essa água ao extremo sul da cidade, do continente também, mas com a presença também da Colômbia, do Peru e diferentes lugares.

Avançar em matéria de proteção; assimilávamos aqui que o Senado está liderando, logo fará uma apresentação. Permitam compartilhar também uma lei que nós podemos apresentar em Zimbábue, na COP: Ramsar, úmidas, urbanos, o ecossistema dentro das cidades. A relação não compreende só o meio ambiente como aquilo que está fora da cidade, não; hoje em dia nós temos 80 e tantos por cento de população morando em núcleos urbanos e temos que ter bem a capacidade de proteger a biodiversidade nesses espaços territoriais.

Permitam-me, para terminar, compartilhar... Sabia que nós iríamos nos juntar de novo, que Edith era de Trelew também. Podemos receber em Ramsar, em Zimbábue, a denominação das duas primeiras cidades, Ramsar, cidades da América Latina, claro, cidades, Valdivia, que me honra representar na região dos rios, e acredito que Entre-Lagos, que também é uma cidade em Chiúta, que é um instrumento muito importante para identificar aquelas cidades que avançaram no que toca à proteção de ecossistema, que permita ter um reconhecimento internacional, uma série de compromissos que vêm adiante aos seus territórios, os nossos deveres, que não sabíamos o que eram especificamente, mas no veremos, com certeza, nessas duas cidades.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Senador Alfonso de Urresti Longton, por suas considerações. Agradeço a todos os dois painelistas.

Eu quero aqui fazer apenas uma menção à Senadora Edith, quando ela faz essa reflexão com a preocupação pelo momento por que passa a Argentina. Enquanto a Senadora estava falando, passou um filme na minha cabeça, porque eu presidi a Comissão de Meio Ambiente do Senado, com muito orgulho, no Governo passado, nos dois primeiros anos. Nós tivemos também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um momento de um Governo negacionista, que acabou com o plano de combate ao desmatamento, com o departamento de educação ambiental, criminalizava ONGs, reduzia a participação da sociedade civil, emitia decretos que vilipendiavam o direito ambiental, e a postura daqui, do Parlamento, foi incisiva no sentido de a gente fazer proposição através de projeto de decreto legislativo para sustar todas as medidas que violentassem aquele direito constitucional, porque está na nossa Constituição Federal, no art. 225, que todos temos direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; além disso, naquilo que era necessário, eu mesmo, enquanto Senador, ingressei com inúmeras ações, com ação direta de inconstitucionalidade, com ação popular, com mandado de segurança, com os instrumentos jurídicos para que o Poder Judiciário pudesse, ao seu tempo e a hora, ter a sua função, e uma delas é exercer esse papel contramajoritário para invalidar leis que violentassem qualquer pauta ao direito ambiental.

Eu acho que o Brasil, os países da América Latina e Caribe têm que se unir para fortalecer, cada vez mais, as nossas democracias e as nossas instituições, unir esses esforços para que possamos conseguir uma forma de tentar mitigar danos, não só mitigar os danos. Não só mitigar os danos, mas ter um comportamento proativo em defesa desse direito humano essencial, desse direito à preservação ambiental como um todo. Então, fica aqui a minha solidariedade ao Senado, ao povo argentino.

Mas existe uma frase de um poeta de que eu gosto muito, que é Thiago de Mello, que diz: "Nós não temos caminho novo; o que temos de novo é o jeito de caminhar." Eu acho que esse jeito novo de caminhar, a gente pode, sim, pavimentar no sentido de preservação ambiental, porque esse é um direito humano essencial, que nos diz respeito, a todos nós, independente de campo ideológico ou partidário.

Quero também fazer uma reflexão: o mundo também passa por esse processo de negação em muitos aspectos, não é? Nós vimos a atuação dos próprios Estados Unidos saindo do Acordo de Paris. Isso tem uma reflexão. Nós temos aí comportamentos de outros países negacionistas.

Quem vai sofrer com isso tudo é a população, em nível mundial, e principalmente a população mais pobre, a população mais vulnerabilizada, porque nós vamos ter, sim, assim como nós temos um racismo religioso, nós temos também um racismo ambiental, porque quando há um desastre, como aconteceu e já acontece aqui, no Estado de Minas Gerais, no Brasil, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Miraí, Cataguases, Barão de Cocais, Brumadinho, Mariana, a população que primeiro, que mais sofre é a população que está aí nas encostas, população que está nas periferias.

Então essa é uma função de todos nós. Eu sempre falo que ser cidadão não é apenas viver em sociedade, mas transformar essa sociedade na defesa intransigente da preservação ambiental. Então, me coloco aqui, somando-me, enquanto Presidente desta Comissão, eu, juntamente com a Senadora Leila, que também já presidiu esta Comissão – hoje ela é minha Vice-Presidente –, na certeza de que no que nós pudermos ajudar e contribuir com a Argentina, colocamo-nos à disposição nessa defesa.

O Brasil também ainda passa por momentos delicados em outras esferas. Já passamos por esse momento do negacionismo, mas agora nós estamos vivendo efetivamente uma chantagem feita por países externos, para que nós pudéssemos influenciar dentro daquilo que é mais sagrado dentro de uma democracia, porque é uma premissa constitucional, na nossa Constituição Federal, que os Poderes são independentes e harmônicos entre si. E não é razoável você verificar que um chefe de um país estrangeiro queira chantagear o Chefe do nosso país para que ele possa ter qualquer tipo de interferência no Poder Judiciário. Isso, nós não fazemos, porque nós temos que defender a democracia e defender todas as instituições. (*Palmas.*)

Tem pessoas que não sabem viver numa democracia. É fácil defender ditadura estando numa democracia; difícil é você defender democracia estando numa ditadura. E uma forma para você acabar com a democracia é enfraquecer as instituições, é atacar os Poderes, é enfraquecer os órgãos de fiscalização.

Mas aqui, no Brasil, nós morremos e vamos defender sempre o fortalecimento das instituições, a autonomia e a harmonização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com a atuação firme do Procurador-Geral da República, do Ministério Público, na defesa intransigente daquilo que eu chamo de espinha dorsal do Estado democrático de direito, que é a Constituição da República Federativa do Brasil.

Muito obrigado.

E concedo a palavra à Sra. Ana Toni, se ela estiver e se ela puder dar a sua contribuição para que nós possamos, ainda mais, nos fortalecermos e nos unirmos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, solidarizo-me com a Senadora, para que a gente possa alcançar alternativas, no sentido de fortalecer a preservação ambiental e para mitigar os danos, e não só mitigar, volto a dizer, mas ter um comportamento muito mais proativo.

A SRA. ANA TONI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Contarato, estou muito feliz de poder ouvir a Senadora e também o Senador do Chile e da Argentina, foi excelente poder ouvi-los.

Também me junto ao Senador Contarato na solidariedade, passamos por isso – passamos por isso –, e a boa coisa é que saímos disso, não é?

Tem um ditado do Gandhi que eu gosto muito de mencionar, em que ele diz que, no começo, eles nos ignoram; depois, eles começam a rir da gente, fazem piada – nós ambientalistas conhecemos muito isso; depois, quando eles percebem que têm que levar a sério, eles começam a nos atacar; e, por fim, a gente ganha. Então, eu acho que é esse processo, é manter a esperança de que este momento difícil vai passar.

A gente está vivendo um momento de negacionismo, não só como foi descrito pela Senadora, mas também tem um negacionismo, um novo negacionismo climático, que é um negacionismo que coloca dúvidas nas alternativas, para onde as pessoas olham e falam: "Ah, não, painel solar, ou eólica... esse não é seguro"; ou olham para uma alimentação, com uma base alimentar orgânica e falam: "Ah, não, talvez ela não seja tão limpa".

Então, tem um novo negacionismo que é colocar dúvidas às soluções climáticas que a gente também vai ter que enfrentar. E acho que o Brasil tem muito de experiência naquele momento tão difícil nosso, e deve usar esses instrumentos que foram colocados pelo Senador Contarato, os instrumentos legais, parlamentares, mas eu gostei muito do que a Senadora mencionou sobre como mobilizar as cidades, os Governos subnacionais.

Eu também acrescentaria o setor privado e a população, porque a gente viu aqui, no Brasil, vimos também nos Estados Unidos, que foram os Governos subnacionais, alguns membros do setor privado e, certamente, a sociedade civil, junto com Senadores e Senadoras, que mantiveram essa vela candente dentro da Casa Parlamentar, que nos uniram para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a COP 30 é uma grande plataforma, porque na COP não só os países estão representados, mas também os observadores são fundamentais nesse processo. Então, termos Parlamentares, termos, representantes das cidades e dos Governos subnacionais, termos do setor privado...

Eu sempre brinco que, quando a gente vê o que está acontecendo nos Estados Unidos, e como foi mencionado, na Argentina, não são esses países que estão na vertente contra a mudança do clima; é um Governo, é o Governo Federal que foi eleito muitas das vezes, mas a população argentina, os representantes das Casas Parlamentares, o setor subnacional serão muitíssimo bem-vindos à COP 30. Nós teremos diversos pavilhões para acolhê-los, para aprendermos e trocarmos experiências.

Eu espero muito que os Senadores e Senadoras da região apareçam. Da maneira como foi colocado pelo nosso colega do Chile, é olhando e aprimorando as legislações nacionais que a gente vai conseguir implementar.

Foi mencionado de diversas... Há o metano – fundamental –, o tratado de Escazú, que, aliás, está nessa Casa, não é? Se muitas das casas na América Latina aprovarem, se aprovado pelas casas parlamentares, vai ser um avanço tremendo e uma entrega muito bonita na COP 30 se a gente conseguir aprovar o tratado de Escazú. É dessa maneira que a gente vai construindo.

A transição é inevitável. Sim, eles atrapalham, mas ela é inevitável. E, como foi dito pelo Senador Contarato e muitas vezes dito pela Senadora Leila Barros, juntos a gente vai longe. E a COP 30 será um grande momento desse grande mutirão de todos nós, mostrando que estamos juntos e é juntos que temos esse poder de mudança.

Agradeço novamente pelo convite. Infelizmente, agora, realmente vou ter que sair.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu queria, antes de finalizar esta reunião, conceder a palavra aos expositores para em três minutos fazerem suas considerações, lembrando que hoje também tem continuidade de eventos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mais uma vez, coloco a Comissão do Meio Ambiente do Senado Federal à disposição para que a gente possa caminhar efetivamente na preservação da pauta ambiental e para que tenhamos efetivamente uma COP 30 exitosa. Eu estive, particularmente, presencialmente, no Estado do Pará para acompanhar todos os procedimentos que ali estão. Estou muito feliz com o que vi lá. É claro que problemas todos temos, mas é importante que o mundo entenda e veja isso. Nós preservamos a pauta ambiental, nós temos toda a biodiversidade – a América Latina e o Caribe, e o Brasil não é diferente –, mas nós temos que ter também uma compensação por tudo o que nós fazemos diante de todos os ataques que o mundo faz com a pauta ambiental.

Cedo a palavra à Senadora Edith Terenzi, Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Argentina.

A SRA. EDITH TERENZI (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Bom, muito obrigada. Muito obrigada pela solidariedade e muito obrigada pelas palavras também da Ana.

É necessário deixar bem claro aqui e também retomar o compromisso do Parlamento argentino. Nós temos grande quantidade de legisladores nacionais e de Senadores nacionais com respeito ao compromisso climático e ao cumprimento das metas com que a Argentina se comprometeu. Eu estou segura de que vamos estar de pé, de que vamos à batalha, e quem sabe consigamos fazê-lo em um tempo mais distante. Talvez nos custe um pouco mais, mas isso não significa que a Argentina vá baixar os braços e renuncie a fazer as mitigações e a participar desta sociedade global, que necessita mitigar urgentemente a crise climática.

Eu agradeço muitíssimo suas palavras. Eu gostei muito da força que colocou, Sr. Presidente.

E claramente vamos tratar no transcurso desta jornada e botar ênfase particularmente em algumas questões principais que trabalhamos no Parlamento argentino, porque o Parlamento argentino e a Comissão do Meio Ambiente do Senado vão seguir funcionando, claro que sim. E vamos colocar toda garra para poder aprovar a maior quantidade de iniciativas possível.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senado Alfonso de Urresti Longton... É assim?

O SR. ALFONSO DE URRESTI LONGTON – Urresti Longton.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Urresti Longton, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Chile, para suas considerações.

O SR. ALFONSO DE URRESTI LONGTON (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Esse, na verdade, é o sobrenome da minha mãe – temos que nos lembrar da mãe também.

Eu gostaria também de agradecer o debate.

Eu não indiquei que, na nossa delegação, contamos com o apoio do nosso Embaixador no Brasil.

Eu acredito que o desafio para a COP 30 é avançar, eu insisto, em legislações... Como dizia muito bem a Ana, nós temos que avançar em implementação e aceleração. Implementação e aceleração eu creio que são os elementos fundamentais para que se possa, voltando ao Brasil, na COP 30 – nós temos, na verdade, um prazo suficiente de desenvolvimento –, cruzar informações também para mostrar ao mundo, às distintas nações que temos que acelerar e implementar absolutamente o Acordo de Paris.

O negacionismo, os retrocessos, a involução são situações que não cabem neste debate. O meio ambiente não distingue o governo de turno. A mudança climática vai afetar dezenas de locais que precisamente não são emissores, mas vai afetá-los. Ela vai afetar os setores mais desprevenidos. Já estamos estudando – e creio que é um debate importante do ponto de vista das legislações – os deslocados climáticos. A quantidade de gente, principalmente em setores com costas ou ilhas... Vão ser tremendamente afetados. Vai haver locais insustentáveis, com 45 graus, 50 graus de temperatura. Vai ser impossível. Haverá o derretimento dos glaciares, a menor acumulação de neve também nas nossas cordilheiras, a mudança produtiva... Algo que acredito que temos que ter forte e muito claramente é que isso não diferencia com a cor política do governo de turno. Por isso, acredito que tem que ser o momento de levar o grande Acordo de Paris, com os avanços, compromissos que nós temos, nesta COP 30, à implementação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, particularmente, me situo aqui como legislador também – sou um defensor do meio ambiente, mas sou legislador –: temos que ter nos acordos a capacidade de nos anteciparmos, para que, em definitivo, a nossa América Latina, o nosso território, o planeta em geral não se veja afetado com esses efeitos de gases de efeito estufa, principalmente quando há governantes também que acreditam que a mudança climática não afetará. É uma ameaça global, e temos que enfrentá-lo também como Parlamento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Quero esclarecer que houve várias participações pelo Portal e-Cidadania, mas eu vou demandar que a equipe da Comissão de Meio Ambiente recolha os questionamentos e, posteriormente, responda, através dos canais efetivos, para dar uma resposta para todos os questionamentos.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião, realizada ontem, 5 de agosto de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e todas.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e treze minutos do dia doze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Jayme Campos, Alessandro Vieira, Efraim Filho, Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Paulo Paim, Jaques Wagner, Augusta Brito, Mecias de Jesus e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Cid Gomes, Leila Barros, Beto Faro e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridades (sabatina e deliberação)**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 95, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, o nome da Senhora LARISSA OLIVEIRA RÊGO, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Vitor Eduardo de Almeida Saback, que renunciou." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 96, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, o nome da Senhora CRISTIANE COLLET BATTISTON, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Filipe de Mello Sampaio Cunha em 15 de janeiro de 2025." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 97, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, o nome do Senhor LEONARDO GÓES SILVA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 16, de 2025** que: "Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para as mensagens

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MSF 95/2024, MSF 96/2024 e MSF 97/2024." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas desta reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/12

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de agosto de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Moção 118/2025, da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, que manifesta repúdio ao debate de equídeos para o comércio de carne para consumo ou exportação. Segundo os Vereadores daquela Casa: os jumentos fazem parte de nossa história e são essenciais na agricultura familiar; a espécie é conhecida por seu patrimônio genético único, mas, devido ao comércio ilegal, está

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em risco de extinção, pois em quatro décadas houve o declínio da população em 94% (fonte: Forbes Agro). O documento, nos termos da Instrução Normativa 12, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno, a presente reunião é destinada à arguição pública e à votação das indicações da Presidência da República a cargos de Diretoria da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Na 17ª Reunião, conhecemos os relatórios da Senadora Eliziane Gama quanto à indicação da Sra. Larissa Oliveira Rêgo, Mensagem 95/2025; do Senador Paulo Paim quanto à indicação da Sra. Cristiane Collet Battiston, Mensagem 96; e do Senador Eduardo Gomes quanto à indicação do Sr. Leonardo Góes Silva, Mensagem 97.

Na intenção de otimizar o tempo de todos e permitir a devida profundidade nas arguições e respostas, seguiremos o seguinte roteiro: os indicados terão o prazo máximo de dez minutos para sua exposição inicial; a votação será aberta para que os membros possam votar secretamente nos três indicados, enquanto prosseguimos com as perguntas e respostas; após as exposições iniciais, cada Relator, na ordem, fará suas considerações e eventuais questionamentos; na sequência, a palavra será concedida aos Senadores inscritos para arguição e respostas dos indicados.

Peço a todos o máximo de objetividade e que se atentem ao prazo regimental de até dez minutos.

A votação será necessariamente presencial, nos totens localizados aqui, no interior do Plenário, ou no corredor de acesso.

O acesso ao Plenário da reunião será limitado à lotação da sala, ao que peço atenção à Polícia Legislativa.

Convido, para compor a mesa, a Sra. Larissa Oliveira Rêgo, a Sra. Cristiane Collet Battiston, o Sr. Leonardo Góes Silva. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer aqui a presença do meu querido Senador Paulo Paim, sempre muito atuante, muito presente. Sempre eu falo isto: os atos falam mais que as palavras, não é? Às vezes, o Parlamento é cheio, a Casa é composta por 81 Senadores. Você já foi Presidente – você me permite chamá-lo de você, porque nossa amizade assim o permite – da Comissão de Direitos Humanos e sempre fez um trabalho aguerrido e continua fazendo, não é? Quantas audiências públicas que eu sempre presenciei e em que você, incansavelmente, estava ali... Porque não é um trabalho fácil você mobilizar o segmento, as pessoas, trazer, vir, ficar aqui, permanecer na Comissão. Esse é um trabalho que eu acho que tem que ser reconhecido sempre, não é?

Você sabe da minha angústia. Esta é a segunda vez que eu presido esta Comissão de Meio Ambiente, e eu fico muito triste quando eu vejo que, em uma Comissão com inúmeros Senadores, a gente, às vezes, tem que fazer um trabalho hercúleo para conseguir o mínimo, que é um quórum – quem dirá a participação. Então, quando eu vejo a presença de V. Exa. aqui, hoje, nesta sabatina, eu fico muito feliz, na certeza daquilo que eu sempre tento reforçar e exercer para mim: que os atos falam mais do que as palavras. Às vezes, as pessoas falam muito, mas, efetivamente, na hora do agir, que é o mais importante, aí é que se demonstra, não é? Não adianta, às vezes, a pessoa falar muito; eu falo isso, às vezes, até internamente, com partidos, não é? Às vezes, a gente fala tanto assim: "Queremos mais mulheres na política, queremos mais a população preta, queremos mais a população LGBT, queremos mais os pobres, queremos mais que as pessoas com deficiência entrem na política", mas, na hora de você ver o aporte para dar fundo eleitoral ou para dar condições para que aquela candidatura seja efetivada, você vê que as portas são fechadas. Então, o discurso é totalmente contraproducente com a prática, e eu tento não fazer isso, me espelhando em V. Exa. Por isso que eu faço questão deste registro e agradecimento pela sua presença aqui e pelo seu trabalho, que faz para o país há décadas e que é motivo de inspiração para tantas pessoas, não é?

Paulo Paim, você sabe que meus filhos são a razão da minha vida. Talvez você não tenha – ou tenha – ideia de como o seu comportamento, a sua vida no Parlamento é de uma representatividade para milhões de pessoas que possam estar sendo negadas de estar em determinados espaços. Ainda vivemos num país que é racista. Então, é de suma importância.

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho muito orgulho de quando eu fui o Relator da lei que aumentou as cotas raciais no serviço público. Você sabe que o nosso trabalho... Eu estava ali com você, e sempre a gente tentando e aumentando...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu fui o autor, mas, se não fosse a sua relatoria, nós não tínhamos aprovado, não.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É.

E eu lembro que um Senador falou assim: "Ah, mas nós temos que falar em meritocracia". E aquilo me tocou tão profundamente que eu falei assim: "Senador, meritocracia para quem se, na largada, uns já largaram primeiro? Meritocracia para quem se 83% das escolas da educação básica não têm laboratório de ciências? Meritocracia para quem se 73% dessas escolas de educação pública básica não têm biblioteca, não têm quadra esportiva, não têm acessibilidade?". E aí eu fiz uma provocação, eu falei assim: "Qual foi a última vez em que nós vimos um embaixador preto assumindo uma embaixada em qualquer lugar nesse mundo? Quando isso acontecer, e quando acontece, ele não está ali sozinho: ele está carregando milhões de pessoas". Esse é um resgate histórico.

Eu peguei uma matéria que me entristece e me dói – eu acho que pelos meus filhos –: quando um jovem numa população periférica, filho de uma lavadeira ou de um motorista de ônibus, faz um curso de Medicina, que já é difícil, quando faz, aí eu vi paciente se recusar a ser atendida por médica negra. Quer dizer, a coisa é... Essa reiteração de violência é tão forte que é por isso que eu falo que a sua presença aqui no Parlamento, de forma tão brilhante, não está sozinha. Você está carregando milhões de brasileiros, milhões de jovens que estão lá e almejam ser alguém. Eu acho que eu sempre falo... Toda vez, sempre que eu tenho a oportunidade, eu falo assim em uma escola pública em que eu vou e que me dê o microfone: "Olha, não deixe ninguém limitar seu sonho. Você vai chegar aonde você quiser chegar. Acredite nisso porque isso vai ser fundamental na sua vida".

Agora, é necessário que nós políticos tenhamos a altivez, a serenidade e a sobriedade de diminuir isso e de fazer dar vida, vez e voz a esta premissa constitucional que está desde o dia 5 de outubro de 1988, no art. 5º: todos somos iguais perante a lei, independentemente de raça,

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cor, etnia, religião, origem, orientação sexual. Mas essa igualdade, infelizmente, ainda está longe de ser uma realidade no Brasil, porque no Brasil uns são mais iguais que outros.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Não, eu quero resumir o máximo, Presidente.

Eu estou há tanto tempo no Congresso e o Floriceno Paixão, um grande Deputado do Rio Grande do Sul, dizia para mim sempre, quando eu cheguei: "Projeto bom, Paim, é projeto aprovado, e não o que tu idealizaste desde os primeiros passos na política, né?". E, pensando nesse sentido, indicados bons são aqueles que são aprovados. E estamos aqui com o Sr. Leonardo, a Sra. Cristiane e a Sra. Larissa – estou lendo o nome dos três direto na plaquinha, né?

Mas a sua fala me obrigou a falar – rapidamente, mas vou falar. A melhor forma de falar do nosso querido Senador Fabiano Contarato. O último... Eu sempre me coloquei bem no Congresso em Foco, e não tenho nenhuma crítica, mas me lembro do último. Quem foi que saiu em primeiro lugar? O Senador Fabiano Contarato. Na última estimativa que eu vi – eu acho que já se encerrou, inclusive, o número –, quem está em primeiro lugar? O Senador Fabiano Contarato. Por quê? Por essa grandeza dele. Vocês notaram que ele fez um pronunciamento aqui, e praticamente não falou dele. Falou das causas sociais e enalteceu este Senador negro que veio lá do Rio Grande do Sul.

Isso me cria um problema, com o seu discurso enaltecendo o nosso trabalho, porque há uma campanha no Sul, do tal de "Fica, Paim!", que vai pegar o seu discurso e vai botar nas redes, pode crer. (*Risos.*)

Senador, vamos em frente. Parabéns, você merece estar em primeiro lugar no *Congresso em Foco* e não preciso nem aqui tecer elogios – só digo isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, desculpa a quebra de protocolo. Platão falava que a sabedoria está na repetição e a gente tem que sempre estar falando isso. Às vezes, há criminalização da política e dos políticos. E eu, particularmente, enquanto cidadão brasileiro, quero agradecer ao povo do Rio Grande do Sul por

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter dado ao Brasil um Parlamentar brilhante como V. Exa. E espero que fique por muitos anos. É o que eu almejo.

Tem uma ordem? Vocês querem falar primeiro? (*Fora do microfone.*) Concedo a palavra à Sra. Larissa Oliveira Rêgo. E aqui eu quero fazer o registro de que, conversando com a indicada, descobri que ela tem parentes no meu estado, o Espírito Santo, o que me alegra e o que me faz entender que vamos lutar cada vez mais para que todos sejam aprovados, e eu tenho certeza disso, porque o que trazem aqui é a história de vida de vocês, né? O que credencia essas indicações é a qualidade, é o mérito, né? E, mais ainda, feliz – com todo o respeito ao indicado Leonardo – quando eu vejo duas mulheres que estão ocupando – que vão ocupar, tenho fé em Deus – dois cargos de fundamental importância.

Com a palavra a colega, a amiga, a indicada Larissa Oliveira Rêgo, por dez minutos.

A SRA. LARISSA OLIVEIRA RÊGO (Para expor.) – Obrigada, Senador. Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Fabiano Contarato; Exmos. Srs. Senadores, Sras. Senadoras; demais presentes, senhores e senhoras que nos acompanham por vídeo, bom dia.

É uma honra e uma satisfação muito grande estar aqui nesta Comissão para, com respeito e humildade, ser sabatinada por V. Exas. para exercer o mandato de Diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Inicialmente, gostaria de registrar meus agradecimentos ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pela confiança a mim depositada; ao Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre; ao Exmo. Sr. Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Ministro Waldez Góes, com quem tenho a honra de trabalhar. Quero agradecer também à Senadora Eliziane Gama, designada Relatora de minha mensagem.

Bom, antes de mais nada, permitam-me aqui compartilhar um pouco da minha atuação quanto a essa temática tão importante e cara para o nosso país: nossos recursos hídricos. Desde fevereiro de 2023, exerço minhas atividades como Diretora do Departamento de Irrigação do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Participo ativamente da formulação e da implementação de políticas públicas e ações estratégicas relacionadas à gestão mais eficiente dos recursos hídricos, com foco na garantia da segurança hídrica e na otimização do uso

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentável da água. Sempre procurei pautar minha atuação considerando a irrigação como elemento essencial e estratégico para o desenvolvimento regional, geração de empregos e renda, bem como a produção de alimentos, fibras e bioenergia, aliada a práticas inovadoras e sustentáveis. Nesse sentido, práticas de conservação de solo e água no contexto de bacias hidrográficas, bem como o reúso de água para irrigação no Semiárido, foram iniciativas da diretoria sob minha gestão junto a diversos parceiros – entre eles, posso citar aqui o Instituto Nacional do Semiárido (Insa), a Embrapa, universidades, institutos federais e a própria Agência Nacional de Águas e Saneamento.

Tive oportunidade também de atuar como Coordenadora da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (Ctoc), na retomada do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Essa câmara desempenha papel fundamental na formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, além de estabelecer diretrizes e critérios para cobrança pelo uso desse recurso essencial, buscando garantir sua gestão sustentável e equilibrada.

Também destaco minha atuação como Ouvidora Nacional de Direitos Humanos, oportunidade que tive de mediar inúmeros conflitos envolvendo direito de propriedade agrário e meio ambiente.

Pude aprofundar esse trabalho como Secretária Adjunta da Seaf do Ministério da Agricultura, quando atuei na elaboração de atos normativos, programas e políticas públicas envolvendo temas mencionados anteriormente.

Outra função pública que carrego com orgulho foi a Presidência da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas Federais Rurais, ocasião em que, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, ICMBio, Serviço Florestal Brasileiro, Funai, Incra e outras instituições, foram definidas as destinações mais adequadas para as glebas públicas federais, com o objetivo de garantir a função social da terra e o uso sustentável dos recursos naturais.

Sras. e Srs. Senadores, não posso deixar de cumprimentar os servidores da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, que, há 25 anos, com corpo técnico qualificado, têm se dedicado de forma ativa à importante missão de garantir segurança hídrica para o desenvolvimento sustentável do nosso país e contribuir para a universalização dos serviços de saneamento básico do Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem hoje cerca de 12% das reservas de água doce do mundo. Gerir esses recursos, bem como atuar na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, é uma atividade desafiadora em um país com dimensões continentais como o nosso. Para se ter uma ideia, mesmo com a abundância desse recurso, cerca de 32 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à água potável.

E esse é um dos principais desafios da ANA, criada pela Lei 9.984, de 2000, com foco inicial em zelar pela Política Nacional de Recursos Hídricos, promover articulação entre órgãos fiscalizadores no âmbito nacional de segurança de barragens, e, desde 2020, assumiu a importante, a nobre missão de instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.

Entre suas diversas atribuições, quero falar inicialmente sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos. Está entre os objetivos da política a garantia dos recursos hídricos de forma descentralizada, participativa e integrada, com foco nos usos múltiplos das águas. E a ANA tem sido modelo de gestão e regulação de recursos hídricos. Mas o sucesso na implementação dessa política depende de sua articulação com os Conselhos Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos, os comitês de bacias, os estados, os municípios, a sociedade civil e os setores econômicos.

Trago ainda a importância dos comitês de bacias: são verdadeiros parlamentos das águas, atuando como espaços democráticos para discussão e tomada de decisões sobre gestão das águas em suas áreas de abrangência.

Em minha atuação, buscarei fortalecer essas instâncias de discussão e promover as condições para o efetivo diálogo e participação social, especialmente nos comitês de rios de domínio da União.

Assumo aqui meu compromisso em fortalecer o diálogo e o relacionamento institucional com os atores envolvidos da Política Nacional de Recursos Hídricos e dar segmento às importantes ações da agência, como o Pacto pela Governança da Água, celebrado entre a ANA e as 27 unidades da Federação.

Nosso olhar também estará atento, Senador Davi... Senador Paulo Paim...

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não fico chateado, não, porque o Senador Davi é o Presidente do Congresso. (*Risos.*)

A SRA. LARISSA OLIVEIRA RÊGO – ... em fortalecer o diálogo e os relacionamentos institucionais com os atores envolvidos com a Política Nacional de Recursos Hídricos. Nosso olhar também estará atento aos eventos críticos de inundações, que são cada vez mais frequentes e intensos, como os desastres que acometeram as diversas regiões do Rio Grande do Sul em 2023 e 2024, e a severa seca que atingiu grande parte do território brasileiro em 2013 e 2018.

A gestão desses eventos requer o fortalecimento da Rede Nacional de Monitoramento Hidrológico, coordenada pela ANA, que tem, como principal operador, o Serviço Geológico do Brasil e os sistemas de previsão e alerta, de forma a orientar as ações de defesa civil e minimizar perdas humanas e econômicas. A ANA pode contribuir muito nesse sentido, promovendo resiliência climática por meio de estudos de referência para subsidiar a tomada de decisões dos governos, de forma a atenuar os efeitos de secas e inundações.

Ainda sobre mudanças climáticas, quero citar a severa estiagem que acometeu a Amazônia e o Pantanal no segundo semestre de 2024. Em casos como esse, a ANA tem agido de forma proativa, a fim de que esses eventos críticos não comprometam a utilização dos usos múltiplos da água.

Nas duas situações do ano passado, a agência emitiu declarações de situação de escassez hídrica em que os impactos vão desde restrições da movimentação de pessoas e cargas pelos rios ou pelas hidrovias até danos à biodiversidade pela ocorrência de queimadas.

As declarações de escassez trazem aos diversos setores usuários e instituições públicas a necessidade de implementar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LARISSA OLIVEIRA RÊGO – ... planos de contingência e adoção de medidas essenciais necessárias em períodos de escassez hídrica. Tais decisões demonstram o tamanho da responsabilidade institucional da agência.

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. e Srs. Senadores, sou do Estado do Rio Grande do Norte, que possui 70% de sua área territorial no Semiárido, região em que a disponibilidade hídrica é historicamente insuficiente para atender às necessidades regionais de forma regular e constante.

O Nordeste é a segunda região mais populosa do país, mas dispõe apenas de 3% da disponibilidade hídrica nacional, sendo a maior parte destes recursos localizados na bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Reconheço, portanto, a importância do planejamento, da execução, da operação e da manutenção de infraestruturas necessárias a aumentar os níveis de segurança hídrica em suas dimensões humanas, social, econômica, ecossistêmica e de resiliência.

Estive, por diversas vezes, Senador Contarato, pessoalmente, conhecendo projetos por todo o país sobre o uso adequado da água, e sei que isso é factível.

Conheci o Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf), que tem um papel de destaque como vetor de inclusão social e desenvolvimento regional dos quatro estados do Nordeste Setentrional – Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Ceará –, sendo um compromisso prezar pela sua sustentabilidade econômica e financeira e pela regulação eficiente na prestação do serviço.

Como nordestina e atual Diretora do Departamento de Irrigação do MIDR, não posso deixar de mencionar a atuação deste departamento em todo o território nacional, por meio da implantação de polos de agricultura em áreas privadas, bem como a gestão de aproximadamente cem projetos públicos de irrigação em todo o país.

Conforme mencionei, a agricultura é uma atividade estratégica para a garantia da segurança alimentar e, por isso, precisa ser desenvolvida, seguindo os melhores padrões tecnológicos de sustentabilidade ambiental, principalmente por representar o maior uso consultivo dos recursos hídricos.

Toda a minha atuação acadêmica, inclusive, tem-se direcionado para o estudo de mecanismos legais e normativos que possam encontrar soluções na gestão dos recursos hídricos para a segurança alimentar, na garantia da segurança alimentar.

Outro campo de atuação da ANA está relacionado à Política Nacional de Segurança de Barragens. A ANA tem a atribuição de fiscalizar a segurança de barragens em rios de domínio da

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União, além da gestão do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e a elaboração do Relatório de Segurança de Barragens, submetido anualmente ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e essa política é uma política essencial para a preservação de vidas e do patrimônio, mas também para a segurança hídrica, estruturas que garantem a continuidade do atendimento às necessidades humanas e às atividades econômicas, bem como a redução dos riscos associados às secas e enchentes.

Por fim, e não menos importante, é preciso destacar o relevante papel da ANA no contexto do novo marco de saneamento básico, aprovado pela Lei 14.026, de 2020, que alterou a Lei 11.445, de 2007.

A partir da publicação desta lei, a ANA passou a ser responsável por editar normas de referência nacionais contendo diretrizes para a regulação dos serviços de saneamento básico, o que inclui abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Portanto, o papel da ANA, na edição das normas de referência, é de grande relevância para a criação de um ambiente regulatório uniforme e estável, ou seja, com a segurança jurídica necessária à atração de novos investimentos para a universalização dos serviços de saneamento básico, que promovem saúde e bem-estar, dignidade e justiça social e ambiental e o desenvolvimento da nossa nação.

Estarei atenta à qualidade regulatória desses normativos e ao cumprimento da agenda regulatória da instituição.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, senhora... (*Palmas.*)

Obrigado.

Parabéns pela exposição, Sra. Larissa Oliveira Rêgo, indicada ao cargo de Diretora da ANA.

Eu solicito à Secretaria que abra as votações.

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que cada Senador pode registrar seu voto para cada um dos três indicados nas urnas localizadas na cabine de votação e na porta deste Plenário.

Concedo agora a palavra à indicada, Sra. Cristiane Collet Battiston, indicada ao cargo de Diretora da ANA, para, no prazo de dez minutos, proceder à sua exposição.

A SRA. CRISTIANE COLLET BATTISTON (Para expor.) – Exmo. Senador Fabiano Contarato; Exmo. Relator, Senador Paulo Paim; Exmos. Senadores e Senadoras da República; os indicados Larissa Rêgo e Leonardo Góes, todos os presentes e os que nos acompanham pela internet, pela TV Senado, meu bom-dia.

Senhoras e Senhores, toda a minha trajetória profissional foi voltada às políticas públicas de recursos hídricos, saneamento básico e infraestrutura do nosso país, políticas que são fundamentais para o desenvolvimento econômico, para o desenvolvimento social e para a transformação da qualidade de vida da nossa população.

Fiz Engenharia Civil na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em Cascavel; mestrado e doutorado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Instituto de Pesquisas Hidráulicas, em Porto Alegre.

Em 2009, ingressei na carreira de Analista de Infraestrutura, do Poder Executivo Federal. Desde então, ocupo funções de direção e assessoramento superior e tive a oportunidade de realizar trabalhos desafiadores e muito gratificantes.

Hoje eu me sinto muito honrada em estar aqui, para apresentar minhas qualificações à avaliação do Senado Federal, na condição de candidata à vaga de Diretora na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, uma agência que acompanho desde a sua criação, quando eu estava nos bancos da universidade, e que é referência em qualidade técnica, contando com uma equipe do mais alto gabarito.

A ANA é uma agência muito especial. Além de desempenhar funções de regulação, a ANA é entidade de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, uma política que objetiva assegurar a disponibilidade de água em quantidade e qualidade às gerações atuais e do futuro, que visa ao uso racional e ao desenvolvimento sustentável, que é voltada à prevenção e à defesa

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra eventos hidrológicos críticos e que se pauta na gestão descentralizada e participativa do bem público água.

Essa gestão participativa e democrática deve ser constantemente fortalecida, a fim de garantir que os interesses nacionais, as especificidades territoriais, o conhecimento das organizações técnicas e civis e as demandas dos usuários e dos entes federativos estejam representadas nessas instâncias de negociação.

Eu tive a oportunidade de ser Conselheira no Conselho Nacional de Recursos Hídricos por cinco anos. Sou testemunha do comprometimento das pessoas que participam de seu Plenário e de suas câmaras técnicas com a gestão das águas em nosso país.

Aproveito para enviar minha saudação a toda a comunidade de recursos hídricos do Brasil. Temos o desafio de, em conjunto, implementar o Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040 e executar as ações de seus programas, fazendo nossa parte para que o país vivencie o cenário de águas azuis com alto crescimento econômico e com avanços socioambientais.

Srs. Senadores, os desastres com maior registro em nosso país estão relacionados à água: secas, estiagens, enxurradas e inundações. Há anos trabalho, acompanhando os esforços do Governo Federal e governos estaduais pela melhoria da segurança hídrica na região semiárida. Avançamos muito e devemos avançar ainda mais, com investimentos e com fortalecimento na gestão integrada dos recursos hídricos.

Mas não é só o Semiárido que merece nossa atenção quando o assunto é prevenção de desastres relacionados a eventos hidrológicos extremos. Nos últimos anos, vivenciamos situações que assolaram a vida de muitos brasileiros: as avassaladoras enxurradas e inundações no Rio Grande do Sul e as estiagens severas na Região Amazônica e no Pantanal nos mostraram que a gestão e a resiliência dos nossos sistemas hídricos estão cada vez mais desafiadoras e demandam investimentos e inovações para enfrentar a complexa realidade climática e os novos padrões de precipitação.

A melhor gestão e os melhores projetos exigem dados. Nesse sentido, destaco a importância da Rede Hidrometeorológica Nacional, coordenada pela ANA. Precisamos garantir a

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operação da rede, fortalecê-la, ampliá-la e modernizá-la cada vez mais para disponibilidade tempestiva de dados de alta qualidade aos gestores.

Senhoras e senhores, a água é bem da União e dos estados, bem de domínio público sujeito à regulação, e a ANA é responsável por regular o uso dos recursos hídricos de domínio da União. Emite outorgas e fiscaliza o cumprimento de normas. Essas ações têm elevado grau de responsabilidade para a garantia do cumprimento da Política Nacional de Recursos Hídricos.

A ANA regula a prestação de serviços públicos de adução de água bruta, e destaco em especial a regulação do Projeto de Integração do Rio São Francisco. A atuação da agência foi fundamental na indução de um modelo de sustentabilidade operacional, antes mesmo do início da implantação dessa obra.

Todos sabemos que não se faz obra pela obra. Precisamos da prestação do serviço, e o serviço só será bem prestado se a operação for sustentável.

Os serviços públicos de irrigação, quando estão em regime de concessão, também são regulados pela ANA. A agenda de concessões na área de irrigação avança significativamente no Governo Federal, e muitas concessões e modelagens estão em andamento.

Presidente Contarato, a ANA tem papéis relevantes ainda na implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens. Além de entidade fiscalizadora de segurança das barragens de acumulação de água para usos múltiplos em rios de domínio da União, a ANA tem competências centrais na implementação dessa política. Ela promove a articulação entre os órgãos fiscalizadores, faz a gestão do Sistema Nacional de Informações e coordena a elaboração do relatório de segurança de barragens, dando transparência sobre as condições da segurança das barragens do país e o *status* de implementação da política pública.

Em 2020, a ANA recebeu mais uma nobre missão: editar normas de referência com diretrizes para a regulação dos serviços de saneamento básico.

A edição de normas de referência pela ANA objetiva uniformizar e harmonizar normas existentes e futuras da regulação do setor de saneamento em âmbito nacional. Isso contribui para a segurança jurídica, para otimizar os esforços dos atores envolvidos e para melhorar a gestão do

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setor. Nessa missão, a agência não pode perder o foco nas pessoas e nas metas de universalização dos serviços.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, registro os meus agradecimentos especiais ao Presidente Lula pela indicação, ao Ministro Rui Costa, à Secretária Miriam Belchior, ao Secretário Mauricio Muniz e a toda a equipe da Casa Civil da Presidência da República pelos aprendizados, pelas oportunidades e pela gratificante experiência de trabalho e convivência.

Agradeço o acolhimento do Ministro Waldez Góes e das equipes do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério das Cidades. Agradeço as mensagens de apoio que recebi de organizações técnicas, de representantes dos setores público e privado, de gestores e usuários dos recursos hídricos e do saneamento. Agradeço o carinho, o suporte e o apoio dos meus amigos, dos meus pais, da minha irmã e da minha família. Agradeço ao Senador Paulo Paim, Relator da minha indicação. Agradeço ainda a atenção das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANE COLLET BATTISTON – Por fim, agradeço as mensagens dos colegas da ANA.

Em tendo o meu nome aprovado pelo Senado Federal, me comprometo a levar minha experiência e minha dedicação para a agência, para que juntos possamos engrandecer ainda mais o seu papel na gestão das águas, em benefício da população brasileira, para a superação de desafios e para o desenvolvimento sustentável do nosso país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Quero agradecer a exposição. Para mim é sempre um motivo de emoção quando eu estou presidindo com indicados com tamanha qualidade – os três aqui: a Larissa, a Cristiane, e tenho certeza de que o Leonardo –, porque eu sempre costumo falar, independentemente de Governo, eu sempre falo que as instituições são de Estado. Isso está na Constituição Federal, um dos princípios que rege a administração pública é a impessoalidade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que credencia os indicados estarem aqui é a história de vida de cada um de vocês, mas é uma história de vida humanizada, é aquilo que eu gosto de falar de humanizador: humanizar a dor. Então, a sua emoção, a sua sensibilidade me emociona e me toca também, na certeza de que nós devemos sempre estar cumprindo com todos os princípios que regem a administração pública, porque esse múnus público, essa função pública de ser um servidor público, que tem como um dos princípios a eficiência, é que faz acreditar que nós podemos não só sonhar, mas concretizar o sonho de um Brasil muito mais justo, muito mais fraterno, muito mais igualitário, inclusive plural.

Parabéns a todos os indicados, e concedo agora a palavra ao querido Sr. Leonardo Góes Silva, indicado também a Diretor da ANA, para sua manifestação, por dez minutos.

O SR. LEONARDO GÓES SILVA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Inicio cumprimentando. Acho que vou tentar usar um pouco menos de tempo, até porque pretendo deixar também uma boa parte do debate para as perguntas que vão surgir.

Então, Presidente, cumprimentando-o, Senador Fabiano Contarato, de que eu estou conhecendo um pouco mais a história, fico feliz pelo perfil do senhor à frente de uma Comissão tão importante.

Sras. e Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, um ícone conhecido na luta pelo direito da população do Sul, do país todo, também gostaria de agradecer ao Exmo. Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pela confiança na nossa indicação para disputar e concorrer a um posto de Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico; ao caro Ministro Waldez Góes, do MIDR, com quem tive a oportunidade de trabalhar no primeiro mês da gestão do Governo atual, pelo seu acolhimento quando da nossa indicação; ao Senador Jaques Wagner, também pelo papel e a liderança que exerce junto a esta Casa e ao nosso Estado da Bahia; ao nobre Senador Eduardo Gomes, pela nossa relatoria, pela gentileza com que tratou o tema; ao Senador Davi Alcolumbre, Presidente desta Casa, por todo o respeito e prioridade que ele deu, na retomada dos trabalhos, a essa agenda de apreciação das indicações das autoridades; à Veronica Sánchez, Diretora-Presidente da ANA, pela disponibilidade da equipe, da assessoria e de todo o corpo técnico e diretivo da ANA, que prestou efetivo apoio aos indicados nesse período entre a indicação e o dia de hoje; à Carolina, Diretora da ANA, pela presença aqui; e também ao

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marco Neves, ao Nazareno e ao Marcelo Medeiros, diretores interinos, que têm exercido um papel crucial neste momento de vacância dos mandatos, cumprindo um papel importante na sequência das políticas tão importantes que a ANA conduz e, com eficiência, vem dando conta da tarefa. Obrigado aos diretores, em nome dos colaboradores da ANA.

À Superintendente da ANA, presente aqui, eu agradeço também a presença.

Às colegas indicadas, Cristiane Battiston – tivemos uma experiência rápida no Ministério antes da sua ida à Casa Civil –, Larissa Rêgo – cujo nome, caso seja aprovado, também será um ganho para a ANA. Eu conheço a Larissa também, trabalhamos juntos e temos uma aproximação. Realmente essas duas colegas são uma bela escolha para postular esses cargos.

À nossa Aspar, por fim, ao Fred e à Tatiana, agradeço por todo o apoio que nos deram nesse périplo que antecedeu à sabatina.

É uma honra comparecer aqui hoje e, na nossa história de vida, concorrer a um cargo tão importante para uma agência que cumpre um papel tão importante como a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Fiquei muito feliz quando da indicação e, com muita humildade, venho aqui hoje falar um pouco sobre a nossa trajetória, porque eu acho que a gente tem muito a aprender também com a excelência técnica da agência, que é um farol quase mundial sobre políticas de água, que tem um papel de protagonismo no cenário internacional nessa agenda que é uma agenda global.

Eu sou engenheiro agrônomo formado na Universidade Federal da Bahia, com mestrado em Ciências Agrárias, também concluso, Senador, na Universidade Federal da Bahia.

Acho que vou segurar só para os cumprimentos aos Senadores: Senador Heinze, Senador Confúcio.

Como eu vinha falando, engenheiro agrônomo, com mestrado em Ciências Agrárias, também pela Universidade Federal da Bahia. E concluí depois um MBA em Concessões e Parcerias Público-Privadas, pela Fesp de São Paulo, em 2021.

Ao longo de 25 anos de trajetória profissional, eu ingressei no serviço público em 2006, serviço público federal. Eu já tinha uma experiência de cinco anos na Agência de Defesa

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agropecuária da Bahia, mas entrei no serviço público federal em 2006 por concurso público, como perito federal agrário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LEONARDO GÓES SILVA – Nada, nada. É ótimo. Senador aqui não atrapalha, a Casa é dele.

Obrigado aos Senadores aí pela presença.

Como perito federal agrário, hoje perito federal territorial, na carreira do Incra. E ocupei, nessa trajetória de 25 anos, algumas funções estratégicas, como Secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Governo da Bahia, entre 2019 e 2022; Presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), nesses dois últimos anos, 2023 e 2024; ainda em 2023, também assumi, anterior aí à Embasa, o cargo de Secretário Nacional de Segurança Hídrica, em que ainda deu para ser possível contribuir ali com a elaboração do plano de 90 dias e logo após aí o início da posse do Presidente da República; e Presidente do Incra. Fui o primeiro servidor de carreira a presidir a autarquia, em que eu ingressei por concurso, algo também desafiador. Fiz o concurso para um estado pequeno, menor estado da Federação, o Estado de Sergipe. Com um povo muito trabalhador, onde eu aprendi já na fonte de que lado a gente estava ali na naquela questão.

Não obstante nossa formação, nossa origem, é muito fácil... Eu me lembro de ter respondido a um Presidente da República que, quando fomos convidados para a Presidência aqui do órgão: "De onde veio isso?". "Vim de Sergipe." É fácil. A gente não fez militância estudantil, a gente não participou aí de movimentos políticos na era estudantil, mas é muito fácil você identificar o lado que precisa da política pública. Ao você entrar num concurso, num órgão que trabalha com política agrária, com política fundiária, com política de acesso à terra e também de acesso à água, você não precisa pensar muito para que lado você tem que pender na sua atuação: é promover política pública para quem precisa realmente do Estado. E isso nos fez, ao longo dessa trajetória, galgar sair do menor estado do Brasil para vir ter o prazer de presidir a minha instituição.

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO GÓES SILVA – Essas vivências consolidaram a minha *expertise* também em formulação, gestão e implementação de políticas públicas voltadas à água e ao saneamento básico.

Sempre atuei, até pela minha formação, na mediação de conflitos, na construção de consensos e na busca de soluções técnicas que conciliem desenvolvimento sustentável, geração de empregos e inclusão social, sobretudo nas áreas rurais, historicamente mais vulneráveis e carentes da presença efetiva do Estado.

No Brasil, a Lei 14.026, de 2020, estabelece a meta de universalizar o saneamento até 2033, tentando garantir 99% de abastecimento com água potável e 90% de coleta e tratamento de esgoto.

No cenário internacional, políticas de metas estabelecidas pela ONU já apontam avanços. O acesso à água segura passou de 68% para 74% entre 2015 e 2024, mas ainda há cerca de 2 bilhões de pessoas no planeta sem esse serviço essencial. Esses dados reforçam a importância da resiliência climática, da gestão integrada dos recursos hídricos e das referências que devem inspirar uma atuação nacional, portanto, da agência também nacional, a ANA.

O meu compromisso, caso aprovado por esta Casa, será contribuir na condução da agência de forma alinhada às melhores práticas globais, aos objetivos do desenvolvimento sustentável – em especial o ODS 6, que visa assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável de água e do saneamento para todos, e o ODS 13, que trata da ação e eficiência regulatória, desculpa, sobre a mudança do clima –, e também atuarei para fortalecer a segurança hídrica, promover eficiência regulatória e garantir que as ações da agência contribuam para a sustentabilidade, para a resiliência climática, para a redução das desigualdades e para o fortalecimento das políticas de inclusão no nosso país.

Agradeço aqui a oportunidade, ao tempo que me coloco à disposição para responder as perguntas de V. Exas.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Sr. Leonardo Góes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui registrar e agradecer a presença da Senadora Eliziane Gama, da Senadora Augusta Brito, do Senador Confúcio Moura, do Senador Luis Carlos Heinze, do Senador Nelsinho Trad, que por aqui passou, e de todos os presentes.

Consulto se a Senadora Eliziane Gama quer fazer uso da palavra ou...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador Paulo Paim, por gentileza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para interpelar.) – Presidente, eu, como cheguei cedo aqui com V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só queria mais uma vez fazer um apelo a todos os Senadores desta Comissão para que exercitem seu direito de voto.

Nós estamos em votação. A votação está aberta, tanto aqui como nos corredores aqui do Senado, para que façam e possamos ter quórum para deliberar esta votação o mais rápido possível.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Senador Fabiano Contarato, primeiro eu quero agradecer a V. Exa. Todos aqui agradeceram às instâncias do Governo, do Plenário e do Congresso, mas eu quero agradecer a V. Exa. por ter me dado a honra de ser Relator do projeto que aponta a nossa querida Cristiane Collet Battiston para essa diretoria. Mas eu não quero falar só de você, não.

Eu tive a alegria de estar aqui desde o início e ouvi as três. Confesso, Senador, talvez embalado pela sua fala primeira, que, enquanto as senhoras falavam e o senhor falava, não sei por que eu olhava para as florestas, porque nós estamos pensando nelas. Eu pensava nos campos, nas plantações, eu pensava nos animais, eu pensava nos peixes, eu pensava na vida no seu complexo mais amplo e bonito que vocês aqui defenderam, porque defender a água é defender

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo isso e muito mais. É o planeta, é a vida, somos nós todos que estamos aqui, as crianças que estão lá fora... Que a água chegue lá nas favelas... Nisso eu sei que vocês pensam.

Independentemente da questão ideológica, se viesse aqui e dissesse... Porque, às vezes, tem isso, né? No Parlamento tem, né? "Ah, naquela lá, vamos votar contra". O meu voto não é secreto e nunca foi, viu? Eu votei ali tranquilamente, porque acredito na vontade, na coragem e no que representa a ANA.

Aqui está a Diretora-Presidenta... (*Pausa.*)

Dona?

O SR. LEONARDO GÓES SILVA – Ana Carolina.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ana Carolina.

Eu não sei se foi no seu tempo, Ana Carolina – onde ela está? –, mas eu estive lá, viu? Eu fui convidado, estive lá, me fizeram uma bela exposição.

Levo desta audiência a esperança muito grande de que a votação será até por unanimidade. (*Pausa.*)

Cristiane, permita que eu não fale só de você. Você é gaúcha, enfim, mas estamos falando aqui do Brasil, né? E eu estou encantado com a fala de todas, independentemente da posição de cada uma, porque assim é a vida, assim é a democracia. E, assim, hoje, nós vamos sair daqui, tenho certeza, inclusive com a chegada em massa dos Senadores e Senadoras... Viu? É sinal de que eles estavam nos gabinetes ouvindo e vieram para cá. (*Pausa.*)

Eu já vou concluir, porque os outros sempre querem falar, né?

Eu mesmo disse na abertura que projeto bom é o que é apreciado com rapidez, mas, claro, debatido com a responsabilidade de todos nós.

Então, parabéns! Parabéns, Larissa! Parabéns, Cristiane! Parabéns, Leonardo! – permitam que assim eu diga. Parabéns, Senador Fabiano!

Eu me considero numa sessão histórica, talvez a última sessão da minha vida nesta Comissão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero apenas dizer que fiquei muito feliz, Fabiano, e votei ali com muita consciência, porque defender a vida é defender o que há de melhor.

Eu só quero deixar esta frase que eu vou dizer, porque, quando eu estive lá na ANA, fui recebido com o maior carinho por toda a equipe, do pessoal da limpeza ao responsável maior da agência. Eles me fizeram um pedido, e que eu queria deixar no ar aqui para a gente aprofundar no Congresso: é a receita da ANA, a questão do orçamento. Vamos ver se todos nós damos uma olhada com mais carinho na questão da receita, para que a ANA... Se a ANA é tudo isso que nós estamos falando... Não sou só eu, vocês falaram, nós falamos, é a vida! Tem que ter um orçamento melhorado por esta Casa, e é possível melhorar a situação da ANA. Era isso.

Muito obrigado. Fiquei muito honrado de ser o Relator da Cristiane, mas me sinto parceiro dos outros dois Relatores, da Larissa e também do Leonardo.

Parabéns a vocês!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Eu quero aqui só fazer um registro, um depoimento, Senador Paulo Paim, de que sem água não há vida, mas também sem gestão não tem futuro, não é?

Eu tenho orgulho de falar que eu fiz uma visita externa para acompanhar o trabalho da COP 30 no Estado do Pará, mas eu fico muito triste quando eu vejo segmentos, dentro do país, criminalizando regiões no país, num comportamento xenofóbico, num comportamento discriminatório. Eu tenho orgulho, enquanto brasileiro, de falar que nós vamos, sim, sediar talvez uma das COPs mais importantes do mundo. É importante que o mundo veja a realidade socioeconômica daquela população do Estado do Pará, porque nós estamos falando aqui em ANA, mas nós temos que entender que o saneamento básico é uma questão de vida, que vai impactar a saúde, que vai impactar o INSS, que vai impactar o comportamento de inúmeros brasileiros e brasileiras.

Então, nós temos uma responsabilidade ambiental, mas nós temos que ter também uma compensação por tudo que nós estamos protegendo em todos os biomas que nós temos no país, com muito orgulho.

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tenho orgulho e quero parabenizar mais uma vez toda a administração e toda a equipe, seja do Governo Federal, seja do Governo estadual, seja da Prefeitura, lá no Estado do Pará, em Belém, por essa mobilização da COP 30, que eu tenho certeza de que vai ser brilhante e muito vai enaltecer para que o mundo veja e enxergue qual é a realidade, quais são os biomas que nós temos.

Nós temos muitos desafios, sim, mas isso não é o suficiente para você discriminar qualquer região do país. Não há diferenciação; somos todos brasileiros e brasileiras. Independentemente se é do Sul, se é do Nordeste, se é do Norte, se é do Centro-Oeste, não importa! O que eu não admito, enquanto ser humano, enquanto brasileiro, é ter um comportamento preconceituoso, xenofóbico com qualquer região do país.

Eu tenho aqui orgulho quando eu vejo a Larissa, uma nordestina, quando eu vejo a Cristiane, quando eu vejo o Sr. Leonardo, quando eu vejo todos nós. Como nós temos aqui Senadores e Senadoras de que eu tenho tanto orgulho. Quando eu vejo a Senadora Eliziane Gama, que está lá, representando muito bem o Estado do Maranhão; quando eu vejo a minha querida Augusta, do Ceará, que nós temos aqui.

O Brasil é lindo, é maravilhoso, e nós temos que ter orgulho da COP que nós vamos apresentar para o mundo, na certeza da efetivação daquele direito humano essencial, previsto no art. 225 da Constituição Federal, que diz que todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. É necessário que o mundo enxergue e veja o tanto que nós preservamos, o tanto que nós cuidamos da pauta ambiental, mas que nós temos muita desigualdade, porque, quando acontece... Eu cito cinco exemplos só no Estado de Minas Gerais: Miraí, Cataguases, Barão de Cocais, Brumadinho, Mariana – só no Estado de Minas Gerais. Quem vai sofrer com isso e sofre? Quanto que vale uma vida humana? Quanto que vale uma vida de familiares? Quando você tira famílias dessas... Porque a primeira pessoa, quem mais sofre com o desastre, com o crime ambiental, é a população mais pobre. São as encostas, é a população ribeirinha.

Então, nós temos um recorte socioeconômico ali, mas é necessário que o mundo enxergue para que eles também tenham uma contrapartida para tudo que nós já fizemos, continuamos fazendo e vamos continuar a fazer para proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso passa por uma função fundamental da Agência Nacional de Águas, porque quando eu falo, quando eu invisto para você ter uma cobertura de 100% de saneamento básico lá no Estado do Pará, isso vai impactar em todos os setores daquela população que ali está.

Então eu faço um apelo aqui para que todos os indicados e a Presidência da ANA tenham sempre esse olhar de empatia nessa pauta de fundamental importância.

Com a palavra a Senadora Augusta Brito.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Presidente, me inscreva, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Por favor.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – V. Exa. quer se inscrever...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Pois não.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Bem, bem, bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Bom dia!

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para interpelar.) – Eu quero aqui então, de uma forma também rápida, parabenizar as indicadas e o indicado que aqui estão. Quero dizer que concordo plenamente com a fala do nosso Presidente, do nosso querido Paulo Paim. Só não concordo com uma coisa da fala do Paulo Paim: dizer que é a última vez que vai estar por aqui. Não fale isso, tenho que discordar, não é? É só disso. No mais, a fala dele quero aqui subscrever.

Mas eu quero parabenizá-los, como eu já havia falado aqui. Eu tive a curiosidade de também ler o relatório tanto da nossa Senadora Eliziane, quanto do Paulo Paim, que aqui estão, e do outro Relator, que não estou visualizando aqui... É o Eduardo Gomes, pronto.

Eu tive a curiosidade de entender que uma mulher, especialmente as mulheres...

Fico feliz quando vejo indicação de cargos de diretoria a mulheres e a homens, mas, com certeza, a mulheres ainda mais. E duas aqui estão sendo indicadas – uma é engenheira e outra é

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogada. Eu fico feliz em poder estar aqui participando deste momento, dizendo que eu tenho certeza das indicações – cheguei um pouco atrasada, pois estava em outra reunião e Paulo Paim me deu aqui todo um *feedback* –, e que foram ótimas as apresentações. Então, eu crio uma grande expectativa realmente votando em vocês – o meu voto também é aberto –, e dando esse crédito para que façam um ótimo trabalho aí em defesa realmente do meio ambiente e das questões que foram todas citadas aqui.

Então, parabéns às duas e ao Leonardo também, os indicados de hoje aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, querida Senadora Augusta Brito.

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

Estão inscritos, em seguida, o Senador Mecias, o Senador Confúcio e o Senador Heinze.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu queria dizer para o senhor que é uma honra muito grande estar aqui, cumprimentando os meus colegas. Na mesma linha da Augusta, eu concordo com tudo, menos com um item do Paim, de que seria a última participação dele. A gente vai fazer um protesto, viu, Augusta?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Com certeza!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Os bons precisam estar sempre ocupando esses espaços – não é isso? –, para que os maus não ocupem. Isso é fundamental.

Eu queria dizer que é uma honra muito grande estar hoje aqui participando da indicação de diretores da ANA, em um ano, Cristiane, Larissa e Leonardo, da COP no Brasil. O grande tema ambiental é exatamente o grande debate que nós estamos vivenciando hoje no país. É bom sempre registrar que a gente, infelizmente, sofreu alguns retrocessos na política ambiental, mas que também a gente mitigou esses retrocessos, para que não fossem piores ainda. E aí eu queria louvar a atuação importante aqui nesta Casa, iniciando pela Senadora Leila, Contarato, que fez um grande trabalho na Comissão, que assumiu relatorias importantes nesta Comissão, e

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentar V. Exa., Contarato, que sucedeu na mesma linha da Leila, mantendo, na verdade, essa postura e sobretudo tratando, Paim... V. Exa. tem um pouco mais de experiência do que eu na vida pública, mas eu também já tenho uma certa experiência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Ah, só de idade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Uma coisa que eu aprendi na minha vida é que, às vezes, a gente pode não alcançar o ótimo, mas a gente precisa pelo menos garantir o bom. Às vezes, na nossa intensidade, a gente não quer acordar, não quer fazer um acordo, e, às vezes, o problema é pior ainda. E eu acho... E digo isso, Contarato, porque eu acho que tanto V. Exa. quanto a Senadora Leila tiveram esse perfil de muito equilíbrio nesta Comissão. A gente chegou, inclusive, a ter projetos aqui nesta Casa que passaram por unanimidade, fruto de entendimento intenso, fruto de recuo de nossa parte e de recuo também daqueles que pensam diferente de nós, como a bancada, por exemplo, ruralista. E a gente teve que recuar para poder mitigar, às vezes, impactos terríveis de projetos que chegaram a esta Comissão. Então, eu queria parabenizá-lo e parabenizar a Leila. E eu quero dizer que nós estamos aqui firmes nesse entendimento.

E a indicação dos membros da ANA passa exatamente por este sentimento que nós temos hoje, Larissa, Cristiane e também Leonardo, porque eu acho que os desafios são muito grandes. Quando, por exemplo, a gente vê a ANA em algumas situações, tendo que fazer alguns arranjos, porque teve que ter cortes orçamentários... Eu sempre digo: se você diz que uma política é prioritária, ela tem que ser prioritária no Orçamento, porque o Orçamento é a peça fundamental para a política pública, de fato, ocorrer. E a ANA teve, em alguns momentos de sua caminhada, que fazer cortes orçamentários para poder ter a sua funcionalidade, ou seja, ações que poderiam acontecer não aconteceram por falta de recurso. E é desafiador, porque o que ocorre com vocês ocorre também em outras agências, em outros órgãos. O cobertor é curto, nunca dá para resolver todos os problemas. Então, tem que ter inteligência, tem que ter perspicácia e tem que ter a sabedoria para saber onde vai fazer esse corte. E é por isso que é necessário ter homens e mulheres que tenham compromisso com essa gestão, com essa pauta.

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente vê a ANA tendo que, por exemplo, fazer a decretação de escassez hídrica em alguns rios importantes no Brasil, como o Rio Xingu; em rios de regiões e biomas importantes no Brasil, como o Pantanal, isso é algo que nos traz realmente uma certa tristeza. Isso é fruto de quê? De mudanças climáticas. Isso é fruto de quê? De falta de compromisso da política pública ambiental por muitos, infelizmente, no nosso país. Muito embora a gente tenha hoje no Brasil uma Ministra que tem um compromisso gigante com essa política no país, infelizmente, não é apenas ela, pois há um conjunto que deve realmente funcionar com a sua verdadeira eficácia.

Eu hoje não quero, na verdade, fazer nenhuma pergunta. Eu quero apenas parabenizar vocês e repetir, especialmente para a Larissa e para a Cristiane, o que eu disse quando eu li o relatório da Larissa. Eu fico muito feliz quando eu olho mulheres estando nos postos estratégicos do nosso país, nos órgãos de cúpula do nosso país. Toda vez que eu recebo no meu gabinete, Paim, uma mulher, eu digo para ela exatamente esta frase: "Você é muito boa, você é extraordinária". Sabe por quê, Augusta? É porque uma mulher para ocupar um espaço tem que ser extraordinária. É verdade.

A corrida é muito grande, o preconceito é muito grande, a exclusão é muito grande, a puxada de tapete é muito grande. Ou você se supera com a sua competência técnica, ou você se supera com a sua sabedoria, ou você é suplantada. Infelizmente, essa é uma realidade. É por isso que muitas desistem no meio do caminho, porque não conseguem chegar até lá exatamente por essa dificuldade que têm nessa trajetória para ocupar esses espaços de poder. A gente vê isso em todos os ambientes.

No Judiciário, na área do direito, que é a área do meu querido Contarato, na carreira da magistratura, por exemplo, se começa quase que com isonomia, porque lá na universidade, nós somos maioria, inclusive. No concurso se chega com 49%, 50%, às vezes até com um pouco mais de participação feminina, mas quando chega nos órgãos de cúpula é 10%, 15%. Esse, infelizmente, é o percentual. Por quê? Porque vão passando por essas barreiras, como eu coloquei, da exclusão, do preconceito, da tentativa de se retirar as mulheres do espaço.

Eu quero finalizar dizendo para vocês que eu desejo todo sucesso do mundo. Nós temos hoje, no Brasil, um grande desafio que é fazer valer o marco legal do saneamento, que diz que até 2033, nós precisamos ter água para pelo menos 99% da população brasileira; água potável,

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

água saneada. E nós temos, ainda hoje, uma necessidade de cobrir pelo menos mais 15%, porque 15% da população brasileira não têm acesso à água potável.

Então, esse é o desafio que está diante de cada um de vocês. E eu desejo muito sucesso, muita prosperidade. E saibam que vocês contarão conosco aqui, com a Bancada Feminina, com a bancada ambientalista e com a bancada dos homens e mulheres do Senado Federal, que têm compromisso com o meio ambiente, que têm compromisso de fato com a defesa da vida.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senadora.

Com a palavra o Senador Mecias de Jesus.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir a V. Exa. que possa me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. Perfeito. Está inscrito.

Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Presidente Contarato, bom dia.

Bom dia aos nossos indicados: Dr. Leonardo, Dra. Cristiane e Dra. Larissa. Quero cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras.

Essa é uma oportunidade que nós temos aqui para fazermos apelo, como todos os colegas estão fazendo, sobre a questão de água e saneamento básico no Brasil. Em vários projetos propostos aqui pelo Governo Federal ou de autoria de Senadores, eu tenho colocado emendas no sentido de priorizar água tratada e saneamento básico nas comunidades indígenas do Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 99,9% das comunidades indígenas do Brasil não há sistema de saneamento básico e água tratada é um percentual muito pequeno. Eu digo isso porque estou em um estado que proporcionalmente é o estado que mais tem comunidades indígenas e povos indígenas no Brasil. Portanto, eu entendo dessa questão.

Fico feliz em ouvir o Presidente Contarato dizer que não discrimina nenhum estado. Eu fico feliz porque Roraima e alguns estados da Região Norte são totalmente discriminados o tempo todo, e discriminados por pessoas que não conhecem o nosso estado, não conhecem a nossa realidade, porque discriminam e incriminam a sociedade roraimense.

Portanto, esse é um pedido à Diretoria da Agência Nacional de Águas, que certamente será votada agora. Eu vou votar favorável. Já disse à Dra. Larissa que votaria nela; e vou votar, consequentemente, na Dra. Cristiane e no Dr. Leonardo, na esperança de que vocês possam contribuir; e contribuir exigindo também do Governo Federal e dos Governos estaduais que possam ajudar, que possam fazer investimentos para que o Brasil todo tenha água tratada e saneamento básico.

Esse é um apelo, é um pedido, porque a maioria das comunidades indígenas não vão dar resultado financeiro para empresas onde o saneamento e água tratada são privatizados. Então, essa é uma obrigação do Governo Federal, sobretudo nas comunidades indígenas que estão em áreas demarcadas e homologadas pelo Governo Federal. Essa é uma obrigação do Governo Federal.

Portanto, não é uma pergunta; é um pedido, é um apelo não só pelos indígenas de Roraima, não só pelo Estado de Roraima, mas por todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Mecias de Jesus.

Com a palavra, Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, todos os Diretores que estão hoje sendo sabatinados, a Agência Nacional de Águas

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está com esses cargos vagos eu creio que há mais de um ano. Há mais de um ano que esses cargos estão vagos. Desde o ano passado que a gente gostaria que se fizesse essa sabatina, mas foi sendo adiada pouco a pouco.

A Agência Nacional de Águas aqui do nosso país tem sido exemplar até comparativamente com as demais agências reguladoras.

A Agência de Águas (ANA) tem feito um pacto internacional com o Governo inglês e algumas instituições, monitorando a transparência e a facilidade das informações colocadas no portal e em *sites*, para que a população brasileira faça uso, inclusive os gestores públicos. Essa transparência está caminhando, e eu gostaria que todos os Diretores dessem continuidade a esse trabalho iniciado pela Veronica, que é a atual Diretora da agência, no sentido de permanecer perseguindo esse componente que é a transparência das ações e as informações corretas para a população brasileira.

Todos os dados da Agência de Águas são fundamentais para a tomada de posição dos gestores públicos municipais, estaduais e do próprio Governo Federal, que faz até prevenções de acidentes climáticos graves e monitora essa tomada de posição com antecedência e durante os eventos em si.

Ela acompanha também a situação dos rios brasileiros diariamente, monitora realmente se há seca ou se há ameaças de enchentes.

Diariamente, qualquer pessoa, qualquer técnico pode acompanhar a Agência de Águas e procurar um rio importante do seu estado, que está lá, monitorado dia a dia. Então, esses dados são fundamentais.

É uma agência que estava passando, no ano passado – e todas as demais –, problema de pessoal, com a carência de gente, de técnicos importantes. Eu espero que... Já houve uma melhora, mas não foi o suficiente ainda para atender às demandas da agência.

Eu aproveito, Sr. Presidente, para pedir aos colegas todos o voto de apoio a esses três técnicos que estão hoje sendo sabatinados, porque, pelos seus currículos aí apresentados, a gente nota a experiência deles. São técnicos já muito experimentados na administração pública,

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tarimbadíssimos, e eu tenho certeza de que não terão dificuldade em desenvolver um belíssimo programa de trabalho na Agência de Águas.

E eu quero também solicitar – como espero que eles sejam aprovados por unanimidade, Sr. Presidente – que essa votação, essa ata seja remetida a Plenário, ainda hoje, em regime de urgência, para a votação, à tarde, do nome deles, lá no Plenário do Senado Federal. Que realmente se vire a página e que eles possam tomar posse e começar a trabalhar imediatamente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Senador. Obrigado, Senador Confúcio.

Com a palavra, Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Fabiano Contarato, colegas Senadoras, Senadores, o Leonardo, que vem indicado pelo cargo, a Cristiane também, a Larissa.

Primeiro, Cristiane... Cumprimentar aqui o Senador Paim. Aí, Paim, a Cristiane, que nos ajudou no ano passado, naquela Comissão que você fazia, era Presidente da Comissão, foi fundamental aqui. A gratidão, Cristiane, a você e ao Ministro Rui Costa, por terem conseguido liberar aquele recurso.

Infelizmente, o primeiro Projeto de Eldorado que está iniciando a refazer o Projeto de Eldorado... É fundamental, e aquilo vai resolver, para os colegas que conheçam aqui o assunto, de 60 a 70% dos problemas que nós tivemos no Rio Grande do Sul, ano passado, com as enchentes. Então, a Cristiane foi fundamental e agradeço aqui, Cristiane.

A Larissa eu também já conheço há bastante tempo, tem um trabalho grande hoje na agricultura, desde a agricultura, depois desenvolvimento agrário, conheço sua história, sua trajetória, você, que não me conhece.

Senador Contarato e colegas Senadores, um ponto em que a Agência Nacional de Águas nos ajuda e que esta Casa já aprovou, Senador Jayme Campos, é a questão dos projetos para irrigação, que é a área que a Larissa conhece bem, está agora parado no Senado, na Câmara, você

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhece. Desde o início do atual Governo, nós temos conversado sobre esse assunto com Agricultura, Desenvolvimento Agrário e o MDA, para poder ajustar esse projeto, que eu já aprovei aqui, onde as propriedades...

Senador Jayme, o vosso estado é o segundo estado em águas no Brasil, o primeiro é o Amazonas, mas, se pegarmos, Cristiane, o Rio Grande do Sul, proporcional ao tamanho do estado, nós temos mais água que o Mato Grosso. E tivemos cinco secas em seis anos, praticamente; quatro secas em seis anos.

Então, nós temos que armazenar água de um modo responsável, e a Cristiane conhece o nosso trabalho, a Larissa também já conhece. Nós vamos fazer açudes em APP, com as áreas sendo reconduzidas, no caso: até dois módulos é isento; mas, de dois a quatro módulos da área suprimida, vai ter a compensação; quatro a quinze módulos, duas vezes a área suprimida; e, de 15 a 25 módulos, três vezes a área suprimida.

Então, isso é importante, para dizer que nós não vamos simplesmente suprimir a vegetação, vamos reconduzir a vegetação, esse é um ponto importante. E, depois, na Agência Nacional de Águas, Leonardo, Cristiane e Larissa, que possamos ajustar esse assunto.

O Brasil é rico em águas, o Brasil inteiro, e o meu estado, o Rio Grande do Sul também. Portanto, é importante que nós possamos focar também nesse ponto depois.

Eu vou conversar, já conversamos várias vezes sobre este tema: de uma forma responsável, fazermos irrigação.

Colegas Senadores, Paim, nós fizemos lá no estado, Rogério Porto, um craque das águas que nós temos lá, três professores da Federal do Rio Grande do Sul, o Senador Jaime Bagattoli também, Senador Jayme Campos, nós levantamos lá 9.780 açudes que irrigam mais de 500 mil hectares, 1 a 25 hectares de alague, pequenos açudes que vão fazer a irrigação que é fundamental para nós.

Portanto, tenho certeza de que vão fazer um excelente trabalho junto à ANA a Larissa, o Leonardo, o qual já conheço do Incra.

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns a vocês pelos seus currículos e também por estarem assumindo uma função muito importante.

Assim como o Senador Confúcio e o Senador Fabiano Contarato fizeram a colocação sobre a urgência, a premência, porque a ANA já está abandonada, há quase um ano, praticamente sem a diretoria, que nós possamos, ainda hoje, votar esses nomes no Plenário.

Obrigado e um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente Senador Fabiano Contarato, Larissa, Cristiane e nosso amigo Leonardo, eu estava com um verdadeiro cabedal de perguntas para fazer aqui. Entretanto, diante da necessidade de nós votarmos, eu vou apenas fazer algumas indagações em relação ao meu Estado de Mato Grosso, que tem muito a ver, como bem disse também aqui o colega Luis Carlos Heinze, o segundo estado da Federação, tem a maior bacia hidrográfica de água, particularmente em relação ao Pantanal Mato-Grossense, os Rios Teles Pires, Tapajós, Juruena, Araguaia, Tocantins e o próprio Rio Cuiabá, que é a nossa marca.

Eu vou me dirigir a você, Larissa: considerando que o Mato Grosso enfrenta secas severas no Pantanal e inundações em áreas urbanas, como Cuiabá, quais políticas a senhora defende para integrar o monitoramento hidrometeorológico e ações preventivas específicas para as regiões que combinam zonas úmidas, sensíveis e expansão urbana acelerada?

Segunda: em Mato Grosso, usinas como a de Manso e Teles Pires têm papel central nas matrizes elétricas e abastecimento. Como garantir que a operação desses reservatórios concilie geração de energia, irrigação e preservação do ecossistema aquático, diante da pressão crescente por uso múltiplo da água?

Eu vou me dirigir agora à Cristiane – esta pergunta é direcionada a você: Cristiane, considerando que o Mato Grosso abriga 13 importantes bacias hidrográficas interestaduais, como

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a senhora pretende otimizar recursos para fortalecer a fiscalização e a gestão integrada das águas em regiões extensas e de difícil acesso, garantindo que a presença da ANA seja efetiva fora dos grandes centros?

No entanto... Espero-a acabar de saudar o ilustre e eminente Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu fui Relator de uma delas e, então, eu fiquei amigo dos três. Missão cumprida. Até mais!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Vale a pena!

Cristiane, no contexto mato-grossense, comunidades ribeirinhas do Pantanal, povos indígenas do Xingu e assentamentos rurais têm desafios logísticos e tecnológicos para participar da decisão sobre a água. Qual o mecanismo concreto a senhora adotaria para ampliar a participação social e a inclusão digital dessas comunidades?

Ao Dr. Leonardo Góes Silva, quero fazer também duas indagações, bem rapidinho.

Em Mato Grosso, diversos municípios ribeirinhos no Pantanal e na Bacia do Araguaia ainda despejam esgotos sem tratamento nos rios.

Como o senhor propõe integrar a regulação da ANA com planos estaduais e municipais para garantir que a universalização do saneamento não comprometa a qualidade das águas e áreas acessíveis?

Mato Grosso possui intensa atividade de mineração, incluindo o garimpo em áreas de cabeceiras amazônicas. Como o Sr. pretende fortalecer a fiscalização do uso da água nessa região e garantir que as normas da ANA sejam cumpridas para proteger nascentes e pequenos cursos de água essenciais e biodiversidade e as economias locais?

Concluindo, Sr. Presidente, eu vi aqui a Eliziane e outras pessoas, como o Mecias de Jesus, falando em relação à questão do saneamento no Brasil. Nós somos muito pobres ainda em saneamento e a própria água. Os dados da Organização Mundial da Saúde, por exemplo, dizem que 17% das causas das mortes no Brasil, infelizmente desconhecidas, é fruto de falta de saneamento básico. Sabemos que infelizmente eu aguardava, espero que com aquele novo marco do saneamento, que foi aprovado no Brasil, nós possamos avançar através da PPP ou através de

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa privada, para que nós possamos reduzir esse índice de mortalidade, que é algo assim surreal, na medida em que 17% das causas de morte é fruto do saneamento básico no nosso país, lamentavelmente. De maneira que, para concluir aqui, quero cumprimentá-las, já votei "sim" e espero que possamos votar ainda no dia de hoje, no Plenário da Casa.

Eu solicito a V. Exa., Sr. Presidente, que coloquemos em regime de urgência, estou fazendo aqui verbalmente, regime de urgência e urgência urgentíssima, para que possamos encaminhar a indicação das três pessoas aqui para o Plenário da Casa e, por volta das 16h, 16h30, quando abrir a sessão, nós possamos já, com certeza, também sufragar o nome dessas pessoas indicadas, através do voto secreto, que é muito importante. E nós ressaltamos que aqui é uma primeira fase da indicação dos senhores. Vai ao Plenário, e nós vamos ter que votar. E eu tenho certeza absoluta de que, com toda a boa vontade, o nosso Presidente Davi Alcolumbre, colocará em pauta a indicação de V. Exas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Jayme Campos. Eu pediria que a Secretaria fizesse o registro e depois disponibilizasse as perguntas do Senador Wellington Fagundes para que, no tempo adequado, posteriormente, os indicados pudessem responder.

Eu pergunto aos indicados, diante dos questionamentos do Senador Jayme Campos, por quem deveria iniciar. (*Pausa.*)

Sra. Larissa, por gentileza.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado pela consideração de V. Exa. Questão até de justiça, que eu estou presente aqui para ouvir, né? Obrigado, amigo. (*Risos.*)

A SRA. LARISSA OLIVEIRA RÊGO (Para expor.) – Obrigada, Presidente. Senador Jayme Campos, obrigada pela pergunta, pelo questionamento. É muito pertinente essa pergunta diante do cenário de mudanças climáticas que estamos vivenciando, não só o Brasil, mas o mundo.

A irrigação dentro do Estado do Mato Grosso tem sido uma estratégia. Então a gente vem atuando, em algumas regiões do Estado do Mato Grosso, na implantação de polos para garantia

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da segurança alimentar, mas, sobretudo, ali na demanda dos recursos hídricos e no monitoramento dos recursos subterrâneos.

Então, vou responder a pergunta do senhor.

O papel principal, dentro do uso de recursos hídricos, considerando ali os múltiplos usos da água, é que a gente consiga fortalecer a Política Nacional de Recursos Hídricos por meio dos seus instrumentos que a própria lei elenca.

A gente vem fazendo um monitoramento, há uma demanda muito grande no Estado do Mato Grosso sobre a questão energética. Inclusive, tive a oportunidade de atuar dentro do departamento de irrigação para que a gente pudesse fazer um levantamento energético no seu estado, considerando a grande demanda que tem na questão de energia e na disponibilidade hídrica.

Como o senhor bem falou, sobre a questão dos subterrâneos, a gente sabe que há um grande potencial para a produção de alimentos, é um grande celeiro o próprio Estado do Mato Grosso, e que a gente venha atuando aí no monitoramento desses recursos hídricos subterrâneos para que a gente consiga potencializar ainda mais a produção de alimentos na região.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. CRISTIANE COLLET BATTISTON (Para expor.) – Senador Jayme Campos, agradeço suas perguntas. Aproveito também o momento de fala para agradecer as falas de todos os Senadores, todas as colocações.

Com relação à presença da agência em campo, a gente tem um país imenso, e a agência tem um papel que é imenso também. Eu acredito que realmente ela precisa se aproximar, precisa mostrar presença e precisa estar em campo, mas a gente tem limitações; mas acredito também que temos ferramentais que podem nos ajudar, nos auxiliar nesse trabalho. Dois eu destaco: as parcerias que a agência pode fazer e a tecnologia. Nós hoje temos ferramentais tecnológicos que podem nos fazer estar presentes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação às comunidades ribeirinhas e desafios logísticos para que tenha essa participação, a participação de todos os usuários, de suas representações, é um pilar da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Então, hoje já funciona, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nos comitês de bacia, ter as representações. E existe até um apoio financeiro para que organizações sociais possam participar, mas a gente hoje também tem mecanismos que podem nos aproximar ainda mais dos usuários e ampliar essa representação. E eu também cito a tecnologia.

Eu acho que é um papel da ANA atuar nessa aproximação, nessa capacitação junto aos usuários e, por que não, montar projetos e apresentar a ministérios que implementam políticas públicas e colocar, porque muitas vezes não é uma pauta para esses ministérios proporcionar o acesso a um sistema tecnológico, a uma instalação de internet.

Então, pode não estar na pauta deles, e é um papel da agência colocar, para que a gente leve essas tecnologias também para possibilitar que outros usuários e que outras comunidades tenham acesso à participação na gestão dos recursos hídricos.

O SR. LEONARDO GÓES SILVA (Para expor.) – Senador, muito boas as perguntas.

Conheci bastante o estado sob o ponto de vista fundiário, mas a agenda da água também é desafiadora, e ela conecta um pouco mesmo com o acesso à terra lá no Mato Grosso.

A gente acredita que uma boa articulação, planejamento, articulação entre o Governo Federal, Governo estadual e os municípios facilita o alcance das metas, o cumprimento das metas do marco legal. A gente tem um hiato aí até 2033, mas regiões, como a região do Pantanal, por exemplo, por ser um ecossistema frágil, acredito que ela pode entrar numa esteira de execução prioritária. São ações que realmente envolvem várias iniciativas.

Existem também soluções baseadas na própria natureza: drenagens naturais, barragens naturais, filtros ecológicos, que controlam o escoamento, também recuperação de zonas ripárias, florestais. Então, em toda a articulação dessas políticas a ANA, obviamente, pode ajudar, criando normas e dando incentivos e fomentando incentivos para que a gente consiga auxiliar e fomentar práticas que, naquela região, contribuem para diminuir aí o hiato e essa contribuição negativa que ocorre nos mananciais, por falta do esgotamento público sanitário, aquele que está previsto

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no marco e aquele que envolve uma obra de infraestrutura de maior porte. Mas, enquanto a obra pública não chega e não opera, várias outras ações paralelas são possíveis de serem implementadas, mas dependem bastante de articulação.

A gente vê em alguns casos, principalmente, em algumas zonas do país, na zona rural... Eu vim de uma estatal que tinha a missão de tocar e executar propriamente a expansão do saneamento, e a gente nota que é um mosaico de iniciativas, não é só dinheiro, Senador. Você pode colocar o dinheiro que for dentro da estatal, da empresa municipal que tem a missão de universalizar, mas ela vai esbarrar em diversas outras dificuldades, desde regulatórias à própria urbanização inadequada dos municípios, falta de articulação e sensibilidade dos gestores, capacidade operacional das próprias empresas e a falta de incentivo e talvez até mesmo capacidade técnica para elaborar bons projetos de parceria com o setor privado.

Essas regiões, sem fazer muita conta, não são regiões atrativas do ponto de vista comercial, mas elas, com o incentivo correto, eu acho que a ANA também, junto com o dispositivo do marco legal, devem atuar junto aos estados, aos municípios, fomentando aí a atuação por blocos. E com isso, somado a todas as outras iniciativas que eu falei, acho que a gente tem condições de ir mitigando a solução.

Tem algumas comunidades isoladas, por exemplo, que hoje estão sem saneamento algum, é uma fossa negra. Você tem dificuldade para chegar lá ainda com o sistema convencional, mas, enquanto isso, você pode, sim, fazer uma fossa séptica e afastar o indivíduo daquele dejeto, de perto da família dele, de perto dos mananciais, enquanto o saneamento público propriamente dito não chega.

Então, a gente quer, às vezes, o cenário ideal, que é chegar com a rede própria, que custa realmente um vulto grande também, o que nós temos que enfrentar até 2033, mas acho que também, do ponto de vista sanitário, ainda é melhor você ter o afastamento e uma fossa séptica feita sob padrões técnicos e mantida pelas empresas, pelos consórcios, de forma a garantir o mínimo de tratamento. Isso vai mitigar, com certeza, junto com outras medidas, o escoamento aí para os rios da região, enquanto, obviamente, o planejamento mais articulado entre as esferas vai fazer chegar efetivamente a rede de esgoto, aquela tradicional, que envolve obra muito mais relevante.

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente tem que articular todas essas iniciativas. Eu acho que o Estado tem muita experiência, inclusive, em alternativas baseadas no próprio conhecimento da população. Há várias iniciativas feitas tanto nas reservas indígenas quanto nos assentamentos. Enfim, a gente precisa abrir um pouco a cabeça, pois, antes do ideal, a gente precisa, pelo menos, sair da situação que é o zero. E essa situação do zero é um problema grave de saúde e também ambiental naquela região, que é bastante sensível.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Consulto o Senador Jayme Campos se se sente...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

Finalizadas as arguições, vamos encerrar as votações e apurar os resultados.

Solicito à Secretaria que projete no telão o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A indicada Larissa Oliveira Rêgo obteve 14 votos SIM, do total de 14; Cristiane Collet, 14 SIM, do total de 14; Leonardo, 13 e uma abstenção.

Coloco em votação requerimento de urgência para submeter as indicações ao Plenário.

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Estão aprovadas a indicação da Sra. Larissa Oliveira Rêgo por 14 votos, a da Sra. Cristiane Collet Battiston por 14 votos e a do Sr. Leonardo Góes por 13 votos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião, realizada em 6 de agosto, e também desta 19ª Reunião, que acabamos de realizar.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2683122947

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Plínio Valério, Margareth Buzetti, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Leila Barros, Beto Faro, Paulo Paim, Augusta Brito, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Weverton e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos, Eliziane Gama, Cid Gomes, Marcos Rogério e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 10/2025 - CMA, de autoria Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Finalidade:** Debater a Exportação de Animais Vivos por Via Marítima: Impactos e Riscos. **Participantes:** Sra. Vania Plaza Nunes, Diretora Técnica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal; Sr. George Sturaro, Diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas da Mercy For Animals no Brasil; Sra. Maira Luiza Spanholi, Professora na Universidade do Estado do Mato Grosso; Sra. Leticia Filpi, Coordenadora do Grupo de Advocacia Animalista Voluntária e Consultora Jurídica da Agência de Notícias de Direitos Animais; e Sra. Vanessa Negrini, Diretora do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/19

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nessa data, 19 de agosto de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

Ofício Circular 901, do MMA, que convida os membros desta Comissão a participarem do seminário Agenda Legislativa e Impactos da Crise Climática no Semiárido, a realizar-se no dia 28 de agosto de 2025, das 14h às 17h, durante o Semiárido Show 2025, em Petrolina, Pernambuco.

Ofício 230, Anatel, do Conselho Diretor da Anatel, do Conselheiro-Diretor da Anatel, Alexandre Freire, que convida os membros desta Comissão a participar do Seminário Pré-COP 30, Anatel-BID, sobre o papel das comunicações digitais no enfrentamento das mudanças climáticas. O evento será realizado no dia 26 de agosto, das 9h às 18h, no Espaço Cultural Renato Guerreiro, na sede da Anatel, em Brasília, e contará com a presença de renomados especialistas e representantes de destaque nas áreas de clima e comunicações digitais.

Reforço o comunicado, já encaminhado, de que a Secretaria receberá dos membros da CMA sugestões de emendas ao PLDO 2026 até sexta-feira, dia 22, às 14h. Foi designada Relatora a Senadora Leila Barros, e a deliberação acontecerá na reunião de terça-feira, dia 26.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a exportação de animais vivos por via marítima, impactos e riscos, em atenção ao Requerimento 10-CMA, de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido, para tomarem lugar à mesa, os seguintes convidados: Sr. George Sturaro, Diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas; a Sra. Leticia Filpi, Coordenadora do Grupo de Advogadas Animalistas Voluntárias e Consultora Jurídica da Agência de Notícias de Direitos Animais; a Sra. Maira Luiza Spanholi, Professora da Universidade do Estado do Mato Grosso; Vania Plaza Nunes, Diretora Técnica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal; Vanessa Negrini, Diretora do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Antes de passar a palavra aos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Eu pediria aos convidados que, como eu tenho outras Comissões de que participo e tenho outras agendas, cumpríssemos rigorosamente esse prazo.

Existe um painel ali que vai ficar acionado com o tempo que o convidado terá para falar. Então, à medida que vai expondo suas ideias, vai analisando o tempo, porque aí você verifica se tem que acelerar ou não com sua apresentação.

Por gentileza, faço esse apelo, porque, se avançar no horário, eu vou ter que reduzir o tempo do convidado subsequente, porque eu não tenho como participar de outras audiências se não se cumprir o período aqui estabelecido.

Conto, humildemente, com a compreensão e perdoem-me por dar ênfase a essa fala. Por isso, eu tento restringir ao máximo o número de convidados para que eles possam ter um tempo maior para expor sua ideia.

Obviamente, eu sempre clamo – e a minha equipe da Comissão do Meio Ambiente sabe disso – e gostaria que tivesse, depois, uma reunião técnica, se possível, com os convidados, para só apresentarem sugestões que, aí sim, seriam o fruto daquela audiência pública. E a gente passaria isso para uma sugestão ou um projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pelas considerações.

Agradeço o comparecimento de todos.

Bem-vindos ao Senado Federal. Bem-vindos à Comissão do Meio Ambiente, que eu tenho grande orgulho de presidir, pela segunda vez.

Antes de conceder a palavra, este assunto, para mim, é muito caro. Nós sabemos que o transporte de animais vivos pelo sistema marítimo viola alguns dispositivos tanto da nossa Constituição Federal, no art. 225:

> Art. 225. .....
> § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
> .....
> VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécie ou [conjunção alternativa] submetam os animais à crueldade.

Nós temos também a Lei de Crimes Ambientais, que é a Lei 9.605, que, no art. 32, estabelece como crime "praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos". Quer dizer, você tem um mandamento constitucional que trata sobre isso, que fala sobre submeter os animais à crueldade – está no art. 225, inciso VII, da Constituição, desde o dia 5 de outubro de 1988 –, e nós temos uma lei infraconstitucional que é a Lei de Proteção Ambiental (Lei 9.605), que estabelece uma conduta criminosa. E olhem que eu estou falando só da responsabilidade criminal, além da responsabilidade civil ou administrativa pelo ato praticado.

Tenho orgulho também de dizer que eu fui, aqui no Senado, Relator da lei que aumentou a pena para maus-tratos de cães e gatos. Mas aprendi, aqui no Senado, que o ótimo é inimigo do bom. Eu queria que o aumento de pena fosse para todos e quaisquer maus-tratos a animais, mas nós sabemos que, para avançar, temos que ceder. Foi o que era possível construir para aprovação, e hoje é uma realidade. Hoje, na lei de proteção ambiental, no crime de maus-tratos aos animais, nós aumentamos a pena para os maus-tratos de cães e gatos.

Neste momento, eu concedo a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpe... (*Pausa.*)

Com a palavra a Sra. Vania Plaza Nunes, Diretora Técnica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, para, no prazo máximo de dez minutos, fazer a sua apresentação.

Solicito à Mesa que acione o prazo, por gentileza.

A SRA. VANIA PLAZA NUNES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu vou pular a minha apresentação. Sou médica veterinária há 42 anos, formada pela Unesp de Botucatu, e vou trazer aqui para os senhores um pouco da realidade, porque, enquanto médicos veterinários, nós não podemos fechar os olhos para o que acontece com esses animais no transporte.

Inicialmente, eu queria trazer para os senhores os princípios da ciência do bem-estar animal, que vai falar sobre os aspectos físicos, o funcionamento biológico, as emoções, as sensações, a capacidade de cognição e o comportamento dos animais; ou seja, toda vez em que eu estiver falando em bem-estar animal, eu tenho que levar em conta essa tríade para que, de fato, a ciência do bem-estar animal seja aplicada em qualquer prática em que os animais são utilizados.

Quando a gente pensa no transporte marítimo de animais vivos, nesse caso, os bovinos, a gente tem que entender que a gente está falando de uma situação bastante complexa em que, na verdade, os animais são retirados do pasto, passam por viagens terrestres e, finalmente, chegam a um porto. Lembro que no Brasil a gente tem pouquíssimos portos que fazem esse tipo de transporte, o que obriga que os animais façam viagens terrestres muito longas. Chegando ao destino final, eles são embarcados, então, em viagens marítimas que duram de 15 a 30 dias, dependendo das condições climáticas a que esse navio estará submetido.

Eu queria pedir para o Marcos, se puder, colocar o vídeo. Acho que ele é importante, porque vai fazer um resumo do que é a vida desses animais dentro dos navios. Ele tem falas, é um vídeo de três minutos. Acho que é importante todos o observarem.

São duas cenas: uma feita no Porto de Santos, e a outra feita na África do Sul, no ano passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi, Marcos?

Por favor, desconte meu tempo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. VANIA PLAZA NUNES – Essa tarjeta não sai, Marcos? Ah, o.k.

Essa é a parte do transporte terrestre, quando os animais chegam para serem embarcados nos navios para começar a viagem marítima. Eles são animais que viajam uma média de 250km até 1.000km, dependendo da distância da fazenda que produz esses animais para essa finalidade. São animais jovens, animais ao redor de um ano e meio, dois anos de idade.

Aqui, são os animais já no navio. Essas imagens são de Santos, quando os animais estavam, há quatro dias, dentro desse navio ainda. O navio não tinha zarpado.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. VANIA PLAZA NUNES – Essas imagens foram feitas através de uma perícia realizada por uma médica veterinária, a Dra. Magda Regina.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. VANIA PLAZA NUNES – Essa é a condição de bem-estar a que os animais são submetidos durante a viagem.

Gostaria de deixar uma pergunta para os senhores: os senhores enxergam alguma condição de bem-estar nesses animais?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. VANIA PLAZA NUNES – Então, dá para a gente perceber a quantidade de animais por recinto e a situação deles.

E, agora, um pouquinho do que a gente viu no ano passado. A primeira imagem é de 2018, e, agora, de 2024. Esses animais foram filmados em um navio que embarcou todos esses animais aqui, no Brasil, e esses registros foram feitos na África do Sul, por técnicos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizações não governamentais locais que foram autorizados a entrar no ambiente e verificar a condição desses animais.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. VANIA PLAZA NUNES – Essa é a condição normal, natural dos animais durante todos os dias de viagem.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. VANIA PLAZA NUNES – Essa foi uma pequena amostra de imagens que a gente produziu nesse vídeo, justamente para outras finalidades, em audiências públicas que já foram realizadas em alguns locais em que a exportação existe, em especial no Estado de São Paulo, em que eu resido, em uma audiência em São Sebastião.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. VANIA PLAZA NUNES – Marcos, se você puder voltar para a apresentação, eu agradeço. (*Pausa.*)

Aqui é um resumo bem rápido, só com os pontos principais – acho que ela está tendo um pouco de vida própria – que a gente pode fazer como uma média nas viagens. São necessários, para transportar aproximadamente 25 mil animais, 675 veículos, que transportam 40 animais em cada um deles; e aí está tudo a que esses animais são submetidos.

A gente tem uma série de fatores durante o transporte que precisam ser considerados e não são considerados na imensa maioria das vezes; e o que se argumenta, em relação ao bem-estar dos animais, em geral, está ligado apenas a esse transporte terrestre.

Aqui, é um acidente recente que aconteceu em Belo Horizonte, com animais sendo transportados para essa finalidade. A gente tem centenas desses relatos. Se os senhores derem um Google e procurarem, vocês vão encontrar inúmeros animais que são vítimas desses acidentes, principalmente agora que os veículos são de dois andares, o que cria uma instabilidade muito maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No início do ano passado, nós tivemos um acidente bastante grave na chegada a São Sebastião, onde muitos animais morreram e outros tantos ficaram perdidos na mata, porque não existia estrutura para fazer o resgate desses animais, nem pela polícia rodoviária, nem pelas empresas responsáveis pelo transporte, seja marítimo, seja terrestre.

Eu acho que isso aqui não está...

Aí é uma série de questões: ventos costeiros, instabilidade marítima... Os animais caem uns sobre os outros, como os senhores viram, causando fraturas, danos, lesões. No vídeo, inclusive, a gente mostra um pouquinho isso. Então, existe uma série de problemas para que esses animais, que nunca fizeram viagens desse tamanho, possam viajar.

Aqui, é um pouquinho das imagens do que constitui um transporte de animais – só para vocês entenderem o que eu estou dizendo. Essa imagem de baixo, da esquerda, mostra que são andares e que os animais vão viajar daquela forma que os senhores estão vendo, uns em cima dos outros. Lembro-os de que, para dentro do casco do navio, existem vários pisos no subsolo, e os animais também viajam nessas condições. A gente já teve problema com esse sistema de ventilação não funcionar e centenas de animais morrerem nessas viagens, e não foi uma única vez.

A gente tem poucos relatos sobre o que acontece exatamente nesses locais, porque a gente não tem acesso aos relatórios, não tem um protocolo que diz como esses animais deveriam viajar. E quais são os problemas que acontecem durante essa viagem? A gente tem risco de intoxicação; uma grande quantidade de fezes e urina aumentada ali naquele local; uma depleção; uma diminuição do oxigênio disponível para que esses animais, na verdade, possam ter uma boa troca gasosa, no mínimo. E os problemas mais graves que a gente encontra diante dessa situação, por exemplo, da baixa do oxigênio, vital para a respiração de qualquer ser vivo, são: comprometimento de habilidades motoras e cognitivas, baixíssimo grau ou ausência de bem-estar animal, com sofrimento físico, mental e comportamental, pois eles não podem se mexer. Quero lembrar que a expressão de comportamento natural, dentro da ciência do bem-estar animal, é fundamental. Há pânico, desmaios, animais em estado de coma e frequente alteração do equilíbrio corporal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As informações que a gente tem sobre isso são de uma médica veterinária que trabalhou durante anos na Austrália fazendo essas viagens com ovinos, em especial, e ela tinha os relatórios produzidos. Um dia, ela falou: "Chega, não quero mais", depois de oito anos de trabalho, e ela passou a emitir relatórios, a dizer exatamente como era. Eu queria muito agradecer o fato de ela ter trazido isso para todos nós.

Além disso, senhores, queria – já encaminhando aqui para o final – deixar para os senhores a notícia de que nós não podemos esquecer que as zoonoses, que são doenças comuns que ocorrem entre os seres humanos e os animais, podem estar presentes nessas populações de animais. Por quê? Porque, pela legislação brasileira e pela Organização Internacional de Epizootias, no caso dos bovinos, só algumas doenças precisam ser pesquisadas previamente ao embarque para evitar risco. Mas todas essas enfermidades estão relacionadas a casos e ocorrências que podem acontecer nesse sistema, sejam casos que já foram registrados em animais de transporte terrestre de longa distância, seja em outros países.

Então, quero deixar aqui para os senhores essa informação que eu acho bastante importante.

Aqui, estão algumas zoonoses nos últimos 20 anos. O outro eslaide anterior a esse é a mesma constituição, ou seja, o que faz com que os animais possam ter algumas doenças manifestas e que foram relatadas nos últimos 20 anos. Então, eu deixei marcado ali principalmente aquelas que incluem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANIA PLAZA NUNES – ... os bovinos.

Vamos ver se vai...

As principais que nós temos tratado: a gripe aviária, a gripe suína e o coronavírus. A gente não vai poder se esquecer do caso da covid. Sabe-se que a origem dessas doenças são as péssimas condições de higiene e manipulação que se fazem em relação a diferentes animais, com alegações culturais que, muitas vezes, já não se justificam, senhores, se nós já estamos no 25º ano do século XXI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre os pontos críticos, eu gostaria de lembrar que a gente não tem notícia de qual é o número de médicos veterinários que deveriam acompanhar essas viagens e a gente sabe que... Será que tem veterinário? Será que o número de veterinários é qual? O que a gente sabe, nos poucos ambientes em que a gente conseguiu essas informações, é que ele era extremamente insuficiente: 1, 2, 3 médicos veterinários para uma média de 25 ou 27 mil animais. Então, vale a gente pensar se está fazendo a coisa certa em relação a tudo isso.

Eu acho que é claro e injustificável o conjunto de práticas de maus-tratos, ausência de ética e respeito para seres sencientes, com animais de alta capacidade cognitiva – e isso não sou eu que estou dizendo, a ciência tem milhares de trabalhos que mostram isso, inclusive nos bovinos. Esses animais têm sistemas de elaboração subjetiva que são singulares, característicos daquela espécie, uma altíssima percepção sensorial do mundo comparável ao observado a nossa espécie, e a gente tem claros descumprimentos legais que a Dra. Letícia, com certeza, vai trazer para os senhores com muita propriedade. Isso traz um conjunto que qualifica atividades citadas como evidentes maus-tratos cometidos contra seres vulneráveis. E, como o Senador trouxe para nós, a gente não pode aceitar que isso continue acontecendo no nosso país.

Eu gostaria aqui de fazer uma homenagem ao Dr. Mateus Paranhos, que faleceu recentemente, que é reconhecido como uma autoridade no assunto comportamento animal no mundo todo, em que ele dizia já há muitos anos que o Brasil perde muito recurso econômico na geração de emprego, na geração de renda, e ele não foi escutado. Então, em outros países, ele foi muito mais ouvido, infelizmente, do que aqui no nosso país.

Acho que é o último agora. É isso, gente.

Muito obrigada.

Senador, obrigada por suportar o tempo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado pela exposição, Sra. Vania Plaza.

Eu quero registrar aqui, com alegria, a presença do Senador Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Bagattoli.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Bagattoli, perdão, Senador. Ele está aqui prestigiando esta audiência pública.

Na sequência, eu concedo a palavra ao Sr. George Sturaro, que é Diretor das Relações Governamentais e Políticas Públicas da Mercy for Animals do Brasil.

O SR. GEORGE STURARO (Para expor.) – Alô? Ouvem-me bem?

Bom dia a todas as pessoas presentes e também a quem nos acompanha virtualmente. Eu gostaria de iniciar minha fala agradecendo à Comissão de Meio Ambiente do Senado, na pessoa do Sr. Presidente, o Senador Fabiano Contarato, por organizar esta audiência pública, dando-nos a oportunidade de expor ao Parlamento aspectos das exportações de animais vivos que são problemáticos e extremamente preocupantes.

O sofrimento animal, durante as travessias marítimas, tema da fala da Dra. Vania, é motivo suficiente para proibir a exportação de animais vivos, porém não é o único, há também razões de ordem ambiental e econômica para nos opormos a essa terrível atividade. Em minha fala, abordarei os riscos e impactos ambientais associados às operações de exportação de animais vivos por mar.

Da perspectiva ambiental, o principal problema está relacionado ao transporte marítimo. O transporte de animais vivos de longa distância depende de navios que, em sua ampla maioria, são bastante antigos, apresentam baixíssimo padrão de manutenção e não foram projetados originalmente para essa finalidade. Uma análise realizada pela Mercy for Animals do perfil da frota de 44 navios que embarcou animais vivos no Brasil, entre janeiro de 2015 e setembro de 2021, revelou que a idade média das embarcações era de 39 anos e que cerca de 80% delas tinha mais de 30 anos, idade em que navios mercantes costumam ser descomissionados e vendidos para sucateamento. A análise revelou também que 85% das embarcações que operaram em portos brasileiros nesse período eram embarcações convertidas. Trata-se de navios construídos originalmente para transportar contêineres, veículos ou carga geral e que foram adaptados para transportar animais vivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é um problema por ao menos duas razões. A primeira é que tais navios, em geral, possuem cascos estreitos, que oferecem estabilidade transversal significativamente menor quando comparados a navios com cascos largos, como graneleiros e petroleiros. A segunda razão é que o acréscimo de *decks* de carga sobre o casco, para acomodar mais animais, inevitavelmente aumenta a área sob ação do vento, comprometendo ainda mais a estabilidade transversal da embarcação.

Outro ponto preocupante revelado pela análise da Mercy for Animals é que apenas 22,7% desses 44 navios navegavam sob bandeiras da lista branca da organização do Memorando de Entendimento de Paris, a principal referência internacional em controle estatal portuário. A lista branca compreende bandeiras de países com elevada performance em matéria de segurança marítima e, por isso, é sinônimo de risco baixo. Por sua vez, as listas cinza e negra compreendem bandeiras associadas a riscos médio e alto, respectivamente. Das 508 viagens realizadas por esses 44 navios no período analisado, apenas 10% ocorreram sob a bandeira da lista branca. Outro dado inquietante é que 21 desses 44 navios foram detidos, ao menos uma vez, em portos de países membros da organização do Memorando de Entendimento de Paris, por apresentarem numerosas e graves deficiências. As detenções alcançaram o montante de 72, com navios convertidos representando 93% do total.

A precariedade da frota que transporta animais vivos ao redor do mundo é um problema grave. Em 2020, com base em dados da Seguradora Allianz e da Organização Marítima Internacional, o periódico *The Guardian* estimou que a probabilidade de um navio transportador de animais vivos protagonizar um acidente marítimo é duas vezes maior do que qualquer outro tipo de navio mercante.

O Brasil já foi palco de um desses acidentes. Em outubro de 2015, o navio Haidar perdeu a estabilidade, adernou e afundou enquanto embarcava bovinos vivos no Porto de Vila do Conde, no Pará. Milhares de animais ficaram presos dentro da embarcação e morreram afogados. Suas carcaças e o óleo que vazou do Haidar deixaram um rastro de contaminação que alcançou a cidade de Belém, cerca de 60km rio abaixo – esse foi um dos maiores desastres ambientais da história do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dez anos depois, o navio ainda não foi removido e apenas uma pequena parcela das indenizações pedidas pelas comunidades afetadas foram pagas. O Porto de Vila do Conde, o mais movimentado da Região Norte, foi e continua sendo significativamente prejudicado: um dos seus oito berços de atracação foi completamente inutilizado e outros dois berços adjacentes tiveram sua capacidade operacional reduzida, não podendo mais receber navios de grande porte.

Em fevereiro de 2020, por pouco o porto e a região de Barcarena escaparam de um novo desastre. Outro navio transportador de animais vivos perdeu a estabilidade e só não veio a tombar por ação rápida da administração portuária.

Cabe observar que acidentes semelhantes ao do Haidar em Vila do Conde já ocorreram em outros países. Em 2019, o Queen Hind naufragou no Porto de Midia, na Romênia, pouco após zarpar carregado com milhares de ovinos vivos. Em 2022, o Badr 1, também carregado, adernou e afundou em um berço de atracação no Porto de Suakin, no Sudão. O navio que afundou no porto romeno, o Queen Hind, esteve no Brasil apenas alguns meses antes do acidente. Investigações subsequentes indicaram diversas irregularidades, inclusive a existência de compartimentos de carga ocultos. Tanto o Haidar quanto o Queen Hind e o Badr 1 eram navios convertidos.

Os riscos associados ao transporte marítimo de animais vivos ensejaram respostas regulatórias ao redor do mundo. Em 2019, a Autoridade Australiana de Segurança Marítima emitiu a Ordem Marinha 43, que elevou substancialmente os requisitos a serem atendidos pelas embarcações que transportam animais vivos, estabelecendo, assim, um mecanismo de triagem que impede que as embarcações mais antigas, com baixo padrão de manutenção e longo histórico de detenções, operem em portos australianos.

Como resultado, o número de embarcações aptas foi reduzido drasticamente. Em 2022, dos 125 navios transportadores de animais vivos em operação ao redor do mundo, apenas 25 podiam embarcar animais na Austrália. A idade média dos navios autorizados a operar no país também foi reduzida significativamente: caiu para 19 anos, aproximadamente a metade da idade média da frota mundial de navios transportadores de animais vivos. Além disso, 100% da frota operante em águas australianas passou a ser constituída de navios que navegavam sob

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bandeiras classificadas como de baixo risco e o percentual de embarcações convertidas foi reduzido para menos da metade.

Na Irlanda, uma regulamentação comparável à da Austrália em nível de exigência determina ainda que navios transportadores de animais vivos devem ser inspecionados no exterior para fins de obtenção de autorização para operar em águas territoriais.

Em suma, o Brasil está exposto a riscos que outros países envolvidos no comércio marítimo de animais vivos não toleram e procuram mitigar por meio de regulamentações de segurança marítima mais exigentes.

Termino minha fala ressaltando a elevada importância do Projeto de Lei 3.093, de 2021, nascido de uma sugestão legislativa para o Senado, de 2018. Sua aprovação colocará fim ao imenso sofrimento a que são submetidos os animais importados vivos por mar, ao mesmo tempo em que tornará mais seguras as águas territoriais brasileiras, os nossos portos e os nossos ecossistemas marinhos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Sr. George Sturaro. Obrigado a todos.

Antes de conceder a palavra à próxima convidada, eu quero conceder a palavra ao Senador Jaime Bagattoli, a quem, mais uma vez, eu agradeço, Senador, pelo comparecimento a esta importante audiência pública, sobre um tema que eu sei que V. Exa. tem interesse em debater e se manifestar.

Com a palavra o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado. Cumprimento aqui nosso Presidente desta Comissão, da CMA, Fabiano Contarato, a Letícia, o George, a Vania, a Maira Luiza, a Vanessa, não é? Vanessa.

Primeiramente eu quero dizer para vocês que eu não vou falar como Senador, eu vou falar como uma pessoa que conhece. Não conheço a situação do navio, mas eu tenho confinamento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos confinamento de larga escala. Nós começamos essas operações, antes era só gado criado em pasto extensivo. O Brasil, faz 30 anos, 25, 30 anos que nós começamos a confinar boi no Brasil realmente, e os Estados Unidos estão aí há 50, 60 anos.

Portanto, os Estados Unidos têm menos da metade do rebanho do Brasil e têm mais produção de carne que o nosso país, com mais do que nós, hoje nós temos um pouquinho mais de 200 milhões de cabeças.

Então eu quero dizer para vocês que eu não conheço a situação do navio. Concordo, deve ser vistoriado, tudo da forma. Mas isso aí é um confinamento em cima do mar. Ele tem que obedecer, simplesmente ele vai ter que ter as mesmas regras do confinamento fechado em terra. Não muda muito.

Eu já vendi, nós já vendemos gado, pouca coisa, mas já vendi para esse sistema aí, inclusive foi embarcado no Porto de Santos. Até onde eu sei, eu não sou exportador, nós não somos exportadores, até onde eu tenho conversado com os exportadores, isso aí, tem que dar uma quarentena. Por exemplo, esse gado chega, você não pode embarcar um gado que chega e colocar para dentro do navio. Não tem como. É a mesma coisa de um gado que entra num confinamento. Muitas vezes, você tem que fazer, aquele gado nem tem preparo, ele não está habituado à alimentação de confinamento, então você faz um preparo nele de sete, oito, dez dias, mesmo num confinamento, antes de ele entrar para ser fechado.

Agora, eu quero que vocês entendam: o Marrocos, a Argélia, o Egito, o Iraque, a Turquia, esses países são os países que mais importam boi vivo. São os países que mais importam, porque eles têm aquela crença, aquele negócio do abate *halal*. Os Estados Unidos, não importa, a maioria dos países da Europa não importa boi vivo.

E aí nós temos um grande fator que eu quero que vocês entendam – quem está nos acompanhando. A partir do momento que um gado desses entra dentro de um navio, até onde eu sei – e eu quero, eu gostaria muito, eu quero ir conhecer, porque eu não conheço, nunca vi um embarque desses aí, de 25 mil, 27 mil; dizem que tem navio que leva 27 mil, 28 mil animais – , isso é um confinamento em larga escala dentro de um navio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a partir do momento que esse animal estiver dentro do navio, vocês podem ter certeza de que quem fará esse acompanhamento, dali para frente, não são pessoas do Brasil, é o comprador de lá. Ora, se esses animais entraram aqui com um peso, eles têm que chegar lá, porque quem vai tomar o prejuízo são eles, do lado de lá, quer dizer, é quem está comprando esses animais. É isso o que eu quero que vocês entendam, que a responsabilidade dos exportadores – isso eu perguntei, são palavras dos exportadores –, a responsabilidade deles é até chegar e colocar esse gado, esse animal, no navio; dali para a frente, a responsabilidade é do importador, até por que ele tem que ter realmente uma quantidade dessas de gado, de vinte e poucos mil animais, tem que ter um rigor muito grande da vigilância sanitária – entendeu? –, tem que ter os médicos veterinários ali dentro. É claro, entendeu? Então a gente tem noção disso.

E vou dizer para vocês que tanto o transporte terrestre quanto o transporte marítimo têm que ser adequados. Isso que eu ouvi falar aqui, o que a Vania falou... Hoje as carretas já realmente são todas carretas de dois andares, até o ônibus antigamente era de um andar e hoje tem dois. Entendeu? Acidentes acontecem no ônibus, acontecem no trem, acontecem no avião e também nos caminhões e nos automóveis. Em tudo você tem risco na situação do transporte. O transporte a longa distância, infelizmente, para transportar... É diferente dos Estados Unidos, que transporta boi do México. Eu já fui lá, levam boi do México para os Estados Unidos no trem. Nós não temos ferrovia. Claro, se tivéssemos um transporte ferroviário, poderíamos fazer transporte de animal também pela ferrovia, mas a nossa discussão é o navio. A grande discussão é o navio.

E esses países – assim eu sinto – estão hoje no Brasil, estão ali, estão em todas as regiões: estão em Rondônia – eles estão comprando gado em Rondônia –, estão comprando no Pará, no Mato Grosso, no Goiás, em todos os lugares. E aí eu quero que vocês entendam outra coisa. Nós temos o maior rebanho. Se nós fizermos... Se, daqui a pouco, nós barrarmos essa exportação de animais, os frigoríficos estão concentrados em três dentro do Brasil, é o maior cartel que já aconteceu, e ninguém discute nada; o maior cartel que nós temos é o de frigorífico no Brasil: JBS, Marfrig e Minerva contêm mais de 60% do mercado. Houve, inclusive, uma fusão de 80% da Marfrig com a Minerva agora, faz menos de um ano, uns seis meses atrás.

Então, eu quero dizer para vocês o seguinte, e eu estou falando na condição de produtor: nós precisamos, sim, verificar essa situação. Agora, nós não podemos também ser responsáveis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Brasil ser responsável, porque quem está comprando, quem está contratando esse navio para transportar esse gado, não é o exportador e, sim, o importador. Por quê? Porque, se esses animais perderem peso, se não chegarem lá, quem vai perder é o importador, não é mais o exportador. Entendeu? A partir do momento que embarcou, dali para frente, é o importador com a empresa de transporte marítimo.

Então, eu queria deixar o meu ponto de esclarecimento. Acho viável, acho plausível a gente... Eu quero conhecer, eu não conheço. Eu nunca vi. Entendeu? Mas eu quero. A hora que um navio desse estiver fazendo o embarque, eu quero conhecer, porque eu não quero acreditar que eles possam causar maus-tratos a esses animais. Eles têm que cuidar desses animais. Isso é um confinamento, meu Deus, é um confinamento ali dentro. Esses países que importam esses animais querem fazer o abate lá. Então, são esses países que eu citei: Marrocos, Argélia, Egito, Iraque, Turquia, enfim.

Eu acho que nós temos que dar uma segurança, ter uma vigilância maior, o controle no embarque desses animais, mas nós também não podemos chegar – talvez por causa de um ou outro caso – ao ponto de proibir a exportação de animal vivo, porque, se nós compararmos, muitos anos atrás vieram muitos animais de lá para cá, por isso o Brasil, hoje... O Brasil não tinha animais. Então, como nós importamos, hoje nós estamos exportando o boi vivo, que não era um objetivo nosso, para o Brasil, para a economia do Brasil. Nós tínhamos que exportar, pelo menos, 95%, 98% industrializados.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, pelas considerações, Senador.

Eu só queria fazer aqui uma ressalva, Senador. Eu que fui o proponente desta audiência pública. Como chegou uma demanda de maus-tratos a animais nesse transporte marítimo, é nossa obrigação, como legisladores, ficarmos atentos a isso. Porque nós iniciamos esse trabalho aqui falando que tudo parte da Constituição Federal quando o art. 225, taxativamente, fala sobre submeter animais à crueldade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos também que ter a plena convicção de que não basta, simplesmente, o Brasil ter uma postura de que não tem responsabilidade ou de que a responsabilidade é apenas até o embarque. Eu trago isso, com todo o respeito, como professor de Direito Penal e de Processo Penal que fui por muitos anos. A regra é clara, no art. 29 do Código Penal, quando diz: "Quem de qualquer forma concorre para o crime, incide nas mesmas penas a este cominadas na medida de sua culpabilidade". Então, não tem como o Brasil simplesmente fechar os olhos e falar: "Olha, eu não tenho responsabilidade da forma como vai ocorrer esse confinamento daí para frente". São navios convertidos, não são navios que foram construídos para transporte marítimo. Nós temos também... Eu fui delegado de trânsito, com todo o respeito, não tem como comparar um ônibus com capacidade, com dois andares, para um transporte de animal bovino. Nós temos aí a pesagem, as toneladas, a instabilidade, o sistema de transporte, o sistema de carreta, a topografia das estradas.

São todos elementos de fundamental importância para que esses crimes, esses acidentes ocorram. E nós temos que ter interesse na mitigação deles.

Esta audiência, também, não objetiva, em nenhum momento aqui, ninguém vai falar ou está falando, por exemplo, em proibição. Nós estamos jogando luz num assunto que diz que transporte marítimo de animal vivo em condições degradantes e cruéis é crime previsto na lei de proteção ambiental, que é a Lei 9.605, especificamente no art. 32. E o crime é de ação penal pública incondicionada, quer dizer, incondicionada, prefixo "in", que independe de condição. O poder público, no caso, o Ministério Público, que é titular da ação penal, tomando conhecimento desse tipo de crime, tem, obrigatoriamente, o poder de instaurar a devida ação penal. Nós queremos, efetivamente, que sejam dados vida, vez, voz e garantia a esse mandamento constitucional, que eu volto a frisar que está no art. 225, item VII, da Constituição Federal, e que foi ratificado como uma prática criminosa prevista no art..32.

Então, eu só estou fazendo essas considerações, porque nós aqui não estamos falando em proibição. Nós só estamos jogando luz no assunto que é transporte de animal vivo pelo sistema marítimo em condições degradantes e que ocasiona, sim, cozimento interno por estresse, afogamento, contato direto com fezes e urinas, transmissão de zoonoses, alimentação insuficiente e crueldade para todos esses animais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o objetivo é tão somente esse e eu espero que nós tenhamos aqui uma audiência pública produtiva e sempre – sempre – caminhando com bom senso, com equilíbrio, convergindo com as diferenças, mas com o que a gente pode caminhar. Ninguém aqui está querendo impedir ou falar: "Olha, não vai ser". Não, nós temos, efetivamente, que dar condições para que a gente possa, inclusive, não ter nenhuma responsabilidade no campo penal, administrativo ou civil.

Com a palavra a Sra. Maira Luiza Spanholi pelo prazo de dez minutos.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente, só um minuto. Um minuto. Pela ordem.

Eu concordo com V. Exa... Por isso que eu quero conhecer como funciona o embarque de um navio desse. Mas eu tenho, assim... O que eu não quero acreditar é que eles vão fazer maus-tratos. Não é possível que eles vão fazer isso dentro de um confinamento, até esses animais chegarem ao local, porque o comprador vai ter prejuízo com isso. Entendeu? Não é só a questão de maus-tratos aos animais, mas tem a questão do prejuízo financeiro.

Mas eu quero conhecer um navio desse no embarque.

A SRA. MAIRA LUIZA SPANHOLI (Para expor.) – Bom dia.

Olá, bom dia a todos.

Eu me chamo Maira Luiza Spanholi. Eu sou economista, Doutora em Ciências Ambientais. Sou Professora na Universidade do Estado do Mato Grosso.

Antes de iniciar a minha apresentação, eu só gostaria de falar para o Senador aqui presente que, caso ele queira ter uma maior proximidade em conhecer essa situação, a gente tem os óculos de realidade virtual disponíveis aí.

Então, assim se consegue ver, em 3D, um pouquinho mais dessa realidade. É só falar com o pessoal aqui da Mercy for Animals.

Bom, dando sequência aqui na minha apresentação, esse é um estudo econômico, social, sobre a análise dos impactos da proibição dos animais, dos bovinos vivos no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa proibição é no sentido de, caso a gente pare de exportar bovino vivo, o que aconteceria economicamente e socialmente falando, né? Então, é nesse sentido a palavra "proibição", de quais seriam os impactos econômicos e sociais principais que nós teríamos.

Antes de iniciar, de fato, os resultados, eu gostaria de explicar qual foi a metodologia utilizada para esses cálculos. Esse estudo foi realizado por mim e pelo Prof. Carlos Eduardo Young, da Universidade do Rio de Janeiro, também economista. Então, o nosso foco aqui é econômico para trabalhar esses resultados.

Então, a gente analisou principalmente dois cenários. A exportação de bovinos vivos seria paralisada, e esses bovinos agora seriam exportados em forma de carnes e subprodutos. Então, seria uma transferência de exportação de bovinos vivos para exportação de carnes e subprodutos para outros países. Ou, caso essa proibição acontecesse, dos bovinos vivos, todo esse produto seria consumido internamente. Então, a gente tem resposta para esses dois cenários.

A metodologia que a gente utilizou é bastante antiga nas ciências econômicas; foi desenvolvida por Leontief. Ela é chamada de matriz insumo-produto. Por isso que ela está abreviada como MIP. Nos resultados, eu trago as simulações em MIP tradicional – que eu vou explicar daqui a pouquinho – e MIP estendida, mas MIP, basicamente, é a referência para a metodologia utilizada, matriz insumo-produto, que é uma metodologia utilizada também pelo IBGE. Então, a gente utilizou apenas fontes oficiais – IBGE, Ministério da Economia –, e os dados são de exportação, do ano de 2023.

Então, o que seria a MIP? A MIP é uma ferramenta estatística que mostra de maneira organizada os setores da economia. Seria como se a gente estivesse olhando um raio-X da economia, traduzindo tudo que acontece dentro da nossa economia. Ela tem, de um lado, linhas, e, nessas linhas, a gente tem todos os setores da economia, e colunas – nessas colunas, todos esses mesmos setores. Então, a gente vai ter interação de setor a setor sendo observada dentro dessa matriz.

Então, olhando por linha, a gente vai ter a identificação de como cada setor vende a sua produção e, por coluna, a identificação de como cada setor compra os seus produtos. Então, por exemplo, se a gente estiver falando de pecuária e olhar por linha, a gente vai ver para onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a pecuária vende os seus produtos. Então, para indústria de carne, para o transporte, para o consumo interno. E quando a gente olhar por coluna, a gente vai ter a identificação de como que o setor da pecuária compra os seus produtos. Por exemplo, compra de ração, compra de insumos veterinários. Olhando a MIP, a matriz insumo-produto, a gente consegue ver toda essa interação entre os setores da economia.

Então, quando a gente simula essa transição de exportações de bois vivos para carne processada, a gente está causando um choque de demanda nessa matriz. A gente vai ter uma modificação de linhas e colunas, e é a partir dessa modificação, desse choque de demanda, que a gente consegue observar como a gente vai afetar o consumo das famílias, o Governo, as exportações e os investimentos.

Então, quando a gente está falando de impactos sobre o produtor, sobre o seu fornecedor, a gente está falando de impactos diretos, ou seja, diretamente ali na cadeia. Quando a gente fala sobre o consumo das famílias, a renda, a gente está falando de um impacto além, um impacto que está saindo, um impacto externo a essa cadeia. Por isso que a gente chamou aí de MIP estendida, porque são os impactos induzidos por essa alteração na matriz insumo-produto.

Então a gente vai ter MIP tradicional, em que a gente tem os impactos diretos e indiretos, ou seja, ali do setor mesmo, e a MIP estendida, onde a gente tem diretos, indiretos e induzidos, ou seja, afeta também a renda e o consumo das famílias.

Então, falando primeiramente do primeiro cenário, se a gente parasse de exportar bovinos vivos, essa exportação seria apenas de carne e subprodutos. Quando a gente observa os resultados desse cálculo, levando em consideração... Claro, foi feita toda uma busca teórica sobre como seria essa exportação; não é todo o bovino vivo que vai ser transformado em carne, em subprodutos. Então a gente fez toda uma proporcionalidade de produto, de acordo com o que a gente tem de conceituado na teoria, e a gente identificou que, em valor agregado, em valor adicional, o impacto estaria entre 1,46 bilhão, quando a gente fala dessa MIP tradicional, ou seja, apenas efeitos diretos e indiretos, e de 1,91 bilhão, se a gente adiciona também o impacto do consumo e da renda das famílias – isso apenas em valor agregado. Se a gente for falar de empregos adicionais que forem gerados, a gente tem uma expansão entre 5 mil e 7 mil postos de trabalhos sendo gerados; 5 mil, caso a gente considere apenas os impactos diretos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indiretos no setor, e, quando a gente fala desse impacto induzido, a gente chega a 7.239 ocupações formais sendo geradas. Além disso, a gente tem também impactos nas questões tributárias. Então, uma arrecadação tributária entre 543 milhões e 610 milhões adicionais.

Então, a gente vê que esse maior valor agregado reflete o ganho econômico do processamento interno em vez da exportação de bovinos vivos, gerando mais empregos, maior arrecadação tributária, com menor impacto animal. Então, a gente está exportando o bovino vivo, e esse bovino está gerando emprego, renda e arrecadação tributária para o outro país. Se a gente fizer o abate local desse bovino, neste cenário, a gente vai gerar todos esses benefícios econômicos aqui dentro do nosso país.

E se a carne for consumida internamente? A gente pensou nesta hipótese: não se vai mandar nada para fora, e essa carne será toda consumida aqui no Brasil. Logicamente que, se a gente pensar no curto prazo, pode haver uma redução do preço da carne, em função dessa maior oferta que vai ter no mercado – é a lógica de oferta e demanda da economia –, mas no médio e longo prazos, o setor tende a se organizar. Então, a gente vai ter maior transporte, maior comércio. Então, a gente vai ter uma margem de transporte girando entre 69 milhões e 87 milhões; a margem de comércio entre 821 milhões e 854 milhões, gerando, consequentemente, mais empregos também. Então, empregos adicionais: 7 mil a 8,4 mil empregos; e arrecadação tributária de 51 milhões a 109 milhões. Então, esse consumo interno fortalece a atividade econômica, gera benefícios sociais e amplia a receita pública.

Isso funcionaria? A gente está falando de estimativas e não de um mercado que existe, não de uma situação que existe no Brasil, mas a gente tem exemplos internacionais em que a gente viu que funcionou. Por exemplo, o caso da Índia: a Índia, em 2018, proibiu essa exportação de bovinos vivos, e era um país que atendia boa parte desse mercado também do Oriente Médio. Então, as exportações de carne bovina refrigerada na Índia eram de US$760 milhões em 2018, e esse valor praticamente dobrou em 2022. Então, lá em 2018 eles tinham um valor menor de exportação de carne; em 2022, a partir da proibição da exportação de bovinos vivos, a gente vai chegar a um valor que praticamente dobra. Então, a gente consegue observar que funcionou, na Índia funcionou.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAIRA LUIZA SPANHOLI – Inclusive, a Índia ultrapassou o Brasil e se tornou o maior exportador de carne bovina refrigerada para o Oriente Médio e para o norte da África, que é o mercado principal do Brasil de bovinos vivos.

O que a gente consegue observar é que, se a gente processar a carne aqui internamente, como consequência a gente vai gerar mais valor, mais empregos, do que ao exportar os bois vivos; a gente estará exportando um produto de maior valor agregado, a gente não estará exportando matéria-prima, a gente estará exportando produto de maior valor agregado. A gente consegue fortalecer os estados produtores e a economia regional, e a Índia prova: agregar valor é ganhar mercado. Além disso, a gente melhora o bem-estar animal, e o Brasil pode se destacar aí como um líder sustentável.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bom dia!

Queremos agradecer à Dra. Maria Luiza Spanholi...

A SRA. MAIRA LUIZA SPANHOLI (*Fora do microfone.*) – Maira.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Maira, desculpe. É quase espanhola mesmo, né? (*Risos.*) Obrigado pela exposição.

Quero convidar neste momento a Sra. Leticia Filpi para trazer a sua exposição.

A SRA. LETICIA FILPI (Para expor.) – Bom dia a todos. Dá para me ouvir? Bom dia a todos.

Eu queria agradecer a esta Comissão pelo espaço que nos tem dado para falar sobre esse assunto. Gostaria de agradecer ao Senador.

Meu nome é Leticia Filpi, eu sou advogada ambiental, formada pela PUC-SP, sou Coordenadora do Gaav, que é o Grupo de Advocacia Animalista Voluntária, sou Diretora Jurídica da Anda e sou Presidente da ONG Gaia Libertas.

Eu vou falar para vocês sobre a constitucionalidade de leis que proíbem a prática da exportação de animais vivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que pensar a exportação de animais vivos com dois problemas paralelos. É uma atividade, como os colegas falaram, que é inconstitucional por afrontar o art. 225 na sua parte do *caput*, que é a parte que garante para as pessoas – eu vou até passar aqui já na introdução –, garante para a coletividade a sadia qualidade de vida. A sadia qualidade de vida, gente, é a garantia da dignidade e do direito à vida. O art. 5º da Constituição Federal garante o direito à vida, mas essa vida não é biológica apenas, ela é uma vida que precisa ter dignidade, porque a dignidade está prevista nos fundamentos da República: no art. 1º da Constituição Federal, inciso III, você tem a dignidade da vida, a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da Constituição, como um dos fundamentos deste país.

Se você não garante o meio ambiente equilibrado, você não garante a dignidade da vida. Quando temos uma atividade que coloca o meio ambiente em alto risco ambiental, nós temos aí uma atividade que afronta todos os princípios constitucionais de meio ambiente. Eu vou citar três aqui, mas nós temos até mais.

Eu vou colocar aqui primeiramente... Já foi para o final. (*Pausa.*)

Princípios. Eu coloquei aqui o princípio da prevenção e precaução. O princípio da prevenção e precaução diz o seguinte: uma atividade que causa risco ambiental não pode ser permitida, seja esse risco conhecido ou desconhecido. No caso da exportação de animais vivos, você tem um risco que é comprovadamente concreto. O risco ambiental é concreto na exportação de animais vivos. Então, você tem aí uma atividade que não poderia ser permitida no Brasil, porque os riscos ambientais de danos irreversíveis e imprevisíveis é muito alto. Além disso, a gente tem também o princípio do *in dubio pro natura:* na dúvida, a natureza, o meio ambiente deve ser preservado. Por quê? Porque, se você causa um dano ambiental, em geral, os danos ambientais são irreversíveis e imprevisíveis. No caso da exportação de animais vivos, como a gente viu no Porto de Barcarena, por exemplo, até hoje os danos ambientais não foram recuperados, o meio ambiente não foi recuperado. Faz 10 anos e até hoje não foi recuperado aquele meio ambiente.

Um terceiro princípio que eu gostaria de citar aqui é o princípio do não retrocesso ambiental. Se você tem uma atividade claramente insustentável, você não pode permitir... um Estado ambiental não pode permitir uma atividade que seja insustentável, porque isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retroceder no meio ambiente, na proteção ambiental. Então, quando você tem uma atividade insustentável, novas atividades, o desenvolvimento de novas atividades insustentáveis é uma afronta ao princípio do não retrocesso ambiental. Daqui para frente, nós precisamos ter atividades econômicas sustentáveis.

Então, a intervenção do Estado em atividades econômicas que sejam insustentáveis é plenamente possível, primeiro, por causa da afronta ao art. 225, que inclusive impõe ao Estado o dever de proteger o meio ambiente. Nós temos o art. 170 da Constituição Federal, inciso VI, que submete toda e qualquer atividade econômica ao respeito ao meio ambiente, ou seja, no Brasil, toda e qualquer atividade econômica precisa antes respeitar o meio ambiente, coisa que não está acontecendo com a exportação de animais vivos.

Nós temos outros exemplos, na legislação infraconstitucional, como, por exemplo – deixe-me ver aqui –, o Código de Defesa do Empreendedor paulista, que submete essa defesa do empreendedorismo ao respeito ao meio ambiente, e nós temos a Declaração de Direitos da Liberdade Econômica, que também submete esta defesa da atividade econômica ao respeito ao meio ambiente, ou seja, o Brasil é um Estado ambiental, inclusive nas palavras do Prof. Canotilho, que é um dos maiores juristas da modernidade. Ele diz que hoje o Brasil é um Estado ambiental, ou seja, é um Estado onde as normas e princípios ambientais devem ser o fio condutor da atividade econômica.

Além disso, nós temos aí também uma quarta geração de direitos. O direito ambiental é a terceira geração de direitos. Nós temos a quarta geração agora que está surgindo – e nós precisamos caminhar para frente –, que são os direitos animais. Eu tenho aqui... Eu não estou mudando os eslaides

Nós temos aqui a Declaração de Cambridge. A Declaração de Cambridge é de 2012. Ela foi uma declaração científica da senciência animal, ou seja, essa declaração provou cientificamente que os animais são seres sencientes, são seres que têm uma capacidade de escolha e, portanto, se eles têm uma capacidade de escolha, os animais têm direitos, porque o direito nasce do interesse. Se eles têm interesse nas escolhas deles, nós precisamos reconhecer essa capacidade de escolha e reconhecer que, se um ser tem capacidade de escolha, é porque ele é um fim em si mesmo; ele não é um objeto a serviço de outra espécie. Então, a partir do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento que a gente tem a consciência dessa realidade, proteger os direitos animais se torna um imperativo moral. Portanto, a legislação precisa seguir esse imperativo moral, que decorre de uma descoberta científica.

E nós temos aqui o art. 225, §1º, inciso VII, pelo qual, mesmo antes da Declaração de Cambridge, o Brasil já reconhecia a senciência animal, quando ele reconheceu que os animais são passíveis de sofrer com atos cruéis. Então, o art. 225, §1º, inciso VII, proíbe a crueldade em todas as suas formas contra qualquer animal: seja doméstico, seja silvestre, seja animal de produção, toda e qualquer crueldade no Brasil é proibida por Constituição Federal.

Nós temos, nas atividades que exploram animais aqui no Brasil, as normas técnicas, mas, no caso da exportação de animais vivos, as normas técnicas não são capazes de poupar esses animais de sofrimento, porque a logística que envolve a exportação de animais vivos é cruel contra qualquer ser que sente e sofre. É uma logística que só serviria para seres inanimados, porque qualquer ser que tem vida não consegue ser privado do sofrimento de estar em confinamento intensivo, sentindo fome, sede, em pé, no meio dos dejetos, sentindo medo, sentindo terror, sentindo solidão, sentindo depressão. A gente precisa pensar que o bem-estar animal não é só físico, é um bem-estar psíquico, porque a Declaração de Cambridge é clara: eles têm um estado psíquico muito parecido com o estado dos humanos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LETICIA FILPI – Então, eu gostaria de terminar a minha fala com uma frase que foi dita mais de 200 anos atrás.

Primeiramente, eu queria dizer que leis que proíbem a exportação de animais vivos não só são possíveis como são um dever do Estado.

E eu gostaria de terminar falando a frase de Jeremy Bentham, que foi um filósofo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LETICIA FILPI – Exatamente.

... que, mais de 200 anos atrás, disse o seguinte: "Talvez chegue o dia em que o restante da criação animal venha a adquirir os direitos dos quais jamais poderiam ter sido privados, a não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser pela mão da tirania. [...] A questão não é saber se os animais são capazes de raciocinar, ou se conseguem falar, mas se são passíveis de sofrimento". Não importa a forma física, não importa o modo de comunicação; se um ser sente e sofre e tem interesse, ele deve ser respeitado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra, a Sra. Vanessa Negrini, que é Diretora do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Climática.

A SRA. VANESSA NEGRINI (Para expor.) – Bom dia a todos e todas. Gostaria de cumprimentar a mesa na pessoa do nosso Senador Fabiano Contarato, neste mandato que nos emociona a todos, seja pela atuação no âmbito do meio ambiente – no âmbito ambiental –, no âmbito social e, sobretudo, no âmbito dos direitos animais e, especialmente como capixaba, também é um mandato que me orgulha muito. Muito obrigada por sua atuação aqui.

O Governo do Presidente Lula, em 2023, criou o Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, num reconhecimento a essa grande reivindicação da população. Nove a cada dez brasileiros acreditam que a causa animal importa, tanto quanto saúde, educação, moradia, alimentação. E, para que atuasse como um órgão de articulação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e sociedade civil, foi criado, então, o Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais, no bojo do qual essa matéria é acompanhada com grande proximidade.

Cumprimento o público, destacando aqui a presença do Dr. Guilherme Leonardi, que é Conselheiro de Direitos Animais, junto ao Conselho de Participação Social da Presidência da República, onde recentemente, inclusive, foi aprovada uma moção de apoio a esse projeto de lei que tramita aqui na Casa, Senador, cuja relatoria o senhor fez e foi irretocável, o PL 3.093, de 2021, que inclusive é um projeto de lei que versa sobre a exportação de animais vivos e que nasceu no âmbito de uma sugestão legislativa, ou seja, já nasce de um amplo anseio popular, fruto de milhares de assinaturas para que realmente uma proposição dessa comece a tramitar aqui na Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, a exportação de gado vivo é um comércio global, marcado pela invisibilidade, que ocorre aí nos porões dos navios, onde as Comissões de direitos animais não têm acesso. Essas imagens – como as trazidas aqui pela Dra. Vania, e está disponível aí nesses óculos 3D – são uma exceção, porque em geral a gente não tem acesso ao que acontece nesses porões. É um comércio global invisível, sustentado por contradições éticas, religiosas, políticas e econômicas, como bem demonstrado aqui pela Dra. Maira Spanholi.

Hoje o Brasil é o maior exportador de gado vivo no mundo, de animais vivos, pelo mar, mas ele não está sozinho nisso, né? O grande feito desta audiência seria talvez a gente dar visibilidade e – por que não? – lançar um grande movimento aí para um pacto global pelo fim da exportação de gado vivo, porque não é um problema só do Brasil. Se existe o maior exportador de animais vivos nessas situações que foram tão bem retratadas aqui, é porque o Brasil não opera sozinho, tem toda uma cadeia de corresponsáveis: você tem os mercados importadores, os países, você tem as empresas compradoras.

E, assim, quero destacar aqui a fala do Senador Jaime Bagattoli, no início, é muito importante e é muito interessante quando a gente consegue fazer coincidir o interesse da proteção animal, da sociedade civil e também dos protetores.

será mais lucrativo para os produtores brasileiros se a gente puder produzir esses animais aqui no Brasil, gerando mais empregos e poupando, tirando dessa equação o transporte desses animais, causando tanto sofrimento, uma vez que serão mortos de qualquer forma, seja no Brasil ou em outros países.

Eu quero destacar – e aqui foi colocado também pelo Senador Jaime – que grande parte dessa importação desses animais, dessa exportação dos animais é realizada para atender um mercado do abate *halal* ou *kosher*, né? Para quem não sabe, o termo *halal* significa aquilo que é permitido, aquilo que é lícito, só que, na verdade, por tudo que foi exposto e tudo que é documentado cientificamente e pelos peritos técnicos, na verdade, ele não tem nada de *halal*. Essa exportação de gado vivo é *haram*, que é o contrário de *halal*. Ela é proibida, ela é pecado.

Então, assim, a jornada até o abate é um dos maiores sofrimentos possíveis. Isso por si só já inabilitava o consumo desses animais dentro do princípio *halal* ou *kosher*, né? Então, isso também é um chamado para que as lideranças religiosas reflitam sobre o que está sendo feito:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será que é *halal* mesmo? Será que a gente não está falando, na verdade, de uma atividade que é *haram* e que não atenderia os princípios da religião?

Então, já foi falado aqui sobre os múltiplos impactos dessa atividade, seja no bem-estar animal... E é muito importante que a gente tenha uma resolução da ONU, do órgão ambiental da ONU, que é o Pnuma, que é a Resolução Nexus, em que pela primeira vez foi reconhecido o nexo entre bem-estar animal, saúde ambiental e saúde humana. Então, tem regramentos internacionais aí que impõem ao Brasil essa necessidade de refletir sobre essa atividade.

Sobre as questões econômicas, a gente está, na verdade, exportando animais vivos, mas também estamos exportando empregos, valor agregado desses animais que são exportados *in natura* e estamos exportando impostos – né? –, que deveriam ser gerados e fomentar a cadeia produtiva aqui dentro do Brasil.

Então, eu gostaria de deixar aqui, dessa minha reflexão, que a gente possa pensar junto com os órgãos do Governo – isso é uma coisa que perpassa vários ministérios... E é importante destacar, Senador, que o fim da exportação de gado vivo, embora não seja o objeto desta audiência, a gente está tratando da atividade, mas o fim da exportação de gado vivo foi a política pública mais votada no PPA Participativo do Ministério de Portos e Aeroportos. E o PPA não é uma peça figurativa, ele impõe deveres e responsabilidades para o Governo brasileiro. Então, talvez a gente pudesse perguntar e dialogar junto com os ministérios envolvidos sobre o que está sendo feito com essa política pública mais votada, quais foram os andamentos, quais foram as providências que foram adotadas? Talvez a gente chamar aí, com a liderança do senhor – estou vendo aqui também no público a Coordenadora do GT Animal lá na Câmara dos Deputados, a Antoniana –, fazer uma Comissão juntando o Senado, a Câmara dos Deputados, os Parlamentares das duas casas, mais o Ministério do Meio Ambiente, Mapa, Ministério de Portos e Aeroportos, para a gente fazer essa grande discussão talvez de pensar num período aí de transição, estudar essas transições e formas de a gente compensar essa atividade, inclusive tornando-a mais vantajosa para o produtor aqui dentro.

Então, eu encerro aqui as minhas palavras, considerando que o mundo que busca reduzir emissões – é uma atividade com grande impacto ambiental –, o mundo que tem preocupação... Oitenta e oito por cento da população brasileira, incluindo as pessoas que comem carne,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo as que comem carne, não querem que esse alimento chegue fruto de um sofrimento desnecessário. Então as pessoas se preocupam com o bem-estar animal, né? A gente está buscando aí eliminar o sofrimento animal dessa equação, garantir uma justiça ambiental. A gente não pode mais tolerar essa atividade da exportação de gado vivo. A gente realmente acredita que um novo pacto é necessário entre as nações, entre as lideranças religiosas, os produtores, os consumidores, e a gente realmente acredita que o sofrimento não pode seguir navegando impune pelos mares do mundo.

Então fica aí essa reflexão e esse convite para, sob a sua liderança, Senador, que a gente possa constituir essa comissão com múltiplos órgãos – sociedade civil, Senado, Câmara dos Deputados, os órgãos ministeriais –, para a gente pensar em caminhos possíveis para essa transição.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu quero agradecer a participação e a colaboração de todos os expositores, e falar para vocês da minha admiração e respeito por todos vocês que aqui estão. Eu acho que isso transcende o mandato.

Quero agradecer também a participação da sociedade civil, porque o projeto que eu apresentei surge de uma SUG, que é uma sugestão legislativa; quer dizer, a própria sociedade está instando o Parlamento, que o representa, para que legisle. Então, isso não é simplesmente... Eu sempre falo aqui que passou da hora do político, de nós políticos, entre aspas, simbolicamente, "derrubarmos os muros" do Parlamento e interagirmos com o principal destinatário, que é a população. Então, eu estou aqui no Senado, com muito orgulho, representando o Estado do Espírito Santo, em defesa do Brasil como um todo, mas também com a percepção do que me motivou a estar na política, de que todo poder emana do povo. Então, quando vem a população à porta do Parlamento e fala: "Olha, eu quero que se legisle sobre esse assunto", a gente tem que parar, observar e ver se tem procedência; e vai, analisa.

Agora, a questão para mim aqui é muito clara – ela é muito clara. Eu tenho minha convicção pessoal e eu sou radicalmente contra – eu sou radicalmente contra – o transporte de animal vivo nessa circunstância. Não tem razão para ser. Primeiro, porque ele fere a Constituição no art. 225. Segundo, porque tem uma responsabilidade criminal. Mas não tem... A colega citou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jeremy Bentham, que foi um utilitarista, mas o que eu sempre falo é que não tem nenhum ordenamento jurídico, nem mesmo a Constituição se sobrepõe, se não for em cima de um comportamento ético e moral. E quando você analisa direitos humanos e faz uma retrospectiva do que vem a ser direitos humanos, que é o conjunto de direitos naturais que toda pessoa tem, e quando você vê que um animal é um ser que sente e sofre, isso tem que ser levado em consideração. Quando você vê... Eu acho que foi o próprio Leonardo da Vinci que falou que haverá um dia em que, quando o homem conhecer o íntimo do animal, um crime contra um animal será considerado um crime contra a humanidade.

Veja, será que nós, enquanto seres humanos... Eu sempre me faço essa pergunta, falo assim: "Será que eu estou me aperfeiçoando enquanto ser humano?". Porque é isso. Eu acho que a gente tem que viver numa sociedade que preserva o meio ambiente, mas como um todo. Não basta a Constituição Federal estabelecer que todos temos direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. O que o Estado está fazendo para isso? Daí a importância de a gente refletir sobre isso e falar, jogar luz nesse assunto.

Agora, eu faço uma convocação a toda a população, a quem tem adesão a essa pauta: que efetivamente cobre, lute, exercite seu direito. Eu sempre falo que ser cidadão para mim, gente, não é só viver em sociedade, mas é transformar essa sociedade. Você tem que bater à porta do Parlamento. Você tem que buscar o seu Parlamentar, o seu Deputado Federal, o seu Senador, e falar assim: "Olha, passou da hora, nós temos que legislar sobre isso".

Eu sempre gosto da frase de Victor Hugo. Victor Hugo foi fenomenal quando ele disse que não há nada mais poderoso do que uma ideia quando o seu tempo chega. Se chega o tempo da ideia, no momento adequado, esse é o momento ideal, é uma junção perfeita. Eu lembro que precisou vir uma pandemia matar 700 mil pessoas para a gente aprovar o piso da enfermagem. Era uma luta de 40 anos. Ora, a ideia chegou no tempo adequado, e houve um terreno fértil para aprovar.

Talvez este seja o momento da ideia chegando no tempo adequado. E nós temos argumentos totalmente plausíveis, tanto no aspecto econômico, tanto no aspecto da ética, tanto no aspecto legal e tanto no aspecto constitucional. A Constituição Federal é a espinha dorsal do Estado democrático de direito: todos os ramos do direito saem da Constituição. A Lei 9.605, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é a lei de proteção ambiental, ela sai dali como um desdobramento da proteção ambiental. Então, se nós temos uma responsabilidade penal; se nós temos a consciência de que o animal é um ser senciente; se nós temos uma consciência de que ele é um ser que sente e sofre; se nós temos a consciência de que a Constituição diz que é proibido qualquer tratamento desumano, cruel; se nós temos uma previsão de um crime em que a ação penal é pública e incondicionada; e, se nós temos uma mola propulsora, que é um comportamento ético e moral que temos que impor, não há espaço para meio-termo.

Para mim, eu acho que isso tem que ser visto, debatido, tudo analisado. Se fosse necessário, caso houvesse qualquer prejuízo, que houvesse compensação, mas transportar animais nessas circunstâncias, vivos, pela via marítima com a forma como está aí estabelecida, com navios totalmente adaptados, com condições deploráveis, cruéis e degradantes, eu acho que a falta é só de sensibilidade. Eu acho que o que me motiva a estar na política é a empatia, é a possibilidade de se colocar na dor do outro, né? Kant falava... Eu acho que eu sou meio radical quando eu cito Kant quando ele fala no imperativo categórico, né? Ele fala assim: aja de tal forma que seu comportamento se torne uma lei universal.

Isso tudo eu levo para a minha vida pessoal. Eu falo assim: "O que eu vou fazer? Se fosse se tornar uma lei universal, seria positivo?". Se for, eu faço; se não, eu vou me reservar no direito de não ter aquele tipo de comportamento. Não há meios-termos para isso.

Em uma ocasião, eu estava subindo a Terceira Ponte, no meu Estado Espírito Santo, que é uma ponte que liga Vitória a Vila Velha, e um motorista na minha frente, literalmente, jogou uma lata de Coca-Cola pelo carro, na pista, ali em movimento. Eu corri, tentei pegar a lata, porque eu ia chegar... Mas eu não consegui abordá-lo. Eu iria falar: "O senhor esqueceu, o senhor deixou cair a lata".

Eu acho que você tem que efetivamente ir nas pequenas coisas. Olha, perdoe-me o desabafo, mas é nas pequenas coisas.

Eu tenho dois filhos que são a razão da minha vida. Você tem feminicídio, você tem coisas com a sociedade sexista... Hoje, eu tenho toda a... Eu posso estar sendo extremamente radical, mas eu tenho uma filha e um filho, Gabriel e Mariana, e, hoje, quando alguém vem dar um presente para Mariana que é um fogãozinho ou uma geladeira, eu não quero! Não quero fogão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e geladeira, com todo o respeito, porque eu estou reforçando este comportamento do local, efetivamente, onde a mulher está. Eu não tenho como... Eu não tenho... Não há espaço numa sociedade que ainda é racista. Eu tenho dúvida, eu tenho medo, porque, quando eu vejo... Por exemplo, eu fui utilizado pelo Estado de forma contundente como delegado de polícia por 27 anos para agir de forma contundente contra pobres e pretos. Meus filhos são negros e são a razão da minha vida. Eu tenho medo de onde eles vão estar, porque eu sei que o Estado criminaliza a pobreza. Eu sei a forma como o Estado criminaliza a cor da pele ou os bolsões de pobreza. Então, essa é uma luta constante. É uma luta constante de preservar o meio ambiente em toda a sua amplitude.

Eu finalizo aqui, pois eu já me alonguei e avancei até, mas é para que vocês não tenham dúvida de que o que me move estar nesta Comissão e nesta pauta é a certeza de que defender o meio ambiente é defender toda e qualquer forma de vida que há por vir. E eu estarei aqui sempre com força, coragem, determinação, porque para mim, na política, não há espaço para covardes, nós temos que ter lado. E eu tenho plena convicção do lado que escolhi e não quero mudar de lado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Eu queria registrar aqui a participação do e-Cidadania: Joelma, do Distrito Federal, fez um questionamento; Maria, de Pernambuco; Lucas, do Rio de Janeiro; Guilherme, de São Paulo; Cláudia, de Santa Catarina; Alex, do Rio de Janeiro; Cibele, de São Paulo. Eu agradeço a todos vocês que participaram, exercendo esse direito de cidadania. Parabéns pelas suas colocações!

Eu pediria aos convidados, agora, por gentileza, para encaminhar para o encerramento, quando vocês terão dois, três minutos para fazer suas considerações finais, que, se vocês acharem pertinente, claro – obviamente, depois, eu pediria aos convidados que respondessem essas perguntas para a gente fazer a devolutiva para quem manifestou –, escolham algumas delas e já respondam nas suas considerações. Eu agradeço.

E, mais uma vez, eu estou muito feliz com esta audiência e espero que a equipe da Comissão de Meio Ambiente abstraia todas as sugestões que estão aqui para que a gente possa ter cada vez mais fundamentação, saia da doxa, que é aquela manifestação por opinião, e possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar efetivamente dos fatos com verdade, com sustentação, tanto jurídica como ética, para um tema que para mim é de fundamental importância.

Vou começar com a Sra. Vania Plaza para suas considerações. E, se quiser escolher uma delas, faça aí a homenagem a este brasileiro ou esta brasileira que deu a sua manifestação. Muito obrigado.

A SRA. VANIA PLAZA NUNES (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Queria mais uma vez agradecer a oportunidade que o senhor nos deu.

Eu fiquei emocionada de ouvir suas palavras, não posso deixar de dizer, porque elas também me tocam muito... Peço até desculpa pelas lágrimas, mas a gente vai ficando velha e vai percebendo o valor que as coisas têm na vida.

Eu queria lembrar que, em 2024, a gente tem uma segunda determinação, como a Declaração de Cambridge, que é a Declaração de Nova York, que reconheceu várias outras espécies estando mesmo nesse bojo. Queria deixar claro que não é simplesmente a senciência que foi reconhecida mundialmente, mas, sim, a consciência dos animais, a capacidade de tomar decisão, de entender que ele está exposto a uma situação crítica e entender a impossibilidade, muitas vezes, de tomar uma decisão para salvar a própria vida. Eles têm essa consciência.

A ciência mundial tem trazido, em todos os países, muito conhecimento nesse sentido. Eu entendo que uma Casa Legislativa, como é o caso do Senado e da Câmara dos Deputados, precisa se debruçar sobre isso, porque, como o senhor diz, não adianta a gente formar tantos doutores, mestres, e não levar em conta tudo isso que a ciência nos traz. Eles estão absolutamente querendo defender o direito à vida de todos nós e, principalmente, das milhões de espécies e bilhões, trilhões, sextilhões de seres vivos que existem.

A gente está falando sobre a questão – aí eu já vou responder uma das questões –, uma das pessoas aqui nos pergunta, o Guilherme, de São Paulo: "Como [...] [o] transporte impacta o ecossistema [...] [marinho] da costa brasileira?". A gente não tem ideia, porque não se permitem estudos. Nós mesmos, representantes da sociedade civil – e há várias entidades que têm lutado por esse tema –, temos tentado, sobre todos os esforços, mobilizar pesquisadores, mas precisamos de recursos financeiros para que eles possam trazer essas informações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detalhadamente. A gente está destruindo, não só pelo transporte marítimo de gado vivo, mas, por outras práticas, tudo aquilo que os nossos rios e oceanos podem trazer de positivo.

Com relação a uma pergunta da Joelma, se o senhor me permite: "E como fica a propagação de doenças com essa prática, tanto para os animais quanto [para] os seres humanos? [...]". Eu trouxe aqui dados bem pontuais; eu fico à disposição caso ela precise dessas informações.

Por último, a Maria, de Pernambuco, pergunta: "[...] [quais são os fatores que causam] estresse [e] como [eles] são medidos [...]?". Infelizmente, Maria, eles não são medidos, porque a gente não tem a oportunidade de ter acesso a relatórios, de participar dessas viagens marítimas.

Aí, eu quero fazer uma consideração: o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, quando daquele momento, em 2018, em Santos, conseguiu a suspensão por quatro dias, no território brasileiro, do transporte marítimo de gado vivo, isso gerou um grande processo no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Entre os acordos que estavam estabelecidos ali, era a possibilidade de profissionais da sociedade civil...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANIA PLAZA NUNES – ... juntamente com profissionais do Mapa fazerem essas viagens para poder, de fato, dirimir essas dúvidas e produzir pontos positivos para o avanço. Infelizmente, isso não andou, isso a gente precisa retomar.

Por último, eu queria agradecer mais uma vez essa possibilidade de estar com vocês aqui e, nessa altura da vida, poder continuar defendendo aquilo que eu mais amo, como médica veterinária e como pessoa, que é a vida de todo e qualquer animal onde ele estiver.

Muito obrigada, Senador Contarato, e obrigada a todos que nos acompanham também nas redes sociais. Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado. Quero parabenizá-la pela forma didática, objetiva, por ter respondido vários dos questionamentos.

Agora, concedo a palavra ao Sr. George Sturaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GEORGE STURARO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom, eu vou aproveitar a minha fala de encerramento para endereçar um comentário da Cibele, de São Paulo. A Cibele diz: "O Brasil avança nas políticas de proteção a outras espécies [...] animais [...], mas não impede tamanha crueldade". Cibele, eu acredito que nós estamos caminhando para mudar essa situação. Inclusive, eu resgato a citação, feita pelo Senador, do Victor Hugo: "Nada é mais poderoso do que uma ideia cujo tempo chegou". Eu acredito que o fim da exportação de animais vivos está chegando – nós estamos trabalhando para isso – e há diversos indícios.

Em 2019, o Instituto Ipsos realizou uma pesquisa de opinião e revelou que 84% das pessoas entrevistadas se manifestaram contra a exportação de animais vivos, ou seja, uma parcela significativa da população brasileira não apoia essa atividade. Um outro indício, um indicador, na verdade, é a movimentação, são as manifestações nacionais que ocorreram, em 2024 e novamente 2025, organizadas pelo movimento Não Exporte Vidas, que alcançaram 20 estados do Brasil. As pessoas foram às ruas protestar contra a exportação de animais vivos em 20 estados do nosso país. Um terceiro indicador de que esse tempo está chegando, o tempo do fim da exportação de animais vivos, é o próprio projeto de lei, o Projeto de Lei 3.093, de 2018, nascido de uma sugestão legislativa. Esse projeto de lei carrega o DNA da participação social.

Então, eu gostaria de trazer essas considerações como encerramento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

Concedo a palavra à Sra. Maira Luiza Spanholi – agora eu falei certo.

A SRA. MAIRA LUIZA SPANHOLI (Para expor.) – Olá! Agradeço novamente a possibilidade de participar, a possibilidade de trazer um pouco mais desse olhar econômico, de mostrar que a gente não está falando apenas de problemas éticos, mas também de problemas econômicos. A gente está deixando de gerar valor para o nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aproveitando a minha fala, vou responder aqui a um comentário da Cláudia, de Santa Catarina, em que ela diz que "Além de ser cruel exportar animais vivos, a exportação deles processados gera maior valor agregado e mais empregos para os brasileiros". É justamente isso, a gente está tendo um desperdício da nossa própria economia, a gente está deixando de movimentar a nossa própria economia. Quando a gente exporta animais vivos, essa economia que está recebendo o animal é que vai ter esse benefício, e não a gente. Então, além de ser uma escolha ética a gente parar de exportar bovinos vivos, também é uma escolha inteligente para o nosso próprio desenvolvimento.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Parabéns!

Concedo a palavra à Sra. Leticia Filpi, para as suas considerações.

A SRA. LETICIA FILPI (Para expor.) – Bom, gostaria de agradecer e manifestar a minha admiração pelo Senador. Compactuo com as suas ideias e me sinto muito feliz de que o Senador tenha essa fala, que foi muito emocionante – também fiquei muito emocionada. Muito obrigada.

Na minha fala final, primeiramente, eu gostaria de responder não a um questionamento aqui, mas a um questionamento que o Senador colocou aqui. Ele falou que a responsabilidade pelos animais durante o trajeto do navio até o destino não é do Brasil. Na verdade, pela Instrução Normativa 46, de 2018, ele é responsável pelos animais até chegar ao destino. Então, de fato, o Brasil é responsável por esses animais até a chegada deles ao destino.

Aí eu queria aqui falar sobre a fala do Alex, do Rio de Janeiro, dizendo o seguinte... Ele falou o seguinte: "É muita crueldade com esses animais! [São transportados] em pé, amontoados e no meio das fezes! Vários deles morrem e são jogados ao mar". Eu queria dizer que proibir uma atividade que comete esse tipo de crueldade não é proibir direitos, mas, sim, dar oportunidade para esses empresários se reinventarem, de participarem de um novo ciclo da humanidade, porque esse ciclo de a gente escravizar, explorar outros seres da terra tem que acabar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos numa outra fase agora; nós estamos evoluindo, nós não podemos mais tratar outros seres da terra como objetos, como instrumentos a nosso favor.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LETICIA FILPI – É importante a gente entender que nós não somos seres que estão acima do bem e do mal. Nós precisamos agir como seres morais, seres éticos. E, enquanto sociedade humana, nós precisamos evoluir. Então, é uma oportunidade para o empresário criar coisas boas, criar coisas novas. Não é uma proibição de direitos.

É isso que eu queria dizer.

Muito obrigada a todo mundo que veio. Obrigada ao pessoal da internet e mais uma vez muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Agora eu concedo a palavra à minha colega capixaba Vanessa Negrini. Para mim é uma alegria estar recebendo você. Saiba que eu agradeço a população capixaba e espero que ela entenda que eu tenho feito o meu melhor no mandato. Mesmo, às vezes, não agradando todo mundo, ninguém agrada todo mundo, eu tenho a plena convicção do mandato que eu tenho feito na certeza intransigente da defesa da democracia, da saúde pública, do meio ambiente, da educação pública de qualidade, da geração de emprego e renda, de uma tributação verde, enfim, da defesa dos direitos humanos na sua amplitude, porque, quando se fala em direitos humanos, é tão amplo, né? Quando a colega fala das gerações de direitos humanos – primeira, segunda, terceira, e há quem sustenta a quarta geração de direitos –, eu falo assim: "Meu Deus, vale a pena!". Eu acho que vale a pena; mesmo pagando um preço, às vezes, muito, muito cruel, vale a pena!

Então, bem-vinda ao Senado! Parabéns! E que alegria saber que você é uma capixaba do meu Estado do Espírito Santo. Suas considerações.

A SRA. VANESSA NEGRINI (Para expor.) – Senador, muito obrigada.

Eu acho que eu falo em nome de boa parte das capixabas. Tem três coisas de que a gente se orgulha demais da nossa terra: da moqueca de banana, da moqueca capixaba de banana,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa é vegana; do cuscuz, que o cuscuz nosso é diferente, é de coco, é doce, uma delícia; e do nosso Senador Fabiano Contarato. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Eu queria aqui comentar a fala da Cibele, de São Paulo, que comenta: "O Brasil avança nas políticas de proteção a outras espécies [...] animais [...], mas não impede tamanha crueldade". E eu queria concordar com a Cibele. No Brasil, no Governo do Presidente Lula, a gente tem feito avanços extraordinários na pauta animal, a partir da construção e da implementação do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais. Aprovamos, recentemente, o fim dos testes cosméticos em animais e, depois, uma lei que tramitou durante 13 anos no Senado e na Câmara – foram 13 anos, e foi aprovada agora no Governo do Presidente Lula. Aprovamos o rito sumário da proteção animal, garantindo recursos para a fauna atingida e potencialmente atingida em emergências ambientais – isso é importantíssimo, uma vez que as emergências ambientais, cada vez mais, são o novo comum, infelizmente. O Presidente Lula publicou um decreto instituindo o ProPatinhas e o SinPatinhas – estamos dando início ao maior programa de castração, microchipagem e controle ético da população de cães e gatos.

Somente este ano estamos executando 86 milhões de ações nesse programa. Tivemos aí, em articulação do Executivo junto ao STF, a proibição do abate de animais resgatados, vítimas de maus-tratos. Olha só, você resgata os animais vítimas de maus-tratos, e o grande prêmio deles é serem abatidos! Isso era uma incompatibilidade, e a gente conseguiu reverter isso no Supremo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANESSA NEGRINI – Queria falar, Senador, que neste momento... O senhor comentou da relatoria do senhor sobre o projeto de maus-tratos – fundamental, importantíssimo. Na época, a gente só conseguiu estender isso para cães e gatos, mas quero dizer que neste momento, na reunião de Líderes na Câmara dos Deputados, está em pauta o PL 347, de 2023, que aumenta as penas para crimes cometidos contra a fauna silvestre. É um projeto que está tramitando há 30 anos, nesta Casa. Tem acordo da composição aí, Liderança do Governo, Presidência da Câmara dos Deputados, para votar esse projeto o quanto antes, e depois ele vem para o Senado. Quem sabe aqui, no Senado, o senhor possa liderar esse movimento também para os silvestres – e quem sabe em tempo recorde, a tempo da COP 30.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma como estamos avançando em todas essas frentes, Cibele, eu tenho certeza de que o tempo virá também para essa frente do fim da exportação de animais vivos. É uma semente que se planta, é uma semente que a gente vem discutindo, trilhando, e chegará a hora de essa ideia extravasar e não ocupar só o bojo dessa discussão, mas tomar o bojo da sociedade e realmente passar a ser a regra.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mais uma vez, eu quero agradecer a todos e todas. Volto a falar, eu estou aqui de uma forma muito prazerosa; para mim, é isso que dignifica o Parlamento.

Quem me conhece sabe que a minha formação é no Direito, mas eu... Às vezes eu fico me perguntando, falo: "Meu Deus, o senhor foi me colocar no Direito; depois eu fui fazer concurso para delegado, que é uma profissão às vezes tão... aquele poder punitivo, coercitivo; eu sou professor no Direito, que é aquele positivismo napoleônico, regras, tratados, títulos de doutores, excelências, uma vaidade, uma vaidade... e agora eu sou político". Eu falo: "Meu Deus, o que mais?". (*Risos.*)

Mas quando a Vania falou: "Me perdoe porque eu estou emotiva", eu me vi nela. Porque eu falei assim: "Meu Deus, às vezes eu também estou assim", mas eu acho que isso é maturidade.

E aí eu tomo a liberdade aqui... Quem me conhece sabe que eu amo literatura. Tem um poema... Não sei se é um poema, se eu posso atribuir esse rótulo, mas passa isso para mim, e eu tento sempre falar ou sempre exercitar... E, por favor, não se sintam ofendidos, mas eu quero dedicar a todos vocês, em especial a você, Vania, porque às vezes eu acho que eu estou ficando maduro ou experiente, e não, eu também me sinto assim. Então, a todos que se sentem assim, eu quero dedicar isso. Ele fala assim:

> Eu contei meus anos. E descobri que tenho menos tempo para viver daqui pra frente do que já vivi até agora. Eu tenho muito mais passado do que futuro. Então já não tenho tempo para lidar com mediocridades. Eu não quero reuniões em que desfilam egos inflamados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Inquieto-me com invejosos cobiçando lugar de quem eles admiram. Eu já não tenho tempo para conversas inúteis sobre vidas alheias que nem fazem parte da minha. Eu já não tenho tempo para administrar melindres de pessoas idosas, mas ainda imaturas. Eu detesto pessoas que não debatem conteúdos, mas apenas rótulos. Eu quero viver ao lado de gente que sabe rir, sabe rir de seus tropeços. Não se encanta com triunfos. Não se considera eleita antes da hora. Não foge de sua mortalidade. Eu quero caminhar perto de coisas e pessoas de verdade. Apenas o essencial faz a vida valer a pena, e, para mim, basta o essencial.

Olhem que lindo! Isso é lindo, né? (*Palmas.*)

Eu acho que às vezes vocês falam... Sempre que eu leio esse poema, eu falo assim: "Meu Deus, eu contei meus anos! Eu vou fazer 60 anos; eu tenho mais passado do que futuro". Perdoem-me, mas não é só a expectativa de vida que a gente vai ter, mas é a qualidade. Como você vai estar daqui a cinco anos?

Então, eu quero agradecer a toda a equipe da CMA, ao meu colega – eu esqueci seu nome... (*Pausa.*)

Robert, que é terceirizado, com carinho, um querido. Eu, aqui, fico defendendo os terceirizados mais que tudo, porque esta Casa também criminaliza determinados servidores e faz um tratamento para um efetivo, um comissionado, mas com o terceirizado é de outra forma. E, por favor, os efetivos e os comissionados não se sintam ofendidos, mas eu queria que fosse o tratamento como todos; afinal, todos somos iguais perante a lei, independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem e orientação sexual; essa é a premissa constitucional do art. 5º. Desculpem, porque eu acho que hoje eu estou extremamente mais emotivo do que o normal, mas é porque vocês me fizeram sentir assim.

E eu quero, Airton, na sua pessoa, agradecer a toda a equipe e falar que eu tenho muito orgulho da equipe da CMA e muito orgulho de todos vocês que, de qualquer forma, estão contribuindo para uma pauta de tamanha relevância, para que a gente possa deixar para os nossos filhos, nossos netos e quem sabe para as futuras gerações, na certeza de que nós estamos lutando, sim, por aquilo que eu sempre falo: ser cidadão, para mim, não é apenas viver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em sociedade, mas transformar essa sociedade. E o que você, eu, nós estamos fazendo para transformar esta sociedade? Fica aqui a reflexão.

Agradeço a todos pela participação.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Plínio Valério, Styvenson Valentim, Otto Alencar e Leila Barros, e ainda do Senador Esperidião Amin, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Fabiano Contarato, Beto Faro, Tereza Cristina e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 9/2025 - CMA, de autoria Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Finalidade:** Debater a emergência climática e os caminhos para um futuro sustentável, durante a Semana de Vivência Legislativa do Programa Jovem Senador. **Participantes:** Sra. Marcele Oliveira, Ativista Climática - Campeã de Juventude da COP30; Sra. Inamara Santos Mélo, Diretora do Departamento de Políticas para Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA; Sra. Alice de Moraes Amorim Vogas, Diretora de programas da presidência da COP30; Sra. Danielle Abud, Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado Federal; Sra. Paloma Costa Oliveira, Socioambientalista, ativista climática, educadora do clima e conselheira jovem do Secretário-Geral da ONU; Jovem Senadora Keyla Adssa Barbosa de Oliveira, Presidente da Comissão Diretora e Jovem Senadora pelo Rio Grande do Norte; e Jovem Senadora Isabelly Gomes Naegele Montechiari, Presidente da Comissão Nísia Floresta e Jovem Senadora pelo Rio de Janeiro. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/21

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, 57ª Legislatura, que se realiza nessa data, 21 de agosto de 2005.

Objetivo e diretrizes da reunião. Em atenção ao Requerimento nº 9/2025, CMA, de autoria do Senador Fabiano Contarato, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a emergência climática e os caminhos para um futuro sustentável durante a Semana de Vivência Legislativa do nosso querido e amado programa Jovem Senador. Eu sou apaixonado pelo programa, viu? E por isso trato com todo esse carinho, como trato todas as pessoas de bem.

O nobre e querido Senador Fabiano Contarato, eu diria, é querido e amado por todos nós. Ontem ele foi destaque, inclusive, também no Congresso em Foco, e destaco também o Randolfe, que também estava lá com destaque. Eu entrei lá, mas entrei como homem do Sul. Fiquei no Congresso em Foco representando o Sul, o Rio Grande do Sul, mas vamos lá.

O Fabiano Contarato só não está, porque ele teve um outro compromisso fora de Brasília e fora do Espírito Santo. Ele é o Presidente da Comissão e me pediu para, então, que eu fizesse as honras da Casa, assumindo aqui o lugar de Presidente. Nós vamos de imediato, além de, claro, dizer que esta reunião está sendo transmitida ao vivo por todo o sistema de comunicação do Senado. Claro, vai intercalar com o Plenário, mas, mesmo depois, ela é reproduzida na íntegra para todo o Brasil. Então, de imediato, nós vamos chamar os nossos painelistas. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prometo não falar muito aqui hoje, porque eu conto com a companhia deles desde segunda-feira, né? Do meu discurso eles já estão cansados.

Então, nós vamos aqui ouvir os nossos painelistas. Então, com muita satisfação, convido a Sra. Alice de Moraes Amorim Vogas, Diretora de Programa da Presidência da COP 30. Seja bem-vinda.

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Sra. Danielle Abud, Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado Federal. (*Palmas.*)

Sra. Inamara Santos Melo, Diretora do Departamento de Políticas para Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima, do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (MMA). Ela entrará por videoconferência. (*Palmas.*)

Em seguida, Sra. Marcele Oliveira, ativista climática, jovem campeã do clima da COP 30, que estará também por videoconferência, mas fica aqui nosso aplauso. Ela falará em seguida. (*Palmas.*)

Sra. Paloma Costa Oliveira, socioambientalista, ativista climática, educadora do clima e conselheira jovem do Secretário-Geral da ONU. Muito bem. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Agora me disseram aqui que além das painelistas que estão aqui conosco, nos dando a honra de ouvi-las, eu estaria atento que nem vocês, viu? Porque ouvir as painelistas aqui é uma aula, tanto para vocês como para mim. Então, quando o Contarato me convidou, eu digo, não, estou lá de pronto.

Convidamos também para a mesa: Presidente da Mesa Diretora dos jovens Senadores eleita nessa segunda-feira, Keyla Adssa Barbosa de Oliveira. Convido para a mesa, Keyla, Rio Grande do Norte. (*Pausa.*)

Convidamos também a Presidente da Comissão Nísia Floresta, Isabelly Gomes Naegele Montechiari, Rio de Janeiro – creio eu que Montechiari seja a pronúncia. (*Palmas.*)

Como é praxe da Presidência, eu faço uma pequena fala em nome do Presidente Contarato, em nome da Comissão, em nome de todos aqueles que batem palmas pela vinda de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vocês que vieram dos 26 estados mais o DF. Foi uma disputa muito corajosa e muito bonita e muito querida por todos eles. Então, esses 27 que estão aqui são todos campeões. Aí eu gostaria que essa experiência única que eles estão tendo, eu também tivesse tido lá atrás. Eu não tive, mas vocês têm. E que outros possam, nas próximas discussões das redações, que teremos todos os anos, também estar aqui. Então, eu falo em nome da Mesa desta Comissão.

Meus amigos e minhas amigas, esta audiência pública da Comissão de Meio Ambiente do Senado tem por objetivo debater a emergência climática e os caminhos para um futuro sustentável com foco na justiça climática e na busca de soluções inclusivas para enfrentar a crise ambiental. Eu falei no Plenário, eu vou tentar não alongar além do que está no texto, né? O que o Rio Grande do Sul enfrentou, né? Vocês todos naturalmente acompanharam e deram toda a solidariedade.

O Presidente desta Comissão, Senador Fabiano Contarato, por questões de agenda não pôde estar presente, mas deixa aqui um abraço a todos vocês. Contamos hoje com a presença de diversos convidados e convidadas, mas aqui o recado que ele deixa, em especial a vocês – jovens Senadores e jovens Senadoras – do programa 2025, acompanhado de seus professores orientadores, sejam bem-vindos. O tema do curso deste ano foi "Emergência climática: pense no futuro, aja no presente". O título dialoga com o lema da Conferência Rio 92: "Pense globalmente, aja localmente" e ressalta a urgência do momento histórico que estamos vivendo. Esta audiência pública tem como propósito, além de fomentar o debate, fortalecer o protagonismo juvenil e incentivar a formulação de políticas públicas ambientais eficazes, sustentáveis e inclusivas.

Em 2024, o planeta registrou uma das temperaturas mais altas dos últimos 175 anos. Em novembro, teremos a COP 30 em Belém do Pará. Pará está representado? (*Pausa.*)

Levanta aí, e diga seu nome aí. Ah, ela sabe ali. Aperta o botão para acender a luz verde. Isso, está em casa.

A SRA. REBECA MARINHO – Bom dia, é Rebeca Marinho da capital Belém do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Isso é uma homenagem à COP. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta audiência, como havia dito antes, é uma oportunidade única de envolver jovens estudantes de escolas públicas nas discussões sobre o futuro do planeta, valorizando vozes plurais, especialmente as de povos tradicionais e as comunidades mais vulneráveis.

Thiago de Mello, poeta – eu falei em poesia hoje, lembra lá? Sobrou aqui já. Não é que eu influenciei, eu disse que eu sou apaixonado por poesia –, Thiago de Mello, poeta das florestas, da esperança e da vida, nos ensinava sobre a importância de resistir como a água. Dizia ele:

> Ser capaz como um rio que leva sozinho a canoa que se cansa de servir de caminho para a esperança
> E de lavar do límpido a mágoa da mancha como o rio que leva e lava.
> Crescer para entregar na distância calada um poder de canção como o rio decifra o segredo do chão.
> [...] Reter o dom da força, sem deixar de seguir [em frente]
> E até mesmo sumir para subterrâneo aprender a voltar e cumprir, para, no seu curso, o ofício de amar.
> Como um rio, aceitar [...] as ondas [...] impuras que [...] [revelam] escondida verdade nas funduras.
> Como um rio, que nasce de outros, [...] seguir junto [...], prolongar-se em muitos e construir o encontro com as águas grandes do oceano sem fim [...]

É, vamos bater palmas para o poeta, porque não sou eu, viu? Só estou lendo aqui. Achei linda a poesia, achei linda. (*Palmas.*)

Enfim,

> [...] mudar em movimento, mas sem deixar de ser o mesmo ser que muda
> Como um rio.

Enfim, esse é o poema aqui do nosso querido poeta.

Meus amigos e minhas amigas, antes de conceder a palavra ao nosso primeiro palestrante, quero me dirigir, de maneira especial, aos jovens Senadores e Senadoras aqui presentes, dizendo: vocês representam não apenas o futuro, mas também a força transformadora do presente. O destino da nossa nação, em grande medida, está em suas mãos. Jamais se calem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diante das injustiças, jamais se omitam perante o sofrimento humano ou a degradação do meio ambiente. Caminhem com coragem, com esperança e, com compromisso, estudem, pois a boa luta em defesa das pessoas e da vida da terra precisa cada vez mais de vozes firmes como as de vocês, jovens Senadoras e jovens Senadores.

Vida longa à juventude brasileira, que vocês aqui tão bem representam. (*Palmas.*)

Para mim também é uma oportunidade única, um homem de 75 anos, com 40 anos de Congresso. Estou no meu último mandato, porque quero passar o bastão também para os mais jovens, não é? E não pensem que não dá vontade de ficar, viu? Lá no Sul tem – eu falo isto porque eu estou saindo, não é? – uma campanha: "Fica, Paim. Volta, Paim. Continua, Paim". Eu digo: eu quero passar o bastão para os mais jovens. Outros chegarão aqui, como eu cheguei ainda na Constituinte. E, ao olhar para vocês, vocês são aqueles que ocuparão esses espaços, que simbolicamente aqui estão quase que reivindicando – e é justo. Tem que ousar, tem que querer. E só vai chegar aquele que for persistente, que tiver coragem de apresentar e defender as suas propostas.

Vamos em frente. Eu já falei demais e prometi que não ia falar, né? Vamos ver aqui a nossa ordem de fala, se há alguma preferência dos convidados... (*Pausa.*)

Então, tá. Ó, estou bem assessorado aqui. Ele já me orientou que está tudo ordenado e coordenado.

Com enorme satisfação, passo a palavra para a Sr. Marcele Oliveira, ativista climática – campeã de juventude da COP 30. (*Palmas.*)

A SRA. MARCELE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, pessoal. Muito bom dia.

Vocês conseguem me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeitamente.

A SRA. MARCELE OLIVEIRA (*Por videoconferência*.) – Maravilha.

É um prazer estar mandando esta mensagem para vocês diretamente aqui de Belém do Pará. Eu estou acompanhando um pouco do processo aqui das obras da cidade em relação à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

COP 30, mas eu sou cria do Rio de Janeiro – imagino que a gente tem aí representação da minha cidade também –, venho de um território chamado Realengo, onde a luta por um parque verde fez com que eu me tornasse ativista climática.

Ser ativista climática para mim é também observar ao meu redor todas as pessoas que, por conta da ancestralidade, têm um respeito pela Mata Atlântica, pela natureza, que muitas das vezes acaba esquecida – né? –, na correria do dia a dia.

Eu tenho 26 anos e, aos 20, a luta por esse parque verde me reconectou com a Mata Atlântica e me fez pensar que, como produtora cultural, havia algo de muito errado quando eu atravessava a cidade para acessar a universidade e apareciam lugares superprotegidos, com parques verdes, com árvores, mas na periferia esses lugares não existiam. Eu demorei a entender que isso tinha um nome, que isso era racismo ambiental, mas, ao compreender, para mim fez muito sentido ser uma ativista em prol da justiça climática e conhecer outros movimentos que falavam desse mesmo tema ao redor do mundo.

Hoje eu ocupo uma missão dentro da Presidência da COP 30 para fazer a coordenação das juventudes, e isso acaba também me trazendo uma grande responsabilidade que é a de não deixar a pauta da educação ambiental ser só sobre a conferência. A pauta da educação ambiental é sobre as próximas eleições, por exemplo, ela é sobre as pessoas que vão ocupar o Senado, para que a pauta ambiental não seja algo por acaso, e, sim, determinante para que a gente consiga ter o bem viver, para que a gente consiga ter o amanhã.

Então, nós juventude somos o presente e convido vocês a estarem atentos e atentas ao que a Presidência da COP 30 está propondo, não só para a conferência, mas também neste sentido de engajar, de mobilizar e de pensar como a gente quer que o futuro seja. A gente quer que ele seja verde, a gente quer que ele seja possível, que tenha alimentação de qualidade, que tenha mobilidade urbana que preste, que a educação climática e ambiental esteja dentro das escolas.

Esse projeto de que vocês estão fazendo parte acho que divide essa responsabilidade que eu tenho um pouco com vocês também aí como Jovens Senadores, pessoas falando sobre direitos, falando sobre política, falando sobre qual é o Brasil que a gente quer, este Brasil que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

soberano, que saiu do Mapa da Fome e que, se depender do nosso trabalho, vai sair também do mapa do risco climático.

Então, convido vocês a estarem de olho no que a gente está compartilhando, seja nas redes, nas mídias, a compartilharem também as histórias dos seus territórios e a reivindicarem as juventudes na centralidade de qualquer debate, porque, como estão falando do nosso futuro, não dá para falar sem a gente. Então, procurem saber sobre o balanço ético autogestionado, sobre a chamada de combate à desinformação climática, sobre esse grande mutirão COP 30 que a gente está montando e que acontece no dia a dia no território de cada um – acontece em Realengo, acontece em Belém do Pará e está acontecendo ao redor do mundo –, com muitas juventudes querendo que essa conferência seja uma conferência de implementação, que tenha a nossa cara e que não dependa só de ter credencial ou estar em Belém do Pará presencialmente, mas, sim, de uma mudança no debate da justiça climática que a gente vai provocar no mundo todo e que vai impulsionar a qualidade de vida para a gente, para o nosso futuro e para as próximas gerações.

Contem comigo, Marcele Oliveira, @marceleoliveira nas redes sociais, sempre compartilhando informação relacionada à conferência para vocês.

Parabéns por estarem nesse processo, dedicando aí o tempo de vocês também a pensar um Brasil melhor para todo mundo.

Um beijo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a jovem Marcele Oliveira, ativista climática – campeã de juventude da COP 30, que fez um resumo belíssimo aqui para todos nós, homenageando vocês.

Passo a palavra de imediato à Sra. Inamara Santos Mélo, Diretora do Departamento de Políticas para Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Ela pediu para falar agora porque também está com problema de agenda.

A SRA. INAMARA SANTOS MÉLO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muitíssimo obrigada, Senador. Muito prazer em poder participar dessa nossa agenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui agradecer esse convite e dizer a todos vocês do nosso entendimento da necessidade de participação da juventude.

Queria pedir à equipe aí da mesa que pudesse liberar para que eu pudesse compartilhar aqui minha apresentação. Tenho uma fala aqui e gostaria muito de apresentar para vocês qual é a agenda do Governo brasileiro para que nos permitisse atender a essa expectativa em relação à agenda da juventude.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Já está liberado.

A SRA. INAMARA SANTOS MÉLO (*Por videoconferência*.) – Muitíssimo obrigada.

A gente entende aqui a necessidade de incluir a juventude na ação climática já que a redução das emissões de gases de efeito estufa fala muito em relação ao futuro que nós precisamos assegurar para essas novas gerações. Nós temos que aumentar o investimento em adaptação e serviços que são essenciais para crianças, para adolescentes, e a gente fala aqui de direitos básicos como água, saneamento, sistemas de higiene, saúde, educação, enfim.

É importante ainda fornecer a crianças e adolescentes educação climática, habilidades verdes essenciais para a vivência neste novo contexto de emergência climática, e, mais do que nunca, reforçando aqui as palavras da Marcele, incluir os jovens nas negociações, nas decisões nacionais, regionais e internacionais sobre o clima.

A gente hoje prepara a entrega para o país do nosso novo Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que tem, na agenda de mitigação, planos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e, na agenda de adaptação, propostas, hoje contabilizadas em mais de 700 ações, para reduzir os impactos climáticos decorrentes deste novo contexto de emergência.

Como vocês sabem, a gente já tem assistido no Brasil a chuvas extremas, deslizamentos. Nós temos visto um grande número de municípios brasileiros sendo afetados. Enquanto a gente fala da contenção do aumento do aquecimento global em um grau e meio, no nosso território nós já registramos o aumento da temperatura máxima em até três graus. Isso amplia ondas de calor, isso tem impacto sobre a saúde e isso faz com que muita gente sofra desde já. Nós não estamos falando de um problema futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para vocês terem ideia, na última década, nós tivemos 84% do total de municípios afetados por desastres e um registro aí de mais de R$455 bilhões em danos, prejuízos, com mais de 324 milhões de pessoas afetadas pelos desastres climáticos. Isso porque, às vezes, uma mesma pessoa é afetada mais de uma vez no Brasil. Por vezes acontece de uma cidade ser inundada duas vezes ao ano.

Então, nós temos já observado impactos bastante complexos no território do Brasil e a tendência é ampliar os problemas. Todos os cenários futuros mostram, com alto grau de confiabilidade, aquilo que envolve a tendência de esses desastres continuarem acontecendo no Brasil. Isso representa um custo estimado, até 2050, de uma perda de cerca de 17 trilhões no nosso PIB, a eliminação de mais de 4 milhões de empregos no Brasil, com redução da atividade econômica, do emprego, da produtividade. Isso amplia as disparidades regionais, amplia a possibilidade para a juventude no que diz respeito ao seu futuro, a empregos. Essa é uma realidade que acontece em todo o mundo.

Nós temos visto aí a questão... Entendemos que são muitos e muitos jovens, crianças, adolescentes impactados e tendo os seus direitos negados, direitos mais básicos como água potável, educação, saúde, moradia.

Então, é preciso que a gente olhe para a agenda de clima olhando a necessidade das novas gerações, do direito à sobrevivência, a um ambiente seguro.

Nós temos, no Brasil, um grande número de crianças e adolescentes... No mundo, são cerca de 2,5 bilhões de adolescentes ali até os 18 anos, e 1 bilhão ou a metade está extremamente exposta à crise climática. No Brasil, a gente tem um número também bastante significativo e entendemos que esse padrão ecológico atual viola os direitos das gerações, inclusive daquelas que não nasceram. Nós temos verificado aí que, entre a população do Brasil – temos cerca de 211 milhões de habitantes no Brasil –, há 40 milhões de jovens e 10 milhões de crianças e adolescentes na extrema pobreza, com renda domiciliar *per capita* de até um quarto do salário mínimo.

Então, neste país de dimensão continental, é preciso enfrentar esses desafios, e é isso que o Governo brasileiro tem buscado atuar... tem buscado ampliar. Nós temos que fazer mais. O Brasil precisa se apresentar com protagonismo no contexto internacional para que a gente vá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

além do que hoje está estabelecido nas NDCs até 2030; é preciso fazer mais pela agenda de clima. E a gente, então, vai lançar agora, na pré-COP, no próximo mês de outubro, um plano nacional que envolve nove objetivos nacionais de adaptação, aí incluindo a questão do aumento de resiliência de populações, de cidades, territórios, a produção sustentável e também o acesso a alimentos, a questão da segurança hídrica, da conservação da biodiversidade, da promoção da saúde, do bem-estar das populações, a questão do desenvolvimento socioeconômico, a proteção do nosso patrimônio cultural, também o fortalecimento de oceano e zona costeira.

Temos ainda, Senador, o entendimento da necessidade de tratar isso trazendo estados e municípios para essa agenda. Isso não dá para ser apenas responsabilidade do Governo Federal; nós precisamos assegurar uma governança multinível, e uma governança que seja sinérgica com a integração da agenda de adaptação no conjunto das políticas públicas, com o fortalecimento das capacidades institucionais nos diferentes níveis, entendendo que a agenda de clima envolve hoje a necessidade de reduzirmos a vulnerabilidade socioambiental. Não se trata aqui de olharmos apenas para as chuvas, para as ondas de calor, olhar para as ameaças climáticas em si, mas para como é que as populações e grupos mais vulneráveis estão expostos a esses desastres; e apresentar, então, uma proposta de uma agenda que seja integrada, que considere tanto os fatores climáticos quanto aqueles fatores não climáticos, que aponte para o desenvolvimento sustentável, para a justiça climática, para medidas que aumentam a resiliência, mesmo aquelas que, desconsiderando ali os efeitos da mudança do clima, são importantes para evitar o agravamento dos impactos climáticos. E aí a gente está falando de saneamento básico, do sistema de saúde, da recuperação de áreas degradadas, na agenda voltada à criança e ao adolescente, aos jovens; nós precisamos também tratar da agenda de educação e do quanto isso precisa ser enfrentado nesse nosso próximo período.

Exatamente para isso, para incorporar a participação de estados e municípios, o nosso Governo, o Governo do Presidente Lula, tratou de desenhar a iniciativa AdaptaCidades, para apoiar a elaboração de planos locais de adaptação, de forma integrada. Hoje nós já temos cerca de 581 municípios indicados a serem apoiados, em todos os biomas brasileiros, e a gente aqui está falando em todos os estados. Eles aderiram formalmente a essa agenda, e com isso será possível disponibilizar ferramentas, metodologias, estruturar essa governança, apoiar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacitação dos agentes públicos, dando suporte técnico, mentoria, apoiando o monitoramento e a implementação de ações priorizadas para a agenda de adaptação. Com isso nós temos construído um processo de trazer para os territórios as estratégias de adaptação à mudança do clima, com a participação da sociedade, com uma nova governança, fazendo com que o Brasil consiga avançar.

Quero dizer, para ir finalizando aqui, que esses municípios foram indicados a partir de critérios técnicos que envolvem tanto os impactos já observados quanto cenários futuros da população mais exposta. A gente entende que essa é uma agenda em que o Brasil se apresenta de forma pioneira. Então, com amplitude territorial, populacional – nós estamos falando de mais de 52 milhões de pessoas –, articulando o Governo Federal, estados, municípios, os diversos setores, deve ser participativo e colaborativo, com a transferência de tecnologia de dados. A gente faz aqui um convite aos movimentos de juventude para que possam participar também dessa agenda.

As informações estão disponíveis na plataforma ReDUS, tem lá uma comunidade do AdaptaCidades para que vocês possam acompanhar toda essa agenda, e esperamos ter uma grande participação, uma participação ativa da juventude, no processo de monitoramento, implementação, acompanhamento da agenda de adaptação no país. Acho que essa participação é fundamental para assegurar que essa agenda aconteça, e aconteça atendendo às expectativas da juventude e da população brasileira.

Muitíssimo obrigada.

Fica aqui, então, essa participação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o nosso abraço ao Senador Paim e também ao Senador autor dessa agenda, o Fabiano Contarato. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Sra. Inamara Santos Mélo, Diretora do Departamento de Políticas para Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que aqui falou em nome do Governo Lula, já apontando caminhos e naturalmente levantando as suas preocupações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, de imediato, a Sra. Alice de Moraes Amorim Vogas, Diretora de Programa da Presidência da COP 30. (*Palmas.*)

A SRA. ALICE DE MORAES AMORIM VOGAS (Para expor.) – Bom dia a todas e todos, ao Senador Paim, às colegas aqui de painel e a todos vocês. É um prazer muito grande para mim estar aqui, ter essa oportunidade de dialogar com vocês sobre a emergência climática, sobre onde nós estamos, sobre o que significa para o Brasil e para o mundo hospedarmos a COP 30 aqui. Mas também para falar sobre soluções e perspectivas de futuro, que eu imagino que seja um pouco o que estava se passando na cabeça de vocês quando vocês escreveram essas redações e pensaram: "O que é que eu faço diante disso? Como que eu lido com essa emergência? Qual o meu papel nessa história?".

Eu sei que a Inamara, que é uma superespecialista em adaptação, já trouxe aqui um monte de conteúdo sobre o que está sendo feito, mas eu estou sentindo a necessidade de dar um passo atrás e explicar um pouco como é que a gente chegou até aqui, qual é o significado da COP, o que a gente pode esperar que vai acontecer na COP 30, que acontece agora em novembro. Como é que vocês conseguem avaliar – desde a notícia do jornal até o que vai sair no *post* no Instagram ou o que vai ser discutido lá –, como é que vocês avaliam se deu certo, se não deu, se a gente está indo na direção certa ou não? Um pouco de como é que isso se desdobra nos territórios, na vida de vocês, e possibilidades concretas de se engajar no futuro.

Bom, imagino que vocês, ao terem feito essa redação, estudaram um pouco a emergência climática em si. Então, eu acho que é importante a gente lembrar que tudo começa quando, com a Revolução Industrial, a gente começa a ter um ritmo de emissão de gases de efeito estufa que aquece o planeta, e isso gera crise climática. Então, lá na década de 70, vários cientistas do mundo começaram a se reunir para entender quais são os impactos, onde nós estamos, o que isso significa para nossa atmosfera. E nos anos 70 e 80, a evidência científica foi ficando mais precisa, mais clara, para gente entender a origem do problema.

Isso nos leva a 1992, no Rio de Janeiro, minha cidade natal, onde são acordadas três grandes convenções do meio ambiente: a Convenção de combate à Mudança do Clima; a Convenção da Biodiversidade, de conservação da biodiversidade; e a Convenção de Combate à Desertificação. Essas três grandes áreas seguem processos paralelos no campo internacional. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu quero dizer com isso? Basicamente, os países acordaram que esses são grandes temas – não são os únicos, tanto que você tem uma convenção do plástico, a convenção dos oceanos, vários assuntos de meio ambiente foram se desdobrando, no direito internacional, em diferentes marcos regulatórios. Mas essas três convenções nasceram aqui no Brasil e têm um processo especialmente importante para a gente entender onde nós estamos hoje e o que a COP 30 representa.

Ao longo desses últimos anos, de todas essas décadas, essas convenções foram tendo reuniões anuais. Então, as COPs... O que significa COP? Significa Conferência das Partes. Quem são as Partes? Os países que assinaram essas convenções. Cada uma delas seguiu uma trajetória independente. Algumas acontecem a cada dois anos; e a convenção do clima, em especial, é a única que acontece anualmente. Então, ano a ano, depois que os países acordaram que "precisamos lidar com a crise climática, entendemos que ela é um problema, entendemos que existem cinco grandes coisas que precisam acontecer para a gente resolver isso".

Uma é chamada agenda de mitigação, ou seja, a gente reduzir as emissões dos gases de efeito estufa que estão causando o problema.

A segunda é adaptação. Naquele momento, ainda em 1992, diferentemente da situação atual, ainda se tinha uma hipótese de que, se a gente fosse ágil o suficiente para reduzir essas emissões, talvez a gente não precisasse se adaptar; ou seja, uma cidade que está na beira do mar, uma cidade costeira, talvez não sofra com inundações ou com aumento do nível do mar, então ela não vai precisar ter, por exemplo, uma encosta maior. Isso é a adaptação. Adaptação, no fundo, é, por exemplo, se a gente tem uma onda de calor, a gente precisa se adaptar e botar uma roupa branca, que é menos quente do que uma roupa preta. Então, se eu tenho... São coisas muito pequenas e fáceis de fazer, até você transformar a forma como uma ponte é construída, porque ela vai ter maior ou menor nível de água. Então, adaptação é tudo o que diz respeito a esse entendimento de o que a ciência nos está dizendo, e a gente muda a forma como as cidades se organizam, os horários da escola, a forma como os sistemas de saúde se organizam – tudo isso está dentro da agenda de adaptação. E tudo isso volta lá para 1992, é a segunda grande coisa que a gente precisa fazer para lidar com a crise climática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro aspecto é o financiamento. Ou seja, alguns países foram mais responsáveis do que outros pelo problema, então a gente criou um sistema em que os recursos financeiros deveriam fluir dos países mais desenvolvidos para os países menos desenvolvidos, para que esses países se adaptem e evitem seguir o mesmo caminho, a mesma trajetória. Por exemplo, o Senador Paim conhece bem a história do carvão, no Rio Grande do Sul. Tem muitos países que cresceram e se desenvolveram com uma energia baseada em queima de carvão.

Hoje a gente sabe que esse não é o caminho e a gente pode, por exemplo, usar energia solar, mas para eu investir em energia solar, eu preciso de recurso. As pequenas ilhas, os países mais vulneráveis, mesmo Brasil, e várias comunidades precisam investir em energia renovável. E esse recurso deveria vir de países mais desenvolvidos para países em desenvolvimento, para gente construir o que a gente chama de desenvolvimento de baixo carbono. Então, essa é a terceira grande coisa que está dentro da grande convenção e do que precisa acontecer.

O quarto aspecto é tecnologia. A gente precisa ter um arranjo, uma forma de transferir tecnologia para acelerar tanto a agenda de mitigação quanto de adaptação, que eu mencionei agora há pouco. Tem tecnologia que é captura de carbono, que está sendo testada há muitos anos. E aí você tem desde captura de carbono que é *high tech* mesmo até captura de carbono com base em restauração florestal. Tudo isto é parte da discussão de tecnologia: como é que a gente, os países entre si desenvolvem um sistema em que essa transferência acontece de maneira que você consiga acelerar a ação climática.

O quinto e último elemento é a construção de capacidades. E o que a gente quer dizer com isso? Hoje, quando uma pessoa, vamos dizer o Senador Paim, chega aqui e quer propor um projeto de lei, não necessariamente nesse momento pensa uma proposta de lei relacionada, por exemplo, vamos dizer, à forma como a cidade se organiza ou em como é que a educação vai ser desenvolvida. Não necessariamente você vai ter que pensar em quais são os impactos climáticos daquele projeto de lei. Então, o time que está pensando em desenhar, redigir aquela legislação precisa pensar: isso é bom ou é ruim para o clima? Isso contribui ou atrapalha? Só que isso vale para taxonomia tributária, para forma, para compras públicas ou para gente pensar o futuro da educação no país. São vários aspectos que vão muito além da agenda ambiental *stricto sensu*. A gente precisa olhar para essa questão climática para dentro. Construir capacidade significa a gente pensar: como é que eu sei se isso está contribuindo ou não para a crise climática, se é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

positivo ou negativo? E isso precisa acontecer em várias escalas: no município, no estado, no nível federal, no nível global. E o mundo inteiro precisa entender, melhorar a sua forma de entender, porque nada é neutro, nenhuma decisão é neutra. Então, entender isso significa construir capacidade.

Ao longo dessas últimas décadas, todo esse regime, as COPs, foi se desenvolvendo justamente para avançar em cada um desses cinco aspectos. Se a gente pensa a convenção como se fosse uma constituição e as várias regulações em cada COP como leis ordinárias, leis complementares, decretos – a gente passou, ao longo de todos esses últimos anos, organizando, com os países negociando texto a texto essa regulamentação –, a gente chega à COP 30 num cenário em que o que precisa ser decidido do ponto de vista regulatório já é residual, são detalhes do detalhe de como tudo isso vai acontecer. Então, o que a gente precisa fazer? E por que essa COP é tão importante? Porque agora a gente está virando, digamos, a página de regular para implementar. No fundo, muita coisa já está acontecendo em vários níveis: no nível municipal, no nível estadual, no nível federal, como a Inamara acabou de exemplificar, mas a gente precisa de uma escala muito maior.

E a gente precisa de que todas as decisões, de uma certa maneira, públicas ou privadas, levem em consideração esse impacto para a crise climática, sua contribuição.

Então, na hora em que a gente decide comprar um carro a gasolina...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALICE DE MORAES AMORIM VOGAS – ... ou um carro elétrico, isso tem um impacto. Na hora em que a gente decide...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Só digo que a campanha toca automaticamente, viu? Mas eu, automaticamente, coloco mais cinco...

A SRA. ALICE DE MORAES AMORIM VOGAS – Muito obrigada. Eu já vou... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns! E desculpe a interrupção. Como eu a interrompi, peço uma salva de palmas para ela então. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ALICE DE MORAES AMORIM VOGAS – Todas as decisões precisam ser tomadas pensando nesse aspecto. Então, temas que estão colocados hoje na COP, por exemplo, e eu acho que é importante para ilustrar, na hora em que a gente... Sobre o cimento. O cimento que é comprado para construir um prédio ou uma rua pode ser mais ou menos poluente, pode ter um conteúdo maior ou menor de carbono. Como é que a gente faz para todo o cimento já ser zero carbono? Como a gente faz para, quando a gente vai construir uma cidade ou, enfim, desenvolver, botar uma rodovia numa cidade, planejar que se tenha mais árvores e que, com isso, se reduza o calor naquela cidade e também haja absorção da água quando você tem maior índice pluviométrico, de chuvas? Tudo isso são decisões do dia a dia. Elas não precisam mais aguardar uma COP acontecer para serem tomadas. E elas têm que acontecer no nível municipal, estadual, federal e global, naturalmente.

Então, essa COP tem basicamente três grandes objetivos: primeiro, a gente fortalecer o sistema multilateral. Tudo isso que eu mencionei, que aconteceu desde a década de 90, é um sistema que pressupõe que não adianta o Brasil fazer muito se a Argentina não faz nada; não adianta a Europa avançar muito na sua ação climática se a China não avançar. A gente precisa... A magnitude desse problema e a interdependência dos países demandam um regime multilateral, um regime de todos os países juntos. A gente sabe que está vivendo um desafio, especialmente pela postura do Governo norte-americano, que saiu do Acordo de Paris... Ainda não saiu, mas está em processo de sair, e isso não é a primeira vez que acontece, é importante vocês saberem, já aconteceu com o Protocolo de Quioto, já aconteceu com o Acordo de Paris na primeira vez e agora está acontecendo de novo. E ainda assim, a trajetória... O mundo está caminhando para a redução das emissões e para uma construção de adaptação. O fato de um país, e um país de relevância geopolítica e também para a crise climática, ter saído não significa que todos os outros países não estejam fazendo... Inclusive, ao contrário. A China, por exemplo, está avançando muito, o Brasil está avançando muito, a Europa segue avançando muito e vários países de renda média ou mesmo países em desenvolvimento. Então, a gente precisa proteger esse sistema, esse regime. E é isso que o Presidente Lula está fazendo, que o Secretário-Geral da ONU está fazendo e o Embaixador André. A cada ação, a cada diálogo com outros países, a gente precisa que as pessoas entendam e fortaleçam o regime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo grande objetivo da COP 30 é a gente aproximar a questão climática da vida das pessoas. Como o Senador mencionou, o episódio do Rio Grande do Sul, essa grande catástrofe nos ensinou muito o quanto nós não estamos preparados para lidar com essa situação. Só que entre entender o problema e agir diante disso para construir cidades, enfim, negócios, escolas mais resilientes, tem um *gap* aí, tem uma distância. A gente precisa construir isso, a gente precisa entender o que vai fazer diferença nessa ação. E isso faz parte... A Marcele, nossa campeã da juventude, tem falado muito, dado exemplos, e a gente quer muito... E estar aqui é uma oportunidade de poder conectar com vocês para que vocês também, nas suas decisões e nas suas ações individuais, consigam se aproximar desse processo.

E o terceiro e último objetivo é a gente acelerar a implementação de ações. A gente precisa acelerar a restauração florestal, acelerar a expansão de renováveis, acelerar o processo de transição para longe dos combustíveis fósseis, o que já foi uma decisão tomada na COP 28, lá em Dubai, os países já decidiram que vão fazer essa transição, mas essa transição precisa ser justa, equitativa e ordenada. Ou seja, não é apertar um botão e, no dia seguinte, não precisamos mais de combustível fóssil. Não. A gente precisa construir capacidade para a gente diminuir essa dependência, uma dependência inclusive econômica, dependência que não paralisa as nossas economias, enfim, inclusive tributária, fiscal etc. Então, tudo isso faz parte da agenda da COP.

E um último ponto importante para vocês pensarem, e também quero ver se a gente vai ter diálogo, não sei se a gente vai ter perguntas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALICE DE MORAES AMORIM VOGAS – ... é sobre o mercado de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com certeza, vai ter perguntas. Já tem uns quantos que levantaram a mão aí.

A SRA. ALICE DE MORAES AMORIM VOGAS – Ótimo.

Existe uma grande discussão nessa COP e na COP do ano que vem – lembrando que a nossa presidência da COP 30 termina só no final do ano que vem, não em Belém – sobre o tema da transição justa. E isso implica dizer como é que a gente..., quais são as habilidades, quais são as competências, quais são os empregos que precisam ser criados ou desenvolvidos para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente conseguir lidar com todos esses desafios. Isso tudo está na agenda da COP, mas também está no nível municipal, estadual, federal e vai implicar muito na vida de vocês. Quem aqui quiser fazer, por exemplo, uma faculdade de Medicina vai começar a pensar em como é que eu, como médico, consigo lidar com o aumento da desidratação, porque as pessoas estão sofrendo, estão vivendo ondas de calor, não estão se hidratando, estão trabalhando, por exemplo, na rua, e não sabem, não estão entendendo que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALICE DE MORAES AMORIM VOGAS – ... com 50 graus, a gente não pode mais trabalhar. Enfim, tem uma série de implicações, isso vai ter um impacto importante nas escolhas que vocês vão fazer, profissionais, e tem muita oportunidade de se engajar com o processo da COP para discutir o que vocês querem, o que é necessário.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Alice de Moraes Amorim Vogas, Diretora de Programas da Presidência da COP 30. Meus cumprimentos, meus parabéns! Foram 15, 16 minutos em que conseguiu resumir uma visão nacional – citou até o meu Rio Grande – e foi em nível internacional. Meus cumprimentos.

Eu queria fazer dois registros rapidamente. Primeiro, cumprimentar o jornalista Edgar Lisboa, que está aqui à nossa direita. Ele tem de jornalismo... (*Palmas.*)

... mais do que eu tenho de Congresso, que são 40 anos. Eu diria um jovem, não é? Um jovem. E a coluna dele é dedicada principalmente a divulgar as questões sociais, preocupado com o clima. Eu fiz questão, vendo-o aqui no Plenário...

Não foi combinado, né? Senão, tu podes dizer lá que foi combinado, e eu falto com a verdade.

Eu o vi aqui, porque ele quis assistir ao programa Jovem Senador e ouvir, naturalmente, vocês.

E eu quero cumprimentar, nessa linha, a Dra. Luciana Rodrigues Pereira. Não sei se ela ainda está aqui, mas ela tem acompanhado os Jovens Senadores, esteve aqui na abertura, a Dra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luciana Rodrigues Pereira. Estivemos com o Presidente Davi, que fez uma bela fala para a juventude.

Então, vamos dar uma salva de palmas para o Presidente Davi, que incentivou muito vocês... (*Palmas.*)

... e para a Dra. Luciana Rodrigues Pereira, Diretora de Comunicação Social do Senado, que tem dado todo o apoio ao Programa Jovem Senador. (*Palmas.*)

Edgar, seja bem-vindo!

E a Dra. Luciana foi empossada ontem, se eu não me engano. Vocês trouxeram sorte para ela, porque ela está aqui há muitos anos, mas foi empossada ontem como Diretora aqui do Senado, na área da comunicação.

Então agora vamos para...

Com a palavra a Sra. Danielle Abud, do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado Federal.

A SRA. DANIELLE ABUD (Para expor.) – Bom dia.

Obrigada a todos.

Sr. Presidente, prezados colegas, Alice, Paloma, Marcele, Inamara, senhoras e senhores, professores, prezados jovens...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Professores e professoras! (*Palmas.*)

A SRA. DANIELLE ABUD – Jovens Senadores e Senadoras, sejam muito bem-vindos ao Senado Federal! É um privilégio enorme poder acolhê-los nesta Comissão. É uma honra estar aqui, hoje, nesta Comissão de Meio Ambiente. Agradeço pelo convite e pela oportunidade de contribuir para esse espaço de diálogo tão essencial para o futuro do nosso país.

Eu quero cumprimentar todos os presentes e destacar a relevância deste Colegiado, desta Comissão de Meio Ambiente e de mudanças climáticas, aqui representada na figura do Senador Paulo Paim, mas também quero destacar a referência ao Senador Fabiano Contarato. O Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Paim também é um grande interlocutor dos diálogos que nós temos nesta Casa e tem sido uma enorme referência para o trabalho da acessibilidade e da inclusão social, assim como o Senador Fabiano Contarato, que tem contribuído com a questão da sustentabilidade ambiental. É um privilégio enorme poder estar aqui nesta sessão para falar sobre as questões climáticas.

Eu inicio este painel trazendo essa imagem que percorreu o mundo, percorreu as nossas redes sociais, os nossos jornais, que é uma imagem do Rio Grande do Sul. Faço isso para iniciar esta discussão e esta reflexão do assunto que nós estamos trazendo hoje, porque nós não podemos nos deter à discussão das mudanças climáticas somente quando estamos vivenciando eventos como esse que tivemos no Rio Grande do Sul.

Essa é a imagem de uma cidade embaixo d'água, no sul do país, né? Esse é o Rio Grande do Sul. E, ao mesmo tempo, nós temos aqui... Em meio à emergência, nós também tínhamos enchentes no Acre. Falo do Acre porque é o meu lugar de fala, é do meu estado, é de onde eu venho – eu já estou em Brasília há mais de 20 anos. Mas, naquele mesmo momento em que nós vivíamos a enchente no Rio Grande do Sul, nós também estávamos vivendo do outro lado do nosso país, no Acre, situação semelhante: ao menos 23 comunidades indígenas, no interior do Acre, sofreram com os efeitos da enchente no nosso país. Tratar das comunidades tradicionais e dos indígenas é fundamentalmente importante para que a gente possa construir, dentro desse diálogo, justiça climática.

A enchente no Acre já deste ano. De novo, 2025, o olhar de novo sobre o evento que atinge o nosso país: "O Brasil enfrenta a seca mais duradoura, intensa e de maior proporção" na história mais recente do nosso país. E os especialistas e essas manchetes, que estão a todo tempo no jornal e nas redes sociais, explicam que a intensidade da seca e os impactos têm a ver com os fenômenos da natureza, obviamente, mas também com a ação humana, como as mudanças climáticas, o desmatamento, o uso ilegal do fogo, que estão queimando os biomas do nosso país.

Esse cenário, Senador, nos remete àquilo que nós discutimos lá na Constituição de 1988, quando declaramos, no *caput* do art. 225 da Constituição, aquilo que para mim, por si só, é um princípio constitucional que deveria ser adotado como regra, como princípio de vida para todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós, e que diz assim... Para mim é uma poesia de vida que deveria estar impregnada nos nossos discursos: "Todos têm direito..."...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Gostei da "poesia". E aí me permita que eu diga...

A SRA. DANIELLE ABUD – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – No Senado temos ainda dois Constituintes: o Senador Renan Calheiros e este que vos fala.

A SRA. DANIELLE ABUD – E que privilégio!

Agora eu é que peço uma salva de palmas para o Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Para o Renan também, viu? Para a Constituinte!

A SRA. DANIELLE ABUD – E para o Senador Renan também! (*Palmas.*)

Então, essa poesia diz que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida da população, impondo aos governantes, a nós, à coletividade o dever de preservá-lo e defendê-lo para as presentes e futuras gerações. Que esse princípio possa estar impregnado na nossa fala e no exercício da nossa própria cidadania naquilo que a gente discute com a questão das mudanças climáticas.

E a discussão deste momento que apresento para nossa reflexão é que o tema, para ser de todos, ele exige uma ação coordenada, coletiva, não somente entre os países porque o assunto é de natureza global, mas também internamente entre a União, os estados e os municípios. O que vamos fazer para colocar em prática esse princípio constitucional? – que lá atrás a nós já sinalizava o quanto teríamos de urgência, o quanto seria fundamental para termos um presente e um futuro igualmente sustentáveis. As normas que tutelam os direitos fundamentais difusos e coletivos têm caráter cogente. Antes mesmo das normas, precisamos compreender aquilo que o Leonardo Boff já nos dizia: cuidar da terra é cuidar de nós mesmos. O que nós estamos fazendo para cuidar das nossas vidas e da coletividade como um todo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os dados de aumento da temperatura...

Opa. Eu sou um problema com isso. E ainda é porque eu sou professora, dou aula toda vez, mas não adianta, menina! Olha, eu sou professora, vocês têm esse mesmo problema, né? (*Risos.*) (*Pausa.*)

Ah, pronto.

Aqui. Quero mostrar os dados desse aqui. Pronto.

Os dados do aumento da temperatura média global no planeta são alarmantes, e, pela primeira vez, nós ultrapassamos a marca de 1,5ºC comparados aos níveis pré-industriais, como a Alice bem reforçou. Em 2023, o aumento havia sido de 1,45ºC. Eu dou aula há muitos anos, mas em 2024 eu me referia às temperaturas: "Nossa, a temperatura foi a mais alta que nós tivemos!". Em 2025: "Nossa, a temperatura de 2024 foi a mais alta naquilo que nós tivemos!". E eu sempre enfatizo isto e vou reiterando dentro de mim: a angústia de chegarmos a um ponto de não retorno.

Esses dados são preocupantes e são um alerta que a ciência vem emitindo há muito tempo e que está presente nos nossos jornais, nos nossos noticiários, também na produção científica que deve ser alicerçada, que deve ser a base e a fonte de dados de todo o conhecimento produzido com relação à questão das mudanças climáticas. Desde 2014, as temperaturas – as médias anuais, não é? – têm se mantido consistentemente acima da média, evidenciando um aumento progressivo. E essa constatação que nós temos é uma constatação gravíssima, pois os cientistas previam que esse limite só seria ultrapassado em 2030.

Para compreendermos aquilo que a gente chama de anomalia média da temperatura, que indica o quanto um local está mais quente ou mais frio em relação ao seu padrão histórico, todas essas linhas que nós estamos vendo nesse mapa aqui, nessa figura, são linhas que se referem a uma série histórica que nós temos construído para dizer que esse 1,5ºC, ele é maior, ou ele é menor, ou ele é significativo, ou ele não é significativo. O que ele representa de impacto, não só sob o ponto de vista das questões ambientais, mas sob o ponto de vista da nossa sobrevivência no planeta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso significa que quando nós falamos do aumento da temperatura, cada fração adicional de grau de aquecimento leva a impacto e perdas de danos tanto financeiros quanto aquele que nós não conseguimos mensurar quando se tem pessoas morrendo e famílias se tornando de órfãos, com suas memórias que não se apagam.

Eu estava na Feira do Livro no ano passado, Senador, em Porto Alegre, e o senhor passou por lá, pelo *stand*. Naquele dia, naquele momento, em alguns dos dias que a gente esteve na feira, chovia bastante, e uma menininha que estava lá – e eu estava numa acolhida dessa recepção da Livraria do Senado para falar das questões climáticas –, quando começou a chover, ela disse: "Vamos embora, professora". E a professora virou e falou assim: "Não, mas a gente não pode sair agora porque está chovendo". E a menina: "Mas a minha avó está sozinha, eu preciso ir embora porque eu só tenho ela". Aquilo me causou um sentimento do quanto as marcas e as memórias daquilo que ela viveu ficarão marcadas eternamente na memória daquela criança que ainda vai se desenvolver. O laço da família era a única avó que ela tinha.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLE ABUD – Bom, comumente o alerta da comunidade internacional – e aí chegamos em 1,5ºC – ressalta que as temperaturas estão subindo de forma progressiva, além daquilo que nós já experimentamos. Tecnicamente, a meta de 1,5ºC serve de base para uma série histórica de indicadores, de avaliações sobre a ação climática, e, entre elas, serve para determinar o quanto a nossa contribuição deverá ser maior ou menor. No momento, nós estamos precisando contribuir muito, né? A nossa NDC precisa estar elevada, os países precisam entregar as suas NDCs. Isso ressalta uma necessidade urgente de reduzir as emissões, intensificar os esforços de adaptação climática, mitigar os impactos sobre o território e as populações, e aumentar significativamente o investimento climático para que possamos, entre outros aspectos, promover a justiça climática que tanto almejamos, não só para o nosso país, mas como para a coletividade.

Nos últimos dez anos, 83% dos municípios brasileiros enfrentaram desastres associados a eventos extremos, com cerca de 177 milhões de pessoas afetadas e 4,98 milhões de forma direta. Essa realidade é alarmante, especialmente devido à baixa capacidade adaptativa, na maioria dos municípios do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que nós podemos fazer? Qual o nosso grande desafio da sustentabilidade quando nos reunimos para discutir essas questões? Há uma necessidade de fortalecer... E aqui eu falo deste lugar que é o trabalho da sustentabilidade no âmbito do Senado e no âmbito do Poder Legislativo. Há uma necessidade de fortalecer a capacidade institucional dos órgãos públicos da administração pública para lidar com as questões climáticas, para promover a capacidade técnica para lidar com essas questões; de promover a capilaridade da sustentabilidade, do diálogo de gestores públicos, que precisam também trabalhar com análise de dados, com indicadores, trabalhar com informações e traduzir essas informações para tomada de decisão dentro dos processos decisórios da administração pública. O uso de dados e indicadores assegura maior previsibilidade ao processo decisório, além de contribuir para a transparência e o fortalecimento da governança, especialmente a governança climática.

O Senado – e eu tenho orgulho de trabalhar nesta Casa há quase 20 anos –, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro, da nossa Escola de Governo, do Programa Interlegis e da diretoria administrativa desta Casa, tem promovido a capacitação de gestores públicos em todo o Brasil. Eu sou instrutora desta oficina que foi premiada este ano no Prêmio Conexão Inova.

Nós estamos trabalhando com a formação de gestores públicos, levando o tema dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030 e das mudanças climáticas, ensinando gestores públicos a trabalharem com indicadores. Essa atuação do Senado, por meio do programa Interlegis, acontece de forma gratuita para as Câmaras, para as assembleias e também para os tribunais de contas e essa é uma ação coletiva em parceria com a Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo (*Palmas.*), É uma parceria entre o Tribunal de Contas da União, a Câmara dos Deputados, com o Senado Federal sendo protagonista. O *case* do Senado com relação ao uso de metas e de indicadores tem sido uma fonte de inspiração também para outras Casas legislativas, mas, muito mais do que isso, para formação de gestores públicos, porque é fundamental para que trabalhem com a questão da sustentabilidade nas suas Casas legislativas.

Dito isso, Senador, e para encerrar sem que eu possa me alongar, a iniciativa contribui para incentivar boas práticas da cooperação técnica entre o Senado, a Câmara, o TCU, tribunais de contas dos estados, dos municípios; tem contribuído para incentivar boas práticas, aprimorar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planejamento institucional e ampliar o uso de indicadores e diretrizes de sustentabilidade nos quais estão incluídos os indicadores relacionados às mudanças climáticas.

Dito isso, Senador – para encerrar – e meus colegas que aqui estão, eu reforço que o enfrentamento da crise climática, assim como eu mencionei no início, exige um compromisso de todos. Que possamos transformar os desafios em oportunidades e fazer com que o nosso país seja um catalisador de boas práticas, garantindo que possamos nos tornar referência em sustentabilidade e justiça climática para o mundo. Eu acredito, Senador, que a educação transforma as pessoas – vamos ver os professores aí –, e as pessoas transformam o mundo, por isso eu deixo aqui o meu muitíssimo obrigada, na certeza de que esses Jovens Senadores e Senadoras que estão presentes terão um papel fundamental na promoção da mudança e do fortalecimento de uma capacidade de integração, de iniciativas colaborativas, coletivas, de jovens que tenham em comum a questão climática, mas, não só isso, o olhar sobre o outro, sobre a empatia e sobre a promoção daquilo que a gente tem de melhor, que é o cuidado entre as pessoas e também com o meio ambiente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLE ABUD – Muitíssimo obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Sra. Danielle Abud, do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado Federal.

Parabéns pelo trabalho de V. Exa. e toda a equipe, no sentido da proteção da vida. Pelo que eu ouvi aqui das duas que falaram já, proteger o meio ambiente para mim se resume em vida, mas vida no sentido amplo, não é só dos seres humanos, é dos animais.

Vamos ter uma aqui... Na segunda-feira, eu vou presidir uma Comissão que vai tratar da defesa dos animais, no sentido da vida. Vai estar lotado isso aqui pelo que eu vi, viu? E com painelistas convidados.

E vejo, na fala de vocês – claro, vamos ter a nossa outra convidada agora, a Paloma –, que o que nós estamos tratando aqui é de defender a vida na sua mais ampla visão. E, quando eu falo vida, eu falo da flor do jardim das nossas casas; quando eu falo em vida, eu falo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quilombola, eu falo do indígena, eu falo de nós outros, mas falo dos pássaros, falo dos peixes, falo das baleias, tão maltratadas e caçadas no mundo. Mas eu prometi não falar muito, já estou falando de novo.

Vamos lá.

Com a palavra a Sra. Paloma Costa Oliveira, socioambientalista, ativista climática, educadora do clima e Conselheira Jovem da Secretaria-Geral da ONU.

Seja bem-vinda ao espaço aqui. (*Palmas.*)

A SRA. PALOMA COSTA OLIVEIRA (Para expor.) – Acho que está ligado, não é?

Bom, primeiramente, eu queria começar agradecendo mesmo à Comissão. Eu estou muito orgulhosa em fazer parte de uma mesa formada por mulheres. E isso é uma... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tomaram conta. (*Risos.*)

E é bom dizer que tomaram conta da mesa e do Plenário.

A SRA. PALOMA COSTA OLIVEIRA – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Se eu não me engano, de 27 são quantas mulheres?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PALOMA COSTA OLIVEIRA – Olha!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Arrasaram! Arrasaram!

A SRA. PALOMA COSTA OLIVEIRA – Vivam as mulheres! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns!

A SRA. PALOMA COSTA OLIVEIRA – Bom, queria agradecer também esse convite aqui por parte de vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me chamo Paloma Costa, mas, além desses títulos, eu gosto muito de me apresentar como conectora de mundos.

Nos últimos 11 anos – estava até conversando com a Alice aqui um pouco antes –, eu trabalhei numa organização que chamava Instituto Socioambiental. E o meu trabalho consistia justamente em traduzir essa agenda que era discutida aqui no Senado, na Câmara dos Deputados, no STF, e trazer isso para os mais diferentes territórios. Junto com o Engajamundo, a gente foi criando ferramentas, mecanismos de traduzir esses debates que são tão complexos, tão difíceis, às vezes tão técnicos, com siglas e palavras que às vezes a gente nem entende, mas, quando a gente traduz, faz sentido para o nosso dia a dia e para nossa vida. E, nesses últimos 11 anos, eu trabalhei traduzindo essas pautas, conectando esses mundos e trazendo esses debates das nossas Casas, dos nossos Poderes, para territórios e conectando isso em conferências internacionais, em lugares onde a gente toma e faz acordos internacionais.

Sendo daqui, de Brasília, nascida e criada, eu digo que eu sou da primeira geração daqui. Não sei se o fato é verdadeiro, mas eu digo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com certeza tem razão. (*Risos.*)

Não sou bobo de falar contra, com cinco mulheres aqui.

Parabéns.

A SRA. PALOMA COSTA OLIVEIRA – Mas eu aprendi que aqui, nesse prédio, nesse edifício que eu vejo desde que eu sou criança, aqui era o lugar em que trabalhavam os guardiões dos direitos tão humanos e socioambientais da diversidade desse povo brasileiro que sustenta o nosso Brasil, que sustenta a nossa democracia. E eu sempre tive muito respeito por esse edifício, pelas pessoas que trabalham aqui, pelo trabalho que é levado aqui, por esse guardar os direitos constitucionais, os nossos direitos humanos e socioambientais.

Mas, se aqui trabalham para o povo os representantes eleitos a cada quatro anos, em tempos de emergência climática – que eu acho que é inegável com tanto de dado que cada uma das palestrantes trouxe, a Alice, a Inamara, a Danielle, enfim, com inundações no Sul, no Norte, com a seca no Sul, no Norte do país e com queimadas, como a que a gente está vendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui agora na capital do Brasil, como a gente viu, no ano passado, a capital toda em cinzas – e o foco que a gente tem de discussão em momentos que o Brasil é Presidência da COP 30, são projetos de lei que visam flexibilizar os nossos direitos socioambientais, essas nossas leis socioambientais que sustentam os nossos direitos, que resguardam a nossa vida... Como bem disse o Senador, quando a gente fala de meio ambiente, dos povos originários e tradicionais que sustentam esse meio ambiente, a gente está falando de vida. E, se a gente está aqui nesta Casa, que representa o povo, que guarda os direitos do povo, para ameaçar esses direitos, esses nossos direitos, que, como bem disse a Danielle, envolvem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, e o próprio povo tem que se mobilizar, o povo que sustenta essa democracia, juntando milhares de pessoas aqui no Brasil e no mundo, para pedir que não seja aprovado um PL da devastação, eu sinto muito, Senador. Eu acho que os seus colegas falharam. Não o senhor, que votou "não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Votei corretamente e politicamente. E votaria de novo. (*Palmas.*)

A SRA. PALOMA COSTA OLIVEIRA – E eu acho importante a gente ter essa conversa, porque a gente não pode estar, no contexto nacional e internacional, liderando a ação climática, pedindo que tenha um mutirão de ações, porque esse é o ano da implementação, e, no tripé dos nossos Poderes, a gente estar discutindo um projeto de lei que devasta os nossos direitos.

Então, eu sinto muito com os colegas que não votaram corretamente, mas eu acho que eu venho a esta Casa dizer isto: que a gente pode continuar liderando, que a gente é o Brasil. A gente pode se regenerar, a gente pode se adaptar. Como a gente conversou aqui anteriormente, a gente presidiu a Eco 92, que lançou as conferências de clima, de biodiversidade, de desertificação... E, agora, mais de 30 anos depois, porque, apesar de ser anualmente, ainda teve uma pandemia no meio de tudo isso tudo, a gente está aqui sentando de novo e assumindo essa Presidência. E qual legado a gente vai deixar para as presentes e para as futuras gerações, para vocês que estão aqui agora como Jovens Senadores e são, sim, guardiões desse legado, guardiões dos nossos direitos, guardiões dessa nossa cidadania participativa?

Eu me pergunto muito, se em 1992, no ano em que eu nasci, a gente lançou para o mundo a habilidade de cooperar, de trazer um multilateralismo para gente poder cooperar e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criar políticas e acordos internacionais, o que a gente prepara para o mundo mais de 30 anos depois? A gente prepara verdadeiramente um lugar de implementação? Se a gente teve o Acordo de Paris, na COP 15, esse acordo da Amazônia vai ser finalmente para gente se comprometer, como mundo, como sociedade, como comunidade global, a proteger a nossa última fronteira, o nosso bioma que sustenta todo o nosso país, toda a América Latina?

Essa COP, além de ser a COP do Brasil, a COP da Amazônia, é a COP da América Latina. E a gente não pode se esquecer, a gente não pode falhar em entender que fronteiras são apenas para definir políticas e nações, mas rios não têm fronteira. A gente tem que conversar muito bem com quem está no mesmo território que a gente.

E, bom, para encerrar, porque eu gosto mesmo de conversar, eu acho que a juventude tem um poder sensacional – dá muita pena está saindo neste momento de juventude, mas chega para todos –, eu queria deixar um recado.

Eu me inspirei muito com o poema que a gente trouxe no começo, falando de rios. Como a gente, os rios se conectam com os oceanos e conectam com o mundo todo. Eu acho que a gente, como juventude, com o nosso poder inovador, sabendo que nós não somos líderes do futuro, e, sim, líderes do presente, líderes do agora, a gente, sim, tem um dever de participar ativamente das discussões nesta Casa, das discussões na Câmara, porque, sim, impactam as nossas vidas. Eu espero que todos nós, Jovens Senadores, socioambientalistas, seres humanos, a gente possa ser rios e ocupar realmente todas essas lacunas de leis para garantir salvaguardas para o nosso presente, para o nosso futuro, para aquilo com que a gente se comprometeu num acordo internacional e no que sustenta a base do nosso país, que é a nossa Constituição.

Esta Casa aqui é do povo, e é nosso dever estar aqui, ocupar, observar e entender quais são as discussões que são levadas aqui. Se a gente parar de ocupar a nossa democracia, ela para de existir.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PALOMA COSTA OLIVEIRA – Então, eu convido a todos vocês a, sim, levantarem as suas vozes; a, sim, ocuparem; a, sim, saberem que o poder da nossa participação, sim, alcança lugares. A gente muda governos, a gente processa o Governo Federal e faz uma NDC mais ambiciosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acreditem no poder de cada um de vocês e saibam, sim, que se este Congresso, este Parlamento seguir dialogando, indo contra os nossos deveres, se não mudar agora, a gente vai mudar no nosso voto. E a gente deve lembrar sempre que nós todos somos guardiões deste planeta, da nossa Casa, e que, sim, vamos sustentar essa liderança do Brasil, trazendo ação e implementação nesse mutirão de mudança real pelo clima.

Obrigada e parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sra. Paloma Costa Oliveira, Socioambientalista, Ativista Climática, Educadora do Clima e Conselheira Jovem do Secretário-Geral da ONU. Parabéns!

Eu gosto muito dessa história do rio, viu? Eu vi uma frase quando eu era pequeno que alguém para me incentivar me disse. Eu, negro, pobre e morando na beira de um rio muito poluído, que é o Rio Tega, lá em Caxias, e, um dia, conversando com uma professora, ela me disse o seguinte... Eu falando do rio, né? Eu tenho um problema – não vou mostrar aqui, viu? – nas unhas do pé, no dedão, que até hoje não consegui eliminar, porque peguei alguma bactéria lá, né? E ela me disse: "Esqueça isso aí. Agora lembre o seguinte: sabe o Rio Tega e outros rios? Toda vez em que você pensar que você tem que vencer, você vai vencer". Pelas redações que eu fazia, pelas redações, ela disse que eu ia vencer. "Você um dia será alguém, haja como o rio", ela me disse. Estou tentando lembrar. "O rio vai contornando, ele contorna a montanha, ele passa pelas pedras, mas ninguém o impede de chegar à meta, que é chegar nas águas do mar". Então, eu quero que vocês também façam isso. Toda vez em que tiverem problema, lembrem-se do rio. O rio sempre é um vencedor, e vocês serão vencedores.

Teve um poema que uma professora fez sobre a questão do Rio Grande do Sul, mas é um poema lindo. Claro que eu não leio aqui, né? Mas eu vou só lembrar de uma frase que ela escreveu. Ela disse que o rio foi atropelando e foi invadindo casas, né? Mas sabe o que essa professora botou na poesia? Ela disse o seguinte: "Eu não queria isso" – rio falando, né? "Eu só queria passar, mas vocês não deixaram. Foram poluindo, cortando as matas, jogando no rio, mas eu só queria passar. Eu tinha que passar, e eu passei, eu continuei em direção ao mar". Eu achei aquela poesia dela linda, linda, que eu declamei aqui – declamei não –, li aqui na tribuna do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado, pela grandeza da poesia. Era o rio chorando e dizendo: "Eu só queria passar, e vocês não deixaram. Eu tinha que passar."

Então, lembrem-se disto, claro: na luta permanente para chegar nos sonhos de vocês, para torná-los realidade, lembrem-se do rio. (*Palmas.*)

Vamos em frente.

Não adianta, depois de uma idade, vocês vão ver; depois que chegar nos 75, que nem eu tenho, a emoção vem em seguida, não adianta, a gente não controla. Não tem como controlar, mas é assim, né?

A SRA. PALOMA COSTA OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É como dizem, quando parar de se emocionar, então, para de defender causas, porque a emoção faz parte da defesa das causas.

A SRA. PALOMA COSTA OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Agora, vamos para... Com a palavra – ela nem sabe que eu ia dar a palavra em seguida para ela, né? – a Jovem Senadora Keyla Adssa Barbosa de Oliveira, Presidente da Comissão Diretora do Jovem Senador, ela que veio do Rio Grande do Norte. (*Palmas.*)

E já vou avisar para a Isabelly que ela vai falar em seguida. Cinco minutos para cada uma, e, se passarem também, eu sei que nós seremos tolerantes, como temos que ser.

A SRA. KEYLA ADSSA BARBOSA DE OLIVEIRA (Para discursar.) – Bom dia. Saúdo a todos aqui presentes e a mesa.

Desde já, agradeço a possibilidade de compartilhamento de conhecimento. Está sendo uma honra representar os estudantes brasileiros, principalmente os estudantes do meu Rio Grande do Norte, aqui, no Senado.

Discutir sobre as questões que dizem respeito ao meio ambiente é mais do que importante: é fundamental e é necessário. Em um contexto como o do Brasil, com uma rica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biodiversidade e recursos naturais, a discussão sobre o meio ambiente pode envolver temas como a conservação da Amazônia, a gestão de recursos hídricos, a redução de impactos de atividades agrícolas, industriais e a promoção de práticas sustentáveis.

Como eu já falei anteriormente, a nossa função, como jovens, é essencial na luta pela conservação do meio ambiente. Agora precisamos sair do discurso e partir para a ação. Uma ação é o desenvolvimento de uma educação ambiental que vise não só à formação técnica, mas também a crítica dos jovens.

As leis precisam estar alinhadas à realidade. Nesta semana, em visita ao gabinete da Senadora Zenaide, do Rio Grande do Norte, ela disse algo bem importante, que eu achei necessário frisar: "A letra da lei, sem investimento, é uma lei morta". Então, para se desenvolver uma educação ambiental, a gente precisa de investimento, investimento para que professores, como o meu professor orientador, Prof. Chris, possam desenvolver um trabalho com menos sacrifício, um trabalho com mais possibilidade de nos direcionar para um futuro.

Senador, eu vejo que a educação é o caminho para que a gente possa revolucionar o mundo, e não há educação sem professores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem!

A SRA. KEYLA ADSSA BARBOSA DE OLIVEIRA – Eu sou reflexo da dedicação dos meus estudos e da responsabilidade dos meus professores.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade de estar aqui, nesta mesa, representando não só os estudantes do Brasil, mas principalmente as mulheres brasileiras rio-grandenses.

O meu muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nem te mete, hein! Parabéns!

É que eu me lembrei, quando ela falava, que na política a gente aprende – pelo menos me disseram isso, né? –: nunca fale depois de um grande orador. Eu não queria falar depois de você, não. Ela, no improviso, foi brilhante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a Jovem Senadora Isabelly Gomes Naegele Montechiari – eu estou lendo Montechiari; se não for, tu me corriges –, Presidente da Comissão Nísia Floresta e Jovem Senadora pelo Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

A SRA. ISABELLY GOMES NAEGELE MONTECHIARI (Para discursar.) – Bom dia a todos. Eu sou a Isabelly, estou aqui representando o meu estado, o Rio de Janeiro. Sou muito grata a Deus por essa oportunidade, que é uma oportunidade única. Cada um aqui é único, porque nós passamos por uma etapa muito difícil e, só de estar aqui, nós já somos vencedores. Olhar para vocês é ver um futuro, é ver um futuro lindo, porque...

Desculpa se eu me emocionar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É bonito! Vai lá!

A SRA. ISABELLY GOMES NAEGELE MONTECHIARI – Cada um com a sua diversidade, com a sua cultura, com a sua história, nós estamos aqui representando isso e lutando para que a democracia se mantenha viva e que a política continue. (*Palmas.*)

Agradeço também a todos os professores, porque, se não fossem eles, nós não estaríamos aqui. Eu não canso de dizer que os professores são a nossa inspiração. Tudo que somos e tudo que fazemos é inspirado em pessoas que um dia trilharam esse caminho. Então, a minha gratidão a todos os professores, a essa profissão linda, que é o futuro, que nos conduz a sermos melhores e a lutarmos pelos nossos sonhos – são eles, são a nossa inspiração –; e a vocês, que são o futuro que vai guiar o nosso país por um caminho melhor.

Nós estamos diante de muitas situações complicadas, mas nada é impossível. A democracia mostra para gente que a política só existe se tiver união, porque pessoas que não conseguem manter um diálogo e saber se unir, infelizmente, não conseguem fazer política. Aqui eu tive a oportunidade de ver na prática, mais uma vez, que a política é a união de pessoas, é saber respeitar o próximo e saber respeitar as diferenças, porque nós não somos iguais. (*Palmas.*)

Nós somos diferentes, e é isso que nos faz únicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de deixar este recado para vocês: nunca desistam dos seus sonhos, porque isto aqui, gente – olha que coisa mais linda! –, é só um início de uma jornada que vocês têm pela frente. Se tão jovens vocês já conquistaram essa conquista tão linda, imaginem o que tem pela frente e o quanto nós podemos agregar para o nosso país.

Para finalizar, eu gostaria de agradecer principalmente ao nosso Presidente, que coordena tão bem este projeto. Muita gratidão! Eu vejo como o senhor cuida, com muito carinho, com muito zelo, e vê a importância de cuidar dos jovens e incentivar a educação pública neste país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, Jovem Senadora Isabelly Gomes Naegele Montechiari!

Agora sou obrigado a repetir: nunca fale depois de duas grandes oradoras. (*Risos.*)

Uma melhor que a outra. As duas são brilhantes. Parabéns!

Agora nós vamos para um espaço aqui na nossa audiência pública.

Eu presidi já, acho, que umas mil audiências públicas. Falam que eu sou o homem da audiência pública. Aqui no Congresso: quatro mandatos lá de Deputado e três de Senador. Mas sempre abrimos, no possível, a palavra ao Plenário. Então eu vou neste momento abrir a palavra ao Plenário.

Eu acho que temos que chegar a um limite em torno de 10. Dez está bom ou é muito? Cadê o orientador geral, o George?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – George, eu quero abrir o Plenário, como sempre faço nas audiências públicas, para que eles façam perguntas aos painelistas; não a mim, aos painelistas. Eles é que vão defender as causas em que eles acreditam e em que eu também acredito naturalmente.

Dez ou cinco? (*Pausa.*)

Por causa do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar oportunidade para dez falarem ou cinco, porque eu sei que tu tens agenda também. (*Pausa.*)

Vamos dar para cinco pelo menos.

Então, George, você coordena quais serão os cinco? (*Pausa.*)

Quem levantar a mão primeiro em cinco vão ser os cinco escolhidos.

Ali! Vão tomando nota aí. Dois, um menino e uma menina; três, quatro... Mais um. Fiquem bem à vontade. Lá atrás... Cinco.

Professor? Achei legal um professor. Muito bem! E não é porque é negro não que nem eu. Eu estou apenas destacando um professor que neste momento vai falar em nome dos professores.

Então, cada um dos cinco, pessoal... Não deu tempo de nós tomarmos nota do nome, porque a gente não conhece. Então, na hora em que levantar... Você é o primeiro. Você levanta o microfone, aperta o sinal verde, diga o nome e o teu estado e aí fala por cinco minutos. o.k.?

É contigo. Valendo.

O SR. GABRIEL ALVES LEMOS – Olá, bom dia a todos. Bom dia ao Senador, bom dia à mesa.

Eu me chamo Gabriel, sou da cidade de Terenos e sou representante do Estado de Mato Grosso do Sul.

Discutir sobre a questão do meio ambiente é muito relevante e essencial para os dias de hoje. Não sei se vocês sabem, mas, ano passado e nos últimos anos, o Pantanal, que é o bioma que mais tem extensão territorial no Mato Grosso do Sul, enfrentou fortes queimadas. E isso agravou muito o clima não só do Mato Grosso do Sul, mas de todas as regiões do Brasil. E isso tem preocupado muito a população sul-mato-grossense. É algo que realmente deve ser falado, e eu acredito que o Brasil tenha a capacidade de tomar a frente disso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem é o próximo que levantou a mão? A menina.

A SRA. MARIA CAROLINA BUENO CARRIEL – Bom dia a todos os senhores presentes, ao Senador Presidente, a toda mesa, aos meus colegas Jovens Senadores e aos professores.

Toda essa discussão me fez lembrar de uma obra muito importante, que é justamente de 1992, de um grande personagem brasileiro, o geógrafo Milton Santos. Ele fez uma tese para a faculdade chamada "1992: a redescoberta da Natureza", em que ele tratou, principalmente como a nossa relação com a natureza mudou desde o princípio da humanidade. Então, se antes nós tínhamos uma relação íntima com a natureza, isso começou a passar principalmente após a Revolução Industrial, lá no século XVIII, em que a natureza se tornou um instrumento da humanidade. A gente chama de natureza instrumentalizada, em que a natureza passou a ser, em vez de um amigo do homem, a ser um instrumento que a gente a usa como meio e não como fim para se chegar a objetivos meramente lucrativos.

Então, eu tenho uma pergunta; na verdade, não é nenhum relato. Eu creio que o princípio da discussão da emergência climática é a conscientização, porque, se a ação tem que ser tomada, tem que partir de todo mundo para ela chegar a níveis cada vez mais longínquos. Então, como a gente pode mudar essa conscientização em que nós priorizamos a natureza em vez do lucro? A cada ano, se torna mais difícil a gente deixar esse discurso lucrativo de lado. Então, como nós podemos mudar a conscientização para as novas gerações, inclusive para a nossa, presente, porque depende dessa conscientização o nosso futuro? Então, a gente precisa mudar essa conscientização. Como ela pode ser feita?

Eu coloquei, inclusive fazendo uma emenda, na minha redação que me trouxe aqui, que a gente pode apelar pelo discurso dos povos tradicionais, porque eu acho que eles são os que mais têm a nos ensinar, porque eles têm esse contato com a natureza tão importante, é parte da vida. Então, como que a gente pode fazer para trazer também essas pessoas para nos ensinar, porque elas têm tanto a contribuir?

Muito obrigada. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não ao lucro, sim ao meio ambiente e à defesa do clima! A pergunta ficou; eles vão responder.

Pode continuar se quiser.

A SRA. MARIA CAROLINA BUENO CARRIEL – Não, é só que me avisaram aqui que eu me esqueci de dizer o meu nome, de onde eu sou.

Eu sou a Carolina Bueno Carriel, da cidade de Piraju, interior de São Paulo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem!

Quem é o próximo? O professor fica por último. Têm que falar mais dois.

Quem levantou o braço? Então, vamos lá. O poeta! Eu descobri que ele é poeta.

O SR. DOUGLAS PAES SILVA – Bom dia a todos os presentes. Meus cumprimentos à mesa e a todos os presentes.

O filósofo Hans Jonas vai considerar que a ação humana tem que sempre ser pautada no preceito de a gente pensar nas gerações futuras. O Leonardo Boff vai fazer um complemento, mesmo que indireto; ele vai dizer que, para suprir a demanda humana, são necessários muitos outros planetas. Seriam necessários muitos outros planetas Terra para suprir o nosso padrão de consumismo exacerbado.

Nesse contexto, para o futuro sustentável, nós temos que necessariamente pensar na justiça socioambiental. Isso aí é um fato. Nesse sentido, eu pergunto: como podemos equilibrar o crescimento econômico e a preservação ambiental, haja vista que o nosso modelo econômico exige cada vez mais o consumismo para poder crescer e que, dentro desse consumismo, nós não vemos tanta abertura para uma mudança, para uma renovação que é necessária dentro da sociedade, uma reestruturação para que a gente consiga seguir pelos caminhos da sustentabilidade? Vemos movimentos muito bonitos, como aqui presenciamos, temos a COP 30, enfim, mas mesmo assim a gente vê o mundo, a título de exemplo os Estados Unidos, dando um passo para trás ao rumo desse futuro sustentável. Então eu queria saber como a gente pode participar, como a gente, como humanidade, pode garantir esse futuro sustentável e preservar tanto o crescimento econômico quanto o meio ambiente? (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Poeta – só ficaram poetas aqui –, diga seu nome e seu estado.

O SR. DOUGLAS PAES SILVA – Bom, meu nome é Douglas, eu tenho 18 anos, sou de Pernambuco, de Capoeiras, uma cidade no Agreste do meu estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns, parabéns. (*Palmas.*)

Temos mais dois: um aluno e um professor.

Quem foi que levantou a mão? (*Pausa.*)

É você que está com a mão levantada aí? (*Pausa.*)

Não. Se não há mais ninguém, eu vou passar para o professor, daí é o último, hein? Se alguém ainda quer, tem uma oportunidade.

Pronto, lá atrás. É com você.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, o professor fala no final, você fala agora.

Vou dar uma oportunidade para os homens falarem aqui no encerramento do plenário. (*Risos.*)

A SRA. LUANA CRISTINA AMORIM ROJA DE LIMA MARQUES – Bom dia a todos. Meu nome é Profa. Luana Amorim. Eu sou de Terenos, do interior de Mato Grosso do Sul, como bem disse meu Jovem Senador, o Gabriel.

Cumprimento a todos da Casa, a mesa, o Senador, que tem nos recebido aqui desde segunda-feira com muita receptividade e carinho. Agradeço muito à equipe do Jovem Senador também, que está fazendo tudo para que a gente se sinta sempre muito bem.

Eu só gostaria de, diante de todo este debate, citar um poeta da nossa terra, que é o Manoel de Barros, que na verdade nasceu no Mato Grosso, mas morreu no Mato Grosso do Sul,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolheu terminar a vida dele lá. E ele tem um poema muito bonito que fala sobre águas e meninos, que é "O menino que carregava água na peneira". Também, como disse a Isabelly, peço desculpas se me emocionar, mas o discurso dessas meninas me fez chorar muito, porque o que elas disseram sobre a gente foi muito forte, muito bonito. E acho que os meus colegas também, nós não tivemos a oportunidade que eles tiveram. Eu não tive a oportunidade que o Gabriel teve, mas me realizo por meio do sonho dele. Então, acho que isso é algo que os meus colegas também compartilham. E a gente faz justamente o que o Manoel de Barros falou nesse poema dele, que é carregar água na peneira. A gente faz coisas impossíveis. O menino que carregava água na peneira fazia uma coisa impossível. E nós fazemos coisas impossíveis.

Nós estamos aqui cumprindo algo que a gente pensou talvez que fosse impossível. Quando vocês escreveram as redações de vocês, quando nós pensamos em participar, talvez pensamos: "Nossa, é muito distante". Pelo menos, para a nossa cidade, interior do interior, era muito distante estar aqui. Então, talvez parecesse impossível, assim como carregar água na peneira, ou pegar o vento, também como dizia o Manoel de Barros, e levar para alguém ver. Coisas impossíveis, não é? Mas nós estamos aqui fazendo coisas impossíveis, ocupando espaços de poder muito importantes e de fala.

Então, somente quero agradecer mesmo e vida longa ao Programa Jovem Senador! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Professora. Muito bem, Professora, parabéns.

Eu contei, Professora, quando estava esperando o Davi, para eles, que, em uma das minhas campanhas, um adversário me disse o seguinte – e vou elogiar o Fogaça, que é do outro partido, não é do mesmo que eu –: "O Paim e o Fogaça ficam nesse espírito aí romântico de poesia". Eu na resposta a ele disse assim: "Meu amigo, como eu gostaria que tivéssemos mais poetas na política. O mundo seria totalmente diferente. Ia se manter a paz e não a violência". Vida longa aos poetas e às poetisas! Eu sou apaixonado por essa tese. (*Palmas.*)

Professor, é com o senhor.

Faça o fechamento das falas no plenário, depois volta para a mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL DA SILVA SANTOS – Bom dia a todos! Meu nome é Rafael, sou o Professor de João Pedro, sou de Mutuípe, Bahia.

Eu anotei aqui para a gente otimizar o tempo. Também vou aproveitar essa oportunidade para agradecer a todos, em especial à equipe do Jovem Senador, pelo carinho, pela acolhida, e cumprimentar meus colegas e amigos professores e os estudantes. Sem vocês a gente não existiria.

Falo aqui que emergência climática é antes de tudo uma emergência educacional. Como Professor de Biologia e tantas outras disciplinas que o ensino médio me presenteou, eu vejo diariamente o quanto a ciência e a educação são fundamentais para formar cidadãos conscientes, capazes de compreender os impactos ambientais, de agir coletivamente na construção do futuro e de mudar as suas realidades. Então, muitas vezes parece que cuidar do meio ambiente é algo impossível, mas na nossa realidade, nos nossos 27 estados, comunidades rurais, como sou de uma comunidade rural quilombola, que sofre diariamente ameaça das empresas de mineração, nós podemos fazer a diferença e lutar por um Brasil mais justo e igualitário, sem destruição ambiental, com água para todos, com agricultura orgânica e sustentável.

E, para encerrar minha fala, eu me emociono porque em 2011 eu escrevi uma redação e procurei um professor para me orientar. E ele falou que eu não era apto, porque eu não tinha o perfil de ser um Jovem Senador: preto, pobre, da roça, ainda militando pelos partidos de esquerda, e eu não me envergonho de dizer isso. E sou evangélico, deixo isso bem claro também. (*Palmas.*)

E por muito tempo, por muito tempo isso ficou amargo no coração. E, este ano o João Pedro me convidou para ser orientador dele. Então ele está aproveitando muito aqui enquanto Jovem Senador, e eu estou tendo o privilégio de ser seu assessor e acredito que estou aproveitando bastante, aprendendo bastante.

Quero dizer que esses programas, assim como o Bolsa Família, o qual eu tive até 16 anos de idade, a política de assistência estudantil, são humanitários, eles nos ajudam a chegar a espaços que historicamente nos foram negados. Então nós estamos felizes de ver tantas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres à frente e, se no próximo ano forem 27 estudantes e 27 professores, a gente não vai ter problema nenhum, vai estar tudo certo na Bahia.

Valeu, gente, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Professor, que contou um pedacinho da sua história, quando lá trás diziam que você não ia chegar a lugar nenhum. Você chegou, você é professor, é orientador, é instrutor e é um Jovem Senador, na minha opinião também. (*Palmas.*)

Isso é bonito demais – é bonito demais –, é referência para aqueles que estão lá ainda no interior em situação até pior do que a em que você esteve, do que a em que eu estive, e em que muitos de vocês estiveram, mas acredite que dá para chegar. Vocês chegaram. Vocês podem dizer: nós chegamos. Outros virão, e, um dia – quem sabe? –, a gente tenha a quantidade suficiente de Parlamentares de todos os segmentos – de todos os segmentos.

Eu vou parar por causa da correria e também não vou deixar que a emoção tome conta, porque daí eu começo a declamar poesia, e não temos tempo para isso.

Olha, nós temos agora, pessoal... Eu vou dar para a mesa fazer o encerramento, mas, por uma questão de ofício... Eu vou ser rápido, viu George? No e-Cidadania, são perguntas que vêm de todo o país, e tem uma pilha que eles selecionaram, né? Eu faço aqui a leitura e a mesa responderá dentro do possível. O que não for respondido a assessoria aqui dá conta, com certeza; se não der, me chamem que eu ajudo.

Vamos lá.

Rodrigo, do Espírito Santo: "Como ampliar a participação de jovens na educação ambiental e na implementação de políticas públicas para um futuro sustentável?".

Marcelo, do Ceará: "Como o Brasil pode conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e assumir uma posição de destaque nas negociações?".

Sandra, do Rio Grande do Norte: "Como governos /empresas podem ser responsabilizados por metas climáticas concretas e quais mecanismos internacionais evitam promessas vazias?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos, de Santa Catarina: "Em 2024, foram queimados cerca de 30 milhões de hectares, um aumento de 79% em relação a 2023. [Cadê as] [...] operações de controle e repressão?".

Bruno, da Paraíba: "Como jovens podem influenciar políticas ambientais para enfrentar a crise climática e construir um futuro sustentável?".

Ainda perguntas...

Aqui são comentários.

Adrians, de São Paulo: "Como os jovens e povos originários [foi citada inclusive pelo professor a questão dos quilombolas e indígenas] podem colaborar na busca por soluções para a emergência climática?". Aqui na mesa também falaram.

Raissa, de Mato Grosso: "Como garantir que as soluções para a emergência climática realmente envolvam as novas gerações e priorizem a justiça ambiental?".

Marina, de Minas Gerais: "Como vocês esperam enfrentar a emergência climática sem um licenciamento ambiental robusto?".

Raiane, de Sergipe, pergunta: "Como o Brasil pode unir ciência, inovação e políticas públicas para enfrentar as emergências climáticas e construir um futuro sustentável?".

Geovane, de Rondônia: "Quais são as metas do Brasil para a redução das emissões de carbono e como elas estão sendo implementadas?".

Agora ainda Bruno, da Paraíba: "Como os jovens podem influenciar políticas ambientais para enfrentar a crise climática e construir um futuro sustentável?".

Estou lendo rápido para ganhar tempo.

Comentários – só os comentários rápidos.

Marina, de Minas Gerais: "Declaração de emergência climática para submeter toda a decisão ambientalmente sustentável a plebiscito popular".

José, de São Paulo: "Em São Paulo, prédios são construídos na divisa da calçada, grudados, impermeabilizando o solo e sem espaço para árvores".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guilherme, de São Paulo: "Empresas deveriam ser proibidas de criar embalagens não feitas de material reciclado [...]".

E, por fim, Flávia, de Santa Catarina: "Sugiro que todas as políticas públicas criadas no Brasil referenciem [...] o objetivo do desenvolvimento sustentável ao qual se relacionam para que avancemos na Agenda 2030".

Konstantino, de Minas Gerais: "Ensinar nas escolas o certo: o clima não depende do homem, mas o homem depende do clima [achei bonita a frase, viu?], e respeitar é ecologia".

Por fim, Ronaldo, de Santa Catarina: "Precisamos acabar com as políticas ESG e adotar uma maior área de plantio para o agro. Só assim seremos respeitados pelo mundo".

Toda pergunta ou comentário a gente lê, viu? Está tudo lido.

Vou passar a palavra agora para os nossos convidados.

Quem quer começar a responder? (*Pausa.*)

Começou pela Alice. Eu também, quando estou em um debate... "Quem quer responder?" Eu digo: "Eu, já? Não. Quero ser o último".

Vá lá, Sra. Alice, por favor. Alice Amorim Vogas, Diretora de Programas da Presidência da COP 30.

A SRA. ALICE DE MORAES AMORIM VOGAS (Para expor.) – Obrigada, Senador.

E muito obrigada pelas perguntas. É difícil escolher qual delas, porque são todas muito interessantes.

Bom, primeiro, eu vou responder à mais direta que é justamente sobre a nossa NDC, a nossa Contribuição Nacionalmente Determinada, que foi apresentada na COP passada, na COP 29, e que prevê a redução das emissões de gases de efeito estufa de 59% a 67% até 2035, em relação ao que foi o parâmetro de 2005, que foi o ano em que a gente teve a emissão mais alta.

Essa meta se desdobra em vários compromissos ou várias formas, várias políticas públicas setoriais, porque a gente tem que falar de energia, de agricultura, de combate ao desmatamento. E isso, inclusive, se organiza hoje dentro do Plano Clima, que a Diretora Inamara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentou aqui, mais com foco na agenda de adaptação, mas que estava aberto para consulta pública até muito recentemente, salvo engano. Teve uma série de contribuições da juventude e é um mecanismo que agora precisa ser implementado e precisa muito desse controle, dessa fiscalização, desse acompanhamento... Inclusive, esta Casa tem mecanismos, já fez isso no passado em relação à nossa Política Nacional de Mudança do Clima. Até o Senador Fabiano Contarato teve um papel de protagonismo nesse processo de avaliar. Uma vez que a gente estabeleceu as metas lá atrás, em 2009, que é a nossa Política Nacional de Clima, o que aconteceu depois de implementação? Isso tudo foi desenvolvido recentemente. A gente tem cinco anos, digamos, para implementar muitas dessas metas e revisá-las. É o mecanismo pelo qual o sistema do Acordo de Paris funciona: a cada cinco anos, você revisa e amplia a ambição, aumenta a sua ambição.

Agora, para falar numa dimensão um pouco mais não só filosófica, mas absorvendo tudo o que vocês disseram, que foi tão bonito e tão inspirador, eu diria que a gente precisa trabalhar ou partir do pressuposto agora de que a noção de finitude precisa pautar muitas das nossas decisões.

Os nossos sonhos, como a Isabelly mencionou, não têm limites, mas a nossa existência, os recursos naturais têm. E a gente precisa trabalhar com a sustentabilidade e a gestão desses recursos de maneira responsável.

Quando a gente fala sobre modelos de desenvolvimento compatíveis com a crise climática, parte disso também significa repensar o que é o nosso indicador de sucesso individual, pessoal, coletivo. A gente não está mais falando sobre o ter, a gente está falando sobre o ser e valorizar o bem-estar, o bem-estar da população, o combate às desigualdades. Quando a gente está falando sobre proteção de direitos humanos, é que todo mundo tenha direitos, não só alguns. E isso parte por um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

A SRA. ALICE DE MORAES AMORIM VOGAS – E a crise climática está no coração de tudo isso, está no coração do que a gente precisa reconstruir, mas pensando muito... valorizando, entendendo essa finitude, que é, sim, uma restrição, mas ela também é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade de repensar as nossas bases, a nossa política, a nossa forma de existir. E isso parte pelo afeto, parte pela empatia e parte por realmente correr atrás e botar os nossos sonhos na rua.

Último ponto: a COP 30 fez um chamado. Nosso Presidente, Embaixador André Corrêa do Lago, fez um chamado ao mutirão, ao mutirão global, no qual a gente lida com a questão climática, como ele colocou na carta da Presidência. Então, várias cartas, que aliás eu recomendo a vocês que leiam, que são documentos muito bonitos, bem desenhados, falam sobre – como chama? – justiça climática, fala sobre racismo ambiental, fala sobre o papel das mulheres, dos jovens. Então, eu realmente recomendo, está na página da Presidência da COP 30, mas ele chama o mutirão. E o que isso significa? Significa que cada um pode trabalhar no seu território, na sua comunidade, no seu espaço, com as ferramentas, os saberes que você tem.

Então, uma convocação, um pedido a vocês todos: pensem como vocês podem fazer parte desse mutirão. Pode ser um mutirão para sentar com as suas famílias e conversar sobre a crise climática, o que está acontecendo, conscientizar outros. Pode ser um mutirão na escola para pensar como é que a gente adapta a escola de vocês à questão climática como um todo. Pode ser um mutirão escrevendo nas mídias sociais e falando sobre esse assunto e ajudando as pessoas que não estão como vocês, tão conscientes do que fazer. Tem muitas formas de se fazer mutirão. Eu mesma semana passada participei de um mutirão lá na Serra do Vulcão, que foi um mutirão de replantio de árvores, que tinha acabado de passar por uma queimada. E isso, então, essa vida comunitária, o mutirão é sobre fazer junto. Nós sozinhos não chegamos muito longe, mas juntos a gente consegue ir.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sra. Alice Amorim Vogas, Diretora de Programas da Presidência da COP 30.

Essa frase final eu achei linda, viu? Sozinho ninguém faz nada, né? Podemos construir muito coletivamente. O George está me olhando lá: "O Paim pega a palavra e eu me atrasando".

Por favor, Sra. Danielle Abud, Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLE ABUD (Para expor.) – Eu vou ser breve, porque eu vou esperar vocês daqui a pouquinho lá no Viveiro do Senado, porque a gente tem aqui uma agrofloresta. E a gente faz um trabalho de recuperação de áreas e, daqui a pouquinho, a gente vai se encontrar. Mas, de um modo geral, como é que a gente pode trabalhar a questão da educação ambiental? Como é que a gente sai dessa diferença entre atitude, que é uma intenção, e comportamento, que é ação.

Vou dar um exemplo da coleta seletiva. A gente quer fazer coleta seletiva e, quando a gente está dentro de um ambiente em que está todo mundo fazendo, há uma desejabilidade social – todo mundo faz. Mas, quando você chega em casa, dá uma preguiça, né? E esse comportamento tem que está ali, dialogando com a atitude. Atitude e comportamentos precisam caminhar juntos para gente poder fazer essa transformação. E, como a Alice bem colocou, o diálogo, a participação, ocupar esses territórios... e, dentro da escola, a gente não pode esperar que só os professores tenham essa iniciativa de trabalhar com a educação ambiental. Os espaços de diálogo devem existir em todos os espaços nos quais nós estamos presentes.

Eu agradeço mais uma vez, eu espero por vocês, visitem o Senado, visitem o programa de responsabilidade social. O viveiro é um viveiro de portas abertas, e também aproveitem a oportunidade, porque o Programa Interlegis, por meio da nossa Escola do Legislativo, tem colaborado com essa formação de gestores para trabalhar o tema das compras públicas sustentáveis, de incluir a 14.133 dentro daquilo, repensar. Nós temos uma vasta legislação, o Brasil é um dos países que tem um alicerce na área ambiental de legislação, um dos melhores do mundo, não tenham dúvida disso. Nós temos leis para tudo, mas elas precisam ser praticadas por todos, inclusive por nós. Lei do consumo consciente, lei da educação ambiental, Política Nacional de Resíduos Sólidos, a PNMC, enfim, vamos colocar em prática aquilo que tem sido posto por todos nós.

Muitíssimo obrigada, eu espero por vocês daqui a pouco. Até logo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sra. Danielle Abud, Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais aqui do Senado Federal. Meus cumprimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E com a palavra agora a Sra. Paloma Costa Oliveira, socioambientalista, ativista climática, educadora do clima, Conselheira Jovem do Secretário-Geral da ONU.

A SRA. PALOMA COSTA OLIVEIRA (Para expor.) – Uau, quantos títulos, gente.

Vou tentar também ser breve, porque eu acho que está todo mundo com fome já nesse horário, né?

Acho que uma participação efetiva, que foi uma das perguntas aqui, é que a gente construa e estruture lugares em que a gente possa participar de forma deliberativa, vinculante, trazendo essa diversidade, porque quem tem o poder da caneta, que toma essas decisões, só vai fazer sentido e só vai representar nossa diversidade se quem tem o poder da caneta também seja diverso. Que nem disse o nosso professor, ninguém tem o direito para dizer para ninguém quem pode ou não segurar a caneta. Segura a caneta quem a gente quer, quem a gente vota, quem a gente elege.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. PALOMA COSTA OLIVEIRA – E, para gente garantir mesmo que tenha essa diversidade nesses espaços, é isso. Acho que a gente já mudou vários lugares no mundo. A gente conseguiu pedir para o Secretário-Geral da ONU ter um grupo de conselheiros. A gente pode pedir para Senadores terem um grupo de conselheiros, que Comissões tenham conselheiros jovens. Tem aqui uma comissão de juventudes que acompanha a Comissão de Meio Ambiente. Então, assim, eu acho que é muito ir por aí. Mas a gente lembra também que tem que ter um respeito, não é porque a gente é jovem que a gente não tem o direito de também segurar a caneta. Então, acho que esse é um caminho largo que a gente tem como juventudes para ir lutando. Mas estruturas são assim, pouquinho a pouquinho.

Sobre a questão da educação climática, eu queria trazer um ponto de reflexão para todo mundo. Aqui no Brasil, a gente tem uma lei de educação ambiental, a gente tem uma legislação específica que traz a educação oceânica, que é referência no mundo inteiro, é uma novidade aqui no Brasil. Mas, ainda que o clima esteja parte da educação ambiental, ele não é uma pauta específica. Eu acho que vocês, como Jovens Senadores, pensando na nossa participação cidadã, por que não a gente trazer especificamente uma linha de educação climática? Investimento em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisa, trazer isso para educação básica, trazer isso para educação média e realmente possibilitar que a gente crie profissionais conscientes.

Como a Alice bem falou, um dos grandes desafios que a gente vai ter é sobre os nossos empregos. Com a chegada das novas tecnologias, da inteligência artificial, a gente sabe que muita coisa vai mudar, muitos empregos que antes existiam não vão existir mais. Então, se não formos profissionais conscientes, que mundo que a gente vai poder criar? Em Marte? Então, é melhor que a gente tenha, sim, um grande investimento, que esta Casa olhe para esse lugar da educação climática.

Bom, teve uma pergunta que foi sobre mecanismos que garantam que não haja propostas vazias. Eu acho que o melhor mecanismo que existe no planeta para a gente não ter propostas vazias é a gente ter uma participação cidadã, ou seja, cada um de nós, individualmente, saber, observar. Aqui no Brasil, existe uma coisa muito importante que é a Lei de Acesso à Informação; a gente pode pedir informação sobre tudo que é feito no nosso Governo. Inclusive, tem uma lei de acesso à informação ambiental, que é mais específica ainda. Então, eu acho que, se queremos um mecanismo que funcione efetivamente para que os países, para que os Governos que tenham feito esse compromisso o sigam e implementem, somos nós – nós mesmos –, cada um de nós cobrarmos diariamente que as pessoas que escolhemos para nos representar realmente estejam nos representando e que, a partir daí, a gente possa criar salvaguardas reais do nosso direito no agora, neste presente, e no futuro.

Trazendo só alguns pontos para a gente fechar: como a gente pode também ser destaque nas negociações? Eu acho que é lembrar que, nesses 30 anos em que a gente segue debatendo detalhes, estes são detalhes que fazem muita diferença. Que a gente finalmente chegue ao ponto de...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PALOMA COSTA OLIVEIRA – ... olhar para esses detalhes e implementá-los!

Por fim, eu também não sei como proteger o Brasil, como garantir as nossas leis sem licenciamento – fico assustada. Não dá para a gente pensar em reciclar os nossos Poderes sem pensar no que a gente comece aqui mesmo. Ainda que os copos aqui desta sessão sejam recicláveis, são resíduos. Vamos também pensar no nosso uso diário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Paloma Costa Oliveira, Socioambientalista, Ativista Climática, Educadora do Clima e Conselheira Jovem do Secretário-Geral da ONU. Deu o recado com muita competência, como todos os nossos convidados.

Agora, para encerrar, eu só vou inverter e vou deixar que a Presidenta seja a última a falar pelo espaço aqui de cinco minutos.

Então, agora, com a palavra a Jovem Senadora Isabelly Gomes Naegele Montechiari, Presidente da Comissão Nísia Floresta e Jovem Senadora pelo querido Rio de Janeiro.

A SRA. ISABELLY GOMES NAEGELE MONTECHIARI (Para discursar.) – Senador, bateu-me uma dúvida: o senhor quer que eu responda alguma pergunta ou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, faça suas considerações finais. Fique à vontade!

A SRA. ISABELLY GOMES NAEGELE MONTECHIARI – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O limite que é de cinco minutos.

A SRA. ISABELLY GOMES NAEGELE MONTECHIARI – Hã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O limite!

A SRA. ISABELLY GOMES NAEGELE MONTECHIARI – Eu vou apresentar, então, para vocês a nossa ideia de projeto de lei que está acontecendo na nossa Comissão de Meio Ambiente: a criação de um selo que qualificaria o produto. Esse selo mostraria o seguinte: se aquela empresa segue as normas legais ou não, por exemplo, se ela produz com energia limpa, se ela garante os direitos trabalhistas. A gente encontrou nessa ideia uma maneira de conscientizar o cidadão, porque, muitas das vezes, nós compramos sem saber a procedência. Dessa forma, a gente encontrou essa maneira de conscientizá-los a consumir e trazer o engajamento para as empresas que se dedicam a trabalhar da maneira correta. No mundo em que vivemos, é necessário a gente privilegiar aquelas que se destacam e buscam a qualidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os seus produtos, para os seus funcionários. Dessa forma, a gente pretende beneficiar a população e também o meio ambiente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns, parabéns!

Elas são muito ligeiras, viu? Ela disse: "Do que vamos falar agora?", ela já tinha guardado o instrumento. Vamos falar daquilo que vocês fizeram, vamos falar de projetos. Então, deixam aqui já. Eu já dizia e vou dizer agora: vão para a Comissão de Direitos Humanos os projetos de que vocês vão ainda no Plenário fazer o arcabouço final. Eu, na Comissão de Direitos Humanos, vou pedir para relatar e vou fazer de tudo para aprovar, porque vocês merecem. As palmas são para vocês, não são para mim.

Vai lá, vai lá! (*Palmas.*)

A SRA. KEYLA ADSSA BARBOSA DE OLIVEIRA (Para discursar.) – Bom, eu não imaginava que iria falar, mas, no nosso projeto da nossa Comissão de Direitos Humanos, resolvemos trazer em relação às embalagens. No rótulo dos produtos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. KEYLA ADSSA BARBOSA DE OLIVEIRA – ... ultraprocessados... Desculpe, gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Assessoria do Plenário, boa! (*Risos.*)

A SRA. KEYLA ADSSA BARBOSA DE OLIVEIRA – No rótulo dos produtos ultraprocessados, não se vê nitidamente o que é aquele produto ao consumi-lo, ou, então, não se deixa bem claro, porque, com a falta de conhecimento, nem todos sabem o que aquele produto traz. Então, o nosso projeto é para que venha com essa especificação para melhor entendimento, trazendo o que o produto em si pode causar.

Eu acho que seria melhor chamar o Presidente da nossa Comissão para falar melhor. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Se o George não me xingar... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fale daí, fale daí! Onde ele está? (*Pausa.*)

O George não viu. Onde está o Presidente?

A SRA. KEYLA ADSSA BARBOSA DE OLIVEIRA – Aqui, é o Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Fale aí, Presidente, fale aí!

Não tem como não ver o Presidente, é o mais alto de todos. (*Risos.*)

Presidente, tu tens três minutos, porque ela deu parte do tempo dela, que eram cinco. Então, ficou no limite, viu, George? Ela cedeu três minutos para o Presidente da Comissão falar.

O SR. JOÃO PEDRO FERREIRA SANTOS (Para discursar.) – Bom dia! O meu nome é João Pedro, sou Jovem Senador pelo Estado da Bahia, Presidente da Comissão de Direitos Fundamentais.

O nosso projeto sobre a questão da embalagem dos alimentos ultraprocessados traz a questão de alimentos ultraprocessados, como – vou trazer um exemplo muito usual – macarrão instantâneo, que traz vários aditivos que são prejudiciais à nossa saúde e que, se consumido por um período muito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Longo.

O SR. JOÃO PEDRO FERREIRA SANTOS – ... longo – isso, muito obrigado –, acaba prejudicando a nossa saúde. Então, a nossa proposta foi que a rotulagem desses alimentos trouxesse as suas consequências, como acontece, hoje, na lei das embalagens de cigarro, porque, por exemplo, um alimento que é rico em açúcar pode fazer mal à nossa saúde, trazer diabetes ou cáries, por exemplo, mas isso não está ali especificado.

Então, o que nós queremos fazer é trazer algo nessa linha. Estamos trabalhando na Comissão, para que seja estruturado de uma forma adequada, mas, basicamente, o projeto é esse.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Maravilha, João Pedro! Você fechou direitinho o projeto.

Pessoal, o tempo terminou. O George, de lá, faz assim para mim: "Deu, não é, Paim?". (*Risos.*)

Deu, George! Então, a gente vai encerrar.

Pessoal, parabéns! Muito obrigado aos nossos painelistas. Parabéns a todos vocês!

Tenham certeza de que os três projetos que vocês vão deliberar no Plenário... Nem sempre a gente ganha, porque a vida é um ganha e perde em matéria de votação aqui dentro, mas vou defendê-los com muito amor, com muito carinho, com muita força, na Comissão, para que eles caminhem aqui dentro e oxalá possamos transformá-los em leis.

Uma salva de palmas ao Programa Jovem Senador! (*Palmas.*)

Aos professores, colaboradores, assessores, quem ajudou no estado: todos estão de parabéns!

Está encerrada a sessão.

(Iniciada às 10 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Zequinha Marinho, Alessandro Vieira, Styvenson Valentim, Margareth Buzetti, Otto Alencar, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Leila Barros, Paulo Paim, Augusta Brito, Tereza Cristina, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Sérgio Petecão e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Plínio Valério, Eliziane Gama, Cid Gomes, Marcos Rogério e Beto Faro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Emendas ao PLDO 2026**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Meio Ambiente à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) referentes ao PLDO 2026 (PLN 2/2025), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências". Relatora na CMA: Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado o relatório da Senadora Leila Barros que passa a constituir parecer favorável às três emendas ao Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026: NÚMERO: **60080001** | EMENTA: Objetivo Específico 0237 (Prevenir e controlar o desmatamento e a degradação da vegetação nativa no Brasil) do Programa 6114 (Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios) | ACRÉSCIMO DA META: 30% | AUTORES DAS SUGESTÕES: Leila Barros (#22), Paulo Paim (#8), Fabiano Contarato (#11), Augusta Brito (#42) e Jaques Wagner (#61); NÚMERO: **60080002** | EMENTA: Objetivo Específico 0277 (Aumentar a reciclagem de resíduos secos e orgânicos no Brasil) do Programa 1190 (Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo) | ACRÉSCIMO DA META: 8% | AUTORES DAS SUGESTÕES: Mara Gabrilli (#12), Paulo Paim (#35), Irajjá (#37), Augusta Brito (#57) e Jaques Wagner (#60); NÚMERO: **60080003** | EMENTA: Objetivo Específico 0243 (Promover a recuperação de florestas e demais formas de vegetação nativa em todos os biomas brasileiros) do Programa 6114 (Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios) | ACRÉSCIMO DA META: 1.500.000 hectares | AUTORES DAS SUGESTÕES: Paulo Paim (#2), Mara Gabrilli (#10), Hamilton Mourão (#18) e Leila Barros (#26); **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 4786, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Revitalização e Diversificação dos Seringais Amazônicos (PNRDSA) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação com 5 emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4794, de 2020 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para autorizar a União a contratar instituição financeira para criar e gerir fundo privado constituído por recursos decorrentes de conversão de multas ambientais e para dispor sobre os procedimentos de conversão de multas." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 941, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a custódia compartilhada de animais de estimação nos casos de dissolução de casamento ou de união estável." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação com 1 emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 519, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para agravar a pena cominada ao crime de maus-tratos a animais." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado o relatório, com acolhimento parcial da Emenda nº 1. Antes de encerrar, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. A Ata será assinada pelo Senhor Presidente, encaminhada à CMO juntamente com as Emendas sugeridas ao PLDO 2026 e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e nove minutos.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia quatorze de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença do Senador Flávio Bolsonaro, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Pedro Chaves, Jorge Seif, Magno Malta, Rogerio Marinho, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Esperidião Amin e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 9/2025 - CSP, de autoria dos Senadores Wilder Morais (PL/GO), Izalci Lucas (PL/DF), Marcos Rogério (PL/RO) e Jorge Seif (PL/SC). **Finalidade:** Debater o mérito da PEC nº 1, de 2025, que altera a Constituição Federal para garantir que os recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) sejam corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida (RCL) da União, bem como a equiparação salarial das carreiras da Polícia Civil do DF com as carreiras da Polícia Federal. **Participantes:** Sr. Benito Augusto Tiezzi, Chefe da Assessoria Especial de Articulação da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (representante de: Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal); Sr. Saulo Ribeiro Lopes, Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil do Distrito Federal (representante de: Delegado-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal); Sra. Cláudia Aparecida da Silva Alcântara, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia – Sindepo/DF; e Sr. Enoque Venancio de Freitas, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal - Sinpol/DF. **Resultado:** Audiência pública realizada, com os seguintes participantes, não constantes da pauta inicial: Luana Fragomeni, Diretora Jurídica da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis - COBRAPOL; José Marcus Monteiro de Oliveira, representante da Federação dos Policiais Civis das regiões Centro-Oeste e Norte - FEIPOLCON; e Bruno Telles, Vice-Presidente da Associação Brasiliense dos Peritos Criminais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/14

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

A presente audiência tem como objetivo debater o mérito da PEC 1, de 2025, que altera a Constituição Federal para garantir que os recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal sejam corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida da União, bem como a equiparação salarial das carreiras da Polícia Civil do DF com as carreiras da Polícia Federal.

Comunico que a audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Eu tenho a honra de convidar para compor esta mesa de debate o Sr. Benito Augusto Tiezzi, Chefe da Assessoria Especial de Articulação da Secretaria de Estado de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Distrito Federal. Seja bem-vindo. Já vou registrando um abraço ao nosso Secretário. É uma alegria tê-lo com a gente, Sr. Benito. (*Pausa.*)

Convido para compor a mesa também o Sr. Saulo Ribeiro Lopes, Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil do Distrito Federal. Bem-vindo, Dr. Saulo. (*Pausa.*)

Tenho a alegria de convidar para compor a mesa, para a mesa ficar mais bonita, inclusive – desculpem-me, Doutores –, a Dra. Cláudia Aparecida da Silva Alcântara, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia (Sindepo-DF), parceira desta Comissão, guerreira. É uma honra tê-la aqui, Dra. Cláudia.

E convido ainda o Sr. Enoque Venâncio de Freitas, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal. Sr. Enoque, é uma alegria recebê-lo também. (*Pausa.*)

Informo que justificou a ausência a Sra. Rita Maria Pinheiro, Diretora de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Informo também que foram convidados, mas ainda não deram resposta – estamos aguardando até o final da audiência – o Sr. Wellington Luiz de Souza Silva, nosso Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal; a Sra. Regina Coeli Moreira Camargos, Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos; o Sr. Rudyero Trento Alves, Coordenador-Geral de Administração da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública; o Sr. Luciano Lima Goulart, Chefe da Unidade de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

Acredito, Senador Izalci, que, com a ausência dos ilustres convidados, se necessário, a gente deve fazer a segunda etapa desta audiência pública.

Eu quero informar aos nossos expositores que nós daremos a palavra por dez minutos para cada um. Ali atrás nós temos um cronômetro e uma campainha vai tocar, mas informo também que quem vai conduzir esta audiência daqui para frente será o Senador Izalci e ele é generoso. Com certeza, se vocês precisarem estender um pouquinho o tempo, ele vai estender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho a alegria de passar a Presidência desta audiência pública ao Senador Izalci, autor do requerimento da audiência pública e o primeiro autor da PEC 01, de 2025. Nós estamos com muita expectativa na tramitação da PEC e nos resultados e encaminhamentos desta audiência pública.

Senador Izalci, assuma o comando, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bom dia!

Bem, eu indago se está presente para sentar aqui na primeira fileira o Alex de Oliveira Galvão, que é da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol). (*Pausa.*)

Ana Carolline Ribeiro, Presidente da Associação de Peritos Papiloscopistas do Distrito Federal também não está? (*Pausa.*)

Reynaldo Martins Soares, da Associação Geral dos Servidores da Polícia Civil (Agepol) está aqui.

José Marcus Monteiro.

Senta aqui na primeira, Marcus. O Marcus é o Presidente da Federação dos Policiais Civis das Regiões Centro-Oeste e Norte (Feipol-Con).

Adriano de Klebs Brandão, da Associação dos Peritos Médicos, está aí, não?

Sandra Lobo de Aquino Moura da Silva, da Associação dos Policiais Civis Aposentados e Pensionistas.

Fabricio Gildino Pinheiro, da Associação dos Agentes Policiais de Custódia da Polícia Civil.

Eu acho que essa turma aqui o pessoal não convidou provavelmente, então, nós vamos fazer outra audiência para chamá-los porque deveriam estar todos aqui.

Amarildo Fernandes também, da Associação dos Delegados de Polícia (Adepol).

Senta na primeira fileira aqui, Amarildo, por favor.

Alexandre Ribeiro Sarmento, Presidente da Associação dos Agentes de Polícia da Polícia Civil do Distrito Federal está aí? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não.

O objetivo desta audiência pública, além da discussão da PEC nº 1, era também tratar da questão da paridade da polícia civil com a Polícia Federal, ou seja, tratar do reajuste da polícia civil. Os membros do ministério que compõem a Comissão se sentiram dizendo que eles não eram as pessoas que deveriam estar participando deste debate. Então, farei, com certeza, uma nova audiência, chamando essas pessoas que eu mencionei, e vamos convocar aqui o ministro. Aí ele vem, ou manda alguém representando, porque a gente precisa de ter alguém do Governo Federal aqui para responder a essas questões que nós vamos levantar aqui.

Eu preparei uma apresentação, mas, antes da apresentação, eu quero fazer aqui um histórico rápido sobre essa questão dos reajustes, porque estamos todos numa expectativa grande com relação à concretização dessas promessas que são feitas.

Eu acompanho, desde quando Deputado Federal aqui, a situação da segurança pública no DF. Tive, inclusive, o privilégio de participar, como Relator, de uma auditoria proposta inclusive pelo ex-Deputado Laerte Bessa, porque havia muitos questionamentos com relação ao fundo constitucional. Então, tive o privilégio de estudar bastante e conhecer bem essa questão do fundo. Eu acho que poucas pessoas conhecem esse fundo mais do que eu.

Então, nós temos uma série de dificuldades com o fundo, mas principalmente com relação aos reajustes. Eu vou explicar daqui a pouco o porquê da PEC, mas quero dizer para vocês que começou essa discrepância salarial entre a Polícia Federal e a polícia civil já no Governo Agnelo. Eu lembro bem que, em 2010, 2011, a partir do Governo Agnelo, teve um determinado momento em que ele queria dar o reajuste, e a Presidente Dilma pediu que ele não desse, porque ela não tinha condições naquele momento de dar para a Polícia Federal. Depois ela deu o aumento à Polícia Federal, e o Agnelo não deu para a polícia civil – todos vocês devem ter acompanhado mais do que eu até, né?

Na sequência, no Governo Rollemberg, ele encaminhou uma proposta para o Palácio do Planalto, um reajuste em três parcelas. Antes mesmo de o Planalto tomar qualquer posição, nós aprovamos, na Comissão Mista de Orçamento e no Congresso, o reajuste de 37,5% em três parcelas – chegamos a aprovar na CMO e no Congresso –, mas houve um problema, a questão do sindicato – o Gaúcho era o Presidente –, que não aceitava em três parcelas, queria que fosse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma vez só. E aí acabou que o Rollemberg não deu aumento nenhum. E a gente ficou com essa defasagem durante todo esse período do Governo Rollemberg.

No Governo Ibaneis, eu estava presente, inclusive, durante a campanha, quando ele prometeu também a paridade. E, no primeiro mandato dele, ele chegou a encaminhar para o Ministério da Economia. Não sei nem por que Economia, porque deveria fazer como todos fazem, uma proposta para a Casa Civil, já com a minuta da medida provisória, com o impacto disso, mas ele mandou apenas para o Ministério da Economia uma consulta sobre se seria possível dar o reajuste em três parcelas também.

Nós, imediatamente, aprovamos também. Mesmo sem chegar aqui ao Congresso, nós chegamos a aprovar também na CMO, aprovamos também o reajuste, que depois acabou não acontecendo.

Agora, já no segundo mandato, o Governador Ibaneis prometeu novamente a reposição disso e anunciou na imprensa o reajuste, que está sendo trabalhado no Palácio do Planalto.

Aí fica esta questão que a gente acompanha há muito tempo: o Governador diz: "Olha, eu vou dar o aumento e já passei para o Governo Federal. Agora, o problema é do Governo Federal". E o Governo Federal fica discutindo, pedindo informações, o que eu acho um absurdo, porque, na prática, o recurso do fundo já está no orçamento tanto da União quanto do GDF. Então, tudo isso são burocracias que não deveriam existir. Por isso, eu fiz a PEC que eu vou passar para vocês.

Você pode botar para mim uma apresentação rápida? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O Presidente da Câmara está dizendo que não foi convidado – tá, gente? –, o Wellington.

Convido também a Luana de Ávila, que está aqui representando o Alex da Cobrapol. Sente-se aqui na frente, Luana.

Eu fiz rapidamente uma apresentação sobre a questão da PEC só para vocês entenderem um pouquinho o porquê de nós estarmos trabalhando nessa PEC.

Pode passar a primeira. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fundo constitucional é a garantia de recursos da União para as áreas essenciais do DF, como saúde, segurança e educação, lembrando que 40% da receita, hoje, do DF, vem do fundo constitucional. Brasília não arrecada uma série de impostos, como o IPTU e o IPVA dos prédios da União, que tem muitos aqui em Brasília, no DF, dos terrenos públicos também de propriedade da União, sem falar nas embaixadas, que também não pagam nada. Então, o DF foi criado para ser a capital do país e não para competir com os demais estados.

Muitos não lembram, porque faz muito tempo já – são 65 anos –, o que significou a transferência da capital para o Centro-Oeste, o que representou para o Brasil isso, o que nós ganhamos com isso. Basta ver a nossa balança comercial para perceberem que os grandes responsáveis estão aqui no Centro-Oeste, que são o agro, mais a consolidação do Norte, do Centro-Oeste e inclusive do Nordeste. Se nós não estivéssemos aqui, provavelmente estaríamos ainda na beira-mar – a capital sempre lá no Rio de Janeiro.

Pode passar, por favor.

Lembro que o Brasil financia as suas capitais desde 1500; não é a partir, agora, do fundo constitucional que a União está pagando as contas, não. Desde 1500, desde a Colônia, passando pelo Império até chegar à atual República, o Brasil sempre custeou as contas da capital.

Pode passar.

De 1549 a 1763, quando a capital era Salvador, o Império português custeava tudo: militares, técnicos, os clérigos, salários, mantimento, transporte, fortificações, tudo era bancado pelo Império português.

Pode passar.

De 1763 a 1960, com a capital no Rio de Janeiro, também o país sempre custeou todas as despesas da capital.

Pode passar.

De 1960 a 1988, quem custeou foi a República. Isso está na Constituição de 1988, inclusive. Então, Brasília sempre foi bancada pelo Governo Federal: planejamento, construção, tudo; tudo aqui de Brasília foi construído com recurso da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Em 1988, então, veio a Constituição, né? E aí a Constituição reafirma o papel histórico da União de custear a capital. Está no art. 21, inciso XIV, que define a União como responsável por manter a segurança pública do DF, prestar auxílio financeiro para a execução de serviços públicos. É o que está na Constituição.

Pode passar.

De 1990 até 2002, para quem não lembra, antes do fundo constitucional... Brasília teve seu primeiro Governador eleito em 1990, ou seja, depois da Constituição. A Constituição é de 1988, a redação do fundo nosso é de 1988, antes das eleições para Governador. Antes era administrado pela União. Os primeiros Governadores da capital recorriam, passando pires, como diziam na época, sem definição de valores. Os Governadores precisavam pedir dinheiro para o Governo Federal.

Então, em todo esse governo de 1990 a 2002... Por exemplo, quando o Cristovam foi Governador e o Fernando Henrique era Presidente, eram partidos de oposição. Vocês sabem, né? Eu vi outro dia uma entrevista do Secretário de Fazenda do GDF, dizendo da humilhação por que ele passou diversas vezes, de ter que ser atendido pelo Ministério da Fazenda ou pelo próprio Presidente, e eles enrolando: "Semana que vem, mês que vem, volte depois". Então, passava o pires na mão isso aí.

Pode passar.

Até que veio, então, em 2002, a criação do fundo. A Lei 10.663, de 2002 criou o fundo, que foi destinado à segurança e ao auxílio no funcionamento da educação e da saúde.

Pode passar.

Em 2009, nós aprovamos aqui a Lei 12.086, da polícia militar e do corpo de bombeiros, e também, depois de 2013, teve uma nova lei, que eu vou passar para vocês também, que fala do contingente da polícia.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhe lá o fundo constitucional hoje. Nós vivenciamos aí, no ano passado, no ano retrasado, a primeira tentativa de incluir o fundo no arcabouço fiscal. Eles chegaram, inclusive, a aprovar isso na Câmara. E, chegando aqui ao Senado, a gente comprovou que, se a gente adotasse o mecanismo que eles estavam propondo, desde a criação do fundo até hoje, nós estaríamos recebendo menos da metade do que recebemos hoje. Na época em que a gente fez o cálculo, estaríamos recebendo 11 bilhões, contra 25. E agora, depois, na sequência, também teve o pacote fiscal, e aí tentaram modificar novamente a correção do fundo constitucional.

Pode passar.

Bem, então, o fundo constitucional não acompanhou também o crescimento da população. Brasília, vocês sabem, todos sabem aqui, foi programada – estimada – para 500 mil habitantes. No ano 2000, nós já tínhamos quase 2 milhões, e hoje nós temos mais de 3 milhões de habitantes.

Vamos lá, pode passar.

Olhe o contingente como está. Todas as instituições de segurança estão abaixo do efetivo mínimo. Os recursos do fundo já estão no Orçamento da União – estão no Orçamento, é só pegar a LOA. Depois, a gente passa a LOA, porque já estão previstos no Orçamento.

Não faz nenhum sentido pedir autorização para o Planalto e o Congresso para fazer concurso e dar reajustes. Olhe só, na Lei 1.286, de 2009, estavam previstos 18.673 policiais militares; nós temos hoje 10.692. E temos 10 mil porque foram chamados agora 1,2 mil; senão, não teríamos nem isso.

Bombeiro, a lei estabelece em 2009; nós estamos em 2025, né? Então, já faz um tempinho. Brasília cresceu demais, e a gente não tem hoje... Tem pouco, quase a metade do que deveríamos ter em 2009. Bombeiro: 9.703; hoje nós temos 5.919.

E, para a polícia civil teve a Lei 12.803, de 2013, que estabeleceu, teve um acréscimo, e a polícia civil deveria estar com 8.969. Hoje nós temos 4.559. Então, você vê que a gente está trabalhando praticamente com a metade do contingente da segurança pública no DF. E a população aumentou significativamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não. Pode passar.

Bem, o que diz a PEC do fundo constitucional? Transfere os recursos para o GDF executar o que já está no texto constitucional. A gente só diz... Porque, veja bem, o que está no texto constitucional? Está escrito lá: compete à União manter e organizar polícia militar, bombeiro, polícia civil, polícia penal, etc. Eu até poderia, com relação ao 8 de janeiro, por exemplo, culpar a União, porque cabe à União, está na Constituição, compete à União manter e organizar. E quem é que... Por que o Governador foi afastado, se a competência, pela Constituição, é da União? Então, você vê que há uma distorção completa nesse termo de manter e organizar, até porque a União nunca organizou, de 1990 para cá, a segurança pública, e nem tem sentido a União cuidar da segurança pública da Ceilândia, de Sobradinho, do Guará, de Taguatinga, não é? Então, não tem nenhum sentido.

A gente precisa dar ao GDF os mesmos poderes que têm os outros Governadores. Os 26 Governadores dos estados têm autonomia para fazer concurso, chamar, reajustar, sem depender de Governo, sem depender de Congresso. E o fundo constitucional não tem nada com isso, não é? Ele só financia. Então, a responsabilidade do fundo...

Eu ouvi um comentário dizendo assim: "Ah, mas a gente tem medo de perder a paridade com a Polícia Federal". Vou dizer para vocês: só se pode dar reajuste com a iniciativa do Governador. Não existe nenhuma lei que diz que tem que ter a paridade. Ela existe em função do nascedouro, né? Quando foi criada a polícia civil, já existia a Polícia Federal. Então, é como se fosse a mesma instituição – poderiam até escolher na época.

Acontece que a iniciativa, independentemente de mudança, é do Governador. A União não tem o poder de dar o reajuste sem autorização do Executivo local. E muito menos hoje o governo local sem autorização do Governo Federal. Portanto, independentemente de qualquer coisa, sempre vai depender do Governador a iniciativa. Então, não tem essa questão. O Governador é que tem que ter a consciência de que nós precisamos manter a melhor polícia que nós temos, e, para isso, não adianta ficar só prometendo reajuste; tem que dar o reajuste de fato, porque a expectativa é muito grande.

A gente fica assim numa situação, não é? Poxa, anunciaram o aumento, todo mundo se programa, não é? Aí fica esse rolo, um jogando a culpa no outro – sempre foi assim, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa PEC garante ao Executivo local a autonomia. Falou que vai dar o reajuste, ele vai lá e dá o reajuste – não tem que pedir autorização para ninguém. Evidentemente, eu coloco na PEC a correção, porque vocês sabem que a lei do fundo constitucional é uma lei originária.

Então, se aqui no Senado tiver 41 Senadores presentes e 21 votarem contra, a gente derruba a lei. Por isso, a importância de colocar no texto constitucional o que está na lei: que a correção do fundo é pela receita corrente líquida, e passa a ser constitucional. Aí, evidentemente, o número de Senadores presentes para mudar é muito maior.

Eu pedi, depois, para colocar na transparência, só para vocês saberem, que, se você pegar a LOA de 2025, está na LOA o valor do fundo. Está lá na LOA. Não tem que... Ninguém está querendo aumentar o valor nem criar dificuldade. Nós queremos a execução, porque o Governador tem autonomia para executar o que já está na LOA. Agora, tem no Anexo V, o que não tem nenhum sentido também, que você tem que mandar aqui qual a quantidade de pessoas que...

Olhe lá. O que está na Constituição hoje? Está lá no art. 21 que compete à União organizar e manter a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar, o corpo de bombeiros. Essa é a redação da Constituição hoje. E por que a redação é essa? Porque, em 1988, ano da Constituição, nós não tínhamos a eleição para Governador. É simples assim. Quem governava o DF em 1988 era de indicação da União, o Prefeito, o Governador era indicado pela União, por isso é que, na Constituição, ficou desse jeito. Só que, a partir de 1990, não mudaram a Constituição e a gente passou a ter eleição, e aí ficou essa discrepância.

Então, o que está do lado lá, o que está na PEC? A única coisa que tem lá... Eita, estou precisando de óculos para longe! O que está escrito ali? Financiar o Distrito Federal. É do mesmo jeito que está na redação lá, financiar o Distrito Federal para a mesma coisa: organizar e manter... E incluir embaixo, está em amarelo lá, a questão da receita corrente líquida. Colocamos: "cujos recursos aportados pela União serão corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida da União, considerada esta variação a razão entre a receita corrente líquida realizada no período de 12 meses, encerrado em junho do exercício anterior ao do repasse do aporte anual dos recursos". Então, a única coisa que nós estamos alterando é isso. O Governador vai ter autonomia para gastar esse dinheiro em área social? Não! É exatamente o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está na Constituição hoje, exatamente: organizar e manter a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar, o corpo de bombeiros militar e tal. Então, não mudou nada. O que muda é exatamente o financiamento. Então, passa a ser...

Com isso a gente resolve uma série de questões em que nós temos aí dificuldades de entendimento. Por exemplo, se você vai hoje ao Tribunal de Contas – e, nessa auditoria que fizemos, havia essas questões –, primeiro, vem a questão do Imposto de Renda. Quando você repassa os recursos do Fundo de Participação de Estados e Municípios, o Imposto de Renda fica com o estado e com o município. O GDF sempre usou o Imposto de Renda do fundo constitucional também aqui, ele sempre usou o recurso. O Tribunal de Contas disse: "Não, esse recurso é da União, tem que devolver para a União". Depois, conseguiram na Justiça. Então, é decisão do Supremo, mas é um questionamento que foi feito.

O Agnelo, depois, também, para justificar os 25% da educação, começou a pagar os aposentados e pensionistas da educação com dinheiro do fundo. Aí, também foi dada uma interpretação de que não podia. Por quê? Porque a Constituição diz, e a lei do fundo, que é para auxiliar no funcionamento da educação e da saúde, e você não faz educação e saúde com aposentado e pensionista. Então, não poderia pagar com dinheiro do fundo isso. Também é uma questão que está sendo discutida. Inclusive foi feito um acordo, e o GDF está devolvendo parte disso já.

Mas eu digo o seguinte: essa redação dessa emenda constitucional resolve todos esses problemas e dá autonomia para os Governadores darem o reajuste e fazerem o concurso público, para evitar o que está acontecendo hoje, que é o menor contingente da história do DF. Então, daqui a pouco, a gente começa a ter problema na segurança e aí a gente vai perceber que é falta de contingente, falta de apoio.

Olhe, esse aí é o Anexo 5 do Orçamento.

Pode até passar, tem outra folha.

Essa lá em cima fala do constitucional, na terceira linha: Fundo Condicional do DF. Veja a quantidade de concurso. Está previsto lá agora, na LOA de 2025, um concurso: acho que são 200 da Polícia Civil e 384 policiais militares e bombeiros – policial militar. Quer dizer, vai sair

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora... Só este ano vão sair quase que dez vezes mais, vão sair quase 2 mil policiais, e está previsto chamar 380 e policial civil, 200. Nós já estamos trabalhando com a metade, e só vão chamar 200? E tem sentido ter que mudar esse anexo, se o dinheiro já está...

Pode passar outra.

Não, outra.

Não, acho que não é esse. Tem um outro aí. Acho que não fizeram então.

Tem um aí que tem o Orçamento. E, no Orçamento tem lá os 20... O valor do fundo já está no Orçamento. Então, já está lá, não tem que mexer em nada. Não tem sentido, não tem lógica o Governador ter que pedir autorização para o Palácio e para o Congresso para alterar. Já está na Constituição o valor. Agora, para chamar o contingente, eu tenho que pedir autorização, o Governador tem que pedir autorização para o Congresso. Então, é uma distorção muito grande isso aí.

Então, esse é o nosso... Eu queria passar para vocês rapidamente, para vocês entenderem um pouco isso.

Eu vou ler, só para vocês saberem aqui, um ofício que foi dirigido aqui à Comissão, ao Presidente Flávio Bolsonaro e também ao Marivaldo, que é o Secretário Nacional de Assuntos Legislativos, sobre esta audiência pública:

> Cumprimentando V. Exa., em atenção ao Ofício nº 30/2025, datado de 4 de julho de 2025, informo a impossibilidade de participação de Rudyero Trento Alves, Coordenador-Geral de Administração da Diretoria da Força Nacional, na audiência pública do Senado a ser realizada dia 14 de julho de 2025, devido às demandas de caráter premente que aportam nessa Secretaria. Ao ensejo em que agradeço o convite, reforço a disponibilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública para colaborações futuras.

É a justificativa de não comparecer aqui à Comissão. Evidentemente eu vou pedir ao Senador Flávio, que é o Presidente, para que possa fazer... Eu vou apresentar um requerimento de convocação aqui do ministro, para que ele venha aqui explicar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu vou já passar a palavra aqui para os nossos convidados, para que a gente possa dar continuidade a esta audiência pública.

Bem, a ideia era tratar do reajuste. Eu queria saber aqui do pessoal do Governo como é que está o andamento disso, não é? Então, evidentemente, a não presença deles aqui demonstra... E me dá o direito de pensar um monte de coisa, mas acho que eles deveriam encaminhar para a gente aqui pelo menos o que está acontecendo.

O que eu percebo já há muito tempo é que o Governador anunciou o reajuste, esse reajuste a gente não sabe exatamente se ele quer dar ou não, porque qualquer Governador que quer dar aumento vai lá pessoalmente, se for o caso – quando vê que a coisa está demorando –, vai lá e cobra: "Gente, está aqui. Eu tenho recurso, tenho condições de dar, preciso dar, prometi isso na minha campanha de 2019, prometi isso na segunda campanha de 2022". Então, o recurso está lá no orçamento, bastava fazer isso. O que também me dá o direito de pensar que não está querendo dar o reajuste, porque, se quer, o tratamento não é bem assim que deve ser feito.

E aqui, no Governo, fica pedindo informação toda hora. Eu participei daquele primeiro reajuste de 18%, que foi uma luta danada, que prometeram, depois queriam passar para três parcelas, depois ficaram pedindo documento; chega um documento, aí pedem outro documento, em vez de fazer um pedido único "esse é o que eu quero". Aí não, pedem, depois "está faltando mais não sei o quê", pedem de novo, vão pedindo...

Nós estamos agora entrando no recesso, essa semana é a última semana. Nós temos a expectativa, pelo menos foi o que foi prometido, de que a primeira parcela do reajuste seria já em setembro – 1º de setembro. E a gente vê... Vamos voltar em agosto. Aí depois vem aquela confusão que tem que mandar um PDL para cá, tem que ter reunião da CMO, porque aí tem essas questões de política da Comissão. Essa confusão que está aí no Brasil acaba dificultando. Então, com certeza, independentemente, nós vamos fazer outra audiência na quinta-feira, para tratar também do outro grupo, e aí eu vou aproveitar e vou dar uma aprofundada nisso aí para a gente saber o que está acontecendo de fato, porque a informação que eu tenho é de que o GDF também já mandou todas as informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, acho que falei muito, mas era necessário. Primeiro um desabafo mesmo, porque realmente, com esse assunto, a gente fica indignado, porque, de fato, a gente tem hoje – hoje não, sempre, desde quando eu a conheci – a melhor polícia, a melhor segurança do Brasil, apesar de já termos aqui uma prisão de segurança máxima, que é um prejuízo danado para Brasília, eu falei isso quando construíram essa pocaria. Com isso, trazem um monte de traficante para cá, o crime organizado já vem todo para cá. Mas, apesar do contingente pequeno, que nós temos metade do que deveríamos ter em 2009, a gente tem conseguido debelar tudo isso. E temos a questão salarial, nós temos aí instituições com salário já um dos piores do Brasil. E na cabeça de todo mundo aqui, as pessoas acham que Brasília tem o melhor salário, e não é verdade, já há muitos anos, desde 2011, quando do Governo Agnelo.

Então, eu vou passar a palavra aqui, pela ordem aqui que está aqui, ao Enoque, nosso Presidente do Sinpol. Obrigado pela presença.

O SR. ENOQUE VENANCIO DE FREITAS (Para expor.) – Exmo. Presidente da Comissão Senador Izalci, meu agradecimento em nome de todos os policiais civis do Distrito Federal pela oportunidade de fala e de representação da nossa categoria neste espaço.

Senadores, Senadoras, autoridades presentes, senhoras e senhores, antes de qualquer dado, de qualquer número ou argumentação jurídica e orçamentária, eu peço licença para falar do ser humano, do policial civil do Distrito Federal, homens e mulheres, aqueles que muitas vezes saem de casa sem saber se voltarão, conscientes de que o seu principal instrumento de trabalho é a própria vida, que deixam muitas vezes a esposa ou o esposo em casa, que deixam os filhos dormindo, o almoço ou o jantar no prato, deixam tudo para trás para atender ao interesse público e seguem firmes, com coragem e honra, para proteger e salvar vidas.

Eu falo de mulheres e homens que carregam nas costas a missão de garantir a paz na capital do país, que, mesmo com salários aquém do ideal, quadros reduzidos e estrutura muitas vezes precária, não hesitam em cumprir sua missão, seguem em frente, porque sabem que seu trabalho representa algo maior para os cidadãos: justiça, verdade e segurança.

E aqui eu abro um parêntese, Senador Izalci, sobre o ocorrido numa rua de comércio da nossa capital, onde dois policiais civis, no estrito cumprimento do dever legal, agiram e, até neste exato instante, continuam sendo linchados virtualmente, nas redes sociais. O Sinpol confia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na imparcialidade dos órgãos que irão apurar a conduta dos policiais: a Corregedoria da Polícia Civil, o Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público e a devida fiscalização da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). E, quanto aos atos daqueles que se aproveitam para atacar a instituição e toda uma categoria de servidores dedicados a servir a população, escondidos em perfis na internet, nós temos um recado: a internet não é terra sem lei, e o direito à livre expressão de opinião não pode ser usado para cometer crimes de difamação, calúnia e injúria.

O Sinpol não ficará inerte na defesa dos policiais civis do DF, pois é graças a esses profissionais, Senador Izalci, que o cidadão de Brasília dorme tranquilo todas as noites, que autoridades transitam nas ruas com segurança, que embaixadas, tribunais, ministério, a Presidência da República, este Parlamento se mantêm resguardados. Nós policiais civis do DF não protegemos apenas uma cidade, é a capital federal; protegemos o símbolo da democracia brasileira e o fazemos mantendo o nosso Distrito Federal livre do domínio de facções criminosas e do crime organizado.

É com orgulho que afirmamos que a Polícia Civil do DF tem os melhores índices de resolução de crimes do país, com impressionantes 90% de elucidação de homicídios, um feito que precisa ser reconhecido, e isso só é possível, entre outros motivos, com o profissionalismo e a vontade incansável de fazer justiça dos policiais civis, mas também graças aos recursos provenientes do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que garante a excelência da nossa Polícia Civil.

É esse fundo que permite que a Polícia Civil do DF seja uma das mais eficientes do país, como bem disse, com índices de resolução de crimes que ultrapassam 90%; é esse fundo que garante que, mesmo diante de tantas dificuldades enfrentadas diariamente pelos policiais civis, Brasília seja a segunda capital mais segura do Brasil, caminhando para se tornar a primeira.

Mas eu faço aqui um alerta claro e direto a todo o Congresso Nacional: enfraquecer esse fundo, permitir que ele seja corroído, é abrir as portas de Brasília para a violência.

Já houve, nesta Casa, tentativas de enfraquecimento do fundo constitucional. A sua defesa, no entanto, foi conduzida com firmeza por Parlamentares – Deputados, Senadores –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoridades e entidades de classe do Distrito Federal, que conhecem, de fato, as reais necessidades da capital da República.

Essa instabilidade financeira e política, no contexto histórico atual, torna excessiva uma reabertura de discussão sobre o fundo constitucional, pois essas tentativas só ocorreram porque muitos não compreendem a importância da manutenção do fundo para garantir os serviços de segurança, saúde e educação da capital do país. Sendo assim, tentaram dividir essa fatia e diminuir o montante do recurso destinado a Brasília.

O fundo constitucional é o recurso que potencializa a atuação dos policiais civis do DF, os verdadeiros responsáveis por conter e eliminar o avanço devastador do crime organizado em Brasília, coração do nosso país.

Manter o fundo constitucional é garantir previsibilidade, sustentabilidade e permanência desse instrumento, que não é privilégio, é estrutura de Estado.

A questão principal para nós, policiais civis, Senador Izalci, é o restabelecimento do percentual que a Polícia Civil tinha quando da origem do fundo, que era na ordem de 20% dos recursos, e hoje, para a nossa perplexidade, é apenas de 11%, percentual menor do que o destinado às outras forças de segurança, bem como à saúde e à educação.

Essa distorção precisa ser corrigida, para garantir que tenhamos os recursos necessários para cumprir nossa missão com a excelência que a população de Brasília merece.

O segundo tema sobre o qual nós fomos convidados para debater nesta importante audiência pública aqui nesta Comissão de Segurança Pública do Senado Federal é um dos mais pujantes e importantes para nós, policiais civis do DF, e no qual esta Casa terá, num futuro próximo, um papel fundamental de fazer justiça, ao aprovar o restabelecimento da simetria salarial entre a Polícia do Distrito Federal e a Polícia Federal, pois somos regidos pelas mesmas leis e temos atribuições similares.

No entanto, há quase uma década, como bem disse o senhor, Senador Izalci, a Polícia Civil do DF não é a polícia mais bem paga do país. Hoje, só nos restou a fama e o acúmulo de uma defasagem salarial que impacta diretamente nossa categoria, com policiais cada vez mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adoecidos e uma evasão enorme, com colegas buscando diversas outras carreiras mais atrativas e de menor risco, resultando no menor efetivo de toda a nossa história.

Essa desigualdade não é apenas injusta e desmoralizante; ela corrói a motivação, alimenta a evasão e enfraquece a segurança pública do país.

É importante lembrar que, no passado, a própria Polícia Federal foi às ruas lutar pela isonomia salarial com os policiais civis do DF, uma isonomia que sempre existiu, uma isonomia justa para ambas as instituições. E cabe ressaltar: é apenas entre essas duas polícias.

Não importa aqui se seremos vinculados ao Governo do Distrito Federal ou ao Governo Federal; o que importa, de fato, é que tenhamos recuperado nossa simetria salarial com a Polícia Federal e que possamos corrigir o percentual do fundo constitucional destinado à Polícia Civil.

É fundamental ressaltar que durante os Governos do Presidente Lula, sempre se manteve a isonomia salarial entre a Polícia Civil do DF, a Polícia Federal e os policiais dos ex-territórios, tendo recentemente até aprovado aqui, nesta casa, o salário dos policiais civis dos ex-territórios equiparados aos da Polícia Federal. Portanto, confiamos que essa isonomia, tão importante para o moral e a eficácia da nossa Polícia Civil, será restabelecida neste atual Governo.

Então, finalizo minha fala nesta audiência com um trecho de uma canção da nossa música popular brasileira. São versos que ecoam como um lembrete simbólico da nossa luta: "É preciso estar atento e forte. Não temos tempo de temer a morte", porque, senhoras e senhores, quem trabalha com a vida não pode ser tratado com descaso.

Muito obrigado, bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, ainda só antes de passar a palavra para o Saulo, só para vocês entenderem um pouco isso, não é? Como eu disse, o recurso já está no orçamento, ele está desde o início. Em 2010, 2011, 2012, esse dinheiro já estava lá. Então, se nós já pagávamos a equiparação com a Polícia Federal desde 2009, o recurso já estava lá. Isso foi corrigido, e só não houve o reajuste, mas o dinheiro está lá, sendo usado para outras coisas. Isso é o que as pessoas precisam entender, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O dinheiro já está no orçamento, o dinheiro já está no GDF. É só pagar, não é? E o governo quer pagar, pelo menos manifestou o interesse em pagar. Então, não tem nem lógica nenhuma ficar discutindo essas questões até de se é viável, se não é viável. O dinheiro está lá. Ninguém está pedindo mais recurso; é o que está lá já, no cofre do GDF, que está lá, sendo usado para outra coisa.

E outra coisa importante: a Polícia Militar fez 206 anos; Bombeiros, 169 anos na semana passada.

A polícia civil tem quantos anos? Deve ter 65, né, Freitas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Aqui no DF, 65. Mas a polícia civil já existe também de outro século. Deve ser igual à polícia de 200 anos atrás.

Então, o que acontece? Quando foi criada Brasília, em 1960, ninguém queria vir para cá, não, cara. Você acha que o professor que está lá na beira da praia, no Rio de Janeiro, queria vir para Brasília para dar aula aqui, que não tinha nada, só barraco no início e poeira? Quem chegou aqui sabe da poeira vermelha.

Então, o Governo teve que pagar muito – era dobradinha, era quinquênio, era gratificação não sei das quantas. Os policiais bombeiros – aqueles que vieram a pé, inclusive – que tinham segundo grau já passavam a ser oficiais, sargentos e tal. Aí vieram para cá. Óbvio que, com um salário muito maior. Esse salário está impactando o fundo. Essa turma já aposentou e está lá recebendo do fundo a aposentadoria deles com esse salário que, na época, era muito maior do que o normal. Então, hoje, 93% do fundo é para pagar salário. E aí tem exatamente esses reflexos todos que as pessoas desconhecem, muitas vezes. Então, é fundamental que a gente tenha essa consciência da importância disso.

Vou passar, então, para o Sr. Saulo, que está aqui representando o nosso Delegado-Geral da Polícia Civil.

O SR. SAULO RIBEIRO LOPES (Para expor.) – Bom dia a todas e todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmo. Sr. Senador Izalci, nosso anfitrião, na pessoa de quem eu cumprimento todos os integrantes da mesa. Em nome do Delegado-Geral da Polícia Civil, Dr. José Werick de Carvalho, eu agradeço e parabenizo V. Exa. pela iniciativa de realizar essa audiência pública.

Eu estou aqui representando a Polícia Civil do Distrito Federal, nesta tarefa que sempre me orgulha muito: representar a instituição PCDF. Eu sempre repito que eu me orgulho de representar a PCDF, porque, antes disso, eu me orgulho em pertencer à PCDF. E esse sentimento, eu tenho certeza, eu compartilho com a imensa maioria dos servidores de todas as carreiras que compõem os quadros da instituição. Em última análise, é a preocupação em manter vivo esse sentimento que nos reúne aqui hoje.

A Polícia Civil do DF é reconhecidamente uma das melhores do país, porque tem uma estrutura robusta, porque é muito profissional, porque trabalha com protocolos, porque apresenta resultados – que eu vou mostrar daqui a pouco –, mas, principalmente, porque tem um corpo de servidores extremamente competente e comprometido. Não há estrutura, equipamentos, viaturas, sistemas de informática, de inteligência artificial que deem resultado quando não há um corpo de servidores eficiente e comprometido. E para que isso aconteça, esse corpo de servidores precisa ser e se sentir valorizado.

Nos anos de abandono que os policiais civis do DF sofreram, que nos levou a esse descompasso com os subsídios da Polícia Federal, que é historicamente o nosso parâmetro, a PCDF tratou de valorizar e motivar internamente os seus servidores, usando as possibilidades ao seu alcance, como a substituição do armamento por um armamento mais moderno e seguro – o Dr. Benito participou muito bem disso –; a entrega de itens básicos de uniforme para todos; o estabelecimento de critérios para lotação e remoção de servidores; a implementação de um plano de desenvolvimento de pessoas; muito investimento em melhorias das instalações, entre outros.

O problema é que existe um limite até onde a instituição PCDF consegue atuar para realizar a valorização e motivação dos servidores.

E aí, por mais que esses avanços mencionados sejam importantes, se impõe a necessidade de revisão dos vencimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como os nossos vencimentos são suportados pelo fundo constitucional, nos termos do art. 21, inciso XIV, da Constituição, nós chegamos justamente ao primeiro tema que nos reúne aqui hoje, que é a PEC 01, de 2025, de autoria do Senador Izalci. Nesse ponto, não há qualquer dúvida sobre a relevância da matéria tratada na PEC, e eu acredito também na aquiescência de outras instituições mantidas pelo fundo constitucional da sua aprovação. A PCDF, Senador, está plenamente de acordo com a constitucionalização da forma de correção anual dos recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal: pela variação da receita corrente líquida da União, o que já está previsto na Lei 10.633, de 2002. A PEC vem constitucionalizar essa sistemática. E está perfeitamente claro que a intenção não é promover uma mudança substantiva, mas, sim, fortalecer a proteção ao fundo, deixá-lo menos vulnerável a eventuais ataques na sua forma de correção e até mesmo na sua existência.

Nesse contexto, é importante sempre lembrar, Senador, que nós somos a Polícia Civil da capital da República. Nosso compromisso vai muito além de levar segurança aos moradores e visitantes da nossa cidade. Nosso compromisso não é apenas com o DF, o nosso compromisso é com o país. Aqui, temos as sedes dos Poderes Executivo e Legislativo federal e das maiores cortes do Poder Judiciário do Brasil, e nós somos responsáveis pela segurança de todos os seus servidores e membros. Temos ainda compromisso com as nações estrangeiras que aqui mantêm as suas representações e o seu corpo diplomático.

Sr. Senador, além da proteção ao fundo, é extremamente importante que tenhamos um ato menos complexo para reajustar o salário dos policiais. É extremamente importante a autonomia completa para o DF. A complexidade do ato para revisão dos vencimentos dos servidores da PCDF, envolvendo processo de negociação tanto com o Governo do Distrito Federal como com o Governo Federal, é uma situação que não tem paralelo no país e talvez nem no mundo. Ora não é momento político para tratar da negociação no DF, ora não é momento para tratar da negociação no Governo Federal, o que gera muito desgaste aos atores envolvidos. E tais desgastes são vistos pelos policiais, por nós policiais, como falta de reconhecimento e desvalorização. É por isso que nós precisamos não só da preocupação, mas do máximo empenho de todos os Parlamentares que compõem a bancada do DF para recolocar a PCDF no patamar de reconhecimento e de valorização devidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há cerca de 21 dias, eu estava na tribuna do Senado e eu disse alguns números, Senador, com que eu vi que a maioria ficou muito impactada, porque talvez realmente eles desconheçam o trabalho da polícia civil, desconheçam os números. Então, é sempre importante a gente frisar, e eu queria repetir... Quem esteve lá no dia vai se lembrar, a Senadora Leila, inclusive, ficou muito impressionada com a produção dos nossos policiais.

Então, essas entregas são muitas, Sr. Senador. Nós nos orgulhamos em dizer que na capital da República não há presença estruturada do crime organizado, e muito se deve à repressão qualificada feita pela polícia civil. Nós temos o maior índice de elucidação nos crimes violentos, letais e intencionais. No ano de 2024, foram 631 operações policiais realizadas pela polícia civil; 9.052 mandados de prisão foram cumpridos; 7.451 prisões efetuadas; 45.177 inquéritos policiais instaurados; 34.457 termos circunstanciados lavrados; 8.052 laudos periciais emitidos; 23.936 denúncias anônimas registradas. E, além desse trabalho, tem também mais de 350 mil carteiras de identidade emitidas pela PCDF, levando cidadania a todos os cidadãos brasilienses.

Esta audiência proposta pelo senhor tem, então, o mérito de trazer o tema para a sala, colocar o holofote sobre o assunto, considerando a sua urgência. Eu falei urgência porque o tempo está passando e a proposta apresentada é para que a primeira parcela da equiparação já seja implementada agora em setembro. O tempo urge. Precisamos correr muito para que esse reajuste ocorra ainda já em setembro.

Além disso, a PCDF entende que seria de extrema importância a existência de um mecanismo para assegurar a revisão dos subsídios na mesma data, sendo vedado o tratamento discriminatório entre policiais federais, policiais civis do DF e policiais civis dos ex-territórios, justamente para que não haja esse extremo desgaste a cada vez que for preciso rever os subsídios dos policiais civis do DF e também dos integrantes das demais forças de segurança pública.

É preciso também atentar para o art. 144, §6º, da Constituição, que diz que as polícias militares, corpos de bombeiros, polícias penais, polícias civis subordinam-se aos Governadores dos estados e ao Governador do DF. Ora, se as organizações da segurança estão subordinadas ao Governador, se é o Governador quem utiliza as forças de segurança, se é, portanto, o Governador quem faz a coordenação do sistema de segurança pública do DF para que sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecidas as prioridades no âmbito das políticas públicas de segurança, se é ele quem nomeia Delegado-Geral, quem estabelece como será o emprego dos recursos – isso só para citar alguns exemplos –, é imprescindível que tenha a prerrogativa de fixar os vencimentos dos servidores dessas instituições, até porque essa é a ferramenta mais básica de administração e gerenciamento de recursos humanos, de incentivo, de valorização em qualquer organização, seja ela pública ou privada.

Para concluir, então, é preciso frisar uma vez mais que a capacidade de coordenar, orientar e gerir as suas forças policiais é imperativo para a concretização do princípio da autonomia federativa, que também se aplica ao DF, obviamente. Sem isso, além da discriminação e prejuízo ao DF em relação aos demais entes federativos, também se verifica um permanente estado de insegurança e de tensão no seio da segurança pública, o que inegavelmente afeta o adequado funcionamento do sistema, o que é diametralmente oposto à intenção do Constituinte de 1988, ao tratar de forma individualizada a segurança pública do DF.

A instituição PCDF está totalmente empenhada na valorização dos policiais, na conquista desse reconhecimento e correção dessa situação de injustiça que tem se estabelecido nos últimos anos. E tem feito isso da forma mais republicana possível, que é atuando com seriedade e eficiência, e entregando muito valor para a sociedade que serve. Esse valor é justamente uma sociedade mais segura onde não temos territórios administrados pelo crime organizado, conforme eu já disse, onde os índices de elucidação de crimes são compatíveis com os de países mais desenvolvidos. Todos os dias assistimos no noticiário local e nacional às operações da Polícia Civil do Distrito Federal, cujos policiais têm trabalhado incansavelmente para garantir a segurança da nossa população. E a instituição reconhece que a possibilidade de gerar esse valor é garantida pelo trabalho sério, competente, apaixonado que é feito por cada um dos servidores que compõem e dão vida à instituição.

Dito isso, é importante que haja a constitucionalização da correção do fundo constitucional; e imperioso que seja aprovada de maneira urgente a recomposição salarial da PCDF, que depende agora de atos do Governo Federal. Então, a gente conta muito com o trabalho e o empenho do senhor, Senador, para que a gente possa conseguir avançar em todas estas pautas: constitucionalização, autonomia do DF e também essa recomposição, essa simetria com a Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mais, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu convido Bruno Telles, para se sentar aqui também, Vice-Presidente da Associação Brasiliense de Peritos.

Vou passar a palavra, então, à nossa querida Presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia (Sindepo), Cláudia Aparecida.

A SRA. CLÁUDIA APARECIDA DA SILVA ALCÂNTARA (Para expor.) – Bom dia! Bom dia a todos os presentes!

Sr. Senador Izalci, quero cumprimentar todos aqui desta mesa na pessoa do senhor. Cumprimento também todas as demais autoridades presentes, os colegas da segurança pública, todas as senhoras, os senhores, a Senadora Damares, que esteve aqui, a Senadora Leila, aqui devidamente representada por sua assessoria, que eu também vejo. É interessante a gente saber que todos estão interessados nesse tema, que é muito caro e é muito importante para a Polícia Civil do Distrito Federal.

Então, hoje nós estamos aqui nesta Comissão para debatermos dois assuntos bastante importantes. Um dos assuntos é a nossa paridade com a Polícia Federal, e o outro assunto é a PEC 01. E aí eu fiz um texto para eu não me perder com relação a essas duas situações, e, talvez, o meu texto – a minha escrita, o meu pensar – não seja totalmente de acordo com o que foi dito até agora. Entretanto, a gente precisa trazer também todos esses medos, todos esses receios que a PEC pode nos trazer, Senador. Então, por esse motivo, eu trago esses contrapontos para o senhor também analisar. Está certo?

Bom, a paridade com a Polícia Federal é um direito constitucional. A Polícia Civil do DF possui uma característica única: é a única polícia civil do país financiada integralmente pela União, conforme previsto no art. 21, inciso XIV, da própria Constituição Federal. Essa condição estabelece uma simetria natural, funcional, jurídica e orçamentária com a Polícia Federal. Ambas exercem funções de polícia judiciária, ambas são vinculadas à União, ambas atuam em ambientes de alta complexidade e com responsabilidade técnica.

É com base nesse vínculo federativo que defendemos a necessária simetria com a Polícia Federal, não como privilégio, mas como consequência lógica de uma estrutura constitucional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

singular. Essa paridade, no entanto, não está prevista na PEC nº 01, de 2025, a qual nós estamos discutindo neste momento. E o silêncio no texto sobre esse ponto é, para nós, uma grande preocupação porque, quando o vínculo com a União é rompido, desaparece a base jurídica para se exigir uma isonomia – se é que nós vamos continuar querendo que ocorra uma isonomia, não é? E aí eu vou dispondo aqui o raciocínio a respeito desse receio.

Então, o que está sendo proposto na PEC nº 01? Ela propõe transferir ao Distrito Federal a competência para organizar e manter a Polícia Civil do Distrito Federal, assim como as outras forças de segurança. Os recursos continuariam vindo da União por meio do fundo constitucional. Aparentemente, trata-se apenas de uma formalidade, mas, como bem diz o ditado, o que nos preocupa são os detalhes. E aqui os detalhes podem fazer a diferença.

O que está realmente em jogo? Hoje é a Constituição que afirma que compete à União organizar e manter as forças de segurança do DF, e é isso que justifica a existência do fundo constitucional; e é isso que ancora o nosso vínculo com a União; e é isso que sustenta a nossa paridade com a Polícia Federal.

A nova redação da PEC transfere essa responsabilidade ao Distrito Federal. Ou seja, mesmo que o dinheiro continue vindo da União, o dever passa a ser do DF. E aí, segundo o nosso entendimento, começam os problemas.

Qual o risco estrutural dessa mudança? Isso é importante a gente discutir. Primeiro, rompe-se o vínculo federal da Polícia Civil do DF. Deixamos de ser uma estrutura nacional e passamos a ser uma polícia distrital com financiamento federal indireto. Segundo, enfraquece-se a defesa da paridade com a Polícia Federal. Como justificar o mesmo tratamento funcional e remuneratório entre duas instituições se uma é da União e a outra passa a ser distrital? Terceiro, a União se tornaria mera financiadora, sem dever de organizar, sem responsabilidade pela gestão, o que abre brechas perigosas para revisões futuras, fiscais, legais e políticas.

Hoje, a União tem o dever de manter. Amanhã, com essa PEC, poderá dizer que, se o DF tem responsabilidade, o DF assume tudo. A gente está pensando no futuro, pensando no que pode vir a ocorrer e não só pensando neste momento. Se a gente pensar só neste momento, vai ser excelente. Nós teremos uma Câmara Legislativa com 24 Deputados Distritais – aqui na Câmara, é menor o número – e nós teríamos uma maior condição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente tem de continuar pensando no todo, e daí seguimos.

Com isso, nós entendemos que o fundo constitucional pode estar em risco. É verdade que a PEC coloca na Constituição a correção do fundo pela receita corrente líquida – isso é um ponto positivo –, mas o que sustenta o fundo não é só o índice de correção, é o dever constitucional da União de manter a segurança do DF. Ao retirar essa obrigação, a PEC torna o fundo vulnerável a pressões políticas, a crises econômicas e a disputas jurídicas. Basta um novo governo, um novo Ministro da Fazenda, uma nova crise fiscal, e aquilo que era certo passa a ser questionado, ou pode ser questionado, ou pode ser usado politicamente para se alterar tudo o que nós temos hoje. Então, nós teremos, na nossa opinião, uma falsa autonomia.

Muito se fala que o DF ganharia mais autonomia, mas autonomia sem garantia constitucional de recursos pode ser uma armadilha, e não um avanço. O Distrito Federal não tem capacidade fiscal para sustentar sozinho as áreas de segurança, saúde e educação, ainda que nas áreas de saúde e de educação seja apenas assistência, conforme previsto na Constituição hoje.

Fragilizar o elo com a União é puxar o fio que sustenta toda a estrutura institucional da capital do país. Será que essa mudança, de fato, nos interessa? Será que essa mudança realmente vai nos acolher da forma de que precisamos e que desejamos, diante de tudo isso que, no futuro, politicamente, poderá ser alterado? Conclusão: precisamos escutar a nossa base, os delegados de polícia; precisamos ter certeza de nossas decisões.

Senhoras e senhores, essa PEC parece moderna, mas acreditamos ser, da forma que está, temerária. Parece garantir, mas ela pode no futuro retirar. Parece proteger, mas no futuro pode fragilizar. A médio e longo prazos, ela pode comprometer a nossa carreira, o nosso vínculo com a União, o próprio fundo constitucional e a paridade com a Polícia Federal, embora a gente saiba que muitas polícias no Brasil afora não tenham paridade com a Polícia Federal e ganham muito mais do que a Polícia Federal. E nós temos certeza disso, porque nós temos conhecimento e temos contato com vários outros presidentes de sindicatos Brasil afora.

Este debate não pode ser resolvido apenas nos gabinetes. Ele impacta milhares de servidores e milhões de cidadãos. Senador Izalci, com humildade e responsabilidade sugiro a realização de uma ampla assembleia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLÁUDIA APARECIDA DA SILVA ALCÂNTARA – ... para consultar a categoria, para ouvir diretamente os profissionais da segurança pública. Mas deixo também uma ponderação sincera: a maioria dos policiais está concentrada na missão diária de proteger a sociedade. Nem todos têm acesso às nuances jurídicas e institucionais deste debate, e é por isso que esta Casa precisa ter sabedoria para proteger os que não têm como se defenderem sozinhos.

Concluo reiterando dois pontos essenciais: a paridade entre a Polícia Civil do DF e a Polícia Federal precisa ser reconhecida e protegida. O elo com a União não pode ser rompido, pois é ele que garante a permanência do nosso modelo, a segurança do nosso financiamento e o respeito às nossas carreiras.

Com isso, eu encerro.

Agradeço muitíssimo pelo convite.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Cláudia.

O objetivo desta audiência pública é exatamente esclarecer, debater, para a gente realmente fazer a coisa correta – ninguém aqui quer prejudicar ninguém –, mas é importante analisar a PEC assim: não estamos desvinculando. A PEC, a emenda constitucional determina que a União vai financiar do mesmo jeito. Essa questão de discussão do futuro já está acontecendo. O nosso fundo está sendo ameaçado constantemente. Então, nós não estamos tirando aqui nenhuma...

Por exemplo, foi o que eu disse aqui no início: para dar um reajuste, se é paridade ou não, sempre a iniciativa é do Governador. Sempre foi e vai continuar sendo. O Governador não vai admitir, até pela autonomia da Federação – porque hoje tem o pacto federativo, cada estado tem a sua autonomia... O que a gente precisa consolidar é o seguinte: o Governo Federal nunca – nunca – organizou a segurança pública do DF. Essa é uma distorção que acontece, porque a União nunca fez nenhum planejamento para discutir as outras... O Plano Piloto, pode até ser, mas não houve em nenhum momento essa questão, a qual, para todos os governos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entraram, pelo menos quando eu participei, foi uma preocupação – tanto para os governos anteriores como para o atual –, quer dizer, a Constituição dá a obrigação de organizar, mas isso só era possível quando realmente a gestão era da União. A gestão agora é do Governo atual, do Governo local, então cabe a ele.

A preocupação é que os 26 estados têm autonomia para fazer, e nós estamos discutindo a segurança. A PEC da segurança aqui é exatamente isso, porque nós somos, em princípio, contrários a essa centralização. Os Governadores todos estão defendendo a autonomia do estado, em função de que a União tem outras obrigações com segurança pública. Então, o DF é que está com essa questão, né? A questão que eu vejo é apenas a de eleição, porque Brasília não tinha autonomia política, passou a ter e não corrigiram a Constituição.

Acho que cabe, sim, discutir, chamar uma assembleia, conversar com todo mundo, mas a parte técnica é fundamental, porque a decisão não é política. As ameaças já estão acontecendo. Tem muitos questionamentos com relação ao DF. Por quê? Talvez porque o DF não esteja também dando qualidade no serviço público, e nós temos um orçamento maior do que o dos demais estados. A Federação Nacional dos Municípios se manifestou recentemente exatamente nesse sentido, porque a gente tem uma saúde que não está funcionando, uma educação que não está funcionando, e, na prática, com um orçamento maior do que o de todos os municípios.

Então, quanto a essa questão do futuro, a gente tem que ter cuidado, porque ela já está sendo discutida no presente, mas eu acho que vale a pena, sim. O objetivo da audiência é exatamente debater isso aí, mas tecnicamente eu vejo que a gente precisa entender o processo. Não existe nenhuma legislação, pelo menos que eu conheça... Você falou aí, mas eu não sei se existe essa obrigatoriedade da paridade. Eu não vejo. Sempre teve, mas não tem. Podemos até pensar nisso, de colocar... Fica meio assim, eu acho que fica um pouquinho fora, mas não tem nenhuma dificuldade. Se a gente conseguisse aprovar, seria ótimo também, né?

Obrigado, Cláudia.

Eu passo a palavra, então, ao nosso querido Benito, representando aqui o nosso Secretário Sandro Avelar.

O SR. BENITO AUGUSTO TIEZZI (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci, que fique aqui registrado, o senhor sempre foi um grande e aguerrido defensor da segurança pública do DF. Em qualquer assunto que tratasse de segurança pública, o senhor estava pronto e à espera. O senhor realmente foi sempre um guerreiro nisso.

Meu amigo Enoque, parabéns pela gestão do Sinpol, nessa tocada forte e inteligente.

O Dr. Werick praticou um *upgrade* na Delegacia-Geral Adjunta, e o Dr. Saulo assume lá e, com certeza, vai ser um trabalho muito melhor do que nós pudemos fazer lá. O Dr. Werick também é um grande gestor e é inteligente.

Cláudia, minha amiga, também parabéns pela atuação, pela forma guerreira com que você está lidando.

Trago aqui as escusas do Secretário, o Dr. Sandro. Ele está num procedimento médico e realmente está impossibilitado neste momento de comparecer. E eu até falei com o senhor que o Deputado Wellington fez até contato agora, porque também houve um erro de agenda dele lá e acabou tendo... Também fez contato conosco.

Vamos tratar do primeiro tema aqui. Eu sempre fui muito objetivo, e é uma matéria com a qual a gente lida há muitos anos. Estou na polícia desde... O meu concurso é de 1994, entrei em 1996 e assisti de cadeira ao antes do fundo constitucional. Tive o prazer de encontrar o Jader, que está trabalhando com você, trabalhamos juntos lá na DP-11, e ele é testemunha. Para registrar ocorrência antes, Senador, o cidadão tinha que ir à papelaria da esquina, conseguir o papel e trazer para nós gerarmos a ocorrência, cuja impressão mal dava para ler. Eu lembro, quando eu fui para a DP-11, em 1997, se não me engano: eu comprei um cartucho de impressora para poder fazer relatório de inquérito e oitivas, porque não imprimia, não tinha... Então, isso era antes do fundo. Viatura era um negócio assim... Nós já fomos buscar um preso com um veículo emprestado, um veículo de parente de vítima, não é isso, Jader? Então, a situação antes do fundo era caótica.

Em 1999, nós fomos auxiliar lá na Delegacia-Geral e fiquei lá até 2007, passei por lá a gestão toda, e acompanhamos muito de perto – muito de perto – o trabalho hercúleo na elaboração da lei. No finalzinho de dezembro, se não me engano na data, de 2002, no finalzinho do Governo do Fernando Henrique, ele sanciona a Lei 10.633, que foi a salvação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lavoura. Dali para cá, a estrutura das polícias – estou falando de todo mundo – mudou completamente de cenário, ou seja, trouxe uma obrigatoriedade, que já existia na Constituição, mas não tinha a regulação. E, desde lá, carece ainda, até hoje, de uma forma de gerir esse recurso, porque ele entra como um fundo ao crivo do gestor por delegação, que é o Distrito Federal, e isso aí, realmente... Eu vou chegar lá.

Agora, com relação à questão constitucional, a gente tem que fazer a separação, e as pessoas acabam fazendo as interpretações misturadas: nós temos dois elementos aqui dentro, um de competência material e outro de competência legislativa. A competência material é muito clara, o art. 21, XIV, traz lá a obrigatoriedade de a União manter as forças – as três –, bem como prestar auxílio à saúde e à educação.

No que tange à Polícia Civil, o art. 24, §1º, traz uma competência concorrente lá dentro, e tem toda uma mistura... Inclusive fala, no caso só da polícia civil, de direitos dos policiais civis. Está lá, na cabeça do artigo, que é competência dos estados e do Distrito Federal, não é? Então, a gente precisa tratar dessa matéria com muita cautela.

O Supremo fez vários imbróglios, não é? Decisão judicial ninguém discute, apenas cumprimos, mas em um momento ele vai para um lado e, em outro, para o outro. Agora, recentemente, trouxe uma natureza nova ao fundo constitucional, que já foi discutida inclusive, que era a natureza previdenciária, que tentou-se, lá atrás, pagando o servidor aposentado da saúde e da educação, não é? E agora o Supremo, numa ação, numa ADI da Cobrapol, vem e decide que nós temos que nos regrar, que o DF teria essa competência legislativa, na ambiência previdenciária, para tratar da matéria. Quer dizer, você vê que a coisa, realmente, carece de um direcionamento legal ou constitucional fundamental.

E, por aí, nós temos dois lados, dois caminhos, não é? Isso já foi falado muito lá atrás. Na época, eu presidia o sindicato lá – também já apoiamos um lado e o outro, passando também pela gestão... E você consegue verificar todo o cenário.

Mas vamos lá. A gente tem duas saídas aqui. A primeira: já que o organizar, no sentido de traçar diretrizes do cargo efetivo, da ampliação do cargo, das competências primárias, ou seja, tratar do cargo em si e do salário... Se for nessa linha, é necessário que se atente a um princípio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aliás, a mais de um princípio. Dizem doutrinadores que é pior ferir um princípio do que ferir a própria lei, não é?

Então, vamos lá. O art. 5º da Constituição traz a questão da isonomia. Isso, inclusive, já foi tratado pelo próprio MGI. Ele fala aqui, numa portaria de 2024, Portaria nº 5.127, de 13 de agosto de 2024, que, na elaboração de propostas de reestruturação de carreiras, é compulsória a uniformização de estruturas remuneratórias para cargos da mesma natureza e com similar complexidade de atribuições e responsabilidades.

Qual a diferença da PF – que, aliás, nasce do mesmo pai, do mesmo ovo, óvulo – e da PCDF? A diferença entre os dois é de competência. No caso nosso, no caso da polícia civil, é residual, ou seja, tudo. E a competência da Polícia Federal é adstrita lá, se não me engano, ao §1º do art. 144. Mas a atuação em si é idêntica, exatamente, os procedimentos são idênticos, tanto é que se faz muita coisa em conjunto. É muito entrelaçado, por ser, absolutamente, a parte procedimental a mesma, não é?

Então, nessa linha de ser pior – e é pior ferir um princípio do que a própria lei –, que se estabeleça um efetivo gatilho, ou seja, no momento do reajuste salarial, que venha também, como se fez agora, não como gatilho, mas no automático, com os ex-territórios, não é? É uma coisa assim, muito, muito tranquila.

E é assim com o Ministério Público do Distrito Federal: quando se aumenta lá o subsídio dos Procuradores da República, também aqui. No Judiciário do Distrito Federal é exatamente igual. E são também organizados e mantidos pela União.

Então, há diferença do Poder Judiciário, que tem sua competência lá para legislar – legislar, não, para propor legislação –, mas, assim, *mutatis mutandis*, são muito parecidos. Então, que venha, que se adote a mesma postura, porque, do jeito que está, a gente tem uma situação absolutamente – está, não, sempre esteve – capenga. A gente tem uma autonomia do DF ferida.

Ora, o Dr. Saulo trouxe aqui que quem comanda as polícias – a PM, a civil – e os bombeiros é o Sr. Governador. O ato mais primário de gestão é fixar salário. Esse é o básico da gestão. Você parte daí; se você mexe no bolso do servidor, você mexe em tudo. E trago aqui uma fala, com muita ênfase, do Secretário Sandro Avelar, que sempre foi forte, lá atrás, nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala, quando foi Secretário antes, e agora é de novo: invista no indivíduo. Para o policial militar, o civil, o bombeiro, a exação do indivíduo é tudo. Não adianta você ter computador, *software*, armamento ou helicóptero; se o indivíduo não tiver exação e não tiver estimulado para tocar o barco, efetivamente nada acontece, seja em correr atrás para prender, seja em aprofundar a investigação. Então, é esse o ponto, e a gente tem que tratar disso.

Essa guerra – nós sofremos, nós participamos da nacional também, o senhor se lembra, e a gente comentava com os colegas dos outros estados – é um sofrimento duplo. A gente sofre muito para conseguir um aval e depois sofre tudo de novo para conseguir a ratificação. Então, são situações para as quais se precisava ter uma correção.

E eu falo isso para todas as forças, porque, na realidade, é um conjunto de forças. A segurança pública é um complexo, e aqui é a capital da República. No mundo inteiro, eu desconheço um país em que a capital da República não tenha um olhar diferenciado e, efetivamente, um tratamento diferenciado para com as suas forças. O Dr. Saulo falou muito bem aqui e o Enoque também detalhou, a gente trata e a gente cuida de todo mundo. A cúpula do país está aqui. Todas as representações internacionais estão aqui.

Então, o senhor trouxe uma discussão constitucional, e precisamos de um convencimento forte. Para nós que conhecemos, para todos aqui que conhecem a matéria, nos parece muito óbvio: cuidem daqui porque nós cuidamos de vocês todos. Mas, realmente, a gente tem que sempre estar atento, porque não podemos deixar que haja um aproveitamento desse caminhar, desse trilhar, e se desvie para outro lado, criando um falecimento – se não me engano e que me corrijam – do maior clamor, hoje, da população brasileira: segurança pública.

Aliás, o pessoal esquece que a segurança pública é, inclusive, no país e no estado, condição de desenvolvimento econômico. Grandes empresas olham para isso; não olham só para a questão financeira, mas para a segurança da sua estrutura e do seu corpo. Então, realmente, é uma situação para a qual a gente precisa olhar com muito carinho, e o senhor está fazendo isso.

No que tange à simetria ou à isonomia – como queiram –, eu volto lá para o princípio. A gente tem aqui, dentro da estrutura legal e constitucional, todo um direcionamento. Houve um *gap* salarial, por força de um alinhamento ruim de astros, no Governo do Sr. Rollemberg, e teve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma situação muito complexa lá dentro, que trouxe, de lá para cá, uma dificuldade, porque o distanciamento foi muito grande; nós até participamos lá, desde o início, das reconstruções.

Então, é para todo mundo. Você olha os salários, hoje, nas polícias e verifica, com relação aos outros entes federativos, que a gente está bem para trás, as polícias e os bombeiros, todos realmente; a defasagem é muito grande. E, com o fundo constitucional – está tendo a discussão da Mesa –, indagou-se com relação à sustentabilidade do fundo. Hoje, se eu não me engano, me corrijam, estou sem números aqui, mas o aporte do fundo para a segurança pública é menos que 50%. Então, em saindo o reajuste, ele vai atingir essa casa, 50%, 51%, ou seja, há uma sustentabilidade do fundo muito grande. Por isso que ele é fundamental e dá suporte a tudo isso. Então essa assimetria, no automático, seria uma grande coisa.

Ou, de outra sorte, então se proteja efetivamente a autonomia do ente federativo, separando a competência material – manter, União mantém, porque é assim tem que ser e é assim no mundo inteiro – da competência legislativa, ou seja, por delegação de competência, em nível infraconstitucional ou na própria Constituição. Entregue ao Governador toda a sua estrutura de gestão, ou seja, fixar subsídio, autorizar concurso, tá?

A LOA, seja do DF aqui. Por quê? Há uma mistura, o senhor sabe muito bem disso. Nós temos o fundo constitucional como uma verdadeira cesta aqui. E o orçamento do DF. Há sempre os transbordos. E é normal que haja. O gestor vai dar um jeito de fazer funcionar.

Então entregue para o Distrito Federal, como é na saúde e na educação. Não tem nenhuma novidade nisso. A fixação do subsídio, dos salários dos médicos, dos enfermeiros e dos professores é por onde? Câmara Legislativa do Distrito Federal. Pago por quem hoje, praticamente no seu todo? Fundo constitucional. Então nós temos essas duas saídas, ou o gatilho, respeitando sempre, é lógico, a competência material, ou seja, a competência e a obrigação da União de manter, e a parte legislativa. Aí sim, vem essa discussão.

Então eu acho que o senhor... Vi ali a ideia do senhor nessa linha, mantendo a competência material, no sentido de a União continuar como mantenedora da segurança pública em si, e trazendo para cá essa possibilidade de entrega da competência legislativa, para que o Sr. Governador, quem estiver do Governo, que efetivamente regre e faça a efetiva gestão das forças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso. E volto à mensagem do Dr. Sandro, que falou, "não se esqueça de falar". Sempre foi um defensor dessa matéria. Sempre ele fala, ele falou: "Pode usar meu nome". Eu falei: "Eu vou usar mesmo", porque ele fala em público isso. É isso, a higidez salarial; é o bolso, que afeta o servidor. Então esses homens e mulheres que estão na rua, nos protegendo, mantendo aqui, como falam, um oásis – não é? –, o DF. E é mesmo. Se a gente olhar para o resto do país, é, sim, em especial na segurança pública. Nós temos aqui um quadradinho muito seguro, muito seguro. E é por isso, invista sempre no servidor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Benito.

Bem, eu vou passar a palavra também para os nossos... Senadora Damares, quer?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vou passar então aqui para Luana de Ávila, que está representando aqui a Cobrapol, o Sr. Alex de Oliveira Galvão.

A SRA. LUANA DE ÁVILA (*Fora do microfone.*) – Precisa ligar alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só apertar aí.

A SRA. LUANA DE ÁVILA (Para expor.) – Bom dia a todos. Meu nome é Luana de Ávila, eu sou Diretora de Pesquisas Jurídicas da Cobrapol e também estou interinamente respondendo pela Vice-Presidência do Sinpol-DF.

Eu achei todas as explanações maravilhosas e gostaria de agradecer a iniciativa do senhor, de pautar o hibridismo a que nós somos submetidos nas nossas legislações.

Essa iniciativa, realmente, ataca o maior anseio do policial civil do DF hoje. Nós realmente temos processos legislativos muito penosos para o policial. Eles demoram muito, precisam ser negociados primeiro numa esfera, depois em outra esfera. Isso é bastante sacrificante para o policial, gera bastante ansiedade, porque, quando nós chegamos ao ponto final em uma esfera, começa tudo de novo na outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa discussão ainda não está madura na nossa categoria, como a Dra. Cláudia bem apontou. Nós transitamos, todo o momento, entre uma e outra esfera, com o nosso desejo do que seria menos amargo para o policial, porque para o policial civil isso teve um resultado amargo até então.

Quando o fundo constitucional foi criado, como o Enoque bem pontuou, a polícia civil tinha 20% da fatia desse fundo. Hoje nós temos 12%. Esse resultado a gente não pôde observar nas demais forças de segurança do DF, somente na polícia civil. As outras forças que nós temos mantiveram os seus percentuais. Então, por alguma razão de escolha ou de política de segurança pública, nós acabamos perdendo a nossa fatia e não conseguimos acompanhar, com esse hibridismo, a manutenção da polícia civil como deveria ser.

Inclusive, como o debate da segurança pública hoje é o maior interesse da população, nós temos que falar sobre isso. Hoje, representando a Cobrapol, nós temos que falar da necessidade de assegurar à polícia civil e às polícias civis as forças que elas deveriam ter. Esses 20%... Esses 8% que nos foram tirados ao longo do tempo, revelam – o Dr. Saulo trouxe aqui muito bem – todos as nossas entregas perfeitas com o pouco que temos. Mas esses 8% fizeram diferença naquilo que nós ainda não entregamos. Isso não deveria ter sido retirado da polícia civil, deveria ter acompanhado o crescimento do fundo, porque o dinheiro já está lá, ele sempre esteve lá. Foram escolhas de que esse dinheiro fosse empenhado em outro lugar.

A gente precisa revisitar isso, porque, inclusive, a segurança pública pautada em evidências, que a gente vê tanto no Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública quanto no 1º Anuário que a Secretaria de Segurança Pública apresentou agora, é que o combate ao crime organizado e também o combate à criminalidade cibernética têm sido o que mais nos aflige. Quem executa essas competências com a maior – e única, talvez – competência constitucional é a polícia civil, são as polícias civis pelo Brasil. Então, a gente precisa recuperar o fortalecimento das polícias civis e retomar para a polícia civil a garantia dessa fatia do fundo constitucional que lhe cabe, que são 20% do fundo.

Podem dizer que a gente não conseguiria gastar tudo isso, mas a gente consegue, sim. Nós temos uma crise de efetivo. Mesmo com todas as nomeações que foram feitas, nós temos ainda uma polícia civil com percentual de 50% de ocupação e mesmo assim, Dr. Saulo, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consegue entregar tudo isso. Então, as promessas que são feitas à polícia civil... A gente entrega tudo antes. Não é? Estamos precisando que a contrapartida dessas promessas retornem para nós.

Eu faço um discurso aqui de entidade mesmo, defendendo a categoria, defendendo o policial civil, porque a gente sabe que dinheiro é resultado em política pública. No que você foca expande e a gente precisa expandir a competência das polícias civis e o investimento nelas para que esse retorno possa ser ainda maior, para que a gente não tenha uma segurança pública que é baseada em enxugar gelo, para que nós sejamos mais eficientes na segurança pública como um todo.

A gente fala muito de integração, mas essa integração não pode ser vã em usurpação de funções de um modelo constitucional construído no Estado democrático de direito. No Estado democrático de direito, a gente tem competências e a gente tem que seguir isso que é dito. Se a gente só integra e permite que todo mundo faça de maneira desorganizada, a gente vê, às vezes, autoridades falando ali que a polícia prende e a Justiça solta; mas, às vezes, a Justiça solta porque não tinha um outro caminho, não foi feito de acordo com o que o direito pedia que fosse. Então, a gente precisa, de fato, organizar isso, essa integração inclusive, e fazer isso do jeito certo, fortalecendo as polícias civis, devolvendo a nossa fatia do fundo constitucional e, a partir daí, crescendo junto com o crescimento do fundo.

A tentativa do senhor em pautar isso foi maravilhosa. Nós agradecemos tratar o hibridismo, mas, assim como os nossos colegas já apontaram com brilhantismo, existem outros caminhos constitucionais também, outros remédios constitucionais que nos parecem menos temerários que mexer no "organizar e manter", que é a competência material. A gente tem, como o Dr. Benito bem falou, o art. 24, que trata da competência concorrente; temos também o §4º do art. 32, que fala que lei federal disporá sobre o uso do Distrito Federal das forças de segurança, e isso até hoje não foi feito, não houve essa regulamentação; temos uma lei muito recente, que é a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, que, no seu art. 3º, tentou transferir ao Governador dos estados e também do DF a competência para tratar dessas coisas, porque muitas vezes ela não é enxergada no Congresso Nacional, porque não vivem a realidade do DF. E, realmente, para o contexto do país, acaba não sendo uma prioridade, mas para o DF é crucial e para a segurança pública voltada para a capital é crucial. Então, a gente precisa, sim, trabalhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a autonomia do verdadeiro gestor das polícias, mas a gente tem que ter o cuidado de não mexer na competência material da organização e mantença dessas polícias.

Também temos ali, no próprio art. 144, oportunidades de mexer com essa competência legislativa para o Governador. Vemos essa tendência nas legislações mais recentes e nos julgados do Supremo, transferindo essa competência legislativa, mas talvez com um risco menor, de não mexer no "organizar e manter". Como o senhor fez um histórico bem bonito ali no começo, da evolução do art. 21, nessa parte dos incisos XIII e XIV, a gente pode observar que o Poder Judiciário mexeu nisso, mas manteve o "organizar e manter"; a própria Polícia Federal estava no mesmo inciso que o nosso, no inciso XIV, e ela saiu dali, do nosso inciso, mas foi para o art. 144, mantendo o "organizar e manter". Então, a gente fica muito receoso, reticente em tirar ou mexer no "organizar e manter", mas existem várias outras oportunidades legislativas, também constitucionais, pelas quais a gente pode conseguir o mesmo objetivo.

Acredito que seja essa a contribuição, e a gente tem várias propostas, tanto o Sinpol como a Cobrapol, que a gente pode ajustar para chegar ao mesmo objetivo com um risco talvez menor.

Uma outra pergunta que eu gostaria de fazer ao senhor, que aí é realmente o senhor que domina esse assunto, é do trâmite legislativo, porque muitas vezes a gente mira num objetivo, mas abrir a discussão pode trazer, no meio dela, um efeito contrário.

E aí eu gostaria de saber do senhor se existem estratégias para que a gente, abrindo essa discussão aqui, muito recente, como o próprio senhor asseverou que ela trouxe tentativas de ataque ao fundo constitucional, se existem técnicas e estratégias para que essa reabertura também não represente o mesmo risco, porque talvez seríamos nós mesmos abrindo a oportunidade para que tirem de nós o que a gente está tentando aqui resguardar.

E, por fim, não posso deixar de falar o que todos os representantes da polícia civil falaram, eu também não posso deixar de falar que para nós é muito difícil tratar de qualquer assunto da polícia civil de barriga vazia. Nós estamos desesperados pela recuperação da paridade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUANA DE ÁVILA – O senhor me permite continuar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O policial civil do DF de classe especial perdeu R$390 mil, de 2015 a 2025, em comparação com o agente da polícia federal, cada policial civil, agente – e os delegados também têm a sua importância, que foi perdida. Esse valor, com essa recuperação da paridade, não vai voltar, mas representa um capital para o humano que amarga o policial civil.

Então, é muito difícil fazer qualquer discussão técnica, jurídica e de futuro sem que esse problema pontual esteja resolvido de maneira urgente. E é isto que nós suplicamos ao senhor: que nos ajude a resolver agora, de maneira rápida, pontual e talvez até para a frente, com um texto constitucional, esse reajuste automático e da simetria da polícia civil com a Polícia Federal, porque ela é justa, jurídica, histórica, e a gente precisa resolver isso de maneira definitiva.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem, Luana. Você trouxe aqui alguns pontos importantes. Primeiro, é o seguinte: essa redução dos 20% que eram da polícia civil se deu exatamente em função do não reajuste dos 37,5%. Como o fundo já existe, o fundo já está lá, o GDF usa o fundo. Se não usou, pegou o dinheiro da polícia civil e botou em outro lugar, porque não ia deixar também sem utilizar. Então, quando não houve o aumento dos 37,5%, foi quando houve essa diferença de percentual. Evidentemente, com a nova paridade, realizando isso, volta a polícia civil a ter um percentual maior, que deveria seguir, pelo menos, como quando foi criado. Quando foi criado, já existia um percentual de cada força, inclusive da educação e da saúde.

Então, espero que, com esse reajuste... Espero que aconteça logo e um dos objetivos desta audiência também é tratar da questão do reajuste, porque é o que eu disse aqui no início: não existe nenhuma legislação que obrigue a ter paridade com a Polícia Federal, mas sempre teve, sempre foi e hoje ainda é iniciativa do Governador, tanto que o Rollemberg se prontificou a dar, e depois não deu em função de questões de negociação; o Ibaneis também se propôs na primeira... Como eu disse aqui, nós aprovamos na CMO, aprovamos no Congresso, e não foi possível dar. E aí foi questão do Governo Federal, porque houve aí... Como você vê, está sempre com problema, algum problema sempre existe, que ou é local ou é federal.

Então, por isso, na prática, o DF ainda não teve a sua autonomia política completa. Quando se falou na autonomia política, que está fazendo 40 anos agora – inclusive, a PEC, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que é a PEC 35, está completando 40 anos agora –, quando teve a primeira eleição para Deputado e, depois de 1990, para Governador, então, houve essa mudança. E o que eu vejo realmente é que mudou a realidade. A partir da autonomia política de governo, de se eleger o Governador, mudou a situação aqui na capital, porque até então quem indicava era a União, por isso é que tudo era a União que organizava. Só que existe este problema desde o início: a União nunca organizou a segurança pública do DF, sempre foi competência.

Então, essa discussão é interessante porque a gente... A PEC existe, cabem emendas, cabem sugestões. É por isso que nós estamos aqui na audiência, quero fazer... Quinta-feira tem outra, e vamos fazer tantas quantas forem necessárias.

Qual é o processo político? Nós já estamos sob ameaça já há algum tempo, vocês estão percebendo: ano retrasado, ano passado... Há uma posição muito contundente da Confederação Nacional de Municípios, que questiona hoje a questão do DF, e ela traz números comparativos entre a receita do DF e a receita de cada município.

É importante frisar, sempre, que Brasília também tem município, porque toda vez aqui esquecem que Brasília é estado e município. Então, se você... Eu me lembro aqui da última, acho que... Não sei se a Damares estava aqui ainda, foi na covid. Nós fizemos uma PEC para ajudar os estados e municípios: R$46 bilhões. Aí colocaram o recurso, já chegaram com o projeto pronto: tantos bilhões para o estado e tantos milhões para cada município. Quando chegou no DF, só tinha "estado", não tinha nada para o município, diferentemente dos outros estados. Aí a gente teve que brigar aqui para conseguir ter um recurso. Mas, se eu dissesse: "Olhe, vamos conversar com todos os Senadores aqui, vamos diminuir um pouquinho de cada um e passar para o DF". Eu ia apanhar aqui, não é? Então, a gente conseguiu reverter de outra forma.

Mas eu digo o seguinte: há um questionamento. Se é o momento ou não, o que eu posso dizer é o seguinte: praticamente, conversei já com quase todos os Senadores, individualmente, mostrando essa questão e levei ao Governo também – ao Governo Federal –, que está ainda analisando, inclusive com um problema sério no colo porque o Governador anunciou o aumento, e eles estão segurando isso.

Com relação à polícia civil, não vejo nenhuma dificuldade com relação ao que tem lá. Agora, há um questionamento lá – e isso não fui eu que falei, foi a Ministra da Gestão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juntamente com os assessores – de que eles têm dificuldade com os policiais militares porque eles têm o Exército, e o Exército é uma força militar. Então, eles têm dificuldade de pagar um reajuste maior para a polícia militar do que para o Exército. Então, eles ficam assim, com esse abacaxi nas mãos, mas sabendo que quem definiu o aumento, quem define o aumento, quem propõe o aumento é o Governador.

Então, a gente conversou já, individualmente, com vários. Conversei, inclusive, com o Senador Rogério Carvalho, que se prontificou a relatar – ele é do PT e é do Governo. Então, eu não vejo dificuldade aqui; eu vejo o contrário. Nós tivemos duas mostras aqui, dois embates aqui com relação ao arcabouço e com relação à reforma política, tributária. A gente conseguiu convencê-los de que o melhor era manter do jeito que está.

Então, eu vejo o contrário. Acho que o momento é exatamente este, de aproveitar que nós conseguimos isso recentemente do que ficar esperando essa força que está vindo aí, pesada, com manifestações de entidades com relação a estado e município. Porque, se Brasília fosse uma referência nacional na saúde, na educação, na gestão pública, talvez não teríamos tantos questionamentos. Mas você pega, por exemplo... Eu tenho um amigo, o Deputado Júlio Cesar, que é meu amigo do Piauí, e ele questiona. Ele sabe cada centavo para onde vai, e ele questiona: "Izalci, lá no Piauí a coisa está funcionando, cara! A saúde é melhor, a educação é melhor, e aqui vocês têm dificuldade".

Então, esta audiência é importante para vocês apresentarem sugestões, para a gente – se for necessário – colocar alguma emenda. Mas eu digo o seguinte: nós precisamos, de fato, consolidar a autonomia do Distrito Federal, que não existe hoje. Por isso é que fica esse empurra-empurra, que é ruim para os servidores.

Eu vi, no dia em que o Governador anunciou, todo mundo animadíssimo com o reajuste. E agora começa a ter essas confusões de novo. E não foi a primeira vez. Vocês sabem que em 2020 e 2021 teve a mesma coisa, né? Foi dado, aprovamos aqui o reajuste de vocês, e, na hora de concretizar, teve problema no Governo Federal.

Parabéns, Luana, mas vamos participar mais aqui, expor sugestões. Estou à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, então, agora, para o Marcus Monteiro, que é da Federação dos Policiais Civis das Regiões Centro-Oeste e Norte (Feipol-CON).

O SR. JOSÉ MARCUS MONTEIRO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar a mesa homenageando nossa amiga Cláudia Alcântara, representante feminina das policiais, e, aproveitando o ensejo, convidar a todos para, no dia 6 de agosto – não é, Luana? –, o ato da Cobrapol em defesa das mulheres policiais – viu, Senadora? Já fica aqui o convite para fazer parte também desse ato.

Quero cumprimentar o Senador Izalci e, ao mesmo tempo, homenageá-lo e agradecer-lhe pela sensibilidade em propor esta audiência interativa, justamente com a nossa categoria, a do policial civil. Há muitas críticas em relação a essas questões das forças de segurança pública do Distrito Federal, e nada mais justo do que tratarmos aquilo que é nosso da maneira adequada: debatendo, dialogando e avançando.

Eu me recordo de que, se não me falha a memória, em 2017, Senador, nós apresentamos uma emenda a respeito da paridade da polícia civil com a Polícia Federal – de sua propositura, inclusive –, para que fosse sanada de uma vez por todas essa questão do hibridismo mencionada pela Luana e que realmente nos é cara. O policial civil sofre muito. Ele é angustiado toda vez que se tem que falar em reajustes. E eu sou testemunha viva de o quanto isso é complexo. Em 2012, chegamos a entrar em luta, não digo corporal, mas até mesmo ideológica, por conta do reajuste que à época a Presidente Dilma não quis conceder à Polícia Civil do Distrito Federal. Aquilo ali causou um prejuízo gigantesco à nossa categoria.

Nós somos uma polícia de Estado, e não de governos. E todos têm que compreender isso. O nosso papel é defender a sociedade. Somos, como diz a Senadora Damares, os garantidores dos direitos fundamentais do cidadão. Somos a linha entre o bem e o mal. Nada mais justo do que termos o nosso reconhecimento através de um salário digno. Nós não ganhamos mais nem melhor do que ninguém, mas precisamos, sim, ter uma dignidade.

Há outros estados – e eu represento aqui o Centro-Oeste e Norte – em que o salário é muito maior que o da própria Polícia Federal. E isso é discutido com o Governador do estado. É ele, assim como é aqui no Distrito Federal, que dá à sua polícia, à sua força, o merecimento, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resposta àquilo que nós, principalmente nós aqui do Distrito Federal, proporcionamos para todos os moradores, aquelas pessoas que transitam aqui no Distrito Federal, que é a capital da República, isso nunca vai mudar. Somos a Polícia Civil do Distrito Federal.

E, quando há a proposta da PEC, e muitos colegas, vou aqui traduzir num linguajar muito simples, para que o entendimento fique mais fácil daqueles colegas que estão nos assistindo, que certamente virão nos grupos questionar, fazer perguntas – e essa é a intenção desta audiência –; há sempre um debate em relação ao que é a preocupação da Cláudia do Sindepo: vamos perder nosso vínculo com a União, com a nossa raiz, lá atrás, com a Polícia Federal? Ora, o questionamento é: nós temos um departamento da Polícia Civil do Distrito Federal no Ministério da Justiça? Não. Quem nos organiza, e nos mantém, e nos dá posse? É aqui o Governo do Distrito Federal. Essa é a realidade, não adianta aquele pensamento utópico: "Ah, mas eu sou da Polícia Federal, eu sou um servidor público federal e não quero ser um policial distrital". Eu nunca entendi essa questão, essa interpretação. Eu, como profissional de segurança pública, trato exatamente de promover a segurança pública e quero ter a minha dignidade de volta, que é o meu reconhecimento por aquilo que eu entrego. E nós entregamos muito bem, muito bem mesmo. São dados estatísticos, não são diz que me diz que.

Então, fica esta questão: vamos perder um vínculo com a federalização, nós vamos deixar de ser federais? É uma matéria a ser discutida e aqui esta audiência é justamente para isto, para adequar. Nós não temos um departamento da Polícia Civil do Distrito Federal lá no Ministério da Justiça, nem teremos. Então, também não queremos ficar à mercê de um governador amanhã que possa diminuir o percentual daquilo que é repassado do fundo ou que dê outra destinação, é o nosso temor.

E aí eu vou falar aqui em nome dos policiais civis aposentados, que têm sofrido muito e são pessoas que contribuíram para que hoje esta cidade tenha a qualidade de segurança pública que tem. Brasília é uma ilha diferenciada do resto do país, aqui o cidadão ainda transita tranquilamente pelas ruas. Isso são dados tanto do fórum brasileiro como do anuário nosso aqui do Distrito Federal. E quem promoveu tudo isso foram os policiais que tiveram história nessa capital e são merecedores desse reconhecimento pela dignidade do que entregaram. E nada mais justo do que ter de volta o seu salário digno para manter sua família, como sempre manteve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, faço aqui um apelo a todos para que nós possamos, em outro momento, Senador, aprofundar mais o debate e encontrar uma saída justa para que nosso clamor pela nossa dignidade salarial não fique nessa romaria todo o tempo, todo governo. Nós nos cansamos disso e não temos mais tempo para isso. O policial aposentado não tem mais tempo. De três anos para cá, muitos, muitos colegas mesmo que tinham a esperança de ver essa paridade já não estão aqui entre a gente. Se eu for relembrar nomes aqui, nós vamos ficar o dia todo aqui relembrando. Pessoas valorosas, policiais que deram o sangue e a vida por esta cidade. Então, nada mais justo do que nós termos o reconhecimento e acabarmos de vez com esse hibridismo. E a saída, eu acredito, sim, Senador, é que a PEC seja um caminho. Vamos adequar, vamos garantir que nós tenhamos aí a tranquilidade de não ter uma preocupação futura.

Esta é a minha mensagem e agradeço o espaço.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Monteiro.

Passo a palavra, então, para o Bruno Telles, nosso perito.

O SR. BRUNO TELLES (Para expor.) – Senador, bom dia.

Eu queria agradecer ao senhor pela iniciativa, agradecer a presença da Senadora Damares aqui, uma grande parceira da perícia também.

Eu vou ser bem breve. Eu queria dizer que eu entendo, de alguns colegas, esse medo da mudança, mas eu queria dizer que essa é uma oportunidade ímpar para nós resolvermos um grande problema que a gente sempre teve na PCDF, que é essa dificuldade de conseguir um aumento.

Eu visito muito outros estados, estudo muito essa parte de segurança pública, de que eu gosto, e eu vejo, em Santa Catarina, em São Paulo, como é rápido para eles resolverem essa situação de negociação salarial. E olha há quantos anos nós estamos aqui e o quanto isso desorganiza a nossa PCDF! E eles têm não só isso, não só no aumento, eu vejo que eles têm muito mais facilidade de mudar procedimentos, de criar delegacias especializadas, de se auto-organizar. Eles fazem isto de uma maneira muito mais rápida, e a gente tem uma dificuldade tremenda de conseguir convencer o Governo Federal e o governo distrital de que a nossa ideia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é boa ou de que nosso aumento é válido. E a gente ainda depende do clima político entre eles. Eu acho que esta é uma oportunidade ímpar, porque eu não vejo nenhum político com essa iniciativa de tentar resolver isso. A cada negociação salarial nossa demorada é tempo que a gente perde, é esforço que a gente perde, quando poderíamos estar utilizando para modernizar a nossa Polícia Civil.

Eu lembro aqui que o Senador, se não me engano, foi autor de uma lei que conseguiu a regularização dos condomínios. Era um problema que eu não achei que ia ter solução no DF. O Rollemberg estava derrubando muita casa, e o Governador conseguiu essa solução. Foi uma articulação entre Governo Federal e governo distrital para que houvesse essa possibilidade. E resolveu um grande problema. Em vez de derrubar casa, hoje, as pessoas estão comprando esses terrenos do GDF, pagando IPTU.

Então, eu acho que a gente devia se agarrar a essa oportunidade, porque, da forma como está, é muito difícil para a PCDF continuar. O cobertor vai ficar curto. A economia já está nos dizendo que nós vamos ter poucos recursos daqui para frente, todos os estados, incluindo o Distrito Federal. Nós temos que resolver essa situação para ter uma capacidade de auto-organização mais moderna, para a gente poder inovar mais.

Eu vejo que a PCDF tem muito potencial, mas quando eu visito Santa Catarina, São Paulo, eles são muito mais rápidos em testar procedimentos novos e, se der errado, mudarem. A gente tem ainda uma estrutura um pouco antiquada, eu vejo, nesse sentido. Muito por quê? Porque a gente depende do convencimento do Governo distrital e do Governo Federal para conseguir uma simples legislação, para fazer uma mudança simples.

Então, eu clamo para o pessoal, e eu não vejo oportunidade melhor. O Izalci entende muito, eu converso muito com ele sobre essa parte – a gente tem uma PEC, aqui, da perícia –, e ele entende muito de legislação, entende muito do Distrito Federal, e eu não vejo outro político com iniciativa que queira resolver esse problema.

O que eu vejo hoje é uma dificuldade tremenda, e a Dra. Cláudia pode me corrigir: como é difícil conseguir, por exemplo, uma audiência com o Governador para tratar de um aumento. E, às vezes, a gente fica com a impressão de que o Governador quer nos usar contra o Governo Federal, por diferença de opinião política. E a gente fica no meio desse fogo cruzado, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consegue se modernizar, não consegue tocar um simples concurso público com mais agilidade. Quem vai sofrer é a população e nós seremos questionados no futuro. Nós vamos chegar a um futuro em que a população vai começar a questionar por que algumas instituições, mesmo não funcionando, ainda existem.

Então, esta é uma oportunidade de a gente procurar modernização. Se a gente quer, realmente, tirar o primeiro lugar de São Paulo, que é o estado com o menor CVLI, e o de Santa Catarina... Toda vez que eu visito Santa Catarina, é uma... enche o coração da gente. Todo mundo com quem eu converso lá, da Segurança Pública, fala que eles estão mudando o nome do estado: eles falam que vão sair de "Santa Catarina" para "Segura e Santa Catarina" e eles estão avisando: "Nós vamos tomar o primeiro lugar de São Paulo".

Esse tipo de articulação só surge quando você tem um ambiente favorável. Enquanto a gente estiver ocupado com esse nosso aumento, a gente não consegue reunir todos os "canas" para trabalharem e pensarem desse jeito. Eu entendo o medo da mudança que a gente tem aqui, vai-se perder esse *link* com a União, mas ele é tão tênue, gente: eu venho aqui ao MJ conversar sobre legislação e eles falam: "Não, isso aqui é com o GDF"; você vai lá ao GDF e eles falam: "Não, isso aqui é iniciativa da União". Você fica num pingue-pongue infinito.

Então, eu faço um chamamento aqui para a gente tratar essa iniciativa de um modo muito sério, aproveitar essa iniciativa e não ficar com medo do novo. Eu já vi muita organização definhar porque tinha medo de mudar em time que estava perdendo de pouco, eles falavam: "Vai que a gente toma uma goleada". Eu acho que não é assim que a gente vai conseguir oferecer um serviço público melhor.

Eu agradeço novamente ao Senador e eu acho que a gente tem que continuar nessa discussão, aprimorar o texto, seja como for, mas essa solução tem que vir o quanto antes para que a gente possa ter uma segurança pública efetiva e competitiva, porque quando o recurso minguar, é a inovação dentro da instituição que vai segurar os índices de resolução de crime.

Muito obrigado a todos, tenham um bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Bruno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Amarildo estava aí, acho que não está... Amarildo Fernandes, acho que não, não é? Acho que ele saiu.

Senadora Damares...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senadora, eu falei de audiência pública quinta-feira, mas é quarta-feira. Estou falando aqui da próxima audiência, que é quarta-feira.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – O.k.

Presidente, eu acho que a audiência alcançou o objetivo proposto: o início de um grande debate, uma matéria ousada; doutores, vocês entendem que é uma matéria ousada? Tem os riscos? Tem, mas eu vi que o Senador Izalci construiu isso com muitas mãos; ele não pensou nisso de uma hora para outra, ele trouxe... E é claro que a gente vai conduzir esse debate de uma forma muito madura. Se houver algum risco de mais danos do que benefícios, o Senador Izalci e os Senadores que assinaram como autores... Uma PEC dessas não é de um único autor; ele é o autor número um, mas muitos Senadores a assinaram. Até mesmo esta audiência pública: se vocês virem, vários Senadores pediram esse debate nesta audiência pública, e vai continuar. Mas a gente precisa, de fato, encontrar uma resposta.

Deixem-me dizer uma coisa para vocês: eu estou há 27 anos no DF – eu me sinto candanga, tá? –, e meu envolvimento nos bastidores com a PCDF vem de diversas formas. Todos sabem que eu sou uma ativista pelos direitos da criança, da mulher. Eu estava lá, quando anônima, com a PCDF, na rua, e todos os delegados lá de trás me conhecem e me acompanham. Depois, eu vim para uma posição de Ministra de um governo que tinha interesse de resolver isso. Vamos lembrar que nós tivemos um Ministro da Justiça que é daqui! Nós tivemos, no Governo anterior, vários ministros que são daqui e que levavam essa questão lá para cima, e nós achamos: "Este é o governo". Não foi. Aí, agora, a gente pensa: "Vamos contar com o Parlamento".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, vocês não têm ideia dos ataques e do que a gente escuta nos corredores. Aqui, eu tenho duas situações: eu tenho a minha PCDF e eu tenho o meu fundo constitucional também. Os ataques não são de brincadeira, não, gente! Só nesta legislatura, quando a gente iniciou, dias antes de eu tomar posse, tinha uma PEC do Senador Randolfe; na sequência, veio o arcabouço. Nós caminhamos juntos nos corredores desta Casa, aqui, e foi uma unidade de todos vocês com todos nós para a gente ter sucesso no arcabouço.

Acaba o arcabouço, vem a reforma tributária – e estava lá, de novo, o nosso fundo constitucional sendo questionado. E, de vez em quando, quando vai ter uma votação grande aqui, os colegas vêm e conversam com a gente: "Na hora que vocês querem o fundo de vocês, vocês vêm pedir ajuda". É barganha o tempo todo com relação ao nosso fundo. Isso não é de mentira, não; é de verdade!

A gente tem, nesta Casa, três Senadores muito comprometidos com o DF – de espectros políticos diferentes, mas, quando é DF, gente, os três se grudam e ninguém vence a gente! É de a gente andar de gabinete em gabinete. Quando Izalci fala que ele conversou com os Senadores, é de ir aos gabinetes: é de ir, conversar, gastar tempo e às vezes tomar chá de cadeira – é ou não é, Izalci? – de horas para um colega nos atender! Essa unidade, nesta legislatura, a gente tem.

Então, a maturidade de trazer essa discussão nesta legislatura é por causa da unidade dos três Senadores. Aqui, eu preciso dizer, gente: Leila, Izalci e Damares estão muito preocupados com a segurança local e com a PCDF. Todos vocês podem, vão sentir isso quando visitarem Leila no gabinete dela; todo mundo aqui vai ser justo com ela. Quando a visitam, a receptividade dela com relação à PCDF e ao nosso fundo é extraordinária – mesma coisa com Izalci e Damares.

Para vocês terem uma ideia, eu estou com seis assessores do meu gabinete nesta audiência, aqui, sentados, seis técnicos, para acompanhar esta discussão, e assim tem sido no gabinete do Izalci. As conversas entre os técnicos dos três gabinetes são nesse nível. Então, vai ter maturidade na discussão.

E aí, Luana, quando você traz o valor, quando você consegue trazer em números, é um soco no estômago da gente. O valor de R$390 mil é um imóvel, gente! Ou a entrada de um imóvel. É muito dinheiro perdido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, PCDF, quando convidaram vocês para fazerem um concurso público, quando ofereceram uma coisa e vocês estão tendo outra, há um rompimento de contrato, um rompimento vergonhoso! Vocês poderiam ter feito concurso para uma outra carreira. Vieram para essa carreira porque havia uma expectativa, expectativa que foi tirada de vocês. Cabe, inclusive, depois a gente pensar aí em danos morais; não só ressarcimento, mas danos morais. É vergonhoso! Eu fico envergonhada quando converso com vocês.

Mas a discussão está aqui, e nós vamos para cima, nós vamos conversar. É um sonho a equiparação salarial? É, doutor. Alguns já morreram sem ver isso, não quero que ninguém mais morra sem ver esse sonho sendo concretizado. Agora, hoje, permitam-me – eu sou oposição ao Governo Federal –, conversar com o Governo Federal, que não ama a polícia, é difícil. E vocês ficam sempre nesse limbo: se tem um governo local que não ama a polícia, vocês têm prejuízo. Mas quando tem um Governo Federal que também não ama a polícia, vocês também têm prejuízo. Quem está no limbo é a PCDF, e a gente precisa dar essa resposta.

Acreditem, o debate vai ser maduro, não vai haver nenhum... nós não vamos dar nenhum passo que leve para vocês lá na ponta qualquer risco. Estou acompanhando esse debate. E, também com relação ao nosso fundo, chega de nos chantagearem, não é, Izalci? Chega de nos colocarem na parede o tempo todo por causa do nosso fundo constitucional.

Nesta legislatura nós temos três Senadores unidos, temos uma bancada federal lá na Câmara também, que, quando aperta, a gente pode contar com eles, mas a legislatura muda. O que nos espera na próxima legislatura? O que nos espera no próximo Governo? Não vai ser este que vai ser reeleito, disso eu tenho certeza. Mas num outro que virá, a gente vai poder contar com os mesmos ânimos que a gente tinha no Governo anterior? Eu espero que seja o Governo anterior que volte, mas não sei se vai ser ele.

Então, assim, gente, a gente vai caminhar nessa discussão. Parabéns, Izalci, pelo nível da audiência, pelo nível de debate, tá? Os técnicos todos estão aqui, isso não é um tiro no escuro, estamos de fato querendo encontrar uma resposta. E nesse tema, gente, nós vamos ter que esquecer todas as nossas brigas políticas, todas as nossas diferenças políticas, porque nós somos deste tamanhinho. Quando eles colocam o colégio eleitoral, nós somos insignificantes, tá? Por isso que o Governo Federal, às vezes, não está nem aí para nós, porque nós somos deste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tamanhinho no colégio eleitoral nacional. No PIB, temos aí um peso, mas vai medir o nosso PIB com São Paulo? Vai medir o nosso PIB com Minas, com o Sul? Então, nós estamos sempre colocados lá naquele cantinho porque nós somos pequenininhos. Mas esses pequenininhos, se estiverem unidos em torno de um tema, nós somos gigantes, porque todos precisam desses pequenininhos aqui para se protegerem aqui na capital, aqui na corte. A corte não existe sem a PCDF, sem a PMDF. A corte precisa de nós.

Parabéns aos debatedores, ao Izalci Lucas pela coragem, e todos nós vamos acompanhar com muita maturidade a tramitação dessa PEC, melhorando o que tiver que melhorar, mas sem a infantilidade de colocar vocês em risco.

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Essa questão do novo é uma questão em que realmente tem que se posicionar, tem gente que arrisca e tem gente que não arrisca. Eu acho que o risco é muito maior ficando do jeito que está, basta ver o que está acontecendo nos últimos anos.

Agora, temos que estar juntos, todo mundo junto, porque senão vão dizer: "Ah, foi o fulano, o Izalci, que fez isso e acabou prejudicando". Não é isso o que nós queremos. Ninguém aqui... Como a Damares falou, a bancada quer ajudar. O Senador defende um estado, nós defendemos o DF. Então...

Como eu disse aqui, Damares, hoje, 93% do fundo são para pagar a folha. Eu estava dizendo aqui que os bombeiros, quando vieram para Brasília, 65 anos atrás, vieram a pé. Todos os que tinham 2º grau foram colocando como bombeiros. A um professor, para vir para cá, tinham que pagar dez vezes mais do que o normal que recebiam no Rio de Janeiro porque senão não viriam para cá. Esse pessoal está todo aí consumindo o dinheiro do fundo. Os aposentados, hoje... Eu garanto que 50% ou mais do fundo constitucional são para pagar aposentados e pensionistas. Então, as pessoas se esquecem disso. É importante. E se esquecem, também, da importância de Brasília para o Brasil, do que mudou com a capital vindo para cá.

Bem, tem algumas colocações aqui da participação dos nossos telespectadores pelo e-Cidadania, algumas perguntas e alguns comentários. Vou ler rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emília, do Distrito Federal: "[...] os demais cargos da Polícia Civil do DF, como os da área administrativa, poderão ser equiparados também com os da Polícia Federal? [...]".

Sim, né? A carreira é geral, tanto administrativa quanto...

Não?

O SR. BENITO AUGUSTO TIEZZI (*Fora do microfone*.) – Não. A carreira de apoio é...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, vamos responder aqui. São perguntas que foram feitas aqui.

A Emília, do Distrito Federal, está perguntando se a área administrativa da Polícia Civil terá a mesma remuneração da Polícia Federal, o pessoal administrativo.

O SR. BENITO AUGUSTO TIEZZI (Para expor.) – Os servidores da carreira de apoio são do regime jurídico do Distrito Federal, Lei 840, ou seja, seus salários são fixados pelo DF. Então, é competência pura daqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O escrivão não é administrativo? É policial?

A SRA. CLÁUDIA APARECIDA DA SILVA ALCÂNTARA (*Fora do microfone*.) – É policial.

O SR. BENITO AUGUSTO TIEZZI – Os policiais todos são da União.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Então, olha, o pessoal da área administrativa, que são aqueles civis que trabalham nas delegacias, o pessoal de apoio, faz parte da carreira do DF. Portanto, não há equiparação.

Jhanyne, do Rio de Janeiro: "Como o trabalho de um Policial Civil pode se equiparar a um de mesma função na Polícia Federal?".

Aqui já foi colocado que nasceram juntos. Tinha até opção de ir para uma ou para a outra. Então... Brasília é a capital do Brasil. O Rio de Janeiro... Tem gente ainda que acha que o Rio ainda é capital, mas tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Herbert, do Distrito Federal: "Por que a Polícia Civil do DF ainda não teve equiparação salarial com a Polícia Federal, mesmo sendo bancada pelo Fundo Constitucional?".

Também foi dito aqui, é exatamente por essas divergências e problemas que nós temos com o Governo local e o Governo Federal. Nesse caso aqui, já no Governo Agnelo... Começou lá com a Presidente Dilma. A Presidente Dilma deu para a Polícia Federal e o GDF, aqui, não deu. Depois, o Rollemberg também não deu, o primeiro mandato do Ibaneis também não deu, e nós temos essa diferença até hoje. Espero que a gente possa dar.

A SRA. CLÁUDIA APARECIDA DA SILVA ALCÂNTARA (*Fora do microfone*.) – Posso esclarecer?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim.

A SRA. CLÁUDIA APARECIDA DA SILVA ALCÂNTARA (Para expor.) – Obrigada.

Essa questão da Presidente Dilma... Na realidade, quando o Governador Agnelo foi até ela para fazer a solicitação de aumento, ela disse o seguinte: "Eu tenho que negociar também com a Polícia Federal". Fazendo essa negociação, depois então, ela daria o aumento para todos. Só que, nesse intervalo, ela saiu, e ficamos prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Exatamente. Começou lá, né?

Carlos, de São Paulo: "Por que não equiparar todas as polícias do País?".

Aí é mais complicado, né? Como aqui é a capital, sempre teve essa equiparação. Quando foi criada a capital, foi criada em cima da lei, que hoje é a mesma lei praticamente. E nós temos a autonomia dos estados. Cada estado tem a sua autonomia de remuneração dos policiais, seja militar, seja civil.

Yasmin, de Santa Catarina: "A equiparação salarial entre Polícia Civil do Distrito Federal e a Polícia Federal contribuirá efetivamente para a segurança do país?".

Com certeza! Nós estamos exatamente com muita dificuldade por isso, são muitos policiais, como foi dito aqui por diversas vezes, na expectativa dessa remuneração que hoje não é – como acham – a melhor remuneração. Muito pelo contrário! Estamos bem atrás de vários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados. Inclusive, a própria Polícia Federal já está abaixo de sete estados, que pagam mais do que a Polícia Federal.

A SRA. CLÁUDIA APARECIDA DA SILVA ALCÂNTARA (*Fora do microfone.*) – Nós estamos em 14º.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Décimo quarto. Então, anote aí, gente: a remuneração dos policiais do DF é a 14ª entre os estados. Então, está muito longe.

Comentário de Oswaldo, do Rio de Janeiro: "A proposta de emenda inclui equiparação salarial entre polícia civil do Distrito Federal e polícia federal, o que configura aumento da despesa. Sou contra".

Não aumenta despesa. O fundo constitucional já existe, está no GDF e já está no orçamento sempre.

Célia, de São Paulo: "[...] eu sou a favor, eles fazem um trabalho, merecem aumento, mas o povo já paga muito imposto para não ver nada de retorno".

Na prática, não haverá aumento algum de imposto e muito menos de recursos. Os recursos já estão contemplados no orçamento.

Fernando, do Rio de Janeiro: "A irresponsabilidade de gastos nos serviços públicos tem que acabar, ou o país vai quebrar! Não aguentamos mais aumentos de impostos".

Deve estar se referindo aqui ao IOF e outras taxas que estão sendo criadas.

Wagner, aqui do Distrito Federal: "As Polícias Militar, Civil e o Corpo de Bombeiros merecem ter os seus salários equiparados com a Polícia Federal, é uma ação muito justa!!!".

Pedro, do Distrito Federal: "Como a PEC 1/2025 garante a sustentabilidade fiscal da equiparação salarial e o impacto nos serviços financiados pelo Fundo Constitucional?".

Sim, ela mantém exatamente como é hoje, só transfere a organização para o GDF.

Elaine, do Distrito Federal: "Como a correção dos repasses ao Fundo [...] pode impactar a economia local?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se mantiver, a economia continua funcionando; se tirar, como eu disse aqui, 40% do orçamento do DF é o fundo constitucional. Se houver modificação para baixo, teremos sérios problemas. Mas a correção já está prevista na lei e está no Orçamento da União.

Wendyo, de Pernambuco: "A equiparação prevista na PEC afetará outras carreiras de segurança pública no Distrito Federal?".

Não necessariamente. Na prática, a gestão continua exatamente como está. O que vai haver é uma recuperação porque, como a Polícia Civil sempre teve um percentual em torno de 20% e como não teve 37,5% lá atrás de reajuste, houve essa defasagem que está até hoje um pouquinho menor, mas bem, bem significativa.

Vivian, do Rio de Janeiro: "Qual o posicionamento do Governo Federal quanto à autonomia do DF na gestão dos recursos do Fundo diante dessas mudanças?".

Não muda nada. Fica exatamente como está. Continua sendo para manter e organizar polícia civil, polícia militar, bombeiro e auxiliar no financiamento da educação e da saúde. Não muda absolutamente nada. Só que aí dá autonomia para o GDF de fazer o concurso e dar um reajuste independentemente de ficar pedindo, com o pires na mão, essas coisas aqui ao Governo Federal.

Cleiciane, do Distrito Federal: "Quais são as possíveis consequências para a gestão orçamentária do Distrito Federal caso a PEC [...] [seja aprovada]?".

Não muda, não é? Quer dizer, hoje é o Siafi, é Governo Federal. Passa a ser organizado pelo Distrito Federal, mas não modifica em nada a gestão em termos... Até porque o GDF tem que prestar conta de tudo isso também ao Tribunal de Contas da União e ao do Estado, né?

Carlos, do Maranhão: "Acredito que essa proposta é fundamental para garantir uma gestão mais justa e eficiente dos recursos públicos no Distrito Federal".

Samara, do Distrito Federal: "A equiparação salarial [...] [da] Polícia Civil [...] [com] a Polícia Federal também é uma pauta justa".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Bruno, aqui do Distrito Federal: "A correção automática do Fundo Constitucional do DF pela Receita Corrente Líquida onera a União sem avaliação de necessidades reais, reduzindo recursos para outras políticas vitais".

Aqui, na prática, a gente não levou em consideração... talvez o Bruno não tenha levado em consideração o que foi dito aqui no início, que nós não cobramos IPTU das áreas do Governo Federal, das embaixadas, não cobramos IPVA. A gente não tem aqui um espaço suficiente para competir com o agro de Goiás e do Mato Grosso, muito menos competir com a indústria de São Paulo, de Minas Gerais ou do Rio de Janeiro. Então, a gente aqui foi criado para ser a capital da República. Por isso que o DF tem um tratamento diferenciado.

E, para concluir...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Izalci...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Brasília não é a capital minha e da Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Brasília é a capital de todos os brasileiros. Então, deveria estar todo mundo preocupado com o DF.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu queria chamar a atenção dos senhores, os debatedores: vocês viram as perguntas que vieram de vários estados? Vocês viram o interesse do Brasil neste tema?

Este não é um tema só doméstico. Ele chama a atenção e desperta paixões. E é aí que está o risco, porque, se fosse um tema só doméstico, a gente o resolvia aqui.

E eu quero lembrar que na próxima legislatura nós vamos ter muitos ex-Governadores candidatos a Senadores, e os nossos maiores problemas, acreditem, são com os Senadores que são ex-Governadores.

Então, assim, chama a atenção de todo o país este debate. Não é um assunto só nosso não, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – É verdade.

Bem, gente, eu quero aqui, mais uma vez, agradecer a presença de cada um de vocês.

Acho que contribuíram muito. Estamos abertos lá para receber sugestões. E isso tem que ser logo, porque nós estamos dando prioridade a este tema. Acho que temos que encarar esta questão rapidamente, porque as ameaças são maiores do que o que vocês imaginam. A gente que está aqui todo dia sabe o que está acontecendo.

Então, quanto mais juntos estivermos e quanto mais pudermos ter o apoio de todos, a gente consegue apoiar isso.

Obrigado a cada um de vocês e até quarta-feira, numa nova audiência aqui para tratar também dos militares. Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quatorze minutos do dia quinze de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Flávio Bolsonaro e Carlos Portinho, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Omar Aziz, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Jorge Seif, Magno Malta, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5002, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 115 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para impor a prestação de serviços à comunidade ou a prestação pecuniária quando o regime aberto for imposto em decorrência de conversão por descumprimento de pena restritiva de direito." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do autor. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 82, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, a fim de destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para recompensas a policiais que apreenderem armas de fogo ilegais." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido novo relatório, é concedida vista ao Senador Jaques Wagner. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1103, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Cria, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Conselho Nacional de Proteção do Profissional de Segurança Pública." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do autor. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2834, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União no caso de morte ou invalidez de agente de segurança pública em serviço." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CSP (substitutivo). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/15

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 16ª e da 17ª Reuniões, realizadas em 8 e 14 de julho.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta. A Presidência esclarece que nesta reunião, por ser semipresencial, os Senadores poderão registrar a presença e votar tanto presencialmente quanto por meio do aplicativo Senado Digital.

Antes de iniciarmos as deliberações, gostaria de compartilhar com os membros desta Comissão o quanto conseguimos produzir nesse pouco menos de um semestre. Esta Comissão realizou 17 reuniões, sendo 13 deliberativas e quatro audiências públicas. Foram deliberadas 38 matérias, sete delas de forma terminativa, e aprovados 17 requerimentos.

Das 134 matérias que estão tramitando na Comissão de Segurança Pública, somente seis delas aguardam a designação de relator por parte desta Presidência.

Temos, neste momento, 128 projetos com relator designado, sendo que deste total, 116 projetos ainda aguardam a entrega de relatório para que possam ser pautados e deliberados pela CSP. Por conta disso, peço mais uma vez especial atenção dos membros desta Comissão para que possam entregar os relatórios dos projetos sob análise de cada um dos Srs. Senadores, para que possamos tornar a CSP ainda mais produtiva e para realizarmos as discussões necessárias e prementes sobre segurança pública, que tanto aflige a nossa população.

Passando à pauta, os itens 1 e 3, não é isso? O item 1 e o item... (*Pausa.*)

Então informo que estou retirando de pauta, a pedido dos autores, o Projeto de Lei nº 5.002, de 2024, que é o item 1 da pauta, e o Projeto de Lei 1.103, de 2023, que é o item 3 da pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5002, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o art. 115 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para impor a prestação de serviços à comunidade ou a prestação pecuniária quando o regime aberto for imposto em decorrência de conversão por descumprimento de pena restritiva de direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. Em 8/7/2025, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

2. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1103, DE 2023

- Não terminativo -

Cria, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Conselho Nacional de Proteção do Profissional de Segurança Pública.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.)

Então, restam dois itens na pauta, dos quais eu sou o Relator.

Quero passar a Presidência ao meu amigo Senador Carlos Portinho – peço que assuma a Presidência – para que eu possa fazer a leitura dos nossos relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom dia a todos desta importante Comissão. Assumo a Presidência temporariamente para que o Senador Flávio Bolsonaro possa relatar projetos que são de sua relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 2 da pauta é o que eu chamo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 82, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, a fim de destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para recompensas a policiais que apreenderem armas de fogo ilegais.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *1. A matéria seguirá à CAE, em decisão terminativa.*

A relatoria é do Senador Flávio Bolsonaro, do PL, do Rio de Janeiro.

Com a palavra o Relator, Flávio Bolsonaro, para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Trata-se do Projeto de Lei nº 82, de 2023, do Senador Marcos do Val, que altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, a fim de destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para recompensas a policiais que apreenderem armas de fogo ilegais.

Especificamente, o PL acrescenta o inciso XIII ao *caput* do art. 5º da Lei nº 13.756, para estabelecer que o Fundo Nacional de Segurança Pública terá como destinação, além das ações previstas nos incisos I a XII, a recompensa a policial que, em serviço, apreender armas de fogo ilegais provenientes de crime, em valor a ser fixado pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, o autor registra que a proposição tem por objetivos reduzir o número de armas de fogo nas mãos dos criminosos, estimular o combate ao tráfico de armas de fogo, incentivar os agentes de segurança pública a apreender armas de fogo ilegais e valorizar os profissionais de segurança pública.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

Após, a matéria seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos, que decidirá terminativamente.

Análise.

Nos termos do art. 104-F do Regimento Interno, inciso I, alíneas “a”, “b” e “j”, compete à Comissão de Segurança Pública opinar sobre proposições pertinentes a temas de segurança pública, polícias e políticas de valorização das forças de segurança.

O PL sob exame versa justamente sobre essas matérias, impondo-se a manifestação desta Comissão temática.

Do ponto de vista do mérito, o projeto é conveniente e oportuno.

O projeto, ao propor a valorização dos profissionais de segurança pública com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, está em sintonia com os objetivos constitucionais da proteção da vida, da integridade física e da paz social. Contudo, ao restringir os entes envolvidos à União, estados, Distrito Federal e municípios, pode excluir indevidamente os municípios, mesmo com o reconhecido papel das guardas municipais no enfrentamento direto à criminalidade e à circulação ilegal de armas de fogo em todo o país.

As guardas municipais são hoje parte integrante do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e exercem, conforme reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 656 da Repercussão Geral (RE 608.588), atividades de policiamento ostensivo e comunitário, muitas vezes com ações de apreensão de armamentos ilegais e atuação em operações conjuntas com as demais forças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O estabelecimento de recompensa pecuniária a agente de segurança que, em serviço, apreender armas de fogo ilegais provenientes de crime é medida de incentivo ao combate à criminalidade, além de contribuir para a valorização do profissional de segurança pública.

Cabe, no entanto, ajustar a redação do inciso XIII proposto, para colocar a palavra "ilegais" no singular, acrescentar a hipótese de arma irregular e retirar a expressão "proveniente de crime", que restringiria desnecessariamente o âmbito da recompensa, bem como deixar a previsão de recompensa aos agentes de segurança pública no âmbito dos municípios como entes aptos a regulamentar e operacionalizar a bonificação, garantindo, assim, a inclusão dos guardas municipais como beneficiários legítimos do incentivo proposto.

Tal modificação corrige uma lacuna histórica de exclusão dos municípios nas políticas nacionais de segurança pública, garantindo isonomia no tratamento das instituições que efetivamente atuam na linha de frente do combate à criminalidade.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 82, de 2023, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CSP
> Dê-se a seguinte redação ao inciso XIII do art. 5º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 82, de 2023 [e a redação da emenda é]:
> "Art. 5º .....
> .....
> XIII – recompensa a agente de segurança pública que, em serviço, apreender arma de fogo ilegal ou irregular, em valor a ser fixado pela União, pelos Estados, [...] pelo Distrito Federal [e pelos Municípios], conforme regulamentação local.
> ....." (NR)

É o voto, Sr. Presidente.

Agradeço a presença do Líder do Governo, Senador Jaques Wagner; sinal de que temos projetos importantes na pauta de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para discutir, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Presidente Portinho e Senador Flávio, Relator dessa matéria, eu, quando fui por oito anos Governador, criei realmente esse incentivo, num programa que ficou batizado de Pacto pela Vida, que está agora reeditado pelo atual Governador da Bahia, e realmente nós fizemos algumas campanhas. Tanto eu dava prêmio para redução de homicídios na região de atuação daquele grupo de policiais – no caso era mais da polícia militar e polícia civil – e também para apreensão de armas ilegais, em função do número de armas havia realmente uma premiação.

Então, eu acho nobre a matéria, mas, como Líder do Governo... Porque, na minha opinião, isso deveria ser feito pelos Governadores, do seu próprio orçamento destinado à segurança pública. Aqui se fala do fundo nacional. Então, eu peço vênia a V. Exa., mas eu vou pedir vista para poder ter uma orientação mais precisa do Governo. De qualquer forma, eu quero só dizer que eu sou amplamente favorável ao mérito e realmente fiz isso durante oito anos lá no Governo da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se me permite, Senador Jaques Wagner, parabéns pela sua iniciativa na Bahia, que continua em outras gestões como política pública do Estado, implementada por V. Exa.

A vista certamente será concedida. Peço a boa vontade para que a gente possa ter como política pública nacional.

A gente precisa ter política pública de Estado – de Estado União, de Estado todos nós –, envolvendo todos os entes, para que a gente possa, independentemente de qual for o Governo, ter exatamente essa continuidade, como é na Bahia.

Vista concedida.

Então, passo ao item 4.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2834, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União no caso de morte ou invalidez de agente de segurança pública em serviço.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações: *1. A matéria seguirá à CAE, em decisão terminativa.*

O projeto é de autoria do Senador Fabiano Contarato e a relatoria é do Senador Flávio Bolsonaro, do PL, do Rio de Janeiro. E é importante esta junção PT e PL aqui, porque mostra que é um projeto de Estado.

Eu passo a matéria ao Relator... Bom, de qualquer maneira, eu tenho que continuar na Presidência.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, é só para dizer da minha boa vontade, porque havia um pedido para eu pedir vista, mas eu não vou pedir, até por causa da origem do projeto, que é de um colega do PT. Como ela não é terminativa aqui, eu prefiro que se vote...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu só peço para fazer a leitura, de qualquer forma.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Veja como sou um cara razoável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você? Sempre, Senador Jaques Wagner. Você, sempre. Quem dera!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, eu vou passar à leitura aqui do relatório então. Vou pegar aqui uma parte principal do relatório, em que nós fazemos a discriminação da justificação do autor, que alega que:

- todos os profissionais de segurança pública, além de arriscarem suas vidas e salvarem outras tantas, precisam de reconhecimento e valorização, não só através dos aplausos merecidos, mas com um mínimo de segurança financeira e de direito para poder exercer sua atividade com um mínimo de amparo do Governo Federal;

- esses profissionais estão sendo vítimas, justamente por estarem em contato diretamente com a violência;

- por entender que a omissão do Estado permite a ocorrência reiterada de eventos danosos a agentes públicos, a Justiça vem condenando a administração pública em indenizações por danos causados à família de um policial que foi incapacitado ou assassinado em serviço;

- é imperioso que a administração pública crie condições que impeçam uma generalização de ocorrências desfavoráveis aos policiais e uma banalização da insegurança e de equipamentos inerentes ao exercício do trabalho policial;

- o risco administrativo decorre de uma atividade lícita e absolutamente regular, o que configura responsabilidade objetiva do Estado;

- de acordo com estudo realizado, cerca de 136 agentes de segurança foram assassinados no ano de 2021. Os óbitos registrados foram de 111 policiais militares, 21 policiais civis, três policiais rodoviários federais e um policial federal. No ano de 2020, ocorreram 176 assassinatos de policiais;

- por esta razão, é fundamental mover todos os esforços para ajudar estes profissionais para que possam se manter firmes no exercício da segurança pública e proteger a nossa sociedade.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

Após esta Comissão, a proposição vai à CAE, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições referentes a segurança pública e seus agentes.

Quanto ao mérito, concordamos com a ideia de pagar indenização de R$50 mil a agentes de segurança pública que venham a óbito ou resultem permanentemente incapacitados em razão do serviço.

Os agentes de segurança pública estão diariamente expostos à violência. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 e de 2024, 161 e 127 policiais foram assassinados em 2022 e 2023, respectivamente. Nada mais justo do que a União conceder uma indenização às famílias dos heróis que pereceram ou ficaram incapacitados para o serviço na defesa da sociedade.

O projeto, no entanto, necessita de diversos ajustes.

O projeto se refere constantemente à “compensação financeira”, expressão eufemística que não denota apropriadamente a natureza jurídica do pagamento. É melhor tecnicamente chamá-lo de indenização.

O *caput* do art. 1º define agente de segurança pública como integrante de órgão do *caput* do art. 144 da CF, excluindo policiais legislativos, guardas municipais, agentes socioeducativos, agentes de trânsito e guardas portuários.

O projeto fala em invalidez, mas o §1º do art. 2º inclui, na incapacidade permanente, a hipótese de o agente continuar apto para outros tipos de trabalho. Só que a invalidez é a inaptidão permanente para qualquer tipo de trabalho.

No §1º do art. 2º é importante fazer ajustes pontuais em relação à classificação da incapacidade sofrida pelo agente de segurança para o exercício de sua atividade laborativa e consequentemente é necessário fazer o reparo no inciso II do art. 3º.

O *caput* do art. 3º estipula o valor de R$50 mil tanto para a morte como para a invalidez, mas os valores devem ser diferentes, porque a morte obviamente é mais grave do que a invalidez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O §3º do art. 3º exclui os novos dependentes habilitados após a morte do agente do pagamento de "indenização por morte". A redação deve esclarecer que se trata apenas da indenização prevista no projeto.

O projeto atribui ainda à União despesas com policiais civis, policiais militares, bombeiros militares e policiais penais estaduais ou distritais, que não são servidores públicos federais. Nesses casos, a indenização deve ser paga pelos demais entes federativos, e o mesmo raciocínio se aplica, obviamente, aos municípios.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.834, de 2022, na forma do substitutivo.

Acho que vale a pena fazer a leitura do substitutivo aqui, Presidente, só para não ficar dúvida quanto à redação que nós estamos aprovando.

> EMENDA Nº - CSP (SUBSTITUTIVO)
> [...]
> Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a indenização a ser paga pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios no caso de morte ou invalidez permanente de agente de segurança pública para exercício de atividade fim, em decorrência do serviço.
> Parágrafo único. Para os fins desta Lei, consideram-se:
> I – agentes de segurança pública os integrantes dos órgãos previstos no *caput* do art. 144 da Constituição Federal, os policiais legislativos, os guardas municipais, os agentes socioeducativos, os agentes de segurança viária e os guardas portuários; e
> II – dependentes aqueles assim definidos no art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
> Art. 2º A indenização de que trata esta Lei será concedida:
> I – ao agente de segurança pública que ficar incapacitado permanentemente para qualquer tipo de trabalho, em decorrência do serviço.
> II – aos dependentes ou, na falta destes, aos herdeiros necessários do agente de segurança pública que venha a óbito, em decorrência do serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§1º Considera-se incapacitado permanentemente o agente de segurança pública que, em decorrência do serviço, tenha sofrido evento que o impeça de exercer sua atividade fim, ainda que possa desempenhar outra atividade laborativa.

§2º A concessão da indenização dependerá de comprovação por meio de atestado de óbito ou perícia médica oficial.

Art. 3º A indenização de que trata esta Lei será composta de 1 (uma) única prestação nos seguintes valores, corrigidos anualmente nos termos do regulamento desta Lei:

I – R$ 100.000,00 (cem mil reais), em caso de morte; e

II – R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em caso de invalidez permanente para o exercício da atividade fim.

§1º No caso de óbito do agente de segurança pública, a indenização será dividida igualmente entre os dependentes.

§2º Na falta de dependentes, a indenização será dividida igualmente entre os herdeiros necessários.

§3º Aos dependentes habilitados após o óbito do agente de segurança não será devido o pagamento da indenização.

Art. 4º A indenização de que trata esta Lei será concedida após a análise e o deferimento de requerimento dirigido ao órgão ao qual o agente de segurança pública está vinculado.

§1º A indenização será paga no prazo de até 6 (seis) meses, contados da data de apresentação do requerimento.

§2º O procedimento para a concessão da indenização será definido no regulamento desta Lei.

Art. 5º Sobre a indenização de que trata esta Lei não incidirá imposto de renda ou contribuição previdenciária.

Parágrafo único. O recebimento da indenização não prejudica o recebimento de benefícios previdenciários ou assistenciais previstos em lei e de valores decorrentes da responsabilização civil.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas nos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir...

Perdão. Ah, perdão! Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Eu ficaria muito triste se V. Exa. me ignorasse, Senador Carlos Portinho. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Liberdade de expressão sempre!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Eu o perdoo por esse pequeno deslize, ainda que fique com ele preocupado.

Eu só queria me congratular, tanto com o autor quanto com o Relator a respeito desse assunto. Olha, se tem uma coisa que me deixa confrangido, que é muito difícil, é quando eu vejo um enterro de um policial, na televisão ou pessoalmente, morto em serviço. E o volume de informações, às vezes fundamentadas, mas predominantemente eivadas de um degrau a menos para as forças de segurança, essa é a visão que se passa, pelo menos a que me ocorre, me deixa com remorso. Acho que nós podemos fazer mais, no mínimo pelo conforto da atitude, levar o nosso testemunho de apreço, de respeito a um policial, especialmente quando ele é abatido em serviço, e com isso alcançar toda a corporação, como um sinal de reconhecimento e de apreço.

Desta forma, eu cumprimento o Relator por ter expressado isso de maneira legalmente bem composta e quero manifestar aqui o meu voto favorável a esta iniciativa, cumprimentando igualmente o autor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Espiridião Amin. V. Exa. repercute o nosso sentimento desta Comissão, de todos tenho certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu gosto sempre de reafirmar: nossas forças policiais, esses homens são nossos heróis e têm que ser vistos assim pela sociedade, porque são eles que acordam de manhã ou às vezes viram noite colocando o peito na frente para defender aqueles que precisam sair para trabalhar de suas casas, para que possam fazê-lo com um mínimo de segurança.

Então, a proposta é absolutamente louvável, meritosa e tem também todo o meu apoio.

Senador Flávio com a palavra.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Quero agradecer ao Senador Amin e parabenizar o autor do projeto e V. Exa. Acho que este projeto será aprovado unanimemente aqui na Comissão.

Eu, infelizmente, frequento muito enterros de policiais e profissionais de segurança pública lá no nosso estado. Talvez seja o estado onde o crime organizado esteja mais altamente armado e acaba fazendo também mais policiais vítimas, e ainda existe aquela mentalidade como se o problema fosse do policial de estar indo cumprir o seu dever, quando, na verdade, nós temos que dar graças a Deus que ainda existam pessoas dispostas a vestirem uma farda, colocarem um distintivo e fazerem o que fazem, mesmo com a falta de reconhecimento material por parte do Estado.

E eu queria só encerrar essa discussão fazendo a leitura da postagem que fiz agora, na verdade, porque temos mais um exemplo hoje no Rio de Janeiro de uma família que poderia estar sendo amparada já por esta lei, que é a família do Sargento Kelvyton de Oliveira Valle, de 48 anos.

> O Sargento Kelvyton de Oliveira Vale, de 48 anos, morreu em serviço na manhã desta sexta-feira, [dia] 11, após ser baleado na cabeça por criminosos. Policial extremamente respeitado, ficou conhecido em 2020 ao resgatar um colega ferido, o Cabo Marco Antônio Matheus Maia, percorrendo quilômetros a pé com ele nos ombros.
> Infelizmente, o Cabo Maia foi assassinado quatro anos depois, ao entrar por engano em uma área controlada pelo crime organizado. Ele foi morto e teve o corpo colocado dentro de um carro, que foi empurrado em uma ribanceira por criminosos. Um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> helicóptero de televisão registrou o momento em que o carro desgovernado despencava com o corpo do policial [dentro].
> Hoje, o Sargento Kelvyton foi assassinado. Nossos sentimentos às famílias e amigos. São capítulos tristes de uma história de heroísmo escrita todos os dias por milhares de policiais anônimos das forças de segurança do Rio de Janeiro [e de todo o Brasil].
> Rogamos a Deus para que, em um futuro próximo, esses heróis sejam devidamente reconhecidos pela sociedade, e que a Justiça brasileira cuide melhor desses profissionais, com um sistema que proteja a polícia, as vítimas e puna com severidade os criminosos. Infelizmente, o crime tem compensado cada vez mais em nosso país – e o resultado disso é o sofrimento constante das pessoas de bem.

Então, isso aconteceu há quatro dias. E Deus quisesse que hoje nós estivéssemos votando aqui um projeto de lei – quem dera isso já fosse lei –, para que essa família não ficasse ainda mais desamparada, ainda mais sem chão.

Então, eu sinto muita honra de Deus ter me colocado, Portinho, aqui na cadeira de Presidente da Comissão de Segurança Pública nesta legislatura, porque eu vou ser incansável em colocar em pauta aqui e aprovar projetos que valorizem os nossos policiais e que deem o mínimo de segurança para as suas famílias, já que nenhuma outra profissão no mundo está tão exposta a risco como a dos nossos policiais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Flávio. Sentimos o mesmo.

Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Como estou em Florianópolis porque eu não podia ir a Brasília, estou em sessão remota, eu queria me dirigir ao Senador Flávio Bolsonaro para fazer um pedido.

Não se esqueça de priorizar o PL 3.283, de que V. Exa. é Relator e que diz respeito à publicização de quaisquer atos que signifiquem retirar postagem das plataformas sem decisão judicial, sem prévia decisão judicial. O senhor foi designado Relator da Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição e Justiça, e eu peço, por favor, que seja dado o seu relatório o mais rapidamente possível.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Amin, obrigado. Pode ter certeza de que, na próxima sessão da Comissão de Constituição e Justiça, esse relatório já vai estar pronto para que o Presidente possa pautá-lo.

Parabéns pela iniciativa!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Se eu puder, farei junto ao Presidente da CCJ o pedido para que paute na próxima sessão ou o mais breve.

Voltando aqui ao nosso projeto então, é encerrada a discussão – encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.834, de 2022, nos termos da Emenda nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

O substitutivo à matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Assim, passo a palavra e a Presidência ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Amin quer fazer mais uma colocação?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Quero retificar: não é na Comissão de Constituição e Justiça, é na Comissão de Direitos Humanos. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com certeza, Prof. Esperidião Amin.

Antes de encerrar a sessão, eu quero aqui agradecer a presença do Sr. Souza Júnior, que está representando a Fenaguardas. Decerto ele nos ajudou aqui também a aprimorar esse projeto de lei que acabamos de aprovar para que as guardas municipais também fossem contempladas. Parabéns pelo seu trabalho!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

Bom dia a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Paulo Paim, Veneziano Vital do Rêgo e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta, Rogerio Marinho, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 10/2025 - CSP, de autoria dos Senadores Wilder Morais (PL/GO), Izalci Lucas (PL/DF), Marcos Rogério (PL/RO) e Jorge Seif (PL/SC). **Finalidade:** Debater o mérito da PEC nº 1, de 2025, que altera a Constituição Federal para garantir que os recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) sejam corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida (RCL) da União, bem como a equiparação salarial das carreiras da Polícia Militar do DF e do Corpo de Bombeiros Militar do DF com as carreiras da Polícia Federal. **Participantes:** Sr. Rodney Freire, Assessor Legislativo (representante de: Deputado Distrital Roosevelt); Sr. Renilson Roma, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil; Sr. William Bomfim, Presidente da Associação dos Oficiais do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal - ASOFBM; Sr. Juvenildo dos Santos Carneiro, Chefe do Departamento de Controle e Correição da Polícia Militar do Distrito Federal; e Sr. Bilmar Angelis, Secretário Executivo de Gestão Integrada (representante de: Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal). **Resultado:** Audiência pública realizada, com a presença, ainda, dos seguintes convidados, não constantes da pauta inicial: Coronel Wellington Corsino do Nascimento, Presidente da Associação dos Oficiais da Reserva da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; Geraldo Batista Alves de Sousa, Vice-Presidente do Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil; Sargento Lusimar Torres Arruda, Presidente da Associação Filantrópica de Adaptação Militar - PM/BM; Coronel Sérgio Fernando Pedroso Aboud, Vice-Presidente da Associação dos Oficiais da Reserva da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenente-Coronel Leite, Secretário Nacional da Confederação Esportiva de Policiais e Bombeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/16

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

A presente audiência pública tem o objetivo de debater o mérito da PEC nº 1, de 2025, que altera a Constituição Federal para garantir que os recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal sejam corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida da União, bem como a equiparação salarial das carreiras.

Comunico que a audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211 – repetindo: 0800 0612211. O relatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Convido para vir aqui para a mesa, tomar lugar à mesa: Sr. Bilmar Angelis, Secretário Executivo de Gestão Integrada da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF, representando aqui o nosso Secretário Sandro Avelar, que, por motivo de saúde, não pôde estar conosco; Rodney Freire, Assessor Legislativo do Deputado Distrital Roosevelt – Roosevelt também está em viagem –; Renilson Roma, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil, do DF; Juvenildo dos Santos Carneiro, Chefe do Departamento de Controle e Correição da Polícia Militar do Distrito Federal; William Bomfim, Presidente da Associação dos Oficiais do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal.

Vamos ter que ocupar aqui também a primeira fileira: Sargento Lusimar Torres Arruda, mais conhecido como Jabá – né, Jabá? –, que é o Presidente da Asfam, da Polícia Militar e Bombeiro Militar; Coronel Wellington Corsino do Nascimento, Presidente da Associação dos Oficiais da Reserva da PM do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal; Coronel Sérgio Fernando Pedroso Aboud, Vice-Presidente da Associação dos Oficiais da Reserva da PM e do Corpo de Bombeiros do DF; Tenente-Coronel Leite, Secretário Nacional da confederação esportiva de policiais e bombeiros.

Convido também o Geraldo... Cadê o Geraldinho? Geraldo, senta aqui também, na primeira fileira. No fórum nacional, nós temos o Geraldo como representante da PM e o Ronilson como representante dos bombeiros.

Tem mais alguma instituição que esteja aqui e que eu deixei de mencionar?

Senadora Damares, minha querida Damares, seja bem-vinda.

Informo que justificaram a ausência a Sra. Regina Coeli Moreira Camargos, Secretária Adjunta de Gestão do Ministério da Gestão e Inovação; João Paulo Orsini Martinelli, Assessor do Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública; o Sr. Alex Fraga, Coordenador-Geral de Despesas com Pessoal do Ministério do Planejamento e Orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo também que foram convidados, mas ainda não deram resposta – e falei com ele pessoalmente – o Deputado Hermeto; a Sra. Rita Maria Pinheiro, Diretora de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério da Gestão; o Sr. Luciano Lima Goulart, Chefe da Unidade de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal, da Secretaria de Economia do DF; e a Sra. Shirlene Costa, Chefe do Departamento de Administração Logística do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

A Associação dos Oficiais já está aqui conosco.

Bem, primeiro, quero lamentar a ausência dessas pessoas que representam o Governo Federal. Eu acho que todo servidor público, quando convidado pela Casa, deveria comparecer ou, na impossibilidade, encaminhar um representante ou até o chefe do departamento. Se eles não tinham competência para vir aqui, deveria vir o Ministro ou a Ministra. Lamento também a ausência, tanto antes de ontem quanto hoje, do Gestor do Fundo Constitucional da Secretaria de Economia do DF. Provavelmente o DF não tem interesse na discussão desse projeto.

Também registro aqui a presença da querida Senadora Damares, que nos ajudou na última reunião, presidindo a abertura, porque eu não era membro, agora sou membro já da Comissão. Entrei na Comissão ontem, com o afastamento do Portinho.

Damares, obrigado pela participação.

Evidentemente, eu, a nossa Senadora Damares, como também a Senadora Leila, quando se trata de assuntos de interesse do DF, estamos unidos sempre, né?

Bem, daqui a pouco nós vamos passar a palavra para cada um de vocês. O tempo normal é de dez minutos, mas se tiver que prorrogar, não tenho nenhuma dificuldade.

Antes de passar a palavra, eu vou fazer aqui uma apresentação para explicar um pouquinho essa questão do fundo constitucional.

Quero dizer que, antes de ontem, na segunda-feira, fizemos uma audiência com a polícia civil e apresentamos, então, todas as questões também. Quero aproveitar para esclarecer, Senadora Damares, alguns pontos que foram colocados na reunião passada, algumas preocupações, porque a gente precisa realmente aprofundar nesse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem a apresentação. Pode botar a apresentação, por favor.

Bem, é a apresentação do fundo. Pode passar.

Bem, o fundo constitucional, vocês sabem tanto quanto eu, é que garante realmente recursos da União para saúde e segurança, saúde e educação. Hoje, 40% da nossa receita vêm do fundo constitucional. Portanto, são muito significativos esses recursos. E a justificativa da criação do fundo, além de Brasília ser a capital da República, é que Brasília foi criada exatamente para isso, não foi para competir com nenhum estado na área da indústria, nem do comércio, nem do agro. Aqui, inclusive, nós temos as embaixadas, os prédios da... E tem muito prédio e terreno público aqui da União, e nenhum deles paga IPTU nem impostos, nenhuma taxa. Inclusive, nem os veículos oficiais pagam nada aqui no GDF. Então, nós temos restrição de receita própria em função disso, além de termos sérios problemas.

Lembro que, quando Brasília foi construída, ninguém queria vir para cá. Imagine, Wellington, o cara lá no Rio de Janeiro, na praia: "Agora vocês vão lá para o interior de Goiás, que não tem nada, não tem absolutamente nada construído. E vocês vão para lá, só na base do sacrifício, com muita poeira vermelha". Quem chegou aqui sabe como é que funcionava isso aqui. Então, para trazer esse pessoal da educação, da saúde, da segurança, todos foram bem-remunerados, foram bem-compensados para vir para cá.

Eu me lembro muito bem, e falo isso de vez em quando, professor... Todo mundo queria se casar com uma professora aqui em Brasília, os jovens, por quê? Porque ganhava muito bem. Na época, eu me lembro que o salário de uma professora era igual ao de juiz da Justiça do Trabalho e também do TJ. Então, esse pessoal continua na folha, como aposentado aqui, comprometendo o nosso orçamento.

Da mesma forma o corpo de bombeiros, que fez agora 169 anos. E os bombeiros, quando para cá vieram, vieram a pé, inclusive, né? Eu vi a história. Bastava ter o segundo grau, já era... Se queria vir para Brasília, já estava... Ou já era um posto de graduação ou até mesmo oficial, dependendo da situação. Também teve vantagens para vir para cá. A polícia está com 206 anos também, e ninguém veio para cá de graça. Então, todo esse pessoal já está na reserva ou aposentado e está sendo pago com o fundo constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasília não foi criada para competir. Nós não temos nem espaço para isso. Aqui você não tem como instalar grandes indústrias pelo tamanho do território. Então, as pessoas precisam de entender a importância da vinda da capital para Brasília, para o Brasil, o que representou isso para o Brasil. A conquista e a consolidação do Norte e do Centro-Oeste. Basta ver que quem banca hoje o Brasil, quem dá superávit primário basicamente é o agro, que está aqui no Centro-Oeste. Então, Brasília tem um papel fundamental nisso aí.

Pode passar, por favor.

Lembrando, para quem não conhece, que, desde quando o Brasil foi descoberto, quem sempre bancou... Desde a colônia, passando pelo Império, até chegar na atual República, o Brasil sempre foi custeado, a capital sempre foi custeada pela União. Sempre! Então, quem bancou todas as despesas foi a União.

Pode passar.

Olhe lá, de 1549 até 1763, a capital era Salvador. E o Império Português é que custeava tudo lá, em Salvador, não é?

Pode passar.

Depois, de 1763 a 1960, a capital era no Rio de Janeiro, e também quem bancava era a União.

Pode passar.

Até 1960, quando foi inaugurada Brasília, então... De 1960 até 1988, quem indicava o Prefeito aqui, quem indicava o Governador aqui era a União. Por isso é que – pode passar – o texto constitucional veio...

Pode passar.

Então, até 1960, tudo isso era custeado pela União. Em 1988, veio a Constituição, foi aprovada a Constituição de 1988, em que, então, o art. 21, inciso XIV, define que a União é a responsável por manter, organizar e dar assistência financeira à capital. O que está no texto da Constituição é isto aí: dar assistência financeira à capital. Depois...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Aí o que é que aconteceu? De 1990 a 2002, antes do fundo constitucional, nesse período... Em 1990, a gente conseguiu parcialmente a autonomia política. Então, a população, naquela época liderada por muitos líderes aqui – o Lindberg Cury, que era o Presidente da Associação Comercial e que foi Senador inclusive, foi um deles –, fez esse grande movimento para que nós pudéssemos votar. Naquela época – eu já estava em Brasília –, a gente não tinha direito de votar. Então, veio a Emenda Constitucional 85, que está fazendo 40 anos agora, que deu autonomia de votação para o DF. As eleições para Governador só ocorreram em 1990, ou seja, depois da Constituição.

Quando você tem autonomia política, você tem ônus e bônus. A gente passou a ter uma Câmara Legislativa, a gente passou a ter poder de decisão da nossa vida aqui, no DF. Então, a gente precisa estar atento a tudo isso, não é? A luta pelo voto e pela autonomia política foi muito grande, porque nós não éramos e não somos cidadãos de segunda classe, não é? Todos nós queríamos votar de qualquer forma, como qualquer brasileiro.

A gente pode pegar alguns depoimentos de Secretários de Fazenda daqui, do DF. O Valdivino foi Secretário, o que foi da Receita Federal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O Everardo Maciel.

Tem inclusive declaração do Everardo, falando sobre o fundo constitucional, a humilhação que era, nesse período de 1990 até 2002, para pagar as despesas.

Segurança não tinha tanto problema porque a folha de pagamento era rodada, como sempre foi e ainda é, pelo Siafi, pela União, mas saúde e educação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Era GDF.

Mas saúde e educação era como se fosse um auxílio; não era simplesmente como a segurança, que é 100% bancada pela União. Saúde e educação era auxiliar no funcionamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da educação e da saúde. Portanto, você tinha que pedir. Então, eles vinham aqui para o Ministério da Fazenda, para o Palácio, pedindo: "Ó, tem que pagar isso, tem que pagar aquilo". Agora você imagina pegar um governo de oposição... E aconteceu isso, o Cristovam foi Governador pelo PT, o Presidente era o Fernando Henrique, do PSDB, não é? E aí tinha que estar... Os petistas até reclamavam demais que o Cristovam estava todo dia no Palácio do Planalto. Para quê? Exatamente para pedir para pagar as contas daqui, do DF.

Então, nesse período de 1990 a 2002, houve essa humilhação toda, com pires na mão todo mês, para pagar as contas.

Então, vamos lá, pode passar.

Em 2002, então, foi criado o fundo constitucional. Na última semana de dezembro, tanto Fernando Henrique quanto Roriz, aprovaram a Lei 10.663, de 2002, criando o fundo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Exatamente.

Qual era o valor do fundo? Foi fechado em 2,9. Esse valor não caiu de paraquedas. Se você avaliar quanto é que o GDF investia em educação, saúde e segurança em 2001, em 2000, arredondaram, mas era em torno disto: 2.872 ou 2.873 bilhões. Então, estabeleceram esse valor e, a partir daí, a própria lei, que é uma lei ordinária, estabelece a correção pela receita corrente líquida.

Pode passar.

Em 2009, nós aprovamos aqui a Lei 12.086, que estabelece o contingente da polícia militar e bombeiro. Em 2013, foi aprovada uma lei estabelecendo um aumento do contingente da polícia civil.

Pode passar.

Então, o que acontece hoje com o nosso fundo constitucional? Sofremos, nesses últimos dois anos, ameaça de modificação nos critérios de correção, o que daria um impacto muito ruim para o DF. Primeiro, foi o arcabouço fiscal, que chegou a ser aprovado na Câmara. E olha a dificuldade que nós temos na Câmara: nós temos 513 Deputados; Brasília tem oito. Então, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

óbvio que, se você não tiver muito argumento, muitos dados para contrapor as colocações, a gente dança, como dançamos.

Chegou aqui ao Senado – não é, Damares? –, e fizemos um trabalho hercúleo. Tecnicamente, eu fiz um levantamento, inclusive, na época, mostrando que, se a gente aplicasse o que eles estavam propondo desde a criação do fundo até hoje, em vez de receber 25 bilhões, que é o que nós estamos recebendo em 2025, nós estaríamos recebendo 11, então, a gente estaria recebendo menos da metade do que recebemos hoje. Esses dados é que foram suficientes para convencer os técnicos, porque lá, na Câmara, o GDF disse que iria ter um rombo de 80 bilhões e não sei o quê, mas não apresentou, de fato, não convenceu os técnicos da Câmara. Então, aqui a gente pôde fazer isso. Todo mundo aqui – eu, Damares, a Leila –, gabinete por gabinete, foi falando com os Senadores. E a gente convenceu o Omar Aziz inclusive – o Omar foi o Relator. Vocês sabem que o Omar é do Amazonas e que lá tem a Zona Franca de Manaus, não é? Então, aqui, no Senado, a coisa, o diálogo é um pouco diferente, porque aqui nós não temos essa questão da proporcionalidade de eleitores, porque lá, de 513, são oito; aqui, não: todo estado tem três Senadores, porque nós representamos o estado, a Federação. Então, a gente... Eu até lembrei o Omar à época: "Omar, você lembra que nós prorrogamos lá o incentivo da Zona Franca por 50 anos?". Eu votei favorável.

Então, o fundo constitucional, para nós, é muito semelhante ao que é a Zona Franca, o incentivo da Zona Franca para o Amazonas. Aqui você tem mais espaço para conversar. A gente conseguiu derrubar, a Câmara acatou realmente a posição do Senado, mas, logo em seguida, no ano seguinte, veio o pacote fiscal.

Aí, mais uma vez, no primeiro arcabouço fiscal, foi o próprio Relator que colocou. Não foi o Governo que mandou; o Relator que colocou, orientado pela Câmara, pela Consultoria da Câmara. E aí, sem levar em consideração as conversas, o que o Ministro da Casa Civil falou, o relator da Bahia, porque eles falaram um monte de besteira aí, e ficou muito ruim para todo mundo.

Depois veio o pacote fiscal, tentaram novamente, mas aí não chegou nem ao Senado. Lá na Câmara mesmo, a gente participou de várias reuniões – nós Senadores também, Senadoras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fomos junto com os Deputados, o próprio Governador foi junto – e, então, não passou nem pela Câmara, não chegou nem aqui ao Senado.

Mas estamos em ameaça. Por quê? Saiu nota e declarações da Confederação Nacional de Municípios. A Confederação Nacional de Municípios questiona realmente o fundo constitucional em função do nosso orçamento, porque o nosso orçamento hoje é maior, evidentemente, que o de vários estados, de várias capitais – bem maior –, e a gente não tem correspondido em termos de qualidade do serviço público. Se você pegar a saúde do DF, a educação do DF e a própria segurança hoje, elas estão comprometidas com a falta de contingente – nós temos o menor contingente da história do DF. Nunca se teve tão pouco profissional como agora. Aí questionam... O Piauí questiona: "Vem cá, por que lá funciona e aqui não funciona se lá o orçamento é do tamanho do fundo?". Então, você tem que justificar isso. Brasília era para ser um modelo para o Brasil em tudo – era para ser –, mas infelizmente não é.

Mas vamos lá.

Pode passar.

Sem levar em consideração que – quem conhece a história também sabe – Brasília foi projetada para 500 mil habitantes. Em 2000, a gente já tinha 2 milhões. E agora a gente tem mais de 3 milhões, três milhões e cento e tantos, quase 3,2 milhões. Sem contar os 2 milhões que tem em volta, que estão aqui todo dia. Quase 1 milhão vem para cá todo dia para isso aí. Então, a gente tem esse gargalo aí também com relação ao crescimento populacional.

Então, nós temos um contingente que em 2009...

Pode passar.

Olhem só o contingente: pela Lei 1.286, que é de 2009, era para ter 18.673 policiais. Hoje nós temos 10.692. E só temos 10.692 porque entraram agora 1,2 mil – foram formados agora. Mas vão sair não sei quantos agora ainda. Daqui a pouco devem sair 2 mil aí. O Corpo de Bombeiros era para ter 9.703. Hoje nós temos 5.919. Também teve concurso agora recente, imaginem se não tivesse. Aí vem a Polícia Civil: em 2013, o contingente da Lei de 12.803 era 8.969. Hoje nós temos 4.559 – também porque teve concurso agora recente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agora, é importante todos observarem e conhecerem, porque esse detalhe aqui é importante, olhem lá: o recurso do fundo já está no Orçamento da União. Não faz sentido ter que pedir autorização para o Planalto ou para o Congresso para fazer concurso ou dar reajuste. O dinheiro já está lá.

Pode passar.

Se você pegar a LOA de 2025, a Lei Orçamentária, está lá: Quadro 5, despesa orçamentária fiscal e seguridade social. LDO de 2025, Anexo I, inciso V. Olhem lá: Fundo Constitucional do Distrito Federal, 25.078. O dinheiro já está no orçamento. O dinheiro já está no GDF.

Pode passar.

Aí são as ações, 25 bilhões.

Pode passar.

Por incrível que pareça, se você pegar o Anexo V da LOA, da lei orçamentária... Olhem esse ano como é que está lá! Fundo Constitucional do Distrito Federal, função de efetivos da PM, olhem lá, 384; efetivos da polícia civil, 200. Então, o que está previsto no Orçamento da LOA, em termos de quantidade para fazer concurso público, se quiser fazer algum concurso, é 384, e 200 para a polícia civil. Bombeiros nem estão aí, porque eles estão considerando que está tudo certo, que tem gente demais, vamos dizer, não é? Aí, se o Governo quer fazer um concurso, ele tem que mandar para o Planalto, o Planalto manda para o Congresso, o Congresso tem que mudar o Anexo V da LOA, simplesmente para colocar... Se vai fazer 1,2 mil, para passar para 1,2 mil, sendo o dinheiro já está no Orçamento.

Pode passar.

Deixem-me dizer para vocês. Na segunda-feira, foram questionados aqui, e é verdade, os cálculos – eu fiz os cálculos aqui – com relação à proporcionalidade dos recursos. Foram questionados... E é verdade! Quando foi criado o fundo, em 2003, já com reajuste, porque 2,9 bilhões foram em 2002... Em 2003, o Orçamento já veio com reajuste. Então, por exemplo, a polícia militar, em 2003, era responsável por 41% do orçamento da segurança. O orçamento da segurança era 41% da PM, 19,65% dos bombeiros, 38,13% da polícia civil e tinha uma merrecazinha da Secretaria de Segurança, ou seja, essa era a composição da segurança. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança pública, com relação ao total do fundo, era de 50,67%; a saúde era 20,83%; e a educação 28,50%. Então, o dinheiro já está lá. O que está acontecendo hoje? Foi questionado isso na segunda-feira.

No orçamento de 2025, esses 25 bilhões, a polícia civil, que era 38% da segurança, hoje é 27%. E, do total, a polícia civil era 19,32% e hoje é 12%. Então, o que aconteceu com isso? O dinheiro foi usado em outro negócio. Não é que a União não passou; o dinheiro está lá no GDF, só que ele usou para outra coisa.

Por exemplo, se você pegar a saúde do DF, em 2003, quando veio o primeiro reajuste do fundo, era 20% do orçamento, 20,83%; hoje, a saúde dá 32,44%. O que significa isso? De 20% para 32%, então, aumentou 12% do fundo, ou seja, de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É. De 20% para 32%, só isso aí dá o quê? Dá 3 bilhões, que foram para a saúde.

Na educação, aí houve uma... A educação que era 28,50% foi para 21%, tiraram um pouco da educação também para a saúde.

Há uma distorção nisso.

A PM, por exemplo, atualmente, cresceu um pouquinho: é 22,32%, era 20,93%. E o bombeiro, que era 9,96%, hoje é 10,82%. Então, praticamente a mesma coisa.

Quem reduziu bastante foi a polícia civil. Por quê? Exatamente... E aí teve até a defesa aqui da Dilma. Depois eu fui ver, e, realmente, a Dilma não deu aumento para ninguém; o aumento já foi no Temer – o Temer que deu aumento para a Polícia Federal. Foi quando, então... Sempre teve a paridade da polícia civil com a Polícia Federal, mas o Rollemberg mandou para cá, nós aprovamos na Comissão Mista de Orçamento, aprovamos no Congresso, só que foi aprovado em três parcelas. E, aí, o Sinpol – na época, o Gaúcho – não aceitava, porque tinha que ser de uma vez só. Com isso, criaram aquela confusão toda, e o Rollemberg não deu nada. Então, ficaram, nos quatro anos do Rollemberg, sem o reajuste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ibaneis, depois, anunciou no primeiro mandato, chegou a mandar para o Ministério da Economia. Nós, aqui no Senado, aprovamos na CMO, aprovamos no Congresso, em três parcelas, só que ele só tinha mandado para a polícia civil. E, aí, o Bolsonaro disse: "Não, tem que mandar para todo mundo". Aí, o GDF disse que não tinha condições de dar os 37,6% – que era a defasagem – para todo mundo. Aí, só deu 8% para todo mundo.

Depois fizemos aquela guerra, obstruindo o Congresso, para dar aquele reajuste de 18% em duas parcelas. Tivemos que bloquear lá, fazer uma confusão danada no Congresso, e eles depois ainda quiseram modificar o acordo que foi feito, mas acabou saindo em duas parcelas.

Hoje, além de ter o menor contingente da história, a gente tem também um dos piores salários. Nós temos, hoje, nos bombeiros e na PM, alguns postos, graduação e oficialato também, que estão em 17º lugar, 12º lugar no Brasil... Tem até um...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vigésimo? (*Pausa.*) É. Então, essa é a realidade. E todo mundo acha que Brasília tem o melhor salário, e não é verdade – não é?

Bem, aí vem a PEC do fundo.

Cadê o... Volte um pouquinho. Deixe-me ver se... Eu preciso do texto original. (*Pausa.*)

Não. Pode ir mais, pode ir. (*Pausa.*)

Acho que é o outro. (*Pausa.*)

Aqui, o que diz a Constituição hoje? E, aí, eu estou alertando até os advogados dos PMs do DF com relação ao 8 de janeiro: pelo que está na Constituição – por isso que está equivocado, tem até uma distorção – está lá: "Compete à União: [...] organizar e manter [...]". É o que está na Constituição.

A União nunca organizou nada – todo mundo sabe disso –, nem é competência dela, principalmente a partir da eleição, a partir de 1990, a competência... Antes era também de quem estava no posto de Prefeito ou Governador, mas era a União que fazia tudo, eles eram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representantes da União. A partir de 1990, não, o Governador, como todos os estados, é que faz a gestão e a organização da polícia. Inclusive, o Governador é o chefe maior da polícia.

Então, esse termo "organizar" é um termo sobre o qual o Tribunal de Contas já questionou a União por que não resolveu isso até hoje, porque, de fato, ela deveria prestar conta disso, mas ela nunca fez.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ligue o microfone aí, só para...

O SR. WELLINGTON CORSINO DO NASCIMENTO – O art. 32, §4º, da Constituição, determina que seja baixada uma lei complementar para a União estabelecer a disposição de como o GDF fará uso do aparato de segurança das instituições de segurança pública previsto nesse artigo. Até hoje, não foi regulamentado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas deixe-me dizer para você o que aconteceu com isso. Tem, de fato, esse artigo. Tentaram regulamentar. Eu pedi a relatoria, e botei na gaveta, porque o relatório estava, simplesmente...

O SR. WELLINGTON CORSINO DO NASCIMENTO – Horrível.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... horrível. Mas deixe para lá. Esse é outro assunto que nós vamos discutir depois.

O que eu quero dizer é o seguinte: essa questão de organizar não é papel da União, porque hoje nós somos parcialmente independentes politicamente, mas serve para os advogados dos policiais que estão sendo questionados. O que a União fez para resolver o 8 de janeiro? Nada. Nem o que eles podiam fazer não fizeram, que era o Plano Escudo, que era a Força Nacional, mas não vou entrar nisso, porque não é o objetivo da reunião.

Estou dizendo que o texto está totalmente equivocado, e por isso tem essa distorção que precisa ser sanada, até para resolver a questão do Tribunal de Contas com a União, porque ele nunca organizou e nem vai organizar. Não tem sentido a União cuidar da segurança de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ceilândia, de Samambaia, do Guará, de Sobradinho, não é? Isso compete ao Governador, como a todos os outros Governadores.

Este é o texto: "[...] organizar e manter a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar e o corpo de bombeiros do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução dos serviços públicos, por meio de fundo próprio". Essa é a redação da Emenda 104, de 2019.

Pode passar.

Então, organizar e manter.

O que nós estamos mudando na PEC? Muito simples. Em vez de colocar "organizar e manter", a gente coloca lá no art. 21: "Compete à União financiar o Distrito Federal na organização e manutenção da polícia civil, da polícia penal... – exatamente a mesma coisa –, "bem como prestar assistência financeira com a execução dos serviços públicos...". Aí bota lá: "por meio do fundo constitucional, com recursos aportados pela União que serão corrigidos pela variação da receita corrente líquida". A gente está colocando receita corrente líquida, porque, hoje, a lei do fundo é uma lei ordinária. Se, aqui no Senado, com 41 Senadores presentes no Plenário, 21 votarem contra, você derruba a lei. Então, a gente precisa dar mais segurança jurídica, mais estabilidade para o DF, com relação a essa correção, e por isso eu estou colocando no texto constitucional, que pode até ser modificado, mas precisa de um quórum muito maior. Não é em qualquer momento, não é qualquer coisa que altera isso.

Então, esta é a mudança da PEC: ela passa para o GDF a função de organizar e manter. E a manutenção é através de recursos da União. Continua do mesmo jeito. Alguém pode dizer: "Ah, mas o Governador pode gastar em outras coisas". Não, está ali do mesmo jeito: manter e organizar segurança, polícia civil, militar, bombeiro, penal, e auxiliar no funcionamento da educação e da saúde.

Vamos lá, pode passar.

Tem mais alguma? (*Pausa.*)

Não? É a última.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, deixa eu dizer para vocês... Na segunda-feira, teve alguns questionamentos, como: "É o momento de se fazer isso? A gente não corre o risco de, nessa discussão, ter problema?" O risco que a gente está correndo é o de sempre. Pode ser agora, pode ser depois...

Eu vejo que nós conseguimos, neste momento, no ano passado e neste ano, provar a importância do fundo e a importância da correção do fundo. Se a gente conseguiu agora, eu acho que é o momento de fazer.

Agora, tem risco? Lógico que tem risco, mas a gente tem que encarar isso. O risco nós já estamos correndo, o questionamento já está sendo feito, só que a gente precisa ter um... O que nós queremos? Porque, quanto mais o tempo vai passando, as pessoas vão esquecendo a importância de Brasília, que Brasília é capital de todo mundo – não é só nossa –, que aqui teve uma importância diferenciada e que tem, realmente, esses aposentados e pensionistas lá de trás, que comprometem o nosso orçamento.

Para vocês terem ideia, o valor dos aposentados e pensionistas, hoje, por exemplo, dos militares está em quase 50%.

O SR. WELLINGTON CORSINO DO NASCIMENTO (*Fora do microfone.*) – Não; é maior.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, está aqui, dá três e setecentos e pouco. Tem aqui a distribuição neste quadro. Olha aqui.

Aqui eu "mato a cobra e mostro o pau" – viu, Damares?

Olha aqui, está aqui no Orçamento. Pessoal ativo da polícia militar e corpo de bombeiros: R$4 bilhões – R$4,042 bilhões –, os ativos. Tem aqui manutenção da polícia militar e corpo de bombeiros... não. Inativos da polícia militar e corpo de bombeiros: R$2,749 bilhões. Pensionistas da polícia militar e corpo de bombeiros: R$695 milhões. Somando R$695 milhões com R$2,7 bilhões, dá R$3,4 bilhões. O ativo está R$4 bilhões, ou seja, 50%, 49%.

Então, a gente tem...

O SR. WELLINGTON CORSINO DO NASCIMENTO (*Fora do microfone.*) – A diferença, Senador, é o serviço voluntário, etapa de alimentação, porque, em termos de salário, hoje...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ah, sim, mas é porque tem outras despesas, não é?

O SR. WELLINGTON CORSINO DO NASCIMENTO (*Fora do microfone.*) – São outras despesas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Aqui é geral.

Isso significa dizer também da importância de buscarmos aqui no DF uma mudança na matriz econômica, porque, daqui a dez anos, o fundo será para pagar aposentado e pensionista.

O SR. WELLINGTON CORSINO DO NASCIMENTO (*Fora do microfone.*) – Hoje já paga indevidamente a saúde e...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, mas agora já consertaram isso. O tribunal questionou, porque foi um erro do Governo Agnelo. Para justificar os 25% da educação, que são obrigatórios constitucionalmente, ele começou a pagar professor e saúde, os aposentados, com dinheiro do fundo e os ativos com dinheiro da receita própria – para justificar os 25% da educação. Aí o tribunal veio e disse que não pode, então reverteu. Tanto é que a gestão, inclusive, da folha de pagamento já tinha vindo para o GDF, e teve que voltar, porque ele fez uma confusão danada, botou tudo numa rubrica só e aí comprometeu, porque o fundo constitucional interfere na receita corrente líquida da União. Então, você tem os parâmetros de pessoal, de despesa disso e daquilo que têm que ser... E aí o GDF jogou tudo numa rubrica só e complicou mais ainda, não é?

Essas questões, gente, são questões que também serão resolvidas com esse texto, porque, por exemplo, um dos grandes gargalos – e são bilhões e bilhões... No Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, quando você paga a folha do estado e do município, o dinheiro fica com o estado e com o município, a receita do Imposto de Renda; aqui no GDF, o fundo constitucional também... O GDF usou esse recurso. E o Tribunal de Contas disse: "Não, esse recurso é da União". Eu sei que, na época em que eu fiz a auditoria, eu era Deputado, dava quase R$15 bilhões que teriam que ser devolvidos. Depois, veio uma decisão judicial mantendo isso, mas ainda é um gargalo que a gente precisa superar e que essa emenda constitucional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resolve, porque aí passa a ser realmente recurso do DF, sem questionamento sobre se é ou não é da União.

Então, a polícia civil questionou isto: de 20% para 11%. É isso mesmo. Antigamente eram 20%, e, agora, são 11%. Então, fatalmente, com a reposição, isso deve voltar ao que era antes.

"É preciso estar atento e forte. Não temos tempo de temer a morte [é o final da poesia que ele botou], porque, senhoras e senhores, quem trabalha com a vida não pode ser tratado com descaso." Realmente, a segurança pública tem um tratamento muito especial, porque todo mundo sai de manhã e não sabe se volta para casa, não é isso?

Bem, houve uma colocação aqui também de se perder esse vínculo com a União, a preocupação de perder o vínculo com a União, porque hoje há a questão da paridade entre polícia civil e Polícia Federal. E aí eu disse e repeti – e quero repetir, novamente, porque isso é importante – que, independentemente de estar na emenda atual ou se vai mudar na PEC, a iniciativa sempre será do Governador se vai ter paridade. Tanto o é que hoje não tem. Por que não tem? Porque o Governo não quis. Então, essa questão de perder esse vínculo não existe, porque, de qualquer forma, com a PEC ou sem a PEC, se o Governador não quiser dar a paridade, ele não dá. Agora, se ele der, aí depende do Governo Federal, porque tem que mandar para o Congresso essas coisas. Mas, então, a gente não perde esse vínculo.

Eles têm medo de tirar este termo "organizar e manter" da União. Eles nunca organizaram. Então, isso aqui está sendo... Estamos resolvendo um problema da União que está sendo questionado há muitos anos pelo Tribunal de Contas. Eles querem a prestação de contas da União com relação à organização da polícia, que não é competência da União. Então, isso lá atrás tentaram resolver, Bolsonaro também tentou resolver. Quem participou da reunião na época lá... Até achei estranho, porque se disse que estava tudo certo, que havia consenso, mas não. Eles queriam botar o valor do fundo no Fundo de Participação de Estados e Municípios. Eu falei; "Cara, isso aí a gente perde em dois minutos". Então, a gente acabou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Fizemos a reunião e contornamos isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas isso aqui resolve, essa PEC resolve definitivamente isso.

Acho que eu falei muito, mas era importante essa fala.

Damares, se quiser falar antes de passar para os convidados...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Quero, quero sim, Senador, mesmo porque daqui a pouco eu já vou ter que sair para presidir outra Comissão.

Eu quero dar boas-vindas aos convidados. É uma alegria tê-los aqui. E quero justificar a ausência da Leila. A Leila está muito envolvida nesse debate. É que aqui, na sala ao lado, ela está presidindo uma Comissão. E hoje o Senado toma uma decisão... Eu acho que é um dos dias mais importantes para o mandato da Leila: hoje a gente vai aprovar, se tudo der certo, Izalci, a Lei do Incentivo ao Esporte. Lutamos muito. Eu e o Izalci também estivemos envolvidos.

Mas, senhores, por que esse debate hoje e agora? Nós temos no Senado, nesta legislatura, até o final desta legislatura, mais um ano e meio, um ano e seis meses, três Senadores comprometidos com o DF. Eu acho que disso vocês não devem ter dúvida alguma. São Senadores de espectros políticos diferentes, com pautas bem diferentes, mas com compromisso com o nosso Quadradinho. E a gente não sabe qual vai ser a composição, daqui a dois anos, desse Senado. Política é uma surpresa. Por exemplo, um mês antes da eleição, ninguém imaginaria que eu seria Senadora. Só tinha uns doidos assim como o Coronel Aboud, que acreditou em mim, não é, Coronel? E alguns outros. E estou aqui. Estou aqui e com um compromisso com os senhores.

Essa discussão, mais cedo ou mais tarde, precisava de ser feita. Disso ninguém duvida. E por que não ser feita agora que temos três Senadores muito envolvidos com o DF? Esse pontapé inicial não é uma discussão eleitoreira, não é, mas é uma discussão pé no chão, com base no que a gente viveu nos últimos dois anos aqui: as constantes ameaças ao nosso fundo. Vocês não têm ideia. Há coisas que não dá tempo de comunicar-lhes e há coisas que nem precisa comunicar-lhes porque a gente já passou o sofrimento, a gente já resolveu, a gente não quer que vocês sofram o que nós sofremos. Então, essa discussão é necessária, é oportuna. Eu até posso falar que ela é urgente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até estava brincando aqui com a minha assessora. Estou com alguns assessores acompanhando o gabinete do Senador Izalci na discussão. Se eu fosse Governadora, o Izalci seria meu Secretário de Economia. Mas se ele for Governador, eu seria Secretária de Assistência Social dele. Já está combinado. Na verdade, está combinado com um monte de Senadores aqui no Congresso, porque eu vou para um monte de estados. (*Risos.*)

Mas se eu for Presidente da República, tu vais ser meu Ministro da Economia. Que bom ter um Senador que está muito inteirado do assunto, que nos ajuda, que nos dá o norte e que tem compromisso com as forças de segurança.

Então, senhores, é um debate de alto nível aqui, é um debate que... O fruto de todo o debate hoje está sendo colhido, e tudo que os senhores disserem será considerado. Essa audiência pública aqui está acontecendo num horário comercial, muita gente trabalhando, mas, acreditem, ela é reprisada várias e várias vezes, e a experiência da Comissão é de que as pessoas buscam depois para assistir em casa de madrugada, de noite, ler o material que vocês apresentam. Então, assim, é um debate de alto nível.

Quero agradecer aos senhores por estarem conosco nesse debate e a coragem do Senador Izalci. Mesmo o Brasil num turbilhão de problemas, Izalci ousou apresentar e, com muita maturidade, conduzir esse debate. Então, obrigado por estarem aqui.

Tudo que nós queremos é: não toquem no nosso fundo constitucional. O recado é: não mexam com o nosso Quadradinho. Esse é o recado que nós estamos dando. E a gente quer garantias e seguranças. Estamos sempre no limbo. Se eu contar as coisas que acontecem nos bastidores, vocês vão chorar, mas estamos sempre no limbo. Nós somos um estado? Somos um Distrito Federal, temos problemas de estado e não somos estado. Nós temos os desafios de estado e não somos estado. Então, que o Brasil entenda, entenda a necessidade de a gente ter as nossas garantias, a necessidade de a gente poder dormir e acordar seguro de que não somos um estado, mas temos problemas de estado e precisamos ser respeitados. Não somos só um quadradinho ali, quadradinho! Não. Nós somos uma unidade da Federação que precisa ser respeitada como uma unidade da Federação.

Então, este momento aqui para nós é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu não paro de cumprimentar o Izalci pela coragem. Não foi feito de uma hora para outra, há todo um estudo técnico, todo um estudo técnico para apresentação do material, vocês mesmos viram. Então, vamos embora, nos ajudem a fazer essa discussão, e a gente dá este conforto para vocês de que ninguém vai tocar, ninguém vai mexer, e de que a gente quer só trabalhar e ter o salário garantido, todos os nossos direitos garantidos, assegurados. É só isso que a gente quer. O Quadradinho tem que ser respeitado. Olhem para gente como gente grande, que o Brasil olhe para gente como gente grande, e não como um quadradinho insignificante! Somos uma unidade da Federação e temos que ser respeitados no mesmo nível de todas as outras unidades.

Muito obrigada por estarem conosco, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Aproveitando a fala da Damares, passe o vídeo para mim. Ela falou: "Não mexa com o fundo...". Passe esse vídeo aí, por favor, só para aproveitar que ela está aqui.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É isso aí! "Mexeu com ele, mexeu comigo", né?

Muito bem, muito bom. Tem que envolver toda a população, como aconteceu no pacote fiscal: associações comerciais, partidos políticos, todo mundo se envolveu nisso. E a gente não pode é brincar com isso, porque realmente a pressão é muito grande.

Bem, eu vou passar, então, a palavra aqui para os nossos convidados. Vou passar primeiro aqui para o Bilmar, o Secretário-Executivo de Gestão, representando aqui o nosso querido Secretário Sandro Avelar.

O SR. BILMAR ANGELIS (Para expor.) – Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Bom dia!

O SR. BILMAR ANGELIS – Bom dia, Senador Izalci!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou muito honrado pelo convite, por poder falar em nome da secretaria, Senadora Damares. Nós acompanhamos a luta dos senhores. E queria dizer que é muito difícil falar depois do senhor, viu? A primeira vez que eu tive a oportunidade de conversar com o Senador Izalci foi lá no gabinete dele, e ele veio me apresentar os números da polícia militar. Depois, eu fui conferir... (*Risos.*)

E todos batiam. Eu fiquei, assim, meio envergonhado. Falei: "Poxa, né?".

Assim, é uma grande honra. Eu sei que o Senador conhece muito da gestão do Distrito Federal, muito dos números da própria unidade da Federação. Então, falar depois do senhor é muito difícil, mas eu vou tentar, de alguma sorte, contribuir – não é? – para o debate, trazendo um pouco da nossa visão, um pouco da nossa experiência, tanto como cidadão de Brasília e como gestor também. Tive o privilégio, Senadora Damares, de ser o ordenador de despesa da força durante mais de três anos, e como é difícil fechar as contas, viu, Senador? Quem está de fora às vezes acha que o fundo constitucional representa um montante muito grande de recursos, mas não é não. E, quanto às questões que o senhor colocou aqui, relacionadas à cada vez maior diminuição de percentuais, elas refletem diretamente na gestão.

A Polícia Militar do Distrito Federal, em termos de orçamento, é maior do que 2,5 mil municípios do Brasil. Em termos de efetivo também e de somatória de ativos e inativos, nós superamos muitos municípios. Então, é basicamente uma gestão de uma cidade dentro do Distrito Federal. O corpo de bombeiros também, que tem as suas especificidades...

Então, são gestões difíceis para quem lida com dinheiro.

Eu vim da tecnologia e fui formado gestor financeiro na marra – gestor orçamentário e financeiro –, e a gente sabe como é difícil – não é, Geraldo? – fechar as contas, reunir para poder tomar decisões se nós vamos investir na construção de um quartel, na compra de frota, investir em tecnologia, ou se a gente vai pagar o recurso, para poder trazer PTTC – não é? É difícil. São decisões difíceis, Senador.

Então, eu queria, de alguma sorte, poder contribuir.

Quero iniciar minha fala cumprimentando os senhores da mesa: Coronel Juvenildo, meu amigo e meu contemporâneo; Rodney, Renilson, Coronel Bomfim, todos os veteranos amigos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, meus ex-comandantes, Coronel Wellington, Coronel Aboud, Jabá... Todos os senhores – Geraldo... – se sintam cumprimentados por mim.

Então, eu queria iniciar, em nome do nosso próprio Secretário de Segurança Pública, dizendo da satisfação... Dr. Sandro Avelar gostaria muito de estar aqui hoje, mas o momento agora é de cuidar da saúde. Ele precisa cuidar um pouquinho, e pediu para que eu o representasse.

Eu sou Coronel da Polícia Militar da reserva, sou um dos veteranos mais novos aqui presentes, mas eu também vim de um período de bastante pobreza. Acho que não tem outra palavra que possa definir – não é, Coronel Wellington? O senhor colocou alguns números importantes, mas, antes de 2002, ao olhar, por exemplo, para nossas fontes orçamentárias, a gente se deparava exatamente com um quadro de zero real de investimento para a polícia militar. Zero real significa zero real para comprar viatura, para construir, para investir em tecnologia... Então, quem vivenciou essa época, basicamente em que as forças públicas do Distrito Federal viviam de doação, não quer o retorno disso de forma alguma.

Então, eu sou dos veteranos mais novinhos, mas ainda, há quase três décadas, experimentei essa... O Coronel Juvenildo também, não é? Como era difícil você, lá no batalhão, como tenente, conseguir colocar um policiamento na rua, tendo que contar com a boa vontade e todas as suas decorrências...

Tem umas questões que são importantes destacar sobre o Distrito Federal.

Primeiro, nós somos capital e sede dos Poderes da República; nós somos também sede das representações nacionais e internacionais. Muitas pessoas não sabem, mas basicamente todos os organismos internacionais têm suas representações aqui, e a segurança pública tem as suas responsabilidades também com essas representações. Possivelmente, nós temos o único batalhão do Brasil encarregado de cuidar das representações dos entes internacionais, numa modalidade extremamente complexa e especializada da segurança pública.

Os próprios Parlamentares que já me antecederam aqui na fala já falaram da vocação não econômica e não financeira do Distrito Federal, apesar de termos aqui uma área rural extensa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de termos produção, mas, no contexto brasileiro, isso não é significativo, isso não traz receita significativa para o Distrito Federal que justifique a sua manutenção.

Nós temos aqui no Distrito Federal 35 regiões administrativas, cada uma delas com uma característica diferente, e muitas delas nem sequer são conhecidas por quem vem transitoriamente morar por aqui, né? Então, às vezes, o indivíduo fala assim: "Ah, eu conheço Brasília, conheço o Distrito Federal", mas ainda não conheceu Café sem Troco, Água Quente, Arapoanga. Então, assim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BILMAR ANGELIS – Pois é, então, é Distrito Federal, e cada uma dessas localidades tem as suas especificidades.

Para o gestor público é muito difícil traçar uma estratégia global e uniforme que atenda todo mundo. O indivíduo que mora aqui no centro da cidade tem uma característica, ele é um cliente diferente; o indivíduo que mora em Taguatinga... Taguatinga é uma cidade enorme. Ceilândia é uma região administrativa que teve que ser dividida para poder ser administrada, né? Isso reflete na segurança pública e reflete principalmente na atuação da polícia militar e do corpo de bombeiros.

Nós temos uma população hoje que é equivalente a um terço da de Portugal. O senhor falou, os números variam um pouquinho entre 3,2 e 2,8 milhões, entre censo e Pnad, mas a gente pode jogar na média ali 3 milhões, e sem contar a Ride, o entorno, que impacta diretamente aqui, que depende economicamente, vive do Distrito Federal, usa os serviços do Distrito Federal, a saúde, a educação, né? Então, todas essas questões, quando a gente está discutindo sobre o fundo constitucional, precisam ser consideradas.

Um outro ponto que foi colocado na fala do Senador é a questão do crescimento populacional e do decréscimo das forças, mas, se a gente for jogar isso dentro de números estatísticos, a gente vê que o decréscimo das forças ainda é maior em relação ao crescimento da população. Traduzindo em bom português, a população do Distrito Federal só cresce, e o efetivo da polícia militar, do corpo de bombeiros, da polícia civil não acompanha – e até me arrisco a dizer para o senhor que não vai acompanhar. Os cenários para os próximos anos que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente consegue traçar em termos de gestão, com aumento do limite da idade para se ingressar, aumento do tempo de contribuição, tornam a profissão cada vez menos atrativa. Possivelmente a gente não vai se deparar mais com um quadro de... Entendo que 18 milhões é um número utópico, e a gente precisa, inclusive, rever isso, né?

Tudo isso depende de um mecanismo de financiamento. Nós que somos oficiais, que somos praças combatentes, Senador, nós não fomos formados para lidar com finanças, com dinheiro. Inclusive, na minha instituição – e me arrisco a dizer até que no corpo de bombeiros, Coronel Aboud –, pouquíssimos se aventuram por essa área, né? Eu vi a Senadora Damares convidar o senhor para ser o Secretário de Economia, é um desafio e tanto, viu? (*Risos.*)

Eu vou dizer para a senhora: talvez, se eu fosse Secretário de Economia, eu seguiria o mesmo caminho, porque é difícil equilibrar conta, é difícil lidar com dinheiro – ainda mais quando o dinheiro não é seu, o dinheiro é público – de forma republicana, de forma transparente e de forma eficiente, inclusive. Nós gestores públicos de alguma forma nós aprendemos isso assim, na práxis. Não é fácil.

Então, assim, hoje, eu não vou entrar no mérito da discussão da constitucionalização ou não, até porque os senhores estão muito mais qualificados do que nós para esse debate, mas a defesa do fundo constitucional é importante.

Nós não temos como avançar no Distrito Federal na manutenção da qualidade. Hoje, nós conseguimos nos tornar a segunda capital menos violenta do Brasil, e isso é muito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BILMAR ANGELIS – Eu até brinco com o Secretário de Segurança Pública que, se a gente pudesse recalcular um pouquinho, nós seríamos a primeira capital menos violenta do Brasil. Isso é a muito custo, isso não se deve ao acaso, isso não se deve à sorte, isso se deve a uma gestão, a um planejamento integrado ou, como diria o Secretário de Segurança Pública, integral entre as forças, a articulação da própria Secretaria de Segurança Pública e os outros entes de Governo. Para que a gente continue e persiga esse ideal, nós temos que ter recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou acostumado a lidar não só com o fundo constitucional, mas com outras fontes de financiamento da segurança pública também. A gente sabe o quanto é importante todo esse teor da logística, das finanças, do planejamento e o efeito disso lá na ponta.

E eu gostaria de encerrar minha fala.... Ontem, foi dito aqui sobre a questão da paridade histórica da polícia civil com a Polícia Federal, que eu acho justa, meritória, inclusive, mas também não podemos deixar de fora a discussão da paridade entre todas as instituições de segurança pública. Eu penso até, Senador, e me arrisco a dizer que, no nosso Governo do Distrito Federal, o Governador foi muito sábio, nos últimos anos, em não esticar a corda e proporcionar aumentos diferenciados para as forças. Eu já vivenciei essa época aqui de diferenciações salariais, que foi muito difícil. Então, eu acho que ninguém quer retornar a esse quadro.

No mais, eu gostaria de agradecer aos senhores pela oportunidade e de me colocar à disposição para, de alguma sorte, contribuir um pouco mais com esse debate.

Muito obrigado e um bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Bilmar.

Bem, é evidente que aqui é Senado, e tem muita gente assistindo de fora. As pessoas precisam entender um pouco isso com relação ao Distrito Federal.

Quando a gente fala em correção da receita corrente líquida, a gente está apostando muito também na gestão do Governo Federal, porque só cresce a receita se houver crescimento da receita. Se você pega um Governo incompetente em que não há crescimento... Nós já tivemos casos aqui de anos em que houve redução do fundo. Então, a gente está lutando para continuar na expectativa de que o Brasil possa crescer e a gente ter resultado, mas nós tivemos, por dois anos, uma redução pequena do fundo constitucional. Inclusive, um dos argumentos que usaram na Câmara foi: "Agora, vocês estão no pico do fundo e, se pegarem a inflação...". Eu acho que não é o melhor mecanismo. A gente tem que apostar no crescimento.

As pessoas também não conhecem o DF. O DF é estado e município. Só há um município, Brasília, mas nós temos aqui, como foi dito, as regiões administrativas. São 35 regiões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativas, que são como municípios. Nós temos região administrativa com 800 mil pessoas. Se pegarem Ceilândia e Sol Nascente, talvez elas estejam entre as 30 maiores cidades do Brasil – só Ceilândia e Sol Nascente. E Sol Nascente, para quem não sabe, é uma cidade que carece muito de... Não digo que é favela, não, porque ela está bem estruturada, mas é uma cidade muito carente, que precisa de muito investimento. Agora, como resolver isso? A gente tem que ver também...

Você falou aqui, por exemplo, nas áreas rurais, em grande parte das áreas rurais. Qual é a vocação nossa hoje? Como a gente não tem indústria e não tem agro, tem que investir no comércio, na tecnologia, no turismo. Brasília é um museu a céu aberto. E a gente faz isso, porque, para fazer a gestão, você tem que ter criatividade. Então, por exemplo, vocês conhecem aqui Pirenópolis, que é um *boom* em termos de turismo, mas se você pega Brazlândia, que é perto, ali – e Brazlândia tem, para quem não sabe, a segunda maior catedral do Brasil, maior do que a de Trindade, só é menor do que a de Aparecida –, qual é o turismo religioso que nós temos em Brazlândia? Nada. Nós temos em Brazlândia 56 cachoeiras, melhores que as de Pirenópolis. Agora, por que não transformar Brazlândia, que tem a festa do morango, a festa da goiaba, em uma cidade histórica? Por que não a transformam num polo turístico? Porque não tem escritura. As áreas de Brasília não têm escritura. Por isso é que nós viemos aqui e aprovamos a lei da regularização fundiária, porque, para fazer isso, você tem que ter lei. Na área pública, tem que ser assim.

Então, é importante... Eu estou recebendo aqui vários questionamentos de outros estados. Eu vou ler aqui, até para vocês, se quiserem, complementar.

A Elizama, do Distrito Federal, diz: "A PEC 1/2025 assegura os repasses de maneira efetiva através da [receita corrente líquida] [...] [poderia explicar] os benefícios para a categoria envolvida?".

O que a gente pode citar aqui é isto que eu disse: a correção do repasse do fundo é em função do crescimento da receita do Governo Federal, da União. Então, se aumentou a receita corrente líquida, a gente aumenta aqui; se diminuiu, diminui aqui também. Mas, historicamente, desde a criação do fundo, a gente teve um reajuste maior do que a inflação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Oswaldo, lá do Rio de Janeiro: "Por que esse aumento de gasto [...] público, enquanto muitos estudantes estão abandonando as faculdades por [...] [falta de recurso] do Fies?".

Bem, primeiro, quero lembrar que aqui é a capital da República. Os recursos do fundo são destinados especificamente para esses órgãos, para segurança pública, principalmente, e hoje nós somos um dos piores salários do Brasil. Lá do Rio de Janeiro, que também já foi capital, que foi sempre bancado pela União, os repasses, hoje, e de vários estados, da maioria dos estados, são maiores do que os do DF. E com relação ao Fies, a questão do Fies é falta de gestão, porque não adianta você financiar o que estão fazendo hoje, curso de Direito, de Administração, e depois o menino forma e não tem emprego. O que o Fies deveria estar fazendo é financiando aqueles cursos de que o mercado está precisando, que é de engenheiro, professor de matemática, professor... É isso que deveria estar fazendo. Então, aqui nós estamos querendo que os nossos policiais tenham, pelo menos, um salário igual aos dos outros estados hoje, que estão pagando muito melhor, inclusive aqui em Goiás, do lado. Ninguém queria ir para Goiás, e hoje é o melhor salário, um dos melhores salários do Brasil.

A Eliane, do Distrito Federal: "Ao equiparar os salários, quais são os reais benefícios e impactos para a comunidade do Distrito Federal?".

Simples, né? É evidente que, na medida em que você tem um profissional mal remunerado e que os policiais também são pessoas como qualquer cidadão, que têm contas para pagar, que saem de casa todo dia sem saber se voltam, na medida em que você não tem recurso suficiente para pagar as contas, isso compromete, evidentemente, além da questão do contingente. Nós estamos hoje com metade do contingente que deveríamos ter em 2009. E lembro que, como foi dito, nós temos 3,1 milhões de habitantes hoje e a pressão de mais de 2 milhões em volta. Então, quando se fala em DF, a gente tem aqui 5 milhões de habitantes, praticamente, que utilizam a estrutura do DF.

A Rhayana, do Paraná: "A proposta respeita os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal?".

Respeita, porque está no Orçamento da União e está prevista na Constituição. Então, está respeitando os limites, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Fábio, aqui do Distrito Federal: "Quais seriam os impactos fiscais e federativos da equiparação salarial entre a Polícia Militar e os bombeiros do Distrito Federal?".

O que a gente precisa aqui é dessa autonomia para fazer os... Ninguém está pedindo aumento do fundo. Aqui não há nenhum impacto, porque não há previsão nem pedido para aumentar fundo nenhum.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois não.

O SR. BILMAR ANGELIS (Para expor.) – Eu sei que eu já falei muito, mas eu queria fazer só duas pequenas intervenções.

Lembro que esse recurso volta a girar na economia do Distrito Federal. Ele volta, inclusive, sob a forma de impostos, de tributos. Ele volta.

E tem uma questão importante. Como eu estava falando, não tem coincidência, existe planejamento e gestão. Então, um policial bem pago, bem equipado, com a saúde em dia e despreocupado com a família rende muito mais, presta um serviço de muito melhor qualidade, como um militar do corpo de bombeiros. Então, assim, essas questões hoje... O próprio Fies... O policial também tem um filho que paga Fies ali, né? Então, reflete na inadimplência.

A gente não pode imaginar que o dinheiro vai para o bolso do policial ou da instituição. Ele volta a circular dentro da economia do Distrito Federal, gera emprego, gera renda e outras questões.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem, é isso mesmo.

A Marília, aqui do DF: "A equiparação salarial [...] [deveria] incluir [também] os [profissionais] da medida socioeducativa [...] [já que exercem] papel semelhante na segurança pública".

É uma demanda, mas não está prevista na Constituição a inclusão da... Mas lembro que o GDF também tem outras fontes de recursos. Então, quem banca hoje o socioeducativo é a Fonte 100. Então, se nós já temos problema hoje no fundo com o compromisso dos aposentados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensionistas que estão comprometendo o fundo, daqui a dez anos, provavelmente, a gente só vai estar pagando aposentado e pensionista. Evidentemente, quanto mais pessoas entram, vai diminuindo porque não aumenta o fundo, não é? Então, tem que ter esse cuidado também.

O Antônio, aqui do Distrito Federal: "Demanda justa. As forças de segurança do [...] [DF] fazem [...] [jus] à equiparação salarial com a [...] [Polícia Federal]. É um pleito [...] [legítimo]".

Isso que foi colocado aqui é importante para que as forças aqui estejam unidas, integradas e satisfeitas, né? E quanto melhor... A gente precisa acabar com essa discussão, porque, se a polícia civil está bem remunerada, a polícia militar e os bombeiros também serão bem remunerados do mesmo jeito, como está sendo o tratamento – pelo menos teoricamente.

Uma das coisas que nós queremos também evitar com esse fundo... Não estou aqui acusando ninguém, mas eu já vi em outros governos e a gente percebe que muitas vezes o governo anuncia o aumento... Eu me lembro de que foi anunciado agora o aumento – todo mundo aqui satisfeitíssimo, maravilhoso –, com a primeira parcela em setembro, a segunda parcela em abril. Agora vai para o Governo Federal: "Passei para o Governo Federal". Será que esse é o modelo de quando você quer dar o reajuste? Porque, quando você quer dar mesmo, você pega o reajuste, vai lá ao Palácio e conversa: "Ó, está aqui o orçamento, quero dar o aumento". Agora dizer: "Olhe, está aqui, vou dar 30%. O problema agora é do Governo Federal", não é assim que funciona. E aí o Governo Federal diz que... Foi dito aqui que, para muita coisa que você quer discutir, você chega lá: "Não, isso é com o GDF"; chega no GDF: "Não, isso é com a União". Fica esse empurra-empurra e os profissionais com essa dificuldade aí, né?

Então, sobre a autonomia, essa PEC dá autonomia total. Quer fazer o concurso, faça; quer dar o reajuste, anuncie e faça. Não depende do Congresso nem do Governo Federal.

Fernando, do Rio de Janeiro: "Sou absolutamente contrário ao aumento de gastos públicos que não sejam imprescindíveis, coisa que, nesse caso, não acho que seja", ou seja, ele desconhece completamente a realidade.

No Rio de Janeiro, a gente ainda tem algumas dificuldades. Tem muita gente do Rio que ainda não aceitou que a nova capital é aqui, Brasília. Para você ter ideia, quando eu entrei na Câmara Federal, nós tínhamos mais servidor público no Rio de Janeiro do que em Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Do Rio de Janeiro.

Pois é, então tudo bem, a gente perdoa porque é do Rio de Janeiro e talvez não tenha conhecimento, mas, de fato, é imprescindível isso, sim. E nós não queremos que a nossa segurança se transforme na segurança do Rio de Janeiro.

Lorrany, do Distrito Federal: "Essa equiparação deve vir acompanhada de uma análise técnica criteriosa para [...] [evitar] injustiças ou distorções no funcionalismo público". Com certeza, é isso que a gente está fazendo aqui.

Bem, vou passar agora a palavra, então, ao Rodney Freire, assessor legislativo, que está representando aqui o Deputado Distrital Roosevelt, que está em viagem e pediu que o recebesse aqui nesta audiência pública.

Pois não, Rodney.

O SR. RODNEY FREIRE (Para expor.) – Bom dia, Exmo. Senador Izalci, Exma. Senadora Damares, na pessoa de quem eu cumprimento os demais da mesa, os demais presentes.

Primeiro, quero agradecer e parabenizar pela realização da audiência pública, Senador. É um tema muito importante para o nosso Distrito Federal. Como o senhor muito bem explanou, o Distrito Federal hoje não subsiste sem o fundo constitucional. Se tirar o fundo constitucional do DF hoje, simplesmente para de funcionar todo o serviço público.

E o Distrito Federal é totalmente *sui generis*, como o senhor muito bem colocou também. A gente abarca aqui toda a questão da União, toda a estrutura da União, e não só da União, como de outros países, as embaixadas, e várias outras questões.

O Distrito Federal não tem condições de competir, como o senhor bem pontuou também, na questão de arrecadação de tributos e de competência de indústria, comércio e tudo, com outros estados, pela questão do limite territorial nosso. Então, é um tema muito importante e tem que ser debatido de maneira séria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, parabenizo também os Srs. Senadores aqui do DF pelas duas vitórias que o Distrito Federal teve nas discussões em torno do fundo constitucional, porque os senhores conseguiram convencer muito bem os demais Parlamentares do Senado e, posteriormente, da Câmara Federal novamente, para manter o fundo constitucional da maneira que está, porque, se se alterasse a maneira que ele ia ser reajustado, isso certamente ia comprometer muito os serviços públicos do Distrito Federal não só para a população do DF, mas para todo mundo que frequenta a nossa capital federal.

Eu sou bombeiro militar, estou assessorando hoje o Deputado Roosevelt, que é bombeiro militar também. Ele é filho de policial militar, que foi assassinado em serviço. Então, o Deputado Roosevelt tem uma trajetória toda voltada, desde criança, para a segurança pública. Ele tem um vínculo muito forte com as instituições, com o corpo de bombeiros e com a polícia militar, e vem lutando constantemente por melhorias e por justiça para as nossas categorias.

Em relação à questão da recomposição salarial, ainda quando começaram as discussões no âmbito do Distrito Federal, a gente tem que pontuar aqui que foi um trabalho muito bem elaborado, com a primazia ali da Secretaria de Segurança Pública – não é, Coronel Angelis? –, do nosso Dr. Thiago, que era o chefe de gabinete. Foi um trabalho muito respeitoso, muito organizado entre as três forças de segurança, com a orquestra ali da Secretaria de Segurança. Tivemos inúmeras reuniões entre as forças e o Governo do Distrito Federal, para chegarmos a essa proposta final a que nós chegamos, de manter a isonomia salarial entre as forças de segurança do DF. Como bem pontuou também Coronel Angelis aqui, eu acho que ninguém quer voltar àqueles tempos, aos primórdios de Brasília, quando teve até troca de tiro entre forças de segurança em praça pública por questões salariais, invasão em delegacia e várias outras celeumas que tinha entre as forças de segurança.

Graças a Deus, já há mais de dez anos, depois que se criou a isonomia salarial entre as forças de segurança, a gente não vê mais esse tipo de coisa. Pelo contrário, há um respeito mútuo, uma colaboração mútua entre as forças de segurança, o que a gente espera que seja mantido e que é um ganho muito bom para o Distrito Federal e para as próprias forças de segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E durante essas discussões no Distrito Federal ainda, um dos ganhos maiores que a gente teve foi a harmonia mesmo entre as forças de segurança, né? O Coronel Juvenildo aqui, que é o representante da Polícia Militar, o nosso Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros e o Diretor... eu acho que era o Vice-Diretor da Polícia Civil que estava lá comandando os dados, né? O Dr. Benito, isso.

Então, assim, foi muito respeitoso todo o trabalho, até a gente chegar naquela proposta final, de maneira que contemplasse as três forças de segurança, mantendo essa isonomia e todo esse trabalho. Posteriormente, o Governador encaminhou a proposta para o Governo Federal, e foi instaurado o fórum de diálogo, que é uma inovação recente, da última lei. E, nesse fórum de diálogo, a gente tem tido também muito respeito e diálogo com o Governo Federal e com o Governo local. Temos sido muito bem atendidos nesse fórum de diálogo, são muito, muito respeitosos todos os técnicos, o secretário que está comandando o trabalho lá. Já tivemos duas reuniões presenciais do fórum de diálogo, mas, fora essas duas reuniões presenciais, nós tivemos inúmeras outras reuniões técnicas; entre os técnicos lá – e eu acho que até a Rita, que estaria aqui convidada para esta audiência pública. Além dela, estão os servidores da Secretaria de Economia do Distrito Federal, como o Oziel, que é um servidor exemplar e que tem comandado com maestria esses trabalhos técnicos lá, o Dr. Thiago Conde e o nosso Secretário de Economia.

Então, assim, ao longo dos últimos... eu acho que há mais de um mês, muitos dados foram solicitados para o Distrito Federal para tirar dúvidas em torno da nossa legislação, do nosso modelo remuneratório, e para entender melhor os números e checar os dados que foram enviados pelo GDF. E, nesse intervalo, gerou-se muita dúvida, principalmente em relação à legislação dos militares. Porque essa legislação é muito *sui generis* ainda, né? Infelizmente, a gente não recebe por subsídio. Essa é uma demanda antiga, inclusive já foi até determinado pelo Tribunal de Contas que fosse implementado, mas a gente ainda não conseguiu avançar nessa frente. Em virtude disso, nossa remuneração é muito complexa. Então, não tem como a gente chegar e fazer um cálculo exato de quanto vai dar um reajuste salarial, porque cada militar difere de outro militar. Tem a questão da certificação profissional, porque um militar tem curso, o outro não tem; tem o adicional por tempo de serviço, que foi extinto em 2001, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns já tinham incorporado... Tem o adicional por tempo de serviço, certificação profissional... Tem mais um, que me fugiu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODNEY FREIRE – Auxílio-moradia, pronto, é isso aí. E o auxílio-moradia também. Hoje cerca de 60%, 70% recebem o auxílio maior, e os outros não, né?

E, por conta dessas rubricas, isso gerou muito problema na análise dos dados por parte do Governo Federal, porque eles não conseguiam compreender por que não se consegue chegar em números exatos. A gente teve que demonstrar isso claramente, rubrica por rubrica, tanto na questão da folha de pagamento, porque eles queriam entender também o custeio, auxílio-fardamento, auxílio-alimentação, licença especial indenizada, férias indenizadas... De todo tipo de rubrica que vocês imaginarem da nossa folha de pagamento foi feito um levantamento bem a fundo, bem esmiuçado mesmo, para que o Governo Federal possa entender, compreender.

Porque a preocupação do Governo Federal é a sustentabilidade do fundo. É como se fosse, assim, para não pegar uma proposta irresponsável que possa comprometer o Distrito Federal – o que é bem salutar, mas a gente sabe que a proposta, de longe, não faz isso com o fundo constitucional. Foram feitos estudos muito aprofundados no Distrito Federal.

O Governador é muito responsável economicamente, tanto que o Distrito Federal tem crescido mais que outros estados da Federação, pelo pulso forte que ele tem na economia, uma coisa que eu admiro muito do Governador. E esses dados, a última versão dos dados foi enviada na segunda-feira agora passada – as últimas divergências que teve entre os dados que foram enviados, que eles analisavam lá –, e a tendência é que, até a semana que vem, o Governo Federal chame a terceira reunião do fórum de diálogo, para a gente sentar... Realmente agora é a parte política. A parte técnica foi feita ali nos bastidores, com todo mundo questionando, olhando a folha de pagamento, e aí vem a parte política do Governo Federal de aceitar na íntegra a proposta que o Governo do DF mandou ou fazer algum ajuste. A gente tem um prazo muito exíguo nisso aí, como o senhor bem colocou aqui também, por conta da lei orçamentária da União, em que o Governo Federal tem que mandar mensagem para o Congresso até o dia 15 de agosto, para poder encaminhar a lei orçamentária do próximo ano, e já tem que constar o reajuste salarial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí a Ministra Esther Dweck e a Ministra Simone Tebet tiveram uma reunião dessas *online*, técnicas, expondo essa dificuldade de tempo em relação à lei orçamentária e a preocupação deles, porque eles querem que esse reajuste seja implementado, que esteja tudo correto, só que eles queriam que estivessem todos os dados compilados a tempo, sabendo que o lapso temporal para poder fazer a LOA de 2026 e também a alteração da LOA de 2025, para poder implementar o reajuste, está muito curto. Mas se, na próxima semana, nós tivermos essa reunião lá do fórum de diálogo e dando tudo certo, o Governo Federal se comprometeu a mandar para a Câmara o projeto de alteração, o PLN para alterar a LOA desse ano, e, no próximo mês, editar uma medida provisória para que o reajuste seja implementado em setembro, e a segunda parcela em abril.

Então assim, a gente está muito tranquilo, em parte, porque está tendo diálogo, está tendo muito respeito, e a gente espera que essa proposta seja implementada o quanto antes e a gente possa fazer essa entrega para a população do Distrito Federal, em especial para as categorias de segurança, que, como o Coronel Corsino colocou ali, o salário de coronel não é nem o 21º, é o 23º, só está atrás de três estados da Federação o salário de coronel de Brasília, salvo engano, é Paraíba, Bahia e Piauí...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODNEY FREIRE – ... o restante, todos os outros entes federativos estão acima da remuneração de Brasília, que já foi o teto do funcionalismo da nossa categoria de militar do Brasil, tanto que tinha a PEC 300, porque todo mundo queria receber igual a Brasília, hoje ninguém mais fala nesse assunto porque ninguém mais quer receber igual Brasília, já não está mais tão atrativo.

É isso, Senador, agradeço mais uma vez e nos colocamos à disposição, lá na Câmara Legislativa, com o Deputado Roosevelt. O que o senhor precisar lá, estamos à disposição para auxiliar o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Com relação a essa questão do fórum, só quero dizer que sou completamente contra essa questão do fórum. Eu participei dessas reuniões, naquele aumento dos 18%, e eles ficavam perguntando, toda hora tinha exigência, o que é isso, o que é aquilo. O que as pessoas precisam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entender é o seguinte: o dinheiro já está no DF, não compete à União ficar discutindo informação que já está lá. Aí o que acontece? Estão pagando o recurso da saúde, pega o dinheiro da saúde e faz obra e não paga o reajuste. Ora, a Constituição já diz o que é, para que serve o fundo: é para pagar segurança, polícia civil, polícia militar, bombeiro. Então, cabe ao Governador fazer isso, não tem o Governo Federal que se meter nesse negócio, porque o dinheiro já está no orçamento. Quando se fala assim: "Eu tenho que mandar para a LOA", não existe, já está aprovado – estão lá os 25 milhões –, já está no orçamento aprovado desde o ano passado.

Essa reunião, em princípio, está marcada para agosto, segunda quinzena de agosto, é o que informaram, ou seja, daqui a pouco vão dizer que não dá para pagar a parcela de setembro. Então, isso aí é que traz uma revolta pela falta de entendimento do que significa o fundo constitucional. Por isso é que a PEC tem que resolver isso, a PEC é para isso.

Segundo, aproveitando aqui o representante do Roosevelt, nós conseguimos segurar aqui, porque estava sendo votado aqui semana passada, na CCJ, o novo Código Eleitoral, em que estava computada – no Código Eleitoral – a quarentena dos militares para poder disputar uma eleição – e seriam quatro anos de quarentena. O cara tinha que sair das forças, daqui quatro anos ele vai ser candidato e ele não pode voltar, se ele perder ou se ganhar. Ele não pode voltar para as forças, quer dizer: é proibido militar ser candidato.

O Relator depois baixou para dois anos, mas mesmo dois anos a gente também não aceitou, porque não é questão de... É um cidadão comum, uai. Policial é cidadão como qualquer um.

Então, ter a representação nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras, é fundamental. Basta ver o que significa o Roosevelt e o próprio Hermeto lá na Câmara Legislativa, porque eu aprendi aqui no Congresso: "nada de nós sem nós."

Tem muita gente que decide as coisas aqui sem conhecer o mundo real, sem conhecer a realidade. Então ter alguém... O Fraga mesmo foi Deputado Federal durante anos aqui, ainda é Deputado Federal, é militar. Ele que traz exatamente o que está acontecendo lá na ponta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa representação a gente não aceita. Tiraram da pauta porque iam perder; sentiram que iam perder, tiraram da pauta, mas nós não podemos admitir essa proibição para militar, por questões eleitorais, porque eu sei que são questões eleitorais – não podemos aceitar isso.

Quero dizer que eu convidei o Hermeto, ele confirmou a vinda dele. Provavelmente, o Governo não autorizou, tanto é que não está aqui o representante da Secretaria de Economia, mas tudo bem. Eu acho que eu estou fazendo a minha parte aqui, a gente tem que enfrentar essas questões.

O Coronel Wellington, da associação, tem um compromisso agora, uma consulta médica. Eu vou passar primeiro para o Coronel Wellington, depois a gente volta aqui para a mesa.

Coronel Wellington Corsino do Nascimento, é o Presidente da Associação dos Oficiais da Reserva Remunerada e Reformados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Com a palavra Wellington.

O SR. WELLINGTON CORSINO DO NASCIMENTO (Para expor.) – Bom dia a V. Exa. Bom dia aos integrantes da mesa. Bom dia a todos os assistentes, companheiros da polícia militar e do corpo de bombeiros; a todos aqui presentes; ao pessoal da imprensa e aos cidadãos do DF por completo, já que esta reunião é transmitida *online* para a internet.

Eu gostaria de começar falando do problema que é a segurança pública. O brasileiro ainda não tem uma consciência profissional do que vem a ser a importância da segurança pública.

O senhor falou que, em 2003, em 2002, foi feito um cálculo, e a segurança pública do Distrito Federal custava R$2,9 bilhões. Em cima desse montante, foi que houve o primeiramente aporte de recurso do fundo constitucional. Já começou aí o problema, porque antigamente a segurança pública do Distrito Federal era gerida com as economias administrativas patrocinadas pela gestão dos órgãos da etapa de alimentação do pessoal da PM e do pessoal do bombeiro.

Não tinha orçamento para comprar viatura, para comprar nada. Então, o que é que se fazia? O Estado, a União, mandava a etapa de alimentação. A gente fazia a alimentação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

policiais e dos bombeiros e com aquilo que se conseguia economizar, a chamada economia administrativa, se comprava viatura, armamento, tudo. Então, já começou, Senador, o problema daí. Um improviso que se colocou em cima de uma gestão que já era deficitária na origem. Quando a gente fala na preocupação de certas pessoas de que, daqui a cinco anos, o fundo vai estar exaurido, estará exaurido porque foi concebido equivocadamente daí do começo.

A outra questão é a da gestão do Distrito Federal como um todo. Nós temos a ideia muito clara da sobrecarga dos serviços públicos do Distrito Federal pelo Entorno do DF. Mas isso não é problema do Entorno, é problema da gestão do Distrito Federal. Nós temos exemplo de países que se organizaram com tecnologia. Nós temos hoje países como a Estônia, que é o país mais desenvolvido na questão de informática para a gestão pública. E isso é controle. Por isso é que a saúde dá o prejuízo que dá, a educação dá o prejuízo que dá e a segurança dá o prejuízo que dá, em termos de eficiência e eficácia da aplicação dos recursos públicos. Então, num mundo onde a tecnologia mudou os comportamentos gerenciais de todas as empresas, de governos e até da própria família – o hábito dos cidadãos mudou em função da tecnologia –, a gestão do Distrito Federal ainda é feita no livro, ainda é feita nas relações. Não se colocou em prática um projeto de informatização da gestão pública do Distrito Federal.

Hoje nós temos exemplos, como o caso de Nova York, que tem um efetivo menor do que tinha alguns anos atrás, mas que compensou essa falta de efetivo pelo incremento da tecnologia. É uma das cidades mais seguras do mundo. Aqui nós ainda não temos isso, infelizmente.

Atualmente, se brincarmos, as despesas com a saúde pública do Distrito Federal são pagas três, quatro vezes, porque não têm controle. A gente chega ao médico, com um plano de saúde, vai ser internado para fazer uma cirurgia, como eu fiz agora recentemente... Quando a gente entra já está lá a maquininha do hospital: o cara com uma injeção, um comprimido, um não sei o quê mais. Aquilo tudo é contabilizado, depois é cobrado do plano de saúde. No Distrito Federal não existe isso.

Então, a gente está aqui sustentando Prefeituras do Entorno que não fazem o seu projeto de saúde, que deságuam no Distrito Federal, sobrecarregam e aumentam a despesa indevidamente. Porque o GDF não sabe quanto o pessoal de fora do DF gastou para poder fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a compensação no dinheiro do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, porque é de lá que vem o recurso do SUS.

A outra questão é a da proporcionalidade dos recursos. Eu digo isso porque, graças a Deus, foi um trabalho nosso, na época da Constituinte. No Plenário da Constituinte, nós bolamos, junto com o Senador Maurício Corrêa e com o Bernardo Cabral, que era o Relator da Constituinte. E a gente colocou o art. 21 e, também, o art. 32, que antes era só para a segurança. Depois é que se colocou para prestar assistência financeira a serviços de saúde com os recursos do fundo – saúde e educação.

Então, a gente está vendo que começou errado, continua errado e, se a gente não mudar a mentalidade da gestão do Distrito Federal, a gente nunca vai equilibrar as contas. A gente nunca vai equilibrar, porque, cada vez mais, a gente vai estar gastando mais dinheiro com menos eficiência, com menos eficácia.

Hoje, basta ver cidades, como Guangzhou, na China, com que a gente não pode nem comparar, mas só para um exemplo: lá existem 14 milhões de câmeras em uma província. E isso ajuda no policiamento ostensivo. Em Nova York acontece o mesmo. O policiamento ostensivo é, basicamente, 60%, oriundo do monitoramento eletrônico – não é, Angelis? E ali vai, como elemento de prova, para aplicação jurisdicional.

Então, a gente precisa, Senador, aprovar essa PEC, garantir... A coisa mais importante é a questão da remuneração do fundo, continuar na Receita Corrente Líquida, porque, se se colocar, como nas outras unidades, no Fundo de Participação dos Municípios e no Fundo de Participação dos Estados, a gente tem um crescimento menor do que é desejado, porque, se o fundo já caminha para um período de exaustão, em termos de investimento para o setor de segurança, para o setor de saúde, para o setor de educação, mais tarde só vai pagar salário mesmo, porque não se fez a compensação na gestão, o aprimoramento da gestão.

Então, fica aí a nossa contribuição, no sentido de se buscar novas soluções em gestão para potencializar o uso de cada recurso, de cada real, de cada sofrido real do nosso fundo constitucional, para importar na segurança do cidadão, porque não adianta a gente fazer de conta, ou a gente faz, ou a gente não faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente precisa trabalhar em cima da segurança do recurso, mas a gente precisa, muito mais ainda, trabalhar no aprimoramento da gestão não só da segurança, porque o efeito tem sido hercúleo... A gente sabe de uma instituição que, quando eu me aposentei, tinha 17.470 integrantes, hoje só tem dez mil, e o crescimento populacional foi inversamente proporcional. A gente vê que a justificativa para se ter hoje, na segurança pública, o maior índice de suicídio, entre todas as categorias do Distrito Federal e quiçá do Brasil... O aumento de ocorrências de suicídio, no setor da segurança pública, é uma coisa com o que a gente deve estar preocupado, e estar preocupado exatamente por isto, porque falta recurso no seu salário. O salário do coronel, que era o primeiro, hoje é o 23º. O soldado ainda tem sorte, porque hoje o dele ainda é o quarto melhor do Brasil – o do soldado ainda é o quarto –; mas o do coronel é o 23º.

Então a gente precisa corrigir essas distorções. Mas a gente precisa, muito mais do que isso, juntar o Parlamento, juntar o Executivo. Por isso que eu fico preocupado com uma iniciativa dessas. Falta o Executivo do Distrito Federal estar presente, porque é a função dele fazer a gestão da segurança pública: discutir com o cidadão, discutir com a cidadania, discutir com o Parlamento, discutir com todo mundo. A gestão da segurança, a gestão pública, tem que ser ampla e transparente. Não pode ter briguinha para aqui, briguinha para... "Não vou aprovar porque é de autoria do Senador. Não vou fazer aquilo porque foi o Governador..." Não! A gente tem que fazer uma coisa com responsabilidade cidadã. Aquilo que é bom para a segurança do cidadão é bom para todo mundo: é bom para o Governo, é bom para o Parlamentar, é bom para a gente.

Porque hoje, além de ser patrocinador, já que eu continuo trabalhando na causa da segurança, eu sou um usuário do serviço de segurança. E eu já fui sequestrado! Imagina o cidadão que não tem voz, que não tem ninguém por ele, o que é que ele fala da segurança pública, o que é que ele fala daquilo... A gente vê mesmo, dentro das nossas categorias, policiais reclamando que a cúpula não trabalha. É uma descrença total, começa fora e termina dentro de casa. Então a gente precisa ter muita responsabilidade, fazer a coisa com competência, com responsabilidade, com transparência e colocando, no primeiro ponto, o espírito público.

A polícia existe para proporcionar segurança. Qualquer outra coisa é fora da missão constitucional da polícia. E a Justiça é para fazer justiça, proporcionar justiça, prestar o serviço jurisdicional com celeridade; porque, se não for com celeridade, se não for em cima do ato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infracional cometido, depois não vira justiça, vira castigo, porque a sociedade já esqueceu, as famílias já esqueceram, e o cidadão, em vez de estar sendo punido por um ato objetivo, vai começar a dizer que é vítima. É por isso que hoje o projeto político também tem muita culpa disso.

Hoje nós estamos passando por um processo de vangloriar a questão do cidadão infrator. Então o cidadão infrator hoje tem todos os direitos. Você vê um cidadão sendo preso pela polícia 87 vezes. Nisso tem alguma coisa errada. E não é só a polícia que é culpada, a Justiça é que é culpada. Agora, a gente precisa, como o senhor sempre fez, mudar a lei e fazer cumprir a lei. E vamos responsabilizar, parte a parte, todos os integrantes daquele ciclo de gestão de governo como um todo – tanto o Executivo, como o Judiciário e o Parlamento.

Era isso.

Da questão do salário eu venho também falando, porque não existe, dentro da polícia, dentro das atividades de polícia judiciária, de polícia ostensiva, de polícia de manutenção da ordem pública, uma hierarquia de importância. Nem a polícia de manutenção da ordem pública e ostensiva é mais importante que a polícia judiciária, nem vice-versa. Todos são importantes, porque, se houver cooperação, se houver complementaridade e se houver harmonia, quem é beneficiado é o cidadão; quem vai ser penalizado é o infrator. Mas, se a gente continuar brigando em função de quem merecer mais ganhar mais e quem ganhar menos, isso é um total desserviço tanto para o cidadão como para o próprio policial, para o próprio profissional de segurança pública. Então, essa questão de quem merece, para mim, é um absurdo, é uma aberração. Todos merecem, tanto a polícia militar como a polícia civil e o corpo de bombeiros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON CORSINO DO NASCIMENTO – Eu agradeço o trabalho que o senhor está desenvolvendo e sempre falo para os meus associados e para os policiais e os bombeiros militares com que a gente trabalha que o senhor tem sido um baluarte na defesa das nossas instituições e da segurança pública. Que o senhor continue assim, continue com esse espírito de participação e de envolvimento.

Muito obrigado por eu estar aqui, dando a nossa contribuição. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Wellington.

Vou passar a palavra agora ao Renilson, que é o Presidente do Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil, e depois ao Geraldo, que o complementa. (*Pausa.*)

Deixe-me passar a palavra, então, ao Juvenildo dos Santos, que é Chefe do Departamento de Controle e Correição da Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. JUVENILDO DOS SANTOS CARNEIRO (Para expor.) – Sr. Presidente da mesa, Senador Izalci Lucas, a quem eu cumprimento e agradeço a possibilidade de representar a nossa Polícia Militar do Distrito Federal. São homens e mulheres, Sr. Senador, que fizeram um compromisso, quando terminaram o curso de formação, de se dedicar integralmente à proteção da sociedade com o risco da própria vida. Quem aqui, policial militar e bombeiro militar, não o fez? Todos o fizeram. Daí a importância desse debate que o senhor está nos proporcionando, não é?

Estou aqui designado pela nossa Comandante-Geral, Coronel Ana Paula Barros Habka, e muito em função aqui do Coronel Bilmar Angelis, Secretário Executivo de Gestão Integrada, porque, em 2023, ele me nomeou como Presidente de uma comissão permanente para cuidar da revisão da nossa legislação em quatro eixos, Sr. Senador: organização básica; direitos e deveres dos policiais militares; remuneração, que é a pauta desta audiência; e promoção – e o senhor citou muito bem aí a Lei 12.086. Então, eu recebi essa incumbência e ainda estou com essa incumbência, viu, Coronel Angelis?!

E, em função disso, a nossa Comandante-Geral me designou para compor o fórum, representar a PMDF no fórum de diálogo, para tratar do nosso reajuste, Coronel Bonfim. E aí, em parceria com o corpo de bombeiros, aqui representado pelo Tenente Freire, tenente do corpo de bombeiros, do valoroso corpo de bombeiros militar... Nós temos aqui o Coronel Aboud, que foi Comandante-Geral, o Coronel Bonfim; nós temos os nossos valorosos bombeiros, policiais militares, então, eu tenho esse trabalho, essa incumbência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está com um franco diálogo, tivemos um franco diálogo, como foi bem descrito pelo Freire, com o Governo do Distrito Federal. Esse trabalho já foi feito em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, a polícia civil, bombeiros e Secretaria de Economia. Esse trabalho foi encerrado, esse diálogo foi feito, o produto técnico encerrado, e encaminhamos para o Governo Federal.

Agora estamos num trabalho técnico, e em diálogo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, presidido pelo Secretário Feijóo, de Relações de Trabalho, um trabalho que está nos permitindo apresentar toda a nossa realidade, qual a razão de ser da Polícia Militar do Distrito Federal e por que temos que ser organizados e mantidos por meio do fundo constitucional. E, mais uma vez, eu vou citar aqui o Coronel Angelis, quando ele proporcionou, ele falou muito bem dessa questão de planejamento; todos falaram de planejamento aqui.

Em 2011, por conta justamente do fundo constitucional e por orientação do tribunal de contas, tivemos que criar a cultura de planejamento. E aí, em 2011, tivemos o primeiro planejamento estratégico. Estamos no segundo planejamento estratégico, planejamento esse assinado pelo Coronel Angelis, de onde eu destaco aquilo que se chama de mapa estratégico, que é uma representação gráfica das perspectivas. E a principal perspectiva que eu cito aqui é a sociedade. Nós trabalhamos para a sociedade. A Constituição é cidadã, a segurança pública é cidadã, e a base desse mapa estratégico, Senador, é a gestão do recurso orçamentário. Sem ele, a gente não consegue alcançar, fazer a segurança pública, aquilo que a sociedade tanto almeja.

Daí a importância do fundo constitucional. Como o senhor bem disse – e apresentou, fez a apresentação aí–, ele representa 40% do orçamento do Distrito Federal. É muito cara para a polícia militar, para as Forças de Segurança do Distrito Federal a questão do fundo, que nos proporciona organizar e manter as Forças de Segurança do Distrito Federal. Isso passa pela edição de atos legislativos – como eu bem citei aqui, porque eu represento, sou Presidente de uma comissão permanente que trata do assunto – para o funcionamento da polícia militar. Passa por subsidiar o ingresso de novos policiais militares, garantir remuneração, proteção social, equipamentos, viaturas, armamento, um trabalho digno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu cito, como o Coronel Angelis bem lembrou, a Ruth – Ruth, por gentileza –, que é uma policial militar do Centro de Políticas de Segurança Pública. Ela está ostentando uma farda, senhores, antichamas. O Coronel Angelis, enquanto ordenador de despesa, fez um processo de aquisição dessas fardas com alta tecnologia, antichamas – e o senhor me corrija aqui –, confortável, porque o policial militar trabalha, assim como o bombeiro, diuturnamente, e não importa em que horário, o clima, ou se é de manhã, à tarde ou à noite, debaixo de sol, debaixo de chuva. A gente tem que criar a condição para que o nosso policial militar possa garantir uma segurança pública digna, não é? E aí a Ruth está ostentando essa farda com essa tecnologia, com esse conforto. Justamente fruto do trabalho, de um planejamento, de orçamento e de execução orçamentária.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JUVENILDO DOS SANTOS CARNEIRO – Com recurso do fundo, exatamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JUVENILDO DOS SANTOS CARNEIRO – Muito foi dito aqui que o Distrito Federal tem a vocação precípua de abrigar o Poder central, a União, com os três Poderes – o Legislativo, Executivo e Judiciário, não é? –, além das representações diplomáticas, dos organismos internacionais, de seus servidores e da nossa população.

O senhor fez menção a uma pergunta, não é? O que vai proporcionar isso? Esse reajuste, a permanência do fundo, o que vai proporcionar? Se o senhor me permite destacar aqui, o Fórum de Segurança Pública e o Ipea produziram o Atlas da Violência – eles o produzem frequentemente, periodicamente. No ano de 2024, o Atlas da Violência, na verdade, destacou que o DF liderou nacionalmente a redução de mortalidade violenta, queda de mais de 67%. Foi também a maior redução de homicídio entre jovens de 15 a 29 anos; 72% em dez anos de redução. Brasília é hoje a segunda capital mais segura; perde apenas para Florianópolis, porque Florianópolis é uma ilha, não é? Só tem duas entradas, e aí é fácil. Brasília, Distrito Federal, tem diversas entradas, mas a gente vai alcançar o primeiro lugar, Senador – a gente vai alcançar esse primeiro lugar aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Brasília é hoje a segunda capital mais segura do país, com a menor taxa de homicídios, desde 1977 – 6,8 por 100 mil habitantes. Feminicídios também estão caindo. Nós temos aí o Segurança Integral, organizado pela Secretaria de Segurança Pública, não é?

E eu gostaria de anunciar que o mês de junho agora foi o mês menos violento da história. Estou mentindo, Coronel Angelis?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JUVENILDO DOS SANTOS CARNEIRO – De toda a série histórica, junho foi o mês menos violento no Distrito Federal. Não houve homicídios em Ceilândia. Acredito que alguns aqui conheçam o que é a cidade de Ceilândia. Oito cidades seguem há mais de um ano sem registro de assassinatos. Em uma década, os homicídios caíram 60%.

Outro dado expressivo é a baixa letalidade policial. Em 2024, o número de mortes por intervenção caiu para 14, uma redução de 45%, colocando o DF entre as unidades com menor letalidade do país, atrás apenas de Rondônia. Demonstra-se que, com a baixa letalidade, Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JUVENILDO DOS SANTOS CARNEIRO – ...é possível conciliar a eficiência operacional com o respeito aos direitos humanos, não é?

Então, para isso, a gente defende que o fundo constitucional, que é a base do nosso mapa estratégico, como bem me ensinou o Coronel Angelis, é fundamental para que haja o perfeito funcionamento da polícia militar, da polícia civil e do corpo de bombeiros.

Com relação à equiparação salarial, voltando um pouco atrás, a gente trabalhou ali em conjunto com as representações das forças de segurança, a Secretaria de Economia, a Secretaria de Segurança.

A gente está em franco diálogo com o Governo Federal, por meio do MGI, com o Feijóo, Secretário de Relações de Trabalho. A gente tem essa expectativa, conforme foi bem mencionado aqui pelo Freire, da próxima reunião do fórum, a terceira reunião do fórum, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será realizada nos próximos dias. E a gente espera que haja um desfecho positivo, para que a gente possa alcançar um dos objetivos de um dos eixos dessa reestruturação.

Com isso eu agradeço a atenção de todos os presentes e coloco-me à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Juvenildo.

Quero passar a palavra, então, agora, para o Renilson Roma, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil – ele como bombeiro, e o Geraldo como policial militar.

O SR. RENILSON ROMA (Para expor.) – Bom dia a todos. Ou quase boa tarde, né? Já estamos nos aproximando do meio-dia.

Eu sou Renilson Roma, bombeiro militar, já da reserva remunerada, veterano, como o pessoal costuma dizer, há quase três anos e estou aqui na representação do Fonap. O Fonap é uma associação que nasceu em 2015 – portanto, já tem mais de dez anos – e possui alguns objetivos e finalidades, como qualquer associação criada à luz da Constituição Federal. Nós temos como um dos princípios, como um dos objetivos justamente participar de audiência pública. Então, a gente agradece bastante, Senador Izalci, ao tempo que já cumprimento V. Exa. e cumprimento também a Senadora Damares, que deve sair, aqui na pessoa do meu amigo Daniel. Quero cumprimentar também todos que pertencem aqui à mesa, os que fazem parte desta audiência pública e os que estão nos assistindo neste momento, para discutir um tema muito importante que, como eu disse e repito, faz parte de princípio e objetivo previstos no estatuto da associação.

E não é a primeira vez que a gente faz isso. A gente faz isso com muito zelo, com muita responsabilidade e com muito apreço. Por isso a nossa felicidade, Senador, de atender esse convite – e não é só nossa felicidade de atendê-lo, mas também uma obrigação, como disse, prevista no nosso estatuto. E já fizemos isso aqui, em outras vezes, para discutir outros temas que são muito conexos com esse de hoje, um tema bastante importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E posso dizer, já de forma antecipada, que o texto dessa PEC 01 tem uma genialidade nela, quando traz ali a redação da lei, e traz para a Constituição, e tem todo o motivo para isso, né?

Pode passar ali o eslaide.

Então, o objetivo da PEC... Eu vou falar principalmente da PEC, vou cingir ao ponto da PEC e deixar para o Geraldo falar sobre a recomposição remuneratória, equiparação entre as forças de segurança.

Na PEC, pelo que a gente observou, o principal ponto é trazer justamente o texto, a redação da Lei 10.633, que é a lei do fundo constitucional, para dentro da Constituição Federal. Então, está ali o atual art. 21 da Constituição Federal, o artigo vigente, que tem dois verbos importantes, que são "organizar" e "manter". Os demais pontos importantes estão lá na Lei 10.633. E fala de um fundo próprio, que já passou a ser o fundo constitucional. Obviamente que a lei do fundo constitucional precisaria ter sido atualizada, mas até hoje ela é muito importante para o que ela prestou e presta, né?

A PEC usa o termo "financiar", e a gente faz aqui a primeira ressalva ou a primeira observação desse termo.

A gente observa que não há uma conexão entre o verbo "financiar", principalmente, com o termo "organização", porque na Constituição Federal, no Capítulo II, que faz parte da organização e competência da União – e nós estamos discutindo aqui justamente o art. 21 –, há uma força muito grande no termo "organização". "Manutenção", a gente vê que, precipuamente, está ligada à questão financeira, à questão orçamentária, mas a questão "organização" vai muito além.

E aí nós temos, por exemplo, na polícia militar e no corpo de bombeiros, duas leis federais específicas, que falam sobre a organização básica, mas entendemos que não são somente essas duas leis que se referem a esse termo "organizar". Ele é muito mais amplo na nossa visão, "organizar" é muito mais do que isso, inclusive sustenta toda a legislação que rege a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, diferentemente dos demais órgãos de segurança pública militar dos demais entes federados. O Distrito Federal, diferentemente dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados, tem o fundo constitucional, e, por conta desse dispositivo constitucional, desse art. 21, inciso XIV, toda a legislação que regula as corporações são federais.

Então, entendemos que esse termo "organizar" é mais amplo, e ele não aparece somente no art. 21. E aí já fazemos uma crítica para reflexão, Senador, no sentido de suprimir o termo "financiar" e permanecer com os termos "organizar e manter".

E apontamos sobre o ponto principal da PEC, que é justamente a parte final, sobre a receita corrente líquida. Essa é a parte em que eu falo que há uma genialidade na construção dessa PEC, que precisa ser apreciada, como está sendo neste momento, nesta audiência pública, ser votada e ser aprovada nas duas Casas Legislativas e, assim, proteger o fundo constitucional. Por isso, no nosso entender, a RCL deve fazer parte da Constituição.

E o momento oportuno para discutir esse tema? Era antes, é hoje e pode ser amanhã. Ele é urgente e não é inoportuno; pelo contrário, é oportuno. Independentemente de corrente de discussão partidária e de ideologia, independentemente disso, é oportuna a discussão desse tema porque ele é sensível, e é preciso que essa PEC seja aprovada.

Pode passar.

Então, qual a importância da PEC 01, de 2025? Ela traz uma estabilidade jurídica para o Fundo Constitucional do Distrito Federal e também é uma resposta às ameaças recentes que houve em relação a ele; garante uma proteção ao formato, à forma de cálculo da correção anual do fundo constitucional; blinda o fundo contra alterações legislativas que desfigurem o seu propósito original. Não quer dizer que a PEC não possa ser no futuro alterada, mas o quórum é qualificado, é muito mais difícil.

A aprovação dessa PEC é difícil? A alteração do texto, caso ele seja aprovado, também será difícil. E é muito mais fácil um projeto de lei alterar uma lei ordinária, como é o caso concreto, e colocar em risco, colocar em colapso o Distrito Federal porque é disto que nós estamos falando, de um colapso do Distrito Federal. A gente não está falando somente da segurança pública, da manutenção da segurança pública. A gente está falando de um colapso em política pública no Distrito Federal. É disso que nós estamos falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí é preciso fazer um reconhecimento a esta Casa Legislativa, não em detrimento da Casa baixa, mas é preciso falar que o Senado, em defesa do seu papel constitucional do Estado, protegeu o fundo constitucional e teve uma atuação decisiva, como demonstrado na fala aqui do Senador Izalci, pelos três Senadores que representam o Distrito Federal, mas também, principalmente, por uma vitória – vou chamar de vitória – conseguida pela Relatoria do Senador Omar Aziz, quando relatou o PLP nº 93, porque esse foi um dos momentos em que se tentou acabar com o fundo constitucional. Eu vou usar esse termo "acabar com o fundo constitucional" porque mudar o cálculo seria isso mesmo, né?

No PLP nº 93 – que foi convertido na Lei Complementar nº 200, que é o arcabouço fiscal – , tentaram e conseguiram, na Câmara dos Deputados, a mudança da base de cálculo do fundo constitucional, a correção do fundo constitucional. E, felizmente, aqui no Senado, pela força exercida pelos Parlamentares, os três Senadores do DF, e pelo Relator, que foi sensível e retirou a redação inserida pela Câmara dos Deputados... Portanto, é de se reconhecer esse papel exercido pelo Senado, que preservou o fundo constitucional. Mas até quando? Até quando? Por isso, mais uma vez, repito a importância da PEC 01.

Pode passar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENILSON ROMA – Do que trata a Lei nº 10.633, que é a lei do fundo constitucional?

Ela institui o fundo constitucional; repete os verbos da própria Constituição, organizar e manter as três forças de segurança pública, polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros; e também para fazer assistência... Aí a lei inovou no sentido de especificar qual é aquela assistência financeira que diz a Constituição e trouxe a saúde e a educação. O ponto principal é a correção anual pela variação da Receita Corrente Líquida (RCL), que é justamente o escopo da PEC 01.

O que muda com a PEC 01? É justamente tornar clara, na Constituição Federal, a correção anual dos recursos pelo índice da RCL; blindar o fundo constitucional de tentativas de redução de recursos porque é isso que se buscava. Além disso, a gente percebe também alguns projetos que tramitam, principalmente na Câmara dos Deputados, tendentes a buscar repartir esse fundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional com outros entes da Federação, o que não faz o menor sentido, obviamente, porque não há de se comparar o que é incomparável. Não há de se comparar o Distrito Federal, que tem a sua vocação com os estados, que têm outra finalidade. Então, na verdade, o Distrito Federal é a capital do país, que abriga não só as representações dos três Poderes, mas também os organismos internacionais. Passam por aqui pessoas do Brasil inteiro, passam por aqui, seja de forma temporária, também os estrangeiros. Aqui, pode-se dizer que é a porta do mundo. Portanto, é preciso proteger o Distrito Federal. Proteger o DF é proteger o Brasil, é proteger contra essa dificuldade que tentaram e tentam implementar por meio de alteração da Lei 10.633.

Pode passar.

Então, o que o Fonap sugere e defende? E aí é bom lembrar que nós já fizemos diversas proposições sugestivas aqui, no Congresso Nacional, que é um dos objetivos e fundamentos da criação do fórum. E, dessas sugestões, nós podemos dizer com alegria que temos legislações positivadas. Nós temos aqui, por exemplo, uma lei – eu não me lembro o número, mas o Geraldo deve lembrar o número dela –, uma lei que criou, pela qual passaram a ser crimes hediondos aqueles praticados contra os agentes de seguranças públicas e seus parentes. Foi uma sugestão nossa. Temos, também, uma sugestão que virou lei que é a primeira alteração, a única alteração da Lei 12.086. A gente está falando de fundo constitucional, a gente está falando também de remuneração, a gente está falando também de carreira, porque tudo está interligado. Então, a primeira alteração e única alteração da 12.086 está sob nossas mãos, obviamente pelo Congresso Nacional. Mas foi por uma sugestão nossa que também surgiu essa alteração. Temos, também, recentemente, na última alteração legislativa, que desaguou na recomposição remuneratória, também uma alteração...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENILSON ROMA – ... também de sugestão nossa, que trouxe um direito, embora não tenha valor ainda agregado, que é o desgaste orgânico psicossomático previsto na lei recente da recomposição remuneratória. E também temos diversas outras sugestões tramitando aqui, no Congresso, e vou citar em especial a PEC 198, de 2016, e vou citá-la porque tem muito a ver com o que vai falar aqui agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Fonap faz uma sugestão, Senador, mesmo ainda sem se aprofundar no tema, de uma possível supressão, se realmente ficar confirmado que não há esse *link* entre o termo "financiar" com o termo "organizar", e nós temos interesse no termo "organizar". Em que pese a União não ter esse empenho todo na organização das corporações, ainda assim nós temos interesse nesse tema, mas temos interesse nele de forma compartilhada, de forma concorrente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENILSON ROMA – ... porque, no DF, diferentemente do que acontece nos estados, nós temos dificuldade para aprovar uma legislação, uma dificuldade extrema. Precisamos de 513 Deputados e 81 Senadores, além de passar pela Presidência da República, vindo de uma sugestão do Governo do Distrito Federal.

Portanto, a primeira sugestão nossa é voltar o termo original da Constituição, manter o termo "organizar e manter" e permanecer com a RCL, que é muito importante na sua proteção dentro da Constituição e afastando de vez essa possibilidade de alteração legislativa para surrupiar o próprio fundo constitucional.

E o art. 24, ainda dentro da competência constitucional da União, trata da competência concorrente. Então, a União em competência concorrente com os estados e com o Distrito Federal. Por que é importante esse artigo? E lá também tem o termo "organização". Então, na PEC 198, que eu acabei de citar, essa redação faz parte dessa PEC 198. Obviamente, ela deixou de dar seguimento, está parada lá na Câmara dos Deputados, mas a gente vê como uma oportunidade, se V. Exa., Senador Izalci, entender que é prudente, a gente fazer a alteração da PEC e inserir também o art. 24.

Eu vou explicar por quê. O art. 24 é um dispositivo originário da Constituição Federal, e ele nasceu para a organização, então: "Art. 24 Compete à União, aos estados e ao [...] [DF] legislar concorrentemente sobre: [...] XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis", ponto. Termina ali o texto constitucional. É a nossa ideia que se incluam ali polícias militares e corpos de bombeiros militares. Por quê? Porque a polícia civil está aí desde a origem da Constituição, e não faz sentido não estarem aí os corpos de bombeiros e as polícias militares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou citar um exemplo para ficar mais clara a importância desse dispositivo constitucional. A polícia civil, para ela, existe a competência tanto da União quanto do Distrito Federal para legislar sobre, e nós temos casos concretos, algumas leis distritais que se aplicam à polícia civil. Vou citar o exemplo da criação do uniforme da polícia civil, que foi por uma lei distrital. Aí a pergunta é: tem competência? Tem. Está aqui, olhe, art. 24 da Constituição Federal. Por que não tem nenhuma lei distrital que se aplica a nós? Porque não está aqui, porque não compete ao Distrito Federal, nos termos do art. 24, não compete ao DF legislar sobre polícia militar e corpos de bombeiros, sobre direitos, organização, direitos, garantias e deveres. Não compete, mas a polícia civil sim. Então, por exemplo, poderia dar-se um aumento para a polícia civil por meio de uma lei distrital, porque a Constituição permite, porque está escrito na Constituição. Portanto, essa é a importância de também incluir as duas forças de segurança pública nesse dispositivo constitucional, essa é uma sugestão nossa também de incluir ali.

Por fim, a gente concita aqui não só à defesa da PEC, mas a que, para essa defesa, haja união da sociedade civil, como ocorreu durante a defesa para a retirada do dispositivo art. 14 do PLP 93, que haja essa mesma união da sociedade, porque houve divulgação imensa nas redes sociais, nos jornais, e diversas autoridades falaram sobre o mesmo tema – inclusive alguns nem eram do DF – com o Governo local e o Parlamento para a aprovação da PEC.

A PEC é urgente. Ela é urgente e é muito oportuna a discussão. A aprovação da PEC é essencial para a estabilidade financeira e institucional do DF. É preciso dar segurança, e a PEC é o caminho.

Pode passar.

Essa parte agora é a parte da equiparação, passo para o Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Deixe-me só dar uma informação aqui.

Ontem foi aprovada, na CCJ, a proposta da reforma da segurança pública, e foi mantida, inclusive, a competência dos estados para não ferir a questão da autonomia. Então, essa questão da legislação concorrente está na PEC da segurança pública, que tem a urgência, principalmente por parte do Governo, de votar essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ontem foi aprovada na CCJ da Câmara. No início de agosto, será criada uma Comissão Especial, deve ser votada com urgência na Câmara e depois virá para o Senado. Então, nós estamos aguardando o texto, mas esse é o objetivo, o compartilhamento. É evidente que, na proposta inicial, o Governo queria centralizar a segurança pública do Governo da União, o que não foi... O Relator acatou as sugestões dos Governadores, né? A questão de organizar é que, na prática, o Tribunal de Contas, principalmente, tem cobrado da União essa organização, que nunca aconteceu. A União não organiza a segurança pública do DF. Então, a forma de... Quem tem que organizar são os estados, como todos os Governadores fazem. Como nós optamos pela autonomia política e elegemos Governador, a partir daí, a gestão da segurança, no caso aqui, o comandante maior das forças de segurança é o Governador, mas esse texto aí está sendo contemplado. Se não, a gente pode – vamos ver como vai ficar a redação lá – apresentar como emenda, né?

O SR. RENILSON ROMA – Só para complementar, eu dei uma olhada na PEC da Segurança Pública, e realmente lá tem o art. 24, mas esse texto não está lá. Inclusive, a gente até preparou uma sugestão legislativa para alterar justamente essa PEC – acho que é a PEC 18, se não estiver enganado – nesse sentido para justamente incluir esse dispositivo lá e dar competência ao DF para legislar.

Então, só para finalizar essa questão, qualquer legislação, qualquer projeto da Câmara Legislativa que vise, que busque discutir promoção, discutir remuneração...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É inconstitucional.

O SR. RENILSON ROMA – ... no nosso caso, é inconstitucional, afronta a Constituição, né?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Geraldo, complemente aí para a gente.

O SR. GERALDO BATISTA ALVES DE SOUSA (Para expor.) – Bom dia, Senador Izalci. Bom dia, Coronel Bilmar, Coronel Juvenildo, Coronel Bomfim, Major Renilson, Tenente Freire. Na pessoa do senhor, Senador, cumprimento a todos aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, o Coronel Bilmar falou de uma situação em que eu fiquei aqui rememorando os 30 anos que eu tenho na polícia militar. Já se chegou ao ponto, quando não tinha fundo constitucional, de a gente lavar uma viatura sem motor e colocá-la no pátio para fazer formatura para o Governador ir lá discursar. São coisas assim absurdas que aconteceram com a gente. O Coronel Bomfim deve lembrar-se também desse período, que foi um período muito difícil para nós: viatura não tinha pneu, não tinha combustível, muitas vezes se tinha que consertar – muitas vezes, não; todas as vezes, praticamente, se tinha que consertar – a viatura pedindo para alguém ou tirando do bolso. Então, o fundo constitucional trouxe, vamos dizer, um certo alento, um certo conforto para que a gente pudesse hoje ter condição realmente de oferecer esse serviço, esse trabalho de qualidade para a sociedade do Distrito Federal, como o Coronel Bilmar trouxe aqui e o Coronel Juvenildo, em termos de ser a segunda capital mais segura do nosso país.

Eu lamento muito não estar participando aqui o nosso representante eleito pela polícia militar ou ele não ter mandado alguma representação, porque esta discussão aqui, em torno de fundo constitucional e de reposição da nossa remuneração, que acumula grandes perdas nos últimos anos, não tem partido, não tem cor. O partido aqui é polícia militar e corpo de bombeiros. Acho que seria muito importante a participação de todos, unidos em prol realmente de que isso aqui aconteça, que essa recomposição venha, porque ela faz justiça com o policial militar e com o bombeiro.

Hoje a gente tem uma harmonia muito grande, nessa integração das forças, e é muito importante essa harmonia. Na noite passada, eu estava em serviço de 24 horas, fiquei a noite e a madrugada em duas delegacias. E hoje a gente tem, vamos dizer assim, um diálogo muito mais harmonioso, uma recepção muito mais harmoniosa. Isso decorre também da aprovação da Lei 12.086, que trouxe aquelas possibilidades de a gente ter o curso superior, de trazer o TecSop e desse ingresso de nível superior, de a gente ter crescido um pouquinho com a nossa remuneração e de termos não uma paridade, mas de estarmos muito próximos da polícia civil, quando se iguala a nossa remuneração, os nossos proventos ao valor do subsídio líquido do policial civil. Isso não pode ser perdido de vista.

Nós temos aí de inflação acumulada nos últimos anos mais de 60%. E se a gente pegar desde 2015, se a gente tinha perda de 37,5% naquele período, passa de 98%. Então, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguiu repor, ou foi reposto para a gente pela União, pelo Governo do Distrito Federal, nesses 15 anos, 48%. A gente tem, hoje, praticamente 50% de perdas salariais. Então, é muito importante que essa proposta encaminhada pelo Governo do Distrito Federal aconteça e que venha no formato que foi encaminhado, que ela não sofra nenhuma retaliação.

Não tenho dúvida do trabalho do Coronel Juvenildo, que tem tentado trazer a informação da melhor maneira possível para a nossa corporação – a SRI também – em relação a isso. A gente lamenta não ter a participação de associações nesse debate. Eu acho que seria muito importante, Coronel Bomfim, para que a gente realmente estivesse mais próximo e conhecesse um pouco mais da proposta, porque a gente sabe das limitações, também, do Estado em levar informações e que tem até situações estratégicas também, de não expor tanto.

A gente sabe que é mais do que merecido, hoje, que a gente tenha essa recomposição igual. A gente lamenta não ter vindo nessa proposta a questão da resolução do problema do auxílio moradia, que hoje traz prejuízo para praticamente 3 mil policiais e mais de 2 mil bombeiros que recebem 10%... No mesmo posto, na mesma graduação, Senador, desenvolvendo as mesmas funções, recebem 10% a menos de salário líquido, o que é totalmente desproporcional.

Nosso serviço voluntário, em 2016, passou para Polícia Rodoviária Federal, por receberem por subsídio e porque não tinham efetivo. Nós somos pioneiros em serviço voluntário: foi criado em 2005. Em 2016, para a Polícia Rodoviária Federal, por receberem por subsídio, criaram a indenização de serviço voluntário deles. Não pagam Imposto de Renda, e isso foi estendido para todos os órgãos do Distrito Federal, menos para a polícia militar e para o corpo de bombeiros, para o policial militar e para o bombeiro militar. Hoje, a hora do policial militar e do bombeiro, líquida, vale R$25. São R$290 que sobram de líquido, gasta-se R$50 de gasolina, R$40 de alimentação e fica-se com 200 contos no bolso, o que é muito barato pelo tamanho do risco que a gente sofre ao desenvolver nossas atividades. É muito barato.

São coisas que precisam realmente ser revistas. "Ah, não é o momento." Fizeram a opção de não encaminhar porque tinha o risco ou o receio de que a proposta pudesse ser devolvida. Não encaminharam. Temos aqui essa situação das informações complementares: estão exigindo, estão cobrando; os órgãos estão, com muita eficiência, fornecendo as informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que o ministério, se quiser, tem todas as informações lá; tem técnicos para isso – o Siape é um sistema muito completo; nós temos 35 remunerações para cada posto de graduação, mas a gente sabe que é fácil eles fazerem isso –, mas continuam exigindo e protelando. Espero que realmente aconteça no mês de setembro, como realmente foi proposto. Sei que o Estado tem envidado esforços, mas acho que precisa envidar cada vez mais, como o senhor colocou aqui, para que realmente a gente tenha a nossa recomposição, que é mais do que merecida.

E todos vão ganhar. Claro, a polícia militar vai ganhar, o corpo de bombeiros... O policial militar que, mesmo com o fundo constitucional, não conseguiu avançar em direção à carreira. O Coronel Juvenildo está ali, que é Presidente lá da comissão, e tem trabalhado muito nisso, levando sugestões também pelo Fonap, e a gente precisa que realmente encaminhe. Se não tiver o fundo constitucional, vai ficar muito mais difícil. E nós não temos carreira definida, com início, meio e fim. Nem nós, nem o corpo de bombeiros. São as únicas instituições do Distrito Federal que, infelizmente, não têm, e a gente precisa avançar. Precisa avançar, porque, como foi falado aqui, um servidor realmente reconhecido vai trabalhar, vai, cada vez mais, prestar um trabalho de excelência. Eu não tenho dúvida de que nós merecemos.

Muito obrigado, era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só para complementar, eu não quero aqui... Como não vieram os representantes do Ministério da Gestão... Participei, naquele aumento de 18%, por diversas vezes, em diversas reuniões, sempre pedindo informação. Aí você prestava informação, pedia mais outra informação e isso ficou enrolando quase seis meses, quase um ano.

Eu estive no ministério tratando desse assunto do reajuste, então eu quero dizer aqui o que me falaram – não sou eu que estou inventando, foi o que foi dito lá –, que me preocupou e me preocupo muito ainda, com relação a isso. É uma pena que eles não estejam aqui.

Na reunião que tive com a Ministra da Gestão, juntamente com o Feijóo, etc., com um monte de gente que estava lá na reunião, eles estavam com uma preocupação, que eu espero que não aconteça, eu passei isso já, porque, da forma como está no texto: compete à União manter e organizar, e o vínculo da polícia militar e dos bombeiros é com a União – tanto é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi dito aqui e é verdade, que não há possibilidade de o GDF fazer qualquer alteração legislativa, dando isso ou aquilo, porque compete ao Congresso Nacional –, a informação que me deram no dia é que a dificuldade que eles teriam lá é que eles têm também, sob a sua guarda e sua responsabilidade, o Exército, as Forças Armadas, e que, especificamente, eles teriam dificuldade de dar um reajuste maior para a polícia militar do que para o Exército, porque acabaram de aprovar aqui o reajuste das Forças Armadas.

Eu espero, evidentemente, que não aconteça isso, até porque nós já estamos, como foi dito aqui, em situação de 23ª remuneração do Brasil. Eu espero que não haja, em função disso que foi colocado para mim no ministério, nenhuma posição no sentido de dar um reajuste menor do que aquele que o GDF apresentou. Então, nós já sabemos o que pode acontecer.

Para dar continuidade, eu vou passar para o William Bomfim, que é o Presidente da Associação dos Oficiais do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

O SR. WILLIAM BOMFIM (Para expor.) – Bom dia, senhoras e senhores.

Em nome de Deus, de quem dependo e necessito, eu quero saudar o Senador Izalci e todo o seu *staff*. Eu vejo aqui também vários amigos.

Senador, eu trabalhei durante 33 anos no corpo de bombeiros, dos 17 aos 50, e, até parafraseando o vídeo que o senhor passou, eu sou brasiliense, filho de uma professora de escola pública e de um eletricista que trabalhava aqui na Esplanada, meu pai, no Ministério do Planejamento, de Taguatinga, então eu falo com muito orgulho.

Eu vejo vários amigos aqui de outrora. O Coronel Aboud foi nosso comandante; eu vejo aqui o Lusimar Arruda, carinhosamente chamado de Jabá; o Tenente-Coronel e Prof. Leite; o Geraldo; o Patrocínio, ali, que trabalhou muitos anos na Força Nacional. E os amigos aqui da polícia militar, o Juvenildo é amigo de faculdade, estudamos Direito juntos; o Bilmar Angelis; o Freire, que trabalhou comigo no Departamento de Recursos Humanos, juntamente com o Renilson.

Então, eu quero saudar todos os presentes, da ativa, veteranos. Um abraço especial ao nosso Governador Ibaneis e aos nossos Deputados, que a gente sabe que, às vezes, têm divergências políticas, ideológicas, mas, como até o amigo Geraldo falou, a nossa bandeira é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corpo de bombeiros, a nossa bandeira é a polícia militar. Eu vejo a luta aí de Hermeto, de Roosevelt, de Doutora Jane e de tantos outros em prol disso.

Eu tive hoje, isso me relembrou... Eu trabalhei na parte acadêmica no passado, na área de ensino, e hoje o senhor deu uma verdadeira aula, Senador, uma aula de federalismo fiscal, uma aula de Constituição. A gente vê que esse tema é pertinente, porque todas as outras assembleias legislativas têm, na figura do Governador... Nós tivemos recentemente o caso do Estado de Santa Catarina, em que mandaram uma proposta de aumento para as forças de segurança daquele estado e a Assembleia Legislativa, praticamente por unanimidade, aprovou o aumento.

A gente sabe que, no âmbito de Brasília, por essa peculiaridade desde a formação... Antigamente, até quando o Governador era nomeado, o Senado era o ponto focal para resolver muitas coisas da nossa cidade. Então, é um tema que o senhor está trazendo à discussão, é um tema que precisa mesmo de aprofundamento, porque a partir do momento que essa decisão é tomada, tem toda uma mudança de poder, tem todo... O eixo muda, não é? Mas, principalmente para gestão, a gente vê que tem, aparentemente, uma facilidade, com isso vindo a ocorrer em termos legislativos, porque a gente observa que demora muito essa questão de todas as mudanças de que as forças de segurança necessitam.

Eu queria dizer que nós precisamos também sempre nos antecipar. O corpo de bombeiros e a polícia são corporações coirmãs. Se diminuiu o número, se Brasília tem alcançado um maior número na segurança pública, diminuindo os vários índices, desde homicídio, o corpo de bombeiros é parceiro, porque às vezes tem um acidente automobilístico, a polícia chegou ali, mas o bombeiro, com seu tempo-resposta, levando a vítima, levando quem está envolvido para o hospital, com certeza tem um impacto. Eu trabalhei muitos anos na Senasp e eu sempre falava isso, porque às vezes o discurso da segurança pública ressalta uma ou outra corporação e esquece a que está ali na prevenção. A gente vê isso ocorrendo diariamente.

A associação que nós representamos, dos oficiais... A gente não é a voz só dos oficiais, porque os oficiais têm a chefia, alguns têm uma certa liderança – são duas coisas diferentes. Mas a gente tem observado, porque a gente ecoa também a necessidade dos bombeiros, nos últimos anos... Foi motivo de grande surpresa que, nesse último concurso que o corpo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bombeiros realizou, mais de 30 aprovados não tomaram posse. Mais de 30 aprovados não tomaram posse! Eu fui palestrante, instrutor de alguns desses que entraram, que saíram aspirantes agora, e eles estavam felizes porque 30 não tomaram posse – mas não tomaram posse pelo fato de a carreira não ser considerada mais atrativa, porque faz muito pouca diferença entre os postos e, como bem falou... E eu já fiz algumas declarações na nossa associação, mostrando que do Centro-Oeste nós somos a última remuneração, a dos oficiais é a última e, no país, a 23ª.

Então, o nosso Governador Ibaneis, eu vejo que ele tem um carinho especial pelas forças e só de ter enviado essa proposta de aumento já é um sinal, mas nós temos também que parabenizar o Governador pelo número de nomeações, foram muitas nomeações no primeiro mandato e agora no segundo mandato, inclusive durante a pandemia. Senador, eu fui comandante durante a pandemia, uma situação completamente atípica e, mesmo assim, quando a gente andava na cidade, a cidade deserta, quem a gente via? Policial e bombeiro. Estavam ali.

Eu me lembro de uma vez em que o senhor, como cidadão e não pelo cargo de Senador, entrou em contato: "Bomfim, nós temos uma situação a resolver na cidade de Brazlândia. Brazlândia está em fogo no entorno. A gente tem avião de combate...", foi até adquirido um novo avião – e eu parabenizo a liderança do Coronel Barcelos. E a gente sabe que qualquer um... Qual é a diferença de a pessoa sentir-se cidadão? É ele pegar o 190, 192, 193, ligar e ter um atendimento seja por uma tentativa de assalto, seja por um acidente, seja até por uma criança que vai para um parque e se perde. Então, eu vejo que nós precisamos, sim, voltar ao patamar que nós éramos.

O colega, o amigo Renilson citou a PEC 300. Brasília era a referência em remuneração do país, vamos fazer uma PEC para igualar a Brasília. E hoje eu vejo que Brasília tem se sentido realmente amarrada nessas mudanças de que nós precisamos. Qualquer IA que pega hoje aí: "Qual a questão da inflação dos últimos dez anos? Qual a porcentagem?". Digite aí na própria IA agora e você vai ver: 70%, 77% das perdas remuneratórias. E eu sempre falo isto para os jovens oficiais – e aqui nós incluímos todos os quadros, os nossos bombeiros que estão ingressando –: "Quem concorda de a nossa remuneração ser a 23ª? Eu não concordo com isso". Nós temos que voltar a ser o paradigma, o padrão de outros estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos 40 países que eu visitei – 40 países –, eu sempre fazia um experimento social. Ia lá na escola: "O que você quer ser?". Viam a gente de bombeiros, a gente ia em missão e tal. Todos eles falavam, a criança sonhava em ser bombeiro, sonhava em ser policial, isso é uma coisa comum nas escolas. E a gente tem observado que a capital federal está em 23º lugar, isso é inadmissível.

Então, Senador, eu peço a V. Exa., juntamente com a Senadora Damares, recém-eleita, e a Senadora Leila, que os senhores e essas digníssimas Senadoras juntem esforços com os nossos Deputados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILLIAM BOMFIM – ... para a gente voltar ao patamar que nós estávamos no passado, porque está suprapartidária essa situação.

Aliado a isso, nós sabemos da questão da saúde mental, porque as pessoas com perdas salariais, com endividamento – foi muito bem falado também do auxílio-moradia –, um ganha uma remuneração, o outro tem 66% a menos... Então, é uma coisa que pode ser corrigida. Neste momento, nós precisamos da ajuda dos senhores. A população nos procura, pede socorro, mas nós estamos, agora, aqui no Parlamento, pedindo socorro aos senhores.

E eu acredito no dinamismo, na competência e na carreira política do senhor, desde Deputado Distrital, apaixonado pela educação, Deputado Federal e, agora, na mais alta câmara, que é o Senado. E muito obrigado pela deferência de o senhor nos assentar aqui no meio de tanta gente competente, tanta gente com altíssimo gabarito técnico. A Asofbm se sente muito honrada por isso, e conte com o nosso apoio.

Se Deus quiser, de quem dependemos e necessitamos, nós vamos comemorar essa aprovação, esse reajuste da nossa remuneração em breve, ainda neste ano.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Em função da hora, vamos agilizar um pouquinho. Ainda tem o Jabá.

Então, já passo, Jabá, para você, que é da Asfam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sargento Lusimar Torres Arruda.

O SR. LUSIMAR TORRES ARRUDA (Para expor.) – É isso! Bom dia a todos.

Primeiro, quero agradecer a Deus pela oportunidade de, mais uma vez, estar aqui presente, Senador Izalci, Coronel Angelis, Coronel Juvenildo, Tenente Freire, Major Renilson, meu amado Coronel Bomfim, grande comandante dos bombeiros, Coronel Aboud, Subtenente Geraldo Alves, Leite.

Quero agradecer a presença de todos e dizer para vocês o seguinte: o Senador Izalci é uma das pessoas que tem mais competência na nossa capital federal em termos técnicos, conhecimento e amadurecimento. Ele passou por todas as esferas de Poder, sempre preparando o Poder para dar soluções, sejam nas moradias, sejam em todos os aspectos. Para nós, da segurança pública, o Senador Izalci é um ícone, e eu agradeço muito por essa riqueza que o senhor é em nossas vidas.

Faço deferência também à Senadora Damares e à Senadora Leila, porque, unidos, o Senado de Brasília mostra que tem muita força. É um Senado em que nós temos 81 Senadores e, desses 81, apenas três são do Distrito Federal.

Eu fico triste quando vejo um Senador falar: "Vou tirar o Fundo Constitucional do Distrito Federal, porque Brasília, Brasília, Brasília...", e nós recebemos 78 Senadores aqui. Dos Deputados Federais, dos 513, apenas oito são do Distrito Federal, o restante vem de fora para a nossa capital. São bem tratados, bem recebidos e chegam à Câmara Federal: "Ah, nós temos que tirar o Fundo Constitucional do Distrito Federal".

A nossa capital tem uma história. Como o Senador Izalci colocou aqui, na nossa capital, desde o início, o fundo constitucional foi construído para podermos sanar as nossas situações de saúde, educação e segurança, com o que lá atrás nós tínhamos dificuldade. Eu me lembro muito bem – nunca me saiu da memória, Senador Izalci –, em 1992, no DFTV ao vivo, de um policial militar fardado empurrando uma viatura. Como se não bastasse, Geraldo, ele empurrar a viatura ao vivo, a camisa dele estava rasgada. Nós éramos tratados como cidadãos de terceira categoria. Nós não tínhamos crédito. Então, nós passamos por muitas dificuldades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E para construir uma polícia forte, uma polícia que estivesse hoje no nível em que nós estamos foi muita luta. Foi muita luta. Foi nas ruas, foi buscando, a cada movimento nosso, a valorização profissional.

Hoje, muita gente fala: "Ah, vamos dar aumento para as Forças Armadas, vocês estão atrelados às Forças Armadas". Senador Izalci, no Governo Bolsonaro, o senhor esteve conosco, em 2019, quando nós estivemos fazendo esse mesmo trabalho sobre o reajuste, a recomposição salarial, que seria de 37% – porque é dos 37% de 2019 que nós estamos tratando aqui, que o Governo conseguiu enviar agora, não é, Freire? Naquela ocasião, foram 8% para as categorias – naquela ocasião, isso em 2019. Para o senhor ter ideia da dificuldade que é, enquanto nós tivemos 9%, as Forças Armadas tiveram 43%, Coronel Juvenildo. E ninguém falou em equiparar policial e bombeiro com as Forças Armadas, não. Nós tivemos 8%, e eles tiveram 43%. Hoje, se você parar para avaliar o cenário, o salário das Forças Armadas hoje... Se dessem uma isonomia para nós com as Forças Armadas, não ficaria ruim para nós. Muito pelo contrário. Isso nos devolveria ao *status quo* de primeira remuneração da capital federal.

Nós fomos pioneiros em tudo: pioneiros em movimentos reivindicatórios, pioneiros em chegar e ascender a um patamar em que muitos, como foi falado aqui muito bem... A PEC 300 era fruto para quê? Porque a Polícia do Distrito Federal não poderia ser bem remunerada. Só que ninguém olha para cá e vê o nosso custo. Quanto é para se morar no Distrito Federal?

Nós temos problemas muito sérios na nossa corporação. E olhem que nós somos corporações coirmãs. Nós temos hoje... Policial militar que entra hoje... Eu vou dar um exemplo bem aqui: o Fonap. O Subtenente Geraldo Alves é subtenente, o Major Renilson já é major, mas é porque o bombeiro teve uma ascensão diferente da nossa. Hoje quem entra soldado no bombeiro logo, logo é cabo, logo, logo é terceiro-sargento, mas, por causa da Lei 12.086, tem um pequeno tratamento desigual. Não por culpa, não por covardia do bombeiro. Muito pelo contrário. Foi por omissão de nossos Parlamentares que ali estavam. E aí a gente tem que dar a mão à palmatória. O erro foi nosso, porque, se se pôde fazer, lá no bombeiro, 75% de interstício, na polícia militar deveríamos ter tido o mesmo tratamento. E infelizmente nós não tivemos ao longo dos anos esse mesmo tratamento. Aí é falha. E essa falha nós temos que corrigir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E como nós vamos corrigir isso? É brigando. Por que eu quero o fundo constitucional aqui no Distrito Federal? Por que eu apoio a PEC? Eu vejo na PEC a oportunidade de colocar fim a – como é que se diz? – esse pires eterno com que o Distrito Federal fica aqui. Vai ter um aumento? Não, o Governador tem que encaminhar, para poder chegar a mensagem ao Congresso, para poder ir para o Ministério de Gestão, para o Ministério de Gestão fazer um parecer de algo que já está desenhado, para esse parecer chegar às mãos do Governo, da Casa Civil, para a Casa Civil falar para o Presidente da República emitir uma MP para poder sair o reajuste. Se a MP estivesse lá, o Governador teria assinado essa MP, ela passaria pela Câmara Legislativa e já estaria aprovada, e nós estaríamos, talvez, até recebendo. Então, nós temos que ter visão. E, nessa, Senador Izalci, o senhor ganhou em visão, porque, a partir do momento em que o Fundo Constitucional do Distrito Federal estiver com a nossa capital, nós lá saberemos lutar por isso da melhor forma possível.

Em relação à recomposição salarial, nós do fórum das associações lamentamos muito o modelo, como você falou, Geraldo. Ainda bem que nós temos o Rodney Freire lá, que faz parte do fórum das associações, ainda bem que nós temos pessoas competentes para tratar disso, mas não pode o Governo do Partido dos Trabalhadores, que recebe todos os sindicatos, não receber as associações. Aí eu faço uma cobrança que eu acho que é muito mais do que justa. Nós temos que ter maturidade. Nós temos que crescer, amadurecer e respeitar acima das questões político-partidárias. Nós temos que ser Distrito Federal, num primeiro momento; temos que ser policiais e bombeiros irmanados, juntos, construindo categorias fortes.

E nós temos que, realmente, corrigir muitas coisas, Senador Izalci. Espero eu que, logo, em breve, a gente tenha um serviço voluntário do policial militar em que ele receba de acordo com o que ele trabalha e em que ele não pague Imposto de Renda, como as outras categorias. É um direito do policial sonhar com isso. A questão do auxílio-moradia chega a ser ridícula. Como pode você trabalhar do lado de um companheiro de viatura e você receber um auxílio-moradia e o outro receber 30% do mesmo auxílio-moradia? Então, são questões dessa natureza que ainda nos deixam como amadores no jogo político.

A culpa é de quem? Muitas vezes falta um debate sério, e aí é entre nós que temos que resolver isso. Por quê? Nosso representante hoje não está aqui para explicar isso. Ele tinha que estar aqui para explicar, porque ele faz parte do Governo, ele foi Líder do Governo no primeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandato, é Líder do Governo no segundo mandato, e simplesmente essas coisas acontecem debaixo do queixo, e nós não avançamos. Nós temos que amadurecer, temos que nos fortalecer.

Senador, conte com a nossa corporação, conte com os bombeiros militares, porque nós sabemos a sua importância dentro do jogo político, dentro do cenário político. Nós sabemos a importância de o fundo constitucional ficar com a capital federal, como foi criado, porque a Lei 10.633 é muito clara: é para manter e organizar a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e apenas auxiliar o serviço de saúde e educação. Infelizmente... Todos sabemos que a educação tem o Fundeb, a saúde tem os fundos provenientes do Ministério da Saúde, e nós precisamos realmente que o fundo constitucional realmente seja mantido da forma que foi criado.

Hoje nós temos essa dificuldade de fiscalização, essa dificuldade de transparência, mas, com certeza, nós precisamos fazer mudanças, mudanças significativas. E eu acredito que essas mudanças só vão ocorrer com a PEC lá... Passou a PEC 01? O fundo constitucional está no bolso do GDF? Com certeza, o Governador vai ter que tratar isso da melhor forma possível, e nós vamos saber cobrar na hora certa.

E podem contar conosco, estamos à disposição.

Categorias fortes, categorias valorizadas. É o policial que vai para a rua...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUSIMAR TORRES ARRUDA – ... sabendo da importância dele no contexto da segurança pública, mas sabendo que a família dele vai estar amparada. Muitos direitos nós estamos perdendo, e conquistas não se perdem, a gente tem que lutar para mantê-las ou aumentá-las. E aí são questões que a gente precisa conversar em outro debate, em outra oportunidade.

Agradeço a oportunidade.

Peço a Deus que abençoe todos vocês, todos os senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com certeza, certamente, nossas categorias unidas são muito mais fortes e vão brilhar neste cenário e mudar esta realidade tão triste, porque nós somos a melhor polícia do Brasil, o melhor corpo de bombeiros do Brasil, e nós vamos buscar a valorização disso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Jabá.

Só para esclarecer um pouquinho, eu estava aqui, no Senado, quando foi aprovado o reajuste, em 2019, 2020, das Forças Armadas e apresentei até uma emenda, e houve um acordo, inclusive, com o Presidente do Congresso e também com o Governo, mas acabou que foi muito benéfico para os oficiais e ficou muito ruim para alguns militares, porque não cumpriram o acordo. De qualquer forma, em muitos estados, a polícia militar remunera muito melhor do que as Forças Armadas hoje. Então, a gente tem que ter esse cuidado, porque, de fato, não pode ligar uma coisa com a outra. Os demais estados não fazem isso, não têm nenhuma dependência das Forças Armadas.

O SR. LUSIMAR TORRES ARRUDA – Senador, nós estamos desatrelados das Forças Armadas desde 2001. Então, polícia militar é polícia militar, e Forças Armadas são Forças Armadas. Esse debate vem com a falta de conhecimento das pessoas que colocam dentro desse bojo. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo.

Bem, a questão de subsídio em outro momento nós vamos discutir também, a transformação em subsídio para... Vários estados já estão trabalhando com subsídio. Vamos discutir isso depois.

Vou passar para... Só faltam o Sérgio e o Coronel Leite. Vou passar, então, ao Sérgio Fernando, que é Coronel e Vice-Presidente da Associação dos Oficiais da Reserva da PM e dos Bombeiros. É o nosso querido Aboud, que foi Comandante dos Bombeiros.

O SR. SÉRGIO FERNANDO PEDROSO ABOUD (Para expor.) – Boa tarde a todos os senhores aqui. Boa tarde, Senador Izalci, que preside esta audiência pública, à Senadora Damares, que já esteve aqui, mas que teve que sair para outra Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de cumprimentar o Secretário de Segurança na pessoa do Coronel Angelis, um amigo; cumprimentar a polícia militar na pessoa do Coronel Juvenildo; cumprimentar o nosso Deputado que está representado aqui pelo Rodney; cumprimentar o nosso amigo Renilson; cumprimentar o meu amigo Presidente da Associação dos Oficiais do Corpo de Bombeiros, Coronel Bomfim, ex-Comandante, que eu admiro bastante; cumprimentar o meu amigo Jabá, que está aqui ao lado; cumprimentar o Coronel Leite... Tudo de bom para vocês aqui! E cumprimento todos os senhores e senhoras que estão presentes nesta audiência e quem nos assiste aqui.

Como Vice-Presidente da Assor, que pega oficiais da polícia militar e do corpo de bombeiros e pensionistas, que são os oficiais da reserva e reformados, e pelo tempo que eu já tenho de corporação, que já não é... Eu já passei a ser sex – sexagenário! A nossa corporação também tem esse... Apesar de a polícia militar ser bicentenária e o corpo de bombeiros já estar com seus 169 anos, na realidade, a gente tem bem menos. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do DF só têm 61 anos aqui, no Distrito Federal, na nossa capital da República, porque eles vieram para cá em 1964. Então, para falar nisso aí, eu gostaria de fazer um histórico, porque, quando a gente fala de fundo constitucional, é importante fazer um histórico de como foi tudo isso, do porquê disso tudo.

Antes, aqui, no Distrito Federal, na capital da República, em Brasília, só tinha a Guarda Especial de Brasília, que era a que fazia o policiamento, que fazia a parte de polícia civil, de delegacia e que fazia também a parte do corpo de bombeiros.

Com a transferência da capital em 1960, as corporações, tanto da polícia militar como dos bombeiros, só ocuparam aqui, só vieram para cá em 1964. E, com essa vinda, a Guarda Especial de Brasília foi, naquela época... Foi criada a Polícia Civil do DF, foi criada a Polícia Militar do DF... Oriundos da GEB, foi um pessoal para a polícia civil, foi um pessoal para a polícia militar, alguns, bem poucos, foram para o corpo de bombeiros, os praças, e para a Polícia Federal. Então, aí é que se fala do histórico já do alinhamento. Quando a gente fala da paridade, que estão buscando, salarial... Lá atrás, não, mas todo mundo está ligado lá no início da GEB.

E isso veio, só que a polícia civil teve, particularmente, a sua simetria salarial, tudo certinho, porque seu formato parece com o da Polícia Federal, e a polícia militar e o corpo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bombeiros ficaram similares, com sua particularidade, com as Forças Armadas, com o Exército, que era subordinado... Então, é por isso que há a histórica salarial... Só que, para quem não sabe, a Diretoria-Geral da Polícia Federal e as superintendências da Polícia Federal eram chefiadas por militares do Exército, coronéis do Exército. Então, naquela época, o salário da Polícia Federal no topo era igualzinho ao de um coronel das Forças Armadas. Então, esse histórico vem de lá. A gente tem que também ter essa noção. O corpo de bombeiros também... Nós tivemos vínculos salariais com as Forças Armadas: a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do DF tinham o salário que era reajustado no mesmo dia e na mesma proporção do das Forças Armadas.

Com a mudança do governo militar passando para o governo civil, em 1985, começou a ter algumas mudanças salariais.

E, como o Jabá lembrou aqui, nós tivemos, com o histórico de inflações, que tinha gatilhos, aumentos... Todo mês, quase, tinha reajuste. Para evitar isso, foi criada uma lei, a Lei 7.961, em 1989, a qual dizia que os militares do Distrito Federal deveriam ter o seu reajuste na mesma proporção e na mesma data que o dos servidores militares federais. Então, teve a vinculação naquela época com as Forças Armadas, realmente, em lei, o que foi mudado pelas próprias Forças Armadas na Medida Provisória 2.215, de 2001, que revogou essa lei, revogou o art. 2º dessa Lei 7.961, que era o vínculo que os militares do Distrito Federal tinham com as Forças Armadas. Então, com a medida provisória, as Forças Armadas não queriam mais a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do DF vinculados às Forças Armadas.

E o que acontece? Até o Governo... Na época ainda, era indicação do Governador Vallim. Isso aí, quando falaram aí da época da polícia civil, que teve... Eles tiveram uma briga. Estavam em greve com mais de 20 dias e quiseram avançar para o Palácio do Buriti. E, na época, o Secretário de Segurança... Eu lembro que eu era primeiro-tenente. Agora esqueci o nome dele, mas foi no Governado Vallim. Ele determinou que não se deixassem os policiais civis – eles estavam armados, de colete – caminhando para o... E aí foi colocado o choque da PM, que realmente não deixou. Aí teve o que eles chamaram "tirotaço" – não foi nem tiroteio; foi "tirotaço" que eles chamavam na época. E isso aí foi o quê? Policial civil atirando contra os policiais militares que estavam lá, do Bope, com eles protegidos pelo escudo. Foi o caos naquela época. Daquilo ali em diante, na época, logo em seguida, no ano de... Isso aí foi no final de 1999 para 2000. Aí foi quando o Governador Roriz assumiu de novo – antes ele foi indicado, depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele foi eleito; foi até o que o Senador Izalci colocou –, e foi quando ele deu um reajuste na GOE. E, aí, a polícia civil passou a ganhar mais do que a Polícia Federal. Foi por isso que a Polícia Federal também reivindicou equiparação com a polícia civil.

E o que aconteceu? Até aquele período, os militares, tanto da polícia militar, quanto do corpo de bombeiros, e os da polícia civil e da Polícia Federal tinham o mesmo salário. Era todo mundo igualzinho. Só que, com esse evento, teve um crescimento. E também, com o desprestígio dos militares federais, porque era governo militar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO FERNANDO PEDROSO ABOUD – Quando passou para o governo civil, teve essa diferença aí, começou a ter diferenciação.

Porém, como eu falei, quando, com a medida provisória das Forças Armadas, MP 2.215, foi revogado esse artigo que dava o vínculo dos militares do Distrito Federal com a União, nós tivemos que trabalhar uma lei e nós conseguimos – foi aprovada aqui por esta Casa – a Lei 10.486. Foi com essa Lei 10.486 que nós voltamos a ter o melhor salário do Brasil. Nós voltamos à equiparação de um coronel com um delegado em final de carreira da Polícia Federal. Então, ficou tudo igualzinho. Voltamos ao patamar... Quando eu entrei, na época, nos bombeiros... Aliás, em 1985, o meu salário de segundo-tenente era igualzinho ao de um delegado – era igualzinho. Então, isso aí eu lembro. Eu lembro muito bem que salário do nosso sargento – não era o soldado, mas era o terceiro-sargento – era igualzinho ao do agente inicial. Então, era assim na época em que veio essa história. E aí mudou lá, na época do Roriz, com esse "tirotaço" e depois com a GOE, que teve essa diferença.

Aí, nós recuperamos, com a Lei 10.486, em 2002, na qual o corpo de bombeiros e a polícia militar voltaram a ter equiparação com as Forças.

Só que aí teve, como bem lembrado pelo Rodney, a PEC 300. Aí, o que aconteceu? Estabilizou, segurou o salário aqui do Distrito Federal – "ah, não pudemos dar aumento, porque os outros estados vão ter". E os outros estados começaram a passar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO FERNANDO PEDROSO ABOUD – E hoje está a vergonha que está hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que nós conseguimos, no Governo do Agnelo... Não tinha uma outra forma de se dar um reajuste, porque na época o Governo Federal não aprovava, a Presidente era a Dilma. O que aconteceu? O Governador teve que pegar um artifício que tinha na época, que era o auxílio-moradia, e voltou a dar um reajuste. Ali, ele deu um aumento com que equiparou de novo as forças policiais, a polícia militar e o corpo de bombeiros com a polícia civil. Depois disso aí, era só dar o quê? O percentual normal, como se deveria dar.

Só que teve o problema, lembrado também pelo Senador, de que o Governo Rollemberg quis dar um reajuste, mas eles não aceitaram – na época, ia ser o mesmo percentual para todos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO FERNANDO PEDROSO ABOUD – E foi essa história.

Agora, apesar disso aí, foi encaminhado para cá.

O que eu queria dizer com isso? O Distrito Federal, sem o fundo constitucional, é inviável. O trabalho que o senhor está fazendo... Esta PEC 1 é a solução mesmo para resolver esses problemas, porque...

Voltando também lá atrás, na época aqui de que o Coronel Wellington falou, nós tínhamos que fazer economia de rancho para poder comprar equipamento, para comprar alguma coisa na corporação. Eu lembro que a gente, para ter uma mesa, tinha que pedir aos ministérios as mesas que estavam sendo refugadas para botar na instituição. Viaturas nossas? Nós só tínhamos a viatura que foi comprada pelo Governo ainda do Castelo Branco para o corpo de bombeiros. No corpo de bombeiros, a viatura é caríssima...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO FERNANDO PEDROSO ABOUD – E a gente só conseguiu depois reequipar isso com o advento do fundo.

Eu fico muito preocupado quando a gente vê discussões de querer acabar ou mudar a forma de cálculo do fundo constitucional. Se tiver qualquer mudança, vai acabar com a segurança, vai acabar com a educação e com a saúde do Distrito Federal, porque nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos... Hoje, com o recurso que o Distrito Federal tem – são só 60% que ele tem, o restante, os 40%, é do fundo –, se ele tiver que manter só, o Distrito Federal já era.

Eu aproveito esta oportunidade. Agradeço aqui essas falas. Eu queria mais fazer um histórico do que foi para o pessoal ter o conhecimento do que é, porque falam: "Ah, uma instituição não tem nada a ver com a outra". Tem! Quando falam que nós estamos... Quando falam, como o senhor falou, que estão preocupados, porque o Governo Federal não pode dar um reajuste para a polícia militar e para os bombeiros, pois vai ser em detrimento das Forças Armadas, as próprias Forças Armadas, na Medida Provisória 2.215, lá na revogação, no art. 41, revogou a nossa lei. Então, se eles não queriam a gente atrelado, para que agora vão querer?

Tanto é que, se tivessem para fazer, no momento em que o senhor falou aí que saiu até bom para os generais, porque na realidade foram os generais que tiveram um grande ganho... Eles mudaram a certificação profissional. Se o senhor pegar a nossa Lei 10.486 e pegar a medida provisória, na nossa certificação profissional são os mesmos índices que eram das Forças Armadas, da habilitação militar. Eles mudaram, e o nosso percentual não aumentou, não mudou. Então, essa é uma informação que a gente tem que trazer para que todos tenham conhecimento para, na hora do debate, apresentar, porque, senão, prejudica uma forma...

Essa é a informação que eu tinha.

Agradeço, Senador, a oportunidade. Agradeço a todos.

E uma boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Esse histórico é importante mesmo para as pessoas entenderem isso e não usarem artifícios aí sem conhecimento.

Vou passar para o último convidado que é o Tenente-Coronel Leite, que é o Secretário Nacional da Confederação Esportiva de Policiais e Bombeiros.

O SR. VALDENI LEITE DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde, Senador Izalci.

Na pessoa de V. Exa., cumprimento os demais, haja vista o decorrer do horário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ano era 2018, e eu estive pensando em quem votar para Senador: na minha amiga pessoal Leila do Vôlei ou no Izalci, candidato ao Senado. E ali eu tive que tomar uma decisão. Pensei na minha instituição chamada corpo de bombeiros e não nos meus desejos pessoais e eu votei em V. Exa. Eu mantive a minha amizade com a Leila do Vôlei – inclusive, era para estar na outra sala ali, porque a nossa base sempre foi o esporte. Então, dá uma sensação de segurança e de conforto saber que você votou numa pessoa que, hoje, representa você. Olhem a coincidência! Quantos anos passaram? Sete anos, e está aqui não só o reajuste do corpo de bombeiros, mas também da polícia militar, da polícia civil, dos ativos, veteranos e pensionistas. Então, fico muito lisonjeado com isso, em saber que o senhor está aguerrido. E não é de hoje que o senhor vem labutando, lutando e ouvindo. O senhor tem uma delicadeza muito grande em ouvir os policiais militares e os bombeiros, os policiais civis também, ao contrário de outros Parlamentares que querem cercear a nossa voz e não vão conseguir. Então, o nosso muito obrigado inicialmente.

Já o contrário, senhoras e senhores... E eu cumprimento aqui a polícia militar, os praças. Eu fui praça por dois anos, soldado e não fui qualquer soldado. Eu passei no corpo de bombeiros aos 16 anos de idade para o CFO e não pude entrar por conta da lei, que não permitia – tinha que ter 18 anos. Aos 17 anos, passei para soldado. Aí me deixaram entrar, mas eu só poderia me formar depois que eu completasse os 18 anos. Para surpresa de todos, eu fui o primeiro colocado geral com a maior média da história de todos os soldados do corpo de bombeiros. E muitas injustiças eu vi ali. Eu fui soldado dois anos. Nossa, se o senhor imaginar! Era na época do rancho – o Coronel Aboud, que foi Comandante-Geral, sabe muito bem, o Coronel Bomfim conviveu com isso –, e eu cheguei a comer a pele do frango com caldo e arroz, enquanto que, claro, os oficiais estavam lá com o peito. Nada contra, mas eu falei: eu vou estudar, e a gente vai mudar esse sistema. E foi quando, no ano seguinte, teve o concurso para oficial, e eu fui o único soldado do corpo de bombeiros que passou. Então, tinha 39 civis e o Leite, ali, aprovado.

E aí o senhor imagina a retaliação que eu não sofri dentro de um curso de formação de oficiais. Um foi por ser negro, porque o racismo existe, e do racismo estrutural ainda hoje nós vamos precisar falar – e quem não quiser ouvir tampe os ouvidos. A perseguição ao negro não parou, Senador, inclusive nas nossas instituições. Eu fico muito emocionado em falar isso, porque eu vim da Ceilândia. A gente é discriminado ao quadrado, não, ao cubo. É da Ceilândia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é preto, é evangélico?! Nós vamos mudar a história da nossa nação, porque nós somos homens e mulheres e nós temos nossas divergências e nossas convergências.

Agora, eu fico imaginando a polícia militar. Que decepção agora, hein? Cadê o representante eleito da polícia militar? Cadê o Hermeto? Era para estar aqui! Cadê o representante eleito do corpo de bombeiros, o Roosevelt? Cadê o Deputado Federal Fraga? Como é que pode, senhores? Hoje é o dia D, é o dia de debatermos, de lutarmos e de estarmos aqui para defender aqueles que não podem estar aqui e que não têm voz. É o nosso reajuste que está sendo sucumbido.

E isso não é de hoje. Em 2001, nós tivemos o nosso primeiro prejuízo, quando Fernando Henrique Cardoso, então Presidente naquela época, tirou um direito nosso líquido e certo, que era a promoção a um posto ou a uma graduação imediata. Estou mentindo, senhores? Ele acabou com isso. Era uma benevolência que nós tínhamos. Quando eu entrei, a regra do jogo era uma: "Olhe, você vai entrar, com dez anos vai ter estabilidade e, quando você for se aposentar, se for subtenente aos 25 anos, você pode ir para a reserva e, se for tenente-coronel, você pode ir para a reserva, porque aí você vai ser promovido". "Ah, eu aceito." Só que, em 2001, mudou a regra do jogo. Mas, para a nossa surpresa, por mais que hoje esteja polarizado – PM e bombeiro, direita e esquerda –, o atual Presidente em exercício, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a lei da seguridade... Está até aqui o nome dela, que vou ler aqui: é a lei orgânica, a Lei 14.751. E, para a nossa felicidade, vai voltar a promoção, sim. O militar vai ser promovido, ao ir para a reserva, a um posto acima, na sua remuneração.

Só que a gente tem um imbróglio. Essa lei é de dezembro de 2023. Aí eu pergunto: por que o Executivo local, o Governador Ibaneis, a Governadora Celina, até agora não promoveu os veteranos? O que está faltando? "Ah, é a regulamentação da lei." Gente, todo mundo sabe que, quando uma lei é sancionada, tem um período para ser feito o seu decreto, seu regulamento. E por que até hoje não foi feito? Porque estão fazendo disso aí capital político para as próximas eleições.

E é por isso que nós nos levantamos hoje, como voz dos veteranos, dos pensionistas, dos militares da ativa, Senador, porque o militar, hoje, não pode falar, senão, ele é exonerado. Eu, por exemplo, identifiquei um erro grave no sistema – depois eu falo com o senhor em reservado –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, por conta disso, tiraram o Leite da PTTC. Eu trabalhava com a folha de pagamento. Meu ensino médio... E sou acadêmico em serviço bancário, contábil e orçamentário. Aqui, em Brasília, eu fui Secretário-Executivo de Esporte e cuidava de uma pasta orçamentária.

E, por falar em esportes, por que o bombeiro– e a polícia militar – tem o título de melhor bombeiro do mundo? Sabem por quê? Porque, no ano 2000, o Leite, com a sua equipe de salvamento, foi para a França competir; e lá nós fomos campeões mundiais de salvamento. Estou mentindo, senhores? O Leite não é um aventureiro na política. O Deputado Rajão, à época, falou: "Eu vou dar tudo que vocês precisam, mas eu quero que vocês tragam o título de campeões". E aí o Leite virou propaganda do Deputado Rajão, na época: "Aqui, nós temos o Leite, que foi recordista mundial". Era um minuto e trinta segundos, e eu fiz em um minuto e dois segundos. Para a nossa equipe de salvamento, o tempo era para dez minutos, e nós fizemos em oito minutos e quarenta e cinco segundos. Passaram-se 25 anos, Senador, e o nosso tempo continua na história.

Inclusive, era para eu estar na França. A gente recebeu um convite, só que não podemos ir. No dia 14 agora de julho, é celebrada a derrubada da Bastilha. E eles fizeram uma homenagem linda para o Brasil. Olhem que orgulho, hein? Lembraram-se de nós. Os bombeiros de lá se lembraram de nós: "convidem os bombeiros de Brasília, porque eles ganharam de nós". Imaginem sair do Brasil e ganhar do inimigo, do adversário, na casa dele. Então, hoje a França nos exalta muito em relação a isso.

E nós trouxemos para Brasília a tecnologia de salvamento que era usada pelos franceses. E juntamos com a tecnologia de salvamento do Japão. Por isso, hoje o bombeiro de Brasília é o melhor do Brasil. Por quê? Nós viramos multiplicadores. Nós ensinamos todos os outros estados. Inclusive, no comando do Coronel Bonfim, teve vários seminários, conferências, o Senabom. E nós multiplicamos esse conhecimento.

Agora, para falar de policial militar, eu também fui policial militar. Eu estive dois anos na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Eu não fui só para fazer um curso de Educação Física, não. A gente teve aula de gestão estratégica, criminologia.

E o que é que eu venho acompanhando de lá para cá? Os índices de suicídio de policiais militares e bombeiros estão exorbitantes. Primeiro, quando falam que o índice baixou, mentira!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele não era nem para existir. Uma pessoa que tem sanidade mental, uma pessoa que é educada, que tem treinado o psicológico para combater a criminalidade, jamais poderia se autoexterminar. E por que é que isso está acontecendo, senhoras e senhores? Por conta de uma pressão psicológica chamada reajuste salarial. O maior índice de suicídio – falo isso como professor que eu sou, estudado, sou da área da ciência –, o primeiro índice de suicídio é quando se perde um ente querido; e o segundo, segundo a Organização Mundial de Saúde, é quando ele tem um déficit salarial, quando ele perde o seu emprego, quando ele não recebe uma promoção, e, então, ele vai lá e se autoextermina.

E, dentro do corpo de bombeiros, nós temos policiais e bombeiros que já se suicidaram. Com todo o respeito, vou falar o nome dele: Tito, uma pessoa que eu amava, que foi meu chefe. Lembra? Ele era para ser promovido quando, por pressão política, não foi; ele entrou para o seu apartamento e se autoexterminou. Nós tivemos também em Ceilândia, na minha quadra, um sargento que era para ser promovido a sub e, por questões políticas, porque o político queria colocar um amiguinho dele, foi preterido e acabou com a vida dele. Foram achar o corpo dele depois de cinco dias – os vizinhos acharam. Humilhante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALDENI LEITE DA SILVA – Então, nós hoje temos que lutar e vamos lutar contra isso.

Por isso, nós agradecemos aqui a oportunidade.

Hoje represento, inclusive, os veteranos e as veteranas e as pensionistas. Por quê? Eu trabalhava na folha de pagamento. Eu fui recontratado pelo ex-Comandante Alan, em 2022, para fazer a gestão do contracheque, porque nosso contracheque parece árvore de Natal. Se balançar, cai tudo, não é? No Natal, se balançar, não caem os enfeites da criança? Nosso contracheque hoje é isso. Ele tem que se transformar em subsídio urgentemente.

Tem militares hoje que, quando casam com outro militar, deixa de... Um dos dois vai ter que deixar de receber o auxílio-moradia, em torno de R$3 mil. Então, isso causa um prejuízo até familiar, porque tem muitos policiais que ficam informalmente casados, pois não podem nem fazer aquela festa, fazer aquela união estável. Tem que acabar com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outro dado preocupante aqui, Senador, é o índice de suicídio na família do policial militar e do bombeiro. Nós tivemos, em 2023, um suicídio de uma filha de um amigo nosso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALDENI LEITE DA SILVA – ... porque tentou passar no Enem e não conseguiu. A pensão dela foi reduzida.

Inclusive, está aqui. Olhem! A lei de seguridade social, que era das Forças Armadas, a Lei 13.954, foi mortal para a instituição. Por quê? Ela tirou do veterano 3%, porque aumentou a alíquota da pensão militar de 7,5% para 10,5%.

E mais grave que isso foi que – e todo mundo se calou, os representantes, Roosevelt, Hermeto, Deputado Fraga, o próprio Governador se calou diante disso – as nossas pensionistas foram taxadas em 10,5%. Eu alertei o comando: "Olhem, isso vai causar depressão, isso vai causar ansiedade. Vai ter gente que vai se matar".

E, de fato, aquilo que a gente havia falado, infelizmente, aconteceu. E caiu no meu colo um contracheque para fazer desligamento dessa pensionista.

Elas não podem estar aqui, elas não têm voz ativa. Então, eu as estou representando.

A gente agradece a luta de V. Exa. não só pela nossa questão do reajuste. E não é só a gente se equiparar com a Polícia Federal, a gente tem que ter o melhor salário do Brasil, porque nós somos os melhores.

E outra coisa também. A polícia militar... Nós tivemos agora, recentemente, os jogos mundiais de policiais militares, que foram nos Estados Unidos. E, como Secretário Nacional da Confederação Brasileira de esportes de Policiais e Bombeiros, nós recebemos várias denúncias daqui do corpo de bombeiros: militares consagrados, medalhistas de ouro, nem sequer teve a seletiva deles. Por quê? Um político não queria – um Deputado –que o militar fosse. Nós tivemos – pasme, Senador! – assessores não atletas viajando para o exterior que não competiram enquanto atletas medalhistas com índices... Uma que ganhou 13 medalhas no mundial anterior não foi. Então, isso aí está tudo... Roupa suja se lava em casa – está bem, senhoras e senhores?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns para a polícia civil que ficou em primeiro lugar, a polícia militar ficou em segundo, na transparência, na lisura.

Inclusive, Freire, você também esteve lá, não é? Você foi pela Câmara Legislativa. No seu lugar, desculpe, caberiam dois atletas. Um deles está aqui. Mostre suas medalhas aí, Homero, por favor. Praça do corpo de bombeiros, excelente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VALDENI LEITE DA SILVA – Então, por isso mesmo, mas o dinheiro é público.

Não cesse a minha palavra, por favor!

O dinheiro é público, e a gente vai falar isso em casa, está bem? Já tem processo rolando sobre isso aí, está bom? Porque eu venho, sim, eu venho para representar esses aqui, os excluídos!

Senador, foram 180 bombeiros excluídos do PTTC. Eu virei garoto-propaganda, inclusive, do Arruda. O Arruda me levava para a campanha dele. Ele pediu: "Leite, pede férias, pede licença especial". Peguei cinco meses... Falaram: "Você é louco!". Eu peguei cinco meses de licença especial e um de férias e fiquei peregrinando com o Arruda, satélite por satélite, de Ceilândia a Planaltina, Vale do Amanhecer, em tudo quanto é lugar que o senhor imaginar. Nem Pôr do Sol existia naquela época, mas a gente já estava nas invasões, dentro do quartel, às 2h da manhã, enfim. Foi quando nós tivemos o maior reajuste. O Arruda, aonde me levava, falava assim: "Esse aqui é o melhor bombeiro do mundo. Nós vamos fazer em cada regional um centro olímpico". Inclusive, ele falou: "Leite, no dia em que você morrer, se for primeiro que eu, um desses centros olímpicos vai receber o seu nome em homenagem ao seu legado".

E, em gratidão da Câmara Legislativa, eu saí Cidadão Honorário de Brasília. Eu fui o segundo bombeiro da história a receber o título de Cidadão Honorário.

Para quem acha que o Leite é aventureiro, o Leite trabalha com campanha política desde os 12 anos. No meu primeiro trabalho informal na madrugada, às 2h da manhã, eu ficava quase igual a um louco, porque saía para colocar naqueles pirulitos de ponto de ônibus panfletos, chapéus... Chapéu... O senhor acho que deve se lembrar daquela época, não é? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Abadia, quando foi Governadora, quando era candidata a Distrital, enfim... Então, eu não sou um aventureiro, eu sou um corajoso.

O militar não pode quando está na ativa se filiar a partido político, mas eu estou na reserva e já estou filiado. Eu venho fazer oposição a este Governo que virou as costas. A Governadora era para estar aqui. Por que a Celina Leão não está aqui? Não fala que defende a polícia militar e o corpo de bombeiros? Cadê a Governadora em exercício – agora está exercendo? Tinha que estar aqui, ladeada com o Senador Izalci, com a Senadora Damares. Não são amigas? Então, venha, venha aqui! E vão ali! Gente, está tão próximo aqui... Vão ali ao gabinete de Relações Institucionais do Governo Federal, sentem com o Presidente.

Como é que pode um representante nosso do Executivo falar que não vai pôr o pé onde o Presidente está?! Que vaidade é essa, deixando todas as instituições e o nosso efetivo hoje total de mais de 80 mil pessoas vinculadas, que é a família da segurança pública?! Então, nós temos que deixar as nossas vaidades de lado, as nossas divergências e fazer as nossas convergências, para que o bem comum seja atendido, e todos sejam beneficiados.

E o corpo de bombeiros, Senador Izalci, eu prometo aqui, vai deixar de ser curral eleitoral. A gente vem para libertar. Hoje nós temos 950 militares que quase não dormem. Você quer saber por quê? Porque, se ele dormir, quando ele acordar, ele está exonerado. Se ele não colocar adesivo no carro do Deputado Roosevelt, ele está exonerado. Se ele não for para o almoço pago, ele está exonerado. Se ele reclamar de alguma coisa, como foi o meu caso, quando eu apontei um erro técnico grave, ele está exonerado. O Comandante-Geral hoje, que era, inclusive... São dois honrosos aqui, que foram pela meritocracia, mas hoje não existe mais a meritocracia, não existe mais a lista tríplice. Hoje há uma inversão de valores.

Você falou que o subsídio não tem; tem, sim. Matemática é uma ciência, é uma ciência exata. É porque foram colocados gestores que não têm capacidade técnica. Sabe por quê? Porque o Sr. Deputado botou no comando pessoas lá de baixo, enquanto os que tinham mérito ficaram, eles não aceitaram receber ordem e foram embora. Coronel Borges. Preciso falar de alguém mais? Um exímio... Em todas as viaturas hoje que foram licitadas, ele trabalhou desde o chassi até a sirene. Estou mentindo, Coronel? Foi uma pessoa que foi embora...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALDENI LEITE DA SILVA – ... e que merecia ser o Comandante-Geral da corporação e não foi, por perseguição política.

Senador, muito obrigado.

Desculpe, roupa suja se lava em casa, aqui a gente está em casa.

E, Renilson, meus parabéns também, pois é outro que está lutando pela corporação.

E, Jabá, que deu a sua vida... Ele foi expulso da polícia militar por conta de reivindicação – não foi, Jabá? – do reajuste salarial na época da Operação Tartaruga. E a polícia militar covardemente o expulsou.

Você que é policial militar tem três representantes – tem o Jabá, tem o Subtenente Geraldo e tem o Cabo Vitório... Este é outro que foi expulso – Senador, está demais –, porque foi pedir para que vacinassem os policiais militares na época da pandemia. O senhor sabia dessa? Nós temos um cabo com estabilidade de dez anos, que foi expulso por cobrar da polícia militar que se vacinassem prioritariamente os praças que estavam na linha de frente. Nós tivemos 250 policiais que morreram durante a pandemia – inclusive, um dos quais foi meu primo, policial militar. E o Cabo Vitório hoje está expulso da polícia militar por conta disso. Hoje, ele é também um representante legítimo, já está afiliado também e já está sofrendo perseguição, mesmo sendo civil. Jabá sabe muito bem o que eu estou falando, não é, Jabá? Você sofreu muito. E, para quem é policial militar, vocês têm três representantes de elite. Eu estou me aliando aqui com o nosso amigo Renilson para colocar ordem na nossa casa, porque uma coisa é o militar da ativa, e outra coisa é o militar veterano. E o veterano, não adianta, porque aí é pessoalidade.

Muito obrigado a todos.

Eu sou o Prof. Leite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado. Muito bem.

Gente, primeiro, eu quero também parabenizar a polícia militar, o corpo de bombeiros, o Detran e a polícia civil, que realmente ficaram em segundo lugar nas competições nos Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidos, só perderam para os Estados Unidos. E Brasília teve um papel importante no segundo lugar. Teve mais medalhas aqui do DF, o que contribuiu para o segundo lugar.

Respondendo rapidamente aqui... Tenho que usar óculos de vez em quando aqui.

Sargento Patrício: "Caso seja passada a responsabilidade, a autonomia do fundo constitucional para o Governo do Distrito Federal, não haverá risco de aumentos diferenciados para operadores da segurança pública?". Esse risco existe independentemente da PEC ou não, porque a iniciativa do aumento sempre será do Governador, com a emenda ou sem a emenda. Então, Patrício... É Patrocinio. Patrocinio, não muda, a iniciativa sempre será do Governador. Então, ele pode fazer isso, se ele quiser, hoje ou depois.

Com relação ao posto acima, de fato, nós já aprovamos a lei aqui, a lei orgânica, mas ficou para cada estado, realmente, regulamentar. No caso do DF, o Governador tem que tomar a iniciativa e mandar, evidentemente, para o Palácio do Planalto – e vem para o Congresso –, do jeito que é o reajuste. Mas cabe a iniciativa ao Governador.

Gente, obrigado pela presença.

Eu passei aqui o filme e fizemos uma campanha de mobilização, porque, para essa PEC, não basta a gente apostar aqui nos Senadores. Nós temos que fazer uma mobilização da sociedade sobre a importância do fundo constitucional para o DF. Então, a gente precisa ter a adesão de todos os militares, de toda a polícia civil, de toda a saúde, a educação e a população de modo geral. Então, divulguem essa PEC. A gente lançou a campanha "Mexeu com ele, mexeu comigo" exatamente para pegar os apoios de toda a sociedade. Infelizmente, não temos ainda um grande número de apoiadores, mas a gente espera ter o mais rápido possível.

Então, cumprida a missão aqui, eu declaro encerrada esta sessão.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e dez minutos do dia doze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Flávio Bolsonaro e Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Magno Malta, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Paulo Paim, Wellington Fagundes e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Rogerio Marinho, Ana Paula Lobato e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2998, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996 para permitir o uso de gravação oriunda de captação ambiental nos casos que especifica." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1903, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996 – Lei da Interceptação Telefônica, para dispor sobre as hipóteses de captação ambiental, sem ordem judicial, quando há risco à vida, à liberdade ou à dignidade sexual." **Autoria:** Senadora Simone Tebet (MDB/MS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2077, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 9.296 de 24 de julho de 1996, para dispor sobre uso de captação ambiental para investigação ou instrução criminal, bem como possibilitar a sua realização por quem tenha dever de cuidado." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2471, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996 – Lei da Interceptação Telefônica –, para estabelecer que a captação ambiental, feita por um dos interlocutores, poderá ser utilizada em favor da vítima de estupro ou vítima criança, idosa ou vulnerável." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao PL nº 2998 de 2022, com uma emenda que apresenta; e pela prejudicialidade dos PLs nºs 1903 de 2021, 2077 e 2471 de 2022. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao PL nº 2998 de 2022, com a Emenda nº 1-CSP; e pela prejudicialidade dos PLs nºs 1903 de 2021, 2077 e 2471 de 2022. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 82, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fim de destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para recompensas a policiais que apreenderem armas de fogo ilegais." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CSP. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/12

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 18ª e 19ª Reuniões, realizadas, respectivamente, em 15 e 16 de julho.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Passamos aqui ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2998, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996 para permitir o uso de gravação oriunda de captação ambiental nos casos que especifica.

Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao PL nº 2998 de 2022, com uma emenda que apresenta; e pela prejudicialidade dos PLs nºs 1903 de 2021, 2077 e 2471 de 2022.

Observações:

1. As matérias seguirão à CCJ, em decisão terminativa.

O projeto tramita em conjunto com os Projetos de Lei 1.903, de 2021, 2.077, de 2022, e 2.471, de 2022.

Passo a palavra para a Relatora, a Senadora Damares Alves, minha ídola, para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise, inclusive de uma forma resumida.

Chamo a atenção dos colegas, porque eu estou apresentando um voto para mais de um projeto de lei. Todos eles, de certa forma, têm o mesmo objeto, mas eu preciso recepcionar um e recusar os demais.

E eu tenho a alegria de relatar, inclusive, matéria do nosso ex-Senador Lasier, tão querido, tão preocupado com a segurança pública.

Presidente, vou direto para a análise.

A Lei 13.964, de 2019 (pacote anticrime), ao alterar a Lei 9.296, de 1996, introduziu o §4º ao art. 8º-A, estabelecendo que a gravação ambiental feita por um dos interlocutores somente poderia ser utilizada pela defesa, isso desde que demonstrada sua integridade. Embora a intenção tenha sido reforçar as garantias processuais, na prática essa limitação resultou em uma distorção que compromete a efetividade da persecução penal e ofende o princípio da paridade de armas. Ao excluir a possibilidade de uso da prova pela acusação, a norma passou a dificultar a responsabilização de crimes praticados em ambientes privados, nos quais muitas vezes a única possibilidade de obtenção de prova é por meio da captação ambiental realizada pela própria vítima ou por testemunhas.

Os quatro projetos de lei aqui analisados convergem para a correção dessa distorção. Todos reconhecem a necessidade de ampliar o uso das captações ambientais feitas por um dos interlocutores, de forma a contemplar tanto a defesa quanto a acusação, sempre desde que assegurada a autenticidade do material. A preocupação comum é com a proteção das vítimas e com o fortalecimento dos instrumentos de combate ao crime, especialmente nos casos de violência doméstica, crimes sexuais e situações em que não há tempo hábil para atuação prévia das autoridades.

Em primeiro lugar, o PL 1.903 altera a lei para admitir a captação ambiental independentemente de ordem judicial ou consentimento dos interlocutores sempre que houver risco concreto à vida, à liberdade ou à dignidade sexual de outrem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A seu turno, o PL 2.077, além de preservar o uso da captação ambiental em matéria de defesa, autoriza a gravação para constituição de flagrante em crimes violentos, de grave ameaça ou praticados contra vulneráveis; além disso, explicita que não configura crime a captação realizada por quem detenha dever de cuidado sobre a vítima ou o local protegido. O projeto traz boas contribuições.

O PL 2.471, de 2022, mostra louvável sensibilidade na proteção de vítimas vulneráveis, como crianças, idosos e pessoas submetidas à violência sexual.

Por fim, o PL 2.998, de 2022, admite o uso da captação ambiental em matéria de defesa ou de acusação, sempre que demonstrada a autenticidade da gravação. A proposta é tecnicamente mais abrangente, porque remove o viés introduzido pela Lei 13.964, de 2019, que restringia a prova unilateral à defesa, restabelecendo a paridade de armas e a isonomia probatória entre Ministério Público e acusado, sem limitar o uso pela acusação à tutela de bens jurídicos específicos, como fazem os demais projetos de lei.

De todos eles a intenção é muito boa. E eu quero parabenizar todos os autores pela iniciativa.

Ainda sobre o PL 2.998, de 2022, sob a perspectiva da segurança pública, a proposta contribui para o aprimoramento da atividade investigativa, ampliando os meios lícitos de obtenção de prova, desde que respeitada a integridade do material captado.

Ao permitir, Presidente, a utilização da gravação tanto pela acusação quanto pela defesa, o projeto promove a cooperação processual e a busca pela verdade real, sem abrir mão das garantias individuais.

A gravidade da situação é confirmada pelo cenário atual da violência no Brasil. Segundo a 18ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2023 o país registrou 83.988 casos de estupro e estupro de vulnerável, um aumento de 6,5% em relação a 2022, mas nós já temos o resultado também de 2024. Presidente, registrados são mais de 270 estupros por dia no Brasil.

E, nesses estupros, Presidente, geralmente é a palavra da vítima contra a palavra do agressor. E quando é criança num ambiente familiar? A criança sempre é desacreditada. E nós estamos, Presidente, com uma série de denúncias em que a criança ou o adolescente conseguiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer a captação da imagem ou da tentativa do abuso, do estupro, ou mesmo do próprio ato. Essas imagens precisam ser levadas em consideração. E é por isso que vem aqui a iniciativa dos quatro projetos de lei.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Especial 583.937/RJ, firmou o entendimento vinculante de que "é lícita a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro", por não se tratar de interceptação por terceiro nem violar a reserva de jurisdição. Essa orientação tem especial importância para a proteção de mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

Essa posição já vinha sendo sinalizada anteriormente no julgamento do Inquérito nº 2.116/RR (Relator: Ministro Marco Aurélio), que também admitiu a validade da gravação ambiental feita por um dos interlocutores, desde que comprovada a sua autenticidade. Embora anterior à Lei 13.964, de 2019, esse julgamento demonstra a evolução de uma jurisprudência em direção à proteção de direitos fundamentais das vítimas.

Cumpre salientar que as demais proposições – embora meritórias – mantêm filtros ligados a determinados bens jurídicos (vida, liberdade, dignidade sexual) ou categorias de vítimas. Essa delimitação, ainda que louvável em termos de política criminal, perpetuaria assimetria processual em hipóteses não contempladas pelo legislador, recriando a distorção que se deseja superar. O PL 2.998 é mais amplo. Ao permitir indistintamente o uso da prova pela defesa e pela acusação, ele oferece solução sistêmica e abrangente, motivo pelo qual será adotado como texto-base, recebendo emenda que nele consolide os méritos dos demais projetos.

Dessa forma, Presidente, obtém-se um texto único, buscando um pouquinho de cada proposta, que permite a utilização da captação ambiental feita por um dos interlocutores também em matéria de acusação, bem como a dispensa de autorização judicial quando a captação for realizada por terceiro em razão de iminente risco à vida, à integridade física, à liberdade ou à dignidade sexual de outrem.

Presidente, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.998, de 2022, com a emenda que já foi publicada, e pela rejeição – tão somente por uma questão regimental – dos PLs 1.903 e 2.077, de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A emenda segue publicada.

Este é o voto.

Estou aqui no plenário com um ex-Juiz e com um Delegado, que entendem a necessidade de um lado e de outro – e tem advogados aqui no plenário – tanto de quem está na defesa como de quem está na acusação. A captação dessas imagens ambientais é necessária tanto para a gente defender como para a gente acusar. No geral aqui, o espírito das propostas é a proteção das vítimas.

Eu peço aos pares que apoiem o meu voto. E vamos embora mudar a legislação e acabar com essa distorção.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora Damares Alves.

Cumprimento aqui o Luis Felipe Cunha, suplente do Senador Sergio Moro, e o Deputado Alexandre Ramagem, que também está acompanhando conosco aqui esta audiência.

Eu coloco em discussão.

Senador Fabiano Contarato, para discutir.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Eu só queria, Senador Flávio Bolsonaro, parabenizar mais uma vez V. Exa. pela condução desta tão importante Comissão de Segurança Pública, ao passo que saúdo aqui os meus colegas Senadores e Senadoras.

Quero parabenizar a Senadora Damares pela sensibilidade. Eu acho que este projeto é de fundamental importância. Quando a senhora cita, no seu relatório, a violação do princípio da paridade de armas, nós temos que entender que um dos objetivos é a busca da verdade real. A gente tem como premissa coletar e preservar toda e qualquer forma de prova.

Senadora Damares, eu lembro que, quando eu era plantonista, às vezes, tinha a circunstância da prática de um crime em que o cara estava completamente em estado de embriaguez, pelo álcool ou por qualquer substância de efeito psicoativo que determine dependência. Eu tinha que encaminhar aquele autor do crime também a exame etílico e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toxicológico apenas para preservar a prova, porque eu teria que buscar o mais próximo possível como aconteceu o crime, mesmo que, às vezes, aquela prova pudesse, de alguma forma, beneficiá-lo ou não. Não competia a mim, naquele fato, deixar de preservar uma prova que poderia não ser possível de ser reproduzida posteriormente, depois que fosse deflagrada a ação penal, após o oferecimento da denúncia e o recebimento dela pelo Poder Judiciário.

Nós estamos corrigindo uma distorção daquilo que eu acho que realmente violaria a busca da verdade real, com a preservação e a proteção para todas essas vítimas.

Nós estamos aí com casos, com que fico estarrecido, que precisam às vezes de algum influenciador para levantar a bola com relação à forma de utilizar criança e adolescente no aspecto da sexualidade, e sobre a qual às vezes o Parlamento fica dormindo eternamente em berço esplêndido. Por isso, nós temos que dar uma resposta, sim, e fazer criminalizar essas condutas que utilizam crianças e adolescentes de uma forma sexualizada, tentando matar a infância dessas crianças, em um processo de adultização. Então, eu acho que a gente tem que dar uma resposta imediata.

O processo legislativo – é isto que, às vezes, me deixa um pouco angustiado aqui – é muito lento, caminha em passos lentos. E a premissa é constitucional e também está no Código Penal: não há crime sem lei anterior que o defina, não apenas sem prévia cominação legal. Então, se eu não tenho uma reprovabilidade, estabelecendo uma conduta, acaba tendo um comportamento que é eticamente reprovável, mas que, infelizmente, é lícito. Então, eu acho que passou da hora de o Senado dar uma resposta mais altiva e corrigir as distorções.

Eu estava falando com o Presidente Flávio Bolsonaro que eu tenho um projeto para aumentar o período de internação para adolescente em conflito com a lei. Não é razoável... No Espírito Santo – eu vou citar aqui –, dia 9, as facções mataram uma adolescente de 15 anos e uma mulher com a participação de adolescente em conflito com a lei. E nosso Estatuto da Criança e do Adolescente só autoriza internação por, no máximo, três anos. Não é razoável. Um adolescente de 17 anos entrou em uma escola de Aracruz, no meu Estado do Espírito Santo, matou quatro pessoas e vai ficar internado, no máximo, por três anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consultei, Senadora Damares, e, dentre todos os países do G20, o mais permissivo e o mais complacente é o Brasil. Nós não temos que tratar igualmente os iguais na medida em que eles se desigualem.

Então, o projeto é simples e não tem nada a ver com redução da maioridade penal, porque isso é uma cláusula pétrea. O projeto simplesmente dispõe que, se o adolescente em conflito com a lei praticar um ato infracional com violência ou grave ameaça ou equiparado a hediondo, nós podemos aumentar esse período de internação para até dez anos, e aumenta também o período de três para cinco.

Mas nós temos que ter essa responsabilidade – e olhe que eu tenho. A senhora sabe da minha vida e do meu comportamento com toda a pauta dos direitos humanos. Mas não acho razoável. Como explicar para uma mãe que teve sua filha jovem morta por um adolescente de 15, 16, 17 anos que ele não vai ficar nem três anos internado? Eu tive um caso, como Delegado, em que um adolescente de 17 anos matou um chefe de família à paulada. Seria um homicídio qualificado, com crueldade, com pena de 12 a 30 anos, mas, como era adolescente, a juíza não deu nem um ano. Ora, isso nem é a sensação, mas a certeza da impunidade.

Então, eu faço um apelo – porque eu tenho esse projeto, como outros aqui, nesta Comissão: que se designe um relator e vamos para o tema. É um tema que eu sei que é delicado inclusive com os meus pares. Mas eu, antes de ser Senador da República, sou Professor de Direito e sou Delegado.

Eu acho que o que a senhora está fazendo com essa relatoria é um brilhantismo, ao passo que eu quero cumprimentar todos os Senadores que foram os proponentes, autores desse projeto de lei. Parabéns, Senadora Damares! Parabéns, Senador Flávio Bolsonaro!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Eu já pedi para a assessoria verificar se esse projeto está aqui na CSP. Se não foi pautado, é porque o relatório certamente não está pronto. Senão, eu já o teria pautado. Mas a primeira informação é a de que ele estaria na CCJ.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas, se tiver com o Relator e não estiver pronto o relatório, eu avoco, e a gente pauta na próxima sessão, se for o caso. Mas a primeira informação é a de que esse projeto de lei não está na CSP, estaria na CCJ.

Passo a palavra ao Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, elogiar o trabalho da Senadora Damares e também – pela origem dos projetos, que são vários – o ex-Senador Lasier Martins, o Senador Marcos do Val.

Só para esclarecer também um ponto aqui que, às vezes, se perde na história: a redação original do projeto anticrime não limitava a utilização da prova apenas para defesa. Foi uma inserção que foi feita durante a tramitação na Câmara, em relação à qual eu me opus, mas infelizmente foi feita essa limitação. Não faz o menor sentido limitar a utilização da escuta ambiental só para fins de defesa. E, no fundo, o projeto é muito simples: a captação ambiental precisa de ordem judicial, pois é como se fosse uma interceptação telefônica, mas se abre uma exceção quando ela é feita por um dos interlocutores. E aí pode ter uma série de situações em que uma pessoa, por exemplo, que está sendo ameaçada precisa gravar. E aí não pode utilizar isso num processo em relação a essa ameaça? Se ela está sendo extorquida ou em uma situação de casos até de crime de corrupção... Nesses casos, quando é feito pelo próprio interlocutor, ele pode servir como testemunha até num processo. Por que ele não pode gravar? E, no fundo, isto segue uma regra que é mais ou menos universal, do mundo inteiro em geral: o interlocutor pode fazer gravações, independentemente de ter autorização judicial.

O que a gente colocou no projeto é que – e isto tinha – essa captação é válida quando feita por um interlocutor, principalmente naqueles casos de que não têm conhecimento a autoridade policial e o Ministério Público, porque, se eles tiverem conhecimento, aí eles têm que requerer ao juiz para fazer a gravação, até para ficar uma situação mais segura.

Em boa hora, o projeto vem e corrige essa distorção, distorção essa que, aliás, também foi objeto de veto. O veto presidencial, na época, vetou esse dispositivo por conta dessa inserção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inadequada que tinha sido feito na Câmara. Infelizmente, o veto foi derrubado. Pelo que eu acompanhei na época, não teve muita – como é que se diz? – reflexão do Congresso ao derrubar esse veto. E este projeto corrige essa distorção. Então, ficam aí os meus elogios.

Eu só queria fazer esta observação para que também não pareça que veio de nós essa mudança, porque essa limitação não estava no projeto anticrime originário, mas estou de acordo com o projeto. Temos que evoluir e corrigir esse defeito que foi criado.

E a gente fala muito em necessidade de combater o crime. E uma dessas reflexões é a questão de aumento de pena, de aumento do rigor... O pessoal, às vezes, fala: "Não funciona". Não, funciona, sim. Deixar mais tempo preso funciona, até porque você aumenta o risco, mas é importante também que a gente habilite as autoridades, os agentes a terem os instrumentos necessários para se poder avançar.

Até nesse propósito também, Senador Flávio, tem um projeto aqui nesta Casa, que entrou na pauta e saiu da pauta, mas que é um projeto importante, que visa a regulamentar a utilização de *drones* pelas forças de segurança pública. Seria importante que esse projeto voltasse, a meu ver aí, em algum momento. Sei que ele não é responsabilidade de V. Exa., pois acho que está com o Relator... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A assessoria está me informando aqui, Senador Moro, que a tramitação desse projeto parou, porque houve um pedido de audiência pública. Vamos fazer audiência pública...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu acho que é importante fazer, porque os criminosos estão usando...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos ver uma data breve aí para fazer...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E a polícia, às vezes, não pode usar, porque tem uma série aí de... Falta...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O crime está evoluindo mais rápido do que a nossa legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A gente tem que correr aqui e fazer a nossa parte, sem dúvida.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É isso, mas eu adianto o meu posicionamento favorável aí, elogiando a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Senadora Damares, é só para falar que Deus já está atuando nessa pauta de que a gente estava tratando aqui de um projeto de lei do Senador Fabiano sobre as medidas mais rígidas para menores infratores. Na verdade, o projeto está na CDH e já está com o relatório pronto do Senador Marcio Bittar. Eu só achei estranho porque é que não está passando pela Comissão de Segurança Pública. Foi só para a CDH e depois para a CCJ, terminativo lá. Vou até requerer para que seja apreciado por esta Comissão também, mas para dar o máximo de celeridade. Assim que chegar, na semana seguinte, na próxima reunião, a gente já pauta aqui para votar esse relatório. Eu peço aí para a gente formalizar o requerimento para que passe aqui pela CSP também esse projeto.

Com a palavra a Senadora Margareth Buzetti, para discutir.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar a Senadora Damares pelo brilhante relatório que ela fez, porque já passou da hora de nós discutirmos. E quero parabenizar duas vezes, porque, quando ninguém discutia pedofilia, ela atacava a pedofilia como uma leoa. E agora ela conseguiu uma colega aqui com ela também, né? A gente está fazendo bons projetos juntas, e é necessário.

Senador Contarato, eu tenho uma preocupação muito grande com o socioeducativo. O socioeducativo, para mim, tinha que estar na segurança pública. No Estado de Mato Grosso, a gente já virou referência em socioeducativo nesses últimos seis, sete anos, mas eu quero dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o senhor que de lá já saíram três líderes de facções do socioeducativo. Como que nós vamos tratar esses meninos desta forma? Eles têm que estar dentro da segurança pública.

Hoje o integrante do socioeducativo não pode nem andar armado – nem andar armado –, e eles são todos faccionados. Eu não estou entendendo isto: por que ele não vai para a segurança pública, porque não faz parte? Se ele é um cara que matou, que decapitou. Lá no Mato Grosso, nós tivemos dois casos em que decapitaram duas jovens, mas torturaram antes. Assim, foi surreal o que aconteceu. Jogaram as cabeças de um lado, o corpo do outro, por um gesto. Uma era candidata a Vereadora.

Então, eu já penso que passou da hora de o socioeducativo, sim, estar dentro dos direitos humanos, mas fazer parte da segurança pública também, porque senão nós não vamos combater crime nenhum. O adolescente de 16 anos hoje é o que é mais cooptado pelo crime organizado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora.

Em discussão ainda.

Senador Magno Malta, para discutir.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente Flávio Bolsonaro, Srs. Senadores, Senadora Margareth...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bonita a bolsa, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Essa é uma bolsa do agro, né? Não tem nada a ver comigo. (*Risos.*)

Sr. Esperidião Amin, Senadora Damares, Senador Contarato, Senador Flávio, é importante o que estamos debatendo, e o assunto nunca saiu de voga, essa história de abuso, violência sexual contra a criança. E basta uma frase para que a gente entenda todo o contexto de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criança sendo abusada ou sendo abusada e filmada por um irmãozinho ou por alguém que ali está e que isso deixe de ser prova; tem que ser prova, sim.

Eu, em 2006, tive uma dificuldade. Quando aconteceu a Operação Carrossel, na Espanha, em que 200 pedófilos no Brasil foram demandados pela Espanha, pela Polícia Federal, dentro de uma operação de crime cibernético já em 2006, nós não tínhamos nenhum instrumento, nós não dispúnhamos nem de lei para crime cibernético, muito menos de qualquer tipo de instrumento – nem a Polícia Federal. E, em 2006, quando a Espanha, em uma operação chamada Operação Carrossel, identificou 200 pedófilos no Brasil e os seus computadores – e eles foram presos e também os computadores –, não teve o que se fazer. Foi um mico, Senador Esperidião. A Justiça teve que devolver os computadores e soltar os pedófilos, porque não se tinha qualquer tipo... A única coisa que existia, Senador Flávio, era o Estatuto da Criança e do Adolescente, dizendo que qualquer pessoa que estivesse como remetente ou recebendo como destinatário qualquer tipo de imagem que violasse direito das crianças, de qualquer maneira, Senador Moro, essa pessoa, pega em flagrante – o que é um troço muito difícil –, seria punida. Nada mais que isso. Nada mais que isso.

Então, quando eu pego esse fato determinado e crio a CPI da Pedofilia – e fui buscar assinaturas –, em 2006, os Senadores não sabiam o que era. O Presidente da Casa era Garibaldi. E Garibaldi dizia assim: "Não, isso acontece. Aí é um pai desempregado, um ajudante de pedreiro, bêbado e tal, que aí abusa da enteada, ou no interior e tal...". A palavra pedofilia, abuso de bebê, de criança, não estava em voga em 2006. Mas o fato é que eu recebo uma imagem lá do interior de São Paulo, especificamente, eu acho, de Osasco. O Ministério Público, com quem eu já tinha convivência muito forte, Senador Flávio, me manda uma imagem de um avô tendo conjunção carnal com uma criança de quatro anos de idade. E, primeiro, ele embebedou a criança. Então, é como se alguém tivesse filmado, e aquela prova não ia valer. O advogado do velho ia usar aquilo, dizer que não valia, que foi prova ilícita ter filmado aquilo lá. Eu recebo aquela imagem e aquela imagem eu consegui mostrar para o Garibaldi, e ele ficou assustado. Ele falou: "Não, faz aí. Eu já estou assinando". Fui para todos os Senadores, e todos assinaram – todos assinaram. E começou, então, a CPI da Pedofilia. E, na CPI da Pedofilia, eu acabo descortinando o crime dos crimes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que aconteceu em 2006? O Brasil estava entre os três maiores abusadores do planeta, Senador Contarato – e ainda continua entre os três maiores abusadores do planeta. E mais: o Brasil é o maior consumidor de pedofilia na internet do planeta. O maior consumidor é o Brasil. E, naquela ocasião, Senador Flávio, nós chamamos aqui o Presidente da associação dos cartões de crédito e fizemos um termo de ajuste de conduta, porque ninguém compra pedofilia na internet, abuso de criança...

E vejam que existem coisas seletivas, por exemplo: uma criança sem roupa, se ela tem uma síndrome de Down, por exemplo, você tem um tipo de pedófilo tarado, endemoniado, a quem esse tipo de criança interessa.

E vejam que existem coisas seletivas. Por exemplo, uma criança sem roupa, se ela tem síndrome de Down, você tem um tipo de pedófilo tarado, endemoniado, e é esse tipo de criança interessa a ele.

Quando eu prendi aqui – aí onde V. Exa. está, nessa cadeira aqui, neste plenário – o Juiz Branquinho, Senadora Damares, ele tinha 400 mil imagens de crianças ribeirinhas, escorrendo catarro do nariz, sem roupa, magrinha, de beira de rio. Esse cara montou uma estrutura dentro da própria vara onde ele era Juiz: em cima tinha uma cama para onde ele trazia essas famílias e essas crianças e as abusava. E foi o seguinte: o advogado alegou que aquilo era prova ilegal, porque ele estava sendo filmado com as câmeras que o próprio Juiz botou... Ele fez aquilo para seu próprio deleite!

Em 2006, três meses depois que acontece isso no Brasil, nós aprovamos a primeira lei. Ela foi sancionada, foi a alteração do art. 240, em que aí se criminalizou a posse do material pornográfico. A partir do art. 240, eu aprovei outra lei chamada lei de infiltração – e aqui tem o Contarato, que é Delegado –, em que o Judiciário autoriza um agente, um delegado, seja quem for, a se infiltrar em determinado perfil, como criança, como pedófilo, como qualquer coisa, no sentido de desbaratar uma organização. E aí essas grandes operações de que hoje o Brasil ouve – "ah, teve uma grande operação de pedofilia da Polícia Federal ou polícia civil, que envolveu seis estados, dez estados, prendeu tanto, tanto, tanto, tanto" – só são possíveis por conta da lei de infiltração e da lei da criminalização da posse, por conta dessas duas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma importante também é a Lei Joanna Maranhão, que não mais prescreve o crime. A Xuxa – que já me processou duas vezes – deu uma entrevista, aos 49 anos de idade, dizendo que ela foi abusada na infância pelo namorado da avó dela. Ela nunca pôde falar isso, falou aos 49 anos, porque a Lei Joanna Maranhão já estava aprovada.

Por que eu dei o nome Joanna Maranhão? Porque era nossa nadadora que veio depor aqui e que entregou o técnico que abusava dela nos treinos de natação. Ela se tornou uma medalhista, a mãe era médica, a criança sofreu muito, ela tem traumas até hoje, não é? Depois, aqui, chorou muito e estava sendo processada pelo seu técnico. O que a lei dizia? Mais uma vez, quem é advogado... O senhor é advogado, não sei se militou nessa área. Damares, que é advogada e é militante da área, e Senador Contarato, o que a lei dizia? Quando uma criança era abusada, era uma ação condicionada, e o Ministério Público ou o delegado só podia dar continuidade com a autorização dos pais. Muitas vezes, era o vizinho, era o avô, era o pastor, era o padre, era o professor da escolinha de futebol, e a família não queria expor a criança. O que a lei dizia? Quando ela fizer 18 anos, ela tem seis meses para denunciar o abusador. Se ela não denunciar em seis meses, acabou o crime. E Joanna Maranhão denunciou com 19 anos. Aí ele entrou com todos os processos que ele podia em cima de Joanna Maranhão. E aí criamos a Lei Joanna Maranhão. Isso quer dizer, para quem está nos vendo e nos ouvindo agora, Senador Flávio – não sei se é a nossa Comissão que está ao vivo – e Deputado Ramagem, que está aqui ainda... Quem está nos ouvindo saiba que não prescreve o crime. Se o seu abusador estiver vivo, você sabe, você tem testemunha e você tem prova...

E esse é o grande problema a se discutir com a alienação parental. Existe uma quadrilha de juízes em São Paulo que eu desbaratei na CPI dos Maus-Tratos. A Senadora Damares já era minha assessora. Desbaratei em São Paulo juízes e um grupo de psicólogas. Só elas assinam esses laudos, devolvendo crianças abusadas para o pai abusador. Nós temos hoje quase uma centena de mães com crianças escondidas no Brasil, crianças com laudo de estupro, de violência sexual de pais, mas que o juiz mandou devolver para o pai, e a mãe vira uma criminosa em seguida. É preciso se debater tudo isso.

É muito importante que qualquer pessoa que filme uma criança indefesa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, Senador Flávio, nessa cadeira em que o senhor está, eu estava sentado, e do meu lado estava sentado Márcio Thomaz Bastos, o maior criminalista do Brasil. Ele foi contratado pela Google para defender a Google. Eu convoquei o Dr. Alexandre Hohagen, Presidente da Google no Brasil. Durante quatro anos, ele debochou do Ministério Público Federal, de ações públicas. Eles não faziam, eles não atendiam, não se tinha a tecnologia que tem hoje, mas tem um Código Civil a que você precisa obedecer. O que acontece? Quando eu convoquei esse cidadão, ele me mandou um *e-mail* dizendo parabéns, dizendo que era maravilhosa essa CPI para proteger as crianças e não sei o quê... Só tinha o Orkut naquela época, era o Orkut, esse aplicativo de relacionamento. Então, os pedófilos acharam que era terra sem lei e que jamais seriam encontrados, jamais seriam achados. O que acontece? Eu convoco esse cara, e ele não vem na quarta-feira, como prometeu. Então, eu chamo a Polícia Federal – ainda CPI era CPI – e peço à Polícia Federal para buscá-lo coercitivamente. Eles contrataram, correndo, o Márcio, que me ligou, me pedindo 15 dias. Eu falei: "Você foi Ministro da Justiça. Eu vou lhe dar 15 dias, porque você vai fazer esse cara assinar um termo de ajuste de conduta". E eles vieram. Quando vieram**,** após a sessão, quando estávamos encerrando, eu quebrei o sigilo da Google. O mundo inteiro deu esta matéria: Senado do Brasil quebra o sigilo da Google no Brasil. Sabem o que aconteceu? Eles nos entregaram todos os discos rígidos naquela época, na certeza, Senadora Margareth Buzetti, de que nós nunca conseguiríamos abrir, mas o Senado já tinha o Prodasen, que era um pouco avançado. E, com os promotores, o Ministério Público, delegados civis e federais, Polícia Federal, nós nos juntamos, criamos um grupo de trabalho, que era a minha assessoria, e felizmente conseguimos abrir. Eu vi a degradação da humanidade! A primeira imagem que eu abri e que vi foi a de um médico abusando de uma criança de 30 dias de nascido. E ali eu vi de tudo, de tudo, de gente da alta sociedade, da baixa sociedade, o que você imaginar, abusando de criança.

Eu fui à Hyderabad, na Índia, a chamado da ONU, e levei... Os pedófilos da Índia e os pedófilos do mundo foram entregues à Interpol pelas mãos de uma CPI do Brasil. Pouca gente se lembra, porque foi em 2006 – 2006! E, hoje, na legislação que existe, os novos tipos penais foram criados de 2006 até 2009.

Recebi denúncia de muitos religiosos – não é, Senadora Damares? –, denúncia de muitos religiosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A muitos que estão por aí pousando ainda quero avisar que tudo, ao final da CPI, foi para o Ministério Público como confidencial. O Ministério Público conseguiu continuar a investigação e voltou, só que a CPI da Pedofilia, aqui, está com um lacre de 50 anos – ela está com um lacre de 50 anos.

Nesse momento, no final de 2023, Senador Contarato, no final de 2023 agora, com 33 assinaturas, eu protocolei uma CPI para investigar abuso de infantes e adolescentes – infantes estão saindo da vida de infância, entrando ali na puberdade, e adolescentes, até 16 anos de idade. Eu protocolei isso na Mesa, está protocolado, é a primeira CPI, e até hoje não saiu. Quem sabe, se tivesse saído, o Brasil hoje não estaria falando em parabéns ao Felca pela denúncia que fez, pela coragem que teve de se expor?! Porque, Senador Flávio, eu corri mais risco nas duas CPIs, a CPI da Pedofilia e a CPI dos Maus-Tratos infantis... Aí, a Damares já estava comigo, correndo os mesmos riscos. Eu corri mais risco, com ameaça de morte todo dia, porque eles movimentavam US$3 bilhões por ano no Brasil!

Qualquer coisa que nós fizermos é pouco. Uma criança se filmar sendo abusada, ou um irmãozinho filmar, ou alguém, algum adulto, por qualquer brecha, filmar um vagabundo que está abusando de uma criança?! Nós ainda estamos fazendo pouco – nós ainda estamos fazendo pouco!

Por isso, como este assunto é um assunto que me é muito caro, eu acho que, neste imbróglio todo que o Brasil está vivendo – imbróglio todo que o Brasil está vivendo –, absolutamente tensionado, nós não precisamos ter uma geração de crianças doentes, abusadas, violentadas, sacaneadas! O que o senhor acha que eu sinto vendo um pai e uma mãe tirarem um filho do berço com um ano de idade, vendo pastores e padres abusando de crianças dentro da igreja?! É muito doído isso! E a gente não pode entender isso só como "fizemos uma reunião, foi muito boa, temos discurso sobre isso"! A gente precisa entregar coisa efetiva para a sociedade – coisa efetiva para a sociedade. Esta coisa é muito cara para mim: a defesa de criança.

E é risco mesmo. Por isso, eu pensei e disse ontem, quando liguei para V. Exa. à noite: "Flávio, a gente precisa se preocupar com a segurança do Felca". A gente não pode fazer uma entrada pedindo segurança dele aqui, escrita, sem consultá-lo, porque, de repente, ele não quer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as coisas andam para um outro lugar... A gente está numa boa intenção e acaba sendo escrachado em rede social, não é? Mesmo assim, Senadora Damares, eu acho que a gente deve consultá-lo. Pedi à minha assessoria aqui que o procurasse para consultá-lo. Se ele quiser, Senador, que a gente vote e peça para o próprio estado dele lhe dê essa segurança, para que a gente possa honrar esse rapaz, porque ele meteu a mão num vespeiro. Eu sei o que é isso – eu sei o que é isso! Ele meteu o braço num vespeiro – num vespeiro.

Por isso, o bojo do relatório da Senadora Damares, para mim, foi uma frase só... Serão, realmente, de fato, usadas as provas, as filmagens de qualquer tipo de abuso, seja espancamento, seja qualquer outro tipo de coisa.

Encerro falando com relação ao que disse a Senadora Margareth Buzetti, porque estamos falando de dois assuntos. É que também eu não concordo. As pessoas que são contra a redução da maioridade penal têm um argumento que é assim: "Como é que você vai pegar uma criança de 14 anos, 15 anos, 16 anos e levá-la para um presídio? Ao chegar lá ela vai sair pior". Não! O cara que está no presídio tem medo desse menino de 15 anos. Na verdade, ele não vira bandido não é no presídio, é na escola técnica. A escola técnica são essas instituições de ressocialização desses meninos, elas não ressocializam ninguém. Lá tem um menino que já matou, lá tem um menino que já botou fogo em ônibus, lá tem um menino que já estuprou, já estuprou, já estuprou, já matou... E aí entra um que roubou um celular, porque estava no meio dos outros, que foi influenciado, que não é bandido, não é nada e que vai bater no mesmo lugar. A família é extorquida: para o menino ter proteção lá dentro, a família tem que pagar. Ele lá dentro vai conviver com todos esses que são matadores, que são envolvidos com organização criminosa, e esse menino sai de lá pior. Eu, se eu fosse Presidente da República um dia, a primeira coisa que eu iria acabar é com essas escolas técnicas do crime – é com a escola técnica do crime!

V. Exa. é advogado, e existe uma lista de crimes que são hediondos e existe uma lista de crimes que não são hediondos. No cometimento de crime hediondo, perde-se a menoridade e paga-se na maioridade, independentemente da idade que tenha. E, com crime que não é crime de natureza hedionda, o Estado pode criar mecanismos em que esses meninos possam, através do esporte, que está no nosso DNA, que seja de vôlei, que seja de artes marciais, que seja do que for...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos realmente é entender que a escola técnica do crime é que prepara. Até um dia desses, agentes dessas escolas – que digo – do crime não tinham arma, eles não podiam usar arma para não poder machucar esses "pobrezinhos" que queimam ônibus, que estupram, que sequestram e depois: "Tire a mão de mim que eu sou menor e conheço o meu direito" – mete o dedo na cara ainda.

Eu agradeço V. Exa. pelo tempo que usei, mas até porque eu precisava dar essa explicação e precisava falar sobre esses assuntos. A gente está num momento em que, se a gente tivesse dado continuidade, não chegaríamos até aqui, mas, infelizmente, CPI tem hora para acabar e não tem hora para encerrar.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Magno Malta, parabéns aí pelo seu depoimento de vida! A sua história de luta contra a pedofilia não é de agora, junto com a Senadora Damares. Se V. Exa. conseguir o contato aí com o Felca e se obviamente for do interesse dele, se for da vontade dele, esta Comissão aqui imediatamente toma os caminhos oficiais para solicitar, requerer essa proteção à vida dele.

Tem projeto para tudo quanto é gosto aqui no Senado Federal. Eu sou autor de uma PEC que é a – é a que está em tramitação aqui no Senado, a mais antiga – a PEC 32, de 2019, que trata exatamente da redução da maioridade penal. Eu também entendo que isso aqui é um tema que deveria ser encarado pelo Plenário da Câmara e do Senado, apesar dessa discussão sobre se é cláusula pétrea ou não é. Aí a forma é o de menos, porque o objetivo final disso é, sem dúvida alguma, dar um tratamento àquelas pessoas conforme a periculosidade delas, conforme o crime hediondo que elas cometeram, independentemente da sua maioridade.

Eu quero passar então ao segundo item da pauta.

Eu chamo o Senador, convido o Senador Sergio Moro só para assumir a Presidência, que eu sou o Relator. (*Pausa.*)

Desculpem-me, tem que botar aqui em... É porque já estava considerado aprovado, né?

Vamos lá então, só cumprindo aqui o Regimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o brilhante relatório da Senadora Damares Alves apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 2.998, de 2022, com a Emenda nº 1-CSP, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei 1.903 de 2021, 2.077 e 2.471, ambos de 2022.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eu vou chamar aqui o item 2 da pauta, de que eu sou o Relator, para, na sequência, o Senador Sergio Moro assumir a Presidência.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 82, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, a fim de destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para recompensas a policiais que apreenderem armas de fogo ilegais.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 15/7/2025, foi lido o relatório e concedida vista ao Senador Jaques Wagner;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria seguirá à CAE, em decisão terminativa.

Então, passo a palavra ao Senador Sergio Moro, para assumir a Presidência, para que eu possa fazer a leitura do relatório. A leitura não; só...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, assumindo aqui a Presidência da Comissão provisoriamente, passo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Na verdade, eu já fiz a leitura do relatório. É só para encerrar a discussão e botar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Já fez?

Então, eu coloco a matéria em discussão.

Alguém deseja discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vou encerrar a discussão.

Votação simbólica.

Em votação o relatório apresentado ao Projeto de Lei 82, de 2023.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 82, de 2023, com a Emenda nº 1-CSP.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Então, devolva a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, vou devolver a Presidência aqui, relutante. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz uma proposta aqui de que, na CSP, em vez de ser Presidente da Comissão, tem que ser comandante da Comissão. (*Risos.*)

Então, passo o comando aqui ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Parabenizo o Senador Marcos do Val pela autoria desse projeto que pretende garantir a remuneração aos policiais que apreenderem armas de fogo ilegais.

E eu quero aqui fazer duas observações rápidas, antes de encerrar a reunião.

Em primeiro lugar, mais uma vez, esta Comissão emite aqui uma nota oficial de pesar.

Manifestamos profundo pesar pelas mortes do policial militar, o Cabo Paulo Rogério da Costa Lopes Filho, de 35 anos, e do pai dele, Paulo Rogério da Costa Lopes, de 66 anos, ocorridas durante uma durante uma *blitz* falsa no Rio de Janeiro, no último domingo, Dia dos Pais.

O crime, que vitimou o servidor público e o seu pai, atenta contra toda a sociedade e exige apuração rigorosa, para que os responsáveis sejam identificados e punidos com a máxima severidade da lei, não é?

Que Deus tenha em bom lugar tanto o Cabo Paulo Rogério como o seu pai, de nome Paulo Rogério. Que Deus conforte a família deles.

A gente está discutindo aqui exatamente uma *blitz* falsa, pessoas com armas ilegais, cometendo mais esse crime hediondo contra os nossos policiais, no Rio de Janeiro.

Eu queria fazer rapidamente aqui, Vice-Presidente, Senador Sergio Moro, a leitura de uma nota de repúdio, Senador Magno Malta, pela fala do Felipe Santa Cruz.

É com profunda indignação que este Senador da República, Presidente da Comissão de Segurança Pública do Senado Federal, manifesta seu mais veemente repúdio às declarações proferidas pelo ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz, que, em publicação nas redes sociais, afirmou – abrem-se aspas –: "Traição aos cânones democráticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No meu mundo ideal, seria pena de morte. Bala na nuca", fecham-se aspas, referindo-se ao ex-Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

A incitação à prática de homicídio, sobretudo contra autoridade pública, configura grave afronta ao Estado democrático de direito e aos princípios mais elementares da convivência civilizada, podendo caracterizar crime tipificado no Código Penal e, em tese, outras figuras penais correlatas.

Tais palavras, vindas de quem já ocupou o mais alto cargo da representação da advocacia nacional, revelam desprezo pelas garantias constitucionais e pelos direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal de 1988, especialmente o direito à vida e ao devido processo legal.

No momento em que o Brasil necessita de pacificação, respeito institucional e fortalecimento das instituições, é inaceitável que figuras públicas incentivem, de forma direta ou velada, a violência política, a barbárie e a ruptura dos canais legítimos de debate democrático.

Reafirmamos o nosso compromisso com a defesa intransigente da legalidade, da liberdade de expressão responsável e do Estado democrático de direito, repudiando toda e qualquer manifestação que, em vez de contribuir para o diálogo e o respeito mútuo, propague o ódio e a violência.

Brasília, 12 de agosto de 2025.

Eu, Senador Flávio Bolsonaro, assino essa nota.

Só antes de passar a palavra ao Senador Magno Malta, esse cidadão é assessor ou secretário municipal do Prefeito Eduardo Paes, que parece que não liga para ter, nos seus quadros, ali, imediatos, uma pessoa que vai aqui acho que muito além do discurso de ódio que eles gostam de acusar a direita de fazer.

Lembro a esse cidadão que só quem foi vítima de ódio, na prática, foi exatamente o Sr. Jair Messias Bolsonaro, quando foi vítima de uma facada durante o período eleitoral, para tentar tirá-lo da cadeira de Presidente da República.

Então, peço aqui mais uma vez...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já que soltaram uma nota – não sei se foi o Prefeito Eduardo Paes que soltou a nota ou se foi ele sozinho –, minimizando a sua fala, mais uma vez, vinda de alguém que já foi Presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, uma pessoa que... Sem dúvida alguma, o mínimo que deveria acontecer seria a sua demissão da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, mas parece que o Prefeito prefere dar guarida para pessoas que têm esse tipo de pensamento.

Vamos ver como é que isso aqui se desenrola, porque certamente as providências legais já estão sendo tomadas.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Senador Flávio, faz muito bem.

É, se essas coisas, se a gente se cala e dizer... Todo dia sai uma besteira dessa, todo dia sai uma besteira dessa, e a gente não fala, esses malucos fazem... Ah, eu não vou ficar perdendo o meu tempo.

E V. Exa. o fez não tão somente pelo fato de ele ser seu pai. Pelo fato de ser seu pai, V. Exa. poderia ter lido essa nota espumando aí, porque desperta no ser humano os instintos mais primitivos diante de uma grosseria como essa. Mas, sabe, eles aprenderam, eles foram treinados em uma coisa. Preste atenção que esse cidadão certamente será candidato a alguma coisa. Ele não falou essa frase em vão, porque ele, mais do que ninguém, sabe, o Brasil sabe, que Jair Bolsonaro nunca cometeu um crime que pudesse levá-lo à situação em que ele está. Jair Bolsonaro não violou em nenhum momento a Constituição no exercício do seu mandato.

Eu tenho amizade longa com o seu pai. É tradicional, desde que eu cheguei a esta Casa em 2003, que toda quarta-feira tem uma rabada lá no meu gabinete. E foram anos, quarta e quinta-feira, Bolsonaro no meu gabinete. E eu fico pasmado, porque convivi tão perto, até na hora em que ele estava quase sendo tragado pelos braços da morte, não pela insanidade, mas por um plano bem preparado de assassinato dele pelo Sr. Adélio, cheio de cartões de crédito, hospedado em hotéis, sabe, um cara com um histórico, não é maluquinho, um cara que tem um curso superior... Eu estava com V. Exa. lá, com ele na UTI. Conheço muito bem. Eu nunca ouvi uma frase de Jair Bolsonaro. Um dia antes de ele ir para os Estados Unidos, eu estava sentado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do lado dele por umas cinco horas, eu de um lado de um sofá, ele na outra ponta. Ele, naquele momento, na catarse dele, esperava vencer as eleições, vendo o povo dele triste lá fora... As pessoas pensam que é fácil você saber o que fazer, se ordenar emocionalmente, psicologicamente. Ele calado de um lado, e eu calado do outro. E fui lá quase todo dia. Quase todo dia, eu ficava ali de olho fechado orando. Ele não me falou uma palavra. Jair Bolsonaro, convivi com ele, nunca me falou em história de golpe, de virar jogo.

Eles sabem. Quer ver? Quando o Rui Costa, Governador da Bahia, estava saindo, ele dá uma entrevista e diz: "O tráfico de drogas é muito importante para algumas pessoas [olha só, um Governador], porque tem muita capilaridade, dá muito emprego, dá uma moto para os jovens". A gente fala: "Pô, que absurdo, que não sei o quê, olha, veja isso aqui!". A gente passa para frente uma mensagem que eles querem que a gente passe para frente.

O que ele estava falando? Ele estava falando ali com a família de aviões do tráfico, ele estava falando com traficante, ele estava mandando recado para quem tem filho preso por tráfico de droga, quem roubou moto, criando um nicho eleitoral. O que esse rapaz faz aí com Bolsonaro? Ele entra na cabeça dos indoutos ou até daqueles que se sentem intelectuais como ele e que odeiam Jair Bolsonaro, porque eles não conseguiram galgar a posição de Jair Bolsonaro. Eles gostariam de ser Bolsonaro, mas não são. Eles queriam estar no lugar dele, mas não estão e não chegarão nunca. E se acostumaram que, com essa Suprema Corte que aí está, para qualquer palavra maldita falada contra o Jair Bolsonaro, é possivelmente que haja até aplauso na Corte. Uma Corte que não se autorrespeita, uma Corte que é comandada e suas decisões são verbalizadas por um ditador, por um tirano sanguinário, sem alma, um demônio chamado Alexandre de Moraes. Ele nunca será punido – ele nunca será punido –, mas eu estou aguardando o processo eleitoral, porque algo me diz aqui de que esse Felipe Santa Cruz vai ser candidato a alguma coisa. E ele estava falando...

E aí não tem uma nota do Prefeito a quem ele serve, com muita contundência. De repente, é porque lhe falta autoridade de falar com contundência contra o crime que permeia o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro é mais ou menos as pessoas de bem, como palestinos, vivendo na faixa de Gaza com o Hamas agindo, o Hamas do Brasil, à luz do dia, atormentando o povo do Estado do Espírito Santo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De forma que com essa minha indignação, tudo aqui me indigna no momento que nós estamos vivendo, de narrativas, de mentiras. Eu vi uma fala... O Tribunal de Contas de São Paulo convidou Alexandre de Moraes para falar na abertura, mas eu pensei que eu só o ouvi falar mansinho daquele jeito quando ele estava sendo sabatinado, sentado numa cadeira aqui. E eu olhando para ele disse: "Vocês para botar a capa nas costas vendem até a mãe". E aquele timbrezinho de voz que ele usa uma frase importante, não precisa ser inteligente, nem da área de comportamento humano, nem de psicologia, nada, nada, eu não estudei nada disso, mas qualquer indouto dessa área sabe quando ele dizia: "Somos seres humanos. A gente pode acertar e pode errar". Caramba, bicho, tu prendeste gente que nunca fez nada. Um erro desse não tem conserto. Ele diz: "Nós erramos. A Corte, como estamos todos juntos, pode ter cometido erros". A minha leitura maior é que: "Se o bicho pegar para mim, levo todo mundo. Se o bicho pegar para mim, eu arrasto todo mundo".

Mas, com fé em Deus, o bicho vai pegar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Eu vou manifestar aqui meu repúdio também às declarações do ex-Presidente da OAB, esse Felipe Santa Cruz. Na época em que ele era Presidente, ele se comportava mais como um militante político do que como Presidente da Ordem. Infelizmente, havia uma politização excessiva da Ordem dos Advogados. E agora vem fazer esse tipo de declaração absolutamente agressiva e infeliz.

No mínimo, tinha que se manifestar em um pedido de desculpa claro e expresso em relação ao seu pai.

E, de fato, essas declarações acabam nada contribuindo aí para o distensionamento que eu acho que a gente precisa ter no país em relação a essas situações que estamos aqui vivenciando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas registro a minha solidariedade e o meu apoio à sua manifestação de repúdio e a endosso absolutamente.

Agora, é estranho quando vem esse tipo de declaração exatamente em relação a quem criticava, muitas vezes afirmando que o Governo anterior fomentava esse tipo de ressentimento, esse tipo de ódio, e, de repente, o próprio crítico adota essa postura. Enfim, fica o meu repúdio, o meu lamento, mas eu também tenho esse sujeito como uma pessoa muito desqualificada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu gostaria apenas de subscrever, porque acho que uma pessoa que já exerceu essa função relevante de Presidente da OAB – e eu mencionei isso ontem, que era o Dia do Advogado – apelar para esse tipo de atrativo, porque isso é um atrativo, procurou com isso apenas chamar a atenção. E chamar a atenção através do mau exemplo. Então, independentemente de ser o seu pai, de ser meu amigo de 30 e poucos anos, eu acho que o mau exemplo ele conseguiu plantar.

E lamento muito que a Ordem dos Advogados do Brasil faça, como instituição, não um olhar de paisagem, um olhar de ausência, ou seja, sem nenhuma preocupação com a repercussão de quem de alguma forma representa – ou representou – a categoria profissional, fora da magistratura e do Ministério Público, que mais tem compromisso com o Estado de direito de um país, inclusive o nosso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, desejando uma boa semana a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quinze horas e onze minutos do dia treze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Efraim Filho, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Margareth Buzetti, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Wilder Morais, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Augusta Brito, Ciro Nogueira, Nelsinho Trad, Weverton, Wellington Fagundes e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Magno Malta, Rogerio Marinho e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 14/2025 - CSP, de autoria dos Senadores Efraim Filho (UNIÃO/PB) e Eduardo Girão (NOVO/CE), e PL 5671/2023, de autoria da Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Instruir o PL 5671/2023, que "Institui diretrizes para a implementação de medidas de segurança destinadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar; e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018". **Participantes:** Sra. Fernanda Barros, Fundadora e Presidente da Associação Brasileira de Resposta à Violência Escolar; Sra. Ana Flávia Bello, Diretora de Comunicação da ASIS Capítulo São Paulo; Sra. Elaine Alves, Sócia Fundadora do Prestar Cuidados em Psicologia e Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres no Estado de São Paulo - CEPED-SP/USP; Sr. Rodrigo Zuh, Gerente Sênior de Segurança da Avenues: The World School; Sr. Guilherme Boldrini, Capitão da Polícia Militar do Estado de São Paulo; Sr. Igor Cavalcante, Agente da Polícia Federal e integrante do Grupo de Pronta Intervenção - GPI; e Sr. Roberto Lúcio Corrêa Bueno (representante de: Carlos Olimpio Menestrina, Coronel do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Efraim Filho
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/13

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

A presente audiência pública tem como objetivo instruir o PL 5.671, de 2023, que institui diretrizes para a implementação de medidas de segurança destinadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, em atendimento ao Requerimento nº 14 de 2025 da CSP.

Comunico que a audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Os seguintes convidados estão presentes e os convido para tomarem o lugar à mesa.

Presencialmente, a Sra. Ana Flávia Bello, Diretora de Comunicação da Asis Capítulo São Paulo; o Sr. Guilherme Boldrini, Capitão da Polícia Militar do Estado de São Paulo, sejam bem-vindos e a Sra. Fernanda Barros, fundadora e Presidente da Associação Brasileira de Resposta à Violência Escolar. Sejam bem-vindos; sejam bem-vindas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda, por videoconferência, temos os seguintes expositores: o Sr. Igor Cavalcante, Agente da Polícia Federal e integrante do grupo Pronto e Intervenção, GPI e o Sr. Rodrigo Zuh, Gerente Sênior de Segurança da Avenues: The World School. Temos também, por videoconferência, o Sr. Roberto Lúcio Corrêa Bueno, especialista em sustentabilidade e defesa civil, representante de Carlos Olímpio Menestrina, Coronel do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, e também a Sra. Elaine Alves, por videoconferência, sócia fundadora do Prestar Cuidados em Psicologia e pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres no Estado de São Paulo - CEPED, São Paulo/USP.

Informo que justificou a ausência o Sr. Guilherme Sousa, Policial Legislativo Federal e instrutor de protocolos de prevenção contra ataques de atirador ativo em instituições públicas e privadas.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Vamos fazer aqui uma interlocução entre participação por videoconferência e participação presencial. Portanto, será a seguinte ordem, ordem essa que me foi submetida aqui pela Secretaria, não culpem o Presidente eventual desta audiência pública. A ordem será o Sr. Igor Cavalcante, a Sra. Ana Flávia Bello, o Sr. Rodrigo Zuh, o Sr. Guilherme Boldrini, o Sr. Roberto Lúcio Corrêa Bueno, Sra. Fernanda Barros e Sra. Elaine Alves. está certo?

Queria justificar aos internautas e àqueles telespectadores que acompanham *online* e também àqueles que, já por videoconferência, nos aguardam desde 14h30, que tivemos hoje as sessões de sabatina dos nomeados para os tribunais superiores, STJ, STM, também as agências reguladoras, foram mais de 14, então se estenderam bastante os trabalhos, principalmente da CCJ, pelo horário da manhã. Então, peço perdão, escusas pelo atraso no início da presente reunião.

Dando seguimento a partir de agora, por até dez minutos, peço muito a observância ao tempo, já que são sete expositores, então vou pedir realmente essa atenção aos dez minutos de tempo regimental, para que a gente possa dar seguimento à audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Sr. Igor Cavalcante, agente da Polícia Federal e integrante do Grupo de Pronta Intervenção (GPI), para o uso da palavra.

O SR. IGOR CAVALCANTE (*Por videoconferência*.) – Vocês me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Estamos ouvindo. Pode seguir, Igor.

O SR. IGOR CAVALCANTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exmos. Sras. e Srs. Senadores, autoridades e cidadãos que acompanham esta audiência, boa tarde.

Cumprimento o Senador Efraim Filho, na pessoa de quem cumprimento todos os demais, e agradeço pelo requerimento para que ocorresse esta audiência para discutir um tema de extrema importância.

Eu me chamo Igor Cavalcante e não falo aqui em nome de nenhuma instituição, mas, sim, enquanto pai e estudioso do assunto. Permitam-me começar contando uma história. Joshua Bell é um dos maiores violinistas do mundo. Ele lota concertos e chegam a pagar US$500 para vê-lo se apresentar. Anos atrás, o *Washington Post* fez um experimento social. O virtuoso violinista tocou por cerca de 45 minutos em uma estação de metrô para os que passavam. Acontece que poucos deram atenção. De mais de mil transeuntes, cerca de seis o ouviram com atenção e, no final, ele arrecadou cerca de US$32. Há diversas interpretações para o que ocorreu, vou lhes trazer a minha: digo que há coisas para as quais o contexto importa. Algumas pessoas pensaram que, por ele estar ali disponível, naquele local, ele não teria valor, não entenderam o seu real significado e o valor pela falta do contexto. Pois o que me proponho a trazer para os senhores aqui é isso, é contexto. Espero que, ao final, estejam convencidos de que esse tema merece mais, muito mais do que os US$32 que ele recebeu.

Vou passar uma apresentação aqui, prometo ser breve, mas preciso desse suporte da apresentação.

Vocês conseguem ver a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Ainda não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IGOR CAVALCANTE (*Por videoconferência.*) – Está desabilitado, não estou conseguindo compartilhar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – A mesa de trabalho vai tentar colaborar.

Acredito que agora sim. Agora sim, Igor, já está sendo visualizada. Violência escolar, agressores ativos. Pode seguir.

O SR. IGOR CAVALCANTE (*Por videoconferência.*) – Isso. Muito obrigado.

Eu vou passar por cinco tópicos rápidos: introdução conceitual, alguns casos nacionais, o nosso cenário, entendendo o problema e um pouco do meu ponto de vista sobre o assunto.

Em 2022, em Buffalo, Nova York, aconteceu um atentado. Um homem de 18 anos entrou num supermercado, disparando em diversas pessoas. Ele fez dez vítimas fatais e cinco pessoas feridas. No final, colocou a arma na cabeça, a polícia chegou e o rendeu. Esse episódio ficou muito famoso porque ele foi transmitido ao vivo - ao vivo! - por ele mesmo, por uma câmera na cabeça. Acontece que, no dia seguinte, eu vi essa notícia no jornal, dizendo que nos Estados Unidos, até maio daquele ano de 2022, teriam ocorrido 198 casos de tiroteio em massa. Surpreendeu-me o número e eu encontrei diversas notícias semelhantes, falando de tiroteio em massa, ataques em escolas e tiroteios em locais envolvendo arma de fogo, e passei a questionar: do que será que estamos tratando de fato? Qual que é realmente o tema, o assunto de que estamos tratando?

E passei a buscar, então, estatísticas de tiroteios em massa e cheguei a algumas conclusões, entre elas, que há diversas instituições que fazem diversas coletâneas de estatísticas e elas são muitas vezes discordantes, como vocês podem ver nos gráficos. Todas essas estatísticas dizem a respeito a atiradores em massa nos Estados Unidos, apenas no ano de 2019. Então, eu fui buscar o conceito de atirador em massa, e ele diz que é um homicídio múltiplo de quatro ou mais vítimas em um único evento, em um local próximo, ou apenas um local ou em locais próximos.

Então, eu pergunto, temos dois casos em tela aqui: um aluno entra armado em um local, atira em algumas pessoas, fere diversos estudantes e não mata ninguém; um policial militar se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendendo (*Falha no áudio.*) ... vítimas fatais. Quais desses aqui são, de fato (*Falha no áudio.*) ... diversos casos de violência escolar que não são, não têm nada a ver com aquele caso, aquele primeiro caso que eu contei. Ele tem várias características diferentes, e é isto que eu quero trazer para os senhores: o que é que de fato tem de diferente naquele caso que, no Brasil, aquele tipo de evento acontece tanto em escolas?

Então, eu separo pelo menos em três grupos aqui: assassinatos em massa, violência em escolas e agressores ativos. São três contextos, três universos distintos que têm algumas interseções. Alguns casos são assassinatos em massa e também (*Falha no áudio.*) ... mas eles são, em essência, distintos.

Então, o que é um agressor ativo? É um ou mais indivíduos ativamente engajados em matar ou tentar matar pessoas em uma área povoada. Essa é a definição mais clássica, mais conhecida, que foi dada pelo FBI. Então, olhando as estatísticas do FBI sobre esse assunto, chegamos a números muito mais comedidos. Esses são os números dos Estados Unidos de diversos anos, de 2000 até 2024.

Então, são números muito mais comedidos do que aqueles do começo que eu apresentei, ou seja, estamos, de fato, diante de um evento diferente. Qual é esse evento? No Brasil, esse tipo de evento com agressor ativo costuma ocorrer em escolas. Nós tivemos alguns – eu vou trazer poucos casos, porque tenho que ser breve –, tivemos um caso em Realengo, no Rio de Janeiro, onde um rapaz entrou na escola, usou um ardil para entrar, e fez diversas vítimas utilizando duas armas de fogo. No final, ele acabou cometendo suicídio.

Também em Suzano, um caso clássico nacional, muito conhecido, o caso de Suzano, em São Paulo, 2019, houve, no evento, 19 vítimas, sete delas fatais. Dois ex-alunos entraram na escola, mesma forma de agir, atiraram em diversas pessoas, utilizaram uma machadinha também, fizeram diversas vítimas e, após a chegada de um policial de folga, eles acabaram se suicidando.

Notem que esse tipo de evento é muito diferente da maior parte das violências que acontecem em crimes em diversos ambientes, inclusive no ambiente escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu comecei de lá para cá, de alguns anos para cá, a coletar estatísticas sobre esse tipo de evento especificamente, de agressor ativo. Aqui eu trago para vocês algumas estatísticas minhas, colecionadas por mim, no contexto nacional e em escolas brasileiras.

Cheguei a 37 casos identificados em escolas brasileiras até (*Falha no áudio.*) ... que estão distribuídos mais ou menos da forma como se apresenta aqui pelos meus dados, pelos meus números.

Essa é a distribuição geográfica dos casos, só para a gente ter uma ideia de que eles realmente se concentram, como faz sentido acontecer, em grandes centros.

E trago também o perfil dos agressores. No Brasil, 97% dos agressores são do sexo masculino (*Falha no áudio.*) ... também. A maior parte deles são alunos ou ex-alunos, isso é interessante, eu vou falar disso mais para frente, e a maior parte deles são jovens, entre 12 e 18 anos.

Isso, de fato, não é uma criminalidade comum, isso é algo muito específico, muito diferente do tradicional, do habitual.

Então, eu peguei esses 37 casos e fiz uma matriz de desfechos para tentar entender melhor de que forma esse evento transcorre, de que fato o desfecho se dá.

Dos 37 eventos que começaram, a polícia conseguiu chegar a tempo em apenas 11 deles. Em grande parte deles, as vítimas pararam o agressor; em outra quantidade razoável, o agressor parou por vontade própria, ou cometeu suicídio ou fugiu. Isso mostra que as iniciativas de proteção têm que necessariamente passar por diversos ciclos, diversos contextos. Polícia, obviamente, mas também outras comunidades, como a comunidade escolar, a sociedade (*Falha no áudio.*) ... mais amplo do que simplesmente dotar a polícia de mecanismos, porque ela nem sempre vai chegar a tempo.

Então, vamos tentar aqui entender o que tem de específico, de diferente nesse tipo de evento.

Eu separei três características relevantes que eu considero importantes sobre esse tipo de evento: primeiro, as motivações; segundo, o planejamento; e, terceiro, a dinâmica do evento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses dados são dos Estados Unidos. O serviço secreto coletou, dos casos que analisou, quais eram as principais motivações para esse tipo de evento. Ele chegou à conclusão de que: queixa, ressentimento e desavenças respondem por cerca de 45% dos casos; desejo de matar, em 15% dos casos; suicídio, cerca de 13%; fama e notoriedade, 12%; e os demais, sentimento antifeminino, supremacia branca, sintomas psicóticos, entre outros, somam em torno de 10% das motivações. E notem que essas motivações podem ser combinadas, pode ser uma e outra.

Vou começar pela queixa e ressentimento para mostrar como isso ocorre em nosso cenário. Todas essas frases são de casos acontecidos no Brasil.

Caso no Brasil: "Mãe, vai bater naqueles meninos para mim". É um exemplo de frase que mostra o que de fato está expresso ali, pelo serviço secreto, e que de fato acontece também no cenário nacional. Então, isso corresponde a uma das motivações de (*Falha no áudio.*) ... para o desejo de matar (*Falha no áudio.*)

... que está presente no cenário nacional. Essas mensagens (*Falha no áudio.*) ... de pessoas, casos acontecidos no Brasil, o que explicita o fato de que, de fato, há (*Falha no áudio.*) ... também por esses agressores, e essa também é uma motivação no cenário nacional.

Suicídio, desejo de suicídio. No cenário americano, em cerca de 31% dos casos há um desejo de suicídio. Não, (*Falha no áudio.*) ... de fato na cena (*Falha no áudio.*) ... evento. E, nos casos nacionais dos que eu coletei, 39 (*Falha no áudio.*) ... sete deles cometeram suicídio durante (*Falha no áudio.*)

Sim, essas frases também são dos nossos casos aqui: "Eu quero que o meu rosto seja mostrado na TV", disse um dos agressores em Medianeira; "Cada câmera seria importante porque os assassinatos iriam acontecer na frente delas", teria dito um terceiro adolescente que não participou, em Suzano.

Nos Estados Unidos, eles têm duas campanhas que tratam dessa motivação, que é: não os nomeie e não os dê notoriedade. No Brasil nós temos, de um tempo para cá, tentado fazer isso, tentado não nomear e não dar notoriedade na mídia para as pessoas que cometem esse tipo de agressão.

E o planejamento? Relatório também do Serviço Secreto mostra que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Igor, por favor.

O SR. IGOR CAVALCANTE (*Por videoconferência.*) – Perdão?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Só para lhe informar que o tempo já passou, dez minutos – dei dois minutos de intolerância –, mas você terá condição de se encaminhar para a conclusão. É muito rica a sua apresentação...

O SR. IGOR CAVALCANTE (*Por videoconferência.*) – Posso continuar? Eu vou terminar rápido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... mas só para você saber que... Não, pode continuar, mas só quero lhe dizer para se encaminhar à conclusão por conta dos outros oradores aqui presentes, mas você tem a condição de se encaminhar para a conclusão da sua apresentação.

O SR. IGOR CAVALCANTE (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

Vou pular, então. Eu só quero trazer a ideia de que há sempre, nesse tipo de evento, planejamento: ele raramente é um ato súbito, inesperado. Normalmente ocorre um planejamento prévio, uma preparação prévia para eles, fugindo do habitual dos eventos comuns. E, normalmente, nessa fase de planejamento e preparação, há informações e notícias que (*Falha no áudio.*) ... as pessoas de diversos contextos. Este caso aqui é um caso nacional, numa escola em São Paulo, e eu mostro que pelo menos os órgãos públicos foram comunicados, as redes sociais tiveram acesso a notícias anteriores a isso – a família e as instituições de ensino também.

Vou, então, para o final em dinâmica e quero dizer que esses casos – essas estatísticas são americanas – costumam terminar em muito pouco tempo, raramente a polícia consegue chegar, como nós vimos, antes do seu desfecho.

Oitenta e sete por cento dos agressores são alunos ou ex-alunos, o que traz uma perspectiva completamente diferente de agressões normais. Segurança perimetral, por exemplo, faz pouco sentido nesse tipo de evento. E 70% dos casos nacionais – são estatísticas minhas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacionais – se iniciaram em salas ou corredores, o que mostra também que é difícil, realmente, conter esse tipo de evento com medidas de segurança habituais.

Então, vamos para as minhas considerações finais.

Eu sugeriria que meios de comunicação são relevantes: as pessoas têm que saber como denunciar isso, para quem denunciar, quais meios, mecanismos de denunciar; saber integrar essas informações também é importante, grupos multidisciplinares para tratar isso é fundamental; regras claras também são importantes dentro da instituição de ensino, saber o que pode e o que não pode; planos de ação – é o meu quarto tópico –, é importante que as escolas tenham planos de ação. E por fim, treinamento, tanto das forças de segurança, quanto da comunidade escolar.

Eu tive que ser muito sucinto, mas espero ter podido contribuir um pouco para o entendimento desse problema.

São meus contatos públicos. E agradeço a oportunidade. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Igor, muito agradecido, muito rica a sua apresentação, com diversos enfoques extremamente úteis e que colaboram demais com a análise de toda essa problemática, inclusive para a preparação de uma resposta ou de um remédio legislativo, que a gente sabe que é complexo, e pude perceber isso, também dos dados que você trouxe. Muito obrigado.

Na sequência, a palavra com a Sra. Ana Flávia Bello, Diretora de Comunicação da Asis Chapter São Paulo. Com a palavra. Não sei se se lê...

A SRA. ANA FLÁVIA BELLO (*Fora do microfone.*) – Asis.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Então, Diretora de Comunicação da Asis Chapter São Paulo.

A SRA. ANA FLÁVIA BELLO (Para expor.) – Exmas. Sras. Senadoras e Srs. Senadores, demais autoridades, instituições, especialistas e cidadãos que acompanham presencialmente ou de forma remota esta audiência, boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço especialmente ao Senador Efraim Filho pelo requerimento para esta audiência e pelo prestigioso convite para participar deste importante debate sobre a segurança nas escolas brasileiras.

Meu nome é Ana Flávia Bello. Eu sou mestre em Administração Estratégica e, há 15 anos, eu me dedico profissionalmente ao tema de gestão de crises corporativas.

Além das minhas funções como executiva, para apoiar organizações na gestão de crises, eu represento aqui o *board* da Asis, capítulo São Paulo, que é uma comunidade global de mais de 34 mil profissionais da área de segurança, que compartilham conhecimento, especializações, experiências.

Especialmente nesse tema, a Asis lidera atualmente a criação do primeiro padrão de segurança escolar aprovado pelo American National Standards Institute, dos Estados Unidos, cujo objetivo é oferecer às instituições educacionais uma referência, um referencial unificado e consistente para avaliar e aprimorar as medidas de segurança. É uma honra poder contribuir aqui com reflexões e propostas acerca desse tema tão relevante, urgente e sensível para a proteção das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Eu vou pedir a sua licença para ler o meu texto, fazendo aqui a ressalva de que o conteúdo que eu abordarei representa a minha visão particular sobre o tema, dentro do escopo do projeto de lei em questão.

Os contextos atuais que vivemos agravaram comportamentos de violência extrema, impulsionados pelos ambientes digitais e trouxeram possivelmente o maior desafio que o mundo já viveu na era moderna para a proteção das nossas crianças e adolescentes, dentro e fora das escolas. Esse desafio vai muito além de infraestrutura de segurança para a contenção dos eventos críticos dentro das escolas, assim falando. Ele é um desafio amplo, multifacetado, multidisciplinar e envolve mudanças na nossa forma de pensar, mudanças culturais, mudança na nossa forma de agir e mudanças no interagir enquanto sociedade.

Um provérbio africano diz que é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança. Essa fala, antes de tudo, é um chamado à responsabilidade coletiva em torno desse tema, comunidade escolar, famílias, autoridades e sociedade civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A escola sempre foi um ambiente seguro para os nossos filhos e assim deve continuar, mas, hoje, vivemos claramente uma crise de segurança nos ambientes escolares. Em situações de crise, soluções de rotina não são suficientes. Uma gestão de crises envolve uma visão estratégica e integrada, além de ações robustas e abrangentes.

Por uma questão de limitação temática, diante do amplo espectro de tipos de violência e de emergências no contexto escolar, eu vou me referir aqui, a partir de agora, à gestão de crises ligada especialmente a atos de violência extrema em ambientes educacionais, assim como mencionou o nosso colega Igor Cavalcante.

Os primeiros passos são: elevar a prioridade do tema dentro das escolas, ampliar a consciência dos riscos e agir de forma preventiva e estruturada, para mitigar esses riscos. No entanto, como risco zero não existe, faz-se necessária também a preparação de uma resposta rápida e eficaz, caso um evento se materialize.

Adicionalmente, é importante mencionar que a crise não termina com a contenção do ato em si ou da violência. Há muitos impactos que exigem uma intervenção pós-evento, que é o que chamamos de posvenção.

A seguir, eu vou mencionar três pilares que sustentam boas práticas para gestão de crises, relacionadas ao que chamamos então de atentado por agressor ativo, tema que impulsionou a criação deste projeto de lei. São eles: reconhecer, intervir com acolhimento e responder.

O primeiro pilar, reconhecer, significa identificar sinais de risco antecipadamente, como bem comentou o Igor. Um massacre em escola pode levar até dois anos de planejamento entre a primeira ideação violenta, o planejamento e o ato em si. Então, isso significa estar atento ao que acontece dentro e fora da escola, fazer monitoramento e nunca ignorar sinais – nunca! Para isso, pais e educadores precisam conhecer as características e os comportamentos que podem ser indícios iniciais de futuros atos violentos, seja contra outras pessoas ou do jovem e da criança contra si mesmo.

O segundo, intervir e acolher: aqui é uma escuta ativa, a criação de canais internos de comunicação com ampla divulgação como um fator chave. Na prática, isso quer dizer que alunos, professores, pais devem ter caminhos claros e seguros para relatar preocupações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suspeitas, evidências. Existe uma expressão em inglês que resume muito bem essa ideia, que é "*you see, you talk*", ou seja, uma vez que você vê algo, você precisa falar para quem é de direito. E quando alguém fala, também precisa ser ouvido e acolhido, com os encaminhamentos necessários, seja para apoio psicológico ou, por exemplo, para as autoridades, para uma investigação mais complexa e apropriada.

O terceiro é responder. Como o Igor também bem comentou, os ataques em escolas costumam começar e terminar em menos de cinco minutos, o que comprova que a resposta inicial é fundamental. Estatísticas americanas contabilizam uma morte a cada 15 segundos no caso de um ataque com arma de fogo. Então, cada segundo conta, e é por isso que a resposta dentro da escola é o que vai salvar mais vidas nos primeiros cinco minutos antes de as forças policiais chegarem. E essa resposta rápida vai depender de protocolos adequados e pré-definidos e de equipes muito bem treinadas a partir de exercícios simulados realizados regularmente, não apenas envolvendo os adultos da escola, mas também as crianças e os adolescentes.

Para além de protocolos e treinamentos, eu quero mencionar a comunicação como um fator chave na resposta a eventos de violência extrema. Uma boa prática disseminada e largamente utilizada em diversos países do mundo e que recomendamos aqui que possa ser adotada no Brasil com obrigatoriedade, é o uso de aplicativos de comunicação dedicados a notificações em massa em caso de emergências, como nos ataques às escolas. Muito além do que simples botões de pânico que podem conectar a escola à polícia, os aplicativos especializados agilizam a troca de informações essenciais entre os adultos da escola, dentro dos primeiros minutos, que são justamente os minutos decisivos para salvar essas vidas, quando as pessoas precisam saber onde está esse agressor, o que está acontecendo e quais ações elas devem tomar, como por exemplo o *lockdown,* que é quando ninguém pode sair da escola e tem que se trancar dentro das salas ou o oposto, uma evacuação. Você não vai colocar uma criança num protocolo de evacuação se ela tiver risco de ir ao encontro do agressor.

Os aplicativos especializados também permitem notificações claras para todos os públicos de interesse, como as famílias, os vizinhos, as autoridades, a mídia, evitando especulações, orientando e organizando não apenas a resposta, mas a recuperação no pós-evento. Nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido, manter um canal aberto de comunicação com esses públicos, especialmente os diretamente impactados pelo evento, é um ato de cuidado muito importante.

Para finalizar, eu reforço que a segurança em escolas é uma missão coletiva. Se colocarmos a segurança no centro das prioridades, se reconhecermos os sinais, se acolhermos as vozes que nos alertam e se respondermos de forma rápida e coordenada...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA FLÁVIA BELLO – ... teremos não apenas escolas mais seguras, mas comunidades mais fortes e preparadas para as futuras adversidades.

Aproveito para comentar adicionalmente que eu sou coautora de um livro que está sendo lançado, em breve, sobre segurança nas escolas chamado *Escolas em Alerta*. Ele foi escrito de forma colaborativa por 33 profissionais das áreas de proteção escolar, de segurança e gestão de crises. Ele será lançado em formato digital para compartilhamento totalmente gratuito pelos grupos de comunicação, nas redes sociais, pela internet. Eu tenho aqui a honra de entregar um primeiro exemplar para o Senador Efraim, com muita satisfação, na expectativa de que ele possa ser útil como uma fonte de consulta para apoiar os trabalhos desta Comissão.

Comento ainda, para finalizar, que elaboramos conjuntamente uma nota técnica sobre o PL nº 5.671 para que o Senador também possa ser auxiliado. Não é? Construímos essa nota com esse objetivo. Nós a deixamos aqui também com o nobre Senador e ficamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas e contribuir com esse relatório.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Muito obrigado, Ana Flávia. É, interessantíssimo.

Primeiro, obrigado pelo livro. Quero registrar ali. Vamos fazer o registro.

A SRA. ANA FLÁVIA BELLO – Vou tirar os óculos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Pronto, registrado aqui já nos Anais do Senado Federal: *Escolas em Alerta, Abordagens para um Ambiente Educacional Seguro*. Então, parabéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acredito que o papel da comunicação e de protocolos ficou muito claro, ou seja, não tem improviso nessa hora.

A SRA. ANA FLÁVIA BELLO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Não ter improviso ajuda, porque você tem, é claro, o trauma do atentado, que já é muito doloroso para todos os envolvidos, mas você também tem o pós-trauma, e a forma de acolher, a forma de comunicar, a forma de intervir nisso também vai determinar, ou não a extensão desses danos.

Então, meus parabéns!

Obrigado pelas contribuições que trouxe para o debate e para o projeto.

Na sequência, agora, trazendo, por videoconferência, o Sr. Rodrigo Zuh, Gerente Sênior de Segurança da Avenues: The World School, pelo tempo regimental, Sr. Rodrigo, de dez minutos, com tolerância para a conclusão.

A palavra está com o Sr. Rodrigo Zuh.

O SR. RODRIGO ZUH (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Exmos. Sras. e Srs. Senadores, demais autoridades, especialistas, cidadãos que nos acompanham, uma boa tarde, e ao Senador Efraim Filho, pelo requerimento, convite para participar desse debate urgente e essencial para a educação brasileira sobre segurança nas escolas.

Meu nome é Rodrigo Zuh. Sou instrutor certificado nos Estados Unidos em protocolos de resposta a agressores ativos e sou criador do Protocolo Vidas, o primeiro e único protocolo brasileiro de prevenção e respostas a situações de violência extrema, principalmente essas envolvendo agressores ativos.

Com o Protocolo Vidas, nossa empresa já realizou treinamentos em diversas instituições, capacitando profissionais de diversas áreas para agir com eficiência durante essas crises envolvendo agressores ativos, principalmente nos momentos iniciais. Atualmente, sou Gerente Sênior de Segurança em uma escola internacional de educação básica em São Paulo, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

unidades ao redor do mundo, e no Brasil eu lidero as operações de segurança institucional, gerenciamento de crises e treinamento para toda a comunidade escolar.

Minha experiência também inclui a atuação como tenente de infantaria do Exército. Também sou formado em educação física, com experiência em sala de aula, o que me permite integrar a segurança e a educação de uma forma prática e aliada com a nossa realidade. E essa vivência prática – e aqui eu não falo em nome de nenhuma instituição, é importante mencionar isso – tanto na segurança quanto na educação nos mostra que segurança escolar não é apenas sobre infraestrutura e tecnologia; é principalmente sobre preparar pessoas. E o Projeto de Lei 5.671 é um passo importante, porque reconhece essa necessidade de medidas estruturadas para prevenir a violência extrema em ambiente escolar e a ela responder, e estabelece pontos fundamentais como os dispositivos de acionamento rápido, câmeras de vigilância, planos de prevenção, os quais eu utilizo muito no meu dia a dia.

Essas medidas são muito bem-vindas, porque reforçam o papel da infraestrutura na segurança. No entanto, na minha experiência, por si sós, os equipamentos não salvam vidas. O que salva vidas são pessoas preparadas para agirem. E esse é um ponto que precisa ser destacado. Em eventos como ataques de agressores ativos, o tempo médio de duração deles é extremamente curto, conforme já observamos pela fala do Igor Cavalcante. Muitas vezes, o que vemos nas estatísticas, na sua maioria, é que esses ataques finalizam em menos de cinco minutos e, em cenários assim, cada segundo conta. A cada minuto que passa, as chances de sobrevivência das pessoas aumentam exponencialmente. E a maioria desses ataques, como vimos, terminam antes mesmo de a força pública chegar, porque o agressor encerrou a ação ou porque alguém no local conseguiu intervir de alguma forma.

Portanto, podemos ver que, na prática, não há tempo hábil para se depender exclusivamente de apoio externo. O sucesso ou o fracasso dessa resposta começa nos primeiros momentos e nesses instantes é que está presente a própria comunidade escolar.

Por isso, além de investir em equipamentos e planos escritos, é fundamental investir em pessoas, treiná-las de forma realista, adaptada ao papel que exercem e ao ambiente educacional em que atuam. Hoje, o texto do projeto de lei menciona treinamento de uma forma muito geral. E essa é, na minha opinião, uma oportunidade de tornar essa lei muito mais efetiva, de definir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretrizes mais claras sobre os conteúdos e objetivos e, inclusive, a metodologia desses treinamentos.

Não basta treinar apenas para acionar um botão de pânico e operar uma câmera. É preciso preparar os profissionais de educação para reconhecer os riscos, tomar decisões rápidas e agir com segurança. E aqui vai a minha sugestão: que o projeto estabeleça que os treinamentos incluam, no mínimo, três critérios essenciais.

O primeiro deles é a comunicação eficiente em situações de emergência. Que os treinamentos ensinem métodos claros de comunicação, com linguagem objetiva, canais pré-definidos, protocolos que evitem ruídos e confusões. Isso é fundamental para que a comunidade escolar seja informada a tempo de agir e para que o acionamento das forças públicas ocorra de forma rápida e eficiente.

Um segundo critério é o reconhecimento de sinais de alerta e comportamentos suspeitos: incluir orientação para identificar mudanças de comportamento, ameaças verbais ou *online* e sinais físicos que possam indicar risco iminente. Isso é crucial, especialmente porque os dados mostram que a maioria dos ataques é cometida por pessoas conhecidas da própria comunidade.

E um terceiro critério muito importante são os protocolos práticos de ação. O treinamento deve incluir teoria e simulados práticos de evacuação segura, estratégias de abrigo, os famosos *lockdowns,* métodos práticos para aumentar as chances de sobrevivência caso ocorra um encontro direto com o agressor, garantindo que todos tenham opções claras de como agir. O objetivo é evitar a paralisia que muitas pessoas experimentam em situações extremas de perigo, uma reação que é absolutamente natural do corpo humano.

E é importante dizer que ações como sair ou se abrigar já salvaram muitas vidas, não só em outros países, mas também em eventos que aconteceram no Brasil. Isso prova que, quando as pessoas sabem o que fazer, aumentam muito as chances de sobrevivência. Por isso não podemos deixar que a reação seja apenas improvisada, como mencionado mesmo pelo Senador, ou instintiva; é preciso que seja fruto de treinamento e prática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto que considero fundamental é que todo o conteúdo seja adaptado ao cenário brasileiro. Eu tive a oportunidade de me formar nos Estados Unidos e participar de diversos treinamentos internacionais, conhecendo protocolos avançados e estruturados, mas é preciso reconhecer que a realidade de uma escola norte-americana e de uma escola brasileira é diferente, em termos de estrutura, recursos, cultura de segurança e até mesmo na forma como a comunidade escolar reage a incidentes. Modelos estrangeiros podem e devem servir de inspiração, mas copiá-los integralmente, sem adaptação, pode se tornar um erro. A eficácia vem de traduzir essas boas práticas para o nosso contexto, levando em conta todos os desafios e limitações locais.

E quando falamos de segurança, não podemos também nos limitar exclusivamente à resposta. A prevenção é tão ou mais importante do que a capacidade de reagir. Treinamentos bem estruturados devem ajudar a criar uma comunidade escolar atenta, capaz de identificar sinais de risco muito antes de um ato violento acontecer. E isso inclui, desde o fortalecimento dos canais de comunicação e de escuta, como mencionado pela Ana, até a capacitação de todos os profissionais que atuam no ambiente escolar.

O PL 5.671 é um passo significativo ao reconhecer que a violência em ambiente escolar precisa ser enfrentada com planejamento e recursos, mas eu acredito que, se agregarmos diretrizes um pouco mais objetivas e orientadas para os treinamentos, com foco tanto na resposta quanto na prevenção, sempre adaptadas ao nosso contexto nacional, poderemos ter uma lei muito mais completa e efetiva.

Caminhando para a conclusão, eu quero reforçar que segurança escolar é, antes de tudo, sobre gente preparada; é sobre criar uma cultura em que cada profissional do ambiente escolar, seja ele de qualquer área ou departamento, saiba reconhecer os riscos, comunicar de forma eficiente e agir com confiança, desde os primeiros segundos de uma crise até a posvenção, como já mencionado. A prevenção e a resposta andam lado a lado, e nós temos o potencial e a capacidade de equipar as nossas comunidades com ambas. Se investirmos nessa preparação das pessoas, nós estaremos não só reagindo melhor a situações de crise, mas evitando que a violência aconteça – e, na minha opinião, essa é a maior vitória que a gente pode conquistar nas nossas ações diárias dentro de um ambiente escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalizo com o meu muito obrigado. Eu espero que possamos avançar juntos para tornar nossas escolas ainda mais seguras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Meu caro Rodrigo Zuh, que fez uma bela apresentação, é Gerente Sênior de Segurança da Avenues: The World School.

Essa experiência comparada, Rodrigo, agrega muito com as peculiaridades que você trouxe. Como exercício comparado, como análise comparada é muito bem-vinda, mas sempre levando em conta as nuanças que são específicas da nossa cultura, da nossa estrutura, que são diferenciais que têm que ser levados em consideração no momento desses protocolos. Mas é muito bem-vinda essa experiência comparada do que acontece especialmente nos Estados Unidos, que a gente sabe que tem sido o foco das maiores notícias, dos maiores eventos, e agrega muito também à nossa audiência.

Gostaria de registrar aqui a presença do Senador Jorge Seif, Senador por Santa Catarina, que também acompanha, junto conosco, esta audiência.

Na sequência, passamos de imediato a palavra, no tempo regimental, ao Sr. Guilherme Boldrini, Capitão da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

O SR. GUILHERME BOLDRINI (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Exmo. Sr. Senador Efraim Filho; o Senador Jorge, também aqui presente; e os demais que estão aqui, bem como os espectadores.

Não falo em nome da minha instituição, mas sim como apenas um estudioso em relação a isso aí.

Só vou pedir a gentileza de colocar a apresentação, por gentileza.

Eu gostaria de começar passando uma frase – se puder carregar – bem emblemática, que é: "A raiz de nosso fracasso em lidar com a violência está em nossa recusa em enfrentá-la. Acabamos negando nosso fascínio pela beleza sombria da violência, condenamos a agressão e a reprimimos, em vez de olhar diretamente e tentar entendê-la e controlá-la". Isso é de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

psicólogo chamado Bruno Bettelheim, um judeu que viveu nos campos de concentração, e trata muito desse nosso assunto aqui de hoje.

Nós temos que destacar, em termos policiais, que a evolução dessas ocorrências... Essas ocorrências nunca terminam somente numa atuação de um simples agressor ativo. Elas podem ter uma evolução muito grande para outras ocorrências, fora falar, explorar, a questão dos aspectos psicológicos que esse tipo de ocorrência acaba gerando em seu término.

E aí começamos a explorar uma ocorrência bem emblemática que foi nos Estados Unidos, uma ocorrência de Columbine, que reverbera até os dias de hoje, e que gerou grandes mudanças de protocolos de atuação. As polícias, como um todo, atuavam de uma maneira e, após essa ocorrência, elas mudaram totalmente os protocolos. Isso foi reverberado para o mundo inteiro.

Dizemos, enfatizamos, que esse trabalho policial das forças de segurança, tanto pública, quanto privada, tem que ser um trabalho de uma evolução constante. E nós exploramos que isso, esse efeito de reverberação, bate na nossa casa aqui também, onde nós tivemos algumas, não somente esse caso, mas inúmeras outras situações que aconteceram, tendo como Columbine como a motivação inicial.

A gente sempre destaca que essas pessoas não têm medo da morte, e, sim, que essas pessoas têm medo de falhar, por isso elas se preparam para isso aí.

Nós falamos que a nossa legislação, infelizmente, não é favorável em relação a isso, por isso que agradecemos a iniciativa do Senador Efraim, de estar abrindo portas para nós realizarmos essa discussão.

Um ponto muito importante: faltam protocolos específicos para as forças policiais atuarem em relação a esse tipo de demanda. E o nosso foco, nós sempre observamos que o nosso objetivo principal como força de segurança é sempre o quê? Primeiro, é cessar a ação do agressor, visando a preservar vidas e minimizar vítimas.

Basicamente, são três momentos de intervenção, que todos os profissionais da área de segurança pública têm que ter em mente. E a nossa resposta rápida é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguindo algumas doutrinas de fora do nosso país, a nossa doutrina é uma doutrina francesa, a cada um minuto...

Problema na apresentação? (*Pausa.*)

A cada 30 segundos, duas vítimas são feitas. E, quanto aos norte-americanos, a cada um minuto, sete vítimas são feitas. Então, isso exige uma resposta rápida, eficaz e enérgica por parte das equipes policiais.

Dentro disso, nós priorizamos, destacamos, dentro do projeto de lei, como sugestão, ter o foco em quê? Integrar as mais diversas forças de segurança, tanto públicas quanto privadas. Nós não podemos limitar somente às forças públicas. E, dentro das forças públicas, todas as polícias, todos os tipos de órgão de resposta policial. Para quê? Para nós termos a atuação mais coordenada possível.

E um ponto muito importante: dar segurança para o nosso operador, para que ele possa dar a melhor resposta possível. Isso é muito importante, sempre tendo em mente o que os norte-americanos preconizam.

Dentro disso, o nosso foco também é o quê? É otimizar os meios e os recursos disponíveis para justamente o quê? Para nós não fazermos uma sobreposição dos recursos que nós temos à nossa disposição. Para cada instituição estar o quê? Para cada instituição entender o que a outra instituição está fazendo.

E, seguindo essa ideia, o nosso foco é o quê? Atuar não somente na formação do nosso profissional de segurança pública e privada, mas no aprimoramento daqueles que estão já formados. E também o quê? Na especialização daqueles que já estão atuando todos os dias. E, novamente eu coloco para enfatizar: seja na segurança pública, seja na segurança privada.

E dentro disso, é criarmos protocolos específicos para eles atuarem e para eles treinarem. E o treinamento é muito importante. Nós focamos isso por quê? Porque – é natural do ser humano –, em situações de stress, nós nunca evoluímos, nós sempre regredimos à condição mais básica de treinamento. E temos, seguindo essa ideia, que o órgão ideal para criar esse protocolo seria a Senasp, pelo braço que a Senasp tem pelo país inteiro, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, dentro disso, a gente bate em uma tecla muito importante: o Brasil é muito falho na questão do pós-ocorrência, é muito falho em todas as polícias, em todas as esferas de atuação. Então, a ideia é instituir protocolos específicos, relatórios técnicos e detalhados do pós-ocorrência, visando o quê? Otimizar o fluxo de informações entre as polícias como um todo, pararmos com aquela cultura latino-americana que nós temos de que só vamos correr atrás de conhecimento após nós nos depararmos com ele. Muito pelo contrário, é cada vez mais pessoas falando, mais pessoas estudando e emitindo pareceres técnicos – obviamente, todos coordenados pelas suas respectivas secretarias de segurança pública –, determinando, como eu falei, critérios técnicos objetivos e estabelecendo prazos específicos, isso a nível país.

E, dentro dessa ideia, também nós chegamos ao consenso de que seria interessante a área de educação também elaborar isso. Eu faço estudo pós-ocorrência para justamente o quê? Difundirmos essa informação para outras instituições.

Novamente, eu falo: não precisamos esperar acontecer conosco para nós aprendermos. O interessante é o quê? Aprendermos com o quê? Com outras pessoas que já passaram por aquilo.

E a gente destaca a importância do treinamento. Tivemos uma ocorrência na cidade de Campinas em 2018, onde um indivíduo transtornado entrou em uma igreja, feriu e matou várias pessoas. Dois policiais atuaram nessa ocorrência. Havia vários outros policiais fora da igreja. Não vou entrar no mérito disso, mas os dois policiais atuaram corretamente, por conta de que um deles tinha tido o treinamento anteriormente. Então, o treinamento funciona, dá resultados, ele é extremamente importante.

E dentro disso, nós temos várias pessoas que já passaram pelo treinamento, desde policiais militares, policiais civis, policiais federais, militares do Exército e guardas municipais também. Isso é justamente o quê? Focar no trabalho de multiagências.

E dentro disso, nós trabalhamos com vários cenários, onde a gente traz uma consciência situacional para o nosso operador estar treinando, para tirá-lo da zona de conforto, onde nós trabalhamos muito a parte do enriquecimento ambiental. Por exemplo, na foto, a gente faz um cenário bem específico, onde o operador não está acostumado a trabalhar, para que caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteça, ele tem o quê? Uma maior bagagem possível para saber atuar da melhor maneira frente àquela ameaça.

Dentro disso, nós temos um índice de satisfação dos policiais que já passaram por essa instrução. Eu trouxe aqui os números somente de 2024, onde nós temos 91,30% com nota 10. Os policiais se sentiram valorizados, sentiram-se confortáveis de estarem participando da instrução.

Por isso, é muito importante nós valorizarmos o nosso profissional de segurança pública, valorizarmos o nosso profissional de segurança privada também, porque eles entendem a importância desse treinamento frente às mais diversas ameaças, não somente em escolas, mas como em outros locais também.

Eu trago o exemplo de uma ocorrência que aconteceu no Espírito Santo com um brigadista, que, ao passar próximo de uma ocorrência, atuou da melhor forma possível, auxiliando as forças policiais, fazendo a compilação de dados, que auxiliou em muito a atuação policial. Então, é o quê? Difundir cada vez mais esse tipo de conhecimento frente a todos os órgãos de segurança pública.

E nós sempre focamos, não é? Nós treinamos hoje para nos preparar para amanhã.

Dúvidas? (*Pausa.*)

Seguem os meus contatos.

E novamente agradeço a abertura do espaço para nós compartilharmos um pouco de conhecimento com os senhores aí.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – As dúvidas podem ser ao final. E teremos a participação dos Senadores. É claro que na hora dos Deputados, se o Senador Jorge Seif quiser fazer uso da palavra, pode pedir pela ordem.

Faltam apenas três, na verdade, expositores. Agora na alternância, o Sr. Roberto Lúcio Corrêa Bueno, por videoconferência, que é Especialista em Sustentabilidade e Defesa Civil, representando Carlos Olímpio Menestrina, Coronel do Corpo de Bombeiros Militar de Santa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Catarina, pelo tempo regimental, ao tempo em que agradeço ao Igor, a Ana, o Rodrigo e o Guilherme pela obediência ao tempo regimental aqui na nossa audiência.

Com a palavra o Sr. Roberto Lúcio. (*Pausa.*)

Roberto, ainda está no mudo aí. Eles mandaram pedido para abrir e, enquanto você abre... Abriu.

Quero agradecer, Guilherme. A respeito das dúvidas, Guilherme, nós temos aqui alguns comentários e algumas perguntas já de internautas que nos acompanham *online*. Foi muito esclarecedora a sua exposição, especialmente com experiência própria adquirida e que demonstra que o preparo é essencial para a melhor resposta em casos em que segundos valem vida. E ficou muito claro neste momento.

Com a palavra agora, já devidamente microfonado, o Sr. Roberto Lúcio Corrêa Bueno. (*Pausa.*)

Vamos lá, Roberto.

Calma que ainda não estamos te ouvindo. Você liberou o microfone, mas o volume não chega aqui. Não sei se é ali o áudio.

Vamos lá, tente aí mais uma vez, para a gente ver se alcança aqui. (*Pausa.*)

Roberto, a nossa técnica da mesa disse que é no seu computador. O microfone já está aparecendo liberado aqui, mas é algo de volume ou de conexão aí. Vamos tentar mais uma vez. (*Pausa.*)

Fala aí para a gente ver. (*Pausa.*)

É, a gente vê que você está articulando a fala, mas a gente não consegue ouvi-lo.

Então vou fazer o seguinte: eu vou passar aqui, na sequência, para a senhora...

Não, vamos passar aqui então para a Fernanda Barros, que está aqui do nosso lado. Ela é Fundadora e Presidente da Associação Brasileira de Resposta à Violência Escolar, enquanto o Roberto e a nossa técnica aqui tentam manter contato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com a palavra a Sra. Fernanda Barros, pelo tempo de dez minutos.

A SRA. FERNANDA BARROS (Para expor.) – Vocês estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Bom, Exmo. Sr. Senador Efraim Filho, Sras. Senadoras, Srs. Senadores e demais presentes, o meu nome é Fernanda Moraes Barros. Eu sou filha da Profa. Elizabeth Tenreiro, que foi uma vítima fatal de um ataque violento a uma escola da zona oeste de São Paulo. E, por consequência, hoje eu estou aqui representando uma associação da qual eu sou fundadora, a Abrevesc, Associação Brasileira de Resposta a Violência Escolar.

Eu vivi, na pele, o que a gente está falando aqui. Digo que falar sobre a minha mãe é ainda muito doloroso, não só pelo fato de ela ter sido uma educadora exemplar, uma mulher que acreditava profundamente nesse poder transformador da educação, ela tinha a profissão como uma missão e ela se diferenciava exatamente porque sua missão não era apenas ensinar, mas acolher, cuidar e proteger os seus alunos. E essa missão foi interrompida de uma forma brutal, dentro de um espaço que deveria ser sagrado, que é a escola, um lugar em que todos deveriam estar seguros, onde professores deveriam se sentir respeitados e amparados.

A violência que tirou a vida da minha mãe, assim como de outras tantas vítimas em ambiente escolar – com números que a gente sabe que crescem a cada ano –, não foi um acaso, não foi um fato isolado, foi, na verdade, o resultado direto da ausência do que muitos falaram aqui, que é uma estrutura adequada, de uma falta de preparo e de inexistência de mecanismos claros e eficazes para que a gente pudesse identificar, prevenir e responder às ameaças. No caso dela, por exemplo, muitas dessas ameaças já vinham sendo sinalizadas. O agressor, por exemplo, tramou, vamos dizer assim, arquitetou isso durante dois anos. No dia em que ele cometeu o assassinato, ele expôs, na rede social, que ele faria isso. Era aleatório, não era contra a minha mãe, mas ele expôs essa situação. Inclusive, eu sei que o tema das redes sociais é bem polêmico, mas existem realmente indícios. A gente consegue saber, às vezes, como as coisas estão sendo tramitadas.

E aí, desde meados de 2023, eu tenho me dedicado a aprofundar o conhecimento sobre o tema e, com o apoio de profissionais e especialistas, eu compreendi que a segurança vai muito além de medidas pontuais. A segurança nas escolas significa construir e fortalecer uma cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sólida. E aí eu digo que ela tem que ser fundamentada em três pilares essenciais: a gente tem a prevenção, a gente tem a resposta e a posvenção.

Falar sobre prevenção, obviamente, é falar sobre salvar vidas. A violência nas escolas, como já foi dito, não surge do nada, ela dá sinais claros e identificados que precisam ser identificados e acolhidos. E a gente precisa agir a tempo. Infelizmente, a ausência de ações de prevenção, logicamente, foi determinante no episódio que tirou a vida da minha mãe. Como eu falei, existiam sinais, alertas, e nada foi feito. Foi uma oportunidade desperdiçada, que resultou na perda de uma vida.

Outro ponto importante é que é imprescindível a gente capacitar os professores e demais profissionais da escola a identificar e reconhecer esses sinais e saber como tratar esse assunto. Para isso, é necessário que as escolas tenham esses protocolos claros e padronizados, tanto de prevenção e de resposta, e que eles sejam aplicados de uma forma consistente, tanto na rede privada quanto na rede pública. Essa capacitação e esse treinamento contínuo dos profissionais são os pilares fundamentais para que a gente consiga uma resposta eficaz diante das emergências. Então, não basta a gente ter conhecimento teórico, mas, como muitos aqui falaram, quando a gente está preparado para agir, a gente costuma fazer da forma certa

A gente tem também que ampliar um pouco esse nosso conceito dentro do contexto escolar. Não só esses protocolos, como já foi dito aqui, baseados em simulações de evacuação, *lockdown*, acolhimento de vítimas, mas tem um programa chamado "*Stop the Bleed*", que é uma iniciativa internacional que ensina técnicas básicas de controle de sangramentos graves.

Eu não sei se vocês se lembram ou se recordam do caso, mas minha mãe foi esfaqueada enquanto ela fazia a chamada na sala de aula. Ela chegou com vida ainda no hospital. Só que demora o atendimento. Você falou hoje: demora para chegar. Então, se, ali, naquele momento, alguém soubesse, por exemplo, de alguma forma, estancar aquela hemorragia, aprendendo esse protocolo, poderia ter sido diferente.

Eu levo vocês a uma reflexão que eu acho que é inevitável: como é que a gente protege alguém se a gente não está preparado e treinado para isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando, e já até adentrando ao projeto de lei, eu não falo apenas de questão de pessoas. A gente também tem o uso das ferramentas tecnológicas, que podem ser disponíveis. As câmeras de segurança que são citadas no projeto de lei são recursos valiosos para a gente inibir algumas ações violentas, registrar as ocorrências. Só que o seu uso isolado é limitado. Para que a gente possa ter uma resposta efetiva, a gente precisa monitorar, alguém precisa monitorar. A gente precisa ter profissionais treinados, capazes de ali, sim, perceber sinais de risco para poder acionar protocolos, para agir em situação de violência.

No caso da Profa. Elizabeth, há essas imagens. Como eu falei, tinha câmera de segurança dentro da sala de aula. Elas não serviram sozinhas, elas não protegeram. Elas não serviram para proteger. Ao contrário, teve uma exploração dessa imagem. Foi circulada de forma descontrolada, inclusive sem respeito à dor da nossa família e à memória dela, alimentando as manchetes, as redes sociais.

Também acho que, como sociedade e autoridades responsáveis, é nosso dever prevenir e coibir a espetacularização também dessas imagens e situações críticas. A gente precisa responsabilizar quem divulgou foto, vídeo, manifesto relacionado a agressores.

E essa exposição também excessiva na mídia e nas redes sociais não fere apenas a dignidade das vítimas, mas concede aos agressores a notoriedade que eles buscam, porque é isso que eles buscam. Quando eles fazem, eles querem ser, aspas, "santificados". E a gente ainda favorece um efeito chamado *copycat*, que é: quando você divulga um ato violento, você estimula a repetição de comportamentos semelhantes.

Ainda falando no campo tecnológico, esses botões de pânico, ligados diretamente à polícia, embora fundamentais, não são suficientes para salvar vidas, já que a gente comentou aqui que a gente tem pouco tempo para dar uma tratativa. A primeira resposta é dentro do contexto escolar. Então, isso evidencia a urgente necessidade de mecanismos de resposta imediata e eficaz ali dentro do contexto escolar. Por exemplo, o uso de aplicativos de emergência nos celulares durante um ataque fornece informações valiosas e agiliza uma comunicação rápida, uma comunicação interna, fornece para o *staff* informações em tempo real, localização do agressor para que, aí sim, a gente possa saber que protocolo tem que ser adotado para que a gente possa possibilitar uma resposta mais coordenada e eficaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já fazendo um *link* aqui, falando um pouco de posvenção, eu digo que a segurança nas escolas não termina com a resposta ao ataque. Após um evento, é fundamental que tenha um trabalho estruturado de posvenção, que haja um cuidado contínuo que ampare as vítimas diretas, mas também que haja a comunicação escolar afetada, incluindo alunos, professores, funcionários e familiares. Nesse episódio que marcou a minha família...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA BARROS – ...nenhum cuidado nos foi proporcionado. Nós fomos surpreendidos pela notícia pela mídia, nós soubemos do ataque pela mídia, sem nenhuma comunicação ou suporte oficial. Tivemos que buscar as informações por conta própria, *e-mail*, causa, dor, todo o sofrimento.

Então, essa comunicação precisa estar integrada a um conjunto amplo e essencial de cuidados de posvenção, que vão muito além da informação. A gente precisa atender demandas como: acomodação de famílias, acesso à assistência médica, psicológica, religiosa, a devolução respeitosa de pertences das vítimas, a limpeza. Por exemplo, no caso da minha mãe, uma amiga entrou para buscar os pertences dela – que estavam em cima da mesa dela de professora. Ela falou que aquilo parecia um campo de guerra. Ela entrou em meio ao sangue, em meio a tudo o que foi... Então, assim, precisa ter o respeito...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA BARROS – ...precisa de pessoas qualificadas. Só estou aqui indo para os "finalmentes".

Eu acho que estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Só para que fique tranquila, você tem um tempo para concluir, Fernanda Barros. A campainha não é o Presidente quem soa, não. Ela é automática.

A SRA. FERNANDA BARROS – Está bom. Eu estou aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Quando falta um minuto ali, a gente dá um minuto de tolerância e ela toca. Não sou eu que estou lhe pressionando, não.

A SRA. FERNANDA BARROS – Perfeito.

Então, a gente precisa realmente que tudo esteja realmente muito integrado. Os episódios, como a gente falou, ocorridos nos últimos anos... A gente pode dizer os casos de São Paulo, Rio de Janeiro, Blumenau, Saudades, Campina Grande...

Agora, o mais recente, foi esse em julho, numa cidadezinha pequenininha, chamada Estação, no interior do Rio Grande do Sul. A gente evidencia a forma dolorosa e as consequências que atingem essa falta de preparo e a ausência dessa resposta.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA BARROS – Eu conto também com a ideia de que a gente tenha núcleos de apoio e comitês de resposta à violência. Quando acontece, você precisa ter gente especializada para lidar com isso.

Senhores e senhoras, a escola não pode ser um campo de batalha. A escola deveria ser o local mais seguro da nossa sociedade. Ali estão nossos filhos. Se a gente olhar, os nossos bens mais preciosos estão ali. Eles não estão no banco, eles estão ali dentro de uma sala de aula.

Então, eu acho que, enquanto a gente continuar lidando com a violência escolar com improviso e medidas isoladas, a gente está empurrando para o futuro novas tragédias anunciadas.

Esta audiência pública representa muito mais do que um momento formal de discussão. Representa, para mim e para tantas famílias que sofreram perdas irreparáveis, um chamado urgente e coletivo à transformação.

Temos aqui, senhores, diante de nós, uma oportunidade única e decisiva de promover mudanças concretas, de repensar conceitos e transformar os ambientes escolares em espaços seguros, acolhedores e preparados para proteger nossos estudantes e educadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço mais uma vez, Senador Efraim Filho, pelo convite para participar desta audiência e pela oportunidade de tratar um tema tão urgente e relevante para a nossa sociedade.

Em nome da Abrevesc, eu me coloco à inteira disposição para contribuir e colaborar de forma ativa na construção desse relatório, dessa lei, no que precisarem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Muito bem, Sra. Fernanda Barros, fundadora e Presidente da Associação Brasileira de Resposta à Violência Escolar.

A gente vê que tem muita força interior sua para poder fazer deste momento, como você disse, informativo e de debates, mas trazer uma experiência pessoal como a sua, uma tragédia na família, sua mãe como vítima dessa violência escolar, demonstra como isso está muito próximo da realidade de cada um de nós. Eu também sou pai de duas filhas, e, quando você diz que os nossos bens não estão nos bancos, mas estão nas escolas, isso emociona cada um de nós, e é essa a realidade.

Muito bem, vamos ver se o Sr. Roberto Lúcio Corrêa Bueno agora consegue fazer o uso da palavra. O Roberto é especialista em sustentabilidade e defesa civil, representante de Carlos Olímpio Menestrina, Coronel do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Vamos lá, Roberto, vamos ver se agora o escutamos. (*Pausa.*)

Rapaz, a técnica não está contribuindo aqui com você. Não sei se vocês tentaram aí internamente, chegaram a escutar ou não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Saiu e entrou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu acredito, Roberto... A técnica diz aqui que não o escuta. Provavelmente... Eu sei que você tem experiência com isso. A habilitação do áudio você deve ter feito tudo o.k., de ir nas caixinhas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para habilitar o uso permanente, mas a gente não o escuta aqui ainda. Quer fazer mais um teste aí para a gente ver? (*Pausa.*)

Você deve estar pelo Zoom, e não sei se nas configurações de habilitar o áudio, alto-falante, áudio externo, às vezes, o Zoom... O que a técnica aqui nos diz é que é algum comando no seu computador.

Bem, amigo, como não conseguimos, ainda temos mais uma expositora, que é Elaine. Está aqui apagado, e não sei se a Elaine... A imagem dela não está aparecendo, e não sei se ela está nos escutando.

Está sim, está ativa.

Então, Elaine, vamos passar a exposição para você, enquanto a técnica, com o *chat* ali, conversa com o Roberto mais um pouco.

Elaine, você tem a palavra por dez minutos, tempo regimental. Elaine é sócia fundadora do Prestar Cuidados em Psicologia e Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres no Estado de São Paulo (Ceped-SP/USP).

Com a palavra, Sra. Elaine.

A SRA. ELAINE ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito boa tarde.

Exmos. Sras. Senadoras e Srs. Senadores, autoridades e instituições que acompanham, presencial e remotamente, esta audiência, boa tarde.

Quero agradecer especialmente ao Senador Efraim Filho pela oportunidade deste debate e pelo prestigioso convite. Acho que, depois da exposição dos meus colegas, fica muito clara a importância e a necessidade dessa pauta.

Eu sou psicóloga e tenho o meu doutorado e pós-doutorado na área de lutos, emergências e desastres, e uma formação de gerenciamento de crises pela ONU na OIT de Turim.

Eu sou uma pessoa que entra na escola só depois de uma tragédia. Essa é a minha experiência nas escolas e, por conta dessa experiência, eu vou falar desse outro lado, que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lado do fator humano, o lado das pessoas, com o objetivo de complementar os meus colegas. Eu peço licença também para fazer uma leitura.

A violência na escola é um assunto negligenciado. Quem acredita que pode acontecer na sua escola? E esse é um dos problemas. A outra questão é que somente câmeras, vigilâncias, botões de pânico e tantas outras tecnologias podem resolver, negligenciando as questões psicossociais, que são de extrema importância, tanto para a prevenção como para a resposta ou posvenção.

A violência do cotidiano – e vou citar o *bullying*, o *ciberbullying*, a violência física e psicológica entre estudantes e professores no âmbito da escola, os crimes passionais, os ataques por agressor ativo, entre outras, além da autoviolência, como a autolesão ou o suicídio –, todas essas violências do cotidiano podem levar ao adoecimento físico e psíquico, ao homicídio, ao suicídio e ao ataque e podem estar junto de uma construção desse agressor ativo. Todo tipo de violência pode levar à violência extrema.

A escola tem que estar preparada para enfrentar as adversidades tanto de forma preventiva ou numa rápida resposta seja...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sra. Elaine, escuta-me?

Só estão pedindo para você falar um pouco mais próximo do microfone. A gente a escuta no som, mas a nitidez da voz é que está um pouco mais distante.

A SRA. ELAINE ALVES (*Por videoconferência*.) – Melhora?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Melhora. Obrigado.

A SRA. ELAINE ALVES (*Por videoconferência*.) – Considerando que todas as pessoas que trabalham na escola são profissionais de educação – todos os profissionais, desde a diretoria, a presidência, o proprietário, a segurança da portaria, todos são profissionais de educação –, isso significa que todos eles precisam receber esclarecimentos, orientações e treinamentos. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existe uma ordem de maior ou menor importância. Todos são importantes no momento de... (*Falha no áudio.*)

Um exemplo claro do que eu quero trazer aqui, porque eu vou falar desse lugar que entra sempre na resposta, foi em uma escola, a Escola Estadual de Sapopemba, em São Paulo, na qual uma adolescente foi morta. A tragédia só não foi maior, porque cada profissional da escola sabia exatamente qual era o seu lugar, a sua função num caso de ataque. Eu cito o nome da escola, porque é positivo. Uma semana antes do ataque, por coincidência, eles tinham feito uma simulação de ataque e, no momento do ataque, o cérebro treinado responde rápido e, no momento do ataque, todos sabiam exatamente o que fazer, e a escola foi evacuada em minutos. Foi extremamente rápido, e isso protegeu a maioria das pessoas ou todas as pessoas da escola.

O maior ataque, o primeiro, com intensa cobertura da mídia no Brasil, foi em 2013, na Escola Municipal Tasso da Silveira, conhecido por massacre do Realengo, no Rio de Janeiro. Ali já se anunciava o que teríamos pela frente. Quais providências foram tomadas? Nós não acreditamos naquilo.

Mais tarde, em 2013, nós tivemos um ataque de tanta importância, da mesma dimensão do Rio de Janeiro, ou seja, desde o Realengo nós já deveríamos ter protocolos para prevenção de respostas sendo atualizados a cada ataque. Cada situação de violência extrema nas escolas deve ser milimetricamente estudada para nos (*Falha no áudio.*) ... e aprimorados, porque nós nunca estamos prontos, claro, preparados e prontos para cada ataque, e cada situação de violência nos ajuda a aprimorar (*Falha no áudio.*) ... com seres humanos, além das questões tecnológicas.

Isso é um exemplo do que acontece – e quero trazer aqui porque funciona e é bem simples – nos desastres aéreos, como cada desastre aéreo é milimetricamente analisado e discutido, ou seja, as empresas aéreas estão cada vez mais capacitadas para assistir as famílias, para assistir as pessoas que foram afetadas por essa situação. Trago uma questão diferente, mas por que não na escola ou em outras instituições?

A minha experiência é principalmente na saúde mental e apoio psicossocial. Eu atuei em quatro escolas que sofreram ataques ou ameaças e em outras escolas com outros tipos de violência. Eu pude testemunhar o total despreparo para o enfrentamento de tal situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sempre que chego às escolas, eu encontro pessoas completamente desorganizadas, despreparadas, sejam pessoas de dentro da escola ou pessoas de fora da escola, que entraram lá para ajudar, mas sem a menor noção de como fazer isso – e isso tem a ver com resposta, ou posvenção, como tem sido chamado aqui –, e com total desconhecimento, assim como eles não estão preparados, também têm um total desconhecimento das práticas preventivas.

Testemunhei também o abandono e solidão de professores e outros profissionais, tanto na possibilidade de prevenção quanto no acolhimento e cuidado nas respostas. Com professores e gestores é ainda pior. Gestores são considerados responsáveis e são cobrados por isso. Gestores, professores e pessoal administrativo são obrigados a continuar realizando as suas funções enquanto também precisam atender familiares, estudantes, polícia e outros – muitas vezes, na maioria das vezes, sem receber os cuidados em saúde mental e apoio psicossocial.

Daí, falo e reitero a importância de que isso já esteja no ato de prevenção, um *staff* de professores, de gestores e outros profissionais, um grupo de professores, gestores e equipe administrativa que possa substituir as pessoas numa escola que foi atacada, porque todos necessitam de cuidados, de cuidados psicossociais, ou seja, tudo começa e termina na falta de comunicação. E aí eu volto a falar do que a Ana Flávia trouxe, da importância da comunicação.

Além das ações nas quatro escolas, eu também acompanho ações em outras escolas que sofreram violência extrema, e as questões se repetem. Não há plano de contingência ou de resposta para o enfrentamento desse evento. A frase sempre é: "Nunca imaginei que aconteceria na minha escola".

Toda instituição de educação precisa saber que sim, pode acontecer em sua instituição e por isso precisa se preparar. Preparar-se para enfrentar o pior cenário também faz parte da prevenção; ter um protocolo de ações necessárias após uma situação de violência extrema também é prevenção, porque permite que, no momento da violência extrema, essa instituição já tenha seu protocolo e esteja preparada para cuidar e apoiar o que vier adiante.

E aí, câmeras, raios-x, dispositivo emergencial, botão de pânico e outras tecnologias são extremamente importantes, sempre precisam ser discutidas e aprimoradas, mas não são as únicas questões importantes. O botão de acionamento direto à polícia, por exemplo, é importante, mas e os responsáveis por essa ação? Eles precisam estar muito bem treinados, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas sobre a utilização, mas principalmente sobre a responsabilidade do uso deste e outros dispositivos no intuito de evitar curiosidades ou trotes, lembrando também que essas pessoas podem entrar em choque no momento da informação, e aí é preciso ter uma outra pessoa que faça isso por ela.

Aliás, de novo, o cérebro treinado responde mais rápido e a chance de a pessoa entrar em choque diminui, porque o treinamento vem em primeiro lugar, vem na sequência: imediatamente ela se lembra o que tem que fazer.

Apesar da importância do dispositivo, as primeiras ações – acho que eu já falei isso – assimilam as assistências e a responsabilidade de quem está no local no momento do ataque. Por isso, protocolos estabelecidos entre profissionais e estudantes são tão importantes para garantir uma resposta rápida e mais eficiente possível, até a chegada das forças de segurança.

Sempre que se percebe que há uma ocorrência na escola... Por defesa, tendem a negar o risco, o que causa a demora no acionamento de qualquer dispositivo, daí a importância de treinamentos com simulados e não apenas sobre a utilização.

Sobre câmeras de vigilância, também são importantes, mas exigem treinamentos de conscientização de sua utilidade e utilização. Infelizmente, muitas vezes as imagens são cedidas à mídia e otimizadas como uma espetacularização do evento, o que expõe pessoas envolvidas e pode provocar danos à saúde mental. Enfim, é designar quem é responsável por essa privacidade e vazamento de imagem. Parecem questões técnicas, mas exercícios simulados fortalecem psicologicamente um indivíduo que age mais prontamente.

Ao trabalhar no pós-ataque, pude perceber muitas presas que, se tivessem sido treinadas, teriam um resultado melhor. O primeiro deles é a conscientização...

Já estou indo para a finalização.

Quando um agressor está em uma instituição de educação onde nunca houve um treinamento, as pessoas perdem muito mais tempo nas respostas: correr, esconder, defender, e as dores e perdas são maiores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira coisa que eu observo nas escolas é que não tem muita sinalização sobre a rota de fuga, por exemplo. Então, intervenções são essenciais. É obrigatório e necessário que eles sejam intervencionados ao fator humano, como protocolos, tanto para a prevenção quanto para a resposta, após todo tipo de emergência, com capacitação de simulações constantes de estudantes e profissionais.

E aí eu quero terminar colocando algumas teses. Ainda teria outras coisas para falar, mas tratar de algumas questões da minha experiência, neste momento.

Em algumas escolas, por exemplo, eu preciso saber lidar com a mídia. Em uma das escolas, a mídia entrou na escola, fotografou toda a escola e depois colocou isso, mostrando como a escola era frágil, era vulnerável ao ataque, o que piorou a forma de comunicação com a escola.

Na outra escola, os jornalistas colocavam o microfone nos pais e davam a eles orientações e as perguntas que eles precisavam fazer para os profissionais de dentro da escola. E isso era depois colocado na mídia.

Como foi dito pela colega Fernanda, os pertences das pessoas de algumas escolas foram devolvidos em sacos de lixo, causando uma indignação muito grande. Uma professora que foi ferida recebeu seus pertences, além de estarem em saco de lixo, eles estavam sujos de sangue, mostrando, de novo, uma indiferença.

No caso de mortes, ferimentos, quem é responsável pelos feridos? Quem é o responsável por esquifes funerários, pela aquisição de urnas funerárias e principalmente pelos tratamentos? A maioria das pessoas de que nós cuidamos e indicamos para acompanhamento psicológico ou psiquiátrico não seguiram esses atendimentos. Em uma das escolas, os nomes que nós entregamos para determinada (*Falha no áudio.*)... chegou à Secretaria de Saúde e de Educação.

Então a importância dos registros, ou seja, existem muitas outras coisas, muitos detalhes que são importantes ao pensar no acolhimento e no cuidado. Então ter um plano de contingência ou um plano de resposta para uma situação grave também é prevenção.

Assim, eu agradeço a atenção de todos. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Obrigado, Sra. Elaine, por todo o trabalho e pela experiência que foi trazida, como fundadora do Prestar Cuidados em Psicologia. E também é pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres no Estado de São Paulo (Ceped-SP).

Vamos lá, Roberto, agora é a tua chance. Vamos lá, para ver se a gente dá certo, porque agora você é o último orador, está com o uso da palavra.

O SR. ROBERTO LÚCIO CORRÊA BUENO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agora?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Agora, sim, Roberto, deu certo. Então vamos lá. Com a palavra Roberto Lúcio Corrêa Bueno, especialista em sustentabilidade e defesa civil, representante de Carlos Olímpio Menestrina, Coronel do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, Santa Catarina do Senador Jorge Seif. (*Pausa*.)

Eu acho que ficou mudo, viu, Roberto? Só para esperar o Senador Jorge Seif chegar para poder prestigiar aqui a fala de Santa Catarina. Você tem o uso da palavra pelo tempo regimental de dez minutos.

O SR. ROBERTO LÚCIO CORRÊA BUENO (*Por videoconferência*.) – Está certo, muito obrigado.

Quero cumprimentar primeiramente os Exmos. Senadores e Senadoras, todas as autoridades presentes, os colegas aí da área de segurança pública e educação. E um cumprimento muito especial ao senhor, Senador Efraim, pela iniciativa, pela condução dos trabalhos, um tema extremamente delicado e de extrema importância para a nossa sociedade hoje.

Talvez os senhores se perguntem por que a Defesa Civil de Blumenau está à frente aí desses fatos, mas ao longo da nossa conversa, nestes minutos, eu vou detalhar isso.

Eu sou servidor da Defesa Civil já tem 19 anos, quase 20 anos. Eu sou professor também, já tenho mais de 20 anos de sala de aula, desde o fundamental até o superior. E a gente teve na nossa casa, no nosso jardim, o ataque em maio de 2023, na Creche Cantinho Bom Pastor. Por conta disso, o Prefeito na época solicitou que a Defesa Civil construísse um plano de contingência para dar segurança escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Defesa Civil é um órgão, por excelência, que constrói planos de contingência. Então, aqui em Blumenau, a gente tem isso como tarefa meio que cotidiana. Todos os planos de contingência... Em todas as situações que envolvem risco à sociedade em qualquer local aqui na cidade de Blumenau, a Defesa Civil constrói o plano de contingência. Nós temos um plano de evacuação nas escolas e CEIs que já é executado há mais de dez anos, inclusive com simulados anuais. A Fernanda falou ali algo muito importante, que é a questão do treinamento. Então, a gente já tem essa *expertise* há muito tempo e tivemos essa infeliz experiência do ataque na creche Cantinho Bom Pastor.

Então, a gente construiu um plano de contingência do município, a diversas mãos – com participação da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Científica, do Corpo de Bombeiros, do Samu, de diversas secretarias municipais, incluindo a Secretaria de Educação, é claro – e a gente estruturou o plano em dois eixos: o que a gente chamou de ações estruturantes, em que, então, todas as unidades escolares receberam vistoria do cercamento físico das unidades e foi refeito o que precisava ser refeito. Teve a instalação de videomonitoramento em todas as unidades escolares do município, teve a instalação do botão de pânico em todas as unidades escolares do município, teve a contratação de vigilância armada também.

E, em termos de ações não estruturantes... Eu estou um pouquinho gripado, peço desculpas aí

Em termos de ações não estruturantes, a gente está trabalhando agora, neste ano, justamente com o treinamento e a capacitação dos profissionais das escolas – de todos os profissionais, não só dos professores, mas de todos os profissionais, inclusive terceirizados –, trabalhando em conjunto com as nossas polícias, e a gente vislumbra, para o mês de novembro, a execução de um simulado de ataque ativo também, aqui no Município de Blumenau.

Então, para construir esse plano, conforme bem falou o Igor Cavalcante ali no início, a gente foi atrás de muitos dados também, de muita informação de fora, muita estatística.

A Ana Flávia trouxe ali, de uma forma muito didática, uma frase que me lembrou o que está escrito no nosso plano: "Nunca ignorar nenhum sinal". E ela também comentou a importância da primeira resposta. Então, a gente desenvolveu esse plano no final de 2023; em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2024 a gente implementou algumas ações mais relacionadas à questão do eixo estruturante, que é como a gente chamou.

A gente tem uma central de controle operacional, então, o videomonitoramento de todas as unidades escolares está nessa central de controle operacional – tem uma equipe responsável por isso. O botão de pânico também está ativo, a gente faz testes periódicos com o botão de pânico também. E, como eu disse, culmina agora, no mês de novembro, com a execução de um simulado de ataque ativo. A gente está estruturando ainda detalhes, porque se sabe que é uma coisa, que é um tema muito delicado. A gente não pode abordar de qualquer forma, mas a gente já tem uma experiência muito boa com as escolas em relação a isso.

Como eu disse no início, Blumenau já executa o plano de evacuação de todas as unidades escolares do município há mais de dez anos. E a gente tem colhido bons frutos. No ano passado, teve um princípio de incêndio numa creche. Então, quando a gente chegou, juntamente com o Corpo de Bombeiros, para fazer o combate ao incêndio, todos os ocupantes – todos os professores, todas as crianças – já estavam no ponto de encontro, todos em segurança, e o princípio de incêndio já havia sido combatido também, com as técnicas que eles aprendem conosco, com o Corpo de Bombeiros e com os treinamentos desses mais de dez anos.

A gente pontuou algumas coisas em relação à avaliação do projeto de lei e poderemos encaminhar isso também ao pessoal, via *e-mail,* aí para o Senado, eu acho que fica melhor do que acabar lendo tudo aqui.

Mas, passando por cima, dando uma pincelada assim por cima, a gente, talvez, proporia melhorar um pouco as diretrizes técnicas mínimas dos equipamentos de segurança. Essa questão da capacitação dos profissionais o plano somente cita, mas não define conteúdos mínimos. Então, de repente, poderíamos trabalhar um pouco mais nesse ponto. A questão do plano de cada unidade. Cada unidade escolar do Município de Blumenau tem o seu próprio plano de contingência, por conta da sua realidade, do seu perfil de risco específico. Então, talvez, fazer menção a isso também no projeto de lei, que cada unidade escolar tenha o seu plano individual de segurança escolar. Eu acho que alguém comentou, não vou me lembrar quem foi agora, talvez tenha sido o Capitão, que cada unidade escolar tem que ter o seu plano, baseado na sua realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Fernanda também falou muito da questão da saúde mental, do acolhimento. A gente coloca essa questão também para, se for possível, detalhar no projeto de lei.

Eu não encontrei, Senador, e até peço desculpas se foi falha minha, mas eu não encontrei no projeto de lei nenhuma referência às ameaças digitais. A gente sabe que isso é fonte primeira no planejamento dos ataques a escolas. Então, de repente, incluir ações de protocolo e de monitoramento e disponibilizar canais de denúncia para ter uma resposta rápida em relação a isso, às ameaças digitais.

Uma coisa também para a qual a gente vai puxar a sardinha para o nosso lado é que a Defesa Civil de Blumenau é muito ativa, muito atuante, em diversas frentes. Aqui são 45 profissionais multiárea. Então, a gente gostaria também, se possível, claro, incluir a Defesa Civil como órgão de segurança também ali no projeto de lei, porque a Defesa Civil tem uma *expertise* muito grande em relação à construção de planos de contingência. A Defesa Civil é o órgão por excelência responsável por planejamento e implementação de ações de segurança. Não só na questão de enchentes, vendavais, deslizamentos, enfim, mas para qualquer situação que envolva a segurança da população. Vou citar, como exemplo, aqui também, que a gente tem um plano de contingência para a evacuação de hospitais. A gente executou, em 2023, o primeiro simulado de evacuação de hospitais por conta de um grande incêndio. Então, a Defesa Civil de Blumenau é muito ativa em relação a isso. Eu acho que todas as Defesas Civis dos municípios, dos estados, têm muito a contribuir com essa proposta do projeto de lei por essa questão de ser um órgão especialista em escrever, principalmente, planos de contingência, que é o que a gente, solicita.

Quero relembrar, mais uma vez, que a gente faz os simulados anuais de evacuação. Se eu não me engano, a Fernanda comentou que é muito importante o treinamento. Então, a gente realiza os simulados de evacuação já há mais de dez anos, conforme eu falei, e pretendemos fazer, no mês de novembro, um simulado de ataque em duas unidades piloto. Então, isso está sendo trabalhado de uma forma bem tranquila entre a Defesa Civil, a Secretaria de Educação e as forças de segurança, para que a gente não tenha a provocação de traumas, tanto nos profissionais quanto nas crianças das unidades escolares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para encerrar, então, a minha fala, quero lembrar que a gente tem aqui em Blumenau também dois projetos educativos, já tem mais de dez anos também, se não me engano, 12 anos, que são o Programa Defesa Civil na Escola e o Agente Mirim de Defesa Civil.

Então, a gente aqui tem uma parceria muito grande, muito forte com a Secretaria de Educação e tem colhido ótimos frutos em relação a isso. Por isso, a gente acha que vale muito a pena incluir a Defesa Civil como órgão de segurança... do Projeto de Lei.

Muito obrigado, Senador.

A gente está à disposição. Sempre que precisar, a gente está à disposição para contribuir aí com o Projeto de Lei. É um tema muito importante, como eu disse, muito delicado e extremamente pertinente para os dias atuais.

Muito obrigado pela oportunidade de participar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Roberto, muito obrigado pela sua contribuição.

Vamos levar em consideração o alerta que você fez sobre as ameaças digitais, para ver se isso está devidamente contemplado dentro do projeto. Se não, logicamente, as ameaças digitais estão dentro de todo esse contexto e merecem essa atenção.

Quero salientar aqui também que fará uso da palavra, além do Senador Jorge Seif, o Senador Sergio Moro, que também participa aqui conosco desta audiência pública – agradeço pela presença.

Finalizamos agora o período das exposições.

Agradeço a cada um daqueles que trouxe contribuição. A gente viu que é necessário uma abordagem multidisciplinar e com multiprotocolos. Área de segurança, gestão de crises, tecnologia, infraestrutura, treinamento, tudo isso está vinculado, não são compartimentos estanques. Eles se intercomunicam e é preciso fazer esse nivelamento de ações para que a gente possa prevenir riscos, preparar equipes e proteger vidas.

Eu acredito que é esse o encaminhamento que precisa ser feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra Jorge Seif e, na sequência, o Senador Sergio Moro.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, meu amigo Efraim Filho, quero, primeiramente, parabenizá-lo por esta proposição. O senhor sabe que segurança pública é um tema com que nós estamos muito envolvidos no Senado Federal, especialmente esse tema de violência nas escolas. O meu estado perdeu nove vidas – duas professoras e sete crianças foram brutalmente assassinadas – e não é diferente de outros estados: Rio de Janeiro, São Paulo, agora Rio Grande do Sul.

Enfim, infelizmente, ouvindo todos e percebendo os números, que inclusive consultei aqui na internet, isso virou meio que uma pandemia, né?

Sobre fatores não adianta discutirmos se não há solução. A criançada com jogo violento pode ser um. A criançada abandonada – com os pais muito envolvidos com o trabalho, a criança fica meio depressiva. O *bullying* na escola. Tem várias linhas de causas dessa questão, mas, é importantíssima a proposição que o senhor fez.

Eu quero te agradecer e também agradecer à Sra. Fernanda, com quem me solidarizo, pela sua perda. Imagino...

Tem aspectos que nós, quando não estamos fazendo parte disso, não imaginamos, como, por exemplo, pegar os objetos da pessoa falecida ou da que foi para o hospital. Então, tem várias coisas que a senhora falou que realmente têm razão. Para que adianta a câmera? A câmera só vai ser para filmar, para registrar a desgraça. Então, precisamos de algo mais, e por isso eu parabenizo o Senador Efraim, porque é muito boa essa discussão.

Sra. Ana, eu não consegui ouvi-la, mas prometo ver suas manifestações também.

Quero agradecer ao Guilherme Boldrini e quero dizer ao senhor que existem algumas críticas – a gente ouve críticas –, mas manifesto toda a minha admiração à Polícia Militar do Estado de São Paulo, à do Estado de Santa Catarina e, lógico, a todas as polícias militares do Brasil. Nós sabemos que não existe – eu sempre digo aqui e no Plenário – Homem-Aranha, Mulher-Maravilha, Batman, Super-Homem. Existem vocês da polícia militar, homens e mulheres guerreiros, heróis, que saem de casa de manhã, não sabem se vão retornar à noite, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defender a minha vida e a da minha família, a de desconhecidos. Vocês colocam a vida de vocês em risco.

Quero mandar um grande abraço para o meu amigo Capitão Derrite, nosso Secretário de Segurança Pública, nosso colega Parlamentar, que agora está nessa nobre missão com o Governador Tarcísio. Quero também saudar todas as pessoas que estão nos prestigiando aqui pela internet e o meu querido amigo Senador Sergio Moro.

Sr. Presidente, os números falam por si. No Brasil, entre 2002 e 2022, ou seja, 20 anos, foram registrados 16 ataques fatais em escolas. Metade dos casos ocorreu nos últimos dois anos, ou seja, estão se intensificando, o que evidencia um crescimento alarmante que provocou esta audiência – e, mais uma vez, meus parabéns. Em Santa Catarina, os ataques em Saudades e Blumenau foram trágicos, como todos os outros. E, no cenário internacional, nós vemos que o problema também é crescente e gravíssimo: nos Estados Unidos, só em 2023, houve 137 tiroteios e, desde 1999, mais de 440 mortes.

E eu reitero a fala da Sra. Fernanda Barros, Capitão Guilherme, de que a escola tem que ser um lugar santo, porque ali estão os nossos bens; ali está a professora, que deveria ser o profissional que mais recebe em salário no Brasil, porque é quem ensina e forma as gerações futuras. Ali é um santuário, porque ali, normalmente, quando deixamos o nosso filho na escola, nós: "Não, está tranquilo, ele está estudando, está aprendendo, vai se alimentar, vai conhecer, vai fazer amigos". E, aí, quando ocorrem esses eventos, nós ficamos perplexos e em choque – seja vítima, não vítima, familiar –, porque realmente são episódios violentos e, acima de tudo, covardes, contra pessoas que estavam sem preparo.

Esses dados, Capitão Guilherme, nos impõem uma reflexão. Não se trata de casos isolados, mas de um fenômeno que, infelizmente, exige de nós, autoridades e Parlamentares, prevenção efetiva e, especialmente, integração entre segurança pública, educação, protocolos claros e políticas voltadas à saúde mental de crianças e adolescentes. Como o Senador Efraim bem disse também, é uma política multidisciplinar.

Também quero deixar aqui um grande abraço para o Roberto Lúcio, lá da Defesa Civil, que – hoje o nosso Secretário de Defesa Civil do Estado de Santa Catarina é o ex-Prefeito de Blumenau, Mário Hildebrandt –, na ocasião, enfrentou esse problema em Blumenau. Hoje ele é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso Secretário de Defesa Civil. Eu quero aqui corroborar que, realmente, a Defesa Civil faz esse papel importante de planejamento, Senador Efraim. É importante que essas forças também façam parte da nossa legislação.

Os fatores comuns – nós já dissemos aqui e eu reitero – são *bullying*, isolamento social, problemas de saúde e problemas mentais, que no final ocasionam tudo isso.

Quero também, Senador Efraim, já finalizando a minha participação, dizer que apoio o PL 5.671, de 2023, e também quero pedir, aos demais Srs. Parlamentares e à sociedade, apoio ao nosso PL 1.657, que propõe duas medidas complementares e concretas, as quais... Eu tenho certeza – e talvez o Capitão Guilherme possa colaborar com a minha fala – de que, se nós tivéssemos mais guardas armados, especialmente homens e mulheres da polícia militar e da polícia civil que hoje estão aposentados, cuja maioria hoje presta serviço para segurança privada ou para bancos, se nós conseguíssemos resgatar esse pessoal para fazer um trabalho específico nas escolas, utilizando 5% do Fundo Nacional de Segurança Pública e 25% das multas de trânsito, que é a minha proposta, saudades não ocorreriam, de que a mãe da Sra. Fernanda Barros estaria viva conosco e de que o episódio de Blumenau também não teria ocorrido, porque esses animais... Porque não é ser humano, não é? Matar pessoas como eles fazem, especialmente menores, professores desarmados... São monstros, não é? Esses caras têm a certeza de que a escola não tem monitoramento, eles têm certeza de que na escola vão pegar a professora e as crianças lá indefesas.

Muitas das escolas particulares já conseguem pagar segurança privada – e que bom por isso! –, mas as escolas públicas e os Governadores dos nossos estados poderiam receber um reforço de orçamento da Secretaria de Segurança Pública, do fundo nacional. As multas de trânsito, que hoje muitas vezes regam as prefeituras e os estados, poderiam ser utilizadas para proteger as nossas crianças nas escolas.

Essas medidas que o senhor propõe, e esta audiência, Senador Efraim, dialogam diretamente com o PL 5.761, que estamos discutindo hoje, afinal, diretrizes sem recursos financeiros e sem presença efetiva de segurança nas escolas acabam virando apenas papel de boas intenções, e nós, tenho certeza, o senhor, o Senador Moro e todos que nos assistem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos aqui para fazer realmente políticas públicas sérias e que mitiguem – se não resolverem, que é difícil, que mitiguem – essas ações que chocam o Brasil e o mundo.

Quero mais uma vez, Senador Efraim, parabenizar o senhor e todos os expositores. Todo o meu respeito à Polícia Militar do Estado de São Paulo e à do Estado de Santa Catarina, instituições as quais carregamos com carinho no coração, como todas as forças de segurança pública. Defendemos aqui, fielmente, no Senado Federal, melhores condições para os senhores, mandamos emendas parlamentares e fazemos tudo que nós podemos fazer para melhor equipá-los, para defendê-los na legislação, porque, no final das contas, é um país que, infelizmente, defende bandido, defende ladrão. As nossas... Vocês fazem o papel de enxugadores de gelo, não é?

Por exemplo, esse marginal, esse animal que matou essas crianças em Blumenau, para o senhor saber, já tinha passado três vezes pela audiência de custódia, e foi solto nas três vezes. Na quarta vez, ele foi lá e matou cinco crianças. Se ele tivesse sido preso na primeira audiência de custódia, se não tivesse sido relaxada a prisão dele, essas cinco crianças hoje estariam com seus pais.

Então, este Senado, especialmente esta Comissão de Segurança Pública, tem feito de tudo para endurecer as penas contra criminosos, desde roubo de celular, crimes hediondos, feminicídio, porque nós sabemos que, ao final, a nossa legislação, em vez de ser um alerta, para que essas pessoas tivessem preocupação em serem presas e cumprirem pena, é um colchão que amortece os crimes que eles cometem e os incentiva: "Pô, não dá nada. Eu fui lá na audiência de custódia...".

Para o senhor ter ideia do absurdo, inclusive tem uma proposição do ex-Senador Flávio Dino, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, que foi apensada a um projeto do Senador Sergio Moro, que revisa as condições atuais da audiência de custódia.

E eu falo isso, apesar desta nossa audiência ser destinada a outra coisa, porque eu tenho certeza de que, quanto a esse criminoso de Blumenau, se não tivesse sido relaxada sua prisão na audiência de custódia, lá em Blumenau, em Santa Catarina, ele não teria matado essas cinco crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, se tivesse um Capitão Guilherme na frente da escola, lá da creche Bom Pastor, ou lá onde eu visitei, o Município de Saudades, município também pequenininho, visitei a escola, visitei os pais, os professores e alguns parentes de alunos que foram assassinados lá na cidade de Saudades... Eu tenho certeza, Guilherme, de que, se tivesse um homem ou uma mulher da lei ali na frente da escola, esses assassinatos ou teriam sido mitigados, evitados; ou, com certeza, sobre os efeitos, a mãe da Fernanda estaria viva hoje.

Então, cumprimentando a todos, mais uma vez cumprimentando o Senador Efraim, quero agradecer esta audiência pública e a todos que participaram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Muito obrigado pela contribuição. O seu projeto, Jorge, merece a nossa atenção e vamos tentar, de forma conjunta, avançar com ações que se complementam.

A prevenção e a repressão podem caminhar juntas, porque têm perfis em que não só o acolhimento, não só a orientação ou não só a prevenção atuam. Existem psicopatas que estão aí nas ameaças digitais, nas redes sociais. E eu gostei de uma frase que foi dita aqui: "O medo deles não é de morrer; é de falhar". Então, eles se preparam para realmente querer aparecer, querer trazer a fatalidade. Então, a prevenção e a repressão devem... Nunca, nunca só a repressão vai resolver. A prevenção, os protocolos... Como dizem aqui, os três "p" fazem toda a diferença: preservar danos, proteger vidas e preparar equipes.

Com a palavra o...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Se o senhor me permitir, só quero complementar rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu até permito, eu não sei quanto ao Senador Sergio Moro, que já estava aguardando aqui para fazer uso da palavra, mas pode complementar.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Rapidamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, Senador Efraim, eu entendo que o reforço de polícia na frente das escolas é uma prevenção, não é repressão, porque ele vai estar ali passivo, esperando o ataque, então ele está ali prevenindo o crime.

E, como a Sra. Fernanda também comentou, o que eles mais querem é publicidade. Assim como o suicídio não pode ser publicizado, também já pode ser uma medida que nós podemos implementar aqui nessas novas legislações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sem dúvida.

E a presença da polícia não dialoga só com a prevenção aos crimes de atentado, mas também de tráfico de drogas e outros que são correlatos com ações nesse ponto.

Com a palavra, agradecendo a presença, a tolerância e o aguardo para trazer também a sua contribuição nesta audiência, o nosso estimado Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar aqui e felicitar o Senador Efraim pela iniciativa desta audiência, para a gente poder discutir esses projetos que estavam tramitando na Casa. Eles suscitam vários pontos de indagação, porque, claro, a gente quer melhorar a proteção e a segurança das escolas. Acho que ninguém aqui questiona que os nossos "bens" – entre aspas – mais valiosos estão ali nas escolas, os nossos filhos, as nossas filhas, e é necessário ter essa discussão sempre com a rede de ensino, com a rede de associações de pais, filhos, docentes, tudo para que a gente tenha propostas equilibradas.

Quero cumprimentar o nosso colega de Santa Catarina, o Senador Jorge Seif. Assim como Santa Catarina, o Paraná também teve, infelizmente, um incidente violento, um ataque violento na cidade de Cambé nos últimos anos, também foi numa onda de uma série de atentados – acho que um comportamento, às vezes, influencia o outro. E nisso tem até a questão da abordagem que a imprensa tem que ter nesses casos: tem que ser com muito cuidado e jamais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

glamorizar ou realizar uma exposição excessiva do agressor. Na verdade, o agressor tem que ser esquecido pela sociedade. Mas é muito oportuno fazer esta audiência aqui.

Tem medidas que não dependem de lei, mas é bom que a lei preveja a possibilidade da autorização, para não suscitar também questionamentos jurídicos de eventualmente cerceamento de direitos. Temos que tomar cuidado, muitas vezes, de fazer medidas autorizativas, mas nem tanto impositivas, porque a realidade das escolas é muito diferente. Em todo o país tem grandes escolas, tem pequenos estabelecimentos, tem estados e municípios mais ricos, tem estados e municípios mais pobres, tem uma diferença da escola pública e da privada em matéria da disponibilidade de recursos. Então nós temos que ter bastante cuidado.

Claro que, se a gente pudesse ter a segurança máxima nas escolas, seria o ideal, mas também não podemos transformar o ambiente escolar em uma espécie de prisão, em uma espécie de estabelecimento penitenciário. Mas tem muito em que se pode avançar, sim, com as medidas que estão sendo discutidas nesses dois projetos.

Um ponto que eu acho que é importante – e isso já estava num projeto que foi de minha autoria, ou melhor, de autoria do Senador Efraim, e eu acabei relatando – é aquele do crime de massacre nas escolas.

Primeiro, é o aumento de pena. Aqui, o Capitão bem sabe, muitas vezes a gente tem alguns tipos penais que são enganosos, que têm uma pena elevadíssima, mas a pena mínima é relativamente baixa ou não é compatível com a gravidade daquele delito. E os juízes, por praxe, normalmente partem da pena mínima, e é difícil chegar ali a uma pena máxima. Então, para determinadas condutas, a pena de partida tem que ser 20 anos mesmo, como é o caso lá do latrocínio. Então, no assassinato em ambiente escolar a pena mínima tem que começar em 20 anos, e o céu é o limite nisso aí. Foi um tipo penal bem construído nessa linha.

Dizem: "Ah, não adianta aumentar a pena". Adianta, sim. Pergunto qual que é a diferença de ficar 20 anos preso ou 5 anos preso, como tem casos de homicídios ou até mesmo de feminicídio no Brasil. Faz sim uma diferença significativa.

E, principalmente ali, acho que a grande virtude daquele projeto é a criminalização dos atos preparatórios, porque para determinados tipos de crime, o risco ao bem jurídico é tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande que a gente tem que ter uma prevenção e repressão até mesmo dos atos preparatórios, para permitir que a polícia ou as autoridades públicas possam intervir antes que o mal aconteça.

Muitas vezes o que se vê hoje é que a polícia descobre o planejamento de um atentado dessa espécie, toma as medidas necessárias ali para fazer a intervenção, mas, do ponto de vista do enquadramento penal, a conduta não chegou a ser tipificada, porque não chegou a ser tentado aquele delito. Então, como é a lei lá do antiterrorismo que a gente tem no Brasil, que criminaliza os atos preparatórios, para, por exemplo, ataques em escola, esses ataques de massa, você tem que ter, porque isso é praticamente um atentado terrorista.

E tem uma questão também que a gente tem que discutir, Senador Efraim, que não está nesse projeto, mas que é essencialmente importante. Hoje a gente teve uma fragilização da segurança nos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico. O CNJ toma a resolução mandando fechar os hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, a meu ver uma medida acho que até bem-intencionada, numa visão de que todo mundo pode ter o tratamento ambulatorial, de que não precisa internar ninguém, mas, infelizmente, muitos desses crimes de que a gente fala e que acontecem nesses ambientes, crimes de massa, em ambientes escolares, são pessoas que às vezes são inimputáveis, mas que não podem, no dia seguinte ou num prazo curto mesmo, ser colocadas em tratamento ambulatorial. Aí se gera o mesmo risco da audiência de custódia da porta giratória. Em determinados casos, ainda que sendo inimputável, mas de elevada periculosidade, a consequência tem que ser a internação no manicômio judiciário, no hospital de custódia, que tem que ter as condições adequadas, sim, de respeito aos direitos humanos. Mas a internação tem que ser por um longo período.

Mas felicito aqui a iniciativa. Não quero me alongar, pelo adiantado da hora. Nós vamos acompanhar a tramitação desses projetos e trabalhar também para que o que a gente aprove aqui, Senador Efraim, seja aprovado lá na Câmara também. A gente precisa ter uma comunicação melhor entre as duas Casas. E V. Exa., como já foi Deputado, tem uma grande experiência lá na Câmara. E a gente precisa mudar um pouquinho as coisas como estão acontecendo aqui, em que o Senado aprova uma coisa, a Câmara paralisa, ou vice-versa, e no fundo a gente não consegue muitas vezes avançar nessas legislações importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho certeza de que, em ambas as Casas, a preocupação com esse tema é uma preocupação central, que é a segurança das nossas crianças, dos nossos adolescentes, dos filhos e filhas que estão no ambiente escolar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Belíssima, intervenção, Senador Sergio Moro. É também muito pertinente a lembrança do projeto anterior, que foi de minha autoria com a sua relatoria aqui na Comissão de Segurança Pública, que tipificou o crime de massacre nas escolas, trazendo um aumento de pena, uma pena mais rigorosa para crimes dessa natureza, e também a criminalização dos atos preparatórios, como foi bem explicitado por V. Exa.

Antes de terminar, quero só trazer aqui alguns comentários e perguntas que vieram dos internautas. Alguns são muito interessantes.

Um deles aqui me chama a atenção quando ele diz algo que resume muito bem o que foi dito aqui, Senador Jorge Seif, e veio de Santa Catarina. Jonas, de Santa Catarina, diz o seguinte: "Implementar políticas públicas que compreendam a violência como um sintoma e não apenas como um problema de disciplina". Isso é um pouco dessa cultura de se prepararem professores, diretores escolares e até os próprios alunos... Às vezes, naquele primeiro contato com a violência, a nossa cultura leva a achar que é um problema de disciplina, quando, se bem observado, com técnica, aquela violência é um sintoma já de algo mais grave que pode acontecer. Então, gostei muito, pessoalmente, dessa intervenção do Jonas, porque ela dá esta leitura de que a gente tem que estar preparado para não achar que aquilo ali é mera coisa de adolescente ou birra ou coisa desse tipo, às vezes é um sintoma de uma psicopatia ou de um momento depressivo que pode levar a um ataque ou a um atentado, o que é muito mais grave do que isso.

Agradeço, por exemplo, ao Marconde, da Bahia, que fala: "Infelizmente a violência escolar está tomando grandes proporções, [a atividade do] professor hoje é uma profissão de risco e insalubre". O Marconde vem trazendo sobre exatamente essa violência escolar, atingindo os professores, como profissão de risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Danillo, do Distrito Federal: "Que o Estado por meio da segurança pública monitore mais o entorno das escolas para evitar a prática de venda de entorpecentes e abusos" – um tema correlato.

Hícaro, do Pará, questiona e já foi respondido aqui pelos nossos expositores: "Como a integração entre União, estados e municípios pode melhorar a segurança nas escolas?". Essa integração é essencial nessa comunicação entre as diversas entidades.

Raquel, do Rio de Janeiro: "Quais são as medidas que uma escola pode adotar para garantir a segurança e a privacidade dos alunos ao usar tecnologia na sala de aula?" – questão das câmeras, que foi aqui abordada.

Felipe, de São Paulo, traz o questionamento: "As autoridades policiais vão ter a capacidade de pronta resposta? [...] É possível 'treinar' professores para contornar tragédias maiores?" – tema também que foi abordado aqui nas falas do Guilherme, do Igor e demais expositores.

Guilherme, do Rio Grande do Sul: "Com essas novas atribuições, as escolas receberão mais recursos para [...] infraestrutura e contratação de pessoas capacitadas?". A ideia é a de que sim, Guilherme. A gente teve, inclusive, o aumento do Fundeb. O Congresso Nacional fez o aporte de maiores recursos. Escolas em tempo integral, por exemplo, passam a receber e já recebem hoje, na legislação, um volume maior de recursos do que aquelas escolas apenas em tempo tradicional. Portanto, acreditamos, sim, que essas escolas que terão essa abordagem mais efetiva poderão também ter mais recursos para infraestrutura e capacitação das pessoas.

Thaís, de Minas Gerais: "Como garantir que as escolas em áreas vulneráveis recebam prioridade na implementação das medidas?". Quem fez uma abordagem mais social do tema aqui também tratou dessa questão. Sem dúvida, as áreas de vulnerabilidade merecem uma atenção especial.

Vanildo, de São Paulo, pergunta: "Quais os [...] desafios jurídicos para a implementação do PL 5671/2023, especialmente no que diz respeito à competência federativa [...]?". O próprio Senador Sergio Moro tratou sobre esse tema: as dificuldades entre estados, municípios, escolas públicas e privadas. Cada estado tem uma nuance própria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hillary, de São Paulo: "Como integrar as polícias militar, civil e federal nos protocolos de resposta a incidentes em escolas?". Também foi trazido aqui pelos nossos expositores.

Robson, do Rio Grande do Sul: "Como garantir que [...] videomonitoramento e botão do pânico não prejudiquem o ambiente [...] e o bem-estar de alunos e professores?". Acho que a Fernanda também tratou do botão do pânico. A Ana Flávia também trata desta questão do bem-estar de alunos e professores.

Carlos, de São Paulo: "Como juízes e promotores podem auxiliar na melhoria da segurança das escolas municipais e estaduais?". Acabou de se falar aqui sobre o tema correlato com a audiência de custódia. Então, aqueles que são responsáveis pela aplicação da lei, os promotores e os juízes, têm que estar jogando junto com quem elabora a lei, que somos nós, o Legislativo.

Para terminar, os comentários do Kauã, do Mato Grosso: "Militarizar não resolve. [...] facções agem nas escolas. A solução é prevenção, acolhimento e rede de proteção". Parabéns ao Kauã pelo seu comentário!

E José, de São Paulo: "Usar [...] o tempo [...] de aula [de modo eficiente] aumenta segurança, evitando, por exemplo, [longas] chamadas de alunos e cópias de deveres [...]". Ou seja, se eu entendi o José, de São Paulo, ele diz: "Olha, enquanto está ali dando aula, você evita até o *bullying* ali das crianças, porque está todo mundo focado". Aquelas longas chamadas ou aquele tempo de copiar dever é o tempo em que um vai tirando onda com o outro ali, vai fazendo aquela brincadeirinha. Então, o José, aqui não tem a idade dele, não sei se ele é estudante, se trouxe um tema que ele conhece ou se é apenas uma abordagem.

Mas foram essas as perguntas e os comentários que vieram pelo e-Cidadania.

Eu agradeço demais a todos os nossos sete expositores – Igor Cavalcante, Ana Flávia Bello, Rodrigo Zuh, Guilherme Boldrini, Roberto Lúcio Corrêa Bueno, Elaine Alves e Fernanda Barros – a contribuição.

Devido ao avançado da hora, agradeço a participação de todos. Não temos como partir para um tempo ainda de réplicas, mas a contribuição é bem-vinda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para quem nos assiste, todas as apresentações que foram aqui trazidas em PowerPoint e apresentações desse gênero estarão arquivadas na seção de vídeos desta audiência, que, tanto será retransmitida em tempos oportunos pela TV Senado, como também poderá ser acessada diretamente pela página da internet do Senado Federal e ser resgatada para todos aqueles que queiram assistir ou até mesmo reproduzi-la em escolas ou eventos dessa finalidade.

Portanto, meu muito-obrigado a cada um de vocês.

Nesse sentido, declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 15 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Flávio Bolsonaro e Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jorge Seif, Carlos Portinho, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Wellington Fagundes, Augusta Brito, Weverton e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Pedro Chaves, Magno Malta, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5598, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018, para dar maior praticidade operacional e resguardo ao instituto do informante do bem." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 205, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 2º do art. 122 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para vedar a concessão de saída temporária aos reincidentes e aos condenados por crime hediondo." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1418, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 63 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o conceito de reincidência; e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a possibilidade de perda total dos dias remidos em caso de falta grave cometida pelo condenado, e dispor sobre remição da pena." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro (*Ad hoc*), substituiu Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CSP. **Observação:** Durante a reunião, é avocada a relatoria pelo Senado Flávio Bolsonaro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião às doze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/19

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 20ª e 21ª Reuniões, realizadas, respectivamente, em 12 e 13 de agosto.

Aqueles que concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Antes de entrar na pauta, há uma comunicação importante a ser feita. Informo que está aberto o prazo para apresentação de sugestões de emendas pelos membros desta Comissão ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, e seu encerramento será no dia 25 de agosto, segunda-feira, às 12h. A reunião para deliberação das emendas será no dia seguinte, dia 26 de agosto, terça-feira, às 11h, pela manhã, aqui na nossa reunião ordinária da Comissão. Informo ainda que serei o Relator das emendas na Comissão.

Eu também aproveito para fazer um outro pedido aqui, mais uma vez, aos membros da Comissão: aqueles que têm relatório sobre sua lavra que o façam, porque praticamente todos já extrapolaram o prazo regimental de 15 dias úteis. E aí, se esta Presidência, Senador Contarato, resolver avocar para si, para dar celeridade aos relatórios, não venham me adjetivar de nada, porque, obviamente, eu tenho interesse em dar andamento aos projetos de segurança pública que são importantes aqui nesta Comissão, para que eles tenham uma tramitação célere aqui no Senado, porque há muitos Relatores que foram designados e que simplesmente não apresentam os relatórios há duas semanas, um mês, dois meses. E aí, dependendo da pauta, a critério da urgência que eu entender necessária, eu vou avocar e submeter aqui um novo relatório às Comissões. Eu sei que alguns projetos são mais polêmicos, mas eu quero que se dê andamento, ainda que o parecer venha contrário – não tem problema –, mas é para destravar, para que esses projetos tenham andamento aqui na Comissão.

Como o Senador Portinho é o Relator do primeiro projeto, eu vou fazer a inversão da pauta para que o Senador Fabiano Contarato assuma a Presidência. Eu farei a leitura *ad hoc*, já que o Senador Fabiano é o autor, do relatório do Senador Styvenson Valentim.

Pode sentar aqui mesmo, Contarato, não precisa trocar de...

Então, vou anunciar e passo a Presidência.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1418, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o art. 63 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o conceito de reincidência; e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Penal, para prever a possibilidade de perda total dos dias remidos em caso de falta grave cometida pelo condenado, e dispor sobre remição da pena.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro (ad hoc)

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.*

A relatoria é do Senador Styvenson Valentim.

Então eu passo a Presidência ao Senador Fabiano Contarato, para que eu possa fazer a leitura do relatório *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

Anuncio o item 3, Projeto de Lei 1.418, que já foi ventilado aqui.

Concedo a palavra, como Relator *ad hoc*, ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Passando à análise aqui, Presidente...

Bom dia. Bom dia, Senador Portinho. Bom dia, Senadora Damares.

O PL pretende alterar o art. 63 do Código Penal, de modo a modificar o conceito de "reincidência penal".

Em primeiro lugar, altera a palavra "crime" por "infração penal", o que, no nosso entendimento, é uma medida pertinente, de modo a aplicar o conceito de reincidência a crimes e contravenções penais, compatibilizando assim o art. 63 do Código Penal com o art. 7º da Lei de Contravenções Penais. Com isso, permite-se que condenações por contravenções penais, praticadas no Brasil ou no exterior, sejam consideradas para efeito de reincidência.

A segunda alteração efetuada ainda no art. 63 do Código Penal é incluir a referência a decisão "proferida por órgão judicial colegiado", a qual possibilitaria a ocorrência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reincidência quando o agente comete nova infração penal após uma decisão proferida por órgão judicial colegiado, mesmo não tendo havido trânsito em julgado.

Estamos de acordo com essa alteração. Embora possa ser alegada suposta ofensa aos princípios constitucionais da presunção da inocência ou da não culpabilidade, bem como da ampla defesa e do contraditório, entendemos que é possível a configuração da reincidência nesse caso, uma vez que, após a condenação em segundo grau, os recursos porventura supervenientes (especial ou extraordinário) não possuem efeito suspensivo.

Assim, tais princípios não impedem que, mesmo antes do trânsito em julgado, a condenação criminal surta determinados efeitos penais. Isso porque cabe aos juízes e tribunais de segundo grau analisar o conjunto probatório e decidir o mérito das ações penais, sendo, portanto, o juízo natural para a aferição da culpabilidade ou não do acusado. Ignorar a possibilidade de configuração de culpa perante o juízo natural de mérito do Poder Judiciário, após a observância do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e o absoluto respeito às exigências básicas decorrentes do princípio da presunção de inocência, é enfraquecer as instâncias ordinárias do referido Poder.

Ressalte-se que eventuais nulidades, questões constitucionais ou de interpretação de lei federal são a exceção, senão o legislador constituinte teria proporcionado a análise plena do mérito pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal. Assim, no caso de ocorrência de eventuais exceções, sempre haverá a possibilidade de concessão de *habeas corpus* e de tutelas cautelares para o recurso especial ou extraordinário.

Noutro giro, o PL pretende, no âmbito da execução penal, aumentar o tempo de trabalho ou estudo para a obtenção do benefício de remição de pena. Para tanto, altera os incisos I e II do §1º do art. 126 da Lei de Execução Penal, de forma a exigir o tempo de quinze horas de estudo ou seis dias de trabalho para a obtenção da remição de um dia de pena.

Estamos de acordo com tal alteração, que aumenta o rigor para a obtenção do benefício de remição de pena, fazendo com que o condenado passe mais tempo estudando ou trabalhando em prol de sua ressocialização. Entretanto, apresentaremos uma emenda de redação para reincluir a possibilidade remição pelo trabalho do *caput* do art. 126 da LEP, que talvez tenha sido suprimida por erro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, ainda na remição de pena, o PL altera o art. 127 da LEP, de forma a possibilitar a revogação até a integralidade do tempo de pena remido, em caso de prática de falta grave. Atualmente, o juiz somente poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido.

Ressalte-se que, anteriormente à redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011, o condenado que fosse punido por falta grave perderia o direito ao tempo remido. Com a redação proposta pelo PL, o juiz poderá revogar "até a integralidade" do tempo de pena remido, em caso de falta grave, possibilitando, assim, uma modulação maior na revogação, segundo a gravidade do ato praticado, o que, no nosso entendimento, é extremamente pertinente.

Como bem exemplificado na justificação do PL, um homicídio dentro do presídio ou a participação em uma rebelião devem possibilitar a perda total dos dias remidos, uma vez que demonstram a total falta de intenção do condenado em lograr a sua ressocialização.

Passando ao voto, Presidente.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.418, de 2025, com a seguinte emenda de redação...

Ele altera aqui o inciso I, que já está escrito aqui no relatório, modificando aqui o critério para o apenado ter o direito à remissão da pena.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu só queria justificar a propositura deste projeto, Senador Flávio. O primeiro é o conceito de reincidência, Senadora Damares. Acredito que, no Brasil, o conceito de reincidência está em dois ordenamentos jurídicos. O art. 63 do Código Penal fala: "Verifica-se a reincidência quando o agente pratica novo crime, depois...". Então, pressupõe que o anterior seja crime, e crime com crime é reincidência.

Agora, se o que ele praticou anteriormente for uma contravenção, ele não é reincidente, por força do conceito de reincidência do art. 7º do Decreto-Lei 3.688, de 1941, que diz – lá nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contravenções: "Verifica-se a reincidência quando o agente pratica uma contravenção [penal] depois de [...] [ter sido] condenado, no Brasil [...], por [...] crime...". Então, se ele praticou um crime, transitou em julgado, e depois ele pratica uma contravenção, pelo Decreto das Contravenções Penais, ele é reincidente; agora, se for o inverso, não. Então, o projeto corrige isso. Ele coloca a palavra genérica "infração penal", porque infração penal é o gênero que tem, como espécie, crime, que é a mesma coisa que delito – não há diferenciação; existem países que fazem essa diferenciação, e, no Brasil, não é – e contravenções penais. Aí nós resolveríamos o problema, e ele seria considerado reincidente. Mesmo que anteriormente ele tenha praticado uma contravenção penal e depois praticasse um crime, atualmente ele não é considerado reincidente, mas, com o projeto, ele vai ser.

Outro aspecto é com relação, efetivamente, ao comportamento e às condutas, porque um dos objetivos da pena é que o reeducando tenha a capacidade de readaptação ao convívio sociofamiliar. Ele tem um caráter dúplice: retributivo pelo mal praticado, mas também de readaptação. Se, na lei de execução penal, existem as hipóteses de falta grave, se ele viola e se ele pratica falta grave, hoje ele tem a possibilidade de perder até um terço da remissão de pena pelo trabalho, que é cada três dias trabalhados equivalem a quatro. Nós estamos colocando isso para ter a sua integralidade ao critério do juiz.

Então, eu quero aqui agradecer a sensibilidade e a oportunidade de V. Exa. ter feito a leitura como Relator *ad hoc*, mas apenas para justificar isso, porque é um assunto que para mim é muito caro. Os colegas sabem disso, mas eu trabalhei, Senador Portinho, na vara de execução penal no Espírito Santo. Isso era muito comum, efetivamente. Então, a gente tem que dar uma resposta.

O que eu não posso ter é um conceito de reincidência no art. 63 que pressupõe que o crime anterior seja crime, então é crime, e crime é reincidência. Se for crime e contravenção, é reincidência pelo sétimo. Agora se for o contrário, contravenção e crime, não é reincidência. E, se for contravenção e contravenção, é reincidência desde que aquela contravenção tenha sido praticada no Brasil. Então, nós estamos corrigindo isso. Eu acho que dessa forma a gente está tendo um avanço de forma muito mais razoável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E só quero aqui fazer também um registro. Eu acho que uma das coisas que meu pai me ensinou é gratidão. Eu quero fazer um registro público à Senadora Damares. A Senadora Damares, o Senador Flávio, na sessão passada, falou, mais uma vez eu instiguei e falei: "Olha, eu tenho um projeto que aumenta o período de internação". Senadora Damares, eu que sei como eu recebo crítica, mas não tem... é a minha vida isso.

Um rapaz de 16 anos entrou em uma escola lá, no Espírito Santo, Senador Flávio, e matou quatro pessoas e deixou 11 ou 12 feridos. Agora, em novembro... Por isso a minha urgência em aprovar – agora, em novembro, ele vai completar três anos de internação. Três anos: ele vai ser posto em liberdade.

Como que você explica isso para uma mãe daquela professora, daqueles alunos que foram alvejados por aquele rapaz? Não tem como! Então, eu fiz esse apelo e a senhora, publicamente, falou: "Não, Contarato, amanhã eu coloco extrapauta". E, olha, foi isso que a senhora fez.

E, no relatório, eu tinha feito um equívoco, a senhora acatou a minha sugestão: é três, passa para cinco; é praticado com violência, grave ameaça, ou equiparado a hediondo, passa para dez. Poxa, isso não estou tirando da minha cabeça: eu peguei todos os países do G20. O Brasil é o mais permissivo.

Então, a minha mola propulsora aqui é a gratidão. Obrigado por isso e obrigado, Senador Flávio, porque eu comentei com V. Exa. no Plenário e, no mesmo dia, eu falei: "Flávio, a Damares pautou, aprovamos à unanimidade. Vamos conversar com o Otto, você assume a relatoria e vamos pautar isso amanhã na CCJ? Vamos conversar com o Senador Otto".

Isso é um tema urgente, minha gente. Nós temos que tratar igualmente os iguais à medida que eles se desigualem. Não é razoável. Explica para uma mãe cuja filha foi estuprada, morta e teve ocultação de cadáver que aquele rapaz de 18 anos incompletos vai ficar no máximo três anos. Não é razoável.

Então, por favor, eu faço mais uma vez meu agradecimento público à Senadora Damares por ter pautado extrapauta e ter aprovado este projeto com um brilhante relatório.

A palavra é do Senador Portinho, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Esse tema é tão urgente que, naquele projeto que eu apresentei com o Senador Flávio, em que a gente traz uma revisão de diversas questões do nosso Código Penal, do Código de Processo e em execuções, está lá a questão do menor infrator. Ele tem todo o meu apoio.

Eu fiquei com uma dúvida só agora, ouvindo V. Exa., Senador Contarato. Quando a gente fala de infração penal, contravenção, acho que isso aí está hoje muito bem endereçado.

Agora, ignorância de um advogado civilista e não criminalista, quando você muda para o gênero infração penal, a gente está conseguindo alcançar aqueles casos de múltiplas infrações penais, de múltiplos crimes, mas ainda sem sentença transitada em julgado, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado pelo questionamento, porque ele é totalmente pertinente. Na verdade, nós estamos corrigindo o conceito, porque o conceito de reincidência é: verifica-se a reincidência quando o agente pratica novo crime depois do trânsito em julgado, mas isso eu mudei aqui. Eu falei: "Olha, agora, para efeito de reincidência, basta a confirmação da sentença por um órgão colegiado". Aí, nós teríamos a possibilidade.

Agora, quando se fala em reiteração criminal, a gente está entrando no campo de concurso de crimes. Há o concurso material, no art. 69: "Quando [...] [ele], mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se [...] as penas [cumulativamente] [...]".

Você vai para o art. 70, que é o concurso formal: "Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, [...] aplica-se-lhe [...] [a pena de um só], mas aumentada [...]", como é o caso comum, por exemplo, de um acidente com ônibus que matou 15 pessoas – uma ação, 15 homicídios. Aplica-se a pena de um só e aumenta-se.

E há o crime continuado ou a continuidade delitiva: "Quando [...] [ele] pratica [...] crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar [...] e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro [...]". Não é o caso.

Aqui nós estamos corrigindo. O conceito de reincidência não precisa do trânsito em julgado definitivo, basta um órgão colegiado, e agora não tem mais essa disparidade: se foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contravenção aqui, foi condenado, e depois ele pratica um crime, hoje não é reincidente. Pelo projeto, passa a ser reincidência.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Para discutir também, Presidente.

Primeiro, quero dar os parabéns pela iniciativa do projeto. Eu acho que já é um grande avanço. Tocar na questão do prazo de internação, alterar esse conceito de reincidência já melhora um pouco. Ainda não é aquilo que a gente estava discutindo da habitualidade criminosa, porque é aquilo, não precisa ter nenhum concurso de crimes, são crimes diferentes. Então, aquele cara que rouba 20 celulares num dia, 30 no outro, 50 no outro, isso é um criminoso habitual. E pelo projeto que nós apresentamos, aí vai ficar a critério também do juiz na audiência de custódia medir isso. Mas isso aqui já é um grande avanço, eu acho que é importante.

Com relação ao projeto que a Senadora Damares pautou, parabéns também, Senadora Damares! Acho que essa pauta aqui nos une, independentemente de coloração partidária. (*Falha no áudio.*) ... Senador Contarato. A gente vai fazer um relatório o mais rápido possível, para que se chegue a uma redação, que eu tenho certeza de que vai ser uma redação que vai atender a todo mundo, em especial à autoria do projeto do Senador Fabiano Contarato, porque eu não lembrava que eu também tinha um projeto sobre isso, anterior, mas com o que eu vou me comprometer é fazer ali um substitutivo que atenda. Eu acho que a redação do seu projeto está até mais elaborada do que a do meu. Então, a gente faz uma fusão. Parece que tem mais um projeto também que trata disso. A gente já bota tudo junto, faz um substitutivo. Submeto a V. Exa., a gente leva ao Presidente Otto. Se V. Exa. concordar, ele pode pautar amanhã, se o relatório ficar pronto ainda hoje. Por mim não tem problema nenhum, e a gente consegue dar uma resposta rápida aqui, por parte do Legislativo, de qual é a direção em que nós gostaríamos que a legislação caminhasse.

Só por fim, por muito tempo, Senador Contarato, Damares e Portinho, imperou aqui no Senado, perante as Comissões, uma coisa que atrapalhou muito o andamento dos projetos de lei que tratam dessas alterações na legislação penal, porque tem um projeto que faz uma reformulação do Código Penal como um todo, a reforma do Código Penal, de autoria do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador José Sarney – eu não lembro qual era a data –, mas todos os projetos ficam parados e vão sendo apensados àquele, quer dizer, não anda nem aquele nem essas alterações pontuais que a gente precisa fazer para que a legislação avance.

Então, no que depender aqui desta Comissão e do nosso trabalho junto ao Presidente da CCJ, ainda que nós não resolvamos, com esses projetos pontuais, todos os problemas de segurança pública ou de melhorias na legislação penal, eu acho que é fundamental que eles avancem, porque sempre que a gente junta... "Tem que criar uma Comissão para analisar todos os projetos", tem projetos de lei, projetos de lei complementar, tem PEC, tem que fazer uma série de audiências públicas, são temas que não são consensuais em algumas situações.

Então, acho que o caminho que a gente tem – e é o que eu estou adotando aqui nesta Comissão – é o de fazer com que, ainda que existam projetos que sejam parecidos, que tramitem em separado, que tramitem em conjunto, não importa: eu acho que a gente aqui no Senado, pelo menos, não pode ficar com isso parado nas Comissões.

Então, conte comigo para fazer da forma como eu combinei aqui. Se a gente tiver condições, já, de apresentar amanhã, a gente o faz, se não, também, a semana seguinte é o prazo máximo que eu nos dou aqui para que a gente converse com o Senador Presidente da CCJ e paute esse projeto que eu acho que vai ser uma baita resposta.

Eu, por exemplo, sou a favor da redução da maioridade penal. Eu sei que V. Exa. não é, mas o ótimo é inimigo do bom, no meu ponto de vista. Não vou discutir aqui sobre a redução da maioridade penal, não, mas já é um avanço porque a gente está dando um tratamento a esses criminosos, que se escudam na maioridade penal de 18 anos, para fazer as atrocidades que fazem, inclusive calculando quanto tempo vão ficar submetidos a uma medida socioeducativa para, daqui a pouco, estarem na rua de novo, se é que eles ficam internados.

Então, é só para esclarecer que, da minha parte aqui, vamos trabalhar em conjunto para avançar na atualização dessa legislação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador. Obrigado, Presidente. Eu quero, mais uma vez, parabenizar V. Exa. por ter essa coragem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, ali na Comissão de Meio Ambiente, não seguro projeto. Eu fiz isso com o projeto de licenciamento ambiental, eu falei: "Olhe, não estou aqui..."

Nós fazemos parte de uma Casa que é um Colegiado, vamos para o voto: nós não defendemos a maioria, a democracia?

Agora, eu quero fazer um apelo ao Senador Flávio porque... Eu volto a falar em Victor Hugo. Victor Hugo falava que não há nada mais poderoso do que uma ideia quando o seu tempo chega. Eu apresentei esse projeto para aumentar o período de internação em 2019 – eu estava na Rede Sustentabilidade – e ele não andou: agora chegou o momento de aprovar isso. E a minha assessoria me confirmou que, se for apensado, esse requerimento tem que passar pelo Plenário. Se isso acontecer, eu prefiro que não... Vai ser difícil.

Se essa informação for procedente, que se tenha que passar, por exemplo, para deliberar o requerimento, lá pelo Plenário, aí nós não vamos apurar.

Então, eu faço a sugestão...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não vai para o Plenário, não.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu faço a sugestão... É o Plenário.

Eu faço a sugestão: o senhor pode absorver... Eu estou falando aqui publicamente: absorva o seu projeto, o do Marcio Bittar, e coloque no seu relatório. Eu não faço questão disso, eu só quero que aprove.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Contarato, o que estão me dizendo aqui é que tem um requerente, vai tirar esse requerimento... O Relator pode fazer isso lá no relatório e, fazendo-o, não precisa ir para o Plenário, é isso o que eu estou falando.

Então, pode tirar esse requerimento de apensamento ou de passar por esta Comissão... O meu acordo com ele é este: dar celeridade para não precisar passar por aqui. Desde que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório fique lá comigo, a gente faz essa redação de consenso, aí não precisa passar pelo Plenário, de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É. Você pode até pegar o seu relatório, do seu projeto ou do Marcio Bittar, e adequá-lo ali, desde que fique na essência, como eu fiz, mas a gente tem a chance de aprovar.

Então, eu vou fazer um apelo hoje – e faço votos para que V. Exa. também faça – de que, se for distribuído ainda hoje, porque o Senador Otto estava condicionado à minha conversa com V. Exa... Dando o aval, apresente isso, e amanhã vamos fazer uma pressão para que ele coloque isso na pauta e a gente aprove e, pelo menos, o Senado dê uma resposta: "Olhe, aprovamos o aumento de período de internação".

E, com relação à maioridade penal, com todo o respeito, é o que eu acho. É porque, Senador Portinho, o art. 60 da Constituição Federal é claro, ele fala: não será objeto de emenda constitucional toda alteração, mesmo por PEC, que vise a alterar um direito fundamental. E a maioridade está no direito fundamental como direito constitucional, então há um impedimento na minha humilde opinião, mas eu acho também que o ótimo é inimigo do bom, o caminho que nós temos é aumentar o período de internação e com a minha consciência tranquila.

Tenho recebido críticas, faço parte de um partido... E, num campo progressista, V. Exa. sabe que às vezes a gente é mal interpretado, mas aonde quer que eu vá, eu faço a seguinte proposição: explique para uma mãe que o filho foi vítima de um latrocínio, roubo qualificado pela morte, e que ele vai ficar internado por no máximo três anos; explique para uma mãe que a filha foi estuprada, morta, com ocultação de cadáver, e vai ficar no máximo três anos. Nós temos que dar tratamento igual a comportamento igual, e tratamento diferente a comportamento diferente.

Desculpe por ter me alongado, devolvo para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Para discutir, Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, é necessária esta discussão, o mundo mudou e está tudo diferente, e nós vamos precisar fazer uma discussão com os pés no chão, afastando, inclusive, as nossas ideologias, as nossas diferenças.

Ontem, Presidente Fabiano, aconteceu uma coisa: nós fizemos uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, porque nós estamos avaliando o PNDH-3. O PNDH-3 é de 2009, é ele que norteia toda a política de direitos humanos no Brasil. Só que o mundo mudou de 2009 para cá, então a gente vai precisar atualizar o PNDH-3. E ontem a gente avaliou um objetivo por coincidência, Senador Contarato, o objetivo do Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). Veio a Coordenadora do Estado de Minas do Sinase e ela nos deu a seguinte informação: um menino, no sistema socioeducativo, está custando de R$8 mil a R$22 mil por mês. Eu vou repetir: um menino internado custa de R$8 mil a R$22 mil, depende do estado e da unidade. A gente paga R$22 mil por mês para um menino numa unidade, e esse menino sai e vai para a reincidência. O prazo que eles estão ficando já está sendo considerado muito pequeno para a reeducação, então as próprias unidades ontem se manifestaram a favor de eles ficarem mais tempo, porque o custo é muito alto e o número de reincidência está cada vez maior.

E eles nos disseram ontem que estão recebendo meninos cada vez mais cruéis. O menino de 2010, que era internado, era o batedor de carteira, era o menino que estava na rua fazendo pequenos roubos, hoje estão recebendo meninos extremamente cruéis, que banalizaram a vida, que matam a colega porque têm raiva da felicidade da colega. São esses os meninos que estão chegando. E eles entendem que três anos é muito pouco. E um detalhe, Senador Fabiano, o agente da unidade socioeducativa não pode ter armas, nem dentro, nem fora. E, quando eles estão na rua, por exemplo num assalto, em que pegam a carteira dele e veem que ele é da unidade, matam como se fosse um policial militar. Então, eles estão fazendo uma discussão...

Outra coisa também, as unidades socioeducativas ficam no Ministério dos Direitos Humanos, Flávio; não é no Ministério da Segurança. É porque ele tem um aspecto totalmente de reeducação, de pegar este menino e reeducá-lo. O aspecto é pedagógico. Eu fui a Ministra da pasta, e todo mundo acha que aquele ministério é muito tranquilo; não é. Eu tinha motim igual o Ministério da Justiça tem. Rebelião, tortura, morte. Nos finais de semanas a gente ficava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre em alerta. Então, os mesmos comportamentos que tem no presídio tem numa unidade socioeducativa. E eu não tinha estrutura, como Ministra, igual à do Ministro da Justiça para poder conter...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E era mais fácil de qualquer reação sua ser considerada uma agressão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois é, então a gente vai ter que rever...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Porque o cliente é tido como...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vai ter que rever. Eles estão no sistema de direitos humanos ou no sistema de segurança?

Eu entendo que é pedagógico prender aquele menino e reeducá-lo, mas eles estão chegando cada vez mais cruéis. Vai ter uma hora em que o Ministério dos Direitos Humanos não vai ter condições de gerenciar essas unidades. Então a gente vai ter que fazer uma discussão pé no chão nesta Casa, todo mundo junto. A gente quer que esse menino volte para a sociedade reeducado; mas, do jeito que está, não está dando certo e está ficando cada vez mais caro para os cofres públicos.

Então, foi uma grande coincidência o debate ter sido ontem – elogiaram muito o seu projeto, muito –, uma grande coincidência o debate ter sido ontem, logo após a aprovação. E a gente vai ter que, uma hora, fazer essa discussão aqui nesta Casa. As unidades continuarão no sistema de garantia de direitos ou no sistema de segurança?

Então, parabéns, Senador Contarato, e eu estou à disposição para fazer, sem nenhuma demagogia ou hipocrisia, esse debate, como uma pessoa que cuida e acredita na recuperação do ser humano.

E fica aqui o agradecimento ao Senador Flávio também por todo o apoio nessa luta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Quero só dizer uma coisa, é melhor o senhor me deixar dizer: o senhor quase me convenceu, mas ela me convenceu. (*Risos.*)

Então, conte comigo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Relatório aprovado, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 1.418, com a Emenda 1-CSP.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Transfiro a Presidência ao querido Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Vou passar, então, aqui ao item 1 da pauta.

Mas só para deixar registrado, sobre essa questão de se maioridade penal é cláusula pétrea, há controvérsias.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5598, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018, para dar maior praticidade operacional e resguardo ao instituto do informante do bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.*

Passo a palavra ao Senador Carlos Portinho para leitura do seu relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Flávio Bolsonaro.

É o parecer para leitura do PL 5.598, de 2023.

Presidente, considerando que o parecer foi previamente publicado e que não foram apresentadas emendas – não houve nenhuma emenda –, peço vênia para ir direto à análise.

Análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre o mérito de proposições pertinentes à segurança pública e às políticas públicas de combate à corrupção, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro.

O projeto é meritório e aprimora pontos da Lei nº 13.608, de 2018, que garante proteção integral contra retaliações e isenção de responsabilidade civil ou penal, exceto se houver má-fé (informações falsas conscientemente apresentadas), ao informante de atos ilícitos.

O Projeto de Lei nº 5.598, de 2023, ao mudar a redação do parágrafo único do art. 4º-A da lei, propõe que a proteção integral contra retaliações e a isenção de responsabilização civil ou penal em relação ao relato deve independer do seu recebimento pela unidade de ouvidoria ou correição do órgão, bem como do encaminhamento para apuração, o que entendemos ser bastante recomendável para que o informante efetivamente seja instado a denunciar irregularidades aos seus superiores.

Igualmente, ao acrescer novos parágrafos ao art. 4º-C (§§4º a 6º) – prevendo que o órgão ou o juiz deve definir o valor da recompensa após findo o processo, e que o montante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dependerá da utilidade das informações fornecidas e do grau de cooperação do informante – o PL confere alguma pragmaticidade ao pagamento do prêmio.

São alterações simples, que darão operacionalidade às garantias que a legislação já concede ao informante do bem e que, assim, fortalecerão o instituto do informante do bem.

Procedendo-se a uma pesquisa genérica pelos *sites* de informações governamentais e não governamentais do Brasil, não localizamos quaisquer dados sobre a aplicabilidade da recompensa aos informantes. Suspeita-se que ou o seu uso está reservado a processos judiciais sigilosos e, por isso, reservados e excepcionais, ou – o que acreditamos – não há a utilização disseminada dessa ferramenta. É dizer: referida lei "não pegou".

Por tal razão, nos parece recomendável que a norma seja revista, para que se acresçam aspectos operacionais, como os citados, que facilitarão o conhecimento e utilização da recompensa. Prever o momento (o final do processo) e a forma do seu pagamento, bem como os critérios para mensuração do valor (utilidade das informações fornecidas e do grau de cooperação), certamente auxiliará o aplicador da norma a inseri-la em suas decisões.

Note-se que são medidas que incrementam a participação cidadã na apuração de atos ilícitos e que auxiliam o combate aos crimes contra a administração pública.

Assim, ainda que se saiba que a legislação "*whistleblower*" no país ainda carece de maior amplitude, conferir eficiência ao pagamento da recompensa certamente é um primeiro passo para esse objetivo.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.598, de 2023.

É esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Portinho, eu fiquei com a dúvida: como é que pronuncia esse negócio aí, hein?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – *Whistleblower*.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – *Whistleblower*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerra-se a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 5.598, de 2023.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão, desejando uma boa semana a todos.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e dezessete minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência dos Senadores Flávio Bolsonaro e Magno Malta, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Wellington Fagundes, Augusta Brito e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Pedro Chaves e Rogerio Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 18, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestarem esclarecimentos acerca de fatos descritos no relatório investigativo intitulado "Arquivos do 8 de Janeiro: por dentro da força-tarefa judicial secreta para prisões em massa", publicado pela organização internacional Civilization Works, sob autoria do jornalista Michael Shellenberger: o Senhor Eduardo Tagliaferro, ex-Chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação (AEED) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); o Senhor Marco Antônio Martins Vargas, juiz auxiliar no gabinete do Ministro Alexandre de Moraes; e o Senhor Airton Vieira, juiz instrutor no gabinete do Ministro Alexandre de Moraes." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Resultado:** Aprovado o requerimento, com o voto contrário da Senadora Ana Paula Lobato. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Projeto de Lei n° 205, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 2º do art. 122 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para vedar a concessão de saída temporária aos reincidentes e aos condenados por crime hediondo." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao projeto e à Emenda nº 1, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e à Emenda nº 1, na forma da Emenda nº 2-CSP (substitutivo). **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Projeto de Lei n° 839, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 12.850, de 2 de agosto de 2013, 7.210, de 11 de julho de 1984, 8.069, de 13 de julho de 1990, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer o tratamento penal dos líderes das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizações criminosas armadas que reconhecidamente se valham de violência e grave ameaça para cometer crimes." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Nos termos do art. 121 do Regimento Interno, a matéria é incluída como extrapauta. O Presidente da Comissão, Senador Flávio Bolsonaro, designa o Senador Márcio Bittar relator da matéria, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. Apreciação da matéria adiada. **2ª Parte - Emendas da CSP ao Projeto da LDO 2026**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CSP à CMO, referentes ao PLDO 2026 (PLN 2/2025), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências". Relator: Senador Flávio Bolsonaro. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à apresentação das três emendas de propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 e das treze emendas propostas ao texto do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2 de 2025, a seguir detalhadas: Emendas à meta: a) 50390001 | Ementa: Emenda 1-CSP - Objetivo Específico nº 0445 do PPA - 5116 | Alteração à meta: 21 | Autores: Styvenson Valentim, Hamilton Mourão, Sergio Moro e Carlos Portinho; b) Número: 50390002 | Ementa: Emenda 2-CSP - Objetivo Específico nº 0402 do PPA - 5116 | Alteração à meta: 27 | Autores: Jaques Wagner, Damares Alves e Fabiano Contarato; c) Número: 50390003 | Ementa: Emenda 3-CSP - Objetivo Específico nº 0121 do PPA - 5115 | Alteração à meta: 363 | Autores: Hamilton Mourão e Damares Alves; Emendas ao texto: d) Número: 50390004 | Ementa: Emenda 4 – CSP | Referência: Anexo III, Seção II, Inciso IV | Tipo: Aditiva | Autor: Marcos do Val; e) Número: 50390005 | Ementa: Emenda 5 – CSP | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção IX, Art 74, Inciso XIII | Tipo: Modificativa | Autor: Marcos do Val; f) Número: 50390006 | Ementa: Emenda 6 – CSP | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 28 | Tipo: Aditiva | Autor: Esperidião Amin; g) Número: 50390007 | Ementa: Emenda 7 – CSP | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 28 | Tipo: Aditiva | Autor: Esperidião Amin; h) Número: 50390008 | Ementa: Emenda 8 – CSP | Referência: Anexo III, Seção II, Inciso IV | Tipo: Aditiva | Autor: Hamilton Mourão; i) Número: 50390009 | Ementa: Emenda 9 – CSP | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 28 | Tipo: Aditiva | Autor: Hamilton Mourão; j) Número: 50390010 | Ementa: Emenda 10 – CSP | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 28 | Tipo: Aditiva | Autor: Hamilton Mourão; k) Número: 50390011 | Ementa: Emenda 11 – CSP | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 17 | Tipo: Aditiva | Autor: Hamilton Mourão; l) Número: 50390012 | Ementa: Emenda 12 – CSP | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 28 | Tipo: Aditiva | Autor: Hamilton Mourão; m) Número: 50390013 | Ementa: Emenda 13 – CSP | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 28 | Tipo: Aditiva| Autor: Hamilton Mourão; n) Número: 50390014 | Ementa: Emenda 14 – CSP | Referência: Anexo III, Seção II, Inciso IV | Tipo: Aditiva | Autor: Jorge Seif; o) Número: 50390015 | Ementa: Emenda 15 – CSP | Referência: Anexo III | Tipo: Aditiva | Autor: Carlos Portinho; p) Número: 50390016 | Ementa: Emenda 16 – CSP | Referência: Anexo III |

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tipo: Aditiva | Autora: Damares Alves. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 22ª reunião e da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DO ESPORTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 16 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Leila Barros e Carlos Portinho, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Plínio Valério, Pedro Chaves, Alan Rick, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Jorge Kajuru, Romário, Wellington Fagundes, Teresa Leitão e Augusta Brito; dos Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão, e dos Deputados Federais Laura Carneiro, Presidente da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, e Luiz Lima. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Eduardo Girão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 27/2025 - CEsp, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ), REQ 28/2025 - CEsp, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ), REQ 29/2025 - CEsp, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF), e REQ 32/2025 - CEsp, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Finalidade:** Reunião conjunta da Comissão de Esporte do Senado Federal e da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, com o objetivo de dialogar sobre os vetos presidenciais apostos à Lei nº 14.597, de 2023 - a Lei Geral do Esporte - e seus impactos no ordenamento jurídico esportivo nacional. **Participantes:** Sr. Caio Pompeu Medauar de Souza, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo - IBDD; Sr. Tharcísio Anchieta, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF; Sr. Emanuel Rego, Diretor-Geral do Comitê Olímpico do Brasil - COB; Sr. Rodrigo da Paz Ferreira Darbilly, Assessor Jurídico da Confederação Brasileira de Futebol - CBF; Sra. Iziane Castro Marques, Secretária Nacional de Excelência Esportiva - SNE (representante de: Ministério do Esporte); Sr. Luiz Lima, Deputado Federal; Sra. Fabiana Bentes, Presidente do Instituto Sou do Esporte; Sr. Ricardo Nobre, Gerente Jurídico do Comitê Olímpico do Brasil - COB; Sr. Gabriel Ribeiro Lima, CEO da Liga Forte União - LFU; Sr. Luís Otávio Veríssimo Teixeira, Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD; Sr. Pedro Trengrouse, Presidente da Comissão de Direito Desportivo da OAB/RJ; Sr. Jorge Henrique Pereira Borçato, Presidente da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol - FENAPAF; e Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rinaldo José Martorelli, Conselheiro da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol - FENAPAF. **Manifestações:** A Senadora Leila Barros reiterou a importância desta audiência pública para dialogar sobre os vetos remanescentes à Lei Geral do Esporte. Mencionou governança, responsabilidade das entidades quanto ao financiamento do esporte, atuação dos atletas, valorização de ligas, fomento ao esporte de base e inclusão social. Afirmou que o veto que considera mais importante a ser debatido e derrubado é o da perenização da Lei de Incentivo ao Esporte, tema que também é objeto de um projeto de lei com votação prevista para o mesmo dia no Plenário do Senado Federal. A Deputada Federal Laura Carneiro agradeceu a união das comissões e propôs preparar um texto que alinhe a Lei Geral à antiga Lei Pelé, para que todos os vetos sejam tratados de forma conjunta. Destacou que os vetos causam impasse constante e defendeu um acordo coletivo. O Senador Carlos Portinho relembrou a tramitação da Lei Geral do Esporte por mais de dez anos, com participação coletiva de senadores e realização de audiências públicas. Criticou vetos, alguns, inclusive, principiológicos, segundo seu entendimento. Mencionou acordos firmados com a Ministra Ana Moser e, posteriormente, com o Ministro Fufuca. Defendeu a retomada do debate com o setor esportivo para buscar consensos e tratar divergências por meio de legislação específica. A Sra. Fabiana Bentes, do Instituto Sou do Esporte, apresentou estudo do PIB do esporte viabilizado por emenda parlamentar. Informou que o setor representou 1,69% da economia em 2023 e gerou 3,3 milhões de empregos. Afirmou que cada R$1 investido gera retorno de R$23,36; para o poder público, o retorno é de R$12,83. Relatou dificuldades com dados, falta de transparência e ausência de regulamentação. Defendeu a garantia da perenização da Lei de Incentivo ao Esporte. O Deputado Federal Luiz Lima criticou os 397 vetos como excessivos e desproporcionais. Apontou insegurança jurídica e defendeu a derrubada dos vetos aos arts. 1º, §§2º e 3º, 20 a 24, 103 a 141, entre outros. Questionou os impactos da revogação da Lei Zico, da Lei do Bolsa Atleta e do Estatuto do Torcedor. Questionou a desvinculação do Brasil das diretrizes da Carta Olímpica e da Unesco. A Sra. Iziane Castro Marques, do Ministério do Esporte, afirmou que os vetos foram manifestações da gestão anterior e que o Ministério do Esporte está revisando os pareceres com apoio técnico. Declarou abertura ao diálogo e apoio à construção de consensos. Destacou a importância do PLP 234/2024 para o ecossistema esportivo. O Sr. Emanuel Rego, do COB, agradeceu a realização da audiência e alertou que, sem relação com a Carta Olímpica, o Brasil não poderá participar dos Jogos Olímpicos. Defendeu isenções fiscais para importação de materiais esportivos, especialmente para ginástica e vôlei. Apontou a necessidade de definir o conceito de atleta profissional e proteger o sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional previsto no art. 25. O Sr. Ricardo Nobre, do COB, confirmou que regras internacionais já são adotadas pelas confederações nacionais. Reforçou a importância das isenções previstas nos arts. 104 a 118 e da admissão temporária de materiais. Defendeu a isenção de tributos para organizações esportivas e na contraprestação de patrocínios. Destacou a importância da edição de normas próprias por modalidade (art. 27, II) e apontou a insegurança jurídica provocada pela coexistência entre a Lei Pelé e a Lei Geral. O Sr. Gabriel Ribeiro Lima, da Liga Forte União, defendeu a manutenção do veto aos arts. 123 a 128, relacionados à Faap, criticando a ausência de prestação de contas. Reforçou a urgência da tramitação da atualização da Lei da SAF e mencionou que a coexistência entre as leis causa insegurança para os clubes. O Sr. Rodrigo da Paz Ferreira Darbilly, da CBF, defendeu a derrubada do veto ao art. 27, II, por entender que cada modalidade deve ter seu código esportivo. Apontou justificativas genéricas nos vetos e incoerência entre dispositivos vetados e mantidos. Relatou insegurança jurídica provocada pela sobreposição entre a Lei Pelé e a Lei Geral do Esporte e citou 40 enunciados do Judiciário sobre o tema. O Sr. Luís Otávio Veríssimo Teixeira, do STJD, ressaltou que o CBJD tem 16 anos e está defasado. Disse que a Lei Geral do Esporte dá autonomia às entidades para definirem suas estruturas e regulamentos disciplinares. Alertou para o aumento do poder das entidades de administração e destacou a importância de equilíbrio na estrutura da Justiça Desportiva. O Sr. Pedro Trengrouse, da OAB-RJ, classificou os vetos como "esquizofrênicos". Disse que os vetos foram mal justificados e contrariaram a vontade do Congresso. Defendeu a derrubada ampla dos vetos. Apoiou a manutenção do veto à Faap e propôs rediscutir o modelo de previdência dos atletas. O Sr. Jorge Henrique Pereira Borçato e o Sr. Rinaldo José Martorelli, da Fenapaf, agradeceram o espaço e defenderam a preservação da Lei Pelé. Alertaram para o risco de perda de direitos dos atletas com a nova lei. Criticaram medidas que favorecem a elite do futebol e alertaram para o impacto das SAFs nas relações de trabalho e nos clubes menores. O Sr. Caio Pompeu de Souza, do IBDD, defendeu a derrubada do veto à Justiça Desportiva (item 14.23.052). Relatou dificuldades práticas nas modalidades e ausência de qualificação nos tribunais. Sugeriu criação de tribunais com estrutura técnica e possibilidade de remuneração de auditores. O Sr. Tharcísio Anchieta, do Confef, defendeu a derrubada dos vetos ao §3º do art. 1º (Carta Olímpica e Carta da Educação Física da Unesco) e ao §1º do art. 21 (composição do Conselho Nacional do Esporte). Destacou a importância da escola e da educação física para o desenvolvimento esportivo e a necessidade de o Conselho ter sua composição fixada em lei. **Encaminhamentos:** Foi consenso entre os participantes da audiência pública a necessidade de derrubar os seguintes vetos à Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

14.597/2023 (Lei Geral do Esporte), por comprometerem princípios e garantias fundamentais ao desenvolvimento do setor esportivo: 1. Art. 1º – Vinculação à Carta Olímpica e a tratados internacionais: essencial para manter o alinhamento do Brasil com a lex sportiva e garantir a participação em competições olímpicas e internacionais; 2. Arts. 104 a 118 – Isenção fiscal para materiais esportivos, eventos e patrocínios: medida considerada estratégica para viabilizar o funcionamento das modalidades, reduzir custos e atrair grandes eventos esportivos ao país; 3. Art. 27, II – Autonomia das entidades esportivas para instituírem seus próprios códigos disciplinares: considerada indispensável para respeitar as especificidades de cada modalidade e harmonizar o sistema nacional com os regulamentos internacionais; e 4. Art. 21, §1º – Composição legal do Conselho Nacional do Esporte: visando assegurar a pluralidade, representatividade e participação democrática das entidades e profissionais do setor na governança esportiva. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 33, de 2025** que: "Requer sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Esporte, André Fufuca, informações sobre o Programa Segundo Tempo (PST), com especial atenção às ações realizadas desde o início do atual Governo Federal, em 2023, a fim de subsidiar a avaliação de política pública em curso nesta Comissão." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 34, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2025 - CEsp seja incluído o convidado Vinicius Machado Calixto, Consultor Legislativo do Senado Federal." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/16

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de julho de 2025, em conjunto com a reunião da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados.

Sras. e Srs. Senadores, demais autoridades, representantes do setor esportivo e todos que nos acompanham, bom dia.

É com grande satisfação que iniciamos mais uma reunião da Comissão de Esporte do Senado Federal, realizada conjuntamente com a Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados.

Por força do requerimento e da brilhante iniciativa de autoria do Senador Carlos Portinho, reunimos as Comissões das duas Casas do Congresso Nacional, numa demonstração inequívoca de sinergia em defesa do esporte brasileiro, para debater um tema de profunda relevância para o nosso país e para o nosso setor: os vetos presidenciais apostos à Lei nº 14.597, de 2023, a nossa Lei Geral do Esporte, e seus impactos no ordenamento jurídico esportivo nacional.

Tive a honra e a responsabilidade de ser a Relatora da Lei Geral do Esporte aqui no Senado e, portanto, tenho enorme interesse em aprofundar o diálogo sobre os vetos remanescentes, justamente porque acompanhei, de perto, cada passo da construção desse novo marco legal. Inclusive, eu quero reconhecer aqui, de forma presencial, o trabalho do Senador Carlos Portinho. Ele foi o segundo Relator. Eu e ele, assim, foi uma dobrada muito bacana...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É, foi construída a quatro mãos, o trabalho também do Deputado Luiz Lima... A gente tem que reconhecer isso, não é, Luiz? Você... Eu falo que a gente saiu do esporte, mas ele, graças a Deus, não saiu da gente, e a gente sabe desse trabalho incrível.

Iziane também... Prazer tê-la aqui conosco – Iziane dando a sua contribuição, hoje, no Executivo.

Fico feliz de ver, de alguma forma, atletas, ex-atletas, advogados, pessoas envolvidas no esporte sempre à frente, aqui, no Congresso Nacional, tendo bravas e excelentes atuações.

Trata-se de uma legislação que consolidou, modernizou e organizou regras antes dispersas, estabelecendo bases sólidas para o desenvolvimento do esporte brasileiro em todas as suas dimensões.

Sabemos que alguns dos vetos já foram analisados e decididos pelo Congresso, mas permanecem dispositivos fundamentais, que ainda aguardam definição. Entre eles, temas sensíveis, como a governança, a responsabilidade das entidades quanto ao financiamento do esporte, a atuação dos atletas, a valorização de ligas e, sobretudo, o fomento ao esporte de base e à inclusão social por meio do esporte, aspectos que, se não forem assegurados, podem comprometer políticas públicas tão necessárias, especialmente nas regiões mais vulneráveis do nosso país.

Por isso, reitero a importância desta audiência pública. Precisamos ouvir, dialogar e buscar caminhos legislativos ou interpretativos que preservem ou aperfeiçoem os avanços obtidos na tramitação da lei, garantindo que o esporte continue a ser uma ferramenta de cidadania, saúde, educação e principalmente inclusão.

Senhoras e senhores, como faço a cada semana, eu não poderia deixar de registrar as últimas conquistas do nosso esporte, que ilustram bem a vitalidade e o potencial do Brasil no cenário esportivo mundial.

No futebol feminino, celebramos a vitória do Brasil sobre a Venezuela na estreia da Copa América Feminina – fora o Mundial de Clubes, em que as quatro equipes foram incríveis. A vitória

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi do Chelsea, mas temos que reforçar não só o trabalho das quatro equipes que estiveram lá, mas também a incrível atuação das torcidas.

Também tivemos conquistas expressivas na vela, com Said Royo e Bernardo Bacha, que se sagraram campeões mundiais da Classe 420, na Turquia.

No vôlei, a seleção brasileira feminina deu um espetáculo – não vou falar "ao atropelar", não é, gente? – sobre a equipe do Japão na VNL.

No *skate*, a Raíssa Leal brilhou mais uma vez ao conquistar o título da etapa aqui de Brasília do SLS.

Falando em Brasília, eu gostaria de saudar os policiais legislativos do Senado, que conquistaram 17 medalhas nos Jogos Mundiais de Polícia e Bombeiros, exemplo de dedicação que nos enche de orgulho.

Tem muito mais, gente, mas nós temos uma audiência bem extensa.

É por tudo isso que precisamos zelar pela integridade da Lei Geral do Esporte.

Antes, porém, de encerrar, eu não poderia deixar de tratar do veto que considero o mais importante a ser debatido e derrubado e que tem tudo para ser resolvido definitivamente hoje no Plenário do Senado Federal. Refiro-me à tão sonhada perenização da Lei de Incentivo ao Esporte, medida que foi proposta e aprovada no meu parecer da Lei Geral do Esporte e que acabou sendo vetada. Hoje, eu terei a honra de relatar, no Plenário desta Casa, o PLP 234, de 2024, que torna permanente a Lei de Incentivo ao Esporte e que foi aprovado anteontem na Câmara dos Deputados.

Na pessoa do Deputado Luiz Lima e da nossa Presidente da Comissão do Esporte, a Deputada Laura Carneiro, eu queria parabenizar a Câmara Federal, também na figura do seu Presidente Hugo Motta, pelo trabalho muito relevante, aprovado por unanimidade. Isso quer dizer que nós contamos hoje – e quero reforçar isso ao setor – com a sensibilidade e o entendimento dos Parlamentares, fruto também do trabalho de nós que estamos aqui nesta Casa, sobre a importância do esporte. O esporte não é gasto; é investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ver hoje, na apresentação do PIB do esporte, que o Senador Carlos Portinho trouxe – a Fabiana Bentes está aqui para fazer a apresentação –, o tamanho da importância do esporte na geração de emprego na nossa economia. É um setor pujante, e nos orgulha muito todo o trabalho desse setor.

Vamos lá, gente.

Esperem só um minuto. (*Pausa.*)

Bem-vinda, Deputada Laura, Presidente da nossa Comissão do Esporte da Câmara.

O PLP 234, de 2024, que torna permanente a Lei de Incentivo ao Esporte, foi aprovado na Câmara, e agora estamos todos empenhados na aprovação do regime de urgência para votá-lo definitivamente hoje – será votado hoje. Teremos a votação do regime de urgência e, se Deus quiser, teremos a votação definitivamente no Senado no dia de hoje, dando este verdadeiro reconhecimento ao esporte nacional pela sua contribuição social e econômica ao país.

Parabenizo todos os envolvidos, saúdo todas as Deputadas e os Deputados pela unanimidade na votação e agradeço a compreensão e o apoio do Governo Federal, bem como a confiança do Presidente Davi Alcolumbre e dos Líderes, assim como do Presidente Hugo Mota, na Câmara, para que hoje possamos consolidar esta conquista que representa um marco fundamental na história do esporte brasileiro.

Inclusive, antecipo que, em virtude do envolvimento com este assunto da aprovação da urgência e da relatoria da matéria, terei o prazer, em momento oportuno, de transferir a Presidência desta reunião para o proponente, Senador Carlos Portinho.

Desejo que esta reunião seja produtiva e capaz de avançar no entendimento entre todos os atores envolvidos, pois precisamos manter o esporte brasileiro forte, inclusivo e sustentável. E que, no final do dia, possamos celebrar a aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte em definitivo para todo o sempre.

Viva o esporte brasileiro, e vamos à nossa audiência! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, eu passo a palavra à Deputada Federal Laura Carneiro, Presidente da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, para sua manifestação inicial. Na sequência, eu passo para os demais, e vamos à audiência.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. Pela ordem.) – Bom dia a todos.

Perdão pelo pequeno atraso, mas ontem foi um dia muito frutífero em vários aspectos. Nós votamos muitas matérias, inclusive a chamada PEC dos municípios, que é muito importante para os municípios brasileiros. Eu espero que esse dinheirinho que vai sobrar eles invistam no esporte.

Queria agradecer à Senadora Leila, agradecer ao Senador Portinho, em meu nome, em nome do Deputado Luiz Lima, em nome dos Deputados da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, e dizer a vocês que a ideia hoje é um pouco conversar, ouvir, para a gente achar um caminho.

Leila, eu discutia ontem com o Luís Otávio, aqui presente, e talvez o caminho seja não votar os vetos, mas, juntos, prepararmos um texto que alinhe as necessidades da Lei Geral à antiga Lei Pelé – o que é preciso manter da Lei Pelé na Lei Geral. Aí, alteraríamos a Lei Geral e poderíamos tentar caminhar e aprovar todos os vetos já com um novo texto. Então, eu acho que essa é a linha que eu proponho, para que a gente possa avançar.

Esses vetos estão para serem votados, Portinho, acho que há dois anos, três anos, quatro anos, e podem ficar mais quatro sem serem votados. Então a gente não resolve o problema, continua no impasse. E, já que a gente está num ano bom – conseguimos aprovar a Lei de Incentivo ao Esporte, e eu tenho certeza de que a Senadora Leila hoje vai fazer votá-la no Senado –, talvez este seja um caminho numa construção coletiva: que façamos o mesmo projeto na Câmara e no Senado e o votemos muito rapidamente; que façamos um projeto articulado entre todos nós, que a gente possa fazer, nem que sejam dois que se encontrem ao mesmo tempo; e que possamos votar essa matéria e acabar com esses vetos. Porque é absolutamente angustiante, toda vez que a gente tem uma sessão do Congresso: "vai votar o veto", se organiza; "não vai mais votar o veto", se desorganiza. E o esporte não cresce, e as matérias não se desenvolvem como deveriam se desenvolver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, queria agradecer a possibilidade de unir a Comissão da Câmara dos Deputados à Comissão do Senado, para que a gente possa, como, aliás, o esporte permite, avançar irmanados.

Muito obrigada. Que seja uma ótima reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT - DF) – Muito bom.

Laura, eu estava até conversando com o Senador Portinho aqui: na verdade, quando o Governo entrou em contato para falar a questão dos vetos, já tinha sido alinhado entre o Governo e nós aqui que nós iríamos apresentar esse projeto. Na verdade, o texto já está pronto. Se houver um consenso entre Câmara e Senado... Nós podemos até sentar depois e fazer essa discussão, inclusive, até aprimorar e repensar algumas posições quanto ao que já foi feito no texto mediante essa audiência pública aqui, que eu acho que vai ser muito importante também, mas a gente já tem – não é, Yoram? –, inclusive, adiantado esse texto. Estamos aguardando esse o.k. do Governo, do apoio do Governo também a essa iniciativa. Então, é uma questão de conversa, né?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Senadora, se V. Exa. me permite um aparte...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT - DF) – Por favor.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. Pela ordem.) – Eu diria que para nós não importa a autoria, até porque termos como autora uma medalhista não é nada ruim; ter a Leila como autora dessa matéria só dignifica o esporte. Portanto, para mim, Deputado Luiz Lima, e tenho certeza de que para todos os Deputados que trabalham nessa temática, não será nenhum prejuízo, ao contrário: se a gente conseguir montar esse acordo e o Senado, que é sempre muito mais rápido que nós, aprovando aqui rapidamente, é muito mais fácil que a gente consiga votar rapidamente, em regime de urgência, na Câmara dos Deputados. E lá nós fazemos as declarações, damos os parabéns... O importante é que isso foi fruto do coletivo do esporte brasileiro e que vai avançar na transformação da vida dos brasileiros. É isso que nos interessa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT - DF) – Perfeito, Deputada.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira é a audiência pública interativa e a segunda é deliberativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeira parte: audiência pública. Essa parte destina-se à realização de audiência conjunta da Comissão de Esporte do Senado Federal, com o objetivo de dialogar sobre os vetos presidenciais apostos à Lei nº 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte), e seus impactos no ordenamento jurídico esportivo nacional, em atenção ao Requerimento nº 27/2025, da CEsp, Requerimento nº 28, Requerimento nº 32, de autoria do Senador Carlos Portinho, Requerimento nº 29, da CEsp também, de autoria da Senadora Leila Barros, Requerimento nº 97 da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, de autoria da Deputada Federal Laura Carneiro.

Participam desta audiência pública os seguintes convidados: Sr. Luiz Lima, Deputado Federal; Sra. Iziane Castro Marques, Secretária Nacional de Excelência Esportiva do Ministério do Esporte; Sr. Emanuel Rego, Diretor-Geral do Comitê Olímpico do Brasil (COB); Sra. Fabiana Bentes, Presidente do instituto Sou do Esporte; Sr. Gabriel Ribeiro Lima, CEO da Liga Forte União; Sr. Rodrigo da Paz Ferreira, Assessor Jurídico da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); Sr. Luís Otávio Veríssimo Teixeira, Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD); Sr. Pedro Trengrouse, Presidente da Comissão de Direito Desportivo da OAB-RJ; Sr. Jorge Henrique Pereira Borçato, Presidente da Federação Nacional dos Atletas Profissionais do Futebol; Sr. Caio Pompeu de Souza, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo, que participará por videoconferência; e Sr. Tharcísio Anchieta, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Educação Física (Confef), que participará por videoconferência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/e-cidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos – fiquem à vontade. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu vou passar agora o comando da audiência pública à Deputada Laura Carneiro, que vai comandar esta primeira parte. Nós teremos dois turnos de sessão hoje, então, na parte da manhã, a Deputada comanda e, na parte da tarde, o Senador Carlos Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Muito obrigado, Leila.

Antes, eu queria só fazer um importante registro, e vou ser muito breve, porque hoje a gente está aqui para ouvi-los sobre os vetos.

Primeiro, faço o reconhecimento de que o esporte está muito bem representado aqui, tanto na Câmara, quanto no Senado. Nesta mesa, a gente tem dois atletas olímpicos – três, perdão, perdão, é que eu olhei para a direita, Iziane, perdão –, três atletas olímpicos, mas eu digo, como Parlamentar, com o Luiz Lima e a Leila Barros, então, que o esporte tem representação. Eu sou um advogado desportivo – não é, Pedro? –, mas os nossos atletas, que viveram todas as experiências do esporte, têm muito mais a acrescentar.

Quero também fazer o registro, aí, sim, vou incluir todos, da participação feminina. A Presidente da Comissão de Esporte do Senado é uma mulher, a Presidente da Comissão de Esporte da Câmara é uma grande mulher, a Secretária Nacional de Excelência Esportiva é uma mulher, então, estão todas muito bem representadas. (*Palmas.*)

Isso é fundamental, Leila, e eu sei que é importante, você é uma grande defensora da participação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, aqui temos de todos os partidos, então, a causa que nos une é o esporte, é o que nos interessa, o esporte brasileiro.

Quero só fazer um breve retrospecto, rápido, para poder, inclusive, introduzir o assunto.

A Lei Geral do Esporte tramitou durante dez anos, talvez até um pouco mais, aqui no Senado Federal. Quando eu cheguei aqui, a Leila assumiu a relatoria, e a gente percebeu que ela já estava defasada, dez anos, muita coisa aconteceu, a gente evoluiu. Foi preciso muitas emendas, e foi um trabalho conjunto da Leila, do Romário, do Kajuru. Fizemos audiências públicas aqui no Senado e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi – eu vivi, eu posso falar – uma participação coletiva. A gente incentivou o debate para aperfeiçoar um texto que, naturalmente, pelo tempo, precisava dessa atualização.

Depois de aprovado o texto, com seus erros, seus acertos – toda legislação é assim, é dinâmica, a gente pode ir melhorando-a aos poucos –, a gente foi surpreendido com uma infinidade de vetos ao texto. Alguns vetos, inclusive, principiológicos, né? Por exemplo, logo o primeiro veto, que diz que esta lei deve ser aplicada em consonância com os atos internacionais – o que é óbvio – aos quais o país tenha aderido e que não substitui as normas internas e transnacionais das organizações esportivas. Fantástico! Vetaram isso por quê? Isso é princípio, princípio do esporte, da associação esportiva mundial, das federações, das confederações, enfim, quem é do ramo entende. Eu não consigo entender, porque não tem mérito nisso, né? O Brasil já é signatário de diversos tratados. Enfim...

Então, a gente viu que... Eu peguei um veto simples para mostrar que, então, naqueles que têm mérito, a gente precisa debater. E logo a gente foi à Ministra Ana Moser, né, Leila? E a gente fez um acordo ali com ela. É lógico que quem a substituiu não está comprometido com esse acordo, mas eu não posso deixar de dizer isto: houve um acordo sobre manutenção, derrubada e sobrestamento de alguns para que a gente fizesse uma legislação própria que pudesse debater mais os assuntos. Por exemplo, a cláusula penal do atleta seria sobrestada, e a gente apresentaria um projeto de lei, que está apresentado aqui, nos mesmos termos para a gente fomentar o debate, né? Foi feito esse acordo. Infelizmente, nossa Ministra Ana Moser não continuou no cargo. E não posso dizer que o acordo foi descumprido, porque nós fizemos o acordo com a Ministra, entrou outro, e ele não está comprometido com o acordo. Mas nos sentamos com o Ministro Fufuca, encaminhamos...

A Julia Gelli está aqui presente também, uma grande mulher que conheço desde o Tribunal Desportivo, né?

E nós também, entre alguns desencontros, conseguimos chegar a coisas menores, ao mínimo de um acordo, que passava, inclusive, por liberar o Fundo Nacional do Esporte ao Ministério dos Esportes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você, claro, porque vocês precisam saber disso. E a audiência é para isso.

Foi feito o acordo de que o fundo nacional, que ia estar no Ministério da Fazenda, se eu não me engano, iria para o Ministério do Esporte. E foram feitos acordos muito menores com a Ana Moser, com o Ministro Fufuca. Maravilha! Tivemos a sessão do Congresso Nacional e cumprimos, aqui no Congresso, a nossa parte, o Fundo Nacional do Esporte foi para o Ministério do Esporte. Aliás, eu também concordo, lógico, com isso, né? Mas o resto não foi cumprido.

E aí nós tivemos três ou quatro sessões do Congresso e não conseguimos avançar. Por quê? Porque houve uma dispersão natural pelo tempo. E é por isso o meu requerimento...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – E algumas intervenções.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E algumas intervenções.

Por isso, eu decidi pelo requerimento, consultando aqui a Leila... E fiquei muito feliz, Laura, que vocês pensaram o mesmo, porque a gente precisava reunir de novo o setor esportivo para que a gente pudesse, pelo menos, daqui extrair alguns consensos. No que a gente não tiver consenso, não tem problema nenhum, faz parte do debate, ou sobrestá ou mantém o veto e vamos tratar aí numa legislação específica com maior discussão.

Então, esse foi, Luiz Lima, o histórico de como chegamos aqui. Eu quero agradecer... Hoje talvez aqui seja o local mais cheio do Senado Federal, porque nós estamos em sessão remota e são vocês...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É o único talvez do Congresso. E vocês, por isso, atenderam ao chamado. O esporte está aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A gente faz uma sessão de terapia de vez em quando, né? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adorei. É isso aí. É isso aí. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Bom, Senador Portinho, V. Exa. se esqueceu de dizer que nós somos mulheres e, portanto, vocês, todos homens, sabem que se não sair dessa vez, não sai nunca mais. (*Risos.*)

Bom, queria começar então com a Presidente Fabiana Bentes, do Instituto Sou do Esporte. V. Sa. tem a palavra por até dez minutos.

A SRA. FABIANA BENTES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Muito obrigada, Senadora Leila, Senador Portinho, Deputada Laura Carneiro, Deputado Luiz Lima, Secretária Iziane. Obrigada a todos.

Aqui eu venho apresentar um trabalho que a gente fez, o Instituto Sou do Esporte, por uma emenda parlamentar do então Deputado Federal Paulo Ganime, do Partido Novo. Uma emenda que saiu em 2024, por isso que o estudo é referente a 2023. E a Sou do Esporte fica muito feliz de trazer esse trabalho aqui e ter culminado com essa votação da Lei de Incentivo ao Esporte, porque uma das nossas maiores dúvidas era efetivamente... A gente sabia que havia uma representatividade econômica do esporte, mas a gente não sabia de quanto. E era muito difícil, em 2020, quando a gente começou esse projeto – estamos em 2025... A gente sabia que tinha uma necessidade urgente de falar o que o ecossistema de economia do esporte representava para o país, e, efetivamente, tinha um receio de que a gente tivesse essa economia e que ela não fosse tão representativa, mas a gente acreditava que ela era, e efetivamente é.

Então, eu vou fazer uma apresentação até breve. Qualquer dúvida, caso queiram, depois vocês podem entrar em contato comigo. Vamos lá.

O PIB do esporte foi viabilizado pela emenda, como eu falei, executado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, em função de ter sido uma pesquisa. Na ocasião, foi o que foi designado. Então, eu vou passar.

O Lars Grael era o embaixador do nosso projeto. Eu vou ser breve.

Bom, na hora em que foi determinar o que seria o esporte, a gente atualizou exatamente o que segue a Lei Geral do Esporte: formação esportiva, excelência esportiva, esporte para toda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vida. E a gente queria apresentar a quantificação do impacto econômico, o entendimento da indústria produtiva e o levantamento das informações estratégicas, exatamente para a gente continuar evoluindo o esporte no país.

Vale ressaltar que de 2022 a 2023, a economia do Brasil cresceu acho que 2,9% e o esporte cresceu 4,1%. Então, mesmo com todos os problemas, todas as questões relacionadas ao esporte que a gente tem, a nossa luta, a economia do esporte mostrou que é viva e é grande.

Bom, a gente tem aqui: quantificar a contribuição econômica do esporte, fornecer bases sólidas para formulação de políticas públicas, potencializar os investimentos privados na indústria, fortalecer a indústria, apoiar a pesquisa e a educação; e ressaltar a importância da tecnologia no esporte. E o método da renda do IBGE foi o método que a gente utilizou para essa análise. Então, às vezes, me perguntam: "Fabiana, qual é a modalidade mais representativa?". A gente não está falando de representatividade de modalidade; a gente está falando do ecossistema do esporte. O massagista que eventualmente trabalhe para o futebol pode ser o mesmo para o tênis de mesa. Então, a gente está falando de emprego, de renda, da economia que se gera em torno do esporte brasileiro.

Tem um *delay*.

Então, a gente mapeou a definição do esporte, o alinhamento das classificações com a classificação do IBGE, a estratégia de estimação, a coleta de dados, o refinamento dos dados, a participação do esporte no PIB por CNAEs – então, eram todos os CNAEs relacionados ao esporte brasileiro –, e o resultado do PIB do esporte.

Tivemos algumas dificuldades, principalmente a falta de transparência do setor. Apesar de a Sou do Esporte trabalhar ininterruptamente com a governança das entidades esportivas há dez anos – é a única entidade que analisa todas as entidades esportivas há dez anos na questão de governança –, a gente ainda encontra alguma resistência na revelação dos dados, que não necessariamente são dados estratégicos, mas são dados econômicos, para que a gente possa aprimorar. E também a questão da confiabilidade. A gente vê muitos dados por aí, "o esporte representa isso", "o esporte representa aquilo", mas a gente não tem essa confiabilidade. Então, nós fomos extremamente conservadores na hora de analisar o PIB do esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, então, só por esse parâmetro da nossa dificuldade, a gente vai apresentar um resultado, mas o resultado com certeza é maior. A gente vai apresentar... A gente teve dificuldade com apostas – na verdade, não estão contabilizadas, a não ser no balanço dos clubes. Então, das apostas não havia regulamentação, então a gente não tem o resultado com apostas. Atividades informais, obviamente – a pirataria; ao redor do estádio a venda de cerveja, venda de alimentos, etc. Turismo esportivo – é uma sugestão que a gente pede: que a gente comece a ter um turismo qualificado. Isso quer dizer o quê? Quando o turista entra, ele vem para quê? Para o esporte? Ele vem para o lazer? Ele vem para o turismo, para o entretenimento? Então, a gente precisa qualificar esse turista. A gente não tinha esses dados. *E-sports*, muito poucos dados – só contemplamos a FIFA, que foi o que a gente conseguiu. Eventos esportivos, conseguimos três – vocês vão ver –, então também temos uma dificuldade de ver a questão dos eventos esportivos. O ensino em escolas – não possuímos dados da educação física, de como ela é aplicada. E o desporto militar, apesar de a gente estar com a CDMB dentro do *board* do projeto...

E eu até esqueci de falar do *board* do projeto, ou seja, do conselho do projeto, que é formado pelo Comitê Olímpico, Comitê Paralímpico, Liga Nacional de Basquete, Ministério da Defesa, com o desporto militar, Ernst & Young, que nos auxiliou na metodologia do PIB, Comitê Brasileiro de Clubes e Comitê de Clubes Paralímpicos. Então, a gente realmente se resguardou de que todos estivéssemos aí representados.

Então, a gente tem essa questão de que o PIB, efetivamente, é maior do que ele é hoje.

A gente tem uma cadeia, um ecossistema. O ecossistema... A gente tinha que fazer uma limitação desse ecossistema, porque, se a gente fosse, digamos, estudar toda essa cadeia, a gente não ia parar nunca. Então, a gente delimitou. São mais de 20 setores da economia que são impactados pelo esporte.

E hoje nós estamos representando... Qual foi o grande dado? A gente sabia que era representativo, mas hoje a gente consegue dizer que nós somos maiores que a cultura. Então, a gente tem 1,69% do PIB do esporte, representando mais de R$180 bilhões em 2023, lembrando que a gente ainda é maior, porque faltam dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa é uma grande luta, porque cultura e esporte são desenvolvimento social e são economia; e não se pode marginalizar um ou outro, em detrimento de qualquer que seja o motivo, na questão do desenvolvimento de políticas públicas.

E a gente gera nada menos do que 3,3 milhões empregos em 2023 também. Então, a gente vê o esporte evoluindo, as modalidades evoluindo. Efetivamente, é uma representação muito grande em relação à geração de empregos, que nós não podemos ignorar, obviamente, porque é disso que se trata uma economia do país, né?

E aqui a gente fala dos retornos, o que também foi outro dado importante, o retorno para o ecossistema do esporte: a cada R$1 do investimento, retornam R$23,36; ou seja, são R$23 a cada R$1 de investimento que retornam para a economia do país. E, no caso do poder público, a cada R$1, são R$12,83. Então, qualquer investimento público que haja, a gente sabe que retorna 12 vezes mais. É por isso que as secretarias municipais, estaduais, o governo precisam olhar para esse número e falar: "Lei de Incentivo ao Esporte: a cada R$1, retornam R$12".

Então, isso, digamos, veio a calhar, caiu como uma luva para gente, porque efetivamente a inclusão social não é, digamos, o motor. Quem é o motor é a economia. A economia é que faz o desenvolvimento social, e não ao contrário. Uma Rafaela Silva não cai do céu por inclusão social. Ela cai porque ela recebeu investimento em toda a sua carreira, como todos os atletas que estão aqui. Então, a gente precisa do investimento econômico para incluir, para ter o desenvolvimento social.

Aqui é uma representação rápida também das secretarias, das leis de incentivo, do segmento da indústria, da Lei Agnelo Piva, do desporto militar. Dos patrocínios é importante dizer que eles foram contabilizados dentro dos balanços, então eles já estão aí incluídos dentro desse montante.

E aí traz a importância dos clubes, representando R$8 bilhões, 4,41% do PIB do esporte, a importância desse motor da economia do esporte que são os clubes esportivos.

E há participação das confederações, obviamente, falando mais de atividades, das estruturas das confederações, com 0,5% do PIB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui mostra a gente tendo uma representação muito forte dos eventos esportivos. WSL, com um impacto de R$219 milhões na economia do país; o Rio Open, R$136 milhões para o Rio de Janeiro; e R$170 milhões pela Stock Car em Minas Gerais. Importante a gente falar que precisamos investir no retorno...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FABIANA BENTES – ... no retorno não, na vinda de eventos esportivos. E sugiro também a gente analisar a proposição de eventos das empresas privadas que produzem eventos para a gente poder trazer mais etapas para o Brasil.

Bom, em relação aos países, nós temos aqui que não estamos mal em termos de PIB; estamos mal na qualificação da implementação das políticas públicas desse recurso. Então, a gente tem que melhorar a qualidade da implementação de todas as políticas sociais, de investimento, de inclusão, etc. relacionadas ao PIB. Não estamos aí, digamos, no último lugar. Os Estados Unidos não aparecem porque eles não têm um PIB geral. Obviamente têm uma representação grande, mas eles não aparecem aqui porque a gente não conseguiu qualificar exatamente o esporte. Mas nós estamos, digamos, nessa média aí de investimento. Esses dados que estão aí em relação aos anos representam os últimos anos em que houve dados oficiais nesses países.

Bom, o esporte impacta positivamente a economia, como eu falei do investimento. Investir no esporte é uma política pública que traz benefício, que traz retorno.

E aí a gente sugere, primeiro, que é preciso levar o esporte a sério no país: criação de políticas públicas de geração de dados – turismo esportivo, fomento público ao compartilhamento de dados do setor –; regulamentação do Plano Nacional do Esporte; orientação para que os investimentos públicos nas esferas federal, estadual e municipal, inclusive os oriundos de emendas parlamentares, sigam as diretrizes do plano nacional; e a garantia da Lei de Incentivo ao Esporte perene – graças a Deus, já estamos no final e vai dar tudo certo.

Bom, e aqui, por último, para concluir, eu queria apresentar um videozinho que resume praticamente o que eu estou falando.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FABIANA BENTES – Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Obrigada, Fabiana. Mais um argumento na discussão dos vetos, porque, graças a Deus, hoje só o Portinho e a Leila vão poder usá-lo no Senado, porque na Câmara nós já resolvemos o problema.

Bom, passo agora a palavra ao Deputado Luiz Lima, que fará as suas considerações.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para expor.) – Pessoal, vou ter que usar óculos. Coisa de dois anos para cá, Emanuel. Que tristeza, né? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Parou de nadar, de competir e virou Deputado...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Mas é para perto, não é? Para longe está bom.

Presidente Laura Carneiro, Senadora Leila, Portinho e Iziane, muito obrigado pela oportunidade e parabéns pelo trabalho de vocês!

Ontem a sessão acabou à 1h da manhã – não é, Laura? –, tarde para caramba. Eu tinha até planejado fazer uma atividade física hoje de manhã, consegui fazer metade, mas pelo menos estava lá presente.

Portinho, eu gostaria de aproveitar a oportunidade aqui e parabenizar você pelo excelente trabalho para o Rio de Janeiro. Você é um Senador exemplar – exemplar –, pena que a maioria dos brasileiros não conseguem ter a real percepção do que é um trabalho de um Deputado Federal e de um Senador aqui. Você merece muito respeito, você é uma pessoa querida, competente. Então, você tem todo o meu respeito em relação à sua vida aqui como Senador da República. Você é um dos melhores Senadores deste país. Isso não sou eu que falo, é o Ranking dos Políticos, não é? A gente deve, assim, um enorme favor por essa instituição estar analisando o desempenho de cada um de nós aqui.

Laura, eu vou tentar ser muito rápido aqui.

A Fabiana entrou num ponto muito bacana aqui e essencial de a gente derrubar o veto dos arts. 103 e 104, em relação às desonerações, tributação de atividades esportivas. O Portinho e a Leila... A Presidente Laura citou aqui que é desde 2015, quando a ideia nasce aqui no Congresso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui no Senado, e a elaboração do anteprojeto, em 2018. A Leila, em 2021, apresentou o PL 68, de 2017, reformulando com base no anteprojeto da Comissão. Em 2022, aprovação no Senado; em 2023, aprovação na Câmara. Sanção do Presidente Lula em junho de 2023. Fizemos uma audiência pública na Comissão do Esporte, na Câmara dos Deputados, mas a minha assessoria e a assessoria do Partido Novo fizeram aqui algumas observações que eu levo aqui para o Luís Otávio, para o Pedro, para a Fabi, para o Emanuel, para o Ricardo, para o Jorge, para o Gabriel, para o Rodrigo, porque a gente vai precisar muito de vocês, né? A gente teve aqui 397 itens vetados, e ainda faltam 335 para serem apreciados.

Essa cronologia tem como objetivo demonstrar a relevância do tema para a organização e a consolidação dessa política pública. Há mais de dez anos, estamos dedicados à construção de um marco jurídico que assegure segurança jurídica às políticas públicas e aos direitos já conquistados, ao mesmo tempo que permita a inovação legislativa necessária para que o esporte brasileiro se desenvolva em plenitude e eficiência.

Comissões de Juristas em geral são instituídas para enfrentar temas complexos de alta relevância, como ocorreu, por exemplo, com o Código Civil e o Código de Processo Civil. No mesmo espírito, o Senador Renan Calheiros instituiu a Comissão voltada à elaboração da Lei Geral do Esporte, com o apoio técnico do Dr. Wladimyr Camargos, consultor jurídico em Direito Desportivo. A proposta era criar uma legislação moderna e aprimorada a partir do que já existia.

A Lei Geral do Esporte, de fato, trouxe inovações significativas. No entanto, os 397 vetos impostos foram excessivos e desproporcionais. O que deveria ser uma obra legislativa coesa transformou-se em um verdadeiro quebra-cabeça com inúmeras peças essenciais faltando. Diante disso, a discussão urgente que se impõe é quais vetos devem ser mantidos para resguardar políticas públicas já existentes e quais devem ser rejeitados por comprometerem a efetividade da legislação e os avanços pretendidos. Ficamos com diversas lacunas normativas, especialmente considerando que a legislação anterior sobre esporte foi revogada. A morosidade na análise dos vetos remanescentes impede a plena vigência da nova lei e bloqueia os avanços que ela propõe.

Na sessão do Congresso realizada em 9 de maio de 2024, foram analisados alguns vetos: 50 foram rejeitados e apenas três mantidos, o que evidencia o desequilíbrio e o equívoco por parte do Governo, à época, em vetar tantos dispositivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse cenário, proponho os seguintes questionamentos para reflexão, sobre os vetos ao Sistema Nacional do Esporte, arts. 20, 21, 22 e 24, que são o Sistema Nacional do Esporte, Conselho Nacional do Esporte, Plano Nacional do Esporte; o segundo item, se eu não me engano, é o 21, tributação das atividades esportivas; arts. 103 e 104, desonerações; arts. 105 e 126, desonerações para eventos internacionais; arts. 127, 139, 141, incentivos; a Lei de Incentivo ao Esporte não foi revogada; a gente tem o 3 aqui, combate à violência e discriminação, criação da autoridade nacional, ouvidoria nacional, cadastramento de torcedores; Justiça Desportiva, o Congresso Nacional optou por esse novo desenho descentralizado, amplas discussões foram feitas, não há motivos aparentes para o veto.

Então, a gente tem aqui, em relação à tributação, que é importantíssima: as normas internacionais e cartas olímpicas, a vinculação da legislação nacional aos tratados, às cartas internacionais sobre esporte reforçam o alinhamento do Brasil às boas práticas globais. Então, o veto do art. 1º, §§2º e 3º, pode isolar o Brasil das diretrizes internacionais da Unesco e do Comitê Olímpico Internacional. Sobre isso eu faço uma pergunta principalmente, aqui, ao Luís Otávio, do Comitê Olímpico, ao Emanuel, ao Ricardo Nobre também – eu gostaria também de saber, quando vocês tiverem a oportunidade –: essas diretrizes internacionais da Unesco e do Comitê Olímpico Internacional podem isolar o Brasil em relação ao veto do art. 1º? Qual o prejuízo de não se vincular formalmente à Carta Olímpica, à Carta Internacional da Educação Física? Qual a importância da manutenção da política pública idealizada por Pelé para garantir a transição de carreira dos atletas profissionais? E quais os possíveis impactos sociais e estruturais no esporte brasileiro, caso os itens 123 a 128 do Veto 14, de 2023, sejam definitivamente derrubados, comprometendo o financiamento e a atuação dessa entidade?

Então, a gente tem uma preocupação aqui, tanto a minha assessoria, como eu também, mas principalmente os consultores legislativos, entre esse buraco que se abriu e essa dúvida em relação à revogação da Lei Zico, da lei do Bolsa Atleta, da lei do Estatuto do Torcedor, que causou essa dúvida permanente enquanto a gente não dê um fim a esses 335 vetos remanescentes – se vai acontecer a manutenção desses vetos ou se iremos derrubar os vetos do Presidente.

É isso, pessoal. Estou aqui para ouvir, para que eu, Leila, Presidente Laura Carneiro e Senador Portinho possamos aqui organizar com os demais Deputados e Comissão, para que a gente faça uma política pública esportiva o mais clara possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Portinho... Parabéns, Iziane; força, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ. *Fora do microfone*.) – A força do esporte, é isso aí.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Eu queria sempre agradecer a palavra do Deputado Luiz Lima, nosso parceiro na Comissão do Esporte, faz um trabalho absolutamente relevante. Quando eu não sei para quem dar para relatar, eu sempre dou para o Luiz, porque eu digo que pelo menos ele vai ter uma posição centrada; no Plenário não é tão centrada assim, mas, com certeza, na Comissão é.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Ele se transforma no Plenário. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – É outro, aí ele vira Novo; na Comissão, ele é esporte, aí é mais fácil para mim.

Queria aqui registrar a presença do Dr. João Batista Carvalho e Silva, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos.

Quero agradecer a presença de Constantino Scampini, meu Presidente da Federação de Hipismo.

Flavio Cabral Neves, da Confederação de Wrestling.

Flavio... Nunca falo certo, mas Padaratz?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. Bloco/PSD - RJ) – Padaratz, da Federação de Surf.

Jamil Elias Suaiden, da Confederação de Ciclismo.

Karl Anders, da Confederação de Desporto na Neve. Aliás, eu vi ontem como é esse campeonato, e já deu até vontade. Só vontade também...

Pelo Conselho de Administração do COB, Andrew Parsons.

Daniela Castro, Diretora Executiva do Pacto pelo Esporte.

E ele, membro do Comitê Olímpico Internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela Comissão de Atletas do COB, Adriana Aparecida da Silva, Fernanda Nunes Leal Ferreira e Hortência, que eu acho que hoje não está aqui, mas está representada na pessoa das outras mulheres aqui.

Pelo COB, Felipe Barros, Saulo Cruz, José Carlos Pinheiro, Sara Alves de Sousa.

Ainda queria agradecer a Davi Becker, da Confederação Brasileira de Vela.

E quero agradecer ao nosso Secretário da Comissão de Esporte da Câmara dos Deputados, Lindberg Aziz Cury Júnior, que é quem nos monitora e nos cobra.

Bom, vou passar agora a palavra à nossa querida Secretária Nacional de Excelência Esportiva no Mistério do Esporte, Iziane Castro Marques.

A SRA. IZIANE CASTRO MARQUES (Para expor.) – Obrigada, Deputada Laura. Bom dia a todos, Senador Portinho, Senadora Leila, Deputado Luiz, gestores aqui presentes, atletas, as entidades também.

Bom, eu queria começar a minha fala... Tem muitos atletas que acabam vindo às Comissões, e eu sempre os ouço falar: "É sempre mais fácil estar na quadra do que estar aqui". Eu geralmente não tenho esse sentimento, mas hoje me sinto um pouco nervosa por acompanhar esse tema já há algum tempo.

Quando essa discussão da Lei Geral começou, eu ainda fazia parte da Comissão de Atletas do Comitê Olímpico do Brasil, e, portanto, acompanhava já essa discussão.

Em 2023, então nomeada Secretária Nacional de Excelência Esportiva no Mistério do Esporte, pude estar do outro lado, acompanhando ali como Executivo, e promovendo esse diálogo, entendendo mais a fundo como se comporta realmente o sistema.

Então, eu acho que a importância do tema nos leva a esse nervosismo inicial, da importância do que é isso hoje, porque a gente discute uma lei que é tão importante para o nosso esporte, por consolidar hoje todas as áreas dentro de uma grande lei, e por ter tantos vetos que, obviamente, e o que a gente tem hoje são manifestações da gestão anterior.

O Ministro André Fufuca já pediu a manifestação das áreas técnicas, a gente já traz hoje aqui as novas manifestações abertas a diálogo. Acho que para a gente também é interessante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que hoje isso tenha essa tratativa, assim como as próprias áreas técnicas, ao fazer essas discussões, é interessante levarem em consideração tudo aquilo sobre em que o sistema está pensando e de que necessita.

Então, acho que esse primeiro entendimento é muito importante, de saber que hoje a posição que existe, em nível de Governo, que foi levada à Presidência, não é a manifestação dada pelo atual Ministro, e essa manifestação – assim como vocês propõem aqui conversarmos, discutirmos – também tem o nosso apoio para que a gente saia daqui ou de novas reuniões com uma discussão mais consolidada e assertiva para todos. Então, a gente tem esse consenso aqui.

Eu não vou entrar no mérito do que a gente vai falar sobre derrubadas e manutenções. Queria falar um pouco mesmo dessa questão geral. Quero também enfatizar que, obviamente, o PLP 234 traz bastante esclarecimento em nível de vetos e manutenções, que acabam sendo derrubados com essa provação hoje à tarde, que todo o ecossistema do esporte aguarda ansiosamente. Então, isso é muito importante.

Eu acho que conversar, discutir e achar o caminho, realmente, é a intenção. Então, mais uma vez, reforço que o que estamos aqui fazendo é isso. Temos as nossas posições técnicas, vamos escutar todos os envolvidos e discutir isso da melhor forma para que, realmente, quem ganhe seja o esporte brasileiro, esse esporte tão importante como demonstrado aqui pelo PIB, na economia do Brasil, que é, muitas vezes, subestimado.

Que a gente possa continuar com essa pauta leve, boa, que une todas as ideologias em prol de algo que é muito mais importante, que é a formação integral de pessoas, a inclusão dos atletas como ídolos nacionais, levando o nome do nosso país, o nosso orgulho, aos quatro cantos do mundo.

Então, obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Nós é que agradecemos.

Mas esse papel você traga para cá para a gente ter, porque esse é o mais importante. Essa é a posição – estou brincando com você –, do Governo. Portanto, já eu e a Senadora Leila, agora, falávamos com o Líder Randolfe, que está numa outra missão. Pedimos para ver se manda já alguém para começar a nos ouvir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante, Iziane, de verdade, esse documento, que pode nos balizar não numa audiência pública, mas numa reunião menos formal, para que a gente saiba qual é o caminho que se tem que tomar, qual é o texto que se tem que construir.

Bom, vou chamar agora, então – e é bom que eu esteja presidindo para não ser nepotismo –, o Diretor-Geral do Comitê Olímpico do Brasil, Emanuel Rego, para poder fazer uso da palavra.

O SR. EMANUEL REGO (Para expor.) – Bom dia a todos.

É com esse ar leveza para falar de assuntos importantes que nós estamos aqui hoje.

Senador Portinho, parabéns, pela proposta de fazer uma audiência para trazer vários técnicos, pessoas que são envolvidas no sistema. É importantíssima essa união.

Nós, do Comitê Olímpico do Brasil... Hoje estou representando o Presidente Marco La Porta, que, infelizmente, não está presente, mas está acompanhando cada segundo. Ele está, neste momento, na Europa, fazendo uma visita técnica no Comitê Olímpico de Portugal e no Comitê Olímpico Espanhol, para trazer possibilidades de diminuição de recursos, de custos para as viagens das nossas delegações, para fazer parcerias para estarem em Portugal e na Espanha. Então, ele está acompanhando todos os minutos.

Deputado Luiz Lima, você falou com relação à visão. Não é? Acho que a nossa visão aqui é de longo prazo e à distância. Então, é melhor a gente ter uma visão longa. Concordo com você, o esporte precisa disso. Estamos, há muito tempo, lutando pela Lei Geral do Esporte.

Na minha missão, como representante do Comitê Olímpico do Brasil, temos aqui uma comitiva que estava apoiando todas as fases do esporte. Estivemos aqui, na luta pela Lei de Incentivo ao Esporte, porque sabemos que o Comitê Olímpico do Brasil tem uma liderança única.

Fabiana Bentes trouxe todos os potenciais que o Brasil tem, e nós, como liderança, queremos trazer isso.

Então, queria agradecer toda a presença e dizer o seguinte, também, junto com o nosso gerente jurídico, Ricardo Nobre. Nós trouxemos alguns detalhes, algumas importâncias nossas que, depois, acho que no debate fica mais claro de a gente impor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Luiz Lima perguntou para mim com relação às questões internacionais, à Carta Olímpica? Se por acaso não tivermos essa relação internacional, o Brasil não poderá participar de nenhuma Olimpíada, de nenhum dos Jogos Olímpicos para frente. Então, é importantíssimo que esse caso seja levantado por esta Comissão.

Temos que estar de acordo com todo o regramento internacional. Então, já fica esse primeiro pedido.

O segundo é com relação à coexistência entre a Lei Pelé e a Lei Geral do Esporte, o que gera um conflito, uma necessidade jurídica maior, não é? A gente tem um... Vou dar um exemplo, até, que lida um pouco com os próximos palestrantes, que vão falar sobre os profissionais do esporte. Nós falamos aqui sobre a Lei Geral com relação à definição do que é um atleta profissional. Isso, para nós, do comitê, é muito importante, a gente tentar levar. Qual a diferença dos atletas do futebol, que são vinculados a clubes, e o Gabriel Medina, que não tem um clube, que não é filiado a um clube? Ele é um atleta profissional ou não?

Essa definição de atleta profissional é importantíssima para nós, que militamos com várias modalidades. São 38 confederações, que estão abaixo do Comitê Olímpico do Brasil. Então, temos a necessidade de saber o que significa a Lei Geral do Esporte. A Lei Geral do Esporte define, e é importante para gente que se tenha a condução nesse contexto.

Segundo, já foi falado com relação às desonerações fiscais. As importações de materiais esportivos são importantíssimas para o mundo olímpico – importantíssimas!

Vamos dizer, nossas seleções de voleibol, que disputam títulos olímpicos e mundiais, precisam de um piso específico, que é internacional, que tem qualidades que, no Brasil, a gente não consegue; nós precisamos desse incentivo. Outro quesito é com relação à ginástica artística, que precisa, a cada quatro anos, mudar todo o seu plantel de equipamentos, porque há mudanças nas regras, nos regramentos. Então, realmente é muito importante a gente entender que a isenção fiscal para esses materiais é importantíssima.

Estava na Lei Geral do Esporte e é um veto que a gente precisa compor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o último deles, a última relação que a gente tem, são os mecanismos da Lei de Incentivo ao Esporte, que já foram passados pela Liderança da Comissão do Esporte, Comissão Especial do Esporte, com a Deputada Laura, e também com o Luiz Lima e com o Maurício do Vôlei.

Então, estamos contemplados com relação a isso. E acho que o terceiro e último texto seria que é preciso zelar pela integridade e a soberania do nosso sistema, que é o justo e relevante e aquele previsto no art. 25. O art. 25 visava proteger o esporte nacional das autorizações expressas da entidade, na realização de eventos internacionais, que é o tema que foi trazido no primeiro contexto.

Então, essas são as contribuições do Comitê Olímpico do Brasil. Estamos aqui abertos para ouvir, para liderar esse movimento. Qualquer dúvida, acho que, na hora do debate, a gente pode trazer mais influências. Ricardo Nobre está aqui também para trazer outras questões sobre artigos específicos e módulos.

Então, acho que essa é a contribuição e peço de novo, a Lei Geral do Esporte é importante para o sistema, para que cada um entenda a sua contribuição. Nós, do Comitê Olímpico do Brasil, sabemos a importância de levar atletas para o mundo da excelência, mas nós precisamos de atletas que venham dos clubes, atletas que venham do esporte escolar, do esporte universitário... Então, todos, nesse sistema, são importantes. A gente precisa dessa união e dessa comunicação.

Então, faço aqui a minha participação, como Comitê Olímpico do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. Bloco/PSD - RJ) – Emanuel, tenho certeza de que... É que o Ricardo ainda vai complementar. Você não quer depois?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É coisa rápida, para a gente ficar muito atento aqui, Presidente Leila, Presidente Laura, Portinho, Iziane, Flavio e Lindberg, que tinha desoneração prevista nos arts. 103 a 141, mas foi vetada, e a gente tem que lembrar que igrejas, partidos políticos, entidades sindicais, culturais, de imprensa e reforma agrária gozam de imunidades tributárias sobre bens. E, aí, a pergunta que fica: não seria justo e estratégico também que fossem contemplados com incentivos fiscais similares, diante dos benefícios sociais que proporciona o esporte?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estavam previstos, na Lei Geral do Esporte, e foram vetados os arts. 103 a 141. A gente deve derrubar esse veto.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. Bloco/PSD - RJ) – Luiz, vamos tentar ouvir, para depois a gente... No que a gente não discordar, eu acho que todos serão unânimes. Aliás, eu acho a gente vai avançar muito.

Bom, Emanuel, quero agradecer as suas palavras sempre e seu trabalho e vou pedir ao Ricardo, se quiser complementar, porque eu ainda tenho um tempinho, não é? (*Pausa.*)

Vai.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Ricardo, deixe-me aproveitar, como gerente jurídico, para só colocar um tema sobre que eu gostaria de ouvir o COB, principalmente, pela minha experiência na Justiça Desportiva, e a gente sabe que, na hora em que, nos casos julgados aqui, há recurso – está aqui o nosso Presidente do STJD – para a Corte Arbitral do Esporte, e eu vivi isso no caso do Dodô e Jobson – o Dodô, que foi quem abriu, inclusive, essa discussão –, e, no final, o que prevalece é a legislação internacional da modalidade, no que toca à conduta e à disciplina em competições. Está aqui o Pedro Trengrouse, que é um dos maiores especialistas também.

E tem um veto, e eu gostaria... Uma das razões de ouvi-los, trazê-los, era para eu ouvir qual é a posição do COB sobre a possibilidade da internalização dos códigos disciplinares e de competição das entidades, na medida em que o COB reúne praticamente todas, e reconhecendo que o CBJD foi feito muito mais para o futebol. Você não aplica... É impossível, eu duvido que alguém consiga aplicar para um regata de remo, para um torneio de vela, para uma regata de vela, e mesmo para outras competições, como natação – já tem uma dificuldade –, polo aquático – não é? –, e sabendo que, no final, qualquer discussão não termina aqui; ela vai para a Corte Arbitral do Esporte.

Esse é um ponto, inclusive – já antecipo, é sabido –, é um conflito realmente meu com o ministério, porque acho que não só a estrutura desportiva dos tribunais ganha em economicidade, na hora em que você junta uma ou duas modalidades sob o mesmo tribunal, porque quem faz o tribunal desportivo do... Na época, eu fazia do futsal, antes de ele ser junto com a CBF – ainda não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era –, e era uma coisa horrorosa a estrutura. Do basquete era uma coisa horrorosa a estrutura. E o COB poder ser, ter ou... Inclusive, falaram: "Você está fazendo isso...". Vamos falar num português claro: "... para fazer *lobby* para o COB ter um tribunal como o STJD do futebol; ele vai ter um tribunal para todos".

Quem dera! Nem pensei nisso, mas acho uma ótima ideia.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. Bloco/PSD - RJ) – Bom, então... Ricardo.

O SR. RICARDO NOBRE (Para expor.) – Bom dia, bom dia a todos.

É um prazer estar aqui falando com os senhores, com um grupo tão excelente, discutindo aqui em prol do esporte nacional.

Respondendo ao Senador, sim, esse trabalho de internalizar os códigos internacionais já é feito. As federações internacionais editam normas e regras, e as confederações nacionais têm que espelhar essas regras. Não existe uma independência, as regras são as mesmas. Quando os casos saem do Brasil e vão para as cortes internacionais, o que se observa são as regras internacionais. Existe esse alinhamento já, ele não está previsto em lei, mas a *lex sportiva*, que é essa lei esportiva internacional, já trabalha esse ponto. Então, realmente é importante para o Comitê Olímpico.

Só vou reforçar aqui os pontos que o Emanuel trouxe sobre as questões de isenção: um dos pontos, do art. 104 ao 118, por exemplo, é a isenção de impostos de importação, como foi bem trabalhado aqui pelo Diretor Emanuel; a admissão temporária também de materiais – quando se faz um evento esportivo, alguns materiais entram no Brasil, e a ideia é que eles possam depois sair sem pagar o imposto, só para viabilizar a organização do evento. Em alguns casos, esse imposto é cobrado, e isso pode inviabilizar e prejudicar alguns eventos em território nacional; a isenção de tributos também para organizações esportivas, porque, muitas vezes, existe um custo muito alto para se organizar um evento no Brasil, e essa isenção poderia ajudar a viabilizar e a aumentar o número de eventos em território nacional; e a isenção também de tributos na contraprestação de patrocínios seria importante, por exemplo, alguns patrocínios que existem no mercado, como o da Caixa Econômica Federal, que impõe algumas contrapartidas, que têm um custo, e isso acaba minando e diminuindo um pouco do recurso que chega para a entidade. Seria interessante... Estava prevista em lei e foi derrubada pelo veto. Esses pontos são bem importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Se você puder dar os números dos artigos, não precisa ser do veto, não, mas dos artigos.

O SR. RICARDO NOBRE – Todos estão do 104 ao 118, eu fui resumindo...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – A desoneração.

O SR. RICARDO NOBRE – Exatamente, exatamente.

A Lei de Incentivo ao Esporte já foi trabalhada aqui.

O art. 27, inciso II, também, que trata da justiça desportiva – a importância, por exemplo, de as entidades poderem editar normas próprias –, foi vetado, pois existe uma codificação, uma unificação, a gente entende, mas alguns esportes têm especificidades que não são trabalhadas pelo código. Então, talvez seja importante analisar esse veto para entender se é possível trabalhar regras específicas por modalidade, por esporte, e debater esse tema com mais profundidade, eventualmente.

E o art. 217, que foi trazido pelo Emanuel também, trata do veto à Lei Pelé. Hoje, a gente tem duas leis que tratam do esporte e que coexistem, e isso traz insegurança jurídica. A definição do atleta profissional, por exemplo, na Lei Pelé, é uma e, na Lei Geral do Esporte, é outra, então isso traz muita insegurança. Seria muito importante, para o esporte como um todo, que essa questão fosse definida.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Foi exatamente sobre isso que eu e o Luís Otávio conversamos ontem.

O SR. RICARDO NOBRE – Exatamente, exatamente.

E, por fim, a questão do art. 1º, que o Emanuel trouxe: como o Brasil está dentro dessa regra internacional do esporte, se não observarmos as regras que são aplicáveis na Carta Olímpica e nos regulamentos das federações internacionais, as delegações nacionais não estarão habilitadas para participar... Então, é muito importante esse alinhamento internacional e a observância dessas regras internacionais.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Obrigada, Ricardo.

Eu queria já fazer uma encomenda e acho que é uma encomenda para todos – acho que o Portinho vai concordar comigo, a Leila, o Luiz Lima –: que vocês façam, como o ministério fez, um mapa. Veto tal, artigo tal, contra, a favor, pela revogação ou transformá-lo em lei, enfim... Porque isso facilita, e a gente pode...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A minha equipe e a da Leila já estão ali anotando. No final a ideia, Laura, é a gente fazer uma ata com essas colocações.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Não, é óbvio.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, se cada um fizer, depois ajuda também.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – É muito mais fácil para a gente depois compilar os dados e ter o caminho mais consensual possível.

Com a palavra agora, da Liga Forte União, Gabriel Ribeiro Lima.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se permite antes... É porque tem relação.

Aproveitando que a gente está aqui com o Deputado Luiz Lima e com a Deputada Laura Carneiro, a primeira atualização da Lei da SAF foi aprovada aqui no Senado, Luiz e Laura, está lá na Câmara, relatada pelo Fred, e já foi aprovado inclusive o requerimento de urgência dela.

Ela traz um ponto muito importante – e não é porque foi uma emenda minha, mas foi uma demanda que veio e eu entendi –: hoje, no futebol, a gente tem duas ligas que têm naturezas jurídicas distintas pela falta de uma natureza jurídica própria para as ligas. Então, uma é administradora de propriedade, a outra é um condomínio. Enfim, não sei nem qual é a sua, Gabriel, dentro dessas, mas a gente trouxe, na primeira atualização – e vamos precisar de outras da Lei da SAF, porque a lei é dinâmica –, a possibilidade de as ligas, Luiz, se consolidarem num modelo de SAF, não só os clubes de futebol, mas as ligas de futebol também, porque talvez ou a ideia nossa aqui no Senado é que isso possa ajudar a união das ligas. Pelo menos a mesma natureza jurídica elas vão conseguir ter; não sei se o entendimento, mas a natureza jurídica sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, antes até da fala do Gabriel, eu quero pedir, se você puder, Luiz, Laura, já apresentem um requerimento de urgência. Hoje é um dia ótimo, se puder votar. A gente está votando aqui no Senado coisas que têm convergência, como a Lei de Incentivo. Isso eu acho que ajudaria e até queria ouvir, Gabriel, a respeito.

O SR. GABRIEL RIBEIRO LIMA (Para expor.) – Bem, primeiro bom dia. Obrigado pela oportunidade de participar aqui.

Fazendo um pequeno tangenciamento ao tema, para a gente seria muito relevante que fosse tramitada com urgência essa atualização da Lei da SAF na Câmara. É de todo interesse. Nós somos um condomínio, então, a Liga Forte é um condomínio, mas certamente a gente avaliaria a possibilidade de nos tornar SAF. Então, para a gente esse é um ponto fundamental. Como eu participei também, em algum momento, da gestão de clubes SAF, todas as melhorias que existem previstas ali vão deixar muito mais claras as interpretações que foram feitas pelo Poder Judiciário principalmente. Seria muito importante que a gente tivesse essa atualização feita de maneira rápida.

Acho que acabamos indo direto a um tema aqui, mas primeiro quero cumprimentar a Deputada Federal Laura Carneiro, Presidente da Comissão do Esporte da Câmara, pelo esforço de juntar as duas Casas numa mesma audiência pública; cumprimentar o Senador Portinho, autor desse requerimento que propôs a audiência pública, e os demais companheiros.

Primeiro eu queria fazer um pequeno panorama aqui e fazer *mea-culpa* em relação ao futebol. Acho que os clubes ficaram muito à margem dos debates legislativos. E, de certa forma, fizemos isso com uma certa arrogância do futebol. E isso não vai mais acontecer. Então, o futebol, os clubes vão estar presentes nas discussões que são importantes para o desenvolvimento da nossa indústria.

A indústria do futebol passa por uma revolução, né? Acho que a Lei Geral do Esporte e a Lei Pelé foram um pontapé inicial, e, mais recentemente, com a promulgação da Lei da SAF, a gente sai da era associativa para entrar na era de profissionalização da gestão dos clubes brasileiros, autoria do Senador Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei da SAF é um sucesso absoluto, né? A gente sabe que no Brasil tem lei que pega e lei que não pega; a Lei da SAF pegou. Em quatro anos, a gente tem quase cem clubes que aderiram ao modelo de gestão profissional, incluindo quase a metade dos clubes que disputam a Série A do Campeonato Brasileiro hoje. Então, é um sucesso absoluto. Parabéns pela conduta.

Esse caminho de profissionalização é um caminho sem volta. A gente tem hoje profissionais que vieram das mais diversas indústrias, profissionais superqualificados que vieram ao futebol por meio da Lei da SAF, por meio da Lei Geral do Esporte no passado. Esse movimento também fez renascer alguns clubes históricos brasileiros que estavam em situação pré-falimentar: o caso do Cruzeiro, de cuja reconstrução eu participei; o caso do Botafogo, campeão brasileiro, campeão da Libertadores. Então, foi um mecanismo bastante inteligente, já utilizado fora do Brasil, adaptado para a nossa realidade, que permitiu que o futebol fosse impulsionado e que a indústria hoje vivesse talvez o seu melhor momento, do ponto de vista econômico, na história.

A gente fala muito do endividamento dos clubes, né? Os clubes são muito criticados pelo tamanho dos endividamentos, mas também é verdade que nunca se pagou tanta dívida quanto agora, por meio também dos aperfeiçoamentos da Lei da SAF. Se antes os atrasos salariais e as dívidas entre clubes eram a regra, hoje isso é exceção. Hoje, a maioria dos clubes cumpre seus compromissos em dia.

A gente é consciente de que tem um longo caminho e de que a gente precisa ainda melhorar em vários aspectos. Esse mês a gente vai iniciar junto à CBF uma discussão do *fair play* financeiro, fundamental para a regulação do mercado, para melhorar o endividamento dos clubes e a inadimplência que ainda existe com atletas e entre clubes. Esse debate amplo com o Parlamento e um arcabouço adequado de leis são fundamentais para continuar impulsionando a nossa indústria.

Eu acompanhei atentamente a apresentação do Sou do Esporte, muito interessante. Hoje, o futebol representa 0,7% do PIB do Brasil, a indústria do futebol. Na Espanha, representa 1,5%. Esse é o tamanho do *gap* que existe – e que a gente pode e deve fechar – em um país que é muito mais apaixonado do que qualquer outro pelo futebol.

Enquanto a gente trabalha no presente e tem esperança no futuro, existem preocupações no passado também. Quando a gente olha essa análise de vetos, é fundamental, na nossa visão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a manutenção de um veto específico, do 123 ao 128, relacionado à Faap. A Faap é uma entidade privada que recebeu grandes quantias de dinheiro das transferências de atletas e do salário dos jogadores, sem ter prestado contas de como esses recursos são utilizados: 1% de todas as transferências de atleta, 0,5% de todos os salários, supostamente para ajudar os atletas, mas, eu repito, não tem nenhuma prova de que esses auxílios de fato tenham acontecido. E a falta de transparência corrompe o espírito do esporte, que deve ser símbolo de igualdade e de mérito.

A Presidência da República, com base na consulta ao Ministério do Esporte, justificou o veto. Ela disse que a lei não deve destinar recursos a uma entidade privada sem uma razão clara.

O Estado já se comprometeu a apoiar a transição de carreira dos atletas, eliminando a necessidade de repasses da Faap. Os clubes não são contra contribuírem financeiramente com o pós-carreira dos atletas e para a melhoria do ecossistema, mas a gente convida o Parlamento e o Governo a desenharem alternativas menos espúrias.

Faço também eco aqui à fala sobre a Lei Pelé e a Lei Geral do Esporte. A gente ter duas legislações convivendo é um problema para a gente também.

Com isso, eu encerro a minha fala e agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. Bloco/PSD - RJ) – Bom, Gabriel, eu queria agradecer, mas o que eu mais gostei foi de você falar da arrogância do futebol, e é real. A diferença entre os políticos normais e eu é que eu falo exatamente o que eu penso. Enfim, fico muito feliz. Quero até que, todas as vezes que a gente convidar vocês para irem à Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, vocês compareçam. Obrigada.

Eu agora... Eu estou muito preocupada, Senador Portinho, porque nós, eu e o Deputado Luiz Lima, temos sessão, nossa sessão hoje começa daqui a pouquinho. Diferentemente do normal, começar às 16h, hoje adiantaram a nossa sessão, tanto que, dificilmente, a gente vai poder participar no turno da tarde.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Eu vou ficar.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. Bloco/PSD - RJ) – Não, você vai... Você já nos representa; representa o meu estado, portanto, me representa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar aqui a palavra, então, a Rodrigo da Paz Ferreira Darbilly, da CBF.

O SR. RODRIGO DA PAZ FERREIRA DARBILLY (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todos. É um prazer estar representando aqui a CBF, uma honra o convite recebido da Comissão de Esporte.

Saúdo a pessoa da Deputada Laura Carneiro, o Senador Carlos Portinho, o Deputado Luiz Lima, a Secretária Iziane.

Em nome da CBF, o que eu gostaria de colocar, até aproveitando o que já foi um pouco falado aqui, é um veto, que é extremamente relevante, de fato, que é o veto ao inciso II do art. 27, que é exatamente esse que trata de cada modalidade esportiva poder fazer os seus próprios códigos esportivos. Isso é essencial. O sistema internacional do esporte é baseado exatamente nessa categorização. Cada modalidade tem as suas especificidades, e isso também para o futebol é relevantíssimo. Em nenhuma medida, como foi posto no veto presidencial, acho que isso retira qualquer poder de organização, qualquer poder de orientação do Conselho Nacional do Esporte. Eu entendo que, em nenhuma medida, isso retira a autonomia do Conselho Nacional do Esporte. Inclusive, em relação à legislação do sistema esportivo internacional, é importante destacar isto aqui: a Lei Geral, no art. 26, expressamente reconhece a validade da *lex sportiva*.

E os códigos internacionais nada mais são do que isso, né? Então, a gente tem esta dicotomia: a gente tem dispositivos vigentes que afirmam uma coisa e outros que foram vetados. É até curioso, porque o parágrafo único de que o Senado já levantou, o Congresso já levantou o veto, que tratava da utilização de arbitragem esportiva para todas as questões relacionadas ao desporto, é o mesmo fundamento para o veto ao inciso II. E aí fica aqui até um questionamento da CBF: sobre esses vetos que são relacionados, que já foram levantados e em que o fundamento é o mesmo, como vamos tratar isso? Porque o Senado... O Congresso já derrubou um veto com um fundamento de um dispositivo relacionado. Isso é muito importante e afeta também a questão levantada aqui pelo Comitê Olímpico Internacional relacionada ao art. 1º. A própria lei já reconhece, e a gente tem um veto ao art. 1º. E é interessante que esse dispositivo não foi vetado, o art. 26 não foi vetado, o reconhecimento da validade da *lex sportiva* do sistema internacional do desporto não foi vetado.

Então, essas questões me parecem muito relevantes, porque artigos que tratam da mesma situação não foram vetados, dispositivos outros foram vetados. A gente tem uma situação, e eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que a gente precisa olhar com cuidado esses vetos que foram apostos à lei, porque muitas vezes eu acho que faltou um pouco de cuidado na justificativa desses vetos, né? Basicamente, em determinados dispositivos, se replicou a justificativa do veto para todos os dispositivos na sequência – a mesma justificativa.

E aí vejam que interessante: a gente tem, no art. 36 –, por exemplo, o art. 36 vai substituir, em teoria, o 18 e o 18-A da certificação e do repasse de recursos públicos –, uma situação que trata especificamente do recurso das decisões que eventualmente rejeitarem uma certificação por entenderem que não têm os requisitos cumpridos, e a justificativa do veto é porque isso vai incluir as sociedades anônimas do futebol para recebimento de recursos de loterias. Não tem nada a ver. Não tem absolutamente nada a ver a fundamentação do veto presidencial com o dispositivo que está em análise.

Então, assim, é difícil até, como já foi amplamente dito aqui, a questão da insegurança jurídica que esses vetos geraram, né? E, sobre essa insegurança jurídica, já existiu a preocupação do próprio Poder Judiciário em resolver. Recentemente, agora no início de junho, foi realizada, aqui em Brasília, a I Jornada de Direito Desportivo, do Conselho da Justiça Federal, do CEJ, do CNJ, em que se debateu exatamente isto: essa insegurança jurídica que gerou a coexistência da Lei Geral do Esporte com a Lei Pelé e não a unificação do diploma legislativo esportivo brasileiro, como era a intenção original. E daí saíram 40 enunciados – 40 enunciados – para tentar minimizar essa insegurança jurídica que acabou sendo criada com todos esses vetos, né? Alguns enunciados para falar o óbvio, que, no que a Lei Pelé conflitar com a Lei Geral, prevalece a Lei Geral do Esporte, mas a gente já teve uma preocupação até do próprio Poder Judiciário em saber como vai aplicar isso no dia a dia, porque as duas leis estão vigentes e a gente tem uma série de situações aqui também.

Outro ponto, fugindo um pouco da Lei Geral, que foi tratado aqui também sobre a SAF, em que o Gabriel colocou sobre a possibilidade de outras entidades se valerem do instituto da SAF, essa era uma questão que estava no projeto original. O projeto original previa isso, que outras entidades também se valessem desse modelo para a sua estruturação. Então, esse ponto também é muito relevante e eu acho importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltando um pouco agora sobre a questão da organização da Justiça Desportiva. É importante que se tenha a liberdade de se organizar a Justiça Desportiva da melhor forma que atenda às necessidades de cada modalidade. É o futebol, todo mundo quer participar da Justiça Desportiva do futebol, né? E aqui eu não falo em nome da CBF, eu falo em nome do esporte brasileiro. Eu já vivenciei casos de entidades esportivas que não conseguem compor o seu tribunal na forma como está prevista na lei, porque não tem interesse. Não tem interesse. A gente tem uma dificuldade até mesmo de formar esses tribunais esportivos em federações menores. Então, assim... E a lei colocou como opção. Se você quiser manter a estrutura, você mantém a estrutura. Agora, nada impede que você busque outros meios, outras formas de organizar a sua Justiça Desportiva. E de novo, se houver qualquer tipo de – digamos assim – desvio na formação, os meios de fiscalização e controle estão todos aí, estão todos postos na lei.

Então, sem me alongar muito, eram essas as ponderações que eu gostaria de fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Queria agradecer, Rodrigo, e voltar a fazer esse apelo. Se vocês puderem colocar no papel, com os artigos, manter a derrubada, artigo tal... E isso só... Eu já sou velha duas vezes, velha de guerra nesta Casa e velha de idade. Quer dizer, mais ou menos, 62 não é muito velha, é meio velha. Mas nesta Casa eu já sou velha mesmo. Então, eu não aprendi muito, mas aprendi uma coisa: a justificativa a gente nem lê, porque não faz diferença nenhuma pra gente. Todas as questões são absolutamente políticas. E por isso aqui essa reunião, por isso ouvir vocês, por isso o Senador Portinho está trabalhando tanto nesse tema, a Senadora Leila, o Deputado Luiz Lima, porque nós fazemos política, a política do bem. Não é politicagem, é política do bem. Aliás, política com P maiúsculo.

O SR. RODRIGO DA PAZ FERREIRA DARBILLY – A senhora me permite?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Claro que lhe permito.

O SR. RODRIGO DA PAZ FERREIRA DARBILLY – Eu acabei buscando ler, porque a gente tem uma lei de 218 artigos em que tivemos 397 vetos. Então, assim...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – E inciso por inciso, porque agora você só pode votar o dispositivo. Melhor! Antigamente, você podia vetar parte do dispositivo. Talvez você fosse ter uns 600.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO DA PAZ FERREIRA DARBILLY – E o curioso é que a gente tem até situação na Lei Geral em que o *caput* está vetado e o parágrafo está vigente.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. Bloco/PSD - RJ) – Mas é que parágrafo anda sozinho, entendeu? (*Risos.*)

Deve ser isso. Para quem é da técnica legislativa é assustador.

Mas vamos agora, então, para o nosso maior técnico legislativo, que já teve a chance de nos coordenar na Câmara dos Deputados, Dr. Luís Otávio Veríssimo Teixeira, Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva e, melhor, meu amigo.

O SR. LUÍS OTÁVIO VERÍSSIMO TEIXEIRA (Para expor.) – Deputada Laura Carneiro, muito obrigado pela palavra, muito obrigado por me considerar um amigo. Gostaria aqui de, na pessoa de V. Exa. e na pessoa do Deputado Luiz Lima, cumprimentar todos os Deputados; nas pessoas da Senadora Leila e do Senador Carlos Portinho, cumprimentar todos os Senadores; cumprimentar também a Sra. Iziane, atleta, Secretária Nacional de Excelência Esportiva, e todos os colegas aqui de bancada, nas pessoas também do amigo Jorge Borçato, Presidente da Fenapaf, que, a bem da verdade, foi quem me indicou para o STJD, no modelo que temos hoje de Justiça Desportiva, e do colega também Pedro Trengrouse.

Bom, eu vou pedir licença para me ater especialmente aos dispositivos que tratam da Justiça Desportiva, naturalmente por uma questão de escopo de atuação à frente do STJD. Eu hoje presido o STJD, mas estou no STJD e sou, de fato, servidor do Legislativo, servidor da Câmara dos Deputado.

Como bem disse o Senador Portinho, o projeto da Lei Geral do Esporte tramitou aqui no Congresso por longos dez anos. Eu, boa parte desse período, pude acompanhar a tramitação na Câmara dos Deputados. E, Senador, o que chama a atenção é que o Código Brasileiro de Justiça Desportiva foi concebido, publicado e editado em 2009, portanto tem 16 anos. Isso revela justamente aí uma dificuldade, um desafio que a Lei Geral do Esporte se propõe a resolver: um código que foi concebido em 2009, mas que hoje rege, na verdade, os esportes, a parte disciplinar dos esportes, já em 2025, com novos desafios e novas realidades – muito especialmente no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

futebol, uma realidade muito pujante, com um ambiente muito propício ao profissionalismo, como bem destacado aqui pelo Dr. Gabriel Lima.

Na questão da Justiça Desportiva, nós temos aí vetos pendentes de apreciação do art. 189 ao 216, ali os itens 350 a 355. E eu, como servidor do Legislativo, sou suspeito para falar da legitimidade do Congresso – não tenho dúvida de que é o ambiente que melhor consegue equalizar aí as diferenças, as diversidades do Brasil e de perspectiva também. No Congresso, nós temos aqui atletas, temos políticos do social, temos políticos de todas as regiões e camadas de representatividade do Brasil. E não tenho dúvida de que a Lei Geral do Esporte é muito exitosa como base e como diretriz para regular de forma generalista todos os esportes no Brasil, tão continental, grande e diverso que é.

Eu vou apenas levantar um ponto de atenção em relação à Justiça Desportiva, porque, como bem falado aqui pelo Ricardo Nobre, o esporte funciona com uma *lex sportiva* de uma forma transnacional. O futebol reflete isso muito bem. Se, no âmbito normativo das leis, nós temos a Pirâmide de Kelsen ali – com a Constituição, as leis, as portarias e os atos administrativos em uma hierarquia que muito bem define quem está, digamos assim, oprimido nessa pirâmide – , a *lex sportiva*, especialmente no futebol, que é o mais popular, que é o mais visto, que é o mais conhecido de todos, revela uma pirâmide em que temos a FIFA, as confederações continentais – aí a Uefa, a Conmebol –; depois as nacionais – no nosso caso, a CBF –; no Brasil, depois, as federações estaduais; e, na base da pirâmide, temos os clubes e, naturalmente, os atletas. Então, no âmbito da Justiça Desportiva, da *lex sportiva*, o que temos dentro de um sistema hígido da *lex sportiva*, que é transnacional, é que os oprimidos são – "oprimidos", entre aspas, oprimidos no sentido de regulamentados, os o que suportam a maior carga, como jurisdicionados desse sistema – os clubes e os atletas.

Não tenho dúvida de que a Lei Geral do Esporte cria um ambiente de profissionalismo, um ambiente de autonomia que é muito propício a uma grande evolução para a Justiça Desportiva. Mas é também uma diretriz, um novo modelo de bastante atenção, porque aumenta enormemente o poder das entidades de administração – e aí estamos tratando de todos os esportes. A gente costuma falar do... costuma confundir o STJD do futebol com o STJD do esporte, justamente por aquele ser o STJD do esporte mais popular. Mas, para quem está um pouco distante da realidade, o fato é que cada esporte tem a sua Justiça Desportiva, estruturada em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

âmbito nacional com o STJD, e em âmbito estadual com TJDs estaduais. Então, assim, todos os esportes têm 27 TJDs e um STJD, realidade que é pouco conhecida pelo entusiasta dos esportes. De fato, é um modelo que está aí passível de muito debate, de muito aprimoramento, e um modelo que se vale do principal instrumento normativo disciplinar, que é o CBJD, como dizemos, concebido em 2009, portanto certamente passível de atualizações e aprimoramentos.

O modelo proposto pela Lei Geral do Esporte é um modelo de maior autonomia para as entidades de administração, tanto para a definição de novas estruturas, a partir de princípios muito bem definidos – e aqui destaco a qualidade do trabalho feito, especialmente na pessoa do Senador Portinho, que tem trajetória... Em uma conversa particular – eu vou confidenciar aqui, Senador –, o Senador uma vez brincou comigo que está Senador, mas que é advogado desportivo. Como bem disse o Deputado Luiz Lima, que continue Senador, né? (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LUÍS OTÁVIO VERÍSSIMO TEIXEIRA – Mas o fato é que o modelo proposto pela lei geral é um modelo que dá mais autonomia para as entidades de administração, tanto para conceber a estrutura da nova Justiça Desportiva, e pode ser inclusive a manutenção do que já se tem, como para dar maior autonomia para a definição dos regulamentos disciplinares, porque hoje nós temos um CBJD editado pelo Conselho Nacional do Esporte, que é a base do código disciplinar dentro do esporte brasileiro, e cada entidade de administração, de forma complementar e suplementar, edita regulamentos gerais e específicos que também são instrumentos de trabalho da Justiça Desportiva. O modelo proposto é que, depois de um ano, o CBJD perca vigência e passe a ser cada esporte regulado pelo instrumento normativo adotado pela respectiva entidade de administração. Então, queria apenas levantar esse ponto de atenção.

Sou bastante convencido e confiante de que o ambiente hoje do futebol, especialmente agora, com a presidência do Presidente Samir, é um bom ambiente de diálogo e construção para a concepção de boas estruturas na Justiça Desportiva, de bons regulamentos na Justiça Desportiva. Reflexo disso é um trabalho de que o Dr. Gabriel faz parte, que está sendo iniciado agora, que foi ambientado agora na questão do *fair play*, que também tem aspectos e efeitos desportivos. E, pedindo licença para não fazer aqui um apontamento de manutenção ao veto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queria, Deputada Laura, apenas levantar esse ponto de atenção e garantir a continuidade do debate para melhor convicção dos Parlamentares.

Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Bom, queria agradecer, Luís Otávio, mas vocês perceberam que ele é o servidor da Câmara dos Deputados.

O SR. LUÍS OTÁVIO VERÍSSIMO TEIXEIRA (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Então, muito obrigada pelas suas palavras e, pelo menos de forma não oficial, você vai fazer a listinha dos vetos para mim. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Ah, nosso querido... Cadê ele?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Cadê o Aleksander? Estava aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Fugiu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Não, ele é o nosso melhor companheiro do Flamengo, porque, a cada dia, ele chega lá com uma camisa diferente, entendeu? (*Risos.*)

Estou brincando.

Mas, assim, quero agradecer sempre ao Aleksander, que é o nosso Diretor de Relações Institucionais do Flamengo.

Bom, todos já falaram. Você quer que continue... (*Pausa.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não, ainda faltam...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Hein?

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Ainda faltam...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Ah, faltam... Desculpe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Faltam quatro.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Faltam quatro ainda.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Mais outro rapaz?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Não, é que eu achei que vocês tinham dividido entre manhã e tarde.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não, aqui tem quatro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Tem.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Então, Pedro, você já que...

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – É sua vez mesmo. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – É a sua vez, Presidente da Comissão de Direito Desportivo da OAB-RJ. O Pedro também é um amigo que eu conheço há muitos anos, é muito ligado... Eu o conheci através do Presidente Rodrigo Maia, e o mais bonito é o trabalho que ele faz na ABBR, ou fazia, não sei se ainda faz, mas tenho sempre que aplaudir o trabalho da ABBR, porque, na verdade, é um trabalho de reabilitação especialíssimo no Rio de Janeiro.

Pedro.

O SR. PEDRO TRENGROUSE (Para expor.) – Bom dia, Deputada Laura Carneiro, Senador Portinho, Deputado Luiz Lima, meus companheiros aqui de audiência!

Bom, começando pela ABBR, lembro que ela precisa de emendas parlamentares. Quem puder lembrar da ABBR neste momento é muito importante. As maiores emendas que a ABBR recebeu, inclusive, foram por sua articulação, sua autoria. E, há anos, ela faz um trabalho que hoje é deficitário, porque não atualizam a tabela do SUS; se a gente falar quanto se paga por uma sessão de fisioterapia aqui, todo mundo vai doar para a ABBR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aos Parlamentares que nos escutam: lembrem-se da ABBR na hora de destinarem suas emendas.

Ouvindo os que me antecederam, a jornalista Fabiana Bentes, aqui do lado, fez o seguinte comentário: "Isso é uma esquizofrenia. O que nós estamos vivendo aqui, agora, é uma esquizofrenia" – abrem-se e fecham-se aspas. E não precisa ser advogado para perceber isso, pois, como o Rodrigo Darbilly lembrou bem, é uma lei de 218 artigos com 397 vetos: 397 não cabem em 218, é matemática. Tem coisa errada.

Ouvir, como a Deputada Laura Carneiro falou, que não se discute a justificativa dos vetos me lembra aquele ditado alemão que diz que, se nós soubéssemos como as leis e as salsichas são feitas... (*Risos.*)

Porque o que nós estamos discutindo aqui hoje não é o mérito do projeto de lei que foi aprovado pelo Congresso Nacional, isso já foi discutido. O que se discute aqui hoje é o mérito dos vetos, que se resume às justificativas dos vetos. Quando o Rodrigo Darbilly menciona justificativas desconexas com os artigos vetados, com os dispositivos vetados, o que se infere é que só pode ser uma pegadinha, porque é uma falta de respeito absoluta à vontade popular expressa pelo Congresso Nacional.

Eu queria começar "do início", lembrando que esse projeto da Lei Geral do Esporte, essa Lei Geral do Esporte que foi aprovada aqui no Congresso, começa com um pedido das organizações esportivas para que o Senado Federal, para que o Congresso Nacional organizasse a legislação do esporte brasileiro, que era e ainda continua sendo uma colcha de retalhos – agora ainda muito pior, um frankenstein. E essa Comissão então foi criada em 2015 pelo Senador Renan Calheiros, à época Presidente da Casa, com a seguinte composição: o Presidente era o Caio Rocha, jurista conhecido aqui do Congresso Nacional, mas ex-Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva; o Vice-Presidente era o grande jurista Álvaro Melo Filho, ao lado do Valed Perry, os dois maiores doutrinadores do direito esportivo brasileiro; o Relator foi o Dr. Wladimyr Camargos, que tinha sido não só consultor jurídico do Ministério do Esporte, mas também consultor jurídico do Comitê Olímpico do Brasil, do Comitê Brasileiro de Clubes e de várias outras instituições; nós tivemos o advogado brilhante Marcos Motta, advogado de atletas, advogado do Neymar, advogado de clube, advogado de agente, brilhante, um dos maiores expoentes do direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esportivo brasileiro; tivemos a Ana Paula Terra, que era a responsável pelo jurídico do Comitê Olímpico do Brasil; tivemos o Dr. Carlos Eugênio Lopes, que era o Diretor Jurídico da Confederação Brasileira de Futebol; tivemos, como membro dessa Comissão também, o Flavio Zveiter, que tinha sido Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, hoje é Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol e também um dos grandes nomes dessa discussão das ligas no Brasil, tendo sido fundamental para criar o grupo da Libra, que é o grupo que complementa o grupo da Liga Forte União; o Luiz Felipe Bulus, também membro da Comissão, que é membro do STJD; o Luiz Felipe Santoro, advogado do Corinthians, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo; o Roberto Roma, também do STJD; o Marcos Parente, daqui do Senado; e o Mizael Conrado, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro. Essa foi a Comissão de Juristas que o Senado nomeou para elaborar o anteprojeto da Lei Geral do Esporte.

Essa Comissão trabalhou, de 2015 a 2016, mais de um ano, com 30 reuniões, aqui neste Plenário também, ouvindo todo mundo: a Fenapaf, o Presidente da Fenapaf participou da elaboração do texto, todas as entidades esportivas do Brasil participaram da elaboração desse texto. E aí o Senado então discute em profundidade esse texto, durante anos, porque, depois que a Comissão entregou o anteprojeto, o Senado acolheu o anteprojeto e começou a tramitar na Casa esse anteprojeto, com a relatoria da Senadora Leila, do Senador Portinho, e esse projeto, depois de ser discutido por esse tempo todo, foi aprovado, salvo engano, por unanimidade. Unanimidade significa dizer que o Líder do Governo votou a favor, o partido do Governo votou a favor, o partido da oposição votou a favor, todo mundo votou a favor. E é interessante ouvir que o Ministro Fufuca tem uma posição diferente de quem o antecedeu, porque, muito provavelmente, o Ministro Fufuca, Deputado Federal, votou a favor desse projeto. Então, o Ministro já aprovou esse projeto quando pôde votar nesse projeto.

A lista, Deputada Laura, é muito simples: é derrubar, derrubar, derrubar, derrubar, derrubar, derrubar, derrubar e derrubar, porque vetos sem justificativa contrariam a Constituição Federal. O seu art. 66 diz que o veto tem que ser justificado, e o veto não está bem justificado; e, quanto àqueles em que a justificativa não é coerente, só pode ser pegadinha. E não é erro de digitação, porque são parágrafos e parágrafos, quando não lacônicos. Dizer que algo é inconstitucional sem fundamentar o porquê, tendo havido apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, do Plenário do Congresso, de uma Comissão de Juristas, é falta de compromisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, muito se fala hoje em dia sobre o equilíbrio entre os Poderes. Isso é uma afronta ao equilíbrio entre os Poderes, é um desrespeito ao Poder Legislativo, à vontade do povo que o Poder Legislativo expressa e a toda a comunidade esportiva que discutiu profundamente esse projeto.

E aqui, Deputada Laura, Senador Portinho, Deputado Luiz Lima, não cabe mais discutir o mérito do texto da Lei Geral do Esporte, isso já foi discutido e aprovado. O que se discute aqui é o mérito do veto, pura e simplesmente. O texto da Lei Geral do Esporte, assim como o texto da Lei da SAF, brilhantemente aprovado aqui com a relatoria do Senador Portinho, já merecem ser apreciados, porque a evolução... E já estão sendo, e já estão sendo.

Então, eu queria trazer esse contexto aqui para dizer que realmente, Fabiana, é uma esquizofrenia, você está coberta de razão. E nós temos a oportunidade de corrigir, derrubando esses vetos e dando um recado claro de que o Congresso é soberano, de que a vontade do povo tem que ser respeitada e de que as justificativas dos vetos têm que ser muito bem redigidas, para que possam ser compreendidas. E, sendo compreendidas, que se avalie se os vetos devem ser mantidos ou derrubados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO TRENGROUSE – Ainda tenho um minuto.

Queria falar um pouco sobre a Faap, que é um dos vetos que realmente merecem ser mantidos, porém é um tema que tem que ser muito mais bem discutido, sabe por quê? Porque, nos anos 70, a criação da Faap não era o que nós temos hoje.

Em 1970, Faap significava Fundo de Amparo ao Atleta Profissional, ficava no Ministério da Educação e era com o dinheiro do governo – era isso. Na verdade, foi uma dessas pegadinhas, Senador Portinho. Numa das reformas da Lei Pelé, incluíram Faap, tirando o fundo e virando Federação de Apoio aos Atletas Profissionais, então se criou uma tributação privada. Passou, despercebido; às vezes passa, às vezes passa.

Então, nós precisamos buscar novamente uma discussão sobre a previdência dos atletas no Brasil, a contribuição que todos precisam fazer para que essa previdência seja realmente algo importante para a sociedade. Sem dúvida nenhuma, não é colocando dinheiro em instituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privada, como se houvesse uma tributação específica para ela, que nós vamos resolver essa questão. A gente tem que discutir outra coisa.

Se a gente pegar o balanço do que a Faap faz, ela ajuda com alguma bolsa de estudo, ajuda com auxílio-funeral. Aquilo não é um fundo de amparo, um fundo de apoio, um fundo de previdência, não dá aposentadoria.

A gente precisa ter essa discussão, voltando lá nos primórdios do que significava a Faap, que era um fundo do governo, no Ministério da Educação, porque não tinha o Ministério do Esporte, para repensar um pouco essa questão da previdência, talvez até trazendo a experiência dos Estados Unidos, onde a convenção coletiva entre o Sindicato dos Atletas e o Sindicato dos Empregadores já trata desse fundo de previdência privada, em que todo mundo contribui, o atleta também tem que contribuir, porque quem quer se aposentar também tem que contribuir.

Então, no fim das contas, vale a pena rediscutir isso, mas não é no texto que está aí que essa discussão pode ser feita.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ. Para interpelar.) – Só para ilustrar de novo, eu trago um dos vetos, que não é de mérito, é de princípio.

Só para ilustrar essa esquizofrenia dos vetos – não do Congresso, o Congresso está aqui para consertá-la – de quem fez o veto – e não é nem o Ministro, porque esses vetos foram feitos na gestão anterior, quero deixar claro, mas no atual Governo –, o Veto nº 2 – §3º do art. 1º – diz o seguinte: "Sem prejuízo de outras normas de teor similar, esta Lei é interpretada à luz da Carta Olímpica e da Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)", da qual o Brasil é signatário, inclusive. Se o Brasil é signatário, se já está internalizado isso, por que a lei não pode repetir, para deixar claro, inclusive, os princípios da Carta Olímpica dentro dessa *lex sportiva* internacional?

Eu quero entender por que eu já passei por três reuniões com o Ministério, com tudo que foi Ministro, e esses dois – eu li o primeiro e o segundo, começa por eles – que são principiológicos... Não tem mérito, não tem ninguém se beneficiando disso, não é um setor que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está fazendo *lobby*. É princípio, já existe. Por que não derrubaram lá na primeira sessão de vetos? Então, é esquizofrenia, sim, dos vetos, que o Congresso espero que resolva.

O SR. PEDRO TRENGROUSE (Para expor.) – Se me permite, Senador. (*Fora do microfone.*)

Deputada, é sobre a sua proposta, no início, de buscar um novo texto, um novo consenso. Olha, esse texto da Lei Geral do Esporte, quando foi aprovado, teve o apoio do Governo, foi aprovado por unanimidade com a Bancada do Governo. Então, não adianta fazer acordos que não serão cumpridos como os que foram relatados aqui agora. Agora é derrubar, derrubar, derrubar, derrubar e derrubar.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Sim, mas a gente tem uma sobreposição de duas leis. O que eu falei foi isso, Pedro: a gente tem uma sobreposição. Então, a gente tem que decidir essa sobreposição ou isso....

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Se derrubar, derrubar, derrubar, acaba-se a sobreposição.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Sim, mas aí você acaba derrubando artigos que não foram resgatados na lei, da Lei Pelé. Por exemplo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Sim. O Borçato vai falar já, já, e vai dar um exemplo disso. Então, não é muito assim, não é?

Então, vamos lá, a esquizofrenia é coletiva neste país, primeiro. A esquizofrenia é coletiva neste país e não vamos entrar no mérito...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não, eu só quero...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – ... sob pena de eu chegar ao Trump. Então, vamos voltar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu só quero falar para o Borçato, rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lógico que a gente está... É uma figura de linguagem "derrubar, derrubar, derrubar". Isso é importante, Pedro. Tem vetos, alguns, que têm que ser mantidos, sim, e tem vetos que têm que ser sobrestados. Essa sobreposição da Lei Pelé com a Lei Geral do Esporte... Vou dar um deles que diz respeito ao futebol: a cláusula penal. A gente adotou na Lei Geral do Esporte um modelo italiano. Se o atleta, depois de mandado embora, vai para outro clube ganhando mais ou igual, não faz sentido receber a indenização.

Mas os atletas pediram para rediscutirmos isso, e nós concordamos em sobrestar esse veto e fazer uma proposta legislativa. A mesma coisa com relação ao atleta afastado por acidente de trabalho. Foi um acordo meu com o Romário e com a Leila. A gente falou: esse a gente concorda de sobrestar junto com a cláusula penal. Então, ela sobreviveria em um ou dois artigos ainda, a Lei Pelé, até que o Parlamento pudesse se dedicar a esses projetos que já estão, inclusive, apresentados e devem andar.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Bom, antes, só para complementar a minha fala... Talvez você não tenha entendido, Pedro, vocês não tenham entendido o que eu digo que significa justificativa. A justificativa para nós, Parlamentares, não interessa, porque a discussão é política. É diferente do que as pessoas dizem ou do que você citou: que as leis e as salsichas são feitas da mesma maneira; não, não são feitas. As leis são feitas a partir de um trabalho árduo do Parlamento brasileiro, de Senadores e Deputados que divergem e que têm que, de alguma maneira, encontrar o que têm em comum. E aí depende da população brasileira, de como ela quer eleger os seus Parlamentares, do que ela precisa, o que ela quer dos seus Parlamentares, se é o dinheiro ou se é a competência e o trabalho.

Vamos em frente com o nosso querido Presidente da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol, Jorge Henrique Pereira Borçato. Cadê a Daniela que eu não estou vendo? Está ali. Certo. Acompanhado da super Daniela.

O SR. JORGE HENRIQUE PEREIRA BORÇATO (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todos.

Tudo bem? Tudo bem, Luiz? Quero parabenizar você e a Deputada Laura pela passagem da lei de incentivo, foi fantástico – fantástico! Estou no mesmo grupo que você. Quando você entra lá e coloca, eu vibro, porque a coisa, para o esporte, é boa para nós. A gente sabe que o futebol

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem uma diferença, como a Leila falou, a Laura falou – tem uma diferença. E hoje aqui, eu quero falar muita coisa de coração, de não perder direito dos atletas.

Os atletas de futebol agora, por exemplo, particularmente, neste ano, não terão férias. Emendaram agora, vão emendar até 21 de dezembro, não é? Alguns terão dez dias, cinco dias, mas eles foram para os Estados Unidos, os do Flamengo, Fluminense, Botafogo e Palmeiras, emendaram, e eu acredito que não fizeram feio lá. Jogaram um futebol bonito, e eu acho que os torcedores dos clubes ficaram satisfeitos.

Sobre a situação de falar após o Pedro, é meio complicado, porque o Pedro eu já conheço de longas datas – é meio complicado. Esse Presidente da Fenapaf, este que está aqui, não apoiaria a situação de algumas coisas na Lei Geral, certo? A gente sabe que tem que mudar algumas coisas, mas a Lei Pelé, para nós, estava boa, não estava ruim. Tinha muitas coisas boas na Lei Pelé. Até porque o nome do atleta que está ali, na Lei Pelé, é o Pelé, o maior atleta de um século nosso, e que hoje se transformou numa lei geral sem um nome. Nós poderíamos até ver isso futuramente, entendeu? Eu acredito que a gente deveria ver isso, isso é uma lei do esporte, não é? A nossa preocupação, da Fenapaf, hoje é perder direitos dos atletas, porque, como a legislação da Lei Pelé estava boa para nós, hoje a gente vê perdas de direitos.

Eu vou hoje aqui... Eu vim particularmente porque eu queria. Eu faltei a uma audiência do racismo. Eu tinha vindo em duas e faltei a uma do racismo. Vim em uma sua, Luiz, lá daquela que nós fizemos o ano passado. Foi o ano passado, não foi?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Será que foi em 2023?

O SR. JORGE HENRIQUE PEREIRA BORÇATO – Isso, é. Acho que foi 2024, em que eu vim até o Presidente, o nosso Conselheiro Marco Aurélio participou dela, e eu vou dividir um pouco o meu tempo com ele, porque tem coisas técnicas que o Conselheiro vai falar melhor do que eu, mas eu quero falar de coração. Os atletas estão aí atentos. Você há de convir comigo que o atleta hoje está muito mais ligado ao que está acontecendo do que no passado, não é? Eles estão atentos a isso.

Peço a vocês... E estou vendo, com muita felicidade e muita tranquilidade, o empenho da Laura, o seu empenho, Luiz, o empenho da Iziane e do Portinho em mudar, em perdermos menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos. Porque como estava para nós, acredito que estava muito bom o futebol, mas o futebol respeita, entendeu? Respeita esse Senado, respeita o Congresso, entendeu? E a gente tem que debater, a gente tem que estar na mesa.

Eu acho que essa audiência é democrática, entendeu? Nós estamos aqui para respeitar todos que estão aqui, mas a gente não quer a derrubada como foi falado. Eu até virei para o Pedro e falei: "Derrubar tudo de uma vez?". Quer dizer, a gente tem que ter um bom senso nisso, nessa hora, entendeu? Eu o entendo, porque ele até participou das discussões, mas hoje é um amigo que eu tenho, a gente debate muitas coisas. E acredito que agora a gente tenha que ir para um caminho, como a Leila falou no início, de fazer PLs, de ter uma melhora, uma articulação melhor, entendeu? E eu acredito que vai dar certo isso aí.

Ele já saiu, não se encontra aqui, mas acredito que não errei na indicação do Luís Otávio para o STJD. A Fenapaf indicou o Luís Otávio Veríssimo, e não acredito que tenha errado, até porque é uma pessoa muito íntegra para mim, eu tenho o consultado várias vezes sobre coisas, ali no STJD, até porque nós nos deparamos com uma situação agora de manipulação de resultado que era nova para nós – era nova para nós! A gente sabe que as *bets* entraram, mas nós não educamos nossos atletas; nós educamos nossos filhos, mas nós não educamos nossos atletas, e os atletas começaram a ser punidos, se manipulando, e hoje a gente tem uma preocupação grande em relação a isso. E provavelmente a Fenapaf já está no caminho de fazer uma campanha incisiva e educativa em relação às apostas, porque nós não educamos nossos atletas. As *bets* entraram muito rápido. Então, nós temos esse problema também.

Eu hoje tenho confiança na Senadora Leila, na Deputada Laura Carneiro. Já estive com ela, agradavelmente, num almoço fantástico, na casa do João; já estive com você, Luiz; com o Senador Portinho também algumas vezes, e espero que vocês nos ajudem.

Quero passar o restante do meu tempo para o meu Conselheiro, da Fenapaf, Martorelli, que participou de outras audiências, e está com toda aquela parte do direito que são os critérios para passar, como a Laura pediu: "Mandem para nós", e eu quero passar a palavra para ele, porque a Fenapaf não é só um Presidente; a Fenapaf é a sua executiva e são os jogadores, porque vocês viram um ano que teve em que colocaram a mão na boca, porque não tinham sido ouvidos – vocês deveriam ter visto na televisão, antes dos jogos, eles se manifestaram. Então, os jogadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também opinam dentro da Fenapaf. A gente não leva uma coisa radical, a gente os consulta também.

Quero passar a palavra para o Conselheiro Martorelli.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Com a palavra, Conselheiro Martorelli, para complementar o tempo.

Dr. Borçato.

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI (Para expor.) – Um ótimo dia! Saudando todas as autoridades políticas, eu não tenho... Dez minutos já seria pouco para a gente falar, para discutir, porque aqui o contexto não é veto ou não; o contexto é mais amplo.

Queria dizer para o Emanuel que a gente resolveu... Eu presido o Sindicato de Atletas de São Paulo, mas, como eu estou aqui representando a Federação dos Atletas de Futebol, vou ficar no futebol. Nós resolvemos a questão no estatuto do atleta profissional, porque aquele que comeu ou come da atividade da prática esportiva é profissional, mais ou menos assim, porque nós somos profissionais ainda, você jogou, eu joguei... Quem vai me dizer que eu não sou um atleta profissional? É só me contratar, diferentemente do ator, do cantor que trabalha até os... Está aí a Fernanda Montenegro, enfim, mostrando que pode trabalhar, mas tem algumas questões que são importantes.

Nós precisamos tomar cuidado quando a gente fala em lei. A gente precisa tomar cuidado, porque essa lei não se aplica só para a LFU e para a Libra; ela se aplica para o Atlético Mogi, para o Trem, do Amapá. Nós temos que tomar cuidado com isso. Então, a gente vem aqui com uma visão de que: "Olha, a SAF está resolvendo o problema do futebol". Não está, não está resolvendo o problema do futebol, porque, inclusive, nos balanços das SAFs, as dívidas aumentaram, e tem SAF que não está pagando jogador, e tem SAF que não publicou balanço.

Então, nós precisamos tratar com os fatos, com a realidade; nós não podemos vir aqui e nos enganar. Essa questão, essa discussão em torno dos vetos é fruto do que a gente vive na prática – é fruto do que a gente vive na prática!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Leila trouxe aqui a felicidade dos resultados do Super Mundial. Há 30 anos, nós íamos disputar os torneios na Europa; nós ganhávamos deles lá – não era aqui. Por que nós tivemos essa inversão? Porque, desde a sentença Bosman, eles começaram a se preparar de modo diferente, e a gente vive neste país ainda o ranço do passe para o atleta, de que eu fui vítima quando eu jogava. A gente vive o ranço do passe, do autoritarismo do passe; nós falamos ainda em venda de jogadores – venda de jogadores. Nós falamos ainda, em pleno século XXI, em venda de jogadores. É normal na boca de todo mundo. Não se vende mais jogador; vendia-se quando eu jogava. Hoje se negocia contrato, se negocia transferência, mas a cultura da venda, do ranço autoritário, ainda está entranhada na gente.

Então, se a gente não tiver essa clareza, nenhuma lei vai resolver. Se a gente continuar com a questão, e aí vem Profut, parcelar as dívidas tributárias dos clubes... A gente tinha uma contrapartida no Profut, que era pagar salário em dia; o STF derrubou pela soberania, pela autonomia desportiva, que é uma mentira. Autonomia não é soberania, ela tem limites, dentro da Constituição, inclusive. Até o 217 fala da diferenciação de esporte profissional e não profissional. Por quê? Porque é para dar ênfase para o não profissional? Não, senhores. Porque, desde o art. 1º, diz lá do valor social do trabalho, é um esteio do Estado democrático de direito, depois vem no 5º, vem no 6º, vem na ordem econômica, na justiça social, vem falando em trabalho. A gente não pode esquecer o trabalho, a gente não pode esquecer, Senador Portinho, que a cláusula de rescisão é importante para dar certa segurança, mas não para prender jogador, não para fazer com que o clube mande o jogador embora, não pague, vem para a SAF, vai para recuperação judicial, e o cara que trabalhou vai tentar receber com deságio – com deságio! – o seu valor, depois de 10, 15 anos.

Então a gente tem que tomar cuidado com as coisas. Nós estamos enfraquecendo o futebol brasileiro. Nós perdemos... Nós, hoje ficamos felizes quando a gente ganha um jogo no Super Mundial, diferentemente do que acontecia antigamente. Nós estamos falando em diminuir as datas dos campeonatos estaduais sem entender o que é isso. Por quê? Porque a discussão na imprensa é para os clubes da Série A e Série B do Brasileiro. Nós estamos perdendo a base do interior, que era muito forte, e estamos perdendo a base de cada clube, porque se contratam nove estrangeiros por clube. E, para jogar até terceira, quarta, quinta rodada, o Palmeiras, os gols dos jogadores do Palmeiras eram todos de estrangeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a gente está olhando para quê? Para colocar na Lei Geral do Esporte a especificidade, a fim de suprimir direito do atleta? Se bem que o Luís Otávio falou aqui que na hierarquia das normas não existe especificidade. A especificidade, por exemplo, do vigilante noturno, que trabalha à noite e recebe adicional noturno, a gente vai suprimir o direito desse trabalhador?

Então a gente tem que entender o que está fazendo. A gente cria os monstrengos aqui e, na hora de aplicar lá, a gente não consegue aplicar.

Nós não estamos ajudando o futebol com o que estamos fazendo nestas Casas. Voltando a falar: loteria esportiva, Timemania, Apfut, SAF, cláusula de rescisão unilateral; nós não estamos ajudando o futebol, porque estamos enfraquecendo a relação de trabalho, e esse enfraquecimento da relação de trabalho dá muito conforto para o descumprimento. Nós vivemos, no futebol, hoje, a cultura do descumprimento. É isso que a gente quer? É isso mesmo?

Nós estamos preocupados com a vida dos atletas dos grandes clubes, esquecendo que nós temos, segundo dado da CBF de 2023, 90 mil atletas trabalhadores. No futebol feminino, Deputada, nós estamos aí às portas do campeonato mundial e nós não temos 300 atletas registradas – 300. Nós não temos. Nós não temos dez clubes, no Brasil, regulamentados efetivamente. Qual é o cenário que a gente quer? Que mentira a gente está se contando? Qual é a mentira que a gente se conta aqui? Um monte de coisas. Tanto é que, nessa ordem, vejam só, nós fomos os últimos a falar. Eu não quero dizer que nós somos discriminados, eu não quero dizer, mas nós somos os últimos a falar. Não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI – O.k., então, melhorou um pouquinho o meu sentimento.

Tanto é que a gente não é discriminado... Olhem, a Fenaclubes recebe, por exemplo, da Lei da Timemania, um recurso, porque é uma instituição sindical de segundo grau, que a Fenapaf não recebe. Não vale a pena a gente olhar isso? Não vale a pena a gente olhar a questão das recuperações judiciais nas SAFs? Não vale a pena a gente parar e pensar um pouquinho em recuperar isso e dar responsabilidade para quem recebe recurso público? Sim. A própria Lei Geral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala... Ela quer estabelecer especificidades, mas fala, no mesmo artigo, que pode receber recurso. Ela quer livrar a possibilidade da prestação de contas, mas fala em receber recurso público.

Então, tem muita coisinha que a gente fala. O nosso Presidente Borçato falou bem que não éramos nós, infelizmente, que estávamos aqui quando da elaboração dessa lei, porque o trabalho seria outro. Eu estava fora, voltei recentemente, o Borçato também não era o Presidente. Então, nós temos muita coisa para ver, e é trabalhar com a realidade da prática.

Os tribunais desportivos são importantes? São. Mas, se a gente não tiver na regulamentação a ordem, a representação, a gente terá problemas. Eles são... Cada um com a sua particularidade, cada esporte com a sua particularidade, os códigos com a suas particularidades, mas se nós não tivermos a representação, a gente acaba voltando ao desequilíbrio que a gente não quer, enfim...

As nossas considerações, Deputada Laura, estão com a Daniela, ela vai entregá-las, mas nós temos a necessidade de ampliar esse debate.

Eu agradeço o espaço aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Rinaldo, eu diria que me apaixonei. Você já vai ser convidado para a Comissão mais louca de todas, que é a Comissão da Câmara dos Deputados. (*Risos.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – A Câmara dos Deputados é mais agitada.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Muito mais agitada, vocês não têm noção.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Mas o que eu mais gostei – vocês daí não têm a capacidade de ver, mas a gente que está sentada à mesa principal é capaz – é que, enquanto ele falava, enquanto o Rinaldo falava, o Rodrigo fazia assim... O que significa que a CBF pode muito bem conversar e a gente tentar construir uma melhora, com essa nova gestão. Eu juro a vocês que eu tenho muita esperança, foi um momento muito difícil. Essa é uma reflexão interessantíssima.

Eu não sou nem do futebol, nem do vôlei, então para mim é muito mais fácil, porque eu posso tentar, de alguma maneira, ajudar as modalidades que são diferentes e que têm suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificidades. Claro que no Brasil todo mundo quer saber só de futebol, mas é um erro, porque o COB prova que a gente também festeja cada medalha de outras modalidades.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Laura, posso fazer uma reflexão rápida?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Pode fazer a sua reflexão, porque você é o nosso Deputado.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Marco Aurélio...

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI – É Martorelli.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Martorelli. Desculpe-me.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Martorelli! É Rinaldo, melhor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Martorelli, do Palmeiras.

Martorelli, eu queria fazer uma reflexão com você.

Primeiro, eu adoro futebol, embora eu não consiga jogar futebol, mas eu sou um apaixonado.

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI (*Fora do microfone*.) – Eu não consigo nadar. (*Risos*.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Ontem, eu recebi os representantes da CazéTV, no meu gabinete. Eu sou fã da CazéTV, porque a CazéTV é a TV aberta dos anos 80 e 90, feita realmente para quem gosta de futebol. E a TV aberta, hoje, que transmite futebol, parece uma MTV dos anos 90. Ela é desconectada com quem ainda assiste futebol, que são as pessoas com mais de 40 anos. Eu gosto de ver mesa redonda ruim, ruim no sentido de relaxar, do cara solto, do cara que vive futebol e entende de futebol. Hoje tem um monte de engenheiro de futebol, que não jogou futebol e que... Pô, eu quero ver uma fofoca de um jogador, quero ver uma brincadeira... E aí, a gente faz uma reflexão, porque, antigamente, a gente tinha presidentes folclóricos no clube. A gente tinha o Eurico Miranda; a gente tinha até o Emil Pinheiro, no Botafogo; a gente tinha o Castor de Andrade no Bangu; a gente tinha o do Corinthians lá, que me fugiu o nome, que trocava...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Vicente Matheus.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Vicente Mateus.

... e o futebol brasileiro era bom para caramba. A gente tinha um São Paulo disputando com o Milan e o Barcelona, em 1992 e 1993, sem nenhum jogador estrangeiro, e jogando de igual para igual. Então, por que hoje a gente vê um João Pedro sendo vendido pelo Fluminense? Eu sou Fluminense – Papa João Paulo II. O João Pedro é vendido para a Inglaterra, com 18 anos e no momento mais importante da história do Fluminense, que chega numa semifinal. E, dificilmente, o futebol brasileiro volta à semifinal de uma Copa do Mundo de Clubes, porque vão investir ainda mais: o mundo árabe vai investir ainda mais; os europeus vão chegar mais fortes ainda...

Mas eu queria fazer esta reflexão: por que o futebol, nos anos 70, 80 e 90, era administrado de uma forma, talvez, até menos profissional do que é hoje, e a gente tinha um rendimento muito melhor? A nossa Seleção Brasileira hoje está muito distante do que era em 2002, e se passaram só 23 anos. O que aconteceu? Por exemplo, hoje, a gente vê uma televisão, para vender Premiere e vender aposta, dizendo que jogadores são craques, e não são. Criam produtos fora da realidade que, quando a gente vai disputar com o mundo lá fora, a gente não tem essa realidade.

Então, o futebol brasileiro hoje, e faço essa pergunta a você que foi jogador, é muito mais um programa de televisão do que uma realidade?

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI (Para expor.) – Tem um mês para discutir, Deputado? (*Risos.*)

Tem um mês para a gente poder falar?

O que acontece é, assim, a sentença Bosman abriu um caminho na comunidade europeia. O francês pode jogar na Inglaterra – agora com alguma diferença, porque teve o Brexit, lá –; o italiano pode jogar na França. Abriu-se mais espaço para os verdadeiramente estrangeiros. Em contrapartida, tivemos aqui o fim do passe, e os clubes, que até hoje... Inclusive tem uma lei tramitando na Câmara que prevê a volta do passe. Aquele absurdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para quem não sabe, o passe, era um vínculo que prendia o jogador, e o jogador não recebia salário. Eu fiquei quase dois anos preso no Palmeiras sem receber salário. E tem gente que acha normal isso. Tem gente que acha normal.

Então, eles quebraram e começaram a fazer um trabalho diferente de organização, enquanto aqui a gente ainda pleiteia o passe.

Os clubes... O Fluminense, por exemplo, hoje, está mais bem estruturado, mas, naquela fase, naquela fase em que estava o menino João Pedro, não tinha uma estrutura que garantisse a permanência dele, a satisfação dele. Então, hoje, e aí dá para trabalhar, dá para pensar no ser humano. Se a gente está satisfeito com os acordos que nós fizemos... Aliás, a gente fala muito isto para o jogador: negocia tudo o que você pode, porque, quando você assina um acordo, você tem que cumprir. Negocia antes, porque você tem que cumprir o acordo. É o que a gente quer do clube. Porque a gente não pode continuar escutando: "Ah, mas o cara ganhou um milhão! Qual o problema de atrasar salário?". Lógico que tem problema. Não faz mal quanto ele ganha. Você fez um acordo livremente de que iria pagar 1 milhão para o cara; paga 1 milhão para o cara, porque ele está comprometido no valor dele, no dinheiro dele!

Então, essa falta de visão faz com que os atletas... Lógico, também tem uma questão econômica; a gente não pode desconsiderar. Mas a gente pode entender que essa falta, com esse ambiente, leva muito mais interesse ao atleta ser transferido do que ficar aqui.

Aliás, os últimos dados... É uma coisa que eu trabalho muito... Aliás, quem não sabe, eu estou fazendo doutorado de Direito. Tenho um trabalho aí, gosto desse negócio. Dei aula recentemente na CBF Academy, convidado pelo Luís Otávio e pelo Pedro – muito legal. Se nós pegarmos os últimos dados, nós temos 30 milhões de praticantes de futebol no Brasil – 30 milhões. Se a gente pegar 1% desses 30 milhões, nós chegamos a 300 mil para o futebol profissional. Quantas boas vagas nós temos no futebol profissional? Quantas boas vagas? Se a gente pegar a Série A e Série B do Brasileiro, vão dar umas 4 mil. Então, são 300 mil para 4 mil vagas. Então nós não temos absorção para tudo isso. Agora, por isso a preocupação em discutir questões para o futebol brasileiro, e não para 40 clubes, porque a gente está perdendo a base dos clubes.

Em Recife, por exemplo, eu joguei no Náutico também, o Santa Cruz... Nós estamos perdendo a base do Santa Cruz. Nós estamos perdendo outras bases do interior de São Paulo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do interior do Rio, que faziam bons jogadores. E nós tínhamos interesse em ficar, porque os clubes tinham condição razoável e financeira de pagar salário. Eu joguei no Taubaté em São Paulo com bons salários, com salários, na época, compatíveis com o que eu recebia no Palmeiras. Então, mudou o foco hoje, infelizmente: Série A e Série B do Brasileiro, foco financeiro, mas nós temos que prestar atenção em criar uma estrutura para que a gente tenha mais oportunidade de permanência, senão vai embora cedo mesmo.

O SR. GABRIEL RIBEIRO LIMA – Se me permite fazer um pequeno...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A Faap está presente?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. Bloco/PSD - RJ) – Está lá.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está lá atrás.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. Bloco/PSD - RJ) – Deixe-me só agradecer...

O SR. GABRIEL RIBEIRO LIMA – Se eu puder fazer um pequeno...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. Bloco/PSD - RJ) – É, porque senão a gente...

Esse é o problema do futebol: nós estávamos discutindo os vetos e já estamos discutindo o futebol.

Então eu vou começar... É arrogância, mas essa é uma arrogância deliciosa.

O SR. GABRIEL RIBEIRO LIMA – Eu queria fazer um...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. Bloco/PSD - RJ) – Não, eu vou dar a palavra para o Gabriel, vou dar a palavra para o Gabriel.

Queria só antes agradecer aqui ao Wlamir Campos, Presidente da Confederação de Atletismo – nosso... aliás, ele está em todas –; ao Gilvan Ribeiro, da canoagem, que não estava ontem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. Bloco/PSD - RJ) – Estava? Eu não te vi. Desculpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço à Ketleyn Quadros, nossa judoca; ao Rui Campos, do vôlei, que deu uma saidinha, mas já está voltando. Agradeço a presença desses superatletas.

Vou passar a palavra para o Gabriel, só pedindo e lembrando que a gente ainda tem duas pessoas para falar.

Fica à vontade.

O SR. GABRIEL RIBEIRO LIMA (Para expor.) – É muito rápido. Eu só queria pegar uma fala dele.

A gente hoje não é competitivo por essas gestões folclóricas das décadas de 70 e 80. O que os nossos atletas buscam é gestão profissional, e eles vão para lá por causa disso. A gente está 40 anos atrás do que o resto do mundo está. A Lei da SAF foi aprovada há quatro anos. Na Espanha, foi obrigatório os clubes endividados se tornarem empresa, foram obrigados a se tornar empresa. Lá, a liga saiu por um decreto real – um decreto real. Aqui a gente está discutindo liga. Então, eu acho que é uma resultante...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Mas, Gabriel, eu não sou contra, eu não sou contra a SAF, não, pelo contrário: eu nadei no Vasco, no Fluminense e no Flamengo, e em todos esses clubes os funcionários são muito mais felizes hoje.

O SR. GABRIEL RIBEIRO LIMA – Eu imagino.

O SR. LUIZ LIMA – Muito mais felizes. Só que eu, como esportista, vivo de resultado, e o que o futebol brasileiro apresenta hoje é uma vergonha. O futebol mal consegue ganhar da Venezuela. É surreal. Você vê um jogo do futebol brasileiro, o que a gente chama de craque aqui não consegue nem ser titular de um time, talvez, de final de rabeta de primeira divisão de um clube na Europa que nunca ganhou um título mundial. É isso que eu estou falando. Por que isso está acontecendo? Eu é que pergunto para vocês o porquê. Como cidadão, como atleta olímpico, professor de Educação Física, eu que pergunto o porquê. Por que estamos tão distantes hoje? Por que ficamos tão distantes?

O SR. GABRIEL RIBEIRO LIMA – A disparidade econômica é monstruosa.

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE HENRIQUE PEREIRA BORÇATO (*Fora do microfone.*) – ... nós temos no Brasil, e nós fomos contra todos, em todos os arbitrais da CBF, nós fomos contra o número de estrangeiros. Hoje nós estamos com nove estrangeiros, com todo respeito que eu tenho a eles. Nós estamos fazendo jogadores para os outros.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Bom, eu vou ser agora ditadora, vou bloquear todo mundo. (*Risos.*)

Vou passar a palavra, antes lembrando, só para a gente ter aqui na anotação: o Borçato não chegou a dizer o número, mas é o art. 217, inciso II, e a posição da Fenapaf é pela manutenção desse veto, sob pena de, se rejeitada a Lei Pelé, eles desaparecem do mapa, e, portanto, os atletas vão junto. Aliás, os clubes podiam pagar em dia à Fenapaf para que ela possa pagar também em dia aos seus atletas.

Bom, com a palavra Caio Pompeu Medauar de Souza, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo (IBDD), que participará por videoconferência.

O SR. CAIO POMPEU MEDAUAR DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito bom dia, Deputada Laura Carneiro. (*Falha no áudio.*) ... os trabalhos, cumprimentar também a Secretária Iziane Castro, cumprimentar a Senadora Leila Barros, meu amigo Carlos Portinho, com quem tive bons embates na Justiça Desportiva. Sou testemunha da atuação do Senador Portinho ainda enquanto advogado, caso Jobson... No caso Dodô, eu não cheguei a participar, se não me engano, do caso especificamente.

Quero trazer aqui também o cumprimento da Presidente Raquel Lima, Presidente do IBDD, também uma mulher. Infelizmente, por questão de agenda ela não pôde estar presente, mas pediu para mandar um abraço.

Tenho muitos amigos que estão aí na audiência, pessoas que já falaram, Ricardo, Pedro, Martorelli, pessoas certamente muito mais qualificadas do que eu, então, até pelo adiantado da hora, Deputada, eu vou tentar ser mais conciso.

Eu adiro aí à tese da esquizofrenia. Eu participei das audiências públicas do Senado para falar de Justiça Desportiva ainda para Wladimyr Camargos, Caio Rocha e Luiz Felipe Santoro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma atuação na Justiça Desportiva não só no futebol, mas em várias modalidades. Até outro dia, até o ano passado, eu era Procurador-Geral da Justiça Desportiva Antidopagem, né? Então, a gente tem aí uma experiência no direito desportivo já há algum tempo.

Enfim, na base da *lex sportiva*, de que o Senador Portinho falou, não se justifica o veto no começo, que é o item 14.23.052, não existe justificativa plausível. Da mesma maneira, a previsão de atualização automática das normas antidopagem também não faz muito sentido ser vetada, porque a gente sabe que isso é uma decorrência das próprias normas internacionais antidopagem. Talvez a manutenção do veto não vá impactar de uma maneira prática, mas a gente sabe que é interessante...

Eu acho que é importante mencionar que as normas antidopagem praticamente foram copiadas da Lei Pelé para a Lei Geral do Esporte. Por quê? Porque a Agência Mundial Antidoping negocia como a legislação de cada país vai ser colocada e ameaça os países de tirá-los da conformidade caso haja algo na legislação que não esteja de acordo com a conformidade da Agência Mundial Antidoping. Então, é para a gente entender por que houve essa preocupação, por que, quando a Lei Geral do Esporte foi promulgada, houve um *lobby* da ABCD, do próprio tribunal e dos membros do STJD, do futebol, de outros tribunais esportivos para vetar as mudanças. No caso da antidopagem, foi exatamente para não criar esse "trabalho", entre aspas, com a Agência Mundial Antidoping, ou seja, o trabalho foi transferido para o Congresso ter que lidar com essa esquizofrenia dos vetos, porque, a gente fala em soberania e autonomia, mas a gente tem essa "interferência", entre aspas, vamos dizer assim, ativa da Agência Mundial Antidoping para fazer com que o sistema seja aplicado no mundo inteiro da mesma forma – algumas vezes com razão, outras não.

Feitas essas considerações iniciais, eu entendo a questão da Justiça Desportiva. A gente perde uma oportunidade, com esses vetos, de dar um passo à frente na Justiça Desportiva, de discutir Justiça Desportiva de uma maneira, basicamente, de efetividade, né?

Eu atuei por dez anos como Procurador no STJD do Futebol, já fui do handebol, hoje eu estou na ginástica, estou em esportes aquáticos. São várias realidades diferentes, mas, na prática, a gente aplica a mesma ideia de um conceito para um atleta de futebol, que tem uma série de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A estrutura do futebol no Brasil, independentemente do nível, é muito maior do que a maioria das outras modalidades, né? Então, a gente não tem como comparar uma coisa com a outra.

Vou dar um exemplo que não é propriamente da Justiça Desportiva ordinária, mas a gente teve o caso recente de *doping* do Gabigol, e eu atuei nesse caso. Não vou falar da questão técnica, até por uma questão de sigilo, mas o Gabigol foi julgado, foi processado, no tribunal, por procuradores... Ele foi acusado por procuradores voluntários – inclusive, faz-se uma denúncia complicada – e foi julgado por auditores voluntários.

São, então, pessoas que são voluntárias, que por lei não podem receber, a Justiça Desportiva comum tem essa possibilidade (*Falha no áudio.*) ... que a JAD remunere os seus membros.

Então, há realidades dentro da Justiça Desportiva como essa, você tem competições profissionais que são julgadas por voluntários – isso vale para todas as esferas. Hoje, no futebol – obviamente, todo mundo quer participar do futebol –, a justificativa do veto de uma suposta questão de isenção, de conflito de interesses, ou, como foi mencionado, se não me engano, pelo Martorelli, da questão das indicações, porque há uma... A Lei Geral do Esporte contempla um mínimo de regras de indicações.

Em quais tribunais essas indicações são realmente efetivas? Em quais modalidades a gente chega e fala assim: "Olha, a comissão de atletas vai indicar duas pessoas"? A comissão de atletas de um tribunal no Nordeste vai pensar assim: "Espera aí, quem que eu vou indicar?". Existem advogados especializados em todos os lugares do Brasil para julgar de maneira técnica? A gente só tem hoje uma Justiça Desportiva Antidopagem... Não foi exigência da Wada criar um tribunal separado, não existia na época obrigação na legislação. A Wada, na verdade, pediu para que a gente aplicasse da mesma forma as normas internacionais, porque cada tribunal aplicava de um jeito. Essa é a verdade. Não foi assim: "Olha, você crie um tribunal". Não, foi: "Eu quero que você aplique direito a norma". A solução foi criar um tribunal.

E a gente tem esse mesmo problema nos outros tribunais. Você acha que a gente tem gente qualificada? Por que eu faço parte de tantos tribunais? Por que eu posso hoje falar com alguma autoridade aqui? Por que eu tive que participar? Porque as pessoas me convidam. Você acha que todos os presidentes de confederação que me indicaram para tribunal, todos os membros de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arbitragem, representantes de atleta – eu já fui indicado por vários segmentos –, você acha que todos eles sabem quem eu sou? Acha que viram o meu currículo, me indicaram, falaram assim: "Vou indicar o Caio porque eu sei que o Caio tem notório saber jurídico desportivo"?

Então eu acho que a gente precisa... Eu sou realmente a favor da derrubada do veto, eu sou realmente a favor de a gente evoluir para uma criação de tribunais como esse do Comitê Olímpico, que possa agregar outras modalidades, que possa fazer um trabalho como funciona nas modalidades que são vinculadas ao Comitê Paralímpico. Eu atuo também no Tribunal Disciplinar Paralímpico, que é um tribunal muito mais enxuto, que tem uma agilidade melhor. E a gente pode otimizar recursos e pode pensar realmente, claro, em modalidades que não têm dinheiro continuarem no modelo voluntário, e modalidades que têm dinheiro... Quanto será que o Gabriel Barbosa gastou na Corte Arbitral do Esporte para conseguir, primeiro, uma liminar...? E eu não estou falando nem que ele tenha gasto de maneira ilegal, ele pagou as custas da Corte Arbitral do Esporte. Quantos atletas nossos têm condições de recorrer hoje para a Corte Arbitral do Esporte para conseguir uma liminar e depois discutir o mérito, independentemente do resultado que se teve lá? Quantos têm essa possibilidade?

Por isso é que a gente tem que realmente pensar em como essa estrutura tem que ser feita, não é?

Então, com relação à estrutura da Justiça Desportiva, eu até acho que pode ser melhorada a questão da regulamentação do mínimo para montagem das estruturas esportivas.

Na questão das regras, a gente já passou do tempo de que o Estado ou o Governo tenha que controlar todos os aspectos da vida do esporte, né? Então, a gente hoje teve aí – e já estou encerrando, Presidente – o aparecimento da questão da manipulação esportiva, e os tribunais andaram um pouco perdidos com relação ao que é prova, ao que não é prova, aos relatórios especializados, a quais atletas, a quando tem que ser punido, a quando não é punido, né? É só se ver o Bruno Henrique: o Bruno Henrique está jogando, mesmo tendo aí uma espada na cabeça dele por um caso de manipulação, que aconteceu porque realmente a gente ainda precisa avançar, sendo que a própria FIFA já tem uma regulamentação.

Então, evidentemente, o veto com relação ao 14.23.114... Aliás, já estou indicando o número errado aqui, né? É em relação ao 14.23.052, e, apesar de eu ser a favor da derrubada, caso haja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente esse trabalho para criação de um novo projeto de lei, o IBDD já está à disposição, não só com relação a esse tema, mas aos outros, com mais tempo, para discutir e para que a gente possa avançar numa Justiça Desportiva que atenda ao critério de justiça, que ela possa fazer justiça para que cada entidade possa ter a sua Justiça, porque infelizmente nem todas têm, nem todas conseguem montar, e para que ela realmente seja imparcial de uma maneira efetiva também, porque, mesmo o STJD, do futebol, em toda vez que ele é reformulado, a gente tem alguma matéria de algum lugar dizendo que fulano foi indicado por não sei quem ou por não sei quem, ou seja, nem esse sistema hoje da Lei Pelé está imune de críticas e imune desta discussão com relação a eventual conflito de interesse.

Eu quero agradecer de coração, em meu nome e em nome da Presidente Raquel Lima, essa oportunidade de participar da audiência pública.

Quero transmitir, de novo, um grande abraço a todos os participantes.

Obrigado.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) – Muito obrigado, Caio.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Muito obrigada, Caio, por suas palavras. Aqui a gente percebeu que você falou principalmente das normas *antidoping* e da questão da Justiça por modalidade.

Queria agora, então, passar a palavra a Tharcísio Anchieta, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Educação Física (Confef), que também participará por videoconferência.

O SR. THARCÍSIO ANCHIETA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Tudo bem?

Bom dia a todos – já no adiantado da hora aí, boa tarde.

Então, quero agradecer muito não só a iniciativa da realização desta audiência, mas agradecer todo o trabalho realizado pela Senadora Leila, pela Deputada Laura Carneiro. O Conselho Federal de Educação Física é um parceiro em todas essas iniciativas e agradece muito o empenho e o trabalho de Senadores e Deputados que têm o esporte como uma bandeira importante e reconhecem o tamanho da importância do esporte no Brasil. O Senador Carlos Portinho foi quem fez esse convite para que a gente pudesse também aqui apresentar alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pontos. O Deputado Luiz Lima, que é um profissional de educação física, sempre em defesa dos interesses do esporte no Brasil... Queria aqui parabenizar e agradecer a todos pelo empenho, nesta audiência conjunta.

Eu vou, Deputada Laura Carneiro, seguir como um bom professor, seguir bem o que está aqui estipulado como um regramento do que seria hoje esta nossa audiência: muito mais do que a gente falar sobre esporte, fazer uma reflexão sobre a importância do esporte, o tamanho do esporte.

A gente já teve a oportunidade de ver aqui uma apresentação da Fabiana, que apresentou os dados do esporte representando 1,6% do PIB brasileiro, e é interessante a gente verificar que o esporte em aspectos econômicos também é significativo para o Brasil.

A gente tem sempre, enquanto Conselho Federal de Educação Física, uma defesa de apresentar dados que mostrem o quanto o esporte impacta em níveis de saúde da população brasileira. A gente tem sempre uma defesa em apresentar o quanto o esporte não pode estar, de maneira alguma, desvinculado de aspectos axiológicos, isso quer dizer que a gente tem o esporte sempre ligado à educação.

Então, essa compreensão do esporte como um elemento importante, fundamental para o desenvolvimento do país, é uma compreensão que a gente quer sempre colocar em evidência.

Eu vou trazer aqui, Deputada Laura Carneiro, de maneira bem prática, mas bem prática mesmo, nas discussões quanto aos vetos à Lei Geral do Esporte... Eu tinha aqui também uma apresentação longa para fazer uma reflexão sobre essa nova Lei Geral do Esporte, a 14.597, mas eu entendo que as apresentações que já foram feitas são suficientes para a gente ter essa compreensão.

Eu reconheço que esta lei é muito importante, ela foi construída com muito empenho de todos os congressistas, com muito empenho de todas as entidades que participaram, é uma lei que vem sendo construída há muito tempo, e que tentou trazer todos os elementos da Lei do Treinador de Futebol, a 8.650, de 93; trazer elementos da 9.615, que ainda é vigente; trazer elementos da Estatuto do Torcedor; trazer elementos da Lei Bolsa-Atleta, da Lei de Incentivo ao Esporte, da Lei do Profut.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, a construção da 14.597 é longa e trouxe aqui um arcabouço legal para o Brasil que pretendia colocar em uma lei só todos os aspectos que envolvem o esporte. E, de fato, como já foi falado aqui muitas vezes, para uma lei que acabou tendo mais de 300 vetos, a gente precisa aqui considerar que algo não está muito bom.

Então, mesmo considerando as bases históricas dessa construção, de Conferências Nacional do Esporte, desde 2004, dos grupos de trabalho que foram criados no Congresso, no Ministério do Esporte, mesmo dentro do Senado, esta Comissão de juristas que foi instituída lá em 2015 para começar essa discussão... A gente participou ativamente, o Sistema Confef/Crefs participou ativamente também dessas discussões, e uma das coisas de que a gente não abre mão de dizer que é fundamental, por uma questão de valorização mesmo daquilo que é a educação física como uma base, um espaço de construção do que é o esporte no Brasil é o que está logo no começo desta lei.

Então, o veto ao §3º do art. 1º, como já foi colocado aqui, é um veto que, ao nosso ver, não faz qualquer sentido. É um veto de um parágrafo de um artigo que diz que a lei precisa ser interpretada considerando a Carta Olímpica e a Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física da Unesco. O Brasil é signatário dessas questões internacionais.

Então, quando você retira da lei que trata do esporte no Brasil por um simples, diria, capricho esse tema, a gente perde a oportunidade de fortalecer um elemento que é um elemento fundamental para qualquer tipo de discussão que exista sobre desenvolvimento esportivo no Brasil.

A gente precisa considerar que a educação física tem uma função de literacia física. Ela tem uma função de fazer com que as crianças tenham a possibilidade de todo um arcabouço motor que vai possibilitar que elas possam se desenvolver nas modalidades esportivas.

É errado a gente considerar que é função da escola formar atletas, mas é muito correto a gente considerar que é impossível que se forme atleta sem que ele passe pela escola. A escola é um local – com a Educação Física enquanto disciplina, com a educação física enquanto grande área de atuação – é um espaço onde o desenvolvimento motor ocorre, e essa possibilidade de esse regramento estar ali inserido na lei é algo que a gente não pode deixar passar. Então, é importante que a gente lute pela derrubada do veto do §3º do art. 1º dessa Lei 14.597.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou avançar, colegas, para dizer que, lá no artigo – ainda na concepção de um esporte que é democrático, que tem ali os seus mecanismos, inclusive os seus mecanismos de controle, mas que, dentro dos mecanismos de controle, considera fundamentais algumas questões que são a participação social, a participação das entidades que de fato fazem o esporte no Brasil... Quero chamar a atenção para o veto existente ao art. 21, quando trata do Conselho Nacional do Esporte.

Lá no §1º, encontra-se vetada a composição do Conselho Nacional do Esporte, por exemplo. Essa compreensão de ter, na lei, a segurança de qual é a composição do Conselho Nacional do Esporte se apresenta também como um elemento fundamental. Não é possível que a gente continue à mercê de uma portaria de um ministro. E é importante a gente registrar, da mesma forma que o Sistema Confef/Crefs se manifestou favoravelmente à existência de um ministério específico para tratar de esporte no Brasil – e reafirmamos que isso é muito importante –, é importante deixar claro também que esse Ministério do Esporte não deve ser aquele que define qual é a composição de um Conselho Nacional do Esporte.

Considerando as competências, os deveres e os direitos de um Conselho Nacional do Esporte, é importante que a sua composição – isto é, as entidades, os órgãos e as pessoas que fazem parte desse conselho, que vão analisar contas, que vão apresentar proposições para um planejamento mais amplo para o esporte brasileiro – esteja definida em lei. Então, a lei trouxe 36 entidades que devem compor o Conselho Nacional do Esporte, e a gente advoga aqui pela derrubada desse veto, pois é um veto que não se justifica, quando ele diz que fere uma autonomia do Executivo.

Se a vontade do legislador, ao criar o Conselho Nacional do Esporte, é democratizar as possibilidades de apresentar soluções para o esporte brasileiro, não se justifica o próprio Executivo definir quem são as pessoas que fazem parte desse conselho.

Então, de maneira bem prática, Deputada, era isso.

Nós temos aqui muitas questões que poderiam ser discutidas. Eu entendo a vontade de fala de todos os colegas que me antecederam, mas, de maneira prática, são as derrubadas do veto do §3º do art. 1º e do veto do §1º do art. 21, com as nossas saudações, os nossos abraços e os nossos agradecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo aqui, Dr. Tharcísio Anchieta, em nome do Conselho Federal de Educação Física, em nome dos mais de 690 mil profissionais de educação física espalhados pelo Brasil, que a gente... o esporte é nossa função.

Nós temos um... Nós não temos nenhuma possibilidade de ter esporte sem atleta – o atleta é o protagonista no esporte –, mas nós não temos também nenhuma possibilidade de ter atleta sem o profissional de educação física.

É isso.

Obrigado.

E ficamos à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Muito obrigada, Prof. Tharcísio, pela explanação.

Eu queria agradecer a fala de todos vocês. Acho que vão contribuir muito para esse processo de discussão dos vetos.

Acho que, durante a tarde, provavelmente tanto eu quanto o Deputado Luiz Lima não poderemos participar, porque nossa sessão já está começando na Câmara – houve uma inversão dos horários –, mas depois, com o Senador Portinho, nós vamos saber exatamente o que aconteceu, e aí vai ter que ter um segundo momento. E, nesse segundo momento, vamos tentar reunir, Portinho, todas as sugestões, para que a gente possa compilar e ver no que é que a gente eventualmente concorda, no que a gente diverge, para ver como é que a gente avança.

Queria passar a palavra agora... Passar a palavra, não; passar a Presidência ao Senador Carlos Portinho, que se chama Presidente eventual da Comissão – lá na Câmara não tem isso, não –, até porque não faria nenhum sentido uma Deputada encerrar uma sessão do Senado Federal, embora seja uma sessão conjunta.

Então, passo a V. Exa. a Presidência e agradeço a possibilidade de participar desta reunião ao lado de vocês todos.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espere aí: antes disso, nós não citamos – e seria, no mínimo, uma indelicadeza – o goleiro Marcos, campeão mundial de 1992-1993 pelo São Paulo, aqui entre nós. Muito obrigada a esse grande atleta também do futebol. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. PL - RJ) – Obrigado, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone*.) – Tem que se sentar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. PL - RJ) – É, eu não sou muito apegado a formalidades.

Muito obrigado, Deputada Laura Carneiro. Realmente, foi muito produtivo.

Também confesso que é a primeira vez que eu faço uma audiência pública conjunta de Câmara e Senado. Eu quero lhe agradecer, Laura, por ter concordado em a gente se reunir, ou até sugerido... Se não me engano, acho que foi você que sugeriu isso para a Senadora Leila. Ela me perguntou, meio cheia de dedos, e eu falei: "Imagina, a Laura? Vai ser bom a gente poder discutir esse tema".

Eu quero aqui pontuar, antes de ir para as considerações finais nossas e encerrar essa parte da sessão, que basicamente eu fiz umas anotações – além dos dois primeiros vetos, que são questões principiológicas, como eu falei, e não é nem mérito, mas há um anseio pela derrubada – também no que toca aos códigos esportivos, idem. E eu falo com muita felicidade, porque a gente pode concordar ou discordar aqui. Cada um representa um setor do esporte, e justamente a audiência pública é feita para a gente buscar os nossos pontos de divergência, mas principalmente os de convergência.

Ter a nossa atleta que representa hoje, como Secretária-Executiva, o Ministério do Esporte, e poder levar essas convergências ao Ministro... No que a gente divergir, provavelmente, a gente mesmo vai opinar pelo sobrestamento, e vamos discutir numa lei própria.

Aqui, sem nenhum... A gente não quis evitar, a gente quis estimular a discussão. Por isso, está aqui o Martorelli, pelos atletas, que tem uma carreira que eu respeito muito. Ele contribuiu muito, desde a Lei do Passe, não é, Martorelli? Eu também já fui advogado de atleta, já fui de clube, mas já fui muito de atleta, e é importante a sua representatividade aqui. O Borçato, pela Fenapaf, de que eu falo porque ela está lá no Rio de Janeiro. Eu vejo a Fenapaf trabalhar, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estrutura dela, o apoio ao atleta antes, com o Presidente Alfredo Sampaio, e hoje, com V. Exa., Borçato.

A Faap – por isso eu perguntei – vai estar aqui no segundo bloco. Nessa questão, a gente pode até discordar, o modo da cláusula penal, a questão do percentual que hoje vai para a Faap, e, com muito custo, é dividido um pedaço para a Fenapaf... Isso a gente talvez vai ter que tratar em outra lei, mas com debate, porque não tem nenhuma lei que acerte de pronto. Tem lei que pega, como disse o Gabriel, tem lei que não pega, mas a lei que pega também precisa ser atualizada.

Então, a gente tratou aqui, além das questões principiológicas para a derrubada, da Justiça Desportiva e dos seus códigos e da questão da importação.

Se eu pudesse extrair daqui, Laura, três temas em que há um consenso pela derrubada, são esses. Os outros a gente pode discutir ainda mais, e tem temas ainda que serão discutidos no segundo bloco.

Eu sempre optei por leis que deem alternativa. Como você disse, Gabriel, a Liga, na Espanha, foi por decreto.

No projeto, Laura, do Pedro Paulo, Deputado Federal do Rio, meu colega, que iniciou a discussão sobre a SAF, diga-se a verdade, através do projeto de autoria do Otavio Leite, Deputado Federal, com relatoria do Pedro Paulo, a nossa divergência é porque o Pedro seguia essa linha de que um dia o clube dorme associação e acorda empresa, e eu discordava, porque eu acho que isso desvalorizaria a negociação do clube e porque o clube tem que se preparar para a SAF, para uma transformação cultural, que antecede a transformação esportiva e financeira.

Vou dar exemplos que talvez justifiquem, Borçato, por que algumas SAFs não estão cumprindo obrigações e outras estão cumprindo, reduzindo as suas dívidas, como disse o Gabriel. Talvez essas outras não tenham feito a mudança cultural. No Rio de Janeiro, o exemplo mais claro é o Vasco. Ficamos todos felizes com a transformação em SAF, mas vimos que ele não alcançou a maturidade cultural para isso, de certa maneira, retrocedeu e vai ter dificuldade agora em buscar parceiros comerciais, o que é uma pena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre optei por alternativas. A mesma coisa é na questão dos códigos esportivos. Quem quiser internalize as normas internacionais; quem não quiser vai ter mais um ano de CBJD. Se a gente quiser, depois, prorrogar, a gente pode também aqui fazer uma prorrogação, não tem problema nenhum. Quem quiser ter o seu tribunal desportivo conjunto no COB faça; quem não quiser faça o seu próprio, não é?

Gostei muito da fala do Caio, que trata da remuneração dos auditores esportivos. Eu trabalhei no Tribunal Desportivo, Presidente Luiz Otávio, e é trabalho, e todo trabalho, como diz o Martorelli, tem que ser remunerado, tem que ser pago, porque senão, inclusive, fica muito sujeito aos interesses, que acontecem – acontecem aqui e na Câmara, todo mundo defende interesses. Então, está lá o auditor julgando um caso que vale milhões, porque o atleta vale milhões. Você vai suspender ou não vai suspender o atleta? Sei lá, não é? A gente está deixando portas abertas. Talvez o futebol possa remunerar, talvez o *water polo* não possa remunerar, mas, aí, cada modalidade com a sua autonomia desportiva, como diz a Constituição Federal – ela toca isso.

A gente aprovou a arbitragem, mas não consegue aprovar o que é uma arbitragem. O Tribunal Desportivo não é o tribunal do Estado, é um tribunal de arbitragem. Todos se convenceram de que aqueles ali vão poder julgar. Então, como é que a gente libera a arbitragem na Lei Geral do Esporte, como disse o Rodrigo, e, ao mesmo tempo, a gente não permite que cada modalidade tenha seu código ou tenha seu tribunal, ainda que tenha que, depois, uma lei remendar isso e deixar claro que tem que ter, ao mínimo, uma participação do atleta, embora isso pareça tão, tão óbvio? Já é assim na própria administração do COB, já tem o voto do atleta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. PL - RJ) – Não! Sim, às vezes, a gente tem que desenhar, como a gente está fazendo, lá na Lei da SAF, a interpretação.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – O senhor me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. PL - RJ) – Sim.

Então, só concluindo, também quero dirigir ao Rodrigo só uma última questão. Quanto à questão do *fair play*, parabéns. Fico feliz. Novos ares na CBF. As coisas parece que vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo naturalmente, até pela juventude, né? Eu já estou um jovem de 52, mas fico feliz. E prefiro que a CBF autorregule isso – isso é uma outra coisa importante –, que venha por autorregulamentação, porque senão a gente vai acabar metendo o dedo aqui e, eu vou falar, geralmente, quando a gente mete o dedo aqui, a gente erra. É verdade, porque são tantos, tantos assuntos, não é? A gente erra. Não erra no todo, mas talvez erre numa parte; tem que acertar numa outra lei seguinte.

Minha Deputada Laura, para encerrar a sessão, eu quero agradecer a participação de todos e a contribuição, a começar pelo Sou do Esporte, Fabi, porque você emoldurou essa audiência quando você trouxe a importância do PIB do esporte, para que o esporte se autovalorize, e a gente possa também, nas políticas públicas, valorizá-lo.

Laura.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. Pela ordem.) – Não, é só porque você estava falando dos árbitros, e outro dia eu tive uma conversa bem ampla sobre isso. A gente estava falando do salário do auditor, só que esquece o salário do árbitro, principalmente quando a gente tem as *bets*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – É verdade, é uma discussão que tem que andar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) – É outra discussão que a gente tem que fazer e que a gente vai fazer lá, na Comissão. Já temos... Tem um projeto de lei que a gente tem que discutir, do Senado. Nós vamos discutir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – O Romário apresentou um projeto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) – Tem um projeto, por acaso, sobre árbitros, sim, que será discutido lá, do Deputado Juninho do Pneu, se não me engano. E aí acho que é importante essa discussão. Por isso, inclusive, convidamos o Presidente da CBF, para que a gente comece a discutir de verdade alguns temas que são inerentes à atividade esportiva deste país.

Mas muito obrigada, Senador Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. PL - RJ) – Muito obrigada, Laura.

E dando uma boa notícia – a Senadora Leila me participou aqui; já é um resultado da nossa audiência pública –, teremos uma agenda com o Ministério da Fazenda, para tratar da importação dos equipamentos, e isso é fundamental. (*Palmas.*)

Os atletas eu sei que a gente tem, não é? Agora, para ter resultados ainda melhores, precisamos de equipamentos iguais aos do mundo. Se puderem ser fabricados aqui, melhor, mas aí é a política do Governo.

Obrigado a todos, um bom almoço, uma boa tarde.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. PL - RJ) – Verdade, a parte protocolar, desculpa, eu sempre fujo dela.

Segunda parte. Deliberativa. A presente reunião é essa aqui? Não, é essa aqui mesmo?

A presente reunião é destinada à deliberação de requerimentos... Perdão, é porque a gente tem requerimentos para aprovar aqui.

A presente reunião é destinada à deliberação de requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso levantar a mão, no *chat*, e eu me dirijo aos Senadores para que eles possam participar remotamente.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 33, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Esporte, André Fufuca, informações sobre o Programa Segundo Tempo (PST), com especial atenção às ações realizadas desde o início do atual Governo Federal, em 2023, a fim de subsidiar a avaliação de política pública em curso nesta Comissão.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE).

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado.

Aprovado o requerimento.

A matéria, então, segue para ofício.

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 34, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, °2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2025 - CEsp seja incluído o convidado Vinicius Machado Calixto, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ).

É para o segundo turno dessa...? (*Pausa.*) Ótimo.

Autoria do Senador Romário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado.

Encerramento.

A Presidência comunica que está convocada a 16ª Reunião desta Comissão de Esporte, a ser realizada às 13h – já, já –, em conjunto com a Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, para continuarmos a dialogar sobre os vetos presidenciais apostos na Lei 14.597, de 2023 – a Lei Geral do Esporte –, e seus impactos no ordenamento jurídico desportivo nacional.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião, dispensando-os e agradecendo àqueles que quiserem assistir, no segundo tempo, aqui, à reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DO ESPORTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 16 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às treze horas e trinta e quatro minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Carlos Portinho, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Plínio Valério, Pedro Chaves, Alan Rick, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Jorge Kajuru, Romário, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Leila Barros e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Paulo Paim e Veneziano Vital do Rêgo, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Eduardo Girão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 12ª, 13ª, 14ª e 15ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 27/2025 - CEsp, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ), REQ 28/2025 - CEsp, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ), REQ 29/2025 - CEsp, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF), REQ 32/2025 - CEsp, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ), e REQ 34/2025 - CEsp, de autoria Senador Romário (PL/RJ). **Finalidade:** Reunião conjunta da Comissão de Esporte do Senado Federal e da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, com o objetivo de dialogar sobre os vetos presidenciais apostos à Lei nº 14.597, de 2023 - a Lei Geral do Esporte - e seus impactos no ordenamento jurídico esportivo nacional. **Participantes:** Sr. João Batista Carvalho e Silva, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos - CBCP; Sr. Luis Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti, Gerente Jurídico do Comitê Brasileiro de Clubes - CBC; Sr. Paulo Losinskas, Diretor Jurídico do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB; Sr. Julio Lirio, Presidente da Federação das Associações de Atletas Profissionais - FAAP; Sr. Vinícius Machado Calixto, Consultor Legislativo do Senado Federal; e Sr. Glademir Aroldi, Diretor Parlamentar da Federação das Associações de Atletas Profissionais - FAAP. **Manifestações:** O Senador Carlos Portinho abriu a reunião destacando a insegurança jurídica como principal prejuízo causado pelos vetos à Lei Geral do Esporte, o que afasta investimentos. Mencionou a importância da isenção para importação de equipamentos não fabricados no Brasil e defendeu manter vetos à prestação de contas simplificada por falta de maturidade no controle. Ressaltou a relevância da Lei de Incentivo ao Esporte e do Bolsa Atleta no apoio a atletas sem recursos. Informou que a Senadora Leila o representaria em reunião com a Receita e o Ministério da Fazenda para tratar da importação de equipamentos. O Sr. Luis Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti, do CBC, criticou os 397 vetos à Lei Geral do Esporte, alegando insegurança jurídica e falta de fundamentação em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns casos. Defendeu a derrubada do veto ao art. 27, inciso V, que trata da autonomia das entidades esportivas, apontando incompatibilidade da justificativa usada para vetá-lo. Reforçou a importância da isenção de impostos para importação de equipamentos esportivos e da Lei de Incentivo ao Esporte. Defendeu a derrubada do veto ao art. 217, inciso II, para revogar a Lei Pelé e unificar a legislação. Pediu paz legislativa e estabilidade normativa para planejamento de ciclos olímpicos e paralímpicos. O Sr. João Batista Carvalho e Silva, do CBCP, relatou sua trajetória no esporte paralímpico e destacou o apoio histórico do Congresso Nacional ao setor. Defendeu a isenção de impostos para importação de equipamentos, ressaltando os impactos positivos para o desempenho dos atletas com deficiência. Apoiou a unificação dos comitês em torno de uma organização representativa e defendeu a permanência do nome de Pelé na legislação esportiva. O Sr. Paulo Losinskas, do CPB, criticou a sanção da Lei Geral do Esporte com 397 vetos, alegando surpresa e dificuldades práticas decorrentes. Defendeu a derrubada do veto ao art. 27, inciso V, sobre autonomia das entidades. Reforçou a necessidade de isenção para importação de equipamentos e infraestrutura para eventos internacionais. Alertou para a possível ausência de pista de atletismo homologada em dois anos. Destacou o programa Meeting Paralímpico e criticou o veto à destinação de 5% do seguro obrigatório ao esporte no Fundesporte. Enfatizou o papel das entidades privadas no esporte brasileiro. O Sr. Julio Lirio, da Faap, apresentou as ações da Faap em assistência a atletas e ex-atletas, incluindo assistência médica, jurídica, previdenciária, odontológica, auxílio-aluguel e bolsas educacionais, sem uso de recursos públicos. Rebateu críticas sobre transparência e destacou que os recursos são provenientes de processos judiciais. Defendeu a derrubada do veto ao dispositivo que garantia recursos à Faap, aprovado pelo Congresso e vetado pelo Executivo. Ressaltou o impacto da entidade na reintegração de atletas ao mercado e pediu apoio para manter a assistência aos profissionais, especialmente os menos favorecidos. O Sr. Glademir Aroldi, Diretor da Faap, complementou a fala de Julio Lirio, esclarecendo que a Faap atua no apoio ao atleta em dificuldade, especialmente no pós-carreira, enquanto a Fenapaf defende atletas em atividade. Destacou que a nova legislação amplia a atuação da Faap para outras modalidades além do futebol e reiterou a prestação de todos os benefícios necessários aos ex-atletas em situação de vulnerabilidade. O Sr. Vinícius Machado Calixto, Consultor Legislativo do Senado Federal, apoiou tecnicamente a revisão dos vetos, ressaltando que a Lei Geral do Esporte é moderna e avançada, com ampla participação da sociedade. Criticou justificativas frágeis de vetos relacionados à lex sportiva e à autonomia das entidades. Apontou que o veto ao Fundo Nacional do Esporte compromete a estrutura da nova legislação. Colocou a Consultoria Legislativa à disposição para contribuir tecnicamente com o Congresso na análise dos vetos. **Encaminhamentos:** Foi consenso entre os participantes a necessidade de derrubar vetos que comprometem: a isenção fiscal para materiais e infraestrutura esportiva; a autonomia das entidades para execução de recursos (art. 27, V); a unificação do ordenamento jurídico com a revogação da Lei Pelé (art. 217, II); o acesso ao esporte paralímpico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com incentivo à aquisição de equipamentos adaptados e a segurança jurídica e estabilidade legislativa no setor esportivo. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Portinho
Presidente Eventual da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/16

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. PL - RJ. Fala da Presidência.) – Comissão de Esporte, 16ª Reunião, Extraordinária.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de julho de 2025, em conjunto com a reunião da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados.

Reunião conjunta, Câmara e Senado, para discutir os vetos apostos à Lei Geral do Esporte.

Eu vou iniciar fazendo referência às perguntas do e-Cidadania do primeiro bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigo, do Amazonas, pergunta: "Quais os principais prejuízos causados pelos vetos à Lei Geral do Esporte para o desenvolvimento do esporte no Brasil?". Posso responder dizendo, em primeiro lugar, insegurança jurídica. Esse é o maior de todos, o maior mal, pois onde há insegurança jurídica, há menos investimentos. O segundo, a necessidade de se levar a sério, como foi dito pelo instituto Sou do Esporte. Pelo estudo do PIB do esporte é preciso levar a sério o esporte, o que é endereçado, sobretudo, ao Ministério do Esporte, ao Governo Federal, ao Ministério da Fazenda e à Receita Federal. Há demandas, como, por exemplo, a isenção de importação de equipamentos esportivos, para que a gente possa competir em igualdade. Nossos atletas são os melhores, mas a gente perde muito na questão dos equipamentos. Seria ótimo que fossem fabricados no Brasil. É lógico que, com esta ressalva de que ao que é fabricado no Brasil não se justifica o benefício, a gente precisa, em nível internacional e se não for – como muito não é – fabricado no Brasil, que seja incentivada a compra através de benefícios fiscais, para que a gente possa competir em igualdade.

Wendyo, de Pernambuco: "Quais vetos à Lei do Esporte [nº 14.597/2023] impactam diretamente a governança e a transparência no esporte?"

Na verdade, a gente avançou muito nesse tema, como a obrigatoriedade de prestação de contas. Tem alguns vetos, inclusive, com recomendação nossa própria para serem mantidos quanto à prestação de contas simplificada de pequenas entidades, que é uma demanda delas, mas que a gente entende que não estamos maduros ainda para isso, porque há muito desvio e a transparência tem que ser o mantra em qualquer setor do nosso país.

André, do Paraná: "Quais apoios ou patrocínios estão disponíveis para atletas sem recursos que desejam competir em eventos internacionais?"

Justamente o que a gente busca ao resgatar a Lei de Incentivo ao Esporte, que foi aprovada na Câmara e que a gente espera que, hoje ainda, venha à pauta do Senado para que a gente possa aprovar e ter uma lei de incentivo ao esporte que nunca houve, de forma definitiva, perene e que, assim, as empresas possam investir nesses atletas.

Além disso, vale lembrar do Bolsa Atleta, que é uma política pública exitosa, que tem dado resultado nas Olimpíadas e nos jogos ao redor do mundo de que o Brasil participa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, encerro, então, com as propostas e vou dar início à aprovação da ata.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa de leitura e a aprovação das Atas da 12ª Reunião, realizada em 25 de junho de 2025; da 13ª Reunião, realizada em 2 de julho de 2025; da 14ª Reunião, realizada em 9 de julho de 2025 e da 15ª Reunião, realizada nesta manhã.

As Sras. e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública conjunta da Comissão de Esporte do Senado Federal e da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, com o objetivo de dialogar sobre os vetos presidenciais apostos à Lei Geral do Esporte, Lei nº 14.597/2023, e os seus impactos no ordenamento jurídico esportivo nacional.

Em atenção aos Requerimentos nºs 27, 28 e 32, de 2025, de autoria minha, Senador Carlos Portinho; do Requerimento nº 29/2025, de autoria da Senadora Leila Barros; do Requerimento nº 34/2025, de autoria do Senador Romário e do Requerimento nº 97/2025, da Comissão, neste caso específico, do Esporte da Câmara dos Deputados, de autoria da Deputada Federal Laura Carneiro, convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados, se já estiverem presentes: o Sr. João Batista Carvalho e Silva, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP); o Sr. Luis Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti, Gerente Jurídico do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC); o Dr. Paulo Losinskas, Diretor Jurídico do Comitê Paralímpico Brasileiro; o Sr. Julio Lirio, Presidente da Federação das Associações de Atletas Profissionais (FAAP); o Sr. Vinícius Machado Calixto, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Muito obrigado pela presença de vocês! Por favor, peço tomarem assento.

Informo que foram convidados o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda e a Liga do Futebol Brasileiro, que não indicaram representantes.

O Sr. Eduardo Bandeira de Mello, Deputado Federal, não poderá participar por questões de saúde. Melhoras e saúde ao nosso ex-Presidente do Flamengo e hoje Deputado Federal Eduardo Bandeira de Mello.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Gabriel Gervásio Neto, Consultor da Câmara dos Deputados, que também foi convidado, encontra-se de férias – é um momento realmente agora de férias, e, por isso, ele está em deslocamento aéreo e não consegue participar, por essa razão, de forma remota.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação pública dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, com alguma tolerância naturalmente. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Nós temos um, dois, três, quatro... São cinco convidados, e eu faço questão de ouvi-los.

Dou a palavra, assim, ao Sr. João Batista Carvalho e Silva, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP).

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, ele está a caminho. Perdão.

Então, vamos inverter a ordem: com a palavra o Sr. Luis Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti, Gerente Jurídico do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC).

Por favor, Dr. Luis Felipe, com 10 minutos e alguma tolerância naturalmente, se necessário.

O SR. LUIS FELIPE VASCONCELOS DE MELO CAVALCANTI (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Portinho.

Queria primeiramente agradecer o convite de o CBC para participar aqui desta audiência pública, em nome do nosso Presidente Paulo Maciel, que não pôde estar presente, mas esteve aqui ontem. Ele precisou voltar ao Rio hoje, e me deu essa incumbência de representá-lo e trazer algumas razões aqui dos clubes para serem apresentadas ao Senado Federal e à Câmara nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública conjunta. Na pessoa do meu amigo Paulo Losinskas aqui, eu cumprimento os presentes.

Vou fazer uma breve exposição com relação aos vetos da Lei Geral do Esporte, que nós tanto debatemos aqui na Casa, em várias oportunidades. O Senador Portinho, a Senadora Leila, o Senador Romário foram parceiros do esporte naquela oportunidade e nos auxiliaram na derrubada de alguns vetos muito custosos aos clubes, e aqui aproveito para agradecer, Senador, por esse trabalho conjunto.

Naquela oportunidade, a gente teve a satisfação de trabalhar na derrubada dos vetos do art. 34, parágrafo único, do art. 36, §1º, e do 29, que, na verdade, acabou se tornando... Ele foi mantido, mas conseguimos trabalhar um projeto de lei de convergência de todo o setor esportivo, que atendeu a todos os interessados e conseguimos, enfim, ter essa segurança jurídica na lei.

A Lei Geral do Esporte nos traz uma grande insegurança jurídica – e eu acho que isso já foi dito aqui por vários expositores –, no momento em que ela é vetada em 397 dispositivos. Não há nada que fique em pé, em sua plenitude, com 397 vetos. Logicamente, a lei perde o fio racional dela com esses vetos. São vetos com várias fundamentações; algumas há de se compreender e outras completamente desconcatenadas a meu ver, sem nenhum fundamento jurídico sólido.

Então, o primeiro ponto – eu acho que é o mais importante, acho legal trazê-lo e iniciar por ele – em relação a essa nova fase de eventual apreciação de vetos é sobre o Imposto de Importação, que já foi debatido anteriormente, são as isenções fiscais, que acho que são bastante custosas ao esporte e de importância ímpar para que a gente tenha um país competitivo, tanto nas Olimpíadas e Paralimpíadas, como nos outros esportes que não são olímpicos ou paralímpicos. Eu acho importante destacar essa importância das isenções fiscais para o esporte, considerando que a gente, às vezes, não tem produção nacional de determinado item e que precisa ser importado.

Não há como treinar um atleta num parque esportivo clubístico, por exemplo, que são os grandes e principais... Não os principais, mas os clubes têm grandes parques esportivos, grande parte deles montados com o apoio do Comitê Brasileiro de Clubes. E é impossível de se treinar um atleta de rendimento, um atleta de ponta, num equipamento que é diferente daquele em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele vai competir. Não se consegue ter um atleta com potencial de resultados efetivos se ele não estiver na situação ideal, na mesma situação de treinamento a que ele vai encontrar na prática.

Outro ponto importante que eu gostaria de trazer é o inciso V do art. 27, Senador. O art. 27 é aquele artigo que trata da autonomia das entidades esportivas, é o que trata de autorregulação, da autogestão e do autocontrole, é o que dá autonomia para as entidades esportivas desenvolverem suas atividades sem intervenções de outra ordem. E eu acho que esta é a grande graça do esporte, eu acho que este é o grande valor que o esporte adquiriu após a Constituição de 1988: não a ausência de intervenção estatal na execução esportiva, mas, sim, um trabalho conjunto, um trabalho a várias mãos. Então, o CBC resguarda, em grande medida, o seu interesse em não ter intervenção política. Justamente por conta disso, nós entendemos importante manter essa autonomia. E por que o inciso V? Porque o inciso V foi vetado com o fundamento – a gente até teve o cuidado de dar uma olhada várias vezes – que remete à Lei 4.320, de 1964, art. 16, que não tem nada a ver com o que está tratando o inciso V, art. 27.

Foi um veto exclusivamente solicitado pelo Ministério do Esporte, segundo as razões de veto. A nosso ver, existe ali uma incompatibilidade de fundamento, primeiramente. Segundo, existe uma importância daquele dispositivo para, sim, garantir a execução dos recursos que são a nós conferidos, recursos esses oriundos do Estado e que são a nós conferidos para a execução das nossas políticas.

Dando sequência, há outro ponto que continua sendo de singular importância, Senador, mas que acabou agora, no meu discurso, perdendo um pouco de força, porque a Câmara acabou aprovando ontem – desculpem-me, ontem ou antes de ontem – a Lei de Incentivo ao Esporte. Outra questão que eu acho importante seria: em vez de rediscutir um projeto de lei de incentivo ao esporte, derrubar o veto à Lei de Incentivo ao Esporte, que já tinha sido aprovada por ambas as Casas.

Então, se você for comparar a lei que está sendo aprovada com a lei que foi vetada, eu tenho dificuldade em encontrar diferença, mas estamos na esperança de que essa nova lei vá ser aprovada agora pelo Senado – reaprovada talvez, porque ela já foi aprovada antes –, com o apoio do Senador Portinho, com o apoio, enfim, dos Senadores que defendem o esporte aqui no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de ressaltar a importância da Lei de Incentivo ao Esporte, e, agora, não sei mais se, pela derrubada de veto ou pela aprovação do projeto. Acho que, talvez, a aprovação do projeto seja mais fácil, ou, às vezes, as duas, né? As duas, para a gente não ter erro aí, não ter dúvida.

Para concluir, Senador, eu gostaria de trazer aqui... Não, antes disso, eu gostaria de agradecer a dedicação e a atuação dos Deputados que estiveram presentes ali, na sessão de aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte: a Deputada Laura Carneiro; o Deputado Luiz Lima; o Deputado Felipe Carreras, que foi o que propôs; o Deputado André Figueiredo, enfim... Talvez eu tenha me esquecido de alguns, mas gostaria de agradecer a todos: o Deputado Orlando, que foi o Relator, claro; o Julio Cesar. Bem, então quero agradecer a todos os Deputados que se empenharam bastante nessa pauta.

Por fim, o veto o art. 217, inciso II, da Lei Geral do Esporte, que é justamente o artigo que revogava a Lei Pelé. Era com ele que nós ficaríamos apenas com uma lei geral vigente. Ele tendo sido vetado, agora nós temos duas leis gerais vigentes, algo que, se me pedirem para explicar juridicamente, eu não consigo. Tenho dito isto bastante: são questões inexplicáveis, mas que ocorrem. Então, a gente é pela derrubada do veto ao art. 217, inciso II, justamente para que a Lei Pelé deixe de viger e a gente tenha uma lei geral apenas. Se ela é boa ou ruim é outra discussão, mas ela vai ser única.

E, daí por diante, o Parlamento está aqui para rediscutir, para aprimorar, para alterar. E aqui é o que o Parlamento sabe fazer, não cabe à gente discutir antecipadamente, mas a gente ter apenas uma lei geral, eu acho que não é nem salutar ao esporte, eu acho que é direito do esporte ter uma lei geral única, afinal, nós temos hoje, por exemplo, os arts.18 e 18-A da Lei Pelé em vigor e o art. 36 da Lei Geral do Esporte, que foi tão discutido por esta Casa, que ainda não consegue ser aplicado, porque a Lei Pelé ainda está vigente com os arts. 18 e 18-A. Então, tem matérias extremamente custosas no art. 36, que eu acho que evoluem a pauta esportiva, mas que ainda não são aplicadas por uma incompatibilidade legislativa. Eu acho que isso não faz tanto sentido dois anos depois de uma lei ter sido aprovada pela Casa.

E, por fim, eu diria que o esporte, na verdade, precisa de uma paz legislativa, de uma paz regulatória. Eu estou no CBC há oito anos e tenho a infelicidade de dizer que, em todos os anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós tivemos uma grande alteração legislativa nos últimos oito anos. Então, nós tivemos decretos novos, alterações de legislação, medida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS FELIPE VASCONCELOS DE MELO CAVALCANTI – Já estou encerrando, Senador.

... medida provisória que tirou nossos recursos, medida provisória que devolveu nossos recursos, Lei de Loterias. Depois veio a Lei Geral do Esporte. Todo mundo comemora. Foi aprovada no Senado, veta-se metade da lei e se rediscute tudo de novo... Então, eu acho que o esporte precisa de estabilidade e acho que a gente precisa garantir o direito do esporte de ter estabilidade, porque a gente não consegue participar nem executar uma política sem estabilidade.

Nossos ciclos olímpicos e paralímpicos são de quatro anos. Então, o que os comitês acabam fazendo é tentar dar alguma estabilidade para esses quatro anos de desenvolvimento dentro de um ciclo, e a gente sofre para dar essa estabilidade porque a alteração legislativa nos compromete bastante.

Enfim, Senador, são essas as minhas contribuições em nome do CBC.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade e colocar sempre o CBC à disposição para contribuir aqui com ambas as Casas, com a Câmara e com o Senado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bom ouvir, inclusive, a defesa da questão dos códigos, que, confesso, é uma batalha minha desde o início da Lei Geral do Esporte, quando eu entrei aqui. Cada modalidade tem o seu próprio código, internaliza as normas internacionais, porque ao final, repito, de uma disputa jurídica aqui no Brasil, o eventual recurso para a Corte Arbitral do Esporte será esses diplomas internacionais aplicados. Essa é a *lex sportiva* internacional à qual o Brasil se filiou e aderiu.

Com relação a essa questão de novo, só para lembrar, a gente provavelmente ainda vai ter que ficar mais algum tempinho com as duas leis, mesmo que a gente derrubasse a maioria dos vetos, porque, para a cláusula penal do atleta, foi pedido e é justificado que haja uma discussão, em projeto à parte, para que a gente possa abrir para um foro de discussão. Afinal a gente fez uma Lei Geral do Esporte com duzentos e tantos artigos e, por mais que a gente tenha ouvido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debatido, talvez não tenha sido com a profundidade que o assunto merecesse. Então, esse é um dos temas. Já apresentei o projeto de lei, para que a gente pudesse iniciar agora, neste semestre, a discussão.

É a mesma coisa com relação à questão do atleta acidentado – se ele vai receber pelo clube, se ele vai receber pela INSS; qual é a consequência de um, qual é a consequência do outro. O Senador Romário me pediu para que a gente mantivesse esse veto ou o sobrestasse até aprovar a lei aqui, com uma discussão também maior.

São pelo menos dois assuntos que eu me lembro aqui, num primeiro momento, que tornariam necessária, ainda, a subsistência das duas leis, por pior que sejam; a maneira legislativa em que estão não é a ideal.

Dando sequência aqui, vou passar a palavra, agora sim – está aqui ao meu lado –, se me permitem, ao Sr. João Batista Carvalho e Silva, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos.

João, foi muito falado, tanto de manhã quanto agora, já pelo primeiro expositor, sobre a importância dos incentivos fiscais à importação de equipamentos. Eu não tenho dúvida de que o esporte paralímpico é o que mais precisa de equipamentos adaptados. Infelizmente, no Brasil, nós não os produzimos de ponta, e precisam ser importados para que os nossos grandes atletas tenham igualdade ao competir – e os resultados serem, não tenho dúvida, melhores.

Com a palavra o Sr. João Batista Carvalho e Silva.

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO E SILVA (Para expor.) – Bom, primeiramente, boa tarde a todas e todos.

Eu queria pedir desculpas. Eu estive aqui pela manhã, mas hoje nós estamos lá no CBCP fazendo reuniões virtuais para a eleição de representantes estaduais, e me atrasei um bocadinho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – De forma alguma.

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO E SILVA – Senador, eu queria dizer para o senhor o seguinte: eu estou no movimento do esporte de pessoas com deficiência já há mais de 40 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tive a oportunidade de criar aqui no Brasil o futebol de amputados em 1986 e, depois, a Associação Brasileira de Desporto para Amputados, levando uma delegação, pela primeira vez, de amputados a participarem na Paralimpíada de Barcelona com a utilização de prótese.

Depois criamos o Comitê Paralímpico Brasileiro, e tive a honra de ser o seu primeiro Presidente. Fui a duas Paralimpíadas, levando as delegações paralímpicas, em 1996, em Atlanta, e em 2000, em Sydney. Depois me chamaram para organizar o voleibol sentado aqui no Brasil, e fiquei lá de 2003 a 2009. Mais recentemente, o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos foi criado em 2020, filho da pandemia e uma costela do CBC. Em um acordo, a gente conseguiu dar vida ao Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, o que foi bastante bom e importante para os clubes de pessoas com deficiência no Brasil.

O que eu queria dizer mesmo é o seguinte: esta Casa e a Câmara jamais nos faltaram. Aqui que o esporte paralímpico teve as condições adequadas para crescer e voltar de Paris – para o nosso orgulho –, ocupando a quinta posição no quadro geral de medalhas.

Essa história começa, na verdade, na década de 90, em 1998, quando nós fomos inseridos finalmente, depois de 40 anos, como integrantes do Sistema Nacional do Desporto, na Lei Pelé. Isso oportunizou com que o esporte paralímpico no país pudesse ganhar as condições para se desenvolver.

Depois, em 2000, quis Deus que os atletas olímpicos não tivessem sucesso em trazer para o Brasil a medalha de ouro, fazer tocar na Austrália o nosso Hino, apesar de muitas possibilidades – uma delas, inclusive, no último dia de jogos, a do melhor cavalo do mundo, montado pelo melhor cavaleiro do mundo: Baloubet du Rouet, com Rodrigo Pessoa. E tramitava aqui – com origem no Senado Federal – a lei que hoje a gente chama de Lei de Loterias e que na época chamávamos de Lei Piva. Com os resultados de nossos atletas em Sydney, a gente ganha as condições para, na Câmara dos Deputados, apensar o projeto do Senador Pedro Piva a um projeto do então Deputado Agnelo Queiroz, para se transformar na Lei Agnelo-Piva, que é a alforria financeira do desporto paralímpico brasileiro.

Então, o Congresso, as duas Casas têm conosco uma relação de contribuição fundamental para que a gente possa dar oportunidade não somente àqueles que vão ao pódio da medalha, mas a todas as pessoas com deficiência, que pelo esporte ganham um sentido para suas vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando chega 2020, num acordo estabelecido com o CBC, que já recebia recursos lotéricos e tinha o compromisso de aplicar uma parte deles nos clubes de pessoas com deficiência, a gente acaba criando o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos. E esta Casa mais uma vez nos contempla, assim, de uma maneira que é até difícil de se explicar, porque, quando a gente cria o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, tramitava aqui – com origem na Câmara – um projeto de lei que tratava de ações emergenciais para o esporte na pandemia. Quando o projeto chega aqui a esta Casa, a gente está criando o CBCP, e, em cerca de 13 dias, no dia 12 de agosto, ele é votado aqui, com emenda de dois Senadores: Senador Romário – e, por acaso, a emenda do Senador Romário tinha o número 11 – e o Senador Carlos Viana. Aprovamos aqui, no dia 12, a inclusão do CBCP nos Sistema Nacional do Esporte, e em outubro estava sancionada a lei.

Houve um pequeno embaraço, porque a gente não atentou para uma questão legal, e nós não tínhamos condições, naquele primeiro momento, de receber os recursos pela própria lei. Voltamos para cá, para o Senado, e demos início a um novo projeto de lei, de autoria do Senador Carlos Viana. Em maio de 2021, ele foi aprovado aqui, nesta Casa. Foi à Câmara; emendado, voltou para cá; e, no último dia da atividade legislativa, foi aqui votado, com a relatoria do então Senador Antonio Anastasia – foi o último projeto que ele relatou aqui nesta Casa antes de ir para o Tribunal de Contas da União.

Bom, eu digo isso para dizer da importância fundamental para nós, para o esporte. Nós acabamos de obter aqui, uma grande vitória, com a aprovação da Lei Geral do Esporte.

Eu não tive a oportunidade, chegando aqui atrasado, de acompanhar a fala do Dr. Luis Felipe, mas quero dizer que tudo aquilo que falou Dr. Luis Felipe, mesmo sem ter tido a oportunidade de ouvir, é o que nós do CBCP defendemos, com importância especial para essa questão que o senhor coloca: a questão da isenção de impostos para importação de equipamentos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO E SILVA – Eu tenho defendido essa pauta, porque, como o senhor disse, para nós, para o esporte de pessoas com deficiência, o equipamento é fundamental. Então, uma bola de golbol, por exemplo, que é a modalidade mais praticada por cegos no país, custa, lá na origem, coisa de R$300, em moeda nossa; para chegar aqui, vai chegar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$1,2 mil, cinco vezes mais, por conta, de impostos, frete e tantas outras coisas, o que dificulta que a gente possa desenvolver o esporte.

Eu acho que não seria de bom tom que nós tivéssemos o que tivemos em 2016, com isenção de impostos, mas que a gente pudesse ter um valor estipulado até determinado teto, para que, a cada ano, nós pudéssemos trazer equipamentos de ponta para cá. E eu tenho certeza absoluta – eu tenho uma relação muito próxima não somente com o ex-Presidente Mizael, mas com o Andrew Parsons, com o Zé Antônio e com todos aqueles que fazem o CPB hoje – de que nós sairíamos dessa quinta posição para melhorar no quadro geral de medalhas, se a gente tivesse a oportunidade de ter equipamentos adequados para a prática do esporte por nossos atletas.

Então, em relação à Lei Geral do Esporte, para além de tudo aquilo que o Dr. Felipe já aqui colocou, eu considero que esse é um veto com que a gente deveria ter uma preocupação grande.

Eu queria aqui também dizer que hoje nós que temos a direção dos comitês vivemos um novo momento, com uma unidade dos comitês e do movimento de esportes aqui no nosso país. Muito se fala que o esporte não se une, que o esporte isso, que o esporte aquilo, enfim, que a cultura tem muito mais unidade que nós, mas nós estamos aí na perspectiva de termos uma organização que possa falar por todos nós.

Então, eu queria agradecer o convite para aqui estar. Queria dizer que uma das coisas também que lamento com a Lei Geral do Esporte – e já tive a oportunidade de falar com o Ministro também – é que nós ainda hoje temos duas leis: a Lei Geral do Esporte e a Lei Pelé. E acho que o nome de Pelé na Lei 9.615 representa muito para tudo aquilo que Pelé fez pelo nosso país. Se eu pudesse deixar aqui, Senador, com o senhor também... Não sei como é que isso seria possível, mas que nós não retirássemos da lei o nome de Pelé, que tanta contribuição deu para o esporte do nosso país, aqui e no mundo todo.

Muito obrigado pela oportunidade.

Agradeço imensamente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Caro João Batista, muito obrigado pela sua participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um bonito trabalho, esportivamente, socialmente, o que vocês desenvolvem no comitê.

Quanto à Lei Pelé, ela vai ficar sempre lembrada como a atualização da nossa legislação esportiva que trouxe uma segurança jurídica e, como toda lei – é o que a gente falou no primeiro bloco –, a gente tem que atualizá-la, porque as relações mudam; a legislação é dinâmica, mesmo. Não precisam ser, como disse o Luis Felipe, tantas atualizações ou mudanças legislativas ou decretos em tão pouco tempo, mas a Lei Geral do Esporte... Inclusive, posso falar, porque eu não estava nem aqui, não foi o nome que eu dei, foi fruto da Comissão de Juristas esportivos, que construiu essa proposta legislativa. Mas Pelé será sempre lembrado; inclusive, está aqui nos Heróis da Pátria, se eu não me engano, não é? Está nos Heróis da Pátria, já eternizado no nosso esporte.

Passo a palavra agora ao Sr. Paulo Losinskas, Diretor Jurídico do Comitê Paralímpico Brasileiro.

O SR. PAULO LOSINSKAS (Para expor.) – Está funcionando aqui? Está funcionando.

Muito boa tarde a todos.

Eu cumprimento aqui o Senador Portinho; cumprimento o meu colega Luis Felipe; o Sr. Julio; e, na pessoa do – sempre Presidente – nosso Sr. João Batista, que foi o primeiro Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, cumprimento todos os demais presentes aqui nesta sessão, uma sessão que para nós significa, realmente, mais uma vez, Senador, um reconhecimento da importância que o esporte tem na sociedade. Para nós que viemos aqui do Comitê Paralímpico Brasileiro... Aliás, trazendo também um abraço a todos do nosso Presidente, José Antônio, e do nosso Vice-Presidente, Yohansson Nascimento, que ontem mesmo estavam aqui, também celebrando o avanço da Lei de Incentivo ao Esporte.

Eu vou até contrariar aqui o meu colega Luis Felipe: a gente está falando tanto desse risco da existência de duas leis tratando do mesmo tema, que eu acho bom a gente definir logo se nós vamos manter o veto aqui ou se vamos avançar com a outra lei, porque ter as duas, realmente, como foi falado, é um perigo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vai que a gente aprova e eles vetam de novo a lei de incentivo? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO LOSINSKAS – É, aí fica sem nenhuma; aí é pior ainda!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, nós estamos costurando isso. A Leila vai me representar amanhã junto à Receita e ao Ministério da Fazenda.

O SR. PAULO LOSINSKAS – Então, realmente, se a gente pudesse equalizar isso antes de surgir esse cenário que nós estamos enfrentando há dois anos... Faz dois anos que nós estivemos aqui, exatamente. Viemos aqui comentar sobre os avanços da lei, sobre a aprovação da lei, a discussão da aprovação da lei geral. E, sendo muito transparente e sincero com todos os senhores, para nós foi uma enorme surpresa a forma como se passou a aprovação da lei geral. Porque estávamos em discussão, numa expectativa de aprovação integral da lei, nos preparando já para aquele cenário, quando, de repente, estourou, perto das 6h da tarde, no *O Globo*, no portal *G1*: "Olha, a lei está sancionada, a Lei do Esporte está sancionada".

E aí começa a ocorrer naqueles bastidores aquela discussão: "Ó, mas tem bastante veto". E que veto que é esse? E cadê a versão final da lei e tal? E de repente a gente lida ou enfrenta esse cenário de 394 dispositivos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO LOSINSKAS – Isso, 397 dispositivos vetados, basicamente 40% da legislação. E aí...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO LOSINSKAS – É, dois por artigo.

A gente, então, começa: "Bom, e agora, como é que fica?". E nós – hoje, estou na posição de Diretor Jurídico no comitê, então lido com normas – começamos a olhar e ter o mesmo problema que o Dr. Luis Felipe aqui. Na época, já estávamos juntos, conversando: "Bom, e agora? O que é que se aplica? Aplica-se uma lei, aplica-se outra? Aplica-se o 18-A? Aplica-se o 36?". Porque eles versam sobre a mesma coisa. A melhor técnica jurídica nos direciona para um sentido, mas a prática nos últimos dois anos nos mostra que foi outro o sentido que foi o adotado, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente tem a oportunidade de voltar aqui, logo no primeiro ano de um ciclo olímpico e paraolímpico. Para nós é muito relevante que essa discussão, de fato, agora avance. Quando nós viemos, dois anos atrás, dizíamos: "Olha, falta um ano para a gente entrar na disputa mais importante do nosso ciclo". A nossa preparação estava se encaminhando, havia expectativa sobre a possibilidade de aquisição de equipamentos, aqueles equipamentos de última geração, para que, de fato, nossos atletas pudessem competir em igualdade plena de condições com os demais. E aí, infelizmente, tivemos o veto nesta magnitude.

E, hoje, essa união que o Dr. João traz aqui, essa união pelo esporte, acaba também convergindo nos entendimentos daquilo que o esporte precisa. É por isso que eu não quero ser repetitivo, mas eu vou ter que ser repetitivo, ao trazer mais uma vez os mesmos pontos aqui, porque é importante que a gente diga e ressalte aquilo que é fundamental para o desenvolvimento esportivo. A gente enfrenta, ano a ano, dificuldades para poder desenvolver a infraestrutura esportiva.

Estou vendo aqui o Presidente Wlamir, que, cerca de um mês atrás, junto com o nosso Vice-Presidente Yohansson, atleta também – ex-atleta agora –, esteve aqui no Congresso discutindo exatamente a falta de infraestrutura pelo país para poder desenvolver as suas modalidades; no caso, especialmente o atletismo, não é?

Nós estamos num cenário em que daqui a dois anos não teremos uma pista de atletismo homologada internacionalmente no país. E se tivermos que comprar uma pista nos padrões que tivemos nos jogos agora de Paris, põe 40% de imposto ali, pelo menos, para você espalhar por um país de tamanho continental. Vamos ter uma pista para o país inteiro? Vamos privilegiar atletas de uma região em detrimento de outras? Vamos fazer os atletas terem que se deslocar no país inteiro para competir?

Isso vai contra, por exemplo, o que o Comitê Paralímpico Brasileiro tem feito desde a pandemia. Quando a pandemia nos obrigou a rever uma série de ações, nós implementamos um programa chamado Meeting Paralímpico, que é destinado a aproximar a prática esportiva e as competições esportivas dos atletas. Nós passamos a fazer competição – e eu acho que esse é um dos projetos mais ousados, se não o projeto esportivo mais ousado que este país já teve –, nós levamos competições esportivas de sete modalidades diferentes para todas as capitais brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Absolutamente todas as capitais brasileiras hoje têm pelo menos uma competição paraolímpica, voltada para desde crianças de sete anos até atletas de alto rendimento – claro que segmentados, cada um para o seu nível. Então nós temos as crianças de sete a onze anos no nosso programa de centro de referência. Hoje são 82 centros de referência espalhados pelo país, em todos os estados o Comitê Paralímpico Brasileiro tem um centro de referência. E a gente dá oportunidade para essas crianças sentirem esse gostinho da competição que o esporte traz, do companheirismo... A gente dá oportunidade também para as suas famílias estarem juntas, para poder tirar a pessoa com deficiência de casa e mostrar como o esporte pode transformar a vida daquela pessoa.

Dr. João está há 40 anos vendo as histórias e mais histórias de para quantas pessoas com deficiência o esporte, de fato, transformou a vida, e, ao longo desses Meetings, eu tive o prazer e a satisfação de estar presente, basicamente, em todos os estados brasileiros, acompanhando essa competição, as histórias se repetem, ano a ano.

E sobre essa transformação pelo esporte, pego o gancho para falar de um outro aspecto que está na lei – nesse eu não serei repetitivo –, nós vamos falar sobre o Fundo Nacional do Esporte (Fundesporte). Porque lá, no Fundesporte, tinha uma previsão, que foi vetada integralmente e que é a raiz do movimento paraolímpico, ou de como o movimento paralímpico se inicia, lá nos idos dos anos 40, no pós-guerra, durante e após a Segunda Guerra Mundial. Porque lá estava determinado – ou, pelo menos, tinha no Fundesporte – que 5% dos recursos do seguro obrigatório de acidentes de veículos – 5% – seriam destinados para a reabilitação através do esporte.

Então, hoje o SUS tem mais de 300 programas, projetos e ações relacionados com a reabilitação; nenhum deles, especificamente, sobre o esporte, sendo que o esporte é a ferramenta mais importante para a reabilitação da pessoa com deficiência. Então, reabilitação, ressocialização e a inclusão da pessoa com deficiência.

E aí tinha um recurso aqui fundamental, um programa fundamental, que estava lá no inciso V do art. 48, que dizia que, no caso do Fundesporte, 5% seriam exclusivamente destinados a projetos de reabilitação...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO LOSINSKAS – ... através do esporte.

E agora fazemos este coro final, realmente, sobre a questão da isenção dos impostos de importação, porque, na lei, tem dois vieses aqui. Um, sim, é de fato para equipamentos; o outro viés é para bens e infraestrutura para receber competições internacionais aqui no país. Nós temos uma infraestrutura que foi construída para os grandes eventos esportivos. Inicialmente, teve o Pan Rio 2007; depois, fizemos novamente toda uma legislação e toda uma infraestrutura para os Jogos do Rio 2016. Só que hoje, para fazer a conservação do Parque Olímpico, para fazer a própria conservação do Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro... Àqueles que não o conhecem, fica aqui este convite, está em São Paulo. É, segundo o Tribunal de Contas da União – e na nossa opinião o Tribunal de Contas da União está muito certo –, o exemplo de legado olímpico e paraolímpico. Ele foi construído para os Jogos do Rio, e hoje o Comitê Paralímpico Brasileiro faz a gestão. Só que, para podermos fazer aquela manutenção naquele centro, nós temos que trazer as pistas importadas, os equipamentos de manutenção da piscina importados, os equipamentos de conservação dos pisos das quadras também, tudo importado, para receber competições internacionais.

Ontem mesmo, se alguém conseguiu ter a oportunidade de acompanhar no SporTV 2, transmitimos a final da Copa América de Rúgbi em Cadeira de Rodas. Aliás, o Brasil estava na final e pela primeira vez conquistou a medalha de prata. A gente conseguiu superar um adversário histórico nosso na semifinal – o Canadá – e disputamos com os Estados Unidos lá dentro do CT. O CT hoje recebe mais de 420 atividades esportivas por ano, eventos e competições, inclusive várias delas internacionais. Isso nos ajudaria a fazer a manutenção e conservação, mas não só a nós, como a todo o país, que poderia de fato passar a receber essas competições e receber o melhor e mais adequado material.

Por fim, também, agora, o art. 27, inciso V. Gostaria de reforçar esse entendimento que o Dr. Luis Felipe colocou tão bem. Foi uma preocupação nossa o inciso V do art. 27. O art. 27 trata da autonomia e independência das entidades esportivas, e lá no inciso V falava justamente sobre a gestão dos recursos sem interferências graves. Esta é a expressão que estava lá: "sem interferências graves". Esse inciso foi vetado com base na lei de Orçamento, na lei de direito financeiro, de 1964, no art. 16, que fala de subvenções sociais. Eu não sei qual é a relação de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa com outra. Confesso que escapou da minha capacidade jurídica achar esta ligação, mas o fato é que está lá.

Então, hoje, em tese, pode ter intervenções graves num recurso de uma entidade, como aconteceu em 2018, quando fomos socorridos aqui por esta Casa, que tão bem acolheu e reconheceu o que seria um grave erro e decretaria basicamente o fim do esporte no Brasil, que hoje, fundamentalmente, é mantido por entidades privadas. O esporte no Brasil, fundamentalmente, a organização esportiva é só através de entidades privadas. São os comitês, são os comitês clubísticos, os comitês olímpicos e paralímpicos, junto com as confederações, que são todas entidades privadas num sistema...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO LOSINSKAS – ... que se retroalimenta.

Então, agradeço mais uma vez a oportunidade de podermos estar aqui e a atenção que esta Casa tem ao esporte, ressaltando que agora estamos numa oportunidade única novamente. Não é mais aquele cenário, como o João colocou, lá dos anos 2000, que talvez veio a resgate do esporte. Hoje acho que a gente já pode falar em um reconhecimento do trabalho que as entidades estão fazendo, quando o Brasil, com todas essas situações que nós estamos colocando aqui, figura no quinto lugar no quadro de medalhas dos Jogos Paralímpicos, né? E nós vamos ser cobrados para, em Los Angeles – João, quarto é demais, mas vamos ver –, pelo menos, estarmos entre os cinco. Mas, sem nenhuma pista de atletismo, daqui a dois anos, nós vamos conseguir? Como é que nós vamos fazer? Então nós precisamos deste reconhecimento do nosso trabalho, deste apoio.

Tenho certeza de que, mais uma vez, esta Casa e o Congresso não nos faltarão. E nos colocamos à disposição para todos os debates, para seguir avançando em termos legislativos, em análises.

Agradeço aqui realmente esta oportunidade, para nós, de grande valia.

Um abraço a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Dr. Paulo Losinskas, Diretor Jurídico do Comitê Brasileiro Paralímpico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo agora a palavra ao Sr. Julio Lirio, Presidente da Federação das Associações de Atletas Profissionais (Faap).

O SR. JULIO LIRIO (Para expor.) – Obrigado, Senador, pelo convite. É uma honra estar aqui fazendo este debate muito importante para o esporte brasileiro. Na sua pessoa cumprimento as demais autoridades aqui e os demais convidados.

Bom, queria colocar uma apresentação aqui – vou fazer uma apresentação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JULIO LIRIO – Já está lá com ele, já está.

Bom, a Faap é a Federação das Associações de Atletas Profissionais. Eu queria, para iniciar a minha apresentação, esclarecer algumas dúvidas que surgiram antes aqui, quando a gente foi criticado, batido, né? Mas a gente espera o momento certo para poder responder e esclarecer os fatos. Infelizmente, não está aqui o Gabriel, representante da Liga, e o representante da OAB, o Sr. Luis Felipe, que citou o nosso nome aí sem ao menos conhecer a entidade. Então eu acho que faltou um pouquinho de sensibilidade deles, mas a gente vai esclarecer.

Bom, a Faap tem a missão de prestar assistência socioeducacional aos atletas e ex-atletas profissionais. Foi criada, lá em 1974, pelo Piazza – foi, primeiro, Agap. Quando ele voltou da Seleção Brasileira, ele resolveu criar uma associação. Dessa associação veio a Lei Zico, na qual ele decidiu os percentuais, que são discutidos até hoje, mas estavam em lei – e a gente está tentando derrubar o veto. Em 1998, veio a criação da federação pelo Pelé e o Piazza. Em 2021, infelizmente, o art. 57, que não extinguiu os nossos recursos, nos foi tirado, simplesmente no meio de uma pandemia, quando onde os recursos já eram pequenos, e ficou pior ainda.

Então, assim, quando eles citam que a federação não presta contas, não presta nada, ou seja, é praticamente uma entidade que dá calote, os culpados seriam esses caras aí. Eles criaram essa federação exatamente para quê? Para que pudesse dar assistência aos atletas profissionais. Então a gente está tirando... além de terminar a Lei Pelé, ainda tiramos o único legado que o Pelé deixou, que está deixando para os ex-atletas. Então, como é que a gente vai discutir isso? Aí vou discutir com clubes? Eu não vou discutir com clubes. Vou mostrar para vocês aqui a clareza que tem a instituição, que muitos conhecem – muitos conhecem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão aqui, lá atrás, as nossas funcionárias. São oito funcionárias para atender o Brasil todo. Temos lá assistentes sociais, temos administrativas, temos contadoras, temos várias outras pessoas nas AGAPs – são 14 AGAPs nos estados.

Vou passar aqui.

Então, assim, são 14...

Opa, demora um pouquinho. (*Pausa.*) Aí.

Então são 14 AGAPs que a gente tem no Brasil todo. Onde tem Agap, elas são as responsáveis pelo atendimento desses atletas, desses jogadores. Inclusive o Martorelli, que estava aqui, é o Presidente da Agap de São Paulo e faz um excelente trabalho lá. Onde não tem, a gente atende tudo *online* aos atletas. Eles vão ligar para as nossas centrais e vão... A central nossa são aquelas meninas lá, que atendem essa demanda. Portanto, é o único sistema social que existe para o jogador e ex-jogador de futebol.

São geridas por estatutos: todas as AGAPs têm o CNPJ diferente, elas são regidas. Elas têm os seus diretores eleitos pelos próprios atletas.

São 26 funcionários que a Faap mantém, sendo oito aqui em Brasília para atender os demais estados; mas tudo passa por aqui, é centralizado aqui. A gente tem um sistema interligando todas as AGAPs, então tudo funciona aqui. No momento que o atleta precisa, automaticamente, em menos de 24 horas, ele já está sendo atendido – e eu vou mostrar os números para vocês. Os dirigentes não são remunerados, não têm remuneração. É uma entidade sem fins lucrativos.

Atua com recursos oriundos dos processos judiciais, que a gente tem na Justiça ainda, que estão correndo ainda. Então, quando vêm os clubes – vamos falar dos clubes que estão nos batendo –, eles só chegam na Faap quando eles têm que conversar sobre um recurso, sobre um processo que foi... Então ele chega lá e aí a gente conversa; a gente mostra o trabalho; e a luta, infelizmente, continua. O recurso não é oriundo do governo, não vem de lá.

O que está se colocando aí? O clube recolhe 0,5% sobre o salário do jogador, o clube recolhe. É 0,5% sobre o contrato de trabalho que está na CBF. Não é sobre os milhões, gente, é sobre o contrato que está escrito lá. Hoje, se a gente conseguisse que ele colocasse o valor total

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos milhões, seria muito bom para nós – mas não é! Não vamos pensar que são milhões. A questão de 1% sobre a arrecadação, sobre a transferência do jogador – não é venda, é transferência, como o Martorelli falou –, isso aí não é injustificado em lugar nenhum. Você não encontra o número na CBF, não encontra no clube, não encontra em lugar nenhum. Então, por isso é que são judicializadas essas sentenças, esses processos, porque vendeu por tantos milhões, mas onde é que está comprovado isso? A gente tem que buscar mediante a imprensa essas informações para poder judicializar, porque não é informado em lugar nenhum.

Aqui está a transparência nossa aqui, olha só. A gente tem ali, desde 2013, todos os associados que foram beneficiados, é só ir lá no *site*. Então, a transparência está ali. Então não venha me dizer que não tem transparência. Está lá à disposição de qualquer pessoa, é só entrar lá. Relatórios e auditoria: desde 2013, todas as auditorias estão lá. Está comprovado, está lá. É auditoria externa, não é nossa. Então a auditoria está lá, a receita, está tudo lá.

Agora vamos lá, então, vamos... O que a Faap faz? Estão aí os benefícios. Então não venham dizer, como falaram aqui: "Vou dar uma bolsa para um atleta". Não é uma bolsa, são 22 mil atletas formados. Está aqui, olha. Temos médico, advogado... Está bem explicadinho aqui. Nós não estamos aqui enganando ninguém. Está mais claro? É só procurar a informação, é só nos procurar que a gente vai mostrar, não temos o que esconder.

São mais de 1 milhão de parcelas pagas. Todo mês a gente paga. Hoje são mais de 900 bolsistas que a gente tem lá, todos eles estudando, e a gente fortalecendo essa questão da educação para o atleta. Porque, depois que ele para, ele é abandonado. E isso, vamos falar, lá pelos 35 anos de idade.

Os benefícios, olha só: alguma entidade dá cartão de benefícios ou seguro odontológico aos seus associados? Sem custo algum? Pois nós temos, é um seguro odontológico da Porto Seguro. Está ali, olha os benefícios: cirurgias, odontológico, periodontia, prevenção; cartão de benefícios com telemedicina; cartão de benefícios com desconto, seguro por invalidez e por morte; auxílio-funeral. O amigo falou: "Ah, dão auxílio-funeral". Gente, não tem custo algum para o atleta. Está aqui, ó. É só pesquisar, é só nos visitar.

Há auxílio-saúde. Olha o que a gente faz: consultas, exames... cuidadores – cuidadores, gente! Vocês não imaginavam que tinha jogador de futebol acamado. E não é um só, são muitos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente, são muitos. Então esses são os nossos benefícios. Também aluguel social. No Rio Grande do Sul, tivemos mais de dez casos de jogadores que perderam as casas. Nós pagamos o aluguel, ajudamos na reconstrução do...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIO LIRIO – Vou precisar de mais um tempinho, Senador, está beleza?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JULIO LIRIO – Ajudamos na reconstrução das casas deles. São 138 mil auxílios em dez anos.

Assistência previdenciária: ele para de jogar, ele não tem como trabalhar, ou se machucou, não tem como trabalhar. Muitos estão assim, chegam aos 60 e não têm como se aposentar. O tempo de trabalho não é contado, e a gente vai lá e paga para eles. A gente os ajuda até eles se colocarem no mercado. Além de dar educação, a gente também coloca a sua vida... tenta colocar a sua vida nos trilhos.

Aí, como foi falado antes, são 90 mil jogadores profissionais registrados, 55% recebem aproximadamente um salário mínimo. Quem vive com um salário mínimo, depois de 15 anos de profissão, aos 35 anos? Ninguém vai guardar nada. Então, temos isso ali, são dados da própria CBF. São 70 mil jogadores que necessitarão ser reintegrados ao mercado depois que pararem de jogar futebol, ou seja, com 10 a 15 anos de profissão. E eu falo isso e coloco também os demais atletas que não têm essa condição – os demais atletas de outras modalidades. Só 1% recebe acima de R$200 mil, mas ele consegue viver mais 30 anos, 40 anos com o que ele ganhou? Não consegue, gente. São 5% que conseguem terminar bem o futebol: 3% conseguem até o final de vida; o resto, os outros 2%, vem. E isso é claro, a realidade é bem essa.

Bom, a gente veio aqui para discutir a questão do veto. Qual é o nosso veto? O nosso veto é exatamente esse aqui. O veto, o que nos foi tirado... A gente conseguiu, aqui no Senado, por unanimidade, inclusive com o apoio do Senador Portinho. Fomos à Câmara, eles tentaram nos tirar. A gente reverteu a situação, 396 contra 19 votos contrários. Voltou para o Senado, unanimidade. Foi para o Executivo e infelizmente foi vetado. Se estamos procurando um consenso, pela segunda vez a gente está tendo um consenso aqui no Congresso. Por que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso apoiou – já tem o consenso – e esse veto não é derrubado? É difícil então. Se a gente tem um consenso... Como a Deputada Laura conversou aqui, a gente tem um consenso. Aqui já está um consenso. O Senado já nos deu o consenso. O Congresso já nos deu o consenso. Então, essa é a nossa luta.

O que está sendo vetado? A transição de carreira, os recursos, a exigência de comprovante, modos de aplicação e – um detalhe muito importante – prestação de contas ao Ministério do Esporte. Essa redação foi feita juntamente com a Senadora Leila, foi feita juntamente com toda a sua assessoria.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIO LIRIO – E eu fico muito feliz, muito feliz mesmo, porque ela abraçou nossa causa e foi até o fim. E o Senado foi também.

Então, eu acho que a gente não tem nada que esconder. A gente está fazendo tudo na maior clareza aqui, gente.

São três pilares: nossa organização... Primeira coisa, a gente organizou nosso sistema, mostramos aqui a nossa organização, como funciona e para que funciona. Então, não é uma associação qualquer, não é um clube de amigos, não é "vamos ajudar" só, não. A gente tem hoje 6 mil benefícios mensais, gente – 6 mil. Se alguém aqui provar que dá 6 mil benefícios mensais sem recurso do Governo, gostaria de trocar uma ideia também, porque eu acho muito importante, porque ninguém faz isso. Ninguém faz isso! Nós fazemos pelos nossos atletas.

O atendimento do jogador o que é? Ajudar os nossos atletas. Aqui, quando nós falamos de esporte, falamos na Comissão, tanto na Câmara como no Senado, só falamos em alto rendimento. O que vem depois do alto rendimento? Vêm as lesões, vem o legado, que muitas vezes ninguém respeita, e muito mais: ele fica jogado, é um carro velho que botaram lá no estacionamento e deixaram para apodrecer. É isso, infelizmente, gente.

E o Martorelli aqui falou muito bem: o futebol brasileiro não é só os 20 times da primeira divisão e os 20 da segunda; o futebol brasileiro é do interior. São 737 clubes inscritos na CBF. Hoje, colocando até a terceira divisão, nós vamos ter aí 60 clubes, 70 clubes, mais ou menos. E os demais? O do interior lá do Rio Grande do Norte? O Edmilson está aqui, é meu Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agap do Rio Grande do Norte. Lá do Rio Grande do Sul? Lá do interiorzinho, o que ganha um salário mínimo? É isso que a gente quer.

Então, o importante, o terceiro pilar, é exatamente a nossa luta pela derrubada do veto, e já faz quatro anos, desde 2021, que eu estou aqui em Brasília fazendo esse trabalho. Eu me tornei Presidente quando me foi entregue... E me entregaram pelo nosso Piazza.

Eu vou deixar um vídeo aqui, não sei se vai ter o áudio, tá?

Já estou terminando, Senador.

Não sei se vamos conseguir com áudio, mas depois vocês assistam.

Realmente, é a realidade do futebol brasileiro, gente. É a realidade do futebol brasileiro, e eu acredito que a de muitos esportes.

Está ali o Ricardo, que me conhece. O Ricardo é uma pessoa que nos conhece lá da Faap, sabe do atletismo. A gente estava trabalhando num projeto legal junto com o atletismo, mas infelizmente o veto nos atrapalhou.

Então, deixe-me mostrar aqui para vocês. Desses que vou mostrar aqui, gente, tem muito mais lá no nosso *site*; tem muito mais.

Onde é que aperta aqui para...? Ah, já está...

Infelizmente, não tem áudio. (*Pausa.*)

Ah, vai sair? (*Pausa.*)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. JULIO LIRIO – Infelizmente, o vídeo foi... Ele me mandou na semana retrasada. Infelizmente, no domingo, ele faleceu. Ele estava há um ano e meio lutando contra um câncer, e ele acabou nos deixando. É um atleta que foi o maior campeão do Athletico Paranaense. Ele não recebeu uma coroa do clube. Então, isso é triste.

E aí, como disse o nosso representante lá, quem pagou o funeral foi a Faap, dentro do plano que a gente tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gente, deixei o nosso recado.

Senador Portinho, obrigado pela oportunidade. Estou à disposição.

A gente tem a sede nossa aqui, em Brasília, no edifício Prime ali, ao lado da FNDE. A quem quiser conhecer o nosso trabalho, estamos à disposição.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esse talvez, Julio, seja um dos pontos mais polêmicos, não só da Lei Geral do Esporte. Essa discussão se arrasta sem ninguém encaminhar uma solução há muito tempo.

Quero lembrar aqui que, na Lei Pelé, já havia a destinação do percentual sobre as transferências de atletas principalmente; além do valor mensal, que acho que já tinha, mas eu me lembro bem é das transferências. E é uma discussão, na verdade, aqui... Pensando alto, tá? Vocês falaram comigo na época, né? É porque eu acho que é muito maior do que dizer: "Ó, é esse valor que vai para lá, e sigam a vida!". É uma discussão parecida com o que a gente tem aqui com relação aos sindicatos, à contribuição obrigatória.

Não sei por que atletas escolhem a Faap, outros a Fenapaf. A gente tem duas entidades; poderia ter três, quatro, cinco... Por que elas se voltam mais ao futebol? Até gostei que você falou do atletismo aqui, mas não sei se é porque o futebol, como disse, é o mais arrogante ou o que tem mais exposição; mas, na verdade, a gente vê que é muito ligado ao futebol. E a gente tem atleta paraolímpico, tem atleta do vôlei, tem atleta do polo aquático... A gente não pode endereçar uma solução que tem servido só para o futebol, até porque a gente sabe que o percentual sobre transferência de atletas em outras modalidades é irrelevante ou nem existe. Quanto custará se o Lucas Verthein, do remo, amanhã for competir num clube lá fora? Provavelmente, ele vai de graça. As outras modalidades não chegaram a um produto como o futebol, que teve essa capacidade.

Então, eu, pessoalmente – isso é uma opinião pessoal –, acho que se perdeu muito tempo discutindo Faap, Fenapaf – "Então, dá um pedacinho aqui do que eu ganho para a Fenapaf" –, quem faz o trabalho melhor, quando, na verdade, quem tem que escolher isso – e não pode ser, na minha opinião, compulsório – é o atleta. O atleta tem os seus descontos do INSS, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se ele quiser contribuir com um sindicato, com uma federação, com uma associação, eu acho que está faltando, sim... A gente perdeu muito tempo discutindo para onde vai o recurso e de quem vai, e deixou de discutir a seguridade dos atletas, dos atletas de um modo geral, por lei, para que, aí sim, esse percentual vá para um fundo, ou vá para o INSS, e as associações, os sindicatos que prestam serviços passem, então, junto a esse fundo, junto ao órgão do Governo... Eu não sou nenhum especialista em previdenciário, peço desculpas se eu estiver falando alguma coisa errada, mas é o que passa pela minha cabeça. E aí, se a Fenapaf tem lá um cadastro enorme de atletas, ela se credencia junto ao fundo, junto ao INSS, a Faap também; amanhã surge um outro sindicato, ele se credencia e presta serviços, porque eu acho que a discussão está muito rasa nisso, e se está há muito tempo nessa discussão.

Aí, eu escuto: "Não, a Faap não presta serviços". Recebi vocês, já tinha visto o vídeo: "Não é, não, tem serviços que presta". Aí: "Mas presta a todo o universo?"; "Não, presta a alguns". Como é que a gente alcança todo o universo, gente? Como é que a gente vai alcançar o atleta paraolímpico? Esse, que talvez seja o que mais precise. Todos precisam em algum momento na vida, quando passam por dificuldades, mas ao paraolímpico, por exemplo, a gente tem que ter um olhar com muita cautela, com muito cuidado, maior ainda.

Então, eu, particularmente, sou muito franco, objetivo, mas estou disposto a construir. Eu defendo a manutenção do veto, acho que está mal-endereçado. Agora, vamos sentar aqui, juntar as entidades – Faap, Fenapaf, sindicato de atletas – e vamos tentar construir um arcabouço jurídico que permita que haja o recolhimento por parte de qualquer clube, de qualquer modalidade, e que o próprio atleta também – eu estou falando do patronal, mas estou falando também do empregado, né? – possa escolher para qual ele vai querer destinar o recurso; ou vai tudo para um fundo e as entidades, aí sim, passam a receber dinheiro público e aí passam a ter que prestar conta, porque eu não entro também nesta discussão de se presta conta, se é transparente, né? Porque, quando for dinheiro público, isso é regra, isso é obrigatório, a gente não precisa ficar aqui nem cobrando isso. Eu não tenho como avaliar se a Fenapaf presta contas, se a Faap presta contas. Eu sei é que os clubes reclamam, e são os de futebol. Nunca vi um clube de outra modalidade reclamar, porque provavelmente não contribui. E o atleta também não tem direito, então, a uma seguridade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, eu queria convidá-los a uma discussão maior e mais profunda. Quero dizer que quem tiver alguma minuta de um projeto em que a gente possa ter um ponto de partida – minha equipe está ali, né? – encaminhe. Vamos começar a discutir, vamos fazer uma audiência pública sobre isso, porque, durante a Lei Geral do Esporte toda e, antes, quando eu vivia no direito desportivo, a discussão era muito assim: "Não, a Fenapaf é boa"; "Não, a Faap é que é boa". Mas e o atleta? O atleta conhece? O atleta do vôlei conhece uma ou outra? Ele tem como escolher uma ou outra? Se esse recurso vai para a Faap, se ela dá um pedaço para a Fenapaf, está todo mundo feliz que está dividindo o recurso, mas e o serviço? E a universalidade? Aqui a gente tem consultores legislativos que entendem muito mais de direito previdenciário do que eu, e vocês, dando alguma sugestão, não tenham dúvida de que eu vou recorrer a eles, e a gente vai construir um texto. Mas, aqui dentro, ele vai sair errado: se se derruba o veto, vai continuar o mesmo problema.

Por favor, Doutor...

O SR. GLADEMIR AROLDI – Eu sou Diretor da Faap, sou o Glademir Aroldi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, eu sei, Glademir.

Por favor.

O SR. GLADEMIR AROLDI (Para expor.) – Olha aqui, ó, só para contribuir, eu acho importante que haja essa discussão antes da apreciação do veto. Trazer a Fenapaf para cá, trazer a Faap para cá, para a gente poder discutir.

Agora, nós podemos afirmar aqui, com toda a segurança, que os objetivos da Faap e da Fenapaf são objetivos diferentes. A Fenapaf faz muito bem e trabalha muito bem enquanto o jogador está em atividade, ela defende os interesses do jogador em atividade. A Faap já trabalha com o jogador em dificuldade, principalmente no pós. Então são objetivos bem diferentes.

Isso que o senhor falou aí, Senador, é extremamente importante. Tanto é... Por que a Faap até hoje só trabalhou com atletas profissionais de futebol de campo? Porque isso estava estabelecido na arrecadação lá da Lei Pelé. Agora não: a Lei Geral do Esporte abriu a possibilidade, sim, de a Faap trabalhar com atletas de outras modalidades. Isso foi construído inclusive – esse artigo – pela Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é bom que a gente tenha um espaço, como o senhor está falando, que é muito importante, para a gente esclarecer toda essa situação. E nós não prestamos alguns benefícios: nós prestamos todos os benefícios necessários aos ex-atletas e atletas em situação de vulnerabilidade. É isto. Só que o Congresso Nacional agora está compreendendo isso. Muitos Senadores e muitos Deputados já estão sabendo isso por força do trabalho do Presidente Julio, e antes não sabiam. Agora nós estamos tendo a oportunidade de poder esclarecer isso.

E aqui, na Comissão, eu quero, também – o Julio já fez isso –, Presidente, lhe agradecer pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas é um trabalho... Desculpe-me pela minha ignorância, mas o senhor está aqui justamente para a gente poder clarear até para quem não conhece. Mas, indo um pouco mais a fundo, é um trabalho, é um serviço importante, e não vou entrar no mérito, porque é lógico que, como está atendendo pessoas em situação de vulnerabilidade, é fundamental que existam serviços assim, mas ele é como um sindicato. Ele presta assistência jurídica, tem alguns benefícios, cartão de benefício e tal, mas é como alguns planos de sindicato.

Então, como é que a gente vai encarar a natureza jurídica disso? De onde é que vem o recurso? E como é que fica a aposentadoria do atleta, que tem que ter uma aposentadoria especial? O atleta tem a vida curta, muito curta. A tal da transição de carreira, talvez o que vocês ajudam na formação, como eu vi, com bolsa para essa...

Então, eu acho que a discussão é mais ampla. Eu acho que a discussão não é se a Fenapaf faz com um tipo de atleta, a Faap faz por outro, porque daqui a pouco vai ter uma do vôlei, vai ter uma do... A gente tem que entender como é um sistema, como a gente cria um sistema em que todo mundo possa ter acesso a recursos para desenvolver dentro do seu público-alvo, seja ele qual for, serviço de assistência ao atleta, mas, principalmente, da seguridade da carreira futura da vida dele. É minha opinião, e eu estou absolutamente aberto aqui, porque não é um tema que eu domino. Embora eu seja do direito desportivo, a questão de assistência ou previdenciária ou de seguridade não é a minha praia, mas, aqui, a gente tem os nossos técnicos do Senado, tem a minha equipe, a gente se senta, a gente... Então, vamos dar o pontapé inicial, vamos provocar, mande um texto lá para mim, para a Leila, eu me sento com ela, e a equipe dela está aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhando, porque eu acho que essa discussão é muito maior do que esse veto, e esse veto está desgastando a discussão, para se ganhar muito pouco – falo do esporte, para o esporte ganhar muito pouco, os atletas.

Eu vou seguir aqui, gente, e agradeço. É muito importante isso de que a gente está tratando aqui. Isso é uma das bolas divididas desde que eu comecei a estudar direito desportivo.

Com a palavra o Sr. Vinícius Machado Calixto, Consultor Legislativo do Senado Federal. Vai que ele tem alguma ideia. (*Risos.*)

O SR. VINÍCIUS MACHADO CALIXTO (Para expor.) – Já me jogou na fogueira, né?

Boa tarde a todos, boa tarde a todas, especialmente ao Senador Portinho, a quem quero cumprimentar, um Senador sempre muito atuante na temática. A gente está sempre junto lá na Consultoria Legislativa do Senado, na área de esporte, que é a área de que eu faço parte, pois também sou, assim como o Senador, oriundo do direito desportivo. A gente está sempre batendo essa bolinha lá.

Em sua pessoa, também quero cumprimentar os demais membros da Mesa, o Sr. João Batista, o Sr. Paulo, do movimento paraolímpico. Recentemente, uns anos atrás, eu até estive lá no Centro Paralímpico em São Paulo e achei fantástico, realmente, o trabalho do Comitê Paralímpico e também do comitê de clubes paralímpicos que fazem parte dessas competições, é excepcional.

Quero cumprimentar também o Sr. Luis Felipe, dos clubes, e o Sr. Julio, da Faap, e quero cumprimentar os demais presentes aqui também na audiência.

Hoje, de manhã, a gente teve um debate bem profícuo também. Eu estive aqui, acompanhei como técnico, como consultor aqui, também fiz as anotações, fui absorvendo aqui tudo que os colegas trouxeram.

Quero cumprimentar a Iziane também, porque eu era do basquete e, então, fui um muito fã dela, e é uma honra estar aqui ao seu lado. Acompanhei muito de perto a sua carreira.

Quero saudar o Lindbergh e, na pessoa dele, saudar o pessoal da Câmara dos Deputados. A audiência é um esforço coletivo aqui da Câmara e do Senado, o que é fantástico também,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque muitas vezes a gente fica trabalhando do lado de cá, no Senado, e o pessoal de lá, na Câmara também, enfim, é muito importante a gente conseguir bater essa bola aqui em conjunto.

A gente está aqui tratando de um assunto que realmente, como o Paulo falou, foi algo que nos deixou muito surpresos pela magnitude que foi quando houve a questão do volume dos vetos. Eu acho importante a gente comentar do avanço que representou a Lei Geral do Esporte para o esporte brasileiro. A Lei Geral do Esporte é uma lei extremamente moderna, comparada à legislação esportiva mundial. Ela traz muitos dispositivos que são realmente vanguarda do direito esportivo mundial, a própria questão da menção à *lex sportiva* está lá no art. 26, se não me engano, a questão dos níveis esportivos, níveis de prática, formação, esporte de formação, esporte de excelência, esporte para a vida toda, substituindo as antigas manifestações que tinham na Lei Pelé, também algo extremamente avançado. E a gente tem esse cenário aí de 397 vetos, e ainda pendentes 335. A gente viu que mais de 50 já foram derrubados, só 3 foram mantidos, o que nos mostra que é uma tendência da sociedade, em representação aqui no Congresso, pela manutenção dessa lei geral, que foi construída inclusive com ampla participação da sociedade, com participação da Comissão de juristas, tramitou aqui durante muitos anos.

Então, realmente cabe a nós aqui fazermos essas discussões, junto com as principais entidades, junto com a população, junto com os representantes da Casa, obviamente, para chegar até o melhor consenso, no que for possível, muitas vezes. Daí a importância também desta articulação, Senador, entre os técnicos, principalmente Parlamentares e representantes da sociedade civil, até para a gente encontrar qual é a melhor maneira. Um colega comentou: "Mas a gente vai aprovar uma lei hoje, aqui no Plenário, e por que a gente não trabalha na derrubada do veto?", que teria, em tese, efeitos semelhantes. Porque o processo legislativo é assim. Muitas vezes, a gente sabe que o feito é muito melhor do que o perfeito, o possível é o que se dá, né? Então você tem, para tratar da derrubada dos vetos, a reunião do Congresso Nacional, uma articulação às vezes muito mais sofisticada, você tem uma pauta do Congresso Nacional para se reunir, para deliberar, você tem inúmeros vetos também pendentes, trancando pauta, etc. Então, existem esses caminhos, esses caminhos também são possíveis, e a gente está prestes a ver uma importante vitória hoje.

Eu até lembro aqui a Lei 15.041, de 9 de dezembro de 2024, que foi o quê, Senador? Foi justamente para solucionar um desses impasses, a questão dos subsistemas, que foi um ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vetado, um ponto de bastante polêmica: "Ah, mas as entidades vão ficar de fora, não vão ficar de fora, como é que faz?". E aí a solução foi, em vez de se deliberar o veto, trazer um projeto de lei novo, discutir um projeto de lei, o que deu origem à Lei 15.041, que tem basicamente o mesmo teor da Lei Geral do Esporte no que tratava sobre essa questão dos subsistemas.

Então, eu acredito que esse debate está amadurecendo e que a gente está compreendendo qual vai ser o caminho que o Congresso vai adotar, seja no tratamento, via Congresso Nacional, com a derrubada dos vetos, seja na proposição de um novo texto que consolide pelo menos em parte ali algumas dessas demandas, como a Deputada Laura trouxe aqui pela manhã. E a gente lá na Consultoria vai tentar, da forma mais técnica possível, auxiliar os Senadores e os representantes do Poder Legislativo, para que a gente possa encontrar soluções para cada um desses vetos. A nossa equipe de esporte da Consultoria já elaborou estudos, análises e opiniões sobre cada um desses trezentos e tantos vetos. A gente está sempre em diálogo com os Senadores para poder, de fato, entender o que segura de pé e o que realmente não procede com relação a cada uma das justificativas que foram trazidas ali pelo Poder Executivo.

Até pelo tempo, a gente não vai aqui tratar das minúcias de cada matéria, mas realmente eu até elenquei alguns pontos que realmente são muito... que saltam aos olhos. Essa questão logo inicial sobre a relação com as normas internacionais é uma coisa elementar, é básica. A justificativa foi de possível subordinação da legislação brasileira à legislação internacional, o que a gente sabe que não procede – até na Lei Pelé isso já era previsto, enfim. E também, como foi comentado oportunamente de manhã, a gente tem a própria Lei Geral do Esporte trazendo, no art. 26, a *lex sportiva*. Então realmente fica contraditória a lei. Como é que você conceitua e diz que o Estado brasileiro entende o que é a *lex sportiva*, uma construção avançada, inclusive, e atual, e logo nos primeiros artigos já veta, dizendo que há uma subordinação na justificativa. A justificativa é realmente muito rasa para poder se manter de pé.

Há alguns outros pontos.

Foi falado aqui sobre a questão da autonomia das entidades, a questão da possibilidade da criação dos códigos específicos. São questões também em que o esporte sabe que são caras, sabe que são importantes, e essa mobilização esportiva vai, a meu ver, prevalecer. Acho que a gente realmente precisa fazer uma discussão sobre Justiça desportiva, é claro, respeitando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autonomia das entidades e tudo o mais, mas a gente também não pode entender que só o futebol vai reger e querer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINÍCIUS MACHADO CALIXTO – ... aplicar às outras modalidades o Código de Justiça Desportiva a todo custo, sem deixar com que as próprias modalidades também, a partir das suas próprias vicissitudes, saibam disciplinar da melhor forma.

Quanto à questão do Plano Nacional do Esporte, em conjunto com a questão do Fundo Nacional do Esporte, que foram vetadas, embora o fundo já tenha sido derrubado, a derrubada, inclusive, foi um movimento realmente muito importante, porque o Fundo Nacional do Esporte é algo pelo qual a sociedade civil vem batalhando, vem brigando há bastante tempo e sabe dessa importância, sabe, para outros setores, como isso é fundamental.

A derrubada desses pontos, como o fundo e o plano, foram realmente assim... Você destrói a espinha dorsal praticamente da lei nova, acompanhado do seu sistema, Sinesp, sistema de dados também. Então, são pontos realmente nevrálgicos ali que eu acho que ainda vão ser trazidos à baila, digamos assim.

Em outras questões também mais minuciosas, como a autoridade do esporte, a Anesporte, a questão do cadastro de torcedores também, a gente vê que as justificativas para o veto são justificativas que são, no mínimo, contestáveis.

Eu acredito que esse processo está sendo amadurecido, a gente tem visto no esporte uma proeminência aqui dentro da Casa. A Senadora Leila tem conduzido a Comissão de Esporte com muita proatividade, muitas audiências públicas, vem ouvindo muito a comunidade esportiva. A gente tem, hoje, um passo fundamental.

Então, eu acho que é importante o esporte se manter mobilizado para poder trazer, como foi falado aqui mais cedo, pela Deputada Laura Carneiro, pelo Senador Portinho, pela Senadora Leila, trazer essas demandas mesmo e trabalhar para que a gente... Tem aqui o Wlamir e a derrubada do veto da questão do 153, das corridas, etc., muito irrelevante para a confederação. Então, isso foi fruto da mobilização da confederação aqui, enfim, do diálogo com os Senadores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para mostrar como isso tem o poder de mudar um esporte, de mudar a dinâmica da confederação, de isso representar um impacto.

A gente sabe que a derrubada dos vetos representa impactos diretos nas entidades esportivas.

Por parte da Consultoria – acho que o meu tempo já até esgotou –, quero só colocar a Consultoria à disposição, claro, dos Senadores, sempre; e também da comunidade que está ali em diálogo com os Senadores, para que a gente possa contribuir da melhor forma possível, e da forma como nos cabe dentro do rigor técnico.

Então, quero agradecer ao Senador Portinho, agradecer ao Senador Romário pela menção, a inclusão, a solicitação, para participação aqui na audiência.

Uma boa tarde a todos.

Estamos à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Calixto, que é especializado em direito desportivo e tem todo o assunto aqui meu e da Comissão de Esporte, de projetos que envolvam... Ele sempre dá a sua contribuição, assim como toda a Consultoria do Senado, que é muito qualificada.

Eu estou vendo ali, eu não fiz a menção, mas tem um representante das nossas Forças Armadas, do Exército, da nossa Marinha...

Perdão, como é o seu nome?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Comandante Luiz Araújo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É muito bom vê-lo aqui representando. Pela manhã também tinha um pessoal da Força Aérea Brasileira aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente. Lembro que nossas Forças Armadas também dão uma contribuição muito grande para o esporte, não só pelos jogos, mas principalmente na formação de atletas.

É muito importante o papel das nossas Forças Armadas: começa pelo Profesp, que é um programa lúdico, esportivo, social, que é desenvolvido em todo o território nacional, eu acredito – pelo menos, no Rio de Janeiro, que eu bem conheço, todas as unidades que eu visito tem o Profesp. Inclusive, eu alertei aqui – e isto até é um tema desta Comissão – sobre a questão do Programa Segundo Tempo. Eu trouxe aqui a preocupação de alguns comandantes que estão à frente do Profesp de que o Profesp não é considerado para o Programa Segundo Tempo. Então, eles estão perdendo alunos porque os alunos que já estão no Profesp, tendo uma atividade semelhante, estão sendo obrigados a deixar o programa para irem para o Programa Segundo Tempo. Eu até pedi para incluírem na discussão que está aqui na Comissão de Esporte essa questão para eu entender melhor, porque me foi dito isso.

Não suficiente – e eu vou falar do meu Estado do Rio de Janeiro, da minha cidade –, temos o Cefan, que é o maior formador de campeões olímpicos do Brasil e paraolímpicos. É um programa fundamental, de uma beleza! Eu vou lá e me dá vontade de passar o dia inteiro assistindo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pelas forças do esporte, no caso lá a Marinha. Os meninos, também... Ele acaba revelando talentos. É o desporto de formação, mas que encaminha aqueles talentos para o de alto rendimento, para a gente ver como é que é o sistema – não é, Iziane? – esportivo. O Brasil construiu um sistema muito bacana. Falta só, na minha opinião, a gente integrar o desporto escolar. A gente perdeu, nas Olimpíadas – é uma crítica que eu sempre faço –, a grande oportunidade de desenvolver uma política pública semelhante, por exemplo, à americana, em que é uma parte da formação a escola – da formação esportiva.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dia 6 de agosto. É, quando retomarmos, após o recesso, no dia 6 de agosto, eu havia pedido a inclusão. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a gente entender e poder alinhar, inclusive, com os Ministérios da Educação e do Esporte, para que cada um possa desenvolver o seu papel sem sobreposições e de forma integrada.

Bom, dito isso, e não tendo mais outros convidados... Acho que foi muito produtivo para nós. A nossa equipe que está anotando vai fazer a ata dessa reunião. Vamos encaminhá-la ao Ministério. Iziane, quero agradecer muito a sua presença – é a nossa Secretária Nacional. Vamos encaminhar ao Ministro Fufuca para que ele perceba que a gente pode, com facilidade, resolver muita coisa. É só um pouco de boa vontade e entender no que há convergência. Para o que não tiver convergência, nós vamos, através de projetos de lei, manter os vetos ou sobrestá-los para que a gente desenvolva o projeto e o aprove, assim como foi com a lei de incentivo. É um exemplo.

Deixem-me ver aqui se a gente tem questionamentos pelo... Como é que eu vejo aqui? Pelo e-Cidadania. (*Pausa.*)

Foram aquelas, não é?

E aí como é que eu vou aqui na parte final? No encerramento... (*Pausa.*)

Bom, então agradeço a presença de todos. Foi muito construtiva esta audiência, longa, mas importante, fundamental.

Nada mais havendo a tratar, quero dar por encerrada. Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Vou pedir àqueles que puderem para fazermos uma foto aqui para a nossa Comissão, com todos juntos.

(*Iniciada às 13 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Plínio Valério, Pedro Chaves, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Romário, Teresa Leitão e Leila Barros, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Weverton e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Eduardo Girão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 24/2025 - CEsp, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Debater os programas sociais de acesso à prática de atividades esportivas e o programa de incorporação de atletas de alto rendimento desenvolvidos pelas Forças Armadas. **Participantes:** Sr. Oswaldo Gomes dos Reis Junior, Secretário Adjunto da Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais do Ministério da Defesa; General de Divisão Paulo Afonso Bruno de Melo, Presidente da Comissão Desportiva Militar do Brasil do Ministério da Defesa; General de Divisão R/1 João Alberto Redondo Santana, Diretor do Departamento de Projetos Sociais do Ministério da Defesa; Brigadeiro do Ar Sandro Rogério Delmonico, Representante da Força Aérea Brasileira; Contra-Almirante Alexandre Vasconcelos Tonini, Representante da Marinha do Brasil; Coronel R/1 Paulo de Tarso Cordovil Corrêa dos Santos, Representante do Exército Brasileiro; Tenente Luis Fernando Sper Cavalli, Representante do Comitê Paralímpico Brasileiro; e Sra. Roseane Cavalcante De Freitas Estrela, Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Chico Rodrigues
Vice-Presidente da Comissão de Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/06

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 6 de agosto de 2025.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os programas sociais de acesso à prática de atividades esportivas e o programa de incorporação de atletas de alto rendimento, desenvolvidos pelas Forças Armadas, em atenção ao Requerimento 24/2025-CEsp, de autoria da Senadora Leila Barros.

Convido para tomar lugar à mesa – já estão aqui, a postos – os senhores: Oswaldo Gomes dos Reis Junior, Secretário Adjunto da Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais do Ministério da Defesa; General de Divisão Paulo Afonso Bruno de Melo, Presidente da Comissão Desportiva Militar do Brasil, do Ministério da Defesa; General de Divisão R1 João Alberto Redondo Santana, Diretor do Departamento de Projetos Sociais do Ministério da Defesa; Brigadeiro do Ar Sandro Rogério Delmonico, representante da Força Aérea Brasileira; Contra-Almirante Alexandre Vasconcelos Tonini, representante da Marinha do Brasil; e Coronel R1 Paulo de Tarso Cordovil Corrêa dos Santos, representante do Exército Brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até 15 minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem as suas perguntas ou comentários.

Comunico aos presentes e aos convidados que a Senadora Leila Barros, em virtude de um compromisso assumido com o Presidente da Casa, Davi Alcolumbre, se fará presente ao longo desta apresentação, quando passarei a Presidência para ela, a titular Presidente desta Comissão. Eu sou o Vice-Presidente, o Senador Chico Rodrigues, e estou aqui, como *backup*, atendendo exatamente a esta necessidade pela sua ausência.

Nas exposições iniciais, eu passo a palavra, primeiro, ao Sr. Oswaldo Gomes dos Reis Júnior, Secretário Adjunto da Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais do Ministério da Defesa.

V. Sa. dispõe de 15 minutos.

O SR. OSWALDO GOMES DOS REIS JUNIOR (Para expor.) – Bom dia, Senador Chico Rodrigues.

É um grande prazer representar aqui o Ministério da Defesa e a Sepesd nesta Comissão de Esporte.

É uma oportunidade ímpar. A gente agradece a oportunidade de poder expor um pouco do nosso trabalho no Ministério da Defesa, da Sepesd, especialmente na área do desporto militar e na área de projetos sociais, particularmente no nosso Programa Forças no Esporte (Profesp).

Nós sabemos que esta Casa – esta Comissão – olha com muita atenção sempre os projetos do Ministério da Defesa, principalmente nesta área de esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós estamos aqui também com a presença de atletas do nosso alto rendimento, nossos atletas e nossos paratletas, campeões mundiais inclusive, presidentes de entidades e confederações ligadas ao esporte, crianças do Profesp e militares aqui representando as Forças Armadas e os nossos projetos.

Quero saudar aqui o General Paulo Afonso, nosso Diretor do DDM; o General João Alberto, Diretor de Projetos Sociais do Ministério da Defesa; o Brigadeiro Sandro; o Almirante Tonini; o Coronel Paulo de Tarso; e todos esses representantes de comitês.

Sem mais delongas, eu queria passar aqui a exposição para o General Paulo Afonso, para falar um pouco do nosso desporto militar, já que tem, nesta Casa, projetos importantes referentes, vamos chamar assim, a uma reformulação, a uma regulamentação de leis referentes a fomento do esporte brasileiro. Então, é uma boa oportunidade de a gente apresentar esses nossos projetos lá do DDM, o que a gente tem feito – é uma prestação de contas a esta Casa – e também a área de projetos sociais. Sem mais delongas, passo a palavra ao General Paulo Afonso, Diretor do nosso Departamento de Desporto Militar.

O SR. PAULO AFONSO BRUNO DE MELO (Para expor.) – Senador Chico Rodrigues, Dr. Oswaldo, senhores integrantes da mesa já nominados, eu gostaria de fazer uma saudação muito especial ao Comitê Olímpico do Brasil, aqui representado pelo Coronel José Pinheiro; ao Comitê Paralímpico Brasileiro, aqui representado pelo Tenente Cavalli; e ao Presidente da Confederação Brasileira de Atletismo. É uma grande alegria tê-lo aqui conosco neste momento.

Ratifico as palavras do Dr. Oswaldo, destacando a presença lá ao fundo, com nossos abrigos amarelos, de integrantes do Programa Forças no Esporte, juntamente com representantes da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal, que, em parceria conosco, conduz esse projeto.

Vindo para a frente, estão integrantes do nosso Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento. Todos os atletas residentes no Distrito Federal estão aqui presentes, lá nas duas últimas fileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegando aqui à primeira fileira, estão os nossos integrantes do Programa do Paradesporto Militar de Alto Rendimento, os nossos atletas paralímpicos, aqui presentes, do Exército e da Polícia Militar do Distrito Federal, nos honrando com sua presença.

Dito isso, nós vamos passar, dentro do tempo que nos foi disponibilizado, a uma apresentação na qual pretendemos informar os elementos, que o Dr. Oswaldo acabou de citar aqui, motivadores do nosso pleito de entrarmos nessa revisão da Lei das Bets, que é o nosso objetivo principal, para sermos contemplados com recurso orçamentário que nos permita conduzir os programas e projetos que eu acabei de apresentar aqui aos senhores e senhoras.

Neste primeiro eslaide, eu destaco que não é de hoje que as Forças Armadas contribuem para o esporte no nosso país. O Brasil participou pela primeira vez de Jogos Olímpicos em 1920, em Antuérpia. Naquela ocasião, o Tenente Guilherme Paraense, da foto superior à esquerda, conquistou a primeira medalha de ouro olímpica do Brasil, materializando que nós estamos juntos com o desenvolvimento do esporte nacional desde sua origem. À direita, lá em cima, nós temos a – conhecida de todos, com certeza – Bia, que conquistou a primeira medalha de ouro nas últimas Olimpíadas em Paris, a Sargento Bia, integrante do Paar.

Eu destaco a nossa visão de futuro, a do departamento, que é manter o Brasil como potência do desporto militar, totalmente alinhada com o Plano Nacional do Esporte em sua Meta 3.4, que prevê manter o país entre os três primeiros colocados no quadro de medalhas dos Jogos Mundiais Militares. Essa é uma missão que nós temos e um plano do nosso Governo.

Aqui é só para fazer uma rápida comparação do desporto militar com a estrutura do desporto. Nós temos, lá no desporto militar, no maior nível internacional, o Comitê Internacional do Esporte Militar, atualmente presidido por um brasileiro, o Coronel Rolim. No maior nível nacional, está o Departamento de Desporto Militar, de que estou à frente no momento. Como braços operacionais, há as três Comissões de Desportos das três Forças, Marinha, Exército e Aeronáutica, que são o braço operacional, como eu falei. Eles são os responsáveis por preparar, treinar e conduzir os nossos atletas para as competições. Há os nossos parceiros, com destaque para as Comissões de Esporte do Senado e da Câmara, no nível superior, e todos os demais entes que compõem o Sistema Nacional do Esporte, de acordo com a Lei Geral do Esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí há os eixos em que nós atuamos. Nós atuamos no eixo do alto rendimento, materializado pelo Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento; no eixo escolar, nas nossas escolas militares de formação de sargentos, de preparação para as academias e nas academias formadoras dos oficiais das três Forças; no nosso desporto do corpo de tropa e de participação da sociedade; na capacitação; e no paradesporto, representado pelo Programa do Paradesporto Militar de Alto Rendimento.

Aí, para os senhores terem uma ideia do histórico, já entrando no eixo do alto rendimento, mostramos como era a participação do Brasil nos Jogos Mundiais Militares até o advento do Paar e como ficou a partir do ano de 2008, com o advento do Paar. O Brasil hoje é *top* três do desporto militar mundial, tendo conquistado, nas três últimas edições, a primeira, a segunda e a terceira colocações, respectivamente.

Na próxima edição, em 2027, em Charlotte, nos Estados Unidos, nós temos algumas incertezas que estão materializadas na parte inferior à esquerda do nosso gráfico.

A primeira: a necessidade de orçamento para participação nesses jogos. Historicamente, esse orçamento vem do Ministério do Esporte.

Nós já fizemos os contatos preparatórios para essa próxima edição. Infelizmente, tivemos a notícia de que o volume necessário não será possível em função de restrições orçamentárias. É a nossa primeira incerteza.

Para participar de uma edição de Jogos Mundiais Militares, nós necessitamos da ordem de R$33 milhões em valores atualizados.

A segunda incerteza é que nós vamos ter a felicidade de termos o paradesporto, os nossos atletas do paradesporto integrando a classificação geral. Eles vêm competindo nas edições anteriores, porém sem computar para a classificação geral. A partir da próxima edição, para nossa felicidade, eu repito, será computado.

E por que eu digo para a nossa felicidade? Porque nós temos aqui à nossa frente os nossos campeões mundiais militares.

Então, nós já temos um potencial muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, a possibilidade de proximidade com os Jogos Pan-Americanos. Os Jogos Pan-Americanos estão definidos, mas os Mundiais Militares, não.

Então, nós podemos ter uma proximidade que pode prejudicar a ida dos nossos atletas do alto rendimento, em função de os pan-americanos ranquearem para as Olimpíadas, enquanto os mundiais militares, não. Naturalmente, a priorização vai ser o ranqueamento e a ida para as Olimpíadas.

Bom, eu faço a mesma colocação agora dos jogos olímpicos, do antes e do depois do Paar. A mudança de *status* não é tão significativa, mas eu gostaria de destacar as linhas em branco, particularmente as duas últimas, que mostram o percentual de representatividade dos militares atletas no time Brasil.

Vejam que a gente vem, lá de Londres, com 20% da delegação; no Rio de Janeiro, 31%; em Tóquio, 31%; e, em Paris, 35%.

Na linha anterior, a quantidade e o percentual de medalhas obtidas pelos militares atletas. Vejam que esse percentual é sempre superior, às vezes mais do que o dobro da representatividade do time Brasil: 29%, lá em Londres; 68%, no Rio de Janeiro; 38%, em Tóquio; e 55%, em Paris.

Em Paris, o Brasil conquistou 20 medalhas: 11, foram militares atletas que conquistaram. Isso mostra efetividade na nossa participação, nessa contribuição com o desporto nacional para os jogos olímpicos.

Aí o eixo escolar. Como eu falei, a gente tem competição nas nos três níveis de nossas escolas, contribuindo também com essa vertente, com esse segmento do esporte.

O eixo "corpo de tropa": em todos os quartéis da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, nós desenvolvemos o desporto, promovemos competições.

Há participação da nossa comunidade nesses eventos dos quartéis, da população de maneira geral nesses eventos dos quartéis.

Capacitação: nós também participamos da capacitação de todos os gestores envolvidos com o desporto militar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, o paradesporto, com o seu Programa do Paradesporto Militar de Alto Rendimento.

Eu destaco que ele conta com a participação imprescindível de militares das Forças Auxiliares, aqui representados pela nossa integrante da Polícia Militar do Distrito Federal.

Bom, apresentados os nossos eixos de atuação, eu gostaria de me ater agora à parte orçamentária do nosso departamento.

Repito ali, nas duas colunas iniciais, o orçamento necessário para a participação em uma edição dos Jogos Mundiais Militares, valores atualizados: R$ 33 milhões, no laranja lá em cima.

Essa é uma incerteza. Nós precisamos desse recurso.

Na verdade, pela primeira coluna, de 17, seria muito importante que nós já tivéssemos em mãos para conduzir os processos licitatórios para aquisição dos meios, porque, no ano anterior, se gasta com aquisição de material esportivo, uniforme de competição, abrigo de representação, armamento de competição, munição de competição. É o ano em que se gasta com os meios necessários para as equipes que vão competir.

E o recurso do ano da competição é gasto com deslocamento, aclimatação e efetividade na participação.

Então, seria importante que nós já tivéssemos uma previsão de recurso orçamentário para desencadearmos agora os processos licitatórios para aquisição desses meios, para que eles fossem adquiridos ao longo do ano que vem, que é o ano anterior, mas nós ainda não temos essa previsão.

Saindo dessas duas colunas da preparação para uma edição dos Jogos Mundiais, eu gostaria de mostrar o histórico do nosso orçamento, lá do Departamento de Desporto Militar: no ano de 2020, na ordem de R$6 milhões; no corrente ano, na ordem de R$3,3 milhões, materializando uma oscilação ao longo dos anos e uma queda, em cinco anos, de 44% no orçamento, o que dificulta bastante o cumprimento das nossas missões.

Dito isso, eu vou passar a palavra para o General João Alberto, que vai se ater ao Profesp e ao Projeto João do Pulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No final, eu volto para fazer o fecho falando sobre a Lei Geral do Esporte.

O SR. JOÃO ALBERTO REDONDO SANTANA (Para expor.) – Senador Chico Rodrigues, cumprimentando o Senador, cumprimento todos os presentes aqui, nesta Casa, nesta audiência.

Agradeço a presença de todos e a oportunidade de apresentar um pouco dos projetos sociais do Ministério da Defesa, particularmente o Programa Forças no Esporte e o Projeto João do Pulo.

A Defesa, além daquelas atribuições mais conhecidas de todos, de coordenação, de exercícios, de operações militares conjuntas, também tem diversas atribuições, entre elas o desenvolvimento de projetos sociais.

Aqui estão os projetos sociais executados pelas Forças Armadas e coordenados pelo Ministério da Defesa. São eles: o Profesp (Programa Forças no Esporte), destinado a crianças em situação de vulnerabilidade; o Projeto João do Pulo, também a crianças e adolescentes com alguma deficiência; o Projeto Soldado Cidadão, que se destina a capacitar nossos cabos, soldados e marinheiros para, por ocasião do seu licenciamento das Forças Armadas, terem melhores condições de inserção no mercado de trabalho; e o Projeto Rondon, que já é um projeto bem longevo, desde 1967, mas desde 2005 coordenado pelo Ministério da Defesa, e que é um projeto de extensão, basicamente, das universidades, levando inclusão social e cidadania a diversas regiões mais carentes do nosso país, dentro da nossa capacidade das Forças Armadas e da Defesa de estar em diversos locais do país, da capilaridade, e da ligação intrínseca da Defesa com a sociedade.

Então, indo diretamente para o Programa Forças no Esporte e para o Projeto João do Pulo, aquele existe desde 2002, o Projeto João do Pulo desde 2015, e tem um decreto de 2019 que regulamenta, normatiza o seu funcionamento. Nós podemos ver diversas imagens da execução desses projetos, que, basicamente, ocorrem nas organizações militares, no contraturno escolar, para que aquelas crianças estejam regularmente matriculadas na rede pública de ensino e possam, no contraturno, fazer atividades esportivas, ter reforço escolar e também alimentação, entre outras atividades culturais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eles promovem inclusão social por meio de atividades esportivas e educacionais. Deixo claro que esses dois projetos sociais não são para militares; são para crianças, mormente dos arredores, das proximidades daqueles quartéis, daquela sociedade que convive mais próxima das Forças Armadas, pela distância física ali.

O Profesp, então, é para crianças e adolescentes de 6 a 18 anos da rede pública em situação de vulnerabilidade. Essas crianças são indicadas seja pela Pastoral do Menor, como acontece em alguns locais; seja pelas prefeituras, por intermédio dos seus conselhos, dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) das prefeituras ou do Governo. Então, são crianças selecionadas. E o Projeto João do Pulo é para crianças e adolescentes com deficiências a partir de seis anos.

Essas atividades estão muito alinhadas ao que prevê o nosso Plano Plurianual 2024-2027, pois são prioridades do Governo tanto o combate à fome e a redução das desigualdades, quanto a educação básica – tudo a ver com os nossos programas Profesp e PJP –, e também às agendas transversais, por se tratar de crianças e adolescentes.

Esse eslaide é muito importante, porque ele mostra o número de beneficiados por ano de ambos os projetos. Nós já atingimos mais de 20 mil beneficiados e entendemos que 20 mil é uma meta bastante viável. Temos organizações militares interessadas em desenvolver o projeto, mas nós percebemos que há uma variação, ao longo dos anos, que indica uma certa descontinuidade – o que não é bom – e também uma queda mais abrupta nos últimos anos. Este ano, estamos com cerca de 7 mil crianças, sendo que já tivemos mais de 20 mil.

Então, hoje estamos funcionando com um terço dessa nossa capacidade de executar o projeto. E essa variação é fruto da falta de recursos perenes, da imprevisibilidade, e a descontinuidade traz bastante prejuízo. Por exemplo, nós temos um Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército aqui, em Sobradinho. Nós já tivemos o Profesp lá, com mais de mil crianças, e ele foi descontinuado, infelizmente. Então, é uma tristeza, mas não havia mais viabilidade, por questões orçamentárias, de sustentar ali o projeto.

E os projetos hoje estão funcionando mormente com parcerias locais, com Governos estaduais e com prefeituras, mas eles nem sempre são completos. Eu tenho uma parceria que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às vezes, privilegia o professor, a parte pedagógica, mas não tem alimentação, não tem uniforme. E eles também funcionam, além de com essas parcerias, com emendas parlamentares.

A própria Senadora Leila, Presidente desta Comissão, destina emendas parlamentares que atendem, aqui, em Brasília, à Escola Superior de Defesa, ao Comando Militar do Planalto. Outros Parlamentares, também aqui, em Brasília, destinam emendas individuais que propiciam esse funcionamento, tanto no Exército, na Marinha, quanto na Força Aérea. Então, há uma dependência dessas parcerias, o que atrapalha realmente essa continuidade. E é difícil, é triste, é lamentável a gente interromper aquilo que vem bem, vem dando certo.

Esse eslaide mostra um pouco da nossa capilaridade. Ao longo desses anos, já foram atendidas quase 300 mil crianças. Em 2024, portanto no passado, 95 quartéis, organizações militares espalhadas pelo território nacional, tiveram núcleos do Profesp, funcionando. Este ano, já caímos para 53 organizações militares. Mas vejam os senhores que nós temos 142 organizações militares do Exército, da Marinha, da Força Aérea, voluntárias e que querem, desejam fazer o projeto. Então, poderíamos nos expandir bastante.

E nós temos duas fotos bastante representativas. Uma é do Cefan, no Rio de Janeiro, um projeto bastante desenvolvido, com muita gente, que atende mais de mil crianças em uma organização militar da Marinha do Brasil. Na outra foto, que mostramos embaixo, está um pelotão de fronteira, em Surucucu, no Amazonas, já com outra característica, mas tão importante quanto, porque atende aquela comunidade ao redor do quartel com toda a possibilidade que tem e com resultados também grandiosos para aquela comunidade. Então, não só o número de beneficiados é importante, mas o número de organizações militares que atendem ao Profesp é por demais importante.

Aqui há um destaque para a possibilidade de descoberta de talentos. Então, durante a execução dessas atividades esportivas, são descobertos talentos. Aqui está o um exemplo da hoje Sargento Laura Amaro, da Marinha, que foi finalista olímpica em Paris 2024 e continua treinando fortemente. Quiçá estamos vendo aí uma futura medalhista olímpica do Brasil, oriunda do Profesp, no qual ingressou em 2015. Nesse eslaide, há também o exemplo da nossa Tayana Medeiros, que ingressou no Projeto João do Pulo em 2016 e foi ouro nas Paralimpíadas de Paris 2024. Temos também, à direita, algumas fotos de sargentos hoje, que entraram no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Profesp, em 2018, e hoje são campeões nacionais de orientação. Então, temos dezenas de experiências, temos vídeos – que não vamos passar agora devido à objetividade e ao tempo – de casos de sucesso, talentos descobertos já em função desses programas.

Senhores, nós temos um vídeo bastante representativo, um pouco mais antigo, cujos dados não estão totalmente atualizados, mas uma imagem vale mais do que mil palavras. É praticamente meu último eslaide. Só tem mais um, de encerramento da minha parte, mas eu gostaria de mostrar esse vídeo para ilustrar o nosso Profesp e o PJP. Por favor!

(*Procede-se* à *exibição de vídeo.*)

(*Procede-se []*) (*Palmas.*)

O SR. JOÃO ALBERTO REDONDO SANTANA – Bom, passando já para o encerramento da minha parte, os projetos sociais do MD têm muito bons resultados com poucos recursos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO ALBERTO REDONDO SANTANA – Nós precisamos resgatar, elevar as possibilidades, o número de beneficiados, porque temos o potencial do Profesp, do PJP.

Os programas têm qualidade, nós temos aqui presentes coordenadoras pedagógicas das escolas que trabalham dentro dos quartéis com essa parceria. Temos aqui presente a Érica, Diretora de Educação em Tempo Integral, do GDF. Então, são trabalhos técnicos, muito bem-feitos e com bastante resultado.

Então, agradeço a oportunidade.

Retorno a palavra ao General Paulo Afonso.

O SR. PAULO AFONSO BRUNO DE MELO (Para expor.) – Senador, nós vamos finalizar aqui a nossa parte expositiva abordando alguma parte legal, iniciando pela Lei Geral do Esporte, na qual está previsto o nosso Sistema Nacional do Esporte, que inclui o esporte militar no sistema nacional, e, não só isso, ele cria o Subsistema Nacional do Esporte Militar.

Então, a nossa Lei Geral do Esporte, a nossa Lei 14.597, de junho de 2023, prevê a existência do Subsistema Nacional do Esporte Militar; e, na subseção específica desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subsistema, atribui à nossa Comissão Desportiva Militar do Brasil – da qual hoje eu sou o Presidente –, que fica no Ministério da Defesa, a missão de coordenar esse subsistema, tendo por finalidade apoiar o esporte nacional e promover a inclusão social por meio do esporte nas organizações militares, exatamente o que eu apresentei e o General João Alberto apresentou no que diz respeito à inclusão social. Lá estão, novamente, os nossos programas e o projeto: o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento e o Programa do Paradesporto Militar de Alto Rendimento, que são da contribuição com o esporte nacional; e a inclusão social por meio do esporte, no Programa Forças no Esporte e no Projeto João do Pulo. A mesma lei prevê, na sua Seção III, o Fundo Nacional do Esporte, para realização de competições esportivas com receitas oriundas do Tesouro Nacional, inclusive de emendas parlamentares – nós já temos esse suporte, como o General João Alberto citou –, e oriundas da exploração das modalidades lotéricas.

Aqui, eu gostaria de me ater, porque subsequente à Lei Geral do Esporte veio a Lei 14.790, também 2023, a chamada Lei das Bets, loteria de quota fixa, que distribui os recursos arrecadados dessas apostas pelos entes do Sistema Nacional do Esporte. A exemplo das loterias convencionais, novamente a CDMB, integrante do Sistema Nacional e coordenadora de um subsistema desse sistema, não foi contemplada. Então, esses programas todos sobrevivem de parcerias, de contribuições, de emendas parlamentares e de corte nos orçamentos do Ministério da Defesa e das três Forças. Todos esses programas, não fossem as Forças, estão dando um exemplo para o senhor e para todos que nos escutam.

O Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento, hoje, tem 567 atletas de alto rendimento – cinco, meia, sete. Essas vagas são cortadas da atividade-fim da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. São enfermeiros, motoristas, mecânicos de voo, de diversas áreas de atuação das Forças que abrem mão desse militar vocacionado para atividade-fim das Forças Armadas para receber um atleta, pagar o seu salário, o décimo terceiro, as férias remuneradas e dar assistência para o atleta e seus familiares, seus dependentes legais, cortando do orçamento das Forças. O mesmo ocorre no Ministério da Defesa. Então, o nosso maior pleito aqui, nesta audiência, é resolver esse problema que nós temos: a necessidade de fortalecer esses programas e de dar segurança orçamentária e perenidade para esses programas e projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta que nós visualizamos é que nós sejamos contemplados pela divisão dos recursos da Lei das Bets. Hoje, tramita na Casa a Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025, que eu gostaria de deixar com o senhor, que está mudando a distribuição desses percentuais, ou seja, é uma excelente janela de oportunidade, se nossos argumentos forem entendidos válidos e justificarem uma inserção nessa modificação que está em curso. O que nós precisamos é muito pouco, nós precisamos de 0,5% dos 36% destinados ao esporte.

A arrecadação da Lei das Bets, para que todos entendam, tem 12% destinados às operadoras. Essa medida está contemplando a área social com 6% e tem 12% do arrecadado destinado para vários entes do Estado. Desses 12%, 36% são destinados para a área do esporte. Nós precisamos de 0,5% desses 36% para levar os nossos programas e projetos para a sua capacidade máxima, com segurança orçamentária, com possibilidade de planejar a médio e longo prazos e de contribuir ainda mais, porque as nossas entregas estão aí e foram apresentadas hoje. Então, o nosso objetivo principal dessa exposição é este.

Dito isso, eu gostaria de finalizar a parte expositiva com duas imagens. Primeiro essa, dos medalhistas de Paris, das 11 medalhas conquistadas por militares atletas das 20 que o Brasil conquistou. O Caio Bonfim, que está ali na esquerda da foto com a bandeira do Brasil na mão direita, daqui a pouco deve entrar aí pela porta. Ele está chegando da viagem de uma outra atividade e vindo direto para cá. Se não chegar, nós vamos encontrar com ele aí pelos corredores. E com essa imagem, dos nossos campeões mundiais e recordistas mundiais do paradesporto, alguns deles sentados aqui na frente. Depois, olhem para a foto e olhem para alguns rostos que estão aqui na primeira fileira. Vão identificar que eles estão ali naquelas fotos. Então, nós temos entregas aí representadas nessas imagens e no filme que o General João Alberto passou e gostaríamos muito de ter essa segurança orçamentária, previsibilidade orçamentária, para podermos contribuir de melhor forma e mais ainda com as nossas missões contempladas na Lei Geral do Esporte.

Com isso, eu agradeço muito a atenção de todos os senhores e senhoras e a oportunidade de termos estado aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero parabenizar o General de Divisão Paulo Afonso Bruno de Melo pela brilhante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentação, o Oswaldo Gomes dos Reis também e o General João Alberto Redondo Santana que, de uma forma didática, autoexplicativa, facilitou, inclusive, a compreensão dessa apresentação, porque, na verdade, tanto o esporte na área militar quanto o paraesporte são fundamentais. Nós vemos a organização, o acompanhamento, o controle que vocês têm, exatamente, sobre todos esses segmentos, e isso fortalece mais ainda a posição aqui da nossa Comissão de Esporte presidida, como já disse no início, pela Senadora Leila Barros, que acaba de chegar e irá ocupar o seu lugar devido.

De qualquer forma, eu diria também que. sobre esse último item, General Paulo Afonso, que foi apresentado pelo senhor sobre a Medida Provisória nº 1.303, que dispõe sobre a tributação das aplicações financeiras e dos ativos virtuais, ou seja, as *bets*, certamente o Governo deverá, com a intervenção da Comissão, principalmente da Senadora Leila Barros, contemplar com esse 0,5% para que se possa ter um certo fortalecimento na aplicação desse recurso e, obviamente, na preparação, capacitação e, depois, nas medalhas e nos troféus que eles, eventualmente, vão trazer dessas competições nacionais e internacionais. Portanto, esse é um pedido que vocês fazem, mas, acima de tudo, é uma necessidade orgânica muito grande, porque, em função da questão financeira, da redução dos recursos, dos repasses para a atividade, nós temos certeza de que esses ativos virtuais, vamos repetir, as *bets*, que não recolhiam impostos, agora, obviamente, têm que participar como toda empresa. Então, tenho certeza de que essa apresentação foi didática, como já disse, autoexplicativa, e facilitou, realmente, a nossa compreensão e dos telespectadores que nos acompanham.

Eu gostaria de, antes de chamar a nossa querida Presidente, registrar e agradecer a presença do Coronel R1 Carlos Eduardo Ilha dos Santos, Coordenador do Profesp da Escola Superior da Defesa; do Coronel Fábio Batista Bogoni, do Ministério da Defesa; da Sra. Érica Soares Martins Queiroz, Diretora da Educação Integral da Secretaria da Educação do DF; do Sr. José Carlos Pinheiro, Relações Institucionais do COB; do Sr. Davi Becker, Relações Institucionais da Confederação Brasileira de Vela; do Sr. Wlamir Motta, Presidente da Confederação Brasileira de Atletismo; do Sr. Luis Fernando Cavalli, representante do Comitê Paralímpico Brasileiro; e do Sr. Fábio Augusto Araújo, Secretário Nacional de Paradesporto.

E convido, obviamente, a nossa Presidente Leila Barros para continuar na condução desta sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Senador, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Bom dia, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Bom dia, Senador Chico, meu Vice-Presidente da Comissão de Esporte. Na sua pessoa eu cumprimento todos os nossos expositores aqui presentes.

Ontem eu estive com o General Paulo Afonso de Melo. Ele apresentou, tanto para mim como para minha equipe e os demais aqui também, para o Dr. Oswaldo também, me apresentaram... e o General João Alberto – desculpa, General, desculpa... Nós estivemos numa reunião ontem, que foi muito importante, muito esclarecedora, com relação às dificuldades que as Forças hoje têm de manter programas que, além de apoiar os nossos atletas do alto rendimento, do esporte e do paradesporto, do paraesporte – na verdade, a gente alterou isso na lei geral –, também faz um trabalho sem precedentes na promoção da cidadania, na parte social. Estou falando do Profesp, de que sou uma das grandes apoiadoras, entusiasta, porque sei do trabalho que as Forças promovem junto às nossas crianças e adolescentes nas áreas de maior vulnerabilidade.

Eu quero pedir desculpas porque hoje nós temos um grande evento aqui na Casa, que é a Cúpula Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa, da Cepal e da OPCC. Nós temos aqui Parlamentares da América Latina e do Caribe, também temos representantes da Índia, e, como Presidente da Comissão de Esporte, eu tenho meu Vice aqui, estou muito bem representada, eu sou Vice na Comissão de Meio Ambiente. Então, aqui nós temos a Ana Toni, estamos debatendo uma pauta muito importante também, que é a questão da realização da COP 30 aqui no Brasil, em Belém do Pará. Nós estamos vivendo um processo difícil, um dos gargalos, um dos maiores desafios é a questão da hospedagem. Então, a Ana Toni, que é Diretora-Executiva da COP 30, vai estar agora na CMA, e aí eu vou ter, até pedi desculpa, vênia, ao senhor, Presidente Chico, e aos expositores aqui, aos colaboradores, todos que estão conosco, ao Flávio também, Secretário da nossa Comissão, mas vou ter que estar presente acompanhando esses Parlamentares, junto com o Fabiano Contarato, que é o Presidente da CMA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas estou muito bem representada, o Senador Chico é um entusiasta do esporte, tem sido um grande parceiro meu nos trabalhos, na condução dos trabalhos aqui na Comissão de Esporte, juntamente com o Flávio e toda a equipe nossa da Comissão. E quero dizer aos representantes das Forças, Exército, Marinha e Aeronáutica, das nossas Forças Armadas, que vocês têm em mim uma defensora desse reconhecimento e também da questão dos investimentos, para darmos continuidade.

Ontem o General mostrou para nós, assim como o General João Alberto, o decréscimo de quantitativos de prestação, principalmente para a questão social, que nós tínhamos, atendíamos de 20 mil a 30 mil, caiu para 7 mil. É drástica essa queda, Senador Chico. A mesma coisa é a questão do apoio aos nossos atletas de alto rendimento, porque os Jogos Mundiais Militares antecedem, fazem parte da preparação para as Olimpíadas e Paralimpíadas. Esses atletas têm todo o suporte das Forças, das nossas Forças Armadas, que é fundamental para a preparação deles para o evento, claro, que não é menor, porque assim, a gente fala dos Jogos Militares, a gente sabe que está o mundo inteiro naqueles Jogos Militares. São a mesma coisa Olimpíadas e Paralimpíadas.

Então, é fundamental esse apoio, não só na questão do alto rendimento, mas também na questão social. E nós vamos... Eu estava conversando ontem, quando vocês saíram do gabinete, porque, quando a gente tem que resolver, a gente não pode parar – a Casa está pegando fogo, literalmente, mas a gente tem que prosseguir com os trabalhos –, e, logo na sequência, eu fiz a reunião com a minha equipe a respeito da medida provisória. O Presidente que trata da análise da medida provisória é o Renan – o Renan que é o Presidente. O Relator é o Deputado Zarattini.

Não cabe mais emenda, acabou o prazo de emenda, mas cabe, sim, aquilo que nós sempre fazemos nos gabinetes e nos bastidores, Senador Chiquinho, que é a conversa com o Relator, que é a conversa com o Presidente, que tratam da Medida Provisória 1.303.

Então, assim, diante de todos vocês, eu me comprometo certamente pela fala do nosso querido Vice-Presidente da Comissão, que é o Senador Chico Rodrigues. Nós já temos dois Senadores aqui empenhados e entendendo a importância de se ter um percentual, principalmente quando se trata de *bets* aqui, a que nós temos uma resistência enorme. Se fosse pela vontade da Casa, não existiriam mais *bets* no Brasil, mas as *bets* hoje são uma realidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente dentro do esporte. Hoje, as *bets* são as principais patrocinadoras do futebol e, praticamente, de todas as modalidades no país.

Existe um casamento, mas esse casamento tem que ser regrado; tem que ter um regramento. Nós estamos tratando de atletas formadores de opinião e a gente sabe que as *bets* estão viciando o país. Muita gente está viciada, está se matando, está endividada; e é ruim isso – eu deixo muito claro isso –, é péssimo, mas sei que o cobertor para o esporte é curto.

Então, a gente já está tratando disso dentro da Casa. A gente vem tratando, vem discutindo, estamos aprovando regras para termos bom senso no uso e na exploração dessa imagem perante o público, principalmente os mais jovens; e é isso.

Quero pedir desculpas a vocês por não estar presente, agradecer ao Senador Chico Rodrigues e, acima de tudo, dizer a vocês que já está atendido no meu coração, e agora nós vamos trabalhar a demanda, com relação ao orçamento, do qual nós vamos tratar. E, realmente, existe uma certa injustiça, porque a gente... Eu peço até... Não vou falar desculpas, porque eu comentei que é importante, muitas vezes, as Forças estarem aqui dentro, nesse *front*.

Quando se trata de recursos, todos vêm para o *front*. Quando nós estávamos tratando de recursos com relação a *bets*, Lei Pelé, Lei Geral – o Yoram está aqui presente –, confederações, COB, ao CPB também, enfim, ao CBC... Então, as Forças também precisam – não é dando um puxão de orelha, mas, assim, pedindo –, pois, quando nós iniciarmos essas tratativas e esse debate dentro da Casa, dentro da Comissão e conversarmos, é importante que nós tenhamos representantes das Forças aqui conosco nesse *front*, para que não se achem – desculpem, perdão pelo meu português –, não achem que é um fato que saiu da cabeça da Senadora Leila e do Senador Chico; não. Nós tivemos uma audiência pública e vai ficar registrada aqui, mas, acima de tudo, nós temos os generais, os almirantes, enfim, todos muito envolvidos em tratar desse recurso das Forças para atendimento ao esporte de alto rendimento social.

Quero agradecer por terem atendido ao nosso convite para estarem aqui, nesta audiência pública. Certamente, a gente não vai se arrepender, porque deu-se luz à realidade que nós não sabíamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, eu acho que agora eu quero até agradecer à minha equipe e à Secretaria da Comissão, porque eles insistiram: "Nós temos que trazer o esporte militar, o desporto militar para tratar, para falar da realidade deles", e só foi através desta audiência que a gente está sabendo dessa realidade, e nós vamos trabalhar conjuntamente, tá?

Muito obrigada.

E mais uma vez agradeço ao Chico Rodrigues por estar conduzindo a audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero agradecer as palavras da nossa Presidente Leila Barros e dizer que a Senadora, de uma forma... com uma abordagem extremamente didática, na dose certa, no momento certo, sobre esse tema... nós temos certeza de que a experiência dela, o empenho dela, o nome dela como uma atleta de alto rendimento também que foi, representando o nosso país, mostram esse vigor que ela tem nessa causa, e que o Brasil – principalmente Brasília – precisa continuar com ela, porque obviamente ela consegue agregar o que todos os estados precisam, e com conhecimento.

É difícil quando você preside uma Comissão, principalmente preside e não tem esse *feeling*, esse sentimento real de quem, na verdade, ocupou grandes pódios e pode defender conhecendo todos os estágios das dificuldades até chegar às conquistas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – E esse capital intelectual a nossa Senadora Leila Barros tem e oxalá ela continue, por muito tempo, aqui no Distrito Federal, para facilitar, inclusive, esse trânsito nessa área de esporte, que era um pouco esquecida aqui no Senado...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Mas não é só aqui, não.

Todos sabem aqui que o cobertor é pequeno e, Senador, eu vou falar um negócio para o senhor: eu falo para as pessoas que a gente sai do esporte, mas ele não sai da gente. Acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o maior legado que o esporte deixou na minha vida é a capacidade de entender que a gente não precisa se amar. Seria o ideal, o mundo ideal seria todo mundo se amar, mas temos que nos respeitar. E o pensamento divergente não é o meu pensamento inimigo. Ele, muitas vezes, me faz parar para refletir sobre a minha própria conduta e, enfim, sobre o meu próprio pensamento.

Então, eu acho que esse é o maior legado que eu tenho do esporte e falo que a disciplina, o foco vem muito, e de forma muito similar, das Forças. A gente se entende... a gente se entende, e nós vamos trabalhar na Casa com muita tranquilidade, com resiliência, com diálogo em todos os campos para tratar dessa demanda de vocês.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado, minha querida Presidente.

Quero aqui cumprimentar o medalhista olímpico Caio Bonfim, da marcha atlética, que se encontra... (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... que acabou de chegar de viagem e veio realmente participar desta audiência pública, o que, na verdade, engrandece também esta Comissão.

Continuando, passo a palavra ao Brigadeiro do Ar Sandro Rogério Delmonico, representante da Força Aérea Brasileira.

V. Sa. dispõe de 15 minutos. (*Pausa.*)

Eu gostaria, também, de registrar a presença da Sra. Roseane Cavalcante de Freitas Estrela, do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, que se encontra aqui.

Na verdade, toda a apresentação já fora feita pelo General Paulo Afonso, pelo General João Alberto.

Então, nós temos aqui agora algumas questões a serem apresentadas por parte dos Parlamentares e eu gostaria de convidar o José Ricardo, da assessoria... Mas, antes, existem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas perguntas, via e-Cidadania. Por meio do e-Cidadania, recebemos algumas manifestações de cidadãos que gostaríamos de compartilhar.

Perguntas.

Da Karollina, de Goiás: "Quais os critérios de seleção, acompanhamento e avaliação dos resultados dos programas?".

Eu gostaria de pedir ao General Paulo Afonso que respondesse a essa questão.

O SR. PAULO AFONSO BRUNO DE MELO (Para expor.) – Bom, nós fazemos a seleção para os nossos programas de alto rendimento por convocação pública.

Então, é um edital público que é divulgado nos meios de comunicação e a inclusão se dá por mérito desportivo, ou seja, os critérios do edital atribuem pontuações específicas para as participações em campeonatos dos diversos níveis e essas participações e resultados atribuem essa pontuação para os candidatos. Dentro do número de vagas disponível, os candidatos com melhor pontuação são inseridos nos programas.

Assim se dá no Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento.

No Programa do Paradesporto Militar de Alto Rendimento, a incorporação se dá por voluntariado.

Então, são militares que foram reformados, por acidente, por enfermidade, e ficaram portadores de uma deficiência e são convidados por nós a participarem do programa. São inseridos em *campings* paralímpicos com nossos grandes parceiros. Eu destaco aqui o Comitê Paralímpico Brasileiro, na pessoa do Cavalli, que é o coordenador do programa do desporto militar lá, um grande parceiro nosso. Nesses *campings*, a gente seleciona talentos que queiram participar e, a partir dali, passamos a trabalhar com esses atletas e desenvolver os seus talentos até chegarmos ao alto rendimento. E o resultado está aqui na nossa frente, não é? Todo mundo começou desse jeitinho aí que eu estou falando, estão aqui e são campeões mundiais militares.

Então, esses são os critérios de incorporação.

O acompanhamento nós fazemos em conjunto com a Secretaria Nacional de Excelência Esportiva, com a Secretária Iziane, com a Secretaria Nacional do Paradesporto, com o Secretário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fábio, que está aqui presente, com o Comitê Olímpico do Brasil e o Comitê Paralímpico Brasileiro, que são os gestores nacionais do alto rendimento.

Então, eles, junto conosco, fazem a avaliação e o acompanhamento desses atletas, inclusive a indicação de ingresso e de saída do programa, conforme os seus critérios.

O SR. JOÃO ALBERTO REDONDO SANTANA (Para expor.) – Posso complementar aqui da área dos programas? (*Pausa.*)

É só para dizer que essa seleção – viu, Karollina? – nas localidades é feita pelos municípios, por quem mais conhece, pelos conselhos regionais de assistência social, seja do município ou do estado, em alguns locais, com a participação da Pastoral do Menor, que conhece, entrevista essas crianças, etc. Então, é um processo seletivo bem atencioso já, para as crianças que já são de escolas públicas e crianças em condições mais vulneráveis. É feito um acompanhamento do seu desenvolvimento, e os resultados são expressivos.

Nós temos aqui presentes, por exemplo, o Coronel Carlos Eduardo e aquela equipe, que está aqui no fundo, do nosso Profesp, da Escola Superior de Defesa, que faz essas medições. Temos aqui a Érica, que é Diretora de Educação em Tempo Integral, e ela é a prova de que essas crianças que estão no Profesp estão tendo um desempenho até acima de outras escolas do GDF que não estão tendo turno integral, não estão tendo essa experiência com o Profesp. Então, em termos de medição dos resultados escolares, estão tendo resultado, fora aqueles que a gente não mede tão facilmente, como o desenvolvimento, o relacionamento, a inclusão social, o aprendizado, a saúde, diversos outros resultados decorrentes das atividades praticadas pelo Profesp.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Lucas, do Rio Grande do Norte, pergunta: "A escolha das modalidades priorizadas pelas Forças Armadas é alinhada com o Comitê Olímpico do Brasil ou totalmente interna?".

O SR. PAULO AFONSO BRUNO DE MELO (Para expor.) – Então, como eu já coloquei na resposta anterior, nós trabalhamos com as modalidades olímpicas, no que diz respeito aos nossos atletas do desporto, e com as modalidades paralímpicas, no que diz respeito aos nossos atletas do paradesporto, mas temos também, no caso do desporto, algumas modalidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específicas das Forças Armadas. Então, nós temos modalidades, orientação, alguns tipos de tiro, pentatlo militar, pentatlo aeronáutico, pentatlo naval, que são modalidades não olímpicas, mas presentes nos Jogos Mundiais Militares. Tirando essas modalidades tipicamente militares, todas as outras estão em perfeita coordenação com o Comitê Olímpico do Brasil e com o Comitê Paralímpico Brasileiro, batendo em todas as modalidades que são disputadas nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Obrigado, General.

Ana, do Rio Grande do Sul: "De que maneira os programas das Forças Armadas contribuem para a inclusão social de jovens por meio do esporte?".

O SR. JOÃO ALBERTO REDONDO SANTANA (Para expor.) – Primeiramente, voltando então ao nosso programa para crianças, o Profesp, e para crianças e adolescentes com alguma deficiência, o programa Projeto João do Pulo, lembrando da nossa capilaridade, então atende crianças e adolescentes em todo o país, não só em capitais, mas em diversas cidades do interior, em fronteiras, nos locais de mais difícil acesso e locais, às vezes, em que até o Estado tem alguma dificuldade de chegar. Esse trabalho, além da parte esportiva, que é feita no interior dos quartéis, tem também uma disponibilidade nas suas instalações com profissionais próprios, mas também profissionais das prefeituras, do estado local, profissionais gabaritados, tanto na parte de educação física, quanto na parte pedagógica, que também fazem reforço escolar em algumas matérias, em algumas prefeituras, em alguns estados, inclusive fazendo aquele contraturno no contexto da educação integral.

Então, essa contribuição é tanto para o esporte, para o desenvolvimento esportivo, para tirar aquela criança de casa, muitas vezes ociosa ou na rua, fazendo atividades que não são as mais saudáveis e tendo uma boa educação, tanto na parte educacional, quanto na parte esportiva, desenvolvendo habilidades, sociabilidade, relações interpessoais e abrindo portas para tudo aquilo que é melhor e mais saudável. Então, essa é a forma de contribuição, da qual a gente vê resultados relevantes. A gente vê atletas que viraram até profissionais, frutos desse projeto. Nós conhecemos profissionais hoje de sucesso que participaram desses projetos. A gente tem inúmeros exemplos de atletas cujas fotos, novinhos, dentro de um quartel, a gente vê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje e pensa: "Poxa, esse cidadão de sucesso da nossa sociedade foi um dia oriundo desses projetos de inclusão social".

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito bem.

Hiago, de São Paulo, pergunta: "Como as Forças Armadas planejam que esse projeto tenha a maior penetração possível, para que programas como esse cheguem no interior do país?".

O SR. JOÃO ALBERTO REDONDO SANTANA – Justamente essa capilaridade nos permite isso. Então, nós temos hoje 143 organizações militares em condições e interessadas em executar o Profesp e o PJP – estamos executando com 53 – e muitas delas em cidades do interior. Pessoalmente, eu estive recentemente no interior de Minas Gerais com o nosso Secretário Adjunto, Sr. Oswaldo, em Pouso Alegre, numa unidade que tem 360 crianças, sendo 300 do Profesp e 60 do Projeto João do Pulo, em parceria com a Prefeitura de Pouso Alegre. E, no entorno, naquele interior de Minas, há várias organizações militares.

Mostrei uma foto também de um projeto em Surucucu, que é um pelotão de fronteira, no Estado de Roraima, no interior, numa região afastada, de difícil acesso, o que mostra que os nossos programas chegam a todo o país, dependendo da nossa disponibilidade de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Lucas, do Rio Grande do Norte: "Qual a meta do desempenho do Brasil para a próxima edição dos Jogos Mundiais Militares, em 2027?".

O SR. PAULO AFONSO BRUNO DE MELO (Para expor.) – Como foi apresentado ali, nós temos uma meta prevista no Plano Nacional do Esporte, Meta 3.4, que é manter o Brasil na primeira, segunda ou terceira colocação no quadro geral de medalhas nos Jogos Mundiais Militares. Essa é uma meta imposta por esta Casa no Plano Nacional do Esporte. E nós temos, na nossa visão de futuro – também colocada na apresentação –, manter o Brasil como uma potência do desporto militar. Então, a nossa meta é exatamente cumprir essas duas missões, estarmos no *top* três dos próximos Jogos Mundiais Militares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Raphael, do Rio de Janeiro: "Existem planos de expansão dos programas para mais regiões do Brasil?". É quase redundância, mas é bom para fortalecer e fixar a apresentação dos senhores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO ALBERTO REDONDO SANTANA (Para expor.) – No caso dos programas sociais, sim. Nós temos em todos os estados da Federação já em funcionamento. E realmente a falta de continuidade, às vezes, deve-se a alguma organização militar que estava executando e deixa de fazer; mas aí outra começa. O fato é que nós temos, sim, em todos os estados da Federação.

O SR. PAULO AFONSO BRUNO DE MELO (Para expor.) – Senador, o senhor me permite? (*Fora do microfone.*)

No caso desporto, todos os cidadãos brasileiros, de qualquer parte do território, podem participar do processo seletivo. Em que pese esses processos serem lançados no Rio de Janeiro, onde estão as três comissões de desportos das Forças, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, qualquer cidadão, em qualquer parte do território, pode se inscrever e concorrer à seleção. Inclusive, depois de incorporados ao programa, como vários que estão em todo o Brasil. Como eu falei, aqui estão presentes os residentes no Distrito Federal; nós temos 567; se contarmos aqui, não chegaremos a 20, os outros residem em outros locais do território nacional. Então, qualquer cidadão, de qualquer local, pode ingressar nos nossos programas.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Lucas, de São Paulo: "Como as Forças Armadas pretendem agir sobre a massa de atletas infantojuvenis que, apesar de talentosos, não conseguem se profissionalizar?".

O SR. PAULO AFONSO BRUNO DE MELO – Excelente pergunta, bastante interessante! Nós, no início das gestões atuais do COB e do CPB – e com a participação da Secretaria Nacional de Excelência Esportiva do Ministério do Esporte – conversamos justamente sobre isso. Estamos trabalhando na evolução do programa para que passemos a incorporar os atletas de alto rendimento das categorias de base, para que tenhamos uma seleção específica para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ingresso nas categorias de base. E aí nós faríamos a preparação desses atletas não para o próximo ciclo olímpico de 2028, mas para os próximos, para 2032, para 2036. Isso está em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Bom, João, do Rio de Janeiro, pergunta: "Existe projeto para que os atletas [...] [sejam incorporados às Forças Armadas] após suas carreiras esportivas? Seria ótimo se fossem aproveitados", ele afirma.

O SR. PAULO AFONSO BRUNO DE MELO – Não existe esse projeto. Por questões legais, isso não é possível, porque os atletas ingressam nas Forças Armadas, no nosso programa, como militares temporários. Por força da legislação vigente, esse tempo de permanência é, no máximo, de oito anos. Então, eles ingressam no programa, passam até oito anos – a renovação é ano a ano – e o tempo máximo de permanência é de oito anos. Quem não completou os oito anos pode voltar e completar, mas, infelizmente, a partir dos oito anos não é possível, por força legal, o retorno.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Bom, os internautas, através do e-Cidadania – tem vários ainda, mas depois poderiam ser entregues as perguntas para que vocês respondessem –, mas eu vou fazer já de forma provocativa ao Senador Vice-Presidente da Comissão, que preside esta Comissão, que vai fazer entre duas e três perguntas apenas. Já tendo informação, mas obviamente para fortalecer, General, essa explicação de uma forma pública: qual é a principal dificuldade orçamentária enfrentada pelo Profesp e pelo PJP?

O SR. JOÃO ALBERTO REDONDO SANTANA (Para expor.) – Senador, nossa audiência, o principal é realmente a previsibilidade e a regularidade. Então, é importante, nos anos anteriores, saber o que eu vou ter no ano seguinte, para ter continuidade, e também a regularidade, para que esses programas sejam perenes. Então, para que aquela criança que entrou no Profesp tenha continuidade; ela não pode estar fazendo um ano e deixando de fazer o outro.

Nessas parcerias locais, como eu citei um exemplo de Pouso Alegre, em que o comandante faz um instrumento de parceria, um convênio com a prefeitura, mas a parceria é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

limitada, por exemplo, naquele caso com professores. Ele precisa ter a garantia de que vai ter a alimentação. Como eu posso garantir alimentação para ele se eu não tenho essa certeza? Então, a regularidade e a previsibilidade são fundamentais. Por isso que a solução definitiva – e não uma solução temporária para esse problema – recai sobre essa perenidade de ter um percentual fixo desse recurso das *bets*.

Muito obrigado pela pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Outra pergunta provocativa também, General Paulo Afonso, para o senhor explicar, e incentivar e induzir também o público ao qual vou me referir agora: por que os Parlamentares devem apoiar o Profesp e o PJP?

O SR. PAULO AFONSO BRUNO DE MELO (Para expor.) – Como o Senador se dirigiu a mim – e depois eu lhe passo a palavra –, vou me permitir começar a resposta. São programas com entregas evidentes. Para qualquer um desses dois programas que eu olhe, assim como para os nossos programas de alto rendimento, as entregas são evidentes: são as medalhas olímpicas, são as crianças resgatadas do risco social e tornadas cidadãs de verdade, são os nossos cidadãos portadores de deficiência encontrando uma alternativa de vida através do esporte, crescendo, se motivando e incentivando outros a seguirem esse caminho. Então, com certeza, o entorno dos beneficiados do Profesp e do João do Pulo tem um capital político, que é o interesse dos integrantes destas Casas, muito grande a ser explorado. Ele traz em seu entorno uma família, uma comunidade, amigos, que, vendo esses ganhos nessas crianças, jovens e adultos, com certeza, vão capitalizar isso politicamente. Esse é o grande interesse que teria para os nossos Senadores e Deputados virem nos ajudar nesses projetos.

O SR. JOÃO ALBERTO REDONDO SANTANA (Para expor.) – É uma observação, complementando. O investimento no Profesp e no PJP é baixo, diante desse impacto social. Então, qualquer investimento feito vai trazer uma economia futura, seja na área de segurança, seja na área de saúde, seja na área de assistência social. Então, na verdade, não é um gasto pura e simplesmente, é um investimento.

Nós estivemos visitando uma unidade e tinha um cabo que trabalhava no rancho e na padaria. Eles foram servir um lanche. Aí a gente olhou a foto daquele cabo: era um ex-aluno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudante ali do Profesp. Já é um profissional requisitado, que já ia sair e já tinha emprego fora. Então, como é bacana a gente ver um programa que ofereceu todas as condições para que aquela criança virasse um cidadão de bem, encaminhado no mercado.

Eu queria assim citar... O General Paulo Afonso falou dos resultados, não é? Eu diria que são resultados impressionantes. Quando a gente fala no caso do esporte olímpico, 55% das medalhas é muita coisa – de 20 medalhas, nós estamos falando de 11 medalhas olímpicas –, mas não temos recurso. Então, chega a ser até... parece até... Não tem uma lógica.

A própria Senadora, ao citar, jogou luz sobre um assunto. Então, existe a importância do apoio Parlamentar para que a gente tenha esse recurso, que é natural, em função do que está na lei. A gente quer cumprir a lei, não é? Então, está previsto na Lei Geral do Esporte, tem o subsistema militar.

Esse é o maior apoio, mas também, pontualmente, anualmente, as emendas parlamentares, tanto individuais quanto de Comissão, apoiam bastante, mas, muitas vezes, de forma setorial: uma emenda individual apoia aquele estado ou aquela organização militar, mas não o país como um todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu, inclusive, gostaria, General Paulo Afonso e João Alberto, de dizer que já estava consciente, já estava, obviamente, interessado pelo menos para o meu estado, o Estado de Roraima, na capital e no interior, onde tem um município apenas que tem unidade militar, que, por sinal, é da Marinha... Eu vou alocar recursos nos próximos Orçamentos de 2026 e 2027 para o Profesp e o PJP. Acho que é importantíssimo. A gente tem acompanhado, verificando, exatamente, a importância, a participação e o que isso representa para aqueles jovens que estão em condições tangenciais em relação às demais crianças no sentido de incorporá-las e socializá-las também. Então, já tem mais um. E acredito que vamos envidar esforços no sentido de que alguns colegas Senadores mais próximos o façam também para os dois próximos anos.

O SR. JOÃO ALBERTO REDONDO SANTANA (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Senador Chico...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pois não?

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Será que o senhor me permite...?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pois não, com a palavra.

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA (Para expor.) – Bom, identificando-me, eu sou a ex-Deputada Rosinha da Adefal, ex-atleta também e, hoje, estou atuando no Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, que é, seguramente, eu digo com muito orgulho, parceiro do desporto militar e do paradesporto militar.

General Paulo Afonso, o João Batista, o nosso Presidente do CBCP, que está acompanhando *online*, acompanhou toda a sua fala e pediu que eu fizesse esta intervenção e fizesse a seguinte colocação. Eu não acompanhei a sua fala, mas, no raciocínio dele, o senhor colocou a possibilidade – e eu já vi o Senador também mencionar isto – de recebimento de *bets* para o desporto militar como um todo. Ele ficou preocupado com essa ideia, que é uma possibilidade real de se ter um recurso mais direcionado, mas, com esse recurso indo para o Ministério da Defesa, pode acontecer como acontece com outros ministérios: perder-se no meio do caminho e não chegar à finalidade principal, porque, quando entra no Tesouro, vamos dizer assim, na conta do ministério, há n situações. Enfim, ele deu a sugestão de que, como já houve, em outros momentos, coisas semelhantes, situações semelhantes, esse recurso das *bets* poderia ir para os Comitês Olímpico e Paralímpico, mas com a rubrica do desporto militar e paradesporto militar. Inclusive, na opinião nossa, operacionalmente também seria uma possibilidade de facilitar. É uma sugestão que ele traz aqui querendo contribuir, porque, como eu falei, nós somos já parceiros de longas datas e sabemos de todo o resultado do desporto militar como um todo e do paradesporto mais ainda, que é a nossa atuação direta.

Para finalizar a minha fala, eu também queria parabenizá-lo pela sua colocação aqui, bem recente, de direcionar recursos de emendas para o desporto militar, mais precisamente para os dois programas: o do João do Pulo e o do Profesp. Quando eu fui Parlamentar, nos dois mandatos, eu sempre direcionei e tenho resultados maravilhosos, falta dedo para contar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casos que a gente acompanhou pessoalmente sobre como houve resgate e houve conquista de cidadania – eu acho que essa é a palavra mais certa. E, às vezes, a gente não tem noção do que um ato tão simples – e foi um recurso pequeno, porque não foi um recurso grande – fez diferença na vida das pessoas lá na ponta. Então, era essa a minha colocação.

Eu queria agradecer e parabenizar a todos, na pessoa do General Paulo Alfonso, pela atuação do desporto militar ao longo dos anos. E as medalhas, tanto do paradesporto como do desporto olímpico, já dizem o resultado – isso sobre o alto rendimento –, mas a cidadania acho que é a melhor medalha que a gente pode conquistar.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado à Deputada Rosinha da Adefal pelo testemunho aqui do seu trabalho, da sua crença e do seu estímulo também nessa área tão sensível e tão importante para a sociedade brasileira, até porque o acompanhamento, a fiscalização e o controle por parte das Forças Armadas... Isso é inquestionável. Então, isso fortalece, inclusive.

E eu queria apenas me adiantar em relação a esse adicional na Medida Provisória 1.303. Eu tenho certeza de que, ao conseguirmos – e vamos conseguir, sim, a Senadora Leila e eu vamos nos debruçar sobre essa questão junto ao Relator, para incluir os 5% para a atividade —, nós vamos ter condições de desenvolver e dar uma contribuição enorme, General, para o desporto militar e paramilitar.

O senhor gostaria de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pronto. O General tem a palavra.

O SR. PAULO AFONSO BRUNO DE MELO (Para expor.) – É uma alegria, Rosinha, tê-la aqui conosco mais uma vez.

Quero agradecer a pergunta do meu amigo João Batista, que com certeza está nos escutando de lá. É uma preocupação que também nos aflige essa questão do recurso, não de ele cair numa vala comum, porque nós entendemos que, ao vir da arrecadação das *bets*, ele virá carimbado para o desporto militar, mas de ser atingido por cortes, bloqueios e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contingenciamentos. Essa é uma preocupação que nós temos e que talvez atinja a todo mundo, não só a nós. Nós temos essa preocupação e temos buscado encontrar mecanismos legais de evitar isso, de fazer com que esse recurso seja isento de corte, bloqueio ou contingenciamento, por ser um valor bastante pequeno e pelo resultado que ele vai trazer. Nós temos essa preocupação.

O SR. JOÃO ALBERTO REDONDO SANTANA – Posso fazer um complemento?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Está com a palavra.

O SR. JOÃO ALBERTO REDONDO SANTANA (Para expor.) – Nós temos a necessidade, por sermos administração pública, de trabalhar com os aspectos licitatórios, empenho, liquidação, etc. Então, ela tem que entrar no nosso orçamento e, ao entrar no orçamento, vai entrar numa ação orçamentária específica. No caso, há ações orçamentárias específicas para o desporto militar. E para os projetos sociais também temos uma ação orçamentária específica. Então, não poderia ser gasto fora daquilo.

E, hoje, nós temos uma capacidade de gestão, como o Senador frisou, muito boa. No Ministério da Defesa, no meu departamento, a gente tem uma estrutura de acompanhamento do gasto, da descentralização para as Forças que efetivamente trabalham – Exército, Marinha, Força Aérea – e acompanham. Aqui nós temos representantes das Forças – está o Coronel Tarso aqui do meu lado, estão o Almirante Tonini e o Brigadeiro Sandro. Eles recebem recursos e são acompanhados pelo Ministério da Defesa, mas as próprias Forças também têm toda a sua gestão. Então, a gente entende que nós temos hoje uma boa capacidade de gestão desses recursos.

O SR. OSWALDO GOMES DOS REIS JUNIOR (Para expor.) – Só complementando também, Deputada Rosinha, eu entendo a preocupação do João Batista, que é um lutador pelo esporte, mas é importante dizer que esses recursos, esses percentuais que o Ministério da Defesa pleiteia para o desporto militar e para os projetos sociais são complementares, não são concorrentes ao que já existe. Isso é importante ressaltar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, como foi ressaltado aqui pelos dois Generais, mecanismos com ação orçamentária, com acompanhamento. Nas próprias Forças, nesse repasse que elas recebem nossos lá na ponta da linha, nós temos todo um sistema de acompanhamento e de fiscalização interna. A gente costuma prezar muito, no Ministério da Defesa, pela eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos. O próprio Senador Chico Rodrigues aqui, que há anos aloca, desde Deputado Federal, recursos aí para o Programa Calha Norte, por exemplo – eu já trabalhei lá –, sabe que esse acompanhamento é muito transparente. O Ministério da Defesa é muito transparente nessa sua prestação de contas. Então, não há essa possibilidade de ser empregado em outras coisas.

Agora, há essa preocupação de que ele não seja bloqueado ou contingenciado, e aí esta Casa pode criar mecanismos de que se evite, de que se resguarde... A gente não está falando de muito: 0,5 do que está previsto aí, do que se pleiteia é em torno de 20 milhões/ano. É uma coisa que não é um recurso extraordinário, mas que é importante para que a gente tenha uma regularidade, uma constância, para que a gente possa ter um planejamento, inclusive, entrega.

Vamos continuar contando tanto com o Comitê de Clubes como com o CPB e também com o COB, que nos têm ajudado muito nesses últimos anos, especialmente nessa fase de... Quando tem esses contingenciamentos, eles têm ajudado muito com passagens. Então, graças também a essa colaboração do COB e do CPB, a gente tem também... Eles conhecem, sabem que a gente aplica bem o recurso. Então, a gente vai continuar contando com essa colaboração, que é sempre bem-vinda.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Antes de fazer a última pergunta... E já vou deixar a pergunta em aberto aqui para a resposta: quais são as modalidades a cargo da FAB (Força Aérea Brasileira) e quais são os principais resultados alcançados?.

Antes, as crianças do Profesp vão ter que se retirar, pois vão se deslocar para a escola. Eu gostaria de chamá-las aqui à frente para deixar o registro de uma foto aqui com a mesa, porque vai ficar nos *Anais do Senado*. (*Pausa.*)

São crianças dos bairros Paranoá e Itapoã, crianças de 6 a 18 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês vêm aqui? (*Pausa.*)

Eu gostaria de deixar este registro aqui nos Anais da Comissão de Esporte, um registro extremamente importante: essas crianças que fazem parte do Programa Forças no Esporte (Profesp). O Ministério da Defesa tem um cuidado enorme no sentido de fazer sua integração social. Queremos que, cada vez mais, esse programa se expanda, ou seja, volte a se expandir, pois é importante na formação intelectual, na formação social desses jovens.

E tenho certeza de que não apenas eu como vários Parlamentares vamos ter essa sensibilidade no próximo Orçamento, para podermos alocar mais recursos e expandir esse programa. Como eu já disse, o Profesp e o PJP são dois programas de inclusão social enormes.

E isto aí vai deixar registrado, tatuado na nossa memória esse compromisso, que deve, na verdade, se expandir para o bem desses jovens do nosso país.

Quero agradecer a eles pela sua presença. Muito obrigado. (*Palmas.*)

Gostaria, General, que o senhor ou o General João Alberto respondesse a esta pergunta de quais são as modalidades a cargo da Força Aérea Brasileira e quais os principais resultados alcançados.

O SR. PAULO AFONSO BRUNO DE MELO (Para expor.) – Bom, eu gostaria, Senador, de responder essa pergunta, primeiro, explicando para todos como funciona essa divisão. Então, nós somos da gestão do alto rendimento no Ministério da Defesa, no Departamento de Desporto Militar, e temos como braços operacionais, como foi exposto, as três Comissões de Desportos da Marinha, do Exército e da Força Aérea. E as modalidades olímpicas e tipicamente militares são distribuídas por essas Forças, mas não é impositivo que todos os atletas daquela modalidade estejam nessa Força. Então, nós temos modalidades em que a relatoria é de uma Força, mas que contam com atletas nas três Forças. Isto é importante de se entender: não é uma exclusividade. Nós voltamos agora da nossa última competição internacional em que fomos campeões mundiais militares, com o judô. Estávamos lá com militares da Marinha e do Exército Brasileiro competindo, em que pese que uma das comissões ser a relatora do judô.

Dito isso, explicado isso, eu vou permitir que o meu amigo aqui da Força Aérea Brasileira relate suas modalidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Caio é de uma das modalidades da Força Aérea.

O SR. SANDRO ROGÉRIO DELMONICO (Para expor.) – Senador Chico Rodrigues, demais componentes da mesa, senhores, bom dia.

Vou me permitir ler, Senador, para não esquecer nenhuma modalidade. Então, a cargo da Força Aérea estão: atletismo, basquete, ciclismo, *cross-country*, ginástica artística, maratona, pentatlo aeronáutico, tiro com arco, basquete 3x3, meia maratona. E estamos pleiteando, a Força Aérea está pleiteando também as modalidades de *functional fitness,* jiu-jítsu, vôlei sentado e maratona aquática.

Com relação ao ganho, na verdade, ao desempenho dos nossos atletas, já foi apresentado aqui o nosso medalhista olímpico de Paris, Caio Bonfim, que foi, aliás, o primeiro medalhista na modalidade de marcha atlética do país. Mais recentemente, no Troféu Brasil, nós temos aqui a Sargento Muniz – não sei onde ela está; ela está ali, ao fundo –, que foi o segundo lugar em 20 mil metros e 35 mil metros da marcha atlética também. Nós temos o Sargento Dourado, que foi o primeiro lugar e a segunda marca da América Latina em arremesso de peso, e a Sargento Lyra, que, nos 20 mil metros também da marcha atlética, foi a melhor marca do mundo no Troféu Brasil.

Então, esses são os exemplos mais recentes do desempenho dos nossos atletas da Força Aérea.

O SR. LUIS FERNANDO SPER CAVALLI – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pois não.

O SR. LUIS FERNANDO SPER CAVALLI (Para expor.) – Por gentileza, eu gostaria só de fazer breve uso da palavra.

Só me apresentando aqui a todos: eu sou o Tenente Cavalli e estou representando o Comitê Paralímpico Brasileiro.

Eu quero só aproveitar as últimas falas do Sr. Oswaldo e do General Paulo Afonso, em que eles trouxeram aí as questões referentes às parcerias com o CPB – e eu fico muito grato e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lisonjeado, inclusive, pela lembrança das parcerias –, mas eu quero também aproveitar e deixar os cumprimentos do Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Sr. José Antônio Freire, e do Yohansson Nascimento, que foi justamente a pessoa que me convidou aqui para o estar representando, e gostaria de aproveitar e falar que essas ações desenvolvidas pelas Forças Armadas e pelo Ministério da Defesa, inclusive, transcendem as atividades que são exclusivas ou que têm atribuição e coordenação direta do próprio Ministério da Defesa.

Eu gostaria só de salientar e lembrar – inclusive mencionando aqui o nome do meu irmão, Coronel Pavelec, que está aqui, sentado à mesa também – a quantidade de apoios que vêm sendo dados ao CPB, por meio do Programa Militar e Civil Paralímpico, de que estou responsável, por exemplo, com recursos humanos das Forças, com espaços – quantas atividades nós não temos feito já nas organizações militares, no Cefan, no Ciaar e em diversas outras organizações militares que nos recebem –, com equipamentos. Quase todas as ações que nós desenvolvemos de tiro esportivo são utilizando os armamentos de ar comprimido da Marinha, do Cefan. Nós desenvolvemos também diversas ações por meio do transporte oferecido pelo Ministério da Defesa ou, pelo menos, por meio de gestão do Ministério da Defesa, mas com apoio das Forças, por vezes, da Força Aérea, inclusive já com transporte aéreo que nos possibilitou desenvolver ações no esporte paralímpico.

Então, eu queria até deixar aqui registrado esse nosso reconhecimento e agradecimento ao General Paulo Afonso, por todo esse apoio que vem sendo dado, por toda essa parceria que nós temos tido do ministério e das Forças.

É até oportuno este momento, porque eu gostaria de deixar um convite, Senador Chico Rodrigues, General Paulo Afonso, a todos os membros da mesa e membros aqui, desta assembleia: neste final de semana, o Comitê Paralímpico Brasileiro está realizando um *meeting* aqui, em Brasília. O *meeting* é uma ação que vem sendo feita desde abril – aliás, é o segundo ano em que nós fazemos isso –, é uma ação itinerante, que vai cobrindo todos os estados do país, com competições em diversas modalidades paralímpicas.

Eu, especificamente me referindo ao paradesporto militar, faço questão de convidá-los; Senador, vai ser um prazer poder recebê-lo. Nós estaremos no Clube do Exército daqui, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasília – pelo que eu entendi da conversa que eu tive com o General, é o clube do Lago, não é? – fazendo tiro com arco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS FERNANDO SPER CAVALLI – ... ao lado. Perfeito.

A Tenente Tércia me lembrou aqui: fica ao lado do Clube do Exército do Lago, que é o centro de treinamento da Federação de Tiro com Arco do Distrito Federal. Nós estaremos lá fazendo, das 8h30 da manhã até o meio-dia, a competição de tiro com arco, com diversos atletas militares e civis, paratletas militares e civis. Nós estaremos também na Federação de Tiro Esportivo do Distrito Federal fazendo a competição de tiro esportivo, também com diversos militares e civis paratletas.

Para o CPB e para mim, vai ser uma honra, um grande prazer poder recebê-los nesses eventos.

Quero deixar aqui registrados esse convite e o nosso agradecimento pela oportunidade de também estarmos aqui, neste evento tão importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu que agradeço ao Luis Fernando Cavalli, representante do Comitê Paralímpico Brasileiro; agradeço pelo convite. Obviamente, estão todos convidados também. É um evento importante, inclusive para difusão, divulgação e participação de todos aqui.

Agora, na parte final desta audiência pública, eu passo a palavra ao Sr. Oswaldo Gomes dos Reis, Secretário Adjunto da Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais do Ministério da Defesa, para as suas considerações finais.

V. Sa. dispõe de cinco minutos.

O SR. OSWALDO GOMES DOS REIS JUNIOR (Para expor.) – Bom, eu quero agradecer aqui ao Senador Chico Rodrigues, à Senadora Leila, à Comissão de Esporte, a todos os envolvidos nessa oportunidade de fazer esta audiência pública, a todos os convidados, aos presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi muito importante que a gente pudesse apresentar aqui, no Senado Federal, na Comissão de Esporte, parte do que nós fazemos lá no Ministério da Defesa em relação a projetos sociais e a desporto militar.

Nossos projetos são transversais; quer dizer, se há uma característica desses projetos, tanto da parte esportiva quanto da parte de projetos sociais em si, é uma transversalidade. Só como um exemplo: no nosso Projeto Rondon, recentemente, nós tivemos a participação de nove ministérios.

Então, uma das características desses projetos é que são transversais; eles conversam, dialogam com vários programas de vários ministérios da Esplanada. Então, esse é mais um motivo para que a gente receba e conte com esses recursos da Comissão, dos Parlamentares com essa perenidade, com essa constância e com essa regularidade para que a gente possa fazer um planejamento adequado e seguro e ter, cada vez mais, crianças e atletas envolvidos nos nossos programas no Ministério da Defesa.

Agradeço-lhe imensamente esta oportunidade, e nos colocamos à disposição do cidadão que nos está acompanhando na internet, de toda esta audiência e de todos vocês, Parlamentares, lá no Ministério da Defesa. Caso queiram ter conversas mais aprofundadas sobre os nossos programas, estaremos à disposição lá para apresentá-los a vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra o General de Divisão Paulo Afonso Bruno de Melo, Presidente da Comissão Desportiva Militar do Brasil, do Ministério da Defesa.

O SR. PAULO AFONSO BRUNO DE MELO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria só de ratificar as palavras do Dr. Oswaldo dizendo que, se esse nosso pleito para a solução do nosso problema, que é a falta de previsibilidade e de continuidade orçamentária para tocar os nossos programas e projetos, for atendido, nós estaremos prontos para entregas ainda maiores para a sociedade brasileira.

Agradeço-lhe pela oportunidade de termos estado aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra o General de Divisão João Roberto Redondo Santana, Diretor do Departamento de Projetos Sociais do Ministério da Defesa.

O SR. JOÃO ALBERTO REDONDO SANTANA (Para expor.) – Muito bem.

Foi uma oportunidade ímpar para nós podermos tratar um pouco dos projetos sociais e da ligação das atividades da defesa com a sociedade, uma relação umbilical, e parte dessa relação é feita pelos projetos sociais.

Esses projetos têm um alcance muito grande. Eles têm resultados, como nós tratamos aqui, e são todos consolidados: com mais de 20 anos, no caso, o Profesp, desde 2002, então, já há 23 anos; e o Projeto João do Pulo, desde 2015, então, já há mais de dez anos.

Eu queria dizer que nós somos apaixonados por esses projetos. Então, mais do que nosso trabalho e nossa missão, todos fazemos com muita paixão e com amor. Por isso, esses projetos dão certo, porque eles têm um propósito muito relevante, um propósito muito bonito. Então, somos apaixonados.

Estamos pedindo esse apoio justamente para que a gente possa cumprir essa missão, atingindo mais beneficiados.

Agradeço, então, Senador, à Comissão de Esporte do Senado esta oportunidade. Se pudermos dar um pouco de luz a esse tema, que é temos uma missão prevista em lei, mas não temos ali os recursos correspondentes, é esse o nosso pleito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Agradeço ao General de Divisão João Alberto Redondo Santana e passo a palavra ao Brigadeiro do Ar Sandro Rogério Delmonico, representante da Força Aérea Brasileira.

O SR. SANDRO ROGÉRIO DELMONICO (Para expor.) – Senador Chico Rodrigues, foi uma satisfação muito grande ter participado desta audiência, e coloco à disposição a Força Aérea à Comissão de Esporte, para o que for preciso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Agradeço as palavras de V. Sa.

Com a palavra o Contra-Almirante Fuzileiro Naval Alexandre Vasconcelos Tonini, representante da Marinha do Brasil.

O SR. ALEXANDRE VASCONCELOS TONINI (Para expor.) – Senador Chico Rodrigues, muito obrigado pela oportunidade. Agradeço a presença, nesta audiência, de todos que estão aqui, participando, dos nossos atletas de alto rendimento, do paraesporte, das crianças do Profesp que estiveram aqui presentes também conosco, e é realmente o objetivo maior das Forças Armadas: transformar a vida dessas pessoas.

Então, a Marinha do Brasil se sente muito honrada e orgulhosa de poder contribuir de forma significativa para o sucesso desses programas e projetos que foram abarcados hoje, aqui, nesta audiência. Quero dizer que, para a Marinha do Brasil, é questão inegociável a manutenção desses projetos e desse programa que, como nós podemos ver, transformam efetivamente a vida de muitos brasileiros.

Então, quero agradecer e colocar a nossa Força à disposição. Nós estamos juntos para poder contribuir com as demais Forças, para que esses projetos e programas continuem dando bastantes frutos para o nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Agradecemos a participação de V. Sa. e passo a palavra ao Coronel R/1 Paulo de Tarso Cordovil Corrêa dos Santos, representante do Exército Brasileiro.

O SR. PAULO DE TARSO CORDOVIL CORRÊA DOS SANTOS (Para expor.) – O Exército Brasileiro agradece a oportunidade, Senador, e está extremamente envolvido, como sempre esteve, em colaborar, tanto com o esporte educacional e social, no caso do Profesp, do qual eu sou o Coordenador, como em ajudar centenas de famílias, milhares de crianças que necessitam da nossa mão amiga. Nós temos essa condição, temos essa disponibilidade e temos esse entusiasmo de ajudar essas crianças, e, em nome do esporte e, principalmente, em nome do Brasil, nós temos que fazê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

À pergunta que foi formulada há pouco, do porquê nossos Parlamentares deverem investir nesses programas, que foi uma pergunta provocativa do Senador, eu digo o seguinte, Senador: somos todos brasileiros e, por esse motivo, nós temos que investir naquele jovem e naquelas crianças que precisam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu agradeço, mas, até como uma manifestação pessoal, não poderia deixar de citar aqui os nossos atletas de alto rendimento, nominalmente o Caio Bonfim, pelo seu desempenho e pelo orgulho para o Brasil, especialmente para a Força Aérea Brasileira, e também os demais atletas da Força Aérea Brasileira que estão presentes: Leila Zabani, Andressa Tamires da Silva Sousa, Caio Oliveira de Sena Bonfim...

O SR. SANDRO ROGÉRIO DELMONICO (*Fora do microfone*.) – Não, o Caio já foi.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Estava na relação, perdão – perdão não, reforço.

... Max Batista Gonçalves dos Santos, Gabriela de Souza Muniz; do Exército Brasileiro: Caio Santos Dalmaso, Heloá Almeida Camelo, Rafael Rodrigues dos Santos; da Marinha do Brasil: Vida Aurora Manuela Evaristo Caetano, Anna Lúcia Rodrigues Martins dos Santos, Rafael Silva Max de Almeida; do Programa de atletas do Paradesporto de Alto Rendimento: Tércia Ferreira Figueiredo, do EB, Carla Zambeli Junker Moura, da Polícia Militar do DF, e Thiago Pinheiro da Silva, do EB.

Quero deixar aqui registrado nos Anais da Comissão de Esporte e nos *Anais do Senado Federal*.

Quero agradecer também à ex-Deputada – sempre Deputada – Rosinha da Adefal pelo seu empenho, pela sua dedicação e aos demais participantes desta sessão.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião, realizada em 16 de julho de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram – é apenas um ato protocolar. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia treze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Plínio Valério, Pedro Chaves, Alan Rick, Sérgio Petecão, Romário e Wellington Fagundes, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Marcos Rogério, Professora Dorinha Seabra, Ciro Nogueira, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Weverton, Izalci Lucas, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Teresa Leitão, Leila Barros e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 20/2025 - CEsp, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Promover, na forma de Seminário, diálogo sobre a formação esportiva dos jovens no Brasil. 1º Painel - Governança e Articulação do Sistema Esportivo na Formação de Atletas. **Participantes:** Sr. Sebástian Pereira, Gerente Executivo de Educação, Fomento e Infraestrutura do Comitê Olímpico do Brasil (COB); Sr. Yohansson do Nascimento Ferreira, Vice-presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); Sr. Paulo Germano Maciel, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC); e Sr. Cícero Rosa de Souza, Gerente de Seleções Masculinas da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Augusta Brito
Presidente Eventual da Comissão de Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/13

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas, bom dia a todos!

Quero aqui cumprimentar toda a assessoria da Comissão, cumprimentar todos os convidados.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza na data do dia 13 de agosto de 2025.

Antes de iniciarmos aqui os nossos trabalhos, eu quero dar um informe: a Senadora Leila Barros, que preside esta Comissão, está pedindo desculpas por não ter podido comparecer, por não estar aqui hoje presidindo esta audiência pública, esta reunião, por problema de saúde familiar. O filho dela sofreu um acidente, e ela não pôde estar aqui presente. Então ela está pedindo desculpa e me passou essa tarefa, essa missão. E eu vim com o maior prazer para poder recebê-los e a gente fazer esta audiência pública.

Aqui, esta reunião vai se destinar à realização de uma audiência pública com o objetivo de promover, na forma de seminário, diálogo sobre a formação esportiva dos jovens no Brasil – nós vamos ter o primeiro painel: Governança e Articulação do Sistema Esportivo na Formação de Atletas –, em atenção ao Requerimento nº 20 desta Comissão, de autoria da Senadora Leila Barros.

Para a gente dar início, eu já quero aqui convidar, com muito prazer e satisfação, os senhores que irão participar deste painel e deste debate: o Sr. Sebástian Pereira, Gerente-Executivo de Educação, Fomento e Infraestrutura do Comitê Olímpico do Brasil – por favor, pode vir até aqui a nossa mesa –; o Sr. Yohansson do Nascimento Ferreira, Vice-Presidente do Comitê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paralímpico Brasileiro; o Sr. Paulo Germano Maciel, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes; e o Sr. Cícero Rosa de Souza, Gerente de Seleções Masculinas da Confederação Brasileira de Futebol.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível também no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas aqui pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá usar de até 15 minutos e, se for necessário, a gente também acrescenta – fiquem tranquilos em relação ao tempo. Depois, no final, a gente vai ter algumas perguntas e alguns comentários das pessoas que estão aí acessando os nossos portais e de algum Senador ou Senadora que queira vir também fazer alguma pergunta.

Já para dar início à nossa audiência pública, antes de começar, eu quero aqui desejar para a nossa querida Senadora Leila Barros, com muita solidariedade, que o filho dela se recupere o mais rápido possível e que ela possa voltar, porque ela faz muita falta aqui no Senado.

Então, com a palavra o Sr. Sebástian Pereira, que pode usar dos seus 15 minutos regimentais.

O SR. SEBÁSTIAN PEREIRA (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todos.

Obrigado, Senadora Augusta.

É um prazer enorme estar representando o Comitê Olímpico do Brasil, em nome do Presidente do Comitê Olímpico do Brasil, Sr. Marco La Porta, e da nossa Vice-Presidente e medalhista olímpica, Yane Marques.

Quero agradecer a oportunidade de estarmos aqui representando um pouquinho daquilo que a gente vem contribuindo para esse tema tão importante, em que, desde o início dessa gestão, a gente vem trabalhando, no compromisso de fazer, juntos, com várias parcerias, realmente uma nação esportiva. E é em cima disso que eu gostaria de fazer a nossa apresentação.

A gente já consegue... (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só aproveito para agradecer à Senadora Leila Barros pelo convite.

Eu sou também atleta olímpico de judô, representei o Brasil em 1996, junto com a Senadora, quando ela foi medalha de bronze. Eu fui quase um medalhista de bronze, por um minuto eu não fui medalhista de bronze, fui quinto colocado, perdi a disputa de bronze, mas é uma satisfação muito grande. Nos últimos 20 anos, eu trabalhei diretamente no alto rendimento do Comitê Olímpico do Brasil e agora tenho uma missão de poder liderar o Instituto Olímpico Brasileiro, a área de educação do Comitê Olímpico, para que a gente possa contribuir para esse tema tão importante que é a formação de pessoas.

Acho que agora está o.k. Eu já entro já com esse eslaide, onde a gente claramente vê, através dessa estrutura, uma definição das fases na formação de um jovem atleta: desde o processo de iniciação, obviamente; a gente precisa ter a identificação, seja ela motora ou mesmo para um esporte específico; a partir da identificação, a gente precisa ter a confirmação; e a partir daí o desenvolvimento até a chegada ao alto rendimento, que é a ponta da pirâmide, onde o COB (Comitê Olímpico do Brasil) tem o seu foco total para que a gente busque o resultado esportivo.

Mas a gente, olhando para a nação esportiva, para construir de fato uma cultura esportiva, precisa olhar para baixo também e contribuir de forma decisiva para que a gente possa ter uma melhor formação dos nossos jovens e principalmente dos nossos atletas. E aí eu trago alguns exemplos dessas ações que nós estamos desenvolvendo.

Um deles é o programa Transforma, que é um legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, que tinha o objetivo de apresentar o esporte nas escolas, esportes principalmente menos populares, esportes olímpicos. E ele teve, após 2016, a possibilidade de nós reconfigurarmos através do Comitê Olímpico do Brasil para trazer a cultura de uma educação olímpica para outras disciplinas escolares, não somente educação física, mas para as outras disciplinas escolares em que a gente pudesse contribuir através do esporte para a formação dessas outras disciplinas, contribuindo para a formação integral, baseados sempre nos valores olímpicos, que são: amizade, excelência e respeito.

Os objetivos desse programa são: aumentar o relacionamento com a nossa sociedade, especialmente com a não esportiva, a gente não somente falar de quatro em quatro anos em movimento olímpico, em Jogos Olímpicos, mas, sim, todos os anos, todos os dias e em todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momentos; fortalecer, obviamente, a cultura esportiva nacional, que é o nosso principal objetivo hoje; através disso, com a temática olímpica, trazer exemplos para todos os componentes curriculares; de acordo e contribuindo com a desenvolvimento das nossas habilidades socioemocionais, principalmente das nossas crianças, alinhados, obviamente, com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Aqui é um vídeo que explica muito claramente o que a gente vem desenvolvendo em diversas iniciativas do Transforma dentro da sala de aula.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. SEBÁSTIAN PEREIRA – Esse projeto é tocado pela Carolina Araújo, nossa Gerente de Cultura e Valores Olímpicos do Comitê Olímpico do Brasil. Ele faz parte da nossa estratégia para que a gente possa fortalecer a cultura esportiva dentro do nosso país, começando desde lá de baixo com as crianças que a gente precisa encantar. Cada vez menos crianças estão praticando esporte. A gente precisa fazer com que elas se encantem pelo esporte, possam nunca mais sair do esporte. Mesmo que não se tornem atletas, mas sim que possam realmente consumir esporte de alguma forma, seja com a família, comprando algum material, comprando tíquete, praticando *wellness*, o bem-estar... Isso hoje precisa ser incluído, precisa ser levado a sério de uma forma completa. E a gente vem trazendo o que o esporte no dia a dia pode trazer de forma positiva.

Através do Instituto Olímpico Brasileiro, da nossa área de educação, a gente também vem contribuindo para isso, para poder montar, com base nesses pilares, que é o Programa de Carreira do Atleta, Academia Brasileira de Treinadores, e também gestores e projetos especiais, como, por exemplo, o Programa Esporte Seguro que nós temos, a gente vem trabalhando também com esse foco de poder contribuir para essa formação dos nossos jovens através de pessoas.

Dentro do Programa de Carreira do Atleta, a gente tem a ideia de trabalhar o indivíduo globalmente, para que a gente possa desenvolver o atleta. Esse é o nosso o grande objetivo, para que a gente consiga oferecer condições e ferramentas para um melhor planejamento da carreira desses atletas, obviamente contribuindo para a preparação deles, desenvolvendo desde a iniciação da carreira esportiva. E a gente sabe que a carreira esportiva de alto rendimento tem muitos desafios, ela não é fácil. Então, para que o atleta, o jovem atleta possa entender quais são os desafios, quais são os sacrifícios e aquilo que precisa ser realizado, ele precisa ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orientação. Atuamos até a chegada da fase de transição, na qual a gente tem também um foco especial, para que a gente crie oportunidades para que eles possam seguir dentro do mercado de trabalho, aproveitando tudo aquilo que eles aprenderam enquanto atletas. São pessoas diferenciadas, de fato, por conta de todos os objetivos e as dificuldades que eles passaram e sacrifícios.

E dentro do Programa de Carreira, a gente trabalha como gerir a sua carreira esportiva; como lidar com as redes, superimportante hoje em dia; a parte financeira; como conciliar principalmente estudos, treinos e competições. A gente sabe que muitos atletas acabam deixando de estudar para só focar nos treinos ou nas competições, e não é preciso. A gente pode fazer junto tanto o estudo, a sua formação, como também a parte esportiva. Trabalhamos como lidar com patrocinadores: cada vez mais, patrocinadores, agentes esportivos vêm trabalhando dentro do meio esportivo, não somente no futebol, mas também no esporte olímpico. Então, é muito importante que a gente consiga vivenciar e aprender como lidar com todos esses agentes. E, principalmente, trabalhamos entendendo, quando ele for parar, o que ele precisa fazer, qual é o caminho que ele precisa seguir.

Dentro desse caminho, a gente tem cursos gratuitos dentro da nossa plataforma, do Comitê Olímpico do Brasil, dentro do Instituto Olímpico Brasileiro – cursos ligados à parte financeira, apoio pedagógico –, a gente tem mentores, *coaches* que podem orientar não somente o atleta, mas também o entorno dele, principalmente as famílias. Sem o apoio da família para ele poder seguir nessa formação de atletas, não funciona. Oferecemos apoio psicológico, até mesmo colocação profissional; a gente tem, através dos nossos parceiros, através dos nossos patrocinadores, a oportunidade de podermos oferecer um caminho que eles possam visualizar como pós-carreira.

Dentro desse Programa de Carreira, a gente tem três pilares: jovens atletas, que através de cursos gratuitos na nossa plataforma podem acessar todos esses conteúdos e até mesmo mentores; atletas em alto rendimento, que estão competindo ainda – a gente também tem esse foco –; e, principalmente, aquele em transição de carreira, caso em que a gente oferece um trabalho todo especial para que eles possam seguir depois da sua carreira esportiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E focado nos jovens atletas, a gente, como já foi falado, trabalha como construir uma carreira de alto desempenho, principalmente focado nessa idade de 12 a 17 anos, que é aquela transição quando o atleta ou vai seguir a carreira esportiva, ou vai seguir no mercado de trabalho; conhecimentos sobre como organizar melhor os treinos, competições, estudo, essa concomitância; e, como eu falei, o apoio à rede familiar e aos responsáveis e treinadores ou treinadoras também desses jovens.

Aqui, alguns dos nossos alunos que já passaram por nós, medalhistas olímpicos, já no processo de transição de carreira.

Aqui um pequeno vídeo sobre o lançamento, quando nós fizemos esse programa.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. SEBÁSTIAN PEREIRA – Dando sequência, não somente os atletas, mas também os treinadores, que fazem parte importante desse processo de capacitação e de formação desses jovens. O nosso objetivo dentro da Academia Brasileira de Treinadores é complementar a formação profissional desses treinadores e professores. Atuar na parte desde iniciação, juventude até a chegada ao alto rendimento.

Dentro da ABT, através dessa estrutura, a gente tem o Cievo, que é o Curso de Iniciação Esportiva e Valores Olímpicos, também um curso gratuito para professores em que possam, através de quatro modalidades – atletismo, natação, judô e ginástica, que foram consideradas modalidades doadoras para outras modalidades que fazem parte daquela sedimentação e iniciação dos nossos atletas, na sua grande maioria no território brasileiro –, de acordo com a faixa etária, quais valências podem ser trabalhadas através do esporte, ou seja, trazendo conteúdo e conhecimento para esses professores poderem melhor trabalhar a formação desses jovens de 5 a 12 anos. A partir dos 12 anos, a gente tem também cursos gratuitos dentro da nossa plataforma de fundamentos do treinamento esportivo, quando começa, de fato, um processo já de especialização dentro de um esporte com conhecimento específico. Aí, os outros pilares são mais voltados para o alto rendimento. A gente está falando de Curso de Esporte de Alto Rendimento e o Curso Básico de Gestão para Treinadores, em que nós entendemos que cada treinador precisa ter também a gestão. Sem gestão, só com conhecimento, fica meio caminho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

andado. É preciso que todos tenham planejamento e possam contribuir, de fato, para a gente chegar às medalhas olímpicas.

Um terceiro projeto de supersucesso que a gente tem são os Jogos da Juventude, que, inclusive, agora no próximo mês de setembro, vai ser realizado aqui em Brasília, com uma faixa etária de 15 a 17 anos. É um dos principais eventos e uma das principais ações do Comitê Olímpico do Brasil. Além de ser uma competição esportiva, é uma grande celebração do talento e potencial dos jovens atletas do Brasil. Nós realizamos há mais de 20 anos, anualmente. É a maior competição multiesportiva nessa faixa etária.

A gente entende que é uma oportunidade enorme para esses atletas complementarem a sua formação, porque é um evento que se assemelha em muitos aos Jogos Olímpicos, guardadas as suas devidas proporções. É um evento multiesportivo, é um evento que é completamente diferente da realização de um campeonato somente de uma modalidade. Aqui ele tem uma verdadeira noção do que é participar de um evento multiesportivo, da mesma forma que é o sonho de todo e qualquer atleta participar dos Jogos Olímpicos. Isso contribui demais para, mais uma vez, o compromisso de, juntos por uma nação esportiva, a gente estar contribuindo diretamente através dos Jogos da Juventude.

Os objetivos são estimular a prática desportiva na juventude, fortalecendo o esporte de base no país, com a possibilidade de identificar jovens com potencial esportivo, difundindo o olimpismo e os valores olímpicos e contribuindo para a educação por meio do esporte.

Aqui estão alguns atletas de destaque, campeões olímpicos, medalhistas olímpicos que já passaram pelos Jogos da Juventude. Realmente, é uma celebração do nosso esporte e uma grande oportunidade.

E agora um videozinho para finalizar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. SEBÁSTIAN PEREIRA – E, para finalizar, a gente retorna aqui à nossa pirâmide de formação, em que a gente está trabalhando para poder aumentar o nosso repertório, o conteúdo e para montar uma metodologia, desde a iniciação até a chegada ao alto rendimento, que possa embasar todo e qualquer projeto que a gente possa desenvolver, construindo pontes, construindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parcerias com todos os agentes que fazem o esporte nacional, como o Ministério do Esporte, o Ministério da Educação, os clubes, as confederações, os atletas... Que a gente possa de fato contribuir e, juntos, fazer esta nação esportiva...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SEBÁSTIAN PEREIRA – ... que a gente tanto almeja!

Obrigado, Senadora, pela oportunidade.

Prazer enorme contribuir para todo este debate. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu é que agradeço aqui ao Sebástian, que tão bem fez aqui sua exposição.

É bom que, como eu não sou muito da área do esporte, eu estou aprendendo com esta audiência pública. Já tenho algumas perguntas e dúvidas, que vou deixar para o final também.

Eu queria aqui também registrar, agradecendo-lhes, a presença: do Sr. Valmir, que é da Confederação Brasileira de Atletismo; do Sr. Daniel, do Comitê Paralímpico Brasileiro; do Sr. Fábio, do Ministério da Defesa; do Sr. Eduardo, advogado da Confederação Brasileira de Futebol; do Sr. Luis Felipe, advogado do Comitê Brasileiro de Clubes; do Sr. José Carlos, do Comitê Olímpico do Brasil; e do Sr. David, da Confederação Brasileira de Vela. Obrigada pela presença de todos que aqui estão. Sejam bem-vindos, se sintam bem acolhidos aqui nesta Comissão!

E, agora, dando continuidade para fazer também a sua exposição, vou chamar o Sr. Yohansson... Acertei? Yohansson... Se eu errei... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Quase, não é? Até o final, eu vou acertar...

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA – Acertou, acertou, sim, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Pronto.

Terá seus 15 minutos. Se for necessário, também a gente acrescenta ao seu tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA (Para expor.) – Senadora Augusta Brito, é um prazer estar aqui, mais uma vez, no Senado, falando sobre o nosso esporte paraolímpico.

Cumprimento também a Senadora Leila, que foi uma grande esportista, de quem eu me orgulhei muito, em quem me espelhei também na minha carreira, e está aqui presente nesta Comissão do Senado; o Sebástian, na pessoa de quem cumprimento o nosso Presidente do COB, Marco La Porta, e a minha amiga e Vice-Presidente do COB, Yane Marques; o Sr. Paulo Maciel, meu amigo do CBC, que faz um brilhante trabalho com todos os clubes, de todas as nossas 27 unidades federativas do Brasil; o Sr. Cícero Rosa, que faz também um trabalho de excelência à frente da CBF; o meu amigo Wlamir, do atletismo, paratletismo, é um prazer ter aqui você conosco; e toda a nossa equipe do CPB. Cumprimento meu amigo Daniel Brito, responsável por toda a nossa comunicação do CPB e por mostrar todos os nossos feitos, o que estamos fazendo ao longo de uma jornada muito grande, brilhante, no esporte paraolímpico.

Senadora, eu vou primeiro começar aqui falando sobre o CPB. Está na nossa missão promover o esporte paraolímpico da iniciação ao alto rendimento e a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. É um compromisso nosso fazer toda essa atuação para o atleta, como estamos falando aqui, para a formação de atletas, essa formação esportiva, com projetos bem estruturados, começando pelo Festival Paralímpico, um projeto grandioso do CPB, que foi idealizado na gestão do Mizael Conrado. Tenho o prazer de também estar ao lado hoje do Presidente José Antônio, fazendo essa atuação em todo o Brasil.

Eu sei que todos esses contextos são um desafio muito grande do Brasil, as faltas de instalações esportivas. Eu tenho percorrido o Brasil com os nossos *meetings* paraolímpicos e, lamentavelmente, não temos toda a estrutura necessária para poder promover essa iniciação desses atletas. Posso citar aqui o caso do CFO lá em Fortaleza: vamos fazer uma parceria com o COB, para que possamos fazer com que esses atletas jovens possam ter o início da sua formação esportiva. Nos nossos *meetings* paraolímpicos, também espalhados por todo o Brasil...

Lamentavelmente... Hoje eu queria poder falar aqui que temos todas as estruturas necessárias para que esse plano de longo prazo que o CPB está fazendo possa também ser em conjunto com os municípios, em conjunto com os estados, em conjunto com as federações, com as confederações, com o CBC, CBCP, para que, quando chegue nas Paralimpíadas de 2028, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa falar mais uma vez que foi um recorde de medalhas, tanto para o movimento olímpico quanto para o movimento paraolímpico. Ainda sinto falta dessa integração entre municípios e estados.

Hoje, o CPB, com o nosso programa de centros de referência, Senadora, tem parceria com todos os estados do Brasil para levar o esporte paraolímpico, com nossas escolinhas. Posso chegar hoje lá no Ceará, com o Secretário de Esportes Henrique, para fazer parcerias, em conjunto com o COB, CPB... O CBCP vem realizando fóruns em todo o Brasil para também poder fazer com que esses clubes se estruturem cada vez mais e possam descobrir novos atletas. O trabalho do CBC e do CBCP é tentar fazer com que esses clubes estejam efetivamente nas pontas, para que possam formar atletas. O Wlamir, na CBA, e também a preocupação com a formação desses atletas... Orgulha-me muito, Wlamir, saber que, hoje, temos atletas já sendo referências para esses jovens que estão começando hoje. Acabamos de ver um atleta brasileiro correr a marca de 9,93. Quantos atletas também vão sonhar em estar correndo algumas marcas abaixo dos dez segundos?

O CPB tem vários programas, Senadora. Eu vou falar um pouco sobre essas boas práticas do CPB para essa formação de atletas. Os centros de referências são um projeto grandioso. Hoje temos 86 centros de referências que estão espalhados por todo o Brasil. O Brasil tem 5.570 municípios. Hoje eu estou presente em 86 desses municípios. A nossa meta é que, a longo prazo, possamos ter, pelo menos, 500 centros de referências, porque, se eu tiver 500 centros de referências, e cada município puder atender a cinco municípios vizinhos, o CPB já estará presente em, pelo menos, metade do nosso país – e é um país de dimensões continentais.

O CPB foi criado em 1995. Pela primeira vez, em 2008, o Brasil ficou entre as dez potências em uma paralimpíada. Agora, nas Paralimpíadas de 2024, Senadora, o Brasil conquistou 89 medalhas. Foram 25 medalhas de ouro. Estamos entre as cinco potências paraolímpicas mundiais, mas, para que isso aconteça, eu tenho que continuar me preocupando com a formação esportiva.

Quem aqui não conhece o Daniel Dias? Quem aqui não conhece Carolina Gomes Santiago? Meu amigo, aqui de Brasília, Antônio Delfino de Souza? Atletas que conquistaram e brilharam no cenário internacional e nos quais eu também me espelhei. Antônio Delfino conquistou medalha em 2000, em Sidney. Eu conquistei medalha, Senadora... Eu fui do atletismo. Conquistei medalhas em 2008, 2012 e 2016. Que tenha essa continuidade desses atletas brilhando no alto rendimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e que essas crianças com deficiência estejam em casa e pensando: "Um dia eu vou conseguir chegar a essas conquistas"! Daniel Dias é o maior medalhista paraolímpico da história. Certamente, ele incentivou para que o Gabrielzinho também conquistasse as medalhas dele. Acabamos de voltar de Paris. Só o Gabrielzinho trouxe três medalhas de ouro. Nossa educação paraolímpica.

Senadora, eu só comecei o esporte paraolímpico com 17 anos – eu sou natural de Maceió, Alagoas –, porque uma treinadora tinha o conhecimento sobre esporte paraolímpico. Quantas crianças não têm essa oportunidade por falta de conhecimento desses professores?

Nosso programa de educação paraolímpica, no último ciclo, já capacitou 84 mil profissionais de educação física em todo o Brasil. Se não fosse essa treinadora, a Walquíria, que, por acaso, me viu em um ônibus, viu que eu não tinha as duas mãos, e me convidasse, eu não sei o que eu estaria fazendo aqui hoje. Eu não sei se eu teria me tornado um atleta paraolímpico e estaria falando sobre o esporte paraolímpico no dia de hoje.

Esse nosso compromisso todo estruturado vem passando por educação paraolímpica, também pelo programa Atleta Cidadão. A nossa preocupação é essa formação esportiva dos jovens, mas também a formação de cidadãos, essa formação de toda a trajetória do atleta, da iniciação ao alto rendimento e o pós-carreira. Certamente, o COB também se preocupa com isso, o pós-carreira do atleta.

O nosso programa Atleta Cidadão todos os anos oferece, Senadora, 300 bolsas de ensino de pós-graduação, de graduação, para que esses atletas, nas suas trajetórias esportivas, possam brilhar nas pistas de atletismo, nas piscinas, nas quadras, nos tatames, e para que depois, no pós-carreira, eles possam também ter uma carreira estruturada, para que eles possam continuar, quem sabe, em um projeto esportivo, dando a oportunidade que ele teve enquanto atleta.

Eu vou pedir aqui para passar um vídeo para falar um pouco sobre essa formação desses novos atletas e depois eu continuo com a minha fala.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA – É de se orgulhar, Senadora Augusta, esse atleta indo para sua primeira competição e já tendo esse entendimento. E o esporte vai fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com que ele continue se desenvolvendo não apenas como atleta, mas como cidadão, de nos ensinar. Quantas crianças com deficiência estão ainda espalhadas pelo Brasil que não tiveram essa oportunidade que eu só tive aos 17 anos? Esse atleta acabou de competir, neste ano de 2025, em um dos nossos Meetings Paralímpicos. A deficiência é apenas um detalhe. Estamos falando aqui sobre essa oportunidade no esporte. Eu não poderia de deixar de citar hoje um dos nossos grandes parceiros, a Caixa Econômica Federal. Acabamos de anunciar o maior patrocínio da história com o Comitê Paralímpico Brasileiro. São 20 anos de parcerias entre Caixa Econômica e o esporte paraolímpico brasileiro.

Semanas atrás, estávamos aqui na Câmara dos Deputados e no Senado celebrando o esporte olímpico, o esporte paraolímpico, com a aprovação... Que a Lei de Incentivo ao Esporte seja uma lei permanente, que ela possa aumentar esses recursos para que todas as nossas entidades possam estar cada vez mais estruturadas. Eu necessito desse apoio financeiro, de leis, para que eu possa transformar esses recursos em oportunidades. Eu preciso que comitês, confederações... Que os meus amigos também da CBDE e da CBDU possam ter esses recursos para fazerem parcerias integradas entre os comitês para otimizar os recursos.

Como eu citei aqui, Sebástian, o COB e o CPB, necessitamos fazer com que estejamos presentes no CFO lá em Fortaleza. Eu tenho certeza de que será uma grande oportunidade para o Brasil, para as federações, para os clubes ter um polo ali no Nordeste. Quantas pessoas podemos integrar, incluir através do esporte?

Não sei se todos aqui conhecem o Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro. É um dos grandes legados que temos das Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016.

(*Soa a campainha.*)

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA – Mas por que não o Brasil ter um centro de referência em cada região? No Nordeste, lá no CFO; aqui no Sudeste, no CPB em São Paulo; no Centro-Oeste, na Região Sul?

Então, é isto que estamos dispostos a fazer, Senadora: essa integração, esse compromisso com o CPB, não somente pensando em 2028, nas Paralimpíadas de Los Angeles. Eu quero que o esporte brasileiro continue brilhando em 2032, em 2040, para que, quem sabe, um dia eu possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brigar lado a lado com a China, com a posição número, no quadro geral de medalhas no esporte paraolímpico. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu agradeço demais a oportunidade de poder estar aqui presenciando todo o trabalho, comprovando-o.

O CFO de Fortaleza precisa realmente ter essa utilidade a mais. Para quem não conhece, é um equipamento muito completo. O senhor já foi lá? Pronto. É um equipamento muito completo, e a gente precisa verdadeiramente abrir as portas e dar oportunidade. Então, eu vejo de uma forma muito positiva essa parceria, não só com Fortaleza, Ceará, mas com o Nordeste, com certeza, abrindo lá o CFO, para que a gente possa abraçar todos os esportes, especialmente com a capacidade que ele tem de treinar profissionais e dar essa continuidade que eu estou vendo aqui sendo apresentada.

Eu quero dizer que a apresentação, o vídeo do Gabriel... Ele tem quantos anos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu acho que tem uns dez anos, né? Ele serve de exemplo de vida, porque ele – como é que a gente poderia dizer? – está dando uma lição de moral em muitas pessoas que não têm algum tipo de deficiência e que ainda reclamam. E ele está lá feliz, mostrando que pode, que precisa da oportunidade, que não se faz política pública sem recurso, sem orçamento.

Essa é uma questão também em que é tudo bonito e sobre a qual é bom se falar, mas, se não tiver orçamento e se não estiver dentro do Orçamento, a política pública não acontece, e a gente sabe que precisa muito também deste espaço aqui, dentro do Congresso, para que a gente possa garantir, verdadeiramente, as oportunidades – e se garante se garantindo também orçamento.

É só um comentário que eu fiz, mas eu fico feliz em poder conhecer todo o trabalho dos nossos expositores aqui.

E agora vamos chamar o Sr. Paulo, que também poderá usar seus 15 minutos.

Fique bem à vontade para fazer sua apresentação, sua explanação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GERMANO MACIEL (Para expor.) – Bom dia a todos.

Senadora Augusta, muito obrigado. Foi um prazer muito grande conhecê-la pessoalmente. Já sei do seu brilhante trabalho aqui, no Senado. E, graças a Deus, hoje, temos pessoas como você e a Leila proporcionando isso ao esporte brasileiro.

Pode-se dizer que o esporte olímpico brasileiro, hoje, começou a entrar na linha, em um caminho perfeito com a união... Para que a senhora saiba, no dia 9 de setembro, iremos, aqui, realizar a assinatura de um comitê brasileiro dos conselhos nacionais, em que todos os comitês vão se juntar em um só. Isso era praticamente inimaginável há dez anos. Hoje, temos pessoas aqui, como o Cícero, da CBF, o Yohansson e o Sebástian, debatendo o esporte olímpico brasileiro.

Sabemos que as dificuldades são muito grandes, mas temos também presidentes de confederação como o Wlamir, que é um dos maiores presidentes – eu conheço o trabalho dele – e que sabe das dificuldades para a formação do esporte olímpico brasileiro.

Eu fui Presidente do Tijuca Tênis Clube por muitos anos. Por vinte e poucos anos fui o Presidente lá do Tijuca, que é um clube social e formador de atletas olímpicos. Eu estou como representante aqui, Senadora, de 1,7 mil clubes hoje, e, quando nós começamos o nosso plano e o nosso projeto, foi com 17 clubes. Inclusive, clubes como o Flamengo, como o Vasco, Fluminense, Corinthians e Palmeiras ajudaram na formação desse comitê. E a gente sabe – o Wlamir acompanha o esporte olímpico há muitos anos – a dificuldade que era. E os clubes... Eu era o Presidente do Tijuca e formava atletas.

Inclusive, teve um caso lá muito significativo. Era um sábado de manhã, eu estava no Tijuca, andando ali, e uma senhora veio reclamar da piscina, porque tinha duas meninas treinando lá que estavam ocupando a piscina às 8h da manhã. E eu fui lá ver quem eram. Realmente, eram duas garotas de sete ou oito anos praticando nado sincronizado – na época, era nado sincronizado. E eu falei: "Mas a senhora está reclamando de duas meninas que poderão divulgar o nome do esporte olímpico brasileiro em todo lugar do mundo e estão aqui, no Tijuca, nesse esforço, com a técnica aí?". E ela: "Não, porque eu sou sócia e queria...". E eu disse: "Nós temos mais três piscinas, que a senhora poderia usar". E passou-se o tempo. Essas meninas, nada mais e nada menos, eram Bia e Branca, as gêmeas do nado sincronizado; e hoje viram quem eram aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, um dia, a Bia e a Branca, já com 16 ou 17 anos, me procuraram – e o Wlamir sabe muito bem o que eu vou dizer – e me disseram: "Olhe, Presidente, nós estamos treinando aqui o ano todo, e não tem competição". Estavam treinando nado sincronizado o ano todo e não tinha competição, Sebástian. Olhem a dificuldade que era. E eu falei: "É mesmo. Como é que vamos resolver isso?".

Aí começamos a luta por verbas, porque o esporte olímpico é muito caro. A formação – não é, Sebástian? – é muito cara. E os clubes já estavam, apesar de ter essa tradição no Brasil, na formação de atleta... Eu acho que principalmente a iniciação no esporte brasileiro é quase que 90% em clubes. Só que os sócios começaram a reclamar. A vida foi mudando, o esporte foi ficando caro, os técnicos foram ficando cada dia mais caros, material e equipamento cada dia mais caros, o aquecimento de uma piscina caríssimo. A gente precisava de verba, e começamos esse trabalho. Foram os clubes que começaram esse trabalho, o trabalho para conseguir verbas aqui no Congresso.

E foi a sorte que pessoas como você, como a Leila, como o Romário – posso falar vários aqui –, como o Orlando Silva, que foi Ministro do Esporte e fez um trabalho brilhante aqui... Começamos e conseguimos esta verba que hoje significa muito: a verba das loterias. Foi a primeira verba que nós recebemos em 2011; e, em 2014, começamos a fazer a distribuição nos clubes. Então, os clubes hoje têm os técnicos, toda a comissão técnica paga pelo CBC, todo o equipamento, bola, redes, piscinas... A preparação da piscina, como foi a do Flamengo, a piscina olímpica, foi repassada pelo CBC com verbas conseguidas aqui. Foi um trabalho muito difícil – foi um trabalho muito difícil!

E começou o meu trabalho aqui de fazer, junto a outros presidentes também, a captação de mais verba, de procurar mais verba. E conseguimos agora, através das *bets,* colocar lá um percentual. Todos os comitês têm um percentual, menos o futebol profissional, em que o Cícero atua – não se repassa essa verba por política de trabalho deles.

E, com isso, o esporte está dando uma melhorada, o que se vê a cada ano que passa, a cada Olimpíadas que passa, a cada Paralimpíadas que passa, Yohansson. Foi um trabalho muito importante dos clubes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou defendendo aqui os clubes, dizendo o que é, porque hoje é mais ou menos isto: os clubes preparam o atleta na iniciação; as federações vêm e começam a fazer suas competições, Senadora – aquela federação estadual –; e as confederações, como o Wlamir, vêm e fazem esse trabalho importante em cima deles. Aí vêm os grandes comitês – Comitê Olímpico, Comitê Paralímpico, Comitê de Clubes – para formar o atleta de alto rendimento. Até chegar aí, é um trabalho muito difícil, é um trabalho que, às vezes... Quando a gente estava debatendo aí, esses três anos, a lei das *bets*, a gente estava torcendo, pelo amor de Deus, para que viesse mais alguma coisa, porque a gente sabe do trabalho que é e da dificuldade que é.

E o Yohansson sabe muito bem isso. Os clubes que têm atletas paraolímpicos sofriam muita dificuldade, tinham muita dificuldade com isso. E, quando nós conseguimos essa verba também para o paraolímpico, foi muito importante – ainda não tinha a formação do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos. E, quando a gente começou, a demanda era muito grande para o paraolímpico; foi necessária a formação de um Comitê Paralímpico de Clubes, que foi formado pelo João Batista, com a contribuição do Comitê Brasileiro de Clubes, que fez um trabalho muito grande sobre isso.

É essa união que se está tendo agora. Quando você vê aqui, na mesma mesa, neste bom debate, nesta audiência pública, presidentes de confederações, presidentes de federações também juntos, nos acompanhando, e a gente trabalhando, sempre querendo ter a mesma direção, isso vai aumentar muito o esporte olímpico. Esse legado que a gente vai deixar, Yohansson, Sebástian, Cícero, esse trabalho que a gente vai deixar aí para o futuro vai ser muito bom, porque nunca houve união tão grande entre os comitês, as confederações e as federações como está tendo agora.

Por quê? Porque foi um trabalho em que a gente sabe o quanto é importante não só formar o atleta... De todos os que fazem a participação nos clubes, que começam a participação ali com cinco, seis anos, nem todos vão ser atletas, claro, mas vão ser cidadãos. A gente vai formar pessoas que vão saber perder e ganhar. Já ensina ali e tem essa iniciação. Então, tanto no esporte estudantil como no universitário, fazemos hoje esse trabalho de união que eu tenho certeza de que vai ser de um futuro muito brilhante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, eu peço à senhora – através da Leila, claro, também, que tem feito esse trabalho – que sempre incentive esses debates. Isto aqui é muito importante para a gente, a gente está demonstrando...

Eu me lembro muito bem que, às vezes, eu formava o atleta ali... Eu era Presidente do Tijuca, chegavam os atletas lá às confederações, aos comitês, ao paraolímpico... Eu conversava, às vezes, muito com o Nuzman: "Nuzman, as minhas atletas Bia e Branca foram formadas no Tijuca desde a sua iniciação, e hoje elas recebem uma medalha aqui, ganham uma medalha com tanto esforço, e nem o nome daquele clube, nem o daquela federação, nem o daquela confederação são citados". Eu reclamava muito disso, cobrava. Então, pessoas como a gente, que fazem esse trabalho no dia a dia, querem ser reconhecidas.

E, hoje, os clubes, com esse papel importantíssimo no esporte brasileiro, no desenvolvimento, já reconhecido por todos... É um trabalho reconhecido por todos o dos clubes... Ele teve o reconhecimento do Congresso com a Lei 13.756, a lei das loterias, e agora com a lei das *bets*, e temos mais uma participação aí que é uma parceria do PL 244, que está para sair aí também, com mais verba também para o esporte. Isso significa que pessoas como você estão reconhecendo o trabalho que a gente faz, que é um trabalho que precisa muito isso.

O engrandecimento de uma nação é através do esporte hoje em dia. Não adianta a gente querer procurar só o esporte através das escolas, que não têm esse talento ainda, não têm essa força... Acredito que um dia vá ter, porque há procura, e a gente clama muito por isto: que o esporte escolar também seja regulado. A gente sabe das dificuldades da educação no Brasil, a gente sabe das nossas limitações, e os clubes têm esse papel importante hoje. É um papel de desenvolvimento do esporte olímpico brasileiro – e não só o esporte olímpico, os esportes hoje não olímpicos também. Por exemplo, agora acabamos de fazer um convênio com a Confederação Brasileira de Futevôlei, teve até a abertura lá no Rio de Janeiro, eu estava lá presente. Eu vi que... Fiquei muito orgulhoso sabendo que já estavam nascendo outras coisas ali... Futebol de salão, todos esses esportes a gente incentiva. A gente sabe que o esporte do brasileiro, Cícero, hoje, é o futebol, mas o esporte olímpico é muito importante para a formação de uma nação.

Eu tenho certeza de que esse trabalho que nós estamos fazendo aqui hoje... Vamos deixar esse legado para o Brasil todo. É um trabalho de união, Wlamir, esse trabalho de união, o apoio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vocês, o reconhecimento de vocês aos clubes... Vocês imaginam: o clube fazia aquele trabalho – hoje não, hoje é reconhecido –, mas não era reconhecido nem o atleta que era daquele clube, verba muito menos. Então, com esse esforço nosso aqui no Congresso, esse trabalho do dia a dia que nós fizemos, um trabalho em que o Dr. Felipe Cavalcanti, que está aqui, nos ajudou muito com o talento dele, com a desenvoltura dele... Hoje, eu tenho certeza de que, daqui a anos, você vão ver que essas palavras que eu estou dizendo vão ecoar na formação de atletas, não só nos resultados.

Eu tenho certeza, nas próximas Olimpíadas, com o trabalho que o Brasil está desenvolvendo, de que teremos medalhas, bastantes medalhas. Eu tenho certeza de que o paraolímpico vai ser... Ele está sendo um exemplo já. E o olímpico, através do nosso Presidente La Porta, que é uma pessoa realmente com outra cabeça... Eu vi no La Porta o futuro do esporte olímpico brasileiro. Ele tem outra cabeça, tem outro pensamento. Junto com o Arialdo, da Confederação Nacional dos Clubes, eles têm feito um trabalho... Agora, esse conselho nacional dos comitês significa que a gente está num caminho correto.

Eu quero agradecer a todos aqui a presença, quero agradecer à Senadora Augusta e desejar ao filho da Leila – o Emanuel é muito meu amigo também, vou até saber o que é que foi depois – uma melhora o mais rápido possível.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, Sr. Paulo.

Eu quero dizer que é exatamente isto: com a união é que podem realmente ser fortalecidas todas as ações, especialmente também no esporte. Então, a gente vê aqui, nesta audiência pública, exatamente esse interesse, essa vontade e essa construção. A gente sabe que, um tempo atrás, isso não existia, mas agora já começou, e a gente espera que ainda seja mais fortalecida com as ações que vão acontecendo. A gente vai vendo que dá resultado com a união; soma, não diminui.

O SR. PAULO GERMANO MACIEL – Era inimaginável anos atrás o Senado, com uma Senadora tão importante, com um momento tão importante, estar voltado também para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esporte. Era muito difícil, era praticamente impossível. Às vezes, eu passava dias aqui, rezando para ver se um...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Existe uma Comissão específica.

O SR. PAULO GERMANO MACIEL – Exato! Hoje!

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Está vendo? É, inclusive, porque a nossa Senadora Leila junto com tantos outros também Senadores...

O SR. PAULO GERMANO MACIEL – Pessoas como você aí também fazem esse trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – ... lutaram para ter esta Comissão, que a gente sabe que tem uma importância muito grande.

O SR. PAULO GERMANO MACIEL – Gratidão para sempre. Os clubes agradecem, os comitês também, tenho certeza de que estão gratos aí.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Agradecemos também, porque a gente constrói assim: ouvindo, debatendo, discutindo, aprendendo. Sempre vou dizer que toda audiência pública para mim é muito valiosa, porque eu aprendo sempre.

Aqui eu queria já passar a palavra para o Sr. Cícero, que também vai dispor aí dos seus 15 minutos – se for necessário também, pode utilizar de mais.

Fique à vontade, Sr. Cícero.

O SR. CÍCERO ROSA DE SOUZA (Para expor.) – Muito bom dia, Senadora Augusta Brito. Muito bom dia aos companheiros de bancada, Paulo, Sebástian, Yohansson... Acertei?

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Acertou.

O SR. CÍCERO ROSA DE SOUZA – De primeira.

Muito bom dia a todos aqueles aqui presentes de forma física na audiência e a todos aqueles que nos acompanham de forma remota em casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF), através do seu Presidente Samir Xaud, agradece a inserção de órgão tão expressivo na discussão, no debate sobre a formação esportiva de jovens no Brasil.

Nós nos preparamos para fazer uma breve explanação em dois vieses: falando um pouco da história da formação do jovem futebolista brasileiro e falando também sobre as competições de categorias de base que essa confederação se propõe a fazer e que já executa.

A confederação escolheu para estar presente aqui nesta audiência o Gerente da Seleção Brasileira, e eu gostaria de apresentar o Gerente e o Cícero.

Talvez as pessoas tenham muita curiosidade em saber o que faz um gerente dentro de um clube, o que faz um gerente dentro de uma seleção. Ele é um grande elo, ele é a pessoa, o profissional responsável em, a partir da tomada de decisão do Presidente da instituição e do Diretor de Seleções, hoje Rodrigo Caetano, estabelecer as ligações com muitas áreas: com a comissão técnica, hoje liderada pelo Prof. Carlo Ancelotti; com as categorias de base, hoje coordenada pelo nosso inesquecível lateral esquerdo Branco; com a sua análise de desempenho, que possui a sua coordenação; com o seu núcleo de saúde, que possui também a sua coordenação; com a logística; e com a parte administrativa. Além disso, o gerente cria os processos junto a outros departamentos da CBF, como o jurídico, a comunicação, o *marketing*, o financeiro e, no caso da pauta de hoje, também a pasta de desenvolvimento da Casa.

O Cícero? O Cícero é um gaúcho que tem 51 anos e, aos 15, iniciou em uma escolinha de futebol e por lá ficou 17 anos. Por 17 anos, eu trabalhei no interior do Rio Grande do Sul – dos meus 15 aos 31. Eu sei bem como se marca um campo, como se corta uma grama, como se coloca uma rede no gol, como se vive com muito pouco no interior para fazer formação de jovens em uma escolinha. O trabalho me conduziu ao Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, no qual eu fiquei por cinco anos e meio; ao Sport Club do Recife, por um ano e meio; ao Bahia, por um ano; Criciúma, por um ano; por nove anos e meio, à Sociedade Esportiva Palmeiras; e, nos últimos dezoito meses, já à CBF. Mais do que olhar para um currículo com algumas Libertadores, Recopas, quatro Campeonatos Brasileiros, Copas do Brasil – sempre no plural, e eu fico feliz com isso –, eu sempre cito que as maiores conquistas do Cícero não são as que viram troféus; elas são as que viram seres humanos. Então, participar do processo de formação de jogadores muito expressivos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como Gabriel Jesus, Endrick e Estêvão, talvez os últimos três de mais renome, mas há muitos outros, me orgulha muito, mas me orgulham muito todos aqueles que também não viraram jogadores profissionais de altíssimo nível e que puderam utilizar o aprendizado que tiveram no futebol para constituírem as suas carreiras profissionais e as suas famílias.

Afinal, o futebol – e o desporto – possibilita, na sua formação, a construção de um cidadão íntegro, pois ele define metas, define objetivos, define estratégias, e, com ele, aprende-se a ser líder, aprende-se a conviver em grupo. E a CBF hoje se propõe, com dois pilares – o de humanização e o de excelência –, a contribuir nesse processo de formação.

A primeira parte da nossa explanação vai falar da formação histórica do futebolista brasileiro.

Senadora, quando o Brasil se torna tricampeão mundial, em 1970, no México, o Brasil adquire uma grande hegemonia no futebol mundial. A Seleção Brasileira de 1970 é um marco pela sua construção técnica e também por fazer do Brasil um país campeão em três das últimas quatro edições da até então Copa do Mundo.

O europeu, muito afeito ao estudo e ao conhecimento, pretende identificar os porquês que um país sul-americano consegue ser tão competitivo. E ele entende que o motivo da grande diferença técnica é justamente a qualidade técnica. O brasileiro executa melhor as ações do jogo: ele domina melhor, ele passa melhor, ele dribla melhor, ele conduz melhor.

O europeu, afeito ao conhecimento e à educação, busca um segundo porquê: por que ele executa melhor os gestos técnicos do futebol? Veja bem, nós estamos falando de cinco décadas atrás, e o europeu já está buscando o segundo porquê. Talvez nós, que militamos nos principais clubes, nas principais federações, nos principais órgãos públicos, até hoje não tenhamos nos questionado ainda sobre o primeiro porquê: por que éramos tão bons? Por que éramos tão diferentes? Pois essa distância diminuiu, e seria muito importante nós entendermos um pouquinho dos porquês. Talvez o europeu nos contribua com isso.

O europeu detectou, na década de 70, três valências muito importantes para o jovem brasileiro praticar melhor o futebol. Primeira, pela demanda geográfica populacional do Brasil, um país continental com uma população absurda e com uma capacidade de seleção natural maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– e nisso ele não poderia intervir. Segunda, a miscigenação, a construção dos atletas futebolistas brasileiros passava por um país que sofreu um processo de miscigenação muito forte e que carregava, nos jogadores de futebol, características de força, como o europeu, e de ginga, como o africano. Essa interferência o europeu, ao longo dos anos, conseguiu incutir; hoje ele possui muitos jogadores de descendência africana também em seleções, como a portuguesa, como a alemã, como a francesa e outras mais. Mas o terceiro motivo era o mais importante: o europeu entendeu, já na década de 70, o mundo compreendeu, aquele que é afeito ao estudo e ao conhecimento percebeu que a grande diferença do jogador brasileiro era a sua formação de cultura de rua, pois os jovens brasileiros, dos seis aos doze anos – na década de 70, assim como na de 60, e talvez um pouquinho mais adiante, 80, 90 –, com um *gap* até os catorze, era um jovem que praticava futebol diariamente, três, quatro, cinco horas, que praticava futebol na rua, que praticava futebol na grama, na terra, na areia, na praia – são 8 mil quilômetros neste país. Era um jovem que praticava futebol de tênis, de Kichute, de Bamba, de pé descalço, jogava em pisos diferentes, com calçados diferentes, em circunstâncias diferentes. Esse jovem jogava na chuva, jogava de noite, jogava com sol. Esse jovem, quando não tinha onze para cada lado, juntava de sete, ou juntava de cinco, ou juntava de três contra três, ou ele fazia "matou no peito vira drible", ou ele fazia o cabeçabol, ou ele fazia "o três dentro e três fora", ou ele botava chinelo para simular o gol, mas ele jogava diariamente de todas as formas. E a sua formação vinha justamente de todas essas formas. O jogo apresentava o problema; o atleta apresentava a solução. Eis a seleção natural, desde muito cedo, no processo de formação do jovem brasileiro. E é aí que o europeu entra: ele começa a incutir o futebol diariamente dentro de um processo já de seleção natural, já que são países menores, naqueles que consideram mais bem dotados, com 6, 7, 8, 9, 10 anos.

Por que é importante a CBF ter a compreensão e a visão de tudo isso? Porque ela se propõe, desde os últimos três meses, desde o início da gestão do Presidente Samir, a visitar os clubes de futebol brasileiro e propor que a metodologia de rua volte a ser incutida; de muitas formas e de muitas maneiras isso é possível.

O último time em que eu trabalhei, o Palmeiras, é exemplar nisso. Em um primeiro momento, ele visita terrões diariamente com suas categorias abaixo dos 14 anos. Ele culmina por construir um terrão dentro do seu centro de treinamento. Jovens de 7, 8, 9, 10 anos não precisam estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condicionados a alguém apitar e ensinar tudo. O jogo precisa lhes ensinar. Eles precisam despertar o autoconhecimento.

Essa foi a essência da nossa formação, e é a isto que se propõe a CBF: em visitas técnicas aos principais clubes brasileiros e àqueles que são também senão os principais de Série A ou B, mas os principais enquanto chanceladores de formação, divulgar o quanto acreditamos na metodologia de rua e, cada vez, mais na necessidade de fazermos uma captação precoce, pois falarmos de inserir essa metodologia a partir dos 15 anos não faz muito sentido, porque, por todas as referências bibliográficas já consultadas e até hoje publicadas, nós temos a clara e nítida compreensão de que o desenvolvimento pleno, em nível psicomotor de um jovem, ocorre dos 6 aos 12 anos, com um *gap* máximo até os 14. Então, difundir e divulgar essa metodologia, estimulando-a a acontecer em todo o território nacional, é, sim, uma responsabilidade da casa-mãe do futebol brasileiro, e já estamos nos propondo a realizar isso nos últimos meses.

Paralelamente a isso, já temos os jovens que passaram pelos primeiros processos de formação, que venceram as primeiras peneiras, que conseguiram chegar aos grandes clubes e que hoje participam de um processo final de formação. A eles precisamos entregar as competições.

Em um primeiro momento, sabemos que a competição é a maior geradora de motivação. Aqui, na minha opinião, deveríamos educar os nossos treinadores para que não fossem apenas treinadores, e, sim, professores. E precisamos educar um público muito especial: os pais. Os pais, com motivos e objetivos muito diferentes do educacional e do formativo, assistem a jogos de crianças, transportando o mundo adulto para o mundo juvenil e exigindo performance e resultado de crianças que, em muitos momentos, só queriam se divertir e utilizar o futebol e o desporto em todas as suas atividades como um fomento de lazer; ou seja, sem querer, estão tirando o prazer da prática esportiva.

Mas aqueles jovens que venceram esses obstáculos e que hoje estão nas principais equipes precisam da competição não só como motivação, mas como uma introdução final ao desporto de alto rendimento e alto nível. É numa competição que um jovem de 14, 15, 16 anos vai ter a compreensão mais clara das regras, da convivência do grupo, ele vai ter a necessidade de exigência de uniformes, ele vai começar a conviver com viagens, com concentrações, com uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade iminente de cardápio, de nutricionista. Serão incutidos profissionais de área de saúde, performance, análise de desempenho... E toda essa compreensão macro do jogo lhe ajuda no processo de formação.

A CBF, casa-mãe do futebol brasileiro, em 2025, entendeu a necessidade de expandir as suas competições de formação. Neste ano, pela primeira vez, o Campeonato Brasileiro Sub-20 ocorre em duas séries, Série A e Série B. Neste ano, também na categoria Sub-20, a Copa do Brasil tem uma ampliação de 32 para 64 clubes envolvidos, aumentando o fomento e a oportunidade da formação final desses jovens. Também na categoria Sub-20, neste ano, a Copa do Nordeste volta, de uma forma revitalizada e com a participação de 16 clubes, entregando um calendário um pouco mais robusto às equipes nordestinas.

Na categoria Sub-17, replicamos o mesmo conceito da Copa do Brasil e, na categoria 17, ampliamos a fórmula de disputa desta competição, até então disputada por 20 clubes em duas chaves de dez, na qual a cada clube eram entregues nove partidas. A partir deste ano, os 20 clubes jogam em chave única: 19 jogos garantidos.

E temos a honra e o privilégio de anunciar, para 2026, a criação do primeiro Campeonato Brasileiro Sub-15, reunindo uma quantidade expressiva de equipes, ainda em processo final de formatação e de embalagem desse produto, e também de uma construção coletiva com as equipes. Afinal, é muito importante ouvirmos os coordenadores de base das equipes, visitarmos os coordenadores de base das equipes, trazermos esses coordenadores de base para dentro da CBF e trocarmos muitas ideias para que o produto, o Campeonato Brasileiro Sub-15, nasça não só robusto, mas também muito consistente no seu ideal de formação.

Encerrando e caminhando para o final da minha dissertação, em 2016, aqui, em Brasília, tivemos uma discussão acerca da exclusão da Educação Física como parte obrigatória da grade curricular de ensino médio. Eu acredito que essa discussão, em algum momento, possa ser reativada, e torço plenamente para que nunca ocorra essa discussão no ensino fundamental. Afinal, se hoje temos muito poucas praças, campinhos, lugares para desempenharmos o desenvolvimento do futebol, acredito que os Poderes públicos, em todas as suas instâncias – nacional, estadual, municipal –, devam salvaguardar as praças, os campos, todas as possibilidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ferramentas e oportunidades de o jovem desenvolver o futebol; e a CBF também deve fazer isso com os seus clubes.

Então, agradecemos, mais uma vez, a atitude, a iniciativa da Senadora Leila. Agradecemos a excelente condução, Senadora Augusta, e lembramos que a CBF acredita que, enquanto bater um coração juvenil, o futebol sempre vai pulsar forte em todo o território brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, Sr. Cícero. Mais uma vez nós agradecemos muito.

Eu tenho algumas perguntas aqui, que foram apresentadas no e-Cidadania, mas, antes mesmo de ler aqui essas perguntas, eu gostaria de também fazer uma pergunta.

Primeiro, em relação ao que o Cícero acabou de falar, em relação à grade curricular no ensino médio, indago se nessa grade curricular também existe alguma coisa sobre a Paralimpíada, já que foi a sua fala. E também, dentro da formação dos possíveis profissionais de educação física, já existe alguma cadeira específica falando da Paralimpíada ou não?

É só a minha curiosidade para poder ver, em cima disso, o que é que a gente pode fazer aqui dentro, não é? Porque aí a gente pode pensar, de forma – lógico, obviamente – discutida com vocês que estão aqui, na audiência pública, com outras pessoas que não estão, com nossa Senadora Leila, alguma proposição legislativa, para que a gente possa vir a contribuir com essas questões que foram ditas aqui, o que não tem – eu ainda não sei se tem ou não tem – e o que a gente pode pensar para fazer um grupo de trabalho e dar alguma sugestão futura.

Mas eu vou ler aqui as outras perguntas. Aí, vocês falam de uma vez só, pode ser? Tudo bem?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Aqui nós temos a Melyssa, de São Paulo, que está perguntando: "Quais [...] as políticas públicas mais eficazes que o Brasil pode adotar ou expandir para garantir [o] acesso equitativo à formação esportiva?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos também a Lara, do Rio de Janeiro: "Como fortalecer a articulação entre instituições para a formação de atletas no esporte de base?".

O Tiago, do Rio de Janeiro: "Qual a estratégia para consolidar a base esportiva no Brasil [...] [evitando que seja] abandonada [...] [ou usada só como] propaganda em ano de eleição?".

E a Letícia, de São Paulo: "Quais boas práticas podem [...] fortalecer [...] [o] desenvolvimento [esportivo] em comunidades carentes?".

Nós temos também alguns comentários aqui, mas eu vou deixar só com as perguntas.

Já passo aqui para o Sr. Sebástian, só agora fazendo um breve comentário e uma breve pergunta: no que foi apresentado do Transforma, uma curiosidade, mais uma curiosidade. Há quanto tempo ele já existe e como fazer – ou é município – para acessar? Como é que eu...? Só uma curiosidade.

O SR. SEBÁSTIAN PEREIRA (Para expor.) – Maravilha, Senadora! Obrigado pela oportunidade.

O programa Transforma é um legado de 2016, é um projeto que foi realizado em parceria com o Comitê Olímpico Internacional e o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Jogos Paralímpicos de 2016. Após 2016, o Comitê Olímpico Internacional conversou com o Comitê Olímpico do Brasil, para que a gente pudesse dar continuidade dentro de uma nova roupagem, sendo que até 2016 o objetivo foi alcançado, que era apresentar o esporte olímpico de uma forma mais ampla dentro das escolas.

Olhando isso e vendo essa oportunidade, o Comitê Olímpico do Brasil, através da área de cultura e valores olímpicos, repaginou o programa para poder levar de fato o que significa o movimento olímpico, já que o Comitê Olímpico do Brasil, dentro do território nacional, tem esse objetivo de poder difundir, cada vez mais, os valores olímpicos, o movimento olímpico, de uma forma geral. E a gente faz isso desde 2016, ao final dos Jogos Olímpicos, em parceria, principalmente com secretarias de educação ou de esporte de diversas cidades. A gente está aberto sempre a qualquer parceria, de qualquer movimento, de qualquer entidade, sejam ONGs, sejam outras instituições esportivas que possam estar trabalhando em parceria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante sinalizar – e, aí, já entrando um pouquinho nas respostas a partir das perguntas que foram colocadas –: o Comitê Olímpico do Brasil acredita que ninguém faz nada sozinho, não é? A gente precisa de parcerias. Nós temos aqui o CBC (Comitê Brasileiro de Clubes); nós temos o CPB (Comitê Paralímpico Brasileiro); nós temos a CBF representando as confederações; nosso Presidente Wlamir, da Confederação Brasileira de Atletismo; a CBDE; a CBDU.

Se a gente, de fato – é essa iniciativa que o Presidente Paulo trouxe, que é a união de todos esses agentes, trabalhando no mesmo objetivo, no alto rendimento, mas também na formação dos jovens –, não fizer isso, a gente não vai a lugar nenhum. E nisso a gente precisa trazer também o poder público, para que a gente possa, de fato, estabelecer uma política de Estado, não uma política de Governo, para que a gente possa, de fato, contribuir decisivamente para a formação do nosso jovem.

Lá em 2016... Eu trabalhei nos últimos 20 anos na área de alto rendimento. Pós-2016, a partir de trabalhar diretamente com os nossos atletas no objetivo de ganhar medalhas, a gente viu e percebeu que vários atletas chegam ao momento de conseguir a sua medalha e, às vezes, não conseguem até mesmo por um processo falho na sua formação, *gaps* que são encontrados dentro desse processo de formação e que não foram preenchidos. E aí a gente começou a identificar o quão necessário era a gente, de fato, chegar mais cedo à base, para que tudo aquilo que pudesse ser ofertado para o atleta de alto rendimento pudesse chegar de forma mais antecipada a esse jovem para complementar a formação. E começamos um trabalho grande para poder estabelecer uma metodologia que pudesse complementar todas as falhas na formação, não somente físicas, mas também globais na formação desse atleta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SEBÁSTIAN PEREIRA – A partir da mudança do Comitê Olímpico em 2017, eu acabei voltando para o alto rendimento e abandonei esse projeto lá atrás. Voltei para o alto rendimento, mas, agora, nessa nova função, liderando a área de educação, a gente inicia um grupo de trabalho com acadêmicos, com gente da área prática esportiva, que vão contribuir, sim, para que a gente possa ter um conteúdo, um *pathway*, um caminho claro de formação desse atleta, para que isso possa gerar iniciativas, como processos de formação para professores de educação física e para treinadores, que possam contribuir diretamente nesses anseios que a gente precisa preencher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é somente para escolas, mas também para clubes, para parceiros, para ONGs, para todos que possam, de fato, contribuir, para que, juntos, possamos formar este verdadeiro objetivo que é uma nação esportiva, preenchendo essa lacuna que existe hoje dentro do esporte educacional e o esportivo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SEBÁSTIAN PEREIRA – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – É a sirene... É porque ela... Mas pode relaxar! (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – A gente fica mesmo, mas já estou acostumada com ela. Então, pode relaxar que a gente amplia o tempo, se for necessário.

Agora, já passo para o Sr. Yohansson... Ainda não consigo falar... É para também fazer suas considerações finais. Fique à vontade se quiser responder alguma das perguntas, alguns dos questionamentos.

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA (Para expor.) – Senadora, a senhora falou em relação às escolas, às graduações. E, num curso de Educação Física, num período ali de quatro anos, existe uma disciplina chamada disciplina adaptada... Essa disciplina adaptada não fala nem exclusivamente nos esportes olímpicos, nos esportes paraolímpicos. Nessa disciplina, temos que aprender como trabalhar com a terceira idade, como trabalhar com gestantes, como trabalhar com hipertensos e como trabalhar com a pessoa com deficiência. Como é que esse aluno vai sair da sua graduação sabendo sobre esporte paralímpico, sabendo o que é uma classificação esportiva, sabendo quais deficiências são elegíveis para o esporte paralímpico?

Então, eu tenho certeza de que o esporte tem que estar dentro de toda a sua formação, durante todos os quatro anos. Onde tiver a disciplina de basquetebol, que tenha também o basquetebol em cadeira de rodas. Onde tiver o voleibol sentado, que tenha o voleibol convencional em conjunto. Onde tiver a disciplina de atletismo, que tenha a disciplina do atletismo paralímpico. É saber quais são os graus de deficiência, saber que um deficiente visual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode ingressar no atletismo e que tem modalidades exclusivas que são para pessoas com deficiência visual, como é o caso do golbol.

Somos, em todas as paralimpíadas, medalhistas, somos pentacampeões no futebol de cegos. O nosso ex-Presidente Mizael Conrado foi bicampeão paralímpico, foi eleito o melhor jogador do mundo em 1998.

Então, a questão da educação é fundamental para fazer essa Política Nacional do Esporte. O Sebástian falou com muita propriedade: não deve ser uma política de governo, e sim, uma política de Estado. Não era nem para estarmos conversando aqui que o esporte faz bem para a saúde, que o esporte transforma vidas. Isso todo mundo já sabe, isso já deve ser um assunto superado.

A nossa estratégia, hoje, no esporte paralímpico é massificar cada vez mais essa oportunidade para as nossas crianças.

Senadora, no ano passado, no projeto dos *meetings* paralímpicos, estivemos presentes em todos os estados. Lá em Alagoas, quando eu iniciei, não tinha projeto nenhum, praticamente, do esporte paralímpico. Hoje, eu me orgulho em falar que o Brasil está presente em todas as unidades federativas do Brasil. Eu até brinco, Senadora, ao falar que o CPB este ano esteve em Rio Branco, levando uma competição, que é o *meeting* paralímpico. Nem McDonald's tem em Rio Branco, mas tem esporte paralímpico lá. E eu me orgulho bastante.

Com o Festival Paralímpico, estivemos presentes, o ano passado, em 120 cidades do Brasil. Atendemos a 45 mil crianças. E o bacana, Senadora: dessas 45 mil crianças, um percentual de 20% eram crianças sem deficiência. Isso é inclusão. Aquelas crianças competindo, aprendendo um pouco sobre o esporte paralímpico, uma criança sem deficiência correndo ao lado de um cadeirante. Isso é inclusão, chegar na sua casa, chegar para um amigo que tenha algum tipo de deficiência: "Você sabia que existe a possibilidade de você se tornar um atleta?".

(*Soa a campainha.*)

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA – Todas as crianças passam a não ser mais aqueles coitadinhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quantas e quantas vezes nossa sociedade enxerga primeiro a deficiência e depois vai, quem sabe, enxergar uma potencialidade? A criança em uma cadeira de rodas, a sociedade enxerga o quê? "Coitado, está em uma cadeira de rodas." Uma criança sem a visão: "Poxa, coitado, como é que vai ser a vida dele sem a visão?". "O coitado nasceu sem as duas mãos, como é que ele vai conseguir se alimentar?". E, depois do esporte, dessa oportunidade, começam a enxergar o atleta do bairro, o atleta...

A senhora viu, aquela criança vai chegar à sua escola com as medalhas. Ela não será mais aquela única criança com deficiência daquela escola, ela vai ser o medalhista, já vão falar dela como um campeã. Então, esse é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA – ... o nosso sentido.

Tem um projeto que eu quero muito que possa ser replicado, nos próximos anos, em todos os estados do Brasil. Trata-se de uma parceria que temos, hoje, com o Governo de São Paulo. Chama-se Projeto Escola Mais Inclusiva.

Este ano estaremos presentes, Senadora, em um projeto piloto em dez escolas estaduais, para que todos aqueles professores de educação física das escolas sejam capacitados para trabalhar com as crianças com deficiência de cada escola. Até o final do projeto, estaremos presentes em todas as cidades do Estado de São Paulo.

Em todas as aulas de educação física, teremos o esporte paralímpico presente. São 23 modalidades paralímpicas.

Já temos uma parceria também muito positiva com a Secretaria do Paradesporto, com o Secretário Fábio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA – O Ministro Fufuca...

Senadora, a senhora me pediu para não me preocupar com o sino. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso que eu vou me prolongar um pouquinho aqui, porque, realmente, esse nosso compromisso, pelo qual estamos aqui sentados, é não somente para falar dos nossos projetos, mas para falar no nosso compromisso. Eu sei como o esporte transformou a minha vida. Cada um que está aqui sabe desse poder de transformação.

Em algum momento, Cícero, eu quis ser jogador de futebol. Não tinha habilidade, eu era velocista. Nem sabia ainda dessa oportunidade. Jogava de lateral-direito, sempre tive essa velocidade, mas foi o esporte paralímpico que descobriu isso.

Foi o esporte paralímpico que me deu essas medalhas, que me deu essas oportunidades, pelo qual tantas e tantas crianças, em algum momento, se espelharam ali, nas minhas conquistas como atleta paralímpico.

Hoje, o nosso atleta paralímpico mais rápido do mundo, em todas as categorias, é brasileiro. É um paraibano. Petrúcio Ferreira. Ele correu 10,29.

O Vlamir sabe muito bem o quão expressiva é essa marca, tanto no esporte olímpico quanto no esporte paralímpico.

Vocês podem ter a certeza de que o esporte paralímpico vai continuar dando muito orgulho à nossa nação. Que vocês possam saber: "Ah, realmente, aquele menino do nome difícil, Yohansson, ele falou desse compromisso do esporte paralímpico, em 2028, de conquistar cada vez mais medalhas".

Que eu possa conquistar, em 2028, em Los Angeles, pelo menos três dígitos de medalhas e, pela primeira vez, falar: "Ah, o Brasil conquistou cento e tantas medalhas nos Jogos Paralímpicos". E que essas crianças, que essa massificação possa estar em casa, olhando: "Do mesmo jeito que aquele cadeirante conquistou medalha; do mesmo jeito que aquele atleta do futebol de cegos...". "Puxa, eu sou cego. Eu posso me tornar um jogador de futebol. Eu posso me tornar um jogador de golbol, posso me tornar um judoca...".

O judô paralímpico trouxe quatro medalhas de ouro! Foi a melhor participação da história do judô paralímpico.

Foram 25 medalhas de ouro, Senadora, em uma única edição de jogos paralímpicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podem ter certeza de que essa formação dos atletas estará na nossa missão, estará no nosso compromisso, e vamos transformar, junto com os comitês CPB, COB, CBC, CBCP, CBDE, CBDU, confederações, federações, clubes e associações, vamos transformar o Brasil em um país esportivo, um país que dá orgulho.

Já me estendi demais, Senadora. Desculpe-me aqui, também meus companheiros, mas esse é o nosso compromisso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Mais uma vez eu agradeço e já volto de novo a insistir.

Eu sei que você já falou que existe esse projeto lá em São Paulo, mas é um projeto de governo, né? Eu acredito que sim. E a gente quer falar sobre um projeto de Estado, que fique, né? Que você pense se tem a necessidade. Pelo que eu entendi na fala do senhor, tem a necessidade, mas veja de que forma a gente pode apresentar um projeto ou mudar alguma lei já existente, em relação a fazer essa inclusão dentro da própria lei, para que os cursos de educação física tenham a obrigatoriedade de ter especificamente o que vocês vão me dizer que é para ter, porque eu não sei... Eu espero isso do Comitê, espero isso de todos que aqui estão e outras pessoas que possam contribuir, para que, efetivamente, a gente apresente uma lei que vá realmente fazer a diferença. Porque a nossa ideia aqui – eu falo por mim e vou falar pela Senadora Leila, obviamente, pela confiança que ela me deu de estar aqui presidindo a Comissão – é de fazer e de elaborar que sejam projetos ou defender os que vão fazer realmente e verdadeiramente diferença nas pessoas que vão se utilizar dele, lá na ponta.

Então, com esse intuito, eu quero deixar aqui um pedido para que você veja, junto com o Comitê, como seria a estruturação. Eu vou pedir para minha assessoria já estudar sobre o tema, já pesquisar se a gente pode mudar alguma lei que já exista, porque às vezes é mais fácil mudar uma lei do que criar outra.

A gente sabe que tudo tem debate, tem discussão. Isso faz parte da construção, isso é positivo. Estou longe de ser a pessoa que vai saber realmente o que vai trazer e vai fazer diferença. Por isso eu preciso de vocês demandando, para que legitime o que a gente quer apresentar. Se for para apresentar também, se tiver fundamento e tiver realmente a necessidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou botando a Comissão, estou botando aqui o nosso mandato totalmente à disposição, para que vocês pensem, construam, elaborem. E eu também vou fazer uma sugestão e a gente entra em contato, que a gente vai ter aqui a nossa equipe de assessoria fazendo alguma proposição. Entraremos em contato com vocês, para dizer "olhe, analise isso aqui. O que é que pode melhorar? Isso aqui atende ao que a gente discutiu na audiência pública?", para gente começar esse diálogo.

Efetivamente, além de ser uma audiência pública que várias pessoas vão assistir, em que o debate está sendo posto e em que a gente constrói e aprende, enfim, vocês também apresentam o que está sendo feito, ela pode vir também com esses encaminhamentos, que são a intenção dela, os encaminhamentos que vão fazer parte aqui dessa construção, além de estar dentro do orçamento, além de mudar ou criar alguma lei que vá beneficiar.

Eu também falo muito, né? Vou falar pouco, que aqui eu estou mais para ouvir.

Agora eu já passo para o Sr. Paulo também fazer suas considerações finais, já agradecendo a todos.

O SR. PAULO GERMANO MACIEL (Para expor.) – Não, Senadora, a senhora não fala muito. Ainda bem que a senhora fala. Praticamente, a senhora respondeu à Melyssa e à Letícia aqui, quanto à preocupação delas com essa formalidade do esporte. Quer dizer, você já deu a resposta indiretamente para elas lá.

Quando o Cícero me falava dos exemplos ali, dando o exemplo de como o atleta é formado ali no campo de futebol de barro, ali formando o gol com a sandália, tal, aquilo me despertou.

Realmente é, Cícero. A gente hoje não via mais aquilo. Queria só o campo já gramado, com rede, com apito, marcado, e as grandes peladas, os grandes jogadores saíram ali do barrão, né? Sem nada, né? Isso aí significa que, realmente, o trabalho de iniciação que nós tínhamos no Brasil deve continuar com aquele trabalho, só que com uma política de governo, Senadora.

Eu acho que o que a senhora fala aqui é importante para o Brasil todo escutar. É uma preocupação já, quando a gente traz uma situação aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Yohan, que é muito craque agora, escutou muito o Mizael, o chefe dele, e trouxe já um pedido que foi aceito imediatamente.

Yohan, parabéns pelo trabalho! É isso aí que significa. Para isso o Senado está aqui, para trabalhar junto com tantas pessoas que querem um esporte cada dia melhor.

Eu continuo com aquela briga pelos clubes. Os clubes vão estar sempre juntos com o esporte brasileiro, vão estar sempre junto com o Senado, Senadora, a hora que precisar. Os clubes hoje, da cabeça da iniciação até os de grandes recursos já, de alto padrão, com atletas ali formados...

A gente está chegando hoje com a Superliga de Vôlei, Superliga de Basquete, a gente está sempre junto delas, e a gente quer participar ativamente disso aí, do trabalho aí.

Nós, hoje gestores do esporte, temos a obrigação de responder à Letícia e à Melyssa exatamente isso, com palavras como as da senhora.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Eu que agradeço.

Com certeza, vamos ter bons encaminhamentos desta audiência pública.

Aqui eu vou só ler um comentário – não é pergunta –, antes do Cícero, porque vem da última fala, que é exatamente o que ele botou. Eu vejo aqui alguns comentários.

Esse aqui é do Leonardo, Distrito Federal: "A formação de atletas começa nas escolas, a partir do esporte da escola, garantindo preciosas etapas de formação social e profissional".

Além dele, nós temos o Elias, de Goiás, que também fala sobre a questão da escola, do esporte dentro da escola.

Eu estou deixando aqui os comentários para deixar a deixa para você vir, Cícero, e fechar com chave de ouro.

O SR. CÍCERO ROSA DE SOUZA (Para expor.) – Perfeito, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou pegar a sua deixa e a dos colegas.

Paulo, o desafio hoje não é só perceber que o europeu aprendeu com a nossa cultura de rua; talvez o maior desafio seja nós termos a visão clara e nítida de que nós perdemos a cultura de rua.

Existem componentes. Existe aí um *boom* da construção civil, gerando uma urbanização fantástica. São grandes metrópoles que tiram o espaço do jogo.

Existe a insegurança de um pai, de uma mãe de liberar um jovem de oito, nove anos para ir para a rua praticar esporte. Na realidade, essa insegurança não é só para o esporte, é para tudo.

E existem também componentes modernos muito atrativos para as crianças, tecnológicos, e que hoje são concorrentes da prática desportiva.

Mas, juntando com a sua fala, Yohansson, juntando as duas... Porque você vislumbra o Brasil ganhando mais de cem medalhas paraolímpicas. Esse número, que seria ampliado, não reflete só o produto final; ele reflete que, antes disso, muito mais gente praticou. E isso reflete que, antes disso, muito mais gente teve oportunidade. E aí, Senadora, é que entra o nosso fomento.

Então, a competição, embora muitas vezes exista a distorção sobre quem banca a competição, é geradora de motivação e ela é que pode difundir a prática desportiva.

Encerrando as minhas palavras aqui, eu digo que a CBF, nos últimos três meses, desde o início da gestão do Presidente Samir Xaud, tem se proposto a esse fomento de competições.

Eu não trouxe números, mas, em categorias de base, são mais de 600 jogos no Brasil este ano, e, se você multiplicar isso por custear a logística de todos esses jogos, de um time viajar e se hospedar e fazer as suas refeições, isso tem um volume financeiro muito significativo.

E também, agora nos últimos três meses, a CBF está inaugurando centros de desenvolvimento – são 14 – que foram legados da Copa do Mundo realizada no Brasil. Os CDs todos ficaram prontos agora. O Presidente Samir já inaugurou três e, no dia 15, ele vai inaugurar um novo em Santa Catarina.

E, lá em Santa Catarina, também nos dias 21 e 24, a Seleção Brasileira Sub-17 faz dois amistosos com a Costa Rica, num projeto de se tornar itinerante e de se aproximar do torcedor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro. Afinal, uma grande oportunidade hoje de o torcedor de estados alternativos poder receber a visita de grandes jogadores, que logo, logo, serão os principais jogadores mundiais, ocorre na categoria Sub-17, já que, na categoria Sub-20, eles já estão profissionalizados, já estão defendendo grandes clubes e acabam, em momentos que não são Datas FIFA, não sendo liberados à seleção. E, na Sub-17, a gente não tem esse problema.

A ideia é aproximar o público da CBF, da Seleção Brasileira, para a gente retomar algo muito importante aí, que é o orgulho de torcer pela nossa amarelinha.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada também, Sr. Cícero.

E agora, já indo aqui para a final da nossa audiência pública, em consideração aos internautas que fizeram comentário aqui, eu vou só pedir aqui para ler os últimos comentários. Não é pergunta. Então, fiquem tranquilos.

Alguns comentários aqui.

Mauro, da Bahia: "É fundamental o estímulo esportivo, mas isso se fortalece [de fato] com políticas públicas e com participação da comunidade e apoio privado".

Nós temos o Leonardo, aqui do Distrito Federal... Foi o que eu li, o do Leonardo.

Agora o Fernando, do Rio de Janeiro: "[...] [é] fundamental o estímulo de práticas esportivas entre os jovens, [...] [especialmente os mais vulneráveis]".

Philippe, de Minas Gerais: "Instituições poderiam se [envolver] [...] mais, de forma gratuita, para oferecer formação básica ao esporte e selecionar os futuros atletas".

E a última, a Ana, do Pará: "Acho que a formação esportiva dos jovens [...] [deve vir] acompanhada de acesso à educação e incentivo financeiro".

E aqui nós já fizemos as considerações finais.

Eu gostaria imensamente de agradecer a todos os expositores que aqui estiveram. Volto a dizer: o nosso compromisso – o meu, do nosso mandato, da Comissão, e com certeza da Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leila – é que a gente continue os trabalhos além da audiência pública, para ver se realmente a gente consegue fazer alguma proposição, para que a gente possa fortalecer, especialmente na formação dos profissionais e também dentro do ensino médio, fortalecer a educação física em si e os profissionais que vão ser formados através dela, para que possam ter esse olhar que sua professora teve, dando-lhe a oportunidade.

Se a gente conseguir fazer com que vire realmente uma política de Estado, a gente vai ver tantas outras professoras e professores também podendo incluir, porque isso é inclusão.

E aí eu agradeço demais.

E, antes de encerrar os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 17ª Reunião, realizada no dia 6 de agosto de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata foi aprovada e será publicada também no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, eu desejo a todos e todas um ótimo dia e muito obrigada, mais uma vez, aos expositores.

Obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Plínio Valério, Alan Rick, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Romário, Wellington Fagundes, Teresa Leitão e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Eduardo Girão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Emendas ao PLDO 2026 (PLN 2/2025). Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Esporte à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referentes ao PLDO 2026 (PLN 2/2025), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências". Relator na CEsp: Senador Chico Rodrigues. **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Chico Rodrigues, que passa a constituir parecer favorável às seguintes emendas ao Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026: NÚMERO: **50540001** | EMENTA: EMENDA 1-CEsp - OBJETIVO 0404_VIABILIZAR A ENTREGA DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E PARADESPORTIVA | ACRÉSCIMO META: + 2.151 infraestruturas esportivas viabilizadas | Indicação das senadoras Leila Barros e Mara Gabrilli e dos senadores Confúcio Moura e Plínio Valério; NÚMERO: **50540002** | EMENTA: EMENDA 2-CEsp – OBJETIVO 0455_AMPLIAR E FORTALECER PROGRAMAS PARADESPORTIVOS E POLÍTICAS DE INCLUSÃO EM ATIVIDADES FÍSICAS DESPORTIVAS E DE LAZER DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA | ACRÉSCIMO META: + 200 programas e políticas apoiadas | Sugestão das senadoras Augusta Brito, Leila Barros, Mara Gabrilli e Teresa Leitão e do senador Confúcio Moura; NÚMERO: **50540003** | EMENTA: EMENDA 3-CEsp – OBJETIVO 0410_AMPLIAR O ACESSO AO ESPORTE EDUCACIONAL, AMADOR E DE LAZER PARA TODAS AS IDADES, E INCLUINDO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA QUE ABRANJAM OS DIFERENTES TERRITÓRIOS PARA O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES ESTRUTURAIS E REGIONAIS | ACRÉSCIMO META: + 800.000 pessoas beneficiadas | Indicação dos senadores Chico Rodrigues e Plínio Valério, e das senadoras Augusta Brito, Leila Barros, Mara Gabrilli e Teresa Leitão; NÚMERO: **50540004** | EMENTA: EMENDA 4-CEsp – Ao texto do PLN 2/2025, de modo a inserir novo inciso V no § 2º do art. 143, com o seguinte teor: "V - benefícios tributários previstos na Lei nº 11.438, de 29 de dezembro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2006, ou na lei que vier a substituí-la". | Indicação da senadora Leila Barros. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 18ª reunião, realizada em 13 de agosto de 2025, e da ata da presente reunião. Após aprovação, a Ata da 18ª reunião será assinada pela senadora Augusta Brito, que presidiu a mencionada reunião, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas. A Ata da presente reunião será assinada pela Senhora Presidente, publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas, e encaminhada, junto às emendas, à CMO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de agosto de 2025.

A primeira parte se destina à deliberação de emendas ao PLDO 2026.

A presente reunião é destinada à deliberação das propostas de emendas dos membros desta Comissão de Esporte ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, que é o Projeto de Lei nº 2, de 2025, do Congresso Nacional, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências".

Eu vou convidar o Senador Chico Rodrigues, que é o Relator da nossa Comissão, para leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Bom dia. Bom dia, Presidenta Leila.

Quero cumprimentar todos. Vou apresentar aqui o parecer da Comissão de Esporte sobre as propostas de emenda apresentadas à Comissão referentes ao Projeto de Lei nº 2, de 2025-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências".

No prazo estabelecido pela Comissão, foram oferecidas 24 propostas de emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 – PLDO 2026, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2026. Dessas, 23 foram destinadas ao Anexo de Prioridades e Metas e uma ao texto do projeto.

Conforme consta do Parecer Preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) sobre o PLDO 2026, cada Comissão Permanente do Senado Federal pode oferecer até três emendas ao Anexo de Prioridades e Metas do mencionado projeto.

Não há limites para as emendas ao texto da proposta.

Em relação ao aperfeiçoamento do texto do projeto, acolhemos a proposta 1, da Senadora Leila Barros, que visa incluir a Lei de Incentivo ao Esporte, ou a lei que vier a substituí-la, nas ressalvas do art. 143 da LDO 2026 (novo inciso V do §2º), permitindo que o benefício do incentivo ao esporte se torne permanente, a exemplo do que ocorre com benefício dado ao setor cultural através da Lei Rouanet.

Por sua vez, no que se refere às sugestões de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, inicialmente cabe registrar que foram encaminhadas a esta Comissão duas propostas que não podem ser aprovadas, pois se referem à área da cultura (propostas 22 e 23).

As outras 21 propostas, todas meritórias, abrangem seis objetivos específicos distintos. No entanto, cada emenda deve se restringir a apenas um objetivo. E, como as regras determinam que cada Comissão pode apresentar apenas três emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, sugere-se aprovar aquelas relacionadas aos objetivos que obtiveram mais apoio entre os membros da Comissão. Os objetivos mais apoiados foram os seguintes:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(a) Objetivo 0410 - Ampliar o acesso ao esporte educacional, amador e de lazer para todas as idades, e incluindo as pessoas com deficiência que abranjam os diferentes territórios para o enfrentamento das desigualdades estruturais e regionais; indicação dos Senadores Chico Rodrigues e Plínio Valério, e das Senadoras Augusta Brito, Leila Barros, Mara Gabrilli e Teresa Leitão;

(b) Objetivo 0455 - Ampliar e fortalecer programas paradesportivos e políticas de inclusão em atividades físicas desportivas e de lazer da pessoa com deficiência; sugestão das Senadoras Augusta Brito, Leila Barros, Mara Gabrilli e Teresa Leitão e do Senador Confúcio Moura;

(c) Objetivo 0404 - Viabilizar a entrega de infraestrutura esportiva e paradesportiva; indicação das Senadoras Leila Barros e Mara Gabrilli e dos Senadores Confúcio Moura e Plínio Valério.

Voto.

Ante o exposto, votamos no sentido de que esta Comissão apresente à CMO as seguintes emendas ao PLDO 2026:

(a) uma emenda aditiva ao texto do projeto, de modo a inserir novo inciso V no §2º do art. 143, com o seguinte teor: "V - benefícios tributários previstos na Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, ou na lei que vier a substituí-la";

(b) três emendas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, com o seguinte teor – objetivo, descrição do objetivo e acréscimo/meta –:

- Objetivo 0410: Ampliar o acesso ao esporte educacional, amador e de lazer para todas as idades, e incluindo as pessoas com deficiência que abranjam os diferentes territórios para o enfrentamento das desigualdades estruturais e regionais. Acréscimo/meta: mais de 800 mil pessoas beneficiadas;

- Objetivo 0455: Ampliar e fortalecer programas paradesportivos e políticas de inclusão em atividades físicas desportivas e de lazer da pessoa com deficiência. Acréscimo/meta: mais de 200 programas e políticas apoiadas;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Objetivo 0404: Viabilizar a entrega de infraestrutura esportiva e paradesportiva. Acréscimo/meta: mais de 2.151 infraestruturas esportivas viabilizadas.

Plenário das Comissões, 20 de agosto de 2025.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata, Senador Chico Rodrigues, Vice-Presidente desta Comissão, pela leitura do relatório.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Chico Rodrigues, que passa a constituir parecer favorável às seguintes emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026:

(a) uma emenda aditiva ao texto do projeto, de modo a inserir novo inciso V no §2º do art. 143, com o seguinte teor: "benefícios tributários previstos na Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, ou na lei que vier a substituí-la";

(b) três emendas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, com o seguinte teor:

- Objetivo 0410: Ampliar o acesso ao esporte educacional, amador e de lazer para todas as idades, e incluindo as pessoas com deficiência que abranjam os diferentes territórios para o enfrentamento das desigualdades estruturais e regionais. Acréscimo/meta: mais de 800 mil pessoas beneficiadas. Indicação dos Senadores Chico Rodrigues e Plínio Valério, e das Senadoras Augusta Brito, Leila Barros, Mara Gabrilli e Teresa Leitão;

- Objetivo 0455: Ampliar e fortalecer programas paradesportivos e políticas de inclusão em atividades físicas desportivas e de lazer da pessoa com deficiência. Acréscimo/meta: mais de 200 programas e políticas apoiadas. Sugestão das Senadoras Augusta Brito, Leila Barros, Mara Gabrilli e Teresa Leitão, e do Senador Confúcio Moura; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Objetivo 0404: Viabilizar a entrega de infraestrutura esportiva e paradesportiva. Acréscimo/meta: mais de 2.151 infraestruturas esportivas viabilizadas. Indicação das Senadoras Leila Barros e Mara Gabrilli, e dos Senadores Confúcio Moura e Plínio Valério.

A Secretaria da Comissão providenciará o registro em ata das propostas de emendas aprovadas, com a identificação nominal dos respectivos proponentes e os ajustes técnicos necessários para o sistema Lexor, juntamente com a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, para envio do lote de emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Agora, nós vamos para a aprovação da ata.

Antes de encerrarmos, claro, os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião, realizada em 13 de agosto de 2025, e da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A ata desta reunião será encaminhada juntamente com as emendas à Comissão Mista de Orçamentos (CMO).

Esta foi uma reunião rápida, até porque nós temos um dia bem movimentado na Casa.

Eu quero agradecer aos nossos servidores aqui da Secretaria da nossa Comissão.

E nada mais havendo a tratar, eu encerro a presente reunião, já agradecendo e desejando um bom dia para todos vocês. Até mais.

(Iniciada às 11 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Plínio Valério, Pedro Chaves, Alan Rick, Chico Rodrigues, Romário, Wellington Fagundes, Teresa Leitão e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Weverton, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Wilder Morais e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Eduardo Girão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Cerimônia de homenagem a Aida dos Santos Menezes**. **Finalidade:** Homenagear a ex-atleta Aida dos Santos Menezes, em reconhecimento à sua notável trajetória no esporte brasileiro e à sua inestimável contribuição para a valorização da mulher, especialmente da mulher negra, no cenário esportivo nacional. **Participantes:** Sra. Aída dos Santos Menezes, Ex-atleta olímpica; Sra. Valeska dos Santos Menezes, Representante dos Atletas de Alto Rendimento na Comissão Mulher no Esporte do Comitê Olímpico do Brasil - COB; Sra. Lucimara Cardozo, Representante do Ministério das Mulheres; Sr. Wlamir Motta Campos, Presidente da Confederação Brasileira de Atletismo; Sra. Conceição Aparecida Geremias, Ex-atleta olímpica; Sra. Elisângela Maria Adriano, Ex-atleta olímpica e Presidente do Comitê Feminino da Confederação Brasileira de Atletismo; Sr. José Luís Barbosa, Ex-atleta olímpico; e Sra. Iziane Castro Marques, Secretária Nacional de Excelência Esportiva. **Resultado:** Cerimônia de homenagem realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 35, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de louvor à ex-atleta Aída dos Santos Menezes, em reconhecimento à sua notável trajetória no esporte brasileiro e à sua inestimável contribuição para a valorização da mulher, especialmente da mulher negra, no cenário esportivo nacional." **Autoria:** Comissão de Esporte, Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 36, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de comemorar os 10 anos da sanção da Lei n.º 13.155/2015, conhecida como Lei Profut, marco importante para o fortalecimento da gestão fiscal e da responsabilidade financeira no futebol brasileiro." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/27

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de agosto de 2025.

Senhoras e senhores, é com imensa honra e profunda emoção que damos início a esta 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Esporte, cuja primeira parte é dedicada a homenagear uma mulher que faz história no esporte brasileiro e que deixou um legado de inspiração e superação para todo o nosso país, a ex-atleta Aída dos Santos Menezes.

Nascida em 1937 no Rio de Janeiro, Aída venceu todas as barreiras sociais, econômicas e raciais que lhe foram impostas. Mulher negra, vinda de uma comunidade carente, enfrentou desigualdades estruturais, mas jamais se curvou diante das dificuldades. No atletismo, destacou-se no salto em altura e conquistou, nos Jogos Olímpicos de Tóquio de 1964, um feito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extraordinário, o quarto lugar, melhor resultado de uma atleta brasileira por mais de três décadas, vejam bem, mais de 30 anos, em todas as modalidades olímpicas femininas. É importante lembrar que a Aída foi a única mulher da delegação brasileira naquela edição dos jogos. Competiu sem técnico, sem uniforme adequado, sem o devido apoio institucional e, ainda assim, ela fez história. Sua trajetória nos mostra a força da resiliência, do talento e da coragem.

Já nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg, em 1967, e Cali, em 1971 – eu estava nascendo ainda –, seguiu representando o Brasil com brilhantismo. Mais tarde, dedicou-se à formação acadêmica, graduando-se em Geografia, Pedagogia e Educação Física. E se tornou professora universitária, contribuindo para a formação de gerações de atletas e de educadores.

Sua vida é marcada pelo pioneirismo e pela superação de barreiras de gênero e raça. Não por acaso, recebeu reconhecimentos de destaque, como o Troféu Adhemar Ferreira da Silva, do Comitê Olímpico Brasileiro, e o Diploma Mundial Mulher e Esporte, do Comitê Olímpico Internacional.

É, portanto, mais do que justo que esta Comissão promova esta homenagem e aprove, na data de hoje, o voto de louvor à Aída dos Santos Menezes, constante da pauta, como forma de reconhecer sua inestimável contribuição para a valorização da mulher, especialmente da mulher negra, no cenário esportivo nacional. Desde já, peço aos nobres colegas o apoio e a aprovação desse requerimento.

Por fim, como de costume, aproveito também para registrar algumas conquistas recentes do nosso esporte nacional, que demonstram como o legado de pioneiras como Aída continua inspirando as novas gerações.

No vôlei feminino... Eu e Valeskinha estamos aqui torcedoras; a gente sai do esporte, mas ele não sai da gente, né, Valeskinha? O Brasil encerrou a primeira fase do Campeonato Mundial com uma campanha impecável, vencendo todos os seus jogos e garantindo a liderança do grupo. Sofreu um pouco ali contra a França, né? Mas, graças a Deus, soube impor seu jogo no momento certo.

A seleção de canoagem paraolímpica brilhou no Mundial de Milão, trazendo para casa cinco medalhas e reforçando a força do paradesporto brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Pan Júnior, jovens atletas brasileiros dominaram as provas, conquistando resultados históricos e mostrando que o futuro do esporte nacional está em boas mãos.

E no basquete brasileiro, o Brasil venceu os Estados Unidos e consagrou-se campeão do Globl Jam, reafirmando nossa tradição e talento também nas quadras.

Senhoras e senhores, o esporte brasileiro tem sido historicamente uma ferramenta de transformação social. A trajetória de Aída dos Santos Menezes é a prova disso. Hoje, ao celebrarmos sua vida e sua obra, reafirmamos nosso compromisso de seguir lutando por igualdade, reconhecimento e mais oportunidades para as mulheres e homens que sonham em representar o nosso país. Que esta homenagem sirva de inspiração para todos nós, lembrando que o esporte é, acima de tudo, uma forma de resistência, inclusão e cidadania!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Bom, a presente reunião está dividida em duas partes. A primeira é a audiência pública interativa e a segunda é deliberativa.

A primeira parte, que é esta audiência pública, destina-se à realização de audiência com o objetivo de homenagear a ex-atleta Aída dos Santos Menezes, em reconhecimento à sua notável trajetória no esporte brasileiro e à sua inestimável contribuição para a valorização da mulher, especialmente da mulher negra, no cenário esportivo nacional.

Bom, primeiramente, gente, eu gostaria de pedir uma salva de palmas mais uma vez para nossa homenageada (*Palmas.*), D. Aída, que é mãe de outra craque do vôlei aqui, que é a Valeskinha – por favor, outra salva de palmas (*Palmas.*) –, seguindo a tradição da família Menezes. É claro, com todo o respeito ao Wlamir e à Lucimara, mas, assim, é um orgulho ter as duas aqui, né? Duas mulheres fortes. Tive a oportunidade de jogar com a Valeskinha, sei da força dela e certamente eu não preciso perguntar qual foi a maior inspiração dela no esporte. É um prazer, D. Aída, ter a senhora aqui conosco.

Mas antes – eu vou deixar sua fala para depois, segure aí –, eu vou passar a palavra para as manifestações dos nossos expositores, dos nossos convidados aqui, para falar um pouco da sua trajetória, já agradecendo a participação de vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra primeiro para o Wlamir Motta Campos, que é o Presidente da Confederação Brasileira de Atletismo.

Seja muito bem-vindo, Wlamir!

O SR. WLAMIR MOTTA CAMPOS (Para expor.) – Obrigado. Obrigado, Senadora Leila.

Olá, seja bem-vinda, nossa Secretária Iziane!

Senadora Leila, saúdo a senhora. Saúdo V. Exa. pela iniciativa, acho extremamente importantes gestos como este, porque... Eu sou suspeito para falar de Aída dos Santos, porque ela transcende tudo o que a gente fala sobre esporte. A D. Aída dos Santos, eu tenho o privilégio, o prazer de falar que, mais do que uma referência, uma inspiração, ela é uma amiga. A D. Aída dos Santos representa tudo que a gente espera do esporte, né? Como foi falado, uma mulher negra lá do Morro do Arroz, em Niterói, não tinha apoio em casa para ser atleta. Muito pelo contrário, os pais... O pai, inclusive, né? Ela apanhou algumas vezes por ser atleta. Ela tinha que esconder as medalhas quando ela conquistava, porque o pai falava sempre que esporte não enchia barriga e que ela tinha que deixar disso e tinha que trabalhar. Mal sabia o pai que ele era pai de uma mulher que inspira, transforma, é uma referência. Mal sabia ele que a D. Aída faria história não só no atletismo brasileiro, mas no atletismo mundial.

Como foi bem colocado aqui, a D. Aída, em 1964, foi a única mulher brasileira a integrar a Seleção. No time do Brasil que disputou os Jogos Olímpicos de Tóquio, que é uma delegação com quase 70 pessoas, só ela como mulher. E ela chegou ao quarto lugar. Então, até aquele momento, foi a maior colocação de uma atleta mulher do Brasil na história. E isso perdurou, como a Senadora Leila bem colocou, por mais 30 anos, até que se atingisse isso. Então, a gente está falando de uma grandeza gigante.

Mas, mais do que isso, a D. Aída é uma mulher poderosa, empoderada, que, do alto dos seus 88 anos, continua inspirando, continua iluminando gerações. E eu falo isso com muito prazer, com muita alegria. A D. Aída, sempre presente. E graças ao bom Deus, a D. Aída tem sido muito homenageada. E ela merece todas essas homenagens. Como foi bem colocado, ela recebeu o Troféu Adhemar Ferreira da Silva, que é a maior honraria do Comitê Olímpico do Brasil. Em 2021, ela entrou no Hall da Fama, então ela faz parte do Hall da Fama do Comitê Olímpico do Brasil. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2023, ela recebeu o título honorário de emérita do Atletismo Brasileiro – foi uma proposta nossa também. No ano passado, ela foi homenageada, emprestando o seu nome para o complexo esportivo da Universidade Federal Fluminense, que hoje se chama Aída dos Santos. Então, isso é muito importante para que fique por gerações, para que todos entendam, para que todos reconheçam que essa mulher negra, poderosa, empoderada, usou o esporte como uma ferramenta não só de transformação, mas primeiro de inclusão social; não se conformou apenas com isso e foi buscar o seu crescimento através da universidade.

E, numa época extremamente difícil, muito mais difícil que hoje, ela se graduou em três faculdades, numa universidade federal, como a senhora bem falou: Geografia, Pedagogia e Educação Física. E, para poder seguir inspirando, ela foi Professora da Universidade Federal Fluminense por quase 30 anos, foi Professora da cadeira de Educação Física da Universidade Federal Fluminense. Mais uma vez, ela foi a primeira e a única mulher em 1964, uma das poucas mulheres negras a fazer parte do olimpismo até então. Ela foi, se eu não me engano, a segunda. A primeira foi a D. Melânia Luz; e, depois, a D. Aída. Mas ela foi conquistando esses espaços não só dentro de uma pista de atletismo, mas na sociedade, tornando-se exemplo, referência, inspiração.

E agora, em 2025, há pouco mais de um mês, nós tivemos o prazer de homenageá-la no Troféu Brasil Loterias Caixa, que é o maior evento do atletismo brasileiro. Esse evento foi uma homenagem à D. Aída, com a imagem dela estampada nas nossas medalhas. E os atletas têm muito orgulho, porque isso vai ficar para a história de cada atleta. Contamos com a presença da D. Aída, que, para variar, chorou. Não é, D. Aída? Não sei por quê. A D. Aída traz toda essa memória, essa história.

Eu comento sempre que o que mais me inspira na D. Aída é a sequência da geração: a Valeskinha é um grande exemplo. Então, falei no início que os pais não permitiam que a D. Aída praticasse esporte, que a D. Aída tinha que esconder as medalhas para não apanhar. Ela não tinha o apoio, muito pelo contrário, ela tinha a repulsa, principalmente do pai, com relação ao esporte, mas ela não trouxe isso como trauma, muito pelo contrário, ela colocou nos filhos tudo que ela esperava, os valores do esporte ela passou para os filhos e está aqui. Ela tem esse privilégio – privilégio maior é o da Valeska – de ter uma filha campeã olímpica. São poucos os pais, no nosso país, que têm esse privilégio, e a D. Aída é mais um capítulo da história. Eu imagino a alegria dela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao acompanhar a trajetória da Valeska, e não só da Valeska. Hoje, a D. Aída tem uma neta, nos Estados Unidos, praticando atletismo, com 13 anos de idade; já vem se destacando também. Então, é isso, é uma geração. Esse DNA é poderoso, esse DNA é forte!

Então, a D. Aída dos Santos, minha amiga Aída dos Santos, todas as honras, todas as homenagens do atletismo brasileiro. Repito, a senhora é exemplo, inspiração e referência para nós, e tenho certeza de que seguirá sendo guia para todos os que buscam o esporte, não apenas a medalha, mas o esporte como uma ferramenta poderosíssima que abre portas, hoje muito mais. Eu falava da D. Aída, que hoje tem seus 88 anos; 50 anos atrás, você fazer uma faculdade era difícil, uma faculdade pública praticamente impossível, mas, para tirar onda, ela fez três. Então, é importante, quando a gente vê hoje o atleta falar: "Eu não consigo estudar, eu tenho dificuldade". A vida do atleta é curta, é importante ter essa consciência. A Valeskinha hoje, como atleta, ainda mais também como gestora... O pós é importante, e a D. Aída nos ensinou isso 50 anos atrás. Então, é uma mulher muito à frente do seu tempo. Feliz do país que tem Aída dos Santos com uma cidadã.

Muito obrigado, D. Aída. Siga brilhando e inspirando! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata, Wlamir.

Eu vou passar, agora, a palavra para a Sra. Iziane Castro Marques, que é Secretária Nacional de Excelência Esportiva do Ministério do Esporte.

A SRA. IZIANE CASTRO MARQUES (Para expor.) – Bom dia a todos!

Senadora Leila, é um prazer estar aqui. Fiz questão de estar aqui presente nesta audiência pública à D. Aída dos Santos, porque realmente é um privilégio a gente poder ainda conviver com uma mulher pioneira que abriu portas para tantas outras, como nós mesmas que estamos aqui sentadas – né? –, a Valeska, que também é sua filha, a própria Leila. A gente sabe a dificuldade que é ser uma mulher atleta neste país e imagine a dificuldade que a senhora teve tantos anos atrás. Então, obrigada por abrir portas para que fosse possível que nós também pudéssemos passar e trilhar os mesmos caminhos que a senhora trilhou de uma forma mais fácil.

Então, queria também parabenizar a Senadora Leila, mais uma vez. Essas pautas precisam ser, totalmente, sempre construídas, lembrando principalmente as mulheres, mostrando que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres podem estar onde elas quiserem, podem fazer esporte, podem ser grandes gestoras, podem ser grandes atletas. E homenagens são feitas em vidas, né? O Wlamir aqui citou tantas homenagens que D. Aída teve. E que bom, que bom que ela teve essas homenagens em vida, porque é sobre isso, né? A gente precisa saber da importância que nós temos, que nós tivemos e que nossos ídolos são em vida.

Então, fico muito feliz de estar aqui também participando e também quero deixar aqui a minha homenagem à Sra. D. Aída.

Obrigada por tudo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata, Iziane Marques.

Vou passar a palavra agora para a Sra. Conceição Aparecida Geremias, ex-atleta olímpica, que participará por videoconferência. Seja bem-vinda!

A SRA. CONCEIÇÃO APARECIDA GEREMIAS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Oi, eu sou a Conceição Geremias. Quando eu iniciei a prática esportiva, tinha uma amiga nossa, amiga da Aída também, a Odete, que mostrava para gente os ídolos do atletismo. Então, no meu início, a Aída era o meu objetivo, conhecê-la e tudo. E aconteceu, porque a gente se conheceu numa competição e também aconteceu que ela fazia o heptatlo, corria barreira e, o primeiro recorde que eu bati pertencia a ela. E a gente sempre foi amiga; desde que eu iniciei, ela já estava presente. E a gente conviveu, participamos de muitas competições juntas. Ela sempre muito amiga, orientando a gente, sempre, protegendo. E a Aída é esse mito para mim, é um mito do atletismo. E a gente se encontrou em duas categorias diferentes, né? No atletismo, no adulto e no atletismo *master*, a gente chegou a competir juntas. E, bom, enfim, nós somos amigas até agora, a gente está sempre se encontrando. E, nossa, eu não tenho palavras. Sem dúvida, é a maior atleta, é a maior inspiração para a gente. Continuo sempre me inspirando nela. Bom é isso que eu tenho para falar.

Aída, parabéns! Eu continuo gostando muito de você, me espelhando muito nos seus conselhos. E parabéns! Isso é o que eu tenho para falar agora. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Sra. Conceição Geremias, que prazer também. Nossa, é uma turma boa, né, D. Aída? Muito legal.

Eu vou passar agora a palavra para a Sra. Lucimara Cardozo, que é Assessora da Ministra de Estado das Mulheres.

Seja bem-vinda, Lucimara!

A SRA. LUCIMARA CARDOZO (Para expor.) – Obrigada, Senadora. Um bom dia a todas as pessoas presentes aqui neste espaço. E que responsabilidade – não? – a gente estar aqui. Eu quero agradecer, Senadora Leila, o convite para o Ministério das Mulheres estar aqui presente e também parabenizá-la e toda a Comissão de Esporte por trazer para esta Casa essa pessoa, esse mito, né?

E ouvindo aqui as histórias e, quando eu cheguei também, ela estava de fofoquinha, contando um pouco. E ela comentou que – eu fico emocionada também – se emociona todas as vezes que se lembra do que ela passou, dessa trajetória.

Eu quero também deixar aqui um abraço da Ministra Márcia Lopes, que não pôde estar presente, mas nós, enquanto Ministério das Mulheres, temos o dever também de trabalhar incansavelmente nesse trabalho de promover as políticas públicas, para que cada vez mais nós tenhamos mulheres no esporte.

E à senhora: essa homenagem hoje é justa, merecida e também muito necessária neste momento, em que a gente acompanha a ascensão das mulheres no espaço do esporte. E a gente enfrenta muitas barreiras. Vocês mesmos... A gente tem aqui três atletas e também, assim como a Sra. Aída passou, a gente sabe que muitas mulheres são inviabilizadas pela cor, sofremos assédios e abusos, também recebemos menos simplesmente por ser mulher e muitas vezes nem somos lembradas.

Então, Senadora, eu quero mais uma vez te parabenizar, mas hoje o muito obrigado é à nossa atleta aqui, a Aída, por você ter superado todos os obstáculos, ter superado os seus medos, pela sua força, pela sua coragem e pela sua determinação. Enfrentando todos os seus desafios, você segue sendo um exemplo para todas as mulheres, para todas as meninas que, de alguma forma, conhecem a sua história e se inspiram em você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje é um obrigado de todo o coração, e nós, no Ministério das Mulheres, estamos felizes por poder estar aqui neste momento, poder estar diante de você, diante desse mito, uma mulher empoderada e que continua sendo um exemplo para muitas e muitas mulheres do país.

Muito obrigada, D. Aída. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Lucimara.

Eu estava falando aqui com a Valeskinha. Antes de você falar o nome da Ministra, eu falei: "Márcia Lopes". Eu falei: "A minha cabeça está...", mas mande um abraço à Ministra, sempre muito solícita toda vez que nós temos alguns debates aqui. Ontem tivemos sobre feminicídio e tivemos a representação no Plenário também da Casa. Então, mande meu afetuoso abraço à Ministra. Muito importante vocês estarem aqui nessa celebração para a D. Aída.

Eu vou passar a palavra agora para Elisângela Maria Adriano, ex-atleta olímpica e Presidente do Comitê Feminino da Confederação Brasileira de Atletismo, que participará por videoconferência.

Seja muito bem-vinda, Elisângela!

A SRA. ELISÂNGELA MARIA ADRIANO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todas. Bom dia a todos e todas.

Vocês estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim, bom dia.

A SRA. ELISÂNGELA MARIA ADRIANO (*Por videoconferência.*) – Bom dia, gente.

Que homenagem linda, né? Que dia especial, que manhã maravilhosa de estar aqui falando sobre a Aída. Hoje a gente não está homenageando só uma mulher, a gente está homenageando uma lenda do atletismo, que inspira e inspirou todas as gerações do atletismo, principalmente pela sua dedicação, sua perseverança e seu talento.

Eu fico até emocionada, porque, devido a tantas dificuldades que ela passou, com a garra e talento que ela teve, ela abriu caminhos para outras meninas como eu, para que a gente pudesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acreditar que o esporte também era um lugar de todas nós. E eu só tenho a agradecer a Aída, porque ela tem sido todo o nosso exemplo para todos os nossos atletas, para os jovens, né? Todo esse esforço, essa perseverança, ela trouxe para que a gente pudesse ter uma história no atletismo feminino no Brasil, porque esse nome jamais vai ser esquecido, principalmente porque ela deixou não apenas recordes, resultados, mas ela deixou um legado de resistência, de fé e de muita inspiração. Aída, muito obrigado por tudo que você fez e por tudo que você faz pelo atletismo brasileiro.

Agradeço, Leila, por esse reconhecimento, por esse merecimento, por essa dedicação e por todo o talento que ela ofereceu para a gente.

Um beijo, Aída. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Um beijo para você também, Elisângela. Que linda! E me fez chorar aqui, mas para eu chorar também, não precisa de muito, não. Um beijo para você, maravilhosa!

Olha só, vou passar agora a palavra para o Zequinha Barbosa, gente. Esse José Luiz Barbosa, quem conhece? Quem conhece José Luiz Barbosa? Eu conheço o Zequinha, ex-atleta olímpico, que participará por videoconferência.

Ô, Zequinha, um beijo para você!

O SR. JOSÉ LUÍS BARBOSA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Em primeiro lugar, é uma honra estar aqui. Bom dia a todos, a todas. Bom dia, Senadora Leila. Parabéns pela sua iniciativa de fazer uma homenagem a uma grande mulher, uma grande atleta, que foi, assim... Foi assim, não; é a maior inspiração do atletismo nacional.

Eu via a Elisângela se emocionar, a gente se emociona muito, até porque ela é um exemplo de humildade, ela é um exemplo de determinação, ela é aquele exemplo que a gente sempre fala, que para chegar à porta do sucesso, precisa-se de quatro características importantes, fundamentais, que são a disciplina, a determinação, que é o querer muito, a perseverança, que é o querer sempre, e a coragem, acreditar naquilo que todos pensam que é impossível. E você vê todas essas características numa única pessoa, num único ser fantástico, que é Aída dos Santos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É mais do que merecida essa homenagem. Eu acho que isso tem que ser feito com mais constância, porque aí está uma bancada de excelentes mulheres, que têm feito um trabalho maravilhoso pelo Brasil, pelo nosso esporte, iniciando pela Senadora. Estão aí a Secretária de esportes, Iziane, enfim, a Conceição, a Elisângela. Se a gente for citar aqui o tanto que as mulheres brasileiras que têm feito pelo esporte nacional, acho que a gente fica aqui até amanhã.

Então, queria dar os parabéns pela iniciativa, e que Deus continue abençoando você, Aída dos Santos! Que Deus continue te dando muito brilhantismo, que Deus te continue te dando bastante saúde para que você fique aqui, espalhando esse seu bem, essa sua alegria, esse seu exemplo para o atletismo nacional, para a nação brasileira e para o povo brasileiro!

Muito obrigado por fazer parte dessa homenagem. Sinto-me bastante honrado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Honrados estamos nós também, meu amigo. Um beijo para você aí! Sucesso! Saudades, viu? É muito legal ver esse teu rostinho aí. Já está coroa, como todos nós aqui, mas um beijão, viu, amigo?

Vou passar agora a palavra... Caiu a conexão da Élida de Aquino, que é a Coordenadora de Comunicação da Organização Criola.

Então, vou passar a palavra agora – claro, eu estava aguardando este momento – para a Valeska, né? Valeska dos Santos Menezes, que é representante dos atletas de alto rendimento da Comissão Mulher no Esporte do Comitê Olímpico do Brasil (COB), medalhista... Medalhista, não, né? Campeã olímpica – vivi também grandes emoções na quadra, ao lado dela –, e é filha do nosso mito, Aída dos Santos. Poxa, Valeskinha é contigo, se você conseguir. (*Risos.*)

A SRA. VALESKA DOS SANTOS MENEZES (Para expor.) – Desta vez, eu não vou chorar.

Bom dia a todos!

Obrigada de novo, Senadora Leila, por mais uma vez estar aqui presente, para falar agora... da minha mãe é fácil, agora, da Aída dos Santos, é complicado. Até escrevi aqui, ó... Vamos lá – não vou chorar, Presidente.

Aída dos Santos: a altura de uma mãe, a grandeza de uma atleta.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VALESKA DOS SANTOS MENEZES – Em meio à comunidade de Niterói, nasceu Aída dos Santos, uma menina que não sabia que, um dia, saltaria mais do que o próprio destino. Cresceu entre limitações, preconceitos e numa sociedade que não acreditava que meninas como ela pudessem ir longe, muito menos ao topo do mundo, como ela foi, mas ela tinha algo que não cabia em nenhuma medida: a coragem. (*Manifestação de emoção.*) Sem técnico, sem uniforme, sem médico, sozinha, ela embarcou para Tóquio, em 1964, como a única mulher na delegação – conforme já foi citado aqui algumas vezes. Enquanto o mundo duvidava, ela voava. E ali, naquele salto, 1,74, ela mostrava para a história, com o quarto lugar, o melhor resultado do atletismo em três décadas, como foi citado pela nossa Senadora. Mais do que um salto, foi um grito, um gesto de resiliência, um ato de fé.

Além de atleta, ela também é mãe, professora e um exemplo de força. Sua trajetória nos ensina que determinação, trabalho e coragem podem vencer qualquer obstáculo – não foi à toa que eu cheguei a uma medalha. (*Risos.*)

Aída dos Santos é mais do que uma atleta: é um símbolo de resistência e inspiração. Que sua história nunca seja esquecida e que seu exemplo nos inspire e nos faça voar cada vez mais alto, todos os dias! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ai, ai, gente, chorei. (*Risos.*)

Difícil, né? É como eu falei: a gente não pode perder esses momentos, né? Ter essa capacidade de sentir emoção, de sentir amor, sentir gratidão, né? Assim, a fala da Elisângela... De todos vocês aqui para quem conviveu com a D. Aída... Nossa! (*Manifestação de emoção.*)

Bom, eu vou passar a palavra para a D. Aída – né, D. Aída? D. Aída, mais uma vez, reforçando: aqui não está a Senadora. Aqui também... Eu não gosto dessa coisa de "ex-atleta". A gente sai do esporte, mas ele não sai da gente, né? Então, aqui está uma atleta... A alma, a nossa alma ainda é de atleta. Por mais que tenhamos inúmeras funções, o pós-carreira, a gente traz muito da nossa a essência, de tudo que a gente aprende, seja nas pistas do atletismo, seja nas piscinas, nas quadras de vôlei, nos campos de basquete, de vôlei, de *hand*, enfim... A gente traz para nossa vida, para além de tudo aquilo que a gente viveu todos esses ensinamentos e as inspirações. E eu estou muito, assim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer, principalmente, à minha Comissão, porque no momento em que a gente teve o debate aqui, tratando de mulheres no esporte, veio a emoção da Valeskinha, contando – e Iziane também –, e, aí, a ideia da Comissão: poxa, vamos homenagear quem de fato merece, quem de fato inspirou, quem de fato abriu portas, porque, se eu com 54 anos tive dificuldades para ser uma atleta, porque meu pai também não queria, imagina a D. Aída, em 1930, em 1964, desculpa.

Então, assim, quero dizer para a senhora de coração – agora não é a Senadora –: obrigada, obrigada pela inspiração, pela força. A senhora viu muito a gente jogar, não é, Valeskinha? Gente, em todos os jogos finais estava a D. Aída, porque, para além da atleta olímpica, da inspiração, D. Aída foi mãe também de uma grande atleta. Certamente a inspiração... Foi como a Valeskinha falou. E também para a neta, já estou aqui curiosa, né? (*Risos.*)

A gente fica naquela expectativa, porque a gente sabe das dificuldades de ser um atleta no Brasil.

Então, a palavra está com a senhora.

Obrigada por ter vindo aqui e aceitado essa singela homenagem do Senado Federal.

A SRA. AÍDA DOS SANTOS MENEZES (Para expor.) – Em primeiro lugar, bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Bom dia.

A SRA. AÍDA DOS SANTOS MENEZES – Sempre que eu tenho que falar sobre Aída dos Santos, a atleta Aída dos Santos, eu fico emocionada, por quê? Porque foi muito sofrimento no Japão. Primeiro, eu não conhecia atletismo. Do atletismo eu só ouvia falar de José Telles da Conceição e de Adhemar Ferreira da Silva. Eu gostava mesmo era de voleibol, mas, naquela época, negra não jogava voleibol. Eu lembro que, eu jogando voleibol no ginásio lá em Niterói, no Caio Martins, gritaram da arquibancada: "Sai daí, crioula, seu lugar é na cozinha". Falaram assim para mim. Quando terminou a competição, eu peguei o alto-falante e falei: "Meu lugar é na cozinha, é na sala, é no quarto, mas é também numa pista de esporte. E muito obrigada, você não sabe, falando isso, como você me motivou".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olimpíada, Pan-Americano, Sul-Americano, competia nisso tudo, mas não sabia que atletismo existia em tudo isso. Não sei se vocês sabem, em esporte individual, atletismo principalmente, no Campeonato Brasileiro, os três primeiros vão para o Sul-Americano. No Sul-Americano – entendeu? –, aí tem que ter índice para o Pan-Americano e para a Olimpíada. E, na época da Olimpíada, eu não estava cogitada para ir à Olimpíada. No atletismo no Brasil, estava cogitado 4x100 masculino e 200m feminino, que era da Érica, atleta do Flamengo. Várias vezes eu servi de coelho para a Érica – não sei se vocês sabem o que é coelho –, servi de coelho várias vezes.

Até hoje tem no atletismo o campeonato Troféu Brasil. Aí cada clube leva os seus atletas para o Troféu Brasil. Lá na competição, eles foram tentar o índice para a Olimpíada, e eu e outras fomos competir para dar ponto para os clubes. E eu saltei 1,65m e a Maria da Conceição Cipriano saltou 1,71m. Quando terminou a competição, falaram para nós: "Vocês duas foram as únicas que conquistaram o índice". Porque o índice é 1,65 e a Conceição ultrapassou. O que nós pensamos? Então, já que nós vamos, vamos treinar para melhorar. Mas isso não foi feito conosco, não. Tinha competição em Pernambuco, vão as duas tentar o índice. Tinha no Ceará, na Bahia, mais de seis. E todas as vezes eu saltei 1,65m. A Cipriano, nem 1,65m ela conseguia, não passou.

Quando chegou setembro – a Olimpíada foi em outubro, no Japão –, eu recebi um recado de que eu e a Cipriano tínhamos que fazer, era o último dia, dia 7 de setembro, nós tínhamos que tentar o índice novamente, lá no Estádio Célio de Barros. Aí nos convidaram para que fôssemos ao Maracanã de manhã, tomar café, almoçar. Às 15h era a eliminatória. Eu falei para minha mãe: "Eu tenho que fazer essa eliminatória".

"Ah, mas antes você vai ter que varrer a casa, lavar a casa, lavar a roupa; depois você vai." Aí eu fiz tudo isso. Cheguei lá, o técnico, que era do Botafogo, estava lá, e eu falei: "Eu só vim aqui pra dar uma satisfação: eu não fui à Olimpíada, nunca fui, nem quero ir". "Você não se concentrou?" Falei: "Me concentrei. Carreguei água, lavei roupa, estou concentrada até demais. E eu não vou fazer mais índice". Aí, ele insistiu, insistiu... Aí eu saltei. Saltei 1,65m. Todas as vezes eu tentei 1,68m e nada; só 1,65m. E a Cipriano fez 1,71m, o máximo. Aí, lá no Célio de Barros, eu saltei 1,65m, e ela não. Aí disseram: "Só a Aída dos Santos que vai, mas não tem uniforme para ela, porque só tem homem na delegação, e todo mundo já ganhou uniforme, calçado. Não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uniforme para ela". Eu falei: "Do Ibero-Americano, eu tenho uma saia, uma blusa, um paletó". "Ah, então vai com essa roupa mesmo!". Então foi com essa roupa que eu fui.

E, naquela época, não existia Confederação de Atletismo, Confederação de Voleibol. Todo mundo pertencia a quê? À CBD.

Aí eu fui com o uniforme de jogador de futebol, um agasalho emprestado do futebol que me deram no Japão. E aí eu fui ao Botafogo e pedi um uniforme para treinar. Eu tinha que treinar. E, quando eu chego ao aeroporto, o meu técnico falou: "Olha, Aída, você vai para a Olimpíada, mas a Olimpíada tem eliminatória, semifinal e final. Você vai ficar só na eliminatória; você não vai nem para a semifinal". Falei para ele: "Muito obrigada". Mas ele não sabe como ele me ajudou; eu gosto de desafio. Aí nós fomos. Não sei se é Pan-Americano ou Olimpíada... Nenhum país vai com todas as modalidades. Então eu fui com o pessoal do voleibol masculino para o Japão. Fomos para a França; eles tinham que fazer uns amistosos, os jogadores. Eu fiquei 15 dias com eles lá na França e depois seguimos para o Japão.

Chegamos lá ao Japão, eu, os jogadores, o técnico, para assinar a documentação. Quando eu olhei, eu estava sozinha; os jogadores de voleibol tinham ido embora, o técnico... O japonês querendo que eu assinasse, e eu não entendia nada. E "assina, assina" em volta de mim. Aí veio um japonês, pegou uma ficha, apontou para mim, apontou no papel e falou: "Lá-lá-lá-lá-lá". Aí eu falei: "É a data do meu nascimento!". (*Risos.*) Aí eu botei a data do meu nascimento.

Agora vamos para onde? Vai para o alojamento. As duas japonesas me levaram para o alojamento. Eu fui. De manhã, eu falei: "Como é que eu vou tomar café? Onde está a delegação do Brasil? Não tem ninguém". Lá tinha muita bicicleta. Eu peguei a bicicleta e fiquei rodando, rodando até que encontrei. Aí tomei meu café. E eu falei: "Eu quero treinar".

Dentro da Vila Olímpica, existia uma pista de atletismo, entendeu? E lá estavam as atletas. Iolanda Bala tinha três técnicos: um para ver a corrida, a impulsão e a queda – ela saltava rolo com reversão. E tinha outras coisas... Eu ficava sentada, chorando, esperando. Quando elas iam embora e iam guardar o material, eu ia atrás do japonês que guardava, batia no ombro dele e apontava o que eu queria. Aí ele me dava o material para treinar. Se eu estava fazendo certo ou errado, eu não sei. Eu treinava.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na semana da competição, eu não tinha sapato para competir, porque, em sapato de saltador, o pé de impulsão tem dois pregos nos calcanhares. Aí um colega meu me viu chateada, um cubano, aí me levou à Puma. Chegando à Puma, eu tive direito: eles me deram uma bolsa, um sapato de prego, um tênis. Aí fui ver a lista do Brasil para dar baixa no meu nome, e meu nome não estava lá. Tive que devolver tudo. Aí eu chorei ainda mais, e ele me levou à Adidas e à Puma. Na outra a que eu fui, aconteceu a mesma coisa: meu nome não estava, não podiam me dar nada. Eu falei: "Como é que eu vou competir? Competir descalça?". E comecei a chorar. Aí o dirigente ficou com pena de mim e falou: "Vou te dar um sapato de *sprinter*. *Sprinter* é de corredor de 100m. Eu falei: "Ou eu pego esse sapato ou eu vou competir descalça". E peguei aquele sapato de corredor de 100m e fui.

A três dias da competição, eu virei para os dirigentes e falei: "Gente, eu tenho um calendário, eu sei o dia do meu campeonato. Quem vai me levar?". Aí eles falaram: "Olha, vai aparecer um jipe aqui na porta para te levar ao estádio". Realmente, apareceu um jipe, que me levou ao estádio. Chegou ao estádio, me largou na porta e foi embora. Eu falei: "Gente, como eu faço? Eu entro? O que eu tenho que fazer?". Aí eu entrei. Sorte minha que tinha uma menina do Canadá que tinha competido comigo no Ibero-Americano. Estava ela com o técnico. Então, aonde eles iam, eu ia atrás. Quando eles olhavam, eu disfarçava, olhava para lá, para baixo, entendeu? Em determinado momento, eles entraram numa sala. Aí eu entrei. Eram umas 20 competidoras. Nessa sala, eu era a única que não tinha técnico. Tinha um painel no meio com números. O nome da menina era Dianne, a canadense, e o número dela era 15. Aí o técnico apertou, piscou, respondeu à chamada. O meu era 22, e eu ouvi o 22. Aí eu fui, e a mesma coisa, piscou. Falei: "Graças a Deus, respondi à chamada". Aí ficamos lá sentadas.

Nisso, veio um dirigente do Japão e fez umas perguntas só para os técnicos. Todos eles falaram "não". Perguntou para mim, e falei "não". Até hoje eu não sei o que foi perguntado. (*Risos.*)

No salto em altura, chamam o local de leque. Fomos dez atletas para um leque e dez atletas para o outro. Para ir para a final, eu tinha que fazer 1,70m. Todo mundo para a final saltava 1,70m. Eu tentei seis, sete vezes: 1,68m e não consegui. Eu estava com tanta raiva que falei: "Nem que eu quebre o meu pescoço, eu vou conseguir 1,70m, porque eu estou representando o meu Brasil". O meu Brasil que estava aqui no Brasil, mas aqueles lá? Hã... Só me chamavam de turista, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me viam na Vila Olímpica. Eu falei: "Eu vou te mostrar quem é turista. Eu vou mostrar a vocês". E aí eu saltando, né?

Aqui no Brasil, na época, não tinha colchão. A gente saltava e caía na areia, num buraco de areia, entendeu? E lá, não. Pista de tartã, colchão... Moral da história: eu fiz 1,70m e torci o pé. E aí eu falei: "O que eu faço?". Eu tinha que almoçar e tinha que ir para a Vila Olímpica para voltar para a final. Aí, eu fiquei mancando, rodei o estádio todinho para ver se via uma bandeira do Brasil. Mas a única do atletismo era eu, a única da delegação era eu. Rodei, rodei, com uma fome, uma vontade de comer... "Gente, o que eu faço?" Aí, em um restaurante lá dentro do estádio, eu lembro que apontei para o chuchu e o camarão. Eu estava com uns ienes, eles levaram os ienes que estavam na minha mão. Se fiquei devendo ou paguei de menos, eu não sei.

E aí a Miguelina Cobián, de Cuba, me viu mancando. "*Que te pasa, chica?*". Aí, eu falei: "Passa tudo, eu estou com o pé machucado, não posso voltar para a Vila Olímpica. Como é que eu vou voltar? Eu vou me perder por aí... Eu tenho que competir à tarde". Ela chamou o médico, e o médico fez uma botinha de esparadrapo para mim – o médico de Cuba. Aí, eu fui para a final.

Na final, eu saltei 1,74m, mas o pé já estava doendo. Começou do zero, e o pé estava doendo. Aí, passou 1,76m, 1,77m... Não lembro. E eu nem tinha mais nem vontade de soltar de tanta dor no pé, mas (*Ininteligível.*) eu gravei. Fui saltar e fiquei com 1,74m, mas não sabia nem em que lugar eu estava, se eu estava classificada, se eu não estava... Aí, saímos. Quando eu cheguei à Vila Olímpica, as pessoas falaram: "Você ficou em quarto lugar". Já pensou numa coisa dessas? Em quarto lugar? Tinha o Nelson, do hipismo, que estava para ganhar medalha; tinha o basquete do Brasil, o masculino, que era bicampeão mundial. E ninguém fez nada, entendeu? Aí, chegando à Vila Olímpica, torceu nada, não foi ninguém. Eu fiquei lá sozinha, lá no estádio. E eu falei: "Agora eu quero ir embora, não quero ficar mais aqui, não". "Não, você tem que ficar." Não! Eu fui embora.

Como o futebol foi desclassificado, porque o futebol... Não estou falando de quem é de futebol, de quem gosta de futebol – eu sou botafoguense –, mas o futebol dizia assim: "Amanhã vocês têm que jogar contra a África do Sul". "Ah, aqueles neguinhos de perna fina?" Perdiam. Outro dia: "Vocês têm que jogar contra Portugal". Jogavam de tamanco, perdiam. Eles perdiam, e eu os via ganhando diárias em dólar. Eu falei: "Não estou entendendo nada". Entenderam qual é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a diferença? Só dão valor, no Brasil, infelizmente, ao futebol, ao futebol. Tinham que dar valor a tudo.

Quer dizer, então, para mim, falou em Olimpíada de Tóquio, para mim... Eu gosto. Cheguei... E, quando cheguei ao Brasil, na porta do avião, ganhei corbelha de flores, e eu não estava entendendo nada. Aí, veio carro do corpo de bombeiros. Eu falei: "Eu não quero nada disso, não. Eu precisava antes de vocês; agora, não. Agora não preciso de nada".

Eu morava em Niterói, e o repórter queria entrar na barca. "Não vai, não. Se vocês entrarem na barca, eu vou jogar vocês dentro d'água. Ninguém me acompanhe, não". (*Risos.*)

Cheguei em casa, falei com o meu pai mais uma vez, né? "Essa classificação tem dinheiro?" "Não." "Esse esporte não enche barriga de ninguém." Cada vez que eu chegava em casa antes, quando eu competia por medalha, ele puxava a medalha e me batia, porque eu tinha que ganhar dinheiro para ajudar a família, sustentar a família, entenderam? Aí eu falei: "Se um dia eu me casar e tiver filho, ele vai praticar esporte".

Eu sempre gostei de voleibol. A Valeska começou a jogar voleibol comigo. Meus três filhos fizeram voleibol. Valeska pegou a carioca e a brasileira, mas os meus filhos, os outros dois, jogaram... E ganhou a carioca também. Tanto que a minha filha que está nos Estados Unidos ganhou bolsa de estudo. Arranjei dez bolsas de estudo para meninas do voleibol nos Estados Unidos e para a Valeska, na época, com 17 anos. Mandei toda a documentação. Aí, ela pegou a seleção de vôlei. Ela não foi e o técnico não foi. Entendeu?

Então, esporte no Brasil... Vocês estão de parabéns, Leila! Nesse trabalho que vocês estão fazendo, se precisarem de mim, eu estou aqui para ajudar vocês, porque eu falo sempre que, em material humano, não só no voleibol, nós do Brasil somos o melhor do mundo, gente. Eu fiz estágio na Alemanha e nos Estados Unidos. Nós somos o melhor do mundo, mas tem que ter alguém para trabalhar na base. O pessoal aqui só quer atletas prontos, atletas feitos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Quantos param ali na base, né?

A SRA. AÍDA DOS SANTOS MENEZES – Exatamente, param na base. Entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui... A colega que me levava para competir, no fim, ia em casa falar para o meu pai que eu ia vê-la competir. Mentira! Eu ia competir. Chegava em casa e escondia a medalha para o meu pai não ver.

E no Vasco... O Vasco dava uma ajuda de custo quando eu era atleta do Vasco. Meu papai pegava o dinheiro que dava. Aí eu não ia treinar. Mas, em dia de competição, o diretor e o técnico vinham me buscar em casa. Aí, eu ia competir. Chegava em casa com medalha e mamãe falava: "Ah, esse tal de atletismo é muito fácil. Você não treinou e ganhou medalha!". (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Imaginavam que era um fenômeno, não é?

A SRA. AÍDA DOS SANTOS MENEZES – Então, é isso aí. Eu treinei...

Eu sou técnica de natação, técnica de atletismo. Os meus filhos começaram com natação aos quatro anos. Depois, "Eu não quero isso". "Ah, meu filho, tenta outro." A Valeska fez natação, a Valeska fez basquete, a Valeska fez balé, a Valeska fez sapateado, fez tudo. E eu falei... Aí, com 13 anos, ela pegou as duas delegações. Eu a treinava em atletismo, entendeu? Eu a treinava em atletismo.

Nós temos uma associação de veteranos no Rio, eu era Vice-Presidente. Eu tinha que ir para lá de manhã. Aí ela vinha do colégio, almoçava, meu marido levava quentinha para mim, eu almoçava, treinava a Valeska em atletismo e depois a levava para treinar voleibol.

A menina pegou as duas seleções com 13 anos e eu falei: "Você decide. O que você quer, Valesca?". "Ah, eu quero voleibol." Os técnicos de atletismo ficaram chateados, mas eu vou fazer o quê, né?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O Brasil agradece. (*Risos.*)

A SRA. AÍDA DOS SANTOS MENEZES – A minha história é essa.

Mas eu sempre aconselho as pessoas que querem fazer esporte que primeiro tem que estudar, gente. Estudar, estudar em primeiro lugar, que não tem outro jeito. Eu trabalhava,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudava e treinava. Chegava à 1h, acordava às 4, saía de casa às 5, né? Estou aqui. Esporte é muito bom, gente. Eu jogo vôlei até hoje como *master*.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Muito forte, né?

A SRA. AÍDA DOS SANTOS MENEZES – Fizemos agora um campeonato em junho, entendeu? Como eu caí... Eu estou de óculos, eu fiz transplante de córnea, estou com os pontos ainda na vista. Caí e machuquei as duas mãos e o ombro. Aí me chamaram para fazer juramento. Aí fomos em dez estados, um voleibol *master*, fazer juramento e perfilar os estudos... Eu falei: "Gente, eu não estou entusiasmada. Eu estou aqui...". "Ah, mas tem que ser você, você que tem que vir, você que tem que ir". E lá fui eu para o clube militar, fizemos um campeonato de *master*: 60, 65, 70, 75, 80, 85. Aí, no 85: "Aída, já que você não vai jogar, você vai ser técnica". Aí eu fui ser técnica. (*Risos.*) Aí vinham aquelas velharias – eu também sou velha – de 80 anos: "Ó, se eu não entrar agora, eu não venho mais, não". "Olha, a fulana de tal errou duas, três vezes, e você não trocou." Eu falei: "Gente, na nossa idade, a gente vem aqui para se divertir." "Não, eu estou me divertindo, mas eu quero jogar, eu quero entrar." Olha, não foi fácil, entendeu? (*Risos.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É sensacional. Que história, gente!

Olha, Aída, não dá para imaginar o quanto você foi guerreira, resiliente mesmo, o símbolo de resistência, pois, se parar para pensar, era uma atleta praticamente abandonada dentro de uma vila olímpica. Agora, assim, eu não tenho dúvidas do que você é pela iniciativa. Ah, é? Não tem? Vou observar... Quer dizer, em qualquer lugar essa mulher estaria brilhando, pela postura, pela proatividade, pela força. Meu Deus! Que Deus abençoe você, viu?

Gente, uma salva de palmas, por favor, mais uma vez. Que é isso! (*Palmas.*)

Olha, tem participação no eCidadania, mas depois a gente dá uma lida. A gente deu uma atrasadinha aqui na nossa homenagem.

Vamos fazer a entrega da placa agora neste momento. A gente quer aqui na Comissão fazer uma homenagem à Aída.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por favor, gente, eu gostaria...

(*Procede-se à entrega de placa de homenagem à Sra. Aída dos Santos Menezes, ex-atleta olímpica.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A Comissão de Esporte do Senado Federal presta esta homenagem à ex-atleta olímpica Aída dos Santos Menezes, em reconhecimento à sua destacada trajetória no esporte nacional e fundamental na contribuição para a valorização da mulher, em especial a mulher negra, no cenário esportivo brasileiro e mundial. Seu legado segue como referência de excelência e superação, inspirando o desenvolvimento do esporte no Brasil, bem como as lutas pela igualdade racial e de gênero.

Brasília, 27 de agosto de 2025.

Esta Comissão de Esporte, neste momento, faz essa homenagem justa e merecida. (*Palmas.*)

Vamos tirar uma foto todo mundo. (*Palmas.*)

Agora nós vamos para a segunda parte, que é a deliberativa, já agradecendo aqui. Vai ser muito rápida a nossa deliberativa, que é destinada à deliberação de requerimentos apresentados a esta Comissão.

Então, item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 35, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de louvor à ex-atleta Aída dos Santos Menezes, em reconhecimento à sua notável trajetória no esporte brasileiro e à sua inestimável contribuição para a valorização da mulher, especialmente da mulher negra, no cenário esportivo nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

A autoria é desta Presidência.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 36, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de comemorar os 10 anos da sanção da Lei n.º 13.155/2015, conhecida como Lei Profut, marco importante para o fortalecimento da gestão fiscal e da responsabilidade financeira no futebol brasileiro.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

A votação será simbólica.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Bom, agora nós vamos para o encerramento da nossa sessão aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer a participação, como sempre aqui, dos fiéis e leais companheiros da nossa Comissão; mais uma vez, agradecer a participação de Iziane, Wlamir, Valeskinha, Lucimara e, em especial, da nossa Aída dos Santos Menezes, por toda a sua contribuição. E que prazer, viu? Que prazer ver essa saúde, essa força, essa trajetória. A gente para e vê... Quando a gente olha tudo o que a gente viveu e o que a gente vive, a gente fala: "Não, a gente está no lugar certo, com a missão certa e vamos seguir firmes".

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião, já agradecendo também a presença – perdão, gente, tem uma lista aqui – do Sr. David Baker, da Confederação Brasileira de Vela; do Sr. Gerêncio de Bem, que é do Ministério do Esporte; do Sr. José Carlos Pinheiro, do Comitê Olímpico do Brasil; do Sr. Ricardo Vidal, da Confederação Brasileira de Atletismo; e do Sr. Tharcísio Anchieta, Primeiro Tesoureiro do Confef.

É isso aí, pessoal. Boa quarta-feira para vocês. Até a próxima semana.

Obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 40E38DDC00708E7B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.